SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 23 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3622

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
Processo Adm: Nº 093/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto de pneus, incluindo montagem e desmontagem, para veículos leves, pesados e máquinas da frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 142.245,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais): **58.877.840 CLAUDINEI DOS SANTOS** (58877840000117) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 no valor total de R$ 142.245,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 22 de setembro de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:3284E2C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

DIVULGAÇÃO E CADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO NO SISTEMA DE CADASTRO HABITACIONAL DO PARANÁ – SCHAP PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ – MODALIDADE MUNICÍPIOS

O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, Estado do Paraná, por meio da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público o presente **Chamamento para Divulgação, Inscrição e Atualização do Cadastro Habitacional no Sistema de Cadastro Habitacional do Paraná – SCHaP**, visando ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional às políticas públicas de habitação de interesse social, especialmente ao **Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios**, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.
O presente Chamamento observará a legislação e as orientações vigentes aplicáveis ao Programa Casa Fácil Paraná, especialmente a **Lei Estadual nº 20.394/2020**, o **Decreto Estadual nº 7.666/2021**, as regulamentações da COHAPAR, a **Orientação Técnica – Seleção de Famílias e Trabalho Técnico Social** e a **Nota Técnica nº 01/2026**, quando aplicáveis ao processo seletivo.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto dar ampla publicidade e oportunizar às famílias residentes no Município de Boa Esperança do Iguaçu – PR a realização de **novo cadastro ou atualização do cadastro habitacional no Sistema de Cadastro Habitacional do Paraná**, mantido pela COHAPAR.
1.2. A divulgação tem como finalidade garantir que o maior número possível de famílias em situação de vulnerabilidade habitacional tenha conhecimento do processo e possa realizar ou atualizar seu cadastro antes da data de congelamento da base que será utilizada no processo de seleção.
1.3. O cadastro no SCHaP constitui requisito para participação nos processos habitacionais da COHAPAR, não significando, por si só, garantia de recebimento de unidade habitacional.
1.4. O processo de seleção das famílias será realizado de acordo com as normas do Programa Casa Fácil Paraná, os critérios estabelecidos pela COHAPAR, a legislação vigente e os critérios de hierarquização e priorização aplicáveis.

2. DO PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ – MODALIDADE MUNICÍPIOS
2.1. O Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios tem como finalidade viabilizar a produção de moradias destinadas, prioritariamente, às famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.
2.2. De acordo com as orientações atualmente divulgadas pela COHAPAR, a Modalidade Municípios é destinada a famílias residentes em municípios paranaenses com população inferior a 25 mil habitantes.
2.3. Para a Modalidade Municípios, constituem requisitos de enquadramento, entre outros previstos na regulamentação:
I – possuir mais de 18 (dezoito) anos ou ser emancipado, conforme as regras aplicáveis;
II – não possuir outro imóvel;
III – não ter recebido imóvel ou qualquer benefício de natureza habitacional em programas anteriores;
IV – apresentar a documentação pessoal exigida;
V – possuir cadastro habitacional ativo e atualizado junto à COHAPAR, por meio do Sistema de Cadastro Habitacional do Paraná – SCHaP;
VI – possuir renda bruta mensal familiar de até 02 (dois) salários mínimos nacionais.
As condições acima constam das orientações oficiais da COHAPAR para a Modalidade Municípios.
2.4. O atendimento estará condicionado à disponibilidade de unidades habitacionais, recursos, regras do empreendimento, análise e validação dos dados pela COHAPAR e demais condições previstas na regulamentação vigente.

3. QUEM DEVE REALIZAR OU ATUALIZAR O CADASTRO

3.1. Deverão realizar ou atualizar o cadastro no SCHaP as famílias residentes em Boa Esperança do Iguaçu que:

a) estejam interessadas em participar de futuros programas e empreendimentos habitacionais;

b) estejam em situação de vulnerabilidade ou necessidade habitacional;

c) tenham cadastro antigo ou desatualizado junto à COHAPAR;

d) tenham ocorrido alterações na composição familiar, renda, endereço, situação habitacional ou demais informações declaradas;

e) ainda não possuam cadastro no SCHaP.

3.2. A atualização dos dados é de responsabilidade do interessado, devendo as informações prestadas ser verdadeiras, completas e atualizadas.

3.3. O cadastro habitacional possui validade de 2 (dois) anos, conforme informações divulgadas pela COHAPAR, sendo necessária sua atualização para permanência na base ativa.

4. DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO

4.1. O cadastro ou atualização deverá ser realizado preferencialmente por meio eletrônico, diretamente no sistema disponibilizado pela COHAPAR.

4.2. O interessado deverá acessar o portal oficial da COHAPAR e procurar a opção referente ao **Cadastro de Pretendentes/Sistema de Cadastro Habitacional do Paraná – SCHaP**. **Portal oficial da COHAPAR:** Acessar o site da COHAPAR https://www.cohapar.pr.gov.br/

4.3. O interessado deverá preencher as informações solicitadas pelo sistema, incluindo dados pessoais, composição familiar, renda, situação habitacional, endereço e demais informações necessárias.

4.4. Após o preenchimento, o interessado deverá conferir cuidadosamente as informações e concluir o cadastro.

4.5. É responsabilidade do interessado manter seus dados atualizados e acompanhar as informações referentes aos programas habitacionais.

5. DO PREENCHIMENTO ASSISTIDO

5.1. Considerando a necessidade de garantir ampla participação das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, o Município de Boa Esperança do Iguaçu disponibilizará, quando organizado para este processo, atendimento para **Preenchimento Assistido do SCHaP**.

5.2. O Preenchimento Assistido consiste no auxílio presencial aos cidadãos que apresentem dificuldades para realizar o cadastro ou a atualização pela internet.

5.3. O atendimento poderá ser realizado no:

LOCAL: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

ENDEREÇO: Rua dos Cravos, 64, Centro, Boa Esperança do Iguaçu-PR

DIAS: Segunda à Sexta-Feira

HORÁRIO: 08:30 as 11:30 e 14:00 as 17:00

5.4. O atendimento poderá ser realizado também na Secretaria Municipal de Assistência Social ou em outro ponto de atendimento definido pelo Município.

5.5. O Preenchimento Assistido tem caráter de apoio e orientação, não substituindo a responsabilidade do cidadão quanto à veracidade das informações fornecidas.

5.6. Recomenda-se especialmente a utilização do serviço pelas famílias que:

a) não possuem acesso à internet;

b) apresentam dificuldades de acesso aos meios digitais;

c) possuem baixa escolaridade ou dificuldade de preenchimento eletrônico;

d) necessitam de orientação para atualização dos dados;

e) estejam em situação de maior vulnerabilidade social ou habitacional.

6. DOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

6.1. Para o preenchimento ou atualização do cadastro, recomenda-se que o interessado tenha em mãos:

I – documento oficial de identificação;

II – CPF;

III – comprovante de residência;

IV – documentos dos integrantes do grupo familiar;

V – comprovantes ou informações referentes à renda familiar;

VI – documentos referentes à composição familiar;

VII – informações sobre a situação atual da moradia;

VIII – informações referentes a eventual aluguel;

IX – documentação relativa à pessoa com deficiência, quando houver;

X – documentação ou informações referentes a benefícios sociais, quando aplicável;

XI – demais documentos eventualmente solicitados pela COHAPAR ou pelo Município.

6.2. A documentação comprobatória poderá ser solicitada posteriormente para fins de enquadramento, conferência, seleção e habilitação.

7. DOS CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

7.1. A seleção das famílias observará os critérios estabelecidos na legislação e regulamentação vigente do Programa Casa Fácil Paraná.

7.2. Nos termos do **art. 5º do Decreto Estadual nº 7.666/2021**, são considerados critérios de hierarquização:

I – famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;

II – famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;

III – famílias das quais façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado mediante documentação adequada;

IV – famílias beneficiárias do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC, no âmbito da Política de Assistência Social, comprovadas por documentação ou declaração do ente público;

V – famílias com dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, comprovados por documento de filiação;

VI – famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda.

Os critérios constam do art. 5º do Decreto Estadual nº 7.666/2021.

7.3. Também deverão ser observadas as cotas e demais prioridades previstas na legislação vigente, incluindo aquelas destinadas a famílias com idosos na condição de titularidade, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência e mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha, conforme regulamentação aplicável.

7.4. A existência de um ou mais critérios de prioridade não significa garantia de contemplação, ficando a seleção condicionada ao número de unidades disponíveis, regras do empreendimento, enquadramento da família, análise documental e demais procedimentos estabelecidos pela COHAPAR e pelo Município.

8. DA DATA-LIMITE PARA CADASTRAMENTO E ATUALIZAÇÃO

8.1. Para fins do presente processo seletivo, será considerada como data-limite para realização ou atualização do cadastro no SCHaP:

DATA-LIMITE: 16/10/2026

8.2. A base de dados será considerada congelada para fins do processo seletivo a partir de:

DATA DE CONGELAMENTO DA BASE: 16/10/2026

8.3. O Município deverá promover a divulgação da data-limite com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

8.4. Cadastros realizados ou atualizados após a data de congelamento poderão não ser considerados para o presente processo seletivo, sem prejuízo de sua utilização em processos futuros, conforme as regras da COHAPAR.

8.5. Recomenda-se que os interessados não deixem o cadastro para os últimos dias, evitando dificuldades de acesso ao sistema, inconsistências ou necessidade de correção de informações.

9. DA DIVULGAÇÃO

9.1. O Município de Boa Esperança do Iguaçu promoverá ampla divulgação deste Chamamento, buscando alcançar especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade habitacional.

9.2. A divulgação poderá ocorrer por meio de:

I – Site oficial da Prefeitura Municipal;

II – Redes sociais oficiais do Município;

III – CRAS;

IV – Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – Equipamentos da rede socioassistencial;
VI – Grupos e canais institucionais de comunicação;
VII – Cartazes e avisos em locais públicos;
VIII – Unidades e serviços públicos municipais;
IX – Meios de comunicação locais;
X – Demais espaços de circulação da população.
9.3. A divulgação deverá informar, de forma clara e acessível:
a) a finalidade do cadastro;
b) o público que poderá realizar ou atualizar o cadastro;
c) os requisitos de participação;
d) o endereço eletrônico da COHAPAR;
e) a possibilidade de preenchimento assistido;
f) os critérios de hierarquização;
g) a documentação recomendada;
h) a data-limite para cadastro ou atualização;
i) a data de congelamento da base;
j) a informação de que o cadastro não garante a contemplação de unidade habitacional.

10. DA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES

10.1. Os interessados são responsáveis pela veracidade das informações prestadas no cadastro.
10.2. A constatação de informações falsas, incompletas ou incompatíveis com a documentação apresentada poderá resultar na desclassificação ou impedimento da participação no processo, conforme a legislação e regulamentação aplicáveis.
10.3. O Município poderá solicitar documentos para comprovação das informações declaradas.
10.4. A COHAPAR poderá realizar as análises e validações pertinentes ao processo de seleção e enquadramento.

11. DA SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

11.1. A realização do cadastro no SCHaP não representa garantia de seleção ou contemplação.
11.2. A seleção será realizada observando-se:
I – A legislação estadual vigente;
II – As normas e orientações da COHAPAR;
III – Os critérios estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 7.666/2021;
IV – Os critérios complementares previstos na regulamentação aplicável;
V – A quantidade de unidades habitacionais disponíveis;
VI – O enquadramento da família;
VII – A documentação comprobatória;
VIII – As cotas legalmente estabelecidas;
IX – Demais condições específicas do empreendimento.
11.3. Conforme orientação da COHAPAR para a Modalidade Municípios, o Município deverá utilizar a base hierarquizada fornecida pela Companhia para a indicação das famílias, observando os critérios do art. 5º do Decreto Estadual nº 7.666/2021 e as demais exigências aplicáveis.

12. DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

12.1. O Município adotará medidas para assegurar publicidade, transparência e isonomia durante as etapas do processo.
12.2. As informações sobre o processo seletivo serão divulgadas pelos canais oficiais do Município, respeitando-se as normas de proteção de dados pessoais.
12.3. A divulgação de informações pessoais das famílias observará a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

13. DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital de Chamamento	22/09/2026
Início da divulgação	23/09/2026
Início do Preenchimento Assistido	24/09/2026
Período para cadastro/atualização no SCHaP	24/09/2026 a 16/10/2026
Data-limite para cadastro/atualização	16/10/2026
Congelamento da base	16/10/2026
Análise/hierarquização das famílias	Conforme cronograma COHAPAR
Divulgação das etapas posteriores	Posteriormente

14. DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

As famílias que necessitarem de auxílio poderão procurar:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Rua dos Cravos, nº 64, Centro, Boa Esperança do Iguaçu – PR;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social: Rua dos Cravos, nº 64, Centro, Boa Esperança do Iguaçu – PR, Telefone: (46)3537-1085;
Horário de atendimento: 8:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O presente Chamamento tem caráter exclusivamente informativo e de mobilização para cadastramento e atualização das informações habitacionais.
15.2. A inscrição ou atualização no SCHaP não assegura automaticamente o recebimento de unidade habitacional.
15.3. O atendimento às famílias dependerá da existência de empreendimento, disponibilidade de unidades, recursos, cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e resultado do processo de seleção.
15.4. Os casos não previstos neste Edital serão analisados de acordo com a legislação vigente, as orientações da COHAPAR e as normas específicas do Programa Casa Fácil Paraná.
15.5. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu – Paraná, 21 de Setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

IVANETE RUFATTO TRINDADE
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:58AEDE0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 002/2026

Conforme publicação do Edital n° 001/2026-CMDCA, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Edição nº 3594, dia 13/08/2026), o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por meio deste, publica a relação provisória dos inscritos para comporem as vagas do Conselho Tutelar de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná Gestão 2026/2028.
Informamos ainda, que qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade, poderá impugnar a candidatura no período de 23/09/2026 a 29/09/2026, oferecendo prova do alegado.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:
001-Neivo Rodrigues Batista;
002-Marilei Ramos Rodrigues;
003-Evelin de Souza;
004-Rosemari de Oliveira Alves;
005-Elaine dos Santos Grassi;
006-Clair Bez;

Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

ALESSANDRA NASCIMENTO
Presidente CMDCA

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:4641DBDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1884, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias regulares aos servidores públicos municipal, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares de 10 (dez) dias, no período de 23 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026, aos servidores públicos abaixo relacionados:

Nome	CPF	Cargo	Período Aquisitivo
Rubens Dreves	050.735.339-09	Técnico Agropecuário	2025/2026
Jessica Biavatti	086.901.059-05	Secretária de Saúde	2025/2026

Art. 2º – No que se refere ao restante do período, ou seja, 20 (vinte) dias das férias acima citada do servidor Rubens, os mesmos serão usufruídos em data oportuna. No que se refere ao restante do período, ou seja, 20 (vinte) dias das férias acima citada da servidora Jessica, já foram usufruídas conforme Portaria 1756/2026.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do executivo municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

ANTONIO BIANCHINI
Prefeito em Exercício

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:792880E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 129/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 129/2025
Termo Aditivo: 001/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:CHURRASCARIA SABORES DO SUL LTDA
Objeto:CREDENCIAMENTO de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, tipo café da manhã e almoço, preparadas em conformidade com os padrões sanitários vigentes e servidas diretamente no buffet do estabelecimento da empresa credenciada, localizados nos Municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR, conforme a necessidade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR em deslocamento oficial.
Prazo de Vigência: 22/09/2026 à 22/09/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:22 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:43E83FC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 130/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 130/2025
Termo Aditivo: 001/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:PANIFICADORA MORAES LTDA
Objeto:CREDENCIAMENTO de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, tipo café da manhã e almoço, preparadas em conformidade com os padrões sanitários vigentes e servidas diretamente no buffet do estabelecimento da empresa credenciada, localizados nos Municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR, conforme a necessidade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR em deslocamento oficial.
Prazo de Vigência: 22/09/2026 à 22/09/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:22 de setembro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:AF424A1A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 142/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 142/2025
Termo Aditivo: 001/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:RESTAURANTE TUBINO LTDA
Objeto:CREDENCIAMENTO de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, tipo café da manhã e almoço, preparadas em conformidade com os padrões sanitários vigentes e servidas diretamente no buffet do estabelecimento da empresa credenciada, localizados nos Municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR, conforme a necessidade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR em deslocamento oficial.
Prazo de Vigência: 22/09/2026 à 22/09/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:22 de setembro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:FBFBEAC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 149/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 149/2025
Termo Aditivo: 001/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:EMPORIO DO PAO LTDA
Objeto:CREDENCIAMENTO de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, tipo café da manhã e almoço, preparadas em conformidade com os padrões sanitários vigentes e servidas diretamente no buffet do estabelecimento da empresa credenciada, localizados nos Municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR, conforme a necessidade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR em deslocamento oficial.
Prazo de Vigência: 22/09/2026 à 22/09/2027.

Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:22 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:7F224E15

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 162/2025

PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 162/2025
Termo Aditivo: 001/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:SABORES DO MAR PEIXARIA LTDA
Objeto:CREDENCIAMENTO de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, tipo café da manhã e almoço, preparadas em conformidade com os padrões sanitários vigentes e servidas diretamente no buffet do estabelecimento da empresa credenciada, localizados nos Municípios de Dois Vizinhos/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Cascavel/PR, conforme a necessidade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR em deslocamento oficial.
Prazo de Vigência: 22/09/2026 à 22/09/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:22 de setembro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:305413F4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 38/2026

RESOLUÇÃO Nº 38/2026

Aprova os Planos de Ação e os Planos de Trabalho referentes ao Incentivo Estadual voltado à Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.750, de 19 de dezembro de 2018 e alterações, e conforme deliberação do Plenário realizada em 22 de setembro de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e o Plano de Trabalho do projeto **Sementes do Brincar II**, referente ao Incentivo Estadual voltado à Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, enquadrado no **Eixo 4 – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**, destinado à implantação de playgrounds infantis em novos locais do Município, ampliando o acesso de crianças às atividades de recreação e desenvolvimento infantil.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 32, de 29 de junho de 2026.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 22 de setembro de 2026.

CRISTIANE ANGELA VERDI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 – CEDCA/PR ANEXO I
MODELO DE PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS
– Dados Cadastrais do Órgão Gestor:

Município CHOPINZINHO		**CNPJ:** 76.995.414/0001-60
Endereço Rua Santos Dumont, 4646		**CEP** 85.560-000
Telefone		**E-mail institucional** contabilidade2@chopinzinho.pr.gov.br
Nome do Secretário Municipal responsável pela Política da Criança e do Adolescente Neide Maria Gasparetto Pasquali		
Telefone (46)98401-3512	**Celular** (46) 99109-1445	**E-mail** assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Nome do Programa/Serviço
Sementes do Brincar II

Local / endereço onde será executado o programa/serviço
Praça do Bairro Nossa Senhora Aparecida; Praça da COHAPAR V – Vale Verde; Bairro São Genaro - Parque do Lago; Praça do Bairro Cristo Rei.

DIAGNÓSTICO
O Município de Chopinzinho/PR possui aproximadamente 21 mil habitantes e apresenta diferentes territórios urbanos com concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas acompanhadas pelos serviços da Proteção Social Básica e Especial, inscritas no Cadastro Único e atendidas pelos programas socioassistenciais. Entre esses territórios destacam-se o Bairro Nossa Senhora Aparecida, Vale Verde, São Sebastião e Cristo Rei, locais utilizados diariamente por crianças, adolescentes e suas famílias para convivência comunitária, porém que ainda apresentam carência de equipamentos públicos destinados ao lazer infantil. O brincar constitui direito fundamental previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo essencial ao desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Entretanto, a ausência de espaços adequados reduz as oportunidades de convivência, integração comunitária e fortalecimento dos vínculos familiares. A implantação de playgrounds nesses espaços permitirá ampliar o acesso ao lazer seguro e inclusivo, fortalecer as ações desenvolvidas pela Assistência Social, Educação, Saúde e demais políticas públicas, além de contribuir para a prevenção de situações de risco social, violência e exclusão. Os equipamentos beneficiarão diretamente crianças residentes em regiões caracterizadas por maior vulnerabilidade socioeconômica, promovendo ambientes seguros de convivência, inclusão e desenvolvimento infantil.

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA/SERVIÇO
A proposta consiste na aquisição e instalação de playgrounds infantis em quatro espaços públicos estratégicos do município:
Praça do Bairro Nossa Senhora Aparecida;
Praça da COHAPAR V – Vale Verde;
Bairro São Genaro - Parque do Lago;
Praça do Bairro Cristo Rei.

Os equipamentos serão compostos por brinquedos recreativos destinados ao desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, observando critérios de segurança, acessibilidade, durabilidade e qualidade. A Prefeitura Municipal será responsável pela preparação dos locais, instalação dos equipamentos e manutenção preventiva, garantindo condições adequadas de utilização. Os espaços serão utilizados livremente pela comunidade e também servirão como apoio às ações desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais, educacionais e de promoção dos direitos da criança e do adolescente, fortalecendo a convivência familiar e comunitária. A implantação dos playgrounds representa investimento permanente na promoção do direito ao brincar, na ocupação qualificada dos espaços públicos e na melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas.

PÚBLICO-ALVO
Crianças e adolescentes residentes nas regiões do Bairro Nossa Senhora Aparecida, Vale Verde, São Sebastião e Cristo Rei, bem como suas famílias.

OBJETIVOS
Objetivo Geral: Promover o acesso ao lazer como direito das crianças, sua integração e sociabilidade, oportunizando a expressão de emoções, criatividaade e sentimentos de pertençqa, contribuiindo para seu desenvolvimento integral enquanto ser em desenvolvimento.
Objetivos específicos:
Garantir espaços públicos seguros e acessíveis para o lazer infantil;
Promover a inclusão social por meio do brincar;
Incentivar a convivência comunitária;
Fortalecer vínculos familiares e comunitários;
Apoiar as ações desenvolvidas pelas políticas públicas voltadas à infância.

METAS DE ATENDIMENTO
Implantar playgrounds em quatro espaços públicos do município, proporcionando acesso permanente ao lazer e à convivência comunitária para crianças, adolescentes e suas famílias residentes nas áreas de abrangência do projeto.

METODOLOGIA DE TRABALHO
A implantação do parquinho infantil seguirá uma metodologia participativa e intersetorial, com foco no fortalecimento da comunidade e na garantia de direitos das crianças. As etapas do trabalho serão:

• Planejamento entre as Secretarias Municipais envolvidas;
• Definição técnica dos locais de instalação;
• Aquisição dos playgrounds;
• Preparação dos espaços;
• Instalação dos equipamentos;
• Fiscalização da execução;
• Utilização permanente pela comunidade;
• Manutenção preventiva dos equipamentos;
• Monitoramento pela Assistência Social, CMDCA e demais órgãos.

ATIVIDADES E CRONOGRAMA

OBJETIVOS	ATIVIDADES	Periodicidade das atividades		
		diária	semanal	mensal
1. Garantir um espaço lúdico e seguro para as crianças da comunidade	1.1. Implantação de Espaços Públicos de Recreação Infantil em Áreas de Vulnerabilidade Social	-	-	
	1.2. Execução da obra de implantação do parquinho (instalação dos brinquedos e do piso).		X	
2. Integrar o parquinho às ações do CRAS/PAIF e Programa Criança Feliz.	2.1. Planejamento conjunto com as equipes técnicas para uso do espaço nas ações com crianças e famílias.			X
3. Estimular o envolvimento e corresponsabilidade da comunidade	3.1. Realização de rodas de conversa e reuniões com famílias sobre conservação e uso do espaço.			X
4. Promover a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos.	4.1. Organização de momentos de lazer, encontros e atividades comunitárias no entorno do parquinho.	-	-	-

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE
O acompanhamento e monitoramento será realizado pelo CMDCA, CMAS, conjuntamente com as instâncias da PSB e PSE e, de forma participativa e contínua, envolvendo os seguintes mecanismos:

Formas de Monitoramento:
• Acompanhamento da implantação pelo setor de engenharia e equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social.
• Registro fotográfico e relatórios técnicos durante a instalação do parquinho pela PSE e PSB.
• Reuniões com a comunidade e com a equipe do CRAS/PAIF e do Programa Criança Feliz para identificar percepções, necessidades e sugestões.
• Visitas técnicas periódicas dos órgãos de monitoramento e avaliação para verificar conservação, uso e integração com as atividades do serviço.
• Reuniões do CMDCA e CMAS com bases de documentos da PSB e PSE e Programa Criança Feliz.

Indicadores de Avaliação:
• número de playgrounds instalados;
• número estimado de crianças beneficiadas;
• utilização dos espaços pela comunidade;
• realização de atividades comunitárias nos locais;
• conservação dos equipamentos;
• satisfação das famílias e usuários;
• fortalecimento da convivência comunitária.

Nome do Técnico responsável pela elaboração do projeto	KELI CAROLINE DE CAMPOS
Telefone	(46) 99942-2866
E-mail	Kelic3028@gmail.com
Formação / Registro no Conselho	PEDAGOGA

Chopinzinho-PR, 22 de setembro de 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALI
Nome do Gestor Municipal

KELI CAROLINE DE CAMPOS
Nome do Gestor da Pasta vinculada a Política da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:8F4907E3

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90057/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA UTILIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90057/2026 (SRP 987503 - 21/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 06 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual de Aquisição de Material Esportivo para utilização do Departamento Municipal de Esportes. Valor máximo estimado: de R$ 591.175,27 (quinhentos e noventa e um mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos). Gênero: Material de consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:14AB40ED

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 39/2026 - TERMO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 39/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 168/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 4.801/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição."

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº

3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**, com sede na Avenida das Torres, n° 1680, bairro São Cristóvão, CEP: 83.040-300, na cidade de São José dos Pinhais, Paraná inscrita no CNPJ sob o nº 05.035.532/0004-20, Telefones (43) 3377-1228, (47) 9634-8995, (43) 99192- 0204, E-mail: licitacoes@grupometronorte.com.br, neste ato representada pelo Senhor Assaad Fares Abou Nabhan, inscrito no CPF sob n° 108.994.489-68, portador da Cédula de Identidade nº 1.311.724/SSP-PR.

DO OBJETO
Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, na Condição de Órgão não participante, para Aquisição de 01 Veículo tipo Pick Up (item 11 da ARP).

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Assistencia Social, Mulher e Direitos Humanos.

Gestão/Unidade:	08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL - FMAS
Fonte de Recursos:	162 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS
Programa de Trabalho:	0824500081.035 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Assistência
Elemento de Despesa:	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Desdobrado:	3023 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
A presente contratação tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo Chevrolet Montana 1.2 Turbo, transmissão manual, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, na condição de órgão não participante, com utilização de recursos provenientes do Estrutura SUAS, visando à ampliação e ao fortalecimento da frota utilizada na execução da Política Municipal de Assistência Social.
A aquisição justifica-se pela necessidade de fortalecer a estrutura operacional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Chopinzinho, proporcionando melhores condições materiais e logísticas para a execução dos serviços, programas, projetos, benefícios e demais ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal responsável pela Política de Assistência Social e por seus respectivos equipamentos.
A execução dos serviços socioassistenciais não se restringe aos atendimentos realizados no interior das unidades públicas, demandando constantes deslocamentos das equipes para a realização de visitas domiciliares, busca ativa, acompanhamento de indivíduos e famílias, atividades comunitárias, ações descentralizadas nos territórios, reuniões intersetoriais, capacitações, encaminhamentos e demais atividades externas inerentes ao trabalho social desenvolvido no âmbito do SUAS. Nesse contexto, a disponibilidade de veículos em quantidade adequada constitui importante instrumento para assegurar a continuidade, eficiência e abrangência territorial dos serviços socioassistenciais. A ampliação da frota permitirá maior autonomia às equipes, reduzirá conflitos de agenda relacionados ao compartilhamento dos veículos existentes e proporcionará maior capacidade de resposta às demandas apresentadas pelos usuários e famílias acompanhados pela rede socioassistencial.
O veículo será destinado ao uso institucional no âmbito do SUAS, podendo ser utilizado para o deslocamento de servidores e equipes técnicas no desempenho de suas atribuições, bem como para o transporte de usuários quando necessário à execução das ações e serviços socioassistenciais, sempre observadas as finalidades públicas e as normas aplicáveis.
A opção pelo veículo Chevrolet Montana 1.2 Turbo, transmissão manual, mostra-se adequada às necessidades da Administração em razão de sua característica utilitária e de sua versatilidade operacional, permitindo não apenas o deslocamento de servidores e usuários, mas também o transporte de materiais, equipamentos, benefícios, gêneros e demais insumos necessários ao funcionamento dos serviços e à realização das ações do SUAS. Dessa forma, sua configuração possibilita utilização em diferentes atividades da Política de Assistência Social, reunindo mobilidade das equipes, capacidade de transporte e apoio logístico.
A aquisição será custeada com recursos provenientes do Estrutura SUAS, destinados ao fortalecimento e à melhoria das condições estruturais necessárias à oferta dos serviços socioassistenciais. A aquisição de veículo destinado às atividades da Política de Assistência Social representa investimento na estrutura operacional necessária ao adequado funcionamento e execução das ações do SUAS, considerando que a mobilidade das equipes e o suporte aos atendimentos externos constituem elementos relevantes para que os serviços públicos socioassistenciais alcancem os usuários e famílias nos diferentes territórios do Município.
Dessa forma, o veículo adquirido deverá permanecer vinculado às finalidades do SUAS, sendo utilizado em atividades relacionadas aos serviços, programas, projetos, benefícios e demais ações socioassistenciais, de acordo com a programação, finalidade e regras aplicáveis aos recursos transferidos ao Município.
A aquisição será realizada mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, na condição de órgão não participante. A utilização da referida ata apresenta-se como alternativa administrativa adequada para atendimento da necessidade identificada, desde que demonstrado no processo administrativo que o veículo registrado atende às necessidades da Administração e que o preço registrado permanece compatível com os valores praticados no mercado.
No âmbito da Política de Assistência Social, a aquisição encontra respaldo também na Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que disciplina a organização da assistência social e estabelece as bases do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A aplicação dos recursos deverá observar, ainda, as normas específicas do Estrutura SUAS, o instrumento de transferência dos recursos ao Município, a respectiva programação e as demais orientações aplicáveis ao financiamento da Política de Assistência Social.
Diante do exposto, justifica-se a aquisição de 01 (um) veículo Chevrolet Montana 1.2 Turbo, transmissão manual, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA, na condição de órgão não participante, com recursos provenientes do Estrutura SUAS, considerando que a aquisição permitirá ampliar e qualificar a frota destinada à Política Municipal de Assistência Social, proporcionando melhores condições para o deslocamento de servidores e usuários, realização de atividades externas, transporte de materiais e apoio logístico aos serviços, programas, projetos, benefícios e demais ações desenvolvidas no âmbito do SUAS, atendendo ao interesse público e contribuindo para maior eficiência, continuidade e qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população.
A adesão à Ata de Registro de Preços também representa solução administrativa mais eficiente e econômica, uma vez que aproveita procedimento licitatório já concluído, preservando a competitividade obtida no certame e evitando a realização de nova licitação para objeto com especificações plenamente compatíveis com as necessidades do Município.
Diante do exposto, verifica-se que a adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA, para aquisição de 01 (um) veículo Chevrolet

Montana 1.2 Turbo, modelo 2026/2026, junto à empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, mostra-se plenamente justificada sob os aspectos da legalidade, conveniência, oportunidade, eficiência e economicidade, atendendo ao interesse público e às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos de Chopinzinho/PR.
Considerando o Art. 74 da Lei 14.133/2021, caput: "É inexigível a licitação quando inviável a competição".
Por fim, registra-se que os preços unitários dos itens contratados se encontram compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pela documentação fiscal e orçamentária anexada ao processo.

Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

NEIDE PASQUALI
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:BBF00EA3

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 40/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 308/2026

Espécie: Extrato do Contrato n° 308/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Horus - Desenvolvimento Profissional Ltda. CNPJ: 59.048.127/0001-23. Objeto: Contratação de Serviços de Capacitação para Servidores Municipais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF). Valor: R$ 4.710,00 (quatro mil, setecentos e dez reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 40/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2112 - 3051) Fonte: (934 – 5589). Data da assinatura: 22/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Thiago Augusto Mercado, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:354B478A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 40/2026 - TERMO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 176/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 5.098/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
[...]
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **HORUS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.048.127/0001-23, com sede na Rua Herculano Nunes Teixeira, nº 105, Bairro Budag, no município de Rio do Sul – Santa Catarina, CEP: 89.165-478, neste ato representada legalmente pelo Senhor Thiago Augusto Mercado, portador do CPF nº 090.536.759-65 e do RG 4.931.665 SSP-SC.

DO OBJETO
Capacitação servidores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF)

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 4.710,00 (quatro mil, setecentos e dez reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 3 (três) meses, contados da data de assinatura do Contrato.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos.

Gestão/Unidade:	8.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL – FMAS 08.03 - FUNDO MUN. DTOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Fonte de Recursos:	934 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA SUAS 5589 - FIA - Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adol
Programa de Trabalho:	0824500082.043 - Bloco da Proteção Social Básica 0824300096.002 - Ações de promoção, defesa e direitos da Criança e Adolescente
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Desdobrado:	2112/3051 - SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Nota de Empenho:	Não Se Aplica

DA JUSTIFICATIVA
A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços especializados de capacitação presencial para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com foco na elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF, em conformidade com as normativas, orientações técnicas e diretrizes vigentes da política de assistência social.
A necessidade da contratação está relacionada à importância da formação continuada dos profissionais que atuam na política de assistência social, especialmente daqueles que desenvolvem o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. O acompanhamento familiar é uma importante estratégia de trabalho no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial e, para que seja realizado de forma adequada, exige dos profissionais conhecimentos técnicos, metodológicos e normativos, além da capacidade de aplicar esses conhecimentos às diferentes situações encontradas no cotidiano dos serviços.
Nesse sentido, o Plano de Acompanhamento Familiar – PAF é um importante instrumento de organização do trabalho das equipes, pois permite registrar, planejar, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas com cada família. Sua elaboração deve considerar as necessidades, demandas, vulnerabilidades, potencialidades e objetivos identificados durante o acompanhamento, bem como os compromissos assumidos pelos envolvidos. Quando utilizado de forma adequada, o PAF contribui para que o acompanhamento seja mais organizado, contínuo, individualizado e direcionado às reais necessidades das famílias.

Diante disso, torna-se necessária a oferta de uma formação específica que possibilite aos trabalhadores compreender não apenas os aspectos normativos relacionados ao PAF, mas também sua aplicação prática no dia a dia dos serviços socioassistenciais. A capacitação deverá abordar as diferentes etapas do acompanhamento, desde a identificação das necessidades e o planejamento das ações até o estabelecimento de objetivos e metas, definição de estratégias, registro das atividades, monitoramento dos resultados, revisão do plano e avaliação dos avanços e dificuldades encontrados ao longo do processo

A contratação de empresa ou instituição especializada mostra-se adequada diante da necessidade de contar com profissionais que possuam conhecimento específico e experiência na área da política de assistência social, especialmente em relação ao SUAS, ao trabalho social com famílias, ao acompanhamento familiar e aos instrumentos de planejamento e avaliação. É importante que a capacitação seja conduzida por profissionais com qualificação técnica e experiência compatíveis com o objeto contratado, possibilitando uma abordagem que una conhecimento teórico e situações práticas relacionadas à realidade dos serviços municipais.

A escolha pela modalidade presencial também se justifica pelas características do conteúdo a ser trabalhado. A formação proposta envolve atividades práticas, discussão de situações vivenciadas pelas equipes, análise de casos, utilização de instrumentos e construção coletiva de estratégias para aprimorar a elaboração e a execução dos Planos de Acompanhamento Familiar. A interação direta entre os participantes e os profissionais responsáveis pela capacitação favorece o esclarecimento imediato de dúvidas e permite que os conteúdos sejam relacionados às situações concretas enfrentadas pelos trabalhadores.

Além disso, a capacitação presencial proporciona um espaço importante para a troca de experiências entre os profissionais, possibilitando a identificação de dificuldades comuns e a construção conjunta de alternativas que possam ser aplicadas à realidade dos serviços socioassistenciais do Município.

A capacitação deverá contemplar, preferencialmente, os seguintes conteúdos:

fundamentos e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS relacionados ao acompanhamento familiar;

organização e desenvolvimento do trabalho social com famílias;

conceitos, objetivos e finalidade do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF;

identificação e análise das demandas, vulnerabilidades, riscos, potencialidades e recursos das famílias;

elaboração do diagnóstico e definição das prioridades de acompanhamento;

construção de objetivos, metas, estratégias e ações do PAF;

pactuação do plano com a família e definição das responsabilidades dos envolvidos;

articulação do acompanhamento familiar com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;

formas adequadas de registro e documentação do acompanhamento;

acompanhamento e monitoramento da execução do PAF;

indicadores e parâmetros para acompanhamento dos resultados;

avaliação dos avanços, dificuldades e resultados alcançados;

revisão e atualização do Plano de Acompanhamento Familiar;

estudos de caso e atividades práticas relacionadas à realidade dos serviços do SUAS;

orientações para o aprimoramento dos processos de trabalho das equipes.

A realização da capacitação deverá contribuir para o fortalecimento das competências técnicas dos trabalhadores do SUAS, proporcionando maior segurança e qualidade na elaboração e execução dos Planos de Acompanhamento Familiar. Espera-se também contribuir para a melhoria dos registros, do planejamento das ações profissionais e dos processos de monitoramento e avaliação desenvolvidos pelas equipes.

Como resultado, busca-se ampliar a capacidade dos profissionais para elaborar e executar Planos de Acompanhamento Familiar de forma planejada, individualizada e coerente com as necessidades de cada família. A proposta também pretende fortalecer a participação das famílias nas decisões relacionadas ao seu acompanhamento e aprimorar a articulação entre os serviços socioassistenciais e os demais integrantes da rede de proteção social.

A contratação está alinhada ao princípio da educação permanente no SUAS e à necessidade de promover a qualificação contínua dos trabalhadores, contribuindo para o aprimoramento da gestão e da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população. A formação continuada representa, portanto, uma importante ferramenta para fortalecer a atuação das equipes e qualificar o atendimento prestado às famílias e indivíduos acompanhados pela política municipal de assistência social.

Dessa forma, considerando a especificidade do tema, a necessidade de conhecimentos técnicos especializados, o caráter prático da formação e a importância de qualificar os profissionais responsáveis pelo acompanhamento das famílias, justifica-se a contratação de empresa ou instituição especializada para a realização de capacitação presencial sobre elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF, observando as normativas e orientações técnicas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Com base no disposto no Art. 74, da Lei 14.133/2021:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

***III – para contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**, com profissionais ou empresas de notória especialização, **vedada a inexigibilidade** para serviços de publicidade e divulgação.*

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

Justifica-se, portanto, a contratação da empresa Horus Desenvolvimento Profissional LTDA, com CNPJ: 59.048.127/0001-23 em razão de sua longa experiência de atuação na área, com apresentação de atestado de capacidade técnica, bem como da qualificação técnica do profissional indicado para a execução da capacitação, conforme demonstrado no currículo da profissional.

Chopinzinho-PR, 22 de setembro de 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.

Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 22 de setembro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:9DA896D1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1022-2026 - ALTERA TURNO-PADRÃO ANA PAULA SECCO

PORTARIA Nº 1.022/2026

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.830/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o turno de trabalho da servidora Ana Paula Secco, matrícula funcional nº 3624-5, ocupante do cargo de Professor, do período matutino para o período vespertino, a partir de 10 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1.006/2026.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administraçãoe Finanças

CASSIA TRES
Secretária, de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:B8C698C9

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1023-2026 - DESIGNAÇÃO FLAVIA DANIELE RIEDI

PORTARIA Nº 1.023/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.172/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Flavia Daniele Riedi, matrícula funcional nº 766-8, ocupante do cargo de Auxiliar Laboratório, como responsável pelo recebimento, conferência e acompanhamento dos materiais destinados à Secretaria Municipal de Saúde, provenientes do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, bem como pelo controle e acompanhamento do patrimônio pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0CC3F678

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1024-2026 - REVOGA PORTARIA

PORTARIA Nº 1.024/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o despacho 11 e seguintes do Memorando Eletrônico n.º 376/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 22 de setembro de 2026, a Portaria 1.076/2025, que permitia à servidora Emelly Mayara de Oliveira, matrícula funcional nº 3377-0, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos, conforme Decreto 159/2018 e Decreto 325/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E096F98D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1025-2026 - LICENÇA PRÊMIO RAFAEL GUARIENTI

PORTARIA Nº 1.025/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.115/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 30 (trinta) dias ao servidor Rafael Guarienti, matrícula funcional nº 990-3, ocupante do cargo de Motorista, referente ao quinquênio aquisitivo de 03 de abril de 2021 a 02 de abril de 2026, para fruição de 23 de setembro de 2026 a 22 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:70D772DA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1026-2026 - FÉRIAS KELI CAROLINE DE CAMPOS

PORTARIA Nº 1.026/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.192/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Keli Caroline de Campos, matrícula funcional nº 3685-7, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Proteção Social Básica, referente ao período aquisitivo de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, para fruição 23 a 02 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:27160C4B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1027-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR PAULO RICARDO FRANTZ TEIXEIRA

PORTARIA Nº 1.027/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 5.190/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, ao servidor Paulo Ricardo Frantz Teixeira, matrícula funcional nº 2230-1, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF40h, em razão do falecimento de seu pai, pelo período de a 20 a 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BE90F779

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1028-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR LIDIANE AMBROSINI

PORTARIA Nº 1.028/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 5.173/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 02 (dois) dias consecutivos, à servidora Lidiane Ambrosini, matrícula funcional nº 1757-6, ocupante do cargo de Psicólogo 40h, em razão do falecimento de seu pai, pelo período de a 16 e 17 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:4BD973B0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 301/2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 73, DE 28 DE MARÇO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 301, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 73, DE 28 DE MARÇO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O art. 201 do Decreto nº 73, de 28 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 201. A aplicação das sanções previstas nos incisos I a IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc, composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, observada a segregação de funções, que não seja fiscal ou gestor do edital, contrato, ata de registro de preços, termo, acordo ou instrumento congênere objeto da apuração, designada pelo Prefeito Municipal, com atuação perante toda Administração Pública direta e indireta do Município de Chopinzinho.
I – Revogado;
II – Revogado;
III – Revogado.
[...]
§ 5º Revogado;
§ 6º Revogado.

Art. 2º O inciso V do art. 297 do Decreto nº 73, de 28 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 297. .....
[...]
V – previsão das hipóteses de cancelamento do registro de preços do fornecedor, observado o disposto no art. 305 deste Regulamento.

Art. 3º O art. 305 do Decreto nº 73, de 28 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 305. O registro de preços do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – for liberado;
II – descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

§ 1º O disposto no inciso IV do caput deste artigo aplica-se, igualmente, às penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicadas em processos sancionadores regidos por esse diploma.
§ 2º O cancelamento de que trata o inciso IV do caput deste artigo pressupõe que a sanção esteja regularmente registrada nos sistemas oficiais de cadastramento e de sancionamento da Administração Pública e produza efeitos perante a Administração Pública direta e indireta do Município de Chopinzinho, observados os §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os limites da legislação aplicável à época de sua imposição.
§ 3º Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
§ 4º A decisão de que trata o § 3º deste artigo será motivada e considerará os efeitos e o prazo da sanção aplicada, a continuidade da contratação, a existência de cadastro de reserva, a vantajosidade para a Administração e o interesse público.
§ 5º Efetuado o cancelamento do registro de preços, a convocação dos integrantes do cadastro de reserva e, na sua inexistência ou na hipótese de recusa dos convocados, dos licitantes remanescentes observará o disposto no art. 298 deste Regulamento.
§ 6º O cancelamento de que trata este artigo será formalizado por despacho do órgão gerenciador, observado o disposto no art. 307 deste Regulamento.

Art. 4º O § 1º do art. 639 do Decreto nº 73, de 28 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 639. .....
§ 1º A concessão depende necessariamente de licitação na modalidade concorrência, ressalvado procedimento diverso previsto em legislação específica.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 73, de 28 de março de 2023:
I – os incisos I, II e III do caput do art. 201;
II – os §§ 5º e 6º do art. 201.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:607A552B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 84/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 84/2026 de 25/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 612.300,00 (seiscentos e doze mil trezentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	
23 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
33 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
74 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.000,00
77 - 3.1.90.13.00.00	1494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.000,00
490 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.000,00
102 - 3.3.90.46.00.00	1494	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.000,00
491 - 4.4.90.52.00.00	6494	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00
05.001.10.301.0007.2.076.		Manutenção do Programa Saúde Bucal - PSB	
119 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
121 - 3.1.90.13.00.00	1494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
125 - 3.3.90.46.00.00	1494	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.000,00
05.001.10.304.0007.2.014.		Manutenção das atividades de Vigilância em Saúde	
149 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
06.001.08.122.0008.2.020.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
167 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
169 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
176 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0008.2.079.		Manutenção do Piso Paranaense para Assistência Social - PAS	
190 - 3.3.90.32.00.00	5934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.300,00
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0008.6.049.		Manutenção e Encargos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - ECA	
204 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.025.		Manutenção do Ensino Fundamental 1	
267 - 3.3.90.36.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	56.000,00
271 - 3.3.90.47.00.00	01103	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	12.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DE ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001.27.813.0010.2.038.		Manutenção da Secretaria de Esportes	
342 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
355 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
359 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	19.000,00
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
10.001.15.452.0011.2.044.		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	
375 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
378 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	12.000,00
10.001.26.782.0011.2.042.		Manutenção do Serviço de Conservação de Vias Urbanas e Rurais	
385 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
390 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
392 - 3.3.90.47.00.00	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001.20.608.0012.2.045.		Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
398 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
		Total Suplementação:	**612.300,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000 Fonte: 1000	30.000,00
Receita:1.3.2.1.01.11.11.00000000 Fonte: 6494	7.000,00
Receita:1.3.2.1.01.11.24.00000000 Fonte: 5934	4.300,00
Receita:1.3.2.1.01.11.46.00000000 Fonte: 1494	107.000,00
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000	464.000,00
Total da Receita:	**612.300,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:D48AD238

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 87/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná
CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 87/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
4 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
89 - 3.3.90.30.00.00	5494	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
474 - 3.3.90.39.00.00	6494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
05.001.10.302.0007.2.013.		Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS-COMCAM	
134 - 3.3.70.41.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES	18.000,00
05.001.10.303.0007.2.015.		Manutenção da Assistência Farmacêutica	
144 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
Total Suplementação:			**187.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
1 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
86 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
475 - 3.3.90.30.00.00	6494	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
93 - 3.3.90.34.00.00	5494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	20.000,00
96 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
Total Redução:			**187.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:7C41C57F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 94/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná
CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 94/2026 de 18/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1145/2026 de 14/09/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
357 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
10.001.26.782.0011.2.042.		Manutenção do Serviço de Conservação de Vias Urbanas e Rurais	
385 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Total Suplementação:			**150.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE	

		AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001.20.608.0012.2.045.		Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
405 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
Total Redução:			**150.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:59F41209

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU
RESOLUÇÃO 005/2026 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CMDCA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação da Comissão Intersetorial da Primeira Infância do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e na legislação municipal que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos fundamentais;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a doutrina da proteção integral e a prioridade absoluta na garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas às crianças na primeira infância;
CONSIDERANDO especialmente o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 13.257/2016, que estabelecem a abordagem e a coordenação intersetorial das políticas públicas destinadas à primeira infância e preveem a instituição, nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de instância intersetorial destinada à articulação das ações de proteção e promoção dos direitos das crianças na primeira infância;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.574, de 5 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância e estabelece como finalidade a coordenação intersetorial e integrada das políticas destinadas às crianças na primeira infância, em articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 19.173, de 18 de outubro de 2017, que dispõe sobre a organização da Política da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação permanente entre as políticas públicas municipais responsáveis pelo atendimento às crianças de 0 a 6 anos e suas famílias;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano Municipal pela Primeira Infância de Cruzeiro do Iguaçu, com vigência para o período de 2026 a 2036;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião realizada em 08 de setembro de 2026, conforme Ata nº 009/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica criada a **Comissão Intersetorial da Primeira Infância do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR**, como instância de articulação das políticas públicas municipais destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças na primeira infância.
Art. 2º A Comissão Intersetorial da Primeira Infância terá como finalidade fortalecer a atuação integrada das políticas públicas municipais e acompanhar a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Cruzeiro do Iguaçu, para o período de 2026 a 2036.
Art. 3º A Comissão Intersetorial da Primeira Infância será composta por representantes das seguintes políticas públicas municipais:
I – **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa**;
II – **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**;
III – **Secretaria Municipal de Saúde**.
§ 1º Cada política pública indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente.
§ 2º A indicação dos representantes deverá considerar, preferencialmente, profissionais com atuação relacionada à primeira infância, planejamento, gestão, acompanhamento de indicadores ou execução das ações previstas no PMPI.
§ 3º Os representantes da Comissão serão formalmente designados por ato do Poder Executivo Municipal.
Art. 4º Compete à Comissão Intersetorial da Primeira Infância:
I – promover a articulação permanente entre as políticas municipais de Assistência Social, Educação e Saúde nas ações relacionadas à primeira infância;
II – acompanhar a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Cruzeiro do Iguaçu 2026–2036;
III – acompanhar a execução dos objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidos no PMPI;
IV – sistematizar as informações e os indicadores produzidos pelas políticas públicas municipais relacionados à primeira infância;
V – identificar avanços, dificuldades, desigualdades territoriais e situações que possam comprometer o alcance das metas estabelecidas;
VI – propor estratégias de integração entre serviços, programas, projetos e ações municipais destinados às crianças de 0 a 6 anos e suas famílias;
VII – estimular o compartilhamento de informações entre as políticas públicas, respeitadas as normas de sigilo e proteção de dados;
VIII – acompanhar a compatibilização das ações previstas no PMPI com os instrumentos municipais de planejamento e orçamento, especialmente o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
IX – coordenar o processo de monitoramento formal do PMPI;
X – elaborar, a cada ciclo de monitoramento, o **Relatório Bienal de Monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância**;
XI – propor, quando necessário, adequações das estratégias de execução diante das alterações da realidade municipal, dos indicadores, da legislação ou da organização das políticas públicas;
XII – articular-se com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais conselhos municipais relacionados às políticas de atendimento à primeira infância;
XIII – contribuir para a divulgação dos resultados da implementação do PMPI;
XIV – promover e apoiar estratégias de participação das famílias, da sociedade e, mediante metodologias adequadas à idade e ao

desenvolvimento, das próprias crianças nos processos relacionados à implementação e avaliação do PMPI.
Art. 5º O acompanhamento das ações e indicadores do PMPI será realizado continuamente pelas políticas públicas responsáveis, cabendo à Comissão Intersetorial realizar o **monitoramento formal bienal** da execução do Plano.
§ 1º As Secretarias integrantes da Comissão deverão disponibilizar, nos períodos definidos para monitoramento, as informações, registros e indicadores necessários à avaliação das metas sob sua responsabilidade.
§ 2º A Comissão consolidará as informações no Relatório Bienal de Monitoramento do PMPI, contendo os resultados alcançados, a situação das metas, os indicadores disponíveis, as dificuldades identificadas e, quando necessárias, propostas de adequação das estratégias.
Art. 6º Os resultados de cada ciclo de monitoramento deverão ser apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e posteriormente à sociedade, por meio de **Audiência Pública realizada no ano subsequente à conclusão do respectivo ciclo**, conforme estabelecido no Plano Municipal pela Primeira Infância.
Art. 7º A Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos públicos, Conselho Tutelar, conselhos municipais, instituições, organizações da sociedade civil, profissionais e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para participar de reuniões ou discussões específicas, sempre que a matéria exigir conhecimento ou atuação de outras áreas.
Art. 8º A coordenação da Comissão Intersetorial será definida no ato de designação de seus membros pelo Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 7º, § 1º, da Lei Federal nº 13.257/2016.
Art. 9º A participação na Comissão Intersetorial da Primeira Infância será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 10. A Comissão deverá estabelecer calendário de reuniões compatível com suas atribuições e com o processo de acompanhamento e monitoramento do PMPI.
Art. 11. Os casos omissos relacionados ao funcionamento da Comissão serão analisados pela própria Comissão, em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o órgão municipal responsável pela coordenação.
Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu/PR, 08 de setembro de 2026.

MARIA COUSSEAU
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cruzeiro do Iguaçu/PR

Publicado por:
Renata Cristina Curzel
Código Identificador:176F812B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6605-2026

DECRETO Nº 6605/2026

Decreta estabilidade servidora concursada.

Alvir Guyss, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art. **41º** da Constituição Federal combinado com o Art.**15º** da Lei Municipal nº **073/1994**.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a estabilidade da servidora nomeada mediante **CONCURSO PÚBLICO** e, que completou três **(03)** anos de efetivo exercício, conforme abaixo descrito:

NOME:	RG:	DATA ADMISSÃO
SUELEN APARECIDA DA SILVA GODOIS DE ALMEIDA	9.701.***-*	19/09/2023

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

ALVIR GUYSS
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:EFD4C024

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6606-2026

DECRETO Nº 6606/2026

Decreta estabilidade servidora concursada.

Alvir Guyss, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art. **41º** da Constituição Federal combinado com o Art.**15º** da Lei Municipal nº **073/1994**.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a estabilidade da servidora nomeada mediante **CONCURSO PÚBLICO** e, que completou três **(03)** anos de efetivo exercício, conforme abaixo descrito:

NOME:	RG:	DATA ADMISSÃO
CLENIR FURST DIDOMENICO	9.871.***-*	22/09/2023

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

ALVIR GUYSS
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:1BBCB18F

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6607-2026

DECRETO Nº 6607/2026

Nomeia Comissão Intersetorial da Primeira Infância doMunicípio de Cruzeiro do Iguaçu – PR.

Alvir Guyss, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a determinação do Art. 3º da Resolução 005/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Intersetorial da Primeira Infância do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, composta pelos seguintes membros:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E PESSOA IDOSA

a) Titular: Gizeli Dieni Gesser Gonçalves
b) Suplente: Renata Cristina Curzel

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
a) Titular: Margarete Inês Cappellesso Viganó
b) Suplente: Eliane Tatsch Guglielmello

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
a) Titular: Kettelin Ramos
b) Suplente: Luciane Tozetto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
ALVIR GUYSS
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:FD39A16B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8145-2026

PORTARIA Nº 8145/2026

Concede DIÁRIA.

Alvir Guyss, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Assistência Social, conforme segue:

Servidora: **GIZELI DIENI GESSER GONÇALVES**
Função: **Diretora de Vigilância Socioassistentencial**
Cidade: **Curitiba - PR**
Datas: **28/09/2026 a 01/10/2026**
Quantidade de Diárias:**03 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 1.333,38**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 50% = R$ 222,23**
Justificativa: **Curso de qualificação e fortalecimento da Vigilância Socioassistencial no SUAS. Capacitação Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná 2026.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Não**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

ALVIR GUYSS
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:5978AE65

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1611

LEI ORDINÁRIA Nº 1611/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar área de terra de sua propriedade à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR para desenvolvimento de programa habitacional e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas a famílias com renda mensal estabelecida no âmbito das políticas habitacionais do governo federal e/ou estadual, fica autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, o imóvel abaixo descrito:
I – Lote Urbano nº 29 (vinte e nove) – Quadra 02 – Matrícula 35.878, com área de 5.800,00m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados), com as seguintes confrontações e limites:
NORDESTE: Por linha seca, confronta com o lote 02, 16F, 16E,16D e 16C da quadra nº 02 medindo 123,94 metros.
SUDESTE: Por linha seca, confronta com a rua projeta 01 medindo 52,52 metros.
SUDOESTE: Por linha seca, confronta como lote nº 28 medindo 16,23 metros e com a rua projetada 01 medindo 62,18 metros.
NOROESTE: Por linha seca, confronta com o lote nº 28 medindo 71,90 metros.
Parágrafo Primeiro: A área encontra-se registrada no 2º Ofício, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, constante da matrícula nº 35.878, fls. 01, livro nº 2. Proprietário: Município de Enéas Marques.
Art. 2º. O imóvel descrito neste artigo, cuja avaliação alcança R$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), é por esta Lei desafetado de

sua natureza de bem público e passa a integrar categoria de bem dominial.
Art. 3º. A donatária terá como encargo a construção de unidades habitacionais no âmbito de programas habitacionais desenvolvidos pelo governo federal e/ou estadual.
Art. 4º. A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se:
I – a donatária deixar de atender a finalidade determinada no artigo 3º desta Lei;
II – a construção das unidades habitacionais não iniciar em até 48 meses ou não estiver concluída em até 96 meses, cujos prazos serão contados a partir do registro da doação na matrícula do imóvel.
Art. 5º. O imóvel objeto da doação ficará isento do recolhimento dos seguintes tributos municipais:
I – ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
a) quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para a donatária, na efetivação da doação;
b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários.
II – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecer sob a propriedade da donatária;
III – I.S.S.Q.N. – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à donatária e à empresa contratada para execução das moradias, incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura;
IV - Taxas referentes à expedição de alvará de construção, alvará de serviço autônomo e habite-se à donatária e à empresa contratada para execução das moradias;
Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou instrumentos congêneres com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para viabilizar a construção de unidades habitacionais na área descrita no artigo 1º.
Art. 7º. Fica autorizada a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR a selecionar empresa do ramo da construção civil, observando-se a legislação aplicável, para fins de produção de empreendimento habitacional de interesse social, no âmbito de programas desenvolvidos pelo Governo Federal e/ou pelo Governo do Estado do Paraná na área descrita no artigo 1º.
Art. 8º. Fica o Município de Enéas Marques responsável pela execução da infraestrutura não incidente nos custos do empreendimento a ser implementado na área descrita no art. 1º.
Art. 9º. Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS, ENÉAS MARQUES/PR,Em 22 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:535C71F8

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI C 119

LEI COMPLEMENTAR N.º 119/2026

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022, que institui o Código Tributário do Município de Enéas Marques, para disciplinar o parcelamento e o reparcelamento de créditos tributários e não tributários, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º O art. 80 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. O parcelamento de créditos tributários e não tributários do Município, regularmente constituídos, poderá ser concedido na forma e nas condições estabelecidas neste artigo, observado o disposto nesta Lei Complementar e na legislação específica.
§ 1º O parcelamento poderá abranger créditos inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.
§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 02 (duas) URMEM – Unidade de Referência do Município de Enéas Marques.
§ 3º O número máximo de parcelas observará os seguintes limites:
I – até 12 (doze) parcelas, para o débito cujo valor seja igual ou inferior a 340 (trezentas e quarenta) URMEM;
II – até 24 (vinte e quatro) parcelas, para o débito cujo valor seja superior a 340 (trezentas e quarenta) e igual ou inferior a 680 (seiscentas e oitenta) URMEM;
III – até 36 (trinta e seis) parcelas, para o débito cujo valor seja superior a 680 (seiscentas e oitenta) URMEM.
§ 4º O crédito objeto de parcelamento será consolidado na data de sua formalização, mediante a inclusão do principal, da atualização monetária, dos juros de mora, das multas e dos demais encargos legalmente incidentes até essa data.
§ 5º O termo de parcelamento conterá cláusula de reconhecimento e confissão irrevogável e irretratável dos créditos nele consolidados, para fins de pagamento e cobrança.
§ 6º A formalização do parcelamento fica condicionada ao pagamento da primeira parcela, no prazo estabelecido no respectivo termo.
§ 7º O valor das parcelas será atualizado monetariamente, mensalmente, mediante a aplicação do índice previsto no § 1º do art. 90 desta Lei Complementar, desde o mês subsequente ao da consolidação até o mês do respectivo pagamento.
§ 8º O atraso no pagamento de qualquer parcela sujeitará o respectivo valor aos encargos legais previstos no art. 90 desta Lei Complementar, a partir do seu vencimento.
§ 9º O parcelamento será rescindido pelo não pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas.
§ 10. Rescindido o parcelamento, o saldo remanescente será imediatamente exigível, prosseguindo-se na cobrança administrativa ou judicial, conforme o caso.
§ 11. O reparcelamento de créditos que tenham sido objeto de parcelamento rescindido em razão de inadimplemento ficará condicionado ao pagamento de entrada, antes da formalização do novo parcelamento, correspondente a, no mínimo:
I – 40% (quarenta por cento) do saldo devedor consolidado dos créditos objeto do reparcelamento, no primeiro reparcelamento;
II – 60% (sessenta por cento) do saldo devedor consolidado dos créditos objeto do reparcelamento, no segundo reparcelamento;
III – 80% (oitenta por cento) do saldo devedor consolidado dos créditos objeto do reparcelamento, no terceiro reparcelamento.
§ 12. É vedada a concessão de novo reparcelamento após a formalização de três reparcelamentos anteriores, relativos aos mesmos créditos ou a créditos que tenham sido sucessivamente abrangidos por parcelamentos rescindidos em razão de inadimplemento.
§ 13. Para fins dos §§ 11 e 12, considera-se reparcelamento cada nova formalização de parcelamento de créditos anteriormente abrangidos por parcelamento rescindido em razão de inadimplemento, não sendo considerados, para esse fim, o parcelamento integralmente quitado ou o requerimento de parcelamento que não tenha sido formalizado.
§ 14. O reparcelamento não prejudica a incidência dos encargos legalmente constituídos até a data da nova consolidação, nem implica restituição, compensação ou reconstituição dos valores anteriormente pagos.
§ 15. Nos casos de parcelamento ou reparcelamento de créditos objeto de execução fiscal, a formalização do respectivo parcelamento dependerá do pagamento integral dos honorários advocatícios de sucumbência devidos, na forma da legislação específica.
§ 16. O parcelamento de créditos objeto de discussão judicial observará, cumulativamente, as condições previstas no art. 165 desta Lei Complementar.
§ 17. Lei específica poderá estabelecer condições diversas das previstas neste artigo para programas especiais de recuperação fiscal, na forma do art. 169 desta Lei Complementar.
§ 18. Os procedimentos necessários à formalização, consolidação e operacionalização dos parcelamentos e reparcelamentos poderão ser disciplinados por regulamento.

Art. 2º O § 1º do art. 164 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Na cobrança da dívida ativa, a autoridade administrativa, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, ou a Procuradoria Jurídica do Município, na hipótese do inciso II, poderá, mediante solicitação da parte interessada, autorizar o parcelamento do crédito.

Art. 3º O § 2º do art. 164 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º O parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa observará as condições e os limites estabelecidos no art. 80 desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições específicas deste Título e da legislação especial aplicável.

Art. 4º O § 4º do art. 164 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º O parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa será rescindido nas hipóteses previstas no art. 80 desta Lei Complementar, cumprindo à autoridade competente adotar as medidas necessárias à cobrança do saldo remanescente.

Art. 5º Os parcelamentos formalizados anteriormente à vigência desta Lei Complementar permanecerão regidos pelas condições estabelecidas nos respectivos termos até sua quitação ou rescisão.
§ 1º As disposições relativas ao reparcelamento previstas no art. 80 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022, na redação dada por esta Lei Complementar, serão aplicáveis aos requerimentos formulados após sua entrada em vigor.
§ 2º Para fins de aplicação do § 11 do art. 80 da Lei Complementar Municipal n.º 101/2022, todos os reparcelamentos formalizados anteriormente à vigência desta Lei Complementar, relativos aos mesmos créditos ou a créditos sucessivamente abrangidos por parcelamentos rescindidos em razão de inadimplemento, serão considerados como um único reparcelamento anterior.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:9559745B

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI C 120

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2026

Súmula: ALTERA O PERÍMETRO DA ZONA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR N.º 093/2022**.**

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, com base nos instrumentos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e **Art. 137 -** LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2022 - PLANO DIRETOR MUNICIPAL, de 20 de maio de 2022, faço saber que o Conselho Municipal da Cidade autorizou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado por esta Lei o memorial descritivo do perímetro da Área Urbana e as representações cartográficas do Anexo 01 – Mapa do Perímetro Urbano da Sede, e, do Anexo 02 – Memorial descritivo do Perímetro Urbano da Sede, da Lei Complementar Municipal n.º 093/2022, que passa a vigorar com os arquivos em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 22 de setembro 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:76D02FD9

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI C 121

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2026

Súmula: Cria e delimita nova ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. Delimita nova ZI1 – Zona Industrial 01, alterando a Lei Complementar nº. 114/2025, o Anexo 02, que dispõe sobre o USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, revoga disposições contrárias e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, com base nos instrumentos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e **Art. 137 -** LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2022 - PLANO DIRETOR MUNICIPAL, de 20 de maio de 2022, faço saber que o Conselho Municipal da Cidade autorizou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada e delimitada como **ZEIS** – Zona Especial de Interesse Social, a área medindo 54.000,00 m² (cinquenta e quatro mil, metros quadrados), com os pontos de coordenadas que delimitam sua área, conforme segue:

VÉRTICE	E (X)	N(Y)
9	284646,01	7128282,36
100	284643.00	7128247.00
101	284645.00	7128199.00
102	284651.00	7128171.00
103	284656.00	7128141.00
104	284704.00	7128143.00
105	284727.00	7128116.00
106	284509.00	7128083.00
106A	284386.00	7128071.0
106B	284341.00	7128152.00
106C	284323.00	7128235.00

Art. 2º Fica criada e delimitada como **ZI1** – Zona Industrial 01, com os pontos de coordenadas que delimitam sua área, com os Limites e Confrontações, conforme segue:

VÉRTICE	E (X)	N(Y)
P1	284360.40	7128760.63
P2	284436.08	7128680.85
P3	284302.65	7128570.28
P4	284226.01	7128656.46

Art. 3º O ANEXO 02 - MAPA DE USO DO SOLO URBANO - SEDE, da Lei Complementar nº. 114/2025, de 01 de julho de 2025, passa a vigorar com a seguinte apresentação, sendo parte integrante desta lei.

ANEXO 02 – MAPA DE USO DO SOLO URBANO – SEDE

Art. 4º A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 22 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E5CE920E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Município de Fênix ao Senhor MAURO PEREIRA DOS SANTOS.

A Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Municipal nº 25/2021, decreta:

Art. 1º – Fica concedido ao Senhor MAURO PEREIRA DOS SANTOS o Título de Cidadão Benemérito do Município de Fênix, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade fênixense.

Art. 2º – A entrega do título será feita em Sessão Solene, na data de 25/09/2026.

Art. 3º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fênix, 14 de setembro de 2026.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente

JOAO CEZAR DIAS BATISTA
Secretario

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:66115A14

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
294/2026

PORTARIA Nº 294/2026-RH

Sumula: Nomeia conforme habilitação em Processo Seletivo Simplificado (PSS). Edital nº 14/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, ***Senhor Eurípedes Molina Tasca Junior,*** *no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial o contido na Lei Municipal nº 20/2026 de 10 de setembro de 2026.*

RESOLVE:

Art. 1º - *Fica nomeada a partir de 21 de setembro de 2026,* ***DAISA SENA RUBLESKI,*** *no cargo de professor regente temporário, com 20 horas semanais, conforme Edital de convocação 01/2026.*
Art. 2º - *Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 21 de setembro de 2026.*

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Fênix, 22 de setembro de 2026

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:D030CDE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
: DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS (SICX) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, HIPÓTESE DE CREDENCIAMENTO POR MEIO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO DE QUE TRATA O ART. 79, IV, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, OBSERVADO

DECRETO Nº 83/2026.

Súmula: Dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Compras Expressas (Sicx) no âmbito da Administração Pública Municipal, hipótese de credenciamento por meio de comércio eletrônico de que trata o art. 79, IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observado o sistema instituído pelo art. 174, § 3º, VII, da mesma Lei, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no inciso VII do § 3º do art. 174 e no inciso VII do § 1º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Compras Expressas (Sicx), previsto no inciso VII do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamenta o disposto no inciso IV do art. 79 da referida Lei no âmbito da Administração Pública Municipal.
§ 1º As disposições deste Decreto compreendem:
I – Os princípios, definições, diretrizes e parâmetros mínimos aplicáveis à adoção da sistemática de comércio eletrônico por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a contratação de bens e serviços comuns padronizados;
II – A disciplina específica do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.
§ 2º Nos termos do § 2º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá ser disponibilizado para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos.

Das definições

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
I - Sistema de Compras Expressas (Sicx): conjunto de elementos interdependentes destinados ao desenvolvimento e à sustentação das contratações públicas por meio da sistemática de comércio eletrônico de que trata o inciso IV do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, constituindo funcionalidade integrante da infraestrutura de contratações públicas digitais do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 174 da referida Lei;
II - Edital de credenciamento: instrumento convocatório por meio do qual a Administração Pública estabelece as regras, condições e requisitos para que interessados possam se habilitar e integrar um cadastro de credenciados aptos a futuras contratações;
III - Seleção de oferta: indicação eletrônica, pelo usuário comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx, da aquisição de bem ou serviço;
IV - Seleção de oferta singular: seleção de um único item;
V - Seleção de oferta múltipla: seleção de dois ou mais itens;

VI - Seleção de oferta imediata: seleção da melhor proposta para o item no exato momento da indicação;
VII - Seleção de oferta diferida: seleção da melhor proposta para o item em data e hora estipulada pelo usuário comprador, período no qual os fornecedores do item do catálogo serão notificados e poderão realizar ajuste das suas propostas;
VIII - Órgão central: órgão responsável por editar as normas complementares concernentes ao Sicx, disponibilizar as plataformas para sua operacionalização, elaborar os editais de credenciamento e realizar o alinhamento das contratações concernentes ao Sicx ao planejamento estratégico do Município e às leis orçamentárias, podendo se tratar de Secretaria, Departamento ou Setor responsável pela coordenação das compras no âmbito do Município, sem prejuízo da possibilidade de utilização do Sicx por outros órgãos, sejam a ela vinculados ou não vinculados hierarquicamente;
IX - Órgão credenciante: órgão ou entidade delegatária da competência de elaboração dos editais de credenciamento para o Sicx, com a definição dos respectivos objetos e universos de fornecedores;
X - Comprador: órgãos e entidades que recebam atribuição para realizar ordem de compra e formalizar contratações no âmbito do Sicx;
XI - Fornecedor: pessoa física ou jurídica interessada em fornecer bens ou serviços comuns padronizados para a Administração Pública;
XII - Credenciante: órgão responsável pela realização do credenciamento de fornecedores;
XIII - Credenciado: fornecedor que preenche os requisitos necessários para executar o objeto quando convocado;
XIV - Bens e serviços comuns padronizados: bens e serviços cujas características, padrões de qualidade, condições de fornecimento ou execução e critérios de desempenho possam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e disponibilizados em plataformas de comércio eletrônico em larga escala;
XV - Documento de formalização da demanda (DFD): documento elaborado pelo comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx destinado a:
a) justificar a necessidade administrativa;
b) realizar, de acordo com a complexidade da contratação, a indicação simplificada da solução pretendida ou, se avaliado como necessário, elaborar de modo individualizado Termo de Referência (TR), Edital, Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou outros documentos da fase preparatória;
c) delimitar o quantitativo estimado;
d) delimitar as condições essenciais de fornecimento ou execução do objeto;
XVI - Usuário comprador: servidor designado para pesquisar itens no catálogo eletrônico, montar listas de compras e encaminhar carrinhos para aprovação;
XVII - Usuário autoridade: agente público delegatário do ordenador de despesas, designado para aprovar ordens de compra encaminhadas, verificar a regularidade da contratação e concluir o processo de contratação;
XVIII - Plataforma pública de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XIX – Plataforma privada de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 44 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dos artigos 3º e 4º da Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Empresas Estatais);
XX – Operadora: pessoa jurídica que administra a plataforma de comércio eletrônico.

CAPÍTULO II
COMPETÊNCIAS E DESIGNAÇÕES

Art. 3º Compete ao órgão central a coordenação geral do uso das plataformas para funcionamento do Sicx no âmbito do Município, incluindo:
I – A designação dos agentes públicos com perfis de acesso à plataforma;
II – A supervisão do cumprimento deste Decreto pelos demais órgãos;
III – A interlocução com os operadores das plataformas para questões operacionais, técnicas e contratuais; e
IV – A elaboração de relatórios periódicos de uso.

Art. 4º Cada Secretaria ou unidade administrativa compradora designará, entre seus servidores, pelo menos um usuário comprador e um usuário autoridade.
Parágrafo único. A designação dos usuários será formalizada por ato normativo infralegal, comunicando a operadora para habilitação dos respectivos acessos, ou por meio de designação de usuário master, mediante login e senha, na plataforma.

Art. 5º O Município designará, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, gestor e fiscal dos contratos com as plataformas, responsáveis, entre outras atribuições, por:
I – Monitorar os indicadores de nível de serviço da plataforma;
II – Receber e analisar os relatórios periódicos fornecidos pela operadora;
III – Registrar ocorrências e notificar a operadora em caso de descumprimentos; e
IV – Atestar a regularidade da execução contratual para fins de controle interno e externo.

CAPÍTULO III
PLATAFORMAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

Disposições gerais sobre as plataformas

Art. 6º As contratações de que trata este Decreto poderão ser realizadas por:
I – Plataformas públicas de comércio eletrônico; e
II – Plataformas privadas de comércio eletrônico.

Art. 7º O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de comprador, deverá ser precedido de:
I – Em caso de plataforma pública, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Adesão ou instrumentos congêneres;
II – Em caso de plataforma privada, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, sendo vedada a utilização de Termo de Adesão ou instrumentos congêneres que importem manifestação unilateral de vontade.
§ 1º Os instrumentos de formalização de negócio jurídico de que tratam este artigo, qualquer que seja a sua forma, deverão ser assinados pelo Chefe do Poder Executivo ou por pessoa que possua representação legal mediante ato de delegação formal.
§ 2º A validade jurídica dos instrumentos de formalização de negócio jurídico de que trata este artigo requer:
I - Assinatura física com firma reconhecida por autenticidade; ou
II - Assinatura eletrônica, nos termos do art. 4º da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 8º O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de entidade ou órgão comprador, é condicionado às seguintes avaliações:
I - Avaliação jurídica sobre o cumprimento da formalização de negócio jurídico conforme disposto no art. 7º deste Decreto;
II - Avaliação técnica sobre a observância, pela plataforma, dos requisitos de que trata o art. 11 deste Decreto;
III - Avaliação econômica sobre a vantajosidade da plataforma, conforme artigos 14, 15 e 16 deste Decreto.
Parágrafo único. As avaliações de que trata este artigo serão realizadas por meio de Estudo Técnico Preliminar que caracterize o interesse público envolvido na solução adotada em comparação com alternativas disponíveis, sendo permitida a utilização *ad referendum* de ETP realizado por outras pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública direta ou indireta, ou de entidades sem fins lucrativos, caso em que deverá ser ratificado por autoridade competente da entidade ou órgão comprador, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

Art. 9º O poder público poderá cadastrar-se, na qualidade de comprador, em mais de uma plataforma de comércio eletrônico, bem como pesquisar ofertas livremente em quaisquer das plataformas em

que estiver cadastrado, sendo vedadas práticas que restrinjam, direta ou indiretamente, o exercício dessa prerrogativa.

Art. 10. As plataformas de comércio eletrônico são caracterizadas, para fins jurídicos, como meio de contratação, não substituindo as competências dos agentes designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei n. 14.133, de 2021, como agente de contratação, gestor e fiscal do contrato, nem eximindo os agentes públicos de suas responsabilidades legais nas fases de contratação, execução e controle.

Princípios e requisitos mínimos das plataformas

Art. 11. As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, deverão observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, concretizados pelos seguintes requisitos mínimos e obrigatórios:
I – Legalidade, com a conformidade às normas da legislação aplicável, em especial com a Lei nº 14.133, de 2021, e com o presente Decreto;
II – Impessoalidade e igualdade, com a vedação de:
a) qualquer forma de identificação dos fornecedores durante a realização de uma seleção de oferta ou de contato entre compradores e fornecedores antes da homologação da contratação;
b) participação da operadora como fornecedora dos bens ou serviços nela ofertados;
III – Moralidade e probidade administrativa, com a manutenção de Programa de Integridade pela operadora, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021;
IV – Publicidade e transparência, com:
a) manutenção da integração e observância da publicidade dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), aplicando-se, no que couber, as condições e os requisitos estabelecidos nos regulamentos de que tratam o art. 87 e o § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) mecanismos de denúncia e comunicação de indícios de ilícitos ou desconformidades;
V – Eficiência e interesse público, aferidos na forma do art. 8º deste Decreto;
VI – Segregação de funções, não podendo o agente responsável pela seleção da oferta a ser contratada ser o mesmo que autoriza a realização da compra;
VII – Segurança jurídica, com as garantias de:
a) controles de acesso, autenticação e autorização compatíveis com o perfil do usuário;
b) registros e trilhas de auditoria das operações realizadas no sistema, com rastreabilidade das contratações por meios tecnológicos que assegurem integridade e não repúdio dos registros;
c) monitoramento automatizado de transações, comportamentos atípicos ou padrões indicativos de irregularidade;
d) proteção de dados pessoais, com obediência à Lei n. 13.709, de 2018, e designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;
e) pagamento com o recebimento definitivo;
VIII – Competitividade, sendo assegurados:
a) o acesso permanente de fornecedores ao credenciamento por meio de Registro Cadastral Unificado ou edital permanente, sem cláusulas restritivas à participação;
b) a atualização contínua do cadastro de fornecedores;
c) a atualização contínua do catálogo eletrônico de padronização de compras para bens e serviços comuns;
d) adoção de filtros e critérios de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável;
IX – Razoabilidade e proporcionalidade, com a adoção de modelos de custeio vantajosos tanto para o comprador quanto para o fornecedor, com preservação do equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora;
X – Desenvolvimento nacional sustentável, com a adoção ou desenvolvimento de soluções logísticas eficientes que gerem benefícios sistêmicos à população e ao meio ambiente.
§ 1º A integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os padrões de interoperabilidade e as diretrizes do Sicx deverão ser implementados em articulação institucional com o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as disposições do Decreto Federal nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.
§ 2º As disposições previstas neste artigo terão caráter preventivo e corretivo, e poderão ser utilizadas para subsidiar medidas acauteladoras, processos administrativos e ações de aprimoramento do Sicx.

Art. 12. As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, observarão preferencialmente as seguintes diretrizes:
I – Certificações e conformidade: obtenção de certificações técnicas ou apresentação de relatórios de conformidade emitidos por entidade independente, atestando os níveis de segurança, disponibilidade e desempenho da plataforma;
II – Interoperabilidade: integração com sistemas de pagamento, nota fiscal eletrônica e cadastros de fornecedores;
III – Continuidade e contingência: manutenção de plano de continuidade do serviço e de plano de contingência operacional;
IV – Auditorias: permissão para realização de auditorias periódicas de segurança, integridade e desempenho;
V – Avaliação de fornecedores: adoção de mecanismos de avaliação de desempenho e reputação dos fornecedores, com base em indicadores objetivos e verificáveis;
VI – Sanções: auxílio ao ente público com o fornecimento de dados necessários para a parametrização das sanções aplicáveis, em conformidade com a legislação vigente;
VII – Compras compartilhadas: incentivo à realização de compras compartilhadas entre entes públicos, com vistas à obtenção de economia de escala e à racionalização de recursos.

Formas de custeio das plataformas

Art. 13. O custeio das plataformas poderá ocorrer das seguintes formas:
I – Custeio direto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes do orçamento público ou o onerarem diretamente por meio de financiamentos públicos ou privados;
II – Custeio indireto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes dos fornecedores, mediante cobrança de comissões por transação, taxas de assinatura ou outras formas de cobrança;
III – Custeio híbrido: quando o financiamento da plataforma combinar custeio direto e indireto.

Art. 14. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio direto, deverá:
I – Analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções para contratação de bens e serviços comuns padronizados já utilizadas pelo órgão central; e
II – Na hipótese de plataforma própria, comparar os investimentos necessários à sua criação, uso e manutenção com os impactos projetados ao orçamento decorrentes da eventual utilização de plataforma operada por terceiro.

Art. 15. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio indireto, deverá:
I – Analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções já utilizadas pelo órgão central; e
II – Analisar os impactos indiretos da utilização da plataforma ao orçamento público, sendo vedada a utilização de plataformas cujas cobranças impostas a licitantes ou fornecedores sejam excessivas.
Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se excessivas as formas de cobrança que:
I – Frustrem a competitividade ou a isonomia na contratação;
II – Extrapolem:
a) os custos relativos a armazenamento de dados, tráfego, suporte técnico, segurança digital e customizações; e
b) remuneração da operadora e encargos operacionais a ela associados, devendo sempre ser preservado o equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora, além de observado o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021;
III – no caso de comissão por transação, é vedada a cobrança:

a) cujo percentual supere o das comissões de transação habitualmente praticadas no comércio eletrônico privado, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central; e
b) cujo valor, em moeda corrente, independentemente do percentual adotado, seja superior a 10% (dez por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo de economicidade para efeitos deste Decreto;
IV – No caso de taxa de assinatura cobrada exclusivamente para participação em processos licitatórios, é vedada a cobrança cujo valor, em moeda corrente, seja superior a 1% (um por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo para efeitos deste Decreto; e
V – No caso de outras formas de cobrança, são vedadas todas aquelas que violem os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, incluídos os requisitos mínimos e obrigatórios de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto, ou que superem os valores habitualmente praticados no comércio eletrônico privado para cobranças equivalentes, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central.
§ 1º Enquanto não realizada a pesquisa de que trata a alínea "a" do inciso III, considera-se como limite o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da transação.
§ 2º É vedada a utilização do limite de que trata a alínea "b" do inciso III por unidade ou lote de contratação, devendo ele ser considerado:
I - Por oferta de compra singular, no caso de compra de item único;
II - Por oferta de compra múltipla, no caso de compra de mais de um item;
III - Por ente comprador, no caso de compras coletivas ou em consórcio.
§ 3º Sem prejuízo do disposto na alínea "b" do inciso III e no § 1º deste artigo, é permitida a cobrança de comissão de transação mínima, em moeda corrente, para compras de valor ínfimo, assim consideradas aquelas de valor igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor de pequenas compras previsto no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, contanto que esta comissão não seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) deste valor.
§ 4º O limite referido no inciso IV para a taxa de assinatura é considerado para cobrança em periodicidade mensal, devendo ser calculado proporcionalmente em caso de adoção de outras periodicidades.
§ 5º Em condições equivalentes, a comissão de transação deve ser adotada preferencialmente à taxa de assinatura, com vistas ao aumento da competitividade, à maior participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas e à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 16. A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio híbrido, deverá observar, cumulativamente, o disposto nos arts. 14 e 15 deste Decreto.

CAPÍTULO IV
SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS

Art. 17. A participação no Sicx no âmbito do Município presume:
I - Conhecimento sobre as regras deste Decreto;
II - Entendimento de que a plataforma que operar o Sicx deve ser compreendida como ferramenta tecnológica de auxílio, não substituindo as atividades administrativas da Administração Pública na contratação de bens e serviços.

Seção I
Condições de admissão e permanência dos fornecedores

Art. 18. O acesso pelos fornecedores ao Sicx ficará permanentemente aberto, sendo o credenciamento condição para participação nas oportunidades de negócio, não gerando direito subjetivo à contratação.

Art. 19. O interessado em fornecer bens ou prestar serviços à Administração Pública por meio do Sicx deverá requerer o seu credenciamento eletronicamente na plataforma, sendo o credenciamento condicionado a:
I – Cadastro na plataforma, com aceitação dos Termos e Condições de Uso, incluindo autorização do interessado para utilização de seus dados e recebimento de notificações;
II – Apresentação dos documentos de habilitação previstos na Lei n. 14.133, de 2021, realizada mediante integração com o Registro Cadastral Unificado ou mediante outras formas de carregamento de arquivos;
III – A indicação dos bens e serviços fornecidos;
IV – A localidade ou localidades de atendimento.
§ 1º O fornecedor poderá cadastrar ofertas para os objetos de sua linha de fornecimento, indicando, para cada localidade atendida, valores, prazos de entrega e condições de pagamento, conforme critérios, especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e nos parâmetros do Sicx.
§ 2º O cadastro das ofertas poderá se dar por meio de integração com plataformas em que o fornecedor credenciado já ofereça seus bens ou serviços.
§ 3º O fornecedor poderá cadastrar ofertas escalonadas conforme a quantidade de itens demandada para cada objeto para um mesmo local de entrega.

Art. 20. A efetivação do credenciamento dependerá de verificação e habilitação, pela autoridade competente de cada comprador, dos documentos de habilitação e das demais exigências previstas em edital, de acordo com a natureza e as especificidades do objeto da contratação, sendo vedado ao comprador estabelecer requisitos de habilitação adicionais na ordem de compra.
Parágrafo único. Salvo disposição em contrário na estrutura de cargos do Município, o órgão central atuará como órgão credenciante, podendo delegar a competência para outros órgãos, conforme objeto de contratação.

Seção II
Inclusão de bens e serviços e formação e alteração de preços

Inclusão de bens e serviços

Art. 21. A incorporação de objetos ao Sicx observará a padronização definida pelo órgão central em catálogo eletrônico de atualização contínua, com vistas a:
I – Viabilizar a integração com diferentes plataformas de contratação;
II – Permitir estimativas de preços; e
III – assegurar a comparabilidade entre objetos semelhantes.
§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Administração Pública poderá:
I - Adotar para a seleção e a execução de suas contratações catálogo eletrônico de padronização de itens elaborados por outros compradores e disponíveis na plataforma, sendo admitida a adesão integral ou parcial, mediante seleção específica dos itens de interesse;
II - Requisitar a inclusão de novos itens no catálogo eletrônico, desde que demonstrada a necessidade pública e atendidos os requisitos técnicos de:
a) especificação precisa do bem ou serviço comum;
b) justificativa da vantagem econômica ou administrativa;
c) compatibilidade com os padrões de sustentabilidade e inovação tecnológica vigentes.
§ 2º A plataforma poderá disponibilizar mecanismos de inteligência artificial e recursos visuais, como ilustrações e fotografias, para auxiliar o comprador na elaboração ou adesão a catálogo eletrônico, bem como na fundamentação de atos que exijam motivação.

Art. 22. Compete ao comprador selecionar os objetos e características que melhor atendam às suas necessidades, considerando os seguintes aspectos:
I – Atributos dos produtos;
II – Atributos dos fornecedores;
III – Requisitos de sustentabilidade;
IV – Condições e locais de entrega;
V – Rótulos e certificações;
VI – Faixas de preços;
VII – Desempenho; e
VIII – marca.
§ 1º A indicação de marca observará as hipóteses do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º Quando a marca for indicada apenas como referência (art. 41, I), é direito do fornecedor comprovar a qualidade do produto nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

Formação e alteração dos preços

Art. 23. A formação dos preços no Sicx atrela-se às ofertas disponibilizadas pelos fornecedores.

Art. 24. A alteração dos preços pode ser realizada pelos fornecedores, salvo em relação às ofertas já selecionadas.
§ 1º As informações de preço disponibilizadas pelos fornecedores serão atualizadas diretamente na plataforma.
§ 2º A plataforma de Sicx poderá disponibilizar estimativa de preços praticados fora de seu âmbito, caso em que utilizará, dentre outros:
I – Os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
II – Mecanismos de busca automatizada de preços no mercado privado.
§ 3º Para fins de acesso à pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, de que tratam o art. 23, § 1º, V, e o art. 174, § 2º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá integrar-se aos sistemas da Secretaria de Fazenda do Estado e da Receita Federal do Brasil.

Art. 25. Os custos relativos ao frete deverão ser incorporados ao preço dos produtos oferecidos para efeito de julgamento das ofertas.

Seção III
Prazos, métodos para entrega e recebimento dos bens e serviços

Prazos e métodos para entrega

Art. 26. Os prazos de entrega dos bens e serviços serão:
I – Informados pelo fornecedor no momento da inclusão da oferta no catálogo;
II – Compatíveis com a complexidade do objeto e as condições de mercado; e
III – Contados a partir da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.
Parágrafo único. O prazo máximo de entrega para cada categoria de bem ou serviço será estabelecido pelo comprador, e o seu descumprimento sujeitará o fornecedor às sanções previstas neste Decreto.

Art. 27. A entrega dos bens observará o endereço e o horário de funcionamento do órgão contratante, as condições adequadas de acondicionamento e transporte e a documentação fiscal correspondente.

Art. 28. O fornecedor poderá registrar a entrega no Sicx inclusive por meio de transportadores ou operadores logísticos.

Recebimento dos bens e serviços

Art. 29. O recebimento dos bens e serviços será realizado:
I – Provisoriamente, para verificação da conformidade com a especificação e a quantidade contratadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o registro da entrega;
II – Definitivamente, após verificação da qualidade e da quantidade, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, salvo disposição em contrário no edital, respeitado o limite máximo de 30 (trinta) dias.
§ 1º O recebimento definitivo será registrado no sistema pelo gestor do contrato e constitui condição para a liberação do pagamento ao fornecedor.
§ 2º A recusa no recebimento deverá ser fundamentada e registrada no sistema.
§ 3º A ausência de manifestação nos prazos previstos implicará presunção de recebimento tácito.

Art. 30. Os bens e serviços recebidos em desacordo com as especificações contratadas serão rejeitados, total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
§ 1º O recebimento parcial ou a recusa do recebimento deverão ser justificados, com detalhamento do problema identificado.
§ 2º Recusas imotivadas ou inconsistentes poderão impactar a reputação do órgão comprador.

Art. 31. Na hipótese de entrega em desconformidade, com defeito ou divergência em relação ao contratado, ou outro motivo justificado, o fornecedor será responsável pela logística reversa.
§ 1º A responsabilidade pela coleta do bem em desconformidade será do fornecedor, inclusive nos casos de devolução parcial do pedido.
§ 2º A responsabilidade pela coleta de que trata o §1º não impede que o Sicx providencie alternativas visando a ampliar acesso ao sistema, especialmente para os pequenos e médios fornecedores.
§ 3º Mediante acordo, o fornecedor poderá desonerar-se da coleta do bem, que ficará com o comprador para uso, destinação ou descarte, sem a liberação do pagamento ao fornecedor.

Seção IV
Regras de instrução processual e de uso das plataformas

Edital e fluxo de contratação

Art. 32. O edital de credenciamento para as contratações realizadas por meio do Sicx conterá os elementos essenciais previstos na regulamentação aplicável e definirá os limites de utilização do sistema, conforme respectivas linhas de fornecimento, bem como os critérios e condições da contratação.
Parágrafo único. O edital poderá ter vigência indeterminada e ser acrescido de anexos, que incorporarão novos bens e serviços ao Sicx sob o mesmo regramento, admitida a adesão integral ou parcial a edital de outros compradores, mediante seleção específica dos itens de interesse.

Art. 33. A contratação via Sicx observará o seguinte fluxo:
I - Elaboração ou adoção de catálogo eletrônico;
II - Publicação de edital de credenciamento;
III - Credenciamento de fornecedores, o que poderá ocorrer após o julgamento automático pelo sistema no caso de o fornecedor com a melhor oferta ainda estar com o credenciamento pendente de análise;
IV - Pesquisa de disponibilidade do item;
V - Seleção da oferta pelo usuário comprador, a qual poderá ser imediata ou diferida, com julgamento automático pelo sistema, conforme art. 36 deste Decreto;
VI - Envio da oferta selecionada para o usuário autoridade;
VII - Verificação, pelo usuário autoridade, da:
a) regularidade do fornecedor;
b) adequação do preço; e
c) vantajosidade da contratação;
VIII - Aprovação da oferta selecionada, com finalização da compra;
IX - Envio automático, pela plataforma:
a) do processo administrativo para publicação no PNCP, o qual poderá ocorrer automaticamente com o registro de saída da plataforma, quando não realizado manualmente;
b) da ordem de fornecimento ao fornecedor; e
X - Confirmação da entrega do bem ou serviço via plataforma, como condição para liberação do pagamento ao fornecedor.
§ 1º O procedimento de que trata este artigo poderá ser realizado para seleção de oferta singular ou múltipla.
§ 2º Caso o usuário autoridade não aprove a oferta selecionada, deverá, conforme o caso e nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à sua anulação, se presente ilegalidade insanável.
§ 3º O processo administrativo de que trata o inciso IX, alínea “a”, poderá, a critério do comprador, ser publicado no PNCP sob a modalidade de credenciamento ou de inexigibilidade, neste caso com a geração de autos eletrônicos separados para cada contratação.
§ 4º A confirmação de entrega prevista no inciso X deverá ser realizada até o prazo do recebimento definitivo.
§ 5º Para auxílio na realização do fluxo de contratação de que trata este artigo, as plataformas de comércio eletrônico poderão disponibilizar:
a) integrações com a fase preparatória da contratação;
b) opções de campos de tela para confecção ou para carregamento de arquivos externos que sejam necessários à contratação, incluindo a

possibilidade de inserção de DFD, TRR ou ETP nos casos em que a Administração Pública Municipal entender, excepcionalmente, necessários;
c) mecanismos de inteligência artificial para auxiliar na contratação, na fundamentação de atos que o exijam bem como na revisão do processo.

Exibição das ofertas

Art. 34. A plataforma deverá exibir cada item do catálogo em uma janela única, com ilustração e preço, na qual deverão estar reunidas todas as propostas para o respectivo item dos diferentes fornecedores, os quais não poderão estar identificados, sendo vedada a criação de janelas diferentes para o mesmo item de catálogo ou qualquer outra forma que possa identificar o fornecedor, incluindo a exibição de diferentes preços.
§ 1º Na janela única de exibição do item, o padrão adotado para o preço exibido será o da média de preço da oferta.
§ 2º Apenas em casos nos quais a impessoalidade não seja afetada, será admitido padrão diferente para a exibição do preço, como o menor preço da oferta, sendo vedada, em qualquer caso, a visualização de diferentes preços para cada fornecedor.

Ranqueamento das ofertas

Art. 35. A plataforma procederá ao ranqueamento das ofertas habilitadas para o comprador, com base no objeto e nas características selecionadas, critérios de ordenação das ofertas e indicadores de reputação.
§ 1º O ranqueamento de que trata este artigo será realizado de forma automatizada, objetiva e auditável, observados os critérios definidos no edital e na parametrização do sistema.
§ 2º Todas as ofertas aptas ao fornecimento do objeto com as características indicadas pelo comprador serão listadas no ranqueamento.
§ 3º Não será considerado apto para fornecer no âmbito do Sicx o fornecedor que, no momento da seleção da oferta, apresente impedimento registrado no sistema de registro cadastral unificado de que trata o art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021, ou que esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade.
§ 4º Os critérios, pesos e metodologias aplicáveis ao ranqueamento serão dinâmicos e ajustáveis pelo órgão central, com o objetivo de:
I - Buscar o encontro das melhores ofertas para cada demanda; e
II – Promover a isonomia e a governança das transações realizadas.
§ 5º Os critérios automatizados de ranqueamento deverão observar transparência, rastreabilidade, auditabilidade e tratamento isonômico dos fornecedores.
§ 6º Em caso de empate, o Sicx aplicará os critérios de desempate previstos no art. 60, incisos II a IV e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 7º Mantido o empate, será realizado sorteio para ordenação das ofertas.

Seleção da oferta

Art. 36. A seleção da oferta mais bem ranqueada independe de justificativa.
§ 1º A seleção de oferta que esteja ranqueada abaixo da primeira dependerá de justificativa.
§ 2º A justificativa de que trata o § 1º poderá lastrear-se, entre outros motivos, em:
I - Legislação aplicável ao órgão comprador;
II - O produto ou serviço não obedecerem às características contidas na requisição de compra;
III - O produto ou o serviço apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;
IV - Experiência pretérita negativa com o mesmo fornecedor ou com o mesmo produto formalmente registradas em mecanismos objetivos de avaliação de desempenho.

Uso das plataformas

Art. 37. A constatação de condutas que violem a integridade do Sicx poderá ensejar, conforme a gravidade e a natureza da infração:
I – Adoção de medidas preventivas ou acauteladoras, inclusive a inativação temporária do credenciamento do fornecedor;
II – Instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
III – Aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021; e
IV – Comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.

Art. 38. A inativação temporária do credenciamento é a providência acauteladora que paralisa temporariamente as atividades do fornecedor no Sicx para assegurar a higidez das futuras oportunidades de negócios.

Art. 39. A inativação temporária poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
I - Caso o fornecedor não mantenha suas informações de cadastro atualizadas ou não aceite as atualizações dos termos e condições;
II - Caso o fornecedor não responda às tentativas de contato em relação a uma oferta cadastrada; e
III - Caso haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) dar causa à inexecução total do contrato;
c) apresentar declaração ou documentação falsa na oferta ou na execução do contrato;
d) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento, prestar declaração falsa em sua oferta ou na execução do contrato;
f) fraudar sua oferta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Sicx; e
i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
IV - Caso o fornecedor já tenha sido condenado por qualquer infração administrativa prevista no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, e haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) não manter a oferta, salvo em decorrência de fato superveniente justificável; ou
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
§ 1º A inativação temporária prevista no inciso I perdurará até que o fornecedor atualize suas informações de cadastro.
§ 2º A inativação temporária prevista no inciso II perdurará até que o fornecedor requeira sua reativação.
§ 3º A inativação temporária prevista nos incisos III e IV perdurará até que se encerre o processo administrativo sancionador, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias e desde que este processo seja iniciado no prazo de 10 (dez) dias após a inativação.
§ 4º Na hipótese dos incisos III e IV, caso o fornecedor venha a ser sancionado com a penalidade de impedimento de licitar e contratar ou com a penalidade de declaração de inidoneidade, o período de inativação temporária será computado na totalização do cumprimento da penalidade.

Art. 40. A inativação temporária ocorrerá da seguinte forma:
I - Será automática e realizada via sistema, no caso do inciso I do art. 39; ou
II - Será comunicada ao fornecedor nas hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 39, com a indicação da ocorrência da hipótese incidente.
§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o fornecedor será notificado por meio da plataforma sobre a intenção de inativação temporária e poderá apresentar manifestação no prazo estabelecido.
§ 2º Realizada a notificação prevista no §1º:
I - Caso o órgão administrador ou comprador acate a manifestação do fornecedor, a inativação temporária não será efetivada; ou
II - Caso o fornecedor não se manifeste ou caso a manifestação não seja acatada, a inativação temporária será efetivada.

§ 3º Nos casos de risco iminente, ou quando a ciência prévia do fornecedor puder frustrar a medida, o órgão administrador ou comprador poderá efetivar a inativação temporária sem a prévia manifestação do fornecedor.
§ 4º Na hipótese do § 3º, o fornecedor poderá manifestar-se após ser notificado da inativação temporária e, caso suas razões sejam acatadas, a inativação temporária será cancelada.

Art. 41. O fornecedor poderá solicitar o seu descredenciamento no Sicx a qualquer tempo, não servindo a mera solicitação para se desincumbir do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

Seção V
Condições de pagamento

Art. 42. O pagamento ao fornecedor será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do bem ou serviço contratado.

Art. 43. O pagamento deverá ser processado com utilização de conta *escrow* ou mecanismo equivalente de segregação em instituição financeira indicada pela operadora, devendo ser liberado apenas após o recebimento definitivo do bem ou serviço contratado, sendo vedada qualquer transferência de valores do comprador à operadora.

Art. 44. Na hipótese de cobrança de comissão por transação, os valores devidos à operadora serão descontados por meio de *split* de pagamento, concomitantemente ao pagamento ao fornecedor, sem que isso configure transferência de valores do comprador à operadora para os fins do art. 43.

Art. 45. As retenções tributárias devidas serão realizadas de acordo com a legislação vigente, com base nas informações constantes da nota fiscal eletrônica emitida pelo fornecedor.
Parágrafo único. Sempre que tecnicamente possível, o comprador e o fornecedor deverão ser previamente informados sobre os valores estimados das retenções tributárias incidentes sobre cada transação.

Seção VI
Sanções aplicáveis

Art. 46. O credenciado ou fornecedor que cometer infrações no âmbito do Sicx ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. O regime sancionatório previsto nesta Seção não se aplica às negociações e aos contratos celebrados sob regime de direito privado.

Art. 47. Constituem infrações puníveis no âmbito do Sicx:
I – Fornecer bem ou prestar serviço em desacordo com as especificações contratadas;
II – Atrasar injustificadamente a entrega ou a prestação do serviço;
III – Não substituir bem rejeitado no prazo estabelecido;
IV – Fraudar a execução do contrato;
V – Comportar-se de modo inidôneo;
VI – Declarar informações falsas; e
VII – Descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

Art. 48. As sanções aplicáveis são:
I – Advertência, por escrito;
II – Multa:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por inexecução parcial;
b) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
c) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do contrato, por atraso injustificado na entrega;
III – Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; e
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º As sanções dos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
§ 2º A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação ao fornecedor, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia, e de decisão fundamentada.
§ 3º Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 4º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 49. A dosimetria das sanções observará:
I – A natureza e a gravidade da infração;
II – As peculiaridades do caso concreto;
III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – Os danos resultantes da infração; e
V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

Art. 50. As sanções aplicadas no Sicx serão registradas no PNCP e no sistema de registro cadastral unificado, nos termos do art. 87 da Lei n. 14.133/2021.

Seção VII
Outras disposições

Planejamento dos compradores públicos

Art. 51. O comprador público poderá realizar planejamento abrangente, indicando os objetos que serão preferencialmente contratados pelo Sicx, até determinado limite.
§ 1º O planejamento abrangente de que trata este artigo deverá assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico do comprador público e às leis orçamentárias, nos termos do parágrafo único do art. 11 da Lei 14.133, de 2021.
§ 2º O planejamento abrangente de que trata este artigo permite a vinculação prévia dos recursos à contratação por meio do Sicx, com a pré-autorização das compras nele planejadas até o limite dos recursos previamente vinculados.

Art. 52. A operacionalização do Sicx observará lógica de simplificação procedimental proporcional ao risco, à complexidade e ao valor da contratação.
§ 1º As contratações realizadas por meio do Sicx ficam dispensadas da elaboração individualizada de Termo de Referência e de instrumento convocatório específico para cada contratação.
§ 2º O Estudo Técnico Preliminar (ETP) somente será exigido em caráter excepcional, quando a natureza da demanda, a complexidade da solução ou o valor da contratação demandarem a avaliação de alternativas disponíveis no mercado ou a apresentação de justificativas técnicas adicionais que não possam ser satisfatoriamente contempladas no fluxo de que trata o art. 33 deste Decreto.
§ 3º Quando exigido, o ETP poderá limitar-se aos elementos estritamente necessários à indicação e ao dimensionamento da solução a ser contratada, observadas as diretrizes de simplificação procedimental definidas pelo órgão central.

Reserva de recursos financeiros ao fornecedor

Art. 53. As contratações realizadas por meio do Sicx observarão os limites orçamentários e a disponibilidade financeira dos órgãos contratantes.

Art. 54. O fluxo financeiro das contratações realizadas no Sicx será estruturado de modo a garantir a vinculação prévia dos recursos à contratação, com retenção do valor correspondente até o recebimento definitivo do objeto.
Parágrafo único. O valor retido de que trata o caput será tratado conforme legislação orçamentária, descontados os custos operacionais.

Reputação dos fornecedores

Art. 55. O Sicx utilizará mecanismos de reputação de fornecedores e de bens ou serviços como instrumentos auxiliares para o ranqueamento das ofertas e para o aprimoramento da qualidade das contratações realizadas em seu âmbito.
Parágrafo único. Os mecanismos de reputação possuem caráter exclusivamente classificatório e informativo, não se equiparando nem se confundindo com sanções administrativas.

Art. 56. Os critérios, métricas e metodologias de cálculo da reputação serão parametrizados pelo órgão central de forma auditável, com possibilidade de revisão periódica.

Art. 57. Será assegurado ao fornecedor:
I - Acesso às informações que compõem sua reputação e a reputação de bens ou serviços que forneçam; e
II - A possibilidade de contestação ou solicitação de revisão dessas informações, nos termos definidos pelo órgão central.

Art. 58. O órgão central avaliará, periodicamente, a reputação dos compradores no âmbito da Administração Pública Municipal, prevendo critérios relativos, entre outros, a:
I – Prazos de pagamento;
II – Recusas de recebimento; e
III – Comportamento na plataforma.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Na hipótese de não haver integração com o registro cadastral unificado, caberá aos fornecedores, como condição de credenciamento, manter seus dados cadastrais atualizados nas plataformas que pretendam utilizar.

Art. 60. Enquanto não disponibilizada a pesquisa de preços de que trata o § 2º do art. 24 deste Decreto, para fins de verificação da adequação e compatibilidade dos valores da contratação, o comprador deverá considerar ofertas disponíveis para bens ou serviços equivalentes em ambiente externo ao Sicx, observada a similaridade das condições padronizadas de fornecimento ou execução, preferencialmente em ambientes de comércio eletrônico, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.
Parágrafo único. A verificação da adequação dos preços deverá considerar, sempre que possível, indicadores institucionais ou meios equivalentes aptos a mensurar os custos administrativos e transacionais decorrentes da realização de procedimento de contratação sem a utilização do Sicx.

Art. 61. Enquanto não disponibilizada a reserva financeira na conclusão da compra de que trata o art. 54, o pagamento será feito segundo o rito ordinário da execução da despesa pública, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, conforme o art. 79, § 1º, VII, alínea “e”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 62. As plataformas que operem o Sicx deverão disponibilizar capacitações para sua utilização, observadas as seguintes condições:
I – Para os agentes públicos dos entes compradores, a capacitação é obrigatória, constituindo requisito prévio para a habilitação dos respectivos perfis de acesso à plataforma; e
II – Para os representantes dos fornecedores, a capacitação é recomendável, sem caráter compulsório.
Parágrafo único. As capacitações de que trata este artigo poderão ser ofertadas em formato presencial, semipresencial ou a distância, devendo seu conteúdo abranger, no mínimo, as funcionalidades operacionais da plataforma e as normas aplicáveis às contratações públicas realizadas por seu intermédio.

Art. 63. A operadora deverá disponibilizar manual operacional de sua plataforma contendo instruções detalhadas sobre o cadastramento de fornecedores, a inclusão de bens e serviços, a realização de contratações, os procedimentos de recebimento e a aplicação de sanções.

Art. 64. Observadas as regras deste Decreto, em especial as avaliações do art. 8º, a Administração poderá contratar e utilizar diferentes plataformas de comércio eletrônico para a realização das contratações de que trata este Decreto.

Art. 65. Compete ao Município, no exercício da autonomia que lhe é assegurada pelos artigos 1º e 18 da Constituição Federal, escolher, de forma motivada, a plataforma ou as plataformas de comércio eletrônico que utilizará para as contratações de que trata este Decreto, observadas as avaliações de vantajosidade do art. 8º.
§ 1º Será considerada nula qualquer disposição ou cláusula, em ato normativo, edital, contrato ou instrumento congênere, que imponha exclusividade para operar em uma plataforma de comércio eletrônico, pública ou privada, ou que restrinja, direta ou indiretamente, a faculdade de o Município se cadastrar em outras plataformas.
§ 2º A disposição ou cláusula que contrarie o disposto no § 1º é nula de pleno direito, não produzindo efeitos perante o Município, sem prejuízo das medidas cabíveis perante os órgãos competentes.

Art. 66. O descumprimento das disposições deste Decreto por servidores municipais implicará responsabilização administrativa nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da Lei n. 14.133, de 2021.
Parágrafo único. Será considerada falta grave, para fins de instauração de processo administrativo disciplinar e apuração de penalidade, a autorização ou realização de contratação de plataforma:
I - Sem a observância das regras previstas nos artigos 7º e 8º deste Decreto;
II - Que não atenda aos princípios e os requisitos mínimos de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto.

Art. 67. As regras deste Decreto aplicam-se, no que couber, às demais hipóteses de credenciamento previstas nos incisos I, II e III do art. 79 da Lei n. 14.133, de 2021, podendo a operadora realizar contratações a elas relativas na plataforma.

Art. 68. O Sicx, no âmbito do Município, observará, no que couber, as diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), bem como os princípios da política de inovação, considerando suas dimensões nacional, regional e local.

Art. 69. Na ausência de regras específicas neste Decreto, aplicar-se-ão subsidiariamente, nesta ordem:
I – As orientações normativas, instruções e atos equivalentes editados pelo órgão central do Município para disciplinar o uso do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal;
II – O Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e os demais atos normativos infralegais editados pelo Poder Executivo federal sobre a matéria, nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicados no que couber e desde que compatíveis com a autonomia municipal assegurada pelos arts. 1º e 18 da Constituição Federal; e
III – Os princípios gerais do direito administrativo e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, aplicáveis por analogia.
Parágrafo único. As orientações normativas de que trata o inciso I serão publicadas pelo órgão central com observância dos princípios da publicidade e da motivação, sendo comunicadas à operadora para fins de adequação operacional da plataforma.

Art. 70. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Fênix, 21 de setembro de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:FED26DB8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.219, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, que autoriza concessões de direito real de uso de sala de imóveis de propriedade do Município a serem concretizadas por meio de procedimentos licitatórios, para adequá-la às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos princípios constitucionais da administração pública.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Autoriza concessões onerosas de uso de salas de imóveis de propriedade do Município a serem concretizadas por meio de procedimentos licitatórios."

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar contratos de concessão onerosa de uso de imóveis de propriedade do Município de Nossa Senhora das Graças, conforme referidos no Anexo Único, em proveito dos vencedores dos respectivos procedimentos licitatórios a serem realizados na forma da Lei.
§ 1º A autorização de que trata o caput não dispensa a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica, avaliação individualizada de cada imóvel, motivação do interesse público, justificativa do prazo de concessão e demais exigências previstas na legislação aplicável.
§ 2º Os contratos de concessão de que trata esta Lei terão natureza onerosa, temporária, resolúvel e intransferível, mantendo-se a propriedade dos imóveis com o Município, e serão regidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis."

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As concessões previstas no art. 1º terão prazo determinado de até 60 (sessenta) meses, admitida a prorrogação por igual período, desde que justificada e demonstrada a vantajosidade para a Administração.
§ 1º Os imóveis concedidos serão destinados exclusivamente ao desenvolvimento de atividades comerciais e de prestação de serviços compatíveis com a localização nas dependências da Rodoviária Municipal de Nossa Senhora das Graças, observadas as disposições legais de atividades permitidas e permissíveis conforme a legislação municipal própria.
§ 2º A alteração da atividade desenvolvida dependerá de autorização prévia do órgão municipal competente, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio público municipal, inclusive com benfeitorias, em caso de exercício de atividades não autorizadas.
§ 3º Fica vedada qualquer forma de preferência ou tratamento diferenciado a antigos ocupantes, locatários ou permissionários na seleção dos futuros concessionários, em respeito aos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e competitividade."

Art. 4º O art. 3º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Constarão obrigatoriamente dos contratos de concessão, além de outras exigências legais e regulamentares, cláusulas relativas a:
I - valor da contraprestação mensal, com critérios objetivos de reajuste e revisão;
II - prazo de vigência e hipóteses de prorrogação;
III - obrigações de conservação, manutenção e restituição do imóvel;
IV - obrigações de obtenção e manutenção de alvarás, licenças e autorizações;
V - obrigações de licenciamento e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
VI - garantias de execução contratual;
VII - reversão dos imóveis ao patrimônio público municipal, inclusive com as acessões e benfeitorias realizadas, nas hipóteses de:
a) paralisação das atividades por mais de 90 (noventa) dias ininterruptos sem motivo justificado;
b) violação fraudulenta de obrigações tributárias;
c) alteração do projeto original ou da atividade autorizada sem aprovação do Município;
d) desenvolvimento de atividades não autorizadas;
e) alienação, cessão, transferência, hipoteca ou penhora dos imóveis ou dos direitos deles decorrentes;
VIII - proibição de alienação, cessão ou transferência, a qualquer título;
IX - sanções administrativas aplicáveis pelo descumprimento das obrigações contratuais, incluindo multa, advertência e declaração de inidoneidade, sem prejuízo das sanções legais;
X - fiscalização permanente pelo Município;
XI - foro e forma de solução de controvérsias."

Art. 5º O art. 4º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As concessões previstas nesta Lei são intransferíveis a qualquer título, não podendo as concessionárias alienar, ceder, hipotecar, penhorar ou transferir os imóveis ou os direitos deles decorrentes a outrem, sob pena de reversão imediata ao patrimônio municipal."

Art. 6º O art. 5º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As concessionárias terão o prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura dos contratos, para ocupar os imóveis e iniciar suas atividades, devendo implementar as atividades autorizadas e comprovar perante a Administração o início efetivo das operações no prazo estipulado."

Art. 7º O Anexo Único da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar substituído pelo Anexo Único desta Lei, com a individualização precisa de cada sala comercial, suas dimensões, área, localização e valor mínimo de referência.

Art. 8º Fica acrescido o art. 6º-A à Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A A licitação para a outorga das concessões de que trata esta Lei observará o seguinte:
I - modalidade: pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
II - critério de julgamento: maior oferta mensal, sobre o valor mínimo fixado com base em avaliação prévia individualizada;
III - fase de habilitação: será exigida a comprovação de requisitos mínimos de capacidade jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira compatíveis com as obrigações contratuais;
IV - publicidade: divulgação em sítio eletrônico oficial e em jornal de grande circulação local, observado o princípio da transparência;
V - o edital definirá o valor mínimo da contraprestação mensal, calculado com base em avaliação técnica prévia que considere a localização, as dimensões, as condições físicas do imóvel e os valores praticados no mercado local;
VI - constarão do edital as condições de ocupação, conservação, licenciamento, fiscalização, reversão e demais obrigações a cargo do concessionário."

Art. 9º O art. 6º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, passa a vigorar como art. 7º e com a seguinte redação:

"Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 1.028, de 10 de agosto de 2023, com a redação dada pela Lei nº __, de __ de _____ de 2026)

Sala	*Localização*	*Área (m²)*	*Atividades Permitidas*
01	*Rodoviária Municipal*	*A definir conforme avaliação*	*Comércio e serviços*
04	*Rodoviária Municipal*	*A definir conforme avaliação*	*Comércio e serviços*
05	*Rodoviária Municipal*	*A definir conforme avaliação*	*Comércio e serviços*

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças (PR), 22 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:52DE106D

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.220, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças, estabelece diretrizes para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem na idade certa, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças - PR, com a finalidade de estabelecer diretrizes, princípios e ações estruturadas e articuladas em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, voltadas à garantia do direito fundamental à alfabetização e à consolidação das aprendizagens dos estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no Estado do Paraná, e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos.

Art. 2º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - a atuação em regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e o Município de Nossa Senhora das Graças para o planejamento e desenvolvimento contínuo das ações de alfabetização;

II - a garantia do direito público subjetivo à alfabetização plena de todas as crianças até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental;

III - a equidade educacional, considerada a superação das desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero no processo de alfabetização;

IV - a valorização da avaliação educacional diagnóstica, formativa e somativa como instrumento contínuo de acompanhamento e intervenção pedagógica;

V - a formação continuada e o aperfeiçoamento profissional permanente dos gestores, coordenadores e professores da rede municipal de ensino;

VI - a gestão pedagógica e a tomada de decisões orientadas por evidências científicas e indicadores educacionais;

VII - a garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos complementares, recursos didático-pedagógicos de apoio e infraestrutura escolar propícia.

Art. 3º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - elevar os padrões de qualidade da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal;

II - assegurar que 100% (cem por cento) das crianças da rede municipal estejam plenamente alfabetizadas em leitura, escrita e cálculo até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental;

III - contribuir de forma efetiva para o cumprimento das metas fixadas no Plano Municipal de Educação e nos planos estadual e nacional de educação;

IV - fortalecer a adoção de práticas pedagógicas estruturadas e baseadas em evidências nas salas de aula;

V - incentivar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e metodologias diversificadas no processo de ensino-aprendizagem;

VI - propiciar a socialização de experiências exitosas, produções textuais e projetos de letramento desenvolvidos no ambiente escolar;

VII - reconhecer, valorizar e disseminar boas práticas pedagógicas e de gestão escolar no âmbito da alfabetização;

VIII - garantir a plena articulação e transição pedagógica harmônica entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 4º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - priorização absoluta da alfabetização até o término do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental em todas as unidades escolares do Município;

II - desenvolvimento integrado das competências e habilidades de leitura, escuta, escrita, oralidade, produção textual e compreensão leitora;

III - assistência e orientação pedagógica permanente às equipes gestoras das escolas municipais;

IV - fortalecimento da gestão pedagógica e da liderança escolar nas unidades de ensino;

V - monitoramento e acompanhamento sistemático e periódico do fluxo e dos níveis de aprendizagem de cada estudante;

VI - planejamento e execução de estratégias eficazes de recomposição das aprendizagens para os estudantes com defasagem no processo de alfabetização;

VII - incentivo sistemático às práticas de letramento e desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;

VIII - fomento à participação ativa das famílias e responsáveis no percurso formativo e na rotina escolar das crianças;

IX - fornecimento de apoio técnico-pedagógico contínuo e estruturado a todas as unidades escolares da rede municipal.

Art. 5º. A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I - as crianças matriculadas na Pré-Escola (4 e 5 anos) da Educação Infantil;

II - os estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), prioritariamente nos 1º e 2º anos e, em caráter de recomposição da aprendizagem, nos 3º, 4º e 5º anos.

Art. 6º. São agentes envolvidos no desenvolvimento e execução da Política Municipal de Alfabetização:

I - gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - equipes pedagógicas e articuladores municipais de alfabetização;

III - diretores e gestores escolares;

IV - professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

V - comunidade escolar, pais e responsáveis pelos estudantes.

Art. 7º. A implementação da Política Municipal de Alfabetização dar-se-á por meio das seguintes ações:

I - definição de orientações curriculares alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Referencial Curricular do Paraná e às metas educacionais mensuráveis do Município;

II - adesão aos programas estaduais e nacionais e oferta regular de formação continuada para os profissionais do magistério e equipes gestoras;

III - distribuição e utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares, específicos para suporte aos professores e estudantes;

IV - estruturação de planos de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens, no turno regular e em jornada ampliada, para atendimento a estudantes com defasagem de alfabetização;

V - aplicação periódica de avaliações diagnósticas e formativas internas, bem como participação nas avaliações externas oficiais em nível estadual e federal;

VI - monitoramento contínuo das trajetórias educacionais, visando assegurar a progressão das aprendizagens em tempo oportuno.

Art. 8º. O monitoramento e a avaliação dos resultados da Política Municipal de Alfabetização observarão os seguintes mecanismos:

I - acompanhamento sistemático dos níveis de proficiência em leitura, escrita e matemática apurados nas avaliações formativas e somativas;

II - fixação, acompanhamento e divulgação de indicadores educacionais da rede municipal;

III - sistematização de dados e relatórios de desempenho individualizados por estudante, turma e escola;
IV - verificação contínua da efetividade das ações pedagógicas e metodológicas aplicadas;
V - utilização periódica dos dados obtidos para o replanejamento curricular e reorganização das práticas de ensino.
Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nossa Senhora das Graças - PR a coordenação, o planejamento estratégico, a articulação institucional e a fiscalização das ações decorrentes da presente Política Municipal de Alfabetização.
Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município, suplementadas se necessário.
Art. 11. O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, as disposições complementares necessárias à fiel execução desta Lei.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Nossa Senhora das Graças (PR), 22 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:CD9F9047

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI Nº1.217/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, e dá Outras Providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) nas seguintes dotações:

06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA URBANA		
06.002.16.482.0005.1.603	- CONSTRUÇÃO DE MORADIAS HABITACIONAIS		
4.4.90.51.00.00	- Obras e Instalações		
31995	- CONSTRUÇÃO MORADIAS HABITACIONAIS	R$	1.300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**1.300.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Excesso de arrecadação no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), conforme tabela abaixo:

Fonte	Descrição	Valor
31995	- CONSTRUÇÃO MORADIAS HABITACIONAIS	R$ 1.300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 22 de Setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:B20A3DBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2026.

Ref: Dispensa nº 13/2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri.

CONTRATADA: 52.527.866 MARIA CELIA COTA CHECO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.527.866/0001-59, sediado(a) na RUA MARIA MESSAGE, Nº 192, SALA 1, CEP: 86.680-000 em Nossa Senhora das Graças/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por MARIA CELIA COTA CHECO, conforme atos constitutivos da empresa.

OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de chaveiro, compreendendo a confecção e fornecimento de chaves, cópias, reposição, conserto, manutenção e substituição de chaves, fechaduras, cilindros e demais componentes correlatos, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, peças, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, conforme condições, especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL: R$ 37.850,00 (trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 22 de SETEMBRO DE 2026

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

FORO: Comarca de Santa Fé – estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças (Pr), 22 de SETEMBRO 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:741191D4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 71/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 26/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº.** 38.408.899/0001-59
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da clausula quinta - Da vigência do contrato até 24/09/2027.** **II – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,786320%, constante na cláusula terceira do Contrato.**
Prazo de vigência	**24/09/2027**
Prazo de execução	**24/09/2027**
Data assinatura	21/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:8FC3CF94

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 72/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 72/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 26/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**JESSICA ULLY MARTINS DE SOUZA – CNPJ nº.** 40.243.279/0001-59
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;**

	I - a prorrogação do prazo constante da clausula quinta - Da vigência do contrato até 24/09/2027. II – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,786320%, constante na cláusula terceira do Contrato.
Prazo de vigência	**24/09/2027**
Prazo de execução	**24/09/2027**
Data assinatura	22/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:DE683C44

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 165/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 165/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.002 – Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339093 – Indenizações e Restituições
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2971 - Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003 - Superavit
Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 7.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 34.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 971 - Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003
Valor do Superávit Financeiro R$: 10.000,00

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Valor do Superávit Financeiro R$: 17.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 27.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.002 – Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 7.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 21 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:4EB1485C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 166/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 166/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2026 – Transposição de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.646, de 17 de outubro de 2025, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 70.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 70.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transposição de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.646, de 17 de outubro de 2025 (LDO 2026), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 339039 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 70.000,00

TOTAL DE RECURSOS TRANSPOSTOS R$ 70.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:8C6EADD5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 - PMSI

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
Processo Adm: Nº 84/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de filmes para exames de raio X.
Empresas vencedoras valor total: R$ 0,00 (Valor não suportado pelo sistema.):
Itens fracassados: 1 e 2

SAUDADE DO IGUAÇU - PR, 22 de setembro de 2026

DIONATAN TREVISAN
Condutor de Processos

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:BB5723E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
PORTARIA Nº 09/2026

RODRIGO PAIVA REZENDE, Presidente da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais inerentes ao exercício do cargo**,**
RESOLVE:
I – Conceder, a requerimento do servidor WAGNER BATISTA CASTILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Legislativo, a conversão em espécie da Licença-Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses, nos termos do art. 37, § 3º, da Lei Municipal nº 705/2018, que dispõe sobre o Sistema de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores do Legislativo do Município de Abatiá.
II – Revogam-se as disposições em contrário.
III – Registre-se e publique-se.
Gabinete da Presidência, 22 de setembro de 2026.

RODRIGO PAIVA REZENDE
Presidente da Câmara Municipal de Abatiá

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:350B0588

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026 REFERENTE AO PROCESSO CARONA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.441/2025 PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - CIMBAJE.

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe referente ao processo CARONA, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.441/2025 PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - CIMBAJE, com objeto: Aquisição de dois veículos utilitários tipo minivan, zero km, onze lugares, marca Citroen, modelo Jumpy, no valor de R$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais) cada**,** totalizando R$ 442.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil reais), da empresa ULTRA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.441.004/0001-64, com sede na Avenida Tiradentes, nº 6611, Jardim Rosicler, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.072-000.

Abatiá – PR, 22 de setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:EC49F654

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 201/2026

Portaria Nº 201, de 22 de Setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao Servidor **RICARDO JOSÉ DE CARVALHO,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** deste Município, **12 (doze)** dias restantes de férias, interrompidas pela portaria nº 095/2025, a partir de **28/09/2026**, com retorno em **10/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 22 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:E5E5DC19

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 202/2026

Portaria Nº 202, de 22 de Setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, a servidora, **MARIA APARECIDA DE ARAUJO PINTO,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendidas entre **2023/2024**, a partir de **13/10/2026,** com retorno em **12/11/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 22 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:E8339577

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMS 09/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABATIÁ

RESOLUÇÃO Nº 09/2026 CMS

SÚMULA: Dispõe sobre as decisões tomadas na 297ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Abatiá.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABATIÁ (CMS), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.080/90, pela lei Federal nº 8.142/90 e pela Lei Municipal nº 22/91.

CONSIDERANDO a deliberação Plenária realizada no dia 22 de setembro de 2026
RESOLVE:
1. APROVAR, Plano Municipal de Contingencia para Enfrentamento da Dengue, Zika Virus e Chikungunya (2026/2027), Atualização conforme Nota Orientativa (NO) nº04/2025/SESA para Níveis de Resposta I e II.

Abatiá, aos 22 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO DE OLIVEIRA PINTO FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Abatiá

Publicado por:
Mara Cristina Carvalho
Código Identificador:4594DD32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 479/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - NILCEIA GALDINO DOS SANTOS

PORTARIA nº 479/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal"

Considerando, o Art. 100 da Lei Municipal 465/94, de 29 de Julho de 1994;
Considerando, o Requerimento Protocolado sob nº 284/2026, de 22 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legais,

Resolve Baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **NILCEIA GALDINO DOS SANTOS**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço público municipal, referente ao período 2019/2024.
Artigo 2º - Fica estabelecido que a servidora gozará de 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, de **22.09.2026 até 20.12.2026.**

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 22 de Setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:A5EA5330

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE nº 15/2026
Processo Administrativo nº 102/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda, de acordo com o disposto no Art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, declaro que fica **RATIFICADA** a Inexigibilidade de Licitação.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação das empresas credenciadas no credenciamento nº 02/2026, para fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção em geral, materiais elétricos e hidráulicos, ferramentas, tintas, ferragens, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, destinados à manutenção, conservação, reparação e adequação dos próprios municipais, tendo como referência a tabela SINAPI/PR, quando aplicável.

CONTRATADAS:

Nº	EMPRESA	DESCONTO TABELA SINAPI/PR	VALOR
1	JFA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ 24.294.771/0001-05	2,3%	R$ 136.666,67
2	ANGELA CRISTINA HENRIQUE LTDA CNPJ 31.012.085/0001-51	2,3%	R$ 136.666,67
3	RODINEI DA ROCHA OLIVEIRA CNPJ 19.692.467/0001-78	2,3%	R$ 136.666,67
4	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CASA GUERREIRO LTDA CNPJ 06.372.701/0001-38	2,3%	R$ 136.666,67
5	MIL FERRAGENS LTDA CNPJ 50.717.948/0001-30	2,3%	R$ 136.666,66
6	COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ANDERLE LTDA ME 79.579.876/0001-94	2,3%	R$ 136.666,66

VALOR TOTAL: R$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais).

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que após o presente expediente devidamente atuado e arquivado.

Agudos do Sul, 22 de setembro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:0D0BAF4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2026 - CONCURSO PUBLICO 2022 - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO 2022

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 109/2022 de 14 de dezembro de 2022, tendo em vista os editais nº 003/2022 da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e nº 004/2023 do Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

CONVOCAR o candidato contido no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ,** a comparecer no período entre **dia 24 de setembro de 2026 a 05 de outubro de 2026, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30** no **Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré**, situado à Travessa Paulo Bini, 27 - Vila Rachel – Almirante Tamandaré– PR para **ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO,** conforme item 14.3 e 14.4 do Edital 003/2022.
O **Anexo II**, deste Edital contém a relação dos documentos necessários para entrega. O candidato deve apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou **CÓPIAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO.**
O candidato deve apresentar a documentação exigida que será encaminhada para realização da Avaliação Médica/ Exame Médico Pré-Admissional, com data a ser estipulada em Edital complementar.
Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso, desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido no edital de convocação. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo do IPMAT até 24 horas após publicação do resultado.
Será eliminado do Concurso Público o candidato que convocado para apresentar os documentos, não comparecer à entrega para análise documental ou não comprovar os requisitos mínimos para contratação no cargo postulante, no momento da convocação, em conformidade com item 15.3 do Edital 003/2022.
O candidato convocado para entrega da documentação poderá, a seu critério, solicitar nesta única fase, o reposicionamento para o final da lista classificatória. Por meio de formulário próprio de Requerimento de Reclassificação ao Final de Lista de Aprovados no Concurso Público, o qual deverá ser efetuado pessoalmente pelo candidato no prazo do item 14.7 Edital 003/2022.
Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.
Em conformidade com o item 17.5 do Edital nº 003/2022, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e** no endereço eletrônico do IPMAT, **https://www.ipmatalmirante.com.br/site/concurso.php.**

Almirante Tamandaré, 22 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2022

Dia 24 de setembro de 2026 a 05 de outubro de 2026.
Horário: 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Class.	Nome do Candidato	R.G.
7º	TAÍS CRISTINA DOMACOSKI DOS SANTOS	XX3136XX / PR

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2022

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Conforme Edital nº 003/2022, item 14.3 "Os documentos pessoais descritos abaixo, deverão ser apresentados no original e fotocópia legível em folha branca A4, frente e verso, sem cortes:

Carteira de Identidade:
CPF próprio;
PIS ou PASEP - se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão;
Título de Eleitor;
Comprovante de votação ou justificativa eleitoral da última eleição;
Certificado de Reservista;
Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 anos e CPF;
Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP
Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal,
Estadual e municipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
Carteira de Trabalho e Previdência Social.
Certidão Negativa Criminal (ORIGINAL) expedida pelo respectivo **Cartório Distribuidor da Comarca (Município)** onde reside;
Certidão Judicial Federal (ORIGINAL) expedida pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php, tipos de certidões: Certidão Judicial Criminal.
Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente;
Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar do Curso, formalmente reconhecido pelo MEC. A Certidão de Conclusão de Curso e o Histórico Escolar, quando apresentados, deverão conter: Nome completo do Curso; Dados do Aluno; Identificação da Instituição com ou sem o emblema; Entidade Mantenedora; Atos Regulatórios (autorização e reconhecimento do Curso);Data da conclusão.

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:B5990DB1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº029/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Artigos 69 e 70, da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, e considerando o Processo de Pensão por Morte nº 0124/2026 de 29/07/2026.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER pensão por morte a DARCI GOVATZKI, inscrito no Registro Geral – CPF nº XX4.601.5XX-72, na condição de cônjuge da servidora aposentada falecida DORACI MANFRON GOVATZKI, ocupante do cargo de Professora – 1º padrão, de forma vitalícia e sem paridade, correspondendo o benefício à cota familiar de 50% (cinquenta por cento), acrescida de 10% (dez por cento) em razão da dependência, totalizando 60% (sessenta por cento), tendo como base de cálculo os proventos que a servidora recebia na condição de aposentada no mês que antecedeu seu falecimento, com fundamento nos artigos 34, 65, 69, 70 e 71 da Lei Complementar nº 095/2021.
Art. 2º Considerando que o óbito da segurada DORACI MANFRON GOVATZKI ocorreu em **17 de junho de 2026**, e que o requerimento administrativo da pensão por morte foi protocolado **após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data do óbito**, o benefício terá como marco inicial para fins de pagamento a **data do requerimento administrativo, ocorrido em 29 de julho de 2026**, nos termos da legislação aplicável.
Art. 3º Fica estipulado como provento mensal da pensão por morte o valor de **R$ 1.791,91 (mil setecentos e noventa e um reais e noventa e um centavos)**, conforme planilha de cálculo de proventos constante à folha 39, com efeitos financeiros a partir de **29 de julho de 2026**.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré, em 02 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:3B20CA80

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº032/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, e considerando o Processo de Aposentadoria nº 0101/2026.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária comum, com proventos calculados pela última remuneração (vencimentos + anuênio), com paridade, com fulcro no Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, à servidora **ANGELITA RODRIGUES SCHULTZ**, brasileira, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, matrícula 1483 (nível e classe EE-36), portadora do RG nº X.X69.844-X e inscrita no CPF sob o nº XXX.484.099-XX.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 5.891,15 (cinco mil oitocentos e noventa e um reais e quinze centavos), constante na planilha de cálculos de proventos folha 53, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201, § 2º da Constituição Federal, a partir de **22 de setembro de 2026.**

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré, em 21 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:07BF488E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 309/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA FUFA PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO:" AQUISIÇÃO DE SONDA VESICAL HIDROFÍLICA MASCULINA Nº 12 PARA ATENDIMENTO DE PACIENTE ACOMPANHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, conforme o interesse da Administração Pública e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021
VALOR: R$ 12.938,40 (doze mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavo)
DOTAÇÃO DESCRIÇÃO
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00-1000 Material de Consumo 173
DATA DA ASSINATURA:18/09/2026.

Almirante Tamandaré, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:201EC2EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO TERMO DE FOMENTO 005/2026

RATIFICAÇÃO

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026

PROTOCOLO 0018.00015991/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato, **RATIFICA o TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026**, cujo objeto é "**FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO PARA REPASSE DE DOAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA PROJETO BASES QUE TRANSFORMAM: SUSTENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO"**, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA CRISTO REDENTOR,** inscrita no **CNPJ sob o nº 07.983.650/0002-24,** com o valor de repasse de **R$ 130.083,91 (cento e trinta mil e oitenta e três reais e noventa e um centavos),** com o prazo de vigência de 12 (doze) meses. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 22 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:4F29BAD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO

Eu, Marcio Ferreira da Silva, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., nomeado pela Portaria Nº 028/2026, para ocupar o cargo de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, por habilitação em concurso público, declaro para devido fins, que, não ocupo outro cargo ou emprego público e qualquer das esferas de governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebo outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público.

Altamira do Paraná, 23 de setembro de 2026.

_____
MARCIO FERREIRA DA SILVA

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:6B035860

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 028/2026

Súmula: Nomeia servidor aprovado e classificado em concurso público para exercer cargo efetivo no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, Vereador **Sergio Mesquita de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato **Marcio Ferreira da Silva** no Concurso Público nº 001/2026, realizado pela Câmara Municipal de Altamira do Paraná;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2026, por meio do **Edital nº 014/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 04 de agosto de 2026, edição nº 3.587;

CONSIDERANDO o atendimento, pelo candidato, aos requisitos legais exigidos para o provimento do cargo;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir do dia 23 de setembro de 2026, o senhor Marcio Ferreira da Silva, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Serviços Gerais, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de sua aprovação e classificação no Concurso Público nº 001/2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:0FBAD96E

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE

Aos vinte e três dias do mês de setembro de 2026, **em cumprimento às disposições legais e regimentais aplicáveis**, é dada posse, nesta data, ao Sr. Marcio Ferreira da Silva, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., para exercer o cargo efetivo de **Serviços Gerais**, com carga horária de 40 **(quarenta) horas semanais**, em razão de sua aprovação e habilitação no **Concurso Público Municipal realizado em 21 de junho de 2026**, homologado pelo **Edital nº 014/2026**.
O empossado declara, sob as penas da lei, que **conhece as atribuições, responsabilidades e deveres inerentes ao cargo para o qual está sendo empossado**, bem como que tem pleno conhecimento e se compromete a observar e cumprir as disposições do **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Altamira do Paraná**, do

Código de Ética dos Servidores Públicos e demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da função pública.
Declara, ainda, estar ciente de que o exercício do cargo está condicionado ao cumprimento de todas as exigências legais pertinentes, comprometendo-se a desempenhar suas atribuições com **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, zelo e responsabilidade**, no interesse da Administração Pública e da coletividade.
Altamira do Paraná – Paraná, 23 de setembro de 2026.

MARCIO FERREIRA DA SILVA
Empossado

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:F7DC0E8C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A REGIANE APARECIDA SOARES AMARAL, inscrita no CPF sob nº 060.396.919-48, com sede à Avenida Jaime Canet, n° 88, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, CEP nº 85.280-000, neste ato representada por Sra. Regiane Aparecida Soares Amaral.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 070/2025, referente ao item 02, por mais 12 (doze) meses, bem como a aplicação do reajuste previsto contratualmente, permanecendo inalteradas as especificações da prestação de serviços de especialização e desenvolvimento pessoal por meio de rodas de conversa originalmente contratada.
2. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 19 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2027, observadas as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021.
3. DO REAJUSTE DOS VALORES.
Os valores contratuais ficam reajustados mediante aplicação do índice IPCA-IBGE, correspondente ao percentual de 4,997190%, conforme previsão no contrato e no edital com a data base 08/05/2025, e documentação constante do Protocolo Municipal n° 355/2026.
Em decorrência do reajuste, o valor anual anteriormente fixado em R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) passa a ser de R$ 28.349,24 (vinte e oito mil e trezentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).
Para fins de execução contratual, o valor global reajustado será distribuído em 11 (onze) parcelas mensais de R$ 2.362,44 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) e 01 (uma) parcela final de R$ 2.362,40 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), em razão do ajuste de arredondamento necessário para preservação do valor global apurado na memória de cálculo.
4. DO VALOR.
Em razão da prorrogação da vigência e da aplicação do reajuste previsto na Cláusula Terceira, o valor global do presente Termo Aditivo, correspondente ao período de 12 (doze) meses, será de R$ 28.349,24 (vinte e oito mil e trezentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 11 (onze) parcelas de R$ 2.362,44 e 01 (uma) parcela final de R$ 2.362,40, conforme memória de cálculo e critério técnico de arredondamento certificado nos autos.
5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
05.002.12.365.0012.2034 – GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL;
05.002.12.365.0033.2230 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO – EDUCAÇÃO;
08.002.08.243.0023.2074 – ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
08.002.08.243.0023.2224 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS;
08.002.08.243.0033.2231 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRMEIRO – ASSISTENCIA SOCIAL;
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.
6. DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativa n° 070/2025 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente instrumento.
7. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.
E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 18 de setembro de 2026.

Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:CF6D0F9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO N°. 002/2026

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e reparação elétrica e eletrônica veicular, executados sob demanda, para atender à frota de veículos leves e pesados pertencentes à Administração Direta do Município de Anahy/PR, conforme especificações, condições e quantitativos estimados constantes no Edital e em seus Anexos.

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir da publicação deste Edital (inscrições continuamente abertas durante o período de vigência de 12 meses).

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 117.231,00 (cento e dezessete mil, duzentos e trinta e um reais).
Valores Teto Fixados por Hora de Serviço:
Lote 01 (Veículos Pesados): R$ 211,29 / hora
Lote 02 (Veículos Leves): R$ 179,48 / hora
Nota: A contratação se dará por hora técnica trabalhada, sem obrigação de faturamento mínimo ou exclusividade, sendo as demandas distribuídas mediante sistema de rodízio dinâmico.

OBTENÇÃO DO EDITAL:
Internet: www.anahy.atende.net
E-mail: licitacaoanahy.pr@gmail.com

ENDEREÇO PARA ENTREGA/INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Anahy – Departamento de Licitações e Contratos Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, Anahy/PR. Telefone/Contato: (45) 98801-2302

ANAHY – PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:D34C086F

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 080/2026

1 – OBJETO: Concessão de apoio da Administração Pública Municipal para fomento visando atender as ações e o desenvolvimento da Associação Defensores dos Animais de Anahy, através de disponibilização de recursos financeiros para custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

2 – JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:
2.1 – DA NECESSIDADE DO OBJETO: Associação Defensora dos Animais tem como objetivo principal e prioritário o cuidado para com a vida dos animais abandonados através de alimentação, abrigo, higiene, controles de zoonoses, prevenção e controle da procriação de cães e gatos em situação de abandono, aqueles de propriedade das famílias carentes estabelecidas no município de Anahy e os que estão sob a responsabilidade da associação "Defensores dos Animais – ASDA de Anahy".
As doenças mais comuns transmissíveis por animais domésticos, e que a Associação ajuda a prevenir, são: raiva, leishmaniose, micoses, DAG (doença de arranhadura do gato), sarna sarcóptica, criptococose, brucelose, lepstospirose, bicho geográfico, dipylidium canino, doença de Lyme, criptococose, entre outras.
2.2 – DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO: A decisão do Poder Executivo Municipal eu com base no Art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015 que regulamentam o processo de INEXIGIBILIDADE da realização do Chamamento Público, Conforme artigos:
Art. 31. **Será considerado inexigível** o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
(...)
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que **esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária**, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do A Associação "Defensores dos Animais – ASDA de Anahy" se enquadra no conceito de OSC possuindo local físico adequado para a parceria, com a finalidade de resgatar os animais em situação de maus-tratos e abandono para tratar, cuidar e direcionar para o processo de adoção, de acordo com o estabelecido pela legislação permissiva para a INEXIGIBILIDADE ao chamamento público.
A formalização desta parceria se dará por meio de Termo de Fomento, instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público recíproco propostas pela administração pública que envolva transferência de recursos financeiros.
2.3 – DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS: O Termo de Fomento terá como valor de referência o montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
O montante de recursos financeiros a ser transferido pela Administração Pública corresponderá à manutenção da ASDA com: Aquisição de alimentos medicamentos, materiais de limpeza e produtos para higiene dos animais e serviço veterinário.
2.4 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Nos procedimentos administrativos para formalização das parcerias, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação previstos art. 33 da Lei nº 13.019/2015:
2.5 – CONCLUSÃO: Em razão disso, e por considerar presente os requisitos do artigo 1°, da Lei 13.019/2014, **justifico a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO público**, para formalizar o presente Termo de Fomento, nos termos da minuta do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho aprovado, com **A ASSOCIAÇÃO "DEFENSORES DOS ANIMAIS – ASDA DE ANAHY".**

Anahy, 22 de setembro de 2026.

CARLOS ANTONIO REIS
Secretário Municipal de Coordenação Geral

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente INEXIGIBILIDADE cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações

Anahy, 22 de setembro de 2026.

MARCUS VINÍCIUS NASCIMENTO REIS
Procurador do Município – Matrícula nº 1162-2/1
OAB/PR nº 69.744

AUTORIZAÇÃO
Autorizo o repasse de recursos e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Anahy, 22 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:914D0C92

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 081/2026

OBJETO: Locação do imóvel edificado no Lote Urbano nº 23, Quadra nº 02, do Loteamento denominado "Cidade de Anahy", sendo sala com aproximadamente 450,00 m2 de área a ser locada, localizada na Rua Almirante Tamandaré n° 389 - Anahy-Pr; matrícula nº 9.441, de propriedade do Senhor Valdir Cesconeto, será destinado instalação temporária do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos do art. 74, inc. V, da Lei Federal n. 14.133/2021, observadas as demais condições constantes nestes autos.

CONTRATADO: VALDIR CESCONETO
CNPJ/CPF: 211.XXX.XXX-68

VALOR TOTAL: O valor da locação é de **R$ 1.360,00 (mil trezentos e sessenta reais)** mensais, totalizando **R$ 16.320,00 (dezesseis mil trezentos e vinte reais)** para o período estipulado.

Órgão: 15 - Departamento de Ação Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2180 - Manutenção do Fundo M. da Assistência Social
Funcional: 0008.0244.0120
Ref. 441 - **Modalidade de Aplicação**: 3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação tem por objetivo a locação de imóvel urbano para a instalação e funcionamento provisório do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Município de Anahy/PR.

A medida é de caráter imperioso e urgente para garantir a continuidade ininterrupta dos serviços socioassistenciais prestados à população em situação de vulnerabilidade e risco social. O prédio antigo que abrigava a unidade passou por processo de interdição e demolição para dar lugar às obras do novo prédio próprio do CRAS, empreendimento assegurado por meio de convênio firmado com o Governo do Estado do Paraná.
Como as obras de construção do novo edifício encontram-se em pleno andamento e processo de execução, torna-se indispensável a manutenção do atendimento em espaço alternativo até a conclusão e entrega da sede definitiva.
O imóvel selecionado, localizado na Rua Almirante Tamandaré, nº 389, reúne de forma singular os requisitos necessários de habitabilidade, salubridade, acessibilidade, distribuição de salas e localização estratégica. Sua disponibilidade imediata e infraestrutura pronta evitam a interrupção das atividades socioassistenciais e eliminam custos adicionais com grandes adaptações estruturais, assegurando a prestação dos serviços com economicidade, eficiência e respeito ao interesse público.

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE
A contratação direta fundamenta-se na inviabilidade de competição, haja vista as características específicas de instalações, dimensão física, condições de segurança e localização central do imóvel, as quais condicionam de forma determinante a sua escolha para atender às necessidades específicas da Secretaria Requisitante e dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Além disso, apurou-se em avaliação prévia que o valor do aluguel praticado situa-se em patamar totalmente compatível com os preços vigentes no mercado imobiliário local.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Anahy – PR, 22 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:3A6EA7BC

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.579/2026.

Concede Licença Especial a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 87 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Prêmio remunerada de 03 (três) meses ao servidor efetivo Valtair Kruger, portador do RG. 7.079.240-0/PR, ocupante do cargo de auxiliar de obras, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo, matrícula funcional nº 5126-1, por ter completado quinquênio de efetivo exercício na função pública, referente ao período aquisitivo 2020/2025; no período de 01 de setembro à 30 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:ECC7CF4A

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.580/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a Servidora Efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias a servidora efetiva Amanda Fernandes da Costa Galter, portadora do RG. 13.520.637-7/PR, ocupante do cargo de assistente administrativo, matrícula funcional nº 8907-1, lotada no Departamento de Educação.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 21 de junho de 2023 a 20 de junho de 2024, que serão gozadas de: 15 de setembro à 14 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A809850C

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.581/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias ao servidor efetivo Odair José Saturnino, portador do RG. 10.755.804-7/PR, ocupante do cargo de trabalhador braçal, matrícula funcional nº 11665-4, lotado no Departamento de Departamento de Esportes, Recreação e Lazer.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo: 10 de fevereiro de 2025 à 09 de fevereiro de 2026, que serão gozadas de: 23 de setembro à 07 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F92242A4

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.578/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor comissionado Claudinei da Silva Correia, portador do RG. 7.733.730-0/PR, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Planejamento, matricula funcional nº 10723-5, lotado no Departamento de Planejamento.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 05 de fevereiro de 2025 a 04 de fevereiro de 2026, que serão gozadas de 23 de setembro à 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:8D3C21F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°.11.353 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N°.11.353 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Nomeia o Conselho Municipal de Alimentação Escolar para o período de 2026 a 2030.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1°. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, para o período de 2026 a 2030 fica constituído dos seguintes membros:

Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse poder:
Titular: Nívea Maria Lopes Nascimento
Suplente: Maria Cláudia Silva Jardim Selleti

Dois representantes dos Docentes, indicados pela classe:
Titular: Mariana Ferreira Lério Mendes
Suplente: Diogo Dias Costa
Titular: Rosimeire de Aguiar Soares
Suplente: Luana Barbosa

Dois representantes de Pais de Alunos, indicados pela APMF:
Titular: Fabiana Freire Floriano
Suplente: Denise Alves Cabral
Titular: Selma do Carmo
Suplente: Danilo Coaglio de Melo

Dois representantes das Entidades Civis Organizadas:
Titular: Fábio José Pires
Suplente: Wander Adriano Maluf Miranda
Titular: Willian Gustavo Duarte
Suplente: Amanda Cruz de Oliveira

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n°. 9.748 de 13 de setembro de 2022.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026, 83° da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:7F67ADFF

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.354/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 131.300,00 (cento e trinta e um mil trezentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	
02.002.28.846.0000.0.001.		Promover o Pagamento de Precatórios Judiciais	
25 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	106.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
671 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.003.15.452.0021.2.065.		Manter os Salões de Velórios do Município	
692 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
10.004.08.243.0023.6.006.		Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança	
1461 - 3.3.90.39.00.00	3880	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
		Total Suplementação:	**131.300,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	
02.002.28.846.0000.0.001.		Promover o Pagamento de Precatórios Judiciais	
24 - 3.1.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	106.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
666 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	5.000,00
08.003.15.452.0021.2.065.		Manter os Salões de Velórios do Município	
694 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL	1.800,00

		PERMANENTE	
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
10.004.08.243.0023.6.006.		Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança	
1235 - 4.4.90.52.00.00	3880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
		Total Redução:	**131.300,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:642D4036

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.355/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 31.833,14 (trinta e um mil oitocentos e trinta e três reais e catorze centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
1460 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	31.833,14
		Total Suplementação:	**31.833,14**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:208F196F

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 020/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 25 de setembro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: Professor de Ensino Fundamental/Educação infantil - PSS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
33º	MARIA HELENA DO NASCIMENTO

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 22 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:9A544EC0

GABINETE DA PREFEITA
ERRATA DO EXTRATO DO 17º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 108/2022

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
AOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TECNICOS LTDA

O **pregão eletrônico n° 060/2021,** publicado no dia 22/09/2026, edição nº 3621, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, deve ser retificada, ou seja:

ONDE SE LÊ:
° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 108/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

LEIA-SÊ:
17° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 108/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 22.09.2026

pregão eletrônico n° 060/2021

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
PREFEITA

SILVANO DE SOUZA
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E8901B6C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.340 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.340 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 01 de outubro de 2026, à Servidora Pública Municipal **JOSIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 28-02-2024 a 27-02-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:BC19E6E8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.341 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.341 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 01 de outubro de 2026, à Servidora Pública Municipal **SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO,** referente ao período aquisitivo: 27-06-2024 a 26-06-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:443E2C1D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.342 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.342 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 04 de janeiro de 2027, à Servidora Pública Municipal **LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** referente ao período aquisitivo: 01-02-2024 a 31-01-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:FD976108

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.343 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.343 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 04 de janeiro de 2027, à Servidora Pública Municipal **EVELISE NOGUEIRA DA SILVA ROZOLEM** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** referente ao período aquisitivo: 09-04-2023 a 08-04-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:4078CC9C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.344 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.344 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 19 de janeiro de 2027, à Servidora Pública Municipal **EVELISE NOGUEIRA DA SILVA ROZOLEM** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** referente ao período aquisitivo: 09-04-2024 a 08-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:166E9B13

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.345 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.345 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de dezembro de 2026, à Servidora Pública Municipal **FRANCIELI MUNHÃO MARTINS** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** referente ao período aquisitivo: 16-04-2024 a 15-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:647BD157

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.346 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.346 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de dezembro de 2026, à Servidora Pública Municipal **ANA MARIA FERREIRA PIUGA DA SILVA** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** referente ao período aquisitivo: 24-02-2025 a 23-02-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F1BE657E

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.347 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.347 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 19 de outubro de 2026, à Servidora Pública Municipal **ALAENE PANTOJO CORDEIRO DOS SANTOS** ocupante do cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2025 a 01-04-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1486718A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.350 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº. 20.350 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 05 de outubro de 2026, à Servidora Pública Municipal **VALDIRIA IZIDORO LAUTON** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS,** referente ao período aquisitivo: 11-04-2024 a 10-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:87DBB873

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **147/2026**
DISPENSA Nº **08/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, INCLUINDO DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES.

EMPRESA VENCEDORA:
S A DA SILVA CONTROLE DE PRAGAS LTDA. CNPJ-40.379.015/0001-27.

VIGÊNCIA: 21/09/2026 A 20/09/2027

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

ABRAAO JOSE DE SOUZA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:C7C88763

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP P13, acondicionado em botijões de 13 kg, mediante sistema de troca de botijões vazios por cheios, para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme as especificações do Edital e de seus anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10h00 do dia 23/09/2026 às 08h30 do dia 06/10/2026.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/10/2026 às 09h00

DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 22 de setembro de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:5C1E6348

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 327/2026 - EXONERA PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 327/2026, de 21 de setembro de 2026

EXONERA PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, **EMELEN SUELEN DA CUNHA – OAB/PR 93134,** CPF Nº 091.33.819-18, do cargo de **PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - AP**, em **21/09/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no Art. 1°, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em 21 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:1A38FD5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 329/2026 - NOMEIA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 329/2026, de 22 de setembro de 2026

NOMEIA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, **HENRIQUE DANIEL BLANKENBURG ALMADA** RG n° 8.105.286-7 SSP/PR, CPF nº 071.116.269-74, OAB nº 79.336/PR, para o cargo de **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - AP**, em **22/09/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no Art. 1°, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em 22 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5BEA2D16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2025 - ENFERMEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 008/2025, homologado pelo Decreto nº 203/2025, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Enfermeiro e Técnico em Saúde, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n° 16.063/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **24/09/2026, às 09h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ENFERMEIRO** ou, alternativamente, pela opção de desistência, conforme consta no item 9.3 do edital, **não será facultado o pedido de final de lista.**

De acordo com o processo n.º 21.692/2026 – SMS, fica disponibilizada a seguinte vaga:

LOCAL/FUNÇÃO	N.º DE VAGAS	TURNO
Secretaria Municipal de Saúde - Ferista	01	De segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
26°	ELIANE ODA PERSIKE	22175/2025

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4 colorida, recente, podendo ser arquivo digital;
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação – CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, quando aplicável;
13) Inscrição e regularidade perante o órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Exame médico ocupacional, a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 22 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal N.º 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:F47F8901

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024 - TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2024, homologado pelo Decreto nº 455/2024, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Trabalhador em Educação - Educador, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 22.442/2024, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e nº 856/2015,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos **no item 9 – da Convocação e Contratação**, do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Balsa Nova/PR, no dia **24/09/2026,** às **10h00min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória com pedido de final de lista, conforme item 9.3 do referido edital.

De acordo com o Processo nº 23446/2026, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL	Nº DE VAGAS
CMEI Tia Niva	2
Escola Municipal Dr. Mario Faraco	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
*8°	*JESSICA EMMILY FELIX FERREIRA	*26334/2024
*9°	*RENATA GIOVANA DOMINGUES	*25590/2024
*12°	*AQUILES VIRTUOZO VIEIRA	*25175/2024

** Final de lista*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo MEU INSS);
9) Título de eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em Edital;
12) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade no órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos de idade;
16) Atestado de Antecedentes Criminais:
Se o RG for do Paraná, apresentar atestado emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG emitidos por outros Estados: apresentar Atestado de Cadastro Negativo emitido pelo respectivo órgão de identificação;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem tenha perdido cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação de Saúde Ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:70C1FBF4

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 080/2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 080/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 080/2024 pelo período de 18/10/2026 até o dia 17/04/2027, referente a contratação de empresa para revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Balsa Nova-PR, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 080/2024.
Balsa Nova, 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:DB1E1FAF

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 112/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: METALURGICA FREITAS LTDA. EPP.
OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas.
VALOR: Até R$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.002.20.605.0014.1147-4.4.90.52.00.00.1132
09.002.20.605.0014.1147-4.4.90.52.00.00.1000
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 21 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:5AF379BB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 653/2026

PORTARIA N.º 653/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de

Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 05/2024 - Processo Administrativo N.º 4145/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 05/2024, pelo prazo 02/10/2026 a 01/10/2027:

JULIA VITORIA MOZUCK

Matrícula: 542051

Cargo: PSS - AGENTE EDUCACIONAL

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:6DCF6C0D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 654/2026

PORTARIA N.º 654/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 05/2024 - Processo Administrativo N.º 4145/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 05/2024, pelo prazo **02/10/2026 a 01/10/2027:**

VIVIANE DA LUZ STRAPASSAN GONCALVES
Matrícula: 542047
Cargo: PSS - AGENTE EDUCACIONAL
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:6176B7E2

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 655/2026

PORTARIA N.º 655/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 05/2024 - Processo Administrativo N.º 4145/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 05/2024, pelo prazo **02/10/2026 a 01/10/2027:**

NAILA RODRIGUES MARAFON
Matrícula: 542048
Cargo: PSS - AGENTE EDUCACIONAL
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:BF1A7563

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 656/2026

PORTARIA N.º 656/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

TAMIRIS PROENCA TORRES KAPPELLER
Matrícula: 542049
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:237921D0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 657/2026

PORTARIA N.º 657/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

JOYCE ELEN APARECIDA BATISTEL FRANCA

Matrícula: 542052
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B2654648

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 658/2026

PORTARIA N.º 658/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

GIGLIANE APARECIDA DE FREITAS GONÇALVES
Matrícula: 542053
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:89CFAE40

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 659/2026

PORTARIA N.º 659/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

LUIS FELIPE DOS SANTOS

Matrícula: 542054

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:942DBE60

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 660/2026

PORTARIA N.º 660/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

ELISANGELA FONTANA

Matrícula: 542055

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B40AF9C6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 661/2026

PORTARIA N.º 661/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

RAISSA CRISTINA BORGES
Matrícula: 542058
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:CF797CED

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 662/2026

PORTARIA N.º 662/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

ERICA DE FATIMA VENTURA ROGACHESKI
Matrícula: 542059
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:DF2C2AFF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 663/2026

PORTARIA N.º 663/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

GISELE DOS SANTOS

Matrícula: 542060

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:E43BEB33

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 664/2026

PORTARIA N.º 664/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

MARIZA CORDEIRO FRANCO

Matrícula: 542061

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:45DCEC47

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 665/2026

PORTARIA N.º 665/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

ELIANE DA CONCEICAO DOS SANTOS LARSON

Matrícula: 542062

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:F5275801

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 666/2026

PORTARIA N.º 666/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **02/10/2026 a 01/10/2027.**

MARIANA ARAUJO SILVA
Matrícula: 542065
Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:7E7B07DA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 667/2026

PORTARIA N.º 667/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

PAULA UCOSKI STOCO

Matrícula: 542066

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:C82FB05C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 668/2026

PORTARIA N.º 668/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de 02/10/2026 a 01/10/2027.

GABRIELLY RIBINSKI

Matrícula: 542067

Cargo: PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 02/10/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:7CBACA0B

GABINETE
DECRETO Nº 186/2026

DECRETO Nº 186/2026

SÚMULA: "Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado correspondente ao Edital nº 009/2025 e estabelece condições para eventual utilização de sua lista classificatória."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 879/2015, que disciplina a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando que o item 11.6 do Edital nº 009/2025 prevê expressamente que o Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, renovável por igual período;

Considerando que o art. 2º do Decreto nº 204/2025, que homologou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2025, igualmente prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período;

Considerando o disposto no Acórdão nº 2033/26 – Tribunal Pleno, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Processo nº 780956/25, especialmente quanto à necessidade de provimento dos cargos efetivos de Engenheiro Civil mediante concurso público e à vedação da utilização de contratações temporárias para suprimento ordinário de atividades típicas e permanentes da Engenharia Civil;

Considerando que o referido Acórdão preserva a possibilidade de contratação temporária em situações efetivamente excepcionais, desde que restritas às hipóteses legais e devidamente justificadas em procedimento administrativo próprio;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por 12 (doze) meses, a contar de 17 de outubro de 2026, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado correspondente ao Edital nº 009/2025, homologado pelo Decreto nº 204/2025, exclusivamente para fins de manutenção da validade de seu resultado e da respectiva ordem classificatória.

Art. 2º A prorrogação prevista no art. 1º não constitui, por si só, autorização para novas contratações temporárias ou para prorrogação dos contratos atualmente existentes.

Art. 3º Durante o período de prorrogação, fica vedada a utilização do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2025 para suprimento ordinário de atividades típicas, permanentes e contínuas da Engenharia Civil municipal, em observância ao Acórdão nº 2033/26 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º Eventual utilização da lista classificatória ficará restrita às situações efetivamente temporárias e excepcionais admitidas pela legislação municipal e pelo Acórdão nº 2033/26, dependendo, em

cada caso, de prévia instrução de processo administrativo específico, no qual deverão ser demonstrados:

I – o enquadramento da contratação em hipótese expressamente prevista na Lei Municipal nº 879/2015;
II – a natureza concreta, temporária e excepcional da necessidade administrativa;
III – o excepcional interesse público envolvido;
IV – o período estritamente necessário à contratação; e
V – a compatibilidade da contratação pretendida com as determinações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º Quando a contratação estiver fundamentada na execução de convênio ou programa temporário, deverá ser identificado o respectivo instrumento, seu objeto e prazo de vigência, demonstrando-se a vinculação direta e temporária das atividades a seremdesempenhadas pelo profissional à sua execução.

§ 2º A mera existência de obras, contratos, convênios ou demanda ordinária de serviços de engenharia não constitui, isoladamente, fundamento suficiente para contratação temporária.

Art. 5º A prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado nº 009/2025 não suspende, substitui, prejudica ou interfere nas providências destinadas à realização do concurso público e ao provimento efetivo dos cargos de Engenheiro Civil, que deverão prosseguir em cumprimento ao Acórdão nº 2033/26 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 22 de setembro de 2026

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:D6545A45

GABINETE
LEI Nº 1518/2026

LEI Nº 1518/2026

Súmula: "*Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Balsa Nova e dá outras providências.*"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Balsa Nova, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças, promover a melhoria da aprendizagem, garantir a recomposição das aprendizagens e fortalecer as ações educacionais desenvolvidas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização observará as diretrizes estabelecidas:

I – na Constituição Federal;

II – na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III – no Plano Nacional de Educação;

IV – na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

V – na legislação estadual pertinente, especialmente a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e demais normas correlatas;

VI – no Plano Municipal de Educação.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes que necessitem de acompanhamento específico;

III – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

IV – incentivar práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;

V – promover o monitoramento permanente da aprendizagem dos estudantes;

VI – fortalecer o regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União para o desenvolvimento das políticas públicas de alfabetização.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes coordenar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O acompanhamento da execução desta Política será realizado pelas instâncias administrativas, pedagógicas e colegiadas competentes do Sistema Municipal de Ensino, na forma do regulamento.

Art. 5º A implementação da Política Municipal de Alfabetização poderá ocorrer mediante adesão a programas, projetos, ações e instrumentos de cooperação técnica ou financeira promovidos pela União, pelo Estado do Paraná ou por outros órgãos e instituições públicas, observada a legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei mediante Decreto, disciplinando os procedimentos necessários à sua execução, especialmente no que se refere a:

I – às estratégias pedagógicas;

II – aos mecanismos de acompanhamento e monitoramento;

III – às avaliações educacionais;

IV – à formação continuada dos profissionais da educação;

V – aos indicadores e instrumentos de avaliação;

VI – à compatibilização com o Plano Municipal de Educação;

VII – às demais medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das ações previstas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:A2A88B6B

GABINETE
LEI Nº 1519/2026

LEI Nº 1519/2026

SÚMULA: "*Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.168/2020, que dispõe sobre a Política Pública de Defesa e Proteção Animal no Município de Balsa Nova, e dá outras providências*."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 3º da Lei Municipal nº 1.168/2020 passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:
"**Art. 3º** (...)
VIII - promover ações de medicina veterinária preventiva voltadas aos cães e gatos, incluindo vacinação, administração de antiparasitários e demais medidas destinadas à prevenção de zoonoses, à promoção do bem-estar animal e à proteção da saúde pública, em consonância com os princípios da Saúde Única."

Art. 2º Fica acrescido o art. 13-A à Lei Municipal nº 1.168/2020, com a seguinte redação:
"**Art. 13-A.** Poderá o Poder Executivo Municipal instituir e executar programas, campanhas e ações itinerantes de saúde animal preventiva, tais como vacinação, microchipagem, administração de antiparasitários e demais medidas de medicina veterinária preventiva voltadas aos cães e gatos, visando à prevenção de zoonoses, à promoção do bem-estar animal e à proteção da saúde pública, em consonância com os princípios da Saúde Única.

§ 1º As ações previstas no caput poderão ser executadas mediante a instalação de estruturas temporárias, utilização de unidades móveis e/ou contratação de clínicas ou serviços médico-veterinários especializados.

§ 2º As ações poderão ser realizadas mediante utilização de recursos próprios, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como por meio de parcerias, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres celebrados com órgãos públicos, instituições privadas e entidades da sociedade civil.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente coordenar e executar as ações previstas neste artigo, cabendo ao Poder Executivo regulamentar esta Lei por meio de Decreto, especialmente quanto aos critérios de participação, cadastramento, atendimento, prioridades, execução operacional e demais disposições necessárias à implementação dos programas e campanhas."

Art. 3º O art. 56 da Lei Municipal nº 1.168/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 56.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com instituições públicas ou privadas, a título gratuito ou oneroso, obedecidas as disposições legais cabíveis, para apoio em ações de controle populacional e medicina veterinária preventiva voltadas aos cães e gatos, tais como: incentivo à adoção, campanhas de microchipagem, campanhas de esterilização, campanhas de vacinação, administração de antiparasitários e educação ambiental."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:A8921862

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 57/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 143/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 75 - IV - a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **DISPENSA** em favor FANCAR GERMANIA LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 75.953.521/0001-62, com sede/domicílio na(o) AV. CAPITÃO ÍNDIO BANDEIRA, 2479, Centro, Campo Mourão/ PR - CEP:87300005.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA VOLKSWAGEN PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO DE 30.000 KM E 40.000 KM NO VEICULO DA SECRETARIA DE SAUDE: VIRTUS SENSE, PLACA: TFR-4B34; INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS, EM ATENDIMENTO DA GARANTIA TÉCNICA.**

Pelo **VALOR DE R$ 3.810,72 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 22/09/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **DISPENSA Nº 57/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:E0394F99

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 77/2026

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz Paraná

Decreto nº 77/2026, de 22 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e institui o Comitê Municipal encarregado de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, PR, Carlos Rosa Alves, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município, em conformidade com o disposto
na Constituição Federal, nos arts. 30, VI; 204; 211, § 2º; 212 e, em especial, no art. 227, que determina prioridade absoluta ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
na Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial sobre a política de atendimento dos direitos e a diretriz da municipalização do atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
na Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;
na Lei nº 13.257, de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação

de políticas públicas pela Primeira Infância, particularmente seu art. 8º, e
nas Leis setoriais de saúde (nº 8.080/1990 – SUS), educação (nº 9.294/1996 – LDB), assistência social (nº 12.435/2011) e demais leis sobre cultura, esporte e lazer e proteção especial à criança; e considerando
os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos nº 99.710/1990 e nº 6.949/2009, bem como outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;
os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula da ONU em 2015, com destaque para os que dizem respeito direto às crianças, nº 1, nº 2 e nº 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades a partir da infância; nº 3, sobre saúde e bem-estar; nº 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil; e nº 6, sobre água limpa e saneamento;
as diretrizes da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, instituída pelo Decreto nº 12.574/2025, como política intersetorial e interfederativa;
os princípios e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, bem como seus objetivos e metas, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo Conanda; e
os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e demais planos setoriais,

DECRETA

Art. 1º Seja elaborado o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI deste Município de Barbosa Ferraz, de duração decenal, abrangendo os vários direitos da criança de até 6 anos de idade, com abordagem intersetorial e a participação das instituições e setores do governo municipal e da sociedade civil, em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2027-2037.
§ 1º Os órgãos e serviços públicos municipais darão apoio técnico e logístico, dentro de suas possibilidades e competências, à elaboração do Plano referido neste artigo.
§ 2º São conteúdos prioritários do Plano Municipal pela Primeira Infância: a saúde, a alimentação e nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança e à própria criança conforme suas necessidades, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção contra toda forma de violência, a prevenção de acidentes, medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e a indução ao consumismo.
Art. 2º Fica instituído o Comitê Municipal Intersetorial com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Barbosa Ferraz, que será integrado por representantes:
a) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
b) do Conselho Tutelar;
c) dos conselhos setoriais de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e lazer;
d) dos órgãos municipais gestores das políticas sociais de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, lazer, meio ambiente, segurança, infraestrutura;
e) do órgão municipal gestor de planejamento e finanças;
f) dos fóruns e movimentos de direitos da criança, do adolescente e juventude;
g) das associações comunitárias com atuação no atendimento dos direitos da criança;
h) dos órgãos da imprensa;
i) das famílias.
§1º Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e de outras instituições públicas poderão participar do Comitê Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto.
§ 2º O Comitê poderá convidar profissionais e especialistas das diferentes áreas e direitos da criança para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o PMPI.
Art. 3º Crianças de 3 a 6 anos de idade participarão da construção do PMPI em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento, por meio de atividades que, por suas diferentes linguagens, possam expressar seus sentimentos, suas percepções, seus desejos e suas ideias em relação aos assuntos que lhes dizem respeito.
§ 1º A participação das crianças será organizada e conduzida por profissionais qualificados em processo de escuta de crianças dessa faixa etária, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257/2016, em seu art. 4º, caput e parágrafo único.
§ 2º As contribuições das crianças serão levadas em conta na redação do Plano Municipal pela Primeira Infância e elas serão informadas sobre o aproveitamento de suas ideias.
Art. 4º O Comitê Municipal Intersetorial apresentará a versão preliminar do PMPI às organizações governamentais e da sociedade civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral, para debate, aperfeiçoamento e aprovação.
§ 1º A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de consulta pública, audiência pública, seminário, fóruns temáticos, presenciais e virtuais.
§ 2º O PMPI de Barbosa Ferraz deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme sua competência legal de órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à criança e ao adolescente.
Art. 5º O Plano Municipal pela Primeira Infância de Barbosa Ferraz, será enviado pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores, acompanhado de exposição de motivos e minuta de Projeto de Lei de sua aprovação.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 22 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:F8185F09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CONTABILIDADE
LEI Nº 922/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e das outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 5.523.712,94** (Cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e doze reais e noventa e quatro centavos), com a seguinte dotação orçamentária:

02. GABINETE DO PREFEITO
02.001 CHEFIA DO GABINETE
04.122.0002.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
00230 – 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 9.000,00

02.003 ASSESSORIA JURÍDICA
02.092.0002.2004 Manutenção do Departamento Jurídico
00430 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 26.700,00
00440 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 - Contribuições Patronais R$ 3.100,00

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04.122.0004.2006 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
00620 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 111.800,00
00630 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 - Contribuições Patronais R$ 8.900,00
00680 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 4.800,00
00710 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 500,00
00720 - 3.3.90.40.00.00 – 00 – 000 - Serviços de Tecnologia da Informação e R$ 20.000,00

03.002 DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
04.122.0004.2007 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
00810 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 1.700,00

03.004 DEPARTAMENTO DE RECUROS HUMANOS
04.122.0004.2010 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
01180 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 25.300,00
01190 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 - Contribuições Patronais R$ 2.800,00

04. SECRETARIA DE FINANCAS
04.001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA E TRIBUTAÇÃO
04.123.0005.2012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
01320 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 4.700,00

04.123.0005.2013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
01510 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.800,00

04.123.0005.2014 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TESOURARIA
01630 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 1.200,00

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
05.001 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
10.301.0006.2017 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
01820 - 3.1.90.11.00.00 – 00 – 303 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 500.000,00
01930 - 3.3.71.70.00.00 – 00 – 303 - Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 700.000,00
01870 - 3.1.90.13.00.00 – 00 – 303 - Contribuições Patronais R$ 90.000,00
01980 - 3.3.90.14.00.00 - EA – 1494 - Diárias – Civil R$ 10.000,00
02000 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 303 - Material de Consumo R$ 20.000,00
02003 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 333 - Material de Consumo R$ 4.556,58
02004 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 334 - Material de Consumo R$ 2.143,90
02005 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 399 - Material de Consumo R$ 17.364,66
02020 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 1494 - Material de Consumo R$ 200.000,00
02221 - 4.4.90.52.00.00 – EA – 332 - Equipamentos e Material Permanente R$ 6.525,25

10.302.0006.2018 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL
02291 - 3.3.71.70.00.00 – EA – 1060 - Rateio Pela Participação em Consórcio Público R$ 39.124,77
02292 - 3.3.71.70.00.00 – EA – 1062 - Rateio Pela Participação em Consórcio Público R$ 38.129,15

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.001 DEPARTAMENTO DA MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2024 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
03110 – 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 1.800,00

08.241.0007.1003 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ACADEMIA DO IDOSO
03160 – 4.4.90.51.00.00 – 00 – 000 - Obras e Instalações R$ 100.000,00
03160 – 4.4.90.51.00.00 – EA – 000 – Obras e Instalações R$ 300.000,00
03161 – 4.4.90.51.00.00 – 00 – 501 - Obras e Instalações R$ 389.300,00
03162 - 4.4.90.51.00.00 – 00 – 831 - Obras e Instalações R$ 800.000,00

08.243.0007.6028 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BARRA DO
03350 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 788 - Material de Consumo R$ 5.086,68

08.243.0007.6029 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
03491 - 3.3.90.39.00.00 – EA – 817 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 70.000,00

08.243.0007.6030 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
03550 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 36.900,00
03560 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 - Contribuições Patronais R$ 3.300,00

08.244.0007.2031 PROGRAMA ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
03711 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 778 - Material de Consumo R$ 1.397,36

08.244.0007.2032 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
03830 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 4.800,00

06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2037 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04050 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 6.900,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
07.001 DEPARTAMENTO MUN DE AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS
20.606.0008.1004 PAVIMENTAÇÃO RURAL CONVENIO FEDERAL / ITAIPU
04710 - 4.4.90.51.00.00 – EA – 000 - Obras e Instalações R$ 364.940,47

20.606.0008.2047 MANUTENÇÃO VEÍCULOS/TRATORES/MAQUINÁRIOS
04850 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 510 - Material de Consumo R$ 2.039,30
04860 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 511 - Material de Consumo R$ 32.675,04
04870 - 3.3.90.30.00.00 – EA – 512 - Material de Consumo R$ 253,73

20.606.0008.2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
04910 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 137.300,00
04920 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 21.700,00
04990 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 8.900,00

07.002 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
18.512.0009.2051 MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS
05300 - 3.3.90.39.00.00 – EA – 555 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 23.365,23

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
15.451.0010.2056 MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES E JARDINS
05460 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 2.300,00

15.452.0010.2058 Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos
05510 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 17.800,00
05570 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 3.500,00
05590 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 25.300,00

15.751.0010.2059 MANUTENÇÃO/ MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
05670 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 504 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 55.000,00

08.002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS
15.122.0011.2061 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS
05720 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 209.000,00
05730 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 21.200,00
05780 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 6.000,00

08.003 DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E ESPAÇOS PÚBLICOS
15.452.0010.2064 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E ESPAÇOS PÚBLICOS
06130 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 4.500,00
06140 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 300,00

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.001 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0014.2067 TRANSPORTE ESCOLAR
06380 - 3.3.90.33.00.00 – EA – 103 - Passagens e Despesas com Locomoção R$ 154.057,85
06390 - 3.3.90.33.00.00 – EA – 104 - Passagens e Despesas com Locomoção R$ 90.645,13
06400 - 3.3.90.33.00.00 – EA – 107 - Passagens e Despesas com Locomoção R$ 40.919,82
06410 - 3.3.90.33.00.00 – EA – 127 - Passagens e Despesas com Locomoção R$ 347,29
06421 - 3.3.90.33.00.00 – EA – 1061 - Passagens e Despesas com Locomoção R$ 13.009,73

12.365.0013.2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
07110 - 3.1.90.11.00.00 – 00 – 103 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 180.000,00
07160 - 3.1.90.13.00.00 – 00 – 103 - Contribuições Patronais R$ 32.400,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
10.001 DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO
13.392.0017.2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
08000 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 43.100,00
08010 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 7.000,00
08050 - 3.3.90.30.00.00 – 00 – 000 - Material de Consumo R$ 3.500,00
08080 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 3.950,00

13.392.0017.2076 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO CULTURAL
08150 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 3.500,00

10.002 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
04.131.0019.2079 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
08240 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 4.500,00
08250 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 300,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
11.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
27.812.0018.1026 MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA
08411 - 4.4.90.51.00.00 – 00 – 902 - Obras e Instalações R$ 436.131,00

27.812.0018.2082 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
08480 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 650,00
TOTAL...R$ 5.523.712,94

Art. 2º- Para dar cobertura ao Crédito autorizado no artigo anterior, serão indicados como recursos o disposto na Lei Federal 4.320/64, no Artigo 43 § 1º;

Inciso I – Superávit Financeiro nas seguintes fontes:
000 - R$ 664.940,47
103 - R$ 154.057,85
104 - R$ 90.645,13
107 - R$ 40.919,82
127 - R$ 347,29
332 - R$ 6.525,25
333 - R$ 4.556,58
334 - R$ 2.143,90
399 - R$ 17.364,66
510 - R$ 2.039,30
511 - R$ 32.675,04
512 - R$ 253,73
555 - R$ 23.365,23
778 - R$ 1.397,36
788 - R$ 5.086,68
817 - R$ 70.000,00
1060 - R$ 39.124,77
1061 - R$ 13.009,73
1062 - R$ 38.129,15
1494 - R$ 210.000,00
TOTAL DE SUPERÁVIT...R$ 1.416.581,94

Inciso II – Excesso de Arrecadação - através das seguintes Receitas:

1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00 – Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo – Principal R$ 60.000,00

1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00 – Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal – Principal R$ 1.522.400,00

1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00 – Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP – Principal R$ 55.000,00

2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00 – Alienação de Bens Móveis e Semoventes – Principal R$ 389.300,00

2.4.2.2.99.0.1.13.00.00.00.00 - Convênio de Reforma e Ampliação para Implantação do Centro de Convivência da Pessoa Idosa R$ 800.000,00

2.4.2.9.99.0.1.05.00.00.00.00 – Deliberação Nº 01/2026 Conselho Estadual do Esporte - CEE – Programa Esporte Que Queremos R$ 436.131,00
TOTAL DE EXCESSO...R$ 3.262.831,00

Inciso III – Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais:

02. GABINETE DO PREFEITO
02.001 CHEFIA DO GABINETE
04.122.0002.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
00150 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 12.000,00
00160 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 3.000,00

02.002 CONTROLADORIA INTERNA
04.124.0002.2003 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO
00300 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 4.000,00
00310 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 1.200,00

02.003 ASSESSORIA JURÍDICA
28.061.0003.0005 PRECATÓRIOS/SENTENÇAS JUDICIAIS
00600 - 3.3.90.91.00.00 – 00 – 000 - Sentenças Judiciais R$ 30.000,00
00610 - 4.6.90.91.00.00 – 00 – 000 - Sentenças Judiciais R$ 22.900,00

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04.122.0004.2006 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
00710 - 3.3.90.39.00.00 – 00 – 000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 40.000,00

03.003 DEPARTAMENTO DE COMPRAS
04.122.0004.2008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
00930 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 5.000,00
00940 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 2.000,00

04.122.0004.2009 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
01050 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 103.000,00
01060 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 21.000,00

04. SECRETARIA DE FINANCAS
04.001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA E TRIBUTAÇÃO
04.123.0005.2012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
01330 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 2.000,00

04.123.0005.2013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
01430 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 21.000,00
01440 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 5.000,00

04.123.0005.2014 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TESOURARIA
01560 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 56.000,00
01570 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 14.000,00

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.001 DEPARTAMENTO DA MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0007.6029 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
03400 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 1.300,00
03410 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 5.300,00

06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2037 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04000 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 9.000,00
04010 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 9.300,00

08.244.0007.2040 BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
04220 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 5.000,00
04240 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 1.000,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
07.002 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
18.122.0009.2049 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE
05100 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 10.000,00
05110 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 2.200,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
15.452.0010.2058 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
05520 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 18.000,00

08.002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS
15.451.0011.1012 MELHORIAS/REFORMAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS
05900 - 4.4.90.51.00.00 – 00 – 000 - Obras e Instalações R$ 79.000,00

15.451.0011.1013 AQUISIÇÃO TERRENOS/IMÓVEIS
05910 - 4.4.90.61.00.00 – 00 – 000 - Aquisição de Imóveis R$ 100.000,00

26.122.0011.2063 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

06000 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 197.000,00
06010 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 42.200,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
11.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
27.812.0018.2083 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
08510 – 3.1.90.11.00.00 – 00 – 000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 17.900,00
08520 – 3.1.90.13.00.00 – 00 – 000 – Contribuições Patronais R$ 5.000,00
TOTAL DE ANULAÇÃO...R$ 844.300,00
TOTAL...R$ 5.523.712,94

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Galdino Pereira, 22 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Nascimento
Código Identificador:39FC2905

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 02.29/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL RETIFICADO nº. 02/2025 de 03/02/2025 **"Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré – PR".** para os cargos de: PROFESSOR, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 06/02/2025 – Edição 3210 – págs.554 A 563)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 02/2025 de 06/02/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 06/02/2025 – Edição 3210 – págs.554 a 563)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 02.02/2025 de 18/02/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 18/02/2025 – Edição 3218 – págs. 600 a 602*).

CONSIDERANDO o Ofício n.º 182/2026 em 11 de setembro de 2026 solicitando convocação de 01 (um) servidor para o cargo: Professor - 20 hrs, protocolado sob o nº. 467 de 11 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO o Impacto Orçamentário de 15/09/2026.

CONSIDERANDO a portaria nº 141/2026 de 21/09/2026 solicitando final de lista de candidata.

CONVOCA a candidata aprovada para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 02/2025 (PSS), a saber:

PROFESSORA - 20 horas: Lista de Professores – Candidatos Ampla Concorrência.

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO:
RAFAELLA MADÓGLIO STEFANUTO	26/06/1992	20ª

A candidata acima relacionada deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **23/09/2026 à 25/09/2026**, munida de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 02/2025 no art. 13 em seus itens 13.3). conforme abaixo descrito.

13.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG;
CARTÃO DO CPF;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (NAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA; CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO NA COOPERATIVA SICREDI.

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via email e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no ítem 13.1 do art. 13 do Edital de abertura RETIFICADO nº. 02/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 22 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:336D13B2

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 22/09/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e MARIA LUZIA SILVÉRIO – Matr. 360829 – Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/PSS – residente e domiciliada na cidade de Andirá - PR, sito a Rua P*** D******* S***** M*****, 3*** – CEP 86380-000, denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, anexo I (Tabela de Vencimentos).

Cláusula primeira – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 17/2025 de 23/09/2025 com vencimento em 22/09/2026 por período de até 12 (doze) meses, ou seja, até 23/09/2027.

Cláusula segunda

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 02/2025 de 05/02/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3209 de 05/02/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 02.03/2025 de 18/02/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3218 de 18/02/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 22 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

MARIA LUZIA SILVÉRIO
Contratada

TESTEMUNHAS:

CIBELLI K. C. DUTRA

VANESSA DOS SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:CB49AFDB

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 22/09/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e ANA PAULA MAGIOLI REGO – Matr. 360831– Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/PSS – residente e domiciliada na cidade de Andirá - PR, sito a Rua A***** R**** S*****, *** – CEP 86380-000, denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, anexo I (Tabela de Vencimentos).

Cláusula primeira – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 18/2025 de 25/09/2025 com vencimento em 24/09/2026 por período de até 12 (doze) meses, ou seja, até 25/09/2027.

Cláusula segunda

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 02/2025 de 05/02/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3209 de 05/02/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 02.03/2025 de 18/02/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3218 de 18/02/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 22 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

ANA PAULA MAGIOLI REGO
Contratada

TESTEMUNHAS:

CIBELLI K. C. DUTRA

VANESSA DOS SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:054D0E53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EDITAL DE RESULTADO

ESTADO DO PARANÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Rua Paraíba, 1619 - Centro - CEP 85.745-000 - Bela Vista da Caroba - PR

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

A Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - PR, em cumprimento às determinações da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Legislativo Municipal nº 150/2023, torna público o resultado do correspondente procedimento de contratação direta por dispensa eletrônica de licitação.

1. OBJETO DA DISPENSA
"Seleção de proposta comercial mais vantajosa objetivando a aquisição de móveis e eletrodomésticos corporativos destinados à estruturação da cozinha desta Casa Legislativa, compreendendo cozinha planejada em MDF, mesa redonda, cooktop 04 bocas e depurador de ar (LOTE ÚNICO), em estrita conformidade com as especificações técnicas, exigências e quantitativos estabelecidos no correspondente Termo de Referência."

2. SANEAMENTO E NOTA DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTA
Certifica-se e faz-se constar neste edital, de acordo com o deliberado na Ata de Reunião de Recebimento, Abertura e Julgamento de Propostas realizada em 18 de setembro de 2026, que foi acolhida como válida e exequível a proposta comercial apresentada pela empresa **HM MÓVEIS DECOR** em **04 de setembro de 2026**, no valor total global de **R$ 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais)**, referente ao fornecimento dos 04 (quatro) itens demandados. A referida proposta atende integralmente a todas as exigências técnicas do Termo de Referência e aos parâmetros de mercado estipulados no art. 23 e art. 337-L da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. EMPRESA PARTICIPANTE E PROPOSTA VÁLIDA
Após regular divulgação eletrônica, constatou-se a participação e o recebimento eletrônico oficial da proposta da seguinte proponente:
HM MÓVEIS DECOR
CNPJ nº 46.314.545/0001-73
Sede Comercial: Linha Planalto s/n, Bela Vista da Caroba - PR, CEP 85.745-000
Contato: hmmoveisdecor@gmail.com | (46) 98414-7454

4. QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADO FINAL

Licitante	Empresa Participante	Proposta Inicial Global	Proposta Vencedora Final
01	HM MÓVEIS DECOR	R$ 14.290,00	**R$ 14.290,00**

Vencedora: HM MÓVEIS DECOR, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 46.314.545/0001-73, com sede comercial estabelecida na Linha Planalto s/n, Bela Vista da Caroba - PR, CEP 85.745-000, com o valor global de **R$ 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais)**, correspondente à aquisição de 04 (quatro) itens (Cozinha Planejada em MDF, Mesa Redonda, Cooktop 04 Bocas e Depurador de Ar), sob as especificações constantes na proposta válida de 04 de setembro de 2026.

5. VALOR TOTAL E DISPOSIÇÕES FINAIS
Valor Total Homologado e Adjudicado deste Procedimento: R$ 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais).
Certifica-se que o resultado acima relatado atende plenamente aos interesses e conveniências técnicas da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - PR. Fica aberto o correspondente prazo legal estabelecido no correspondente Aviso de Dispensa para manifestação de interesse recursal por qualquer interessado, a contar desta publicação oficial.

Bela Vista da Caroba – PR, 21 de setembro de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:763376D3

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

JOSÉ VALDIR RODRIGUES, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista da Caroba - PR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em consonância com as manifestações técnicas e o parecer favorável exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder Legislativo, **HOMOLOGO, RATIFICO e ADJUDICO** o resultado do Processo Administrativo nº 012/2026, sob a modalidade Dispensa Eletrônica nº 003/2026, cujo objeto consiste na aquisição de móveis e eletrodomésticos para a cozinha da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR (cozinha planejada, mesa redonda, cooktop e depurador de ar - LOTE ÚNICO). Recaindo a adjudicação sobre a proposta comercial da empresa vencedora:
Empresa Adjudicatária: HM MÓVEIS DECOR
CNPJ: 46.314.545/0001-73
Sede Comercial: Linha Planalto s/n, Bela Vista da Caroba - PR, CEP 85.745-000
Valor Total Adjudicado: R$ 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais)
Determino que sejam tomadas as providências administrativas complementares, promovendo-se o empenho da despesa, a celebração do correspondente instrumento contratual e a devida publicação do seu extrato, para que o presente ato administrativo produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Bela Vista da Caroba - PR, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:A2CA3818

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 119/2025 - RENOVAÇÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: SSE SOLUCOES EM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
Objeto.....: SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA OS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTO E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO USO DOS SOFTWARES DE GESTÃO CONTRATADOS PELO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, VISANDO O AUXÍLIO NA GERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E ENVIO DE DADOS E INFORMAÇÕES EXIGIDOS POR LEI E PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ESPECIALMENTE O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ
Valor.....: R$ 81.102,00 (oitenta e um mil e cento e dois reais)
Vigência.....: Início: 24/09/2026 Término: 23/09/2027
Licitação.....: Pregão Nº.: PR70/2025

Bela Vista da Caroba, 22 de setembro de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:8AEFCAB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0141/2026

DECRETO Nº 0141/2026

SÚMULA – Declara de utilidade pública, interesse social e afeta ao uso comum do povo a área pública destinada à implantação das melhorias e à revitalização do Parque Urbano Municipal, localizada na Rua Sergipe, Centro, na cidade de Bela Vista da Caroba, inserida de matrícula nº 13.131 do CRI de Ampére.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Município de Bela Vista da Caroba é pessoa jurídica de direito público interno, responsável pela administração, conservação e adequada destinação dos bens públicos municipais;

CONSIDERANDO que a intervenção denominada Revitalização do Parque Urbano Municipal tem por objetivo requalificar e ampliar a infraestrutura pública destinada ao lazer, recreação, convivência, circulação de pedestres, acessibilidade, educação ambiental, paisagismo e contemplação, promovendo melhores condições de uso e conservação do espaço público;

CONSIDERANDO que a área de intervenção está localizada na Rua Sergipe, centro da cidade de Bela Vista da Caroba e contempla três lagos, curso d'água sem denominação, fonte protegida, áreas de preservação permanente existentes e áreas destinadas à recuperação ambiental, constituindo espaço de relevante interesse urbano, ambiental, paisagístico, educacional e comunitário;

CONSIDERANDO que a área pública objeto da intervenção está inserida no imóvel relacionado à Matrícula nº 13.131, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ampére/PR, conforme documentação imobiliária e projetos que instruem o processo administrativo;

CONSIDERANDO que o projeto prevê a implantação e adequação de infraestrutura composta, entre outros elementos, por passeios e pavimentação em *paver*, estacionamento, sistema de drenagem pluvial e dissipadores de energia, *playground*, quiosques, horta pedagógica, passarela, portal de acesso, iluminação pública, comunicação visual, bancos, lixeiras, paraciclos, paisagismo, plantio de espécies nativas, recuperação de áreas de preservação permanente e espaços de educação ambiental vinculados ao Programa Poliniza Paraná;

CONSIDERANDO o interesse público na revitalização, conservação, manutenção e proteção ambiental do Parque Urbano Municipal, bem como na promoção de espaço público destinado ao lazer, à convivência, à acessibilidade, à educação ambiental, à preservação dos recursos hídricos e ao bem-estar da população;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99, inciso I, do Código Civil Brasileiro, que classifica como bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças;

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e interesse social, bem como afetada ao uso comum do povo, nos termos do art. 99, inciso I, do Código Civil Brasileiro, a área pública destinada à implantação, revitalização, conservação, manutenção e operação do Parque Urbano Municipal, localizada na Rua Sergipe, Bairro Centro, na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. - A área referida no *caput* corresponde à área de intervenção do Projeto de Revitalização do Parque Urbano Municipal, com aproximadamente 28.069,00 m², inserida no imóvel relacionado à Matrícula nº 13.131, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ampére/PR, conforme plantas, memoriais, projetos, planilhas, documentos técnicos e demais peças que instruem o processo administrativo.

Art. 2º - A declaração de utilidade pública e interesse social abrange as intervenções necessárias à implantação, revitalização e manutenção da infraestrutura urbana, paisagística, ambiental, recreativa e educacional do parque, incluindo, entre outras: passeios e pavimentação em *paver*; estacionamento; drenagem pluvial; bocas de lobo e dissipadores de energia; playground; quiosques; horta pedagógica; passarela; portal de acesso; iluminação pública e instalações complementares; comunicação visual; bancos; lixeiras; paraciclos; paisagismo; plantio de espécies nativas; recuperação de áreas de preservação permanente; estruturas destinadas ao Programa Poliniza Paraná; e demais obras complementares previstas nos projetos técnicos.

Art. 3º - A área e as estruturas contempladas neste Decreto ficam destinadas ao uso comum da população, à circulação de pedestres, ao lazer, à recreação, à convivência comunitária, à contemplação paisagística, à educação ambiental, à acessibilidade, à preservação ambiental e à melhoria da infraestrutura urbana do Município de Bela Vista da Caroba.

Art. 4º - A execução, conservação, manutenção, fiscalização e gestão das melhorias implantadas ficarão a cargo do Município de Bela Vista da Caroba, por meio de suas secretarias e setores competentes, observados os projetos técnicos aprovados, as normas de acessibilidade, segurança, drenagem, conservação ambiental e a legislação aplicável.

Art. 5º - A implantação e a operação do Parque Urbano Municipal deverão assegurar a proteção da fonte protegida, do curso d'água, dos lagos, das áreas de preservação permanente e da vegetação existente, bem como o controle de erosão e assoreamento, a adequada movimentação de solo, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a manutenção do sistema de drenagem pluvial, a recuperação das áreas previstas em projeto e a segurança dos usuários.

Art. 6º - Eventuais ajustes de traçado, áreas, equipamentos, estruturas, acessos e elementos urbanísticos necessários à adequada execução do projeto poderão ser realizados mediante justificativa técnica, desde que respeitados a finalidade pública da intervenção, os limites ambientalmente autorizados, a legislação aplicável e a aprovação dos setores municipais competentes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto Municipal nº 018/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:6EE6952C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA A PARTICIPAÇÃO
O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 08 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MANTA GEOMEMBRANA EM PEAD, A PEDIDO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR, NAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.**
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por ITEM).
Valor total: R$ 83.865,60 (oitenta e três mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).
Entrega das propostas e documentações: até o dia 08 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília.
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 22 de setembro de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:32E8B811

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 259/2026

DECRETO Nº 259/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

NOMEAR: A Senhora Marceli Aparecida de Oliveira de Camargo, portador do cadastro de pessoa física nº 038.***.9**-44, Matricula 418257, nomeado (a) na data de 22/09/2026, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor (a) na Escola Municipal do Campo

Santo Agostinho, aprovado (a) no Concurso Público nº 01/2025, da Prefeitura de Boa Ventura de São Roque – PR.
Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 22 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:255324B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 342/2026

PORTARIA Nº 342/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
Art. 1º: Conceder ao servidor Lanes Junior Etgeton Graebin, matrícula nº 574-1, nomeado por meio do Decreto nº 095/2007 para exercer o cargo efetivo de Médico Veterinário, o gozo de 45 (quarenta e cinco) dias de férias, sendo:
30 (trinta) dias de férias referentes ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026;
10 (dez) dias de férias referentes ao período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025, a serem usufruídos no período de 26/08/2026 a 09/10/2026.
Art. 2º: Fica autorizado o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) de férias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026, nos termos do art. 101 da Lei Municipal nº 832/2015, com a plena anuência do servidor.
Art. 3º: Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar em 26/08/2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:3923F3D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 343/2026

PORTARIA Nº 343/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor Henrique Viana, matrícula nº 417719, nomeado por meio do Decreto nº 118/2021 para exercer o cargo efetivo de Operador de Máquinas, 15 (quinze) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 10/08/2025 a 09/08/2026, a serem usufruídos no período de 28/09/2026 a 12/10/2026, bem como o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) de férias, referente ao mesmo período, nos termos do art. 101 da Lei Municipal nº 832/2015. A presente concessão ocorre com a plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A0363733

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 344/2026

PORTARIA Nº 344/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, à servidora Ângela Fátima Strapasson, matrícula nº 365-1, nomeada por meio da Portaria nº 707/2004 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo, 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, a serem usufruídos no período de 21/09/2026 a 30/09/2026, nos termos do art. 101 da Lei Municipal nº 832/2015. A presente concessão ocorre com a plena anuência da servidora.
Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar em 21 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:DEF841AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 033/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 033/2026

EDITAL Nº 17/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando a **AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES EVAPORATIVOS E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DESTINADOS AO CENTRO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, EM ATENDIMENTO AO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB.**
- DATA DE ABERTURA: 06/10/2026

- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 17 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:A7E329EA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 228/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 228/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: RAJ INDUSTRIA A PAVIMENTACOES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) E MASSA ASFÁLTICA USINADA (SACAS), PARA CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMAS DE BUEIROS E UTILIZAÇÃO EM OBRAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: até 23 de outubro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: até 23 de outubro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **22 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:2F3C5FE2

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 226/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 226/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: SUPERMERCADO I. TREVIZAN LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS EM EVENTOS ORGANIZADOS PELO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA..

PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: até 15 de outubro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: até 15 de outubro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **22 de setembro de 2026**

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F00CC933

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 231/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 231/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: W2M CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) E MASSA ASFÁLTICA USINADA (SACAS), PARA CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMAS DE BUEIROS E UTILIZAÇÃO EM OBRAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: até 23 de outubro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: até 23 de outubro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **22 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:51855208

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 241/2026

DECRETO nº 241/2026
Data: 22/09/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor municipal efetivo, ocupante de cargo de GUARDIÃO e, dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o protocolo sob nº 441/2026 de 22 de setembro de 2026;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, em a data de **22 de setembro de 2026**, o Sr. **WILLIAN LUCAS DE LEÃO,** portador do CPF nº 089.839.449-00, do cargo efetivo de **GUARDIÃO** da Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR
Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo a partir da data da exoneração, qual seja, 22 de setembro de 2026.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 22 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:CED05DB8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196/2026

PORTARIA nº 196/2026
Data: 22/09/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora municipal ocupante de cargo de Agente político de Secretária Municipal de Administração e dá outras providências.

Eduardo José Henrichs, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias a servidoras municipal ocupante de cargo de Agente Político de Secretária de Administração, abaixo relacionada pelo período de 10 (dez) dias, conforme segue:

Servidor (a)	Dias de férias	Período de gozo	Período Aquisitivo
Roseli Terezinha Monauer Henrichs	10	23/09/2026 a 02/10/2026	2025/2026

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 22 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:001C1997

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197/2026

PORTARIA nº 197/2026
Data: 22/09/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Ampliação de Jornada a professora – temporária, lotada na Secretaria de Assistência Social e, da outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da jornada da servidora para atender à demanda existente na Casa Lar – Acolhendo Vidas, conforme memorando expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida ampliação de jornada à Professora Temporária, Sra. **PAMELA DA ROSA FERREIRA**, matrícula nº **1181605**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com local de trabalho na **Casa Lar – Acolhendo Vidas**, a partir de **21 de setembro de 2026**, enquanto perdurar a necessidade do serviço e houver demanda que justifique a manutenção da ampliação, visando assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços prestados aos acolhidos.

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 22 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:19A8FF58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 771/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 771/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 4º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** no valor de **R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
F494	11.006.10.301.0013.2.021 – Atenção Básica – PAB-Fixo		
532	3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra	R$	195.000,00
	TOTAL	**R$**	**195.000,00**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:39410264

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 132/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOCIOEDUCATIVO
CONTRATADO: LUCIANE RODRIGUES FAZOLO
CPF: XXX.050.XXX-90
VALOR: R$ 60.719,04 (Sessenta mil setecentos e dezenove reais e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/09/2026 a 22/09/2028
BOCAIÚVA DO SUL, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:20794A7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº1427/2026

DECRETO Nº1427/2026

Altera componentes do Comitê Gestor Municipal instituído pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 353/2009.

HELIO JOSÉ SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1o– O Decreto nº 437/2013 de 09 de agosto de 2013, que regulamenta o Comitê Gestor Municipal, instituído pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 353/2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º, § 1º. O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal e será integrado por:

Membro	Entidade que representa
I - Antonio Adair Rosa dos Santos	Prefeitura - Secretaria de Ind. Com. e Turismo
II – Vilson Roberto dos Santos	Prefeitura – Divisão de Tributação e Fiscalização
III – Lorizete Teixeira Surdi	Prefeitura – Secretaria de Família, Desenvolvimento Social e Habitação
IV - Celso Witcel Dias	Prefeitura – Departamento de Agricultura
V - Marilene Schmidt	Câmara - Representante do Poder Legislativo
VI - Alyson Juliano Pierre Giusti VII - Luiz Dias VIII - Jefferson Andreguetti IX - Gislaine Pazuch	Representante indicado por entidade representativa das micro e pequenas empresas da cidade – ASCOAGRIN
X– José Carlos Severgnini XII- Nildo de Meneses Moreira	Representantes dos MEI's do Município
XI – Rodrigo Rauber	Representante das instituições financeiras SICOOB/SMO
XII – Leticia Ló Ribeiro	Representante das instituições financeiras SICREDI FRONTEIRA
XIII – Marilene P. Deola	Representante das Escolas Municipais

Art. 2o- Permanecem inalterados os demaisdispositivos do Decreto nº 437/2013.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal nº1302/2025, e as disposições em contrário.
Bom Jesus do Sul-Pr, 19 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSÉ SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9C663728

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6011/2026

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a funcionária Sra. **MARILEI DE OLIVEIRA JACQUES**, matricula nº 848, nomeada através da portaria nº 2869/2028 de 02 de abril de 2018, servidora em efetivo exercício desde 02/04/2018, referente aos períodos aquisitivos de 02/04/2018 a 01/04/2023, para serem gozadas de 10 de setembro de 2026 à 08 de novembro de 2026 (60 dias), pelo período de 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 15 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B5F5FB8A

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA 002/2026

PORTARIA N.º 002/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a Regulamentação das matrículas na Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Sul-PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor e:
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do processo de matrículas na Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Sul-PR.
RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecido por esta portaria o regulamento do processo de matrículas na Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Sul-PR.
Art. 2º Para a Matrícula Inicial, nos anos de escolaridades indicados abaixo, a idade mínima exigida será:
I - EDUCAÇÃO INFANTIL
a) Serão aceitas as matrículas de crianças a partir dos quatro meses de idade;
II - DA IDADE OBRIGATÓRIA
a) - Pré I – a partir de 4 anos;
b) - Pré II – a partir de 5 anos;
III - DO ENSINO FUNDAMENTAL
a) 1º ano – Ensino Fundamental – a partir de 6 anos.
PARAGRAFO ÚNICO: O estudante deve completar a idade necessária para a para matrícula inicial, em cada ano de escolaridade estabelecida até 31/03 do referido ano.
Art. 3º Da documentação necessária:
I - Para efetivação de matrículas novas serão necessários os seguintes documentos:
a) Cópia da certidão de nascimento e/ou carteira de identidade e CPF;
b) Declaração de vacinação, devidamente atualizada e fornecida pela Unidade Básica de Saúde do município;
c) Cópia do RG e CPF dos pais e/ou responsáveis;
d) Cópia do comprovante de residência;
e) Laudo médico do aluno, quando necessário;
Art. 4º Terá direito às matrículas na rede municipal de ensino as crianças que residirem no município ou cujos pais e/ou responsáveis legais possuam vínculo empregatício formal no Município de Bom Jesus do Sul-PR, apresentando ao menos um comprovante atualizado conforme disposto a seguir:
a) Talão de luz ou água, que esteja em nome dos pais e/ou responsáveis;
b) Registro do imóvel ou contrato de aluguel;
c) Declaração de cadastro junto a Secretaria Municipal de Saúde. Este poderá ser solicitado, também em caso de dúvida sobre a residência da família;

d) Comprovação de vínculo empregatício no município, mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizada, contrato de trabalho vigente ou declaração formal do empregador com firma reconhecida.

PARAGRAFO ÚNICO: Fica facultado a Administração Pública através da Secretaria de Educação realizar visitas ou solicitar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas.

Art. 5º Alunos residentes em outros municípios, excetuando-se aqueles amparados pelo Art. 4º desta Portaria que comprovem vínculo empregatício dos pais no município, deverão procurar de imediato sua regularização de matrículas junto ao município de sua residência, pois os mesmos serão excluídos do sistema de ensino da rede municipal de Bom Jesus do Sul-PR.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 001/2024, de 29 de janeiro de 2024.

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6BD31FC8

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CMHIS, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Dispõe sobre a instituição do Grupo Gestor Local – GGL e da Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – MCMV/FNHIS Sub 50, no Município de Bom Jesus do Sul/PR, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - CMHIS – de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – MCMV/FNHIS Sub 50, destinado à implantação de 15 unidades habitacionais de interesse social no Município de Bom Jesus do Sul/PR;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação social, o acompanhamento das famílias beneficiárias e o fortalecimento das ações voltadas à garantia do direito à moradia digna;

CONSIDERANDO a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações habitacionais, estabelecendo diretrizes para mobilização, participação social, acompanhamento das famílias e articulação das políticas públicas;

CONSIDERANDO a importância da integração entre as políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, planejamento urbano, engenharia e infraestrutura para acompanhamento das famílias beneficiárias;

CONSIDERANDO a deliberação do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - CMHIS, registrada em Ata nº 11/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Gestor Local – GGL, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV/FNHIS Sub 50, com a finalidade de promover a participação efetiva das famílias beneficiárias, fortalecer a comunicação entre beneficiários e poder público e contribuir para o desenvolvimento das ações previstas no Trabalho Social.

Art. 2º Compete ao Grupo Gestor Local – GGL:
I – Acompanhar e apoiar as ações previstas no Projeto de Trabalho Social – PTS;
II – Participar da construção e acompanhamento do Plano de Ação de Demandas Prioritárias;
III – Auxiliar na identificação das demandas comunitárias relacionadas ao empreendimento habitacional;
IV – Promover a comunicação entre as famílias beneficiárias, equipe técnica e poder público;
V – Contribuir para a articulação das políticas públicas necessárias ao acompanhamento das famílias.

Art. 3º O Grupo Gestor Local – GGL será composto por representantes das famílias beneficiárias e representantes do poder público municipal, garantindo a participação comunitária e a integração das políticas públicas.
Representantes das famílias beneficiárias:
Titular: Silvana Bueno
Suplente: Marines Kreiner
Titular: Amanda Alves dos Santos
Suplente: Evelin Rayane Cavagnoli
Titular: Elenir Padilha
Suplente: Cleverson Rodrigo dos Santos
Titular: Scheila Carla Stulpen Seider
Suplente: Marileis Caetano da Silva

Representantes do Poder Público Municipal:Secretaria da Assistência Social;Titular: Lorizete Teixeira Surdi
Suplente: Marines Andrade dos Reis
Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Clarice Dill Pretto
Suplente: Marcelo Weiss
Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Marilene Pinheiro Cabral Deola
Suplente: Maria Patricia Lima
Secretaria de Planejamento agricultura e Engenharia.
Titular: Marcelo Jose Righes
Suplente: Celso Witcel Dias

Art. 4º Fica instituída a Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO, com o objetivo de garantir a participação das famílias beneficiárias no acompanhamento da execução do empreendimento habitacional, possibilitando o acesso às informações referentes às etapas das obras, evolução dos serviços e demais assuntos relacionados às unidades habitacionais.

Art. 5º Compete à Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO:
I – Acompanhar as fases de execução das obras;
II – Participar de visitas ao empreendimento quando necessário;
III – Coletar informações referentes ao andamento dos serviços e prazos;
IV – Atuar como meio de comunicação entre beneficiários, Município e responsáveis técnicos;
V – Contribuir para a transparência e participação social durante a execução do empreendimento.

Art. 6º A Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO será composta pelos seguintes representantes das famílias beneficiárias:
Titulares e suplentes:
Titular: Silvana Bueno
Suplente: Marines Kreiner
Titular: Amanda Alves dos Santos
Suplente: Evelin Rayane Cavagnoli
Titular: Elenir Padilha
Suplente: Cleverson Rodrigo dos Santos
Titular: Scheila Carla Stulpen Seider
Suplente: Marileis Caetano da Silva

Art. 7º As instâncias instituídas por esta Resolução atuarão em conjunto com a equipe responsável pelo Trabalho Social, Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, Município e demais envolvidos na execução do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV/FNHIS Sub 50.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

VILSON ROBERTO DOS SANTOS
Presidente do CMHIS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:74256EBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

RECURSOS HUMANOS
DECRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO
PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE (43) 3442 – 1460 – email:administrativo@bomsucesso.pr.gov.br Bom Sucesso-Pr. CEP-86940-000 Cx Postal 37
CNPJ/MF- 75.771.261/0001-04

DECRETO Nº-169/2026.
DATA-22 de setembro 2026.

-cargo comissionado-

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, senhora **Rosana Ferreira Lopes**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, resolve:

- N O M E A R -

Art.1º- Fica nomeado o senhor HELIVELTON FERNANDES DE SOUZA –inscrito no CPF/MF-093.xxx.xxx-xx e RG nº- 9.599.966- para exercer o Cargo Comissionado de Diretor do Departamento Esportivo CC-5 junto a Secretaria Municipal de Esportes.

Art.2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/26.

Art.3º-Registre-se e Publique-se.

Paço Municipal, 22 de setembro de 2026.

ROSANA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal
2025-2028

PEDRO DOS SANTOS NOGUEIRA
Secretário Geral

Publicado por:
José Roque
Código Identificador:5DF2187A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
COMISSÃO ESPECIAL DE NORMAS E MONITORAMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETO DO CONSELHO TUTELAR DE BOM SUCESSO DO SUL
EDITAL N° 004/2026

Divulga o resultado preliminar da prova do Processo de Escolha Suplementar Indireto dos Membros do Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná.

A Comissão Especial de Normas e Monitoramento do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Bom Sucesso Do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições do EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETO PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL N° 02/2026, torna público aos interessados o resultado preliminar da prova do Processo de Escolha Suplementar Indireto dos Membros do Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul, conforme segue:

N° INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	SITUAÇÃO
02	VALSIR FOLLE	9,0	APROVADO

Bom Sucesso do Sul, 18 de Setembro de 2026.

LUCIANE DIAS TEIXEIRA
Presidente da Comissão Especial
Processo de Escolha Suplementar Indireto dos Membros do Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul-PR

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:01B4EC36

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 481, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem a servidora Thalyzia Kopp Prechlak

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Thalyzia Kopp Prechlak**, ocupante do cargo efetivo de **Chefe da Divisão de Cadastro e Tributação**, matrícula nº **669-6/5**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **18 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Finanças, para participação do curso: Conexão CNM – Confederação Nacional de Municípios.
Art. 2° Fica revogada integralmente a portaria 473 de 16 de setembro de 2026
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 18 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C81D2E8D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°176/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº02
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°176/2026
CONTRATADA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME
CNPJ: 02.329.391/0001-18
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto formalizar a alteração de marca do item 154 – papel sulfite alcalino A4, caixa com dez resmas –, a substituição da marca CHAMEX pela marca NAVIGATOR e, simultaneamente, o restabelecimento do preço unitário originalmente registrado de **R$ 270,00** (duzentos e setenta reais) por caixa, para os fornecimentos futuros realizados com a nova marca; e a alteração da marca do item 152 - livro ata com 100 folhas tamanho 210 X 300 MM, capa dura costurado, da marca SÃO DOMINGOS, para a marca ANIMATIVA.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA
Fica autorizada, para os fornecimentos futuros do Item 154 da Ata de Registro de Preços nº 176/2026, a entrega de papel sulfite alcalino A4 da marca **NAVIGATOR** em substituição à marca CHAMEX,

considerando a aprovação técnica do produto e a constatação de atendimento às características, certificações e padrões de qualidade exigidos no instrumento convocatório.
A substituição ora autorizada não altera as especificações, a natureza ou as demais condições do objeto registrado, permanecendo a detentora da ata integralmente responsável pelo atendimento das exigências previstas no edital, no termo de referência, na proposta e na Ata de Registro de Preços.
Ainda, diante do protocolo de pedido de troca de marca do item 152 – livro ata com 100 folhas tamanho 210 X 300 MM, capa dura costurado, marca SÃO DOMINGOS, para a marca ANIMATIVA, o qual foi analisado pelo setor de administração que formulou, através da sra. Loidir Salvi, gestora da ata de registro de preços, parecer favorável bem como, tendo por base o parecer jurídico do procurador municipal, resta deferido o pedido de troca de marca, passando a ser autorizada a entrega do item 152 com a marca **ANIMATIVA**, sem alteração nos valores deste item.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RESTABELECIMENTO DO PREÇO

Em razão da substituição da marca e da manifestação expressa da detentora da ata de que o produto NAVIGATOR foi obtido por custo compatível com o preço originalmente homologado, fica restabelecido, para todos os fornecimentos futuros do Item 154 realizados com a marca NAVIGATOR, o preço unitário de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por caixa com dez resmas.
A detentora da ata renuncia, quanto aos fornecimentos futuros do Item 154 com a marca NAVIGATOR, ao preço de R$ 396,44 (trezentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos) anteriormente estabelecido em razão do reequilíbrio econômico-financeiro relacionado ao produto da marca CHAMEX e formalizado por meio do aditivo nº1 de 24 de agosto de 2026.
A autorização para fornecimento da marca NAVIGATOR e o restabelecimento do preço de R$ 270,00 são indissociáveis e produzem efeitos simultaneamente, não sendo admitido o fornecimento da nova marca pelo preço anteriormente majorado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EFEITOS DA ALTERAÇÃO

As alterações formalizadas neste instrumento produzem efeitos para os fornecimentos futuros do Item 154 realizados com a marca NAVIGATOR, e para o item 152 realizados com a marca ANIMATIVA.
O presente aditivo não importa ratificação, convalidação ou manifestação acerca da regularidade, dos pressupostos ou da instrução do reequilíbrio econômico-financeiro anteriormente concedido, limitando-se à formalização da substituição da marca e ao restabelecimento simultâneo do preço originalmente registrado para os fornecimentos futuros.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 176/2026 que não conflitarem com o presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

A presente alteração é formalizada com fundamento no processo administrativo correspondente, no requerimento da detentora da ata, na avaliação técnica do produto substituto, no Parecer da Gestora da Ata e no parecer jurídico constante dos autos, observados os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e as condições do Pregão Eletrônico nº 33/2026 e da Ata de Registro de Preços nº 176/2026.
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 22 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:ED5FFF0D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2026 - INEXIGIBILIDADE 13/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2026
INEXIGIBILIDADE 13/2026 – (Processo Licitatório 106/2026). DATA DO AVISO: 11/09/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA – CNPJ: 05.035.532/0004-20.
OBJETO: 1.1. Formação de registro de preços para aquisição de veículos novos 2026/2027 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS – CISA AMERIOS 12ª R.S, **conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital**, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
11	**VEÍCULO UTILITÁRIO (PICKUP)** – Veículo automotor utilitário cab. Dupla; 4 portas; Zero km; Cor branca; para 05 ocupantes; Comprimento mín. 4.600 mm; Largura mín. 1.700 mm; entre eixo mín. 2.700 mm; Motor 3 ou 4 cil. c/ aspiração natural ou turbo; potência mín. 130 cv (gasolina) / 135 cv (etanol); Torque mín. 20 kgfm (gasolina) / 21 kgfm (etanol); Bicombustível; tanque 40 litros; Transmissão manual c/ mín. 6 vel.; Direção EPS; Caçamba mín. 750 L; Carga útil ≥ 600 kg; ABS + EBD; 6 airbags; controle de estabilidade e tração; câmera traseira; sensor estacionamento; ar-cond.; central multimídia 8"; Android Auto/CarPlay; Protetor de cárter; Jogo de tapetes.	Chevrolet Montana 1.2 Turbo Mecânica 2026/2026	01 Unid.	135.000,00	135.000,00
Valor total: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).					

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).** O pagamento será efetuado pelo Ente Participante/ CISA AMERIOS via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada do fornecedor registrado em até 30 (trinta) dias após o atestado definitivo do responsável pelo recebimento, conferência do bem e também da Nota Fiscal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para efeitos de indicação de recursos orçamentários será utilizado a seguinte dotação: 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100071.006 – Aquisição de veículos e Equipamentos nas Unidades de Saúde; 44.90.52 Equipamento e Material Permanente; Despesa: 1714/1709; Fonte de Recurso 304 – Alienação de Bens da Saúde; ou 5357 Resolução SESA – Bloco Estadual Investimentos.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 22 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:8F23EB83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 07/2026, VINCULADO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 01/2026.
A **Câmara Municipal de Braganey**, inscrita no CNPJ n.º **01.551.484/0001-20**, localizada à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey, doravante denominada

CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente da Câmara, Sr. **ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº 12.490.645-8 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 092.846.049-58, residente e domiciliado na zona rural, Estrada São Miguel, Distrito de Bragantina, nº s/n, Município de Braganey/PR, e a **ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO OESTE DO PARANÁ – ACAMOP**, entidade associativa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **78.105.855/0001-74**, com sede na Rua Paraná, nº 2361, Sala 506, Centro, Cascavel – PR, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **EDSON DE SOUZA**, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do **Processo de Inexigibilidade nº 01/2026**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 07/2026**, mediante as cláusulas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto o pagamento da contribuição associativa mensal devida pela Câmara Municipal de Braganey à Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná – ACAMOP, em decorrência da filiação autorizada pela Resolução nº 07/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3569, em 09 de julho de 2026, compreendendo a manutenção da condição de associada e o exercício dos direitos institucionais, associativos e representativos previstos no estatuto e nas normas internas da entidade.

Descritivo do objeto:

Item	Produto/Serviço	Descrição / Especificação	Qntd	Valor mensal	Valor total
01	Contribuição associativa à ACAMOP	Pagamento da contribuição associativa mensal devida pela Câmara Municipal de Braganey à Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná – ACAMOP, em decorrência da filiação autorizada pela Resolução nº 07/2026, compreendendo a manutenção da condição de associada e o exercício dos direitos institucionais, associativos e representativos previstos no estatuto e nas normas internas da entidade.	12 meses	R$ 517,50	R$ 6.210,00

TOTAL: R$ 6.210,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, observada a vigência da filiação autorizada pela Resolução nº 07/2026 e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1. Eventual prorrogação deverá observar os requisitos legais, o interesse da Administração, a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições que fundamentaram a contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Dotação: 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos – 001 – Recurso do Tesouro (Descentralizado).

4. CLÁUSULA QUARTA – FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Corbélia/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato.

Braganey, 22 de setembro de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:BB15D2D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 27/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor por lote, para Aquisição de equipamentos e material permanente para uso odontológicos na Secretaria Municipal de Saúde, com abertura no dia 06/10/2026, às 08h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitação@cafeara.pr.gov.br

Cafeara-PR 22 de setembro de 2026

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:A5F912BE

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 28/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor por lote, para Aquisição de suplementos alimentares destinados à pacientes da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes no município de Cafeara/ PR, com abertura no dia 07/10/2026, às 08h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitação@cafeara.pr.gov.br

Cafeara-PR 22 de setembro de 2026

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:250911AB

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 078/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º AUTORIZAR a conversão em abono pecuniário de 15 (quinze) dias de férias do(a) servidor(a) **JOEL GARCIA**, matrícula nº 111, referentes ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026.

Parágrafo único. Os demais dias de férias permanecerão em acervo para gozo oportuno, conforme conveniência da Administração Pública Municipal e necessidade do serviço.

Art. 2º Determinar à Divisão de Recursos Humanos que proceda aos registros funcionais necessários e ao lançamento em folha de pagamento das verbas correspondentes, observando-se a remuneração vigente à época da concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 16 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:6C29B868

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 079/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º AUTORIZAR a conversão em abono pecuniário de 15 (quinze) dias de férias do(a) servidor(a) **MARILZA SOUZA DE LIMA SPERANDIO**, matrícula nº 227, referentes ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 a 05 de janeiro de 2026.
Parágrafo único. Os demais dias de férias permanecerão em acervo para gozo oportuno, conforme conveniência da Administração Pública Municipal e necessidade do serviço.
Art. 2º Determinar à Divisão de Recursos Humanos que proceda aos registros funcionais necessários e ao lançamento em folha de pagamento das verbas correspondentes, observando-se a remuneração vigente à época da concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 16 de setembro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:90A391E9

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 080/2026

ELTON FABIO LAZARETTI,PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º -Conceder a(s) servidora(s) relacionada(s) abaixo, ocupante(s) do cargo de PROFESSOR, lotada(s) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,**JORNADA SUPLEMENTAR DE 20 HORAS**, para exercer o cargo de Docente na "Escola Municipal de Cafeara, Ensino Infantil e Fundamental", no período de 02 de setembro de 2026 à 2 de novembro de 2026, conforme previsto, na Lei Municipal nº 243/2005, art. 53, para suprir necessidades do ensino.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	LOCAL
ARIANA BRITO DE JESUS TUROZI	PROFESSOR	467	Escola Municipal de Cafeara/PR.

Art. 2º -A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Prefeitura Municipal de Cafeara – PR, 17 de setembro de 2026.

ELTON FABIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:4311094C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 376/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 376/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **OLLI - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 40.948.749/0001-80, endereço AVENIDA MARECHAL LOTT, 402 QD-57 / LT-23 - CEP: 85415000 - BAIRRO: centro, CIDADE Cafelândia/PR E-MAIL: ollicafelandia@hotmail.com, TELEFONE: (45) 3197-9270, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, EDSON DE OLIVEIRA PEREIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, INCLUINDO DETERGENTES, DESINFETANTES, SABÕES, LIMPADORES MULTIUSO, ÁGUA SANITÁRIA, PRODUTOS PARA LIMPEZA DE PISOS, VIDROS E SUPERFÍCIES, PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL, SACOS PARA LIXO, PANOS DE LIMPEZA, VASSOURAS, RODOS, BALDES, LUVAS, PAPÉIS PARA UTILIZAÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 501.547,00 (Quinhentos e Um Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais).
Assinaturas: Junior Motter e EDSON DE OLIVEIRA PEREIRA
Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.
Data da Assinatura:18/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3A4E71E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 377/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 377/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **QUIMICA SANTA CECILIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 53.379.354/0001-55, endereço RUA PONTA GROSSA, 632 - CEP: 86800030 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Apucarana/PR E-MAIL:

licitacao.provita@gmail.com, TELEFONE: (43) 9 9694-8324, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ELIANA CRISTINA BOBIG ROSSETTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, INCLUINDO DETERGENTES, DESINFETANTES, SABÕES, LIMPADORES MULTIUSO, ÁGUA SANITÁRIA, PRODUTOS PARA LIMPEZA DE PISOS, VIDROS E SUPERFÍCIES, PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL, SACOS PARA LIXO, PANOS DE LIMPEZA, VASSOURAS, RODOS, BALDES, LUVAS, PAPÉIS PARA UTILIZAÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 11.600,00 (Onze Mil e Seiscentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ELIANA CRISTINA BOBIG ROSSETTO
Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.
Data da Assinatura:18/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:013D27EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 378/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 378/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **SERVETECH SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 31.332.990/0001-99, endereço Nicolau Kluppel Netto, 1101 - CEP: 84061000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Ponta Grossa/PR E-MAIL: licitacoes@servetech-pr.com.br , TELEFONE: (42) 99956-0920, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ELVIS REBELLO DE CRISTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, INCLUINDO DETERGENTES, DESINFETANTES, SABÕES, LIMPADORES MULTIUSO, ÁGUA SANITÁRIA, PRODUTOS PARA LIMPEZA DE PISOS, VIDROS E SUPERFÍCIES, PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL, SACOS PARA LIXO, PANOS DE LIMPEZA, VASSOURAS, RODOS, BALDES, LUVAS, PAPÉIS PARA UTILIZAÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 4.050,00 (Quatro Mil e Cinqüenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ELVIS REBELLO DE CRISTO
Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.
Data da Assinatura:18/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:491CF63F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 379/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 379/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **STP COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 53.710.803/0001-04, endereço Rua Atalydes Moreira de Souza, 1220 - CEP: 29168055 - BAIRRO: CIVIT I, CIDADE Serra/ES E-MAIL: vendas@sanitop.com.br | atendimento@sanitop.com.br , TELEFONE: (41) 99848-0344, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LUIS FERNANDO STRESSER.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, INCLUINDO DETERGENTES, DESINFETANTES, SABÕES, LIMPADORES MULTIUSO, ÁGUA SANITÁRIA, PRODUTOS PARA LIMPEZA DE PISOS, VIDROS E SUPERFÍCIES, PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL, SACOS PARA LIXO, PANOS DE LIMPEZA, VASSOURAS, RODOS, BALDES, LUVAS, PAPÉIS PARA UTILIZAÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 6.390,00 (Seis Mil, Trezentos e Noventa Reais).
Assinaturas: Junior Motter e LUIS FERNANDO STRESSER
Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.
Data da Assinatura:18/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:156D0E14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 380/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 380/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 10.828.263/0001-47, endereço RUA CUIABÁ, 4823 - CEP: 85805265 - BAIRRO: ALTO ALEGRE, CIDADE Cascavel/PR E-MAIL: cestas_alianca@yahoo.com.br, TELEFONE: (45) 9 8429-

8426, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, FERNANDO TOSCAN.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, INCLUINDO DETERGENTES, DESINFETANTES, SABÕES, LIMPADORES MULTIUSO, ÁGUA SANITÁRIA, PRODUTOS PARA LIMPEZA DE PISOS, VIDROS E SUPERFÍCIES, PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL, SACOS PARA LIXO, PANOS DE LIMPEZA, VASSOURAS, RODOS, BALDES, LUVAS, PAPÉIS PARA UTILIZAÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 195.680,00 (Cento e Noventa e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e FERNANDO TOSCAN
Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.
Data da Assinatura:18/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:57E91729

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 381/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 381/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **CARLA TREVISOL RESTAURANTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 20.717.789/0001-03, endereço RUA INTERVENTOR MANOEL RIBAS, 281 QD35 LT08-A - CEP: 85415000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Cafelândia/PR E-MAIL: carlatrevisol@hotmail.com, TELEFONE: 4598513942, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, CARLA TREVISOL.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, INCLUINDO DOCES, GULOSEIMAS, CHOCOLATES, BALAS, PIRULITOS, BOMBONS, CHICLETES, PAÇOCAS, PIPOCAS, CONFEITOS, BISCOITOS DOCES, KITS DE GULOSEIMAS E DEMAIS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SIMILARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 513.881,00 (Quinhentos e Treze Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais).
Assinaturas: Junior Motter e CARLA TREVISOL
Vigência: 22/09/2026 a 21/09/2027.
Data da Assinatura:22/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:336C1E4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 070/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública, Sra. Raquel Pereira Motter, portadora do R.G. nº 10.***.486-7, 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 23 (vinte e três) de setembro de 2026.
Horário de saída: 21h10min.

Motivo: Participar de Capacitação: Ferramentas e Estratégias para manuseio do PAF, acompanhamento Familiar no SUAS na prática.

Data do retorno: 26 (vinte e seis) de setembro de 2026.
Horário do retorno:05h05min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A474B231

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 071/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 071/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública, Sra. Daiane Cristina Brandão, portadora do R.G. nº 12.***.052-8, 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 23 (vinte e três) de setembro de 2026.
Horário de saída: 21h10min.

Motivo: Participar de Capacitação: Ferramentas e Estratégias para manuseio do PAF, acompanhamento Familiar no SUAS na prática.

Data do retorno: 26 (vinte e seis) de setembro de 2026.

Horário do retorno:05h05min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:229ACD1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 072/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 072/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Público nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Servidor Público, Sr. Hélio Girelli Junior, portador do R.G. nº 9.***.809-0, 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 23 (vinte e três) de setembro de 2026.
Horário de saída: 21h10min.

Motivo: Participar de Capacitação: Ferramentas e Estratégias para manuseio do PAF, acompanhamento Familiar no SUAS na prática.

Data do retorno: 26 (vinte e seis) de setembro de 2026.
Horário do retorno:05h05min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:53E8EA63

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 035.2026 - SOM

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0145/2026

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para empresa especializada para o fornecimento, instalação, operação e suporte técnico de sistemas de som e de iluminação destinados à 29ª Edição da Mini Olimpíada Municipal de Cafelândia/PR, promovida pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com abertura em 07 de novembro de 2026 e encerramento em 22 de novembro de 2026, a ser realizada no Ginásio de Esportes "Severino C. Pasquali" e no Centro de Convivência "Fábio Arcanjo de Lima.

Objeto: FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS DE SOM E DE ILUMINAÇÃO DESTINADOS À 29ª EDIÇÃO DA MINI OLIMPÍADA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, COM ABERTURA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2026 E ENCERRAMENTO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2026, A SER REALIZADA NO GINÁSIO DE ESPORTES "SEVERINO C. PASQUALI" E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA "FÁBIO ARCANJO DE LIMA"

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MAURO SOARES DE OLIVEIRA 59.209.515/0001-49	**R$ 35.000,00**	Trinta e cinco mil reais.	Em até 30 dias mediante nota fiscal.	001

Cafelândia/PR, 21 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:AA3B4E0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1.393, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.393, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, no valor de R$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 920 de 17 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2026, no valor de R$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica PSB
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: 11.000,00
Conta Despesa: 2930
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica PSB - Suas)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0008.2063 – Manutenção das atividades da Agricultura
3.3.90.34.00.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização
Valor: 60.000,00
Conta Despesa: 3380
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
001 – DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE
18.541.00010.2069 – Manutenção das atividades da Secretaria de Meio ambiente
3.3.90.34.00.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização

Valor: 50.000,00
Conta Despesa: 4420
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 02º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro, será utilizado como recursos o cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica PSB
3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
Valor: 10.000,00
Conta Despesa: 2910
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica PSB - Suas)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica PSB
3.3.90.36.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa física
Valor: 1.000,00
Conta Despesa: 2920
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica PSB - Suas)

03 - SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
001 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE
04.122.0003.2004 - Manutenção das atividades da Secretaria de Meio ambiente
3.3.90.34.00.00 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização
Valor: 110.000,00
Conta Despesa: 260
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:E7F4153C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1.394 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.394 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro do exercício anterior no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, no valor de R$ 112.900,00 (cento e doze mil e novecentos reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 920 de 17 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2026, no valor de R$ 112.900,00 (cento e doze mil e novecentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2045 - Piso único de Assistência Social - Pas
3.3.90.30.00.00 - Material de consumo
Valor: 44.000,00
Conta Despesa: 2510
Fonte: 845 (Piso único de Assistência Social - PAS)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica PSB
3.3.90.30.00.00 - Material de consumo
Valor: 68.900,00
Conta Despesa: 2900
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica PSB - Suas)

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recurso o superávit financeiro das fontes conforme abaixo demonstrado:

FONTE	VALOR SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR
845	R$ 44.000,00
823	R$ 68.900,00
TOTAL	**R$ 112.900,00**

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:7D98BF62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

Objeto: Formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em prol dos entes consorciados.

Fundamento Legal: artigo 241 da Constituição Federal e Lei Federal n.º 11.107/2005.

Data de aprovação: 24/06/2025.

Vigência: prazo indeterminado.

Link de acesso ao protocolo de intenções:
https://campinagrandedosul.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/505370138

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:A589EE1F

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 93/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 93/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILÔMETRO, CATEGORIA 3/4, COM TRAÇÃO 4X4, CARROCERIA MODULAR EM CHAPA DE AÇO E CESTO

AÉREO ARTICULADO ISOLADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço Por Lote
Valor Máximo: R$ 925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil reais)
Data de abertura: 13/10/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3B2E3683

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 24/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILÔMETRO, SENDO 02 (DUAS) AMBULÂNCIAS E 02 (DUAS) VANS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DA FROTA DE TRANSPORTE SANITÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS
COMUNICO a alteração parcial do Edital do **Pregão Eletrônico nº 24/2026**, decorrente do acolhimento das manifestações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde em face das impugnações recebidas.
O edital retificado poderá ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná, no endereço www.campinagrandedosul.pr.gov.br, na opção Transparência – Licitações, bem como no site do sistema eletrônico de julgamento ComprasBR, no endereço www.comprasbr.com.br
Nova data de abertura: 08/10/2026.
Horário de abertura: 14:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 1.390.076,22 (Um milhão, trezentos e noventa mil, setenta e seis reais e vinte e dois centavos)
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote.
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.

Campina Grande do Sul, 22 de setembro de 2026

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:5D6CA75B

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEX N° 96/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 96/2026
Processo nº 91/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 96/2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA MAPZER EM MODELO SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE) PARA MONITORAMENTO DE OCORRÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS PÚBLICAS DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
MAPZER INTELIGENCIA ARTIFICIAL LTDA	38.537.651/0001-98	R$ 222.340,44

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

Campina Grande do Sul, 22/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:06E2E2D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24 / 2026

Processo licitatório: 317 / 2026
Fundamento: Artigo nº 28, inciso I da Lei Federal 14.133/2021
Objeto: Registro de preços para futura aquisição de veículo automotor zero km, nas condições, quantidades, características e prazos abaixo definidos, a ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, destinado ao suporte às ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo do Tenente Paraná.
Data de Homologação: 15/09/2026
Valor Total Homologado: R$ 141.211,00
Ata de Registro de Preços: 157/2026, empresa VIA PORTO VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.266.596/0005-25.
Vigência: 12 meses, contados a partir da data de assinatura em 21/09/2026.

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:335E22D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026

Chamada Pública para aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural conforme rege o art.14, § 1º, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e Resoluções vigentes do FNDE, no âmbito do PNAE.
A Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR, através da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para "**aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE".**
Apresentação da documentação exigida para habilitação, juntamente com o projeto de venda, no período de: **Das 09h00min do dia 23 de setembro de 2026 até as 09h00min do dia 19 de outubro de 2026,** exclusivamente por meio eletrônico, mediante o sistema do Portal

BNC Compras, disponível no endereço eletrônico https://bnccompras.com/**.**
O edital da Chamada Pública, estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação, está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: cpl@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4046.

Campo Magro/PR, 22 de setembro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:063B5045

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: ACF ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
CNPJ: 46.985.752/0001-50
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2618/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 87.940,98 (oitenta e sete mil, novecentos e quarenta reais e noventa e oito centavos), caracterizado como saldo remanescente
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:E40085AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: COMERCIAL ACTUS EIRELI EPP
CNPJ: 22.108.033/0001-92
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2778/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 76.125,51 (setenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais e cinqüenta e um centavos), caracterizado como saldo remanescente
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:C6EB597A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: AMORAS FRONTINENSES LTDA
CNPJ: 53.858.774/0001-14
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2774/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 567.185,52 (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), caracterizado como saldo remanescente.
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:81E3EB59

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 29.715.704/0001-22
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2720/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 19.816,74 (dezenove mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos), caracterizado como saldo remanescente
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D1124DC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PONTES LTDA
CNPJ: 42.433.719/0001-66
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2776/2026, prorroga-se o prazo de vigência da

Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 9.277,99 (nove mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos), caracterizado como saldo remanescente
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:6769EC33

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: POLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP
CNPJ: 58.329.006/0001-97
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2719/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 39.838,92 (trinta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), caracterizado como saldo remanescente.
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:E9ED701F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: ANDREI ERNANI FREITAS LTDA
CNPJ: 10.401.386/0001-05
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 3299/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 179.700,82 (cento e setenta e nove mil e setecentos reais e oitenta e dois centavos), caracterizado como saldo remanescente.
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:3B762AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: NUTRICESTAS ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 14.156.181/0001-54
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 2617/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor total para fazer frente à execução contratual será de R$ 211.303,41 (duzentos e onze mil, trezentos e três reais e quarenta e um centavos), caracterizado como saldo remanescente.
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:30D991C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: CWB WORD'S COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. EPP
CNPJ: 07.092.633/0001-16
DO OBJETO DO CONTRATO: Formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar (Escolas Municipais e CMEIs) de conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 1644/2026, prorroga-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 20 de agosto de 2026 para 20 de agosto de 2027
DO VALOR: O valor destinado à execução deste aditivo fica reajustado, conforme previsto na Cláusula Segunda do contrato original, considerando a variação acumulada do IPCA (IBGE) de 4,44302% no período de agosto de 2025 a julho de 2026. Dessa forma, o valor unitário dos produtos será acrescido, totalizando R$ R$ 1.576.874,06 (Um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e seis centavos) no período de 12 (doze) meses
DATA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:28F0BF84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 465/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **MERLI HARTKOPF,** brasileiro, inscrito no CPF nº 032.xxx.xxx-30, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR I –** Nível B3-10, nomeado pela Portaria n° 045/2025, matrícula: 4016-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Viação e Serviços Públicos, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **06/01/2025 a 06/01/2026**, como segue:

- 21/09/2026 a 10/10/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 16 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:CAA014A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 466/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **THAINA MATOS DE SOUZA,** brasileira, inscrita no CPF nº 107.xxx.xxx-31, ocupante do cargo de Agente Político de **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, matrícula: 3997-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **01/01/2025 a 01/01/2026**, como segue:

- 21/09/2026 a 30/09/2026
- 04/01/2027 a 13/01/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 16 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:77FD8A2D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 467/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora **THAIRINE DE SOUZA MARQUES**, brasileira, inscrita no CPF nº 112.xxx.xxx-65, do cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR,** nomeada pela Portaria n° 724/2025, matrícula: 4252-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:61A7376D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 468/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **DANIELLI SMUZEK TEIXEIRA DA ROSA**, brasileira, inscrita no CPF nº 980.xxx.xxx-00, ocupante do cargo efetivo de **FONOAUDIOLOGO** – Nível 12, nomeada pela Portaria nº 028/2004, matrícula: 1702-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, para responder cumulativamente ao seu cargo pela **OUVIDORIA** da Secretaria de Saúde – (FMS).
Art. 2º Conceder função ***Gratificada Nível GFE5,*** conforme Lei Nº 1.648/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria n° 411/2023.
Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:12FBBA03

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 470/2026

Retificar a Portaria n° 484/2024.

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente a sumula 473 do STF,

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria 484/2024, de 08 de julho de 2024, Art 1°, para que passe a constar:
Onde lê-se:
"no período de 08 de julho de 2024 a 08 de julho de 2026".
Leia-se:
"no período de 08 de julho de 2024 a 08 de julho de 2027"
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 17 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:58C1F565

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAas autoridades, os representantes de classes e a sociedade em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no **dia 24 de setembro de 2026, com início às 14:00 horas**, na sede da Câmara Municipal, situada a Av. Alfredo Antônio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros, tendo como pauta:
1. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da LDO referente aos meses de maio à agosto de 2026 (Art. 9º parágrafo 4º da LRF);
2. Prestação de Contas da Educação referente aos meses de maio à agosto de 2026;
3. Prestação de Contas da Saúde referente aos meses de maio à agosto de 2026;
4. Prestação de Contas Assistência Social, incluindo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente aos meses de maio à agosto de 2026;

Candói, 04 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:48F27236

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTAURAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO SOL POENTE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados para participarem da **AUDIÊNCIA** PÚBLICA destinada à apresentação e ao início dos trabalhos de Regularização Fundiária Urbana- REURB do Núcleo Urbano Sol Poente.

A audiência pública será realizada conforme as informações a seguir:

Data: 30/09/2026;
Horário: 19:00 horas;
Local: Centro de convivência do Idoso, localizado na Av. Eraclides Mendes Araújo, s/nº, Parque do Lago, Candói-PR;

Objetivos da audiência pública:

Apresentar á comunidade o procedimento da Regularização Fundiária-Reurb;
Prestar informações sobre as etapas, requisitos e documentos necessários para o desenvolvimento do processo;
Apresentar a delimitação preliminar da área abrangida pelo Núcleo Sol Poente;
Esclarecer dúvidas dos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados;
Promover a participação da comunidade e levantar informações relevantes para a instrução do procedimento administrativo;

Candói, 14 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:05BD18AD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 142/2025

CONTRATO Nº 142/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.842/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A. - CNPJ nº 33.065.699/0001-27.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 142/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, mantendo-se as demais condições e coberturas originalmente contratadas.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação sucessiva dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e haja previsão no edital e no contrato. A prorrogação está prevista na Cláusula Segunda do Contrato nº 142/2025.
VALOR: R$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:97299244

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 05/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL N° 05/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, ESTADO DO PARANÁ, representada pelo seu Presidente, Sr. Sidinei José Giusti, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.777/2025, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, considerando o disposto no Edital de Abertura de Processo Seletivo Simplificado n° 01/2025, resolve

TORNAR PÚBLICA
a prorrogação da vigência, até 25 de setembro de 2027, do Edital n.º 03/2025 - HOMOLOGAÇÃO, relativo ao Processo Seletivo Simplificado (PSS) visando à contratação temporária para exercer a função de Zelador (a) para atuação na Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR.
Capitão Leônidas Marques, 22 de setembro de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:5F18AE1F

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N.º 405/2026 DATA: 22-09-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 107 a 110 da lei Municipal nº 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. lº - Conceder à Servidora Pública **Jakiciane Raquiela Ternes Teixeira Zanella**, ocupante do cargo de Professor – LF 01 e Professor – LF 02, Licença Maternidade, por 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico, com início em 19-09-2026 e término em 17-03-2027.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 22 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:647E4DB1

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO CONC. PRESENCIAL 010/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. 404/2026 de 22.09.2026.
O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Concorrência Presencial n. º 010/2026 de 25.03.2026,** destinado a contratação de empresa especializada para execução de obra de Recape de vias urbanas em CBUQ de 36.014,70m², compreendendo a realização de serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, execução de revestimento asfáltico, implantação de meio-fio e sarjetas, bem como serviços complementares de urbanização, sinalização viária, iluminação pública, realização de ensaios tecnológicos e instalação de

placa de comunicação visual da obra, conforme projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos aprovados e que integram o presente processo, em atendimento ao Convênio nº 540/2026. Considerando o **" *Menor Preço, Empreitada por Preço Global",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA*** com o valor de R$ ***4.350.000,00 (Quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de Setembro de 2026.
Elisandro dos Reis
Prefeito Municipal em Exercício
EXTRATO DO CONTRATO Nº 440/2026-

CONTRATANTE: Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com sede à Rua AVENIDA TANCREDO NEVES, inscrito no CGC/MF nº 76.208.834/0001-59, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Elisandro dos Reis, portador da Cédula de Identidade RG nº 79308960/PR e do CPF/MF nº 036.992.889-00, e
CONTRATADA: **JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de Recape de vias urbanas em CBUQ de 36.014,70m², compreendendo a realização de serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, execução de revestimento asfáltico, implantação de meio-fio e sarjetas, bem como serviços complementares de urbanização, sinalização viária, iluminação pública, realização de ensaios tecnológicos e instalação de placa de comunicação visual da obra, conforme projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos aprovados e que integram o presente processo, em atendimento ao Convênio nº 540/2026.
VALOR: R$ 4.350.000,00 (Quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 540 (Quinhentos e quarenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 1080 (Um mil e oitenta) dias.
DOTAÇÃO:
487 - 13.001.15.451.1056.2205.4.4.90.51.00;
483 - 13.001.15.451.1055.1128.4.4.90.51.00
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 de Setembro de 2026.
FORO: Comarca de Capitão Leônidas Marque, Estado do Paraná.
Capitão Leônidas Marques, 22 de Setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:7EAB994D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 101/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 406/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS* e de outro lado a empresa ***COMÉRCIO DE ALIMENTOS ITAENENSE LTDA ME,*** com sede na Av. Bandeirantes, nº 130, Distrito do Alto Alegre do Iguaçu, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: ´85.794-000, inscrita no CNPJ sob n. º 01.748.159/0001-51, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *JEAN CARLOS ZANCHET CANAL,* portador do CPF sob n. 088.730.719-10. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 12 (doze) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 18.09.2027.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

COMÉRCIO DE ALIMENTOS ITAENENSE LTDA ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:4881177B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. 086/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 405/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***N. R. MOCELLIN COMERCIO DE PECAS,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.332/0001-17, com sede na Rod. BR 163, Km 138, Capitão Leônidas Marques-Pr, CEP 85.790-000, neste ato representada por *NILSON ROBERTO MOCELLIN*, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 681.582.469-15. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotores, com condutor, destinados ao transporte de pessoas, de materiais e ao apoio logístico para suprir necessidades operacionais, emergenciais e rotineira, conforme demanda das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-Pr, e conforme especificações do Termo de Referência do edital de referência *Credenciamento/Chamamento N. º 008/2025 – Inex. de Licitação nº 056/2025 - P. Adm. n. º 157/2025*.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 12 (doze) meses e o reajuste (4,2235%) de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 18 de setembro de 2027, a partir do vencimento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

N. R. MOCELIN COMÉRCIO DE PEÇAS
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7EFA5CAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
REPUBLICA-SE EM DECORRÊNCIA DE AUSÊNCIA DE INTERESSADOS. AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026 PROCESSO Nº 089/2026

OBJETO Credenciamento de operadores de máquinas, visando assegurar a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural do Município, em razão do término da vigência dos contratos oriundos de credenciamento anterior, mediante a realização de novo processo para suprir a necessidade existente.
Data de Início: 24 de setembro de 2026 a partir da 08h30min
Data de Encerramento: 31 de dezembro de 2026 até as 17h00min
Horário: Das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min
Local: Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Carlópolis/PR- situado à Rua Benedito Salles, 1060 – Centro - CEP 86.420-000.

A cópia do Edital e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações, Rua Benedito Salles nº 1.060 – Andar Superior, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (43) 3566-1291 – Ramal 2021 e (43) 9 9825-0137- Comissão de Licitação – E-mail: licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br, e pelo site www.carlopolis.pr.gov.br – Link: Processos Licitatórios.

Carlópolis, 22 de setembro de 2026

Publique-se

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:9DB32FFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei Complementar nº 101 de 2000, torna público o chamamento para realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando demonstrar e avaliar as Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre – **maio a agosto**, bem como expor o Relatório de Gestão do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente, tudo relativo ao exercício financeiro de 2026, a ser realizado na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, junto à Comissão de Finanças e Orçamentos, no dia 30 de setembro do corrente ano, às 09:00 horas.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:568A27F8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 276/2026 - EXONERA DEVIDO APOSENTADORIA.

DECRETO Nº 276/2026

Súmula: Exonera servidora em razão de aposentadoria e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em razão de aposentadoria, a servidora Rosane Leite, CPF nº ***.414.429-**, do cargo de Professora, matrículas nº 1036-7 e 100126-4.
Art. 2º Ficam declarados vagos os respectivos cargos ocupados pela servidora mencionada no artigo anterior, em decorrência da aposentadoria.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 22 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:B46CA5C1

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 277/2026

DECRETO Nº 277/2026

Súmula: Exonera servidora em razão de aposentadoria e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em razão de aposentadoria, a servidora Eliane de Jesus Lagos Toigo, CPF nº ***.265.099-**, do cargo de Professora, matrículas nº 307-7 e 1015-4.
Art. 2º Ficam declarados vagos os respectivos cargos ocupados pela servidora mencionada no artigo anterior, em decorrência da aposentadoria.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 22 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:890EA3D7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 71/2026

Súmula: Designa membros COMPDEC e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal, no uso das funções e das atribuições legais que lhe são inerentes, amparada na legislação em vigor, em especial na Lei

Municipal 037/2009, e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os membros que irão compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, para atendimento nos casos eventuais de situação de emergência e calamidade pública, conforme segue:

Coordenador Municipal: Ediandro Dionisio Ferreira Encina
CPF 094.XXX.XXX-24
Secretária: Lidiane Chagas
CPF 151.XXX.XXX-05
Diretor de Operações: Jair Rocha
CPF 819.XXX.XXX-59

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 22 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:B75524F4

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 23/09/2026 À 29/09/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 6,39
3	Litros	Diesel S10	R$ 7,29
4	Litros	Etanol	R$ 3,79
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,99

Catanduvas – PR, 22 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:AF710783

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 93/2026 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 58/2026. EXCLUSIVO ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 93/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 58/2026.
EXCLUSIVO ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE - REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada na locação de Tendas, Palcos, Sanitários Químicos, Fechamentos, Camarim em Octanorme e Seguranças destinados as festividades que acontecerão no Município de Centenário do Sul, nos próximos 12 meses. Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 07/10/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 07/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 07/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALORESTIMADOPARAA LICITAÇÃO:R$ 199.895,72 (Cento e Noventa e Nove Mil, Oitocentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Dois Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.

CENTENÁRIO DO SUL/Pr, 21 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:BB19CE2B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1742/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do seu Agente de Contratação designado na forma da legislação em vigor, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento e classificação referente ao procedimento de **Dispensa Eletrônica nº 09/2026** (Processo Administrativo nº 76/2026).

O certame teve por objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviço de reposição de mármore em túmulo, compreendendo a substituição da tampa superior e da tampa da gaveta, com fornecimento e instalação de mármore na cor ocre.

Aberta a fase de recebimento de propostas e realizada a respectiva sessão pública de disputa no sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL Compras), **constatou-se a participação de apenas uma empresa o qual a mesma não adicionou os documentos de habilitação, bem como não respondeu as tentativas**

de contato com a mesma, restando o certame formalmente declarado **FRACASSADO**.

Diante da constatação da fracasso e considerando a natureza essencial dos serviços, a Administração Pública Municipal adota o procedimento expressamente previsto nos subitens 11.2.2 e 11.3 do Aviso de Contratação Direta, os quais autorizam o Município a valer-se da proposta obtida na pesquisa prévia de preços que serviu de base à estimativa da contratação, privilegiando o menor valor apurado no mercado.

Nesse contexto, declara-se classificado e acolhido o menor orçamento prévio constante dos autos, apresentado pela empresa **J L DOS SANTOS PEREIRA**, no valor global de **R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, montante integralmente compatível com o preço de referência da contratação.

A referida empresa foi convocada para, no prazo regulamentar, apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e qualificação econômico-financeira exigida no instrumento convocatório, onde está devidamente HABILITADA, com vistas à posterior adjudicação do objeto e homologação do procedimento pela Autoridade Superior competente.

Publique-se no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo-se a publicidade do ato administrativo.

Centenário do Sul/PR, 15 de Setembro de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:07200A79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 102/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR IBIRACILDO DE OLIVEIRA FLORÊNCIO, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE PARLAMENTAR II, COM SIMBOLOGIA AP-02, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 06/01/2025 A 06/01/2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 027/2022, do Quadro Próprio de Pessoal, em seu Regime Jurídico que Institui o Plano de Carreira, através de Concurso Público, RESOLVE

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de férias regulamentares, para usufruir a partir de 21 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal IBIRACILDO DE OLIVEIRA FLORÊNCIO, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE GABINETE PARLAMENTAR – II, Simbologia AP-02, lotado no gabinete do Vereador Josemar José Buard, relativo ao período aquisitivo de 06/01/2025 a 06/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 21 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:A026F59D

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 229/2021 - DECRETO Nº 355/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com a regra do art. 20, § 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019, considerando ainda o Parecer Jurídico nº 026/2021, expedido pela Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cerro Azul:

D E C R E T A

Art. 1° - Conceder **APOSENTARIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS E COM PARIDADE COM OS SERVIDORES DA ATIVA**, a(o) servidor(a) **OSMARI DO CARMO DE ARAÚJO**, portador(a) da carteira de identidade RG sob n.º 2.201.446-SSP/PR e do CPF/MF sob n.º 521.632.709-63, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo**,** matrícula nº 130/01, Nível 06, Classe J, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, por ter o(a) referido(a) servidor(a) completado 33 anos, 08 meses e 02 dias de Tempo de Contribuição e 62 anos de idade.

Art. 2° - Os cálculos dos proventos de inatividade do(a) servidor(a) atendem ao disposto na Lei Municipal nº 032/2007 e ao Art. 40 da Constituição Federal, combinado com a regra do Art. 20, §4º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Art. 3° - O valor dos proventos da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição corresponderá a totalidade da remuneração do(a) servidor(a) no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, nos termos da Lei Municipal nº 032/2007, ficando assegurado como proventos mensais de aposentadoria a ser efetivamente pago a(o) servidor(a) o valor de **R$2.652,26 (dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte seis centavos)**, inclusive o décimo terceiro salário, sendo o valor de R$2.040,20 referente a horas normas (salário base) e o valor de R$612,06 correspondente ao adicional de tempo de serviço (quinquênios) na proporção de 30% (trinta por cento).

Art. 4º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão suportadas à conta do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cerro Azul por meio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 21 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:2345B006

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 356/2026.

NOMEAR, a partir de 02 de setembro de 2026, o senhor ICARO ALLISON MANGGER, portador do CPF 074.***.***-56 e RG 9.***.***-8, para o Cargo de Secretário de Esportes, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 01, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e

de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear, a partir de 02 de setembro de 2026, o senhor ICARO ALLISON MANGGER, portador do CPF 074.***.***-56 e RG 9.***.***-8, para o Cargo de Secretário de Esportes, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 01, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 21 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:74DEE4F2

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 357/2026.

Exonerar, a partir de 01 de setembro de 2026, o senhor ICARO ALLISON MANGGER, portador do CPF 074.***.***-56 e RG 9.***.***-8, da função de Diretor do Departamento de Esportes, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Exonerar, a partir de 01 de setembro de 2026, o senhor ICARO ALLISON MANGGER, portador do CPF 074.***.***-56 e RG 9.***.***-8, da função de Diretor do Departamento de Esportes, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:01491517

SECRETARIA DE GOVERNO
RETIFIÇÃO POR ERRO DE NUMERAÇÃO DO DECRETO Nº: 346/2026, ALTERANDO PARA O N°: 358/2026.

Exonerar, a partir de 03 de setembro de 2026, JOAO CARDOSO, portador do CPF nº 038.***.***-07, do cargo de Diretor do Departamento de Manutenção, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:
Art. 1º Exonerar, a partir de 03 de setembro de 2026, JOAO CARDOSO, portador do CPF nº 038.***.***-07, do cargo de Diretor do Departamento de Manutenção, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, ficando lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 03 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:4335FFDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL À SERVIDORA EFETIVA.

PORTARIA Nº 1242 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Elevação de Nível à servidora efetiva.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 93, II, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a Progressão Funcional Elevação de Nível à servidora efetiva, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Art. 44, VI, da Lei Municipal nº 003/2002;

Nome	Cargo	Nível Atual	Nível Novo
Isabela dos Santos Louro Hoebe	Educadora Social	23A	23B

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando-se, as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A2DC764F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 020-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 014/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
DETENTOR DA ATA: SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – **CNPJ nº** 00.656.468/0001-39.

OBJETO: A aquisição de medicamentos e insumos destinados a garantir o abastecimento regular e contínuo da rede municipal de saúde, compreendendo as Unidades Básicas de Saúde, a Farmácia Pública Municipal e a Farmácia Hospitalar – Sistema Registro de Preço, observadas as características e demais condições definidas no Edital de Pregão Eletrônico N° 014/2026 e seus Anexos.

VALOR TOTAL: R$ 34.168,45 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)**.**

DATA DE ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:7CF5A9D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
LEI Nº2.948/2026

LEI Nº2.948/2026

Altera a Lei Municipal nº 2.843, de 2023, que cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA e institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA do Município de Clevelândia.

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido o §3° ao art. 11 da Lei Municipal n° 2.843, de 05 de dezembro de 2023, com a seguinte redação:
§3° É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA para custear ações que constituam obrigação contratual do prestador dos serviços de saneamento básico.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.843/2023.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:06253863

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 076/2026

DECRETO N.º 076, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o inciso I do § 1º do art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU, aprovado pelo Decreto Municipal nº 52, de 3 de outubro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU à atual estrutura organizacional da Administração Pública Municipal;

Considerando as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.811/2024 na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Colombo;

Considerando que o art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU estabelece que o Conselho Gestor será composto por até 18 (dezoito) membros, observada a proporcionalidade de 1/3 (um terço) de representantes da Administração Pública Municipal, 1/3 (um terço) de representantes da comunidade envolvida e 1/3 (um terço) de representantes da sociedade civil organizada;

DECRETA:

Art. 1º - O inciso I do § 1º do art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU, aprovado pelo Decreto Municipal nº 52, de 3 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 12. .....
§ 1º .....
**I – servidores públicos municipais efetivos indicados pelos titulares das Secretarias Municipais representadas no Conselho Gestor, observada a composição e a proporcionalidade estabelecidas no caput deste artigo.
....." (NR)**
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 16 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:44B96336

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO N.° 042/2026

EXTRATO N.° 042/2026 – TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR
CEDENTE: Município de Colombo/Pr.
CESSIONÁRIO: Município de Campina Grande do Sul
OBJETO: Disposição Funcional da servidora Tatiane Martins Soares Ribeiro.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Colombo, 14 de setembro de 2026.
ASSINATURAS: Helder Luiz Lazarotto e Luiz Carlos Assunção

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:C88D3120

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 835/2026

PORTARIA N.º 835/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA DE R. P. Nº 432/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 062/2026, com objeto de Registro de Preços para compra de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP 50/70) e Emulsão Asfáltica Catiônica de Ruptura Rápida (RR-1C), incluindo transporte até a usina municipal de asfalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Gilmar De Oliveira Santini, Matrícula Funcional: 19.767 Telefone: (41) 3663-2244; E-mail: gilmar.santini@colombo.pr.gov.br;

Fiscal Técnico:
Carlos José De Souza, Matrícula Funcional 7393, Telefone: (41) 3663-2244; E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 21 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:106602BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 836/2026

PORTARIA N.º 836/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a servidora **TATIANE MARTINS SOARES,** inscrita no CPF n.º 082.XXX.XXX-12, RG n.º 9.XXX.XXX-9, matrícula n.º 12.031, para exercer suas funções junto ao Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Prefeitura Municipal de Campina Grande Sul, com ônus para o órgão de destino, pelo período de 01 de outubro de 2026 a 01 de outubro 2027.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 21 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:605511F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 837/2026

PORTARIA N.º 837/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA n.º 433/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 018/2026, com objeto de Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr, conforme segue:

Gestora do Contrato:
Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522.

Fiscal de Contrato:
Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483.

Fiscal de Contrato:
Emanuelle Sanches B. Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 21 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AEEA2ECA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 838/2026

PORTARIA N.º 838/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a senhora **VANUSA DE LIMA SALLES,** CPF n.º 029.XXX.XXX-43, matricula n.° 18442, do cargo de Coordenadora de Proteção Social Especial de Média Complexibilidade, no Departamento de Proteção Social Especial, vinculada á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21 de setembro de 2026.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 22 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:7C524C68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE AO PROCESSO SANCIONATÓRIO Nº 3.940/2026 – 5718/2026, CONCORRÊNCIA:

RELATÓRIO:
Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório instaurado em face da empresa **Construtora Triimperial LTDA (EIRELI)**, em razão de irregularidades constatadas na fase de habilitação da **Concorrência Eletrônica nº 019/2025**, destinada à contratação de obra de pavimentação municipal. A Comissão Permanente de Processos Sancionatórios Administrativos, após instrução do processo e apresentação de defesa pela empresa interessada, elaborou Relatório Final de Instrução no qual concluiu pela configuração da infração prevista nos **incisos III e VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021,** causar atraso do processo e apresentação de documentação inexata e opinou pela aplicação cumulada das penalidades de multa administrativa no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato licitado e impedimento de licitar e contratar pelo prazo de **2 (dois) anos**, com fundamento nos **incisos II e III do art. 156** do mesmo diploma legal.
A empresa apresentou defesa administrativa alegando, em síntese, boa-fé objetiva, ausência de dolo ou má-fé, erro escusável decorrente de atos de terceiros (CREA e responsáveis técnicos), ausência de prejuízo à Administração, regular prosseguimento do certame e requereu a aplicação de mera advertência, sob invocação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. A Comissão rejeitou integralmente os argumentos defensivos, indeferiu a dilação probatória por considerá-la protelatória e desnecessária, e remeteu os autos a esta autoridade competente para decisão, nos termos do **art. 158, §1º, da Lei nº 14.133/2021**. Vieram-me os autos. Decido.

FUNDAMENTAÇÃO:
Da configuração da infração e rejeição da defesa:
A defesa apresentada pela **Construtora Triimperial LTDA** não merece acolhimento. Ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico

de licitação, a empresa firmou declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, compromisso jurídico que não se confunde com mera formalidade. A posterior admissão de que o acervo técnico continha divergências confirma a inexatidão da declaração inicial, configurando a conduta descrita no **art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**.

A alegação de que o erro decorreu de atos de terceiros, CREA e responsáveis técnicos, não exime a licitante de responsabilidade. O dever de diligência impõe à empresa a obrigação de conferir seu acervo documental antes da participação no certame. A transferência de responsabilidade para profissionais terceirizados ou conselhos de classe não encontra amparo na lei, configurando culpa *in eligendo* que não se reveste do caráter de erro escusável.

Igualmente improcedente a tese de ausência de prejuízo. O atraso do procedimento licitatório, com a necessidade de suspensão de atos, realização de diligências adicionais e convocação de licitante subsequente, configura o prejuízo administrativo previsto no **art. 155, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**. O dispêndio desnecessário da máquina pública e o comprometimento do cronograma de execução da obra de pavimentação evidenciam o dano à Administração. A pretensão de conversão em advertência revela-se inadequada, pois não atende ao caráter pedagógico necessário para desestimular condutas negligentes que comprometem a seriedade dos certames licitatórios.

Da individualização da sanção e rejeição da multa administrativa

Contudo, diverjo da recomendação da Comissão no que tange à aplicação cumulativa das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar. O **art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece que as sanções devem ser aplicadas com observância dos seguintes critérios: a gravidade da conduta; as circunstâncias em que foi praticada; os danos causados; as vantagens obtidas; a intenção; e a reincidência. A individualização da pena administrativa é imperativo legal que visa assegurar a proporcionalidade entre a conduta praticada e a sanção imposta.

No presente caso, a conduta da empresa, embora reprovável e prevista nas hipóteses legais, caracteriza-se por negligência na conferência documental, não havendo indícios de dolo ou fraude deliberada. A empresa não obteve vantagem efetiva do certame, uma vez que a irregularidade foi detectada na fase de habilitação e a contratação não se consumou. O impedimento de licitar e contratar pelo prazo de **2 (dois) anos**, por si só, já atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, cumprindo de forma suficiente os fins punitivo, pedagógico e protetivo perseguidos pela sanção administrativa. O afastamento da empresa dos certames licitatórios por dois anos impõe gravame significativo e suficiente para desestimular condutas similares, protegendo a integridade dos procedimentos de contratação pública.

A aplicação cumulativa da multa administrativa, neste caso específico, revelar-se-ia desproporcional. A multa, como sanção de natureza pecuniária, deve ser reservada às hipóteses em que o impedimento isolado não seja suficiente para atingir os fins sancionatórios, o que não se verifica no presente caso. A cumulação automática de sanções, sem exame criterioso das circunstâncias individualizadoras, ofende o princípio da proporcionalidade inscrito no **art. 37 da Constituição Federal**. Ademais, o princípio da proporcionalidade exige que a sanção seja a menos gravosa capaz de cumprir sua finalidade. Sendo o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública de Colombo suficiente para proteger a Administração e desestimular a conduta, a multa torna-se medida excessiva e, portanto, inaplicável ao caso concreto.

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, com fundamento no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 156, §1º**, do mesmo diploma legal, **DECIDO**:

Rejeitar integralmente os argumentos de defesa apresentados pela **Construtora Triimperial LTDA**, por improcedentes, confirmando a configuração das infrações previstas nos **incisos III e VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**;

Divergir da recomendação da Comissão no tocante à aplicação de multa administrativa, rejeitando-a com base nos princípios da proporcionalidade e individualização da sanção, nos termos da fundamentação acima;

Aplicar à empresa **Construtora Triimperial LTDA (EIRELI)**, CNPJ **13.161.086/0001-86**, a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal pelo prazo de **2 (dois) anos**, contados a partir da publicação desta decisão, nos termos do **art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**;

Determinar à Coordenação de Licitação que proceda ao bloqueio do cadastro da empresa no sistema municipal de licitações, pelo prazo acima estipulado;

Determinar a publicação da presente decisão no **Diário Oficial do Município** e a comunicação ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, nos termos do **art. 157 da Lei nº 14.133/2021**.

Publique-se para ciência por meio de diário oficial, tendo em vista que a empresa passou a recusar as comunicações formais encaminhadas por correio, conforme verificou-se ao longo da instrução. Abra-se prazo legal do contraditório com base na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 47/2024** do Município de Colombo. Não havendo manifestação ou interposição de recurso, que se efetive nos respectivos cadastros a aplicação da sanção administrativa e arquive-se.

Colombo/PR, 20 de agosto de 2026.

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Ferreira Bastos
Código Identificador:A51507CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 305/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026.

Processo: 26925/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR – Secretaria Municipal de Turismo.
Contratada: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrita no CNPJ sob nº 75.110.585/0001-00.
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade do Gestora de contrato Sra. Sulyane Camile Schutz e a fiscal de Contrato Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados, junto ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - Sebrae/PR, para o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento do turismo no Município de Colombo/PR, conforme condições e especificações constantes neste instrumento e nos documentos que o integram este Termo de Referência, em consonância com a Lei Municipal nº 1.507/2019 e o Decreto Municipal nº 047/2024.
Valor: O custo estimado total da contratação é de R$ 45.850,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais),conforme custos apostos na tabela acima.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ocorrer a prorrogação para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial do contrato e comprovada a vantajosidade do preço, conforme os termos do art. 84, da Lei n.º 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto n.º 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal n.º 47/2024.
Local e data da assinatura: Colombo, 14 de agosto de 2026.
Assinatura: Joyce Ribeiro da Silva de Oliveira.

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F12C6EE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 428/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

Processo: 24468/2026.

Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócios e Secretaria Municipal de Meio.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor Gilmar de Oliveira Santini e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão.
Contratada: DEZEMBRO MINERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.657.370/0001-52
Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de transporte de cargas diversas (freteiros), com custos de manutenção, combustível, motorista habilitado, encargos e impostos inclusos, destinados ao auxílio de serviços de infraestrutura urbana no Município de Colombo, nos termos do edital e abaixo:
Valor: R$ 4.627.200,00 (quatro milhões e seiscentos e vinte e sete mil e duzentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 18 de setembro de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:B176B0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 429/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

Processo: 24468/2026.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócios e Secretaria Municipal de Meio.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor Gilmar de Oliveira Santini e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão.
Contratada: JOSMAR LUCIANO PILATTI, inscrita no CNPJ nº 00.732.880/0001-90
Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de transporte de cargas diversas (freteiros), com custos de manutenção, combustível, motorista habilitado, encargos e impostos inclusos, destinados ao auxílio de serviços de infraestrutura urbana no Município de Colombo, nos termos do edital e abaixo:
Valor: R$ 699.384,00 (seiscentos e noventa e nove mil e trezentos e oitenta e quatro reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 18 de setembro de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:326A20BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 433/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR, CNPJ n.º 11.145.401/0001-56
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 21 de setembro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D35DC7FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL E CONCESSÃO DE PRAZO – PROC. Nº 38730/2026

A **Prefeitura Municipal de Colombo**, por meio da Secretaria Municipal de Administração, **NOTIFICA** a empresa **GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA.** (CNPJ n.º 07.308.817/001-70), detentora da **Ata de Registro de Preços nº 412/2025 (Pregão Eletrônico nº 049/2025)**, acerca de falhas no fornecimento dos Itens 182 e 183 (Álcool Gel 70%, 5L), bem como da intenção de cancelamento da referida Ata, convocação do próximo classificado e eventual abertura de Processo Sancionatório.
Em atenção aos princípios do Contraditório e da Ampla Defesa (art. 5º, LV, da CF/88 e art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021), fica concedido o **prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta ou da publicação, para apresentação de defesa prévia, que deverá ser protocolada via e-mail (globallicitacoes1@gmail.com) ou AR. O processo administrativo integral encontra-se à disposição.

Colombo-PR, 03 de setembro de 2026.

LEANDRO MASCHIO
Secretário Interino Municipal de Administração
(Port. nº 746/2026)

Publicado por:
Denise Ferreira Bastos
Código Identificador:842ABEC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2025

Processo: 40191/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Diversas Secretarias.

Contratada: I A JUNIOR COMUNICAÇÃO VISUAL E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.556.059/0001-87.
Objeto: Serviços de confecção de materiais gráficos e comunicação visual para atender os diversos órgãos da Administração Pública Municipal.
Valor: O valor estimado para o período prorrogado corresponderá ao montante de R$ 597.095,50 (quinhentos e noventa e sete mil e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), conforme Processo Administrativo 40191/2026.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA nº 1882/2025.
Prorrogação: O presente termo aditivo prorroga a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 23 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 22 de setembro de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Jéssica Cristina Pontes Dos Santos
Código Identificador:078568DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 338/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2025

Processo: 40191/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Diversas Secretarias.
Contratada: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.919.051/0001-63.
Objeto: Serviços de confecção de materiais gráficos e comunicação visual para atender os diversos órgãos da Administração Pública Municipal.
Valor: O valor estimado para o período prorrogado corresponderá ao montante de **R$ 13.010,00 (treze mil e dez reais)**, conforme Processo Administrativo 40191/2026.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante naLOA nº 1882/2025.
Prorrogação: O presente termo aditivoprorroga a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 18 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 18 de setembro de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Jéssica Cristina Pontes Dos Santos
Código Identificador:5EAD8DE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 059/2026 - MAT. MED-HOSP INSTRUMENTAIS

HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026 referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026,** cujo objeto trata-se da Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de registro de preços, para Aquisição de Material Médico-Hospitalar Instrumentais, visando atender as demandas das unidades de Saúde da Prefeitura Municipal de Colombo/PR.
EMPRESAS VENCEDORAS:
ODONTOSUL LTDA- CNPJ: 04.971.211/0001-22 com os lotes: 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 no valor total de R$ 24.469,10 (vinte e quatro mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos).
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 51.740.794/0001-60 com o lote: 1 no valor total de R$ 1.336,40 (um mil e trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).
IX MEDICAL LTDA – CNPJ: 59.131.363/0001-09 com os lotes: 6 e 9 no valor total de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).
Item fracassado: 7
VALOR TOTAL: R$ 28.105,50 (vinte e oito mil e cento e cinco reais e cinquenta centavos)
PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com o veículo efetivamente entregue, em até 30 (trinta) dias.

Dê-se publicidade.
Colombo, 22 de setembro de 2026

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:F7FB6FBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2026 – ERRATA PREGÃO ELETRÔNICA Nº 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2026 – ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução integrada do Programa de Educação Sanitária e Ambiental, contemplando a prestação de serviços técnicos especializados, capacitações, eventos comunitários e o fornecimento de insumos, materiais didáticos, de consumo e permanentes correlatos, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho da Proposta no 048134/2021 – FUNASA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
VALOR: R$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais),
CONTRATADA: IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ: 11.017.824/0001-90
VIGÊNCIA: Até 30/06/2027
EXECUÇÃO: 08 MESES
DATA: 21/09/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4FF3C3C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
SERVIÇOS GERAIS	1º	MARISE RODRIGUES DE SOUZA

Contenda, 22 de setembro de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da comissão de licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6D7C363C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 324/2026

SÚMULA: Concede aposentadoria a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as normas contidas na Lei Municipal nº. 974/2005 de 24 de agosto de 2005, a qual dispõe sobre o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Contenda, o disposto na Constituição Federal, e as condições necessárias para a concessão de benefícios previdenciários, analisados no processo de aposentadoria,

D E C R E T A

Art.1º. Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais no valor total de R$ 1.783,24 (Mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), à servidora pública municipal, Sr.ª LEONILDA BATISTA DE OLIVEIRA HUASKAVSKI, portadora do RG nº 4.590.740-6/PR, inscrita no CPF nº. 000.314.579-40 titular do cargo efetivo de Assistente Operacional, matrícula nº 17321, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com fundamento nos Art.42 a 44 da Lei Municipal nº 974/2005 e Art. 40º, §1º, inciso III, "b" da CF do Brasil, a partir de 22/09/2026.

Art.2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 22 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:DA99FA67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 217/2026 DE 22/09/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 217/2026, de 22 de setembro de 2026.

CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação) e,
Considerando a necessidade do Município, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO**

I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Técnico em Radiologia,** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **23 (vinte e três) de setembro de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.
2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.26 da Lei Complementar nº. 071/2025), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, e no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 217/2026 de 22/09/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Técnico em Radiologia**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº. Inscrição	Lotação Funcional
1	2º	DANIEL LUIZ SCHERER	174906	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II
EDITAL Nº 217/2026 de 22/09/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;

cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
comprovante de endereço;

cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, o 1º comprovante de residência, é que, reside desde a data de publicação do edital de concurso na localidade (distrito/localidade), será feita de um dos seguintes comprovantes: fatura de energia elétrica ou de telefone ou de água, correspondente ao mês da publicação do edital de concurso, e o 2º comprovante de residência é outro comprovante com data atual, ou ainda através de declaração de residência assinada por duas testemunhas, ambos por ocasião da convocação, cabendo a administração municipal, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:D805819F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 17/2026
MENOR PREÇO – AMPLA CONCORRÊNCIA - COM INVERSÃO DE FASES
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ NA VIA RURAL DE ACESSO AO VALE DAS CACHOEIRAS, PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 2.760,00 M², conforme especificações constantes do Projeto Executivo e demais elementos de engenharia. Recebimento dos documentos de habilitação e das propostas: das 08h do dia 24/09/2026 às 08h do dia 08/10/2026. Início da sessão: às 09h do dia 08/10/2026. Local: www.bnc.org.br. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 571.431,46. Prazo de execução: 04 meses. Os procedimentos para acesso à Concorrência estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 22 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:80A02F2C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE OFICINEIRO DE ARTESANATO TERAPÊUTICO, PARA PLANEJAR E CONDUZIR OFICINAS MANUAIS EXPRESSIVAS JUNTO AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS I). Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 24/09/2026 até às 08h do dia 08/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 08/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 08/10/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 32.200,56. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 22 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:841E080B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO EXTRATO DOS CONTRATOS 79 A 83 DE 2026 PE 41/2026.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO n° 79/2026 – Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA CNPJ nº 26.991.097/0001-35. Objeto: Aquisição de veículos para os serviços socioassistenciais e para a rede de atenção à saúde . Valor total: R$ 139.900,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 23 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

CONTRATO n° 80/2026 – Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: SANTA CATARINA UTILITÁRIOS LTDA CNPJ nº 44.329.924/0001-01. Objeto: Aquisição de veículos para os serviços socioassistenciais e para a rede de atenção à saúde. Valor total: R$ 288.400,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 23 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

CONTRATO n° 81/2026 – Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: S3 EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES CNPJ nº 22.645.916/0001-31 . Objeto: Aquisição de veículos para os serviços socioassistenciais e para a rede de atenção à saúde. Valor total: R$ 249.800,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 23 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

CONTRATO n° 82/2026 – Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: D+ SAÚDE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA CNPJ nº 54.977.710/0001-03. Objeto: Aquisição de veículos para os serviços socioassistenciais e para a rede de atenção à saúde. Valor total: R$ 316.000,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 23 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

CONTRATO n° 83/2026 – Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: VIALTO CAR LTDA. CNPJ 64.933.038/0001-08 Objeto: Aquisição de veículos para os serviços socioassistenciais e para a rede de atenção à saúde. Valor total: R$ 138.000,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 23 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Cristina Alves
Código Identificador:276ABF79

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO-Processo de Inexigibilidade nº 22/2026
Processo Licitatório nº 116/2026, AUTORIZO, nos termos do Art. 72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador, declarando inexigível a licitação nos termos do Art. 74, Inciso IV, do diploma legal invocado, a contratação direta por inexigibilidade para o credenciamento de pessoa jurídica (JRM SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.971.737/0001-85) para a prestação de serviços técnicos em radiologia. Valor total R$ 228.121,35 (duzentos e vinte e oito mil e cento e vinte e um reais e trinta e cinco centavos). Prazo de vigência: 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite previsto na Lei nº 14.133/2021. Publique-se.

Coronel Vivida, 22 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:FA70EC84

GABINETE DO PREFEITO
DETERMINAR, COM FUNDAMENTO NO ART. 199, § 1º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 8.266/2023, A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO PARA O FIM DE AVERIGUAR EVENTUAL PRÁTICA DE INFRAÇÃO COMETIDA PELA ELLOS OBRAS E ENGENHARIA LTDA

PORTARIA nº 067, de 22 de setembro de 2026.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 24, II, "e", da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE
Art. 1º Determinar, com fundamento no art. 199, § 1º, do Decreto Municipal nº 8.266/2023, a instauração de Processo Administrativo Sancionatório para o fim de averiguar eventual prática de infração cometida pela ELLOS OBRAS E ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 39.345.545/0001-75, referente ao Processo Administrativo nº 8.188/2026, no qual é apurado o descumprimento das obrigações constantes no Contrato nº 151/2022, oriundo da Concorrência Pública nº 20/2022, por ter praticado, em tese, as condutas constantes nos art. 77 e 78, incisos I, II, III, V, VII, VIII, , as quais são submetidas às sanções do art. 87 da Lei nº 14.133/2021.
Art. 2º Cabe à Comissão Permanente de Sindicância ou de Processo Administrativo Sancionatório, nomeada por meio da Portaria nº 02, de 13 de janeiro de 2025, proceder com o devido andamento do processo com a finalidade de elaborar relatório final com as conclusões sobre a existência de eventual infração cometida pela empresa referida no dispositivo anterior, garantindo o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:0D20860A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2963/2026.

DECRETO Nº 2963/2026.

SÚMULA: Nomeia os membros para compor o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Diamante D'Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e legais e em conformidade com a Legislação vigente:

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos de participação popular e de planejamento integrado entre o poder público e a sociedade civil;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Diamante D'Oeste, conforme a seguinte representação:
I -Secretária (o) Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Elisiane Vanusa Batista da Silva

II - Um representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
Titular: Cleide Aparecida Lopes de Freitas
Suplente: Loreci Lemes Rodrigues Andrade.

III -Um representante da Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Sandro Rogério Buss
Suplente: Rafael Luiz Gomes

IV - Um representante do Conselho do FUNDEB;
Titular: Jacinta Franceschini.
Suplente: Roseli da Silva Freitas

V -Um representante do Conselho de Alimentação Escolar;
Titular: Solange Aparecida de Andrade;
Suplente: Eloiza Mattos da Silva Fava;

VI - Um representante dos Conselhos Escolares da rede pública municipal;
Titular: Valneci Aparecida Leite Martins
Suplente: Silvia Maria Holdefer Nascimento

VII- Um representante de pais de alunos
Titular: Tânia Maria dos Santos
Suplente: Mary Lucia Vieira de Almeida Zanettin;

VIII- Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
Titular: Maria Eliane Castilho de Almeida
Suplente: Nilda Pascua de Oliveira

IX - Um representante do Conselho Tutelar;
Titular: Ediva Rodrigues de Oliveira;
Suplente: Luciana Regina da Silva.

X - Um representante dos diretores da Rede Municipal, Estadual e Indígena:
Titular: Lizandra Suzana Carvalho dos Santos;
Suplente: Jairo Bortolini

XI - Um representante do Judiciário;
Titular: Talita Procopio Bello Rodrigues
Suplente: Larissa Loffy

XII - Um representante Da Secretaria de Finança;
Titular: Marcia Pianolini;
Suplente: Meyalison Frank Estefano Melo

XIII – Um Representante da Defesa Civil:
Titular: Marcos Aurélio Mocellin
Suplente: Tcharles Carlos Ribeiro Silva

Art. 2º O mandato dos membros do Fórum Municipal de Educação será exercido na forma e pelo prazo estabelecidos na Lei Municipal nº2.323/2026 e no Regimento Interno do Fórum, permitida a recondução, conforme previsto na legislação aplicável.
Art. 3º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
convocar, planejar e coordenar a realização das conferências municipais de educação, articulando-as com as etapas estadual e nacional, e divulgar suas deliberações;
acompanhar e avaliar a implementação das deliberações das conferências municipais e sua articulação com as conferências estaduais e nacionais de educação;
participar do monitoramento e da avaliação contínua do Plano Municipal de Educação, na forma do art. 8º, § 2º, da Lei federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;
contribuir, por meio da participação social, com a elaboração, a revisão e o aperfeiçoamento do Plano Municipal de Educação e das políticas educacionais do Município;
elaborar e aprovar o seu regimento interno, bem como o regimento das conferências municipais de educação;
promover estudos, debates, audiências públicas e demais espaços de escuta e de mobilização sobre temas educacionais;
manter articulação permanente com o Fórum Estadual de Educação do Paraná (FEE/PR) e com o Fórum Nacional de Educação (FNE).
Art. 4º A participação no Fórum Municipal de Educação é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito do Município de Diamante D'Oeste

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:942BE11E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 567/2026

LEI 567/2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DIAMANTE D´OESTE E ESTABELECE DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO, EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA EDUCA JUNTOS, ESTRATÉGIA ALFABETIZA JUNTOS E COM O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO as metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323/2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Resolução seed nº 5.158/2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos para o Desenvolvimento das Ações do Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247/2025;

Art. 1.º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de **Diamante D´Oeste**, com a finalidade de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio do regime de colaboração entre União, Estado e Município, visando à consolidação das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 15.247/2025, pela Lei Estadual nº 21.323/2022 e pela Resolução SEED nº 5.158/2023.

Art. 2.º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
O regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
A garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
A promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero e de inclusão;
A valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
A formação continuada dos profissionais da educação;
O uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
A garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3.º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
Elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
Contribuir para o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação;
Fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
Promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
Socializar experiências e produções relacionadas à alfabetização e ao letramento desenvolvidas em sala de aula;
Reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, voltadas à garantia do direito à alfabetização;
Garantir a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
Promover estratégias de recomposição das aprendizagens e acompanhamento pedagógico contínuo.

Art.4°. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – Priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

II – Promoção de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escuta, da escrita, da oralidade, da produção textual e da compreensão leitora;
III – Assistência pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;
IV – Fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V – Acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI – Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – Incentivo a práticas que desenvolvam a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII – Promoção da participação das famílias no processo educativo;
IX – Apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas;
X – Promoção de ações pedagógicas integradas entre a pré-escola e o 1.º ano do Ensino Fundamental;
XI – Garantia de estratégias pedagógicas inclusivas e acessíveis aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 5.º Constitui público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
Crianças matriculadas na pré-escola, com idade de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos;
Estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6.º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
Gestores municipais;
Equipes pedagógicas;
Gestores escolares;
Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Comunidade escolar.

Art. 7.º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio das seguintes
ações:
Definição de orientações curriculares e metas mensuráveis;
Adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
Utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio a professores e estudantes;
Desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
Adesão às avaliações formativas e externas;
Monitoramento contínuo das aprendizagens;
Implementação de ações de recomposição das aprendizagens para estudantes não alfabetizados até o final do 2.º ano do Ensino Fundamental;
Análise e utilização de indicadores educacionais para o planejamento pedagógico.

Art. 8.º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
Acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
Definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
Sistematização de dados por estudante, turma e escola;
Avaliação da efetividade das ações implementadas;
Utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;
Acompanhamento dos resultados das avaliações internas e externas.

Art. 9.º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo a coordenação estratégica, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:CFEDD307

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 571/2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 571/2026.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 31, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE
L E I

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal n.º 31, de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 37. Para habilitar-se nas licitações, a microempresa e empresa de pequeno porte apresentará, conforme o caso, a documentação prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma ali disciplinada. (NR)
(...)
§1º Nas licitações promovidas pelo Município de Diamante D'Oeste, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, devendo, contudo, estas apresentarem toda a documentação exigida no instrumento convocatório, ainda que apresente alguma restrição.
§2º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
§3º A não regularização da documentação, no prazo previsto no §2º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
§4º A concessão de prazo para o saneamento de irregularidades atinentes a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, bem como, a prorrogação do prazo originalmente fixado no §2º, são de competência do Agente de Contratação/Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, conforme o caso, que deverá consigná-las em Ata.

Art. 40. Nas aquisições de bens e serviços comuns, realizadas na modalidade pregão, será preferencialmente adotada a forma eletrônica, especialmente quando o objeto envolver produtos fornecidos por microempresas, empresas de pequeno porte ou produtores rurais estabelecidos no Município ou na região, ressalvadas as hipóteses em que razões técnicas ou administrativas, devidamente fundamentadas no processo de contratação, recomendem a adoção da forma presencial.

Art. 43. (...)
§3º (...)
III - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

Art. 45. Nas contratações diretas por dispensa de licitação fundamentadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Município de Diamante D'Oeste dará preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município ou na região, observados os requisitos legais aplicáveis, a vantajosidade da contratação, a compatibilidade

dos preços com os valores de mercado e o disposto no art. 46 desta Lei Complementar.

Art. 46. Nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o Município de Diamante D'Oeste realizará processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, observados os requisitos, as exceções e as demais condições estabelecidas na legislação federal.
§1º. Observados os requisitos previstos na legislação federal e nesta Lei Complementar, a Administração Municipal poderá estabelecer, mediante justificativa no processo de contratação e previsão no instrumento convocatório, prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas:
I – no Município de Diamante D'Oeste;
II – na Região I; ou
III - na Região II;
§2º. A prioridade de contratação prevista no § 1º deste artigo somente poderá ser estabelecida quando comprovada a existência de, no mínimo, 3 (três) microempresas ou empresas de pequeno porte competitivas, sediadas no respectivo âmbito local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
§3º. Para os efeitos do disposto no §1º deste artigo, entende-se por:
I – local: os limites geográficos do Município de Diamante D'Oeste;
II – região I: o território formado pelos municípios de Céu Azul, Diamante D'Oeste, Missal, Ramilândia, Santa Helena, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste;
III – região II: o território dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, observada, para fins desta Lei Complementar, a composição vigente na data da realização da contratação.
§4º. A aplicação dos benefícios previstos neste artigo deverá observar as características do objeto, a realidade do mercado fornecedor, a promoção do desenvolvimento econômico e social local ou regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, a competitividade e a vantajosidade da contratação.
§ 5º A aplicação dos benefícios previstos neste artigo não poderá resultar em contratação por preço superior ao valor de referência, prejuízo à competitividade, comprometimento da vantajosidade ou prejuízo ao conjunto do objeto, devendo eventual afastamento ou inaplicabilidade do benefício ser devidamente justificado no processo de contratação, observado o disposto na legislação federal.

Art. 2º. Ficam revogados os incisos I, II, III, todos do art. 37 da Lei Complementar nº 31, de 27 de outubro de 2009.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:1AD33FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 568/2026

LEI Nº 568/2026

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
Art. 1º Esta lei regula no município de e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.
Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.
TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA
Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste, com a participação da sociedade, no campo da cultura.
CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA
Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Diamante D'Oeste.
Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Diamante D'Oeste.
Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.
Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de planejar e implementar políticas públicas para:
I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
XX - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.
Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.
Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.
Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.
CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS
Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;
II - livre criação e expressão;
livre acesso;
livre difusão;
livre participação nas decisões de política cultural.
III - o direito autoral;
IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Diamante D'Oeste, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III

DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:
I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão com - partilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:
I - diversidade das expressões culturais;
II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
VII - transversalidade das políticas culturais;
VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
IX - transparência e compartilhamento das informações;
X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.
CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I
DOS COMPONENTES
Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - coordenação:
a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET.
II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.
III - instrumentos de gestão:
a) Plano Municipal de Cultura – PMC;
b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
e) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.
Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.
SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC
Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET, as instituições vinculadas indicadas a seguir:
I - Departamento de Cultura;
II - outras que venham a ser constituídos.
Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET:
I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
II - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;
XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.
Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:
I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;
IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;
V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e
XI- coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.
SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Diamante D'Oeste, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 3 membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, por meio dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET, sendo um deles o Secretário de Cultura;

b) Outros órgãos que venham a ser indicados.

II – 3 membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil de trabalhadores da cultura.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;

III - Colegiados Setoriais;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho;

VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.

XIX - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art.43. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art.44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de

políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.
§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.
§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.
§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.
§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - Plano Municipal de Cultura – PMC;
II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.
Parágrafo único. Os Planos devem conter:
I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
II - diretrizes e prioridades;
III - objetivos gerais e específicos;
IV - estratégias, metas e ações;
V - prazos de execução;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e
IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Diamante D'Oeste que devem ser diversificados e articulados.
Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Diamante D'Oeste :
I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;
III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e
IV - outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FMC
Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FNC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.
Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Paraná.
Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.
Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:
I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Diamante D'Oeste e seus créditos adicionais;
II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
III - contribuições de mantenedores;
IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
V - doações e legados nos termos da legislação vigente;
VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
X - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XIII - saldos de exercícios anteriores; e
XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.
Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:
I - não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.
§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.
§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.
§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.
§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.
Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e

divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 62. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SECULT desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V

DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

II - Sistema Municipal de Museus – SMM;

III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

IV - outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura, – SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 74. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC com a finalidade de propor

diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.
TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO
CAPÍTULO I
DOS RECURSOS
Art. 77. O Fundo Municipal da Cultura–FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.
Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.
Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura–FMC.
Art. 79. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.
§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:
I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;
II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.
§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.
Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.
CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA
Art. 81. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.
§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SECET.
§ 2º. A Secretaria Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.
Art. 82. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.
§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.
Art. 83. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.
CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO
Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.
Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 86. O Município de deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.
Art. 87. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.
Art. 88. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:90755469

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 569/2026.

LEI Nº 569/2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Empresa Brasileira e Telégrafos – ECT para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento dos Correios no Município de Diamante D'Oeste.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE
LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com a finalidade de instalar, manter e operacionalizar, no Município de Diamante D'Oeste, um Posto de Atendimento dos Correios – Modelo Correios Essencial (CEL), visando ampliar e facilitar o acesso da população a serviços postais, de logística e correlatos, conforme padrões técnicos e operacionais estabelecidos pela ECT.

Art. 2º. O convênio a que se refere o art. 1º deverá contemplar, entre outras, as seguintes diretrizes:
I – definição das obrigações do Município e da ECT quanto à instalação, manutenção e funcionamento da unidade;
II – observância às normas técnicas, padrões de atendimento, comunicação visual e segurança exigidos pela ECT;
III – previsão de repasses financeiros mensais, reajustes e eventuais adicionais, nos termos do instrumento firmado;
IV – estabelecimento de regras para prestação de contas e repasse diário de numerário, quando for o caso;
V – previsão de rescisão nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais ou por interesse público;
VI – observância das normas de sigilo, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e demais obrigações de confidencialidade previstas.

Art. 3º. A execução do convênio poderá envolver a designação e lotação de servidores municipais, efetivos ou temporários, em atividades relacionadas ao Posto de Atendimento, devendo o Município garantir a adequada supervisão e coordenação desses trabalhos.

Art. 4º. Para fins do exercício das atividades decorrentes da execução do convênio, o Poder Executivo deverá propor a alteração da Lei 36/2011, com vistas a incluir, no respectivo quadro de cargos em comissão, a função de Chefe de Departamento do Posto dos Correios, símbolo CC-4, com as seguintes características:

I – caráter exclusivamente temporário, vinculado à vigência do convênio firmado com a ECT;
II – executar todas as rotinas e serviços no âmbito do Posto de Atendimento, bem como aquelas descritas no Plano de Trabalho e Convênio entre o município e a ECT;
III – Responsabilizar-se pela interlocução direta com a ECT e com a administração municipal para o cumprimento das metas, padrões e obrigações do convênio.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sem prejuízo de recursos e repasses previstos no instrumento de convênio.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:F87ECDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 570/2026

LEI Nº 570/2026

EMENTA: INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º Fica instituído, no Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, o Fórum Municipal de Educação- FME, de caráter Municipal, com finalidade de discutir a política educacional e coordenar amplo debate com a sociedade a respeito das questões educacionais, com vistas a acompanhar, junto aos órgãos competentes a tramitação de projetos de lei referentes à Política Municipal de Educação (PME), em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no Artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036 que estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação deverá estabelecer sistemática de acompanhamento e avaliação de suas próprias ações, com apontamento dos resultados obtidos e justificação de sua manutenção, a serem submetidos ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Diamante D'Oeste - PR.
Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
– acompanhar, monitorar e avaliar a implementação, execução e o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação – PME;
– convocar, planejar, organizar, coordenar e acompanhar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar e monitorar a implementação de suas deliberações; III – promover, planejar e organizar espaços de debate, estudos e discussões sobre as políticas públicas educacionais nas esferas municipal, estadual e nacional, tendo como referência o Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano Municipal de Educação – PME;
– estimular a participação da sociedade civil e dos diversos segmentos educacionais na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais e do Plano Municipal de Educação;
– propor recomendações, diretrizes e políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação no Município;
– promover a articulação e a cooperação entre os órgãos públicos, conselhos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais organizações vinculadas à educação;
– acompanhar a aplicação dos recursos destinados à educação, observadas as competências dos órgãos de controle e fiscalização;
– emitir pareceres, recomendações e orientações sobre matérias relacionadas à educação;
– contribuir para a elaboração, revisão e atualização do Plano Municipal de Educação, bem como acompanhar sua implementação;
– elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno e propor o regimento das Conferência
Municipais de Educação.
Parágrafo único. As Conferências ocorrerão conforme calendário nacional e estadual de educação ou sempre que necessário.
Art. 3º O Fórum Municipal de Educação de Diamante D'Oeste - PR será integrado por membros dos seguintes órgãos e entidades sendo constituído por titular e suplente:
– Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- um representante do Conselho Municipal de Educação - CME;
– um representante da Câmara de Vereadores;
um representante do Conselho do FUNDEB;
um representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar;
um representante dos Conselhos Escolares da Rede Municipal;
um representante de pais de alunos;
um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente- CMDCA;
um representante do Conselho Tutelar;
um representante de diretores da Rede Municipal, Estadual e Indigena;
um representante do Judiciario;
um representante da Secretaria de Finanças;
um representante da defesa civil;
Parágrafo Único. Os representantes titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, mediante indicação dos respectivos órgãos e entidades representativos dos segmentos integrantes do Fórum Municipal de Educação.
Art. 4º A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições da presente lei.
Parágrafo Único. Até a aprovação de seu Regimento Interno, o Fórum Municipal de Educação será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
Art. 5º O Fórum Municipal de Educação – FME - terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente a cada 06(seis) meses, preferencialmente no primeiro mês de cada semestre, ou extraordinariamente, por convocação de seu coordenador, ou por requerimento da maioria dos seus membros.
Art. 6º O Fórum Municipal de Educação – FME e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo que lhe prestará o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao desenvolvimento de suas atividades e ao seu regular funcionamento.
Art. 7º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 8º A eleição da Coordenação Geral ocorrerá entre os membros do Fórum, conforme disposto em Regimento Interno.
Art. 9o Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:7D246730

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO PR 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 128/2026**, na modalidade **Pregão na forma Eletrônica sob nº 35/2026**, **Contratação 989915-15/2026** no compras.gov.br, do tipo **menor preço por item**, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissional de Engenheiro Ambiental, na função de Responsável Técnico da Unidade de Valorização de Resíduos – UVR do Município de Diamante D'Oeste/PR, compreendendo o acompanhamento, coordenação, fiscalização e assessoramento técnico das atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos urbanos, bem como desenvolver atividades de apoio a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **08-10-2026 às 9:00 horas (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 22 de Setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:DAB26F1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2026

Edital Compras Governamentais:30/2026

Objeto: Aquisição de material esportivo para a Secretaria de Esportes.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 23/9/2026

Data fim de recebimento de propostas: 6/10/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 22 de setembro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Ordenador de Despesas
Decreto 23832/2026

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2FCC2F1D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23836/2026

DECRETO Nº 23836/2026

Institui o Programa Municipal de Estações de Hidratação, autoriza a implantação de equipamentos em espaços públicos do Município de Dois Vizinhos e revoga o Decreto nº 23.747/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a necessidade de ampliar o acesso gratuito da população à água potável nos espaços públicos municipais;
Considerando a conveniência da implantação de mobiliário urbano destinado à hidratação, especialmente em locais destinados ao lazer, à prática esportiva, à convivência e à circulação de pessoas;
Considerando a possibilidade de implantação e manutenção das estações mediante colaboração de pessoas físicas ou jurídicas, sem pagamento ou repasse financeiro pelo Município;
Considerando o disposto nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na regulamentação municipal aplicável ao credenciamento;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Dois Vizinhos, o Programa Municipal de Estações de Hidratação, destinado à implantação de equipamentos para fornecimento gratuito de água potável à população em espaços públicos municipais.

Parágrafo único. As estações poderão disponibilizar água potável refrigerada, aquecida e outras funcionalidades relacionadas à hidratação, observadas as especificações técnicas, sanitárias, de segurança e de acessibilidade estabelecidas pela Administração.

Art. 2º A implantação do Programa poderá ocorrer mediante credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em fornecer, instalar, operar, higienizar, conservar e manter as estações de hidratação, sem pagamento, repasse ou contraprestação financeira pelo Município.

§ 1º A utilização do espaço público será formalizada por Termo de Permissão de Uso, em caráter gratuito, precário, pessoal e intransferível.

§ 2º O credenciamento observará a Lei Federal nº 14.133/2021, a regulamentação municipal e as condições estabelecidas no respectivo edital.

§ 3º As pessoas físicas e jurídicas interessadas deverão comprovar o atendimento às condições de habilitação e aos requisitos técnicos, operacionais e demais exigências estabelecidas no edital, compatíveis com as obrigações decorrentes do credenciamento.

Art. 3º O Programa contemplará inicialmente até 10 (dez) pontos de instalação, cujas localizações serão definidas nos documentos técnicos e no edital de credenciamento.

§ 1º Cada credenciado poderá assumir, no máximo, 2 (dois) pontos de instalação.

§ 2º Havendo mais de um credenciado habilitado interessado no mesmo ponto, sua atribuição será realizada mediante sorteio público, na forma definida no edital.

§ 3º A Administração poderá alterar, substituir ou incluir locais de instalação, mediante justificativa técnica e demonstração do interesse público.

Art. 4º O prazo de cada Termo de Permissão de Uso será de até 24 (vinte e quatro) meses, admitida prorrogação por igual período, mediante decisão motivada da Administração.

§ 1º A prorrogação dependerá da manutenção do interesse público, da regularidade do credenciado e do adequado cumprimento das obrigações assumidas.

§ 2º A fixação de prazo não afasta o caráter precário da permissão nem gera direito subjetivo à sua manutenção ou prorrogação.

Art. 5º As estações de hidratação deverão observar padrão técnico, funcional, estético e de acessibilidade definido pelo Município.

§ 1º As especificações mínimas, dimensões, materiais, características de funcionamento, interfaces hidráulicas e elétricas, condições de acessibilidade, segurança e demais requisitos serão estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e respectivos anexos técnicos.

§ 2º Poderão ser admitidos equipamentos de diferentes fabricantes e modelos, desde que comprovado o atendimento integral ao padrão e às especificações mínimas estabelecidas pela Administração.

Art. 6º Caberá ao Município, conforme previsto nos documentos da contratação:
I – disponibilizar os espaços públicos destinados à instalação;
II – executar ou providenciar a base necessária à fixação dos equipamentos;
III – disponibilizar os pontos de água potável, energia elétrica e escoamento;
IV – suportar os consumos ordinários de água e energia elétrica;
V – aprovar previamente os equipamentos e sua instalação; e
VI – acompanhar e fiscalizar a execução do Programa.

Art. 7º Caberá ao credenciado, às suas expensas:
I – fornecer ou adquirir o equipamento;
II – realizar o transporte, instalação e conexões finais;
III – executar os testes necessários ao início da operação;
IV – realizar a operação, limpeza, higienização e conservação;
V – realizar as manutenções preventiva e corretiva;
VI – substituir filtros, peças e componentes;
VII – reparar ou substituir equipamentos que não apresentem condições adequadas de funcionamento ou segurança; e
VIII – retirar seus equipamentos e reparar eventuais danos ao espaço público ao término da permissão.

Art. 8º Será admitida a subcontratação parcial de atividades técnicas ou especializadas necessárias à execução do objeto, na forma estabelecida no edital.

Parágrafo único. A subcontratação não importará transferência da condição de credenciado, do ponto de instalação ou das responsabilidades assumidas perante o Município.

Art. 9º Os equipamentos poderão conter identificação e comunicação visual do credenciado, nos espaços, dimensões e condições definidos pela Administração.

§ 1º Todo conteúdo deverá ser previamente aprovado pelo Município e observar a legislação municipal aplicável.

§ 2º É vedada a cessão, locação, sublocação ou comercialização do espaço visual dos equipamentos para terceiros.

§ 3º É vedada a veiculação de publicidade político-partidária, conteúdo ilícito, discriminatório, ofensivo ou incompatível com o interesse público.

Art. 10. A Administração designará gestor e fiscais para acompanhamento dos Termos de Permissão de Uso, competindo-lhes verificar, especialmente, as condições de funcionamento, manutenção, higiene, segurança, acessibilidade e comunicação visual das estações.

Art. 11. A permissão poderá ser suspensa, revogada ou extinta:
I – por razões de interesse público devidamente motivadas;
II – pelo descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto, no edital ou no Termo de Permissão;
III – quando o equipamento apresentar risco à saúde ou à segurança dos usuários;
IV – pela perda das condições necessárias ao credenciamento;
V – pelo abandono ou paralisação injustificada da estação; ou
VI – pela necessidade de utilização do espaço para outra finalidade pública.

§ 1º A revogação da permissão em razão de interesse público não assegura direito à sua continuidade, retenção do espaço ou indenização pela utilização cessante.

§ 2º As infrações praticadas pelo credenciado serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 12. Encerrada a permissão, o credenciado deverá retirar seus equipamentos e demais componentes no prazo estabelecido pela Administração, deixando o espaço público em condições adequadas de utilização e segurança.

Art. 13. As despesas de responsabilidade do Município decorrentes da implantação da infraestrutura e do consumo de água e energia correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá expedir orientações complementares necessárias à implantação e execução do Programa, sem prejuízo das competências dos demais órgãos municipais.

Art. 15. Fica expressamente revogado, em sua integralidade, o Decreto nº 23.747, de 11 de agosto de 2026.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5A3A174D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 21 de Setembro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em],

em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
VILMAR LUIZ ZUFFO	441.XXX.XXX -72	7541/00005/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: DIONE LUIZ DA SILVA Matrícula: 00164201 Cargo: SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / 215772025 Assinatura:		

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:DF7881B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS nº 0023/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A SELEÇÃO DA EMPRESA COM A MELHOR PROPOSTA DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA EM BOTIJÃO 13 KG E BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA 13 KG VAZIO (CASCO), DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES E DEPARTAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSPORTE, AGRICULTURA, CULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM PREFERENCIA PARA EMPRESAS LOCAL E REGIONAL**.**
O VALOR TOTAL ESTIMADO É DE R$ 87.361,87(OITENTA E SETE MIL E TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia 07/10/2026 às 09h: 00minh
ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Dia 07/10/2026 às 09h: 00minh

Critério de Julgamento:
MENOR PREÇO

Modo de disputa:
ABERTO

LOCAL: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado horário de Brasília (DF).

VALIDADE DA CONTRATAÇÃO: 12 MESES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 22 de setembro de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2F6145B3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 302/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 302/2026 de 22/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.008.		Reforma e Ampliação das Escolas – Ensino Fundamental	
228 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	63.000,00
		Total Suplementação:	**63.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.003.12.122.0002.2.013.		Manutenção da Secretária Municipal de Educação	
295 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
296 - 3.1.90.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
512 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.000,00
		Total Redução:	**63.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:13271663

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 303/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 303/2026 de 22/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 172.132,88 (cento e setenta e dois mil cento e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
60 - 3.3.90.47.00.00	01512	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.298,04
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
601 - 3.3.90.14.00.00	2250	DIÁRIAS - CIVIL	38.574,21
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.306.0005.1.058.		Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil - Pré Escola	
220 - 3.3.90.32.00.00	11042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.259,37
09.001.12.306.0005.2.025.		Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	
226 - 3.3.90.32.00.00	11042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
231 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.269,30
09.001.12.361.0004.2.018.		Manutenção do Ensino Fundamental	
242 - 3.3.90.30.00.00	11041	MATERIAL DE CONSUMO	1.108,08
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
260 - 3.3.90.33.00.00	01107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	26.346,19
261 - 3.3.90.33.00.00	11013	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13.080,22
262 - 3.3.90.33.00.00	11043	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.300,70
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
613 - 3.3.90.39.00.00	11038	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.013,85
596 - 4.4.90.52.00.00	11039	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.434,52
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
612 - 3.3.90.39.00.00	11038	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.013,88
598 - 4.4.90.52.00.00	11039	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.434,52
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
334 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
		Total Suplementação:	**172.132,88**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 1001	1.000,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 1022	40.269,30
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 1034	13.221,42
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 1512	4.298,04
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 2250	38.574,21
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 11013	13.080,22
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 11041	1.108,08
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 11042	3.312,59
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 11043	3.300,70
Receita:1.7.1.4.50.01.00.00000000 Fonte: 1001	13.124,77
Receita:1.7.1.4.52.01.00.00000000 Fonte: 1001	17.946,78
Receita:1.7.1.5.50.01.00.00000000 Fonte: 1001	22.896,77
Total da Receita:	**172.132,88**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:97767D92

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0297/2026 NOMEAR, A SENHORA ILOYZI CHAMBERLAIN, PORTADORA DO CPF/MF Nº 091.XXX.XXX-77, NO CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA;

DECRETO Nº 0297/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 004/2026;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, a senhora **ILOYZI CHAMBERLAIN,** portadora do CPF/MF nº 091.xxx.xxx-77, no cargo temporário de ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:ABC78177

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0298/2026 NOMEAR, A SENHORA VANESSA NAYARA DE OLIVEIRA.

DECRETO Nº 0298/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, a senhora **VANESSA NAYARA DE OLIVEIRA,** portadora do CPF/MF nº 083.xxx.xxx-90, no cargo temporário de PROFESSOR;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D16400C1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0299/2026 EXONERAR A PEDIDO O SENHOR FABIO ADRIANO MENDES, PORTADOR DO CPF/MF Nº 039.XXX.XXX-86, DO CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA.

DECRETO Nº 0299/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido apresentado pelo servidor;

DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR a pedido o senhor **FABIO ADRIANO MENDES,** portador do CPF/MF nº 039.xxx.xxx-86, do cargo temporário de ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA.
Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E3CB5D0F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0300/2026 SÚMULA: ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOMEADOS ATRAVÉS DO DECRETO 00153/2026.

DECRETO Nº 0300/2026

Súmula: Altera a composição dos Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nomeados através do Decreto 00153/2026.

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
DECRETA

Artigo 1º – Fica alterada a composição do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, ficando composta pelos seguintes membros:

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
TANIA CRISTINA JORGE RIBEIRO DE ALMEIDA	CAROLINE DA LUZ BUENO	SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VERISSIMA CALAZANI ALVES	SOLIANA FERREIRA DA ROSA DOS SANTOS	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
GABRIELLA ILHA DESPLANCHES	JESSE DE PAULA	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
SILMARA DE FATIMA DOS SANTOS	JANETE ALELUIA SCHEFFER	REPRESENTANTES DA REDE MUNICIPAL
MARICLÉIA HOFFMAN	VILMA MATILDE DE OLIVEIRA	REPRESENTANTES DA REDE ESTADUAL
JULIANA TAIS DE MELO	ELVIRA DE LOURDES MELO DOS SANTOS	REPRESENTANTES DO SERVIÇO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS ADOLESCENTES

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
MARIA VITÓRIA RAAB ODEMA	YASMIN SANTOS DE CRISTO	ADOLESCENTES

SECRETARIA EXECUTIVA

DAIANA GABRIEL DE OLIVEIRA

Artigo 2º - A composição que trata este decreto vigorará até o dia 21/09/2028;

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FB42AA1C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0301/2026 NOMEAR, O SENHOR FABIO ADRIANO MENDES, PORTADOR DO CPF/MF Nº 039.XXX.XXX-86, NO CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA. ;

DECRETO Nº 0301/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 004/2026;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **FABIO ADRIANO MENDES,** portador do CPF/MF nº 039.xxx.xxx-86, no cargo temporário de ENFERMEIRO SAÚDE DA FAMÍLIA.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 18 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:39D66E75

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 12.001/2026 RESULTADO PRELIMINAR PROVA DE TÍTULOS

EDITAL N.º 12.001/2026
RESULTADO PRELIMINAR PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Processo Seletivo Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por intermédio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado da prova de títulos divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso no período das **0h do dia 23/09/2026 até às 23h59min do dia 25/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso

deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Doutor Ulysses (PR), 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BC1D5E75

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0102/2026 CONCEDER AFASTAMENTO PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS A SERVIDORA ROSINIR HARPS DE ANDRADE

PORTARIA Nº. 0102/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento pelo período de 90 (noventa) dias a servidora **ROSINIR HARPS DE ANDRADE**, portadora do CPF/MF n° 031.xxx.xxx-56, servidora efetiva, admitida no cargo de MERENDEIRA,

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 17 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9D01E07F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0103/2026 LOTAR A SERVIDORA IZAMARA DE ALMEIDA DE MATOS

PORTARIA Nº. 0103/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° - LOTAR a servidora IZAMARA DE ALMEIDA DE MATOS, portadora do CPF/MF n°045.xxx.xxx-70, admitida em 25/06/2025 no cargo efetivo de ZELADORA, na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

Art. 2° - Esta portaria tem efeitos retroativos a 01/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 18 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5546E4CD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0104/2026 CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PORTARIA Nº. 0104/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° - Conceder adicional de insalubridade aos servidores abaixo descriminados, considerando que os servidores estão trabalhando na área da saúde;

NOME	CPF	CARGO
LUIZ CARLOS FAGUNDES	828.xxx.xxx-72	MOTORISTA
ILOYZI CHAMBERLAIN	091.xxx.xxx-77	ENFERMEIRO SAUDE DA FAMÍLIA
FABIO ADRIANO MENDES	039.xxx.xxx-86	ENFERMEIRO SAUDE DA FAMÍLIA

Art. 2° – O Adicional de Insalubridade de que trata o art. 1° será concedida a razão de 20% sobre o salário base.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7419EF69

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SMS N º 011/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026. SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER A COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM E DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE

PORTARIA SMS N º 011/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidora para exercer a Coordenação de Enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência – RUE e designa servidora para exercer Apoio Técnico à referida Coordenação, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, coordenar e acompanhar os serviços de enfermagem no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a organização, articulação e continuidade dos serviços que integram a Rede de Urgência e Emergência – RUE no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer atribuições e responsabilidades para garantir maior eficiência, segurança e qualidade na assistência prestada à população;
CONSIDERANDO a necessidade de apoio técnico à Coordenação para auxiliar na organização das rotinas, fluxos, registros, escalas e demais atividades relacionadas aos serviços;
CONSIDERANDO a necessidade de observância das competências profissionais estabelecidas pela legislação aplicável à Enfermagem e pelas normas do Sistema COFEN/COREN;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JACIARA DO ROCIO DONATO BRAINE, Enfermeira, inscrita no CPF nº 081.XXX.XXX-82, para exercer a função de COORDENADORA DE ENFERMAGEM E DA

REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses.
Art. 2º Compete à Coordenadora de Enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência – RUE:
I – coordenar, organizar, orientar, supervisionar e acompanhar os serviços de enfermagem;
II – coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas equipes de enfermagem, respeitando as competências profissionais de cada categoria;
III – acompanhar e promover o cumprimento das normas, protocolos, procedimentos e rotinas assistenciais;
IV – organizar e acompanhar, juntamente com a gestão, as escalas dos profissionais de enfermagem, de acordo com as necessidades dos serviços;
V – acompanhar os fluxos de atendimento de urgência e emergência no âmbito municipal;
VI – promover a articulação dos serviços municipais com os demais componentes e pontos de atenção da Rede de Urgência e Emergência – RUE;
VII – colaborar na elaboração, implantação, revisão e acompanhamento de protocolos e fluxos de referência e contrarreferência;
VIII – acompanhar indicadores, registros, ocorrências e informações relacionadas à assistência de enfermagem e aos serviços de urgência e emergência;
IX – identificar e comunicar à Secretaria Municipal de Saúde necessidades relacionadas a recursos humanos, materiais, equipamentos, medicamentos, infraestrutura e organização dos serviços;
X – promover, em conjunto com a gestão, ações de educação permanente, orientação e capacitação das equipes;
XI – acompanhar e orientar o servidor designado para prestar Apoio Técnico à Coordenação;
XII – desempenhar outras atividades correlatas à função, respeitadas as atribuições profissionais previstas na legislação vigente.
Art. 3º Designar a servidora GRACILINA RUTES MOREIRA DA SILVA, Técnica de Enfermagem, inscrita no CPF nº 057.XXX.XXX-43, para exercer a função de APOIO TÉCNICO À COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM E DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE, atuando sob orientação e supervisão da Coordenadora designada no art. 1º desta Portaria.
Art. 4º Compete à servidora designada para o Apoio Técnico:
I – auxiliar a Coordenação na organização das rotinas dos serviços de enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência;
II – auxiliar na organização e atualização de escalas, registros, controles, documentos e informações das equipes;
III – apoiar o acompanhamento dos fluxos internos de atendimento e comunicar à Coordenadora eventuais intercorrências;
IV – auxiliar na comunicação entre a Coordenação, equipes de enfermagem, unidades de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde;
V – colaborar no levantamento das necessidades operacionais dos serviços, encaminhando-as à Coordenadora para análise e providências;
VI – auxiliar na organização de reuniões, capacitações e ações de educação permanente;
VII – colaborar na organização de documentos, relatórios, registros e demais instrumentos de acompanhamento dos serviços;
VIII – prestar apoio operacional à organização da Rede de Urgência e Emergência – RUE no âmbito municipal;
IX – comunicar imediatamente à Coordenadora situações que possam comprometer a continuidade, segurança ou qualidade da assistência;
X – exercer outras atividades de apoio compatíveis com seu cargo, formação e habilitação profissional, mediante orientação da Coordenadora.
§ 1º As atividades de Apoio Técnico previstas neste artigo serão exercidas sob orientação e supervisão da Coordenadora de Enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência – RUE.
§ 2º A designação para Apoio Técnico não confere à servidora atribuições privativas do Enfermeiro, responsabilidade técnica pelo serviço de enfermagem, poder de supervisão profissional privativo do Enfermeiro ou competência para praticar atos que a legislação reserve ao profissional Enfermeiro.
Art. 5º A Coordenadora e a servidora responsável pelo Apoio Técnico deverão atuar de forma integrada com a gestão da Secretaria Municipal de Saúde e demais profissionais e setores envolvidos na assistência, observando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.
Art. 6º A responsabilidade técnica pelos serviços de enfermagem perante o Conselho Regional de Enfermagem – COREN, quando exigível, deverá ser exercida exclusivamente por profissional Enfermeiro devidamente habilitado e regularmente inscrito no Conselho, observadas as normas e procedimentos próprios para a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
Art. 7º As designações estabelecidas nesta Portaria deverão observar as atribuições dos respectivos cargos, os vínculos funcionais das servidoras, suas habilitações profissionais e a legislação municipal e profissional vigente.
Art. 8º Os casos omissos relacionados à organização administrativa das atividades previstas nesta Portaria serão deliberados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as competências legais e profissionais aplicáveis.
Art. 9º fica revogada a seguinte portaria SMS nº 005/2026, de 12 de Março de 2026.
Art. 10º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçõesemcontrário.

Edifício da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, em 22 de Setembro de 2026.

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 008/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1C4F4773

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 05/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 05/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°004/2026, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
ELIZEU DE JESUS ANDRADE	65	MOTORISTA DE CAMINHÃO

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FDA80891

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PSS 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
EDITAL 005/2026 CONVOCAÇÃO

PSS 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Edital 005/2026 Convocação

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, **ESEQUIEL BESTEL JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a ordem classificatória divulgada através do Edital 005/2026, e em atenção aos princípios da razoabilidade e da eficiência dos atos administrativos;
CONSIDERANDO a observância da legalidade jurídica para o aproveitamento de vagas de candidatos classificados em outras localidades;

RESOLVE

1 - Fica convocada a candidata para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do PSS n°001/2026-Estagiários, no prazo de 05 (CINCO) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo;

Auxiliar de Classe – Reaproveitamento de vaga para o CMEI				
Nº	**Candidato(a)**	**Período**	**Data nascimento**	**Pontuação**
04	Josiane Simão de Jesus	4º Semestre	05/08/1987	10

1.1 – Fica assegurado ao candidato o direito de recusa, sem prejuízo à sua posição na lista original de candidatura;
1.2 – O candidato a vaga de estágio deverá dar ciência de não compatibilidade de horário e/ou acumulo de função na empresa;
1.3 – A respectiva vaga será para o período vespertino;
2 - Este edital entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses - Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CDE26B7B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SME - PORTARIA Nº. 04/2026 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES,

PORTARIA Nº. 04/2026

Dispõe sobre a instituição e composição do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de DOUTOR ULYSSES, PARANÁ e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), e em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA);

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Doutor Ulysses, instância de governança local de caráter consultivo, deliberativo e de monitoramento pedagógico.
Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I - Planejar, coordenar e monitorar as ações locais da Política Municipal de Alfabetização;
II - Alinhar as metas pedagógicas do município à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III - Validar o Plano de Ações Territoriais e acompanhar a execução dos recursos técnicos e financeiros destinados à alfabetização;
IV - Analisar periodicamente os indicadores de proficiência em leitura e escrita dos estudantes até o 2º ano do Ensino Fundamental;
V - Apoiar as ações de formação continuada de professores e a distribuição de materiais didáticos complementares.
Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes membros:
I - Coordenação Geral: Andiaro Cunha Bacelar - Secretário Municipal de Educação;
II - Articulação de Gestão e Formação (RENALFA):
Luciane da Silva Fitz - Articuladora Municipal;
III - Representação da Educação Infantil: Jozeane Scheffer-Coordenadora Pedagógica;
IV - Representação dos Anos Iniciais: Marlene Wolker - Diretor Escolar Anos Iniciais Fundamental;
V - Representação dos Gestores Escolares: Fatima Aparecida Prodossimo - Diretora Escolar;
VI - Representação dos Docentes: Tatiane Tiblier da Silva - Professora;
VII - Representação do Conselho Municipal de Educação: Adriana Bestel-representante do Conselho Municipal de Educação (CME).
Art. 4º As funções dos membros do Comitê não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado
serviço público relevante prestado ao Município.
Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, de forma Bimestral ou extraordinariamente por convocação de sua Coordenação Geral.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Doutor Ulysses, 21 de Setembro de 2026

ANDIARO CUNHA BACELAR
Secretário Municipal de Educação Doutor Ulysses-PR
Decreto nº003/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:28540523

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2025 REF: AO EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 022/2025

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de transporte escolar municipal.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: GENESIS TRANSPORTES LTDA
CNPJ nº 10.626.029/0001-37

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prazo e valor, conforme Memorando 3.573/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme Solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação, Pareceres Jurídico e Contábil, fica prorrogado o prazo de prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, passando o seu vencimento de 12/08/2026 para 12/08/2027 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 12/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
§ 1º – Será acrescido ao Contrato, o valor de R$ 3.623.492,16 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) para utilização no período.
§ 2º - Desta forma o valor global do contrato passa de R$ 3.623.492,16 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) para R$ 7.246.984,32 (sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§ Único – O valor acrescido ao contrato correrá por conta das seguintes rubricas orçamentárias:
06 SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO
06.006 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0601.2-020 MANTER O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
01510 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01520 00103 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01560 00159 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único - Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na forma digital conforme Decreto Municipal Nº 218/2023, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Fernandes Pinheiro, 12 de agosto de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

Genesis Transportes LTDA
SILVIO ROBERTO STANISZEWSKI FILHO
Contratada

Testemunhas:

1._____

2._____

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:74AABA8A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 PROCESSO ADM: Nº 000000150

Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilização de 02 (dois) operadores de motoniveladora, devidamente qualificados, para operação de máquinas e equipamentos pertencentes ao Município, destinados à execução de serviços de manutenção, conservação, recuperação e melhoria das vias públicas urbanas e rurais, conforme as necessidades da Administração Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 295.392,96 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos): PROATIVE SERVICOS LTDA (50791085000141) com os lotes: 1 no valor total de R$ 295.392,96 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).

FERNANDES PINHEIRO (PR), terça-feira, 22 de setembro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:D2D986ED

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 PROCESSO ADM: Nº 000000150

Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilização de 02 (dois) operadores de motoniveladora, devidamente qualificados, para operação de máquinas e equipamentos pertencentes ao Município, destinados à execução de serviços de manutenção, conservação, recuperação e melhoria das vias públicas urbanas e rurais, conforme as necessidades da Administração Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 295.392,96 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos): PROATIVE SERVICOS LTDA (50791085000141) com os lotes: 1 no valor total de R$ 295.392,96 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), terça-feira, 22 de setembro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:EC410007

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
APOSTILAMENTO : 3 CONTRATO Nº : 36/2026

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Apostilamento : 3

Contrato Nº : 36/2026

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : JULIANO DE COSTA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Data do apostilamento : 22/09/2026

Tipo do Apostilamento : Recomposição Tipo da alteração apostilamento : ACRESCIMO

Descrição : Apostilamento

FLOR DA SERRA DO SUL, 22 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:63007812

LICITAÇÕES
PROCESSO DE COMPRA Nº 36/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 20/2026

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 36/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 20/2026
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO do Termo de Homologação** referente ao Processo de Compra nº 36/2026, Pregão Eletrônico nº 20/2026, exclusivamente para correção dos valores constantes no referido ato.
Onde se lê:
"valor unitário: R$ 2.400,00 (Dois Mil e Quatrocentos Reais)."
"valor total: R$ 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais)"
Leia-se:
"valor unitário: R$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais)."

"valor total: R$ 270.000,00 (Duzentos e Setenta Mil Reais)"
Ficam **ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais disposições** constantes do Termo de Homologação.

Flor da Serra do Sul/PR, 22 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:EE5AAD8B

RH
RESOLUÇÃO 06/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI
Rua João Arisi, n° 56- Centro, Flor da Serra do Sul/PR CEP 85.618-000
Fone: (46)3565-1381

RESOLUÇÃO N° 006/2026

SUMULA: Aprovação da prestação de contas FINAL, referente ao programa Viaja Mais 60 FASE II, Del. 034/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N° 584/14, de 12 de dezembro de 2014.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 22 de setembro de 2026, Ata nº 064/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a da prestação de contas FINAL, referente ao programa Viaja Mais 60, Fase II, Del. 034/2025.
Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

SILMAR PEDRO MAGRO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:E75F755D

RH
RESOLUÇÃO 07/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI
Rua João Arisi, n° 56- Centro, Flor da Serra do Sul/PR CEP 85.618-000
Fone: (46)3565-1381

RESOLUÇÃO N° 007/2026

SUMULA: Aprovação da prestação de contas ao Incentivo de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N° 584/14, de 12 de dezembro de 2014.
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 22 de setembro de 2026, Ata nº 064/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas ao Incentivo de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.
Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

SILMAR PEDRO MAGRO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:9E372278

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2026

A Câmara Municipal de Flórida, através de sua Comissão de Orçamento e Finanças, convoca toda a população Floridense, para participar da AUDIÊNCIA PUBLICA relativa às Metas Fiscais do 2° quadrimestre do exercício financeiro de 2026, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2026 (terça-feira), com início às 09h00min, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua São Pedro n° 613 – centro – Flórida-PR.

Edifício da Câmara Municipal de Flórida, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026.

CLAUDINEI CESNIK
Presidente

Publicado por:
Carolina Aparecida Pereira
Código Identificador:ACBBE8EC

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 1/2026

O Fundo de Previdência Social, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro, 443, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 13.489.999/0001-26, neste ato representado pelo Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte da divisão competente e o parecer jurídico emitido, ratifica a DISPENSA de licitação n° 1/2026, nos termos do Artigo 75, caput, II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 1/2026
CONTRATADA: CM CONSULTORIA E GOVERNANÇA ORPORATIVA LTDA
CNPJ: 60.278.459/0001-83.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria de Valores Mobiliários ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Flórida.
VALOR: R$ 26.160,00 (vinte e seis mil cento e sessenta reais).
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Paço Municipal aos 18 dias do mês de setembro de 2026.

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:8877E97A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 27/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE PINHÃO (CNPJ Nº 80.620.552/0001-31)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL INTEGRAL (24 HORAS) EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DESTINADO A 03 PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, COM GRAU DE DEPENDÊNCIA 02 E 03"
VALOR TOTAL: R$ 136.164,00 (Cento e Trinta e Seis Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 1 Dia a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 17/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:618169AC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 24/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PUBLICA LTDA (CNPJ Nº 32.651.451/0001-85)
OBJETO: "ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS)", DESTINADO À CAPACITAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, COM ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE O FLUXO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO, DESDE A INSPEÇÃO E AUTUAÇÃO ATÉ A CONDUÇÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO, VISANDO APRIMORAR A ATUAÇÃO TÉCNICA, REDUZIR FALHAS PROCEDIMENTAIS, PREVENIR NULIDADES E PROPORCIONAR MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA"
VALOR TOTAL: R$ 4.580,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 17/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E3F1F4CA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 25/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: CRIATIVE MUSIC LTDA (CNPJ Nº 08.648.622/0001-32)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL COM O GRUPO MINISTÉRIO MERGULHAR, NO FORMATO DE 01 (UM) SHOW ACÚSTICO DENOMINADO SHOW MUSICAL NACIONAL COLOCADO, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) MINUTOS, NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A SER REALIZADO NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2026, NA PRAÇA DA BÍBLIA, CENTRO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 18/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:D98A41E9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026.

PROCESSO: Pregão - Eletrônico nº 31/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: CARVALHO & SANTOS DISTRIBUIÇÃO LTDA (CNPJ Nº 49.696.692/0001-43)
OBJETO: "AQUISIÇÃO SEMENTES DE MILHO E INSUMOS: ADUBO NPK E UREIA GRANULADA, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, EM ATENDIMENTO ÀS AÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA MUNICIPAL"
VALOR TOTAL: R$ 176.000,00 (Cento e Setenta e Seis Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 18/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:CBB97407

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026.

PROCESSO: Pregão - Eletrônico nº 31/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: PERSONA LICITAÇÕES E COMERCIO LTDA (CNPJ Nº 45.704.074/0001-47)
OBJETO: "AQUISIÇÃO SEMENTES DE MILHO E INSUMOS: ADUBO NPK E UREIA GRANULADA, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, EM ATENDIMENTO ÀS AÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA MUNICIPAL"
VALOR TOTAL: R$ 56.000,00 (Cinqüenta e Seis Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 18/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:6D655FD9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 252/2026

PORTARIA Nº 252/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.

R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar a servidora abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
BIANCA SIGNORINI VORGENES	14.467.125-2	08067154418 (categoria B)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:2AB902D0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 253/2026

PORTARIA Nº 253/2026

O Prefeito Municipal Francisco Clei da Silva, no uso das atribuições previstas no Art. 293 e seguintes da lei municipal nº 05/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº **173/2026** de 16 de julho de 2026, publicada no Diário dos Municípios, em face das razões apresentadas pela Presidente da Comissão PAD nº 011/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 15/09/2026.

Foz do Jordão, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:59E7891F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 111

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 111 de 22 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria "C" e "D" e "E", conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
64º	GIOVANE VIANA	Auxiliar de Serviços Diversos	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8CE0B00F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 395 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n° 249/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 249/2026 de 09 de junho de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado nessa mesma portaria;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n°249/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.
Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 249/2026.
Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I –Vilson Augustinho de Oliveira – Agente Administrativo – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Agente Administrativo – Membro Efetivo;
III – Ademir Siega – Técnico em Segurança do Trabalho – Membro Efetivo.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°249/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:750BAFD6

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 396 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria N° 209/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 209/2026 de 06 de maio de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 209/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 209/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 209/2026.

Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Vilson Augustinho de Oliveira – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Membro Efetivo;
III – Neuza Barrida– Membro Efetivo.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°209/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2463D6AD

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 397 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria N° 210/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 210/2026 de 06 de maio de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 210/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 210/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 210/2026.

Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Vilson Augustinho de Oliveira – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Membro Efetivo;
III – Neuza Barrida– Membro Efetivo;

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°210/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:79C8A3AF

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 398 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria N° 345/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 345/2026 de 25 de agosto de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 345/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 345/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 345/2026.

Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Vilson Augustinho de Oliveira – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Membro Efetivo;
III – Neuza Barrida– Membro Efetivo;

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°345/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:677274F0

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 399 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria N° 344/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 344/2026 de 25 de agosto de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 344/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 344/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 344/2026.

Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Vilson Augustinho de Oliveira – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Membro Efetivo;
III – Neuza Barrida– Membro Efetivo;

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°344/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:05CF0E16

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 400 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Altera a composição da Comissão Processante designada para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria N° 208/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a Portaria n° 208/2026 de 06 de maio de 2026, que designou a Comissão Processante para condução do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 208/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração na composição da Comissão, visando garantir as adequações necessária para continuidade da Instrução Processual;

RESOLVE:

Art. 1º Fica desvinculada da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 208/2026 a servidora Suzana de Oliveira Machado.

Art. 2º Fica incluído o servidor Vilson Augustinho de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela Portaria n° 208/2026.

Art. 3º A Comissão Processante passa a ter a seguinte composição:
I – Vilson Augustinho de Oliveira – Presidente;
II – Marcia Freitas da Rocha Wasmann – Membro Efetivo;
III – Neuza Barrida– Membro Efetivo;

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria n°208/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2EDABA8A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 401 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n° 148/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria n° 148/2026;

CONSIDERANDO a designação da Comissão Processante pela Portaria n° 148, de 20 de março de 2026;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Comissão Processante, que aponta a necessidade de continuidade das diligências, realização de oitivas e demais atos instrutórios indispensáveis à adequada apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n° 002/2005, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar, admitida prorrogação quando devidamente justificada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n° 148/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:36C4B37F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 402 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **10** dias de férias regulamentares, a Sra. **ROSIVANI TEREZINHA FAION,** Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **23/09/2026 A 02/10/2026,** com retorno em **05/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6F63A644

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 403 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **10** dias de férias regulamentares, a Sra. **NAIANA BENAZZI,** Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **23/09/2026 A 02/10/2026,** com retorno em **05/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:001D5F6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 163/2026
Pregão Eletrônico N° 063/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **05 de outubro de 2026, às 14h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **063/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de Preço de aquisição de caixas de bombom (250g), destinadas à entrega aos alunos da rede municipal de ensino em celebração ao Dia das Crianças e às festividades de encerramento do ano letivo, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro/PR

General Carneiro - PR, 22 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0754549A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 164/2026
Pregão Eletrônico N° 064/2026

TIPO: MENOR PREÇO/POR LOTE

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **07 de outubro de 2026, às 14h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das

documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **064/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de brinquedos e equipamentos recreativos, destinados ao atendimento de eventos, ações e atividades promovidas pela Administração Pública Municipal de General Carneiro/PR, conforme demanda, incluindo transporte, carga e descarga, montagem, instalação, fixação, testes de funcionamento, equipamentos e acessórios necessários, acompanhamento por monitores durante o período de utilização, desmontagem e retirada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

General Carneiro - PR, 22 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5E6C64CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Processo de Licitação nº 151/2026
Pregão Eletrônico nº 056/2026
TIPO: MENOR PREÇO/POR ITEM

O Município de General Carneiro, Estado do Paraná, por intermédio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO do Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2026**, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, compreendendo 03 (três) camas hospitalares manuais de 02 (duas) manivelas, 03 (três) colchões hospitalares para camas adulto e 01 (um) ventilador pulmonar portátil adulto e pediátrico, destinados ao atendimento das necessidades do Pronto Atendimento Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro – PR.

A retificação decorre da **alteração das especificações técnicas do Item 03 – Ventilador Pulmonar Adulto e Pediátrico**, conforme novo descritivo constante do Termo de Referência, bem como das demais adequações correlatas promovidas no instrumento convocatório.

Em razão das alterações realizadas e considerando sua repercussão na formulação das propostas, fica redesignada a sessão pública, anteriormente prevista para o dia 25 de setembro de 2026, às 09h00min, para o dia:

13 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 09H00MIN

A sessão será realizada por meio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

O Edital Retificado e seus anexos encontram-se disponíveis nos mesmos meios de divulgação do instrumento convocatório, especialmente no site oficial do Município de General Carneiro e na plataforma BLL.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital que não tenham sido expressamente modificadas pela presente retificação.

General Carneiro – PR, 22 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:9DA973DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO 10/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de General Carneiro, Paraná, instituído através da Lei n° 1194/2012, publica-se o presente edital para o processo de escolha dos membros Suplentes do Conselho Tutelar:

Edital n. 02/2026/CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar de General Carneiro/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de General Carneiro, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1194/2012, abre as inscrições para a escolha dos membros Suplentes do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de General Carneiro/PR e dá outras providências.

1 DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO
1.1 Fica aberta 5(cinco) vagas para a função pública de membro Suplente do Conselho Tutelar do Município de General Carneiro, para o cumprimento até dia 10 (dez) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.
1.2.1 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
1.2.2 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990.
1.3 Os candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.
1.4 A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro Suplente do Conselho Tutelar	05	das 08h00 às 17h00 •sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados	R$ 3.032,12

1.5 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h00 às 17h00, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.
1.6 Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados, conforme dispõe a Lei Municipal n. 1194/2012 ou a que a suceder.
1.7 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, será remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 1194/2012 ou a que a suceder.
1.8 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal n. 1194/2012 ou a que a suceder.
1.9 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das vantagens incorporadas ou

pela remuneração que consta da Lei Municipal n. 1194/2012, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES
2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de General Carneiro ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1o, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1194/2012.
2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

•
Inscrição para registro das candidaturas;

•
Apresentação dos candidatos habilitados ocorrerá através de resolução por parte do CMDCA em diário oficial e canais oficiais da prefeitura com ampla divulgação;

3. DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO
3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1194/2012, a saber:

•
Reconhecida idoneidade moral;

•
Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

•
Residência no Município;

•
Disponibilidade de tempo para exercer a função, não podendo ter outro emprego;

•
Disponibilidade e interesse na auto capacitação;

•
Cursos de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas;

•
Conclusão do Ensino Médio;

•
Não ter sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

•
Não incidir nas hipóteses do art. 1o, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

•
Não ser membro, desde o momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

•
Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

•
Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

•
Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

•
Certificado de quitação eleitoral;

•
Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;

•
Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;

•
Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;

•
Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;

•
Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

•
Comprovante de residência;

•
Documento de identificação (RG, CPF, CNH);

•
Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

•
Diploma ou certificado de conclusão de cursos de especialização em matéria de infância e juventude, com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO
4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO
5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES
6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22/09/2026 à 01/10/2026 em horário de atendimento ao público das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, na Secretaria Municipal de Assistência Social, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.
6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.
6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.
6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.
6.5 Na hipótese de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.
6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 1194/2012,

bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.
6.8 A inscrição será gratuita.
6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.
6.10 Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS
7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.
7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.
7.3 A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.
7.4 A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n.1194/2012 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
7.5 A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 02/10/2026 à 06/10/2026, nos locais oficiais de publicação do Município, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.
7.6 Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 3 (três dias úteis), de 07/10/2026 à 14/10/2026, no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Assistência Social, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail:conselhosgc@gmail.com.
7.7 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 3 (três dias para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 3 (três) dias.
7.8 Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 7.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 15/10/2026, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
7.9 Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 1 (um dia util), no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Assistência Social, admitindo-se o envio do documento por meio eletrônico para o e-mail conselhosgc@gmail.com
7.10 Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 1 (um dia util), notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.
7.11 Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até dia 19 de outubro de 2026, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL
8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.
8.2 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.
8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.
8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.
8.5 Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução n. 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:
I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
IV- participação de candidatos, no período de até um mês que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
V- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;
VI- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;
VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;
VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;
IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;
b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;
XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais
8.6 A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.
8.7 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.
8.7.1 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.
8.7.2 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

•
em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

•
por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

•
por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdos.

8.7.3 Para o fim deste Edital, considera-se:

•
internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

•
aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;

•
página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;

•
blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;

•
impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializam o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;

•
Rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;

•
Aplicativo de mensagens instantâneas ou chamadas de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

•
disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

8.8 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

•
Utilização de espaço na mídia;

•
Transporte aos eleitores;

•
Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

•
Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

•
Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.8.1 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
8.9 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.
8.10 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
8.11 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
8.12 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.
8.13 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

9. DA ELEIÇÃO
9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos de forma indireta, tendo os Conselheiros de Direitos como colégio eleitoral, nos termos do art. 16, § 3º, da Resolução nº 231/2022 do CONANDA. O colégio eleitoral será composto pelos conselheiros de direitos titulares do CMDCA, substituídos pelos suplentes nas ausências e impedimentos, observada a paridade entre o Poder Público e a sociedade civil. em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.
9.2 A eleição será realizada no dia 27/10/2026, das 08h00 às 17h00.
9.3 O local de votação será definido pela Comissão Especial até o dia 19 de outubro de 2026, publicado nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
9.4 No local de votação deverão ser afixadas lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 A votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato.
9.6 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.
9.7 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
9.8 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
9.9 Na falta do Presidente assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.
9.10 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

•
Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

•
O cônjuge ou o companheiro do candidato;

•
As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

10. DA APURAÇÃO
10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral,

contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, se possível, e da Comissão Especial.
10.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
10.5 O candidato mais votado assumirá o cargo de membro suplente do Conselho Tutelar.
10.6 No caso de empate será considerado eleito o candidato com mais idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS
11.1 O resultado da eleição será publicado no dia após a eleição, em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo (a) Prefeito(a) Municipal.
11.3 O candidato eleito que receber o maior número de votos será eleito para o cargo de conselheiro suplente.
11.4 Ocorrendo vacância do cargo do Conselheiro Titular, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
11.5 O candidato eleito deverá participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12. DO CALENDÁRIO
12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

Data	Etapa
22/09/2026	Publicação do Edital
22/09/2026 à 01/10/2026	Prazo para registro das candidaturas (item 6.1)
02/10/2026 à 06/10/2026	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 3 (três) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (itens 7.5 e 7.6)
07/10/2026 à 14/10/2026	Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, com abertura do prazo de 5 dias para defesa. Realização de reunião da Comissão Especial para decidir acerca da impugnação. (item 7.7)
15/10/2026	Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial (item 7.8)
16/10/2026	Prazo para interposição de recurso à Plenária do CMDCA acerca das decisões da Comissão Especial (item 7.9)
19/10/2026	Julgamento, pelo CMDCA, dos recursos interpostos, com publicação acerca do resultado (item 7.10)
19/10/2026	Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo CMDCA, com cópia ao Ministério Público (item 7.11)
22/10/2026 a 23/10/2026	Início e período de campanha/propaganda eleitoral
19/10/2026	Divulgação dos locais de votação (item 9.3)
27/10/2026	Eleição (item 9.2)
28/10/2026	Publicação do resultado da apuração (item 11)
29/10/2026	Posse (item 11.3)

12.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 1194/2012, sem prejuízo das demais leis afetas.
13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.
13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.
13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.
13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.
13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, no prazo de 72h (setenta e duas horas)
13.10 Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JOÃO SCHIMANSKI NETO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Denise Maciel Kukul Zanlorenzi
Código Identificador:A6E89098

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026

Ementa: Concede licença ao Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal, para tratar de assuntos particulares, no período de 24 de setembro de 2026 a 6 de outubro de 2026, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedida licença ao Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, para afastar-se do cargo no período de **24 de setembro de 2026 a 6 de outubro de 2026**, a fim de tratar de interesses particulares, com fulcro no Inciso IV do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Durante o período da licença de que trata esta lei, o Prefeito Municipal não fará jus à percepção dos seus subsídios, devendo o cargo ser assumido pelo Vice-Prefeito Municipal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:748926AB

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.993/2026

ALTERA O CAPUT DO ART. 4º DO DECRETO Nº 9.466/2025, QUE DECLAROU INTERVENÇÃO NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA DE GOIOERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.466/2025, que declarou intervenção na Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta de Goioerê;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade dos trabalhos decorrentes da intervenção;

DECRETA:

Art. 1º Altera o caput do art. 4º do Decreto nº 9.466/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para o desempenho das atribuições decorrentes da presente Intervenção-Requisição, fica designada como Interventora, em substituição ao Sr. ADILSON SOUZA DE BRITO, a Sra. GABRIELA FABRÍCIO MARTINS, brasileira, advogada, ocupante do cargo de Assessora Jurídica junto ao Poder Executivo Municipal."

Art. 2º O § 1º do art. 4º do Decreto nº 9.466/2025 e seus respectivos incisos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C5D58B1E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do Resultado final e classificação** do Processo Seletivo Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Diante da ausência de recursos administrativos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, ficam **MANTIDOS** os **ANEXOS** divulgados através do Edital n.º 10.001/2026, em 17 de setembro de 2026.

Art. 2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Processo Seletivo em comento, conforme os **ANEXOS I e II** deste edital.

Art. 3° Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 18 do Edital de Abertura.

Art. 4° Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Goioerê - PR e no endereço eletrônico www.goioere.pr.gov.br, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:EFD3D324

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 9.990/2026

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA E EXTINÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, TITULAR DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUE PERCEBE PROVENTO DE APOSENTADORIA COM REMUNERAÇÃO DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

Considerando que o Município de Goioerê possui servidores públicos estatutários vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 196 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico Único do Município de Goioerê);
Considerando o artigo 32, inciso V, da Lei Complementar nº 11, de 15 de dezembro de 2009, prevê a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;
Considerando que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 1.302.501, cujo acórdão foi publicado no dia 25/08/2021, firmou Tese de Repercussão Geral (Tema nº 1150) no sentido de que: *"O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade"*;
Considerando que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não comunica oficialmente ao Município de Goioerê o momento em que os servidores públicos municipais tiveram benefício previdenciário de aposentadoria deferido junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
Considerando a inexistência de discricionariedade do gestor no que tange à observância da legislação que determina a vacância do cargo em caso de aposentadoria,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância, a partir de 22 de setembro de 2026, com base no art. 32, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 (Regime Jurídico dos Servidores de Goioerê), o cargo público de AGENTE FISCAL, do quadro da Secretaria Municipal de Fazenda, em razão da jubilação de seu titular AMAVEL NICOLAU TOLENTINO, matrícula nº 507978, por motivo de Aposentadoria Compulsória.
Parágrafo único. Em consequência, fica declarada a extinção da relação jurídico-administrativa do servidor titular do respectivo cargo,

em razão da ocorrência de aposentadoria obtida na forma do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Fica a Secretaria de Administração Municipal autorizada a proceder ao pagamento de eventuais verbas rescisórias devidas ao (a) servidor (a), na forma da lei.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:FFC55938

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 601/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, em Substituição a Patrícia Dayane Bueno dos Santos, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 16/09/2026 a 18/12/2026.

Nome do servidor:	Escola:
CLEIDE APARECIDA PINA FIM	Esc. Mun. Monteiro Lobato

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E30C9083

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 602/2026

Transfere servidor para desempenhar suas funções em outra secretaria e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:
Art. 1º Redistribuir, o servidor público municipal, ROSEMIRO DULIZIO, ocupante do cargo efetivo de Vigia, atualmente na Secretaria Municipal de Administração, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 1º de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:DBF7AFE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 603/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, BRUNA ABELHA FLAVIO, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento de Engenharia e Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, para gozá-las de 05/10/2026 a 24/10/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:F5B534C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

SOLICITAÇÃO de autorização para abertura de Dispensa de Chamamento Público.
A Secretaria Municipal de Assistência Social, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 7.843/2022, vem requerer ao Senhor Prefeito Municipal autorização para a abertura de Dispensa de Chamamento Público, cujo objeto é a celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer, por meio de Termo de Fomento, visando a confecção e distribuição de fraldas geriátricas para pessoas acamadas que possui renda de até um salário mínimo.

Goioerê-PR, 22 de setembro de 2026.

ELIANE VALENCIO DA SILVA DE CARVALHO
Secretária Municipal de Assistência Social

AUTORIZO a abertura de Dispensa de Chamamento Público nos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 7.843/2022.

Goioerê-PR, 22 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público
Concedente: Município de Goioerê-PR.
Proponente/Organização da Sociedade Civil: Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer**.**
Instrumento da Parceria: Termo de Fomento.

Referência: Exceção ao chamamento público - Repasse ao terceiro setor.
Base legal: Artigos 29 e 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, e Artigo 9, §§ 2° e 4º, do Decreto Municipal nº 7.843/2022.
Serviço ofertado: Serviço de Proteção Social Especial voltado às pessoas acamadas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.
Objeto proposto: O presente instrumento tem por objeto prestar assistência a pessoas acamadas em situação de vulnerabilidade social, por meio da confecção de fraldas geriátricas e sua distribuição gratuita. O atendimento é destinado prioritariamente a indivíduos que não possuem condições financeiras de arcar com a compra desses insumos, sendo considerado o critério de renda familiar de até um salário mínimo.
Valor total do repasse: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Orçamento Impositivo: destinados às ações com Assistência Comunitária – Unidos por Amor ao Próximo.
Projeto de Lei nº 060/17/2025
Vereador/ Valor da Emenda
- Amarildo Alves R$ 5.000,00
- Leonildo de Oliveira Souza R$ 5.000,00
- Mayk Ramalho dos Santos R$ 20.000,00
- Patrik Pelói Flávio R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária:
14.002.8.244.0009.2.298.3.3.50.43.00.00.0.00 (395)
Público alvo: O atendimento será destinado a aproximadamente 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas acamadas que necessitam do uso contínuo de fraldas geriátricas, em razão de condições de saúde que demandam cuidados especiais e permanentes.
Justificativa da Parceria: A Organização da Sociedade Civil Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer (AGAPCAN) foi fundada em 04 de maio de 2017, por meio da realização da fusão para mútua cooperação com os "Amigos da Fralda" que trabalhavam no município de Goioerê/PR desde o ano de 2014, tendo como foco prioritário a assistência a pessoas acamadas que necessitam de fraldas geriátricas. O desenvolvimento e execução do projeto é exclusivamente realizado por voluntários, que são responsáveis pela confecção das fraldas, além de angariar recursos por meio de doações e eventos como ações entre amigos e outras formas de arrecadação para a manutenção da entidade. Os repasses financeiros realizados pelo município se fazem necessário para que seja possível o alcance de mais pessoas atendidas e também para que seja possível a doação de maior quantidade de fraldas. A demanda inicialmente era pequena em torno de 15 pessoas indicadas pela pastoral da saúde, no entanto com o trabalho desenvolvido no projeto, a demanda começou a aumentar, onde foi necessário adequar o local de produção que atualmente está sendo desenvolvido no imóvel situado na Rua Dr. Rosalvo de Mello Leitão, n°1395, Jardim Canadá a fim de atender uma produção adequada para a atual demanda. Com o crescimento da população em situação de vulnerabilidade que necessita do fornecimento de fraldas geriátricas ofertadas pela AGAPCAN, evidencia-se uma demanda cada vez maior por esse tipo de apoio. Embora o acesso a esse insumo esteja relacionado às garantias das políticas públicas, na prática ainda há insuficiência no atendimento, o que faz com que muitas famílias dependam diretamente do auxílio da entidade. Ressalta-se que as fraldas possuem alto custo e são de uso contínuo, especialmente para pessoas acamadas e idosos de baixa renda, tornando-se um item essencial e, ao mesmo tempo, de difícil acesso para grande parte desse público. Diante dessa realidade, e visando atender à crescente demanda no município, justifica-se a implementação e manutenção do presente projeto, que atualmente beneficia aproximadamente 165 pessoas acamadas. A iniciativa busca assegurar melhores condições de cuidado, higiene e saúde, promovendo mais dignidade e qualidade de vida aos usuários, ao mesmo tempo em que contribui para a redução da sobrecarga financeira das famílias em situação de vulnerabilidade social. Ressalta-se ainda que a AGAPCAN presta serviço de proteção social especial e está inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Justificativa de Dispensa: A Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que a seleção das Organizações da Sociedade Civil deve ocorrer, em regra, por meio de chamamento público. Entretanto, há situações em que a competição se torna inviável, bem como casos em que, embora haja possibilidade de competição, a legislação autoriza a dispensa do chamamento público, mediante juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública. A Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, prevê em seu artigo 30: "Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: (...) VI – nos casos de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por Organizações da Sociedade Civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política." A Organização da Sociedade Civil – Associação Goioerense de Apoio aos Portadores de Câncer oferta serviços socioassistenciais tipificados conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A entidade possui inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI). Ademais, os recursos pleiteados pela Organização da Sociedade Civil são provenientes de emenda parlamentar impositiva. Todavia, a Lei Federal nº 13.019/2014, que disciplina a matéria, prevê, em seu artigo 29, a possibilidade de dispensa do chamamento público, enquadrando-se o caso em questão, uma vez que estabelece que "os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público".
Interposição de Impugnação: Registre-se que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, a justificativa poderá ser impugnada, conforme previsão do art. 32 §2° da Lei Federal nº 13.019/2014, junto ao setor de protocolo do Paço Municipal, sito a Avenida Amazonas, 280, Jardim Lindoia, Goioerê-PR, até o quinto dia útil após a publicação da presente Justificativa de Dispensa de Chamamento Público.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:41A737E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 173/2026
OBJETO: Aquisição de colchões destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme as demandas identificadas pelos setores municipais, inclusive em situações decorrentes de eventuais eventos climáticos adversos que possam ocasionar necessidades adicionais de apoio e atendimento à população.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/09/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/09/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.
Goioerê, 22 de setembro de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:861ABEB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 179/2026
OBJETO: Aquisição de tecidos destinados à confecção, reforma, adaptação e customização de figurinos para as atividades da Secretaria Municipal de Cultura, incluindo apresentações, projetos, oficinas, eventos e demais ações culturais desenvolvidas pelo Município.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 39.735,00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais)
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/09/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/09/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.
Goioerê, 22 de setembro de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:E51BA5FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026
OBJETO: Registro de Preços, visando contratações futuras de empresa para prestação de SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO de TOLDOS, PLACAS, OUTDOOR, LETRAS CAIXA, PAINEIS, FAIXAS, BANNER, ADESIVOS, PAREDE DE DRYWALL, DIVISÓRIA, PORTA e CONFECÇÃO de CRACHÁ, REVELAÇÃO DE FOTOS, PLASTIFICAÇÃO, PLOTAGENS, para atender a demanda das Secretarias do Município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 23/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 07/10/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 22 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:F916B8FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026

O Município de **Goioxim**, Estado do Paraná, torna público que realizará **Leilão Eletrônico**, pelo critério de **MAIOR LANCE**, destinado à **alienação onerosa, em lote único, de 41,3200 m³ de madeira em tora da espécie Araucaria angustifolia (Araucária)**, pertencente ao patrimônio municipal, com **lance mínimo de R$ 16.528,00**.

A **sessão pública** será realizada às **09h00 do dia 19 de outubro de 2026**, por meio do sistema eletrônico **LICITANET**, disponível em www.licitanet.com.br.

Recebimento de propostas:
A partir da disponibilização do Edital na plataforma LICITANET até às **08h59 do dia 19 de outubro de 2026**, exclusivamente pelo sistema eletrônico.

Início da sessão pública e etapa de lances:
Às **09h00 do dia 19 de outubro de 2026**, com etapa de lances em modo aberto, prevista das **09h00 às 12h00**.

Visitação do lote:
As madeiras poderão ser visitadas no **CTG Municipal**, no período de **23 de setembro de 2026 a 18 de outubro de 2026**, em dias úteis, mediante agendamento prévio pelo telefone **(42) 3656-1002**. No dia 19 de outubro de 2026, a visitação será permitida somente antes das 09h00.

O **Edital** e seus anexos poderão ser obtidos no site oficial do Município de Goioxim/PR, em **www.goioxim.pr.gov.br**, no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** e na plataforma **LICITANET**.
Eventuais **pedidos de esclarecimentos, dúvidas ou informações adicionais** pelo e-mail **licitagoioxim@yahoo.com.br** ou pelo telefone **(42) 3656-1002**.

Goioxim, 22 de setembro de 2026

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Leiloeiro Municipal - Decreto nº 57/2025

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:F34C6C62

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
Processo 96

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, GELADEIRA, ARMÁRIO AÉREO DE COZINHA, MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, PESSOA IDOSA E IGUALDADE RACIAL.

VALOR ESTIMADO: R$ 32.249,98.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

LOCAL: Sistema LICITANET https://portal.licitanet.com.br/home

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 08/10/2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Goioxim e na plataforma **LICITANET.** Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma e pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

Goioxim, 22/09/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:DF87FE18

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI COMPLEMENTAR N° 04 -2026 -DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NOS CARGOS DE PSS

Altera o Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 002, de 25 de junho de 2026, para estabelecer o quantitativo de vagas destinadas à contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde - ACS, Agente de Combate às Endemias - ACE e Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono, com fundamento no art. 41, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 002, de 25 de junho de 2026, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica autorizada, no âmbito do Processo Seletivo Simplificado - PSS de que trata a Lei Complementar Municipal nº 002, de 25 de junho de 2026, a convocação e a contratação temporária de:

I – até 4 (quatro) candidatos classificados para a função de Agente Comunitário de Saúde – ACS;

II – 2 (dois) candidatos para as vagas previstas para a função de Agente de Combate às Endemias – ACE;

III – até 2 (dois) candidatos classificados para a função de Técnico em Enfermagem.

Parágrafo 1º. A contratação e convocação dos cargos acima mencionados nos incisos I e III deste artigo, será conforme analise submetida a Secretaria de Administração/Finanças e Secretaria Municipal de Saúde de Goioxim – PR, observadas as condições do artigo 4º abaixo descrito, e com decisão administrativa final do Prefeito Municipal através do Poder Discricionário o qual observando principalmente o princípio do interesse público e a disponibilidade orçamentaria do município, desta forma os classificados nestes cargos estarão em cadastro de reserva (CR), no aguardo da necessidade pública.

Parágrafo 2º. Permanecem válidos os demais candidatos classificados no cadastro de reserva, observadas a ordem de classificação, a vigência do Processo Seletivo Simplificado e as demais disposições previstas no respectivo edital.

Art. 3º As convocações observarão a ordem de classificação, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, os requisitos de habilitação e escolaridade e as demais condições previstas no respectivo edital.

Art. 4º As contratações ficam condicionadas à permanência da necessidade temporária de excepcional interesse público e à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, correndo as despesas por conta das dotações da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar Municipal nº 002, de 25 de junho de 2026.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 22 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo	Escolaridade/Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração
Agente Comunitário de Saúde – ACS	Ensino Médio completo e Curso de Agente Comunitário de Saúde	40 horas semanais	04	R$ 3.242,00
Agente de Combate às Endemias – ACE	Ensino Médio completo e Curso de Agente de Combate às Endemias	40 horas semanais	02	R$ 3.242,00
Técnico em Enfermagem	Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN	40 horas semanais	02	R$ 3.022,00

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:1730ABA4

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 980-2026 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Institui a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Goioxim-PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Goioxim-PR, a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, destinada à promoção, proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, à eliminação de barreiras e à promoção de sua inclusão social, autonomia, cidadania e participação plena e efetiva na sociedade.

Parágrafo único. A Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será executada de forma permanente, intersetorial, descentralizada e participativa, observadas as competências dos órgãos municipais e a legislação federal e estadual aplicável.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela definida na legislação federal vigente, especialmente no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Art. 3º. A Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem por finalidade assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão social e cidadania e orientando a atuação integrada do Poder Público Municipal.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4º. São princípios da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - respeito à dignidade da pessoa humana, à autonomia individual e à liberdade de fazer as próprias escolhas;

II - igualdade de oportunidades e não discriminação;

III - participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade e na formulação das políticas públicas que lhes digam respeito;

IV - respeito pela diferença e reconhecimento da deficiência como parte da diversidade humana;

V - acessibilidade, desenho universal e eliminação de barreiras físicas, urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais;

VI - promoção da independência, autonomia e vida comunitária;

VII - proteção integral contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e demais formas de violação de direitos;

VIII - intersetorialidade e articulação entre as políticas públicas municipais;

IX - participação da família, dos responsáveis, das entidades representativas e da comunidade, respeitada a autonomia da pessoa com deficiência;e

X - transparência, controle social e prioridade na promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 5º. Constituem diretrizes da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - integrar a perspectiva da deficiência ao planejamento e à execução das políticas públicas municipais;

II - articular as ações municipais com as políticas, programas e serviços estaduais e federais destinados às pessoas com deficiência;

III - assegurar mecanismos de participação e controle social, especialmente por meio do Conselho Municipal dos Direitos da

Pessoa com Deficiência - CMDPD e da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
IV - promover a eliminação progressiva de barreiras que impeçam ou dificultem a participação social e o acesso a direitos, bens, serviços e equipamentos públicos;
V - estimular a formação e a capacitação continuada dos agentes públicos para o atendimento inclusivo, acessível e não discriminatório;
VI - promover comunicação acessível, informação em formatos adequados e utilização de tecnologias assistivas, sempre que necessárias;
VII - incentivar a produção e sistematização de dados e informações que subsidiem o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas;
VIII - considerar as especificidades territoriais do Município, inclusive das pessoas com deficiência residentes na área rural e em comunidades distantes da sede;
IX - estimular a cooperação com entidades da sociedade civil, instituições de ensino, organizações comunitárias e demais parceiros, observada a legislação aplicável;e
X - garantir que os programas e ações municipais sejam planejados de modo a favorecer a inclusão, a autonomia e a convivência familiar e comunitária.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS E DOS EIXOS DE ATUAÇÃO

Art. 6º. São objetivos da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
I - promover o pleno exercício dos direitos individuais, sociais, econômicos, culturais e políticos das pessoas com deficiência;
II - prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência em razão da deficiência;
III - promover o acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos municipais em igualdade de condições com as demais pessoas;
IV - fortalecer ações de habilitação, reabilitação, proteção social, inclusão educacional, inclusão produtiva e participação comunitária;
V - promover acessibilidade nos espaços, edificações, serviços, transportes, informações, comunicações e sistemas de tecnologia sob responsabilidade municipal;
VI - incentivar a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e em iniciativas de qualificação profissional, empreendedorismo e geração de renda;
VII - assegurar condições de participação nas atividades culturais, esportivas, turísticas, recreativas e de lazer desenvolvidas ou apoiadas pelo Município;
VIII - fortalecer o atendimento e a orientação às famílias, tutores, curadores e responsáveis legais, quando necessário;
IX - promover campanhas permanentes de conscientização, valorização da diversidade e enfrentamento ao capacitismo;
X - estimular a participação das pessoas com deficiência na vida pública, comunitária e nos espaços de controle social;
XI - aperfeiçoar a coleta de informações e o diagnóstico municipal sobre as condições de vida e as demandas das pessoas com deficiência;e
XII - promover atuação integrada entre as Secretarias e demais órgãos municipais responsáveis pela execução das políticas setoriais.
Art. 7º. A execução da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência compreenderá, entre outros, os seguintes eixos de atuação:
I - saúde, habilitação, reabilitação, prevenção de agravos e acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde;
II - educação inclusiva, acesso, permanência, participação e aprendizagem em todos os serviços educacionais de competência municipal;
III - assistência social, proteção social, fortalecimento de vínculos, orientação às famílias e acesso a benefícios e serviços legalmente previstos;
IV - trabalho, qualificação profissional, inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de renda;
V - acessibilidade arquitetônica, urbanística, comunicacional, digital e atitudinal, bem como mobilidade e transporte acessível;
VI - habitação e adaptação do ambiente domiciliar, observados os programas e competências municipais;
VII - cultura, esporte, turismo, lazer e participação comunitária;
VIII - prevenção e enfrentamento à negligência, discriminação, violência, exploração e demais violações de direitos;
IX - acesso à informação, comunicação, tecnologia assistiva e inclusão digital;e
X - participação social, defesa de direitos, fortalecimento das organizações representativas e controle social.
Art. 8º. A implementação da Política Municipal será de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, de acordo com suas competências, sob articulação intersetorial e com participação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.
Art. 9º. O Plano de Ação da Pessoa com Deficiência será elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, em articulação com os órgãos municipais competentes, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a instalação do Conselho, contendo prioridades, programas, projetos, ações, metas e mecanismos de acompanhamento.
Parágrafo único. Os programas, projetos e ações previstos no Plano de Ação deverão ser considerados, conforme sua pertinência e disponibilidade orçamentária, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

TÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

Seção I

Da Natureza, Finalidade e Competências

Art. 10. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goioxim-PR - CMDPD, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, propositivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas públicas municipais destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência.
§ 1º. O CMDPD fica vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social para fins de suporte administrativo, técnico, estrutural e orçamentário, sem prejuízo de sua autonomia funcional, deliberativa e fiscalizatória.
§ 2º. O CMDPD integrará a estrutura de participação e controle social da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 11. O CMDPD tem por finalidade assegurar a participação social na formulação, no acompanhamento, no monitoramento, na fiscalização e na avaliação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como promover a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil.
Art. 12. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD:
I - avaliar, propor, discutir e acompanhar a formulação e a execução das políticas públicas municipais destinadas às pessoas com deficiência;
II - elaborar e acompanhar o Plano de Ação da Pessoa com Deficiência e propor as providências necessárias à sua implementação;
III - propor mecanismos que assegurem a participação popular e o controle social sobre as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência;
IV - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de saúde, educação, assistência social, habitação, trabalho, acessibilidade, mobilidade, cultura, esporte, turismo e lazer, no que se refere às pessoas com deficiência;
V - estabelecer diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPD, acompanhando e fiscalizando sua execução;
VI - acompanhar a elaboração e a execução do PPA, da LDO e da LOA no que se refere às ações e recursos destinados à Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
VII - acompanhar, observada a legislação aplicável, a concessão de auxílios, subvenções, termos de colaboração, termos de fomento e outros instrumentos destinados a ações de atendimento às pessoas com deficiência;
VIII - aprovar e dar publicidade, anualmente, a relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Conselho;

IX - acompanhar, mediante relatórios e informações dos órgãos competentes, o desempenho dos programas e projetos da Política Municipal;
X - apreciar propostas orçamentárias relacionadas à Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e apresentar recomendações ao Poder Executivo;
XI - propor aos Poderes constituídos aperfeiçoamentos normativos e administrativos relacionados à proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência;
XII - oferecer subsídios para a elaboração de projetos, programas e propostas legislativas de interesse das pessoas com deficiência;
XIII - pronunciar-se, emitir recomendações e prestar informações sobre assuntos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, no âmbito de sua competência;
XIV - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas, campanhas e ações de conscientização sobre deficiência, acessibilidade, inclusão e enfrentamento ao capacitismo;
XV - receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas relativas à violação de direitos das pessoas com deficiência e encaminhá-las aos órgãos competentes;
XVI - promover canais permanentes de diálogo com a sociedade civil e articulação com órgãos públicos, entidades privadas, instituições de ensino e demais organizações;
XVII - solicitar aos órgãos públicos municipais informações necessárias ao exercício de suas atribuições, respeitados os limites legais de acesso a dados pessoais e informações protegidas;
XVIII - manifestar-se, no âmbito de suas atribuições, sobre situações de irregularidade em programas e serviços destinados às pessoas com deficiência, expedindo recomendações e encaminhando os fatos aos órgãos competentes;
XIX - convocar e coordenar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na forma desta Lei;e
XX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
Parágrafo único. O CMDPD poderá estabelecer contato direto com os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta para o fiel cumprimento de suas atribuições, observadas as competências legais de cada órgão.
Seção II
Da Composição e do Mandato
Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goioxim será composto por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, preservada a paridade entre representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil, da seguinte forma:
I - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Poder Executivo, sendo:
a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;
c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
II - 03 (três) representantes da sociedade civil, eleitos em encontro ou fórum temático convocado e amplamente divulgado por iniciativa do Presidente do CMDPD e, na sua ausência ou impedimento, pelo Prefeito Municipal, entre os seguintes segmentos:
a) 01 (um) representante pessoa com deficiência física ou seu tutor, curador ou responsável legal;
b) 01 (um) representante pessoa com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista, ou seu tutor, curador ou responsável legal;
c) 01 (um) representante de entidade que preste atendimento para pessoas com deficiências.
§ 1º. Cada membro titular terá um suplente pertencente à mesma representação ou segmento.
§ 2º. Os representantes da sociedade civil deverão, preferencialmente, ser pessoas com deficiência, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no inciso II deste artigo quanto à representação por tutor, curador ou responsável legal.
§ 3º. Para a primeira composição do CMDPD, inexistindo Presidente do Conselho, o encontro ou fórum temático destinado à eleição dos representantes da sociedade civil será convocado pelo Prefeito Municipal, com ampla divulgação.
§ 4º. Os representantes governamentais e seus suplentes serão indicados pelos titulares das respectivas Secretarias e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 14. O encontro ou fórum temático para eleição dos representantes da sociedade civil será convocado por edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e observará regras de inscrição, habilitação, participação, votação e apuração definidas em ato do CMDPD, assegurada ampla publicidade e igualdade de participação entre os interessados.
Art. 15. O mandato dos membros titulares e suplentes do CMDPD será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução por igual período.
Parágrafo único. Os representantes do Poder Público poderão ser substituídos a qualquer tempo pelo órgão que representam, mediante comunicação formal e nova indicação.
Art. 16. Será substituído o membro do CMDPD que:
I - desvincular-se do órgão, entidade ou segmento que originou sua representação;
II - faltar, sem justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões intercaladas durante o mandato;
III - apresentar renúncia formal ao Conselho;
IV - praticar conduta incompatível com a dignidade das funções de conselheiro, assegurados o contraditório e a ampla defesa;ou
V - for condenado, por decisão judicial transitada em julgado, por crime que comprometa a idoneidade necessária ao exercício da função.
Art. 17. A justificativa de ausência deverá ser encaminhada ao Presidente do CMDPD, preferencialmente antes da reunião ou, em caso de motivo superveniente ou força maior, tão logo seja possível.
Art. 18. A substituição involuntária de representante da sociedade civil será deliberada pela maioria absoluta dos membros do Conselho, em procedimento instaurado mediante provocação de integrante do CMDPD, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. Ocorrendo vacância, o respectivo suplente assumirá a titularidade pelo período remanescente do mandato.
Seção III
Do Funcionamento
Art. 19. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goioxim reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.
Art. 20. As reuniões do CMDPD serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de preservação de dados pessoais, intimidade ou sigilo, e serão instaladas com a presença da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição específica desta Lei ou do Regimento Interno.
§ 2º. As atas, resoluções e deliberações de interesse geral serão divulgadas nos meios oficiais do Município, observadas as restrições legais de publicidade.
Art. 21. O desempenho da função de membro do CMDPD não será remunerado nem dará direito à percepção de gratificação, sendo considerado serviço público relevante prestado ao Município.
Seção IV
Da Diretoria Executiva
Art. 22. A Diretoria Executiva do CMDPD será composta por:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Secretário Executivo.
Art. 23. Compete ao Presidente do CMDPD:
I - representar o Conselho perante autoridades, órgãos e entidades;
II - dirigir e coordenar as atividades do Conselho;
III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
IV - organizar, em conjunto com a Secretaria Executiva, a pauta das reuniões;
V - adotar as providências necessárias ao cumprimento das deliberações do Conselho;
VI - proferir voto de desempate, quando necessário.
Art. 24. O Presidente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente e, na ausência simultânea de ambos, pelo membro de maior idade presente à reunião.

§ 1º. A Presidência do CMDPD observará alternância entre representantes do Poder Público e da sociedade civil a cada mandato da Diretoria Executiva.
§ 2º. O mandato da Diretoria Executiva será de 01 (um) ano, permitida uma recondução, desde que respeitada a alternância prevista no § 1º.
Art. 25. Compete à Secretaria Executiva do CMDPD:
I - providenciar a convocação, organizar e secretariar as reuniões do Conselho;
II - elaborar e organizar as pautas e os documentos submetidos à deliberação;
III - manter sistema de informações sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
IV - organizar e manter a guarda das atas, resoluções, ofícios e demais documentos;e
V - exercer outras funções correlatas previstas no Regimento Interno.
Art. 26. O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Executivo serão eleitos entre os membros titulares do CMDPD pelo voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, observadas as disposições do Regimento Interno.
Art. 27. O CMDPD poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz e sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, entidades privadas, instituições de ensino, profissionais, especialistas e outras pessoas cuja participação seja considerada relevante para a matéria em discussão.
Art. 28. O Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, prestará apoio técnico, administrativo, de infraestrutura e de capacitação necessário ao funcionamento regular do CMDPD, observado o disposto no § 1º do art. 10 desta Lei.
Parágrafo único. O Conselho deverá funcionar em local acessível e adequado ao exercício de suas atribuições e ao atendimento das pessoas com deficiência.
Art. 29. O Regimento Interno do CMDPD deverá ser elaborado e aprovado no prazo de até 90 (noventa) dias contados da instalação do Conselho e disporá, entre outros temas, sobre o funcionamento das reuniões, comissões, procedimentos de votação, eleição da Diretoria Executiva e demais matérias de organização interna.
CAPÍTULO II
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Art. 30. Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência como instância periódica de participação social, avaliação e deliberação de diretrizes da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a realizar-se, preferencialmente, a cada 02 (dois) anos ou de acordo com o calendário das conferências estadual e nacional.
Art. 31. A Conferência Municipal será convocada pelo CMDPD com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mediante ato próprio amplamente divulgado, e será organizada por comissão constituída para essa finalidade.
Parágrafo único. Na ausência de convocação pelo CMDPD no prazo adequado ao calendário estadual, a iniciativa poderá ser adotada por 1/5 (um quinto) das entidades registradas no Conselho, que solicitarão a constituição de comissão organizadora paritária.
Art. 32. A participação, o credenciamento e a representação da sociedade civil na Conferência serão disciplinados em regulamento próprio, assegurada a participação das pessoas com deficiência, de seus familiares ou responsáveis, de entidades de atendimento e defesa de direitos, de trabalhadores e de demais segmentos interessados.
Art. 33. Os representantes do Poder Executivo na Conferência Municipal serão indicados pelos titulares das respectivas Secretarias ou órgãos, mediante comunicação ao CMDPD no prazo estabelecido no regulamento da Conferência.
Art. 34. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
I - avaliar a situação dos direitos das pessoas com deficiência no Município;
II - fixar diretrizes gerais e prioridades para a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no biênio subsequente à sua realização;
III - avaliar a execução das deliberações da Conferência anterior e o desenvolvimento do Plano de Ação da Pessoa com Deficiência;
IV - aprovar seu Regimento;
V - aprovar e dar publicidade às suas deliberações e resoluções, consolidadas em documento final.
Art. 35. O Regimento da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência disporá sobre sua organização, funcionamento, participação, credenciamento, deliberações, composição da comissão organizadora e demais procedimentos necessários à sua realização.
CAPÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - FMDPD
Art. 36. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPD, instrumento de natureza contábil destinado a financiar programas, projetos e ações voltados à execução da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 37. A gestão administrativa e financeira do FMDPD caberá à Secretaria Municipal de Finanças, sob orientação, deliberação e controle social do CMDPD, observadas as normas de direito financeiro, contabilidade pública, transparência e prestação de contas.
Art. 38. Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
I - dotações que lhe forem consignadas nos orçamentos do Município e transferências recebidas do Estado e da União;
II - recursos provenientes de convênios, acordos, termos de cooperação ou instrumentos congêneres celebrados para execução de ações da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
III - doações, auxílios, contribuições, legados e outras receitas que lhe sejam legalmente destinadas por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
IV - valores provenientes de multas, condenações, termos de ajustamento, transações, prestações pecuniárias ou outras destinações legalmente possíveis relacionadas à proteção dos direitos das pessoas com deficiência;
V - rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de seus recursos, observada a legislação pertinente;e
VI - outros recursos que lhe forem legalmente destinados.
Art. 39. Os recursos do FMDPD serão aplicados em conformidade com plano de aplicação aprovado pelo CMDPD e executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, priorizando programas, projetos e ações previstos na Política Municipal e no Plano de Ação da Pessoa com Deficiência.
Parágrafo único. A utilização dos recursos do Fundo deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e controle social, bem como as normas de prestação de contas aplicáveis.
Art. 40. O Poder Executivo assegurará as condições administrativas, contábeis e orçamentárias necessárias ao funcionamento do FMDPD e regulamentará sua operacionalização no prazo de até 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.
TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 41. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar a adequada implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 42. Para a primeira composição do CMDPD, o Poder Executivo deverá promover as providências necessárias à indicação dos representantes governamentais e à convocação do encontro ou fórum temático da sociedade civil no prazo de até 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.
Art. 43. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observadas as normas de responsabilidade fiscal e disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 22 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:150813CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2023 – ID TCE 38/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2023

CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, CNPJ 77.849.289/0001-42
CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.233.582/0001-07

DO OBJETO DO CONTRATO
Prorrogação do prazo de vigência e execução do **Contrato Administrativo nº 23/2023**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de avisos, extratos e similares, em meio físico e digital, de interesse da Câmara Municipal de Guaíra, em jornal diário de grande circulação, inclusive local e regional.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado por mais **12 (doze) meses** o prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 23/2023, passando seu termo final de **03 de outubro de 2026 para 03 de outubro de 2027.**

DO VALOR
Para o período correspondente à prorrogação contratual, ficam mantidos os preços unitários estabelecidos no contrato original, **no valor de R$ 10,00 (dez reais) por centímetro/coluna (cm/col.)**, sem aplicação de reajuste, sendo estimado o valor total de **R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da prorrogação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
Funcional Programática: 01.001.01.031.0001.2001;
Elemento da Despesa: 3.3.90.39.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.9000 – Publicidade legal.
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento**.**

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e plenamente vigentes as demais cláusulas e condições do contrato original, ratificando-se todos os seus termos naquilo que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Guaíra, 18 de setembro de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:999CC8AE

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 277/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 486/2025, Contrato nº 773/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 123/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **29.288.522 RAIANNE DA SILVA BALOTIN**, inscrita no **CNPJ nº 29.288.522/0001-12**

Objeto: Prestação de serviços de técnicos de manutenção corretiva e preventiva em eletrodomésticos e eletro portáteis, com fornecimento de peças, a fim de atender diversos prédios públicos pertencentes ao município de Guaíra-PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor do Contrato nº 773/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 486/2025.

Do Acréscimo do Valor: a Contratante pagará a Contratada o valor total adicional de **R$ 3.608,24 (três mil, seiscentos e oito reais e vinte e quatro centavos)**, que corresponde ao percentual de **1,44%** do valor total inicial da Ata de Registro de Preços nº 523/2024 - Contrato nº 810/2024, que é **R$ 251.125,00 (duzentos e cinquenta e um mil e cento e vinte e cinco reais)** e refere-se ao acréscimo de quantidade no item 1, do lote 1 da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:74741DD3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 460/2026

Pregão Eletrônico nº 162/2026
Processo Administrativo nº 269/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **SANCHES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº 23.520.021/0001-33.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Pregços (SRP), para futura e eventual aquisição de madeiras e materiais derivados, compreendendo madeiras serradas de diversas espécies, eucalipto tratado, madeirites, compensados e demais produtos correlatos, destinados ao atendimento das demandas de manutenção, conservação, reparos e demais serviços executados pelo Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$519.500,00 (quinhentos e dezenove mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **22 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 22 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:6D9BB1E4

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 639/2026

Processo Administrativo nº 294/2026

Dispensa de Licitação nº 048/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0007-29**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, que serão utilizados na **1ªrevisão dos veículosI/FIAT CRONOS DRIVE1.3 PLACA: UAY7E13, Frota 714**, Patrimônio 52496 e veículo **I/FIAT CRONOS DRIVE1.3, PLACA: UAY7E09, Frota 715**, Patrimônio 52497, lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, deste município de Guaíra/PR.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 1.381,28 (mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

Recursos Orçamentários:

142.03.02.2013.3339030399900000000.505
142.03.02.2013.3339030010600000000.505
147.03.02.2013.3339039199900000000.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **180 (cento e oitenta) dias**, com início na data de assinatura e término em **22 de março de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 22 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8834C643

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 640/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 460/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 162/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SANCHES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº 23.520.021/0001-33.**

Objeto do Contrato: Aquisição de madeiras e materiais derivados, compreendendo madeiras serradas de diversas espécies, eucalipto tratado, madeirites, compensados e demais produtos correlatos, destinados ao atendimento das demandas de manutenção, conservação, reparos e demais serviços executados pelo Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 162/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$519.500,00 (quinhentos e dezenove mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **22 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 22 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:0281B31F

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 588/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 162/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 162/2026, cujo objeto é a aquisição de madeiras e materiais derivados, compreendendo madeiras serradas de diversas espécies, eucalipto tratado, madeirites, compensados e demais produtos correlatos, destinados ao atendimento das demandas de manutenção, conservação, reparos e demais serviços executados pelo Município de Guaíra/PR., sendo a empresa vencedora:

SANCHES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 23.520.021/0001-33,** vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$519.500,00 (quinhentos e dezenove mil e quinhentos reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:CC01A896

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 - RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Samu.".

RESULTADO – Empresas:

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA no lote 38 com valor total de R$ 6.710,00 (seis mil e setecentos e dez reais).

CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA no lote 10 com valor total de R$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais).

CIRURGICA OESTE PAULISTA LTDA no lote 5 com valor total de R$ R$ 3.499,50 (três mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

DICOME SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA nos lotes 35 e 43 com valor total de R$ 155.895,00 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e noventa e cinco reais).

ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 22; 30 e 31 com valor total de R$ 8.421,00 (oito mil e quatrocentos e vinte e um reais).

Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda nos lotes 11; 12; 15; 36; 37 e 39 com valor total de R$ 194.514,20 (cento e noventa e quatro mil e quinhentos e quatorze reais e vinte centavos).

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA nos lotes 13; 14; 16; 18; 19; 20; 40 e 41 com valor total de R$ 147.782,00 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e dois reais).

Medlab - Produtos para Saude Ltda nos lotes 1; 3; 6; 7; 8; 17; 23; 26; 27; 28; 32; 33 e 34 com valor total de R$ 57.202,85 (cinquenta e sete mil e duzentos e dois reais e oitenta e cinco centavos).

R BENACI LTDA nos lotes 21 e 42 com valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA no lote 2 e 24 com valor total de R$ 44.869,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e nove reais).

TOPDESC INDUSTRIA no lote 25 com valor total de R$ 11.222,00 (onze mil e duzentos e vinte e dois reais).

LOTE DESERTO: 29
LOTES REVOGADOS: 4 e 9.

Cascavel – PR, 22 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:B5737114

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 - RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Aquisição de insumos para hemodiálise, por meio do Sistema de Registro de Preços.".

RESULTADO – Empresas:

E**CO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** nos lotes 2; 4; 6 e 7 com valor total de R$ 15.426,05 (quinze mil e quatrocentos e vinte e seis reais e cinco centavos).

LOTES DESERTOS: 1; 3; 5 e 8.
LOTES FRACASSADOS: 9 e 10.

Cascavel – PR, 22 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:9506E3A1

PROJUR
DECRETO Nº 456/2026 DATA: 22.09.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO ROSSANEA NEVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos do artigo 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido **ROSSANEA NEVES, matrícula 22705-04, admitida em 14/07/2008, concursada para o cargo de Professor, lotada na Diretoria de Educação/Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Efetivos, com desligamento em 30/09/2026, sendo este seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 30 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4A24CD10

PROJUR
EDITAL Nº 037/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.271/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR o candidato descrito a seguir, aprovado e classificado no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, o qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **23/09/2026 a 07/10/2026**, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munido dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Assistente Administrativo Escolar - Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
157816	Bruno da Silva Dionisio	1º

O candidato convocado deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munido dos seguintes documentos originais e cópias:

I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
VII. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VIII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
IX. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
X. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;

XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;

XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XX. Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
XXI. Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
XXII. Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:276AE270

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMPUTADORES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SALA DE INFORMÁTICA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE GUARACI/PR E IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BENTÓPOLIS, VISANDO PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS, PEDAGÓGICAS, DE INCLUSÃO DIGITAL E DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, GARANTINDO SUPORTE ADEQUADO ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E PELA COMUNIDADE ATENDIDA, DO MUNICÍPIO DE GUARACI/PR.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **06 de outubro de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 22 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:311904BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 142/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) autorizado pela Lei nº 1858/2025 Lei Orçamentária Anual dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), conforme abaixo:

05.002.04.122.0003.2.006 – Manutenção do Departamento de Administração e Planejamento	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica cód 60	60.000,00

15.001.04.122.0007.2.019 – Manutenção do Departamento de Obras	
3.3.90.30.00 – Material de Consumo cód 189	30.000,00

25.001.10.304.0012.2.170 – Saúde Animal	
3.3.90.30.00 – Material de Consumo cód 356	2.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior fica indicado o Superávit Financeiro da seguinte fonte de recurso:

FONTE 3000 Recursos Livres	92.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:EFDC979B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 143/2026

Súmula: Revoga parcialmente o Decreto nº 076/2026, anulando a dotação orçamentária financiada por excesso de arrecadação do recurso do Repasse Expoguar (fonte 1862), reduzindo o crédito adicional suplementar aberto em R$ 721.500,00 (setecentos e vinte um mil e quinhentos reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a necessidade de ajuste fiscal e a conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000:
DECRETA:
Art. 1º - Fica revogada a seguinte alocação orçamentária constantes do art. 1º do Decreto nº 076/2026, exclusivamente a financiada por excesso de arrecadação da fonte 1862 (Repasse Expoguar), conforme discriminado abaixo, resultando na anulação de R$ 398.000,00 (trezentos e noventa oito mil reais) do crédito adicional suplementar aberto:

Secretaria	Projeto/Código	Fonte Revogada	Valor Anulado (R$)
Secretaria Administração, Planejamento e Tecnologia	Manutenção do Departamento de Cultura (006.13.392.0014-2.154)	1862	398.000,00
Total Anulado			**398.000,00**

§ 1º - O total do crédito adicional suplementar passa a ser 323.500,00.
Art. 2º - Para fins de equilíbrio orçamentário, fica revogada parcialmente a parcela correspondente do art. 2º do Decreto nº 076/2026, anulando o excesso de arrecadação de fonte 1862 no valor de R$ 398.000,00.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data em que não haja empenhos ou liquidações pendentes nas dotações anuladas, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:56317798

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 144/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), conforme abaixo:
05 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA
006 – Departamento e Cultura
13 – Cultura
0392 – Difusão Cultural
0014 – Atividades Culturais e Artísticas
2.020 – Apoio a Feiras, Exposições e Outras Festividades
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - PJ - Cód. 90..... R$ 590.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 590.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do excesso de arrecadação como segue:

1.7.1.9.99.0.1.01.00.00 – Repasse Expoguar - Fonte 1862..... R$ 398.000,00
1.3.2.1.01.1.1.99.15.00 – Rend. Aplicação Financeira - Fonte 1862..... R$ 11.624,47

Fonte de Recurso – 000..... R$ 180.375,53

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 590.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1D545C8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 145/2026

Dispõe sobre a atualização monetária do orçamento do Município de Guaraci para o exercício de 2026, com fundamento no art. 11 da Lei Municipal nº 1.858, de 2 de outubro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 11 da Lei Municipal nº 1.858, de 2 de outubro de 2025, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000,
CONSIDERANDO a autorização legislativa para atualização do orçamento até o limite do IPCA acumulado;
CONSIDERANDO a variação acumulada de 4,22% do IPCA no período de setembro de 2025 a agosto de 2026, inclusive, e a necessidade de preservar a expressão monetária das programações orçamentárias;
DECRETA:
Art. 1º Fica fixado em 4,22% (quatro inteiros e vinte e dois centésimos por cento) o percentual de atualização monetária do orçamento do Município de Guaraci para o exercício de 2026, autorizado pelo art. 11 da Lei Municipal nº 1.858, de 2025, correspondente ao IPCA acumulado de setembro de 2025 a agosto de 2026.
Art. 2º Integram este Decreto o Anexo I, com a memória do índice IPCA período de setembro de 2025 a Agosto de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos restritos ao exercício financeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 22 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
Memória de cálculo do IPCA

Período de referência: setembro de 2025 a agosto de 2026, incluindo ambos os meses. O acumulado abaixo é calculado desde setembro de 2025, por composição dos fatores mensais.

Mês	IPCA mensal	Acumulado no período
Setembro/2025	0,48%	0,48%
Outubro/2025	0,09%	0,57%
Novembro/2025	0,18%	0,75%
Dezembro/2025	0,33%	1,08%
Janeiro/2026	0,33%	1,42%
Fevereiro/2026	0,70%	2,13%
Março/2026	0,88%	3,03%
Abril/2026	0,67%	3,72%
Maio/2026	0,58%	4,32%
Junho/2026	0,16%	4,48%
Julho/2026	0,07%	4,56%
Agosto/2026	-0,32%	4,22%

Método: acumulado (%) = [produto dos fatores (1 + taxa mensal ÷ 100) − 1] × 100.
A composição das taxas mensais divulgadas resulta em aproximadamente 4,2235%. Para os efeitos deste Decreto adota-se 4,22%, correspondente ao acumulado divulgado com duas casas decimais, e o fator exato de aplicação 1,0422.
Fontes: série do IPCA/IBGE reproduzida pelo Sinduscon-PR; divulgação de agosto de 2026 do IBGE reproduzida pela Agência Gov. Consulta em 22 de setembro de 2026.
https://sindusconpr.com.br/economia/indices-economicos/ipca-ibge/
https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202609/precos-da-energia-eletrica-e-dos-alimentos-caem-e-pais-tem-deflacao-em-agosto

ANEXO II
Demonstrativo sintético da atualização
Base: valores originais dos arts. 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 1.858/2025, conciliados com o total do demonstrativo consolidado de receitas e despesas. Valores em reais.

Abrangência	Valor original	Atualização 4,22%	Referência atualizada
Poder Executivo — administração direta	59.074.220,00	2.492.932,08	61.567.152,08
Poder Legislativo	1.902.000,00	80.264,40	1.982.264,40
Fundo Previdenciário Municipal — incluindo reserva do RPPS	8.298.421,00	350.193,37	8.648.614,37
TOTAL GERAL	69.274.641,00	2.923.389,85	72.198.030,85

Cálculo global: R$ 69.274.641,00 × 0,0422 = R$ 2.923.389,85. Referência atualizada: R$ 69.274.641,00 + R$ 2.923.389,85 = R$ 72.198.030,85.
O valor do Fundo Previdenciário compreende R$ 6.074.816,00 de despesas e R$ 2.223.605,00 de reserva do RPPS, conforme o art. 3º e o quadro de classificação por natureza. A reserva mantém sua destinação previdenciária.

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:2A294E01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 100/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 23/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Psicólogo
Roberta Barbosa de Oliveira

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:12C449F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI 1.900/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

LEI 1.900/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, CRIA O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO E O NÚCLEO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, ESTABELECE PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Projeto de Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º – Fica instituída a Política Pública Municipal de Alfabetização do Município de Guaraci, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, destinada à promoção, coordenação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A Política Pública Municipal de Alfabetização constitui política pública permanente do Município, orientada pelos princípios constitucionais da educação, pela legislação educacional vigente, pelas diretrizes nacionais e estaduais para a alfabetização e pela realidade educacional da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º – A Política Pública Municipal de Alfabetização tem por finalidade assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização, promovendo o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da escuta, da compreensão textual, da produção escrita, da produção de sentidos e do letramento, observados os princípios da equidade, da inclusão, da qualidade social da educação e da garantia das aprendizagens.
Art. 3º – São públicos prioritários da Política Pública Municipal de Alfabetização:
I – as crianças matriculadas na Educação Infantil, no que se refere às experiências de oralidade, escuta, literatura, brincadeiras, consciência fonológica, cultura escrita e transição para o Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades da etapa e sem antecipação da alfabetização formal;
II – os estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, etapa prioritária para a consolidação da alfabetização;
III – os estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que necessitem de recomposição, recuperação, consolidação e aprofundamento das aprendizagens relacionadas à leitura, escrita, oralidade, compreensão textual, produção de sentidos e demais habilidades essenciais;
IV – os profissionais da educação envolvidos nas ações pedagógicas, de gestão, formação, avaliação, recomposição, acompanhamento e monitoramento da alfabetização.
Art. 4º – A Política será implementada em regime de colaboração e articulação institucional entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, os profissionais da educação, o Conselho Municipal de Educação, as famílias e responsáveis e os demais órgãos, conselhos, instituições e parceiros envolvidos na garantia do direito à alfabetização.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Art. 5º – São princípios da Política Pública Municipal de Alfabetização:
I – alfabetização como direito de todas as crianças;

II – garantia da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – equidade educacional, inclusão e redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas, raciais, territoriais e de aprendizagem;
IV – respeito aos diferentes ritmos, tempos e necessidades de aprendizagem;
V – valorização dos profissionais da educação;
VI – gestão democrática, participação social e corresponsabilidade entre escola, família e comunidade;
VII – respeito às especificidades da Educação Infantil, sem antecipação da alfabetização formal;
VIII – articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
IX – formação continuada dos profissionais da educação;
X – uso pedagógico de dados e evidências para a tomada de decisões;
XI – monitoramento permanente das aprendizagens;
XII – regime de colaboração entre União, Estado e Município.
Art. 6º – Constituem diretrizes da Política Pública Municipal de Alfabetização:
I – assegurar práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes curriculares, às evidências educacionais e à realidade da Rede Municipal de Ensino;
II – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
III – acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes;
IV – utilizar avaliações diagnósticas, formativas, externas e registros pedagógicos para subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações;
V – promover ações de recomposição e recuperação das aprendizagens;
VI – incentivar práticas de leitura, escrita, oralidade, literatura e letramento nos espaços escolares;
VII – fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares e a atuação articulada das equipes gestoras e coordenações pedagógicas;
VIII – articular livros, materiais didáticos, recursos complementares, Cantinhos de Leitura e demais ambientes alfabetizadores às práticas pedagógicas;
IX – promover a valorização, o registro e o compartilhamento de boas práticas de alfabetização;
X – assegurar registros, relatórios, atas, planos de ação, indicadores e demais evidências necessárias ao acompanhamento da Política e à participação do Município em iniciativas estaduais e nacionais voltadas à alfabetização.
CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 7º – São objetivos da Política Pública Municipal de Alfabetização:
I – garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme as diretrizes educacionais vigentes;
II – promover a melhoria contínua dos indicadores relacionados à alfabetização, à fluência leitora, à compreensão textual, à produção escrita e às aprendizagens essenciais;
III – reduzir desigualdades educacionais e assegurar acompanhamento pedagógico aos estudantes que apresentem dificuldades ou defasagens de aprendizagem;
IV – fortalecer o ensino e a aprendizagem da leitura, da escrita, da oralidade e do letramento;
V – promover ações sistemáticas de recomposição e consolidação das aprendizagens do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
VI – ampliar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar e da aprendizagem dos estudantes;
VII – promover o desenvolvimento profissional dos docentes, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos;
VIII – consolidar mecanismos permanentes de planejamento, monitoramento, avaliação, intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;
IX – fortalecer o regime de colaboração e a articulação das ações municipais com as políticas estaduais e nacionais de alfabetização;
X – organizar e sistematizar evidências institucionais das ações municipais de alfabetização.
CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
Art. 8º – A Secretaria Municipal de Educação será o órgão responsável pela coordenação geral, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública Municipal de Alfabetização, observadas as competências das demais instâncias de governança previstas nesta Lei.
Art. 9º – A implementação da Política ocorrerá mediante planejamento anual elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Núcleo Municipal de Alfabetização e acompanhamento do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização, observadas as prioridades educacionais do Município e as diretrizes estaduais e nacionais.
Art. 10 – A implementação da Política Pública Municipal de Alfabetização observará o Documento Técnico da Política Municipal de Alfabetização de Guaraci, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como o Plano de Trabalho ou Plano de Ação anual, constituindo instrumentos orientadores para o planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política, contendo, no mínimo:
I – diagnóstico da Rede Municipal de Ensino;
II – objetivos estratégicos e prioridades;
III – metas e indicadores;
IV – ações e estratégias;
V – responsabilidades;
VI – cronograma de execução;
VII – mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação;
VIII – estratégias de intervenção, recuperação e recomposição das aprendizagens;
IX – ações de formação continuada;
X – formas de registro, sistematização e avaliação dos resultados.
§ 1º O Documento Técnico da Política Municipal de Alfabetização de Guaraci será aprovado por ato do Poder Executivo Municipal, podendo integrar o respectivo ato como anexo.
§ 2º O Documento Técnico poderá ser atualizado sempre que necessário, considerando os resultados educacionais, as avaliações, as alterações nas políticas educacionais e as necessidades da Rede Municipal de Ensino, sem necessidade de alteração desta Lei, desde que preservados seus princípios, diretrizes, objetivos e instâncias de governança.
§ 3º O Plano de Trabalho ou Plano de Ação será elaborado e atualizado periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Núcleo Municipal de Alfabetização e acompanhamento do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.
CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA
Art. 11 – A governança da Política Pública Municipal de Alfabetização será desenvolvida de forma integrada, observados os princípios da gestão democrática, do regime de colaboração, da articulação institucional e da melhoria contínua da aprendizagem.
Art. 12 – Constituem instâncias de governança da Política:
I – a Secretaria Municipal de Educação, como órgão gestor;
II – o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização;
III – o Núcleo Municipal de Alfabetização;
IV – as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, no âmbito da execução pedagógica e dos registros de acompanhamento;
V – o Conselho Municipal de Educação, quando cabível, no âmbito do acompanhamento institucional.
CAPÍTULO VI
DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Art. 13 – Fica criado o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização, órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, estratégica e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, responsável pela governança sistêmica, articulação institucional e acompanhamento das ações da Política no território municipal.
Art. 14 – Compete ao Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Pública Municipal de Alfabetização;
II – analisar indicadores educacionais relacionados à alfabetização, fluência leitora, aprendizagem, frequência, recomposição das aprendizagens e equidade educacional;
III – propor estratégias para o aprimoramento das ações de alfabetização;

IV – acompanhar a execução do Plano de Trabalho ou Plano de Ação anual e sua articulação com as políticas do território estadual, quando couber;
V – promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, as famílias e os demais setores envolvidos;
VI – acompanhar a execução das ações vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VII – apreciar relatórios de monitoramento e avaliação da Política;
VIII – emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
IX – colaborar na organização das evidências institucionais destinadas ao acompanhamento da Política e à participação do Município em programas, projetos, iniciativas e reconhecimentos estaduais e nacionais;
X – contribuir para a articulação intersetorial, a participação das famílias e o fortalecimento da gestão democrática.
Art. 15 – O Comitê será composto por representantes designados por ato do Poder Executivo, assegurada, sempre que possível, a participação dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Conselho Municipal de Educação;
III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS-Fundeb;
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
V – Secretaria Municipal de Assistência Social, preferencialmente com atuação no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
VI – escolas municipais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VII – Centros Municipais de Educação Infantil;
VIII – Educação Especial ou instituição especializada parceira do Município;
IX – famílias ou responsáveis legais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
X – coordenações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino;
XI – outros representantes cuja participação seja considerada necessária à implementação da Política.
§ 1º A composição nominal, os titulares e suplentes, a Presidência e a Secretaria-Executiva do Comitê serão definidos em ato próprio de designação.
§ 2º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, com registro das reuniões em ata.

CAPÍTULO VIIDO NÚCLEO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 16 – Fica criado o Núcleo Municipal de Alfabetização – NMA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, como estrutura administrativa, técnica, pedagógica e operacional destinada a apoiar a coordenação e a execução da Política Pública Municipal de Alfabetização.
Art. 17 – O Núcleo Municipal de Alfabetização será composto por profissionais da educação designados por ato do Poder Executivo, contemplando, sempre que possível, representação da Secretaria Municipal de Educação, da articulação municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Especial.
Art. 18 – Compete ao Núcleo Municipal de Alfabetização:
I – coordenar tecnicamente a execução das ações da Política;
II – elaborar, acompanhar e avaliar o Plano de Trabalho ou Plano de Ação anual;
III – promover o monitoramento das ações de alfabetização desenvolvidas nas unidades escolares;
IV – organizar e acompanhar ações de formação continuada dos profissionais da educação;
V – sistematizar informações, indicadores, registros e evidências relacionadas à alfabetização;
VI – prestar apoio técnico e pedagógico às unidades escolares;
VII – elaborar relatórios técnicos destinados à Secretaria Municipal de Educação e às instâncias de governança;
VIII – acompanhar os resultados das avaliações internas e externas, subsidiando a tomada de decisões pedagógicas;
IX – apoiar a organização de avaliações diagnósticas, acompanhamento da fluência leitora, análise de habilidades, registros pedagógicos e intervenções voltadas à recomposição das aprendizagens;
X – exercer outras atribuições correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VIII
DA FORMAÇÃO CONTINUADA, AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E RECOMPOSIÇÃO

Art. 19 – A formação continuada dos profissionais da educação constitui eixo estratégico e permanente da Política, devendo ser planejada pela Secretaria Municipal de Educação em articulação com o Núcleo Municipal de Alfabetização, as unidades escolares e as iniciativas estaduais e nacionais pertinentes.
Art. 20 – O acompanhamento das aprendizagens será realizado mediante avaliações diagnósticas, formativas e externas, registros pedagógicos, acompanhamento individual e coletivo dos estudantes e demais instrumentos considerados pertinentes pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 21 – Os resultados das avaliações e dos indicadores deverão subsidiar o planejamento e o replanejamento pedagógico, a organização das intervenções, a formação continuada e as ações de recuperação, recomposição e consolidação das aprendizagens.
Art. 22 – A Secretaria Municipal de Educação promoverá o monitoramento contínuo da Política, considerando, entre outros, indicadores de alfabetização, fluência leitora, avaliações internas e externas, frequência escolar, participação nas formações e evolução dos estudantes acompanhados.
Art. 23 – A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatórios técnicos periódicos ou relatório anual de monitoramento, contendo informações sobre a execução da Política, avanços, desafios, indicadores, ações realizadas, formações, intervenções pedagógicas, recomposição das aprendizagens e registros institucionais.

CAPÍTULO IX
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 24 – As unidades escolares promoverão estratégias de participação das famílias e responsáveis no acompanhamento da frequência, permanência, rotina de leitura e aprendizagem das crianças, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola, família e comunidade.
Art. 25 – A Política poderá desenvolver ações articuladas com as áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, proteção social e demais políticas públicas, especialmente nos casos que demandem atuação intersetorial para a garantia do direito à educação e à aprendizagem.

CAPÍTULO X
DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS E AMBIENTES ALFABETIZADORES

Art. 26 – A Política reconhece a importância dos livros, materiais pedagógicos, jogos, recursos impressos e digitais, ambientes alfabetizadores e espaços de leitura para o desenvolvimento da oralidade, da leitura, da escrita e da compreensão textual.
Art. 27 – Os materiais disponibilizados por programas municipais, estaduais e federais, inclusive livros e recursos destinados aos espaços de leitura, deverão ser integrados de forma planejada às práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO XI
DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 28 – As unidades escolares deverão incorporar as diretrizes da Política Pública Municipal de Alfabetização aos seus Projetos Político-Pedagógicos, planos de ação, planejamentos docentes, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, registros de acompanhamento e ações de recomposição das aprendizagens.
Art. 29 – As equipes gestoras, coordenações pedagógicas e professores atuarão de forma articulada no acompanhamento das aprendizagens, na análise dos resultados, no planejamento das intervenções, na participação em formações e na produção dos registros necessários ao monitoramento da Política.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 – A participação dos membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização e do Núcleo Municipal de Alfabetização será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional.
Art. 31 – O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei e expedir os atos complementares necessários à sua execução.
Art. 32 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a legislação vigente.

Art. 33 – A Política Pública Municipal de Alfabetização poderá ser revista periodicamente, considerando os resultados educacionais, os relatórios de monitoramento, as avaliações institucionais, as necessidades da Rede Municipal de Ensino e as diretrizes educacionais vigentes.
Art. 34 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a legislação vigente e as competências dos demais órgãos e instâncias.
Art. 35 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura de Guaraci, Estado do Paraná, em 24 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:0D7F0DF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 160/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Conceder elevação de 02 (dois) níveis a servidora **BEATRIZ CRISTINA PEDROZZANI**, Arquiteta, passando do nível 12 para o nível 14, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso II, alínea "d" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder elevação de 02 (dois) níveis ao servidor **JEFFERSON DE SOUZA**, Contador, passando do nível 44 para o nível 46, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso II, alínea "d" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder uma elevação de 02 (dois) níveis ao servidor **ALFREDO APARECIDO BERTAN**, Pedreiro, passando do nível 18 para o nível 20, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso I, alínea "d" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026 e conceder Gratificação por Incentivo a Titulação, devido a conclusão do curso de pós graduação, de acordo com o que dispõe o artigo 8º, alínea "a" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder uma elevação de 02 (dois) níveis a servidora **DULCINEIA TOPAN**, Auxiliar de Serviços Gerais, passando do nível 03 para o nível 05, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso I, alínea "g" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder uma elevação de 02 (dois) níveis a servidora **ELIZABETE JESUS DA SILVA SALES**, Auxiliar de Serviços Gerais, passando do nível 10 para o nível 12, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso I, alínea "g" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder uma elevação de 02 (dois) níveis a servidora **ROSELI LUCILIO RIBEIRO**, Auxiliar de Serviços Gerais, passando do nível 05 para o nível 07, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso I, alínea "g" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.

Conceder uma elevação de 02 (dois) níveis ao servidor **VLADEMIR RODRIGUES DE ARAUJO,** Operário Braçal, passando do nível 06 para o nível 08, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, inciso I, alínea "g" da Lei Municipal nº 884 de 06 de novembro de 2001, a partir do mês de setembro de 2026.
Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1096E4F8

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO
À Secretaria Municipal de Educação
Ementa: Autorização de Compra de Pronto Pagamento
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de equipamentos e itens de segurança nos veículos integrantes da frota do Transporte Escolar do Município de Guaraci/PR
DESPACHO
Considerando os argumentos constantes no presente Processo de Contratação por Pronto Pagamento, devidamente instruído com justificativa para emissão de Ordem de Serviço. Considerando que foi realizada pesquisa de preços, observando-se os princípios da economicidade e da vantajosidade, tendo sido apurado o menor valor ofertado pela empresa **A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 35.561.639/0001-20; Considerando a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, em especial a **Orientação nº 362/2026 – FUNDEPAR/DIAF/DTE**, onde foram identificadas pendências relacionadas ao cumprimento do artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro em veículos cadastrados pelo Município no Sistema de Gestão de Transporte Escolar – SIGET; Considerando, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 100/2024, que regulamenta as contratações de pequeno valor no âmbito deste Município, especialmente em seu Art. 2º:
III – Demanda decorrentes de fatos supervenientes ou força maior, que não possuam contratos ou atas de registros de preços vigentes, ou com saldo suficiente, considerando os documentos que instruem o mesmo

AUTORIZO a emissão de empenhos dos itens que compõe esse processo de Compra de Pronto Pagamento Nº 02/2026 no valor R$ 4.270,00 (quatro mil duzentos e setenta reais) para aquisição do objeto, e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com a seguinte dotação orçamentaria:

Guaraci - PR, 21 de setembro de 2026.

TALITA DE MOURA CABRAL DE CARVALHO	***MARCOS ANTONIO DE SOUZA***
Secretário Municipal De Educação	Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1C31616B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
CONCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

Após análise instrutória dos documentos acostados ao processo, conclui-se que:

• A empresa UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA demonstra plena regularidade fiscal, trabalhista e jurídica.
• O objeto contratado amolda-se às atividades constitutivas institucionais da Contratada.
• O treinamento atende de forma direta às necessidades de capacitação e aprimoramento institucional do Poder Legislativo.
• Os valores praticados (R$ 5.180,00 no total) alinham-se com os parâmetros e patamares razoáveis praticados no mercado.

Nestes termos, declara-se concluído o procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026, estando o ato apto para homologação.

Câmara Municipal de Guaraqueçaba em 22 de setembro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal

ALDINEI SOARES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:3D6B345B

CAMARA MUNICIPAL
DESPACHO DO PRESIDENTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

Objeto: Contratação da empresa UNICURSOS Capacitação e Treinamentos Ltda para inscrição dos vereadores Jefferson Luis Barboza Rosa, Elton Ambrósio Mendes no curso presencial *"Poder Legislativo e Executivo e as Novas Exigências dos Órgãos de Controle: da Governança à Fiscalização"*.

Considerando o cumprimento dos pré-requisitos formais, a regularidade fiscal/trabalhista da empresa e a instrução contida no DFD, ETP, TR e Quadro de Habilitação, DESPACHO pela continuidade do processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentado no art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Câmara Municipal de Guaraqueçaba em 22 de setembro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:10E28DF0

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

• Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA – CNPJ nº 01.004.459/0001-26

• Contratada: UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA – CNPJ nº 19.949.769/0001-89

• Objeto: Inscrição de 02 (dois) vereadores no curso presencial "Poder Legislativo e Executivo e as Novas Exigências dos Órgãos de Controle: da Governança à Fiscalização".

• Local e Data do Evento: Hotel Saint Emilion – Curitiba/PR, 23 a 25 de setembro de 2026.
• Valor Unitário: R$ 2.590,00 | Valor Total: R$ 5.180,00
• Forma de Pagamento: Depósito Bancário / Transferência / PIX em nome da Contratada.
• Dotação Orçamentária: 33.90.39.000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
• Fundamento Legal: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Câmara Municipal de Guaraqueçaba em 22 de setembro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

ALDINEI SOARES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:5EDE198E

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

HOMOLOGO o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026, cujo objeto consiste na contratação da empresa UNICURSOS Capacitação e Treinamentos Ltda para inscrição de 02 (dois) vereadores (Jefferson Luis Barboza Rosa, Elton Ambrósio Mendes) no curso *"Poder Legislativo e Executivo e as Novas Exigências dos Órgãos de Controle: da Governança à Fiscalização"*, a realizar-se em Curitiba/PR entre 23 e 25 de setembro de 2026, pelo valor global de R$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais).

Câmara Municipal de Guaraqueçaba em 22 de setembro de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

ALDINEI SOARES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:C4F1A01F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 012/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 012/2026 - CMDCA

SÚMULA:

O Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente do município de Guaraqueçaba, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 686/2018 de 29 de agosto de 2018, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações das Políticas de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Artigo 1º - Resolve pela convocação da Srª. Fabiana Rodrigues Ferreira, portadora do RG 9.xxx.xxx-8, inscrito no CPF 064.xxx.xxx-27, para compor o Conselho Tutelar do Município de Guaraqueçaba-PR, na Gestão 2024/2027.

Artigo – 2º Esta convocação é para substituição da Conselheiro Nicolas Mendes Galdino, visto que o mesmo pediu a sua saída como conselheiro Tutelar na data de 06/05/2026, e que neste período estávamos em processo de Eleição Suplementar..

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraqueçaba, 22 de setembro de 2026.

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescentes

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:FEA5FB58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende homologar os credenciados habilitados considerando ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2026, inexigibilidade 31/2026, do objeto a seguir especificado:

1. HOMOLOGO, O Chamada pública é a aquisição parcelada de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atendimento ao programa nacional de alimentação escolar (pnae) na rede de ensino municipal de Guaraqueçaba/Pr durante o ano letivo de 2026, o credenciado abaixo:

Mara Pontes Dias | CPF 057.642.959-71

2. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura do contrato.

Guaraqueçaba/PR, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:DA72F107

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 178, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a publicação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação (CME), do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 673, de 10 de dezembro de 2015, dispõe sobre a o Conselho Municipal de Educação - CME, do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

CONSIDERANDO o processo digital n° 2550/2026 da Presidente do Conselho Municipal de Educação solicitando a referida a publicação.

DECRETA:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HONÓRIO SERPA-PR

TÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Honório Serpa – CME, criado pela Lei Municipal nº 673, de 10 de dezembro de 2015, é órgão colegiado, vinculado ao Departamento Municipal de Educação, com funções normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras da política municipal de educação.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação tem por finalidade assegurar a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas educacionais do Município, contribuindo para a gestão democrática da educação.

Art. 3º Art. 3º O Conselho Municipal de Educação observará, no exercício de suas atribuições:
I – a legislação federal, estadual e municipal aplicável à educação;
II – as normas emanadas pelos órgãos competentes dos sistemas de ensino;
III – o Plano Municipal de Educação;
IV – os princípios da gestão democrática da educação;
V – a participação dos diferentes segmentos da sociedade;
VI – a garantia do direito à educação e à aprendizagem;
VII – a qualidade e a equidade da educação municipal.

TÍTULO II
DOS OBJETIVOS.
Art. 4º São objetivos do Conselho Municipal de Educação:
I – assegurar a participação dos diferentes segmentos da sociedade como mecanismo de gestão colegiada e democrática;
II – contribuir para a consolidação de uma estrutura educacional que assegure a aprendizagem escolar e a participação coletiva no planejamento, monitoramento e avaliação das ações educacionais;
III – ampliar a capacidade de compreensão e interpretação da legislação educacional;
IV – participar da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas municipais de educação;
V – acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;
VI – contribuir para o aperfeiçoamento da educação municipal;
VII – promover o diálogo entre o Poder Público, profissionais da educação, instituições de ensino e sociedade civil.

TÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E REPRESENTAÇÃO.
Art. 5° O Conselho Municipal de Educação será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, observada a representação dos seguintes segmentos:
I – 02 representantes do Departamento Municipal de Educação;
II – 02 representantes do Poder Público;
III – 02 representantes dos professores da Educação Infantil;
IV – 02 representantes dos professores do Ensino Fundamental;
V – 02 representantes dos professores da Rede Estadual de Ensino;
VI – 02 representantes dos diretores da Rede Municipal de Ensino;
VII – 02 representantes dos diretores da Rede Estadual de Ensino;
VIII – 02 representantes de instituição de Educação Especial;
IX – 02 representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
X – 02 representantes do Conselho Tutelar do Município.
§ 1º Cada segmento indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente.
§ 2º Os representantes deverão ser formalmente indicados pelos respectivos segmentos ou instituições.
§ 3º A nomeação dos membros do Conselho será formalizada pelo Poder Executivo Municipal, observadas as indicações dos respectivos segmentos.
§ 4º Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos.
§ 5º É recomendada a participação dos suplentes nas reuniões do Conselho, ainda que sem direito a voto quando o titular estiver presente.

TÍTULO IV
DO MANDATO DOS CONSELHEIROS.
Art. 6° O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, conforme indicação dos respectivos segmentos.

Art. 7º A composição do Conselho observará a renovação de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 673/2015.

Art. 8º O exercício da função de Conselheiro Municipal de Educação será considerado serviço relevante prestado ao Município e não será remunerado.

Art. 9º O conselheiro perderá o mandato quando:
I – renunciar formalmente;
II – deixar de pertencer ao segmento ou instituição que representa, quando essa condição for requisito para sua representação;

III – faltar, injustificadamente, às reuniões ordinárias na forma estabelecida neste Regimento;
IV – praticar ato incompatível com o exercício da função, assegurado o direito de manifestação e defesa;
V – ocorrer outra situação legal que impossibilite o exercício da representação.
Parágrafo único. Em caso de vacância do cargo de titular, o respectivo suplente assumirá a titularidade até o término do mandato.

TÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO.
Art. 10 O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:
I – Presidência;
II – Vice-Presidência;
III – Secretaria-Geral;
IV – Plenário;
V – Comissões ou Câmaras, quando constituídas.

Art. 11. A Presidência e a Vice-Presidência serão exercidas por conselheiros titulares eleitos pela maioria dos votos dos membros titulares do Conselho.

Art. 12. A Secretaria-Geral será exercida por conselheiro titular eleito pelos membros titulares do Conselho.

Art. 13. O mandato do Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral acompanhará o período definido pelo Plenário, respeitado o mandato do conselheiro.

TÍTULO VI
DA PRESIDENCIA.
Art. 14. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Educação:
I – representar o Conselho perante os órgãos públicos e a sociedade;
II – convocar e presidir as reuniões do Conselho;
III – organizar a pauta das reuniões;
IV – cumprir e fazer cumprir este Regimento;
V – encaminhar as deliberações do Plenário;
VI – assinar pareceres, resoluções, indicações, ofícios e demais atos do Conselho, juntamente com o responsável pela Secretaria-Geral, quando cabível;
VII – distribuir matérias aos conselheiros ou às Comissões;
VIII – exercer outras atribuições necessárias ao funcionamento do Conselho.

Art. 15. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.
Parágrafo único. Na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, o Plenário poderá escolher, entre os conselheiros presentes, quem presidirá a reunião.

TÍTULO VII
DA SECRETARIA-GERAL
Art. 16. Compete ao Secretário-Geral:
I – organizar as atas das reuniões;
II – manter atualizado o livro de presença;
III – manter o livro de correspondências recebidas e expedidas;
IV – organizar e arquivar os documentos do Conselho;
V – auxiliar o Presidente na organização das reuniões;
VI – elaborar e encaminhar as convocações;
VII – registrar e dar publicidade aos atos do Conselho, quando cabível;
VIII – manter atualizados os registros dos conselheiros;
IX – exercer outras atribuições determinadas pelo Plenário ou pela Presidência.

Art. 17. O Conselho manterá, no mínimo:
I – livro ou registro de atas;
II – livro ou registro de presença;
III – livro ou registro de correspondências recebidas e expedidas;
IV – arquivo dos pareceres, resoluções, deliberações e demais atos;
V – arquivo das legislações e normas educacionais de interesse do Conselho.

TÍTULO VIII
DO PLENÁRIO
Art. 18. O Plenário é a instância máxima de deliberação do Conselho Municipal de Educação e será constituído pelos conselheiros titulares ou, em suas ausências, pelos respectivos suplentes.

Art. 19. Compete ao Plenário:
I – deliberar sobre as matérias submetidas à apreciação do Conselho;
II – aprovar pareceres, resoluções, indicações e demais atos;
III – eleger o Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral;
IV – aprovar o calendário anual de reuniões;
V – constituir Comissões ou Câmaras;
VI – apreciar relatórios e estudos;
VII – aprovar alterações deste Regimento;
VIII – exercer as demais competências atribuídas pela Lei Municipal nº 673/2015.

TÍTULO IX
DAS REUNIÕES
Art. 20. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á em sessão ordinária a cada 02 (dois) meses, conforme estabelece a Lei Municipal nº 673/2015.

Art. 21. O Conselho poderá reunir-se extraordinariamente sempre que necessário:
I – por convocação do Presidente;
II – por solicitação da maioria dos conselheiros titulares;
III – em razão de matéria urgente ou de relevante interesse educacional.

Art. 22. As reuniões extraordinárias deverão indicar, na convocação, a data, horário, local e pauta dos trabalhos.

Art. 23. As reuniões serão realizadas, preferencialmente, em local previamente definido pelo Conselho, podendo ocorrer em espaço disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação.

Art. 24. A convocação das reuniões ordinárias deverá ser encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, sempre que possível.

Parágrafo único. Em caso de urgência devidamente justificada, a convocação extraordinária poderá ocorrer em prazo menor.

TÍTULO X
DA ORDEM DOS TRABALHOS
Art. 25. As reuniões do Conselho observarão, preferencialmente, a seguinte ordem:
I – abertura;
II – verificação de presença;
III – leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
IV – comunicações da Presidência;
V – expediente;
VI – apresentação e discussão das matérias constantes da pauta;
VII – votação das matérias;
VIII – assuntos gerais;
IX – encerramento.

Art. 26. Qualquer conselheiro poderá solicitar a inclusão de matéria na pauta, mediante comunicação prévia à Presidência.

Art. 27. As matérias que necessitarem de estudos poderão ser encaminhadas às Comissões ou a conselheiros designados pelo Plenário.
TÍTULO XI
DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES
Art. 28º As deliberações do Conselho serão tomadas pelo Plenário, mediante votação dos conselheiros titulares presentes ou dos suplentes que estiverem substituindo titulares.

Art. 29. Salvo disposição legal ou regimental específica, as decisões serão aprovadas por maioria simples dos votos dos conselheiros presentes.

Art. 30. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Art. 31. O conselheiro deverá declarar impedimento e abster-se de votar quando a matéria envolver interesse pessoal direto ou situação que possa comprometer a imparcialidade da decisão.

Art. 32. As votações poderão ser:
I – simbólicas;
II – nominais;
III – secretas, quando expressamente deliberado pelo Plenário ou quando a natureza da matéria assim exigir.

TÍTULO XII
DAS ATAS
Art. 33. De cada reunião será lavrada ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local;
II – relação dos conselheiros presentes;
III – pauta da reunião;
IV – síntese das discussões;
V – deliberações e resultados das votações;
VI – encaminhamentos definidos;
VII – demais ocorrências relevantes.

Art. 34. A ata será submetida à apreciação e aprovação do Plenário na reunião subsequente, podendo ser retificada quando houver erro ou omissão.

Art. 35. Após aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Geral, bem como pelos demais conselheiros, conforme procedimento adotado pelo Conselho.

TÍTULO XIII
DAS COMISSÕES
Art. 36. O Conselho poderá constituir Comissões temporárias ou permanentes para análise de matérias específicas.

Art. 37. As Comissões serão compostas por conselheiros designados pelo Plenário.

Art. 38. Compete às Comissões:
I – estudar matérias que lhes forem encaminhadas;
II – realizar levantamentos e análises;
III – elaborar relatórios;
IV – apresentar propostas, pareceres ou recomendações ao Plenário.
Parágrafo único. As Comissões não poderão deliberar em nome do Conselho, salvo quando houver delegação expressa e dentro dos limites estabelecidos pelo Plenário.

TÍTULO XIV
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO
Art. 39. Compete ao Conselho Municipal de Educação, observado o disposto na Lei Municipal nº 673/2015:
I – elaborar e modificar seu Regimento Interno;
II – promover a discussão das políticas educacionais municipais;
III – acompanhar a implementação e avaliação das políticas educacionais;
IV – acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;
V – zelar pelo cumprimento das disposições legais e normativas em matéria de educação;
VI – acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito municipal;
VII – propor medidas para expansão e aperfeiçoamento da educação;
VIII – analisar projetos ou planos relativos à contrapartida municipal em convênios de interesse da educação;
IX – manifestar-se sobre assuntos de natureza educativa e pedagógica submetidos à sua apreciação;
X – emitir parecer sobre pedidos de autorização de funcionamento, prorrogação e cessação de cursos oferecidos pelos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, no âmbito municipal, conforme a legislação aplicável;
XI – opinar sobre o calendário escolar dos estabelecimentos da rede municipal;
XII – estabelecer critérios relacionados aos métodos de ensino e formas de atividades escolares, considerando as peculiaridades da região e dos grupos sociais;
XIII – opinar sobre recursos interpostos de atos das escolas da rede municipal;
XIV – manter intercâmbio com Conselhos Nacional, Estadual e Municipais de Educação e outros conselhos afins;
XV – promover a divulgação dos atos dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação no âmbito municipal;
XVI – orientar e analisar os Projetos Político-Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XVII – analisar alterações curriculares e regimentos escolares dos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XVIII – emitir pareceres e sugestões sobre matérias educacionais submetidas à sua apreciação;
XIX – definir critérios para o atendimento educacional às peculiaridades dos estudantes público da Educação Especial, observada a legislação vigente;
XX – propor critérios de funcionamento dos serviços de apoio ao educando;
XXI – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela legislação.

TÍTULO O XV
DOS ATOS DO CONSELHO
Art. 40. O Conselho Municipal de Educação poderá manifestar suas decisões por meio de:
I – Parecer – quando se pronunciar sobre matéria submetida à sua apreciação;
II – Resolução – quando estabelecer normas, critérios ou procedimentos de competência do Conselho;
III – Indicação – quando apresentar estudo, proposta ou manifestação de caráter orientador;
IV – Deliberação – quando formalizar decisão do Plenário sobre matéria de sua competência;
V – Ofício – para comunicações administrativas e institucionais.

Art. 41. Os atos do Conselho deverão ser numerados, datados e arquivados pela Secretaria-Geral.

CAPÍTULO XVI
DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS
Art. 42. São direitos dos conselheiros:
I – participar das reuniões;
II – apresentar propostas;
III – solicitar informações necessárias ao exercício de suas funções;
IV – participar de Comissões;
V – discutir e votar as matérias submetidas ao Plenário;
VI – solicitar registro em ata de manifestações relacionadas às matérias em discussão.

Art. 43. São deveres dos conselheiros:
I – participar das reuniões;
II – estudar previamente as matérias constantes da pauta;
III – exercer suas atribuições com responsabilidade;
IV – respeitar as decisões do Plenário;
V – manter postura ética e respeitosa;
VI – preservar documentos e informações de caráter restrito;
VII – comunicar à Presidência eventual impedimento para análise ou votação de matéria;
VIII – contribuir para o cumprimento das finalidades do Conselho.

TÍTULO XVII
DA PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS
Art. 44. O Presidente poderá convidar representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, entidades, profissionais ou especialistas para participar das reuniões, sempre que sua contribuição for relevante para a análise de determinada matéria.
Parágrafo único. Os convidados terão direito à manifestação quando autorizados pelo Presidente, não possuindo direito a voto.
TÍTULO XVIII
DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

Art. 45. O Conselho Municipal de Educação dará publicidade aos seus atos, observada a legislação aplicável.

Art. 46. Sempre que possível, deverão ser disponibilizados para consulta:
I – composição do Conselho;
II – calendário de reuniões;
III – atas aprovadas;
IV – pareceres e resoluções;
V – demais atos de interesse público.
Parágrafo único. A publicidade observará as normas relativas à proteção de dados pessoais e às informações que possuam restrição legal de acesso.

TÍTULO XIX
DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 47. Este Regimento poderá ser alterado por proposta:
I – do Presidente;
II – da maioria dos conselheiros titulares;
III – de Comissão constituída para esse fim.

Art. 48. A proposta de alteração deverá ser apresentada por escrito e encaminhada aos conselheiros para conhecimento e análise antes da votação.

Art. 49. A alteração do Regimento será aprovada pelo Plenário e encaminhada ao Poder Executivo Municipal para aprovação mediante Decreto, conforme determina a Lei Municipal nº 673/2015.

TÍTULO XX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação, observada a legislação educacional vigente e as competências estabelecidas na Lei Municipal nº 673/2015.

Art. 51. Nenhuma disposição deste Regimento poderá contrariar a Lei Municipal nº 673/2015 ou legislação hierarquicamente superior.

Art. 52. O Conselho Municipal de Educação deverá manter seus documentos, registros e atos organizados e disponíveis para consulta, observadas as normas legais.

Art. 53. Este Regimento entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 22 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:F6E82D13

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2026

A Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR avisa aos interessados que fará realizar no dia **07 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 09HS00MIN**, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo MENOR PREÇO, OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO DO ALMOÇO EM COMEMORAÇÃO AO "DIA INTERNACIONAL DO IDOSO", O QUAL ACONTECERÁ NO DIA 31/10/2026, E JANTAR EM COMEMORAÇÃO AO "DIA INTERNACIONAL DA MULHER" QUE ACONTECERÁ NO MÊS DE MARÇO DE 2027 E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A ORNAMENTAÇÃO DOS AMBIENTES, NO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA.** E que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos**.**

Do Protocolo e Sessão de Abertura: **O Credenciamento** e os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser protocolados no dia **07 de outubro de 2026**, **das 08hs00min horas até as 09hs00min**. Local do protocolo e da realização da sessão pública do pregão: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR, situada na Rua Elpídio dos Santos, Nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa – PR. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e no site www.honorioserpa.pr.gov.br . Informações complementares através do telefone (46) 3245-1130 pelo e-mail: licitacao@honorioserpa.pr.gov.br .

Honório Serpa - PR, 22 de Setembro de 2026.

ÉRICA PATRÍCIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:193C2B8E

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO 01-Z.3

EDITAL 01-Z.3 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: NUTRICIONISTA PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
09	Marilene De Oliveira	9º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 23 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:D347094D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 0032/2026 (AUTORA: VEREADORA ROSELI DAS GRAÇAS ESTEVÃO)

LEI Nº 0032/2026
(Autora: Vereadora Roseli das Graças Estevão)

SÚMULA: Institui, no âmbito do Município de Iguaraçu-Pr., o "Agosto Dourado", mês de promoção, proteção e incentivo ao aleitamento materno, e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Iguaraçu – PR, o "Agosto Dourado", a ser celebrado anualmente durante o mês de agosto, com a finalidade de promover, proteger e incentivar o aleitamento materno.

Parágrafo único. O "Agosto Dourado" constitui campanha de conscientização destinada à divulgação da importância do aleitamento materno para a saúde da criança, da mãe, da família e da sociedade.

Art. 2º - Durante o mês de agosto, o Poder Público poderá promover, diretamente ou em parceria com instituições públicas e privadas, entidades da sociedade civil, organizações sem fins lucrativos e profissionais da área da saúde, ações educativas e de conscientização sobre a importância do aleitamento materno.
Parágrafo único. As ações de que trata o caput poderão compreender, entre outras:

I – realização de palestras, seminários, cursos, oficinas e eventos educativos;
II – campanhas de orientação e conscientização nos meios de comunicação e nas redes sociais;
III – distribuição de materiais informativos;
IV – ações educativas em unidades de saúde, escolas, centros comunitários e demais espaços públicos;
V – incentivo à criação e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

Art. 3º - Durante o mês de agosto, os prédios públicos municipais poderão ser iluminados na cor dourada, como forma simbólica de apoio à campanha "Agosto Dourado", observadas a disponibilidade técnica e orçamentária.

Parágrafo único. A iniciativa prevista no caput poderá ser igualmente adotada, de forma voluntária, por instituições privadas, entidades e demais organizações da sociedade civil.

Art. 4º - O "Agosto Dourado" passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Iguaraçu – PR.

Art. 5º - A execução das ações previstas nesta Lei poderá ocorrer mediante cooperação entre o Poder Público e instituições públicas ou privadas, organizações da sociedade civil, entidades beneficentes, instituições de ensino, conselhos profissionais e demais entidades interessadas, observada a legislação vigente.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BAD08907

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 192/2026

PORTARIA Nº 192/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
599/1	VALDEMIR SANTO CANAVEZI JUNIOR	ENFERMEIRO – 40 HORAS	2023/2024	10	22/09/2026 À 01/10/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8644CADF

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 193/2026

PORTARIA Nº 193/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
599/1	VALDEMIR SANTO CANAVEZI JUNIOR	ENFERMEIRO – 40 HORAS	2024/2025	15	02/10/2026 À 16/10/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C98B068A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **09/10/2026 às 09h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 045/2026**.
OBJETO: Aquisição de móveis planejados sob medida, compreendendo, quando necessário, a realização de vistoria técnica para conferência das medidas, fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação, destinados ao CMEI Gente Pequena e à Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, visando atender às necessidades da Secretaria e da Sala da Direção do CMEI Gente Pequena, bem como da Secretaria Escolar, Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica e Sala dos Professores da Escola Municipal Elena Bruski de Vasconcelos, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência, no Memorial Descritivo e Especificações Técnicas e nos projetos executivos/pranchas de detalhamento do mobiliário, que passam a integrar este instrumento na qualidade de anexos.
Valor Estimado: R$ 90.282,01 (noventa mil, duzentos e oitenta e dois reais e um centavo).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS -** www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:7925D2F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 201/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: ABSOLUT GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.740.375/0001-81.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de saúde, compreendendo a disponibilização de profissionais médicos (clínica geral) e enfermeiros, para atuação nas unidades da rede pública municipal de saúde do Município de Iguaraçu/PR, em especial no Pronto Atendimento Municipal com funcionamento ininterrupto (24 horas) e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).
VALOR: R$ 1.383.325,80 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/09/2026 a 30/07/2027
SIGNATÁRIOS: Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, pela CONTRATANTE; João Carlos Rodrigues da Silva e Jamilton Mario Donasan, Sócios Administradores, pela CONTRATADA.

Iguaraçu/PR, 21 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D471BDC2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº PP128/2022
REF.: PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, CNPJ 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ (CIEE/PR), CNPJ 76.610.591/0001-80
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, com manutenção da taxa de administração de 7,3% (sete vírgula três por cento), sem reajuste, mantendo-se as demais cláusulas e condições do Contrato, sem alteração de escopo ou quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços especializados de agente de integração, mediante pagamento de taxa de administração por estudante, para operacionalização de programas de estágio no Município de Iguaraçu, para estudantes de ensino superior, médio ou técnico — recrutamento, pré-seleção e encaminhamento de estudantes, elaboração da documentação de estágio, gestão das bolsas-auxílio e acompanhamento da frequência junto às instituições de ensino, conforme condições do instrumento e do Edital de Pregão Presencial nº 044/2022.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 01/10/2026 a 01/10/2027, tratando-se de prorrogação de serviço contínuo, observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
VALOR: Mantido o valor global estimado de R$ 482.850,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais) para o período prorrogado, correspondente à bolsa-auxílio de R$ 450.000,00 acrescida da taxa de administração de R$ 32.850,00 (7,3%), sem consumo mínimo obrigatório, sendo o pagamento devido exclusivamente pelas bolsas-auxílio efetivamente pagas aos estagiários.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, c/c art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, e Cláusula Décima Oitava (18.1) do Contrato nº 144/2022, permanecendo o contrato regido pela legislação vigente à época de sua celebração, nos termos do art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8A18832A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -CONDER
RESOLUÇÃO Nº N.º 6 DE 01/09/2026

RESOLUÇÃO Nº N.º 6 de 01/09/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do CONDER para o exercício financeiro de 2026

O PRESIDENTE do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do CONDER, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 964.500,00 (Novecentos e Sessenta e Quatro Mil e Quinhentos Reais), mediante as seguintes providências:
Art. 1º – Suplementação de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
01	SECRETARIA EXECUTIVA DO CONDER	
01.003	PATRULHA RURAL	
20.608.0001.2003	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PATRULHA	

	RURAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
261	00759-CONV SEAB 514 238004446 SIT 74229 AQUIS EQUIPAMENTOS	R$ 964.500,00
	SUBTOTAL	R$ 964.500,00
	TOTAL	R$ 964.500,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito referido no artigo primeiro, serão utilizados:
I) Excesso de arrecadação dos recursos assegurados pelos repasses feitos pelos municípios consorciados para a execução de programas não previstos no orçamento do Consórcio, que serão alocados na fonte 751 – Recursos de Contratos de Rateio dos consórcios Públicos destinados a outras despesas correntes, em conformidade com o Inciso II, do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00	RECEITA CONV SEAB 514 238004446 SIT 74229 AQUIS EQUIPAMENTOS FONTE 759	R$ 964.500,00
	TOTAL	R$ 964.500,00

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do CONDER, em 01 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Presidente do CONDER

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:92F0880E

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2026.

A Comissão Permanente de Licitação em cumprimento com o Parágrafo 2º do Artigo 17 do Decreto Federal nº. 5.450 de 31 de maio de 2005, baseado nas Leis Federal nº. 14.133, de 01 de abril, faz publicar o AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 07-2026
OBJETO: – O presente Chamamento Público tem por objeto o fornecimento de bolsa de colostomia/urostomia, cateters e adjuvantes para os pacientes dos municípios que integram o CIS Amcespar, conforme suas necessidades constando no Anexo I deste edital
Valor estimado: R$ 2.938.634,49 (dois milhões novecentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) no ano.
Prazo: A vigência do Edital de Chamamento Público N° 07-2026, derivado do processo administrativo do CIS Amcespar será de 01 (um) ano, a contar de 26 de outubro de 2026 e encerrar-se em 25 de outubro de 2027.
Local de acesso e participação: https://cisamcespar.org/editais-credenciamento/

Irati, 22 de setembro de 2026.

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora do Departamento de Licitações - Agente de Contratação

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:31A6495B

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Comissão Permanente de Licitação em cumprimento com Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, faz publicar o **AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO** resumindo o processo a:

OBJETO: Aquisição de itens para campanhas em ações de saúde para os municípios consorciados do CIS AMCESPAR.

Tipo: Menor Preço por Item.

Valor aproximado: R$ 1.995.959,35 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Recebimento das propostas: 08h00min do dia 2309/2026 às 08 horas do dia 07/10/2026.
Abertura das propostas: Das 08h01min às 09 horas do dia 07/10/2026.
Início da sessão pública e disputa de preços: Das 09h01min as 09h06min do dia 07/10/2026, acrescido do período aleatório.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br

Irati, 22 de setembro de 2026.

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Pregoeira

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:6AC89FB6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 173/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária JESSICA LAIS JUSTUS, durante o período de 21/09/2026 a 21/09/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 22 de setembro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente Do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:C9F7C936

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 03/2025 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 03/2025 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Inácio Martins convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 03/2025.
Ampla Concorrência

Candidato	Data nascimento	Nota	Classificação
Edicleia Mackievicz	07/12/1983	70	51º
Juliane Godoi	07/07/1986	70	52º
Michele de Fátima Farinhuk Dutra	01/03/1988	70	53º

Os candidatos, convocados, devem comparecer ao Departamento de Recursos Humanos nos dias 23/09/2026 a 25/09/2026 a partir das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas munidos dos documentos relacionados no item 10,7 do Edital (caso tenham intenção de assumir a vaga, ao contrário devem apresentar somente para assinar a desistência.

Inácio Martins, 22 de setembro de 2026.

MARINALDA FERNANDES
Secretária Municipal de Educação
Port. 001/2025

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:03310B25

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 203/2026

DECRETO Nº 203/2026

SÚMULA: Designa o Procurador Jurídico do Município para prestar assessoramento jurídico ao Conselho Municipal de Educação – CME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar suporte e assessoramento jurídico ao Conselho Municipal de Educação – CME, para o adequado exercício de suas atribuições legais e institucionais;
CONSIDERANDO a necessidade de subsidiar os membros do Conselho Municipal de Educação quanto à interpretação e aplicação da legislação educacional e demais normas pertinentes às matérias submetidas à sua apreciação;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica aos atos, pareceres, resoluções, deliberações e demais manifestações produzidas pelo Conselho Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Jurídica Municipal constitui órgão responsável pelo assessoramento jurídico da Administração Pública Municipal;

DECRETA

Art. 1º Fica o Sr. FABRIZZIO MATTE DOSSENA, Procurador Jurídico do Município de Inácio Martins, designado para prestar assessoramento e apoio jurídico ao Conselho Municipal de Educação – CME, no exercício de suas atribuições funcionais.

Art. 2º O assessoramento jurídico de que trata este Decreto compreenderá, conforme a necessidade e mediante solicitação do Conselho Municipal de Educação:
I – prestar orientação jurídica aos membros do Conselho Municipal de Educação acerca das matérias submetidas à sua apreciação;
II – subsidiar o Conselho na análise e interpretação da legislação educacional, administrativa e demais normas aplicáveis às matérias de sua competência;
III – prestar apoio na análise, elaboração e revisão de pareceres, resoluções, deliberações, atos normativos, regulamentos e demais documentos produzidos pelo Conselho;
IV – analisar juridicamente processos, consultas, requerimentos e demais matérias encaminhadas ao Conselho Municipal de Educação;
V – participar, quando solicitado, de reuniões, sessões, comissões, grupos de trabalho e demais atividades do Conselho que demandem orientação ou manifestação jurídica;
VI – prestar esclarecimentos quanto aos aspectos jurídicos relacionados às matérias em discussão e às decisões a serem tomadas pelo Conselho no exercício de suas competências;
VII – subsidiar a elaboração de manifestações, informações, pareceres e demais documentos de natureza jurídica;
VIII – orientar o Conselho quanto à observância da legislação vigente e dos princípios aplicáveis à Administração Pública;
IX – prestar apoio jurídico nas demais demandas relacionadas ao funcionamento e às atribuições institucionais do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º O assessoramento previsto neste Decreto será realizado no âmbito das atribuições institucionais da Procuradoria Jurídica do Município, observadas as competências legalmente estabelecidas para o órgão, para o Conselho Municipal de Educação e para os demais órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 4º A atuação do Procurador Jurídico junto ao Conselho Municipal de Educação não implica alteração das competências legais do Conselho, tampouco transferência de suas atribuições decisórias, permanecendo sob responsabilidade do colegiado a apreciação e deliberação das matérias de sua competência.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos da Administração Municipal prestarão o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades de assessoramento jurídico previstas neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Inácio Martins/ PR, em 21 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:2C44710E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 423/2026

PORTARIA Nº 423/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica a servidora **MARLY GONÇALVES MATTOSO** - Matrícula 80000730, ocupante do cargo Técnica em Enfermagem, pelo **período de 10/09/2026 a 08/12/2026 - (90 dias)** conforme Atestado Médico e Legislação Vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativo a 10/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:ACF8D578

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 204/2026

DECRETO Nº 204/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, IX, Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

DECRETA

Considerando a Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da

sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, e adota outras providências;

Considerando, ainda, o disposto no artigo 35, V, "g", da mencionada Lei 13.019/2014, que determina a constituição de um **Gestor,** destinado a exercer controle e fiscalização da parceria a ser firmada para **SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, COM COMPARTILHAMENTO DE RECURSO PATRIMONIAL PARA UTILIZAÇÃO GRATUITA DO CHALÉ DO PRODUTOR.**

Art. 1º - Fica nomeado como Gestor, dando fiel cumprimento à Lei nº 13.109/2014, a servidor:

- EDER LOPES – matricula funcional 80000657

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na presente data.

Município de Inácio Martins, em 21 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:591D15B1

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 205/2026

DECRETO Nº 205/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, IX, Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

DECRETA

Considerando a Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, e adota outras providências;

Considerando, ainda, o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da mencionada Lei 13.019/2014, que determina a instauração da **Comissão de Monitoramento e Avaliação**, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração, de fomento, ou acordo de cooperação visando a SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, COM COMPARTILHAMENTO DE RECURSO PATRIMONIAL PARA UTILIZAÇÃO GRATUITA DO CHALÉ DO PRODUTOR.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação, dando fiel cumprimento à Lei nº 13.109/2014, que será composta pelos seguintes servidores municipais:

- RAUNAN MATEUS MACHADO DE SOUZA matricula funcional nº 80000571

- JOAO VITOR SCHROEDER CAMARGO matricula funcional nº 80000347

- ALEXANDRE MACARRONI matricula funcional nº 80000413

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na presente data.

Prefeitura do Município de Inácio Martins, em 26 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:DE0330C9

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 206/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial nos termos da Lei Municipal nº 1.140/2026, de 17 de setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base na Lei Municipal nº 1.140/2026, de 17 de setembro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 451.232,99 (quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos), destinados a dar cobertura às dotações abaixo relacionadas:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO**	
09.006	**FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - FMDI**	
08.241.0801.1123	Construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa	
4.4.90.51	Obras e Instalações	
8270	000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 56.943,44
8271	959 - Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 394.289,55
TOTAL A ACRESCENTAR:		**R$ 451.232,99**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no art. 1º, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, no valor de R$ 394.289,55, e a anulação parcial de dotações, no valor de R$ 56.943,44, conforme discriminado a seguir:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				
Natureza da Receita	**Descrição da Natureza da Receita**	**Fonte de Recursos**	**Descrição da Fonte de Recursos**	**Valor do Excesso**
2.4.2.9.99.0.1.02	Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa - Fonte 959	959	Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 394.289,55
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:				**R$ 394.289,55**

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO**	
09.002	**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE RESGATE DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL**	
08.245.0801.2084	Manutenção do Departamento de Programas e Projetos de Resgate da Cidadania e Promoção Social	
3.3.91.97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	
6520	000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 56.943,44
TOTAL A ANULAR:		**R$ 56.943,44**

Art. 3º Fica atualizada e compatibilizada a presente alteração orçamentária com as Leis Municipais nº 1.112/2025 - Plano Plurianual para o período de 2026/2029, 1.096/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 e 1.113/2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.
Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, 21 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Vieira
Código Identificador:4F8416DC

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026. Objeto: Contratação de empresa

especializada para pavimentação de calçadas em paver, conforme especificações constantes na pasta técnica. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: Pré Moldados Pokrzva Ltda. Prazo de Execução: 300 (trezentos) dias corridos. Prazo de Vigência: 600 (seiscentos) dias corridos. Valor Contratual: R$ 1.499.990,00 (Um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais). Assinatura: 15/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de educador físico, enfermeiro, nutricionista e terapeuta ocupacional, destinados a Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: Irati Assessoria Empresarial Ltda Me - CNPJ n° 07.699.577/0001-82. Prazo de Execução: 18/09/2026 a 17/09/2027. Prazo de Vigência: 18/09/2026 a 17/10/2027. Valor Contratual: R$ 347.856,00 (Trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais). Assinatura: 18/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:F36551E6

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 046/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização e desinsetização em edificações públicas e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, na zona urbana e rural do município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI** - CNPJ da Contratada n° 34.786.607/0001-60. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 21/09/2027 e prazo de vigência até à data de 21/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 9.365,20 (Nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos). Conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Administração, do Parecer Jurídico, nos termos conforme Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 22/09/2026.

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 047/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização e desinsetização em edificações públicas e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, na zona urbana e rural do município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: **SOS DEDETIZAÇÃO LTDA** - CNPJ da Contratada n° 23.566.543/0001-76. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 21/09/2027 e prazo de vigência até à data de 21/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 9.686,04 (Nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quatro centavos). Conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Administração, do Parecer Jurídico, nos termos conforme Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 22/09/2026

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:26A81A00

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1139/2026

LEI n.º 1139/2026

SÚMULA: "Altera a redação do Art.1.º da Lei Municipal n.º 1093/2025, que Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Pessoas Neuroatípicas do Município de Inácio Martins (APNIM)".

O vereador Julio Armando Canido Mendez propôs, a **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - O Art. 1.º da Lei Municipal n.º 1093/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, para que goze das prerrogativas inerentes a declaração, a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PESSOAS NEUROATÍPICAS DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS (APNIM)", pessoa jurídica inscrita no CNPJ com o n.º 57.258.569/0001-79 com sede na Rua Afonso Pena, n.º 534, Inácio Martins - PR.**" NR**

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 17 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:917D0A77

GOVERNO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 15/2026

RESOLUÇÃO 15/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a periodicidade das reuniões ordinárias e a realização de reuniões extraordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Inácio Martins/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE INÁCIO MARTINS – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de organização e planejamento das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a importância da realização periódica das reuniões para o acompanhamento, fiscalização e deliberação das ações da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que as reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS serão realizadas trimestralmente, em datas a serem definidas e comunicadas previamente aos membros do Conselho, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 2º Poderão ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade, em razão de assuntos urgentes ou de relevante interesse da Política Municipal de Assistência Social, mediante convocação na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

Art. 3º As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ocorrer de forma presencial ou por meio remoto, quando devidamente autorizado e observadas as disposições regimentais.

Art. 4º As datas, horários e local de realização das reuniões serão comunicados previamente aos membros do CMAS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, 21 de setembro de 2026

MARIA CLARA PERUSSOLO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:F09090ED

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 005 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 109/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 082/2022. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços contínuos de manutenção e reparos de bens públicos para esta municipalidade. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: GOP ENGENHARIA LTDA-EPP - CNPJ da Contratada nº 12.613.869/0001-90. Objeto do Termo Aditivo: Renovação Contratual por mais 12 (doze) meses. Prazo de execução até a data de 21/09/2027, prazo de vigência até a data de 21/10/2027 e o valor total do aditivo de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), conforme solicitação da Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo, da Contratada, do Parecer Jurídico nos termos do Art. 57, Inc. II, da Lei Federal n° 8.666/93. Assinatura: 22/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:869F228B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SIMPLIFICADA

DISPENSA N° 027/2026
PROCESSO N° 167/2026

O Município de Iporã-PR, em conformidade com o art. 75, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para a contratação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços de animação de arena (palhaço), compreendendo a realização de apresentações artísticas, intervenções humorísticas, interação e entretenimento do público durante as atividades realizadas na arena, especialmente nos intervalos e demais momentos da programação do evento**.**

Iporã-PR, 22 de SETEMBRO de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:36030B7B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 214/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A DISPENSA Nº 021/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 021/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício e prestação de serviços de montagem, instalação e execução de shows pirotécnicos, destinados à realização e comemoração dos eventos oficiais promovidos e/ou apoiados pelo município de iporã/pr, conforme calendário municipal, incluindo todos os materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as normas de segurança e a legislação vigente, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
A. J. FELISBERTO & CIA LTDA	R$34.500,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:106A2B28

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 215/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS A INEXIBILIDADE 038/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas na Inexigibilidade nº 038/2026, objetivando o credenciamento de pessoas física e/ou jurídica, destinado à contratação de empresas especializadas para disponibilização de boiada de rodeio, composta por animais apropriados, preparados e habituados às atividades de montaria em touros, destinada à realização das provas de rodeio integrantes da programação da expo iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, compreendendo, ainda, o transporte dos animais até o local do evento e sua respectiva retirada, manejo, acompanhamento por profissionais capacitados, alimentação, cuidados necessários durante sua permanência e demais recursos indispensáveis à adequada execução do objeto, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem caráter de exclusividade, de forma paralela e não excludente, e de acordo com as necessidades do Município, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
EDILSON J. RODRIGUES LTDA	R$ 14.000,00
ANTONIO ROBERTO RIBEIRO CANO	R$ 38.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de Setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:930856F0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 216/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A DISPENSA Nº 023/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 023/2026, objetivando a Contratação de empresa especializada para fornecimento, locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de equipamentos de iluminação profissional destinados à iluminação da arena de rodeio, incluindo estruturas, equipamentos, cabos, acessórios e demais recursos necessários para o adequado funcionamento durante a realização da expo Iporã 2026, no município de Iporã/PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
BR PRODUCOES E ORGANIZACOES LTDA	R$13.900,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de Setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FC4BC3FC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 217/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO SIMPLIFICADA Nº 027/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado e adjudicado o resultado da Dispensa de Licitação Simplificada, cujo objeto é contratação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços de animação de arena (palhaço), compreendendo a realização de apresentações artísticas, intervenções humorísticas, interação e entretenimento do público durante as atividades realizadas na arena, especialmente nos intervalos e demais momentos da programação do evento, conforme condições, período, horários e demais especificações estabelecidas pela administração municipal, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos constantes do processo administrativo correspondente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
12.960.799 LEONARDO VIEIRA DE MELO	12.960.799/0001-47	R$12.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:90BF16A6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 218/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 062/2026, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação, manutenção, limpeza e operação de cabines sanitárias premium, destinadas ao atendimento de eventos promovidos pela administração pública municipal, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
KAIROS SERVIÇOS E NEGOCIOS LTDA	R$ 165.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0479F614

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 219/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 063/2026, objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de grupos geradores de energia elétrica, incluindo disponibilização, instalação, operação, acompanhamento técnico e retirada dos equipamentos, destinados ao atendimento das necessidades do município de iporã – pr, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
VIA SOM BRASIL LTDA - ME	R$ 259.600,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C996DC32

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DO CONTRATO

CONTRATO Nº 160/2026
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026
PROCESSO Nº 150/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **75.738.484/0001-70**
CONTRATADA: LANGARO & CIA. LTDA – ME, CNPJ: 29.554.355/0001-04
OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de hospedagem, mediante fornecimento de diárias em dormitórios simples e duplos, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Iporã – PR, especialmente para hospedagem de participantes, convidados, artistas, palestrantes, equipes técnicas e demais pessoas envolvidas nos eventos futuros promovidos, realizados ou apoiados pelo Município.
VALOR TOTAL: R$ 21.060,00 (vinte e um mil e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 22/09/2026 a 22/09/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A7AFC5D6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DO CONTRATO

CONTRATO Nº 161/2026
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026
PROCESSO Nº 150/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **75.738.484/0001-70**
CONTRATADA: ECKERT & ECKERT LTDA, CNPJ: 09.340.325/0001-98
OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de hospedagem, mediante fornecimento de diárias em dormitórios simples e duplos, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Iporã – PR, especialmente para hospedagem de participantes, convidados, artistas, palestrantes, equipes técnicas e demais pessoas envolvidas nos eventos futuros promovidos, realizados ou apoiados pelo Município.
VALOR TOTAL: R$ 21.060,00 (vinte e um mil e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 22/09/2026 a 22/09/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:AF24301D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1500/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VANESSA DE OLIVEIRA GOES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 16 de setembro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VANESSA DE OLIVEIRA GOES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-90, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 16 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:61A35693

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1501/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MILENA FERNANDES DA SILVA SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 21 de setembro de 2026, 01 (um) dia de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora MILENA FERNANDES DA SILVA SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 110.xxx.xxx-27, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 066/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 21 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C7F93782

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1502/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ZILDA MARIA DA SILVA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-492/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **ZILDA MARIA DA SILVA ROCHA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 918.xxx.xxx-44, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, Servidora Pública Municipal, no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11/03/2024 à 10/03/2025, a contar de 01/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1EEEFF3D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1503/2026

CONCEDE LICENÇA ESPECIAL PARCIAL A SERVIDORA MARIA DA GLORIA DOS SANTOS POLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-496/2026;

o disposto no Art. 164 da Lei nº. 233/1993;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 23 de setembro de 2026, a servidora **MARIA DA GLORIA DOS SANTOS POLI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 706.xxx.xxx-49, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, Licença Especial de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 12/04/2017 à 11/04/2022 de acordo com o Art. 164 da Lei nº. 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos de Iporã – Pr.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:19327F9E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1504/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VENERANDA MADALENA MUNIZ VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 18 de setembro de 2026, 04 (quatro) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VENERANDA MADALENA MUNIZ VIEIRA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 960.xxx.xxx-15, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 18 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8D3E5C96

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA DISPENSA Nº 027/2026

A agente de contratação comunica aos interessados no edital Dispensa de Licitação, na forma Simplificada, conforme Lei nº 14.133/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO SIMPLIFICADA Nº 027/2026, que tem por **contratação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços de animação de arena (palhaço), compreendendo a realização de apresentações artísticas, intervenções humorísticas, interação e entretenimento do público durante as atividades realizadas na arena, especialmente nos intervalos e demais momentos da programação do evento**, a lista dos credenciados:

CREDENCIADAS
12.960.799 LEONARDO VIEIRA DE MELO, inscrita no **CNPJ sob nº 12.960.799/0001-47**
12.960.799/0001-47
12.960.799/0001-47
12.960.799/0001-47

Município de Iporã-PR, aos 22 dias do mês de setembro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2CD26C86

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 038/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 024/2026

A agente de contratação comunica aos interessados no edital de Inexigibilidade nº 038/2026, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICA, destinado à contratação de empresas especializadas para disponibilização de boiada de rodeio, composta por animais apropriados, preparados e habituados às atividades de montaria em touros, destinada à realização das provas de rodeio integrantes da programação da Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, compreendendo, ainda, o transporte dos animais até o local do evento e sua respectiva retirada, manejo, acompanhamento por profissionais capacitados, alimentação, cuidados necessários durante sua permanência e demais recursos indispensáveis à adequada execução do objeto, que a relação sequencial de credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar do primeiro, conforme se segue:

CREDENCIADOS
1 – EDILSON J. RODRIGUES LTDA

2 – ANTONIO ROBERTO RIBEIRO CANO

Município de Iporã-PR, aos 22 de Setembro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:43636D7D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 063/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Dispensa de Licitação.

MODALIDADE: DISPENSA Nº 021/2026

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício e prestação de serviços de montagem, instalação e execução de shows pirotécnicos destinados aos eventos oficiais promovidos e/ou apoiados pelo Município de Iporã/PR, conforme calendário municipal, incluindo todos os materiais, equipamentos, mão de obra especializada, transporte e demais recursos necessários à adequada execução do objeto, observadas as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.

Item	Descrição	Qtd	Und.	Valor Unit	Valor Total
1	12 TORTAS 25 TUBOS 20 MM CHERRY/BOMBAS 10 TORTAS 25 TUBOS 20 MM LEQUES 06 TORTAS 64 TUBOS 20 MM TRAÇ/EXPLOSÕES 03 CASCATAS 40 GERBS INDOOR 15X15 02 KITS 216 TUBOS LEQUES/EFEITOS 3:30 MIN. 06 TORTAS 120 TUBOS 20 MM Z 02 GIRADOLAS 36 TUBOS 1 MIN. 02 TORTAS 50 TUBOS 44 MM TRAÇ/EXPL. 02 TORTAS 50 TUBOS 44 MM CRACK/EFEITOS 03 KITS 25 TUBOS 2,5" CORES/EFEITOS.	1	Und	R$ 26.000,00	R$ 26.000,00
2	01 SHOW PIROMUSICAL (ARENA) MONOTIROS TORTAS GERBS INDOOR 15X15 DURAÇÃO: 3 MINUTOS	1	Und	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
Total					**R$ 34.500,00**

EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA: A. J. FELISBERTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.517.656/0001-85

VALOR GLOBAL: R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais)

Após análise dos documentos e da proposta apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências do edital, sendo declarada habilitada e vencedora, por apresentar o melhor valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Iporã-PR, 22 de Setembro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B7476C97

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 063/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Dispensa de Licitação.

MODALIDADE: DISPENSA Nº 023/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de equipamentos de iluminação profissional destinados à iluminação da arena de rodeio, incluindo estruturas, equipamentos, cabos, acessórios e demais recursos necessários para o adequado funcionamento durante a realização da expo Iporã 2026, no município de Iporã/PR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	CONJUNTO COMPLETO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA ARENA DE RODEIO, compreendendo fornecimento/locação, transporte, montagem, instalação, configuração, testes, operação, manutenção, suporte técnico, desmontagem e retirada, incluindo todos os cabos, conectores, estruturas, suportes, acessórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento do sistema. O conjunto deverá contemplar, no mínimo: **16 pontes de alumínio de 5 metros; 16 refletores LED; 10 Moving Beam 14R; 08 Atomic; 01 Mesa Controladora Command Wing; e 01 Rack Dimmer**, destinados à iluminação funcional e cênica da arena de rodeio durante a Expo Iporã 2026..	UND	1	13.900,00	13.900,00
VALOR TOTAL					**R$ 13.900,00**

EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA: BR PRODUCOES E ORGANIZACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.976.661/0001-79

VALOR GLOBAL: R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais)

Após análise dos documentos e da proposta apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências do edital, sendo declarada habilitada e vencedora, por apresentar o melhor valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Iporã-PR, 22 de Setembro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2E2B8CCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO N° 698/2026

Súmula: Cria o Centro Integrado de Atendimento e Reabilitação da Pessoa com Deficiência-CIAR/Irati, como equipamento público municipal de caráter intersetorial, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio do Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 45 da Lei Municipal nº 4.956/2022;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e promover a articulação das políticas públicas destinadas à garantia de seus direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar atendimento integral, humanizado, acessível e intersetorial às pessoas com deficiência e suas famílias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Centro Integrado de Atendimento e Reabilitação da Pessoa com Deficiência – CIAR/IRATI, como equipamento público municipal de caráter intersetorial, destinado à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 2º - O CIAR/IRATI ficará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio do Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, responsável pela coordenação técnica, articulação intersetorial e acompanhamento das ações desenvolvidas.
Parágrafo único. A vinculação prevista no caput não altera as competências legais e administrativas das demais Secretarias Municipais participantes das ações do CIAR/IRATI.

Art. 3º - O CIAR/IRATI tem por finalidade promover a atenção integral e intersetorial às pessoas com deficiência, mediante a articulação das políticas públicas municipais, visando à promoção da autonomia, inclusão, participação social, habilitação e reabilitação, garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Art. 4º - O CIAR/IRATI contará com a atuação integrada das políticas municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, sem prejuízo da participação de outras políticas públicas, órgãos, serviços e instituições relacionados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
§ 1º Cada política pública atuará no âmbito de suas respectivas competências legais, administrativas e institucionais.
§ 2º A atuação intersetorial não implicará transferência ou sobreposição das competências próprias de cada política pública.

Art. 5º - A atuação do CIAR/IRATI observará os princípios da dignidade da pessoa humana, autonomia, independência, acessibilidade, equidade, inclusão social, participação social, convivência familiar e comunitária, atendimento humanizado e não discriminatório.

Art. 6º - A articulação intersetorial poderá compreender:
I – acolhimento, orientação e encaminhamento;
II – elaboração de estratégias de atendimento integrado;
III – articulação e encaminhamento entre os serviços da rede;
IV – ações educativas, preventivas e informativas;
V – reuniões técnicas e capacitações;
VI – planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas;
VII – ações de promoção da autonomia, acessibilidade, inclusão, habilitação e reabilitação, respeitadas as competências de cada política pública;
VIII – acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas;
IX – outras atividades compatíveis com a finalidade do CIAR/IRATI.
Parágrafo único. A oferta dos serviços e atividades dependerá da disponibilidade de profissionais, estrutura e recursos, bem como da regulamentação específica aplicável.

Art. 7º - Compete ao Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, no âmbito do CIAR/IRATI:
I – exercer a coordenação técnica do equipamento;
II – promover a articulação entre as políticas públicas participantes;
III – acompanhar o planejamento e a execução das ações intersetoriais;
IV – articular os serviços e equipamentos públicos relacionados à Política da Pessoa com Deficiência;
V – identificar demandas e necessidades das pessoas com deficiência no Município;
VI – promover ações de informação, orientação e educação em direitos;
VII – articular-se com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais instâncias de participação e controle social;
VIII – acompanhar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas;
IX – propor ações de aperfeiçoamento e qualificação da atenção às pessoas com deficiência;
X – exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições e com a finalidade do CIAR/IRATI.

Art. 8º - A gestão administrativa do CIAR/IRATI ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio do Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, observadas as competências das demais Secretarias participantes.

Art. 9º - A organização e o funcionamento do CIAR/IRATI serão disciplinados por Regulamento Interno, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio do Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, em articulação com as Secretarias Municipais participantes.
Parágrafo único. O Regulamento Interno poderá estabelecer os fluxos de atendimento e encaminhamento, a organização dos serviços, as atribuições das equipes, os procedimentos de articulação intersetorial, as formas de registro e avaliação e as normas de utilização dos espaços e equipamentos.

Art. 10 - O CIAR/IRATI manterá articulação permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e estimulará a participação das pessoas com deficiência e de suas famílias na avaliação e no aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.

Art. 11 - Os bens, equipamentos, mobiliários, materiais e demais recursos destinados ao CIAR/IRATI serão utilizados de acordo com sua finalidade institucional e observarão as normas patrimoniais e administrativas do Município.

Art. 12 - A implantação e o funcionamento do CIAR/IRATI observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e as dotações consignadas nos instrumentos de planejamento e orçamento municipal.

Art. 13 - A instituição do CIAR/IRATI não implica, por si só, criação de cargos, funções públicas, remunerações, órgãos da Administração Indireta ou novas despesas obrigatórias.
Parágrafo único. A disponibilização de recursos humanos para atuação no CIAR/IRATI observará a legislação municipal vigente, a estrutura administrativa existente e as competências próprias de cada política pública.

Art. 14 - O CIAR/IRATI poderá estabelecer parcerias, cooperações e demais instrumentos previstos em lei com órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e outras entidades que atuem na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 15 - Os casos omissos relativos à organização e ao funcionamento do CIAR/IRATI serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio do Departamento da Política da Pessoa com Deficiência, observada a legislação vigente e, quando necessário, mediante articulação com as Secretarias Municipais participantes.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:0DD1B49F

PROCURADORIA
DECRETO Nº 692/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Assistência Social, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Orientador Social Pss 2025

ANGELICA GONÇALVES	XXX.XXX.809-81

Entrevistador Social Pss 2025

VANUSA GONÇALVES OLIVEIRA	XXX.XXX.369-35

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 21 de setembro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 22 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:30E65E49

PROCURADORIA
DECRETO Nº 693/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores aprovados no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para os seguintes cargos:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
DEBORA CRISLAINE DA ROCHA	XXX.XXX.209-76	A	1
JUSSARA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	XXX.XXX.019-00	A	1
VANESSA KROPINISKI DRUCZKOSKI	XXX.XXX.109-76	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 21/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 22 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:A2426138

PROCURADORIA
DECRETO Nº 694/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designada interinamente, a servidora **BRUNA DE FARIAS LOVATO**, matrícula nº **5068058**, para responder pelo cargo de **Ouvidora Municipal**, com complemento do vencimento proporcional do cargo interinamente ocupado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:F3C7A5AB

PROCURADORIA
DECRETO Nº 695/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
GISLAINE APARECIDA GUNGALA	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.209-32

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 22 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:ED84C012

PROCURADORIA
DECRETO Nº 696/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
KELCY MARINE GONCALVES DE OLIVEIRA ROSA	Tutor Educacional – Apoio ao Aluno 20 hr	Secretaria de Educação	XXX.XXX.229-45

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 20/09/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 22 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:08E9F6DD

PROCURADORIA
DECRETO Nº 697/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designado interinamente, o servidor **GUILHERME DE QUADROS RIBEIRO**, matrícula nº **5067315**, para responder pelo cargo de **Secretário de Esportes e Lazer**, com complemento do vencimento proporcional do cargo interinamente ocupado, pelo período 28/09/2026 até 07/10/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 22 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:EE415127

PROCURADORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DA SOCIEDADE CIVIL PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 4.438, de 22 de dezembro de 2017**, com as alterações promovidas pela **Lei Municipal nº 5.130, de 06 de junho de 2024**, **TORNA PÚBLICA** a presente convocação para a **Assembleia da Sociedade Civil destinada à escolha dos representantes da sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS**.

1. DA FINALIDADE
1.1. A presente convocação tem por finalidade realizar Assembleia da sociedade civil para a escolha de **4 (quatro) representantes titulares e respectivos suplentes** para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.
1.2. Nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 4.438/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº 5.130/2024, o CMHIS é composto por, no mínimo, **8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes**, sendo:
I – 4 (quatro) representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes; e
II – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, eleitos por meio de Fórum ou Assembleia para tal finalidade.
1.3. A presente Assembleia refere-se exclusivamente à escolha dos representantes da sociedade civil previstos no inciso II do art. 12 da Lei Municipal nº 4.438/2017.

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL
2.1. A Assembleia será realizada no dia **06 de outubro de 2026, às 13h30**, na **Casa dos Conselhos Municipais de Irati**, situada à **Rua Dr. Correia, nº 115, Centro, Irati – Paraná**.

3. DA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar da Assembleia entidades, organizações, movimentos, associações, sindicatos, cooperativas, organizações comunitárias, grupos e demais representações da sociedade civil, com atuação ou interesse relacionado às finalidades do CMHIS e à política habitacional.
3.2. Também poderão participar movimentos, grupos, coletivos ou outras formas de organização da sociedade civil não formalmente constituídas, desde que seja possível identificar sua atuação ou vinculação com a temática habitacional.
3.3. A participação será registrada mediante **lista de presença**, com identificação do participante e da representação da sociedade civil que estiver representando.
3.4. Para fins de credenciamento e exercício do direito de voto ou candidatura, poderá ser solicitada documentação de identificação pessoal e, quando necessário, documento que permita verificar a vinculação do participante ou candidato com a representação da sociedade civil que declara representar, inclusive declaração da entidade, organização, movimento ou grupo, quando cabível.

4. DO DIREITO DE VOTO
4.1. Terá direito a voto **1 (um) representante por entidade, organização, movimento, grupo, associação, sindicato, cooperativa, organização comunitária ou outra representação da sociedade civil presente na Assembleia**.
4.2. Cada representação da sociedade civil terá direito a **1 (um) único voto**, independentemente do número de pessoas que estejam presentes em seu nome.
4.3. O representante com direito a voto deverá estar devidamente identificado na lista de presença e, quando solicitado, apresentar documento que comprove ou permita verificar sua vinculação com a representação que declara representar.
4.4. Pessoas que comparecerem individualmente, sem representar entidade, organização, movimento, grupo ou outra representação da sociedade civil, poderão acompanhar os trabalhos como observadoras, **sem direito a voto**.

5. DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES
5.1. Na Assembleia serão escolhidos **4 (quatro) representantes titulares da sociedade civil e seus respectivos suplentes** para composição do CMHIS.
5.2. Os interessados em concorrer às vagas deverão manifestar sua candidatura durante a Assembleia, antes do início da votação.
5.3. Os interessados em concorrer às vagas deverão manifestar sua candidatura durante a Assembleia, indicando, conjuntamente, o respectivo suplente, observado o disposto na legislação municipal.
5.4. A votação será realizada pelos representantes com direito a voto, conforme as regras estabelecidas neste Edital e apresentadas no início dos trabalhos.
5.5. Cada representação com direito a voto poderá votar em até **4 (quatro) candidaturas**.
5.6. Serão considerados **eleitos os 4 (quatro) candidatos mais votados**, juntamente com os respectivos suplentes indicados no momento da candidatura, observado o disposto na legislação municipal.
5.7. Em caso de empate que possa alterar a composição das vagas, será realizado novo escrutínio entre os candidatos empatados.
5.8. Persistindo o empate após novo escrutínio, será realizado sorteio entre os candidatos empatados, na presença dos participantes, registrando-se o procedimento e o resultado em ata.

6. DA ASSEMBLEIA
6.1. A Assembleia terá a seguinte pauta:
I – abertura dos trabalhos;
II – apresentação da finalidade da Assembleia e das regras do processo de escolha;
III – registro e identificação dos participantes;
IV – apresentação das candidaturas;
V – votação;
VI – apuração dos votos;
VII – proclamação dos representantes eleitos; e
VIII – lavratura da ata.
6.2. A condução dos trabalhos será realizada pela Secretaria Municipal de Habitação ou por pessoa por ela designada.
6.3. O resultado da eleição será registrado em ata, contendo a identificação dos participantes, das representações com direito a voto, dos candidatos, dos votos obtidos e dos representantes titulares e respectivos suplentes eleitos.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. A presente convocação tem por finalidade assegurar publicidade, transparência e participação da sociedade civil no processo de escolha dos representantes do CMHIS.
7.2. A escolha dos representantes da sociedade civil será realizada exclusivamente na Assembleia convocada para essa finalidade, em conformidade com o art. 12, inciso II, da Lei Municipal nº 4.438/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº 5.130/2024.
7.3. Não haverá distribuição ou reserva prévia das quatro vagas entre segmentos específicos da sociedade civil, cabendo à Assembleia realizar a escolha dos representantes.
7.4. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação dos trabalhos, observada a legislação municipal aplicável e os princípios da Administração Pública, com registro em ata.

Irati, 22 de setembro de 2026.

JOSIVANIA DOS SANTOS MACHADO ROLIM DE MOURA
Secretária Municipal de Habitação
Município de Irati – Paraná

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C061E30F

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 083/2026. Processo Administrativo n° 176/2026.
Objeto: Aquisição de equipamentos de atendimento pré-hospitalar e resgate, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 92/2026-D, decorrente do Pregão Eletrônico nº 307/2025, gerenciada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG), para suprir a necessidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Irati. Contratada: Global Equipamentos de Resgate Ltda. CNPJ: 49.944.751/0001-55. Valor global contratado: R$ 12.209,69 (doze mil, duzentos e nove reais e sessenta e nove centavos). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Inexigibilidade nº 084/2026. Processo Administrativo n° 177/2026.
Objeto: Aquisição de equipamentos de combate a incêndio, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 12/2025, gerenciada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO), para suprir a necessidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Irati. Contratada: Resgatécnica Comércio de Equipamentos de Resgate Ltda. CNPJ: 15.453.449/0013-16. Valor global contratado: R$ 41.682,00 (quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Irati, 22 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:6FC29F05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
CONVITE AUDIENCIA PUBLICA DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE 2026

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE METAS FISCAIS
2° QUADRIMESTRE DE 2026

O Prefeito Municipal de ltambaracá, Estado do Paraná, o Srº. **Amarildo Tostes**, invocando os Princípios da Transparência e da publicidade que regem a administração Pública amparada no art. 9° da lei Complementar 101/2000, Torna público a realização de Audiência Pública com o objetivo de Apresentação e Análise do Processo do Cumprimento das Metas Fiscais e Execução do Pano Municipal de Saúde e Cumprimento das Metas Fiscais do Poder Executivo e Legislativo relativas ao 2° **Quadrimestre de 2026**.

A realizar-se:
Data: 29/09/2026
Horário: 16:00 horas

Atendendo aos princípios da administracão pública, consagrados em textos legais, fazemos o chamamento público para participação da audiência pública.
A mesma ocorrerá na data e horário citados acima no Plenário da Câmara Municipal.

ltambaracá, Estado do Paraná em 22 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:539362FE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022 – CONTRATO Nº 050/2022
CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.235.738/0001-08.
CONTRATADA: Gente Seguradora S/A, inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.
DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 050/2022, de 04 de outubro de 2026 para 04 de outubro de 2027, nos termos da Lei nº 8.666/93.
Em razão da prorrogação, fica acrescido ao valor contratual o montante de **R$ 2.930,97 (dois mil novecentos e trinta reais e noventa e sete centavos)**, passando o valor contratual de **R$ 11.723,88 (onze mil setecentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos)** para **R$ 14.654,85 (quatorze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 22 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:7C6187F0

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 2.078/2026

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar contratos temporários de excepcional interesse público e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar, por até 12 (doze) meses, os contratos administrativos temporários firmados com base na Lei Municipal nº 2.030/2025, relacionados no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. A prorrogação de que trata esta Lei justifica-se pela necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 2.030/2025.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:1C3344A8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 368/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Bruna Taylise Laurentino Piccioni, Matrícula 200819, no cargo de Fiscal de Tributos Municipais, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 08/09/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da **BRUNA TAYLISE LAURENTINO PICCIONI,** no cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **23/09/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, , revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:39E91316

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 369/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Elaine Cristina Santos, Matrícula 900031, no cargo de Agente Comunitário - PSF, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 08/09/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da **ELAINE CRISTINA SANTOS,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO - PSF** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **23/09/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, , revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:854EB42D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 370/2026

SUMULA: Substitui membro da *"Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS)"* nº 01/2026, instituída pela Portaria nº 315/2026, e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o **art. 62, inciso VI, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal**,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica **designada a servidora DENISE APARECIDA ROBERTO** para integrar, na condição de **membro**, a **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026**, em substituição à servidora **AQUELES APARECIDA DOS SANTOS**, anteriormente designada pela Portaria nº 315/2026.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica **alterada a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026**, permanecendo **inalteradas as demais disposições constantes das Portarias nº 315/2026 e 364/2026** que não conflitarem com a presente Portaria.

Art. 3º A servidora ora designada passará a exercer suas atribuições **a partir da publicação desta Portaria**, não lhe competindo participar de atos praticados anteriormente à sua designação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:F40A6453

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO N.º 012, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Prorrogação de prazo para conclusão do Processo de sindicância administrativo inaugurado pela Resolução 10/2026

MARIA MADALENA DOS SANTOS VIEIRA no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

I - CONSIDERANDO a instauração de Processo de Sindicância n. 01/2026 referente a análise de denuncia contra a conselheira tutelar Sandra Regina Rosa com a nomeação de Comissão, através da Resolução n. 10/2026 de 01 de setembro de 2026;
II - CONSIDERANDO o requerimento protocolado aos dezessete dias do mês de setembro de 2026, em que o Presidente da Comissão Sr.Wilhan Henrique de Brito solicitou a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos, cujo conteúdo restou devidamente justificado;

RESOLVE:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta dias, para conclusão dos trabalhos a que se refere a Resolução nº 10 de 01 de setembro de 2026, com amparo nos ditames delineados na Lei 1309/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de maio do exercício financeiro de 2026.

MARIA MADALENA DOS SANTOS VIEIRA
Preisdente DoCMDCA

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:A108A634

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026

PROCESSO Nº 062/2026

REF.: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

1ª RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2026.

PROTOCOLO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF	ORDEM	SITUAÇÃO
1060/2026	GERALDO BENEDITO DA SILVA	497.***.789-**	1º	Credenciado
1071/2026	FRANCISCO AVELINO DE SOUZA	172.***.829-**	2º	Credenciado
1072/2026	SIDNEY DE OLIVEIRA	020.***.309-22	3º	Credenciado
1073/2026	WELLINGTON APARECIDO CAMISÃO	065.***.906-**	4º	Credenciado
1074/2026	PAULO SERGIO MARIANO	031.***.239-**	5º	Credenciado
1075/2026	ANDREY CARDOSO MACHADO	091.***.569-**	6º	Credenciado
1076/2026	JEFERSON HENRIQUE DE SOUZA PASSAFARO	060.***.469-**	7º	Credenciado
1080/2026	JEFERSON WESLEY CAMPOS	074.***.539-**	8º	Credenciado
1081/2026	GABRIEL SILVESTRE CAMPOS	139.***.559-**	9º	Credenciado
1100/2026	ROSANA ALVES DE OLIVEIRA	059.***.119-**	10º	Credenciado
1102/2026	ROQUE AMANCIO	911.***.899-**	11º	Credenciado
1105/2026	WELTON FELIPE SPONQUEADO	086.***.829-**	12º	Credenciado

1. PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO
1.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste Edital;
1.2. Das decisões da Comissão de Contratação e da Secretaria de Administração caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da ciência da decisão.
1.3. Critério de Contratação:
2.3.1. Convocação dos credenciados nos termos do item 8.5 do edital.

Itambé/PR, 22 de setembro de 2026.

GLICE MARIA MARTINS SILVA
Secretária Municipal de Administração

FLÁVIA VICENZI
Chefe da Divisão de Licitação

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:EA9D9344

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO (PRAZO)
CONTRATO Nº 089/2021 - ID/TCE Nº 42325

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: LUIS CARLOS DOS SANTOS FARIA EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ Nº 00.943.564/0001-68

OBJETO: Através do presente Termo de Aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento dos produtos até 17/11/2026.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no Contrato de Fornecimento primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 24/2021.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, ao 15/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:003198CE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO (VALOR)
CONTRATO Nº 24/2026 - ID/TCE Nº 43006

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: BENFICA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ Nº 61.338.607/0001-70

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem promover um aditivo financeiro de reajuste dos preços pactuados, com fulcro no Art. 124, Inciso II alínea (d) e demais disposições da Lei Federal nº 14.133, de 3º de abril de 2021, a contar do dia 05/08/2026, no valor de R$ 83.530,81 (oitentas e três mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e um centavos), e consequentemente supressão no valor de R$ 6.739,09 (seis mil, setecentos e trinta e nove reais e nove centavos), totalizando o valor de R$ 76.791,72 (setenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos), passando o valor global do contrato original para R$ 2.271.215,25 (dois milhões e duzentos e setenta e um reais e duzentos e quinze reais e vinte e cinco centavos), consolidando demais aditivos.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 09/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 05/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:1C89DEA8

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 149/26 DE SS DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 317.840,00 (trezentos e dezessete mil oitocentos e quarenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE PESSOAL
04.001.11.124.0010.2.005. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PESSOAL
40 - 3.3.90.47.00.00 01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 40.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
138 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
143 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 30.000,00

06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
160 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.018. MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DOMINGOS
LAUDENIR VITORINO - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO
204 - 3.3.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00
785 - 3.3.90.39.00.00 01107 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00

07.001.12.361.0004.2.020. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E CONVENIO PNAT
212 - 3.3.90.30.00.00 31114 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
213 - 3.3.90.30.00.00 31121 MATERIAL DE CONSUMO 8.000,00
07.001.12.361.0004.2.022. MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO MERENDA ESCOLAR
231 - 3.3.90.32.00.00 31112 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 13.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
338 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 20.000,00

08.001.10.302.0003.2.079. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
423 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO 30.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.20.606.0007.2.035. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
471 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.051. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
786 - 3.3.90.30.00.00 21011 MATERIAL DE CONSUMO 6.600,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
567 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, TURISMO,
READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO
601 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

12.002.13.392.0015.2.068. APOIO A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA
608 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 28.240,00
12.002.13.392.0015.2.081. APOPIO A FESTA DE ANIVERSARIO DA CIDADE
611 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 29.000,00
Total Suplementação: 317.840,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 227.240,00
Receita:1.7.1.2.52.41.00.00000000 Fonte: 1000 40.000,00
Receita:1.7.1.4.50.01.00.00000000 Fonte: 1000 20.000,00
Receita:1.7.1.4.52.01.00.00000000 Fonte: 1000 13.000,00

Receita:1.7.1.4.99.01.01.00000000 Fonte: 1000 3.000,00
Receita:1.7.2.4.51.01.01.00000000 Fonte: 1000 8.000,00
Receita:1.7.2.9.51.01.00.00000000 Fonte: 21011 6.600,00
Total da Receita: 317.840,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:2BFE491A

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA JANEIRO A AGOSTO DE 2026 – BIMESTRE: JULHO E AGOSTO DE 2026

Instrução Normativa nº. 36/2009, art. 18 – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

10 – Assistência Social
10.002 – Assistência à Criança e a Adolescência
Dotação inicial.....R$ 186.200,00
Dotação Atualizada.....R$ 2.374.067,47
Despesas Empenhadas no Bimestre.....R$ 120.347,67
Despesas Empenhadas até o Bimestre..R$ 228.627,10

Itambé, 22 de SETEMBRO de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR
CRC Nº 062484/O-9

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:12798261

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90053/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 031/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 08 (oito) de Outubro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de torno e solda Mig destinada a manutenção de máquinas e equipamentos pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 10h00min (dez) horas do dia 08 (oito) de Outubro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90053/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 18 (dezoito) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:24D949C2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90054/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 032/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 08 (oito) de Outubro de 2026, às 11h:00min (onze) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de larvicida biológico destinado ao controle de larvas de mosquitos borrachudo no Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 11h00min (onze) horas do dia 08 (oito) de Outubro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90054/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 21 (vinte e um) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B748BE97

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 216/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 216/2026
DATA: 22.09.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de membro do Conselho Tutelar de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando a Resolução Nº 231/2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA;
Considerando o Ofício n° 13/2026, do Presidente do CMDCA;
DECRETA:
Art. 1º) Fica nomeada a Sra. **Geny Biolchi**, Conselheira Tutelar suplente, para exercer temporariamente a função de Conselheira Tutelar do Município de Itapejara D'Oeste, em substituição a Conselheiro Tutelar titular, durante o período de suas férias, de **06 de outubro de 2026 a 04 de novembro de 2026**.
Art. 2º). A Conselheira Tutelar ora nomeada deverá observar as atribuições, responsabilidades e demais disposições estabelecidas na legislação federal e municipal vigente.
Art. 3º). Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:96AB7A3E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 217/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 217/2026
DATA: 22.09.2026

SÚMULA: Designa Responsável/Ouvidora da Ouvidoria Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Lei Municipal nº 2.279/2026, de 11.09.2026.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 82, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Municipal nº 2.279/2026, de 11.09.2026,
DECRETA:
Art. 1º) Fica designada a servidora **Mariana Hreneczen**, matrícula funcional nº 016.580-1, como responsável pela **Ouvidoria Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS)**, competindo-lhe:
I – receber e registrar as manifestações dos usuários, trabalhadores e gestores do SUS;
II – analisar e encaminhar as manifestações aos setores competentes;
III – acompanhar e monitorar o atendimento e a resolução das manifestações;
IV – elaborar os relatórios quadrimestrais da Ouvidoria, contendo indicadores e recomendações para o aperfeiçoamento dos serviços;
V – preservar o sigilo das informações pessoais, observada a legislação vigente;
VI – promover a divulgação e o conhecimento da Ouvidoria junto à população;
VII – atender às manifestações por meio dos canais disponibilizados pela Ouvidoria, observando os prazos estabelecidos no art. 5º da Lei Municipal nº 2.279/2026.
Art. 2º) A Ouvidoria Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) terá como local de atendimento a **Clínica da Mulher**, situada na Rua Padre Réus, nº 150, Itapejara D'Oeste – PR, CEP 85580-053, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.
Parágrafo único. O atendimento da Ouvidoria também será realizado pelo e-mail **ouvidoriaitapejaradoestepr@hotmail.com**, pelo telefone e por meio do sítio eletrônico oficial do Município, na área destinada à Ouvidoria da Saúde.
Art. 3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18.09.2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:CDA869ED

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 218/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 218/2026
DATA: 22.09.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos à servidora **Eliane Zanatta** 15 (quinze) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **05 de outubro de 2026 a 19 de outubro de 2026**, referente aos dias remanescentes do período de férias.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:7C19AE07

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 219/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº. 219/2026
DATA: 22.09.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação e a designação dos membros do Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização – ALFABETIZA ITAPEJARA, nos termos da Lei Municipal nº 2277, de 01 de setembro de 2026, e do Decreto nº 210, de 18 de setembro de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2277, de 01 de setembro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização - Alfabetiza Itapejara, e no Decreto nº 210, de 18 de setembro de 2026, que regulamenta a referida Lei;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído e designado o Comitê Gestor Municipal de Alfabetização, responsável pelo acompanhamento, avaliação, coordenação e execução das ações da Política Municipal de Alfabetização - Alfabetiza Itapejara, em consonância com o Programa Educa Juntos - Estratégia Alfabetiza Juntos, e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º O Comitê Gestor Municipal será composto pelos representantes dos agentes envolvidos no processo de alfabetização no Município, conforme previsto no art. 6º. da Lei Municipal nº 2277, de 01 de setembro de 2026 e no art. 4º. do Decreto nº 210, de 18 de setembro de 2026, indicados conforme segue:
I – Presidente do Comitê:
Andréia Antunes Alves
II - Coordenadora Municipal da Política de Alfabetização:
Kelly de Paris Ramão
III - Representante da Coordenação da Educação Infantil:
Daniele Aparecida Piloneto
IV – Representante da Coordenação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
Josy Onning Cisseski
V – Representante da Coordenação de Formação Continuada:
Patricia Gnoatto
VI – Representante da Direção Escolar das Escolas:

Simone Aparecida dos Santos
VII – Representante da Direção Escolar dos CMEIs:
Rosilene Moretti Dalbosco
VIII – Representante da Coordenação Pedagógica das Escolas:
Mayara Cristian Morgerot
IX - Representante dos Professores Regentes das turmas de infantil 4 e 5 anos:
Gisele Regiane Battistus
X - Representante dos professores regentes das turmas de 1º ano:
Gissela Gnoato Calderoli
XI - Representante dos professores regentes das turmas de 2º ano:
Simone Hreneczen
XII - Representante do Conselho Municipal de Educação:
Ellen Luci Piloneto
Art. 3º Compete ao Comitê Gestor Municipal de Alfabetização as seguintes atribuições e ações:
I – acompanhar a implementação da Política Alfabetiza Itapejara;
II – monitorar os indicadores educacionais;
III – analisar os resultados das avaliações;
IV – propor estratégias para melhoria da alfabetização;
V – acompanhar o cumprimento das metas das instituições de ensino e da Rede Pública Municipal de Ensino;
VI – elaborar relatório anual de monitoramento;
VII – propor revisões do Plano Municipal de Ação.
Art. 4º As funções dos membros do Comitê Gestor Municipal têm caráter relevante e não serão remuneradas, sendo consideradas prestação de serviço público relevante.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:02006B91

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 220/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 220/2026
DATA: 22.09.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da estrutura administrativa e pedagógica específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2277/2026, de setembro de 2026, que instituiu a Política Municipal de Alfabetização no Município de Itapejara D'Oeste, estabelecendo diretrizes e ações voltadas à promoção da alfabetização e à garantia do direito à aprendizagem;
CONSIDERANDO a necessidade de implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito do Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, com alocação de cargos e servidores na administração central, destinada a ampliar a capacidade institucional para elaboração e implementação de ações da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, coordenar, acompanhar, monitorar e executar as ações de alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Departamento Municipal de Educação a **Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização do** Departamento Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, destinada à elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º A estrutura de que trata este Decreto funcionará junto à administração central da Departamento Municipal de Educação, com a alocação de cargos e/ou servidores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas à alfabetização.
Art. 3º A Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização será organizada por meio da **Coordenação Geral de Alfabetização**, responsável pela organização, gestão, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.
Art. 4º A Coordenação Geral de Alfabetização será composta por representantes dos seguintes segmentos:
I - 01 (um) Diretor(a) Departamento Municipal de Educação, que exercerá a função de Coordenador-Geral;
II - 01 (um) Coordenador(a) Pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
III – 01 (um) Articulador(a) Renalfa Municipal;
§ 1º Os membros da Coordenação Geral de Alfabetização serão designados por Portaria do Poder Executivo Municipal.
§ 2º A Coordenação Geral de Alfabetização reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador-Geral.
Art. 5º Compete à Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização:
I - Elaborar e executar o Plano Municipal de Alfabetização;
II - Coordenar, acompanhar e monitorar as ações de alfabetização desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
III - Acompanhar e analisar os indicadores de aprendizagem e alfabetização;
IV - Promover e articular ações de formação continuada para os profissionais da educação;
V - Prestar assessoramento técnico e pedagógico às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
VI - Elaborar relatórios técnicos, instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações de alfabetização;
VII - Implementar e acompanhar as ações previstas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VIII - Articular as ações da Política Municipal de Alfabetização com as demais políticas, programas e projetos educacionais desenvolvidos pelo Município.
Art. 6º A atuação da Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização observará as diretrizes estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização, pela legislação educacional vigente e pelas orientações dos programas e políticas nacionais e estaduais de alfabetização.
Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:57D05787

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Ata da Audiência Pública sobre a prestação de contas do

segundo quadrimestre de 2026 da Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste - PR

Data: 21 de setembro de 2026
Horário: 18:15
Local: Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste
Presidente da Audiência: Sra. Suelen dos Passos Stefanello (Contadora do Poder Legislativo Municipal)
Presentes: Presidente da Casa, João Carlos Venturin, Vereadores José Valdir dos Santos, Servidores da Câmara Municipal (Lista de presença em anexo).
Assunto da Audiência:
Cumprimento do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2026 da Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste.
Desenvolvimento da Audiência
Abertura:
O Presidente do Poder Legislativo, Vereador João Carlos Venturin abriu a audiência da prestação de contas do Poder Legislativo às 18:15, cumprimentando a todos os presentes e agradecendo a participação dos mesmos e passando a palavra para a Sra. Suelen, Contadora do Legislativo Municipal, que iniciou a audiência da prestação de contas do Poder Legislativo às 18:30, cumprimentando a todos os presentes e agradecendo a participação dos mesmos.
Objetivo:
A Contadora explicou que a audiência pública foi convocada para cumprir o disposto no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que exige a transparência na gestão fiscal, mediante a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de prestação de contas e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.
Prestação de Contas:
A Sra. Suelen apresentou a prestação de contas referente ao primeiro quadrimestre de 2026, detalhando as receitas, despesas e investimentos realizados pela Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste.

Foram apresentados os principais indicadores financeiros, como empenhos liquidados, licitações, material de consumo, de expediente, combustível, manutenção do veículo, serviços de terceiros, diárias, passagens, folha salarial, contribuições patronais, enfim, as despesas em geral, destacando o a lisura dos gastos estabelecidos para o período.
Estará em anexo a presente ata o demonstrativo dos números apresentados pela Sra. Suelen, além da mesma colocar-se à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos mais detalhados.
Debates e Contribuições:
Sem indagações ou dúvidas dos presentes.
Encerramento:
Após a apresentação e discussão, a Sra. Suelen dos Passos Stefanello agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência às 18:25, ressaltando a importância da transparência e da participação popular no processo de prestação de contas e mais uma vez se colocando à disposição para qualquer dúvida, lavrada a presente ata, que após lida achada em conforme, será assinada pela presidente da Audiência Pública e pelo Presidente do Poder Legislativo, referente à Prestação de Contas do Poder Legislativo Municipal de Itapejara D' Oeste-PR no período do Segundo Quadrimestre de 2026.

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente do Poder Legislativo Municipal

SUELEN DOS PASSOS STEFANELLO
Contadora do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:49918DDA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPEJARA D'OESTE
TÍTULO I
DA NATUREZA E OBJETIVO
Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, implantado pela Lei nº 1608/2015, de 24 de novembro de 2015, é órgão colegiado, vinculado ao Departamento Municipal de Educação, com competências normativas, deliberativas, consultivas, mobilizadoras e fiscalizatórias da política municipal de Educação, e reger-se-á pelo presente regimento, observadas as normas e disposições fixados em lei.
Art. 2º - O CME de Itapejara D'Oeste tem como objetivo assegurar a toda a comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.
TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA
Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação é organizado com a seguinte estrutura:
I - Plenário
II - Presidência
III - Secretaria geral
IV - Comissões temporárias
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO CME
Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação terá caráter representativo, constituído de 15 (quinze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, de acordo com a legislação vigente, a saber:
I. 2 (dois) representantes do Departamento Municipal de Educação;
II. 1 (um) representante dos diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino;
III. 1 (um) representante dos conselhos escolares das escolas públicas da rede municipal de ensino;
IV. 1 (um) representante dos conselhos escolares das escolas públicas da rede estadual de ensino;
V. 1 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
VI. 1 (um) representante dos docentes da educação infantil (creches) da rede municipal de ensino;
VII. 1 (um) representante dos docentes da educação infantil (pré-escolar) da rede municipal de ensino;
VIII. 1 (um) representante dos docentes do ensino fundamental (1º ao 5º ano séries iniciais) da rede municipal de ensino;
IX. 1 (um) representante dos docentes do ensino fundamental (6º ao 9º ano, séries finais) da rede municipal de ensino;
X. 1 (um) representante dos docentes da rede estadual - ensino médio;
XI. 1 (um) representante do Conselho Tutelar do Município.
XII. 1 (um) representante da Câmara de Vereadores;
XIII. 1 (um) representante das Escolas do Campo;
XIV. 1 (um) representante da Sociedade Civil - Rotary
§ 1º - A presidência e a vice-presidência do Conselho Municipal de Educação somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos I, II, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XIII.
§ 2º - Os conselheiros deverão ter domicílio e residência no Município de Itapejara D'Oeste.
§ 3º - A função de conselheiro é considerada relevante serviço prestado ao Município, e será exercida sem ônus para os cofres públicos.
§ 4º - Cessado o mandato, os conselheiros poderão ser reconduzidos de acordo com a indicação de seus respectivos seguimentos, sendo permitida a recondução por uma só vez.
§ 5º - Para cada membro titular deverá ser indicado um membro suplente, com idêntico mandato.
§ 6º - O membro suplente tem plenos poderes para substituir o respectivo membro titular na votação, em caso de eventuais ausências ou impedimentos.
§ 7º - Ao ocorrer vacância da titularidade ou suplência, cabe ao segmento à indicação de novo membro para complementação do mandato.

§ 8º - Por iniciativa do segmento que representa, o conselheiro titular ou suplente poderá ser substituído, por razões não previstas no Art. 8º, cabendo ao novo indicado o término do mandato.
§ 9º - O segmento tem o prazo máximo de trinta dias para indicar a substituição do conselheiro para o término do mandato.
Art. 5º - A ausência do conselheiro a mais de três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, no período de um ano, será comunicada, por escrito, à Entidade que o elegeu ou ao Poder Executivo.
CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DO CME
Art. 6º - De acordo com a Lei nº 1608/2015, compete ao Conselho Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste:
I - o exercício de função consultiva, com poderes para apresentação de parecer sobre seguintes assuntos:
a. projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Poder Executivo e das escolas;
b. planos municipais de educação;
c. medidas e programas para titular e/ou capacitar e atualizar os professores;
d. acordo e convênios;
e. questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, pelo Departamento Municipal de Educação e Esporte, pela Câmara Municipal e outros;
II - o exercício de função normativa, com poderes para:
a. elaborar seu Regimento Interno, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) de sua criação, e atualizá-lo sempre que for necessário ;
b. elaborar plano de ação;
c. elaborar relatórios de vistorias e acompanhamentos, expedidos pelos presidente e referidas câmaras, quando houver necessidade;
e. expedir normas para o funcionamento do Sistema Municipal de Educação;

III) O exercício de função deliberativa, com poderes para discutir e decidir, entre outras, as seguintes matérias:
a. orientação e adoção de medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
b. orientação e determinação das formas de relação com a comunidade;
IV - o exercício de função fiscalizatória, entre outros:
a. do acompanhamento de transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município;
b. do cumprimento do Plano Municipal de Educação;
c. das experiências pedagógicas inovadoras;
d. do desempenho do Sistema Municipal de Ensino;
e. das ações do Departamento Municipal de Educação.
V - exercer outras atribuições, previstas em lei, ou decorrentes da natureza de suas funções.
CAPÍTULO IV
DO MANDATO DOS CONSELHEIROS
Art. 7º - O mandato de Conselheiro é de 4 (quatro) anos, contados a partir do ato oficial de nomeação pelo Executivo Municipal.
Art. 8º - O mandato de conselheiro titular e suplente será considerado em vacância antes do término do prazo nos seguintes casos:
I - Morte ou invalidez permanente que o impossibilite ao exercício das funções;
II - Renúncia;
III - ausência injustificada do titular e suplente a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, no período de um ano;
IV - doença que exija o licenciamento por mais de um ano;
V - condenação por crime comum ou de responsabilidade.
§ 1º - Caberá ao Presidente do CME, ao tomar conhecimento das situações previstas nos incisos deste artigo, providenciar as medidas regimentais cabíveis.
§ 2º - O Conselho deliberará, por maioria absoluta, sobre a vacância do mandato do conselheiro titular ou suplente, com os devidos registros em ata.
§ 3º - Ao declarar vago o mandato do conselheiro, o Presidente do CME fazer a comunicação ao segmento pelo qual foi indicado e ao Executivo Municipal.
CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES E FUNÇÕES DOS CONSELHEIROS
Art. 9º - O conselheiro titular que tenha de ausentar-se ou que se encontre impossibilitado de comparecer às reuniões, deve comunicar o seu impedimento à Secretaria Geral e ao seu par.
Art. 10 - A função de conselheiro não será remunerada e é considerada de relevante interesse público municipal e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer funções ou cargos públicos municipais de que seja titular.
Art. 11 - O conselheiro que tiver representado o CME em qualquer evento deverá, na primeira reunião seguinte, fazer relato de sua participação ao Conselho, podendo ser solicitado o relatório escrito para fins de registro, contribuição ou simples arquivamento.
Art. 12 - Compete aos conselheiros:
I - participar das discussões e votar nas deliberações do Conselho;
II - propor questões de ordem;
III - fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de competência do Conselho;
IV - assinar as Atas, as frequências às reuniões e demais atos de que tenha participado;
V - propor convocação de reunião extraordinária;
VI - propor emenda ou reforma deste Regimento;
VII - exercer outras atribuições definidas em Lei ou Regulamentos.
CAPÍTULO VI
DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO
Art. 13 - Para o desempenho de suas atividades, o CME realizará sessões plenárias e disporá de Comissões temporárias, conforme estabelecido neste Regimento.
SESSÃO I
DO PLENÁRIO
Art. 14 - O Plenário é órgão deliberativo do Conselho Municipal de Educação e se reunirá em sessão ordinária a cada 2 (dois) meses ou extraordinariamente por convocação do Presidente ou de um terço dos conselheiros.
§ 1º - As sessões plenárias somente se realizarão com a presença da maioria absoluta dos conselheiros.
§ 2º - Entende-se por maioria absoluta a metade mais um do conjunto dos conselheiros titulares.
Art. 15 - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:
I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
II - Comunicação da Presidência;
III - Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
IV - Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
V - Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.
Art. 16 - As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples, cabendo ao Presidente somente o voto de qualidade.
Art. 17 - Quando houver Comissões temporárias, as matérias serão apresentadas pelo seu relator.
Art. 18 - As emendas propostas aos atos apresentados pelos relatores poderão ser supressivas, substitutivas ou aditivas.
Art. 19 - Discutida a matéria em Plenário, o conselheiro que pretender apresentar emenda ou parecer substitutivo pedirá vista do processo, ficando obrigado à apresentação do mesmo, em sessão plenária, em data que será definida pela Presidência, a ocorrer no prazo máximo de quinze dias, sob pena de desistência.
Art. 20 - Após a manifestação do relator, respondendo às arguições, o Presidente submeterá a matéria à votação, a fim de constar em ata.
Art. 21 - Qualquer conselheiro presente à votação somente poderá dela abster-se mediante justificativa, que constará em Ata.
SESSÃO II
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
Art. 22 - O CME de Itapejara D'Oeste, quando oportuno, poderá constituir Comissões especiais, órgãos temporários do CME, compostas por conselheiros e quando a matéria exigir, por profissionais técnicos indicados e convidados pelo Conselho com a finalidade de auxiliar em trabalhos e temáticas específicas de caráter temporário.
Art. 23 - As comissões temporárias serão compostas de no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos um Conselheiro Titular ou Suplente e serão constituídas para aprofundamento de estudos em assuntos específicos.
§ 1º - As Comissões, uma vez instaladas, escolhem seu Coordenador e Relator.

§ 2º - As Comissões remeterão seus relatórios ao Conselho, que deliberará sobre seu encaminhamento final.
§ 3º - Após a conclusão dos trabalhos, as Comissões temporárias serão automaticamente dissolvidas.
CAPÍTULO VII
DA COMPOSIÇÃO, NOMEAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE
Art. 24 - A Presidência, órgão diretor do CME, será exercida pelo Presidente.
§ 1º - O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impossibilidade, e suceder-lhe-á, nos casos de vacância.
§ 2º - Em caso de vacância da Vice-Presidência, o Plenário deliberará quanto à necessidade de eleição.
§ 3º - A escolha do Presidente, bem como a nomeação dos membros é da competência do Chefe do Poder Executivo, a partir da indicação efetuada pelos respectivos órgãos e entidades.
Art. 25 - Compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente, por delegação:
I - representar o CME;
II - estabelecer prazos para as comissões temporárias apresentarem, nas sessões plenárias, os atos decorrentes de matéria a elas submetidas;
III - coordenar a elaboração do relatório anual das atividades do Conselho para aprovação do Plenário e encaminhamento ao Poder Executivo Municipal;
IV - manter intercâmbio com órgãos e instituições educacionais, tendo em vista assuntos do interesse do CME;
V - tomar providências para o regular funcionamento do CME;
VI - executar ou fazer executar as deliberações do Plenário;
VII - remeter ao Prefeito Municipal as orientações, relatórios e documentos expedidos pelo Conselho para ciência e/ou publicação;
VIII - comunicar, por escrito, às entidades ou ao Poder Executivo, as ausências dos conselheiros conforme Art. 8 deste Regimento, assim como os casos de vacância;
IX - exercer o voto de qualidade;
X - exercer outras atribuições pertinentes ao cargo e compatíveis com as finalidades do Conselho;
XI - cumprir e fazer cumprir o presente regimento.
Art. 26 - Ao Vice-Presidente compete:
I - substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
II - auxiliar o Presidente, sempre que for por ele convocado;
III - prestar colaboração e assistência ao CME, na condição de membro da diretoria.
CAPÍTULO VIII
DA SECRETARIA GERAL
Art. 27 - Compete ao Secretário eleito superintender os serviços administrativos e de assessoramento e dar andamento às determinações da presidência e, em especial:
I - preparar a pauta das sessões do conselho juntamente com a Presidência, encaminhando as respectivas convocações;
II - elaborar as Atas das sessões plenárias;
III - tomar as providências administrativas necessárias à instalação das sessões plenárias;
IV - secretariar as sessões do conselho, lavrar e assinar as respectivas atas;
V - providenciar a execução das medidas determinadas pelo conselho ou pela presidência;
VI - encaminhar o relatório anual das atividades do CME ao Poder Executivo Municipal;
VII - exercer outras atribuições pertinentes ou que decorram das deliberações do Plenário.
CAPÍTULO IX
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
Art. 28 - Os atos administrativos do CME serão expressos por meio de Pareceres, Indicações, Relatórios e documentos orientativos, aprovados pelo Conselho a partir de estudos, discussões e de embasamento legal e que devem ser observados e cumpridos.
§ 1º - Resolução é o ato pelo qual o Conselho normatiza matéria de sua competência.
§ 2º - Parecer, relatórios e documentos orientativos é o pronunciamento sobre matéria submetida ao CME.
§ 3º - Indicação é o ato pelo qual o CME propõe medidas com vistas à expansão e melhoria do ensino.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 29 - O Presidente, Vice-Presidente e o Secretário poderão ser destituídos de suas funções pelo voto de 2/3 dos Conselheiros, em sessão Plenária convocada para este fim, na qual os mesmos terão direito de apresentar defesa.
Art. 30 - Dependerá do voto de dois terços dos Conselheiros, em sessão Plenária convocada para este fim, a aprovação de propostas de alteração deste Regimento.
Art. 31 - De cada reunião será lavrada ata, que deverá ser assinada pelos conselheiros presentes à reunião.
Art. 32 - Aos conselheiros do CME no exercício de suas funções, é assegurado livre acesso às escolas ou locais onde se desenvolvem atividades de ensino e de educação.
Art. 33 - No período de transição de vigência do Sistema Estadual, para a implantação do Sistema Municipal de Ensino de Itapejara D'Oeste, não havendo normas próprias e havendo legislação estadual pertinente, os órgãos e as instituições escolares vinculadas à administração municipal aplicarão as normas do Sistema Estadual.
§ 1º - A função Normativa, especificada no Art. 6, somente será exercida após a criação do Sistema Municipal de Educação.
Art. 34 - As omissões neste Regimento e as dúvidas suscitadas na sua aplicação serão dirimidas pelo Plenário do CME e constituirão precedentes que deverão ser observados e integrarão futura alteração regimental.
Art. 35 - O presente Regimento poderá ser alterado ou modificado todas as vezes que a legislação educacional ou civil for alterada, ou ainda por solicitação e aprovação por no mínimo dois terços dos conselheiros.
Art. 36 - Este Regimento entra em vigor após sua aprovação e publicação no Diário Oficial.
Itapejara D'Oeste, 22 de setembro de 2026.

ELLEN LUCI PILONETO **–**
Presidente CME Itapejara D'Oeste.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:06666DB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 406/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o Servidor abaixo relacionado para exercer a função de Fiscal de Contrato:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO.

WELBERTON CECCON BARROS	Rg: *******257

Art. 2º- Conceder gratificação ao servidor, conforme Lei n°717/2021 de 27 de Agosto de 2021.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:7094D84B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 211/2024 – REAJUSTE E PRAZO

CONTRATO: Nº 211/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADA: FRATELLI COGNATA ALIMENTOS EIRELI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO ABRIGO INSTITUCIONAL SÃO DOMINGOS DE SÁVIO.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 18 DE SETEMBRO DE 2026 E 17 DE SETEMBRO DE 2027.
DO REAJUSTE: R$ 4.901,82 (QUATRO MIL, NOVECENTOS E UM REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2026

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:1BF28E9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovado pela Resolução nº08/2009.

O Plenário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e o Presidente **VALDEIR APARECIDO LAUREANO**, de acordo o artigo 39, incisos IV e V, do Regimento Interno, promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º O art. 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A função legislativa consiste em elaborar leis e demais atos normativos referentes a todos os assuntos de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado.

Art. 2º O art. 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º A função julgadora da Câmara Municipal será exercida nas hipóteses de julgamento do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas, bem como nas demais hipóteses previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na legislação federal aplicável e neste Regimento.

Art. 3º O art. 11 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação e posse, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 10, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio, após a prestação coletiva do seguinte compromisso: **"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar com lealdade, urbanismo e assiduidade, o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar de seu povo."**

Art. 4º O art. 12 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Prestado coletivamente o compromisso previsto no artigo anterior, o Secretário ad hoc fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará: **"Assim o prometo"**.

Art. 5º O art. 14 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Os Vereadores deverão apresentar, por ocasião da posse, declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado, na forma da legislação aplicável.
§1º A declaração será atualizada anualmente e ao término do mandato, observadas as exigências estabelecidas na legislação vigente.
§2º As declarações serão arquivadas pela unidade administrativa competente da Câmara Municipal.

Art. 6º O art. 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. Ocorrendo ausência injustificada do vereador eleito à sessão de posse e estando esgotado o prazo previsto no art. 13 sem a posse ou sem aceitação da justificativa, o presidente da Câmara declarará a vacância do cargo e convocará o suplente da mesma legenda, observando-se a ordem da diplomação, conforme disposto na legislação eleitoral.

Art. 7º Fica alterado o art. 19 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. A Mesa da Câmara Municipal é composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única reeleição/recondução sucessiva para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, independentemente da legislatura.
Parágrafo único. A vedação à reeleição/recondução aplica-se somente para o mesmo cargo da mesa diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto.

Art. 8º Ficam alterados o caput e o § 2º do art. 21 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão para eleição da Mesa Diretora, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes ou, em caso de ausência, recusa ou impedimento deste, do Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa Diretora, exigida a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara para a realização da eleição.
(...)
§2º A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão ordinária do mês de dezembro do segundo ano da legislatura em curso, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, iniciando-se nessa data o exercício dos respectivos cargos na mesa para o segundo biênio.
(...)

Art. 9º O art. 26 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. Os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora do primeiro biênio serão considerados empossados imediatamente após a proclamação do resultado da eleição, mediante termo lavrado em ata, entrando imediatamente em exercício.

Art. 10. Fica alterado o parágrafo único do art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, o qual passa a ser o §1º, sendo acrescido o §2º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)
§1º Ocorrendo vacância do cargo de 1º Secretário, assumirá a vaga o 2º Secretário.
§2º Ocorrendo vacância do cargo de 2º Secretário haverá eleição suplementar para seu preenchimento, na forma deste Regimento.

Art. 11. O art. 33 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVII:
(...)
XVII – promulgar as emendas à Lei Orgânica Municipal aprovadas pelo Plenário.

Art. 12. O art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. O Vice-Presidente substitui o Presidente em suas faltas, impedimentos ou licenças, sendo substituído, nas mesmas hipóteses, sucessivamente, pelo 1º Secretário e pelo 2º Secretário.
Parágrafo único. O 2º Secretário substituirá o 1º Secretário nas mesmas hipóteses previstas no caput deste artigo.

Art. 13. Ficam criados os incisos XXXIV e XXXV no art. 39 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

XXXIV – expedir portarias relativas à administração da Câmara Municipal, inclusive em matéria de pessoal, designação de funções, concessão de diárias e demais atos administrativos de sua competência;
XXXV – expedir Atos da Presidência para tratar de matérias de sua competência que, por sua natureza, não exijam resolução, decreto legislativo ou portaria, por se tratar de assuntos internos.

Art. 14. O art. 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. As Comissões são órgãos técnicos da Câmara Municipal, compostas por 03 membros efetivos, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, que exercerá também a função de Relator, e 01 (um) Membro, com a finalidade de examinar as matérias em tramitação na Câmara, manifestar-se sobre elas, investigar fatos determinados de interesse da Administração Pública e exercer a fiscalização do Poder Executivo quanto aos assuntos relacionados à respectiva área de atuação.
Parágrafo único. As Comissões permanentes terão 01 (um) suplente.

Art. 15. Fica alterado o art. 49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. Compete às Comissões Permanentes estudar as proposições e os assuntos que lhes forem distribuídos, relacionados à respectiva área de atuação, exercer a fiscalização cabível no âmbito de sua competência e emitir parecer para orientação do Plenário.
Parágrafo único. São Comissões Permanentes da Câmara Municipal:
I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;
II - Comissão de Finanças e Orçamento;
III - Comissão de Política Urbana, Serviços Públicos e Segurança Pública;
IV - Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

Art. 16. Ficam alterados os incisos I e II e §1º, acrescido o inciso IX e revogados os §2º a §4º do art. 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

I – estudar e discutir as proposições que lhes forem distribuídas, emitindo parecer para orientação do Plenário;
II - emitir relatórios anuais de fiscalização relacionados às suas áreas de atuação, de acordo com a regulamentação sobre o assunto;
IX – realizar, ao menos semestralmente, reunião com os respectivos Secretários Municipais ou responsáveis por cada área de atuação, para debate de metas e programas.
§1º Aprovada a redação final pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o projeto de lei retorna à Mesa para ser encaminhado ao Poder Executivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
§2º Revogado.
§3º Revogado.
§4º Revogado.

Art. 17. Fica alterado o art. 58 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na reunião seguinte à da eleição da Mesa, para mandato de 02 (dois) anos, mediante escrutínio público, por votação nominal, aberta e registrada em ata, realizada separadamente para cada Comissão.
§1º A votação de cada Comissão deverá indicar os Vereadores que a integrarão, na condição de titulares e de suplente, com a respectiva legenda partidária.
§2º Na organização das Comissões Permanentes, será observado o disposto no art. 54 deste Regimento, ficando vedada exclusivamente ao Presidente da Câmara a eleição para qualquer Comissão Permanente.
§3º Ressalvado o Presidente da Câmara, todos os Vereadores em exercício deverão integrar, obrigatoriamente, 02 (duas) Comissões Permanentes, admitindo-se que, em uma delas, o Vereador figure como suplente.
§4º Não poderá ser eleito para integrar Comissão Permanente o Vereador que não se encontrar no efetivo exercício do mandato, nem o suplente de Vereador que não houver assumido definitivamente o mandato ou que não estiver no efetivo exercício da vereança.
§5º Em caso de empate, considerar-se-á eleito, sucessivamente, o Vereador cujo partido ainda não esteja representado na respectiva Comissão; o Vereador que conte com menor número de participações em Comissões Permanentes; e, persistindo o empate, o Vereador mais votado nas eleições municipais.

Art. 18. Fica alterado o art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64. As vagas nas Comissões Permanentes, decorrentes de renúncia, destituição, extinção ou perda do mandato de Vereador, serão supridas mediante designação do Presidente da Câmara, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 58 deste Regimento.
§1º O Vereador designado para suprir vaga em Comissão Permanente ingressará na condição de suplente da respectiva Comissão.
§2º Ocorrendo vaga entre os membros titulares da Comissão Permanente, haverá recomposição automática das funções internas, observada a seguinte ordem de substituição:
I - o Vice-Presidente assumirá a Presidência da Comissão, quando vaga esta função;
II - o membro titular assumirá a Vice-Presidência e Relatoria da Comissão, quando vaga esta função;
III - o suplente assumirá a condição de membro titular da Comissão.
§3º Após a recomposição prevista no § 2º deste artigo, o Vereador designado pelo Presidente da Câmara ocupará a suplência da Comissão Permanente.
§4º Nos casos de vaga decorrente de perda do mandato de Vereador, a designação recairá, preferencialmente, sobre o Vereador que assumir o mandato, desde que em efetivo exercício, observado o disposto no art. 58 deste Regimento.
§5º A recomposição prevista neste artigo será registrada em ata.

Art. 19. Fica alterado o art. 65 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para definir o dia e o horário, bem como a periodicidade mínima de suas reuniões.
Parágrafo único. Caso um membro titular da Comissão informe a impossibilidade de comparecimento em reunião da Comissão Permanente, o suplente será comunicado para participar da reunião e exercer a função que lhe couber em razão da substituição, apenas para o respectivo ato, observada a ordem prevista no art. 64 deste Regimento.

Art. 20. Fica alterado o art. 81 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81. Compete à Comissão de Política Urbana, Serviços Públicos e Segurança Pública opinar nas matérias referentes a obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e, ainda, sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

§1º Cabe ainda à Comissão a análise de matérias relativas à aquisição, alienação, doação com encargos e concessão de direito real de uso de bens imóveis, à denominação de prédios públicos, logradouros públicos e bairros, bem como ao desenvolvimento do Município.
§2º No âmbito da Política Urbana compete à Comissão manifestar-se sobre o Plano Diretor, o ordenamento territorial, o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano, bem como sobre habitação e mobilidade urbana.
§3º No âmbito da Segurança Pública, compete à Comissão opinar sobre políticas de prevenção à violência, cooperação com órgãos de segurança, iluminação pública e segurança no trânsito.

Art. 21. Fica alterado o art. 82 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. Compete à Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais, artísticos, inclusive ao patrimônio histórico, desportivos e relacionados com a saúde, saneamento e assistência social e meio ambiente.
§1º A Comissão apreciará, obrigatoriamente, as proposições que tenham por objetivo a concessão de bolsas de estudo, a reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde, bem como implantação de centros comunitários.
§2º No âmbito do Meio Ambiente, compete à Comissão manifestar-se sobre a proteção dos ecossistemas, o combate à poluição em todas as suas formas, a preservação da fauna e da flora, o saneamento básico e o desenvolvimento sustentável do Município.
§3º Compete, ainda, à Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente manifestar-se sobre a proposta da Lei Orçamentária Anual, especificamente quanto à adequação e suficiência das dotações destinadas às suas áreas de atuação, fiscalizando e propondo providências legislativas visando:
I – o cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais e legais de aplicação de recursos em educação e saúde;
II – a garantia de recursos necessários à execução das políticas de assistência social, observando a manutenção dos fundos e programas da área;
III – a alocação de dotações suficientes para as ações de proteção, fiscalização e recuperação do meio ambiente, bem como para o saneamento básico.

Art. 22. Fica alterado o art. 85 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 85. Serão distribuídos à Comissão de Finanças e Orçamento a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, podendo esta Comissão requisitar informações e diligências de outras Comissões.
Parágrafo único. Na apreciação do projeto da Lei Orçamentária Anual, será ouvida, também, de forma opinativa e subsidiária, a Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, exclusivamente quanto às dotações e matérias relacionadas às respectivas áreas de atuação, sem prejuízo da competência única da Comissão de Finanças e Orçamento para emissão do parecer sobre o conjunto da proposta orçamentária.

Art. 23. Fica alterado o art. 110 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 110. São modalidades de proposições:
I – propostas de emendas à Lei Orgânica;
II - projetos de lei;
III - projetos de decreto legislativo;
IV - projetos de resolução;
V - moções;
VI - projetos substitutivos;
VII - emendas e subemendas;
VIII - relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
IX - indicações;
X - requerimentos;
XI - recursos;
XII - representações.

Art. 24. Fica acrescido o art. 123-A ao Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 123-A. Moção é a proposição por meio da qual a Câmara Municipal manifesta, por deliberação do Plenário, apoio, solidariedade, aplauso, louvor, congratulação, pesar, repúdio, protesto, apelo ou outra manifestação institucional sobre fato, ato, pessoa, entidade, autoridade pública ou assunto de relevante interesse público ou social.
§1º A moção não possui natureza normativa, não cria direitos ou obrigações, não substitui indicação, requerimento, projeto de lei, projeto de resolução ou projeto de decreto legislativo, constituindo manifestação política e institucional da Câmara Municipal.
§2º A moção poderá ser apresentada por qualquer Vereador, pela Mesa Diretora ou por Comissão, devendo conter, sempre que possível:
I – ementa ou indicação objetiva de sua finalidade;
II – identificação da pessoa, entidade, órgão ou autoridade a que se dirige, quando houver;
III – exposição sucinta dos fatos e fundamentos que justificam a manifestação;
IV – indicação do tipo de manifestação pretendida, especialmente de aplauso, congratulação, pesar, apoio, solidariedade, repúdio, protesto ou apelo.
§3º A moção será lida no expediente, incluída na pauta e submetida à deliberação do Plenário, em discussão e votação únicas.
§4º Aprovada a moção, será ela encaminhada, por ofício, ao destinatário indicado pelo autor, fazendo-se o respectivo registro.
§5º Não será admitida moção que contenha expressão ofensiva, matéria estranha ao interesse público, promoção pessoal indevida, propaganda político-partidária ou conteúdo manifestamente incompatível com o decoro parlamentar e com a finalidade institucional da Câmara.
§6º Aplicam-se às moções, no que couber, as regras regimentais relativas à apresentação, retirada, discussão e votação das proposições.

Art. 25. Fica acrescido o art. 151-A ao Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 151-A. As sessões ordinárias, extraordinárias e solenes serão gravadas e transmitidas ao vivo pela internet, por meio do canal oficial da Câmara Municipal de Itaúna do Sul em plataforma de compartilhamento de vídeos, com acesso disponibilizado também no sítio eletrônico oficial do Poder Legislativo.
§1º As reuniões de Comissões que se refiram a projetos de lei e julgamento das contas deverão ser gravadas e transmitidas pela internet, na forma prevista no caput, dispensando-se tal procedimento quando relacionadas a assuntos internos das Comissões, fiscalizações em andamento e outros motivos justificados, com a lavratura de ata circunstanciada do ato, que deverá ser assinada por todos os presentes.
§2º Na hipótese de impossibilidade de gravação ou transmissão de qualquer reunião, em razão de problemas técnicos, interrupção no fornecimento de energia elétrica ou outro motivo devidamente justificado, a ocorrência será registrada em ata circunstanciada, com a descrição resumida dos atos praticados, a qual, nesse caso, será assinada por todos os Vereadores.

Art. 26. Fica alterado o art. 161 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 161. A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores para verificação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua realização, devendo ser colocada em discussão na próxima reunião, considerando-se aprovada por voto da maioria simples.
§1º Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata, no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria simples dos Vereadores presentes, para efeito de retificação ou impugnação.
§2º O pedido de retificação/impugnação deverá ser apresentado até 48 horas antes da reunião seguinte e será votado pelo Plenário, considerando-se aprovado por voto da maioria dos vereadores presentes à reunião.
§3º Se o Plenário acolher a impugnação, a ata será aprovada com a ressalva e na ata seguinte constará a retificação.
§4º A ata aprovada será assinada pela Mesa.

§5º Não poderá impugnar a ata o Vereador ausente à reunião a que a mesma se refira.
§6º Para viabilizar a lavratura das atas será utilizada a gravação da reunião.

Art. 27. Ficam alterados os incisos I e II do art. 163 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;
II - projeto de lei;
(...)

Art. 28. Fica alterado o art. 167 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 167. A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:
I – vetos;
II – matérias em regime de urgência;
III – matérias em redação final;
IV – matérias em discussão única;
V – matérias em segunda discussão;
VI – matérias em primeira discussão;
VII – recursos;
VIII – demais proposições.
Parágrafo Único. As matérias, pela ordem de preferência, figurarão na pauta, observada a ordem cronológica de sua apresentação, entre aquelas da mesma classificação.

Art. 29. Fica alterado o art. 176 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 176. Terão único turno de discussão e votação as seguintes matérias:
I – as que tenham sido colocadas em regime de urgência;
II – o veto;
III – os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;
IV – os requerimentos sujeitos a debates;
V – as emendas e subemendas apresentadas às proposições;
VI – os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final com conclusão pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de proposição;
VII – as moções.

Art. 30. Fica alterado o art. 194 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 194. O voto será público nas deliberações da Câmara, com exceção da eleição para membros da Mesa, a qual será feita por meio de cédulas.

Art. 31. Ficam revogados os incisos V, VI, VII e o parágrafo único do art. 197 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)
V – Revogado.
VI – Revogado.
VII – Revogado.
Parágrafo Único. Revogado.

Art. 32. Fica acrescido o § 2º-A ao art. 222 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

§2º-A Caso haja apontamento de ressalva ou irregularidade no parecer prévio do Tribunal de Contas relacionado à política pública inserida na área de atuação de Comissão Permanente específica, esta deverá emitir parecer técnico de natureza opinativa, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da solicitação da Comissão de Finanças e Orçamento, sem prejuízo da competência desta para emissão do parecer principal.

Art. 33. Ficam acrescidos os artigos 222-A, 222-B, 222-C, 222-D e 222-E do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 222-A. A análise e julgamento das contas do Prefeito restringem-se aos escopos definidos no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
§1º As sessões referentes ao processo de julgamento das contas serão públicas e a votação será nominal e aberta.
§2º As contas do Município ficarão durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, podendo ser questionada sua legitimidade, nos termos da lei.

Art. 222-B. No caso de eventual complexidade da matéria, o Prefeito responsável pelas contas poderá, uma única vez, requerer prorrogação de prazo para o exercício da defesa previsto no caput do art. 222, desde que o requerimento seja apresentado durante o prazo original, sob pena de preclusão, e contenha os motivos concretos que justifiquem a prorrogação.
Parágrafo único. A Comissão de Finanças e Orçamento decidirá sobre o pedido dentro do prazo de 3 (três) dias e, se deferido, o prazo adicional não poderá exceder a 10 (dez) dias, contado da notificação do Prefeito.

Art. 222-C. Quando houver fatos novos durante a instrução do processo, será concedida oportunidade de manifestação ao Prefeito, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 222-D. O Prefeito será notificado, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, da data da reunião da Comissão de Finanças e Orçamento em que serão analisados os autos e deliberado o parecer acompanhado do projeto de decreto legislativo, podendo apresentar alegações finais escritas até a reunião ou sustentação oral durante sua realização.

Art. 222-E. O Projeto de Decreto Legislativo destinado ao julgamento das contas anuais do Poder Executivo será acompanhado do Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, que integrará o processo de julgamento das contas e conterá:
I – relatório com a síntese dos principais elementos do processo de prestação de contas, do parecer prévio do Tribunal de Contas, da defesa apresentada pelo Prefeito, das manifestações e dos pareceres das comissões que tenham participado da instrução;
II – fundamentação de fato e de direito, com a análise dos elementos constantes do processo e das razões que justifiquem a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição das contas;
III – conclusão com manifestação expressa sobre o julgamento das contas;
IV – indicação específica dos fundamentos da divergência e dos motivos da discordância, quando a conclusão da Comissão não acompanhar, total ou parcialmente, o parecer prévio do Tribunal de Contas.
Parágrafo único. O Projeto de Decreto Legislativo deverá consignar objetivamente a decisão proposta quanto às contas anuais do Poder Executivo.

Art. 34. Fica acrescido o art. 223-A ao Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 223-A. Da decisão do Plenário que julgar as contas caberão Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Decreto Legislativo, destinados a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.
§1º Os Embargos de Declaração deverão ser apresentados por petição fundamentada, com indicação precisa do ponto omisso, contraditório, obscuro ou materialmente equivocado da decisão embargada.
§2º Os Embargos de Declaração não se prestam à rediscussão do mérito do julgamento das contas, nem à inovação de fundamentos ou de provas, admitindo-se efeito modificativo apenas quando este

decorrer, de forma necessária e excepcional, da correção de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.
§3º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver subscrito o parecer legislativo e o projeto de decreto legislativo apreciado pelo Plenário, ou, na sua ausência, impedimento ou impossibilidade, a Relator designado pelo Presidente da Câmara.
§4º Recebidos os Embargos de Declaração, o Relator apresentará voto na primeira sessão ordinária subsequente, submetendo-os ao julgamento do Plenário.
§5º O julgamento dos Embargos de Declaração integrará a decisão embargada, para todos os fins, devendo eventual acolhimento constar de decreto legislativo complementar ou retificador, conforme o caso.

Art. 35. Fica alterado o art. 224 do Regimento Interno da Câmara de Itaúna do Sul/PR, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 224. O Presidente comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná no prazo de 10 dias após a publicação da decisão definitiva do Plenário.
§1º Se as contas forem rejeitadas, cópia do Decreto Legislativo e peças essenciais deverão ser remetidas imediatamente ao Ministério Público do Estado do Paraná, no prazo máximo previsto no caput.
§2º O prazo para as comunicações previstas neste artigo será contado da publicação do julgamento dos Embargos de Declaração ou, não sendo estes opostos, após o decurso do prazo.

Art. 36. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis (21/09/2026).

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:165C6DAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 01.2026 /CONTRATO Nº. 10/2026, REFERENTE A LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Termo aditivo nº 01/2026 ao Termo de Colaboração 01.2026 /Contrato nº. 10/2026, referente a licitação INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026. CONTRATANTE/ADM. PUBLICA: MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL - CNPJ 75.458.836/0001-3, Av. Brasil, 883, centro, CEP 87.980-040. CONTRATADA/PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAÚNA DO SUL - APAE, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 01.203.341/0001-27, com sede na Rua Argentina, nº 818, centro, CEP: 87.980-000 – Itaúna do Sul-PR, neste ato representada pelo Sr. Diretor Presidente em exercício, Sr. Marcos Garcia, nesta cidade de Itaúna do Sul/PR. OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto revisar o Plano de Trabalho, readequar o valor global da parceria e atualizar o cronograma de desembolso do Termo de Colaboração nº 01/2026, sem alteração da finalidade originalmente pactuada, destinada ao atendimento educacional especializado de alunos da educação especial com recursos do FUNDEB. Fundamento: art. 57 da Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Federal nº 10.656/2021, na Lei Municipal nº 1.688/2026 e nas normas aplicáveis ao FUNDEB.

Itaúna do Sul-PR, **22 de setembro de 2026**.

Autoridade Competente:
GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:907D87E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR I INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Complementar I
Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026

Processo origem	**CREDENCIAMENTO 014/2026 / Processo Administrativo nº 0105/2026** **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados**
Contratadas/credenciadas	Item Fonoaudióloga: SIMONE SOARES DA SILVA LTDA, CNPJ: 58.886.434/0001-10, Endereço: Rua Reynaldo Massi Cidade Diamante do Norte - Pr: CEP: 87.990-000, Telefone: (44) 99136-6523 E-mail: soaressimonefto@gmail.com
Fundamento	Art. 74, IV, c/c arts. 78, I, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021
Teto global anual	**R$143.523,90** sem garantia de demanda.

A autoridade competente autorizou a contratação direta (inexigibilidade), adjudicou o objeto às credenciadas e homologou a **Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026.**

Itaúna do Sul/PR, 22 de setembro de 2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:098B3D32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 038/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 038/2026

Objeto	Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados
Contratante	Município de Itaúna do Sul/PR - CNPJ nº 75.458.836/0001-33
Contratada	**SIMONE SOARES DA SILVA LTDA, CNPJ: 58.886.434/0001-10,**
Processo	CREDENCIAMENTO 014/2026 / Processo Administrativo nº 0105/2026 e **Inexigibilidade nº 018/2026 – Processo Administrativo nº 136/2026,**
Vigência	12 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
Teto global	**R$143.523,90 compartilhado entre as credenciadas e sem garantia de demanda.**
Fundamento	Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 74, IV, 78, I, e 79, I
Dotação Orçamentária	CONFORME ANEXO CONSTANTE DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA JUNTO AO EDITAL E TR DA CONTRATAÇÃO.
Local e data	Itaúna do Sul/PR, 22 de setembro de 2026
Autoridade Competente	**GILSON JOSÉ DE GOIS.** Prefeito Municipal
Comarca	**Nova Londrina-PR**

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:D1B4E021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO –COMPLEMENTAR II E EXTRATO TERMO/CONTRATO

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – complementar II

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026
Processo Administrativo 026.2026
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços de perícia médica por pessoas jurídicas devidamente habilitadas, para a

avaliação das condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outras situações dos servidores municipais;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA: RUFINO LOPES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (nome fantasia Eleve ServiçosMédicos), inscrita no CNPJ sob o nº 44.205.180/0001-13, com sede naRua Ubirajara, nº 80, Jardim Lucianópolis, Maringá/PR, CEP 87.080-430,neste ato representada por seu Sócio Administrador Bruno RicardoRufino Lopes, CRM-PR nº 47.775.
VIGÊNCIA: conforme validade do credenciamento
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de setembro de 2026

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Publicação:
Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO TERMO/CONTRATO
REF:**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026.** Processo Administrativo 026.2026
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme validade do Credenciamento (01/2026), podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 22/09/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: Contratação de serviços de perícia médica por pessoas jurídicas devidamente habilitadas, para a avaliação das condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outras situações dos servidores municipais
ESPÉCIE:TERMO CREDENCIAMENTO nº 039/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
CONTRATADA: RUFINO LOPES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (nome fantasia Eleve ServiçosMédicos), inscrita no CNPJ sob o nº 44.205.180/0001-13, com sede naRua Ubirajara, nº 80, Jardim Lucianópolis, Maringá/PR, CEP 87.080-430,neste ato representada por seu Sócio Administrador Bruno RicardoRufino Lopes, CRM-PR nº 47.775.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:E23BD8F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – COMPLEMENTAR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 (15ª EMPRESA)

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – complementar

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
Processo Administrativo 069.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.54.2026 – Credenciamento 05.2026.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de laudo de avaliação de imóveis urbanos para fins de alienação, em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR 14653-1 e 14653-2 a metodologia a ser empregada deverá ser por inferência estatística, conforme a característica do imóvel e conforme a ABNT, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas, para suprir as necessidades do município de Itaúna do Sul-PR;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
EMPRESA CREDENCIADA/CONTRATADA: 15ª colocada/classificada - E&G ARQUITETURA E MÓVEIS PLANEJADOS LTDA, CNPJ 40.328.095/0001-91.
VIGÊNCIA: conforme validade do credenciamento
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de setembro de 2026

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo. **Publicação:** Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO TERMOS/CONTRATOS
Processo Administrativo 069.2026 – Vinculado ao Proc. Adm.54.2026 – Credenciamento 05.2026
REF:**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026.**
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: conforme validade do Credenciamento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 22/09/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de laudo de avaliação de imóveis urbanos para fins de alienação, em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR 14653-1 e 14653-2 a metodologia a ser empregada deverá ser por inferência estatística, conforme a característica do imóvel e conforme a ABNT, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas, para suprir as necessidades do município de Itaúna do Sul-PR
ESPÉCIE:TERMO CREDENCIAMENTO nº 040/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, Art. 74, IV)
CONTRATADA: 15ª colocada/classificada - E&G ARQUITETURA E MÓVEIS PLANEJADOS LTDA, CNPJ 40.328.095/0001-91, Endereço: Rua Dom Pedro I, nº 375, Centro, Ibicuí/BA, CEP 45.290-000, Cidade: Ibicuí UF: BA Telefone/Celular: (73) 9 8238-8494, E-mail: eliaspereiraavaliador@gmail.com, representada por Elias Pereira da Conceição Junior – Socio Administrador.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:0CE00EB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
CÓDIGO DE ÉTICA E DE DECORO PARLAMENTAR

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre o Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Ivaí e dá outras providências.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Código estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do mandato de vereador.

§ 1º Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis, no caso de descumprimento das normas, nele previstas, relativas à ética e ao decoro parlamentar.
§ 2º A denúncia para apuração de infração político-administrativa, tendo como denunciado um vereador, será processada, apurada e julgada de acordo com a legislação federal.
§ 3º Para fins de responsabilização, o fato apontado, sob o alcance deste Código, deve ser apurado e processado durante a legislatura, após a posse do vereador até o final do mandato.
Art. 2º As inviolabilidades, prerrogativas e franquias asseguradas pela Constituição, pelas leis e pelo Regimento Interno, ao vereador, são institutos destinados à garantia do exercício do mandato popular e à defesa do Poder Legislativo.
TÍTULO II
DA RESPONSABILIDADE DO VEREADOR NO EXERCÍCIO DO MANDATO
CAPÍTULO I
DOS DEVERES
Art. 3º São deveres do vereador:
I - promover a defesa do interesse público local;
II - respeitar e cumprir a Constituição, as leis e as normas internas da Câmara Municipal;
III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo local;
IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;
V - apresentar-se à Câmara Municipal durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro;
VI - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Câmara Municipal e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;
VII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;
VIII - respeitar as decisões deliberadas legitimamente pela Câmara Municipal;
IX - não portar arma de fogo no recinto da Câmara Municipal.
CAPÍTULO II
DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR
Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:
I - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal;
II - perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas;
III – utilizar-se do mandato para a prática de:
a) atos de corrupção;
b) atos de improbidade administrativa;
IV – fixar residência fora do município;
V - portar arma de fogo no recinto da Câmara Municipal
VI - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais;
VII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;
VIII - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa relativas ao exercício do mandato e à respectiva prestação de contas.
§ 1º A apuração de responsabilidade de Vereador, para fins deste artigo, não afasta a sua sujeição a processos junto às respectivas competências judiciais, para verificação de prática de ilícitos penal ou civil.
§ 2º O processo para apuração de responsabilidade de vereador, para os casos indicados nos incisos deste artigo, observará as formalidades, os procedimentos, os prazos e as condições estabelecidas em legislação federal.
CAPÍTULO III
DOS ATOS ATENTATÓRIOS AO DECORO PARLAMENTAR
Art. 5º As condutas descritas neste artigo atentam contra o decoro parlamentar e serão puníveis na forma prevista neste Código:
I - perturbar a ordem das sessões plenárias da Câmara ou das reuniões de comissão;
II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal;
III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara Municipal ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou o Presidente;
IV - usar os poderes e prerrogativas do mandato para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;
V - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara Municipal ou comissão devam manter em sigilo, nas hipóteses previstas em lei;
VI - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
VII - usar recursos financeiros, quando recebidos em razão de deslocamento ou de outra forma indenizatória prevista em lei, em desacordo com os princípios da administração pública;
VIII - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara Municipal, de interesse específico de pessoa física que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;
IX - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença em sessões plenárias ou em reuniões de comissão.
Parágrafo único. As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.
TÍTULO III
DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Art. 6º A instrução e elaboração de parecer no julgamento de condutas decorrentes das hipóteses classificadas, no art. 5º, como atentatórias ao decoro parlamentar, cabem à Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar.
Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo reunir-se-á e estabelecerá cronograma de instrução e elaboração de parecer, quando houver representação ou solicitação da Mesa.
Art. 7º A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar será constituída por 03 (três) membros, nomeados pelo Presidente da Câmara, para o mandato de dois anos, permitida a recondução dos cargos, a critério da Presidência, observando, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária.
Art. 8º Não poderá ser membro da Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar vereador:
I - submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;
II - que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão temporária do exercício do mandato, e da qual se tenha o competente registro na Câmara Municipal.
Parágrafo único. O recebimento de representação contra membro da Comissão, por infringência dos preceitos estabelecidos por este Código, com prova, constitui causa para seu imediato afastamento da função, a ser aplicado de ofício pelo Presidente da Câmara Municipal, devendo perdurar até decisão final sobre o caso.
Art. 9º Compete à Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar:
I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal;
II - processar os representados nos casos e termos previstos no art. 13;
III - instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, nos casos e termos do art. 14;
IV - responder às consultas da Mesa, de comissões e de vereadores sobre matérias de sua competência.
Parágrafo único. As decisões da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar serão tomadas sempre por maioria absoluta de seus membros.
TÍTULO IV
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DAS PENALIDADES
Art. 10. São as seguintes penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar:
I - censura verbal
II - censura escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais;
IV - suspensão temporária do exercício do mandato;
V - perda do mandato.
Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - os danos que dela provierem para a Câmara Municipal; e
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.
Seção I
Da Censura Verbal
Art. 11. A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Câmara, em sessão, ou de comissão, durante suas reuniões, ao vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I e II do art. 5º deste Código.
§ 1º Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o vereador recorrer ao respectivo Plenário.
§ 2º O recurso de que trata o § 1º deverá ser interposto verbalmente, com registro em ata, no momento em que a censura verbal é aplicada.
§ 3º O julgamento do recurso deverá ocorrer na sessão plenária subsequente a sua interposição, sendo retirado o registro de censura verbal, caso seja julgado procedente, por maioria de votos.
Seção II
Da Censura Escrita
Art. 12. A censura escrita será aplicada pela Mesa, por provocação do ofendido, nos casos de incidência na conduta do inciso III do art. 5º, ou, por solicitação do Presidente da Câmara ou de comissão, nos casos de reincidência nas condutas referidas no art. 11.
§ 1º O vereador que receber censura escrita poderá apresentar recurso, ao Plenário, no prazo de vinte e quatro horas.
§ 2º O julgamento do recurso referido no § 1º deverá ocorrer na sessão plenária subsequente a sua interposição, sendo retirado o registro de censura escrita, caso seja julgado procedente, por maioria de votos.
Seção III
Da Suspensão de Prerrogativas Regimentais
Art. 13. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada, pelo Plenário da Câmara Municipal, por proposta da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, ao vereador que incidir nas vedações dos incisos VI a VIII do art. 5º, observados os seguintes procedimentos:
I - qualquer cidadão é parte legítima para representar junto à Mesa da Câmara Municipal, especificando os fatos e respectivas provas;
II - recebida representação nos termos do inciso I, verificadas a existência dos fatos e respectivas provas, a Mesa a encaminhará a Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar, cujo presidente instaurará o processo, designando relator;
III - instaurado o processo, a Comissão promoverá a apuração sumária dos fatos, assegurando ao representado a ampla defesa e providenciando as diligências que entender necessárias, no prazo de trinta dias;
IV – a Comissão emitirá, ao final da apuração, parecer concluindo pela improcedência ou procedência da representação, e determinará seu arquivamento ou proporá a aplicação da penalidade de que trata este artigo;
V – o parecer será encaminhado à Mesa se indicar a aplicação da penalidade de que trata este artigo, para a adoção das providências referidas na parte final do inciso VIII do § 4º do art. 14;
V - são passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:
a) usar a palavra, em sessão plenária, no horário destinado ao Grande Expediente;
b) candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de presidente ou vice-presidente de comissão;
c) ser designado relator de proposição em comissão;
d) ser designado para representar a Câmara Municipal em atividades externas;
e) ser autorizado a participar de cursos ou de capacitações;
VI - a penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no inciso V, ou apenas sobre algumas, a juízo da Comissão, que deverá fixar seu alcance, tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do representado, os motivos e as consequências da infração cometida;
Parágrafo único. O prazo máximo de suspensão, para os casos previstos neste artigo, é de seis meses.
Seção IV
Da Suspensão Temporária do Exercício do Mandato
Art. 14. A aplicação da penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, de no máximo trinta dias, é de competência do Plenário da Câmara Municipal, que deliberará por maioria absoluta de seus membros, por provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara Municipal, após processo disciplinar instaurado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo.
§ 1º Será punível com a suspensão temporária do exercício do mandato o vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos IV, V e IX do art. 5º deste Código.
§ 2º Poderá ser apresentada, à Mesa, representação popular contra vereador por procedimento punível na forma deste artigo.
§ 3º A Mesa não poderá deixar de conhecer representação apresentada nos termos do § 2º, devendo sobre ela emitir parecer fundamentado, determinando seu arquivamento ou o envio à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração de processo disciplinar.
§ 4º Recebida representação nos termos deste artigo, a Comissão observará o seguinte procedimento:
I - o presidente designará um relator, dentre os membros da Comissão, que elaborará cronograma de instrução para a devida apuração do fato objeto da representação;
II - será remetida cópia da representação ao vereador representado, que terá o prazo de quinze dias para apresentar sua defesa escrita e indicar provas;
III - esgotado o prazo, sem apresentação de defesa, o presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;
IV - apresentada a defesa, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá seu voto no prazo de quinze dias, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, projeto de resolução destinado à declaração da suspensão do mandato;
V - o parecer do relator será submetido à apreciação da comissão, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos de seus membros;
VI - a rejeição do voto do relator obriga à designação de novo relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão da matéria, tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro;
VII - da decisão do Comissão que contrariar norma constitucional, regimental ou deste Código, poderá o representado recorrer à Comissão de Constituição, Redação e Bem-Estar Social, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados;
VIII - concluída a tramitação na Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar, ou na Comissão de Constituição, Redação e Bem-Estar Social, na hipótese de interposição de recurso nos termos do inciso VII, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no Expediente, será publicado e na Ordem do Dia da sessão plenária subsequente.
Art. 15. É facultado ao vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Quando a representação apresentada contra vereador for considerada leviana ou ofensiva à sua imagem, bem como à imagem da Câmara Municipal, os autos do processo respectivo serão encaminhados à Mesa, para que tome as providências reparadoras.
Art. 16. Os processos instaurados pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder, desde a sua instauração até deliberação plenária:
I - o prazo de sessenta dias, nos casos das penalidades previstas nos incisos I, II e III do art. 10;
II – o prazo de noventa dias, no caso do inciso IV do art. 10.
§ 1º Esgotados os prazos previstos nos incisos deste artigo, caberá ao presidente da Câmara:
I – incluir o processo para julgamento na sessão plenária subsequente, com sobrestamento às demais matérias, caso o parecer da Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar já tenha sido concluído;
II – determinar o arquivamento do processo, caso a instrução processual não tenha sido finalizada, pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, sem prejuízo de nova representação sobre o fato a ser apurado.
§ 2º No caso do inciso I do § 1º deste artigo, o sobrestamento do processo para apuração de infração ética, às demais matérias, não se aplica aos casos de projeto de lei em regime de urgência e veto, na hipótese de os respectivos prazos de tramitação já estarem vencidos.
Seção V

Da Perda do Mandato
Art. 17. A aplicação da penalidade de perda de mandato é apurada nas hipóteses previstas no art. 4º deste Código.
Parágrafo único. Os procedimentos, prazos e formalidades para recebimento de denúncia para os fins deste artigo são os definidos em legislação federal.
TÍTULO V
DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÕES DO MANDATO PARLAMENTAR
Art. 18. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar deverá organizar e manter, com o apoio técnico da secretaria da Câmara Municipal, o Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar, mediante a criação de arquivo individual para cada vereador, onde constem os dados referentes:
I - ao desempenho das atividades parlamentares, e em especial sobre:
a) cargos, funções ou missões que tenha exercido no Poder Executivo, na Mesa, em comissões ou em nome da Câmara durante o mandato;
b) número de presenças às sessões ordinárias, com percentual sobre o total;
c) número de pronunciamentos realizados nos diversos tipos de sessões da Câmara;
d) número de pareceres que tenha subscrito como relator;
e) relação das comissões que tenha proposto ou das quais tenha participado;
f) número de propostas de emendas à Constituição, projetos, emendas, indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle;
g) número, destinação e objetivos de viagens oficiais realizadas com recursos do poder público;
h) licenças solicitadas e respectiva motivação;
i) votos dados nas proposições submetidas à apreciação, pelo sistema nominal, na legislatura;
j) outras atividades pertinentes ao mandato, cuja inclusão tenha sido requerida pelo vereador;
II - a existência de processos em curso, ou ao recebimento de penalidades disciplinares, por infração aos preceitos deste Código.
Parágrafo único. Os dados de que trata este artigo serão armazenados por meio de sistema de processamento eletrônico, ficando à disposição dos cidadãos, no site da Câmara Municipal.
TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 19. A Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar poderá sugerir medidas que aprimorem o controle ético da atividade da Câmara Municipal, em relatório aprovado pela maioria de seus membros, dirigido à Mesa.
Art. 20. O presidente da Câmara Municipal designará apoio funcional, administrativo, tecnológico e operacional para a atividade da Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar.
Art. 21. Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.
Sala das sessões, em 21 de setembro de 2026.

RONDI JARSKI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edson Domareski
Código Identificador:ADE3AD42

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 171/2026

Decreto n° 171/2026 de 21/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Município de Ivaí, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1565/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		DIVISÃO DE FINANÇAS	
04.001.04.123.0403.2.009		Atividades da Divisão de Tesouraria	
38 - 3.3.30.93.00.00	3000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00
09		SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001		DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.08.122.0801.2.055		Administração da Divisão de Assistência Social	
183 - 3.3.90.14.00.00	3000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.067		Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)	
246 - 3.3.90.14.00.00	3000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
		Total Suplementação:	60.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Fonte	
3000 - Recursos Ordinários (Livres) - (Superávit)	50.000,00
3000 - Recursos Ordinários (Livres) - (Superávit)	5.000,00
3000 - Recursos Ordinários (Livres) - (Superávit)	5.000,00
Total da Fonte:	60.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Ivaí, Estado do PR, em 21 de Setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal De Ivaí - PR

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:12999C55

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 165/2022 LICITAÇÃO Nº 082/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO,** brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE, a seguir denominada **CONTRATANTE** a empresa **DATASIGA ENGENHARIA DE REDES – EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua José Veríssimo, nº 476, térreo e piso 1, bairro Boa Vista, município de Ponta Grossa (PR), CEP 84070-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.015.357/0001-05,** neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo **SENHOR DANILLO BATISTA SANTOS**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO:
Os prazos de execução e de vigência deste contrato ficam prorrogados até 21/09/2027, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificados pela Administração e mantidas as condições vantajosas para o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **CONTRATO Nº 165/2022** e de seus aditivos anteriores, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento, permanecendo válidas em todos os seus termos.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ivaí (PR), 22 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Ivaí- PR

***ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO* –**
Prefeito Municipal
Contratante

Datasiga Engenharia De Redes – EIRELI
***DANILLO BATISTA SANTOS* –**
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:371D2248

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 051/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 051/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
(Lei Federal n° 14.133/2021)
Tipo de licitação:**MENOR PREÇO**
Modo de disputa: "Aberto"
OBJETO: Aquisição de veículo utilitário para garantir assistência á saúde
Valor estimado: R$ 129.996,67 (Cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)
Data de início de acolhimento de PROPOSTAS**: 24/09/2026 a partir das 08h00min.**
Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: **06/10/2026 – 08h15min.**
Data de início da fase de LANCES: **06/10/2026 – a partir das 08h30min.**
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico:**https://bllcompras.com**
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3122-4673– site: www.ivai.pr.gov.br
Ivaí, 22 de Setembro de 2026

ALVARO SOMER
Agente de Contratação

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:AEA7F537

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 211/2026 LICITAÇÃO N° 689/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2026

serviços de brigadistas para eventos do município, Termo de Referência, anexo do edital de LICITAÇÃO Nº 689/2026.
CONTRATADA: SELMA CRISTINA DOS SANTOS DA CRUZ
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 97.994,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/09/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante Legal: SELMA CRISTINA DOS SANTOS DA CRUZ

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:CF753DBA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2026

CONTRATANTE: Município de Ivaí, Estado do Paraná, com sede à Rua R. Rui Barbosa, 632 - Centro, Ivaí - PR, 84460-000, inscrito no CGC/MF nº 76.175.918/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, portador da Cédula de Identidade RG nº 5175278-3 e do CPF/MF nº 715.210.549-91, e

CONTRATADA: LORES ALBERTO DOS SANTOS LTDA.

OBJETO: Construção de infraestrutura urbana (lazer), contendo: campo de futebol com grama sintética e paisagismo e demais itens e especificações técnicas constantes no projeto.

VALOR: R$ 400.050,00 (quatrocentos mil e cinquenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Imbituva, Estado do Paraná.

Ivaí - PR, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:C5FDBDCB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 210/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 021/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

OBJETO: Aquisição de Material Médico Hospitalar, Odontológica, Vigilância Sanitária, destinados aos pacientes usuários do SUS atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde Ivaí, lote - 16
CONTRATADA: GEOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 1.760,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 21/09/2026

***ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO* –**
Prefeito Municipal

***KELI JOHNER* –**
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:193639FA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – PSS 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – PR
EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – PSS 001/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CARGO: **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR**.
VALOR: **R$ 1.911,69**.
CONTRATADA: **PRISCILLA LOCH e BEATRIZ JANAINA RAIFUR.**
PERÍODO: **12 MESES**.
DATA: **22/09/2026**.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:5DA9576D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – PSS 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – PR
EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – PSS 001/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CARGO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**
VALOR: **R$ 1.911,69**.
CONTRATADAS: **CLEIDIANE DOBNER FERREIRA**
PERÍODO: **06 MESES**.
DATA: **22/09/2026**.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:FB1F8D41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 024/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADO: Paulo Gonçalves Mendonça, inscrito no CPF/MF sob nº. ***.620.119-**.
OBJETO: Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Segurança (temporário)** no Município de Ivatuba, no Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **40 (quarenta)** horas semanais
VALOR MENSAL: R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA: 22 de setembro de 2026 à 21 de setembro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

Ivatuba, 21 de setembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:8945272A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 186/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 30 dias de férias à Servidora Pamela Manoeli Oliveira Santos Rodrigues, matricula nº 476, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 01/10/2024 à 30/09/2025, a partir de 06/10/2026 retornando em 05/11/2026, conforme Protocolo nº. 2147/2026 - PMI de 22/09/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:256C3CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N.º 74/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA

Aprova o valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) da Contrapartida Municipal para Aquisição de Medicamentos por meio do CIPS – Consórcio Intergestores Paraná Saúde – Exercício 2027

O PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA - CMSI, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n.º 900, de 1º de março de 2023, e por seu Regimento Interno,

Considerando:
A realização da 115ª (centésima décima quinta) Reunião Ordinária do CMSI, ocorrida em 26 (vinte e seis) de agosto de 2026, conforme a Ata n.º 153/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprova o Consórcio no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) da Contrapartida Municipal para Aquisição de Medicamentos por meio do CIPS – Consórcio Intergestores Paraná Saúde – Exercício 2027 do Município de Ivatuba/PR.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivatuba/PR, em 26 de agosto de 2026.

SANDRA LÚCIA PRESA DOS SANTOS
Presidente do CMSI

Homologo a Resolução N.º 74/2025 do CMSI nos termos da Lei Federal N.º 8.142/1990, Art. 1º, § 2º.

SILVANA APARECIDA MORI PADOVAN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D9140610

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 044/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SALÁRIO EDUCAÇÃO	98.218,46	18/09/2026

Jaguapitã, PR, 22 de setembro de 2026

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:75EB9125

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: MILLENIUN COFFEE LTDA – CNPJ nº 07.528.296/0001-67.

CONTRATO: nº 28/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 53/2025.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas de café automáticas, com fornecimento de insumos, visando atender às demandas de uso executivo na sede da Prefeitura Municipal de Jaguapitã – PR.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 28/2025 pelo período de **12 (doze) meses**, em razão da necessidade de continuidade dos serviços de locação de máquinas de café automáticas com fornecimento de insumos, visando assegurar o atendimento das demandas da Administração Municipal e evitar a interrupção dos serviços.

VIGÊNCIA: Prorrogada até **11 de setembro de 2027**.

DEMAIS CONDIÇÕES: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Jaguapitã – PR, 11 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:D28AD1D5

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: MILLENIUN COFFEE LTDA – CNPJ nº 07.528.296/0001-67.

CONTRATO: nº 28/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 53/2025.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de locação de máquinas de café automáticas, com fornecimento de insumos, visando atender às demandas de uso executivo na sede da Prefeitura Municipal de Jaguapitã – PR.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 28/2025 pelo período de **12 (doze) meses**, com **renovação dos saldos dos itens registrados**, em razão da permanência da necessidade da Administração Municipal e da continuidade dos serviços contratados.

VALOR: R$ **31.254,00** (trinta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), correspondente aos saldos dos itens registrados para o período da prorrogação.

VIGÊNCIA: Prorrogada pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições estabelecidas no instrumento original.

CONDIÇÃO: A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade para a Administração, permanecendo as demais condições do instrumento original.

Jaguapitã – PR, 21 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:62B6ACCA

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 14.01/2026 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova prática** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado preliminar da prova prática, fica **MANTIDA** a listagem divulgada através do Edital n.º 12.01/2026, em 15 de setembro de 2026.

I. Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar da prova prática poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Jaguapitã (PR), 22 de setembro de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:1D2E819F

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 15.01/2026 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova de títulos** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após a análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado preliminar da prova de títulos, fica **ALTERADA** a listagem divulgada através do Edital n.º 13.01/2026, em 15 de setembro de 2026, passando a vigorar as disposições constantes do **ANEXO ÚNICO** deste edital.

I. Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Jaguapitã (PR), 22 de setembro de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:73E58D46

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 16.01/2026 RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, na seguinte ordem:

I. O **ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas à Pessoa com Deficiência (PcD), conforme os critérios estabelecidos no item 15.
II. O **ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos Afrodescendentes (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 15.

III. O **ANEXO III** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Ampla Concorrência (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 15.

Art. 2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 23/09/2026 às 23h59min do dia 24/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília - DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o Resultado Final e Classificação, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° O candidato poderá consultar individualmente seu desempenho na "Área do Candidato", a partir do dia **22/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 22 de setembro de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:1225DE25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 361/2026

Decreto nº 361/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.28.841.0300.3.001. OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA
121 - 3.2.90.21.00.00 10000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 90.000,00
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.28.841.0300.3.001. OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA
123 - 4.6.90.71.00.00 10000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO 40.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0401.2.067. GESTÃO DA REDE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL FASE INICIAL
166 - 3.1.90.11.00.00 10104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 50.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.1.1.51.21.00.00000000 Fonte:10000 180.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:18E494E8

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2025

Processo Administrativo nº 159/2025 – Pregão nº 26/2025
Gerenciador: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.
Gerenciada: 62.297.557 FABIANO DA SILVA – CNPJ nº 62.297.557/0001-93.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 318/2025 por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **22/09/2026 a 22/09/2027**, bem como a **renovação de 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados**, mantidos os mesmos preços unitários registrados.
Valor estimado renovado: R$ 75.945,10 (setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 135/2025 e Cláusula 3.1 da Ata de Registro de Preços nº 318/2025.

Data de assinatura: 22 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:D87BE470

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA**, em conformidade com as disposições contidas no Edital do Concurso Público nº 01.001/2022 para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e considerando a homologação do referido processo por meio do Decreto nº 409/2023 publicado no Diário Oficial do Município em 10 de março de 2023, **CONVOCA** os candidatos aprovados de acordo com o resultado final e classificação publicado no Diário Oficial do Município em 07 de março de 2023, abaixo relacionados, a comparecer no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, conforme o item 21.5 do edital de abertura do processo de seleção de pessoal, a contar da publicação deste Edital na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, situado na Av. Siqueira Campos nº 83, Centro, na cidade de Jardim Olinda - Estado do Paraná, no horário das 8:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs para nomeação e posse nos termos do art. 27 da Lei Complementar Municipal nº 03/2020:

Cargo: **Procurador Municipal**

Posição	Nome do(a) Candidato(a) Aprovado(a)	Nº da Inscrição
4º Classificado	RUBIA FREIBERGER GONZALES	0006894

Os aprovados deverão apresentar, como condição de nomeação e posse, os seguintes documentos:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral e Título de Eleitor;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
f) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
g) Cópia do Registro regular no órgão de classe;
h) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
i) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos e CPF;
j) Declaração de bens;
k) Dados bancários (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
l) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social e número do PIS/PASEP;
o) Carteira de Vacinação;
p) Declaração de não acúmulo de cargo em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
q) Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público;
r) Atestado médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo;
s) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos Humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Jardim Olinda/PR, 22 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:B70A1983

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 03-2026

EDITAL Nº 03*/2026*
DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO TEMPORÁRIO À INCLUSÃO PRODUTIVA

O Município de Jardim Olinda, por intermédio do Departamento Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1006/2026**, que institui o Programa Municipal de Apoio Temporário à Inclusão Produtiva, e considerando o Decreto Municipal nº337*/2026*, DIVULGA os nomes dos candidatos abaixo relacionados.**

DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Após a análise das inscrições e da documentação apresentada, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente, ficam classificados os seguintes candidatos:

GRUPO CLASSIFICADO FEMININO

Classificação	Nome do Candidato
1º	MICHELE GONZAGA DA SILVA
2º	JULIANA CLEMENTE DA SILVA
3º	VIVIANE LIMA FERREIRA
4º	KISLAINE APARECIDA GOMES
5º	TAINÁ GOMES VENTURA
6º	FLÁVIA CHINAIRE CALISTO
7º	PAULINI MELO DA SILVA

GRUPO CLASSIFICADO MASCULINO

Classificação	Nome do Candidato
1º	JOSÉ EDIMAR ALMEIDA
2º	JEFERSON PEREIRA DA SILVA

2. DA CONVOCAÇÃO
A convocação dos candidatos classificados para assinatura dos instrumentos necessários e demais procedimentos para ingresso no Programa será realizada oportunamente, por meio de **Edital de Convocação**, a ser publicado nos canais oficiais do Município.
3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A classificação dos candidatos não assegura o ingresso imediato no Programa Municipal de Apoio Temporário à Inclusão Produtiva, ficando a convocação condicionada ao número de vagas disponíveis, à manutenção dos requisitos previstos na legislação municipal e ao interesse da Administração Pública.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo de Seleção.

Publique-se.
Município de Jardim Olinda***, 22 de setembro de 2026***.

SAMARA DE MELO NASCIMENTO
Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:8C483575

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026/CMAS

SÚMULA: APROVAR AS ALTERAÇÕES NO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO PAS (PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais n° 356/2010 e 367/2010 e;
CONSIDERANDO a Resolução 10/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 22 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar as alterações realizadas no **Plano de Ação** referente ao **PAS (Piso Único de Assistência Social)** de 2026 do município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Jundiaí do Sul/PR, 22 de setembro de 2026.

MARILZA APARECIDA FERNANDES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:F608D4FF

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Concurso Público nº 001/2025.
RESOLVECONVOCARa candidata aprovada abaixo relacionada para dentro do prazo de 05 (cinco) dias comparecer na Prefeitura Municipal para assumir o cargo para o qual foi aprovada no Concurso Público nº 001/2025.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Polianna Rodrigues da Silva	**Inscrição: 20251143058**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 22 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:2E5AD0FD

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 161/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o § Único do Artigo 101, Seção V, da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997 (ESMJS),

RESOLVE

Conceder Licença Especial Remunerada de 03 meses a servidora municipal, Vanusa Fogaça de Souza, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do dia 21 de setembro de 2026 à 21 de dezembro de 2026, referente ao período trabalhado 03/04/2013 à 03/04/2018.

Revogam-se as disposições em contrário, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 22 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:7270751A

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o § Único do Artigo 101, Seção V, da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997 (ESMJS),

RESOLVE

Conceder Licença Especial Remunerada de 03 meses a servidora municipal, Mayara Zanelato Garrido, ocupante do cargo de Farmacêutica, do dia 06 de setembro de 2026 à 04 de dezembro de 2026, referente ao período trabalhado 16/03/2018 à 16/03/2023.

Revogam-se as disposições em contrário, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 22 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:28AA91D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29937, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Admite JURACI ROSA GOSLAR SANTOS, para provimento do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 04 de 06/08/2026 que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 e Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 20315/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 01.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, abaixo relacionado(a):

JURACI ROSA GOSLAR SANTOS
RG: 871.764.759-20
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA SEMANAL 44 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 22 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:55D2BF7C

GABINETE
DECRETO Nº 29936, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Nomeia JOHNNY HYMOWSKI LEANDRO SILVA, para provimento do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 13957/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 01.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, abaixo relacionado(a):

JOHNNY HYMOWSKI LEANDRO SILVA
RG: 8.720.058-2/PR
CPF: 033.569.899-95
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PROJETOS URBANISMO SANEAMENTO TRANSITO E TRANSPORTE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 22 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A813882C

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao décimo sexto dia do mês de setembrode dois mil e vinte e seis, de conformidade com o Decreto de Admissão nº 29922 de 11/09/2026, TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo de EDUCADOR INFANTIL, do quadro de pessoal temporário desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG068.155.859-80, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi contratada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO
Servidora

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FE60CB42

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de 2026, de conformidade com o Decreto de Nomeação n.º 29924, de 11 de setembro de 2026, RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40H– Grupo Ocupacional Nível Superior, Classe "A", Referência 01, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG nº 12.613.786-9/PR/PR, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT
Servidora

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:78FE612B

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao décimo sexto dia do mês de setembrode dois mil e vinte e seis, de conformidade com o Decreto de Admissão nº 29923 de 11/09/2026, ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo de PROFESSOR, do quadro de pessoal temporário desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG053.578.239-01, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi contratada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN
Servidora

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:125AB919

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 051/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição e instalação de RELÓGIOS PONTO COM BIOMETRIA E BOBINAS TÉRMI-CAS, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 08/10/2026 às 13:59 horas.
DATA DA SESSÃO: 08/10/2026 às 14:00 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 105.515,88 (cento e cinco mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e oito centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site

https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 22 de setembro de 2026.

BRUNO GOLLZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BF9A3E5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 052/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de borracharia.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 09/10/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 09/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Maior Desconto por Lote.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.
Lapa, 22 de setembro de 2026.

BRUNO GOLLZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FF7FF9F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 053/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Contratação de clínica veterinária especializada nos serviços de consultas, exames e procedimentos.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 15/10/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 15/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 1.165.359,18(um milhão cento e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.
Lapa, 22 de setembro de 2026.

BRUNO GOLLZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C05A77C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025, cujo objeto trata-se de "Contratação de Empresa e ou Pessoa Física especializada para a prestação de serviços médicos complementares nas unidades de saúde do Município da Lapa/PR, com o fornecimento de toda a mão de obra necessária para a perfeita execução dos serviços".
Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3431, na data de 19/12/2025 e que o aviso contendo as alterações encontra-se disponível no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Lapa, 22 de setembro de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4A405506

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 049/2026 – UASG 987657- SRP

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026cujo objeto trata-se decontratação de empresa especializada na prestação de serviços de cobrança automática de pedágios em rodovias, através de etiqueta eletrônica (TAG), utilizando-se do sistema de Transponders de Identificação Veicular (TIV), destinados aos veículos cadastrados pela Administração Municipal para atendimento dos moradores do Distrito de Mariental e região.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 08/10/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 08/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 3.145.200,00(três milhões, cento e quarenta e cinco mil, e duzentos reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3606 na data de 31/08/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.
Lapa, 22 de setembro de 2026.

BRUNO GOLLZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2CD02201

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME ESPECIAL

CONTRATANTE: Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrito no CPF sob o nº 058.122.469-80, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro, Lapa/PR;
CONTRATADO(A): TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO, brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade nº 068.155.859-80, inscrito (a) no CPF sob o nº 068.155.859-80, residente em RUA ANTONIO CUNHA, 529, OLARIA, LAPA - PARANÁ;
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços em regime especial por parte do(a) CONTRATADO(A) no desempenho do cargo de EDUCADOR INFANTIL, cujas atribuições estão devidamente descritas no Edital nº 01/2026, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
O(A) CONTRATADO(A) no desempenho do cargo deEDUCADOR INFANTIL, está sujeito à carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a ser cumprida no horário e local definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A), a título de contraprestação pela prestação de serviços, remuneração mensal na importância de R$ 5.130,66, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS
Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS – Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente a título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação específica sobre cada uma das deduções.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato passa a vigorar a partir de 16 de setembro de 2026, pelo prazo de 98 (noventa e oito) dias, com término em 22 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por necessidade fundamentada da CONTRATANTE por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de dois anos fixados pela alínea “b” do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual,
CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS
Ao contratado em regime especial aplicam-se os seguintes direitos:
I - décimo terceiro com base na remuneração integral;
II - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
III - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal;
V - licença à gestante;
VI - licença-paternidade;
VII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
VIII - afastamentos decorrentes de:
a) casamento: por 08 (oito) dias consecutivos;
b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: por 08 (oito) dias consecutivos;
c) licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao Regime Geral de Previdência Social;
CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES
São deveres do contratado em regime especial:
I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II – ser leal às instituições a que servir;
III – observar as normas legais e regulamentares;
IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VI – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;
VIII – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
IX – ser assíduo e pontual ao serviço;
X – tratar com urbanidade as pessoas;
XI – representar contra ilegalidade, omissão e abuso de poder; XII – atender com presteza:
a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
c) às requisições para a defesa da fazenda pública.
CLÁUSULA NONA – DAS PROIBIÇÕES
O contratado em regime especial não poderá:
I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III – recusar fé a documentos públicos;
IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
X – participar de gerência ou administração de empresa industrial, comercial, sociedade civil ou prestadora de serviços, se estas mantiverem negócios com o Município, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XIII – praticar usura sob qualquer de suas formas;
XIV – proceder de forma desidiosa;
XV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XVI – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitórias;
XVII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função com o horário de trabalho;
XVIII – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO
O contrato em regime especial rescinde-se por:
I – descumprimento dos deveres previstos na Cláusula Oitava do presente contrato;
II – transgressão das proibições da Cláusula Nona do presente contrato;
III – descumprimento das atribuições do cargo descritas no edital de abertura do processo seletivo que gerou este contrato;
IV – incidência de qualquer das hipóteses previstas no art. 188 da Lei Municipal nº 2280/2008;
V – ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado;
VI – a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.
Parágrafo único – As infrações disciplinares serão apuradas mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 60 (sessenta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO
O contrato em regime especial extingue-se por:

I – término do prazo contratual;
II – cessação dos motivos que justificaram a contratação.
Parágrafo único – Na hipótese prevista no inciso II, assim que constatada a cessação dos motivos que justificaram a contratação, o CONTRATANTE notificará o(a) CONTRATADO(A) da imediata extinção do contrato, sendo devido o pagamento da remuneração e demais direitos até a data da extinção, sem qualquer indenização adicional.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca da Lapa-PR para dirimir toda e qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.
Lapa,16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO
Contratado (a)

Testemunhas:

EMANUELI DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS
RG: 13974143-9/PR

SARAH DA LUZ PASDIORA SCHULTZ
RG: 14823057-9/PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A5879290

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME ESPECIAL

CONTRATANTE: Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrito no CPF sob o nº 058.122.469-80, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro, Lapa/PR;
CONTRATADO(A): ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN, brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade nº 053.578.239-01, inscrito (a) no CPF sob o nº 053.578.239-01, residente em RUA CONSELHEIRO ALVES DE ARAUJO, 356, CENTRO, LAPA - PARANÁ;
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços em regime especial por parte do(a) CONTRATADO(A) no desempenho do cargo de PROFESSOR, cujas atribuições estão devidamente descritas no Edital nº 01/2026, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
O(A) CONTRATADO(A) no desempenho do cargo dePROFESSOR, está sujeito à carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a ser cumprida no horário e local definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A), a título de contraprestação pela prestação de serviços, remuneração mensal na importância de R$ 2.565,33, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS
Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS – Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente a título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação específica sobre cada uma das deduções.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato passa a vigorar a partir de 16 de setembro de 2026, pelo prazo de 98 (noventa e oito) dias, com término em 22 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por necessidade fundamentada da CONTRATANTE por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de dois anos fixados pela alínea “b” do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual,
CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS
Ao contratado em regime especial aplicam-se os seguintes direitos:
I - décimo terceiro com base na remuneração integral;
II - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
III - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal;
V - licença à gestante;
VI - licença-paternidade;
VII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
VIII - afastamentos decorrentes de:
a) casamento: por 08 (oito) dias consecutivos;
b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: por 08 (oito) dias consecutivos;
c) licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao Regime Geral de Previdência Social;
CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES
São deveres do contratado em regime especial:
I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II – ser leal às instituições a que servir;
III – observar as normas legais e regulamentares;
IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VI – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;
VIII – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
IX – ser assíduo e pontual ao serviço;
X – tratar com urbanidade as pessoas;
XI – representar contra ilegalidade, omissão e abuso de poder; XII – atender com presteza:
a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
c) às requisições para a defesa da fazenda pública.
CLÁUSULA NONA – DAS PROIBIÇÕES
O contratado em regime especial não poderá:
I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III – recusar fé a documentos públicos;
IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
X – participar de gerência ou administração de empresa industrial, comercial, sociedade civil ou prestadora de serviços, se estas

mantiverem negócios com o Município, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XIII – praticar usura sob qualquer de suas formas;
XIV – proceder de forma desidiosa;
XV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XVI – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitórias;
XVII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função com o horário de trabalho;
XVIII – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO
O contrato em regime especial rescinde-se por:
I – descumprimento dos deveres previstos na Cláusula Oitava do presente contrato;
II – transgressão das proibições da Cláusula Nona do presente contrato;
III – descumprimento das atribuições do cargo descritas no edital de abertura do processo seletivo que gerou este contrato;
IV – incidência de qualquer das hipóteses previstas no art. 188 da Lei Municipal nº 2280/2008;
V – ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado;
VI – a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.
Parágrafo único – As infrações disciplinares serão apuradas mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 60 (sessenta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO
O contrato em regime especial extingue-se por:
I – término do prazo contratual;
II – cessação dos motivos que justificaram a contratação.
Parágrafo único – Na hipótese prevista no inciso II, assim que constatada a cessação dos motivos que justificaram a contratação, o CONTRATANTE notificará o(a) CONTRATADO(A) da imediata extinção do contrato, sendo devido o pagamento da remuneração e demais direitos até a data da extinção, sem qualquer indenização adicional.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca da Lapa-PR para dirimir toda e qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa,16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN
Contratado (a)

Testemunhas:

EMANUELI DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS
RG: 13974143-9/PR

SARAH DA LUZ PASDIORA SCHULTZ
RG: 14823057-9/PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D73E6FA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026 (PD Nº 29404/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: COUTINHO PNEUS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 49.230.882/0001-70, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. RODRIGO COUTINHO NILES.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS UTILIZADAS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I, ITENS 10, 11, 12, 39, 43, 56 E 58.
VALOR GLOBAL: R$ 285.262,74 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS. (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023);
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 04/09/2026
DATA ASSINATURA: 21/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1EB852AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 899, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) ELIANE BANCZINSKI SANTOS, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 1670-3, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 4 de setembrode 2026 a 4 de dezembro de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:52BD30B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 900, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) IARA NILCE PEDROSO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 545-1, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 1° de setembrode 2026 a 30 de outubro de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F85DBC20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 901, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) IRENE ZUCHELLI, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 8229-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 1° de setembrode 2026 a 30 de novembro de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:DE7D2671

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 902, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO MARIANO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, matriculado(a) sob nº 8456-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 11 de setembrode 2026 a 13 de novembro de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F6BD7A8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 903, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JUCARA MIRANDA, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 753-1, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 11 de setembrode 2026 a 23 de setembro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho observando o que consta no referido laudo.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:644898F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 904, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) MARIA LUCIA HORNING PADILHA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 1037-2, conforme

Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 14 de setembrode 2026 a 21 de outubro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:98BD4BD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 905, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) REGINA MARIA BRUNATTO, ocupante do cargo de FISCAL TRIBUTARIO, matriculado(a) sob nº 1304-3, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 884 de 4 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 4 de setembrode 2026 a 2 de novembro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B03F6078

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 906, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada Portaria n° 567 de 10 de junho de 2026, que concedeu Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) MARICI WOLF COELHO, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, matriculado(a) sob nº 6845-1.

Onde se lê:
Art. 2º O período de fruição compreende entre 15 de junho de 2026 a 3 de julho de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 1° de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2022, restando 13 dias a serem usufruídos futuramente.

Leia-se: 23

Art. 2º O período de fruição compreende entre 15 de junho de 2026 a 22 de junho de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 1° de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2022, restando 24 dias a serem usufruídos futuramente.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B8520CC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 907, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção a pedido.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) a pedido o(a) servidor(a) KARINA LEINEKER, ocupante do cargo de COZINHEIRA, matriculado(a) sob nº 10677-2, lotado atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER/ ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER / CMEI IRMA LIDIA.

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:31987C3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 908, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de Ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada, às servidoras abaixo especificadas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, alteração do local de trabalho por meio de remoção de Ofício.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	NOVA LOTAÇÃO
82817-1	CAROLINA DE CAMPOS MARKOWICZ	ENFERMEIRO	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	PSF SAO BENTO
82816-1	JESSICA FITZ PIERIN	ENFERMEIRO	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	PSF VILA SAO JOSE

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6A1CCCF3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 909, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido, ao servidor abaixo especificado, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, adicional de insalubridade

no importe de 20% (vinte por cento), sobre o menor vencimento da tabela do município, conforme página 585 e 586 do Laudo Técnico das CondiçõesAmbientais do Trabalho do Município da Lapa.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO
82846-1	RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT	MEDICO CLINICO GERAL (40hs)	CENTRAL PEDIATRICA DR ALOISIO LEONI

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D4A06077

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 910, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de Ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de Ofício o(a) servidor(a) SOPHIA FERRAZ KOBACHUK, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculado(a) sob nº 82728-1, lotada atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ CENTRAL PEDIATRICA DR ALOISIO LEONI para SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE / PSF AGUA AZUL.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:662020E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 911, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Progressão de Carreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida, ao servidor abaixo especificado, Progressão de Carreira nas modalidades MERECIMENTO E PRODUTIVIDADE PRESUMIDA.

Matrícula	Funcionário	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe Referência Atual	Classe Referência Nova
81990-1	FELIPE MAUES TISSOT	ENGENHEIRO CIVIL	NIVEL SUPERIOR	B01	B03

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2025.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6BD1FB44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 912, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de Ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de Ofício o(a) servidor(a) ROSLAINE SCHAFASCHEK LIMA DE CASTRO, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado(a) sob nº 81242-2, lotada atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ PSF SAO BENTO para SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE / UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9859C985

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 913, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Criar a Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado e nomear os membros que a compõem.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica criada A COMISSÃO ESPECIAL PREPARATÓRIA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e nomeados os membros que a compõem, com finalidades e atribuições estabelecidas nesta Portaria, sem prejuízo de suas atividades normais. A referida Comissão será presidida pela primeira abaixo nomeada:

1) ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS, ocupante do cargo de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, matriculada sob nº 10288-1, com a Escolaridade de ENSINO SUPERIOR COMPLETO.
2) PRISCILLA ZALESKI, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado sob nº 9459-1, com a Escolaridade de ENSINO SUPERIOR COMPLETO.
3) JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculada sob nº4768-1, com a Escolaridade de ENSINO SUPERIOR COMPLETO.

§1º O Processo Seletivo Simplificado de que trata o caput tem por objetivo à seleção e contratação de profissionais especificados, conforme abaixo relacionados, a fim de compor o quadro de pessoal temporário do Executivo Municipal.

CARGO	QUANTIDADE
AUXILIAR DE FARMACIA	2 VAGAS + CADASTRO DE RESERVA
FARMACEUTICO BIOQUIMICO	CADASTRO DE RESERVA

§2º A Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado atuará pelo período a ser deliberado pela própria Comissão, respeitando o prazo máximo de 02 (dois) anos, previsto na legislação.

Art. 2º Compete a Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado a preparação do certame, a avaliação das inscrições dos candidatos, da prova de títulos e a verificação da publicidade dos atos, acompanhamento e fiscalização da realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

§1º - No caso de impedimento, devidamente justificado, de qualquer de seus membros ou auxiliares, as substituições serão feitas mediante nomeações e/ou designações específicas.

§2º É vedada a inscrição de parentes no referido Processo Seletivo Simplificado, das pessoas acima nomeadas para a Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado. Verificado a inscrição de parente, o membro da Comissão deverá apontar seu impedimento e requisitar a sua substituição por outro servidor.

Art. 3º A Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado, a fim de dar cumprimento ao que dispõe o artigo 2º desta Portaria, tem a incumbência de:

I - Realizar todos os atos necessários para a realização do Processo Seletivo Simplificado, observando estritamente, o que prescreve a Lei nº 3526, de 19/06/2018 e, no que couber, o Regulamento dos Concursos Públicos, aprovado pelo Decreto nº 11.942, de 14/09/06, alterado pelo Decreto nº 12.843, de 21/11/2007;

II - Compatibilizar as solicitações de pessoal, efetuadas pelas Secretarias Municipais, com a existência de vagas, legalmente criadas de modo a atender os objetivos da Administração Municipal;

III - Articular-se com os órgãos municipais, sempre que for o caso, para consecução dos objetivos definidos nesta Portaria;

IV - Adotar as providências cabíveis à realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo:

a) Baixar editais, regulamentos, homologar inscrições, divulgar a lista dos aprovados e utilizar-se dos meios de comunicação, a fim de dar divulgação aos atos relativos ao Processo Seletivo Simplificado;

b) Realizar despesas, mediante comprovação para fins de aquisição de materiais e serviços, que serão submetidos a empenho prévio e as disposições da Lei nº 8666/93;

c) Requisitar, quando for o caso, auxiliares para o desempenho de tarefas relacionadas com a organização e realização dos Processos Seletivos Simplificados, instruindo-os na conduta a ser adotada no desempenho de suas funções;

d) Indicar pessoas para atuarem como examinadores e/ou fiscais, quando da aplicação das provas, se for o caso;

e) Designar os locais onde serão realizadas as provas e ou seleção;

f) Aplicar ou promover a aplicação das provas de conformidade com o estabelecido no Regulamento dos Testes Seletivos Simplificados;

g) Adotar os critérios de avaliação das provas e títulos, obedecendo o disposto no Regulamento dos Testes Seletivos Simplificados;

h) Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas na Lei específica, nesta Portaria, no Regulamento dos Testes Seletivos Simplificados e nos demais atos inerentes à matéria.

Art. 4º A Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado deve apresentar ao Chefe do Poder Executivo, relatório circunstanciado de todos os atos relacionados com os Processos Seletivos Simplificados, praticados antes, durante e depois da realização dos mesmos, acompanhado de documentos e demais atos formais comprobatórios.

Parágrafo Único - O relatório de que trata este artigo, deverá ser entregue até 30 (trinta) dias após a realização do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 5º A Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado, tem plena responsabilidade, perante o Prefeito Municipal, em virtude dos atos que praticar.

Parágrafo Único - A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 6º O presente Processo Seletivo Simplificado será regido conforme disposições estabelecidas em Edital, cuja elaboração é de atribuição da Comissão constituída pela presente Portaria.

Parágrafo único - Aplicam-se ao Processo Seletivo Simplificado, de que trata o presente, as disposições do Regulamento dos Testes Seletivos - Decreto 12.316, de 29/03/2007, alterado pelos Decretos nºs 12.436, de 14/05/2007 e 21.501, de 19/08/2015, apenas no que couber.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BE9A03B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 233/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 (PD Nº 16902/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: CANAL C CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 00.840.689/0001-62, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. VANESSA VICHINHESKI DE LIMA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHO JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS, EM ATENDIMENTO A DELIBERAÇÃO Nº 013/2024 CEDCA/PR PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01 E 02.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (DEZ) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO CONFORME AS HIPÓTESES LEGAIS PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
VALOR CONTRATUAL: R$22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 967
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
UNIDADE: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2424 - EXECUÇÃO DE DELIBERAÇÕES ESTADUAIS PARA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
ELEMENTO: 3339039999900000000 - DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA
VÍNCULO: 759 - INCENTIVO ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC) - DELIBERAÇÃO Nº 013/2024 CEDCA.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 16902/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 14/09/2026
DATA ASSINATURA: 18/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:13424D99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adoles-cente – FMDCA e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 40.298.143/0001-46, firmam o presente Termo de Fomento.
OBJETO: execução dos Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, com recursos financeiros destinados à execu-ção do Projeto "Historiando e Musicando: do Conto ao Canto", que tem por objetivo a contratação de profissional para a realização de atividades de contação de histórias e musicalização, bem como a aquisição de materiais de expediente necessários à realização das oficinas previstas no projeto, conforme especificações constantes no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), com fundamento na Lei Municipal nº 4.592, de 14 de agosto de 2026.
VALOR: R$ 50.900,00 (cinquenta mil, e novecentos reais), em parcela única.
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do Termo de Fomen-to.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 11/09/2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher/ Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DULCE BACH
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

AMADEU PEDRO
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa - APAE

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:65E3C9F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por
intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas
para a Mulher, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente – CMDCA, e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente – FMDCA e a Associação Menonita de Assistência Social – AMAS
da Lapa/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.573.499/0009-33, firmam o presente
Termo de Fomento.

OBJETO: execução do Projeto "Cozinha Aquecida", vinculado ao Serviço de
Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, mediante a
aquisição de sistema de aquecimento de água e a contratação de mão de obra
especializada para sua instalação, conforme especificações, metas e demais
condições estabelecidas no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação, visando a
consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a
transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), com
fundamento na Lei Municipal nº 4.590, de 05 de agosto de 2026.

VALOR: R$ 15.154,00 (quinze mil, cento e cinquenta e quatro reais), em parcela
única.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do Termo de Fomento.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 22/09/2026

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher/ Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DULCE BACH
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DIETMAR KLIEWER
Presidente da Associação Menonita de Assistência Social – AMAS da Lapa/PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:91B0C790

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 143/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2025 (PD 19694/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: SRA. GIOVANA BILL LISBOA TINFEL, CPF Nº 088.511.339-05.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ITEM 08 - PROJETOS MATEMÁTICOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1248/2026 (PD Nº 19278/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO 752/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 143/2025 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 05.10.2026 E 04.10.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS O VALOR CONTRATUAL DE R$ 18.302,40 (DEZOITO MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS),

SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 03/09/2026
DATA ASSINATURA: 22/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3302D77C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 144/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2025 (PD 19694/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: SRA. GIOVANA BILL LISBOA TINFEL, CPF Nº 088.511.339-05.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ITEM 09 - PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1249/2026 (PD Nº 19280/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO 753/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 144/2025 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 05.10.2026 E 04.10.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS O VALOR CONTRATUAL DE R$ 18.302,40 (DEZOITO MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS), SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 03/09/2026
DATA ASSINATURA: 22/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B1E1844F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PUBLICA-EXECUTIVO

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único, inciso I, do art. 48 da Lei 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, e visando proporcionar a transparência da gestão fiscal, a Câmara Municipal de Laranjal torna público a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal no dia **29 de setembro de 2026, às 14h00min** horas, para acompanhar e avaliar o cumprimento das metas Fiscais pelo Poder **Executivo Municipal de Laranjal**, referente ao 2º quadrimestre do ano de 2026 .

Laranjal, 14 de setembro de 2026.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

ANOLDO MACIEL MACHADO
Presidente

GLAUCIO DE OLIVEIRA
Membro

BRUNA GABRIELLY MARTINS
Relatora

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:D7D13F09

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PUBLICA-SAÚDE

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único, inciso I, do art. 48 da Lei 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, e visando proporcionar a transparência da gestão fiscal, a Câmara Municipal de Laranjal torna público a **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE** a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal no dia **29 de setembro de 2026, às 15h00min**, para acompanhar e avaliar o cumprimento das metas Fiscais pelo Poder Executivo Municipal de Laranjal, referente ao 2º quadrimestre do ano de 2026.

Laranjal, 14 de setembro de 2026.

ADRIANO BARBOSA RODRIGUES
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

BRUNA GABRIELLY MARTINS
Presidente

LUIZ FERNANDO NUNES
Membro

CELSO KRUK
Relator

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:C039DD8B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 89/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 81/2025
CONCORRENCIA nº 04/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: OLÉ PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ: 03.979.287/0001-31, com sede e foro em Ponta Grossa - Paraná a Rua Pedro Americo n 374 sala 01 – Oficinas CEP 84.035-450, neste ato representado pela Senhora Fabia Valerio Pauliki , empresária inscrita no CPF: 025.607.969-29, Residente e domiciliado na cidade de cidade de Ponta Grossa - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DA DIVULGAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, POR MEIO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR,
1º Termo Aditivo Contratual, Procedimento Licitatório 81/2025 Concorrência 04/2025
Data do Aditivo: 22/09/2026
Vigência: permanece inalterado.
VALOR TOTAL: Acréscimo consistente em que equivale a 25% (por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:2BC28677

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJAL
PORTARIA Nº 03 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026 APROVA O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LARANJAL PR - FUNPRELAR.

PORTARIA Nº 03 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Laranjal Pr - FUNPRELAR.

A Superintendente do FUNPRELAR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, VII, da Lei 04/2023, de 16 de março de 2023.
RESOLVE:
Art. 1° Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - FUNPRELAR, que integra o Anexo I e Anexo II, Anexo III e Anexo IV desta Portaria.
Art. 2º Obrigam-se ao cumprimento do disposto nesta Portaria os servidores e os ocupantes de cargos em comissão, requisitados ou cedidos de outros órgãos públicos, os contratados, os estagiários, os prestadores de serviços e todos aqueles que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, prestem serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, direta ou indiretamente vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Laranjal, que, para os efeitos deste Código de Ética, são genericamente denominados "servidores e conselheiros".
Art. 3º A inobservância das normas estipuladas neste Código poderá acarretar sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei, observadas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Laranjal.
Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Laranjal, 22 de setembro de 2026

Thayne Eliara do Nascimento
Diretora Presidente do Funprelar

ANEXO I- CÓDIGO DE ÉTICA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - FUNPRELAR

O Presidente do Fundo de Previdência do Município de Laranjal, no uso de suas atribuições legais institui o Código de Ética do **FUNPRELAR**.

Considerando ser necessária a observância de princípios e valores, que o Fundo de Previdência do Município de Laranjal, seus servidores e segurados difundem, respeitam e praticam nas relações entre si e o universo em que se inserem;

Resolve, instituir o Código de Ética, aplicável aos servidores do quadro de pessoal do FUNPRELAR, Presidente, Diretores, seus Conselheiros e comitês . Este código se aplica às empresas contratadas e prestadores de serviços, denominados neste código como servidores e colaboradores.

Art. 1º - O código de Ética expressa a missão, os valores e a cultura do Fundo de Previdência do Município de Laranjal e aponta os princípios que condicionam o exercício de suas atividades e configuram valores que norteiam a atuação de seus servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão, membros de conselho, comitê de investimentos e prestadores de serviços.

§ 1º - Todas as atividades de serviço devem estar em estrita observância às leis e normas gerais que regem o FUNPRELAR.

§ 2º - Este Código constitui um fator de segurança para os administradores públicos e servidores, sua leitura e plena compreensão para prestação de serviços e execução de suas atividades.

Art. 2º - O Código de Ética será publicado no Diário Oficial e estará disponível no site do Fundo de Previdência do Município de Laranjal, no intuito de levá-lo ao conhecimento dos seus servidores (segurados ativos, inativos, e pensionistas) e a sociedade em geral, seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros de forma responsável, transparente e sustentável.

Art. 3º - É dever de todo agente público a observar as seguintes regras morais:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes em serviço serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos;

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o emento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente, o oportuno e o importuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal;

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo;

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade;

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio;

VI - Salvo os casos de investigações policiais ou de interesse superior da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar;

VII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais de uma Nação;

VIII - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço da disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e as instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicarem sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e sues esforços para construí-los;

IX - O servidor público deve atuar visando evitar que qualquer pessoa fique à espera de solução que compete ao setor que em que exerça suas funções, buscando impedir a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço;
X - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, desde que em consonância com as normas vigentes, e, assim, evitando a conduta negligente;

XI - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação;

Art. 4º - Aos agentes públicos são deveres fundamentais:

I - Desempenhar, a todo tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;

II - Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;

III - Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

IV - Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

V - Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

VI - Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

VII - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho politico e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

VIII - Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

IX - Resistir a toda as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

X - Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências especificas da defesa da vida e da segurança coletiva;

XI - Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

XII - Participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

XIII - Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XIV - Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

XV - Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

XVI - Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;

XVII - Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.

XVIII - Abster-se de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

XIX - divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento;

XX - Não serão admitidas, no exercício do cargo ou da função pública, práticas desleais que resultem em conflitos de interesses do Fundo de Previdência do Município de Laranjal e que estejam em desacordo com a ética e com o decoro do serviço público.

Art. 5º - A todo agente público é vedado:

I - O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

II - Prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

III - Ser, em função de seu espirito de solidariedade, conivente com erro ou infração a Lei, ao Estatuto dos Servidores Públicos e a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

IV - Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
V - Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

VI - Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

VII - Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

VIII - Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

IX - Desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

X - Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

XI - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XII - Analisar, proferir decisão, parecer ou relatório em requerimentos administrativos em que seja interessados, direta ou indiretamente, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau;

XIII - Analisar, proferir decisão, parecer ou relatório em requerimentos administrativos em que seja interessado seus sócios de direito ou de fato;

XIV - Patrocinar ou atuar profissionalmente, junto ao Município de Laranjal, em requerimentos administrativos de qualquer natureza, salvo aqueles de seu interesse pessoal direto;

Art. 6º - As infrações das disposições estabelecidas por este código poderá implicar nas penalidades previstas na legislação vigente, após o devido processo legal, com direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 7º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CONFORMIDADE COM ESTE CÓDIGO

O FUNPRELAR espera que seus servidores e fornecedores se comprometam com uma gestão ética e responsável com base nos requisitos deste Código e dos respectivos contratos de prestação de serviços.
O descumprimento deste Código pode resultar na rescisão da relação comercial entre as partes, sem prejuízo de qualquer outro recurso legal perante o foro competente.

Data da aprovação: 21/09/2026

Laranjal, 21 de setembro de 2026.

THAYNE ELIRA DO NASCIMENTO
Diretora Presidente do Fundo de Previdência do Município de Laranjal

SOLANGE KERVALD MARTINS
Controladora Interna
Portaria n 377/2026

ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO PARA PESSOA FÍSICA

Eu, , inscrita sob o CPF , recebi o Código de Ética Profissional do Servidor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e tenho pleno conhecimento de suas orientações.

Após atenciosa leitura e entendimento, concordo com as condutas nele descritas. Estou ciente de que minha responsabilidade e conduta devem se pautar pelos princípios e valores descritos neste Código.

Tenho ciência de que o não cumprimento poderá implicar em sanções disciplinares, e que, no caso de dúvidas ao longo do exercício de minhas funções, devo procurar os canais adequados à solução de qualquer conflito ou dilema ético.

Laranjal -Pr, , de de 20

ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO PARA PESSOA JURÍDICA

A empresa , representada por , inscrita no CNPJ sob o nº , declara que recebeu o Código de Ética Profissional do Servidor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e possui pleno conhecimento de suas disposições.

Após leitura atenta e compreensão de seu conteúdo, a signatária concorda em observar e cumprir as condutas, princípios e valores nele estabelecidos, comprometendo-se a orientar a atuação de seus representantes, empregados e prepostos de acordo com tais diretrizes, no que couber.

Declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento das normas previstas no referido Código poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, bem como de que, em caso de dúvidas durante a execução de suas atividades, deverá buscar os canais institucionais adequados para a solução de eventuais conflitos ou dilemas éticos.

Laranjal -Pr, , de de 20

ANEXO IV - TERMO DE RECEBIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LARANJAL -PR

Declaro que recebi o Código de Ética e Conduta do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Laranjal -Pr, estando ciente de seu conteúdo e da sua importância para o bom exercício funcional do próprio Regime Próprio de Previdência Social do Município de Laranjal. A assinatura do presente Termo, anexo ao referido Código, é manifestação de minha concordância e do meu compromisso em cumpri-lo integralmente.

Laranjal-Pr, , de de 20

Publicado por:
Ana Paula Burey
Código Identificador:352C1F2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026-PML
PROCESSO Nº. 131/2026-PML
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para confecção, montagem e instalação de móveis planejados fabricados, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 14 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 248.867,75 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 21de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:1C093A27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026-PML
PROCESSO Nº. 131/2026-PML
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para confecção, montagem e instalação de móveis planejados fabricados, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 14 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 248.867,75 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 21de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7DADEB94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE COMPRA DIRETA

EXTRATO DE COMPRA DIRETA

COMPRA DIRETA Nº 005/2026-L

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO

CNPJ: 86.877.743/0001-60

FORNECEDOR: AUTO POSTO BERGATON

CNPJ: 04.241.569/0001-08

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) litros de óleo lubrificante para motor, viscosidade SAE 5W-30, destinado à manutenção preventiva do veículo oficial da Câmara Municipal de Lobato/PR.

QUANTIDADE: 04 (quatro) litros.

ESPECIFICAÇÃO: Óleo lubrificante para motor, viscosidade SAE 5W-30, compatível com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo oficial da Câmara Municipal de Lobato/PR.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 155/2022, de 08 de setembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e outros, no âmbito da Administração Pública Municipal, quando aplicável.

VALOR TOTAL: 319,60 (trezentos e dezenove reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1.01.001.01.031.0022.2.001. – Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Câmara Municipal de Lobato aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:B35EE6A4

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 039/2026-L

PORTARIA Nº 039/2026-L

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,no uso das atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994;

Considerando a previsão contida no artigo 90, § 4º, e Parágrafo Único do artigo 91, todos da Lei Municipal nº 622/94-E, Estatuto dos Servidores Municipais;
RESOLVE:
Art. 1º -CONCEDER: 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a servidora: **IVANETE GIMENES LIMA CARDOSO**, inscrita no CPF: 034.630.279-09 e RG: 4.890.011-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de ZELADORA, nível 24, do Quadro de Provimento Efetivo, constante do Anexo II, da Resolução nº 005/2009-L, no período de 23/09/2026 a 02/10/2026. Referente ao período aquisitivo de 2025 - 2026.
Art. 2º - Converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, em cujo cálculo deverá ser considerado a gratificação de férias, com base no Parágrafo Único do artigo 91 da Lei Municipal nº 622/94-E.
Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Lobato, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:319CCEBA

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N.º 181/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026. NOMEIA, A PARTIR DE 01/09/2026, O SR. ROGÉRIO MARTINS SILVA CHEFE DA DIVISÃO DE ANALISE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E SERVIÇOS DE AUDITORIA.

MILTON KASUYUKI INOUE, Prefeito em Exercício do Município de Lobato, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° - NOMEIA, a partir de 01/09/2026, o Sr. ROGÉRIO MARTINS SILVA, portador da cédula de identidade R.G. n.º *.510.***-* SSP/PR e CPF nº ***.246.139-**, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe da DIVISÃO DE ANÁLISE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E SERVIÇOS DE AUDITORIA, desta municipalidade, com vencimentos equivalentes ao Símbolo CC-2, Anexo I da Lei Municipal Complementar 002/2022-E e tabela de vencimentos dos servidores públicos municipais de Lobato.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, convalidando seus efeitos, nos termos do art. 55 da LF n.º 9.784/99 à

partir de 01 de setembro de 2026 (inclusive), revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 072/2025 de 05 de março de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:FB85E7EB

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N.º 182/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026. NOMEIA, A PARTIR DE 22/09/2026, A SRA. DENISE DOS SANTOS LEITE CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO

MILTON KASUYUKI INOUE, Prefeito em Exercício do Município de Lobato, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° - NOMEIA, a partir de 22/09/2026, a Sra. DENISE DOS SANTOS LEITE, portadora da cédula de identidade R.G. n.º *.070.***-* SSP/PR e CPF nº ***.456.579-**, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe da DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO, desta municipalidade, com vencimentos equivalentes ao Símbolo CC-2, Anexo I da Lei Municipal Complementar 002/2022-E e tabela de vencimentos dos servidores públicos municipais de Lobato.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, convalidando seus efeitos, nos termos do art. 55 da LF n.º 9.784/99 à partir de 22 de setembro de 2026 (inclusive), revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:69CC9562

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026.

O MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Rua Antônio Coletto, nº 1.260, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor FABIO CHICAROLI, ratifica a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2026, nos termos do Artigo 75 caputs, inciso IV alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, conforme quadro abaixo:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2026 - PML – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026.
Contratada: VCA AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ/MF: 24.380.089/0001-27
Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICADO, VEÍCULOS: IVECO DAILY MINIBUS 45 - 160 ANO: 2025/2026- COR BRANCA- PLACA UBE1D14 – KM RODADOS: 30.214, PERTENCENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO.
Valor Global: 3.012,93 (três mil, doze reais e noventa e três centavos)
Vigência: 22/09/2026 até 22/12//2026
Dotações Orçamentárias:
Organograma
Descrição da Despesa
Máscara
06.003
MAUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE
06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00
06.003
MAUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE
06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.39.00
Foro: COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.

PAÇO MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, AO 22 (VINTE E DOIS) DIA DO MÊS DE SETEMBRO (09), DO ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:1939B96C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICADO, VEÍCULO: IVECO DAILY MINIBUS ANO: 2025/202 - COR BRANCA- PLACA UBE1D14 – KM RADADOS: 30.214, PERTENCENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO.
Conforme característica autuado no presente processo administrativo, em favor da empresa VCA AUTOMOTORES LTDA, com cadastro no CNPJ nº24.380.089/0001-27, no valor global de R$ 3.012,93 (TRÊS MIL, DOZE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), com base no art. 75 Inciso IV alínea "a", da Lei Federal nº 14133/2021 e suas alterações posteriores, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo de Dispensa de Licitação nº 34/2026.
Lobato/PR., 22/09/2026

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:46739B9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 183/2026, 22 DE SETEMBRO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

MILTON KASUYIKI INOUE, PREFEITO EM EXERCICIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

10		**Secretaria Municipal de Educação**	
10.003		**Departamento de Cultura**	
10.003.13.122.0019.2.040		**Manutenção do Departamento de Cultura**	
3.3.90.39.00.00 - 477	1063	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00
		TOTAL	**2.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o proveniente da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

10		**Secretaria Municipal de Educação**	
10.003		**Departamento de Cultura**	
10.003.03.122.00019.2.040		**Manutenção do Departamento de Cultura**	
3.3.90.30.00.00 - 475	1063	Material de Consumo	2.000,00
		TOTAL	**2.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 22 de Setembro de 2026.

MILTON KASUYIKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:751BB941

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 15/2026 – PRONTO PAGAMENTO - SAMAE

O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Rua Antônio Coletto, nº 1.228, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 80.910.201/0001-65, neste ato representado pelo Diretor, Senhor **AILTON GOMES DOS SANTOS**, ratifica a **COMPRA DIRETA Nº. 15/2026**, nos termos do **Art. 95, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/21** e suas alterações, e Decreto Municipal nº 69/2024, de 16 de abril de 2024, conforme quadro abaixo:

COMPRA DIRETA Nº 15/2026 - PRONTO PAGAMENTO - SAMAE	
FORNECEDOR: **B S INFORMATICA LTDA**	**CNPJ/MF: 44.132.151/0001-79**
Objeto de Compra Direta: ****AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDENDO COMPUTADOR DESKTOP, KIT DE TECLADO E MOUSE SEM FIO E MONITOR, DESTINADOS À OPERAÇÃO E AO MONITORAMENTO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE LOBATO/PR.****	
Valor Global: **R$ 5.168,80 (Cinco mil cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos).**	
Data da Assinatura: **23 de setembro de 2026, com vigência até 23 de dezembro de 2026.**	
Dotações Orçamentárias:	

DESPESA	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
16	14.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Desp. 16 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - 14.001.17.122.0021.2070.4.4.90.52.00 / 00076.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos SAMAE

Foro: **COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.**

SALA DE LICITAÇÕES DO SAMAE - MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, AO 23 (VINTE E TRÊS) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO (09), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor Do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, De 05 De Maio De 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:D459222F

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 15/2026 – PRONTO PAGAMENTO

RECONHEÇO a Compra Direta fundamentada no **Art. 95, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/21 de 01 de abril de 2021**, e suas atualizações posteriores, estando o ato devidamente regulamentado no município de Lobato, através do Decreto Municipal nº 069/2024, de 16 de abril de 2024, que dispõe sobre o procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento.
RATIFICO e autorizo em consequência, a proceder-se à Compra Direta – Pronto Pagamento nos seguintes termos:
FORNECEDOR: B S INFORMATICA LTDA- CNPJ: **44.132.151/0001-79,** no valor global de **R$ 5.168,80 (Cinco mil cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos).**

OBJETO DE COMPRA DIRETA: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDENDO COMPUTADOR DESKTOP, KIT DE TECLADO E MOUSE SEM FIO E MONITOR, DESTINADOS À OPERAÇÃO E AO MONITORAMENTO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE LOBATO/PR.**

Cumpra-se. E publique-se.

Lobato, 23 de setembro de 2026.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor Do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, de 05 de Maio de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:B70431F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2026

Ata de registro de preço N° 121/2026 – Dispensa nº 24/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: AAZ SAï¿½DE PRODUTOS Mï¿½DICOS E HOSPITALARES
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DESTINADO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA DO CENTRO DE SAÚDE DE LUPIONÓPOLIS, VISANDO ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS ATENDIMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.
Valor Total 14.080,00 (Quatorze Mil e Oitenta Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.99.00 -Do Exercício
Prazo de execução: 12 meses
Data da assinatura: 22 de setembro de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:C061C805

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: A.T.V. Distribuidora Ltda. ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº **54.174.357/0001-15**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **26.507,20** (vinte e seis mil, quinhentos e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Alisson Vieira Tottene – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:3827B551

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº **00.802.002/0001-02**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **715,30** (setecentos e quinze reais e trinta centavos).
ITENS PRINCIPAIS: Porta-agulha Mayo-Heg, tesoura Iris e tesoura Mayo.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Maicon Cordova Pereira – Representante da Contratada.

Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:4DBD16BB

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Bio Logica Distribuidora EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº **06.175.908/0001-12**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **672,86** (seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos).
ITENS PRINCIPAIS: Indicador químico Bowie-Dick, escovas de Robson, mini incubadora, pasta para polimento, pasta para profilaxia e tiras de lixa.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Luis Carlos dos Santos – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:9D166244

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADA: Distribuidora de Medicamentos Boeing EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.547.487/0001-98.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Setor Odontológico do Centro de Saúde de Lupionópolis/PR, conforme resultado do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 6.767,40 (seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: 17/09/2026 a 16/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Oscar Netto Boeing – Representante da Contratada.

Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:50007853

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADA: Distribuidora Água Boa Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.223.526/0001-06.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Setor Odontológico do Centro de Saúde de Lupionópolis/PR, conforme resultado do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 3.658,10 (três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).
VIGÊNCIA: 17/09/2026 a 16/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Vitória Berti – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:F53E5C96

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADA: L. A. Dalla Porta Junior Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.145.401/0001-56.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Setor Odontológico do Centro de Saúde de

Lupionópolis/PR, conforme resultado do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **1.224,60** (mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), conforme Cláusula Terceira da Ata.
VIGÊNCIA: 17/09/2026 a 16/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Luis Alberto Dallaporta Junior – Representante da Contratada.

Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:E57C1122

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Maquira Indústria de Produtos Odontológicos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº **05.823.205/0001-90**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **5.671,00** (cinco mil, seiscentos e setenta e um reais).
ITENS PRINCIPAIS: Endo Ice Spray, resinas fotopolimerizáveis nas cores A-1, A-2, A-3, A-3,5 e C-2, solução hemostática e resina flow.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Anderson Bergamim – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:EFBEE4F0

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Mega Dental Importação, Exportação e Comércio de Produtos Odontológicos EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº **25.341.162/0001-14**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **17.194,11** (dezessete mil, cento e noventa e quatro reais e onze centavos).
ITENS PRINCIPAIS: Adesivo odontológico, alavancas, anestésico local, brocas, fórceps, selante, espelho bucal, escovas dentais, Coltosol e articaina.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Caroline de Fátima Theresa Ladeira – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:09FAAAAA

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS.
CONTRATADA: NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 06.974.929/0001-06.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, destinados ao atendimento das necessidades do Setor Odontológico do Centro de Saúde de Lupionópolis/PR.
VALOR TOTAL: R$ 803,25 (oitocentos e três reais e vinte e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 17/09/2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:37299AB1

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Odontomed T/A Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº **27.205.945/0001-04**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **713,36** (setecentos e treze reais e trinta e seis centavos).
ITEM: Filme radiográfico adulto periapical, caixa com 150 unidades, marca Carestream.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Taynã Rodrigues Monteiro de Barros – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:735EDC8D

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Ynemed Produtos Médicos e Hospitalares Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº **51.740.794/0001-60**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos de uso odontológico, conforme especificações e quantitativos constantes do Processo Licitatório nº 74/2026 – Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **1.338,24** (mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).
ITEM: Kit espátula para resina, contendo seis peças, marca Cassiflex.
VIGÊNCIA: De **17/09/2026 a 16/09/2027**.
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Carlos Tibério – Prefeito Municipal; Irene Lopes Salvi – Representante da Contratada.
Lupionópolis/PR, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:75DE9C9F

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2026

4º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 60/2026 – Pregão Eletrônico nº 08/2026 – Processo Licitatório nº 21/2026.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS.
Contratado: CRESPO CIA LTDA – CNPJ nº 75.466.755/0001-85.
Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços unitários registrados, passando o Óleo Diesel S10 (Lote 003, item 12128) de R$ 7,59 (sete reais e cinquenta e nove centavos) para R$ 7,99 (sete reais e noventa e nove centavos) por litro, e o Óleo Diesel S500 (Lote 004, item 12129) de R$ 6,92 (seis reais e noventa e dois centavos) para R$ 7,29 (sete reais e vinte e nove centavos) por litro, mantidos inalterados os preços dos demais itens registrados.
Fundamento legal: Art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços nº 60/2026.
Vigência dos novos preços: a partir de 21/09/2026 (data do protocolo do pedido).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 60/2026.

Data da assinatura: 21 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:8359C134

GABINETE/SECRETARIA
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis/PR – CNPJ nº 75.845.511/0001-03
CONTRATADA: SANINUTRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ nº 38.330.923/0001-84
Objeto da Ata: Registro de preços para eventual aquisição de carnes, embutidos e laticínios, conforme Pregão Eletrônico nº 03/2026
O Prefeito Municipal de Lupionópolis, no Despacho Decisório proferido nos autos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) instaurado pela Portaria nº 73/2026, acolhendo o Parecer Jurídico nº 199/2026 e o Relatório Conclusivo da Gestão de Contratos, reconheceu a ocorrência reiterada de infrações contratuais relativas à qualidade do produto entregue, ao peso inferior ao especificado, ao transporte em desacordo com as normas sanitárias e à divergência de marca, e determinou a instauração de processo específico para a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 15/2026. As infrações reconhecidas no PAAR nº 31/2026 configuram descumprimento total ou parcial das cláusulas, especificações e prazos estabelecidos na Ata de Registro de Preços nº 15/2026 e no Contrato dela decorrente, caracterizando motivo para extinção do ajuste, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021. Ante a gravidade e a reiteração das infrações, a extinção deve dar-se por ato unilateral e escrito da Administração, na forma do art. 138, I, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de prévia manifestação judicial, sem prejuízo do direito de a contratada buscar a revisão do ato pelas vias administrativa e judicial cabíveis. Ante o exposto, fica FORMALIZADA A RESCISÃO UNILATERAL da Ata de Registro de Preços nº 15/2026, celebrada entre o Município de Lupionópolis/PR e a empresa SANINUTRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com efeitos a partir da publicação deste Termo, nos seguintes termos:
I – A rescisão opera efeitos ex nunc, permanecendo hígidas e exigíveis as obrigações já vencidas e as responsabilidades já apuradas até a presente data, inclusive as sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar aplicadas no âmbito do PAAR nº 31/2026, que não são afetadas por este Termo; II – Fica determinada a convocação do licitante remanescente, na ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº 03/2026, para assunção do fornecimento remanescente do objeto da Ata ora rescindida, nas mesmas condições da proposta então classificada em segundo lugar, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021, competindo ao Departamento de Licitações a identificação do licitante apto à convocação e a adoção das providências cabíveis, ressalvado o direito de recusa justificada; III – Fica determinada a apuração de eventuais perdas e danos sofridos pela Administração em decorrência das infrações que ensejaram a presente rescisão, bem como a execução de garantia contratual porventura prestada pela contratada, sem prejuízo do expediente autônomo de glosa/ressarcimento já determinado no Despacho Decisório referido, relativo à divergência de peso; IV – Determina-se a publicação deste Termo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e a intimação da contratada acerca de seu inteiro teor, assegurado o direito de interposição de recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021, sem efeito suspensivo automático sobre a convocação do licitante remanescente, salvo decisão em sentido diverso da autoridade competente; V – Determina-se a remessa de cópia deste Termo ao Departamento de Licitações, ao Departamento de Gestão de Contratos e ao setor competente, para as providências dos itens II e III supra, e o posterior arquivamento dos autos do processo de rescisão em apenso ao PAAR nº 31/2026.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Lupionópolis/PR, 22 de setembro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal de Lupionópolis/PR

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A091B74D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 95/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Quarta seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 94/2026, devidamente publicado em 22/09/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ROBERTO MENDES DA SILVA	25/08/1968	65	1º
ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS	03/10/1982	56	2º
JORGE MARIANO DA CONCEIÇÃO	28/01/1975	53	3º
LUAN VINICIUS SANTANA DAMS	10/10/1999	50	4º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 22 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:CFC2FB33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 96/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 94/2026, devidamente publicado em 22/09/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
PABLO CESAR DE OLIVEIRA RAMOS	18/02/2001	50	5º
JOAO VITOR ALVES DA CUNHA	01/11/2001	50	6º
JOSÉ AZEVEDO BISPO DOS SANTOS	24/07/1986	48	7º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 22 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:3841C124

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 77.774.537/0001-33, com sede na Avenida João Pessoa Leste, nº 519, Mallet/PR, representada por seu Presidente, Serjo Gryczak.

CONTRATADA: Sperandio Paraná Comércio de Veículos Ltda., filial inscrita no CNPJ nº 47.836.686/0002-08, com sede em Guarapuava/PR.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 14.133/2021, Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, Termo de Referência, proposta vencedora e demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 12/2026.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo SUV, com capacidade mínima para 07 (sete) ocupantes, marca CAOA CHERY, modelo TIGGO 8 PRO, destinado ao atendimento das necessidades institucionais da Câmara Municipal de Mallet, nas condições e especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e contrato.

QUANTIDADE: 01 (uma) unidade.
MARCA/MODELO: CAOA CHERY – TIGGO 8 PRO.

VALOR UNITÁRIO E TOTAL: R$ 199.300,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos reais), incluídos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, transporte, primeiro registro, emplacamento, licenciamento, placas, taxas e demais despesas necessárias ao integral fornecimento do objeto.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura. Uma vez entregue e aprovado o objeto, respeitado o prazo para pagamento e sem prejuízo das obrigações de garantia que devam subsistir, o contrato poderá ser considerado encerrado nos termos do instrumento contratual.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Pagamento mediante depósito bancário em nome da Contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal pelo Setor Administrativo/Financeiro da Contratante, condicionado à conferência da entrega e à manutenção da regularidade fiscal exigida no contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.52 – Veículos de Tração Mecânica.

FONTE/RECURSO: 00001-00001.01.07.00.00.1.501.0000 – Recursos do Tesouro.

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO: A fiscalização e a gestão do presente contrato serão exercidas pelos agentes formalmente designados pela Câmara Municipal de Mallet em ato próprio juntado ao Processo Administrativo nº 12/2026, sendo: Gestor do Contrato: FERNANDO ROBERTO ARKATEN, Diretor Administrativo; Fiscais do Contrato: VILMAR DE PAULA, Diretor Legislativo; CRISTIANO PEREPELECIA, Vereador; e SÉRGIO KOJATEK, Vereador.

SUBCONTRATAÇÃO: Vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, nas condições previstas no instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 22 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): Para fins de publicidade e transparência administrativa, este extrato divulga apenas os dados necessários à identificação das partes, do procedimento, do objeto e das condições essenciais da contratação. Foram omitidos dados pessoais desnecessários à finalidade da publicação, como CPF, RG e outros identificadores pessoais da representante da empresa, em observância aos princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sem prejuízo da íntegra do processo administrativo.

Mallet/PR, 22 de setembro de 2026.

SERJO GRYCZAK
Presidente da Câmara Municipal de Mallet

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:F57B29C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2026

DATA DE ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: CENTER SUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA CNPJ 10.495.215/0001-84, domiciliada à Rua XV de Novembro - Sul, nº 491, centro, no município de Mallet, Estado do Paraná representada pelo Senhor, **CLEMENTE BAHNIUK CPF 044.112.289-20**, residente à Rua XV de Novembro - Sul, nº 491, centro, no município de Mallet, Estado do Paraná.

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados à composição de cestas básicas, para concessão à população em situação de vulnerabilidade social, na forma de benefício eventual, nos termos da Lei Municipal nº 1.365/2018.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 46.618,20 (quarenta e seis mil seiscentos e dezoito reais e vinte centavos).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **4 (quatro) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:7BF185D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 402/2026

DECRETO N.º 402/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionária pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO Processo 000003334/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido da servidora, **MARCIA KNESZ RETKVA** matrícula nº 60173, do cargo efetivo de Servente, a partir de 22 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data supra citada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 22 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:53EC3BE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 466/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº. 466/2026

Ementa: Abre crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária n° 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		Secretaria Municipal De Governo	
02.001		Secretaria Municipal De Governo	
02.001.04.122.0002.2.004		Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Governo	
11 - 3.3.90.46.00.00	000	Auxilio-Alimentacao	34.000,00
02.005		Procuradoria Juridica	
02.005.04.122.0002.2.008		Manutenção Do Departamento Da Procuradoria Juridica	
61 - 3.3.90.46.00.00	000	Auxilio-Alimentacao	4.000,00
02.007		Cordenadoria Municipal De Proteção E Defesa Do Consumidor – Procon	
02.007.04.122.0002.2.010		Manutenção Da Cordenadoria Municipal De Proteção E Defesa Do Consumidor – Procon	
81 - 3.3.90.46.00.00	000	Auxilio-Alimentacao	1.500,00
		Total Suplementação:	39.500,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Superávit financeiro, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso I da Lei Federal 4.320/64:

Superávit Financeiro nas Fontes:			
1002	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	000	39.500,00
Total Superávit Financeiro:			39.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:662A6179

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 467/2026 - EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 467/2026

Súmula: Exonera servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98003	Beatriz Della Mura Silva	Professor De Atendimento Educacional Especializado - Paee 40h	03/02/2025	16/09/2026	a pedido do servidor
98380	Paula Regina Ribeiro dos Santos	Monitor do ensino Integral Temporário	14/10/2025	17/09/2026	a pedido do servidor

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:9C1CB496

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 468/2026 - CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.----------

DECRETO Nº 468/2026

Súmula: Constitui a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, para comporem a comissão especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36, conforme
segue:

PAMELA HEIDEMANN P.S. RIBEIRO;
PRISCILA CAMPANERUTTO SARZI SARTORI;
ANDREIA DE JESUS FLORENTINO CARDOZO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:1043060F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 469/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CASA DA AMIZADE, COM VIGÊNCIA DE 28/08/2026 A 28/08/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 469/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Amizade, com vigência de 28/08/2026 a 28/08/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Amizade**, com vigência de **28/08/2026 a 28/08/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Adriana de Cassia Silva Capóia de Osti
Vice-presidente: Poliane Cristina Massinani

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Keulayne Cristina Campos Rubio
Suplente: Rosangela Carlos da Mota Brevilato
Titular: Poliane Cristina Massinani
Suplente: Aparecida Vieira Dias Batista

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E FUNCIONÁRIOS
Titular: Ariellen Gonçalves Boncewicz
Suplente: Luciana Ferreira da Silva
Titular: Andreia Fernanda de Andrade
Suplente: Dafne Marques de Souza Almeida

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Andreia de Lurdes Apolinario
Suplente: Pamela de Souza Silva Fernandes

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Christopher Henrique Martins de Souza
Responsável Legal: Fabiana dos Santos Martins
Suplente: Julia Gabriela dos Santos Silva
Responsável Legal: Ana Paula Ribeiro dos Santos

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Tassiana Galeti Batista
Suplente: Giovana Valencio de Souza Silva
Titular: Selma Franzini Ismael Giraldelli
Suplente: Diovana Eduarda Gervasio Gomes

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Silvana Lopes da Silva
Suplente: Maria Aparecida Silva Denobi
Titular: Derci Vicente dos Santos
Suplente: Fernanda Araujo de Oliveira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:C22EB2C3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 306/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 306/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munida dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovado no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

EDUCADOR INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
07	TAYNA CAVALCANTE BORGES	69

Mandaguari, 22 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:52A6B80B

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4565/2026 - AUTORIZA A FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN A FORMALIZAR A REVERSÃO/RESTITUIÇÃO DE PARCELA DE IMÓVEL

Lei Ordinária Nº 4565/2026

Ementa: Autoriza a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN a formalizar a reversão/restituição de parcela de imóvel originalmente recebido por doação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública Indireta do Município de Mandaguari, autorizada a formalizar a reversão/restituição à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná da parcela do imóvel originalmente recebido por doação, correspondente ao Lote de Terras nº 30-A-1-1 (destacado), da Quadra nº 30-A-1, com área de 10.787,00 m² (dez mil, setecentos e oitenta e sete metros quadrados), localizado na Gleba Patrimônio Mandaguari, Município e Comarca de Mandaguari-PR, objeto da Matrícula nº 27.706 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari-PR, cadastro municipal nº 13.249.
§1º A autorização prevista no *caput* deste artigo destina-se exclusivamente à formalização da reversão/restituição de parcela do imóvel objeto da doação originária, em razão da manifestação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na condição de doadora originária, e da deliberação do Conselho de Administração da FAFIMAN, formalizada pela Resolução nº 10/2026, de 06 de agosto de 2026.

§2º A autorização prevista nesta Lei não constitui autorização para alienação voluntária de patrimônio público, para realização de compra e venda, doação, permuta ou qualquer outra modalidade de disposição voluntária do imóvel pela FAFIMAN.

§3º A reversão/restituição autorizada por esta Lei deverá observar os limites, condições e finalidade estabelecidos no negócio jurídico originário de doação, na manifestação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e na deliberação do Conselho de Administração da FAFIMAN.

Art. 2º A formalização da reversão/restituição autorizada por esta Lei poderá ser realizada mediante escritura pública e demais atos jurídicos, administrativos e registrais necessários à transferência da titularidade da área à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, observadas as exigências legais e registrais aplicáveis.
Parágrafo único. A escritura pública deverá consignar expressamente que o ato tem por finalidade formalizar a reversão/restituição da parcela do imóvel originalmente doada, não constituindo compra e venda, doação, permuta ou outra modalidade de alienação voluntária de patrimônio público.

Art. 3º A reversão/restituição de que trata esta Lei compreende exclusivamente o imóvel objeto da Matrícula nº. 27.706, com área de 10.787,00 m², não abrangendo os imóveis objeto das Matrículas nº. 27.705 e nº. 27.707, que permanecerão vinculados à FAFIMAN.
Parágrafo único. A reversão/restituição mencionada no *caput* será formalizada sem caracterização de operação de compra e venda ou de alienação voluntária onerosa ou gratuita do patrimônio público, constituindo, exclusivamente, medida de restituição da parcela do imóvel originalmente recebido por doação, conforme a manifestação da doadora originária e a deliberação da donatária.

Art. 4º A formalização da reversão/restituição prevista nesta Lei deverá considerar a manifestação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, datada de 24 de março de 2026, bem como a Resolução nº 10/2026, de 06 de agosto de 2026, do Conselho de Administração da FAFIMAN, que aprovou a subdivisão do imóvel e a reversão da área de 10.787,00 m².

Art. 5º Caberá à Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN adotar as providências administrativas, jurídicas, notariais e registrais necessárias à formalização da reversão/restituição autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:B1904575

LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADEº.68/2026

Mandaguari (PR), 22 de setembro de 2026.

ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADEº.68/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.	04.096.738/0001-55	R$ 13.623,96

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:83D9C361

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
PORTARIA 027/2026

PORTARIA Nº027/2026

A Secretária Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mandirituba, no uso de suas atribuições legais e regulamentares previstas no art. 27 da Lei Municipal nº 514 de 05/05/2009, **RESOLVE**:

Art. 1º - Conceder **PENSÃO POR MORTE** para **LUIZ CARLOS FEHLAUER**, brasileiro, nascido em 25/05/1953, inscrito no CPF sob nº219.004.420-00, pelo seu vínculo de dependência com **MARLENE RUTH FEHLAUER**, inscrita no RG SSP/PR sob nº 4.628.563-8 e no CPF sob nº837.347.089-15, aposentada desde 01/08/2026 e falecida em 06/09/2026.

Art. 2º – Os proventos foram calculados em R$2.755,92 (dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme o artigo 26 da Lei Complementar nº 85/2025, equivalentes a 60% dos proventos recebidos pela aposentada, na data do óbito.
Art. 3º - Os proventos serão reajustados para preservar seu valor real, conforme disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 27 da Lei Complementar nº 85/2025.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data do óbito, a partir de 06/09/2026.

Mandirituba, 22 de setembro de 2026

ARLETE S. RIBEIRO
Secretária Executiva

Publicado por:
Gislaine Ribeiro da Cruz
Código Identificador:80515E39

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 137/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 27/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 102/2026

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 137/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 102/2026

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, sediado na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 160/2026, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, Felipe Claudino Machado, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E NÃO INFLÁVEIS, CARRINHOS DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE. VALOR ESTIMADO: 58.840,00 (cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta reais). Período de cadastro das propostas: 23 de setembro de 2026 a 28 de setembro de 2026, às 08h14min. Data da Sessão: 28 de setembro de 2026 às 08h15min Horário da Fase de Lances: início as 08h15min e término as 14h15min UASG: 455978 – Link acesso ao sistema: www.gov.br/compras/ Critério de Julgamento: Menor Preço. Divulgação no Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=mandirituba

Mandirituba, 22 de setembro de 2026

ANDRIELI TAIS ZIEMERMAN
Secretária Municipal de Saúde

DANILO GABRIEL DE ANDRADE
Secretário Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:31A92F3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 99/2026 PROCESSO NO COMPRASGOV 133/2026 UASG 455978

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 99/2026
PROCESSO NO COMPRASGOV 133/2026
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da obra de construção de escola municipal de 12 (doze) salas de aula, destinada à educação infantil e ao ensino fundamental/anos iniciais, na modalidade de educação em tempo integral, no município de Mandirituba/PR, com área construída de 3.228,08 m², em conformidade com o projeto padrão do fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE), incluindo os respectivos projetos específicos de implantação, urbanização e paisagismo, a serem executados em terreno com área total de 9.620,31 m².
Data da Sessão: 03 de novembro de 2026 às 09h00.
Valor Máximo: R$ 7.279.536,72 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 22 de setembro de 2026

DANILO GABRIEL DE ANDRADE
Secretário Municipal de Educação, cultura, Esporte e Lazer

ANA TERESA DO AMARAL PALÚ
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:5DD854C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 019/2026

PORTARIA Nº 019/2026

Concede progressão por tempo de serviço (biênio) a servidor da Câmara Municipal de Manfrinópolis**.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 97 da Lei Municipal 635/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (biênio) a servidor da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. **GABRIEL BALBOENA,** portador do C.I/R.G. n.º 10.XXX.3XX-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 07x.2xx.5X9-X6, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR LEGISLATIVO, com fundamento no Art. 87, §1º da Lei Municipal nº 635/2017, concedendo 01 nível (2%) de progressão, considerando o período aquisitivo de 18/09/2024 a 17/09/2026.

Art. 2° O servidor público **GABRIEL BALBOENA**, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR LEGISLATIVO, passará com a progressão concedida ao nível 15 do Plano de Cargos, Carreira e Valorização do Servidor Público (PCCVSP) ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Manfrinópolis (Lei Municipal nº 635/2017)

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 21 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente da Câmara Municipal de Manfrinópolis-PR.

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:B10649C1

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 020/2026

PORTARIA Nº 020/2026

Concede conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário a servidor da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências**.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 97 da Lei Municipal 635/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Converter 1/3 (um terço) do período de férias em abono pecuniário ao Sr. **GABRIEL BALBOENA,** portador do C.I/R.G. n.º 10.0XX.3XX-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 07X.2XX.5X9-X6, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR LEGISLATIVO, com fundamento no art. 102 da Lei 635/2017.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 21 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente da Câmara Municipal de Manfrinópolis-PR.

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:37392562

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 12/2026

RESOLUÇÃO Nº 12/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MANGUEIRINHA – PARANÁ

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Mangueirinha – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.267/2004, e pela Lei Municipal nº 2.089/2019,
CONSIDERANDO a necessidade de atualização e adequação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Mangueirinha – PR, em conformidade com a legislação vigente e com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, aprovada em Reunião Ordinária realizada em 18 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Mangueirinha – PR, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.267/2004 e Lei l nº 2.089/2019.
Art. 2º – O Regimento Interno estabelece as normas de organização, funcionamento, competências e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis à Política de Assistência Social.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha – PR, 18 de setembro de 2026.

MARLENE NOGUEIRA DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:112B3794

LICITAÇÃO
CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 086/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: ALC MORAES COMERCIAL LTDA.
CNPJ/MF n.º 46.339.373/0001-92
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, execução de cirurgias de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia bilateral) e identificação e registro, por meio de microchips, de cães e gatos alojados na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR TOTAL: R$ 2.301,30 (dois mil, trezentos e um reais e trinta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: FAROVET PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ/MF n.º 37.054.879/0001-64
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, execução de cirurgias de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia bilateral) e identificação e registro, por meio de microchips, de cães e gatos alojados na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR TOTAL: R$ 10.458,10 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: MANGVET AGRO & CLINICA VETERINARIA LTDA
CNPJ/MF n.º 57.991.583/0001-87
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, execução de cirurgias de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia bilateral) e identificação e registro, por meio de microchips, de cães e gatos alojados na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR TOTAL: R$ 244.374,51 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: SP & SP SAÚDE PÚBLICA SÃO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ/MF n.º 47.028.448/0001-87
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, execução de cirurgias de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia bilateral) e identificação e registro, por meio de microchips, de cães e gatos alojados na Unidade de Apoio ao Controle de Zoonoses e Bem-Estar Animal do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR TOTAL: R$ 16.108,20 (dezesseis mil, cento e oito reais e vinte centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2026
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: CRUZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/MF n.º 11.717.635/0001-20
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura destinados à manutenção e à revitalização de prédios e espaços públicos do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
VALOR TOTAL: R$ 415.573,00 (quatrocentos e quinze mil, quinhentos e setenta e três reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, ou até o esgotamento das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 091/2026
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: SORRISO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/MF n.º 05.379.202/0001-00
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura destinados à manutenção e à revitalização de prédios e espaços públicos do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
VALOR TOTAL: R$ 381.200,00 (trezentos e oitenta e um mil e duzentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, ou até o esgotamento das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2026
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.

FORNECEDOR REGISTRADO: G.F. MULLER CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/MF n.º 05.620.622/0001-36
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de pintura destinados à manutenção e à revitalização de prédios e espaços públicos do Município de Mangueirinha/PR, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
VALOR TOTAL: R$ 477.860,00 (quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, ou até o esgotamento das quantidades registradas.
DATA DA ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: GR COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 17.451.234/0001-58
CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 052/2025 – PMM, por mais 12 (doze) meses, com a renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Acórdão nº 392/2026 – Tribunal Pleno do TCE-PR, mantidos inalterados os preços unitários, as marcas e as demais condições da Ata originária. Valor global estimado para o período prorrogado: R$ 571.420,20 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços até 08 de agosto de 2027.
RECURSOS FINANCEIROS – As despesas decorrentes das contratações formalizadas com base na Ata prorrogada correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos, consignadas no orçamento do exercício correspondente.
DATA DA ASSINATURA: 07 de agosto de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: CRUZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 11.717.635/0001-20
CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 062/2025 – PMM, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção destinados às Secretarias Municipais requisitantes, por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo inalterados os valores unitários, os quantitativos e as demais condições da Ata original.
PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços por 12 (doze) meses, contados do término da vigência originária, com termo final em 29 de agosto de 2027.
RECURSOS FINANCEIROS – Os recursos financeiros decorrentes das contratações derivadas da Ata correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias requisitantes, consignadas no orçamento vigente, indicadas nas respectivas notas de empenho.
DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2025 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: SONIA KRUG REGINATTO
CNPJ: 25.036.673/0001-22
CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogação do prazo de vigência e renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços nº 069/2025 – PMM, cujo objeto é a prestação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de brinquedos recreativos e o fornecimento de alimentos para eventos promovidos pelas Secretarias Municipais, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantidos os preços unitários registrados. Valor global estimado para o período prorrogado: R$ 149.910,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e dez reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços por 12 (doze) meses, contados do término da vigência originária, com termo final em 16 de setembro de 2027.
RECURSOS FINANCEIROS – Os recursos financeiros decorrentes das contratações derivadas da Ata correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias requisitantes, consignadas no orçamento vigente, indicadas nas respectivas notas de empenho.
DATA DA ASSINATURA: 15 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 134/2025 – PMM
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: MILLENIUM CONCRETMIX LTDA
CNPJ: 45.054.551/0001-76
CLÁUSULA PRIMEIRA – Registro do reajuste anual dos preços unitários do contrato, com fundamento nos arts. 25, § 7º, 92, § 3º, e 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Décima do contrato, mediante aplicação da variação acumulada do IPCA/IBGE de março de 2025 a fevereiro de 2026, de 3,81% (fator 1,03812), passando os preços unitários a ser os seguintes: item 4 – 12, tubo em concreto DN 100 mm – PA1 com armação, de R$ 399,00 para R$ 414,21; item 14, tubo em concreto DN 800 mm – sem armação, de R$ 148,00 para R$ 153,64. O reajuste incide exclusivamente sobre o saldo quantitativo remanescente.
EFEITOS FINANCEIROS – A partir de 25 de junho de 2026, data do requerimento da contratada.
RECURSOS FINANCEIROS – As despesas decorrentes do presente reajuste correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no contrato originário, com emissão de empenho complementar, quando necessário.
DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 178/2026
REFERENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 030/2026 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ – UNIDADE DE PALMAS
CNPJ/MF: 03.776.284/0034-69
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de educação profissional, mediante a realização de 05 (cinco) cursos presenciais de qualificação e aperfeiçoamento profissional (Técnicas em Marmoraria; Soldador; Instalações Elétricas Prediais; Oratória e Comunicação Eficaz; Aplicação de Revestimento Cerâmico e Porcelanato), com carga horária global estimada de 296 horas, destinados à população do Município e voltados às necessidades da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

VALOR: R$ 71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Desp. 356 – 13.00.1.22.661.0003.2.06.8.4 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Industrial – Fonte 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
EXECUÇÃO: Conforme cronogramas e ordens de serviço emitidos pela contratante, dentro da vigência contratual.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 196/2026
REFERENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 035/2026 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
LOCADORA: ROZANE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA
CPF/MF: ***.907.579-**
OBJETO: Locação da parte ideal de 225,60 m² correspondente à sala comercial nº 01 (matrícula nº 8.680) e ao apartamento nº 03 (matrícula nº 8.683), integrantes do Condomínio Barão do Rio Branco, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 554, Centro, Mangueirinha/PR, destinado ao funcionamento do Departamento de Cultura, do PROCON e do setor de Identificação, vinculados à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.
VALOR: R$ 38.880,00 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Desp. 368 – 14.00.1.27.812.0006.2.06.9.3 – Atividades do Departamento de Esportes – Fonte 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
EXECUÇÃO: Disponibilização do imóvel em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho e da convocação formal.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 197/2026
REFERENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 028/2026 (CREDENCIAMENTO) – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: ANTONIO FAQUINI & CIA LTDA
CNPJ/MF: 78.432.176/0001-00
OBJETO: Prestação de serviços funerários e fornecimento de materiais funerários para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, inclusive a concessão do benefício eventual de auxílio funeral previsto na Lei Municipal nº 2.340/2023.
VALOR: Por preços unitários, sem valor global fixado: item 01 – coroa de flores artificiais, R$ 366,00 (un.); item 02 – auxílio funeral para pessoa de até 130 kg, R$ 1.632,38 (serv.); item 03 – translado por quilômetro rodado, R$ 6,00 (km).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Desp. 265 – 11.00.1.08.244.0007.2.05.1.3 – Manter os Benefícios Eventuais – Secretaria Municipal de Assistência Social – Fonte 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
EXECUÇÃO: Por demanda, mediante nota de empenho e ordem de serviço/fornecimento, com atendimento imediato após o recebimento desses documentos, inclusive à noite, finais de semana e feriados.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 198/2026
REFERENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 028/2026 (CREDENCIAMENTO) – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: J. B. FERREIRA - FUNERÁRIA
CNPJ/MF: 12.618.993/0001-49
OBJETO: Prestação de serviços funerários e fornecimento de materiais funerários para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, inclusive a concessão do benefício eventual de auxílio funeral previsto na Lei Municipal nº 2.340/2023.
VALOR: Por preços unitários, sem valor global fixado: item 01 – coroa de flores artificiais, R$ 366,00 (un.); item 02 – auxílio funeral para pessoa de até 130 kg, R$ 1.632,38 (serv.); item 03 – translado por quilômetro rodado, R$ 6,00 (km).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Desp. 265 – 11.00.1.08.244.0007.2.05.1.3 – Manter os Benefícios Eventuais – Secretaria Municipal de Assistência Social – Fonte 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
EXECUÇÃO: Por demanda, mediante nota de empenho e ordem de serviço/fornecimento, com atendimento imediato após o recebimento desses documentos, inclusive à noite, finais de semana e feriados.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 199/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2026 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: NAIZ & SILVA LTDA
CNPJ/MF: 28.636.965/0001-94
OBJETO: Fornecimento de 150 (cento e cinquenta) carrinhos de bebê tipo passeio, indicados do nascimento até 15 kg, marca GALZERANO, modelo NIZI, ao preço unitário de R$ 404,50, destinados às gestantes atendidas pelo SUS, para a Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR: R$ 60.675,00 (sessenta mil, seiscentos e setenta e cinco reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no orçamento 2026.
EXECUÇÃO: Fornecimento parcelado, com início da entrega em até 20 (vinte) dias do recebimento da nota de empenho e da ordem de fornecimento.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil seguinte à divulgação no PNCP.
DATA DE ASSINATURA: 17 de setembro de 2026.
Mangueirinha, 22 de setembro de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:92180E16

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 231/2026

DECRETO Nº. 231, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a simbologia da Função Gratificada de Coordenação de Manutenção e Segurança dos Prédios Públicos, prevista no Decreto nº 118/2024, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada de FG-06 para FG-05 a simbologia da Função Gratificada de Coordenação de Manutenção e Segurança dos Prédios Públicos, exercida por Leone Luis de Freitas, nomeado por meio do Decreto nº 118/2024.

Parágrafo Único. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 118/2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:84CABD7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 098/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 128/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº 026/2026, Processo Administrativo nº 128/2026, firmado com a empresa **I FIBER TELECOMUNICAÇÕES LTDA**;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Planejamento Ademílson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário de Administração, como GESTOR DO CONTRATO nº 104/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Marcos da Silva Barbosa, matrícula nº 6336, ocupante do cargo de Diretor de Administração e Planejamento, como FISCAL DO CONTRATO nº 104/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 22 de Setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:0EA90FFA

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº338/2026

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 077/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 026/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é **dispensa de licitação para Serviço de transporte de imagens das câmeras de segurança, com conectividade de até 200 Mbps, interligando os pontos das câmeras aos órgãos públicos, Porto Maringá, entradas e saídas do Município de Marilena/PR à Central de Gravação e Monitoramento**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação n. º 026/2026, em favor da empresa: **I FIBER TELECOMUNICAÇÕES LTDA; CNPJ Nº 27.353.801/0001-97,** com sua proposta no valor de de **R$ 46.752,00 (quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:A03FF5E5

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 341/2026

SÚMULA: Institui o Comitê Intersetorial Municipal e o Comitê Intersetorial Local do Programa Nossa Gente Paraná no Município de Marilena, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.734, de 29 de outubro de 2013, que institui o Programa Nossa Gente Paraná, com suas alterações posteriores;
CONSIDERANDO que o Programa Nossa Gente Paraná tem como finalidade promover a proteção e a promoção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, mediante a articulação integrada das políticas públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a atuação intersetorial das políticas públicas municipais e o acompanhamento das famílias participantes do Programa Nossa Gente Paraná;
CONSIDERANDO as orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF quanto ao arranjo de gestão do Programa Nossa Gente Paraná;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Município de Marilena, Estado do Paraná:

I – o **Comitê Intersetorial Municipal do Programa Nossa Gente Paraná**; e
II – o **Comitê Intersetorial Local do Programa Nossa Gente Paraná**.
Art. 2º Os Comitês terão caráter intersetorial e atuarão de forma articulada na implementação, acompanhamento e fortalecimento das ações do Programa Nossa Gente Paraná no Município de Marilena.
Art. 3º A atuação dos Comitês observará os princípios da intersetorialidade, integralidade da proteção social, articulação da rede de serviços, respeito à autonomia das famílias, garantia de direitos e participação das diferentes políticas públicas.

CAPÍTULO II
DO COMITÊ INTERSETORIAL MUNICIPAL
Art. 4º O Comitê Intersetorial Municipal será responsável pela coordenação, articulação e planejamento estratégico do Programa Nossa Gente Paraná no âmbito municipal.
Art. 5º O Comitê Intersetorial Municipal será coordenado pelo órgão gestor municipal da Política de Assistência Social.
Art. 6º O Comitê Intersetorial Municipal será composto por representantes dos seguintes órgãos e áreas:
I – órgão gestor municipal da Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação;
IV – área responsável pela Agricultura e/ou Desenvolvimento Rural;
V – área responsável pelo Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Econômico, quando existente;
VI – outros órgãos, serviços, entidades ou instituições que possam contribuir para a execução das ações do Programa, conforme a realidade municipal.
§ 1º Cada órgão ou área participante indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente.
§ 2º A indicação dos representantes será realizada formalmente pelos respectivos gestores e encaminhada ao órgão gestor municipal da Assistência Social.
§ 3º A composição nominal do Comitê será estabelecida por Portaria do Poder Executivo Municipal.
Art. 7º Compete ao Comitê Intersetorial Municipal:
I – realizar o planejamento estratégico das ações do Programa Nossa Gente Paraná no município;
II – promover a articulação entre as diferentes políticas públicas municipais;
III – apoiar e orientar o Comitê Intersetorial Local;
IV – analisar as demandas apresentadas pelo Comitê Local e articular os encaminhamentos necessários;
V – promover a integração dos serviços, programas, projetos e benefícios das políticas públicas municipais;
VI – planejar ações de âmbito territorial destinadas às famílias acompanhadas pelo Programa;
VII – apoiar a disponibilização dos recursos e serviços necessários à execução das ações pactuadas;
VIII – promover a participação e o comprometimento dos gestores municipais e dos representantes das políticas públicas;
IX – acompanhar e avaliar a execução das ações do Programa no município;
X – acompanhar a utilização dos instrumentos e sistemas de acompanhamento disponibilizados pelo Programa;
XI – participar das capacitações, reuniões e atividades promovidas pelos órgãos estaduais responsáveis pelo Programa;
XII – divulgar as ações do Programa junto às instâncias de controle social, especialmente aos conselhos municipais relacionados às políticas envolvidas;
XIII – manter registro das reuniões, deliberações e encaminhamentos realizados;
XIV – exercer outras atribuições previstas nas normas estaduais do Programa Nossa Gente Paraná.
Art. 8º O Comitê Intersetorial Municipal reunir-se-á, ordinariamente, com periodicidade mensal ou conforme a necessidade do município, podendo realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário.
Parágrafo único. As reuniões serão registradas em ata, contendo, no mínimo, os participantes, assuntos discutidos, encaminhamentos e responsáveis pelas providências.

CAPÍTULO III
DO COMITÊ INTERSETORIAL LOCAL
Art. 9º O Comitê Intersetorial Local será responsável pelo acompanhamento direto das famílias participantes do Programa Nossa Gente Paraná e pela articulação dos serviços existentes no território.
Art. 10. O Comitê Intersetorial Local será coordenado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
Art. 11. O Comitê Intersetorial Local será composto, preferencialmente, por representantes dos serviços e unidades que atuam diretamente com as famílias, observada a estrutura existente no Município de Marilena, incluindo:
I – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
II – Unidade(s) Básica(s) de Saúde;
III – unidades da rede municipal de educação;
IV – unidades da rede estadual de educação, quando pertinente;
V – Conselho Tutelar;
VI – Agência do Trabalhador ou órgão responsável pelas ações de trabalho e emprego, quando pertinente;
VII – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná, quando houver participação nas ações;
VIII – outros serviços, órgãos, unidades ou instituições que possam contribuir para o atendimento das famílias.
§ 1º Poderão participar das reuniões do Comitê Local outros profissionais da rede de atendimento, sempre que a situação das famílias exigir atuação intersetorial.
§ 2º A composição nominal do Comitê Intersetorial Local será estabelecida por Portaria do Poder Executivo Municipal.
Art. 12. Compete ao Comitê Intersetorial Local:
I – utilizar os instrumentos e sistemas de acompanhamento disponibilizados pelo Programa;
II – realizar o mapeamento e diagnóstico socioterritorial relacionado às famílias acompanhadas;
III – identificar famílias com perfil para participação no Programa;
IV – realizar busca ativa, quando necessária;
V – promover a inclusão das famílias no acompanhamento do Programa, observados os critérios estabelecidos;
VI – realizar diagnóstico das necessidades, vulnerabilidades, potencialidades e demandas das famílias;
VII – planejar, de forma intersetorial, as ações a serem desenvolvidas com as famílias;
VIII – acompanhar a execução das ações pactuadas;
IX – articular os serviços públicos necessários ao atendimento das demandas identificadas;
X – promover o acesso das famílias aos serviços, programas, projetos, benefícios e demais políticas públicas disponíveis;
XI – comunicar ao Comitê Municipal as demandas que dependam de articulação ou providências de âmbito municipal;
XII – manter atualizadas as informações referentes ao acompanhamento das famílias;
XIII – participar de capacitações, reuniões e demais atividades relacionadas ao Programa;
XIV – garantir a atuação integrada dos profissionais que acompanham as famílias;
XV – registrar as reuniões, encaminhamentos e demais ações realizadas;
XVI – exercer outras atribuições previstas nas normas e orientações do Programa Nossa Gente Paraná.
Art. 13. O Comitê Intersetorial Local reunir-se-á, ordinariamente, a cada 15 (quinze) dias ou conforme a estrutura e necessidade do município, podendo realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário.
Parágrafo único. A periodicidade das reuniões poderá ser ajustada de acordo com o número de famílias acompanhadas, as demandas existentes e a organização dos serviços municipais.

CAPÍTULO IV
DA COORDENAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO
Art. 14. Compete à coordenação de cada Comitê:
I – convocar e coordenar as reuniões;
II – organizar a pauta dos encontros;
III – promover a articulação entre os representantes;
IV – acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos definidos;
V – manter os registros das reuniões;
VI – representar o respectivo Comitê perante os demais órgãos municipais e estaduais, quando necessário.

Art. 15. A participação nos Comitês será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 16. Os representantes dos órgãos e serviços deverão atuar de forma articulada, observando suas respectivas competências profissionais e institucionais, bem como as normas de sigilo e proteção de dados aplicáveis.
Art. 17. As informações relativas às famílias acompanhadas deverão ser utilizadas exclusivamente para as finalidades relacionadas ao acompanhamento e à garantia de direitos, observadas a legislação vigente e as normas de proteção de dados pessoais e de sigilo profissional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 18. O órgão gestor municipal da Assistência Social será responsável pela articulação geral do Programa Nossa Gente Paraná no município e pelo suporte administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Intersetorial Municipal.
Art. 19. O Município deverá manter em funcionamento o Comitê Intersetorial Municipal e o Comitê Intersetorial Local, observadas as orientações e normativas do Programa Nossa Gente Paraná.
Art. 20. Os casos omissos neste Decreto serão solucionados pelo órgão gestor municipal da Assistência Social, observadas as normas estaduais e federais aplicáveis.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Marilena, ____ de _____ de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal de Marilena

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:BE3A531A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73 E FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL CNPJ N° 08.995.332/0001-65.

CONTRATADA: I FIBER TELECOMUNICAÇÕES LTDA; CNPJ Nº 27.353.801/0001-97.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR VALOR PARA **SERVIÇO DE TRANSPORTE DE IMAGENS DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA, COM CONECTIVIDADE DE ATÉ 200 MBPS, INTERLIGANDO OS PONTOS DAS CÂMERAS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, PORTO MARINGÁ, ENTRADAS E SAÍDAS DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR À CENTRAL DE GRAVAÇÃO E MONITORAMENTO.**

VALOR: R$ 46.752,00 (QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).

FONTE DE RECURSOS

02.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39 – **Manutenção das Ativ do Gabinete do Prefeito** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
13 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
05.001.12.122.0003.2026.3.3.90.39 – **Manutenção das Assessoria da Sec de Educ e Cultura** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
125 – 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
126 – 1104 – Demais impostos vinculados à educação bàsica
05.001.12.782.0003.2029.3.3.90.39 – **Transporte Escolar** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
156 – 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – Exercício Corrente
05.002.13.392.0003.2030.3.3.90.39 – **Manut de Atividades Culturais**– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
168 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
05.003.12.361.0003.2035.3.3.90.39 – **Ensino Fundamental (1103/1104)** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
194 – 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
195 – 1104 – Demais impostos vinculados à educação bàsica
05.004.12.361.0003.2041.3.3.90.39 – **Ensino Fundamental (1103/1104)** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
218 – 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.005.12.365.0003.2047.3.3.90.39 – **Creche (1103/1104)** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
522 – 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.006.12.365.0003.2051.3.3.90.39 – **Creche (1103/1104)** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
604 – 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica
06.001.10.301.0004.2058.3.3.90.39 – **Manut das Ações da Diretoria de Odontologia** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
268 – 1303 – Saude – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Ex
06.001.10.301.0004.2059.3.3.90.39 – **Manut das Ações da Diretoria da Unidade Basica de Saúde** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
282 – 1303 – Saude – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Ex
283 – 3494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de S
06.001.10.302.0004.2057.3.3.90.39 – **Manut das Ações da Diretoria Hospitalar** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
316 – 1303 – Saude – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Ex
315 – 369 – Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs
06.001.10.305.0004.2062.3.3.90.39 – **Manut das Ações da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiologia** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
338 – 1303 – Saude – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Ex
639 – 3497 – Vigilância e Saúde – Estadual – Exercício Anterior
06.001.10.782.0004.2060.3.3.90.39 – **Manut da Divisão de Transportes de Saúde** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
347 – 1303 – Saude – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Ex
07.001.08.246.0005.2063.3.3.90.39 – **Manut da Divisão de Transportes de Saúde** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
533 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
631 – 31022 – Transferências do Sistema Único de Assistência Soc
08.001.15.452.0006.2070.3.3.90.39 – **Manut dos Serviços de Utilidade Pública (Praças/Limpeza/Cemitério/Ilumin/Conserv de Ruas e Avenidas** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
398 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
399 - 1504 – Royalties e Outras Compensações Financeiras não P
400 – 1507 – COSIP – Contribuição de Iluminação Pública, Art. 1
401 – 1512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1º B) – Exercício Corrente
08.001.26.782.0006.2069.3.3.90.39 – **Manut do Serviço Rodoviário Municipal** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
416 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
08.003.04.122.0006.2073.3.3.90.39 – **Manut do Serviço Rodoviário Municipal** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
541 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
09.001.27.812.0007.2074.3.3.90.39 – **Manut de Atividdaes Esportivas** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
446 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
09.001.27.812.0007.2075.3.3.90.39 – **Manut de Atividdaes Esportivas** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
543 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
10.001.23.691.0008.2076.3.3.90.39 – **Manut da Diretoria de Desenvolvimento Econômico** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

459 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
10.002.23.695.0008.2077.3.3.90.39 – **Manut da Divisão de Turismo** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
465 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
11.001.20.608.0009.2078.3.3.90.39 – **Manut da Assistência Rural** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
480 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
11.002.21.606.0009.2079.3.3.90.39 – **Manut da Divisão de Pesca** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
486 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
12.001.18.542.0010.2081.3.3.90.39 – **Fundo Municipal do Meio Ambiente** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
495 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
12.001.27.813.0010.2083.3.3.90.39 – **Manut da Área de Lazer** – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
507 – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O PRAZO DE EXECUÇÃO E A VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:8027DB34

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº078/2026
O Município de Marilena, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o **Chamamento Público para Credenciamento nº 017/2026**, destinado ao **credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, regularmente matriculados e habilitados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR**, para a prestação de serviços de organização, preparação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis, veículos, máquinas, equipamentos, sucatas e demais bens pertencentes ao Município de Marilena-PR, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 21.981/1932 e demais normas aplicáveis.
Os interessados poderão apresentar o requerimento de credenciamento, acompanhado da documentação de habilitação exigida no Edital, por prazo indeterminado, a partir da data de publicação deste aviso, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.
O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso permanente de novos interessados, nos termos da legislação aplicável, conforme as condições e critérios estabelecidos no Edital.
A prestação dos serviços pelo Leiloeiro Oficial será realizada **sem ônus para o Município**, sendo a remuneração do profissional decorrente da comissão devida pelo arrematante, na forma estabelecida no Decreto Federal nº 21.981/1932 e no Edital de Chamamento Público.
O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, podendo também ser solicitados pelo telefone **(44) 3900-3910** e pelo e-mail **marilenalicita@gmail.com**
.
MARILENA/PR, em 22 de setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:9E8C2B0B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - FMS

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE SAÚDE

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CONFORME PRECEITUA O ART. 36, §5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012.

CONVOCA

A COMUNIDADE DE MARILENA – PR PARA PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SAÚDE REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2.026 A REALIZAR-SE NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026, COM INICIO AS 13:00:, COM OBJETIVO DE PRESTAR CONTAS DA EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.
A AUDIÊNCIA PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

MARILENA-PR., 22 DE SETEMBRO DE 2.026

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO
Secretario Municipal de Saúde

Rua Ivaí, 555 – Fone (44) 3448 – 1305 – CNPJ 09.205.459/0001-77 – CEP- 87.960-000 – Marilena – PR – E-mail marilena.saude@hotmail.com

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:EE228B81

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
ESTADO DO PARANÁ

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO AS DIPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,

CONVOCA

A comunidade de Marilena-Pr para participarem da Audiência Publica a realizar-se no dia 29 de Setembro de 2.026, com início às 09:00 horas, fundamentado no § 4º, Artigo 9º, combinado com o Art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (-Lei de Responsabilidade Fiscal-), com o objetivo de Demonstrar e Avaliar o cumprimento de metas fiscais relativamente ao Segundo Quadrimestre de 2026.
A Audiência Pública será realizada no prédio da Câmara Municipal

Marilena-Pr., 22 de setembro de 2.026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:51661A9C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº339/2026

SÚMULA – RECONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARILENA-PR.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Educação de Marilena-PR, sob Presidência da Senhora Darlene de Souza Barbosa e Vice-presidência, a Senhora Helen Cintia Ribeiro Furlan para o período de 02/09/2026 a 02/09/2028, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Darlene de Souza Barbosa – **Presidente**
SUPLENTE: Adriana dos Santos Meneguetti - **Secretária Geral**

REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO
TITULAR: Joselaine Feitosa
TITULAR: Rosimére Molina Giacobbo
SUPLENTE: Emerson Henrique Moreira

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES E DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: Edvane Teresa Zanini Gongora
TITULAR: Eliana Benedito Gargantini
SUPLENTE: Loraine Ezidio Meneguetti

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Tatiane de Amorim Luiz Benteo
TITULAR: Helen Cintia Ribeiro Furlan – **Vice Presidente**
SUPLENTE: Francieli Helen Thais Miranda da Silva Pereira

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS PUBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
TITULAR: Ariane da Silva
TITULAR: Patrikia Cássia Brauna de Souza
SUPLENTE: Vanilza Rodrigues dos Santos Silva

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação de Marilena será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - Cabe a Secretaria Municipal de Educação a garantia das condições técnicas, políticas que permitam o desenvolvimento pleno do processo de implementação e monitoramento do Conselho Municipal de Educação de Marilena definido pela Comissão Organizadora.

Art. 4º - Farão parte do processo de construção do Conselho Municipal de Educação de Marilena Grupos de Trabalho que atuarão integrados aos segmentos apresentados por este Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marilena-PR, em 22 de setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:21CCC630

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 121/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. **JAMILE DAMACENO DE ARAUJO**, portadora do RG nº 10.543.346-8, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ANDERSON DO GÁS, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:D64E1CA2

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 122/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra.**JANETE DO PILAR DE RAMOS**, portadora do RG nº 5.873.814-0, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ANDERSON DO GÁS, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:08EFE384

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 123/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. **ERASMO RODRIGO RAMOS FRUTUOSO**, portadordo RG nº 8.575.456-3, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta

GABINETE DOS VEREADORES – VER. VALDECIR GERÔNIMO LEITE, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:5D3BA242

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 124/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. **JOSIMAR PEREIRA DA SILVA**, portadordo RG nº 005.185.969-66, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. VALDECIR GERÔNIMO LEITE, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:8A8169E2

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 125/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. **JUCIMARA RIBEIRO DE SOUZA**, portadora do RG nº 14.364.783-8, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER.ADÉLIA FIUZA RIBEIRO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:358DA3A7

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 126/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. **FERNANDO LUIZ PEREIRA**, portador do RG nº 926.896.809-63, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER.ADÉLIA FIUZA RIBEIRO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de setembro de 2026.

Matinhos, 22 de setembro de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:B1AE397B

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
TERMO DE POSSE - VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MATINHOS

TERMO DE POSSE

VEREADORES DO MUNICÍPIODE MATINHOS
14ª LEGISLATURA
GESTÃO 2025-2028

Aos21(vinte e um) dias do mês de setembro de 2026, às 18:00 horas, na presença dos Vereadores Almir José dos Santos Leite, Anderson da Silva dos Santos, Jair de Borba Rosa, Juliano Leite, Kayan Gusmão, Marcio Fabiano Mesquita Duarte, Mariana Dourado, Michel Rodrigo de Araújo, Romulo Leandro Bertotti, e Sandro Moacir Braga, eleitos para a 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Matinhos, Gestão 2025-2028, em Sessão Ordinária realizada no Plenário da Câmara Municipal de Matinhos, os vereadores eleitos prestaram o compromisso prometendo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Paraná, e a Lei Orgânica do Município de Matinhos, observar as Leis, desempenhar com lealdade o mandato que lhes foi conferido e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estra de seu povo. Em seguida assinaram o presente Termo de Posse ficando desde então empossados no cargo de Vereadores do Município de Matinhos, Estado do Paraná, para a gestão 2025/2028.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente
ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
Vice-Presidente
SANDRO MOACIR BRAGA
1º Secretário
ANDERSON DARCI RIBEIRO DE ANDRADE
Vereador
ADELIA FIUZA RIBEIRO
Vereadora
VALDECIR GERÔNIMO LEITE
Vereador

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:04EE3AE5

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
24º ATA DA REUNIÃO - 16 DE SETEMBRO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de setembro de 2026, às 15:00, reuniram-se na sede da Previdência de Matinhos, sito à Avenida Juscelino Kubitschek, 975, sala 10, os membros do Comitê de

Investimentos, os Alessandro Koiti Ymai, Roberta de Oliveira D'Amato, Marlize Alboit Ramos e Henrique Buck Zella, para reunião ordinária do mês de setembro. Aberta a reunião, o presidente do Comitê de Investimentos deu início aos trabalhos e informou que os relatórios ainda não tinham sido atualizados pela consultoria contratada e, portanto, haverá uma convocação extraordinária para apresentação dos resultados. Na sequência o presidente apresentou os fatos econômicos mais relevantes, a partir da publicação da consultoria contratada. Ressaltou a redução do ritmo de crescimento no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre de 2026 e a desancoragem das expectativas de inflação, o alto nível da taxa de juros que torna atrativo os investimentos em renda fixa. Na sequência foi deliberada a elaboração de manual para padronização do processo de produção da Política de Investimentos da entidade. Também foi discutida a necessidade de padronização das publicações dos relatórios bimestrais, trimestrais e semestrais, visando maior uniformidade e transparência das informações disponibilizadas aos segurados e órgãos de controle. Na sequência, foram tratados assuntos relacionados ao ativo CARE11. Os membros consideraram que é uma boa prática a inserção junto ao sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os documentos atualizados referentes ao investimento. Ainda sobre o referido ativo, foi registrado que o processo de venda se encontra em andamento, tendo sido encaminhado para apreciação do Conselho Fiscal da Previdência. Os membros deliberaram pela suspensão do processo de venda para aguardar o plano de liquidação do fundo. Quanto às consultas realizadas sobre o investimento junto à consultoria contratada, foi relatado que esta informou não haver, até o momento, qualquer movimentação por parte dos Regimes Próprios de Previdência Social envolvidos, uma vez que estão aguardando a apresentação do plano de liquidação. O Comitê foi informado sobre reunião realizada com representantes do Banco do Brasil, ocasião em que foram apresentadas sugestões de investimentos em ativos de renda fixa pré-fixados de curto prazo. As informações e materiais recebidos foram encaminhados para análise da consultoria Lema. Em relação à consulta anteriormente realizada acerca de fundos administrados pela Caixa Econômica Federal, foi registrado que ainda não houve resposta até a presente data. Também foi apresentado o andamento das tratativas referentes à plataforma Trademate, encontrando-se atualmente na fase de levantamento e avaliação de custos para eventual contratação. Por fim, foi apresentada oportunidade de investimento relacionada ao segmento de consignação, por intermédio da empresa MWP Gestão Pública, ficando o tema sujeito à análise técnica, legal e de aderência à Política de Investimentos da entidade.
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:40. Eu, Alessandro Koiti Ymai, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Matinhos, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI

HENRIQUE BUCK ZELLA

MARLIZE ALBOIT RAMOS

ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:288A54B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

Aos 22 dias do mês de setembro de 2026, reuniu-se a Comissão de licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Matinhos/PR, para proceder à análise da documentação apresentada pelos interessados no Chamamento Público nº 002/2026, destinado ao credenciamento de instituições especializadas para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência destinados a pessoas adultas, idosas e pessoas com deficiência (pcd) que necessitem de cuidados continuados e assistência integral em saúde, encaminhadas pelas secretaria municipal de saúde e secretaria de assistência social.
Após análise da documentação apresentada e verificação do atendimento às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, a Comissão deliberou pelo DEFERIMENTO das seguintes inscrições:
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
1 . CLAREVIDA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ: 60.071.389/0001-98
Situação: DEFERIDA.

Considerando que o proponente acima relacionado atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento nº 002/2026, sua inscrição fica DEFERIDA, passando a integrar o Cadastro de Credenciados da Secretaria Municipal de Administração, observando-se que o credenciamento não gera direito à contratação imediata, a qual ocorrerá conforme a necessidade da Administração Pública, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Matinhos/PR, 22 de setembro de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

ANA CAROLINA MUCKE BARON
Membro da Comissão

SCHARLENE CRISTINA V. R. GOMES
Membro da Comissão

Comissão de Licitação
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:0FA7BD37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026

Aos 22 dias do mês de setembro de 2026, reuniu-se a Comissão de licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Matinhos/PR, para proceder à análise da documentação apresentada pelos interessados no Chamamento Público nº 004/2026, destinado ao credenciamento de instituições especializadas para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência destinados a pessoas adultas, idosas e pessoas com deficiência (pcd) que necessitem de cuidados continuados e assistência integral em saúde, encaminhadas pelas secretaria municipal de saúde e secretaria de assistência social.
Após análise da documentação apresentada e verificação do atendimento às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, a Comissão deliberou pelo DEFERIMENTO das seguintes inscrições:
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
1 . CASA DE APOIO VIVER BEM
CNPJ: 19.417.387/0001-04
Situação: DEFERIDA.

Considerando que o proponente acima relacionado atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento nº 004/2026, sua inscrição fica DEFERIDA, passando a integrar o Cadastro de Credenciados da Secretaria Municipal de Administração, observando-se que o credenciamento não gera direito à contratação imediata, a qual ocorrerá conforme a necessidade da Administração Pública, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Matinhos/PR, 22 de setembro de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

ANA CAROLINA MUCKE BARON
Membro da Comissão

SCHARLENE CRISTINA V. R. GOMES
Membro da Comissão

Comissão de Licitação
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1A2EE8FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026

ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026

Aos 22 dias do mês de setembro de 2026, reuniu-se a Comissão de licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Matinhos/PR, para proceder à análise da documentação apresentada pelos interessados no Chamamento Público nº 005/2026, destinado ao credenciamento de instituições especializadas para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência destinados a pessoas adultas, idosas e pessoas com deficiência (pcd) que necessitem de cuidados continuados e assistência integral em saúde, encaminhadas pelas secretaria municipal de saúde e secretaria de assistência social.
Após análise da documentação apresentada e verificação do atendimento às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, a Comissão deliberou pelo DEFERIMENTO das seguintes inscrições:
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
1 . CENTRO DE IMAGENS PARANAGUÁ LTDA
CNPJ: 80.293.749/0001-03
Situação: DEFERIDA.

Considerando que o proponente acima relacionado atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento nº 005/2026, sua inscrição fica DEFERIDA, passando a integrar o Cadastro de Credenciados da Secretaria Municipal de Administração, observando-se que o credenciamento não gera direito à contratação imediata, a qual ocorrerá conforme a necessidade da Administração Pública, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Matinhos/PR, 22 de setembro de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

ANA CAROLINA MUCKE BARON
Membro da Comissão

SCHARLENE CRISTINA V. R. GOMES
Membro da Comissão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E4EC0AB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM MAQUINÁRIOS PESADOS EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO GLOBAL

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$2.888.450,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 16/10/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: AMPLA CONCORRÊNCIA com aplicação da Lei Complementar nº 123/2006.

DÚVIDAS: licitacao@matinhos.pr.gov.br / 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B22C98AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

O Agente de Contratação do Pregão Eletrônico para Registro n° 064/2026 do Município de Matinhos, Estado do Paraná, designada pelo Prefeito Municipal,através do Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e no uso de suas atribuições legais, torna público por meio desta informação complementar:

Comunicamos aos interessados que, por erro material no cadastramento do certame na plataforma BLL Compras, foi registrada a data de abertura da sessão para o dia 29/09/2026, embora constasse no Aviso de Licitação a data de 28/09/2026.
Considerando o erro identificado, fica retificada e ratificada a data da sessão pública para o dia 29/09/2026, conforme consta no cadastro disponibilizado na plataforma BLL Compras.
Ressalta-se que a presente comunicação tem por finalidade exclusivamente corrigir a divergência decorrente do cadastramento da data na plataforma, permanecendo inalteradas as demais condições e disposições do edital.

Questionamentos: até 23/09/2026
Impugnação: até 23/09/2026

E-mail de contato: licitacao@matinhos.pr.gov.br

Matinhos/PR., 22 de setembro de 2026

RAFAEL RAMTHUN
Pregoeiro

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:62A25B15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: AWB REZENDE LTDA

CNPJ: 02.668.479/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
58	FICHAS - MEDIDA 8X11 - IMPRESSÃO 1X1 - PAPEL CARTÃO 180 GRAMAS. CÓDIGO 9523	UND	47500	R$0,05	R$2.375,00
64	FICHA GERAL, MEDIDA 12 X 16, COR 1 X 0, GRAMATURA 180 GRAMAS. CÓDIGO 9536	UND	37500	R$0,09	R$3.375,00
TOTAL GERAL					R$5.750,00

VALOR: R$5.750,00 (cinco mil e setecentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:9B300165

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 316/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 316/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA

CNPJ: 59.455.095/0001-80

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
51	IMPRESSÕES DIVERSAS COLORIDAS, PAPEL OFFSET 180G, TAMANHO 21X31, 4X4 CORES, COM LAMINAÇÃO FOSCA.	UND	604	R$1,81	R$1.093,24
53	IMPRESSÕES DIVERSAS COLORIDAS, PAPEL OFFSET 180G, TAMANHO 44X31, 4X4 CORES, COM LAMINAÇÃO FOSCA.	UND	512	R$2,15	R$1.100,80
55	INFORMATIVO EM PAPEL AUTO COLANTE IMPRESSO EM POLICROMIA, MEDINDO 18 X 18 CM, 4X0 CORES	UND	300	R$1,13	R$339,00
TOTAL GERAL					R$2.533,04

VALOR: R$2.533,04 (dois mil e quinhentos e trinta e três reais e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:43F8BAAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 322/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 322/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: FS ETIQUETAS LTDA

CNPJ: 39.795.516/0001-05

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
29	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO- LIXEIRAS E ECOPONTOS-PVC 2MM-COM APLICAÇÃO DE ADESIVO FOSCO COM LAMINAÇÃO FOSCA-50X40	UND	570	R$28,00	R$15.960,00
TOTAL GERAL					R$15.960,00

VALOR: R$15.960,00 (quinze mil e novecentos e sessenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:10730519

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

CNPJ: 18.486.182/0001-18

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
15	KIT COM 5.000 FOLHETOS, COR 1 X 1, MEDIDA 15 X 21, PAPEL, GRAMATURA 75 GRAMAS. CÓDIGO 4592	KIT	8	R$250,00	R$2.000,00
TOTAL GERAL					R$2.000,00

VALOR: R$2.000,00 (dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:D3D261C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR E DE RETIFICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR E DE RETIFICAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026
Em complemento às disposições constantes do Chamamento Público para Credenciamento, e visando esclarecer e corrigir informações do instrumento convocatório, apresentam-se os seguintes esclarecimentos e retificações:
1. DO PÚBLICO-ALVO E DA CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO DA PESSOA IDOSA
Nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
Dessa forma, esclarece-se que os itens 01, 02 e 03 do objeto são destinados ao atendimento de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, sendo aplicável aos respectivos prestadores a exigência prevista no item 7.7 do Chamamento Público, referente à Certificação de Inscrição no Conselho da Pessoa Idosa do Município onde o serviço é ofertado ou, na ausência deste, inscrição no Conselho Estadual do Idoso.
Por outro lado, os itens 04, 05 e 06 destinam-se ao atendimento de jovens e adultos com idade entre 18 e 59 anos, não se enquadrando, portanto, no conceito legal de pessoa idosa. Assim, para os prestadores que ofertarem exclusivamente os serviços correspondentes aos itens 04, 05 e 06, não será exigida a certificação ou inscrição no Conselho da Pessoa Idosa prevista no item 7.7.
A exigência constante do item 7.7 deverá, portanto, ser observada exclusivamente pelos prestadores que ofertarem serviços destinados ao atendimento de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
2. DA RETIFICAÇÃO DOS VALORES DOS ITENS 05 E 06
Ficam retificados os valores totais dos itens 05 e 06, passando a constar os seguintes valores:

Item	Unidade	Quantidade	Valor mensal	Valor total
05	SRV	36	R$ 5.484,38	R$ 197.437,68
06	SRV	36	R$ 5.704,38	R$ 205.357,68

Permanecem inalteradas as demais disposições e condições estabelecidas no Chamamento Público.

Matinhos/PR., 22 de setembro de 2026

RAFAEL RAMTHUN
Pregoeiro

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:6D444723

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2025

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

DETENTORA	COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.412.547/0001-10, com sede à Rua Ayrton Senna da Silva, nº 2.800, Jardim Busmayer, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, CEP: 83.606-390, telefone: (41) 3555-1655 e (41) 3131-2202 / celular nº (41) 99249-7196 e endereço eletrônico: victor@combora.com.br / everton@combora.com.br, neste ato representada pelo seu representante legal a Sra Edina Fedalto Bora, portador do RG nº 5.431.365-9 e inscrito no CPF sob nº 976.202.629-20

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 230/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 076/2025 e Processo n° 150/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, firmam o presente TERMO DE APOSTILAMENTO conforme as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DO CONTRATO.
Em função do apostilamento, fica alterado o valor unitário de referência registrado conforme disposto no subitem 6.1 da ata de registro de preços, na modalidade de revisão de contrato:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	VALOR UNIT
69	FEIJÃO PRETO TIPO 1, PRODUTO DE 1ª QUALIDADE, SEM SUJIDADES, MOFOS E BOLORES, ARMAZENADOS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. EMBALAGEM DE 1 KG, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	KG	R$ 4,98
83	FEIJÃO PRETO TIPO 1, PRODUTO DE 1ª QUALIDADE, SEM SUJIDADES, MOFOS E BOLORES, ARMAZENADOS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. EMBALAGEM DE 1 KG, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	KG	R$ 4,98

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 230/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo de Apostilamento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 22 de setembro de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Comercial Mab Alimentos EIRELI
EDINA FEDALTO BORA
CPF nº 976.202.629-20
Representante Legal
Detentora da Ata

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:3C0868EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026, que tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS, paras as seguintes empresas: GRAF- ROMA GRÁFICA E EDITORA EIRELLI inscrita no CNPJ nº 04.238.031/0001-36 com os lotes: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 45, 47, 54, 59, 60, 65, 68, 71, 91, 92, 93 no valor total de R$ 301.847,20 (trezentos e um mil e oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931 inscrita no CNPJ nº 36.510.912/0001-50 com os lotes: 67, 78, 89, 95, 98 no valor total de R$ 59.116,25 (cinquenta e nove mil e cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos). MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA inscrita no CNPJ nº 34.382.012/0001-40 com os lotes: 5, 21, 22, 24, 25, 30, 36, 40, 43, 46, 48, 49, 50, 52, 57, 66, 73 no valor total de R$ 95.401,48 (noventa e cinco mil e quatrocentos e um reais e quarenta e oito centavos). COOKIE EDITORIAL LTDA inscrita no CNPJ nº 31.638.320/0001-03 com os lotes: 4, 74 no valor total de R$30.770,00 (trinta mil e setecentos e setenta reais). ETIPLUS ADESIVOS E TECNOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ nº 30.466.928/0001-27 com os lotes: 69, 77 no valor total de R$ 7.598,80 (sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA inscrita no CNPJ nº18.486.182/0001-18 com os lotes: 15 no valor total de R$2.000,00 (dois mil reais). GRAFICA DUAS ALIANÇAS LTDA inscrita no CNPJ nº 66.606.097/0001-99 com os lotes: 56, 72, 76 no valor total de R$ 10.367,00 (dez mil e trezentos e sessenta e sete reais). RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA inscrita no CNPJ nº 27.232.288/0001-86 com os lotes: 97 no valor total de R$ 14.299,89 (quatorze mil e duzentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos). BIOPAPER GRAFICA E COMERCIO DE CONTROLE DE ACESSO ELETRONICO LTDA inscrita no CNPJ nº 07.713.733/0001-12 com os lotes: 70, 79, 80 no valor total de R$ 9.789,90 (nove mil e setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos). BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA inscrita no CNPJ nº 59.455.095/0001-80 com os lotes: 51, 53, 55 no valor total de R$ 2.533,04 (dois mil e quinhentos e trinta e três reais e quatro centavos). D S A CHAVES LTDA inscrita no CNPJ nº 53.089.257/0001-28 com os lotes: 87, 88 no valor total de R$15.503,05 (quinze mil e quinhentos e três reais e cinco centavos). SOLANGE VIDAL MANN LTDA inscrita no CNPJ nº 41.244.330/0001-00 com os lotes: 39 no valor total de R$9.003,00 (nove mil e três reais). GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO inscrita no CNPJ nº 13.919.051/0001-63 com os lotes: 27, 28, 61, 62, 63, 96 no valor total de R$ 61.118,00 (sessenta e um mil e cento e dezoito reais). FS ETIQUETAS LTDA inscrita no CNPJ nº 39.795.516/0001-05 com os lotes: 29 no valor total de R$15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais). AWB REZENDE LTDA inscrita no CNPJ nº 02.668.479/0001-64 com os lotes: 58, 64 no valor total de R$5.750,00 (cinco mil e setecentos e cinquenta reais). EDITORA PROGRESSIVA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.772.585/0001-19 com os lotes: 44, 75, 81, 94, 99 no valor total de R$ 60.927,06 (sessenta mil e novecentos e vinte e sete reais e seis centavos). STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ nº 47.305.688/0001-81 com os lotes: 82, 83, 84, 85, 86, 90 no valor total de R$ 21.572,25 (vinte e um mil e quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Município de Matinhos, em 04 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:5F3C360A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº05-2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº120/2026.

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, cumprindo os mandamentos das Leis nº pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, 31, § 1º, 74, IV, 78, I, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021; nos arts. 78 e 80 a 83 do Decreto Municipal nº 01/2025; no Decreto nº 21.981/1932; e na Instrução Normativa DREI nº 52/2022 e pelas disposições fixadas neste Edital de Credenciamento, torna público que fará **O Credenciamento de Leiloeiro**, sendo que os interessados poderão inscrever-se diretamente no Departamento de Licitação, sediado à Avenida das Araucárias, s/nº, Centro, Mato Rico, Estado do Paraná**, a partir do dia 23/09/2026 no horário de expediente**, mediante solicitação de Credenciamento de leiloeiros oficiais, pessoas físicas, admitido o registro como empresário individual para fins fiscais e operacionais, devidamente matriculados e regulares perante a Junta Comercial do Estado do Paraná, para futura contratação por evento e condução pessoal de leilões presenciais, eletrônicos ou simultâneos de bens móveis inservíveis do Município de Mato Rico/PR, incluindo nesta contratação o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão, bem como, todos os procedimentos decorrentes do mesmo.
O Edital e anexos, encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, e site www.matorico.pr.gov.pr – Icone LICITAÇÔES e informações pelo Fone 0800 888 5155 ou pelo email licitacoes@matorico.pr.gov.br, de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,

Mato Rico, 22 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:7A6CBC35

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 024/206 DC - SUPERAVIT FINANCEIRO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 24/2026 de 08/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.756,00 (vinte e oito mil e setecentos e cinquenta e seis reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	3107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	14.500,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.241.0801.2.032		MANUTENCAO DA CASA LAR DO IDOSO	
301 - 3.3.90.30.00.00	393412	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.6.037		MANUTENCAO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VINCULOS	
351 - 3.3.90.30.00.00	3879	MATERIAL DE CONSUMO	7.496,00
355 - 4.4.90.52.00.00	3879	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	760,00
Total Suplementação:			28.756,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 8 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:E467C0AD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº186/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº186/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: ROBSON A. HEY & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 05.793.221/0001-88.

Objeto: registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico – PR.

Valor Global Estimado: R$128.690,00 (vinte e oito mil seiscentos e noventa reais).

Vigência: 21/09/2026/ a 21/09/2027.

Data de Assinatura:21/09/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:F45902AD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº187/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº187/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: A E ZAVADOSKI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.460.185/0001-12.

Objeto: registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico – PR.

Valor Global Estimado: R$ 273.771,45 (duzentos e setenta e três mil setecentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: 21/09/2026/ a 21/09/2027.

Data de Assinatura:21/09/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:018CE747

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº188/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº188/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: empresa BEE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.615.324/0001-09.

Objeto: registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico – PR.

Valor Global Estimado: R$ 202.862,10 (duzentos e dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e dez centavos).

Vigência: 21/09/2026/ a 21/09/2027.

Data de Assinatura:21/09/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:B4A60C3D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº189/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº189/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: GUIMARÃES E SOARES LTDA- ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 17.330.681/0001-59.

Objeto: registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico – PR.

Valor Global Estimado: R$ 5.435,25 (cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: 21/09/2026/ a 21/09/2027.

Data de Assinatura:21/09/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:D52EB76D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADIITVO Nº86-2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO RICO
CONTRATADA: FARMÁCIA LIS LTDA.
CNPJ: 13.433.253/0001-09
CONTRATO Nº: 86/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 13/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para grupo específico da população em situação de vulnerabilidade social, em tratamento de saúde e/ou portadores de doenças crônicas, em atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município de Mato Rico.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e reajuste valor do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência e execução contratual por mais 06 (seis) meses, passando a vigência contratual para de 16 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Pitanga/PR.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:48CF3300

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 309/2026 - GRATIFICAÇÃO RETIDE LIDYOMAR DIEGO CAETANO

PORTARIA Nº 309/2026

SÚMULA – Concede gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, a servidor efetivo.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:
Ao Sr. **LIDYOMAR DIEGO CAETANO**, portador da cédula de identidade civil nº 89009235 e inscrição no CPF nº 063.186.589-63, ocupante do cargo efetivo de "MESTRE DE OBRAS", admitido em 09/04/2024, sob matricula nº 200874, **gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva**, na proporção de 100% de seus vencimentos básicos, de acordo com o artigo 102 da Lei Municipal 067/97, por trabalhos excedentes de sua carga horaria ficando assim excluído de seus vencimentos a remuneração por hora extraordinária conforme termo previamente assinado, a contar de **01/09/2026**.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagido seus efeitos a **01/09/2026**, revogando as disposições em contrário.
Publique-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
22 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:CBE2926D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 310/2026 - FERIAS SERVIDORES

PORTARIA Nº 310/2026

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200871	Douglas Neves de Castro	2025 2026	01102026	20	10
200602	Sueli da Luz Maciel	2024 2025	22092026	20	10

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 22 de setembro de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:83062463

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 311/2026 - FERIAS

PORTARIA Nº 311/2026

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia

200879	Vicente Bufon de Almeida Neto	2025 2026	01102026	20	10
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,
Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 22 de setembro de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:35EE607F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
LEI Nº 771/2026

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 709/2024, que institui o Plano Municipal de Cultura, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 709/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Plano Municipal de Cultura de Miraselva, que estipula políticas públicas pelo período de dez anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa, bem como o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, o acesso à produção e fruição da cultura em todo o Município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura terá como princípios:
I – a universalização do acesso à cultura;
II – a afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
III – a participação da sociedade civil e o diálogo com agentes culturais e criadores;
IV – a implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
V – a transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
VI – a cultura como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
VII – a valorização da memória e do patrimônio cultural."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 709/2024.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 22 de setembro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:F51CF1E5

LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 049/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA VORTEX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 032/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA NO 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRASELVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Dona Madalena, no 41, em MIRASELVA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito **JOÃO MARCOS FERRER**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 3.870.229-7 e inscrito no CPF/MF no 365.867.819-49, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: VORTEX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.083.712/0001-48, sediada na Rua 137, S/N, bairro de Lourdes, município de Rio Verde - GO, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por seu sócio o senhor **WELITON DE PAULA SILVA**, portador do R.G nº 6250561 e inscrito no CPF nº 057.544.351-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA VILA RURAL CONFORME DESCRITO EM PROJETOS E ORÇAMENTO NA TABELA CAIXA, E CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4116000/2023 DO PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA". REQUISITOS TÉCNICOS ESTABELECIDOS NA NOTA TÉCNICA DA ITAIPU DE 30/11/2023,** em atendimento à Divisão de **Administração** do Município de **Miraselva/PR**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente Termo Aditivo, com fundamento no artigo 6º, inciso XVII, da Lei 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 01/10/2026, passando a vencer em 01/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Miraselva, 22 de setembro de 2026.

Município de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

Vortex Engenharia e Construções LTDA - ME
WELITON DE PAULA SILVA
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:53B30C42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9435 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9435 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Altera a Portaria n.º 9377, de 16 de setembro de 2026, que trata da instauração de processo administrativo sancionador."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto nas Leis Municipais 68/2025, e Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de promover a alteração da composição dos membros que integram a comissão de processo administrativo sancionador.
RESOLVE:

Art. 1º Esta portaria altera os arts. 2º da Portaria n.º 9377/2026, para o fim de alterar os membros da comissão de processo administrativo disciplinar e respectiva suplência.

Art. 2º Retira-se da comissão a **Sra. Lilian Cristiane Machado** (Matrícula 266361), sendo substituída pela servidora Sra. **Marcely Arielie Royer Leopoldino** (Matrícula nº 212995).

Art. 3º Fica designado o servidor **Agner Lourenço** (Matrícula 213522) para ser o primeiro suplente da Comissão do Processo Administrativo Sancionador destinado a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Parágrafo único: Os demais membros da comissão permanecem inalterados.

Art. 4º As demais disposições da Portaria n.º 9377/2026 permanecem inalteradas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 22 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6D9AD8A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 65/2026
Pregão Eletrônico nº 34/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 65/2026 e Pregão Eletrônico N.º 34/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º36.489.366/0001-13, vencedora do(s) item(ns) 75 no valor total de R$ 16.001,22 (dezesseis mil e um reais e vinte e dois centavos).
J J VITALLI, inscrita no CNPJ n.º08.658.622/0001-13, vencedora do(s) item(ns) 2, 3, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 33, 36, 41, 43, 45, 51, 59, 63, 64, 65, 66, 77, 80, 85, 86, 88, 92, 93, 101, 111, 112, 116, 117, 118, 119 e 120 no valor total de R$ 22.812,82 (vinte e dois mil e oitocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).
JH MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º49.161.411/0001-58, vencedora do(s) item(ns) 28 e 94 no valor total de R$ 5.066,00 (cinco mil e sessenta e seis reais).
LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º55.913.536/0001-90, vencedora do(s) item(ns) 84 no valor total de R$ 2.019,00 (dois mil e dezenove reais).
DIOGO EMANUEL KUHN E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n.º36.374.350/0001-65, vencedora do(s) item(ns) 97 no valor total de R$ 3.670,80 (três mil e seiscentos e setenta reais e oitenta centavos).
BENEDICTUS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS, inscrita no CNPJ n.º66.886.140/0001-17, vencedora do(s) item(ns) 20 no valor total de R$ 759,98 (setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).
INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º05.117.514/0001-45, vencedora do(s) item(ns) 5, 11, 31, 44, 54, 62, 67, 68, 69, 76, 78, 90, 109 e 114 no valor total de R$ 6.033,31 (seis mil e trinta e três reais e trinta e um centavos).
FREEDOM DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ n.º35.733.585/0001-33, vencedora do(s) item(ns) 83 no valor total de R$ 3.181,56 (três mil e cento e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos).
65.180.352 BRENA HENRIQUE DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ n.º65.180.352/0001-11, vencedora do(s) item(ns) 4, 21, 34, 42, 46, 48, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 70, 95, 96, 103, 104, 106, 107 e 108 no valor total de R$ 35.944,33 (trinta e cinco mil e novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos).
STP COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º53.710.803/0001-04, vencedora do(s) item(ns) 47 no valor total de R$ 952,40 (novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).
E. LUAN CAMARGO DE ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ n.º59.388.826/0001-12, vencedora do(s) item(ns) 35 no valor total de R$ 1.299,60 (um mil e duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).
ABREU MARTINS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º03.744.301/0001-18, vencedora do(s) item(ns) 6, 40, 50, 53, 71, 79 e 89 no valor total de R$ 10.049,63 (dez mil e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos).
PRECISAO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ n.º00.113.772/0001-30, vencedora do(s) item(ns) 10 no valor total de R$ 6.444,00 (seis mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).
BATERIAS PARANAGUA LTDA, inscrita no CNPJ n.º49.382.407/0001-10, vencedora do(s) item(ns) 38 e 110 no valor total de R$ 15.144,00 (quinze mil e cento e quarenta e quatro reais).
BRASFERMA LTDA, inscrita no CNPJ n.º00.503.644/0001-00, vencedora do(s) item(ns) 72, 74 e 102 no valor total de R$ 4.848,90 (quatro mil e oitocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).
ALS LTDA, inscrita no CNPJ n.º50.579.914/0001-27, vencedora do(s) item(ns) 1, 25, 29, 30, 39, 73, 87, 91, 99 e 115 no valor total de R$ 20.929,48 (vinte mil e novecentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos).
INFANTARIA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º20.795.155/0001-79, vencedora do(s) item(ns) 37, 81 e 82 no valor total de R$ 14.305,29 (quatorze mil e trezentos e cinco reais e vinte e nove centavos).
ROSA CAFE IMPORTS LTDA, inscrita no CNPJ n.º51.053.659/0001-47, vencedora do(s) item(ns) 26, 32, 49 e 100 no valor total de R$ 4.636,80 (quatro mil e seiscentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).
MURILLO ARAUJO ADM LTDA, inscrita no CNPJ n.º58.154.727/0001-03, vencedora do(s) item(ns) 98 e 105 no valor total de R$ 5.714,59 (cinco mil e setecentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos).
NEW PARTS COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ n.º35.653.751/0001-91, vencedora

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e

subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 18 de setembro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE	***JORGE MARCELO PICCININ***
Secretário Municipal de Administração	Superintendente geral de saúde Delegado para Assinatura
ADRIANA ASSUMPÇÃO	***ANDERSON LUÍS DE AMORIM FERREIRA***
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil
MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO	***EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER***
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação
	Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:9F88BF4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026 - IL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026

CONTRATANTE: Município de Nova América da Colina - PR.

CONTRATADA: LENICE FERREIRA DOS SANTOS (CNPJ nº 59.009.390/0001-03).

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento de refeições prontas (marmitex e bebidas), visando atender às necessidades alimentares dos funcionários públicos municipais de todas as Secretarias e Fundos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 79, I.

VALOR TOTAL: R$ 111.150,00 (cento e onze mil, cento e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03.001.04.122.0003.2005.3.3.90.39.00 e
03.001.04.122.0003.2005.3.3.90.30.00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/09/2026.

Nova América da Colina - PR, 22 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:C0344ED8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO_CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.
Matemática/Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde, obras públicas, relações exteriores e diplomacia.
CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ADVOGADO
Conhecimentos Específicoss: 1. Lei Orgânica do Município. 2. Estatuto dos Servidores Municipais. 3. Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).
Direito Administrativo: 1. Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo. 2. A Administração Pública: conceito; sentido objetivo e subjetivo. A Teoria da Separação dos Poderes, o Poder Executivo e a função administrativa. Administração Pública e Governo. Regime jurídico-administrativo. Os regimes de Direito Privado e de Direito Público na Administração Pública. 3. Princípios de Direito Administrativo: importância, natureza e regime. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Princípios constitucionais implícitos e explícitos. 4. O ato administrativo: conceito, objeto e conteúdo. Fatos da administração, fatos administrativos e atos administrativos. A estrutura do ato administrativo: elementos e pressupostos. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade e eficácia dos atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. A teoria dos motivos determinantes. O regulamento no Direito Administrativo brasileiro. 5. Discricionariedade administrativa: conceito, justificação e controle judicial. Legalidade e mérito do ato administrativo. Atos vinculados e atos discricionários. 6. Extinção do ato administrativo. Vícios do ato administrativo. O desvio de poder. Nulidades, anulação e convalidação. A revogação do ato administrativo. 7. Processo administrativo: princípios constitucionais. A dinâmica da função administrativa. Processo e procedimento. Modalidades do processo. Processo administrativo disciplinar (sindicância, processo e processo sumário). 8. Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica. 9. Licitações. Fases do procedimento licitatório. Tipos de Licitação. Princípios da Licitação. Modalidades de Licitação. Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. 10. Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza

jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica. 11. Serviço público: conceito e classificação. Elementos formal e material da definição. As normas constitucionais relativas ao serviço público. Competência para a prestação de serviços públicos. Classificação dos serviços públicos. Delegação, concessão, permissão e autorização. As leis de concessão e as parcerias público-privadas. 12. O poder de polícia administrativo: evolução e atualidade do conceito. Razão, fundamentos e meios de atuação. Características e limites. Polícia administrativa e polícia judiciária. 13. Espécies de limitações administrativas à autonomia e à propriedade privadas. Tombamento e servidão. 14. Desapropriação. Conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização. A chamada desapropriação indireta. A retrocessão. 15. As sanções administrativas: conceito, natureza jurídica, teleologia e controle (administrativo e judicial). 16. Administração Pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração: conceitos, modalidades, distinções e finalidades. Estrutura orgânica do Estado, Administração direta e poder hierárquico. 17. Administração indireta: entidades, natureza e regime jurídicos. Forma e modo de constituição. Autarquias: regime jurídico, conceito e espécies. Fundações: regime jurídico, conceito e espécies. Empresas estatais: regime jurídico, conceito e espécies. Agências executivas e reguladoras. O controle tutelar. As entidades paraestatais e o terceiro setor. 18. Servidores públicos. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: acesso, ingresso, remuneração e subsídios, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, aposentadoria, estabilidade, direitos e deveres. Lei de Responsabilidade Fiscal e limites às despesas com servidores. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal). 19. Bens públicos. Definição e classificação. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular. Bens públicos em espécie. 20. Responsabilidade do Estado. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público. 21. Controle da Administração Pública (interno e externo). O controle administrativo (conceito, limites e recursos administrativos). O controle legislativo (conceito, limites, o controle político e o controle financeiro). Os Tribunais de Contas (conceito, natureza, limites, recursos administrativos e judiciais). O controle judicial e seus limites. A Administração Pública em Juízo. 22. Meios de controle judicial da Administração Pública: habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança (individual e coletivo), ação popular e ação civil pública. 23. Improbidade administrativa: evolução, conceito e meios de controle. A Lei de Improbidade Administrativa: a natureza do ilícito; procedimento administrativo; processo judicial e a instância competente.

Direito Constitucional: 1. Constituição: Conceito e Classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição. 2. Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. 3. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. 5. Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. 6. Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas. 7. Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados. 8. Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 9. Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); os "consórcios públicos" (Lei nº 11.107/2005 e suas alterações); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, limites e controle). 10. Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais; 11. Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade); 12. Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; direito à saúde e seguridade social (previdência e assistência social); disciplina da comunicação social; 13. Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; 14. Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação direta de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).15. Administração Pública. 16. Servidores Públicos. 17. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Direito Civil: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos de personalidade. Da ausência. Da personalidade jurídica. Liberdade, autonomia e novas tecnologias. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. 3. Dos bens. Dos Bens. Bens considerados em si mesmos. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Distinção dos particulares. 4. Dos Fatos jurídicos. Teoria Geral do negócio jurídico. Prova. Negócios jurídicos: conceito, pressupostos e elementos de existência, requisitos de validade; classificações. Inexistência, invalidade e ineficácia. Interpretação dos atos e negócios jurídicos. Defeitos dos atos e negócios jurídicos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Prova dos fatos jurídicos. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. A função negocial nas relações jurídicas contemporâneas. 5. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos jurídicos ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. 6. Prescrição e decadência. Regime jurídico do Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento ex officio e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Prazos de decadência. Das Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações. Mora. 7. Contratos em geral. Normas gerais. Extinção do contrato. Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. 8. Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios,

contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Revisão contratual. Teorias subjetivas e objetivas. Imprevisão. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da base do negócio jurídico. 9. Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear. Gestão de negócios. Distinções e semelhanças do regime jurídico-contratual entre 'civil law' e 'common law'. 10. Contratos em espécie (típicos): Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Fiança. Empréstimo. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Transação. Contratos atípicos. Contratos agrários. Parceria e arrendamento. 11. Atos Unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. 12. Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Do novo direito de danos e os reflexos na imputação e no nexo causal.

Direito Processual Civil: 1. Direito material e direito processual. Normas processuais fundamentais. Boa-fé, eficiência e colaboração processual. Direito processual e Constituição. Acesso à Justiça. Lesão e ameaça a direito. Instrumentalidade, efetividade, adequação, tempestividade e eficiência da tutela jurisdicional. Princípio de economia processual. Garantia da duração razoável do processo. Meios adequados de resolução de conflitos. Conciliação e mediação. Arbitragem. Aplicação das normas processuais. 2. Jurisdição e competência. Conceito. Características. Espécies. Escopos. Critérios. Limites. Princípios. Cooperação internacional. Incompetência absoluta e relativa e meios de suscitação. Modificação da competência. Prevenção. Prorrogação. Perpetuação. 3. Ação: conceito, natureza jurídica, teorias, condições, identificação e Classificação. Processo: conceito, natureza jurídica, teorias. Pressupostos processuais. 4. Sujeitos do processo. Partes e capacidade processual. Deveres processuais e responsabilidade. Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça. Despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e gratuidade da justiça. Sucessão e substituição. Curador especial. Procuradores. Litisconsórcio: modalidades, poderes e limitação. Intervenção de terceiros: espécies, características. Assistência simples e litisconsorcial. Denunciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. 5. Atos processuais: conceito, classificação, forma. Negócio jurídico processual e convenção processual. Calendário processual. Prática de atos processuais no processo eletrônico. Atos das partes. Preclusão temporal, lógica e consumativa. Tempo, lugar e comunicação dos atos processuais. Prazos. Citações e intimações. Teoria da aparência. Citação real e ficta. Contumácia. Invalidades processuais. Mera irregularidade. Anulabilidade. Nulidade. Vícios processuais sanáveis e insanáveis. Distribuição e registro. Valor da causa. 6. Tutelas provisórias. Aspectos gerais. Poder geral de tutela. Tutelas de urgência. Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos, procedimentalização. Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Modalidades de tutela urgente antecipada na forma específica: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. Tutela de evidência: cabimento, requisitos, procedimentalização. Distribuição do tempo do processo. 7. Procedimento comum. Formação, suspensão e extinção do Processo. Elementos da demanda. Petição inicial: requisitos, alteração, aditamento, emenda, inépcia e indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Recursos. Retratação. Teoria da aparência. Audiência de conciliação ou de mediação. 8. Resposta: conceito, espécies. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. 9. Provas: conceito e disposições gerais. Relevância e admissibilidade. Prova direta e indireta. Presunções e máximas de experiência. Ônus e dever probatório. Distribuição estática e distribuição dinâmica. Inversão. Prova ilícita. Provas típicas e atípicas. Produção da prova e produção antecipada da prova. Audiência de instrução e julgamento. 10. Sentença: conceito, disposições gerais, classificação e elementos. Coisa julgada: conceito; espécies; limites; eficácias negativa, positiva e preclusiva; relativização. Liquidação de sentença. 11. Cumprimento de Sentença: disposições gerais. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação: (a) de pagar quantia certa; (b) de prestar alimentos, provisórios ou definitivos; (c) de pagar quantia certa pela Fazenda Pública; (d) de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Cumprimento de sentença provisório e definitivo. 12. Procedimentos especiais do CPC/15: ação de consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias, embargos de terceiro, oposição, habilitação, ação monitória, restauração de autos, mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa. 13. Processo de execução: disposições gerais, partes, competência, requisitos. Títulos executivos. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. 14. Recursos: conceito, natureza jurídica, classificação, normas fundamentais, efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário. Repercussão geral em recurso extraordinário. Recursos extraordinário e especial repetitivos e seu julgamento. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência.

Direito do Trabalho: 1. Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. 2. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores – direitos sociais. 3. Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário, trabalho terceirizado e trabalho avulso. 4. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. 5. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. 6. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. 7. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. 8. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da culpa recíproca; da indenização. 9. Do aviso prévio. 10. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário. 11. Do salário-mínimo: irredutibilidade e garantia. 12. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias. 13. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. 14. Da prescrição e decadência. 15. Da segurança e medicina no trabalho: das atividades insalubres ou perigosas. Da proteção ao trabalho do menor. 16. Da proteção ao trabalho da mulher: da estabilidade da gestante; da licença-maternidade. 17. Do Direito Coletivo do Trabalho: das convenções e acordos coletivos de trabalho. 18. Das comissões de Conciliação Prévia.

Noções de Direito Processual do Trabalho: 1. Da Justiça do Trabalho: organização e competência. 2. Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. 3. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores. 4. Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC). 5. Dos atos, termos e prazos processuais. 6. Da distribuição. 7. Das custas e emolumentos. 8. Das partes e procuradores: do jus postulandi; da substituição e representação processuais; da assistência judiciária; dos honorários de advogado. 9. Das exceções. 10. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão. 11. Das provas. 12. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da legitimidade para ajuizar. 13. Do procedimento ordinário e sumaríssimo. 14. Da sentença e da coisa julgada: da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. 15. Da execução: da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens; do mandado e penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90 e alterações posteriores). 16. Dos embargos à execução. 17. Da praça e leilão; da

arrematação; da remição; das custas na execução. 18. Dos recursos no Processo do Trabalho. Informatização do Processo Judicial (Lei nº 11.419/2006).

Noções de Direito Tributário: 1. Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartições de competência. Discriminação constitucional de rendas tributárias. 2. Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. 3. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio. 4. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. 5. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades. 6. Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 7. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. 8. O "fato gerador" da obrigação tributária. Classificações dos "fatos geradores". Efeitos do "fato gerador". O "fato gerador" no âmbito do Código Tributário Nacional. 9. Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. 10. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária. 11. Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. 12. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento. 13. Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. 14. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. 15. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Sanções tributárias. 16. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. 17. Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. 18. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança. 19. Impostos de competência dos Estados. 20. Impostos de competência dos Municípios.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: CONTADOR

Conhecimentos Específicoss: Conhecimentos básicos de contabilidade geral: princípios, composição patrimonial, registros contábeis e plano de contas. Contabilidade pública: Lei 4320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), orçamento público, lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual, receitas, despesas, estágios das receitas e despesas orçamentárias, elaboração do orçamento, tramitação da proposta orçamentária, controle interno e externo da execução orçamentária. Aspectos patrimoniais da contabilidade: Balanço Patrimonial, escrituração, Ativo, Passivo, Provisões, Patrimônio Líquido, Contas de Resultado e de Compensação. Contabilidade Gerencial: inventário e movimentações de estoque, apuração dos custos de produtos e serviços vendidos ou prestados, balancete de verificação e cálculo de índices gerenciais (liquidez, endividamento, solvência e de estrutura de capital). Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Consolidação das contas públicas. Registro de operações típicas no serviço público: regime de adiantamento de recursos, dívida ativa, retenção de tributos, provisão de décimo terceiro salário e férias e mensuração de ativos e passivos. Obrigações acessórias a serem prestadas por Entes públicos. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Plano de Contas aplicado ao setor público. Registro e acompanhamento das operações de crédito. Regime especial de previdência. Precatórios. Noções básicas de auditoria. Fiscalização externa realizado pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas. Constituição Federal da República Federativa do Brasil (arts. 165 a 169). Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103/2001 e Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Conhecimentos sobre prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: TESOUREIRO

Conhecimentos Específicoss: Ética na Administração Pública. Código de ética do Servidor Público. Noções de Direito Administrativo: Atos Administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção). Contratos Administrativos. Licitação pública. Gestão de Contratos na Administração Pública. Atendimento ao público na administração pública. Servidores públicos. Excelência em Serviços Públicos. Correspondência comercial (recepção e emissão). Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento). O Padrão Ofício. Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento). Noções de Arquivologia: Definição e função dos arquivos. Princípios de Arquivologia. Ciclo vital arquivístico. Organização e administração de arquivos. Fases da gestão de documentos. Métodos de arquivamento. Classificação dos documentos. Comunicação interpessoal. Trabalho em equipe. Recebimento e armazenamento de materiais. Conhecimentos básicos de informática. Técnicas e Rotinas da Tesouraria: fontes de recurso, fluxos de pagamentos, receita pública, previsão da receita pública, estágios/etapas da receita pública, despesa pública, estágios/etapas da despesa pública, princípios para geração da despesa pública, conciliação bancária (razão x extrato bancário), grupos de contas, transferências, aplicações, resgates, tarifas bancárias, aplicações financeiras, valores restituíveis, obrigações financeiras, ativo circulante, passivo circulante, fundo de reserva, restos a pagar, execução financeira dos contratos, retenções, tributação de notas fiscais, execução de pagamentos (financeiro e contábil), adiantamentos, demonstrativo de saldos financeiros, fluxo de caixa, regime de caixa e regime de competência, transferências intergovernamentais, operações de crédito, equilíbrio fiscal. Leis Orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Noções de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Conhecimentos sobre Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC). Conhecimentos sobre prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.

Matemática/Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução

de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e nacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Conhecimentos Específicoss: Ética na Administração Pública. Código de ética do Servidor Público. Noções de Direito Administrativo: Atos Administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção). Contratos Administrativos. Licitação pública. Gestão de Contratos na Administração Pública. Atendimento ao público na administração pública. Servidores públicos. Excelência em Serviços Públicos. Correspondência comercial (recepção e emissão). Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento). O Padrão Ofício. Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento). Noções de Arquivologia: Definição e função dos arquivos. Princípios de Arquivologia. Ciclo vital arquivístico. Organização e administração de arquivos. Fases da gestão de documentos. Métodos de arquivamento. Classificação dos documentos. Comunicação interpessoal. Trabalho em equipe. Recebimento e armazenamento de materiais. Conhecimentos básicos de informática.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Conhecimentos Específicoss: Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Conhecimentos Específicoss: Conceitos básicos de hardware e software. Arquitetura de computadores (processador, memória, dispositivos de entrada e saída). Memórias (RAM, ROM, cache, SSD, armazenamento em nuvem). Componentes básicos de um computador (CPU, memória, armazenamento, periféricos). Funcionamento de processadores e arquitetura básica de computadores. Tipos de software (sistemas operacionais, aplicativos, utilitários). Noções gerais sobre sistemas operacionais (Windows, Linux). Instalação, configuração e manutenção de sistemas operacionais. Conceitos de redes de computadores (LAN, WAN, MAN, PAN). Protocolos de comunicação (TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS). Práticas de segurança (senhas fortes, autenticação multifator, backups). Endereçamento IP, sub-redes, máscaras de sub-rede. Noções de segurança de redes (firewalls, antivírus, criptografia). Procedimentos de backup e recuperação de dados; Lógica de programação. Algoritmos e fluxogramas. Tipos de dados, variáveis, operadores e funções. Conceitos básicos de banco de dados (tabelas, registros, chaves primárias). Noções de linguagens de programação (Python, JavaScript). Desenvolvimento de scripts para automatização de tarefas. Conceitos básicos de banco de dados. Modelagem de dados (conceitual, lógico e físico); Noções de Linguagem SQL (criação, manipulação e consulta de dados). Noções de sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD). Conceitos de segurança da informação. Políticas de segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Noções sobre certificação digital e assinatura eletrônica. Métodos de autenticação e controle de acesso. Processadores de texto (Word). Planilhas eletrônicas (Excel). Apresentações (PowerPoint). Navegadores web. Ferramentas de busca e pesquisa na internet. Segurança na internet (phishing, malware, boas práticas de navegação). Navegação segura na internet (HTTPS, cookies, bloqueadores de pop-up). Ferramentas de busca e pesquisa na web (Google, Bing). Uso de e-mail (Gmail, Outlook) e boas práticas de segurança (phishing, spam). Ética profissional na área de tecnologia da informação. Noções sobre propriedade intelectual e direitos autorais. Legislação e normas relacionadas à proteção de dados (noções de LGPD).

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
Conhecimentos Específicoss: Ética na Administração Pública. Código de ética do Servidor Público. Noções de Direito Administrativo: Atos Administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção). Contratos Administrativos. Licitação pública. Gestão de Contratos na Administração Pública. Atendimento ao público na administração pública. Servidores públicos. Excelência em Serviços Públicos. Correspondência comercial (recepção e emissão). Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento). O Padrão Ofício. Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento). Noções de Arquivologia: Definição e função dos arquivos. Princípios de Arquivologia. Ciclo vital arquivístico. Organização e administração de arquivos. Fases da gestão de documentos. Métodos de arquivamento. Classificação dos documentos. Comunicação interpessoal. Trabalho em equipe. Recebimento e armazenamento de materiais. Conhecimentos básicos de informática.

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:93077508

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ANEXO III - AUTODECLARAÇÃO DE AFRODESCENDENTE_CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO III - AUTODECLARAÇÃO DE AFRODESCENDENTE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

Foto 3X4
(atual)

Fundo branco

Eu,_____, RG n._____, CPF n._____, declaro que sou preto ( ) ou pardo ( ), conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Lei Municipal n. 1698/2022, para o fim específico de atender os itens 6.10 a 6.21 do Edital do Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná.
Declaro, ainda, estar ciente de que:
a) As vagas reservadas destinam-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra, que assim sejam socialmente reconhecidas;
b) A presente declaração será analisada e o pedido pode ser deferido ou indeferido, e, em caso de indeferimento, serei classificado na listagem de ampla concorrência;
c) Conforme previsão nos itens 6.10 a 6.21, as informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato(a), respondendo este(a) por qualquer falsidade.
As características fenotípicas que me identificam como pessoa preta ou parda são: _____
POR FIM, CONFIRMO MINHA AUTODECLARAÇÃO DE PRETO(A) OU PARDO(A): ( ) SIM ( ) NÃO

Data ____/____/_____.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:75D040FD

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS_CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ADVOGADO
Requisitos: Nível Superior Completo em Direito e registro na OAB
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Organizar e manter atualizadas as coleções de Leis, Decretos e documentos sobre assuntos de interesse para a elaboração legislativa, especialmente:
- Legislação da União, do Estado e do Município;
- Jurisprudência dos Tribunais Estaduais e Federais;
- Jurisprudência do Departamento Administrativo do Serviço Público.
Prestar assistência técnica às repartições e unidades da Câmara bem como às comissões permanentes e especiais e à Mesa Executiva, sempre que solicitado;
Assessorar a Mesa Executiva da Câmara Municipal em suas reuniões e sessões plenárias;
Representar a Câmara Municipal nas ações em que ela seja autora, ré, interveniente ou por qualquer forma interessada, como procurador;
Opinar sob o ponto de vista técnico-jurídico e financeiro, nos processos recebidos;
Elucidar e esclarecer sobre interpretações regimentais;
Oferecer pareceres e prestar assistência sobre as leis, resoluções, regulamentos, decretos e atos federais, estaduais e municipais;
Responder as consultas devidamente formuladas pela Mesa Executiva e demais Vereadores;
Minutar contratos e demais documentos em que a Câmara Municipal seja parte interessada, sempre que solicitado;
Colaborar junto à Mesa Executiva, em assuntos de interesse coletivo e/ou setorial, quando solicitado.
Responder aos contraditórios e processos no Tribunal de Contas.
Obedecer às legislações pertinentes ao exercício de sua profissão.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: CONTADOR
Requisitos: Nível Superior em Contabilidade e registro no órgão competente
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Conferir e instruir as relações de "restos a pagar" em face de saldos apurados e dos empenhos arquivados;
Manter em dia a escrituração dos livros contábeis referentes ao movimento financeiro, patrimonial e orçamentário do Legislativo;
Emitir notas de empenho e ordens de pagamento de despesas autorizadas pelo Presidente da Câmara Municipal;
Elaborar juntamente com o Presidente e o Diretor Executivo, a proposta orçamentária do Legislativo, assim como expediente relativo à abertura de créditos adicionais;
Levantar balancetes mensais e balanços anuais.
Assinar os empenhos, juntamente com o gestor e apresentar os documentos à consideração do Presidente;
Manter relatórios atualizados, individualizados, dos pagamentos feitos a pessoal, bem como dos respectivos descontos feitos em folhas, sob todos os títulos;
Apresentar anualmente, até o dia 30 de agosto de cada ano, à Diretoria Executiva, para posterior apresentação da Mesa Executiva, o orçamento das despesas da Câmara para o exercício seguinte;
Prestar assistência às comissões de Finanças e Orçamento, na apreciação da Proposta Orçamentária;
Manter registro das contas e depósitos bancários em nome do Legislativo;
Registrar em sistema próprio simples e adequado os seus movimentos diários, do qual deverá remeter relatório à Presidência, anexando os devidos comprovantes;
Manter atualizados os dados no sistema do Tribunal de Contas e no da Caixa Econômica Federal.
Elaborar e prestar contas ao Tribunal de Contas.
Obedecer às legislações pertinentes ao exercício de sua profissão.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: TESOUREIRO
Requisitos: Nível Superior
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Manter sob sua responsabilidade, para consultas, os processos de contratos e licitações, para cotejo com montante de despesas registradas;
Conferir e instruir as relações de "restos a pagar" em face de saldos apurados e dos empenhos arquivados
Manter registro analítico dos bens móveis e imóveis de propriedade do Legislativo;
Prestar, a qualquer momento, toda a informação solicitada pelo Presidente sobre a situação financeira do Poder Legislativo.
Guardar, promovendo-lhes o andamento oportuno, os processos que aguardem cumprimento de diligência ou interposição de recurso;
Manter sob sua responsabilidade, para consultas, os processos de contratos e licitações, para cotejo com montante de despesas registradas;
Obedecer às legislações pertinentes ao exercício de sua profissão.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Requisitos: Nível de Ensino Médio – 2º grau
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Registrar e protocolar em livro próprio os requerimentos, indicações e outras solicitações dos Vereadores;
Registrar e protocolar em livro próprio os requerimentos, indicações e outras solicitações dos Vereadores;
Desempenhar outras funções inerentes ao seu cargo que forem solicitadas pelo Presidente da Mesa Executiva;
Digitar os trabalhos;
Organizar, separar, protocolar e efetuar a entrega de documentos e correspondências;
Arquivar fichas, boletins, correspondências, relatórios e outros documentos administrativos, classificando-os conforme critérios preestabelecidos, para possibilitar controle sistemático dos mesmos:
Atender chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados para obter informações ou fornecer informações.
Atender pessoas, prestando-lhes as informações necessárias e encaminhando-as aos locais solicitados.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Requisitos: Nível de Ensino Médio – 2º grau
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Efetuar todos os serviços de limpeza e conservação da sede do Legislativo;
Providenciar materiais e produtos necessários às condições de conservação e higiene requeridas;
Executar outras tarefas atinentes a sua função que forem solicitadas pelo Presidente da Mesa Executiva;

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Requisitos: Nível de Ensino Médio – 2º grau e conhecimento na área
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Manutenção da rede e dos computadores da Câmara municipal.

Instalação de programas como software utilizados para os trabalhos legislativos.
Manutenção e atualização do website da Câmara Municipal.
Realização de atividades afins.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
Requisitos: Nível de Ensino Médio – 2º grau
Atribuições:
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Divulgar e publicar atos oficiais do Legislativo;
Divulgar noticiosamente os fatos principais ocorridos nas sessões plenárias, após apreciação do conteúdo pelo Presidente;
Coletar e publicar pela imprensa os atos oficiais e todas as atividades do órgão Legislativo, devidamente autorizado pela Mesa Executiva;
Manter um arquivo de todas as matérias publicadas ou divulgadas de sua responsabilidade, bem como fornecer aos arquivos dos anais cópias das mesmas;
Digitar atas, projetos de lei, projetos de resolução, portarias, decretos; indicações, requerimentos, entre outros documentos legislativos.
Comparecer a todas as sessões plenárias para o desempenho de suas funções.
Ler as atas e demais papeis que devem ser de conhecimento da casa, tais como projetos, projetos de lei, projetos de resolução, portarias, decretos, indicações, requerimentos, entre outros documentos legislativos.
Fazer as inscrições dos oradores na pauta dos trabalhos legislativos das sessões.
Auxiliar a presidência da Câmara, bem como toda a mesa executiva nos documentos e trabalhos pertinentes ao poder legislativo, assim como elaboração e organização da pauta das sessões legislativa.
Acompanhar todos os relatórios da administração da Câmara Municipal, e desempenhar a função de Controlador Administrativo Interno, da Câmara Municipal conforme Lei Especifica da Referida Função.

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:9088A90D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.
Matemática/Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde, obras públicas, relações exteriores e diplomacia.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Conhecimentos Específico: Materiais de construção civil: Classificação, propriedades gerais e normalização, Materiais cerâmicos, Aço para concreto armado e protendido. Polímeros. Agregados. Aglomerantes não?hidráulicos (aéreos) e hidráulicos. Concreto. Argamassas. Tecnologias das construções. Terraplanagens. Canteiros de obras. Locações de obras. Sistemas de formas para as fundações e elementos da superestrutura (pilares, vigas e lajes). Fundações superficiais e profundas. Lajes. Telhados com telhas cerâmicas, telhas de fibrocimento e telhas metálicas. Isolantes térmicos para lajes e alvenaria. Impermeabilizações. Sistemas hidráulicos prediais. Projetos de instalações prediais hidráulicas, sanitárias e de águas pluviais. Materiais e equipamentos. Instalações de prevenção e combate ao incêndio. Instalações de esgoto sanitário e de águas pluviais. Instalações prediais elétricas e baixa tensão Informáticas (programas de softwares básicos para uso em escritório e AutoCAD). Probabilidade e estatística. Cálculos de probabilidade. Variáveis aleatórias e suas distribuições. Medidas características de uma distribuição de probabilidade. Modelos probabilísticos. Análises estática e dinâmica de observações. Noções de testes de hipóteses. Compras na Administração Pública. Licitações e contratos. Princípios básicos da licitação. Definições do objeto a ser licitado. Planejamentos das compras. Controles e cronogramas. Conhecimento e procedimentos de construção de estradas de rodagem, vias públicas, obras de abastecimento de água, drenagem, irrigação e saneamento urbano e rural, processos de aprovação de projetos, qualidade e segurança de obras, vistorias, pericias, avaliações, arbitramentos e laudos técnicos, normas e documentação técnica, processos licitatórios de obras e serviços de engenharia, infração a normas e posturas municipais, desmembramentos, loteamentos, abertura de ruas; teoria e dimensionamento de estruturas em geral; saneamento e meio ambiente (redes de esgoto, estação de tratamento de esgoto, lagoas de estabilização, abastecimento de água, limpeza urbana - acondicionamento, coleta, transporte, destinação final do lixo), poluição do meio ambiente, arquitetura e urbanismo, geologia e geotécnica, materiais de construção, técnicas de construção, organização de canteiro de obras, solos. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Patologia na Construção Civil. Acessibilidade (NBR 9050/2020). Legislação Federal: Constituição Federal - Arts. 182 e 183; disposições constitucionais para proteção ao meio ambiente (art. 225); disposições constitucionais para construção e adaptação dos logradouros públicos, edifícios públicos e adequação de transporte coletivo adequado a pessoa com deficiência (art. 227, parágrafo 2o e art. 244); Lei Federal 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto das Cidades. Lei Federal 6.766/1979. Legislação Profissional: Lei Federal 5.194/66. Código de Ética Profissional - Resolução Confea - 1002.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FARMACÊUTICO
Conhecimentos Específico: Legislação farmacêutica, ética profissional, gestão da farmácia hospitalar, sistema de distribuição de medicamentos: coletivo, individualizado e dose unitária. Farmacotécnica de produtos não estéreis: análise de formulações, manipulação de fórmulas magistrais e oficinas, estabilidade de formulações extemporâneas, unitarização de medicamentos sólidos e líquidos, controle de qualidade. Farmacotécnica de produtos estéreis: reconstituição, diluição e estabilidade de medicamentos injetáveis, unitarização e fracionamento para dispensação por dose unitária, preparo de soluções para nutrição parenteral e outras formulações de grande volume, controle microbiológico, controle de qualidade, manipulação de quimioterápicos antineoplásicos, validação de processos. Cálculos em farmácia, gestão de estoque: aquisição, armazenamento e controle de produtos farmacêuticos, sistema informatizados de controle de estoque. Farmacodinâmica: vias de administração de medicamentos, mecanismos de ação dos fármacos, interação medicamentosa, fatores que interferem na ação dos fármacos, efeitos colaterais e reações adversas, alergia, tolerância e intoxicação. Utilização de medicamentos em populações especiais: neonatos, crianças, gestantes, idosos. Utilização de medicamentos em condições especiais: insuficiência renal, hepática, cardio vascular e respiratória. Farmacocinética: conceitos gerais, parâmetros

farmacocinéticos, metabolismo de medicamentos, margem terapêutica, posologia, fatores que alteram a farmacocinética, monitorização de fármacos na prática clínica, metodologia de monitorização. Farmácia clínica e atenção farmacêutica: conceitos, uso racional de medicamentos, controle e seguimento de paciente, problemas relacionados ao medicamento, monitorização da farmacoterapia. Fármaco epidemiologia: farmacovigilância e estudos de utilização de medicamentos. Fármaco economia: conceitos gerais; análise custos-benefício, custo-utilidade e custo minimização. Seleção de medicamentos: conceitos, padronização de medicamentos. Leis Orgânicas na Saúde – Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90, Normativas do SUS, Artigos 196 e 198 da Constituição Federal, PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO

Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO (ESF)

Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: PEDAGOGA

Conhecimentos Específico: Psicologia da Educação. História da Educação. Filosofia e sociologia da educação. Plano Nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. ECA Digital. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Planejamento escolar. Pedagogia e autonomia. Organização e gestão da escola. Escola e cidadania. Alfabetização e letramento. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Referencial Curricular do Paraná. Gestão Educacional. LDB, Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013. NOVO PNE- Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Conhecimentos Específico: Conceitos de Reabilitação e sua relação com as práticas atuais; Terapia Ocupacional na Estratégia Saúde da Família; A lesão medular e o modelo de ocupação humana; Transdisciplinaridade e práticas hibridam em saúde mental; Itinerários terapêuticos e construção de projetos terapêuticos cuidadores; A inserção da Terapia Ocupacional na rede de assistência em saúde mental; Fundamentos e história da Terapia Ocupacional no Campo Social; Tecnologia assistiva, Terapia Ocupacional e abordagens no cotidiano da pessoa com deficiência; Reabilitação psicossocial e a prática da Terapia Ocupacional em saúde mental; Recursos tecnológicos e estratégia de promoção do auto-cuidado, atividades e participação para pessoa com doença de Parkinson; A Terapia Ocupacional social, diversidade, cultura e saber técnico; Terapia ocupacional e as ações no contexto da educação; 13. Terapia Ocupacional e o dispositivo grupal como intervenção em reabilitação; Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital; Rede de cuidados da pessoa com deficiência e a Terapia Ocupacional. Diretrizes para tratamento e reabilitação/habilitação de pessoas com deficiência física. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família e NASF; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia

Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e paronímia. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e Processos de Formação de palavras.

Matemática/ Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, sequências numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.

Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e nacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Conhecimentos Específico: Ética na Administração Pública. Código de ética do Servidor Público. Noções de Direito Administrativo: Atos Administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção). Contratos Administrativos. Licitação pública. Gestão de Contratos na Administração Pública. Atendimento ao público na administração pública. Servidores públicos. Excelência em Serviços Públicos. Correspondência comercial (recepção e emissão). Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento). O Padrão Ofício. Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento). Noções de Arquivologia: Definição e função dos arquivos. Princípios de Arquivologia. Ciclo vital arquivístico. Organização e administração de arquivos. Fases da gestão de documentos. Métodos de arquivamento. Classificação dos documentos. Comunicação interpessoal. Trabalho em equipe. Recebimento e armazenamento de materiais. Conhecimentos básicos de informática.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Conhecimentos Específico: Noções básicas sobre saúde, saneamento, ética e relações inter-pessoais. Saúde física, mental e social. Higiene na prevenção das doenças. Necessidades nutricionais. Amamentação. Principais doenças na comunidade (diarreia, desnutrição, vermes, doenças respiratórias). Doenças Sexualmente Transmissíveis. Prevenção de Hipertensão e Diabetes. Medidas preventivas em Odontologia; Planejamento Familiar (métodos contraceptivos). Programa Saúde da Família (ESF) – objetivos, métodos de trabalho, expectativas. PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional. SUS. Noções de primeiros socorros.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: MOTORISTA

Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro. Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções gerais de circulação e conduta. Noções de mecânica de autos. Noções de primeiros socorros. Manutenção e Limpeza de veículos. Habilidade na condução de Veículo.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções de mecânica de autos/maquinários. Noções de primeiros socorros. Habilidade na operação de máquinários. Higiene e limpeza de maquinários. Habilidade e manuseio referente as atividades correlatadas ao cargo de Operador de Máquinas.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: PROFESSOR

Conhecimentos Específico: Psicologia da Educação. História da Educação. Filosofia e sociologia da educação. Plano Nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. ECA Digital. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Planejamento escolar. Pedagogia e autonomia. Organização e gestão da escola. Escola e cidadania. Alfabetização e letramento. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Referencial Curricular do Paraná. Gestão Educacional. LDB, Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013. NOVO PNE- Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Conhecimentos Específico: Modelo de Atenção à Saúde. Prevenção e Promoção à Saúde. Qualidade e Segurança do Paciente. Estratégia Saúde da Família. A enfermagem e o cuidado na saúde da família. Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade. SIAB como instrumento de trabalho da Estratégia Saúde da Família. Atribuições do auxiliar/técnico de enfermagem. A visita domiciliar no contexto de Saúde da Família. Fases do planejamento, organização e controle do serviço de enfermagem. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência. Biossegurança. Promoção da saúde e segurança no trabalho. Educação em Saúde. Processamento e reprocessamento de materiais médico-hospitalares. Saúde da criança: ações de enfermagem na promoção da saúde infantil. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. SISVAN. Recém-nascido de risco e crianças de baixo peso. Enfermagem em Pediatria. Aleitamento materno. Patologias e transtornos comuns na infância. Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e/ou desidratação. Saúde da mulher: assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério. Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério. Sexualidade da mulher e autocuidado. Saúde da mulher no curso da vida. Temas relacionados à saúde do adulto e do idoso. Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida. Prevenção e tratamento de lesões de pele. O processo de envelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos. Temas relacionados à Vigilância Epidemiológica. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública. Perfil epidemiológico das comunidades. Vigilância em saúde. Aspectos gerais das imunizações. Temas relacionados à saúde mental. Prevenção, tratamento e controle de transtornos mentais e de comportamento. História das Políticas de Saúde no Brasil. Saúde Coletiva (Pública). Sistema Único de Saúde (SUS). Sistema de Informação em Saúde. Noções básicas de plantão hospitalar. Atendimento de enfermagem em urgência e emergência: cardiovascular, respiratória, metabólica, ginecológica e obstétrica, psiquiátrica, pediátrica, no trauma, entre outras. Política Nacional de Atenção Básica. Código de ética e legislação profissional.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

Conhecimentos Específico: Conhecimento Específico: Anatomia Bucal: Anatomia e fisiologia dentária; Sistema de notação dentária; Tipos de dentes: incisivos, caninos, pré-molares e molares; Funções e constituição dos elementos constituintes do sistema estomatognático; Diferenças morfológicas entre a dentição decídua e permanente; Embriologia e histologia dental; ATM: constituição e funções. Biossegurança e Controle Biológico: Biossegurança; Medidas profiláticas para a higiene e segurança do trabalhador em saúde; Riscos e doenças ocupacionais em saúde; As relações entre microbiologia, imunologia e a prática odontológica e a aplicação dos EPIs e EPCs; Exposição acidental com material biológico; Técnicas de limpeza e desinfecção terminal e concorrente; Princípios ativos dos produtos químicos e preparo de soluções; Organização, estrutura e funcionamento da central de material e esterilização; Classificação das áreas e artigos odonto-médico-hospitalares; Processamento e

reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde; Gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde; Comissão e serviços de controle de infecção nos serviços de saúde; Conceitos de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização; Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos; Terminologia científica da área. Materiais Odontológicos: Nomenclatura e funcionamento dos equipamentos odontológicos e instrumentais; Substâncias evidenciadoras de placa bacteriana; Pastas profiláticas e flúor; Vernizes cavitários; Materiais de base e forramento; Amálgama; Resinas compostas; Cimentos de fosfato de zinco, de hidróxido de cálcio, ionômero de vidro; Materiais para cimentação: dual, com eugenol e sem eugenol, cimentos cirúrgicos; Materiais para moldagem, alginatos e siliconas; Instrumentos e instrumentação em endodontia, periodontia, dentística, prótese, ortodontia e cirurgia oral; Princípios de conservação e limpeza de equipamentos e instrumental; Armazenamento e controle de estoque. Odontologia Preventiva e Social: Métodos e técnicas para a educação em Saúde Bucal, individual e coletiva; Doenças bucais e maus hábitos; Técnicas de escovação e de prevenção; Técnicas de aplicação de flúor; Conhecimentos das ações básicas de promoção à saúde bucal (saneamento básico, educação para a saúde bucal, fluoretação da água de abastecimento); A etiologia da cárie dental e das doenças periodontais; Educação em saúde bucal; Técnicas de aplicação de selantes e de polimento coronário; Construção de um modelo normatizado com concretude de viabilização com componentes preventivo, curativo e de manutenção; Tipo de práticas de saúde do SUS. Organização e Administração em Saúde Bucal: Noções de administração de consultório; Noções de marketing em odontologia; Noções de contabilidade; Noções de manutenção e conservação de equipamentos; Preenchimento de fichas e relatórios de produção e produtividade; Controle com relatórios da quantidade de estoque de produtos odontológicos. Patologia Bucal: Noções de: Anomalias dentárias; doenças da polpa e do periápice; Doenças periodontais, fúngicas, infecções bacterianas, injúrias físicas e químicas; Tumores benignos de tecidos moles; Neoplasias malignas. Radiologia Odontológica: Tabelas e protocolos em Radiologia Odontológica; Filmes e processamento radiográfico; Técnicas radiográficas intra bucais; Natureza e produção dos efeitos biológicos; Técnicas de tomada, revelação, montagem e arquivamento do filme radiográfico intra bucal; Contaminação radioativa (fontes, prevenção e controle). Técnicas Restauradoras: Nomenclatura e classificação das cavidades; Instrumentos rotatórios; Tipos de isolamento; Proteção do complexo dentina-polpa; Matrizes; Materiais estéticos (resinas, porcelanas, compomeros).

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES

Conhecimentos Específico: Conceitos básicos de hardware e software. Arquitetura de computadores (processador, memória, dispositivos de entrada e saída). Memórias (RAM, ROM, cache, SSD, armazenamento em nuvem). Componentes básicos de um computador (CPU, memória, armazenamento, periféricos). Funcionamento de processadores e arquitetura básica de computadores;). Tipos de software (sistemas operacionais, aplicativos, utilitários). Noções gerais sobre sistemas operacionais (Windows, Linux). Instalação, configuração e manutenção de sistemas operacionais. Conceitos de redes de computadores (LAN, WAN, MAN, PAN). Protocolos de comunicação (TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS). Práticas de segurança (senhas fortes, autenticação multifator, backups). Endereçamento IP, sub-redes, máscaras de sub-rede. Noções de segurança de redes (firewalls, antivírus, criptografia). Procedimentos de backup e recuperação de dados;Lógica de programação. Algoritmos e fluxogramas. Tipos de dados, variáveis, operadores e funções. Conceitos básicos de banco de dados (tabelas, registros, chaves primárias). Noções de linguagens de programação (Python, JavaScript). Desenvolvimento de scripts para automatização de tarefas. Conceitos básicos de banco de dados. Modelagem de dados (conceitual, lógico e físico); Noções de Linguagem SQL (criação, manipulação e consulta de dados). Noções de sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD). Conceitos de segurança da informação. Políticas de segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Noções sobre certificação digital e assinatura eletrônica. Métodos de autenticação e controle de acesso. Processadores de texto (Word). Planilhas eletrônicas (Excel). Apresentações (PowerPoint). Navegadores web. Ferramentas de busca e pesquisa na internet. Segurança na internet (phishing, malware, boas práticas de navegação). Navegação segura na internet (HTTPS, cookies, bloqueadores de pop-up). Ferramentas de busca e pesquisa na web (Google, Bing). Uso de e-mail (Gmail, Outlook) e boas práticas de segurança (phishing, spam). Ética profissional na área de tecnologia da informação. Noções sobre propriedade intelectual e direitos autorais. Legislação e normas relacionadas à proteção de dados (noções de LGPD).

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:7B41EE20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - AUTODECLARAÇÃO DE AFRODESCENDENTE - CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

ANEXO III - AUTODECLARAÇÃO DE AFRODESCENDENTE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

Foto 3X4
(atual)

Fundo branco

Eu,___ ___, RG n._____ ___, CPF n._____, declaro que sou preto ( ) ou pardo ( ), conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Lei Municipal n. 1698/2022, para o fim específico de atender os itens 6.10 a 6.21 do Edital do Concurso Público do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná.
Declaro, ainda, estar ciente de que:
As vagas reservadas destinam-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra, que assim sejam socialmente reconhecidas;
A presente declaração será analisada e o pedido pode ser deferido ou indeferido, e, em caso de indeferimento, serei classificado na listagem de ampla concorrência;
Conforme previsão nos itens 6.10 a 6.21, as informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato(a), respondendo este(a) por qualquer falsidade.
As características fenotípicas que me identificam como pessoa preta ou parda são: _____
POR FIM, CONFIRMO MINHA AUTODECLARAÇÃO DE PRETO(A) OU PARDO(A): ( ) SIM ( ) NÃO

Data ____/____/_____.

_____
Assinatura do Candidato(a)

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:124BC89A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

NÍVEL SUPERIOR

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Requisitos: Curso Superior de Graduação na área de Engenharia Civil, registro na entidade de classe.
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
Elaborar, implantar, executar e supervisionar e dirigir projetos de engenharia civil relativos a rodovias, edificações, sistemas de água e esgoto e outros, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e

orientar a construção, manutenção, reparo e fiscalização das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Planejar, elaborar, coordenar, fiscalizar, dirigir e executar projetos de engenharia civil, preparação de planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo de obras e assegurar os padrões técnicos exigidos;
Planejar e elaborar projetos de engenharia civil, estudando traçados e especificações, preparando plantas, orçamentos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar o traçado, a construção, conservação e remodelação de obras dentro dos padrões técnicos;
Proceder a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e encaminhando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção;
Preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras;
Dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendado;
Examinar os projetos e realizar estudos necessários para a determinação do local mais adequado para construção, calculando a natureza e o volume de circulação de ar, da terra e da água, a fim de determinar as suas consequências em relação ao projeto;
Estudar, projetar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos relacionados com a construção de estradas, pontes, pontilhões, bueiros, túneis, viadutos, edifícios e a instalação, o funcionamento e a conservação de redes hidráulicas de distribuição de esgotos e de água, observando plantas e especificações, para assegurar a execução dos serviços de higiene e saneamento dentro dos padrões técnicos exigidos;
Calcular os esforços e deformações previstas na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabela e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos eventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que deverão ser utilizados na construção;
Consultar os outros especialistas, como engenheiros mecânicos, eletricistas e químicos, arquitetos de edifícios e paisagistas trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estética relacionadas à obra a ser executada;
Estudar as condições requeridas para o funcionamento das instalações de filtragem e distribuição de águas potáveis sistema de drenagem e outras construções de saneamento, analisando características e resultados a alcançar, para estabelecer as tarefas e etapas de desenvolvimento dos projetos sanitários;
Preparar previsões detalhadas das necessidades de fabricação, montagem, funcionamento, manutenção e reparos das instalações e equipamentos sanitários, determinando e calculando materiais, seus custos e mão-de-obra, para estabelecer os recursos indispensáveis a execução do projeto;
Realizar projetos de construção de esgotos, sistema de água servidas e demais instalações sanitárias, examinando-os minuciosamente, efetuando cálculos, comparando dados, para assegurar-se de que os mesmos satisfazem os requisitos técnicos e legais;
Inspecionar poços, fossos, rios, drenos, águas estagnadas em geral, examinando a existência de focos de contaminação, para estabelecer a necessidade de canais de drenagem e obras de escoamento de esgoto;
Analisar bacias hidrográficas, verificando o comportamento do regime de precipitação fluvial, com a finalidade de elaborar projetos de drenagem e rodovias;
Desenhar plantas baixas com cadastro, marcação de curvas horizontais e outros elementos necessários à localização, recorrendo à colaboração de outros especialistas, para elaboração de projetos de rodovias e terminais rodoviários;
Participar de projetos-pilotos de construção, visitando os trabalhos, promovendo treinamentos e aconselhando quanto a utilização correta das técnicas e processos, para assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança recomendados;
Fornecer orientação técnica e revisão teórica e prática à profissionais e auxiliares, no desenvolvimento de projetos e detalhes complementares, acompanhando a sua execução, para possibilitar o atendimento às normas e especificações técnicas;
Orientar servidores de classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas;
Calcular os esforços e deformações previstas na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como, carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção;
Consultar outros especialistas, como engenheiros mecânicos, eletricistas e químicos, arquitetos de edifícios e arquitetos paisagistas, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada;
Dirigir ou fiscalizar a construção de sistemas de vias urbanas e estradas de rodagem, bem como obras de captação e abastecimento de água de drenagem e de irrigação e saneamento urbano e rural;
Efetuar fiscalização de obras executadas por empreiteiras, avaliações de imóveis, projetos da área, avaliação da capacidade técnica das empreiteiras, treinamento de subordinados e outros;
Elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuando um cálculo aproximado dos custos, a fim de apresentá-lo ao município para aprovação;
Elaborar projetos complementares, elétrico, hidráulico, e outros, executar outras tarefas correlatas ao cargo.
Elaborar, coordenar, reformular, acompanhar e/ou fiscalizar projetos, preparando plantas e especificações técnicas da obra, indicando o tipo e qualidade de materiais e equipamentos, indicando a mão-de-obra necessária e efetuando cálculos dos custos, para possibilitar a construção e/ou manutenção de obras edificadas;
Emitir e/ou elaborar técnicos, instruções normativas, manuais técnicos, relatórios, registros e cadastros, relativos às atividades de engenharia;
Estudar, projetar e elaborar avaliações de vistoria com os devidos laudos;
Executar ou supervisionar trabalhos topográficos e executar projetos dando o respectivo parecer;
Orientar a compra, distribuição e reparo de equipamentos utilizados em obras;
Preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras;
Dirigir a execução e projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados;
Proceder a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para construção;
Realizar perícias e fazer arbitramentos;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços técnicos relativos ao trabalho do cargo, inerentes a sua área de atuação.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FARMACÊUTICO
Requisitos: Curso Superior em Farmácia e registro na entidade de classe
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Elaboração de laudos técnicos e realização de perícias técnicas legais relacionadas com atividades, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica e assessoramento à fiscalização sanitária e técnica de órgãos públicos, laboratórios, setores ou estabelecimentos, em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

A Atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de ações educativas e projetos terapêuticos nas Unidades de Saúde;
Desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação da saúde tanto em níveis individuais quanto coletivos;
Desenvolver atividades de pesquisa, manipulação, controle de qualidade, vigilância epidemiológica, farmacológica e sanitária de medicamentos e correlatos;
Prestar assistência farmacêutica na dispensação de medicamentos;
Realizar atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento de medicamentos e correlatos;
Participar em conjunto com outros profissionais da saúde, de atividades de avaliação, acompanhamento, capacitações e demais atividades relacionadas as ações de saúde e programas municipais;
Elaborar o Plano de Assistência Farmacêutica;
Elaborar manual de normas e procedimentos operacionais para padronização das atividades;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento; responder legalmente pela farmácia junto ao CRF;
Notificar desvios de qualidade e relações adversas aos profissionais de saúde e a órgãos competentes;
Avaliar as prescrições quanto à indicação, posológica, contraindicação, interações medicamentosas;
Manter os medicamentos antimicrobianos e sujeitos a controle especial sob sua guarda, bem como registrar a movimentação dos medicamentos conforme portaria 344/98;
Efetuar o controle e a solicitação, bem como efetuar o acompanhamento dos pacientes, que necessitam de medicamentos para doenças endêmicas;
Encaminhar e oferecer todo suporte necessário à pacientes que necessitam de medicamentos do componente especializado;
Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas por estagiários e voluntários;
Estabelecer indicadores que mostrem o desempenho da equipe;
Capacitação de recursos humanos;
Atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de ações educativas e projetos terapêuticos nas Unidades de Saúde;
Desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação da saúde tanto em níveis individuais quanto coletivos;
Desenvolver atividades de pesquisa, manipulação, controle de qualidade, vigilância epidemiológica, farmacológica e sanitária de medicamentos e correlatos;
Prestar assistência farmacêutica na dispensação de medicamentos;
Realizar atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento de medicamentos e correlatos;
Participar em conjunto com outros profissionais da saúde, de atividades de avaliação, acompanhamento, capacitações e demais atividades relacionadas as ações de saúde e programas municipais;
Elaborar o Plano de Assistência Farmacêutica;
Elaborar manual de normas e procedimentos operacionais para padronização das atividades;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento; responder legalmente pela farmácia junto ao CRF;
Notificar desvios de qualidade e relações adversas aos profissionais de saúde e a órgãos competentes;
Avaliar as prescrições quanto à indicação, posológica, contraindicação, interações medicamentosas;
Manter os medicamentos antimicrobianos e sujeitos a controle especial sob sua guarda, bem como registrar a movimentação dos medicamentos conforme portaria 344/98;
Efetuar o controle e a solicitação, bem como efetuar o acompanhamento dos pacientes, que necessitam de medicamentos para doenças endêmicas;
Encaminhar e oferecer todo suporte necessário à pacientes que necessitam de medicamentos do componente especializado;
Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas por estagiários e voluntários;
Estabelecer indicadores que mostrem o desempenho da equipe; capacitação de recursos humanos.
Análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral;
Assessoramento à fiscalização sanitária e técnica de estabelecimentos públicos, em que preparem, fabriquem ou armazenem produtos biológicos, imunoterápicos, soros, vacinas, alérgicos, ototerápicos, para uso humano e veterinário, bem como derivados do sangue;
Executem processos e exames de análises clínicas ou de saúde;
Fabriquem ou armazenem produtos de uso veterinário;
Fabriquem ou armazenem insumos farmacêuticos para uso humano ou veterinário e insumos para produtos dietéticos, ou cosméticos com indicação terapêutica;
Fabriquem ou armazenem produtos saneantes, inseticidas, raticidas, anticépticos e desinfetantes;
Produzam ou armazenem radioisótopos ou radio fármacos para uso em diagnóstico ou terapêutica;
Produzam ou armazenem conjuntos de reativos ou reagentes destinados a diferentes análises de diagnóstico médico;
Fabriquem ou armazenem produtos cosméticos sem indicação terapêutica, produtos dietéticos e alimentares;
Pratiquem exames de caráter químico toxicológico, químico bromatológicas, químico farmacêutico, biológicos, microbiológicos, fito-químicos e sanitários;
Assessoramento a fiscalização, controle, pesquisa, perícia e tratamento da poluição atmosférica e de despejos industriais;
Qualidade das águas de consumo humano, de indústrias farmacêuticas, de piscinas;
Vistoria, perícia, avaliação, elaboração de pareceres, laudos e atestados de âmbito das respectivas atribuições;
Comparecer às reuniões técnico-científicas e administrativas, quando solicitado, executar outras tarefas correlatas ao cargo.
Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pelas atividades relacionadas á assistência farmacêutica, entre elas: seleção, armazenamento, aquisição e distribuição de produtos farmacêuticos;
Responder pela área técnica e legalmente pelas farmácias do Município desempenhando, supervisionando e coordenando as atividades que lhe são inerentes, entre elas a dispensação e atenção farmacêutica aos pacientes;
Participar da comissão de farmácia e terapêutica do município;
Promover e participar de debates e atividades informativas junto á população, profissionais e entidades representativas, acerca dos temas relacionados com suas atividades;
Atuar em conjunto com a vigilância sanitária e epidemiológica, nas ações de educação em saúde e investigações epidemiológicas e sanitárias;
Divulgar as atividades de farmacovigilância junto aos profissionais de saúde, notificando desvios de qualidade e reações adversas aos medicamentos aos órgãos competentes;
Controle de estoque em sistema informatizado;
Atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de ações educativas e projetos terapêuticos nas Unidades de Saúde;
Desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação da saúde tanto em níveis individuais quanto coletivos;
Desenvolver atividades de pesquisa, manipulação, controle de qualidade, vigilância epidemiológica, farmacológica e sanitária de medicamentos e correlatos;
Prestar assistência farmacêutica na dispensação de medicamentos;
Realizar atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento de medicamentos e correlatos;
Participar em conjunto com outros profissionais da saúde, de atividades de avaliação, acompanhamento, capacitações e demais atividades relacionadas as ações de saúde e programas municipais;
Elaborar o Plano de Assistência Farmacêutica;
Elaborar manual de normas e procedimentos operacionais para padronização das atividades;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento;
Responder legalmente pela farmácia junto ao CRF;
Notificar desvios de qualidade e relações adversas aos profissionais de saúde e a órgãos competentes;
Avaliar as prescrições quanto à indicação, posológica, contraindicação, interações medicamentosas;
Manter os medicamentos antimicrobianos e sujeitos a controle especial sob sua guarda, bem como registrar a movimentação dos medicamentos conforme portaria 344/98;
Efetuar o controle e a solicitação, bem como efetuar o acompanhamento dos pacientes, que necessitam de medicamentos para doenças endêmicas;

Encaminhar e oferecer todo suporte necessário à pacientes que necessitam de medicamentos do componente especializado;
Participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas por estagiários e voluntários;
Estabelecer indicadores que mostrem o desempenho da equipe; capacitação de recursos humanos.
Atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de ações educativas e projetos terapêuticos nas Unidades de Saúde;
Desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação da saúde tanto em níveis individuais quanto coletivos;
Desenvolver atividades de pesquisa, manipulação, controle de qualidade, vigilância epidemiológica, farmacológica e sanitária de medicamentos e correlatos;
Prestar assistência farmacêutica na dispensação de medicamentos;
Realizar atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento de medicamentos e correlatos;
Participar em conjunto com outros profissionais da saúde, de atividades de avaliação, acompanhamento, capacitações e demais atividades relacionadas as ações de saúde e programas municipais; elaborar o Plano de Assistência Farmacêutica;
Elaborar manual de normas e procedimentos operacionais para padronização das atividades;
Facilitar o acesso e a participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços de sua área de atuação.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO
Requisitos:
a) Instrução formal: habilitação legal para o exercício da profissão de Médico, devidamente inscrito no CRM;
b) Idade: mínima de 21 anos.
Atribuições:

Descrição sintética: Faz exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente.

Descrição analítica: Atua em programas pelo Sistema Único de Saúde, ou em outras áreas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde; examina o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico ou, sendo necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; registra a consulta médica, anotando em prontuário próprio, físico ou eletrônico, a queixa, os exames físicos e complementares, para efetuar a orientação adequada; analisa e interpreta resultados de exames de raio X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescreve medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou reestabelecer a saúde do paciente, conforme as recomendações do Sistema Único de Saúde; efetua exames médicos destinados à admissão de candidatos a cargos em ocupações definidas, baseando-se nas exigências da capacidade física e mental das mesmas, para possibilitar o aproveitamento dos mais aptos; presta atendimento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas de saúde, orientado e/ou executando a terapêutica adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador; emite atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais; participa de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município; participa de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e o bem-estar da comunidade; zela pela conservação de boas condições de trabalho, quanto ao ambiente físico, limpeza e arejamento adequados, visando proporcionar aos pacientes um melhor atendimento; realiza visitas in loco, quando necessário ou mediante as políticas públicas determinadas pelo Sistema Único de Saúde; executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: Sujeito ao trabalho de regime de plantões, pronto atendimentos a urgência e emergências ao público em geral.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO (ESF)
Requisitos: Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico, devidamente inscrito no CRM; e Idade mínima de 21 anos.
Atribuições:

Descrição sintética:
Prestar serviços de medicina geral comunitária ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF.

Descrição analítica:

Examinar os pacientes utilizando-se dos instrumentos adequados, avaliar as condições de saúde e estabelecer diagnóstico nos âmbitos somáticos, psicológicos e sociais;
Requisitar exames subsidiários analisando e interpretando resultados;
Resolver os problemas de saúde ambulatorial;
Fazer encaminhamento de pacientes a outros especialistas quando julgar necessário;
Estabelecer o plano médico terapêutico profilático;
Orientar os pacientes prescrevendo medicamentos;
Dar grande ênfase a prevenção da saúde;
Integrar a equipe multidisciplinar de saúde;
Responsabilizar-se pelas orientações destas na sua esfera de competência;
Seguir orientação dos demais profissionais em suas áreas específicas;
Realizar registros sobre seus pacientes;
Sobre a vigilância sanitária, epidemiológica, estatísticas de produtividade;
De motivos de consultas e outras;
Preencher formulários e documentações necessárias;
Participar de todas as atividades designada pela chefia imediata;
Contribuir no planejamento;
Administração e gerenciamentos dos serviços em saúde;
Participar de treinamentos, programas e campanhas educativas;
Manter-se atualizado através da educação profissional contínua;
Classificar e codificar doenças, operações, causa morte e demais situações de saúde, de acordo com o sistema adotado;
Fazer parte das comissões provisórias e permanentes instaladas no setor onde trabalha;
Executar todas as tarefas correlatas a sua área de competência.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Geral: carga horária 40 horas semanais.
Especial: sujeito ao trabalho de regime de plantões, pronto atendimentos a urgência e emergências ao público em geral.
Prestar serviços exclusivamente ao Programa ESF em toda a territorialidade do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, na carga horária em que for designado.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PEDAGOGA
Requisitos: Ensino Superior Completo em Pedagogia
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

O Pedagogo é o articulador do processo pedagógico no interior da escola ou no local de atuação nos locais de domínio público e deve ter como princípio para o seu trabalho a gestão democrática, o trabalho coletivo, ética profissional e comprometimento político pedagógico

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Participar na organização das turmas, calendário letivo, distribuição das aulas e disciplinas, horário semanal de aulas;
Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem;
Orientar o professor no registro dos livros de frequência em consonância com as normas vigentes;

Implementar a proposta curricular da escola de acordo com as políticas educacionais da SEED/PR e com as Diretrizes Curriculares Estaduais;
Sugerir projetos de intervenção na realidade da escola para a melhoria do processo educativo;
Acompanhar do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores;
Assessorar o professor no planejamento, quanto a seleção de conteúdos e transposição didática em consonância com os objetivos da Proposta pedagógica Curricular e com as Diretrizes de cada disciplina;
Planejar em conjunto com o coletivo da escola a intervenção aos problemas levantados em conselho de classe;
Levantar e informar ao coletivo de profissionais da escola e comunidade os dados do aproveitamento escolar;
Coordenar a escolha e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático–pedagógicos;
Incentivar e assessorar o professor na seleção de recursos didáticos para o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares;
Coordenar o projeto de formação continuada dos profissionais da escola para o aprimoramento teórico-metodológico. l Pesquisar e fornecer subsídios teórico-metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico;
Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola;
Participar do conselho escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar;
Incentivar e propiciar a participação dos alunos nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola;
Zelar pelo cumprimento dos preceitos constitucionais, da legislação educacional vigente e do Estatuto da criança e do adolescente, como fundamentos da prática educativa;
Promover reuniões com pais ou responsáveis pelos aluno matriculados;]
Organizar e coordenar conselhos de classe de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico;
Acompanhar e assessorar o professor na seleção de procedimentos de avaliação do rendimento da aprendizagem adequando-os aos objetivos educacionais previstos no P.P.P;
Organizar o uso dos recursos tecnológicos na escola de forma que o professor utilize dessas ferramentas;
Acompanhar a frequência dos alunos às aulas evitando assim o seu abandono;
Incentivar os alunos à prática de hábitos saudáveis de higiene evitando assim a transmissão de doenças como influenza;
A e outras doenças transmissíveis;
Participar da sua formação continuada para atualização teórico-metodológica;
Ajudar na administração da escola como um todo.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL
Requisitos: Graduação em Terapia Ocupacional e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Atribuições:

Descrição sintética:

Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente;
atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional;
realizar diagnósticos específicos;
analisar condições dos pacientes;
orientar pacientes e familiares;
desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
exercer atividades técnico-científicas;
assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Descrição analítica:

Avaliar o paciente quanto às suas capacidades e deficiências;
eleger procedimentos de habilitação para atingir os objetivos propostos a partir da avaliação;
facilitar e estimular a participação e colaboração do paciente no processo de habilitação ou de reabilitação;
avaliar os efeitos da terapia, estimular e medir mudanças e evolução;
planejar atividades terapêuticas de acordo com as prescrições médicas;
redefinir os objetivos, reformular programas e orientar pacientes e familiares;
promover campanhas educativas;
desenvolver atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão, orientação e execução especializada relativas à proteção, promoção, prevenção, habilitação, recuperação, reabilitação e cuidados paliativos do indivíduo e da coletividade em todos os contextos e níveis da saúde, no âmbito de sua competência profissional;
promover tratamento para reabilitação dos indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, por meio da ocupação profissional, educativa, desportiva ou recreativa; realizar o diagnóstico terapêutico ocupacional e a elaboração da programação terapêutico ocupacional, com base nas informações e condições peculiares do paciente;
eleger, indicar, treinar, utilizar e acompanhar o uso de métodos, técnicas e recursos relacionados à Tecnologia Assistiva, de forma a melhorar o desempenho cognitivo, neuropsicomotor, musculoesquelético, psicossocial, percepto-cognitivo, psicoafetivo e psicomotor do indivíduo, possibilitando-lhe mais autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
Programar, orientar, treinar e supervisionar a execução de Atividades de Vida Diária - AVDs e Atividades Instrumentais de Vida Diária – AIVDs;
contribuir com os processos de produção de vida e saúde, por meio do fazer afetivo, relacional, material e produtivo; promover a adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho funcional e ocupacional do paciente; prescrever, fazer adaptações e realizar o treinamento quanto ao uso de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, necessárias ao desempenho funcional e ocupacional do paciente, quando for o caso;
buscar e utilizar, com o emprego de atividades e métodos específicos, a educação ou reeducação, habilitação, reabilitação e readaptação profissional, das funções do sistema do corpo humano;
orientar o paciente, os familiares e a comunidade quanto às condutas terapêuticas ocupacionais a serem observadas para a aceitação e inserção do paciente, em igualdade de condições com as demais pessoas, utilizando-se de modificações e/ou adaptações nos ambientes domiciliar e laboral assim como nos espaços públicos e de lazer;
zelar pelo perfeito funcionamento e pela preservação, guarda e controle de toda a aparelhagem e instrumental de uso na sua especialidade;
administrar serviços e locais destinados a atividades terapêuticas ocupacionais em estabelecimentos públicos, autárquicos, fundacionais e mistos bem como assumir a responsabilidade técnica pelo desempenho dessas atividades;
executar quaisquer outros encargos, pertinentes à categoria funcional, que tenham sido estabelecidos, por legislação, como exercício da profissão de Terapeuta Ocupacional.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Requisitos: Ensino Médio e Conhecimento Básico em Informática
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Auxiliar nos trabalhos administrativos, receber documentos, realizar conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos e atendimento geral aos munícipes.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Auxiliar na análise de processos encaminhados via área administrativa;
Auxiliar na redação e digitação de pareceres, informações, expedientes administrativos, memorandos, cartas ofícios, relatórios e outros;
Realizar a digitação de documentos quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros;
Secretariar reuniões e lavrar atas;
Auxiliar na conferência de cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis, vantagens financeiras e descontos determinados por lei;
Auxiliar na coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos via ou sem concorrência;
Fazer cópias de originais, plantas, desenhos, projetos, formulários e outros, através de xérox;
Efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos;
Auxiliar e manter atualizados os registros de estoque;
Auxiliar nos levantamentos de bens patrimoniais, sobre supervisão de superiores;
Operar com terminais de computador e equipamentos de microfilmagem;
Auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas;
Auxiliar na escrituração de livros contábeis;
Atender ao público em geral com presteza e agilidade;
Receber as requisições de material, conferindo as especificações contidas quanto a discriminação, quantidade, tipo e tamanho para armazenar e/ou distribuir os materiais às unidades solicitantes;
Controlar a entrada e saída de material, registrando em fichas ou outro tipo de controle, o seu movimento;
Organizar e controlar os arquivos e fichários, codificando e classificando notas fiscais, copias de requisição de material e outros;
Auxiliar periodicamente o levantamento físico dos materiais estocados, calculando, conferindo e anotando os dados obtidos, para estabelecer os controles administrativos e a previsão anual;
Providenciar a alocação dos materiais no almoxarifado, de acordo com tipos e tamanhos;
Executar trabalhos rotineiros de escritório, redigir e digitar documentos e informações simples, protocolar expedientes, manter em perfeita ordem de registro, classificação e arquivamento os documentos sob sua responsabilidade;
Acompanhar os expedientes de que forem incumbidos, fazendo observar e respeitando os prazos;
Realizar anotações em fichas e manusear fichários, bem como executar, por delegação, outras tarefas correlatas, de competência da repartição onde estiver lotado;
Executar serviços internos e externos, entregando documentos, correspondências, jornais e pequenos volumes dirigindo-se aos locais indicados;
Controlar entregas e recebimentos, assinando ou solicitando protocolo, para comprovar a execução do serviço;
Coletar assinaturas em documentos diversos, como circulares, cheques, ou requisições e outros;
Efetuar pequenas compras e pagamentos do órgão, junto a rede bancária;
Auxiliar em serviços administrativos simples, separando e carimbando documentos, preparando etiquetas e realizando outras tarefas sob orientação;
Atender pessoas, prestando-lhes às informações necessárias e encaminhando-os aos locais solicitados;
Anotar recados e telefonemas, comunicando posteriormente aos interessados;
Auxiliar no planejamento, na implementação e auxiliar no controle dos sistemas bibliotecário e de unidades isoladas de serviços afins;
Auxiliar na realização de projetos relativos à estrutura de normalização de coleta, do tratamento e da recuperação das informações documentárias, de acordo com os fins propostos pelo serviço, quer no âmbito interno, quer no âmbito externo da unidade de trabalho;
Auxiliar na efetivação e normalização de serviços técnicos biblioteca fixando índices de eficiência, produtividade e eficácia nas áreas operacionais da biblioteca municipal;
Auxiliar no trabalho, tratamento e cuidados com o acervo bibliográfico sobre sua responsabilidade;
Executar outras tarefas inerentes à execução das funções do seu cargo.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Requisitos: Ensino médio Completo e Conhecimento Básico de Informática

Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

No exercício de atividades de prevenção de doenças e na promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal e estendendo o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção da cidadania auxiliando nos trabalhos na área da saúde, receber documentos, realizar conferência, armazenagem e conservação de materiais de uso diário, outros suprimentos e atendimento geral aos munícipes, atuar também nos serviços gerais de apoio administrativo, de controles e procedimentos no atendimento ao público em geral, recepcionando os pacientes, identificando-os e encaminhando-os para o atendimento médi¬co ou odontológico, auxiliando na prestação de serviços nas unidades de saúde do Município e realiza serviços administrativos burocráticos.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Acompanhamento as gestantes e aos bebês, identificando os problemas e orientando para as soluções dos mesmos;
Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
Cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;
Cumprir com as atribuições atualmente definidas na lei que criou esse cargo, ou legislação que vier a substitui-la.
Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
Desenvolver ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população descrita à Unidade Básica de Saúde – UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
Desenvolver atividades de promoção à saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde preventiva;
Estimular a participação da comunidade nas políticas-públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida à família;
Executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva;
Fazer acompanhamento identificando as pessoas em situação de risco de adoecer ou mesmo em perigo de morte;
Identificar área de risco;
Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.
Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
Orientar sobre higiene pessoal, dos alimentos e da água de beber;
Orientar sobre os cuidados que devemos ter com lixo doméstico;
Participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde com outros setores da comunidade que promovam a qualidade de vida e a saúde preventiva;

Participar o promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida; desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde.
Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
Promover ações de educação para a saúde individual e coletiva;
Promover e participar de reuniões nas comunidades, incentivando a vacinação e encaminhando aos serviços de saúde;
Promover reuniões na comunidade, incentivando a vacinação e encaminhando aos serviços de saúde;
Prover e orientar à comunidade sobre a saúde preventiva, identificando as situações de risco, acompanhar doentes, orientando as famílias;
Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;
Realizar banco de dados com registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
Realizar mapeamento de sua área;
Realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
Registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;
Trabalhar na orientação das famílias para as soluções da saúde própria e da comunidade;
Traduzir para o município a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: Professor
Requisitos: Formação em Magistério – Nível Médio, Curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior ou em licenciaturas específicas para a docência nos conteúdos de Educação Física, Arte ou Língua Inglesa.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES DOCENTE

Exerce a docência na Rede Municipal de Ensino, ensinando os conteúdos científicos pertinentes, conforme Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, de forma integrada, proporcionando ao aluno seu desenvolvimento pleno e condições de exercer sua cidadania;
Exerce atividades técnico-pedagógicas que dão diretamente suporte às atividades de ensino;
Planeja e executa o processo ensino e de aprendizagem de acordo com os pressupostos epistemológicos da disciplina ou área de ensino em que atuar;
Planeja, coordena, avalia e reformula o processo ensino e aprendizagem, e propor estratégias metodológicas compatíveis com os programas a serem operacionalizados;
Pesquisa e propõe práticas de ensino, adequando as ações pedagógicas de forma a promover a aprendizagem de todos os alunos, considerando as especificidades dos mesmos;
Desenvolve o educando para o exercício pleno de sua cidadania, proporcionando a compreensão de coparticipação e corresponsabilidade de cidadão perante sua comunidade, Município, Estado e País, tornando-o agente de transformação social;
Gerencia, planeja, organiza e coordena a execução de propostas administrativo-pedagógicas, possibilitando desempenho com qualidade das atividades docentes e discentes.
Participa das atividades de atualização e aperfeiçoamento visando aprofundar conhecimentos pertinentes à educação; Mantem-se informado acerca das legislações vigentes, diretrizes e determinações das unidades de ensino e dos órgãos superiores;
Participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;
Divulga as experiências educacionais realizadas;
Participa de reuniões ordinárias e extraordinárias quando for convocado;
Planeja o seu trabalho didático de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino.

FUNÇÕES ESPECÍFICAS EM ATIVIDADES DE DOCÊNCIA

Planeja e ministra aulas nos dias letivos e horas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Indica material didático e bibliográfico a serem utilizados nas atividades escolares;
Planeja, acompanha e avalia o processo de ensino e aprendizagem/rendimento dos alunos em consonância ao Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e documentos orientadores de Órgãos Superiores; Reformula o processo ensino e aprendizagem, e propor estratégias metodológicas compatíveis com o Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e documentos orientadores de Órgãos Superiores, todas as vezes que se fizerem necessário;
Informa os pais e responsáveis sobre a frequência e os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; Participa de atividades cívicas, sociais, culturais, recreativas e esportivas;
Participa com o pessoal técnico-administrativo e demais profissionais de reuniões de conselho de classe, pedagógicas, administrativas, festivas e outras atividades da Unidade de Ensino que exijam decisões coletivas;
Participa do planejamento geral da Unidade de Ensino;
Contribui e apresenta propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino, zelando pelo princípio da equidade no processo de ensino e aprendizagem;
Participa da escolha do livro didático;
Participa de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, ofertados ou não pelo Órgão Superior;
Acompanha, orientar e avaliar estagiários; Zela pela integridade física, higiênica, mental e moral do aluno;
Executa práticas pedagógicas, em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
Realiza atividades que envolvem o cuidar, o educar e o brincar em um processo de interação, considerando as especificidades de cada faixa etária;
Participa da elaboração e avaliação de propostas curriculares;
Elabora projetos pedagógicos;
Participa de reuniões interdisciplinares;
Confecciona e utiliza materiais e/ou recursos didáticos pedagógicos objetivando favorecer aos alunos melhor compreensão dos conteúdos trabalhados;
Realiza atividades extraclasse em bibliotecas, museus, laboratórios e outros em consonância com a Proposta Curricular;
Avalia e participa do encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, para os setores específicos de atendimento;
Seleciona conteúdos, planeja e executa as aulas, avalia o processo de ensino e aprendizagem e replaneja os conteúdos pertinentes sempre que os objetivos previstos não forem devidamente alcançados;
Participa e contribui para o processo de inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular;
Possibilita aos alunos, com necessidades educativas especiais temporárias e/ou permanentes, práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem que tendam suas especificidades; Incentiva os alunos a participarem de concursos, eventos culturais, atividades físicas, esportivas e/ou similares;
Participa e realiza atividades que promovem a articulação da Unidade de Ensino com a família do aluno e a comunidade;
Orienta e incentiva o aluno para a pesquisa;
Participa do Conselho de Classe, conforme estabelece o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino e orientações de Órgãos Superiores;
Prepara o aluno para o exercício da cidadania;
Incentiva o gosto pela leitura, atividades culturais, atividades físicas e esportivas
Zelar pelo desenvolvimento da autoestima do aluno;

Participa da elaboração e aplicação do Regimento da Unidade de Ensino
Participa da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino
Orienta e acompanha o aluno quanto à conservação da Unidade de Ensino e dos seus equipamentos
Contribui para a aplicação da Política Pedagógica do Município e o cumprimento das Legislações educacionais vigentes
Sugere e participa dos processos de aquisição de materiais e/ou recursos pedagógicos que venham contribuir para a qualidade das atividades de ensino e aprendizagem
Planeja e realiza atividades de recuperação, segundo as Legislações, Diretrizes Pedagógicas, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico
Analisa dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar, bem como propor estratégias para superações dos resultados alcançados
Realiza e participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação
Mantem atualizados os registros de aula, frequência e de aproveitamento escolar do aluno, conforme orientações de Órgãos Superiores
Cumpre e faz cumprir o horário e o calendário escolar
Avalia a aprendizagem, o desenvolvimento e o trabalho do aluno, de acordo com o proposto no Regimento Escolar e diretrizes pedagógicas
Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional
Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar
Apresenta propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino
Participa da gestão democrática da Instituição Escolar
Realiza as demais tarefas indispensáveis ao cumprimento dos objetivos educacionais da Unidade de Ensino e ao processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, conforme orientações pertinentes
Executa outras atividades correlatas. Elabora Plano de Atendimento Educacional Especializado, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação psicoeducacional no contexto escolar;

ATIVIDADES ESPECÍFICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Desenvolve atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez;
Ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez
ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA
Ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos
Ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA ensino de atividades de vida autônoma e social
Orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores
Produz materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo
Atua de forma colaborativa com o professor do ensino regular para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo
Orienta os professores do ensino regular, juntamente com equipe pedagógica, na flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na sala regular
Orienta as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional
Registra sistematicamente todos os avanços e dificuldades do aluno, conforme Plano de Atendimento
Elabora pareceres e relatórios sobre o aluno em acompanhamento, arquivando-o em pasta própria que ficará sob a responsabilidade da Instituição
Participa de reuniões junto à Secretaria de Municipal de Educação, com finalidade de orientações, troca de saberes, suportes técnicos, encaminhamentos etc.
Promove e garante a participação dos alunos atendidos em todos os ambientes e ações escolares que fazem parte da integração biopsicossocial do aluno, tais como: intervalo, atividades esportivas e culturais
Articula, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Requisitos: Ensino médio Regular e Curso Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Planejar, coordenar, executar e supervisionar os trabalhos na área da saúde, atuando no controle técnico a saúde pública municipal e cumprir as determinações no Conselho Nacional, Estadual e Regional de Enfermagem, desempenhando atividades e técnicas de enfermagem em hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica, atuando em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e prestar assistência aos pacientes, atuando sob supervisão de enfermeiro; comunicar-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde, prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental.
Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Acompanhar paciente na ingestão de medicamento;
Acompanhar tempo de administração de soro e medicação;
Administrar em separado medicamentos incompatíveis;
Administrar produtos quimioterápicos
Ajudar paciente a alimentar-se
Aplicar bolsa de gelo e calor úmido e seco
Aplicar clister (lavagem intestinal)
Aprontar paciente para exame e cirurgia
Aspirar cânula oro-traqueal e de traqueostomia
Atentar para temperatura e reações de paciente em transfusões
Auxiliar em reanimação de paciente
Auxiliar equipe em procedimentos invasivos
Averiguar paciente e pertences (drogas, álcool etc.)
Coletar material para exame de laboratório, segundo orientação médica
Coletar material para exames
Colocar grades laterais no leito, contendo o paciente no leito
Comunicar ao médico efeitos adversos dos medicamentos
Conferir quantidade e funcionalidade de material e equipamento
Controlar administração de vacinas
Controlar balanço hídrico
Controlar sinais vitais em pacientes
Coordenar os trabalhos de enfermagem conjuntamente com os trabalhos dos enfermeiros saúde pública e cumprir as determinações no Conselho Nacional, Estadual e Regional de Enfermagem
Descartar material contaminado
Desinfetar aparelhos e materiais
Disponibilizar pertences pessoais para paciente (preservação da identidade)
Efetuar testes e exames (cutâneo, ergométrico, eletrocardiograma)
Efetuar tricotomia
Elaborar relatórios das atividades do setor (número de pacientes, exames realizados, vacinas aplicadas e outros), e efetuar o controle diário do material utilizado, anotando a quantidade e o tipo dos mesmos
Encaminhar material para exames
Encaminhar material para sala cirúrgica
Esterilizar instrumental
Estimular a função vésico-intestinal
Estimular paciente (movimentos ativos e passivos)
Executar ações assistenciais de enfermagem, exceto às privativas do enfermeiro
Fiscalizar validade de materiais e medicamentos
Higienizar e fornecer roupa aos pacientes

Identificar medicação a ser administrada (leito, nome e registro do paciente);
Implementar atividades terapêuticas prescritas;
Instalar alimentação induzida
Instalar hemoderivados
Introduzir cateter naso-gástrico e vesical
Limitar espaço de circulação do paciente
Massagear paciente quando necessário
Mensurar paciente (peso, altura)
Monitorar evolução de paciente
Mudar decúbito no leito
Oferecer comadre e papagaio aos pacientes
Organizar medicamentos e materiais de uso de paciente e de posto de enfermagem
Orientar familiares e pacientes, prestado informações relativas à higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde
Participar da equipe de programação de assistência à enfermagem
Participar da equipe de saúde, orientando os auxiliares de enfermagem no desempenho de suas funções
Participar em campanhas de saúde pública Posicionar paciente para cirurgia
Preparar e esterilizar materiais e instrumentos, ambientes e equipamentos, segundo orientação para realização de exames, tratamentos, intervenções cirúrgicas, imunizações, obturações e outros
Preparar medicação prescrita
Preparar paciente para medicação (jejum, desjejum)
executar antissepsia
Prevenir tentativas de suicídio e situações de risco
Proceder à inaloterapia
Proteger paciente durante crises

Proteger proeminências ósseas
Puncionar acesso venoso
Realizar exames eletroencefalográficos e posicionando adequadamente o paciente, manejando os dispositivos do eletroencefalógrafo
Registrar administração de medicação
Remover o paciente
Resolver pendências (medicamentos, curativos, exames, encaminhamentos, jejum)
Seguir protocolo em caso de contaminação ou acidente
Ser responsável pelo trabalho realizado e valorizar o trabalho da equipe
Suprir demandas da equipe
Trocar curativos
Usar equipamento de proteção individual (EPI)
Verificar medicamentos recebidos
Verificar suficiência de equipamento, material cirúrgico e compressas
verificar resultado e validade da esterilização
Verificar via de administração
Prestar assistência de enfermagem de caráter preventivo e/ou curativos internos e externos da unidade, conforme planejamento de trabalho estabelecido pelo enfermeiro
Participar das atividades de orientações dos profissionais da equipe de enfermagem, quanto às normas e rotinas
Participar da organização do arquivo central da unidade, bem como dos arquivos dos programas específicos
Executar e auxiliar na supervisão e no controle de material permanente, de consumo e no funcionamento de equipamentos
Colaborar na elaboração de relatórios
Realizar levantamento de dados para o planejamento das ações de saúde
Colaborar em pesquisas ligadas à área de saúde, desenvolvidas na unidade
Participar de reuniões, treinamentos e reciclagem
Proceder ao registro de dados estatísticos e dos procedimentos realizados
Participar das atividades nos programas específicos desenvolvidos na rede básica de saúde do município, de acordo com a normatização do serviço
Aplicar injeções, soros e vacinas
Ministrar medicamento
controlar sinais vitais, verificando a temperatura, pulso e respiração (T.P.R) e pressão arterial (P.A) anotando no gráfico próprio
Fazer curativos e colher material para exames de laboratório
Proceder à esterilização de material e instrumental em uso
Registrar as ocorrências relativas ao paciente
Manter sigilo absoluto sobre tudo que se relacione com o paciente
Comunicar ao médico ou enfermeiro-chefe as ocorrências do estado do paciente, havidas na ausência do primeiro
Cumprir integralmente a jornada de trabalho
Apresentar-se ao serviço limpo e devidamente uniformizado
Fazer parte da equipe para atendimento dos chamados de ambulância
Cumprir e fazer as ordens de serviço oriundas das chefias imediatas
Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentado no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde - US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escola, associações etc)
Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a família em situação de risco, conforme planejamento da equipe
Participar de gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde – US
Prestar assistência de enfermagem de caráter preventivo e/ou curativos internos e externos da unidade, conforme planejamento de trabalho estabelecido pelo enfermeiro
Participar das atividades de orientações dos profissionais da equipe de enfermagem, quanto às normas e rotinas
Participar da organização do arquivo central da unidade, bem como dos arquivos dos programas específicos
Executar e auxiliar na supervisão e no controle de material permanente, de consumo e no funcionamento de equipamentos
Colaborar na elaboração de relatórios
Realizar levantamento de dados para o planejamento das ações de saúde
Colaborar em pesquisas ligadas à área de saúde, desenvolvidas na unidade
Participar de reuniões, treinamentos e reciclagem
Proceder ao registro de dados estatísticos e dos procedimentos realizados
Participar das atividades nos programas específicos desenvolvidos na rede básica de saúde do município, de acordo com a normatização do serviço
Aplicar injeções, soros e vacinas
Ministrar medicamento
Controlar sinais vitais, verificando a temperatura, pulso e respiração (T.P.R) e pressão arterial (P.A) anotando no gráfico próprio
Fazer curativos e colher material para exames de laboratório
Proceder à esterilização de material e instrumental em uso
Registrar as ocorrências relativas ao paciente
Manter sigilo absoluto sobre tudo que se relacione com o paciente
Comunicar ao médico ou enfermeiro-chefe as ocorrências do estado do paciente, havidas na ausência do primeiro
Cumprir integralmente a jornada de trabalho
Apresentar-se ao serviço limpo e devidamente uniformizado
Fazer parte da equipe para atendimento dos chamados de ambulância
Cumprir e fazer as ordens de serviço oriundas das chefias imediatas
Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentado no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde - US e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escola, associações etc)
Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a família em situação de risco, conforme planejamento da equipe
Participar de gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde – US
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços de sua área de atuação.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

Requisitos: Nível de Ensino Médio Regular e Curso em Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Inscrição no Conselho Regional de Odontologia.

Atribuições:

3. DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

• Planejar, coordenar, executar técnicas odontológicas sob a supervisão de odontólogo e executar tarefas auxiliares no tratamento odontológico e poderá compor a equipe de saúde, desenvolver atividades em odontologia e colaborar em pesquisas definir e avaliar estruturas dando padrões de crescimento dentro do setor público e desenvolver atividades afins.

4. DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
Auxiliar na remoção de indutos e tártaros;
Auxiliar no atendimento ao paciente;
Colaborar em atividades didático-científicas e na orientação de atendimento a pacientes;
Confeccionar modelos em gesso;
Controlar o movimento de pacientes, bem como, prepara-los para o tratamento odontológico;
Detectar a existência de placa bacteriana e inductos, bem como executar a sua remoção;
Efetuar tratamento de descarte de resíduos de materiais de seu local de trabalho
Fazer a demonstração de técnicas de escovação, orientar e promover a prevenção da cárie dental através da aplicação de flúor e de outros métodos e produtos;
Fazer tomada e revelação de radiografias intraorais;
Fornecer dados para levantamentos estatísticos.
Inserir, condensar, esculpir e polir substâncias restauradoras;
Manipular substâncias restauradoras;
Marcar consultas;
Organizar arquivos e fichários específicos;
Orientar o paciente sobre higiene oral;
Participar do treinamento e capacitação de atendente de consultório dentário, e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde;
Participar dos programas educativos e de saúde bucal, atuando na promoção, prevenção e controle das doenças bucais;
Participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos;
Preparar moldeiras e modelos;
Proceder à limpeza e à antissepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos;
Promover isolamento relativo;
Prover e instrumentar o cirurgião dentista;
Realizar aplicações tópicas de fluoreto;
Realizar bochechos com fluoreto em alunos de estabelecimentos de ensino;
Realizar profilaxia das doenças buco-dentais;
Remover suturas;
Revelar e montar radiografias intra-orais;
Selecionar moldeiras;
Supervisionar, sob delegação, o trabalho dos Atendentes de Consultório Dentário;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços de sua área de atuação.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDE
Requisitos: Ensino Médio Completo e Certificado de Manutenção e Suporte em Informática, Redes de Computadores, com conhecimento em Linux e boot remoto.

Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Desenvolver atividades de reparos, consertos e instalação em aparelhos eletrônicos, desenvolver dispositivos de circuitos eletrônicos, realizar a manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerir mudanças no processo de produção, criar e implementar dispositivos de automação, desenvolver atividades afins na área de informática.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores;
Consertar e instalar aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação;
Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores;
Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho;
Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos;
Prestar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e programas de redes de computadores, sistemas operacionais e gerenciadores de bancos de dados;
Planejar, avaliar e executar instalações de equipamentos e programas necessários para comunicação e transferência de dados entre computadores;
Monitorar o desempenho dos recursos de comunicação e segurança de dados entre os computadores;
Executar os procedimentos de ajustes e configurações necessários em equipamentos e programas para otimizar o processo de comunicação, segurança e transferência dos dados entre computadores;
Elaborar, atualizar e manter as documentações técnicas necessárias para possibilitar a operação e manutenção das redes de computadores;
Elaborar planos de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e programas das redes;
Desenvolver e promover a manutenção de sistemas informatizados, assim como realizar instalação e manutenção de software e hardware;
Controlar e monitorar o ambiente operacional de rede de computadores;
Receber e transmitir dados;
Executar implantação física de projetos de rede de computadores;
Prestar assistência técnica na instalação e utilização de equipamentos de informática;
Desenvolver rotinas operacionais;
Prestar suporte ao usuário;
Realizar comunicação entre dispositivos;
Operar sistemas de áudio e vídeo;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços técnicos a sua área de atuação;
Executar outras atribuições afins.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO
Requisitos: Ensino Fundamental Completo
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Executar trabalhos rotineiros de limpezas em geral e ajudar na remoção ou arrumação de logradouros de domínio públicos, executar tarefa de limpeza em vias publicas, dependências de órgãos públicos; ajardinamento e manutenção predial, conservação áreas externas e executar reparos de manutenção desenvolvendo atividades de apoio em diversas áreas.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA – (MASCULINO):

Acender e apagar lâmpadas;
Ajustar portas e janelas, trocar dobradiças e puxadores, trocar fechaduras e consertar forros;
Amontoar detritos e fragmentos;
Atuar em trabalhos auxiliares correlatos.
Calafetar fendas entre parte metálica e alvenaria;
Capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rio;
Colocar o lixo no veículo compactador;
Comunicar toda irregularidade verificada;
Controlar a circulação de veículos;
Escarificações do solo, capinar, plantio e transplante de mudas, de folhagem, preparação de covas, amarrar árvores aos tutores e outros;
Possuir conhecimentos sobre as espécies naturais e exóticas, desenvolvimentos das plantas adequadas para cada tipo e local de canteiros, época de podas, plantio e replantio adequadamente;
Controlar a movimentação de pessoas;
Desentupir encanamentos, reparar fechaduras; trocar telhas;

Desenvolver atividades de auxiliar na execução de tarefas relativas às áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza, conservação, parques, jardins, prédios, logradouros públicos e outros;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;
Exercer tarefas inerentes à zeladoria e conservação de praças e próprios municipais.
Fazer a limpeza de ruas, parques, bosques, jardins e outros logradouros públicos, fazendo a coleta do material;
Fazer limpeza de fossas e caixas d´água;
Fazer manutenção de jardim;
Fazer os serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Fixar cabos de para-raios;
Integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Lavar vias públicas após varrição e coleta de feira; pintar guias, sarjetas e alambrados;
Levantar divisórias;
Montar e fixar andaime;
Providenciar os serviços de manutenção em geral;
Recolher o lixo em latões ou sacos plásticos;
Remover detritos de calhas e outras atividades correlatas; lavar janelas, paredes e pastilhas; remover pichações, refazer detalhes de molduras;
Remover o lixo para depósitos e descarga;
Repor telhas quebradas e substituir caibros e vigas de madeira, trocar portas;
Retirar detritos das margens de rio;
Separar material para reciclagem;
Solicitar a retirada de veículos que impeçam o trabalho;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Trocar vidros;
Varrer vias públicas e calçadões;
Verificar fechamento de portas e janelas; relatar avarias nas instalações.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: Motorista
Requisitos: Nível de Ensino Fundamental anos iniciais + Carteira Nacional de Habilitação, Categoria C
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Executar trabalhos rotineiros na área de atuação, conduzindo e zelando pela conservação dos veículos utilizados durante o expediente de trabalho junto à municipalidade.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros e cargos, com responsabilidade e respeitar as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Transito, Lei Federal Nº. 9.503/2004;
Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária;
Comunicar qualquer defeito porventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o concerto;
Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento, zelando também pela higiene do mesmo;
Fazer reparos de emergência, quando necessário;
Zelar pela conservação total do veiculo, respeitando limites e capacidades evitando assim desgastes desnecessários;
Encarregar-se do transporte e entrega de correspondências ou de carga que lhe for confiada;
Providenciar carga e descarga de produtos do interior do veículo;
Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo do veículo;
Verificar o funcionamento do sistema elétrico;
Providenciar a lubrificação, nas datas certas garantindo maior durabilidade do veículo;
Verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como, a calibragem correta dos pneus;
Checar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor;
Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência á pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, etc.;
Eventualmente, operar rádio transceptor, quando da sua existência;
Inspecionar as condições de uso do veículo sob sua responsabilidade, diariamente, antes de utilizar o mesmo, checando o nível de óleo, combustível, água, pneus, freios, etc., verificando as reais condições de uso;
Efetuar reparos de emergência no veículo, garantindo o seu funcionamento;
Efetuar o transporte de materiais (pedra, areia, terra, cascalho) da cascalheira, para reparos em estradas rurais, bem como em obras da Prefeitura de modo geral;
Efetuar o acertamento da carga transportada, espalhando-a em cima da caçamba, a fim de que se equilibre o peso, por medidas de segurança e impostas pela lei de trânsito;
Recolher o veículo após o serviço, deixando-o em ordem, estacionado e fechado, corretamente, para estar em condições de uso no dia seguinte;
Dirigir veículos automotores da frota do município, transportando servidores, materiais, merendas escolares, documentos, entre outros;
Efetuar viagens, guiando veículo oficial e transportando servidores para congressos, cursos, órgãos públicos, etc., bem como alunos para eventos programados em outros municípios;
Realizar o transporte de menores infratores, a serviço do conselho tutelar, para clínicas e hospitais ou em viagens para outras cidades;
Dirigir veículo do município transportando a merenda escolar do setor de distribuição para as escolas, respondendo pela retirada e entrega e organizando o roteiro para reduzir o tempo no percurso;
Inspecionar as condições de uso do veículo sob sua responsabilidade, diariamente, antes de utilizar o mesmo, checando o nível de óleo, água, pneus, etc., verificando as reais condições de uso;
Efetuar reparos de emergência no veículo, garantindo o seu funcionamento e comunica o defeito apresentado para que providências sejam tomadas;
Zelar pela higiene e manutenção do veículo, comunicando ao superior imediato as falhas e solicitando reparos, para assegurar o seu perfeito estado;
Efetuar anotações de viagens realizadas, pessoas transportadas, quilometragem rodada, itinerário e outras ocorrências, seguindo normas estabelecidas;
Recolher o veículo após o serviço, deixando-o em ordem, estacionado e fechado, corretamente, para possibilitar sua manutenção e abastecimento;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços práticos inerentes a função.
CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS
Requisitos: Nível de Ensino Fundamental anos iniciais + Carteira Nacional de Habilitação Categoria C
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Operar máquinas e equipamentos de grande porte — agrícolas, rodoviários ou de construção civil —, executando serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, carregamento de materiais, pavimentação e abertura de vias urbanas e rurais. Conduzir os veículos de forma segura na execução dos trabalhos rotineiros da área, responsabilizando-se diretamente pela conservação, limpeza e manutenção preventiva diária do maquinário utilizado.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Operar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeira, carro plataforma, máquinas rodoviárias, tratores e outras máquinas e/ou equipamentos similares;
Executar terraplenagem, nivelamento de ruas e estradas, abrir valetas e cortes taludes;
Recolher o veículo a garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária;
Comunicar qualquer defeito porventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o concerto;
Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento, zelando pela higiene do mesmo;
Fazer reparos de emergência, quando necessário;
Zelar pela conservação total do veículo, respeitando limites e capacidades evitando assim desgastes desnecessários;
Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo do veículo;
Verificar o funcionamento do sistema elétrico;
Providenciar a lubrificação, nas datas certas garantindo maior durabilidade do veículo;
Verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como, a calibragem correta dos pneus;
Checar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor;
Proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes, com cuidado e responsabilidade, evitando acidentes pessoal e/ou a terceiros;
Operar máquinas agrícolas, tratores e equipamentos móveis;
Regular o peso e a bitola do trator, graduando os dispositivos de conexão para a acoplagem dos implementos;
Engatar as peças ao sistema mecanizado, acionando os dispositivos do veículo para execução dos serviços a que se destina;
Fazer a manutenção dos equipamentos e implementos utilizados, abastecendo o veículo, limpando e lubrificando seus componentes, para conservá-lo em condições de uso;
Verificar periodicamente, nível de óleo, água de bateria, água do radiador, calibragem dos pneus, sistemas elétricos e o freio, comunicando ao departamento competente as irregularidades verificadas;
Conduzir o equipamento em velocidade compatível com o local e em obediência as normas de transito vigentes;
Cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento;
Acionar a máquina, manipulando seus comandos e dos seus equipamentos auxiliares, para efetuar as operações requeridas;
Acoplar as peças ao sistema mecanizado, acionando os dispositivos do veículo para Execução dos serviços a que se destina;
Anotar informações sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro);
Apoiar equipamentos hidráulicos e mecânicos no solo; Abastecer as máquinas e implementos agrícolas para realizar as atividades;
Colocar água em pneus e baterias, guardar máquinas, implementos e equipamentos;
Comunicar qualquer defeito porventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto;
Conduzir o equipamento em velocidade compatível com o local e em obediência as normas de transito vigentes;
Conferir ruídos de máquinas;
Controlar o funcionamento da máquina, observando os instrumentos de controle;
Cuidar do veículo mantendo em perfeita condições de uso, zelando também pela higiene Do mesmo;
Definir etapas de serviço e estimar tempo de duração do serviço;
Drenar solo, executar construção de aterros, atuar em pavimentos, cravar estacas em Atendimento aos projetos;
Efetuar a manutenção e pequenos reparos da máquina, lubrificando órgãos móveis, ajustando peças e consertando ou substituindo partes defeituosas, para conservá-la em bom estado de funcionamento.
Efetuar o abastecimento e a regulagem da máquina, Engatar as peças ao sistema mecanizado, acionando os dispositivos do veículo para execução dos serviços a que se destina;
Engraxar rolamentos, engrenagens e buchas, trocar peças de implementos e máquinas;
Estabelecer sequência de atividades;
Estacionar máquina em local plano com devida segurança;
Executar terraplenagem, nivelamento de ruas e estradas, abrir valetas e cortes taludes;
Fazer a manutenção dos equipamentos e implementos utilizados, abastecendo o veículo, limpando e lubrificando seus componentes, para conservá-lo em condições de uso;
Fazer reparos de emergência, quando necessário;
Lavar máquinas e implementos de pequenos usos, quando necessário e possível;
Manipular os dispositivos de controle, a fim de prepará-la para as operações previstas; Operar e ajustar máquinas leves e implementos agrícolas, regulando altura, a profundidade dos implementos, a velocidade das máquinas;
Operar guinchos, guindastes máquinas leves utilizadas na limpeza de esgoto, retro escavadeiras, máquinas agrícolas, tratores e outros;
Operar máquinas pesadas, interpretar informações do painel da máquina, controlar a aceleração da máquina (rpm);
Operar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retro escavadeira, carro plataforma, máquinas rodoviárias, tratores e outras máquinas e/ou equipamentos similares;
Orientar seus auxiliares quando da realização de trabalhos diversos;
Preparar máquinas leves e implementos, verificando filtro de ar, tensionamento das correias,
Programar horários de realização das atividades;
Providenciar a lubrificação, nas datas certas garantindo maior durabilidade do veículo;
Realização de escavações, transportes de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes, com cuidado e responsabilidade, evitando acidentes pessoal e/ou a terceiros;
Recolher o equipamento ao pátio ao final de cada jornada de trabalho;
Recolher o veículo á garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária;
Regular o peso e a bitola das máquinas, graduando os dispositivos de conexão para a acoplagem dos implementos;
Regular o peso e a bitola do trator, graduando os dispositivos de conexão para a acoplagem dos implementos;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho
Verificar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor, em caso de nível abaixo do necessário, realizar a complementação;
Verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como, a calibragem correta dos pneus, antes de se locomover com as máquinas rodoviárias;
Verificar periodicamente, nível de óleo, água de bateria, água do radiador, calibragem dos pneus, sistemas elétricos e o freio, comunicando ao departamento competente as irregularidades verificadas;
Zelar pela conservação total do veículo, respeitando limites e capacidades evitando assim desgastes desnecessários;
Usar equipamentos de proteção individual (EPI) no desenvolvimento de suas atividades, evitando assim acidentes de trabalho;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços de sua função.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: SERVIÇOS BRAÇAIS
Requisitos: Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral e ajudar na remoção ou arrumação de moveis e utensílios. Executar tarefas auxiliares, nas áreas de serviços de limpeza, outras áreas de manutenção e conservação nos Setores Públicos Municipais.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Fazer os serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;

Desenvolver atividades de auxiliar na execução de tarefas relativas às áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza, conservação, parques, jardins, prédios, logradouros públicos e outros;
Integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Exercer tarefas inerentes a zeladoria e conservação de praças e próprios municipais.
Zelar e cuidar da conservação de prédios municipais, tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações;
Comunicar toda irregularidade verificada;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Providenciar os serviços de manutenção em geral;
Ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços práticos inerentes a sua função.
Fazer os serviços de limpeza em geral nos logradouros de domínio público;
Remover o pó de moveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
Limpar escadas, pisos, passarelas, tapetes e utensílios;
Arrumar banheiros e toaletes;
Auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama nos CMEIS;
Lavar e encerar assoalhos
Lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa;
Coletar lixo dos depósitos, colocando-os nos recipientes apropriados;
Lavar vidros, espelhos e persianas;
Varrer pátios e calcadas;
Fazer café e eventualmente, servi-lo;
Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
Efetuar a carga, transporte e descarga de materiais diversos, manualmente ou utilizando equipamento simples (carrinho de mão e alavancas), para possibilitar a utilização ou remoção dos mesmos;
Fazer os serviços de faxina em geral;
Desenvolver atividades de auxiliar na execução de tarefas relativas às áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza, conservação, parques, jardins, prédios, logradouros públicos e outros;
Integrar equipes auxiliares e ou realizar individualmente as tarefas que lhe forem confiadas;
Exercer tarefas inerentes a zeladoria e conservação de praças e próprios municipais.
Zelar e cuidar da conservação de prédios municipais, tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações;
Percorrer a área sob sua responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depredações;
Comunicar toda irregularidade verificada;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Providenciar os serviços de manutenção em geral;
Ter sob sua guarda, materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como, materiais de competição, esportivos e outros;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços práticos inerentes a sua função.

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:61CF102C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4106/2026

DECRETO Nº 4106/2026
DATA: 22/09/2026

SÚMULA: Decreta Luto Oficial no Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. DECRETAR luto oficial, por 03 (três) dias, contados a partir desta data, no Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da senhora **VERA LUCIA PEZZINI,** irmã do Servidor Público Municipal Sergio Pezzini e cunhada da Servidora Pública Municipal Otalina Gomes Correa Pezzini.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, com publicação no órgão de Imprensa Oficial do Município.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:E03642F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 280/2026

de 21 de setembro de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 29 de setembro de 2026, às 14h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Professor de Educação Física – 20 horas.

Nome da candidata	Classificação
Thatiane Gabrile Batista Possani	33ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e o**r**iginal do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para

desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do Ofício de nº 203/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 21 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7670DA61

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 497/2026

de 18 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 21 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora TAILA CRISTINA GONCALVES FERNANDES, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.470.869-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 18 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3F2ACAD3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 498/2026

de 18 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 21 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora VANESSA PATRICIA COVRE DA SILVA SANTOS, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.347.949-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 18 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:74CD1252

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 499/2026

de 18 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 21 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora MONICA APARECIDA LUZIA DA SILVA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.434.579-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 18 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2B6C1E75

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 500/2026

de 18 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 21 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora GEMIMA SOARES MOREIRA DE CARVALHO, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.649.715-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 18 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:04ADF507

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 506/2026

de 22 de setembro de 2026

A senhora Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Diretora Presidente da Fundação Municipal de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 21 de setembro de 2026, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Padre Angelo Banki, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a Servidora Pública Municipal senhora **ADRIANA DO NASCIMENTO LEITE,** portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº X.725.018-X SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número XXX.316.949-XX, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, 1º Padrão desde 9 de junho de 2008 e 2º Padrão desde 14 de março de 2011.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paiçandu, 22 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BD5AB1E8

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 528/2026

Nomeia os membros da Comissão Gestora responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paiçandu, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 214/2026 que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Paiçandu;
CONSIDERANDO as indicações formais encaminhadas pelas instituições representadas, nos termos do art. 5º, § 1º, do Decreto Municipal referido;
CONSIDERANDO a necessidade de instalação imediata da Comissão Gestora para o cumprimento do cronograma de elaboração do PME,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Gestora responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paiçandu, referente ao decênio 2026–2036, conforme indicações formais das instituições representadas e nos termos do Decreto Municipal nº 214/2026:
I. representante(s) da Fundação de Educação, sendo o(a) titular indicado(a) para o exercício da Coordenação Geral da Comissão Gestora;
Titular: Vinícius de Souza Lopes
Suplente: Aline Ellen Rodrigues Luppi Montanhana
II. representante(s) do Conselho Municipal de Educação;
Titular: Fernanda Raiany Rezende
Suplente: Leidiane Calderan de Andrade
III. representante(s) do Fórum Municipal de Educação;
Titular: Angela Hiromi Ohta Pereira Sacchi
Suplente: Adriana da Silva Teixeira
IV. representante(s) do Poder Executivo Municipal;
Titular: Roberta Mazzer De Henrique Medeiros
Suplente: Lorrayne Vitória Barbosa Ribeiro
V. representante(s) do Poder Legislativo Municipal;
Titular: Thiago Borges dos Santos
Suplente: Deisiane Graciele da Silva
VI. representante(s) do Sindicato dos(das) Servidores(as) da Rede Municipal de Ensino;
Titular: Alice Medeiro Muniz de Brito
Suplente: Márcia Efigênia da Silva Moraes
VII. representante(s) das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino;
Titular: Patrícia Aparecida dos Reis
Suplente: Rosilene Bazo de Oliveira
VIII. representante(s) das unidades escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino;
Titular: Izabel Christina dos Reis
Suplente: Andréia de Cássia Gonçalves Costa
IX. representante(s) das instituições de Educação Especial do Município;
Titular: Andrielly Silva de Oliveira
Suplente: Suellen Dias da Silva
X. representante(s) das instituições privadas de Educação Básica do Município;
Titular: Mirian Pastor
Suplente: Ana Paula da Silva Nabas de Assis
XI. representante(s) das instituições privadas de Ensino Superior do Município;
Titular: Márcio Aparecido da Roda
Suplente: Mariane de Almeida Costa Rissato
XII. representante(s) do Conselho Tutelar;
Titular: Claudinei Nascimento;
Suplente: Reginaldo Aparecido de Souza.
XIII. representante(s) da Sociedade Civil;
Titular: Esther Aparecida Fuzari
Suplente: Eliane Chaves Paes Frasson

Art. 2º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida pelo(a) titular indicado(a) no inciso I do art. 1º, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.

Art. 3º Os membros nomeados exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único. A substituição de qualquer membro, em caso de impedimento, renúncia ou afastamento definitivo, será efetivada por novo ato de nomeação, mediante indicação formal da respectiva instituição.

Art. 4º As atribuições, competências, regime de funcionamento e demais regras aplicáveis à Comissão Gestora observarão o disposto no Decreto Municipal nº 214/2026.

Art. 5º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

Art. 6º Caberá à Fundação de Educação prestar o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paiçandu-PR, 15 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Município de Paiçandu– PR

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6CC3212C

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 387/2026

de 18 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 18 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de ENFERMEIRO 30 HS P.S.S., a Senhora ANGELICA ROMAGNOLO DE ANDRADE VIEIRA, portadora do Registro Geral nº 10.***.635-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 061.***.009-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 18 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D30A58D1

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 388/2026

de 18 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***21 de setembro a 10 de outubro de 2026,*** a Servidora Pública Municipal, Senhora ERCY LIE YOSINAGA NEVES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.777.***-5 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.570.***-66, ocupante do cargo efetivo de BIOQUIMICA desde 11 de março de 2008.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 18 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D0CC06DE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 389/2026

de 15 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 8 de setembro de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 HS P.S.S., a Senhora MARCIA GARCIA AMANCIO BIALUCA, portadora do Registro Geral nº 8.***.574-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 046.***.839-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3B70353C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 541/2026

de 22 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 22 de setembro de 2026, do Cargo em Comissão de Diretor da Diretoria Desportiva, Símbolo CC-03, desde 17 de junho de 2025, o Servidor Público Municipal WALDIR ALLAN WATERMANN, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.909.638-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.660.079-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 22 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:70190932

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMEMNTO PÚBLICO 05/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PROCESSO N° 112/2026

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Chamamento Público.
Objeto: Seleção de projetos culturais para recebimento de apoio financeiro, mediante celebração de Termo de Execução Cultural, destinados à realização de ações de circulação cultural no Município de Paiçandu – PR, conforme as categorias, condições, metas, critérios e demais exigências estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 05/2026 e seus anexos. Serão selecionados 06 (seis) projetos, podendo a quantidade de vagas ser ampliada caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, inclusive mediante saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos**.**
Legislação: Lei 14.133/2021
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes: O prazo para os interessados credenciar-se perante o presente Chamamento será a partir do dia **23 de Setembro de 2026 até o dia 09 de Outubro de 2026, das 08:30 min até às 17h00 min,** e deverá ser realizada com o preenchimento do formulário de inscrição online *https://forms.gle/rN2AhdkZU7LWwCGL8* até às 18h da data final do

período de inscrição, na Prefeitura Municipal de Paiçandu, sito à Rua Sete de Setembro, 499, Centro, na cidade de Paiçandu-Pr.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Licitações no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no departamento de compras e licitações.

Paiçandu/PR, 22 de setembro de 2026.

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Pregoeira

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:47FAA80A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATO DA MESA 03/2026 - REGULAMENTA A CONFECÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DA MESA 03/2026, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Regulamenta a confecção do Relatório Anual de Fiscalização

A MESA EXECUTIVA da CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 15 do Regimento Interno e art. 28 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme requisitos verificados na Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública de 2026, itens 22625, 22626, 22627, 22628 e 22629 da Nota Técnica nº 38/2025 – CGF/TCE-PR

RESOLVE:
Art. 1º As Comissões Permanentes da Câmara Municipal deverão encaminhar à Secretaria Legislativa, até o dia **30 de novembro de cada ano,** lista contendo todas as fiscalizações previstas e executadas no ano corrente, inclusive aquelas planejadas e não realizadas.
Art. 2º A lista deverá conter, para cada fiscalização:
I – a identificação do objeto fiscalizado;
II – a data ou o período previsto e, quando realizada, a data de execução;
III – a situação da fiscalização, indicando se planejada e não realizada ou executada;
IV – as evidências de execução, quando realizada;
V – os resultados obtidos, as conclusões e, quando cabível, as providências ou recomendações decorrentes.
Art. 3º Compete à Secretaria Legislativa consolidar as informações recebidas e publicar, no site oficial da Câmara Municipal, relatório anual contendo as fiscalizações realizadas pelas Comissões Permanentes no ano corrente, com seus respectivos resultados.
Parágrafo único. O relatório deverá distinguir as fiscalizações executadas daquelas planejadas e não realizadas.
Art. 4º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

LUCAS SANTOS
Vice- Presidente

FABÍOLA MERELES
1ª Secretária

EDENIR JOSÉ GAIO FLORES
2º Secretário

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:FF3731E3

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1524/2026 - CONCEDE DIÁRIA AO VEREADOR GILMAR COSTA

PORTARIA Nº 1524/2026

Ementa: Concede diária ao vereador Gilmar Costa

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 9631/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 03 (três) VRM's ao vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para **visita institucional à Câmara Municipal de Guarapuava,** visando à troca de experiências e ao levantamento de referências que possam contribuir para o aprimoramento da gestão patrimonial e da estrutura física do Poder Legislativo de Palmeira. A visita institucional em **Guarapuava/PR** será realizada no dia **28/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Gilmar Costa	Vereador	115	R$ 221,31 (duzentos e vinte e um reais e trinta e um centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:AEEB1C23

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1525/2026 - CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR MARCO ANTÔNIO FERNANDES AQUINI

PORTARIA Nº 1525/2026

Ementa: Concede diária ao servidor Marco Antônio Fernandes Aquini

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 9634/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 03 (três) VRM's ao vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para **visita institucional à Câmara Municipal de Guarapuava,** visando à troca de experiências e ao levantamento de referências que possam contribuir para o aprimoramento da gestão patrimonial e da estrutura física do Poder Legislativo de Palmeira. A visita institucional em **Guarapuava/PR** será realizada no dia **28/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002

Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Marco Antônio Fernandes Aquini	Assessor de Gestão e Patrimônio	139	R$ 264,90 (duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:4D16CB83

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 49/2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 28/09/2026** realizará a licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de bolas de vinil em comemoração ao dia das crianças.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

22 de setembro de 2026

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:77394F82

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.85.2026

O Município de Palmeira torna público que às **10:00 do dia 06/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição sob demanda de Equipamentos Médico-Hospitalares II e de Uso Geral (Fisioterapia), através da Secretaria Municipal de Saúde, Sob Sistema de Registro de Preços

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

22 de setembro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:6A39F671

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 86.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09/10/2026 às 10:00** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Registro de Preços, para eventual para contratação de empresa especializada para a realização de exames diagnóstico por imagem para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

22 de setembro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:7F3A49BB

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - ATA 08/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - ATA 08/2026

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 16h (dezesseis horas), na sede do RPPS, situada na rua Juvenal Marcondes Zanardini, nº 02, Centro, foi realizada reunião ordinária do Conselho Administrativo do RPPS, presidida pelo Presidente do Conselho, João Eraldo Martins Padilha, com a presença dos Conselheiros Cinthia Liberto, Tarcísio Delfrate, Jociane Hartmann e Michele Aparecida Batista. A reunião contou ainda com os membros do Conselho Fiscal, Murilo Orlando Klass, Mirian Chuchelski e Claudia Breda, bem como com a Diretora-Presidente, Francine Albuquerque Cruz.
No horário determinado, a reunião teve início. Foi registrada a ausência do Conselheiro Railson Vieira, sem apresentação de justificativa.
A pauta foi com a apresentação dos resultados do RPPS, das despesas e receitas do período e do retorno dos investimentos. Ainda durante a apresentação, o Conselho Administrativo verificou que estão sendo feitos regularmente e dentro dos prazos: 1. O repasse das contribuições previdenciárias (patronal e servidor); 2. Os aportes para a cobertura do déficit atuarial; e 3. O pagamento do parcelamento previdenciário do Executivo junto ao Regime Próprio de Previdência.
A apresentação contou com o resumo dos investimentos, que registraram rentabilidade de 1,20% no mês de agosto, acumulando um retorno no ano de 6,46%. Na apresentação, constou o relato de uma irregularidade no CADPrev, devida à expiração ou pendência no certificado de um dos membros do comitê de investimentos, a conselheira Cinthia irá fazer a prova para participar caso seja aprovada no Comite de Investimentos.
Foi definido pelo conselho por unanimidade alteração do horário das reuniões, sendo a partir de setembro as 15:30H, mantendo o calendário com as mesmas datas.

A diretora Presidente do RPPS ainda abordou o assunto da reforma da casa para seda, a qual agora está descartada tendo em vista parecer da área de engenharia do Poder executivo. Assim será iniciado o processo para orçamento e demais tramites para verificação da viabilidade de demolição e novo projeto. Também a Diretora Presidente informou que a empresa Saber RPPS ganhou a licitação para assessorar o RPPS no enquadramento do Pró – Gestão, e os membros os conselhos estão sendo convidados para os treinamentos nos próximos dias.
Não havendo mais nada a ser tratado, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual, para tudo constar, foi redigida esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros do Conselho Administrativo.

Publicado por:
Lucas Herique Fonseca
Código Identificador:951543AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1798/2026 – IKIGAI COMERCIO LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:**IKIGAI COMERCIO LTDA**
CNPJ/CPF:50.160.181/0001-91
Processo Administrativo: 6780/2026
Modalidade de Licitação:
INEXIGIBILIDADE **nº.77/2026**
Objeto:O objeto do presente contrato é a aquisição de 14 (quatorze) Distribuidores de Calcário e Adubo, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 12/2025, nos termos do art. 86 da mesma Lei, da empresa IKIGAI COMERCIO LTDA
Valor da contratação:R$ 334.586,00 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e oitenta reais)
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
Data da assinatura: 22/09/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8ACD4684

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 26.598, DE 18/09/2026 - ADIANTAMENTO VILMARI APARECIDA DOS SANTOS SCHAMBER

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8908/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor(a), com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.003.08.243.0018.6.052.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vilmari Aparecida dos Santos Schamber	*905.xxx.xxx-91*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:527162DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REPUBLICADO POR NCORREÇÃO - PORTARIA Nº 26.597, DE 18/09/2026 - ADIANTAMENTO VALDICE BATISTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8906/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.003.08.243.0018.6.052.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Valdice Batista	*050.xxx.xxx-04*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8196C6AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA - PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR

A **Comissão Especial**, constituída nos termos da **Resolução nº 08/2026 e suas alterações**, responsável pela organização e condução do Processo de Escolha de membro suplente do Conselho Tutelar do Município de Palmeira/PR, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** o presente **RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA**, nos termos do edital que rege o certame.
Após a realização e análise da etapa de prova, apresenta-se, abaixo, a relação dos candidatos e a respectiva situação:

Nº	CANDIDATO(A)	SITUAÇÃO
01	Silvane Aparecida de Souza	INDEFERIDA
02	Tatiane Cordeiro	DEFERIDA
03	Jean Carlos da Silva	DEFERIDA
04	Patrícia Kunz Bordinhão	INDEFERIDA
05	Gabrieli Ferreira	INDEFERIDA
06	Maria Gabriele Meira	INDEFERIDA

O presente resultado é preliminar, ficando assegurado aos candidatos o direito de interposição de recurso, nos prazos e condições estabelecidos no edital que rege o Processo de Escolha.

Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido, observadas as disposições previstas no respectivo edital.
Após a análise dos recursos eventualmente interpostos, será publicado o **Resultado Definitivo da Prova**, com a adoção das demais providências previstas no Processo de Escolha.

Palmeira, 23 de setembro de 2026

FRANCIELLE SOVINSKI
Secretária Executiva CMDCA

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FB6A2A5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.607, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO
TADEU MAYER JUNIOR

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9070/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Contador, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.067.3.3.90.39.00.00
Fonte 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Tadeu Mayer Junior	*021.xxx.xxx-58*	*R$ 120,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:15997DC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.608, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO
THIAGO LANDARIN RODRIGUES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9072/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.067.3.3.90.39.00.00
Fonte: 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Thiago Landarin Rodrigues	*076.xxx.xxx-70*	*R$ 120,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:BDA0D969

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.609, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO
FRANCIELY ZAKRZEWSKI HASS DE PAULA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9078/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.067.3.3.90.39.00.00
Fonte: 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Franciely Zakrzewski Hass de Paula	*059.xxx.xxx-54*	*R$ 120,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8707A0B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.610, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO
CRISTIANE PEREIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9078/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.067.3.3.90.39.00.00
Fonte: 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Cristiane Pereira	*037.xxx.xxx-03*	*R$ 120,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F71A9D76

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.611, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO VITOR RODRIGUES DE LARA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9453/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.067.3.3.90.39.00.00
Fonte: 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vitor Rodrigues de Lara	*112.xxx.xxx-89*	*R$ 160,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3DE1DA92

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.612, DE 22/09/2026 - ADIANTAMENTO ELISAMA NOGUEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 9654/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Controladora-Geral, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 03.001.04.124.0004.2.010.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elisama Nogueira	*075.xxx.xxx-64*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8BBD668E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.568 DE 22/09/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$25.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação
09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da identidade palmeirense
349 – 4.4.90.52.00.00 - 000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R$25.000,00

Total Suplementação: R$25.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da identidade palmeirense
346 – 3.3.90.39.00.00 – 000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$25.000,00

Total Redução: R$25.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 22 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:98F07B7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026 - ANTONINA CRUCHINSKI PIETRALA.

Palmeira, 22 de setembro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 24 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 7770/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:

· ANTONINA CRUCHINSKI PIETRALA

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:B0F33D57

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025 - GRASIELE KAPP EWERT.

Palmeira, 22 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 24 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

· GRASIELE KAPP EWERT

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:2A2E8D18

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.566 DE 22/09/2026 - DESIGNA A SERVIDORA MANUELLA FERREIRA MARQUES, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONTADOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, com fulcro da Lei Municipal nº ° 6.406 de 04 de agosto de 2026, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 4892/2026,
DECRETA

Artigo 1º: Fica designada a servidora municipal **MANUELLA FERREIRA MARQUES**, ocupante do cargo de CONTADOR, sob matrícula nº 203565, lotada na Secretaria Municipal de Finanças para exercer a função de Contador Geral, com efeitos a partir de 10/04/2026, permanecendo até perdurar o exercício na função designada.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:6FC7A193

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.567 DE 22/09/2026 - DESIGNA O SERVIDOR ROSELIO OLIBRATOSKI, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONTADOR GERAL ADJUNTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, com fulcro da Lei Municipal nº ° 6.406 de 04 de agosto de 2026, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 4892/2026,
DECRETA

Artigo 1º: Fica designado o servidor municipal **ROSELIO OLIBRATOSKI**, ocupante do cargo de CONTADOR, sob matrícula nº 204049, lotado na Secretaria Municipal de Finanças para exercer a função de Contador Geral Adjunto, com efeitos a partir de 10/04/2026, permanecendo até perdurar o exercício na função designada.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:087C525F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.613 DE 22/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA SALETE GUIMARÃES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9477/2026, e conforme Lei 1700/1994 Art. 127 e Lei 2860/2009, e Art. 71 da Lei 8861/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, à servidora pública ***SALETE GUIMARÃES,*** matrícula 204419 , a partir de 14/09/2026 até 12/03/2027, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:AD84BBC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.614 DE 22/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, CARLA DAIANE BRESCIANI LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9805/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 17/09/2026 à 30/09/2026, a servidora pública municipal CARLA DAIANE BRESCIANI matrícula 203855, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:29E25BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.615 DE 22/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, DIRCE TEREZINHA DE OLIVEIRA FERREIRA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9847/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 12/09/2026 à 26/09/2026, a servidora pública municipal DIRCE TEREZINHA DE OLIVEIRA FERREIRA matrícula 203270, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:3BB68DFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.616 DE 22/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, CRISTINA ROCHA MEZZADRI LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9864/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 10/09/2026 à 24/09/2026, a servidora pública municipal CRISTINA ROCHA MEZZADRI matrícula 203240, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:571FA41A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROFESSOR 20H - TATYANA MEIRA MARTINS.

Palmeira, 22 de setembro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2025, convocou o candidato abaixo identificado na data de 21 de setembro de 2026, para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**.

Nome completo: TATYANA MEIRA MARTINS
Inscrição: 280
Emprego público: PROFESSOR 20H

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação
Decreto 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:C261F7F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ADRIELE FERREIRA MOREIRA.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por

Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 21 de setembro de 2026.

ADRIELE FERREIRA MOREIRA
Desistente

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:F67CBFD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1589/2026

A Secretária Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: HERIK FERNANDO ZANELLA DA LUZ
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO AGRICULTURA FAMILIAR
CPF N. 800.302.699.700 **MATRÍCULA n.º** 54856
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE E ENTREGA DE MATERIAIS DE COLETA JUNTO A ADAPAR AOS CORREIOS, DESTINADOS Á ANÁLISE LABORATORIAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 09/09/2026
Data de Retorno: 09/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 09 de Setembro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:FC7DB435

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. 1588/2026
A Secretaria Municipal de assistência social do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: MARIA JOCEMARA BORCATE
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE FOMENTO A INDÚSTRIA
CPF N°: 091.166.039-90 MATRÍCULA N.º 54804
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR ADOLESCENTE ACOLHIDA NA CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM- NASCIDA, INTERNADA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/09/2026
Data de Retorno:10/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 09 de Setembro de 2026.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:37744964

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1600/2026
A Secretária de Agricultura do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: CLAIDI FREITAS
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N. 040.359.599-10 **MATRÍCULA n.º** 51904
OBJETIVO DA VIAGEM: CAPACITAÇÃO DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE CADASTRAMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 13/09/2026
Data de Retorno: 18/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: APUCARANA - PR **Código do IBGE**: 4101408
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 05 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: 01 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 2.750,00 (DOIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 11 de Setembro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:DDEF08E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1601/2026
A Secretária de Agricultura do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: CARINA SOCOLOSKI
CARGO: ZOOTECNISTA
CPF N. 027.308.879-38 **MATRÍCULA n.º** 52501
OBJETIVO DA VIAGEM: CAPACITAÇÃO DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE CADASTRAMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 13/09/2026
Data de Retorno: 18/09/2026

CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: APUCARANA - PR **Código do IBGE**: 4101408
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 05 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: 01 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 2.750,00 (DOIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).
.
Palmital/PR, 11 de Setembro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:513359F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1612/2026
A Secretária Municipal de Assistência social do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: DANIELI FERNANDA AURELIO
CARGO: PSICÓLOGA
CPF N.083.606.719-31 **MATRÍCULA n.º**53702
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAMENTO DE ADOLESCENTE ACOLHIDA EM CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM-NASCIDA, INTERNADA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 14/09/2026
Data de Retorno: 14/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA- PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 - OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS OA TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 14 de Setembro 2026.

VIVIANE AURÉLIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:646AF62D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. 1629/2026
A Secretaria Municipal de assistência social do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: MARIA JOCEMARA BORCATE
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE FOMENTO A INDÚSTRIA
CPF N°: 091.166.039-90 MATRÍCULA N.º 54804
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR ADOLESCENTE ACOLHIDA NA CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM- NASCIDA, INTERNADA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 16/09/2026
Data de Retorno:16/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 16 de Setembro de 2026.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:3C08530B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI 1383/2026 - AUTORIZA APORTES PARA O RPPS COM RECURSO DE ALIENAÇÃO DE BENS

LEI N.º 1383/2026
22 de setembro de 2026

EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a fazer aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS com recursos de alienação de bens e direitos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer aportes para cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), utilizando recursos de alienação de bens e direitos, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar 101/00.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:30C749DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 582/2026

PORTARIA N.º 582/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER

Art. 1º- Onze (11) dias de férias a servidora **DAIANE CRISTINE MATCHULA,** sendo 09 dias referente ao período **2024/2025** e 02 dias referente ao período **2025/2026** para serem usufruídos nos dias **22/09/2026 a 02/10/2026**, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **05 de outubro de 2026.**
Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 22 de setembro de 2026

JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:D9D4503E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 583/2026

PORTARIA N.º 583/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER

Art. 1º- Férias à Servidora **SUZIELEN SOARES KLABUNDE**, referente à férias não usufruídas no mês de janeiro para ser usufruída no dia 18 de setembro de 2026.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 22 de setembro de 2026

JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:17B1079D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 584/2026

PORTARIA Nº 584/2026

NOMEIA SECRETÁRIO INTERINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO, Prefeito Interino do Município de Palmital, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,
CONSIDERANDO o período de férias (21/09/2026 a 07/10/2026) concedido a Servidora Rosilda Gomes da Silva,
RESOLVE:
Art. 1º- Nomear o Sr. **DIEGO PADILHA DE JESUS,** ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração como **SECRETÁRIO INTERINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.**
Art. 2º - A presente nomeação terá vigência a partir do dia 21/09/2026 e permanecerá válida **até ulterior deliberação**, ou até o retorno da titular do cargo.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 22 de setembro de 2026

JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:E8B4EB96

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 08/2026-CMDCA

Dispõe sobre a renovação da inscrição da entidade Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE e do Programa de Socioaprendizagem junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Palmital/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE PALMITAL – PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e pela legislação municipal vigente;
CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar e fiscalizar as ações e serviços destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a documentação apresentada pelo **Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE**, para fins de renovação de sua inscrição junto a este Conselho;
CONSIDERANDO a análise da documentação e das atividades desenvolvidas pela entidade, bem como sua atuação voltada à promoção e garantia dos direitos de adolescentes e jovens;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA, realizada em reunião ordinária no dia 14 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a **RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO** do **Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE e do Programa de Socioaprendizagem**, junto ao **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Palmital/PR**, para continuidade do desenvolvimento de suas atividades e programas destinados ao atendimento e à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.
Art. 2º A renovação da inscrição fica condicionada à manutenção, pela entidade, das condições legais, documentais e institucionais exigidas pela legislação vigente e pelas normas deste Conselho.
Art. 3º A entidade deverá comunicar ao CMDCA quaisquer alterações em sua documentação, endereço, finalidade, programas, projetos ou demais informações que possam interferir na regularidade de sua inscrição.
Art. 4º A presente renovação de inscrição terá validade pelo período de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palmital, 14 de setembro de 2026.

ANA LUCIA GALLO PAWLAK
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:E4B20B0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EDITAL Nº 03/2026 – C.F.O.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranaguá convida os munícipes para acompanharem as audiências públicas que serão realizadas dia 30 de setembro a partir das 15:00 horas no Plenário desta Casa de Leis, onde o Poder Executivo e o Poder Legislativo, respectivamente, farão a apresentação e a avaliação das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2026, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 em seu art. 9, § 4º.

Paranaguá, "Palácio Carijó", em 22 de setembro de 2026.

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES.
Presidente.
Comissão de Finanças e Orçamento.

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:E0D0B4D9

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DE CONTRATO N.º 08/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2026 DISPENSA N.º 04/2026

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM – DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	J&MM GIROLETTA CONTROLE DE PRAGAS LTDA
CNPJ:	33.587.506/0001-06
Responsável pela assinatura:	EMILY HEIKO HATTORI e RONALDO GIROLETTA
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192 – CISLIPA.
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/21, Lei Estadual 15.608/2007 e inteiro teor no processo Adm. nº 237/2026
Dotação	01.001.10.122.901.2002.3.3.90.39.00.00
Valor	R$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais)
Prazo/Vigência	12 (doze) meses
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Homologação	21/09/2026

Paranaguá, 21 de setembro de 2026

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:DF140E1F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 60/2026

PORTARIA N.º 60/2026

"Aquisição de materiais destinados à realização de serviços de pintura e manutenção na Base Descentralizada Padre Jackson, visando à conservação, manutenção e melhoria das condições das instalações da unidade''.".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 272/2026 Processo Licitatório sob nº 13/2026, resolve:

Artigo 1º. Designar o servidor **JOCELITO OLSEN ALVES - ASSESSOR DE DEPARTAMENTO** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 03 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADO DO CONTRATO

Dispensa N°: 05/2026
Contratada: **JALAJ COMERCIO DE TINTAS LTDA**
CNPJ: 30.549.846/0001-46
Objeto: "Aquisição de materiais destinados à realização de serviços de pintura e manutenção na Base Descentralizada Padre Jackson, visando à conservação, manutenção e melhoria das condições das instalações da unidade."
Valor total do Contrato: R$ 1.427,30 (mil quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos).

Artigo 2º. O Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Dispensa, em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 18 de Setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:6074B15F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 61/2025

PORTARIA N.º 61/2025

"Substituição de Fiscal de Contratos".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14133/2021 – Lei de Licitações, resolve:

Artigo 1º. Substituir **RAMON BONZATTO DA SILVA – ASSESSOR DE DEPARTAMENTO,** fiscal ora designado por meio da **Portaria n° 51/2024**

Artigo 2°: Designar **MURILO SEVERINO SANTOS –ASSESSOR DE DEPARTAMENTO,** como fiscal do contrato abaixo descrito:

DADO DO CONTRATO

CONTRATO N.º 27/2024
Contratada: **AGIL LTDA.**
CNPJ: 26.427.482/0001-54

Objeto: "Credenciamento de pessoas jurídicas para Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de conservação e limpeza, a fim de garantir a continuidade e a integralidade dos serviços de saúde ofertados a partir dos leitos dos Hospitais e Postos de Saúde dos entes Consorciado, Sede Administrativa do CISLIPA e Central de Regulação do SAMU Litoral/PR**"**
Valor total do Contrato: R$ 112.719,96 (Cento e onze mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

Artigo 3º. A Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Ata de Registro em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 4º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 5º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 6º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 7°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Artigo 8º. Fica revogada as disposições em contrário em especial a Portaria 51/2024.

Artigo 9º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 22 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:03F80E4C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 61/2026

PORTARIA N.º 61/2026

"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192 – CISLIPA".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 237/2026 Processo Licitatório n.º 11/2026, resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **THAYNNÁ CRISTINE XAVIER DE CARVALHO - ASSESSORA DE DEPARTAMENTO** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADO DO CONTRATO

Dispensa N°: 04/2026
Contratada: **J&MM GIROLETTA CONTROLE DE PRAGAS LTDA**
CNPJ: 33.587.506/0001-06
Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192 – CISLIPA'.
Valor total do Contrato: R$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).

Artigo 2º. A Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Dispensa, em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de

licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 22 de Setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:0FE6DF42

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
TERMO DE RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2026

Processo Administrativo n.º 237/2026
Processo Licitatório n.º 11/2026
Dispensa de Licitação n.º 04/2026

O Sr. Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:

Ratifico todos os atos, praticados no presente procedimento licitatório, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021;

Homologo o Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2026, que tem por Objeto: "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192 – CISLIPA''.**

Com fulcro na Lei 14.133/2021, e conforme inteiro teor do processo administrativo n.º 237/2026.

Adjudico o objeto a Licitante **J&MM GIROLETTA CONTROLE DE PRAGAS LTDA, CNPJ: 33.587.506/0001-06**, valor total contratado de R$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).

Este Termo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 21 de Setembro de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:878BA77D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

"Homologa o Julgamento, realizado pelo Pregoeiro, do Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 003/2026, dando outras providências."

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

I – Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 117 de 11 de junho de 2026, sobre o Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 003/2026, que tem por objeto: "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e manutenção preventiva/corretiva sob demanda**", para atender as necessidades da Paranaguá Previdência de acordo com as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, conforme inteiro teor do Processo Administrativo nº 39.289/2026, e seus anexos, tendo como vencedora a empresa **CARREIRA RH SOLUÇÕES EM RECURSOS HUMANOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.443.319/0001-49, pelo valor total global de R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), distribuído entre os lotes da seguinte forma:

LOTE 01 (Limpeza interna, calçamento e lavagem externa): **R$ 6.500,00** (seis mil e quinhentos reais);
LOTE 02 (Conservação de áreas verdes, telhados e calhas): **R$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais);
LOTE 03 (Poda de árvore): **R$ 7.000,00** (sete mil reais);
LOTE 04 (Manutenção predial/pequenos reparos): **R$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais).

II – Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 22 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:24354252

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.161

DECRETO Nº 2.161

"Nomeia Diocleia Mendes Viana de Miranda para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), DIOCLEIA MENDES VIANA DE MIRANDA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Chefe de Unidade, Símbolo DAS-4, da Secretaria Regional da Ilha dos Valadares.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9248F083

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.162

DECRETO Nº 2.162

"Nomeia Matilde Francisca Vieira Cunha para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), MATILDE FRANCISCA VIEIRA CUNHA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7D0F3204

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.164

DECRETO Nº 2.164

"Exonera Ciriane Mendes Marques do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

CIRIANE MENDES MARQUES, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Unidade, Símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:EFDB37A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.165

DECRETO Nº 2.165

"Nomeia Ciriane Mendes Marques para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), CIRIANE MENDES MARQUES, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59A0DD34

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.853

PORTARIA Nº 2.853

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor Mizael Miranda Cardoso."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 76.285/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor MIZAEL MIRANDA CARDOSO, matrícula nº 7.511-1, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com início em 08 de setembro de 2026 e término em 15 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7E2B082E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.854

PORTARIA Nº 2.854

"Incluir na Portaria nº 2.378/2026, de elevação de nível do Quadro Geral do Município e do Quando de Profissionais da Saúde, o nome da servidora Giovana Maria Machado Mendes."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal Complementar nº 203/2017, e o que preceitua o artigo 31 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 75.036/2026,

RESOLVE:

I - Incluir no anexo da Portaria nº 2.378, de 03 de junho de 2026, de elevação de nível por Antiguidade, o nome da servidora GIOVANA MARIA MACHADO MENDES, matrícula nº 97.925-1, que eleva do nível atual SE40A01-1 para SE40A02-1.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5C61B4B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 085/2025 DGM SOLUÇÕES RADIOLOGICAS LTDA CNPJ: 23.376.852/0001-83

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 085/2025
DGM SOLUÇÕES RADIOLOGICAS LTDA
CNPJ: 23.376.852/0001-83

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
DGM SOLUÇÕES RADIOLOGICAS LTDA

Data: 23/09/2026

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **085/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **29 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **28 DE SETEMBRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 011/2025
Processo Administrativo n°: 12640/2026

Valor: R$ 1.056.877,32 (um milhão, cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
DEVANDRO SCHISSI

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6EB4596B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 180/2024 ELEVADORES OTIS LTDA CNPJ: 29.739.737/0008-89

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 180/2024
ELEVADORES OTIS LTDA
CNPJ: 29.739.737/0008-89

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ELEVADORES OTIS LTDA

Data: 23/09/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **180/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **12 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **11 DE SETEMBRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 059/2024
Processo Administrativo n°: 74045/2026

Valor: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
LÍGIA CRISTIANE LEMOS PEREIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:107B66DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 037/2026 FITALFA AUTO MECANICA LTDA CNPJ: 03.971.648/0001-01

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 037/2026
FITALFA AUTO MECANICA LTDA
CNPJ: 03.971.648/0001-01

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
FITALFA AUTO MECANICA LTDA

Data: 23/09/2026

Objeto: **Apostilamento 02 ao Contrato nº 037/2026.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor de R$ 538.686,11 (Quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais e onze centavos), para o item: serviços de manutenção mecânica e elétrica e R$ 542.352,63 (Quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e tres centavos) para o item: fornecimento de peças para utilitários e vans, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Contrato n° 037/2026:

Serviços - Dotação orçamentária: 366 Ação:2065 Fonte de recurso: 1520 Elemento da Despesa: 3.3.90.39
Peças - Dotação orçamentária: 363 Ação: 2065 Fonte de recurso: 1520 Elemento da Despesa: 3.3.90.30"

Pregão Eletrônico n°: 012/2026
Registro de Preços n°: 008/2026
Processo Administrativo n°: 80644/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:9815D54B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ Nº 76.017.458/0001-15.
YASMIN SAYURI DE OLIVEIRA SILVA – CNPJ Nº 65.302.678/0001-74

Objeto: "Contratação de Empresa para Execução de **SERVIÇO DE MUDANÇA CORPORATIVA ESPECIALIZADA,** para realizar o transporte de todo material do **ALMOXARIFADO DA SAÚDE** para seu novo endereço. Cabe ressaltar que o almoxarifado conta com um espaço de aproximadamente 1000m², totalmente ocupado, onde muitos desses seus itens são volumosos, pesados ou frágeis, conforme demonstra fotos anexas nos autos, de modo que seu transporte exige expertise. Diante dessa realidade, pleitea-se a contratação de empresa especializada em transporte de mudanças. Esta contratação assegurará a celeridade e a segurança indispensáveis à transição, garantindo a ininterrupção do fornecimento à rede de saúde. A solução do problema por meio de dispensa de licitação atende ao interesse público ao transferir à iniciativa privada, uma atividade que exige experiencia, protegendo o patrimônio público e assegurando a normalidade dos serviços de saúde no município. **Descrição dos Requisitos da Contratação: - Equipe qualificada: Mínimo de 04 (quatro) profissionais para realização de c**arga, descarga, montagem, desmontagem e reorganização dos itens a serem transportados; Supervisão: Atuar ou indicar um responsável pela supervisão do serviço; Itens a serem transportados com todo seu conteúdo, o que inclui mobiliários, equipamentos médicos, insumos hospitalares, etc. Transporte e equipamentos adequados: Caminhão (ões) baú, em bom estado; preferencialmente equipamentos como pranchas hidráulicas, paleteiras e transpaleteiras elétricas, bem como empilhadeiras, a fim de movimentar e transportar cargas pesadas com segurança e eficiência, reduzindo riscos de acidentes e avarias. Material adequado: Materiais necessários para a embalagem profissional e segura dos bens, incluindo, mas não se limitando a plástico-bolha, papelão, caixas de embalagem resistentes, películas de proteção, fitas e etiquetas para identificação. Planejamento e Inventário Prévio: A empresa, em conjunto com os responsáveis pelo almoxarifado, realizará um diagnóstico **IN LOCO** para identificar a natureza, volume, peso e especificidades de cada item. Segurança e Integridade: A empresa será integralmente responsável pela guarda, integridade e conservação de todos os bens, desde o momento da coleta até a entrega no local designado, adotando todas as medidas de segurança para evitar avarias, furtos ou perdas. Limpeza Final: Após a descarga e remoção de todos os materiais e resíduos dos veículos e áreas de carga/descarga, a empresa deverá deixar o local de destino limpo e organizado. Gestão de Resíduos: A empresa será responsável pela correta destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos de embalagem gerados. Documentação e Comprovação: Ao final de cada dia de serviço, a empresa deverá entregar à Administração: i) o checklist de carga e descarga, assinado pelas partes; ii) fotos do estado dos equipamentos e mobiliários de maior valor antes e após o transporte (quando solicitado)". Contratação Direta, através Dispensa de Licitação, amparo legal: art. 75, inc. II da Lei Federal 14.133/2021, conforme inteiro teor do processo administrativo nº 91.904/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde".

Processo Administrativo Nº: 91904/2026

Valor total da contratação: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Dotação Orçamentária: 10.01.2062.010.0301.006.333.9039.200.1520

Foro: Paranaguá-Pr

Paranaguá, 22 de Setembro de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:4660EF49

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento licitatório – modalidade Dispensa de Licitação nº 038/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 22 de Setembro de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:0140B8FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO SOBRE O EDITAL DO PE 057/2026
INTERESSADO: AOMEGA GLOBAL
Processo nº 19265/2026:
Objeto:Aquisição de materiais de limpeza e higiene
Trata-se de envio de impugnação apresentada pela Empresa Empresa AOMEGA GLOBAL, CNPJ 42.400.306/0001-85localizada em Curitiba - PR, em face do edital do Pregão Eletrônico n.º 057/2026, cujo objeto consiste na A**quisição de material de limpeza e higiene, para atender a demanda das Secretarias Municipais**.
A presente impugnação é tempestiva, pois está sendo interposta dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme o Edital.
1. DO PEDIDO:
Trata-se de solicitação requerendo a aceitação de variações nas especificações técnicas dos produtos referentes aos itens 39, 40, 54 e 55 do Termo de Referência, especificamente quanto às dimensões de sacos de lixo de 100L e 200L (micragem 0,12).
Em síntese, o requerente alega que comercializa produtos com dimensões divergentes do descrito no Termo de Referência e solicita permissão para ofertar tais variações no certame.
2. DA ANÁLISE
Cabe ressaltar que as especificações constantes do Termo de Referência foram estabelecidas pela equipe de planejamento da contratação com base na necessidade real da Administração Pública, visando ao atendimento adequado da demanda dos órgãos solicitantes e à padronização dos materiais de consumo.
a) Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório
Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está estritamente vinculada às regras estampadas no Edital e em seus anexos:
"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, do impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, *do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável."*
B. Princípio da Isonomia e do Julgamento Objetivo
Aceitar variações pontuais de especificações técnicas para atender a um fornecedor específico rompe com o princípio da isonomia entre os licitantes e compromete o julgamento objetivo das propostas. A alteração pontual da especificação exigiria a republicação do edital e

reabertura de prazos, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, caso alterasse a formulação das propostas.

C. Da Adequação do Produto

Item de 100 Litros: As especificações do edital atendem aos padrões estipulados no Termo de Referência. A apresentação de proposta em desacordo com os requisitos exigidos impede a garantia de atendimento da capacidade volumétrica e mecânica demandada.

Item de 200 Litros: As especificações do edital atendem aos padrões estipulados no Termo de Referência. A apresentação de proposta em desacordo com os requisitos exigidos impede a garantia de atendimento da capacidade volumétrica e mecânica demandada.

3. DA DECISÃO

Diante do exposto, esta Pregoeira/ Agente de Contratação:

CONHECE do pedido apresentado;

INDEFERE o pedido de alteração/flexibilização das especificações técnicas dos itens 39, 40, 54 e 55;

MANTÉM na íntegra as especificações fixadas no Termo de Referência e no Edital publicado no portal COMPRAS.GOV.BR.,que será publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná .**

Publique-se, dando ciência à impugnante.

Ressalta-se que todos os licitantes deverão cadastrar suas propostas observando rigorosamente todas as especificações descritas no Termo de Referência constante no Edital.

Paranaguá/PR, 21 de setembro de 2026.

ELIANE GONÇALVES COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:F6D4BB9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

O Secretário Municipal de Saúde de PARANAGUÁ - PR., no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto nº 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Dispensa de Licitação nº 038/2026 que tem por Objeto: "Contratação de Empresa para Execução de **SERVIÇO DE MUDANÇA CORPORATIVA ESPECIALIZADA,** para realizar o transporte de todo material do **ALMOXARIFADO DA SAÚDE** para seu novo endereço. Cabe ressaltar que o almoxarifado conta com um espaço de aproximadamente 1000m², totalmente ocupado, onde muitos desses seus itens são volumosos, pesados ou frágeis, conforme demonstra fotos anexas nos autos, de modo que seu transporte exige expertise. Diante dessa realidade, pleitea-se a contratação de empresa especializada em transporte de mudanças. Esta contratação assegurará a celeridade e a segurança indispensáveis à transição, garantindo a ininterrupção do fornecimento à rede de saúde. A solução do problema por meio de dispensa de licitação atende ao interesse público ao transferir à iniciativa privada, uma atividade que exige experiencia, protegendo o patrimônio público e assegurando a normalidade dos serviços de saúde no município. **Descrição dos Requisitos da Contratação:** - Equipe qualificada: Mínimo de 04 (quatro) profissionais para realização de carga, descarga, montagem, desmontagem e reorganização dos itens a serem transportados; Supervisão: Atuar ou indicar um responsável pela supervisão do serviço; Itens a serem transportados com todo seu conteúdo, o que inclui mobiliários, equipamentos médicos, insumos hospitalares, etc. Transporte e equipamentos adequados: Caminhão (ões) baú, em bom estado; preferencialmente equipamentos como pranchas hidráulicas, paleteiras e transpaleteiras elétricas, bem como empilhadeiras, a fim de movimentar e transportar cargas pesadas com segurança e eficiência, reduzindo riscos de acidentes e avarias. Material adequado: Materiais necessários para a embalagem profissional e segura dos bens, incluindo, mas não se limitando a plástico-bolha, papelão, caixas de embalagem resistentes, películas de proteção, fitas e etiquetas para identificação. Planejamento e Inventário Prévio: A empresa, em conjunto com os responsáveis pelo almoxarifado, realizará um diagnóstico **IN LOCO** para identificar a natureza, volume, peso e especificidades de cada item. Segurança e Integridade: A empresa será integralmente responsável pela guarda, integridade e conservação de todos os bens, desde o momento da coleta até a entrega no local designado, adotando todas as medidas de segurança para evitar avarias, furtos ou perdas. Limpeza Final: Após a descarga e remoção de todos os materiais e resíduos dos veículos e áreas de carga/descarga, a empresa deverá deixar o local de destino limpo e organizado. Gestão de Resíduos: A empresa será responsável pela correta destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos de embalagem gerados. Documentação e Comprovação: Ao final de cada dia de serviço, a empresa deverá entregar à Administração: i) o checklist de carga e descarga, assinado pelas partes; ii) fotos do estado dos equipamentos e mobiliários de maior valor antes e após o transporte (quando solicitado)". Contratação Direta, através Dispensa de Licitação, amparo legal: art. 75, inc. II da Lei Federal 14.133/2021, conforme inteiro teor do processo administrativo nº 91.904/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde".

II. Adjudico os itens dos objetos da contratação às Licitantes**:** YASMIN SAYURI DE OLIVEIRA SILVA – CNPJ Nº 65.302.678/0001-74

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 22 de Setembro de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:880AF8DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ZELADORIA
CERTIFICADO Nº 029 - PMAU

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria (SEMMA), atendendo ao disposto no artigo 77 da Lei nº 4.228/2022, certifica que **ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.**, CNPJ nº 81.716.144/0001-40, efetuou o plantio de 530 (quinhentas e trinta) mudas de árvores nativas de acordo com os padrões estabelecidos pelo Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) de Paranaguá.

PARANAGUÁ, em 22 de setembro de 2026.

RODRIGO DELONGA
Engenheiro Florestal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria
CREA-PR 135.231/D

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Publicado por:
Rodrigo Delonga
Código Identificador:E8D3D23F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 03 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre sobre a composição do segmento dos trabalhadores no Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá e estabelece critérios para ocupação das respectivas vagas.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelas Leis Municipais nº 2.333/2003 e nº 3.233/2011;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
Considerando o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011;
Considerando a necessidade de assegurar a adequada representação dos segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde;
Considerando a necessidade de garantir a autonomia e a independência da representação do segmento dos trabalhadores no Conselho Municipal de Saúde;
Considerando que as vagas destinadas aos trabalhadores devem ser ocupadas exclusivamente por representantes que não ocupem, cumulativamente, cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo;
Resolve:
Art. 1º Homologar a composição das vagas destinadas ao Segmento dos Trabalhadores no Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, ficando indicados os seguintes representantes:
I – Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região
Titular: Alessandra de Cássia Luquetta
Suplente: Ariane Schadeck Sampaio
II – Conselho Regional de Farmácia do Paraná – CRF-PR
Titular: Nilson Hideki Nishida
Suplente: Fábio Augusto do Carmo Santana
III – SINPEFEPAR – Sindicato dos Profissionais/Professores/Tecnólogos de Educação Física do Estado do Paraná
Titular: Janaína O'Donnell Cabral
Suplente: Jandira de Lima Freire
IV – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 8ª Região
Titular: Andressa Pereira Lima Marchi
Suplente: Cristiane Maciel Cavanha
V – SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá
Titular: Silvano Fernandes
Suplente: Eliane Costa Mariano
VI – SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá
Titular: Anaclete Fernandes Magno
Suplente: Rosangela Calado Xavier
Art. 2º As vagas destinadas ao segmento dos trabalhadores são ocupadas exclusivamente por representantes que não ocupam, cumulativamente, cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.
Art. 3º A condição estabelecida no artigo anterior aplica-se tanto aos conselheiros titulares quanto aos respectivos suplentes, devendo ser observada durante todo o período de exercício do mandato.
Art. 4º Na hipótese de qualquer dos representantes relacionados no art. 1º passar a ocupar cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, deverá comunicar formalmente o fato ao Conselho Municipal de Saúde e à entidade que o indicou, para adoção das providências cabíveis quanto à sua substituição.
Art. 5º As entidades representativas relacionadas no art. 1º deverão observar, nas indicações de seus representantes, os critérios estabelecidos nesta Resolução.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá.

Paranaguá, 22 de setembro de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:8E917394

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 04 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre sobre a composição do segmento dos Usuários no Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá e estabelece critérios para ocupação das respectivas vagas.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelas Leis Municipais nº 2.333/2003 e nº 3.233/2011;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
Considerando o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011;
Considerando a necessidade de assegurar a adequada representação dos segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde;
Considerando a necessidade de garantir a autonomia e a independência da representação do segmento dos Usuário no Conselho Municipal de Saúde;
Considerando que as vagas destinadas aos Usuários devem ser ocupadas exclusivamente por representantes que não ocupem, cumulativamente, cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo;
Resolve:
Art. 1º Homologar a composição das vagas destinadas ao Segmento dos Usuários no Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, ficando indicados os seguintes representantes:
I - STIA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral
Titular: Waltencir de Oliveira
Suplente: Adilson Carlos da Silva
II – ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores
Titular: José Dougiva da S. Costa
Suplente: Lauro de Souza
III – Rede Feminina de Combate ao Câncer – Regional de Paranaguá
Titular: Joane Silva Pesch
Suplente: Reinaldo Alves David
IV – UNIÃO EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel
Titular: Eliza Antonieta Pedrussi
Suplente: Adriana Terezinha Lopes Kutchma
V – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá – UMAMP
Titular: Fernanda Mara Olímpio dos Santos
Suplente: Daniele Lourenço Pontes
VI – Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá
Titular: Amando José Batista
Suplente: Jean Carlos K. Freire
VII – SINTRACON PARANAGUÁ – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Imobiliário de Paranaguá e Litoral (TITULAR)
Titular: Gilmara Gastaldon Piantá
VIII – Ministério Chama do Avivamento – MCA (SUPLENTE)
Suplente: Ari Saldanha da Costa Neto
IX – Centro de Avaliação Educacional Multiprofissional Professora Nadja Marli Plaisant da Paz e Silva Pinho – CAEM
Titular: Hilda Maria Leite Werner
Suplente: Luci Costa Pinto
X – Pastoral da Criança
Titular: Sonia Maria Resende Monteiro
Suplente: Jurema dos Santos
XI – União Brasileira de Mulheres – UBM – Seção Paraná
Titular: Matsuko Mori Barbosa
Suplente: Bárbara de Andrade Ribeiro
XII – SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina
Titular: Luiz Américo Delphim
Suplente: Adenilson de Paiva Domingues
XIII – Associação Pro Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio (TITULAR)
Titular: Sueli Ferreira dos Santos
XIV - Rotary Club de Paranaguá (SUPLENTE)
Suplente: Advânio Roberto Canarin
Art. 2º As vagas destinadas ao segmento dos trabalhadores são ocupadas exclusivamente por representantes que não ocupam, cumulativamente, cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Art. 3º A condição estabelecida no artigo anterior aplica-se tanto aos conselheiros titulares quanto aos respectivos suplentes, devendo ser observada durante todo o período de exercício do mandato.
Art. 4º Na hipótese de qualquer dos representantes relacionados no art. 1º passar a ocupar cargo em comissão ou função gratificada/de confiança na estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, deverá comunicar formalmente o fato ao Conselho Municipal de Saúde e à entidade que o indicou, para adoção das providências cabíveis quanto à sua substituição.
Art. 5º As entidades representativas relacionadas no art. 1º deverão observar, nas indicações de seus representantes, os critérios estabelecidos nesta Resolução.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá.
Paranaguá, 22 de setembro de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:1B3B5E43

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 379/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 03/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
JAP2E95	277450T000049282	16/06/2026	55500	02397957049

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:14C91B7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 382/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AAC6H59	277450T000055417	09/07/2026	57463	
ALJ2362	277450T000055204	07/07/2026	55250	
AUE3499	277450T000035202	10/07/2026	55500	
AYO7G32	277450T000040585	07/07/2026	52231	
AZZ1A96	277450T000035201	09/07/2026	56650	07489365742
BWI7G83	277450T000054450	07/07/2026	54790	03953586349
BXG7G55	277450T000055210	07/07/2026	55250	
GKO5J48	277450T000039808	10/07/2026	53980	
QOU0I11	277450T000055452	07/07/2026	55250	
UAU9I19	277450T000041737	11/07/2026	73400	
UBA6F70	277450T000053705	09/07/2026	73400	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:91B87258

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 380/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 03/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ADO5A19	277450NIC0046214	25/08/2026	50020
AIN6266	277450NIC0046203	25/08/2026	50020
ALC9358	277450NIC0046217	25/08/2026	50020
ATS7G06	277450NIC0046201	25/08/2026	50020
AXN1341	277450NIC0046209	25/08/2026	50020
BDL9A35	277450NIC0046202	25/08/2026	50020
IFM1322	277450NIC0046215	25/08/2026	50020
IJU4F95	277450NIC0046200	25/08/2026	50020
IYL1H75	277450NIC0046213	25/08/2026	50020
IZL9H47	277450NIC0046205	25/08/2026	50020
MCN7A73	277450NIC0046218	25/08/2026	50020
MCN7A73	277450NIC0046208	25/08/2026	50020
MLU0G58	277450NIC0046212	25/08/2026	50020
RCH9E66	277450NIC0046199	25/08/2026	50020
RXV0G55	277450NIC0046204	25/08/2026	50020
RXX7A20	277450NIC0046207	25/08/2026	50020
SDU8C56	277450NIC0046216	25/08/2026	50020
SFE1B89	277450NIC0046210	25/08/2026	50020
SFH4J73	277450NIC0046211	25/08/2026	50020
TBN7G07	277450NIC0046219	25/08/2026	50020
TPV7G09	277450NIC0046206	25/08/2026	50020

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:BCD80C84

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 383/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 06/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
NYC8D47	277450T000054566	11/06/2026	55250	R$ 130,16

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:35B17B7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 043/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Aldemir da Silva Ferreira, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 23 de setembro de 2026, referentes ao período aquisitivo de 16/01/2025 a 16/01/2026, devendo retornar ao serviço no dia 03 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 22 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:B35FB361

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA

DISPENSA: N.º 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 010/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTA – CICA, inscrito no CNPJ sob nº15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba,1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavaí, por intermédio da Comissão de Licitação designados pela Portaria Nº 050/2026 do CICA, e com a devida autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Gabriel Gonçalves Fachiano, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações em vigor, vem através deste, tornar público a Dispensa com critério de julgamento ***MENOR PREÇO POR ITEM***, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

Data da Publicação no Diário Oficial: 23/09/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/09/2026 às 08:00h.
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/09/2026 às 17:00h.
INTERVALO MÍNIMO: 3 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 28/09/2026 às 09:00h
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: **controle.cica@gmail.com**
LINK DO EDITAL: https://consorciocica.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Publicado por:
Thais Barranco Cunha
Código Identificador:8F73C2B8

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 068/2026

PORTARIA Nº 068/2026

Súmula: Concede férias a empregado público do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1o Conceder férias a empregado público do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, em consonância com a autorização n. 07/2026, CARLOS HENRIQUE DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA, Matrícula n. 026, **pelo período de 15 (quinze) dias nas datas de 13/10/2026 a 27/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, sob protocolo nº 2026082557bff66.**

MATRICULA	NOME	CARGO
26	CARLOS HENRIQUE DA SIVA	Técnico Agrícola

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente do Consórcio - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:37F75688

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 069/2026

PORTARIA Nº 069/2026

Súmula: Concede férias a empregada pública do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1o Conceder férias a empregada pública do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, em consonância com a autorização n. 05/2026, MARIANA DA SILVA DE MACEDO, ocupante do cargo de ANALISTA AMBIENTAL – MÉDICA VETERINÁRIA, Matrícula n. 040, **pelo período de 15 (quinze) dias nas datas de 21/10/2026 a 04/11/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, sob protocolo nº 202608185633620.**

MATRICULA	NOME	CARGO
40	MARIANA DA SILVA DE MACEDO	Analista Ambiental – Médica Veterinária

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente do Consórcio - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:26F1733C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 114/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde
e Serviços – CIS/AMUNPAR, Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais, em especial o contido na alínea "c" do art. 18 da 4ª Alteração do Estatuto Social do consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os colaboradores, abaixo relacionados, como Agente de Contratação e Equipe de Apoio para a realização de Licitações e Credenciamentos no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR, em caráter permanente.

NOME	MATRÍCULA FUNCIONAL (N.º)	CATEGORIA
Lidiane Salles Pascoin	252	PRINCIPAL
Ana Paula Gallassi	229	SUPLENTE
Kemily Andressa dos Santos	441	APOIO
Lohayne Ruiz Lima	476	APOIO

Art. 2º – Ficam designados os colaboradores, abaixo relacionados para funcionarem como Agente de Contratação e Equipe de Apoio para a realização de contratações diretas nos moldes do art. 74 e 75, ambos da Lei n.º 14.133/2021, excetuado o credenciamento, na seara do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR, em caráter permanente.

NOME	MATRÍCULA FUNCIONAL (N.º)	CATEGORIA
Renan Silva Souza	442	PRINCIPAL
Fábio Torrezan de Souza	427	SUPLENTE
Victoria Viotto de Toledo	488	APOIO
Alessandra Katia Scomparini Baroni	177	APOIO

Art. 3º – As atribuições do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados para a realização de licitações e contratações diretas, incluindo o credenciamento estão dispostas no art. 11 e ss. da Resolução n.º 25/2023 consolidada que regulamenta a Lei n.º 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR.
Art. 4º – Em caso de afastamento, impedimento ou impossibilidade temporária do Agente de Contratação principal para a prática dos atos a ele atribuídos, será competente o seu suplente para a condução de todos os atos necessários para a realização do certame ou da contratação direta pretendida.

Art. 5º – Os funcionários designados acima atuarão sem prejuízo das atribuições inerentes aos seus respectivos cargos e funções.

Art. 6º – Compete ao Diretor-Geral designar os substitutos nos casos de eventual impedimento ou em respeito ao princípio da segregação de funções.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria n.º 33 de 03 de março de 2026.

Paranavaí/PR, 22 de setembro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:664E8E92

PROCURADORIA
EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

ESPÉCIE: Termo de Ajuste de Contas.

PARTES:MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ (inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.977.768/0001-81), por meio de sua **Procuradoria-Geral do Município**, representada pela Procuradora-Geral Sra. Célia Aparecida Zanatta Jorge Elias; e a empresa **LEIS LTDA.** (inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35), representada pelo sócio-administrador/procurador Sr. Carlito Mello de Liz.

OBJETO: Reconhecimento de dívida e pagamento de justa **indenização** referente à efetiva e contínua prestação de serviços técnicos especializados de consolidação, compilação, digitalização, versionamento e disponibilização informatizada das normas jurídicas municipais na plataforma *Portal Leis/LeisMunicipais*, executados no período cumulado de 07/04/2026 a 13/07/2026 (compreendendo os intervalos de 07/04/2026 a 09/06/2026, com 63 dias, e de 10/06/2026 a 13/07/2026, com 33 dias, perfazendo 96 dias de prestação contínua ininterrupta), sem a devida cobertura contratual formal, com esteio no princípio da vedação ao enriquecimento sem causa.

VALOR TOTAL RECONHECIDO:R$ 2.453,76 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondendo a **R$ 1.610,28** pertinentes ao intervalo de 07/04/2026 a 09/06/2026 e **R$ 843,48** pertinentes ao intervalo de 10/06/2026 a 13/07/2026, apurado após regular atesto de compatibilidade com os preços de mercado e exclusão de margem de lucro exorbitante ou encargos moratórios.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 001; Funcional Programática: 0002; Natureza da Despesa: 3.3390.40.06; Fonte de Recursos: 000; Código: 18.001.0002.0062.002.2.661-3.3390.40.06-000 (1894).

FORMA DE PAGAMENTO: Pagamento em **parcela única**, por meio de depósito em conta bancária de titularidade da compromissária, condicionado à prévia publicação deste extrato na imprensa oficial e à regular liquidação da despesa pelo setor competente.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Princípio da vedação ao **enriquecimento sem causa** da Administração Pública, art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Portaria nº 2.512/2025 da Controladoria-Geral do Município de Paranavaí, autuado no Processo Administrativo originado pelo Memorando nº 903/2026/PGM e Ofícios nº 01/2026 e nº 02/2026.

FORO: Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.

Paranavaí/PR, 19 de agosto de 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS
Procuradora-Geral do Município
Município de Paranavaí

CARLITO MELLO DE LIZ
Sócio-Administrador / Procurador
Leis LTDA.

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:3F8B7FF0

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0045/2026

PROCESSO N.º 112/2022

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

37.487.200 Isaque Aureliano Souza, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.487.200/0001-20.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:9145CC28

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0046/2026

PROCESSO N.º 054/2023

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Ikeg Trading Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.973.569/0001-15.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem

como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:DA8ABE3E

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0047/2026

PROCESSO N.º 23.08.0051.001.00110-3

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Exitus Energia Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.099.909/0001-72.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BD08A7B3

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0048/2026

PROCESSO N.º 24.10.0051.001.00027-3

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Móveis Planned Furniture Planejados Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 53.965.237/0001-73.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BEAFA900

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0049/2026

PROCESSO N.º 25.01.0051.001.00118-3

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - (Associação Santo Antônio), inscrita no CNPJ sob o n.º 23.490.345/0001-76.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:345DDC92

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0050/2026

PROCESSO N.º 25.02.0051.001.00121-3

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Móveis Planned Furniture Planejados Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 53.965.237/0001-73.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem

como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:9B027531

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0051/2026

PROCESSO N.º 25.05.0051.001.00038-3
A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

Master Prev Clube de Benefícios, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.012.440/0001-71.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D37DD581

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0052/2026

PROCESSO N.º 111/2022

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

T H Marcolino Piscinas, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.741.289/0001-30.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:7E0A7814

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº: 0053/2026

PROCESSO N.º 25.03.0051.001.00149-3

A Coordenação de Proteção e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, **TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor, por meio de edital, com fulcro no art. 36, §2º do Decreto Municipal nº 7.330/2003:**

AAPB Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.062.946/0001-69.

Que deverá comparecer neste órgão no **prazo de 10 (dez) dias**, para tomar conhecimento de Decisão Administrativa Definitiva proferida no referido auto supramencionado, em qual consta a procedência de tal reclamação, com aplicação de sanção administrativa.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado no mural desta Coordenação, situada na Rua Antônio Felipe, 917 – Centro – Fone: (44) 3902-1055/3902-1056 – Paranavaí-PR – CEP: 87.702-010, bem como disponibilizado no Diário Oficial do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/).

Paranavaí, 22 de setembro de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do PROCON

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:72D4572B

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 06/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AFE8H88	277490T000008795	16/09/2026	76251
AMF2B02	277490T000009313	16/09/2026	60412
ANC6451	277490T000008792	16/09/2026	76251
AON6997	277490T000009198	16/09/2026	60412
AQS8A40	277490T000009200	16/09/2026	60412
ATX0H44	277490T000009302	16/09/2026	60412
AVM3511	277490T000001544	16/09/2026	56650
AWP8437	277490T000001545	16/09/2026	55414
AYJ7A37	277490T000009194	16/09/2026	76331
BDZ6D22	277490T000009195	16/09/2026	76331
BED4H90	277490T000009314	16/09/2026	60412
BEO0J98	116100T004025451	10/09/2026	55500
CDG3G81	277490T000009307	16/09/2026	60412
DGI2F33	277490T000008791	16/09/2026	55414
DIL4C58	277490T000001480	16/09/2026	55680
FOC3C29	277490T000009304	16/09/2026	60412
RHQ2B44	277490T000009197	16/09/2026	59910

SDV5G47	277490T000009193	16/09/2026	76331
SDX8J49	277490T000009305	16/09/2026	60412
SEN2G28	277490T000009310	16/09/2026	60412
SFL4E92	277490NIC0045517	29/08/2026	50020
SMZ7D00	277490T000009187	15/09/2026	76331
TBQ1A74	277490T000009192	16/09/2026	76331

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:5306BD8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2025 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 27025/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 27025/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativana Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é Registro de Preçospara aquisição futura e parcelada de ELETRODOMÉSTICOS, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social, Administração, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Fundação Cultural, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Gabinete e Tiro de Guerra, conforme edital de licitação nº 29/2025.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 239/2025,por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para**24de setembrode 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 27025/2026pelo órgão gerenciador através do Memorando nº1196/2026/SEDUCeconsiderando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023,edição 2928.

Paragrafo Primeiro: As partes supracitadas, resolvem estabelecer rescisão amigável da Ata de Registro de Preços, caso haja conclusão de novoprocesso licitatório.

Fornecedor: ZERO 7 SOLUCOES PUBLICAS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
18	Máquina Lavar Roupa, Tipo: Tanquinho Automático, Capacidade: 11 KG, Aplicação: Doméstica, Características Adicionais: Com 5 Programas De Lavagem, Voltagem: 110 V. Código CATMAT 467900.	Unid.	43	R$ 1.553,97	R$ 66.820,71
19	Ventilador, Tipo: Coluna, Potência Motor: 200 W, Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Oscilante, Regulagem De Altura E Velocidade, Material: Aço E Plástico, Diâmetro: 60 CM,Cor: Preta. Código CATMAT 470674.	Unid	59	R$ 280,29	R$ 16.537,11
41	Máquina Lavar Roupa, Tipo: Tanquinho Automático, Capacidade: 11 KG, Aplicação: Doméstica, Características Adicionais: Com 5 Programas De Lavagem, Voltagem: 110 V. Código CATMAT 467900.	Unid	14	R$ 1.553,97	R$ 21.755,58
Total Fornecedor: R$ 105.113,40(cento e cinco mil, cento e treze reais e quarenta centavos)					

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 239/2025), datada de 24 de Setemnro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Interino

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de FomentoEconômico e Inovação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurançae Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ZERO 7 SOLUCOES PUBLICAS LTDA

Fornecedor:
Empresa:ZERO 7 SOLUCOES PUBLICAS LTDA
CNPJ: 60.238.956/0001-58
Endereço: Rua FLOR DE LARANJEIRAS, 268 - Jardim Alegre, Telêmaco Borba - PR,
E-mail: ZER07GOV@GMAIL.COM
Telefone: (42) 9859-8650
Nome do Representante: LAURA CRYSLAINE CARDOSO PIMENTA
CPF: 096.915.359-71

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:BFF96F9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2025 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 27014/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 27014/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativana Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92,registraospreçosdositensrelacionados,nasseguintescondições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é Registro de Preçospara aquisição futura e parcelada de ELETRODOMÉSTICOS, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social, Administração, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Fundação Cultural, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Gabinete e Tiro de Guerra, conforme edital de licitação nº 29/2025.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 243/2025,por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para**22de setembrode 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 27014/2026pelo órgão gerenciador através do Memorando nº1196/2026/SEDUCeconsiderando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023,edição 2928.

Paragrafo Primeiro: As partes supracitadas, resolvem estabelecer rescisão amigável da Ata de Registro de Preços, caso haja conclusão de novoprocesso licitatório.

Fornecedor: – PRODUMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
30	PROJETOR MULTIMÍDIA, TIPO LÂMPADA LED, VOLTAGEM BIVOLT V, QUANTIDADE ENTRADAS VÍDEO 4 UN, TIPO ZOOM: DIGITAL, TIPO: INTERATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONEXÃO: HDMI, USB, WI-FI, LUMINOSIDADE MÍNIMA 4.000 LM, TIPO PROJEÇÃO FRONTAL, RESOLUÇÃO 1.280 X 800. Código CATMAT 603956.	Unid.	54	R$ 769,25	R$ 41.539,50
Total Fornecedor: R$ 41.539,50(quarenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)					

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 243/2025), datada de 24 de Setembrode 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Interino

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de FomentoEconômico e Inovação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurançae Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

PRODUMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA

Fornecedor:
Empresa:
Produmix Comercio e Servicos LTDA
CNPJ: 48.975.938/0001-53
Endereço: Estrada Do Engenho Velho, 02410 - Taquara, Rio de Janeiro - RJ,
E-mail: PRODUMIX.COMERCIAL@GMAIL.COM
Telefone: (21) 3496-7837
Nome do Representante:
LEANDRO FRIAS BARBOSA SOARES

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:A5CC8082

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
Contratação nº 018/2026 (Compras.gov.br)

FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM AMBIENTE WEB

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo Menor preço por LOTE, da seguinte forma:

OBJETO: É objeto da presente licitação a Contratação de Empresa especializada para **FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM AMBIENTE WEB**, que permita a gestão integrada das atividades administrativas e operacionais, com unificação de dados entre os entes, acesso simultâneo por diferentes setores e controle eficiente das informações em tempo real, com acesso multiusuários em banco de dados único, incluindo instalação, configuração, implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, treinamento e serviços de manutenção mensal, documentação, alterações legais, corretivas e evolutivas no sistema, atendimento e suporte técnico, a fim de atender às exigências legais e possibilitar o acompanhamento, a execução e o controle das áreas financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, recursos humanos, compras, contratos, licitações, previdência, demais áreas da gestão pública, educação e vigilância sanitária da Prefeitura Municipal de Paranavaí, da Câmara Municipal e do Paranavaí Previdência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08 de outubro de 2026 às 08h30min.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 987749 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ/PR

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO PARA 05 (CINCO) ANOS: R$ 14.990.592,09 (quatorze milhões, novecentos e noventa mil, quinhentos e noventa e dois reais e nove centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA: A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br. Esclarecimentos serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí - Paraná, em 21 de setembro de 2026.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Graziele Della Pria da Silva Maciel
Código Identificador:A57A4749

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - CONTRATO 04/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Bahia, n.º 208, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.716.109/0001-91, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Carlos Augusto Pereira de Lima, portador da Cédula de Identidade, RG 8.038810-1 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 041.883.469-57, doravante denominado **contratante** e a empresa LICNES SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.416.859/0001-01, estabelecida à Rua Carlos Augusto Cornelsen, 200 – Bom Retiro, na cidade de Curitiba – PR–, CEP 80.520-560, e-mail contato@licnes.com.br, neste ato representada pelo Sr. Neuro Juscelino Antonio Recarcati, inscrito no CPF 338.042.819-15, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.
OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada que execute serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de mão de obra, uniformes e EPI's, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Paranavaí, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato
VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 106.838,16 (cento e seis mil oitocentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus
O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da apartir do dia 18 de setembro 2026.
FONTE DE RECURSOS: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s): 01100101.031.0001.21010-Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores -3.3.90.37.00.00 -Limpeza e Conservação-3.3.90.37.02.99-Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA	***NEURO JUSCELINO ANTONIO RECARCATI LICNES SERVIÇOS LTDA***
Presidente	Contratada
Câmara Municipal De Paranavaí	
Contratante	

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:EA4CB3D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 185/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, a comparecerem junto à Diretoria de Recursos Humanos, até no dia **28 de setembro de 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

ENFERMEIRO GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
13º	ROBERTA GARCIA NAVARRO	XXX.730.739-XX	AMPLA

TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
7º	GLADYS JOSY DE ALMEIDA	XXX.457.329-XX	AFRO
22º	FABIANA BARALDI DA SILVA	XXX.287.279-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

a) Uma foto 3x4 recente(dois anos);
b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);
c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;
d) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);
f) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);
i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
k) Título de Eleitor (cópia simples e original);
l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis, da Justiça Estadual (Fórum da Comarca).
n) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis da Justiça Federal, da 4ª região, em 1ª e 2ª instância (documento original) expedida pelo endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
p) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;

q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;
s) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:
r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;
r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
r3. Carga horária do outro vínculo;
r4. Horário de trabalho do outro vínculo;
r5. Remuneração do outro vínculo.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 05 de dezembro de 2025.
Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:7B9AD6C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 186/2026

Dispõe sobre a convocação de candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de Odontólogo.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de **ODONTÓLOGO**, a comparecer junto à Diretoria de Recursos Humanos, até o dia **28 de setembro de 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
4º	THAMYRES SILVA OLIVEIRA	XXX.449.986-XX	AFRO

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

a) Uma foto 3x4 recente (dois anos);
b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);
c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;
d) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);
f) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);
i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
k) Título de Eleitor (cópia simples e original);
l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis, da Justiça Estadual (Fórum da Comarca).
n) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis da Justiça Federal, da 4ª região, em 1ª e 2ª instância (documento original) expedida pelo endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
p) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;
s) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:
r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;
r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
r3. Carga horária do outro vínculo;
r4. Horário de trabalho do outro vínculo;
r5. Remuneração do outro vínculo.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 30 de janeiro de 2026.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:2BA82C2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 187/2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, a comparecer junto a Secretaria Municipal Administração Pública até o dia **28 DE SETEMBRO DE 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
33º	MARIA CAROLINA CASAGRANDE	XXX.445.779-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS
Os candidatos deverão se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos, munidos (as) dos seguintes documentos originais necessários à posse e acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento:
a) Uma foto 3 x 4, recente;
b) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe;
c) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
d) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
e) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
f) Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia simples e documento original);
g) Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº. do PIS, se possuir (cópia simples e original);
h) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
i) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
j) Título de Eleitor (cópia simples e original);
k) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
l) Certidão negativa cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos**;
m) Certidão negativa cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php;
n) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/;
p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas;
q) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, contendo as seguintes informações atualizadas:
q1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
q2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
q3. Carga horária do outro vínculo;
q4. Horário de trabalho do outro vínculo;
q5. Remuneração do outro vínculo.
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
s) Carteirinha de vacinação (frente e verso);
t) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) original, para registro.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada na Secretaria Municipal de Administração Pública, Rua Getúlio Vargas - nº 900, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.
O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 07 de janeiro de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:069F16C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1732/2026

Dispõe sobre a desclassificação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de Técnico de Enfermagem Geral, por não atender à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a candidata abaixo relacionada**,** do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 145/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026.

CLASS.	CANDIDATO	TIPO DE VAGA	CPF
18º	ERIKA DE FATIMA FREITAS FERREIRA NOBRE	AMPLA	XXX.269.439-XX

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:079D8942

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1734/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Médico Plantonista – 72 horas.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, o candidato abaixo relacionado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de **MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS**, conforme Edital n° 181/2026, tendo em vista renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
32º	LUIZ GUSTAVO MARTINS	XXX.548.459-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:FDAB69FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1735/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de Odontólogo, de ocupação temporária.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, o candidato abaixo relacionado, do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de **ODONTÓLOGO**, de ocupação temporária, conforme Edital n° 180/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15 de setembro de 2026, tendo em vista a renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação formalizada por meio de Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	TIPO DE VAGA
3º	JONIS SOARES FERNANDES	XXX.333.572-XX	AFRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:47B0EFCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.736/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 53383/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Destituir a servidora **ISABELA CORREA PEREIRA DA SILVA,** matrícula nº 9767-2, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA**, a partir de 20 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:F6C778F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.737/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal na Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 53383/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **STEFANI DIAS LUGLI,** matrícula nº 10890-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, na função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA**, a partir de 21 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:64BE2F08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.738/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo em comissão de Diretor de Serviços Públicos – CC1, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Considerando o processo digital sob nº 53310/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar o servidor **JOSÉ RICARDO FRANÇA GIRALDES,** matrícula nº 10360-5, nomeado pelo Decreto Municipal nº 27.096/2025, do cargo em comissão de **DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS – CC1**, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 21 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:33BB0EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1739/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **02/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **163/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **02/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Tatiane Dariva Guassu** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **13 de agosto de 2026**.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:274C4FD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1740/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **03/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **165/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **03/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:01C0F33F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1741/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **04/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **166/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do

processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **04/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:491793DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1742/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **05/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **171/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **05/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:9BC8B799

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1743/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **06/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **181/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **06/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026..
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:CBB7838A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1744/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **07/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **182/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **07/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:D5CB0791

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1745/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **08/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **183/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **08/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:A739D056

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1746/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **10/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **186/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3469**, de 13 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **10/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
Art. 2º A prorrogação compreende o período de **13 de agosto de 2026 a 08 de fevereiro de 2027**.
Art. 3º A Comissão Processante será composta por:
I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Ricardo Klem Moreira** – Membro;
III – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:2020BEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E O CASA FREDERICO OZANAM DE PARANAVAÍ

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E FAMÍLIA representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **CASA FREDERICO OZANAM DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 79.728.895/0001-35, neste ato representado por seu representante legal **Ana Lúcia de Paula Castilho**, portador da cédula de identidade RG 15.581.831-0 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 558.199.581-87, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 194.360,11 (cento e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta reais e onze centavos)

1.1Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	MATERIAL DE INVESTIMENTO	R$ 194.360,11
1.1	Equipamentos	
1.1.1	- Veiculo de tração mecânica (Carro Virtus Sense BZ4AK4 – Transmissão Manual, 116 cv, Total Flex – Modelo 2026)	R$ 93.907,80
1.1.2	- Aparelho e Utensilio Doméstico (Secador para a Lavanderia Rotativo – SR- 60 KG)	R$ 61.900,00
1.1.3	- Máquinas, Utensilios e equipamentos diversos (Cortador de Grama a Gasolina TLT42-17M 452CC17HP 42 Pol. TOYAMA – 450)	R$ 22.800,00
1.1.4	- Aparelho e equipamentros para esporte diversos (Bicicleta Ergomêtrica Horizontal RB 902 – EVOLUTION; STEP CHAIR – ESTOFADO AKT; Forno de Bier com Termostato para fisioterapia)	R$ 15.752,31
TOTAL DE DESPESAS		R$ 194.360,11

1.2Plano de aplicação resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Investimento	R$194.360,11
TOTAL DE DESPESAS		R$194.360,11

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 051/2026de 14de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicaçãoe utilização dos rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se, para fins deste termo aditivo, o valor do Termo de Fomento de R$ 191.070,03 (cento e noventa e um mil, setenta reais, e três centavos), com a adição de R$ 3.290,08 (três mil, duzentos e noventa reais, e oito centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2026, totalizando R$ R$ 194.360,11 (cento e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta reais e onze centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2026, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 194.360,11 (cento e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta reais e onze centavos) .

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 25/09/2025 a 24/09/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo**.**

Paranavaí, 18 de setembro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

ANA LÚCIA DE PAULA CASTILHO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:60F8E068

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Poder Legislativo convida para **Audiência Pública** que discutirá o **Projeto de Lei nº 143/2026**, que dispõe sobre a estruturação do **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Pato Branco.**

Data: **5 de outubro de 2026 (segunda-feira)**
Horário: **19 horas**
Local: **Plenário de Sessões da Câmara Municipal**
Rua Arariboia 491, Centro, Pato Branco/PR

*O **Projeto de Lei nº 143/2026** encontra-se disponível em: https://sapl.patobranco.pr.leg.br/materia/34912*

*Acompanhe a transmissão **ao vivo** em nosso canal: http://youtube.com/camarapb*

Publicado por:
Mariana Carvalho Martins
Código Identificador:0873FCC9

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS

O Município de Pato Branco, por meio do Setor de Tributação e Fiscalização, com fundamento nos artigos 344, 345 e 350 da Lei Complementar Municipal nº 001/1998 (Código Tributário Municipal), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Código Tributário Nacional, a Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais disposições legais aplicáveis, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados para que regularizem, de forma amigável, os débitos pendentes registrados em seus respectivos cadastros, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta notificação.

CNPJ / CPF	Processo Administrativo	Tipo Cadastro	Cadastro
18.***.***/0001-10	PA 8854/2026	Econômico	314664-0
05.***.***/0001-99	PA 8858/2026	Econômico	227606-0
48.***.***/0001-03	PA 8736/2026	Econômico	819422-0
14.***.***/0001-30	PA 8742/2026	Econômico	299657-0
19.***.***/0001-08	PA 8746/2026	Econômico	324274-0
01.***.***/0001-78	PA 5642/2026	Econômico	272590-0
16.***.***/0001-53	PA 8492/2026	Econômico	306909-0
38***.***/0001-54	PA 8502/2026	Econômico	810915-0
45.***.***/0001-06	PA 8597/2026	Econômico	817332-0
23.***.***/0001-90	PA 8600/2026	Econômico	800867-0
41.***.***/0001-87	PA 8650/2026	Econômico	813715-0
19.***.***/0001-89	PA 8657/2026	Econômico	324452-0
24.***.***/0001-61	PA 8392/2026	Econômico	801102-0
10.***.***/0001-70	PA 8402/2026	Econômico	259114-0
48.***.***/0001-01	PA 8404/2026	Econômico	819963-0
21***.***/0001-14	PA 8417/2026	Econômico	339854-0
21.***.***/0001-14	PA 8432/2026	Econômico	339854-0
192.***.***-15	PA 7773/2026	Econômico	225219-0

Os débitos poderão ser quitados à vista ou parcelados, observando-se as condições e os procedimentos estabelecidos pelas Leis Municipais nº 2.444/2005 e nº 4.068/2013, e demais normas aplicáveis. Para consulta e pagamento dos débitos pendentes, o contribuinte poderá emitir os respectivos boletos por meio da área restrita do Portal do Cidadão, mediante login e senha, ou comparecer presencialmente ao Setor de Tributação, localizado no térreo do Prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR.

Para formalização do parcelamento dos débitos, os contribuintes que sejam proprietários dos imóveis ou sócios das empresas deverão comparecer ao Setor de Tributação, munidos de seus documentos pessoais e demais documentos necessários à formalização do parcelamento. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a regularização dos débitos, e em cumprimento à legislação vigente e às medidas administrativas de cobrança aplicáveis, os valores pendentes poderão ser encaminhados para cobrança extrajudicial e/ou judicial, inclusive mediante inscrição ou manutenção em Dívida Ativa, protesto da Certidão de Dívida Ativa e demais medidas legalmente cabíveis.
Caso o contribuinte já tenha efetuado a regularização dos débitos junto à Municipalidade, deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamento ao Setor de Tributação, para conferência e eventual atualização da situação cadastral e financeira.

Pato Branco, em 21/09/26.

ROSANGELA DA SILVA ROSSATTI
Assistente em Gestão Cobrança da Dívida Ativa

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:226BC7A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026 – PROCESSO Nº 149/2026

OBJETO: Aquisição de elementos decorativos para a montagem de carros alegóricos que serão utilizados no desfile de natal do município a se realizar no dia 21 de novembro do ano de 2026, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 171.288,38.
DATA DE ABERTURA: 06 de outubro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br - www.canaldecomprasbrasil.com.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI –
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:9CDF938A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026 – PROCESSO Nº 148/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos audiovisuais e multimídia, equipamentos e materiais destinados ao Espaço Maker e à experimentação tecnológica, materiais de identificação e credenciamento, equipamentos de automação e apoio à infraestrutura dos ambientes, licenças de software e equipamentos de infraestrutura de rede, destinados à implantação e ao funcionamento do Coworking Municipal de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 278.340,58.
DATA DE ABERTURA: 07 de outubro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.canaldecomprasbrasil.com.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:C7712490

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 130/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 45/2024 - PROCESSO Nº 146/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR, CNPJ nº: 75.110.585/0001-00. **OBJETO**: Contratação de instituição com notória especialização para prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, visando à continuidade e consolidação da metodologia de Destino Turístico Inteligente (DTI) no Município de Pato Branco – PR, no exercício de 2026, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **VALOR**: R$ 68.170,10 (sessenta e oito mil, cento e setenta reais e dez centavos). **VIGÊNCIA**: 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 26542-31082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 22 de setembro de 2026.

CESAR GIOVANI COLINI GONÇALVES -
Representante Legal.

DIANALU DE ALMEIDA CALDATO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:BF5129B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 138/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 46/2024 - PROCESSO Nº 147/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Marcio Rocha, CPF nº 026.133.279-10. **OBJETO**: Locação de imóvel urbano, constituído por edificação em alvenaria, localizado na Rua Argentina, nº 456, Bairro Jardim das Américas, no Município de Pato Branco – PR, edificado sobre o Lote 08 da Quadra 428, matriculado sob o nº 20.190 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Pato Branco – PR, com área total de 900,00 m² e 341,86 m² de área construída, destinado à instalação e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para Pessoas Idosas, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **VALOR**: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do Contrato no PNCP. **DOTAÇÃO**: 26247-30840. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 22 de setembro de 2026.

MARCIO ROCHA -
Locador.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:3E9F5A77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026 - PROCESSO Nº 147/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.393/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e MARCIO ROCHA. CPF nº 026.133.279-10. **OBJETO:** Locação de imóvel urbano, constituído por edificação em alvenaria, localizado na Rua Argentina, nº 456, Bairro Jardim das Américas, no Município de Pato Branco – PR, edificado sobre o Lote 08 da Quadra 428, matriculado sob o nº 20.190 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Pato Branco – PR, com área total de 900,00 m² e 341,86 m² de área construída, destinado à instalação e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para Pessoas Idosas, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **VALOR TOTAL:** R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). **DOTAÇÃO:** 26247-30840. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 21 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

TANIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:689A89AC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 873 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando o contido no Memorando nº 25.538/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato abaixo relacionado, aprovado em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeado por meio do Edital de Convocação nº 111/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 865/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Agente de Apoio
FUNÇÃO	Motorista II
CANDIDATOS	**MOTIVAÇÃO**
Danilo de Sousa Belo	Requerimento final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:403DD6CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 874, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública, considerando o contido no Memorando nº 25.538/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Motorista II		
CANDIDATO	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Valter Luiz Cadena	43º	-	-

Art. 2º O candidato relacionado no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:FB6D27FF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 876 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando o contido no Memorando nº 38.359/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato abaixo relacionado, aprovado em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeado por meio do Edital de Convocação nº 107/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 851/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Educador Social
FUNÇÃO	Educador Social
CANDIDATOS	**MOTIVAÇÃO**
Marcia Aparecida de Godoi	Requerimento final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:11E7E64D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº877, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública, considerando o contido no Memorando nº 38.359/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Educador Social		
FUNÇÃO	Educador Social		
CANDIDATO(A)	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Bruna Troiani Bertoletti	6º	-	-

Art. 2º O candidato relacionado no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:A1028EB0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 878, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 28.721, de 18 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora pública **EMANUELLY MARTINS,** matrícula nº 11442-1/3, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Finanças, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:F7A90B2A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 879, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, e considerando o contido no Memorando nº 26.022, de 26 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar para FG13, a função gratificada concedida à servidora pública efetiva **TAIANE CAROLINA BERTOLLA**, Matrícula nº 7619-8, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Estacionamento Regulamentado junto a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

Art. 2º Revogar a função gratificada – FG11 concedida através da Portaria nº 1074, de 04 de setembro de 2025 à servidora de que trata o Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:0D3395F7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV Nº 047/2026

Concede pensão por morte de servidora pública municipal ativa aos dependentes João Gabriel Theodorovicz de Souza e Alan Zancanaro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e o DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88 da Lei Complementar Municipal nº 74, de 23 de abril de 2018, e demais disposições legais aplicáveis, em conformidade com o Protocolo nº28.4820/2026,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte decorrente do falecimento da servidora pública municipal ativa **ALINE TELES THEODOROVICZ**, ocorrido em 10/08/2026, CPF nº xxx.202.749-xx, servidora efetiva no cargo de Professora Educação Infantil 40h, matrícula nº 8524-3, em favor de seus dependentes, nos termos do art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 89 de 02/07/2021, c/c art. 40, § 7º, da Constituição Federal, Portaria 1467/2022 e demais normas previdenciárias aplicáveis, conforme segue:

1) 50% (cinquenta por cento) que corresponde a cota no valor de R$ 1.487,58 (um mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) a **JOAO GABRIEL THEODOROVICZ DE SOUZA,** (filho), nascido em 23/08/2006, portador do CPF XXX.221.259-XX, **de forma temporária até 23/08/2027**, data em que a cota individual de 10 (dez) pontos percentuais desse dependente cessará com a perda dessa qualidade e não será reversível aos demais dependentes.

2) 50% (cinquenta por cento) que corresponde a cota no valor de R$ 1.487,58 (um mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) ao Sr**. ALAN ZANCANARO**, convivente, nascido em 13/11/1995, inscrito no CPF XXX.759.939-XX, **de forma temporária até 13/11/2040**, data em que a pensão cessará e não será reversível aos demais dependentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de **10/08/2026**, data do óbito da instituidora, ficando sua eficácia sujeita ao registro do ato concessório pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, nos termos da legislação aplicável.

Cumpra-se. Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 21 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente – PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:6B1E1D13

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV Nº 048/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 29.662/2026- PATOPREV;
CONSIDERANDO:
A decisão da servidora pública municipal de permanecer em atividade.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Abono de Permanência,** com fundamento no art. 8º da LC 89/2021, inciso III, a **LORENA MARIA ZAGO BERGAMO,** servidora pública municipal, matrícula 7220-6, inscrita no CPF sob nº xxx.476.109-xx, ocupante do cargo Assistente em Saúde, função Auxiliar de Farmácia 40h, por ter preenchido os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com base no Art. 40, § 1º, III da CF/88, c/c Art. 60-B da Lei Orgânica, c/c Art. 4º da Lei Complementar nº 89/2021, c/c Art.10º da EC nº 103/2019 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 22 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:3A1F9A4F

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.652, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Programa "Banco de Material Esportivo" no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pato Branco, o Programa "Banco de Material Esportivo", com a finalidade de receber, catalogar, armazenar e redistribuir gratuitamente materiais esportivos novos ou usados, em condições adequadas de utilização, destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como a projetos esportivos, educacionais, sociais e comunitários.

Art. 2º O Programa "Banco de Material Esportivo" tem por objetivo promover o acesso ao esporte, ao lazer e à atividade física, incentivar a doação e o reaproveitamento de materiais esportivos, apoiar iniciativas sociais e comunitárias voltadas à prática esportiva e contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento físico, social e emocional da população.

Art. 3º O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ou por outro órgão designado pelo Poder Executivo, podendo ser desenvolvido em parceria com instituições de ensino, clubes, associações esportivas e comunitárias, empresas, entidades privadas e organizações da sociedade civil.

Art. 4º Poderão ser recebidos materiais esportivos novos ou usados que estejam em condições adequadas de utilização, tais como bolas, redes, uniformes, calçados esportivos, raquetes, cones, coletes, equipamentos de proteção e demais itens destinados à prática de atividades esportivas e recreativas.

Parágrafo único. Os materiais recebidos deverão passar por triagem, higienização e avaliação técnica antes de sua destinação aos beneficiários, ficando vedado o recebimento de materiais inservíveis ou sem condições de reutilização, ressalvados aqueles passíveis de recuperação ou conserto.

Art. 5º O Poder Executivo poderá promover campanhas de arrecadação e firmar parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas para a execução e ampliação das ações relacionadas ao Programa.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei estabelecendo os procedimentos necessários para o recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos materiais, bem como os critérios para cadastramento e atendimento dos beneficiários.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria dos vereadores Joecir Bernardi e Alexandre Zoche.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:1108CDA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDDCA

RESOLUÇÃO 044/2026

Súmula: Aprova o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.338/2010 e suas alterações, por meio de deliberação em sessão extraordinária realizada em 21 de setembro de 2026
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Pato Branco, 21 de setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE GALVAN GNOATTO
Presidente
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:F2FD4322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDDCA

RESOLUÇÃO 045/2026

Súmula: Aprova o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pato Branco/PR, referente ao 4º Bimestre de 2026, apresentado pelo órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social, Unidade: 02 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDCA) de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.338/2010 e suas alterações, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada em 21 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Aprovar o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pato Branco/PR, referente ao 4º Bimestre de 2026, apresentado pelo órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social, Unidade: 02 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições contrárias.
Pato Branco 21 de setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE GALVAN GNOATTO
Presidente
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:8535053F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
RESOLUÇÃO N° 84, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Vereadores de Paula Freitas, Estado do Paraná, APROVOU e eu. Presidente, PROMULGO a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral de 2026 (Lei n° 1.709/2025 - LOA, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional e programática:

CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
01 PODER LEGISLATIVO
01 01 CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
0101.01 Legislativa
0101.01.031 Ação Legislativa
0101.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 Manutenção dos serviços administrativos
...
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica 30.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura dos valores indicados serão através da anulação parcial das seguintes dotações:

CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
01 PODER LEGISLATIVO
01 01 CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
0101.01 Legislativa
0101.01.031 Ação Legislativa
0101.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 Manutenção dos serviços administrativos
...
3.1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas-pessoal 30.000,00

Art. 3º Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas Leis nº 1.705/2025 - LDO para o Exercício de 2026 e nº 1.690/2025 - PPA para o Exercício de 2026-2029.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paula Freitas, PR, 21 de setembro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:66C5FA83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 18/2026

RESOLUÇÃO Nº 18/2026, de 22 de setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde de Paula Freitas, Estado do Paraná.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas de suas atribuições legais, criado pela Lei Municipal nº 348/91 de 22 de junho de 1991, reestruturado através da Lei Municipal nº 887/2007 de 15 de março de 2007, alterado pela Lei nº 1.034/2009 de 02 de setembro de 2009 e conferidas pela Lei complementar nº 141/2012 de 13 de janeiro de 2012, pela Lei nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas da secretaria municipal de saúde de Paula Freitas/PR referente ao 2º quadrimestre de 2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao Parágrafo 2º, do Artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990, juntamente com a Presidente e Secretária Geral do Conselho, em cumprimento ao Parágrafo único, do Artigo 10º do Regimento Interno do Conselho, *Assinam* a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente *Homologada* e *Publicada*.

Paula Freitas-PR, 22 de setembro de 2026.

CLÁUDIA SIMONE DOS REIS SCARATTI
Presidente Do Conselho Municipal De Saúde

CARINA BALSANELLO
1ª Secretária do Conselho Municipal de Saúde

MARIA ROSEMEIDE KIMITA
Secretária Municipal De Saúde

O Prefeito Municipal, dando cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º, do Artigo 1º da Lei Federal nº 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990, *HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO*.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:6EA042F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

Concurso Público - Edital nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público nº 01/2026, Homologado em 13 de agosto de 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionados para apresentarem-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos, munidos da documentação exigida, para fins de admissão nos cargos para os quais foram classificados, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme disposto no item 19.6 do Edital do Concurso em epigrafe.

Cargo: Técnico de Enfermagem - Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Inscrição nº
6.º Lugar	Sahra Tetuy Kozowski	23815481
7.º Lugar	Giseli Vitória de Moura	23812794

Paula Freitas, 22 de setembro de 2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B756D064

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE/2026

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE/2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, PR, convida a população em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** DE APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS, relativas ao segundo quadrimestre de 2026, que se realizará no dia 29 de setembro de 2026, nas dependências da Câmara Municipal, com transmissão online, nos seguintes horários:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE – 09:00 h
PREFEITURA MUNICIPAL – 10 h

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:12C044FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 234/2026

PORTARIA Nº 234/2026

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO CARGO DE NUTRICIONISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ, SR. IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora **MARIA REGIANE KATRUCHA**, matrícula nº **971**, ocupante do cargo de **Nutricionista**, por meio do qual solicita sua exoneração do cargo público municipal;
CONSIDERANDO a manifestação expressa de vontade da servidora em desligar-se do cargo que ocupa no quadro de pessoal do Município de Paulo Frontin;
CONSIDERANDO que a servidora informa, em seu requerimento, ter sido convocada para assumir outro cargo público decorrente de aprovação em concurso público, em município mais próximo de sua residência;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica **exonerada, a pedido**, a servidora **MARIA REGIANE KATRUCHA**, matrícula nº **971**, ocupante do cargo efetivo de **Nutricionista**, do quadro de pessoal do Município de Paulo Frontin.
Art. 2º. A exoneração de que trata o artigo anterior produzirá efeitos a partir de **21 de setembro de 2026**.
Art. 3º. O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder às anotações e aos registros funcionais pertinentes, bem como adotar as demais providências administrativas decorrentes da exoneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 21 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C1F658F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 235/2026

PORTARIA Nº 235/2026

RETIFICA A PORTARIA Nº 198/2026, EM RAZÃO DE RELATÓRIO DE RETIFICAÇÃO EMITIDO PELA APOIO SST – ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO, QUANTO AO ENQUADRAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ, SR. IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Portaria nº 198/2026, que dispõe sobre a regularização dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores públicos municipais, com fundamento nas condições ambientais de trabalho e nas avaliações técnicas realizadas pela Segurança e Saúde do Trabalho;
CONSIDERANDO que a Portaria nº 198/2026 foi elaborada com fundamento no Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, no Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LIP, no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e no Relatório Técnico para Análise de Adicionais – por Servidor, elaborado pela APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho;
CONSIDERANDO a Portaria nº 207/2026, que estabelece procedimento para solicitação de revisão dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores abrangidos pelas Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026, bem como institui formulário padrão para requerimento;
CONSIDERANDO o requerimento de revisão do adicional de insalubridade apresentado pelo servidor **MARIO AUGUSTO POLISCZUK, matrícula nº 621**, nos termos do procedimento estabelecido pela Portaria nº 207/2026;
CONSIDERANDO que, em atendimento ao procedimento previsto na Portaria nº 207/2026, o caso foi submetido à análise da **APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho**, para reavaliação das condições de trabalho e das atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor;
CONSIDERANDO o recebimento do **Relatório de Retificação – Análise de Adicionais por Servidor – Insalubridade – Competência 07/2026**, emitido pela APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho, contendo a revisão do enquadramento técnico de servidores anteriormente classificados quanto ao adicional de insalubridade;
CONSIDERANDO que o referido Relatório de Retificação revisou o parecer técnico anteriormente emitido quanto aos servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais que constavam com adicional de insalubridade em grau máximo de 40% (quarenta por cento), mediante nova análise das condições de trabalho, das atividades efetivamente executadas e da lotação atual;
CONSIDERANDO que a nova avaliação técnica concluiu pela manutenção do adicional de insalubridade em grau máximo, correspondente a **40% (quarenta por cento)**, para os servidores **JEFFERSON PETCHEVIST BRAZ, JOSÉ IVERSON MACHADO DA ROSA, KELVIN TIBES DE MEDEIROS, MARIO AUGUSTO POLISCZUK e PAULO BERTO**, em razão da execução habitual de atividades relacionadas à **coleta e industrialização de lixo urbano**;
CONSIDERANDO que, em relação às servidoras **MARCIA CHOJNACKI** e **ROSANE ULTCHAK**, a avaliação técnica constatou o desempenho de atividades de limpeza e higienização em estabelecimento de assistência à saúde, caracterizando exposição correspondente ao **grau médio de insalubridade, de 20% (vinte por cento)**;
CONSIDERANDO que o Relatório de Retificação recomenda a manutenção do adicional de 40% (quarenta por cento) para os cinco servidores que exercem atividades relacionadas à coleta e industrialização de lixo urbano, bem como a alteração do adicional de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento) para as servidoras Marcia Chojnacki e Rosane Ultchak;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar os registros funcionais e a folha de pagamento municipal às conclusões da nova avaliação técnica;
CONSIDERANDO que o Relatório de Retificação substitui, exclusivamente quanto aos servidores nele relacionados, o parecer técnico anteriormente utilizado como fundamento para o enquadramento constante da Portaria nº 198/2026, permanecendo inalterados os demais enquadramentos nela estabelecidos;
RESOLVE:
Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 198/2026, exclusivamente quanto ao enquadramento do adicional de insalubridade dos servidores relacionados na presente Portaria, em conformidade com as conclusões constantes do Relatório de Retificação – Análise de Adicionais por Servidor – Insalubridade – Competência 07/2026, elaborado pela APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho.
Art. 2º Fica mantido o adicional de insalubridade em grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento), para os seguintes servidores:
I – JEFFERSON PETCHEVIST BRAZ, matrícula nº **943**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
II – JOSÉ IVERSON MACHADO DA ROSA, matrícula nº **376**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
III – KELVIN TIBES DE MEDEIROS, matrícula nº **992**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
IV – MARIO AUGUSTO POLISCZUK, matrícula nº **621**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
V – PAULO BERTO, matrícula nº **379**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.
Parágrafo único. A manutenção do adicional de insalubridade em grau máximo decorre da caracterização técnica da execução habitual de atividades relacionadas à **coleta e industrialização de lixo urbano**, conforme avaliação realizada pela Segurança e Saúde do Trabalho.
Art. 3º Fica estabelecido o adicional de insalubridade em grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento), para as seguintes servidoras:
I – MARCIA CHOJNACKI, matrícula nº **666**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
II – ROSANE ULTCHAK, matrícula nº **238**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.
Parágrafo único. O enquadramento em grau médio decorre da avaliação técnica das atividades de limpeza e higienização realizadas em estabelecimento de assistência à saúde, nas condições descritas no Relatório de Retificação da APOIO SST.
Art. 4º Fica retificada a lotação funcional das servidoras MARCIA CHOJNACKI, matrícula nº 666, e ROSANE ULTCHAK, matrícula nº 238, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme constatado na avaliação técnica realizada pela Segurança e Saúde do Trabalho.
Art. 5º A presente Portaria substitui, exclusivamente quanto aos sete servidores nela relacionados, o enquadramento anteriormente estabelecido na Portaria nº 198/2026, permanecendo inalteradas as demais disposições e os enquadramentos dos demais servidores constantes do referido ato.
Art. 6º O pagamento dos adicionais de insalubridade previstos nesta Portaria permanecerá condicionado à manutenção das condições de trabalho e do enquadramento técnico que fundamentam sua caracterização, devendo eventual alteração de função, atividade, setor, lotação, ambiente de trabalho ou

condição de exposição ser comunicada ao setor responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho para nova avaliação, quando cabível.
Art. 7º O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder às alterações necessárias nos registros funcionais e na folha de pagamento, observando os percentuais e enquadramentos estabelecidos nesta Portaria.
Art. 8º Os efeitos financeiros decorrentes da presente retificação observarão a recomendação constante do Relatório de Retificação da APOIO SST, com aplicação a partir da competência subsequente à ciência dos servidores, resguardados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 9º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições da Portaria nº 198/2026 que não forem expressamente modificadas pela presente Portaria.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 21 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C006E928

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 236/2026

PORTARIA Nº 236/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ, SR. IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129 a 153 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito constitucional às férias anuais remuneradas dos servidores da Fundação Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO o cronograma de férias elaborado pelas chefias imediatas e homologado pela Administração;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, conforme segue:
I – DAIANA DAVIES SIERPINSKI, matrícula nº **736**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CARAZINHO/BOM RETIRO**, referente ao período aquisitivo de **05/02/2025 a 04/02/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias de férias**, no período de **08/09/2026 a 22/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **23/09/2026**.
II – ELINEIA BAGNIUK TALAMINI, matrícula nº **754**, ocupante do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, referente ao período aquisitivo de **08/05/2025 a 07/05/2026**, concedendo-lhe **20 (vinte) dias de férias**, no período de **12/10/2026 a 31/10/2026**, com conversão de **10 (dez) dias em abono pecuniário**, devendo retornar às suas atividades em **01/11/2026**.
Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º Os servidores deverão reassumir suas funções na data de retorno estabelecida nesta Portaria, observada a escala de trabalho da Fundação Municipal de Saúde.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada servidor
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:B6297333

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 237/2026

PORTARIA Nº 237/2026

SUSPENDE, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, OS EFEITOS DAS PORTARIAS Nº 198/2026 E Nº 199/2026, BEM COMO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELAS DECORRENTES, PARA FINS DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE REVISÃO APRESENTADOS PELOS SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ, SR. IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Portaria nº 198/2026, que dispõe sobre a regularização dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO a Portaria nº 199/2026, que dispõe sobre a regularização do pagamento do adicional de insalubridade dos servidores da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin;
CONSIDERANDO a existência dos documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho que fundamentaram as Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026, especialmente o LTCAT, LIP, PGR e demais avaliações técnicas pertinentes;
CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 207/2026, que estabeleceu procedimento administrativo para solicitação de revisão da caracterização, do grau ou da cessação dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores abrangidos pelas Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026;
CONSIDERANDO que, nos termos da Portaria nº 207/2026, os pedidos de revisão devem ser submetidos à análise administrativa e técnica, considerando as atividades efetivamente desempenhadas, as condições reais de trabalho, os riscos ocupacionais, a exposição, os equipamentos de proteção e os documentos técnicos pertinentes;
CONSIDERANDO o recebimento e protocolo, junto ao Departamento de Recursos Humanos, de diversos pedidos de revisão relacionados às Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026, formalizados por meio dos Processos/Protocolos nº **0001006/2026, 0001202/2026, 0001234/2026, 0001235/2026, 0001236/2026, 0001237/2026, 0001251/2026, 0001276/2026, 0001289/2026, 0001335/2026, 0001336/2026, 0001337/2026, 0001338/2026, 0001339/2026, 0001340/2026, 0001341/2026, 0001342/2026, 0001343/2026, 0001344/2026, 0001345/2026, 0001346/2026, 0001347/2026, 0001348/2026, 0001349/2026, 0001350/2026, 0001351/2026, 0001352/2026, 0001353/2026, 0001354/2026, 0001355/2026, 0001356/2026, 0001357/2026, 0001358/2026, 0001359/2026, 0001360/2026, 0001361/2026, 0001362/2026, 0001363/2026, 0001364/2026, 0001365/2026, 0001366/2026, 0001367/2026,** todos devidamente registrados no sistema Fly Protocolo;
CONSIDERANDO a quantidade e a diversidade das solicitações apresentadas pelos servidores, bem como a necessidade de análise individualizada das situações funcionais e das respectivas condições de trabalho;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar prazo adequado para a conferência dos pedidos apresentados, análise dos documentos funcionais e técnicos e, quando necessário, encaminhamento para nova avaliação pelo setor responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho;
CONSIDERANDO que a Portaria nº 207/2026 estabelece expressamente que o protocolo do pedido de revisão, por si só, não implica a suspensão dos efeitos das Portarias nº 198/2026 e nº

199/2026, sendo necessária determinação administrativa específica para eventual suspensão;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de resguardar a adequada instrução dos processos administrativos e possibilitar a conclusão das análises antes da definição definitiva dos enquadramentos dos adicionais;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, os efeitos das Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026, bem como dos atos administrativos delas decorrentes, relativamente aos adicionais de insalubridade e periculosidade por elas disciplinados.
Art. 2º A suspensão estabelecida no artigo anterior possui caráter temporário e administrativo, destinando-se a possibilitar a análise dos pedidos de revisão protocolados pelos servidores e a realização das providências administrativas e técnicas necessárias à adequada verificação das situações funcionais.
Art. 3º Durante o período de suspensão, o Departamento de Recursos Humanos deverá dar regular prosseguimento aos processos de revisão protocolados nos termos da Portaria nº 207/2026, promovendo os encaminhamentos necessários para análise administrativa e técnica.
Art. 4º A suspensão prevista nesta Portaria não implica o reconhecimento de procedência dos pedidos de revisão, tampouco representa conclusão definitiva quanto à caracterização, grau, manutenção, alteração ou cessação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, permanecendo cada situação sujeita à análise técnica e administrativa correspondente.
Art. 5º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos das Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026 serão restabelecidos, salvo se houver nova determinação administrativa decorrente das conclusões das análises realizadas no período, observada a legislação aplicável e os documentos técnicos pertinentes.
Art. 6º Compete ao Departamento de Recursos Humanos adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria, inclusive quanto aos registros funcionais e procedimentos relacionados à folha de pagamento.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:27A81295

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2025.

OBJETO: Alterar a quantidade e valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **J.F COMÉRCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.**
ORIGEM: Contrato 177/2025 na modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2025.
VALOR ORIGINAL: R$ 7.579,25 (sete mil quinhentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 7.884,31 (sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 19/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:738F6CA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PIÊN/PR – PIÊN PREV
RETIFICAÇÃO PORTARIA 016/2026

PORTARIA Nº 019, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

retifica portaria nº 016 que Concedeu aposentaria a LUZ MARINA VOIGT CORDEIRO.

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên - PIENPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 58/2025, com fundamento no inciso XIII do Decreto nº 176, de 12 de dezembro de 2011, que aprovou o Regimento Interno do PIENPREV, e considerando o processo de aposentadoriada servidora LUZ MARINA VOIGT CORDEIRO,
RESOLVE:
Art. 1º Fica concedida a servidora LUZ MARINA VOIGT CORDEIRO, brasileira, servidora pública, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, inscrita na matrícula 0471711, aposentadoria por Idade, com proventos mensais e proporcionais, com fundamento no art. 31 da Lei Complementar nº 002/2024.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 6.308,55 (seis mil, trezentos oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme demonstrativo de cálculo e com base no artigo 31 da Lei Complementar nº 002/2024.
Art. 3º O reajuste será nos termos do Regime Geral de Previdência Social, conforme prevê o inciso Il do art. 32 da Lei Complementar n° 002/2024.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos financeiros a 15 de Setembro de 2026.
Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

JACQUELINE NIEZER
Diretora Executiva

Publicado por:
Jacqueline Niezer
Código Identificador:E3AEED50

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

(EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP)

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE**, **para o objeto a seguir:**
OBJETO: FABRICAÇÃO DE 01 MESA SOB MEDIDA E REFORMA DE MESA DE REUNIÕES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências
estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos
REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
VALOR TOTAL ESTIMADO: CONFORME PESQUISA DE PREÇOS
FORMA DE EXECUÇÃO: Os produtos serão solicitados de em parcela única.

Os interessados em participar do processo poderão obter a íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação nº 016/2026 e seus anexos junto à Secretaria da Câmara, sediada na Rua Amazonas, nº 170, Centro, em Piên/PR, ou acessando: https://www.pien.pr.leg.br/ ou e-mail: licitacao@pien.pr.leg.br.
As propostas, assim como os documentos de habilitação, deverão ser encaminhadas no e-mail licitacao@pien.pr.leg.br ou entregues por meio de protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, nos horários indicados a seguir:
Data e hora de início do recebimento da proposta: 8h do dia 24/09/2026. Data e hora de término do recebimento de proposta: 28/09/2026, até às:
23h59min pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou;
17h00min no protocolo da Secretaria da Câmara Municipal.
A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação Portaria nº 003/2024

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:27559596

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 011/2026– Pregão Eletrônico 004/2026

Contratado: ANDRE F GRANDI LTDA
CNPJ sob o nº 41.7xx.xxx/0001-00
Objeto: Construção de estrutura metálica com cobertura em policarbonato na Câmara Municipal de Piên, conforme edital e seus anexos .
Valor total: R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
Vigência de: 06 (seis) meses.

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
3.3.90.39.16.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

Piên/PR; 16 de setembro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:46595DA2

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICA

Objeto: Construção de estrutura metálica com cobertura em policarbonato.
Modalidade de Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço.
Homologação: 15/09/2026
Local: Plataforma eletrônica: www.bnc.com.br
Empresa vencedora: ANDRE F GRANDI LTDA
CNPJ: 41.7xx.xxx/0001-00

Câmara Municipal de Piên/PR, 16 de setembro de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:06982F97

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 008/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
Contratado: CLARO S/A – CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Objeto: Contratação de 11 (Onze) linhas telefônicas e fornecimento de *chip's* em regime de comodato, conforme especificações descritas na Dispensa de Licitação.

Fica aditivado 1 (uma) linha ao contrato originário, tendo acréscimo no valor mensal de R$ 30,89 (trinta reais e oitenta e nove centavos).

A demais clausulas permanecem inalteradas.

Dotação orçamentária:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39. 00.00 – Outros Serviços de Terceiro PJ
3.3.90.39.58.00 – Serviços de Telecomunicações

Piên/Paraná, 15 de setembro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:4A72CB7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

O **MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná**, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSA, cautelar e temporariamente, a Concorrência Eletrônica nº 10/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, no âmbito da microgeração distribuída.
A suspensão decorre da necessidade de **revisão técnica do projeto e dos documentos que fundamentam a contratação**, conforme Parecer Técnico constante dos autos, visando assegurar a adequada caracterização do objeto e a segurança técnica e jurídica do procedimento.
Durante o período de suspensão, o certame não avançará para as etapas de adjudicação, homologação ou contratação.
Concluída a revisão técnica, o Município divulgará decisão quanto ao prosseguimento do procedimento e às demais providências eventualmente necessárias.

A presente suspensão possui caráter preventivo e não implica, neste momento, anulação ou revogação do certame.
Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:3BADC0B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 064/2026

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026**, o qual tem como objeto a "**Contratação de empresa para locação de aparelho de CPAP com máscara e tubo incluso conforme solicitação Secretaria Municipal de Saúde**", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.647.178/0001-42, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 6.576,00 (seis mil e quinhentos e setenta e seis reais).

Piên/PR, 22 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3597DAC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1233, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1233, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **DANIELLI DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 030.***.***-** matrícula funcional 101591, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9526/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 21 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:6F70CF19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1236, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1236, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ANDSON MAYESK COSTA NUNES,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 032.***.***-** matrícula funcional 4766287, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação na capacitação – Módulo Temas Emergentes	23, 24 e 25/09/2026	Curitiba/PR	3 (três)	R$ 272,00	9525/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 21 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:FEC076AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1252, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1252, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **JOENE ALVES SANTOS,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 001.***.***-** matrícula funcional 4766240, ocupante do cargo público de **Enfermeiro,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da Rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9581/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:1433FDF4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1254, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1254, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MONICA KARPINSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 072.***.***-** e matrícula funcional 4766202, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da Rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Araucária/PR	1(um)	R$ 61,00	9579/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F83CFFF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO 01

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 01
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 01/2024
SIGNATÁRIOS 1: MUNICÍPIO DE PIÊN
Signatário 2: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PIÊN – CODEPI
Prazo de vigência alterado: 04/09/2026
Objeto: Serviços técnicos especializados
Data de Assinatura: 01/09/2025

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:ECDFB394

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 191/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5960 - Decreto n° 191/2026 de 21/09/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro	3.682,18
Despesa		
06 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	3.682,18
06.002 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048 RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
2231 5185 INVESTIMENTO FINANC EQUIPAMENTO REABILITAÇÃO - RESOLUÇÃO 870/2021 - SESA		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
06 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	3.682,18
06.002 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048 RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2241 5185 INVESTIMENTO FINANC EQUIPAMENTO REABILITAÇÃO - RESOLUÇÃO 870/2021 - SESA		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	3.682,18
Suplementar	Superávit Financeiro	Anulação	3.682,18

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:BF8DC862

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

COMPRASGOV- 17/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **05/10/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à distribuição aos usuários do SUS atendidos pelo Centro de Saúde NIS I de Pinhal de São Bento, bem como de medicamentos destinados ao consumo interno (injetáveis) e utilizados no atendimento de urgências e emergências da Unidade Básica de Saúde (UBS)".
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/10/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 22/09/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:A6843EC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 191/2026

DECRETO 191/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 3.682,18 (Três mil e seiscentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 21 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C8386170

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede a Avenida São Roque,178 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, denominado **CONTRATANTE** e de outro, **VANESSA DE CASTRO,** brasileira, maior, inscrita no CPF sob o nº 121.***.***.-07, residente e domiciliada na cidade de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, denominada **CONTRATADA**, o qual se regerá pela Municipal nº 1.132/2026, e em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 – Edital de Abertura n0 01/2026 de 15 de maio de 2026 e pela seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 09/2026

OBJETO: A presente contratação tem por finalidade atender as necessidades de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.132/2026 especificamente, na prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATADO: VANESSA DE CASTRO
VALOR TOTAL: R$ 1.928,81 (Um novecentos e vinte e oito real e oitenta e um centavos) mensal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026, Edital de Abertura nº 01/2026, e Homologação do Resultado Final Edital nº 15/2026.

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/09/2027

Pinhal de São Bento, em 22 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:012DFA97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3416/2026

PORTARIA N.º 3.416/2026

SÚMULA: Exonerar a pedido Vanessa de Castro ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a partir de 21 de setembro de 2026, a servidora pública municipal, Vanessa de Castro, cpf sob nº 104.***.***.-90, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Temporário, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, do quadro de cargos temporário, deste Executivo Municipal.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:F7849F1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3417/2026

PORTARIA N.º 3.417/2026

SÚMULA: Nomeia Vanessa De Castro para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1.132 de 24 de março de 2026,** e, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 - Edital de Abertura nº 01/2026 de 15 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 22 de setembro de 2026, Vanessa de Castro**,** portadora do CPF nº 104.***.***.—90, para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de **22 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:A5AE745C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2025

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2025

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede administrativa na Avenida São Roque,178 cidade de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, e do outro lado o Sra., **VANESSA DE CASTRO,** têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a cláusula 8ª do Contrato Temporário de nº 04/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a rescisão a pedido, do CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 04/2025, celebrado em 10 de junho de 2025

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
As partes elegem o foro da comarca de Ampere/PR para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

Pinhal de São Bento/Pr, em 21 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:2CFDC831

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 322/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista

DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 23/09/2026 (Saída 06:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,75 = 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Pedro de Macedo Varela para consulta no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	750.***.***-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 22 de setembro de 2026
Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F14B7EF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, em nome da transparência na gestão fiscal, a realização de debate, audiência pública e consulta pública, no âmbito do processo de elaboração do Projeto de Lei referente à Lei de Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027.
Esta convocação está em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades, a evento realizado na Câmara Municipal de Piraquara, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1511, Centro, no dia 02 de outubro de 2026 às **15h30**.

Piraquara, em 21 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:8CF5264C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.032/2026

Institui e regulamenta o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas de Piraquara - CGM Piraquara, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal de 1988, que asseguram às empresas de pequeno porte e às microempresas tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;
CONSIDERANDO as diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
CONSIDERANDO o previsto na Lei Complementar Estadual nº 163, de 29 de outubro de 2013, que instituiu o Estatuto Paranaense da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná,
DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIAS
Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas de Piraquara (CGM Piraquara), com o objetivo de gerenciar, deliberar e coordenar as políticas públicas de desenvolvimento, fomento e apoio aos Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito do Município de Piraquara.

Art. 2º Compete ao CGM Piraquara:

I - acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município;
II - orientar e assessorar a formulação, implementação e coordenação da política municipal de desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
III - acompanhar as deliberações e estudos desenvolvidos pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e demais instâncias correlatas;
IV - propor, acompanhar e promover ações voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios, da competitividade e do empreendedorismo local;
V - acompanhar e apoiar a execução dos programas municipais voltados ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento dos pequenos negócios;
VI - coordenar a formulação e a execução da política municipal de desenvolvimento dos pequenos negócios, em consonância com as legislações federal e estadual;
VII - promover a articulação entre os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e as entidades representativas do setor produtivo;
VIII - propor a desburocratização de processos de abertura, alteração, licenciamento e fechamento de empresas, visando à simplificação do registro integrado à Redesim;
IX - estimular a participação das micro e pequenas empresas locais nas compras públicas do município, propondo editais exclusivos ou com cotas reservadas, nos termos da lei;
X - apoiar o funcionamento e fortalecimento da Sala do Empreendedor de Piraquara;
XI - deliberar sobre programas de capacitação, associativismo e inovação tecnológica voltados ao empreendedorismo local.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Art. 3º O Comitê Gestor Municipal será composto pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:
I - 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) representantes suplentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
II - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
III - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
IV - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Finanças;
V - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
VI - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração / Setor de Licitações;
VII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal da Mulher;
VIII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Gabinete do Prefeito;
IX - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Piraquara - ACIAPI;
X - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Câmara Municipal de Vereadores;
XI - o(s) Agente(s) de Desenvolvimento designado(s) por decreto.

§ 1º Os membros titulares do Comitê Gestor Municipal serão indicados pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, sendo que para isso, o secretário poderá solicitar e/ou aceitar recomendações de componentes de instituições públicas ou privadas.
§ 2º Os representantes e respectivos suplentes serão indicados pelos Secretários ou Presidentes dos órgãos e entidades representadas e designados por ato do Prefeito Municipal.
§ 3º Os membros titulares e suplentes exercerão mandato enquanto perdurar sua designação a qual pode ser revista a qualquer tempo, vínculo com o órgão ou entidade representada.

Art. 4º A Presidência do Comitê Gestor Municipal será exercida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, ou por quem estiver respondendo legalmente pela Pasta.
§ 1º Nas ausências ou impedimentos do Presidente, a reunião será conduzida por um dos representantes titulares da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico designado pelo Presidente.
§ 2º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico designará equipe para exercer a Secretaria Executiva do Comitê Gestor, responsável pelo apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao seu funcionamento.

Art. 5º A função de membro do CGM Piraquara é considerada de relevante interesse público e não será remunerada a qualquer título.

Art. 6º Compete ao Presidente do Comitê Gestor:
I - convocar e presidir as reuniões;
II - coordenar a execução das deliberações;
III - representar institucionalmente o Comitê;
IV - decidir, mediante voto de qualidade, os casos de empate;
V - expedir os atos necessários ao funcionamento do Comitê.
Art. 7º Compete ao Agente de Desenvolvimento:
I - articular ações voltadas ao desenvolvimento econômico local;
II - acompanhar a execução das deliberações do Comitê;
III - promover a integração entre os órgãos públicos, entidades parceiras e empreendedores;
IV - desempenhar outras atribuições definidas pelo Comitê Gestor.

Parágrafo único. O Agente de Desenvolvimento deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação aplicável e possuir capacitação específica para o exercício da função.

Art. 8º As deliberações do Comitê Gestor serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate, ressalvadas as hipóteses previstas em seu Regimento Interno.

Art. 9º À Secretaria Executiva compete:
I - prestar apoio administrativo e técnico ao Comitê;
II - organizar as reuniões;
III - elaborar atas e demais documentos;
IV - acompanhar a execução das deliberações;
V - manter atualizado o arquivo documental do Comitê;
VI - exercer outras atribuições determinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO
Art. 10. O Comitê Gestor terá a seguinte estrutura organizacional básica:
I - Presidência;
II - Secretaria Executiva;
III - Plenário.
Parágrafo único. A Presidência do Comitê e a Secretaria Executiva serão exercidas na forma do art. 4º deste Decreto.

Art. 11. O CGM Piraquara reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.
Parágrafo único. As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente a prerrogativa prevista no inciso IV, do art. 6° deste Decreto.

Art. 12. O Comitê poderá criar Grupos de Trabalho (GTs) temáticos e temporários para analisar e propor soluções sobre temas específicos, tais como Compras Públicas, Desburocratização/REDESIM, Educação Empreendedora, dentre outros.
Parágrafo único. Poderão ser convidados representantes de órgãos públicos, instituições privadas, entidades de classe, universidades e organizações da sociedade civil para participar das atividades dos Grupos de Trabalho, sem direito a voto.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. O Comitê Gestor elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 14. Os casos omissos serão deliberados pelo Comitê Gestor, observadas as disposições da Lei Ordinária Municipal nº 1.152/2011 e da legislação aplicável.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos Municipais nº 4.349/2014, nº 11.167/2023 e nº 11.185/2023.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C9A727CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.045/2026

Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16001 - Encargos Gerais do Município
16.001.28.843.0002.2.048 - Encargos Gerais da Dívida Pública

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.2.90.21.00.00	547	31522	Juros Sobre a Dívida por Contrato	R$ 1.000.000,00
4.6.90.71.00.00	549	31522	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R$ 1.300.000,00
Total				**R$ 2.300.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:8A6D5BDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.046/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 4.301.500,00 (quatro milhões trezentos e um mil e quinhentos reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 4.301.500,00 (quatro milhões trezentos e um mil e quinhentos reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

04.000 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
04.001 – CONTROLADORIA GERAL
04.001.04.124.0002.2.004 – Coordenação das atividades de controle

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	36	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 10.000,00
Total				**R$ 10.000,00**

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.002.12.361.0003.2.016 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
.3.1.90.11.00.00	229	103	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 2.500.000,00
3.1.91.13.00.00	231	103	Contribuições Patronais	R$ 400.000,00
3.1.91.13.00.00	231	104	Contribuições Patronais	R$ 300.000,00
Total				**R$ 3.200.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	299	494	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 375.000,00
Total				**R$ 375.000,00**

11.001.10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	346	510	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 618.000,00
Total				**R$ 618.000,00**

13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2056 –Bloco da Proteção Social Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	439	934	Equipamentos e material permanente	R$ 5.000,00
Total				**R$ 5.000,00**

13.003.08.244.0006.2067 –Bloco deUnificação da Proteção Social Especial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	451	941	Outros serviços de Terceiros - PessoaJurídica	R$ 1.000,00
4.4.90.52.00.00	664	941	Equipamentos e material permanente	R$ 7.500,00
Total				**R$ 8.500,00**

16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.001.28.846.0002.2.049 - Encargos Gerais da Administração Municipal

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.01.00.00	550	1000	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	R$ 15.000,00
3.3.90.39.00.00	553	1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
3.3.90.47.00.00	554	1000	Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 60.000,00

Total	**R$ 85.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04.000 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
04.001 – CONTROLADORIA GERAL
04.001.04.124.0002.2.004 – Coordenação das atividades de controle

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	50	1000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
Total				**R$ 10.000,00**

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.002.12.361.0003.2.016 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	216	1000	Outros serviços de Terceiros - PessoaFísica	R$ 700.000,00
Total				**R$ 700.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.122.0007.2022 – Atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Gestão do SUS

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.33.00.00	284	510	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 34.500,00
3.3.90.39.00.00	289	510	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 434.500,00
Total				**R$ 469.000,00**

11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.33.00.00	309	494	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 23.000,00
3.1.91.13.00.00	303	494	Contribuições Patronais	R$ 190.000,00
3.3.90.30.00.00	307	494	Material de Consumo	R$ 162.000,00
Total				**R$ 375.000,00**

11.001.10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.91.13.00.00	350	510	Contribuições Patronais	R$ 80.000,00
4.4.90.52.00.00	356	510	Equipamento e Material Permanente	R$ 69.000,00
Total				**R$ 149.000,00**

13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2056 –Bloco da Proteção Social Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.31.00.00	436	934	Premiações Culturais, Artísticos, Cientificas, Desportivas e Outras	R$ 5.000,00
Total				**R$ 5.000,00**

13.003.08.244.0006.2067 –Bloco deUnificação da Proteção Social Especial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	663	941	Subvenções Sociais	R$ 8.500,00
Total				**R$ 8.500,00**

16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.001.28.843.0002.2.048 - Encargos Gerais da Dívida Pública

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.2.90.21.00.00	547	1000	Juros Sobre a Dívida por Contrato	R$ 78.000,00
Total				**R$ 78.000,00**

16.001.28.846.0002.2.049 - Encargos Gerais da Administração Municipal

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.03.00.00	551	1000	Pensões do RPPS e do Militar	R$ 1.000,00
3.1.91.91.00.00	552	1000	Sentenças Judiciais	R$ 3.000,00
3.3.90.92.00.00	556	1000	Encargos Gerais da Administração Municipal. - Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 3.000,00
Total				**R$ 7.000,00**

16.001.99.999.0002.2050 - Reserva de Contingência.999

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
9.9.99.99.00.00	560	999	Reserva e Contingência	R$ 2.500.000,00
Total				**R$ 2.500.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:30965909

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.033/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ane Caroline dos Santos Oliveira	992688	Agente Educacional I – Alimentação Escolar	08/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 08/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2D71CE8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.034/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Flavio de Jesus Santos	997326	Agente Educacional I – Interação Com O Educando	17/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 17/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:39D8CECF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.035/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Julia Maria de Sene Guimarães	1002001	Enfermeiro	11/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 11/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:482678C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.036/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Keila Correa Bittencourt	997634	Economista	16/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E6F66166

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.037/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Maria Liana Lisboa Belo	9582922801	Terapeuta Ocupacional	23/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 23/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C4EF9174

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.038/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o PND/PSS Edital nº 17/2025, para contratação de servidor temporário.
DECRETA:
Art. 1° A exoneração a pedido da servidora temporária abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Talisie Borges da Silva Jagher	1001728	Professor (20horas) - PSS	14/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:13F684EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.039/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Tatiane Mara Vieira	1002003	Técnico de Enfermagem	18/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 18/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:8C91A392

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.040/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **Bruna Marques Teixeira** do cargo de Chefe de Serviço Administrativo – CC-2, da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 11/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:439D5875

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.041/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **Jeniffer Fernanda Fernandes de Carvalho Dias** do cargo de Assessor III – CC-3, da Secretaria Municipal da Mulher.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 18/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6DDF5796

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.042/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Catia Cristina Cordeiro Lunardon da Silva	397481	Professor III Especialização	14/09/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:BEDABBAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.043/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Catia Cristina Cordeiro Lunardon da Silva	534731	Professor III Especialização	14/09/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:459308D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.044/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder **Licença Especial (parcial) para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **23/09/2026 a 22/09/2027** a servidora **Julia Gabriela de Lima Santos,** ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº **992913,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para liberação de 8 (oito) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.
Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 23 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:07DECABD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 28/2026

Homologação do Resultado Oficial do Teste de Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Piraquara para as Escolas referente ao Edital 25/2026.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Tornar público o Edital com o resultado final do processo seletivo interno de Coordenação Pedagógica das Escolas Municipais para o período 2026/2028.
Art. 1º Atendendo o disposto no Decreto nº 6899/2018, Artigo 3º o qual determina o processo de escolha para a função de Coordenador Pedagógico das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação, os candidatos aprovados foram aprovados por ordem de classificação estão convocados a assumir vagas em aberto nas escolas municipais.

NOME	RESULTADO
Gabriele Rodrigues da Silva	Aprovada
Cintia Helena Sineiro	Aprovada

Art. 2° O presente processo seletivo assim como o período de atuação na Coordenação Pedagógica decorrente desse terá vigência até 31/12/2028.
Art. 3º Os candidatos aprovados neste processo, caso venham assumir vaga, desenvolverão suas funções e atribuições como Coordenador Pedagógico até o dia 31/12/2028.
Art. 4º É vedada a escolha de vaga por procuração.
Art. 5º Os candidatos aprovados estão convocados a comparecer na Secretaria Municipal de Educação na Vila da Cidadania, conforme data e horário abaixo determinados para escolha de vagas.
Data: 23/09/2026 - quarta-feira
Horário: 16h.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 22 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:7DF7E08D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026 – PROCESSO N.º 13.830/2026

Objeto: Aquisição de itens de cama, mesa e banho para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Piraquara.**Ata n.º 193/2026 – Detentora**: ZIG ZAG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 35.454.993/0001-56, vencedora dos itens 01, 09 e 14, no valor total de **R$ 59.567,00** (cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais);**Ata n.º 194/2026 – Detentora**: MAROUN SLEIMAN MÓVEIS E COLCHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 62.415.013/0001-89, vencedora dos itens 04, 05 e 06, no valor total de **R$ 75.700,00** (setenta e cinco mil e setecentos reais);**Ata n.º 195/2026 – Detentora**: ALA-X COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.128.453/0001-06, vencedora dos itens 02, 07 e 12, no valor total de **R$ 54.349,50** (cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos);**Ata n.º 196/2026 – Detentora**: AS FURIOSAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 46.667.239/0001-10, vencedora dos itens 03 e 13, no valor total de **R$ 58.500,00** (cinquenta e oito mil e quinhentos reais);**Ata n.º 197/2026 – Detentora:** DEGIS LOPES, inscrita no CNPJ sob n.º 07.410.430/0001-20, vencedora dos itens 08 e 10, no valor total de **R$ 11.791,20** (onze mil, setecentos e noventa e um reais e vinte centavos);**Ata n.º 198/2026 – Detentora:** BRUTEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 47.032.374/0001-52, vencedora do item 16, no valor total de **R$ 20.808,00** (vinte mil e oitocentos e oito reais);**Ata n.º 199/2026 – Detentora:** MJ TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.707.044/0001-07, vencedora do item 15, no valor total de **R$ 1.125,00** (mil cento e vinte e cinco reais);**Ata n.º 200/2026 – Detentora:** GARDA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 64.655.198/0001-24, vencedora do item 11, no valor total de **R$ 19.934,00** (dezenove mil, novecentos e trinta e quatro reais).Data da assinatura das Atas: 21/09/2026 Vigência das Atas: será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:257343ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2026 – PROCESSO N.º 25.386/2026

Objeto: Aquisição de materiais descartáveis, papel higiênico, guardanapos e papel toalha. – **Ata n.º 201/2026 – Detentora:** INOVA ASSESSORIA E RESULTADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 57.589.415/0001-60, vencedora dos itens 7, 12, 13, 14, 15 e 18 pelo valor total de R$ 13.182,40 (treze mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos) – **Ata n.º 202/2026 – Detentora:** EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 32.656.339/0001-37, vencedora dos itens 8, 9, 11 e 20 pelo valor total de R$ 14.213,00 (quatorze mil, duzentos e treze reais) – **Ata n.º 203/2026 – Detentora:** KRIM CENTER ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 64.873.775/0001-54, vencedora dos itens 3 e 6 pelo valor total de R$ 128.422,24 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) – **Ata n.º 204/2026 – Detentora:** FABIANO ALEXANDRE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 46.014.253/0001-15, vencedora dos itens 1 e 4 pelo valor total de R$ 48.737,92 (quarenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos) – **Ata n.º 205/2026 – Detentora:** NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 45.471.842/0001-60, vencedora dos itens 2 e 5 pelo valor total de R$ 189.127,45 (cento e oitenta e nove mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos) – **Ata n.º 206/2026 – Detentora:** IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 32.294.504/0001-58, vencedora do item 17 pelo valor total de R$ 38.615,20 (trinta e oito mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) – **Ata n.º 207/2026 – Detentora:** GM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.903.201/0001-00, vencedora do item 16 pelo valor total de R$ 9.890,00 (nove mil, oitocentos e noventa reais) – **Ata n.º 208/2026 – Detentora:** 67.650.332 LEANDRO DA CRUZ, inscrita no CNPJ sob n.º 67.650.332/0001-92, vencedora do item 10 pelo valor total de R$ 5.003,46 (cinco mil, três reais e quarenta e seis centavos) – **Ata n.º 209/2026 – Detentora:** MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.811.487/0001-71, vencedora do item 19 pelo valor total de R$ 566,00 (quinhentos e sessenta e seis reais) – **Ata n.º 210/2026 – Detentora:** LIDER PAPEL HIGIENICO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 17.013.735/0001-52, vencedora do item 21 pelo valor total de R$ 4.302,80 (quatro mil, trezentos e dois reais e oitenta centavos) – **Ata n.º 211/2026 – Detentora:** ELLOLIMP COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 49.547.438/0001-83, vencedora do item 22 pelo valor total de R$ 4.799,00 (quatro mil, setecentos e noventa e nove reais) - **Data da assinatura das Atas**: 21/09/2026 - **Vigência das Atas:** será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CCB572C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao que dispõe as Leis Complementares nº 101/00 e 141/12, RESOLVE:
CONVIDAR todos os cidadãos piraquarenses para participar da **Audiência Pública** para avaliação do cumprimento do Plano Municipal de Saúde 2026-2029 relativamente ao Segundo Quadrimestre do ano de 2026, a ser realizada na Câmara Municipal de Piraquara, no dia **29 de setembro de 2026,** às **09:00h.**

Piraquara, 22 de setembro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4E9F5E8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 34 DE 21 DE SETEMBRO 2026 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026 (MAIO, JUNHO, JULHO E AGOSTO) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, APRECIADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA.

O Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, no uso de suas competências Regimentais e prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº 1.004 de 05 de maio de 2009, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Decreto Municipal nº 13.330/2025, pela Resolução COMUSP nº 03/2025, por seu Regimento Interno e demais dispositivos legais e pertinentes;
Considerando: 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde – COMUSP, realizada em 21 de setembro de 2026, com a participação do Pleno do Conselho e demais convocados em face da existência de pauta, cuja análise, apreciação e deliberação se faz necessário;
Considerando: A Lei Federal n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 36, § 1º os planos de saúde serão à base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária e § 2º é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde;
Considerando: A Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;
Considerando: A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
Considerando: 2ª Reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Recursos Humanos, ocorrida em 14 de setembro de 2026, foi dedicada à análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 2º quadrimestre de 2026 (maio a agosto).

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2026, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 21 de setembro de 2026.

OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente Resolução 31/2026

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde **nº 34 de 21 de Setembro de 2026.**

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal nº 13.050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B7FB6E65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 184, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta a incidência do adicional constitucional de férias sobre a remuneração correspondente à integralidade do período legal de férias dos integrantes elegíveis do Quadro Próprio do Magistério Municipal, disciplina os pagamentos correntes, futuros e retroativos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, incisos I, IV, VI, XIV, XVIII, XXIV e XXVI, e o art. 115, inciso I, alíneas "a" e "n", da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal, assegurado pelo art. 7º, inciso XVII, combinado com o art. 39, § 3º, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o regime de férias estabelecido pelos arts. 61 e 62 da Lei Municipal nº 785, de 23 de dezembro de 1996, e a gratificação de férias disciplinada pelos arts. 70, inciso II, e 72 da mesma Lei;
CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 1.241 da Repercussão Geral, segundo o qual o adicional constitucional de um terço incide sobre a remuneração correspondente a todo o período legal de férias;
CONSIDERANDO que a definição dos períodos que integram as férias depende da legislação aplicável à situação funcional do servidor, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 1.395 da Repercussão Geral;
CONSIDERANDO a manifestação jurídica emitida pela Procuradoria do Município em 9 de setembro de 2026, constante do Memorando nº 17.210/2026;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pitanga e Região – SISMUPI, protocolado sob nº 2.847/2026;
CONSIDERANDO o Termo de Reconhecimento Administrativo e Compromisso de Regularização formalizado nos autos do Memorando nº 17.210/2026 e do Protocolo nº 2.847/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes para identificação dos beneficiários, realização dos cálculos, processamento dos pagamentos e prevenção de duplicidades;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a incidência do adicional constitucional de férias sobre a remuneração correspondente à integralidade do período de férias legalmente assegurado aos integrantes elegíveis do Quadro Próprio do Magistério Municipal, bem como os procedimentos relativos aos pagamentos correntes, futuros e retroativos.
Parágrafo único. Este Decreto regulamenta direito previsto na Constituição Federal e na Lei Municipal nº 785/1996, não criando benefício ou vantagem funcional distinta daquela prevista na legislação.
Art. 2º O integrante do Quadro Próprio do Magistério Municipal que, nos termos dos arts. 61 e 62 da Lei Municipal nº 785/1996, possua direito ao gozo de 60 (sessenta) dias de férias anuais fará jus ao adicional constitucional de um terço calculado sobre a remuneração correspondente à integralidade desse período.
§ 1º A alíquota constitucional permanece fixada em um terço.
§ 2º Em razão da incidência sobre 60 (sessenta) dias de férias, o valor total do adicional corresponde, aritmeticamente, a dois terços da remuneração mensal utilizada como base de cálculo, ressalvado o tratamento proporcional das parcelas variáveis.
§ 3º A equivalência prevista no § 2º refere-se ao valor total do adicional devido sobre os 60 (sessenta) dias, não correspondendo automaticamente ao saldo complementar individual, do qual serão deduzidos os valores já pagos sob o mesmo título e relativamente ao mesmo período.
Art. 3º O enquadramento como beneficiário dependerá da análise conjunta dos seguintes requisitos:
I – integração ao Quadro Próprio do Magistério Municipal;
II – função efetivamente exercida no período considerado;
III – lotação e local de exercício;
IV – período de férias legalmente aplicável à situação funcional; e
V – inexistência de hipótese de exclusão prevista na Lei Municipal nº 785/1996.
§ 1º O direito será reconhecido aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério que exerçam atividades de docência ou de suporte pedagógico direto nas unidades escolares e que estejam submetidos ao regime de 60 (sessenta) dias de férias.
§ 2º O disposto neste Decreto não se aplica automaticamente aos servidores do quadro geral que exerçam funções técnicas, administrativas, operacionais ou de apoio, ainda que lotados na Secretaria Municipal de Educação ou nas unidades escolares.
§ 3º Os integrantes do Quadro Próprio do Magistério que exerçam cargos em comissão de natureza administrativa, funções técnicas ou administrativas ou atividades na equipe central da Secretaria Municipal de Educação serão submetidos à análise individual.
§ 4º A vinculação formal ao Quadro Próprio do Magistério, isoladamente considerada, não assegura o enquadramento no regime de 60 (sessenta) dias quando as funções efetivamente exercidas estiverem abrangidas pela exclusão do art. 62 da Lei Municipal nº 785/1996.
§ 5º O enquadramento será certificado pela Secretaria Municipal de Educação e validado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CAPÍTULO II
DA BASE E DA METODOLOGIA DE CÁLCULO
Art. 4º O adicional constitucional de férias será calculado sobre as parcelas remuneratórias que legalmente integrem a remuneração de férias do servidor no respectivo período.
§ 1º As parcelas fixas e permanentes serão consideradas de acordo com a situação funcional e a remuneração legalmente aplicável ao período de férias correspondente.
§ 2º As cargas suplementares e demais parcelas variáveis ou transitórias serão consideradas proporcionalmente ao período de efetivo exercício no respectivo período aquisitivo, mediante cálculo duodecimal, conforme os critérios estabelecidos no parecer jurídico constante do Memorando nº 17.210/2026.
§ 3º É vedada a utilização automática da remuneração variável de um único mês quando ela não representar a realidade do respectivo período aquisitivo.
§ 4º No caso de acumulação legal de cargos, o cálculo será realizado separadamente para cada vínculo, observados os requisitos aplicáveis a cada um deles.
§ 5º Serão excluídas da base de cálculo as parcelas que, por determinação legal, não integrem a remuneração de férias, inclusive as decorrentes de substituição e os pagamentos atrasados referidos no art. 72, § 2º, da Lei Municipal nº 785/1996.
Art. 5º Do valor total apurado serão deduzidos os pagamentos anteriormente efetuados sob o mesmo título e relativamente ao mesmo período.
Art. 6º O demonstrativo individual de cálculo deverá conter, no mínimo:
I – identificação do servidor;
II – cargo, vínculo, função, lotação e local de exercício em cada período;
III – período aquisitivo e período de férias considerado;
IV – remuneração utilizada como base de cálculo;

V – parcelas fixas e variáveis incluídas na base;
VI – valor do adicional constitucional efetivamente pago;
VII – valor complementar apurado;
VIII – critérios de atualização aplicados;
IX – deduções, retenções e compensações incidentes;
X – análise da prescrição; e
XI – informação sobre ação judicial, cumprimento de sentença, RPV, precatório, acordo ou pagamento administrativo anterior relacionado ao mesmo objeto.
Art. 7º Na ausência de disciplina específica na legislação municipal quanto à atualização dos créditos retroativos, serão observados a legislação vigente aplicável a cada período, os parâmetros estabelecidos no parecer jurídico constante do Memorando nº 17.210/2026 e, quando necessárias, as orientações complementares da Procuradoria do Município.
Parágrafo único. Os índices, as taxas, os termos de incidência e a metodologia utilizados deverão ser expressamente discriminados na memória individual de cálculo.

CAPÍTULO III
DO PAGAMENTO CORRENTE E DOS PERÍODOS FUTUROS
Art. 8º A complementação corrente referente ao exercício de 2026 será processada para os servidores ativos reconhecidos como beneficiários, com início na competência de setembro de 2026.
§ 1º A complementação será incluída em folha regular ou, caso o fechamento da folha ou alguma providência técnica impeça sua inclusão, em folha complementar imediatamente subsequente.
§ 2º O pagamento dependerá de:
I – certificação do enquadramento funcional pela Secretaria Municipal de Educação;
II – elaboração do cálculo individual pelo Departamento de Recursos Humanos;
III – dedução dos valores anteriormente pagos;
IV – indicação da dotação e certificação da disponibilidade orçamentária e financeira; e
V – prévio empenho, regular liquidação e ordem de pagamento.
§ 3º A complementação corrente independe da conclusão do levantamento integral dos valores retroativos.
Art. 9º Para os períodos de férias posteriores à publicação deste Decreto, o adicional constitucional será processado regularmente e de forma automática, no momento previsto na legislação municipal, sem necessidade de novo requerimento individual ou sindical.
Parágrafo único. O pagamento dos períodos futuros não será incluído no parcelamento dos valores retroativos.

CAPÍTULO IV
DOS VALORES RETROATIVOS
Art. 10. O Município apurará administrativamente as diferenças retroativas não prescritas decorrentes da incidência incompleta do adicional constitucional sobre o período de férias legalmente assegurado aos servidores elegíveis.
§ 1º A apuração observará a prescrição quinquenal aplicável aos créditos perante a Fazenda Pública, ressalvadas as causas legais de suspensão ou interrupção.
§ 2º O pagamento administrativo não dependerá de prévio ajuizamento de ação.
§ 3º Os créditos dependerão de individualização, liquidação e validação antes de seu pagamento.
Art. 11. Os créditos retroativos líquidos individualmente reconhecidos serão pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com início obrigatório no exercício financeiro de 2027.
§ 1º A Secretaria Municipal da Fazenda elaborará o cronograma geral de pagamento, que deverá:
I – indicar a competência da primeira e da última parcela;
II – estabelecer as datas previstas para processamento em folha;
III – indicar o valor global estimado para cada competência;
IV – identificar as dotações orçamentárias correspondentes; e
V – ser homologado pelo Prefeito Municipal antes do pagamento da primeira parcela.
§ 2º A primeira parcela será incluída na folha regular da competência definida no cronograma ou, caso alguma providência técnica devidamente certificada impeça sua inclusão, em folha complementar imediatamente subsequente, permanecendo obrigatório o início dos pagamentos no exercício de 2027.
§ 3º Para cada beneficiário, o valor-base mensal corresponderá a 1/24 (um vinte e quatro avos) do crédito individual liquidado, ressalvados:
I – o ajuste de arredondamento na última parcela;
II – os critérios de atualização legalmente aplicáveis;
III – as retenções tributárias eventualmente cabíveis; e
IV – as deduções e compensações demonstradas no cálculo individual.
§ 4º O cronograma utilizará critérios objetivos, gerais e impessoais, assegurando tratamento isonômico aos beneficiários.
§ 5º A complementação corrente referente ao exercício de 2026 e os pagamentos dos períodos futuros não integrarão as 24 (vinte e quatro) parcelas.
§ 6º O parcelamento não impedirá a antecipação de parcelas ou a quitação integral do saldo remanescente, caso haja disponibilidade orçamentária e financeira, desde que observados os princípios da impessoalidade, da isonomia e da motivação administrativa.
Art. 12. Concluído o cálculo, o beneficiário receberá cópia do respectivo demonstrativo individual e poderá apresentar pedido fundamentado de revisão.
Parágrafo único. A apresentação de pedido de revisão não impedirá o pagamento da parte incontroversa do crédito.

CAPÍTULO V
DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Art. 13. A execução dos pagamentos será instruída, no que legalmente aplicável, com:
I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios alcançados pelo cronograma;
II – demonstração da compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
III – declaração do ordenador da despesa acerca da adequação orçamentária e financeira;
IV – demonstração dos reflexos sobre a despesa total com pessoal; e
V – indicação das dotações orçamentárias destinadas aos pagamentos.
Art. 14. As dotações necessárias ao pagamento das 24 (vinte e quatro) parcelas serão contempladas na Lei Orçamentária Anual de 2027 e, conforme a duração do cronograma, nas propostas e programações orçamentárias dos exercícios subsequentes, até a quitação integral dos créditos reconhecidos.
§ 1º Verificada a insuficiência de dotação, a Secretaria Municipal da Fazenda adotará as providências necessárias à abertura do crédito adicional cabível, observada a legislação aplicável.
§ 2º Os valores relativos a exercícios encerrados serão processados na forma do art. 37 da Lei Federal nº 4.320/1964 e das normas municipais aplicáveis às despesas de exercícios anteriores.
§ 3º Nenhum pagamento será realizado sem prévio empenho, regular liquidação e ordem de pagamento expedida pela autoridade competente.
Art. 15. A necessidade de planejamento, adequação orçamentária e programação financeira disciplina a forma de execução do passivo, mas não extingue o direito administrativamente reconhecido nem autoriza sua postergação indefinida.

CAPÍTULO VI
DOS MECANISMOS DE CONTROLE
Art. 16. Antes da validação do crédito e de cada pagamento retroativo, o Departamento de Recursos Humanos, com o auxílio da Procuradoria do Município, realizará conferência destinada a impedir duplicidade de pagamento.
§ 1º Serão deduzidos do crédito individual os valores comprovadamente pagos:
I – administrativamente;
II – em cumprimento de acordo;
III – em cumprimento de decisão judicial; ou
IV – por qualquer outra forma relativamente ao mesmo período e objeto.
§ 2º Serão segregados e submetidos à análise da Procuradoria do Município os valores:
I – depositados judicialmente e ainda não levantados;
II – requisitados por RPV ou precatório;
III – incluídos em cumprimento de sentença ou execução judicial pendente; ou
IV – submetidos a procedimento que possa gerar duplicidade de pagamento.

Art. 17. A existência de demanda judicial relacionada ao mesmo período e objeto será comunicada à Procuradoria do Município para definição das providências processuais cabíveis, inclusive eventual composição, comunicação do pagamento administrativo ou pedido de extinção parcial ou total do processo.
Art. 18. Sobre os valores reconhecidos incidirão somente as retenções tributárias e previdenciárias legalmente cabíveis, observados:
I – a natureza jurídica de cada parcela;
II – o parecer jurídico constante do Memorando nº 17.210/2026;
III – a legislação vigente na data do pagamento; e
IV – o regime previdenciário aplicável ao beneficiário.
Parágrafo único. O adicional relativo a férias efetivamente gozadas será processado como verba remuneratória, não devendo ser classificado genericamente como indenização.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS
Art. 19. Compete:
I – à Secretaria Municipal de Educação:
a) certificar o vínculo, a função, a lotação e o local de exercício do servidor em cada período;
b) verificar a submissão ao regime de 60 (sessenta) dias de férias; e
c) encaminhar as informações funcionais ao Departamento de Recursos Humanos;
II – ao Departamento de Recursos Humanos:
a) elaborar e revisar os cálculos individuais;
b) verificar os pagamentos anteriormente realizados;
c) efetuar as conferências necessárias;
d) disponibilizar os demonstrativos individuais; e
e) processar os pagamentos em folha;
III – à Secretaria Municipal da Fazenda:
a) elaborar o impacto orçamentário-financeiro;
b) indicar as dotações orçamentárias;
c) programar o fluxo financeiro; e
d) elaborar o cronograma das 24 (vinte e quatro) parcelas;
IV – à Procuradoria do Município:
a) orientar sobre prescrição e atualização dos créditos;
b) verificar a existência de demandas judiciais, RPVs ou precatórios;
c) orientar sobre retenções e incidências legais; e
d) auxiliar na prevenção de duplicidade de pagamento;
V – à Secretaria Municipal de Gestão Pública, coordenar os fluxos administrativos necessários à execução deste Decreto.
Art. 20. Os casos omissos, duvidosos ou que envolvam situação funcional não prevista expressamente serão submetidos à análise conjunta dos setores competentes e, quando houver questão jurídica, à Procuradoria do Município.

CAPÍTULO VIII
DA CIÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS E DA PROTEÇÃO DE DADOS
Art. 21. Os beneficiários receberão ciência do reconhecimento administrativo, da metodologia de apuração, do cronograma geral e do respectivo demonstrativo individual.
§ 1º A ciência será registrada no Anexo I do Termo de Reconhecimento Administrativo e Compromisso de Regularização ou por outro meio formal admitido pela Administração.
§ 2º A assinatura do beneficiário representa ciência e concordância com o processamento administrativo e com o cronograma geral, mas não importa:
I – aceitação antecipada de cálculo individual ainda não apresentado;
II – renúncia a diferenças eventualmente apuradas;
III – transação, novação ou quitação antecipada;
IV – desistência ou abandono de demanda judicial; ou
V – impedimento à apresentação de pedido fundamentado de revisão.
§ 3º A assinatura não constitui condição para o reconhecimento ou pagamento do direito. A ausência ou recusa de assinatura deverá ser registrada, promovendo-se a ciência por outro meio formal.
Art. 22. Os documentos que contenham assinaturas, dados funcionais ou informações pessoais dos beneficiários serão mantidos nos processos administrativos correspondentes, observadas a Lei Federal nº 13.709/2018, a Lei Federal nº 12.527/2011 e as obrigações legais de transparência.
Parágrafo único. As relações com assinaturas dos beneficiários não integrarão a versão deste Decreto ou do Termo destinada à publicação.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 23. A ausência de conclusão do levantamento integral dos valores retroativos não impedirá:
I – a complementação corrente referente ao exercício de 2026; e
II – o processamento regular dos pagamentos relativos aos períodos futuros.
Art. 24. A ausência momentânea da totalidade dos procedimentos complementares não impedirá o pagamento dos servidores cujo enquadramento e cálculo sejam incontroversos, desde que cumpridas as exigências funcionais, orçamentárias e financeiras.
Art. 25. O reconhecimento e os pagamentos disciplinados neste Decreto não importam novação, transação, quitação antecipada ou renúncia de direitos, produzindo-se a quitação individual exclusivamente em relação aos valores efetivamente pagos.
Art. 26. Os atos de execução, demonstrativos, conferências, certificações e comprovantes de pagamento deverão ser juntados ao Memorando nº 17.210/2026, ao Protocolo nº 2.847/2026 ou aos processos individuais deles decorrentes.
Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:85567151

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 732, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar, por Término de Contrato, a servidora Monica Cristina Askel, matricula nº 2428, no cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** por Término de Contrato, a servidora **MONICA CRISTINA ASKEL,** matrícula nº **2428**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AE39C1DA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 733, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar, por Término de Contrato, a servidora Joelma de Oliveira, matricula nº 2429, no cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** por Término de Contrato, a servidora **JOELMA DE OLIVEIRA,** matrícula nº **2429**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:DA37E366

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 734, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar, por Término de Contrato, a servidora Clarice de Oliveira, matricula nº 2430, no cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** por Término de Contrato, a servidora **CLARICE DE OLIVEIRA,** matrícula nº **2430**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:24925D7F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 735, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar, por Término de Contrato, a servidora Rosangela Aparecida de Araujo Godinho, matricula nº 2431, no cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** por Término de Contrato, a servidora **CLARICE DE OLIVEIRA,** matrícula nº **2431**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F78C4578

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 736, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Laércio Berton de Deus, matricula nº 52526, no cargo de Fiscal Geral 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento do servidor.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 10 (dez) dias de FÉRIAS, ao servidor LAERCIO BERTON DE DEUS, matrícula nº 52526, no cargo de Fiscal Geral 40 h, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a contar de 21 de setembro de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 01 de outubro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 22 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:ABE02A40

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATOS PREGÃO 13-2025 TRANSPORTE ESCOLAR - AUMENTODE KMS

EXTRATOS – TERMOS ADITIVOS
OBJETO – TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 13/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea "b", c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
JUSTIFICATIVA: Fica promovido o acréscimo quantitativo do objeto contratual, para adequação da quilometragem efetivamente executada na prestação dos serviços de transporte escolar, em razão do aumento da demanda de transporte de alunos e dos ajustes operacionais nas rotas escolares realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, os quais ocasionaram a ampliação dos trajetos originalmente contratados.
Em decorrência dessas alterações, constatou-se a insuficiência da quilometragem inicialmente prevista, tornando necessária a suplementação do quantitativo contratado para assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da prestação dos serviços de transporte escolar aos alunos das redes municipal e estadual de ensino.

CONTRATO Nº 216/2025
CONTRATADA: GERSON DE OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 6.738,10
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 218/2025
CONTRATADA: DAIANE DE SOUZA DOS SANTOS
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 93,24
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 221/2025
CONTRATADA: R CASTRO LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 10.948,00
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 222/2025
CONTRATADA: SILVIO HEI
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 9.659,52
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 223/2025
CONTRATADA: COSTA TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$8.415,00
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 224/2025

CONTRATADA: ANATALIA CRISTIANE OCALXUK TRANSPORTE LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$5.341,86
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 225/2025
CONTRATADA: ANTONIO GALDIN 33884226991
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 8.388,27
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 229/2025
CONTRATADA: CHOCY TRANSPORTE LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 9.154,20
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 230/2025
CONTRATADA: CHOMA TRANSPORTE LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 8.574,90
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 231/2025
CONTRATADA: LF TRANSPORTE ESCOLAR LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 10.967,34
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 232/2025
CONTRATADA: CONSTRUTORA SOSNITZKI LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 1.868,94
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 233/2025
CONTRATADA: CRAVELIN TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 10.545,00
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 234/2025
CONTRATADA: C R BRAI
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 55.071,42
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 235/2025
CONTRATADA: E A V TRANSPORTE LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 47.216,42
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 236/2025
CONTRATADA: EXPEDITO FERREIRA 23746114934
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 6.913,81
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 237/2025
CONTRATADA: GGDL TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 4.194,00
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 238/2025
CONTRATADA: GEREI TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 3.418,25
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 240/2025
CONTRATADA: G S G DE SAIBRO
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 888,55
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 241/2025
CONTRATADA: I N DOS SANTOS LAWRYNIUK TRANSPORTE
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 2.373,54
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 242/2025
CONTRATADA: I R LOPES TRANSPORTE ESCOLAR LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 3.056,40
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 243/2025
CONTRATADA: JEAN MARCELL MICHELS KURTEN
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 8.935,19
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 244/2025
CONTRATADA: J N DA SILVA JUNIOR
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 6.266,52
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 246/2025
CONTRATADA: JOSIANE VENEROSKI 07228545958
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 13.156,35
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 247/2025
CONTRATADA: J R G DE SAIBRO TRANSPORTES
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 8.388,80
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 248/2025
CONTRATADA: JVK TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 2.850,85
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 249/2025
CONTRATADA: K R GELESKI
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 1.560,00
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 252/2025
CONTRATADA: LUCAS BRUKALLO
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 2.312,12
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 253/2025
CONTRATADA: L CARLOS PENTEADO LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 5.953,20
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 254/2025
CONTRATADA: MAIKON ZAT TRANSPORTE
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 3.620,86
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 256/2025
CONTRATADA: MARCIA REGINA KOLISKI
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 1.312,30
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 259/2025
CONTRATADA: M J DE P HAMAN TRANSPORTES
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 13.200,32
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 260/2025
CONTRATADA: ORANTES DOS SANTOS TRANSPORTE
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 4.416,34
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 262/2025
CONTRATADA: S A M TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 117.942,07
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 263/2025
CONTRATADA: SANTA RITA TRANSPORTE ESCOLA LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 14.637,92
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 264/2025
CONTRATADA: SEBASTIÃO DO CARMO TRANSPORTES

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 11.072,86
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 265/2025
CONTRATADA: SIVALDO RODRIGUES PEREIRA 82561265900
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 2.164,87
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 266/2025
CONTRATADA: T F DE SOUZA TRANSPORTES
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 15.247,62
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 268/2025
CONTRATADA: TRANSPORTE FERREIRA LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 13.493,92
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 269/2025
CONTRATADA: TRANSTOSKI TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 7.384,20
DATA DE ASSINATURA: 16/08/2026

CONTRATO Nº 270/2025
CONTRATADA: VALPERES TRANSPORTES LTDA.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 3.358,20
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

CONTRATO Nº 271/2025
CONTRATADA: DOMINGOS NERES DA SILVA – TRANSPORTES
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 482,40
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:3F8D23B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 168/2026 DO PREGÃO N.°25/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 168/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA, inscrito no CNPJ 07.734.903/0003-07.**

OBJETO: *Aquisição de um ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, Termo do Convênio nº 74/2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.*

VALOR: R$ 474.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 1000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 8133
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão Eletrônico n°. 25/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CAE708F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 167/2026 DA CONCORRÊNCIA N.°22/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 167/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ 08.176.258/0001-55.**

OBJETO: *Aquisição de Escavadeira Hidráulica, Termo do Convênio nº 72/2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.*

VALOR: R$645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 1000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496 13.002.15.451.1301.1080.4.4.90.52.00.00 8130
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Pregão Eletrônico n°. 22/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:A64DA4E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
CONVÊNIO N° 02/2026

CONVÊNIO Nº 02 /2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDE PARA O MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Pitangueiras, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.543.427/0001-42, com sede à Rua Avenida Central, 408 nesta cidade de Pitangueiras - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Samuel Teixeira, portador da cédula de identidade RG n.º *.055.***-0 SSP/** e do CPF n.º ***.408.44*-**, residente e domiciliado em Pitangueiras-Paraná, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente Marcelo José Bernardeli Palhares, portador da Cédula de Identidade/RG nº *.789.***-4 SSP-**, do CPF nº ***.836.19*-**, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702, em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 50.000,00 em parcela única de R$ 50.000,000, sendo que a mesma deverá ser depositada em conta corrente nº 11.571-1 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 do mês de novembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar as ações envolvendo a utilização dos produtos para a saúde no município;
c) garantir que a utilização seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de produtos para a saúde e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de produtos para a saúde utilizando-se consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os materiais definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos materiais recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os materiais;
i) organizar a distribuição dos materiais, exclusivamente na rede SUS, garantindo utilização adequada dos mesmos;
j) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde.

II - AO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovado pela Conselho Deliberativo;
b) adquirir os materiais de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de produtos para a saúde dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º241, elemento de despesa – 3.3.72.30.0000, Fonte: 303

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Pitangueiras- Paraná, 18 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

MARCELO JOSÉ BERNARDELI
Presidente do Conselho
Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – LILIANE CRISTINA DA SILVA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

2 – Werika de Castro Viana Pardinho
CPF: ***.6714.52*-**

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4A98ACAF

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 117/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 20/2026, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	DESCRIÇÃO	ITEM
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Atendimento In Loco	1
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Avaliação Neuropsicológica com 6 sessões de 1hora	2
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Avaliação Psicoeducacional	3
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Psicomotricidade	5
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Psicopedagogia	6
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Psicoterapia	7
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Terapia ABA	9
PAULA THAYS GUSSON FIGUEIREDO CURSOS	52.179.970/0001-08	Terapia em grupo (25 mães atípicas	10

Pitangueiras - PR, 22 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:C2066FA1

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 117/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 20/2026, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	DESCRIÇÃO	ITEM
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Atendimento In Loco	1

AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Avaliação Neuropsicológica com 6 sessões de 1hora	2
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Avaliação Psicoeducacional	3
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Fonoaudiologia	4
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Psicomotricidade	5
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Psicopedagogia	6
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Psicoterapia	7
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Terapia ABA	9
AURORA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA	59.191.471/0002-58	Terapia em grupo (25 mães atípicas	10

Pitangueiras - PR, 22 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:651433B4

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026
O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 86/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/09/2026, Código Identificador: E308AFAD, como segue:

Onde se lê:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026

Passa-se a ler:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2026

Pitangueiras, 22 de setembro de 2026

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:9A253669

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026
O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 86/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/09/2026, Código Identificador: DA950B92, como segue:

Onde se lê:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026

Passa-se a ler:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2026

Pitangueiras, 22 de setembro de 2026

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F66D0A31

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026
O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 86/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/09/2026, Código Identificador: E308AFAD, como segue:

Onde se lê:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026

Passa-se a ler:
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2026

Pitangueiras, 22 de setembro de 2026

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:2911B9CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO JANETE F. FINKEN

DECRETO Nº 5791 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providências.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 08/2026 de 26 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Fonoaudióloga, carga horária semanal de 30 horas, *Nivel Inicial 24*, do grupo ocupacional 02, a Sra. ***Janete Frtizen Finken,*** cpf nº 049.186.***-10.
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munida de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos vinte e dois dias do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:906705E5

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 12-2026 CONCURSO PUBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 12/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO do candidato relacionado no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).
2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 22 de Setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 12/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE CONTADOR I

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0004296	ELIZIANE CRISTINA ROHDEN	2º

PARA O CARGO DE PROFESSOR III

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0004640	PATRICIA DE BORBA	14º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:C7A8FC1B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 1.295.675,68 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:77B3F9A4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.

CONTRATADA: COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 578.085,52 (quinhentos e setenta e oito mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:D513ABA8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: DSC AUTOPEÇAS EIRELI
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 2.455.030,70 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e trinta reais e setenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:12FF4799

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: HORACIO FERREIRA DE ANDRADE & CIA LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 638.800,00 (seiscentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:5F2CF4DE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: L P DOS SANTOS
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 1.304.462,95 (um milhão, trezentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:84F0CF8A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 243/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 243/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 994.060,00 (novecentos e noventa e quatro mil e sessenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:2ADC450C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 244/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 244/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: THELMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS HIDRAULICOS LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.

VALOR TOTAL: R$ 261.850,00 (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipa

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:895AAEBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: VM LTDA
OBJETO: A aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 859.723,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:411B6856

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 248/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 248/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: CHIQUINHO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-ME
OBJETO: Aquisição de cal para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, destinados à realização de reparos e serviços de manutenção em bens e espaços públicos do Município de Planalto/PR.
VALOR TOTAL: R$14.925,00 (quatorze mil, novecentos e vinte e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:924ED0BA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 249/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 249/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ROGER COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
OBJETO: Aquisição de cimento para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, destinados à realização de reparos e serviços de manutenção em bens e espaços públicos do Município de Planalto/PR.
VALOR TOTAL: R$56.420,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:A8B3DB8F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 250/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 250/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2026

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: CRISTINA CARVALHO MINUZZO
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão caçamba trucado, afim de atender as demandas das secretarias municipais solicitante, deste Município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:BEB0D92F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 251/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 251/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2026

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: MARLI FATIMA DE MOURA KOLAS
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão caçamba trucado, afim de atender as demandas das secretarias municipais solicitante, deste Município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:F3F297D0

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 252/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 252/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2026

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: TOMAS RIBEIRO PALINSKI
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão caçamba trucado, afim de atender as demandas das secretarias municipais solicitante, deste Município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:44A42E32

LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2024

OITAVO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2024, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SIM REDE DE POSTOS LTDA.

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20 e **SIM REDE DE POSTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 07.473.735/0197-96, com sede na cidade de Campo Largo – PR, neste ato representado pelo Sr. Itacir Neco Argenta, portador do CPF nº 401.397.190-91, resolvem em comum acordo aditivar o Contrato Administrativo nº 220/2024, firmado entre as partes em data de 24 de julho de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa com funcionamento 24 horas para fornecimento de combustíveis: Óleo Diesel S10 e Gasolina Comum, para abastecimento exclusivo de veículos pertencentes a frota municipal, com viagens de ida/volta à Curitiba-PR e região metropolitana, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme documentos anexos, fica comprovada a variação dos preços do objeto no mercado nacional, uma vez que o produto Óleo Diesel S10, cujo custo junto ao fornecedor era de R$ 6,13 (seis reais e treze centavos), atualmente passou para R$ 6,31 (seis reais e trinta e um centavos), e a Gasolina Comum, cujo custo junto ao fornecedor era de R$ 5,69 (cinco reais e sessenta e nove centavos), atualmente passou para R$ 5,51 (cinco reais e cinquenta e um centavos). Sendo assim, fica alterada a Cláusula Primeira (Do Objeto), modificando o valor unitário dos itens, passando, a partir desta data, o valor unitário do Óleo Diesel S10, lote 01 item 01, de R$ 6,64 (seis reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos), e da Gasolina Comum, lote 02 item 01, de R$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) para R$ 6,01 (seis reais e um centavo), passando o valor global da contratação para R$ 92.313,12 (noventa e dois mil, trezentos e treze reais e doze centavos)
.
CLÁUSULA SEGUNDA: A Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos.), para o perfeito delineamento da matéria, fixou as balizas necessárias para que se proceda à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base no art. 124, Capítulo VII. Vejamos:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo entre as partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) **para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.**
§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro dos itens constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado para a importância de R$ 92.869,93 (noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos)

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ITACIR NECO ARGENTA
SIM Rede de Postos LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:23AA4CAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
COMUNICADO ALTERAÇÃO DE DATA AUDIÊNCIA DE SAÚDE 2º QUADRIMESTRE

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE SAÚDE DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Elinete Guimarães Rocha, convida a população Pontalense a participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA da Secretaria Municipal de Saúde, perante a Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Ação Social, Turismo e Meio Ambiente, para apresentação e análise do Demonstrativo e avaliação do Plano Municipal de Saúde do 2º Quadrimestre de 2026, **no dia 28 de setembro de 2026 às 18:00 horas**, no plenário da Câmara Municipal, localizada na Rodovia PR 412, nº 17.737 em Pontal do Sul.

Publicado por:
Otavio Henrique Batista Gonçalves de Araújo
Código Identificador:74133514

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA PORTARIA 103/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Exonerar o(s) servidor(es) do quadro abaixo relacionado, componentes do Quadro de Pessoal de Provimento em comissão da Câmara Municipal de Pontal do Paraná."

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica de Pontal do Paraná, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontal do Paraná e na Lei 2425/2023.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o(s) servidor(es) do quadro abaixo relacionado, componentes do Quadro de Pessoal de Provimento em comissão da Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

FUNCIONÁRIO: JOSIANE GONÇALVES
CARGO: ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA DA MESA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de assinatura.

Publique-se

Pontal do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Leticia Siqueira Rosa
Código Identificador:22961044

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 454/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 338/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 338/2026, que tem por Objeto: Credenciamento contratação de empresa especializada no fornecimento de munições para uso e treinamento da Guarda Municipal do Município de Pontal do Paraná..
Empresa Contratada: **COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS**, inscrita no CNPJ n.º 57.494.031/0001-63
Data da ratificação e homologação**:** 22 de setembro de 2026.
Valor homologado: **R$ 57.810, 00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais).**
Dotação orçamentária: 08001061810016203033900000
CR 259
FR 1000.

Pontal do Paraná, 22 de setembro o de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:74B1B5C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.678 DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a declaração de utilidade pública da área destinada à implantação de Base Náutica do Corpo de Bombeiros"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 12.651/2012, e pelo Art. 86, inciso I, alíneas "n" e "o", da Lei Orgânica do Município, tendo em vista as exigências do Instituto Água e Terra – IAT e conforme solicitado no processo administrativo correspondente e conforme solicitado no Memorando n.º 23.117/2026.

CONSIDERANDO a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, segundo a qual toda obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental deverá obter do órgão ambiental competente autorização para intervenção ou supressão de vegetação, em processo administrativo próprio, no âmbito do processo de licenciamento ambiental ou autorização, mediante motivação técnica e observância das normas ambientais aplicáveis;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos VIII e IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelecem conceitos relacionados à utilidade pública e ao interesse social;

CONSIDERANDO o interesse público na implantação de infraestrutura destinada às atividades de segurança pública, prevenção, salvamento, busca e resgate e atendimento a situações de emergência;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilização de estrutura física e operacional adequada ao Corpo de Bombeiros para o desenvolvimento de atividades de salvamento e resgate em ambientes aquáticos no Município de Pontal do Paraná;

CONSIDERANDO as características territoriais e costeiras do Município de Pontal do Paraná e a necessidade de proporcionar condições adequadas para o rápido deslocamento das equipes e embarcações empregadas em operações de salvamento, busca, resgate e atendimento de emergências;

CONSIDERANDO que a implantação da Base Náutica do Corpo de Bombeiros contribuirá para o fortalecimento da estrutura de atendimento às emergências, proporcionando maior eficiência e agilidade nas operações realizadas no Município;

CONSIDERANDO que a implantação da Base Náutica atende ao interesse coletivo, em razão de sua finalidade de proteção da vida, segurança da população e apoio às atividades de salvamento e atendimento de emergências;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de Licenciamento Ambiental, a seguinte área:

I. Faixa representada pelo polígono de área total de 5.880,22 m², localizada na Avenida dos Trigais, Nº 611, Pontal do Sul no Município de Pontal do Paraná – PR, cadastro imobiliário nº 58539, conforme planta de localização e memorial descritivo anexos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 17 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

MEMORIAL DESCRITIVO
Imóvel: Base Náutica
Proprietário: Prefeitura Pontal do Paraná
Município: Pontal do Paraná
Cadastro Imobiliário: 58539
Área (m2): 5880,22 Perímetro: 308,78
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 7169460.62 m e E 765197.06 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 140°37'50.46" e 67.68 m até o vértice Pt1, de coordenadas N 7169408.30 m e E 765239.99 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 231°18'18.03" e 85.30 m até o vértice Pt2, de coordenadas N 7169354.98 m e E 765173.42 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 319°42'53.12" e 69.24 m até o vértice Pt3, de coordenadas N 7169407.80 m e E 765128.65 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 52°19'47.09" e 86.44 m até o vértice Pt0, de coordenadas N 7169460.62 m e E 765197.06 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Pontal do Paraná, 17/09/2026

DANIEL LAINEQUER
CREA: 87827/D

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9AFFC098

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.689/2026 DE 21/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício:
2026
Decreto n° 13689/2026 de 21/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUN DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
07.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
07.002.23.695.0012.2.026		GESTAO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
238 - 3.3.90.14.00.00	3000	DIARIAS - CIVIL	18.200,00
Total Suplementação:			18.200,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
07		SECRETARIA MUN DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
07.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
07.002.23.695.0012.2.026		GESTAO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
242 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.200,00
Total Redução:			18.200,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 21 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:65615E53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.688 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, ede acordo com o estabelecido no art. 412, da Lei Municipal nº080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal, tendo em vista a necessidade de atualização da Unidade Fiscal do Município, a qual é realizada com base na variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas, cuja variação de setembro de 2025 a agosto de 2026, foi de 2,160% e conforme solicitado no **Memorando nº 24.895/2026.**

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica fixada em **R$ 159,64 (cento e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)** a Unidade Fiscal do Município – UFM.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, revogando as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 21 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7D8A5234

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6 4 0 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Protocolo n° 19.190/2026 e no Memorando nº 1.297/2026.
RESOLVE:
Artigo 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos referente a Comissão de Sindicância constituída pela PORTARIA Nº 556 DE 21 DE AGOSTO DE 2026 - Protocolo n° 23.570/2026.
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data .
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 21 de setembro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9ED3EA68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 008/2026 - (PNAB)

ATA Nº 008/2026 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

ATA DE REUNIÃO – RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

DATA: 22/09/2026
LOCAL: Reunião virtual (on-line).
OBJETIVO: Verificar a existência de recursos na Fase de Habilitação e realizar a aprovação final da Edital.
1. DA COMPOSIÇÃO DA MESA
Estiveram presentes os seguintes membros e representantes:
REPRESENTANTE APEG: TAIS MARQUES DE SOUZA
GESTOR DA CULTURA MUNICIPAL: Ana Maria Camargo Costa Vanzella
MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO: Ana Lúcia dos Santos, Lucas Gabriel Azevedo da Silva, Bruna Aparecida do Amaral Costa.
2. DO EXPEDIENTE

A reunião teve como objetivo verificar a existência de recursos na Fase de Habilitação. Após conferência da equipe de acompanhamento, a representante da APEG questionou se houve o recebimento de recursos no e-mail indicado no edital durante o prazo legal (16/09/2026 a 18/09/2026). Com a confirmação negativa de recebimento de recursos, declarou-se encerrada a fase de habilitação de todos os projetos e proponentes aprovados preliminarmente, mantendo-se o resultado anterior na sua integralidade. Sendo assim, segue abaixo o Resultado Final de Habilitação com as tabelas de classificação por categoria.
CATEGORIA 01

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	CÉLIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA XXX.150.898-XX	CAPOEIRA	HABILITADA

CATEGORIA 02

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	SINARA ANDREA MARTINS FREIRES XXX.094.449-XX	DANÇA PARA TODOS	HABILITADA

CATEGORIA 03

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	BENEDITO MAURÍCIO AGOSTINHO XXX.080.599-XX	MEMÓRIA E MOVIMENTO - O ESPORTE EM PORECATU	HABILITADO
2°	MARCIO CRISTIANO GERONIMO XXX.510.311-XX	PORECATU EM FOCO	HABILITADO

CATEGORIA 04

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	JOSMARI RODRIGUES TAVARES XXX.105.219-XX	EXPRESSO CULTURAL DE PORECATU	HABILITADA

CATEGORIA 05

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	MARIA LUCIA ALONSO GUEDES XXX.476.639-XX	CASA DO ARTESÃO DE PORECATU	HABILITADA

3. DAS DELIBERAÇÕES:

Solicitou-se a publicação da Ata e do resultado final no Diário Oficial, no site da Prefeitura, e no Transferegov, conforme as normas do edital. Após a devida publicidade, serão emitidos os Termos de Execução para encaminhamento para a Tesouraria da Prefeitura realizar o pagamento dos projetos.
4. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, TAIS MARQUES DE SOUZA, e assinada pela Sra Ana Maria Camargo Costa Vanzella. Após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretaria de Cultura e Turismo

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5E56E964

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2026

CRIA O CARGO DE AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL SUAS ATRIBUIÇÕES, CARGA HORÁRIA, E REFERÊNCIA SALARIAL NO QUADRO GERAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORECATU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de Porecatu**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1° - Para atender as necessidades da Prefeitura do Município de Porecatu, fica criado o cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, com o respectivo número de vaga, carga horária semanal, habilitação profissional e referência salarial, o qual faz parte integrante do Quadro de Pessoal Suplementar.

QUADRO DO PESSOAL SUPLEMENTAR				
CARGO	VAGAS	CHS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REF. SALARIAL
Auditor Fiscal da Receita Municipal	01	40	Graduação em Direito, Ciências Contábeis, Economia e/ou Administração e Registro no respectivo Conselho Profissional	Referência salarial 46 do Anexo I da Tabela I do Decreto nº 23/2026

Artigo 2º - Compete, privativamente, aos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, no exercício regular de suas funções e em nome da autoridade administrativa tributária do Município:

I – Constituir o crédito tributário, mediante o lançamento, de ofício, por declaração ou por homologação, relativo a todos os tributos de competência do Município, abrangendo impostos, taxas e contribuições, bem como aplicar as penalidades pecuniárias cabíveis, em estrita observância ao disposto no art. 142 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

II – Planejar, coordenar, supervisionar e executar os procedimentos de fiscalização e auditoria fiscal, de natureza contábil, financeira, patrimonial e operacional, em pessoas físicas e jurídicas, contribuintes ou responsáveis tributários, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias;

III – Lavrar termos de início e de encerramento de fiscalização, intimações para apresentação de documentos, autos de infração e apreensão, notificações de lançamento e demais atos administrativos necessários à formalização e à instrução do procedimento administrativo-tributário;

IV – Decidir, em primeira instância administrativa, sobre pedidos de restituição de indébito tributário, de compensação de créditos, de reconhecimento de isenções, imunidades e de concessão de regimes

especiais de tributação, nos limites e condições estabelecidos na legislação tributária municipal;

V – Apreender, mediante lavratura de termo próprio, livros, documentos, equipamentos, arquivos eletrônicos e outros elementos de prova que constituam materialidade de infração à legislação tributária, observados os procedimentos legais aplicáveis;

VI – Representar a Fazenda Pública Municipal nas instâncias de julgamento administrativo-tributário, quando assim designado e previsto na legislação específica que regule o contencioso fiscal;

VII – Analisar e manifestar-se sobre a viabilidade e o mérito de propostas de transação tributária, dação em pagamento e parcelamentos especiais, emitindo parecer técnico fundamentado para subsidiar a decisão da autoridade superior competente;

VIII – Realizar diligências, vistorias técnicas, perícias fiscais e inspeções em locais, estabelecimentos, bens ou serviços que constituam matéria de fato gerador de obrigação tributária, requisitando as informações e esclarecimentos necessários para a correta apuração do tributo devido.

Artigo 3° - Constituem atribuições gerais dos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, a serem exercidas em conjunto com outras atividades da Administração Tributária:

I – Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, verbalmente ou por escrito, quanto à correta interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, com vistas a fomentar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais;

II – Emitir pareceres técnicos e informações em processos administrativos e judiciais que versem sobre matéria tributária, prestando subsídios para a defesa dos interesses da Fazenda Pública Municipal, especialmente em colaboração com a Procuradoria do Município;

III – Participar de estudos, comissões e grupos de trabalho destinados ao aperfeiçoamento da legislação tributária, à modernização dos procedimentos de fiscalização e arrecadação e à implementação de políticas de justiça fiscal;

IV – Monitorar e analisar os dados da arrecadação tributária municipal, identificando tendências, desvios, indícios de sonegação fiscal e evasão de receitas, propondo ações corretivas e programas de fiscalização específicos;

V – Colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo as informações e os documentos necessários ao exercício de suas competências constitucionais e legais;

VI – Participar de programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional, buscando o contínuo aprimoramento técnico para o adequado desempenho de suas funções;

VII – Proceder à apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) para fins de cálculo do índice de participação do Município na arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em colaboração com os órgãos estaduais competentes;

VIII – Executar outras atividades correlatas e afins, que sejam indispensáveis ao pleno exercício da função fiscal-tributária, por determinação de autoridade.

Artigo 4º - São prerrogativas dos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, quando em estrito cumprimento de suas atribuições legais e funcionais:

I – Ter livre acesso, mediante a apresentação de sua identificação funcional, a qualquer estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços, ou a qualquer recinto de atividade econômica, não sendo lícito o embaraço ou a negativa de acesso, sob pena de lavratura de auto de infração por descumprimento de obrigação acessória;

II – Requisitar o auxílio de força policial federal, estadual ou municipal, quando vítima de embaraço, desacato ou resistência no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária que não possa ser executada por meios ordinários;

III – Receber tratamento compatível com a dignidade do cargo e das funções que desempenha, sendo-lhe devidas as honras e o respeito inerentes a uma autoridade administrativa;

IV – Requisitar, de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como de instituições financeiras, cartórios, juntas comerciais e outras entidades privadas, as informações e os documentos necessários à instrução de procedimento fiscal, resguardado o sigilo legal quando aplicável e observadas as normas de compartilhamento de dados, ”nos termos do Código Tributário Nacional e legislação federal aplicável”.

Artigo 5º - Sem prejuízo dos deveres impostos a todos os empregados públicos municipais, são deveres específicos do Auditor Fiscal da Receita Municipal:

I – Guardar sigilo absoluto sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo e de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, bem como sobre as informações obtidas no exercício de suas funções, nos termos do art. 198 do Código Tributário Nacional, utilizando-as exclusivamente para fins de fiscalização e arrecadação tributária;

II – Atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoabilidade e proporcionalidade em todos os atos que praticar;

III – Manter-se permanentemente atualizado com a legislação tributária, contábil, financeira e correlata, bem como com as interpretações doutrinárias pertinentes ao exercício de suas funções;

IV – Zelar pela celeridade, economia processual e eficácia na condução dos procedimentos administrativos fiscais, evitando a prática de atos protelatórios ou desnecessários.

Artigo 6º- É vedado ao ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal:

I – Exercer, ainda que em caráter eventual ou informal, a atividade de contador, consultor, assessor ou procurador em matéria tributária, ou patrocinar interesses de contribuintes perante a Administração Tributária Municipal;

II – Participar de gerência ou administração de sociedade comercial ou civil que seja contribuinte dos tributos municipais ou que com ela mantenha relações comerciais, exceto na condição de acionista, cotista ou comanditário sem poderes de gestão;

III – Revelar ou facilitar a revelação de fatos sigilosos que conheça em razão do cargo ou da função, salvo por dever legal ou para instrução de processo administrativo ou judicial;

IV – Valer-se da qualidade de empregado público para obter, direta ou indiretamente, vantagem pessoal ou para terceiros.

Artigo 7º - O cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal integra o quadro permanente de pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda, ou órgão que venha a sucedê-la em suas competências, e o regime de trabalho do seu ocupante será pautado pelas necessidades do serviço de fiscalização, podendo ser estabelecidos, por ato do (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda, regimes de escala, plantão, trabalho em horário noturno, aos sábados, domingos e feriados, garantida a devida compensação ou remuneração, conforme dispuser a Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT) e a regulamentação municipal aplicável ao regime de empregos públicos, sempre em observância aos limites de jornada legalmente instituídos.

Artigo 7º-A – Os cargos em comissão e as funções de direção, chefia, coordenação e assessoramento superior vinculados à administração tributária municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda ou do órgão que vier a sucedê-la, serão ocupados privativamente por servidores efetivos integrantes da carreira de auditor Fiscal da Receita Municipal, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Artigo 8º - Para todos os fins e efeitos do disposto na Lei Federal nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), e em especial em seu art. 142, os ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Municipal são as autoridades administrativas competentes e com investidura legal para promover privativamente o lançamento do crédito tributário no âmbito do Município de Porecatu.

Artigo 9º - O Poder Executivo Municipal poderá, após a publicação desta Lei, emitir decretos e demais atos normativos que se fizerem necessários à sua fiel e integral execução, incluindo a adequação de portarias, manuais de procedimento, sistemas de informação e outros instrumentos administrativos referentes à criação do cargo.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, ficando consignado que o impacto financeiro-orçamentário encontra-se em anexo, em observância à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (17.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:A2193B4D

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO EDITAL Nº 002/2026 - FASE FINAL

RESULTADO FINAL FASE DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026
PORECATU/PR

O Município de PORECATU/PR, através da Secretaria da Cultura e Turismo, neste ato representado(a) por Ana Maria Camargo Costa Vanzella, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), torna público o Resultado FINAL da Fase de HABILITAÇÃO.

DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1	1°	CÉLIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA XXX.150.898-XX	CAPOEIRA	HABILITADA
2	1°	SINARA ANDREA MARTINS FREIRES XXX.094.449-XX	DANÇA PARA TODOS	HABILITADA
3	1°	BENEDITO MAURÍCIO AGOSTINHO XXX.080.599-XX	MEMÓRIA E MOVIMENTO - O ESPORTE EM PORECATU	HABILITADO
	2°	MARCIO CRISTIANO GERONIMO XXX.510.311-XX	PORECATU EM FOCO	HABILITADO
4	1°	JOSMARI RODRIGUES TAVARES XXX.105.219-XX	EXPRESSO CULTURAL DE POREcatu	HABILITADA
5	1°	MARIA LUCIA ALONSO GUEDES XXX.476.639-XX	CASA DO ARTESÃO DE POREcatu	HABILITADA

DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

Deverá ser publicado no site oficial da prefeitura de PORECATU/PR e no Diário Oficial do Município este resultado.

DO PRAZO DE RECURSOS:
Esta fase não cabe recursos.

PORECATU, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretaria de Cultura e Turismo

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:B56FED7F

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 46/2026

PORTARIA Nº 46/2026
VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 6 (seis) diárias ao vereador Edmilson Messias do Nascimento (RG. 8.409.369-6 SSP/PR, no valor de R$ $ 800 (oitocentos reais) cada.
Artigo 2º- As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento do vereador a cidade de Brasília/DF, com saída prevista para as 05h00min do dia 12 de outubro e retorno às 20h00min do dia 17 de outubro de 2026.
Artigo 3º- O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação do vereador no evento "11º Seminário Nacional de Qualificação da Administração Pública Municipal".
Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Porecatu, 15 de setembro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:C626203B

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 47/2026

PORTARIA Nº 47/2026
VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 6 (seis) diárias ao vereador João de Oliveira Junior (R.G. nº 4.751.931-4 SSP/PR), no valor de R$ 800 (oitocentos reais) cada.
Artigo 2º- As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento do vereador a cidade de Brasília/DF,

com saída prevista para as 05h00min do dia 12 de outubro e retorno às 20h00min do dia 17 de outubro de 2026.
Artigo 3º- O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação do vereador no evento "11º Seminário Nacional de Qualificação da Administração Pública Municipal".
Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Porecatu, 15 de setembro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:24BDA4B9

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 48/2026

PORTARIA Nº 48/2026
VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 6 (seis) diárias ao vereador Rozalvo Aparecido Carvalho (RG 6.161.102-9 SSP/PR), no valor de R$ 800 (oitocentos reais) cada.
Artigo 2º- As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento do vereador a cidade de Brasília/DF, com saída prevista para as 05h00min do dia 12 de outubro e retorno às 20h00min do dia 17 de outubro de 2026.
Artigo 3º- O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação do vereador no evento "11º Seminário Nacional de Qualificação da Administração Pública Municipal".
Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Porecatu, 15 de setembro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:1212B907

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 49/2026

PORTARIA Nº 49/2026
VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 6 (seis) diárias ao vereador Hadriel Jonatas Felipe dos Santos (RG 10.822.314-6 SSP/PR), no valor de R$ 800 (oitocentos reais) cada.
Artigo 2º- As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento do vereador a cidade de Brasília/DF, com saída prevista para as 05h00min do dia 12 de outubro e retorno às 20h00min do dia 17 de outubro de 2026.
Artigo 3º- O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação do vereador no evento "11º Seminário Nacional de Qualificação da Administração Pública Municipal".
Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Porecatu, 16 de setembro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:E87C65F0

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

AAUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2.º QUADRIMESTRE DE 2026.

O Prefeito do Município de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público e **CONVOCA** o Poder Legislativo, toda a população local, representantes de entidades de classe, e demais segmentos da sociedade civil para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** referente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027, e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2.º quadrimestre de 2026.

objetivos

A presente Audiência Pública Conjunta tem por finalidade:

Prestação de Contas (2.º Quadrimestre de 2026): Apresentar a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Poder Executivo relativas ao 2.º quadrimestre do exercício financeiro de 2026, conforme exige o art. 9.º, § 4.º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lei Orçamentária Anual (LOA 2027): Apresentar e discutir a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027, detalhando a estimativa de receitas, a fixação das despesas operacionais e de investimentos, garantindo a participação popular e a transparência da gestão fiscal (art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

DATA, HORÁRIO E LOCAL

Data: 25 de setembro de 2026
Horário: 09h00
Local: Plenário da Câmara Municipal de Porecatu

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e um dois do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. 22/09/2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:06744916

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°26/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 72/2026
Pregão Eletrônico nº 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1.

Contratada: **MUNDO ELETRICO LTDA.**

CNPJ: **44.210.478/0001-11**

Valor: R$ 2.832,00 (dois mil, oitocentos e trinta e dois reais)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1766
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Porecatu, 22 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:8F0CBF0A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°26/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 72/2026
Pregão Eletrônico nº 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1.

Contratada: **PALAIS DECORAÇÕES LTDA.**

CNPJ: **42.668.579/0001-05**

Valor: R$ 322,40 (trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1766
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Porecatu, 22 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:D36C5046

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°26/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 72/2026
Pregão Eletrônico nº 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1.

Contratada: **PB COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.**

CNPJ: **46.845.026/0001-31**

Valor: R$ 10.767,00 (dez mil, setecentos e sessenta e sete reais)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1766
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Porecatu, 22 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:EAC0EF9B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°26/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 72/2026
Pregão Eletrônico nº 26/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde conforme a Resolução 24.299.193-1.

Contratada: **KRODS TECNOLOGIA LTDA.**

CNPJ: **54.209.506/0001-34**

Valor: R$ 17.500,00 (dezessete mil, e quinhentos reais)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1766
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1894
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.12.00 - 1389
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.35.00 - 1391

Porecatu, 22 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:FF389378

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N.º 05/2026

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Porto Amazonas - PR

Resolução nº 05/2026

Súmula: Delibera sobre a composição da secretaria executiva do CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal de nº 616/1997 e 818/2007 e;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 11/09/2026.
CONSIDERANDO o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;

RESOLVE:
Art.1º - Aprovar a composição da diretoria executiva do CMAS conforme segue:
- Presidente: **Sheila Molkenthin**
- Vice-presidente: **Ocimar de Paula Junior;**
- Secretária executiva: **Glória Stefany Vieira Soares**

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 11 de setembro de 2026.

SHEILA MOLKENTHIN
Presidente do CMAS (2026-2028)

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:BB246003

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°008/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26.550.414-0/2026

MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 19.598,61 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos. Trechos: - Estrada Porto Velho/Castelhanos, Área Pavimentada: 19.598,61 m².

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 03 de novembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 03 de novembro de 2026.

LOCAL: www.bllcompras.org.br acesso "Sistema Silverlight"

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 6.876.896,66 (seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 22 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:8A772AD0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 136/2026

DECRETO Nº 136, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Amazonas, conforme especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 818/2007, que altera a composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Amazonas, representando as entidades governamentais:

Representante do Departamento Municipal de Assistência Social
Titular: SHEILA MOLKENTHIN;
Suplente: GRACIANE ANDREIA HOINASKI KOSIBA.

Representante do Departamento Municipal de Educação e Cultura
Titular: GISLAINE CARVALHO DE QUADROS SOUZA;
Suplente: MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI.

Representante do Departamento Municipal de Saúde
Titular: ALISSON LUIZ BERTON;
Suplente: DIRLEI DE LIMA.

Representando as entidades não governamentais:
Representante das associações prestadoras de serviços de atendimento as pessoas com deficiência e suas famílias
Titular: OCIMAR DE PAULA JUNIOR;
Suplente: ERMILIN DOS ANJOS PORTELA.

Representante dos profissionais da área
Titular: LUCIÉLI CRISTINA DE MELLO;
Suplente: LEONILDA RIBEIRO DE PAULA.

Representante dos usuários
Titular: LUZINETE MARIA DA SILVEIRA WAGNER;
Suplente: DELOURDES SOARES VIEIRA DE GOES.
Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 24/2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:4FA6C326

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, representada neste ato pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS, Vereador GEOVANI RIBEIRO DE OLIVEIRA, **CONVIDA** toda população para participar da Audiência Pública, no **dia 29 de setembro de 2026, às 15h00min**, no Plenário da Câmara Municipal, com a finalidade de discutir o cumprimento das Metas Fiscais do 2º (segundo) Quadrimestre de 2026, conforme disposto no artigo 9º, §4º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Atenciosamente,

Prado Ferreira-PR, 21 de setembro de 2026.

GEOVANI RIBEIRO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:82B82907

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 192/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 044/2026

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso III da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de Cota de Patrocinio do 13° Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026.
CONTRATADA: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL – ABES.
CNPJ: 33.945.015/0001-81.
VALOR TOTAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 22 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:B21B425E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 191/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 043/2026

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,
HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, Inciso III da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Aquisição de peças originais para manutenção corretiva do Destilador K-355, marca BUCHI, compreendendo 01 (uma) mangueira de silicone Ø 6/2 mm, com 920 mm de comprimento, e 01 (uma) mangueira de silicone Ø 6/2 mm, com 640 mm de comprimento, destinadas à substituição das peças desgastadas e ao restabelecimento do adequado funcionamento do equipamento.

CONTRATADA: BUCHI BRASIL LTDA
CNPJ: 14.603.261/0001-00
ENDREÇO: Rua Francisco Glicerio, nº 175, Bairro: Vila Embare, situada na Cidade de Valinhos, no Estado de São Paulo, CEP: 13271-200.
VALOR TOTAL: R$ 1.239,03 (Mil duzentos e trinta e nove reais e três centavos).

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 22 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:5FD188C0

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 049/2026

Aprova o desmembramento do Lote nº 01 da Quadra nº 04, do Residencial Gralha Azul, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela proprietária do imóvel;

CONSIDERANDO o Memorial Descritivo e os documentos técnicos elaborados pela Arquiteta e Urbanista Sâmela Machado Onça, CAU-PR nº A151467-9;

CONSIDERANDO que o desmembramento atende às disposições da legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do Lote nº 01 da Quadra nº 04, do Residencial Gralha Azul, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula nº 18.911 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu - Paraná, com área total de 252,00 m², passando a constituir os lotes 01A e 01B, conforme memorial descritivo aprovado.

SITUAÇÃO ANTERIOR AO DESMEMBRAMENTO
Lote nº 01: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 91, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 12,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 11 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 02 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 12,00 metros, perfazendo a área total de 252,00 m. Cadastro Imobiliário nº 808101**.**

SITUAÇÃO POSTERIOR AO DESMEMBRAMENTO
Lote nº 01A: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 89, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 6,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 01B da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 02 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 6,00 metros, perfazendo a área total de 126,00 m². **Cadastro Imobiliário nº 808101.**

Lote nº 01B: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 91, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 6,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 11 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 01A da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 6,00 metros, perfazendo a área total de 126,00 m². **Cadastro Imobiliário nº 9029362.**

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:68CF78B7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 049/2026

Aprova o desmembramento do Lote nº 01 da Quadra nº 04, do Residencial Gralha Azul, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela proprietária do imóvel;

CONSIDERANDO o Memorial Descritivo e os documentos técnicos elaborados pela Arquiteta e Urbanista Sâmela Machado Onça, CAU-PR nº A151467-9;

CONSIDERANDO que o desmembramento atende às disposições da legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do Lote nº 01 da Quadra nº 04, do Residencial Gralha Azul, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula nº 18.911 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu - Paraná, com área total de 252,00 m², passando a constituir os lotes 01A e 01B, conforme memorial descritivo aprovado.

SITUAÇÃO ANTERIOR AO DESMEMBRAMENTO
Lote nº 01: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 91, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 12,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 11 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 02 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 12,00 metros, perfazendo a área total de 252,00 m². Cadastro Imobiliário nº 808101**.**

SITUAÇÃO POSTERIOR AO DESMEMBRAMENTO
Lote nº 01A: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 89, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 6,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 01B da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 02 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 6,00 metros, perfazendo a área total de 126,00 m². **Cadastro Imobiliário nº 808101.**

Lote nº 01B: localizado na Rua Bem-Te-Vi nº 91, confrontando-se pela frente com a Rua Bem-Te-Vi, numa distância de 6,00 metros; pelo lado direito com o Lote nº 11 da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 01A da Quadra nº 04, numa distância de 21,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 16 da Quadra nº 04, numa distância de 6,00 metros, perfazendo a área total de 126,00 m². **Cadastro Imobiliário nº 9029362.**

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:233FB38E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 269/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **MARIANA FERNANDES LOPES PINHEIRO**, inscrita no CPF nº ***.***.999-06, ocupante do cargo de **Assistente Social**, lotada no **Departamento de Assistência Social**, **03 (três) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,37 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**, perfazendo o valor total de **R$ 1.582,11 (um mil quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos)**, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de **28 a 30 de setembro de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a participação no **Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná**, conforme solicitação apresentada pela servidora.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando a beneficiária sujeita à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 21 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:A0ABCB83

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 270/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, inciso II e §8º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o reembolso no valor total de **R$ 104,51 (cento e quatro reais e cinquenta e um centavos)** em favor do servidor **RAFAEL JOSÉ NOGUEIRA SENHORINI**, inscrito no CPF nº ***.***.819-40, ocupante do cargo de **Professor**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**, referente ao ressarcimento de despesas com **alimentação**, realizadas durante deslocamentos oficiais ao Município de **Londrina/PR**, para participação em atividades de formação continuada na área de Língua Inglesa.

Art. 2º O reembolso de que trata o artigo anterior fica assim discriminado:

I – R$ 44,98 (quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos), referente à despesa com alimentação realizada em **27 de abril de**

2026, durante deslocamento ao Município de Londrina/PR para participação em **formação em Língua Inglesa**, conforme **NFC-e nº 225199, Série 0**;

II – R$ 59,53 (cinquenta e nove reais e cinquenta e três centavos), referente à despesa com alimentação realizada em **03 de agosto de 2026**, durante deslocamento ao Município de Londrina/PR para participação em **treinamento/formação de Língua Inglesa – Professores Paraná Fluente**, conforme documento fiscal anexado ao processo administrativo.

Art. 3º O reembolso encontra-se devidamente instruído com os formulários de solicitação e respectivos documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:6781A259

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 271/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, inciso II e §8º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o reembolso no valor de **R$ 47,08 (quarenta e sete reais e oito centavos)** em favor da servidora **SIMEIRE APARECIDA OLIVEIRA HIGUCHI**, inscrita no CPF nº ***.***.359-27, ocupante do cargo de **Enfermeira**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao ressarcimento de despesa com **alimentação**, realizada durante deslocamento oficial ao Município de **Londrina/PR**, no dia **15 de setembro de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento teve por finalidade a participação na **Semana Padrão do PlanificaSUS – Ciclo 5 – Monitoramento**, referente à **Pré-Tutoria do Ciclo 5 – Monitoramento**, realizada na **Faculdade Anhanguera – Catuaí**, em Londrina/PR, conforme documentação comprobatória constante no processo administrativo.

Art. 2º O reembolso refere-se à despesa com alimentação no valor de **R$ 47,08 (quarenta e sete reais e oito centavos)**, conforme **NFC-e nº 000023249, Série 006**, emitida em **15 de setembro de 2026**.

Art. 3º O reembolso encontra-se devidamente instruído com formulário de solicitação, documento fiscal comprobatório da despesa, convite oficial e **lista de presença que comprova a participação da servidora no evento**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:BA0B9EA3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 272/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **22 (vinte e duas) diárias**, no valor unitário de **R$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, totalizando **R$ 870,10 (oitocentos e setenta reais e dez centavos)**, em favor do servidor **MAYCON EMANUEL PEDRANGELO**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito no CPF nº ***.***.789-80, em razão de deslocamentos oficiais para transporte de alunos universitários ao Município de Londrina/PR, com saída às 17h00, **no período de 22 de setembroo de 2026 a 21 de outubro de 2026**.
Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5EEAE751

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 273/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, em especial conformidade com os artigos 78, inciso XI, c/c art. 83, inciso I, e art. 122, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira, resolve*:*

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Magna Regina de Moura Gonzales Procópio, ocupante do cargo Chefe de Gabinete, portadora do RG n°. *.***.515-0 e CPF n°. ***.***.639-20, como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo, referente ao evento alusivo ao 28° Aniversario do Município de Prado Ferreira.
Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Wilson Herber Filho, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, portador do RG n°. *.***.734-1 e CPF n° ***.***.529-62, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao evento alusivo ao 28° Aniversario do Município de Prado Ferreira.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 22 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Magna Regina de Moura Gonzales
Código Identificador:13461A9D

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 9/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: USIRMAO PRODUCOES LTDA – CNPJ **50.853.368/0001-70**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA USIRMÃO PRODUÇÕES LTDA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DO 29º ANIVERSÁRIO DA CIDADE
VALOR GLOBAL: R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **90 dias (Noventa dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 22/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:4D029C2D

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: P H SANCHEZ PRODUCOES LTDA – CNPJ **43.247.991/0001-14**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA P H SANCHEZ PRODUÇÕES LTDA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DO 29º ANIVERSÁRIO DA CIDADE
VALOR GLOBAL: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **90 dias (Noventa dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 22/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:A0716728

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: DIRESPONSA LTDA – CNPJ **61.424.788/0001-58**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA DIRESPONSA LTDA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DO 29º ANIVERSÁRIO DA CIDADE
VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **90 dias (Noventa dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 22/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:D1C04C3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 18/2026

HOMOLOGAÇÃO: 22/09/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS OBJETIVANDO O PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS – PR. Em consonância com o parecer jurídico 121/2026.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PÚBLICO PRIVADO

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: Sem custo para a CMQB

DESPESA:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Câmara Municipal de Quatro Barras, 22/09/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:011F225A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11936/2026

Súmula: Exonera o Senhor LUIS HENRIQUE AVELINO FRANCISCO do cargo comissionado que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a pedido, o Senhor LUIS HENRIQUE AVELINO FRANCISCO, CPF nº. ***.019.789-**, do cargo comissionado de "COORDENADOR DE DEPARTAMENTO", a partir de 22 de Setembro de 2026.

Quatro Barras, 22 de Setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D3D94B8B

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N° 19/2026

Súmula: Perda de mandato de Conselheiros CMAS representantes Governamentais e da Sociedade Civil Organizada do Biênio 2025/2027 por faltas injustificadas em Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 823/2013, em reunião ordinária realizada em 19 de maio de 2026,
Considerando:
1 A Lei 12.435 de 2011, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social n° 8742, de 07 de dezembro de 1993;
2 A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução CNAS Nº. 145, de 15 de outubro de 2004;
3 A Norma Operacional Básica do SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº. 33, de 12 de dezembro de 2012;
4. O Decreto 11.342/2025 que designa membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS nos termos da Lei Municipal nº 823/2013, para o Biênio 2025/2027
5. O Regimento Interno CMAS, Art. 9º, Parágrafo único.
6. A Ata 08/CMAS de 19/05/2026;
7. A deliberação da plenária.
Resolve:
Art. 1º. Aprovação total e unânime da Perda de mandato de Conselheiros CMAS representantes Governamentais e da Sociedade Civil Organizada do Biênio 2025/2027 por faltas injustificadas em Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com o *Artigo 9º: O conselheiro que faltar injustificadamente a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas durante o ano, perderá automaticamente o mandato. Parágrafo Único: As faltas deverão ser justificadas por escrito*, conforme o Regimento Interno CMAS.
Art. 2º. As vagas em vacância para substituição ficam da seguinte forma: I. Representantes Governamentais: a) Segmentos: Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento: Titular: Wilian Luca Dominski. Suplente: Moises dos Santos; b) Secretaria Municipal de Saúde: Suplente: Ana Maria Caroline Schuks; c) Secretaria Municipal de Educação: Suplente: Marlene do Perpétuo Socorro Pires. II. Representantes da Sociedade Civil Organizada: Segmentos: a) Usuários do SUAS: Suplente: Matheus Galvão, Suplente: Charles Whitacker; Segmento: b) Entidades do SUAS: Associação Betel de Quatro Barras: Rodrigo Tavares.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 19/05/2026.

Quatro Barras, 11 de setembro de 2026.

MANOEL XAVIER DA SILVA
Presidente do CMAS Biênio 2025-2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D118E43B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 02 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026

OBJETO: Registro de Preços para uma eventual necessidade de fornecimento de artefatos de concreto (tubos, calhas, tampas para caixas armadas, PAVERS, guias, blocos, meio-fio e galeria de concreto), conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Pregoeira Municipal, no uso das suas atribuições no que lhe confere o Decreto n° 11.926/2026 comunica aos interessados que procederam alterações ao edital em epígrafe:

Vide as alterações na íntegra no Edital Retificado nº 02 do Pregão Eletrônico nº 61/2026, disponível no portal institucional www.quatrobarras.pr.gov.br – menu Empresas > Licitações – ou no Portal da Transparência do Município. O referido Edital Retificado nº 02 também está disponível no Portal de Pregões Eletrônicos Compras BR, podendo ainda ser solicitado por meio do e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br.

NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO :

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 04/08/2026 às 08h29 do dia 05/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 05/10/2026

Ficam mantidas as demais condições do referido Edital. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 22 de setembro de 2026

JUCILENE DE FÁTIMA OLIVEIRA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:CA81F0B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°129/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	129/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026			
FAVORECIDO:	MONICA ISABEL DE NOVAES			
CPF:	**869.***.***- 53**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:75C59632

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°132/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	132/2026
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026
FAVORECIDO:	GESSIMARA DAIANA WEISS DE OLIVEIRA
CPF:	**094.***.***- 63**
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR
OBJETIVO DA VIAGEM	
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS	

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:939922D4

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°133/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	133/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026			
FAVORECIDO:	FABIANO DOMINGUES REGINI			
CPF:	**031.***.***- 83**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:15A5D034

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°134/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	134/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026			
FAVORECIDO:	HERBELY APARECIDO DAVIES PESSOA			
CPF:	**045.***.***- 02**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:19DB839E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Querência do Norte - Pr, 22 de setembro de 2026.

CONVITE

Vimos através deste, convidar a Vossa Senhoria para uma AUDIENCIA PUBLICA, que será realizada no dia 30/09/2026, ás 11h00min nas dependências da Câmara Municipal, sito a Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, Para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2.026, Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal.
.

Certo de seu comparecimento, antecipamos nossos sinceros votos de cordialidade e apreço.
Atenciosamente

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:20274798

LICITAÇÃO
PE 34/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 34/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

5 A MÁQUINAS LTDA
CNPJ: 60.179.675/0001-71
LOTE: 02
VALOR: R$ 239.000,00 (Duzentos e trinta e Nove Mil Reais)

Querência do Norte PR, 22 DE SETEMBRO DE 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9B479E6B

LICITAÇÃO
PE 35/2026 VEÍCULO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 35/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-
OBJETO: aquisição de 01 veículo automotor, tipo multipropósito/monovolume, novo zero km, ano/modelo 2026/2027

ou superior, com capacidade 07 ocupantes, programa “O ESPORTE QUE QUEREMOS
ABERTURA**: 06 DE Outubro de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br

– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 22 de Setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:21191BF1

LICITAÇÃO
TA CONTRATO 46.2026 CONC 14.2025 ESCOLA

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.46/2026, decorrente de Concorrência n° 14/2025 - **CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 09 SALAS – TÉRREA – ESCOLA MUNICIPAL GILBERTO CONCEIÇÃO BORSATTO, PADRÃO FNDE**, área de 3.589,39 m², conforme Termo de Compromisso nº 961128/2024/FNDE/CAIXA.
O MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte/PR, CEP. 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR e a empresa **R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ Nº 06.129.907/0001-31, LOCALIZADA A RUA PROJETADA A, 1646 – PARQUE INDUSTRIAL III, CEP 87.507-135 – UMUARAMA - PARANÁ, representada por CLEBER RUIZ MARTINEZ, inscrito no CPF sob n. º 021.***.***- 36, residente e domiciliado em Umuarama –PR, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – aditivo de meta física – construção de muro de arrimo, no valor de R$ 304.727,66 (trezentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos) nos termos do artigo no artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE
Contratada
Contratante
CNPJ:76.973.692/0001-16
www.elotech.com.br

RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 06.129.907/0001-31

Querência do Norte, 22 de setembro de 2026

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:04874C1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVITE

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convida a população em geral para participar da audiência pública, que tem por finalidade a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027, a se realizar no dia 30/09/2026, às 15:00h, na Prefeitura Municipal, Sala de Reuniões, Rua José de Sá Ribas, 238, Centro.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F53AF5DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 305/2026

PORTARIA N° 305/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4674/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde de 11/09/2026 a 25/09/2026, para FRANCIELE COLACO DE SOUZA, RG nº. 10.535.158-5/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional Geral, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:490FD769

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 306/2026

PORTARIA N° 306/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4679/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde a partir de 13/09/2026 a 09/10/2026, para PEDRO DE LIMA SOARES, portador do RG nº. 10.698.484-0/PR, funcionário público municipal efetivo e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:39B2A8E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 308/2026

PORTARIA N° 308/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4640/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença para tratamento de saúde de 01/09/2026 a 29/09/2026, para RENI TEREZINHA GOGOLA, portadora do RG nº. 4.360.215-2/PR funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:4F616137

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 309/2026

PORTARIA N° 309/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4549/2026,

RESOLVE

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde de 28/08/2026 a 10/09/2026, para DENISE ROMANOVSKI MIKA LEMOS, portadora do RG nº. 8.866.645-3/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 28/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:6651F65C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 310/2026

PORTARIA N° 310/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 61, XXIX da Lei Orgânica Municipal e art. 112, II, da Lei Municipal 419/98, protocolo nº 4536/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida licença de 7 (sete) dias para casamento, a partir de 31/08/2026, para JOELMA MACHADO LEZ, RG nº. 13.680.085-0/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal do Campo Bom Jesus.

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 31/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:DB02AC41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 311/2026

PORTARIA N° 311/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no artigo 26 da Lei Municipal nº. 846 de 14 de dezembro de 2010, protocolo nº 4658/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica designada a servidora municipal pelo exercício na função de Assessor Pedagógico conforme a seguir:

Professor(a)	Padrão	Local	Nº DE HORAS
Maria Fernanda Rseciceki		Assessoria Pedagógica/ Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro	40

Art. 2º A designada receberá 30% (trinta por cento) pela função de Assessoria Pedagógica, conforme o art. 64, da Lei 846, de 07 de dezembro de 2010.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:916E3CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 312/2026

PORTARIA N° 312/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, nos artigos 35, IV, 36 e 55, da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98, Protocolo nº 4719/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, ARILIO DA ROCHA, portador do RG nº 3.374.050-6/PR, funcionário público municipal efetivo, ocupante do cargo de Pedreiro, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro, em razão da concessão de sua aposentadoria.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito
JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:0C5518B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 313/2026

PORTARIA N° 313/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Art. 35, Inciso IV e art. 55 da Lei 419 de 10 de fevereiro de 1998, Protocolo nº 4719/2026,

RESOLVE

Art. 1º. Declarar vacância de 01 (um) dos cargos de Pedreiro, do quadro de servidores públicos deste Município, em razão da aposentadoria concedida ao servidor ARILIO DA ROCHA, RG nº. 3.374.050-6/PR.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito
JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:0C3DF118

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 315/2026

PORTARIA N° 315/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, inciso I da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, ALAN KUSDRA, portador do RG nº 9.561.611-9/PR, do cargo em comissão de Secretário Executivo de Gabinete, com exercício de suas funções no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:206078FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 316/2026

PORTARIA N° 316/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, inciso I da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, ALTAIR JOSE RIBEIRO, portador do RG nº 8.371.732-7/PR, do cargo em comissão de Diretor de Frota e Transporte de Passageiros, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:30F938B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 317/2026

PORTARIA N° 317/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, inciso I da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, SILVESTRE BASSO RIBAS, portador do RG nº 4.018.703-0/PR, do cargo em comissão de Diretor Geral de Departamento, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Conservação e Sustentabilidade.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:2C06EFF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 318/2026

PORTARIA N° 318/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, inciso I da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, VALTENCIR SANTANA, portador do RG nº 8.311.939-0/PR, do cargo em comissão de Diretor Geral de Departamento, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:176C6E6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 319/2026

PORTARIA N° 319/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no artigo 36, da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98, Protocolo nº 4754/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado a pedido, FABIANO ROCHA KOSINSKI, portador do RG nº. 5.127.486-5/PR, funcionário público municipal efetivo, ocupante do cargo de Professor Padrão II, com exercício de suas funções na Escola Municipal do Campo Vilson Hasselmann.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:4549BED6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 320/2026

PORTARIA N° 320/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Art. 35, Inciso I da Lei 419 de 10 de fevereiro de 1998, Protocolo nº. 4754/2026,

RESOLVE

Art. 1º. Declarar vacância de 01 (um) dos cargos de Professor 20 horas, do quadro de servidores públicos deste Município, em razão do pedido de exoneração concedido ao servidor FABIANO ROCHA KOSINSKI, RG nº 5.127.486-5/PR.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9DDD0DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 321/2026

PORTARIA N° 321/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, nos art. 82, inciso II da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4691/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida licença-maternidade de 180 dias, de 09/09/2026 até 06/03/2027, para ROSILENE APARECIDA SOEK, RG nº. 8.568.395-0/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal do Campo São João.

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 09/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:063FD1D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1 – APRESENTAÇÃO
O presente Plano de Contingência tem por finalidade estabelecer procedimentos e responsabilidades para atuação coordenada do Município de Rancho Alegre D'Oeste-Pr em situações de emergência ou calamidade pública, visando reduzir danos humanos, materiais, ambientais e econômicos.
Considera-se o histórico municipal diante de ocorrências relacionadas principalmente a chuvas intensas, granizo, vendavais com destelhamentos, enxurradas em áreas rurais e período de estiagem.

2 – OBJETIVOS
- Organizar a resposta municipal diante de desastres naturais;
- Definir claramente as responsabilidades dos Departamentos do Municipio;
- Minimizar impactos à população urbana e rural;
- Garantir assistência rápida às famílias atingidas;
- Padronizar procedimentos para eventual decretação de Situação de Emergência.

3 – BASE LEGAL
- Constituição Federal;
- Lei Orgânica do Município de Rancho Alegre D'Oeste-Pr
- Leis n° 12.340/2010, 12.608/2012 e 14.750/2023 Política Nacional de Proteção Defesa Civil (PNPDEC), Lei municipal Nº1012/09/2026 e demais legislações aplicáveis.
- Demais normas estaduais e federais aplicáveis.

4 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA MUNICIPAL
Prefeito Municipal: EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Coordenador Municipal: ALMIR ROGÉRIO DOMINGOS
Telefone da Defesa Civil: (44) 99700 0353
E-mail institucional: prefeitura@ranchoalegredoeste.pr.gov.br

Órgãos de apoio:
- Departamento Municipal de Administração
- Departamento Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos
- Departamento Municipal de Assistência Social
- Departamento Municipal de Saúde
- Departamento Municipal de Educação
- Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
- Polícia Militar (não temos efetivos, atendimento Goioerê)
- Corpo de Bombeiros (não temos efetivos, atendimento Goioerê)
- SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

5 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
Município localizado na região Oeste do Estado do Paraná, com predominância de atividades agrícolas.
Área territorial: 167.646 km²
População estimada: 2.900 (Dois mil e Novecentos habitantes)
Principais atividades econômicas: agricultura, pecuária, apicultura e avicultura
Áreas urbanas e comunidades rurais: sede municipal e comunidades do interior.

6 – DIAGNÓSTICOS DOS RISCOS
Principais riscos identificados no município:
- Chuvas intensas;

- Granizo;
- Vendavais com destelhamentos de residências;
- Enxurradas e danos em estradas rurais;
- Estiagem com impacto na agricultura e abastecimento;
- Queda de árvores e interrupção de energia elétrica.

7 – CENÁRIOS DE DESASTRE
7.1 Chuvas intensas e Enxurradas
Impactos possíveis:
- Danos a pontes e estradas rurais
- Isolamento de comunidades
- Estradas obstruídas
- Falta de água
- Falta de energia elétrica
- Contaminação de rios e nascentes

7.2 Vendavais
Impactos possíveis:
- Destelhamento de casa;
- Danos em prédios públicos;
- Quedas de árvores e postes;
- Danos em propriedades rurais.

7.3 Estiagem
Impactos possíveis:
- Redução da produção agrícola;
- Necessidade de abastecimento emergencial de água;
- Queima de vegetação
- Pragas agrícolas/doenças

7.4 Alagamento
- O Município não possui áreas de alagamento

7.5 Deslizamento
- O Município não possui áreas de deslizamento

7.6 Inundação
- O Município não possui áreas de inundação

8 – SISTEMA DE ALERTA, EVACUAÇÃO E TRANSPORTE EM SITUAÇÃO DE EMRGÊNCIA
8.1 Alerta – procedimento para emissão do alerta
Após receber informação sobre possível situação de risco, a COMPDEC deverá:
- verificar, quando possível, a origem e a confiabilidade da informação;
- avaliar a área potencialmente atingida;
- comunicar o Prefeito Municipal ou autoridade responsável;
- utilizar os meios de comunicação disponíveis;

8.2 - COMUNICAÇÃO E ALERTA
Meios oficiais de comunicação:
Responsável: JÉSSICA DA S SOARES DUARTE – Cel: (44) 99734 - 1696
- Redes sociais da Prefeitura;
- Site institucional;
- Rádio regional;
-Carro de som;
- Grupos institucionais de mensagem.

8.3 Evacuação
- risco iminente ou ocorrência que exija a retirada da população de determinada área.
- iniciar o procedimento imediatamente a evacuação conforme as rotas previamente estabelecidas.

8.4 Rotas e Fugas
As rotas e fugas deverão:
- estar fora das áreas de risco, sempre que possível;
- possuir condições adequadas de circulação de pessoas e veículos;
- permanecer desobstruídas;
- permitir o acesso de ambulâncias, caminhões, ônibus e demais veículos de emergência;
- possuir sinalização indicando o sentido da evacuação;
- possuir rotas alternativas para quando houver bloqueio da rota principal.

8.5 Pontos de encontro
Os pontos de encontro deverão ser locais previamente identificados, com condições mínimas de segurança e acesso.
A escolha definitiva deverá considerar o tipo de desastre, pois, um mesmo local não deverá ser utilizado se estiver dentro da área de risco ou puder ser afetado pelo vento.
Cada ponto de encontro deverá possuir, sempre que possível:

- responsável pelo local;
- equipe de recepção;
- controle de entrada;
- lista de pessoas encaminhadas;
- espaço para atendimento prioritário;
- água potável;
- iluminação;
- banheiros;
- comunicação
- acesso para ambulância;
- área para veículos de transportes.

8.6 Protocolo de Transportes
A necessidade de transportes será comunicada à COMPDEC, que deverá informar o setor municipal responsável pela frota e solicitar os veículos necessários.
. Poderão ser utilizados, conforme disponibilidade:
- ônibus;
- micro-ônibus;
- vans;
- ambulâncias;
- veículos disponibilizados por órgãos públicos.

. Classificação dos transportes:
- **Transporte tipo 1 – Evacuação**: utilizado para retirada de pessoas de área de risco.
- **Transporte tipo 2 – Saúde:** utilizado para pessoas enfermas, feridas ou que necessitem de atendimento médico.
- **Transporte tipo 3 – Pessoas vulneráveis:** destinados a idosos , crianças, pessoas com deficiência, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida.

. Protocolo para saída dos veículos
Antes do deslocamento, o responsável deve verificar:
- combustível;
- condições básicas do veículo;
- documentação;
- capacidade de passageiros;
- identificação do motorista;
- rota a ser utilizada;
- destino;
- condições das vias;
- equipamentos necessários.

9 – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

9 .1 Coordenação geral
Responsável: ALMIR ROGÉRIO DOMINGOS – Cel: (44) 99700 0353

9.2 Atribuições por Departamento durante o período de anormalidade

Departamento de Planejamento, Obras e Serviços Públicos
Responsável: ALMIR ROGÉRIO DOMINGOS – Cel: (44) 99700 0353
- Desobstrução de estradas rurais;
- Recuperação de estradas rurais;
- Limpeza de vias públicas;
- Apoio com máquinas e caminhões.

Departamento de Assistência Social:

Responsavel: VANESSA RAYANE MACEDO DA CRUZ – Cel: 99917 9206
- Cadastro das famílias afetadas;
- Distribuição de telhas, cestas básicas, colchões e cobertores;
- Gestão de abrigos provisórios.

Departamento de Saúde:
Responsável: ANA CLÁUDIA MERLIM - Cel (44) 99922 0616
- Atendimento médico emergêncial;
- Disponibilizar ambulância, quando solicitado;
- Proceder com assistência básica de saúde pública nos abrigos;
- Psicólogo;
- Acolhimento e cuidados de animais doméstico e silvestres (temporários, devido o município não ter infraestrutura).
- Realizar fiscalização Sanitária dos produtos alimentícios e empresas comerciais de gêneros alimentares;

Departamento de Educação:
Reponsável: Silvana Góis – Cel (44) 99881 4051
- Designar cozinheiras e merendeiras para trabalho permanente nos alojamentos,
-Prover a alimentação diária das famílias que forem desabrigadas e encaminhadas aos abrigos provisórios;
-Providenciar a limpeza e higiene dos abrigos, quando estes forem em escolas.
-Prover de faxineiras para ajudar na limpeza;
-Providenciar a limpeza e higiene dos abrigos, quando estes forem em escolas.

Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Responsável: LORENA N BRANIZ VIANA – Cel: (44) 99988 2439
- Prestar assistência e apoio aos produtores afetados com redução de produção, com orientação técnica;
- Disponibilizar caminhão-pipa;

- Desenvolver trabalhos de recuperação de áreas degradadas (enxurradas);
- Elaborar relatório de avaliação e recuperação de áreas com danos ambientais;
-Acionar brigada de incêndio;
-Monitorar áreas afetadas com pragas/doenças agrícolas e orientar produtores com atendimento técnico imediato.

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
Reponsável: José Ivaldo dos Santos – Cel: (44)99990 1011
- Monitoramento/atenção/alerta/atendimento

COPEL – Companhia Paranaense de Energia - CAMPO MOURÃO
Responsável: André Spohr – Cel: (44) 97011 089
Canal exclusivo para contato: 0800 – 6435225

POLÍCIA MILITAR - GOIOERE
Responsável: Tenente Fernando - Celular (41) 99106 1988
- Apoiar o isolamento e controle das áreas;
- Auxiliar no controle do trânsito;
- Garantir a segurança durante a evacuação.

CORPO DE BOMBEIROS - GOIOERE
Responsável: Sargento Ademir - Cel: (44) 99969 9419
- Atuar nas ocorrências de sua competência;
- Realizar salvamentos e atendimentos emergenciais;
- Orientar tecnicamente as ações quando acionado.

Administração:
Responsável: LORENA N BRANIZ VIANA – Cel: (44)99988 2439
- Apoio documental;
- Publicação de decretos;
Responsável: JÉSSICA S SOARES DUARTE – Cel: (44) 99734 1696
- Comunicação institucional;
Responsável: Thiago Mourão – Cel: (44) 99995 2670
- Carro administrativo.

10 – FLUXO OPERACIONAL
1-Comunicar ao Prefeito as ocorrências de Defesa Civil;
2-Deslocamento da equipe técnica para vistoria;
3-Registro fotográfico e relatório preliminar;
4-Acionamento dos Departamentos componentes;
5-Instalação de abrigo, se necessário;
6-Elaboração de relatório de Avaliação de danos;

7-Decreto de Situação de Emergência, se cabível;
8-Solicitação de apoio Estadual e Federal.

11 – ABRIGOS PROVISÓRIOS – Os responsáveis pela ativação dos abrigos devem ser acionados sempre que houver a emissão de alertas para as áreas de atenção. Caso haja a confirmação da necessidade de remoção das pessoas das áreas de atenção, os responsáveis deverão ativar os abrigos. O abrigo deverá ser ativado ainda quando na ocorrência de um desastre que atinja localidades com ocupação e que haja a necessidade de alocar pessoas em um lugar seguro.

11.1-Colégio Estadual Rancho Alegre D'Oeste – Capacidade: 120 (cento e vinte pessoas)
E quadra Colégio Estadual – Capacidade: 60 (sessenta pessoas)
Localizado na Rua Amapá, nº 350
Checklist Abrigo:
Há espaço para almoxarifado? Sim
Existe cozinha no local? Sim
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 05 Masc. 05 Fem.
Quantidade de chuveiros: 05 Masc. 05 Fem.
Há espaço para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há espaço para área de recreação? Sim
Há fornecimento de energia elétrica: Sim
Há espaço para abrigo de animais? Não
Há espaço reservado para alimentação? Sim
Capacidade do reservatório de Água: 2.000 litro
Responsável: ELIANE DOS SANTOS MACEDO – Cel: (44) 99902 6716
Nome Adjunto: EVERTON JOSIMAR DE OLIVEIRA – Cel: (44) 99773 4721
Email: reoranchoalegre@escola.pr.gov.br

11.2-Contraturno – 20 pessoas
Localizado: Conjunto Beija Flor - Rua Beija-flor, nº 100
Há espaço para almoxarifado? Não
Existe cozinha no local? Não
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 01 (unissex)
Quantidade de chuveiros: Não
Há espaço para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há espaço para área de recreação? Sim
Há fornecimento de energia elétrica? Sim

Há espaço para abrigo de animais/ Sim
Há espaço reservado para alimentação? Não
Capacidade do reservatório de água? 500 litros

Responsavel: VANESSA RAYANE M DA CRUZ – Cel (44) 99917 9206
Nome Adjunto: MARIA JOSÉ Cel: (44) 99701 7891
Email: rayane_psicologia@hotmail.com

11.4 – Salão paroquial – Capacidade 100(Cem pessoas)
Localizado: Av Porto Alegre,282
Checklist Abrigo:
Há espaço para almoxarifado? Sim
Existe cozinha no local? Sim
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 02 Masc. 02 Fem.

Quantidade de chuveiros: 00 Masc. 00 Fem.
Há espaço para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há fornecimento de energia elétrica? Sim
Há espaço para abrigo de animais? Não
Há espaço reservado para alimentação? Sim
Capacidade do reservatório de água: 1.000 litros
Responsável: Pr GESSI DE MATOS – cel: (44) 99969 4235

Nome Adjunto: JOSIANE MONÇÃO - Cel (44) 99917 5876
Psjrancho1983@gmail.com

Responsável pela coordenação dos abrigos, Diretora do Departamento de Assistência Social, no momento a Sra. VANESSA RAYANE MACEDO DA CRUZ,
Celular nº 44 99917 9206

Importante: um abrigo deve ser planejado para 07 (sete dias), ou seja, os recursos necessários para sua organização devem ser estimados para este período, podendo ser reorganizado na mesma proporção caso seja necessário.

SUGESTÃO PARA ROTINA DE ABRIGOS
Atividades/Rotinas Horários sugeridos
Alvorada/despertar 7hs

Café da manhã 7h30m até as 8h
Almoço 12h até 13h
Jantar 18h até 19h
Abertura/fechamento do abrigo 6h/ 23h
Lactário (Lactante-amamentação) 2h, 5h, 8h, 11h, 14h, 17,h 20h, 23h
Espaço recreativo 8h até 11h e 14h até 17h

12 – ATIVAÇÃO DO PLANO

12.1 Autoridade de Ativação
O Plano de Contingência poderá ser ativado pelas seguinres autoridades
Responsável: Almir Rogério Domingos – Coordenador Operacional – cel (44) 99700 0353
Responsável: Mauro Ota Rodrigues Coordenador substituto – cel (44) 99979 5875

12.2 Critérios para Ativação
O PLANCON será ativado sempre que forem constadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, emespecial;:
- Quando o responsável pelo monitoramento receber alerta metereológico do CENAD, CEDEC, COREDEC OU COMDEC;
- Quando o movimento de massa for detectado pelos responsáveis pelo monitoramento ou for dado um alerta pela MINEROPAR;
- Quando ocorrem chuvas, vendavais ou tempestades que gerem éssoas desalojadas e/ou desabrigadas;

12.3 Procedimentos para desativação
Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, o **Coordenador Operacional** deverá realizar os contatos necessários para que as seguintes medidas sejam desencadeadas:
1 – Instalar o Sistema de Comando de Incidentes e o Posto de Comando, usando os dados abaixo:
Responsável; Almir Rogério Domingos - Cel (44) 99700 0353
Posto de Comando Pátio de Maquina - Local Vila Maria
2 – Instalar área de espera, o que é muito importante para organização e emprego dos recursos;
3- Coleta de informações: responder as seguintes perguntas norteadoras "O que aconteceu , como está agora e como poderá evoluir";
4 – Levantar telefones para informações: Local do ocorrido, equipes de socorro que estão em atendimento e notificações em geral, como empresa;
5 – O Coordenador Municipal de defesa Civil deverá entrar em contato com o Coordenador Regional de defesa Civil 2 Sargento Alexandre 5BBM – 5ª CORPDEC – MARINGA Cel (43) 99984 2907, repassando as informações necessárias.

13 DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO
A desmobilização será feita de forma organizada, priorizando os recursos externos e mãos impactados nas primeiras operações. Deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários

para reconstrução sem que haja interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

13.1 Critérios para a desmobilização
O PLANCON será desmobilizado sempre que forem constatados as condições e pressupostos que descaracterizem um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:
- Quando a evolução da precipitação após a ativação do Plano, monitorada pelos responsáveis não for confirmada pelos órgão de Defesa Civil ou devida a alguma alteração metereológica confirmada pelo SIMEPAR;
- Quando o movimento da massa não for detectado pelos responsáveis ou quando após avaliação técnica dos órgãos responsáveis (MINEROPAR) destacar o risco;
- Quando a ocorrência de chuvas, vendavais e tempestades que geraram pessoas desabrigadas e/ou desalojadas tenham cessado e as pessoas já tiverem sido retornadas para as suas residências;

13.2 Autoridade para desmobilização
O Plano e Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:
Responsável: Almir Rogério Domingos – Coordenador Operacional Cel (44) 99700 0353

13.3 Procedimentos para desmobilização
Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:
- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos intarnos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior)

14 – RECURSOS DISPONÍVEIS
Máquinas e Equipamentos:
Responsável: ALMIR ROGÉRIO DOMINGOS – Cel: (44) 99700 0353
- Retroescavadeira
- Caminhão basculante
- Micro-Ônibus
- Caminhonete
- Retroescavadeira
- Motoniveladora
- Pá carregadeira
- Escavadeira hidráulica
- Trator
- Motor serra
- Veículos oficiais

Equipamentos/Saúde
Responsável: Ana Merlim – Cel☎44) 99922 0616
- Ambulância
- Van
- Veiculos

Equipamentos/Som
Responsável: Augusto Cel (44) 99979 9038
- Carro de som

Limpeza/ manutenção de redes de água e esgoto
Responsável: Valdir Cel: (44) 99962 9193

Materiais de Apoio:
Responsável: VANESSA RAYANE M A CRUZ – Cel: (44) 99917 9206
- Telhas, tijolos, cimento e areia
- Cestas básicas, água potável
- Colchões, cobertores
- roupas, donativos
- Medicamentos

15 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E REGISTROS
- Registro fotográfico das ocorrências;
Responsável: JÉSSICA DA S SOARES DUARTE – Cel: (44) 99734 1696

- Cadastro das famílias atingidas;
- Controle de materiais distribuídos;
Responsável: VANESSA RAYANE M DA CRUZ – Cel: (44) 99917 9206

- Relatórios técnicos;
- Arquivamento de decretos e atos oficiais;
- Alimentação dos sistemas estaduais e federais de Defesa Civil.
Responsável: MAURO OTA RODRIGUES CEL (44) 99979 5875

16 – DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Plano fica implementado por Decreto do Prefeito Municipal.

Paço Municipal "20 de Março"
Rancho Alegre D'Oeste-Pr, 22 de Setembro de 2026

VALIDAÇÃO E ASSINATURA DOS ENVOLVIDOS		
NOME COMPLETO	ORGÃO/FUNÇÃO	ASSINATURA
EVERTON CÁSSIO ZANUTO	PREFEITO MUNICIPAL	
ALMIR ROGÉRIO DOMINGOS	COORDENADOR MUNICIPAL	
VANESSA RAYANE MACEDO DA CRUZ	DIRETORA DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
ANA CLÁUDIA MERLIM	COORDENADORA DE SAÚDE	
SILVANA CRISTINA DE GOIS	DIRETORA DE EDUCAÇÃO	
LORENA DE NOVAES BRANIZ VIANA	DIRETORA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:856877E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Municipal de Saúde de Realeza - PR, no uso das atribuições que lhe confere a lei Municipal nº 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações, vem através deste convocar o (a) Sr.(a) Conselheiro(a) Municipal de Saúde e na oportunidade convidar toda a população para a Reunião Ordinária a ser realizada no dia **24 de setembro de 2026, nas dependências da Câmara de Vereadores às 13:30 horas.**
PAUTA:
Aprovação da ata da reunião anterior, n° 009/2026;
Apresentação do índice de mortalidade materno infantil;
Situação da dengue no município;
Prestação de Contas 2° Quadrimestre 2026;
Comitê de Saúde Mental;
Informes.

Realeza, 18 de setembro de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente CMS

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7C2E1CEC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PARCERIA 02/2021

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
TOMADOR: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE REALEZA – CONSEG
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) DRONE DJI MATRICE 4T (POWERPACK), EQUIPADO COM CÂMERA TERMAL E KIT CONTENDO TRÊS BATERIAS.
REFERÊNCIA: TERMO DE FOMENTO ENTRE MUNICIPIO DE REALEZA/PR E O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE REALEZA – CONSEG, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº13.019/2015
VIGÊNCIA: 22/0/2026 ATÉ 31/12/2026
GESTOR/FISCAL DA PARCERIA: TAINARA SETTI
VALOR TOTAL: R$55.900,00 (CINQUENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS REAIS)

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C3501BEF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.122/2026 22/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **ELIANE BERNARDO DA SILVA ALVES**, cadastrada sob a matrícula Nº6801, ocupante do cargo efetivo de Professor, na da data de hoje 22/09/2026 para suprir o luto por falecimento da servidora **MAYARA POLIANA REL**, Matricula Nº205911 em cargo efetivo de Professor 1ºpadrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E56E2682

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.123/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 07 (sete) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 22 a 28 de setembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106312	Paulo Sergio Bueno	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo	23/02/2025 até 2/02/2026

Art. 2º- Conceder 05 (cinco) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106479	Ozeias de Oliveira	Auditor Fiscal Tributário	03/01/2025 até 02/01/2026

Art. 3º- Conceder 08 (oito) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 03 a 10 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106739	Daieni Ambrosini Bida	Assessor de Indústria, Serviços e Comércio	19/11/2024 até 18/11/2025

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 22 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:CE3839C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 41

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 312/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: FORTICO SEGURANÇA LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE segurança desarmada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão - Eletrônico Nº 41/2026
VALOR TOTAL: R$254.878,20 (Duzentos e Cinqüenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Vinte Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 21/09/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:E94373AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO IPM SEGUNDO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N°259/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA
OBJETO: O objeto será executado conforme integralidade do Termo de Referência, que prevalecerá em caso de divergência.
ADITIVO CLÁUSULA PRIMEIRA:
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **alteração qualitativa do objeto contratual**, mediante a inclusão do módulo **Suprimentos – S-2 – eLicita**, integrante da solução de sistema integrado de gestão pública já contratada pelo Município de Realeza.
1.2. A inclusão do módulo compreende sua implantação, configuração, habilitação, treinamento dos usuários, acompanhamento operacional e disponibilização de suporte técnico, de forma integrada ao sistema atualmente utilizado pelo Município.
1.3. A execução dos serviços observará as especificações, condições e demais exigências previstas no Contrato Administrativo nº 259/2026, no Termo de Referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA.
1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar o módulo em condições adequadas de funcionamento, prestar o suporte técnico necessário aos usuários e realizar os serviços de implantação e acompanhamento necessários para a efetiva utilização da solução pelo Município.
1.5. A presente alteração **não implica prorrogação, alteração ou modificação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2026**, permanecendo inalterada a vigência originalmente estabelecida.

CLÁUSULA SEGUNDA DA IMPLANTAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO
2.1. Pela implantação do módulo Suprimentos – S-2 – eLicita, compreendendo configuração, habilitação, treinamento e acompanhamento operacional, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor único de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).
2.2. Pela disponibilização e manutenção do módulo Suprimentos – S-2 – eLicita, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R$ 1.231,00 (mil duzentos e trinta e um reais).
2.3. A primeira mensalidade será devida 30 (trinta) dias após a efetiva instalação e disponibilização do módulo, desde que o presente Termo Aditivo esteja devidamente formalizado e assinado.
2.4. A cobrança das mensalidades ocorrerá mensalmente e de forma sucessiva, a partir do prazo estabelecido no item 2.3, permanecendo limitada ao período de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2026.
2.5. O valor efetivamente devido a título de mensalidades será apurado de acordo com o período em que o módulo permanecer efetivamente disponibilizado durante a vigência contratual, observado o valor mensal de R$ 1.231,00 (mil duzentos e trinta e um reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA APURAÇÃO DO ACRÉSCIMO
3.1. O presente Termo Aditivo estabelece o valor único de **R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)** para implantação do módulo Suprimentos – S-2 – eLicita, acrescido da mensalidade de **R$ 1.231,00 (mil duzentos e trinta e um reais)** durante o período em que o módulo permanecer efetivamente disponibilizado, observado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2026.
3.2. O valor decorrente das mensalidades será determinado conforme a efetiva data de instalação e disponibilização do módulo e o período contratual remanescente, mediante aplicação do valor mensal estabelecido neste Termo Aditivo.
3.3. Para fins de controle e execução contratual, a Administração apurará os valores efetivamente devidos conforme o número de meses em que o módulo permanecer disponibilizado, observadas as condições estabelecidas neste Termo Aditivo e no Contrato Administrativo nº 259/2026.
3.4. A execução, disponibilização e cobrança do módulo somente poderão ocorrer após a formalização e assinatura deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA -DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
4.1. O pagamento do valor de implantação será realizado após a execução dos serviços correspondentes e seu regular recebimento pela CONTRATANTE, observadas as condições de pagamento estabelecidas no Contrato Administrativo nº 259/2026.
4.2. As mensalidades serão pagas mensalmente, após a efetiva disponibilização do módulo, observado o valor de R$ 1.231,00 (mil duzentos e trinta e um reais) por mês e o prazo de pagamento estabelecido no Contrato Administrativo nº 259/2026.
4.3. A primeira mensalidade será devida somente após transcorridos 30 (trinta) dias da efetiva instalação e disponibilização do módulo, conforme condições constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.
4.4. O pagamento das mensalidades ficará limitado ao período de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2026, não implicando a presente alteração qualquer prorrogação ou modificação do prazo contratual.

CLÁUSULA QUINTA- DA RATIFICAÇÃO
5.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 259/2026 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo, permanecendo plenamente vigentes e produzindo todos os seus efeitos.

CLÁUSULA SEXTA-DA PUBLICAÇÃO
6.1. Após a assinatura do presente instrumento, a CONTRATANTE promoverá sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios legalmente pertinentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 19/2026
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:AB18498A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - DISP. 26

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DISPENSA N.º 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 54/2026
ABERTURA: DIA 22/09/2026 ÀS 08:30 HORAS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e execução de Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos do Município de Realeza/PR, compreendendo todas as etapas e procedimentos necessários à completa e regular realização do certame, em conformidade com a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo Município.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ - FAFIPA, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 18.335,00 (Dezoito Mil, Trezentos e Trinta e Cinco Reais).**

REALEZA, AOS vinte e dois dias de setembro de 2026.

NICOLY EDUARDA ENGESTER MARTINI
Pres. em Exercício da Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:D225F8B4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - INEX. 25

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO INEXIGIBILIDADE N.º 25/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 118/2026
ABERTURA: DIA 22/09/2026 ÀS 08:30 HORAS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização do sistema SIGSS SAÚDE já utilizado pela Secretaria, incluindo serviços de instalação e hospedagem em nuvem, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Realeza – PR, garantindo a continuidade, eficiência e integração dos serviços públicos de saúde.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): CONSULFARMA INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA, LOTE 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 333.188,48 (Trezentos e Trinta e Três Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos).**

REALEZA, AOS vinte e dois dias de setembro de 2026.

NICOLY EDUARDA ENGESTER MARTINI
Pres. em Exercício da Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:67983C83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - PE-RP 37

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 50/2026
ABERTURA: DIA 21/08/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE chapas de MDF, materiais e ferramentas utilizadas para a fabricação de móveis sob medida, construção de cenários teatrais/musicais e elaboração de estruturas de decoração em geral,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): GRINGO ACESSÓRIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, lote 01, COM VALOR TOTAL DE **R$ 16.102,50** (dezesseis mil, cento e dois reais e cinquenta centavos) **WS VIDROS LTDA,** lote 02,03,05 com valor total **r$ 190.778,57** (cento e noventa mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 206.881,07** (Duzentos e Seis Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Sete Centavos**).**

REALEZA, AOS vinte e um dias de agosto de 2026.

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:BF42DDFB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISP. 26

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo dispensa nº 26/2026, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e execução de Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos do Município de Realeza/PR, compreendendo todas as etapas e procedimentos necessários à completa e regular realização do certame, em conformidade com a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo Município, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS vinte e dois dias de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:75A4E645

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 25

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo de inexigibilidade nº 25/2026, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização do sistema SIGSS SAÚDE já utilizado pela Secretaria, incluindo serviços de instalação e hospedagem em nuvem, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Realeza – PR, garantindo a continuidade, eficiência e integração dos serviços públicos de saúde, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS vinte e dois dias de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:832072B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE-RP 37

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu

os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo PREGÃO ELÊTRONICO nº 37/2026, cujo objeto é da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE chapas de MDF, materiais e ferramentas utilizadas para a fabricação de móveis sob medida, construção de cenários teatrais/musicais e elaboração de estruturas de decoração em geral,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS vinte e um dias de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:317366C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 17/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – PMR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do item.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguros para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Renascença/PR.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 de outubro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 21 de setembro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:D532D55E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 153/2022
(Vinculado ao Pregão Eletrônico Nº 095/2022 - PMR)

CONTRATANTE: Município de Renascença

CONTRATADA: Limpeza e Conservação Pema Ltda

DO OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual para mais 12 meses.

DO REAJUSTE: O valor será reajustado de acordo com índice do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 meses, ou seja, em 3,98%.

DO VALOR REAJUSTADO: O Valor do reajuste concedido passará a ser:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNT (MENSAL)	VALOR UNT (MENSAL)
					REAJUSTADO
01	12	MÊS	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS. (60 Toneladas mensais).	R$ 38.658,78	**R$ 40.197,40**
02	12	MÊS	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. (30 Toneladas mensais).	R$ 19.329,40	**R$ 20.098,71**

Renascença, 21 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:78B6C324

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 243 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionado, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **06 de outubro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
16º	LUCAS PEDRO TRENTO*	21/08/1998	58.50

Candidato optante por final de fila*

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.

IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 06 de outubro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:12B796EA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Agente de Contratação e Equipe de Apoio à licitação e contratos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais
e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a designação de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para conduzir todos os processos de licitação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.333, de 06 de abril de 2023, que Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para atuar como Agente de Contratação/Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e Equipe Técnica nos processos licitatórios do Poder Executivo Municipal:

Descrição	Nome	Matrícula
Agente de Contratação e Pregoeira	Mayara Eloy da Silva	16470-1
Agente de Contratação/Pregoeira Substituta	Luciana Almeri Morcelli	8281-1
Equipe de Apoio	Ane Caroline Tavares da Luz	13285-1
	Anderson Arisi	12556-1
	Valeria Dallagnol	14036-1
Equipe de Apoio Substituta	Francieli Gaspari	13823-1
	Rafaeli Rachurat	8362-1
Equipe Técnica	Kélsen Aline Kassburg	7587-1
	Cleide Soster	7471-1
	Cristiane Melina W. Muner	7730-1
	Alisson Adriano F. Vicente	16543-1

Art. 2º Nas licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame será designado(a) pregoeiro(a).

Art. 3º As atribuições do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio são aquelas previstas no Decreto Municipal nº 2.333, de 06 de abril de 2023.
Parágrafo único. Compete à Equipe Técnica prestar assessoria ao(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando solicitado, em questão que diga respeito à sua área de atuação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:5B2874A7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 316 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Agente de Contratação e Equipe de Apoio à licitação e contratos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais
e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a designação de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para conduzir todos os processos de licitação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.333, de 06 de abril de 2023, que Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para atuar como Agente de Contratação/Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e Equipe Técnica nos processos licitatórios do Poder Executivo Municipal:

Descrição	Nome	Matrícula
Agente de Contratação e Pregoeira	Luciana Almeri Morcelli	8281-1
Agente de Contratação/Pregoeira Substituta	Mayara Eloy da Silva	16470-1
Equipe de Apoio	Rafaeli Rachurat	8362-1
	Francieli Gaspari	12823-1
	Daniele Soares de M. Bueno	16250-1
Equipe de Apoio Substituta	Valeria Dallagnol	14036-1
	Alisson Adriano F. Vicente	16543-1
Equipe Técnica	Kélsen Aline Kassburg	7587-1
	Cleide Soster	7471-1
	Cristiane Melina W. Muner	7730-1
	Anderson Arisi	12556-1

Art. 2º Nas licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame será designado(a) pregoeiro(a).

Art. 3º As atribuições do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio são aquelas previstas no Decreto Municipal nº 2.333, de 06 de abril de 2023.
Parágrafo único: Compete à Equipe Técnica prestar assessoria ao(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando solicitado, em questão que diga respeito à sua área de atuação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:03976FBA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 317 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Alexandra Valandro Viana.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:
Concede licença para tratamento de saúde a servidora **Alexandra Valandro Viana,** matrícula nº 76331**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 15 de setembro de 2026 à 13 de novembro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 15 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:EA913FC1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 EDITAL Nº 244 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1928 de 28 de janeiro de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Farmacêutico 40h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
02º	ALANA FATIMA DREI	80,00

2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:98B9AD25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 202/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 90005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU/PR**, Estado do Paraná, com sede à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Vitório Antunes de Paula, portador da Cédula de Identidade RG nº 66XXXX06 SSP/PR e do CPF/MF n.º 55.XXX.XXX-20, e

CONTRATADA: A empresa **A. A. SANTOS DELLA VECHIA ENGENHARIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o n.º 28.103.153/0001-83, localizada na Rua Visconde de Guarapuava, n.º 151 - Sala 02, Centro, cidade de Mangueirinha/PR, representada por ANDERSON ADRIANO SANTOS DELLA VECHIA, portador da cédula de identidade R.G. n. º 5.XXX.XXX-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 021.XXX.XXX-02.

OBJETO: objeto do presente Contrato é a: **"CONSTRUÇÃO DE CRECHE CONTENDO: BLOCO PRINCIPAL COM 03 SALAS, BRINQUEDOTECA/SALA DE MÚLTIPLO USO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, SALA DOS PROFESSORES, DIRETORIA, SECRETARIA, ÁREA DE ESPERA COBERTA, PÁTIO COBERTO, CIRCULAÇÃO, REFEITÓRIO, SALA DE AMAMENTAÇÃO, LACTÁRIO, COZINHA, DML, LAVANDERIA, VESTIÁRIOS MASCULINO E FEMININO, JARDIM SENSORIAL DESCOBERTO E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXTERNOS"**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 90005/2026.

VALOR: R$ 1.772.100,00 (Um milhão, setecentos e setenta e dois mil e cem reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 330 (Trezentos e trinta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 660 (Seiscentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Pinhão, Estado do Paraná.

Reserva do Iguaçu/PR, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:EE272629

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 90/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 90/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VISUAL (LETREIRO EM LETRAS CAIXA DE ACM, BRASÕES OFICIAIS E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED) NA FACHADA DA PREFEITURA MUNICIPAL**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: WOLF SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ.: 42.239.318/0001-70
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 22 de setembro de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 072/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: WOLF SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ.: 42.239.318/0001-70
VALOR: R$ **11.199,00** (Onze Mil, Cento e Noventa e Nove Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **22/09/2026** à **21/09/2027.**
ASSINATURA: 22/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUIS FELIPE FERNANDES
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:619F2DD2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO CELETISTA Nº 02/2026

EDITAL Nº 09/2026
EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS – PÓS RECURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS - PÓS RECURSO**, conforme segue:

Art.1º - Após detida análise dos recursos interpostos, no que tange a **NOTA PROVA DE TÍTULOS**, restou constatado que se encontra em conformidade com as exigências editalícias.

INSC	CARGO	NOME	TÍTULO
23818044	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT	5.00
23818420	ENFERMEIRO	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	5.00
23819923	ENFERMEIRO	GISELE WROBLEWSKI SACHINSKI	5.00

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:6FA6C1AE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 10/2026
EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS – PÓS RECURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS – PÓS RECURSO**, conforme segue:

Art.1º - Após detida análise dos recursos interpostos, no que tange a **NOTA PROVA DE TÍTULOS**, restou constatado que se encontra em conformidade com as exigências editalícias.

INSC	CARGO	NOME	TÍTULO
23819628	ENGENHEIRO CIVIL	BARBARA LUISA MELLO	5.00
23816559	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	NAP
23820038	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAELA FRANQUETO	20.00
23819693	NUTRICIONISTA	MARIANE ALEXSANDRA CARNEIRO PACIESNY SUMI	5.00
23819895	NUTRICIONISTA	MARIANE HELENA MONCZAK	NAP
23816392	PROCURADOR	CHRYSTIAN CATARINA	2,50
23817178	PROCURADOR	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	5.00
23818202	PROCURADOR	MARCELA SACZUK NIZ	5.00

23819995	PROCURADOR	RICARDO APARECIDO DE SOUTO	10.00
23816319	PROFESSOR	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	0.00
23819533	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DANIELI CRISTINA DE SOUZA MUZEKA	5.00

***NAP= NÃO APRESENTOU**
Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Azul, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:EACDA281

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO — CONTRATO Nº 09/2025
A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.734.690/0001-75, com endereço na Rua Rio da Lontra, 87, Jd. Planalto, Rio Branco do Ivaí-PR, neste ato representada pelo Senhor Presidente JOSÉ DOS SANTOS, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, localizada na Rua Izabel a Redentora, nº 2356, Edifício Loewen, sala 117 – Centro, Cep 83.005-010 em São José dos Pinhais- PR, inscrita no CNPJ sob o nº 07.797.967/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, para prestar os seguintes serviços: de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública – Banco do Preços, na versão PLUS 50.
Cláusula Primeira:
De acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o referido contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 02/10/2026 e 02/10/2027.
Cláusula Segunda:
O valor global deste é de R$ 4.578,58 (quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a pesquisas de preços e demais recursos disponíveis na plataforma, conforme Orçamento de Renovação, com reajuste conforme índice de correção pelo IPCA (IBGE) resultando o valor de aumento de R$ 178,58 (cento e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) conforme índice de correção monetária. Atualizado seguindo percentual 4,058560%.
Cláusula Terceira:
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio Branco do Ivaí - PR, 18 de Setembro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal De Rio Branco do Ivaí
Contratante

NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS
Contratada

Publicado por:
Beatriz Emanuelly Araujo
Código Identificador:8410EA56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 11366/2026

Com base no **Credenciamento n.º 002/2026 (Inexigibilidade n.º 002/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Manutenção Mecânica e Elétrica Preventiva e Corretiva para os Veículos da Frota Municipal**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 11366/2026**, pela empresa **NÓRDICA VEÍCULOS S.A** inscrita no CNPJ Nº **77.997.187/0001-74**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 15/09/2026 até 15/09/2028. **Responsável:** Juarez Marcos de Carvalho. **Valor Total**: R$ 2.433.174,00 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 15/09/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7D93DCA1

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 043/2026 EXTRATO DE ATA - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato: Ata de Registro nº 253/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 31.644,40. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 254/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 108.684,50. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 255/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** CIRURGICA NOSSA SENHORA – EIRELLI EPP. **Valor Total da Ata:** R$ 79.573,90. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 256/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** CIRÚRGICA UNIÃO LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 9.327,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 257/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 19.185,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 258/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** GNB COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 4.309,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 259/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 31.500,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 260/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 78.051,50. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 261/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** MEDSANTA COM DE MED MAT LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 16.774,50. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 262/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 24.710,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 263/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 5.040,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

Extrato: Ata de Registro nº 264/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 043/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médicos e hospitalares e demais insumos de saúde. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 58.665,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 18/09/2026 a 17/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Dos Santos Taborda. **Data de Assinatura:** 18/09/2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F09C5DF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1000/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Elisabete Aparecida Miranda Correa,*** matrícula nº 1075-8/1, na Escola Municipal "Tia Apolônia", em substituição a professora Carine Aparecida Becker, matrícula nº 110207-5/1, no período de 17 de setembro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6F7796E5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1001/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 167, de 5 de fevereiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar, a partir de 11 de setembro do corrente, a Portaria nº 167, de 5 de fevereiro de 2026, que designa em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Cintia Grasiela Ferreira Ribas,*** matrícula nº 10021-8/4, na Escola Municipal "Ana Zornig".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:02C29174

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1002/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Silvane Walter,*** matrícula nº 1539-3/5, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição a professora Cintia Grasiela Ferreira Ribas, matrícula nº 10021-8/4, no período de 15 de setembro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2FEB436E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1003/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de setembro de 2026, o servidor público ***André Klemann Koch***, com matrícula nº 2283-7, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Ouvidor Geral da Saúde", símbolo CCOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A04E94C4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1004/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro do corrente, gratificação de função - FG-5, sobre os vencimentos básicos, ao servidor municipal ***Gabriel Dlugosz Martins,*** matrícula nº 110221-5/1, em virtude de o servidor estar exercendo a função de Responsável Técnico do Gabinete de Assessoramento, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026

Rio Negro, 22 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:79D5972D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 998/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Rosicléia Aparecida Ribeiro Filha,*** matrícula nº 105962-5/3, no Centro Municipal de Educação Infantil "Lenir Rodrigues", em substituição a professora Nayla Andresa Bossi, com matrícula de nº 2139-3/1, no período de 15 de setembro até 17 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AE42DF94

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 999/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Mônica Kuchler Vieira,*** matrícula nº 110119-7/3, no Centro Municipal de Educação Infantil "Lenir Rodrigues", em substituição a professora Nayla Andresa Bossi, matrícula nº 2139-3/1, no período de 15 de setembro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:979B5FB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 053/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 22/2026

Processo: 277/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DE LEVE E MÉDIO PORTE COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 23/09/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 23/09/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **08/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D47FD7A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 054/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 23/2026

Processo: 282/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ARLA 32.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 23/09/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 23/09/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **06/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 21 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6026C824

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 138 – PROCESSO N° 281/2026

Objeto: Aquisição e instalação de porta veneziana sob medida para o Complexo de Saúde Municipal de Rio Negro/PR. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 22 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B6C719B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 117/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA - CNPJ/MF sob n.º 10.173.480/0001-46, neste ato representada por ROSIANE APARECIDA SCHAFASCHECK MARGOTI, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 135/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e acessórios automotivos e prestação de serviço de manutenção mecânica, elétrica e diagnóstico veicular para 3 (três) ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde. Vigência: 22/09/2026 até 22/10/2026. Execução: 30 (trinta) dias. Preço: R$ 50.677,13 (cinquenta mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos).
Recursos:
11.004.0010.0301.0008.2135.3339039190400000000-780 Fonte 00303
11.004.0010.0301.0008.2135.3339039190500000000-780 Fonte 00303
11.004.0010.0302.0008.2136.3339030399900000000-795 Fonte 00303
11.004.0010.0302.0008.2136.3339039190400000000-796 Fonte 00303
11.004.0010.0301.0008.2135.3339030399900000000-1387 Fonte 10311

Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 21/09/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:EF1E9578

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com sede à Rua Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, inscrito no CGC/MF nº 76.002.641/0001-47, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, portador da Cédula de Identidade RG nº 2773957 e do CPF/MF nº 936.249.729-87, e

CONTRATADA: KAPA INFRAESTRUTURA S.A.

OBJETO: Recape asfáltico em CBUQ, 94.661,06 m2, incluindo os serviços preliminares, movimento de terra, sub-base, base, imprimação com emulsão, meio-fio e sarjeta, revestimento, pintura de ligação com emulsão, urbanização, sinalização de trânsito, placas de comunicação visual, ensaios tecnológicos.

VALOR: R$ 16.844.033,96 (Dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trinta e três reais e noventa e seis centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 (trezentos e sessenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 (setecentos e vinte) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2026.

FORO: Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná.
Rio Negro, 22 de setembro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2E3E88A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 239/2026 - MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 11/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento asfáltico em vias urbanas do Município

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	GB	EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS - Em CBUQ. Área de 94.661,06m² nas vias urbanas conforme detalhes no memorial descritivo, incluindo os serviços preliminares,movimento de terra, sub-base, base, imprimação com emulsão, meio-fio e sarjeta,revestimento, pintura de ligação com emulsão, urbanização, sinalização de trânsito, placas de comunicação visual, ensaios tecnológicos.	16.844.033,96	KAPA INFRAESTRUTURA S.A

Rio Negro, 14 de setembro de 2026 –

KARINA SAIBOTH –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D148D374

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO VI REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026 CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
8°	VANDERLEI KURZ	23.804.840/0001-02	02/09/2026
9°	57.912.377 KELLY APARECIDA DE LIMA LIEBL	57.912.377/0001-34	03/09/2026
10°	42.477.892 LEONARDO MIRANDA	42.477.892/0001-66	21/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:C752425D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 065/2026

OBJETO: Inscrição de atletas para participarem da 4ª Copa Pomerode de Voleibol Feminino 2026 - Taça Vanessa Janke. INTERESSADO: LIGA CATARINENSE DE VOLEIBOL. CNPJ.: 25.957.620/0001-44. JUSTIFICATIVA: Empresa promotora do evento e habilitada para contratação. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 22 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:647E8852

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 066/2026

OBJETO: Contratação de empresa para realização do Curso de atualização em licitações e contratos administrativos. INTERESSADO: INSTITUTO DE DIREITO CONTEMPORANEO LTDA. CNPJ.: 47.943.200/0001-41. JUSTIFICATIVA: A escolha do Instituto de Direito Contemporâneo – IDC justifica-se pela adequação do curso Atualização em Licitações e Contratos Administrativos às necessidades de capacitação dos servidores municipais, com conteúdo atualizado conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e abrangendo temas essenciais sobre planejamento, licitações, contratações, execução e fiscalização de contratos, controle e penalidades, além da qualificação e experiência dos profissionais que compõem seu corpo docente, reconhecidos na área de licitações e contratos administrativos. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 22 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9B87528F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CANDIDATOS ELIMINADOS - PUBLICAÇÃO Nº 275/2026

PUBLICAÇÃO Nº 275/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CANDIDATOS ELIMINADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **ELIMINAÇÃO** do candidato abaixo relacionados, do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
014.703.158-82	FABIANO VICENTE DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	DESISTÊNCIA D VAGA ATRAVÉS DO PROTOCOLO Nº 32.285/2026
014.703.322-01	DOUGLAS HENRIQUE MURARE DA SILVA	TGM-A ADMINISTRATIVO	NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO DETERMINADO

Rolândia, 18 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:36378F65

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 276/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 276/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo dos documentos para a nomeação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DO PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E ACEITE DA VAGA

Art. 1º Ficam convocados os candidatos relacionados no anexo I desta convocação, a protocolar no site Oficial da Prefeitura Municipal de Rolândia – PR, através do link https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=12130, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da publicação desta convocação, para apresentar os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
j) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
k) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
l) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
n) Ficha cadastral preenchida (ANEXO II);
o) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração e Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (ANEXO III);
p) Declaração de imposto de renda e no caso de ser isento, preencher o formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio (ANEXO IV);
q) Declaração de dependentes para fins de dedução de imposto de renda (ANEXO V);
r) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido sanção por inidoneidade, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (ANEXO VI);
s) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais emitida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da (s) cidade (s) de residência (Justiça Estadual e Justiça Federal) dos últimos cinco anos; Certidão Negativa de Débitos - CND (se positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
t) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de endereço do período de publicação do Edital.

Art. 2º A falta de apresentação dos documentos e declarações mencionados acima caracterizará a desistência do candidato.

Rolândia, 18 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação 276/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.279-88	ANDRESSA DE ANDRADE PETRULHO	PSICÓLOGO
014.703.140-30	ARIANE FERNANDES REDI	PSICÓLOGO
014.703.164-20	ELOISA DA SILVA	FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO
014.703.147-93	ANDREIA CRISTINA BELINOVSKI ANSELMO	ASSISTENTE SOCIAL
014.703.245-67	ENIO RODRIGUES GOMES	CONDUTOR SOCORRISTA
014.703.142-60	ROBERTA BARBOSA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO
014.703.248-47	GUILHERME HENRIQUE PEIXOTO FERREIRA	TGM-A ADMINISTRATIVO
014.703.326-69	JESSICA DA SILVA LIMA	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS
014.703.197-79	VANUSA MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS

Anexo II da Convocação 276/2026

FICHA CADASTRAL

I – DADOS PESSOAIS
Nome: ___ Sexo: _____
Data de nascimento: ___/___/_____ Naturalidade: ___ Estado: _____ Filiação: Pai: ____ Mãe: ___ Estado civil: _____ Nome do cônjuge: ___ Raça/cor: ( ) indígena ( ) branca ( ) negra ( ) amarela ( ) parda
Deficiente: ( ) sim ( ) não
Tipo sanguíneo: ____ ____
Endereço: ___ Bairro: ____ CEP: _____ Cidade/UF: ___ Telefone: ____ Celular: ____ E-mail: _____ Grau de escolaridade: ( ) nível fundamental ( ) nível médio ( ) nível superior () pós-graduação Curso: ___ Instituição: ____

II – IDENTIFICAÇÕES PESSOAIS
Identidade nº ___Órgão expedidor/UF: _____ Data exp. ___/___/_____ Título de eleitor nº ___ Zona _____
Seção ___ Município/UF ___ Data exp. ___/___/_____
Certificado de reservista nº ____ Categoria___ CPF ___PIS/PASEP ____ CTPS nº ____ Série ____ UF ____ Data exp. ___/___/_____
Carteira Habilitação nº ____ Categoria ____
Data Validade ___/___/_____ Data emissão ___/___/_____

Rolândia, _____ de ___ de 20____.

____
Assinatura

Anexo III da Convocação 276/2026

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO

Eu, ___, portador (a), do RG _____ e CPF___, declaro que ao assumir o cargo de ___, nesta Prefeitura Municipal de Rolândia que:

( ) Recebo benefícios (INSS, Previdência, Auxílio Doença e outros). Caso a resposta for positiva, descreva: ___.

( ) Não exerço qualquer outro cargo público (função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas e nem recebo aposentadoria decorrente de cargo público.

( ) Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(ões) ou emprego(s) abaixo:

a) ___, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
b) ___, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
c) ___, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função

pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

Rolândia, _____ de ___ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo IV da Convocação 276/2026

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

EU, _____
Portador (a) do CPF nº ___ Carteira de Identidade ____Órgão Emissor/UF___
Domiciliado em: Rua/AV____ Nº _____,
no bairro ___, na cidade de _____
DECLARO, para os devidos fins de direito e conforme legislação vigente que possuo os seguintes bens:

( ) Não Possuo bens.

Item	Discriminação dos Bens
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Declaro também, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a administração a proceder à digitação das informações constantes neste formulário, bem como, as informações anuais posteriores que atualizarão o presente, resguardado o sigilo destas.

Rolândia, _____ de ___ de 20____.

___
Assinatura

Anexo V da Convocação 276/2026

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

DECLARANTE	
Nome	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Telefone:
CPF:	Identidade:
Estado Civil:	
Local de Trabalho:	

Para fins de dedução da base do cálculo de IRRF, em obediência à legislação, informo à Prefeitura do Município de Rolândia que:

( ) não possuo nenhum dependente como encargo de família;
( ) tenho como encargo de família os dependentes abaixo:

Nº de Ordem	Nome Completo	N° CPF	Data de Nascimento	Naturalidade	Relação de dependência

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, não cabendo ao Município de Rolândia, fonte pagadora, qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Declaro, ainda, estar ciente que é minha responsabilidade renovar esta declaração sempre que ocorrerem alterações nos dados acima informados.

Rolândia, _____ de ___ de 20____.

___
Assinatura

Anexo VI da Convocação 276/2026

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,_____ __, portador (a) do RG n°___, inscrito (a) no CPF sob o n°___, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo sanção por inidoneidade, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Rolândia, _____ de ___ de 20____.

____
Assinatura

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:8F1ED7CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.389/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
O Senhor **JOÃO VICTOR PEDROSA MARCOLINI**, matrícula **378940-3/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Técnico de Gestão Municipal A 40h**,** lotado na Secretaria Municipal de Compras e Patrimônio sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 200 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:A431D0A4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.389/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
O Senhor **JOÃO VICTOR PEDROSA MARCOLINI**, matrícula **378940-3/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Técnico de Gestão Municipal A 40h**,** lotado na Secretaria Municipal de Compras e Patrimônio sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 200 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8116404A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.390/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **SUELLEN GIROLDO**, matrícula **33955-5/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:7F8B1E70

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.391/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **LETICIA DE OLIVEIRA**, matrícula **378018-0/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:6AE7D308

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.392/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **SILVIA FERREIRA REX TAKAHASHI**, matrícula **378630-7/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:EFF4EABD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.393/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **FLAVIA MICHELLY COSTA**, matrícula **378588-2/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:104CA532

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.394/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **MAYRA ULLY RAMOS ANDRADE**, matrícula **378939-0/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **21/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D4367535

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.088/2025 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **THIELLEN CAMILA DE CARVALHO GUERREIRO** matrícula **n° 378764-8/2**, por prazo **DETERMINADO**, que terá **início no dia 17 de setembro de 2026 e término em 15 de dezembro de 2026,** para exercer temporariamente as funções de **Auxiliar de Enfermagem - PSF - PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.
Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 22 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:28F6EFE1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.089/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **DILVANDA CÂNDIDA DE OLIVEIRA,** matrícula n° 337226-0/1**,** ocupante do cargo de **Técnico de Enfermagem Urgência e Emergência,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07** (sete) dias, a partir de **12/09/2026,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 32.577/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D9E5481B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.090/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **ROSANA NOVAES PUZZI,** matrícula **31559-1/1,** ocupante do cargo de **Professor,** admitido (a) em 08/02/1995, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, o **ABONO PERMANÊNCIA,** por ter completado os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição e por permanecer em atividade, de acordo com o com Artigo 40, § 1º, III, "a" com § 5º da Constituição Federal, a partir de **06/11/2025,** conforme pedido protocolado sob nº 32.480/2026, com efeitos retroativos**.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:63C41D66

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.091/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **EDILEINI APARECIDA SALGUEIRO,** matrícula 1500-8/1, admitido (a) em **02/09/1994**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**23/09/2026 a 02/10/2026 (10 dias),** conforme protocolo nº 31.200/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F48324E8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.092/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **KELEN MITIE WAKASSUGUI DE ROCCO,** matrícula 33745-5/1, admitido (a) em **05/02/2015**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**21/09/2026 a 20/10/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 22.932/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F7085BB3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.093/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **HELENITA CARLI ALVES,** matrícula 464-2/2, admitido (a) em **01/07/2004**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**07/10/2026 a 04/01/2027 (90 dias),** conforme protocolo nº 10.135/2025.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:A74603C3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.094/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **ADRIANE COSTA PIRES DE AZEVEDO,** matrícula 33840-0/1, admitido (a) em **27/04/2015**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Assistência Social, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**08/09/2026 a 17/09/2026 (10 dias),** conforme protocolo nº 30.696/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AC0810A2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.095/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **SANDRA REGINA DA SILVA BATISTA,** matrícula 32926-6/1, admitido (a) em **02/03/2009**, lotado (a) a Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de**14/09/2026 a 28/09/2026 (15 dias),** conforme protocolo nº 28.362/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:9FFC8047

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.096/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **ELAINE DOS SANTOS FEITOSA LOPES,** matrícula 1269-6/1 admitido (a) em 01/03/1993 ocupante do cargo de **Professor**, e matrícula 1550-4/1 admitido (a) em 08/02/1995 ocupante do cargo de **Professor**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, o **ABONO PERMANÊNCIA,** em ambos os padrões, por ter completado os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição e por permanecer em atividade, de acordo com o com Artigo 40, § 1º, III, "a" com § 5º da Constituição Federal, a partir de **31/08/2023,** conforme pedido protocolado sob nº 30.848/2026, com efeitos retroativos**.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:3C48670E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.097/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **DANIELA CRISTINA LOPES,** matrícula n° 32487-6/2 e matrícula n° 32487-6/4**,** ocupante do cargo de **Professor de Ensino Básico 20h,** em ambos padrões, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07** (sete) dias, a partir de **29/08/2026,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 31.301/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:BDD0AC12

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.098/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARIA EDUARDA DEITOS KLABUNDE,** matrícula 378599-8/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **08/09/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:B1DD7ECF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.099/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **BRUNA LAÍS GONÇALVES,** matrícula 378206-9/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **08/09/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E8E2B169

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.100/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **SABRINA WIEGMANN PINHEIRO,** matrícula 377659-0/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Auxiliar de Enfermagem PFS - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **01/09/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:2EC80C9F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.101/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **SONIA REGINA ESTEVES,** matrícula 378416-9/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **12/08/2026**, com efeitos retroativos.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5BB939B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.102/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.094/2026;
Considerando a portaria n.º 34.589/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **IZANILDA DE FÁTIMA THOMAZETTE DA SILVA**, matrícula 378315-4/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.589/2026 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **07/09/2026 a 05/12/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 16 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4F98AAB7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.108/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 1.277/2026;
Considerando a portaria n.º 34.677/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA VAZ**, matrícula 377976-9/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de Auxiliar de Enfermagem PSF - PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.677/2026 - RH, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **20/09/2026 a 18/12/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:14C9516B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024 - PUBLICAÇÃO Nº 274/2026

PUBLICAÇÃO Nº 274/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da avaliação médica dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas existentes no Concurso Público para o preenchimento dos cargos da Administração Municipal de Rolândia relacionados conforme abaixo:

A relação dos candidatos considerados **aptos** constam no Anexo I.
A relação dos candidatos considerados **Inaptos /ausentes** constam no Anexo II

Rolândia, 18 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
CANDIDATOS APTOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.279-88	ANDRESSA DE ANDRADE PETRULHO	PSICÓLOGO
014.703.240-30	ARIANE FERNANDES REDI	PSICÓLOGO
014/703.164-20	ELOISA DA SILVA	FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO
014.703.147-93	ANDREIA CRISTINA BELINOVSKI ANSELMO	ASSISTENTE SOCIAL
014.703.245-67	ENIO RODRIGUES GOMES	CONDUTOR SOCORRISTA
014.703.142-60	ROBERTA BARBOSA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO
014.703.248-47	GUILHERME HENRIQUE PEIXOTO FERREIRA	TGM-A ADMINISTRATIVO
014.703.326-69	JESSICA DA SILVA LIMA	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS
014.703.197-79	VANUSA MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS

ANEXO II
CANDIDATOS INAPTOS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.246-52	CAROLINA YAMAMOTO PEIXOTO	MÉDICO GINECOLOGISTA
014.703.365-16	MONICA CRISTINA PREDOLIN	TGM-A ADMINISTRATIVO
014.703.304-27	MARIO CEZAR LEANDRO RAMINELLI	TGM-A ADMINISTRATIVO

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:F039D585

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 45 - RP, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Designa o Gestor de Recursos do Instituto de Previdência Municipal – Rolândia Previdência

O Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e:

CONSIDERANDO os termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 5272, de 18 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios,
CONSIDERANDO os termos da Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, no que se refere ao desempenho e certificação do responsável pelas aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social,
CONSIDERANDO os termos da Lei Ordinária nº 4184, de 23 de Novembro de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora municipal, **ELUIZA MESSIANO BETTEGA,** matrícula 2174-1, lotada no cargo de Superintendente no Instituto de Previdência Municipal com Certificação Profissional do Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda - (CP RPPS CGINV I) - para desempenhar a função de **GESTOR DE RECURSOS** do Instituto de Previdência Municipal – Rolândia Previdência, a partir de 01/09/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rolândia, Estado do Paraná, 31 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:516929B9

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.414, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Institui o Programa "Nota Premiada Rolândia" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Rolândia/PR, o programa "Nota Premiada Rolândia", com o objetivo de incentivar a emissão de notas fiscais de serviços eletrônicas (NFS-e), fortalecer a cidadania fiscal e combater a sonegação tributária.

Art. 2º O programa beneficiará:
I – O tomador de serviços pessoa física, identificado no campo próprio da NFS-e;
II – O prestador de serviços pessoa jurídica, responsável pela emissão da NFS-e.
Parágrafo único. Para participar dos sorteios, o tomador ou prestador deverá manter ativo e atualizado o cadastro do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), bem como o cadastro imobiliário e econômico junto ao erário público municipal, conforme sua natureza cadastral e na forma do regulamento.

Art. 3º – Serão concedidos, anualmente, os seguintes prêmios:
I – 12 (doze) prêmios de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada, destinados ao tomador pessoa física;
II – 12 (doze) prêmios de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada, destinados ao prestador pessoa jurídica.
Parágrafo único. Os sorteios ocorrerão em datas previamente definidas em regulamento, sob responsabilidade da Secretaria de Finanças, podendo ser realizados em eventos públicos ou por sistema eletrônico seguro.

Art. 4º Não poderão participar dos sorteios o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito Municipal e os Vereadores do Município de Rolândia, durante o exercício dos respectivos mandatos.
Parágrafo único. Também serão excluídos da participação os contribuintes que não mantiverem ativo e atualizado o cadastro do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) e o cadastro imobiliário e econômico junto ao erário público municipal, quando aplicável.

Art. 5º – A cada R$ 100,00 (cem reais) em serviços tomados e devidamente registrados por NFS-e, o tomador e o prestador acumulam 01 (um) ponto.
§1º A apuração da pontuação será feita com base no sistema municipal de gestão tributária.
§2º Caberá ao regulamento estabelecer critérios de desempate e regras complementares de participação.

Art. 6º – Os custos totais do programa serão de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) ao ano, correspondentes à soma das premiações para tomadores e prestadores de serviços.

Art. 7º – Os prêmios deverão ser reclamados pelos ganhadores no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da divulgação oficial do resultado.
§1º Caso o contribuinte sorteado possua débitos tributários vencidos perante o Município, o valor do prêmio poderá ser utilizado, total ou parcialmente, para abatimento, compensação ou quitação dos respectivos débitos, mediante procedimento administrativo próprio e ciência do contribuinte.
§2º Havendo saldo remanescente após a compensação ou abatimento dos débitos tributários, o valor restante será pago ao contribuinte sorteado na forma estabelecida em regulamento.
§3º Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido retornarão aos cofres públicos municipais, sendo aplicados em ações de educação fiscal e incentivo à arrecadação

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

SERGIO DOMINGUES
Secretário Municipal de Finanças Interino

Autógrafo Nº 52/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 060/2026
Autoria: Poder Executivo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:902CEF61

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.415, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição do Programa "IPTU Premiado" no Município de Rolândia e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Rolândia, o Programa IPTU Premiado, com a finalidade de incentivar a adimplência dos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mediante a realização de sorteios de prêmios em dinheiro.

Art. 2º Poderão participar do Programa os contribuintes que efetuarem o pagamento do IPTU do exercício corrente, observadas as seguintes modalidades:
I – Pagamento à vista: o contribuinte que quitar integralmente o IPTU em parcela única, até a data de vencimento estabelecida em calendário oficial, receberá 01 (um) número de participação por inscrição imobiliária, concorrendo a:
a) 05 (cinco) prêmios individuais de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada, totalizando R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
II – Pagamento parcelado sem atraso: o contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e quitar todas as parcelas rigorosamente até as respectivas datas de vencimento, receberá 01 (um) número de participação por inscrição imobiliária, concorrendo a:
a) 05 (cinco) prêmios individuais de R$ 3.000,00 (três mil reais) cada, totalizando R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
§ 1º Para fins de participação nos sorteios, o contribuinte deverá manter ativo e atualizado o cadastro do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), bem como o cadastro imobiliário e econômico junto ao erário público municipal, quando aplicável.
§ 2º A ausência de atualização cadastral, a inconsistência do DTE ou a existência de pendências cadastrais que impeçam a identificação do contribuinte ou do imóvel poderá ensejar a exclusão do número de participação, na forma do regulamento.
Art. 3º Os sorteios serão realizados anualmente, em data a ser definida em regulamento, utilizando o sistema eletrônico devidamente auditado pelo município.

Art. 4º Os prêmios serão pagos em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta indicada pelo contribuinte sorteado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a homologação do resultado.
§ 1º Caso o contribuinte sorteado possua débitos tributários vencidos perante o Município, o valor do prêmio poderá ser utilizado, total ou parcialmente, para abatimento, compensação ou quitação dos respectivos débitos, mediante procedimento administrativo próprio e ciência do contribuinte.
§ 2º Havendo saldo remanescente após a compensação ou abatimento dos débitos tributários, o valor restante será pago ao contribuinte sorteado na forma prevista no caput deste artigo.

Art. 5º Não poderão participar do sorteio:
I – os contribuintes que possuírem débitos vencidos de IPTU de exercícios anteriores;
II – os imóveis pertencentes à administração pública direta ou indireta;
III – o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito Municipal e os Vereadores do Município de Rolândia, durante o exercício dos respectivos mandatos; e
IV – os contribuintes que não mantiverem ativo e atualizado o cadastro do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) e o cadastro imobiliário e econômico junto ao erário público municipal, quando aplicável.

Art. 6º Os recursos financeiros necessários para pagamento dos prêmios correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, disciplinando os critérios de inscrição, forma de distribuição dos números, publicidade e demais regras necessárias à execução do Programa.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

SERGIO DOMINGUES
Secretário Municipal de Finanças Interino

Autógrafo Nº 53/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 061/2026
Autoria: Poder Executivo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:87D68690

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.416, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º O inciso VIII do art. 5º da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"VIII – Termo de Compromisso, devidamente assinado pelo paciente ou por seu responsável legal, comprometendo-se a apresentar a documentação necessária à comprovação da realização do Tratamento Fora de Domicílio – TFD e, quando cabível, promover a restituição dos valores recebidos indevidamente, nos termos desta Lei."
Art. 2º Fica acrescido o § 5º ao art. 7º da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, com a seguinte redação:
"§ 5º A ajuda de custo prevista no inciso II deste artigo possui natureza indenizatória e caráter assistencial, sendo concedida em valor fixo exclusivamente para auxiliar nas despesas de alimentação do paciente e, quando autorizado, de seu acompanhante, nos deslocamentos para Tratamento Fora de Domicílio com retorno ao Município no mesmo dia da consulta, exame ou procedimento, não possuindo natureza de reembolso de despesas efetivamente realizadas."
Art. 3º O art. 8º da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º Concluído o tratamento, o paciente e acompanhante retornarão ao Município de imediato e deverão protocolar o relatório de alta, declaração de comparecimento e demais documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de seu efetivo retorno, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança na forma da lei.

§ 1º A declaração de comparecimento ou documento equivalente constitui comprovação suficiente da realização do Tratamento Fora de Domicílio para fins de encerramento do processo administrativo.
§ 2º Fica dispensada a apresentação de notas fiscais, cupons fiscais, recibos ou quaisquer outros documentos destinados à comprovação das despesas de alimentação custeadas pela ajuda de custo prevista nesta Lei.

§ 3º A ausência da documentação prevista no caput impedirá a concessão de nova ajuda de custo até a regularização da pendência, assegurado ao interessado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 4º A restituição dos valores recebidos será exigida exclusivamente quando:
I – houver pagamento indevido;
II – o paciente não realizar o deslocamento para o qual a ajuda de custo foi concedida;
III – ocorrer cancelamento da consulta, exame ou procedimento após o recebimento da ajuda de custo, sem comunicação prévia à Secretaria Municipal de Saúde, quando possível;
IV – for constatada fraude, falsidade documental ou qualquer outra irregularidade que resulte em pagamento indevido.

§ 5º A restituição será efetuada mediante recolhimento aos cofres públicos municipais, por meio de depósito em conta bancária, devendo o respectivo comprovante ser juntado aos autos do processo administrativo."

Art. 4º O art. 9º da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 9º Na impossibilidade de realização do Tratamento Fora de Domicílio – TFD, o paciente ou seu responsável legal deverá comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde e restituir os valores eventualmente recebidos por meio de depósito em conta bancária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data prevista para o atendimento ou da ciência do cancelamento."
Art. 5º O art. 11 da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 11. Os processos administrativos relativos ao Tratamento Fora de Domicílio – TFD deverão permanecer organizados e disponíveis aos órgãos de controle, contendo, no mínimo:
I – requerimento do benefício;
II – autorização do Tratamento Fora de Domicílio;
III – documentos apresentados para concessão do benefício;
IV – comprovante do pagamento da ajuda de custo;
V – declaração de comparecimento ou outro documento que comprove a realização da consulta, exame ou procedimento;
VI – comprovante de restituição de valores, quando houver;
VII – demais documentos administrativos exigidos pela legislação.
Parágrafo único. A comprovação da correta aplicação da ajuda de custo ocorrerá mediante demonstração da realização do Tratamento Fora de Domicílio para o qual o benefício foi concedido, ficando dispensada a apresentação de comprovantes fiscais das despesas de alimentação."
Art. 6º O art. 12 da Lei Municipal nº 4.312, de 19 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 12. A Secretaria Municipal de Saúde deverá organizar o controle, acompanhamento e avaliação do Tratamento Fora de Domicílio – TFD, mantendo disponíveis os documentos comprobatórios da concessão do benefício e da realização do tratamento, em conformidade com o Manual Estadual do Tratamento Fora de Domicílio e demais normas aplicáveis."
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ERIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG
Secretária Municipal de Saúde

Autógrafo Nº 054/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 065/2026
Autoria: Poder Executivo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:2298060B

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.417, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Denomina via pública localizada no Parque Industrial Barra Grande, no Município de Rolândia.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º A rua projetada que tem seu início na Avenida Nivaldo Medeiros, no Parque Industrial Barra Grande, situado na Gleba Colônia Roland, passará a denominar-se Eva da Silva Pacheco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 055/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 067/2026
Autoria: Rodrigão

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:8CD33F8D

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA SECRETARIA DE PROCURADORIA GERAL DEPARTAMENTO JURÍDICO
NOTIFICAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES

O Município de Rolândia, por meio da Secretaria Municipal de Procuradoria Geral, em conformidade com o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e no art. 42

inciso II da Lei Complementar Municipal nº 69/2012, **NOTIFICA** o contribuinte abaixo identificado acerca da restituição do valor R$ 498,07 (quatrocentos e noventa e oito reais e sete centavos) bloqueado nos autos nº 0003694-94.2023.8.16.0148, posteriormente transferido ao Município com a finalidade de satisfazer o débito objeto da respectiva execução fiscal.
Após o recebimento do referido valor, a Secretaria Municipal de Fazenda constatou que os débitos que deram origem à execução fiscal já haviam sido integralmente quitados, não subsistindo, portanto, débito a ser satisfeito por meio do valor transferido aos cofres municipais.
Relação de Contribuinte para Restituição de Valores:

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	Inscrição Municipal
RICARDO JULLY SILVA MORAES	06*.***.***-44	1.02.261.0302.001-0

Diante do exposto, fica o contribuinte **NOTIFICADO** para que compareça junto ao Setor de Atendimento da Procuradoria Geral do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta notificação, para tomar ciência e adotar as providências necessárias quanto ao valor a ser restituído.
A presente notificação será realizada por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).
Fica o contribuinte, ainda, **CIENTE** de que, caso não compareça ao Setor Jurídico no prazo de 30 (trinta) dias, o respectivo valor será utilizado para abatimento do saldo devedor do parcelamento atualmente formalizado, o qual se encontra regular e adimplente.

Rolândia, 22 de setembro de 2026.

JULIANA TOZATTI GALINA
Procuradora do Município

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C570350B

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 023/2.026

Súmula: Aprova o Plano Municipal de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Município de Rolândia – Paraná, elaborado pelo Núcleo Municipal de Educação Permanente – NUCEP, e dá outras providências.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 2.981, de 02 de maio de 2.003, em reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2.026.

Resolve:

Art. 1º-
Aprovar o **Plano Municipal de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Município de Rolândia – Paraná**, elaborado pelo **Núcleo Municipal de Educação Permanente – NUCEP**, para o período de 2026 a 2028.
Art. 2º
O Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS constitui instrumento de planejamento, organização e acompanhamento das ações de formação, capacitação, aperfeiçoamento e qualificação destinadas aos sujeitos que atuam na Política Municipal de Assistência Social
Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões, 16/09/2.026

Assinatura Digital
FABIANY COGO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:3BF0CC79

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 024/2.026

Súmula: Dispõe sobre a ciência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS quanto à apresentação da Lei Municipal nº 4.290/2025 que regulamenta os Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 2.981, de 02 de maio de 2.003, em reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2.026.

Resolve:

Art. 1º-
Dar ciência aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS acerca da Lei Municipal nº 4.290/**2026**, que dispõe sobre a regulamentação dos **Benefícios Eventuais** no âmbito do Município.
Art. 2º
Registrar que a referida Lei foi apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social para conhecimento dos conselheiros e acompanhamento das ações relacionadas à concessão dos Benefícios Eventuais.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões, 16/09/2.026

Assinatura Digital
FABIANY COGO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:AA63996B

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 025/2.026

Súmula: Dispõe sobre a apreciação pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS da Lei Municipal nº 4.385, de 18 de maio de 2026, que institui a Política Municipal de Assistência Social e organiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Rolândia.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 2.981, de 02 de maio de 2.003, em reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2.026.

Resolve:

Art. 1º-
Apreciar a Lei Municipal nº 4.385, de 18 de maio de 2026, que institui a Política Municipal de Assistência Social e organiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Rolândia.
Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões, 16/09/2.026

Assinatura Digital
FABIANY COGO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:4D629C0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO Nº: 01/2026

Contrato Nº: 01/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: R. D. COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
Valor.....: R$ 24.505,00
Vigência...: Início: 23/09/2026 Término: 22/11/2026
Licitação..: Dispensa Nº.: DL1/2026
Recursos...: Dotação: 388 - 2 . 1001 . 1 . 31 . 1 . 2.1 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Dispensa de licitação de materiais permanentes (mobiliário), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salgado Filho – PR
PAULO CESAR PANSERA
Salgado Filho, 21/09/2026

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:53DEF9C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº.: 01/2026 - CONTRATO Nº: 60/2021

Aditivo de Prorrogação Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 60/2021
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: FABRIVEST CONFEÇOES LTDA
Vigência: Início: 1 de outubro de 2026 Término: 1 de outubro de 2031
Licitação: Concorrência Nº.: 04/2021
Recursos: Dotação: 505 - 1 . 15001 . 22 . 661 . 18 . 1.1 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de um Barracão industrial, situado na Rua Herminio Felippi S/N Lote 07 Quadra 20, no Bairro centro , Salgado Filho – PR, imóvel registrado na matrícula 15.472 no Cartório da Comarca de Barracão – PR,com área total construída de519,02 m² edificado em sistema pré-fabricado de concreto armado com fechamentos em alvenaria tradicional. Avaliado em R$ 250.000,00

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Salgado Filho-Paraná, 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:CC6E3F0D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 88/2026

Contrato Nº: 88/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: G7 IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA
Valor.....: R$ 35.720,00
Vigência...: Início: 23/09/2026 Término: 23/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 45/2026
Recursos...: Dotação: 715 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
710 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: Aquisição de Climatizadores Evaporativos para o Ginasio Municipal de Esportes

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 22/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:543BBBDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 89/2026

Contrato Nº: 89/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: VOUGUE FABRICACAO DE ESTRUTURAS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA
Valor.....: R$ 248.900,00
Vigência...: Início: 23/09/2026 Término: 23/01/2027
Licitação..: Concorrência Nº.: 07/2026
Recursos...: Dotação: 616 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 449051 Obras e Instalações
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO, FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM PARA A ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL HOMERO GHISSI

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 22/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:6F62F701

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 288/2026, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 288/2026, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Nomeia os membros para compor a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os seguintes servidores municipais que irão realizar a Seleção de Pareceristas/Jurados, inscritos através do Edital de Chamamento Público 001/2026 da Politica Nacional Aldir Blanc (PNAB) para Credenciamento de Profissionais do Setor Artístico Culturai.
Art. 2º Nomear os mesmos servidores, para comporem a parte de Representantes do Poder Público que irá realizar a avaliação, pontuação, seleção, emissão de pareceres conclusivos e as Listas Finais dos Projetos Habilitados. Nos editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no âmbito do Município no ano de 2026.
Art. 3º Ficam designados os seguintes membros:
I – RAQUEL MANFRIN TOIGO;
II – JEAN CARLOS ZVETCH;
III – LUAN DOS SANTOS.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho, em 17 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:9817C054

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 295, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 295, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Exonera à pedido servidora pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:
Artigo 1º- Exonerar à pedido, e a partir de 01 de outubro de 2026, a servidora pública municipal **ANDREIA GRASSI SAVARRO,** matrícula nº 1754, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social Nível/Referência BA-01, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao vigésimo segundo dia do mês setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:12AD8799

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 294/2026

PORTARIA Nº 294/2026

Institui Comissão de Estudo para análise da implantação e da forma de execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Salgado Filho – PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente as disposições relativas ao direito à convivência familiar e comunitária e ao acolhimento familiar;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 37, de 13 de agosto de 2021, que institui no Município o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Família Acolhedora;

CONSIDERANDO as orientações técnicas aplicáveis aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo nº MPPR-0016.25.000419-5 e o Ofício nº 302/2026, da Promotoria de Justiça da Comarca de Barracão, que propõem a instituição de comissão para estudo da implantação do Serviço de Acolhimento Familiar e definição das providências necessárias;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Estudo do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com a finalidade de analisar as condições técnicas, administrativas, financeiras e operacionais para sua implantação e definir a forma de execução mais adequada à realidade do Município de Salgado Filho.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão:

I – Edina Riva Duarte, Secretária Municipal de Assistência Social;

II – Silvana Tereza Welter, Assistente Social;

III – Eliane Marcia Ruch, Secretária Municipal de Educação;

IV – Elaine Alves Maciel Tafarel, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

V – Paula Jéssica Carniel, representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

VI – Lucimara Hudson Nunes, representante do Conselho Tutelar;

VII – Ana Luiza Bonetti, psicóloga.

§ 1º A Comissão será coordenada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Edina Riva Duarte, cabendo à Assistente Social Silvana Tereza Welter prestar o apoio técnico necessário à condução dos trabalhos.

§ 2º A Comissão poderá solicitar informações e convidar para suas reuniões representantes de outros órgãos municipais, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e de outros integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre que necessário ao desenvolvimento dos estudos.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – levantar a demanda atual e o histórico recente de acolhimento de crianças e adolescentes residentes no Município, identificando quantidade, duração e modalidade dos acolhimentos;

II – analisar a situação das crianças e adolescentes atualmente atendidos por serviço de acolhimento institucional ou Casa-Lar custeado pelo Município, exclusivamente para fins de diagnóstico e planejamento da política de acolhimento, preservados o sigilo e os dados pessoais;

III – verificar a estrutura de pessoal, equipe técnica, instalações, logística e demais condições que seriam necessárias para a efetiva execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – levantar os custos atualmente suportados pelo Município com acolhimento institucional ou Casa-Lar e estimar os custos de implantação e manutenção do Serviço de Família Acolhedora, possibilitando análise comparativa das alternativas;

V – verificar a existência de famílias interessadas ou potencialmente aptas ao acolhimento familiar e avaliar as dificuldades anteriormente encontradas para captação, seleção e manutenção de famílias acolhedoras;

VI – analisar a Lei Municipal nº 37/2021 e indicar, de forma objetiva, as alterações ou adequações eventualmente necessárias;

VII – avaliar a viabilidade técnica, administrativa e financeira das formas de execução do Serviço, considerando a execução municipal direta ou indireta e, especialmente, a possibilidade de oferta regionalizada, compartilhada ou consorciada com outros Municípios;

VIII – consultar, quando necessário, Municípios ou serviços que já executem o acolhimento familiar, buscando informações práticas sobre estrutura, equipe, demanda, custos e funcionamento;

IX – identificar possibilidades de cofinanciamento estadual ou federal disponíveis para implantação e manutenção do Serviço;

X – definir as providências que deverão ser adotadas pelo Município caso se conclua pela implantação do Serviço, incluindo cronograma, responsáveis e medidas administrativas e legislativas necessárias.

Art. 4º Para a realização dos estudos, os órgãos e unidades administrativas municipais deverão fornecer à Comissão, quando solicitados, os dados e informações necessários, especialmente aqueles relativos a acolhimentos realizados, despesas, contratos, recursos humanos e disponibilidade orçamentária, observadas as regras de sigilo e proteção de dados.

Art. 5º A Comissão deverá concluir os trabalhos mediante Relatório Técnico, no qual constarão, de forma objetiva:

I – diagnóstico da demanda municipal por acolhimento;

II – situação e custo da modalidade de acolhimento atualmente utilizada pelo Município;

III – estrutura e custo estimados para implantação e manutenção do Serviço de Família Acolhedora;

IV – análise da possibilidade de captação e manutenção de famílias acolhedoras;

V – comparação entre as alternativas de execução municipal, regionalizada, compartilhada ou consorciada;

VI – indicação fundamentada da alternativa considerada tecnicamente adequada à realidade municipal;

VII – eventuais adequações necessárias à Lei Municipal nº 37/2021;

VIII – plano de providências e cronograma para as medidas subsequentes.
Parágrafo único. A conclusão deverá ser fundamentada nos dados efetivamente levantados pela Comissão, considerando a proteção integral e o melhor interesse das crianças e adolescentes, a realidade da demanda municipal, a capacidade operacional do Município, os custos envolvidos e a sustentabilidade da modalidade de atendimento indicada.

Art. 6º A Comissão terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos, contado da publicação desta Portaria, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput não afasta a necessidade de encaminhamento ao Ministério Público das informações e providências iniciais adotadas pelo Município dentro do prazo estabelecido no Ofício nº 302/2026.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho – PR, 22 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:36873505

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2026

OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de veículo novo, zero km, do tipo Micro-ônibus, conforme resolução 796/2026 Secretaria de Estado da Saúde, através de adesão a ata registro de preço nº 003/2026 oriunda do através do Pregão Eletrônico nº 001/2026, tendo como Órgão Gerenciador Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA;
CONTRATADO:	RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ:	20.290.311/0001-40
VALOR:	619.800,00
VIGÊNCIA:	22/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 22 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:84CD2D25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2026

OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de veículo novo, zero km, do tipo Micro-ônibus, conforme resolução 1014/2026 Secretaria de Estado da Saúde, através de adesão a ata registro de preço nº 003/2026 oriunda do através do Pregão Eletrônico nº 001/2026, tendo como Órgão Gerenciador Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA;
CONTRATADO:	RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ:	20.290.311/0001-40
VALOR:	619.800,00
VIGÊNCIA:	22/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 22 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:67BFB27D

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1457/2026

DECRETO Nº. 1457, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera por falecimento o servidor municipal aposentado TEOFILO KLIMCZUK e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera por falecimento em 15/09/2026 o servidor municipal Sr. **TEOFILO KLIMCZUK,** brasileiro, CPF nº. 083.905.419-04, portador da Matrícula 2968/2, aposentado, admitido em 04/08/1964.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:432BD061

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1458/2026

DECRETO Nº. 1458, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Concede Pensão por Morte a Sra. EUGENIA BALAS KLIMCZUK, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Concede pensão por morte a Sra. **EUGENIA BALAS KLIMCZUK,** CPF nº. 025.195.969-45, em razão do falecimento do Sr. **TEOFILO KLIMCZUK,** conforme matricula nº 2968/2, o qual era aposentado pelo Município conforme consta do Processo junto a Tribunal de Contas do Estado do Paraná sob nº. 37007-6/00 de 01/09/2006.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 16 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:34A2AD57

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 136/2026

PORTARIA N° 136, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 15 (quinze) dias de Férias Regular a Servidora Municipal abaixo especificada, restando 15 (quinze) dias para usufruir oportunamente:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Sirlene Berkembroch	Agente Educacional II	02/04/2012	2025/2026	29/09/2026 a 13/10/2026

Art. 2º - Concede 30 (trinta) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Dejair de Barros Trindade	Agente de Combate de Endemias	01/02/2012	2025/2026	28/09/2026 a 27/10/2026
02	Valdemar Borsatti	Motorista	01/07/2002	2025/2026	23/09/2026 a 22/10/2026

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:0A92C2C3

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 137/2026

PORTARIA N° 137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio ao Servidor Municipal abaixo especificado e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 180 (cento e oitenta) dias a partir de 21 de setembro de 2026, Férias Prêmio ao servidor municipal **ADEMIR DE CAMPOS**, brasileiro, portador da Matrícula 6360/1, ocupante do Cargo de Motorista do quadro de pessoal efetivo admitido em 14/05/2007, períodos aquisitivos: 2007 a 2012 e 2012 a 2017.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:B7D2ED77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12/2026
DISPENSA Nº 05/2026

DADOS DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021.

A contratada acima qualificada, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em traba- lho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer traba - lho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

……...
Assinatura
Representante Legal do Proponente

CPF do Representante:_____

Local:_____

Data:_____

Se possível, a declaração deverá ser enviada em papel timbrado da contratada.

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:E379F9E4

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO N° ___/2026

PROCESSO Nº 12/2026
DISPENSA Nº 05/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR
CONTRATADA:

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), nesta cidade de Santa Amélia/PR, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Romão dos Santos Junior, Nº 70, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 80.926.934/0001-98 neste ato representado pelo Presidente da Câmara _____ inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº_____ , portador da Cédula de Identidade RG n.º_____-, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua, _____, n°_____, no Município de_____, Estado de (o) _____, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº_____ expedida pela _____ , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato, em face do resultado da Dispensa de Licitação nº 03/2026, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de internet banda larga por fibra óptica com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuída em 02 ponto, incluindo a instalação e configuração de equipamentos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Amélia - PR.
1.2 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 Mbps (megabits por segundo), distribuída em 02 (dois) pontos, incluindo a instalação, configuração e disponibilização dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital da Dispensa de Licitação Nº 03/2026 e seus anexos.
1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Edital da Dispensa de Licitação Nº 05/2026 e seus anexos, quanto às especificações do objeto.
1.4. O prazo da contratação será de 12 meses podendo ser prorrogado comprovando- se a vantajosidade conforme previsto no art.106 e 107 da Lei 14.133/21.
1.5. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços contínuos de internet banda larga por fibra óptica com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuída em 02 ponto, incluindo a instalação e configuração de equipamentos, para atender às necessidades da Câmara Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 05/2026 possui a seguinte dotação:

Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação– Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.40.00.00 – Telefonia Fixa e móvel – Pacote de Comunicação de Dados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Câmara Municipal.
3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão Santos Junior, Nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.
3.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art 107 da Lei 14.133/21.
3.3. Problemas com o link deverão ser resolvidos em no máximo 8 horas e o serviço de suporte técnico gratuito disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, na sede da Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste Contrato é de R$ _____ (_____) conforme especificações do Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.
5.2. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, na agência e conta corrente do banco do Brasil, ou por boleto bancário ou PIX.
5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.2. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.
6.3. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitando a vigência máxima prevista em Lei, desde que atestado pela administração que as condições e preços permaneçam vantajosos, permitindo a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma estabelecida nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e seus respectivos incisos.
6.4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.
6.5. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base a data de assinatura do instrumento contratual inicial, respeitada a anualidade prevista em lei.
6.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Câmara Municipal será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
7.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
7.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
7.4. Prestará todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
7.5. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da

CONTRATADA a fim decumprir as obrigações estabelecidas nocontrato, devendo a CONTRATADA manter sigilo das informações a que tiver acesso em razão da prestação do servço nos termos da lei.
7.6. Receber e atestar a nota fiscal.
7.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
7.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)
8.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas nos tópicos deste Edital e do Termo de Referência.
8.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
8.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
8.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.
8.6. A contratada será responsável por quaisquer danos ou avarias causadas por seus empregados aos bens da contratante ou de terceiros, por todo e qualquer dano ocorrido enquanto em posse da contratada, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, obrigando-se a repará-los no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do recebimento por ela da comunicação, feita por escrito.
8.7. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
8.8. O prestador de prestação dos serviços a fim de que seja cumprido com as obrigações previstas, caso necessite de trabalhadores extras, o custo ficará a cargo do PRESTADOR(A).
8.9. O prestador ficará responsável por qualquer erro na proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.
8.10. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e no Edital, bem como em seus anexos.
8.11. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
8.12. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.
8.13. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigidos no Termo de Referência e edital.
8.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência e edital com seus anexos.
16.15. O(s) serviços (s) objeto desta contratação deverá(ão) ser vistoriado(s) no ato da entrega pelo(s) fiscal(is) nomeado(s).
8.16. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.
8.17. Não havendo a realização(s) do serviço(s) pela empresa ou não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.
8.18. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c)Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
10.1. Constituirão motivos para extinção do Contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:
10.1.1.Reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do Contrato;
10.1.2.Quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato;
10.1.3.Quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO
11.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente,as disposições de direito administrativo e os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS
13.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DIREITO DAS PARTES
14.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133, de 1º de abrilde 2021 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
15.2. A CONTRATANTE, através da FISCAL ADMINISTRATIVA DO CONTRATO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços se encontra em conformidade ao contrato e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
15.3. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
15.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas em contrato.
15.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.
15.6. Em caso de não correção de falhas ou defeitos, deverá encaminhar à Autoridade Superior para as sanções administrativas cabíveis e providências necessárias.
15.7. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
16.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirantes/PR, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato;
16.2.E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Amélia/PR, ____ de _____ de 2026.

Contratante:

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA/PR
CPF:

TAIS FERNANDA GARBUYO DE CASTRO
Fiscalização da Execução do Contrato
CPF:

Contratada:

_____
Responsável Legal da Empresa
CPF:

1) PATRICK DEODATTI TEIXEIRA
CPF: _____

2) GABRIELE CRISTINA RIBEIRO
CPF: _____

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:D6FE730B

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Tendo em vista as considerações acostadas no procedimento, em especial, a manifestação do agente de contratação e do procurador jurídico quanto a legalidade da contratação, **HOMOLOGO** o presente processo administrativo licitatório nº 11/2026, Dispensa de Licitação nº 04/2026 e **RATIFICO** o objeto do presente certame à empresa: GENTE SEGURADORA, CNPJ: 90.180.605/0001-02.

Santa Amélia, 21 de Setembro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente - CMSA

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:A6145355

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

Vistos os autos.
Trata-se do Processo Administrativo nº 58/2026, referente à Dispensa Eletrônica nº 23/2026 – Registro de Preços, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos de tecnologia da informação, no qual, por meio do Despacho de 14/ 09/2026, deter-minou-se a notificação da recorrente INNOVAG LABS LTDA, da recorrida 66.915.676 ALISSON GUSTAVO CORREIA e dos demais eventuais inte-ressados no certame, para manifestação específica acerca da anulação do procedimento, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
Tendo decorrido o prazo legal para manifestação e retornados os autos conclusos a este Gabinete, sem que tenha sido apresentado, no referido prazo, elemento capaz de infirmar as conclusões do Parecer Jurídico nº 24/2026, que identificou vício insanável no item 15.2 do Anexo IV do instrumento convocatório e no correspondente tópico do Termo de Referência (fl. 13), consistente na ausência de critérios obje-tivos, claros e verificáveis para a comprovação da qualificação técnica exigida dos licitantes, em ofensa aos princípios da vinculação ao instru-mento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da segurança jurídica, **DECLARO a ANULAÇÃO** da Dispensa Eletrônica nº 23/2026 – Registro de Preços, com fundamento no art. 71, inciso I I I, §§ 1º e 4º, da Lei nº 14.133/2021, tornando sem efeito os atos subsequentes que dela dependam.
Determino, ainda, que, mantido o interesse da Administração na contratação, o Departamento de Compras instaure novo procedimento, precedido de revisão da fase preparatória (Termo de Referênciae Edital), de modo a estabelecer requisitos de qualificação técnica obje-tivos, claros, verificáveis, necessários e proporcionais ao objeto.

Cumpra- se.

Santa Amélia/PR, 22 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:007A6D00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa BAUIM PNEUS INTERMECIACOES LTDA, CNPJ: 20.080.179/0001-41, no Pregão - Eletrônico nº 13/2026
OBJETO:LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS
VALOR REGISTRADO: 125.748,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais)
DATA DO REGISTRO:22/09/2026
VALIDADE: 21/09/2027

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa de veículos e máquinas

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:9331FFD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa 67.542.136 RAFAELA DA SILVA ARANTES, CNPJ: 67.542.136/0001-02, no Pregão - Eletrônico nº 13/2026
OBJETO:LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS
VALOR REGISTRADO: 130.855,00 (Cento e Trinta Mil, Oitocentos e Cinqüenta e Cinco Reais)
DATA DO REGISTRO:22/09/2026
VALIDADE: 21/09/2027

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa de veículos e máquinas

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:D3384973

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/32026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Teste Seletivo nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Teste Seletivo Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Concurso Público Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste edital ou de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da correspondência de convocação, deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 23 de setembro de 2026, para realizar estágio, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 01 (uma) cópia de cada documento.

Cédula de identidade;
PIS/PASEP;
CTPS;
Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Comprovante de endereço atualizado;
Número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
Título de eleitor e comprovante de votação das últimas 3 (três) eleições ou certidão emitida pelo Cartório Eleitoral (para os maiores de 18 anos);
Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
Certificado de reservista (sexo masculino) .
Diploma ou certificado de conclusão de curso emitido por instituição reconhecida pelo MEC, na escolaridade exigida para o cargo (fotocópia autenticada ou acompanhada do original), além de especialização e demais requisitos exigidos no edital de concurso público.
Certificado de escolaridade e habilitação legal para o exercício da função, conforme previsto no edital n. 001/2023);
02 (duas) fotos 3x4;
Declaração de não ocupar cargo público remunerado, exceto os acúmulos permitidos por lei (documento a ser preenchido no local da posse fornecido pela Prefeitura).
Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca do último domicílio (para maiores de 18 anos);
Avaliação médica realizado por médico especialista do trabalho, atestando aptidão física e mental para o exercício do cargo (REALIZADA PELO MÉDICO DO TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA)

Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.

CARGO: ESTAGIÁRIO-PROFESSOR (Afrodescendente)	**CPF**
Taís Aparecida da Silva Mendes	234.***.1*8-14
CARGO: ESTAGIÁRIO- PROFESSOR	
Giovana Vitória Jussiani	134.***.8*9-05
Maikethulli dos Santos da Costa	124.***.6*9-60
Adriana Pulcinelli Bortolassi Teixeira	038.***.2*9-00

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR),22 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:277A6D2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.202/2026

LEI Nº 1.202/2026

SÚMULA: Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 1.105, de 16 de dezembro de 2024, que institui o Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 1.105, de 16 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Santa Cecília do Pavão, o **Conselho Municipal de Cultura – COMCULT**, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Município de Santa Cecília do Pavão.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.105, de 16 de dezembro de 2024.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:24F3FDD8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.203/2026

LEI Nº. 1.203/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar Crédito Especial no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento, no valor total de **R$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
12	**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
12.001	**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
15.451.0005.1077	**PAVIMENTAÇÃO - TERMO DE CONVÊNIO 951/2026 SECID CONTA: 24.025-7**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	828	R$ 3.700.000,00
TOTAL ESPECIAL			**R$ 3.700.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Excesso de Arrecadação Red. 117 - Fonte 828 - **PAVIMENTAÇÃO - TERMO DE CONVÊNIO 951/2026 SECID CONTA: 24.025-7.**	R$ 3.700.000,00
TOTAL	**R$ 3.700.000,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:21F7394C

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.204/2026

LEI Nº. 1.204/2026

SÚMULA: "Altera a estrutura organizacional e dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 496/2007 e dá outras providências."

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 496/2007, de 22 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Município de Santa Cecília do Pavão, passa a vigorar com as alterações previstas nesta Lei.

Art. 2º - Fica transformado, no Anexo I da Lei Municipal nº 496/2007, o cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO, símbolo CC-04, no cargo em comissão de DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO, símbolo CC-03, mantido o quantitativo de 01 (uma) vaga.

Parágrafo único. A transformação prevista no caput não implica criação de nova vaga, ficando substituído o cargo de Chefe de Divisão de Almoxarifado e Manutenção – CC-04 pelo cargo de Diretor(a) do Departamento de Almoxarifado e Manutenção – CC-03.

Art. 3º - Em decorrência da alteração prevista no artigo anterior, a parte correspondente à Secretaria Municipal de Transportes e Patrimônio, constante da Tabela de Cargos de Provimento em Comissão do Anexo I da Lei Municipal nº 496/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

01	**SECRETÁRIO (a) DE TRANSPORTES E PATRIMÔNIO**	**CC-02**
01	DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO e FROTAS	CC-03
01	DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO	CC-03

Art. 4º - Ficam excluídas do Anexo V da Lei Municipal nº 496/2007 as atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Almoxarifado e Manutenção e incluídas as atribuições do cargo de Diretor(a) do Departamento de Almoxarifado e Manutenção, com a seguinte redação:

CARGO: DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO
Dirigir, coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades do Departamento de Almoxarifado e Manutenção; coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, armazenamento, conservação, controle e distribuição dos materiais utilizados pela Administração Municipal; planejar e supervisionar os procedimentos de controle de estoque, determinando a realização periódica de levantamentos, inventários e balanços; acompanhar os níveis de

estoque e as necessidades de reposição de materiais, promovendo o encaminhamento das informações aos setores competentes; supervisionar o recebimento dos materiais, acompanhando a conferência das requisições, especificações, documentos fiscais e materiais entregues; estabelecer e supervisionar procedimentos destinados à adequada organização, identificação, armazenamento e conservação dos materiais, visando evitar perdas, deteriorações e desperdícios; coordenar e supervisionar os registros físicos e eletrônicos relativos à entrada, movimentação, distribuição e estoque dos materiais; dirigir, coordenar e supervisionar os servidores e equipes vinculados ao Departamento, distribuindo atividades e acompanhando a execução dos serviços; planejar, coordenar e acompanhar as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, máquinas, equipamentos e demais bens cuja manutenção esteja sob responsabilidade do Departamento; acompanhar, em conjunto com os setores competentes, a documentação, licenciamento e regularidade dos veículos municipais; supervisionar os controles relativos ao consumo de combustíveis e aos abastecimentos internos e externos dos veículos, máquinas e equipamentos municipais; acompanhar e supervisionar o controle da utilização, conservação e substituição de pneus, peças e demais componentes destinados à manutenção; coordenar o planejamento dos serviços de manutenção, visando assegurar a disponibilidade e conservação dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados na prestação dos serviços públicos; acompanhar administrativamente as atividades dos motoristas e demais servidores vinculados ao Departamento, observadas as competências próprias do Departamento de Recursos Humanos; acompanhar as ocorrências e acidentes envolvendo veículos, máquinas e equipamentos municipais, promovendo o levantamento das informações e seu encaminhamento aos setores competentes; supervisionar a utilização dos veículos, máquinas e equipamentos municipais, zelando pela sua correta utilização e conservação; elaborar relatórios e levantamentos gerenciais relativos ao consumo de materiais, combustíveis, peças, pneus, manutenção e demais atividades do Departamento; propor medidas destinadas à racionalização do consumo, redução de custos, aperfeiçoamento dos controles internos e melhoria da eficiência dos serviços; promover a integração das atividades do Departamento com os demais órgãos e unidades administrativas municipais; prestar informações relativas às atividades do Departamento sempre que solicitado pelos órgãos competentes; cumprir e fazer cumprir as normas, regulamentos e determinações da Administração Municipal; e exercer outras atribuições correlatas de direção, coordenação, planejamento e supervisão determinadas pelo Secretário Municipal de Transportes e Patrimônio.

Art. 5º - Ao cargo de Diretor(a) do Departamento de Almoxarifado e Manutenção fica atribuído o símbolo CC-03, aplicando-se o vencimento correspondente previsto na Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão da Lei Municipal nº 496/2007 e suas alterações.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 22 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:58D80BBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDINALDO ONORIO DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIAS POR LEI E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

C O N V O C A

Toda a população para a audiência a realizarem-se no dia 29 de setembro de 2026, com início ás 17h00min, com o objetivo de participar da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao Segundo Quadrimestre de 2026.

A audiência pública será realizada no Auditório da Câmara Municipal, localizada à Rua das Guianas, nº 735, em Santa Cruz de Monte Castelo.

Santa Cruz de Monte Castelo – Paraná, 22 de setembro de 2026.

EDINALDO ONORIO DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:BB9CDBD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado no dia **09 de outubro de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Concorrência Eletrônica nº 014/2026**.

OBJETO: REFORMA DA QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, LOCALIZADA NA PRAÇA DO EXPEDICIONÁRIO JUCA PERES, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, do município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, conforme especificações constantes no termo de referência e seus anexos.

Valor Estimado: R$ 100.262,89 (cem mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e na plataforma eletrônica https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 22 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:86D71780

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo
Estado do Paraná

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

C O N V O C A

Toda a população para a audiência pública a realizar-se no dia 29 de setembro de 2026, com início às 17h00min, com o objetivo de participar da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativamente ao Segundo Quadrimestre de 2026.

A audiência pública será realizada no Auditório da Câmara Municipal, localizada à Rua das Guianas, nº 735, em Santa Cruz de Monte Castelo - Pr.

Santa Cruz de Monte Castelo - Paraná, 22 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:AB3D4CEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

A **Câmara Municipal de Santa Fé** divulga que pretende realizar, por meio de dispensa de licitação, a seguinte contratação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de 05 (cinco) bandeiras fúnebres do Município de Santa Fé.

Valor total estimado da contratação: R$ 600,00 (Seiscentos reais).
Critério de julgamento: Menor preço.

Onde consultar os documentos da contratação?
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/01583490000169/2026/19 ou no Site da Câmara Municipal: https://www.camaradesantafe.pr.gov.br/transparencia-filter/2/1.

Quem pode participar?
Poderão participar empresas que atenderem às exigências constantes no Termo de Referência e apresentarem a documentação requisitada em dia.

Para participar, basta conhecer o Termo de Referência e encaminhar proposta via e-mail até a data limite indicados abaixo:

Data limite para envio de proposta: Do dia 23/09/2026 ao dia 25/09/2026.
E-mail para envio de propostas: cmsantafepr@gmail.com

Este procedimento obedece ao § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021 e representa a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Santa Fé, 22 de setembro de 2026

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS
Primeira Secretária

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:752DE929

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

A Câmara Municipal de Santa Fé, em cumprimento ao que dispõe no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000, convoca toda a população Santafeense para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para AVALIAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DE METAS FISCAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de dois mil e vinte e seis, a ser realizada no dia trinta de setembro (quarta-feira) de dois mil e vinte e seis com início às 09hs30min, junto a Comissão de Orçamento e Finanças, no Plenário da Câmara Municipal de Santa Fé. A audiência pública terá as imagens disponibilizadas ao vivo, pela plataforma do facebook, na página oficial da Câmara Municipal de Santa Fé-Pr (https://www.facebook.com/legislativosantafe/).

Plenário Vereador Antônio Firmino de Souza, aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

JOÃO MAURO SIMARDE
Presidente

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:8EE0D821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 33/2026 – PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE POR MEIO DE SOM VOLANTE (CARRO DE SOM), DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, AVISOS, COMUNICADOS, AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DEMAIS INFORMAÇÕES OFICIAIS, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos**, salientando que os produtos poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência do Contrato.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 13 de outubro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para “download”.

IV. REALIZAÇÃO: dia **13 de outubro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: “menor preço por item”
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 22 de setembro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:28CFD340

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 34/2026 – PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VÍDEO (PAINEL DE LED), INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO TÉCNICA, SUPORTE, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM, visando atender às demandas e programações das Secretarias Municipais da Prefeitura de Santa Fé na realização de palestras, treinamentos, reuniões, cursos, cerimônias, eventos institucionais e ações de cunho cultural, educacional, esportivo e de lazer, conforme as necessidades da Administração Municipal, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos,** salientando que os serviços poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 15 de outubro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **15 de outubro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por lote"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 22 de setembro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:64C63EF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº287/2026

Dispõe sobre exoneração de Cargo em Comissão, e outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e atendo o Protocolado nº2755/2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Servidora RITA DE CASSIA FERREIRA LEITE - CPF nº064.768.769-02, RG nº 10.427.177-4-SESP-PR, do cargo de em comissão de Assessora Nível Médio, a partir do dia 23 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 22 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A2B8646F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2025 - PMSF REPUBLICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: ESPAÇO GUAMIRANGA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de materiais e insumos hospitalares para as unidades básicas de saúde, unidade de fisioterapia e unidade 24 horas de urgência e emergência.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 54 e 55 da referida Ata de Registro de Preço, sendo o valor unitário de R$ 20,92 (vinte reais e noventa e dois centavos) para o item 54 (Luva tam: M), e o valor unitário de R$ 20,92 (vinte reais e noventa e dois centavos), para o item 55 (Luva tam: P).
VALOR DO ADITIVO: R$ 2.428,20 (dois mil, quatrocentos e vinte oito reais e vinte centavos).
DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:09CCD9AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 103/2026

Prorroga-se o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando requerimento de prorrogação de prazo pela Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, designada através da Portaria nº 73/2026, ainda considerando a Lei Complementar nº 03/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos de Santa Fé,

RESOLVE

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, instaurado em face do servidor A. S. R. por meio da Portaria nº 73/2026, de 30 de junho de 2026, nos termos do art. 223, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 003/2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 22 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2DEA0D4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO N° 1/2026

ADITIVO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE FOMENTO N°. 15/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR E O CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, e a Organização da Sociedade Civil **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR – ESCOLA OFICINA DO CIDADÃO DO AMANHÃ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 80.911.035/0001-11, com sede na Rua São Geraldo, nº. 8, Centro, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representado por seu Presidente, o Senhor **WANDER JOSÉ DE MATOS**, portador do RG nº. 6.793.508-0 (SSP/PR) e do CPF nº. 022.891.549-03, residente e domiciliado na Rua Amabile Belanda Batista, nº. 699, Jardim Alvorada, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, resolve celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** que será regido pelas cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO
A Cláusula Décima passa a viger com a seguinte redação:
CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA
Este Instrumento tem vigência a partir de sua publicação até o dia 31 de janeiro de 2027, podendo as partes signatárias a qualquer tempo o denunciar ou rescindi-lo, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
Quanto à execução das metas e etapas, o início do prazo ocorrerá com a publicação desta parceria, fixando-se o prazo final para o dia 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que não conflitantes com as alterações efetivas por este Aditivo ao Termo de Fomento nº. 15/2025.
E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Santa Fé, 22 de setembro de 2026.

Concedente:
Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR.
Prefeito Municipal:
EDSON PALOTTA NETTO.

ASSINATURA:

CONVENENTE: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR – ESCOLA OFICINA DO CIDADÃO DO AMANHÃ - EOCA.
PRESIDENTE: WANDER JOSÉ DE MATOS.

ASSINATURA:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº. 455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E9A4B13E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2026

ADITIVO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE FOMENTO Nº. 14/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR E O CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, e a Organização da Sociedade Civil **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – PR – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 80.911.035/0001-11, com sede na Rua Apucarana, nº. 31, Centro, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representado por seu Presidente, o Senhor **WANDER JOSÉ DE MATOS**, portador do RG nº. 6.793.508-0 (SSP/PR) e do CPF nº. 022.891.549-03, residente e domiciliado na Rua Amabile Belanda Batista, nº. 699, Jardim Alvorada, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, resolve celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** que será regido pelas cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO
A Cláusula Décima passa a viger com a seguinte redação:
CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA
Este Instrumento tem vigência a partir de sua publicação até o dia 30 de novembro de 2027, podendo as partes signatárias a qualquer tempo o denunciar ou rescindi-lo, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
Quanto à execução das metas e etapas, o início do prazo ocorrerá com a publicação desta parceria, fixando-se o prazo final para o dia 31 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que não conflitantes com as alterações efetivas por este Aditivo ao Termo de Fomento nº. 14/2025.
E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Santa Fé, 22 de setembro de 2026.

Concedente: Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR.
EDSON PALOTTA NETTO.
Prefeito Municipal

ASSINATURA:

Convenente: Centro de Promoção Humana de Santa Fé – PR – Centro de Convivência do Idoso.
WANDER JOSÉ DE MATOS.
Presidente

ASSINATURA:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº. 455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:ADB99150

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO N° 263/2026

Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e dá outas providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2314/2023, ainda considerando o memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, gestão 2025/2027, com os seguintes membros e seus respectivos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO GOVERNAMENTAL:
Representantes da Secretaria de Assistência Social:
Titular: Marina do Nascimento Gonçalves;
Suplente: Márcia Cristina dos Santos Silva.

Representantes da Secretaria de Saúde:
Titular: Vanilde Imaculada da Silva Miato – Vice-presidente;
Suplente: Elisangela Vasconcelos de Aguiar Molonha.

Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Gislaine Righeto Ferreira;
Suplente: Nayara Cristina Bottan Vailante.

Representantes da Secretaria de Administração:
Titular: Maria José Pelegrini de Andrade;
Suplente: Maria Sebastiana Ribeiro de Sá.

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:
Titular: Dourivaldo Manoel dos Santos;
Suplente: Maria Antonieta Tomazella.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL:
Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social:
Titular: Elisangela A. dos Santos Risarto (APAE);
Suplente: Mara Edwani Conti (APMIF).
Titular: Thais Barbosa (EOACA);
Suplente: Sandra Pavan (CPHSF).

Representantes dos Trabalhadores do SUAS:
Titular: Gabriela Boin Mori de Oliveira (Trabalhadora do SUAS);
Suplente: Leticia Ferro Berlesi (Casa Lar).

Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários:
Titular: Francisco Carmino Senise (AGTI);
Suplente: Jaime Cortez (AGTI).
Titular: Lauriseni Sergio Freire (CRAS);
Suplente: Elza Paes Lira (Cadastro Único) – Presidente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 023/2022, 272/2023 e 093/2025.
Paço Municipal Prefeito Salvador do Domênico Sobrinho, em 10 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:AAC6858F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO N° 269/2026

Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, e dá outas providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 1.976/2017, ainda considerando o memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMDI, gestão 2025/2027, com os seguintes membros e seus respectivos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO GOVERNAMENTAL:
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Camila Mesquita Lucio;
Suplente: Gabriela Boin Mori de Oliveira.
Titular: Flavia Renata Blasques;
Suplente: Cirlene Eugenio da Silva.

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Silvana Aparecida de Oliveira;
Suplente: Ana Paula dos Santos Flores.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Marcio Augusto da Silva;
Suplente: Francielli Roberta Boian.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:
Titular: Claudio Ferreira Amancio;
Suplente: Dourivaldo Manoel dos Santos.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL:
Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social:
Titular: Sandra Pavan;
Suplente: Claudia Roberta Scandelai.
Titular: Francisco Carmino Senise;
Suplente: Jaime Cortez.

Igrejas e ou entidades religiosas que desenvolvam Programas, Projetos ou Serviços dirigidos ao Idoso:
Titular: Edvilson Colato;
Suplente: Maria das Graças Colato.
Titular: Maria Umbelina Ramos Miato;
Suplente: João Batista Miato.

Associações Comunitárias:
Titular: Nadir de Oliveira Silva.
Suplente: Eduardo Luiz da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 251/2024 e 203/2025.

Paço Municipal Prefeito Salvador do Domênico Sobrinho, em 10 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:687846EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 289/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$48.928,52 (quarenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.306.0010.2.192		MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
434 - 3.3.90.32.00.00	1035	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.192,12
434 - 3.3.90.32.00.00	33113	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.002,50
19.002.12.361.0010.2.193		MANUTENÇÃO - ESC MUN JARDIM PRIMAVERA	
444 - 3.3.50.43.00.00	1027	SUBVENÇÕES SOCIAIS	3.733,90
19.004		DIRETORIA DE ESPORTES (DESP)	
19.004.27.812.0012.2.249		MANUTENÇÃO DA ÁREA DE ESPORTES	
549 - 3.3.90.14.00.00	1002	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
19.004.27.812.0012.2.250		MANUTENÇÃO E APOIO A PROGRAMAS DESPORTIVOS	
562 - 3.3.90.14.00.00	1002	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
22		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO (DFOE)	
22.003		DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS (DSU)	
22.003.15.452.0006.2.228		MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
704 - 3.3.90.30.00.00	1002	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
22.003.15.452.0006.2.232		MANUTENÇÃO DA CAPELA PARA VELÓRIO	
737 - 3.3.90.30.00.00	1002	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
Total Suplementação:			48.928,52

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte e dois dias do mês de Setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:3090F547

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, AO SERVIDOR JULIO CEZAR DE MATTIA WALKE, LICENÇA PATERNIDADE.

PORTARIA Nº 16.054
Data: 23/09/2026

Concede, ao servidor JULIO CEZAR DE MATTIA WALKE, Licença Paternidade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 0254/2026;

CONSIDERANDO a apresentação da Certidão de Nascimento;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ao servidor o direito de acompanhamento nos primeiros dias de vida do filho, em observância ao princípio da proteção integral da criança e fortalecimento do vínculo familiar;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a concessão da referida licença no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Paternidade, nos termos do art. 150, da Lei Complementar nº 24 de 19.12.2022, ao servidor público municipal **JULIO CEZAR DE MATTIA WALKE**, inscrito no CPF sob nº **084.*****.*****-59**, ocupante do cargo de **Motorista**, lotado na **Secretaria da Educação**, pelo período de **17 de setembro de 2026 à 21 de setembro de 2026**.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 17 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 23 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:CEEFA3BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.973, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.
HOMOLOGA E NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, PARA O MANDATO CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 2026 A 2030, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3.973, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Homologa e nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS, do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, para o mandato correspondente ao período de 2026 a 2030, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente nos arts. 196 a 200, que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado e dispõem sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste;
CONSIDERANDO a alteração promovida pela Lei Municipal nº 1.756, de 2015, no art. 3º da Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005, estabelecendo a realização das Conferências Municipais de Saúde a cada 04 (quatro) anos;
CONSIDERANDO a realização da **XVI Conferência Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste,** realizada em 30 de junho de 2026, no Centro Cultural Monsenhor Cestilio José Miotto, enquanto fórum máximo de deliberação da Política Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO as deliberações e encaminhamentos decorrentes da XVI Conferência Municipal de Saúde, especialmente quanto à reorganização e renovação da composição do Conselho Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 27 de agosto de 2026, conforme registrada na **Ata nº 04/2026 – CMS**, na qual foram apresentados e eleitos os novos representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores da saúde, prestadores de serviços e gestores;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Conselho Municipal de Saúde, assegurando a continuidade de suas atividades, atribuições e funcionamento;
CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 01/2026 – CMS, de 08 de setembro de 2026, por meio do qual o Conselho Municipal de Saúde solicitou a formalização da nova composição do colegiado;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologada a composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, nos termos da Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.756, de 2015, e das deliberações das instâncias competentes, na forma estabelecida neste Decreto.
Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde será composto pelos representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores da saúde, prestadores de serviços e gestores, na seguinte forma:
I – **Segmento dos Usuários:**
a) Igreja Católica – Paróquia Santa Izabel da Hungria, representada por Itacir Polidoro, como titular, e Vera Lucia Falcão Munaro, como suplente;
b) Igreja do Evangelho Quadrangular, representada por Valter Fuck, como titular, e Ivan Barbosa de Lima, como suplente;
c) Igreja Assembleia de Deus, representada por Graziela Cora Schimanski, como titular, e Neri Moreira, como suplente;
d) Pequenas Irmãs da Sagrada Família, representada por Marlene das Graças Schutz Rozeng, como titular, e Rosa Docimo, como suplente;
e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representado por Paulo Walerius, como titular, e Claudio Dal Molin, como suplente;
f) Lions Club, representado por Ilvanete Potrich, como titular, e Adilson dos Passos, como suplente;
g) Rotary Club, representado por Ana Catto Stefanoski, como titular, e Solano Nascimento, como suplente;
h) Pastoral do Idoso, representada por Natalina Sponchiado, como titular, e Joceli Bobinski, como suplente;
i) Associação de Voleibol de Santa Izabel do Oeste – AVEL, representada por Vinicius William dos Santos Timóteo, como titular, e Dyonattan Vargas, como suplente.
II – Segmento dos Trabalhadores da Saúde:
a) Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – COREN, representado por Rayane Bechi dos Santos, como titular, e Aline de Souza Monteiro, como suplente;
b) Conselho Regional de Medicina – CRM, representado por Eduarda Fanhani Cracco, como titular, e Conselho Regional de Odontologia – CRO, representado por Rafaela Caelani Cavani, como suplente;
c) Conselho Regional de Farmácia – CRF, representado por Daniela Mayara Ancini, como titular, e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO, representado por Eduarda Damin, como suplente;
d) Conselho Regional de Psicologia – CRP, representado por Fernando Felipe Coser, como titular, e Conselho Regional de Nutrição – CRN, representado por Janislei Denk da Silva Ferrari, como suplente.
III – Segmento dos Prestadores de Serviços:
a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, representada por Adão Babinski, como titular, e Juliana Casagrande, como suplente.
IV – Segmento dos Gestores:
a) Secretaria Municipal de Saúde, representada por Simoni Dreher Pilz Spohr, como titular, e Andressa Bortolini Calvi, Diretora da Casa de Saúde, como suplente;
b) Diretoria de Atenção Primária em Saúde, representada por Roseli Faust, como titular, e Solange Kindzerski, Coordenadora de Saúde Mental, como suplente;
c) Ouvidoria, representada por Adriana Dreher Pilz, como titular, e Marcio de Matos, Coordenador de Endemias, como suplente.
Art. 3º Os membros ora nomeados exercerão mandato de 04 (quatro) anos, contado da data de publicação deste Decreto, observado o ciclo quadrienal da Conferência Municipal de Saúde e as disposições da legislação aplicável.
Art. 4º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Saúde será considerado serviço público relevante e não será remunerado, nos termos da legislação municipal.
Art. 5º A função de membro titular ou suplente será exercida em conformidade com a legislação municipal, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e as normas aplicáveis ao controle social do Sistema Único de Saúde – SUS.
Art. 6º A substituição de membros do Conselho Municipal de Saúde observará o disposto no art. 7º da Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005, e demais normas aplicáveis.
Art. 7º Fica mantida Cristiane Regina Kasburg no exercício da função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, competindo-lhe prestar apoio administrativo ao colegiado, organizar a documentação, elaborar e manter as atas e demais registros, bem como desempenhar as demais atividades inerentes à Secretaria Executiva do Conselho, conforme deliberação registrada na Ata nº 04/2026 – CMS.
Art. 8º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde será eleita entre seus membros, na forma estabelecida pelo art. 5º da Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005, e pelo respectivo Regimento Interno.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 740, de 20 de dezembro de 2005.
Art. 10. Ficam revogados:
I – O Decreto nº 3.642, de 05 de janeiro de 2024, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS do Município de Santa Izabel do Oeste; e
II – O Decreto nº 3.725, de 18 de novembro de 2024, que altera a composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:05FFF3F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.974 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026
REGULAMENTA PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS PARA EXECUÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.909/2026, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DECRETO Nº 3.974 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta procedimentos administrativos e operacionais para execução da Lei Municipal nº 2.909/2026, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.909, de 18 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.909, de 18 de setembro de 2026, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais integram as provisões da Política de Assistência Social e destinam-se ao atendimento de situações de vulnerabilidade temporária, nascimento, morte e calamidade pública, na forma estabelecida pela legislação aplicável;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.909/2026 estabelece a necessidade de organização dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à efetivação dos Benefícios Eventuais no âmbito do Município;

CONSIDERANDO que o art. 30 da Lei Municipal nº 2.909/2026 atribui ao Poder Executivo a regulamentação, por Decreto, dos procedimentos administrativos e operacionais relativos à execução dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo organizar os fluxos administrativos, as atribuições das unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, os registros, as formas de pagamento, a documentação mínima necessária, os mecanismos de controle interno e os demais procedimentos destinados à execução da política pública;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos claros, uniformes e proporcionais à natureza das demandas apresentadas pelos usuários da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os procedimentos para acesso aos Benefícios Eventuais sejam realizados de forma simplificada, humanizada, célere e compatível com as situações de vulnerabilidade temporária apresentadas pelos usuários;

CONSIDERANDO que os procedimentos administrativos não devem criar obstáculos indevidos ao acesso aos Benefícios Eventuais, especialmente nas situações urgentes, emergenciais ou que envolvam risco ou desproteção social;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a exigência de documentação excessiva, repetitiva ou desnecessária, observando-se a proporcionalidade entre a documentação solicitada, a natureza da demanda e a urgência do atendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de aproveitar, sempre que possível, informações e registros já existentes nos prontuários, sistemas, cadastros e instrumentos utilizados pelas unidades do SUAS, evitando a duplicidade de procedimentos e a exigência de documentos já disponíveis à Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar a atuação das equipes de referência, do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e dos demais setores administrativos envolvidos na efetivação dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a necessidade de distinguir as atribuições de natureza técnica e socioassistencial das providências administrativas, orçamentárias, financeiras, de contratação, pagamento e controle necessárias à efetivação dos benefícios;

CONSIDERANDO que a avaliação da situação de vulnerabilidade e o reconhecimento técnico da necessidade do benefício competem às equipes responsáveis pelo atendimento socioassistencial, enquanto os procedimentos administrativos necessários à sua efetivação competem aos setores próprios da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.909/2026 atribui ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS a competência para deliberar sobre os critérios gerais, valores de referência, parâmetros de priorização, formas gerais de concessão e prazos máximos dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a competência deliberativa e de controle social do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sem transferir ao Conselho atribuições administrativas ou de análise individual dos benefícios;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada articulação entre o órgão gestor municipal, as unidades do SUAS e o Conselho Municipal de Assistência Social, respeitadas as competências de cada instância;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir atendimento prioritário às situações de urgência, emergência, risco social, desabrigo, desalojamento, calamidade ou outras situações que demandem resposta imediata da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos compatíveis com a proteção da dignidade dos usuários, evitando exigências ou práticas que possam causar constrangimento, exposição ou tratamento discriminatório;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o sigilo das informações decorrentes dos atendimentos socioassistenciais e a proteção dos dados pessoais dos usuários, especialmente daqueles relacionados à situação familiar, social e econômica;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos de registro e controle suficientes para garantir a transparência, a rastreabilidade e a adequada aplicação dos recursos públicos, sem transformar o controle administrativo em obstáculo ao acesso à proteção socioassistencial;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os procedimentos municipais com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as disposições da legislação federal aplicável;

CONSIDERANDO, por fim, que a regulamentação administrativa deve assegurar a efetiva execução da Lei Municipal nº 2.909/2026, preservando a competência do Poder Executivo quanto aos procedimentos operacionais e a competência do Conselho Municipal de Assistência Social quanto às matérias que lhe são próprias;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos administrativos e operacionais necessários à execução da Lei Municipal nº 2.909/2026, sem alterar os critérios, valores, prazos e parâmetros cuja deliberação compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º. A execução dos Benefícios Eventuais observará, além da Lei Municipal nº 2.909/2026, os seguintes princípios operacionais:

I – simplicidade dos procedimentos e redução de exigências documentais desnecessárias;

II – utilização, sempre que possível, dos registros já existentes no prontuário, sistema, ficha de atendimento ou instrumento técnico da unidade;

III – registro suficiente para demonstrar a situação de vulnerabilidade, a providência adotada e a forma de efetivação do benefício;

IV – atendimento prioritário das situações urgentes, emergenciais ou de risco social imediato;

V – preservação do sigilo profissional, da privacidade e dos dados pessoais dos usuários; e

VI – separação entre avaliação socioassistencial, providências administrativas, execução financeira, contratação e controle.

Parágrafo único. A profundidade dos registros e dos instrumentos técnicos utilizados deverá ser proporcional à complexidade, à urgência e à natureza da demanda, não sendo exigida, de forma automática, a elaboração de parecer extenso, relatório social completo ou visita domiciliar em todos os casos.

CAPÍTULO II

DO FLUXO SIMPLIFICADO DE ATENDIMENTO

Art. 3º. O acesso aos Benefícios Eventuais poderá ocorrer por demanda espontânea, encaminhamento da rede socioassistencial ou intersetorial, busca ativa, atendimento emergencial ou identificação pela equipe de referência.

Art. 4º. O fluxo ordinário de atendimento observará as seguintes etapas, sem prejuízo de adaptação conforme a urgência do caso:

I – acolhida ou atendimento inicial pela unidade de referência;

II – identificação da demanda e da situação de vulnerabilidade temporária;

III – registro técnico-administrativo simplificado;

IV – reconhecimento técnico do direito ao benefício pela equipe de referência, quando caracterizada a necessidade socioassistencial;

V – encaminhamento ao órgão gestor ou setor administrativo competente para efetivação, quando depender de pagamento, compra, contratação, autorização ou liberação de item; e

VI – registro da providência adotada e, quando necessário, encaminhamento para acompanhamento, serviço, programa, benefício ou política pública pertinente.

§ 1º. Nas situações simples, o registro realizado em ficha de atendimento, prontuário, sistema próprio, formulário único ou outro

instrumento já utilizado pela unidade poderá substituir parecer ou relatório específico.

§ 2º. A visita domiciliar será realizada quando tecnicamente necessária ou quando contribuir para a avaliação da situação, não constituindo requisito obrigatório para toda concessão.

§ 3º. O acompanhamento familiar, a atualização cadastral ou o encaminhamento a serviços constituem direito do usuário, não podendo ser utilizados como condição para atendimento imediato da vulnerabilidade reconhecida.

Art. 5º. Nas situações urgentes, emergenciais, de risco social imediato, desastre, calamidade, violência, desabrigo, desalojamento, insegurança alimentar grave ou ameaça à integridade da pessoa ou família, a concessão poderá ocorrer mediante registro simplificado, com complementação posterior das informações necessárias ao controle administrativo.

§ 1º. O registro simplificado deverá conter, sempre que possível: identificação do usuário ou da família, descrição breve da situação, benefício ou providência adotada, data, unidade responsável e identificação do profissional ou servidor que realizou o atendimento.

§ 2º. A ausência momentânea de documento, comprovante, relatório, parecer completo ou registro cadastral não impedirá o atendimento inicial quando houver risco ou desproteção social caracterizada.

§ 3º. A complementação documental ou informacional, quando necessária, será solicitada de forma razoável, proporcional e sem exposição vexatória do usuário.

CAPÍTULO III

DOS REGISTROS E DOCUMENTOS MÍNIMOS

Art. 6º. Para fins de execução dos Benefícios Eventuais, será adotado registro único ou simplificado, preferencialmente aproveitando instrumentos já utilizados pelas equipes do SUAS municipal.

§ 1º. O registro deverá ser suficiente para demonstrar a situação apresentada, a avaliação realizada e a providência adotada, sem imposição de documentos ou formulários repetidos para a mesma finalidade.

§ 2º. Quando já houver informações atualizadas em prontuário, sistema, Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, cadastro municipal, relatório anterior ou outro registro institucional, a equipe poderá utilizá-las, quando pertinentes ao caso, sem que o CadÚnico constitua requisito obrigatório para acesso ao Benefício Eventual.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá instituir modelo único e simples de registro, inclusive digital, evitando a criação de formulários específicos para cada modalidade de benefício quando isso não for indispensável.

Art. 7º. A documentação poderá compreender, conforme o caso e quando disponível, documento de identificação, comprovante de residência ou declaração de endereço, documentos relacionados à situação apresentada, orçamento, nota, recibo, encaminhamento ou outro elemento necessário à efetivação administrativa do benefício.

§ 1º. A ausência de documentação civil não impedirá o atendimento inicial, especialmente nas situações urgentes, emergenciais, de desastre, calamidade, população em situação de rua, migração, refúgio, apatridia, violência, desabrigo ou desalojamento.

§ 2º. Poderão ser admitidas autodeclarações, informações da rede pública, registros de atendimento ou outros meios simples de comprovação, quando compatíveis com a situação e aceitos pela Administração.

§ 3º. É vedada a exigência de comprovação vexatória, discriminatória, excessiva ou incompatível com a urgência do atendimento.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS

Art. 8º. Compete às equipes de referência das unidades públicas do SUAS, conforme suas atribuições e a natureza da demanda:

I – realizar a acolhida e a escuta qualificada;

II – identificar a situação de vulnerabilidade temporária ou desproteção social;

III – reconhecer tecnicamente a necessidade de Benefício Eventual, quando cabível;

IV – registrar a avaliação de forma simples, suficiente e proporcional ao caso;

V – orientar o usuário quanto aos direitos, formas de acesso e eventuais encaminhamentos; e

VI – encaminhar ao órgão gestor ou setor administrativo as informações mínimas necessárias à efetivação do benefício.

Parágrafo único. A equipe técnica não será responsável por elaborar procedimento licitatório, pesquisa de preços, contratação, liquidação de despesa, pagamento ou prestação de contas financeira, salvo quanto às informações técnicas indispensáveis à caracterização da necessidade socioassistencial.

Art. 9º. Compete ao órgão gestor municipal da Assistência Social, diretamente ou por seus setores administrativos competentes:

I – organizar os fluxos internos de autorização, efetivação e controle dos Benefícios Eventuais;

II – adotar providências administrativas, orçamentárias e financeiras necessárias à provisão;

III – providenciar compras, contratações, pagamentos, credenciamentos, registros de preços ou outros instrumentos admitidos em lei;

IV – manter controle das concessões efetivadas, preservado o sigilo dos usuários;

V – consolidar dados para os relatórios semestrais ao CMAS; e

VI – articular, quando necessário, a rede intersetorial e os órgãos públicos envolvidos.

Art. 10. Compete ao CMAS deliberar, mediante resolução específica, sobre critérios gerais, valores de referência, parâmetros de priorização, formas gerais de concessão e prazos máximos, bem como exercer acompanhamento, monitoramento e controle social, nos termos da Lei Municipal nº 2.909/2026.

Parágrafo único. O CMAS não atuará na autorização ou análise individual dos casos, salvo no exercício de suas competências gerais de acompanhamento e controle social.

CAPÍTULO V

DA EFETIVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 11. A efetivação dos Benefícios Eventuais poderá ocorrer em pecúnia, bens, pagamento direto a fornecedor ou prestador, prestação de serviço ou outra forma admitida pela Lei Municipal nº 2.909/2026, observados os critérios definidos pelo CMAS, a regulamentação municipal e a legislação orçamentária, financeira e de contratações públicas.

§ 1º. Sempre que a efetivação depender de fornecedor, prestador de serviço, pagamento, empenho, liquidação ou contratação, caberá ao órgão gestor ou setor administrativo competente adotar as providências necessárias.

§ 2º. O reconhecimento técnico da necessidade socioassistencial não substitui os atos administrativos de contratação, pagamento ou controle financeiro exigidos pela legislação.

§ 3º. Nas situações de urgência, os setores envolvidos deverão priorizar a tramitação administrativa necessária à efetivação do benefício.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá organizar, para fins de prontidão e continuidade da oferta, procedimentos prévios de compra, registro de preços, credenciamento, contratação, parcerias, cadastro de fornecedores ou outros instrumentos admitidos em lei.

Parágrafo único. O planejamento previsto no caput deverá considerar, sempre que possível, as demandas recorrentes de alimentação, funeral, hospedagem emergencial, transporte, documentação, moradia temporária e demais provisões previstas em lei e resolução do CMAS.

Art. 13. Na Hospedagem Emergencial Temporária, a autorização inicial poderá ser simplificada quando houver risco imediato, devendo constar a identificação possível do usuário ou família, o motivo da hospedagem, a data de início, o local, o responsável pela autorização e a indicação de posterior complementação documental ou administrativa, se necessária.

§ 1º. O prazo, o limite de diárias, o valor de referência e os procedimentos de controle observarão a resolução do CMAS e a regulamentação administrativa aplicável.

§ 2º. A hospedagem emergencial não se confunde com Auxílio Moradia ou Auxílio Aluguel Social e deverá ser utilizada apenas enquanto necessária à proteção imediata.

Art. 14. No Auxílio Moradia ou Auxílio Aluguel Social, a concessão, manutenção, prorrogação, suspensão ou cessação observará registro técnico-administrativo, prazo definido, reavaliação periódica e critérios deliberados pelo CMAS.

Parágrafo único. A reavaliação poderá ser registrada de forma sucinta, especialmente quando a situação já estiver acompanhada pela

unidade de referência ou houver informações suficientes no prontuário ou registro institucional.

Art. 15. No Auxílio Funeral, caberá à equipe de referência registrar a situação de vulnerabilidade ou desproteção social decorrente do óbito, e ao órgão gestor ou setor administrativo providenciar a forma de efetivação, contratação, pagamento direto, fornecimento ou outra medida cabível.

Parágrafo único. Nas situações de translado, óbito fora do Município ou dúvida sobre responsabilidade territorial, o atendimento deverá observar a Lei Municipal nº 2.909/2026, a regulamentação do CMAS e os registros disponíveis, podendo o órgão gestor articular-se com outros municípios ou órgãos competentes.

CAPÍTULO VI

DA DEFESA DE DIREITOS, RELATÓRIOS E PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 16. O indeferimento, a suspensão ou a cessação de Benefício Eventual deverá ser motivado em registro administrativo ou técnico simplificado e comunicado ao interessado em linguagem acessível, assegurada a possibilidade de reconsideração, na forma e nos prazos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração poderá ser verbal ou escrito, devendo ser registrado pela unidade ou pelo órgão gestor, especialmente quando persistir risco à sobrevivência, à segurança ou à integridade da pessoa ou família.

Art. 17. O órgão gestor encaminhará ao CMAS relatório semestral consolidado sobre a execução dos Benefícios Eventuais, utilizando preferencialmente dados já constantes dos registros administrativos e técnicos existentes.

§ 1º. O relatório deverá conter, quando possível, dados agregados sobre modalidades concedidas, quantidade, execução financeira, integração com serviços, dificuldades encontradas e informações relevantes ao controle social.

§ 2º. As equipes técnicas não serão obrigadas a elaborar relatório individual para compor o relatório semestral, salvo quando a complexidade do caso ou a necessidade de controle justificar registro complementar.

§ 3º. O relatório não deverá expor nomes, dados pessoais ou informações que identifiquem usuários, salvo quando indispensável ao exercício regular de competência legal e com acesso restrito.

Art. 18. O tratamento de dados pessoais observará a Lei Federal nº 13.709/2018, o sigilo profissional e os princípios da necessidade, adequação, finalidade, segurança e acesso restrito.

Parágrafo único. A publicidade dos atos de execução orçamentária e financeira não autoriza a divulgação de situações familiares, sociais, de violência, saúde, renda, endereço ou outros dados pessoais dos usuários, especialmente aqueles protegidos por legislação específica.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Até a edição da resolução específica do CMAS, poderão ser observadas as normas municipais anteriores que disciplinem Benefícios Eventuais, exclusivamente naquilo que forem compatíveis com a Lei Municipal nº 2.909/2026 e com este Decreto.

§ 1º. A aplicação transitória das normas anteriores não autoriza a manutenção de exigências incompatíveis com a nova lei, especialmente CadÚnico como condição de acesso, tempo mínimo de residência, comprovação vexatória ou condicionalidades indevidas.

§ 2º. As situações de benefícios já concedidos ou em análise na data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 2.909/2026 deverão ser avaliadas conforme as disposições da nova legislação, de modo a evitar descontinuidade indevida da proteção socioassistencial.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá expedir orientações internas, fluxos simplificados, modelos únicos de registro e comunicados operacionais necessários à execução deste Decreto, exclusivamente para organização interna dos serviços, desde que não criem ou alterem critérios de acesso, valores, parâmetros, formas de concessão ou prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 2.909/2026 ou pelo CMAS.

Art. 21. Os casos omissos de natureza exclusivamente operacional serão solucionados pelo órgão gestor municipal da Assistência Social, mediante registro administrativo, observadas a Lei Municipal nº 2.909/2026, este Decreto, as deliberações do CMAS e as normas do SUAS, respeitadas as matérias de competência do Conselho.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:7C7A1412

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°338/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 338/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 70/2026

PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e PROC Especialistas em Infraestrutura de TI LTDA.

OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a celebração de Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), destinado à contratação de solução inovadora para captação, processamento e análise integrada de dados em tempo real, com o objetivo de apoiar a gestão pública e orientar a formulação de políticas baseadas em evidências no Município de Santa Izabel do Oeste.

VIGÊNCIA: 09/09/2027.

VALOR TOTAL: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

DATA: 09/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:0D918DED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 132/2026 RETIFICADO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº33/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 132/2026 RETIFICADO
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº33/2026.
E X T R A T O

Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ;
Objeto:
Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 8.856,00(oito mil e oitocentos e cinquenta e seis reais).

Prazo de Execução: 13/03/2027.
Prazo de Vigência: 13/03/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:319E8983

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 09/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Aprovação e apreciação de alteração do Plano de Trabalho da Deliberação nº 013/2025 – Incentivo Voltado a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no município de Santa Lúcia – Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n°. 1134/2023 e,

Considerando a deliberação deste conselho em 16/09/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do Plano de Trabalho da Deliberação nº 013/2025 – Incentivo Voltado a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no município de Santa Lúcia – Paraná

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Santa Lúcia, 22 de setembro de 2026

ISADORA DE OLIVEIRA FREI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:61748290

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 10/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 010/2026

Aprovação e apreciação da alteração e atualização do Regimento Interno do Conselho Tutelar do município de Santa Lúcia – Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n°. 1134/2023 e,

Considerando a deliberação deste conselho em 16/09/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração e atualização do Regimento Interno do Conselho Tutelar do município de Santa Lúcia – Paraná

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Santa Lúcia, 22 de setembro de 2026

ISADORA DE OLIVEIRA FREI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:666B0CCC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAISO
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Município de Santo Antônio do Paraíso - Paraná.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica regulamentada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Santo Antônio do Paraíso, para organizar os órgãos internos e suas competências e atribuições.
Art. 2º. O disposto nesta lei abrange todos os Departamentos e Divisões do Poder Legislativo Municipal.
Art. 3º. A licitação se desenvolverá em duas fases, uma interna e outra externa.
Art. 4º. A fase interna da licitação será instruída com os seguintes documentos quando exigidos pela legislação para formalização do processo administrativo.
§ 1º. São documentos dessa fase:
I – Documento de Formalização de Demanda (DFD);
II – Estudo Técnico Preliminar (ETP);
III – Termo de Referência (TR) para compras e serviços;
IV – Projeto Básico (para obras e serviços de engenharia);
V - Plano de Contratações Anual;
VI – entre outros.
§ 2º. O projeto básico para obras e serviços de engenharia poderá ser substituído por outros que sejam elaborados por profissional engenheiro ou equivalente, mediante competente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente.
Art. 5º. Ao Agente de Contratação/Pregoeiro e ao Fiscal de Contratos será concedida gratificação mediante lei.

CAPÍTULO II
DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DO PREGOEIRO, DA EQUIPE DE APOIO E DO FISCAL DO CONTRATO

Art. 6º. As funções de Agente de Contratação/Pregoeiro serão exercidas por agente designado para a função, o qual incumbe a condução dos procedimentos licitatórios, observadas as disposições dos arts. 7º a 10º da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 1º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.
§ 2º O Agente de Contratação/Pregoeiro, deverá ser servidor efetivo do quadro permanente do Município.
§ 3º O Agente de Contratação/Pregoeiro contará sempre que considerar necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções suas funções.
§ 4º Ao Agente de Contratação/Pregoeiro, ou, conforme o caso, a comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:
I - conduzir a sessão pública;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - verificar e julgar as condições e documentos de habilitação;
VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;
IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
§ 5º Em licitação na modalidade Pregão, o responsável pela condução do certame será denominado Pregoeiro.
§ 6º Considerando o número de servidores efetivos dessa casa legislativa, a função de agente de contratação e o pregoeiro poderão ser exercidas por 1 (um) servidor público efetivo, respeitado os demais requisitos fixados na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 7º Considerando o número de servidores efetivos dessa casa legislativa e o reduzido número de processos licitatórios realizados por este órgão, fica dispensada a instituição de equipe de apoio.
§ 8º Os documentos que instruem os processos de licitação, contratação direta, aditivo, compra e aquisição em geral deverão permanecer na rede interna deste órgão público.
§ 9º Após o encerramento do processo, os documentos referidos no § 8º deverão estar disponíveis no site oficial deste órgão público no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.
Art. 7º. A função de Fiscal de Contratos será exercida por agente designado para a função, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 8º. Excepcionalmente, as funções de Agente de Contratação/Pregoeiro e Fiscal de Contratos poderão ser desempenhadas por agente público que exerça cargo em comissão.

CAPÍTULO III
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 9º. Será elaborado o Plano de Contratações Anual (PCA) do próximo ano, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico.
Art. 10. Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual:
I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021; e
III - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 11. Poderá haver a inclusão, exclusão ou o redimensionamento de itens do Plano de Contratação Anual.
§ 1º. A alteração do Plano de Contratação Anual, nas hipóteses deste artigo, deverá ser aprovada pela autoridade competente.
§ 2º. A versão atualizada do Plano de Contratação Anual deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO IV
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Art. 12. Em todas as licitações deverá ser elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP), exceto nos casos previstos neste regulamento.
Art. 13. O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico os quais serão elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação que se pretende.
Art. 14. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:
I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
II – nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
III - contratação de licitantes remanescentes ou de remanescente de obra, conforme previsão dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021;
IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;
V – aquisição de licenciamento temporária de uso de softwares para gestão pública municipal, por período não superior a doze meses, renováveis ou não, quando a descrição do software possa ser executada mediante especificações técnicas padronizadas e usuais no mercado, e que possam ser objetivamente definidas em termo de referência ou projeto básico;
VI – situações emergenciais ou de calamidade pública, quando comprovada a impossibilidade de sua elaboração prévia.
Art. 15. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) conterá os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (elemento obrigatório);
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - requisitos da contratação;
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (elemento obrigatório);
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (elemento obrigatório)
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação (elemento obrigatório);
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (elemento obrigatório).
Parágrafo único. São elementos obrigatórios os constantes dos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, os demais podem ser dispensados mediante a devida justificativa.

CAPÍTULO V
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 16. Para as licitações deverá ser realizada pesquisa de preços pelo órgão competente, devendo ser observados os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e conforme o presente regulamento.
Art. 17. No processo licitatório e nas contratações diretas, para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando este estiver disponível;
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal ou através de pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso, podendo referida consulta e os dados de acesso ser certificada pelo servidor responsável pela consulta e elaboração da pesquisa de preços;
IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação: por meio de ofício; modelo padrão de solicitação de cotação diretamente no estabelecimento; WhatsApp/Telegram ou e-mail; que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou do aviso de dispensa, quando realizado; e com justificativa da escolha desses fornecedores;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou sistema notas Paraná do Governo estadual, conforme pesquisa certificada pelo servidor responsável com indicação de dia e horária do acesso;
VI - pesquisa na base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade;

VII - pesquisa em sites que comercializem produtos com características similares ao objeto almejado pela Câmara, e contenha as seguintes informações adicionais:
a) data e hora de acesso da pesquisa;
b) endereço eletrônico pesquisado; e
c) registro (*print*) do site do fornecedor que comprove a autenticidade do preço pesquisado, bem como a incidência de eventuais custos adicionais caso existam.
§ 1º. Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I ou II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.
§ 2º. Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.
§ 3º. No caso de contratação direta que tratam os arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida neste artigo, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação com a Câmara Municipal, ou por outro meio idôneo.
§ 4º. Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.
§ 5º. Na hipótese de contratação direta com base no art. 74 e art. 75, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
Art. 18. No processo licitatório e nas contratações diretas, para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;
II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal, ou através de pesquisas em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso, podendo referida consulta e os dados de acesso ser certificado pelo servidor responsável pela consulta e elaboração da pesquisa de preços;
III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento a ser editado pelo Governo Federal;
V - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
VI - pesquisa na base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade.
§ 1º. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do caput deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.
§ 2º. Na hipótese do §1º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.
§ 3º. Metodologia paramétrica é aquele que se vale de custo por metro quadrado (R$/m2) através de uma analogia com custo praticado em uma obra similar, aplicada quando o projeto se contra em estágio mais avançado, contudo sem os elementos exigidos em um projeto básico.
§ 4º. Metodologia expedita, também denominada de avaliação de ordem de grandeza, é aquela realizada de modo estimado e preparada sem dados detalhados da obra e baseada em custo estimado de investimento por unidade de capacidade, tal como R$/m2, R$/MW, R$/m3/s, entre outros.
§ 5º. Orçamento sintético é o mais detalhado e exigido na fase de projeto básico, é composto pela descrição, unidade de medida, preço unitário e quantidade de todos os itens e serviços da obra, sendo a planilha orçamentária propriamente dita a qual, conjuntamente com o cronograma físico-financeiro da obra, são os principais instrumentos de referência para medição e pagamento dos serviços contratados.
Art. 19. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que se comprove a restrição de mercado fornecedor.
Art. 20. Os orçamentos podem ser solicitados, emitidos e entregues por meio eletrônico, inclusive via aplicativo de mensagens, devendo constar dados da empresa emitente, nome do funcionário responsável pela elaboração do orçamento e endereço de e-mail.
Art. 21. Serão desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
Parágrafo único. A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.
Art. 22. A pesquisa de preços será simplificada nas hipóteses de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, cujo valor da contratação não ultrapasse o valor previsto no artigo 95, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VI
DO LEILÃO

Art. 23. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:
I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;
II – faculdade de designar o Agente de Contratação para atuar como leiloeiro ou contratação de leiloeiro oficial respeitada as exigências legais;
III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros;
IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados;
V – homologação do certame somente após a verificação do pagamento integral pelo licitante vencedor.
§ 1º. O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes bem como não se exigirá registro cadastral prévio.
§ 2º. A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.
§ 3º. Os bens arrematados somente poderão ser entregues à disposição dos arrematantes após comprovação do pagamento integral do valor, conforme comprovação a ser juntada nos autos do processo de leilão, e homologado pela Autoridade Administrativa.
Art. 24. Para avaliação dos bens a serem leiloados, a fim de ser fixado o preço mínimo para arrematação, o servidor ou comissão designada para proceder à avaliação, deverá valer-se de conhecimentos técnicos específicos ou, não os havendo, de tabelas oficiais ou pesquisa de mercado.

CAPÍTULO VII
DO ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO

Art. 25. Os itens de consumo para suprir as demandas da Administração Municipal não deverão ostentar especificações e características excessivas àquelas necessárias ao cumprimento das finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, nos termos do art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021.
§1º. Considera-se *'artigo de luxo'*, para os fins de que trata o caput, deste artigo, os materiais de consumo, de uso corrente, cujas

características técnicas e funcionais sejam superiores ao estritamente suficiente e necessário para o atendimento da necessidade da Administração, possuindo caráter de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

§2º. Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição constante do §1º, deste artigo:

I - for ofertado por preço equivalente ou inferior ao preço de bem de categoria comum da mesma natureza;

II - for demonstrada a essencialidade das características superiores do bem em face das necessidades da Administração, a partir da aplicação de parâmetros objetivos identificados no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência ou Projeto Básico.

CAPÍTULO VIII

DOS ADITIVOS CONTRATUAIS

Art. 26. Os contratos administrativos podem ser alterados por decisão unilateral da Administração ou por acordo entre as partes, nos casos permitidos em lei, por meio de Termo Aditivo.

Art. 27. O responsável manterá registro atualizado acerca de todos os Contratos e Termos Aditivos firmados pela Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso.

Art. 28. Sem prejuízo de outros documentos complementares que se fizerem necessários, a instrução dos processos de alteração contratual mediante termo aditivo seguirá a seguinte diretriz:

I – ofício da autoridade competente;

II - manifestação da contratada, se for o caso;

III – justificativa para a realização do aditivo;

IV - cópia do contrato original e do último termo aditivo, se houver;

V - certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais comprovações de manutenção das condições de habilitação da empresa;

VI - parecer contábil sobre a disponibilidade orçamentária;

VII - parecer jurídico emitido pelo órgão de assessoramento legal;

VIII - publicação do extrato do termo aditivo no Diário Oficial e disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP);

Parágrafo único. Nos casos de contratos celebrados anteriormente à obrigatoriedade de vinculação ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), fica dispensada a disponibilização prevista no inciso VIII deste artigo, em razão da inviabilidade técnica da medida.

Art. 29. A vantagem econômica para a prorrogação de contratos de prestação de serviços e/ou de fornecimentos contínuos estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando houver previsão contratual de reajustes por meio de índices oficiais de preços, previamente definidos no edital ou no contrato.

CAPÍTULO IX

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído em conformidade com os requisitos legais e regulamentares, observando se, especialmente, as disposições do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, e as contidas nesta resolução.

§1º. O processo de contratação direta deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida noart. 23 da Lei de licitações e art. 17 desta resolução;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Art. 31. As contratações por meio de inexigibilidade de licitação serão instruídas consoante dispositivo previsto no art. 74, da Lei nº 14.133/2021, e com os subsídios no sentido de comprovar a inviabilidade de competição.

Art. 32. As hipóteses previstas no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, são exemplificativas, sendo inexigível a licitação em todos os casos em que for inviável a competição.

Art. 33. Compete ao Agente de Contratações, no caso de inexigibilidade de licitação, a adoção de providências que assegurem a veracidade do documento de exclusividade apresentado pela futura contratada, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 34. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nas dispensas previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº14.133/2021 deverá ser observado:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º. O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso, incluído o fornecimento de peças, de que trata o §7º do art. 75 da Lei Federal nº14.133/2021.

Art. 35. Nas dispensas de licitação cujo valor total não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor previsto nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, desde que devidamente justificada a sua conveniência e oportunidade, será observada as seguintes diretrizes:

I - a Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso poderá realizar edital/aviso com a data e o horário máximo de envio da documentação e proposta/cotação de preços, respeitado o horário comercial, observado os termos do inciso II, no qual constará o endereço eletrônico (e-mail) para envio da referida documentação, sendo facultada a entrega de tais documentos no setor de licitações, mediante protocolo;

II - o prazo fixado para recebimento das propostas e julgamento do procedimento não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso/PR;

III - o edital/aviso será divulgado no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso/PR e disponibilizado, no site oficial, em campo próprio.

Parágrafo único. No caso previsto no caput a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 17, §5º, desta Resolução.

SEÇÃO II

SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA – MODO DE DISPUTA ABERTO OU O MODO ABERTO E FECHADO

Art. 36. A Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso poderá adotar o sistema de dispensa eletrônica,

Art. 37.Nas dispensas eletrônicas realizadas pela Câmara, caso opte por adotar o modo de disputa aberto, ou o modo aberto e fechado, a Administração poderá, desde já, utilizar-se de sistema atualmente disponível, inclusive o Comprasnet ou demais plataformas públicas ou privadas, sem prejuízo da utilização de sistema próprio.

§ 1º. Desde que mantida a integração com o PNCP, as contratações poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado.

§ 2º. Em caso de não utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica pela Câmara Municipal, o procedimento estabelecido nesta resolução poderá, ocorrer na forma física, ou ainda, em ferramenta informatizada própria ou outros sistemas disponíveis no mercado.

Art. 38.A Câmara Municipal deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação:

I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

II - as quantidades e o preço estimado de cada item;

III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006;

V - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

VI - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento;

VII – entre outros.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 38, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

Art. 39.O procedimento será divulgado no Comprasnet ou plataforma pública ou privada e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Art. 40.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº14.133, de 2021;

VI – entre outros.

Art. 41. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO III

DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES

Art. 42.A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Art. 43.Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Art. 44.O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

SEÇÃO IV

DO JULGAMENTO E DA HABILITAÇÃO

Art. 45.Encerrado o procedimento de envio de lances, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Art. 46. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratações poderá negociar condições mais vantajosas, sempre vinculado as previsões contidas no edital/aviso.

§1º. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos desta Resolução, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

§ 2º. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 47.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 46.

Art. 48.Definida a proposta vencedora, o Agente de Contratações deverá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 49.Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº14.133/2021.

§ 1º. A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada no sistema utilizado pelo Município, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 2º. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no § 1º, ou de documentos não constantes do sistema, o Agente de Contratações deverá solicitar ao vencedor, no prazo definido no edital/aviso, o envio desses por meio do sistema.

Art. 50.Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 49, o fornecedor será habilitado.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

SEÇÃO V

PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

Art. 51.No caso do procedimento restar fracassado, o Agente de Contratações poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

SEÇÃO VI

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Art. 52.Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021.

CAPÍTULO X

DO PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA – PRONTO PAGAMENTO

Art. 53. Este capítulo regulamenta o procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento a qual se refere o § 2° do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso.

Art. 54. Enquadram-se como pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento as situações referentes a relações econômicas muito simples, de caráter excepcional, as quais autorizam a execução de despesa pública mais simplificada e flexível.

§ 1º. As pequenas compras ou prestações de serviços de pronto-pagamento ficam restritas ao valor máximo individual fixado no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, atualizado anualmente por Decreto do Poder Executivo Federal.

§ 2º. É vedado o fracionamento de despesa para adequação aos limites previstos no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 55. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento que demandem despesas será restrita às seguintes hipóteses:

I – atividades excepcionais de garantia da continuidade do serviço público e atividades subsidiárias;

II- atividades excepcionais de manutenção para permitir a continuidade do funcionamento dos serviços públicos, inclusive aquisição de materiais permanentes.

Parágrafo único. O Regime Especial de Execução de que trata esta Resolução visa a garantir a eficácia do serviço público e deverá observar os princípios da contratação mais vantajosa e da economicidade no dispêndio dos recursos financeiros.

Art. 56. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento possui as seguintes especificidades:
I - O valor para cada procedimento fica limitado à disponibilidade orçamentária decorrente da Lei Orçamentária Anual;
II - A compra por mais de uma vez de um mesmo objeto dentro do mesmo exercício financeiro fica vinculada à justificativa.
Art. 57. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento ocorrerá da seguinte forma:
I - documento de formalização de demanda, com data e assinatura do requisitante e justificativa da necessidade da compra/serviço;
II – pesquisa de preço;
III - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
IV - razão da escolha do contratado e autorização da autoridade competente;
V – recebimento e conferência do material ou serviço pelo Requisitante;
VI – liquidação do empenho e efetivação do pagamento após fornecimento.
Parágrafo único. Poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso II do *caput* deste artigo, desde que apresentada justificativa fundamentada demonstrando a urgência do fornecimento ou a inviabilidade de realização da pesquisa de preço.
Art. 58. Para o procedimento previsto neste capítulo, nos termos do art. 70, inciso III, da lei 14.133/2021, fica dispensada a apresentação de documentos de habilitação da contratada.
Art. 59. O procedimento para as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, considerando o baixo valor, a baixa complexidade da contratação e a entrega imediata do bem ou a prestação do serviço, dispensa a análise jurídica acerca do procedimento.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:
I - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;
II - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;
III - não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, eis que o Município adotará as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Governo Federal, no que couber, nos termos desta Resolução;
IV - as contratações eletrônicas poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, nos termos do art. 5º, §2º, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
V - nas licitações eletrônicas realizadas pelo Município, caso opte por realizar procedimento regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e por adotar o modo de disputa aberto, ou o modo aberto e fechado, a Administração poderá, desde já, utilizar-se de sistema atualmente disponível, inclusive o Comprasnet ou demais plataformas públicas ou privadas, sem prejuízo da utilização de sistema próprio.
§ 1º. Desde que mantida a integração com o PNCP, as contratações poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado.
§ 2º. O disposto nos incisos I e II acima ocorrerá sem prejuízo da respectiva divulgação em sítio eletrônico oficial, sempre que previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Art. 61. A Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso poderá editar normas complementares ao disposto nesta Resolução e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos necessários à contratação.
Art. 62. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação desta Resolução.
Art. 63. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, aplica-se subsidiariamente os Decretos Municipais n. 3.097/2024, 2.960/2023; 2.972/2023 e 2.974/2023.
Art. 64. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, fica autorizada a utilização de instruções normativas e decretos da Prefeitura Municipal sobre Licitações e Contratos Administrativos, ressalvado as peculiaridades deste órgão.
Art. 65. Tendo em vista o disposto no art. 182, da Lei nº 14.133/2021, para fins de aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito do Poder Legislativo Municipal deverão ser considerados os valores atualizados anualmente por ato do Poder Executivo Federal.
Art. 66. Eventual situação não prevista nesta resolução será resolvida pela autoridade competente nos termos da legislação vigente.
Art. 67. Fica revogada a resolução n.º 01 de 09 de dezembro de 2025.
Art. 68. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Setembro de 2026.

LUIZ DE MOURA
Presidente

Publicado por:
João Gabriel Crispim Camargo
Código Identificador:ED2D9A4F

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAISO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Súmula: Regulamenta o funcionamento da Ouvidoria e canais de comunicação da Câmara Municipal com a população.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Resolução estabelece o fluxo de atendimento, os canais de acesso e os prazos da Ouvidoria da Câmara Municipal, visando garantir a participação e a fiscalização do usuário de serviços públicos.
Art. 2º. O usuário poderá apresentar suas manifestações (denúncias, reclamações, elogios, sugestões e solicitações de providências) por meio dos seguintes canais de comunicação:
I - Atendimento Presencial: no balcão da Ouvidoria na sede da Câmara;
II - Telefone: através do número institucional oficial;
III - Formulário Eletrônico: disponível no sítio oficial da Câmara na internet;
IV - E-mail: através do endereço eletrônico institucional da Câmara.
Art. 3º. A manifestação será recebida sem a necessidade de explicitação de motivos ou razões de interesse da solicitação, sendo vedada qualquer exigência que dificulte o exercício do direito de manifestação.
CAPÍTULO II - DO FLUXO E RESPONSABILIDADES
Art. 4º. Compete ao Ouvidor, servidor formalmente designado, a responsabilidade integral pelo fluxo de atendimento, compreendendo as fases de recepção, triagem, encaminhamento interno às unidades competentes e oferecimento de resposta conclusiva ao usuário.
Art. 5º. Compete ao(à) Ouvidor(a):
I - Coordenar as atividades da Ouvidoria;
II - Receber manifestações de cidadãos;
III - Garantir tratamento digno aos usuários;
IV - Acompanhar o encaminhamento de manifestações;
V - Responder dentro dos prazos legais.
Art. 6º. O fluxo de atendimento da Ouvidoria, tanto pela via presencial quanto eletrônica, observará as seguintes etapas:

I - Recebimento e Registro: Identificação da manifestação e emissão de número de protocolo;
II - Triagem e Análise: Verificação da competência e dos requisitos mínimos de clareza;
III - Encaminhamento: Envio à unidade administrativa ou parlamentar responsável pelo assunto;
IV - Monitoramento: Acompanhamento do prazo de resposta pela unidade interna;
V - Conclusão: Elaboração de resposta final clara e objetiva ao cidadão.

CAPÍTULO III - DOS PRAZOS

Art. 7º. O prazo para encaminhamento da decisão administrativa final ao usuário é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da manifestação.

Parágrafo único. O prazo referido no caput poderá ser prorrogado uma única vez por mais 30 (trinta) dias, desde que de forma justificada e comunicada previamente ao usuário.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Paraíso, em 22 de setembro de 2026.

LUIZ DE MOURA
Presidente

Publicado por:
João Gabriel Crispim Camargo
Código Identificador:3A81499F

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAISO
RESOLUÇÃO Nº 05/2026

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Súmula: Regulamenta o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Câmara Municipal, estabelecendo fluxos de atendimento, prazos de resposta, canais de acesso à informação e estabelece rol de informações de interesse geral e coletivo que devem ser publicadas ativamente no portal de transparência da Câmara Municipal de SANTO ANTONIO DO PARAÍSO.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º.O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é o órgão responsável pelo cumprimento das demandas de acesso à informação pública apresentadas pelos cidadãos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Parágrafo único.O SIC atuará de forma transparente, eficiente, imparcial e acessível, garantindo que a publicidade seja a regra e o sigilo a exceção.

CAPÍTULO II - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPONSÁVEL

Art. 2º. Designação formal do responsável pelo SIC: Servidor público designado por portaria, responsável pela coordenação, execução e gestão integral do Serviço de Informação ao Cidadão.

Art. 3º. São atribuições do Responsável pelo SIC:
I – Receber, triar e protocolar todas as demandas de acesso à informação, sejam presenciais ou eletrônicas;
II – Solicitar e coletar internamente, junto aos departamentos e setores da Câmara, as informações necessárias para a instrução dos pedidos;
III – Monitorar rigorosamente os prazos para garantir a resposta dentro do limite legal;
IV – Analisar a natureza da informação (ostensiva ou sigilosa), garantindo que o fornecimento seja claro, preciso e esteja em conformidade com a Lei de Acesso à Informação;
V – Elaborar e encaminhar a resposta final ao cidadão;
VIII – Gerenciar o portal eletrônico de transparência e coordenar a publicação de dados de transparência ativa.

CAPÍTULO III - FLUXO DE ATENDIMENTO

Art. 4º. O fluxo de atendimento do SIC compreende o mapeamento das seguintes etapas, obrigatórias para toda solicitação recebida:
I – Recebimento e protocolo do pedido;
II – Classificação da natureza da informação solicitada;
III – Triagem e encaminhamento ao setor competente detentor da informação;
IV – Elaboração da resposta e verificação de conformidade;
V – Ciência ao solicitante, via eletrônica ou presencial, conforme a opção de recebimento escolhida pelo interessado.

Art. 5º. Ficam definidas as competências dos responsáveis por cada etapa do fluxo de atendimento:
I – Responsável pelo SIC: Responsável pela recepção, cadastramento e geração de número de protocolo;
II – Setor Competente: Responsável pela localização da informação e elaboração da resposta técnica;
III – Presidente da Câmara: Responsável pela supervisão final e decisão sobre eventuais recursos.

Art. 6º. O prazo interno para a execução de cada etapa do fluxo de atendimento será de até 05 dias úteis, garantindo que o prazo final legal para a resposta ao cidadão seja integralmente cumprido, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 7º. Em caso de negativa de acesso à informação, a parte interessada poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência da decisão, diretamente à autoridade que proferiu o ato.

Art. 8º. Tratamento de negativa de acesso:
I - Toda negativa de acesso será fundamentada;
II - Indicará artigo específico da Lei 12.527/2011 que ampara a restrição;
III - Explicará brevemente o motivo da proteção.

Parágrafo único.A simples alegação de sigilo não é suficiente; deve haver fundamentação específica e justificada.

Art. 9º. A autoridade competente deverá analisar e proferir decisão sobre o pedido de reconsideração no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de seu recebimento.

CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS DE INTERESSE GERAL E COLETIVO

Art. 10. A Câmara Municipal publicará, ativamente, informações de interesse geral e coletivo em seu portal de transparência, independente de solicitação.

Art. 11. - Informações obrigatórias sobre:
I – Remuneração dos agentes públicos;
II – Execução orçamentária;
III – Licitações e Contatos;
IV – Atos normativa (resoluções, portarias, atos da mesa, etc.);
V - Regimento interno atualizado;
VI – Atividade Legislativa (pautas de sessões, vídeos/áudio de sessões, atas de sessões plenárias);
VII – Informações sobre os Vereadores.
VIII – Receitas e despesas;
IX – Leis Orçamentárias (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual).

Art. 12. O sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal deverá assegurar a plena acessibilidade a todos os cidadãos, visando garantir a democratização do acesso à informação e a efetiva inclusão digital.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As Informações não previstas neste regulamento poderão ser solicitadas via SIC e serão avaliadas conforme Lei 12.527/2011.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Paraíso, em 22 de setembro de 2026.

LUIZ DE MOURA
Presidente

Publicado por:
João Gabriel Crispim Camargo
Código Identificador:0858072E

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAISO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: Estabelece procedimentos para elaboração e publicação do Relatório Anual de Atividades e estabelece procedimentos para o controle e registro de produtividade legislativa da Câmara Municipal de SANTO ANTONIO DO PARAÍSO.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Art. 1º. Fica estabelecida a obrigatoriedade de elaboração anual de Relatório de Atividades da Câmara Municipal, contendo informações sobre suas ações legislativas, administrativas e institucionais.

Art. 2º.O Relatório Anual conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - SEÇÃO LEGISLATIVA:

a) Número total de proposições apresentadas;

b) Discriminação por tipo (Projetos de Lei, Decretos Legislativos, Resoluções, Indicações, Requerimentos, Moções);

c) Total de sessões ordinárias e extraordinárias realizadas.

II - SEÇÃO DE COMISSÕES:

a) Relação de comissões permanentes e composição;

b) Quantidade de reuniões por comissão;

c) Audiências públicas realizadas;

III - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO:

a) Quantidade de fiscalizações realizadas;

b) Áreas/secretarias fiscalizadas.

CAPÍTULO II – DO RELATÓRIO DE CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

Art. 3º. Fica estabelecido procedimento obrigatório para o controle e registro da quantidade de proposições legislativas apresentadas pelos Vereadores, discriminadas por tipo.

Art. 4º. Para fins desta Resolução, consideram-se proposições legislativas os seguintes tipos:

I - Projetos de Lei;

II - Projetos de Decreto Legislativo;

III - Projetos de Resolução;

IV - Indicações;

V - Requerimentos;

VI - Moções.

Art. 5º. As informações sobre proposições serão registradas e sistematizadas através de sistema eletrônico de gestão legislativa específico disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal.

Art. 6º.O controle de proposições será consolidado anualmente em relatório gerencial de produtividade legislativa, contendo:

I - quantidade total de proposições apresentadas por vereador;

II - discriminação por tipo.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 7º. O relatório anual de atividades e o relatório de controle de proposições constarão de um único documento, o qual será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal para transparência e fiscalização da atividade legislativa.

Art. 8º. O documento referido no art. 7º será elaborado por servidor designado pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Após a elaboração, o relatório único será assinado pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 9º. As responsabilidades pelas atividades de registro e compilação de dados estarão a cargo de servidor designado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Paraíso, em 22 de setembro de 2026.

LUIZ DE MOURA
Presidente

Publicado por:
João Gabriel Crispim Camargo
Código Identificador:16360C15

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***PREGÃO***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***MENOR PREÇO POR ITEM,*** para o seguinte Objeto*:* ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS INSTITUCIONAIS, CAMPANHAS EDUCATIVAS, AÇÕES SOCIAIS E DE SAÚDE, BEM COMO EM DEMAIS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO, EM ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DOS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DEMANDANTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS*****,*** conforme relação com quantidade e especificações constantes no **Termo de Referência do Edital**.

Início da Sessão de Disputa: dia **13/10/2026** ás **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)

Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL

A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br

Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**

Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886

INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h00min** às **11h00min** e **13h00min** às **16h00min** de **Segunda** a **Sexta-Feira**, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**

Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Setembro de 2026.

RICARDO GONÇALVES -
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:35B5A84A

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: PREGÃO, na forma: ELETRÔNICA, do tipo: MENOR PREÇO POR LOTE, para o seguinte Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO BAILE "MISS TERCEIRA IDADE", EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme relação com quantidade e especificações constantes no Termo de Referência do Edital.

Início da Sessão de Disputa: dia 15/10/2026 ás 09h00min (Horário Oficial de Brasília)

Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL

A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br

Dados para Contato: 0800-000-3879 – licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br

Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886

INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES" nos seguintes horários: das 08h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min de Segunda a Sexta-Feira, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886, ou através do telefone 0800-000-3879, ou e-mail: licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br

Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Setembro de 2026.

RICARDO GONÇALVES -
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:B78DE6E0

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO SRP - PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
SRP - PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026
A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***PREGÃO***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***MENOR PREÇO POR ITEM,*** para o seguinte Objeto*:* ***SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS À PREMIAÇÃO DE COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS,*** conforme relação com quantidade e especificações constantes no **Termo de Referência do Edital**.
Início da Sessão de Disputa: dia **14/10/2026** ás **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)
Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL
A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br
Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886
INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h00min** às **11h00min** e **13h00min** às **16h00min** de **Segunda** a **Sexta-Feira**, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Santo Antonio do Paraíso, em 22 de Setembro de 2026.

RICARDO GONÇALVES -
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:FE90A777

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
PROCESSO Nº 846/2026
NÚMERO DO PROCESSO PNCP E COMPRAS GOV: 987857-17/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor JOSE DORIVAL BANDEIRA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 14/10/2026, as 09h00min, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, transporte, mão de obra e instalação de 10 (dez) esterqueiras revestidas em propriedades rurais do Município, compreendendo a instalação de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com espessura mínima de 0,80 mm, em tanques escavados com dimensões de 8,00 metros de comprimento, 8,00 metros de largura e 2,30 metros de profundidade, bem como o fornecimento e a instalação de 50 metros de tubo drenante e 40 metros de tela metálica revestida em PVC, malha 5, fio 18, por unidade, destinados ao adequado armazenamento e manejo de dejetos provenientes da atividade pecuária.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 24/09/2026, as 08h00min até 14/10/2026, as 08h00min.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br .**
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 22/09/2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6AD8EFD7

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 06/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 06/2026
O Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, por intermédio da Comissão de Licitação através da Portaria nº 052/2026, vem apresentar justificativa para a retificação do Edital de Chamamento Público nº 06/2026, que tem por objeto o "Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos pesados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR".

A presente retificação faz-se necessária em razão da exclusão do Lote nº 04, uma vez que os veículos nele relacionados apresentavam placas repetidas com veículos integrantes do Lote nº 05 do edital. Tal duplicidade comprometeria a correta identificação e vinculação dos veículos aos respectivos lotes, gerando inconsistências na formalização da futura contratação e risco de pagamentos indevidos ou de prestação de serviços em duplicidade.
Com a exclusão do referido lote, o instrumento convocatório passa a refletir com clareza e precisão o objeto da contratação, em observância aos princípios da vinculação ao edital, da segurança jurídica e da transparência, evitando-se, ainda, eventuais questionamentos e impugnações por parte dos licitantes interessados.
Dessa forma, a presente retificação se mostra necessária e oportuna, visando ao aperfeiçoamento do certame e à garantia da regularidade, da competitividade e da lisura do procedimento licitatório.
Por fim, ressalta-se que a presente retificação não altera os demais prazos, condições, critérios e informações constantes do instrumento convocatório, que permanecem inalterados e em plena vigência, devendo os interessados observar integralmente as demais disposições do edital, conforme originalmente publicadas.
Santo Antonio do Sudoeste – PR, 22 de setembro de 2026.

NATALICIA FRANCISCONI PASTORIO
Presidente da Comissão de Licitação

FLAVIA REGINA MAI PRUNZEL
Secretária

LUCIANO LUIZ CAMARGO
Membro

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:44BC46D0

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0544/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0126/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0544/2025
Inexigibilidade Nº 0126/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 60.584.663 RODRIGO MORAIS DA SILVA.
VIGÊNCIA ATUAL: 28/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: RODRIGO MORAIS DA SILVA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F0305596

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0545/2025 PREGÃO Nº 055/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0545/2025
Pregão Nº 055/2025

OBJETO: Aquisição de tecidos, aviamentos e enfeites natalinos para atender as necessidades dos departamentos da administração municipal de Santo Antonio do Sudoeste..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: DANGELO DOS SANTOS ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 28/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: DANGELO DOS SANTOS - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B222D230

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 67/2026

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
Inexigibilidade Nº 67/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos pesados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MECÂNICA BUDEGA, ADILSON & ANICE LTDA - EPP;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 271.834,10 (Duzentos e Setenta e Um Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Dez Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026
PELA CONTRATANTE: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: ADILSON LUIZ FAVERO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F1D37468

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 546/2025 PREGÃO Nº 55/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 546/2025
Pregão Nº 55/2025

OBJETO: Aquisição de tecidos, aviamentos e enfeites natalinos para atender as necessidades dos departamentos da administração municipal de Santo Antonio do Sudoeste..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ROSANE C. P. SCOPEL E CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 28/09/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 146.359,92 (Cento e Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Cinqüenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos).
VALOR DO REAJUSTE: R$ 5.870,02 (Cinco Mil e Oitocentos e Setenta Reais e Dois Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026.
PELA CONTRATANTE: JOSE DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: ROSANE C. P. SCOPEL - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:78177F6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
ATO DE CONSORCIO 04_2026

DECRETO N.º 4/2026, de 11 de agosto de 2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SAO JERONIMO DA SERRA/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 5/2025, de 4 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 50.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias
Suplementação(ões)

Órgão - 01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Unidade - 01001 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Funcional - 15.451.0005.2001000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CODENOP
Despesa - 12 - 339093 - 00001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 50.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulaçao parcila ou total de dotações orçamentárias , conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º. Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)
Órgão - 01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Unidade - 01001 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Funcional - 15.451.0005.2001000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CODENOP
Despesa - 7 - 339030 - 00001 - MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS ANULAÇÕES => 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura do Município de SAO JERONIMO DA SERRA/PR, em 11 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do CODENOP

Publicado por:
Simone Aparecida de Santana
Código Identificador:C61114D0

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
ATO DE CONSORCIO 05_2026

DECRETO N.º 5/2026, de 13 de agosto de 2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SAO JERONIMO DA SERRA/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 5/2025, de 4 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 50.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)
Órgão - 01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Unidade - 01001 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Funcional - 15.451.0005.2001000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CODENOP
Despesa - 12 - 339093 - 00001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 50.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulaçao parcila ou total de dotações orçamentárias , conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º. Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)
Órgão - 01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Unidade - 01001 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Funcional - 15.451.0005.2001000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CODENOP
Despesa - 7 - 339030 - 00001 - MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS ANULAÇÕES => 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura do Município de SAO JERONIMO DA SERRA/PR, em 13 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do CODENOP

Publicado por:
Simone Aparecida de Santana
Código Identificador:AF932ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 38/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**06/10/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAI DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** Valor estimado **R$ 670.421,13 (seiscentos e setenta mil, quatrocentos e vinte um reais e treze centavos),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 23 de setembro de 2026.

São Jerônimo da Serra, 22 de setembro de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:ECA37DC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
REF.: Pregão Eletrônico nº 22/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de artefatos de concreto; lajotas, tubos meios fios.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente.

Nº	Proponente	Item	Valor Total
01	WDA DISTRIBUIDORA LTDA	01	R$ 66.000,00
02	ALMEIDA & ALMEIDA LTDA	02,03,04,05,06,07	R$ 234.615,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.

São José da Boa Vista-Pr, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:E4DE915E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVOS CONTRATUAIS
Contrato n° 88/2025
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADA: M.R.S. GIOVANNI SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA ME - CNPJ nº 52.754.625/0001-42.
ORIGEM: Credenciamento nº 01/2025 - Inexigibilidade nº 13/2025 - Processo Administrativo nº 37/2025.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, Psicologia/ABA e Terapia Ocupacional, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com termo final em 03/10/2027.
REAJUSTE E QUANTITATIVO ESTIMADO: Item 01 - Fonoaudiologia: R$ 148,68 por sessão, para 320 sessões; Item 02 - Psicologia/ABA: R$ 165,96 por sessão, para 960 sessões; Item 03 - Terapia Ocupacional: R$ 165,96 por sessão, para 480 sessões.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 286.560,00.
FISCAL DO CONTRATO: Claudinéia Leal, em substituição a Sandra Regina Pereira, conforme Ofício nº 232/2026.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 22/09/2026.

Contrato n° 89/2025
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADA: L. B. DA SILVA SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA LTDA ME - CNPJ nº 43.584.124/0001-74.
ORIGEM: Credenciamento nº 01/2025 - Inexigibilidade nº 13/2025 - Processo Administrativo nº 37/2025.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com termo final em 03/10/2027.
REAJUSTE E QUANTITATIVO ESTIMADO: Item 01 - Fonoaudiologia: R$ 148,68 por sessão, para 320 sessões.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 47.577,60.
FISCAL DO CONTRATO: Claudinéia Leal, em substituição a Sandra Regina Pereira, conforme Ofício nº 232/2026.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 22/09/2026.

Contrato n° 90/2025
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADA: I. RIZZI DA SILVA TERAPIA OCUPACIONAL LTDA ME - CNPJ nº 43.584.736/0001-67.
ORIGEM: Credenciamento nº 01/2025 - Inexigibilidade nº 13/2025 - Processo Administrativo nº 37/2025.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de Terapia Ocupacional, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com termo final em 03/10/2027.
REAJUSTE E QUANTITATIVO ESTIMADO: Item 03 - Terapia Ocupacional: R$ 165,96 por sessão, para 480 sessões.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 79.660,80.
FISCAL DO CONTRATO: Claudinéia Leal, em substituição a Sandra Regina Pereira, conforme Ofício nº 232/2026.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 22/09/2026.

Contrato n° 97/2025
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADA: DANIEL OLIVEIRA DA SILVA FONOAUDIOLOGIA ME - CNPJ nº 62.409.109/0001-34.
ORIGEM: Credenciamento nº 01/2025 - Inexigibilidade nº 13/2025 - Processo Administrativo nº 37/2025.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com termo final em 03/10/2027.
REAJUSTE E QUANTITATIVO ESTIMADO: Item 01 - Fonoaudiologia: R$ 148,68 por sessão, para 320 sessões.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 47.577,60.
FISCAL DO CONTRATO: Claudinéia Leal, em substituição a Sandra Regina Pereira, conforme Ofício nº 232/2026.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 22/09/2026.

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:B0EDB5A5

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
REF: Pregão Eletrônico nº 22/2026
O pregoeiro oficial, Alan Silveira de Santana, comunica aos interessados no fornecimento do objeto do pregão Eletrônico nº 22/2026, que após a homologação do objeto às proponentes foram formalizadas as seguintes Atas de Registro de Preços:

Nº ata	Proponente	Itens	Valor Total
43/2026	WDA DISTRIBUIDORA LTDA	01	R$ 66.000,00
44/2026	ALMEIDA & ALMEIDA LTDA	02,03,04,05,06,07	R$ 234.615,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.comprasgovernamentais.gov.br
As Atas na íntegra encontram-se disponíveis no site: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br
São José da Boa Vista-Pr, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:82A0051F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 234/2026

PORTARIA nº 234/2026
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;

Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 37/2025 – Inexigibilidade nº 13/2025, tendo por objeto o Credenciamento de profissionais liberais na qualidade de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, Psicologia/ABA e Terapia Ocupacional em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde;
R E S O L V E:
Art. 1º – REVOGAR a nomeação constante na portaria de nº 355/2025, que designou a Sra. Sandra Regina Pereira para exercer a função de gestora e fiscal dos contratos.
Art. 2º - Manter como gestora dos Contratos nº 88, 89, 90 e 97/2025 a Sra. **Sandra Regina Pereira – Secretária Municipal de Saúde,** designar a Sra. **Claudinéia Leal -** para exercer a função de **Fiscal dos referidos contratos.**
Art. 3º Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 4º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 5º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 6º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 7º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:E074F2EA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 237/2026

PORTARIA nº 237/2026
JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 57/2026 – Pregão Eletronico nº 22/2026, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de artefatos de concreto; lajotas, tubos meios fios;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor das atas de nº 43 e 44/2026, o sr. Ronny Clay da Silva – Secretário municipal de Urbanismo, Obras e Viação e como fiscal o sr. Adriano Vilela da Silva – responsável pela Divisão de Viação Rural.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua

fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:616759B8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO
Concorrência Eletrônica nº. 02/2026
Processo Administrativo nº. 48/2026
Objeto: "Contratação de SERVIÇOS E MATERIAL para construção de 2 (dois) banheiros com acessibilidade, 1 (uma) sala de apoio, 1 (uma) adaptação de banheiro existente para sala de expurgo, 1 (uma) divisória de sala em alvenaria, uma lixeira e adequações no quadro de energia elétrica, com instalação de fio terra da UBS Centro, conforme Planilha SINAPI."
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Considerando a competência da Administração para rever seus próprios atos, por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas;
Considerando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a revogação do procedimento licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;
RESOLVE:
Art. 1º - Considerando os apontamentos constantes do Parecer Jurídico nº 66/2026, que identificou a necessidade de saneamento e revisão de documentos da fase preparatória, inclusive quanto ao cronograma físico-financeiro, à classificação do objeto e modalidade, aos prazos de vigência e execução, ao modelo e regime de execução e à responsabilidade técnica das peças de engenharia, bem como a manifestação do Setor de Engenharia, de 16 de junho de 2026, pela revogação e reestruturação do procedimento para realização de nova licitação, fica reconhecida a necessidade de revisão e adequação integral do planejamento da contratação, visando assegurar a coerência técnica, a segurança jurídica e o interesse público.
Art. 2º - Autorizar a **REVOGAÇÃO** da Concorrência Eletrônica nº 02/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 48/2026, para que o processo seja reestruturado e sejam promovidas as correções e adequações necessárias nos documentos da fase preparatória, possibilitando, posteriormente, nova instrução e realização do procedimento licitatório;
Art. 3º - Determinar a publicação do AVISO DE REVOGAÇÃO, para conhecimento dos interessados e atendimento ao princípio da publicidade.
São José da Boa Vista - PR, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:2559D44D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;

Considerando o Ofício nº 51/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio solicitando abertura de processo seletivo para contratação e formação de cadastro de reserva de profissional Médico Veterinário para atuação junto à referida Secretaria, sendo necessário garantir a continuidade e regularidade dos serviços prestados a comunidade em implantação, organização, execução e acompanhamento das atividades relacionadas ao SIM – Serviço de Inspeção Municipal, orientação técnica aos produtores rurais quanto as exigências sanitárias, orientação técnica, visitas técnicas a propriedades rurais, apoio técnico para adequação de propriedades e estabelecimentos às normas sanitárias e as eexigências do SIM, orientação à prevenção e controle de enfermidade animal, apoio na regularização de pequenas indústrias e estabelecimentos de produtos de origem animal, desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos produtos, aumento da produtividade, geração de renda e permanência do produtor no campo.
Considerando que a ausencia desse profissional impacta diretamente as ações de atenção aos produtores rurais, na realização das visitas técnicas, e acompanhamento das demandas do setor agropecuário;
Considerando que Município não dispõe de concurso público vigente para o Cargos acima citado.
R E S O L V E:

Art. 1º – AUTORIZAR a contratação temporária emergencial de pessoal, de excepcional interesse público, mediante Processo Seletivo Simplificado conforme autorização contida na Lei nº 745/2011 com redação dada pela Lei nº 969/2020 para exercício das seguintes funções, e consoante os seguintes critérios:

FUNÇÃO	VAGAS	Remuneração	Carga Horária	Requisitos
Médico Veterinário	01 + CR – Cadastro de Reserva	R$ 4.113,04	20 horas semanais	Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária

*CR = Cadastro de reserva
Art. 2º – As contratações serão rescindidas a qualquer tempo no interesse da Administração, quando não subsistir razões para manutenção dos contratos de trabalho.

Art. 3º – O Edital de Processo Seletivo para as contratações temporárias que trata a presente portaria especificará, dentre outros aspectos:
I - os requisitos mínimos para habilitação;
II - número de vagas e período de inscrição;
III - os critérios de classificação;
IV - as atividades a serem desempenhadas;
V - as hipóteses de rescisão de contrato de trabalho;

Art. 4º – Ficam designados para compor a Comissão Organizadora e Examinadora os servidores:

Matr.	Servidor	Cargo	Formação
283/1	Fabio Junior Dias	Auxiliar Administrativo I	Técnico em Contabilidade, Bacharel em Administração e Direito
260/1	Jose Ricardo da Silva	Auxiliar Administrativo	Licenciado em Educação Fisica
220/1	Luciano Dias	Oficial Administrativo I	Técnico em Contabilidade, Licenciado em História, Pós Graduação em História e Geografia

§ 1º – As nomeações que tratam o *caput* do presente artigo serão sem ônus ao Município.
§ 2º – Exercerá a presidência da Comissão o servidor Fabio Junior Dias.

Art. 5º – O processo será autuado conforme IN 142/2018.

Art. 6º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:8BB11901

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECRETO 726/2026 - DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO

DECRETO Nº 726/2026

Súmula: Declara de Utilidade Pública as áreas de terras para fins de desapropriação, amigável ou judicial, conforme especifica.

***JOSÉ LÁZARO FERRAZ**, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, na forma da Lei:*
Considerando o disposto no artigo 5º, XXIV, da Constituição federal;
Considerando o disposto nos artigos 2º e 6º, bem como no art. 5º, alíneas "f", "h" e "p", todos do Decreto-Lei nº 3.365/1941;
Considerando a necessidade de extração de cascalho para fins de conservação de estradas rurais;
DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação administrativa amigável ou judicial em favor do Município, as áreas de terras abaixo descritas, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "f", "h" e "p" do Decreto Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956, necessárias para a extração de cascalho para uso em manutenção de estradas rurais, conforme abaixo:

Imóvel: Sítio Nossa Senhora do Rocio	Matrícula: 14.906 – Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz
Proprietário: SIDNEI NOTTAR	Local: Fazenda Barreiro
Área SGL (m2): 20.073,381 m2	Perímetro (m): 572,085 m

I - A referida gleba é delimitada por um polígono irregular cuja descrição se inicia no vértice **1**, assinalado em planta anexa como segue: Do vértice **1** segue até o vértice **2** no azimute de **164°26'08"**, na extensão de **125,25** m; Do vértice **2** segue até o vértice **3** no azimute de **254°19'17"**, na extensão de **159,14** m;o vértice **3** segue até o vértice **4** no azimute de **341°28'25"**, na extensão de **122,21** m;Finalmente do vértice **4** segue até o vértice **1**, (início da descrição), no azimute de **73°13'07"**, na extensão de **165,49** m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de **20.073,381 m²** ou **2,0073 ha** um perímetro de **572,085 m**. Confrontações: Do vértice 1 ao vértice 1 limita-se por divisa com Limite artificial não tipificado, confrontando com SITIO NOSSA SENHORA DO ROCIO, Bairro FAZENDA BARREIRO, na cidade de São José da Boa Vista-PR, cadastrado no INCRA sob nº 7111360026070, Matrícula nº 14906, CNS: 08.612-4, Registrado no Registro de Imóveis de Wenceslau Braz, da comarca de Wenceslau Braz, estado de PR, de propriedade de SIDNEI NOTTAR; Finalmente do vértice 1 ao vértice 1 limita-se por divisa com Limite artificial não tipificado, confrontando com SITIO NOSSA SENHORA DO ROCIO, Bairro FAZENDA BARREIRO, na cidade de São José da Boa Vista-PR, cadastrado no INCRA sob nº 7111360026070, Matrícula nº 14906, CNS: 08.612-4, Registrado no Registro de Imóveis de Wenceslau Braz, da comarca de Wenceslau Braz, estado de PR, de propriedade de SIDNEI NOTTAR.

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior destinam-se a DESAPROPRIAÇÃO ADMINISTRATIVA ou JUDICIAL, conforme especificado, para fins de extração, pelo Município de São José da Boa Vista, de cascalho necessário ao uso em manutenção das estradas rurais.

Art. 3º - Fica autorizada a Procuradoria do Município, a promover todos os atos necessários para a efetivação desapropriação nas áreas descritas no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente, de forma administrativa amigável ou judicial.

Art. 4º - Fica reconhecida a conveniência da constituição da desapropriação em favor do Município para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído de praticar todos os atos de reconhecimento, execução e manutenção da área, bem como assegurando-lhe o direito de acesso às áreas compreendidas no artigo 1° deste decreto.

Art. 5º - A Procuradoria do Município poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 e suas alterações.

Art. 6º - A Procuradoria do Município poderá submeter eventual litígio decorrente da presente desapropriação à Câmara Administrativa de Mediação e Conciliação para fins de resolução do litígio.

Art. 7º - Fica autorizado, pelos representantes e pessoal autorizado da Prefeitura Municipal, o ingresso nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial

Art. 8º - Os ônus decorrentes da desapropriação das áreas a que se refere o art. 1º deste Decreto serão suportados pelo Município

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 700/2026.

Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. 66º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Ronny Carvalho da Silva
Código Identificador:766F95B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – LEILAO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 067/2026 - LEILAO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – LEILAO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 067/2026
LEILAO ELETRÔNICO Nº 01/2026

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de **Leilão Eletrônico**, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	067/2026
Leilão Eletrônico n.º:	01/2026
OBJETO	Alienação, mediante Leilão Público Eletrônico, de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de São José das Palmeiras/PR, compreendendo veículos, máquinas e equipamentos, conforme relação e valores mínimos estabelecidos nos laudos de avaliação integrantes do processo..

Tipo de Licitação: **Maior LANCE por ITEM**;

• **Período de recebimento das propostas**: das 10h00min do dia 23/09/2026 até as 08h10min do dia 16/10/2026

Abertura e Julgamento: as 08h10min do dia 16/10/2026
Início Da Sessão Pública de Lances: Às 08h40min Do Dia 16/10/2026
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).

Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, 21 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:08E8BA81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°374/2026

DECRETO Nº 374/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência sob o nº 13/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 09/2026-PMSPPR de 02 de junho de 2026, tomou por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de obra de pavimentação da Estrada da Marreca do Município de São Pedro do Paraná, conforme Termo de Convênio nº 057/2024 - SEAB, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Concorrência nº 13/2026-PMSPPR de 28 de agosto de 2026
04.001.26.451.0015.1.215. - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

No Valor Máximo de R$ 1.411.388,26 (um milhão, quatrocentos e onze mil, trezentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), em favor do proponente:
S KAMEL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.809.146/0001-43, com o lote 1 no valor total de R$ 1.409.800,00 (um milhão, quatrocentos e nove mil e oitocentos reais).
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 22 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:77AFFAFB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 375/2026

DECRETO Nº 375/2026

SÚMULA – Dispensa de licitação para aquisição de ARLA-32 e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada DISPENSADA a licitação para aquisição de Agente Redutor Líquido de Óxidos de Nitrogênio a granel (ARLA-32) para suprimento da frota municipal de veículos pesados, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa a ser contratada é **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VAROTTO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.718.062/0001-90, com o valor total de **R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).**

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: DISPENSA Nº 51/2026, de 21 de setembro de 2026
Processo Administrativo nº 175/2026
OBJETO: aquisição de ARLA-32
04.001.17.512.0016.2035 –SERVIÇO DE COLETA DE LIXO, LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
04.001.26.782.0015.2038 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.001.12.361.0018.2151 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.001.12.361.0018.2047 - MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.003.12.364.0005.2053 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2059 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
09.001.20.601.0028.2078 – PROGRAMA DE INCENTIVO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR RURAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
09.001.20.605.0028.2103 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:0C74368C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA - FMCA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

Estado do Paraná					
PODER EXECUTIVO					
DEMONSTRATIVO DA DESPESA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
JANEIRO A AGOSTO/2.026					
PROJETOS / ATIVIDADES - EXCLUSIVOS	**Orçamento Inicial**	**Orçamento Atualizado**	**Valor Empenhado**	**Valor Liquidado**	**Valor Pago**
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**86.000,00**	**161.236,02**	**76.891,34**	**69.693,66**	**63.980,92**
6064 - Atendimento Sócio-Assistencial às Crianças e aos Adolescentes	86.000,00	161.236,02	76.891,34	69.693,66	63.980,92
TOTAL	**86.000,00**	**161.236,02**	**76.891,34**	**69.693,66**	**63.980,92**

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO	***ROBSON LUIS CAVENAGHI***	***CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON***
Prefeito Municipal	Contador - CRC BA 037588/0 T-PR	Controlador Interno

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:6FC186C9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 055/2026

LEI MUNICIPAL Nº 055 DE 2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar na importância total de R$ 93.252,00 (noventa e três mil duzentos e cinquenta e dois reais), destinada a execução do CONVÊNIO Nº 419/2026 SETU - FESTA AGOSTINA 2026, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	**DETALHAMENTO**	**VALOR**
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICIPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 32083 Código Local 32083 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 419/2026 SETU - FESTA AGOSTINA 2026	93.252,00
Total do Credito Autorizado		**93.252,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALINEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte TCE 32083 Código Local 32083 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 1.7.2.9.99.0.1.27.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 419/2026 SETU - FESTA AGOSTINA 2026	93.252,00
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**93.252,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:10ACFD8E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 056/2026

LEI MUNICIPAL Nº 056 DE 2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar na importância total de R$ 39.080,00 (trinta e nove mil e oitenta reais), destinada a execução do CONVÊNIO Nº 481/2026 SETU – CAVALGADA DA INDEPENDÊNCIA 2026, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	**DETALHAMENTO**	**VALOR**
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001.	DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001.13.	CULTURA	
06.001.13.392.	DIFUSÃO CULTURAL	
06.001.13.392.0020.	CULTURA E TRADIÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS	
06.001.13.392.0020.2.087.	ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32086 Código Local 32086 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 481/2026 SETU – CAVALGADA DA INDEPENDÊNCIA 2026	39.080,00
Total do Credito Autorizado		**39.080,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte TCE 32086 Código Local 32086 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 1.7.2.9.99.0.1.28.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 481/2026 SETU – CAVALGADA DA INDEPENDÊNCIA 2026	39.080,00
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**39.080,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:CF8A1847

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 057/2026

LEI MUNICIPAL Nº 057 DE 2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar na importância total de R$ 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos reais), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, e execução do CONVÊNIO Nº 498/2026 SETU – OPERAÇÃO RIO LIMPO, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
10.	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
10.001.	SECRETARIA GERAL - SEMMA	
10.001.18.	GESTÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.2.080.	AÇÕES DIRETAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32087 Código Local 32087 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 498/2026 SETU – OPERAÇÃO RIO LIMPO 2026	66.500,00
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	30.000,00
Total do Credito Autorizado		**96.500,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do superávit financeiro das fontes do exercício anterior e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

SUPERAVIT FINANCEIRO		
FONTE	**DENOMINAÇÃO DA FONTE**	**VALOR**
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	30.000,00
Total do Superávit Financeiro		30.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte TCE 32087 Código Local 32087 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 1.7.2.9.99.0.1.29.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 498/2026 SETU – OPERAÇÃO RIO LIMPO 2026	66.500,00
Total dos Excessos de Arrecadação		66.500,00
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**96.500,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:F77E87E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 84/2026

PORTARIA Nº 084/2026

Designa a Comissão Consultiva e as Comissões Eleitorais do processo de escolha de Diretores Escolares para a gestão 2027–2028.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Pedro do Paraná, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao Decreto Municipal nº 364/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Comissão Consultiva do processo de escolha de Diretores Escolares, composta pelos seguintes membros:

Representação	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Educação	Cátia Aparecida Farias Oliveira	Mariana Ataides Sperandio
Conselho Municipal de Educação	Ezidio Biasi Rede	Adriana Liutti Rigoni
Conselho do Fundeb	Evandro Luiz de Oliveira	Robson Luis Cavenaghi
Conselho Escolar - CMEI Cândido Berthier Fortes	Aquelis Regilaine Grassi	Andressa dos Santos Araújo
Conselho Escolar - CMEI Pequeno Polegar	Rosilei Angela Machado	Lidiana Oliveira
Conselho Escolar – E.M. Prefeito João Batista Fernandes	Bruna Renata da Silva Melão	Dorvalina Francisca de Rosa
Conselho Escolar – E.M. José Marques de Macedo	Cristiane Farrinassio Fernandes	Erica Perez Zanetti da Silva

§ 1º A Comissão elegerá seu Presidente e Secretário na primeira reunião.
§ 2º Os membros declararão eventual impedimento ou suspeição antes da análise das candidaturas.
Art. 2º Designar, para cada instituição de ensino, Comissão Eleitoral composta pelos representantes abaixo, que escolherão entre si o Presidente:

Escola Municipal Prefeito João Batista Fernandes

Representação	Nome
Setor administrativo	Aldenir Ribeiro de Souza
Professores	Neiva Pereira
Demais servidores	Márcia Alves Couto Monteiro

Escola Municipal José Marques de Macedo

Representação	Nome
Setor administrativo	Ana Paula Aquino da Cruz
Professores	Maria Fernanda Marinho da Silva
Demais servidores	Jheniffer Bianca Barbosa Vieira

CMEI Pequeno Polegar

Representação	Nome
Setor administrativo	Patrícia Magnus Luciano Boer
Professores	Janilda Andrade DurãesTalarico
Demais servidores	Ondina dos Santos Pinto

CMEI Cândido Berthier Fortes

Representação	Nome
Setor administrativo	Kathia Vendramin
Professores	Fabrícia Tecco
Demais servidores	Cássia Franciellyn Teixeira da Silva

Art. 3º Compete às Comissões cumprir o Decreto e o Edital, manter a imparcialidade, registrar os atos em ata, preservar o sigilo do voto e encaminhar toda a documentação à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 22 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:830A1BAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

Aos 14 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 19h09min, reuniram-se os Senhores Vereadores da Câmara Municipal

de São Sebastião da Amoreira, para a realização da 24ª Sessão Ordinária do ano de 2026. Verificada a existência de quórum regimental, o Senhor Presidente JOSÉ APARECIDO BRAGA, declarou aberta a sessão, que fora transmitida ao vivo por meio da página oficial da Câmara Municipal no Facebook e no Youtube. A Mesa Executiva estava assim composta: José Aparecido Braga como Presidente, Wanderley Nobrega Monteiro Filho como Vice-Presidente João Batista Alves da Costa Primeiro Secretário e Osmar Ramalho, como Segundo Secretário. Em seguida, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA, JOSÉ APARECIDO BRAGA, MARIA APARECIDA RAMALHO FERNANDES, NELSON FERREIRA DA SILVA, NEY ZACARIAS, OSMAR RAMALHO, RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI, WANDERLEY NOBREGA MONTEIRO FILHO e ausente o vereador DEVAIR CRISPIM FERREIRA. Dando sequência com Expediente do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a leitura da Ata da Sessão anterior, que após ser lida, foi colocada em votação, sendo aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Na sequência, procedeu-se à leitura dos ofícios e demais correspondências recebidas pelo Poder Legislativo. Logo após, deu-se início à Ordem do Dia. Foram realizadas as leituras das matérias em Regime de Urgência. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 085/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 085/2026, cuja ementa: *"Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Infantil que especifica, revoga a Lei nº 2.301, de 25 de agosto de 2026, e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Dando continuidade, foram apreciadas as Matérias em discussão única. Requerimentos nº 046 e 047/2026 do vereador Rafael Rocha Teixeira Ricardi. Requerimento nº 048/2026 do vereador Osmar Ramalho. Requerimento nº 049/2026 e indicação nº 084/2026 do vereador Wanderley Nobrega Monteiro Filho. Indicação nº 083/2026 do vereador Ney Zacarias. A Indicação nº 082/2026 e a Moção de Aplausos nº 09/2026, ambas de autoria do Vereador Devair Crispim Ferreira, não foram apreciadas em Plenário em razão da ausência do autor na sessão, nos termos do art. 118, inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Encerrada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra livre aos Nobres Vereadores, para agradecimentos e manifestações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores presentes.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2025-2026

WANDERLEY N. MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente
Biênio 2025-2026

JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA
1º Secretário
Biênio 2025-2026

OSMAR RAMALHO
2º Secretário
Biênio 2025-2026

DEVAIR CRISPIM FERREIRA
Vereador
Gestão 2025-2028

MARIA AP. RAMALHO FERNANDES
Vereadora
Gestão 2025-2028

NELSON FERREIRA DA SILVA
Vereador
Gestão 2025-2028

NEY ZACARIAS
Vereador
Gestão 2025-2028

RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI
Vereador
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:CC8C7173

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 262, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 301.565,82 (trezentos e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.222/2025, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 301.565,82 (trezentos e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), para reforço de dotação específica ao atendimento das despesas das secretarias municipais, a saber:

04 – Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
04.001 – Divisão de Urbanismo
15.452.0003.2022 Manutenção dos Serviços Urbanos
69 – 3.3.90.14.00.00.00.00 1000 Diárias – Civil.....R$ 5.000,00
71 – 3.3.90.33.00.00.00.00 1000 Passagens e Despesas Com Locomoção.....R$ 5.000,00

05 – Secretaria de Educação e Cultura
05.001 – Setor Educacional
12.361.0004.2029 Manutenção do Ensino Fundamental
105 – 3.1.90.13.00.00.00.00 101 Contribuições Patronais.....R$ 200.000,00
113 – 4.4.90.52.00.00.00.00 1039 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 6.833,42

12.365.0004.2033 Manutenção da Educação Infantil
118 – 3.1.90.11.00.00.00.00 1038 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 27.732,40
119 – 3.1.90.13.00.00.00.00 1038 Contribuições Patronais.....R$ 7.000,00
119 – 3.1.90.13.00.00.00.00 101 Contribuições Patronais.....R$ 50.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o excesso de arrecadação e as anulações parciais de dotações constantes no orçamento em vigor, como segue:

- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 1038 **–** Transferências do Fundeb – Complementação da União-VAAT 70%.....R$ 34.732,40
Fonte 1039 **-** Transferências do Fundeb – Complementação da União-VAAT 30%.....R$ 6.833,42

- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO:
04 – Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
04.001 – Divisão de Urbanismo
15.452.0003.2022 Manutenção dos Serviços Urbanos
73 – 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 10.000,00

05 – Secretaria de Educação e Cultura
05.001 – Setor Educacional
12.361.0004.2029 Manutenção do Ensino Fundamental

104 – 3.1.90.11.00.00.00.00 4101 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 200.000,00

12.365.0004.2033 Manutenção da Educação Infantil
118 – 3.1.90.11.00.00.00.00 4101 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 22 de setembro de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA B. DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Sec. Mun. Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:ADC1115F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04-2025

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, nas dependências da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, situada à Rua Papa João XXIII, nº 1086, Centro, foi realizada Audiência Pública convocada pela Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, conforme disposto no Edital nº 016/2025, com a finalidade de apresentar, discutir e colher contribuições da população acerca da proposta de aquisição de imóvel destinado à instalação de órgãos e serviços municipais, incluindo setores administrativos, atendimento ao cidadão e projetos de interesse coletivo. A audiência foi aberta pela Prefeita Municipal, Sra. Exilaine Gaspar, que, após cumprimentar os presentes, destacou a importância da participação popular no processo de tomada de decisões da Administração Pública, reforçando os princípios da publicidade, transparência e controle social. A equipe técnica da Secretaria de Administração e Planejamento apresentou aos participantes as informações referentes ao imóvel em análise: **Localização:** Rua José Sebastião Lopes, Lote 20 da Quadra D7; **Matrícula:** nº 813; **Área total:** 675 m²; **Registro:** 2º Cartório de Registro de Imóveis de Assaí; **Antiga utilização:** instalações do Banco Itaú. Foi exposto que a aquisição visa ampliar a estrutura física disponível ao Município, permitindo a instalação de setores administrativos, unidades de atendimento ao público e outros serviços essenciais, reforçando a eficiência da gestão pública e a qualidade do atendimento à comunidade. Em seguida, foi franqueada a palavra aos presentes, conforme previsto no edital. Os participantes puderam apresentar sugestões, dúvidas e posicionamentos relacionados ao tema. Foi informado aos presentes que os documentos referentes ao processo estão disponíveis para consulta: no portal oficial do Município, no endereço eletrônico destinado às audiências públicas; presencialmente, na Secretaria de Administração e Planejamento, em horário comercial. A Prefeita Municipal registrou que todas as contribuições apresentadas nesta audiência serão anexadas ao processo administrativo referente à aquisição do imóvel e analisadas pela Administração Municipal, nos termos legais. Reforçou também que o relatório final comporá o conjunto documental do processo de decisão. Nada mais havendo a tratar, às dez horas, foi encerrada a audiência. Para constar, eu, Eva Rodrigues da Costa, lavrei a presente Ata de Audiência Pública, que será assinada pela Prefeita Municipal e pelos demais membros presentes que assim desejarem, e posteriormente publicada nos meios oficiais.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

EVA RODRIGUES DA COSTA
Secretária da Audiência Pública / Controladora Interna

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:2EAF7BE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.305, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Dispõe sobre a desafetação de bem imóvel de uso especial, alterando sua destinação para bem dominical, autoriza a sua destinação para programas de habitação de interesse social e regularização fundiária, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica desafetado de sua condição original de **bem público de uso especial** (Área Institucional), passando a integrar a categoria de **bem público dominical**, o imóvel de propriedade deste Município abaixo especificado:
Imóvel: Área Institucional
Localização: Residencial Mendes Gonçalves II, neste Município de São Sebastião da Amoreira – PR
Área Total: 4.923,03 m² (quatro mil, novecentos e vinte e três metros e três decímetros quadrados)
Matrícula: nº 6.691 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca

Art. 2º Em razão da desafetação promovida por esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a destinar o referido imóvel para a implantação de projetos habitacionais de interesse social e ações de regularização fundiária.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as devidas adequações nos cadastros imobiliários e a requerer as averbações necessárias junto à matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - PR, em 22 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:6AEFDF28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.306, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula*: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 361.950,00 (trezentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta reais), e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 361.950,00 (trezentos e sessenta e um mil e novecentos e cinquenta reais) para reforço de dotação orçamentária, constante no orçamento atual, conforme segue:

Suplementação:
04 – Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
04.001 – Divisão de Urbanismo
70- 3.3.90.30.00.00 31000 MATERIAL DE CONSUMO .....R$ 88.000,00
70 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO .....R$ 273.950,00
Total Suplementação: .....R$ 361.950,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64:

- REDUÇÃO
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E
03.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO E PLANEJAMENTO
03.001.04.122.0002.2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
19 - 3.3.71.70.00.00 1000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 21.000,00
21 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO .....R$ 59.000,00
23 - 3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.....R$ 2.950,00
24 - 3.3.90.39.00.00 31000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 50.000,00
26 - 3.3.90.92.00.00 1000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....R$ 4.000,00
04 SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.001 DIVISÃO DE URBANISMO
04.001.15.451.0003.1.004 Aquisição de Imóveis do Interesse da Municipalidade.
246 - 4.4.90.61.00.00 1000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.....R$ 106.000,00
04.001.15.452.0003.1.030 Recape Asfáltico - 971961/2024/MCIDADES/CAIXA
266 - 4.4.90.51.00.00 31000 OBRAS E INSTALAÇÕES .....R$ 38.000,00
04.002 DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.002.18.542.0003.2.025 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO ANIMAIS ABANDONADOS
80 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 23.000,00
81 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 58.000,00
Total Redução: .....R$ 361.950,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 22 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Sec. M. de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

UBIRATAN TONCOVITCH JUNIOR
Contador

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:8EBDA0D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.307, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 147.447,44 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de *R$ 147.447,44 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)*, para criação de dotações específica oriundas do reajuste contratual referente a Construção da Unidade Mista de Saúde, a saber:

07 – Secretária de Saúde
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0006.1067 Construção de Unidade Mista de Saúde
4.4.90.51.00.00.00.00 501 Obras e Instalações.....R$ 147.447,44

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o excesso de arrecadação, como segue:

-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 501– Receita de Alienação de Ativos.....R$ 147.447,44

Art. 3º - Inclui a ação 1067 como projeto nos anexos das Leis Nº 2.218/2025 (PPA) e Nº 2.159/2025 (LDO).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - PR, em 22 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária M. de Saúde

UBIRATAN T. JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:2BD09C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.308, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 59.371,42 (cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - PR, em 22 de setembro de 2026.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 59.371,42 (cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), para reforço de dotações específicas, destinada as manutenções das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, a saber:

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.241.0007.2057 Manutenção de Promoção À Pessoa Idosa

173 – 3.3.50.43.00.00.00.00 900 Subvenções Sociais.....R$ 233,32
174 – 3.3.90.30.00.00.00.00 900 Material de Consumo.....R$ 5.447,43
174 – 3.3.90.30.00.00.00.00 3900 Material de Consumo.....R$ 7.281,90
177 – 3.3.90.39.00.00.00.00 3900 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 34.000,00
177 – 3.3.90.39.00.00.00.00 900 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 195,69
178 – 4.4.90.52.00.00.00.00 900 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 411,30

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2053 Manutenção do Programa Bolsa Família e Cad. Único
239 – 4.4.90.52.00.00.00.00 940 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 11.801,78

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido as anulações
de dotações orçamentárias constante no orçamento em vigor e o excesso de arrecadação, como segue:

- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO:
08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.241.0007.2057 Manutenção de Promoção À Pessoa Idosa
330 – 3.1.90.11.00.00.00.00 3900 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 38.281,90
318 – 3.3.90.14.00.00.00.00 3900 Diárias – Civil.....R$ 3.000,00

- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 900 – Fundo do Idoso, inclusive art. 9 IN RFB n 1131/2011.....R$ 6.287,74
Fonte 940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Prog. Bolsa família e Cad. Único.R$ 11.801,78

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Sebastião da Amoreira, 22 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS
Secretária M. de Assistência Social

UBIRATAN T. JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:BB8F7911

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO E ADITAMENTO ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 04/11/2025 EDITAL Nº 016/2025

O **MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a instrução do Processo Administrativo referente à aquisição de imóvel objeto do Edital de Audiência Pública nº 016/2025, torna pública a **RETIFICAÇÃO E ADITAMENTO** da Ata da Audiência Pública realizada no dia 04 de novembro de 2025, conforme segue:

1. DA RETIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DA FINALIDADE

Onde se lê (Linhas 6 a 9):
"[...] a finalidade de apresentar, discutir e colher contribuições da população acerca da proposta de aquisição de imóvel destinado à instalação de órgãos e serviços municipais, incluindo setores administrativos, atendimento ao cidadão e projetos de interesse coletivo."

Leia-se:
"[...] a finalidade de apresentar, discutir e colher contribuições da população acerca da proposta de aquisição de imóvel destinado à instalação de órgãos e serviços municipais, ***destinando-se especificamente ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação****, bem como a setores administrativos correlatos, atendimento ao cidadão e projetos de interesse coletivo."*

Onde se lê (Linhas 16 a 18):
"[...] permitindo a instalação de setores administrativos, unidades de atendimento ao público e outros serviços essenciais, reforçando a eficiência da gestão pública e a qualidade do atendimento à comunidade."

Leia-se:
"[...] permitindo a ***instalação da sede da Secretaria Municipal de Educação****, unidades de atendimento ao público e outros serviços essenciais, reforçando a eficiência da gestão pública e a qualidade do atendimento à comunidade."*

2. DA RATIFICAÇÃO
Ratifiquem-se e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, informações, manifestações e assinaturas constantes da Ata da Audiência Pública realizada em 04 de novembro de 2025.
Este Termo de Retificação passa a fazer parte integrante e indissociável da referida Ata e do respectivo Processo Administrativo, para todos os fins de direito e comprovação perante os órgãos de controle e financiamento.

São Sebastião da Amoreira – PR, 22 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

EVA RODRIGUES DA COSTA
Secretária da Audiência Pública / Controladora Interna

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:27D77142

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

02º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 22/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2025

CONTRATANTE: Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade n. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF n 755.902.479-34.

CONTRATADA: EMK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.828.119/0001-90, com sede na Estrada para Moleque, nº 1010 Bloco A, Bairro Várzea Grande, no município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Sr. Evandro Mituru Kikuki, portador da Cédula de Identidade nº 45.236.655-0 SSP/SP e do CPF nº 303.442.268-75.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do contrato nº 22/2025, oriundo da inexigibilidade nº 05/2025, com nova data de vigência até 14 de setembro de 2027, nos termos da Cláusula Decima Quarta do contrato original e do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venham a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO: Comarca de Assai -PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:CCC04052

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

01º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 31/2025

CONTRATANTE: Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADA: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.759.356/0001-74, com sede na Av. Pres. Castelo Branco, nº 670, no município de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pela Sra. Beatriz Sulzbach Cornelius, portadora do RG nº 3024580676 e do CPF nº 217.333.090-04.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da Ata de Registro de Preços nº 69/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 31/2025, com nova data de vigência até 17 de setembro de 2027, nos termos da Cláusula Quinta da Ata original e do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços original, desde que não venham a colidir com os efeitos deste Termo Aditivo.

FORO: Comarca de Assaí - PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:30A04D0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL Nº 1697/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1697/2026

Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Sapopema, regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, DOS OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, destinada a garantir proteção social a quem dela necessitar, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e das normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º A Política Municipal de Assistência Social tem por objetivos:
I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, com centralidade na família e no território;
II – a vigilância socioassistencial, destinada à análise territorial das situações de vulnerabilidade, risco, desproteção, violações de direitos e capacidade protetiva das famílias e dos territórios;
III – a defesa e a garantia de direitos, assegurando o pleno acesso às provisões socioassistenciais;
IV – a participação da população, especialmente dos usuários, na formulação, acompanhamento, avaliação e controle social da política de assistência social;
V – a primazia da responsabilidade do Poder Público na condução da política de assistência social; e
VI – a articulação intersetorial com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos.
Art. 3º A Política Municipal de Assistência Social rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios:
I – universalidade da proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar;
II – gratuidade das ofertas socioassistenciais, vedada a exigência de contribuição ou contrapartida do usuário;
III – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
IV – integralidade da proteção social;
V – respeito à dignidade, à autonomia, à privacidade, à identidade e à diversidade dos usuários;
VI – igualdade de direitos no acesso às ofertas socioassistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;
VII – vedação de comprovações vexatórias, constrangedoras ou estigmatizantes;
VIII – equidade, considerando as desigualdades, diversidades e especificidades territoriais e populacionais;
IX – ampla divulgação dos serviços, programas, projetos, benefícios, critérios de acesso e recursos públicos destinados à assistência social; e
X – acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e programática.
Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:
I – descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
II – cofinanciamento compartilhado entre os entes federativos;
III – matricialidade sociofamiliar;
IV – territorialização;
V – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
VI – participação popular e controle social;
VII – intersetorialidade;
VIII – gestão do trabalho e educação permanente no SUAS; e
IX – planejamento, monitoramento e avaliação permanentes.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO E DA ORGANIZAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO

Art. 5º A gestão das ações de assistência social no Município de Sapopema organiza-se sob a forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, observadas a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normas vigentes.
Art. 6º O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão que vier a sucedê-la, responsável pelo comando único do SUAS no âmbito municipal.
Art. 7º Compete ao Município, por meio do órgão gestor da assistência social, no âmbito de suas atribuições:
I – coordenar, formular, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social;

II – elaborar e executar o Plano Municipal de Assistência Social, submetendo-o à aprovação do CMAS;
III – gerir o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e submeter ao CMAS as propostas orçamentárias, prestações de contas e demais informações relativas ao financiamento da política;
IV – organizar e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observadas as normas nacionais e estaduais do SUAS;
V – destinar recursos financeiros próprios para o cofinanciamento da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
VI – regulamentar e operacionalizar os benefícios eventuais, observados os critérios e prazos estabelecidos pelo CMAS;
VII – realizar o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social;
VIII – organizar a Vigilância Socioassistencial, produzindo, sistematizando e analisando informações territoriais necessárias ao planejamento e à qualificação das ofertas;
IX – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente no SUAS;
X – assegurar equipes de referência compatíveis com as normas vigentes e com as necessidades dos serviços;
XI – organizar a oferta territorializada da proteção social básica e especial;
XII – coordenar fluxos de referência e contrarreferência no âmbito da rede socioassistencial e sua articulação com as demais políticas públicas;
XIII – gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e os programas de transferência de renda cuja execução seja atribuída ao Município, observada a legislação federal vigente;
XIV – apoiar o acesso dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e de suas famílias às ofertas socioassistenciais;
XV – alimentar e manter atualizados os sistemas oficiais de informação do SUAS, inclusive o Censo SUAS e o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, quando cabível;
XVI – garantir infraestrutura, recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao funcionamento do CMAS e à realização das Conferências Municipais de Assistência Social;
XVII – promover a participação dos usuários na gestão e no controle social do SUAS;
XVIII – assessorar as entidades e organizações de assistência social quanto à adequação de suas ofertas às normas do SUAS;
XIX – acompanhar a execução das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil no campo da assistência social;
XX – dar publicidade aos recursos públicos destinados à assistência social e aos resultados de sua aplicação; e
XXI – exercer outras atribuições previstas na legislação e nas normas do SUAS.

Seção I
DA PROTEÇÃO SOCIAL, DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DAS UNIDADES PÚBLICAS

Art. 8º O SUAS no Município organiza-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de média e alta complexidade, conforme a LOAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normas vigentes.
Art. 9º A rede socioassistencial é constituída pelo conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados diretamente pelo Poder Público e pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS.
Art. 10. A Proteção Social Básica será ofertada precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, unidade pública estatal de base territorial, responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção social básica no território e pela articulação da rede socioassistencial de sua abrangência.
Art. 11. A Proteção Social Especial será ofertada de acordo com o nível de complexidade e a organização territorial da rede, tendo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS como unidade pública estatal de referência para a proteção social especial de média complexidade, sem prejuízo de ofertas regionais ou de outras formas legalmente instituídas.
Art. 12. Os serviços socioassistenciais observarão a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações, vedada a criação de oferta com denominação ou conteúdo que descaracterize serviço tipificado sem observância das normas do SUAS.
Art. 13. As instalações das unidades públicas socioassistenciais deverão ser compatíveis com os serviços ofertados e assegurar condições de acessibilidade, recepção, atendimento individual e coletivo, sigilo e dignidade aos usuários.
Art. 14. As ofertas socioassistenciais deverão contar com equipes de referência em conformidade com a NOB-RH/SUAS, resoluções do CNAS e demais normas vigentes.
Art. 15. Constituem seguranças socioassistenciais a serem afiançadas pelo SUAS, nos termos das normas nacionais: acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia; e apoio e auxílio.

Seção II
DO PLANEJAMENTO, DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Art. 16. O Plano Municipal de Assistência Social é instrumento de planejamento estratégico da Política Municipal de Assistência Social e será elaborado a cada quatro anos, em consonância com o Plano Plurianual – PPA.
§ 1º O Plano Municipal de Assistência Social contemplará, no mínimo: diagnóstico socioterritorial; objetivos; diretrizes e prioridades; ações e metas; resultados esperados; recursos humanos, materiais e financeiros; fontes de financiamento; indicadores de monitoramento e avaliação; e período de execução.
§ 2º O Plano deverá observar as deliberações das conferências de assistência social, as metas e pactuações do SUAS e as necessidades identificadas no território.
§ 3º O Plano Municipal de Assistência Social será elaborado pelo órgão gestor e submetido à aprovação do CMAS.
Art. 17. A Vigilância Socioassistencial constitui função da Política de Assistência Social e deverá apoiar o planejamento, a organização, o monitoramento e a avaliação das ofertas, mediante produção, sistematização e análise de informações sobre vulnerabilidades, riscos, violações de direitos, demandas e capacidade protetiva da rede.
Art. 18. A gestão do trabalho no SUAS observará a NOB-RH/SUAS, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS e demais normas aplicáveis, assegurando qualificação contínua, valorização dos trabalhadores, planejamento de pessoal e condições adequadas para a prestação dos serviços.

CAPÍTULO III
DOS USUÁRIOS, DE SEUS DIREITOS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 19. São usuários da Política de Assistência Social os cidadãos, grupos e segmentos populacionais que se encontrem em situações de desproteção social, vulnerabilidade ou risco, nos termos da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
Art. 20. São assegurados aos usuários do SUAS, entre outros, os seguintes direitos:
I – acessar e usufruir serviços, programas, projetos, benefícios e transferências de renda com qualidade e sem discriminação;
II – receber informações e orientações em linguagem clara, simples e acessível;
III – ser tratado com respeito à dignidade, autonomia, privacidade e identidade, sem procedimentos vexatórios, coercitivos ou estigmatizantes;
IV – conhecer a identificação do profissional responsável pelo atendimento;
V – ter preservado o sigilo das informações, observadas as normas legais e éticas aplicáveis;
VI – ter acesso, quando cabível e na forma da legislação, aos registros que lhe digam respeito;
VII – receber encaminhamentos e orientações de forma compreensível;
VIII – usufruir de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e programática;
IX – participar da avaliação das ofertas socioassistenciais e apresentar sugestões, reivindicações e proposições; e

X – participar das instâncias de controle social e dos processos de formulação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social.
Art. 21. O Município e o CMAS estimularão e apoiarão a organização e o protagonismo dos usuários, inclusive por meio de coletivos, associações, fóruns, movimentos, comissões e outros espaços legítimos de participação, observadas as normas do CNAS.
Parágrafo único. A representação do segmento de usuários no CMAS deverá ser exercida por usuário ou representante de organização de usuários, vedada sua substituição por gestor público, entidade prestadora de serviços ou organização de trabalhadores.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Art. 22. Fica mantido o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Sapopema, instância deliberativa colegiada do SUAS, autônoma, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculada administrativamente ao órgão gestor municipal de assistência social.
Art. 23. O CMAS será composto por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, observada a paridade entre governo e sociedade civil, assim distribuídos:
I – 3 (três) representantes governamentais titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo o segmento governamental composto majoritariamente por representantes da Política de Assistência Social;
II – 3 (três) representantes da sociedade civil titulares e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, assim distribuídos:
a) 1 (um) representante de usuários ou de organização de usuários da assistência social;
b) 1 (um) representante de organização de trabalhadores do SUAS; e
c) 1 (um) representante de entidade ou organização de assistência social.
§ 1º Na ausência de representação do segmento de entidades ou organizações de assistência social no Município, a respectiva vaga será preenchida por representante do segmento de usuários e, na impossibilidade, por representante do segmento de trabalhadores, observadas as normas nacionais vigentes.
§ 2º A representação governamental deverá incluir, prioritariamente, áreas diretamente vinculadas à Política de Assistência Social, podendo a terceira representação recair em área afim, como saúde, educação, trabalho e emprego, planejamento e finanças, direitos humanos ou outra política social ou econômica pertinente.
§ 3º Os membros do CMAS serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, após a indicação dos representantes governamentais e a proclamação do resultado da eleição da sociedade civil.
§ 4º Nos termos das normas nacionais aplicáveis aos municípios de pequeno porte, quando não houver outra organização apta do mesmo segmento para preenchimento de vaga que deva ser assegurada à sociedade civil, poderá ser admitida a indicação de outro representante pela organização existente, desde que se trate de pessoa distinta e sejam preservadas a paridade e a proporcionalidade entre os segmentos.
Art. 24. A eleição dos representantes da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil, sob supervisão do Ministério Público, observado prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos vigentes e as normas nacionais aplicáveis.
§ 1º Na hipótese de não preenchimento de vagas, será realizado processo eleitoral complementar, observadas as normas do CNAS e a necessidade de preservação da paridade.
§ 2º O Poder Executivo garantirá o suporte material e administrativo necessário ao processo eleitoral da sociedade civil, sem interferir na autonomia de sua condução.
Art. 25. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, observadas as regras nacionais aplicáveis.
§ 1º O representante poderá ser substituído a qualquer tempo por decisão do segmento ou órgão que representa, observados os procedimentos previstos no Regimento Interno.
§ 2º A recondução das representações governamentais observará as normas nacionais, devendo eventual manutenção ser justificada ao Plenário quando exigido.
Art. 26. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os membros titulares para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período.
§ 1º Ao término de cada mandato de 2 (dois) anos do Conselho, será assegurada a alternância entre governo e sociedade civil no exercício da Presidência e da Vice-Presidência.
§ 2º Preferencialmente, será promovida a alternância entre os segmentos da sociedade civil no exercício das funções de Presidente e Vice-Presidente.
§ 3º As hipóteses de vacância da Presidência e da Vice-Presidência e os procedimentos de substituição serão disciplinados no Regimento Interno, em consonância com as normas do CNAS.
Art. 27. É incompatível com a composição do CMAS a participação, na condição de conselheiro, de representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.
§ 1º Fica impedido de representar o segmento dos trabalhadores o profissional que estiver no exercício de cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou função de direção na gestão da rede socioassistencial pública ou de organização da sociedade civil, nos termos das normas nacionais.
§ 2º É vedado ao trabalhador ocupar vaga destinada ao segmento de usuários.
§ 3º O titular do órgão gestor municipal de assistência social, caso integre o CMAS, deverá se abster de votar em matéria relativa à aprovação de contas da própria gestão e, preferencialmente, não ocupará a Presidência ou a Vice-Presidência.
§ 4º O conselheiro candidato a cargo eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo deverá afastar-se de suas funções no Conselho durante o período definido nas normas vigentes e, se eleito, não poderá permanecer como conselheiro.
Art. 28. O CMAS contará com Secretaria Executiva vinculada diretamente ao Conselho, subordinada à Presidência e ao colegiado, destinada a prestar suporte técnico, administrativo e operacional às suas atividades.
§ 1º A Secretaria Executiva contará com profissional de nível superior e apoio técnico e administrativo compatível com as necessidades do Conselho.
§ 2º O profissional de nível superior será, preferencialmente, servidor efetivo ou de carreira e, em razão do porte do Município, não precisará exercer a função com dedicação exclusiva, observadas as normas nacionais.
§ 3º O perfil do Secretário Executivo será definido pelo CMAS e sua designação ou dispensa ocorrerá em comum acordo com o Conselho.
Art. 29. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, conforme seu Regimento Interno.
§ 1º As reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.
§ 2º O Regimento Interno definirá o quórum de instalação das reuniões, respeitada a paridade entre governo e sociedade civil.
§ 3º As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos conselheiros titulares ou no exercício da titularidade presentes, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado.
§ 4º A alteração do Regimento Interno, a eleição da Presidência e da Vice-Presidência e as deliberações relativas ao orçamento e ao financiamento da Política de Assistência Social exigirão votos favoráveis de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
§ 5º O suplente poderá assumir a titularidade quando o titular comunicar sua ausência ou se afastar durante a reunião, na forma do Regimento Interno.
Art. 30. Compete ao CMAS, sem prejuízo das atribuições previstas na LOAS, na NOB/SUAS e demais normas:
I – elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno;
II – aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
III – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar sua execução;
IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social, inclusive a programação do FMAS;
V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão, a execução física e financeira e os resultados da Política Municipal de Assistência Social;
VI – orientar e fiscalizar o Fundo Municipal de Assistência Social;
VII – apreciar as prestações de contas e emitir as deliberações e pareceres cabíveis;

VIII – estabelecer critérios e prazos para a concessão dos benefícios eventuais e acompanhar sua oferta;
IX – acompanhar e fiscalizar a gestão municipal dos programas de transferência de renda e do Cadastro Único, no que couber;
X – aprovar aceites, expansões e adesões a serviços, programas, projetos e cofinanciamentos quando exigida deliberação do Conselho;
XI – convocar, organizar e acompanhar as Conferências Municipais de Assistência Social;
XII – acompanhar a execução das deliberações das conferências;
XIII – deliberar sobre prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no Município;
XIV – acompanhar as metas e pactuações de aprimoramento da gestão do SUAS;
XV – realizar a inscrição, acompanhar e fiscalizar entidades e organizações de assistência social, bem como seus serviços, programas, projetos e benefícios, nos termos das normas nacionais;
XVI – receber, apurar e dar encaminhamento a denúncias relacionadas à Política de Assistência Social;
XVII – fomentar a participação dos usuários e de suas organizações;
XVIII – estabelecer articulação permanente com outros conselhos de políticas públicas e de direitos;
XIX – instituir comissões temáticas e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, de forma paritária;
XX – promover e apoiar ações de formação e educação permanente dos conselheiros;
XXI – zelar pela observância da NOB-RH/SUAS e pela valorização dos trabalhadores do SUAS;
XXII – publicar suas decisões na forma de resoluções e dar publicidade aos atos, deliberações e pareceres; e
XXIII – exercer outras atribuições previstas em lei e nas normas do SUAS.
Art. 31. A participação dos conselheiros no CMAS é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 32. O órgão gestor municipal deverá assegurar ao CMAS infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros necessários ao seu regular funcionamento, inclusive para capacitação, deslocamentos e participação dos conselheiros em atividades relacionadas ao exercício de suas atribuições, observada a legislação aplicável.
Art. 33. O CMAS elaborará planejamento de suas ações no início de cada gestão e poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho, sempre respeitada a paridade.

CAPÍTULO V
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 34. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância periódica de debate, avaliação e deliberação sobre a Política Municipal de Assistência Social e de definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com participação de representantes do governo e da sociedade civil.
Art. 35. A Conferência Municipal será convocada ordinariamente a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, quando necessário, nos termos das normas vigentes do SUAS.
Art. 36. A organização da Conferência observará, entre outros, os seguintes princípios: ampla divulgação; participação e diversidade dos sujeitos; critérios transparentes para escolha de delegados; garantia de participação dos usuários; publicidade dos resultados; e acompanhamento de suas deliberações.

CAPÍTULO VI
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Seção I
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 37. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas a indivíduos e famílias em situação de insegurança e desproteção social decorrente de vulnerabilidade temporária, inclusive nas contingências relacionadas à gestação e ao nascimento, à morte, a desastres, à calamidade pública e a emergências em assistência social, nos termos da LOAS e das normas vigentes.
§ 1º Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais as provisões próprias e continuadas das políticas de saúde, educação, habitação, segurança alimentar e nutricional e demais políticas setoriais, sem prejuízo da concessão de benefício eventual quando uma contingência socioassistencial comprometer temporariamente a sobrevivência ou a proteção do indivíduo ou da família.
§ 2º A concessão de benefícios eventuais constitui direito socioassistencial e não poderá ser condicionada a contribuição prévia ou contrapartida do usuário.
Art. 38. A oferta de benefícios eventuais observará os seguintes princípios:
I – integração com os serviços socioassistenciais;
II – prontidão e agilidade na resposta às situações de desproteção;
III – igualdade de condições de acesso;
IV – qualidade da provisão;
V – ampla divulgação dos critérios de acesso;
VI – respeito à dignidade, à privacidade e à autonomia dos usuários;
VII – vedação de comprovações complexas, vexatórias ou estigmatizantes; e
VIII – articulação com outras políticas públicas quando a situação demandar resposta intersetorial; e
IX – vedação de condicionalidades, contrapartidas ou exigência de participação em serviços, programas, projetos ou ações de outras políticas públicas como condição para acesso ao benefício.
Art. 39. Os benefícios eventuais serão garantidos preferencialmente em pecúnia, podendo ser ofertados também em bens e, excepcionalmente, mediante prestação de serviço, conforme a natureza da contingência, a necessidade apresentada e a regulamentação municipal.
§ 1º A avaliação para concessão considerará a situação concreta de vulnerabilidade e desproteção social, podendo utilizar informações da Vigilância Socioassistencial, do Cadastro Único e de outros registros, sem prejuízo da análise técnica da situação apresentada.
§ 2º A ausência de documentação não impedirá, por si só, o atendimento em situações que demandem proteção imediata, especialmente em contextos de rua, migração, deslocamento, desastre ou calamidade, devendo ser adotadas, quando cabíveis, providências para regularização documental.
§ 3º Quando cabível, os benefícios monetários serão pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, nos termos da legislação federal.
§ 4º A inscrição prévia no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou em outro cadastro não constitui requisito para reconhecimento do direito ao benefício eventual, sem prejuízo de sua utilização como fonte de informação quando já disponível.
§ 5º Benefícios eventuais distintos poderão ser concedidos concomitantemente à mesma pessoa ou família e poderão ser acumulados com programas de transferência de renda, benefícios assistenciais ou benefícios de outras políticas públicas, conforme a necessidade identificada.
Art. 40. O benefício eventual em virtude de nascimento destina-se a atender necessidades decorrentes do nascimento, da gestação e do puerpério, inclusive necessidades do nascituro, apoio à família em caso de natimorto ou morte do recém-nascido e apoio à família em caso de morte da mãe, observadas as normas vigentes.
Art. 41. O benefício eventual em virtude de morte destina-se a atender necessidades urgentes decorrentes do falecimento de membro da família, inclusive despesas relacionadas ao funeral e outras provisões imediatas necessárias à proteção familiar, conforme regulamentação.
Parágrafo único. O órgão gestor municipal deverá estabelecer fluxos e, quando necessário, protocolos interinstitucionais para definir responsabilidades e assegurar resposta célere quanto a velório, sepultamento e traslado, respeitadas as atribuições das demais políticas públicas e a diversidade de ritos religiosos e culturais.
Art. 42. O benefício eventual em situação de vulnerabilidade temporária destina-se a enfrentar contingências que provoquem riscos, perdas ou danos e comprometam temporariamente a sobrevivência, a dignidade, a autonomia ou os vínculos familiares e comunitários.
Parágrafo único. Poderão caracterizar vulnerabilidade temporária, entre outras situações identificadas tecnicamente, a ausência de documentação, necessidades emergenciais de mobilidade, ruptura de vínculos, violência, ameaça à vida, reintegração familiar e

comunitária, desproteção material e outras contingências que comprometam a sobrevivência.
Art. 43. Os benefícios eventuais em situações de emergência, desastre ou calamidade pública destinar-se-ão à proteção imediata dos indivíduos e famílias afetados e à reconstrução de sua autonomia, podendo a oferta ser ampliada conforme a magnitude e os impactos da situação.
§ 1º A concessão do benefício eventual em situações de emergência em assistência social independe da existência de plano de contingência ou de decretação formal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, quando presentes situações de desproteção social que demandem resposta imediata.
§ 2º Em emergências e desastres que coloquem em risco a sobrevivência, deverão ser dispensadas exigências que comprometam a agilidade e a presteza do atendimento.
§ 3º O órgão gestor deverá articular fluxos e protocolos interinstitucionais com a Defesa Civil, a Segurança Alimentar e Nutricional, a Saúde e outras políticas públicas pertinentes, respeitadas as competências de cada área.
Art. 44. Os critérios e os prazos para a provisão dos benefícios eventuais serão deliberados pelo CMAS, por resolução, e os procedimentos e fluxos operacionais serão regulamentados pelo Poder Executivo, em consonância com esta Lei e com as normas do SUAS.
§ 1º Os prazos deliberados pelo CMAS deverão considerar o tempo máximo para o efetivo recebimento do benefício eventual, de modo compatível com a urgência e a natureza da contingência.
§ 2º Os valores, formas de provisão e estimativas de despesa serão compatíveis com a realidade municipal e previstos anualmente na Lei Orçamentária Anual – LOA, por meio de dotações do FMAS.
§ 3º A regulamentação deverá preservar a flexibilidade necessária à análise das contingências e evitar critérios que impeçam o atendimento de situações de efetiva desproteção social.

Seção II
DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 45. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas destinadas à melhoria das condições de vida da população, à prevenção de riscos e à proteção de indivíduos e famílias, observados os objetivos, princípios e diretrizes da LOAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
Art. 46. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, destinadas a qualificar e potencializar serviços e benefícios socioassistenciais, observadas as normas vigentes.
Art. 47. Os projetos de enfrentamento à pobreza compreendem iniciativas de investimento econômico e social destinadas a fortalecer capacidades, autonomia, inclusão social e melhoria das condições de vida dos grupos e famílias em situação de vulnerabilidade, articuladas às demais ofertas do SUAS e às políticas públicas pertinentes.

Seção III
DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 48. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento, assessoramento ou atuam na defesa e garantia de direitos no campo da assistência social, nos termos da LOAS e das normas do CNAS.
Art. 49. As entidades e organizações de assistência social deverão estar previamente inscritas no CMAS para seu regular funcionamento, nos termos da LOAS e das normas do CNAS.
§ 1º Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executados por entidades e organizações serão inscritos ou registrados no CMAS nos casos e na forma definidos pelas normas nacionais aplicáveis.
§ 2º A inscrição, o acompanhamento, a fiscalização, a atualização documental, o cancelamento e os procedimentos recursais observarão as resoluções do CNAS e a regulamentação do CMAS.
§ 3º O CMAS não exigirá documentos ou requisitos além daqueles previstos nas normas aplicáveis, sem prejuízo das verificações necessárias ao exercício de sua função de controle social.
Art. 50. O CMAS planejará o acompanhamento e a fiscalização das entidades e ofertas inscritas e dará publicidade aos procedimentos, critérios e decisões correspondentes.
Parágrafo único. O CMAS promoverá, pelo menos uma vez ao ano, audiência pública com as entidades e organizações de assistência social inscritas e com aquelas que possuam ofertas socioassistenciais inscritas, com a finalidade de promover transparência, intercâmbio de experiências, articulação da rede e fortalecimento do SUAS.

CAPÍTULO VII
DO FINANCIAMENTO E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Art. 51. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social será assegurado por recursos próprios do Município e por transferências e cofinanciamentos da União, do Estado e de outras fontes legalmente admitidas, observada a legislação vigente.
§ 1º O financiamento será previsto e executado por meio dos instrumentos de planejamento orçamentário, especialmente o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.
§ 2º Os recursos destinados à assistência social serão, sempre que legalmente exigido, alocados e executados por meio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.
Art. 52. Fica mantido o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, destinado a proporcionar recursos para o cofinanciamento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Art. 53. Constituem receitas do FMAS:
I – recursos provenientes de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
II – dotações orçamentárias próprias do Município e créditos adicionais;
III – recursos provenientes de convênios, ajustes, termos de parceria, instrumentos congêneres e transferências legalmente admitidas;
IV – doações, auxílios, contribuições e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, observada a legislação;
V – rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
VI – receitas decorrentes de outras fontes legalmente instituídas; e
VII – outros recursos destinados ao financiamento da Política de Assistência Social.
Art. 54. O FMAS será gerido pelo órgão gestor municipal de assistência social, sob orientação, acompanhamento e fiscalização do CMAS.
§ 1º O orçamento do FMAS integrará o orçamento do órgão gestor da assistência social.
§ 2º Os recursos do FMAS serão movimentados em contas específicas, observadas as normas de cada fonte de financiamento e a legislação aplicável.
Art. 55. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados, entre outras finalidades legalmente admitidas, em:
I – financiamento total ou parcial da gestão, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
II – cofinanciamento de ofertas executadas por entidades e organizações de assistência social mediante instrumentos jurídicos próprios;
III – aquisição de materiais permanentes, materiais de consumo e demais insumos necessários às ações do SUAS;
IV – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis destinados às ofertas socioassistenciais, observadas as normas de financiamento;
V – desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, vigilância socioassistencial, monitoramento e controle;
VI – pagamento de benefícios eventuais;
VII – custeio de ações de gestão do trabalho e educação permanente;
VIII – pagamento de profissionais das equipes de referência, quando autorizado pela legislação e pelas normas da respectiva fonte de recurso; e
IX – apoio técnico e operacional ao CMAS, nos limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.
Art. 56. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS na periodicidade exigida pelas normas de financiamento e controle, sem prejuízo do acompanhamento contínuo pelo Conselho.

Art. 57. O repasse de recursos a entidades e organizações de assistência social observará a legislação aplicável às parcerias com organizações da sociedade civil, as normas do SUAS, a inscrição no CMAS quando exigida e os critérios de financiamento aprovados pelo Conselho.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 58. O Poder Executivo poderá editar atos regulamentares necessários à execução desta Lei, respeitadas as competências deliberativas do CMAS.
Art. 59. O CMAS deverá adequar seu Regimento Interno às disposições desta Lei e às normas nacionais vigentes no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da entrada em vigor desta Lei.
Art. 60. A composição de 6 (seis) membros titulares prevista nesta Lei será implementada no início do próximo mandato do CMAS.
Parágrafo único. Até o término do mandato em curso, ficam preservadas as nomeações e a composição vigente, salvo hipótese de vacância, substituição ou outra situação legalmente prevista.
Art. 61. As resoluções do CMAS e os atos regulamentares municipais vigentes permanecem aplicáveis naquilo que não conflitarem com esta Lei, até que sejam revistos ou substituídos.
Art. 62. Ficam revogadas a Lei Municipal nº 386/1996, a Lei Municipal nº 1.104/2017 e demais disposições em contrário, preservada a continuidade jurídica e administrativa do CMAS e do FMAS, mantidos por esta Lei.
Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de Setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:ADA6F4BA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 232/2026 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA Nº 232/2026 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SAPOPEMA/PR
Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se, de forma on-line, por meio do aplicativo WhatsApp, reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Sapopema/PR, com a participação dos conselheiros presentes no grupo destinado às comunicações e deliberações do Conselho. Verificada a existência de quórum para deliberação, a Presidente do CMDCA, Hélida Fátima Santin, deu início à reunião, apresentando como pauta a necessidade de retificação de erro material identificado na Resolução CMDCA nº 06/2025, de 03 de dezembro de 2025.
A Presidente esclareceu que, na referida Resolução, constou equivocadamente a denominação "Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029", quando o documento efetivamente apresentado, analisado e aprovado pelo CMDCA naquela ocasião foi o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema – 2026/2029. A Resolução nº 06/2025 apresenta a denominação incorreta em sua súmula e também nos dispositivos referentes à aprovação do Plano. O documento aprovado está identificado como Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao quadriênio 2026/2029.
Após os esclarecimentos e apreciação da matéria, o colegiado deliberou pela retificação do erro material, mantendo-se inalterado o conteúdo da deliberação anteriormente realizada, uma vez que a correção se refere exclusivamente à denominação do Plano aprovado. Ficou, assim, aprovada a expedição da Resolução CMDCA nº 10/2026, destinada a retificar a Resolução CMDCA nº 06/2025.
Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Eu, Hélida Fátima Santin, Presidente do CMDCA, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma adotada por este Conselho.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:3011D125

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 245/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 245/2026
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Sapopema/PR, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, para apreciação e deliberação de assuntos relacionados à atualização normativa e ao funcionamento do Conselho.
Inicialmente, foi apresentada aos conselheiros a Lei Municipal nº 1.697/2026, sancionada em 22 de setembro de 2026, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Sapopema, regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, substituindo a legislação municipal anteriormente vigente.
Na sequência, foi apresentada e discutida a proposta de novo Regimento Interno do CMAS, elaborada com a finalidade de adequar o funcionamento do Conselho às disposições da Lei Municipal nº 1.697/2026 e às normas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Durante a apreciação, foram analisadas as regras referentes à composição e representação do Conselho, mandato dos conselheiros, Presidência e Vice-Presidência, Secretaria Executiva, reuniões, quóruns, deliberações, participação do público, comissões temáticas, planejamento das ações, transparência, acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e demais atribuições do CMAS.
A alteração do Regimento foi submetido à votação, sendo aprovada pelos presentes, ficando autorizada sua formalização e publicação por meio da Resolução CMAS nº 05/2026, juntamente com seu Anexo Único.
Em seguida, foram discutidas as disposições transitórias da Lei Municipal nº 1.697/2026 referentes à composição do Conselho. Foi esclarecido que a nova legislação prevê, para o próximo mandato, composição de 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 3 (três) representantes governamentais e 3 (três) representantes da sociedade civil. Contudo, nos termos do art. 60 da referida Lei, essa nova composição somente será implementada no início do próximo mandato do CMAS, permanecendo preservadas, até o término do mandato em curso, as nomeações e a composição atualmente vigentes, ressalvadas as hipóteses de vacância, substituição ou outra situação legalmente prevista.
Dessa forma, ficou consignado que a composição atualmente formalizada pelo Decreto Municipal nº 303/2025 permanecerá vigente durante o período de transição e até o encerramento do mandato atual, previsto para 2027, sem prejuízo das substituições que se mostrarem necessárias no decorrer do período.
Foi esclarecido que a eleição dos representantes da sociedade civil para a próxima gestão deverá ocorrer em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob supervisão do Ministério Público, contemplando os segmentos de usuários ou organizações de usuários da assistência social, trabalhadores do SUAS e entidades ou organizações de assistência social. O processo deverá observar a antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término dos mandatos vigentes, conforme a Lei Municipal nº 1.697/2026.
Ficou definido que, no período que anteceder o término do atual mandato, a Comissão Eleitoral deverá elaborar e apresentar ao CMAS o cronograma do processo eleitoral, o edital de convocação, os critérios e documentos para inscrição, os procedimentos de habilitação, a organização do foro eleitoral, a lista de presença, os instrumentos de votação e apuração, a ata e os demais documentos necessários à regularidade, publicidade e transparência do processo.
Após a realização do foro eleitoral e a proclamação e homologação do resultado da escolha da sociedade civil, caberá ao Poder Executivo

Municipal proceder à indicação dos representantes governamentais e à publicação do ato de nomeação da nova composição do CMAS, anteriormente ao início do próximo mandato.
Nada mais, a reunião foi encerrada.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4285544D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2026

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2026

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Sapopema/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE SAPOPEMA/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, pela Lei Municipal nº 1697/2026 e pelas demais normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, que estabelece diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social;
CONSIDERANDO o disposto no art. 59 da Lei Municipal nº 1697/2026, que determina a adequação do Regimento Interno do CMAS às disposições da referida Lei e às normas nacionais vigentes;
CONSIDERANDO o disposto no art. 60 da Lei Municipal nº 1697/2026, que estabelece a implementação da composição de 6 (seis) membros titulares no início do próximo mandato do CMAS, preservando-se, até o término do mandato em curso, as nomeações e a composição vigentes;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS, registrada na Ata nº 245/2026, em reunião realizada em 22 de setembro de 2026, às 10h00, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, ocasião em que o novo Regimento Interno foi apresentado, apreciado e aprovado pelos conselheiros presentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Sapopema/PR, na forma do Anexo Único desta Resolução.
Art. 2º. Fica revogado o Regimento Interno aprovado em 15 de outubro de 2024 e demais disposições regimentais em contrário.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopema/PR, 22 de setembro de 2026.

HÉLIDA FÁTIMA SANTIN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE SAPOPEMA/PR

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E PRINCÍPIOS

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Sapopema/PR é instância deliberativa colegiada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, autônoma, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculada administrativamente ao órgão gestor municipal da Política de Assistência Social.
Parágrafo único. O CMAS reger-se-á pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, pela legislação municipal do SUAS, pelas normas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, pelas demais normas do SUAS e por este Regimento Interno.
Art. 2º. O CMAS tem por finalidade exercer o controle social da Política Municipal de Assistência Social, participando de sua formulação, deliberação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e fiscalização, inclusive quanto ao financiamento e à execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Art. 3º. No exercício de suas atribuições, o CMAS observará, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, participação social, paridade, equidade, respeito à diversidade, acessibilidade, defesa dos direitos socioassistenciais e protagonismo dos usuários.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, REPRESENTAÇÃO, MANDATO E VACÂNCIA

Art. 4º. O CMAS será composto por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, observada a paridade entre governo e sociedade civil, assim distribuídos:

I – 3 (três) representantes governamentais titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo o segmento governamental composto majoritariamente por representantes da Política de Assistência Social;
II – 3 (três) representantes da sociedade civil titulares e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, sendo:
a) 1 (um) representante de usuários ou de organização de usuários da assistência social;
b) 1 (um) representante de organização de trabalhadores do SUAS; e
c) 1 (um) representante de entidade ou organização de assistência social.
§ 1º Na ausência de representação do segmento de entidades ou organizações de assistência social no Município, a respectiva vaga será preenchida por representante do segmento de usuários e, na impossibilidade, por representante do segmento de trabalhadores, observadas as normas nacionais vigentes.
§ 2º Quando não houver outra organização apta do mesmo segmento para preenchimento de vaga da sociedade civil, poderá ser admitida, nos termos das normas nacionais, a indicação de outro representante pela organização existente, desde que se trate de pessoa distinta e sejam preservadas a paridade e a proporcionalidade entre os segmentos.
§ 3º A representação governamental deverá observar a prioridade das áreas previstas na legislação municipal e nas normas do CNAS.
Art. 5º. A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada em foro próprio, coordenado pela sociedade civil, sob supervisão do Ministério Público, observadas as normas nacionais aplicáveis e antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato vigente.
§ 1º Poderão participar do processo eleitoral, na forma do edital, representantes de usuários ou organizações de usuários, entidades e organizações de assistência social e organizações de trabalhadores do SUAS.
§ 2º O Poder Executivo assegurará suporte material e administrativo ao processo eleitoral, vedada interferência na autonomia de sua condução pela sociedade civil.
§ 3º Não sendo preenchidas todas as vagas, será realizado processo eleitoral complementar, preservadas a paridade e a representação dos segmentos.
Art. 6º. Os representantes governamentais serão indicados pelos órgãos ou áreas competentes e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os representantes deverão possuir condições de participação efetiva e capacidade de representar o órgão ou segmento que os indicou.
Art. 7º. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, observadas as regras nacionais aplicáveis.
§ 1º A função de conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 2º O representante poderá ser substituído a qualquer tempo pelo órgão ou segmento que representa, mediante comunicação formal ao CMAS e posterior atualização do ato de nomeação.
Art. 8º. É incompatível com a composição do CMAS a participação, na condição de conselheiro, de representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

§ 1º Fica impedido de representar o segmento dos trabalhadores o profissional que estiver no exercício de cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou função de direção na gestão da rede socioassistencial pública ou de organização da sociedade civil, nos termos das normas nacionais.
§ 2º É vedado ao trabalhador ocupar vaga destinada ao segmento de usuários.
§ 3º O titular do órgão gestor municipal de assistência social, caso integre o CMAS, deverá abster-se de votar em matéria relativa à aprovação das contas da própria gestão e, preferencialmente, não ocupará a Presidência ou a Vice-Presidência.
§ 4º O conselheiro candidato a cargo eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo deverá observar as regras de afastamento previstas nas normas vigentes e, se eleito, não poderá permanecer como conselheiro.
Art. 9º. O conselheiro titular que não puder comparecer à reunião deverá comunicar sua ausência à Secretaria Executiva com antecedência sempre que possível, para convocação ou ciência do respectivo suplente.
§ 1º O suplente poderá participar das reuniões com direito a voz e assumirá o direito de voto quando estiver no exercício da titularidade.
§ 2º Estando titular e suplente presentes, o direito de voto caberá ao titular.
§ 3º O suplente assumirá a titularidade quando houver ausência comunicada do titular, afastamento temporário ou vacância, na forma deste Regimento.

Art. 10. Poderá perder o mandato o conselheiro que, sem justificativa aceita pelo Plenário, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas no período de 12 (doze) meses.
§ 1º Ao atingir 2 (duas) faltas consecutivas ou 3 (três) alternadas não justificadas, a Secretaria Executiva comunicará formalmente o conselheiro e o órgão ou segmento representado.
§ 2º A perda de mandato somente será declarada após ciência do interessado, possibilidade de manifestação e deliberação do Plenário.
§ 3º Declarada a vacância, o suplente assumirá a titularidade e o órgão ou segmento responsável será comunicado para indicação ou eleição de novo suplente, conforme o caso.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO CMAS

Art. 11. O CMAS terá a seguinte estrutura:
I – Plenário;
II – Presidência e Vice-Presidência;
III – Secretaria Executiva;
IV – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho.

Seção I
DO PLENÁRIO

Art. 12. O Plenário é a instância máxima de deliberação do CMAS e será composto pelos conselheiros titulares ou pelos suplentes no exercício da titularidade.
Art. 13. Compete ao Plenário:
I – deliberar sobre matérias de competência do CMAS;
II – aprovar a Política Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Assistência Social;

III – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social e a programação do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
IV – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão, a execução física e financeira e os resultados da Política Municipal de Assistência Social;
V – apreciar prestações de contas e emitir deliberações e pareceres;
VI – estabelecer critérios e prazos para a concessão dos benefícios eventuais e acompanhar sua oferta;
VII – acompanhar e fiscalizar, no que couber, a gestão municipal dos programas de transferência de renda e do Cadastro Único;
VIII – deliberar sobre aceites, expansões, adesões e cofinanciamentos quando exigida manifestação do Conselho;
IX – convocar, organizar e acompanhar as Conferências Municipais de Assistência Social;
X – acompanhar as deliberações das conferências e as metas de aprimoramento do SUAS;
XI – realizar a inscrição, acompanhar e fiscalizar entidades e organizações de assistência social e suas ofertas, nos termos das normas nacionais;
XII – receber, apurar e dar encaminhamento a denúncias relacionadas à Política de Assistência Social;
XIII – fomentar a participação dos usuários e a articulação com outros conselhos e instâncias de controle social;
XIV – instituir comissões temáticas e grupos de trabalho;
XV – promover ações de formação e educação permanente dos conselheiros;
XVI – aprovar e alterar este Regimento Interno;
XVII – eleger a Presidência e a Vice-Presidência;
XVIII – aprovar resoluções, recomendações, moções, pareceres e demais atos do CMAS;
XIX – exercer outras atribuições previstas em lei e nas normas do SUAS.

Seção II
DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 14. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os membros titulares para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período.
§ 1º A eleição exigirá votos favoráveis de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
§ 2º Será observada a alternância entre governo e sociedade civil no exercício da Presidência e da Vice-Presidência, nos termos da legislação municipal e das normas nacionais.
§ 3º A Presidência e a Vice-Presidência deverão ser ocupadas por representantes de segmentos distintos entre governo e sociedade civil.
§ 4º Preferencialmente, será promovida a alternância entre os segmentos da sociedade civil no exercício das funções de Presidente e Vice-Presidente.
Art. 15. Compete ao Presidente:
I – convocar e presidir as reuniões do Plenário;
II – representar o CMAS institucionalmente, podendo delegar representação mediante ciência do Plenário;
III – organizar, em conjunto com a Secretaria Executiva, a pauta das reuniões;
IV – conduzir as discussões, assegurar o direito à manifestação e proclamar os resultados das votações;
V – assinar, conjuntamente com a Secretaria Executiva quando cabível, resoluções, ofícios, atas, pareceres e demais documentos do Conselho;
VI – encaminhar às autoridades competentes as deliberações do CMAS;
VII – zelar pelo cumprimento deste Regimento e das deliberações do Plenário;
VIII – determinar à Secretaria Executiva as providências administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho;
IX – convocar, quando necessário, reuniões extraordinárias; e
X – exercer outras atribuições definidas pelo Plenário ou pela legislação.
Art. 16. Compete ao Vice-Presidente:
I – substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou vacância;
II – auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições; e
III – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário.

Art. 17. Ocorrendo vacância da Presidência, o Vice-Presidente assumirá interinamente e convocará imediatamente eleição para o cargo de Presidente, a ser realizada em foro próprio do segmento que exercia a Presidência, para cumprimento do período restante do mandato, preservada a alternância entre governo e sociedade civil.
§ 1º Ocorrendo vacância da Vice-Presidência, será realizada eleição para conclusão do mandato, em foro próprio do respectivo segmento, sendo eleito representante da sociedade civil do segmento correspondente ou representante governamental dentre os membros do Conselho, conforme a origem da vaga.
§ 2º Em caso de vacância simultânea da Presidência e da Vice-Presidência, a Secretaria Executiva convocará reunião extraordinária para recomposição dos cargos, observadas a representação dos segmentos e a alternância estabelecida nas normas vigentes.

Seção III
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 18. O CMAS contará com Secretaria Executiva vinculada diretamente ao Conselho, subordinada à Presidência e ao colegiado, destinada a prestar suporte técnico, administrativo e operacional às suas atividades.
§ 1º A Secretaria Executiva contará com profissional de nível superior e apoio técnico-administrativo compatível com as necessidades do Conselho.
§ 2º O profissional de nível superior será, preferencialmente, servidor efetivo ou de carreira e, em razão do porte do Município, não precisará exercer a função com dedicação exclusiva, observadas as normas nacionais.
§ 3º O perfil do Secretário Executivo será definido pelo CMAS e sua designação ou dispensa ocorrerá em comum acordo com o Conselho.
Art. 19. Compete à Secretaria Executiva:
I – prestar assessoramento técnico e administrativo ao Plenário, à Presidência, às Comissões e aos Grupos de Trabalho;
II – preparar, em conjunto com a Presidência, as pautas e convocações das reuniões;
III – encaminhar aos conselheiros, preferencialmente por meio eletrônico, pautas, documentos e materiais necessários às deliberações;

IV – elaborar as atas das reuniões e manter organizados os livros, registros e arquivos do CMAS;
V – controlar a frequência dos conselheiros e comunicar ocorrências previstas neste Regimento;
VI – registrar, numerar, publicar e arquivar as resoluções e demais atos do Conselho;
VII – organizar os processos de inscrição e acompanhamento de entidades e organizações de assistência social, sob orientação do Plenário e das comissões competentes;
VIII – acompanhar os prazos das deliberações e providenciar os encaminhamentos administrativos correspondentes;
IX – manter atualizado o cadastro dos conselheiros e as informações do CMAS nos sistemas oficiais;
X – apoiar a organização das Conferências Municipais de Assistência Social e do processo eleitoral da sociedade civil;
XI – apoiar o planejamento anual e a prestação de informações sobre as atividades do Conselho; e
XII – exercer outras atividades determinadas pelo Plenário ou pela Presidência.

Seção IV
DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 20. O CMAS poderá instituir Comissões Temáticas permanentes ou temporárias e Grupos de Trabalho, por deliberação do Plenário, sempre respeitada a paridade entre governo e sociedade civil.
§ 1º As Comissões serão compostas, preferencialmente, por número par de conselheiros, podendo contar com titulares e suplentes.
§ 2º Os membros poderão integrar mais de uma Comissão ou Grupo de Trabalho, considerando o porte do Município e a necessidade de racionalização das atividades.
§ 3º As Comissões e Grupos de Trabalho poderão convidar técnicos, usuários, representantes de entidades, especialistas ou outros colaboradores, sem direito a voto.
§ 4º Os pareceres e propostas das Comissões e Grupos de Trabalho serão submetidos à deliberação do Plenário.

Art. 21. Ficam instituídas, sem prejuízo de outras que venham a ser criadas, as seguintes Comissões Temáticas Permanentes:
I – Comissão de Política, Serviços, Benefícios e Participação Social;
II – Comissão de Financiamento, Orçamento e Fundo Municipal de Assistência Social; e
III – Comissão de Normas, Inscrição e Acompanhamento de Entidades e Organizações de Assistência Social.
Parágrafo único. O Plenário poderá reorganizar, fundir ou criar Comissões por resolução, conforme a necessidade do Conselho, preservada a paridade.

Art. 22. Compete à Comissão de Política, Serviços, Benefícios e Participação Social:
I – acompanhar a execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social;
II – analisar matérias relativas aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
III – acompanhar os benefícios eventuais e propor aperfeiçoamentos de critérios e fluxos;
IV – acompanhar as deliberações das conferências e as metas de aprimoramento do SUAS;
V – fomentar a participação e o protagonismo dos usuários; e
VI – emitir pareceres e propostas ao Plenário.
Art. 23. Compete à Comissão de Financiamento, Orçamento e Fundo Municipal de Assistência Social:
I – analisar a proposta orçamentária da assistência social e a programação do FMAS;
II – acompanhar a execução orçamentária e financeira e a aplicação dos recursos;
III – analisar prestações de contas e relatórios apresentados ao CMAS;
IV – acompanhar os recursos oriundos dos cofinanciamentos federal, estadual e municipal; e
V – emitir pareceres e recomendações ao Plenário.
Art. 24. Compete à Comissão de Normas, Inscrição e Acompanhamento de Entidades e Organizações de Assistência Social:
I – analisar pedidos de inscrição, manutenção, atualização e cancelamento, observadas as normas do CNAS;

II – planejar e realizar, quando necessário, visitas e acompanhamento das entidades e ofertas inscritas;
III – acompanhar a regularidade e a adequação das ofertas às normas do SUAS;
IV – propor ao Plenário procedimentos, orientações e atos normativos sobre inscrição e fiscalização; e
V – elaborar pareceres para deliberação do Plenário.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES, DO QUÓRUM E DAS DELIBERAÇÕES

Art. 25. O Plenário reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
§ 1º O calendário anual das reuniões ordinárias será aprovado preferencialmente na primeira reunião de cada ano e amplamente divulgado.
§ 2º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, desde que sejam asseguradas identificação dos participantes, publicidade, registro e condições adequadas de participação.
§ 3º Não haverá recesso que impeça a realização da reunião ordinária mensal obrigatória.
Art. 26. As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, acompanhadas da pauta e, sempre que possível, dos documentos necessários à deliberação.
§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.
§ 2º Em situação de urgência devidamente justificada, a convocação extraordinária poderá ocorrer em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas.
§ 3º A convocação poderá ser realizada por ofício, correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio eletrônico previamente informado pelo conselheiro, devendo ser preservado registro do envio.
Art. 27. As reuniões do CMAS serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

§ 1º Os participantes não conselheiros terão direito a voz mediante autorização da Presidência, sem direito a voto.
§ 2º Quando houver tratamento de dados pessoais, informações protegidas por sigilo legal ou situações que envolvam direitos de crianças, adolescentes, pessoas protegidas ou usuários identificáveis, o Conselho adotará as medidas necessárias à preservação da privacidade, sem prejuízo da publicidade das deliberações.
Art. 28. O quórum para instalação das reuniões será de maioria absoluta dos membros do Conselho, assegurada a presença mínima de metade dos representantes de cada segmento, governo e sociedade civil.

§ 1º Na composição de 6 (seis) membros, o quórum de instalação será de, no mínimo, 4 (quatro) conselheiros, sendo pelo menos 2 (dois) representantes governamentais e 2 (dois) da sociedade civil.
§ 2º Não alcançado o quórum, a reunião será encerrada e nova data será convocada, vedada deliberação com número inferior ao estabelecido neste artigo.
Art. 29. As deliberações ordinárias serão aprovadas por maioria simples dos conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade presentes à reunião.
§ 1º A alteração deste Regimento Interno, a eleição da Presidência e da Vice-Presidência e as deliberações relativas ao orçamento e ao financiamento da Política de Assistência Social exigirão votos favoráveis de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
§ 2º Em caso de empate, a matéria será considerada não aprovada, podendo ser novamente pautada mediante apresentação de novos elementos ou em reunião posterior.
§ 3º O Presidente votará como conselheiro de seu segmento, não havendo voto de qualidade ou de desempate.
Art. 30. As reuniões observarão, preferencialmente, a seguinte ordem:
I – abertura e verificação de quórum;
II – apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;
III – informes e comunicações;
IV – apresentação, discussão e votação das matérias da pauta;
V – assuntos gerais, quando cabíveis; e
VI – encerramento.
Parágrafo único. Matéria não constante da pauta somente poderá ser deliberada em caso de urgência reconhecida pela maioria dos presentes, ressalvadas as matérias sujeitas a quórum qualificado, que deverão constar expressamente da convocação.
Art. 31. As atas registrarão, de forma objetiva, os participantes, a pauta, as discussões essenciais, as deliberações, os resultados das votações, as declarações de voto quando requeridas e os encaminhamentos.
§ 1º As atas poderão ser aprovadas na reunião subsequente ou por meio eletrônico, quando previamente autorizado pelo Plenário e assegurada a manifestação dos conselheiros.
§ 2º Após aprovadas, as atas serão assinadas na forma adotada pelo Conselho, inclusive por assinatura eletrônica quando disponível.
Art. 32. O conselheiro poderá pedir vista de matéria em discussão, devendo devolvê-la no prazo definido pelo Plenário, preferencialmente até a reunião seguinte.
Parágrafo único. O pedido de vista poderá ser indeferido pelo Plenário quando a matéria for urgente e houver prazo legal ou administrativo improrrogável, mediante justificativa registrada em ata.
Art. 33. O conselheiro que possuir interesse pessoal, profissional, institucional ou econômico direto na matéria em apreciação deverá declarar impedimento e abster-se de votar.
Parágrafo único. A declaração de impedimento e a abstenção serão registradas em ata.

CAPÍTULO V
DOS ATOS DO CMAS

Art. 34. As deliberações do CMAS serão formalizadas, conforme a natureza da matéria, por meio de:
I – Resoluções, quando houver decisão normativa, aprovação, deliberação ou regulamentação de competência do Conselho;
II – Pareceres, quando houver análise técnica ou manifestação sobre matéria específica;
III – Recomendações, quando houver orientação a órgãos, entidades ou gestores;
IV – Moções, quando houver manifestação institucional; e
V – Ofícios e demais expedientes administrativos.
Art. 35. As Resoluções do CMAS serão numeradas sequencialmente por ano, assinadas pela Presidência e publicadas no órgão oficial de divulgação do Município ou em meio oficial equivalente.
Parágrafo único. As decisões relativas à execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres terão publicidade, observadas as normas de transparência e proteção de dados.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 36. São atribuições dos conselheiros:
I – participar das reuniões, comissões, grupos de trabalho, conferências e atividades para as quais forem designados;
II – estudar as matérias submetidas ao Conselho e participar das discussões e votações;
III – representar com responsabilidade o órgão, entidade ou segmento de origem, sem prejuízo da autonomia necessária ao exercício do controle social;
IV – comunicar ausências e justificar faltas;
V – manter-se atualizado sobre a legislação e as normas do SUAS;
VI – preservar o sigilo de informações protegidas por lei e observar a ética no tratamento de dados pessoais;
VII – declarar impedimento quando houver conflito de interesses;
VIII – divulgar as deliberações do CMAS junto ao segmento que representa;
IX – acompanhar a execução das deliberações do Conselho; e
X – exercer outras atribuições decorrentes da função de conselheiro.
XI – participar de, pelo menos, uma Comissão Temática do CMAS, ressalvada impossibilidade devidamente justificada e apreciada pelo Plenário.
Art. 37. Nenhum conselheiro poderá manifestar-se oficialmente em nome do CMAS sem autorização do Plenário ou delegação da Presidência.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a manifestação pessoal do conselheiro, desde que deixe claro que não fala em nome do Conselho.

CAPÍTULO VII
DO PLANEJAMENTO, DA FORMAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 38. O CMAS elaborará, no início de cada gestão, planejamento de suas ações, contendo prioridades, atividades, responsabilidades e cronograma de execução.
§ 1º O planejamento será acompanhado e avaliado periodicamente pelo Plenário.
§ 2º O órgão gestor deverá considerar as necessidades do Conselho na elaboração do orçamento da assistência social, assegurando suporte técnico, administrativo e financeiro ao exercício do controle social.
Art. 39. O CMAS promoverá e apoiará ações de educação permanente e formação dos conselheiros, considerando a legislação do SUAS, o controle social, o financiamento, os direitos dos usuários e as demais matérias necessárias ao exercício das atribuições.
Art. 40. O CMAS estimulará a participação e o protagonismo dos usuários, inclusive por meio de fóruns, coletivos, associações, movimentos e outros espaços legítimos de participação social.
Art. 41. O CMAS promoverá, pelo menos uma vez ao ano, audiência pública com as entidades e organizações de assistência social inscritas e com aquelas que possuam ofertas socioassistenciais inscritas, visando à transparência, articulação da rede, intercâmbio de experiências e fortalecimento do SUAS.

CAPÍTULO VIII
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 42. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância periódica de debate, avaliação e deliberação sobre a Política Municipal de Assistência Social e de definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS.
Art. 43. A Conferência Municipal será convocada ordinariamente a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, quando necessário, nos termos da legislação municipal e das normas vigentes do SUAS.
Parágrafo único. A eleição dos representantes da sociedade civil para o CMAS ocorrerá em foro próprio e não se confunde com a realização da Conferência Municipal.

CAPÍTULO IX
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Art. 44. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS será gerido pelo órgão gestor municipal da assistência social, sob orientação, acompanhamento e fiscalização do CMAS.
Art. 45. Compete ao CMAS, em relação ao FMAS:

I – apreciar e aprovar a proposta orçamentária e a programação dos recursos;
II – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira;
III – apreciar as prestações de contas e emitir as deliberações e pareceres cabíveis;
IV – acompanhar a aplicação dos recursos próprios e dos cofinanciamentos estadual e federal;
V – deliberar sobre critérios de aplicação de recursos quando a legislação exigir manifestação do Conselho; e
VI – dar publicidade às deliberações relativas ao financiamento da Política de Assistência Social.
Parágrafo único. O CMAS exerce controle social e fiscalização sobre o FMAS, não se confundindo suas atribuições com as competências administrativas, contábeis, financeiras e de ordenação de despesas do órgão gestor.

CAPÍTULO X
DO ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 46. O CMAS dará ampla publicidade às suas reuniões, pautas, resoluções, calendário, deliberações e demais informações de interesse público, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
Art. 47. Qualquer cidadão, usuário, entidade ou organização poderá solicitar informações sobre as atividades do CMAS, observadas a legislação de acesso à informação e a proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As respostas serão fornecidas no prazo legal aplicável ou, inexistindo prazo específico, em prazo razoável definido pela Secretaria Executiva.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 48. Enquanto não se iniciar o próximo mandato do CMAS, permanecerá vigente a composição atualmente nomeada, nos termos da regra de transição prevista no art. 60 da Lei Municipal nº 1697/2026.
Parágrafo único. Durante o período de transição, aplicam-se as regras de funcionamento deste Regimento, adaptando-se os quóruns ao número de membros em exercício, sempre respeitada a paridade entre governo e sociedade civil.
Art. 49. Para a composição atual de 10 (dez) membros, enquanto vigente durante a transição, o quórum de instalação será de, no mínimo, 6 (seis) conselheiros, sendo pelo menos 3 (três) representantes governamentais e 3 (três) da sociedade civil.
Parágrafo único. Nas matérias sujeitas a quórum qualificado durante o período de transição, será exigido o voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de membros em exercício.
Art. 50. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Regimento serão resolvidos pelo Plenário, observadas a legislação municipal, a LOAS, as normas do CNAS e demais normas do SUAS.
Art. 51. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado mediante proposta incluída expressamente na pauta de reunião convocada para essa finalidade e aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
Art. 52. Este Regimento Interno entra em vigor na data da publicação da Resolução CMAS nº 05/2026, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema/PR, 22 de setembro de 2026.

HELIDA FÁTIMA SANTIN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E520798D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 10/2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 10/2026

Súmula: Retifica a Resolução CMDCA nº 06/2025, referente à aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema – 2026/2029, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Sapopema/PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação municipal vigente, pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais normativas aplicáveis à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente,

CONSIDERANDO que, em reunião extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2025, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deliberou e aprovou o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema para o quadriênio 2026/2029;
CONSIDERANDO que foi identificado erro material na redação da Resolução CMDCA nº 06/2025, de 03 de dezembro de 2025, na qual constou equivocadamente a denominação "Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029";
CONSIDERANDO que o documento efetivamente apresentado, analisado e aprovado pelo colegiado foi o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema – 2026/2029;
CONSIDERANDO a deliberação realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em reunião extraordinária realizada em 22 de setembro de 2026, registrada na Ata nº 232/2026, que aprovou a retificação do referido erro material;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução CMDCA nº 06/2025, de 03 de dezembro de 2025, para que, onde constar "Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029", passe a constar "Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema – 2026/2029".

Art. 2º A retificação prevista nesta Resolução possui natureza exclusivamente material, permanecendo inalterada a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 03 de dezembro de 2025, que aprovou o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopema – 2026/2029.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução CMDCA nº 06/2025 que não conflitarem com a presente retificação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopema/PR, 22 de setembro de 2026.

HÉLIDA FÁTIMA SANTIN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4777E4A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2627/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a

execução do contrato para **"Registro de Preços para aquisição de carretas agrícolas basculantes hidráulicas e reboque tipo prancha operacional, destinados às Secretarias de Saneamento e Meio Ambiente e de Urbanismo do Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
MARINHO LISBOA ALEXANDRINO	FISCAL	MEIO AMBIENTE
AMARILDO DA SILVA SANTOS	FISCAL	URBANISMO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:3D8EF784

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1356/2026

SÚMULA: Nomeia RAQUEL BISPO CHEMALE para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **RAQUEL BISPO CHEMALE**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.422.XXXX-5 e inscrita no C.P.F. n.º XXX.698.XXX-72, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO, Símbolo CC-4, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:ECDEF81B

SECRETARIA M. DES. ECONÔMICO
CARTA DE CITAÇÃO

CARTA DE CITAÇÃO
Assunto: Defesa prévia em Processo Administrativo
Ilmo Sr: ALEXANDER ALVES DE OLIVEIRA
Pela presente, expedida nos autos acima mencionado,em observância aos estritos termos da Portaria Municipal nº. ProcessoAdministrativoPortaria sob o nº 1331/2025,alterada pela Portaria sob o nº 1636/2026,Vossa Senhoria fica devidamenteCITADO(A) dos termos da presente demanda, e INTIMADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 248da LeiComplementar Municipal 10/1992),apresentar vossa **DEFESA ESCRITA** no processo administrativo, onde Vossa Senhoria figura como indiciada, sob acusação, em tese de ter violado o Capítulo IIe Capítulo Ill das proibições, art. 209 inciso I, alíneas A, B, E, J, Re o art. 210 inciso X, XIIl, XVIII da Lei Complementar nº 10/1992.
Para o exercício da ampla defesa e do contraditório, fica-lhe assegurado o direito de fazer-se acompanhar por advogado devidamente constituído para este fim. Fica facultado também, vistas ao processo, devendo a defesa ser protocolizada junto à Sede da Comissão Processante, na Rua José Emiliano de Gusmão, 575, Setor de RH,ficando ciente de que não apresentando-a, será designado, de ofício, pelapresidenteda comissão, um servidor estável para se incumbir da defesa, sendo dado regular prosseguimento ao feito.
Sarandi-Pr, 16 de setembro de 2026.

ELISANGELA PEREIRA MUNHOZ
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elisangela Pereira Munhoz
Código Identificador:390DA551

SECRETARIA M. DES. ECONÔMICO
PORTARIA Nº 2639/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diárias ao servidor Danilo Bifoni, CPF nº 026.***.***-39, matrícula nº 1864, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, sendo concedidas 03 (três) diárias integrais e 1/2 (meia) diária, destinadas ao custeio das despesas decorrentes da viagem, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2.754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2.897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3.144/2026, de 21 de julho de 2026.
Art. 2ºO valor unitário de cada diária integral corresponde a R$ 710,00 (setecentos e dez reais), e o valor da 1/2 (meia) diária corresponde a R$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais), totalizando o montante de R$ 2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), referente ao período de 29 de setembro a 02 de outubro do corrente ano, para participar do curso de capacitação "Fiscais de Contratos e Papel do Gestor", a ser realizado entre os dias 29/09/2026 a 02/10/2026, com foco em fiscalização setorial, administrativa e prática ("mão na massa"), monitoramento de Acordos de Nível de Serviço (ANS), análise de regularidade trabalhista e fiscal, recebimento provisório e definitivo de bens e serviços com base na Lei nº 14.133/2021, promovida pela Uniflex, a ser realizada na cidade de Curitiba - PR, localizada a aproximadamente 418 km deste Município.
Art. 3º Valor do adiantamento: Não se aplica.
Art. 4º Valor da inscrição do evento: R$ 2.755,00 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais).
Art. 5º Justifica-se a viagem a ser realizada para a participação da capacitação "Fiscais de Contratos e Papel do Gestor", sendo indispensável para exercer com excelência a função de Fiscal de Recebimento de Contratos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. O treinamento abordará diretamente as competências práticas de fiscalização em campo, o monitoramento de desempenho dos fornecedores, a correta instrução do prontuário de fiscalização e os procedimentos legais para atesto e recebimento de materiais e serviços encomendados pelo órgão. A participação visa ao aprimoramento técnico indispensável e atualizações normativas para a mitigação de riscos na tomada de decisão em contratos administrativos vigentes, garantindo a eficiência na aplicação dos recursos públicos e evitando o recebimento de itens em desconformidade com os editais da prefeitura. O evento ocorrerá nos dias 29 de setembro a 02 de outubro na Sede da Uniflex, localizada na Rua Voluntários da Pátria, 547 - Centro, Curitiba - PR.

Art. 6ºA previsão de saída do município será no dia 29/09/2026, às 04h00min, e com previsão de chegada ao município às 20h00min do dia 02/10/2026.Otransporte será por meio de veículo oficial.
Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 22 de setembrode 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Pereira Munhoz
Código Identificador:4E12839E

SECRETARIA M. DES. ECONÔMICO
PORTARIA Nº 2640/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a concessão de diárias ao servidor Vinícius Rafael Andrea, CPF nº 092.******-26, matrícula nº 10143, ocupante do cargo de Coordenador Administrativo de Desenvolvimento Econômico, sendo concedidas 03 (três) diárias integrais e 1/2 (meia) diária, destinadas ao custeio das despesas decorrentes da viagem, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023, com redação da Lei Municipal nº 3144/2026, de 21 de julho de 2026.
Art. 2º O valor unitário de cada diária integral corresponde a R$ 710,00 (setecentos e dez reais), e o valor da 1/2 (meia) diária corresponde a R$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais), totalizando o montante de R$ 2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), referente ao período de 29 de setembro a 02 de outubro do corrente ano, para participar do curso de capacitação "Fiscais de Contratos e Papel do Gestor", a ser realizado entre os dias 29/09/2026a02/10/2026, com foco em governança, soluções de Inteligência Artificial, repactuações, reajustes, reequilíbrio econômico-financeiro e aplicação de sanções administrativas com base na Lei nº 14.133/2021, promovida pela Uniflex, a ser realizada na cidade de Curitiba - PR, localizada a aproximadamente 418 km deste Município.
Art. 3º Valor do adiantamento: R$ 500,00 (quinhentos reais), destinado a abastecimento e despesas com veículo oficial.
Art. 4º Valor da inscrição do evento: R$ 2.755,00 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais).
Art. 5º Justifica-se a viagem a ser realizada para a participação da capacitação "Fiscais de Contratos e Papel do Gestor", sendo de total relevância para conhecimentos técnicos e atualização de procedimentos operacionais com foco em governança, soluções de Inteligência Artificial, repactuações, reajustes, reequilíbrio econômico-financeiro e aplicação de sanções administrativas. A participação visa ao aprimoramento técnico indispensável e à atualização para mitigação de riscos na tomada de decisões em contratos administrativos.
Os conhecimentos adquiridos serão aplicados na rotina de trabalho para subsidiar decisões administrativas, devendo ser posteriormente disseminados à equipe da secretaria. O evento ocorrerá nos dias 29 de setembro a 02 de outubro na Sede da Uniflex, localizada na Rua Voluntários da Pátria, 547 - Centro, Curitiba - PR.

Art. 6ºA previsão de saída do município será no dia 29/09/2026, às 04h00min, e com previsão de chegada ao município às 20h00min do dia 02/10/2026. Otransporte será por meio de veículo oficial.
Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 22 de setembrode 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Pereira Munhoz
Código Identificador:B3C500B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA

Resolução n.º 37/2026

Dispõe sobre proposta de suplementação do projeto atividade 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente - Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Sarandi/PR reunido em plenária ordinária no 22 de Setembro dia de 2026.

Considerando:
- O Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- A Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações - em específico os artigos 4º e 7º que estabelecem que a criança e o adolescente tem direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência;
- O ofício SAS/ADM n.º2.353/2026 solicita a inclusão de pauta CMDCA e a apresentação do Sr. Márcio José Bourscheid sobre o pedido de suplementação do Projeto atividade 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) pelo orçamento da saúde através da fonte 1000;

Resolve:

Art. 1º: Aprovar a proposta de suplementação no projeto atividade 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente - Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi:

Anulação:

Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição	Valor
2.252 - Manutenção da Saúde Bucal	3.1.90.11.00.00	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R$ 120.000,00
2.252 - Manutenção da Saúde Bucal	3.1.91.13.00.00	1000	Obrigações Patronais	R$ 130.000,00

Suplementação:

Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição	Valor
6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente	3.3.90.32.00.00	1000	Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita	R$ 250.000,00

Art. 2o- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-Pr, 22 de Setembro de 2026.

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:F79E08E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA

Resolução n.º 39/2026

Dispõe sobre aprovação do Relatório de Gestão da Área da Criança e Adolescente do Município de Sarandi/PR do 4º Bimestre de 2026 dos Projetos Atividades Iniciados em 05 e 06 (cinco e seis).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Sarandi/PR reunido em plenária ordinária no dia 22 de Setembro de 2026.

Considerando:

- A Instrução Normativa n. 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- A Resolução n.º 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- O Certificado 004/2026 emitido pela Controladoria Geral do Município de Sarandi que considera o Relatório de Gestão Regular com recomendações;
- A Reunião Ordinária CMDCA n.º 09/2026;

Resolve:

Art. 1o. – Aprovar o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente do 4.º Bimestre de 2026 dos Projetos Atividades Iniciados em 05 e 06 (cinco e seis) correspondentes aos meses de Julho e Agosto, no valor Liquidado de R$ 2.985.551,65 (Dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) referentes às Secretarias Municipais de Assistência Social; Educação; Cultura e Juventude, Esporte e Lazer; Saúde; e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Único: Destaca-se as justificativas encaminhadas pelas secretarias municipais sobre os projetos atividades que não gastaram recursos ou que não tiveram números de atendimentos - encaminhadas ao CMDCA e ao Controle Interno.

Art. 2o- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-Pr, 22 de setembro de 2026.

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:A0262623

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº. 022, DE 22 DE SETEMBRO 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Dispõem da alteração da data da reunião ordinária do mês de Setembro do calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Sarandi, em decisão por ad referendum, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº. 2415/2018.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a alteração do dia da reunião ordinária do mês de Setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi, a reunião agendada para dia 24/09/2026 conforme Resolução nº 04/2026 do CMS, passa a ser realizada no dia 30/09/2026.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MÁRCIO MANOEL DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de saúde

Homologo a resolução nº. 022/2026, do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi nos termos do § 2º. Art. 1º, da Lei Federal nº. 8.142/90.

DIEGO CARNEIRO DE MIRANDA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcio Jose Bourscheid
Código Identificador:6B153E8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2026
(Processo Licitatório n.º 192/2026)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Aquisição de 01 (um) Vídeo-Colonoscópio Eletrônico HD com compatibilidade mandatória para a processadora Fujifilm Eluxeo Lite EP-6000, e aquisição de insumos clínicos de consumo, visando à expansão da Rede de Atenção à Saúde (Resolução SESA nº 804/2025 saldo remanescente) e conformidade com o Art. 44-A da Lei nº 14.133/2021, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 118.654,87 (cento e dezoito mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais e oitenta e sete centavos),

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço GLOBAL por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 06 de outubro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 06 de outubro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 06 de outubro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

22/09/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F946B371

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

Na edição nº **ANO XV Nº 3606**, de **31 de agosto de 2026**, deste Diário Oficial, foi publicado o **CONTRATO Nº 230/2026**, oriundo da **CONCORRÊNCIA Nº 022/2024**, celebrado entre o MUNICIPIO DE SENGÉS e a Empresa PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 82.570.342/0001-01, cujo objeto é a Execução de serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, destinado a Pavimentação de 18.674,35m² de vias urbanas em CBUQ no Distrito do Ouro Verde no Município de Sengés**.**

Constatou-se a ocorrência de lapso no preenchimento do Item 11.3 da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato, o qual permaneceu sem a devida informação, razão pela qual se faz necessária a presente correção.

ONDE SE LÊ:

"A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de _____dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa."

LEIA-SE:

"A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa."

Informações poderão ser obtidas pelo telefone **(43) 3567-1400**, pelo site **www.senges.pr.gov.br** ou pelo e-mail **comprascontratos@senges.pr.gov.br**.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:3072C36D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de Sengés, Estado do Paraná, torna público que, por meio de decisão administrativa, foi determinada a **revogação parcial do Leilão Eletrônico nº 001/2026,** especificamente quanto aos **Lotes 17, 24 e 33,** referentes, respectivamente, a **camionete, ambulância e pá-carregadeira**, em razão de solicitação e justificativas apresentadas pelas Secretarias Municipais competentes.

Ficam, portanto, **INTIMADOS os interessados** para, querendo, apresentarem **recurso administrativo**, no prazo de **03 (três) dias úteis,** contados da publicação deste aviso, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail **deptolicitacao@senges.pr.gov.br**, dentro do prazo legal.

O leilão **prosseguirá normalmente quanto aos demais lotes** não abrangidos pela presente decisão.

Sengés/PR, 21 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:81EE1454

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 002/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2024.

OBJETO: A presente chamada pública tem por objeto o Credenciamento de pessoa jurídica e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) para a para prestação de serviços, incluindo somente a MÃO DE OBRA para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao edital.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

69.129.785 PAMELA XAYENE DOS SANTOS E SILVA, inscrita no **CNPJ n.º 69.129.785/0001-01**, para fornecer os seguintes serviços:

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
01	HORA	SERVIÇO DE PEDREIRO	R$ 23,09	24º COLOCADO
02	HORA	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R$ 22,32	17º COLOCADO
03	HORA	SERVIÇO DE PINTOR	R$ 23,90	24º COLOCADO
04	HORA	SERVIÇO DE SERVENTE	R$ 16,27	23º COLOCADO
05	HORA	SERVIÇO DE ENCANADOR	R$ 23,81	14º COLOCADO
06	HORA	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	R$ 23,90	18º COLOCADO

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:8C4CDC1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 020/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 097/2026.

OBJETO: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de credenciamento n.º 002/2024 para os lotes 01 aos 06, cujo objeto é a prestação de serviços incluindo somente **MÃO DE OBRA** para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc.), conforme requerido e justificado pelas **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA E PECUÁRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SERVIÇOS URBANOS E ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE.**

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

69.129.785 PAMELA XAYENE DOS SANTOS E SILVA, inscrita no **CNPJ n.º 69.129.785/0001-01**, para fornecer os seguintes serviços:

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
01	HORA	SERVIÇO DE PEDREIRO	R$ 23,09	24º COLOCADO
02	HORA	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R$ 22,32	17º COLOCADO
03	HORA	SERVIÇO DE PINTOR	R$ 23,90	24º COLOCADO
04	HORA	SERVIÇO DE SERVENTE	R$ 16,27	23º COLOCADO
05	HORA	SERVIÇO DE ENCANADOR	R$ 23,81	14º COLOCADO
06	HORA	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	R$ 23,90	18º COLOCADO

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7CF75FB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 039/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 285/2025.

OBJETO: contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 007/2024, cujo objeto Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma continua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, maquinas e equipamentos de linha leve, media, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Administração, Serviços Urbanos, Transporte e Aviação, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Cultura Esporte Turismo, Industria e Comercio, Educação.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

OFICINA MECANICA DIESEL JJ MADRUGUINHA LTDA, CNPJ N.º 59.372.192/0001-00, para fornecer os seguintes:

LINHA LEVE				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	28º COLOCADO
LINHA MEDIA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	30º COLOCADO
LINHA PESADA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	35º COLOCADO

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:3C701D0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 022/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 111/2026.

OBJETO: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 007/2024, cujo objeto credenciamento de pessoa jurídica para o fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal, conforme requerido e justificado pelas Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Agricultura e Pecuária, Educação, Cultura, Esporte e Turismo, Serviços Urbanos, Administração, Meio Ambiente, Indústria e Comércio e Transporte e Viação**.**

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considero o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

OFICINA MECANICA DIESEL JJ MADRUGUINHA LTDA, CNPJ N.º 59.372.192/0001-00, para fornecer os seguintes:

LINHA LEVE			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	33º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	33º COLOCADO
LINHA MÉDIA			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	33º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	33º COLOCADO
LINHA PESADA			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	43º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	43º COLOCADO

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:860AB165

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026
(Processo Licitatório nº 156/2026)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para compra de **livros infantis e infanto-juvenis**, destinados à distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino em comemoração ao Dia das Crianças, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..

VENCEDORES:
AQUARELA EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA (35478579000187) com o lote: 6 no valor total de R$ 7.948,18 (sete mil novecentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos).
R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (42825012000103) com os lotes: 5, 9 e 10 no valor total de R$ 27.588,21 (vinte e sete mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos).
EDITORA EUREKA LTDA (26192516000179) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11 no valor total de R$ 53.220,50 (cinquenta e três mil duzentos e vinte reais e cinquenta centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/09/2026

Sengés, 22 de setembro de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:3E0F3D15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2026
(Processo Licitatório nº 166/2026)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a compra de cortinas de tecido tipo Madras e varões de ferro revestidos em PVC, destinados às instalação na Secretaria Municipal de Educação, das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs),

conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:

INDUSTRIAS OXFORD LTDA (52414096000138) com os lotes: 2 e 3 no valor total de R$ 4.066,10 (quatro mil sessenta e seis reais e dez centavos).

NLV INCORPORATION COMERCIO E SERVIÇOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E ROUPAS LTDA (25171476000116) com o lote: 1 no valor total de R$ 40.446,00 (quarenta mil quatrocentos e quarenta e seis reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/09/2026

Sengés, 22 de setembro de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:CEF04F67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
LEI MUNICIPAL N.º 3.418, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial, no orçamento do Município de Sertanópolis, para o Exercício de 2026.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná aprovou, e a Prefeita Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício, Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 3.030.000,00 (três milhões e trinta mil reais), destinado à abertura das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação
07 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS
07.060 DIVISAO DE TRANSITO E TRANSPORTE
07.060.15.451.0012.1.118 URBANIZACAO DA AVENIDA DR. VACYR G. PEREIRA
231 - 4.4.90.51.00.00 1808 OBRAS E INSTALACOES 3.000.000,00

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.040 DIVISAO DE FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
06.040.08.243.0010.6.227 CONTRIBUICAO COM ENTIDADES DE MEDIA COMPLEXIDADE
177 - 4.4.90.52.00.00 1018 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 100.000,00
06 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.040 DIVISAO DE FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
06.040.08.243.0010.6.051 MANUTENCAO DAS ACOES DO FUNDO PARA A INF. E ADOL. - FIA
157 - 3.3.50.41.00.00 880 CONTRIBUICOES 190.000,00

06.040.08.243.0010.6.227 CONTRIBUICAO COM ENTIDADES DE MEDIA COMPLEXIDADE
177 - 4.4.90.52.00.00 1018 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 32.000,00
Total Suplementação: 3.322.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, relativamente à Fonte 1808 e a R$ 100.000,00 da Fonte 1018, servirá como recurso excesso de arrecadação; e, relativamente à Fonte 880 e a R$ 32.000,00 da Fonte 1018, servirá como recurso superávit financeiro.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani", 22 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ORIGEM: Projeto de Lei 023/2026
AUTORIA: Poder Executivo

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:229ACE09

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
12° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

12° Termo Aditivo ao Contrato nº. 10/2024, decorrente de Pregão n°42/2023 de Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em tecnologia da informação.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **DK7 - TECNOLOGIA E SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 17.585.941/0001-37, com sede no endereço AV ESTUDANTES, nº 310, CENTRO, IBIPORÃ-PR neste ato representada por **Isabela Dumas Carolensky,** portador do CPF sob n° 09527164966, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 3.615,72 (três mil, seiscentos e quinze reais e setenta e dois centavos), com finalidade de Correção na planilha de custos decorrente de Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, para o período de 01/09/2026 à 01/03/2027. Com fundamento art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 124 da Lei 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	Unid.	VALOR PRATICADO	VALOR ATUALIZADO
1	1	Serviços de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em tecnologia da informação - Conforme Termo de Referência.	Mensal	R$ 11.818,84	R$ 12.421,46

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 22 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***DK7 - TECNOLOGIA E SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:41AF72DF

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 78/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: M. M. HERNANDES OLÍMPIO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 08.762.835/0001-90.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORCAS, ARRUELAS, PARAFUSOS E FERRAGENS DIVERSAS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SAAE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 6.000,40 (seis mil reais e quarenta centavos).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 22 de setembro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:9B3B3F7F

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 62/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR.

CONTRATADA: AUTO ARAPONGAS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ 75.405.860/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para prestação de serviço de revisão programada de 30.000km, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial FIAT STRADA PLACA: TBK-7C40, pertencente à frota do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis.

VALOR: R$ 807,90 (novecentos e dezenove reais e quarenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 dias

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, IV,a, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 22 de setembro de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:E2CC26ED

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 63/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR.

CONTRATADA: DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ Nº 51.049.397/0001-47

OBJETO: Manutenção de relógios pontos com fornecimento de peças para o Serviço Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 22 de Setembro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:4BB88FA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 056/2026

Súmula: Regulamenta a composição, estruturação e o funcionamento do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no Art. 10 Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1257/2026;

DECRETA:

CAPÍTULO I - Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, órgão colegiado de caráter consultivo, mobilizador, de assessoramento e fiscalizador, tem por finalidade auxiliar na formulação, implementação e execução da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil.

CAPÍTULO II - Das Competências

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - atuar como órgão consultivo do Chefe do Poder Executivo e do Coordenador Executivo da COMPDEC na gestão de riscos e desastres;

II - analisar, propor alterações e emitir parecer sobre o Plano de Contingência Municipal (PLANCON);

III - aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC) e atuar como órgão fiscalizador, analisando as suas prestações de contas;

IV - propor diretrizes para a integração das ações de defesa civil com as políticas de ordenamento territorial, saúde, meio ambiente e assistência social do município;

V - promover a participação da sociedade civil no voluntariado e nos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC);

VI - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III - Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal terá composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, sendo constituído por membros titulares e seus respectivos suplentes, distribuídos da seguinte forma:
§ 1º Representantes do Poder Público Municipal:
I - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), seu presidente nato;
II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras/Infraestrutura;
IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças/Planejamento.
§ 2º Representantes da Sociedade Civil:
I - 01 (um) representante de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Clubes de Serviço;
II - 01 (um) representante das Associações de Moradores ou NUPDECs;
III - 01 (um) representante de Entidades de Classe;
IV - 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar;
V - 01 (um) representante de Instituição de Ensino instalada no município ou região.
Art. 4º Os membros do Conselho, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades representadas e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 5º O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
Art. 6º A função de membro do Conselho é considerada serviço público de relevante valor social, não sendo, sob qualquer hipótese, remunerada.
CAPÍTULO IV - Do Funcionamento
Art. 7º O Conselho Municipal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de, no mínimo, um terço de seus membros.
§ 1º Em situações classificadas como Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, o Conselho permanecerá em estado de mobilização e suas reuniões extraordinárias poderão ser convocadas de forma imediata.
§ 2º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade (desempate).
Art. 8º O suporte administrativo, técnico e operacional necessário ao funcionamento do Conselho será prestado diretamente pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), por meio de seu Secretário.
CAPÍTULO V - Das Disposições Finais
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 22 de setembro de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 22/09/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:BAAA12FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 114/2026

Designa os membros da Comissão Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sulina – Paraná, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SULINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente as alterações promovidas pelas Leis Federais nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008;

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 003/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 032, de 05 de maio de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas no Município de Sulina – Paraná;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 001/2025, de 14 de julho de 2025, que dispõe sobre a aplicação do Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo na Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos profissionais da educação, a valorização da diversidade étnico-racial e o enfrentamento ao racismo, ao preconceito e a todas as formas de discriminação;

CONSIDERANDO o Plano de Ação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ do Município de Sulina, que estabelece metas e mecanismos de monitoramento das ações de educação para as relações étnico-raciais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sulina – Paraná:

I – Clecilde Fabiane e Tania Cristina Alves Pinheiro representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
II – Dieli Caroline Debarba, Diéssica Maria Karling, representante da Coordenação Pedagógica;
III – Solange Bolanhos, Ana Luiza dos Anjos, representante da Educação Infantil;
IV – Aldeídes Zocche, Marcia Patricia Chichorro, representante do Ensino Fundamental;
V – Ana Paula Marangon, Keila Luana da Silva, representante da Educação Especial;
VI – Marinalva Drey, Luciane Machado, representante dos profissionais da educação;
VII – Anivia Marli Selzler, Marinete Aparecida Chioquetta, representante das unidades escolares;
VIII – Francimara Klassen, Daiana Willemborg, representante da comunidade escolar.

§ 1º A coordenação da Comissão será exercida pela representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, designada no inciso I deste artigo.

§ 2º Caberá à Coordenação da Comissão:
I – Organizar e coordenar os trabalhos da Comissão;
II – Convocar e coordenar as reuniões;
III – elaborar e acompanhar o planejamento das ações relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais;

IV – Acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;
V – Articular-se com as unidades escolares e demais setores envolvidos;
VI – Acompanhar a execução do Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo na Rede Municipal de Ensino;
VII – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte relatórios, registros e recomendações decorrentes das atividades da Comissão.

§ 3º Eventuais substituições de membros poderão ser realizadas mediante nova Portaria.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER:

I – Acompanhar e apoiar a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino;
II – Acompanhar a inserção da temática étnico-racial nos Projetos Político-Pedagógicos – PPP, planos de ensino, planejamentos e práticas pedagógicas das unidades escolares;
III – propor e apoiar ações pedagógicas, formativas e institucionais voltadas à valorização da diversidade étnico-racial;
IV – Contribuir para o enfrentamento do racismo, preconceito e discriminação no ambiente escolar;
V – Apoiar ações de formação continuada dos profissionais da educação sobre relações étnico-raciais e educação antirracista;
VI – Incentivar o desenvolvimento de materiais didáticos e práticas pedagógicas que contemplem a história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas;
VII – acompanhar a realização de projetos, seminários, palestras, oficinas, exposições e demais atividades relacionadas à temática étnico-racial;
VIII – acompanhar a implementação e efetividade do Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo na Rede Municipal de Ensino;
IX – Apoiar as unidades escolares na divulgação e aplicação dos procedimentos previstos no Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo;
X – Acompanhar os registros das ações realizadas pelas unidades escolares, inclusive aqueles realizados no LRCOM e em atas específicas;
XI – monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais;
XII – promover a articulação entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, comunidade escolar e demais instituições parceiras;
XIII – elaborar relatórios periódicos das ações desenvolvidas;
XIV – propor estratégias para o fortalecimento da educação antirracista e da equidade racial no Município de Sulina;
XV – Exercer outras atribuições relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º Os membros da Comissão exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções inerentes aos respectivos cargos ou funções.

Art. 4º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e educacional, não ensejando remuneração adicional.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte assegurará, dentro de suas possibilidades administrativas, as condições técnicas, pedagógicas e materiais necessárias ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 6º A Comissão poderá convidar, quando necessário, profissionais da educação, representantes de órgãos públicos, instituições, entidades da sociedade civil e demais pessoas que possam contribuir para o desenvolvimento de suas ações.

Art. 7º As reuniões e atividades da Comissão deverão ser registradas em ata, contendo os encaminhamentos e ações realizadas.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Sulina – Paraná, em 22 de setembro de 2026.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Registre-se e Publique-se
Em 22/09/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:0A0718A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SULINA – PR

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E PRINCÍPIOS

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação de Sulina – FME, instituído pela Lei Municipal nº 1.259/2026, é instância permanente de participação social, destinada à promoção do diálogo, da participação democrática e do acompanhamento das políticas públicas educacionais do Município de Sulina.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade participar da elaboração e revisão do Plano Municipal de Educação – PME, acompanhar sua implementação, seus objetivos e metas, coordenar as Conferências Municipais de Educação e promover a articulação com o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Nacional de Educação.
Parágrafo único. O FME exercerá suas atribuições com autonomia de organização e manifestação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.259/2026 e deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Fórum Municipal de Educação – FME:
I – coordenar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, o processo participativo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Educação – PME, assegurada a participação da comunidade educacional e da sociedade civil;
II – coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação e aprovar seus respectivos regulamentos, promovendo sua articulação com as Conferências Estadual e Nacional de Educação;
III – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
IV – acompanhar e promover o encaminhamento das deliberações das Conferências Municipais de Educação aos órgãos e instâncias competentes;
V – promover, planejar e organizar debates, estudos e espaços de participação social sobre temas relacionados à política educacional do Município;
VI – acompanhar a tramitação de proposições legislativas relacionadas à política educacional no âmbito do Município, podendo apresentar contribuições e recomendações, quando pertinente;
VII – acompanhar e participar do monitoramento e da avaliação periódica da implementação do Plano Municipal de Educação – PME, observada metodologia compatível com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Nacional de Educação.
Parágrafo único. Para o cumprimento de suas competências, o FME poderá promover estudos, reuniões, debates, consultas e outras atividades que contribuam para a participação social e o acompanhamento das políticas educacionais.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos órgãos públicos, conselhos, instituições educacionais e segmentos da comunidade educacional, conforme estabelecido no Art. 3º da Lei Municipal nº 1.259/2026.
Art. 5º Os representantes titulares e seus respectivos suplentes serão designados por ato do Prefeito Municipal, observadas as indicações dos órgãos, conselhos e segmentos representados.

Art. 6º A indicação dos representantes titulares e suplentes caberá aos respectivos órgãos, conselhos ou segmentos que representam, observados os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.259/2026.
Art. 7º O mandato dos membros do Fórum Municipal de Educação será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, permanecendo o representante no exercício da função até a designação de seu substituto.
Art. 8º A substituição de representante poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação formal do órgão, conselho ou segmento representado, devendo a alteração ser comunicada à Coordenação do FME.
Art. 9º O representante do segmento dos estudantes deverá ser maior de 18 (dezoito) anos ou civilmente emancipado.
Parágrafo único. Na inexistência de estudante que preencha os requisitos previstos no caput, fica dispensada a representação do segmento estudantil, sem prejuízo da regular constituição e do funcionamento do Fórum.
Art. 10. O Fórum Municipal de Educação poderá convidar representantes de órgãos públicos, instituições, entidades ou especialistas para participar de suas reuniões e atividades, quando a matéria em discussão assim o recomendar, sem direito a voto.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11. O Fórum Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:
I – Plenária;
II – Coordenação Geral;
III – Secretaria Executiva;
IV – Comissões Permanentes ou Temporárias.

Seção I
Da Plenária

Art. 12. A Plenária é a instância de deliberação do Fórum Municipal de Educação, constituída pelos seus membros titulares ou, na ausência destes, pelos respectivos suplentes.
Art. 13. Compete à Plenária:
I – apreciar e aprovar o Regimento Interno do Fórum e suas alterações;
II – eleger a Coordenação Geral;
III – deliberar sobre os assuntos submetidos à apreciação do Fórum;
IV – apreciar e aprovar relatórios, manifestações, recomendações e demais documentos produzidos pelo FME;
V – constituir Comissões Permanentes ou Temporárias;
VI – apreciar os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões;
VII – exercer as demais atribuições previstas na Lei Municipal nº 1.259/2026 e neste Regimento.

Seção II
Da Coordenação Geral

Art. 14. A Coordenação Geral será composta por:
I – Coordenador(a);
II – Vice-Coordenador(a).
§ 1º O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos pelos membros do Fórum para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 2º O Secretário Municipal de Educação poderá concorrer à Coordenação Geral em igualdade de condições com os demais membros do Fórum.
Art. 15. Compete ao Coordenador:
I – representar o Fórum Municipal de Educação;
II – convocar e presidir as reuniões do Fórum;
III – coordenar os trabalhos do Fórum;
IV – assinar documentos oficiais do FME;
V – encaminhar as deliberações aprovadas pela Plenária;
VI – exercer outras atribuições necessárias ao funcionamento do Fórum, observadas a Lei Municipal nº 1.259/2026 e este Regimento.
Art. 16. Compete ao Vice-Coordenador substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo no exercício de suas atribuições.

Seção III
Da Secretaria Executiva

Art. 17. A Secretaria Executiva será exercida por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 18. Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar e registrar as reuniões do Fórum;
II – elaborar as atas das reuniões;
III – manter arquivo e documentação do Fórum;
IV – prestar apoio administrativo às atividades do FME;
V – auxiliar a Coordenação no encaminhamento das atividades e deliberações do Fórum.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Art. 19. O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.259/2026.
Art. 20. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas:
I – pelo Coordenador do Fórum; ou
II – mediante requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Fórum.
Art. 21. As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e as reuniões extraordinárias com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, sempre que possível, mediante comunicação aos membros.
Art. 22. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros titulares ou de seus respectivos suplentes.
Art. 23. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição diversa deste Regimento ou da legislação aplicável.
Parágrafo único. Em caso de empate, caberá ao Coordenador o voto de qualidade.

CAPÍTULO VI
DAS COMISSÕES

Art. 24. O Fórum Municipal de Educação poderá instituir Comissões Permanentes ou Temporárias para análise, estudo e acompanhamento de temas específicos relacionados às suas competências.
Art. 25. As Comissões terão sua composição, atribuições e prazo de funcionamento definidos pela Plenária.
Art. 26. Os trabalhos e relatórios produzidos pelas Comissões serão submetidos à apreciação da Plenária.

CAPÍTULO VII
DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Art. 27. As Conferências Municipais de Educação constituem espaços democráticos de participação social para discussão, avaliação e proposição de diretrizes relacionadas à política educacional do Município.
Art. 28. Compete ao Fórum Municipal de Educação coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos e segmentos envolvidos.
Art. 29. O Fórum Municipal de Educação aprovará o regulamento de cada Conferência Municipal de Educação, observadas as orientações e disposições aplicáveis às Conferências Estadual e Nacional de Educação.
Art. 30. As deliberações das Conferências Municipais de Educação serão acompanhadas pelo Fórum Municipal de Educação, que promoverá seu encaminhamento aos órgãos e instâncias competentes.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 31. A participação no Fórum Municipal de Educação constitui função não remunerada e de relevante interesse público.
Art. 32. Os membros do FME, quando convocados ou designados para o exercício de atividades inerentes às suas funções que demandem deslocamento para outros municípios, farão jus ao custeio de transporte e, quando cabível, ao pagamento de diárias, mediante prévia autorização e na forma da legislação aplicável.

Art. 33. O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e ficará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que assegurará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao seu funcionamento, sem prejuízo da autonomia de organização e manifestação do Fórum.
Art. 34. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Plenária do Fórum Municipal de Educação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.259/2026 e da legislação aplicável.
Art. 35. Este Regimento poderá ser alterado mediante deliberação da Plenária, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.259/2026.
Art. 36. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pela Plenária do Fórum Municipal de Educação de Sulina.
Sulina – Paraná, 11 de setembro de 2026.

CLECILDE FABIANE
Coordenador(a) do Fórum Municipal de Educação

DIÉSSICA MARIA KARLING
Secretário(a) da Reunião

APROVADO PELO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SULINA EM REUNIÃO REALIZADA EM 11/09/2026, CONFORME ATA Nº 003/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:B42F6F0F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.963.850/0001-94, com sede na cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro nº 135 - centro, doravante denominado Prefeitura, representado pelo seu Prefeito Municipal, Prefeito Municipal, o Sr. **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, e

CONTRATADA: Della Indústria e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ 44.550.728/0001-62, com sede em Rua Expedicionário Leopoldo Venturi - Lauro Pamplona - Agronômica - SC CEP: 89188-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PLAYGROUND NO PARQUE LINEAR DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR, CONTEMPLANDO SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES EM ESTACAS DE CONCRETO ARMADO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS INFANTIS, APLICAÇÃO DE PISO DE SEGURANÇA AMORTECEDOR EM BORRACHA SBR PIGMENTADA, PAVIMENTAÇÃO PERIMÉTRICA EM PAVER DRENANTE COM BORDAS PRÉ-MOLDADAS, MÓDULO DE CERCAMENTO METÁLICO COM PORTÃO DE ACESSO, ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL.

VALOR: R$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de setembro de 2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Teixeira Soares/PR, 18 de setembro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:892D7B23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 232/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 232/2025

ADITIVO DE VALOR
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº15/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de Implantação de Estruturas Complementares no Estádio Municipal de Teixeira Soares/PR,
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: Ponta Fina Comercio e Licitações Ltda, inscrita no CNPJ 00.634.770/0001-96, com sede em Rua Jaime Pinto Rosas, 180 Jardim Carvalho- Ponta Grossa/Pr CEP: 84015-600
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo Aditivo, de acordo com os Artigo Nº 124 e 125, da Lei Federal Nº 14.133/2021, tem por objeto ADITIVAR o contrato inicial de Obras e Instalações, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução da obra de Implantação de Estruturas Complementares no Estádio Municipal de Teixeira Soares/PR, conforme edital de Concorrência Eletrônica nº.15/2025. O valor original do contrato passa a ter um acréscimo de aproximadamente 12,52% (doze virgula cinquenta e dois porcentos) o valor total do aditivo é de R$106.417,84 (cento e seis mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos), conforme planilha apresentada pelo setor de Engenharia, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 21 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:68DE4DA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 26/2026.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 26/2026.

ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 16/2025
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q, CONTEMPLANDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, LOCAÇÃO DE OBRA, DRENAGEM, CORTE E ATERRO, REGULAIZAÇÃO, SUB-BASE, BASE, MEIO-FIO, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C;B.U.Q E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO TRECHO DA ESTRADA DO RIO D'AREIA DE CIMA – ETAPA I - lote 1
CONTRATADA: CONSTRUTORA TANGARA LTDA, CNPJ 04.345.893/0001-68, localizada Rua São Jorge, nº.140, sala 05, Bairro Riozinho, CEP: 84.505.656, na Cidade de Irati, Estado do Paraná,
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O presente Termo Aditivo**,** de acordo com o Artigo nº111, da Lei Federal nº.14,113/2021 tem por objeto **ADITIVAR E PRORROGAR** o contrato inicial de Obras e Instalações que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

ASFÁLTICA EM C.B.U.Q, CONTEMPLANDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, LOCAÇÃO DE OBRA, DRENAGEM, CORTE E ATERRO, REGULAIZAÇÃO, SUB-BASE, BASE, MEIO-FIO, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C;B.U.Q E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO TRECHO DA ESTRADA DO RIO D'AREIA DE CIMA – ETAPA I - lote 1, conforme edital de Concorrência Eletrônica nº.16/2025 e anexos, fica a execução até o dia 26 de fevereiro de 2027 e a vigência até o dia 02 de abril de 2027, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo a destinação vinculada ao processo. O valor original do contrato passa a ter um acréscimo de aproximadamente 3,1% (três virgula um porcento) no valor de R$163.595,07(cento e sessenta e três mil quinhentos e noventa e cinco reais e sete centavos), conforme planilha apresentada pelo setor de engenharia, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo à destinação
vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 18 de setembro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:D6216770

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 189/2025

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 189/2025

ADITIVO DE VALOR
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº12/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução da construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no Município de Teixeira Soares/PR, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, revestimentos, instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio, esquadrias, pisos, pintura, paisagismo, urbanização do entorno, em como a execução de todas as demais etapas e serviços necessários ao completo funcionamento da edificação,
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: Ponta Fina Comercio e Licitações Ltda, inscrita no CNPJ 00.634.770/0001-96, com sede em Rua Jaime Pinto Rosas, 180 Jardim Carvalho- Ponta Grossa/Pr CEP: 84015-600
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo Aditivo, de acordo com os Artigo Nº 124 e 125, da Lei Federal Nº 14.133/2021, tem por objeto ADITIVAR o contrato inicial de Obras e Instalações, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução da construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no Município de Teixeira Soares/PR, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, revestimentos, instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio, esquadrias, pisos, pintura, paisagismo, urbanização do entorno, em como a execução de todas as demais etapas e serviços necessários ao completo funcionamento da edificação, conforme edital de Concorrência Eletrônica nº.12/2025. O valor original do contrato passa a ter um acréscimo de aproximadamente 8,04% (oito virgula zero quatro porcento) o valor total do aditivo é de R$189.480,55 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), conforme planilha apresentada pelo setor de Engenharia, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 21 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:D0C1D5F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA OBRA
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 06/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia
CONTRATADA: JORGE ANTOSZCZYSZEN LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.370.831/0001-22, com sede na Rua PEDRO PAULO WEBER, Nº 219, SALA, PARQUE CIDADE NOVA - Teixeira Soares/PR - CEP 84530-000
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo ADITIVO, de acordo com o Artigo Nº 111, da Lei Federal Nº 14.133/2021, tem por objeto, **PRORROGAR** o Contrato Inicial de Obras e Instalações que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia** conforme Edital de Concorrência 006/2025 e anexos, fica a execução até o dia **21 de novembro de 2026** e a vigência até o dia **08 de dezembro de 2026**, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 08 de setembro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:906544B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA NÚMERO:06/2026

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
NÚMERO:06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PLAYGROUND NO PARQUE LINEAR DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR, CONTEMPLANDO SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES EM ESTACAS DE CONCRETO ARMADO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS INFANTIS, APLICAÇÃO DE PISO DE SEGURANÇA AMORTECEDOR EM BORRACHA SBR PIGMENTADA, PAVIMENTAÇÃO PERIMÉTRICA EM PAVER DRENANTE COM BORDAS PRÉ-MOLDADAS, MÓDULO DE CERCAMENTO METÁLICO COM PORTÃO DE ACESSO, ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL.

CONTRATADA: Della Indústria e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ 44.550.728/0001-62, com sede em Rua Expedicionário Leopoldo Venturi - Lauro Pamplona - Agronômica - SC CEP: 89188-000.

Valor total: R$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).

Teixeira Soares-PR, 18 de setembro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal, de Teixeira Soares/PR

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:1367442B

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

O **FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, por intermédio de sua Autoridade Competente, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, e

CONSIDERANDO o regular processamento da Dispensa de Licitação nº 03/2026, instaurada com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a Ata de Julgamento da Agente de Contratação, na qual foi declarada vencedora a empresa **J. I. INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.689/0001-77, por ter apresentado a proposta vantajosa, compatível com os preços de mercado e em conformidade com as exigências do Termo de Referência;

CONSIDERANDO as Razões da Escolha do Contratado e a Justificativa de Preço, elaboradas nos termos do art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, que demonstram a vantajosidade da contratação e a adequação do valor proposto;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da fase externa, devidamente juntado aos autos, que atestou a legalidade, regularidade e conformidade do procedimento com a legislação aplicável;

CONSIDERANDO o atendimento integral das exigências previstas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021;

RESOLVE:

RATIFICAR a Dispensa de Licitação nº **03/2026**, bem como **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento, em favor da empresa: **J. I. INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.273.689/0001-77, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Locação e Manutenção de Software para Contabilidade Pública, Recursos Humanos/Folha de Pagamento, Licitações e Portal da Transparência/Governança para o Fundo Financeiro Municipal e Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares, em plataforma em nuvem (SaaS), compreendendo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e atualizações legais.

A contratação será realizada pelo período de 06 (seis) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência, contemplando:

Item Único / Global: Prestação de serviços de Locação e Manutenção de Softwares de Gestão Pública e Governança (Contabilidade, RH/Folha, Licitações e Transparência) para o Fundo Financeiro Municipal e Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares, em plataforma em nuvem (SaaS), compreendendo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e atualizações legais.

O valor total da contratação é de **R$ 39.261,78 (trinta e nove mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos)**, assim distribuído:

Valor Mensal: R$ 6.543,63 (seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), a ser pago mensalmente pelo período de 06 (seis) meses.

DETERMINA-SE:

1. A formalização do instrumento contratual;
2. A confecção do Extrato de Contrato;
3. A publicação do termo, do extrato e dos atos pertinentes no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da legislação vigente;
4. O envio dos dados através do sistema de licitação para o TCE-PR;
5. O prosseguimento dos demais atos administrativos necessários à plena execução da contratação.

Teixeira Soares – PR, 22 de setembro de 2026.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares
Decreto Municipal nº 15/2025

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:7F2CAB81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA ATA DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GESTÃO FISCAL E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal, sito à Rua Presidente Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 37, desta cidade e comarca de Terra Boa – PR, a contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Boa a Srª. Eliana de Lourdes Marques de Madureira, responsável pela elaboração e apresentação dos demonstrativos contábeis, realizou a prestação de contas quanto a execução orçamentária do 2º quadrimestre de dois mil e vinte e seis. A apresentação iniciou-se com a contadora agradecendo a presença de todos e explicou a finalidade de tal apresentação e obrigatoriedade conforme determina o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Posteriormente passou a apresentar os dados técnicos da execução da receita pública, conforme anexo 2 da Lei n.º 4.320/64, dividindo-os por categoria econômica e natureza. Foi apresentado o orçamento anual do poder legislativo bem como as despesas correntes, despesas de capital e o percentual de suplementação, em ato contínuo a contadora passou a apresentar os valores das contribuições previdenciárias e em seguida passou a discriminar as despesas pessoal, previdenciárias, diárias dos vereadores, material de consumo e despesas com passagens e locomoção, despesas com pessoa física e jurídica, despesas de capital(investimentos), posteriormente explanou sobre rendimentos e aplicações contidos em bancos que são devolvidos ao poder executivo e cada mês e todas as obrigações mensais também encontram totalmente regulares, destacando sobre a responsabilidade do bom zelo pelas contas.
Terminando a apresentação a contadora se colocou a disposição para perguntas dos vereadores e do público presente.
Ninguém querendo fazer uso da palavra a Sra. contadora agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública, da qual foi lavrada a presente que vai assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

ADEMIR GALHARDO ROMERO
Presidente 1º

WILSON WANDERLEI ESPOSTO
Secretário

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:4249D22E

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA ATO DA MESA Nº 03/2026

Altera os arts. 5º e 6º do Ato da Mesa nº 03, de 15 de abril de 2024, que regulamenta, no âmbito da

Câmara Municipal de Terra Boa, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a regulamentação interna à estrutura de pessoal disponível no âmbito da Câmara Municipal, observados os requisitos de qualificação e o princípio da segregação de funções;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a atuação independente da Unidade de Controle Interno no desempenho das atribuições de controle que lhe são legalmente conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 5º do Ato da Mesa nº 03, de 15 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º No âmbito da Câmara Municipal de Terra Boa, a licitação regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzida por agente de contratação, que contará com o auxílio de equipe de apoio composta por, no mínimo, 3 (três) membros, observados os requisitos previstos no art. 7º da referida Lei.

§ 1º Na designação dos integrantes da equipe de apoio será dada preferência aos servidores efetivos do quadro permanente, observadas a qualificação necessária ao desempenho das funções e a segregação de funções.

§ 2º Na insuficiência ou indisponibilidade de servidores efetivos aptos, poderão ser designados outros agentes públicos para integrar a equipe de apoio, mediante justificativa da autoridade competente quanto à impossibilidade de atendimento da preferência prevista no § 1º e à qualificação dos agentes designados.

§ 3º O pregoeiro é o agente de contratação designado para a condução da licitação na modalidade pregão."

Art. 2º O art. 6º do Ato da Mesa nº 03, de 15 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Nas hipóteses em que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, admitir ou exigir a atuação de Comissão de Contratação, esta será designada pela autoridade competente e composta por, no mínimo, 3 (três) membros, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei."

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Ato da Mesa nº 03, de 15 de abril de 2024.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Terra Boa, 21 de setembro de 2026.

ADEMIR GALHARDO ROMERO
Presidente

FABIANO MACEDO CARDOSO
Vice - Presidente

WILSON WANDERLEI ESPOSTO
1º Secretário

LUIZ ATÍLIO ZANCAN
2º Secretário

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:BC1F637A

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 356/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA, CNPJ nº 44.223.526/0001-06, com sede Iporã do Oeste, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). VITORIA BERTI, CPF: 099.017.059-40, carteira de Identidade nº 6748027.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **9.942,56 (nove mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F6A95FF8

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 366/2026
REF: PREGÃO N° 78/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: 58512546 MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS, CNPJ nº 58.512.546/0001-01, com sede Paranavaí, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS, CPF: 068.932.969-59, carteira de Identidade nº 126844913.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de brinquedos pedagógicos em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **30.988,00 (trinta mil, novecentos e oitenta e oito reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:58C02777

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 321/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 41/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, CNPJ nº 11.260.925/0003-50, com sede na Rod. Governador Mario Covas, 256, Bairro: Padre Matias, Caracica - ES, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LINJUN WANG, CPF: 111.487.761-17.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2025 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DO TIBAGI, MEDIANTE CONVÊNIO 088/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TERRA BOA E A SEAB – SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 439.990,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa reais) , valor esse que será pago em ate 30 dias.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 11 de setembro de 2026, com vencimento até 11 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 11 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B33D99A7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 857/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **MARIA OTILIA DA CONCEIÇÃO VALENTE APARECIDO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **18/09/2026** a **17/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:C8BA7B6B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 858/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **MAGDA REGINA JORGE DA SILVA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **30/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:DD3BCAEC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 859/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **LUCAS RIBEIRO DA COSTA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **30/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D430790C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 860/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **RICARDO MOREIRA DIAS** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **30/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E45CE829

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 861/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **LUCIANA FERREIRA TEODORO** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE ENDEMIAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **10/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:329917B1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 862/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **SIRLEY DIOSTI DALLE MOLLE** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2018/2023.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **19/12/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A4DFAB9E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 863/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **DANIELA GONÇALVES SALES** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA – PADRÃO I, referente ao período aquisitivo 2020/2025.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **21/09/2026** a **19/12/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8CB9178A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 864/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **JAQUELINE DE ALMEIDA NAPOLI BAZARIN,** Classe A (Magistério), de **21/09/2026** a **18/12/2026** em substituição a Professora **DANIELLE SOARES DE FREITAS SOUZA,** que se encontra de licença maternidade.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E8EFE0DD

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 865/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **TAYNARA APARECIDA DA SILVA,** Classe C (Pós Graduação), de **21/09/2026** a **18/12/2026** em substituição a Professora **DANIELA GONÇALVES SALES,** que se encontra de licença especial do Padrão I.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe C, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B93287C5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 866/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **DAYANE DOS SANTOS SILVA,** Classe A (Magistério), de **21/09/2026** a **20/10/2026** em substituição a Educadora Infantil **CLEONICE APARECIDA RODOLFO RIBEIRO,** que se encontra de licença especial.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0F1634DB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 867/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1737/2022 de 22/12/2022,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 21/09/2026, ao servidor efetivo **FERNANDO GONÇALVES VALENTE**, portador do CPF 550.427.839-20, ocupante do cargo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, **Gratificação de Transporte Coletivo – GTC**, no valor de R$ 679,61 (Seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:ACBDF808

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 868/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1737/2022 de 22/12/2022,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 21/09/2026, ao servidor efetivo **SILVANO OLIVEIRA FONTES**, portador do CPF 028.461.209-00, ocupante do cargo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, **Gratificação de Transporte Coletivo – GTC**, no valor de R$ 679,61 (Seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4762A39A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 869/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1737/2022 de 22/12/2022,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 21/09/2026, ao servidor efetivo **EDERSON JOSE TERRA**, portador do CPF 045.646.839-00, ocupante do cargo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, **Gratificação de Transporte Coletivo e Serviços Públicos – GTCSP**, no valor de R$ 1.297,44 (mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/09/2026, revogando a **Portaria Nº 521/2025.**

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E9035156

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 870/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022, e tendo em vista, a exoneração, a pedido, da servidora MARIELI DAGMAR SILVA DE OLIVEIRA,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 7.1 do Edital de Concurso nº 02/2022, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL

Nome do Candidato

GABRIELLY OLIVEIRA ALVES

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8BA9F6A5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 871/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **VERA DOS SANTOS** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA, referente ao período aquisitivo 2007/2012.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **22/09/2026** a **20/12/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 22 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0A1F17BA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 011/2026 – CMDCA

SUMULA: Aprova, na sua totalidade, o Projeto "CONEXÃO PARA O FUTURO", apresentado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Terra Boa – APMI, inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA sob o Registro nº 009/2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TERRA BOA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069/90 que dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.745/2023 de 29/03/2023, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA), e considerando a Deliberação Plenária realizada via no dia 22 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações que contribuam para a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Terra Boa – APMI encontra-se regularmente inscrita neste Conselho sob o Registro nº 009/2026 de 27/01/2026;

CONSIDERANDO a apresentação do Projeto **"CONEXÃO PARA O FUTURO"**, pela APMI, destinado ao desenvolvimento de ações voltadas às crianças e adolescentes atendidos pela instituição;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. **APROVAR,** na sua totalidade, **o Projeto "CONEXÃO PARA O FUTURO",** para captação de recursos através do **"Edital Programa Incentivo SICOOB para o Desenvolvimento Sustentável 2026", através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA,** apresentado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Terra Boa **– APMI, inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** – CMDCA sob o Registro nº 009/2026.

Art. 2º. O projeto aprovado tem por finalidade contribuir para a promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de ações que favoreçam o desenvolvimento, a inclusão, a convivência e a participação social, conforme objetivos e metas estabelecidos no respectivo projeto.

Art. 3º. A execução do Projeto "**CONEXÃO PARA O FUTURO"** deverá observar integralmente o plano de trabalho apresentado pela entidade, bem como a legislação aplicável, especialmente as normas relativas à proteção integral e à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º. O acompanhamento e a fiscalização das ações previstas no projeto serão realizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sem prejuízo das demais competências dos órgãos públicos responsáveis.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, aos 22 de setembro de 2026.

VALDIR DE SOUZA BARROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:089E433B

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 012/2026 – CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TERRA BOA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069/90 que dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.745/2023 de 29/03/2023, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA), e considerando a Deliberação Plenária realizada no dia 22 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Acolhimento de Alta Complexidade para Criança e Adolescente Pequeno Príncipe – Casa Lar de Terra Boa – Paraná.

Art. 2º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, aos 22 de setembro de 2026.

VALDIR DE SOUZA BARROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:96129266

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO

RUA ANTÔNIO GONÇALVES ,750- TERRA RICA

Lei nº040/2011 – 22/09/2011
Resolução nº08/2026

Altera e complementa a Resolução nº 20/2025, que aprovou o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao repasse do PAS – Piso Único de Assistência Social, para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 040/2011, de 22 de setembro de 2011,
CONSIDERANDO a Resolução nº 20/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Rica;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 22 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação e complementação das ações previstas no Plano de Ação do PAS – Piso Único de Assistência Social para o exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Alterar e complementar a Resolução nº 20/2025, que aprovou o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao repasse de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), destinado ao PAS – Piso Único de Assistência Social, para o ano de 2026.
Art. 2º Fica aprovada a inclusão, no Plano de Ação do PAS – Piso Único de Assistência Social para o exercício de 2026, das ações referentes ao **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências**, destinado ao atendimento e à proteção de indivíduos e famílias afetados por situações de calamidade pública e emergência, conforme as necessidades identificadas no território.
Art. 3º Fica aprovada, igualmente, a inclusão das ações relativas aos **Benefícios Eventuais**, destinados ao atendimento das necessidades decorrentes de situações de vulnerabilidade e risco social, conforme regulamentação municipal e legislação vigente.

RUA ANTÔNIO GONÇALVES ,750- TERRA RICA

Lei nº040/2011 – 22/09/2011

Art. 4º As alterações e inclusões aprovadas por esta Resolução passam a integrar o Plano de Ação do PAS para o exercício de 2026, mantendo-se inalteradas as demais disposições da Resolução nº 20/2025 que não forem incompatíveis com a presente Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala de Sessões, 22 de setembro de 2026.

KATIELLI APARECIDA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria da Conceição Dos Santos Borges
Código Identificador:EB02E734

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 297/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: CIRURGICA ITAMBE - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **26.847.096/0001-11**.

DOMICÍLIO: AV BRASIL , 5709 - CEP: 87175000 - BAIRRO: ZONA 5, Maringá/PR.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita aos usuários da rede municipal de saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., Pregão - Eletrônico N° 78/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 16/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **6.483,00 (Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta e Três Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezesseis dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Cirurgica Itambe - EIRELI
HELTON YUDI HONDA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:867E1F9A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 306/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **07.654.231/0001-68**.

DOMICÍLIO: AV NEY BRAGA, 440 - CEP: 87160000 - BAIRRO: VILA FRANCHELLO, Mandaguaçu/PR.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos e brindes personalizados (distribuição em campanhas de saúde) para atender as necessidades dos departamentos municipais de saúde., Pregão - Eletrônico N° 65/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **56.055,00 (Cinquenta e Seis Mil e Cinquenta e Cinco Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e dois dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Carol Distribuidora EIRELI ME
PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:4131A974

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 309/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: RISSATO DIGITAL PRINT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **27.598.979/0001-06**.

DOMICÍLIO: AVENIDA CANDIDO BERTHIER FORTES, 1377 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, Guairaçá/PR.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos e brindes personalizados (distribuição em campanhas de saúde) para atender as necessidades dos departamentos municipais de saúde., Pregão - Eletrônico N° 65/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **395.947,50 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e dois dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Rissato Digital Print LTDA
VALDEMIR APARECIDO RISSATO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:F035F255

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 298/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **24.586.988/0001-80**.

DOMICÍLIO: RUA PAVÃO, 540 - CEP: 86703250 - BAIRRO: JARDIM BANDEIRANTES, Arapongas/PR.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita aos usuários da rede municipal de saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., Pregão - Eletrônico N° 78/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 16/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **26.443,90 (Vinte e Seis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Noventa Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezesseis dias de setembro de 2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Município de Terra Rica

Cirurgica Nossa Senhora LTDA
LARA CARDOSO MACHADO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:660C7905

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 307/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: LONQUINI GRAFICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.195.399/0001-67**.

DOMICÍLIO: AV. PARANÃ • , 248 TERREO - CEP: 87900000 - BAIRRO: VILA NOVA, Loanda/PR.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos e brindes personalizados (distribuição em campanhas de saúde) para atender as necessidades dos departamentos municipais de saúde., Pregão - Eletrônico N° 65/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **222.570,00 (Duzentos e Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Setenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e dois dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Lonquini Grafica LTDA
GILSON APARECIDO LONQUINI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:85181673

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 305/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: BH BRINDES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **45.802.500/0001-85**.

DOMICÍLIO: RUA DA GLORIA, 358 - CEP: 40394130 - BAIRRO: CAPELINHA, Salvador/BA.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos e brindes personalizados (distribuição em campanhas de saúde) para atender as necessidades dos departamentos municipais de saúde., Pregão - Eletrônico N° 65/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **47.510,00 (Quarenta e Sete Mil, Quinhentos e Dez Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e dois dias de setembro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

BH Brindes e Serviços LTDA
ESTER ROGACIANO DE ASSUNÇÃO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:74D55D92

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 414/2026

SÚMULA**:** REVOGA DECRETO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **REVOGADO** em sua totalidade o Decreto Municipal nº 543/2022, a partir de 01/09/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D165E39A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 415/2026

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA MARIANA HOLANDA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **DESIGNADA** a Servidora Público Municipal Sra. **MARIANA HOLANDA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 12529, ocupante do cargo efetivo de **AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (FEM)**, para **RESPONDER como Cozinheira,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir de 01/09/2026.

Artigo 2º. Pelo exercício da função acima mencionada, fica concedido a servidora **GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO**, **Nível 4 (GE - 4)**, nos termos do anexo V da Lei Municipal nº 073/2022.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (22/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:47DBA086

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 416/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 003/2025**, para o cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 060/2025**, **publicado em 12/12/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 021/2022, de 08/03/2022, para assumir seu cargo a partir de **22 de Setembro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
INÊS RODRIGUES DOS SANTOS	5º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (22/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:11CFBEC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 415/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MIRIAM MARA CESCATE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MIRIAM MARA CESCATE,** matrícula Nº 12531, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE CONTABILIDADE,** referente ao período aquisitivo de 14/02/2023 a 13/02/2024, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **22/09/2026 a 01/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (22/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:09043086

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO 2024

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0007/2026

EMENTA: Dispõe sobre a Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal, relativo ao Exercício Financeiro de 2024, e dá outras providências.

MILTON DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o Projeto de Decreto Legislativo n.º 01/2026, aprovado em Sessão Ordinária do dia 21 de setembro de 2024:

D E C R E T A

Art. 1º. Fica **APROVADA** a Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, relativo ao exercício de 2024, com base no ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº. 139/2026 Primeira Câmara, referente ao Processo nº. 199358/25 – TC, na forma do PARECER N.º 030/2026 da Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal, **PELA REGULARIDADE** das Contas de responsabilidade do Sr. IVAN REIS DA SILVA.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2025

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:55902D84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2026
CONCORRÊNCIA Nº 009/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSA**, por prazo indeterminado, a sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 009/2026, que tinha como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E APOIO TÉCNICO, DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, DESTINADOS À REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA CORRELATA, BEM COMO À MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL POR MEIO DO APRIMORAMENTO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS E PROCEDIMENTAIS DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA E GESTÃO TRIBUTÁRIA, anteriormente prevista para o dia 05/10/2026, às 09h00, em razão da necessidade de análise técnica dos questionamentos apresentados ao edital.
Após a conclusão da análise e, se necessário, das adequações pertinentes, será publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos legais.
Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 22 de setembro de 2026.

HAROLDO BREHM
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:96408E0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°377-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 377/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 81/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: IJS CORTINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 27.211.941/0001-20, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CLAUDIA DE ANDRADE SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 317.158.678-90, com endereço à Avenida Cesar Augusto Romaro, 415, Vila Norma - 08.062-670, São Paulo - SP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS, PERSIANAS, FORROS E MOLDURAS DE GESSO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIA DOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 3.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:CDCE2033

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°382-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 382/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: SILVIO LOPES DE OLIVEIRA - CONSTRUÇÕES, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.577.288/0001-00, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SILVIO LOPES DE OLIVEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº 5.983.835-0 e no CPF/MF nº 020.667.979-36, com endereço à Avenida PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 1365, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 339.078,00 (trezentos e trinta e nove mil e setenta e oito reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 77, 78, 86, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 106, 108, 109, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 131, 134, 142, 144, 171, 172, 174, 175, 177, 178, 184, 185, 190, 191, 193, 194, 202, 203, 209, 230, 235, 243, 253, 256, 258, 262, 263, 264, 268, 270, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 289, 290, 298, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 314, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335, 336, 345, 351, 352, 353, 354, 356, 358, 359, 360, 363, 364, 366, 374, 375, 379, 382, 383, 385, 386, 387, 388, 397, 400, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 428, 430, 431, 435, 437, 442, 443, 445, 448, 449, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 461, 473, 474, 475, 490, 498, 502, 504, 520, 528, 537, 538, 575, 577, 578, 579, 580, 581, 594, 597, 600, 601, 604, 606, 607, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 623, 624, 626, 627, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 649, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 658, 659.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:915697B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°384-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 384/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: SANDRO MARCOS DA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 12.504.793/0001-65, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SANDRO MARCOS DA SILVA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 024.738.239-60, com endereço à Avenida PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 1219, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 232.223,00 (duzentos e trinta e dois mil e duzentos e vinte e três reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 98, 121, 122, 124, 188, 199, 200, 201, 206, 215, 265, 272, 287, 291, 295, 299, 424, 426, 429, 459, 460, 462, 463, 493, 494, 499, 500, 501, 598, 599.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:52B5FA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°386-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 386/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: MHF INOX - IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PARAFUSOS E FIXADORES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 53.192.305/0001-09, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. HAMILTON JUNQUEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 510.074.108-25, com endereço à Rua CLELIA, 597, AGUA BRANCA - 05.042-000, São Paulo - SP.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 6.369,50 (seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 26, 27, 83, 104, 125, 127, 128, 129, 181, 182, 183, 186, 204, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 248, 251, 252, 464, 685, 686, 687, 736.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:7E6FA458

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°391-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 391/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: 44.926.476 SARA CRISTINA SOUZA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 66.926.476/0001-66, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SARA CRISTINA SOUZA SILVA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 493.092.338-77, com endereço à Rua JOAO COUTINHO, 42, CENTRO - 11.690-096, Ubatuba - SP.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 541, 543.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:B4A737D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°394-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 394/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: D33D COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 50.246.619/0001-59, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. YURI GRIPP GUIMARÃES ALVES, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 122.327.147-13, com endereço à Estrada CORONEL HEBER ALVES DA COSTA, 489, CHACARA PARAISO - 28.605-610, Nova Friburgo - RJ.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 226.751,63 (duzentos e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 5, 20, 80, 81, 88, 89, 90, 132, 147, 148, 150, 158, 205, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 539, 540, 542, 544, 545, 547, 708, 709, 710, 711, 712, 720, 751, 752, 753, 755, 756, 757, 773, 775.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:9C3D3C6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°401-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 401/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: A R OLEKSZECHEN, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 20.043.661/0001-01, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDERSON RODRIGO OLEKSZECHEN, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 064.313.509-01, com endereço à Rua 22 DE JANEIRO, 707, centro - 84.635-000, Paulo Frontin - PR.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 29.330,00 (vinte e nove mil e trezentos e trinta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 703.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:65191423

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°407-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 407/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: DUBMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 62.152.405/0001-00, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JOÃO PEDRO AUGUSTO PIRES CUNHA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 072.123.696-08, com endereço à Rua MANOEL PASSOS, 379, SANTA CRUZ - 31.150-470, Belo Horizonte - MG.

OBJETO: Aquisição, Eventual e Futura de Materiais de Construção para Atender as Diversas Secretarias desta Municipalidade.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 288.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:4A1C2415

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°414-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO CONTRATO Nº 414/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 5/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026

DATA CONTRATO: 22 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

CONTRATADA: MORI, ROSSO & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 76.628.031/0001-53, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. OLGA TIEKA MORI ROSSO, Administrador, portador do RG/CI nº 14035540 e no CPF/MF nº 524.490.339-04, com endereço à Avenida Avenida Presidente Castelo Branco, 1082, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 4.709/2026, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DO COMBUSTÍVEL DIESEL S-10 DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, A SER REALIZADO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO APURADO NO LEVANTAMENTO DE PREÇOS REALZIADO ENTRE OS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DENTRO DA SEDE DO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 529.200,00 (quinhentos e vinte e nove mil e duzentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 2 (dois) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1A8DBED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°417-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 417/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 82/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 22 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: GALERA DA CESTA BASICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 45.693.344/0001-61, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº 7758318-1 e no CPF/MF nº 033.504.349-67, com endereço à Rua Rua Paulo Sergio de Lima Marasca, 395, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES - 87.070-060, Maringá - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE FRALDAS DESCARTAVÉS INFANTIS E GERIÁTRICAS, DESTINADAS Á DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 137.292,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos e noventa e dois reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2, 3, 4.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:28EE4EDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 DO CONTRATO Nº 163/2026, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 4/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO COMUNITÁRIO TIPO A NO JARDIM ALVORADA II, CONFORME OPERAÇÃO 987510/2025, CONTEMPLANDO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PLAYGROUND, PISTA DE CAMINHADA E JARDIM, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 18/12/2026 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 11/05/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:DBADCA3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 DO CONTRATO Nº 409/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 10/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: SMART LINK SOLUCOES LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA, COM ÁREA DE 164,82 M2, A SER EDIFICADA NO DISTRITO DE SANTA RITA D'OESTE, CONFORME OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 23/11/2026 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 22/12/2026 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: SMART LINK SOLUCOES LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:D166C23D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 008/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 008/2026 DO CONTRATO Nº 472/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 11/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA FASE 2 DO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO (CBUQ) SOBRE PEDRA IRREGULAR NA ESTRADA BELA VISTA, COM EXTENSÃO DE 1,2 KM NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, CONFORME OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 21/11/2026 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 02/01/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:F7235418

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA- PARANÁ.
EXTRATO DO TERMO DE COLABORACÃO Nº 001/2026

ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA, ATRAVÉS DE "TERMO DE COLABORAÇÃO", COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2025/2026, QUE SE ADEQUAR AOS MOLDES DO OBJETO DA PARCERIA A SER PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME:
Projeto
Fortalecimento Institucional das Associações Rurais - Prestação de apoio técnico administrativo às associações de produtores rurais, contemplando a regularização documental, elaboração de projetos, organização administrativa, prestação de orientações para acesso a programas governamentais e demais ações necessárias ao fortalecimento institucional das entidades.
Assistência Técnica e Desenvolvimento da Produção Rural - Acompanhamento técnico nas propriedades rurais, com foco no incentivo à produção orgânica e agroecológica, o fortalecimento da fruticultura, aumento da produtividade das culturas já implantadas e adoção de práticas agrícolas sustentáveis, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e para a produção de alimentos de qualidade.

PROPONENTE: ASSOCIACAO DE PRODUTORES ORGANICOS E AGROECOLOGICOS DE TERRA ROXA – APOATRA, CNPJ 02.054.797/0001-35.

VALOR DO REPASSE: R$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais).

Vigência: A vigência deste Instrumento será de 12 (doze) meses, contados a partir de 22/09/2026 até 22/09/2027.

Termo de Colaboração encontra-se disponível na íntegra na Prefeitura de Terra Roxa no
Departamento de Compras e Licitação.

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:15E2003D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRENCIA 10-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Concorrência Eletrônica Nº 10/2026
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 10/2026, Processo Administrativo nº 139 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE HIDRANTES E ALARME DE INCÊNDIO E PÂNICO DA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE KENNEDY, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS., do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
428396 - CONSTRUTORA ALINE LTDA	1

Terra Roxa, 21 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:C9B06A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA PRESENCIAL 5-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Dispensa Presencial Nº 5/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa Presencial nº 5/2026, Processo Administrativo nº 162 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 4.709/2026, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DO COMBUSTÍVEL DIESEL S-10 DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, A SER REALIZADO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO APURADO NO LEVANTAMENTO DE PREÇOS REALZIADO ENTRE OS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DENTRO DA SEDE DO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
31950 - MORI, ROSSO & CIA LTDA	1

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:D6CAA401

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGILIBIDADE 42-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 42/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 42/2026, Processo Administrativo nº 155 / 2026, que tem por objeto SERVIÇOS MEDICOS REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO 2026, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
58 - ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	10,11,12
10969 - AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA.	45,46,47,65,70
183628 - ALESSANDRO K. YASSUE - CLINICA MEDICA	64
189278 - CLINICA MEDICA ENTRE AMIGOS LTDA - ME	69
394947 - IF MARQUES MEDICINA E SAUDE LTDA	31
395947 - MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA	34,35,36
396594 - FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	4,5,6
396595 - M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS	29,30
396597 - 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA	13,14,15
396598 - MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA	19,20
396599 - L. M. MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA	66
419014 - P. E. P. BRAGA LTDA	56,57
396601 - G.S.P SERVIÇOS MEDICOS LTDA	68
396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	32,33
396627 - BORESKI CLINICA MEDICA LTDA	24,25,26
398311 - SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	37,38
398359 - GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA	42,43,44
418787 - ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA	39,40,41
418948 - ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	48,49
1232746 - SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	71
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS	7,8,9
396600- E H S ALMEIDA & CIA LTDA	67
1275470 - MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	16,17,18
1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA	1,2,3
1300261 - HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	27,28
1300407 - VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	21,22,23
418698- ALPHAMED LTDA	58,59,60
419630- F C N LATRONICO	53,54,55
422969- GNS HEALTH CARE LTDA	61,62,63
1295187- PALLAURO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	50,51,52
427104- D DE CAMPOS PERIN	72

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:4A3FA070

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 82-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 137/2026
Licitação n°: 82/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE FRALDAS DESCARTAVÉS INFANTIS E GERIÁTRICAS, DESTINADAS Á DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA	5, 6
R$16.650,00 (dezesseis mil e seiscentos e cinquenta reais)	
GALERA DA CESTA BASICA LTDA	1, 2, 3, 4
R$137.292,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos e noventa e dois reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 22 de setembro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:EBCD52B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA PRESENCIAL 5-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 162/2026, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 162/2026, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2026, o(s) participante(s):

31950 - MORI, ROSSO & CIA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

1 - (461548) ÓLEO DIESEL S-10, DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES DA ANP.	LITRO		70.000	R$7,56	R$529.200,00
Total Fornecedor: R$529.200,00					

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:4628653E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
DENOMINA RUA MARIA DA LUZ ROSÁRIO NA LOCALIDADE DA LAGOA

LEI Nº 1111 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Denomina Rua Maria da Luz Rosário na localidade da Lagoa

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, por proposição dos vereadores Juliano dos Santos e Sidinei José de Lima, aprovou, e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica denominada Rua Maria da Luz Rosário, na localidade da Lagoa, tendo como início a Estrada Santo Antônio da Serra.

§1º Para fins de referência, a via se inicia na Estrada Santo Antônio da Serra, tendo como coordenadas: início – latitude: 25°57'5.71"S e longitude: 49°13'45.73"O e termina nas coordenadas – latitude: 25°57'2.41"S e longitude: 49°13'48.01"O.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Vereador Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:1D8C4206

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA Nº 25, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 25, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor efetivo Ranolfo Eriches de Lima.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal nº 50/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Ranolfo Eriches de Lima, titular do cargo efetivo de Analista Legislativo, matrícula nº 11, pelo período de 20 (vinte) dias, iniciando em 21 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01/06/2024 a 31/05/2025.
Art. 2º Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário, nos termos do artigo 78, § 1º, da Lei nº 50/2005.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de setembro de 2026.

Tijucas do Sul, 22 de setembro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:DA7CCD46

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA Nº 26, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 26, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula a: Concede férias à servidora comissionada Eliziane Ribeiro de Lima.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias à servidora comissionada ELIZIANE RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, matrícula nº 570, no total de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 13/01/2025 a 12/01/2026, a serem usufruídas de forma fracionada em 02 (dois) períodos, assim distribuídos:

I – 15 (quinze) dias, com início em 21 de setembro de 2026;
II – 15 (quinze) dias, com início em 23 de novembro de 2026.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de setembro de 2026.

Tijucas do Sul, 22 de setembro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:9B2F0DD6

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 152

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
IARA RITA DA CRUZ TELMA	203000	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	12º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;

b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato

residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica

3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação

4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista

5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 23 de setembro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

ANEXO I
MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.
( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:
01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____.
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____.
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

ANEXO II
DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, ocupante do cargo_____, **DECLARO**, em cumprimento às disposições legais vigentes, que:
( ) **NÃO** estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria (art. 37, § 10 da CF), em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal, salvo nas hipóteses permitidas no artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal.
( ) **SIM**, eu possuo ACÚMULO LEGAL DE CARGO PERMITIDO pela hipótese do artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal
CF, artigo 37, caput, inciso XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Se assinalada a opção SIM, preenchimento OBRIGATÓRIO do quadro abaixo, conforme IN 71/2012 TCE PR Art. 4º inciso XV

VÍNCULO	CARGO	ÓRGÃO ENTIDADE	CARGA HORÁRIA	TURNO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO

Declaro estar ciente da minha obrigação de atualizar este documento de imediato ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Tijucas do Sul, sempre que alguma informação for alterada.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

MODELO III - DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Eu,_____, portador(a) de RG n.º SSP/_e CPF n.º_, em atendimento ao Edital de Convocação n.º _____, declaro para o fim específico de contratação pelo Concurso Público nº _____, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação a que se refere o presente Edital, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica, sujeitando-me às penas na lei.

Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
DECLARANTE

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:9E2B7031

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6374, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante responsável pela apuração de irregularidades identificadas no curso de licitações promovidas pelo Município de Tijucas do Sul-PR e/ou na execução de contratos celebrados com este município:

Nome	C.P.F	Matricula
Felipe dos Santos Valkiu	010.573.119-60	119298
Bruno Renan Cruz da Rocha	092.571.479-83	118859
Gilvane Henrique Alves	060.676.769-07	1221
Eder Fabiano dos Santos	087.686.379-93	1382
Janaina Carvalho	106.481.499-94	120140
Isabel Oliveira Stal	142.710.179-57	119733
Jennifer Bruna dos Santos	060.156.029-96	119685
Leticia dos Santos Lima	088.087.789-83	977
Samara Gislaine Pereira	080.655.739-75	119591
Sonia Gama Ruberti Birskis	646.240.489-20	330

Art. 2º Cada processo administrativo apuratório deverá ser conduzido por pelo menos 5 (cinco) dos membros acima nomeados, preferencialmente dentre aqueles que não tenham envolvimento direto com a irregularidade a ser apurada, na condição de fiscal, recebedor, pregoeiro, presidente ou membro da comissão de licitação.

Art. 3º Em cada processo administrativo apuratório os 5 (cinco) membros escolherão entre si, o Presidente e o Secretário da Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial o Decreto nº 6087/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:577A1070

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 111/2023, apresentado por **Miguel Pereira da Rocha** (CPF 186.161.199-49) e **Marlene Chicovis da Rocha** (CPF 996.702.089-04), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação de posse em quatro áreas privadas rurais, na localidade Salto da Boa Vista do Município de Tijucas do Sul, contendo 17.497,09m² cada, conforme documentos que integram o processo administrativo.
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, pelo instituto jurídico de legitimação de posse, dos imóveis em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

Tijucas do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:D0B14BF1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 26/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E
O Município de Tijucas do Sul - PR, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, com sede na Rua Jorge Leprevost, 1.000, CEP 83.190-093, Tijucas do Sul/PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO, José Altair Moreira, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que encontra-se em processo de Regularização Fundiária, pelo instrumento de Legitimação Fundiária, na modalidade Interesse Específico (Reurb-E), através do Processo Administrativo nº 328/2025, tendo como requerente, **João Nei de Oliveira**, brasileiro, casado, tenente militar aposentado, inscrito no sob nº CPF 028.238.889-34, residente e domiciliado na Rod. PR 281, Xaxim, Tijucas do Sul – PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 748/2021, o imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao(s) titular(es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais/PR.
I. Inicia-se se no marco denominado **'0=PP'** , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 683.497,325 m e N= 7.132.291,000 m dividindo-o com o RODOVIA PR-281; Daí segue confrontando com RODOVIA PR-281 com o azimute de 53°20'57" e a distância de 19,59 m até o marco **'1'** (E=683.513,046 m e N=7.132.302,697 m); Daí segue confrontando com CONFRONTANTE DESCONHECIDO com o azimute de 150°52'35" e a distância de 36,83 m até o marco **'2'** (E=683.530,972 m e N=7.132.270,520 m); Daí segue confrontando com MARIA PATRICIA PLAHINSCE DE MORAIS CPF: 043.058.649-32com o azimute de 247°39'54" e a distância de 19,12 m até o marco **'3'** (E=683.513,284 m e N=7.132.263,252 m); Daí segue confrontando com RUA ANTONIO ALVES DE PAULA com o azimute de 330°05'42" e a distância de 32,01 m até o marco **'0=PP'** (E=683.497,325 m e N=7.132.291,000 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0,06612 ha.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização

Fundiária, de acordo com o art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e disposições da Lei Municipal nº 748/2021.
III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no protocolo central da prefeitura, dirigidas à Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, como previsto na Lei Federal nº 13.465/2017.
IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:4068256F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 405, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Sancionador (PAS n° 05/2026), constitui a respectiva Comissão Processante e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 6.087/2026,

CONSIDERANDO o teor do memorando 301/2026 – Departamento de Licitações e Protocolo Administrativo nº 4855/2026 do Memorando nº 581/2026, oriundos da Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para Mulheres;

CONSIDERANDO a apuração preliminar de suposta inexecução contratual e atraso injustificado na entrega de materiais de limpeza e higienização objeto da **Ata de Registro de Preços nº 88/2025** (decorrente do Pregão Eletrônico nº 09/2025) e dos Empenhos nº 3282/2026 e nº 3288/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, e do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR o Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 05/2026), com o objetivo de apurar os fatos e a eventual responsabilidade administrativa da empresa **ELLOLIMP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.547.438/0001-83, decorrente do inadimplemento na execução da Ata de Registro de Preços nº 88/2025.

Art. 2º CONSTITUIR a Comissão Processante incumbida da condução, instrução e elaboração de relatório final no âmbito do PAS nº 05/2026, composta pelos seguintes servidores:

I – **Sônia Gama Ruberti Birskis** – Matrícula nº 330 (Presidente);
II – **Samara Gislaine Pereira** – Matrícula nº 119591 (Secretária);
III – **Felipe dos Santos Valkiu** – Matrícula nº 119298 (Membro);
IV – **Gilvane Henrique Alves** – Matrícula nº 1221 (Membro);
V – **Letícia dos Santos Lima** – Matrícula nº 977 (Membro).

Art. 3º A Comissão Processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação dos fatos e o direito ao contraditório e à ampla defesa da empresa investigada, concedendo-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Fixar o prazo de até **180 (cento e oitenta) dias** para a conclusão dos trabalhos da Comissão e apresentação do Relatório Final à Autoridade Competente, admitida a prorrogação por igual período mediante justificativa fundamentada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tijucas do Sul/PR, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:D7C416C3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 38, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a suspensão temporária do exercício da função de Presidente do Comitê de Investimentos e designa Presidente Substituto pelo período de afastamento do titular, e dá outras providências.

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL – TIJUCAS DO SUL PREV**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:
CONSIDERANDO a edição da Portaria Municipal nº 397, de 10/09/2026, que determinou o afastamento cautelar do servidor em questão de suas funções administrativas pelo prazo de 30 (trinta) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos de gestão, alocação e acompanhamento das aplicações financeiras dos recursos previdenciários do TIJUCAS DO SUL PREV;
CONSIDERANDO os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da moralidade administrativa (Art. 37 da CF/88), bem como as exigências da Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social (MPS/SRPS);
RESOLVE:
Art. 1º DETERMINAR a suspensão temporária do exercício das atribuições de Presidente e Membro do Comitê de Investimentos pelo servidor em questão, pelo período de seu afastamento funcional (30 dias), com efeitos retroativos a 10/09/2026.
Art. 2º DESIGNAR o membro RANOLFO ERICHES DE LIMA, atualmente secretário do Comitê de Investimentos, para responder interinamente pela **PRESIDÊNCIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO TIJUCAS DO SUL PREV**, no período de 10/09/2026 até a data final do afastamento.
Art. 3º Compete ao Presidente Interino conduzir as reuniões, assinar as Atas, Relatórios de Gestão e Relatórios de Alocação de Recursos, bem como representar o Comitê perante os Conselhos Deliberativo e Fiscal e a Diretoria Executiva.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Gerson de Melo
Código Identificador:2EA21001

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°87 - ANO 2026

Nº DA ATA	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 87/2026	Pregão Eletrônico N° 06/2026	Aumento quantitativo de 12 (doze) aparelhos de ar-condicionado –	**NYLAND EQUIPAMENTOS LTDA**	08/09/2026

		aquisição e instalação no valor total **R$ 70.424,00**.	**CNPJ: 19.115.775/0001-30**	

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:F7116F25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CHAMAMENTO RGF

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – RGF 2° QUAD 2026

O Prefeito de Tomazina - PR, no uso de suas atribuições legais e na forma que dispões a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) TORNA PÚBLICO, que fará realizar sessão de Audiência Pública de Apreciação de Gestão Fiscal do 2° Quadrimestre de 2026.
A participação popular é de suma importância para o acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos.
Participe!!!
Local: Sede da Câmara Municipal de Tomazina, Praça Tenente João José Ribeiro, S/N (Ao lado da Prefeitura).
Data: 30/09/2026 (quarta-feira)
Horário: 09:30 horas

Tomazina, 22 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:B2B5105B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026.

O munícipio de Tomazina-PR torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 08 de outubro do ano de 2026, na plataforma BLL compras: https://bll.org.br/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairro barra Seca	Pavimentação em CBUQ	51.660.9m²	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Tomazina e na plataforma BLL compras: https://bll.org.br/ . Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Tomazina-PR, 22 de setembro de 2026.

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação Portaria nº 322/2026

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:C62B6D85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 091/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **08 DE OUTUBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DE VIAS, INCLUÍNDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Três Barras do Paraná-PR, 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:9EC5C4CB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ torna público que, em razão do **acolhimento da impugnação apresentada ao Edital**, fica **SUSPENSA**, por prazo indeterminado, a sessão pública da **Concorrência Eletrônica nº 08/2026**, anteriormente designada para o dia **22 de setembro de 2026, às 09h00**, na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.
A suspensão tem por finalidade possibilitar a análise técnica e a realização das necessárias **retificações no Edital, em seus anexos e nos documentos orçamentários** referentes à contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ sobre pedras irregulares em estradas rurais, nos termos da decisão proferida acerca da impugnação.
Após a conclusão das adequações, o Edital retificado será republicado e será divulgada nova data para realização do certame, com a reabertura dos prazos legais.
Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, pelo telefone (45) 98824-6760, pelo e-mail **licitacao@tresbarras.pr.gov.br** ou por meio dos sítios eletrônicos **www.tresbarras.pr.gov.br** e **www.bll.org.br**.
Três Barras do Paraná-PR, 21 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:42F667F2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7300/2026

DATA 21/09/2026

Aprova loteamento, denominado do "Por do Sol II", localizado no perímetro urbano da cidade de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica Aprova loteamento, denominado do **"Por do Sol II",** localizado no perímetro urbano da cidade de Três Barras do Paraná, como as especificações abaixo:

EMPREENDIMENTO: LOTEAMENTO POR DO SOL II

LOTE N° 90-A-REMANESCENTE-1 DA GLEBA N°01 DO IMOVEL ANDRADA

MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PARANÁ

MATRICULA N° 14.789 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CATANDUVAS – PR - 2° SRI

O PRESENTE LOTEAMENTO É CONSTITUIDO DE 05 QUADRAS, INDIVIDUALIZADAS EM 62 LOTES, PERFAZENDO A ÁREA DE 15.114,28 m² EM LOTES, 5.459,62 m² EM VIAS PUBLICAS, TOTALIZANDO A ÁREA LOTEADA EM 20.573,90 m².

O PARCELAMENTO ESTA ASSIM DISTRIBUIDO:

QUADRA N° 01 (13 LOTES)

LOTE N°: ÁREA m².

1 175,82
2 178,00
3 178,00
4 178,00
5 178,00
6 178,00
7 178,00
8 178,00
9 178,00
10 178,00
11 178,00
12 178,00
13 204,60
TOTAL DA QUADRA Nº 01: 2.338,42

QUADRA N° 02 (13 LOTES)

LOTE N°: ÁREA m².

1 209,89
2 175,00
3 175,00
4 175,00
5 175,00
6 175,00
7 175,00
8 175,00
9 175,00
10 175,00
11 175,00
12 175,00
13 237,50
TOTAL DA QUADRA Nº 02: 2.372,39

QUADRA N° 03 (26 LOTES)

LOTE N°: ÁREA m².

1 220,47
2 193,86
3 193,86
4 192,54
5 189,92
6 190,55
7 192,50
8 192,50
9 192,50
10 192,50
11 192,50
12 192,50
13 208,57
14 224,55
15 186,12
16 182,70
17 192,50
18 192,50
19 192,50
20 192,50
21 193,17
22 193,86
23 193,86
24 193,86
25 193,86
26 250,20
TOTAL DA QUADRA Nº 03: 5.126,95

QUADRA N° 04 (08 LOTES)

LOTE N°: ÁREA m².

1 204,08
2 190,00
3 190,00
4 190,00
5 190,00
6 190,00
7 194,35
8 80,95
TOTAL DA QUADRA Nº 04: 1.429,38

QUADRA N° 05 (02 LOTES)

LOTE N°: ÁREA m².

1 234,20
2 3.612,94
TOTAL DA QUADRA Nº 05: 3.847,14

AREA TOTAL EM LOTES (m²) 15.114,28

VIAS PUBLICAS
RUA ÁREA M²:
PROLONGAMENTO RUA IPÊ 290,30
RUA DAS IMBUIAS 2.418,46
RUA DAS PEROBAS 778,58
RUA DAS CEREJEIRAS 1.972,28
TOTAL DAS RUAS: 5.459,62

TOTAL DO LOTEAMENTO 20.573,90

ÁREAS PUBLICAS E INSTITUCIONAIS ÁREA m²
VIAS PÚBLICAS 5.459,62
ÁREA INSTITUCIONAL 80,95
ÁREA DE RESERVA 3.612,94
TOTAL 9.153,51

ORIGEM:

SUBDIVISÃO DO LOTE N° 90-A-REMANESCENTE, DA GLEBA N° 01 DO IMÓVEL ANDRADA
MATRÍCULA N° 14.789/2° SRI
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR
CNPJ: 78.121.936/0001-68

MEMORIAL DESCRITIVO DOS LOTES

LOTE N° 01 QUADRA N° 01 ÁREA: 175,82 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 10,25 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada; mede-se 7,33 metros;
NORTE confrontando com o Lote 90-A-Rem, Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 20,21 metros; e finalmente;
SUL confrontando com o Lote n° 02, da quadra 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 02 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das lmbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 01, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 03 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 03 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 02, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 04 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 03, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 05 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 05 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrade, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 04, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 06 da Quadra n° 01, mede-se 20,00

LOTE N° 06 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrade, mede-se
8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 05, da Quadra n° 01, mede-se 20,00
SUL confrontando com o Lote n° 07 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 07 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrade, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 06, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 08 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 08 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrade, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 07, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 09 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 09 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrade, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 08, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 10 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 10 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 09, da Quadra n° 01, mede-se 20,00metros;
SUL confrontando com o Lote n° 11 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 11 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 10, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 12 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 12 QUADRA N° 01 ÁREA: 178,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,90 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,90 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 11, da Quadra n° 01, mede-se 20,00metros;
SUL confrontando com o Lote n° 13 da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 13 QUADRA N° 01 ÁREA: 204,60 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 10,23 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 11 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 10,23 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 12, da Quadra n° 01, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com a Rua Ipê, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 01 QUADRA N° 02 ÁREA: 209,89 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se
12,24 metros;
NORTE confrontando com o prolongamento da Rua Ipê, mede-se 20,30 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 02 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 02 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 01 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 03 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 03 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 02 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 04 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com a Rua das lmbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 03 da Quadra n° 02, mede-se 20,00metros;
SUL confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 05 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 06 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 06 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das lmbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 05 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 07 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 07 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 06 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 08 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 08 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das lmbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 07 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 09 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 09 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 08 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 10 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 10 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 09 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 11 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 11 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 10 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 12 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 12 QUADRA N° 02 ÁREA: 175,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 11 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 13 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 13 QUADRA N° 02 ÁREA: 237,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 15,00 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 12 da Quadra n° 02, mede-se 20,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 02 da Quadra 05, Área de reserva mede-se 20,95 metros.

LOTE N° 01 QUADRA N° 03 ÁREA: 220,47 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 9,34 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 26 da Quadra 03, mede-se 10,69 metros;
NORTE, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 22,35 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 02 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 02 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das lmbuias, mede-se 8,81 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 25 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 01 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 03 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 03 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,81 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 24 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 02 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 04 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 04 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,54 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,81 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 23 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 03 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 05 da Quadra 03, mede-se 21,85 metros.

LOTE N° 05 QUADRA N° 03 ÁREA: 189,92 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,80 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 22 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 04 da Quadra 03, mede-se 21,85 metros,
SUL confrontando com o Lote n° 06 da Quadra 03, mede-se 21,55 metros.

LOTE N° 06 QUADRA N° 03 ÁREA: 190,55 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 21 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 05 da Quadra 03, mede-se 21,55 metros;

SUL, confrontando com o Lote n° 07 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 07 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 20 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 06 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 08 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 08 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 19 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 07 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 09 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 09 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 18 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 08 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 10 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 10 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com Lote n° 17 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 09 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 11 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 11 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com parte do Lote n° 15 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 10 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 12 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 12 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 8,75 metros;
OESTE, confrontando com parte do Lote n° 15 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 11 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 13 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 13 QUADRA N° 03 ÁREA: 208,57 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 9,48 metros;
OESTE, confrontando com parte do Lote n° 15 da Quadra 03, mede-se 9,48 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 12 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 14 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 14 QUADRA N° 03 ÁREA: 224,55 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 20,41 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 13 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 30,00 metros;
OESTE, confrontando de canto com a Rua das Cerejeiras.

LOTE N° 15 QUADRA N° 03 ÁREA: 186,12 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 10,77 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 17 da Quadra 03, mede-se 8,00 metros;
LESTE, confrontando com os Lotes n° 11 da Quadra 03, mede-se 8,75m, com o lote n° 12 da Quadra 03, mede-se 8,75m e o lote n°13 da Quadra 03, mede-se, 9,48 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 16 da Quadra 03, mede-se 19,55 metros.

LOTE N° 16 QUADRA N° 03 ÁREA: 182,70 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 6,44 metros;
SUL, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 18,83 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 17 da Quadra 03, mede-se 14,00 Metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 15 da Quadra 03, mede-se 19,55 metros.

LOTE N° 17 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 10 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 18 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com os Lotes n° 15 da Quadra 03, mede-se 8,00 metros e o
Lote n°16 da Quadra 03, mede-se 14,00 metros.

LOTE N° 18 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 09 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 19 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 17 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 19 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 08 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 20 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 18 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 20 QUADRA N° 03 ÁREA: 192,50 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 07 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 21 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 19 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 21 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,17 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,75 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 06 da Quadra 03, mede-se 8,75 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 22 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 20 da Quadra 03, mede-se 22,00 metros.

LOTE N° 22 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,81 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 05 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n°23 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 21 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 23 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,81 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 04 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 24 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n°22 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 24 QUADRA N°03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,81 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 03 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 25 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 23 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N° 25 QUADRA N° 03 ÁREA: 193,86 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 8,81 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 02 da Quadra 03, mede-se 8,81 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 26 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros;
SUL confrontando com o Lote n°24 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros.

LOTE N°26 QUADRA N°03 ÁREA: 250,20 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 12,05 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 02 da Quadra 03, mede-se 10,69 metros;
NORTE, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 22,35 metros;
SUL confrontando com o Lote n° 25 da Quadra 03, mede-se 22,15 metros,

LOTE N° 01 QUADRA N° 04 ÁREA: 204,08 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 12,00 metros;
NORTE, confrontando com o Lote 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 2,25m e confrontando com a ÁREA INSTITUCIONAL, lote n°08 da Quadra n° 04, mede-se, 6,15 metros;
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 20,32 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 02 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 02 QUADRA N° 04 ÁREA: 190,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 9,50 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se, 9,50 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 01 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 03 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 03 QUADRA N° 04 ÁREA: 190,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 9,50 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se, 9,50 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 02 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 04 QUADRA N° 04 ÁREA: 190,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 9,50 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se, 9,50 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 03 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 05 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 05 QUADRA N° 04 ÁREA: 190,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 9,50 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se, 9,50 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 04 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 06 da Quadra n° 04, mede-se 20,00metros.

LOTE N° 06 QUADRA N° 04 ÁREA: 190,00 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 9,50 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se, 9,50 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 05 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 07 da Quadra n° 04, mede-se 20,00 metros.

LOTE N° 07 QUADRA N° 04 ÁREA: 194,35 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 10,08 metros;
NORTE, confrontando com parte do Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01
do Imóvel Andrada, mede-se, 9,35 metros;
LESTE, confrontando com o Lote n° 06 da Quadra n° 04, mede-se 20,00
metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do
Imóvel Andrada, mede-se 20,01 metros.

LOTE N° 08 QUADRA N° 04 ÁREA: 80,95 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
NORTE, confrontando de canto com a Rua das Imbuias e com o Lote 90-A-REM da Gleba 01 do Imóvel Andrada;
SUL, confrontando com o Lote n° 01 da Quadra n° 04, mede-se 6,15 metros;
LESTE, confrontando com a Rua das Imbuias, mede-se 26,72 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 90-A-REM da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 26,33 metros.

LOTE N° 01 QUADRA N° 05 ÁREA: 234,20 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
NORTE, confrontando com a Rua das Perobas, mede-se 16,08 metros;
SUL, confrontando com parte do Lote n° 02 Área de Reserva da Quadra n° 05, mede-se, 19,38 metros;
LESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 15,00 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, mede-se 11,98 metros.

LOTE N° 02 QUADRA N° 05 ÁREA: 3.612,94 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL, confrontando com o Lote n° 90-A-Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, com azimute NO 308°51'00" SE, mede-se 161,39 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 01 da quadra n° 5, mede-se 19,38 metros e com o Lote n°13 da quadra n° 02, mede-se 20,95 metros;
LESTE, confrontando com a Rua das Cerejeiras por toda a sua extensão, mede-se 178,15 metros e com parte do Lote n° 51 da Gleba 01 do Imóvel Andrada, com azimute NO 175°06'43" SE, mede-se 26,51 metros;
OESTE, confrontando com o Lote n° 90-A Remanescente da Gleba 01 do Imóvel Andrada, com azimute SO 00°38'00" NE, mede-se 74,79 metros;

RUA DAS IMBUIAS ÁREA: 2.418,46 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL confrontando com a Rua das Cerejeiras, mede-se 14,60 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 90-A-REM mede-se 28,20 metros;
LESTE confrontando com os Lotes n° 01 da Quadra n° 01, mede-se 10,25 metros, Lote n° 02 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 03 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n°04 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 05 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 06 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n°07 da Quadra n°01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 08 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 09 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 10 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 11 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 12 da Quadra n° 01, mede-se 8,90 metros, Lote n° 13 da Quadra n° 01, mede-se 10,23 metros, e com prolongamento da Rua Ipê mede-se 14,97 metros; Lote n° 01 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 03 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 04 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 05 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 06 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 07 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 08 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 09 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m , Lote n° 10 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 11 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m, Lote n° 12 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m e o Lote n° 13 da Quadra n° 02, mede-se 8,75m;
OESTE confrontando com os Lotes n° 08 (Área Institucional) da Quadra n° 04, mede-se 26,72 metros, Lote n°01 da Quadra n° 04 mede-se 20,32 metros; com prolongamento da Rua das Perobas, mede-se 11,18 metros, e confrontando com os Lotes n° 01 da Quadra n° 03, mede-se 9,34 metros, Lote n° 02 da Quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 03 da Quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 04 da Quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 05 da Quadra n° 03, mede-se 8,80 metros, Lote n° 06 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 07 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 08 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 09 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 10 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 11 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 12 da Quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 13 da Quadra n° 03, mede-se 9,48 metros e Lote n° 14 da Quadra n° 03, mede-se 20,41 metros.

RUA DAS PEROBAS ÁREA: 778,58 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL confrontando com o Lote n° 01 da quadra n° 05, mede-se 16,08 metros, com Rua das Cerejeiras 11,00 metros e com os Lotes n° 01 da quadra n° 03, mede-se 22,35 metros; e o Lote n° 26 da quadra n° 03, mede-se 22,35 metros;
NORTE, confrontando com os Lotes n° 01 da quadra n° 04, mede-se 12,00 metros, Lote n° 02 da quadra n° 04, mede-se 9,50 metros, Lote n° 03 da quadra n° 04, mede-se 9,50 metros, Lote n° 04 da quadra n° 04, mede-se 9,50 metros, Lote n° 05 da quadra n° 04, mede-se 9,50 metros; Lote n° 06 da quadra n° 04, mede-se 9,50 metros e o Lote n° 07 da quadra n° 04, mede-se 10,08 metros;
LESTE confrontando com a Rua Das Imbuias, mede-se 11,00 metros;
OESTE confrontando com o Lote n°90-A-REM. mede-se 11,07 metros.

PROLONGAMENTO RUA YPÊ ÁREA: 290,30 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
SUL confrontando com o Lote n° 01 da quadra n°02, mede-se 20,30 metros;
NORTE, confrontando com o Lote n° 13 da Quadra n° 01 mede-se 20,00, metros;
LESTE confrontando Rua Ipê, mede-se 14,07 metros;
OESTE confrontando com Rua das Imbuias mede-se 14,97 metros.

RUA DAS CEREJEIRAS ÁREA: 1.972,28 m²
LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
OESTE confrontando com o Lote n° 01 da Quadra 05, mede-se 15,00 metros e com a Área de Reserva Lote 02, da Quadra n° 05, mede-se 46,06 metros, 8,11 metros e 33,91 metros;
SUL confrontando com a Área de Reserva Lote 02, da Quadra n° 05, medindo 90,07 metros; Lote n° 17 da quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 18 da quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 19 da quadra n° 03, mede-se 8,75 metros, Lote n° 2 mede-se 8,75 metros, Lote n° 22 da quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 23 da quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 24 da quadra n° 03, mede-se 8,81 metros, Lote n° 25 da quadra n° 03, mede-se 8,81 metros e Lote n° 26 da quadra n° 03, mede-se 12,05 metros;
NORTE; confrontando com a rua das Perobas, mede-se 11,00 metros, e confrontando com os Lotes n° 14 da quadra n° 03, mede-se 30,0 metros, de canto com o lote n° 13 da quadra n° 03, Lote n° 15 da quadra n° 03, mede-se 10,77 metros, Lote n° 16 da quadra n° 03, mede-se 18,83 metros.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6604/2025 de 13/08/2025.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:EB3CEC7C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7301/2026

DECRETO Nº 7301/2026
Data 21.09.2026

Exonera a pedido, servidora efetiva Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora efetiva, Senhora **Janete Guaragni da Silva**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40h, sob a matrícula funcional nº 642-4/1, aprovada através do Concurso Público n° 001/2014 e nomeada pelo Decreto nº 2426/16.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:467415D2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7305/2026

Data 22/09/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3184/2026 de 22/09/2026

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.940.000,00 (um milhão e novecentos e quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Sec. Mun de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (6222) (3706)	Obras e instalações	1.940.000,00

Total.....R$ 1.940.000,00

Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3706	CONVÊNIO n. 979/2026-SECID.	1.940.000,00

Total.....R$ 1.940.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E6FF879F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7306/2026

DATA 22/09/2026

Nomeia os novos membros do Comitê Municipal de Saúde Mental e da Rede de Proteção e Apoio à Criança, ao Adolescente e às Famílias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, GERSO FRANCISCO GUSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Comitê Municipal de Saúde Mental e da Rede de Proteção e Apoio à Criança, ao Adolescente e às Famílias, na forma estabelecida neste Decreto.

Art. 2º O Comitê de que trata este Decreto será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades da Administração Pública e da sociedade civil do Município:

I – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Vanessa Buligon;
b) Maria Gabriela de Paula;
c) Delina Gomes da Silva Oenning.

II – 04 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo 01 (um) representante do CEACA, 01 (um) representante do CRAS e 02 (dois) representante do CREAS:
a) Daiara Aparecida Brand Guimarães – CEACA;
b) Suzane Ludvichak Cesari – CRAS;
c) Debora Lucia de Abreu – CREAS.
d) Edneia Pizzolito de Azevedo Rubio - CREAS

III – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Nilton Pimentel Garcia;
b) Gabrielly Almendro da Silva;
c) Crislaine Aparecida de Lima de Oliveira.

IV – 02 (dois) representantes do Conselho Tutelar – CT:
a) Rosalina Fonseca de Almeida Conradi;
b) Fabiana Cabral de Oliveira;

V – Representantes das Escolas Estaduais do Município:
a) Escola Estadual do Campo Alto Alegre: Marinês Dalabetta;
b) Escola Estadual do Campo Barra Bonita: Marilene Siqueira;
c) Escola Estadual do Campo Pedro Luiz Messias - Santo Isidoro: Rosane Reina Militz;
d) Escola Estadual Princesa Izabel: Natiele de Souza dos Anjos, Jociane Regina da Motta e Irineu Fascículo;

VI – 02 (dois) representante da Secretaria Municipal de Esportes:
a) Matheus Schepers;
b) Robson Mencato;

VII – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
a) Keila Bernardete Campo.

VIII – 01 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
a) Leticia Ronssoni.

Art. 3º São atribuições do Comitê, respeitadas as competências legais e institucionais de cada órgão e entidade integrante da Rede:

I – promover a articulação intersetorial entre os órgãos, serviços e instituições que integram a Rede de Proteção;

II – contribuir para o fortalecimento das ações de promoção, prevenção, proteção e garantia de direitos da criança, do adolescente e de suas famílias;

III – contribuir para a articulação das ações relacionadas à promoção e proteção da saúde mental;

IV – discutir e propor estratégias de atuação conjunta diante de situações que demandem intervenção intersetorial;

V – contribuir para o aprimoramento dos fluxos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento entre os serviços da Rede de Proteção;

VI – promover a integração e a troca de informações, experiências e conhecimentos entre os representantes dos órgãos e entidades integrantes do Comitê, observados o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e os demais direitos assegurados pela legislação vigente;

VII – propor ações preventivas e educativas relacionadas à saúde mental e à proteção integral da criança e do adolescente;

VIII – acompanhar, no âmbito de suas atribuições, as ações intersetoriais desenvolvidas pela Rede de Proteção.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Coordenador ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo as discussões, deliberações e os encaminhamentos definidos.

§ 2º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou por meio de recursos de videoconferência, quando necessário.

Art. 5º Os membros do Comitê escolherão, dentre seus pares, o Coordenador e o Vice-Coordenador.

§ 1º Compete ao Coordenador convocar e presidir as reuniões, organizar as pautas e acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos deliberados pelo Comitê.

§ 2º Compete ao Vice-Coordenador substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos.

Art. 6º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, de caráter não remunerado, não fazendo jus os seus membros a qualquer remuneração, gratificação ou vantagem pecuniária em razão dessa participação.

Art. 7º A substituição de representantes poderá ocorrer mediante indicação formal do respectivo órgão ou entidade, devendo a alteração

ser comunicada ao Coordenador do Comitê e ao Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A atuação do Comitê não implica subordinação administrativa entre os órgãos, entidades e instituições que o integram, permanecendo cada membro responsável pelo exercício de suas competências legais e institucionais.
Art. 9º No exercício de suas atribuições, os membros do Comitê deverão observar a legislação referente à proteção integral da criança e do adolescente, ao sigilo profissional, à proteção de dados pessoais e às demais normas aplicáveis.
Art. 10 Fica revogado o Decreto nº 6457, de 20 de maio de 2025, que dispõe sobre a composição do Comitê Municipal de Saúde Mental e da Rede de Proteção e Apoio à Criança, ao Adolescente e às Famílias.
Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1C623EBE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3182/2026

DATA 22/09/2026

Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Saúde de Três Barras do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde de Três Barras do Paraná, passa a ser regido, a partir desta data, por esta Lei, sendo um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, resolutivo, consultivo, normativo no âmbito de suas atribuições legais e fiscalizador do Sistema Único de Saúde (SUS), no Município de Três Barras do Paraná, integrante da estrutura básica do Poder Executivo com suporte orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde, com composição, organização, funcionamento e competências fixadas nesta Lei e em seu Regimento Interno, obedecidos aos termos da Lei Federal nº 8.080/1990, Lei federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e da Resolução nº 453 e 454 de 10 de maio de 2012, Resolução nº554, de 15 de setembro de 2017 do Conselho Nacional de Saúde e Lei Complementar nº 141/2012.
Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de Três Barras do Paraná passa a ter, a contar desta data, as seguintes atribuições e competências:
I – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e as ações de saúde, bem como atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde, incluindo os aspectos econômicos e financeiros, nos órgãos e entidades públicas, filantrópicas e privadas integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) em Três Barras do Paraná;
II – deliberar sobre as diretrizes de aplicação e critérios de distribuição dos recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), incluindo o percentual da contrapartida do município, além de fiscalizar as programações e execuções orçamentárias e financeiras da Secretaria Municipal de Saúde;
III – discutir, deliberar e aprovar as diretrizes e os critérios da política de contratação e conveniamento de serviços de saúde, e da formalização de instrumentos contratuais com prestadores públicos e privados, além de propor critérios para a construção e instalação de novas unidades, visando à regionalização, à hierarquização e à integração da assistência à saúde;
IV – traçar diretrizes de elaboração, avaliar e aprovar o Plano Municipal de Saúde, adequando-o às realidades epidemiológicas e à capacidade organizacional dos serviços, em consonância com as deliberações da Conferência Municipal de Saúde;
V – convocar ordinariamente a cada 4 (quatro) anos, ou extraordinariamente, a Conferência Municipal de Saúde, estruturar sua comissão organizadora, definir seu regimento e regulamento, e acompanhar a implementação de suas deliberações, nos termos da legislação federal;
VI – propor e aprovar a estrutura organizacional e deliberar sobre a proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde garantir a dotação orçamentária, a infraestrutura e os recursos humanos necessários para o seu pleno funcionamento;
VII – estimular, articular e apoiar a criação, instituição e o pleno funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) e distritais, bem como de comissões intersetoriais, permanentes ou temáticas, para subsidiar as decisões do Pleno;
VIII – apreciar e aprovar as propostas da área da saúde que integrarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere às ações e serviços públicos de saúde, obrigatoriamente antes de seu encaminhamento ao Poder Legislativo;
IX – examinar e emitir parecer prévio sobre os relatórios de gestão do SUS encaminhados pelo gestor municipal, incluindo o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA);
X – atuar na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas de recursos humanos para o SUS no âmbito municipal, bem como das políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de saúde do trabalhador;
XI – atuar como instância de recebimento, discussão e encaminhamento de reclamações, denúncias e representações de qualquer cidadão ou entidade, relativas a irregularidades no âmbito do SUS, procedendo à análise e emitindo os pareceres cabíveis;
XII – manter permanente relacionamento com os demais Conselhos de Saúde e movimentos sociais, visando à consolidação e ao fortalecimento do controle social do SUS;
XIII – elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno, bem como resolver os casos omissos neste;
XIV – estabelecer e executar um programa contínuo de educação permanente e capacitação para os conselheiros de saúde, com base nas diretrizes nacionais de educação permanente para o controle social;
XV – dar ampla publicidade às pautas, atas, resoluções, relatórios e demais deliberações do Conselho, garantindo sua divulgação em diário oficial e em sítio eletrônico de fácil acesso ao público;
XVI – a proteção de informações pessoais ou sigilosas não poderá ser utilizada como fundamento para restringir indevidamente o acesso às informações públicas relacionadas à gestão do SUS;
XVII – acompanhar o registro e a atualização dos instrumentos de planejamento, monitoramento, prestação de contas, pareceres e deliberações nos sistemas oficiais do SUS, inclusive no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde – SIACS.
Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde de Três Barras do Paraná terá 12 membros e composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos, sendo:
I – 50% entidades de usuários;
II – 25% entidades de trabalhadores de saúde;
III – 25% representação de Governo/Gestores, prestadores de serviços privados, conveniados ou sem fins lucrativos/econômicos.
§ 1º O número total de membros titulares deverá ser múltiplo de quatro, de modo a viabilizar aritmeticamente a distribuição percentual prevista no caput, sendo vedada a criação de assento ou segmento não previsto nesta Lei ou em norma federal aplicável ao SUS.

§ 2º Serão consideradas entidades representativas do segmento dos usuários, aquelas que não detiverem condições para escolherem representantes de quaisquer dos demais segmentos.
§ 3º As entidades titulares e suplentes dos usuários, dos trabalhadores de saúde e prestadores de serviços serão eleitas na Conferência Municipal de Saúde ou plenária, escolhidas mediante processo eleitoral próprio, público, democrático e autônomo por segmento, de acordo com o Regimento Interno da mesma.
§ 4º É vedado que uma mesma entidade ocupe mais de uma vaga no Conselho Municipal de Saúde.
§ 5º Não será permitida a participação, como conselheiro municipal de saúde, membro eleito do Poder Legislativo, membro do Poder Judiciário ou membro do Ministério Público.

§ 6º Os segmentos das entidades representativas ficarão assim distribuídos garantindo o controle social do Sistema Municipal de Saúde:
I – 6 – usuários:
a) associações de moradores;
b) sindicatos de trabalhadores e organizações de trabalhadores urbanos e rurais, quando atuarem como representação de usuário;
c) entidades sociais/populares;
d) associações de pessoas com deficiências;
e) entidades de portadores de patologias;
f) outros movimentos de mulheres, indígenas e organizações representativos da sociedade civil, etc;
II – 3 – trabalhadores de saúde:
a) entidades representativas dos profissionais de saúde;
b) entidades representativas dos trabalhadores de saúde pública e privada;
III – 3 – governo/gestores e prestadores de serviços:
a) Regional de Saúde;
b) Secretaria Municipal de Saúde;
c) demais Secretarias Municipais;
d) hospital público ou filantrópico;
e) outros prestadores de serviços conveniados ao SUS.
§ 7º A relação prevista no § 6º é exemplificativa e não estabelece direito automático ou permanente de vaga.
Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde de Três Barras do Paraná será dirigido por uma Mesa Diretora, eleita de forma democrática e paritária por seu Plenário, dentre os membros titulares que compõem o Conselho nos termos do Regimento Interno.
§ 1º A Mesa Diretora terá composição paritária em relação aos segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde e será constituída pelas seguintes funções:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – 1º Secretário;
IV – 2º Secretário.

§ 2º O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição consecutiva para a mesma função, independente do tempo de mandato da entidade.
§ 3º O Secretário Municipal de Saúde, caso participe da Mesa Diretora, não poderá exercer a Presidência e Vice-Presidência do Conselho, garantindo-se a autonomia do órgão fiscalizador em relação ao órgão gestor.
§ 4º As atribuições específicas de cada membro da Mesa Diretora, bem como os procedimentos detalhados para a sua eleição e destituição, serão definidas no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.
§ 5º A Secretaria Executiva é vinculada diretamente ao Conselho Municipal de Saúde, competindo-lhe prestar o suporte técnico, operacional e administrativo necessário ao seu pleno funcionamento, sendo vedada a participação de seus membros na composição da Mesa Diretora.
Art. 5º Os membros do Conselho Municipal de Saúde não terão suas funções remuneradas, sendo as mesmas consideradas de relevância pública, e tendo, portanto, garantida sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.
Parágrafo único. As despesas referentes a recursos humanos e estrutura de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como, os gastos efetivados com transporte, alimentação e diárias e outros no pleno exercício da função de conselheiro serão pagas com recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), conforme previsão orçamentária e prévia aprovação da plenária do Conselho Municipal de Saúde.
Art. 6º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde deverá ser colocado para apreciação a cada início de gestão do Conselho Municipal de Saúde.
§ 1º O Regimento Interno normatizará o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde quanto à periodicidade das reuniões, impedimentos e faltas dos conselheiros, substituição e exclusão de entidades, prazos, tramitação de propostas, votação (*quórum*), entre outras.
§ 2º O Conselho Municipal de Saúde realizará reuniões ordinárias mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Mesa Diretora ou por solicitação de um terço de seus membros, atendendo o regimento interno (lista de presença e ata).
§ 3º O conselheiro deverá declarar-se impedido de participar da discussão e da votação de matérias que envolvam interesse direto ou benefício financeiro, pessoal, econômico ou institucional da entidade, movimento ou prestador de serviços que represente, devendo o fato e a sua respectiva abstenção constarem obrigatoriamente em ata.
Art. 7º O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde serão eleitos entre seus membros, sendo vedada a candidatura de representantes do segmento de governo/gestores, bem como do Secretário Municipal de Saúde, para ambos os cargos.
Art. 8º O Mandato das entidades eleitas no Conselho Municipal de Saúde será de 4 (quatro) anos, não devendo coincidir com o mandato do governo municipal.
Art. 9º As entidades eleitas na Plenária ou Conferência Municipal de Saúde terão o prazo conforme estabelecer o regimento interno, a contar de sua eleição, para indicarem formalmente seus representantes titular e suplente, cuja nomeação/homologação se dará por ato do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. O ato do Poder Executivo de que trata o *caput* possui natureza estritamente homologatória, sendo vedada a recusa, veto ou alteração dos nomes indicados pelas entidades e movimentos sociais, de modo a preservar a autonomia de escolha de cada segmento.
§ 1º A escolha dos representantes será privativa da entidade, desde que o representante não possua impedimentos que interfiram na sua autonomia representativa.
§ 2º É vedada a escolha de representantes do segmento dos usuários que tenha vínculo, dependência econômica ou conflito de interesses com quaisquer dos representantes dos demais segmentos do Conselho Municipal de Saúde.
§ 3º É vedada a escolha de representantes dos segmentos dos trabalhadores de saúde que possuam dependência econômica ou conflito de interesses com os demais segmentos integrantes do Conselho, sendo proibida, para o preenchimento dessas vagas, a indicação de ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada na administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.648/2024.
Parágrafo único. Os atuais conselheiros permanecerão no exercício de seus mandatos até a posse dos novos membros eleitos na forma desta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:C03E3F06

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3183/2026

Data 22/09/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 108.149,95 (cento e oito mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras
041220003.2.051000	Manutenção do Consórcio Público dos Municípios do Prócaxias – Compro

3.3.72.39 (6215) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	108.149,95

Total.....R$ 108.149,95
Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.30 (3474) (504)	Material de consumo	108.149,95

Total.....R$ 108.149,95
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:66AE61C9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3184/2026

Data 22/09/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.940.000,00 (um milhão e novecentos e quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Sec. Mun de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (6222) (3706)	Obras e instalações	1.940.000,00

Total.....R$ 1.940.000,00
Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3706	CONVÊNIO n. 979/2026-SECID.	1.940.000,00

Total.....R$ 1.940.000,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:9C436215

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3185/2026

Data 22/09/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bem móvel (equipamento), para a Associação dos Produtores Rurais Emenda Barra Grande, em Regime de Permissão de Uso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná, autorizado a ceder em regime de permissão de uso, para Associação dos Produtores Rurais – Emenda Barra Grande, inscrita no CNPJ sob o nº 09.141.372/0001-02, com sede na Estrada Linha Barra Grande, s/n, município de Três Barras do Paraná, o seguinte bem:
I – 01 (uma) Moto Bomba 1,5 HP 25 estágios Altri.
Art. 2º O PERMISSIONÁRIO se compromete a cumprir as seguintes obrigações, sob pena de rescisão e devolução ao MUNICÍPIO do bem móvel descritos no art. 1º desta Lei:
I – uso exclusivo para o PERMISSIONÁRIO nos moldes a ser definido com a celebração de Termo de Permissão de Uso, devendo ser funcionamento de um sistema de abastecimento d'água;
II – zelar pela manutenção e conservação do bem;
III – administrar o funcionamento do sistema de abastecimento d'água, utilizando o equipamento cedido;
IV – permitir ao Município toda e qualquer vistoria;
V – apresentar anualmente relatório das atividades ao Município com cópia para o Legislativo Municipal.
Art. 3º Fica como obrigação do Município entregar o bem no estado em que se encontra (novo).
Art. 4º Fica vedado ao permissionário, sem prévia e expressa autorização formal de consentimento do Município, transferir ou fazer uso do bem que não atenda a finalidade da cedência.
Art. 5º A renovação desta permissão de uso poderá ocorrer desde que, com base em Lei Municipal, e o permissionário manifestar expressamente seu interesse no prazo prévio mínimo de 03 (três) meses do término de vigência desta permissão, e no caso do Município considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas e o interesse do Município.
Art. 6º O contrato desta Permissão de Uso, desde que atendida às exigências desta Lei, será de 10 (dez) anos.
Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0D5C1218

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 PROCESSO ADM: Nº 79/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANTERNAGEM, FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTOMOTIVA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS DE FÁBRICA OU HOMOLOGADOS PELAS MONTADORAS) E A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.203.769,50 (um milhão e duzentos e três mil e setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos): **GILBERTO ANTONIO ROMANOSKI 07712080909** (29526671000172) com os lotes: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113 no valor total de R$ 601.363,50 (seiscentos e um mil e trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos). **DIRCEU DE SOUZA LEAL LTDA** (01906960000188) com os lotes: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70,

72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114 no valor total de R$ 602.406,00 (seiscentos e dois mil e quatrocentos e seis reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), segunda-feira, 21 de setembro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:2A1C7C9C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 PROCESSO ADM: Nº 79/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANTERNAGEM, FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTOMOTIVA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS DE FÁBRICA OU HOMOLOGADOS PELAS MONTADORAS) E A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.203.769,50 (um milhão e duzentos e três mil e setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos): **GILBERTO ANTONIO ROMANOSKI 07712080909** (29526671000172) com os lotes: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113 no valor total de R$ 601.363,50 (seiscentos e um mil e trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos). **DIRCEU DE SOUZA LEAL LTDA** (01906960000188) com os lotes: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114 no valor total de R$ 602.406,00 (seiscentos e dois mil e quatrocentos e seis reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), segunda-feira, 21 de setembro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:0403E09D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 302 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 302 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Promoção a Servidor(a) Publico(a) de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 45 e seguintes de Lei Municipal nº 125 de 16 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º. Fica promovido(a) o(a) servidor(a) ***ROSILDA DOS SANTOS CASTRO CARDOSO***, ocupante do cargo efetivo de ***Professor(a)***, na matrícula 415, para a Classe E referência 06 (GOME06).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 21 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:03316C11

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 048 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 048 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo para rever, alterar ou revogar seus próprios atos administrativos, quando presentes razões de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO a cessação da necessidade administrativa que motivou a edição das Portarias nº 014 e 016, de 20 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, em todos os seus termos, as Portarias nº 014 e 016, de 20 de março de 2026, as quais previram a designação de função gratificada aos servidores BRUNO JACKSON DE MELO ANGELO e ÉDIPO DAMASCENO DE ALMEIDA.

Art. 2º Ficam convalidados os atos administrativos regularmente praticados durante a vigência das Portarias ora revogadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 21 de setembro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:699D937E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 049 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 049 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal, especialmente pela Lei Municipal nº 374/2008 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 68, inciso I, da Lei Municipal nº 374/2008, segundo o qual o servidor perderá a remuneração dos dias em que faltar ao serviço;

CONSIDERANDO que constituem deveres do servidor observar as normas legais e regulamentares, bem como ser assíduo e pontual ao serviço, nos termos do art. 156, incisos III e X, do Estatuto;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato, conforme art. 157, inciso I, da Lei Municipal nº 374/2008;

CONSIDERANDO os fatos objeto da Notícia de Fato nº MPPR-0018.26.000940-4, comunicados pela Promotoria de Justiça de Bocaiúva do Sul por meio do Ofício nº 719/2026, bem como os esclarecimentos e documentos constantes dos autos;

CONSIDERANDO que as justificativas apresentadas pela servidora não afastam a irregularidade constatada, especialmente diante da inexistência de banco de horas formalmente instituído, da ausência de autorização formal prévia para a realização e posterior compensação de horas extraordinárias e da ausência de amparo para o afastamento durante o expediente ordinário;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 167, inciso I, 168, 169 e 180 da Lei Municipal nº 374/2008, que autorizam a aplicação da penalidade de advertência, observadas a natureza e a gravidade da infração, bem como a necessidade de indicação do fundamento legal e da causa da sanção;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado o desconto da remuneração correspondente aos dias 20, 21, 22 e 23 de julho de 2026, relativos às faltas injustificadas da servidora EDNEIA DE MELO, matrícula nº 851, observados os registros funcionais e os procedimentos da folha de pagamento.

Art. 2º. Fica aplicada à servidora EDNEIA DE MELO, matrícula nº 851, a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA, por escrito, em razão da violação do art. 157, inciso I, e da inobservância dos deveres previstos no art. 156, incisos III e X, da Lei Municipal nº 374/2008, diante do afastamento do serviço durante o expediente sem amparo legal ou autorização formal apta a justificá-lo.

Art. 3º. Para fins do disposto no art. 168 da Lei Municipal nº 374/2008, foram consideradas a natureza e a gravidade dos fatos apurados, as circunstâncias do caso e os elementos constantes dos autos, inclusive aqueles relacionados à Notícia de Fato mencionada nesta Portaria.

Art. 4º. A penalidade deverá ser registrada nos assentamentos funcionais da servidora, na forma da legislação vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 21 de setembro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:336B27CA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 050/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 050/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO, Chefe do Poder Executivo do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município de Tunas do Paraná/PR e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, conforme segue:

COORDENADOR MUNICIPAL: **ANTONIO MARCOS FRAZÃO BALDÃO** - matrícula n°. 1.402;

SECRETÁRIA: **ANA PAULA SOUZA** – matrícula n°. 1.259;

DIRETOR OPERACIONAL: **RENATO DOMINGOS DO AMARAL** – matrícula n°. 1.302.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 21 de setembro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:D13D9D9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 03/2026 ATO COMPLEMENTAR

Considerando as inscrições no Chamamento Público nº 03/2026, cujo objeto é CREDENCIAMENTO, PARA ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TURVO INTERESSADAS EM RECEBER KIT DE MATERIAL ESPORTIVO, os seguintes inscritos e habilitados até o momento:

- **ASSOCIAÇÃO DA FAMILIAS RURAIS DE ARVOREDO, CNPJ Nº 02.359.564/0001-40;**
- **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA MARRECAS, CNPJ Nº 07.052.235/0001-76;**
- **ASSOCIAÇÃO DE AGICULTORES DE CACHOEIRINHA, PORTERINHA E CAÇADOR, CNPJ N°07.455.071/0001-28;**
- **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE PASSA QUATRO, CNPJ Nº 07.655.973/0001-08;**
- **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE RIO BONITO, CNPJ N° 10.883.133/0001-07;**
- **ASSOCIAÇÃO SANTA ANITA, CNPJ N° 00.056.983/0001-88;**
- **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ N° 80.620.834/0001-39;**

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 ou através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta feira, das 08h00màs 12h00me das 13h00màs17h00m.

Turvo/PR, 22 de setembro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
(Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:75AF94C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 72-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 72/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Junior Nogueira Machado**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista Categoria C, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 30 de setembro de 2027.

Turvo-PR, 21 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C4D28471

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 669-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 90 (noventa) dias de afastamento para tratamento de saúde, para a servidora temporária **Rosicleia Cadena dos Santos Aparício**, Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 19 de setembro de 2026 a 17 de dezembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado, através do protocolo nº3.529/2026
Parágrafo único – A servidora deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 17 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BB220FCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2026 COMPRAS.GOV N° 57/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para confecção de crachás de identificação, além de uniformes em geral para servidores e para eventos municipais
Cadastro das Propostas: Até às 13h30min de 15 de outubro de 2026.
Início da Sessão:15 de outubro de 2026 a partir das 13h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$150.141,53 (cento e cinquenta mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 22 de setembro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:0C0C8D32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUSPENSÃO DO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 15/2026

O Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado por sua Agente de Contratação, designado pela Decreto nº 79/2026, torna pública a SUSPENSÃO da licitação conduzida sob a rubrica "Concorrência Presencial Nº 15/2026", cujo objeto é a Pavimentação de estrada rural em concreto, com área total de 87.557,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de obra. A suspensão do presente certame faz-se necessária em razão da existência do Mandado de Segurança nº 0011551-52.2026.8.16.0031, no âmbito do qual foi proferida decisão judicial determinando a suspensão do procedimento licitatório. Considerando que não será possível concluir as devidas alterações antes da data de abertura da licitação. Após a análise e resposta aos pedidos de esclarecimento, bem como a realização das eventuais alterações necessárias, a nova data de abertura do certame e a minuta revisada do edital serão devidamente divulgadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Turvo (PR) (http://www.turvo.pr.gov.br/) e do Diário Oficial dos Municípios do Paraná (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/). Esclarecimentos poderão ser obtidos através dos seguintes meios: Telefone: (42) 99128-4232 Whats – E-mail: <licitacao@turvo.pr.gov.br> – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 22 de setembro de 2026

PRISCILA MARTINELLI
Agente de Contratação
(Decreto n° 79/2026)

ANA LUIZA CHAMORRA
Agente de Contratação
(Decreto n° 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:275349EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 202/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/795
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 202/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **C. M. GASTALDIM & GASTALDIM LTDA,** para prestação de serviços de saúde de **FISIOTERAPIA com carga horária de 30 horas semanais, para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA**, conforme edital de chamamento público 007/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROFISSIONAL CREDENCIADO: ELLEN CRISTINA GASTALDIM

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 82.349,88 (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/795 de 20 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 21 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:847C94E5

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 203/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/836
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 203/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **SENNA FISIOTERAPIA LTDA.,** para prestação de serviços de saúde de **FISIOTERAPIA com carga horária de 30 horas semanais, para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA**, conforme edital de chamamento público 007/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROFISSIONAL CREDENCIADO: CHRISTOPPER DANIEL SENA DE ANDRADE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 82.349,88 (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/836 de 31 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 21 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:031E270B

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/06/368
PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: O objeto do presente termo de referência é o registro de preços para contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de COMBUSTÍVEL (GASOLINA e DIESEL S10), na modalidade maior desconto percentual (%) sobre o preço médio de revenda da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo) vigente para a região de Umuarama - PR, em conformidade com as normas técnicas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, a serem utilizados pelos veículos da frota do Município de Umuarama, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 06/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 06/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 06/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 6.874.575,00 (seis milhões oitocentos e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 21 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Secretario Designado Municipal Designado de Serviços Rodoviários

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:38507C9D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°035/2026 - FMS

P O R T A R I A Nº 035/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2026 – FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2026 – FMS, que tem por objeto o registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de materiais e insumos odontológicos de consumo, destinados à manutenção e continuidade dos serviços de saúde bucal prestados pelas Unidades Básicas de Saúde da Atenção Primária, pelo Centro de Especialidade Odontológicas (CEO) – Atenção Secundária – e pelo Consultório Odontológico da Cadeia Pública do Município de Umuarama/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, declarando vencedoras as empresas, **COSLIMP COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.,** para os itens n° 312 e 313; **DENTAL MED PLUS LTDA.,** para os itens n° 11, 17, 24, 47, 65, 69, 75, 109, 123, 126, 127, 133, 140, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 192, 195, 197, 198, 222, 223, 225, 229, 232, 233, 235, 238, 268, 290, 291 e 292; **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.,** para os itens n° 53 e 130; **MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para os itens n° 12, 20, 23, 26, 27, 29, 51, 55, 56, 64, 68, 78, 82, 91, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 136, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 230, 306, 307, 308, 309, 310, 311; **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA.,** para os itens n° 1, 14, 36, 37, 39, 42, 43, 71, 137, 154, 155, 159, 160, 314 e 315; **IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** para o item n° 81; **SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para os itens n° 4, 5, 6, 7, 8, 13, 40, 67, 76, 142, 143, 144, 146, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 199, 221, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266 e 267; **DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA.,** para os itens n° 2, 9, 16, 18, 19, 21, 30, 31, 32, 33, 35, 70, 132, 177, 184, 185, 188, 189, 200, 219, 220, 227, 228, 236, 298, 324, 325 e 326; **FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para os itens n° 15, 46, 66, 97, 131, 138, 176, 187, 190, 201, 231, 240, 241, 242, 264, 265, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287 e 316; **UNIVERSO ODONTO IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para o item n° 239; **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para os itens n° 50, 73, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 191, 234, 295 e 317; **ODONTOMED T/A LTDA** para o item n° 134; **ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.,** para os itens n° 22, 25, 28, 34, 44, 59, 60, 61, 62, 63, 74, 77, 80, 129, 147, 148, 149, 150, 168, 169, 170, 194, 196, 211, 226, 243, 294, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 320, 321 e 322; **SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** para os itens n° 45, 52, 54, 57, 58, 79, 171 e 193; **FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA.,** para o item n° 72; **E.C.S. TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.,** para os itens n° 3, 10, 38, 41, 48, 49, 139, 141, 145, 224 e 237.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 22 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:100BE6D7

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.219/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.219/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 051/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 051/2026 – PMU – que tem por objeto a aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos. tendo sido declaradas vencedoras as empresas **DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES.,** para os itens n°01, 04, 07, 08, 13, 14, 17 e 21; **PAULO SÉRGIO CARVALHO.,** para o item n°02; **PH NOTARIZE LTDA.,** para os itens n°03 E 05; **R.E.A. SILVA LTDA.,** para o item n°09; **AVANTI OFFICE LTDA.,** para o item n°16; **DIPAR FERRAGENS LTDA.,** para os itens n°18, 24 e 25; **RZR DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.,** para o item n°20.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 21 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:E0A0C2F8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE EMPREITADA GLOBAL Nº 001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: A. J. EXECUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para execução de substituição da iluminação existente por luminárias em LED, em postes ornamentais em diversas vias e praças de Umuarama-PR e aquisição de braços metálicos para iluminação pública, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo.
Vigência: 11/09/2026 a 11/09/2027.
Valor: R$ 465.812,64 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e doze reais e sessenta e quatro centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/158 e no Pregão Eletrônico n° 40/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.156/2026, em 08 de setembro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 11 de setembro de 2026, edição nº. , que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023, do Decreto Municipal nº 040/2026 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: TARX CONSTRUCOES E OBRAS ELETRICAS LTDA.

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para execução de substituição da iluminação existente por luminárias em LED, em postes ornamentais em diversas vias e praças de Umuarama-PR e aquisição de braços metálicos para iluminação pública, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo.
Vigência: 11/09/2026 a 11/09/2027.
Valor: R$ 78.900,00 (setenta e oito mil e novecentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/158 e no Pregão Eletrônico n° 40/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.156/2026, em 08 de setembro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 11 de setembro de 2026, edição nº. 3614, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023, do Decreto Municipal nº 040/2026 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 22 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:4741F123

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 213/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE UMUARAMA - COOPERU.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica visando contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentos oriundos da Agricultura Familiar Rural que irão compor cardápios ofertados para os comensais do Restaurante Popular, conforme Edital de Chamada Pública nº 004/2026 – PMU, através da Secretaria Municipal de Agricultura.
Vigência: 14/09/2026 a 14/09/2027.
Valor: R$ 589.285,50 (quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/07/444; no Processo de Dispensa de Licitação n° **014/2026**, ratificado/autorizado em 10 de setembro de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", de 14 de setembro de 2026, edição nº. 3615, que integram o presente Termo, e de acordo com a Lei Federal nº 14.628/2023; no Decreto nº 11.802/2023; na Lei nº 11.346/2006, na Lei nº 11.326/2006, na Lei nº 12.512/2011, na Lei nº 10.696/2003, na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas legislações estaduais correlatas e na Resolução GGAI/MIN nº 3/2022, e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 22 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:24F6832D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 072/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: HIDROL SERVIÇOS HIDRÁULICOS UMUARAMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 15 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:15 - F:001 – Livres
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:16 – F: 494 – Federal
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:18 - F:303 – 15%
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 18 de setembro de 2026.

.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 300/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ZUKOVSKI & CIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de até R$ 141.402,60 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e dois reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total anual de até R$ 141.402,60 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e dois reais e sessenta centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 15 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 301/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: MARIA EDUARDA DO NASCIMENTO VIANA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de março de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do contrato para R$ 2.587,09 (dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e nove centavos), perfazendo o valor deste termo em até R$ 12.935,45 (doze mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos),
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145.- ED: 3.3.90.36.00.00 D:125 - F:303 – 15%
Cláusula Quarta: Altera-se a fiscal ROSAINE DE OLIVEIRA SHIRABAYASHI, inscrita no CPF nº ***.885.249-**, para FERNANDA CRISTINE TORRES DE ALMEIDA, inscrita no CPF nº ***.170.119-49.
Cláusula Quinta: Altera-se o gestor FERNANDA CRISTINE TORRES DE ALMEIDA, inscrita no CPF nº ***.170.119-**, para VALVERLEIA INES DE ANDRADE, inscrita no CPF nº ***.973.789-**.

Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 17 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 297/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: LD DIAGNOSTICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica reduzido o valor total do contrato para até R$ 1.770.000,00 (um milhão setecentos e setenta mil reais), sendo o valor deste termo aditivo de até R$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:183 – F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:316 – F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 17 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 299/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: CENTRO DE DIAGNOSTICO SANTA CLARA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor contrato de até R$ 1.033.800,00 (um milhão, trinta e três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor total anual de até R$ 1.033.800,00 (um milhão, trinta e três mil e oitocentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096.- ED: 3.3.90.39.00.00.- D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 15 de setembro de 2026.
.

.
Umuarama, 22 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:4253D572

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 043/2026

DECRETO Nº 043/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora MARTA APARECIDA FIRMINO BRAGA**.**

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 02 de setembro de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **MARTA APARECIDA FIRMINO BRAGA,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 6.387.715-8 SSP-PR, inscrita no CPF nº 003.861.289-52, nomeada em 07 de abril de 2003, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do processo n.º 087/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 4.105,96 (Quatro mil cento e cinco reais e noventa e seis centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 656,95 (seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar Municipal n° 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 153,17 (Cento e cinquenta e três reais e dezessete centavos), Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 821,19 (Oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar n.º 346/2013, totalizando o valor de R$ 5.737,27 (Cinco mil setecentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos) mensais e R$ 68.847,24 (Sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:42D39CA2

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 044/2026

DECRETO Nº 044/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora MARCIA DA SILVA FERRARESSO.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo

com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 03 de setembro de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **MARCIA DA SILVA FERRARESSO,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 6.171.777-3 SSP-PR, inscrita no CPF nº 021.070.539-60, nomeada em 07 de abril de 2003, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do processo n.º 075/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 4.105,96 (Quatro mil cento e cinco reais e noventa e seis centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 656,95 (seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar Municipal n° 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 153,17 (Cento e cinquenta e três reais e dezessete centavos), Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 821,19 (Oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar n.º 346/2013, totalizando o valor de R$ 5.737,27 (Cinco mil setecentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos) mensais e R$ 68.847,24 (Sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D3FA7607

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO Nº 042/2026

DECRETO Nº 042/2026

Concede "Pensão Vitalícia" a beneficiária do servidor inativo HELIO FARIA DE OLIVEIRA**.**

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica concedida a partir de 14 de agosto de 2026, **"Pensão Vitalícia"** a Sr.ª **MARIA LUCIA POSSAGNOLO DE OLIVIERA**, inscrita no CPF sob nº. 071.524.169-90, beneficiária do servidor inativo **HELIO FARIA DE OLIVIERA,** matrícula nº 814261, nos termos do Processo nº. 090/2026, conforme estabelecem os Artigos conforme estabelece os Artigos 216, 217 §1º e 218, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº. 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama), c/c com Artigo 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal.

Art. 2º Perceberá a beneficiária acima referida a título de ''Pensão Vitalícia'', a cota de 100% (cem por cento) dos proventos, no valor de R$ 3.703,59 (Três mil setecentos e três reais e cinquenta e nove centavos) mensais e R$ 44.443,08 (Quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e três reais e oito centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1C644234

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Em atendimento ao art. 9, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Prefeitura Municipal de Umuarama convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública da prestação de contas da Prefeitura, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026, a ser realizada no auditório da Câmara Municipal de Umuarama, no dia 25 de Setembro de 2026 às 09h30min.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:614FC8B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Prefeitura Municipal de Umuarama convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2027, acontecendo de forma virtual por meio das Redes Sociais (facebook) oficial do município. A audiência será realizada no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Umuarama, no dia 28 de setembro de 2026 às 14:00 h.

Atenciosamente,

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7763AE62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 233/2026

DECRETO Nº 233/2026

Altera a vinculação da função de Assessor Especial à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 111 da Lei Complementar nº 493, de 25 de janeiro de 2022:

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Comunicação Social para a Fundação Cultural de Umuarama, 01 (um) assessor especial – símbolo CC-8.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:34D8A2F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 240/2026

DECRETO Nº 240/2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de Autorização Florestal na modalidade Uso Alternativo do Solo - UAS, à área destinada à implantação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) São Roque, no município de Umuarama - PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA**, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a necessidade de implantação da Estação ElevatóriadeEsgoto – EEE São Roque, destinada à ampliação do sistemadeesgotamento sanitário do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de obtenção de Autorização Florestal namodalidade Uso Alternativo do Solo – UAS, perante o órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO o interesse público relacionado à implantação e ampliaçãoda infraestrutura de saneamento básico;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instrução e obtenção de Autorização Florestal na modalidade Uso Alternativo do Solo – UAS, a intervenção necessária à implantação da Estação Elevatória de Esgoto–EEE São Roque, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º A declaração de utilidade pública prevista neste Decreto destina-se exclusivamente ao atendimento das exigências legais e ambientaisrelacionadas à implantação do empreendimento, permanecendo obrigatória a obtenção das licenças, autorizações e demais anuências exigidas pelosórgãos competentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:42C7B020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 242/2026

DECRETO Nº 242/2026

Institui a Comissão de Avaliação de Mérito dos editais do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, promovidos pela Fundação Cultural de Umuarama, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Umuarama à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e a aprovação do respectivo Plano de Ação relativo ao 2º Ciclo;
CONSIDERANDO a realização, pela Fundação Cultural de Umuarama, dos Editais, referentes ao 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;
CONSIDERANDO que os respectivos instrumentos convocatórios preveem a designação, por decreto ou ato equivalente, dos profissionais responsáveis pela avaliação de mérito das propostas inscritas;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de comissão com composição definida, atribuições delimitadas e regras expressas de impedimento e suspeição, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na forma do art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o requerimento e as informações constantes da Comunicação Interna nº 2176/2026, da Fundação Cultural de Umuarama,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão de Avaliação de Mérito dos editais do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB**, promovidos pela Fundação Cultural de Umuarama, composta pelos seguintes membros:

I – Angela Stadler de Paula Macedo;

II – Pamela Peruzzi;

III – Maira Cibele Lima.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação de Mérito:

I – analisar e avaliar as propostas inscritas e habilitadas nos editais de que trata o art. 1º deste Decreto, observados os critérios, procedimentos, pontuações, prazos e demais disposições estabelecidos nos respectivos instrumentos convocatórios;

II – emitir parecer fundamentado a respeito de cada proposta avaliada, com a indicação expressa das notas atribuídas por critério e das razões que as justificam;

III – lavrar atas das reuniões e das deliberações;

IV – encaminhar à Fundação Cultural de Umuarama a relação classificatória das propostas avaliadas, acompanhada dos pareceres e das atas;

V – manifestar-se, quando solicitada, acerca dos recursos interpostos em face do resultado da avaliação de mérito, na forma e nos prazos previstos nos editais;

VI – prestar os esclarecimentos que lhe forem requeridos pelos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. A Comissão não detém competência para alterar, dispensar ou flexibilizar critérios, prazos, exigências ou condições estabelecidos nos instrumentos convocatórios.

Art. 3º Aos membros da Comissão aplicam-se as hipóteses de impedimento, suspeição e conflito de interesses previstas nos respectivos editais e, subsidiariamente, nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 4º Os membros da Comissão observarão o dever de sigilo quanto ao conteúdo das propostas e aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão de suas atribuições, na forma da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º O exercício das funções de membro da Comissão dar-se-á sem prejuízo das atribuições ordinárias e não ensejará remuneração de qualquer espécie, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 6º A Comissão exercerá suas atribuições até a homologação do resultado final da avaliação de mérito dos editais referidos no art. 1º deste Decreto.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pela Fundação Cultural de Umuarama, ouvida a Procuradoria-Geral do Município quando a matéria envolver questão jurídica.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D1714D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 111/2026

EDITAL N.º 111/2026

EDITAL N.º 111/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suasatribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 089/2025, de 20 de dezembro de 2025,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de **SECRETÁRIO ESCOLAR e AGENTE DE APOIO ESCOLAR,** a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
*** fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)**
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento
(a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.
Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 11.3 do Edital nº. 89/2025 – Da Convocação.

SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 01 VAGA)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
1.519	MARCELO TURETTA	019.289.809-45	29º

AGENTE DE APOIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 02 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
2.096	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	134.421.369-38	97º
110	LEONARDO DA SILVA JUVENCIO	134.015.559-10	98º

PAÇO MUNICIPAL, 18 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E9E05654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1220/2026

PORTARIA Nº 1.220/2026

Concede licença maternidade a servidora DAIANE LUCIANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **DAIANE LUCIANO**, matricula 997474, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.587.947-4 – SSP-PR e inscrita no CPF nº 070.446.189-79, nomeada em 01 de agosto de 2020, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime Estatutário, lotada no Fundo Municipal de Saúde, licença maternidade no período de 10 de setembro de 2026 à 08 de março de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A8492E8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.157/2026

PORTARIA Nº 1.157/2026

Admite servidores para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 80 de 08 de fevereiro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" do dia 09 de julho de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 048/2026,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E :

Art. 1º Admitir os servidores abaixo relacionados, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

AGENTE ADMINISTRATIVO I
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: MARIA EDUARDA DA SILVA OLIVEIRA
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 145.270.129-67
Salário: R$ 2.204,67
Item 02
Nome: JOHNNATHAN APARECIDO ALVES DOS SANTOS
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 053.989.459-12
Salário: R$ 2.204,67
Item 03
Nome: IGOR MENDES MAIANTE
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 109.958.279-23
Salário: R$ 2.204,67
Item 04
Nome: WALBER LIMA FERREIRA JÚNIOR
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 021.270.353-64
Salário: R$ 2.204,67
Item 05
Nome: JOÃO PEDRO CAMARGO JUVENCIO
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 080.447.619-50
Salário: R$ 2.204,67
PSICÓLOGOS
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: LUANA JESSICA CAPELIN PETENO
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/10/2026
RG/CPF: 081.417.889-81
Salário: R$ 5.200,38
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 09 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:78478BC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA E REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026 -SMAS SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 1.

JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA E REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026 -SMAS
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
1. DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA
A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, no exercício de suas atribuições de gestão da Política Municipal de Assistência Social, identificou a necessidade de assegurar a continuidade, a ampliação e a qualificação da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
O SCFV constitui serviço socioassistencial de caráter continuado, organizado em grupos e destinado a complementar o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, contribuindo para o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, a prevenção de situações de risco social e a ampliação das capacidades protetivas dos usuários.
A oferta do serviço demanda organização sistemática dos grupos, acompanhamento técnico, planejamento das atividades, registro das ações, articulação com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e integração com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, de modo a assegurar que o atendimento não se reduza à realização de atividades isoladas, mas constitua efetivamente uma oferta socioassistencial integrada ao SUAS.
Nesse contexto, mostra-se necessária a formalização de parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSCs, mediante instrumento jurídico próprio, com definição clara do objeto, metas, responsabilidades, metodologia, recursos financeiros, indicadores, mecanismos de acompanhamento e critérios de monitoramento, garantindo maior segurança jurídica, transparência e controle na execução do serviço.
A formalização da parceria permitirá, ainda, estabelecer parâmetros uniformes para a execução do SCFV no Município de Umuarama,

assegurando que as OSCs selecionadas observem as normativas do SUAS, as orientações técnicas do serviço e as diretrizes estabelecidas pela Administração Pública Municipal.

A medida encontra respaldo na Lei Federal nº 13.019/2014, que disciplina o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, estabelecendo o Termo de Colaboração como instrumento destinado à consecução de planos de trabalho de iniciativa da Administração Pública que envolvam transferência de recursos financeiros.

2. DO OBJETO E DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS

O objeto da parceria consiste na execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, por Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, mediante Termo de Colaboração com o Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A oferta deverá ocorrer de forma articulada aos territórios de abrangência dos CRAS, respeitando a organização da rede socioassistencial municipal, a demanda identificada pela Vigilância Socioassistencial, os encaminhamentos realizados pelos CRAS e as necessidades apresentadas pelos usuários e famílias acompanhados pela política de assistência social.

O SCFV é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS como serviço da Proteção Social Básica, ofertado de forma complementar ao PAIF, sendo organizado por meio de atendimentos em grupo e de intervenção social planejada.

No Município de Umuarama, a manutenção e organização da oferta do SCFV são necessárias para garantir a continuidade da proteção social ofertada à população, especialmente considerando a diversidade dos ciclos de vida contemplados pelo serviço, abrangendo:

- crianças de até 6 anos;
- crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- adolescentes de 15 a 17 anos;
- pessoas adultas de 18 a 59 anos; e
- pessoas idosas com 60 anos ou mais.

A execução deverá observar as especificidades de cada ciclo de vida, os objetivos do SCFV, os eixos estruturantes e as aquisições previstas nas normativas socioassistenciais, promovendo espaços de convivência, participação, expressão, interação, aprendizagem e fortalecimento de vínculos.

Para o ciclo de crianças de até 6 anos, deverão ser consideradas, ainda, as especificidades próprias dessa etapa do desenvolvimento e a participação das pessoas responsáveis pelos cuidados, inclusive mediante a incorporação do eixo “Eu com quem cuida de mim”, conforme previsto no Termo de Referência.

A manutenção da rede de serviços é, portanto, necessária para evitar descontinuidade da oferta e assegurar que o SCFV permaneça integrado ao conjunto de provisões da Proteção Social Básica, especialmente à atuação dos CRAS e ao acompanhamento das famílias pelo PAIF.

A proposta prevê a disponibilização de até 600 metas, cuja distribuição e organização operacional não ficam previamente vinculadas de forma rígida às OSCs por território, permitindo que a Administração Pública organize a oferta conforme a demanda identificada, os ciclos de vida, os territórios de abrangência dos CRAS e o planejamento da rede socioassistencial.

3. DA NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS POR MEIO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A execução do SCFV por meio de parceria com Organizações da Sociedade Civil mostra-se adequada à organização da rede socioassistencial municipal, considerando a necessidade de ampliação e descentralização da capacidade de oferta do serviço, sem afastar a responsabilidade do Município pela gestão, regulação, coordenação, financiamento, monitoramento e avaliação da política pública.

A parceria possibilita à Administração Pública contar com a capacidade técnica e operacional de organizações da sociedade civil que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, ao mesmo tempo em que mantém sob responsabilidade do Poder Público a definição das diretrizes, metas, público prioritário, organização territorial e parâmetros de execução.

A atuação das OSCs deverá ocorrer de maneira complementar e integrada à rede pública, não implicando transferência da responsabilidade estatal pela política de assistência social. A Secretaria Municipal de Assistência Social permanecerá responsável pela gestão do serviço, pela definição das diretrizes de execução e pela articulação com os CRAS e demais serviços da rede.

Nesse modelo, a OSC parceira atuará como executora do serviço nos termos estabelecidos no Edital, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Termo de Colaboração, devendo manter equipe compatível com a execução do objeto, realizar o planejamento e desenvolvimento das atividades, manter os registros necessários e observar as orientações técnicas da SMAS.

A parceria também permite ampliar a capacidade de atendimento do Município sem fragmentar a política pública, uma vez que a execução deverá permanecer vinculada às diretrizes do SUAS, aos territórios de referência dos CRAS e ao planejamento municipal.

4. DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE DA PARCERIA

A modalidade de parceria adotada será o Termo de Colaboração, considerando que o objeto, as metas, as diretrizes de execução e os parâmetros da oferta são definidos pela Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 13.019/2014, o Termo de Colaboração é o instrumento destinado à formalização de parcerias para execução de planos de trabalho de iniciativa da Administração Pública que envolvam transferência de recursos financeiros.

A escolha do instrumento mostra-se compatível com a natureza do objeto, uma vez que compete ao Município definir as necessidades da política pública, o número de metas, os ciclos de vida atendidos, as diretrizes metodológicas, os parâmetros de execução, as formas de acesso e articulação com os CRAS e os mecanismos de monitoramento.

A parceria será formalizada mediante Termo de Colaboração, precedido de Chamamento Público, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, da regulamentação municipal aplicável e das demais normas pertinentes.

O instrumento de parceria deverá estabelecer, entre outras disposições, o objeto, as obrigações das partes, o valor dos repasses, o cronograma de desembolso, as metas e os mecanismos de acompanhamento e avaliação, em consonância com as exigências legais.

5. DO INTERESSE PÚBLICO E DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

A formalização da parceria atende ao interesse público por assegurar a continuidade de serviço socioassistencial integrante da Proteção Social Básica e essencial à organização da rede municipal de proteção social. O SCFV contribui para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, para a prevenção de situações de risco social e para a ampliação das oportunidades de participação e desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Sua execução deve ocorrer de maneira articulada ao PAIF e aos demais serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, permitindo que as necessidades identificadas no território sejam acolhidas e encaminhadas de forma integrada.

A interrupção ou insuficiência da oferta poderá comprometer a continuidade dos acompanhamentos realizados pela rede socioassistencial e reduzir a capacidade do Município de responder às demandas identificadas nos territórios.

A manutenção da oferta por meio de parcerias formalizadas, com metas e responsabilidades previamente definidas, possibilita maior previsibilidade na execução, organização dos recursos públicos e continuidade das ações desenvolvidas junto aos usuários.

O interesse público também se evidencia pela necessidade de garantir que os recursos destinados ao serviço sejam aplicados de forma planejada, vinculada ao cumprimento do objeto e sujeita a mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas.

Dessa forma, a parceria pretendida busca assegurar a continuidade e a qualificação da oferta do SCFV, fortalecendo a rede municipal de Proteção Social Básica e garantindo atendimento compatível com as necessidades identificadas no território.

6. DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

A celebração da parceria não afasta a responsabilidade do Município pela gestão e pelo acompanhamento da execução do serviço.

Compete à Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhar, monitorar e avaliar a execução do objeto, verificando o cumprimento das metas, a regularidade da oferta, a qualidade dos serviços prestados e a observância das obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece expressamente que a Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria. A legislação também prevê a emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, contendo, entre outros elementos, a descrição das atividades e metas estabelecidas, a análise das atividades realizadas e do cumprimento das metas e a avaliação do benefício social decorrente da execução.

No âmbito do SCFV, o acompanhamento deverá considerar, entre outros elementos previstos no Termo de Referência:

I – cumprimento das metas pactuadas;
II – frequência e participação dos usuários;
III – organização dos grupos por ciclos de vida;
IV – execução das atividades previstas no planejamento;
V – observância das orientações técnicas do SCFV;
VI – articulação com os CRAS e demais serviços da rede;
VII – manutenção da equipe de trabalho exigida;
VIII – registros das atividades e dos usuários;
IX – qualidade e regularidade da oferta;
X – utilização dos recursos de acordo com o objeto da parceria.

O acompanhamento poderá ocorrer mediante análise documental, relatórios, registros, listas de presença, reuniões técnicas, visitas de monitoramento, acompanhamento dos indicadores estabelecidos e demais instrumentos definidos pela Administração Pública.

A SMAS deverá, ainda, manter articulação permanente com os CRAS de referência, considerando que o SCFV integra a Proteção Social Básica e deve permanecer articulado ao trabalho social com famílias desenvolvido no território.

Dessa forma, a parceria será acompanhada sob as dimensões quantitativa, qualitativa, técnica e financeira, buscando assegurar não apenas a execução das metas, mas a efetiva prestação do serviço socioassistencial conforme as finalidades estabelecidas no SUAS.

7. DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A seleção das Organizações da Sociedade Civil deverá ocorrer mediante Chamamento Público, em observância à Lei Federal nº 13.019/2014 e à regulamentação municipal aplicável.

O chamamento público constitui procedimento destinado à seleção de OSC para celebração de Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, devendo observar, entre outros, os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

No presente caso, não se identifica, para o objeto pretendido, fundamento para afastamento do procedimento competitivo mediante dispensa ou inexigibilidade, razão pela qual a seleção deverá ocorrer de forma pública e transparente.

A realização do Chamamento Público permitirá que diferentes Organizações da Sociedade Civil apresentem propostas para execução do SCFV, possibilitando à Administração Pública avaliar a adequação das propostas aos objetivos da política de assistência social, à realidade dos territórios, ao público atendido, à metodologia do serviço e às demais exigências estabelecidas no edital.

O procedimento também contribuirá para garantir maior transparência na aplicação dos recursos públicos e igualdade de condições entre as organizações interessadas, assegurando que a seleção observe critérios objetivos previamente definidos.

Os critérios de julgamento deverão considerar, entre outros aspectos, a adequação da proposta às diretrizes do SUAS e do SCFV, a compreensão do público e do território, a qualidade da metodologia, a compatibilidade entre metas e atividades e a capacidade de execução apresentada pela OSC.

No caso específico do ciclo de crianças de até 6 anos, deverá ser observada, na avaliação da metodologia, a incorporação das especificidades desse ciclo, inclusive do eixo “Eu com quem cuida de mim”, conforme estabelecido no Termo de Referência.

A adoção do Chamamento Público, portanto, constitui medida necessária para garantir transparência, impessoalidade, seleção objetiva e adequada aplicação dos recursos públicos destinados à execução do serviço.

8. DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA

Para definição do valor de referência da parceria, a Administração Pública considerou parâmetros compatíveis com a natureza específica do SCFV, tomando como referência valores praticados em outras parcerias públicas destinadas à execução do mesmo serviço ou de serviço socioassistencial de natureza equivalente, observadas as características, metas e condições de execução previstas no Município de Umuarama.

Ressalta-se que o valor de referência não corresponde simplesmente ao preço de mercado de uma atividade isolada, uma vez que o SCFV constitui serviço socioassistencial continuado, cuja execução envolve conjunto de obrigações técnicas, administrativas e operacionais, incluindo equipe de trabalho, planejamento, execução das atividades, registros, acompanhamento dos usuários, articulação com a rede socioassistencial e cumprimento das metas pactuadas.

Para fins de estabelecimento de parâmetro objetivo, foram considerados os seguintes valores por meta/mês identificados em referências de parcerias públicas:

Referência	Documento	Valor do SCFV
Serra/ES	Instrumentos de parceria identificados no Diário Oficial	R$ 222,44 a R$ 238,11
Bauru/SP	Edital n° 577/2024 de Chamamento Público 72/2024 - SCFV	R$ 236,91

8.1. DA METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA

A definição do valor de referência para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV considerou, conjuntamente, os parâmetros identificados em parcerias públicas destinadas à execução do serviço, as características do objeto do presente Chamamento Público, a quantidade de metas previstas, as obrigações atribuídas à Organização da Sociedade Civil e as especificidades da oferta planejada pelo Município de Umuarama.

A partir da análise comparativa das referências identificadas, a Administração Municipal estabeleceu o valor de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) por meta/mês como valor de referência para a presente parceria.

O valor de R$ 217,55 foi definido para o Município de Umuarama após análise comparativa dos valores identificados em parcerias públicas de SCFV, situando-se abaixo dos valores de R$ 221,99 a R$ 238,11 identificados em diferentes parcerias do Município da Serra/ES e do valor de R$ 236,91 identificado em documentação oficial do Município de Bauru/SP, utilizado exclusivamente como parâmetro comparativo, considerando as particularidades e condições específicas de cada parceria.

Ressalta-se que o valor de referência adotado para o Município de Umuarama não corresponde à média aritmética dos valores pesquisados, mas resulta de decisão administrativa fundamentada na análise comparativa dos parâmetros disponíveis e na adequação desses referenciais às características do objeto, às metas previstas, à forma de execução do SCFV e às obrigações estabelecidas para a Organização da Sociedade Civil.

A metodologia adotada busca, portanto, estabelecer parâmetro compatível com a realidade da execução do serviço no Município de Umuarama, preservando a razoabilidade do valor de referência e proporcionando condições para a execução adequada das atividades previstas na parceria.

Considerando o limite de até 600 (seiscentas) metas mensais, o valor mensal máximo estimado da parceria corresponde a:

600 metas × R$ 217,55 = R$ 130.530,00 por mês.

Para o período de 12 (doze) meses, o valor global máximo estimado corresponde a:

R$ 130.530,00 × 12 meses = R$ 1.566.360,00.

O valor global estimado constitui limite máximo para a parceria, estando sua execução condicionada às metas efetivamente pactuadas, à disponibilidade orçamentária e financeira e às demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração.

8.2 DO DIMENSIONAMENTO DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

O Termo de Referência prevê a possibilidade de atendimento de até 600 metas mensais, observada a organização da oferta, a demanda identificada, os ciclos de vida e a distribuição definida pela Administração Municipal.

Considerando o valor de referência de R$ 217,55 por meta/mês, o dimensionamento estimado é o seguinte:
600 metas x R$ 217,55 = R$ 130.530,00 mensais
Para o período de 12 meses:
R$ 130.530,00 x 12 meses = R$ 1.566.360,00 anuais
Assim, o valor global anual estimado para a execução de até 600 metas corresponde a R$ 1.566.360,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta reais).
O valor constitui estimativa máxima, estando a execução financeira condicionada às metas efetivamente pactuadas, ao Plano de Trabalho aprovado, ao cronograma de desembolso, à disponibilidade orçamentária e financeira e às demais condições estabelecidas no Termo de Colaboração.
8.3 DA RAZOABILIDADE DO VALOR DE REFERÊNCIA
O valor de referência de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) por meta/mês mostra-se compatível com os parâmetros identificados em outras administrações públicas para a execução do SCFV.
Ressalta-se que a comparação entre os valores deve ser realizada considerando a natureza do serviço, as características do público atendido, as condições de execução e a unidade de referência utilizada, não sendo possível tratar os valores praticados por diferentes Municípios como preços padronizados, diante das particularidades existentes em cada parceria.
A definição do valor de referência considerou, ainda, a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, bem como os critérios de partilha dos recursos disponíveis, buscando compatibilizar o financiamento do serviço com o quantitativo de metas previsto e possibilitar uma distribuição equilibrada e equitativa dos recursos entre as parcerias a serem celebradas, de acordo com as metas efetivamente pactuadas.
A metodologia adotada busca, portanto, assegurar que o valor de referência seja suficientemente fundamentado para subsidiar a parceria, preservando simultaneamente as condições necessárias à adequada execução do serviço e os princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento, transparência e interesse público, observada a capacidade orçamentária do Município.
Diante dos parâmetros levantados e da análise realizada, a Administração Pública Municipal estabelece o valor de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) por meta/mês como valor de referência para o Chamamento Público nº 002/2026 – SMAS.
Considerando a previsão de até 600 (seiscentas) metas mensais e vigência estimada de 12 (doze) meses, o valor global anual máximo estimado corresponde a R$ 1.566.360,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta reais).
O presente documento deverá integrar os autos da fase interna do Chamamento Público nº 002/2026 – SMAS, juntamente com os documentos que subsidiaram a pesquisa e os demais elementos de planejamento da parceria, servindo como justificativa e demonstrativo dos parâmetros utilizados para a definição do valor de referência estabelecido no Edital, no Termo de Referência e nas futuras parcerias dele decorrentes.
9. CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se a necessidade, a pertinência e o interesse público na formalização de parceria entre o Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos para execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
A parceria mostra-se adequada à necessidade de manutenção e organização da oferta do serviço no âmbito da Proteção Social Básica, permitindo ampliar a capacidade de atendimento, assegurar a continuidade da oferta, organizar a execução por ciclos de vida e territórios e fortalecer a articulação entre as OSCs executoras, os CRAS e a rede socioassistencial.
A adoção do Termo de Colaboração mostra-se compatível com a natureza do objeto, por se tratar de plano de trabalho de iniciativa da Administração Pública e envolver transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
A realização de Chamamento Público assegurará transparência, publicidade, isonomia e julgamento objetivo na seleção das Organizações da Sociedade Civil, permitindo a escolha das propostas que melhor atendam às exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
A parceria será executada mediante metas, responsabilidades, metodologia, equipe, indicadores e mecanismos de monitoramento previamente estabelecidos, permanecendo sob responsabilidade da Administração Pública Municipal a gestão, coordenação, acompanhamento, fiscalização e avaliação da política pública e da execução do objeto.
Considerando, ainda, a previsão de até 600 (seiscentas) metas, o valor de referência de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) por meta/mês, o montante mensal estimado de R$ 130.530,00 (cento e trinta mil, quinhentos e trinta reais) e o valor anual estimado de R$ 1.566.360,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil e trezentos e sessenta reais), conclui-se que a proposta apresenta parâmetros objetivos para organização da oferta e do financiamento do serviço, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira e às demais etapas legais necessárias à formalização das parcerias.
Assim, justifica-se a necessidade e o interesse público na realização do Chamamento Público nº 002/2026 – SMAS, para seleção de Organizações da Sociedade Civil interessadas na execução complementar do SCFV, com posterior celebração de Termos de Colaboração, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência, dos Planos de Trabalho aprovados, da legislação aplicável e das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Diante da justificativa apresentada, fica autorizado o prosseguimento dos atos necessários à realização do Chamamento Público nº 002/2026 – SMAS, observadas as etapas de instrução processual, análise jurídica, disponibilidade orçamentária e financeira e demais providências previstas na legislação aplicável.

MARIA LUISA RIBEIRO VICENTE BERTOCO
Secretária Municipal De Assistência Social

CAROLINE OLIVEIRA BAGLI
Assistente Social
Direção e Gestão Financeira de Assistência Social
Responsável Pela Elaboração Do Termo De Referência

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C739D513

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
PORTARIA Nº 02/2026

PORTARIA Nº 02, DE 22 de Setembro de 2026

Instauração de Processo administrativo em face de OMEGA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., para apuração de descumprimento de contrato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Umuarama e o artigo 23 e incisos do Decreto Municipal nº 278/2024, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo de apuração de descumprimento de contrato, infrações à Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 278/2024, em face de OMEGA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.877.877/0001-21, com sede à RUA Barão do Cerro Azul, 1484, Centro, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-430, para apurar eventuais irregularidades na execução do Contrato nº 056/2026, em infringência às Cláusulas QUARTA e SEXTA, do referido contrato celebrado entre o Município de Umuarama e a empresa OMEGA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., oriundo da Concorrência Eletrônica nº 014/2025, cujo objeto é a "Execução, sob regime de empreitada por preço global, Construção de creche na Rua Tupã, lote A, Quadra 12, no Bairro Caiuá, município de Umuarama. , e tendo em vista que tais fatos, se comprovados, podem

eventualmente configurar infração administrativa nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c os artigos 3º e 4º do Decreto Municipal nº 278/2024, conforme relatado na Representação expedida pelo Sr. JEFFERSON RODRIGUES ONCKEN DA SILVEIRA, Fiscal do Contrato.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Especial para condução do processo administrativo nº 2026/09/14019, que terá como atribuição analisar os casos de infração contratual e recomendar a aplicação de sanções administrativas nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.
Art. 3º Constituir Comissão Especial, composta pelos seguintes servidores:

a) Presidente: REGINALDO APARECIDO LOPES, ocupante de cargo de carreira de Carpinteiro, pelo regime estatutário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.081.992-0 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 260.388.888-96, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

b) Membro: Membro: CLAUDINEY NOVAIS DA SILVA, ocupante de cargo de carreira de Pedreiro, pelo regime estatutário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.970.602-7 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 044.858.429-83, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

Art. 4º Os membros da Comissão são servidores estáveis, em conformidade com o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

Art. 5º A Comissão deverá conduzir seus trabalhos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, zelando pela celeridade e regularidade processual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C041C50D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
12º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 98/2023 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 42/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Supressão do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 12.406.332/0001-50.
OBJETO DO CONTRATO: *Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023.*
DA SUPRESSÃO DO QUANTITATIVO: Fica suprimido do contrato principal, conforme Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexo ao processo, o valor de R$ 17.314,52 (Dezessete mil trezentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao percentual de -0,13% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65º, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 21 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:17F7E592

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
13º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 98/2023 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 42/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 12.406.332/0001-50.
OBJETO DO CONTRATO: *Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023.*
DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexo ao processo, o valor de R$ 88.686,37 (Oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos), correspondente ao percentual de 0,67% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65º, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 21 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:BCA4B855

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória convida a população em geral para participar da audiência pública de avaliação de metas fiscais relativas ao segundo quadrimestre de 2026 do Poder Executivo, do Legislativo e do Fundo Municipal de Saúde

A audiência será realizada nas dependências da Câmara Municipal de União da Vitória, às 10:00 horas do dia 30 de setembro de 2026, também com transmissão online.

Atenciosamente,

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:169D4ED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 485/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. 3º da EC 47/05

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**SALETE INES ILKIW**
CPF:	**724.819.789-00**
RG:	**4.607.768-7 PR**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO**
NÍVEL:	**05L**
MATRÍCULA:	**604/1**
INVESTIDURA:	**02/05/1991**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**COM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 6.519,13 (Seis mil, quinhentos e dezenove reais e treze centavos)**

Art. 2º Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido ao (a) Servidor (a) o retorno ao Setor em que estava lotado (a) na data de publicação deste

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 17 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F1900ED6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 494/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 21 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
PROJETO/ATIV 2.076 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00

TOTAL CRÉDITO	**400.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação da seguinte dotação orçamentária:
ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 0.058 – Encargos Especiais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	400.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**400.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal Secretário de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 494/2026

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Esta suplementação altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Valor total do orçamento	286.384.907,02
5 % autorizado	14.319.245,36
Valor utilizado até 18/09/2026	9.652.266,80
Este decreto	400.000,00
Total	**10.052.266,80**
Saldo a utilizar	**4.266.978,56**

As alterações não anulam totalmente os programas estabelecidos na LOA não prejudicando a programação anual aprovada.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1678FAEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 688/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
LUCIANE WOWCSUK BORILLE	**991507058**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO**	**ZELADORA**	**23/09/2026**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:460F7853

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 689/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado CANDIDATO APROVADO para o cargo abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2022, e conforme PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 24 A 30 DE SETEMBRO DE 2026- 05 DIAS ÚTEIS, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

81º Chamada
Cargo: PROFESSOR

Colocação	Candidato(a)
483º	ALEX BORGES DE SOUZA

Conforme Edital 002/2022, Item 10.15 – não assumindo a vaga e não havendo requerimento citado no item 10.14 o candidato será eliminado do concurso público.

Documentação Necessária

01 foto 3X4
Carteira de Trabalho

Fotocópias

Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:FA17E08B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.293, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.293, de 23 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Edenilce Rodrigues da Fonseca Celestino, portadora do CPF/MF n.° 084.824.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, junto à Secretaria Municipal de Educação, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 23 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:CDC6CCDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 452, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 452, de 22 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias a servidora abaixo relacionada:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Rejane Cristina Gonçalves	Analista Administrativo	2025/2026	15/09/2026 até 22/09/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 22 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:5FBF92B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Pessoa Idosa, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Vitorino, Estado do Paraná, torna público a todos os interessados que será

realizada Audiência Pública, no dia 23 de setembro de 2026, às 13h50min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Vitorino, localizada na Avenida Brasil Argentina, nº 1.100, Centro, Vitorino – PR.
A Audiência Pública terá por finalidade demonstrar os valores arrecadados e aplicados no cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais, referente ao 1º Quadrimestre de 2026.
Vitorino – PR, 22 de setembro de 2026.

LEONARDO IPAR GOBUS
Presidente do CMDCA

FERNANDA TOMASSONI
Sec. Mun. Desen. Social

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:6EF80893

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2026

MUNICÍPIO DE VITORINO – ESTADO DO PARANÁ

Edital de Convocação

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitorino, Estado do Paraná, (amparado na Lei Complementar nº 141 de 16 de janeiro de 2012, em seu Art. 36, §5º), Torna Público a todos os interessados que no próximo dia 23 Setembro de 2026, a partir 13:30 horas nas dependências a na Câmara Municipal de Vereadores de Vitorino. Localizada na Av. Brasil Argentina, 1100, centro, realizará Audiência Pública para demonstrar o cumprimento das metas fiscais do**SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026**, perante a Comissão da Câmara Municipal.

Vitorino/Pr, 22 de Setembro de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Simone Lorenset Gutstein
Código Identificador:1E406C02

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 007/2026 EDITAL NOTA PROVA PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA PRÁTICA**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA PROVA PRÁTICA**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 24/09/2026 até às 23h59min do dia 25/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

GEZIELI BRITES DE MIRANDA
Presidente da Comissão
Decreto Nº 3446/2026

EDITAL NOTA DA PROVA PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026				
INSC	**CARGO**	**NOME**	**PRÁTICA**	**SITUAÇÃO**
23819143	MOTORISTA	ADRIANO DOS SANTOS JUNIOR	90.00	APROVADO
23820334	MOTORISTA	ALEX SANDER CAPPELLESSO	100.00	APROVADO
23819017	MOTORISTA	ANTONIO LAURI PAIM	75.00	APROVADO
23820232	MOTORISTA	BRUNO GUILHERME MEZZALIRA MASCARELLO	AUSENTE	REPROVADO
23820345	MOTORISTA	CLEDER DREVES	AUSENTE	REPROVADO
23818395	MOTORISTA	DONIZETE BURATO	90.00	APROVADO
23820309	MOTORISTA	EDEMAR FERREIRA BRANDÃO	100.00	APROVADO
23818218	MOTORISTA	EDENIR BEGNINI	80.00	APROVADO
23819481	MOTORISTA	ERICKSON DAL AGNOL DALBERTI	95.00	APROVADO
23819601	MOTORISTA	ÉRITON RODRIGO DE OLIVEIRA ALVES BARBON	100.00	APROVADO
23819744	MOTORISTA	FABIO DE MELLO	90.00	APROVADO
23820336	MOTORISTA	FELIPE CANDIDO DA SILVA	90.00	APROVADO
23820315	MOTORISTA	FELIPE DE ARAÚJO BATISTA	100.00	APROVADO
23817680	MOTORISTA	IVANDRO GABRIELLI	95.00	APROVADO
23818098	MOTORISTA	JACKSON BOING	AUSENTE	REPROVADO
23820349	MOTORISTA	JONAS MATEUS BIESEK	AUSENTE	REPROVADO
23819881	MOTORISTA	JONE DE OLIVEIRA	85.00	APROVADO
23817465	MOTORISTA	LEANDRO MENDES DA CRUZ	AUSENTE	REPROVADO
23818375	MOTORISTA	LENOIR PIZATO	100.00	APROVADO
23817060	MOTORISTA	MAIRA ASSMANN	90.00	APROVADO
23819505	MOTORISTA	MARCELO AUGUSTO MORENO	90.00	APROVADO
23819784	MOTORISTA	MATHEUS DOS SANTOS FARIAS	AUSENTE	REPROVADO
23817368	MOTORISTA	MONICA PRODOCIMO	95.00	APROVADO
23817633	MOTORISTA	OTHON MATEUS BIANDARO	85.00	APROVADO
23820280	MOTORISTA	PEDRO GILBERTO ANTUNES CORREA	85.00	APROVADO

23820346	MOTORISTA	RODRIGO FERNANDO FREITAS	100.00	APROVADO
23818739	MOTORISTA	SEDIMAR BRAZ	AUSENTE	REPROVADO
23820344	MOTORISTA	SIDINEI BARBON	80.00	APROVADO
23818182	MOTORISTA	SIDINEI RODRIGUES DA CUNHA	95.00	APROVADO
23819053	MOTORISTA	SOLEMAR BRAZ	90.00	APROVADO
23818817	MOTORISTA	UESLEN JUNIOR VIEIRA	95.00	APROVADO
23819638	MOTORISTA	VANDIR FARIAS	100.00	APROVADO
23820279	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALLAN RODRIGO DE SOUZA	AUSENTE	REPROVADO
23819205	OPERADOR DE MÁQUINAS	ARIEL BIAVATTI	79.00	APROVADO
23819311	OPERADOR DE MÁQUINAS	CARLOS DA SILVA	78.00	APROVADO
23819791	OPERADOR DE MÁQUINAS	CELSO LERIA	27.00	REPROVADO
23818215	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLAUCIR CANDIDO DA SILVA	20.00	REPROVADO
23820322	OPERADOR DE MÁQUINAS	DOUGLAS JUNIOR DE MELLO	58.00	APROVADO
23820109	OPERADOR DE MÁQUINAS	EVANDRO ANDREIS	59.00	APROVADO
23820319	OPERADOR DE MÁQUINAS	JULIANO SANTOS FERREIRA	55.00	APROVADO
23820297	OPERADOR DE MÁQUINAS	PRADELINO PEREIRA DOS SANTOS	80.00	APROVADO
23817179	OPERADOR DE MÁQUINAS	WELLINGTON PABLO DE OLIVEIRA	50.00	APROVADO
23817225	OPERADOR DE MÁQUINAS	WILLIAN BORTOLOTTO	29.00	REPROVADO
23819997	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	EDENILSON BEGNINI	80.00	APROVADO
23820362	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	EDER JEAN ANDREIS	60.00	APROVADO
23818742	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	GELSO DE MELLO	CNH INCOMPATÍVEL	REPROVADO
23818559	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	GILMAR LUIS DEMBINSKI	50.00	APROVADO
23819399	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	MARCIEL FERNANDO DE PAULA	CNH INCOMPATÍVEL	REPROVADO

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:F201AA88

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 008/2026 EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA PROVA DE TÍTULOS**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 24/09/2026 até às 23h59min do dia 25/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

GEZIELI BRITES DE MIRANDA
Presidente Da Comissão
Decreto Nº 3446/2026

EDITAL NOTA DA PROVA DE TÍTULOS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026			
INSC	**CARGO**	**NOME**	**TÍTULO**
23816971	ADVOGADO	ABRAÃO ECKARDT ROCHA	NAP
23820347	ADVOGADO	AGNES PAOLA BALDO ZIMOVSKI	5.00
23819179	ADVOGADO	ALANA PATRICIA LOCATELLI	5.00
23817290	ADVOGADO	ALISON GIOVANE GOMES	5.00
23819749	ADVOGADO	AMANDA CRISTINA LEBKUCHEN	NAP
23817077	ADVOGADO	AMANDA SOUZA NETTO	NAP
23817454	ADVOGADO	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MENEGUZZI	2.50
23817025	ADVOGADO	ÁTILA DA SILVEIRA STRAPASSON	5.00
23817020	ADVOGADO	BRUNA SCHMITZ	5.00
23818443	ADVOGADO	BRUNNA KIRNEV WICHOSKI	5.00
23817289	ADVOGADO	CARINA RITA DE LIMA	2.50
23820271	ADVOGADO	CARLOS AUGUSTO DA SILVA PAVEI	5.00
23818917	ADVOGADO	CLEITON JULIANO MARCHEZINI	0.00
23817922	ADVOGADO	DIEGO CARDOSO TORRES	NAP
23819640	ADVOGADO	EDUARDA CRISTINA ESTRELA GODINHO	NAP
23820338	ADVOGADO	ELCIO MIGUEL MORENO	NAP
23817183	ADVOGADO	ELEOMAR WONS DA SILVA	5.00
23817980	ADVOGADO	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	NAP
23817546	ADVOGADO	FERNANDO ANTONIO FILIPINI	2.50
23816949	ADVOGADO	FERNANDO HENRIQUE PIZZATO	5.00
23819039	ADVOGADO	GÉSSICA CAMILA LODI RIGO	NAP
23820301	ADVOGADO	GIANCARLO GRACIOLI	2.50
23820364	ADVOGADO	HENRIQUE PRATAS GULAK	NAP
23819444	ADVOGADO	HERIK LUKASEWICZ	NAP
23820288	ADVOGADO	ISADORA EDUARDA CAMARGO	NAP
23819203	ADVOGADO	IVO RENATO MACHIEVIZC VAZ	5.00
23817317	ADVOGADO	JOÃO HENRIQUE ZANATA WEISSHEIMER	NAP
23817862	ADVOGADO	JOAO PEDRO DELANI DOS SANTOS	5.00
23817805	ADVOGADO	JOÃO PEDRO MICHELON FOGASSA	5.00
23820075	ADVOGADO	JUSSARA DE LURDES CORDEIRO	2.50

23816989	ADVOGADO	MARIDIANA DE SOUZA	2.50
23818547	ADVOGADO	ROGER FERREIRA LOPES	NAP
23817573	ADVOGADO	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	5.00
23819300	ADVOGADO	THAÍS CAROLINE GHENO	NAP
23817849	ADVOGADO	THAYNA THOMAZI	NAP
23817423	ADVOGADO	WELLEN PEREIRA AUGUSTO	5.00
23817040	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANA PAULA ADAMI	5.00
23820129	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDERSON VANAZI NORBERT	NAP
23820018	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDRÉ LUÍS BIAVATI	NAP
23819571	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDRESSA LEITE	2.50
23818838	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	CARIM NAIARA SAVIGHAGO	2.50
23817239	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	CARLA LUANA DA SILVA	NAP
23820323	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	GABRIEL MATEUS KOCHEM	5.00
23817742	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	GIOVANI LOTICI	NAP
23820122	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	NATALIA BIAVATI DOS SANTOS	NAP
23820290	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	TATIANE OPATA	5.00
23818756	CONTADOR	ALCIONE DZIVIELEVSKI	5.00
23820312	CONTADOR	ANA JESSICA DOS SANTOS	5.00
23816960	CONTADOR	ANDERSON HELFENSTEIN	5.00
23819283	CONTADOR	CAMILA MARIA RITTI RODRIGUES	NAP
23816993	CONTADOR	DJANA DJOLA LACORTE SCHMITZ	5.00
23820310	CONTADOR	ELISEU DE QUADROS	NAP
23818918	CONTADOR	FAGNER RODRIGO ANANIAS	NAP
23820306	CONTADOR	LUCAS RAFAEL FREDERICH	NAP
23819696	CONTADOR	MARCELO DAL MOLIN	5.00
23816948	CONTADOR	NATHIELY APARECIDA PERIN	5.00
23818863	CONTADOR	SAIONARA TETERISCZ SCHIOCHET	5.00
23820348	CONTADOR	TATIANA CAPPELLESSO	5.00
23820363	ELETRICISTA	GABRIEL FUMES BAETA	NAP
23818418	ENGENHEIRO CIVIL	ALEX BRENDON SOUZA WRONSKI	NAP
23818345	ENGENHEIRO CIVIL	AMANDA LUIZA MEURER	NAP
23817911	ENGENHEIRO CIVIL	ANA CASSIA MALAGUTI LUZ DOS REIS	NAP
23819788	ENGENHEIRO CIVIL	ANDRÉ ADRIA	NAP
23817113	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO DOS SANTOS	17.50
23819605	ENGENHEIRO CIVIL	CAMILLY BOFFO ARANTES	NAP
23819233	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	NAP
23818875	ENGENHEIRO CIVIL	CLAUDINEI SCHORNER	NAP
23817846	ENGENHEIRO CIVIL	DEIVID WILLIAN PREIS	5.00
23817041	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO KOERICH RIBEIRO	NAP
23818364	ENGENHEIRO CIVIL	FRANCIANE BLAU	NAP
23818753	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIEL PIVA	NAP
23818448	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIELA WOLL CRESTANI	NAP
23817209	ENGENHEIRO CIVIL	GEZIEL DOS SANTOS	2.50
23819172	ENGENHEIRO CIVIL	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	2.50
23818914	ENGENHEIRO CIVIL	GUSTAVO ZORZIN	NAP
23817903	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO ANTÔNIO LEBKUCHEN CRESTANI	NAP
23817534	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	5.00
23820078	ENGENHEIRO CIVIL	JORGE AUGUSTO DIDONE	2.50
23817054	ENGENHEIRO CIVIL	KATIA GABRIELI SANTOS ZILLI	NAP
23817112	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELO DE MELO	5.00
23818051	ENGENHEIRO CIVIL	MARIA EDUARDA ZANETTI	NAP
23817111	ENGENHEIRO CIVIL	MATEUS FAVARO BORTOLUZZI	NAP
23817341	ENGENHEIRO CIVIL	ROBERTO FERREIRA XAVES	NAP
23817656	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS LUIS FULGUIERI	NAP
23817800	ENGENHEIRO CIVIL	VITORIA CAROLINE SOKOLOWSKI	2.50
23819850	ENGENHEIRO CIVIL	WILLIAN BERTI DE RESENA	2.50
23817062	FONOAUDIÓLOGO	FRANCIELI MACEDO	NAP
23818320	FONOAUDIÓLOGO	MARCIA PEREIRA DA SILVA	NAP
23818452	MÉDICO GINECOLOGISTA	LUIZA LOVATTO MACHADO	NAP
23816969	NUTRICIONISTA	ALANA MUZZOLON SILVEIRA	2.50
23817744	NUTRICIONISTA	CAMILI FRANCINI ZANELLA	5.00
23820270	NUTRICIONISTA	DAIANE BRESSAN	NAP
23817567	NUTRICIONISTA	ELEUMAR DOS SANTOS	NAP
23820332	NUTRICIONISTA	FLAVILANE RAYANE DO NASCIMENTO COSTA MUNIZ	NAP
23816950	NUTRICIONISTA	IZADORA PAULA BRATTI	NAP
23820299	NUTRICIONISTA	KARIN ADRIANI BERTOLDO	NAP
23818315	NUTRICIONISTA	NAGLA MORANDI DA SILVA	5.00
23820326	NUTRICIONISTA	SCHELKA MONALISA LINDEN	5.00
23817445	NUTRICIONISTA	THAIS CRISTINA DA CHAGA	NAP
23816959	NUTRICIONISTA	THAIS REGINA MATEUS HANZEN	2.50
23817566	PROFESSOR	ALINE ANTUNES CORREA DE SOUZA	5.00
23819320	PROFESSOR	AMANDA EDUARDA SCHNEIDER	NAP
23820314	PROFESSOR	ANA PAULA SOARES	5.00
23820366	PROFESSOR	ANDERLEIA TATIANA LUFT	5.00
23817007	PROFESSOR	ANGELICA ANTUNES CORREA DE SOUZA	5.00
23818680	PROFESSOR	BIANCA EDUARDA SOARES	5.00
23819248	PROFESSOR	BRUNA DE GODOI GOMES	NAP
23818070	PROFESSOR	CAMILA GIOVANNA INFANTINO BARRETO	NAP
23820303	PROFESSOR	CARINI TOMAZINI	NAP
23820307	PROFESSOR	CRISTIANE BELETINI	5.00
23819111	PROFESSOR	CRISTIANE ZORZAN	5.00
23817084	PROFESSOR	DAIANE MACEDO	NAP
23819126	PROFESSOR	DAIANE SALDANHA DA SILVA DOARTE	0.00
23820099	PROFESSOR	DEBORA RAQUEL ANDREIS	NAP
23820284	PROFESSOR	DENIZE MAIARA SECATO	NAP
23820354	PROFESSOR	DEONILDE BUENO DOS SANTOS	5.00
23819256	PROFESSOR	EDIMARA CECATTO FACHINI	2.50
23817346	PROFESSOR	ELAINE PEREIRA DOS SANTOS BIAVATTI	5.00
23817570	PROFESSOR	ELENICE DOS SANTOS BITENCOURT GOMES	5.00

23817676	PROFESSOR	ELIANDRA GABRIELLI	5.00
23818371	PROFESSOR	FABIANA LUIZA PAVNOSKI	NAP
23819909	PROFESSOR	FRANCIELE GOULARTE	5.00
23817272	PROFESSOR	GABRIELLY APARECIDA MAZURANA DA COSTA	NAP
23818834	PROFESSOR	HENRIETE ELIZEMAR WOLFF	2.50
23818004	PROFESSOR	IVAN CARLOS DA CUNHA	5.00
23818736	PROFESSOR	JAÍNE BREMM MALAGUTI	NAP
23820158	PROFESSOR	JOCELAINE APARECIDA DE ANDRADE	5.00
23819457	PROFESSOR	JOZIANE CAPPELLESSO	5.00
23817918	PROFESSOR	JULIAN CORREA KUFNER	NAP
23820333	PROFESSOR	JULIANA GARCIA SEGALA	2.50
23820302	PROFESSOR	JULIANA TEREZINHA POLAWSKI	5.00
23817620	PROFESSOR	JULIANE MACHADO BIAVATTI	NAP
23818963	PROFESSOR	JUSSARA LARSEN	5.00
23817420	PROFESSOR	KELLI MARTINS ANDREIS	5.00
23818312	PROFESSOR	KELY CRISTINA HABOWSKI	5.00
23817657	PROFESSOR	KETLIN LINDNER GIORDANI	5.00
23817467	PROFESSOR	LIS ANDREIA BORSA	NAP
23819437	PROFESSOR	MAIARA DA SILVA CARVALHO	NAP
23819277	PROFESSOR	MARGARETE ANTUNES DE FREITAS	5.00
23820289	PROFESSOR	MARIANA KUFNER	NAP
23818498	PROFESSOR	MARIANE DA SILVA DE ANDRADE	NAP
23817381	PROFESSOR	MARIELI ANTUNES FERREIRA	2.50
23819652	PROFESSOR	MARISTELA DELAZARI BEGNINI	5.00
23818242	PROFESSOR	MAYARA VANESSA ANDRADE	NAP
23818143	PROFESSOR	MÉRCIA MARIA DA SILVA ARAUJO	NAP
23818610	PROFESSOR	MICHELI CASAGRANDE SILVESTRO	5.00
23817222	PROFESSOR	RAQUEL CRISTINA MARTENDAL	5.00
23819114	PROFESSOR	RAQUELI FARINELA ANDREIS	5.00
23820328	PROFESSOR	ROSELI HAUFF	NAP
23819026	PROFESSOR	ROSINEIA VIEIRA VACHIN	5.00
23820356	PROFESSOR	SANDRA MARIA MARTINS DA ROCHA	5.00
23818835	PROFESSOR	SILVANA S DE CAMPOS DEVENS	5.00
23817970	PROFESSOR	SILVANE ZANCANARO DE OLIVEIRA	5.00
23817349	PROFESSOR	SIMONE ASSUNPÇÃO JAQUES	NAP
23820327	PROFESSOR	SOLANGE NAZARIO ORIQUES	NAP
23817990	PROFESSOR	SUÉLEN BONILLA SILVEIRA	5.00
23818670	PROFESSOR	TÁBATA NECKEL	NAP

***NAP = NÃO APRESENTOU**

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:C65297F0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 86/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná
CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 86/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
490 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
359 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.001.15.452.0011.2.044.		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	
377 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	57.500,00
10.001.26.782.0011.2.042.		Manutenção do Serviço de Conservação de Vias Urbanas e Rurais	
385 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
390 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	

11.001.20.608.0012.2.045.		Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
400 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Total Suplementação:			**147.500,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000	Fonte: 1000	65.000,00
Receita:1.7.1.1.51.21.00.00000000	Fonte: 1000	82.500,00
Total da Receita:		**147.500,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:D293FAC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1148/2026

LEI Nº 1148/2026

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2026-2029, bem como as metas prioritárias da LDO 2026, na LOA 2026 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas metas do PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 1117/2025 e suas alterações, para execução no Exercício de 2026 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**					
UNIDADE 05.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2026**
05.001.10.302.0007.1.126. 4.4.90.52.00.00.	**p**	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALA DE URGENCIA E EMERGENCIA**	**EQUIPAR A SALA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA UBS DE CORUMBATAÍ DO SUL COM NOVOS MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, GARANTINDO O SUPORTE ADEQUADO E A ESTABILIZAÇÃO RÁPIDA DE PACIENTES EM ESTADO CRÍTICO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.**	**UNIDADE**	**3501**	**R$ 50.000,00**
TOTAL						**R$ 50.000,00**

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º desta Lei, a Lei 1116/2025 de 23 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2026 fica também autorizada a incluir meta da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 05.001.10.302.0007.1.126

PROGRAMA	**PROGRAMA MAIS SAÚDE**				
OBJETIVO	ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE - Manter a unidade; Desenvolver ações que melhorem a saúde pública, com atendimento a população na estrutura local e através de encaminhamentos para outros centos em todas as áreas de saúde; oferecer às equipes médicas melhores condições de trabalho visando elevar os níveis de atendimento a população; Manter em atividade todos os programas de saúde criados pelos Governos Estadual e Federal, inclusive com a participação em novos projetos/programas, e ainda a concessão de subvenções financeiras à entidades prestadoras de serviço de saúde;				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALA DE URGENCIA E EMERGENCIA**	EQUIPAMENTOS	**UNIDADE**	**3**	R$ 50.000,00

Art. 3º - Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2026 (Lei Municipal 1118/2025) um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 50.000,00** (cinquenta mil reais).

Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2026, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 05.001.10.302.0007.1.126

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Saúde	05	001	10						
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	05	001	10	302					
PROGRAMA MAIS SAÚDE	05	001	10	302	0007				
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALA DE URGENCIA E EMERGENCIA	05	001	10	302	0007	1.126	4.4.90.52.00.00	3501	R$ 50.000,00

TOTAL GERAL	**R$ 50.000,00**

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, **incisos I**, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, proveniente de superávit financeiro no valor total de **R$ 50.000,00** (cinquenta mil reais) conforme abaixo:

Superávit Financeiro

FONTE	CONTA	VALOR
3501	Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	R$ 50.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT		**R$ 50.000,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

“Paço Municipal 27 de Maio”

Corumbataí do Sul, em 22 de setembro de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:A6545FF3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI Nº1.218/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.726.422,25 (cinco milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) nas seguintes dotações:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.001.00.000.0000.0.000	**- GABINETE DO PREFEITO**		
02.001.02.061.0000.2.202	**- MANTER O DEPARTAMENTO JURÍDICO**		
3.1.90.11.00.00 – 1	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.263,33
02.001.04.122.0002.2.201	**- MANTER O GABINETE DO PREFEITO**		
3.1.90.11.00.00 - 11	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.565,20
3.1.90.13.00.00 - 12	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	102,97
3.3.90.14.00.00 - 14	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
02.001.04.124.0002.2.203	**- MANTER O CONTROLE INTERNO**		
3.1.90.11.00.00 - 19	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	34.636,49
3.1.90.13.00.00 - 20	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.104,35
03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	**- SECRETARIA**		
03.001.04.122.0003.2.301	**- MANTER OS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**		
3.3.90.36.00.00 - 46	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	60.000,00
3.3.90.39.00.00 - 47	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	120.000,00
3.3.90.47.00.00 - 50	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	100.000,00
03.003.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE PESSOAL**		
03.003.04.122.0003.2.303	**- MANTER A DIVISÃO PESSOAL**		
3.1.90.11.00.00 – 54	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	121.099,29
03.004.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**		
03.004.04.122.0003.2.304	**- MANTER A DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**		
3.1.90.11.00.00 – 65	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	101.946,20
3.1.90.13.00.00 - 66	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	16.586,94
03.005.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE ENGENHARIA**		
03.005.04.122.0003.2.305	**- MANTER O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA**		
3.1.90.11.00.00 – 73	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		

1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	67.350,77
3.1.90.13.00.00 - 74	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	16.586,71
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	**- ADMINISTRAÇÃO GERAL**		
04.001.04.129.0003.2.401	**- MANTER O SETOR DE ARRECADAÇÃO**		
3.1.90.13.00.00 - 82	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.132,23
04.001.00.000.0000.0.000	- ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.001.28.843.0016.2.402	- AMORTIZAR DÍVIDAS E **ENCARGOS**		
3.3.90.47.00.00 - 92	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
04.001.28.843.0016.2.402	**- AMORTIZAR DÍVIDAS E ENCARGOS**		
3.3.90.47.00.00 - 92	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	6.000,00
04.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE CONTABILIDADE**		
04.002.04.122.0003.2.403	**- MANTER OS SERVIÇOS DA CONTABILIDADE**		
3.1.90.11.00.00 – 94	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	91.787,05
3.1.90.13.00.00 - 95	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	18.483,99
04.003.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE TESOURARIA**		
04.003.04.123.0003.2.404	**- MANTER OS SERVIÇOS DA TESOURARIA**		
3.1.90.11.00.00 – 103	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	43.644,55
3.1.90.13.00.00 - 104	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.922,00
05.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL**		
05.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL**		
05.001.26.782.0004.2.502	**- CONSERVAR ESTRADAS VICINAIS**		
3.1.90.16.00.00 - 115	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	674,63
05.001.26.782.0004.2.504	**- MANTER O TERMINAL RODOVIÁRIO**		
3.1.90.11.00.00 – 122	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	30.447,98
3.1.90.13.00.00 – 123	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	9.099,27
3.1.90.16.00.00 - 122	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.787,07
06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**		
06.001.15.452.0005.2.601	**- MANTER OS SERVIÇOS PÚBLICOS**		
3.1.90.11.00.00 – 139	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	54.473,18
3.1.90.13.00.00 – 140	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	13.922,93
3.1.90.16.00.00 - 141	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	31.248,58
3.3.90.36.00.00 - 150	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.39.00.00 - 152	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1504	- Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	R$	25.000,00
06.001.15.452.0005.2.602	**- MANTER A LIMPEZA PÚBLICA**		
3.1.90.11.00.00 – 161	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	47.868,91
3.1.90.13.00.00 – 162	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.095,63
3.1.90.16.00.00 - 163	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	12.849,07
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SÁUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	**- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
07.001.10.301.0007.2.705	**- MANTER UBS SAÚDE DA FAMILIA**		
3.1.90.11.00.00 – 208	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	378.452,37
3.1.90.11.00.00 – 209	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	301.105,53
3.1.90.13.00.00 – 210	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	94.719,18
3.1.90.13.00.00 – 211	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	55.577,70
3.1.90.16.00.00 – 212	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	11.198,18
3.1.90.16.00.00 - 213	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	14.164,42
07.001.10.303.0007.2.706	**- MANTER OS CONSÓRCIOS DE SAÚDE**		
3.3.71.70.00.00 - 313	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	200.000,00
07.001.10.301.0007.2.724	**- MANTER UNIDADE 24 HORAS**		
3.1.90.11.00.00 – 280	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	251.117,10
3.1.90.11.00.00 – 281	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	188.228,79
3.1.90.13.00.00 – 282	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	57.406,74
3.1.90.13.00.00 – 283	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	37.697,64
3.1.90.16.00.00 – 284	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	23.285,88
3.1.90.16.00.00 - 285	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		

01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	24.318,18
07.001.10.301.0007.2.726	**- MANTER CONV. CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE**		
3.3.71.70.00.00 - 307	- Rateio Pela Participação em Consórcio Público		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	50.000,00
07.001.10.304.0000.2.801	**- MANTER OS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**		
3.1.90.11.00.00 – 355	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	124.501,14
3.1.90.11.00.00 – 356	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	105.944,94
3.1.90.13.00.00 – 357	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	21.914,56
3.1.90.13.00.00 – 358	- Contribuições Patronais		
01494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	18.593,49
3.1.90.16.00.00 – 693	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	695,67
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
08.001.12.122.0000.2.801	**- MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
3.1.90.11.00.00 – 363	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	9.490,30
3.3.90.30.00.00 - 374	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	25.000,00
08.001.12.361.0010.2.805	**-MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 60%**		
3.1.90.11.00.00 – 389	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01101	- FUNDEB 60%	R$	97.719,85
08.001.12.361.0010.2.807	**- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL**		
3.1.90.11.00.00 – 397	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	473.017,71
3.1.90.13.00.00 – 400	- Contribuições Patronais		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	90.684,57
3.1.90.16.00.00 – 693	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	48.158,10
3.3.90.47.00.00 - 421	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.500,00
3.3.90.39.00.00 - 418	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01103	- 10% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$	100.000,00
3.3.90.14.00.00 - 406	- Diárias - Civil		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
3.3.90.30.00.00 - 408	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	35.000,00
3.3.90.36.00.00 - 415	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.39.00.00 - 417	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	80.000,00
3.3.90.40.00.00 - 420	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.47.00.00 - 421	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
08.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**		
08.002.12.365.0010.2.819	**- MANTER EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS**		
3.1.90.11.00.00 – 433	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	316.451,70
3.1.90.13.00.00 – 436	- Contribuições Patronais		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	56.918,64
3.1.90.16.00.00 – 439	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	R$	8.445,92
3.3.90.36.00.00 - 453	- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	100.000,00
3.3.90.39.00.00 - 456	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01000	-Recursos Ordinários (Livres)	R$	120.000,00
08.004.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**		
08.004.12.364.0000.1.084	**- AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES**		
3.3.90.18.00.00 - 471	- Auxílio Financeiro a Estudantes		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	80.000,00
08.006.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DA CULTURA**		
08.006.13.392.0011.2.813	**- MANTER A BIBLIOTECA MUNICIPAL**		
3.1.90.11.00.00 – 506	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	9.726,79
3.1.90.13.00.00 – 507	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.364,15
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	**- DESPORTO AMADOR**		
09.001.27.812.0012.2.903	**- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR**		
3.1.90.11.00.00 – 527	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	77.010,03
3.1.90.13.00.00 – 528	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	13.849,19
3.1.90.16.00.00 - 529	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.908,32
3.3.90.30.00.00 - 531	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	60.000,00
3.3.90.32.00.00 - 533	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.000,00
10.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMÉCIO E TURISMO**		
10.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO TURISMO**		
10.002.23.695.0000.2.103	**- MANTER AÇÕES DO TURISMO**		
3.1.90.11.00.00 – 544	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	37.533,84
3.1.90.13.00.00 – 545	- Contribuições Patronais		

1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.087,03
11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.20.608.0014.2.113	**- AUXILIAR OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES**		
3.1.90.11.00.00 – 559	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	229.496,03
3.1.90.13.00.00 – 560	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	38.469,45
3.1.90.16.00.00 - 561	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.534,80
3.3.90.30.00.00 - 563	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	**- SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.17.512.0017.2.122	**- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**		
3.1.90.13.00.00 – 570	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	829,36
3.1.90.16.00.00 - 571	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.326,62
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.08.244.0008.2.131	**- MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.1.90.11.00.00 – 580	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	166.551,43
3.1.90.13.00.00 – 582	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	13.800,02
3.1.90.16.00.00 - 584	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.409,54
3.3.90.14.00.00 - 587	- Diárias – Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.000,00
3.3.90.30.00.00 - 589	- Material de Consumo		
01934	- Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$	15.000,00
3.3.90.32.00.00 - 590	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	60.000,00
3.3.90.39.00.00 - 593	- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
3.3.90.40.00.00 - 595	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.40.00.00 - 596	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
01934	- Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$	2.000,00
13.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**		
13.002.08.243.0009.6.132	**- MANTER O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SCFV**		
3.3.90.32.00.00 – 601	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
13.002.08.243.0009.6.136	**- MANTER O CONSELHO TUTELAR**		
3.3.90.39.00.00 - 608	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
13.003.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.08.244.0008.2.144	**- MANTER OS CONSÓRCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.3.71.70.00.00 - 631	- Rateio Pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	50.000,00
13.003.08.245.0008.2.135	**- MANTER AS ATIVIDADES DO CRAS**		
3.3.90.32.00.00 - 638	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	40.000,00
14.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO E SEGURANÇA MUNICIPAL**		
14.001.00.000.0000.0.000	**- SEGURANÇA MUNICIPAL**		
14.001.06.182.0000.2.145	**- MANTER A SEGURANÇA PATRIMONIAL**		
3.1.90.11.00.00 – 658	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	469,11
3.1.90.13.00.00 – 659	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.209,20
3.1.90.16.00.00 - 660	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	9.859,72
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**5.726.422,25**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Provável Excesso de arrecadação no valor de R$ 1.128.166,94 (um milhão, cento e vinte e oito mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), conforme tabela abaixo:

Fonte	Descrição	Valor
01103	- Demais impostos vinculados à educação básica	1.103.166,94
1504	- Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patr	25.000,00

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.001.00.000.0000.0.000	**- GABINETE DO PREFEITO**		
02.001.04.124.0002.2.203	**- MANTER O CONTROLE INTERNO**		
3.1.90.94.00.00 - 22	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.30.00.00 - 23	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.33.00.00 - 24	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.500,00

3.3.90.39.00.00 - 25	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
4.4.90.52.00.00 - 26	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
02.002.00.000.0000.0.000	**- JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR**		
02.002.05.153.0015.2.204	**- MANTER A JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR**		
3.3.90.14.00.00 - 27	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.500,00
3.3.90.30.00.00 - 28	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.500,00
3.3.90.33.00.00 - 29	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	600,00
3.3.90.39.00.00 - 30	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
4.4.90.52.00.00 - 31	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE CONTABILIDADE**		
04.002.04.122.0003.2.403	**- MANTER OS SERVIÇOS DA CONTABILIDADE**		
3.3.90.39.00.00 - 110	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	18.000,00
4.4.90.52.00.00 - 111	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
05.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL**		
05.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL**		
05.001.26.782.0004.1.505	**- ADQUIRIR VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**		
4.4.90.52.00.00 – 112	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
05.001.26.782.0004.2.502	**- CONSERVAR ESTRADAS VICINAIS**		
3.1.90.11.00.00 – 113	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	116.870,74
3.3.90.30.00.00 – 117	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	60.000,00
3.3.90.36.00.00 – 118	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.39.00.00 – 119	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	30.000,00
3.3.90.47.00.00 – 120	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	700,00
4.4.90.52.00.00 – 121	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
05.001.26.782.0004.2.504	**- MANTER O TERMINAL RODOVIÁRIO**		
3.3.90.30.00.00 – 126	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.000,00
3.3.90.36.00.00 – 127	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.39.00.00 – 128	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	12.000,00
3.3.90.47.00.00 – 129	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	500,00
05.001.26.782.0004.2.505	**- MANTER O CINDEPAR**		
3.1.71.70.00.00 – 130	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
3.3.71.70.00.00 – 131	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**		
06.001.04.122.0003.2.606	**- MANTER A DIRETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**		
3.1.90.11.00.00 – 132	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	67.000,00
3.1.90.13.00.00 – 133	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.400,00
3.1.90.16.00.00 – 134	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.1.90.94.00.00 – 135	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.52.00.00 – 138	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
06.001.15.452.0005.2.601	**- MANTER OS SERVIÇOS PÚBLICOS**		
3.3.90.32.00.00 – 148	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.33.00.00 – 149	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.500,00
4.4.90.52.00.00 – 159	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	31.500,00
06.001.15.452.0005.2.602	**- MANTER A LIMPEZA PÚBLICA**		
3.3.90.30.00.00 – 165	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	40.000,00
3.3.90.36.00.00 – 166	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	14.000,00
4.4.90.52.00.00 – 169	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
06.001.15.452.0005.2.603	**- MANTER A ILUMIÇÃO PÚBLICA**		
3.3.90.39.00.00 – 174	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	50.000,00
4.4.90.51.00.00 – 176	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
06.001.15.452.0006.2.604	**- MANTER O CEMITÉRIO MUNICIPAL**		
3.1.90.11.00.00 – 178	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		

1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	32.000,00
3.1.90.13.00.00 – 179	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.1.90.94.00.00 – 181	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.30.00.00 – 182	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	17.000,00
3.3.90.36.00.00 – 183	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.47.00.00 – 185	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
4.4.90.51.00.00 – 186	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
4.4.90.52.00.00 – 187	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
06.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA**		
06.002.15.452.0005.1.601	**- OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO E INFRAESTRUTURA URBANA**		
3.3.90.30.00.00 – 188	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.39.00.00 – 189	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.51.00.00 – 190	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.52.00.00 – 191	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SÁUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	**- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
07.001.10.122.0007.2.701	**- MANTER A DIRETORIA DE SAÚDE**		
3.1.90.11.00.00 – 192	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	75.000,00
3.1.90.16.00.00 – 196	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.1.90.94.00.00 – 198	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.30.00.00 – 200	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	25.000,00
3.3.90.39.00.00 – 203	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
4.4.90.52.00.00 – 205	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
07.001.10.301.0007.2.705	**- MANTER UBS SAÚDE DA FAMILIA**		
3.3.90.30.00.00 – 219	- Material de Consumo		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	185.969,78
3.3.90.30.00.00 – 220	- Material de Consumo		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	60.000,00
3.3.90.14.00.00 – 216	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
3.3.90.30.00.00 – 218	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	200.000,00
3.3.90.39.00.00 – 226	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	27.555,41
3.3.90.39.00.00 – 227	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	200.000,00
4.4.90.52.00.00 – 231	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
07.001.10.301.0007.2.711	**- MANTER OS PROJETOS APS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE**		
3.3.90.30.00.00 – 233	- Material de Consumo		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	64.538,43
07.001.10.301.0007.2.715	**- MANTER O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**		
3.3.90.14.00.00 – 248	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.1.90.16.00.00 – 243	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00
3.1.90.11.00.00 – 237	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	120.000,00
3.1.90.13.00.00 – 240	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	23.200,00
3.1.90.94.00.00 – 246	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	15.000,00
07.001.10.301.0007.2.717	**- MANTER O PROGRAMA SAÚDE BUCAL**		
3.1.90.11.00.00 – 252	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	30.000,00
3.1.90.11.00.00 – 253	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	92.000,00
3.1.90.16.00.00 – 256	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
3.1.90.13.00.00 – 255	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	15.000,00
3.3.90.30.00.00 – 259	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.32.00.00 – 263	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
07.001.10.301.0007.2.723	**- MANTER A UNIDADE DE MENDESLÂNDIA**		
3.1.90.11.00.00 – 266	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	85.000,00
3.1.90.13.00.00 – 268	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	13.600,00
3.1.90.16.00.00 – 270	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00

07.001.10.301.0007.2.724	**- MANTER UNIDADE 24 HORAS**		
3.1.90.94.00.00 – 286	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	12.000,00
3.3.90.30.00.00 – 290	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	95.000,00
3.3.90.30.00.00 – 291	- Material de Consumo		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	84.365,59
3.3.90.32.00.00 – 293	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	35.000,00
3.3.90.39.00.00 – 299	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	76.756,89
3.3.90.40.00.00 – 300	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.47.00.00 – 302	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
4.4.90.52.00.00 – 304	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
07.001.10.301.0007.2.726	**- MANTER CONV. CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE**		
3.3.71.70.00.00 – 306	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	40.000,00
07.001.10.303.0007.2.706	**- MANTER OS CONSÓRCIOS DE SAÚDE**		
3.1.71.70.00.00 – 310	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	50.000,00
3.3.71.70.00.00 – 312	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	542.796,00
07.001.10.303.0007.2.713	**- MANTER OS PROGRAMAS DA FARMÁCIA BÁSICA**		
3.1.90.11.00.00 – 314	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	32.000,00
3.1.90.11.00.00 – 315	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	88.000,00
3.1.90.13.00.00 – 316	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	6.000,00
3.1.90.13.00.00 – 317	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	22.000,00
3.1.90.16.00.00 – 318	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.1.90.94.00.00 – 320	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.14.00.00 – 321	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.32.00.00 – 325	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00
07.001.10.303.0007.2.719	**- MANTER A ACADEMIA DA SAÚDE**		
3.1.90.11.00.00 – 331	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	16.000,00
3.1.90.11.00.00 – 332	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	32.000,00
3.1.90.13.00.00 – 333	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.1.90.16.00.00 – 335	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.500,00
3.1.90.94.00.00 – 337	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.14.00.00 – 338	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
07.001.10.303.0007.2.725	**- MANTER OS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**		
3.1.90.11.00.00 – 344	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	48.000,00
3.1.90.11.00.00 – 345	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	50.000,00
3.1.90.13.00.00 – 346	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
3.1.90.13.00.00 – 347	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	10.000,00
3.1.90.16.00.00 – 348	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
08.001.12.122.0000.2.801	**- MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
3.1.90.11.00.00 – 362	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	86.000,00
3.1.90.13.00.00 – 365	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	31.000,00
3.1.90.16.00.00 – 368	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.33.00.00 – 378	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.52.00.00 – 386	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
08.001.12.361.0010.2.807	**- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL**		
3.1.90.11.00.00 – 396	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	230.000,00
3.1.90.13.00.00 – 399	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	60.000,00
3.1.90.16.00.00 – 402	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.32.00.00 – 411	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**		

08.002.12.365.0010.2.803	**- MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL COM RECUROS DO FUNDEB 60%**		
3.1.90.13.00.00 – 426	- Contribuições Patronais		
01101	- FUNDEB 60%	R$	97.719,85
08.002.12.365.0010.2.819	**- MANTER EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS**		
3.1.90.11.00.00 – 432	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	165.000,00
3.1.90.13.00.00 – 435	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	30.400,00
3.1.90.16.00.00 – 438	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
3.1.90.94.00.00 – 441	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
3.3.90.47.00.00 – 459	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
08.005.00.000.0000.0.000	**- CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO**		
08.005.12.361.0010.2.812	**- MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR**		
3.3.90.30.00.00 – 496	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	16.000,00
4.4.90.52.00.00 – 504	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
08.006.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DA CULTURA**		
08.006.13.392.0011.2.813	**- MANTER A BIBLIOTECA MUNICIPAL**		
3.3.90.30.00.00 – 510	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.32.00.00 – 511	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.52.00.00 – 513	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
08.006.13.392.0011.2.815	**- COMEMORAÇÃO DE DATAS FESTIVAS**		
3.3.90.30.00.00 – 514	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	40.000,00
3.3.90.32.00.00 – 515	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.39.00.00 – 516	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	27.000,00
08.006.13.392.0011.2.816	**- MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS**		
3.3.90.30.00.00 – 518	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
3.3.90.31.00.00 – 519	- Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportiva		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	12.000,00
3.3.90.32.00.00 – 520	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	12.000,00
4.4.90.52.00.00 – 522	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	**- DESPORTO AMADOR**		
09.001.27.812.0012.1.901	**- REFORMAR ESTÁDIOS NO MUNICÍPIO E DISTRITO**		
4.4.90.51.00.00 – 525	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
09.001.27.812.0012.1.902	**- REFORMAR GINÁSIO DE ESPORTES NO MUNICÍPIO E DISTRITO**		
4.4.90.51.00.00 – 526	- Obras e Instalações		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
09.001.27.812.0012.2.903	**- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR**		
3.3.90.31.00.00 – 532	- Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportiva		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMÉCIO E TURISMO**		
10.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**		
10.001.23.691.0013.2.102	**- APOIAR A PEQUENA E MICRO-EMPRESA**		
3.1.90.11.00.00 – 537	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	38.720,19
3.1.90.13.00.00 – 538	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.872,43
3.1.90.94.00.00 – 539	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
4.4.90.52.00.00 – 543	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
10.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO TURISMO**		
10.002.23.695.0000.2.103	**- MANTER AÇÕES DO TURISMO**		
3.3.50.41.00.00 – 546	- Contribuições		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00
3.3.90.14.00.00 – 547	- Diárias - Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
3.3.90.30.00.00 – 548	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.000,00
3.3.90.39.00.00 – 549	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
4.4.90.52.00.00 – 550	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.20.605.0014.2.114	**- MANTER O MATADOURO MUNICIPAL**		
3.1.90.11.00.00 – 551	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.1.90.13.00.00 – 552	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.090,00
3.1.90.16.00.00 – 553	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.1.90.94.00.00 – 554	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00

3.3.90.30.00.00 – 555	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
11.001.20.608.0014.1.111	**- ADQUIRIR TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS**		
4.4.90.52.00.00 - 558	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
11.002.00.000.0000.0.000	**- FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**		
11.002.18.541.0018.2.116	**- AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE**		
3.3.90.30.00.00 – 567	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.500,00
3.3.90.39.00.00 - 568	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.500,00
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	**- SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.17.512.0017.2.122	**- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**		
3.3.90.36.00.00 - 574	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000,00
3.3.90.39.00.00 - 575	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	37.000,00
4.4.90.52.00.00 - 577	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	30.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.08.244.0008.2.131	**- MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.1.90.11.00.00 – 581	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01934	- Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$	17.000,00
4.4.90.52.00.00 - 597	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
13.002.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**		
13.002.08.243.0009.6.132	**- MANTER O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SCFV**		
3.3.50.41.00.00 - 599	- Contribuições		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.3.90.33.00.00 - 602	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.39.00.00 - 603	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
4.4.90.52.00.00 - 604	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
13.002.08.243.0009.6.136	**- MANTER O CONSELHO TUTELAR**		
3.3.90.40.00.00 - 609	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	6.000,00
13.003.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.08.244.0008.2.140	**- MANTER A GESTÃO DO SUAS**		
3.3.90.30.00.00 – 611	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	4.200,00
3.3.90.39.00.00 - 612	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.875,00
4.4.90.52.00.00 - 613	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	11.550,00
13.003.08.244.0008.2.141	**- MANTER A GESTÃO IGD/BF**		
4.4.90.52.00.00 - 618	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.625,00
13.003.08.244.0008.2.142	**- PROMOÇÃO E CAMPANHA SOCIOEDUCATIVA**		
4.4.90.52.00.00 - 624	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.250,00
13.003.08.244.0008.2.143	**- MANTER O CONSELHOS DA ASSITÊNCIA SOCIAL**		
3.3.90.39.00.00 - 628	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.100,00
4.4.90.52.00.00 - 629	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.100,00
13.003.08.245.0008.2.133	**- MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
3.3.90.30.00.00 – 632	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
4.4.90.52.00.00 - 635	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
13.003.08.245.0008.2.135	**- MANTER AS ATIVIDADES DO CRAS**		
3.3.90.33.00.00 - 639	- Passagens e Despesas com Locomoção		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.40.00.00 - 641	- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
4.4.90.52.00.00 - 642	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
13.003.08.245.0008.2.138	**- MANTER O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO**		
3.1.90.11.00.00 – 643	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	7.000,00
3.1.90.13.00.00 – 644	- Contribuições Patronais		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
3.1.90.16.00.00 – 645	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.1.90.94.00.00 – 646	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
3.3.90.30.00.00 - 647	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
3.3.90.39.00.00 - 648	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
4.4.90.52.00.00 - 649	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	2.000,00
13.003.08.245.0008.2.139	**- MANTER O PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIO FAMILIAR**		
3.3.90.30.00.00 - 650	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00

3.3.90.39.00.00 - 652	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	8.000,00
4.4.90.52.00.00 - 653	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
13.005.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**		
13.005.08.241.0008.2.137	**- ATENDIMENTO, PROMOÇÃO, E DEFESA DE DIREITOS AO IDOSO**		
3.3.90.30.00.00 - 654	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	11.550,00
3.3.90.32.00.00 - 655	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.250,00
3.3.90.39.00.00 - 656	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	11.550,00
4.4.90.52.00.00 - 657	- Equipamento e Material Permanente		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	11.550,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**4.598.255,31**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 22 de Setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:9065DA11

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
ATA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

RELATÓRIO

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os integrantes da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis, designados pelo Decreto nº 5037/2026. Estiveram presentes os membros da comissão e servidores públicos desta municipalidade: Beatriz Hordina, Gerson Auler, Liomar Siega e Reginaldo da Silva. Participaram também da reunião o Prefeito Municipal, Gelson Coelho; o Vice-Prefeito, Gilmar Paixão; o Procurador Municipal, Jean de Souza Silva; e os Secretários Municipais Clair Mariano da Costa e Sergio Roberto Priamo, para tratar dos bens móveis pertencentes à Administração Pública Municipal.

A avaliação compreendeu, em especial, veículos, máquinas, mobiliário, eletrodomésticos, materiais ferrosos, sucatas e equipamentos eletroeletrônicos declarados inservíveis.

Os membros da comissão iniciaram os trabalhos com a realização de vistoria preliminar dos bens a serem avaliados e, posteriormente, reuniram-se para deliberar acerca da definição do valor inicial para alienação.

Da situação atual dos bens:

Constatou-se que os itens avaliados se encontram inservíveis para a Administração Pública Municipal, por estarem total ou parcialmente danificados. Verificou-se, ainda, que o custo de reparação e manutenção é elevado, tornando sua recuperação economicamente inviável. Ademais, observou-se que muitos dos bens já excederam o tempo de vida útil recomendado ou não estão mais em utilização.

Para a avaliação dos bens, foram considerados os valores de mercado, tomando como referência a Tabela FIPE, no caso de veículos, bem como o estado de conservação de cada item. Os valores atribuídos para fins de alienação foram determinados conforme os lotes a seguir:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM
01	**FORD ECOSPORT XL 1.6 FLEX ANO: 2010/2011** **PLACA FINAL 4 (PR)** MARCA: FORD MODELO: ECOSPORT XL 1.6 FLEX PLACA: ASI-3I64 ANO FAB/MODELO: 2010/2011 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 121422 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA)
	COR: BRANCA PORTAS: 05 CÓD. 13016 PLAQ.10324 **VALOR INICIAL: 18,900,00**
02	**VOLKSWAGEN GOL 1.6 ANO: 2012/2013** **PLACA FINAL 6 (PR)** MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: GOL 1.6 PLACA FINAL: AVK-0296 ANO FAB/MODELO: 2012/2013 DÉBITOS: KM ACIMA DE: 281186 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD. 6012 **VALOR INICIAL: 18.500,00**
03	**VOLKSWAGEN GOL 1.0L MC4 ANO: 2020/2021** **PLACA FINAL 5 (PR)** MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: GOL 1.0L MC4 PLACA: BER-7D45 ANO FAB/MODELO: 2020/2021 DÉBITOS: KM ACIMA DE: 291552

	COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04

	CÓD. 11314 PLAQ. 8776 **VALOR INICIAL: 24.300,00**
04	**VOLKSWAGEN GOL 1.0 ANO: 2007/2008 PLACA FINAL 9 (PR)** MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: GOL 1.0 PLACA: DZD-4759 ANO FAB/MODELO: 2007/2008 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 85764 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: PRATA PORTAS: 02 CÓD. 7652 PLAQ. 5480 **VALOR INICIAL: 6.900,00**
05	**VOLKSWAGEN NOVO GOL 1.0 ANO: 2013/2014** **PLACA FINAL 2 (PR)** MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: NOVO GOL 1.0 PLACA: AWZ-7942 ANO FAB/MODELO: 2013/2014 DÉBITOS: KM ACIMA DE: 453895 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD. 7652

	VALOR INICIAL: 15.300,00
06	**SUCATA DE FIAT UNO MILLE ECONOMY ANO: 2010/2011** **PLACA FINAL 3 (PR)** MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE ECONOMY PLACA: ATA-4703 ANO FAB/MODELO: 2010/2011 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD.5211 **VALOR INICIAL: 900,00**
07	**SUCATA DE VOLKSWAGEN GOL SPECIAL** **ANO: 2000/2000** **PLACA FINAL 0 (PR)** MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: GOL SPECIAL PLACA FINAL: 0 (PR) ANO FAB/MODELO: 2000/2000 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: GASOLINA COR: VERMELHA PORTAS: 02 **VALOR INICIAL: 900,00**
	FIAT STRADA FIRE FLEX ANO: 2012/2012 PLACA FINAL 6 (PR) MARCA: FIAT MODELO: STRADA FIRE FLEX

08	PLACA: AVK-4526 ANO FAB/MODELO: 2012/2012 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 213783 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 02 CÓD.5949 **VALOR INICIAL: 12.100,00**
09	**CHEVROLET S10 2.2 S ANO: 1996/1997 PLACA FINAL 7 (PR)** MARCA: CHEVROLET MODELO: S10 2.2 S PLACA: AGO-8137 ANO FAB/MODELO: 1996/1997 DÉBITOS: KM ACIMA DE: 337770 COMBUSTÍVEL: GASOLINA COR: BRANCA PORTAS: 02 CÓD. 6633 PLAQ.5652 **VALOR INICIAL: 3.500,00**
10	**MERCEDES-BENZ 415 CDI SPRINTER M ANO: 2018/2019 PLACA FINAL 8 (PR)** MARCA: MERCEDES-BENZ MODELO: 415 CDI SPRINTER M PLACA: BCT-9I38 ANO FAB/MODELO: 2018/2019

	DÉBITOS: NADA CONSTA KM: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD. 9483 PLAQ. 6744 **VALOR INICIAL: 71.900,00**
11	**MERCEDES-BENZ 415 CDI SPRINTER M ANO: 2015/2016 PLACA FINAL 0 (PR)** MARCA: MERCEDES-BENZ MODELO: 415 CDI SPRINTER M PLACA: BAE-8420 ANO FAB/MODELO: 2015/2016 DÉBITOS: NADA CONSTA KM: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD.7649 PLAQ.4206 **VALOR INICIAL: 48.500,00**
12	**MERCEDES-BENZ CDI SPR TCA AMB ANO: 2015/2016 PLACA FINAL 7 (PR)** MARCA: MERCEDES-BENZ MODELO: CDI SPR TCA AMB PLACA: BAU-4A27 ANO FAB/MODELO: 2015/2016 DÉBITOS: NADA CONSTA

	KM ACIMA DE: 224116 COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA PORTAS: 04 CÓD.7986 PLAQ.5654 **VALOR INICIAL: 46.900,00**
13	**MERCEDES-BENZ 516 SPRINTER A4 ANO: 2021/2022 PLACA FINAL 2 (PR)** MARCA: MERCEDES-BENZ MODELO: 516 SPRINTER A4 PLACA: RHZ-6H12 ANO FAB/MODELO: 2021/2022 DÉBITOS: KM: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: PRATA PORTAS: 03 CÓD. 11615 PLAQ.9079 **VALOR INICIAL: 112.000,00**
14	**CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 26.220 EURO3 WORKER 6X4 ANO:** 2011/2012 PLACA FINAL 1 (PR) MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.220 EURO3 WORKER ANO FAB/MODELO: 2011/2012 PLACA FINAL: AVW-5891 KM: NÃO VISUALIZADA

	COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA DÉBITOS: NADA CONSTA **VALOR INICIAL: 135.000,00**
15	**RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E** MARCA: CATERPILLAR MODELO: 416 E ANO: NÃO VISUALIZADO SÉRIE: CAT0416ECEFG10888 HORÍMETRO: 8299

	CAPACIDADE: NÃO VISUALIZADA IMPLEMENTOS: CONCHA DIANTEIRA E LANÇA TRASEIRA COM CONCHA PNEUS: 04 ESTADO DOS PNEUS: REGULARES CÓD.7342 **VALOR INICIAL: 74.000,00**
16	**RETROESCAVADEIRA JCB 3CX ANO: 2018** MARCA: JCB MODELO: 3CX ANO: 2018 SÉRIE: S0R3CXTTKJ2674361 HORÍMETRO: NÃO VISUALIZADO CAPACIDADE: NÃO VISUALIZADA IMPLEMENTOS: CONCHA DIANTEIRA E LANÇA TRASEIRA COM CONCHA PNEUS: 04 ESTADO DOS PNEUS: REGULARES/02 DIANTEIROS E 01 TRASEIRO FURADOS CÓD.8565

	PLAQ.6350 **VALOR INICIAL: 65.000,00**
17	**PÁ CARREGADEIRA DOOSAN DL 200 ANO: 2011** MARCA: DOOSAN MODELO: DL 200 ANO: NÃO VISUALIZADO SÉRIE: DHKCWLACA0005380 HORÍMETRO: NÃO VISUALIZADO CAPACIDADE: 143 HP/PESO OPERACIONAL: 11.600 KG IMPLEMENTOS: CONCHA DIANTEIRA PNEUS: 04 ESTADO DOS PNEUS: RUINS/DIANTEIROS E TRASEIRO ESQUERDO: FURADOS PATRIMÔNIO: 5362 CÓD.5362 **VALOR INICIAL: 63.000,00**
18	**MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K ANO: 2013** MARCA: CATERPILLAR MODELO: 120K ANO: 2013 SÉRIE: CAT0120KLJAP04616 HORÍMETRO: 7.951 CAPACIDADE: 13.000 A 15.000 KG PESO OPERACIONAL APROXIMADO IMPLEMENTOS: LÂMINA CENTRAL E RIPPER TRASEIRO PNEUS: 06 ESTADO DOS PNEUS: REGULARES CÓD.6627 **VALOR INICIAL: 205.000,00**

19	**MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140 ANO 2009** MARCA: NEW HOLLAND MODELO: RG 140 ANO: SÉRIE: N8AF0106 HORÍMETRO: NÃO VISUALIZADO CAPACIDADE: 14.200 KG PESO OPERACIONAL IMPLEMENTOS: LÂMINA CENTRAL E RIPPER TRASEIRO PNEUS: 06 ESTADO DOS PNEUS: RUINS CÓD.4763 **VALOR INICIAL: 82.000,00**
20	**SUCATA DE UM TRATOR CORTADOR DE GRAMA HUSQVARNA YTH2042 TD ANO: 2014** MARCA: HUSQVARNA MODELO: YTH2042 TD SÉRIE: 011714ª001148 ANO: 2014 **VALOR INICIAL: 4.500,00**
21	**TANQUE DE LEITE DE AÇO INOX 12.000 LITROS** MARCA E MODELO: NÃO VISUALIZADOS CAPACIDADE APROXIMADA: 12.000 LITROS **VALOR INICIAL: 3.500,00**
22	**MÁQUINA DE MONTAR E DESMONTAR PNEUS CEMB DM16 ANO: 2015** MARCA: CEMB MODELO: DM16 SÉRIE: E4152103

	ANO: 2015 PATRIMÔNIO: 4145 **VALOR INICIAL: 2.900,00**
23	**BETONEIRA DE 400 LITROS MB-400G 4T** MARCA: NÃO VISUALIZADA MODELO: NÃO VISUALIZADO CAPACIDADE APROXIMADA: 400 LITROS CÓD. 7271 **VALOR INICIAL: 450,00**
24	**MOTOR E CAIXA DE ÔNIBUS MERCEDES-BENZ O 371 R E SUCATA DE MOTOR JCB** CONTENDO: MOTOR E CAIXA DE ÔNIBUS MARCA: MECEDES BENZ MODELO: OM 355 / 6A NÚMERO MOTOR: 34596010 **VALOR INICIAL: 9.500,00**
25	**CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDREL RVV 11D ANO: 2022** MARCA: INDREL MODELO: RVV 11D ANO: 2022 CÓD.11500 PLAQ.8962 **VALOR INICIAL: 3.500,00**
	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDREL RC 504D ANO: 2022 MARCA: INDREL MODELO: RC 504D ANO: 2022

26	CÓD.11499 PLAQ.8961 **VALOR INICIAL: 3.500,00**
27	**VULCANIZADOR PARA CÂMARAS DE AR VILUZ** MARCA: VILUZ PATRIMÔNIO: 4098 **VALOR INICIAL: 350,00**
28	**SUCATA DE MOBÍLIA DIVERSA** CONTENDO: 09 MESAS MISTAS MESAS ESCOLARES DIVERSAS MESAS PARA ESCRITÓRIO E ESCRIVANINHAS BALCÕES DIVERSOS ENTRE OUTROS **VALOR INICIAL: 100,00**

CONCLUSÃO

Constatando-se a situação atual dos bens, e considerando os defeitos existentes e o estado de conservação, os bens foram avaliados pela comissão designada para que seja efetuada a alienação dos mesmos constantes neste documento, devido aos bens relacionados serem inservíveis para o serviço público municipal.

É o parecer.

São Jorge D'Oeste – PR, 17 de setembro de 2026.

REGINALDO DA SILVA
Avaliador

LIOMAR SIEGA
Avaliador

GERSON AULER
Avaliador

BEATRIZ HORDINA
Avaliador

JEAN DE SOUZA SILVA
Procurador Municipal II
Dec. N° 4145/2024

CLAIR MARIANO DA COSTA
Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças
Dec. N° 4496/2025

GILMAR PAIXÃO
Vice-Prefeito Municipal

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

SERGIO ROBERTO PRIAMO
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos
Dec. N° 4486/2025

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:289FDEFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2026

PROCESSO Nº 319/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - ACP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.583.004/0001-01

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE REGISTRO DE DÉBITOS

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	18635	SERVIÇOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE REGISTROS DE DÉBITOS		SERV	1,00	16.250,00	16.250,00
TOTAL								16.250,00

VALOR TOTAL: *R$ 16.250,00 (Dezesseis Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais)*

VIGÊNCIA: 23/09/2026 a 22/09/2027

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:11BF5ABD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 263 ID 3845

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2026 ID 3845

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

DAS PARTES:

Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: RENAULT DO BRASIL S/A. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **00.913.443/0001-73**

DO OBJETO:
Aquisição de **01 (uma) unidade de Furgão Padrão – Ambulância para Suporte Básico – Tipo A – Especial – Simples Remoção sem Risco de Vida**, incluindo instalação e montagem, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico – SRP nº 90130/2025 e na Ata de Registro de Preços nº 238/2025 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE, visando à adesão do Município de Amaporã, Estado do Paraná, na condição de órgão não participante, para utilização de recursos provenientes da resolução SESA nº 1.699/2024..

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	FURGÃO PADRÃO - AMBULÂNCIA PARA SUPORTE BÁSICO - TIPO A - ESPECIAL - SIMPLES REMOÇÃO SEM RISCO DE VIDA. MARCA: RENAULT	UNIDADE	01	274.977,00	274.977,00

DO VALOR:
O Valor Total do presente contrato é de **R$ 274.977,00 (Duzentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta e sete reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais do exercício de 2026, através da dotação abaixo:

08001103010010206044905200000 – Equipamentos e Material Permanente – Fonte 32518

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, após o aceite da **nota fiscal eletrônica e atesto de entrega dos produtos** acompanhados obrigatoriamente de **Certidões Negativas de FGTS/UNIFICADA**, Certidão Negativa de Tributos Municipais (para empresas sediadas no Município de Amaporã) e pelo termo de Recebimento assinado por Servidor designado pela Administração deste Município.

DA VALIDADE:
-O Prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

Amaporã/PR, 21 de setembro de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:A0721434

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.152, 18 DE SETEMBRO DE 2026

LEI N° 1.152, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito especial, no exercício de 2026, na importância de até R$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais).

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
05	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
05.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
05.001.04.122.0003.2.010	Gestão da Secretaria de Administração		
527 - 3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1000	4.500,00
06	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
06.002	DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
06.002.18.542.0008.2.038	Manter a Gestão das Atividades do Setor do Meio Ambiente		
531 - 3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS	1000	1.900,00
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001.08.122.0003.2.107	Gestão da Secretaria de Assistência Social		
528 - 3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1000	4.500,00
09.001.08.244.0014.2.120	Gestão das Atividades do CRAS e SCFV		
529 - 3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1000	28.500,00
Total do Crédito Especial ..... R$ 39.400,00			

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Redução

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
08	SECRETARIA DE SAÚDE		

08.001	DEPARTAMENTO DE SAÚDE		
08.001.10.301.0010.2.060	Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde		
360 - 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	39.400,00
Total da Despesa..... R$ 39.400,00			

Art. 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:BA7BA7A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNPESPA

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

• **Data e Hora:** 03/09/2026 às 10h00
• **Local:** Sede do FUNPESPA (Rua Curitiba, 241, Jardim Vesper – Andirá/PR)
• **Tipo:** Ordinária – Comitê de Investimento
• **Presidência:** Carlos Henrique Claro de Carvalho
• **Base Normativa:** Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025 (vigência: 02/02/2026) | Lei nº 9.717/1998 | EC nº 103/2019

2. PARTICIPANTES E COMPOSIÇÃO

Todos os Conselheiros foram convidados para participarem da reunião, porém não houve o comparecimento de nenhum conselheiro.

NOME	CARGO / FUNÇÃO	RESPONSABILIDADE (Art. 1º, §4º e §5º – Res. 5.272)
Carlos Henrique Claro de Carvalho	Gestor de Recursos	Responsável pela gestão – Art. 1º, §4º, I, b
Adriana de Fátima Pereira Salustiano	Membro do Comitê de Investimentos	Processo decisório – Art. 1º, §4º, I, d
André Henrique Dassie	Membro do Comitê de Investimentos	Processo decisório – Art. 1º, §4º, I, d

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSE (Art. 24, §§2º e 3º – Res. CMN 5.272/2025): Todos os membros presentes declaram nesta data, não possuir qualquer interesse, direto ou indireto, nos ativos ou fundos objeto de deliberação nesta reunião, nem em suas respectivas gestoras ou distribuidoras. Não há relação societária, comercial ou financeira entre os participantes e as instituições credenciadas.

3. PAUTA DA REUNIÃO

• Aprovação da Ata nº 174/2026 do Comitê de Investimento
• Análise do Relatório Analítico de Investimentos – agosto de 2026
• Relatório de Enquadramento, Rentabilidade e Risco – Base: 31/08/2026
• Relatório de Análise de Portfólio, Sugestão e Realocação – Base: 31/08/2026
• Análise de fundos (Diagnóstico de Carteira) – avaliação fundamentalista
• Divulgação de despesas e custos dos ativos investidos (Art. 2º, §3º – Res. 5.272/2025)
• Deliberação sobre estratégia de investimento para o período seguinte

4. DELIBERAÇÕES POR PONTO DE PAUTA

4.1. Aprovação da Ata nº 174/2026

A Ata nº 174/2026 foi lida e submetida à apreciação dos presentes. Não foram apresentadas emendas ou impugnações. O Comitê deliberou pela sua aprovação por unanimidade.

4.2. Resultado dos Investimentos – Agosto de 2026

O Presidente apresentou o Relatório Analítico de Investimentos, elaborado pela assessoria de investimento. Os resultados apurados foram consolidados nas tabelas abaixo:

SEGMENTO	RETORNO – AGOSTO/2026	RETORNO ACUMULADO 2026
Renda Fixa	R$ 803.856,62	R$ 5.763.926,41
Renda Variável	R$ 3.740,69	R$ 982.614,86
TOTAL GERAL	**R$ 807.597,31 (0,90%)**	**R$ 6.746.541,27 (7,99%)**
Patrimônio Total (agosto/2026)	**R$ 91.509.264,87**	
INDICADOR	**RESULTADO**	
Rentabilidade Acumulada no Exercício 2026	7,99% a.a.	
Meta Atuarial (IPCA + 5,46% a.a.)	6,78% a.a.	
Gap (Superação da Meta)	1,21 p.p.	
Situação	**META ATUARIAL CUMPRIDA**	

4.3. Composição Atual da Carteira e Enquadramento

SEGMENTO	% CARTEIRA	LIMITE RES. 5.272
Renda Fixa	79,72%	Até 100%
Renda Variável/Estruturado/Fundo Imobiliário	20,28%	Até 35%
Exterior	0,00%	Até 10%
Empréstimo Consignado	0,00%	Até 10%

ENQUADRAMENTO: A carteira do RPPS encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 (vigência 02/02/2026). Não há situação de desenquadramento ativo a registrar.

4.4. Transparência de Custos (Art. 2º, §3º, incisos I e II – Res. CMN 5.272/2025)

Apresentação da relação de custos efetivos dos principais fundos da carteira, conforme informações obtidas previamente das instituições gestoras e administradoras:

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR / ADM.	TX. ADM. (a.a.)	TX. PERF.	CUSTODIANTE
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	CAIXA ASSET	0,20%	Não	CAIXA
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,20%	Não	Banco do Brasil
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	BB DTVM	0,20%	Não	Bradesco
CAIXA RV 30 RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO LP	CAIXA ASSET	1,00%	Não	CAIXA
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,20%	Não	Banco do Brasil
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,010%	Não	Banco do Brasil

PUBLICIDADE AOS SEGURADOS: Nos termos do Art. 2º, §3º, inciso II, da Resolução CMN 5.272/2025, as informações de despesas e custos acima serão divulgadas no portal da transparência do FUNPESPA com periodicidade trimestral, garantindo a transparência aos segurados e beneficiários do regime.

4.5. Credenciamento das Instituições (Art. 1º, §1º, inciso VI – Res. CMN 5.272/2025)

Todas as instituições que compõem a carteira ou que prestam serviços ao RPPS foram submetidas a processo formal de credenciamento. Os critérios avaliados foram:

CRITÉRIO AVALIADO (Art. 1º, §3º)	SITUAÇÃO
Histórico e experiência de atuação	Verificado para todas as instituições
Volume de recursos sob gestão/administração	Verificado para todas as instituições
Solidez patrimonial (S1/S2 – Art. 21, §2º, I)	Verificado para todas as instituições
Exposição a risco reputacional	Sem ocorrências identificadas
Aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho	Avaliado conforme histórico
Padrão ético de conduta	Declaração obtida das instituições

4.6. Análise de Portfólio e Sugestão de Realocação – Base: 31/08/2026

A assessoria de investimento apresentou as sugestões de realocação para redução gradual das posições em CDI e diversificação para ativos com maior proteção à inflação:

ORIGEM (RESGATE)	VALOR RESGATE (R$)	VALOR APLICAÇÃO (R$)	DESTINO (SUGESTÃO DE ATIVO)
CDI	R$ 900.000,00	R$ 900.000,00	GESTÃO DURATION
CDI	R$ 1.800.000,00	R$ 1.800.000,00	IDKA IPCA 2A
CDI	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00	IMA-B
TOTAL	**R$ 3.900.000,00**	**R$ 3.900.000,00**	**3 ativos distintos**

4.7. Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – ESG (Art. 1º, §10, incisos III e IV – Res. 5.272/2025)

DIMENSÃO ESG	AVALIAÇÃO DO COMITÊ
Ambiental (E)	O critério Ambiental (E) é avaliado por meio da análise de como as instituições gestoras integram os riscos climáticos e de transição ecológica em seus modelos de precificação e alocação de ativos. Os fundos de investimento que compõem a carteira priorizam emissores que adotam práticas ativas de eficiência energética, redução da pegada de carbono e uso responsável de recursos naturais. Essa avaliação mitiga o risco de crédito do instituto frente a ativos que possam sofrer desvalorizações severas causadas por eventos climáticos extremos, novas regulações ambientais ou passivos ecológicos.
Social (S)	O critério Social (S) é assegurado pela seleção de fundos de investimento cujos gestores monitoram ativamente a conduta das empresas e emissores em relação aos direitos humanos, práticas trabalhistas dignas, segurança do trabalho e relacionamento com comunidades locais. O instituto busca garantir que os recursos previdenciários não financiem atividades associadas a precarização laboral ou impactos sociais negativos. Essa postura protege a carteira contra riscos de imagem, litígios judiciais trabalhistas de grande escala e boicotes de mercado que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade dos ativos.
Governança (G)	O critério de Governança (G) é verificado por meio do alinhamento obrigatório das instituições gestoras às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Resolução CVM nº 175. Todos os fundos de investimento da carteira são selecionados sob a condição de possuírem estruturas robustas de conformidade (compliance), auditorias independentes, conselhos de administração estruturados e políticas claras de prevenção a conflitos de interesse. Esse rigor assegura a transparência na tomada de decisão dos gestores e garante a manutenção da trilha de auditoria digital exigida pela fiscalização, blindando o patrimônio previdenciário contra riscos de fraudes e falhas operacionais.
Nível de Materialidade	O Comitê entende que os riscos ESG são materialmente relevantes e integrarão a análise periódica de fundos.

4.8. Panorama Econômico e Estratégia de Investimento – Agosto/2026

Principais conclusões e orientações estratégicas com base no Panorama Econômico de agosto/2026:

Manter exposição relevante em renda fixa de curto prazo (IMA-S, IRF-M 1), aproveitando o carrego ainda elevado com a Selic em 14,00% e a proximidade do fim do ciclo de cortes sinalizada para as próximas reuniões do Copom.

Manter posições em IPCA+ (IMAB 5), priorizando vencimentos mais curtos, dado que a deflação de agosto reflete, em parte, fatores temporários (Bônus de Itaipu), e a inflação de serviços ainda recomenda cautela na leitura do índice cheio.

Manter cautela em renda variável, mesmo após o Ibovespa ter revertido perdas expressivas no fim de agosto, priorizando setores menos expostos à tarifa dos Estados Unidos e aguardando mais visibilidade sobre o desfecho da disputa comercial e o cenário eleitoral (outubro/2026).

5. QUADRO-RESUMO DE DELIBERAÇÕES

Nº	DELIBERAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Aprovação da Ata nº 174/2026 – por unanimidade	Art. 1º, §6º – Res. 5.272	Presidente	Imediato
2	Alocar os recursos do mês no Fundo IDKA IPCA 2A do Banco do Brasil e Fundos Vértice	Art. 7º, I – Res. 5.272	Gestor de Recursos	Imediato
3	Publicar custos dos fundos no portal da transparência do FUNPESPA (trimestralmente)	Art. 2º, §3º, II – Res. 5.272	Presidente	Setembro/2026
4	Solicitar novo Relatório de Análise de Portfólio, Sugestão e Realocação – Base: agosto/2026	Art. 4º, I – Res. 5.272	Assessor	Setembro/2026
5	Elaboração e envio do Parecer do Comitê de Investimentos competência setembro/2026 ao Conselho Deliberativo	Item 3.2.6 do Manual Pró-Gestão RPPS	Presidente	Setembro/2026
6	Agendar próxima reunião do Comitê de Investimentos	Art. 1º, §6º – Res. 5.272	Secretária	Setembro/2026

Diante do atual cenário e análise da carteira de investimentos do Instituto, decidiu-se por alocar os recursos recebidos no mês de setembro da seguinte forma: cerca de R$ 1.800.00,00 em fundos de índice IDKA 2A e 450.000,00 em fundos Vértice.

Ainda em linha com o cenário de juros em patamar elevado, apesar da expectativa de redução relativamente gradual da taxa Selic ao longo de 2026, conforme indicado pelo Relatório Focus, e considerando a inflação ainda em níveis relevantes, entendemos que o aumento da exposição a ativos indexados à inflação permanece como uma alternativa adequada para diversificação da carteira e proteção do poder de compra dos recursos previdenciários.

Nesse contexto, conforme também demonstrado pelo estudo de ALM, considerando as características atuais do passivo do RPPS, o Instituto apresenta capacidade para promover o alongamento da carteira, especialmente por meio de Títulos Públicos Federais. Além de contribuírem para o casamento entre ativos e passivos no horizonte de longo prazo, os TPF atualmente apresentam taxas de remuneração atrativas, em níveis superiores à meta atuarial, o que reforça a oportunidade de alocação. Dessa forma, avaliamos a ampliação gradual da exposição em títulos públicos federais indexados à inflação.

6. ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será enviada para publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal da Transparência do FUNPESPA.

Andirá/PR, 03 de setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Presidente do Comitê de Investimentos

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Membro do Comitê de Investimentos

ADRIANA DE FÁTIMA PEREIRA SALUSTIANO
Membro do Comitê de Investimentos

Este documento foi elaborado em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025, que entrou em vigor em 02/02/2026, revogando a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:2C97C802

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.572 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**BRIGIDA DO SOCORRO SILVEIRA DOS SANTOS**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**023-2026**	**Vigência:**	**21/09/2026 A 20/09/2027**
ID DA ATA:	**062-2026**		
Modalidade:	**DISPENSA ELETRÔNICA**		
Nº Licitação:	**08/2026**		
Contratado:	**S A DA SILVA CONTROLE DE PRAGAS LTDA**		
Objeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, INCLUINDO DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES.**		
Valor:	**R$ 7.976,00 (Sete mil, novecentos e setenta e seis reais)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 22 de setembro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do Samae

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:C53B2AEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 097/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 097/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 217/2026
PROTOCOLO Nº 23134/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação das Associações CNM – Confederação Nacional dos Municípios, ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e AMP – Associação dos Municípios do Paraná, em razão da atuação das mesmas na defesa dos interesses de seus associados junto aos órgãos Estaduais e Federais**, nos termos do caput do Artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PARANA - AMP inscrito no CNPJ/CPF sob nº 76.694.132/0001-22 com sede na Praça General Ozorio, nº 400, 4 Andar, Conj 401, Bairro: Centro, CEP: 80.020-917 na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	2	AMP - Prestação de Serviços - contratação da Associação AMP - Associação dos Municípios do Paraná, em razão da atuação da mesma na defesa dos interesses de seus associados junto aos órgãos Estaduais e Federais.	MÊS	1	1.722,00	1.722,00

FORNECEDOR: ASSOMEC - ASSOCIÇÃO DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA inscrito no CNPJ/CPF sob nº 75.768.291/0001-61 com sede na Rua Nicolau Maeder, nº 18, Bairro: Alto da Glória, CEP: 80.030-330 na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	ASSOMEC - Prestação de Serviços - contratação da Associação ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em razão da atuação da mesma na defesa dos interesses de seus associados junto aos órgãos Estaduais e Federais.	MÊS	1	2.916,42	2.916,42

FORNECEDOR: CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUNICIPIOS - CNM inscrito no CNPJ/CPF sob nº 00.703.157/0001-83 com sede na Q SGAN 601, nº S/N, Conj. N, Bairro: Asa Norte, CEP: 70.830-010 na cidade de Brasília/DF.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	3	Prestação de Serviços - contratação da Associação CNM - Confederação Nacional dos Municípios, em razão da atuação da mesma na defesa dos interesses de seus associados junto aos órgãos Federais.	MÊS	1	1.225,00	1.225,00

Total: R$ 5.863,42 (cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
02002041220002200633903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 23 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:EE6F84FE

GABINETE
DECRETO N° 187/2026

DECRETO N° 187/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA) e a Lei Municipal nº 1520 de 22 de setembro de 2026.

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), mediante a inclusão de elemento de despesa abaixo especificada:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002. 06 182 0003.2008		-	Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	30.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**60.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**60.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.005	-	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		
13.005.08 422 0015.2144		-	Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		
Fonte	0 1 1167	-	Trans. de Programas Estaduais - Deliberação nº 007/2026 – CEDM/PR – exercício corrente		
3.3.72.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.500,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**5.500,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002.04.122.0004.2005		-	Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	60.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**60.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**60.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.005	-	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		
13.005.08 422 0015.2144		-	Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		
Fonte	0 1 1167	-	Trans. de Programas Estaduais - Deliberação nº 007/2026 – CEDM/PR – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.500,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.500,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**5.500,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2144, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00	905.048,00	960.122,00	1.019.423,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas			
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1	1	1	1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras			
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00	63.600,00	67.288,00	71.190,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas			
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12	12	12	12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras			
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		111.500,00	1.575,00	1.653,00	1.735,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, e fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2144, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**

06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		111.500,00

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:AF27CC90

GABINETE
DECRETO N° 188/2026

DECRETO N° 188/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),
DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 356.497,47 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), destinado a reforço de Dotações Orçamentárias abaixo especificada:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2054		-	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	0 1 1147	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR – exercício corrente		
3.1.90.04.00.00		-	Contratação Por Tempo Determinado	R$	33.344,83
3.1.90.11.00.00		-	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	86.476,91
3.1.90.13.00.00		-	Contribuições Patronais	R$	4.926,09
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**124.747,83**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2064		-	Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		
Fonte	0 1 1147	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR – exercício corrente		
3.1.90.04.00.00		-	Contratação Por Tempo Determinado	R$	26.912,87
3.1.90.11.00.00		-	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	70.385,12
3.1.90.13.00.00		-	Contribuições Patronais	R$	4.666,86
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e Material Permanente	R$	64.655,35
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**166.620,20**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 365 0009.2071		-	Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		
Fonte	0 1 1147	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR – exercício corrente		
3.1.90.04.00.00		-	Contratação Por Tempo Determinado	R$	31.166,64
3.1.90.11.00.00		-	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	20.440,00
3.1.90.13.00.00		-	Contribuições Patronais	R$	13.522,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**65.129,44**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**356.497,47**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:

I – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 356.497,47 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1147	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	356.497,47

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2054, 2064 e 2071, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2054	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		8.833.079,22	7.489.616,00	7.924.014,00	8.383.604,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319	319	319	319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2064	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		6.166.195,50	6.988.816,00	7.383.112,00	7.764.250,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448	448	448	448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2071	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		1.881.975,12	1.733.697,00	1.870.555,00	1.975.965,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, e fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentarias 2054, 2064 e 2071, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2054	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		8.833.079,22

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		319
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2064	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - CMEIS - FUNDEB		6.166.195,50

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		448
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2071	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA - FUNDEB		1.881.975,12

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:F51BEF9A

GABINETE
LEI N° 1520/2026

LEI N° 1520/2026

Súmula: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, e a promover alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1°. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), mediante a inclusão de elemento de despesa abaixo especificada:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002. 06 182 0003.2008		-	Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	30.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**60.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**60.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.005	-	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		
13.005.08 422 0015.2144		-	Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		
Fonte	0 1 1167	-	Trans. de Programas Estaduais - Deliberação nº 007/2026 – CEDM/PR – exercício corrente		
3.3.72.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.500,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**5.500,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º da presente Lei, os abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002.04.122.0004.2005		-	Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	60.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**60.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**60.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.005	-	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		
13.005.08 422 0015.2144		-	Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		
Fonte	0 1 1167	-	Trans. de Programas Estaduais - Deliberação nº 007/2026 – CEDM/PR – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	5.500,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**5.500,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**5.500,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2144, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00	905.048,00	960.122,00	1.019.423,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas			
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1	1	1	1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras			
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00	63.600,00	67.288,00	71.190,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas			
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12	12	12	12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras			
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		111.500,00	1.575,00	1.653,00	1.735,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, e fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2144, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		111.500,00

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 22 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:89951A7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

6° Termo aditivo do contrato nº175 / 2022, decorrente de PregãoN°27/ 2022 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ - PR, JUNTO AS SECRETARIAS, PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **IMPACTO ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº06.258.720/0001-38, neste ato representada por WILSON SOARES DE LIMA, portador do CPF sob n° 07833581801, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 22/09/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 112,482.47, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	52067	AVALIAÇÃO CLÍNICA - REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS E DEMISSIONAIS. INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES PERIÓDICOS DOS SERVIDORES, BEM COMO DE EXAMES PARA AFERIR A POSSIBILIDADE DE RETORNO AO TRABALHO, NOS CASOS EM QUE O SERVIDOR FOR AFASTADO. EMISSÃO DO ASO.	UNID	250	56,80	14.200,00
1	2	52085	PERICIA MEDICA E EMISSÃO DE LAUDOS PARA READAPITAÇÃO DE SERVIDORES DO MUNICIPIO	UNID	20	340,49	6.809,80
1	3	52086	PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), CONFORME REGULAMENTA NR 07 TODOS OS EMPREGADORES E INSTITUIÇÕES QUE ADMITAM TRABALHADORES COMO EMPREGADOS COM O OBJETIVO DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO CONJUNTO DOS SEUS TRABALHADORES.	UNID	1	7.386,04	7.386,04
1	4	52087	GRO/PGR (ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS), PREVISTO PELA NR Nº 1 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, TENDO COMO SUBSÍDIO PARA A ELABORAÇÃO DO PCMSO (NORMA NR 7).	UNID	1	13.635,76	13.635,76
1	5	52088	LTCAT (LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO) NO QUAL DEVEM ESTAR INSERIDOS TODOS OS DADOS PREVIDENCIÁRIOS DE ACORDO COM O DECRETO 3048.	UNID	1	11.363,13	11.363,13
1	6	52089	ELABORAÇÃO LIP – LAUDO DE AVALIAÇÃO DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE DE TODOS OS SERVIDORES CONFORME NR 15 E NR 16.	UNID	1	8.067,82	8.067,82
1	7	52090	PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIARIO-PPP	UNID	20	28,38	567,60
1	8	52091	ASSESSORIA MENSAL(INCLUSO TREINAMENTO DE CIPA, GESTÃO DE VIDAS ATIVAS NO E-SOCIAL VISITA MENSAL)	MENSAL	12	4.204,36	50.452,32

BARBOSA FERRAZ, 22 de setembro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Impacto Engenharia de Segurança e Meio Ambiente LTDA
06.258.720/0001-38

WILSON SOARES DE LIMA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:0F6F5BCF

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 57/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA VOLKSWAGEN PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO DE 30.000 KM E 40.000 KM NO VEICULO DA SECRETARIA DE SAUDE: VIRTUS SENSE, PLACA: TFR-4B34; INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS, EM ATENDIMENTO DA GARANTIA TÉCNICA

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
FANCAR GERMANIA LTDA	**75.953.521/0001-62**	**R$ 3.810,72**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AGENTE LIMPEZA SISTEMA ALTA PRESSÃO	UNID	2	66,51	133,02
2	ANEL DE VEDAÇÃO	UNID	2	16,82	33,64
3	ANEL DO CARTER	UNID	2	23,75	47,50
4	FILTRO DE AR CONDICIONADO.	UNID	2	98,84	197,68
5	FILTRO DE AR DO MOTOR	UN	2	86,15	172,30
6	FILTRO DE COMBUSTIVEL.	UNID	2	40,13	80,26
7	FILTRO DE OLEO MOTOR	UNID	2	170,92	341,84
8	ÓLEO DE MOTOR 5W-40 SINTÉTICO	LITROS	8	99,82	798,56
9	VELAS VW - VIRTUS	UNIDAD	3	207,80	623,40
10	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO.	UNID	2	182,04	364,08
11	LIMPEZA SISTEMA DE ALIMENTAÇAO	UNID	2	100,86	201,72
12	REVISÃO DE 30.000 KM	UNID	1	275,52	275,52
13	REVISÃO 40.000 KM	HORAS	1	541,20	541,20

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 3.810,72 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS)

Barbosa Ferraz, 22 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:79AC014F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0142/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0142 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Estabelece o Plano de Contratações Anual do Município de Bela Vista da Caroba para o exercício de 2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 12, VII e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando o conteúdo das justificativas apresentadas:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido o Plano de Contratações Anual do Município de Bela Vista da Caroba-PR para o exercício de 2027, conforme o contido no Anexo do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ITEM	EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR ESTIMADO
1	Primeiro Semestre	Inexigibilidade	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO.	R$ 1.440.850,00
2	Primeiro Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.	R$ 5.500,00
3	Primeiro Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR, AMBULATORIAL, LABORATORIAL E DE PRONTO SOCORRO (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/FMS) PELA SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LTDA.	R$ 76.400,00
4	Primeiro Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/PR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	R$ 32.000,00
5	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS GLP (P13 E P45) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 24.360,00
6	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TEATRO E MUSICAL PARA ATENDER A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.	R$ 63.000,00
7	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE CAPOEIRA PARA ATENDER A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.	R$ 46.000,00
8	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.	R$ 132.000,00
9	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS DIVERSOS COM RECURSOS DA ATENÇÃO BÁSICA GESTÃO SUS E DEMAIS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 272.800,00
10	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE PNEUS DA FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R$ 374.000,00
11	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA USO DOS SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.	R$ 72.480,00
12	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, CONFORME PREVISTO EM LEI MUNICIPAL Nº 611/2022.	R$ 70.160,00
13	Primeiro Semestre	Pregão	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DEDETIZAÇÃO DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CENTRO DE SAÚDE, ACADEMIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 46.800,00
14	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO MUSICAL PARA O GRUPO DE IDOSOS, DE ACORDO COM O PROJETO “VALORIZANDO A MELHOR IDADE” DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 40.300,00
15	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERTO DE AR CONDICIONADO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R$ 268.400,00
16	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE, COSTURA E BORDADO PARA CONFECÇÃO DE ROUPAS E FIGURINOS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIOS PARA ATENDER OS PROJETOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 100.000,00
17	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E SANEANTES PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 54.800,00
18	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO 25MPA DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 400.000,00
19	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	R$ 600.000,00
20	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS E DEMAIS PRODUTOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E TRATORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 700.000,00
21	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS MULTIMARCAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 750.000,00
23	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO E SUPORTE AO PROJETO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUSICALIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.	R$ 38.000,00
24	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL"ECOVIDA" PARA ATENDER A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.	R$ 56.000,00
25	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	R$ 85.000,00
26	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR MEIO DE GUIAS EMITIDAS PELO SETOR RESPONSÁVEL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGENCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO DOS VALORES ARRECADADOS.	R$ 52.000,00
27	Primeiro Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO PROGRAMADA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA DO FABRICANTE, RELATIVO A VÁRIOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL.	R$ 100.000,00
28	Primeiro Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA DIVERSOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 200.000,00
29	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS, OFICINAS, PALESTRAS SHOW, PARA ATENDER PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	R$ 129.247,96
30	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, CONFORME TRAJETO DEFINIDO NOS MAPAS E DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA.	R$ 420.000,00
31	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E PAVER PARA USO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO.	R$ 550.000,00
32	Primeiro Semestre	Pregão	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM BASE EM VALORES PRATICADOS/SUGERIDOS E DISPONIBILIZADOS PELAS MONTADORAS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E AMBULÂNCIAS PARA BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 5.900,00
33	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS PARA BUSCA DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS A FUNDO PERDIDO OU POR MEIO DE FINANCIAMENTOS E GESTÃO DE CONVÊNIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM OS DIVERSOS MINISTÉRIOS, SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL E DO GOVERNO ESTADUAL.	R$ 70.000,00
34	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO AMBIENTALMENTE.	R$ 60.000,00
35	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA, COM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE TRUCADO, RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EQUIPADA COM ROMPEDOR E ROLO COMPACTADOR PESADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 600.000,00
36	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADO ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 232.651,10
37	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.	R$ 270.000,00
38	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIA MUNICIPAIS.	R$ 250.000,00
49	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS PLANEJADOS, CORTINAS E PAPEL DE PAREDE ATRAVÉS DO RECURSO PROVIGIA.	R$ 45.080,50

40	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 800.000,00
41	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS DESTINADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL, ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 55.000,00
42	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E IMPRESSÕES GRÁFICAS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.	R$ 230.000,00
43	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE POLIETILENOGLICOL (PEG 4000 UI) PARA PACIENTE DO MUNICIPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.	R$ 2.500,00
44	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE ATRAVÉS DE RECURSO SESA.	R$ 150,000,00
45	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE ATRAVÉS DE RECURSO SESA.	R$ 300.000,00
46	Primeiro Semestre	Concorrência	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO - RECURSO DO GOVERNO DO ESTADO – SESA.	R$ 300.000,00
47	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM RECURSO DO PROVIGIA.	R$ 50.000,00
48	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS/FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.	R$ 50.000,00
49	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 160.000,00
50	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO CMEI PROFESSORA JULIANA MEZZOMO KAIBERS E NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS E/OU NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 500.000,00
51	Primeiro Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE DIVERSOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA-PR.	R$ 100.000,00
52	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, PLANTAS ORNAMENTAIS, ADUBOS, FERTILIZANTES E MATERIAIS PARA JARDINS DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 95.000,00
53	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO LIGADOS AOS PROJETOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 50.000,00
54	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSILIOS DE COZINHA, PERIFÉRICOS E AFINS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 60.000,00
55	Primeiro Semestre	Concorrência	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.	R$ 5.000.000,00
56	Primeiro Semestre	Concorrência	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.	R$ 5.500.000,00
57	Primeiro Semestre	Concorrência	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICO DO TIPO TST NO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO.	R$ 3.500.000,00
58	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES PARA ARBORIZAÇÃO URBANADA DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA EM ATENDIMENTO AO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO.	R$ 60.000,00
59	Primeiro Semestre	Concorrência	OBRAS DE ESTRUTURAÇÃO DE ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO.	R$ 2.000.000,00
60	Primeiro Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E SONDAGEM A PERCUSSÃO E ELABORAÇÃO DE ENSAIOS DE SUPORTE CALIFORNIA.	R$ 30.000,00
61	Primeiro Semestre	Leilão	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DECRETO 145/2023.	R$ 950.000,00
62	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PESSOAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.	R$ 30.000,00
63	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 102.000,00
64	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS LINHA PESADA MULTIMARCAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 450.000,00
65	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LINHA LEVE E VANS MULTIMARCAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 200.000,00
68	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 1.200,000,00
69	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 152.500,00
70	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CAMISETAS, E TECIDOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, GESTÃO SUS E DEMAIS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CUIDA MAIS PARANÁ E SCFV DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	R$ 207.711,56
71	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO E PINTOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 420.120,00
72	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS PARA SER UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	R$ 26.000,00
73	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE AR CONDICIONADO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, VANS E MÁQUINAS PESADAS.	R$ 91.642,67
74	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA 0KM (ZERO KM) PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	R$ 358,633,33
75	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURA, TAPEÇARIA E POLIMENTO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL.	R$ 378.383,14
76	Primeiro Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R$ 200.000,00
77	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA QUENTE (CBUQ) PARA REPAROS EM VIAS MUNICIPAIS.	R$ 500.000,00
78	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PLOTAGEM COM FOLHAS A0, A1, A2 E A3, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.	R$ 35.000,00
79	Primeiro Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ÔNIBUS ESCOLAR 0KM PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 900.000,00
80	Primeiro Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE DANÇA DE SALÃO E DANÇAS TRADICIONALISTAS.	R$ 60.000,00
81	Primeiro Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 70.000,00
82	Segundo Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 40.500,00
83	Segundo Semestre	Dispensa	AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL COM VALIDAÇÃO AVANÇADA EV+ S/MIME PARA OS SERVIDORES WEB E DE E-MAIL ONDE ESTÁ HOSPEDADO O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 15.990,00
84	Segundo Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO O MATERIAL DE	R$ 50.260,00

			CONSUMO NECESSÁRIO, EXCETO PAPEL.	
85	Segundo Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO DE PAPAI NOEL, NO EVENTO DE NATAL DE BELA VISTA DA CAROBA A SER REALIZADO NO MÊS DE DEZEMBRO.	R$ 8.950,00
86	Segundo Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE LICENÇA ANUAL DE USO DE BACKUP EM NUVEM PARA ATENDER HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS E DOCUMENTOS EM GERAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R$ 58.400,00
87	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO.	R$ 515.000,00
88	Segundo Semestre	Dispensa	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.	R$ 450.000,00
89	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇOS E JANTA) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA MUNICIPALIDADE QUE EXECUTAM SERVIÇOS FORA DO MUNICÍPIO.	R$ 72.000,00
90	Segundo Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PARTICIPANTES NO FESTIVAL MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE INTERPRETAÇÃO DE MÚSICA POPULAR E SERTANEJA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 80.000,00
91	Segundo Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO DE NATAL DURANTE AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	R$ 71.000,00
92	Segundo Semestre	Inexigibilidade	CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA A SER REALIZADO NO DIA 20 DE DEZEMBRO.	R$ 520.000,00
93	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO ATENDENDO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A BACIA LEITEIRA MODULO II/ LEI 550/2018 DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 86.000,00
94	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÍDIA IMPRESSA, DIGITAL E TRANSMISSÃO AO VIVO DE ATOS INSTITUCIONAIS E ASSUNTOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 45.078,00
95	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, RECARGAS E PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.	R$ 38.000,00
96	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	R$ 132.000,00
97	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS, PARA ATENDER O PROGRAMA DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF E O SCFV DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	R$ 90.500,00
98	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS PARA O EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO “DIA DA CRIANÇA” NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	R$ 50.105,00
99	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, FERRAMENTAS E DEMAIS MATERIAIS RELACIONADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 100.200,00
100	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE KIT'S DE ENXOVAL DE BEBÊ CONFORME PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 611/2022, DESTINADOS A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	R$ 22.200,00
101	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM VULCANIZAÇÃO E CONSERTO A QUENTE DE PNEUS A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.	R$ 270.000,00
102	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E ANTIGENOS PARA EXAMES DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE BOVINA, MEDICAMENTOS PARA ENSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E VACINAS DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.	R$ 90.247,00
103	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E INDUSTRIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 22.000,00
104	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA OS ESTABELECIMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	R$ 20.000,00
105	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS E OUTROS, DESTINADAS A REFORMA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 510.000,00
106	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DIESEL S10 E REAGENTE ARLA, NAS ROTAS BELA VISTA ATÉ PRANCHITA, ROTA ATÉ FRANCISCO BELTRÃO, ROTA ATÉ CASCAVEL E ENTREGA EM BELA VISTA DA CAROBA E DIESEL S10 E GASOLINA ADITIVADA NA ROTA ENTRE OS KM 200 A 275 DA BR 277, PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 652.250,00
107	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA/SOFTWARE PARA CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM INTERFACE ENTRE O SISTEMA DE PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ – SEFANET.	R$ 35.400,00
108	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS, OFICINAS, PALESTRAS SHOW, WORKSHOP, ATRAVÉS DOS RECURSOS FEDERAIS, ATENÇÃO BÁSICA, GESTÃO SUS E DEMAIS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.	R$ 42.360,00
109	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE E DO INTERIOR.	R$ 80.471,00
110	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (MÃO DE OBRA) DE CONSERTO, MANUTENÇÃO E REFORMA DE ROÇADEIRAS E MOTOSSERRAS.	R$ 17.700,00
111	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E PRENSAGEM DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS.	R$ 411.904,00
112	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E CAMBAGEM, PARA VEÍCULOS LEVES, VANS, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 800.000,00
113	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (MÃO DE OBRA) DE RETIFICA DE MOTORES, CABEÇOTES, REPARO/CONSERTO E REVISÃO DE BICOS E BOMBA INJETORA EM VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL.	R$ 125.485,00
114	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.	R$ 532.326,00
115	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS CÂMARAS DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS E MEDICAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	R$ 4.350,00
116	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 77.270,00
117	Segundo Semestre	Pregão	LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 80.250,00
118	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX.	R$ 40.000,00
119	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE METALÚRGICA E FORNECIMENTE E INSTALAÇÃO DE CALHAS EM ALUZINCO.	R$ 268.780,00
120	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO E ELETRICOS DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.	R$ 57.997,00
121	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL DESTINADO A SECRETARIA DE SAUDE.	R$ 21.767,00
122	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE VIDRAÇARIA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 140.585,00
123	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO	R$ 1.680.840,00

			PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E DE EVENTUAL MÃO DE OBRA PARA MÁQUINAS RODOVIÁRIAS DA MUNICIPALIDADE.	
124	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, FUTEBOL SUIÇO, VOLEIBOL E BOCHA.	R$ 78.160,00
125	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM A ESPECIALIDADE PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO NA UBS DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 44.000,00
126	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITOS, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A SEUS SERVIDORES, ATENDENDO A LEGISLAÇÃO QUE REGE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO BANCO CENTRAL.	R$ 0,00
127	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, E MECÂNICA INDUSTRIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MAQUINAS RODOVIÁRIAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DA FROTA MUNICIPAL.	R$ 192.173,10
128	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (HORA TRABALHADA) DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE VEÍCULOS LEVES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 85.000,00
129	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS (HORA TRABALHADA) DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, CAMIONETES, MICRO ONIBUS E VANS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 37.800,00
130	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO CONFORME PROGRAMA BELA CIDADE INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 567/2019.	R$ 108.350,00
131	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DIVERSOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA VISANDO ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 448.000,00
132	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS URBANOS, DOMICILIARES DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO AMBIENTALMENTE.	R$ 277.261,28
133	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA, NA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.	R$ 48.000,00
134	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO EMPRESA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO MENSAL EM INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA E GERENCIAMENTO DE REDE, PORTAL INSTITUCIONAL E E-MAIL INSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 43.689,00
135	Segundo Semestre	Pregão	ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO USO DE SOFTWARES DA PÚBLICA SISTEMAS, BEM COMO AUXILIO NA GERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E ENVIO DOS ARQUIVOS PARA O SIM-AM E SIM-AP DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ.	R$ 71.382,00
136	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO (LOCAÇÃO) E SERVIÇO MENSAL DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E/OU PRESENCIAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, ADAPTATIVA, EVOLUTIVA, ATUALIZAÇÃO LEGAL E TECNOLOGICA, DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA.	R$ 304.107,00
137	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR POR REFERÊNCIA, PARA TODOS OS PACIENTES ENCAMINHADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA AMBULATORIAL OU HOSPITALAR E ATENDIMENTO Á PACIENTES QUE NECESSITEM SER TRANSFERIDOS A OUTROS HOSPITAIS DE REFERENCIA ENQUANTO AGUARDAM LIBERAÇÃO DE VAGA VIA CENTRAL DE LEITOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.	R$ 276.000,00
138	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM A ESPECIALIDADE GINECOLOGISTA COM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE INSCRITO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA PARA ATENDIMENTO NA UBS DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 202.800,00
139	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSÃO DE ESTÁGIOS REMUNERADOS PARA ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA NOS CURSOS EM EXERCÍCIO PARA ATUAR NA REDE DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PREFEITURA DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 150.000,00
140	Segundo Semestre	Pregão	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PEÇAS E REPAROS, CONSERTOS, INSTALAÇÕES, REVISÕES NOS EQUIPAMENTOS DE USO ODONTOLOGICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA UNIDADE DE SAÚDE DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 87.260,80
141	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E DIÁRIA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS, EDITAIS, SÚMULAS E EXTRATOS.	R$ 14.554,80
142	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS COM CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO E DE ORIENTAÇÃO SOCIAL.	R$ 120.000,00
143	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E RECARGAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ÔNIBUS DO TRANSPORTE.	R$ 25.000,00
144	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ARTIGOS PARA ATENDER AS AULAS DAS OFICINAS DE ARTE CIRCENSE E CAPOEIRA.	R$ 25.000,00
145	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO E SUPORTE AO PROJETO "VIDA DAS ARTES" PARA ATENDER A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.	R$ 91.000,00
146	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER AO PROJETO "ALÉM DO BÊ-Á-BÁ- NOVOS DESAFIOS".	R$ 85.000,00
147	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO E ESPORTIVO A SEREM UTILIZADOS NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS, CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA JULIANA MEZZOMO KAIBERS.	R$ 350.000,00
148	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS E MATERIAIS AFINS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 80.000,00
149	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADO A BANDA MUNICIPAL E TAMBÉM INSTRUMENTOS E MATERIAIS DESTINADO A AS AULAS DO PROJETO SOCIALIZANDO COM A MÚSICA.	R$ 130.000,00
150	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, ELETROELETRONICOS E DEMAIS MATERIAIS PERIFERICOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 150.000,00
151	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇO PARA ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	R$ 30.000,00
152	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, BONES E QUEPE MODELO MILITAR PARA A BANDA DE FANFARRA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 50.000,00
153	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINDES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	R$ 134.000,00
154	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS ÀS CAMPANHAS E PROJETOS VINCULADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	R$ 13.590,00
155	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE REPOUSO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA-PR.	R$ 170.679,00
156	Segundo Semestre	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES, ESPECIALMENTE CURSO INERENTE AO PROGRAMA "MENOR APRENDIZ" DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.	R$ 40.000,00
157	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE GRAMA EM LEIVAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO DO MUNICIPIO.	R$ 100.000,00
158	Segundo Semestre	Pregão	LOCAÇÃO DE TENDA PARA O EVENTO NATAL LUZ.	R$ 50.000,00
159	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS.	R$ 700.000,00
160	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CASTRAÇÃO CIRURGICA DE ANIMAIS.	R$ 35.000,00

161	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E CAMINHÕES.	R$ 1.200.000,00
162	Segundo Semestre	Pregão	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.	R$ 200.000,00
163	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	R$ 500.000,00
164	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE MÚSICA: PROJETO SOCIALIZANDO COM A MÚSICA.	R$ 200.000,00
165	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, COM FINS TURÍSTICOS PARA ATENDER AO PROJETO DE LEITURA "QUEM LÊ VIAJA".	R$ 80.000,00
166	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM O KIT DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, CONFORME PREVISTO EM LEI MUNICIPAL Nº 611/2022 - RESOLUÇÃO 07/2025 – CMAS.	R$ 24.000,00
167	Segundo Semestre	Pregão	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE GINÁSTICA PARA IDOSOS, CONFORME PROJETO CUIDA MAIS PARANÁ.	R$ 29.000,00
168	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM CONFORME INCENTIVO AO PROJETO PARANÁ VIAJA MAIS 60.	R$25.000,00
169	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GEOTECNOLOGIA E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 1.501.970,80
170	Segundo Semestre	Pregão	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, PARA SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA ESPECIALIZADA ÀS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 400.000,00
171	Segundo Semestre	Credenciamento	CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.	R$ 220.000,00

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:3FA2B362

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2025

1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2025

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 118/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA MTM SUL LTDA.

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF nº 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MTM SUL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 49.064.583/0001-03, sita na R. CLAUDINEI PEDRO ZANELLA, 0, Centro, CASA VERDE, Águas Frias/ SC, CEP: 89843000 - Águas Frias/SC, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) TAYLANA CRISTINA FUZINATTO ANTUNES, portador (a) do CPF sob nº013.121.279-61, domiciliada na R. CLAUDINEI PEDRO ZANELLA, 386, 386, Centro, CASA VERDE, Águas Frias/ SC, CEP: 89843000 - Águas Frias/SC, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência da ata nº 118/2025, passando sua vigência até 21 de setembro de 2027, em conformidade com as disposições previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DO SALDO CONTRATUAL
Em razão da prorrogação da vigência contratual, fica renovado o saldo necessário à continuidade da prestação dos serviços durante o novo período de 12 (doze) meses, conforme os quantitativos constantes na tabela abaixo.

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
6	1	28245	CORTADORA DE CONCRETO / ASFALTO E PISO 13HP A GÁSOLINA, 4 TEMPOS	UNIDADE	1,00	9.317,74	9.317,74
TOTAL							9.317,74

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL
Conforme previsão constante no contrato, os valores dos serviços ficam reajustados pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, aplicando-se o percentual acumulado de **4,108810%** sobre os valores contratuais sujeitos ao reajuste.
Em decorrência da aplicação do referido índice e considerando os quantitativos renovados para o novo período contratual, o valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 9.317,74 (Nove mil, trezentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos)**, conforme valores discriminados na tabela constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo d**
2025	06600	18.542.1001.2146	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2025	06600	18.542.1001.2146	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos de Exercícios Anteriores

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata registro de preço **nº 118/2025** que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 21/09/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***TAYLANA CRISTINA FUZINATTO ANTUNES***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:05C8D937

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO INTRA 4 BIMESTRE

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	70.000,00	70.000,00	400.493,33	572,13	1.522.749,95	2.175,36	(1.452.749,95)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	393.185,68	39.318.568,00	1.493.059,58	149.305.958,00	(1.493.059,58)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	393.185,68	39.318.568,00	1.493.059,58	149.305.958,00	(1.493.059,58)
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	7.307,65	10,44	29.690,37	42,41	40.309,63
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	8,35	0,01	69.991,65
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	7.307,65	730.765,00	29.682,02	2.968.202,00	(29.682,02)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	70.000,00	70.000,00	400.493,33	572,13	1.522.749,95	2.175,36	(1.452.749,95)
DÉFICIT (IV)	4.446.700,00	4.847.049,74	650.098,21		626.398,16		
TOTAL(V) = (III + IV)	4.516.700,00	4.917.049,74	1.050.591,54	21,37	2.149.148,11	43,71	2.767.901,63

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (VI)	4.516.700,00	4.917.049,74	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	2.149.148,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.134.700,00	3.535.049,74	393.185,68	1.491.742,25	2.043.307,49	393.185,68	1.491.742,25	2.043.307,49	1.491.742,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.382.000,00	1.382.000,00	657.405,86	657.405,86	724.594,14	657.405,86	657.405,86	724.594,14	657.405,86
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VI + VII)	4.516.700,00	4.917.049,74	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	2.149.148,11
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	4.516.700,00	4.917.049,74	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	2.149.148,11
Entidades Consolidadas:									
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque									
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque									
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque									
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto									
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 21/09/2026 08:35									

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:9E361EE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 4 BIM

CONSOLIDADO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023						
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.944.556,34	98.626.340,62	12.830.918,88	13,01	53.858.291,34	54,61	44.768.049,28
RECEITAS CORRENTES	70.354.556,34	72.384.352,70	12.759.231,18	17,63	47.800.599,20	66,04	24.583.753,50
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.316.505,54	6.410.505,54	1.520.056,60	23,71	5.469.641,99	85,32	940.863,55
IMPOSTOS	5.146.545,04	6.240.545,04	1.510.196,36	24,20	5.370.812,34	86,06	869.732,70
TAXAS	169.960,50	169.960,50	9.860,24	5,80	98.829,65	58,15	71.130,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.414.000,00	3.414.000,00	367.416,55	10,76	1.347.634,88	39,47	2.066.365,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.245.200,00	3.245.200,00	324.709,70	10,01	1.232.431,39	37,98	2.012.768,61
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	168.800,00	168.800,00	42.706,85	25,30	115.203,49	68,25	53.596,51
RECEITA PATRIMONIAL	8.129.382,50	8.129.382,50	1.675.963,37	20,62	6.379.959,51	78,48	1.749.422,99
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	8.129.382,50	8.129.382,50	1.675.963,37	20,62	6.379.959,51	78,48	1.749.422,99
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.171.960,00	1.171.960,00	192.841,08	16,45	761.951,47	65,02	410.008,53
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.015.820,00	1.015.820,00	160,00	0,02	1.600,00	0,16	1.014.220,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	156.140,00	156.140,00	192.681,08	123,40	760.351,47	486,97	(604.211,47)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.708.003,30	52.643.799,66	8.021.179,73	15,24	32.559.804,63	61,85	20.083.995,03
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	26.793.824,23	26.893.824,23	3.888.025,43	14,46	15.339.236,55	57,04	11.554.587,68
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	18.208.360,70	19.044.157,06	3.108.293,26	16,32	12.857.995,81	67,52	6.186.161,25
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSOLIDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023						
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.660,00	12.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.660,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.693.158,37	6.693.158,37	1.024.861,04	15,31	4.362.572,27	65,18	2.330.586,10
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	614.705,00	614.705,00	981.773,85	159,71	1.281.606,72	208,49	(666.901,72)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	500.000,00	(5.000,00)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	11.605,00	11.605,00	162.458,33	1.399,90	166.913,01	1.438,29	(155.308,01)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	603.100,00	603.100,00	819.315,52	135,85	1.109.693,71	184,00	(506.593,71)
RECEITAS DE CAPITAL	20.590.000,00	26.241.987,92	71.687,70	0,27	6.057.692,14	23,08	20.184.295,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.590.000,00	26.241.987,92	71.687,70	0,27	6.057.692,14	23,08	20.184.295,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.070.000,00	1.660.808,33	0,00	0,00	847.873,71	51,05	812.934,62
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	19.520.000,00	24.581.179,59	71.687,70	0,29	5.209.818,43	21,19	19.371.361,16
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023						
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	70.000,00	70.000,00	400.493,33	572,13	1.522.749,95	2.175,36	(1.452.749,95)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	91.014.556,34	98.696.340,62	13.231.412,21	13,41	55.381.041,29	56,11	43.315.299,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	91.014.556,34	98.696.340,62	13.231.412,21	13,41	55.381.041,29	56,11	43.315.299,33
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	91.014.556,34	98.696.340,62	13.231.412,21	13,41	55.381.041,29	56,11	43.315.299,33
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	16.759.899,78	0,00	0,00	16.759.899,78	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	16.759.899,78	0,00	0,00	16.759.899,78	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.243.456,34	109.057.524,56	12.883.350,61	45.258.642,41	63.798.882,15	13.275.153,96	42.351.528,83	66.705.995,73	40.604.470,57
DESPESAS CORRENTES	57.153.391,34	68.611.632,70	10.715.763,07	38.313.315,57	30.298.317,13	10.457.921,89	37.316.867,55	31.294.765,15	36.969.809,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.318.514,59	36.177.497,75	5.092.899,47	19.698.205,16	16.479.292,59	5.092.899,47	19.694.339,72	16.483.158,03	19.683.300,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	54.836,26	230.596,65	269.403,35	54.836,26	230.596,65	269.403,35	230.596,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.334.876,75	31.934.134,95	5.568.027,34	18.384.513,76	13.549.621,19	5.310.186,16	17.391.931,18	14.542.203,77	17.055.912,63
DESPESAS DE CAPITAL	23.990.065,00	40.345.891,86	2.167.587,54	6.945.326,84	33.400.565,02	2.817.232,07	5.034.661,28	35.311.230,58	3.634.661,28
INVESTIMENTOS	23.520.065,00	39.875.891,86	2.078.906,76	6.590.603,72	33.285.288,14	2.728.551,29	4.679.938,16	35.195.953,70	3.279.938,16
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	470.000,00	470.000,00	88.680,78	354.723,12	115.276,88	88.680,78	354.723,12	115.276,88	354.723,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.516.700,00	4.917.049,74	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	1.050.591,54	2.149.148,11	2.767.901,63	2.149.148,11
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	85.760.156,34	113.974.574,30	13.933.942,15	47.407.790,52	66.566.783,78	14.325.745,50	44.500.676,94	69.473.897,36	42.753.618,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	85.760.156,34	113.974.574,30	13.933.942,15	47.407.790,52	66.566.783,78	14.325.745,50	44.500.676,94	69.473.897,36	42.753.618,68
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	7.973.250,77	0,00	0,00	10.880.364,35	0,00	12.627.422,61
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	85.760.156,34	113.974.574,30	13.933.942,15	55.381.041,29	0,00	14.325.745,50	55.381.041,29	0,00	55.381.041,29
RESERVA DO RPPS	4.916.800,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00	0,00	4.916.800,00	0,00
Entidades Consolidadas:									
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque									
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque									
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque									
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto									

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:D0E6E43F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DESPESAS COM EDUCAÇÃO 4 BIMESTRE

CONSOLIDADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	6.240.545,04	5.370.812,34
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	233.760,00	206.706,25
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.300.000,00	536.362,25
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.348.265,04	3.295.758,49
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.358.520,00	1.331.985,35
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	49.892.093,02	29.370.919,69
2.1 - Cota-parte FPM	26.341.224,02	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.766.224,02	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.575.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	20.383.669,00	13.369.099,73
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	212.242,67
2.4 - Cota-parte ITR	1.900.000,00	80.145,04
2.5 - Cota-parte IPVA	990.000,00	960.667,50
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	56.132.638,06	34.741.732,03
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	9.663.418,60	5.698.334,28
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.369.740,91	2.987.098,73
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.693.158,37	4.473.797,28
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.693.158,37	4.408.932,64
6.1.1 - Principal	6.693.158,37	4.362.572,27
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	46.360,37
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	64.864,64
6.4.1 - Principal	0,00	64.864,64
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(2.970.260,23)	(1.335.762,01)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	346.625,52	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	343.875,71	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.749,81	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	4.820.422,80	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.109.783,89	4.125.837,89	4.125.837,89	4.125.837,89	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.358.500,45	3.785.139,60	3.785.139,60	3.785.139,60	0,00

10.1.1 - Educação Infantil	1.339.150,00	913.256,52	913.256,52	913.256,52	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.610.300,45	2.648.815,31	2.648.815,31	2.648.815,31	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	96.550,00	45.446,48	45.446,48	45.446,48	0,00
10.1.4 - Educação Especial	312.500,00	177.621,29	177.621,29	177.621,29	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	751.283,44	340.698,29	340.698,29	340.698,29	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	751.283,44	340.698,29	340.698,29	340.698,29	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.811.903,00	3.811.903,00	3.811.903,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	3.797.358,10	3.797.358,10	3.797.358,10	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	14.544,90	14.544,90	14.544,90	0,00	0,00	14.544,90
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.785.139,60	3.785.139,60	3.785.139,60	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.086.252,85	3.785.139,60	3.785.139,60	85,85
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	447.379,73	661.894,28	661.894,28	214.514,55	14,79

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	664.116,19	343.875,71	270.831,71	43.103,18	0,00	73.044,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	623.829,82	308.343,42	270.831,71	28.365,82	0,00	37.511,71
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	40.286,38	35.532,29	0,00	14.737,36	0,00	35.532,29

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	11.495.340,77	4.762.641,84	4.727.930,58	4.706.555,90	34.711,26
20.1 - Educação Infantil	2.490.800,00	1.124.405,84	1.119.890,20	1.119.890,20	4.515,64
20.2 - Ensino Fundamental	3.563.134,60	1.406.014,91	1.391.188,89	1.390.688,89	14.826,02
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	28.000,00	2.666,56	2.666,56	2.666,56	0,00
20.4 - Educação Especial	92.725,24	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
20.5 - Administração Geral	2.004.400,00	1.026.524,02	1.016.195,62	1.003.307,33	10.328,40
20.6 - Transporte (Escolar)	2.851.630,93	1.183.030,51	1.177.989,31	1.170.002,92	5.041,20
20.7 - Outras	464.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.754.668,49	6.119.255,98	6.099.914,32	6.099.414,32	19.341,66
21.1 - Educação Infantil	3.829.950,00	2.037.662,36	2.033.146,72	2.033.146,72	4.515,64

21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.924.718,49	4.081.593,62	4.066.767,60	4.066.267,60	14.826,02

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	4.727.930,58
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.698.334,28
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	214.514,55
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	37.511,71
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	661,09
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	10.173.577,50

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.685.433,01	10.173.577,50	29,28

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	158.979,06	109.455,57	110.734,23	661,09	47.583,74
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	158.979,06	109.455,57	110.734,23	661,09	47.583,74
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.222.498,76	1.459.198,14
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.435.996,26	995.743,67
31.1.1 - Pessoal Ativo	462.758,76	349.546,23
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	147.700,00	103.999,61
31.1.4 - PNATE	205.725,00	140.124,41
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	619.812,50	402.073,42
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	786.502,50	463.454,47

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.642.384,67	1.787.365,52	1.649.643,73	1.610.488,59	137.721,79
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	8.456,01	8.456,01	8.456,01	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	333.938,41	963.391,61	855.676,01	855.676,01	107.715,60
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	1.308.446,26	815.517,90	785.511,71	746.356,57	30.006,19
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	20.247.509,33	10.741.995,39	10.566.044,56	10.498.639,45	175.950,83
33.1 - Despesas Correntes	19.552.470,92	10.597.436,48	10.508.385,65	10.440.980,54	89.050,83
33.1.1 - Pessoal Ativo	11.787.872,63	6.545.007,92	6.545.007,92	6.545.007,92	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	200.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	7.564.598,29	4.032.428,56	3.943.377,73	3.875.972,62	89.050,83
33.2 - Despesas de Capital	695.038,41	144.558,91	57.658,91	57.658,91	86.900,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	695.038,41	144.558,91	57.658,91	57.658,91	86.900,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	346.625,52	51.689,37
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.473.797,28	349.546,23
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.125.837,89	247.615,17

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	694.584,91	153.620,43
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	39,81
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	694.584,91	153.580,62
Entidades Consolidadas:		
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque		
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque		
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque		
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto		

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:53418D7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REC E DESP PREVIDENCIÁRIA 4 BIMESTRE

FUNDO MUNIC PREV BOA VENTURA SÃO ROQUE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 03/2024
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	10.267.117,50	8.402.665,78
Receita de Contribuições dos Segurados	1.472.800,00	1.232.431,39
Ativo	1.472.800,00	1.232.431,39
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.772.400,00	1.493.059,58
Ativo	1.772.400,00	1.493.059,58
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.418.817,50	4.570.216,83
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.418.817,50	4.570.216,83
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	603.100,00	1.106.957,98
Compensação Financeira entre os regimes	160.000,00	449.552,12
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	443.100,00	657.405,86
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	9.824.017,50	7.745.259,92

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**
Benefícios	5.215.317,50	2.061.330,98	2.061.330,98	2.061.330,98
Aposentadorias	4.500.000,00	1.948.287,86	1.948.287,86	1.948.287,86
Pensões por Morte	715.317,50	113.043,12	113.043,12	113.043,12
Outras Despesas Previdenciárias	230.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	130.000,00	14.343,71	14.343,71	14.343,71
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.445.317,50	2.075.674,69	2.075.674,69	2.075.674,69

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	5.669.585,23
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	4.916.800,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.185.230,51
Investimentos e Aplicações	952.587,55
Outros Bens e Direitos	25.997.435,36

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)				0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	35.000,00	358.031,69
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	35.000,00	358.031,69

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Despesas Correntes (XIII)	391.000,00	118.712,03	117.917,03	113.442,55
Pessoal e Encargos Sociais	147.000,00	14.382,44	14.382,44	14.382,44
Demais Despesas Correntes	244.000,00	104.329,59	103.534,59	99.060,11
Despesas de Capital (XIV)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	406.000,00	118.712,03	117.917,03	113.442,55
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)				244.589,14

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	765.763,13
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)				0,00

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:D60E6B06

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO SIMPLIFICADO 4 BIMESTRE

CONSOLIDADO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	90.944.556,34
Previsão Atualizada da Receita	98.626.340,62
Receitas Realizadas	53.858.291,83
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	16.759.899,78
Dotação Inicial	81.243.456,34
Dotação Atualizada	109.057.524,56

Despesas Empenhadas	45.258.642,41
Despesas Liquidadas	42.351.528,83
Despesas Pagas	40.604.470,57
Superávit Orçamentário	10.880.364,84
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	45.258.642,41
Despesas Liquidadas	42.351.528,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	40.890.993,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	40.410.993,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	39.674.693,49
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO**	**Resultado apurado até o (a) bimestre (b)**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	218.792,82		0,00 %
Resultado Primário	0,00	3.225.021,31		0,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo a pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	206.394,64	(37.159,00)	142.531,43	26.704,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.652.274,86	(625.829,81)	4.571.612,16	1.454.832,89
Poder Legislativo	390.353,48	(3.675,93)	0,00	386.677,55
TOTAL	7.249.022,98	(666.664,74)	4.714.143,59	1.868.214,65
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**		**Limites constitucionais anuais**	
			% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	9.033.099,90		25%	26,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.785.139,60		70%	85,85
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00		50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00		15%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	6.945.326,84		33.400.565,02	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	59.832,48		(49.282,48)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	345.535,49		482.886,88
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.902.577,68	15%	20,38
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		
Entidades Consolidadas:			
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque			
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque			
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque			
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto			

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:F2E8E183

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 030/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 030/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, REVISÃO E REPARO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**, conforme abaixo:

FORNECEDOR: VALDETE CORREIA COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA **CNPJ:** 12.325.829/0001-43
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 321.240,00 (trezentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta reais).

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS DE ELÉTRICA URBANA

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO COMPLETO COM LUMINÁRIA DE LED E RELE INSTALADOS, EM TODOS OS TIPOS DE POSTES NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.	SER	200	R$ 97,0000	R$ 19.400,0000
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO SOMENTE DA LUMINARIA DE LED COM INSTALAÇÃO DO RELE INCLUSO, EM TODOS OS POSTES NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.	SER	300	R$ 109,0000	R$ 32.700,0000
3	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE RELE FOTOCELULA EM LUMINARIAS DE LED EM TODOS OS POSTES NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.	SER	500	R$ 81,0000	R$ 40.500,0000
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO EM FIAÇÃO, CONECTORES E EMENDAS DE CABOS E APERTO DE PARAFUSOS DOS BRAÇOS EM TODOS OS POSTES NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.	SER	500	R$ 81,0000	R$ 40.500,0000
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO DE LUMINARIAS CONVENCIONAL, POR LUMINARIAS PETALA DE LED INCLUINDO TROCA DE SUPORTE DE LUMINARIAS EM SUPER POSTES NOVOS OU EXISTENTES NO MUNICIPIO.O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO COM UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK EQUIPADO COM CESTA AÉREA, COM ALCANCE OPERACIONAL DE ATÉ 14 (QUATORZE) METROS DE ALTURA,	SER	30	R$ 244,0000	R$ 7.320,0000
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO SOMENTE DAS LUMINARIAS PETALAS EM SUPER POSTES NOVOS OU EXISTENTES NO MUNICIPIO.O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO COM UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK EQUIPADO COM CESTA AÉREA, COM ALCANCE OPERACIONAL DE ATÉ 14 (QUATORZE) METROS DE ALTURA,	SER	50	R$ 199,0000	R$ 9.950,0000
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO DE REATOR/ BASE PARA RELE EM POSTES COM BRAÇO 1 E 1,5 MTS, EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.	SER	200	R$ 77,0000	R$ 15.400,0000
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO DE LAMPADA VAPOR SODIO/ OU LED BULBO EM BRAÇO DE 1 E 1,5 MTS, EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO	SER	300	R$ 89,0000	R$ 26.700,0000
9	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E OU SUBSTITUIÇÃO DE RELE FOTOCELULA EM REATORES, OU BASE PARA RELE EM POSTES COM BRAÇO DE 1 E 1,5 MTS, EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO	SER	300	R$ 94,0000	R$ 28.200,0000
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TROCA E REVISÃO EM FIAÇÃO, CONECTORES E EMENDAS DE CABOS E APERTO DE PARAFUSOS DOS BRAÇOS DE 1 E 1,5 MTS.	SER	200	R$ 67,0000	R$ 13.400,0000
11	SERVIÇO DE TROCA DE LAMPADA LED BULBO EM POSTES INSTALADOS NAS PRAÇAS DO MUNICIPIO	SER	500	R$ 62,0000	R$ 31.000,0000
12	SERVIÇO DE REVISÃO ELETRICA EM FIOS E BOCAL DE POSTES INSTALADOS NAS PRAÇAS DO MUNICIPIO	SER	200	R$ 61,0000	R$ 12.200,0000
13	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE DISJUNTOR EM CAIXAS DE COMANDO LOCALIZADA NAS PRAÇAS E CICLOVIAS DO MUNICIPIO	SER	30	R$ 89,0000	R$ 2.670,0000
14	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTACTORA EM CAIXAS DE COMANDO LOCALIZADAS NAS PRAÇAS E CICLOVIAS DO MUNICIPIO	SER	30	R$ 91,0000	R$ 2.730,0000
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO EM FIAÇÃO, CONECTORES E EMENDAS DE CABOS E TROCA DE BASE PARA RELE EM CAIXAS DE COMANDO LOCALIZADAS NAS PRAÇAS E CICLOVIAS DO MUNICIPIO.	SER	30	R$ 91,0000	R$ 2.730,0000
16	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CAIXA DE COMANDO COMPLETA EM LOCAIS PUBLICOS, INDEPENDENTE DA ALTURA.	SER	20	R$ 187,0000	R$ 3.740,0000
17	HORAS DE SERVIÇOS ADICIONAIS EM LIGAÇÕES AÉREAS E SUBTERRANEAS DO EM PRAÇAS E CICLOVIAS DO MUNICIPIO.	SER	300	R$ 107,0000	R$ 32.100,0000

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 321.240,00 (trezentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta reais).

Boa Vista da Aparecida, 22/09/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:AE77FDC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
(LEI FEDERAL N. 14.133/2021)

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
MODALIDADE DE COMPRA: DISPENSA
AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021 Art. 75, II; RESOLUÇÃO Nº 03/2023 E DEMAIS ALTERAÇÕES;
TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
DATA DA PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO: 23/09/2026
DATA FINAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/09/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – SST, COMPREENDENDO PGR, PCMSO, LTCAT, ASSESSORIA NOS EVENTOS DE SST DO ESOCIAL E AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
FORMA DE EXECUÇÃO: O ITEM DEVERÁ SER ENTREGUE DE FORMA PARCELADA.
(E DEMAIS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	valor unitário	valor total
1	Elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Ser	1	R$ 800,00	R$ 800,00
2	Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	Ser	1	R$ 800,00	R$ 800,00
3	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT	Ser	1	R$ 800,00	R$ 800,00
4	Elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP	Ser	1	R$ 800,00	R$ 800,00
5	Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP	Ser	17	R$ 10,00	R$ 170,00
6	Elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho – AET	Ser	1	R$ 800,00	R$ 800,00
7	Avaliação de Riscos Psicossociais – NR-1	Ser	17	R$ 30,00	R$ 510,00
8	Assessoria e preenchimento das informações de Saúde e Segurança do Trabalho – SST no eSocial	Ser	1	R$ 320,00	R$ 320,00

OBS: As propostas e habilitação devem ser enviadas no e-mail: comprascmbs@hotmail.com

Bocaiúva do Sul, 22 de setembro de 2026.

GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA
Agente de Contratação
Portaria 019/2026

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:D1EBA97C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6012/2026

Concede Progressão a Servidores Estáveis do Quadro Geral do Executivo Municipal e Magistério.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nas Leis Municipais nº 570/2013 e 571/213, ambas de 26 de setembro de 2013 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão, segundo o estatuto nas Leis Municipais nº 570/2013 e 571/2013, ambas de 26 de setembro de 2013 e alterações posteriores, os Servidores Estáveis do Quadro Geral do Executivo Municipal, conforme anexo I – Relatório de Classe e Nível, que fica fazendo parte integrante do presente.

Art. 2º - Os demais Servidores Municipais não constantes no Anexo I, permanecem nas Classes e Níveis em que se encontram atualmente.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELATÓRIO DO ENQUADRAMENTO DE CLASSE/NÍVEL

NOME SERVIDOR	ADMISSÃO	Situação Atual		Situação Nova	
		CLASSE	NÍVEL	CLASSE	NÍVEL
PROFESSOR					
PROFESSOR REGENTE DE CLASSE					
LIANE MARIA DA VEIGA	03/07/1998	B	13	B	14

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:69DF2164

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6013/2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado d…o Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Antonio Adair Rosa dos Santos	1182	Chefe de Departamento	1,00	13/01/2026 a 12/01/2027	02/10/2026 a 02/10/2026
Antonio Adair Rosa dos Santos	1182	Chefe de Departamento	9,00	13/01/2025 a 12/01/2026	23/09/2026 a 01/10/2026
Carina Donini Ruppel	654	Professor de Educação Infantil	3,00	18/02/2025 a 17/02/2026	30/09/2026 a 02/10/2026
Celso Witcel Dias	1198	Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	10,00	05/03/2026 a 04/03/2027	23/09/2026 a 02/10/2026
Claiciane Aparecida de Morais	1138	Assistente Social	2,00	01/03/2025 a 28/02/2026	28/09/2026 a 29/09/2026
Clarice Dill Pretto	1197	Secretária de Saúde	5,00	05/03/2025 a 04/03/2026	28/09/2026 a 02/10/2026
Gilberto Teixeira	1209	Chefe de Divisão	3,00	05/03/2025 a 04/03/2026	23/09/2026 a 25/09/2026
Maria Soeli Dias Nunes	1206	Chefe de Divisão	5,00	05/03/2025 a 04/03/2026	28/09/2026 a 02/10/2026
Marilene Pinheiro Cabral Deola	204	Técnico Administrativo em Extinção	10,00	15/02/2025 a 14/02/2026	23/09/2026 a 02/10/2026
Miguel Muniz da Silva	2834	Secretário de Obras	3,00	02/03/2026 a 01/03/2027	30/09/2026 a 02/10/2026
Orasil Cezar Bueno as Silva	303	Enfermeiro em Extinção	5,00	06/10/2024 a 05/10/2025	28/09/2026 a 02/10/2026
Vilson Wiland Fortes	985	Assessor de Gabinete	5,00	28/07/2024 a 27/07/2025	28/09/2026 a 02/10/2026
Vilson Roberto dos Santos	206	Técnico em Tributação em Extinção	3,00	15/02/2024 a 14/02/2025	23/09/2026 a 25/09/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FA3B32E2

ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – PERÍODO APURADO: 03/07/2024 À 02/07/2026.

NOME	ADMISSÃO	CLASSE	NÍVEL	NOTA	CONCEITO	
PROFESSOR						
PROFESSOR REGENTE DE CLASSE						
LIANE MARIA DA VEIGA	03/07/1998	B	13	800	ÓTIMO	

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de setembro de 2026.

ALCIONE MAZZOCATO
Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:ED96621F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 482, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026, que designa os membros titulares e suplentes do Grupo Técnico de Trabalho para Elaboração do Novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – GT-PLHIS, para adequar sua composição ao Decreto Municipal nº 3.903, de 17 de setembro de 2026, ratifica os atos já praticados, retifica erro material e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.903, de 17 de setembro de 2026, que revogou o inciso X do *caput* do art. 5º do Decreto Municipal nº 3.878, de 27 de julho de 2026, excluindo o órgão ou unidade responsável pelo Controle Interno da composição do GT-PLHIS - SIMPLIFICADO, em observância ao princípio da segregação de funções;
CONSIDERANDO que a designação constante da Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026, foi validamente editada com fundamento na redação do Decreto Municipal nº 3.878/2026 então vigente, gozando os atos dela decorrentes de presunção de legitimidade;

CONSIDERANDO que o GT-PLHIS já foi regularmente instalado e aprovou inicialmente a proposta metodológica dos trabalhos, atos que devem ser preservados em atenção aos princípios da segurança jurídica, da economia processual e do aproveitamento dos atos administrativos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 24 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual a revisão de ato administrativo deve levar em conta as orientações gerais da época de sua prática;
CONSIDERANDO a necessidade de retificar erro material constante do art. 9º da Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026, quanto à data do Decreto Municipal nº 3.878/2026;
RESOLVE:
Art. 1º A linha do Anexo Único da Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026, correspondente à representação do "Gabinete do Prefeito e Controle Interno", passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Portaria, referindo-se exclusivamente à representação do Gabinete do Prefeito.
Art. 2º Fica excluída da composição do GT-PLHIS - SIMPLIFICADO a representação do órgão ou unidade responsável pelo Controle Interno, ficando dispensado o servidor Marcelo Dambros, Coordenador do Sistema de Controle Interno, matrícula nº 387-5/1, da função de representante suplente para a qual havia sido designado.
Parágrafo único. A dispensa de que trata o *caput* não constitui juízo desabonador e não prejudica o exercício, pelo órgão de Controle Interno, das atribuições de acompanhamento e fiscalização do procedimento de elaboração do novo PLHIS - SIMPLIFICADO que lhe são próprias, na forma da legislação aplicável.
Art. 3º Ficam ratificados, para todos os efeitos, os atos praticados pelo GT-PLHIS - SIMPLIFICADO desde a sua instalação até a entrada em vigor desta Portaria, inclusive a ata de instalação do grupo e a aprovação inicial da proposta metodológica dos trabalhos, os quais permanecem válidos e eficazes, dispensada sua repetição ou renovação.
Art. 4º Fica retificado o erro material constante do art. 9º da Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026: onde se lê "Decreto Municipal nº 3.878, de 26 de julho de 2026", leia-se "Decreto Municipal nº 3.878, de 27 de julho de 2026".
Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 361, de 27 de julho de 2026, e as demais designações constantes de seu Anexo Único.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

ANEXO ÚNICO
NOVA REDAÇÃO DA LINHA DO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 361/2026 – REPRESENTAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Órgão ou setor municipal	Representante titular	Cargo/Função	Matrícula	Representante suplente	Cargo/Função	Matrícula
Gabinete do Prefeito	Andreia Zanella	Diretora do Gabinete do Prefeito	498-7/6	Fabiana Magali Novadski	Chefe da Divisão de Contabilidade	643-2/4

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:6E8C96B4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026 – (Processo Licitatório 92/2026). Homologado em: 18/09/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: T S C CROTTI DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA –
CNPJ: 46.795.791/0001-94.
OBJETO: **MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica integrada de governança, monitoramento, controle e gestão da frota municipal, disponibilizada na modalidade Software como Serviço (Software as a Service – SaaS), especificações técnicas, funcionais, operacionais, requisitos mínimos, critérios de desempenho, níveis de serviço (SLA), obrigações, quantitativos e condições previstas no Termo de Referência integram o objeto licitado, a solução atenderá inicialmente até 60 veículos, admitindo-se inclusões e exclusões durante a vigência contratual para atendimento a necessidade municipal conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital,** relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 40/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 01						
Item	**Descrição dos Itens**	**Unid.**	**Qtde.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total do Item (R$)**
1	Implantação da solução tecnológica, treinamento, acompanhamento inicial nas operações diárias dos servidores.	Unid.	1	TSC	15.400,00	15.400,00
2	Licença de uso da plataforma SaaS de gestão da frota.	Mês	12	TSC	3.813,00	45.756,00
3	Monitoramento veicular com equipamento em comodato, conectividade e transmissão de dados.	Veículo/Mês unitário	720*	TSC	80,30	57.816,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO PARA O FORNECEDOR	**R$ 118.972,00 (cento e dezoito mil novecentos e setenta e dois reais)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total do Contrato é de **R$ 118.972,00 (cento e dezoito mil novecentos e setenta e dois reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 02.00 Governo Municipal; 02.01 – Gabinete do Prefeito; 04.122.0002.0.002 – Atividades Operacionais do Gabinete do Prefeito; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; despesa 580; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 648; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; despesa 604; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.047 Bloco de Proteção Social Básica; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 630; 06.00 Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 15.452.0006.2.012 – Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Despesa 594; 10.00 – Departamento de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente; 10.01 Divisão de Fomento Agricultura**

Pecuária e Meio Ambiente; 20.606.0013.2.037 – Desenvolvimento de Ações voltadas as atividades de Agropecuária; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 664; 11.00 – Departamento de Industria Comercio e Turismo; 11.01 Divisão de Industria Comercio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacional e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 666; 05.00 Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 Divisão de serviços Rodoviários; 26.782.0005.2011 – Atividades Operacionais da Divisão de Serviços Rodoviários; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 591.

VIGÊNCIA: A vigência da Contrato proveniente deste Pregão será de **01 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo inicial de vigência do Contrato por **até 05 (cinco)** anos, conforme o artigo 106 §2º da Lei 14.133/21, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Prorrogação:** Podem ser estendidos consecutivamente até o limite total **de 10 anos**, com comprovação anual de vantagem econômica (Art. 106, inciso II). **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Contratos, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 22 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:67E5AA2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - 4º BIMESTRE

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CAFEARA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	8.000.000,00	5.744.133,34
Receita de Contribuições dos Segurados	1.460.000,00	1.048.460,12
Civil	1.460.000,00	1.048.460,12
Ativo	1.380.000,00	1.001.056,33
Inativo	80.000,00	47.403,79
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.560.000,00	1.060.524,00
Civil	1.560.000,00	1.060.524,00
Ativo	1.560.000,00	1.060.524,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.500.000,00	2.014.349,10
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.500.000,00	2.014.349,10
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.480.000,00	1.620.800,12
Compensação Financeira entre os regimes	80.000,00	51.083,08
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	2.400.000,00	1.569.717,04
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	5.600.000,00	4.174.416,30

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	5.695.000,00	3.344.007,55	3.344.007,55	3.344.007,55
Aposentadorias	4.945.000,00	2.942.566,43	2.942.566,43	2.942.566,43
Pensões	750.000,00	401.441,12	401.441,12	401.441,12
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.700.000,00	3.344.007,55	3.344.007,55	3.344.007,55

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	(100.000,00)	830.408,75	830.408,75	(3.344.007,55)

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	2.104.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	22.036.650,02
Outros Bens e Direitos	51.057.267,41

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00			
Recursos para Formação de Reserva	0,00			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) =	0,00	0,00	0,00	0,00

(XIII + XIV)				
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre**
Contribuições dos Servidores	3.020.000,00	2.108.984,12
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	3.020.000,00	2.108.984,12

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII -	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Presidente RPPS de Cafeara	Controle Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5
Entidades:		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:A9E3F596

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RGF - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 2º QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	575.614,10	527.984,55	478.370,89	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	575.614,10	527.984,55	478.370,89	0,00
Empréstimos	435.614,10	391.984,55	346.370,89	0,00
Internos	435.614,10	391.984,55	346.370,89	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	140.000,00	136.000,00	132.000,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	140.000,00	136.000,00	132.000,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.538.038,59	9.645.780,77	9.469.483,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	8.538.038,59	9.645.780,77	9.469.483,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.855.417,80	10.225.169,19	9.553.940,31	0,00
(-) Restos a pagar processados	317.283,59	573.515,96	75.484,15	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95,62	5.872,46	8.973,16	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(7.962.424,49)	(9.117.796,22)	(8.991.112,11)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.099.384,60	33.883.174,06	34.911.596,83	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	330.000,00	1.182.526,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	33.099.384,60	33.553.174,06	33.729.070,83	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	1,74	1,57	1,42	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(24,06)	(27,17)	(26,66)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	39.719.261,52	40.263.808,87	40.474.885,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	35.747.335,37	36.237.427,98	36.427.396,50	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	1.722.545,56	1.132.961,93	117.289,28	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Prefeitura Municipal de Cafeara				

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:B801A608

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RGF - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - 2º QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**33.099.384,60**	**33.883.174,06**	**34.911.596,83**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	**0,00**	**330.000,00**	**1.182.526,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII)	**33.099.384,60**	**33.553.174,06**	**33.729.070,83**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**7.281.864,61**	**7.381.698,29**	**7.420.395,58**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**6.553.678,15**	**6.643.528,46**	**6.678.356,02**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:				
Prefeitura Municipal de Cafeara				

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe da Divisão de Contabilidade

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:74CE5B44

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.238.750,00	43.400.077,98	6.123.537,13	26.909.286,82	16.490.791,16	7.417.840,55	23.845.497,78	19.554.580,20	23.770.314,11
DESPESAS CORRENTES	36.811.750,00	38.140.774,93	5.528.553,36	23.004.004,67	15.136.770,26	5.564.263,32	20.594.675,98	17.546.098,95	20.519.492,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.776.100,00	22.087.458,77	3.416.886,54	13.346.029,64	8.741.429,13	3.423.529,51	13.329.822,24	8.757.636,53	13.310.009,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	130.000,00	130.000,00	0,00	127.479,85	2.520,15	21.115,01	86.687,95	43.312,05	86.687,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.905.650,00	15.923.316,16	2.111.666,82	9.530.495,18	6.392.820,98	2.119.618,80	7.178.165,79	8.745.150,37	7.122.794,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.205.000,00	5.037.303,05	594.983,77	3.905.282,15	1.132.020,90	1.853.577,23	3.250.821,80	1.786.481,25	3.250.821,80
INVESTIMENTOS	1.050.000,00	4.882.303,05	594.983,77	3.756.277,24	1.126.025,81	1.828.520,17	3.153.578,59	1.728.724,46	3.153.578,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	155.000,00	155.000,00	0,00	149.004,91	5.995,09	25.057,06	97.243,21	57.756,79	97.243,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	222.000,00	222.000,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	1.409.786,67	2.570.766,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.196.000,00	47.380.630,68	7.168.234,32	29.872.482,11	17.508.148,57	8.070.108,48	26.416.263,81	20.964.366,87	26.341.080,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	42.196.000,00	47.380.630,68	7.168.234,32	29.872.482,11	17.508.148,57	8.070.108,48	26.416.263,81	20.964.366,87	26.341.080,14
RESERVA DO RPPS	2.104.000,00	2.104.000,00	0,00	0,00	2.104.000,00	0,00	0,00	2.104.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	2.104.000,00	0,00	1.361.077,78	1.628.004,60	(1.628.004,60)	459.203,62	5.084.222,90	(5.084.222,90)	5.159.406,57
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	44.300.000,00	47.380.630,68	8.529.312,10	31.500.486,71	15.880.143,97	8.529.312,10	31.500.486,71	15.880.143,97	31.500.486,71
ELTON FABIO LAZARETTI				***LETICIA APARECIDA ALVES***			***MARCOS ROGERIO SOARES***		
Prefeito Municipal				Controlador Interno			Chefe Da Divisão De Contabilidade		
Entidades:									
Câmara Municipal de Cafeara									
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara									
Prefeitura Municipal de Cafeara									

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:21D6D916

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.340.000,00	42.743.999,59	7.861.982,23	18,39	28.870.245,67	67,54	13.873.753,92
RECEITAS CORRENTES	40.010.000,00	40.295.999,59	6.432.546,03	15,96	26.460.469,47	65,67	13.835.530,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.937.000,00	2.937.000,00	342.638,77	11,67	1.498.849,50	51,03	1.438.150,50
IMPOSTOS	2.800.000,00	2.800.000,00	313.703,42	11,20	1.362.797,25	48,67	1.437.202,75
TAXAS	132.000,00	132.000,00	24.392,25	18,48	125.217,35	94,86	6.782,65
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.000,00	5.000,00	4.543,10	90,86	10.834,90	216,70	(5.834,90)
CONTRIBUIÇÕES	1.785.000,00	1.785.000,00	328.247,57	18,39	1.269.170,77	71,10	515.829,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.460.000,00	1.460.000,00	272.296,17	18,65	1.048.460,12	71,81	411.539,88
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	325.000,00	325.000,00	55.951,40	17,22	220.710,65	67,91	104.289,35
RECEITA PATRIMONIAL	3.140.000,00	3.163.912,93	747.354,53	23,62	2.778.262,02	87,81	385.650,91
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	3.140.000,00	3.163.912,93	747.354,53	23,62	2.778.262,02	87,81	385.650,91
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	7.764,31	11,09	26.148,57	37,36	43.851,43
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	70.000,00	70.000,00	7.764,31	11,09	26.148,57	37,36	43.851,43
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.984.000,00	32.246.086,66	4.985.331,43	15,46	20.828.637,81	64,59	11.417.448,85
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	23.242.000,00	23.354.386,66	3.662.911,39	15,68	15.313.491,51	65,57	8.040.895,15
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	6.032.000,00	6.181.700,00	918.804,62	14,86	3.797.267,55	61,43	2.384.432,45
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.710.000,00	2.710.000,00	403.615,42	14,89	1.717.878,75	63,39	992.121,25
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.000,00	94.000,00	21.209,42	22,56	59.400,80	63,19	34.599,20
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	94.000,00	94.000,00	21.209,42	22,56	59.400,80	63,19	34.599,20
RECEITAS DE CAPITAL	330.000,00	2.448.000,00	1.429.436,20	58,39	2.409.776,20	98,44	38.223,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	2.268.000,00	1.429.436,20	63,03	2.409.776,20	106,25	(141.776,20)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	92.340,00	184,68	(42.340,00)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	100.000,00	2.218.000,00	1.429.436,20	64,45	2.317.436,20	104,48	(99.436,20)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.960.000,00	3.960.000,00	667.329,87	16,85	2.630.241,04	66,42	1.329.758,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	44.300.000,00	46.703.999,59	8.529.312,10	18,26	31.500.486,71	67,45	15.203.512,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	44.300.000,00	46.703.999,59	8.529.312,10	18,26	31.500.486,71	67,45	15.203.512,88
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	44.300.000,00	46.703.999,59	8.529.312,10	18,26	31.500.486,71	67,45	15.203.512,88
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.782.561,31	0,00	0,00	2.782.561,31	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.782.561,31	0,00	0,00	2.782.561,31	100,00	0,00
ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***			***MARCOS ROGERIO SOARES***			
Prefeito Municipal	Controlador Interno			Chefe da Divisão de Contabilidade			
Entidades:							
Câmara Municipal de Cafeara							
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara							
Prefeitura Municipal de Cafeara							

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:F9F9F5A3

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.960.000,00	3.960.000,00	667.329,87	16,85	2.630.241,04	66,42	1.329.758,96
CONTRIBUIÇÕES	1.560.000,00	1.560.000,00	274.900,61	17,62	1.060.524,00	67,98	499.476,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.560.000,00	1.560.000,00	274.900,61	17,62	1.060.524,00	67,98	499.476,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.400.000,00	2.400.000,00	392.429,26	16,35	1.569.717,04	65,40	830.282,96
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.400.000,00	2.400.000,00	392.429,26	16,35	1.569.717,04	65,40	830.282,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	3.960.000,00	3.960.000,00	667.329,87	16,85	2.630.241,04	66,42	1.329.758,96
DÉFICIT (IV)	0,00	20.552,70	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	3.960.000,00	3.980.552,70	667.329,87	16,76	2.630.241,04	66,08	1.329.758,96

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:50EE82C5

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	808.912,93	3.440,82	805.472,11
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	808.912,93	3.440,82	805.472,11
Alienação de Bens Móveis	150.000,00	0,00	150.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	658.912,93	3.440,82	655.472,11
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	808.912,93	3.440,82	805.472,11

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**

Despesas de Capital	198.432,52	49.732,42	8.273,50	8.273,50	0,00	148.700,10
Investimentos	198.432,52	49.732,42	8.273,50	8.273,50	0,00	148.700,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	198.432,52	49.732,42	8.273,50	8.273,50	0,00	148.700,10

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	32.468,15	(46.291,60)	(13.823,45)

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe da Divisão de Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:83587751

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2º QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	34.911.596,83	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.182.526,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	33.729.070,83	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.396.651,33	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	4.856.986,20	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	2.361.034,96	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:4033FDD1

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	30.000,00	0,00	30.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	5.037.303,05	3.905.282,15	1.132.020,90
Investimentos	4.882.303,05	3.756.277,24	1.126.025,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	155.000,00	149.004,91	5.995,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.037.303,05	3.905.282,15	1.132.020,90
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	5.007.303,05	3.905.282,15	1.102.020,90
ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***	
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade	
Entidades:			
Câmara Municipal de Cafeara			
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara			
Prefeitura Municipal de Cafeara			

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:029F8927

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.800.000,00	1.362.797,25
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	321.000,00	219.221,28
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	847.000,00	85.957,08
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	152.000,00	121.262,51
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.480.000,00	936.356,38
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	30.570.000,00	18.886.594,13
2.1 - Cota-parte FPM	23.000.000,00	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.500.000,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.500.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	6.200.000,00	3.695.848,89
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	58.676,02
2.4 - Cota-parte ITR	800.000,00	150.846,15
2.5 - Cota-parte IPVA	470.000,00	232.458,32
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.370.000,00	20.249.391,38
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	5.614.000,00	3.601.469,16
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.728.500,00	1.460.878,68
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.812.372,80	1.903.826,93
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.737.775,00	1.747.744,33
6.1.1 - Principal	2.710.000,00	1.717.878,75
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	27.775,00	29.865,58
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	3.239,12	0,00
6.2.1 - Principal	2.000,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	1.239,12	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	3.239,12	0,00
6.3.1 - Principal	2.000,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	1.239,12	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	68.119,56	156.082,60
6.4.1 - Principal	66.000,00	156.082,60
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	2.119,56	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(2.904.000,00)	(1.883.590,41)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		206.728,33
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		206.728,33
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00

9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	2.110.555,26

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	2.933.670,54	1.894.482,59	1.820.084,90	1.820.084,90	74.397,69
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.681.752,13	1.756.799,98	1.756.799,98	1.756.799,98	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.469.752,13	977.971,02	977.971,02	977.971,02	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.202.000,00	778.828,96	778.828,96	778.828,96	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	251.918,41	137.682,61	63.284,92	63.284,92	74.397,69
10.2.1 - Educação Infantil	82.845,32	20.845,32	10.257,11	10.257,11	10.588,21
10.2.2 - Ensino Fundamental	57.123,09	21.123,09	21.123,09	21.123,09	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	1.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	110.050,00	95.714,20	31.904,72	31.904,72	63.809,48
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.770.762,05	1.706.952,57	1.706.952,57	63.809,48	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.770.762,05	1.706.952,57	1.706.952,57	63.809,48	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.675.047,85	1.675.047,85	1.675.047,85	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.223.421,03	1.675.047,85	1.675.047,85	95,84
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	190.382,69	196.874,36	196.874,36	6.491,67	10,34

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	254.099,78	206.728,33	81.752,13	38.732,06	0,00	18.721,34
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	238.367,01	84.740,71	81.752,13	0,00	0,00	2.988,58
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	15.732,76	121.987,62	0,00	38.732,06	0,00	15.732,76

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.854.006,93	1.884.684,76	1.741.814,01	1.735.355,25	142.870,75
20.1 - Educação Infantil	910.101,59	446.077,30	376.634,85	376.634,85	69.442,45

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS PAGAS Até o	INSCRITAS EM RESTOS A

- EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	ATUALIZADA (c)	EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	Bimestre (f)	PAGAR NÃO PROCESSADOS
20.2 - Ensino Fundamental	1.290.944,41	736.861,27	717.806,99	717.806,99	19.054,28
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	314.000,00	173.249,97	168.770,71	166.684,83	4.479,26
20.6 - Transporte (Escolar)	1.099.460,93	521.733,73	471.838,97	467.466,09	49.894,76
20.7 - Outras	223.000,00	6.762,49	6.762,49	6.762,49	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	5.013.766,54	2.857.986,42	2.769.489,69	2.769.489,69	88.496,73
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.462.699,04	1.342.296,19	1.272.853,74	1.272.853,74	69.442,45
21.1.1 - Creche	760.062,13	528.638,97	488.195,83	483.822,95	40.443,14
21.1.2 - Pré-escola	676.366,54	277.103,33	189.501,21	189.501,21	87.602,12
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.551.067,50	1.515.690,23	1.496.635,95	1.496.635,95	19.054,28
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.741.814,01
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.601.469,16
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					6.491,67
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					2.988,58
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					7.051,21
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					5.326.751,72

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			5.062.347,84	5.326.751,72	26,31
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af) (ag) = (ac) - (ae) - (af)**	**SALDO FINAL**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	211.079,93	99.687,37	120.490,89	7.051,21	83.537,83
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	211.079,93	99.687,37	120.490,89	7.051,21	83.537,83
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	397.863,04	269.592,46
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	281.334,78	201.393,11
31.1.1 - Salário-Educação	185.000,00	137.654,82
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	74.167,39	49.778,56
31.1.4 - PNATE	22.167,39	12.292,71
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	1.667,02
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	116.528,26	68.199,35

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	468.350,51	623.321,59	541.466,42	539.586,02	81.855,17
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	39.551,71	106.112,35	96.916,50	96.256,50	9.195,85
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	154.754,16	136.444,06	107.487,34	106.266,94	28.956,72
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	274.044,64	380.765,18	337.062,58	337.062,58	43.702,60
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.257.027,98	4.402.488,94	4.103.365,33	4.095.026,17	299.123,61
33.1 - Despesas Correntes	7.016.466,48	4.328.200,89	4.060.495,83	4.052.156,67	267.705,06
33.1.1 - Pessoal Ativo	5.063.150,57	3.261.298,05	3.261.298,05	3.260.607,17	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100.000,00	95.714,20	31.904,72	31.904,72	63.809,48
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	1.853.315,91	971.188,64	767.293,06	759.644,78	203.895,58
33.2 - Despesas de Capital	240.561,50	74.288,05	42.869,50	42.869,50	31.418,55
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	240.561,50	74.288,05	42.869,50	42.869,50	31.418,55
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**				**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	206.728,33				74.447,67
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.903.826,93				137.654,82
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.820.084,90				138.022,21
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	290.470,36				74.080,28
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00				0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00				0,00

40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	290.470,36	74.080,28
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		
ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:046DCC81

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.255.999,59	23.346.577,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.937.000,00	1.498.849,50
IPTU	321.000,00	219.221,28
ISS	152.000,00	121.262,51
ITBI	847.000,00	85.957,08
IRRF	1.480.000,00	936.356,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	137.000,00	136.052,25
Contribuições	325.000,00	220.710,65
Receita patrimonial	663.912,93	763.912,92
Aplicações Financeiras (II)	663.912,93	763.912,92
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	32.246.086,66	20.828.637,81
Cota-Parte do FPM	18.900.000,00	11.974.861,79
Cota-Parte do ICMS	4.960.000,00	2.956.679,23
Cota-Parte do IPVA	376.000,00	185.966,67
Cota-Parte do ITR	640.000,00	120.676,95
Transferências da LC 61/1989	80.000,00	46.940,87
Transferências do FUNDEB	2.780.000,00	1.873.961,35
Outras transferências correntes	4.510.086,66	3.669.550,95
Demais receitas correntes	84.000,00	34.466,29
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	84.000,00	34.466,29
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	35.592.086,66	22.582.664,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.500.000,00	3.729.784,24
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	2.500.000,00	2.014.349,10
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.448.000,00	2.409.776,20
Operações de Crédito (VIII)	30.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	150.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	150.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.268.000,00	2.409.776,20
Convênios	2.268.000,00	2.118.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	291.776,20
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.418.000,00	2.409.776,20
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	43.510.086,66	28.722.224,69
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	38.010.086,66	24.992.440,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	36.265.327,63	22.548.516,38	19.772.077,40	19.696.993,73	316.883,11	493.665,87	493.665,87
Pessoal e encargos sociais	17.968.011,47	11.003.071,08	10.986.863,68	10.967.051,06	0,00	2.795,33	2.795,33
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	130.000,00	127.479,85	86.687,95	86.687,95	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	18.167.316,16	11.417.965,45	8.698.525,77	8.643.254,72	316.883,11	490.870,54	490.870,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	36.135.327,63	22.421.036,53	19.685.389,45	19.610.305,78	316.883,11	493.665,87	493.665,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.856.000,00	3.418.683,58	3.393.364,61	3.393.264,61	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	5.037.303,05	3.905.282,15	3.250.821,80	3.250.821,80	0,00	895.694,85	895.694,85
Investimentos	4.882.303,05	3.756.277,24	3.153.578,59	3.153.578,59	0,00	895.694,85	895.694,85
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	155.000,00	149.004,91	97.243,21	97.243,21	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	4.882.303,05	3.756.277,24	3.153.578,59	3.153.578,59	0,00	895.694,85	895.694,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.326.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Agosto / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	49.199.630,68	29.595.997,35	26.232.332,65	26.157.148,98	316.883,11	1.389.360,72	1.389.360,72
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	43.343.630,68	26.177.313,77	22.838.968,04	22.763.884,37	316.883,11	1.389.360,72	1.389.360,72
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							858.831,88
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							522.312,25

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(385.000,00)
JUROS NOMINAIS	Até Agosto / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	763.912,92
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	35.212,94
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.251.012,23

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Agosto / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	575.614,10	478.370,89
DEDUÇÕES (XL)	8.538.038,59	9.778.132,04
Disponibilidade de Caixa	8.538.038,59	9.778.132,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.855.417,80	9.862.590,07
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	317.283,59	75.484,15
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95,62	8.973,88
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(7.962.424,49)	(9.299.761,15)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		1.337.336,66

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(231.946,12)
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Agosto / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(241.799,44)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	1.095.537,22
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	366.837,24
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.782.561,31
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.782.561,31
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2.104.000,00

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:74C25FD3

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
LRF, art. 48 - Anexo 6	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**
Receita Corrente Liquida	34.911.596,83
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	33.729.070,83
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	33.045.820,76

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com pessoal - DTP	16.181.163,78	48,97
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.844.743,21	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	16.952.506,05	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.060.268,89	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida consolidada líquida	-8.991.112,11	-26,66
Limite definido por resolução do senado federal	40.474.885,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	7.420.395,58	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	5.396.651,33	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.361.034,96	7,00

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:C784DAC2

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	44.300.000,00
Previsão Atualizada da Receita	46.703.999,59
Receitas Realizadas	31.500.486,71
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	2.782.561,31
Dotação Inicial	42.196.000,00
Créditos Adicionais	5.184.630,68
Dotação Atualizada	47.380.630,68
Despesas Empenhadas	29.872.482,11
Despesas Liquidadas	26.416.263,81
Despesas Pagas	26.341.080,14
Superávit Orçamentário	5.084.222,90
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	29.872.482,11
Despesas Liquidadas	26.416.263,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	34.911.596,83
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	33.729.070,83
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	33.045.820,76
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	3.344.007,55
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.344.007,55
Despesas Previdenciárias Pagas	3.344.007,55
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de	Resultado apurado até o	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.528.056,85	0,00 %
Resultado Primário	(385.000,00)	799.356,87	(208,00 %)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	317.283,59	0,00	316.883,11	400,48
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.722.545,56	215.895,56	1.389.360,72	117.289,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.039.829,15	215.895,56	1.706.243,83	117.689,76

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	5.326.751,72	25% / 18%	26,31
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.675.047,85	70%	95,84

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo a realizar	
Receita de Operações de Crédito	0,00		30.000,00	
Despesa de Capital Líquida	3.905.282,15		1.132.020,90	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		150.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	49.732,42		148.700,10
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.975.632,60	15%	20,52
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:9CBBB2FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 352/2026 DATA: 08-09-2026

SÚMULA: Nomeia Empregados Públicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei n.º 2.718/2024,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam os abaixo relacionados, nomeados em Emprego Público, de acordo com a Lei nº. 2.718/2024, em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado, Edital n.º 001/2026.

NOME	RG-CPF nº	EMPREGO PÚBLICO
Elizane Birk de Bairros Moreira	024.***.***-21	Professor
Ortenila Terezinha Piloni da Veiga	284.***.***-65	Professor
Simone Fatima Altenhofen	115.***.***-62	Professor
Edicleia dos Santos Souza	062.***.***-85	Professor
Leandro Werlang	086.***.***-16	Professor

Art. 2º - O vencimento do Emprego Público acima mencionado será o estabelecido no art. 8º, da Lei n.º 2718/2024.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 08 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:671CD413

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 402/2026

PORTARIA Nº 402/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Solange Dartora Neckel	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	09, de setembro de 2026.	Acompanhar menor e familiar em exame no IML.
Pedro Grando	Conselheiro Tutelar	02 (duas)	Cascavel – PR	09,17 de setembro de 2026.	

Edinéia Conci	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	Participação no SUMMIT Educação.
Elaine Maria de Moura de Oliveira	Assessora Pedagógica	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Jaqueline Rohr G. Gomes	Agente de Administração	04 (quatro)	Curitiba – PR	22,23,24,25 de setembro de 2026.	
Noeli Rodrigues de Andrade R.	Conselheira Tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	17 de setembro de 2026.	Acompanhar menor em exames no IML.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	08,17 de setembro de 2026.	Conduziu alunos da escola Municipal do Campo do Bom Jesus para visitação ao Zoológico. Transporte dos usuários do serviço de convivência na FAG
Luiz Carlos Ledur	Secretário da Educação	02 (duas)	Cascavel – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Capacitação sobre ‘’ Educação Inclusiva: da lei a realidade escolar’’.
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Iara Pessatto	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Jandira Salete Fernandes Graciolli	Diretora Escolar	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	
Juliana Fátima B. Haag	Diretora E	02 (duas)	Cascavel, Cafelândia 18 – PR	18,23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação. Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Cristiane Teresinha da Cas L.	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	Participação seminário SEMPRE – Seminário de Boas Práticas na Educação.
Danieli Sinotti da silva Doarte	Coordenadora pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Regina Maria Scherer Dallabrida	Professora	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Rosangela Rosemeri da Rosa Bernardi	Diretora Escolar	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de setembro de 2026.	
Edinéria Conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	Visita as escolas de Educação em tempo Integral reconhecidas pelo MEC.
Elaine Maria de Moura de O.	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Elaene Madalosso	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Marilene de F. de O. de Medeiros	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Claudia Marcia Finger de Lara	Diretora Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karina Lucia Broetto H. Dal’Aqua	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Rosangela Ana Mandelli de Melo	Secretária Escolar	01 (uma)	Cafelândia - PR	18 de setembro de 2026.	
Karine Perondi Madalosso	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Acompanhamento dos alunos do 4° ano da escoa Municipal Campo Bandeirantes, para participarem das atividades integrantes do projeto PUFV na FAG.
Karina Lucia Broetto H. Dal’Aqua	Professora	01 (uma)	Cascavel - PR	04 de setembro de 2026.	Bandeirantes
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel - PR	18 de setembro de 2026.	Buscar documentação no IIPR.
Carlo Giuseppe Lucietto	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Jean Carlos Bibbert	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Vitor Nascimento H.	Engenheiro Civil	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	
Michael Lopes de Medeiros	Diretor Dep. De Obras Púb. E Inf.	03 (três)	Curitiba – PR	27,28,29 de setembro de 2026.	Fórum de obras Públicas – Fiscalização de Obras e Pavimentação
Vilmar de Paula	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	02,03,20 de setembro de 2026	Transportar atletas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:4459E965

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 403/2026

PORTARIA Nº 403/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Asucena Cleizi de Souza	Técnica de Enfermagem	01 (uma)	Chopinzinho – PR	10,11 de setembro de 2026.	Transferência de paciente para Instituto São Rafael.
Elizangela Fátima Cemin P.	Motorista	01 (uma)	Chopinzinho – PR	20 de setembro de 2026.	Hospital de Chopinzinho – São Rafael
Albino Junior R.	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	16,17 de setembro de 2026.	Hospital Mackienze.
Valdemar Domingos Quadros	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	14,15 de setembro de 2026.	Hospital Pequeno Príncipe e San Julian.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Palotina – PR	17 de setembro de 2026.	Hospital Regional de Palotina.
Valdomiro Correia de Mello	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	21 de setembro de 2026.	Hospital e Poli ambulatório Nossa Senhora da Aparecida.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	14 de setembro de 2026.	Hospital Regional do Centro Oeste.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	15 de setembro de 2026.	Hospital Regional.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Piraquara – PR	04,05 de setembro de 2026.	Hospital San Julian.
Salatier Reis Bento	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	01,02 de setembro de 2026.	Hospital de Reabilitação Ana Carolina Moura.
Fabian de Oliveira	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	01 de setembro de 2026.	Hospital e poli ambulatório nossa senhora aparecida.
Albino Junior R.	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	31 de agosto de 2026.	Hospital Regional do Sudoeste Guarapuava.
Everton K. Bittencourt	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	07,08 de setembro de 2026	Hospital Angelina de Caron.
Ricardo Mendes Ribeiro	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	09 de setembro de 2026.	Hospital e poli ambulatório Nossa Senhora da Aparecida.
Mario de Souza	Operador de Máquinas	01 (uma)	Cascavel – PR	24,25 de setembro de 2026.	Capacitação.

Jhoni Valmor Scheuermann	Operador de Máquinas	01 (uma)	Cascavel – PR	24,25 de setembro de 2026.	Capacitação.
Marcos Andre Scapini	Operador de Máquinas	01 (uma)	Cascavel – PR	24,25 de setembro de 2026.	Capacitação.
Marcelo Jurkovski	Operador de Máquinas	01 (uma)	Cascavel – PR	24,25 de setembro de 2026.	Capacitação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:AADF369C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO INTERNO Nº 084/2026

Alana Karolina de Souza Bueno Secretário(a) Municipal de Administração e Comunicação, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 034/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 29 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS/4G/5G ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento a título de comodato,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: RADIONET LTDA - CNPJ: 03.304.610/0001-77

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Rastreador Veicular Bateria De Li-Ion V Gps Gsm Quad-Band Compacto A Prova D'Agua Fixa-	SUNTECH	SRV	2.160	31,3000	67.608,0000
1	2	Cartão Identificação Cartão Em Pvc Branco 86 MM 54 MM Colorida Impressão Frente E Verso 0,76 MM Controle De Acesso	JMAK	UND	250	3,8400	960,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 68.568,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 68.568,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais)

Carlópolis, 22 de setembro de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário (a) Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:63F1ECFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 159/2026 - PREGÃO Nº 2/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **JEFFERSON APARECIDO DE SOUSA & CIA LTDA - ME**, estabelecida na Rua Galo da Serra, Nº 1920 , bairro Floresta, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 18.253.127/0001-88, neste ato representada por seu representante legal a Sr. Jefferson Aparecido de Sousa, brasileiro, portador do CPF nº 081.xxx.xxx-14, residente e domiciliado na Rua Galo da Serra, Nº 1920, bairro Floresta, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 2/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PARA ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARAGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.

PARAGRAFO OITAVO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO NONO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital. PARÁGRAFO DÉCIMO – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **14.220,00 (quatorze mil, duzentos e vinte reais).**

LOTE	QTD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	PREÇO UNIT. HORA	PREÇO TOTAL
4	360 horas	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OFICINA DE DANÇA (cidade): - Os equipamentos e materiais necessários serão fornecidos pelo Município. - A empresa deverá: - Desenvolver oficina com no mínimo 1 profissional com formação na área de dança, ou experiência, de no mínimo 3 anos ministrando treinamentos conforme objeto da licitação; - Desenvolver e planejar as atividades a serem desenvolvidas, inclusive desenvolver cronograma a ser aprovado pela Municipalidade; - Desenvolver atividades de forma tal a contemplar as faixas etárias de 06 a 18 anos; - Os profissionais envolvidos nas oficinas deverão além de executar as aulas práticas, elaborar o planejamento mensal das atividades, participar das reuniões de planejamento das ações do projeto, orientar individualmente as crianças e adolescentes, participar das atividades com as famílias atendidas, organizar o ambiente, elaborar apresentações em eventos (tanto no Município quanto fora) sendo para isso, consideradas as horas das oficinas. – a carga horaria semanal será de 8 horas, concentradas em um único dia (quinta-feira), as aulas serão realizadas no CRAS. - as inscrições dos alunos, bem como a quantidade de turmas e quantidade de alunos em cada turma será responsabilidade da contratante, respeitando um limite máximo de 15 alunos por turma. -Ficará permitida a entrada de novos alunos a qualquer momento, no decorrer do contrato. - O deslocamento correrá por conta da contratada, tanto o meio de locomoção como os gastos envolvidos, bem como alimentação e quaisquer outros gastos incidentes sobre o trabalho. - Havendo necessidade de alteração dos dias e horários das aulas, será elaborada reunião entre empresa e municipalidade para adequação. - Não havendo possibilidade de adequação, o contrato poderá ser rescindido sem ônus para nenhuma das partes.	39,50	14.220,00

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARAGRAFO TERCEIRO – Durante a vigência do contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de sistuação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARAGRAFO QUARTO – Caso seja prorrogado o contrato, o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
mensalmente, conforme execução;
mediante apresentação de nota fiscal**;**
Em até 30 dias pós apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "**a"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
A Nota fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
– No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
– O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
Modalidade da licitação,
Número e ano do contrato;
Número e nome do banco;
Número da agência;
Número da conta corrente ou poupança;
Valor de IRPJ a ser retido.
– Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
– A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.13.08.242.1200.2.041	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	941	1226
02.13.08.244.1200.2.042	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000 840 934	1227 1228 1229

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO/LOCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato terá validade até 16 de fevereiro de 2027.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser prorrogado por iguais períodos, nos termos da Lei, desde que haja interesse da Administração.
PARAGRAFO TERCEIRO - Caso haja prorrogação, poderá ser aplicado reajuste ao percentual máximo equivalente ao IPCA.
PARAGRAFO QUARTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de execução. **PARAGRAFO QUINTO** – **LOCAL DE EXECUÇÃO:** Conforme descrito no Termo de Referencia.
CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015. **PARÁGRAFO SEGUNDO -** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.
CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato
contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações
contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:

- Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. **2 -** Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- Fica designada para fiscalização do contrato: **Noeli dos Passos.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:

- Realizar os pedidos dos serviços.
- Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"d"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
- Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
- Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
- Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
- Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da execução do objeto em questão.
- Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
- Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:

– Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI's, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

– Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.

– Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

– Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.

- Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"d"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
- Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
- Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
- Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

- Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
- Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
- Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município. **2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
- Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
- A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
- Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
- O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 *da mesma Lei.*

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; c)Indenizações e multas.

- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

PRÁTICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
PRÁTICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
PRÁTICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
PRÁTICA COERCITIVA: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
PRÁTICA OBSTRUTIVA:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
– Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas,
fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
– Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO
PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 22 de setembro de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Jefferson Aparecido De Sousa - & Cia LTDA
JEFFERSON APARECIDO DE SOUSA
Representante Legal
CPF: 081.xxx.xxx-14

NOELI DOS PASSOS
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:7FB93AC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 11 - RECEITA ALIENACAO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.021.233,40	942.743,27	3.078.490,13
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.060.641,00	39.079,00	1.021.562,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	2.651.231,40	533.614,65	2.117.616,75
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	309.361,00	370.049,62	-60.688,62

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	176.955,80	36.521,00	25.246,00	25.246,00	-	1.484.020,22	140.434,80
Despesas de Capital	176.955,80	36.521,00	25.246,00	25.246,00	-	1.484.020,22	140.434,80
Investimentos	176.955,80	36.521,00	25.246,00	25.246,00	-	1.484.020,22	140.434,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-

Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		-566.522,95					-566.522,95

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:1DEEC3A2

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

Municipio de Coronel Vivida - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	221.582.072,00
Previsão Atualizada	221.582.072,00
Receitas Realizadas	152.229.227,63
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	25.823.007,81
DESPESAS	
Dotação Inicial	221.582.072,00
Dotação Atualizada	402.212.869,59
Despesas Empenhadas	188.157.956,32
Despesas Liquidadas	118.327.107,69
Despesas Pagas	117.448.197,12
Superávit Orçamentário	33.902.119,94
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	188.157.956,32
Despesas Liquidadas	118.327.107,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	163.700.879,51
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	159.752.879,51
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	158.952.879,51
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	6.248.319,55	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-2.679.616,56	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.270.945,54	0,00	1.240.113,71	30.831,83
Poder Executivo	1.270.945,54	0,00	1.240.113,71	30.831,83
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	42.900.080,94	387.318,03	29.609.087,16	12.903.675,75
Poder Executivo	42.900.080,94	387.318,03	29.609.087,16	12.903.675,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.171.026,48	387.318,03	30.849.200,87	12.934.507,58

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.332.887,86	25%	25,34
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	11.475.976,58	70%	85,15
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	10.499.026,56	15%	13,43
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:B7E83997

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 3 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Municipio de Coronel Vivida-PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Setembro/2025 a Agosto/2026

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	13.091.329,59	15.195.033,94	12.235.524,51	17.152.481,39	14.790.969,61	14.194.339,11	180.671.726,07	226.164.414,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.370.632,20	14.622.117,65	18.788.342,14	15.526.893,17	15.233.827,97	13.470.234,79	28.544.829,74	29.708.741,40
	1.549.501,99	2.111.479,42	1.582.661,01	2.222.603,09	1.325.103,21	1.738.623,82		
IPTU	5.233.617,13	2.485.717,95	2.543.932,31	2.614.692,25	2.960.032,55	2.176.865,01	6.782.367,98	8.709.152,00
	145.747,35	263.389,58	159.785,42	138.381,97	83.792,56	300.928,46		
ISS	3.098.941,51	561.243,32	545.009,53	525.738,00	519.850,36	439.559,92	12.002.851,21	10.182.447,00
	715.862,70	985.801,20	739.936,06	1.212.531,52	707.706,41	753.704,71		
ITBI	1.060.526,90	1.051.534,86	1.144.466,74	1.168.571,23	1.501.240,76	960.968,12	2.222.031,38	4.428.726,00
	149.699,60	246.024,09	135.866,64	188.565,00	91.244,61	176.914,36		
IRRF	182.661,91	210.528,79	157.555,52	283.298,74	187.493,67	212.178,45	6.326.268,41	4.480.218,00
	501.234,49	575.811,54	499.668,50	663.188,36	383.978,73	384.051,54		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	512.299,18	496.460,60	553.029,55	564.909,24	667.906,15	523.730,53	1.211.310,76	1.908.198,40
	36.957,85	40.453,01	47.404,39	19.936,24	58.380,90	123.024,75		
	379.187,63	165.950,38	143.870,97	72.175,04	83.541,61	40.427,99		
Contribuições	152.612,07	165.790,43	167.314,94	162.699,61	176.102,39	202.456,71	2.661.583,71	3.330.090,00
	342.658,27	270.830,26	257.785,76	273.561,43	245.186,68	244.585,16		
Receita Patrimonial	455.192,07	512.135,30	447.330,36	516.715,93	422.287,45	387.647,39	6.180.712,82	2.401.227,20
	607.763,45	492.974,75	521.894,89	843.039,95	523.822,51	449.908,77		
Rendimentos de Aplicação Financeira	445.800,84	503.306,98	437.386,99	515.428,82	415.847,30	380.802,10	6.086.054,57	1.912.827,20
	599.819,41	486.292,93	514.298,28	829.347,30	516.017,20	441.706,42		
Outras Receitas Patrimoniais	9.391,23	8.828,32	9.943,37	1.287,11	6.440,15	6.845,29	94.658,25	488.400,00
	7.944,04	6.681,82	7.596,61	13.692,65	7.805,31	8.202,35		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	181.178,43	180.196,27	191.026,63	179.852,88	197.751,05	320.280,21	2.933.017,95	2.361.800,00
	256.951,10	275.754,57	275.102,12	279.212,65	273.920,63	321.791,41		
Transferências Correntes	10.727.433,01	12.211.860,12	9.819.303,16	14.011.754,20	12.553.292,47	11.485.962,15	139.768.193,90	155.083.153,30
	9.888.470,95	11.002.396,18	15.167.607,00	11.490.047,85	11.154.978,58	10.255.088,23		
Cota-Parte do FPM	4.436.710,23	2.975.545,72	4.044.777,51	6.513.599,00	4.134.515,82	5.198.324,99	52.384.416,89	48.411.000,00
	3.147.900,41	3.706.346,94	4.485.856,53	4.726.259,69	5.025.946,88	3.988.633,17		
Cota-Parte do ICMS	2.834.043,82	2.567.657,53	2.392.580,83	3.034.464,55	2.692.947,35	2.153.432,09	31.760.111,07	36.675.000,00
	2.989.846,64	2.764.799,53	2.244.246,91	2.904.005,97	2.630.302,22	2.551.783,63		
Cota-Parte do IPVA	155.591,83	143.085,23	120.106,10	139.820,98	2.146.027,47	527.174,00	4.896.690,47	7.628.400,00
	476.914,91	427.095,79	370.501,06	151.462,46	121.097,70	117.812,94		

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Set/2026, 10h e 43m.

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026		
Cota-Parte do ITR	155.074,01	547.365,14	15.210,95	18.064,85	4.272,63	7.636,79	932.656,55	880.200,00
	13.559,42	9.313,46	12.329,28	23.883,55	28.455,04	97.491,43		
Transferências da LC 61/1989	39.870,53	38.236,10	37.791,10	45.776,47	35.649,73	37.410,69	494.061,62	733.500,00
	37.032,98	32.577,32	39.148,33	52.280,62	47.326,59	50.961,16		
Transferências do FUNDEB	1.352.395,25	1.767.991,90	1.559.431,28	1.865.255,32	2.098.334,18	1.556.961,83	19.958.006,91	24.222.224,40
	1.517.049,08	1.740.793,47	1.742.359,94	1.611.733,53	1.583.254,10	1.562.447,03		
Outras Transferências Correntes	1.753.747,34	4.171.978,50	1.649.405,39	2.394.773,03	1.441.545,29	2.005.021,76	29.342.250,39	36.532.828,90
	1.706.167,51	2.321.469,67	6.273.164,95	2.020.422,03	1.718.596,05	1.885.958,87		
Outras Receitas Correntes	25.412,02	13.572,40	27.888,41	58.855,68	116.433,04	59.368,83	583.387,95	33.279.402,45
	41.171,30	94.443,94	22.020,06	26.339,04	75.887,02	21.996,21		
DEDUÇÕES (II)	1.201.368,54	1.254.377,87	1.322.093,22	1.560.810,84	1.802.682,47	1.584.795,33	16.970.846,56	17.941.410,00
	1.333.050,80	1.388.026,55	1.430.416,37	1.571.578,39	1.160.309,75	1.361.336,43		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.201.368,54	1.254.377,87	1.322.093,22	1.560.810,84	1.802.682,47	1.584.795,33	16.970.846,56	17.941.410,00
	1.333.050,80	1.388.026,55	1.430.416,37	1.571.578,39	1.160.309,75	1.361.336,43		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.591.670,55**	**12.988.287,14**	**12.609.543,78**	**163.700.879,51**	**208.223.004,35**
	15.037.581,40	**13.234.091,10**	**17.357.925,77**	**13.955.314,78**	**14.073.518,22**	**12.108.898,36**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	**198.000,00**	-	-	**3.948.000,00**	-
	-	**50.000,00**	**3.700.000,00**	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.393.670,55**	**12.988.287,14**	**12.609.543,78**	**159.752.879,51**	**208.223.004,35**
	15.037.581,40	**13.184.091,10**	**13.657.925,77**	**13.955.314,78**	**14.073.518,22**	**12.108.898,36**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da	-	-	-	-	-	-	**800.000,00**	-
	-	-	**800.000,00**	-	-	-		

CF) (VI)								
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Set/2026, 10h e 43m.								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**11.889.961,05**	**13.940.656,07**	**10.913.431,29**	**15.393.670,55**	**12.988.287,14**	**12.609.543,78**	**158.952.879,51**	**208.223.004,35**
	15.037.581,40	**13.184.091,10**	**12.857.925,77**	**13.955.314,78**	**14.073.518,22**	**12.108.898,36**		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Set/2026, 10h e 43m.								

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:5C2C696E

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 6 - RESULTADOS PRIMARIO E NOMINAL

Municipio de Coronel Vivida-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)	R$ 1,00	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	131.256.449,70	94.377.973,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.771.203,00	20.012.024,96
IPTU	8.709.152,00	6.075.063,66
ISS	10.182.447,00	8.348.719,73
ITBI	4.428.726,00	1.501.876,05
IRRF	4.450.878,00	4.086.365,52
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	1.469.074,35
Aplicações Financeiras (II)	-	1.468.058,28
Outras Receitas Patrimoniais	-	1.016,07
Transferências Correntes	103.485.246,70	72.776.532,70
Cota-Parte do FPM	39.609.000,00	27.941.343,71
Cota-Parte do ICMS	29.340.000,00	16.745.091,61
Cota-Parte do IPVA	6.102.720,00	3.470.469,41
Cota-Parte do ITR	704.160,00	157.553,36
Transferências da LC 61/1989	630.810,00	265.909,94
Transferências do FUNDEB	24.222.224,40	13.412.933,16
Outras Transferências Correntes	2.876.332,30	10.783.231,51
Demais Receitas Correntes	-	120.341,23
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-
Receitas Correntes Restantes	-	120.341,23
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	131.256.449,70	92.909.914,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.322.762,40	38.263.112,78
Operações de Crédito (VIII)	-	9.414.260,13
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	3.322.762,40	672.693,65
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	3.322.762,40	672.693,65
Transferências de Capital	-	28.176.159,00
Convênios	-	26.960.732,05
Outras Transferências de Capital	-	1.215.426,95
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	3.322.762,40	28.848.852,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	134.579.212,10	121.758.767,61
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	134.579.212,10	121.758.767,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	137.557.766,53	68.095.249,52	62.894.764,17	62.278.125,49	1.238.635,71	1.707.477,15	1.707.477,15
Pessoal e Encargos Sociais	56.065.291,93	28.724.790,76	28.666.831,83	28.167.930,70	69.536,43	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	81.492.474,60	39.370.458,76	34.227.932,34	34.110.194,79	1.169.099,28	1.707.477,15	1.707.477,15
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	81.492.474,60	39.370.458,76	34.227.932,34	34.110.194,79	1.169.099,28	1.707.477,15	1.707.477,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) =	137.557.766,53	68.095.249,52	62.894.764,17	62.278.125,49	1.238.635,71	1.707.477,15	1.707.477,15

(XVIII - XIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	166.720.004,84	79.028.036,64	22.383.121,70	22.383.121,70	1.478,00	27.901.610,01	27.901.610,01
Investimentos	166.720.004,84	79.028.036,64	22.383.121,70	22.383.121,70	1.478,00	27.901.610,01	27.901.610,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	166.720.004,84	79.028.036,64	22.383.121,70	22.383.121,70	1.478,00	27.901.610,01	27.901.610,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	304.277.771,37	147.123.286,16	85.277.885,87	84.661.247,19	1.240.113,71	29.609.087,16	29.609.087,16
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	304.277.771,37	147.123.286,16	85.277.885,87	84.661.247,19	1.240.113,71	29.609.087,16	29.609.087,16

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	6.248.319,55
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	6.248.319,55
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	4.187.499,10
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	923.240,38
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	9.512.578,27

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o 4º Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.283.020,90	18.134.580,81
DEDUÇÕES (XL)	43.638.104,36	48.810.047,71
Disponibilidade de Caixa	43.592.483,33	48.764.426,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	45.474.540,99	49.915.144,24
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.270.945,54	30.831,83
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	611.112,12	1.119.885,73
Demais Haveres Financeiros	45.621,03	45.621,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-33.355.083,46	-30.675.466,90
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**-2.679.616,56**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.240.113,71
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**-3.919.730,27**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-7.183.988,99**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.823.007,81
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	25.823.007,81
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:9F8A8B65

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 8 - DESPESA COM ENSINO-EDUCACAO

Municipio de Coronel Vivida-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)		Em Reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	27.800.543,00	20.012.024,96
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	8.709.152,00	6.075.063,66
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	4.428.726,00	1.501.876,05
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	10.182.447,00	8.348.719,73
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.480.218,00	4.086.365,52
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	94.558.100,00	60.212.564,12
2.1- Cota-Parte FPM	48.411.000,00	34.413.784,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	44.010.000,00	32.362.205,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	4.401.000,00	2.051.579,38

2.2- Cota-Parte ICMS	36.675.000,00	20.931.364,34
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	733.500,00	332.387,42
2.4- Cota-Parte ITR	880.200,00	196.941,60
2.5- Cota-Parte IPVA	7.628.400,00	4.338.086,33
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	230.000,00	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**122.358.643,00**	**80.224.589,08**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**17.941.410,00**	**11.632.196,09**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**12.558.240,75**	**8.423.950,32**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	24.332.493,40	13.476.670,52
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.689.043,40	13.412.194,30
6.1.1- Principal	23.578.774,40	13.348.456,94
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	110.269,00	63.737,36
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	141.450,00	64.476,22
6.2.1- Principal	141.450,00	64.476,22
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	502.000,00	-
6.4.1- Principal	502.000,00	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**5.637.364,40**	**1.716.260,85**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**13.476.670,52**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	26.342.225,44	13.754.173,84	13.230.936,24	12.956.294,53	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.123.697,44	11.475.976,58	11.475.976,58	11.222.492,83	-
10.1.1 - Educação Infantil	6.335.000,00	4.024.459,53	4.024.459,53	3.933.621,03	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	12.621.935,04	7.451.517,05	7.451.517,05	7.288.871,80	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	166.762,40	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	7.218.528,00	2.278.197,26	1.754.959,66	1.733.801,70	-
10.2.1 - Educação Infantil	170.000,00	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	5.532.092,00	1.410.382,13	1.410.382,13	1.390.656,38	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	1.516.436,00	867.815,13	344.577,53	343.145,32	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	13.754.173,84	13.230.936,24	12.956.294,53	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.689.697,62	13.166.460,02	12.891.818,31	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	64.476,22	64.476,22	64.476,22	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	-	-	-	-	-	-
12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM	11.475.976,58	11.475.976,58	11.222.492,83	-	-	-

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA						
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	64.476,22	64.476,22	64.476,22	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- Indicadores do FUNDEB (70% e 4%)	-	-	-	-
15.1- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.433.669,36	11.475.976,58	11.475.976,58	85,15
15.2- Mínimo de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI[11]	539.066,82	64.476,22	64.476,22	0,48
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.347.667,05	245.734,28	245.734,28		- 1,82

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	19.200.230,52	9.104.523,41	8.700.691,77	8.644.896,96	-
20.1- Educação Infantil	3.401.652,14	381.906,78	372.106,78	372.106,78	-
20.2- Ensino Fundamental	15.434.211,58	8.712.966,85	8.318.935,21	8.263.140,40	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	349.366,80	9.649,78	9.649,78	9.649,78	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	15.000,00	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	45.542.455,96	22.858.697,25	21.931.628,01	21.601.191,49	-
21.1- Educação Infantil	9.994.870,14	4.406.366,31	4.396.566,31	4.305.727,81	-
21.1.1- Creche	7.121.453,14	3.522.889,32	3.513.089,32	3.441.975,92	-
21.1.2- Pré-escola	2.873.417,00	883.476,99	883.476,99	863.751,89	-
21.2- Ensino Fundamental	35.547.585,82	18.452.330,94	17.535.061,70	17.295.463,68	-

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	8.700.691,77
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	11.632.196,09
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**20.332.887,86**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] e [5]	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	20.056.146,41	20.332.887,86	25,34

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	100.824,24	89.185,48	100.145,59	-	678,65
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	39.392,84	27.754,08	38.714,19	-	678,65
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	61.431,40	61.431,40	61.431,40	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.854.177,50	2.508.582,57
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.919.335,50	1.551.861,06
31.1.1- Salário-Educação	2.046.010,30	1.081.058,28
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	588.120,00	349.498,39
31.1.4- PNATE	270.535,20	121.302,32
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	14.670,00	2,07

31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	526.743,31
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	4.940,00	3,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	929.902,00	429.975,20

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	14.396.698,35	7.513.334,77	6.533.925,09	6.449.456,99	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.693.792,40	2.504.406,02	2.364.696,72	2.364.013,67	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.119.143,95	1.747.225,35	1.388.587,80	1.388.250,97	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	2.113.642,00	1.165.036,67	1.032.420,11	948.971,89	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	172.000,00	18.195,08	5.312,17	5.312,17	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.000,00	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	3.288.120,00	2.078.471,65	1.742.908,29	1.742.908,29	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	59.939.154,31	30.372.032,02	28.465.553,10	28.050.648,48	-
33.1- Despesas Correntes	55.856.178,03	30.194.813,95	28.309.132,13	27.894.227,51	-
33.1.1- Pessoal Ativo	30.618.588,14	16.344.483,05	16.344.483,05	16.032.961,63	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.143.524,80	797.739,35	261.618,84	261.618,84	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	24.094.065,09	13.052.591,55	11.703.030,24	11.599.647,04	-
33.2- Despesas de Capital	4.082.976,28	177.218,07	156.420,97	156.420,97	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	4.082.976,28	177.218,07	156.420,97	156.420,97	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	86.291,86	69.799,75
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	13.476.670,52	1.081.058,28
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	13.017.725,93	691.567,05
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	545.236,45	459.290,98
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	545.236,45	459.290,98
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:F32457C7

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 9 - RECEITA OPERACAO DE CREDITO

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA-PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	-	9.414.260,13	-9.414.260,13
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	195.917.171,88	27.908.762,15	168.008.409,73
Investimentos	193.117.171,88	26.346.061,93	166.771.109,95
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	2.800.000,00	1.562.700,22	1.237.299,78
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	195.917.171,88	27.908.762,15	168.008.409,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II–I)	195.917.171,88	18.494.502,02	177.422.669,86
Notas:			
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:F97D62C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23793/2026

DECRETO Nº 23793/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 1.005.265,93 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 1.005.265,93 (um milhão, cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos) proveniente dos excessos de arrecadação abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
570	00509-Gerenciamento do Trânsito	111.000,00
	SUBTOTAL	111.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3013	01264-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	80.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3796	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	50.000,00
10.301.0007.2045	FARMÁCIA BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3643	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	4.855,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3805	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	32.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3831	01345-PROPOSTA 36000805531/2026-00 - EMENDA COMISSÃO 50410001	10.000,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4122	01352-PROPOSTA 63000724898/2026-00 - SPERAFICO	26.238,40
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4302	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	1.367,04
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3922	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	1.324,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4164	01345-PROPOSTA 36000805531/2026-00 - EMENDA COMISSÃO 50410001	43.183,20
4165	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	1.200,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3921	01351-PROPOSTA 63000773125/2026-00 - PAULO LITRO	122.561,05
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4167	01352-PROPOSTA 63000724898/2026-00 - SPERAFICO	61.412,80
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3943	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	41.646,33
	SUBTOTAL	395.787,82
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
5281	01347-DELIBERAÇÃO 005/2026 GAR PCD-COEDE - SEDEF	57.456,69
08.122.0010.2063	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
5041	01158-SUAS/PROCAD	731,42
	SUBTOTAL	58.188,11
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	

13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
17.542.0012.2014	PROGRAMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6420	00511-Taxas - Prestação de Serviços	120.000,00
18.544.0012.1016	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6631	01150-CONVÊNIO 907051/2020 FUNASA - SISTEMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA	200.000,00
	SUBTOTAL	320.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
7061	01341-FMEL - PERCAPTA	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7071	01341-FMEL - PERCAPTA	3.290,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7121	01341-FMEL - PERCAPTA	2.000,00
	SUBTOTAL	10.290,00
	TOTAL	1.005.265,93

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1DF211BD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23794/2026

DECRETO Nº 23794/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 3.997.636,93 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo III, da Lei 2919/2025 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 3.997.636,93 (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.700,00
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
501	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	30.700,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2007	DEPTO DE FOMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOLOGIO, EMPREGO E RENDA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	55.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
20.606.0005.2018	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
1180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2770	00101-FUNDEB 60%	350.000,00
12.306.0006.2033	MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	75.000,00
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.000,00
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2994	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	117.297,18
	SUBTOTAL	544.297,18
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
4050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.686.733,90
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3752	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
	SUBTOTAL	1.726.733,90
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4571	01348-PROP 09032026-089519 - EMENDA 44450003 - PAULO LITRO	451.405,85
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	421.000,00
	SUBTOTAL	872.405,85
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	36.000,00
08.245.0010.2065	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
08.244.0010.2062	BPC NA ESCOLA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5200	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	5.000,00
	SUBTOTAL	52.000,00
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.001	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
14.244.0016.2070	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
6000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.0012.2089	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00
17.542.0012.2014	PROGRAMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	290.000,00
18.542.0012.2089	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	175.000,00
	SUBTOTAL	635.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
7110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.500,00
	SUBTOTAL	31.500,00
	TOTAL	3.997.636,93

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2200	00101-FUNDEB 60%	117.297,18
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2960	00101-FUNDEB 60%	350.000,00
	SUBTOTAL	467.297,18
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4150	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00

08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.686.733,90
	SUBTOTAL	1.726.733,90
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4458	01348-PROP 09032026-089519 - EMENDA 44450003 - PAULO LITRO	451.405,85
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.347.200,00
	SUBTOTAL	1.798.605,85
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2065	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5540	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	3.997.636,93

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4247E55F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23795/2026

DECRETO Nº 23795/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 200.996,56 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 200.996,56 (duzentos mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos) proveniente do superait financeiro do exercício de 2025 abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2883	00154-FNDE/PROGRAMA ESCOLA TEMPO INTEGRAL-RESOLUÇÃO 18/2023	976,49
	SUBTOTAL	976,49
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3804	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	110.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3924	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	7.767,01
	SUBTOTAL	117.767,01
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	57.253,06
	SUBTOTAL	57.253,06
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5322	01319-EMENDA 4074004-PROC 7100109317/2025-15 VERMELHO	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
	TOTAL	200.996,56

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:31A3C029

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23835/2026

DECRETO Nº 23835/2026

Nomeia o Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o **Conselho Municipal de Saúde** do Município -de Dois Vizinhos, composto pelos membros abaixo, com base no art. 5º da Lei Municipal nº 1973/2015.

USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		
Entidade	**Representante**	
Sindicato dos Empregados do Comércio	Orlandina Maria Brusco Resende Marilene Martins Moreira	Membro titular Membro suplente
Pastoral da Pessoa Idosa	Rosangela Simões Aguiar Neiva Maria Mugnol Pereira de Oliveira	Membro titular Membro suplente
Associação de Mulheres e Homens de Dois Vizinhos - Rede de Combate ao Câncer (AMEHDV-RCC)	Elisangela Favin Spala Luci Ribeiro Lorenzi	Membro titular Membro suplente
Associação Empresarial de Dois Vizinhos – ACEDV	Luciane Reguilin Wellington Grandalin	Membro titular Membro suplente
Associação de Santiago DV	Nelci Maggioni Borguezan Vanilde Gesser Matei Paini	Membro titular Membro suplente
Rotary	Lindomar Rigon Renan Birck	Membro titular Membro suplente
Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP Sindicato	Juscelino Machado dos Santos Roseli Aparecida Bruschi	Membro titular Membro suplente
Conselho Local de Saúde – Comunidade São Francisco do Bandeira	Catarina Polawski Terezinha Salete da Rocha Lemes	Membro titular Membro suplente
Lions Clube de Dois Vizinhos	Eliane Cabral José Feliciano	Membro titular Membro suplente
Conselho Local de Saúde – Bairro da Luz	Ivo Piola Simone Aparecida Luizetto Bueno	Membro titular Membro suplente
Conselho Local de Saúde – Bairro Jardim da Colina	Marno Suhre Luiz Carlos Passarini	Membro titular Membro suplente
Associação de terapias, saúde e equilíbrio e renovação – ASTER	Luciana Cristina Stodulny Lima Juliane Caroline Mezalira	Membro titular Membro suplente
TRABALHADORES DA SAUDE		
Conselho Regional de Farmácia	Karen Cardoso Ubiali Amanda Depieri Taborda	Membro titular Membro suplente
Associação dos Médicos de Dois Vizinhos	Fabiano Steinemann Santiago Jonas Diego Lima	Membro titular Membro suplente
Conselho Regional de Enfermagem	Carolina Kunz Cristiane Aparecida Machado Contreras Piana	Membro titular Membro suplente
Conselho Regional de Odontologia	Poliana de Fatima Biederman Taynan Drzermiski	Membro titular Membro suplente
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Carlos Alexandre Castanha Andreia Souza de Lima	Membro titular Membro suplente
ACS	Raquel Dayany de Fatima Pilar Ana Paula Antonello	Membro titular Membro suplente
PRESTADORES PRIVADOS		
Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos - APADV	Maria de Cássia Bernardo Inácio Milvana Regina Savegnago	Membro titular Membro suplente
Laboratório Lablife e Hospital Pró Vida	Felipe Eduardo Affonso da Costa Techy Adriane Baranoski	Membro titular Membro suplente
Laboratório Biocenter e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Silvia Caldato Jaime Manoelo Bonato	Membro titular Membro suplente
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PODER EXECUTIVO		
Secretaria de Saúde - UPA	Claudete Meurer Amanda Cristina de Assis da Rosa	Membro titular Membro suplente
Secretaria de Saúde – Atenção Básica	Jaqueline Cordeiro dos Santos de Almeida Andrea Regina Cagnini	Membro titular Membro suplente
Secretaria de Administração e Finanças	Elizangela Tavares da Silva Pamela Behling Rosalino	Membro titular Membro suplente
Secretário Executivo	Jalciane Dagostin Fernanda Constantino Velasco	Membro titular Membro suplente

Art. 2º Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzida para mais um mandato.

Art. 3º Revoga-se o Decreto 22135/2025.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AF707851

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 32/2026-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ITENS DESERTOS DO PREGÃO 20/2026, PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDAO."

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 177/2026.
Detentor da Ata: CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 32.743.242/0001-61, sediada à R MARIA OLIMPIA JARDIM, 0 - CEP: 87309185 - BAIRRO: JD IZABEL, Campo Mourão/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) DINAMARA GASPARELLO CAVALLI, inscrito (a) no CPF sob nº 695.940.829-68, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	19875	ATROPINA 0,50 MG/1 ML	blausiegel	AMP	200,00	1,89	378,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	11061	BORATO 8 HIDROXIQUINOLINA 0,40MG+TROLAMINA 140MG SOLUÇÃO OTO BR0278265	novartis	FRAS	300,00	18,20	5.460,00
TOTAL								5.838,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 5.838,00 (Cinco Mil, Oitocentos e Trinta e Oito Reais).
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 178/2026.
Detentor da Ata: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, sediada à R JOAO AMARAL DE ALMEIDA Nº 100, 100 - CEP: 81170520 - BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL, Curitiba/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) ELCIO LUÍS BORDIGNON, inscrito (a) no CPF sob nº 972.234.769-15, portador (a) da cédula de identidade RG nº 55910200.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	27828	ISETIONATO DE HEXAMIDINA 1MG/ML+CLORIDRATO DE TETRACAINA0,5MG/ML	HYPERA	FR	150,00	28,00	4.200,00
TOTAL								4.200,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 15 Dias
VALOR TOTAL: R$ 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais).
DATA DE ASSINATURA: 21/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:1D51F401

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 33/2026-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR."

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 175/2026.
Detentor da Ata: AQUINO COMÉRCIO DE PERFUMARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 21.670.255/0001-31, sediada à RUA SILVIO DE OLIVEIRA CHICHORRO, 0 - CEP: 85560000 - BAIRRO: SAO SEBASTIAO, Chopinzinho/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) TANIA EVA PRUCH DE AQUINO, inscrito (a) no CPF sob nº 036.650.699-47, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 005 - Lote 005	1	24166	COXA E SOBRE COXA Coxa sobre coxa de frango com osso. Resfriada (0º a 7ºC). Aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Odor e sabor: próprio. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Peso líquido máximo de 5kg por embalagem. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou em caixas de isopor em condições higiênicas ideais ao transporte. com prazo mínimo de validade de 3 meses contados a partir da data de entrega. com osso. Resfriada (0º a 7ºC). Aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Odor e sabor: próprio. Embalagem em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Peso líquido máximo de 5kg por embalagem. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou em caixas de isopor em condições higiênicas ideais ao transporte. com prazo mínimo de validade de 3 meses contados a partir da data de entrega.	COPACOL	KG	1.500,00	8,00	12.000,00
LOTE: 005 - Lote 005	2	24327	PEITO DE FRANGO Peito de frango sem osso de boa qualidade com prazo de validade mínima de 3 meses contados a partir da data de entrega. SEM OSSO DE BOA QUALIDADE. NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA. ODOR E SABOR: PRÓPRIO. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	COPACOL	KG	250,00	12,00	3.000,00
LOTE: 009 - Lote 009	1	7439	AÇUCAR CRISTAL 5 KG DE COR BRANCA COM SACAROSE E CANA-DE-AÇÚCAR, EMBALAGEM DE 5 KG. EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO APÓS DATA	GLOBO	PCT	300,00	13,88	4.164,00
LOTE: 009 - Lote 009	2	17949	ARROZ PARBOLIZADO 5KG Arroz parbolizado 5 kg Beneficiado, parboilizado, longo tipo 1. Embalagem primária plástica, transparente, de 5kg. Com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega. longo tipo 1. Embalagem primária plástica, transparente, de 5kg. Com data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega.	GRAO DE OURO	PCT	400,00	15,14	6.056,00
LOTE: 009 - Lote 009	3	18037	FEIJÃO PRETO 1KG TIPO 1. SEM CARUNCHO E PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS, PEDRAS E OUTRAS SUJIDADES. EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	NO PONTO	KG	500,00	5,77	2.885,00
LOTE: 009 - Lote 009	4	18148	SAL REFINADO E IODADO 1KG SAL MARINHO REFINADO IODADO: ACONDICIONADO EM SACOS POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM 1 KG DE PRODUTO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS OU REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. SAL, TIPO: REFINADO, APLICAÇÃO: ALIMENTÍCIA, TEOR MÁXIMO SÓDIO: 390 MG/G, ADITIVOS: IODATO DE POTÁSSIO E ANTIUMECTANTE FERROCIANETO.	NO PONTO	PCT	240,00	3,28	787,20

LOTE: 009 - Lote 009	5	18170	VINAGRE DE ÁLCOOL 750ML Vinagre de álcool. Embalagem primária: Frascos plásticos contendo de 750ml. Validade mínima: 1 ano. Embalagem primária: Frascos plásticos contendo de 750ml. Validade mínima: 1 ano.	NO PONTO	UN	150,00	4,28	642,00
LOTE: 009 - Lote 009	6	19534	FEIJÃO CARIOCA 1 KG Feijão Carioca 1 kg Tipo 1, grupo anão. Sem caruncho e presença de grãos mofados, pedras e outras sujidades. Em embalagem plástica de1Kg. Validade de no mínimo 6 meses após a data de entrega. TIPO 1. SEM CARUNCHO E PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS, PEDRAS E OUTRAS SUJIDADES. EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	CINDERELA	PCT	150,00	9,32	1.398,00
LOTE: 009 - Lote 009	7	23710	AÇUCAR MASCAVO Produto de procedência conhecida identificada na embalagem, resultado do processamento da cana de açúcar, com preservação da característica do produto (coloração variável entre caramelo e marrom e umidade tolerável), isento de impurezas, partículas escuras ou estranhas, fragmentos de insetos ou quaisquer outras que possam comprometer a sua qualidade. Deverá ser embalado em pacotes de polipropileno de 1KG Validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega.	GLOBO	PCT	10,00	15,79	157,90
LOTE: 009 - Lote 009	8	24156	OLEO DE SOJA ÓLEO DE SOJA LATA DE 900ML REFINADO, EM EMBALAGEM PET DE 900 ML, EMBALAGEM INTEGRA NÃO AMASSADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	COAMO	FRAS	450,00	6,21	2.794,50
LOTE: 009 - Lote 009	9	28075	ARROZ INTEGRAL TIPO 1, BENEFICIADO POLIDO – 1ª QUALIDADE, GRÃOS INTEIROS; ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO CONTENDO 1 QUILO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA	GRAO DE OURO	PCT	20,00	5,77	115,40
TOTAL								34.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 7 Dias
VALOR TOTAL: R$ 34.000,00 (Trinta e Quatro Mil Reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/09/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 176/2026.
Detentor da Ata: GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 05.386.330/0001-80, sediada à R GENERAL OSORIO, Nº 14, 14 - CEP: 85145000 - BAIRRO: CENTRO, Foz do Jordão/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS ZENNI, inscrito (a) no CPF sob nº 034.609.179-97, portador (a) da cédula de identidade RG nº 61108319.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	1655	CHUCHU de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, fresco, inteiro e são. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	CANTU	KG	200,00	4,88	976,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	3299	ACELGA VERDURA DE PRIMEIRA QUALIDADE IN-NATURA, TIPO ACELGA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, FIRMES, NÃO MURCHAS, SEM RACHADURAS, SEM PARTES ESCURECIDAS, NEM SINAIS DE BROTAÇÃO.	CANTU	UN	400,00	5,15	2.060,00
LOTE: 001 - Lote 001	3	7180	BATATA DOCE in-natura de boa qualidade e consistência firme, próprias para o consumo, casca lisa, livres de fungos, rachaduras e sujidades. Tamanho de médio a grande.	CANTU	KG	200,00	4,81	962,00
LOTE: 001 - Lote 001	4	14196	COUVE FLOR FRESCA E ÍNTEGRAS, IN-NATURA COM COR CARACTERÍSTICA DA ESPÉCIE. SEM ÁREAS ESCURAS E SEM PERFURAÇÕES. COM FOLHAS.	CANTU	UN	50,00	7,414	370,70
LOTE: 001 - Lote 001	5	16804	BROCOLIS IN-NATURA DE BOA QUALIDADE EM PONTO DE CONSUMO, SEM PONTOS PRETOS.	CANTU	UN	80,00	6,69	535,20
LOTE: 001 - Lote 001	6	17992	CEBOLA BOA QUALIDADE, BRANCA OU ROXA. UNIDADES INTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS. SEM PERFURAÇOES E AREAS MURCHAS, OU COM FUNGOS.	CANTU	KG	400,00	5,33	2.132,00
LOTE: 001 - Lote 001	7	23696	ALFACE Alface - verduara in-natura, tipo alface, especie americana/crespa/romana/lisa	CANTU	UN	300,00	2,65	795,00
LOTE: 001 - Lote 001	8	23702	ABOBRINHA Abobrinha - boa qualidade Tamanho médio, firmes, não murchas, sem rachaduras nem sinais de brotação. DE BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, FIRMES, NÃO MURCHAS,SEM RACHADURAS SEM PARTES ESCURA E NEM SINAIS DE BROTAÇÃO.	CANTU	KG	250,00	4,51	1.127,50

LOTE: 001 - Lote 001	9	23721	BATATA INGLESA Batata Inglesa (batatinha) in-natura Tamanho médio. Não esverdeadas, sem brotos, sem rachaduras ou pontos escuros, lavada de boa qualidade (batatinha) in-natura Tamanho médio. Não esverdeadas, sem brotos, sem rachaduras ou pontos escuros, lavada de boa qualidade	CANTU	KG	500,00	4,17	2.085,00
LOTE: 001 - Lote 001	10	24163	BETERRABA Beterraba - boa qualidade in-natura .Tamanho médio, firmes, não murchas, cor vermelho intenso, sem rachaduras nem sinais de brotação. boa qualidade in-natura .Tamanho médio, firmes, não murchas, cor vermelho intenso, sem rachaduras nem sinais de brotação.	CANTU	KG	200,00	4,28	856,00
LOTE: 001 - Lote 001	11	24165	CENOURA Cenoura in-natura Fresca e íntegras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações. in-natura Fresca e íntegras, com cor característica da espécie. Sem áreas escuras e sem perfurações.	CANTU	KG	400,00	5,28	2.112,00
LOTE: 001 - Lote 001	12	24170	REPOLHO boa qualidade Verde ou roxo. Tamanho médio. Íntegros, sem pontos escuros ou murchos. Frescos e de cor característica.	CANTU	KG	700,00	3,03	2.121,00
LOTE: 001 - Lote 001	13	24671	TOMATE in-natura de boa qualidade tomate tipo salada, tamanho médio a grande, de primeira, com grau de maturação médio, sem ferimentos, sem sinais de bolor.	CANTU	KG	400,00	6,04	2.416,00
LOTE: 001 - Lote 001	14	24674	PEPINO in- natura de boa qualidade, em ponto de consumo sem pontos pretos ou amassados ou outros defeitos que possam alterar a aparência e qualidade do produto.	CANTU	KG	300,00	4,65	1.395,00
LOTE: 001 - Lote 001	15	26289	PIMENTÃO na cor verde in-natura, graúdo, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade.	CANTU	KG	60,00	7,61	456,60
LOTE: 002 - Lote 002	1	1777	MANGA IN-NATURA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO DA FRUTA, TAMANHO MÉDIO, COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE; FRESCO, LIMPO; ISENTO DE SUJIDADES, INSETOS, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA. NÃO DEVE APRESENTAR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA.	CANTU	KG	500,00	7,23	3.615,00
LOTE: 002 - Lote 002	2	5314	MAMÃO Formosa ou papaia. Firmes. Com grau de amadurecimento médio. Sem pontos machucados ou murchos. Sem pontos escuros ou com bolor. Cor característica.	CANTU	KG	1.000,00	6,42	6.420,00
LOTE: 002 - Lote 002	3	14243	MARACUJÁ IN-NATURA, MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO, TEXTURA E CONSISTÊNCIA DE FRUTA FRESCA; AUSÊNCIA DE PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À CASCA.	CANTU	KG	100,00	11,64	1.164,00
LOTE: 002 - Lote 002	4	18058	LARANJA boa qualidade Para suco ou do céu. Fresca, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, casca lisa, sem machucados e fungos.	CANTU	KG	300,00	3,59	1.077,00
LOTE: 002 - Lote 002	5	18089	MELANCIA Melancia - redonda, graúda, de primeira qualidade, livres de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel - Pesando em média 5kg a 10kg. redonda, graúda, de primeira qualidade, livres de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel - Pesando em média 5kg a 10kg.	CANTU	KG	2.000,00	3,93	7.860,00
LOTE: 002 - Lote 002	6	24162	BANANA BOA QUALIDADE: TIPO CATURRA. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA AMARELA, SEM PONTOS ESCUROS, MOLES OU MACHUCADAS. EM PENCAS. ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE MADEIRA.	CANTU	KG	2.500,00	3,18	7.950,00
LOTE: 002 - Lote 002	7	24168	MAÇÃ boa qualidade Tipo Gala ou Fugi. 1ª Classe. Fresca, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, firme, casca lisa, sem machucados.	CANTU	KG	1.800,00	5,38	9.684,00
LOTE: 002 - Lote 002	8	24247	ABACAXI FRUTA Abacaxi (fruta) tipo pérola, in natura, frutos no grau médio de amadurecimento e uniformes; sem danos de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. ABACAXI (FRUTA) TIPO PÉROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, FRUTOS NO GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO E UNIFORMES; SEM DANOS DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES.	CANTU	UN	200,00	6,19	1.238,00
LOTE: 002 - Lote 002	9	26285	MELÃO in-natura, redondo, graúdo, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel. Pesando entre 1kg a 1,5 g.	CANTU	KG	1.200,00	6,66	7.992,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	17985	CARNE BOVINA PARA PANELA SEM OSSO. 1ª QUALIDADE. CORTES: EM CUBOS. RESFRIADA (0º A 7ºC), LIMPA, ASPECTO: PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE (VERMELHA BRILHANTE OU PÚRPURA) SEM MANCHAS ESVERDEADAS, PARDACENTAS	SANTA BARBARA	KG	900,00	23,70	21.330,00

			OU DE QUALQUER ESPÉCIE, ISENTA DE PARASITOS E LARVAS. ODOR E SABOR: PRÓPRIO. O PERCENTUAL ACEITÁVEL DE SEBO/GORDURA É DE 10%. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 5 KG POR EMBALAGEM. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU EM CAIXAS DE ISOPOR EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS IDEAIS AO TRANSPORTE. COM VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES DE VALIDADE CONTADOS DA DATA DE ENTREGA.					
LOTE: 003 - Lote 003	2	17987	CARNE MOÍDA BOVINA 1º QUALIDADE ? RESFRIADA (0º A 7ºC), LIMPA, ASPECTO: PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE (VERMELHA BRILHANTE OU PÚRPURA) SEM MANCHAS ESVERDEADAS, PARDACENTAS OU DE QUALQUER ESPÉCIE, ISENTA DE PARASITOS E LARVAS. ODOR E SABOR: PRÓPRIO. O PERCENTUAL ACEITÁVEL DE SEBO/GORDURA É DE 10 (DEZ)%. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 5KG POR EMBALAGEM. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU EM CAIXAS DE ISOPOR EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS IDEAIS AO TRANSPORTE. COM VALIDADE MÍNIMA DE NO MÍNIMO TRÊS MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	SANTA BARBARA	KG	1.200,00	26,90	32.280,00
LOTE: 003 - Lote 003	3	17990	CARNE BOVINA CORTE TIPO COXÃO MOLE, CORTADA EM PEDAÇOS SEPARADA EM EMBALAGEM RESISTENTE ÍNTEGRA DE ATÉ 5 KG CADA, PARA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA OU COM REGISTRO NO SIP OU SIF. AS INFORMAÇÕES (PESO E FORNECEDOR) DEVERÃO CONSTAR NA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PACOTES NO MOMENTO DA ENTREGA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU EM CAIXAS DE ISOPOR EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS IDEAIS AO TRANSPORTE.	SANTA BARBARA	KG	200,00	29,45	5.890,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	17988	CARNE SUÍNA TIPO BISTECA PRODUTO DE QUALIDADE, ENTREGUE EM EMBALAGENS QUE CONTENHAM ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO (VALIDADE). DEVERÁ SER TRANSPORTADOS EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. A CARNE NÃO DEVERÁ ESTAR CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 5 KG POR EMBALAGEM.	SANTA BARBARA	KG	350,00	15,90	5.565,00
LOTE: 004 - Lote 004	2	17989	CARNE SUÍNA TIPO PALETA PRODUTO DE QUALIDADE, CORTADA EM CUBOS. ENTREGUE EM EMBALAGENS QUE CONTENHA ESPECIFICADO O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO (VALIDADE). DEVERÁ SER TRANSPORTADOS EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. A CARNE NÃO DEVERÁ ESTAR CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 5 KG POR EMBALAGEM.	SANTA BARBARA	KG	500,00	16,30	8.150,00
LOTE: 004 - Lote 004	3	18069	LINGUICINHA SUÍNA PURA - GROSSA PREPARADAS COM CARNE SUÍNA PURA E LIMPA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PICADA, NÃO MISTA, ADICIONADA DE TOUCINHO E CONDIMENTOS, EM GOMOS UNIFORMES E PADRONIZADOS, NÃO ADMITINDO SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, PARTES FLÁCIDAS OU DE CONSISTÊNCIA ANORMAL, ISENTA DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS AS SUAS COMPOSIÇÕES NORMAIS. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A	SANTA BARBARA	KG	350,00	17,20	6.020,00

			INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE CONSUMO, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIAS, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, PESO DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA (DEPARTAMENTO INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) E CARIMBO DE INSPENÇÃO DO SIF. EMBALAGEM DE 5 KG.					
LOTE: 004 - Lote 004	4	23148	BANHA EMBALAGEM 1KG BANHA EMBALAGEM 1KG Banha embalagem contendo 1kg validade minima de 3 meses contando da data de entrega suina de boa qualidade validade minima de 3 meses contando da data de entrega	AURORA	KG	100,00	12,65	1.265,00
LOTE: 006 - Lote 006	1	18056	IOGURTE 1 L DIVERSOS SABORES Iogurte 1 litro diversos sabores, de boa qualidade similar ou superior ao (frimesa) com prazo de 35 contados da data de entrega. IOGURTE DE POLPA DE FRUTAS – SABORES VARIADOS, BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTAS SABORES VARIADOS (EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO). DEVERÁ CONTER REGISTRO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ANVISA E INMETRO. EMBALAGEM DE 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 30 DIAS A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO	FRIMESA	L	200,00	9,00	1.800,00
LOTE: 006 - Lote 006	2	18061	LEITE EM PÓ INTEGRAL 400GR Leite em pó integral sem açúcar, de vaca, integral e instantâneo, com lecitina de soja. Vitaminado. Registro no ministério da agricultura: SIF/DIPOA. Diluição mínima 1:7 sem alterar as características sensoriais do produto. Quantidade mínima de proteína em 100g: 26g. Embalagem primária: Sacos de alumínio gaseificado contendo 400 gr. Validade: mínimo 01 ano. integral e instantâneo, com lecitina de soja. Vitaminado. Registro no ministério da agricultura: SIF/DIPOA. Diluição mínima 1:7 sem alterar as características sensoriais do produto. Quantidade mínima de proteína em 100g: 26g. Embalagem primária: Sacos de alumínio gaseificado contendo 400 gr. Validade: mínimo 01 ano.	CCGL	PCT	900,00	17,33	15.597,00
LOTE: 006 - Lote 006	3	23732	LEITE LIQUIDO UHT integral com prazo de validade de, no mínimo, 03 (três) meses, a contar da data de entrega do produto; embalagem tetra pack de 1 litro, caixa com 12 lts	LIDER	CX	240,00	87,20	20.928,00
LOTE: 006 - Lote 006	4	24169	OVOS Ovos Cor branca ou vermelho. Inteiros, sem rachaduras e limpos. Em embalagem própria para transporte e armazenamento. Data de fabricação e validade. Com registro no SIM, SIF ou CISPOA. Cor branca ou vermelho INTEIROS, SEM RACHADURAS E LIMPOS. EM EMBALAGEM PRÓPRIA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NO SIM, SIF OU CISPOA.	REAL AGRO	DZ	700,00	10,14	7.098,00
LOTE: 006 - Lote 006	5	24243	IOURTE ZERO LACTOSE IOGURTE DE POLPA DE FRUTA ZERO LACTOSE DE 1 LITRO, DIVERSOS SABORES, DE BOA QUALIDADE COM PRAZO DE 1 MÊS CONTADO DA DATA DE ENTREGA	SANTA CLARA	LI	20,00	15,61	312,20
LOTE: 006 - Lote 006	6	26282	LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE 380 GR: Composto lácteo com maltodextrina para dietas com restrição de lactose, embalagem primária: latas de alumínio contendo 380 gr. Validade: mínimo 1 ano.	PIRACANJUBA	PCT	100,00	29,77	2.977,00
LOTE: 006 - Lote 006	7	26282	LEITE LÍQUIDO DESNATADO UHT: LEITE DESNATADO, TEOR DE GORDURA MÁXIMO DE 0,5%, PASTEURIZADO PELO SISTEMA UHT, COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES, EM EMBALAGEM TETRA PAK DE 01 LITRO, DEVENDO CONTER EM SUA EMBALAGEM NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE	FRIMESA	UN	50,00	7,46	373,00
LOTE: 006 - Lote 006	8	26282	LEITE LIQUIDO PASTEURIZADO: Leite líquido - leite pasteurizado tipo "c"contendo 1 litro, com prazo de validade de 4 dias, htst (high temperatura, short time, alta temperatura tempo curto, 75 °c por 15s) padronizado (instrução normativa n°. 51 de 2002).	BMILK	PCT	100,00	7,96	796,00
LOTE: 007 - Lote 007	1	25987	FORMULA INFANTIL FÓRMULA INFANTIL PEPTI 800 GR: FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE VIDA, DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECIFICAS CONTÉM PROTEÍNA LÁCTEA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, PROBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. EMBALAGEM DE 800 GR. VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. (PRODUTO IGUAL OU	MILNUTRI	LATA	20,00	77,00	1.540,00

			SIMILAR A APTAMIL PEPTI).					
LOTE: 007 - Lote 007	2	25987	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES 800 GR DE SEGUIMENTO PARA CRIANÇAS DE 6 A 12 MESES DE IDADE, EMBALAGEM DE 800 GR, (PRODUTO IGUAL OU SIMILAR A NAN 2).VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	NESTOGENO	LATA	20,00	76,30	1.526,00
LOTE: 008 - Lote 008	1	23711	ADOÇANTE DIETETICO Adoçante Dietético líquido – sem aspartame, na forma líquida - prazo de validade 5 tipo dietético, embalagem de 100 ml ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO A BASE DE GLICOSÍDEO DE STEVIOL (STÉVIA), PRAZO DE VALIDADE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, TIPO DIETÉTICO, EMBALAGEM CONTENDO 100 ML.	ADOCYL	UN	10,00	7,57	75,70
LOTE: 008 - Lote 008	2	25624	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE, BISCOITO DOCE 0% GORDURA TRANS, LIVRE DE LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR INVERTIDO, FERMENTO QUÍMICO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 335 GR. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	DOCE MEL	PCT	30,00	15,94	478,20
LOTE: 008 - Lote 008	3	26284	MACARRÃO SEM GLÚTEN 500 GR: COMPOSIÇÃO: MACARRÃO DE ARROZ, FARINHA DE ARROZ, OVOS, CORANTES NATURAIS CÚRCUMA E URUCUM. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM 500 GR. VALIDADE: DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	URBANO	PCT	20,00	7,73	154,60
LOTE: 008 - Lote 008	4	27208	DOCE DE LEITE DE BOA QUALIDADE, SEM LACTOSE, CREMOSO, EM POTES DE 400 GR. VALIDADE DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PIRACANJUBA	UN	20,00	17,16	343,20
LOTE: 008 - Lote 008	5	27273	FARINHA DE ARROZ SEM GLÚTEN OU TRAÇOS DE GLÚTEN. PACOTE DE 300 GR COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	VITAO	PCT	20,00	27,19	543,80
LOTE: 008 - Lote 008	6	27274	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE BISCOITO DOCE ISENTO DE LACTOSE E DE GLÚTEN, COM INGREDIENTES NATURAIS E INTEGRAIS, ELABORADOS COM SOJA, ARROZ E MILHO. EMBALAGEM DE 90 GR. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DE GLÚTEN E LACTOSE. VALIDADE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	JASMINE	PCT	20,00	18,09	361,80
LOTE: 008 - Lote 008	7	27275	BISCOITO SALGADO BISCOITO SALGADO ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE, TIPO CREAM CRACKER, ELABORADO COM INGREDIENTES ISENTOS DE GLÚTEN E DE LACTOSE. EMBALAGEM COM 365 GRAMAS. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	JASMINE	PCT	20,00	15,39	307,80
LOTE: 008 - Lote 008	8	28076	LEITE DE COCO EM PÓ SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, PODENDO CONTER: COCO, MALTODEXTRINA E GOMA ACÁCIA. SEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 1 KG. VALIDADE 6 (MESES) A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	NATIVOS	PCT	6,00	85,43	512,58
LOTE: 010 - Lote 010	1	18032	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 5KG FARINHA DE TRIGO TIPO 01, 5 KG, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA CONTENDO 5 KG: VALIDADE MÍNIMA: DE 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KOENE	PCT	500,00	15,18	7.590,00
LOTE: 010 - Lote 010	2	18034	FARINHA DE MILHO TIPO DE BIJU 1KG ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO , FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS. PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, LARVAS OU DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADO, RANÇOSO E TER NO MÁXIMO 14% DE UMIDADE. EMBALAGEM ÍNTEGRA SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 01 KG, PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO DE 06 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	CINDERELA	PCT	500,00	4,35	2.175,00
LOTE: 010 -	3	18046	FUBÁ DE MILHO 1KG Fubá: de milho, farinha	CINDERELA	PCT	400,00	4,29	1.716,00

Lote 010			fina de milho. Não podendo estar fermentado, rançoso, e ter no máximo 14%p/p de umidade. Embalagem: íntegra, saco de polietileno atóxico, resistente, contendo peso liquido de 01 kg cada. Com prazo de validade de no mínimo 06 meses. Com registro no órgão competente					
LOTE: 010 - Lote 010	4	18079	MANDIOCA DESCASCADA CONGELADA EM PEDAÇOS SEM CONSERVANTES, EMBALADA À VÁCUO EM EMBALAGENS DE 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	CACHOEIRA	KG	100,00	6,69	669,00
LOTE: 010 - Lote 010	5	23684	FIBRA DE TRIGO SEM GORDURA SATURADA, EMBALAGEM DE 1 KG, VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 4 MESES.	VITAO	PCT	20,00	21,75	435,00
LOTE: 010 - Lote 010	6	23717	AMIDO DE MILHO Amido de milho em pó isento de matérias terrosas, fungos ou parasitas e livre de umidade. Acondicionados em embalagem de 1 kg. A embalagem deve conter as especificações dos ingredientes, informação do fabricante, data de fabricação e vencimento do produto. Similar ou superior a (maizena) em pó isento de matérias terrosas, fungos ou parasitas e livre de umidade. Acondicionados em embalagem de 1 kg. A embalagem deve conter as especificações dos ingredientes, informação do fabricante, data de fabricação e vencimento do produto. Similar ou superior a (maizena)	APTI	PCT	60,00	8,74	524,40
LOTE: 010 - Lote 010	7	24236	LENTILHA Lentilha embalagem 500 gr de boa qualidade DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE CONTENDO 500 GR. VALIDADE DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	INCAS	PCT	40,00	8,08	323,20
LOTE: 010 - Lote 010	8	24335	POLVILHO AZEDO Polvilho azedo 500 gr 500 GR ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: POLVILHO AZEDO, BRANCO, EMBALAGEM PRIMÁRIA SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, EMBALAGEM CONTENDO 500 GR, ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES; COM LOTE E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA.	PRATA	PCT	20,00	4,43	88,60
LOTE: 010 - Lote 010	9	24336	POLVILHO DOCE Polvilho doce 500gr 500gr ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: POLVILHO DOCE, BRANCO, EMBALAGEM PRIMÁRIA SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, EMBALAGEM CONTENDO 500 GR, ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES; COM LOTE E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA.	PRATA	PCT	20,00	4,77	95,40
LOTE: 010 - Lote 010	10	24338	PROTEINA DE SOJA TEXTURIZADA 500 GR: PROTEÍNA TEXTURIZADA SOJA MÉDIA ESCURA, COMPOSIÇÃO BÁSICA PROTEÍNA DE SOJA 50% E CARBOIDRATO 30%, APRESENTAÇÃO FLOCOS, ASPECTO FÍSICO DESIDRATADA, SABOR CARNE BOVINA, PODERÁ CONTER OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO E QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO, OS QUAIS DEVEM SER DECLARADOS. CARACTERÍSTICAS: GRÂNULOS MÉDIOS OU FINOS, COR, SABOR, ASPECTO E ODOR CARACTERÍSTICOS. NÃO PODERÁ CONTER CORANTES ARTIFICIAIS, EDULCORANTES, AROMATIZANTES E GLUTAMATO MONOSSÓDICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM DE MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE SELADA, QUE CONSERVE AS PROPRIEDADES DO PRODUTO DURANTE O PRAZO DE VALIDADE, PESANDO 500GR, COM LOTE E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA.	ZAELI	PCT	40,00	11,66	466,40
LOTE: 010 - Lote 010	11	24342	QUIRERA Quirera: de milho de boa qualidade, em embalagem de 01kg cada. Com prazo de validade de no mínimo para 06 meses. Com registro no órgão competente. de milho de boa qualidade, em embalagem de 01kg cada. Com prazo de validade de no mínimo para 06 meses. Com registro no órgão competente.	PASSARIM	KG	350,00	5,48	1.918,00
LOTE: 010 - Lote 010	12	26464	AVEIA EM FLOCOS RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATAS FABRICAÇÃO E VALIDADE, PACOTE DE 160 GR. VALIDADE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	APTI	CX	150,00	5,22	783,00
LOTE: 010 - Lote 010	13	26467	FARINHA DE AVEIA integral, isenta de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 15% por peso, acondicionado em sacos plástico ou caixa apropriada, embalagem com 150 gr.	APTI	PCT	150,00	5,30	795,00
LOTE: 010 - Lote 010	14	26470	FLOCOS DE CEREAIS COMPOSTO ALIMENTAR A BASE DE MILHO, MALTE,	SWEET FLAKES	PCT	300,00	23,18	6.954,00

			SAL, VITAMINAS E MINERAIS. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. CONTENDO A DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM. EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, COM LOTE E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES NA DATA DA ENTREGA					
LOTE: 010 - Lote 010	15	26591	ALHO ALHO EM BUGALHOS. GRAÚDO, SEM BROTOS E SEM MACHUCADOS. ÍNTEGRO COM EMBALAGEM DE 200 GR.	ALHO ROXO	PCT	200,00	11,12	2.224,00
LOTE: 010 - Lote 010	16	27304	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL TIPO 1 ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA CONTENDO 1 KG: VALIDADE MÍNIMA: DE 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KOENE	PCT	20,00	6,70	134,00
LOTE: 010 - Lote 010	17	28395	PIPOCA 400 GR MILHO PARA PIPOCA COM GRÃOS INTEIROS, DE COR AMARELA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO E ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 400 GR. VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	INCAS	UN	100,00	5,09	509,00
LOTE: 010 - Lote 010	18	28397	AMENDOIM SEM CASCA AMENDOIM SEM CASCA 400 GR DEBULHADO, COM PELÍCULA, "IN NATURA". EMBALAGEM SELADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	INCAS	PCT	100,00	9,94	994,00
LOTE: 010 - Lote 010	19	28398	CANJICA MILHO PARA CANJICA, COLORAÇÃO AMARELA OU BRANCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO E ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM CONTENDO 400 GR.	INCAS	PCT	300,00	6,45	1.935,00
LOTE: 010 - Lote 010	20	28399	TRIGO PARA QUIBE TRIGO PARA QUIBE GRÃOS DE TRIGO SELECIONADOS, PRÉ-COZIDO E MOÍDO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE 400G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS. APRESENTANDO VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES A CONTAR A DATA DA ENTREGA	PRATA	PCT	100,00	6,71	671,00
LOTE: 011 - Lote 011	1	18039	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO EMBALAGEM INTEGRA DE 200G CADA. COM REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO DE 06 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA	APTI	UN	150,00	5,11	766,50
LOTE: 011 - Lote 011	2	18040	FERMENTO GELADO 500GR Fermento gelado p/ pão: embalagem integra de 500gr. Com registro no órgão competente . Prazo de validade no mínimo de 06 meses no momento da entrega p/ pão: embalagem integra de 500gr. Com registro no órgão competente . Prazo de validade no mínimo de 06 meses no momento da entrega	FLEISCHMANN	PCT	150,00	9,75	1.462,50
LOTE: 011 - Lote 011	3	18074	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 1KG INGREDIENTES: OVOS, SÊMOLA DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, CORANTE NATURAL CÚRCUMA E URUCUM, COM GLÚTEN COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO PARA 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	PICCININI	PCT	350,00	6,76	2.366,00
LOTE: 011 - Lote 011	4	25624	BISCOITO DOCE BISCOITO DOCE TIPO ROSCA 720 GR: BISCOITO DOCE, CONTENDO FARINHA DE TRIGO RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AMIDO DE MILHO, SAL, BICARBONATOS DE SÓDIO E AMÔNIO, AROMA DE BAUNILHA E ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 720G. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA (TIPO: LEITE, COCO E CHOCOLATE)	NINFA	PCT	250,00	8,58	2.145,00
LOTE: 011 - Lote 011	5	25624	BISCOITO DOCE CONTENDO FARINHA DE TRIGO RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AMIDO DE MILHO, SAL, BICARBONATOS DE SÓDIO E AMÔNIO, AROMA DE BAUNILHA E ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 700G. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA (TIPO: LEITE, COCO E CHOCOLATE)	NINFA	PCT	300,00	8,58	2.574,00
LOTE: 011 - Lote 011	6	26284	MACARRÃO P/ SOPA 500 GR DE BOA QUALIDADE COM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA COM OVOS PASTEURIZADOS. EM EMBALAGEM DE 500 GR CADA. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO PARA 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	PICCININI	KG	300,00	4,82	1.446,00

LOTE: 011 - Lote 011	7	26284	MACARRÃO INTEGRAL 500 GR: MASSA FORMULADA COM FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FIBRA DE TRIGO, FARINHA DE AVEIA, FARINHA DE ARROZ, FARINHA DE CEVADA E FARINHA DE SOJA, COM OVOS. FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E DE BOA QUALIDADE. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO, ATÓXICO, PESANDO 500 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	GALO	PCT	20,00	5,125	102,50
LOTE: 011 - Lote 011	8	26284	MACARRÃO MACARRÃO: TIPO PARAFUSO COM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA COM OVOS PASTEURIZADOS, EM EMBALAGEM DE 1 KG CADA. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO PARA 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	PICCININI	PCT	350,00	5,85	2.047,50
LOTE: 011 - Lote 011	9	27275	BISCOITO SALGADO BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER. 0% GORDURA TRANS. INGREDIENTES OBRIGATÓRIOS FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 365 GR. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	NINFA	PCT	300,00	6,89	2.067,00
LOTE: 011 - Lote 011	10	28396	FERMENTO EM PÓ PARA PÃO Fermento biológico para pão embalagem íntegra de 125 g cada. Com registro no órgão competente. Prazo de validade no mínimo de 06 meses no momento da entrega.	SAF INSTANT	PCT	100,00	6,23	623,00
LOTE: 012 - Lote 012	1	7196	CRAVO DA ÍNDIA Especiarias. Produto integro sem sujidades e unidade. Embalagem de 10gr, contendo prazo de validade.	INCAS	PCT	80,00	4,40	352,00
LOTE: 012 - Lote 012	2	17981	CAMOMILA Camomila (em flores) 15gr, não industrializadas. EM FLORES, SECA E DESIDRATADA, EMBALAGEM INTEGRA, CONTENDO 30 GR, NÃO INDUSTRIALIZADAS.	INCAS	PCT	120,00	3,10	372,00
LOTE: 012 - Lote 012	3	17982	CANELA EM PÓ Canela em pó - especiaria em pó; o produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses da entrega. Em embalagem íntegra - pacote de 30 g. ESPECIARIA EM PÓ. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES DA ENTREGA. EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, PACOTE DE 35 GR.	INCAS	PCT	60,00	4,80	288,00
LOTE: 012 - Lote 012	4	18021	ERVA DOCE 15G in-natura seca sem umidade e sujidades em pacotes de 15 gr.	INCAS	PCT	100,00	3,20	320,00
LOTE: 012 - Lote 012	5	24299	LOURO FOLHAS Louro Folhas embalagem 5gr LOUROFOLHASDESIDRATADA, EMBALAGEM 10 GR .	INCAS	PCT	80,00	3,80	304,00
LOTE: 012 - Lote 012	6	24677	OREGANO em folhas desidratadas moídas, embalagem plástica integra contendo 100 gr, com identificação do produto, peso fabricante, data de fabricação e validade.	INCAS	PCT	100,00	7,50	750,00
LOTE: 012 - Lote 012	7	26274	AÇAFRÃO INTEGRO SEM IRREGULARIDADES NO PRODUTO, CHEIRO E AROMA CARACTERÍSTICO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE: MÍNIMO 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS	INCAS	PCT	20,00	29,80	596,00
LOTE: 012 - Lote 012	8	26466	CHÁ EM CAIXA 35 gr (natural, camomila, hortelã, cidreira, erva doce, maçã, cravo e canela etc...), caixa c/ 25 saquinhos.	LARANJEIRAS	CX	800,00	3,80	3.040,00
LOTE: 012 - Lote 012	9	26468	ENDRO in-natura seco sem sinal de umidade e sujidades em pacotes de 15 gr.	INCAS	PCT	100,00	3,70	370,00
LOTE: 012 - Lote 012	10	26471	COLORAU EXTRATO CORANTE EM PÓ, DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM PLÁSTICA. CONTENDO FARINHA DE MILHO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, URUCUM MOÍDO E ÓLEO DE SOJA. EMBALAGEM DE 1 KG. VALIDADE DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	INCAS	PCT	160,00	10,10	1.616,00
LOTE: 012 - Lote 012	11	26485	CANELA RAMA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE E ATÓXICA, RESISTENTE E HERMETICAMENTE EMBALADO, PACOTE DE 10 GR.GR.	INCAS	PCT	100,00	4,00	400,00
LOTE: 012 - Lote 012	12	27272	CACAU EM PÓ 200G CACAU EM PÓ ALCALINIZADO 100%, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ISENTO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM: 170 GRAMAS. VALIDADE: DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA..	APTI	PCT	60,00	23,20	1.392,00
LOTE: 013 - Lote 013	1	18002	COCO RALADO 100GR PURO, SEM AÇÚCAR, PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MÁXIMA DE 4% E LIPÍDIOS ENTRE 35 A 60 %, ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E RANÇO. EMBALAGEM DE 100	DIVINA MESA	PCT	20,00	6,1375	122,75

			GRAMAS. VALIDADE DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.					
LOTE: 013 - Lote 013	2	18026	EXTRATO DE TOMATE 800GR CONTENDO SABOR, AROMA E APARÊNCIA CARACTERÍSTICA DO PRODUTO. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS COMO PARASITAS, LARVAS E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS. EMBALAGEM INTEGRA, NÃO VIOLADA. ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, LISTA DE INGREDIENTES CONTENDO APENAS: TOMATE, SAL E AÇÚCAR. VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	CIA FRIOS	LATA	200,00	12,829	2.565,80
LOTE: 013 - Lote 013	3	23150	CAFÉ EM PÓ SOLUVEL 100% CAFÉ, EMBALAGEM DE LATA DE ALUMÍNIO OU VIDRO, CONTENDO 200 GR. similar ou superior ao nescafé	NESCAFE	UN	120,00	30,985	3.718,20
LOTE: 013 - Lote 013	4	24667	ERVILHA embalagem não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, peso fabricante, data de fabricação e validade. Lata ou sache com 160 gr.	ODERICH	LATA	150,00	4,492	673,80
LOTE: 013 - Lote 013	5	26486	MILHO VERDE LATA EM LATAS COM 170G NÃO AMASSADAS, SEM FERRUGEM, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	ODERICH	LATA	150,00	5,463	819,45
LOTE: 014 - Lote 014	1	7197	DOCE DE FRUTAS 1KG diversas de boa qualidade, embalagem de 1kg resistente e integra, com prazo de validade mínima de 1 ano contados a partir da data de entrega	CIA FRIOS	KG	100,00	12,70	1.270,00
LOTE: 014 - Lote 014	2	18016	DOCE DE LEITE 1KG de boa qualidade com prazo de validade minima de 1 ano contados apartir da data de entrega	DIVINA MESA	KG	100,00	13,30	1.330,00
TOTAL								270.524,88

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 7 Dias
VALOR TOTAL: R$ 270.524,88 (Duzentos e Setenta Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:AFF894A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026 - ANEXO I - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

8593 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - GOIOERE

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
20260642024	CRISTIANO SANTANA BORGES	25/05/1993	4,00	2,00	4,00	8,00	44,00	62,00	1º	Classificado	Afrodescendente
20260742375	CLÉIA ROCHA BARRETO	06/02/1970	2,00	2,00	4,00	9,00	44,00	61,00	2º	Classificado	Afrodescendente
20260742347	VITÓRIA DA SILVA DOS SANTOS	21/06/2006	4,00	8,00	8,00	9,00	32,00	61,00	3º	Classificado	Afrodescendente
20260641922	EVANDERSON RODRIGUES FLORENTINO	01/01/1998	4,00	2,00	10,00	7,00	36,00	59,00	4º	Classificado	Afrodescendente

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:47640621

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.991/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 96.302,58 (noventa e seis mil e trezentos e dois reais e cinquenta e oito centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.2.2024-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$393,15

00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	393,15
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$2.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	2.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2036-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$35.209,43
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	35.209,43
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2035-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.300,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.300,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.400,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.400,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$6.000,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
14.004.8.241.8.2063-3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.2.2024-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$393,15
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	393,15
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2036-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$35.209,43
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	35.209,43
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2035-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$1.300,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.300,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.304.6.2039-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$2.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	2.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.400,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.400,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$6.000,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
14.004.8.241.8.2063-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 22 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:D55F189F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02.2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Paraná!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.

Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Estado do Paraná.
Deste modo, A Secretária Municipal de Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Goioxim – PR.

Quantidade de projetos selecionados
Será selecionado 1 projeto.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
O projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$20.305,00
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:13.392.0009.2020 - 33.90.39.00.00
Sobre o valor total repassado pelo Município de Goioxim ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.
Prazo de inscrição
De 00:00 horas do dia 22/09/2026 até às 23:59 horas do dia 28/0/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital exclusivamente agentes culturais constituídos sob a forma de pessoa jurídica ou Microempreendedor Individual – MEI, regularmente inscritos no CNPJ que atua ou reside noEstado do Paraná.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo com CNPJ.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo1(um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo1(um) projeto.
ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio físico ou para o seguinte endereço eletrônico: administracao@goioxim.pr.gov.br a seguinte documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! Não serão considerados, para fins de análise e avaliação, documentos ilegíveis, bem como projetos cuja apresentação visual não permita a compreensão adequada de seu conteúdo. É de responsabilidade do proponente garantir a qualidade, clareza e legibilidade dos arquivos enviados.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Goioxim – PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
O projeto apresentado deverá ser executado até 07/11/2026.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão 3 membros no total, correspondendo as Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer, Assistência Social e Administração.
Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de Goioxim- PR e no site oficial do Município de Goioxim – PR.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito e devidamente assinado para o endereço eletrônico:administracao@goioxim.pr.gov.br no prazo de3 (três) dias úteis conforme inciso III do Art. 9° da Lei n° 14.903/2024a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite do município endereço https://goioxim.pr.gov.br/pagina/464_chamamento.html e no diário oficial.

REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, desde que obtenha maior pontuação geral.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de48 horas após a publicação do resultado final de seleção, por meio do endereço eletrônico: administracao@goioxim.pr.gov.br os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado aoComissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito e devidamente assinado para o endereço eletrônico:administracao@goioxim.pr.gov.br no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no endereçohttps://goioxim.pr.gov.br/pagina/464_chamamento.html e no diário oficial.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloMunicípio de Goioxim contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pelo Município de Goioxim
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao Município de Goioxim
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até3 mesesa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitehttp://www.goioxim.pr.gov.br/.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no sitehttp://www.goioxim.pr.gov.br/, no Diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailadministracao@goioxim.pr.gov.br e telefone 42 - 92001-1061.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura de Goioxim – PR.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 6 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição;
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção;
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VIII - Declaração étnico-racial
Anexo IX – Declaração PCD
Anexo X – Formulário de interposição de recurso

ANEXO I – CATEGORIAS
RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 20.305,00 (vinte mil trezentos e cinco reais) distribuídos da seguinte forma:
CATEGORIA 01 – Ornamentação
Seleção de projeto cultural comtemplando a ornamentação do espaço onde será realizado o show, incluindo o fornecimento, a instalação e a retirada dos elementos decorativos como mesas, cadeiras e demais itens. A ornamentação deverá estar de acordo com a temática e as características do evento, contribuindo para a ambientação e valorização do espaço, sem prejudicar a circulação, a acessibilidade e a segurança do público.
Todos os custos relacionados à ornamentação deverão estar previstos no orçamento do projeto, não cabendo ao Município o fornecimento de materiais, equipamentos ou serviços adicionais, salvo quando expressamente indicado no edital.

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA 01: Ornamentação	1	1	-	-	2	20.305,00	20.305,00

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA

I - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

CPF:
[14 dígitos, apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro
Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista

( ) Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.621,00.)

( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

CNPJ:
[campo CNPJ validado]

Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[Apenas números]

CEP:
[campo CEP validado]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra
( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência
( ) Sim, outros grupos

Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

Valor da proposta:
[Monetário]

A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição
( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição
( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos

( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

A proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

Quais as principais entregas previstas pela proposta?
( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio
( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência
( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila
( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos
( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book)
( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico
( ) Feira
( ) Exibição / Exposição
( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem
( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme
( ) Grafitti / Mural
( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte
( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa
( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio
( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico
( ) Roteiro de filme ou episódio
( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual
( ) Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)
Resumo do projeto:
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto:
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas:
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto:
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) sistema Braille;
( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) audiodescrição;
( ) legendas;
( ) linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela;
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Data de início da execução do projeto

Data de término da execução do projeto

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetóriada pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim

Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2026	11/11/2026

Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.
OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

Documentos complementares
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO IV

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 5 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Goioxim – PR.**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do **Município de Goioxim – PR**	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-lós.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação as atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS COM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência	5
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
M	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será definida por consenso de membros da comissão.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O Municipio de Goioxim, neste ato representado por Secretário Municipal de Cultura, Senhor(a) Alex Debastiani de Lima, e o(a) AGENTE CULTURAL, _____, portador(a) do RG nº _____, expedida em _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à ____, CEP: _____, telefones: _____, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme processo administrativo nº _____.
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Secretária Municipal de Cultura:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 3 meses contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos relativos à substituição de seu representante legal, quando houver alteração durante a vigência do Termo de Execução Cultural.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, respeitando a data fixada em no edital.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado Diário Oficial dos Municipios do Paraná e no site oficial do Municipio de Goioxim – PR.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo - PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS: Esta declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam grupos ou coletivos culturais formalmente constituídos como pessoa jurídica e inscritos no CNPJ, devendo ser apresentada pelo representante legal da pessoa jurídica.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO X
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CNPJ:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:4D13C922

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 981-2026 - DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 537.602,01

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 537.602,01 (quinhentos e trinta sete mil e seiscentos e dois reais e um centavos) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por Tendência de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) nas seguintes contas de despesas:

14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO RURAL**	
14.001	**Departamento de Viação Rural**	
26.182.0014-2062	**RECUSOS DO FECAP - CALAMIDADE RECUPERAÇAO ESTRADAS**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01891- 00949	Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n° 21.720/2023	R$:17.000,00

Art. 2° Para dar cobertura ao credito aberto no art. 1º, serão utilizados os recursos de Tendência de Excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de Recursos	Valor Excesso
13.21.01.11.08.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES 949-2026	00949	R$: 17.000,00

Art. 3° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R$ 520.602,01 (quinhentos e vinte mil e seiscentos e dois reais e um centavos) nas seguintes contas de despesas:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
08.001	**Departamento de Educação**	
12.365.0008.2052	**SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
00861 – 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$: 111.679,14

15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**	
15.001	**Departamento Operacional do Urbanismo**	
15.452.0015.2089	**RESTITUIÇAO SALDO CONVENIO ITAIPU**	
33.90.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
01991 – 01072	Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA	R$ 408.922,87

Art. 4° Para dar cobertura ao credito aberto no artigo 3º, serão utilizados os recursos de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, vinculado as fontes de recursos 00104 (Demais Impostos Vinculados à Educação Básica) e 01072 (Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA).

Art. 5° Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 945/2025.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 22 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:B753DEFD

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 009/2026 - RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 009/2026

DIVULGA O RESULTADO FINAL E HOMOLOGA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026, DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ.
A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições constantes do Edital de Abertura nº 001/2026 e demais atos publicados no decorrer do certame,
TORNA PÚBLICO
o RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E DA PROVA DE TÍTULOS dos candidatos participantes do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, realizado no dia 06 de setembro de 2026, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS, Agente de Combate às Endemias – ACE e Técnico em Enfermagem.

1. DO RESULTADO FINAL
1.1. O resultado final foi elaborado após a análise e correção das Provas Objetivas, a análise da documentação apresentada pelos candidatos para fins de pontuação na Prova de Títulos e o julgamento dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar, observados os critérios e as disposições estabelecidas no Edital nº 001/2026 e suas alterações.
1.2. A Prova Objetiva possuía caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 40 (quarenta) questões objetivas, totalizando 100 (cem) pontos, conforme os critérios estabelecidos no edital.
1.3. A Prova de Títulos possuía caráter classificatório, sendo mantida a pontuação atribuída de acordo com os títulos efetivamente apresentados e comprovados pelos candidatos, observados os requisitos e limites estabelecidos no Edital nº 001/2026.
1.4. A classificação final dos candidatos resulta da pontuação obtida na Prova Objetiva, acrescida da pontuação obtida na Prova de Títulos, quando cabível, observados os critérios de classificação e de desempate previstos no edital.

2. DA RELAÇÃO DO RESULTADO FINAL
2.1. O resultado final é divulgado por cargo, contendo, para cada candidato, a pontuação obtida na Prova Objetiva, a pontuação da Prova de Títulos, a pontuação total, a situação e a classificação final.

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE

CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
SILMARA SCRAMOCIN DE MORAES	95.5	30.0	125.5	APROVADO	1º
ROSICLEIA SILVEIRA DE LIMA	98.5	20.0	118.5	APROVADO	2º
ALINE BOLIGON	88.5	30.0	118.5	APROVADO	3º
MAISA SCHADECK NUNES	98.5	20.0	118.5	APROVADO	4º
MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	86.5	30.0	116.5	APROVADO	5º
IZAMARA DAS GRACAS SOARES FONSECA	85.5	30.0	115.5	APROVADO	6º
AMANDA DE SOUZA LIMA	84.5	30.0	114.5	APROVADO	7º
MARIA GORETI NASCIMENTO PRESTES	94.0	20.0	114.0	APROVADO	8º
ELENICE DE LIMA ANDRADE RODRIGUES	90.5	20	110.5	APROVADO	9º
OSMAR JOSÉ LEME	80.0	30.0	110.0	APROVADO	10º
ELAINE MARIA DE MATOS	79.5	30.0	109.5	APROVADO	11º
GRAZIELA SILVIA CAMPANHA	85.0	20.0	105.0	APROVADO	12º
RUAN MATHEUS ADAMOWSKI LINHARES	83.0	20.0	103.0	APROVADO	13º
BEATRIZ FERREIRA VAZ LORENZETT	82.5	20.0	102.5	APROVADO	14º
MAILTON CORDEIRO DOS SANTOS	81.5	20.0	101.5	APROVADO	15º
TEREZINHA FERREIRA DE LIMA	70.0	30.0	100.0	APROVADO	16º
VIVIANE OLIVEIRA MAÇANEIRO	64.0	30.0	94.0	APROVADO	17º
IRIA DE OLIVEIRA PASA DE SOUZA	84.5	*	84.5	APROVADO	18º
ELAINE APARECIDA ROTHERMEL	81.5	*	81.5	APROVADO	19º
ALIANE KNORONOSHI	72.0	*	72.0	APROVADO	20º
ANDRESSA ULCHAK	-	-	-	AUSENTE	-
CELIA RAVANELO	-	-	-	AUSENTE	-
EVERALDO PADILHA	-	-	-	AUSENTE	-
INGRID LETICIA LIMA DOS SANTOS	-	-	-	AUSENTE	-
JULIANA MARTINS	-	-	-	AUSENTE	-
JULIENE GOMES SANTANA	-	-	-	AUSENTE	-
LEIDIMARA DE FATIMA FARIAS	-	-	-	AUSENTE	-
MARISTELA NOGUEIRA MARTINS KLOSTER	-	-	-	AUSENTE	-
OSVALDO YOSHIO NAGITA	-	-	-	AUSENTE	-
RAFAEL GUTELVIL TAUSCHER	-	-	-	AUSENTE	-
ROZIMERI DOS SANTOS PADILHA	-	-	-	AUSENTE	-
VANDERLEIA TOMEL REINAUER	-	-	-	AUSENTE	-

***** Candidato(a) que não comprovou a titulação apresentada nos termos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2026 e demais atos publicados, não sendo atribuída pontuação referente à Prova de Títulos.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	98.5	30.0	128.5	APROVADO	1º
VANESSA FERREIRA DE ALMEIDA	98.5	30.0	128.5	APROVADO	2º
AMANDA DE SOUZA LIMA	97.0	30.0	127.0	APROVADO	3º
ALINE BOLIGON	97.0	30.0	127.0	APROVADO	4º
DIANA APARECIDA DE CASTRO	93.0	30.0	123.0	APROVADO	5º
DAIANA PASA	92.5	30.0	122.5	APROVADO	6º

ELAINE MARIA DE MATOS	92.5	30.0	122.5	APROVADO	7º
RUAN MATHEUS ADAMOWSKI LINHARES	98.5	20.0	118.5	APROVADO	8º
IRIA DE OLIVEIRA PASA DE SOUZA	97.0	20.0	117.0	APROVADO	9º
ELAINE APARECIDA ROTHERMEL	95.5	20.0	115.5	APROVADO	10º
JAQUELINE MENDES DE OLIVEIRA	95.5	20.0	115.5	APROVADO	11º
MAISA SCHADECK NUNES	95.5	20.0	115.5	APROVADO	12º
TAIANE DO ROCIO DE MATOS DA SILVA	95.5	20.0	115.5	APROVADO	13º
MARIZA SLUSARSKI	94.0	20.0	114.0	APROVADO	14º
GRAZIELA SILVIA CAMPANHA	83.5	20.0	113.5	APROVADO	15º
FRANCIELE DE MATOS	91.0	20.0	111.0	APROVADO	16º
ALICE KAILER DA SILVA	91.0	20.0	111.0	APROVADO	17º
VANESSA GONÇALVES ANACLETO	88.5	20.0	108.5	APROVADO	18º
LUCAS GABRIEL DOS SANTOS	87.0	20.0	107.0	APROVADO	19º
RAQUELINE ONISKO DA SILVA	84.5	20.0	104.5	APROVADO	20º
TIAGO DE MATOS	81.5	20.0	101.5	APROVADO	21º
MARCIELE DE FATIMA MORAIS NICODEM DE MATOS	81.5	20.0	101.5	APROVADO	22º
IZAMARA DAS GRACAS SOARES FONSECA	97.0	*	97.0	APROVADO	23º
ALIANE KNORONOSHI	95.5	*	95.5	APROVADO	24º
JAQUIELLE DE ANDRADE	92.5	*	92.5	APROVADO	25º
JESSICA PAOLA ORUE LOURES	92.5	*	92.5	APROVADO	26º
JEAN JOSÉ CAMARGO MAJOR	91.5	*	91.5	APROVADO	27º
MARIA MARTA DE SOUZA SILVEIRA BORGES	90.0	*	90.0	APROVADO	28º
ROSILENE CORDEIRO MUZEKA	88.0	*	88.0	APROVADO	29º
JOICE DA CRUZ	71.0	*	71.0	APROVADO	30º
ALICY RODRIGUES SANTOS CANTERI	-	-	-	AUSENTE	-
ALINE MARCHIORI CORDEIRO	-	-	-	AUSENTE	-
ANDREIA CAVALHEIRO FERRAZ	-	-	-	AUSENTE	-
ANDRESSA ULCHAK	-	-	-	AUSENTE	-
ANELIZA GRACIENNE GOMES SAYDELLES	-	-	-	AUSENTE	-
CARLA CORDEIRO MUZEKA	-	-	-	AUSENTE	-
CELIA RAVANELO	-	-	-	AUSENTE	-
DADIANE DA SILVA FERRAZ	-	-	-	AUSENTE	-
EDINEIA APARECIDA RAMOS	-	-	-	AUSENTE	-
ELEANDRA APARECIDA ZAREMBSKI	-	-	-	AUSENTE	-
EVERALDO PADILHA	-	-	-	AUSENTE	-
GILIADY DE LIMA SANTOS	-	-	-	AUSENTE	-
GIZELE APARECIDA CHAVES	-	-	-	AUSENTE	-
INGRID LETICIA LIMA DOS SANTOS	-	-	-	AUSENTE	-
JOSIAS DAMAZIO FERREIRA	-	-	-	AUSENTE	-
JULIENE GOMES SANTANA	-	-	-	AUSENTE	-
LEIDIMARA DE FATIMA FARIAS	-	-	-	AUSENTE	-
MAILTON CORDEIRO DOS SANTOS	-	-	-	AUSENTE	-
MARAIZA APARECIDA FARIAS	-	-	-	AUSENTE	-
MARIA LEONÇA RAIMUNDO BASTOS	-	-	-	AUSENTE	-
MARIA VALDIVINA FIUZA	-	-	-	AUSENTE	-
MARIZETE DE JESUS SOARES DOS SANTOS	-	-	-	AUSENTE	-
MONICA PEDROSO POSSAMAI	-	-	-	AUSENTE	-
OSMAR JOSÉ LEME	-	-	-	AUSENTE	-
RAFAELA VISENTIM DA ROSA	-	-	-	AUSENTE	-
TEREZINHA FERREIRA DE LIMA	-	-	-	AUSENTE	-
VANDERLEIA TOMEL REINAUER	-	-	-	AUSENTE	-
VANUZA DOS SANTOS PEDROSO	-	-	-	AUSENTE	-

***** Candidato(a) que não comprovou a titulação apresentada nos termos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2026 e demais atos publicados, não sendo atribuída pontuação referente à Prova de Títulos.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	TÍTULOS	TOTAL	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
WELLITA ROCHA DE LARA	95.5	*	95.5	APROVADO	1º
JESSICA LUISA RAMOS	89.0	*	89.0	APROVADO	2º
SIRLEI FERREIRA DAS CHAGAS	86.5	*	86.5	APROVADO	3º
CASSIANE IZIDORIO DE JESUS	-	-	-	AUSENTE	-
IZABEL APARECIDA DE LIMA	-	-	-	AUSENTE	-
NOÊMIA MODESTO DE OLIVEIRA	-	-	-	AUSENTE	-

***** Candidato(a) que não comprovou a titulação apresentada nos termos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2026 e demais atos publicados, não sendo atribuída pontuação referente à Prova de Títulos.

3. DA SITUAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

3.1. Foi considerado APROVADO o candidato que obteve pontuação igual ou superior ao mínimo estabelecido para aprovação na Prova Objetiva, observados os demais requisitos previstos no Edital nº 001/2026 e demais atos publicados.

3.2. O candidato que não atingiu a pontuação mínima exigida na Prova Objetiva foi considerado ELIMINADO, não participando da classificação para fins de convocação.

3.3. A ausência de pontuação na Prova de Títulos não implicou, por si só, a eliminação do candidato, uma vez que essa etapa possui caráter classificatório, ressalvadas as demais condições estabelecidas no edital.

3.4. A pontuação atribuída na Prova de Títulos correspondeu exclusivamente aos documentos apresentados pelos candidatos no momento estabelecido para essa finalidade e considerados válidos pela Comissão, observados os critérios previstos no edital.

4. DA PROVA DE TÍTULOS

4.1. A pontuação da Prova de Títulos foi atribuída de acordo com os critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026 e suas alterações.

4.2. Para os cargos de **Agente Comunitário de Saúde – ACS** e **Agente de Combate às Endemias – ACE**, foram observados os títulos previstos na respectiva tabela de avaliação, com pontuação máxima de **30 (trinta) pontos**.

4.3. A análise dos títulos considerou exclusivamente a documentação apresentada pelos candidatos no momento próprio, observando-se os requisitos de comprovação estabelecidos no edital.
4.4. Os títulos que não atenderam aos requisitos previstos no edital não foram considerados para fins de pontuação.
4.5. A pontuação da Prova de Títulos foi mantida após a análise dos recursos interpostos, não tendo ocorrido alteração na pontuação ou na classificação final dos candidatos**.**

5. DA ANÁLISE DOS RECURSOS
5.1. No prazo estabelecido no cronograma do Processo Seletivo Simplificado, foram recebidos os recursos apresentados pelos candidatos contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva, da Prova de Títulos e/ou da Classificação.
5.2. Os recursos recebidos foram analisados individualmente pela Comissão Organizadora e Examinadora, conforme as disposições do Edital nº 001/2026 e demais atos do certame.
5.3. As decisões relativas aos recursos foram encaminhadas aos respectivos candidatos por e-mail.
5.4. Após a análise dos recursos recebidos, verificou-se que nenhum deles ensejou alteração da pontuação ou da classificação final divulgadas no Resultado Preliminar.
5.5. As respostas aos recursos foram encaminhadas aos respectivos candidatos por e-mail, não tendo ocorrido, em decorrência dos recursos analisados, qualquer alteração na pontuação ou na colocação dos candidatos.
5.6. Concluída a análise dos recursos, fica consolidado o resultado constante das tabelas deste Edital como resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. O presente Edital consolida o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, após a análise dos recursos apresentados.
6.2. A classificação constante deste Edital é definitiva no âmbito do certame, observadas as demais disposições legais e administrativas aplicáveis.
6.3. Fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS, Agente de Combate às Endemias – ACE e Técnico em Enfermagem.
6.4. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 e dos atos posteriores publicados pela Comissão Organizadora e Examinadora, no que não forem incompatíveis com o presente Edital.
6.5. O presente Edital será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município de Goioxim, para conhecimento dos interessados e para todos os efeitos legais.

Goioxim/PR, 22 de setembro de 2026.

ANGELA FABIANE CAGNINI
Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora
Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:B7FFB654

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 159/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder Licença Especial as servidoras abaixo relacionadas, conforme dispõe o artigo 153 da Lei Municipal nº 892 de 18 de dezembro de 2001:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Início da licença	Término da licença
Secretaria Municipal de Educação				
Juliana de Jesus Correa Mat. 1936	Professor	01/03/2017 01/03/2022	21/09/2026	19/12/2026
Secretaria Municipal de Administração				
Valdenice Fermino dos Santos	Escriturário	21/05/2007 21/05/2012	21/09/2026	19/12/2026

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:80137675

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	109/2026
b) Licitação Nº:	019/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade
d) Data Homologação:	22/09/2026
e) Objeto Homologado:	INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE RURAL DE GUARACI, PARA A REALIZAÇÃO EM REGIME DE PARCERIA DE FESTIVIDADE DENOMINADA EXPOGUAR, EM COMEMORAÇÃO AOS 72 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE GUARACI

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05006133920014202033903900000	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: SOCIEDADE RURAL DE GUARACI - CNPJ: 29.099.356/0001				
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO EM REGIME DE PARCERIA DE FESTIVIDADE DENOMINADA EXPOGUAR, EM COMEMORAÇÃO AOS 72 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE GUARACI.	UNIDADE	1

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 22 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:3ECE4D8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, ONDE O SR. PRESIDENTE EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º DA LEI COMPLEMENTAR 101 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), FARÁ A DEMONSTRAÇÃO E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DS METAS FISCAIS DO PODER LEGISLATIVO RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026, REALIZADA EM 22/09/2026 ÀS 16:00 HORAS.

Presidência: Jefferson Luis Barboza Rosa

Declaro aberta esta Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, onde o Sr. Presidente da Câmara em cumprimento ao disposto no artigo nono, parágrafo quarto da Lei de Responsabilidade Fiscal, fará a demonstração e avaliará o cumprimento das metas fiscais do Poder Legislativo relativo ao Segundo Quadrimestre do exercício de 2026, realizada no dia 22 de setembro de 2026, às dezesseis horas, neste ato onde o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Sr. Jefferson Luis Barboza Rosa. convida os ilustres vereadores para fazerem parte da mesa onde o mesmo concede a palavra ao relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Edgard Mandira de Moraes. para fazer a leitura do Edital de Convocação, seguido do relatório das despesas orçamentárias do segundo quadrimestre de 2026.

MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL - 1001

MÊS	**VALORES**
Maio	
Repasse recebido	234,232,65
Despesa empenhada paga	180.765,02
Saldo bancário	109.369,59
Aplicação	0,00
Rendimento Aplicação Financeira	0,00
Junho	
Repasse recebido	234.232,65
Despesa empenhada paga	208.441,58
Saldo bancário	172.773,97
Aplicação	0,00
Rendimento Aplicação Financeira	0,00
Julho	
Repasse recebido	234.232,65
Despesa empenhada paga	48.730,71
Saldo bancário	162.795,23
Aplicação	0,00
Rendimento Aplicação Financeira	0,00
Agosto	

Repasse recebido	234.232,65
Despesa empenhada paga	124.804,53
Saldo bancário	204.369,89
Aplicação	0,00
Rendimento Aplicação Financeira	0,00

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER – 1001

MÊS	VALORES
Janeiro Despesa empenhada paga	0,00
Fevereiro Despesa empenhada paga	0,00
Março Despesa empenhada paga	0,00
Abril Despesa empenhada paga	0,00

DESPESAS REALIZADAS NO 2º QUADRIMESTRE

Subsídios de vereadores e salários de funcionários	338.876,98
Obrigações Patronais (INSS)	42.717,41
Diárias	57.721,26
Material de Consumo	23.858,42
Serviços de terceiros Pessoa Física	0,00
Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	69.201,39
Auxilio-alimentação	19.452,00
Obras e Instalações	0,00
Equipamentos e material permanente	11.777,00
Total das despesas	**563.604,46**

DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Salário Família	0,00
INSS retido na folha de pagamento	48.973,11
IRRF retido na folha de pagamento	47.635,35
Empréstimos CEF retidos na folha de pagamento	90.080,30
Devolução orçamento financeiro	0,00

JEFFERSON LUIS BARBOZA ROSA
Presidente Comissão de Finanças e Orçamento

EDGARD MANDIRA DE MORAIS
Relator

IVAN FRANÇA
Membro

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:16A78F83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1140/2026

LEI n.º 1140/2026

SÚMULA: "Cria Ação Orçamentária e altera valores dentro do Plano Plurianual 2026/2029 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2026, e autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica criada, no Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029 (Lei Municipal n.º 1.112/2025) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei Municipal n.º 1.096/2025), a seguinte ação orçamentária:

Ação:	**123 - Construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa**
Programa:	801 - Gestão da Assistência Social e Habitação
Natureza:	Obra
Tipo de Execução:	Execução Direta
Tipo de Ação:	Projeto
Função:	08 - Assistência Social
Subfunção:	241 - Assistência à Pessoa Idosa
Unidade de Medida:	31 - Unidade Construída/Ampliada/Reformada
Entidade Executora:	09 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
Objetivo:	Construir o Centro de Convivência da Pessoa Idosa, proporcionando espaço adequado para a realização de atividades de convivência, promoção da saúde, lazer, cultura e fortalecimento dos vínculos sociais da população idosa.

Meta Física:	01 (uma) unidade construída			
Meta Financeira:	**Exercício**	**Recursos Próprios**	**Recursos Vinculados**	**Total**
	2026	R$ 56.943,44	R$ 394.289,55	R$ 451.232,99
	2027	R$ 231.897,29	R$ 1.605.710,45	R$ 1.837.607,74
	Total	**R$ 288.840,73**	**R$ 2.000.000,00**	**R$ 2.288.840,73**

Art. 2.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2026, no valor de R$ 451.232,99 (quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos), destinado à inclusão da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO**	
09.006	**FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - FMDI**	
08.241.0801.1123	Construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa	
4.4.90.51	Obras e Instalações	
8270	000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 56.943,44
8271	959 - Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 394.289,55
TOTAL A ACRESCENTAR:		**R$ 451.232,99**

Art. 3.º - Para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 2º, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R$ 394.289,55, e de anulação parcial de dotações, no valor de R$ 56.943,44, conforme discriminado a seguir
:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				
Natureza da Receita	**Descrição da Natureza da Receita**	**Fonte de Recursos**	**Descrição da Fonte de Recursos**	**Valor do Excesso**
2.4.2.9.99.0.1.02	Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa - Fonte 959	959	Resolução nº 25/2025/SEMIPI - Construção de Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 394.289,55
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:				**R$ 394.289,55**

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO**	
09.002	**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE RESGATE DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL**	
08.245.0801.2084	Manutenção do Departamento de Programas e Projetos de Resgate da Cidadania e Promoção Social	
3.3.91.97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	
6520	000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 56.943,44
TOTAL A ANULAR:		**R$ 56.943,44**

Art. 4.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a suplementação das dotações orçamentárias criadas por esta Lei, mediante lei específica, quando necessária, ou observados os limites e as condições estabelecidos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, bem como a legislação aplicável, a disponibilidade orçamentária e financeira e a manutenção da mesma finalidade do crédito adicional especial autorizado por esta Lei.

Art. 5.º - Fica a presente alteração orçamentária compatibilizada com a Lei Municipal nº 1.112/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029; com a Lei Municipal nº 1.096/2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026; e com a Lei Municipal nº 1.113/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2026.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 17 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:597CE1FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 213/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 040/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais hospitalares, para atender a Secretaria da assistência à Saúde do governo municipal de Iporã-PR, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	**VALOR TOTAL**
ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	R$ 56.884,50
C.H DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	R$ 672.534,61
CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	R$ 761.352,54

CIRURGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 47.320,01
CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R$ 9.343,00
DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	R$ 10.750,00
ELO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	R$ 11.900,84
FISIOLIFE SOLUCOES MEDICAS E HOSPITALARES LTDA	R$ 443,88
FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA	R$ 14.720,00
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME	R$ 9.604,65
MEDLIFE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA	R$ 11.674,00
METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.734,45
SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 91.905,60
TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R$ 905,52
VITIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	R$ 4.750,00
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$ 3.054,60
YOU CARE SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA	R$ 6.878,75

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 22 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DF6F9E2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Período**
RECEITAS	
Previsão Inicial	38.108.291,54
Previsão Atualizada	42.762.854,90
Receitas Realizadas	34.255.278,71
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.130.039,26
DESPESAS	
Dotação Inicial	36.241.045,53
Dotação Atualizada	46.099.201,17
Despesas Empenhadas	33.132.242,04
Despesas Liquidadas	31.489.455,23
Despesas Pagas	30.238.559,68
Superávit Orçamentário	2.765.823,48
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até Período**
Despesas Empenhadas	33.132.242,04
Despesas Liquidadas	31.489.455,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Período**
Receita Corrente Líquida	44.446.144,23
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	42.100.131,23
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	41.545.808,80

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até Período**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado até o Período (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	-3.041.801,85	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-3.447.506,65	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrito**	**Cancelado Até o Período**	**Pagamento Até o Período**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.430.760,94	0,00	1.390.048,23	40.712,71

Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.752.366,26	387.885,61	5.452.461,76	912.018,89
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.183.127,20	387.885,61	6.842.509,99	952.731,60

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado Até o Período**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.846.115,20	<18% / 25%>	25,71
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.478.629,43	70%	100,85
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo Não Realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	5.167.199,06		2.077.980,90	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo a Realizar**	
Receita da Alienação de Ativos	4.469,90		-4.469,90	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado até o Período**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.645.873,66	15,00	25,83

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE**
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 41m.	
AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador
LUIZ CARLOS DE GRANDE	
Controle Interno	

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:39F28D73

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.108.291,54	42.762.854,90	7.592.108,49	17,75	34.255.278,71	80,11	8.507.576,19
RECEITAS CORRENTES	38.108.291,54	39.568.388,90	6.958.176,01	17,59	28.828.501,34	72,86	10.739.887,56
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.561.953,00	2.591.953,00	475.629,91	18,35	2.377.380,89	91,72	214.572,11
Impostos	2.382.128,00	2.412.128,00	459.804,65	19,06	2.218.775,66	91,98	193.352,34
Taxas	179.825,00	179.825,00	15.825,26	8,80	158.605,23	88,20	21.219,77
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	574.801,00	574.801,00	97.748,91	17,01	433.501,83	75,42	141.299,17
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	574.801,00	574.801,00	97.748,91	17,01	433.501,83	75,42	141.299,17
RECEITA PATRIMONIAL	2.875,00	2.875,00	173.870,11 .047,66		768.519,59 .731,12		-765.644,59
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.875,00	2.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.875,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	173.870,11	0,00	768.519,59	0,00	-768.519,59
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.940.926,54	36.364.459,44	6.210.679,01	17,08	25.209.267,87	69,32	11.155.191,57
Transferências da União e de suas Entidades	19.981.745,54	20.790.601,20	3.864.956,62	18,59	15.918.745,07	76,57	4.871.856,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.015.748,00	9.630.425,24	1.526.580,25	15,85	5.907.317,95	61,34	3.723.107,29
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.943.433,00	5.943.433,00	799.314,93	13,45	3.363.377,64	56,59	2.580.055,36
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	19.827,21	0,00	19.827,21	0,00	-19.827,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.736,00	34.300,46	248,07	0,72	39.831,16	116,12	-5.530,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	27.736,00	27.736,00	0,00	0,00	8.023,21	28,93	19.712,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	6.564,46	0,00	0,00	24.715,82	376,51	-18.151,36
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	248,07	0,00	7.092,13	0,00	-7.092,13
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	3.194.466,00	633.932,48	19,84	5.426.777,37	169,88	-2.232.311,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	3.194.466,00	633.932,48	19,84	5.426.777,37	169,88	-2.232.311,37
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	3.194.466,00	633.932,48	19,84	5.426.777,37	169,88	-2.232.311,37
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.108.291,54	42.762.854,90	7.592.108,49	17,75	34.255.278,71	80,11	8.507.576,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	38.108.291,54	42.762.854,90	7.592.108,49	17,75	34.255.278,71	80,11	8.507.576,19
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	38.108.291,54	42.762.854,90	7.592.108,49	17,75	34.255.278,71	80,11	8.507.576,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.130.039,26	-	-	4.130.039,26	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	4.130.039,26	-	-	2.267.857,48	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.241.045,53	46.099.201,17	7.956.685,98	33.132.242,04	12.966.959,13	8.175.243,53	31.489.455,23	14.609.745,94	30.238.559,68
DESPESAS CORRENTES	34.062.070,25	38.825.586,21	6.281.542,55	27.965.042,98	10.860.543,23	6.479.091,20	26.712.038,75	12.113.547,46	25.466.660,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.418.199,91	18.277.319,25	3.144.459,84	12.938.709,80	5.338.609,45	3.160.519,83	12.916.015,92	5.361.303,33	12.667.226,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	172.191,00	172.191,00	13.747,00	62.597,67	109.593,33	13.747,00	62.597,67	109.593,33	62.597,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.471.679,34	20.376.075,96	3.123.335,71	14.963.735,51	5.412.340,45	3.304.824,37	13.733.425,16	6.642.650,80	12.736.836,33
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	16.471.679,34	20.376.075,96	3.123.335,71	14.963.735,51	5.412.340,45	3.304.824,37	13.733.425,16	6.642.650,80	12.736.836,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.750.440,28	7.245.179,96	1.675.143,43	5.167.199,06	2.077.980,90	1.696.152,33	4.777.416,48	2.467.763,48	4.771.898,88
INVESTIMENTOS	1.330.440,28	6.505.179,96	1.552.349,85	4.633.860,33	1.871.319,63	1.611.360,79	4.282.079,79	2.223.100,17	4.276.562,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	420.000,00	740.000,00	122.793,58	533.338,73	206.661,27	84.791,54	495.336,69	244.663,31	495.336,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	428.535,00	28.435,00	0,00	0,00	28.435,00	0,00	0,00	28.435,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	36.241.045,53	46.099.201,17	7.956.685,98	33.132.242,04	12.966.959,13	8.175.243,53	31.489.455,23	14.609.745,94	30.238.559,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	36.241.045,53	46.099.201,17	7.956.685,98	33.132.242,04	12.966.959,13	8.175.243,53	31.489.455,23	14.609.745,94	30.238.559,68
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	1.123.036,67	-	-	2.765.823,48	-	4.016.719,03
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII +	36.241.045,53	46.099.201,17	7.956.685,98	34.255.278,71	-	8.175.243,53	34.255.278,71	-	34.255.278,71

XIII)									
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 13h e 57m.									
AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***				***LUIZ CARLOS DE GRANDE***				
Prefeito Municipal	Contador				Controle Interno				
AMARILDO TOSTES									
Prefeito Municipal									

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:BE2E0014

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	39.568.388,90	28.828.501,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.591.953,00	2.377.380,89
IPTU	675.202,00	425.937,98
ISS	438.479,00	555.920,12
ITBI	617.004,00	498.634,31
IRRF	681.443,00	738.283,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	179.825,00	158.605,23
Contribuições	574.801,00	433.501,83
Receita Patrimonial	2.875,00	768.519,59
Aplicações Financeiras (II)	0,00	768.519,59
Outras Receitas Patrimoniais	2.875,00	0,00
Transferências Correntes	36.364.459,44	25.209.267,87
Cota-Parte do FPM	16.458.443,00	11.977.499,11
Cota-Parte do ICMS	7.664.001,00	3.926.162,29
Cota-Parte do IPVA	843.042,00	539.232,38
Cota-Parte do ITR	229.922,00	88.608,86
Transferências da LC 61/1989	91.970,00	62.306,10
Transferências do FUNDEB	5.990.057,52	3.429.984,09
Outras Transferências Correntes	5.087.023,92	5.185.475,04
Demais Receitas Correntes	34.300,46	39.831,16
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	5.425,66
Receitas Correntes Restantes	34.300,46	34.405,50
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.568.388,90	28.054.556,09
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.194.466,00	5.426.777,37
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.194.466,00	5.426.777,37
Convênios	3.194.466,00	5.181.844,89
Outras Transferências de Capital	0,00	244.932,48
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	3.194.466,00	5.426.777,37
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	42.762.854,90	33.481.333,46
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	42.762.854,90	33.481.333,46

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.825.586,21	27.965.042,98	26.712.038,75	25.466.660,80	1.348.225,29	387.396,23	387.395,89
Pessoal e Encargos Sociais	18.277.319,25	12.938.709,80	12.916.015,92	12.667.226,80	451.078,12	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	172.191,00	62.597,67	62.597,67	62.597,67	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.376.075,96	14.963.735,51	13.733.425,16	12.736.836,33	897.147,17	387.396,23	387.395,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	38.653.395,21	27.902.445,31	26.649.441,08	25.404.063,13	1.348.225,29	387.396,23	387.395,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.245.179,96	5.167.199,06	4.777.416,48	4.771.898,88	41.822,94	5.077.063,87	5.065.065,87

Investimentos	6.505.179,96	4.633.860,33	4.282.079,79	4.276.562,19	41.822,94	5.077.063,87	5.065.065,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	740.000,00	533.338,73	495.336,69	495.336,69	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	6.505.179,96	4.633.860,33	4.282.079,79	4.276.562,19	41.822,94	5.077.063,87	5.065.065,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	28.435,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**45.187.010,17**	**32.536.305,64**	**30.931.520,87**	**29.680.625,32**	**1.390.048,23**	**5.464.460,10**	**5.452.461,76**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	45.187.010,17	32.536.305,64	30.931.520,87	29.680.625,32	1.390.048,23	5.464.460,10	5.452.461,76

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**-3.041.801,85**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**-3.041.801,85**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	768.519,59
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	62.597,67
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**-2.335.879,93**

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.556.813,08	2.192.431,43
DEDUÇÕES (XL)	9.909.074,19	6.097.185,89
Disponibilidade de Caixa	9.909.074,19	6.097.185,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.533.242,33	7.605.500,41
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.430.760,94	1.303.606,60
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	193.407,20	204.707,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-7.352.261,11	-3.904.754,46
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**-3.447.506,65**	

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-127.154,34
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**-3.574.660,99**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-4.280.582,91**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.130.039,26
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.130.039,26
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 07m.	

AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***	***LUIZ CARLOS DE GRANDE***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:9DCA5D59

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 8 - RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO	
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**2.412.128,00**	**2.218.775,66**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	675.202,00	425.937,98
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	617.004,00	498.634,31
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	438.479,00	555.920,12
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	681.443,00	738.283,25
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**31.230.805,00**	**20.522.446,85**
2.1- Cota-Parte FPM	20.194.642,00	14.752.061,39
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	18.681.001,00	13.872.813,08
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.513.641,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	9.580.000,00	4.907.702,72
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	114.961,00	77.882,64
2.4- Cota-Parte ITR	287.401,00	110.760,99
2.5- Cota-Parte IPVA	1.053.801,00	674.039,11
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**33.642.933,00**	**22.741.222,51**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 5.943.432,80**	**R$ 3.928.639,71**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) +	**2.467.300,45**	**1.756.665,92**
(2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))		

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**5.990.057,52**	**3.449.306,47**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.943.433,00	3.382.700,02
6.1.1- Principal	5.943.433,00	3.363.377,64
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	19.322,38
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	46.624,52	66.606,45
6.2.1- Principal	46.624,52	66.606,45
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**0,20**	**-565.262,07**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**VALOR**
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		**117.805,61**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		117.955,15
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		-149,54
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**3.567.112,08**

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R$ 1,00
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**6.090.752,31**	**3.579.324,22**	**3.579.324,22**	**3.517.176,11**	**0,00**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.160.403,10	3.432.384,47	3.432.384,47	3.370.236,36	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	969.692,80	266.638,07	266.638,07	262.841,70	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.190.710,30	3.165.746,40	3.165.746,40	3.107.394,66	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.930.349,21	146.939,75	146.939,75	146.939,75	0,00
10.2.1- Educação Infantil	397.319,31	146.939,75	146.939,75	146.939,75	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.098.018,70	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	415.011,20	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**3.478.629,43**	**3.478.629,43**	**3.416.481,32**	**0,00**	**0,00**	**29.322,96**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.432.384,47	3.432.384,47	3.370.236,36	0,00	0,00	49.684,45
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	46.244,96	46.244,96	46.244,96	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.478.629,43	3.478.629,43	3.416.481,32	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.414.514,53	3.478.629,43	3.478.629,43	100,85
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	344.930,65	-29.322,96	-29.322,96	0,00	-0,85

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)						R$ 1,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	497.656,61	117.955,15	0,00	0,00	117.955,15	117.955,15
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	485.943,06	819,70	0,00	0,00	819,70	819,70
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	11.713,55	117.135,45	0,00	0,00	117.135,45	11.713,55

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**3.095.468,13**	**2.000.822,54**	**1.918.295,19**	**1.851.257,63**	**82.527,35**
20.1- Educação Infantil	329.876,75	123.082,53	122.490,79	106.376,09	591,74
20.2- Ensino Fundamental	2.120.168,38	1.678.019,38	1.660.614,70	1.609.691,84	17.404,68
20.3- Educação de Jovens e Adultos	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	154.000,00	154.000,00	98.000,00	98.000,00	56.000,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	319.000,00	45.720,63	37.189,70	37.189,70	8.530,93
20.7- Outras	134.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**8.100.786,24**	**5.279.731,34**	**5.261.734,92**	**5.132.549,25**	**17.996,42**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.696.888,86	435.965,56	435.373,82	415.462,75	591,74
21.1.1- Creche	1.696.888,86	435.965,56	435.373,82	415.462,75	591,74
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.403.897,38	4.843.765,78	4.826.361,10	4.717.086,50	17.404,68

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.918.295,19
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.928.639,71
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	819,70
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**5.846.115,20**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			5.685.305,63	5.846.115,20	25,71
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**80.611,72**	**4.472,58**	**80.419,28**	**0,00**	**192,44**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	78.380,17	4.472,58	78.187,73	0,00	192,44
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.231,55	0,00	2.231,55	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)

31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**729.707,30**	**460.596,76**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**383.201,00**	**273.792,73**
31.1.1- Salário-Educação	383.201,00	273.792,73
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**343.929,00**	**176.862,93**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.577,30**	**9.941,10**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**767.084,30**	**533.473,35**	**506.028,53**	**490.496,62**	**27.444,82**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	285.118,00	247.898,81	237.153,43	229.673,93	10.745,38
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	481.966,30	285.574,54	268.875,10	260.822,69	16.699,44
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**9.953.304,74**	**6.267.620,11**	**6.101.647,94**	**5.956.930,36**	**165.972,17**
33.1- Despesas Correntes	**9.821.158,52**	**6.243.177,39**	**6.078.900,37**	**5.938.230,39**	**164.277,02**
33.1.1- Pessoal Ativo	7.363.539,59	4.912.561,66	4.912.561,66	4.827.600,07	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	254.000,00	154.000,00	98.000,00	98.000,00	56.000,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.203.618,93	1.176.615,73	1.068.338,71	1.012.630,32	108.277,02
33.2- Despesas de Capital	**132.146,22**	**24.442,72**	**22.747,57**	**18.699,97**	**1.695,15**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	132.146,22	24.442,72	22.747,57	18.699,97	1.695,15

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	120.037,16	138.874,09
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	3.449.306,47	273.792,73
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	3.372.467,91	400.901,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	196.875,72	11.765,82
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	196.875,72	11.765,82
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 16m.		
1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.		
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***	***LUIZ CARLOS DE GRANDE***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:FE0F3A32

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.532/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 5532/2026 de 21/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.003.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA HOSPITALARE AMBULATORIAL	
10.003.10.302.0001.2.048.		Assistência Hospitalar e ambulatorial	
470 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00
Total Suplementação:			**300.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.41.01.01000000	Fonte: 1000	181.000,00
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 1000	119.000,00
Total da Receita:		**300.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:1B6A984F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 109/2026 – ID/TCE Nº 43090

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP: 87175-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Ananias Soares Vieira**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 794.109.799-00, portador da Cédula de Identidade nº 5.049.568-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 07/2026, para Registro de Preços nº 03/2026, processo administrativo nº 018/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, nas quantidades, termos e condições previstas no edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, nos Decretos Municipais nº 211/2023, 227/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **MHL MEDICAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rodovia PR 317, nº 6752, Parque Industrial 200, na cidade de Maringá/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 66.392.375/0001-52, e-mail: licitacao@mhlmedical.com.br, telefone: (44) 3123-2570, neste ato representada pelo Sr. **Marcelino Lahoud**, portador do RG nº 2.079.474 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 359.226.139-87.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos e material médico para atender as necessidades da Unidades de Saúde do Município, mediante entrega de forma parcelada**, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações, quantitativos e preços registrados abaixo:

53	**Especificação**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**V. Unit.**	**V. Total**
38	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9% - 500 ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO. BR 0268236.	FARMARIN	Frasco	6.000	3,52	21.120,00
147	MIRTAZAPINA, DOSAGEM: 30 MG BR 0294536	PRATI DONADUZZI	Compr	40.000	0,62	24.800,00
	Total					**45.920,00**

O valor total estimado desta Ata é de R$ **45.920,00 (quarenta e cinco mil novecenos evinte).**
As quantidades previstas são meramente estimativas, não obrigando o Município à contratação integral dos itens registrados.

Integram esta Ata, independentemente de transcrição:
– o Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos;
– o Termo de Referência;
– a proposta do fornecedor registrado;
– os documentos constantes do processo administrativo.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses previstas nos contratos dela decorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as disposições do art. 84 e inciso III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, parecer nº 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 16 do Decreto Municipal nº 227/2023.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
A eficácia da presente Ata fica condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município e à disponibilização integral no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA
Após a homologação da licitação, poderão integrar o cadastro reserva os licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação final do certame.

O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses de:
– cancelamento do registro do fornecedor;
– impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado;
– necessidade de convocação de remanescentes. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA
Não será admitida adesão (“carona”) à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES
As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante:
– solicitação de despesa;
– nota de empenho;
– autorização de fornecimento;
– ordem de compra;
– outro instrumento hábil previsto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
A emissão da solicitação de despesa ou nota de empenho ou instrumento equivalente implicará:
– reconhecimento de que a contratada se vincula à sua proposta e às condições do edital e seus anexos;
– aceitação integral das condições estabelecidas nesta Ata e no Termo de Referência. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Solicitação de Despesa ou instrumento equivalente, no local indicado pela Administração.

Os medicamentos deverão:
– possuir registro válido junto à ANVISA;
– apresentar identificação de lote e validade;
– possuir prazo de validade mínimo exigido no Termo de Referência;
– ser entregues em embalagens originais e adequadas;
– atender integralmente às especificações técnicas exigidas.

O recebimento ocorrerá:
– provisoriamente, para conferência quantitativa;
– definitivamente, após verificação da conformidade do objeto, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis.

O Município poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações do edital, do Termo de Referência ou desta Ata.

Constatada irregularidade, defeito, vício ou desconformidade, o fornecedor deverá promover a substituição do produto no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa e do ateste da execução pelo fiscal da contratação.

A Nota Fiscal deverá:
– conter a descrição idêntica à constante da autorização de fornecimento;
– ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ nº 08.937.598/0001-51;
– ser encaminhada ao e-mail: compras@itambe.pr.gov.br
As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.
08.001.10.302.0003.2029.3.3.90.30.00.00-01303
08.001.10.302.0003.2048.3.3.90.30.00.00-01303
08.001.10.302.0003.2067.3.3.90.30.00.00-01303

Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão corrigidos monetariamente pelo INPC/IBGE.
CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos bens registrados, observadas as disposições do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados.

Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor comprovar a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser admitida a revisão dos preços, mediante requerimento devidamente fundamentado e instruído com documentação comprobatória.

O órgão gerenciador realizará análise técnica, podendo promover diligências e negociação antes da decisão.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:
– descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
– não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
– não aceitar reduzir o preço registrado, quando superior ao praticado no mercado;
– sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
– houver razões de interesse público devidamente justificadas.
O cancelamento observará o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração:
– advertência;
– multa;
– impedimento de licitar e contratar;
– declaração de inidoneidade.
A aplicação das penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento desta Ata, ressalvadas as hipóteses de competência do órgão participante, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

O Município de Itambé é o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.
Compete ao órgão gerenciador:
– gerenciar a Ata de Registro de Preços;
– controlar os quantitativos registrados;
– acompanhar os saldos disponíveis;
– conduzir negociações de preços;
– aplicar penalidades;
– realizar os atos de publicidade legal;
– promover os atos necessários ao cumprimento desta Ata.

A gestão da Ata será exercida pela servidora **Tatiana Emergente Gonçalves Antoniassi**, matrícula funcional nº 7442.
A fiscalização da execução contratual será realizada pelo(a) servidora **Paula Tavares Constantino**, matrícula funcional nº 394

Compete ao fiscal:
– acompanhar a execução contratual;
– verificar a conformidade do fornecimento;
– atestar notas fiscais;
– comunicar irregularidades;
– adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE DOS QUANTITATIVOS
O órgão gerenciador realizará controle permanente dos quantitativos registrados, dos saldos remanescentes e das contratações formalizadas decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, nos Decretos Municipais nº 211/2023 e nº 227/2023 e demais normas aplicáveis.

Eventuais alterações desta Ata poderão ocorrer mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso e observada a legislação vigente.
Integram esta Ata:
– o Edital do Pregão Eletrônico;
– o Termo de Referência;
– a proposta vencedora;
– demais documentos constantes do processo licitatório. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marialva/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Ata, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itambé, 10 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Testemunhas:

MARCELINO LAHOUD
MHL MEDICAL LTDA

DAIANE CRISTINA DA SILVA MESSIAS

FLÁVIA VICENZI

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:5EA1F3D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 131/2022 DISPENSA N° 018/2022-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **NARDI & CANO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 10.289.513/0001-18.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de igual prazo, aditivo de valor e reequilíbrio financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº. 131/2022, firmado com a empresa NARDI & CANO LTDA-ME, que tem como objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Especializados em Assistência e Suporte Técnico de Informática em Atendimento as Demandas das Secretarias e Departamentos que Compõem a Administração Municipal de Ivatuba.**

Item a ser aditivado:

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
1.1	12	Serviço/ Mensal	Prestação de serviços especializados em assistência e suporte técnico de informática, compreendendo a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática, instalação e desinstalação de periféricos, hardware, software, formatação, backup e manutenção de rede estruturada de computadores.	4.926,44	**59.117,28**
				TOTAL	**59.117,28**

Item com ajuste de valor:

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
1.1	12	Serviço/ Mensal	Prestação de serviços especializados em assistência e suporte técnico de informática, compreendendo a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática, instalação e desinstalação de periféricos, hardware, software, formatação, backup e manutenção de rede estruturada de computadores.	4.926,44	5.145,17	218,73	**2.624,76**
						TOTAL	**2.624,76**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 59.117,28 (cinquenta e nove mil cento e dezessete reais e vinte e oito centavos).**
VALOR DO REAJUSTE: **R$ 2.624,76 (dois mil seiscentos e vinte e quatro reais).**
VALOR TOTAL: **R$ 61.742,04 (sessenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e quatro centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **22 de setembro de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **22 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 22 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C9AAEB89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DE AUTOS DE INFRAÇÃO DE POSTURAS Nº 03/2026

RELAÇÃO DE RESPONSÁVEIS AUTUADOS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE POSTURAS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 220, Centro, Jaguapitã/PR, por intermédio da Divisão de Cadastro, Fiscalização e Tributação, no exercício do poder de polícia administrativa municipal e com fundamento na **Lei Complementar Municipal nº 05/2023 – Código de Posturas** e no **Decreto Municipal nº 064/2026**, **TORNA PÚBLICA E DÁ CIÊNCIA**, por meio deste Edital, aos titulares, proprietários, possuidores ou responsáveis pelos imóveis abaixo relacionados, conforme informações constantes do Cadastro Imobiliário Municipal, acerca da lavratura dos respectivos **AUTOS DE INFRAÇÃO DE POSTURAS**, em razão do descumprimento das obrigações previstas na legislação municipal.

A presente publicação é realizada especialmente nas hipóteses em que **não há endereço atualizado para correspondência, a tentativa de comunicação pessoal ou postal restou infrutífera, houve devolução da correspondência, existe dúvida quanto à efetiva ciência do responsável ou se mostra necessária a utilização da publicação oficial como meio de ciência**, nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 064/2026.

Processo n°	Auto de Infração n°	Titular/Responsável conforme cadastro imobiliário	Localização dos Terrenos / imóveis autuados	Infração / fundamento
4209/2026	Nº 013	*Josiane Da Silva Pardini*	Rua Antônio de Oliveira, nº 171	Não realizou/realizaram a limpeza do terreno no prazo estabelecido na notificação. Apesar de terem sido notificados, os imóveis permanecem em mau estado de conservação.
4211/2026	Nº 014	*Paulo Sergio Tuzini*	Rua Antônio de Oliveira, nº 161	

				Art. 11, 170 – 177, 183 – 190 da Lei Complementar Municipal nº 05/2023; Art. 485 – 492 da Lei Complementar; art. 2º, 4º, 7º, 9º e 11 do Decreto nº 64/2026

DA CIÊNCIA DOS AUTOS DE INFRAÇÃO
Por meio da publicação deste Edital, ficam os interessados acima relacionados formalmente cientificados da lavratura dos respectivos Autos de Infração, nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 064/2026.
Os Autos de Infração decorrem de procedimentos administrativos de fiscalização nos quais foram constatadas irregularidades referentes à conservação, limpeza, capinação, roçagem, remoção de resíduos ou outras obrigações previstas no Código de Posturas Municipal, conforme individualmente descrito nos respectivos processos administrativos.
A obrigação de manter terrenos, quintais, pátios e edificações em adequado estado de asseio decorre diretamente do art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 05/2023, que veda, entre outras situações, terrenos cobertos de mato ou utilizados como depósito de lixo.

DA DEFESA ADMINISTRATIVA
Ficam os autuados cientificados de que poderão apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência realizada mediante a presente publicação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/2023 e do art. 11 do Decreto Municipal nº 064/2026.
A defesa deverá ser apresentada mediante requerimento escrito dirigido à Comissão Municipal de Julgamento de Recursos – CMJR, protocolado pelo protocolo on-line por meio do linkhttps://jaguapita.eloweb.net/protocolo/e1m9a2026/aberturaProcessoExternoou presencialmente no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, acompanhado dos documentos e provas que o interessado entender pertinentes.
O Decreto nº 064/2026 atribui à CMJR competência para apreciar e julgar as defesas administrativas e recursos apresentados contra os Autos de Infração.

DO DECURSO DO PRAZO
Decorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, será certificado o respectivo decurso e o processo seguirá para os atos subsequentes
Infração e arbitramento da multa pela autoridade competente, na forma do art. 176 da Lei Complementar Municipal nº 05/2023.
Sendo apresentada defesa, o procedimento seguirá para julgamento pela autoridade ou órgão competente, na forma estabelecida pelo Decreto Municipal nº 064/2026.
A publicação deste Edital, portanto, não constitui cobrança definitiva da multa nem substitui a decisão administrativa subsequente, destinando-se à ciência da autuação e à abertura do prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa.

OBRIGAÇÃO DE REGULARIZAR
A aplicação ou o pagamento da multa não exime o responsável da obrigação de promover a regularização do imóvel, mediante limpeza, capinação, roçagem, remoção de resíduos ou cumprimento das demais providências determinadas pela fiscalização.

EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA
Persistindo a irregularidade após o término do prazo concedido para regularização, o Município poderá executar diretamente ou contratar a execução dos serviços necessários à limpeza, capinação, roçagem, remoção de resíduos e demais providências cabíveis, na forma da legislação municipal.
Os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados serão apurados e lançados em desfavor do responsável pelo imóvel, acrescidos dos encargos legalmente previstos, sem prejuízo da multa administrativa eventualmente aplicada.

DA CONSULTA AO PROCESSO
A íntegra do Auto de Infração, dos relatórios de fiscalização e reinspeção, fotografias, notificações e demais documentos integrantes do respectivo processo administrativo poderão ser solicitados e consultados pelo **autuado, proprietário, possuidor, responsável pelo imóvel ou seu representante legal**, mediante solicitação por escrito, direcionada para a Divisão de Cadastro, Fiscalização e Tributação, situado na Avenida Minas Gerais, nº 220, Centro, Jaguapitã/PR.
Para acesso à íntegra dos autos, o interessado **deverá apresentar documento de identificação e informar o número do Processo Administrativo ou do Auto de Infração constante deste Edital**. No caso de representante, **deverá ser apresentada documentação comprobatória da representação**.
O acesso por terceiros observará a legislação relativa ao acesso à informação e à proteção de dados pessoais, devendo ser resguardados ou ocultados, quando necessário, dados pessoais e demais informações cuja divulgação irrestrita não seja necessária ao atendimento da finalidade do pedido.

Lucas Willian Santos de Souza
Agente Fiscal Tributário – Matricula nº. 8.148.615

Jaguapitã – PR, 22/0/2026.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:3FF6700B

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 15.01/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS

8645 - CONTADOR - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0041991	ALLAN ELIAS DA SILVA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0042016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0042079	ANDERSON BERTOLLA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041886	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042410	ELIANE DE BARROS ZANOLI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042223	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041876	ERICK DOUGLAS YAMAKAWA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042037	JANAINA CANDIDA PEREIRA	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0041892	LEONARDO RODRIGUES COSTA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041870	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042154	MAIKON RIBEIRO CELESTINO CAMPONES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

0041949	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042517	PEDRO HENRIQUE MORO EUGENIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042650	RENAN MANTOVANI PERON	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0042121	SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0042564	ALEF HENRIQUE BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042630	BRUNA CAROLINE ALTOMANI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041997	JOHVANNY LOURENÇO MENDONÇA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0042559	NAYARA DE OLIVEIRA BATISTA PAVAN	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0042489	STEPHANIE LUANA URATA	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0042687	VITÓRIA NARITA DANTAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0042130	YASMIN SANTOS ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:7B0D067F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 185.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 185/2026 de 18/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.022.500,00 (dois milhões e vinte e dois mil quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO-GPRE	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	
02.001.04.122.0002.2.002.		MANUTENçãO DE ASSESSORAMENTO AO PREFEITO MUNICIPAL	
4 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
57 - 3.1.90.11.00.00	01510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
60 - 3.1.90.13.00.00	01510	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
69 - 3.1.91.13.00.00	01510	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
127 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
129 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.500,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
135 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
154 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
160 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
162 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
03.004.04.122.0002.2.007.		MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL	

179 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
190 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
193 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
194 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.006.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
03.006.04.122.0002.2.081.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
207 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL	
218 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL	
222 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
05.001.04.122.0008.2.123.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEIC	
233 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
281 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.018.		MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	
366 - 3.1.90.16.00.00	01104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
430 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
439 - 3.1.90.94.00.00	01104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
442 - 3.1.91.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.072.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
549 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.072.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
557 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.073.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	
573 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
590 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
598 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.116.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE	
612 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
647 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
707 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
711 - 3.1.90.16.00.00	01511	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
713 - 3.1.90.94.00.00	01511	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
715 - 3.1.91.13.00.00	01511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
759 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
765 - 3.1.90.94.00.00	01511	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
767 - 3.1.91.13.00.00	01511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
08.001.04.122.0020.2.038.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
786 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.137.		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	
804 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
859 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
863 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
867 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.6.004.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
974 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.6.004.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
975 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.6.004.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
977 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1057 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1141 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1147 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1153 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.096.		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1214 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.096.		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1226 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1306 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1309 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1319 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.304.0025.2.056.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA SANITáRIA	
1359 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	

10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.304.0025.2.056.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA SANITáRIA	
1366 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1399 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1405 - 3.1.90.16.00.00	1051	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1411 - 3.1.91.13.00.00	1051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO-SELT	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS	
11.001.27.812.0011.2.026.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	
1493 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - SEMU	
14.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
14.001.08.244.0024.2.121.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA MULHER - SEMU	
1555 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
15.001.04.122.0008.2.124.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI	
1569 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
15.001.04.122.0008.2.124.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI	
1570 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1638 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1693 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1697 - 3.1.90.16.00.00	01511	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1701 - 3.1.91.13.00.00	01511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
		Total Suplementação:	**2.022.500,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO-GPRE	
02.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
02.002.04.124.0002.2.083.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO	
39 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
128 - 3.1.90.11.00.00	01510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	68.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
172 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
192 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL	
220 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
300 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.074.		ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS	
412 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.363.0033.1.082.		CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉNICA PROFISSIONALIZANTE	
413 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.363.0033.1.082.		CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉNICA PROFISSIONALIZANTE	

414 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.364.0029.2.088.		ENSINO SUPERIOR - RECURSOS ORDINÁRIOS - FADENPAR	
415 - 3.3.50.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
451 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CULTURA	
06.003.13.392.0011.1.074.		REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA	
481 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CULTURA	
06.003.13.392.0011.1.087.		REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA	
483 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.070.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% PRÉ-ESCOLA	
583 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.1.014.		AQUISIçãO DE EQUIPAMENTOS PARA GARAGEM MUNICIPAL	
642 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
646 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
652 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
659 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.018.		REEQUIPAR USINA DE ASFALTO	
698 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.076.		IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA	
699 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.451.0017.1.076.		IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA	
701 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
718 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.2.034.		MANUTENçãO DO TERMINAL RODOVIáRIO	
748 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
762 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
770 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
771 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.137.		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	
803 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.139.		BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	
841 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1048 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1087 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.054.		MANUTENçãO DE ATENDIMENTO ODONTOLóGICO	
1113 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1142 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1161 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1173 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.096.		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1213 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.1.028.		REEQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL	
1299 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1312 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1334 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.099.		CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA MANUTENÇÃO DO SAMU	CIUNEP -
1347 - 3.1.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	100.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
15.001.04.122.0008.2.124.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI	
1571 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS	
15.002.20.608.0008.2.126.		PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUáRIO	
1601 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DA AGRICULTURA	
15.003.20.608.0008.1.103.		INCENTIVO AO PEQUENO E MéDIO PRODUTOR RURAL	
1619 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1639 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1645 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1649 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1696 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	35.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.17.512.0017.2.134.		REPAROS E CONSERVAçãO DE GALERIAS PLUVIAIS	
1741 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.17.512.0017.2.135.		MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	
1755 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
17.001.04.122.0016.2.136.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB	
1765 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
		Total Redução:	**2.022.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 18 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:2F7071F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 125/2026 - PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 125/2026 – PML

DOCUMENTO: Licitação Pregão Eletrônico n°048/2026-PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa Elotech Gestão Pública Ltda

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de solução tecnológica integrada de gestão pública (ERP) em modelo SaaS (Software as a Service), com hospedagem em nuvem pelo fornecedor, abrangendo licenciamento de uso, implantação, migração de dados, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo de Previdência do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital, e abaixo discriminados.

Módulo PREFEITURA DE LOANDA - PR					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO - MÓDULOS**	**QTD**	**UND.**	**VL. UNIT.**	**VL TOTAL**
1	Módulo de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira	**Mês**	12	R$ 1.164,00	**R$ 13.968,00**
2	Módulo de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA)	**Mês**	12	R$ 774,00	**R$ 9.288,00**
3	Módulo de Financeira e Tesouraria Municipal.	**Mês**	12	R$ 774,00	**R$ 9.288,00**
4	Módulo de Prestação de Contas Municipais	**Mês**	12	R$ 774,00	**R$ 9.288,00**
5	Módulo de Portal Transparência Lei 131/2009	**Mês**	12	R$ 1.119,00	**R$ 13.428,00**
6	Módulo de Compras, Licitações e Contratos	**Mês**	12	R$ 864,00	**R$ 10.368,00**
7	Módulo de Almoxarifado e Estoques	**Mês**	12	R$ 678,00	**R$ 8.136,00**
8	Módulo de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis	**Mês**	12	R$ 789,00	**R$ 9.468,00**
9	Módulo de Frota Municipal	**Mês**	12	R$ 789,00	**R$ 9.468,00**
10	Módulo de Obras Municipais.	**Mês**	12	R$ 789,00	**R$ 9.468,00**
11	Módulo de Controle Interno.	**Mês**	12	R$ 789,00	**R$ 9.468,00**
12	Módulo da Plataforma do Governo Digital	**Mês**	12	R$ 3.585,00	**R$ 43.020,00**
13	Módulo de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais	**Mês**	12	R$ 1.584,00	**R$ 19.008,00**
14	Módulo de Assinatura Digital A1 e A3	**Mês**	12	R$ 1.584,00	**R$ 19.008,00**
15	Módulo de GED - Gestão eletrônica de Documentos	**Mês**	12	R$ 1.584,00	**R$ 19.008,00**
16	Módulo de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e ESocial	**Mês**	12	R$ 2.004,00	**R$ 24.048,00**
17	Modulo do Portal do Servidor Municipal	**Mês**	12	R$ 789,00	**R$ 9.468,00**
18	Módulo do Ponto Eletrônico	**Mês**	12	R$ 1.044,00	**R$ 12.528,00**
19	Módulo de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais	**Mês**	12	R$ 2.589,00	**R$ 31.068,00**
20	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões OnLine	**Mês**	12	R$ 1.224,00	**R$ 14.688,00**
21	Módulo de Emissão do ITBI ON LINE.	**Mês**	12	R$ 1.014,00	**R$ 12.168,00**
22	Módulo da Emissão e controle do Alvará On-Line	**Mês**	12	R$ 1.314,00	**R$ 15.768,00**
23	Módulo de Fiscalização Fazendária e Posturas	**Mês**	12	R$ 1.224,00	**R$ 14.688,00**
24	Módulo de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN.	**Mês**	12	R$ 4.464,00	**R$ 53.568,00**
25	Módulo de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias	**Mês**	12	R$ 1.584,00	**R$ 19.008,00**
26	Módulo de Processos Judiciais e Execuções Fiscais	**Mês**	12	R$ 1.224,00	**R$ 14.688,00**
27	Módulo de B.I (Business Intelligence)	**Mês**	12	R$ 1.344,00	**R$ 16.128,00**
28	Portal WEB Municipal (Site Municipal)	**Mês**	12	R$ 804,00	**R$ 9.648,00**
29	Módulo de Hospedagem e gerenciamento de e-mail (100 Contas)	**Mês**	12	R$ 1.044,00	**R$ 12.528,00**
30	Provimento de Data Center - Plataforma	**Mês**	12	R$ 3.624,00	**R$ 43.488,00**
31	Serviço de Conversão, implantação e treinamento	**Mês**	1	R$ 100.000,00	**R$ 100.000,00**
32	Horas Técnicas Contratada	**Horas**	500	R$ 100,00	**R$ 50.000,00**
					R$ 665.160,00
Módulo PARA CÂMARA DE VEREADORES					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS**	**QTD**	**UND.**	**VL. UNIT.**	**VL TOTAL**
33	Módulo de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira	**Mês**	**12**	R$ 699,00	**R$ 8.388,00**
34	Módulo Financeira e Tesouraria Municipal.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
35	Sistema de Prestação de Contas Municipais	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
36	Módulo de Portal Transparência Lei 131/2009	**Mês**	**12**	R$ 624,00	**R$ 7.488,00**
37	Módulo do Compras, Licitações e Contratos	**Mês**	**12**	R$ 624,00	**R$ 7.488,00**
38	Módulo de Controle de Almoxarifado e Estoques	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
39	Módulo do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
40	Módulo de Controle da Frota Municipal.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
41	Módulo de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e ESocial	**Mês**	**12**	R$ 624,00	**R$ 7.488,00**
42	Módulo do Portal do Servidor Municipal	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
43	Provimento de Data Center - Plataforma	**Mês**	**12**	R$ 729,00	**R$ 8.748,00**
44	Serviço de Conversão, implantação e treinamento	**Mês**	**1**	R$ 12.000,00	**R$ 12.000,00**
45	Horas Técnicas Contratada	**Horas**	**100**	R$ 100,00	**R$ 10.000,00**
					R$ 96.808,00
Módulo PARA O FUNDO DE PREVIDENCIA DE LOANDA - SOPREMU					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÓDULOS**	**QTD**	**UND.**	**VL. UNIT.**	**VL TOTAL**
46	Módulo de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira	**Mês**	**12**	R$ 699,00	**R$ 8.388,00**
47	Módulo deFinanceira e Tesouraria Municipal.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
48	Módulo de Prestação de Contas Municipais	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
49	Módulo de Portal Transparência Lei 131/2009	**Mês**	**12**	R$ 624,00	**R$ 7.488,00**
50	Módulo de Compras, Licitações e Contratos	**Mês**	**12**	R$ 564,00	**R$ 6.768,00**
51	Módulo de Controle de Almoxarifado e Estoques	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
52	Módulo de Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
53	Módulo de Controle da Frota Municipal.	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**
54	Módulo de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e ESocial	**Mês**	**12**	R$ 624,00	**R$ 7.488,00**
55	Módulo do Portal do Servidor Municipal	**Mês**	**12**	R$ 489,00	**R$ 5.868,00**

56	Provimento de Data Center - Plataforma	**Mês**	**12**	R$ 729,00	**R$ 8.748,00**
57	Serviço de Conversão, implantação e treinamento	**Mês**	**1**	R$ 12.000,00	**R$ 12.000,00**
58	Horas Técnicas Contratada	**Horas**	**100**	R$ 100,00	**R$ 10.000,00**
					R$ 96.088,00

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 858.056,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil e cinquenta e seis reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: A entrega e execução do objeto deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, na Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo de Previdência do Município de Loanda - PR.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 07 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes e demonstração de vantajosidade, pelo período máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

FORO: Comarca de Loanda – PR.
Loanda-Pr, em 21 de setembro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA
Elotech Gestão Pública LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:12E48C06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 ARP Nº183/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2025-PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº085/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº157/2025-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA CONTRATADA: HOTEL HORLANDU'S EIRELI

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado na Ata de Registro de Preços ora aditivada, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **HOTEL HORLANDU'S EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Rio de Janeiro, nº 376, Centro, Telefone: (44) 3425-2816, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.834.006/0001-60, neste ato por sua representante legal, Senhora Dulce Aparecida Volante Boff, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 517.214.739-04, RG nº 1.485.029 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Zacarias Vasconcelos, nº 322, Casa, Centro, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços de nº183/2025-PML, Pregão Eletrônico nº085/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Ata tem como objeto Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual prestação de serviços de hotelaria, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes Lazer e Turismo, Habitação e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços nº183/2025-PML, possui amparo no Art.84 da Lei 14.133/2021, onde dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA
As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.84 da Lei 14.133/21, resolvem aditivar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº183/2025-PML, por mais 12 (doze) meses, considerando a vantajosidade de sua prorrogação devidamente comprovada pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA QUARTA
Considerando a prorrogação do prazo de vigência a data de vencimento da Ata de Registro de Preços nº183/2025-PML será dia 17/10/2027.

CLAUSULA QUINTA
A presente prorrogação não implicará **atualização periódica dos preços registrados,** permanecendo os valores já pactuados.
O fornecimento dar-se-á com restabelecimento de saldo, observado o quantitativo e o limite financeiro conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO, MOBÍLIA, CLIMATIZAÇÃO ADEQUADA, TELEVISÃO, ACESSO À INTERNET. INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ.	DIÁRIA	800 (com restabelecimento de saldo)	114,00	91.200,00

2	APARTAMENTO DUPLO COM BANHEIRO, MOBÍLIA, CLIMATIZAÇÃO ADEQUADA, TELEVISÃO, ACESSO À INTERNET. INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ.	DIÁRIA	800 (com restabelecimento de saldo)	204,50	163.600,00
3	APARTAMENTO TRIPLO COM BANHEIRO, MOBÍLIA, CLIMATIZAÇÃO ADEQUADA, TELEVISÃO, ACESSO À INTERNET. INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ.	DIÁRIA	500 (com restabelecimento de saldo)	284,50	142.250,00

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº183/2025-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº183/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 16 de setembro de 2.026.

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Empresa Detentora:
DULCE APARECIDA VOLANTE BOFF
Hotel Horlandu's EIRELI

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:499D649F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 ARP Nº225/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº003

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº225/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº186/2025-PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº100/2025-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TB LTDA

Aos dezesseis (16) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e seis (2.026), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, e a Empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TB LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Presidente Vargas, nº 1279, Centro, Telefone: (44) 3425-1281, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.360.280/0001-53, neste ato por seu representante legal, Senhor Claudiney Bezerra Pereira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 855.058.979-91, RG nº 5.026.515-3 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 847, Centro, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, nos termos do Decreto Municipal nº011/2024-PML e Lei Federal 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem o que segue:
Do objeto: As partes em comum acordo e com respaldo no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, e o item 10 da Ata de Registro de Preços nº225/2025-PML e por conveniência administrativa, resolvem aditivar a presente Ata, a qual tem por objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de Óleo Diesel S-10, Gasolina Comun, Etanol e Fluido Arla 32, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Administração e Finanças, Industria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Saúde, Políticas Públicas para Mulheres, Habitação do Município de Loanda-Pr.

Item	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Licitado	Valor do Reajuste	Valor do Item com Reajuste	Valor Total do Aditivo
3	GASOLINA COMUM (ITEM PRICIPAL)	SHELL	LITRO	1.288,75 (Relatório de Saldo Anexo)	R$5,91	R$0,52	R$6,43	R$670,15
4	GASOLINA COMUM (TEM RESERVADO)	SHELL	LITRO	222,16 (Relatório de Saldo Anexo)	R$5,91	R$0,52	R$6,43	R$115,52
Valor Total do Reajuste .....R$785,67								

Com referido acréscimo total no valor de R$785,67 (setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), o valor da Ata de Registro de Preços nº225/2025-PML, passará de R$406.478,47(quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) para R$407.264,14 (quatrocentos e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos).
Ficam ratificados os demais itens da referida Ata, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
Por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº225/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas, igualmente subscritas.
Loanda-Pr. 16 de setembro de 2.026.

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Empresa Detentora:
CLAUDINEY BEZERRA PEREIRA
Comércio De Combustíveis TB LTDA

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F35468BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 ARP Nº226/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº003

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº226/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº186/2025-PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº100/2025-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: AUTO POSTO PESTANA EIRELI

Aos dezesseis (16) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e seis (2.026), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, e a Empresa **AUTO POSTO PESTANA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sito a Avenida PR 218, Lote 11, s/n, Parque Industrial II, Telefone: (44) 3425-3607, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.214.137/00001-26, neste ato por seu representante legal, Senhor Marcelo Pestana, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 930.242.319-00, RG nº 4.991.473-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua 1, AP803A, Residencial Porto Clube, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, nos termos do Decreto Municipal nº011/2024-PML e Lei Federal 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem o que segue:
Do objeto: As partes em comum acordo e com respaldo no Artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, e o item 10 da Ata de Registro de Preços nº226/2025-PML e por conveniência administrativa, resolvem aditivar a presente Ata, a qual tem por objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de Óleo Diesel S-10, Gasolina Comun, Etanol e Fluido Arla 32, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Administração e Finanças, Industria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Saúde, Políticas Públicas para Mulheres, Habitação do Município de Loanda-Pr.

Item	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Licitado	Valor do Reajuste	Valor do Item com Reajuste	Valor Total do Aditivo
1	ÓLEO DIESEL S-10 (ITEM PRINCIPAL)	IPIRANGA	LITRO	81.777,7867 (Relatório de Saldo Anexo)	R$7,76	R$ - 0,61	R$7,15	R$ - 49.884,45
2	ÓLEO DIESEL S-10 (ITEM RESERVADO)	IPIRANGA	LITRO	9,3831 (Relatório de Saldo Anexo)	R$7,76	R$ - 0,61	R$7,15	R$ - 5,72
Valor Total do Reajuste .....R$- 49.890,17								

Com a referida supressão total no valor de R$49.890,17 (quarenta e nove mil, oitocentos e noventa reais e dezessete centavos), o valor da Ata de Registro de Preços nº226/2025-PML, passará de R$2.808.276,56 (dois milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) para R$2.758.386,39 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos).
Ficam ratificados os demais itens da referida Ata, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
Por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº226/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas, igualmente subscritas.

Loanda-Pr. 16 de setembro de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Empresa Detentora:
MARCELO PESTANA
Auto Posto Pestana EIRELI

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:50623B24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 94/2026

Dispõe sobre a publicação da classificação dos inscritos na Décima Quarta Seleção - Candidatos do Sexo Masculino, do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT de Lupionópolis/PR.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei 05/2021, lei nº05/2023, alterada pela lei nº 06/2025.

RESOLVE:

Art. 1º -Tornar público o resultado da Décima Quarta seleção dos beneficiários inscritos no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, por ordem de classificação conforme ANEXO I – Candidatos do Sexo Masculino.

Art. 2º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Lupionópolis, 18 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

ANEXO I - CANDIDATOS SEXO MASCULINO

NOME	CPF	DATA NASC.	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ROBERTO MENDES DA SILVA	775.750.329-91	25/08/1968	65	1º
ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS	033.035.099-48	03/10/1982	56	2º
JORGE MARIANO DA CONCEIÇÃO	985.389.509-91	28/01/1975	53	3º
LUAN VINICIUS SANTANA DAMS	113.320.969-64	10/10/1999	50	4º
PABLO CESAR DE OLIVEIRA RAMOS	114.014.529-06	18/02/2001	50	5º
JOAO VITOR ALVES DA CUNHA	117.919.379-26	01/11/2001	50	6º
JOSÉ AZEVEDO BISPO DOS SANTOS	064.173.859-29	24/07/1986	48	7º
WELINGTON FERREIRA DOS SANTOS	536.285.578-60	28/03/2000	48	8º
ANDRÉ VENTURA DE JESUS	087.112.099-25	24/03/1988	46	9º
ELISSON EZIEL CAMACHO GALVÃO	088.114.329-44	24/11/1993	45	10º
JOÃO CARLOS DA SILVA	121.093.758-17	09/05/1969	44	11º
CLEBER PALORINO	055.839.396-99	10/02/1982	43	12º
EDICLAROS BRITO GIMENES	100.346.209-07	09/03/1995	43	13º
DEOCLECIO DOS SANTOS	036.398.228-03	14/07/1962	42	14º
CLEIVER ALVES MARTINS JUNIOR	414.815.048-27	05/09/1993	42	15º
RAFAEL MENDES GALVAO	089.171.489-80	11/12/1993	42	16º
KAIQUE VASCONCELOS MORIMOTO	142.426.129-58	01/11/2007	42	17º
RENER RAMOS FRANCISCO	134.125.409-78	17/07/2008	42	18º
IVO LUIZ DO NASCIMENTO	153.620.618-01	08/09/1964	40	19º
PEDRO ANGELO DOS SANTOS	608.522.089-87	06/03/1965	40	20º
JOSÉ REGINALDO DE OLIVEIRA ALVES	864.397.909-00	23/05/1972	40	21º
JOÃO PEDRO CUNHA DE MATOS	146.686.789-29	27/02/2008	39	22º
ELIDIO GONÇALVES DIAS	355.573.968-96	13/08/1987	38	23º
LUIZ DIONISIO DOS SANTOS DA SILVA	559.681.559-49	04/11/1964	37	24º
ISMAEL LUCAS DA SILVA	077.040.909-17	06/04/1990	37	25º
VICTOR KAIQUE DA SILVA OLIVEIRA	116.287.779-07	12/07/2007	37	26º
FABIO DOS SANTOS	041.384.189-89	18/08/1984	36	27º
JOÃO VITOR GONÇALVES DE BARROS	089.189.999-50	20/09/2006	36	28º
JOSÉ CARLOS DE LIMA OLIVEIRA	565.481.419-20	17/09/1967	35	29º
JOSE AUGUSTO GOMES	919.244.929-23	28/12/1973	35	30º
ROBERT EDUARDO DA SILVA	164.789.439-50	16/07/2007	33	31º
OSVALDO NUNES CONSTACIO	602.949.129-34	20/12/1966	32	32º
AMARILDO MORAES DE OLIVEIRA	608.521.439-15	03/04/1963	30	33º
JOÃO FRANCISCO DE JESUS	033.514.109-99	23/03/1964	30	34º
JOSÉ BENEDITO DO CARMO	608.525.009-63	23/08/1964	30	35º
VICENTE ALVES DOS SANTOS	532.339.309-25	21/04/1966	30	36º
EGIDIO SOARES FILHO	054.605.689-00	14/09/1981	20	37º
DEIVID WILLIAN DA CONCEIÇÃO	081.741.439-80	04/09/1991	30	38º
MATHEUS GUSTAVO EVANGELISTA	074.940.369-11	26/10/1994	30	39º
GABRIEL GIOVANINETTI YANKAUSKAS	084.282.349-22	08/11/2001	30	40º
MATEUS ALVES DE SOUZA	150.563.089-43	22/05/2004	30	41º
WILLIAN ALVES DA CUNHA	117.959.019-85	24/01/2006	30	42º
FABRÍCIO DE BRITO GIMENES	113.588.199-55	29/06/1997	29	43º
DAVI BENEDITO DO CARMO	001.832.239-50	23/05/1976	28	44º
AILTON RODRIGUES DA SILVA	805.840.049-15	12/05/1970	25	45º
DARLAN ALEXANDRE VENTURA DE JESUS	138.001.289-93	01/07/2005	24	46º
LEONARDO CARVALHO MOREL ARDEVINO	496.842.198-95	19/10/1998	23	47º
MARCOS JOSÉ FRANCO	029.582.839-09	28/08/1980	22	48º
RAFAEL LESSA DOS SANTOS	483.038.529-49	27/07/1983	22	49º
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	101.118.649-76	05/05/2003	22	50º
LEONARDO WILLI RAMOS PIZARRO	338.401.158-92	04/01/1983	20	51º
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	039.155.709-23	09/02/1983	15	52º
JOSÉ ADAILTON SANTANA	083.238.579-46	03/04/1992	7	53º

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:EC95C582

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DIRETRIZES NORMATIVAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DIRETRIZES NORMATIVAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Selma de Fátima Ferreira Batista Bertolini
Secretária Municipal de Educação

APRESENTAÇÃO

A formação humana é um processo integral. Acontece o tempo inteiro e em todos os espaços. É também trajetória social e trilha individual, em que valores, linhas de pensamento e formas de organização social se fundem com as escolhas, preferências e habilidades de cada um.
A Educação Integral é entendida como uma abordagem holística no processo educacional, considera não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal, social, emocional e físico dos estudantes. Busca oferecer uma educação que atenda a todas essas dimensões e requerem apoio em todas as áreas do desenvolvimento humano.
A Secretaria Municipal de Educação e através da Coordenação Pedagógica do Ensino em Tempo Integral, considerando seu compromisso com a construção de uma educação escolar de qualidade social, que comtemple as especificidades dos diferentes espaços em que as Escolas e Centro Municipal de Educação Infantil - CMEIs da rede municipal de ensino se encontram, bem como a diversidade do contexto sociocultural dos estudantes, de suas famílias e da comunidade, para implementando uma reestruturação política que atenda ao cumprimento à meta 6 do Plano Nacional de Educação, à legislação, às necessidades contemporâneas e aos desafios de uma sociedade complexa contribuindo com a política de permanência do estudante na Escola.
Visando concretizar este compromisso, a Secretaria Municipal de Educação, somada à reestruturação da escola de ensino fundamental e educação infantil, apresenta as diretrizes normativas para uma nova proposta curricular para a continuidade dos serviços de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Mandaguari/PR.
Objetivando a suma importância da responsabilidade das escolas e CMEIs por meio de ações para o bem-estar da coletividade e estimulando uma educação para a cidadania, envolvendo o investimento em Educação de qualidade. Além de ser uma exigência legal, a Educação Integral em Tempo Integral resgata o imenso déficit de oportunidades decorrentes do processo de reestruturação econômica que hoje o mundo atravessa. Colocando o conhecimento e a informação como condição básica do desenvolvimento e do exercício da cidadania, assumindo, com centralidade, a importância de uma diretriz para a Educação Integral em Tempo Integral fundamental – série inicial e educação infantil.
Na busca de adequar a política pública, a proposta de ensino as diretrizes educacionais, às necessidades sociais já existentes em nossa realidade e na perspectiva de um ensino de qualidade e diversidade, o município de Mandaguari, segue nas escolas e CMEIs municipais, seguimos os projetos nos moldes de Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único.
Essas Diretrizes para a Educação Integral em Tempo Integral nas Escolas e Centro Municipal de Educação Infantil - CMEIs da Secretaria Municipal de Educação do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, apresentam a proposta norteadora para a organização do trabalho pedagógico, princípios orientadores do currículo para uma escola comprometida com a gestão democrática, com a qualidade de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e com a qualidade de ensino e a valorização do magistério. Priorizando a competência de leitura e escrita, o Currículo define a escola como espaço de cultura, de articulação, de competências e de conteúdos disciplinares.

INTRODUÇÃO

A Educação Integral em Tempo Integral consiste em promover uma educação voltada para o desenvolvimento pleno do estudante em suas diferentes dimensões formativas – intelectual, física, social e emocional, construindo um projeto coletivo compartilhado pelos alunos, gestores, professores e toda comunidade escolar. Nesse sentido, enfatiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC; 2018):

(...) a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. (BNCC, 2018, pág.14)

Nessa perspectiva, a aprendizagem na Educação Integral em Tempo Integral é constante e diversa, os alunos passam boa parte do seu dia na escola, é oferecida a eles uma diversidade grande de atividades e projetos (em diferentes linguagens e formatos, incluindo arte, esportes, acompanhamento pedagógico, informática e tecnologia dentre outras atividades).
O desenvolvimento escolar é aprimorado, visto que contam com acompanhamento e auxilio dos professores em suas atividades escolares, trabalhos em grupo estudos em geral. O convívio mais intenso com a comunidade escolar e também colabora na socialização, no aprendizado sobre o respeito à diferença e na conquista de autonomia.

A Educação Integral em Tempo Integral pressupõe uma aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa que articula os diferentes saberes, espaços educativos, subjetividades e conhecimentos, ampliando a jornada escolar e criando possibilidades a partir da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

A história da Secretaria municipal de Educação de Mandaguari está intrinsecamente ligada à evolução do próprio município ao longo do tempo, sendo órgão responsável pelo planejamento e execução da Política Educacional do Município e pelo padrão de qualidade do ensino aprendizagem.
Foi criada como parte dos esforços locais para garantir o acesso à educação básica de qualidade para todos os residentes do município. Ao longo das décadas, esta secretaria tem sido responsável por planejar, coordenar, executar, administrar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino nas escolas e CMEIs a cargo do Poder Público Municipal desenvolvendo políticas educacionais locais, fornece formação continuada para professores, entre outras atribuições.

Em consonância com a LDB nº 9394/94, a Secretaria de Educação oferta nas unidades o Ensino em Tempo Integral, disciplinas diversificadas, organizadas de acordo com documentos orientadores do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular do Paraná, Lei do Sistema Municipal de Educação, bem como as demais disposições aplicáveis.
Está situado na Rua Padre Antônio Lock, nº 453, e atende em horário comercial, das 7h30min até as 11h30min e das 13h até às 17h, tem em seu organograma a Secretária de Educação, equipe de coordenadores pedagógicos e profissionais específicos da área de administração, psicologia, nutricionistas, fonoaudióloga e pedagogos, diretores escolares, professores, educadores e auxiliares educacionais. Vem construindo uma história que se consolida a cada dia que passa, dentro de um contexto em que se encontra inserida seus objetivos e as ações desenvolvidas pelas Instituições Educacionais de Ensino.
Define entre suas atribuições a Política Municipal de Educação Integral em Temo Integral, respeitando a legislação municipal, estadual e federal da área, prestando serviço de orientação técnico-pedagógica, administra as unidades de ensino a cargo do município, promove os serviços de alimentação escolar, material didático, e outros destinados a assistência nas instituições escolares.
Tem como missão garantir à comunidade escolar uma educação de excelência, elaborar a política educacional, coordenar, a partir de diretrizes estabelecidas para que alcance êxito no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadãos críticos.
Com uma rede pública de ensino, a Secretaria Municipal de Educação em 2024 atende a 3900
estudantes, 16 escolas no total, 10 CMEIs, integral e parcial, 6 escolas séries iniciais, sendo 3 escolas de ensino integral e 3 escolas de período parcial.
A seguir são apontados alguns dados sobre atendimento e rendimento escolar.

Matrículas nos últimos dez anos no Sistema Municipal de Educação de Mandaguari

Nível	Anos											
	2015	2026	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Educação Infantil	1421	1326	1274	1329	1397	1450	1362	1478	1484	1784	1783	1677
Ensino Fundamental	1945	1922	1915	1716	1681	1759	1835	1841	2082	2116	2356	2495
Total de Alunos	3366	3248	3189	3045	3078	2209	3197	3319	3566	3900	4139	4076

A rede municipal ao longo desses 10 (dez) anos vem atendendo um público diverso dentro da educação infantil – de 0 a 5 anos e ensino fundamental de 6 a 10 anos. Observa-se nos dados que o fluxo nos estudantes vem crescendo gradativamente e convém considerar que o aumento de matrículas na educação infantil conduz à reflexão sobre a necessidade de se manter a continuidade de Educação em Tempo Integral para os estudantes da Educação infantil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As políticas públicas de Educação Integral em Tempo Integral têm sido uma prioridade em muitos países, incluindo o Brasil. Esse modelo educacional busca oferecer uma experiência mais completa e enriquecedora para os estudantes, expandindo o tempo de permanência deles na escola e proporcionando uma variedade de atividades e recursos além do currículo tradicional.
Essas políticas têm diversos objetivos e benefícios. Em primeiro lugar, elas visam melhorar a qualidade da educação, permitindo um tempo maior para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos.
Buscando reduzir as desigualdades sociais ao oferecer oportunidades de aprendizado adicionais para estudantes de todas as origens socioeconômicas.
Ao estender o tempo de permanência na escola, as políticas de ensino integral em tempo integral também podem ajudar os pais que trabalham, proporcionando um ambiente seguro e produtivo para seus filhos durante mais horas do dia.
Em termos de implementação e aplicação, essas políticas muitas vezes envolvem a ampliação da infraestrutura escolar, a contratação de mais professores e a oferta de uma variedade de atividades extracurriculares, como esportes, artes, acompanhamento pedagógicos e programas de enriquecimento cultural.
No entanto, é importante que essas políticas sejam cuidadosamente planejadas e implementadas, levando em consideração as necessidades específicas das comunidades locais e garantindo a qualidade do ensino e das atividades oferecidas aos alunos.
O Programa de Escola em Tempo Integral têm sido implementados em diferentes estados e municípios e o sucesso dessas iniciativas depende não apenas do financiamento adequado, mas também do envolvimento da comunidade escolar, da formação de professores e da avaliação contínua dos impactos na aprendizagem dos estudantes.
A política pública para escolas de educação integral tempo integral envolve uma abordagem abrangente que visa proporcionar educação de qualidade e experiências enriquecedoras aos alunos durante um período de tempo estendido, é importante considerar diversos aspectos que garantam o bom funcionamento e a qualidade do ensino oferecido.
A Educação Integral em Tempo Integral deve:
I – assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral;
II – prevenir as violências;
III – promover os direitos sociais, direitos humanos e educação ambiental;
IV – fomentar a ciência, as tecnologias, as artes, as culturas e aos saberes de diferentes matrizes étnicas e culturais, ao esporte e ao lazer;
V – fortalecer a convivência democrática e um ambiente social pacífico, saudável e inclusivo;
VI – assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes.
A Rede Municipal de Ensino de Mandaguari busca garantir que todas as comunidades tenham acesso a escolas e CMEIs de tempo integral, independentemente de sua localização geográfica ou status socioeconômico.
Qualidade da educação é conceito abrangente, que se relaciona com a consecução de seus fins. Educação de qualidade é aquela que realiza os objetivos da educação aqui apresentados.

Segue Link

https://go.fliplink.me/view/1FA8CACB-D361-4326-A8B8-1A40B2D2AFA7

Nessa perspectiva, construir indicadores de sucesso na garantia de uma educação de qualidade compreende considerar elementos como o resultado das avaliações da educação na Rede Municipal de Mandaguari.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A partir do século XX, em consequência das reformas organizacionais no Estado e na Educação, na busca do verdadeiro propósito da educação e sua função na sociedade, foi editado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, o qual notabilizou-se como um marco inicial do projeto de renovação educacional do país e teve como título A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. O documento evidenciava a educação pública, a escola única, a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.
Nesse caminhar, Anísio Teixeira, um dos pensadores e administradores da educação brasileira e criador da Escola Nova, adota um sistema de ensino construtivista, meio século antes dele ser discutido no Brasil. Nos meados de 1950 iniciou estudos e discussões em defesa da Educação Integral. Nessa época, Anísio Teixeira ocupava a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e inaugurou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), ou Escola Parque, em um bairro pobre de Salvador. Para Anísio Teixeira, "a escola eficaz seria a de tempo integral, tanto para os alunos, quanto para os professores" e prosseguiu:

[...] a escola eficaz deveria pautar-se na formação integral e ser de tempo integral, pois defendia que as crianças de todas as posições sociais deveriam ter o contato com as diversas atividades educativas, além de alimentação e de atendimento médico-odontológico, proporcionando às classes populares o acesso a uma escola de qualidade e de formação integral do homem.

Nessa direção, em 1960, no Governo de Juscelino Kubistchek, surgiu o Centro Educacional Elementar (CEE). Na mesma época foram criados os Ginásios Vocacionais para os estudantes de 11 a 13 anos, com a implantação de seis unidades, sendo uma na capital de São Paulo e em cinco cidades do interior: Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul.
Nessa direção, em 1960, no Governo de Juscelino Kubistchek, surgiu o Centro Educacional Elementar (CEE). Na mesma época foram criados os Ginásios Vocacionais para os estudantes de 11 a 13 anos, com a implantação de seis unidades, sendo uma na capital de São Paulo e em cinco cidades do interior: Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul.
Darcy Ribeiro foi um dos principais antropólogos, sociólogos e pensadores da educação no Brasil. Foi ministro da educação e um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília. Participou da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e desenvolveu os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), considerados uma das principais políticas de educação integral do país.
De 1986 a 1993, o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) foi formulado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O Programa atendia às crianças em período integral, organizado da seguinte maneira: no turno regular, os alunos frequentavam as aulas, e no contraturno, permaneciam na escola ou dirigiam-se às entidades conveniadas no programa, onde recebiam alimentação e desenvolviam atividades artísticas, esportivas, de lazer, preparação profissional e reforço de aprendizagem.
Em 1991, o Programa dos Centros de Atendimento Integral à Criança e aos Adolescentes (CAICS), tinha como propósito prover à criança e ao adolescente a Educação Fundamental em Tempo Integral, por meio de diversas atividades de cultura, esporte, assistência à saúde e iniciação ao trabalho, entre outros.
No Paraná, o Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas" – Ensino Médio e Profissional, fundado em 17 de Setembro de 1937, pelo Interventor Manoel Ribas, com a denominação de Escola de Trabalhadores Rurais foi idealizado sob questões de cunho 6 E-PROTOCOLO N.º 20.362.228-7 social, no final dos anos 36 e início de 37. O número de crianças e adolescentes considerados desfavorecidos economicamente aumentava, requerendo iniciativas sociais. Assim, o projeto de criação de um local específico para atendimento dessa clientela veio a ser concretizado em 13 de dezembro de 1937, através do decreto n° 7.782/38. A instituição inicialmente era mantida pela Escola de Trabalhadores Rurais. A denominação de Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas ocorreu em 1963. Desde 1980, a escola é administrada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
O grupo escolar Papa João XXIII vivenciou as primeiras experiências de atendimento integrado da criança em que os alunos tinham acesso a atividades diversificadas no período do contraturno. Na gestão do então prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, nos anos 80, as discussões sobre uma proposta pedagógica para a Educação em Tempo Integral tiveram início.
A partir de 1987, foram criadas oito Escolas de Tempo Integral (ETIs) em Curitiba. Eram quatro escolas construídas especificamente para a oferta de Educação em Tempo Integral, com projeto arquitetônico característico e quatro escolas que ganharam um prédio anexo ao já existente (SCHELLIN, 2015. p.44).
No início dos anos 90, na gestão do então prefeito Jaime Lerner, foram construídos os CEIs (Centro de Educação Integral), para os quais era prevista a ampliação da carga horária, passando de quatro horas para oito horas diárias o ensino dos anos iniciais.
Outras experiências de Educação em Tempo Integral foram desenvolvidas no Estado do Paraná, gradativamente. Diversos municípios paranaenses implantaram o tempo integral, mediante leis e atos regulatórios inserindo o tempo ampliado como meta nos respectivos Planos Municipais de Educação.
Em experiências mais recentes fundamentadas na Educação Integral em Tempo Integral, destacamos o Programa de Educação Integral em Apucarana no Paraná. Em 2001, a Rede Pública de Ensino Municipal implantou a Educação em Tempo Integral para alunos de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Esse Projeto de Educação Integral em Tempo Integral consiste numa política pública baseada em quatro pactos com a comunidade: pela educação, pela responsabilidade social, pela vida, e por uma cidade saudável.
O Programa da Educação Integral em Tempo Integral no município de Apucarana obteve avanços na educação escolar e se tornou referência para gestores e Programas Municipais e Estaduais de Educação. Atualmente está em primeiro lugar no ranking dos municípios paranaenses, de médio e grande porte, que possuem o maior número de crianças estudando em tempo integral. De cada 100 estudante matriculados na rede municipal, 89 ficam o dia todo nos centros infantis e escolas. Os dados são do Censo Escolar 2022, realizado pelo Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
Em 2003, surgiram no Estado de São Paulo os Centros Educacionais Unificados (CEUs), com atendimento às creches, à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. O Projeto Educacional dos CEUs foi inspirado no conceito de educação cidadã e de cidade educadora de Paulo Freire.
Em Belo Horizonte, no ano de 2006, iniciou-se o Programa Escola Integrada (PEI), coordenado pela Secretaria de Educação e Prefeitura de Belo Horizonte. Tem como objetivo a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental, com ampliação da jornada educativa diária para nove horas, através da oferta de atividades diversificadas, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino.
No mesmo ano de 2006, teve início o Projeto Bairro-Escola, em Nova Iguaçu, em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Nova Iguaçu, que propuseram a prática de atividades socioeducativas em turnos alternativos. A proposta considerava os preceitos básicos de Cidade Educadora, objetivando uma educação em todos os espaços da comunidade, e não apenas na escola. O tempo de permanência na Escola era assim dividido: no turno regular, as crianças ficam com os professores aprendendo as disciplinas escolares; no contraturno, desenvolvem as oficinas culturais, esportivas e ainda realizam atividades no bairro, mediadas pelos monitores do Projeto.
Em Belém do Pará foi fundada em 2008 a Casa Escola da Pesca (Cepe) da fundação Escola Bosque (Funbosque). A Cepe utiliza-se da metodologia da pedagogia da alternância, na qual a escola alterna períodos de estudos na escola e no campo, a cada quinze dias, os jovens e adultos estudam em tempo integral e ficam alojados na Cepe durante a quinzena de estudos, possibilitando assim a interação entre alunos, respeitando a realidade ribeirinha, buscando promover a troca de conhecimento com o cotidiano dos estudantes e a escola.
A Cepe oferta o Ensino Fundamental integrado (na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA) com formação profissional. Tem como objetivo a formação de filhos de pescadores e trabalhadores da pesca da região das ilhas, com o propósito de reduzir a pobreza e aperfeiçoar a gestão de recursos naturais do município de Belém.

Em âmbito nacional, tem-se o Programa Mais Educação (PME), de 2007, o qual se constituiu como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de Educação Integral nas Redes Estaduais e Municipais de ensino, para ampliação da jornada escolar nas escolas públicas para, no mínimo, 7 horas diárias. Em 2017 foi substituído pelo Programa Novo Mais Educação (NPME).
O Novo PME/MEC tinha como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática de crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, pela ampliação da jornada escolar, otimizando o tempo de permanência na escola.
Na Rede Estadual de Ensino do Paraná, em 2008, teve início a oferta de Programa de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, por meio do Programa Mais Educação do MEC e do Programa Viva a Escola do Estado do Paraná. Em 2011 foi criado o Programa das Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, da Seed, em substituição ao Programa Viva a Escola.
A partir de 2016, na forma de um Projeto Piloto, 03 escolas de Ensino Médio somaram-se às demais na oferta da Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único. Neste mesmo ano foi implementada a Educação em Tempo Integral em instituições de Ensino Fundamental. No final deste mesmo ano, a Seed aderiu ao Programa Nacional de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
Em 2017, a Seed ampliou a oferta no Ensino Fundamental-Anos Finais e aderiu ao Programa Nacional de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Intensificou a oferta da Educação Integral em turno único, atingindo 29 Núcleos Regionais de Educação. De 2019 a 2021 atingiu o número de 92 Escolas de Tempo Integral; sendo 34 do modelo "Paraná Integral", com professores com dedicação exclusiva e professores coordenadores de área.
Em 2022 este número chegou a 175 escolas, com oferta de ensino em Tempo Integral para o Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio. Em 2023, o Paraná alcançou o total de 253 escolas de Educação Integral em Tempo Integral. A partir deste ano, todas as escolas passaram a utilizar a nomenclatura Paraná Integral.
A Educação Integral na perspectiva da ampliação do tempo de permanência do estudante no ambiente escolar apresenta uma concepção que traz em sua essencialidade o desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social, cultural, socioemocional e ética.
Segundo Miguel Arroyo:
A educação integral é uma concepção de um sujeito total e integral enquanto sujeito de conhecimento, de cultura, de valores, de ética, de identidades, de memória, de imaginação e a educação tem que dar conta de todas essas dimensões da formação do ser humano. A educação em tempo integral se comunica diretamente com a educação integral, pois para dar conta de todas as dimensões da formação humana, a escola precisa de mais tempo. Não somente mais tempo na escola, mas um tempo que dialogue com outros tempos da formação humana que transcendem aos muros da escola, como tempo de formação na família, no trabalho, no convívio, na luta pela sobrevivência seja campo ou na cidade. (2013).

A publicação intitulada Avaliação na Educação Integral: elaboração de novos referenciais para políticas e programas, desenvolvida pela Associação Cidade Escola Aprendiz, disponível em https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacaointegral/wp-content/uploads/2020/07/caderno-avaliacao-na-educacao-integral.pdf, acesso em 14 set. 2023, traz a contextualização do tema no Brasil:

A construção do sentido de educação integral no Brasil remonta ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e, ao longo das décadas seguintes, vem se solidificando em experiências no território brasileiro [...] e ganha força, ao final da década de 1990, como uma concepção que se propõe a constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias. Ao posicionar o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como sujeito social, histórico, competente e multidimensional, a educação integral tem contribuído para reconectar o sentido da escola e da educação com sua vida.

Educação Integral ofertada em tempo ampliado é temática em evidência no cenário brasileiro.
Os Governos Federal, Estadual e Municipal atuam de forma articulada na implementação e no fortalecimento das políticas de Educação Integral em Tempo Integral, em consonância com o Objetivo 6 e a Meta 6.a do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e, enquanto vigente, com as metas e estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Educação do Paraná.
A Educação Integral, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e ao que estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem como premissa a formação e o desenvolvimento global do estudante durante a Educação Básica, ou seja, independentemente da duração da jornada escolar, o termo Educação Integral refere-se a um ensino que promove uma formação mais completa e sintonizada com as necessidades dos estudantes e compatível com os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. É neste sentido que elementos dos estudos de Arroyo (2013) são convergentes com os estudos da Comissão, ou seja, o tempo ampliado nos espaços educativos contribuirá de forma efetiva para a melhoria nos resultados educacionais e no preparo dos estudantes.
A concepção de educação integral busca proporcionar uma experiência educacional abrangente e significativa que promova o desenvolvimento integral dos alunos, capacitando-os a se tornarem indivíduos bem ajustados, competentes e engajados em suas comunidades. Não se limita apenas ao ensino de disciplinas acadêmicas básicas, mas também inclui atividades extracurriculares, artes, esportes, educação socioemocional, educação para a saúde, educação ambiental, entre outras áreas.
É orientada para a vida real e contextualizada, permitindo que os alunos façam conexões entre os conteúdos curriculares e suas experiências pessoais, culturais e sociais.
Reconhecendo a importância das habilidades socioemocionais para o sucesso na vida, a educação integral prioriza o desenvolvimento de habilidades como autoconsciência, autorregulação, empatia, habilidades de comunicação e resolução de conflitos.
A educação integral promove uma cultura de inclusão, diversidade e equidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas origens, habilidades ou circunstâncias, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.
Reconhecendo que a educação vai além dos muros da escola, a educação integral em tempo integral busca estabelecer parcerias com famílias, comunidades, instituições locais e outras organizações para enriquecer o ambiente de aprendizagem e fornecer apoio adicional aos estudantes. Tem como finalidade promover o sucesso acadêmico, a educação integral em tempo integral visa preparar os alunos para serem cidadãos ativos, responsáveis, críticos e participativos, capazes de contribuir positivamente para suas comunidades e para a sociedade como um todo.

LEGISLAÇÕES

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 205, dispõe que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça a Educação Integral em alguns artigos, mostrando a importância de aprender além do âmbito da escola. O Art. 53 assegura o direito a uma educação e um desenvolvimento pleno além de qualificação para o trabalho. Assim traz expresso:

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes (…) o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O Estatuto também traz o conceito de Educação Integral no Art. 59, nos seguintes termos:

Art. 59º. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

A Lei nº 9394, de 1996 - de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, estabelece:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007, tem como objetivo melhorar todas as etapas da Educação Básica no Brasil. Dentre as ações de melhoria inclusas no PDE, destaca-se o Programa Mais Educação e o Novo Mais Educação, que prevê a ampliação da Educação em Tempo Integral no país e atua como indutor da organização para todas as escolas brasileiras.
Em conjunto com o PDE, o Governo Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade lançou, por meio do Decreto Lei nº 6094/2007, de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O Plano apresenta programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica.
Dessa forma, em diálogo com a Educação Integral, o Plano de Metas sugere a transformação da escola em um espaço da comunidade e os equipamentos públicos presentes no entorno da escola em ambientes de aprendizagem. A intencionalidade dessas ações, associadas à ampliação do tempo de permanência dos estudantes no ambiente escolar é contribuir com a melhoria da qualidade da educação.
Nessa direção, a Portaria Interministerial n.º 17, de 24 de abril de 2007, criou o Programa Mais Educação, regulamentado pelo Decreto n.º 7.083/2010, conforme apontamentos do MEC. Apresenta uma agenda de Educação Integral nas Redes Estaduais e Municipais de ensino, possibilitando a ampliação da jornada escolar nas instituições de ensino públicas para, no mínimo, 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. A Portaria supracitada assegura:

Art. 1° Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. Parágrafo Único.

Parágrafo Único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações socioeducativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes.

A Resolução n.º 04, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), que “Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica”, prevê:

Art. 12. Cabe aos sistemas educacionais, em geral, definir o programa de escolas de tempo parcial diurno (matutino ou vespertino), tempo parcial noturno, e tempo integral (turno e contraturno ou turno único com jornada escolar de 7 horas, no mínimo, durante todo o período letivo), tendo em vista a amplitude do papel socioeducativo atribuído ao conjunto orgânico da Educação Básica, o que requer outra organização e gestão do trabalho pedagógico.
§ 1º Deve-se ampliar a jornada escolar, em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens.
§ 2º A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.
§ 3º Os cursos em tempo parcial noturno devem estabelecer metodologia adequada às idades, à maturidade e à experiência de aprendizagens, para atenderem aos jovens e adultos em escolarização no tempo regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira.
No que se refere à Educação Integral em Tempo Integral, o Objetivo 6 do PNE estabelece a ampliação da oferta de educação integral em tempo integral na rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades.
A Meta 6.a estabelece a ampliação da oferta de educação integral em tempo integral, considerando jornada escolar de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, preferencialmente em turno único, com ampliação progressiva do atendimento nas redes públicas de ensino.
Dessa forma, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari encontra-se alinhada às diretrizes, ao Objetivo 6 e à Meta 6.a do Plano Nacional de Educação, considerando as especificidades da rede municipal e a organização local da oferta em tempo integral.
A Lei Estadual nº 18.492, de 24 de junho de 2015, aprovou o Plano Estadual de Educação do Paraná – PEE/PR. A vigência do Plano Estadual de Educação foi prorrogada até 31 de dezembro de 2026 pela Lei Estadual nº 22.591, de 29 de agosto de 2025.
O PEE/PR estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no Estado do Paraná, contemplando, entre seus objetivos, a ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral.
Durante o período de vigência do PEE/PR, a Meta 6 estabeleceu como objetivo oferecer Educação Integral em tempo integral em, no mínimo, 65% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 60% dos estudantes da Educação Básica.
As disposições do PEE/PR são consideradas no âmbito destas Diretrizes Normativas enquanto permanecer vigente, em articulação com o novo Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.
O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como propósito melhorar a educação para todos e em todo o território nacional. Ele estabelece dez diretrizes que regem o PNE. Para além das diretrizes, introduziu 20 Metas subdivididas em Estratégias. Como já citado, a Meta 6 do PNE trata da

"oferta do Tempo Integral nas Escolas" e a Estratégia 6.7 propõe "atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais".
O Ministério da Educação, por meio da Portaria n.º 1.145, de 10 de outubro de 2016, institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016, substituída pela Portaria n.º 727, de 13 de junho de 2017, estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A adesão ao Programa demandou dos estados interessados a elaboração do plano de diagnóstico e nivelamento, do plano de inclusão da comunidade, do Projeto Político Pedagógico e do plano de gestão, além do preenchimento do formulário do plano de implementação.
A BNCC é um dos documentos educacionais mais relevantes na fundamentação e regulação do currículo escolar. Ela organiza os direitos de aprendizagem, os campos de experiência, as competências de cada área e de cada componente curricular, as unidades temáticas e os objetos de conhecimento e assume o compromisso com a Educação integral na busca do desenvolvimento humano global. Apresenta dez competências gerais que deverão ser trabalhadas e apreendidas no percurso de estudos de toda Educação Básica, são elas: conhecimento, pensamento crítico, científico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.
A Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral e alterou a Lei Federal n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, altera a Lei Federal n.º 13.415/17 e a Lei Federal n.º 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos estudantes e aos professores da Educação Básica Pública.
A Lei Federal n.º 14.640/23 visa fomentar a criação de matrículas em Tempo Integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, considerando propostas pedagógicas alinhadas à BNCC.
O MEC, com a finalidade de assegurar a qualidade e a equidade na oferta do Tempo Integral, incluiu no texto da Lei n.º 14.640/23, cinco eixos estruturantes: Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar, articulando uma série de ações e estratégias, disponibilizadas a todos os entes federados.

HISTÓRICO

A compreensão da ideia de educação em tempo integral que se desenvolveu no Brasil, passa, necessariamente, pelo resgate histórico do pensamento educacional do início do século XX, bem como pela retomada das experiências que marcaram as décadas de 80 e 90, com a implantação de uma nova concepção de escola para alunos em regime de tempo integral. No Paraná, a Educação Integral em Tempo Integral começou a ser organizada no ano de 2009. A iniciativa partiu de uma medida do Ministério Público do Paraná. Na época, a decisão de manter as crianças e adolescentes em tempo integral foi tomada devido à situação de vulnerabilidade social da comunidade escolar.
As pautas de Escolas de Educação Integral em Tempo Integral iniciaram-se em 2010, com base da experiência de educação em tempo integral implantada, na cidade de Apucarana-PR, onde os resultados foram muito expressivos, surgiu o desejo da procura e implantação desse novo modelo de ensino no município de Mandaguari. Sendo assim o Legislativo do município de Mandaguari aprovou o Projeto de lei n°011/2010, convertido na Lei Municipal nº 1593 de 02 de março de 2010, a implementação sobre a jornada escolar Ensino Fundamental de Mandaguari, Estado do Paraná, como especifica e dá outras providências.
Esta implantação da Escola para o Ensino em Tempo Integral em Turno Único começou no ano de 2010, onde, 2 escolas mudaram sua estrutura de ensino e utilização dos espaços escolares para adotarem a proposta de Educação Integral em Turno Único - ETI, sendo elas: Escola Municipal Francisco Romagnole Júnior e Escola Municipal Walter Antunes Pereira. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação, mantem 3 escolas que atende em regime parcial, sendo elas: Escola Municipal Bom Pastor, Escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira e Escola Municipal Professora Yolanda Cercal da Silva.
Em 16 de março de 2012, com a implantação de mais uma escola de ensino do 1° ao 5° ano no Jardim Boa Vista, aderiu-se ao sistema para o Ensino em Tempo Integral em Turno Único – ETI, sendo ela: Escola Municipal Professora Angelina Teixeira Pinheiro, ficando hoje, 3 escolas em Tempo Integral e 3 escolas parciais. Não havendo discordância, isto é, a escola que funciona em período integral, todos os alunos matriculados frequentam e participam desde regime. Da mesma forma, não havendo atividades em tempo integral na escola que funciona em período parcial.
A Educação Infantil por sua vez atende o Ensino em Tempo Integral desde muitos anos. A primeira instituição de atendimento à infância no município de Mandaguari foi o Parque Infantil Décio Medeiros Pullin, atual CMEI Tio Patinhas. Inaugurado em 21 de setembro de 1950, foi uma resposta às necessidades educacionais, pois não havia, no município e na região, uma instituição voltada para o atendimento de crianças pequenas.
Passados os anos com o desenvolvimento do município houve a necessidade por parte das famílias por um atendimento as crianças em tempo integral, em virtude das mães não terem onde deixar seus filhos para poder trabalhar, foi instituída a primeira creche do município que atendia crianças na faixa etária de 1 a 12 anos, no ano de mil novecentos e oitenta.
Desde então até os dias atuais, com o desenvolvimento e crescimento do município, Mandaguari conta hoje com atendimento em 10 Centro Municipal de Educação Infantil – CMEIS, CMEI André Malacário, CMEI Casa da Amizade, CMEI Joao B Frujuelli, CMEI Maria Terezinha Z Ferreira, CMEI Mickey, CMEI Orlando R Gomes, CMEI Recanto Feliz, CMEI Dra. Renata Y T Hernandes, CMEI Rosemary R M Sepulveda, que atende a faixa etária de 4 (quatro meses) a 6 (seis) anos de idade, sendo 7 CMEIs que atende em período integral, 2 em período parcial e 1 CMEI que atende turmas em período parcial e integral.
Com a pactuação foram inseridas 1 turma do CMEI André Malacário e 1 turma do CMEI Dra. Renata, tendo em vista que o município de Mandaguari já atende em tempo integral desde o ano de 1980, mas somente foram pactuadas em 2024.
Nesse sentido, o Ensino em Tempo Integral em Turno Único – ETI apresenta-se como uma lógica na organização do tempo escolar, tendo na ampliação do tempo, possibilidade de garantir a formação integral dos estudantes, levando em consideração suas especificidades, sua história e sua cultura.
Com essa inovação de Ensino em Tempo Integral, a reestruturação do currículo, enquanto espaço social de apropriação, elaboração e reelaboração, uma característica importante dos parâmetros curriculares, predominantes nas propostas mais atuais. Essa estratégia promove a ampliação de tempo, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque o Ensino em Tempo Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de desenvolvimento das habilidades dos estudantes.
Com implantação do Ensino em Tempo Integral em Turno Único – ETI a carga horária mínima anual passou de 800 horas para 1.400 horas, distribuídas em 200 dias letivos para a educação básica.
As escolas e CMEIs mencionadas acimas continuam até a presente data oferecendo o ensino em Tempo Integral.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A Educação Integral em Tempo Integral, Turno Único – apresenta-se como uma lógica na organização do tempo escolar, tendo na ampliação do tempo, a possibilidade de garantir a formação integral dos estudantes, levando em consideração suas especificidades, sua história e sua cultura.

Entendemos que educação integral em tempo integral é, ao mesmo tempo, integrada e integradora. Integrada porque requer intencionalidade educativa planejada e articulada com o Projeto Político Pedagógico da escola. Integradora porque sua proposta é construída no coletivo, na busca constante da superação das dificuldades enfrentadas e na ampliação das condições de aprendizagem.
De forma mais ativa do que ocorre na organização curricular desenvolvida em turno parcial, na organização curricular para a educação em tempo integral prescinde de intencionalidade educativa a ser desenvolvida integralmente, ou seja, todo o tempo de permanência do estudante na escola deve ser povoado de atividades pedagógicas voltadas à "razão de ser".
As Atividades Curriculares ofertadas na Educação Integral em Tempo Integral estão articuladas às propostas dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular do Paraná e em consonância com o Projeto Político-Pedagógico das unidades de ensino.
Propõe um currículo abrangente e diversificado ao desenvolver um currículo que inclua não apenas disciplinas acadêmicas, mas também atividades extracurriculares, esportes, artes e programas de enriquecimento, um currículo que vá além das disciplinas acadêmicas tradicionais e inclua atividades extracurriculares, esportes, artes, educação socioemocional, programas de saúde e nutrição, entre outros. O objetivo é proporcionar uma educação integral que atenda às necessidades de desenvolvimento de cada estudante.
Necessita de um horário que permita uma distribuição equilibrada entre atividades acadêmicas, recreativas, de alimentação e descanso, levando em conta as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento. Em uma escola de turno único, os estudantes geralmente passam mais tempo na escola do que em escolas com turnos tradicionais. Isso permite uma maior carga horária de ensino, o que pode ser vantajoso para aprofundar o aprendizado e oferecer atividades extracurriculares.
As escolas de turno único podem oferecer maior flexibilidade no planejamento do horário das aulas e atividades, permitindo uma integração mais fluida entre disciplinas acadêmicas, atividades extracurriculares, refeições e momentos de descanso.
Além de estrutura adequada a fim de garantir que a escola conte com instalações e recursos adequados para oferecer uma educação de qualidade, incluindo salas de aula bem equipadas, áreas de recreação, laboratórios, biblioteca, refeitório e espaços para atividades extracurriculares.
Alocar recursos adequados para garantir que as escolas de tempo integral tenham infraestrutura adequada, incluindo salas de aula bem equipadas, espaços para atividades extracurriculares, laboratórios, bibliotecas, refeitórios e áreas de recreação.
Destinar recursos financeiros adequados para a implementação e manutenção das escolas de tempo integral, incluindo construção ou adaptação de infraestrutura, contratação de pessoal, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros custos operacionais.
Desenvolver planos estratégicos e sistemas de gestão eficazes para garantir a implementação bem-sucedida das políticas de escolas de tempo integral. Isso envolve o estabelecimento de metas claras, monitoramento do progresso, avaliação de resultados e ajustes conforme necessário.
Contratar professores qualificados, experientes e capacitados para oferecer um ensino de excelência, além de proporcionar oportunidades de formação continuada para o aprimoramento profissional.
Investir em programas de formação inicial e continuada para professores e demais profissionais da educação, visando capacitá-los para atender às demandas específicas das escolas de tempo integral. Além disso valorizar esses profissionais pelo seu trabalho e dedicação.
Implementar programas de apoio acadêmico, emocional e social para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo apoio psicológico e atividades de integração e inclusão.
Promover o envolvimento e a participação ativa dos pais, responsáveis, alunos e comunidade local nas atividades da escola, incentivando parcerias e colaborações que contribuam para o sucesso educacional dos estudantes.
Estabelecer sistemas de avaliação e monitoramento para acompanhar o desempenho e os impactos das escolas de tempo integral, tanto em termos acadêmicos quanto em aspectos como frequência escolar, desempenho dos alunos, bem-estar emocional, entre outros indicadores relevantes.
Garantir que as políticas de escolas de tempo integral promovam a inclusão e a equidade, garantindo acesso igualitário a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, etnia ou necessidades especiais.
As escolas do município de Mandaguari para a Educação Integral em Tempo Integral contam com um currículo mais atrativo, oferece aos alunos às disciplinas do núcleo comum, do núcleo diversificado completando todas as áreas de conhecimento e mias as Atividades Complementares. Desta forma como as disciplinas estão estruturadas, auxilia o aprendizado dos alunos. As aulas são ministradas em ambos os turnos e são importantes para o desenvolvimento e a formação das crianças.

DA ORGANIZAÇÃO

A Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único tem o objetivo de ampliar o tempo, os espaços e as oportunidades de aprendizagem, com matrícula e frequência obrigatórias para todos os estudantes das instituições de ensino.
O currículo é concebido como um projeto educativo integral, organizado de forma que os componentes curriculares da parte diversificada estejam articulados com os conhecimentos e as habilidades trabalhadas nos componentes curriculares da Base Nacional Comum, com uma proposta pedagógica integrada, que contemple atividades com acompanhamento pedagógico, aprofundamento da aprendizagem, experimentação da pesquisa científica, da cultura, da arte, do esporte, do lazer, das tecnologias, entre outras.
Na Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único, a carga horária é de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias, totalizando, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, distribuídas com, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.
A Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único possui as seguintes características:
a) Matrícula única no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE);
b) Organização por ciclo e/ou série;
c) Frequência obrigatória para todos os estudantes matriculados no curso em todos os componentes curriculares;
d) Registro obrigatório do desenvolvimento do estudante no SERE, conforme o Sistema de Avaliação adotado pela instituição de ensino (parecer descritivo, nota ou conceito);
e) Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Proposta Pedagógica Curricular (PPC), que explicitem a oferta e organização da Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único;
f) Matriz Curricular organizada com os componentes curriculares da Base Nacional Comum e Parte Diversificada;
g) Professores habilitados;
h) Livro Registro de Classe para todos os componentes curriculares.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação em escolas de Educação Integral em Tempo Integral é crucial para monitorar o progresso dos estudantes, identificar áreas de melhoria e garantir a eficácia do programa educacional como um todo.
Deve-se utilizar uma variedade de métodos de avaliação para capturar diferentes aspectos do aprendizado dos alunos. Isso pode incluir avaliações formativas (como observações em sala de aula e feedback contínuo), avaliações somativas (como provas e trabalhos escritos) e avaliações de habilidades socioemocionais e comportamentais. A avaliação deve ser contínua e integrada ao processo de ensino e aprendizagem, ao invés de ser vista como uma atividade separada.
Os professores devem utilizar dados de avaliação para adaptar sua prática pedagógica e oferecer suporte personalizado aos alunos.

Além do desempenho acadêmico, a avaliação em escolas de tempo integral deve abranger o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo habilidades socioemocionais, criatividade, colaboração e pensamento crítico.
É importante envolver os alunos e seus responsáveis no processo de avaliação, garantindo que compreendam os critérios de avaliação, os resultados obtidos e as metas de aprendizagem a serem alcançadas.

O feedback fornecido aos alunos deve ser construtivo, específico e orientado para o crescimento. Os alunos devem receber orientações claras sobre seus pontos fortes e áreas de melhoria, bem como estratégias para melhorar seu desempenho.
Os dados de avaliação devem ser utilizados de forma responsável e ética, respeitando a privacidade dos alunos e garantindo que sejam utilizados para informar decisões educacionais relevantes.
Além da avaliação dos alunos, as escolas de educação integral em tempo integral também devem realizar avaliações institucionais para monitorar a implementação do programa educacional, a qualidade do ensino e a satisfação dos estudantes, professores e responsáveis. A avaliação por tanto desempenha um papel fundamental na promoção do aprendizado dos alunos e no aprimoramento contínuo da política educacional como um todo ao dotar uma abordagem abrangente e centrada no estudante, as escolas podem garantir que a avaliação seja uma ferramenta eficaz para impulsionar o sucesso educacional.
Na educação infantil, a avaliação deve ter como objetivos auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecer a autoestima da criança por meio do reconhecimento crítico de seus avanços e suas conquistas e orientar as ações pedagógicas docentes em prol de novas descobertas e aprendizados. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas próprias conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo do processo.
Pensando nisso ao observar diariamente a criança, podemos diagnosticar seu estágio de desenvolvimento, historicamente suas conquistas e avanços na aprendizagem, além de detectar indicadores característicos de sua personalidade, que influenciam sobremaneira seu comportamento, aspectos deflagradores de limitações físicas que comprometem seu desempenho cognitivo ou motor e, ainda, questões relativas à sua cultura familiar que porventura venham interferir em suas relações afetivas e manifestações emocionais. Onde todos os aspectos são registrados num parecer semestral, individual e dissertativo, ficando arquivado na escola na ficha individual da criança.
Para tanto é fundamental que a educação infantil tome consciência do seu trabalho no processo educativo, desde as atividades diárias às adaptações que se fizerem necessárias para atender as especificidades infantis e, envolver todas as crianças de maneira respeitora, humanizada e plural. A aprendizagem precisa ser avaliada durante o processo de trabalho, de forma contínua, tendo como objetivo o desenvolvimento da criança em todos os aspectos. É nesse momento que o professor direcionar uma melhor mediação em prol do conhecimento da criança. Desse modo, por meio de registros e anotações diárias, o professor poderá além de melhor conhecer a criança e suas conquistas, interrogar-se sobre o seu próprio fazer profissional. Nesse sentido, registrar cotidianamente o próprio trabalho, ver e rever em suas ações, procurar novas formas de práticas articuladas com os fundamentos do desenvolvimento humano é o que caracteriza e diferencia um profissional da educação infantil em relação as demais etapas do ensino.

OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Proporcionar atendimento integral às crianças desenvolvendo o exercício da cidadania orientando-os para a vida;
Desenvolver práticas pedagógicas e culturais que permitam aos alunos valorizarem e se engajarem na vida social e cultural da comunidade;
Integrar as ações pedagógicas e culturais no desenvolvimento da educação em nossa comunidade;
Preparar e instrumentalizar crianças e jovens para o processo democrático garantindo o acesso à educação de qualidade para todos e a possibilidade de participação social;
Desenvolver habilidades socioculturais, cognitivo-afetivo que possibilitem aos alunos construírem seu projeto de vida pessoal e como cidadãos, tendo clareza de: quem somos o que temos, o que almejamos para nós e nossa comunidade, e o que faremos para atingir nossos objetivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Potencializar a capacidade de aprendizagem significativa dos estudantes através do amplo desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas, sociais e culturais;
Potencializar na comunidade a capacidade de desenvolver projetos culturais, como instrumento de inclusão social;
Garantir à infância e à adolescência seus direitos fundamentais e seu desenvolvimento integral com vistas ao preparo para o exercício da cidadania e a formação de um cidadão íntegro;
Melhorar a qualidade de ensino da Rede Municipal de Mandaguari;
Reduzir em níveis mínimos, ou nulos, o índice de retenção e evasão escolar;
Possibilitar aos estudantes, oriundos de famílias de baixa renda;
Ambiente adequado e assistência necessária para a realização de suas tarefas;
Incentivar a participação responsável da comunidade, buscando, através do seu engajamento no processo educacional, diminuir as desigualdades sociais e, consequentemente, reduzir aos altos índices de violência;
Promover ampliação e humanização do espaço em sala de aula;
Adaptar à realidade econômica de cada região com a diversidade de culturas, visando à transformação qualitativa das estruturas produtivas já existentes;
Possibilitar ao educando uma ampliação de conhecimentos, oferecendo um currículo mais rico e globalizado;
Fornecer ao educando atividades complementares;
Descobrir e desenvolver aptidões artísticas e desportivas nos alunos da Rede Municipal de Ensino;
Reduzir ou eliminar o número de crianças em condições de risco nas ruas, reduzindo também a possibilidade de crianças em caminho para o vício ou a delinquência;
Proporcionar maior convivência social dos estudantes no ambiente escolar.

DA GESTÃO DA ESCOLA

A Educação Integral em Tempo Integral impõe a necessidade de repensar os critérios de organização do quadro de pessoal das escolas, o qual precisa ser adequado a essa realidade.
A escola de educação integral em tempo integral necessita de, no mínimo, os seguintes profissionais, sendo que os profissionais da educação devem possuir a titulação prevista na legislação vigente:
direção escolar;
coordenadores pedagógicos;
professores das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares;

auxiliar Educacional;
educador Infantil;
profissionais de apoio específicos da educação (monitores, estagiários, entre outros atores sociais), que atuam de forma temporária nas atividades pedagógicas das disciplinas, temas/projetos específicos.
As atividades educativas são de responsabilidade dos gestores e dos professores da escola, contudo outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora da escola, sob a orientação da coordenação pedagógica e autorização concedida pela Secretaria Municipal de Educação.
A escola deve promover o envolvimento e a participação ativa dos pais, responsáveis, estudantes e comunidade local nas atividades da escola, incentivando parcerias e colaborações que contribuam para o sucesso educacional dos estudantes.

CALENDÁRIO ESCOLAR
O calendário Escolar, construído com o NRE, é elaborado em consonância com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e atende as determinações pedagógicas administrativas da mantenedora.

NORMAS

Na Rede Municipal de Ensino as escolas e CMEIs oferta o atendimento de turno único, e todos os estudantes frequentam as aulas durante o mesmo período do dia, em vez de serem divididos em turnos diferentes, como manhã e tarde. De frequência obrigatória para os estudantes matriculados nas escolas ou CMEIs de tempo integral.
O horário de funcionamento, a carga horária semanal de estudos e as atividades pedagógicas das unidades escolares institui de forma a compor jornada de no mínimo 7 (sete) horas diárias, não podendo ultrapassar 40 (quarenta) horas semanais, incluindo 1 hora e meia para almoço.
A permanência em horário integral exige que os estudantes recebam alimentação adequada, balanceada de acordo com parâmetros nutricionais, no contexto da educação para a saúde. As refeições são, portanto, momentos importantes de confraternização e também de aprendizado de práticas de convívio social e de alimentação saudável.
As escolas para o ensino de educação integral em tempo integral passam a contar com uma matriz curricular (anexo) reformulada, além do currículo base, aos estudantes terão novas disciplinas e atividades para fortalecer o aprendizado.
A proposta não é de ensino integral apenas no que se refere ao tempo na escola, mas também à formação humana integra das crianças.

Matriz Curricular Ensino Fundamental

COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Base Nacional Comum	ARTE	1	1	1	1	1
	CIÊNCIAS	2	2	2	2	2
	EDUCAÇÃO DIGITAL: ROBÔTICA	-	-	-	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	2
	ENSINO RELIGIOSO[2]	1	1	1	1	1
	GEOGRAFIA	1	1	1	1	1
	HISTÓRIA	1	1	1	1	1
	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6	6	6
	MATEMÁTICA	6	6	6	6	6
Total de Horas relógio semanais BNC		**20**	**20**	**20**	**20**	**20**
Parte Diversificada[3]	LEM- Inglês	-	-	1	1	1
	LÍBRAS- Língua Brasileira de Sinais	1	1	1	-	-
	Cultura, Arte e Educação Patrimonial	4	4	4	4	4
	Acompanhamento Pedagógico	12	12	12	12	12
	Esporte e Lazer	2	2	2	2	2
	Informática e Tecnologia	1	1	1	1	1
Total de Horas Relógio Semanais PD		**20**	**20**	**20**	**20**	**20**
Total de Horas Relógio Semanais[4]		**40**	**40**	**40**	**40**	**40**

1 Matriz Curricular de acordo com a LDB n.º 9.394/96.
2 Ensino Religioso: de oferta obrigatória para a instituição pública de ensino e matrícula facultativa para o aluno. Deverá ser ofertada atividade pedagógica para os alunos que não frequentarão, para cumprimento de carga horária.
3 A instituição de ensino poderá ofertar outros componentes curriculares na Matriz Curricular, conforme PPP e diretriz da mantenedora.
4 * Serão ofertadas 8 horas diárias, totalizando 40 horas semanais. Serão ofertadas 8 aulas de 60 minutos por dia, totalizando 8 horas diárias.

Matriz Curricular da Educação Infantil

EIXO ESTRUTURAIS						
Direitos de Aprendizagem	**Campos de Experiências**	**Carga Horária Semanal**				
Brincar **Conhecer-se** **Conviver** **Expressar** **Explorar** **Participar**	**Eu, o outro e o nós** **Corpo, gestos e movimentos** **Escuta, fala, pensamento e imaginação** **Traços, sons, cores e formas** **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**	**Creche**			**Pré-escola**	
		Infantil 1	**Infantil 2**	**Infantil 3**	**Infantil 4**	**Infantil 5**
		8 horas diárias			8 horas diárias	
Carga Horária Semanal: 8 horas diárias- 40 horas/semanais- 200 dias letivos. Carga horária: 1.600h.		**40 horas/ semanais**			**40 horas/ semanais**	
Observações: Os campos de experiências devem ser organizados de forma integrada, considerando que todos os momentos e ambientes da rotina escolar são vistos como experiências de aprendizagens e por isso, não podem ser trabalhados em apenas um dia definido.						

REFERÊNCIAS

LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm
PORTARIA Nº 1.495, DE 2 DE AGOSTO DE 2023
https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/educacao-basica/portaria-no-1-495-de-2-de-agosto-de-2023.pdf/@@download/file
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2018. Brasília, DF, 2018.

Instrução Normativa Conjunta Nº 007/2021 – DEDUC/DPGE/SEED
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/instrucao_normativa_conjunta_0072021_deducdpgeseed.pdf

Deliberação 03/2023 CEE/PR – Educação Integral em Tempo Integral
https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2023-12/deliberacao_03_23.pdf
Lei Ensino Integral Municipal N° 1.593/2010
https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/mandaguari/lei-ordinaria/2010/160/1593/lei-ordinaria-n-1593-2010-dispoe-sobre-a-jornada-escolar-no-ensino-fundamental-do-municipio-de-mandaguari-estado-do-parana-como-especifica-e-da-outras-providencias?q=Lei%201593%2F2010
Instrução Normativa Conjunta 07/2021
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/orientacao_conjunta_0072021_deducdpgeseed.pdf

PARANÁ. **Referencial Curricular Do Paraná:** Princípios, Direitos E Orientações: educação infantil e componentes curriculares do ensino fundamental. Secretaria de Estado de Educação. Curitiba: SEED/PR, 2018
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013.
Resolução CD/FNDE nº 18, de 27 de setembro de 2023, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 13, de 29 de outubro de 2025, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.
https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2025/resolucao-no-13-de-29-de-outubro-de-2025.pdf/view

Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as **Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.**
https://cooperacaopne.mec.gov.br/pluginfile.php/4193/mod_resource/content/2/RESOLUC%CC%A7A%CC%83O%20CNE-CEB%20N%C2%BA%207%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20AGOSTO%20DE%202025%20-%20RESOLUC%CC%A7A%CC%83O%20CNE-CEB%20N%C2%BA%207%2C%20DE%201%C2%BA%20.pdf

Resolução Nº 23, de 17 de março de 2026, que regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica.
https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2026/resolucao-cif-no-23-de-17-de-marco-de-2026.pdf/view

Lei Nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE**.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm

Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, alterada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que institui as **Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.**
https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/12731

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:31C56CAB

GABINETE DO PREFEITO

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº. 463/2026 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEIS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº. 463/2026

Súmula: Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, no âmbito das Escolas Públicas Municipais do Ensino Fundamental e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs no Município deMandaguari-PR, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no inciso XII do art. 89 da Lei Orgânica do Município de Mandaguari, e

CONSIDERANDO a necessidade de apreciação da atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral pelo Conselho Municipal de Educação, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394 de 20 dezembro de 1996-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640/2023, de 31 de julho de 2023;

CONSIDERANDO que o ensino integral no âmbito do Município de Mandaguari para a modalidade infantil, já está em execução há décadas;

CONSIDERANDO a Lei nº. 1.593/2010, alterada pela Lei nº. 4.219/2025, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral para as séries iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação Infantil;

CONSIDERANDO a Meta 6 prevista na Lei nº. 2.493/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Mandaguari – PR, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.495 de 02 de agosto de 2023, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.036 de 23 de novembro de 2023, do Ministério da Educação, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 007/2021 - DEDUC/DPGE/ SEED, sobre a Implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação em Tempo Integral em Turno Único e Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

CONSIDERANDO o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) vigente;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.658, de 27 de setembro de 2023;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 013/2023 - DEDUC/DPGE/SEED, dispõe sobre a implantação e/ou regulamentação da oferta das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar na Educação Infantil nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

CONSIDERANDO a Resolução nº 05/2026 do Conselho Municipal de Educação - CME, que dispõe acerca da aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no município de Mandaguari – PR;

CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2026 do Conselho Municipal de Educação - CME, que dispõe acerca da aprovação das Diretrizes Normativas da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino no município de Mandaguari – PR;

CONSIDERANDO o Guia para a Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral – MEC;

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral – MEC; e

CONSIDERANDO a Orientação nº 005/2024 - Deduc/Seed -Orientação complementar para a elaboração da Política de Educação em Tempo Integral dos Municípios, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação – MEC;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Resolução nº 23, de 17 de março de 2026, que regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica;

CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, especialmente o Objetivo 6 e a Meta 6.a, relativos à Educação Integral em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, para a oferta de continuidade/regulamentação dos serviços já existente no município e busca regularizar de acordo com as novas instruções.
Parágrafo Único: Por Educação Integral, entende-se que é aquela que considera o sujeito em sua condição multidimensional (física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética), inserido num contexto de relações.

Art. 2º A política define as diretrizes e as concepções que contemplam a cadeia de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

Art. 3º As atividades da Política de Educação Integral em Tempo Integral são realizadas na Rede Municipal de Ensino deste Município, abrangendo parcialmente a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 4º Ao ofertar a Política de Educação Integral em Tempo Integral, o Município deve assegurar a infraestrutura física, acessibilidade, parcerias intersetoriais, recursos humanos, estrutura funcional, recursos pedagógicos, formações e estratégias de avaliação e especialmente a parte diversificada do currículo.
§1º. Cabe a Secretaria Municipal de Educação indicar as Escolas, Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs e turmas onde será implantado a Política de Educação Integral em Tempo Integral, considerando a demanda física/estrutural, humana e financeira disponível.
§2º. Os critérios para a oferta de vagas no período integral serão regulamentados por meio de normas complementares e deverão priorizar o atendimento aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, buscando eliminar formas de desigualdade e discriminação nos territórios educativos.

Art. 5º A construção da Política a que dispõe é definida pelo Programa Escola em Tempo Integral instituído pela Lei n°. nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE objetivando:
fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância ao Objetivo 6 e à Meta 6.a estabelecidos pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
implementar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, em consonância com as diretrizes nacionais e com as normas do sistema municipal de ensino;
promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;
melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes; e
fortalecer a colaboração entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para o cumprimento do Objetivo 6 e da Meta 6.a do Plano Nacional de Educação.
Art. 6º A Educação Integral em Tempo Integral tem como meta a criação de um modelo de regime integrado, que sugere a busca de planejamentos, por meio de um currículo diferenciado e inclusivo, ambientes compatíveis e articulados com a proposição, programa de formação profissional e momentos permeados por diferentes formas de avaliação.

Art. 7º São objetivos da Política de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari – PR:
melhorar a qualidade da educação pública e os resultados de aprendizagem comprometida com a redução de desigualdade racial, socioeconômica, territorial, de gênero, as que afetam a comunidade surda e demais estudantes público-alvo da educação-especial;
promover a garantia dos direitos sociais, direitos humanos e da natureza;
fomentar a ciência, as tecnologias, as artes, as culturas e os saberes de diferentes matrizes éticas e culturais, o esporte e o lazer;
fortalecer a convivência democrática em um ambiente socioambiental pacífico, saudável e inclusivo;
viabilizar a efetivação curricular, na perspectiva da educação integral, por meio de metodologias capazes de assegurar os direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral dos estudantes;
ampliar o tempo de permanência do estudante na escola de forma a promover a sua formação como ser integral;
reduzir os índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação na etapa do ensino fundamental, melhorando os indicadores de fluxo da educação municipal;
garantir a alfabetização até o final do 2°ano e os respectivos direitos de aprendizagem dos estudantes até o final do 5°ano do ensino fundamental;
contribuir para a melhoria dos índices educacionais resultantes de avaliações externas e de larga escala;
promover a participação e corresponsabilidade da família e da comunidade no processo educacional.

Art. 8º A permanência do estudante nas instituições escolares municipais terá organização em turno único.
§1º A oferta da Educação Integral em Tempo Integral poderá ser feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta esteja articulada com os conhecimentos e habilidades trabalhados pelos componentes curriculares do ensino regular, como o acompanhamento e apoio pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, experimentação de pesquisa científica, da cultura e arte, do esporte e lazer, das tecnologias, da cultura, dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, entre outras.
§2º. A Ampliação da Política de Educação Integral em Tempo Integral com Atividades Curriculares Complementares objetiva ampliar o tempo, diversificar os espaços e as oportunidades de aprendizagem, visando a melhoria da aprendizagem do estudante e da convivência familiar.

Art. 9º Para fins do disposto nesta política, consideram-se:
I - Educação integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;
II - Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, contínuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito;
III - acesso à escola: situação na qual é garantido ao estudante o direito à matrícula e frequência regular, em instituição escolar próxima à sua residência ou, quando necessário, em instituição escolar para a qual lhe é disponibilizada a garantia de transporte gratuito no percurso da residência até a escola;
IV - Permanência na escola: situação na qual é assegurado ao estudante o direito de manter-se vinculado às atividades escolares com a mitigação da infrequência, risco de abandono à escola ao longo do ano letivo ou a evasão escolar na transição entre os anos letivos;
V - Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo, organizada em turno único;
VI - Equidade educacional: situação de justiça sobre o acesso, os processos e resultados educacionais entre diferentes grupos sociais na qual a distribuição de investimentos e esforços das políticas públicas minimiza ou compensa os efeitos das desigualdades estruturais que se manifestam na sociedade;
VII - avaliação institucional participativa da qualidade da oferta de Educação Integral em Tempo Integral: processo coletivo e colaborativo de identificação, mensuração, sistematização e análise de dados, informações e registros da percepção dos sujeitos que compõem a comunidade escolar a respeito dos insumos, processos e resultados do trabalho educativo, com vistas à tomada de decisão e planejamento sobre ações de melhoria contínua da oferta de matrículas e escolas de tempo integral na perspectiva da educação integral.

Art. 10 A Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único tem o objetivo de ampliar o tempo, os espaços e as oportunidades de aprendizagem, com matrícula e frequência obrigatória para todos os estudantes das instituições de ensino.
Parágrafo Único: O currículo é concebido como um projeto educativo integral, organizado de forma que os componentes curriculares da parte diversificada estejam articulados com os conhecimentos e as habilidades trabalhadas nos componentes curriculares da Base Nacional Comum, com uma proposta pedagógica integrada.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Art. 11. Compreende-se por matrículas na Educação Integral em Tempo Integral, aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares, de forma contínua, por tempo igual ou superior a 07 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando 1.400 horas anuais, distribuídas em, pelo menos, 200 dias letivos.
§ 1º. Deve-se ampliar a jornada escolar, em um único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens.
§ 2º. A jornada em tempo integral implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.

Art. 12 Os tempos destinados à alimentação, higiene, socialização e convivência integram a jornada escolar e compõem o processo educativo, devendo ser planejados com intencionalidade pedagógica, infraestrutura adequada e acompanhamento por profissionais qualificados, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular.
Parágrafo único. Deve-se assegurar a todos os indivíduos, alimentos básicos de qualidade, em quantidade permanentemente satisfatórias e sem afetar o acesso a outras necessidades fundamentais.
Art. 13 O acesso às vagas da Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá mediante matrícula realizada conforme os procedimentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, observados os princípios da impessoalidade, isonomia, transparência, publicidade e eficiência administrativa.
§1º As matrículas nos centros municipais de Educação infantil (CMEI: Infantil de 0 a 3 anos), da Rede Municipal de Ensino, obedecerá os critérios da Lista de Espera e Critérios de Prioridade para Matrículas conforme a Resolução N° 02/2025.
§2º Na Educação infantil (Pré-escola, Infantil 4 e 5), Educação Fundamental anos iniciais (1º ano aos 5º anos), da Rede Municipal de Ensino, a classificação obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
I – estudantes já matriculados na unidade de ensino, visando à continuidade do percurso educacional;
II – estudantes residentes no território de abrangência da unidade escolar;
III – estudantes em situação de vulnerabilidade social, acompanhados pela rede de proteção social, Conselho Tutelar, assistência social ou serviços de saúde.

Art. 14 A Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Mandaguari será ofertada da seguinte forma:

Etapa da Educação Infantil – ofertará educação integral em tempo integral em Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (creche e pré-escola) por meio de matrículas em turmas de período integral, turno único;
Nos CMEIs: André Malacário, Casa da Amizade, Dra. Renata Y T Hernandes, Joao B. Frujuelli, Maria Terezinha Z. Ferreira, Orlando R. Gomes, Recanto Feliz, Rosemary R. M. Sepulveda e Walter Antunes Pereira.

Etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – ofertará educação integral em tempo integral em unidades escolares de matrículas exclusivas de período integral para todas as turmas, de acordo com a regulamentação específica;
Nas Escolas Municipais de Educação Integral: Francisco Romagnole Júnior, Profª Angelina Teixeira Pinheiro e Walter Antunes Pereira.

Art. 15 A Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único possui as seguintes características:
I - matrícula única no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE);
II - organização por ciclo e/ou série;
III - frequência obrigatória para todos os estudantes matriculados no curso em todos os componentes curriculares;
IV - registro obrigatório do desenvolvimento do estudante no SERE, conforme o Sistema de Avaliação adotado pela instituição de ensino (parecer descritivo, nota ou conceito);
V - projeto Político-Pedagógico (PPP) e Proposta Pedagógica Curricular (PPC), que explicitem a oferta e organização da Educação em Tempo Integral em Turno Único;
VI - matriz Curricular organizada com os componentes curriculares da Base Nacional Comum e Parte Diversificada; (Anexo)
VII - professores habilitados;
VIII - ampliação da jornada de professores em uma única escola;
IX - livro Registro de Classe para todos os componentes curriculares.

Art. 16 A implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral observará as seguintes dimensões estratégicas:
I – acesso e permanência com equidade;
II – gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral;
III – articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades;
IV – currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento;
V – valorização e desenvolvimento profissional dos educadores; e
VI – monitoramento e avaliação da Política.

Art. 17 Os objetivos da Educação Integral em Tempo Integral observarão as seguintes diretrizes:
atendimento as instituições de ensino municipal que aderirem a esta organização escolar, com a observância às especificidades de cada instituição de ensino;
a oferta da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser ampliada de forma gradativa que atendem aos estudantes conforme a demanda e necessidade percebida;
a oferta da Educação Integral em Tempo Integral nas modalidades educação especial na perspectiva da educação inclusiva, considerando as respectivas Diretrizes Curriculares e normas específicas vigentes e as necessidades da rede municipal;
compromisso com a redução de desigualdade racial, socioeconômica, territorial, de gênero, e o público-alvo da educação especial.

Art. 18 A Secretaria Municipal de Educação deverá compor Equipe Técnica de Educação Integral, constituída por Coordenador Pedagógico da SME e Coordenadores Pedagógicos, com as seguintes congêneres:
fomentar a construção, consolidação e regulamentação da Política de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino;
coordenar, adequar, orientar e acompanhar, o processo da continuidade e regulamentação da educação integral em tempo integral;
promover o envolvimento e a participação da comunidade escolar, das famílias e sociedade em geral no processo de continuidade e manutenção da educação integral em tempo integral;
proporcionar formação continuada sobre a educação integral em tempo integral, visando a valorização profissional e aprimoramento das práticas pedagógicas;
subsidiar a elaboração e a execução das propostas curriculares da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada, de acordo com as diretrizes do currículo vigente;
orientar as escolas e CMEIs na execução e continuidade da Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Mandaguari – PR;
apontar critérios para a seleção de profissionais, quando necessário, para atuar na educação integral no município.

Art. 19 A formação continuada acontecerá como uma reflexão sobre o processo formativo dos educadores e para a mediação do processo ensino-aprendizagem:

por meio da Formação Continuada, os professores e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar;
os educadores participarão de formação continuada presenciais e/ou online oferecido pela Secretaria Municipal de Educação - SME, Núcleo Regional de Educação - NRE, Plataforma interativa AVAMEC, entre outros.

Art. 20 Os ambientes educativos das unidades escolares devem estar em condições estruturais adequadas e condizentes com as atividades que serão realizadas e proporcionar a congregação dos estudantes e sua participação em atividades de natureza cultural e artística, lúdica, física e de interação social, que ultrapassem os requisitos da sala de aula, como:
espaço de mídias e biblioteca, com acervo físico e digital;
quadra poliesportiva;
espaço para atividades curriculares e;
espaço para alimentação e descanso;
ambientes para estudos individuais e coletivos, em conformidade com a Proposta Pedagógica Curricular-PPC.

Art. 21 A Educação Integral em Tempo Integral pressupõe:
assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral;
prevenir às violências;
promover os direitos sociais, direitos humanos e educação ambiental;
fomentar a ciência, as tecnologias, as artes, as culturas e aos saberes de diferentes matrizes étnicas e culturais, ao esporte e ao lazer;
fortalecer a convivência democrática e um ambiente social pacífico, saudável e inclusivo.

Art. 22 A instituição de ensino com a oferta de Educação Integral em Tempo Integral, possui um calendário e deve atender às especificidades das ações pedagógicas da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 23 A organização escolar deve assegurar ao estudante a permanência no ambiente escolar e outros espaços educacionais, com oferta educativa composta de atividades formativas diferenciadas em relação as já estabelecidas tradicionalmente, observado os limites da carga horária.
Parágrafo Único. Todas as atividades propostas deverão estar articuladas aos componentes curriculares e áreas do conhecimento, bem como as vivências, valores, atitudes e práticas socioculturais, em observância ao contido na BNCC e no Referencial Curricular do Estado do Paraná.

Art. 24 As atividades a serem desenvolvidas estarão integradas ao Projeto Político Pedagógico - PPP das unidades escolares, contemplando em seu conteúdo a forma de oferta de atividades de Educação Integral em Tempo Integral, Turno Único e suas especificidades.

Art. 25 A Proposta Pedagógica Curricular - PPC deverá estar comprometida com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica.

Art. 26 A Secretaria Municipal de Educação deverá disponibilizar materiais didáticos, pedagógicos e recursos, nos limites da disponibilidade orçamentaria e financeira, para apoiar a melhoria das práticas de gestão e educativas.

Art. 27 Para que a família ajude a desenvolver mecanismos de aprendizagens, será realizado:

reuniões trimestrais com os pais para conversar sobre os assuntos relacionados à aprendizagem;
reunião individualizada com os familiares;
realização de palestras motivacionais com técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e programas municipais, estaduais e/ou federais;
reunião em rede, envolvendo Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 28 A Política de Educação Integral em Tempo Integral mantém sua continuidade nos serviços de Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único, para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 29 A Política de Educação Integral em Tempo Integral será objeto de monitoramento e avaliação periódica, com parâmetros quantitativos, qualitativos e participativos, visando acompanhar as condições de oferta, o acesso, a permanência, a equidade, a qualidade das práticas pedagógicas e os resultados de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Art. 30 O Conselho Municipal de Educação avaliará a Política de Educação Integral em Tempo Integral, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 31 As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, programas federais, recursos provenientes do FUNDEB e recursos suplementares, se necessário.

Art. 32 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (22/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

ANEXO

Relação das disciplinas da Base Comum e Parte Diversificada

Matriz Curricular da Educação Infantil

EIXO ESTRUTURAIS		
Direitos de Aprendizagem	**Campos de Experiências**	**Carga Horária Semanal**

• Brincar • Conhecer-se • Conviver • Expressar • Explorar • Participar	Eu, o outro e o nós Corpo, gestos e movimentos Escuta, fala, pensamento e imaginação Traços, sons, cores e formas Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	**Creche**			**Pré-escola**	
		Infantil 1	**Infantil 2**	**Infantil 3**	**Infantil 4**	**Infantil 5**
		8 horas diárias			8 horas diárias	
Carga Horária Semanal: 8 horas diárias- 40 horas/semanais- 200 dias letivos. Carga horária: 1.600h.		**40 horas/ semanais**			**40 horas/ semanais**	
Observações: Os campos de experiências devem ser organizados de forma integrada, considerando que todos os momentos e ambientes da rotina escolar são vistos como experiências de aprendizagens e por isso, não podem ser trabalhados em apenas um dia definido.						

Matriz Curricular Ensino Fundamental

COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)		**1º ANO**	**2º ANO**	**3º ANO**	**4º ANO**	**5º ANO**
Base Nacional Comum	**ARTE**	1	1	1	1	1
	CIÊNCIAS	2	2	2	2	2
	EDUCAÇÃO DIGITAL: ROBÓTICA	-	-	-	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	2
	ENSINO RELIGIOSO[2]	1	1	1	1	1
	GEOGRAFIA	1	1	1	1	1
	HISTÓRIA	1	1	1	1	1
	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6	6	6
	MATEMÁTICA	6	6	6	6	6
Total de Horas relógio semanais BNC		**20**	**20**	**20**	**20**	**20**
Parte Diversificada[3]	**LEM- Inglês**	-	-	1	1	1
	LÍBRAS- Língua Brasileira de Sinais	1	1	1	-	-
	Cultura, Arte e Educação Patrimonial	4	4	4	4	4
	Acompanhamento Pedagógico	12	12	12	12	12
	Esporte e Lazer	2	2	2	2	2
	Informática e Tecnologia	1	1	1	1	1
Total de Horas Relógio Semanais PD		**20**	**20**	**20**	**20**	**20**
Total de Horas Relógio Semanais[4]		**40**	**40**	**40**	**40**	**40**

1 Matriz Curricular de acordo com a LDB n.º 9.394/96.
2 Ensino Religioso: de oferta obrigatória para a instituição pública de ensino e matrícula facultativa para o aluno. Deverá ser ofertada atividade pedagógica para os alunos que não frequentarão, para cumprimento de carga horária.
3 A instituição de ensino poderá ofertar outros componentes curriculares na Matriz Curricular, conforme PPP e diretriz da mantenedora.
4 * Serão ofertadas 8 horas diárias, totalizando 40 horas semanais. Serão ofertadas 8 aulas de 60 minutos por dia, totalizando 8 horas diárias.

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:6F9E254C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
5º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela Resolução 05/2026, formaliza o quinto aditivo ao Plano de Contratações Anual do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de blocos de anotações							
Justificativa Sucinta: Aquisição de blocos de anotações para o uso nos cursos ministrados na Câmara Municipal de Mandirituba.							
Item	**Elemento de Despesa**	**Especificação**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Estimado Unitário**	**Valor Estimado Total**	**Vinculação com Outro Item**
001	3.3.90.30	Bloco de anotações com autoadesivos, post-it e caneta personalizados	Unid.	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00	Não

Mandirituba, 22 de setembro de 2026.

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:8BD8DAD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ECA FMCA 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
JANEIRO A AGOSTO/2.026

PROJETOS / ATIVIDADES - NÃO EXCLUSIVOS	Orçamento Inicial	Orçamento Inicial Destinado	Orçamento Atualizado	Orçamento Atualizado Destinado	Valor Empenhado	Valor Empenhado Destinado	Valor Liquidado	Valor Liquidado Destinado	Valor Pago	Valor Pago Destinado
DIVISÃO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TRANSPORTES	**197.500,00**	**9.875.000,00**	**291.000,00**	**5.075.000,00**	**165.957,45**	**2.611.049,00**	**155.041,87**	**2.111.049,00**	**154.627,49**	**2.092.900,00**
2066 - Manut do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	38.000,00	1.900.000,00	101.500,00	5.075.000,00	52.220,98	2.611.049,00	42.220,98	2.111.049,00	41.858,00	2.092.900,00
2067 - Manut do Conselho Tutelar	159.500,00	7.975.000,00	189.500,00	9.475.000,00	113.736,47	5.686.823,50	112.820,89	5.641.044,50	112.769,49	5.638.474,50
Total	**197.500,00**	**9.875.000,00**	**291.000,00**	**14.550.000,00**	**165.957,45**	**8.297.872,50**	**155.041,87**	**7.752.093,50**	**154.627,49**	**7.731.374,50**
TOTAL GERAL DOS RECUSOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**197.500,00**		**291.000,00**		**165.957,45**		**155.041,87**		**154.627,49**	
CELIO LELIS DA MATA			***SIMONE APARECIDA DE CARVALHO***							
Prefeito Municipal			Contador CRC - PR 046157/O-6							

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:D6DD81FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ENSINO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE		
01/2026 A 08/2026		
R$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**9.794.600,00**	**3.383.031,51**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.833.600,00	726.816,92
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.317.800,00	554.245,11
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.623.200,00	856.902,49
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.020.000,00	1.245.066,99
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**55.175.000,00**	**29.913.200,77**
2.1 - Cota-Parte FPM	**27.580.000,00**	**14.748.764,75**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'b'	24.000.000,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas 'd' e 'e'	3.580.000,00	879.248,31
2.2 - Cota-Parte ICMS	24.845.000,00	13.884.232,32
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	320.000,00	220.503,31
2.4 - Cota-Parte ITR	30.000,00	5.984,26
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	1.053.716,13
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**64.969.600,00**	**33.296.232,28**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	**10.319.000,00**	**5.806.790,49**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB (=) 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) (+) 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**5.923.400,00**	**2.517.267,58**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**10.409.000,00**	**4.634.584,16**
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**10.319.000,00**	**4.634.584,16**
6.1.1 - Principal	10.239.000,00	4.619.837,58
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	80.000,00	14.746,58
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	**0,00**	**0,00**
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**0,00**	**0,00**
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**90.000,00**	**0,00**
6.4.1 - Principal	90.000,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1–4)[1]	**- 80.000,00**	**- 1.186.952,91**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**15.142,64**	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	15.142,64	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**4.649.726,80**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**10.409.000,00**	**4.697.703,24**	**4.697.703,24**	**4.631.957,25**	**0,00**
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**7.340.000,00**	**4.175.228,44**	**4.175.228,44**	**4.109.482,45**	**0,00**
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	7.340.000,00	4.175.228,44	4.175.228,44	4.109.482,45	0,00

10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	**3.069.000,00**	**522.474,80**	**522.474,80**	**522.474,80**	**0,00**
10.2.1 - Educação Infantil	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.919.000,00	522.474,80	522.474,80	522.474,80	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**4.697.703,24**	**4.697.703,24**	**4.631.957,25**	**0,00**	**0,00**	**63.119,08**
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.697.703,24	4.697.703,24	4.631.957,25	0,00	0,00	63.119,08
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	4.175.228,44	4.175.228,44	4.109.482,45	0,00	0,00	
13 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.244.208,91	4.175.228,44	4.175.228,44	90,09
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	463.458,42	- 63.119,08	- 63.119,08	0,00	- 1,36

INDICADOR - Art.25, § 3º-Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**683.663,57**	**15.142,64**	**0,00**	**0,00**	**15.142,64**	**15.142,64**
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	669.591,84	15.142,62	0,00	0,00	15.142,62	15.142,62
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	14.071,73	0,02	0,00	0,00	0,02	0,02

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS	**7.575.000,00**	**2.884.981,86**	**2.840.446,15**	**2.800.271,73**	**44.535,71**
COM RECEITAS DE IMPOSTOS					
20.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.245.000,00	156.990,26	155.581,11	140.205,93	1.409,15
20.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.265.000,00	2.727.991,60	2.684.865,04	2.660.065,80	43.126,56
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**17.919.000,00**	**7.582.685,10**	**7.538.149,39**	**7.432.228,98**	**44.535,71**
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	**1.395.000,00**	**156.990,26**	**155.581,11**	**140.205,93**	**1.409,15**
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.524.000,00	7.425.694,84	7.382.568,28	7.292.023,05	43.126,56
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR**				
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.840.446,15				

23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.806.790,49
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	15.142,62
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**8.632.094,02**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**8.324.058,07**	**8.632.094,02**	**25,93**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**207.758,56**	**207.758,56**	**207.758,56**	**0,00**	**0,00**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	207.758,56	207.758,56	207.758,56	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.086.000,00**	**673.746,97**
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**836.000,00**	**519.238,62**
31.1.1 - Salário-Educação	560.000,00	351.036,69
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	185.000,00	130.110,84
31.1.4 - PNATE	91.000,00	38.091,09
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	154.508,35

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA[15] (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**1.181.000,00**	**921.638,06**	**918.596,18**	**918.417,62**	**3.041,88**
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	5.892,00	5.892,00	5.892,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.071.000,00	854.426,06	851.384,18	851.300,12	3.041,88
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	110.000,00	61.320,00	61.320,00	61.225,50	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**19.165.000,00**	**8.504.323,16**	**8.456.745,57**	**8.350.646,60**	**47.577,59**
33.1 - Despesas Correntes	**18.190.000,00**	**8.404.896,93**	**8.357.319,34**	**8.251.220,37**	**47.577,59**
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.394.000,00	5.723.652,89	5.723.652,89	5.657.906,90	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	7.446.000,00	2.681.244,04	2.633.666,45	2.593.313,47	47.577,59
33.2 - Despesas de Capital	**975.000,00**	**99.426,23**	**99.426,23**	**99.426,23**	**0,00**
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	975.000,00	99.426,23	99.426,23	99.426,23	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,02	23.562,16
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.634.584,16	351.036,69
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.631.957,25	358.719,70
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.626,93	15.879,15
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.626,93	15.879,15

NOTA:

1. Se o resultado líquido da transferência do FUNDEB (linha 7) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB; Se < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB.

2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".

4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9. Excepcionalmente, para o exercício de 2021, o cálculo da coluna "VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE", da linha 23 - Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB, será considerado as despesas executadas no idGrupoFontePadrão = 3 até o término do exercício de 2021.

10. Os valores das despesas executadas no cdGrupoFonte = 3, relativos ao cdOrigem = 1 - Recursos Ordinários/Livres, tabela: OrigemRecurso, estão apresentados no quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO.

11. Os recursos arrecadados relativos a indenizações e restituições, com código cdOrigem = 2 (Transferências do FUNDEB), estão computados nas linhas 6.1.2, 6.2.2 e 6.3.2, tendo em vista que devem ser reaplicados no exercício.
12. O valor da linha 23 (s) não integra o cálculo do limite constitucional do presente exercício, uma vez que o município poderá utilizá-lo no recálculo do índice do exercício anterior.
13. O valor da linha 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar), Coluna FUNDEB, é composto por RAP pago e despesa orçamentária empenhada na Função 12 – Educação, pagos com recursos do FUNDEB, independentemente de eles terem sido computados nos indicadores do Fundeb e apuração do limite mínimo constitucional do MDE.
14. A coluna 'VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)', relativa às linha 23, 23.1, e 23.2, apresenta o resultado da execução orçamentária do exercício anterior (nrAno-1) dos recursos com idOrigemRecurso = 2 - FUNDEB, inclusive quando este for deficitário.
15. A coluna DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) do quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO, linhas 41 a 46, poderá ter valor menor que a coluna DESPESAS EMPENHADAS (d), já que no quadro são consideradas também as despesas cdOrigemFonte = 1, combinadas com cdGrupoFonte <> 1, sendo esta uma informação somente da execução da despesa.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:8A16D22F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SIMPLIFICADO RREO

Prefeitura Municipal de Mariopolis - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	87.500.000,00
Previsão Atualizada	110.475.334,16
Receitas Realizadas	56.685.857,58
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	5.970.825,46
DESPESAS	
Dotação Inicial	87.500.000,00
Dotação Atualizada	116.446.159,62
Despesas Empenhadas	44.997.498,99
Despesas Liquidadas	44.583.155,73
Despesas Pagas	44.119.278,06
Superávit Orçamentário	12.102.701,85
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	44.997.498,99
Despesas Liquidadas	44.583.155,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	59.261.466,57
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	57.594.276,57
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	55.887.092,57
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	7.672.863,77
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.312.305,68
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.312.305,68
Despesas Previdenciárias Pagas	4.312.305,68
Resultado Previdenciário	3.360.558,09
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	3.372.939,56		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	4.231.462,32		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	88.222,82	0,00	88.222,82	0,00
Poder Executivo	88.222,82	0,00	88.222,82	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.163.614,21	31.087,00	3.955.187,97	177.339,24
Poder Executivo	4.163.614,21	31.087,00	3.955.187,97	177.339,24
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.251.837,03	31.087,00	4.043.410,79	177.339,24

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.632.094,02	25%	25,93
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.175.228,44	70%	90,09
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.328.113,35	15%	22,61
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 22/Set/2026, 09h e 39m.			

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:0D081BC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 315/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 315/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: BIOPAPER GRAFICA E COMERCIO DE CONTROLE DE ACESSO ELETRONICO LTDA

CNPJ: 07.713.733/0001-12

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
70	KIT CRACHÁ PERSONALIZADO, CARTÃO EM PVC (PLASTICO RESISTENTE) DE DOENÇAS OCULTAS, PADRÃO CR80 (86 MM X 54 MM), ESPESSURA PADRÃO (0,76MM). INFORMAÇÕES VERTICAL QUE DEVEM CONTER NO CARTÃO: FOTO DO PACIENTE, NOME DO PACIENTE, NÚMERO DO CID, A LEI MUNICIPAL 2464/2023, DATA DE EMISSÃO, NOME DO RESPONSÁVEL, DATA DE NASCIMENTO, CPF/CNS, TELEFONE, IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BRASÃO DA PREFEITURA; PORTA CRACHÁ DE PLÁSTICO; CORDÃO GIRASSOL EM POLIÉSTER. A SECRETÁRIA DISPONIBILIZA MODELO JÁ UTILIZADO PELO MUNICÍPIO.	KIT	360	R$9,24	R$3.326,40
79	CRACHÁ EM PVC BRANCO, ESPESSURA APROXIMADA DE 0,76 MM, TAMANHO APROXIMADO DE 85 X 54 MM, IMPRESSÃO COLORIDA (4X4) FRENTE E VERSO, ACABAMENTO BRILHO EM AMBAS AS FACES, CANTOS ARREDONDADOS, PERSONALIZADO COM DADOS VARIÁVEIS, CONFORME ARTE E BANCO DE DADOS FORNECIDOS PELA CONTRATANTE.	UND	1600	R$3,39	R$5.424,00
80	CORDÃO PERSONALIZADO EM POLIÉSTER ACETINADO, LARGURA APROXIMADA DE 20 MM E COMPRIMENTO APROXIMADO DE 390 MM (DOBRADO), IMPRESSÃO COLORIDA (4X4) EM TODA A EXTENSÃO, COM FIXADOR METÁLICO TIPO JACARÉ OU MOSQUETÃO, COMPATÍVEL COM CRACHÁS E CREDENCIAIS, PERSONALIZADO CONFORME ARTE FORNECIDA PELA CONTRATANTE.	UND	550	R$1,89	R$1.039,50
TOTAL GERAL					R$9.789,90

VALOR: R$9.789,90 (nove mil e setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F47357E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 317/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 317/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: COOKIE EDITORIAL LTDA

CNPJ: 31.638.320/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	KIT COM 1000 PASTAS - IMPRESSÃO 4X1 - MEDIDA 32X47 - PAPEL 250 GRAMAS -COM LAMINAÇÃO BRILHO CÓDIGO 9515	KIT	50	R$605,00	R$30.250,00
74	CARTILHA TAMANHO 14 X 21 CM FECHADA. CAPA EM COUCHÊ 115G, 4X4 CORES, ACABAMENTO COM 2 GRAMPOS. ATÉ 13 PÁGINAS, 4X4 CORES EM PAPEL RECICLADO 90G	UND	100	R$5,20	R$520,00
TOTAL GERAL					R$30.770,00

VALOR: R$30.770,00 (trinta mil e setecentos e setenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F85427CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931

CNPJ: 36.510.912/0001-50

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
67	CRACHÁ SERVIDORES: CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, COM PORTA- CRACHÁ E CORDÃO EM POLIÉSTER. ESPECIFICAÇÕES: I - CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, COM PORTA-CRACHÁ E CORDÃO EM POLIÉSTER, PERSONALIZADO E ESPECIFICADO CONFORME SEGUE: A) CARTÃO IDENTIFICAÇÃO, EM PVC; B) DIMENSÕES DE 54 POR 85MM E ESPESSURA APROXIMADA DE 0,9MM; C) COM IMPRESSÃO CONFORME SEGUE: 1. NA FRENTE DO CRACHÁ, DE ACORDO PADRÃO FORNECIDO PELA SECRETARIA , FRENTE COLORIDA: 1.1 LOGOTIPO DA PREFEITURA DE MATINHOS (LOGO NOVA), LOCALIZADO NA PARTE SUPERIOR DA CRACHÁ; 1.2 FOTO 3X4; 1.3 NOME DO SERVIDOR; 1.4 LOTAÇÃO DO SERVIDOR; 1.5 CORES: COR PARA SERVIDORES, ESCOLHIDO PELA SECRETARIA; 2. DISPOSTO EM PORTA-CRACHÁ RÍGIDO VERTICAL, INJETADO EM PLÁSTICO E TRANSPARENTE, COM FORMATO ÚNICO PARA PROTEGER CRACHÁS NA MEDIDA 54X86MM, PERMITINDO O ENCAIXE DE CORDÃO PARA PENDURAR NO PESCOÇO; JUNTO AO PORTA-CRACHÁ, POR MEIO DE PRESILHA TIPO MOSQUETÃO, DEVERÁ CONSTAR CORDÃO EM POLIÉSTER AZUL-MARINHO, MEDINDO 80CM DE COMPRIMENTO POR 12MM DE LARGURA, COM IMPRESSÃO DA EXPRESSÃO "SECRETARIA " NOS 2 (DOIS) LADOS, NA COR BRANCA.	UND	2000	R$13,99	R$27.980,00
78	CREDENCIAL EM PVC BRANCO, ESPESSURA APROXIMADA DE 0,30 MM, TAMANHO APROXIMADO DE 115 X 140 MM, IMPRESSÃO COLORIDA (4X0) NA FRENTE COM ACABAMENTO BRILHO, CANTOS ARREDONDADOS, COM FURO PARA FIXAÇÃO, ACOMPANHADA DE CORDÃO PARA PESCOÇO, PERSONALIZADA CONFORME ARTE FORNECIDA PELA CONTRATANTE.	UND	500	R$15,50	R$7.750,00
89	TINTA PARA CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO, À BASE DE ÓLEO, IDEAL PARA USO EM CARIMBOS METÁLICOS DE NUMERAÇÃO SEQUENCIAL COM SISTEMA DE REPETIÇÃO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20 ML, COM BICO APLICADOR. COR: PRETA	UND	100	R$5,55	R$555,00
TOTAL 01					R$36.285,00
COTA PRINCIPAL 75%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
95	PLACA EM PVC 2MM., COM APLICAÇÃO DE VINIL 0,10MM., - IMPRESSÃO 4X0 MAIS ACABAMENTO COM VERNIZ BRILHO. TAMANHO 60X40. CÓDIGO 15859	UND	1054	R$16,25	R$17.127,50
TOTAL 02					R$17.127,50
COTA RESERVADA 25%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
98	PLACA EM PVC 2MM., COM APLICAÇÃO DE VINIL 0,10MM., - IMPRESSÃO 4X0 MAIS ACABAMENTO COM VERNIZ BRILHO. TAMANHO 60X40. CÓDIGO 15859	UND	351	R$16,25	R$5.703,75
TOTAL 03					R$5.703,75
TOTAL GERAL					R$59.116,25

VALOR: R$59.116,25 (cinquenta e nove mil e cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F212484A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 319/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 319/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: D S A CHAVES LTDA

CNPJ: 53.089.257/0001-28

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
87	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 75 MM X 38 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE.	UND	145	R$37,99	R$5.508,55
88	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO COM ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA, CORPO EM AÇO CROMADO OU LIGA METÁLICA RESISTENTE À CORROSÃO. EQUIPADO COM MECANISMO DE NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DE ATÉ 6 DÍGITOS E SISTEMA DE REPETIÇÃO AUTOMÁTICA COM REGULAGEM (MÍNIMO DE 2 ATÉ 6 REPETIÇÕES POR NÚMERO). POSSUI ALMOFADA INTERNA COM TINTA À BASE DE ÓLEO, RECARREGÁVEL, PARA IMPRESSÃO PRECISA EM PAPEL COMUM.	UND	50	R$199,89	R$9.994,50
TOTAL GERAL					R$15.503,05

VALOR: R$15.503,05 (quinze mil e quinhentos e três reais e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:DCE2C1ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: EDITORA PROGRESSIVA LTDA

CNPJ: 30.466.928/0001-27

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
44	BLC 100X1 - MEDIDA 21X30 - IMPRESSÃO 1X1 - ACABAMENTO: COLA E REFILE - PAPEL SUPER BONDE AMARELO CANÁRIO 90 GRAMAS. CÓDIGO 9526	BLOCO	1505	R$7,89	R$11.874,45
75	GIBIS 14X21CM FECHADO, 16 PÁGINAS, PAPEL COUCHÊ 115G, 4X4 CORES. CAPA COUCHÊ 150GR. VERNIZ TOTAL. ACABAMENTO COM GRAMPO.	UND	1000	R$2,49	R$2.490,00
81	CARTILHA PROERD - 48 PÁGINAS - MEDIDAS DA CAPA FECHADA: 22X30 - IMPRESSÃO 4X4 - COUCHÊ 180GRAMAS - MIOLO: 22X30 - IMPRESSÃO 4X4 - COUCHÊ 90 GRAMAS - ACABAMENTO: GRAMPO. CÓDIGO 9564	UND	1100	R$5,28	R$5.808,00
TOTAL 01					R$20.172,45
COTA PRINCIPAL 75%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
94	KIT COM 5000 FOLDERS - IMPRESSÃO 4X4 - MEDIDA 21X30 - PAPEL COUCHÊ - 170 GRAMAS - ACABAMENTO: 2 DOBRAS E REFILE. CÓDIGO 9533	KIT	30	R$1.044,99	R$31.349,70
TOTAL 02					R$31.349,70
COTA RESERVADA 25%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
99	KIT COM 5000 FOLDERS - IMPRESSÃO 4X4 - MEDIDA 21X30 - PAPEL COUCHÊ - 170 GRAMAS - ACABAMENTO: 2 DOBRAS E REFILE. CÓDIGO 9533	KIT	9	R$1.044,99	R$9.404,91
TOTAL 03					R$9.404,91
TOTAL GERAL					R$60.927,06

VALOR: R$60.927,06 (sessenta mil e novecentos e vinte e sete reais e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:316CA89A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ETIPLUS ADESIVOS E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 30.466.928/0001-27

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
69	KIT COM 1.000 PULSEIRA COLORIDA, PARA CLASSIFICAÇÃO DE GRAVIDADE DO PACIENTE NAS CORES (AMARELA, AZUL, VERDE, VERMELHA). DIMENSÕES: 2CM DE LARGURA E 24,5 CM DE COMPRIMENTO. MATERIAL: PAPEL TYVEK, ADESIVO, RESISTENTE A ÁGUA E AJUSTÁVEL. DEVE CONTER ESCRITO NO LACRE DE CADA PULSEIRA "NÃO VIOLAR", NO COMPRIMENTO DE CADA PULSEIRA DEVE CONTER ESCRITO "SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MATINHOS" E O BRASÃO DA PREFEITURA.	KIT	40	R$149,97	R$5.998,80
77	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM TYVEK, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 MM X 245 MM, ANTIALÉRGICA, RESISTENTE À ÁGUA (100% À PROVA D'ÁGUA), COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL DE USO ÚNICO, IMPRESSÃO EM PRETO E FORNECIDA EM CORES FLUORESCENTES DIVERSAS.	UND	10000	R$0,16	R$1.600,00
TOTAL GERAL					R$7.598,80

VALOR: R$7.598,80 (sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador: A50F622C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: GRAF - ROMA GRÁFICA E EDITORA EIRELI

CNPJ: 04.238.031/0001-36

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT COM 5000 FOLDERS - MEDIDA 15X21 - IMPRESSÃO 4X4 - PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS. CÓDIGO 9521	KIT	36	R$614,50	R$ 22.122,00
2	IMPRESSÃO DIGITAL DE CARTAZ, CADA KIT COM 50 IMPRESSÕES, A3 COUCHÊ GRAMATURA 115 GRAMAS OU SUPERIOR, 4 (QUATRO) CORES. CÓDIGO 9538	KIT	57	R$118,50	R$ 6.754,50
3	ENCADERNAÇÃO EM LIVRO CAPA DURA - ACABAMENTO: COSTURADO - GRAVAÇÃO COM LETRAS DOURADAS (MATERIAL PARA ENCADERNAÇÃO, FORNECIDO PELO CONTRATANTE) - TAMANHO 21,5X30 - TIPO RETRATO ATÉ 200 PÁGINAS.	UND	78	R$103,50	R$ 8.073,00
6	APOSTILA AMBIENTAL - IMPRESSÃO 4X4-250 PÁGINAS - PAPEL OFF SET 90 GRS-FORMATO: A4 - ACABAMENTO REFILE COM ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL COM CAPA EM PVC CAPA IMPRESSA EM PAPEL OFF SET 180GRS - 4X4 CORES	UND	500	R$43,20	R$ 21.600,00
7	KIT COM 50 BLOCOS 50X2 - PAPEL COPIATIVO - MEDIDA 15X21 - ACABAMENTO: COLA, GRAMPO, SERRILHADO E NUMERADO - IMPRESSÃO 1X0. CÓDIGO 9519	KIT	32	R$349,50	R$ 11.184,00
8	KIT COM 1000 CARTAZES - MEDIDA 46X64 - PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS - IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 9513	KIT	25	R$1.059,50	R$ 26.487,50
9	LIVRO: IMPRESSÃO DE LIVROS COM 350 PÁGINAS, PAPEL COUCHÊ 90 GRAMAS, 4X4 CORES, ACABAMENTO HOTMEL. CAPA: IMPRESSÃO EM PAPEL COUCHÊ 230 GRAMAS, COM VERNIZ LOCALIZADO E LAMINAÇÃO BRILHO. ACABAMENTO REFILE.	UND	2	R$81,50	R$ 163,00
10	KIT COM 5.000 FOLHETOS, COR 4 X 4, MEDIDA 21 X 31, PAPEL RECICLADO , GRAMATURA 120 GRAMAS. CÓDIGO 5077	KIT	16	R$1.048,00	R$ 16.768,00
11	KIT COM 5.000 FOLHETOS, COR 1 X 1, MEDIDA 21 X 31, PAPEL, GRAMATURA 75 GRAMAS. CÓDIGO 4591	KIT	15	R$448,50	R$ 6.727,50
12	KIT COM 1000 ENVELOPES - MEDIDA 24X34 - IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL 90 GRAMAS. CÓDIGO 9518	KIT	8	R$ 729,50	R$ 5.836,00
13	KIT COM 1000 FOLHAS OFÍCIO - IMPRESSÃO 4X0 - MEDIDA A4 - PAPEL 90 GRAMAS - ACABAMENTO: REFILE. CÓDIGO 9516	KIT	4	R$217,50	R$ 870,00
14	KIT COM 50 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X0 - MEDIDA 15X21 - ACABAMENTO: COLA E REFILE. CÓDIGO 9522	KIT	19	R$239,50	R$ 4.550,50

16	KIT COM 500 UNIDADES - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 12X16,5 - PAPEL 75 GRAMAS. CÓDIGO 9558	KIT	25	R$110,00	R$ 2.750,00
17	KIT COM 1000 CARTAZES - MEDIDA 32X46 - PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS - IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 9512	KIT	10	R$599,90	R$ 5.999,00
18	KIT COM 1000 FOLDERS - MEDIDA 21X30 - COM 02(DUAS) DOBRAS - IMPRESSÃO 4X4 - PAPEL COUCHÊ 170 GRAMAS. CÓDIGO 9520	KIT	52	R$468,90	R$ 24.382,80
19	MEDIDA 21X30 -PAPEL TEXTURIZADO - 180 GRAMAS - CADA KIT COM 50 IMPRESSÕES DIGITAIS - COLORIDO. CÓDIGO 9545	KIT	21	R$169,50	R$ 3.559,50
20	KIT COM 3.000 FICHAS, COR 1 X 1, MEDIDA 16 X 23, PAPEL GRAMATURA 180 GRAMAS. CÓDIGO 13027	KIT	3	R$465,00	R$ 1.395,00
23	CONVITE COM ENVELOPE - PAPEL BRANCO 120 GRAMAS - CARTÃO TELADO BRANCO 180 GRAMAS C/ SELO REDONDO PRATA OU DOURADO. DIMENSÕES: ENVELOPE 240X165MM, CONVITE 210X150MM, IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 9560	UND	955	R$5,45	R$ 5.204,75
26	BLC 50X2 - IMPRESSÃO 1X0 - MEDIDA 21X30 - PAPEL COPIATIVO - ACABAMENTO: COLA E REFILE. CÓDIGO 9527	BLOCO	470	R$9,69	R$ 4.554,30
31	KIT COM 10.000 FICHAS OU 100 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 21X30 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ACABAMENTO: PICOTE, COLA E REFILE. CÓDIGO 9510	KIT	4	R$799,00	R$ 3.196,00
32	KIT COM 1000 CARTÕES - MEDIDA 5X9 - IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL 250 GRAMAS - PLASTIFICADO. CÓDIGO 9511	KIT	31	R$179,50	R$ 5.564,50
33	KIT COM 10 BLOCOS - IMPRESSÃO 1X0 - MEDIDA 21X30CM, 50X3 - PAPEL COPIATIVO - ACABAMENTO: NÚMERO, SERRILHADO, COLADO E GRAMPEADO. CÓDIGO 18031	KIT	29	R$229,00	R$ 6.641,00
34	KIT COM 500 FICHAS OU 05 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 21X30 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ACABAMENTO: PICOTE, COLA E REFILE. CÓDIGO 9506	KIT	19	R$45,50	R$ 864,50
35	KIT COM 1000 FICHAS OU 10 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 21X30 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ACABAMENTO: PICOTE, COLA E REFILE. CÓDIGO 9507	KIT	19	R$100,95	R$ 1.918,05
37	KIT COM 5000 FICHAS OU 50 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 21X30 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ACABAMENTO: PICOTE, COLA E REFILE. CÓDIGO 9509	KIT	44	R$399,00	R$ 17.556,00
38	KIT COM 1000 ENVELOPES - MEDIDA 11X23 - IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL 90 GRAMAS. CÓDIGO 9517	KIT	22	R$549,00	R$ 12.078,00
41	AGENDAS COM 200 PÁGINAS - MEDIDA 15X21 - OBS: 01 PÁGINA IMPRESSÃO 4X1 - PAPEL OFFS SET 90 GRAMAS - 02 PÁGINAS IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ADESIVO COM MEIO CORTE - 97 FOLHAS - IMPRESSÃO 1X1 - PAPEL 90GRAMAS - CAPA: IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS OU SIMILAR COM LAMINAÇÃO BRILHO, ACOPLADO EM PAPELÃO ORLE - ACABAMENTO: AERO COM 16 ANÉIS (ARTE FINAL E OU DESENVOLVIMENTO DO ARQUIVO POR CONTA DA GRÁFICA). CÓDIGO 9562	UND	387	R$18,70	R$ 7.236,90
42	KIT C/ 100 UNIDADES, MEDIDA 21X30 - PAPEL TEXTURIZADO 180 GRAMAS, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 (CERTIFICADO DE IMPRESSÃO DIGITAL). CÓDIGO 5096	KIT	46	R$150,00	R$ 6.900,00
45	FICHA CADASTRO - 21X30 - IMPRESSÃO 4X1 - PAPEL OFFSET 180 GRS - ACAB.: VINCO E REFILE - KIT COM 1000 FICHAS. CÓDIGO 9546	KIT	19	R$400,00	R$ 7.600,00
47	CADERNETAS 30X21 - PAPEL COUCHÊ LISO 250GRS - IMPRESSÃO 4X4 - 164 PÁGINAS - ACABAMENTO: DOBRA E GRAMPO - CAPA: PAPEL COUCHÊ 180GRS - COM LAMINAÇÃO FOSCO E VERNIZ LOCALIZADO	UND	550	R$12,25	R$ 6.737,50
54	IMPRESSÕES DIVERSAS COLORIDAS, PAPEL OFFSET 180G, TAMANHO 44X31, 4X4 CORES, COM LAMINAÇÃO BRILHO.	UND	512	R$2,60	R$ 1.331,20
59	FICHA - MEDIDA 15X21 - IMPRESSÃO 4X1 - PAPEL 180 GRAMAS - ACABAMENTO: REFILE. CÓDIGO 13024	UND	31250	R$0,15	R$ 4.687,50
60	FICHA CLÍNICA DIVERSAS - MEDIDA 15X21 - IMPRESSÃO 4X1 - PAPEL OFF SET 180 GRAMAS - ACABAMENTO: REFILE. CÓDIGO 9530	UND	20000	R$0,14	R$ 2.800,00
65	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL - B1 COM NUMERAÇÃO DIGITAL. ACABAMENTO: COLADO, GRAMPEADO E REFILADO. MEDIDAS: 11X24, COR 1X0, 20X1, GRAMATURA 75 SUPER BONDE AZUL, COM 50 BLOCOS CADA KIT. CÓDIGO 13031	KIT	100	R$230,00	R$ 23.000,00
68	PLASTIFICAÇÃO A5/A4/A3 - FORMATO: A5 (14,8 X 21 CM) | A4 (21 X 29,7 CM) | A3 (29,7 X 42 CM); CORES: COR TRANSPARENTE; MATERIAL: POLASEAL; REVESTIMENTO: PLÁSTICO.	UND	150	R$8,25	R$ 1.237,50
71	BOBINA VINIL ADESIVO BRANCO AUTOCOLANTE COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, MEIO CORTE E LAMINAÇÃO BRILHO - MEDIDA 1,27X50M - PAPEL ADESIVO COM MEIO CORTE E LAMINAÇÃO BRILHO.	ROLO	3	R$4.187,00	R$ 12.561,00
91	LIVRO DIVERSOS-IMPRESSÃO CAPA PAPEL 250 GRAMAS. IMPRESSÃO 4X0,LAMINAÇÃO FOSCA COM APLICAÇÃO DE VERNIZ UV.-MIOLO PAPEL OFF SET 90 GRAMAS IMPRESSÃO 4X4 COM 300 PÁGINAS, FORMATO 21X30-ACABAMENTO, COLA HOTMEL E REFILE.OBS; PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL POR CONTA DA GRÁFICA.	UND	6	R$81,,90	R$ 491,40
92	LIVRO VÁRIOS MODELOSS IMPRESSÃO CAPA PAPEL 250 GRAMAS.IMPRESSÃO 4X0,LAMINAÇÃO FOSCA COM APLICAÇÃO DE VERNIZ UV.-MIOLO PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - IMPRESSÃO 4X4 COM 250 PÁGINAS, FORMATO 21X30-ACABAMENTO COM AERO OU ASPIRAL COM REFILE. OBS; PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL POR CONTA DA GRÁFICA.	UND	6	R$68,90	R$ 413,40
93	APOSTILA COM 200 FOLHAS, PAPEL OFFSET 90G, IMPRESSÃO OFFSET, 4X4 CORES. ACABAMENTO REFILE COM ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL, COM CAPA EM PVC. CAPA: PAPEL OFFSET 180G, IMPRESSÃO OFFSET, 4X4 CORES, ACABAMENTO REFILE	UND	2	R$ 25,70	R$ 51,40
TOTAL GERAL					R$301.847,20

VALOR: R$301.847,20 (trezentos e um mil e oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:99D3211A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO

CNPJ: 13.919.051/0001-63

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
27	BLC 100X1 - MEDIDA 15X21 - IMPRESSÃO 1X0 - ACABAMENTO: COLA E REFILE - PAPEL SUPER BONDE ROSA 90 GRAMAS. CÓDIGO 9528	BLOCO	370	R$4,50	R$1.665,00
28	FOLDER ECO ESCOLA-IMPRESSÃO 4X4-PAPEL RECICLADO 180GRS-MEDIDA: 30X21-COM 2 DOBRAS-ACABAMENTO RE FILE	UND	1000	R$0,80	R$800,00
61	BLOCOS 50X2 - RECEITUÁRIO CARBONATO - IMPRESSÃO 1X0 - MEDIDA 15X21 - PAPEL OFF SET 70 GRAMAS E SUPER BONDE COR E CARBONO - ACABAMENTO: REFILE E COLA. CÓDIGO 13025	BLOCO	100	R$8,88	R$888,00
62	FICHA GERAL, MEDIDA 15 X 21, COR 1 X 0, GRAMATURA 180 GRAMAS. CÓDIGO 13026	UND	30000	R$0,14	R$4.200,00
63	CARTÃO DE CONTROLE - MEDIDA 16X10 - IMPRESSÃO 1X1 - ACABAMENTO: REFILE - PAPEL 180 GRAMAS. CÓDIGO 9534	UND	25000	R$0,09	R$2.250,00

TOTAL 01					R$9.803,00
COTA PRINCIPAL 75%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
96	KIT COM 1000 PASTAS - IMPRESSÃO 4X1 - MEDIDA 32X47 - PAPEL 250 GRAMAS - COM LAMINAÇÃO BRILHO E BOLSA. CÓDIGO 9514	KIT	33	R$1.555,00	R$51.315,00
TOTAL 02					R$51.315,00
TOTAL GERAL					R$61.118,00

VALOR: R$61.118,00 (sessenta e um mil e cento e dezoito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:08A00810

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: GRÁFICA DUAS ALIANÇAS LTDA

CNPJ: 66.606.097/0001-99

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
56	CATÁLOGOS DEMONSTRATIVOS FOTOGRÁFICOS - MEDIDA 29 CM X 45 CM, COM DUAS DOBRAS ESPECIAIS (JANELA), PAPEL COLCHÊ 230 GRS., IMPRESSÃO 04 X 04 CORES. ACABAMENTO:LAMINAÇÃO FOSCA - FRENTE E VERSO, COM VERNIZ UV LOCALIZADO EM AMBOS OS LADOS. INCLUSO DESIGNER GRÁFICO. CÓDIGO 12907	UND	500	R$4,99	R$2.495,00
72	CARTILHAS ECO EDUCATIVAS- IMPRESSÃO 4X4-PAPEL RECICLADO 120GRS-MEDIDA 15X21(FECHADO)-ACABAMENTO -COLA HOTMEL-CAPA: PAPEL RECICLADO 240GRS-IMPRESSÃO 4X4 CORES - PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL POR CONTA DA GRÁFICA - 50 PAGINAS	UND	600	R$6,47	R$3.882,00
76	CARTILHA TAMANHO A4 CM FECHADO. CAPA: COUCHÊ 180 G. BRILHO, 4X4 CORES MIOLO DE 10 À 20 PGS, COUCHE 115 GR, BRILHO 4X4 CORES ACABAMENTO C/ 2 GRAMPOS	UND	1000	R$3,99	R$3.990,00
TOTAL GERAL					R$10.367,00

VALOR: R$10.367,00 (dez mil e trezentos e sessenta e sete reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:0B64E8C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA

CNPJ: 34.382.012/0001-40

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5	IMPRESSÃO DIGITAL, CADA KIT COM 50 IMPRESSÕES, A4 COUCHÊ GRAMATURA 115 GRAMAS OU SUPERIOR, 4 (QUATRO) CORES. CÓDIGO 4682	KIT	103	R$69,00	R$ 7.107,00
21	IMPRESSÃO DIGITAL - IMPRESSÃO 4X0 - PAPEL TEXTURIZADO 115 GRAMAS OU SIMILAR - MEDIDA A4. CÓDIGO 9557	UND	9170	R$1,58	R$ 14.488,60
22	CONVITE COM ENVELOPE - PAPEL BRANCO 120 GRAMAS - CARTÃO OURO BRANCO 180 GRAMAS C/ SELO REDONDO PRATA OU DOURADO. DIMENSÕES: ENVELOPE 240X165MM, CONVITE 210X150MM, IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 9561.	UND	855	R$4,20	R$ 3.591,00
24	LEQUE FEITO EM PAPEL TRIPLEX 300 GRAMAS, IMPRESSÃO 4X4 CORES, TAMANHO 22CM X 24CM RECORTE ESPECIAL EM LEQUE, LAMINAÇÃO BRILHO FRENTE E VERSO, ARTE FORNECIDA PELA SECRETARIA, ACABAMENTO RECORTE ELETRÔNICO.	UND	4500	R$0,66	R$ 2.970,00
25	CARTAZES DIVERSOS - MEDIDA 24X48 - PAPEL ADESIVO COM MEIO CORTE E LAMINAÇÃO BRILHO - IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 13029	UND	815	R$3,74	R$ 3.048,10
30	APOSTILA - IMPRESSÃO 4X4-300 PÁGINAS - PAPEL RECICLADO 120GRS FORMATO: A4 - ACABAMENTO REFILE COM ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL COM CAPA EM PVC CAPA IMPRESSA EM PAPEL RECICLADO 180GRS - 4X4 CORE	UND	11	R$49,00	R$ 539,00
36	KIT COM 2000 FICHAS OU 20 BLOCOS 100X1 - IMPRESSÃO 1X1 - MEDIDA 21X30 - PAPEL OFF SET 90 GRAMAS - ACABAMENTO: PICOTE, COLA E REFILE. CÓDIGO 9508	KIT	54	R$195,00	R$ 10.530,00
40	CONVITE COM ENVELOPE - PAPEL BRANCO 120 GRAMAS - CARTÃO BRANCO 180 GRAMAS C/ SELO REDONDO PRATA OU DOURADO. DIMENSÕES: ENVELOPE 240X165MM, CONVITE 210X150MM, - IMPRESSÃO 4X0. CÓDIGO 9559.	UND	653	R$4,14	R$ 2.703,42
43	CARTEIRINHA - IMPRESSÃO 4X4 - PAPEL OFF SET 180 GRAMAS - (OBS: IMPRESSÃO INDIVIDUAL COM FOTO). A PREFEITURA DISPONIBILIZARÁ AS FOTOS POR MEIO DIGITAL E OS DADOS NECESSÁRIOS PARA A IMPRESSÃO DE CADA CARTEIRA INDIVIDUALMENTE.	UND	900	R$1,54	R$ 1.386,00
46	CADERNETA DIVERSAS 30X21 - MIOLO: PAPEL COUCHÊ LISO 170GRS - IMPRESSÃO 4X4 - 124 PÁGINAS - ACABAMENTO: DOBRA E GRAMPO - CAPA: PAPEL COUCHÊ 250GRS - COM LAMINAÇÃO FOSCO E VERNIZ LOCALIZADO	UND	600	R$12,90	R$ 7.740,00
48	CARTEIRA VARIOS MODELOS - TAMANHO: 15X21 (FECHADO) - PAPEL COUCHÊ LISO 170 GRS - IMPRESSÃO 4X4 - 01 VINCO - 84 PÁGINAS - ACABAMENTO: DOBRA E GRAMPO - CAPA: COUCHÊ 250GRS - COM LAMINAÇÃO FOSCO E VERNIZ LOCALIZADO	UND	505	R$10,50	R$ 5.302,50
49	CARTILHAS - TAMANHO: 21X30 - IMPRESSÃO 4X4 - MIOLO PAPEL COUCHE 115GRS - GRAMPO CANOA - 130 PÁGINAS - CAPA: PAPEL COUCHE 230 GRS - LAMINAÇÃO BRILHO	UND	1005	R$14,00	R$ 14.070,00
50	CARTILHAS DIVERSAS - TAMANHO: 21X30 - 180 PÁGINAS - IMPRESSÃO 4X4 CORES - PAPEL OFF SET 90GRS - ACABAMENTO - DOBRA E GRAMPO - CAPA: COUCHE 230GRS - COM LAMINAÇÃO FOSCA E VERNIZ LOCALIZADO	UND	505	R$22,90	R$ 11.564,50
52	IMPRESSÕES DIVERSAS COLORIDAS, PAPEL OFFSET 180G, TAMANHO 21X31, 4X4 CORES, COM LAMINAÇÃO BRILHO	UND	524	R$2,14	R$ 1.121,36
57	CARTILHA 32 (TRINTA E DUAS) PÁGINAS, CAPA: MEDIDA 15 X 30, COR 4 X 4, PAPEL COUCHÊ, GRAMATURA 180 GRAMAS; MIOLO: MEDIDA 15 X 30, COR 4 X 4, PAPEL COUCHÊ , GRAMATURA 90 GRAMAS. CÓDIGO 9541	UND	700	R$5,50	R$ 3.850,00
66	FOLDER TAMANHO A3 COM 3 DOBRAS - IMPRESSÃO 4X4 - PAPEL 230 GRS - ACABAMENTO REFILE - VERNIZ LOCALIZADO - COM CORTE ESPECIAL	UND	2200	R$0,90	R$ 1.980,00
73	CARTILHA TAMANHO 15 X 21 CM FECHADO. CAPA: COUCHÊ 150 G. BRILHO, 4X4 CORES MIOLO DE 10 À 20 PGS, COUCHE 115 GR, BRILHO 4X4 CORES ACABAMENTO C/ 2 GRAMPOS	UND	1100	R$3,10	R$ 3.410,00
TOTAL GERAL					R$95.401,48

VALOR: R$95.401,48 (noventa e cinco mil e quatrocentos e um reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:99059E6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

CNPJ: 27.232.288/0001-86

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA RESERVADA 25%					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
97	KIT COM 1000 PASTAS - IMPRESSÃO 4X1 - MEDIDA 32X47 - PAPEL 250 GRAMAS - COM LAMINAÇÃO BRILHO E BOLSA. CÓDIGO 9514	KIT	11	R$1.299,99	R$14.299,89
TOTAL GERAL					R$14.299,89

VALOR: R$14.299,89 (quatorze mil e duzentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:EF34E6EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: SOLANGE VIDAL MANN LTDA

CNPJ: 41.244.330/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
39	PASTA INDIVIDUAL MUNICIPAL, 160 A 180 DE GRAMATURA EM PAPEL BRANCO, ABERTA: 55X37CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM OFF-SET, DOBRA, CORTE/VINCO.	UND	9003	R$1,00	R$9.003,00
TOTAL GERAL					R$9.003,00

VALOR: R$9.003,00 (nove mil e três reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:21D39559

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: STAMP PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 47.305.688/0001-81

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E CONFECÇÃO DE CARIMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS

COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
82	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 38 MM X 14 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE.	UND	125	R$16,75	R$2.093,75
83	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 47 MM X 18 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE.	UND	135	R$19,00	R$2.565,00
84	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 58 MM X 22 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE.	UND	140	R$20,00	R$2.800,00
85	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 30 MM X 30 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE	UND	115	R$34,90	R$4.013,50
86	CARIMBO AUTOMÁTICO COM ESTRUTURA EM PLÁSTICO ABS RESISTENTE E MECANISMO INTERNO COM MOLA DE RETORNO, COM ALMOFADA INTERNA RECARREGÁVEL. ÁREA DE IMPRESSÃO DE APROXIMADAMENTE 40 MM X 40 MM, PERSONALIZADA COM GRAVAÇÃO EM BORRACHA OU RESINA DE ALTA DURABILIDADE	UND	140	R$40,00	R$5.600,00
90	CARIMBO AUTOMÁTICO DATADOR, COM PLACA PERSONALIZÁVEL, COM ESTRUTURA RÍGIDA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E MECANISMO RETRÁTIL. POSSUI ALMOFADA INTERNA EMBUTIDA, SUBSTITUÍVEL, COM TINTA DE SECAGEM RÁPIDA NA COR PRETA. EQUIPADO COM SISTEMA DATADOR AJUSTÁVEL MANUALMENTE, PERMITINDO A IMPRESSÃO DA DATA ATUALIZADA EM CONJUNTO COM TEXTO PERSONALIZADO. ÁREA DE IMPRESSÃO DE FORMATO QUADRADO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40 X 40 MM, CONTENDO PLACA PERSONALIZÁVEL EM BORRACHA OU POLÍMERO FLEXÍVEL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO SOLICITANTE. INDICADO PARA USO ADMINISTRATIVO, PADRÃO DE AGÊNCIAS POSTAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS.	UND	90	R$50,00	R$4.500,00
TOTAL GERAL					R$21.572,25

VALOR: R$21.572,25 (vinte e um mil e quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B45AD944

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 020/2026 - DC - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 20/2026 de 03/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$646.244,25 (seiscentos e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
03.001.04.122.0201.2.003		MANUTENCAO DE RECURSOS HUMANOS	
21 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
03.002		DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
03.002.04.124.0201.2.004		MANUTENCAO E CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMONIO	
30 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
31 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.500,00
32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.560,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.002		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO	
04.002.04.129.0201.2.009		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO	
80 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	300,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.1.005		CONSTRUCAO E RECONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	
94 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
112 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
05.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS	
05.002.17.511.1701.2.013		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	
130 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.800,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.017		MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA	
166 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.740,00
06.001.12.361.1201.2.023		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
199 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	41.000,00
202 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.800,00
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	1103	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	20.000,00
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
225 - 3.3.50.43.00.00	1103	SUBVENCOES SOCIAIS	6.000,00
227 - 3.3.90.32.00.00	1103	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	9.000,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
234 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	550,00
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
Suplementação			
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.2.028		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTES E LAZER	
250 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.500,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	203.474,25
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
272 - 3.3.90.30.00.00	149412	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
278 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.200,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
323 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
330 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.000,00
331 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00

10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
371 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	6.000,00
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	34.100,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.400,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.1.055		AQUISICAO DE DOMINIO DE PROPRIEDADE SOBRE AREAS DE PRESERVACAO AMBIENTAL	
404 - 4.4.90.61.00.00	1000	AQUISICAO DE IMOVEIS	200.000,00
11.001.18.541.1801.2.015		MANUTENCAO DA GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	300,00
11.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
11.002.23.695.2301.2.043		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
446 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.020,00
13		SECRETARIA DA MULHER	
13.001		DEPARTAMENTO DE POLITICA PARA AS MULHERES	
13.001.14.422.1401.2.050		PROMOCAO DAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
460 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
		Total Suplementação:	646.244,25

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS -	606.244,25
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENCAO	40.000,00
Total da Receita:	646.244,25

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

____

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:7E0F5FA7

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 024/2026 DC - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 24/2026 de 08/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$388.530,00 (trezentos e oitenta e oito mil e quinhentos e trinta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0201.2.002		ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
14 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.600,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
03.001.04.122.0201.2.003		MANUTENCAO DE RECURSOS HUMANOS	
21 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
03.002		DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
03.002.04.124.0201.2.004		MANUTENCAO E CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMONIO	
31 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.500,00
32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.100,00
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
41 - 3.3.22.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	550,00
45 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
49 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.002		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO	
04.002.04.129.0201.2.009		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO	
80 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	350,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
112 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	48.200,00
05.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS	

05.002.17.511.1701.2.013		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	
130 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.500,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.017		MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA	
166 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.200,00
168 - 4.4.90.52.00.00	1103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
06.001.12.361.1201.2.019		MANUTENCAO DA ESCOLA PEDRO MENDES	
185 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
06.001.12.361.1201.2.023		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
199 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
202 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	1104	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	2.000,00
204 - 3.3.90.32.00.00	31111	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	6.000,00
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
225 - 3.3.50.43.00.00	1103	SUBVENCOES SOCIAIS	5.200,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.300,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	100,00
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	3.000,00
272 - 3.3.90.30.00.00	149412	MATERIAL DE CONSUMO	4.200,00
278 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	100,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
323 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
324 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
333 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.210,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.6.036		MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
347 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.200,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.300,00
10.001.20.608.2001.2.040		MANUTENCAO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MADEIRA	
387 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
10.002		DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
10.002.22.661.2201.2.049		MANUTENCAO DO PLANO DE PROMOCAO INDUSTRIAL E GERACAO DE EMPREGO E RENDA	
400 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.1.055		AQUISICAO DE DOMINIO DE PROPRIEDADE SOBRE AREAS DE	
		PRESERVACAO AMBIENTAL	
404 - 4.4.90.61.00.00	1000	AQUISICAO DE IMOVEIS	202.000,00
11.001.18.541.1801.2.041		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	
425 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
13		SECRETARIA DA MULHER	
13.001		DEPARTAMENTO DE POLITICA PARA AS MULHERES	
13.001.14.422.1401.2.050		PROMOCAO DAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
464 - 4.4.90.52.00.00	31819	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.320,00
		Total Suplementação:	388.530,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita		
Receita: 1.7.1.1.51.1.1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	- 376.010,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENCAO	4.200,00
Receita: 1.7.1.4.52.0.1	TRANSFERENCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	6.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.04	ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO DOS	2.320,00
	Total da Receita:	388.530,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 8 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:28997462

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 22/2026

SÚMULA: Regulamenta a execução das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução estabelece procedimentos para a realização das atividades de fiscalização no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva, disciplinando os procedimentos de planejamento, organização, execução, documentação e acompanhamento das fiscalizações promovidas pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. A fiscalização constitui instrumento de controle institucional da Câmara Municipal, destinado a subsidiar o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, mediante o acompanhamento da execução das políticas públicas, da aplicação dos recursos públicos e do cumprimento da legislação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. As atividades de fiscalização poderão compreender, entre outras matérias compatíveis com a competência da Câmara Municipal:
I – a execução de políticas públicas municipais;
II – o cumprimento da legislação municipal e das demais normas aplicáveis;
III – programas, projetos, ações e serviços públicos;
IV – contratos administrativos, convênios, parcerias e demais instrumentos congêneres;
V – obras públicas, aquisição de bens e prestação de serviços;
VI – a aplicação, gestão e destinação de recursos públicos;
VII – a execução dos planos municipais;
VIII – outros assuntos relacionados às competências constitucionais, legais e regimentais do Poder Legislativo.

Art. 4º. As atividades de fiscalização poderão ser:
I – **Ordinárias**: previstas no Plano Anual de Fiscalização, observado o disposto em Resolução específica;
II – **Extraordinárias**: instauradas em razão de denúncia, requerimento aprovado pelo Plenário, solicitação de vereador, deliberação da Comissão Permanente competente, determinação da Mesa Diretora ou fato superveniente de relevante interesse público.
III - De acompanhamento: destinadas ao monitoramento periódico da execução de programas, ações governamentais e políticas públicas, bem como à verificação do cumprimento das recomendações expedidas, dos planos de ação apresentados e das providências adotadas em decorrência de fiscalizações anteriormente realizadas.

Parágrafo único. As atividades de fiscalização observarão os procedimentos estabelecidos nesta Resolução e, quando decorrentes do planejamento anual, também aqueles previstos em ato normativo específico que disciplinar o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 5º. As atividades de fiscalização poderão abranger quaisquer matérias inseridas nas competências constitucionais, legais e regimentais da Câmara Municipal, especialmente aquelas relacionadas:
I – à Educação;
II – à Saúde;
III – à Assistência Social;
IV – ao Meio Ambiente;
V – à Administração Financeira;
VI – às Aquisições e Contratações Públicas;
VII – à Transparência, ao Controle e ao Relacionamento com o Cidadão;
VIII – às obras, serviços públicos, convênios, parcerias, bens públicos, programas governamentais e demais ações desenvolvidas pela Administração Municipal.

Parágrafo único. O rol previsto neste artigo possui caráter exemplificativo e não restringe a realização de fiscalizações sobre outras matérias.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS FISCALIZATÓRIOS E DA CONSTITUIÇÃO DE EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 6º. As atividades de fiscalização serão realizadas, preferencialmente, pelas Comissões Permanentes competentes em razão da matéria, observadas as atribuições previstas no Regimento Interno e nesta Resolução.

§ 1º. A Comissão Permanente poderá distribuir entre seus membros as atividades necessárias à execução dos trabalhos, sem prejuízo da responsabilidade colegiada pelas deliberações e conclusões da fiscalização.

Art. 7º. Quando a natureza, a complexidade, a abrangência ou a relevância da matéria justificar, poderá ser constituída equipe de fiscalização para a realização de determinada fiscalização.

§ 1º. A constituição da equipe de fiscalização poderá ser proposta pela Comissão Permanente, pela Presidência, pela Mesa Diretora, pelo Plenário ou mediante requerimento de vereador.

§ 2º. A constituição da equipe de fiscalização dependerá de deliberação da Presidência ou do Plenário, conforme a natureza da fiscalização ou a relevância da matéria.

§ 3º. A equipe de fiscalização será composta por, no mínimo, 3 (três) vereadores.

§ 4º. Sempre que necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, a equipe poderá contar com apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal de Miraselva, bem como com a colaboração de especialistas, agentes públicos ou outras pessoas cuja participação seja considerada útil, observado o disposto na legislação aplicável.

§ 5º. O ato de constituição da equipe de fiscalização indicará, sempre que possível:
I – o objeto da fiscalização;
II – a composição da equipe;
III – o coordenador dos trabalhos, quando designado;
IV – o prazo estimado para conclusão dos trabalhos;
V – outras informações consideradas necessárias.

Art. 8º. Os procedimentos de fiscalização observarão planejamento compatível com a natureza da matéria e com a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Miraselva, devendo ser devidamente instruídos, com registro das diligências realizadas e conclusão mediante relatório ou outro documento conclusivo.

Parágrafo único. Quando a fiscalização decorrer do Plano Anual de Fiscalização, serão observadas, além do disposto nesta Resolução, as diretrizes estabelecidas em sua regulamentação específica.

CAPÍTULO III
DOS REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO AO PODER EXECUTIVO

Art. 9º. No exercício das atividades de fiscalização, as Comissões Permanentes ou as equipes de fiscalização poderão requerer informações, esclarecimentos, documentos e outros elementos necessários à instrução dos trabalhos.

Parágrafo único. Os requerimentos de informação constituem instrumento de apoio ao exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo e poderão ser dirigidas aos órgãos e às entidades da Administração Pública Municipal, bem como às autoridades ou agentes públicos responsáveis pelas matérias objeto da fiscalização, a exemplo do Prefeito Municipal, dos Secretários Municipais ou dos Chefes de Divisão.

Art. 10. O requerimento de informação será encaminhado por meio físico ou eletrônico que assegure a comprovação de sua entrega, recebimento ou protocolo.

Parágrafo único. As informações, os documentos e os esclarecimentos solicitados poderão ser encaminhados por meio físico ou eletrônico, conforme indicado no requerimento, observadas as normas administrativas aplicáveis.

Art. 11. O requerimento de informação conterá, sempre que possível:
I – identificação da Comissão Permanente ou da equipe de fiscalização;
II – indicação do procedimento ou da atividade de fiscalização a que se refere;
III – descrição objetiva das informações, documentos ou esclarecimentos solicitados;
IV – fundamento ou finalidade da solicitação, quando necessário ao adequado entendimento da matéria;
V – prazo para atendimento, observado o disposto no art. 11 e §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 12. Mediante solicitação fundamentada da autoridade responsável, nos termos do art. 11, § 2º, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá admitir a prorrogação do prazo para resposta quando demonstrada a necessidade de levantamento de informações, obtenção de documentos ou outras circunstâncias que justifiquem a dilação, desde que não haja prejuízo relevante ao andamento da fiscalização.

Art. 13. A ausência de resposta, o atendimento parcial ou a prestação de informações manifestamente insuficientes não impedirão o prosseguimento da fiscalização.

§ 1º. Nessas hipóteses, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá deliberar pela reiteração da solicitação, pela realização de diligências complementares ou por outras providências necessárias ao esclarecimento dos fatos.

§ 2º. Persistindo a ausência de resposta ou sendo constatados indícios de irregularidades, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá adotar as medidas cabíveis no âmbito de suas competências, inclusive encaminhar representação, relatório ou comunicação aos órgãos competentes, a exemplo do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Art. 14. Os requerimentos de informação, as respostas recebidas e os demais documentos relacionados integrarão o procedimento administrativo de fiscalização e servirão de fundamento para a elaboração do relatório ou documento conclusivo.

CAPÍTULO IV
DO MODELO PADRÃO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 15. Concluídas as atividades de fiscalização, será elaborado relatório de fiscalização, conforme modelo padrão constante do Anexo I desta Resolução, destinado a registrar os procedimentos realizados, os achados de fiscalização, as análises efetuadas, as conclusões alcançadas e os encaminhamentos propostos.

Art. 16. O relatório de fiscalização observará, preferencialmente, a seguinte estrutura:
I – identificação da Comissão Permanente ou da equipe de fiscalização responsável;
II – número do relatório, data de elaboração, objeto da fiscalização, período de realização e identificação do procedimento correspondente;
III – descrição dos objetivos da fiscalização, de seu escopo e da legislação, das normas ou dos critérios utilizados como referência para a análise;
IV – exposição da metodologia empregada, indicando, quando cabível, as diligências realizadas, as visitas técnicas, as entrevistas, os documentos examinados, as informações obtidas, o cronograma de execução e os demais procedimentos adotados;
V – descrição dos achados de fiscalização, compreendendo, sempre que possível, a exposição detalhada dos fatos constatados, a identificação das irregularidades, desconformidades ou demais ocorrências verificadas, a indicação das normas, procedimentos ou dispositivos legais eventualmente

descumpridos, a classificação de sua gravidade ou relevância, as evidências que fundamentam os achados e a avaliação de seus potenciais impactos para a Administração Pública, para a prestação dos serviços públicos, para a população ou para o erário;
VI – análise crítica dos achados de fiscalização, contendo, sempre que possível, a identificação de suas causas, a comparação com a legislação, normas técnicas, parâmetros de referência ou boas práticas administrativas, a avaliação dos impactos administrativos, financeiros, patrimoniais ou sociais identificados, bem como análise comparativa com exercícios anteriores ou situações semelhantes, quando cabível.
VII – recomendações, sugestões ou providências propostas, indicando, sempre que possível, as ações corretivas ou preventivas recomendadas para cada achado de fiscalização, os órgãos, unidades administrativas ou agentes responsáveis por sua implementação, os prazos sugeridos para adoção das medidas, as formas de acompanhamento de seu cumprimento e, quando cabível, estimativa dos recursos necessários à sua implementação;
VIII – conclusões da fiscalização, contendo, sempre que possível, a síntese dos principais achados de fiscalização, a avaliação geral da situação fiscalizada, a indicação da necessidade de acompanhamento posterior e outros aspectos relevantes;
IX – síntese das manifestações eventualmente apresentadas pelos responsáveis durante a discussão dos achados de fiscalização, bem como, quando cabível, sua consideração nas conclusões e recomendações do relatório;
X – indicação dos encaminhamentos deliberados pela Comissão Permanente ou pela autoridade competente, inclusive quando houver comunicação aos órgãos de controle ou a outras autoridades;
XI – data de conclusão e assinatura dos responsáveis pela elaboração do relatório.

Parágrafo único. O relatório poderá ser instruído com fotografias, planilhas, mapas, gráficos, documentos, registros audiovisuais e outros elementos que contribuam para a adequada demonstração dos achados de fiscalização, das análises realizadas e das conclusões apresentadas.

Art. 17. O modelo padrão de relatório de fiscalização consta do Anexo I desta Resolução e poderá ser adaptado às peculiaridades de cada procedimento de fiscalização, observado, preferencialmente, o disposto no art. 16.

CAPÍTULO V
DA DISCUSSÃO DOS ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 18. Previamente à divulgação do relatório de fiscalização, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização promoverá, quando a natureza dos achados assim recomendar, oportunidade para que os órgãos, entidades ou agentes públicos envolvidos se manifestem acerca das constatações preliminares.

§ 1º. A manifestação de que trata o caput poderá ocorrer por meio de reunião, audiência, apresentação de esclarecimentos por escrito ou outro procedimento considerado adequado à natureza da fiscalização.

§ 2º. A ausência de manifestação, desde que regularmente oportunizada, não impedirá o prosseguimento da fiscalização nem a elaboração e divulgação do relatório final.

Art. 19. A discussão dos achados de fiscalização tem por finalidade:
I – assegurar aos responsáveis o conhecimento prévio das constatações preliminares;
II – possibilitar a apresentação de esclarecimentos, justificativas, informações ou documentos complementares;
III – permitir a correção de eventuais equívocos materiais ou de interpretação identificados durante a fiscalização;
IV – contribuir para o aperfeiçoamento das conclusões da fiscalização;
V – subsidiar a formulação de recomendações, providências ou outras medidas decorrentes da fiscalização.

Art. 20. A discussão dos achados de fiscalização será realizada, preferencialmente, em reunião da Comissão Permanente responsável pela fiscalização, mediante convite ou convocação dos responsáveis pela matéria fiscalizada, encaminhado com antecedência razoável e contendo, sempre que possível:
I – a identificação do procedimento de fiscalização;
II – a síntese dos achados a serem discutidos;
III – a data, o horário e o local da reunião ou as informações necessárias para sua realização por meio eletrônico;
IV – a possibilidade de apresentação de documentos, esclarecimentos ou outras manifestações relacionadas aos achados.

§ 1º. Quando a fiscalização estiver sendo conduzida por equipe de fiscalização especialmente constituída, a discussão dos achados poderá ocorrer em reunião própria da equipe, observadas, no que couber, as disposições deste artigo.

§ 2º. A Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá admitir a apresentação de esclarecimentos ou documentos por meio físico ou eletrônico, antes ou após a reunião, desde que considerados úteis ao esclarecimento dos fatos.

Art. 21. A discussão dos achados será registrada:
I – na ata da reunião da Comissão Permanente, quando a discussão dos achados ocorrer em sessão de seus trabalhos; ou
II – em ata, termo, relatório complementar ou outro documento administrativo equivalente, quando realizada por equipe de fiscalização.

§ 1º. O registro conterá, sempre que possível:
I – a identificação do procedimento de fiscalização;
II – a data, o horário, o local ou a modalidade de realização;
III – a identificação dos participantes;
IV – a síntese dos achados apresentados;
V – os esclarecimentos, justificativas ou documentos apresentados pelos responsáveis;
VI – as conclusões ou encaminhamentos decorrentes da manifestação.

§ 2º. Os documentos produzidos nesta fase integrarão o procedimento administrativo de fiscalização e poderão subsidiar a revisão, complementação ou confirmação dos achados constantes do relatório final.

§ 3º. O registro da discussão dos achados integrará o procedimento administrativo de fiscalização e constituirá elemento de instrução do relatório de fiscalização.

Art. 22. Quando a realização de reunião mostrar-se desnecessária, inviável ou incompatível com a natureza da fiscalização, a discussão dos achados poderá ocorrer por meio de manifestação escrita ou eletrônica, assegurada aos responsáveis oportunidade para apresentação de esclarecimentos, justificativas, documentos ou outras informações pertinentes.

Parágrafo único. A manifestação apresentada na forma do caput integrará o procedimento administrativo de fiscalização e será apreciada pela Comissão Permanente ou pela equipe de fiscalização antes da conclusão do relatório.

Art. 23. A discussão dos achados de fiscalização será realizada, sempre que cabível, antes da elaboração da versão final e da divulgação do relatório de fiscalização, de modo a possibilitar a análise das manifestações apresentadas e sua consideração nas conclusões e recomendações da Comissão Permanente ou da equipe de fiscalização.

CAPÍTULO VI
DOS ENCAMINHAMENTOS DECORRENTES DOS ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 24. Concluído o procedimento de fiscalização e aprovado o respectivo relatório, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá deliberar pelos encaminhamentos que entender cabíveis, observado o disposto na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os encaminhamentos deverão guardar relação com a natureza dos achados de fiscalização, com as conclusões do relatório e com as competências dos órgãos ou autoridades destinatárias.

Art. 25. Excepcionalmente, quando forem identificados, no curso da fiscalização, indícios relevantes de irregularidade, ilegalidade, dano ao patrimônio público, risco de prejuízo ao interesse público ou outras situações que recomendem atuação imediata, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá deliberar pelo encaminhamento imediato dos achados de fiscalização, das informações ou dos documentos aos órgãos ou autoridades competentes, independentemente da conclusão do relatório de fiscalização.

§ 1º. O encaminhamento de que trata o caput poderá compreender relatório parcial, informação técnica, cópia de documentos, registros, evidências ou outro documento apto a subsidiar a atuação do órgão destinatário.

§ 2º. O encaminhamento imediato não prejudica o prosseguimento da fiscalização nem dispensa a elaboração e a aprovação do relatório final, que poderá complementar, confirmar ou revisar as informações anteriormente encaminhadas.

Art. 26. Os encaminhamentos previstos neste Capítulo poderão ser dirigidos, conforme a natureza e a finalidade dos achados de fiscalização ou dos relatórios de fiscalização:
I – ao Prefeito Municipal ou ao órgão, entidade ou unidade administrativa responsável, para adoção de providências, apresentação de plano de ação ou manifestação complementar;
II – ao Ministério Público, quando houver indícios de irregularidade, ilícito ou outras situações que justifiquem sua atuação institucional;
III – ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), quando os achados envolverem matérias sujeitas à sua competência constitucional e legal;
IV – a outros órgãos ou entidades públicas competentes, quando a matéria assim o exigir;
V – ao Plenário da Câmara Municipal de Miraselva, quando o assunto demandar deliberação ou outras providências no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 27. O encaminhamento será instruído, sempre que possível, com:
I – cópia do relatório de fiscalização, quando houver;
II – documentos, registros ou demais elementos que fundamentem os achados de fiscalização;
III – manifestação apresentada pelos responsáveis, quando houver;
IV – outros documentos considerados necessários à adequada compreensão da matéria.

Art. 28. Os encaminhamentos realizados pela Comissão Permanente ou pela equipe de fiscalização serão registrados no procedimento administrativo correspondente, observadas as normas de gestão documental, publicidade e transparência aplicáveis.

§ 1º. Os documentos relativos aos encaminhamentos previstos neste Capítulo poderão ser disponibilizados no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo ou de restrição de acesso à informação.

§ 2º. Na divulgação dos documentos serão observadas as normas relativas à proteção de dados pessoais, ao sigilo legal e às demais restrições previstas na legislação aplicável.

Art. 29. Sempre que cabível, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização acompanhará as providências adotadas pelos órgãos ou autoridades destinatárias dos encaminhamentos realizados, podendo solicitar informações complementares ou promover novas medidas fiscalizatórias, observado o disposto nesta Resolução.

CAPÍTULO VII
DO PLANO DE AÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 30. Sempre que o relatório de fiscalização contiver recomendações destinadas ao aperfeiçoamento de procedimentos administrativos, à correção de irregularidades ou à adoção de providências pelo Poder Executivo, a Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá solicitar a apresentação de Plano de Ação contendo as medidas que serão adotadas para seu atendimento.

Parágrafo único. O Plano de Ação observará, preferencialmente, o modelo constante do Anexo II desta Resolução, sem prejuízo de adaptações compatíveis com a natureza da fiscalização.

Art. 31. O Plano de Ação conterá, sempre que possível:
I – identificação da fiscalização e do relatório que originou as recomendações;
II – descrição da recomendação formulada;
III – ação corretiva, preventiva ou de aperfeiçoamento proposta para seu atendimento;

IV – órgão, unidade administrativa ou agente público responsável por sua implementação;
V – prazo previsto para execução da medida;
VI – situação de sua implementação;
VII – justificativa, quando houver impossibilidade de atendimento da recomendação ou necessidade de revisão dos prazos inicialmente previstos;
VIII – outros elementos considerados úteis ao acompanhamento das medidas propostas.

Art. 32. O Plano de Ação, bem como suas eventuais atualizações, integrará o procedimento administrativo de fiscalização e poderá subsidiar a realização de fiscalizações de acompanhamento.

Parágrafo único. A Comissão Permanente ou a equipe de fiscalização poderá solicitar informações complementares, documentos ou esclarecimentos relacionados à execução das medidas previstas no Plano de Ação.

Art. 33. O cumprimento das medidas previstas no Plano de Ação poderá ser verificado por meio de fiscalização de acompanhamento, observadas as disposições desta Resolução e da regulamentação específica do Plano Anual de Fiscalização.

CAPÍTULO VIII
DO RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 34. Ao término de cada exercício, será elaborado o Relatório Anual das Atividades de Fiscalização, destinado a consolidar as fiscalizações realizadas pela Câmara Municipal de Miraselva, conforme modelo constante do Anexo III desta Resolução.

Parágrafo único. O Relatório Anual das Atividades de Fiscalização observará, preferencialmente, o modelo previsto no Anexo III, podendo ser adaptado às peculiaridades das atividades desenvolvidas em cada exercício.

Art. 35. As Comissões Permanentes e as equipes de fiscalização encaminharão à Secretaria da Câmara Municipal de Miraselva os relatórios de fiscalização concluídos, bem como as demais informações e documentos necessários à elaboração do Relatório Anual das Atividades de Fiscalização.

§ 1º. Sempre que necessário, a Secretaria da Câmara Municipal de Miraselva poderá solicitar às Comissões Permanentes ou às equipes de fiscalização informações, documentos ou esclarecimentos complementares destinados à adequada consolidação das atividades fiscalizatórias.

Art. 36. Compete à Secretaria da Câmara Municipal de Miraselva proceder à compilação das informações encaminhadas e elaborar o Relatório Anual das Atividades de Fiscalização, observando, sempre que possível:
I – a relação das fiscalizações previstas no Plano Anual de Fiscalização, quando aprovado;
II – a relação das fiscalizações efetivamente realizadas;
III – o comparativo entre as atividades planejadas e as executadas, quando aplicável;
IV – a identificação dos procedimentos de fiscalização concluídos, em andamento ou não iniciados, com a respectiva justificativa, quando cabível;
V – outras informações consideradas relevantes ao acompanhamento das atividades fiscalizatórias desenvolvidas no exercício.

Art. 37. Concluída sua elaboração, o Relatório Anual das Atividades de Fiscalização será submetido à Presidência da Câmara Municipal de Miraselva para ciência e adoção das providências administrativas cabíveis.

Parágrafo único. O relatório será disponibilizado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo ou de restrição de acesso à informação.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. A aplicação desta Resolução observará as disposições do Regimento Interno, da legislação federal, estadual e municipal pertinente, bem como, no que couber, as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente as constantes da Nota Técnica nº 38/2025 e da Instrução Normativa nº 197/2025, ou de outros atos que vierem a substituí-las.

Art. 39. Os documentos constantes dos Anexos desta Resolução constituem referência para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, podendo ser adaptados às peculiaridades de cada procedimento, desde que preservadas sua finalidade e as informações essenciais previstas nesta Resolução.

Art. 40. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Miraselva, observadas as disposições do Regimento Interno e da legislação aplicável.

Art. 41. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 21 de setembro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

ANEXO I
MODELO PADRÃO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Relatório de Fiscalização nº __/_____

1 – IDENTIFICAÇÃO

Comissão Permanente ou Equipe de Fiscalização: _____

Objeto da fiscalização:
_____

Procedimento administrativo:
_____

Período da fiscalização: _____ de 202__ a _____ de 202___.

Data de elaboração: ___ de _____ de 202___.

Responsável(is) pela elaboração: _____

2 – OBJETIVOS E ESCOPO DA FISCALIZAÇÃO

Descrever os objetivos da fiscalização, seu escopo, os critérios utilizados para análise e a legislação, normas ou demais referenciais aplicáveis.
_____

3 – METODOLOGIA

Descrever, quando cabível, as diligências realizadas, as visitas técnicas, as entrevistas, os documentos analisados, as informações obtidas, o cronograma de execução e os demais procedimentos adotados.
_____

4 – ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO

Para cada achado identificado, indicar, sempre que possível:

Achado nº _____.

Descrição dos fatos:
_____

Norma, procedimento ou dispositivo legal relacionado:
_____

Gravidade ou relevância do achado:
_____

Evidências:
_____

Impactos identificados:
( ) Administrativos
( ) Financeiros
( ) Patrimoniais
( ) Sociais
( ) Prestação dos serviços públicos
( ) Erário
Outros: _____

4.1. Análise Crítica do Achado

Apresentar, quando cabível, a identificação de suas causas; análise à luz da legislação; confronto com normas técnicas, parâmetros de referência ou adequadas práticas administrativas; avaliação dos impactos administrativos, financeiros, patrimoniais ou sociais; análise comparativa com exercícios anteriores e situações semelhantes; outras observações consideradas relevantes.
_____

4.2. Discussão do Achado

Houve oportunidade para manifestação dos responsáveis?
☐ Sim
☐ Não

Forma adotada:
☐ Reunião da Comissão Permanente
☐ Reunião da Equipe de Fiscalização
☐ Manifestação por escrito
☐ Meio eletrônico
☐ Outro:

_____

Data da manifestação: ___ de _____ de 202___.

Síntese das manifestações apresentadas:
_____

As manifestações alteraram ou complementaram os achados?
☐ Não
☐ Sim (descrever):
_____

4.3. Recomendações

Ação corretiva ou preventiva proposta:
_____

Responsável pela implementação:
_____

Prazo sugerido:
_____

Forma de acompanhamento:
_____

Estimativa de recursos necessários (quando aplicável):
_____

Encaminhamentos decorrentes do achado (quando aplicável):
_____

5 – CONCLUSÕES

Síntese dos principais achados e das manifestações apresentadas pelos responsáveis, quando houver:
_____

Avaliação geral da situação fiscalizada:
_____

Necessidade de acompanhamento posterior:
_____

Demais conclusões consideradas pertinentes:
_____

6 – ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO

☐ Arquivamento.
☐ Expedição de recomendações.
☐ Requisição de novas informações.
☐ Realização de diligências complementares.
☐ Encaminhamento à Mesa Diretora.
☐ Encaminhamento ao Plenário.
☐ Encaminhamento ao Poder Executivo.
☐ Encaminhamento ao Ministério Público.
☐ Encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
☐ Outros:
_____

7 – DOCUMENTOS ANEXOS

Relação dos documentos que acompanham o relatório (atas, fotografias, documentos, planilhas, mapas, registros audiovisuais, manifestações dos responsáveis, ofícios, protocolos e outros documentos pertinentes):
_____

Concluídos os trabalhos de fiscalização e aprovadas as conclusões constantes deste relatório, os responsáveis por sua elaboração o subscrevem para fins de registro, encaminhamento e adoção das providências cabíveis.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, ___ de _____ de 202__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente Da Comissão Permanente Ou Coordenador Da Equipe De Fiscalização

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Vice-Presidente Da Comissão Permanente Ou Membro Da Equipe De Fiscalização

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Membro Da Comissão Permanente Ou Membro Da Equipe De Fiscalização

****Observação**
Este modelo constitui referência para a elaboração dos relatórios de fiscalização, podendo ser adaptado às peculiaridades de cada procedimento, observado o disposto nos arts. 16 e 17 da Resolução nº __/2026.

ANEXO II
MODELO PADRÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Plano de Ação nº __/____

1 – IDENTIFICAÇÃO

Fiscalização de origem (Relatório de Fiscalização n° __/____):
_____

Órgão, entidade ou unidade administrativa responsável:
_____

Responsável pelo preenchimento (nome, cargo, órgão de lotação):
_____

Data de elaboração: ___ de _____ de 202___.

2 – DAS RECOMENDAÇÕES OBJETO DO PLANO DE AÇÃO

Relacionar as recomendações constantes do relatório de fiscalização que serão objeto deste Plano de Ação.
_____

3 – DAS RECOMENDAÇÕES OBJETO DO PLANO DE AÇÃO

Recomendação nº _____

Descrição da recomendação:
_____

Necessidade identificada (Descrever o problema ou situação que motivou a recomendação):
_____

Medidas a serem adotadas:
_____

Responsável pela implementação (nome, cargo, órgão de lotação):
_____

Prazo previsto para implementação:
_____

Situação da implementação:

☐ Não iniciada
☐ Em andamento
☐ Concluída
☐ Parcialmente concluída
☐ Não implementada

Justificativa (quando houver):
_____

Documentos ou evidências da implementação:
_____

****Observação**

Repetir este item para cada recomendação constante do relatório.

4 – OBSERVAÇÕES GERAIS

Registrar informações complementares, dificuldades identificadas, fatores supervenientes, necessidade de revisão de prazos ou outras considerações pertinentes.

_____

5 – DOCUMENTOS ANEXOS

Relacionar os documentos que acompanham o Plano de Ação.

_____

Concluído o presente Plano de Ação, o responsável declara que as informações prestadas refletem as medidas adotadas ou programadas para o atendimento das recomendações constantes do Relatório de Fiscalização correspondente.

Miraselva, Estado do Paraná, ___ de _____ de 202__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Responsável Pela Elaboração Do Plano De Ação)

****Observação**
Este modelo constitui referência para a elaboração dos Planos de Ação destinados ao atendimento das recomendações decorrentes das fiscalizações realizadas pela Câmara Municipal de Miraselva, podendo ser adaptado às peculiaridades de cada procedimento, observado o disposto nos arts. 29 a 32 da Resolução nº ___/2026.

ANEXO III
MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Exercício: _____.

Base Normativa: Resolução n° ___/2026.

1 - INTRODUÇÃO

O Relatório Anual das Atividades de Fiscalização tem por finalidade apresentar, de forma consolidada e sistematizada, as ações fiscalizatórias desenvolvidas pela Câmara Municipal de Miraselva durante o exercício de referência, em conformidade com a Resolução nº ___/2026.

O presente instrumento constitui mecanismo de registro, acompanhamento e avaliação das atividades de fiscalização realizadas pelas Comissões Permanentes e, quando for o caso, pelas equipes de fiscalização especialmente constituídas, permitindo a consolidação das informações produzidas ao longo do exercício e o acompanhamento das providências decorrentes dos achados de fiscalização.

Além de conferir maior transparência às atividades de controle exercidas pelo Poder Legislativo, o relatório possibilita a comparação entre as fiscalizações planejadas e aquelas efetivamente executadas, quando aprovado o Plano Anual de Fiscalização, contribuindo para o aperfeiçoamento do planejamento institucional e para o fortalecimento da função fiscalizatória desta Casa de Leis.

Por fim, o presente relatório atende às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), constituindo documento formal de consolidação das atividades de fiscalização desenvolvidas no exercício e de divulgação de seus principais resultados.

2 - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Este capítulo apresenta a relação das atividades de fiscalização desenvolvidas no exercício de referência, distribuídas por Comissão Permanente e pelas equipes de fiscalização especialmente constituídas.

Para cada procedimento são registrados o objeto da fiscalização, sua previsão no Plano Anual de Fiscalização, a situação de sua execução, a discussão dos achados com os responsáveis pela matéria fiscalizada, a elaboração do relatório final e sua publicação, proporcionando uma visão consolidada do desenvolvimento das atividades fiscalizatórias ao longo do exercício.

2.1. Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Mulher:

N°	Objeto da Fiscalização	Prevista no Plano	Situação	Discussão de Achados	Relatório Final Elaborado	Publicado
01		SIM/NÃO	Concluída/Em andamento	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO

2.2. Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Segurança Pública:

N°	Objeto da Fiscalização	Prevista no Plano	Situação	Discussão de Achados	Relatório Final Elaborado	Publicado
01		SIM/NÃO	Concluída/Em andamento	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO

2.3. Comissão Permanente de Viação, Obras Públicas, Transporte, Política Urbana e Saneamento Básico:

N°	Objeto da Fiscalização	Prevista no Plano	Situação	Discussão de Achados	Relatório Final Elaborado	Publicado

01		SIM/NÃO	Concluída/Em andamento	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO

2.4. Comissão Permanente de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas:

N°	Objeto da Fiscalização	Prevista no Plano	Situação	Discussão de Achados	Relatório Final Elaborado	Publicado
01		SIM/NÃO	Concluída/Em andamento	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO

2.5. Equipes de Fiscalização

N°	Objeto da Fiscalização	Prevista no Plano	Situação	Discussão de Achados	Relatório Final Elaborado	Publicado
01		SIM/NÃO	Concluída/Em andamento	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO

3 - QUADRO GERAL DAS FISCALIZAÇÕES

Com fundamento nas informações encaminhadas pelas Comissões Permanentes e pelas equipes de fiscalização, apresenta-se, a seguir, quadro consolidado das atividades fiscalizatórias desenvolvidas no exercício.

Item	Quantidade
Fiscalizações iniciadas no exercício	
Fiscalizações concluídas	
Fiscalizações em andamento	
Equipes de fiscalização especialmente constituídas	
Discussões de achados realizadas	
Recomendações expedidas	
Planos de ação recebidos do Poder Executivo	
Relatórios finais publicados	

4 - COMPARATIVO ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO

Este capítulo destina-se à análise do grau de execução do Plano Anual de Fiscalização, mediante comparação entre as fiscalizações previstas e aquelas efetivamente realizadas no exercício, com registro das alterações ocorridas e de suas justificativas.

Situação	Quantidade
Fiscalizações previstas no Plano Anual de Fiscalização	
Fiscalizações executadas conforme o Plano Anual de Fiscalização	
Fiscalizações previstas e não executadas	
Fiscalizações extraordinárias concluídas	
Fiscalizações extraordinárias em andamento	

4.1. Justificativas para alterações no planejamento (quando houver):

_____

4.2. Avaliação geral do cumprimento do Plano Anual de Fiscalização:

_____

5 - EVIDÊNCIAS DE EXECUÇÃO E RESULTADOS OBTIDOS

Este capítulo destina-se ao registro das principais evidências que demonstram a execução das atividades de fiscalização e dos resultados alcançados no exercício, considerando as providências adotadas e os efeitos produzidos pelas ações fiscalizatórias.

Fiscalização	Principais Evidências de Execução	Resultados Obtidos

6. PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativotem um importante papel para a sociedade. Essencial para o funcionamento de qualquer regime democrático, é o Parlamento que estabelece um elo entre o povo e seus representantes nos municípios, nos estados e no país. As informações são da Agência Câmara.

É o responsável, substancialmente, por produzir as leis (legislar) que irão orientar nossa sociedade, com o objetivo regular a vida em comum. Além disso, cabe ao Poder Legislativofiscalizar, representar o povo brasileiro e sediar os debates de interesse nacional.

De acordo com o disposto no Art. 1º, do Regimento Interno, da Câmara Municipal de Miraselva, o Poder Legislativo local é exercido pela Câmara que possui funções legislativas, de fiscalização orçamentária e de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão de assuntos de sua economia interna.

Função Legislativa

Conforme o Art. 2º, do Regimento Interno, a**função legislativa**consiste na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, de Leis Complementares, de Leis Ordinárias, de Decretos Legislativos e de Resoluções. Outrossim, compete aos pares desta Casa de Leis a apreciação de Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

Incumbe à Câmara, com a sanção do prefeito (Art. 23, da Lei Orgânica do Município), legislar sobre matérias de competência do Município, em especial no que se refere à assuntos de interesse local, notadamente no que diz respeito à saúde, à assistência social e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência; ao incentivo à indústria e ao comércio; à proteção ao meio ambiente; tributos municipais; uso e ocupação de solo; alienação de bens imóveis, entre outros.

Ressalta-se ainda que, privativamente, concerne ao Poder Legislativo, entre outros, as seguintes atribuições: fixar a remuneração do prefeito, do vice-prefeito, e dos vereadores; solicitar informações ao prefeito sobre assuntos inerentes à Administração; autorizar referendo e convocar plebiscito e conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município.

Função Fiscalizadora

De acordo com o Art. 31, da Constituição Federal, a**fiscalização**do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, bem como pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), órgão responsável pelo envio de Parecer Prévio (opinativo) pela aprovação ou reprovação das contas. Pontua-se que, caso a deliberação do plenário seja contrária ao Parecer Prévio, o Projeto de Decreto Legislativo deverá conter os motivos da discordância.

Segundo material institucional da Agência Câmara, referente à função fiscalizadora, os vereadores devem acompanhar as ações do Poder Executivo (prefeito, secretários e chefes de divisão, por exemplo), a fim de garantir o uso adequado do dinheiro público. "Exemplos desse trabalho são as análises do Plano Diretor e da atuação das comissões permanentes com o objetivo de discutir e aprovar o orçamento anual do município".

Destaque ainda para o acompanhamento da execução das ações e atos da prefeitura, tais como a execução orçamentária, contas e contratos, além da fiscalização operacional e patrimonial e o cumprimento dos objetivos institucionais nas ações de governo.

Separação de Poderes

Salienta-se que, conforme o Art. 2º, da Carta Magna, "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Em um sistema de freios e contrapesos, o princípio da separação dos poderes busca limitar as competências para garantir a democracia, impedindo que um poder se sobreponha a outro. Neste contexto, evidencia-se que, inclusive, cabe ao parlamento sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.

Composição

O Poder Legislativo de Miraselva é composto por nove vereadores, eleitos por sufrágio universal e direto, mediante o sistema proporcional, para o exercício de mandato com duração de quatro anos. Entre os parlamentares, é eleita a Mesa Diretora, responsável pela condução dos trabalhos legislativos e administrativos da Casa, com mandato bienal.

A Mesa Diretora é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário e 2° Secretário, sendo para a gestão atual os seguintes vereadores: _____ (Presidente), _____ (Vice-Presidente), _____ (1º Secretário) e _____ (2° Secretário).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório consolida as atividades de fiscalização desenvolvidas no exercício de referência, em conformidade com a Resolução nº ___/2026, servindo como instrumento de acompanhamento institucional, transparência e aperfeiçoamento contínuo da função fiscalizatória exercida pela Câmara Municipal de Miraselva. O documento será encaminhado à Presidência desta Casa Legislativa para ciência, publicação e adoção das providências cabíveis.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, ___ de _____ de 202__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Responsável Pela Elaboração Do Relatório Anual De Fiscalização)

****Observação**
Este modelo constitui referência para a elaboração do Relatório Anual das Atividades de Fiscalização, podendo ser adaptado às peculiaridades de cada exercício, observado o disposto na Resolução nº ___/2026.

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:FBCAE250

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 59/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo n.º 59/2026
Pregão Eletrônico n.º 33/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE**, Secretário(a) Municipal de Administração; **JESSICA RONCHINI MONTALVÃO**, Secretário(a) Municipal de Governo; **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KMMER**, Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas Interino Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação; **ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA**, Secretário(a) Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil; **GILTON DIAS JUNIOR**, Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo; **ADRIANA ASSUMPÇÃO**, Secretário(a) Municipal de Educação; **MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO**, Secretário(a) Municipal de Assistência Social; **JORGE MARCELO PICCININ**, Superintendente geral de saúde.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 144/2026 – ID 273/2026
G M DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ n.º21.604.118/0001-07.
Item(ns) 11 e 16.
Valor total de R$ 3.499,55 (três mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
Assinatura: Renato Luis Montanari, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 145/2026 – ID 274/2026
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP.
CNPJ n.º12.811.487/0001-71.
Item(ns) 2, 8, 14 e 17.
Valor total de R$ 14.051,82 (quatorze mil e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos).
Assinatura: Franciele Rover Bianchi, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 146/2026 – ID 275/2026
SOLO G9 LTDA.
CNPJ n.º11.102.277/0001-41.
Item(ns) 1.
Valor total de R$ 16.708,86 (dezesseis mil e setecentos e oito reais e oitenta e seis centavos).
Assinatura: Andrei Castro Vilha, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 147/2026 – ID 276/2026
COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA.
CNPJ n.º57.650.919/0001-48.
Item(ns) 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 12.
Valor total de R$ 13.610,63 (treze mil e seiscentos e dez reais e sessenta e três centavos).
Assinatura: Gabriel Costa Ferreira, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 148/2026 – ID 277/2026
EMBALAGENS LTDA.
CNPJ n.º47.190.313/0001-13.
Item(ns) 13, 18 e 19.
Valor total de R$ 932,79 (novecentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos).
Assinatura: LUIS CARLOS TOMAZELLI, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação do extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	COPO DESCARTÁVEL, COR: BRANCO OU TRANSPARENTE, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 180 ML	Emb100	3738	R$4,47	R$16.708,86
2	COPO DESCARTÁVEL, COR: BRANCO OU TRANSPARENTE, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 50 ML	Emb100	3154	R$3,73	R$11.764,42
3	SACO EM BOBINA PARA EMBALAGEM: em polietileno; medindo (aprox. 20x30) cm; com picote; suportando até aprox. 1kg, saco plástico transparente medindo aproximadamente 30 cm de altura por 20 cm de largura e espessura total de 0,30 milímetros, tendo a sua abertura na largura	BOBINA	100	R$12,14	R$1.214,00
4	SACO EM BOBINA P/ EMBALAGEM: em polietileno; medindo (aprox. 30x40) cm; com picote; suportando até 5kg, saco plástico transparente medindo 40 cm de altura por 28 cm de largura e espessura total de 0,003 milímetros, tendo a sua abertura na largura.	BOBINA	100	R$24,13	R$2.413,00
5	SACO EM BOBINA P/ EMBALAGEM: EM POLIETILENO; MEDINDO (APROX. 39X60) CM; COM PICOTE; SUPORTANDO ATÉ 10KG, SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 39 CM DE ALTURA POR 60 CM DE LARGURA E ESPESSURA TOTAL DE 0,003 MILÍMETROS, TENDO A SUA ABERTURA NA LARGURA.	BOBINA	91	R$37,78	R$3.437,98
6	FILME PARA ALIMENTOS; EM PLÁSTICO ADERENTE PVC (POLICLORETO DE VINILA); ATÓXICO, INODORO, COM ALTO BRILHO: LARGURA DE APROXIMADAMENTE 29CM; TIPO 9; TRANSPARENTE; ISENTO DE FUROS, RASGOS OU PARTÍCULAS ESTRANHAS; EM ROLO. SEM SERRILHA; CONSTANDO NA EMBALAGEM DO PRODUTO A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LARGURA E COMPRIMENTO DO FILME, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, TIPO DE FILME, FRASE DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ORIENTAÇÃO PARA MANUSEIO, SÍMBOLO DE RECICLAGEM; O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15043:2010 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.	ROLO	45	R$29,23	R$1.315,35
7	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL: CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (LINHA FORTE), NA COR BRANCA OU	Emb100	290	R$4,00	R$1.160,00

	TRANSLÚCIDA. MEDINDO APROX. 16 A 19 CM. O PRODUTO DEVE SER ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, RACHADURAS, DEFORMAÇÕES, REBARBAS OU ARESTAS. EMBALADAS HIGIENICAMENTE EM SACO PLÁSTICO E REEMBALADAS EM CAIXA DE PAPELÃO. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE DE FORMA A GARANTIR HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE.				
8	FACA PLÁSTICA DESCARTÁVEL: CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (LINHA FORTE), NA COR BRANCA OU TRANSLÚCIDA. MEDINDO APROX. 16 A 19 CM. O PRODUTO DEVE SER ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, RACHADURAS, DEFORMAÇÕES, REBARBAS OU ARESTAS. EMBALADAS HIGIENICAMENTE EM SACO PLÁSTICO E REEMBALADAS EM CAIXA DE PAPELÃO. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE DE FORMA A GARANTIR HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE.	Emb100	280	R$5,14	R$1.439,20
9	COLHER PLÁSTICA DESCARTÁVEL: CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (LINHA FORTE), NA COR BRANCA OU TRANSLÚCIDA. MEDINDO APROX. 16 A 19 CM. O PRODUTO DEVE SER ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, RACHADURAS, DEFORMAÇÕES, REBARBAS OU ARESTAS. EMBALADAS HIGIENICAMENTE EM SACO PLÁSTICO E REEMBALADAS EM CAIXA DE PAPELÃO. ACONDICIONADO CONFORME PRAXE DO FABRICANTE DE FORMA A GARANTIR HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O SEU USO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE	Emb100	390	R$5,09	R$1.985,10
11	MARMITEX DE ISOPOR, BRANCA, DESCARTÁVEL, REDONDA, COM TAMPA E FECHAMENTO MANUAL. CAPACIDADE DE 750ML.	Emb100	55	R$40,71	R$2.239,05
12	GARRAFA PLÁSTICA PET, DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, COM TAMPA DE PLÁSTICO. FABRICADA EM MATERAL ATÓXICO, ADEQUADA PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA, EM CONFORMIDADE COM NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. CAPACIDADE DE 1L	unid	520	R44,01	R$2.085,20
13	SACO PLÁSTICO DO TIPO ZIP LOCK, dimensões aproximadas em 14x22 cm e material resistente.	Emb100	66	R$12,99	R$857,34
14	GUARDANAPO DE PAPEL. FOLHA SIMPLES (APROX. 33CM X 30CM) EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	Emb100	230	R$3,09	R$710,70
16	SACOLA PLÁSTICA reforçada reciclada 50x60 cm.	Pct 1k	50	R$25,21	R$1.260,50
17	PRATO DESCARTÁVEL, medindo aproximadamente 18cm de diâmetro, em material atóxico, cor branca, com alta resistência, embalado higienicamente em sacos plásticos. Marca de referência: copobras ou similar.	Pct 10	50	R$2,75	R$137,50
18	PRATO DE PAPELÃO natural nº 8	Pct 10	5	R$9,49	R$47,45
19	PRATO DE PAPELÃO natural nº 5	Pct 10	5	R$5,60	R$28,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:6DC16B77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 54/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA
C.N.P.J.: 75.827.204/0001-08
Município: NOVA AMÉRICA DA COLINA

DECRETO Nº 54/2026, de 21 de Setembro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA e autorização contida na Lei Municipal nº 618/2025, de 30 de Agosto de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.850.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - DEP. SAUDE, VIG. SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
07.001.10.301.7.2022-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$500.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	500.000,00
06.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	
06.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
06.001.12.365.6.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$350.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
00107.00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação	100.000,00
00116.01006.03.01.01.02.1.570.0000 Programa Merenda Escolar - PNAE	100.000,00
08.000 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
08.001.8.243.8.2027-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	R$150.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
00767.01011.09.99.05.18.1.749.0000 FIA SCFV	50.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - DEP. SAUDE, VIG. SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
07.001.10.301.7.2022-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$400.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	400.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - DEP. SAUDE, VIG. SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
07.001.10.301.7.2021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$250.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	250.000,00
05.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV PÚBLICOS	

05.001 - MANUTENCAO DOS DEPARTAMENTOS	
05.001.15.452.5.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$200.000,00
00507.00507.99.99.00.00.1.751.0000 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$400.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	400.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$250.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	250.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$500.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	500.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$350.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	350.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$150.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$200.000,00
00507.00507.99.99.00.00.1.751.0000 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 21 de Setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
..039-**
Prefeita

JOSÉ CARLOS BEZERRA DE MELO
..309-**
Contador

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:365F1272

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 · PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 170/2026PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 · Processo Administrativo nº 84/2026

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **170/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **A M MENDES ACESSORIOS EPP**, CNPJ nº 06.009.600/0001-05, com endereço RUA NHAMBU, CENTRO,ARAPONGAS/PR, CEP 86701-360, representada por ADRIANA MICHELE MENDES, Carteira de identidade nº 80310250, inscrito no CPF nº 034.600.949-90 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - ADRIANA MICHELE MENDES

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	1	PNEU 285/70 R19.5PNEU 285/70 R19.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONALOU EIXO LIVRE, PARA UTILIZACAO EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS	Unidade	40	R$ 1.490,00	R$ 59.600,00
7	7	PNEU 17.5-25 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 17.5-25 L3 PARA CARREGADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	10	R$ 3.300,00	R$ 33.000,00
9	9	PNEU 205/55R16PNEU 205/55R16 - PNEU 205/60R16 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 91, INDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	80	R$ 243,00	R$ 19.440,00
10	10	PNEU 205/60R16PNEU 205/60R16 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 91, INDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	48	R$ 245,00	R$ 11.760,00
26	26	PNEU 225/65R16PNEU 225/65R16 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 112, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	50	R$ 375,00	R$ 18.750,00
28	28	PNEU 195/65R15PNEU 195/65R15 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 91, INDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	40	R$ 240,00	R$ 9.600,00
Valor total registrado						**R$ 305.305,00**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
30	30	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVELPNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVEL COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 84, INDICE DEVELOCIDADE T, APROVADO	Unidades	100	R$ 225,00	R$ 22.500,00

		PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO				
31	31	Pneu 285/70R19.5 Liso 18 Lonas	UNIDADE	24	R$ 1.250,00	R$ 30.000,00
39	39	PNEU 185/60R15PNEU 185/60R15 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 84, INDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	24	R$ 210,00	R$ 5.040,00
42	42	PNEU 215/75R17.5PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZACAO EM SERVICO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS:INDICE DE CARGA 126, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	75	R$ 569,00	R$ 42.675,00
48	48	PNEU 215/75R17.5PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZACAO EM SERVICO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS:INDICE DE CARGA 126, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	25	R$ 569,00	R$ 14.225,00
50	50	PNEU 20.5-25 L3, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	5	R$ 4.498,00	R$ 22.490,00
52	52	PNEU 215/75R17.5PNEU 215/75R17.5 DESENHO EXCLUSIVO DE TRACAO, UTILIZACAO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 126, INDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 13MM, APROVADO PELOINMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	25	R$ 649,00	R$ 16.225,00
Valor total registrado						**R$ 305.305,00**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **171/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **ASA SUL DISTRIBUICAO LTDA**, CNPJ nº 61.554.307/0001-29, com endereço RUA JORGE TZACHEL, FAZENDA,ITAJAÍ/SC, CEP 88301-600, representada por HENRIQUE JORGE VICENTE MAIO, Carteira de identidade nº V578360-C, inscrito no CPF nº 016.082.954-27 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - HENRIQUE JORGE VICENTE MAIO

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
3	3	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIROPNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: M/C 49L REINF, PARA ASFALTO OU MISTO, TT (COM CÃ?MARA)	Unidades	10	R$ 140,99	R$ 1.409,90
22	22	PNEU 185/70R13PNEU 185/70R13 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 86, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	30	R$ 369,58	R$ 11.087,40
Valor total registrado						**R$ 12.497,30**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **172/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **COUTINHO PNEUS LTDA**, CNPJ nº 49.230.882/0001-70, com endereço RUA WALLY BLOCK, ENCANO,INDAIAL/SC, CEP 89086-365, representada por RODRIGO NILES, Carteira de identidade nº 5377905, inscrito no CPF nº 096.057.049-78 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - RODRIGO NILES

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
41	41	PNEU 275/80R22.5PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZACAO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	45	R$ 1.199,95	R$ 53.997,75
45	45	PNEU 1000R20 TIPO RADIALPNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACAO, PARA UTILIZACAO EM SERVICO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	75	R$ 1.743,99	R$ 130.799,25
49	49	PNEU 275/80R22.5PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZACAO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	15	R$ 1.199,95	R$ 17.999,25
55	55	PNEU 1000R20 TIPO RADIALPNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACAO, PARA UTILIZACAO EM SERVICO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	25	R$ 1.743,99	R$ 43.599,75
Valor total registrado						**R$ 246.396,00**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **173/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA**, CNPJ nº 47.270.248/0001-36, com endereço RUAPADRE DEHON, 3300, BOQUEIRÃO, CURITIBA/PR, CEP 81670-100, representada por JOSÉ SALÉSIO MUNIZ DO AMARAL, Carteira de identidade nº 10.1174441, inscrito no CPF nº 509.124.029-20 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr.

Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - JOSÉ SALÉSIO MUNIZ DO AMARAL

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
11	11	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: 57P, PARA ASFALTO OU MISTO, TT (COM CÃ?MARA).	Unidades	10	R$ 164,00	R$ 1.640,00
13	13	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, COM NO MINIMO 8 LONAS, R-2 GARRA ALTA/ARROZEIRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	6	R$ 2.109,30	R$ 12.655,80
23	23	PNEU MOTO 80/100-18 DIANTEIROPNEU MOTO 80/100-18 DIANTEIRO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: 47P, PARA ASFALTO OU MISTO, TT	Unidades	10	R$ 159,70	R$ 1.597,00
24	24	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: 52P, PARA ASFALTO, TT (COM CÃ? MARA)	Unidades	10	R$ 249,40	R$ 2.494,00
29	29	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: 54S, PARA USO MISTO, TT (COM CÃ?MARA)	Unidades	10	R$ 252,30	R$ 2.523,00
Valor total registrado						**R$ 20.909,80**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **174/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **GAMA PNEUS LTDA**, CNPJ nº 55.623.647/0001-61, com endereço BECO BOM RETIRO, 25, CENTRO, BOA VISTA DOBURICÁ/RS, CEP 98918-000, representada por BERNARDO ANDRES FLACH, Carteira de identidade nº 1087834097, inscrito no CPF nº 827.447.770-72 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - BERNARDO ANDRES FLACH

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
46	46	PNEU 20.5-25 L3, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	15	R$ 3.900,00	R$ 58.500,00
Valor total registrado						**R$ 58.500,00**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **175/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **JN PNEUS LTDA**, CNPJ nº 44.472.217/0001-70, com endereço AVENIDA 7 DE SETEMBRO, CENTRO, RIOFORTUNA/SC, CEP 88760-000, representada por NATHALIA RICKEN OENNING, Carteira de identidade nº 6295847, inscrito no CPF nº 114.620.469-83 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - NATHALIA RICKEN OENNING

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
40	40	PNEU 215/75R17.5PNEU 215/75R17.5 DESENHO EXCLUSIVO DE TRACAO, UTILIZACAO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 126, INDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 13MM, APROVADO PELOINMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	75	R$ 572,00	R$ 42.900,00
Valor total registrado						**R$ 42.900,00**

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **176/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA**, CNPJ nº 39.859.999/0001-64, com endereço RUA FREDERICO JENSEN,ITOUPAVAZINHA, BLUMENAU/SC, CEP 89066-301, representada por RAFAEL CASCALES DOS SANTOS, Carteira de identidade nº 44834835, inscrito no CPF nº 360.966.638-26 Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos para uso da frota Municipal de Nova América da Colina/Pr. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, – Prefeita TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO - RAFAEL CASCALES DOS SANTOS

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	2	PNEU 195/60R15PNEU 195/60R15 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 88, INDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	60	R$ 216,99	R$ 13.019,40
4	4	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 1.000 X 20	UNIDADE	100	R$ 107,99	R$ 10.799,00
5	5	PNEU 17.5-25 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONALPNEU 17.5-25 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	10	R$ 2.635,68	R$ 26.356,80
6	6	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	6	R$ 1.050,73	R$ 6.304,38
8	8	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORAPNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	20	R$ 2.129,99	R$ 42.599,80
12	12	PNEU 17.5R25, PARA TRASEIRA DE RETROESCAVADEIRAS, TIPO RADIAL, COM NO MINIMIO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO	Unidade	10	R$ 5.499,99	R$ 54.999,90
Valor total registrado						**R$ 563.110,66**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
14	14	PNEU 185/70R14PNEU 185/70R14 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 88, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	40	R$ 228,17	R$ 9.126,80
15	15	PNEU, AGRICOLA, R1, MEDIDA 18.4-30, LONAGEM: 12, TIPO: TT, ARO PADRAO 16.00	Unidades	10	R$ 2.324,53	R$ 23.245,30
16	16	PNEU 17.5-25 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 17.5-25 L2 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	10	R$ 2.590,39	R$ 25.903,90
17	17	PNEU 14-17.5 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONALPNEU 14-17.5 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	10	R$ 1.129,39	R$ 11.293,90
18	18	PNEU 17.5-25 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 17.5-25 L3 PARA CARREGADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	10	R$ 2.693,86	R$ 26.938,60
19	19	PNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOSCONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	20	R$ 2.393,73	R$ 47.874,60
20	20	PNEU, AGRICOLA, R1, MEDIDA 12.4-24, LONAGEM: 12, TIPO: TT, ARO PADRAO 11.00	Unidades	10	R$ 996,28	R$ 9.962,80
21	21	PROTETOR 17.5-25	Unidades	40	R$ 140,38	R$ 5.615,20
25	25	PROTETOR 1400 - 24	Unidade	40	R$ 48,46	R$ 1.938,40
27	27	PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONALPNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	16	R$ 949,71	R$ 15.195,36
32	32	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 12,5 X 80 X 18CÃ¢mara Ar PneuMaterial: BorrachaTamanho: 12,5 X 80 X 18	UNIDADE	20	R$ 128,50	R$ 2.570,00
33	33	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 20.5-25CÃ¢mara Ar Pneu Material: Borracha Aplicacao Tipo Pneu: Maquinas de Grande Porte, Tamanho: 20.5-25	UNIDADE	20	R$ 314,96	R$ 6.299,20
34	34	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 275/80 R22.5CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 275/80 R22.5 - CÃ?MARA AR PNEU, MATERIAL BORRACHA BUTILICA, APLICACAO VEICULOS PESADOS/CAMINHOES, TAMANHO 275/80 R22.5 (OU EQUIVALENTE	UNIDADE	100	R$ 79,54	R$ 7.954,00
Valor total registrado						**R$ 563.110,66**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		11R22.5), TIPO VALVULA METALICA LONGA REFORCADA (TIPO TR-177A OU TR-78A)				
35	35	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 17,5 X 25CÃ¢mara Ar PneuMaterial: BorrachaAplicacao Tipo Pneu: MotoniveladoraTamanho: 17,5 X 25Caracteristicas Adicionais: Dianteiro/Traseiro	Unidade	30	R$ 260,07	R$ 7.802,10
36	36	PNEU 175/70R13PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 82, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	40	R$ 199,87	R$ 7.994,80
37	37	CÃ¢mara Ar Pneu Tamanho: 19,5 X 24CÃ¢mara Ar Pneu Material: Borracha Aplicacao Tipo Pneu: Trator Tamanho: 19,5 X 24 Caracteristicas Adicionais: Traseiro	UNIDADE	20	R$ 215,97	R$ 4.319,40
38	38	PNEU 17.5R25 G2, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	10	R$ 5.450,00	R$ 54.500,00
43	43	PNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOSCONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	15	R$ 2.204,51	R$ 33.067,65
44	44	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORAPNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	15	R$ 1.740,16	R$ 26.102,40
47	47	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORAPNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 24 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	18	R$ 1.970,78	R$ 35.474,04
51	51	PNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRAPNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MINIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOSCONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidades	5	R$ 2.204,51	R$ 11.022,55
53	53	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORAPNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	5	R$ 1.847,56	R$ 9.237,80
54	54	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORAPNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 24 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	Unidade	6	R$ 4.265,43	R$ 25.592,58
Valor total registrado						**R$ 563.110,66**

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:ACDDA7A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 177/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **177/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **ACC MULTISOLUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 59.024.324/0001-02, com endereço RUA JOSE CAROLA, CENTRO, NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR, CEP 86230-000, representada

por ANA CAROLINA CAMPOS SIMÕES, Carteira de identidade nº 147398324, inscrito no CPF nº 149.442.649-84 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

ANA CAROLINA CAMPOS SIMÕES

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	2	Milho de Pipoca Saco de 500 GramaMilho de Pipoca; Classe Amarela, Tipo 1, Beneficiado, Limpo e Seco; Isento de Materias Estranhas, Impurezas, Mofo Ou Fermentacao; Admitindo Umidade Maxima de 13,5%; Embalagem Primaria Saco Plastico Filme Bopp,com Validade Minima de 04 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 61/11, Rdc 259/02, Rdc 360/03,rdc 14/14, Rdc 07/11 e Suas Posteriores Alteracoes; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	SACO	600	R$ 2,15	R$ 1.290,00
3	3	Oregano; Em Folhas Secas Embalagem 25 GramaOregano; Em Folhas Secas; Obtido de Folhas e Talos do Especime Genuino; Com Coloracao Verde Pardacenta; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Embalagem Plastica Atoxica e Lacrada; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	150	R$ 0,99	R$ 148,50
5	5	Polvilho doce, pacote de 500g.Polvilho doce, pacote de 500g. Mesmas especificacoes do polvilho azedo.	Pacotes	80	R$ 2,90	R$ 232,00
7	7	Preparado P/creme Chantily; Caixa de 1 LitroPreparado P/creme Chantily; Composto de Agua,gordura Vegetal Hidrogenada; Acucar,estabilizantes,umectante; Corante Natural e Aromatizante; Com Validade de 6 Meses a Partir Da Data Da Entrega; Embalagem Primaria Caixa Cartonada Aluminizada; Acondicionada Em Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao	Unidades	100	R$ 17,50	R$ 1.750,00
Valor total registrado						**R$ 80.152,86**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Estar de Acordo Com a Rdc 273 de 22 de Setembro de 2005 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.administrativos Determinados Pela Anvisa				
11	11	Sagu; Grupo Tapioca, Pacote 500 GramaSagu; Grupo Tapioca, Subgrupo Perola Ou Sagu Artificial, Tipo 1; Isento de Sujidades, Materiais Estranhos, Bolor Ou Mofo; Embalagem Primaria Plastica, Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 23/05(mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc360/03, Rdc14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	100	R$ 3,90	R$ 390,00
14	14	Suco Concentrado; Sabor de Abacaxi; Garrafa Plastica 1000 MlSuco Concentrado; Sabor de Abacaxi; Sem Adicao de Acucar, Podendo Ser Adicionado de Outros Ingredientes Permitidos; Com Minimo de 11Â°brix (teor Desolidos Soluveis); de Cor Branca Ao Marfim, Sabor Proprio e Acido,aroma Proprio; Com Validade Minima de 07 Meses Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada, Atoxica, Lacrada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 01/00(mapa),rdc 12/01,rdc 259/02, Rdc 360/03,rdc 05/07 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	182	R$ 7,20	R$ 1.310,40
17	17	Toucinho; sem Costela, em MantaToucinho; Preparado Com Carne Curada de Suino Defumado,sem Costela,em Manta; Acondicionado Em Saco Plastico Transparente,atoxico; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 21/00, Decreto 12.486/78, In 22/05; Resolucao Rdc 12/01 (anvisa) e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	180	R$ 19,90	R$ 3.582,00
21	21	Mortadela; Tipo Bologna, Fatiada, QuilogramaMortadela; Tipo Bologna, Fatiada, Composta de Carne Bovina E/ou Suina E/ou Ovina; Carne Mecanicamente Separada de Ave, Agua, Gordura, Sal, Condimento e Outros Ingredientes Permitidos; Isenta de Sujidades e Outras Substancia Estranhas, Com Validade Minima de 50 Dias Na Data Da Entrega; Acondicionada Em Embalagem Plastica e Atoxica, Tipo Porta Frios; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 04/00, Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17; Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Kilogramas	150	R$ 10,40	R$ 1.560,00
25	25	Salsicha; Tipo Hot-dog QuilogramaSalsicha; Tipo Hot-dog; Composta de Carne Bovina; Fresca C/condimentos Triturados, misturados, cozidos; Acondicionada Em Embalagens Plasticas Flexiveis, Atoxicas, termosselada a Vacuo, embalagem Secundaria de Papel Cartonado; 50 g Cada Unidade, com Validade Minima de 20 Dias a Contar Da Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nta-5 (decreto 12486 de 20/10/78) e (ma-2244/97); Instrucao Normativa NÃ° 4,de 31 de Marco de 2000; Resolucao Anvisa n 259 de 20 de Setembro de 2002;	Kilogramas	700	R$ 6,05	R$ 4.235,00
Valor total registrado						**R$ 80.152,86**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
28	28	Leite Condensado Composto de Leite Integral Embalagem 395 GrLeite Condensado; Composto de Leite Integral,acucar e Lactose (tradicional); de Consistencia Cremosa e Textura Homogenea; Validade Minima 10 Meses a Contar Da Entrega Embalagem Primaria Atoxica, Devidamente Lacrada Embalagem Secundaria Apropriada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 68/06 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Unidades	500	R$ 3,80	R$ 1.900,00
35	35	Macarrao; Formato Argolinha Pacote 500 GramaMassa Alimenticia; Formato Argolinha; Massa Seca; Transportada e Conservada a Temperatura Ambiente; Composta de Farinha de Trigo Enriquecida Com Acido Folico e Ferro e Corantes Naturais; Embalagem Primaria Plastica Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de 15 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	1.130	R$ 2,50	R$ 2.825,00
39	39	Maionese; Pote 500 GramaMaionese; Emulsao Cremosa Tradicional Obtida a Partir Da Mistura de Ovos Com Oleos Vegetais; Composta de Agua, Oleo Vegetal, Ovos Pasteurizados, Amido Modificado, Acucar, Vinagre, Sal; Acidulantes, Estabilizante, Conservador, Aromatizantes, Sequestrantes, Antioxidantes e Corante; de Consistencia Cremosa; Apresentando Cor Amarelada; Com Cheiro e Sabor Caracteristicos; Embalagem Primaria Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 276/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega	Pote	480	R$ 4,00	R$ 1.920,00
41	41	Pirulito colorido Pacote 1 kgPirulito colorido acucar, xarope de glicose, acidulante, acido citrico, aromatizantes, corante dioxido de titÃ¢nio, corantes artificiais tartazina, vermelho 40 e azul brilhante FCF. Embalagem com 1kg	Pacotes	500	R$ 8,79	R$ 4.395,00
42	42	Refrigerante; Sabor Laranja; Garrafa 2 LitroRefrigerante; Sabor Laranja; Composto de Agua Gaseificada, Acucar, Suco de Laranja, Aromatizante, Corante, Acidulante; Conservante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Garrafa Pet, Hermeticamente Fechada; Embalagem Secundaria Plastico Resistente; Com Validade Minima de 72 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 19/13 (mapa), Rdc 05/07, Rdc 12/01; Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	1.400	R$ 3,60	R$ 5.040,00
44	44	Vinagre; de Fruta - Maca; Frasco 750 MililitroVinagre; de Fruta - Maca; Composto de Fermentado Acetico de Maca, Agua e Conservante; Com Acidez Volatil Minima de 4%; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na	Frasco	300	R$ 4,50	R$ 1.350,00

		Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de				
Valor total registrado						**R$ 80.152,86**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Acordo Com a Instrucao Normativa 55/02, Decreto 6.871/09, Instrucao Normativa 06/12; Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				
45	45	Biscoito Salgado tipo Cream Creacker Sem Lactose / Embalagem 400 grama	Pacotes	700	R$ 3,99	R$ 2.793,00
48	48	Fermento Quimico; Tipo Em Po; Frasco 200 GramaFermento Quimico; Tipo Em Po; Composto de Pirofosfato Acido de Sodio, Bicarbonato de Sodio; Fosfato Monocalcio; Acondicionado Em Embalagem Plastica Com Tampa de Rosca, Atoxica e Lacrada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Cnnpa 38/77, Resolucao 04/99, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 145 Dias Na Data Da Entrega	sache	150	R$ 4,00	R$ 600,00
49	49	Fuba de Milho; Sem Sodio, Pacote 1 QuilogramaFuba de Milho; Sem Sodio, Obtido do Grao de Milho Moido; de Cor Amarela; Com Aspecto Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Com Ausencia de Mofo e Ranco; Isento de Sujidades e Outrras Substancias Estranhas Ou Improprias; Validade Minima de 4 Meses Na Data Da Entrega, Embalagem Primaria Saco Plastico Transparente, Atoxico; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 263/05, Rdc 150/17, Rdc259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	450	R$ 2,00	R$ 900,00
50	50	Vinho Frisante Tinto Suave Contem 660ml a 750 ml Vinho Nacional	Unidades	800	R$ 8,90	R$ 7.120,00
53	53	Canjica de milho, classe branco Tipo 1, 500gr (munguza)	Pacotes	100	R$ 3,40	R$ 340,00
56	56	Caldo; de Carne; Em Tablete Caixa 114 GrsCaldo; de Carne; Em Tablete; Composto de Sal, Amido, Gordura Vegetal, Extrato de Carne Bovina, Cebola, Alho, Realcador de Sabor; e Outros Ingredientes Permitidos; Com Cor, Sabor e Aroma Proprios; Embalagem Primaria Papel Metalizado, Acondicionado Em Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega e de 12 Meses Na Data de Fabricacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 276/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Pacotes	242	R$ 2,50	R$ 605,00
58	58	Ameixa seca preta sem caroco 100grAmeixa seca preta sem caroco, selecionada, grao uniforme, tamanho medio, pacote de 100g.	Pacotes	50	R$ 4,08	R$ 204,00
59	59	Frango inteiro congeladoFrango inteiro congelado com adicao maxima de 6% de agua. Mesmas exigencias de inspecao, transporte e rotulagem da coxinha da asa.	Kilogramas	200	R$ 7,70	R$ 1.540,00
63	63	Carne Suina ; Paleta; Sem Osso, Em CubosCarne Suina ; Paleta; Sem Osso, Em Cubos de No Minimo 4x4x4 Cm; Congelada; Transportada e Conservada Em Temperatura de -12Â°cou Mais Frio; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Devendo	Kilogramas	1.300	R$ 9,00	R$ 11.700,00
Valor total registrado						**R$ 80.152,86**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Apresentar-se Livre de Ossos, Cartilagens,hematomas, Coagulos, Parasitas; e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Alterar Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Transparente, Resistente e Apropriada para Alimentos; Embalagem Secundaria Em Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13, Resolucao 01/03; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				
68	68	Gengibre; Grupo Varietal Amarelo; Fresco; QuilogramaGengibre; Grupo Varietal Amarelo; Fresco; Com Coloracao Da Casca Pardo Clara e Da Polpa Amarelo Clara; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos, Nao Apresentar Os Defeitos Passado e Podridao; Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico e Lacrado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.adminstrativos Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	100	R$ 19,00	R$ 1.900,00
70	70	Acafrao da terra (curcuma moida) 25grAcafrao da terra (curcuma moida), embalagem de polietileno transparente, resistente, contendo aproximadamente 25g. Com nome, marca, validade, lote e informacoes nutricionais.	Pacotes	60	R$ 1,40	R$ 84,00
71	71	Batata; Inglesa; Comum Lavada; Com Diametro Equatorial Entre 25 e 41mBatata; Comum Lavada; Com Diametro Equatorial Entre 25 e 41mm,pequena e Uniforme; Nao Apresentar Os Defeitos Aparentes Como Esverdeamento,arroxeamento,broteamento, Rachadura; Podridao, e Os Defeitos Internos; Como Coracao Oco,negro e Mancha de Chocolate; Deve Estar Isenta de Excesso de Substancias Terrosas,sujidades; Corpos Estranhos Aderidos a Superficie Externa; Devendo Ser Entregue Em Emb.aberta Sub Multipla De(1,00x1,20)m,em Pacotesatoxicos; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome; Endereco Completo do Fornecedor do Produto; e Telefoneres.anvisa 259/02,port. 157/02 e Res. Cvs.nr 15/91	Kilogramas	500	R$ 3,30	R$ 1.650,00
73	73	Catchup; Tipo Tradicional Frasco 1 QuilogramaCatchup; Tipo Tradicional; Composto de Polpa de Tomate, Agua, Acucar, Vinagre, Sal, Condimentos; Especiarias e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Frasco	80	R$ 5,00	R$ 400,00
85	85	Adocante Dietetico; Frasco 80 MililitroAdocante Dietetico; Liquido; Composto de Steviosideo, Agua, Conservador e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Frasco Plastico, Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 20 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;f	Frasco	82	R$ 4,78	R$ 391,96
Valor total registrado						**R$ 80.152,86**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
86	86	Adocante Dietetico; Liquido Frasco 100 MililitroAdocante Dietetico; Liquido; Composto de Agua, Sucralose, Acesulfame de Potassio, Conservante; e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Frasco Plastico, Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 28 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Frasco	30	R$ 7,90	R$ 237,00
97	97	Caldo; de Galinha; Em Po Pacote 1 QuilogramaCaldo; de Galinha; Em Po; Composto de Sal, Amido, Gordura Vegetal, Extrato de Carne de Frango, Cebola, Alho, Realcador de Sabor; e Outros Ingredientes Permitidos; Com Cor, Sabor e Aroma Proprios; Embalagem Primaria Plastica Metalizada Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega e de 12 Meses Na Datade Fabricacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 276/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Pacotes	112	R$ 4,80	R$ 537,60
102	102	Leite Condensado Sem Lactose Embalagem 395 GramasLeite Condensado P/ Dietas Especiais; Sem Lactose; Integral; Composto de Leite Integral, Acucar e Enzima Lactase; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 05 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com Rdc 331/19, In 60/19 (anvisa), Rdc 259/02, Rdc 360/03; Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa Sda 47/18 Ealteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	700	R$ 8,00	R$ 5.600,00
145	145	Gelo para conservacao de alimentos e bebidas, 10 kgGelo para conservacao de alimentos e bebidas, 10 kg. A empresa fornecedora devera disponibilizar caixas termicas para conservacao durante os eventos.	SACO	300	R$ 11,90	R$ 3.570,00
152	152	Carne Bisteca Suino com osso (kg)Carne Bisteca Suino com osso (kg) - entregues em embalagens que contenham especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de validade, transportada em veiculo refrigerado ou caixas de isopor conforme legislacao vigente, nao podendo estar congelada.	Kilogramas	500	R$ 13,99	R$ 6.995,00
155	155	Feijao preto tipo 1, pacote de 1 kgFeijao preto tipo 1, pacote de 1 kg, graos inteiros e saos, sem mofados ou carunchados. Embalagem resistente e transparente.	Pacotes	200	R$ 4,99	R$ 998,00
163	163	Xarope artificial sabor groselha. Conteudo 900mlXarope artificial sabor groselha. Bebida nao alcoolica, nao fermentada. Conteudo 900ml. Groselha Nacional.	Unidades	6	R$ 9,90	R$ 59,40

Valor total registrado	**R$ 80.152,86**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 178/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **178/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **COMERCIAL BEIRA RIO LTDA**, CNPJ nº 40.138.949/0001-77, com endereço RUA MONTEIRO LOBATO, 297, CENTRO, JATAIZINHO/PR, CEP 86210-000, representada por VALDENIR ROSA, Carteira de identidade nº 3.971.039-0, inscrito no CPF nº 547.080.799-15 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

VALDENIR ROSA

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
13	13	Suco Apresentacao: Po Sabor: Variado Tipo: Artificia / Embalagem 400 gramas	Pacotes	250	R$ 5,84	R$ 1.460,00
18	18	Trigo; para Quibe, Integral, Saco 500 GramaTrigo; para Quibe, Integral, Quebrado e Torrado; Isento de Insetos, Impurezas, Materias e Odores Estranhos Ou Improprios; Livre de Mofo Ou Fermentacao; Acondicionado Em Saco Plastico Transparente, Atoxico, Devidamente Lacrado; Embalado Em Caixa de Papelao Reforcado, Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 07/11, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	200	R$ 2,79	R$ 558,00
19	19	Uva passa escura sem semente, embalagem original com no minimo 200g.	Pacotes	150	R$ 3,49	R$ 523,50
23	23	Mostarda Composicao: Tradicional Apresentacao: Creme / Embalagem 3,2 Quilograma	UNIDADE	50	R$ 12,79	R$ 639,50
74	74	Colorau: Corante de urucum / Embalagem 500 gramacolorau: corante de urucum em po, embalagem com 500g	Unidade	150	R$ 3,50	R$ 525,00
89	89	Canela; Em Po Fino Pacote 50 GramaCanela; Em Po Fino Homogeneo; Obtida Da Casca do Especime Genuino; de Coloracao Marrom Claro; Com Sabor e Odor Proprios; Livre de Sujidades e Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Plastico Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01,	Pacotes	20	R$ 4,30	R$ 86,00
Valor total registrado						**R$ 27.134,91**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Rdc 259/02, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega;				
99	99	Canela em casca, embalagem de 50gCanela em casca, embalagem de 50g, com informacoes nutricionais e validade minima de 6 meses.	Pacotes	10	R$ 6,61	R$ 66,10
103	103	Doce de frutaDoce de fruta: produto resultante do processamento adequado das partes comestiveis desintegradas de vegetais com acucares, com ou sem adicao de agua, pectina (g/100g ou g/ 100ml dependendo da fruta), ajustador do pH e outros ingredientes naturais permitidos por estes padroes ate uma consistencia apropriada, sendo finalmente, acondicionada de forma a assegurar sua perfeita conservacao. Geleia de frutas e o produto obtido pela coccao de frutas, inteiras ou em pedacos, polpa ou suco de frutas, com acucar e agua, e concentrado ate a consistencia gelatinosa. Deve ser preparado com frutas sas, limpas, isentas de materia terrosa, parasitos, detritos animais ou vegetais e fermentacao. Podera ser adicionada de glicose ou acucar invertido. E tolerada a adicao de acidulantes naturais e pectina. Os itens podem apresentar pedacos de vegetais (frutas, tuberculos e outras partes comestiveis apropriadas para elaboracao). Nao podem ter adicao de farinhas e amidos e e vedado o uso de conservantes e corantes naturais ou artificiais. Caracteristicas sensoriais: Propria da fruta, doce, semi-acido	Kilogramas	1.250	R$ 14,59	R$ 18.237,50
121	121	Louro desidratado em folhas, sem aditivos, embalagem de aproximadamente 25g.	Pacotes	20	R$ 4,44	R$ 88,80
134	134	Molho de Shoyo Frasco 900mlMolho de Shoyo; Tradicional; Composto de Agua, Sal, Soja, Milho, Acucar, Corante e Outros Ingredientes Permitidos; Apresentado Na Forma Liquida, Cor Marrom Escuro; Isento de Sujidades e Materiais Estranhos; Com Validade de 15 Meses Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Frasco Plastico Transparente, Atoxico e Lacrado, Com Tampa Inviolavel e Fechada; Acondicionado Em Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 276/05, Rdc 04/07, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Frasco	108	R$ 6,97	R$ 752,76
139	139	Ervilha Verde Em Conserva; Simples Lata 170 GramaErvilha Verde Em Conserva; Simples; Inteira; Imersa Em Salmoura; Apresentando Tamanho e Coloracao Uniformes; Acondicionada Em Embalagem Primaria Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Sendo Considerado Como Peso o Produto Drenado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 272/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.administrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 19 Meses Na Data Da Entrega;	Unidade	400	R$ 2,32	R$ 928,00
146	146	Biscoito de polvilho sem lactose, pacote de 150gBiscoito de polvilho sem lactose, pacote de 150g. Ingredientes: polvilho azedo, ovos, gordura vegetal, sal, leite de soja. Textura crocante. Embalagem com identificacao, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante e validade.	Pacotes	200	R$ 5,39	R$ 1.078,00
Valor total registrado						**R$ 27.134,91**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
151	151	Chocolate em po para culinaria 50% cacau, embalagem de 1 kg.	Unidades	90	R$ 18,89	R$ 1.700,10
159	159	Gergelim branco, pacote de 250gGergelim branco, pacote de 250g, com identificacao, marca, fabricacao e validade.	Pacotes	15	R$ 7,99	R$ 119,85
166	166	Ervilha Embalagem 1.70 QuilogramaErvilha - Legume Em Conserva Tipo: Ervilha Adicional: A Vacuo Embalagem 1.70 Quilograma	Pacotes	20	R$ 18,59	R$ 371,80
Valor total registrado						**R$ 27.134,91**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 179/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026

Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **179/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **G N ARANTES COMERCIO E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº 56.239.565/0001-80, com endereço RUA HENRIQUE DRUZINI, JARDIM VENEZA, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, CEP 86300-402, representada por CRISTIANE NIETO ARANTES, Carteira de identidade nº 69839193, inscrito no CPF nº 031.337.239-01 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de

Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

CRISTIANE NIETO ARANTES

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
8	8	Queijo; Mucarela QuilogramaQueijo; Mucarela, transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior 8Â°c; Embalado Em Plastico Inviolavel, selado a Vacuo, com Validade Minima de 02 Meses e 4 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 364/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	520	R$ 38,89	R$ 20.222,80
22	22	Mostarda; Amarela; Frasco 190 Grama a 215 gramaMostarda; Amarela; Composta de Agua, Vinagre, Mostarda, Acucar, Sal, Condimentos; Conservador e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 6 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 276/05, Rdc14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Frasco	50	R$ 3,24	R$ 162,00
40	40	Pimenta do reino em po moida, embalagem de 50g.	Pacotes	80	R$ 2,28	R$ 182,40
57	57	Aveia em flocos finos, pacote minimo de 200gAveia em flocos finos, pacote minimo de 200g. Obtida por laminacao de graos de aveia tratados termicamente. Processada conforme boas praticas de fabricacao. Embalagem com validade minima de 6 meses.	Unidades	150	R$ 2,85	R$ 427,50
72	72	Bicarbonato De Sodio Apresentacao: Po / Sache 40gr	Frasco	40	R$ 1,51	R$ 60,40
Valor total registrado						**R$ 82.093,75**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
76	76	Farinha de aveia, pacote de 500g. Embalagem com validade e informacoes nutricionais visiveis.	Pacotes	100	R$ 7,16	R$ 716,00
78	78	Farinha De Milho Grao: Amarelo Tipo: Biju / 500 QuilogramaFarinha De Milho Grao: Amarelo Tipo: Biju Apresentacao: Torrada Caracteristica Adicional: Transgenico Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Acido Folico	Pacotes	80	R$ 2,09	R$ 167,20
79	79	Fermento Biologico Tipo Granulado Seco Instantaneo; Sache 10Fermento Biologico; Tipo Granulado Seco Instantaneo; Composto de Saccharomyces Cerevisiae e Agente e Reidratacao; Acondicionado Em Embalagem Apropriada para Alimentos; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Cnnpa 38/77, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.adminstrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 20 Meses Na Data Da Entrega	sache	40	R$ 0,94	R$ 37,60
81	81	Cha; de Erva Cidreira Caixa 16 Gramas 16 SacheCha; de Erva Cidreira; Composto de Folhas e Ramos de Erva Cidreira (melissa Officinalis); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Caixas	512	R$ 3,80	R$ 1.945,60
92	92	Azeite de oliva extra virgem, embalagem escura de 500ml.Azeite de oliva extra virgem, embalagem escura de 500ml. Puro, sem mistura, acidez ate 0,8%. Com identificacao e validade.	Unidades	25	R$ 28,70	R$ 717,50
94	94	Cha; de Hortela Caixa 10 Gramas 10 SacheCha; de Hortela; Composto de Folhas e Ramos de Hortela (mentha Piperita); Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Caixas	662	R$ 3,60	R$ 2.383,20
113	113	Oleo de girassol, embalagem de 900mlOleo de girassol, embalagem de 900g. Refinado, com processo tecnologico adequado. Embalagem PET.	Unidades	20	R$ 17,99	R$ 359,80
114	114	Po para Gelatina, Sabores Variados, pacote 25gr, colorido artificialmente e adicionado de vitaminas (A, C e E) e ferro.	Pacotes	1.000	R$ 1,00	R$ 1.000,00
115	115	Colorifico; Em Po Pacote 500 GramaColorifico; Em Po; Obtido de Sementes de Especimes Genuinos; Com Coloracao Vermelho Intenso; Com Sabor Proprio; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01,	Pacotes	300	R$ 3,80	R$ 1.140,00
Valor total registrado						**R$ 82.093,75**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Rdc 259/02, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 7 Meses Na Data Da Entrega;				
122	122	Cravo Da India Pacote 50 GramaCravo Da India; Obtido do Botao Floral do Especime Genuino; de Coloracao Pardo Escura, Sabor e Odor Proprios; Isento de Impurezas e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Saco Plastico Transparente, Atoxico; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 276/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	35	R$ 8,75	R$ 306,25
124	124	Essencia Artificial; de Baunilha Frasco 30 MililitroEssencia Artificial; de Baunilha; Embalagem Primaria Frasco Plastico, Atoxico, Hermeticamente Fechado; Com Validade Minima de 20 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 540/97 (ms) e Rdc 02/07 (anvisa) e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Frasco	25	R$ 14,90	R$ 372,50
136	136	Macarrao; Formato Parafuso (fusilli) Pacote 500 GrMassa Alimenticia; Formato Parafuso (fusilli); Massa Seca; Transportada e Conservada a Temperatura Ambiente; Composta de Semola de Trigo Enriquecida C/ Ferro e Acido Folico; Corantes Naturais e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Plastica Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	1.000	R$ 2,20	R$ 2.200,00
149	149	Cha; de Camomila Caixa 16 Gramas 16 SacheCha; de Camomila; Composto de Flores de Camomila; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Sache Individual; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 14 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Caixas	70	R$ 2,90	R$ 203,00
150	150	Cha; Mate Soluvel Pacote 500 GramaCha; Mate Soluvel; Composto de Erva Mate Tostada, Soluvel; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Plastica, Apropriada, Hermeticamente Fechada; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 11 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Caixas	1.000	R$ 5,88	R$ 5.880,00
153	153	Creme de Leite Caixa 200 GramaCreme de Leite; Apresentando Teor de Materia Gorda Minima de 25%,com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; Embalado Em Caixa Cartonada Aluminizada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a	Caixas	2.000	R$ 2,47	R$ 4.940,00
Valor total registrado						**R$ 82.093,75**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Portaria 146/96 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02; Rdc 360/03 e Suas Posteriores Alteracoes; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				
154	154	Farinha de Rosca; Seca, Fina, Saco de 500 GramaFarinha de Rosca; Seca, Fina, Ligeiramente Torrada; de Cor Amarelada; Isenta de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Saco Plastico Transparente, Atoxico; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 263/05, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Pacotes	160	R$ 5,40	R$ 864,00
172	172	Canjica de Milho Saco de 500 GramaCanjica de Milho; Grupo Misturada, Subrupo Despeliculado, Classe Amarela, Tipo 1; Isento de Insetos, Impurezas, Materias e Odores Estranhos; Admitindo Umidade Maxima de 13% Por Peso; Acondicionado Em Saco Plastico Transparente,atoxico,com Validade Minima de 04 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 109/89, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	200	R$ 2,58	R$ 516,00
177	177	Pao de Queijo; Congelado, Tipo Coquetel; Pacote 1 QuilogramaPao de Queijo; Congelado, Tipo Coquetel; Composto de Agua, Fecula de Mandioca, Polvilho, Ovo Pasteurizado, Oleo de Soja; Margarina, Queijo, Sal, Leite Em Po, Soro de Leite, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Pesando 15 Gramas Cada Unidade; Transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior a -18Â°c; Embalagem Primaria Saco Plastico, Atoxico e Lacrado; Com Prazo de Validade Minima de 72 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	2.543	R$ 11,00	R$ 27.973,00
178	178	Pao de Queijo; Congelado, Tipo Coquetel; Pacote 1 QuilogramaPao de Queijo; Congelado, Tipo Coquetel; Composto de Agua, Fecula de Mandioca, Polvilho, Ovo Pasteurizado, Oleo de Soja; Margarina, Queijo, Sal, Leite Em Po, Soro de Leite, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Pesando 15 Gramas Cada Unidade; Transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior a -18Â°c; Embalagem Primaria Saco Plastico, Atoxico e Lacrado; Com Prazo de Validade Minima de 72 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	847	R$ 11,00	R$ 9.317,00
Valor total registrado						**R$ 82.093,75**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 180/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026 Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **180/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **JOAO DOMINGOS SUTIL**, CNPJ nº 80.009.525/0001-27, com endereço AVENIDA PEDRO FERREIRA DA COSTA 1205, CENTRO, SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, CEP 86270-000, representada por JOAO DOMINGOS SUTIL, Carteira de identidade nº 37872180, inscrito no CPF nº 510.911.949-04 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

JOAO DOMINGOS SUTIL

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	10	Refrigerante; Sabor Cola; Garrafa 2 LitroRefrigerante; Sabor Cola; Composto de Agua Gaseificada, Acucar, Extrato de Noz de Cola, Cafeina, Corante Caramelo; Acidulante e Outros Ingredientes Permitidos, Isento de Corantes Artificiais; Embalagem Primaria Garrafa Pet, Hermeticamente Fechada; Embalagem Secundaria Plastico Resistente; Com Validade Minima de 48 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 19/13 (mapa), Rdc 05/07, Rdc 12/01; Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	1.400	R$ 4,09	R$ 5.726,00
43	43	Requeijao cremoso, sem adicao de amido, bisnaga de 1 quilograma	BISNAGA	500	R$ 32,89	R$ 16.445,00
52	52	Macarrao; Formato Padre Nosso Pacote 500 GramaMassa Alimenticia; Formato Padre Nosso; Massa Seca; Transportada e Conservada a Temperatura Ambiente; Composta de Semola de Trigo Enriquecida Com Acido Folico e Ferro, Ovos e Corantes; Embalagem Primaria Plastica Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	1.000	R$ 2,28	R$ 2.280,00
64	64	Bala Sortidas Embalagem 600 grsBala Sortidas Embalagem 600 grs Bala; Mastigavel, Sabor Sortidas; de Consistencia Macia; Composta de Xarope de Glicose, Acucar, Gordura Vegetal, Aromatizante; Corante e Outros Ingredientes Permitidos; Isenta de	Pacotes	700	R$ 6,99	R$ 4.893,00
Valor total registrado						**R$ 108.281,60**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Com Cor e Sabor Proprios; Embalagem Primaria Filme Plastico, Embalada Individualmente Com Peso Minimo de 5 Gramas Cada Bala; Embalagem Secundaria Pacote Plastico, Hermeticamente Fechado e Atoxico; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rd				
66	66	Atum ralado ao natural, lata de 170gAtum ralado ao natural, lata de 170g, com caldo vegetal (agua, flocos de soja, extratos de cenoura e aipo), agua e sal.	Unidades	150	R$ 7,79	R$ 1.168,50
67	67	Biscoito C/sal; Tipo Cream Cracker Pacote 360 Grama QuilogramaBiscoito C/sal; Tipo Tipo Cream Cracker, Composto de Farinha de Trigo Enriquecida Com Ferro e Acido Folico; Composto de Emulsificante, melhorador de Farinha, Fermentos Quimicos e Outros Ingredientes Permitidos; Isento de Sujidades e Outras Substancias Estranhas; Embalagem Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado Hermeticamente Fechado Atoxico; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado, suas Condicoes de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 360/03, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 14/14, Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao, No Ato Da Entrega,aos Proced. Adm Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega;	Pacotes	1.500	R$ 3,74	R$ 5.610,00
69	69	Canjiquinha de Milho; Fina Saco de 1000 quilogramaCanjiquinha de Milho; Fina; Cor Amarela; Isenta de Insetos, Impurezas, Materiais e Odores Estranhos Ou Improprios; Embalagem Primaria Saco de Polietileno Transparente, Hermeticamente Fechado e Atoxico; Com Validade Minima de 05 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	200	R$ 2,19	R$ 438,00
75	75	Extrato de Tomate Lata 340 GramaExtrato de Tomate; Concentrado; Composto de Tomate, Sal, Acucar; Sem Pele, Sem Sementes e Corantes Artificiais; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 272/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Lata	1.615	R$ 2,59	R$ 4.182,85
77	77	Farinha de Mandioca; Seca, Biju, Classe Amarela Saco 1 QuiloFarinha de Mandioca; Seca, Biju, Classe Amarela, Tipo Unico; de Cor Creme Claro; Isenta de Sujidades, Parasitas, Larvas e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a	Pacotes	100	R$ 4,99	R$ 499,00

		Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14, Instrucao Normativa 52/11 e Alteracoes Posteriores; Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.administrativos Determinados Pela Anvisa e Mapa;				
Valor total registrado						**R$ 108.281,60**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
88	88	Biscoito Doce S/recheio; Tipo Rosquinha Pacote 500 GramaBiscoito Doce S/recheio; Tipo Rosquinha, Sabor Nata; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Amido, Acucar, Gordura Vegetal, Leite Em Po; Sal Refinado, Emulsificante, Fermento Quimico, Acidulante e Aromatizante; Embalagem Primaria Filme Bopp Hermeticamente Fechado e Atoxico; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	1.160	R$ 4,10	R$ 4.756,00
93	93	Biscoito Doce S/recheio; Maisena Pacote 360 Grama QuilogramaBiscoito Doce S/recheio; Maisena; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Acucar; Gordura Nao Hidrogenada, Amido, Sal, Fermento Quimico; Outros Ingredientes Permitidos, zero Gorduras Trans, Isenta de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado, Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Validade Minima de 05 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 150/17, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	2.085	R$ 3,24	R$ 6.755,40
95	95	Biscoito Doce S/recheio; Tipo Maria Pacote 375 GramaBiscoito Doce S/recheio; Tipo Maria; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Acucar, Gordura Vegetal; Amido, Sal, Fermento Quimico, Estabilizante, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado, Atoxico e Lacrado; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	1.360	R$ 3,70	R$ 5.032,00
100	100	Chimichurri, embalagem minima de 20g.	Pacotes	500	R$ 2,00	R$ 1.000,00
106	106	Polvilho azedo, pacote de 500g.Polvilho azedo, pacote de 500g. Fecula de mandioca, fabricado com materias-primas sas, limpas, isentas de materias terrosas e parasitos. Nao pode estar umido, fermentado ou rancoso. Sem gluten. Embalagem original do fabricante com especificacoes, validade e lote.	Pacotes	80	R$ 3,78	R$ 302,40
107	107	Seleta de legumes, pacote de 200grSeleta de legumes, pacote de 200g. Ingredientes: batata, cenoura, ervilha e agua. Cor, cheiro e sabor caracteristicos. Embalagem com nome, marca, validade, lote, informacoes nutricionais e lista de ingredientes.	Unidades	400	R$ 3,89	R$ 1.556,00
108	108	Carne de Frango tipo Coxinha da asaCarne de Frango tipo Coxinha da asa congelada em embalagens com adicao maxima de 6% de agua. Aspecto proprio, cor sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor proprios, ausencia de sujidades, parasitos e larvas. Inspecionada por orgao competente. Embalagem com validade, fabricacao, lote e peso	Kilogramas	1.800	R$ 11,49	R$ 20.682,00
Valor total registrado						**R$ 108.281,60**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
109	109	Amendoim; Cru Saco 500 GramaAmendoim; Cru; Sem Pele; Constituido de Graos Inteiros, Saos, Limpos e de Primeira Qualidade; Sem Fermentacao e Mofo; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Validade Minima de 04 Meses Na Data Da Entrega, Embalagem Primaria Saco Plastico, Incolor e Atoxico; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 147/87(mapa), Resolucao Rdc 07/11, Rdc 172/03(anvisa); e Alteracoes Posteriores;	SACO	150	R$ 5,56	R$ 834,00
110	110	Carne Suina Semi Processada; Pernil; Sem Osso, Em CubosCarne Suina Semi Processada; Pernil; Sem Osso, Em Cubos de No Minimo 4x4x4 Cm; Congelada; Transportada e Conservada Em Temperatura de -12Â°cou Mais Frio; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Devendo Apresentar-se Livre de Ossos, Cartilagens,hematomas, Coagulos, Parasitas; e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Alterar Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica Transparente, Resistente e Apropriada para Alimentos; Embalagem Secundaria Em Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13, Resolucao 01/03; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	330	R$ 14,89	R$ 4.913,70
129	129	Leite de coco, embalagem de 200mlLeite de coco, embalagem de 200ml, com identificacao, marca, fabricacao e validade. Nao contem gluten.	Unidades	120	R$ 2,14	R$ 256,80
135	135	Feijao; Carioca; Grupo 1 Saco 1 QuilogramaFeijao; Carioca; Grupo 1, Classe Cores, Tipo 1; Novo; Constituido de Graos Inteiros e Saos; Com Teor de Umidade Recomendada de Ate 14%; Isento de Materias Estranhas, Impurezas, Graos Mofados, Ardidos, Germinados e Carunchados; Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico Hermeticamente Fechado, Com Validade Minima de 05 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com o Decreto 6268/07, Instrucao Normativa 12/08, Rdc 259/02, Rdc 360/03; Rdc 07/11 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	1.600	R$ 6,49	R$ 10.384,00
137	137	Fermento Quimico; Tipo Em Po Frasco 100 GramaFermento Quimico; Tipo Em Po; Composto de Pirofosfato Acido de Sodio, Bicarbonato de Sodio; Fosfato Monocalcio; Acondicionado Em Embalagem Plastica Com Tampa de Rosca, Atoxica e Lacrada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Cnnpa 38/77, Resolucao 04/99, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	sache	330	R$ 2,44	R$ 805,20
141	141	Biscoito Doce S/recheio; Sabor Leite Pacote 360 GramaBiscoito Doce S/recheio; Sabor Leite, Tipo Amanteigado; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Acucar, Gordura Vegetal, Margarina; Leite Integral, Farinha de Rosca, Sal, Fermento Quimico e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado, Atoxico e Lacrado, Embalagem Individual, Contendo 2 Unidades; Pesando Entre 8 e 12 Gramas Cada; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc	Pacotes	1.460	R$ 3,49	R$ 5.095,40
Valor total registrado						**R$ 108.281,60**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa				
148	148	Cereal infantil sem adicao de acucar, pacote de 150 a 180gCereal infantil sem adicao de acucar, pacote de 150 a 180g. Com nome, marca, validade, lote e informacoes nutricionais.	Unidades	115	R$ 7,89	R$ 907,35
160	160	Achocolatado em Po instantÂ¢neo 400gr sem adicao de acucar / Embalagem 400 gramas	Pacotes	100	R$ 5,19	R$ 519,00
173	173	Biscoito Doce C/recheio; Tortinha de Chocolate e Avela Minimo 140g a 160grBiscoito Doce C/recheio; Tortinha de Chocolate e Avela 160gr - Biscoito Doce C/recheio; Tipo Tortinha de Chocolate e Avela; Minimo Pacote 140 a 160 Grama Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Acucar, Gordura Vegetal; Acucar Invertido, Cacau Em Po, Sal, Fermento Quimico, Aromatizante, Estabilizante; Emulsificante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado Atoxico e Lacrado; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	810	R$ 4,00	R$ 3.240,00
Valor total registrado						**R$ 108.281,60**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 181/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026 Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **181/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **JUVENIL RIBEIRO DA COSTA LTDA**, CNPJ nº 01.640.634/0001-71, com endereço RUA TIBAGI, CENTRO, NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR, CEP 86230-000, representada por JUVENIL RIBEIRO DA COSTA LTDA, Carteira de identidade nº 49188854, inscrito no CPF nº 686.905.099-68 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e

Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

JUVENIL RIBEIRO DA COSTA LTDA

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	1	Molho de soja - embalagem de 1 litromolho de soja - embalagem de 1 litro, molho fabricado a partir de uma mistura de graos de soja fermentados	Unidades	30	R$ 5,70	R$ 171,00
4	4	Ovos Brancos em BandejaOvos Brancos. Devidamente embalados em bandejas com 30 ovos.Tipo A, grande, manipulado em boas condicoes de higiene e e provenientes de animais sadios, isentos de sujidades, tricos quebraduras na casca. Deve conter nome do produtor, carimbo do SIF, data da embalagem e validad	Bandeja	2.690	R$ 12,80	R$ 34.432,00
9	9	Queijo ralado tipo parmesao grosso, pacote minimo de 40g.Queijo ralado tipo parmesao grosso, pacote minimo de 40g. Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lacteo, cloreto de calcio, coalho e sal. Nao contem gluten.	Pacotes	100	R$ 2,49	R$ 249,00
15	15	Suco Concentrado; Sabor de Caju Garrafa Plastica 500 MlSuco Concentrado; Sabor de Caju; Sem Adicao de Acucar, Podendo Ser Adicionado de Outros Ingredientes Permitidos; Com Minimo de 10Â°brix(teor de Solidos Soluveis); de Cor Branca Ao Amarelado, Sabor Levemente Acidoe Adstringente, Aroma Proprio; Com Validade Minimo de 10 Meses Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada, Atoxica, Lacrada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 01/00(mapa),rdc 12/01,rdc 259/02, Rdc 360/03,rdc 05/07 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	182	R$ 3,69	R$ 671,58
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
16	16	Suco Concentrado; Sabor de Uva; Garrafa Plastica 500 MililitSuco Concentrado; Sabor de Uva; Sem Adicao de Acucar, Podendo Ser Adicionado de Outros Ingredientes Permitidos; Com Minimo de 14Â°brix (teorde Solidos Soluveis); de Cor Vinho Ou Rosado,sabor e Aroma Proprios; Com Validade Minimo de 10 Meses Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada, Atoxica, Lacrada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 01/00(mapa),rdc 12/01,rdc 259/02, Rdc 360/03,rdc 05/07 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	152	R$ 6,80	R$ 1.033,60
20	20	Vinho Frisante Branco 660ml a 750ml	Unidade	1.100	R$ 8,70	R$ 9.570,00
26	26	Vagem; Macarrao; Extra a (comprimento Entre 12 e 15cm);Vagem; Macarrao; Extra a (comprimento Entre 12 e 15cm); Casca C/ Coloracao Verde Clara; C/ Perfil Semi-arqueado e Ausencia de Fio; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Ferimento, Murcho, Podridao e Passado; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	610	R$ 11,80	R$ 7.198,00
33	33	Linguica toscana resfriada, de 1Âª qualidadeLinguica toscana resfriada, de 1Âª qualidade, com odor, sabor e cor caracteristicos. Embalagem de 5 kg, validade de 60 dias. Hermeticamente fechada.	Kilogramas	700	R$ 12,99	R$ 9.093,00
34	34	Macarrao com semola tipo parafuso vegetais, pacote de 500gMacarrao com semola tipo parafuso vegetais, pacote de 500g, com espinafre e tomate desidratados. Sem ovos.	Pacotes	500	R$ 3,25	R$ 1.625,00
38	38	Pao de Forma; Tipo Integral, Peca Fatiada; Pacote 400 GramaPao de Forma; Tipo Integral, Peca Fatiada; Composto de Farinha de Trigo Integral, Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico; Acucar Mascavo, Gordura Vegetal; Conservador, Estabilizante; Sal; Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico e Lacrado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 12 Dias Na Data Da Entrega	Unidades	1.420	R$ 4,77	R$ 6.773,40
46	46	Caldo; de Galinha; Em Tablete Caixa 114 GrsCaldo; de Galinha; Em Tablete; Composto de Sal, Amido, Gordura Vegetal, Extrato de Carne de Frango, Cebola, Alho, Realcador de Sabor; e Outros Ingredientes Permitidos; Com Cor, Sabor e Aroma Proprios; Embalagem Primaria Papel Metalizado, Acondicionado Em Caixa de Papel Cartao; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega e de 12 Meses Na Data de Fabricacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 276/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Pacotes	100	R$ 2,60	R$ 260,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
47	47	Carne Bovina Semi Processada; Musculo Traseiro - Carne em CubosCarne Bovina Semi Processada; Musculo Traseiro (musculo Mole); Moida, Com No Maximo 15% de Gordura; Resfriada; Transportada e Conservada a Temperatura Entre 0Â°c e 4Â°c; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Isenta de Tecidos Inferiores Como Ossos, Cartilagens; Gordura Parcial, Aponevroses, Tendoes, Coagulo, Nodos Linfaticos; e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alteracoes; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos, Com Peso Maximo de 1kg Por Pacote; Exceto P/uso Hospitalar, Escolas, Cozinhas Ind. e Outras Instituicoes, Onde Sera Admitido Peso Maior; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 02 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 83/03, Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Rdc 360/03; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Kilogramas	700	R$ 23,00	R$ 16.100,00
54	54	Carne bovina corte costela ripa (peca inteira)Carne bovina corte costela ripa (peca inteira), resfriada, com aspecto proprio, nao amolecida nem pegajosa, cor propria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor proprios, ausencia de sujidades, parasitos e larvas. Inspecionada por orgao competente. Embalagem plastica, atoxica, resistente.	Kilogramas	330	R$ 23,99	R$ 7.916,70
55	55	Carne Bovina Semi Processada; Miolo de Acem; MoidaCarne Bovina Semi Processada; Miolo de Acem; Moida, Com No Maximo 15% de Gordura; Resfriada; Transportada e Conservada a Temperatura Entre 0Â°ce 4Â°c; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Isenta de Tecidosinferiores Como Ossos, Cartilagens; Isenta de Gordura Parcial, Aponevroses, Tendoes, Coagulo, Nodos Linfaticos; Isenta de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alteracoes; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos, Com Peso Maximo de 1kg Por Pacote; Exceto P/uso Hospitalar, Escolas, Cozinhas Ind. Eoutras Instituicoes, Onde Sera Admitido Peso Maior; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 02 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 83/03, Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17; Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	2.000	R$ 21,00	R$ 42.000,00
60	60	Presunto; Sem Capa de Gordura (magro); Cozido, QuilogramaPresunto; Sem Capa de Gordura (magro); Cozido, Fracionado Em Pedacos, Resfriado, Transportado e Conservado Em Temperatura Inferior a 8Â°c; Composto de Carne de Pernil Suino, Sal e Outros Ingredientes Permitidos; Com Aspecto, Cor, Sabor e Odor Caracteristicos; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Plastico Transparente, Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Sda 20/00, Decreto 9.013/17; Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Minima de 6 Dias Na Data Da Entrega	Kilogramas	820	R$ 18,69	R$ 15.325,80

Valor total registrado	**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
61	61	Arroz Tipo 1, Classe longo Fino Saco 5 QuilogramaArroz; Polido, Enriquecido Com Vitaminas e Minerais; Grupo Beneficiado, Subgrupo Polido, Tipo 1, Classe longo Fino; Graos Inteiros; Com Teor de Umidade Recomendada de 14%, Obedecendo aos Limites Maximos de TolerÂ¢ncia de Impurezas; Materias Estranhas, Graos Mofados, Ardidos e Enegrecidos para Este Subgrupo; Isento de Insetos, Carunchos, Gorgulhos e Outras Pragas; Embalagem Primaria Saco Plastico Atoxico, Hermeticamente Fechado, Com validade Minima de 08 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 06/09, Rdc 14/14, Rdc 259/02,rdc 360/03, Portaria 31/98 e Alteracoes; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	SACO	2.000	R$ 13,99	R$ 27.980,00
65	65	Acucar Saco 5 QuilogramaAcucar; Cristal; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Acucar; Com Aspecto, Cor e Odor Caracteristicos e Sabor Doce; Nao Podendo Apresentar Mau Estado de Conservacao, Alta Umidade, Presenca de Insetos Ou Detritos e Odor Estranho; Embalagem Primaria Plastica Atoxica Devidamente Lacrada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa	SACO	1.350	R$ 12,45	R$ 16.807,50
80	80	Carne bovina - tipo coxao mole, tiras, resfriado (kg),carne bovina - tipo coxao mole, tiras, resfriado (kg), e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico	Kilogramas	1.100	R$ 36,00	R$ 39.600,00
82	82	Biscoito Doce S/recheio; Tipo Amanteigado de Coco Pct 300gr a 400grBiscoito Doce S/recheio; Tipo Amanteigado de Coco Pct 300gr a 400gr - Biscoito Doce S/recheio; Tipo Amanteigado de Coco; Pacote 335 Grama Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Acucar, Gordura Vegetal; Coco Ralado, Sal, Fermento Quimico, Estabilizante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado, Atoxico e Lacrado; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	1.060	R$ 3,89	R$ 4.123,40
87	87	Biscoito Doce C/recheio; Sabor Goiaba; Pacote 150 GramaBiscoito Doce C/recheio; Sabor Goiaba; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Acido Folico, Recheio de Goiaba, Acucar; Gordura Vegetal, Amido, Acucar Invertido, Sal, Vitaminas, Emulsificante, Fermento Quimico; Conservador e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Filme Bopp Metalizado Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 344/02, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	450	R$ 3,88	R$ 1.746,00
90	90	ApresuntadoApresuntado fatiado preparado a partir de carne suina, resfriado, industrializado, cozido, com textura, cor, odor e sabor caracteristico. Sem manchas amareladas ou esverdeadas. Acondicionado em embalagem hermeticamente	Kilogramas	220	R$ 17,55	R$ 3.861,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		fechada. Transportado em ambiente refrigerado e limpo. Registro SIM, SIF ou SIP.				
91	91	Bacon mantaBacon manta acondicionado em saco plastico transparente, atoxico, hermeticamente fechado. Transportado em ambiente refrigerado e limpo. Registro SIM, SIF ou SIP.	Kilogramas	180	R$ 29,98	R$ 5.396,40
96	96	Caldo; de Carne; Em Po Pacote 1 QuilogramaCaldo; de Carne; Em Po; Composto de Sal, Amido, Gordura Vegetal, Extrato de Carne Bovina, Cebola, Alho, Realcador de Sabor; e Outros Ingredientes Permitidos; Com Cor, Sabor e Aroma Proprios; Embalagem Primaria Plastica Metalizada Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega e de 12 Meses Na Datade Fabricacao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 276/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela AnvisaPacote 1 Quilogram	Pacotes	30	R$ 8,98	R$ 269,40
98	98	Biscoito de polvilho, pacote de 150gBiscoito de polvilho, pacote de 150g, sabor e cor caracteristicos, textura crocante. Embalagem com identificacao, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante e validade.	Pacotes	800	R$ 2,98	R$ 2.384,00
104	104	Carne bovina - tipo coxao mole, bife, resfriado (kg)carne bovina - tipo coxao mole, bife, resfriado (kg), e no maximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor, cheiro e sabor proprio, embalada em saco plastico transparente, atoxico	Kilogramas	1.100	R$ 34,50	R$ 37.950,00
105	105	Macarrao; Formato Ave Maria Pacote 500 GramaMassa Alimenticia; Formato Ave Maria; Massa Seca; Transportada e Conservada a Temperatura Ambiente; Composta de Farinha de Trigo Enriquecida Com Acido Folico e Ferro, Ovos e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Plastica Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de 15 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	1.630	R$ 2,94	R$ 4.792,20
111	111	Manteiga; Com Sal Pote 500 GramaManteiga; Com Sal e Corante Urucum; de Primeira Qualidade; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada; Acondiconada Em Caixa de Papelao Reforcado,transportada e Conservada Em Temperatura Nao Superior a 10Â°c; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 146/96 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Pote	1.500	R$ 18,00	R$ 27.000,00
118	118	Manteiga com sal zero lactose, embalagem de 500g. Produto sem adicao de leite.	Pote	100	R$ 29,00	R$ 2.900,00
119	119	Coco ralado sem acucar, embalagem minima de 100gCoco ralado sem acucar, embalagem minima de 100g, elaborado com frutos saos e maduros, sem cheiro alterado ou rancoso. Cor branca.	Pacotes	500	R$ 5,00	R$ 2.500,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
120	120	Leite de soja, embalagem de 1 litroLeite de soja, embalagem de 1 litro. Bebida de proteina de soja, sem lactose e sem colesterol.	Unidades	504	R$ 5,50	R$ 2.772,00
123	123	Granola sem acucar, pacote de 200 GRGranola sem acucar, pacote de 200gr, com aveia, flocos de arroz integral, uva-passa, flocos de trigo integral.	Pacotes	30	R$ 11,01	R$ 330,30
128	128	Macarrao de arroz tipo parafuso, embalagem de 500g. Produto sem ovos e sem gluten.	Pacotes	500	R$ 6,95	R$ 3.475,00
130	130	Leite Uht/uat; Integral, Com Zero Caixa 12 Unidades 1 LitroLeite Uht/uat; Integral, Com Zero % Lactose; Teor de Materia Gorda Minimo de 3%; Embalagem Esteril e Hermeticamente Fechada, Caixa Cartonada Aluminizada, Acondicionada Em Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 370/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Na Data de Fabricacao de 120 Dias e Com Validade Minima de 100 Dias Na Data de Entrega	Caixas	1.000	R$ 70,00	R$ 70.000,00
131	131	Manga; Tommy Atkins; Peso Por Unidade Variando de 400 a 500gManga; Tommy Atkins; Peso Por Unidade Variando de 400 a 500g; Coloracao Da Casca Laranja Amarelada Coberta Com Vermelho Purpuro Intensa; Polpa Amarelo Escura; Com Teor de Fibra Medio; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho; Nao Apresentar Os Defeitos Como Ferimento,imaturo,mancha de Latex,podridao e Defeitos Graves Da Casca e Polpa; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	3.070	R$ 6,84	R$ 20.998,80
132	132	Margarina; Com Sal Pote 500 GramaMargarina; Com Sal; Com Teor de Lipidios Minimo de 50%; Composta de Oleos Vegetais, Agua, Leite, Sal; Estabilizante, Conservador, Acidulante, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Nao Superior a 16Â°c; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 5 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 372/97(mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Deter. Pela Anvisa e Mapa;	Pote	500	R$ 4,90	R$ 2.450,00
138	138	Granulado para cobertura, pacote de 150gGranulado para cobertura, pacote de 150g, confeito crocante de chocolate.	Pacotes	100	R$ 5,13	R$ 513,00

140	140	Melancia; Comum; Redonda, Media com Peso Unitario 7 A 10 KgMelancia; Comum; Redonda, Media (com Peso Unitario Variando de 7 A10 Kg); Com Polpa Vermelha e Presenca de Sementes; Devendo o Lote Apresentar Homogeneidade Visual Detamanho e Coloracao; Nao Apresentar Defeitos Como Podridao, Passado, Amassado, Ferido, Oco, Imaturo, Queimado de Sol	Kilogramas	2.940	R$ 0,85	R$ 2.499,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Grave, Com Virose; Deformacao Grave Ou Polpa Branca; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submultipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa				
142	142	File de tilapia isento de espinhosFile de tilapia isento de espinhos, congelado, cor, cheiro e sabor proprios, sem manchas esverdeadas e parasitas. Embalagem de 1 kg com carimbo de inspecao e validade minima de 60 dias. Conforme legislacao vigente e ANVISA nÂº 105/99.	Kilogramas	1.100	R$ 36,00	R$ 39.600,00
144	144	Pescado Em Conserva; File de Sardinha Lata 125 GramaPescado Em Conserva; File de Sardinha; Elaborado Com Peixe Descabecado, Eviscerado e Submetido a Esterilizacao Comercial; Sem Pele e Sem Espinha Dorsal, Composto de Sardinha,oleo, Agua, Sal e Outros Ingredientes Permitidos; Conservado Em Oleo Comestivel; Com Aparencia, Cor, Odor, Sabor e Textura Proprios; Isento de Ferrugem, Estufamento, Vazamento, Amassamento, Perfuracoes Ou Outras Alteracoes do Produto; Embalagem Primaria Lata Metalica Com Verniz Sanitario, Hermeticamente Fechada e Perfeitamente Recravada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Sda 22/11, Decreto 12.486/78,decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05; Resolucao Rdc 360/03, Rdc 259/02, Rdc 42/13, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Lata	1.550	R$ 4,75	R$ 7.362,50
147	147	Catchup Composicao: Tradicional Apresentacao: Creme / 3,2 Quilograma	UNIDADE	100	R$ 11,50	R$ 1.150,00
157	157	Panetone Gotas de Chocolate Peso 400 gramas	Pacotes	1.000	R$ 8,90	R$ 8.900,00
161	161	Milho Verde Em Conserva; Simples; Lata 200 GramaMilho Verde Em Conserva; Simples; Graos Inteiros; Imerso Em Salmoura; Apresentando Tamanho e Coloracao Uniformes; Acondicionado Em Embalagem Primaria Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Devendo Ser Considerado Como Peso o Produto Drenado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 272/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.administrativos Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 19 Meses Na Data Da Entrega	Lata	1.600	R$ 2,58	R$ 4.128,00
164	164	Pao de Cachorro quente (aproximada medida da unidade 60gr)Pao de Cachorro quente (aproximada medida da unidade 60gr), Produto obtido pelas tecnicas adequdads de massa, agua, antimofo, podendo conter outras substÃ¢ncias alimenticias aprovadas pela legislacao vigente, caracteristicas organolepticas: cor, odor, sabor: proprio.	Unidade	10.000	R$ 0,89	R$ 8.900,00
165	165	Chocolate; Bombom; Recheado Pacote 1 QuilogramaChocolate; Bombom; Recheado Com Creme de Amendoim e Castanha de Caju e Coberto Com Chocolate; Composto de Acucar, Gordura Vegetal Hidrogenada, Farinha de Trigo Enriquecida Com Ferro e	Kilogramas	500	R$ 43,00	R$ 21.500,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Acido Folico; Soro de Leite Em Po, Gordura Vegetal, Massa de Cacau, Cacau, Farinha de Soja, Castanha de Caju; Oleo Vegetal, Amendoim, Gordura de Manteiga, Manteiga de Cacau, Emulsificantes e Aromatizantes; Embalado Individualmente Em Filme Bopp Contendo, No Minimo, 20 Gramas; Embalagem Secundaria Plastica Hermeticamente Fechada; Com Validade Minima de Com Validade Minima de 6 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 265/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;				
169	169	Batata Frita Processada; Tipo Palha Pacote 1 QuilogramaBatata Frita Processada; Tipo Palha, Sabor Natural; Composta de Batata, Gordura Vegetal, Sal e Outros Ingredientes Permitidos; Isenta de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Filme Laminado Bopp, Atoxico e Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 4 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 273/05, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Pacotes	600	R$ 16,60	R$ 9.960,00
170	170	File de Peito de Frango, Sem Osso, Sem Pele, Em CubosFile de Peito de Frango, Sem Osso, Sem Pele, Em Cubos Congelado; Transportada e Conservada a Temperatura de -12Â°c; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante; Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos; Cubos de 3cm x 3 Cm; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17, Portaria Cvs 05/13; Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	1.300	R$ 14,55	R$ 18.915,00
174	174	Carne Bovina Semi Processada; Acem; Em Iscas; CongeladaCarne Bovina Semi Processada; Acem; Em Iscas; Congelada; Transportada e Conservada a Temperatura de -12Â°c Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la; Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	1.575	R$ 32,50	R$ 51.187,50
175	175	Leite Uht/uat; Integral Caixa 12 Unidades 1 LitroLeite Uht/uat; Integral; Teor de Materia Gorda Minimo de 3,0%, Com Vitaminas (c, a e D) e Ferro; Embalagem Esteril e Hermeticamente Fechada, Caixa Cartonada Aluminizada Com Tampa Plastica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 370/97(mapa), Portaria 31/98(ms), Rdc 12/01, Rdc 259/02,rdc 360/03 e	Caixas	2.250	R$ 62,90	R$ 141.525,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				
176	176	Carne Bovina Semi Processada; Alcatra; Em CubosCarne Bovina Semi Processada; Alcatra; Em Cubos; Resfriada; Transportada e Conservada a Temperatura Nao Superior a 7Âºc; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la; Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica, Sem Fechamento a Vacuo Ou Atmosfera Modificada; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 02 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17, Portaria 304/96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	1.500	R$ 37,00	R$ 55.500,00
179	179	Carne Bovina Semi Processada; Acem; Em Iscas; CongeladaCarne Bovina Semi Processada; Acem; Em Iscas; Congelada; Transportada e Conservada a Temperatura de -12Â°c Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la; Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	525	R$ 36,00	R$ 18.900,00
180	180	Leite Uht/uat; Integral Caixa 12 Unidades 1 LitroLeite Uht/uat; Integral; Teor de Materia Gorda Minimo de 3,0%, Com Vitaminas (c, a e D) e Ferro; Embalagem Esteril e Hermeticamente Fechada, Caixa Cartonada Aluminizada Com Tampa Plastica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 370/97(mapa),	Caixas	750	R$ 64,50	R$ 48.375,00

		Portaria 31/98(ms), Rdc 12/01, Rdc 259/02,rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				
181	181	Carne Bovina Semi Processada; Alcatra; Em CubosCarne Bovina Semi Processada; Alcatra; Em Cubos; Resfriada; Transportada e Conservada a Temperatura Nao Superior a 7Âºc; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la; Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica, Sem Fechamento a Vacuo Ou Atmosfera Modificada; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 02 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17, Portaria 304/96; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	500	R$ 37,00	R$ 18.500,00
Valor total registrado						**R$ 887.170,08**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 182/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026 Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **182/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 62.390.734/0001-81, com endereço AV ANTONIO BRANDÃO DE OLIVEIRA, CENTRO, JATAIZINHO/PR, CEP 86210-040, representada por TAYNARA ELLEN ROMERO BATISTELA, Carteira de identidade nº 131810172, inscrito no CPF nº 103.511.299-01 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

TAYNARA ELLEN ROMERO BATISTELA

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
31	31	Maca; Gala Nacional; Com Peso Unitario Entre 100 e 130 GramaMaca; Gala Nacional; Com Peso Unitario Entre 100 e 130 Gramas; Apresentando Coloracao Da Casca Vermelha Com Estrias e Polpa Branco Creme; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Ferimento, Podridao, Amassado Ou Defeito de Polpa; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Kilogramas	3.180	R$ 4,45	R$ 14.151,00
32	32	Refrigerante; Sabor Guarana; Garrafa 2 LitroRefrigerante; Sabor Guarana; Composto de Agua Gaseificada, Acucar, Extrato de Semente de Guarana, Corante Caramelo, Acidulante; Conservante e Outros Ingredientes Permitidos, Isento de Corantes Artificiais; Embalagem Primaria Garrafa Pet, Hermeticamente Fechada; Embalagem Secundaria Plastico Resistente; Com Validade Minima de 72 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 19/13 (mapa), Rdc 05/07, Rdc 12/01; Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	1.400	R$ 3,89	R$ 5.446,00
36	36	Macarrao; Formato Espaguete Pacote 500 GramaMassa Alimenticia; Formato Espaguete; Massa Seca; Transportada e Conservada a Temperatura Ambiente; Composta de Semola de Trigo Enriquecida Com Ferro e Acido Folico, Ovos e Outros	Pacotes	1.000	R$ 2,28	R$ 2.280,00
Valor total registrado						**R$ 137.922,10**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Plastica, Hermeticamente Fechada e Atoxica; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;				
51	51	Carne Bovina Semi Processada; Musculo Traseiro (moida)Carne Bovina Semi Processada; Musculo Traseiro (musculo Mole); Moida, Com No Maximo 15% de Gordura; Resfriada; Transportada e Conservada a Temperatura Entre 0Âºc e 4Âºc; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Isenta de Tecidos Inferiores Como Ossos, Cartilagens; Gordura Parcial, Aponevroses, Tendoes, Coagulo, Nodos Linfaticos; e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alteracoes; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos, Com Peso Maximo de 1kg Por Pacote; Exceto P/uso Hospitalar, Escolas, Cozinhas Ind. e Outras Instituicoes, Onde Sera Admitido Peso Maior; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 02 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 83/03, Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Rdc 360/03; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Kilogramas	2.000	R$ 24,10	R$ 48.200,00
83	83	Achocolatado em Po instantÂ¢neo 400grAchocolatado em po instantÂ¢neo, contendo acucar, cacau em po, maltodextrina, minerais e vitaminas. Embalagem com aproximadamente 400g	Unidade	1.300	R$ 4,15	R$ 5.395,00
84	84	Amido de Milho Caixa de 1000 quilogramaAmido de Milho; Produto Amilaceo Extraido do Milho; Com Aspecto, Cor, Cheiro e Sabor Proprios; Com Umidade Maxima de 14% Por Peso; Isento de Sujidades, Parasitas e Larvas; Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega, Acondicionado Em Embalagem Primaria Plastica, Flexivel, Termosselada, Pesando 5kg; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado, Pesando de 20 a 30kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc Numero 263 de 22/09/05 Anvisa e Alteracoes Posteriores;	Caixas	270	R$ 5,15	R$ 1.390,50
117	117	File de Peito de Frango, Fatiado CongeladoFile de Peito de Frango, Congelado; Tranportado e Conservado a Temperatura de -18Âºc Oumais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Proprios, Firme, Consistente e Nao Pegajosa; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante Que Possa Altera-la; Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Apropriada para Alimentos; Cada File Pesando Entre 50 a 70 Gramas; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrucao Normativa 22/05, Decreto 9.013/17, Portaria Cvs 05/13, Rdc 12/01; Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc.adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Kilogramas	700	R$ 14,20	R$ 9.940,00
127	127	Frango Semi-processado; Sobrecoxa, Com Osso e Com PeleFrango Semi-processado; Sobrecoxa, Com Osso e Com Pele Aderida Somente Aocorte Da Carne; Congelado, Transportado e Conservado a Temperatura Inferior a -12Âºc; Com Aspecto, Cor,	Kilogramas	1.600	R$ 8,99	R$ 14.384,00
Valor total registrado						**R$ 137.922,10**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Odor e Sabor Proprios; Livre de Parasitas e de Qualquer Subst. Contaminante Que Possa Altera-lo Ou Encobrir Alteracoes; Acondicionado Em Embalagem Apropriada, Hermeticamente Fechada, Interfolhada, Isenta de Fechos.; Peso Entre 200 a 250 Gramas Por Peca, Devendo Obedecer Limite Max de Retencao de Agua de 8% do Peso; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 210/98, Instrucao Normativa 22/05, Instrucao Normativa 32/10, Decreto 9.013/17; Rdc 13/01, Cvs 05/13 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				

133	133	Refrigerante; Sabor Limao; Garrafa 2 LitroRefrigerante; Sabor Limao; Composto de Agua Gaseificada, Acucar, Suco de Limao, Acidulante; Conservante e Outros Ingredientes Permitidos; Embalagem Primaria Garrafa Pet, Hermeticamente Fechada; Embalagem Secundaria Plastico Resistente; Com Validade Minima de 72 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 19/13 (mapa), Rdc 05/07, Rdc 12/01; Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Unidades	1.380	R$ 3,67	R$ 5.064,60
143	143	Melao Amarelo de 1Âª qualidade, in natura;Melao Amarelo de 1Âª qualidade, in natura, tamanho e coloracao uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, residuo de fertilizante. Devera estar em perfeito estado para consumo, maduro, sem defeitos graves como podridao, amassado, murcho, deformado, descolorado, queimado de sol, com manchas, rachaduras, injurias por pragas ou doencas. Embalado em sacos de polietileno, transparentes, atoxico e intacto.	Kilogramas	2.940	R$ 7,50	R$ 22.050,00
158	158	Goiabada Embalagem 300 GramaGoiabada Embalagem 300 Grama, com consistencia firme para corte isento de sujidades, parasitas e larvas, Embalagem contendo identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao e validade.	UNIDADE	100	R$ 2,35	R$ 235,00
168	168	Bebida Lactea C/iogurte e Polpa de Frutas Pacotes de 900mBebida Lactea C/iogurte e Polpa de Frutas de 900ml - Bebida Lactea C/iogurte e Polpa de Frutas; Elaborado a Partir do Leite Reconstituido Soro de Leite, Acucar, Polpa de Fruta; Estabilizante, Acidulante, Conservante; Aromatizante, Corante, Espessante; Sabor de Coco; Conservado e Transportado Em Temperatura Entre 1 e 10 Graus Centigrados; Validade Minima de 50 Dias Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Saco Plastico de Polietileno (sache); Acondicionado Pacotes de 900ml, Cada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 16/05, Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02,rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.adm.determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	825	R$ 5,20	R$ 4.290,00
171	171	Chuchu; Verde Escuro; Extra A, peso Unitario Entre 250 e 450gChuchu; Verde Escuro; Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g); o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Murcho, Passado; Deformacao Grave, Ferimento; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	1.040	R$ 4,90	R$ 5.096,00
Valor total registrado						**R$ 137.922,10**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 183/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 · Processo Administrativo nº 85/2026 Prefeitura de Nova América da Colina/Pr, Extrato de Ata de Registro de Preço nº **183/2026**, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, inscrito no CNPJ, Nº **75.827.204/0001-08** Detentor da Ata: **VILMAR DE SOUZA DIAS**, CNPJ nº 10.318.911/0001-15, com endereço AV. XV DE FEVEREIRO, 213 A, CENTRO, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, CEP 86300-000, representada por VILMAR DE SOUZA DIAS, Carteira de identidade nº 3625698-2, inscrito no CPF nº 499.522.779-20 Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social. Vigência: 365 dias Data: Nova América da Colina, 21 de setembro de 2026, –

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO –
Prefeita

VILMAR DE SOUZA DIAS

Itens Vencedores

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
6	6	Po P/preparo de Gelatina; Sem Sabor, Incolor; Pacote 25 GrPo P/preparo de Gelatina; Sem Sabor, Incolor; Composto de Gelatina Em Po Sem Sabor; Sem Coloracao Artificial; Embalagem Primaria Apropriada e Hermeticamente Fechada; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 273/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega	Pacotes	500	R$ 1,50	R$ 750,00
12	12	Sal; Refinado; Iodado Pacote 1 QuilogramaSal; Refinado; Iodado; Composto de Cloreto de Sodio e Sais de Iodo; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Lei 6.150/74, Decreto 75.697/75, Rdc 23/13, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa	Kilogramas	350	R$ 1,60	R$ 560,00
24	24	Oleo Comestivel; Soja Frasco 900 MililitroOleo Comestivel; Soja; Composto de Oleo de Soja Refinado e Antioxidante; Isento de Oxidacao, Sujidades e Materiais Estranhos; Embalado Em Embalagem Primaria Apropriada, Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 270/05, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa;	Frasco	2.250	R$ 7,00	R$ 15.750,00
Valor total registrado						**R$ 75.376,00**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
27	27	Vinagre; de Alcool; Frasco 1 LitroVinagre; de Alcool; Composto de Fermentado Acetico de Alcool, Agua e Conservante; Com Acidez Volatil Minima de 4%; Isento de Sujidades e Outros Materiais Estranhos; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 55/02, Decreto 6.871/09, Instrucao Normativa 06/12; Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Frasco	300	R$ 1,69	R$ 507,00
29	29	Leite Em Po; Pacote 400 GramaLeite Em Po; Com Teor de Materia Gorda No Minimo de 26%, Com Vitaminas (a, D); Integral; Envasado Em Recipientes Hermeticos Lacrados, Com Validade Minima de 10 Meses Na Datada Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 31/98(ms), Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 259/02, Rdc 360/03, In 53/18 (mapa) e Alteracoes; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Pacotes	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00
30	30	Linguica; Defumada; 2,5kg Linguica Tipo Calabresa; CongeladaLinguica; Defumada; Linguica Tipo Calabresa; Congelada; Transportada e Conservada a Uma Temperatura Inferior a -12Â°c; Composta de Carne Suina, Carne Mecanicamente Separada, Condimentos e Outros Ingredientes Permitidos; Devendo Ter o Sabor Picante Caracteristico Da Pimenta Calabresa; Embalagem Primaria Flexivel, Termoformada a Vacuo; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 03 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 04/2000, In 22/05, In 51/06, Decreto 9.013/17; Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;	Kilogramas	1.100	R$ 14,00	R$ 15.400,00
37	37	Panetone Com Frutas Cristalizadas e Uva Passa - Peso 400 GrPanetone; Com Frutas Cristalizadas e Uva Passa; Composto de Farinha de Trigo Enriquecida Com Ferro e Acido Folico, Acucar, Frutas Cristalizadas, Uva Passa; Gordura Vegetal, Ovos, Leite, Manteiga, Sal, Emulsificantes, Conservadores e Corantes; Com Validade Minima de 4 Meses Na Data Da Entrega; Embalagem Primaria Plastica Hermeticamente Fechada e Atoxica; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa - Peso 400 Grama	Pacotes	2.000	R$ 7,20	R$ 14.400,00
62	62	Cacau em po Pacote 200 grama	Pacotes	500	R$ 7,40	R$ 3.700,00
101	101	Extrato ou polpa de tomate, pacote de 2 kgExtrato ou polpa de tomate, pacote de 2 kg, com tomate como unico ingrediente. Similar ou superior as marcas Fugini ou Predilecta.	sache	720	R$ 12,90	R$ 9.288,00
112	112	Morango 250gr (bandeja); Camino Real; Com Diametro Unitario Maior Que 35 Mm;Morango; Camino Real; Com Diametro Unitario Maior Que 35 Mm; Com Textura Firme e Sabor Doce; Devendo o Lote Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Defeitos Como Imaturo, Podridao, Passado,	Kilogramas	500	R$ 9,00	R$ 4.500,00

		Ferido, Com Deformacao Grave Ou Ausencia de Calice e				
Valor total registrado						**R$ 75.376,00**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		Sepalas; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submultipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa				
116	116	Farinha de arroz, zero gluten para dietas celiacas, (Embalagem de 1KG)FARINHA de ARROZ, zero gluten para dietas celiacas, (Embalagem de 1KG);	Pacotes	20	R$ 8,00	R$ 160,00
125	125	Grao de bico de primeira, pacote de 500gGrao de bico de primeira, pacote de 500g, graos inteiros e saos, umidade maxima de 15%, validade minima de 4 meses.	Pacotes	60	R$ 5,40	R$ 324,00
126	126	Farinha de Trigo; Tipo 1; Pacote 1 QuilogramaFarinha de Trigo; Tipo 1; Fortificada Com Ferro e Acido Folico; Devendo Se Apresentar Limpa, Seca; Umidade Maxima de 15%; Isenta de Insetos, Odores e Sabores Estranhos Ou Improprios; Embalagem Primaria Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 03 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a I. N. 08/05 (mapa), Rdc 263/05, Rdc 150/17, Rdc 14/14 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa	Pacotes	900	R$ 2,79	R$ 2.511,00
156	156	Farinha de Milho Flocada 500 QuilogramaFarinha de Milho Flocada, Pre-cozida; Composta de Farinha de Grao de Milho Torrado e Peneirado, Na Cor Amarela; Utilizada para o Preparo de Cuscuz; Devendo Se Apresentar Limpa e Seca, Com Umidade Maxima de 15%; Isenta de Insetos, Odores Ou Sabores Estranhos; Embalagem Primaria Saco Plastico Transparente e Atoxico; Com Validade Minima de 05 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Rdc 263/05, Rdc 331/19, In 60/19, Rdc 150/17, Rdc259/02, Rdc 360/03; Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	300	R$ 2,20	R$ 660,00
162	162	Chocolate; Em Po, Soluvel Sem Adicao de Acucar Pacote 200 GrChocolate; Em Po, Soluvel, Sem Adicao de Acucar; Composto de Cacau Em Po Puro; Embalagem Primaria Apropriada Hermeticamente Fechada e Atoxica; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 264/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa;	Pacotes	465	R$ 10,00	R$ 4.650,00
167	167	Amido de Milho Caixa 500 GramaAmido de Milho; Produto Amilaceo Extraido do Milho; Com Aspecto, Cor, cheiro e Sabor Proprios; Com Umidade Maxima de 15% Por Peso; Isento de Insetos, Impurezas, Odores e Sabores Estranhos Ou Improprios; Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega, Embalagem Primaria Saco de Papel Impermeavel Devidamente Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 263/05, Rdc 259/02, Rdc	Caixas	240	R$ 4,90	R$ 1.176,00
Valor total registrado						**R$ 75.376,00**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
		360/03 e Suas Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced.administrativos Determinados Pela Anvisa				
Valor total registrado						**R$ 75.376,00**

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:66683082

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026_CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a realização de **Concurso Público**, sob o **REGIME ESTATUTÁRIO**, para formação de cadastro de reserva e provimento de vagas, do seu quadro de pessoal.

1. DA CIÊNCIA DAS REGRAS DO CONCURSO PÚBLICO E DA ACEITAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD - LEI FEDERAL Nº 13.709/2018.

1.1. A FAU **trata os dados pessoais dos candidatos** com fundamento nas seguintes bases legais (art. 7º, LGPD): (a) cumprimento de obrigação legal (art. 37, II e VIII, CF/88); (b) execução de contrato firmado; e (c) legítimo interesse para garantia da lisura e prevenção à fraude no certame.
1.2. Ao realizar sua inscrição, o candidato: (a) declara possuir capacidade legal para fornecer seus dados; (b) autoriza o tratamento pela FAU para fins de execução do certame e eventual nomeação; (c) reconhece que o cadastro é de uso pessoal e intransferível, sendo de sua exclusiva responsabilidade o sigilo da senha e do protocolo de inscrição; (d) compromete-se a fornecer informações verdadeiras, exatas e completas, mantendo-as atualizadas, sob pena de exclusão do certame ou exoneração mediante processo administrativo disciplinar; e (e) tem ciência de que o não fornecimento dos dados impossibilita sua participação.
1.3. A FAU adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou difusão indevida, vedado seu uso para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos, nos termos dos arts. 46 e 6º, IV, da LGPD. O candidato poderá consultar, atualizar seus dados ou requisitar informações sobre o tratamento a qualquer tempo, exercendo os direitos previstos no art. 18 da LGPD. O tratamento de dados realizado no âmbito deste certame está sujeito à fiscalização da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da Lei nº 13.709/2018 e da Lei nº 15.352/2026. Caso o candidato entenda que seus direitos como titular de dados não foram atendidos, poderá apresentar reclamação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme regulamentação vigente.
1.4. A impugnação deste Edital poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias corridos de sua publicação, pelo e-mail: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, com sede na Rua Salvatore Renna - Padre Salvador, 875, Complemento: Bloco C, Andar 1, Sala 10, Bairro: Santa Cruz, Guarapuava/PR, CEP 85015-430, endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e correio eletrônico secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.

2.1.1 Todas as publicações do presente concurso público, serão realizadas nos sites www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/ e no Diário Oficial do Município até a homologação final do concurso, após serão efetuadas apenas no Diário Oficial do Município.
2.1.2 Os itens deste edital podem sofrer eventuais modificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumado o evento ou até a data da convocação dos interessados para a etapa correspondente, circunstância que por meio de edital devem ser divulgados nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/.
2.2 A seleção destina-se ao provimento de vagas, sob regime estatutário, no quadro de servidores da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, de acordo com as Tabelas 3.1 e 3.2, deste Edital, e tem prazo de validade de 2 (dois) anos, a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
2.3 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exames para aferir conhecimentos e habilidades, **mediante aplicação de:**

*** Prova Objetiva: de caráter classificatório e eliminatório para todos os cargos;**
*** Prova de Títulos: de caráter classificatório para todos os cargos de nível superior;**
*** Prova Prática: de caráter classificatório e eliminatório, exclusivamente para os cargos de Agente Administrativo e Técnico em Informática, de acordo com as Tabelas do Item 9 deste Edital;**

2.4 A convocação para as vagas informadas nas Tabelas 3.1 e 3.2, deste Edital será feita de acordo com a necessidade, a conveniência e a possibilidade financeira da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, dentro do prazo de validade do concurso.
2.5 Os requisitos e as atribuições para posse no cargo estão relacionados no **Anexo I** deste Edital.
2.6 Os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no **Anexo II** deste Edital.
2.7 **Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico** www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/**.**
2.8 O concurso destina-se ao provimento dos cargos vagos e dos que vagarem no prazo de validade de que trata o presente Edital.
2.9 Durante o período de validade do concurso, a Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda aos interesses e necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, dentro das vagas existentes ou que possam vir a existir.

3. DOS CARGOS

3.1 O código do cargo, o cargo, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD), vagas para afrodescendentes, a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 3.1

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (1)(5)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD(3)**	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**
101	Advogado	20h	CR	-	-	R$ 5.543,88	180,00
102	Contador	20h	CR	-	-	R$ 5.543,88	180,00
103	Tesoureiro	20h	CR	-	-	R$ 5.543,88	180,00

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) *CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) PcD = Pessoa com Deficiência.

TABELA 3.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO (1)(5)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD(3)**	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**
201	Agente Administrativo	40h	01	-	-	R$ 2.689,59	130,00
202	Auxiliar de Serviços Gerais	40h	01	-	-	R$ 1.837,03	130,00
203	Técnico em Informática	30h	01	-	-	R$ 4.331,62	130,00
204	Técnico de Relações Públicas	30h	CR	-	-	R$ 6.341,92	130,00

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) *CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) **PcD = Pessoa com Deficiência.

4. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO PÚBLICO

4.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu:
a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
b) ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;
c) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
d) ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
e) possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
f) declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
g) a quitação com as obrigações eleitorais e militares;
h) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou função pública nos últimos 05 anos (não ter sofrido, nos últimos 05 anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão por meio da assinatura de termo de declaração);

i) encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;
j) ter sido aprovado(a) e classificado(a) no concurso público;
l) demais exigências contidas neste Edital e legislação municipal aplicável.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
5.2 As inscrições para o Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu serão realizadas **somente via internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
5.3 O período para a realização das inscrições será a partir **das 12h00min do dia 30 de setembro de 2026 às 23h59min do dia 29 de outubro de 2026, observado horário oficial de Brasília/DF**, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
5.4 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:
a) preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;
b) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado nas Tabelas 3.1 e 3.2, deste Edital.
5.5 Não será permitido ao candidato, em hipótese nenhuma, alterar o cargo para o qual se inscreveu.
5.6 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
5.6.1 O candidato poderá realizar mais de uma inscrição, mas no dia de realização da prova, deverá optar por qual irá concorrer, caso haja coincidência de horário de aplicação da prova objetiva.
5.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
5.7.1 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando em qualquer época na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a nomeação do candidato, ele será exonerado do cargo pela Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
5.8 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, até a data de seu vencimento. **Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia 30 de outubro de 2026. As inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.**
5.9 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 5.8 deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, em hipótese nenhuma, a não ser por anulação plena deste concurso.
5.10 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito, transferência bancária ou via PIX, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.
5.11 A Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
5.12 Os candidatos que atenderem as condições estabelecidas no item 5.14, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição à Comissão Especial, nos dias **01 e 02 de outubro de 2026**, por meio do envio online do documento pertinente a Solicitação de Isenção através da área do candidato, após o preenchimento da inscrição, que será disponibilizada no site www.concursosfau.com.br.
5.13 O pedido de isenção deverá ser solicitado mediante requerimento do candidato, contendo os documentos referentes a cada isenção.
5.14 Poderá solicitar a isenção da taxa de inscrição o candidato que se enquadrar em uma das hipóteses previstas nos subitens seguintes, observados os requisitos da legislação aplicável:
I) membro de família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), nos termos do Decreto nº 11.016/2022;
II) doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024;
III) doador de medula óssea, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024;
IV) eleitor convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral, conforme a legislação aplicável.
5.15 Da Isenção – CadÚnico:
a) Indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico através da folha resumo;
b) A comprovação para solicitação de isenção do presente Edital poderá ser gerada através do link **cadastro único (dataprev.gov.br).**
5.17 Da Isenção – Doador de Sangue:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
b) anexar declaração expedida pela entidade coletora oficial ou credenciada, onde deverá constar o nome completo do(a) candidato(a), o número de seu CPF e os dados complementares referentes à doação de sangue, que comprove que o(a) candidato(a) tenha realizado pelo menos 02 (duas) doações de sangue, no período de 12 (doze) meses anteriores ao dia da publicação deste Edital, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024.
5.18 Da Isenção – Doador de Medula Óssea:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
b) anexar cópia do Comprovante ou Carteira de Inscrição do(a) candidato(a) no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME) e a comprovação de, no mínimo, uma doação em data anterior à data de publicação deste Edital, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024.
5.19 Da Isenção – Eleitor convocado e nomeado:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
c) anexar cópia do documento de Declaração de Trabalhos Eleitorais (DTE), expedido pela Justiça Eleitoral, comprovando serviço prestado no seu Estado, por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não, contendo o nome completo do(a) eleitor(a), a função desempenhada, o turno e a data da eleição.
5.19.1 Considera-se como eleitor(a) convocado(a) e nomeado(a) aquele(a) que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições como plebiscitos e referendos, na condição de Presidente de Mesa, Primeiro(a) e Segundo(a) Mesário(a), Secretário(a) e Suplente, Membro, Escrutinador(a) e Auxiliar de Junta Eleitoral, Coordenador(a) de Seção Eleitoral, Secretário(a) de Prédio e Auxiliar de Juízo e os(as) designados(as) para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.
5.19.2 Entenda-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como eleição.
5.19.3 Após a comprovação de participação em duas eleições, o(a) eleitor(a) nomeado(a) terá o benefício concedido a contar da data em que fez jus ao prêmio, por um período de validade de 02 (dois) anos.

5.16 A não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição de que trata dos itens 5.14 a 5.19 ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.
5.17 Em qualquer época, se for constatada a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a FAU poderá realizar as diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos. Se comprovados, o requerimento de isenção é será imediatamente indeferido, e os responsáveis podem ser acionados judicialmente.
5.18 O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no dia **07 de outubro de 2026** pelo site www.concursosfau.com.br.
5.19 Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada.
5.20 Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa, deverão providenciar no site a impressão do boleto para pagamento dentro do prazo estipulado, ou seja, proceder a impressão do boleto até às **23hs59min do dia 29 de outubro de 2026, e efetuar o pagamento até o dia 30 de outubro de 2026.**
5.21 Quanto ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, caberá a interposição de recurso tempestivo, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD) e AFRODESCENDENTES

PESSOA COM DEFICIÊNCIA
6.1 Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei nº 7.853/89 e do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto n° 5.296/2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14, e da Lei Estadual n.º 18.419/2015, do Decreto n.º 6.949/2009 e da Lei Federal n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal n.º 14.126/2021 (classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual) e da Lei Federal n.º 14.768/2023 (define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva), da Lei Estadual n.º 21.964/2024 (Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), da Lei Estadual n.º 22.278/2024 (reconhece os fibromiálgicos como pessoas com deficiência no âmbito do Estado do Paraná) e da Orientação Técnica SIT/n.º 02/2024).
6.1.1 A reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 05 (cinco).
6.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por emprego, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.
6.1.3 No decorrer da validade do concurso, caso ocorra(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato com deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PcD serão convocados para ocupar a 21ª, a 41ª e a 61ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.
6.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
6.3 São consideradas pessoas com deficiência, aquelas que se enquadrarem no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012; na Lei nº 14.126/2021; na Lei nº 14.768/ 2023, na Lei Estadual n.º 18.419/2015, na Lei Estadual n.º 21.964/2024, da Lei Estadual n.º 22.278/2024, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009 e Orientação Técnica SIT/n.º 02/2024), sendo:
I - **deficiência física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 6.296, de 2004);
II - deficiência auditiva - limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total. A surdez unilateral total será comprovada por audiograma que demonstre perda auditiva completa, ou seja, superior a 95dB em cada uma das frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e também em 3000Hz ou 4000Hz, aferida sem o uso de aparelhos auditivos. Já a surdez bilateral parcial será comprovada por audiograma que apresente média aritmética de perda auditiva de, no mínimo, 41dB em cada orelha, aferida separadamente nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz, também sem o uso de aparelhos auditivos. (Redação dada pela Lei nº 14.768/2023 e Orientação Técnica SIT/nº 02/2024);
III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
a) comunicação;
b) cuidado pessoal;
c) habilidades sociais;
d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004);
e) saúde e segurança;
f) habilidades acadêmicas;
g) lazer e
h) trabalho;
V - **deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências.
VI - A pessoa com **transtorno do espectro autista** é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
VII - A pessoa com **fibromialgia possuidora de impedimentos de longo prazo**, de natureza física, é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
6.4 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:
6.4.1 Ao preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição conforme o subitem 5.4 deste Edital, declarar que pretende participar do Concurso como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;
6.4.2 Enviar o laudo médico com as informações descritas no subitem 6.4.2.1 deste Edital, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
6.4.2.1 O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e limitações funcionais, com a data de expedição, assinatura e carimbo com o número do

Conselho Regional de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição.
6.4.2.2 Não haverá devolução do laudo médico, tanto original quanto cópia autenticada, e não serão fornecidas cópias do mesmo.
6.5 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como candidato que não concorre na condição de pessoa com deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência. Nestes casos o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
6.6 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.
6.7 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de **04 de novembro de 2026**. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá interpor recurso na forma do item 16 deste Edital. www.concursosfau.com.br
6.8 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para pessoas com deficiência.
6.9 Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação geral.

AFRODESCENDENTE

6.10 Nos termos da **Lei Municipal n. 1698/2022**, serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas para cada um dos cargos do presente concurso público aos afrodescendentes que assim se declararem no ato da inscrição, no período das inscrições.
6.10.1 A reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 3 (três).
6.10.2 Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
6.11 Considerar-se-á afrodescendentes aquele que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor negra ou parda, pertencente à raça/etnia negra de acordo com a legislação em vigor.
6.12 O candidato afrodescendente participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova objetiva e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
6.13 Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
6.14 Tal informação integrará os registros cadastrais de ingresso de servidores.
6.15 Para **concorrer as vagas reservadas aos afrodescendentes**, o candidato deverá proceder solicitação no momento da inscrição no endereço eletrônico **www.concursosfau.com.br.**
6.16 O candidato deverá **preencher a autodeclaração (Anexo III)** disponibilizada no site e assiná-la em campo próprio, digitalizá-la e anexar, de modo eletrônico, juntamente com sua **Certidão de Nascimento** ou **Carteira de Identidade** e **foto 3x4 comprobatória**, através da área do candidato no site **www.concursosfau.com.br até o dia 29 de outubro de 2026**, devendo os arquivos consistirem em **documentos digitalizados e legíveis.**
6.16.1 A exatidão dos documentos enviados será de total responsabilidade do candidato.
6.16.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato a opção e o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição para concorrer às vagas reservadas aos afrodescendentes, e após a homologação, as inscrições serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.
6.17 Detectada a falsidade na declaração, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei e, se candidato, à anulação da inscrição no Concurso Público e de todos os atos daí decorrentes; se já nomeado para o cargo efetivo para o qual concorreu na reserva de vagas utilizando-se da declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão, sendo assegurado, em qualquer caso, a ampla defesa.
6.18 Em caso de desistência de candidato afrodescendente aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato afrodescendente posteriormente classificado.
6.19 Na hipótese de não haver candidatos afrodescendentes aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.
6.20 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos afrodescendentes.
6.21 A nomeação será precedida de avaliação do candidato pela **Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendentes**, instituída pela Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
6.22 Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada a afrodescendente, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

7. DA SOLICITAÇÃO DA CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E CANDIDATA LACTANTE

7.1 Da Solicitação de Condição Especial para a Realização da Prova Objetiva.
7.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da prova objetiva, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitar esta condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 3.298/99.
7.1.2 As condições específicas disponíveis para realização da prova são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal ledor, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 01 (uma) hora para realização da prova (somente para os candidatos portadores de deficiência). O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no subitem 6.3 deste Edital.
7.1.3 Para solicitar condição especial o candidato deverá:
7.1.3.1 No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais os recursos especiais necessários.
7.1.3.2 Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.
7.1.3.2.1 O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos **emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição**. **O(A) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e do CPF**.
7.2 Da Candidata Lactante
7.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:

7.2.1.1 Solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção "**Amamentando (levar acompanhante)";**
7.2.1.2 Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
7.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.
7.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 14 deste Edital durante a realização do certame.
7.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.
7.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 6.4.2, 7.1.2, 7.1.3.2 e 7.2.1.2 deste Edital deverão ser encaminhados, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **29 de outubro de 2026** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO com as informações abaixo:
DESTINATÁRIO: FAU CONCURSOS
Caixa Postal 3023
Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz, Bloco M, Sala 1403, 3º andar, Guarapuava/PR
CEP 85.015-430
Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu
(LAUDO MÉDICO/CONDIÇÃO ESPECIAL/LACTANTE)
NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

7.4 O envio desta solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.
7.5 O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 7.3 ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.
7.5.1 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.
7.6 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias dos mesmos.
7.7 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.
7.8 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de 04 de novembro de 2026. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá interpor recurso conforme disposto no item 16 deste Edital.www.concursosfau.com.br

8. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

8.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/ e Diário Oficial do Município na data provável de **04 de novembro de 2026.**
8.2 No edital de deferimento das inscrições, constará a listagem dos candidatos às vagas para Ampla Concorrência, às vagas para Portadores de Deficiência, Afrodescendente, e, dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova.
8.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 16 deste Edital.
8.4 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público que decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/.

9. DAS FASES DO CONCURSO

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Superior	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTÕES E DE PONTOS			**30**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prova de Títulos (1)	Conforme item 12	----------	----------	**20,00**	Classificatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**120,00**	----------

Prova de Títulos para todos os cargos do Nível Superior

TABELA 9.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Médio/Técnico	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTÕES			**30**	----------	**100,00**	----------

	2ª	Prática (1)	Conforme item 13	----------	----------	**100,00**	Classificatório e Eliminatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**100,00**	----------
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS AGENTE ADMINISTRATIVO			----------	----------	**200,00**	----------

(1) Prova Prática somente para os cargos de Agente Administrativo e Técnico em Informática.

10. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

10.1 **A prova objetiva será aplicada na Cidade de Nova Prata do Iguaçu/Paraná**, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do Município.
10.2 A prova objetiva será aplicada na data provável de **15 de novembro de 2026**, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/ no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO.**
10.3 **O CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br **a partir de 11 de novembro de 2026.**
10.4 O local de realização da prova objetiva, constante no CARTÃO DE INFORMAÇÃO, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.
10.5 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de **caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto** e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
10.5.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacional de habilitação com foto. **Também serão considerados os seguintes documentos digitais de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira Nacional de Habilitação, ou Título Eleitoral Digital (e-Título); nesse caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor**.
10.5.2 **Não serão aceitos** como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
10.5.2.1 Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
10.5.2.2 Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR Code impresso ou do documento digital impresso não será permitida** pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
10.5.2.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) **detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1**.
10.5.3 Em caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
10.6 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
10.7 Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta) minutos após o início da prova**, acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários e necessidade extrema, que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um Fiscal.
10.7.1 Em hipótese alguma será permitido aos candidatos o consumo de alimentos em sala durante a realização da prova.
10.8 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
10.8.1 O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.
10.9 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
10.9.1 Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;
10.9.2 Realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
10.9.3 Ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;
10.9.4 Realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
10.9.5 Comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
10.9.6 Portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 15 deste Edital.
10.9.7 Utilizar, em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 15 deste Edital, **exceto aparelho celular no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas, se apresentado documento digital**;
10.10 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 15 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e conforme o previsto neste Edital. **Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.**
10.11 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
10.12 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização das provas portando armas. A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.
10.13 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 7.2.2 deste Edital.
10.14 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais.
10.15 Haverá, para cada candidato, um caderno de prova e um cartão-resposta, identificados e numerados adequadamente.

10.16 O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua integridade, sendo vedada qualquer modificação ulterior, uma vez que, **em nenhuma hipótese, haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato**, salvo em caso de defeito em sua impressão.
10.17 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será distribuída e avaliada conforme as Tabelas do item 9 deste Edital.
10.18 Nas questões objetivas, a leitura das respostas é realizada por processo automatizado, sendo o resultado sensível à forma de marcação, razão pela qual marcações indevidas, rasuras, dobras ou uso de recursos não permitidos (borracha, corretivo) na área de leitura poderão acarretar respostas consideradas incorretas.
10.19 Cada questão da prova objetiva terá 05 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
10.20 As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas para o cartão-resposta com caneta esferográfica transparente escrita grossa de tinta azul ou preta, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão. Para fins de correção, não serão consideradas, em hipótese alguma, anotações feitas no caderno de provas.
10.21 A prova objetiva terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação no cartão-resposta. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
10.22 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala seu Cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.
10.23 O candidato poderá entregar seu cartão-resposta e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente após decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
10.24 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.
10.25 O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões. Poderá levar somente o gabarito a ser destacado deste caderno de questões.
10.26 Não poderão ser fornecidas, em tempo algum, por nenhum membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes às provas, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação/classificação.
10.27 O candidato deverá obter no mínimo 50,00% (cinquenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, para não ser eliminado do concurso público.

11. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

11.1 **O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva** serão divulgados até às 19h00min do dia posterior à aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/
11.2 Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.
11.3 O caderno de questões ficará disponível até o fechamento dos recursos, e, após este período, será retirado do ar e não mais fornecido.

12. DA PROVA DE TÍTULOS

12.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada exclusivamente para todos os **Cargos de Nível Superior**, e, somente poderá participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem **10.27**, além de não ser eliminado por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital.
12.1.1 A prova de títulos terá o valor máximo de **20,00 pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme disposto na Tabela 12.1 deste Edital.
12.2 **A documentação comprobatória dos títulos deverá ser entregue no mesmo dia da realização da prova objetiva, e seguirá os seguintes critérios:**

a) A documentação será recebida pelos Fiscais de Sala, exclusivamente nos primeiros 60 (sessenta) minutos da prova objetiva;
b) O candidato deverá entregar o envelope lacrado (item 12.3.2) juntamente com uma via do formulário de títulos preenchido e colado no envelope, disponível conforme o item 12.3.1. Os títulos que não estiverem lacrados ou sem o formulário de identificação, NÃO SERÃO RECEBIDOS;
c) O candidato assinará a lista de entrega dos títulos;
d) A Coordenação passará nas salas recolhendo a lista de entrega de títulos e a documentação entregue.
12.2.1 **Após esse período de entrega da documentação, nenhum documento será recebido, e, não será permitida a complementação de qualquer documento, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.**
12.3 Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão: a) imprimir e preencher o Formulário de Cadastro de Títulos das **09h00min do dia 12 de novembro de 2026 até às 23h59min do dia 14 de novembro de 2026** disponíveis no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br; b) após completado o preenchimento, imprimir duas vias do comprovante de cadastro dos títulos, reter uma para si e anexar a outra em envelope lacrado com os documentos comprobatórios dos títulos, a ser entregue no dia da realização da prova objetiva. www.concursosfau.com.br.
12.3.1 é de exclusiva responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Cadastro de Títulos no site e preencher os títulos de acordo com o solicitado, e efetuar a entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.
12.3.2 os documentos comprobatórios solicitados **deverão ser entregues dentro de envelope lacrado**. Não será aceito envelope aberto ou que não esteja devidamente lacrado e identificado com os dados do candidato.

12.3.3 **a exatidão dos documentos entregues será de total responsabilidade do candidato, motivo pelo qual não haverá qualquer conferência dos envelopes no momento da entrega**.

TABELA 12.1

OS CARGOS DA TABELA 8.1			
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
01	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área do cargo/especialidade a que concorre	**10,00 por título**	**10,00**
02	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área do cargo/especialidade a que concorre.	**5,00 por título**	**5,00**
03	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a na área do cargo/especialidade a que concorre.	**2,50 por título**	**5,00**

TOTAL MÁXIMO DE TÍTULOS	**20,00**

12.3.4 Os documentos pertinentes à prova de títulos **deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas por Cartório competente.**
12.3.4.1 Esclarece que, a entrega dos títulos em cópias legíveis autenticadas, se dá em razão da impossibilidade de conferir os seus originais para autenticação no ato de suas entregas, uma vez que serão entregues em envelope lacrado para conferência posterior.
12.3.5 Não serão avaliados os documentos:
a) entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido no edital de convocação para a prova de títulos;
b) que não forem cadastrados no Formulário de Cadastro de Títulos;
c) cuja fotocópia esteja ilegível;
d) sem data de expedição;
e) de doutorado ou mestrado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.
12.3.6 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.
12.3.7 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na Tabela 12.1.
12.3.8 Não será admitido, sob hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos.
12.3.9 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento do formulário dos títulos disponível no site, entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.**
12.3.10 Os documentos apresentados não serão devolvidos em hipótese alguma.
12.3.11 Em hipótese nenhuma serão fornecidas cópias dos documentos entregues.
12.3.12 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.
12.3.13 A relação com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br
12.3.14 Quanto ao resultado da prova de títulos, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

12.4. DA TITULAÇÃO ACADÊMICA

12.4.1 serão pontuados apenas os títulos que não se destinam à comprovação do requisito para o cargo. Caso o candidato possua mais de um título de especialização que seja considerado como requisito do cargo, um título de especialização será considerado como requisito do cargo e os outros títulos serão pontuados até o limite máximo de pontos estabelecidos na Tabela 12.1. O candidato deverá enviar, além do título que pretende pontuar, o título de especialização referente ao requisito do cargo, quando for o caso;
12.4.2 para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito **diploma ou certificado** atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou estar de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). **Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar** no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição. Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.
12.4.3 Para os cursos de doutorado ou de mestrado concluídos no exterior, será aceito apenas o diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

13. DA PROVA PRÁTICA

13.1 A prova prática será realizada para os cargos de **Agente Administrativo e Técnico em Informática** e será de **caráter eliminatório e classificatório.** O candidato deverá obter a pontuação estabelecida no subitem 10.27 e estar classificado até o limite disposto na Tabela 13.2 para ser convocado, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

TABELA 13.2

CARGO	AMPLA CONCORRÊNCIA	AFRODESCENDENTE	PCD
Agente Administrativo	20ª (vigésima posição)	02ª (segunda posição)	01ª (primeira posição)
Técnico em Informática	10ª (décima posição)	01ª (terceira posição)	01ª (primeira posição)

13.2.1 Todos os candidatos empatados com o último colocado, dentro do limite disposto na Tabela 13.2, serão convocados para a prova prática.
13.3 A prova prática é de caráter eliminatório e classificatório.
13.4 A prova prática será realizada e avaliada de acordo com os termos descritos nas Tabelas 13.3 e 13.4, deste Edital.
13.5 O local, a data e o horário da prova serão divulgados no Edital de convocação para realização da prova prática.
13.6 A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
13.7 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
13.8 Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).
13.8.1 Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
13.8.1.1 Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR CODE impresso ou do documento digital impresso não será permitida** pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
13.8.1.2 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 13.8.1.1) **detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá de realizar a prova prática**.
13.9 **O candidato deverá obter nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos na prova prática, numa escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, para não ser eliminado do certame.**

13.10 Para o cargo de **Agente Administrativo,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.3, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) Redação de Correspondência Administrativa;
II) Organização e Classificação de Documentos;
III) Organização do Ambiente de Trabalho;
IV) Conhecimentos em Pacote Office/Informática;
V) Gestão de Protocolo/Arquivo;
VI) Qualidade na execução das atividades;
VII) Cumprimento de Prazo: Concluir as atividades dentro do tempo estipulado de 15 (quinze) minutos.

TABELA 13.3

Item Avaliado	Avaliação/Pontuação (1)				
	Atingiu Plenamente 100%	Atingiu Parcialmente 75%	Atingiu Parcialmente 50%	Atingiu Parcialmente 25%	Não atingiu 0%
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0
V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

(1) Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*

13.11 Para o cargo de **Técnico em Informática,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.4, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) **Diagnóstico e Troubleshooting**.
II) **Instalação e Configuração de Hardware e Software**.
III) **Manutenção Preventiva e Corretiva**.
IV) **Segurança de Dados e Rede**.
V) **Documentação Técnica**.
VI) **Qualidade na Execução das atividades**.
VII) **Cumprimento de Prazo:** Concluir as atividades no tempo estipulado pela banca examinadora, mantendo ritmo de trabalho eficiente e adequado à complexidade da tarefa.

TABELA 13.4

Item Avaliado	Avaliação/Pontuação (1)				
	Atingiu Plenamente 100%	Atingiu Parcialmente 75%	Atingiu Parcialmente 50%	Atingiu Parcialmente 25%	Não atingiu 0%
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0
V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*
13.12 O candidato poderá solicitar o espelho da prova prática **das 08 horas às 17 horas do dia estipulado em edital**, através da área do candidato no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br. **As solicitações recebidas após data e horário definidos em edital não serão atendidas**.
13.13 Quanto ao resultado da prova prática, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

14. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

14.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.
14.2 Para os cargos da Tabela 9.1, a Nota Final dos candidatos habilitados será obtida pela soma da pontuação da prova objetiva com a pontuação da prova de títulos.
14.3 Para os cargos da **Tabela 9.2** a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva.
14.3.1 Para o cargo de **Agente Administrativo e Técnico em Informática**, da **Tabela 9.2**, a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva e, a soma da nota obtida na prova prática, dividido por dois.
14.4 Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
b) obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos, quando houver;
c) obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
d) obtiver a maior nota em Conhecimentos Gerais;
e) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem), considerando dia, mês, ano do nascimento.
14.5 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de três listagens, a saber:
a) Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência e afrodescendentes em ordem de classificação;

b) Lista de Pessoa com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação e chamamento.
c) Lista de Afrodescendentes, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos com Afrodescendência em ordem de classificação.
14.6 O candidato eliminado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação final.

15. DA ELIMINAÇÃO

15.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
15.1.1 Não estiver presente na sala ou local de realização das provas no horário determinado para o seu início.
15.1.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros.
15.1.3 For surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:
a) equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP4, telefone celular, tablets, smartwatches, wearable tech, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;
b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;
c) bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
15.1.4 Caso qualquer objeto, tais como aparelho celular, smartwatches, wearable tech ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir qualquer som ou vibração, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova.
15.1.5 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.
15.1.6 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
15.1.7 fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos.
15.1.8 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.
15.1.9 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas.
15.1.10 descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas.
15.1.11 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
15.1.12 não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas.
15.1.13 for surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregar a arma à Coordenação.
15.1.14 recusar-se a ser submetido ao detector de metal.
15.1.15 recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.
15.1.16 não atingir a pontuação mínima estabelecida neste Edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
15.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

16. DOS RECURSOS

16.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO no prazo de **02 (dois) dias úteis** da publicação das decisões objetos dos recursos, somente pelo site da FAU www.concursosfau.com.br na **área do candidato**, assim entendidos:
16.1.1 Contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como portador de deficiência;
16.1.2 Contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;
16.1.3 Contra o resultado da prova objetiva;
16.1.4 Contra o resultado da prova de títulos;
16.1.5 Contra o resultado da prova prática;
16.1.6 Contra a nota final e classificação dos candidatos.
16.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, sob pena de perda do prazo recursal.
16.3 Os recursos deverão ser protocolados na área do candidato em requerimento próprio disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
16.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente para o caso do subitem 16.1.2 este deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.
16.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
16.6 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 16.1 deste Edital.
16.7 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
16.8 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
16.9 Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.
16.10 No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.
16.11 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
16.12 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
16.13 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
16.14 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
16.15 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

16.15.1 Em hipótese alguma, os recursos de terceiros serão acatados. Havendo recursos neste sentido serão negados de plano sem direito a recorrer da decisão, ficando a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO – FAU isenta de quaisquer ônus e responsabilidades pela negativação do recurso.
16.16 Os recursos referentes às questões da prova objetiva, da prova de títulos, da prova prática e da nota final e classificação dos candidatos serão analisados e respondidos através de Edital no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
16.17 A Banca Examinadora da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

17. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

17.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pela Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e publicado em Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/ **em três listas, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos (ampla concorrência), outra somente com a classificação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência** e **outra para os candidatos classificados inscritos como afrodescendentes**.

18. DA CONVOCAÇÃO PARA POSSE

18.1 O candidato será convocado através de edital específico, publicado no órgão oficial do Município e no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
18.2 O candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
18.3 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados na forma estabelecida no subitem 18.1. Fica o Departamento de Recursos Humanos isento de contatar os candidatos convocados.
18.4 O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
18.5 Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:
18.5.1 Cópia da Carteira de Identidade;
18.5.2 Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
18.5.3 Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
18.5.4 Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
18.5.5 Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
18.5.6 Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
18.5.7 Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
18.5.8 Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
18.5.9 Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
18.5.10 Certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
18.5.11 Comprovante de endereço;
18.5.12 Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
18.5.13 Carteira de Habilitação Categoria B.
18.5.14 Demais documentos que a Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.
18.6 O candidato, após a convocação, deverá comparecer a Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, no prazo determinado em edital de cinco dias úteis, munido dos originais e cópias dos documentos supracitados no item 4 e os listados no subitem 18.5.
18.7 O candidato poderá optar pelo final da lista uma única vez.
18.8 O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação.
18.9 A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a admissão no cargo, especificados no item 18 deste edital, impedirá a admissão do candidato e, automática e consequentemente, implicará a sua eliminação do Concurso Público e a nulidade da aprovação ou da classificação e perda dos efeitos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
18.10 Verificada a falsidade nos documentos apresentados, será o candidato eliminado do Concurso Público, com nulidade da aprovação ou da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pela Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/.
19.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora tenha sido aprovado, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.
19.3 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
19.4 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.camaranpi.pr.gov.br/.
19.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público ouvido a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
19.6 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.
19.7 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará a sua eliminação do concurso.

19.8 A Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, não se responsabilizam por quaisquer tipos de despesas, com viagens e/ou estadia dos candidatos, para prestarem as provas deste Concurso Público.
19.9 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
19.10 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de informações (tais como nome, data de nascimento, notas e desempenho, entre outras) que são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao certame. Tais informações poderão, eventualmente, ser encontradas na internet, por meio de mecanismos de busca. Os dados serão mantidos durante o período de validade do concurso.
19.11 Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de sua publicação.
19.12 A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex para o endereço da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro, na Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz, Bloco M, Sala 1403, 3º andar, Guarapuava/PR, CEP 85.015-430, ou, enviada para o e-mail de atendimento ao candidato: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
19.12.1 Não caberá recurso administrativo contra decisão acerca da impugnação.
19.13 Não será permitido que o candidato se alimente durante a realização das provas objetiva e prática.
19.14 Os candidatos poderão consumir líquidos durante a realização da prova desde que sejam removidos os rótulos que envolvem as garrafas de água e estas devem ser e estar em material transparente, podendo o material ser examinado pelos fiscais aplicadores.
19.15 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
19.16 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e a Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu não se responsabilizam por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:
a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
b) endereço residencial incorreto e/ou desatualizado;
c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
d) outras informações, divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo(a) candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
19.17 Todas as fases do certame poderão ser acompanhadas, também, por integrantes do Quadro Próprio de Membros e Servidores da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
Em caso de dúvidas, o candidato, deverá entrar em contato com a FAU por meio da Central de Atendimento ao Candidato - CAC, pelos telefones (42) 3621-1410 / (42) 3621-1418, de segunda a sexta-feira úteis, das 8h30m às 11h30m e das 13h às 17h30m, ou, para o e-mail de atendimento ao candidato:
secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
19.18 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu, 22 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

MÁRCIO RUHNKE
Presidente Da Câmara Municipal De Nova Prata Do Iguaçu

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:7024F0DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Prefeita do Município de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a realização de **Concurso Público**, sob o **REGIME ESTATUTÁRIO**, para formação de cadastro de reserva e provimento de vagas, do seu quadro de pessoal.

1. DA CIÊNCIA DAS REGRAS DO CONCURSO PÚBLICO E DA ACEITAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD - LEI FEDERAL Nº 13.709/2018.

1.1. A FAU **trata os dados pessoais dos candidatos** com fundamento nas seguintes bases legais (art. 7º, LGPD): (a) cumprimento de obrigação legal (art. 37, II e VIII, CF/88); (b) execução de contrato firmado; e (c) legítimo interesse para garantia da lisura e prevenção à fraude no certame.
1.2. Ao realizar sua inscrição, o candidato: (a) declara possuir capacidade legal para fornecer seus dados; (b) autoriza o tratamento pela FAU para fins de execução do certame e eventual nomeação; (c) reconhece que o cadastro é de uso pessoal e intransferível, sendo de sua exclusiva responsabilidade o sigilo da senha e do protocolo de inscrição; (d) compromete-se a fornecer informações verdadeiras, exatas e completas, mantendo-as atualizadas, sob pena de exclusão do certame ou exoneração mediante processo administrativo disciplinar; e (e) tem ciência de que o não fornecimento dos dados impossibilita sua participação.
1.3. A FAU adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou difusão indevida, vedado seu uso para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos, nos termos dos arts. 46 e 6º, IV, da LGPD. O candidato poderá consultar, atualizar seus dados ou requisitar informações sobre o tratamento a qualquer tempo, exercendo os direitos previstos no art. 18 da LGPD. O tratamento de dados realizado no âmbito deste certame está sujeito à fiscalização da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da Lei nº 13.709/2018 e da Lei nº 15.352/2026. Caso o candidato entenda que seus direitos como titular de dados não foram atendidos, poderá apresentar reclamação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme regulamentação vigente.
1.4. A impugnação deste Edital poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias corridos de sua publicação, pelo e-mail: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, com sede na Rua Salvatore Renna - Padre Salvador, 875, Complemento: Bloco C, Andar 1, Sala 10, Bairro: Santa Cruz, Guarapuava/PR, CEP 85015-430, endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e correio eletrônico secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
2.1.1 Todas as publicações do presente concurso público, serão realizadas nos sites www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br e no Diário Oficial do Município até a homologação final do concurso, após serão efetuadas apenas no Diário Oficial do Município.
2.1.2 Os itens deste edital podem sofrer eventuais modificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumado o evento ou até a data da convocação dos interessados para a etapa correspondente, circunstância que por meio de edital devem ser divulgados nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br.
2.2 A seleção destina-se ao provimento de vagas, sob regime estatutário, no quadro de servidores do Município de Nova Prata do Iguaçu, de acordo com as Tabelas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, deste Edital, e tem prazo de validade de 2 (dois) anos, a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Nova Prata do Iguaçu.
2.3 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exames para aferir conhecimentos e habilidades, **mediante aplicação de:**

*** Prova Objetiva: de caráter classificatório e eliminatório para todos os cargos;**
*** Prova de Títulos: de caráter classificatório para todos os cargos de nível superior e para o cargo de Professor;**
*** Prova Prática: de caráter classificatório e eliminatório, exclusivamente para os cargos de Agente Administrativo, Motorista, Operador de Máquinas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Manutenção de Computadores de acordo com as Tabelas do Item 9 deste Edital;**

2.4 A convocação para as vagas informadas nas Tabelas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, deste Edital será feita de acordo com a necessidade, a conveniência e a possibilidade financeira do Município de Nova Prata do Iguaçu, dentro do prazo de validade do concurso.
2.5 Os requisitos e as atribuições para posse no cargo estão relacionados no **Anexo I** deste Edital.
2.6 Os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no **Anexo II** deste Edital.
2.7 **Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico** www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br**.**
2.8 O concurso destina-se ao provimento dos cargos vagos e dos que vagarem no prazo de validade de que trata o presente Edital.
2.9 Durante o período de validade do concurso, o Município de Nova Prata do Iguaçu reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda aos interesses e necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, dentro das vagas existentes ou que possam vir a existir.

3. DOS CARGOS

3.1 O código do cargo, o cargo, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD), vagas para afrodescendentes, a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 3.1

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (1)(5)								
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD(3)**	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**	
101	Engenheiro Civil	40h	01 + CR	-	-	R$ 6.781,02	R$ 180,00	
102	Farmacêutico	40h	CR	-	-	R$ 6.397,87	R$ 180,00	
103	Médico	30h	03 + CR	-	-	R$ 11.541,58	R$ 180,00	
104	Médico (ESF)	40h	03 + CR	-	-	R$ 12.823,98	R$ 180,00	
105	Pedagoga	40h	01 + CR	-	-	R$ 3.611,46	R$ 180,00	
106	Terapeuta Ocupacional	20h	02 + CR	-	-	R$ 3.611,46	R$ 180,00	

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) PcD = Pessoa com Deficiência.

TABELA 3.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO (1)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD(3)**	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**
201	Agente Administrativo	40h	08 +CR	01	01	R$ 1.950,21	R$ 130,00
202	Agente Comunitário de Saúde	40h	04 +CR	01	01	R$ 2.048,74 (6-7)	R$ 130,00
205	Professor	20h	29 +CR	02	04	R$ 1.863,49 (5)	R$ 130,00
206	Técnico em Enfermagem	40h	02 +CR	-	01	R$ 2.359,78 (4)	R$ 130,00
207	Técnico em Higiene Dental	40h	01 +CR	-	-	R$ 2.145,25	R$ 130,00
208	Técnico de Manutenção de Computadores e Rede	40h	01 +CR	-	-	R$ 3.059,14	R$ 130,00

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) PcD = Pessoa com Deficiência.
(4) Para o cargo de Técnico em Enfermagem, o complemento será de acordo com a diferença entre o valor da tabela e o piso nacional, bem como vinculado a transferência de recursos pelo ministério da saúde.
(5) A remuneração do cargo de Professor será definida de acordo com a formação apresentada no momento da posse, podendo variar do nível de Magistério ao de Mestrado.
(6) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, é obrigatório, no ato da inscrição, optar pela Região, pois o candidato deve residir na área da comunidade em que pretende atuar, desde a data da publicação do Edital do Concurso Público, conforme Lei Federal n.º 11.350/2006.

(7) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato terá que permanecer residindo na área de Abrangência do Centro de Saúde para qual se inscreveu, como requisito para a permanência no emprego, conforme tabela a seguir:

ÁREA	BAIRROS
ÁREA - I	BAIRRO LATICÍNIO
ÁREA - II	BAIRRO SÃO JORGE
ÁREA - III	LINHA ALTO BELA VISTA
ÁREA - IV	LINHA GUARANI
ÁREA - V	LINHA OURO FINO
ÁREA - VI	LINHA AURORA

(8) Todos os cargos Agente Comunitário de Saúde terão direito ao complemento do pagamento de insalubridade;

TABELA 3.3

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (1)(3)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD****	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**
301	Auxiliar de Serviços Gerais	40h	12 +CR	01	02	R$ 1.619,19	R$ 80,00

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) **PcD = Pessoa com Deficiência.

TABELA 3.4

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1)(3)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD****	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta (R$)**	**Taxa de Inscrição (R$)**
401	Motorista	40h	04 +CR	01	01	R$ 2.607,76	R$ 80,00
402	Operador de Máquinas	40h	03 +CR	-	01	R$ 3.155,41	R$ 80,00
403	Serviços Braçais	40h	02 +CR	-	01	R$ 1.781,11	R$ 80,00

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
(2) CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.
(3) **PcD = Pessoa com Deficiência.

4. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO PÚBLICO

4.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro do Município de Nova Prata do Iguaçu:
a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
b) ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;
c) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
d) ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pelo Município de Nova Prata do Iguaçu.
e) possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
f) declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
g) a quitação com as obrigações eleitorais e militares;
h) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou função pública nos últimos 05 anos (não ter sofrido, nos últimos 05 anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão por meio da assinatura de termo de declaração);
i) encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;
j) ter sido aprovado(a) e classificado(a) no concurso público;
l) demais exigências contidas neste Edital e legislação municipal aplicável.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
5.2 As inscrições para o Concurso Público do Município de Nova Prata do Iguaçu serão realizadas **somente via internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
5.3 O período para a realização das inscrições será a partir **das 12h00min do dia 30 de setembro de 2026 às 23h59min do dia 29 de outubro de 2026, observado horário oficial de Brasília/DF**, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
5.4 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:
a) preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;
b) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado nas Tabelas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, deste Edital.
5.5 Não será permitido ao candidato, em hipótese nenhuma, alterar o cargo para o qual se inscreveu.
5.6 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
5.6.1 O candidato poderá realizar mais de uma inscrição, mas no dia de realização da prova, deverá optar por qual irá concorrer, caso haja coincidência de horário de aplicação da prova objetiva.
5.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.

5.7.1 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando em qualquer época na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a nomeação do candidato, ele será exonerado do cargo pelo Município de Nova Prata do Iguaçu.
5.8 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, até a data de seu vencimento. **Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia 30 de outubro de 2026. As inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.**
5.9 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 5.8 deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, em hipótese nenhuma, a não ser por anulação plena deste concurso.
5.10 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito, transferência bancária ou via PIX, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.
5.11 O Município de Nova Prata do Iguaçu e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
5.12 Os candidatos que atenderem as condições estabelecidas no item 5.14, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição à Comissão Especial, nos dias **01 e 02 de outubro de 2026**, por meio do envio online do documento pertinente a Solicitação de Isenção através da área do candidato, após o preenchimento da inscrição, que será disponibilizada no site www.concursosfau.com.br.
5.13 O pedido de isenção deverá ser solicitado mediante requerimento do candidato, contendo os documentos referentes a cada isenção.
5.14 Poderá solicitar a isenção de taxa de inscrição o candidato que:
I) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022;
II) for doador de sangue ou de medula óssea, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024;
III) for eleitor convocado e nomeado, nos termos da Lei Estadual n.º 19.196/2017;
5.15 Da Isenção – CadÚnico:
a) Indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico através da folha resumo;
b) A comprovação para solicitação de isenção do presente Edital poderá ser gerada através do link **cadastro único (dataprev.gov.br).**
5.16 Da Isenção – Doador de Sangue:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
b) anexar declaração expedida pela entidade coletora oficial ou credenciada, onde deverá constar o nome completo do(a) candidato(a), o número de seu CPF e os dados complementares referentes à doação de sangue, que comprove que o(a) candidato(a) tenha realizado pelo menos 02 (duas) doações de sangue, no período de 12 (doze) meses anteriores ao dia da publicação deste Edital, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024.
5.17 Da Isenção – Doador de Medula Óssea:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
b) anexar cópia do Comprovante ou Carteira de Inscrição do(a) candidato(a) no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME) e a comprovação de, no mínimo, uma doação em data anterior à data de publicação deste Edital, nos termos da Lei Estadual n.º 22.212/2024.
5.18 Da Isenção – Eleitor convocado e nomeado:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
c) anexar cópia do documento de Declaração de Trabalhos Eleitorais (DTE), expedido pela Justiça Eleitoral, comprovando serviço prestado no seu Estado, por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não, contendo o nome completo do(a) eleitor(a), a função desempenhada, o turno e a data da eleição.
5.18.1 Considera-se como eleitor(a) convocado(a) e nomeado(a) aquele(a) que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições como plebiscitos e referendos, na condição de Presidente de Mesa, Primeiro(a) e Segundo(a) Mesário(a), Secretário(a) e Suplente, Membro, Escrutinador(a) e Auxiliar de Junta Eleitoral, Coordenador(a) de Seção Eleitoral, Secretário(a) de Prédio e Auxiliar de Juízo e os(as) designados(as) para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.
5.18.2 Entenda-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como eleição.
5.18.3 Após a comprovação de participação em duas eleições, o(a) eleitor(a) nomeado(a) terá o benefício concedido a contar da data em que fez jus ao prêmio, por um período de validade de 02 (dois) anos.
5.19 A não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição de que trata dos itens 5.14 a 5.18 ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.
5.20 Em qualquer época, se for constatada a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a FAU poderá realizar as diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos. Se comprovados, o requerimento de isenção é será imediatamente indeferido, e os responsáveis podem ser acionados judicialmente.
5.21 O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no dia **07 de outubro de 2026** pelo site www.concursosfau.com.br.
5.22 Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada.
5.23 Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa, deverão providenciar no site a impressão do boleto para pagamento dentro do prazo estipulado, ou seja, proceder a impressão do boleto até às **23hs59min do dia 29 de outubro de 2026, e efetuar o pagamento até o dia 30 de outubro de 2026.**
5.24 Quanto ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, caberá a interposição de recurso tempestivo, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD) e AFRODESCENDENTES

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei nº 7.853/89 e do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto n° 5.296/2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14, e da Lei Estadual n.º 18.419/2015, do Decreto n.º 6.949/2009 e da Lei Federal n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal n.º 14.126/2021 (classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual) e da Lei Federal n.º 14.768/2023 (define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva), da Lei Estadual n.º 21.964/2024 (Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), da Lei Estadual n.º 22.278/2024 (reconhece os fibromiálgicos como pessoas com deficiência no âmbito do Estado do Paraná) e da Orientação Técnica SIT/n.º 02/2024).

6.1.1 No provimento dessas eventuais vagas futuras será considerado o total de vagas a serem supridas, somando-se às vagas estabelecidas neste Edital Normativo e às vagas surgidas após a sua publicação, de modo a apurar o percentual de 5% (cinco por cento).
6.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por emprego, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.
6.1.3 No decorrer da validade do concurso, caso ocorra(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato com deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PcD serão convocados para ocupar a 21ª, a 41ª e a 61ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.
6.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
6.3 São consideradas pessoas com deficiência, aquelas que se enquadrarem no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012; na Lei nº 14.126/2021; na Lei nº 14.768/ 2023, na Lei Estadual n.º 18.419/2015, na Lei Estadual n.º 21.964/2024, da Lei Estadual n.º 22.278/2024, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009 e Orientação Técnica SIT/n.º 02/2024), sendo:
I - **deficiência física -** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 6.296, de 2004);
II - deficiência auditiva - limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total. A surdez unilateral total será comprovada por audiograma que demonstre perda auditiva completa, ou seja, superior a 95dB em cada uma das frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e também em 3000Hz ou 4000Hz, aferida sem o uso de aparelhos auditivos. Já a surdez bilateral parcial será comprovada por audiograma que apresente média aritmética de perda auditiva de, no mínimo, 41dB em cada orelha, aferida separadamente nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz, também sem o uso de aparelhos auditivos. (Redação dada pela Lei nº 14.768/2023 e Orientação Técnica SIT/nº 02/2024);
III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
a) comunicação;
b) cuidado pessoal;
c) habilidades sociais;
d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004);
e) saúde e segurança;
f) habilidades acadêmicas;
g) lazer e
h) trabalho;
V - **deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências.
VI - A pessoa com **transtorno do espectro autista** é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
VII - A pessoa com **fibromialgia possuidora de impedimentos de longo prazo**, de natureza física, é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
6.4 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:
6.4.1 Ao preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição conforme o subitem 5.4 deste Edital, declarar que pretende participar do Concurso como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;
6.4.2 Enviar o laudo médico com as informações descritas no subitem 6.4.2.1 deste Edital, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
6.4.2.1 O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e limitações funcionais, com a data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição.
6.4.2.2 Não haverá devolução do laudo médico, tanto original quanto cópia autenticada, e não serão fornecidas cópias do mesmo.
6.5 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência. Nestes casos o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
6.6 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.
6.7 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de **04 de novembro de 2026**. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá impetrar recurso na forma do item 16 deste Edital.
6.8 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para pessoas com deficiência.
6.9 Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação geral.

AFRODESCENDENTE

6.10 Nos termos da **Lei Municipal n. 1698/2022**, serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas para cada um dos cargos do presente concurso público aos afrodescendentes que assim se declararem no ato da inscrição, no período das inscrições.
6.10.1 A reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 3 (três).
6.10.2 O percentual de reserva de vagas mencionado no item anterior será aplicado nas convocações realizadas durante todo o período de validade deste Concurso Público até a expiração do respectivo prazo de validade, considerando, também, eventual prorrogação do prazo de validade do Concurso Público, dentro das vagas destinadas ao cargo e daquelas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso.

6.10.3 Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
6.11 Considerar-se-á afrodescendentes aquele que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor negra ou parda, pertencente à raça/etnia negra de acordo com a legislação em vigor.
6.12 O candidato afrodescendente participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova objetiva e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
6.13 Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
6.14 Tal informação integrará os registros cadastrais de ingresso de servidores.
6.15 Para **concorrer as vagas reservadas aos afrodescendentes**, o candidato deverá proceder solicitação no momento da inscrição no endereço eletrônico **www.concursosfau.com.br.**
6.16 O candidato deverá **preencher a autodeclaração (Anexo III)** disponibilizada no site e assiná-la em campo próprio, digitalizá-la e anexar, de modo eletrônico, juntamente com sua **Certidão de Nascimento** ou **Carteira de Identidade** e **foto 3x4 comprobatória**, através da área do candidato no site **www.concursosfau.com.br até o dia 29 de outubro de 2026**, devendo os arquivos consistirem em **documentos digitalizados e legíveis.**
6.16.1 A exatidão dos documentos enviados será de total responsabilidade do candidato.
6.16.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato a opção e o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição para concorrer às vagas reservadas aos afrodescendentes, e após a homologação, as inscrições serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.
6.17 Detectada a falsidade na declaração, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei e, se candidato, à anulação da inscrição no Concurso Público e de todos os atos daí decorrentes; se já nomeado para o cargo efetivo para o qual concorreu na reserva de vagas utilizando-se da declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão, sendo assegurado, em qualquer caso, a ampla defesa.
6.18 Em caso de desistência de candidato afrodescendente aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato afrodescendente posteriormente classificado.
6.19 Na hipótese de não haver candidatos afrodescendentes aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.
6.20 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos afrodescendentes.
6.21 A nomeação será precedida de avaliação do candidato pela **Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendentes**, instituída pelo Município de Nova Prata do Iguaçu.
6.22 Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada a afrodescendente, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

7. DA SOLICITAÇÃO DA CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E CANDIDATA LACTANTE

7.1 Da Solicitação de Condição Especial para a Realização da Prova Objetiva.
7.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da prova objetiva, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitar esta condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 3.298/99.
7.1.2 As condições específicas disponíveis para realização da prova são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal ledor, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 01 (uma) hora para realização da prova (somente para os candidatos portadores de deficiência). O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no subitem 6.3 deste Edital.
7.1.3 Para solicitar condição especial o candidato deverá:
7.1.3.1 No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais os recursos especiais necessários.
7.1.3.2 Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.
7.1.3.2.1 O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos **emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição**. **O(A) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e do CPF**.
7.2 Da Candidata Lactante
7.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:
7.2.1.1 Solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção "**Amamentando (levar acompanhante)";**
7.2.1.2 Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
7.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.
7.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 14 deste Edital durante a realização do certame.
7.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.
7.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 6.4.2, 7.1.2, 7.1.3.2 e 7.2.1.2 deste Edital deverão ser encaminhados, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **29 de outubro de 2026** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO com as informações abaixo:

DESTINATÁRIO: FAU CONCURSOS
Caixa Postal 3023
Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz, Bloco M, Sala 1403, 3º andar, Guarapuava/PR
CEP 85.015-430
Concurso Público do Município de Nova Prata do Iguaçu
(LAUDO MÉDICO/CONDIÇÃO ESPECIAL/LACTANTE)

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

7.4 O envio desta solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.
7.5 O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 7.3 ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.
7.5.1 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.
7.6 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias dos mesmos.
7.7 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.
7.8 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de 04 de novembro de 2026. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso conforme disposto no item 16 deste Edital.

8. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

8.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br e Diário Oficial do Município na data provável de **04 de novembro de 2026.**
8.2 No edital de deferimento das inscrições, constará a listagem dos candidatos às vagas para Ampla Concorrência, às vagas para Portadores de Deficiência, Afrodescendente, e, dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova.
8.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 16 deste Edital.
8.4 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público que decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br.

9. DAS FASES DO CONCURSO

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Superior	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTÕES E DE PONTOS			**30**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prova de Títulos (1)	Conforme item 12	----------	----------	**20,00**	Classificatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**120,00**	----------

(1) Prova de Títulos para todos os cargos do Nível Superior

TABELA 9.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Médio/Técnico	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTOES			**30**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prática (1)	Conforme item 13	----------	----------	**100,00**	Classificatório e Eliminatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**100,00**	----------
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS AGENTE ADMINISTRATIVO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL E TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES			----------	----------	**200,00**	----------

(1) Prova Prática somente para os cargos de Agente Administrativo, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Manutenção de Computadores

TABELA 9.3

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Professor	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTÕES E DE PONTOS			**30**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prova de Títulos	Conforme item 12	----------	----------	**20,00**	Classificatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**120,00**	----------

TABELA 9.4

NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Fundamental Completo	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTOES			**30**	----------	**100,00**	----------
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**100,00**	----------

TABELA 9.5

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Cargos de Nível Fundamental Incompleto	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	05	3,00	**15,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	05	2,00	**10,00**	
			Conhecimentos Gerais	05	3,00	**15,00**	
			Conhecimentos Específicos	15	4,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTOES			**30**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prática (1-2)	Conforme Item 13	----------	----------	**100,00**	Classificatório e Eliminatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**100,00**	----------
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS			----------	----------	**200,00**	----------

(1) Prova Prática somente para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas;
(2) Para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas é obrigatório CNH categoria "C";

10. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

10.1 **A prova objetiva será aplicada na Cidade de Nova Prata do Iguaçu/Paraná**, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do Município.
10.2 A prova objetiva será aplicada na data provável de **15 de novembro de 2026**, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO.**
10.3 **O CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br **a partir de 11 de novembro de 2026.**
10.4 O local de realização da prova objetiva, constante no CARTÃO DE INFORMAÇÃO, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.
10.5 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de **caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto** e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
10.5.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacional de habilitação com foto. **Também serão considerados os seguintes documentos digitais de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira Nacional de Habilitação, ou Título Eleitoral Digital (e-Título); nesse caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor**.
10.5.2 **Não serão aceitos** como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
10.5.2.1 Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
10.5.2.2 Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR Code impresso ou do documento digital impresso não será permitida** pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
10.5.2.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) **detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1**.
10.5.3 Em caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
10.6 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
10.7 Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta) minutos após o início da prova**, acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários e necessidade extrema, que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um Fiscal.
10.7.1 Em hipótese alguma será permitido aos candidatos o consumo de alimentos em sala durante a realização da prova.
10.8 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
10.8.1 O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.
10.9 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
10.9.1 Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;
10.9.2 Realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
10.9.3 Ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;
10.9.4 Realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
10.9.5 Comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
10.9.6 Portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 15 deste Edital.
10.9.7 Utilizar, em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 15 deste Edital, **exceto aparelho celular no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas, se apresentado documento digital**;

10.10 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 15 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e conforme o previsto neste Edital. **Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.**
10.11 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
10.12 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização das provas portando armas. A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.
10.13 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 7.2.2 deste Edital.
10.14 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais.
10.15 Haverá, para cada candidato, um caderno de prova e um cartão-resposta, identificados e numerados adequadamente.
10.16 O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua integridade, sendo vedada qualquer modificação ulterior, uma vez que, **em nenhuma hipótese, haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato**, salvo em caso de defeito em sua impressão.
10.17 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será distribuída e avaliada conforme as Tabelas do item 9 deste Edital.
10.18 Nas questões objetivas, a leitura das respostas é realizada por processo automatizado, sendo o resultado sensível à forma de marcação, razão pela qual marcações indevidas, rasuras, dobras ou uso de recursos não permitidos (borracha, corretivo) na área de leitura poderão acarretar respostas consideradas incorretas.
10.19 Cada questão da prova objetiva terá 05 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
10.20 As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas para o cartão-resposta com caneta esferográfica transparente escrita grossa de tinta azul ou preta, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão. Para fins de correção, não serão consideradas, em hipótese alguma, anotações feitas no caderno de provas.
10.21 A prova objetiva terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação no cartão-resposta. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
10.22 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala seu Cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.
10.23 O candidato poderá entregar seu cartão-resposta e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente após decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
10.24 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.
10.25 O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões. Poderá levar somente o gabarito a ser destacado deste caderno de questões.
10.26 Não poderão ser fornecidas, em tempo algum, por nenhum membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes às provas, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação/classificação.
10.27 O candidato deverá obter no mínimo 50,00% (cinquenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, para não ser eliminado do concurso público.
10.27.1 Os candidatos para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais deverão obter no mínimo 40,00% (quarenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, para não ser eliminado do concurso público.

11. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

11.1 **O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva** serão divulgados até às 19h00min do dia posterior à aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br
11.2 Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.
11.3 O caderno de questões ficará disponível até o fechamento dos recursos, e, após este período, será retirado do ar e não mais fornecido.

12. DA PROVA DE TÍTULOS

12.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada para todos os **Cargos de Nível Superior** e **exclusivamente** para o **Cargo de Professor** de Nível Médio/Técnico, e, somente poderá participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem **10.27**, além de não ser eliminado por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital.
12.1.1 A prova de títulos terá o valor máximo de **20,00 pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme disposto na Tabela 12.1 deste Edital.
12.2 **A documentação comprobatória dos títulos deverá ser entregue no mesmo dia da realização da prova objetiva, e seguirá os seguintes critérios:**
a) A documentação será recebida pelos Fiscais de Sala, exclusivamente nos primeiros 60 (sessenta) minutos da prova objetiva;
b) O candidato deverá entregar o envelope lacrado (item 12.3.2) juntamente com uma via do formulário de títulos preenchido e colado no envelope, disponível conforme o item 12.3.1. Os títulos que não estiverem lacrados ou sem o formulário de identificação, NÃO SERÃO RECEBIDOS;
c) O candidato assinará a lista de entrega dos títulos;
d) A Coordenação passará nas salas recolhendo a lista de entrega de títulos e a documentação entregue.
12.2.1 **Após esse período de entrega da documentação, nenhum documento será recebido, e, não será permitida a complementação de qualquer documento, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.**
12.3 Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão: a) imprimir e preencher o Formulário de Cadastro de Títulos **das 09h00min do dia 12 de novembro de 2026 até às 23h59min do dia 14 de novembro de 2026** disponíveis no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br; b) após completado o preenchimento, imprimir duas vias do comprovante de cadastro dos títulos, reter uma para si e anexar a outra em envelope lacrado com os documentos comprobatórios dos títulos, a ser entregue no dia da realização da prova objetiva.

12.3.1 é de exclusiva responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Cadastro de Títulos no site e preencher os títulos de acordo com o solicitado, e efetuar a entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.
12.3.2 os documentos comprobatórios solicitados **deverão ser entregues dentro de envelope lacrado**. Não será aceito envelope aberto ou que não esteja devidamente lacrado e identificado com os dados do candidato.
12.3.3 **a exatidão dos documentos entregues será de total responsabilidade do candidato, motivo pelo qual não haverá qualquer conferência dos envelopes no momento da entrega**.

TABELA 12.1

OS CARGOS DA TABELA 12.1			
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
01	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área do cargo/especialidade a que concorre	**10,00 por título**	**10,00**
02	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área do cargo/especialidade a que concorre.	**5,00 por título**	**5,00**
03	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a na área do cargo/especialidade a que concorre.	**2,50 por título**	**5,00**
TOTAL MÁXIMO DE TÍTULOS			**20,00**

12.3.4 Os documentos pertinentes à prova de títulos **deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas por Cartório competente.**
12.3.4.1 Esclarece que, a entrega dos títulos em cópias legíveis autenticadas, se dá em razão da impossibilidade de conferir os seus originais para autenticação no ato de suas entregas, uma vez que serão entregues em envelope lacrado para conferência posterior.
12.3.5 Não serão avaliados os documentos:
a) entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido no edital de convocação para a prova de títulos;
b) que não forem cadastrados no Formulário de Cadastro de Títulos;
c) cuja fotocópia esteja ilegível;
d) sem data de expedição;
e) de doutorado ou mestrado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.
12.3.6 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.
12.3.7 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na Tabela 12.1.
12.3.8 Não será admitido, sob hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos.
12.3.9 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento do formulário dos títulos disponível no site, entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.**
12.3.10 Os documentos apresentados não serão devolvidos em hipótese alguma.
12.3.11 Em hipótese nenhuma serão fornecidas cópias dos documentos entregues.
12.3.12 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.
12.3.13 A relação com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br
12.3.14 Quanto ao resultado da prova de títulos, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

12.4. DA TITULAÇÃO ACADÊMICA

12.4.1 serão pontuados apenas os títulos que não se destinam à comprovação do requisito para o cargo. Caso o candidato possua mais de um título de especialização que seja considerado como requisito do cargo, um título de especialização será considerado como requisito do cargo e os outros títulos serão pontuados até o limite máximo de pontos estabelecidos na Tabela 12.1. O candidato deverá enviar, além do título que pretende pontuar, o título de especialização referente ao requisito do cargo, quando for o caso;
12.4.2 para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito **diploma ou certificado** atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou estar de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). **Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar** no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição. Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.
12.4.3 Para os cursos de doutorado ou de mestrado concluídos no exterior, será aceito apenas o diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

13. DA PROVA PRÁTICA

13.1 A prova prática para os cargos de **Motorista**, **Operador de Máquinas** e **Técnico em Enfermagem** será de **caráter eliminatório e classificatório**, e, somente poderá participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem 10.27, além de não ser eliminado por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital.
13.1.1 Todos os candidatos empatados com o último colocado, serão convocados para a prova prática.
13.2 A prova prática para os cargos de **Agente Administrativo, Técnico em Higiene Dental** e **Técnico em Manutenção de Computadores** será de **caráter eliminatório e classificatório.** O candidato deverá obter a pontuação estabelecida no subitem 10.27 e estar classificado até o limite disposto na Tabela 13.2 para ser convocado, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

TABELA 13.2

CARGO	AMPLA CONCORRÊNCIA	AFRODESCENDENTE	PCD
Agente Administrativo	20ª (vigésima posição)	02ª (segunda posição)	01ª (primeira posição)
Técnico em Higiene Dental	10ª (décima posição)	01ª (terceira posição)	01ª (primeira posição)
Técnico em Manutenção de Computadores	10ª (décima posição)	01ª (terceira posição)	01ª (primeira posição)

13.2.1 Todos os candidatos empatados com o último colocado, dentro do limite disposto na Tabela 13.2, serão convocados para a prova prática.
13.3 A prova prática será realizada e avaliada de acordo com os termos descritos nas Tabelas 13.3, 13.4, 13.5, 13.6. 13.7 e 13.8, deste Edital.
13.4 O local, a data e o horário da prova serão divulgados no Edital de convocação para realização da prova prática.
13.5 A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
13.6 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
13.7 Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).
13.7.1 Os candidatos para os Cargos de Motorista e Operador de Máquinas, no dia de realização da prova prática, deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação – CNH (documento original físico e vigente) ou Carteira Nacional de Habilitação na modalidade digital (vigente); nesse caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor.
13.7.1.1 Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
13.7.1.2 Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR CODE impresso ou do documento digital impresso não será permitida** pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
13.7.1.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 13.7.1) **detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá de realizar a prova prática**.
13.8 **Os candidatos para o Cargo de Motorista, devem apresentar CNH, no mínimo categoria "C".**
13.8.1 **Os candidatos para os Cargos de Operador de Máquinas, devem apresentar CNH, no mínimo categoria "C".**
13.9 O candidato que não apresentar a CNH, nas categorias exigidas no subitem 13.8.1, conforme o requisito mínimo para o cargo previsto no Anexo I deste Edital, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.
13.10 O candidato deverá obter nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos na prova prática, numa escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, para não ser eliminado do certame.
13.11 Para os cargos de **Motorista**, o candidato será avaliado conforme Tabela 13.3
TABELA 13.3

PROVA PRÁTICA Cargo: Motorista - Obrigatório possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria C. conforme requisito para ingresso no cargo.	
Descrição	**Avaliação**
A prova prática consistirá em um exame de **DIREÇÃO VEICULAR** que será realizado em percurso pré-determinado, na presença de examinadores, quando será avaliado o comportamento do candidato com relação às regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: a) rotação do motor; b) uso do câmbio, dos freios, entre outros; c) localização do veículo na pista; d) velocidade desenvolvida; e) obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica; f) obediência às situações de trajeto; g) outras situações verificadas durante a realização do exame. Será eliminado do exame de direção veicular e do certame, o candidato que cometer qualquer uma das faltas eliminatórias do Inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN, ou seja: a) transitar na contramão da direção; b) avançar o sinal vermelho do semáforo; c) provocar acidente durante a realização do exame; d) não realizar de forma completa o exame de direção veicular. As demais faltas eliminatórias contidas no inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN serão consideradas faltas do Grupo III (falta grave), conforme quadro abaixo: **Grupos Falta Pontuação** I Leve 5 II Média 10 III Grave 20 No decorrer do exame de direção veicular serão apontadas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas. **Tempo da prova**: até 20 (vinte) minutos.	100,00 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100,00**

13.13 Para os cargos de **Operador de Máquinas (CNH Categoria "C")**, o candidato será avaliado conforme Tabela 13.4, e, serão avaliados os seguintes pontos:
I - Habilidade na condução do veículo/equipamento;
II - Cuidados básicos na condução do veículo/equipamento.
Faltas (1,00 pontos)
13.14 A Prova prática será examinada através das faltas que o candidato venha a cometer durante a prova, como segue:
Faltas eliminatórias (Candidato Eliminado);
Faltas graves (20,00 pontos);
Faltas médias (10,00 pontos);
Faltas leves (5,00 pontos);
13.15 O candidato iniciará com 100,00 (cem) pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova.

TABELA 13.4

PROVA PRÁTICA Cargo: Operador de Máquinas - Obrigatório possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo Categoria C, conforme requisito para ingresso no cargo.	
Descrição	Avaliação
A prova prática consistirá em um exame para o cargo de Operador de Máquinas serão avaliados os seguintes pontos: I - Habilidade na condução do veículo/equipamento; II - Cuidados básicos na condução do veículo/equipamento. A Prova prática será examinada através das faltas que o candidato venha a cometer durante a prova, como segue: Faltas eliminatórias (Candidato Eliminado); Faltas graves (20 pontos); Faltas médias (10 pontos); Faltas leves (05 pontos); Faltas verificação dos acessórios e situação mecânica (1,00 ponto); O candidato iniciará com 100 (cem) pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova. **Grupos Falta Pontuação**	100,00 pontos

I Leve 5,00 II Média 10,00 III Grave 20,00 No decorrer do exame serão apontadas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas. **Tempo da prova**: até 20 (vinte) minutos.	
TOTAL DE PONTOS	**100,00**

13.12 Para o cargo de **Agente Administrativo,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.5, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) Redação de Correspondência Administrativa.
II) Organização e Classificação de Documentos.
III) Organização do Ambiente de Trabalho.
IV) Conhecimentos em Pacote Office/Informática.
V) Gestão de Protocolo/Arquivo.
VI) Qualidade na realização das atividades.
VII) Cumprimento de Prazo: Concluir as atividades dentro do tempo estipulado de 15 (quinze) minutos.

TABELA 13.5

Item Avaliado	Avaliação/Pontuação (1)				
	Atingiu Plenamente 100%	Atingiu Parcialmente 75%	Atingiu Parcialmente 50%	Atingiu Parcialmente 25%	Não atingiu 0%
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0
V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

(1) Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*

13.12 Para o cargo de **Técnico em Manutenção de Computadores,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.6, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) **Diagnóstico e Troubleshooting**.
II) **Instalação e Configuração de Hardware e Software**.
III) **Manutenção Preventiva e Corretiva**.
IV) **Segurança de Dados e Rede**.
V) **Documentação Técnica**.
VI) **Qualidade na Execução das atividades**.
VII) **Cumprimento de Prazo:** Concluir as atividades no tempo estipulado pela banca examinadora, mantendo ritmo de trabalho eficiente e adequado à complexidade da tarefa.

TABELA 13.6

Item Avaliado	Avaliação/Pontuação (1)				
	Atingiu Plenamente 100%	Atingiu Parcialmente 75%	Atingiu Parcialmente 50%	Atingiu Parcialmente 25%	Não atingiu 0%
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0
V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

(1) Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*

13.13 Para o cargo de **Técnico em Higiene Dental,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.7, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) Preparo do ambiente clínico para atendimento.
II) Processamento de instrumental odontológico.
III) Isolamento do campo operatório.
IV) Manipulação de materiais odontológicos.
V) Revelação/processamento de radiografia convencional.
VI) Qualidade na Execução das atividades.
VII) Cumprimento de Prazo: Concluir as atividades dentro do tempo estipulado de 15 (quinze) minutos, mantendo ritmo de trabalho adequado.

TABELA 13.7

Item Avaliado	Avaliação/Pontuação (1)				
	Atingiu Plenamente 100%	Atingiu Parcialmente 75%	Atingiu Parcialmente 50%	Atingiu Parcialmente 25%	Não atingiu 0%
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0

V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

(1) Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*

13.14 Para o cargo de **Técnico em Enfermagem,** o candidato será avaliado conforme Tabela 13.8, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
I) Conhecimento de Técnicas e Procedimentos.
II) Preparo e Organização de Materiais.
III) Segurança e Uso de Equipamento de Proteção Individual.
IV) Atendimento e Comunicação com o Paciente.
V) Registro de Dados e Documentação.
VI) Qualidade na Execução das atividades.
VII) Cumprimento de Prazo: Concluir as atividades dentro do tempo estipulado de 15 (quinze) minutos, mantendo ritmo de trabalho adequado.

TABELA 13.8

Item Avaliado	**Avaliação/Pontuação (1)**				
	Atingiu Plenamente 100%	**Atingiu Parcialmente 75%**	**Atingiu Parcialmente 50%**	**Atingiu Parcialmente 25%**	**Não atingiu 0%**
I	15,00	11,75	9,00	4,00	0,0
II	15,25	11,75	6,50	4,25	0,0
III	15,00	11,50	6,50	3,00	0,0
IV	12,75	9,50	6,25	3,00	0,0
V	13,25	9,75	6,50	3,25	0,0
VI	13,75	9,75	7,75	3,75	0,0
VII	15,00	11,00	7,50	3,75	0,0
Pontuação Máxima	**100,00**	**75,00**	**50,00**	**25,00**	**0,00**

(1) Descrição dos critérios: *100% (Plenamente): performance sem erros, precisa, profissional; 75% (Atingiu Parcialmente): 1 erro menor ou pequena omissão; 50% (Atingiu Parcialmente): 2-3 erros ou omissões notáveis; 25% (Atingiu Parcialmente): múltiplos erros, qualidade comprometida, e, 0% (Não atingiu): não cumpriu a tarefa ou cometeu erros graves.*

13.16 O candidato poderá solicitar o espelho da prova prática **das 08 horas às 17 horas do dia estipulado em edital**, através da área do candidato no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br. **As solicitações recebidas após data e horário definidos em edital não serão atendidas**.
13.17 Quanto ao resultado da prova prática, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

14. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

14.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.
14.2 Para os cargos da **Tabela 9.1**, a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva, e, a soma da nota obtida na prova de títulos.
14.3 Para os cargos da **Tabela 9.2** a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva.
14.3.1 Para os cargos de **Agente Administrativo, Técnico em Higiene Dental** e **Técnico em Manutenção de Computadores** da **Tabela 9.2,** a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva e, a soma da nota obtida na prova prática, dividido por dois.
14.4 Para o cargo de **Professor** da **Tabela 9.3**, a Nota Final dos candidatos habilitados, será a soma da nota obtida na prova objetiva, e, a soma da nota obtida na prova de títulos.
14.5 Para o cargo de **Serviços Braçais** da **Tabela 9.4**, a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva.
14.6 Para os cargos de **Motorista** e **Operador de Máquinas** da **Tabela 9.4**, a Nota Final dos candidatos habilitados, será a soma da nota obtida na prova objetiva, e, a soma da nota obtida na prova prática, dividido por dois.
14.7 Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
b) obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos, quando houver;
c) obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
d) obtiver a maior nota em Conhecimentos Gerais;
e) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem), considerando dia, mês, ano do nascimento.
14.8 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de três listagens, a saber:
a) Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência e afrodescendentes em ordem de classificação;
b) Lista de Pessoa com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação e chamamento.
c) Lista de Afrodescendentes, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos com Afrodescendência em ordem de classificação.
14.9 O candidato eliminado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação final.

15. DA ELIMINAÇÃO

15.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
15.1.1 Não estiver presente na sala ou local de realização das provas no horário determinado para o seu início.
15.1.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros.

15.1.3 For surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:
a) equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP4, telefone celular, tablets, smartwatches, wearable tech, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;
b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;
c) bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
15.1.4 Caso qualquer objeto, tais como aparelho celular, smartwatches, wearable tech ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir qualquer som ou vibração, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova.
15.1.5 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.
15.1.6 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
15.1.7 fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos.
15.1.8 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.
15.1.9 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas.
15.1.10 descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas.
15.1.11 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
15.1.12 não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas.
15.1.13 for surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregar a arma à Coordenação.
15.1.14 recusar-se a ser submetido ao detector de metal.
15.1.15 recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.
15.1.16 não atingir a pontuação mínima estabelecida neste Edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
15.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

16. DOS RECURSOS

16.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO no prazo de **02 (dois) dias úteis** da publicação das decisões objetos dos recursos, somente pelo site da FAU www.concursosfau.com.br na **área do candidato**, assim entendidos:
16.1.1 Contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como portador de deficiência;
16.1.2 Contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;
16.1.3 Contra o resultado da prova objetiva;
16.1.4 Contra o resultado da prova de títulos;
16.1.5 Contra o resultado da prova prática;
16.1.6 Contra a nota final e classificação dos candidatos.
16.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, sob pena de perda do prazo recursal.
16.3 Os recursos deverão ser protocolados na área do candidato em requerimento próprio disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
16.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente para o caso do subitem 16.1.2 este deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.
16.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
16.6 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 16.1 deste Edital.
16.7 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
16.8 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
16.9 Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.
16.10 No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.
16.11 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
16.12 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
16.13 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
16.14 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
16.15 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
16.15.1 Em hipótese alguma, os recursos de terceiros serão acatados. Havendo recursos neste sentido serão negados de plano sem direito a recorrer da decisão, ficando a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO – FAU isenta de quaisquer ônus e responsabilidades pela negativação do recurso.
16.16 Os recursos referentes às questões da prova objetiva, da prova de títulos, da prova prática e da nota final e classificação dos candidatos serão analisados e respondidos através de Edital no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
16.17 A Banca Examinadora da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

17. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

17.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Município de Nova Prata do Iguaçu e publicado em Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.npi.pr.gov.br/ **em três**

listas, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos (ampla concorrência), outra somente com a classificação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência e **outra para os candidatos classificados inscritos como afrodescendentes**.

18. DA CONVOCAÇÃO PARA POSSE

18.1 O candidato será convocado através de edital específico, publicado no órgão oficial do Município e no endereço eletrônico do Município de Nova Prata do Iguaçu.
18.2 O candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
18.3 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados na forma estabelecida no subitem 18.1. Fica o Departamento de Recursos Humanos isento de contatar os candidatos convocados.
18.4 O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
18.5 Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:
18.5.1 Cópia da Carteira de Identidade;
18.5.2 Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
18.5.3 Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
18.5.4 Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
18.5.5 Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
18.5.6 Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
18.5.7 Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
18.5.8 Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
18.5.9 Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
18.5.10 Certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
18.5.11 Comprovante de endereço;
18.5.12 Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
18.5.13 Carteira de Habilitação Categoria C, D ou E, conforme requisito exigido para o cargo.
18.5.14 Demais documentos que o Município de Nova Prata do Iguaçu achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.
18.6 O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Município de Nova Prata do Iguaçu, no prazo determinado em edital de cinco dias úteis, munido dos originais e cópias dos documentos supracitados no item 4 e os listados no subitem 18.5.
18.7 O candidato poderá optar pelo final da lista uma única vez.
18.8 O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação.
18.9 A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a admissão no cargo, especificados no item 18 deste edital, impedirá a admissão do candidato e, automática e consequentemente, implicará a sua eliminação do Concurso Público e a nulidade da aprovação ou da classificação e perda dos efeitos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
18.10 Verificada a falsidade nos documentos apresentados, será o candidato eliminado do Concurso Público, com nulidade da aprovação ou da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Município de Nova Prata do Iguaçu no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br.
19.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora tenha sido aprovado, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.
19.3 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
19.4 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e www.npi.pr.gov.br.
19.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público ouvido a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
19.6 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.
19.7 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará a sua eliminação do concurso.
19.8 O Município de Nova Prata do Iguaçu e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, não se responsabilizam por quaisquer tipos de despesas, com viagens e/ou estadia dos candidatos, para prestarem as provas deste Concurso Público.
19.9 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
19.10 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de informações (tais como nome, data de nascimento, notas e desempenho, entre outras) que são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao certame. Tais informações poderão, eventualmente, ser encontradas na internet, por meio de mecanismos de busca. Os dados serão mantidos durante o período de validade do concurso.
19.11 Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de sua publicação.
19.12 A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex para o endereço da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro, na Rua Padre Salvatore Renna, 875, Bairro Santa Cruz, Bloco M, Sala 1403, 3º andar, Guarapuava/PR, CEP 85.015-430, ou, enviada para o e-mail de atendimento ao candidato: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
19.12.1 Não caberá recurso administrativo contra decisão acerca da impugnação.
19.13 Não será permitido que o candidato se alimente durante a realização das provas objetiva e prática.

19.14 Os candidatos poderão consumir líquidos durante a realização da prova desde que sejam removidos os rótulos que envolvem as garrafas de água e estas devem ser e estar em material transparente, podendo o material ser examinado pelos fiscais aplicadores.
19.15 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
19.16 A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e o Município de Nova Prata do Iguaçu não se responsabilizam por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:
a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
b) endereço residencial incorreto e/ou desatualizado;
c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
d) outras informações, divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo(a) candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
19.17 Todas as fases do certame poderão ser acompanhadas, também, por integrantes do Quadro Próprio de Membros e Servidores do Município de Nova Prata do Iguaçu.
Em caso de dúvidas, o candidato, deverá entrar em contato com a FAU por meio da Central de Atendimento ao Candidato - CAC, pelos telefones (42) 3621-1410 / (42) 3621-1418, de segunda a sexta-feira úteis, das 8h30m às 11h30m e das 13h às 17h30m, ou, para o e-mail de atendimento ao candidato:
secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
19.18 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu, 23 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita do Municipio

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:B81AACEE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 002/2026 - PRAZO
TERMO ADITIVO N° 003/2026 – REAJUSTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 220/2025
PREGÃO ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°. 050/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 092/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Nilson Antunes – CNPJ Nº 19.503.545/0001-49 – Realeza - PR
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Aquisição de madeiras de eucalipto (pranchas e vigas), de forma parcelada, para recuperação de pontes e bueiros e demais necessidades do Município de Nova Prata do Iguaçu, PR.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação necessário para atender às demandas da manutenção preventiva e corretiva, decorrentes do desgaste natural das estruturas, das condições climáticas e do uso contínuo, garantindo a segurança, a trafegabilidade e a adequada conservação da infraestrutura municipal. Evitando interrupções que possam comprometer o andamento das atividades administrativas visto que o contrato possui saldo contratual suficiente, verifica-se a necessidade de aditivo de prazo por mais 12 (doze) meses. Tendo em vista o reajuste dos valores após 12 (doze) meses, previsto na cláusula QUINTA do contrato e ainda previsto na Lei 14.133 em seu artigo 136.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, ou seja, até 19/09/2027.
CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,223450%, conforme itens abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA			
Item	**Descrição**	**Valor un.**	**Valor Total**
01	**Prancha de madeira de eucalipto vermelho ou rosa, de 0,06 x 0,25 x 4,00 metros**. 0,06 m – Espessura da prancha; 0,25m – Largura da prancha; 4,00m – Comprimido exigido da prancha	40,00	41,69

COTA RESERVADA 25%			
Item	**Descrição**	**Valor un.**	**Valor Total**
04	**Prancha de madeira de eucalipto vermelho ou rosa, de 0,06 x 0,25 x 4,00 metros**. 0,06 m – Espessura da prancha; 0,25m – Largura da prancha; 4,00m – Comprimido exigido da prancha	40,00	41,69

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR - Fica acrescido ao contrato original o valor total de R$ 2.873,00 (dois mil oitocentos setenta três reais) com saldo final na presente data de R$ 70.873,00 (setenta mil oitocentos setenta três reais) e total contratual reajustado de R$ 82.873,00 (oitenta dois mil oitocentos setenta três reais).
CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 18 de setembro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:6EFD3CA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.P 08-2026

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ELIZANGELA LOPES DA SILVA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	18 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	21/09/2026
d) Objeto Homologado :	REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de GÁS DE COZINHA para atender as necessidades das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial do Município e Educação de Jovens e Adultos do Município de Paiçandu, para o ano letivo de 2026/2027.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor

TODON COMERCIO DE GAS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	GÁS ENVASADO P-45		Ud	265,000	362,0000	95.930,00
3	GÁS ENVASADO P-45		Ud	85,000	362,0000	30.770,00
				Total:		126.700,00

Fornecedor

KARINGAS COMERCIO DE GAS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	GÁS ENVASADO P-13		Ud	250,000	104,0000	26.000,00
4	VASILHAME DE GÁS P-13		Ud	5,000	169,0000	845,00
5	VASILHAME DE GÁS P-45		Ud	5,000	645,0000	3.225,00
				Total:		30.070,00

Paiçandu, 21/09/2026

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Dir. Presidente Fundação de Educação

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:9F88D12D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E 43/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	101 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	22/09/2026
d) Objeto Homologado :	Contratação de empresa especializada no preparo e fornecimento de refeições prontas (tipo marmitex), para atender às necessidades da SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS e ASSISTENCIA SOCIAL

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor

ROSI RESTAURANTE LTDA.

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PREPARO E	MARMITEX	Ud	4.000,000	27,0000	108.000,00
				Total:		108.000,00

Paiçandu, 22/09/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:7F80011B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO A ATA N.º 399/2025 – SOS DEDETIZADORA LTDA

Pelo presente Termo, fica retificada a Ata de Registro de Preços nº 399/2025, em razão de erro material constatado em sua elaboração, para que passe a constar, no instrumento, a integralidade dos itens adjudicados e homologados no procedimento licitatório que lhe deu origem.
O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Educação, Sra. Dirlene Aparecida Delfrate**, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 788.342.529-34**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 17958/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 84/2025**, **processo administrativo nº 14976/2025, RETIFICA a ata** Nº 399/2025 conforme segue:

Onde se lê:

Fornecedor: SOS DEDETIZADORA LTDA
CNPJ/CPF: 23.566.543/0001-76

LOTE 1
Valor Total do Lote: 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em desinsetização e desratização, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	102.000	R$ 0,1200	R$ 12.240,0000

Leia-se:

Fornecedor: SOS DEDETIZADORA LTDA
CNPJ/CPF: 23.566.543/0001-76

LOTE 1
Valor Total do Lote: 12.240,00 (doze mil, duzentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em desinsetização e desratização, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	102.000	R$ 0,1200	R$ 12.240,0000

LOTE 2
Valor Total do Lote: 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em descupinização, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	22.500	R$ 0,3000	R$ 6.750,0000

LOTE 3
Valor Total do Lote: 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	*Contratação de empresa especializada em manejo de morcegos, serviço este a ser executado nas áreas gerais e internas dos prédios públicos, de propriedade do Município, situados na zona urbana e rural conforme necessidade das Secretarias Municipais.	Serviço	M2	14.500	R$ 1,4000	R$ 20.300,0000

Valor Total Homologado - R$ 39.290,00

A presente retificação tem por finalidade exclusivamente corrigir erro material constante do instrumento, mantendo-se inalterados os demais termos e condições da Ata de Registro de Preços, bem como os resultados da adjudicação e homologação do certame.

Palmeira, data da assinatura.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65
DIRLENE APARECIDA DELFRATE
CPF/MF sob o nº 541.250.229-688
Secretária Municipal de Educação
Contratante

SOS Dedetizadora LTDA
CNPJ/MF sob o nº 23.566.543/0001-76
JUIRCE KOSINSKI
CPF/MF sob o nº 659.331.769-15
Contratada

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B5EF65D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
RELATÓRIO DO OCA ESPORTE 4° BIMESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EXERCÍCIO DE 2026

ENDEREÇO: Rua Santos Dumont – Ginásio Central de Esporte, S/N, Centro
CONTATO: 42 9942-4731
E-MAIL: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Projeto/ Atividade: 6096

Descrição	Objetivo	Tipo (Proj/Ativ)	Produto	Unidade de Medida	Unidade Responsável
Fortalecimento das práticas esportivas e de lazer	Fortalecer o esporte no Município de Palmeira	Atividade	Outros Produtos	Outras Unidades de Medida	Secretaria de Esporte e Lazer
Justificativa	Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social. Fortalecer o esporte no Município de Palmeira para melhorar é uma meta para melhorar a qualidade de vida da população.				

AÇÕES REALIZADAS

As práticas esportivas em nosso Município, a Secretaria de Esporte e Lazer promove ações que envolvem a qualidade de vida aos munícipes, bem como a prática de atividades físicas direcionadas a partir dos treinamentos de modalidades esportivas como (vôlei nas categorias masculino e feminino, handebol nas categorias masculino e feminino, e futebol/futsal), diante das atribuições exercidas e correspondidas quanto ao departamento proporcionamos a todas as crianças e jovens treinamentos das modalidades acima, integrando tanto a parte física, mental e motora dos participantes, além de vários outros fatores que a prática dessa ação esportiva trás para os praticantes, como a socialização e entretenimento. A Secretaria de esporte e lazer além de incentivar e contribuir de todas as formas para que mais pessoas venham a se desenvolver na prática esportiva e de lazer, projetos e eventos esportivos são organizados para que tenhamos um público mais participativo e comprometido com a qualidade de vida. A Secretaria realiza justamente projeto social com as crianças nos bairros onde se localizam os campos sintéticos (vila militar, vila rosa e rocio I) direcionados para crianças nesses bairros a escolinha de futebol. Ações: - Treinamento de Vôlei (masculino e feminino) - Treinamento de Handebol (masculino e feminino) - Escolinha de Futsal - Além de eventos esportivos. - Temos assim o objetivo de FOMENTAR o esporte em nosso Município, vemos assim o quanto a qualidade de vida se da pela pratica de atividade física em cada munícipe, diante a este episodio que vivemos, tentamos assim trazer varias modalidade e praticas a fim de melhorar como circuitos, rua do lazer, torneios, bocha corrida, caminhada entre outras oportunidades que encontramos a fim de disponibilizar para a população esse é o ***ESPORTE QUE QUEREMOS***.

PROFISSIONAIS QUE EXECUTAM A ATIVIDADE

Nas suas atividades diárias e presencias com um grande público de crianças, adolescentes e adultos, os profissionais direcionados e aperfeiçoados para estes treinamentos e projetos que o departamento de esporte proporciona a crianças, jovens e adultos são totalmente planejadas e com intuitos de montar equipes e times para representar esporte em competições a fora do Município, como muitos jogos regionais, estaduais, colegiais e até mesmo jogos interno dentro do município, todos os profissionais com propósitos nas execuções dessas ações, além de pessoas qualificadas e com experiências para estas práticas esportivas, o departamento de esporte e lazer planeja tanto as ações como eventos com direcionamentos a estes públicos.

NÚMERO DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES

MÊS DE REFERÊNCIA	FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE ATENDIDOS	DEMANDA REPRIMIDA NO BIMESTRE
JULHO	06 anos à 18 anos	650	0
AGOSTO	06 anos à 18 anos	650	0

Publicado por:
Rafael Ricanello Malmegrin
Código Identificador:A9AAA9AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 315/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Meio Ambiente, **Sr. JOSLEI SEQUINELI,** brasileiro, **i**nscrito no **CPF/MF sob o n.º 053.236.059.10**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 9.688.925-9,** a qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.837 de 14/01/2026 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 75/2026**, **processo administrativo nº 5844/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços, sob demanda, de poda, desgalhamento, manejo e corte de árvores com interferência em redes de distribuição de energia elétrica e demais estruturas, em vias, praças, parques e demais espaços públicos, bem como para execução de serviços especializados de eletricista em instalações elétricas de baixa tensão, manutenção elétrica em bens públicos, mediante utilização de equipes técnicas equipadas com caminhão Munck com cesto aéreo acoplado e caminhão com cesto aéreo isolado de apoio, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e demais necessários à perfeita execução dos serviços.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: GRANEMANN & IASIAK LTDA
CNPJ/CPF: 27.843.431/0001-76

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, SOB DEMANDA, DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDAUTO HIDRÁULICO (MUNCK) E CESTO AÉREO ACOPLADO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS APLICÁVEIS, ESPECIALMENTE NR-12, NR-10 E NR-35, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA OPERAÇÃO DO CAMINHÃO E GUINDAUTO EM SERVIÇOS DE ALTURA, MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. OS SERVIÇOS COMPREENDEM, DE FORMA EXEMPLIFICATIVA E NÃO EXAUSTIVA: * EXECUÇÃO DE PODA, DESGALHAMENTO, CONDUÇÃO, LEVANTAMENTO DE COPA, SUPRESSÃO, CORTE, REMOÇÃO E MANEJO DE ÁRVORES E VEGETAÇÃO SITUADAS EM VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PARQUES, ÁREAS VERDES, CANTEIROS CENTRAIS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS, ESPECIALMENTE QUANDO HOUVER INTERFERÊNCIA COM REDES DE ENERGIA ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA OU EDIFICAÇÕES; * IÇAMENTO, MOVIMENTAÇÃO, POSICIONAMENTO, REMOÇÃO, CARGA E DESCARGA DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, ESTRUTURAS METÁLICAS, POSTES, TRANSFORMADORES, GERADORES, PAINÉIS ELÉTRICOS, VIGAS, PERFIS METÁLICOS, RESERVATÓRIOS, PRÉ-MOLDADOS, CONTAINERS E DEMAIS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE OPERACIONAL DO CAMINHÃO MUNCK; * INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, RETIRADA E MANUTENÇÃO DE POSTES, BRAÇOS DE ILUMINAÇÃO, LUMINÁRIAS, PROJETORES, CRUZETAS, FERRAGENS, SUPORTES, ESTRUTURAS METÁLICAS E DEMAIS COMPONENTES DESTINADOS ÀS REDES ELÉTRICAS E SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; * EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EM FACHADAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE, GINÁSIOS DE ESPORTES, QUADRAS	Horas	2000	**R$ 310,00**	**R$ 620.000,00**

	POLIESPORTIVAS, CAMPOS DE FUTEBOL, CENTROS COMUNITÁRIOS, CENTROS DE EVENTOS, PRAÇAS, PARQUES E DEMAIS BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DE LUMINÁRIAS, REFLETORES, CABOS, ELETRODUTOS, PAINÉIS, QUADROS ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS CORRELATOS; * MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS DESTINADAS A EVENTOS PÚBLICOS, FESTIVIDADES, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, APRESENTAÇÕES CULTURAIS E ESPORTIVAS, INCLUINDO PALCOS, TENDAS, PÓRTICOS, TORRES, ESTRUTURAS METÁLICAS, DECORAÇÃO TEMÁTICA, ILUMINAÇÃO DECORATIVA, ELEMENTOS NATALINOS, FAIXAS, BANNERS, PAINÉIS E DEMAIS EQUIPAMENTOS; * APOIO NA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PLACAS, TOTENS, MASTROS, CÂMERAS DE MONITORAMENTO, SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO, SEMÁFOROS, EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, ANTENAS E DISPOSITIVOS URBANOS; * ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS EMERGENCIAIS DECORRENTES DE INTEMPÉRIES, VENDAVAIS, QUEDAS DE ÁRVORES, ACIDENTES, DANOS EM ESTRUTURAS, RISCOS ELÉTRICOS E DEMAIS SITUAÇÕES QUE DEMANDEM ATUAÇÃO IMEDIATA COM UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK E CESTO AÉREO; * PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO OU SOBREAVISO, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DE EVENTOS, FESTIVIDADES OFICIAIS, SITUAÇÕES EMERGENCIAIS E DEMAIS DEMANDAS OPERACIONAIS, INCLUSIVE EM PERÍODOS NOTURNOS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS; * EXECUÇÃO DE QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MANUTENÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, IÇAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INTERVENÇÕES EM ALTURA COMPATÍVEIS COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO, OBSERVADAS AS NORMAS DE SEGURANÇA E A CAPACIDADE OPERACIONAL DO CAMINHÃO. TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS E QUALIFICADOS, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS CERTIFICADOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EM ESPECIAL NR-10, NR-12, NR-18 E NR-35, AS NORMAS DA ABNT, AS EXIGÊNCIAS DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA QUANDO APLICÁVEIS, BEM COMO TODA A LEGISLAÇÃO VIGENTE, GARANTINDO SEGURANÇA OPERACIONAL, QUALIDADE, EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA				
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO, INDUSTRIAL E COMERCIAL, EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA ABRANGENDO OS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS SERVIÇOS INCLUEM, MAS NÃO SE LIMITAM ÀS SEGUINTES ATIVIDADES:, PODAS DE ÁRVORES PRÓXIMAS A REDE DE DISTRIBUIÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PADRÃO COPEL PROVISÓRIO DESTINADOS AO FORNECIMENTO TEMPORÁRIO DE ENERGIA ELÉTRICA EM EVENTOS PÚBLICOS, ESTRUTURAS DE TENDAS E PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES E DEMANDAS DE CADA EVENTO; MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE PLANTONISTA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EVENTOS PÚBLICOS DANDO TODO O SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PADRÕES COPEL EM SUAS VARIAÇÕES MONOFÁSICO, BIFÁSICO E TRIFÁSICO, CONFORME AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PAINÉIS ELÉTRICOS TRIFÁSICOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE CONTATORES, RELÉS AUTOMÁTICOS E DEMAIS COMPONENTES ELETROMECÂNICOS, GARANTINDO PLENO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS; LIGAÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS DE DIFERENTES MODELOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONTEMPLANDO MOTORES MONOFÁSICOS, BIFÁSICOS E TRIFÁSICOS, CONFORME A APLICAÇÃO NECESSÁRIA; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CIRCUITOS DE FORÇA E ILUMINAÇÃO, TANTO AÉREOS QUANTO SUBTERRÂNEOS, EM PRÉDIOS PÚBLICOS, QUADRAS ESPORTIVAS, PRAÇAS, PARQUES E CAMPOS DE FUTEBOL, ASSEGURANDO O PLENO FUNCIONAMENTO E A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES; EXECUÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS À MANUTENÇÃO E MONTAGEM ELÉTRICA INDUSTRIAL QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS À BOA CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESTRUTURAS PÚBLICAS.. TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS COM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES (COMO A NBR 5410, NR-10, ENTRE OUTRAS), BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA, QUALIDADE E EFICIÊNCIA, RESPEITANDO OS PADRÕES EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONCESSIONÁRIA LOCAL DE ENERGIA (COPEL) E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA	Horas	3000	**R$ 125,00**	**R$ 375.000,00**

Valor Total Homologado – R$ 995.000,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.1.1. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.1.2 Podas simples e drásticas/cortes de árvore com utilização de caminhão com cesto acoplado próximo a rede de energia:

2.2.2. Objeto dos Serviços: Essas atividades deverão ser executadas por oficiais eletricistas, que deverão possuir certificado de curso de oficial eletricista de alta e baixa tensão com no mínimo 160 horas, treinamento de no mínimo 40 horas conforme determinação da norma regulamentadora nº. 10 (nr10), 40 horas de sistema elétrico de potência (sep) e 8 horas de treinamento de resgate e trabalho em altura conforme norma regulamentadora nº. 35 (nr-35) sempre utilizando – se de todos os epi´s e epc´s necessários para a realização dos serviços, estes serviços serão solicitados sob ordem de serviço especifica, a empresa terá o prazo de 2 (dois) dias uteis para realizar a execução do serviço solicitado, em caso de emergência 24 horas, deverá sempre ser acompanhado pelo responsável técnico da área elétrica juntamente com o responsável técnico da área florestal

2.2.3. Compreende a execução de serviços especializados de manejo da arborização urbana, incluindo poda de formação, condução, limpeza, levantamento de copa, adequação à rede elétrica, redução de copa, poda emergencial, remoção de galhos secos, quebrados, doentes ou com risco de queda, bem como todos os serviços complementares necessários para garantir a segurança da população, a preservação da vegetação e a continuidade dos serviços públicos.

2.2.4. Todos os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, utilizando equipamentos específicos, ferramentas apropriadas e observando rigorosamente as normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, legislação ambiental vigente e orientações dos órgãos ambientais competentes.

2.2.5. A contratada deverá fornecer integralmente mão de obra especializada, supervisão técnica permanente, responsável técnico habilitado, emissão de ART, caminhões e veículos, caminhão cesto aéreo, caminhão munck, caminhão carroceria, trituradores de galhos, motosserras, motopodas, podões, serras de poda, ferramentas manuais, cordas de segurança, equipamentos de escalada arborícola quando necessário, cones, cavaletes, fitas zebradas, placas de sinalização, todos os EPIs, todos os EPCs, combustível, lubrificantes, manutenção dos equipamentos, transporte das equipes, carregamento e destinação final dos resíduos vegetais, quando eventualmente não for possível a equipe própria do município fazer o recolhimento dos resíduos.

2.2.6. Os tipos de podas são: Poda de limpeza; Poda de formação; Poda de condução; Poda de levantamento de copa; Poda de adequação da vegetação junto à rede elétrica; Poda para desobstrução de iluminação pública; Poda preventiva; Poda corretiva; Poda emergencial; Retirada de galhos secos, comprometidos ou com risco de queda; Corte de brotações; Eliminação de ramos doentes e parasitados; Fragmentação, limpeza, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

2.2.7. Antes do início dos serviços deverá ser realizada inspeção técnica da árvore, avaliando estado fitossanitário, inclinação, interferências com edificações, veículos, redes elétricas e telecomunicações, existência de ninhos, riscos estruturais, condições do solo e necessidade de isolamento.
2.2.8. Os cortes deverão ser limpos, precisos e tecnicamente executados, preservando a estabilidade fisiológica e estrutural da árvore.
2.2.9. Equipamentos mínimos:
a) Caminhão cesto aéreo isolado, caminhão munck, motosserras profissionais, motopodas telescópicas, guinchos, cintas de içamento, escadas de fibra e ferramentas isoladas quando aplicável.
2.2.10. Atendimento integral às NR-06, NR-10 (quando aplicável), NR-12, NR-18 e NR-35, com uso obrigatório de todos os EPIs e EPCs, isolamento e sinalização da área de trabalho.
2.2.11. Os serviços deverão ser executados de forma rotineira, em todos os ambientes públicos que necessitem da intervenção, a ser designado pelo município, os serviços deverão ser realizados de segunda a sexta feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 e eventuais finais de semana com acréscimos de 50% nas horas executadas em sábados e 100% em domingos e feriados.
2.2.12. Caso seja necessário conforme a demanda dos serviços a administração poderá solicitar equipes e equipamentos extras para a execução dos serviços, o pagamento será efetuado conforme a multiplicação de Hora-Homem ou hora de locação de equipamentos empregados na execução dos trabalhos.

2.3. Serviços de içamento de cargas com caminhão munck e elevação de pessoas em cesta aérea acoplada
2.3.1. Compreende a disponibilização de caminhão equipado com guindaste hidráulico articulado (Munck), devidamente registrado e certificado conforme legislação vigente, destinado à execução de serviços de movimentação, içamento, carga, descarga, posicionamento e montagem de materiais, equipamentos e estruturas de pequeno, médio e grande porte, bem como à elevação segura de profissionais mediante utilização de cesta aérea acoplada ao equipamento para execução de trabalhos em altura.
2.3.2. Os serviços de içamento deverão contemplar todas as etapas operacionais, incluindo análise preliminar da atividade, planejamento do içamento, estudo do raio de operação, verificação da capacidade nominal do equipamento em função do alcance da lança, estabilização do caminhão por meio de sapatas hidráulicas, nivelamento da base, isolamento e sinalização da área de trabalho, movimentação horizontal e vertical das cargas, posicionamento preciso dos elementos içados e sua fixação definitiva quando aplicável.
2.3.3. O caminhão Munck deverá possuir capacidade compatível com as atividades contratadas, lança hidráulica telescópica ou articulada, sistema hidráulico em perfeito estado de funcionamento, limitador de carga, válvulas de segurança, estabilizadores hidráulicos, ganchos certificados, cabos de aço, moitões, cintas de poliéster, manilhas, olhais, balancins, correntes de elevação, espaçadores e demais acessórios necessários à realização de içamentos seguros, atendendo integralmente às normas técnicas da ABNT, NR-11, NR-12, NR-18 e NR-35, além das recomendações do fabricante.
2.3.4. Os serviços incluem o içamento e posicionamento de: Postes de concreto e metálicos; Transformadores de distribuição; Luminárias públicas e projetores; Estruturas metálicas; Quadros elétricos;
Cruzetas; Equipamentos industriais; Reservatórios; Geradores; Contêineres; Peças pré-moldadas; Equipamentos de climatização; Torres metálicas; Estruturas para eventos; Elementos de decoração natalina;
Demais equipamentos compatíveis com a capacidade operacional do caminhão.
2.3.5. Quando empregado com cesta aérea acoplada, o equipamento será destinado à elevação de profissionais habilitados para execução de serviços em altura, permitindo acesso seguro a locais elevados para realização de atividades de manutenção, instalação, inspeção, montagem, desmontagem, poda, eletrificação, iluminação pública, telecomunicações e demais intervenções técnicas.
2.3.6. A cesta aérea deverá possuir capacidade mínima compatível para operação com um ou dois trabalhadores, sistema de nivelamento automático, controles hidráulicos na base e na cesta, dispositivo de parada de emergência, sistema de descida manual de emergência, isolamento elétrico quando aplicável, pontos certificados para ancoragem dos cinturões de segurança, guarda-corpo, piso antiderrapante e todos os dispositivos de segurança previstos na legislação vigente.
2.3.7. Os trabalhos em altura deverão ser executados exclusivamente por profissionais treinados e certificados conforme a NR-35, utilizando obrigatoriamente Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo cinturão tipo paraquedista, talabarte duplo com absorvedor de energia, trava-quedas quando necessário, capacete com jugular, luvas, óculos de proteção, vestimentas adequadas e demais equipamentos exigidos pela análise de risco da atividade.
2.3.8. Os serviços compreenderão ainda: a) Mobilização e desmobilização do equipamento; b) Deslocamentos até o local de execução; c) Operação por profissional habilitado; d) Auxiliar de solo quando necessário; e) Inspeção diária do equipamento; f) Check-list operacional; g) Análise Preliminar de Risco (APR); h) Permissão de Trabalho (PT), quando exigida; i) Isolamento e sinalização da área; j) Apoio operacional durante toda a execução; k) Limpeza e organização da área após conclusão dos serviços.
2.3.9. Todas as operações deverão ser executadas obedecendo rigorosamente aos limites de carga estabelecidos pelo fabricante do equipamento, considerando o raio de trabalho, altura de operação, velocidade dos ventos, condições do terreno, interferências aéreas, redes energizadas, edificações, circulação de veículos e demais fatores que possam comprometer a segurança da operação.
2.3.10. Sempre que necessário, deverão ser empregados calços, placas de apoio para sapatas, dispositivos de distribuição de carga sobre o solo e demais recursos que garantam estabilidade ao caminhão durante toda a operação de içamento ou elevação.
2.3.11. A contratada será integralmente responsável pela operação do equipamento, fornecimento de combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação legal, licenciamento, operador qualificado, acessórios certificados e todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais necessários à perfeita execução dos serviços.
2.3.12. Os serviços deverão atender integralmente às disposições das Normas Regulamentadoras NR-11 (Movimentação de Materiais), NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos), NR-18 (Construção Civil), NR-35 (Trabalho em Altura), NR-06 (Equipamentos de Proteção Individual), bem como às normas técnicas da ABNT aplicáveis e demais legislações vigentes relacionadas à movimentação de cargas, operação de guindastes articulados e elevação de pessoas em cesta aérea.
2.3.13. Os serviços deverão ser executados de forma rotineira, em todos os ambientes públicos que necessitem da intervenção, a ser designado pelo município, os serviços deverão ser realizados de segunda a sexta feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 e eventuais finais de semana com acréscimos de 50% nas horas executadas em sábados e 100% em domingos e feriados.
2.3.14. Caso seja necessário conforme a demanda dos serviços a administração poderá solicitar equipes e equipamentos extras para a execução dos serviços, o pagamento será efetuado conforme a multiplicação de Hora-Homem ou hora de locação de equipamentos empregados na execução dos trabalhos.
2.3.15. Prestação de serviços especializados de manutenção elétrica preventiva, corretiva, ampliação, adequação, instalação, substituição e modernização de sistemas elétricos, incluindo redes aéreas de baixa tensão, iluminação interna e externa, infraestrutura elétrica, quadros de comando, circuitos, cabos, eletrodutos, postes, braços metálicos, dispositivos de proteção e demais componentes em prédios públicos, escolas, postos de saúde, quadras e campos esportivos, praças, parques e centro de eventos entre demais ambientes públicos.
2.3.16. Fornecimento integral de mão de obra especializada, engenheiro eletricista responsável, emissão de ART, eletricistas habilitados, caminhão cesto aéreo isolado, caminhão Munck, caminhonete equipada com escada giratória, ferramentas isoladas, instrumentos de medição, equipamentos de aterramento temporário, sinalização, EPIs, EPCs, combustível e manutenção da frota.
2.3.17. Serviços contemplados:

a) Instalação e substituição de postes;
b) Instalação de braços e luminárias;
c) Passagem e substituição de cabos;
d) Instalação de eletrodutos e caixas de passagem;
e) Instalação de quadros de comando, disjuntores, DPS, contatores, relés e fotocélulas;
f) Testes elétricos e medições;
g) Manutenção preventiva e corretiva;
h) Balanceamento de cargas;
i) Mobilização de equipe plantonista para manutenção preventiva e corretiva em eventos públicos dando todo o suporte técnico necessário
j) Inspeções técnicas e atendimentos emergenciais.
2.3.18. Os serviços deverão obedecer às boas práticas de engenharia elétrica, garantindo continuidade elétrica, proteção mecânica, aterramento adequado, identificação dos circuitos e perfeito acabamento.
2.3.19. Equipamentos:
a) Caminhão cesto aéreo isolado, caminhão munck, caminhonete com escada giratória, escadas de fibra, megômetro, terrômetro, multímetros TRMS, alicates amperímetros, detector de tensão, ferramentas isoladas e equipamentos hidráulicos.
2.3.20. Segurança:
a) Execução conforme NR-10, NR-12, NR-18, NR-35, ABNT NBR 5410, ABNT NBR 14039 (quando aplicável), normas da concessionária e demais normas técnicas.
5.3.7. Controle de Qualidade:
a) Inspeção final, testes de continuidade, resistência de isolamento, funcionamento dos dispositivos de proteção, estabilidade das estruturas e conformidade com projetos e normas.
2.3.21. Responsabilidade integral pela qualidade dos serviços, segurança das equipes e da população, fornecimento de materiais auxiliares, recomposição de danos eventualmente causados e cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária
2.3.22. Os serviços deverão ser executados de forma rotineira, em todos os ambientes públicos que necessitem da intervenção, a ser designado pelo município, os serviços deverão ser realizados de segunda a sexta feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 e eventuais finais de semana com acréscimos de 50% nas horas executadas em sábados e 100% em domingos e feriados.
2.3.23. Caso seja necessário conforme a demanda dos serviços a administração poderá solicitar equipes e equipamentos extras para a execução dos serviços, o pagamento será efetuado conforme a multiplicação de Hora-Homem ou hora de locação de equipamentos empregados na execução dos trabalhos.

2.4. Da condição dos veículos
2.4.1. Caminhão Guindauto com cesto acoplado adequado a NR 12.
2.4.2. Caminhão com ano de fabricação não superior a 15 anos de fabricação equipado com guindaste, com cesto acoplado elevatório isolado até 1kv, no mínimo 03 lanças hidráulicas e 03 (lanças manuais), sapatas estabilizadoras dianteiras e traseiras, para trabalhos em até 16m de altura em relação ao pavimento, deverá atender ao anexo XII da NR 12 e o MIT 161004 COPEL (Cesto Acoplado para Guindauto). O equipamento deverá conter laudo técnico acompanhado da ART/TRT do responsável mecânico quanto ao seu atendimento a NR12. Deverá estar regularizado junto ao DETRAN.

2.5. Caminhão ¾ com cesto aéreo isolado até 46 kv, carroceria e caixas para armazenamento de ferramental e epi´s.
2.5.1. Um Caminhão com ano de fabricação não superior a 5 anos equipado com braço articulado hidraulicamente e cesto aéreo isolado, altura de alcance mínima de trabalho de 10,5 metros, sistema de operação através de duplo comando e possuir braço isolado com no mínimo 43 kV, laudo e ART/TRT do responsável técnico mecânico quanto ao atendimento dos requisitos mínimos da NR12 e funcionalidade do conjunto dentro do prazo de validade de 01 (um) ano da data de inspeção/laudo. Deverá possuir compartimentos nas duas laterais com tampas para guardar ferramentas e materiais com no mínimo duas portas cada lateral, no veículo também deverá constar escadas, cones, 01 (um) farol regulável instalado sobre a cabine, 01 (um) sinalizador giratório portátil para instalação sobre a cabine e demais equipamentos de sinalização viária em boas condições de tráfego e trabalho.
2.5.2. Camionete 4x4 equipada com escada giratória adequada a NR12 e carroceria com caixas de alumínio.
2.5.3. 01 (um) Veículo tipo camionete com tração 4x4 equipado com escada giratória, adequado a NR12 caixas laterais de aço, alumínio ou fibra, para correto armazenamento dos materiais e equipamentos para a utilização do supervisor de campo e auxílio nas instalações em locais de difícil acesso aos caminhões como vielas e espações que não entrem veículos pesados. O veículo deve ser equipado com rastreador e estar em perfeitas condições de uso e dentro de todas as regulamentações do DETRAN, o veículo deverá estar acompanhado do laudo e ART/TRT do responsável técnico mecânico quanto ao atendimento do equipamento a NR12.

2.6. Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
2.6.1. Os serviços serão executados nos locais indicados por cada Secretaria Municipal, conforme a demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho, contendo o endereço completo do local de execução, os serviços a serem realizados e demais orientações necessárias. O acompanhamento, a fiscalização e o recebimento dos serviços serão realizados pelo **Fiscal do Contrato designado pela respectiva Secretaria**, ou por servidor formalmente indicado para esse fim. A execução deverá ocorrer nos dias e horários estabelecidos pela Administração Municipal, conforme as necessidades de cada Secretaria e as condições especificadas na respectiva **Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho**.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Após a aprovação dos serviços pela Administração Municipal, será autorizada a emissão da Nota Fiscal pela Contratada, mediante apresentação do relatório de execução dos serviços, para posterior realização do pagamento, observados os prazos legais.
3.2.O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal ou Fatura apresentada em relação aos bens efetivamente fornecidos;
3.3.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, sendo que nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciasse após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como demais secretarias da entidade.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 17.920 de 09 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:
13.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal pertinente.
13.3. A gestão do contrato será de responsabilidade do Secretário de Meio Ambiente Joslei Sequineli
13.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal responsável: Edson Luiz Gross

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas:

_____
Edson Luiz Gross
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**		**ME**
1 GRANEMANN E IASIAK LTDA	105	27.843.431/0001-76	1.254.910,00	995.000,00		Não
2 MULTIPLUS TECNOLOGIA LTDA	027	19.657.644/0001-85	1.254.910,00	1.030.000,00		Não
3 SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA	888	14.666.709/0001-35	1.254.910,00	1.150.000,00		Não
4 STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA	011	07.248.071/0001-57	1.254.910,00	1.192.164,00		Não
5 ALANA ASSESSORIA, COBRANÇAS,	698	44.555.208/0001-42	1.230.000,00	1.230.000,00		Sim
6 PROLED BRASIL INDUSTRIA COMERCIO	937	24.957.733/0001-87	1.253.000,00	1.253.000,00		Não
7 PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA	676	16.491.457/0001-86	1.254.910,00	1.254.910,00		Não

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:FE6BF2B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO – ANEXO 1 - 3º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.075.259,85	90,06	1.221.823,74
RECEITAS CORRENTES	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.075.259,85	90,06	1.221.823,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação Profissional Contrib. para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	30.326,64	0,00	-30.326,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	30.326,64	0,00	-30.326,64
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autorização ou LicençaExploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.038.161,10	89,76	1.258.922,49
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EntidadesTransferências dos Municípios e de suas Entidades	11.848.667,76	12.297.083,59	1.904.743,94	15,49	11.036.586,58	89,75	1.260.497,01
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	1.574,52	0,00	1.574,52	0,00	-1.574,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	6.772,11	0,00	-6.772,11
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	6.772,11	0,00	-6.772,11
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.075.259,85	90,06	1.221.823,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.075.259,85	90,06	1.221.823,74
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	11.848.667,76	12.297.083,59	1.906.318,46	15,50	11.075.259,85	90,06	1.221.823,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	665.333,56	0,00	0,00	665.333,56	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	665.333,56	0,00	0,00	78.622,55	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até oPeríodo (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.848.667,76	12.962.417,15	1.426.071,83	6.746.381,19	6.216.035,96	1.254.042,01	5.090.988,87	7.871.428,28	4.315.746,72
DESPESAS CORRENTES	11.661.677,60	12.736.229,75	1.419.672,63	6.734.191,99	6.002.037,76	1.254.042,01	5.085.198,87	7.651.030,88	4.309.956,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.189.134,74	6.805.611,08	820.713,96	3.937.617,01	2.867.994,07	820.713,96	3.937.617,01	2.867.994,07	3.162.464,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.472.542,86	5.930.618,67	598.958,67	2.796.574,98	3.134.043,69	433.328,05	1.147.581,86	4.783.036,81	1.147.491,73
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.472.542,86	5.930.618,67	598.958,67	2.796.574,98	3.134.043,69	433.328,05	1.147.581,86	4.783.036,81	1.147.491,73
DESPESAS DE CAPITAL	68.503,48	107.700,72	6.399,20	12.189,20	95.511,52	0,00	5.790,00	101.910,72	5.790,00
INVESTIMENTOS	68.503,47	107.700,71	6.399,20	12.189,20	95.511,51	0,00	5.790,00	101.910,71	5.790,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.848.667,76	12.962.417,15	1.426.071,83	6.746.381,19	6.216.035,96	1.254.042,01	5.090.988,87	7.871.428,28	4.315.746,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	11.848.667,76	12.962.417,15	1.426.071,83	6.746.381,19	6.216.035,96	1.254.042,01	5.090.988,87	7.871.428,28	4.315.746,72
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	4.328.878,66	-	-	5.984.270,98	-	6.759.513,13
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.848.667,76	12.962.417,15	1.426.071,83	11.075.259,85	-	1.254.042,01	11.075.259,85	-	11.075.259,85
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 16/set/2026 as 08h e 49m.

ADRIANO RAMOS
Presidente

JAILSON PEREIRA SANTOS
Chefe Do Departamento De Contabilidade

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:F05769B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.163

DECRETO Nº 2.163

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 7.969.251,66 (sete milhões, novecentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
02		Secretaria Municipal de Governo	
02.001		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0057.2.002		Gabinete do Secretário	
12 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	7.000,83
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
51 - 3.1.91.13.00.00	000	Contribuições patronais	37.527,77
05		Procuradoria Geral do Município	
05.001		Procuradoria Geral	
05.001.02.062.0055.2.020		Coordenação e Supervisão Estratégica da Procuradoria Geral do Município	
69 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.637,85
06		Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
06.001		Gabinete do Secretário	
06.001.04.122.0004.2.021		Coordenação e supervisão da SECULTUR	
83 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	167.302,28
07		Secretaria Municipal de Planejamento	
07.001		Gabinete do Secretário	
07.001.04.121.0007.2.030		Coordenação e supervisão do Gabinete do Secretário	
143 - 3.1.90.07.00.00	000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	705,78
146 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	186.977,72
09		Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	
09.001		Gabinete do Secretario	
09.001.04.123.0056.2.050		Coordenação e Supervisão dos assuntos Fazendários	
213 - 3.1.90.07.00.00	000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	1.555,58
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.122.0006.2.060		Planejamento e Gestão	
271 - 3.1.90.07.00.00	303	Contribuições a entidades fechadas de previdência	15.000,00
10.001.10.301.0006.2.062		Atenção Primária em Saúde	
301 - 3.1.90.16.00.00	303	Outras despesas variáveis - pessoal civil	520.000,00
313 - 3.3.90.36.00.00	303	Outros serviços de terceiros - pessoa física	90.000,00
10.001.10.305.0006.2.065		Vigilância em Saúde	
358 - 3.1.90.11.00.00	303	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	650.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas do Ensino Fundamental.	
373 - 3.1.90.07.00.00	104	Contribuições a entidades fechadas de previdência	1.500,00
12		Secretaria Municipal de Obras Públicas	
12.001		Gabinete do Secretario	
12.001.04.122.0058.2.100		Coordenação e Supervisão Estratégica de Obras	
449 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	322.206,68
13		Chefia de Gabinete	
13.001		Gabinete do Secretario	
13.001.04.122.0057.2.335		Administração da Chefia de Gabinete e Cerimonial	
500 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	37.789,14
14		Secretaria Municipal de Urbanismo	
14.001		Gabinete do Secretario	
14.001.04.122.0059.2.125		Coordenação e Supervisão Estratégica do Planejamento Urbano	
512 - 3.1.90.07.00.00	000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	1.411,56
515 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	121.402,28
15		Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca	
15.001		Gabinete do Secretário	
15.001.18.122.0012.2.135		Coordenação e Supervisão da Preservação do Meio Ambiente	
543 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	376.270,75
544 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	666.291,92
551 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.561,45
16		Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	
16.001		Gabinete do Secretário	
16.001.04.122.0039.2.145		Atendimento das atividades inerentes a Secretaria de Serviço Urbanos	
595 - 3.1.90.07.00.00	000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	3.819,24
596 - 3.1.90.11.00.00	000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.673.814,21
598 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	196.404,73
16.001.26.781.0022.2.148		Manutenção do Aeroporto	
618 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	7.561,62
17		Secretaria Regional da Ilha dos Valadares	
17.001		Gabinete do Secretário	
17.001.04.122.0060.2.155		Coordenação e Supervisão da Administração na Ilha dos Valadares	
678 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	134.080,89
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.001		Gabinete do Secretário	
18.001.08.122.0053.2.170		Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Assistência Social	
705 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	209.852,83
714 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	30.731,04
18.002		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002.08.243.0020.6.002		Piso de Alta Complexidade l - Criança e Adolescente - Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar.	
736 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	52.742,50
18.002.08.243.0053.2.176		Conselho tutelar	
780 - 3.1.90.11.00.00	000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	252.761,08
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0020.2.211		Piso de Média Complexidade - Serviço de Atendimento - Centro POP	
844 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	55.695,42

19		Secretaria Municipal de Esportes e Juventude	
19.001		Gabinete do Secretário	
19.001.27.122.0013.2.190		Coordenação e Supervisão dos assuntos ligados ao Desenvolvimento do Esporte e Lazer.	
1006 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	64.279,11
1008 - 3.1.91.13.00.00	000	Contribuições patronais	69.917,88
1015 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.530,87
20		Secretaria Municipal de Segurança	
20.001		Gabinete do Secretario	
20.001.06.122.0023.2.200		Coordenação e Supervisão dos Assuntos ligados a Segurança.	
1053 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	300.701,13
20.002		Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002.06.181.0023.2.201		Manutenção do comando do Guarda Municipal.	
1061 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.051,41
21		Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária	
21.001		Gabinete do Secretario.	
21.001.04.122.0047.2.332		Gestão Operacional Estratégica da Secretaria	
1082 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	50.348,47
1085 - 3.1.91.13.00.00	000	Contribuições patronais	8.448,45
22		Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação	
22.001		Gabinete do Secretário	
22.001.11.122.0029.2.216		Coordenação e Supervisão dos assuntos ligados geração de emprego e renda.	
1102 - 3.1.90.11.00.00	000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	729.347,10
1103 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	95.962,62
1106 - 3.1.91.13.00.00	000	Contribuições patronais	97.646,45
27		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária	
27.001		Gabinete do Secretario	
27.001.04.122.0011.2.324		Fomento ao Desenvolvimento Econômico	
1154 - 3.1.90.11.00.00	000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	587.675,07
1156 - 3.1.90.16.00.00	000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	13.299,06
28		Secretaria Municipal de Inclusão	
28.001		Gabinete do Secretario	
28.001.04.122.0030.2.300		Desenvolvimento de ações para promoção de igualdade de pessoas com impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e intermediação em Libras para pessoa com deficiência auditiva e surdo	
1181 - 3.1.90.13.00.00	000	Contribuições patronais	88.799,04
1192 - 3.3.90.36.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	9.639,85
Total Suplementação:			7.969.251,66

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
09		Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	
09.001		Gabinete do Secretario	
09.001.04.123.0056.2.050		Coordenação e Supervisão dos assuntos Fazendários	
214 - 3.1.90.11.00.00	3000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.692.751,66
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0006.2.062		Atenção Primária em Saúde	
299 - 3.1.90.11.00.00	1303	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.275.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas	
377 - 3.1.90.94.00.00	1104	Indenizações e restituições trabalhistas	1.500,00
Total Redução:			7.969.251,66

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A3308AAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 007/2026

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO, realizada nos dias vinte e quatro e vinte e cinco do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sito a Rua Dr. Leocádio, nº 393 - Centro Histórico, no Município de Paranaguá. Convocada pelo seu Presidente, estiveram reunidos o Senhor Luís Fernando da Silva , o Sr. Cristian Rafael Mendes, a Sra. Angélica Escomação de Almeida e o sr. Rodrigo Luís Scremin Sant'Ana. O objetivo da convocatória foi a análise documental e classificação

dos candidatos inscritos no **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 007/2026 - PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS TRADICIONAIS DE FANDANGO PARA ATUAÇÃO NOS BAILES A SEREM REALIZADOS NO ÂMBITO MUNICIPAL**. Com base nas regras Editalícias e frente as documentações apresentadas, esta Comissão conduziu sua atuação conforme regulamenta o item 8 do Edital, procedendo primeiramente a análise sobre a habilitação considerando os requisitos mínimos exigidos para o credenciamento dos grupos inscritos, após o processo de habilitação e credenciamento, foi definida a classificação dos inscritos, pautada pelo item 9 do Edital. Segue tabela abaixo contendo o resultado das análises de habilitação/credenciamento e classificação:

Candidato / Grupo	CNPJ	Habilitação	Classificação
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA	07.204.911/0001-80	Credenciado	80
ASSOCIAÇÃO CASA DE FANDANGO CARIJÓS – MESTRE EUGÊNIO	34.289.301/0001-07	Credenciado	78
ORQUESTRA RABECÔNICA DO BRASIL - MARIANA ZANETTE DE OLIVEIRA	12.699.927/0001-40	Credenciado	68
ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANUTILHO TEMPERADO	50.670.522/0001-79	Credenciado	59
GRUPO DONA MARIQUINHA - ELIZANGELA SARRAFF	32.857.638/0001-30	Credenciado	34
GRUPO VIOLA AFINADA - JOSÉ MARTINS FILHO	28.093.887/0001-29	Credenciado	27
FANDANGO MUCUNÃ - EDVALDO DE OLIVEIRA ATAIDE SILVA	64.685.245/0001-82	Credenciado	24

A Comissão divulga o primeiro resultado de sua análise proposta pelo Edital de Chamada Pública 007/2026, encaminha o teor contido na presente ata para o setor competente objetivando o correto prosseguimento processual na condução do Edital e, sequencialmente, prosseguirá as análises futuras com a periodicidade determinada pelo item 10.3 do Edital, conforme houverem inscrições no decorrer de sua vigência.
Após a sua publicação, a Comissão atenta para os prazos estabelecidos no que se refere a consolidação do resultado da primeira análise, dispostos nos itens 11 e 12 do Edital. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrada a Ata, encaminha-se lida e assinada para as demais providências.
Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

LUÍS FERNANDO DA SILVA
Presidente

CRISTIAN RAFAEL MENDES
Secretário

ANGÉLICA ESCOMAÇÃO DE ALMEIDA
Membro

RODRIGO LUÍS SCREMIN SANT'ANA
Membro

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:AF0067F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 376/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 03/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAH8C71	277450T000057087	08/09/2026	55500
ACO7121	277450T000049612	08/09/2026	55500
ADC5G16	277450T000057084	08/09/2026	55500
ADX0C21	277450T000055284	08/09/2026	55500
AFB0538	277450T000059756	08/09/2026	55411
AFG9D71	277450T000049610	08/09/2026	55411
AFG9D71	277450T000052484	08/09/2026	55411
AFI4620	277450T000049611	08/09/2026	55500
AGU0I93	277450T000052485	08/09/2026	55680
AMX3167	277450T000057801	08/09/2026	54600
AOT6720	277450T000058753	08/09/2026	51180
AOT6720	277450T000058751	08/09/2026	50100
AOT6720	277450T000058752	08/09/2026	66020
ARO1A62	277450T000055288	08/09/2026	55500
ASM8A62	277450T000052480	08/09/2026	73400
ASP6A40	277450T000057851	08/09/2026	55680
ASS7I14	277450T000057250	08/09/2026	55680
ATJ4A81	277450T000057082	08/09/2026	55500
ATS7G06	277450T000057088	08/09/2026	55500
AWY6D68	277450T000052478	08/09/2026	76332
AXY5437	277450T000057354	08/09/2026	55411
AYZ7I51	277450T000052483	08/09/2026	76332
AZX6E53	277450T000049615	08/09/2026	55500
AZX6E53	277450T000052482	08/09/2026	55411
BDZ6I53	277450T000057246	08/09/2026	55411
BEK3J62	277450T000052476	08/09/2026	76332
CPL8A71	277450T000057085	08/09/2026	55500
GHN0D94	277450T000057352	08/09/2026	57463
GRA0851	277450T000055287	08/09/2026	55500
IDK0G70	277450T000057355	08/09/2026	55411
IJU4F95	277450T000057086	08/09/2026	55500
KRQ6I67	277450T000054958	08/09/2026	51930
KUZ4852	277450T000052481	08/09/2026	57463
LZC0A06	277450T000057248	08/09/2026	55411

MAO0609	277450T000049428	08/09/2026	65992
MAO3094	277450T000058453	08/09/2026	55680
MBJ7870	277450T000055286	08/09/2026	55500
MHD0A09	277450T000052477	08/09/2026	76332
MIB0A65	277450T000057353	08/09/2026	57463
OAT7D70	277450T000057249	08/09/2026	55680
PBN5H26	277450T000051802	08/09/2026	54521
QHX1366	277450T000057852	08/09/2026	55411
QIF3B58	277450T000055285	08/09/2026	55500
QJZ2D94	277450T000057247	08/09/2026	55411
QSU5H58	277450T000059755	08/09/2026	55411
SDS7B82	277450T000052479	08/09/2026	76332
SEF2D44	277450T000057956	08/09/2026	60501
SER5B26	277450T000057083	08/09/2026	55500
SET5D31	277450T000049554	08/09/2026	76332
SFB4B49	277450T000055289	08/09/2026	66531
TBL8B19	277450T000049613	08/09/2026	55500
TBN4A53	277450T000049614	08/09/2026	55500
TJN5F46	277450T000057081	08/09/2026	55250
TVC8D80	277450T000055283	08/09/2026	55250

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:EFFE08E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 377/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 03/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAH8C71	277450T000057136	09/09/2026	55411
AAQ7190	277450T000061764	11/09/2026	54521
AAS1E94	277450T000059767	09/09/2026	51851
AAT4D93	277450T000059757	09/09/2026	55411
AAY2I32	277450T000061709	11/09/2026	57463
ABG0I46	277450T000057860	11/09/2026	55411
ABM7I83	277450T000057798	11/09/2026	55250
ABW9G58	277450T000061751	10/09/2026	51851
ACA5D59	277450T000059771	12/09/2026	55411
ACA5D59	277450T000039992	10/09/2026	54521
ACI4H23	277450T000061148	10/09/2026	55500
ADL0E55	277450T000049616	10/09/2026	55500
ADO4A06	277450T000055292	09/09/2026	55500
ADS6828	277450T000044620	10/09/2026	55417
ADT8D11	277450T000060952	13/09/2026	55500
ADU2B95	277450T000059769	12/09/2026	55411
ADU2B95	277450T000026995	10/09/2026	54100
ADU2B95	277450T000048108	13/09/2026	55411
ADZ7271	277450T000057859	11/09/2026	55411
AEE2B31	277450T000054806	13/09/2026	57380
AEJ1E99	277450T000055294	09/09/2026	55500
AEO0F21	277450T000059763	09/09/2026	55411
AES9G70	277450T000055687	14/09/2026	55250
AFE8223	277450T000061776	11/09/2026	55411
AFI4620	277450T000055290	09/09/2026	55500
AFK2D43	277450T000039018	12/09/2026	60502
AGI2523	277450T000057135	09/09/2026	55411
AHA7I89	277450T000061760	10/09/2026	76331
AHH4105	277450T000055293	09/09/2026	55500
AIG6B61	277450T000055635	14/09/2026	54527
AII5A57	277450T000039991	10/09/2026	55411
AIV0198	277450T000057137	09/09/2026	55411
AIX3A91	277450T000061720	14/09/2026	51851
AKC8B90	277450T000061753	10/09/2026	51851
AKE0031	277450T000057365	11/09/2026	55250
AKF0461	277450T000026993	09/09/2026	54521
AKF6243	277450T000055630	13/09/2026	57380
AKT8A13	277450T000026996	13/09/2026	54521
AKZ8G15	277450T000054713	09/09/2026	55411
ALK8I13	277450T000057858	11/09/2026	55411
ALP1J46	277450T000039993	10/09/2026	54790
ALQ7A65	277450T000061149	10/09/2026	51851
ALS0711	277450T000061701	10/09/2026	55250
ALW6J24	277450T000007751	14/09/2026	54600
AND9E43	277450T000061791	14/09/2026	55680
ANG2503	277450T000048101	13/09/2026	54521
ANK8700	277450T000057702	11/09/2026	55500
ANQ4324	277450T000061772	11/09/2026	55250
ANT9F10	277450T000061705	11/09/2026	55090
AOL0H04	277450T000057857	11/09/2026	55411
AOV4860	277450T000055684	14/09/2026	55500
AOX9905	277450T000061786	14/09/2026	55250
APY7H02	277450T000059770	12/09/2026	55411
AQL0419	277450T000058350	10/09/2026	61220

AQV4355	277450T000057854	11/09/2026	55411
AQZ0D60	277450T000057139	09/09/2026	55411
AQZ1F65	277450T000059775	13/09/2026	51851
AQZ5I45	277450T000059777	13/09/2026	51851
ARE4735	277450T000055808	11/09/2026	51180
ARE4735	277450T000055807	11/09/2026	58350
ARE4735	277450T000055806	11/09/2026	52741
ARE6B77	277450T000057366	11/09/2026	76331
ARJ5675	277450T000059772	13/09/2026	51851
ARL3J04	277450T000061719	14/09/2026	51851
ARO1A62	277450T000039989	10/09/2026	55411
ARO1A62	277450T000059764	09/09/2026	55411
ARU2472	277450T000057260	09/09/2026	55680
ARX7C24	277450T000061721	14/09/2026	51851
ASA8F77	277450T000059765	09/09/2026	51851
ASB5H86	277450T000061708	11/09/2026	55250
ASU0D58	277450T000061781	14/09/2026	51851
ATE8G02	277450T000061770	11/09/2026	55411
ATH7152	277450T000061768	11/09/2026	55090
ATI4160	277450T000061702	11/09/2026	51851
ATJ1H04	277450T000057797	10/09/2026	67690
ATJ3G79	277450T000058349	10/09/2026	55250
ATN2J92	277450T000059808	12/09/2026	55411
ATR5C88	277450T000039024	13/09/2026	66700
ATR5C88	277450T000039025	13/09/2026	50100
ATR5C88	277450T000039026	13/09/2026	50610
ATR5C88	277450T000039027	13/09/2026	52741
ATR5C88	277450T000039021	13/09/2026	60502
ATR5C88	277450T000039019	13/09/2026	70561
ATR5C88	277450T000039020	13/09/2026	58350
ATR5C88	277450T000039022	13/09/2026	73400
ATR5C88	277450T000039023	13/09/2026	64080
ATW0A42	277450T000058345	10/09/2026	55500
ATW5C43	277450T000061711	11/09/2026	55250
AUM0I37	277450T000061717	14/09/2026	55250
AUO3C92	277450T000055634	14/09/2026	54527
AUU7409	277450T000061752	10/09/2026	51851
AVD2219	277450T000060858	14/09/2026	73400
AVD2219	277450T000060856	14/09/2026	50100
AVD2219	277450T000060857	14/09/2026	51180
AVN3B72	277450T000061652	09/09/2026	59910
AVP0J60	277450T000056453	13/09/2026	54521
AVP3730	277450T000056451	13/09/2026	54521
AVU1251	277450T000057367	11/09/2026	57380
AWH3A64	277450T000051540	11/09/2026	55500
AWK5D04	277450T000058344	10/09/2026	55500
AWL2E00	277450T000026994	10/09/2026	54100
AWM6C76	277450T000058706	14/09/2026	54600
AWM6C76	277450T000055633	14/09/2026	54521
AWM6C76	277450T000058705	14/09/2026	53980
AWR4B72	277450T000055629	13/09/2026	60501
AXC5A34	277450T000057092	09/09/2026	55500
AXC5A34	277450T000057600	10/09/2026	55411
AXH0462	277450T000054951	23/08/2026	50610
AXJ4516	277450T000057144	12/09/2026	76332
AXP8I30	277450T000061778	11/09/2026	51851
AXX7E69	277450T000039986	09/09/2026	54521
AYN3D50	277450T000049619	10/09/2026	55500
AYN9F79	277450T000026990	09/09/2026	54521
AYO2847	277450T000060854	14/09/2026	51851
AZV4C59	277450T000060451	12/09/2026	55500
AZY7A17	277450T000039999	13/09/2026	54521
BAH0I47	277450T000056568	09/09/2026	70481
BAV4H31	277450T000039014	09/09/2026	75790
BAV4H31	277450T000039016	09/09/2026	50610
BAV4H31	277450T000039015	09/09/2026	50292
BAZ6726	277450T000061758	10/09/2026	55250
BBA3856	277450T000056462	13/09/2026	54521
BBA3856	277450T000048109	13/09/2026	54521
BBC8B65	277450T000057599	10/09/2026	55411
BBD1F36	277450T000061144	10/09/2026	73400
BBM0707	277450T000061722	14/09/2026	51851
BBP8D19	277450T000057864	13/09/2026	55411
BBS5C67	277450T000057143	09/09/2026	55411
BBU3771	277450T000039996	13/09/2026	55411
BBY0F77	277450T000059807	10/09/2026	76252
BCG9E01	277450T000049625	10/09/2026	55500
BCK1B07	277450T000057357	10/09/2026	55250
BCL5550	277450T000055291	09/09/2026	55500
BCR3B65	277450T000057363	11/09/2026	76251
BCR5D63	277450T000061762	11/09/2026	55500
BDF8I73	277450T000057862	13/09/2026	76332
BDG0F93	277450T000055295	09/09/2026	73662
BDI7E20	277450T000061761	10/09/2026	55250
BDL6A95	277450T000055678	10/09/2026	55411
BDO7H54	277450T000055636	14/09/2026	54521
BDT1G28	277450T000054804	12/09/2026	55411
BDW9H23	277450T000015935	11/09/2026	60501
BDY3A28	277450T000057863	13/09/2026	73400

BDZ1I23	277450T000061775	11/09/2026	57463
BDZ6I53	277450T000057800	11/09/2026	55411
BEA6E23	277450T000057853	09/09/2026	76332
BEF4J82	277450T000054203	11/09/2026	73740
BET8D52	277450T000058806	09/09/2026	53800
BEU3A63	277450T000055632	13/09/2026	58191
BEW4H55	277450T000057261	09/09/2026	55413
BEX4I87	277450T000056463	13/09/2026	54521
BEY9G24	277450T000061724	14/09/2026	55500
BUD9C25	277450T000057358	10/09/2026	55411
BWT0A14	277450T000055296	12/09/2026	55500
BXG6J78	277450T000055297	12/09/2026	55500
BYA9E64	277450T000055298	12/09/2026	55500
BYY9B10	277450T000057263	13/09/2026	51180
CNI7G82	277450T000059809	12/09/2026	55411
CUD1C68	277450T000060501	13/09/2026	55680
DBC3H24	277450T000057140	09/09/2026	55411
DBX5107	277450T000061790	14/09/2026	51930
DEJ7298	277450T000057259	09/09/2026	54521
DVI9E65	277450T000059776	13/09/2026	51851
EEI8J20	277450CND0000321	20/08/2026	50292
ELZ6H30	277450T000056461	13/09/2026	54521
EMS1D39	277450T000061146	10/09/2026	55680
ENM0C42	277450T000057362	11/09/2026	55417
ERF6J39	277450T000061777	11/09/2026	55250
EVV0B58	277450T000061782	14/09/2026	51851
EXU3I62	277450T000042508	14/09/2026	55680
EYB5918	277450T000061704	11/09/2026	51851
EYR5H78	277450T000056452	13/09/2026	54521
FBO3C47	277450T000044333	09/09/2026	50292
FBO3C47	277450T000044334	09/09/2026	51262
FNN5A70	277450T000055688	14/09/2026	76252
FXZ5B18	277450T000056457	13/09/2026	54521
FZJ5H28	277450T000055624	09/09/2026	60412
GDI2B96	277450T000049623	10/09/2026	55500
GHF0F99	277450T000055300	13/09/2026	66020
GHF0F99	277450T000055299	13/09/2026	66531
GID6E55	277450T000055628	12/09/2026	60501
HJK7066	277450T000061787	14/09/2026	51851
HKE4G99	277450T000058346	10/09/2026	55500
HQN4D11	277450T000049617	10/09/2026	55500
HRG6C30	277450T000055677	10/09/2026	55250
ICH3D26	277450T000061716	14/09/2026	55411
IJU4F95	277450T000059810	12/09/2026	55411
IJU4F95	277450T000039990	10/09/2026	55411
IQL1B43	277450T000061718	14/09/2026	55250
IWP1C25	277450T000061714	11/09/2026	55250
JCR3B36	277450T000059154	09/09/2026	54521
JDC9A68	277450T000061780	14/09/2026	57463
JDH8G01	277450T000039997	13/09/2026	54521
JJZ9I54	277450T000057089	09/09/2026	55500
JMC7B85	277450T000039994	10/09/2026	54521
JMC7B85	277450T000056459	13/09/2026	54521
JXX1J16	277450T000062201	10/09/2026	54522
JYY5A04	277450T000057138	09/09/2026	55411
JZF7G66	277450T000061773	11/09/2026	57463
KAU5E50	277450T000057090	09/09/2026	55500
KFD9104	277450T000056458	13/09/2026	54521
KHH7G71	277450T000059773	13/09/2026	51851
KLD1190	116100T003974417	05/09/2026	53800
KOE6F03	277450T000059759	09/09/2026	55411
KWW6D06	277450T000057651	13/09/2026	55500
LJQ5I15	277450T000057142	09/09/2026	55411
LPV9E70	277450T000027000	13/09/2026	54521
LSS3C71	277450T000056460	13/09/2026	54521
LXT6E87	277450T000026998	13/09/2026	54521
LXX1I90	277450T000061771	11/09/2026	55250
LYA3A89	277450T000048104	13/09/2026	56221
LYD7I03	277450T000039988	09/09/2026	54521
LYG9J01	277450T000039017	12/09/2026	66531
LZC0A06	277450T000057093	09/09/2026	55500
LZH3F57	277450T000057091	09/09/2026	55500
LZP7J41	277450T000055685	14/09/2026	55411
MAB1C59	277450T000058348	10/09/2026	55250
MBD5H65	277450T000039013	09/09/2026	52741
MCN7A73	277450T000058454	10/09/2026	55680
MDM6B64	277450T000061774	11/09/2026	55250
MEB2C81	277450T000061703	11/09/2026	51851
MER8H37	277450T000057701	11/09/2026	57463
MEX8G11	277450T000061757	10/09/2026	55680
MGS9E97	277450T000026986	09/09/2026	55411
MID9913	277450T000061784	14/09/2026	55250
MJB6E06	277450T000060855	14/09/2026	55411
MJD6I40	277450T000060951	13/09/2026	55500
MMB6C45	277450T000059761	09/09/2026	55411
MPI6E99	277450T000057861	11/09/2026	55411
NDE9D34	277450T000057855	11/09/2026	55500
OHT4073	277450T000057361	11/09/2026	76252
OKE5E30	277450T000055690	14/09/2026	54521

PRF1E86	277450T000056454	13/09/2026	54521
PRX1472	277450T000057856	11/09/2026	54521
PUL9G49	277450T000061766	11/09/2026	55680
PUL9G49	277450T000058343	10/09/2026	55680
QAM7A63	277450T000048106	13/09/2026	55250
QBK2E67	277450T000048103	13/09/2026	55411
QHF9D67	277450T000036876	14/09/2026	55414
QIK6478	277450T000026988	09/09/2026	54521
QIX3B72	277450T000055679	10/09/2026	55411
QOV1F61	277450T000061769	11/09/2026	76251
QQU1C18	277450T000057095	12/09/2026	76332
QTK5758	277450T000061767	11/09/2026	55411
RAY5I23	277450T000061765	11/09/2026	55680
RCH8J77	277450T000061145	10/09/2026	55411
RHD7B82	277450T000052486	12/09/2026	76332
RHF4H25	277450T000059766	09/09/2026	73232
RHI7E90	277450T000061779	11/09/2026	76252
RHJ6E40	277450T000061759	10/09/2026	55250
RHM5D71	277450T000061147	10/09/2026	55090
RHP1E90	277450T000026997	13/09/2026	54521
RHT9E00	277450T000049618	10/09/2026	55500
RHV8G09	277450T000059760	09/09/2026	55411
RHV9H15	277450T000059762	09/09/2026	55411
RHW8D90	277450T000057799	11/09/2026	55250
RHX6I28	277450T000026992	09/09/2026	54521
RME1I26	277450T000048105	13/09/2026	54521
RMJ9E53	277450T000049429	13/09/2026	57380
RMJ9E53	277450T000049430	13/09/2026	65992
RTG8A25	277450T000061710	11/09/2026	55250
RYP5G57	277450T000061150	10/09/2026	55680
RYU1G92	277450T000058208	11/09/2026	55500
SCP4G39	277450T000061754	10/09/2026	55500
SDS8I39	277450T000042903	07/09/2026	66531
SDY8D77	277450T000049620	10/09/2026	55500
SDZ1H30	277450T000056456	13/09/2026	55250
SDZ1H30	277450T000056455	13/09/2026	55250
SEH8I26	277450T000061789	14/09/2026	57463
SEJ2J72	277450T000049624	10/09/2026	55500
SEO4C53	277450T000059774	13/09/2026	76331
SER5A44	277450T000061783	14/09/2026	55500
SEV6F37	277450T000059768	12/09/2026	55411
SEY3D61	277450T000036877	14/09/2026	55414
SFE4H26	277450T000054962	14/09/2026	51180
SFE4H26	277450T000054964	14/09/2026	66371
SFE4H26	277450T000054961	13/09/2026	66372
SFE4H26	277450T000054959	13/09/2026	73400
SFE4H26	277450T000054960	13/09/2026	50100
SFE4H26	277450T000054965	14/09/2026	67261
SFE4H26	277450T000054963	14/09/2026	67690
SFH6C39	277450T000061706	11/09/2026	55090
SFH7E26	277450T000026989	09/09/2026	54521
SFI2C61	277450T000057356	09/09/2026	57461
SFI5D57	277450T000061792	14/09/2026	55500
SFI9A43	277450T000061651	10/09/2026	53800
SFI9A43	277450T000058907	10/09/2026	54600
SFL1J12	277450T000061785	14/09/2026	55250
SFL2J85	277450T000061715	11/09/2026	76332
SFM9D59	277450T000049622	10/09/2026	55500
SHK8H19	277450T000051539	11/09/2026	55500
SXK9J77	277450T000061707	11/09/2026	55680
SXU0C97	277450T000057364	11/09/2026	55413
TAN6J78	277450T000057359	10/09/2026	60175
TAR6B65	277450T000055626	12/09/2026	66531
TAR6B65	277450T000055627	12/09/2026	66371
TAS2I34	277450T000026999	13/09/2026	54521
TAV0F90	277450T000049626	10/09/2026	55680
TAY5E61	277450T000049621	10/09/2026	55500
TAZ2A54	277450T000057795	10/09/2026	55411
TBA5F35	277450T000057703	14/09/2026	76252
TBC9H23	277450T000061788	14/09/2026	61220
TBD4F24	277450T000057360	11/09/2026	66531
TBE0D72	277450T000054805	13/09/2026	76252
TBG2C07	277450T000026991	09/09/2026	54521
TBH2D58	277450T000055625	12/09/2026	55411
TBH6G54	277450T000061763	11/09/2026	55500
TBT4B92	277450T000061755	10/09/2026	55250
TBT9D95	277450T000061713	11/09/2026	57463
TBX3E69	277450T000057704	14/09/2026	55250
TPL1C77	277450T000055689	14/09/2026	54521
TPV9E96	277450T000059758	09/09/2026	55411
TPV9E96	277450T000057141	09/09/2026	55411
TZC6A17	277450T000039998	13/09/2026	54521
UAH8A35	277450T000057796	10/09/2026	55250
UAS8C42	277450T000055683	11/09/2026	65800
UAS8C42	277450T000055682	11/09/2026	73400
UAS8C42	277450T000055681	11/09/2026	66531
UAU9I19	277450T000057094	09/09/2026	66531
UBG9G05	277450T000061723	14/09/2026	55500
UBJ0H73	277450T000048102	13/09/2026	55250

UBK5G13	277450T000061712	11/09/2026	57463
UBO1G40	277450T000048107	13/09/2026	54521
UBQ6J65	277450T000060852	11/09/2026	51180
UBQ6J65	277450T000060853	11/09/2026	73400
UBQ6J65	277450T000060851	11/09/2026	50100
UBT1G17	277450T000039987	09/09/2026	54521
UBU9B85	277450T000055686	14/09/2026	60501
UBZ2D84	277450T000039995	13/09/2026	58193
UCB5J60	277450T000055680	10/09/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:59D625B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 384/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 06/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABU0C34	116100T003974421	10/09/2026	76252
ABU7F11	277450T000060954	16/09/2026	55500
ACA6C93	277450T000057709	15/09/2026	55500
ACV8I07	277450T000061796	14/09/2026	55411
ADE1F74	277450T000062165	15/09/2026	55411
ADI4H45	277450T000058754	16/09/2026	57461
ADJ8G07	277450T000059779	16/09/2026	58433
AEE0B60	277450T000061730	15/09/2026	51851
AFB3469	277450T000061737	15/09/2026	57463
AFG9D71	277450T000057099	16/09/2026	55500
AFV1F34	277450T000057097	16/09/2026	55500
AGA3573	277450T000059784	16/09/2026	58433
AGD8808	277450T000055699	15/09/2026	55411
AGD8808	277450T000057716	15/09/2026	55411
AGY5D75	277450T000059790	16/09/2026	57463
AIB7G67	277450T000055694	15/09/2026	55411
AIL0704	277450T000059778	16/09/2026	58433
AIV2H31	277450T000061725	14/09/2026	55411
AJG0C90	277450T000062159	15/09/2026	76332
AJH1049	277450T000057151	16/09/2026	51851
AJT6C99	277450T000057381	16/09/2026	57380
AJU7H74	277450T000062153	14/09/2026	51851
AJY8184	277450T000062157	15/09/2026	55680
AKK3B09	277450T000060953	16/09/2026	55500
ALC4162	277450T000062163	15/09/2026	51851
ALN7627	277450T000057957	16/09/2026	58780
AMD5E76	277450T000060963	17/09/2026	66531
AMD6299	277450T000058757	16/09/2026	65800
AMD6299	277450T000058758	16/09/2026	50100
AMD6299	277450T000058755	16/09/2026	65992
AMD6299	277450T000058756	16/09/2026	66290
AMD6299	277450T000058759	16/09/2026	51180
AMG5A98	277450T000059811	14/09/2026	55411
AMG5A98	277450T000055693	15/09/2026	55411
AND9E43	277450T000062172	15/09/2026	55500
AOZ1E23	277450T000057375	15/09/2026	57463
APV1878	277450T000061799	14/09/2026	61220
AQT5688	277450T000062161	15/09/2026	55250
ARA1C22	277450T000061739	15/09/2026	55411
ARK3606	277450T000061728	14/09/2026	61220
ARN6B21	277450T000061738	15/09/2026	55411
ASD4J95	277450T000060957	16/09/2026	51852
ASM1824	277450T000061795	14/09/2026	55250
ASO9798	277450T000062178	15/09/2026	55250
ASQ3127	277450T000059785	16/09/2026	58433
ATE2E61	277450T000059786	16/09/2026	58433
ATO6876	277450T000062162	15/09/2026	51851
ATY7E41	277450T000059791	16/09/2026	51851
ATY7E41	277450T000062168	15/09/2026	51851
AUB3561	277450T000059793	16/09/2026	57463
AUN3C88	277450T000060959	16/09/2026	51852
AUU1A99	277450T000059780	16/09/2026	51851
AUX3949	277450T000059815	15/09/2026	54600
AVD2219	277450T000060859	14/09/2026	65992
AVE5C75	277450T000061742	15/09/2026	73400
AVL3115	277450T000061726	14/09/2026	55250
AVS2I97	277450T000058707	15/09/2026	66531
AVS2I97	277450T000058708	15/09/2026	50100
AWL7F35	277450T000057706	14/09/2026	55413
AWN2G38	277450T000057711	15/09/2026	55680
AXC5A34	277450T000061740	15/09/2026	55411
AXH2A24	277450T000057714	15/09/2026	55411
AYA3482	277450T000057100	16/09/2026	51851
AYG2107	277450T000057707	14/09/2026	55413
AYM0197	277450T000057145	16/09/2026	51851

AYT0951	116100T002884970	10/09/2026	54870
AYV6F71	277450T000056569	16/09/2026	70481
AZA1571	277450T000057705	14/09/2026	76252
AZD7A94	277450T000062160	15/09/2026	51851
AZL3551	277450T000059813	15/09/2026	55250
AZX8J61	277450T000062154	15/09/2026	51851
BAB6I46	277450T000062167	15/09/2026	55411
BAE8D19	277450T000059783	16/09/2026	58433
BAP4C66	277450T000061800	14/09/2026	61220
BAQ8H52	277450T000059788	16/09/2026	58433
BAT0897	277450T000058153	16/09/2026	51852
BAU4G57	277450T000060969	17/09/2026	76331
BAV6E30	277450T000057146	16/09/2026	51851
BAW3D02	277450T000062182	15/09/2026	51851
BBB4379	277450T000062173	15/09/2026	55680
BBM8G21	277450T000057370	15/09/2026	57463
BBS5C67	277450T000061797	14/09/2026	55411
BBT4D19	277450T000061729	14/09/2026	61220
BBY1G72	277450T000059787	16/09/2026	58433
BBZ1D64	277450T000060960	16/09/2026	66020
BCI8E06	277450T000057380	16/09/2026	51180
BCI8E06	277450T000057379	16/09/2026	50100
BCK1B07	277450T000057371	15/09/2026	55250
BCN8I67	277450T000058152	16/09/2026	51852
BCY4I29	277450T000057368	15/09/2026	55411
BCY7F91	277450T000049556	17/09/2026	76332
BDB7D50	277450T000060970	17/09/2026	61220
BDL6A95	277450T000055700	15/09/2026	55411
BDO3J43	277450T000061794	14/09/2026	55411
BDO3J43	277450T000055698	15/09/2026	55250
BDU9J15	277450T000059812	15/09/2026	76251
BDX4B40	277450T000048111	14/09/2026	55411
BDZ6I52	277450T000062181	15/09/2026	55411
BDZ6I53	277450T000062180	15/09/2026	55411
BED3F36	277450T000055696	15/09/2026	55411
BED3F36	277450T000061734	15/09/2026	54790
BEJ2I86	277450T000060860	15/09/2026	55250
BEL5I28	277450T000060958	16/09/2026	76331
BER6I83	277450T000047924	15/09/2026	66371
BEV0A32	277450T000062169	15/09/2026	76332
BWF4673	277450T000059814	15/09/2026	55411
BXC6F03	277450T000057713	15/09/2026	55411
BXI6F90	277450T000057156	17/09/2026	55411
BYY9B10	277450T000057262	13/09/2026	50100
CKO8666	277450T000057148	16/09/2026	51851
CTI8A10	277450T000061743	15/09/2026	51851
DJC4E42	277450T000058154	16/09/2026	55250
DPB1I77	277450T000057369	15/09/2026	55411
EAQ8A73	277450T000062183	15/09/2026	51851
EGN9E13	277450T000039028	17/09/2026	51851
EGN9E13	277450T000039029	17/09/2026	73662
EKH4G25	277450T000062156	15/09/2026	57463
EKW4453	277450T000061727	14/09/2026	55250
EMN3H25	277450T000062177	15/09/2026	55250
EPZ3C13	277450T000062179	15/09/2026	76332
EUB0A75	277450T000059796	17/09/2026	51180
EUB0A75	277450T000059795	17/09/2026	50100
FAD3J94	277450T000012295	15/09/2026	76331
GAR1C37	277450T000062171	15/09/2026	55680
GCY5A64	277450T000059789	16/09/2026	60412
GZB0C65	277450T000057155	16/09/2026	57380
HRN9E70	277450T000057712	15/09/2026	55411
HRO7B04	277450T000057096	16/09/2026	55500
IAL5B08	277450T000062164	15/09/2026	76332
IBK8E54	277450T000057154	16/09/2026	57463
IBM2B11	277450T000055695	15/09/2026	55250
ICF9C60	277450T000057710	15/09/2026	55411
IHY9G61	277450T000060955	16/09/2026	55500
IOL0H66	277450T000052490	17/09/2026	61220
IZZ5G18	277450T000059794	16/09/2026	57463
LCO6D37	277450T000060862	15/09/2026	51851
LJQ5I15	277450T000055692	15/09/2026	55411
LWU9E09	277450T000055691	15/09/2026	55411
LXB6B04	277450T000062166	15/09/2026	57463
LXF1H36	277450T000062155	15/09/2026	51851
LZD2B39	277450T000061793	14/09/2026	55411
MCN7A73	277450T000061401	15/09/2026	55680
MHL7D27	277450T000057377	16/09/2026	55250
MLS8E38	277450T000058155	17/09/2026	51851
MLZ3A40	277450T000048110	14/09/2026	55411
MLZ3A40	277450T000048057	17/09/2026	55411
MUC9H36	277450T000057715	15/09/2026	55411
NCF3C61	277450T000053308	15/09/2026	66531
NEL1I35	277450T000057376	15/09/2026	55680
PZX7B15	277450T000058157	17/09/2026	51851
QAY4B95	277450T000057147	16/09/2026	60412
QCY0I62	277450T000059782	16/09/2026	58433
RHB1I77	277450T000060961	17/09/2026	51852
RHK5B40	277450T000062170	15/09/2026	76332

RHV0C59	277450T000062151	14/09/2026	55680
RHV0C95	277450T000062152	14/09/2026	55680
RLE9I79	277450T000057374	15/09/2026	57463
RSZ3E52	277450T000057153	16/09/2026	57380
RXP5H26	277450T000057152	16/09/2026	57463
RYU4G02	277450T000057372	15/09/2026	55413
SEA3D76	277450T000061741	15/09/2026	55250
SEC4F46	277450T000061736	15/09/2026	55250
SEC4G20	277450T000061735	15/09/2026	55250
SEF5H96	277450T000062174	15/09/2026	55680
SEF7I17	277450T000061732	15/09/2026	55680
SEG3F30	277450T000048056	15/09/2026	53800
SEI2A85	277450T000049555	16/09/2026	76332
SEV4E32	277450T000060964	17/09/2026	61220
SFA4B32	277450T000061731	15/09/2026	55680
SFJ9I90	277450T000059781	16/09/2026	58433
SFK9H63	277450T000062158	15/09/2026	55500
SHL3J42	277450T000058156	17/09/2026	76331
SVD6F51	277450T000060956	16/09/2026	51852
TAJ8J14	277450T000058151	16/09/2026	51852
TAX8G74	277450T000057865	17/09/2026	66371
TAY3A69	277450T000060861	15/09/2026	73400
TBL8B19	277450T000057098	16/09/2026	55500
TBM4D97	277450T000060962	17/09/2026	66531
TBP6D72	277450T000061798	14/09/2026	61220
TBR4J41	277450T000057373	15/09/2026	76251
TBX2D44	277450T000057708	14/09/2026	76252
TBY5C31	277450T000055697	15/09/2026	55411
TQM7J77	277450T000057378	16/09/2026	76251
TXZ5I23	277450T000015936	15/09/2026	60501
TZU2A73	277450T000052491	17/09/2026	60412
TZU2A73	277450T000052492	17/09/2026	76332
UBD7I75	277450T000052487	16/09/2026	50100
UBD7I75	277450T000052489	16/09/2026	51180
UBH4E75	277450T000061733	15/09/2026	76332
UBI8D06	277450T000057382	16/09/2026	66532
UBL7C77	277450T000057150	16/09/2026	73400
UBN1I29	277450T000051541	15/09/2026	54521
UBR0C15	277450T000060968	17/09/2026	66020
UBR0C15	277450T000060965	17/09/2026	52741
UBR0C15	277450T000060966	17/09/2026	70561
UBR0C15	277450T000060967	17/09/2026	66531
UCF5F47	277450T000062176	15/09/2026	73232
UCF5F47	277450T000062175	15/09/2026	73400
UCF9D06	277450T000057149	16/09/2026	73400

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:1AD33CCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 378/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 03/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AER7E40	277450NIC0045916	16/06/2026	50020	R$ 260,32
AHX6122	277450NIC0045914	16/06/2026	50020	R$ 390,46
AZS9953	277450NIC0045915	16/06/2026	50020	R$ 390,46
BCU3C46	277450NIC0045907	16/06/2026	50020	R$ 260,32
LOU0C08	277450NIC0045908	16/06/2026	50020	R$ 260,32
LZW3F06	277450NIC0045912	16/06/2026	50020	R$ 260,32
MIG3D18	277450NIC0045913	16/06/2026	50020	R$ 260,32
TAJ4H14	277450NIC0045911	16/06/2026	50020	R$ 390,46
TAK0A80	277450T000052743	27/06/2026	55411	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:68E19CCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 381/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABZ4664	277450T000039809	10/07/2026	55411	R$ 195,23
AEJ3J13	277450T000055213	07/07/2026	54521	R$ 195,23
AFC3G52	277450T000055209	07/07/2026	54522	R$ 195,23
AFC3G52	277450T000055208	07/07/2026	55411	R$ 195,23
AFF4H96	277450T000055402	08/07/2026	55500	R$ 130,16
AHA1E22	277450NIC0045925	23/06/2026	50020	R$ 390,46
AIZ7G66	277450T000055148	08/07/2026	76332	R$ 293,47
AJZ2J47	277450T000046050	08/07/2026	57463	R$ 130,16
ALL5G54	277450T000055410	09/07/2026	76332	R$ 293,47

AQL5E24	277450T000041738	11/07/2026	66531	R$ 195,23
AQQ9G55	277450T000054015	09/07/2026	54521	R$ 195,23
AQT6A53	277450T000055406	09/07/2026	51851	R$ 195,23
ASD6727	277450T000055403	08/07/2026	55500	R$ 130,16
ASW5F95	277450T000055412	09/07/2026	76332	R$ 293,47
ATB7E48	277450T000039810	11/07/2026	55250	R$ 130,16
ATB7E48	277450T000039811	11/07/2026	55411	R$ 195,23
ATC2I41	277450T000055409	09/07/2026	66531	R$ 195,23
ATQ1785	277450T000055418	09/07/2026	51851	R$ 195,23
ATR5F71	277450T000055415	09/07/2026	55250	R$ 130,16
AVV5H16	277450T000054012	09/07/2026	76251	R$ 293,47
AVV5H16	277450T000055407	09/07/2026	76251	R$ 293,47
AXI5J39	277450T000053703	08/07/2026	54790	R$ 130,16
AXP8H56	277450T000055201	07/07/2026	54790	R$ 130,16
AYC2D42	277450T000055413	09/07/2026	60412	R$ 195,23
AZW9462	277450T000053704	09/07/2026	76252	R$ 293,47
AZY2B74	277450T000055404	08/07/2026	51851	R$ 195,23
BAY0967	277450T000036564	08/07/2026	76331	R$ 293,47
BAZ1B38	277450T000055411	09/07/2026	76332	R$ 293,47
BBC2J89	277450T000055454	11/07/2026	54790	R$ 130,16
BBK9D28	277450T000055408	09/07/2026	76251	R$ 293,47
BDA6F98	277450T000051010	11/07/2026	55413	R$ 195,23
BDW5F72	277450T000025984	08/07/2026	73662	R$ 130,16
BDZ4F57	277450T000055146	08/07/2026	55411	R$ 195,23
BEO3I42	277450NIC0045927	23/06/2026	50020	R$ 390,46
BEV1I55	277450T000055801	11/07/2026	66531	R$ 195,23
BEW4A83	277450T000055453	10/07/2026	55500	R$ 130,16
BEZ9C16	277450T000053702	08/07/2026	55680	R$ 195,23
BWF1H29	277450T000044797	10/07/2026	55411	R$ 195,23
BWI7G83	277450T000054449	07/07/2026	55411	R$ 195,23
BXG7G55	277450T000055211	07/07/2026	55411	R$ 195,23
DZA2H61	277450T000054019	09/07/2026	55413	R$ 195,23
EBL0A90	277450T000055405	09/07/2026	60501	R$ 293,47
FDZ3G86	277450T000044799	10/07/2026	55413	R$ 195,23
FOL1G85	277450T000054013	09/07/2026	55413	R$ 195,23
IEU1539	277450T000055214	07/07/2026	54521	R$ 195,23
IEU1539	277450T000055215	07/07/2026	55411	R$ 195,23
JAD9E51	277450NIC0045920	16/06/2026	50020	R$ 260,32
JBL9C72	277450T000036680	08/07/2026	57463	R$ 130,16
KJP5371	277450T000054011	09/07/2026	55500	R$ 130,16
LXG9C27	277450T000055212	07/07/2026	55411	R$ 195,23
LYB9B18	277450T000055202	07/07/2026	55411	R$ 195,23
LYB9B18	277450T000055203	07/07/2026	54521	R$ 195,23
LZG6D32	277450T000052901	11/07/2026	55411	R$ 195,23
LZY5I80	277450T000044798	10/07/2026	55411	R$ 195,23
MBQ2H06	277450T000054020	09/07/2026	55680	R$ 195,23
MDZ2D05	277450T000053473	08/07/2026	51851	R$ 195,23
MGS1F03	277450T000055143	08/07/2026	55680	R$ 195,23
MIH1E62	277450T000054016	09/07/2026	54522	R$ 195,23
MIQ5F05	277450T000054014	09/07/2026	54521	R$ 195,23
MJN1B15	277450NIC0045926	23/06/2026	50020	R$ 260,32
MPJ8F55	277450T000055205	07/07/2026	54790	R$ 130,16
OOM8B51	277450NIC0045922	19/06/2026	50020	R$ 260,32
PPU7D82	277450NIC0045924	23/06/2026	50020	R$ 260,32
PRA4J19	277450T000055217	10/07/2026	55500	R$ 130,16
QTM3F84	277450T000055145	08/07/2026	55680	R$ 195,23
QYE0B56	277450T000054017	09/07/2026	55500	R$ 130,16
RHC5F27	277450T000041736	11/07/2026	66531	R$ 195,23
RHC7I92	277450T000055216	10/07/2026	60501	R$ 293,47
RHP0J17	277450T000054104	07/07/2026	66531	R$ 195,23
RHP0J17	277450T000054105	07/07/2026	66700	R$ 195,23
RIW8H28	277450T000054018	09/07/2026	76251	R$ 293,47
RVK6A64	277450NIC0045917	16/06/2026	50020	R$ 390,46
RYK1F58	277450NIC0045918	16/06/2026	50020	R$ 586,94
SDU1D61	277450T000042637	10/07/2026	66531	R$ 195,23
SDU1D61	277450T000053166	10/07/2026	61220	R$ 293,47
SEF9A51	277450T000055414	09/07/2026	73400	R$ 130,16
SEG3F30	277450NIC0045923	23/06/2026	50020	R$ 390,46
SEG4I79	277450T000047344	09/07/2026	59670	R$ 1.467,35
SEG4I79	277450T000047343	09/07/2026	58191	R$ 880,41
SEG4I79	277450T000047341	09/07/2026	60501	R$ 293,47
SEG4I79	277450T000047339	09/07/2026	58350	R$ 195,23
SEG4I79	277450T000047345	09/07/2026	52151	R$ 293,47
SEG4I79	277450T000047338	09/07/2026	70561	R$ 293,47
SEG4I79	277450T000047342	09/07/2026	57970	R$ 2.934,70
SEG4I79	277450T000047340	09/07/2026	61220	R$ 293,47
SEV1C54	277450T000041735	11/07/2026	66531	R$ 195,23
SEZ3E96	277450NIC0045921	19/06/2026	50020	R$ 390,46
SWJ8E50	277450T000055416	09/07/2026	55411	R$ 195,23
TAQ4J27	277450T000053474	08/07/2026	76332	R$ 293,47
TAX4F41	277450T000055206	07/07/2026	55411	R$ 195,23
TBJ0G62	277450T000055150	08/07/2026	55500	R$ 130,16
TBM7G61	277450T000053223	10/07/2026	61300	R$ 293,47
TBT1A92	116100T000443021	07/07/2026	55414	R$ 195,23
TPQ0E58	277450NIC0045919	16/06/2026	50020	R$ 260,32
UAU9I19	277450T000053165	07/07/2026	66531	R$ 195,23
UBM7E76	277450T000055401	08/07/2026	55500	R$ 130,16
UCA1F65	277450T000035913	09/07/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:63694DE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Aprova a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PRESIDENTE DESTE PODER LEGISLATIVO PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º A proposta orçamentária da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027 é fixada em **R$ 10.105.000,00 (Dez milhões cento e cinco mil reais)**, na forma constante do Anexo Único, que fica fazendo parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º O montante fixado no artigo anterior, será incluído na proposta orçamentária do Município, a qual será enviada ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2026.

Art. 3º Fica autorizada a Câmara Municipal de Paranavaí - PR, proceder suplementações em seu orçamento, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, na forma do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paranavaí, PR,
Em 21 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

ANEXO ÚNICO EXERCÍCIO 2027

NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

Títulos			Sub-Elemento	Elementos	Modalidade	Grupo	Categoria
3000		**DESPESAS CORRENTES**					**9,200,000.00**
	3100	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**				**7,920,000.00**	
		3190 APLICAÇÕES DIRETAS			**7,920,000.00**		
		3190 01 APOSENTADORIAS E REFORMAS		4,000.00			
		3190 03 PENSÕES		4,000.00			
		3190 07 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		4,000.00			
		3190 11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		6,600,000.00			
		3190 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		695,000.00			
		3190 16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL		4,000.00			
		3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS		4,000.00			
		3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5,000.00			
		3190 94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		5,000.00			
		3191 13 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		595,000.00			
	3200	**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**				**10,000.00**	
		3290 APLICAÇÕES DIRETAS			**10,000.00**		
		3290 21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		5,000.00			
		3290 22 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		5,000.00			
	3300	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**				**1,270,000.00**	
		3390 APLICAÇÕES DIRETAS			**1,270,000.00**		
		3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		5,000.00			
		3390 14 DIÁRIAS - CIVIL		50,000.00			
		3390 30 MATERIAL DE CONSUMO		140,000.00			
		3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		25,000.00			
		3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		15,000.00			
		3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS FÍSICAS		15,000.00			
		3390 37 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		200,000.00			
		3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		320,000.00			
		3390 40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PESSOA JURÍDICA		110,000.00			
		3390 46 AUXILIO ALIMENTAÇÃO		380,000.00			
		3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5,000.00			
		3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5,000.00			
4000		**DESPESAS DE CAPITAL**					**905,000.00**
	4400	**INVESTIMENTOS**				**900,000.00**	
		4490 APLICAÇÕES DIRETAS			**900,000.00**		
		4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES		500,000.00			
		4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE		400,000.00			
	4600	**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**				**5,000.00**	
		4690 APLICAÇÕES DIRETAS			**5,000.00**		
		4690 71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		5,000.00			
Total Geral							**10,105,000.00**

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:E00F92CE

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até09/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABI4G78	277490W000046394	03/09/2026	55412
ABY9G68	277490W000046229	01/09/2026	55412
ADG0E50	277490W000046350	02/09/2026	55412
ADG0E50	277490W000046386	03/09/2026	55412
AFC4369	277490W000046314	02/09/2026	55412
AFT8B88	277490W000046269	01/09/2026	55412
AHB6G06	277490W000046424	03/09/2026	55412
AHF7764	277490W000046226	01/09/2026	55412
AHF7H76	277490W000046251	01/09/2026	55412
AHL4J00	277490T000000742	17/09/2026	54600
AIX3759	277490W000046231	01/09/2026	55412
AIX3759	277490W000046240	01/09/2026	55412
AIX3759	277490W000046365	03/09/2026	55412
AIX3759	277490W000046416	03/09/2026	55412
AIX3759	277490W000046387	03/09/2026	55412
AJC5272	277490W000046237	01/09/2026	55412
AJW1H39	277490W000046292	02/09/2026	55412
AJY4J55	277490W000046293	02/09/2026	55412
AKM3C23	277490W000046307	02/09/2026	55412
AKM3C23	277490W000046216	01/09/2026	55412
AKQ0J08	277490W000046301	02/09/2026	55412
AKQ0J08	277490W000046371	03/09/2026	55412
AKR6A50	277490W000046213	01/09/2026	55412
AKY1E55	277490W000046333	02/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046289	02/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046346	02/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046242	01/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046232	01/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046385	03/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046409	03/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046272	01/09/2026	55412
AKY9486	277490W000046209	01/09/2026	55412
ALC3514	277490W000046398	03/09/2026	55412
ALX3D54	277490W000046415	03/09/2026	55412
ALY3930	277490W000046203	01/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046317	02/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046266	01/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046277	02/09/2026	55412
AMJ9586	277490W000046405	03/09/2026	55412
AMW4749	277490W000046220	01/09/2026	55412
ANB3744	277490W000046383	03/09/2026	55412
ANB8A65	277490W000046255	01/09/2026	55412
ANH1424	277490W000046359	03/09/2026	55412
ANM2459	277490W000046347	02/09/2026	55412
AOD5A74	277490W000046391	03/09/2026	55412
AOG5C81	277490W000046304	02/09/2026	55412
AOK6925	277490W000046356	03/09/2026	55412
AOK6925	277490W000046288	02/09/2026	55412
AOS3477	277490W000046367	03/09/2026	55412
AOS7H23	277490W000046262	01/09/2026	55412
AOT2760	277490W000046368	03/09/2026	55412
AOV6334	277490W000046264	01/09/2026	55412
AOW3542	277490W000046375	03/09/2026	55412
AOY1D40	277490W000046362	03/09/2026	55412
API6B52	277490W000046250	01/09/2026	55412
APJ2J19	277490W000046302	02/09/2026	55412
APJ4E41	277490W000046325	02/09/2026	55412
APT8F34	277490T000009104	17/09/2026	51930
AQV4C51	277490W000046378	03/09/2026	55412
AQY6145	277490W000046270	01/09/2026	55412
ARB1573	277490W000046402	03/09/2026	55412
ASJ8490	277490W000046389	03/09/2026	55412
ASJ8490	277490W000046234	01/09/2026	55412
ASJ8490	277490W000046418	03/09/2026	55412
ASN8849	277490W000046312	02/09/2026	55412
ATO2A17	277490W000046323	02/09/2026	55412
ATQ1B95	277490W000046399	03/09/2026	55412
ATY7590	277490W000046279	02/09/2026	55412
AUJ9823	277490W000046299	02/09/2026	55412
AUQ2B22	277490W000046285	02/09/2026	55412
AUW5F95	277490W000046261	01/09/2026	55412
AUX2814	277490W000046363	03/09/2026	55412
AUX2814	277490W000046295	02/09/2026	55412
AVC5725	277490W000046338	02/09/2026	55412

AVG5H20	277490W000046214	01/09/2026	55412
AVU0335	277490W000046318	02/09/2026	55412
AVU0335	277490W000046282	02/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046283	02/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046417	03/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046244	01/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046201	01/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046388	03/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046357	03/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046222	01/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046326	02/09/2026	55412
AWE6128	277490W000046376	03/09/2026	55412
AWG7527	277490T000009316	17/09/2026	54870
AWZ6C30	277490W000046217	01/09/2026	55412
AXI3A19	277490W000046241	01/09/2026	55412
AXK4810	277490W000046278	02/09/2026	55412
AXQ5F95	277490W000046297	02/09/2026	55412
AXQ5F95	277490W000046348	02/09/2026	55412
AXY9360	277490W000046397	03/09/2026	55412
AYA9H67	277490W000046273	01/09/2026	55412
AYJ8J54	277490W000046291	02/09/2026	55412
AYR9I07	277490W000046319	02/09/2026	55412
AZQ6H08	277490W000046281	02/09/2026	55412
AZW1355	277490W000046343	02/09/2026	55412
BAN7F84	277490W000046208	01/09/2026	55412
BAQ5H64	277490T000008796	17/09/2026	76331
BAW2729	277490W000046329	02/09/2026	55412
BBZ0671	277490W000046352	02/09/2026	55412
BCG2612	277490W000046253	01/09/2026	55412
BCG7330	277490T000001546	17/09/2026	55414
BCM6H23	277490W000046236	01/09/2026	55412
BDA4J07	277490T000009103	17/09/2026	54870
BDA5H43	277490W000046228	01/09/2026	55412
BDG6H61	277490W000046247	01/09/2026	55412
BDG8A07	277490W000046396	03/09/2026	55412
BEB1213	277490W000046246	01/09/2026	55412
BEI4B68	277490W000046419	03/09/2026	55412
BNO4D04	277490W000046224	01/09/2026	55412
BOS3733	277490W000046332	02/09/2026	55412
BOS3733	277490W000046284	02/09/2026	55412
CHW5931	277490W000046296	02/09/2026	55412
CHW5931	277490W000046380	03/09/2026	55412
CHW5931	277490W000046360	03/09/2026	55412
CMU1D72	277490W000046258	01/09/2026	55412
CNX5775	277490W000046245	01/09/2026	55412
CNX5775	277490W000046205	01/09/2026	55412
CXI4471	277490W000046370	03/09/2026	55412
DBN3B80	277490W000046320	02/09/2026	55412
DEZ0947	277490W000046413	03/09/2026	55412
DEZ0947	277490W000046374	03/09/2026	55412
DGX6E55	277490W000046202	01/09/2026	55412
DJA6099	277490W000046212	01/09/2026	55412
DQN9607	277490W000046280	02/09/2026	55412
DTP9B46	277490W000046421	03/09/2026	55412
ENQ1G85	277490W000046411	03/09/2026	55412
FGR4F30	277490W000046369	03/09/2026	55412
FNS8G67	277490W000046406	03/09/2026	55412
FON5I20	277490W000046306	02/09/2026	55412
GFZ0A75	277490W000046414	03/09/2026	55412
GKA3I35	277490W000046313	02/09/2026	55412
HFW3C40	277490W000046298	02/09/2026	55412
IDD1G43	277490W000046268	01/09/2026	55412
KJB3I61	277490W000046210	01/09/2026	55412
LMP7G35	277490W000046206	01/09/2026	55412
MJM2I79	277490W000046328	02/09/2026	55412
MPZ5J12	277490W000046260	01/09/2026	55412
MPZ5J12	277490W000046344	02/09/2026	55412
NRS9E66	277490W000046200	01/09/2026	55412
OHU8C13	277490T000009317	17/09/2026	51851
OWW6F74	277490W000046257	01/09/2026	55412
QIB3E88	277490W000046355	02/09/2026	55412
RCJ7G32	277490W000046331	02/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046275	01/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046235	01/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046382	03/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046256	01/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046372	03/09/2026	55412
RHE3F33	277490W000046340	02/09/2026	55412
RHR7G55	277490W000046407	03/09/2026	55412
RHV8G40	277490W000046239	01/09/2026	55412
RTN7C03	277490W000046267	01/09/2026	55412
SDT9D20	277490T000009101	17/09/2026	73232
SEP2G55	277490W000046390	03/09/2026	55412
SEP4I87	277490W000046303	02/09/2026	55412
SES7F59	277490W000046233	01/09/2026	55412
SFB5J29	277490W000046305	02/09/2026	55412
SFE6G18	277490W000046249	01/09/2026	55412
SFL8A46	277490W000046336	02/09/2026	55412
SFM5G38	277490W000046322	02/09/2026	55412

SFO2F73	277490T000008800	17/09/2026	76331
SFO4J12	277490W000046199	01/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046221	01/09/2026	55412
SFO4J12	277490W000046238	01/09/2026	55412
STQ9C12	277490W000046225	01/09/2026	55412
TAT4C46	277490W000046410	03/09/2026	55412
TAU9C45	277490W000046218	01/09/2026	55412
TAW2G45	277490W000046300	02/09/2026	55412
TAZ9E59	277490W000046254	01/09/2026	55412
TBC9G41	277490T000003879	17/09/2026	65992
TBT5G27	277490W000046219	01/09/2026	55412
UAW7F73	277490W000046364	03/09/2026	55412
UBB5J75	277490W000046366	03/09/2026	55412
UBH7B23	277490W000046227	01/09/2026	55412
UBN3F96	277490T000007523	17/09/2026	67261
UBN3F96	277490T000007522	17/09/2026	50100
UBN3F96	277490T000007525	17/09/2026	66372
UBN3F96	277490T000007524	17/09/2026	51180
UBV8J02	277490T000009102	17/09/2026	76331
UBX8A15	277490W000046339	02/09/2026	55412
UCI6J42	277490W000046345	02/09/2026	55412
UCJ1I47	277490W000046321	02/09/2026	55412

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A5A9667B

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AKA3556	277490A000164731	10/07/2026	76251	R$ 293,47
AMS2019	277490T000007262	14/07/2026	76251	R$ 293,47
AVG2C40	277490T000007266	14/07/2026	76251	R$ 293,47
AWM6F29	277490T000002761	10/07/2026	76252	R$ 293,47
BAO0H03	277490A000164738	10/07/2026	51930	R$ 293,47
BCT3G20	277490A000164733	10/07/2026	76251	R$ 293,47
BDN0103	277490T000007575	14/07/2026	76331	R$ 293,47
BDQ7I36	277490T000007576	14/07/2026	76331	R$ 293,47
BDZ7B84	277490T000000149	12/07/2026	76332	R$ 293,47
DZX9J72	277490T000002763	14/07/2026	76251	R$ 293,47
ECZ8516	277490T000007265	14/07/2026	55411	R$ 195,23
GBU3D75	277490T000000303	14/07/2026	51930	R$ 293,47
KDO7B03	277490A000164739	10/07/2026	73232	R$ 130,16
MKT5J28	277490T000007574	14/07/2026	76332	R$ 293,47
PPT8F91	277490A000164737	10/07/2026	76331	R$ 293,47
QOK8F41	277490A000164740	10/07/2026	54526	R$ 195,23
RHA3G84	277490A000164744	10/07/2026	76251	R$ 293,47
RHL1D93	277490T000007264	14/07/2026	57200	R$ 195,23
RHX0D36	277490T000002085	12/07/2026	54521	R$ 195,23
SEU4G04	277490T000001432	14/07/2026	76331	R$ 293,47
TAV2B08	277490T000000148	12/07/2026	76332	R$ 293,47
TBD9J32	277490T000002762	14/07/2026	54521	R$ 195,23
TBR8I47	277490A000164734	10/07/2026	76251	R$ 293,47
UAS2J12	277490A000164736	10/07/2026	76331	R$ 293,47
UBB1F01	277490T000002089	14/07/2026	51930	R$ 293,47
UCH4I17	277490T000007577	14/07/2026	59910	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E47A48C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ e TARCISIO BARBOSA DE SOUZA** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 255/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de**R$ 1.200.234,00 (um milhão, duzentos mil, duzentos e trinta e quatro reais).**

Fornecedor: **AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
3	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM NO MÍNIMO 18 TONELADAS, MINIMO 120 HP DE POTENCIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL.	HORA	2.800	R$ 277,23	R$ 776.244,00
5	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE PÁ CARREGADEIRA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 127 HP, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE CAÇAMBA DE 1,7M³, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL	HORA	1.800	R$ 235,55	R$ 423.990,00
Total Fornecedor: R$ 1.200.234,00 (um milhão, duzentos mil, duzentos e trinta e quatro reais).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2025), datada de 09 de outubro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

Fornecedor:
Empresa: AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 55.708.308/0001-88
Endereço: Rua CAMBARA, 84 - FUNDOS CHACARA PORTUGUESA, Jandaia do Sul - PR, 86.900-000
Nome do Representante: THIAGO MEDEIROS PINTO
CPF: 123.305.867-36

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:981EB5B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025
(Reajuste de Valor)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERA e GUILHERME DE ARAUJO RUIZ** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 256/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de**R$ 240.493,50 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).**

Fornecedor:					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE CAMINHÃO MUNCK COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 9550 KG, COM LANÇA DE NO MÍNIMO 20 METROS DE COMPRIMENTO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL.	HORA	650	R$ 369,99	R$ 240.493,50
Total Fornecedor: R$ 240.493,50 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025), datada de 08 de outubro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fornecedor:
Empresa: R VAN DAL DE CARVALHO
CNPJ: 20.278.310/0001-80
Endereço: Rua MANGUEIRA, 941 - JARDIM JEQUITIBA, Paranavaí - PR,
E-mail: escricontablider@pvai.com.br
Telefone: 9888-2100, 99965-9192, 9965-9192
Nome do Representante: RAFAEL VAN DAL DE CARVALHO
CPF: 040.122.479-13

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:15FE8FE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025
(Reajuste de Valor)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA** residente e domiciliado nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.**
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 257/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de**R$ 800.430,00 (oitocentos mil, quatrocentos e trinta reais).**

Fornecedor:**GEASA TERRAPLANAGEM LTDA.**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
4	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 116HP, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL..	HORA	3.000	R$ 266,81	R$ 800.430,00
Total Fornecedor: R$ 800.430,00 (oitocentos mil, quatrocentos e trinta reais)					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025), datada de 07 de outubro de 2025.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Fornecedor:
Empresa: GEASA TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 07.512.428/0001-62
Endereço: Rua REBOUCAS, 400 - CENTRO, Alto Paraná - PR, 87.750-000
E-mail: geasaterraplangessi@gmail.com, cripacontabilidade@hotmail.com
Telefone: (44) 3447-1172, (44) 3447-1155
Nome do Representante: GESSI AUGUSTO DOS DANTOS
CPF: 396.928.849-53

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:BC4C8681

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2025 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 27015/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 27015/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativana Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92,registraospreçosdositensrelacionados,nasseguintescondições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é Registro de Preçospara aquisição futura e parcelada de ELETRODOMÉSTICOS, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social, Administração, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Fundação Cultural, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Gabinete e Tiro de Guerra, conforme edital de licitação nº 29/2025.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 242/2025,por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para**22de setembrode 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 27015/2026pelo órgão gerenciador através do Memorando nº1196/2026/SEDUCeconsiderando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023,edição 2928.

Paragrafo Primeiro: As partes supracitadas, resolvem estabelecer rescisão amigável da Ata de Registro de Preços, caso haja conclusão de novoprocesso licitatório.

Fornecedor: – CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS LTDA.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
38	TELA PARA PROJEÇÃO, ESTRUTURA DO TRIPÉ TELESCÓPIO EM ALUMÍNIO PRETO, RETRÁTIL, TELA EM BRANCO, COM AJUSTES DE ALTURA, DIMENSÕES DA TELA 180X180CM, FORMATO QUADRADO. Código CATMAT 455608.	Unid.	36	R$ 536,48	R$ 19.313,28
Total Fornecedor: R$ 19.313,28(dezenove mil, trezentos e treze reais e vinte e oito centavos)					

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 242/2025), datada de 24 de Setembrode 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Interino

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de FomentoEconômico e Inovação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurançae Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Cineflex Industria De Produtos Visuais **LTDA**

Fornecedor:

Empresa:Cineflex Industria De Produtos Visuais LTDA
CNPJ: 10.776.858/0001-04
Endereço: Rua MARIA JOSE, 404 - bela vista, São Paulo - SP,
E-mail: telascineflex@telascineflex.com.br
Telefone: (11) 3105-4312
Nome do Representante:
MARCOS ANTONIO MAURELLI

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:65AEB886

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2025 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 27016/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 27016/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativana Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representada pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92,registraospreçosdositensrelacionados,nasseguintescondições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é Registro de Preçospara aquisição futura e parcelada de ELETRODOMÉSTICOS, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social, Administração, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Fundação Cultural, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Gabinete e Tiro de Guerra, conforme edital de licitação nº 29/2025.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 244/2025,por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para**22de setembrode 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas noprocesso digital 27016/2026pelo órgão gerenciador através do Memorando nº1196/2026econsiderando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023,edição 2928.

Paragrafo Primeiro: As partes supracitadas, resolvem estabelecer rescisão amigável da Ata de Registro de Preços, caso haja conclusão de novoprocesso licitatório.

Fornecedor: JR CRUZ LICITAÇÕES LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
42	- PROJETOR MULTIMÍDIA, TIPO LÂMPADA LED, VOLTAGEM BIVOLT V, QUANTIDADE ENTRADAS VÍDEO 4 UN, TIPO ZOOM: DIGITAL, TIPO: INTERATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONEXÃO: HDMI, USB, WI-FI, LUMINOSIDADE MÍNIMA 4.000 LM, TIPO PROJEÇÃO FRONTAL, RESOLUÇÃO 1.280 X 800. Código CATMAT 603956.	Unid.	17	R$ 2.056,01	R$ 34.952,17
Total Fornecedor: R$ 34.952,17 (trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos).					

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 244/2025), datada de 24 de Setembrode 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Interino

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de FomentoEconômico e Inovação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurançae Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JR CRUZ LICITAÇÕES LTDA

Fornecedor:

Empresa: JR Cruz Licitações LTDA
CNPJ: 51.971.490/0001-04
Endereço: Rua SHCS CR 516 BLOCO B, 66 - ASA SUL, Brasília - DF,
E-mail: licitacao.jrcruz@gmail.com
Telefone: (61) 9189-7804
Nome do Representante:
CLAUDIO BARBOSA DA CRUZ JUNIOR

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:2D881EB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) WANESSA DURANTE residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:
Empresa: MOURA LEAL LTDA CNPJ: 00.273.974/0001-49
Endereço: RUA SOUZA NAVES, 2014 - CENTRO, Paranavaí - PR,

E-mail: sauro_gehring@hotmail.com, licitacao_mouraeleal@hotmail.com, sauro_gehring@uol.com.br Telefone: (44) 99974-8407, (44) 3423-2567, (44) 3424-0622, (44) 3900-0999, (44) 3424-0600, (44) 3422-6238
Nome do Representante: DEIZE ALVES DE MOURA LEAL

CPF: 000.000.000-00
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 127/2026, Pregão Eletrônico nº 47 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal n 24.731/2023.
CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Registro de preços para futura e eventual aquisição de quadros-negros (lousas), visando ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino, abrangendo escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs..
CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - Quadro-negro na cor verde, medindo 120 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação segura do produto. Garantia mínima de3 (três) anos contra defeitos de fabricação.	UND	W.MILL	20	R$ 483,5000	R$ 9.670,00

Total do Lote:	R$ 9.670,00
Total do Fornecedor:	R$ 9.670,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.
CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexisti contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.
CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da assinatura digital.

__

DEIZE ALVES DE MOURA LEAL

WANESSA DURANTE
CPF: 025.577.729-92
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:08321AB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) WANESSA DURANTE residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:
Empresa: LOUSAS BRASIL COMÉRCIO DE QUADROS E ARTIGOS ESCOLARES LTDA
CNPJ: 40.801.863/0001-82
Endereço: Rua Vereador José Nalepa, 965 - MATO LIMPO, Campo Magro - PR, 83.535-000
E-mail: lousas@lousasbrasil.com.br
Telefone:
Nome do Representante: LUCIANO COUTO DE CARVALHO
CPF: 874.274.009-68

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 127/2026, Pregão Eletrônico nº 47 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal n 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Registro de preços para futura e eventual aquisição de quadros-negros (lousas), visando ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino, abrangendo escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs..

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - Quadro-negro na cor verde, medindo 250 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação segura do produto. Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação.	UND	PROPRIO	45	R$ 699,0000	R$ 31.455,00
3 - Quadro-negro na cor verde, medindo 400 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação	UND	PROPRIO	68	R$ 898,0000	R$ 61.064,00

segura do produto. Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação.					
4 - Quadro-negro na cor verde, medindo 400 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação segura do produto. Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação.	UND	PROPRIO	22	R$ 1.189,0000	R$ 26.158,00
Total do Lote:					R$ 118.677,00
Total do Fornecedor:					R$ 118.677,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexisti contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da assinatura digital.

_____
LUCIANO COUTO DE CARVALHO

WANESSA DURANTE
CPF: 025.577.729-92
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:9AFF2A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

DATA DE ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais de(a): Administração - **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí - **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; Agricultura - **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06, Assistência Social, Mulher e Família - **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; Desenvolvimento Econômico e Turismo - **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; Educação - **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF sob nº 025.577.729-92; Esportes e Lazer - **JANE NUNES DE LIMA**, inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; Meio Ambiente - **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; Saúde - **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; Segurança e Trânsito - **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; Infraestrutura e Serviços Públicos - **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; Procuradoria Geral do Município - **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15, doravante denominado **contratante** e a empresa **LICNES SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.416.859/0001-01, estabelecida à Rua Carlos Augusto Cornelsen, 200, São Lourenço, na cidade de Curitiba–PR, CEP 80.520-560, e-mail licitacao@licnes.com.br, neste ato representada por **NEURO JUSCELINO ANTONIO RECARCATI**, inscrito no CPF 338.042.819-15, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a "Contratação de Empresa para realizar o controle das declarações fiscais (defis, pgdas-d e efd) e controle de produção primária do Município de Paranavaí, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.".

VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 5.625.996,48 (cinco milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo.

FONTE DE RECURSOS: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo
2025	39	3	1	2130	3339034000000000000	0
2026	82	3	1	2130	3339034000000000000	0
2025	125	4	1	2240	3339034000000000000	0
2026	167	4	1	2240	3339034000000000000	0
2025	185	4	1	2242	3339034000000000000	494
2025	219	4	1	2243	3339034000000000000	0
2026	225	4	1	2242	3339034000000000000	494
2026	258	4	1	2243	3339034000000000000	0
2025	264	4	1	2250	3339034000000000000	0
2025	265	4	1	2250	3339034000000000000	494
2025	318	4	1	2260	3339034000000000000	0
2026	325	4	1	2250	3339034000000000000	0
2025	348	4	1	2342	3339034000000000000	0
2025	377	4	1	2348	3339034000000000000	0
2026	396	4	1	2260	3339034000000000000	0
2026	426	4	1	2342	3339034000000000000	0
2025	435	5	1	2380	3339034000000000000	0
2026	455	4	1	2348	3339034000000000000	0
2026	507	5	1	2380	3339034000000000000	0
2025	692	6	2	2450	3339034000000000000	104
2026	718	6	2	2450	3339034000000000000	104
2026	859	7	1	2570	3339034000000000000	0
2025	862	7	1	2570	3339034000000000000	0
2025	879	7	1	2571	3339034000000000000	0
2025	971	7	2	2621	3339034000000000000	934
2026	975	7	2	2644	3339034000000000000	934
2025	1000	7	2	2622	3339034000000000000	941
2026	1012	7	2	2645	3339034000000000000	941
2025	1295	9	1	2150	3339034000000000000	0
2026	1321	9	1	2150	3339034000000000000	0
2025	1352	10	1	2140	3339034000000000000	0
2026	1379	10	1	2140	3339034000000000000	0
2026	1513	12	1	2030	3339034000000000000	0
2026	1582	13	1	2075	3339034000000000000	0
2025	1602	13	2	2080	3339039999900000000	509
2025	1667	15	1	2870	3339039999900000000	0
2025	1724	17	1	2880	3339034000000000000	0
2026	1736	15	1	2870	3339034000000000000	0
2025	1792	18	1	2661	3339039999900000000	0
2026	1823	17	1	2880	3339034000000000000	0
2026	1891	18	1	2661	3339034000000000000	0
2025	2172	4	1	2243	3339034000000000000	494

FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal De Administração
Contratante

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente Da Fundação Cultural De Paranavaí
Contratante

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal De Agricultura
Contratante

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretário Municipal De Assistência Social, Mulher E Família
Contratante

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal De Desenvolvimento Econômico E Turismo
Contratante

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal De Educação
Contratante

JANE NUNES DE LIMA
Secretário Municipal De Esportes E Lazer
Contratante

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal De Meio Ambiente
Contratante

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal De Saúde
Contratante

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal De Segurança E Trânsito
Contratante

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos
Contratante

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora-Geral Do Município
Contratante

Licnes Serviços LTDA
Representado Por
NEURO JUSCELINO ANTONIO RECARCATI
Contratado

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:BE59A875

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRASTERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Pregão Eletrônico Para Compras e serviços 37/2026
	Processo Administrativo: 107/2026

Eu, THAÍS SOARES DA SILVA, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2023, a vista do parecer conclusiv exarado pelo Pregoeiro:

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Eletrônico nº. 37/2026, o(s) participante(s)

Vencedores dos Itens

398037 - PHM COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	Sofá, Material Estrutura: Couro Sintético, Material Estofamento: Flocos De Isopor Expandido, Revestimento: Material Sintético Impermeável, Quantidade Módulos: 1 UN, Características Adicionais: Central Sem Braços E Sem Encosto. Tipo Puff almofadão redondo, Quantidade Assentos: 1 UN, Largura aproximadamente: 0,90 M, Profundidade aproximadamente: 0,90 M, Altura aproximadamente: 100 CM. Cor definida pela secretaria solicitante.	UNID		83	R$278,00	R$23.074,00
				Total do Fornecedor: R$23.074,00		

725532 - OMC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	Conjunto Escolar, Componentes: 1 Mesa E 4 Cadeiras, Formato Mesa: Redonda, Material Tampo: Mdf com acabamento laminado, Espessura Tampo aproximada: 18 MM, Revestimento Tampo: Laminado Melamínico. Dimensões aproximadas da Cadeira: 31 x 29 x 53 cm (Largura x Profundidade x Altura). Altura aproximada do Assento da Cadeira: 28,5 cm. Recomendação de uso: Educação Infantil. Tampo da mesa e assento/encosto da cadeira: MDF pintado. Cor Variado conforme solicitado pela Secretaria	UNID		47	R$489,00	R$22.983,00
				Total do Fornecedor: R$22.983,00		

805293 - J D N JUNIOR LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Material Fisioterapia, Tipo: Barril Tubão Sensorial, Material: Estrutura Alumínio, Revestido De Espuma E Courvin, Tamanho: Cerca 85 cm Altura, 50 cm Circunferência Interna.	UNID		2	R$1.530,00	R$3.060,00
3	Balanço Balancim Fisioterapia Dobrável - Tipo: Balancim | Material: Ferro Pintura Epóxi, Apoio Pés Alumínio; Tamanho: 70cm de comprimento, 40 cm de largura e 55 cm de altura; capacidade de 120 a 150kg	UNID		1	R$230,00	R$230,00
4	Balanço Infantil, Tipo: Tipo Saco De Tecido Sintético elástico de alta resistência, com itens de fixação inclusos, Características Adicionais: P/ Terapia De Integração Sensorial, Capacidade: Até 90 KG; Tamanhos aproximados: comprimento 280 m e largura 150 m	UNID		2	R$480,00	R$960,00
8	DIVÃ TABLADO: Divã Tablado Baixo Fisioterapia Neurológica E Reabilitação, Material Estrutura: Madeira, Comprimento: 1,80 M, Largura: 1,30 M, Altura: 0,50 M, Material Estofamento: Com Espuma D33, Revestimento: Revestido Em Courvin, Característica Adicional: Tipo Tablado.	UNID		2	R$900,00	R$1.800,00
				Total do Fornecedor: R$6.050,00		

872846 - PROMES LIFE MATERIAL HOSPITALAR E COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
33	Manovacuômetro, Componentes: Aneroide C/Mostrador, Conector Padrão para uso respiratório, Uso: faixa de medição mínima de aproximadamente 120cmH2O, Aplicação: Adaptadores P/Uso Com Bocal, Tot Ou Traqueostomia, Características Adicionais: Mensura Força Muscular Fases Inspirat. E Expirat. Tipo Embalagem: acompanha estojo para acondicionamento Manual De Usuário. Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		2	R$1.357,5469	R$2.715,0938
				Total do Fornecedor: R$2.715,0938		

872862 - TUDOESTÉTICA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico, Tipo: Corda Naval,	UNID		1	R$376,85	R$376,85

	Material: material sintético de alta resistência, Aplicação: Condicionamento Físico, Dimensões: 40 Mm X 500 cm					
				Total do Fornecedor: R$376,85		

872866 - LICITAFISIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Aparelho eletroestimulador neuromuscular, Componentes: Portátil, Tens, 2 Canais Independentes, Adicionais: Saída Direto E Burst, Corrente: Acompanha Bateria De 9v. Itens inclusos: fonte de alimentação, cabos para eletroestimulação 2 vias compatíveis com o equipamento, bateria de 9V, eletrodos compatíveis com o equipamento, manual de operações. Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		5	R$599,00	R$2.995,00
5	CUNHA DE POSICIONAMENTO: Cunha De Posicionamento com revestimento impermeável removível com fechamento Com Ziper; Aplicação: P/ Posicionamento / Fixação / Proteção | Formato: Cunha Triangular | Material: Espuma Poliuretano D23 | Dimensões 1: Cerca De 40 X 30 X 15 cm | Tipo Uso: Reutilizável.	UNID		10	R$139,85	R$1.398,50
6	CAMA ELÁSTICA: Material Armação: Aço | Material Cobertura: Tela sintética de alta resistência | Formato: Redondo | Diâmetro aproximado: 0,95 M | Altura aproximada: 20 cm | Resistência: 150 KG | Características Adicionais: Pés Removíveis.	UNID		3	R$202,79	R$608,37
9	Material Fisioterapia, Tipo: Barra De Ling, Material: Madeira, Características Adicionais aproximadas: mínimo de 11 barras horizontais, distância aproximada de 20 cm Entre Elas, Tamanho aproximado: 240 X 87 X 22 cm, Componentes: Espaldar Fixo.	UNID		2	R$649,34	R$1.298,68
10	Equipamento / Acessórios Desporto, Tipo: Escada Horizontal, Material: Fita sintética resistente, Características Adicionais: aproximadamente 8 Degraus, Ponto De Fixação Em Terra E Grama, Uso: Treinamento De Agilidade.	UNID		4	R$36,71	R$146,84
11	Dispositivo Portátil Para Terapia Respiratória por incentivo Volumétrico Tipo De Funcionamento: Volume Nível De Esforço: C/ Ajuste De Volume Modelo: Câmara Graduada aproximadamente De 5000 Ml. Material: Polímero Resistente Componente: C/ Bocal, Tubo Corrugado E acompanha fltro ou sistema equivalente de proteção. Tipo Uso: Uso Individual	UNID		9	R$111,88	R$1.006,92
12	Material Fisioterapia, Tipo: Rampa De Equilíbrio Ajustável, Material: Madeira, Aplicação: Fisioterapia, Tamanho aproximado: 30 X 10 X 40, Componentes Adicionais: Piso Sintético Antiderrapante, Base antiderrapante.	UNID		2	R$88,90	R$177,80
15	Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico, Tipo: Step, Material: Sintético Resistente, Aplicação: Condicionamento Físico, Dimensões aproximadas: 60 X 30 X 10 CM. Peso Máximo Suportado aproximado: 150kg	UNID		12	R$112,00	R$1.344,00
16	Material Fisioterapia, Tipo: Tábua De Alongamento De Tríceps Sural, Material: Madeira Revestida Com Antiderrapante, Dimensão aproximada: 40/35/15 CM.	UNID		2	R$88,00	R$176,00
17	Andador Ortopédico, Material: Alumínio Anodizado, Tipo Construtivo: Dupla Barra Sustentação, Tipo Pés: Pés Com Ponteiras antiderrapantes em meterial resistente, Altura: Altura Regulável, Aplicação: Adulto. Características adicionais: pés antiderrapantes. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		4	R$104,00	R$416,00
18	Andador Ortopédico, Material: Alumínio Anodizado, Tipo Construtivo: Dupla Barra Sustentação, Tipo Pés: Pés Com Ponteiras Antiderrapantes em material Resistente, Altura: Altura Regulável compatível com uso pediátrico, Aplicação: Infantil. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		4	R$104,00	R$416,00
20	Material Fisioterapia, Tipo: Bola Terapêutica tipo Feijão, Material: Elástico Resistente, Tamanho: 45 cm Circunferência, Capacidade: Até 300 KG.	UNID		2	R$79,91	R$159,82
21	Material Fisioterapia, Tipo: Bola, Material: Pvc, Características Adicionais: Sistema Anti-Estouro, Tamanho aproximado: 26 cm.	UNID		5	R$18,47	R$92,35
22	Material Fisioterapia, Tipo: Disco Propriocepção, Modelo: Inflável, Material: Elástico Resistente, Características Adicionais: Superfície Texturizada para Estímulo Tátil e Proprioceptivo, Capacidade aproximada: 200 KG, Diâmetro aproximado: Cerca De 35 cm.	UNID		6	R$56,93	R$341,58
26	Bicicleta Ergométrica, Tipo: Magnética, Modelo: Horizontal, Capacidade Máxima: 120 KG, Características Adicionais: Assento Anatômico/Regulagem Distância/Apoio Costa, Material Estrutura: Aço. Informações complementares: REGULADOR DE ESFORÇO: MANUAL COM APROXIMADAMENTE 8 NÍVEIS. REGULAGEM DO acento: DISTÂNCIA:DISTÂNCIA. PEDAIS COM CINTO DE FIXAÇÃO DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI RODINHAS PARA TRANSPORTE. INFORMAÇÕES DO PAINEL: VELOCIDADE, TEMPO DISTÂNCIA, CALORIAS, HODOMETRO, SCAN. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		1	R$1.298,69	R$1.298,69
27	Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico, Tipo: Equipamento Meia Bola de Equilibrio, Modelo: Meia Bola, Material: Flexível Resistente, Aplicação: Condicionamento Físico.	UNID		3	R$258,73	R$776,19
28	Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico, Tipo: Bola Para Pilates, Modelo: Bola Suíça, Material: Pvc Antiderrapante, Aplicação: Condicionamento Físico, Caracteristicas Adicionais: Acompanha Kit para Inflagem, Dimensões: Carga capacidade mínima 250kg E Diâmetro 45 CM.	UNID		5	R$45,00	R$225,00
29	Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico, Tipo: Bola Para Pilates, Modelo: Bola Suíça, Aplicação: Condicionamento Físico, Sistema Anti estouro. Características Adicionais: Diâmetro: 65 cm/Pvc Antiderrapante/Carga: capacidade mínima de 250 kg.	UNID		6	R$40,62	R$243,72
31	Haltere, Material: Ferro, Tipo: Maciço, Revestimento: Em Pvc, Vinil ou material emborrachado equivalente. Forma: Anatomico ou Arredondado, Peso: 1 KG, Cor: variada.	UNID		5	R$19,00	R$95,00
32	Haltere, Material: Ferro, Tipo: Maciço, Revestimento: Em Pvc, vinil ou material emborrachado equivalente, Forma: formato anatômico ou Arredondado, Peso: 2 KG, Cor: variada	UNID		5	R$39,00	R$195,00
35	Tornozeleira, Material: Resistente Lavável, Características Adicionais: Fecho Ajustável Em Velcro, Peso: 1 KG. Par	UNID		7	R$34,00	R$238,00
36	Tornozeleira, Material: Resistente Lavável, Características Adicionais: Fecho Ajustável Em Velcro, Peso: 3 KG.	UNID		5	R$37,01	R$185,05
37	Mobiliário Especial Uso Hospitalar, Tipo: Escada De Canto Com Rampa, Material: Madeira, Acabamento Superficial: Borracha Antiderrapante, Formato: C/ Mínimo de 3 Degraus E Corrimãos P/ Adultos E Crianças.	UNID		1	R$2.287,70	R$2.287,70
38	Bastão Ginástica,Material: Madeira ou Material Equivalente com acabamento antiderrapante, Comprimento aproximado: 1,20 M, Diâmetro Externo aproximado: 2,50 cm, Características Adicionais: Ponteira protetora.	UNID		6	R$34,96	R$209,76
39	Faixa Exercitadora Muscular, Tipo: Tubo Elástico com Pegadores, Intensidade De Resistência: Nível Intermediário de Resistência, Material: Látex Natural ou Material elástico equivalente, Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M, Componente: C/ Puxador / Pegador, Apresentação: Unidade.	UNID		4	R$22,77	R$91,08
40	Faixa Exercitadora Muscular, Tipo: Tubular Elástica, Intensidade De Resistência: Nível Médio Equivalente, Material: Borracha Sintética ou Material Elástico Resistente, Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M, Apresentação: Unidade	UNID		6	R$2,63	R$15,78
41	Faixa Exercitadora Muscular, Tipo: Tubular Elástica, Intensidade De	UNID		6	R$19,75	R$118,50

	Resistência: Baixa Resistencia, Material: Borracha Sintética ou Material Elástico Resistente, Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M, Apresentação: Unidade.					
42	Tornozeleira Material: Sintético Resistente, Características Adicionais: Fecho Ajustável Em Velcro. Peso: Par com 2 KG cada.	UNID		5	R$29,33	R$146,65
43	Exercitador Muscular Para Membro Superior Modelo: C/ Apoio ou Encaixe para dedos Para Dedos Resistência: Baixa Resistência. Material: Polímero Cor: C/ Cor Apresentação: Unidade.	UNID		6	R$52,00	R$312,00
				Total do Fornecedor: R$17.015,98		

887371 - NOVA BRASIL LICITAÇÕES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
30	Esteira Elétrica, Capacidade Máxima: 150 KG, Velocidade Máxima: 18 KM/H, Potência Motor: entre 3 a 5 HP, Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Painel multifuncional com indicação mínima de tempo, velocidade, distância, calorias e frequencia cardiaca, Porta Garrafas/Copos. Informações complementares: Inclinação Eletrônica Ajustável. SUPERFÍCIE DE CAMINHADA: medidas aproximadas 45-50 cm de largura x 130-140 cm de comprimento. Aferição referencial dos batimentos cardíacos via hand pulse. Rodinhas para transporte. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		1	R$7.052,94	R$7.052,94
				Total do Fornecedor: R$7.052,94		

887394 - FISIOMÉDICA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
24	Barra Paralela, Material: Estrutura Em Aço Carbono, Tipo Piso: Piso Madeira ou Material Estrutural Equivalete com Revestimento Antiderrapante, Tipo Corrimão: Corrimão Aço Tubular C/ Pintura Epóxi, Componentes: mínimo de 6 Barras Verticais, Regulagem De Altura E Largura, Dimensões aproximadas Piso: 3,00 X 0,80 M.	UNID		1	R$2.900,00	R$2.900,00
				Total do Fornecedor: R$2.900,00		

887456 - STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44	Equipamento de ultrassonografia digital de alta resolução, destinado a exames nas áreas abdominal, ginecológica, obstétrica, mama, pequenas partes, musculoesquelético e vascular, com capacidade para atendimento à saúde da mulher e medicina fetal. O sistema deverá ser transportável, montado sobre rodízios com freios, com monitor LED colorido de no mínimo 21,5 polegadas e tela sensível ao toque (touchscreen) de no mínimo 10 polegadas, com painel ajustável. Deverá possuir arquitetura digital de alta capacidade de processamento, proporcionando elevada qualidade de imagem e taxa de atualização compatível com exames dinâmicos. O equipamento deverá contar com armazenamento em SSD de no mínimo 512 GB, no mínimo 4 portas USB, conectividade em rede padrão DICOM 3.0 com lista de trabalho (worklist) e exportação de imagens em formatos compatíveis com PC, além de no mínimo 3 conexões ativas para transdutores. Deverá contemplar os modos B, M, M anatômico, Doppler colorido, Doppler pulsado (PW), Doppler contínuo (CW), Doppler tecidual e imagem harmônica tecidual, bem como recursos de otimização e realce de imagem, ajustes automáticos, imagem panorâmica, cineloop, ferramentas de medição e pós-processamento. Deverá possuir recursos avançados compatíveis com a prática clínica, incluindo elastografia e ferramentas de avaliação funcional. O equipamento deverá ser apto à realização de ultrassonografia morfológica fetal, avaliação de translucência nucal, perfil biofísico fetal e ecocardiografia fetal com mapeamento de fluxo em cores, devendo dispor de recursos para biometria fetal, cálculos automáticos (idade gestacional e peso fetal), avaliação de líquido amniótico e análise de movimentos fetais por imagem dinâmica. Deverá possuir Doppler de alta sensibilidade para avaliação hemodinâmica fetal e materna, bem como recursos para análise estrutural e funcional do coração fetal. Deverá acompanhar transdutores convexo (aproximadamente 2 a 8 MHz), linear (aproximadamente 5 a 12 MHz) e endocavitário multifrequenciais de banda larga, com seleção automática de frequência, além de recursos que auxiliem a rotina como protocolos pré-configuráveis e ajustes automáticos. O equipamento deverá possuir aquecedor de gel, ser fornecido com nobreak e impressora compatíveis, contar com garantia mínima de 12 meses com manutenção preventiva e dispor de assistência técnica autorizada em raio máximo de 600 km, com atendimento em até 24 horas. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA	UNID		1	R$77.766,15	R$77.766,15
				Total do Fornecedor: R$77.766,15		

Vencedores dos Itens

2262126 - K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	Bengala, Tipo: 4 Apoios, Material: Estrutura Metálica Resistente, Tipo Ponteira: Com Ponteira De Borracha, Tamanho: Tamanho Adulto. Informações complementares: Garantia de 12 meses e registro na ANVISA.	UNID		2	R$47,95	R$95,90
				Total do Fornecedor:		R$95,90

Paranavaí, 21 de setembro de 2026

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras
CPF: 059.937.949-92

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:7A9DF259

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS
O Município de Pato Branco, por meio do Setor de Tributação e Fiscalização, com fundamento nos artigos 344, 345 e 350 da Lei Complementar Municipal nº 001/1998 (Código Tributário Municipal), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade

Fiscal), o Código Tributário Nacional, a Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais disposições legais aplicáveis, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados para que regularizem, de forma amigável, os débitos pendentes registrados em seus respectivos cadastros, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta notificação.

CPF	Processo Administrativo	Tipo de Cadastro	Cadastro	Quadra	Lote
052.***.***-75	PA 9337/2026	Imobiliário	5061830-0	1853	16
059.***.***-38	PA 9342/2026	Imobiliário	828700-0	218	12
396.***.***-68	PA 9415/2026	Imobiliário	44400-0	975	7
596.***.***-49	PA 9456/2026	Imobiliário	174800-0	925	17
029.***.***-64	PA 9011/2026	Imobiliário	552514052-0	1674	4
840.***.***-20	PA 9024/2026	Imobiliário	412120-0	948	31
603.***.***-87	PA 9027/2026	Imobiliário	1145950-0	420	2
442.***.***-04	PA 9518/2026	Imobiliário	1546294-0	854	6
338.***.***-15	PA 9522/2026	Imobiliário	1090800-0	369	14
338.***.***-15	PA 9522/2026	Imobiliário	1121810-0	397	6
373.***.***-91	PA 9526/2026	Imobiliário	4291146-0	1318	5
960.***.***-72	PA 9540/2026	Imobiliário	5078106-0	1834	3
435.***.***-15	PA 9545/2026	Imobiliário	246600-0	972	2
230.***.***-56	PA 9912/2026	Imobiliário	4288983-0	1300	4
971.***.***-53	PA 9917/2026	Imobiliário	297869-0	19	8
881.***.***-00	PA 9956/2026	Imobiliário	923305-0	267	15
079.***.***-87	PA 9960/2026	Imobiliário	92200-0	920	17
033.***.***-00	PA 10040/2026	Imobiliário	1370900-0	601	7
518.***.***-04	PA 10055/2026	Imobiliário	1394650-0	613	12
040.***.***-43	PA 10061/2026	Imobiliário	1440100-0	641	17
402.***.***-63	PA 10145/2026	Imobiliário	4287062-0	1282	20
014.***.***-70	PA 10146/2026	Imobiliário	4287164-0	1285	1
009.***.***-86	PA 10147/2026	Imobiliário	4290604-0	1303	2
603.***.***-91	PA 10189/2026	Imobiliário	1285415-0	529	30
027.***.***-81	PA 10209/2026	Imobiliário	151650-0	552	1
017.***.***-09	PA 10370/2026	Imobiliário	471354-0	43	18
620.***.***-00	PA 10398/2026	Imobiliário	904800-0	256	11
340.***.***-04	PA 10417/2026	Imobiliário	1327700-0	562	1
335.***.***-91	PA 9198/2026	Imobiliário	1480763-0	1655	7
704.***.***-00	PA 9199/2026	Imobiliário	1282010-0	526	29
411.***.***-53	PA 9239/2026	Imobiliário	1314000-0	551	4
104.***.***-04	PA 9246/2026	Imobiliário	97101-0	6	1
090.***.***-10	PA 10533/2026	Imobiliário	127050-0	965	1
956.***.***-91	PA 10670/2026	Imobiliário	307600-0	935	6
091.***.***-44	PA 10709/2026	Imobiliário	946100-0	281	20
046.***.***-81	PA 10743/2026	Imobiliário	1309633-0	609	26
029.***.***-19	PA 10756/2026	Imobiliário	1197702-0	458	2
012.***.***-31	PA 10765/2026	Imobiliário	5061030-0	1851	12
068.***.***-19	PA 10806/2026	Imobiliário	45507948-0	1422	13
650.***.***-06	PA 10826/2026	Imobiliário	15427554-0	817	27
039.***.***-16	PA 10835/2026	Imobiliário	5008358-0		CHAC 24
097.***.***-44	PA 10838/2026	Imobiliário	1546187-0	851	36
500.***.***-20	PA 10843/2026	Imobiliário	742870-0	170	14
419.***.***-91	PA 10855/2026	Imobiliário	749802-0	174	5
039.***.***-65	PA 10884/2026	Imobiliário	5060710-0	1843	8
976.***.***-91	PA 10929/2026	Imobiliário	59200-0	919	1
083.***.***-03	PA 11173/2026	Imobiliário	5061290-0	1851	35
053.***.***-98	PA 11182/2026	Imobiliário	4002043-0	1166	23
636.***.***-34	PA 11373/2026	Imobiliário	1518930-0	755	14
068.***.***-17	PA 11376/2026	Imobiliário	5062660-0	1857	23
495.***.***-00	PA 11377/2026	Imobiliário	1005300-0	318	6
337.***.***-87	PA 11386/2026	Imobiliário	136220-0	980	10
019.***.***-78	PA 11390/2026	Imobiliário	4291110-0	1317	3
083.***.***-99	PA 11410/2026	Imobiliário	5062650-0	1857	22
046.***.***-99	PA 11440/2026	Imobiliário	4003389-0	1182	17
603.***.***-68	PA 11447/2026	Imobiliário	4291510-0	1329	6
030.***.***-07	PA 11520/2026	Imobiliário	1005200-0	318	6
038.***.***-07	PA 11526/2026	Imobiliário	1223600-0	475	3
738.***.***-53	PA 11535/2026	Imobiliário	552618270-0	1993	12
091.***.***-39	PA 11540/2026	Imobiliário	5061940-0	1853	27
074.***.***-70	PA 11564/2026	Imobiliário	703926-0	146	11
841.***.***-53	PA 11585/2026	Imobiliário	5132910-0	1863	13
075.***.***-85	PA 11597/2026	Imobiliário	50752780-0	2064	25
021.***.***-39	PA 11648/2026	Imobiliário	697142-0	1384	16
024.***.***-28	PA 11675/2026	Imobiliário	50217072-0	1724	17
033.***.***-09	PA 11690/2026	Imobiliário	2000417-0	1090	1
848.***.***-53	PA 11691/2026	Imobiliário	1304100-0	544	6
054.***.***-00	PA 11699/2026	Imobiliário	2303605-0	1116	1
371.***.***-20	PA 11702/2026	Imobiliário	907850-0	258	1
371.***.***-20	PA 11702/2026	Imobiliário	907890-0	258	1
023.***.***-96	PA 11715/2026	Imobiliário	4331210-0	1357	11
977.***.***-53	PA 11737/2026	Imobiliário	1448000-0	646	15
914.***.***-34	PA 11760/2026	Imobiliário	1543922-0	828	18
046.***.***-35	PA 11789/2026	Imobiliário	1401850-0	618	7
018.***.***-22	PA 11793/2026	Imobiliário	4244650-0	1224	1
083.***.***-38	PA 11794/2026	Imobiliário	4287036-0	1282	13
050.***.***-39	PA 11797/2026	Imobiliário	898400-0	250	4
621.***.***-68	PA 11932/2026	Imobiliário	559900-0	77	27
881.***.***-49	PA 11933/2026	Imobiliário	4294450-0	1334	6
451.***.***-87	PA 11953/2026	Imobiliário	702450-0	14	23
008.***.***-28	PA 11954/2026	Imobiliário	45507928-0	1422	8
544.***.***-20	PA 11978/2026	Imobiliário	1546188-0	851	37
022.***.***-57	PA 12037/2026	Imobiliário	730912-0	163	1

048.***.***-08	PA 12086/2026	Imobiliário	2000320-0	1086	11
177.***.***-82	PA 12107/2026	Imobiliário	5028220-0		CHAC 73
372.***.***-20	PA 12121/2026	Imobiliário	1546379-0	861	8
618.***.***-82	PA 12139/2026	Imobiliário	5045054-0	587	29
670.***.***-04	PA 12162/2026	Imobiliário	2308225-0	1124	7
718.***.***-91	PA 12172/2026	Imobiliário	1413300-0	627	6
778.***.***-20	PA 12177/2026	Imobiliário	1530080-0	1656	13
809.***.***-34	PA 12194/2026	Imobiliário	214802-0	927	18
084.***.***-03	PA 11354/2026	Imobiliário	50751793-0	2059	5
663.***.***-59	PA 12403/2026	Imobiliário	1409100-0	624	18

Os débitos poderão ser quitados à vista ou parcelados, observando-se as condições e os procedimentos estabelecidos pelas Leis Municipais nº 2.444/2005 e nº 4.068/2013, e demais normas aplicáveis. Para consulta e pagamento dos débitos pendentes, o contribuinte poderá emitir os respectivos boletos por meio da área restrita do Portal do Cidadão, mediante login e senha, ou comparecer presencialmente ao Setor de Tributação, localizado no térreo do Prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR.
Para formalização do parcelamento dos débitos, os contribuintes que sejam proprietários dos imóveis ou sócios das empresas deverão comparecer ao Setor de Tributação, munidos de seus documentos pessoais e demais documentos necessários à formalização do parcelamento.
Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a regularização dos débitos, e em cumprimento à legislação vigente e às medidas administrativas de cobrança aplicáveis, os valores pendentes poderão ser encaminhados para cobrança extrajudicial e/ou judicial, inclusive mediante inscrição ou manutenção em Dívida Ativa, protesto da Certidão de Dívida Ativa e demais medidas legalmente cabíveis. Caso o contribuinte já tenha efetuado a regularização dos débitos junto à Municipalidade, deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamento ao Setor de Tributação, para conferência e eventual atualização da situação cadastral e financeira. Pato Branco, em 21/09/26.

ROSANGELA DA SILVA ROSSATTI
Assistente em Gestão Cobrança da Dívida Ativa

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:C3A2758B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº875, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 002/2026, homologado pela Portaria nº 708, de 28 de julho de 2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; o contido no Memorando nº 25.703/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público Municipal para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:
Cargo/Função: Professor de Educação Infantil

CANDIDATO (A)	CLASSIF. A.C*	CLASSIF. P.C.D*	CLASSIF. P.P.P*
Thais Aline Marchiori dos Santos	34º	-	-
Francieli Lazzarotto	35º	-	-
Catia Aparecida Amaral Stoco	36º	-	-
Gabriela Sabrina Reser de Oliveira	37º	-	-
Marcia Aparecida de Godoi	38º	-	-
Kauana Zanatta	39º	-	-
Esther Caroline Suzin	40º	-	-
Eliane Pires	147º	-	4º
Karoline Tomazi Catani	41º	-	-
Emily Ferreira Silva	42º	-	-

Cargo/Função: Professor- Área específica Bilíngüe

CANDIDATO (A)	CLASSIF. A.C*	CLASSIF. P.C.D*	CLASSIF. P.P.P*
Caetano Borges Sartori	1º	-	-
Antonio Carlos Valentini	2º	-	-

*AC= Ampla Concorrência / *PCD= Pessoa Preta ou Parda / *PCD= Pessoa com Deficiência
Art. 2º Os candidatos do Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.
Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti
Código Identificador:88D2290C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2026–2036

1. OBJETIVO

Organizar as ações, responsabilidades e prazos para a elaboração participativa do **Plano Municipal de Educação – PME de Pérola D'Oeste – PR, para o período de 2026 a 2036**, considerando a legislação educacional vigente, o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e a realidade do Município.

2. COORDENAÇÃO

O processo será coordenado pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo**, com apoio da Comissão Gestora, Equipe Técnica e Comissões Temáticas, contando com a participação dos órgãos colegiados, profissionais da educação e representantes da comunidade.

3. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Período	Ação	Responsáveis
Agosto/ Setembro/2026	Organização do processo, definição da metodologia e organização das equipes de trabalho.	SME / Comissão Gestora
Setembro/ Outubro/2026	Levantamento de dados e elaboração do diagnóstico da educação municipal.	Equipe Técnica / Comissões
Outubro/ Novembro/2026	Estudo do PNE, PEE e legislação educacional; definição das prioridades de Pérola D'Oeste.	Comissão / Equipe Técnica/Grupos Estudos
Novembro/ Dezembro/2026	Elaboração das metas, estratégias e indicadores.	Comissões Temáticas
Janeiro/2027	Sistematização das propostas e elaboração do Documento-Base.	Comissão Gestora / Equipe Técnica
Fevereiro/2027	Revisão técnica, jurídica e análise de viabilidade das propostas.	SME / Comissão
Março/2027	Consulta pública e recebimento de contribuições.	SME / Comissão
Abril/2027	Análise e sistematização das contribuições recebidas.	Comissão Gestora
Maio/2027	Audiência/Conferência Municipal de Educação e consolidação do documento final.	SME / Comissão
Junho/2027	Finalização e encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Executivo/Câmara Municipal.	SME / Poder Executivo
Após aprovação	Divulgação, implementação, monitoramento e avaliação do PME.	SME / Comissão de Monitoramento

4. ORGANIZAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Secretaria Municipal de Educação

• Coordenar o processo de elaboração;
• garantir a organização dos trabalhos;
• promover a articulação entre os diferentes setores;
• acompanhar o cumprimento do cronograma.

Comissão Gestora

• Coordenar as etapas de elaboração;
• acompanhar as atividades das equipes;
• sistematizar as propostas;
• organizar a participação social;
• acompanhar a construção do documento final.

Equipe Técnica

• Levantar e organizar os dados;
• elaborar o diagnóstico educacional;
• analisar os indicadores;
• subsidiar a definição das metas e estratégias;
• colaborar na redação e revisão do PME.

Comissões Temáticas

• Analisar as diferentes áreas da educação;
• identificar necessidades e desafios;
• propor metas e estratégias;
• apresentar contribuições para o Documento-Base.

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A elaboração do PME deverá assegurar a participação dos diferentes segmentos da comunidade, incluindo:

• profissionais da educação;
• gestores escolares;
• Conselho Municipal de Educação;
• CACS-FUNDEB;
• Conselho de Alimentação Escolar;
• APAE;
• famílias;

• estudantes;
• demais secretarias municipais;
• representantes do Poder Legislativo;
• instituições e organizações da sociedade civil.

6. PRINCIPAIS DOCUMENTOS A SEREM PRODUZIDOS
Durante o processo deverão ser organizados:

• Cronograma de trabalho;
• Diagnóstico da educação municipal;
• Relatório dos indicadores educacionais;
• Metas e estratégias;
• Documento-Base;
• Relatório da consulta pública;
• Relatório da Audiência/Conferência Municipal;
• Documento Final do PME;
• Projeto de Lei;
• Instrumentos de monitoramento e avaliação.

7. ACOMPANHAMENTO
O cronograma deverá ser acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser ajustado sempre que necessário, de acordo com o andamento dos trabalhos e os prazos legais.
Após a aprovação do PME, será instituído processo de **monitoramento e avaliação periódica**, visando acompanhar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para o período de 2026 a 2036.
Pérola D'Oeste – PR, setembro de 2026.

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:0B64E803

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1251, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1251, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ANDSON MAYESK COSTA NUNES,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 032.***.***-** matrícula funcional 4766287, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Araucária/PR	1 (hum)	R$ 61,00	9580/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:B916F196

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1253, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1253, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ELIZABETE MIKI UCHINO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 825.***.***-** matrícula funcional 4766346, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da Rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Araucária/PR	1(uma)	R$ 61,00	9560/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:290663DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 138/2026
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 44/2026.
OBJETO: Aquisição de recargas de gás de cozinha (GLP) nos botijões P13 e P45, destinada a suprir as necessidades operacionais das secretarias municipais de Pinhal de São Bento – PR.
CONTRATADO: PEDRO IVO DE ALMEIDA.
DATA DA ASSINATURA: 22 de setembro de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	00450	03.001.04.122.0402.2008	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01940	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01310	05.002.12.361.1201.2027	00103	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01330	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	03130	08.005.08.244.0801.2058	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	03500	08.006.08.243.0802.6059	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	02510	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 33.640,20 (Trinta e três mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 22 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0A7D3AE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 - Processo Administrativo nº 91/2026

OBJETO: Aquisição de recargas de gás de cozinha (GLP) nos botijões P13 e P45, destinada a suprir as necessidades operacionais das secretarias municipais de Pinhal de São Bento – PR.
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

PEDRO IVO DE ALMEIDA – CNPJ: 11.332.063/0001-61								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	Carga de gás P13	LIQUIGAS		UN	90.00	126,28	11.365,20
1	2	Carga de gás P45	LIQUIGAS		UN	50.00	445,50	22.275,00
Total 33.640,20								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 33.640,20 (Trinta e três mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos).

Pinhal de São Bento/PR, 22 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:47F8AC19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°22/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°22/2026, nestes termos:
Data Pregão 13/05/2026.
Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica, Termo do Convênio nº 72/2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	08.176.258/0001-55	R$ 645.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Escavadeira hidráulica, Motor:143 hp (que atenda ao controle de emissão de poluentes – proconve mar-i -conama) material rodante - Largura das sapatas: 600 mm. - nº de roletas inferiores: 7 (sete) de cada lado. - Nº de roletas superiores: 2 (dois) de cada lado. Carregador frontal Capacidade coroada da caçamba: 1,0 m³ Peso total homologado em ordem de marcha (kg), 20.500 kg.	LONKING	UN	1	R$ 645.000,00	R$ 645.000,00	VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 18 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D78C9106

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°25/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°25/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 15/05/2026.
Objeto: Aquisição de um ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, Termo do Convênio nº 74/2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA	07.734.903/0003-07	R$ 474.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 474.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Rolo compactador vibratório autopropelido Fabricação/série: nova. Motor: potência líquida no volante (máxima hp):105 hp, atendendo a norma tier 3 Tipo de transmissão: hidrostática; Número de marchas á frente: 02 a frente e 02 a ré; Direção: hidráulica Cilindro vibratório: liso, com kit pé de carneiro, com capacidade teórica de subir em rampa com vibração de 45%; - largura: (mm) 2.100 mm; - diâmetro do cilindro (mm) 1.500 mm; - sistema de vibrações: de alta e baixa amplitude; - frequência de vibrações (vpm ou hz): 1.800 vpm ou 30,0 hz; - amplitude alta (mm): 1,8 mm; - amplitude de baixa (mm): 0,8 mm; - força centrífuga em alta amplitude (kn): 230 kn; - força centrífuga em baixa amplitude (kn): 120 kn; Peso: peso operacional (com cilindro vibratório e demais acessórios para compactação de solos – kg) 10.400 kg.	LiuGong	UN	1	R$ 474.000,00	R$ 474.000,00	MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 18 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:391CCAEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 117/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 17/2026, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	DESCRIÇÃO	LOTE
COMERCIO DE AUTO PECAS JOMAGUI LTDA	05.453.426/0001-14	PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHONETES (LINHA MÉDIA MOTOR: FLEX-GASOLINA- DIESEL) - EXCLUSIVO ME/EPP	III
COMERCIO DE AUTO PECAS JOMAGUI LTDA	05.453.426/0001-14	LOTE IV - PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHONETES (LINHA MÉDIA MOTOR: FLEX-GASOLINA- DIESEL) - AMPLA CONCORRÊNCIA	IV
COMERCIO DE AUTO PECAS JOMAGUI LTDA	05.453.426/0001-14	PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS (LINHA LEVE MOTOR: FLEX, GASOLINA E ÁLCOOL) - EXCLUSIVO ME/EPP	V
COMERCIO DE AUTO PECAS JOMAGUI LTDA	05.453.426/0001-14	LOTE VI - PEÇAS PARA VEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS (LINHA LEVE MOTOR: FLEX, GASOLINA E ÁLCOOL) - AMPLA CONCORRÊNCIA	VI

Pitangueiras - PR, 22 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:AFC04ACE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SUPERMERCADO LINK LTDA.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SUPERMERCADO LINK LTDA,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **JOSLEI MARISTELA HARTMANN,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 289/2025, firmado entre as partes em data de 28 de agosto de 2025, cujo objeto é a aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem usados na manutenção das atividades dos Programas / Projetos e Oficinas tais como: PAIF, PETI, AFAI, FIA, IGDBF, PPAS, Família Paranaense, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do mútuo acordo entre as partes, fica acrescida a quantidade aos itens constantes na cláusula Primeira, (do objeto), totalizando a importância de R$ 73.334,85 (setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), pertinente ao Contrato Administrativo nº 289/2025, celebrado entre as partes em data de 28 de agosto de 2025, conforme planilha demonstrativa abaixo, tendo como importe o valor total da contratação de R$ 294.329,75 (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos). passando o objeto total contratado no valor de R$ 367.664,60 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Lote	Item	Produto	Marca	UN	Quant	Preço	Preço total
01	01	AÇÚCAR CRISTAL (PCT 5KG) contendo sacarose, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos, animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de glicídios.	ALTO ALEGRE	PCTE	7,00	17,00	R$ 119,00
01	02	AÇUCAR DE BAUNILHA pcte 500gr Açúcar, Aromas artificiais de Baunilha e Anti Umectante dióxido de Silício.	KAMILLA	PCTE	3	3,00	R$ 9,00
01	03	ACHOCOLATADO EM PÓ (400GR) Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Contém glúten. Contém traços de leite.	CELLI	PCTE	100	3,00	R$ 300,00
01	04	ÁGUA- tipo mineral sem gás 500 ml. Pacote c/12	PERUILLE	FRD	375	11,00	R$ 4.125,00
01	05	ÁGUA – tipo mineral com Gás 500 ml – Pacote c/12.	PERUILLE	FRD	375	12,00	R$ 4.500,00
01	06	AMENDOIM TORRADO E MOÍDO À VÁCUO - Embalagem 1 KG - Embalado a vácuo processo que aumenta o tempo de conservação do produto de forma natural (sem conservantes), além de preservar suas propriedades nutricionais e características sensoriais, como cor, sabor e aroma.	DUAS MARIAS	UN	7	24,00	R$ 168,00

01	07	AMENDOIM SEM PELE CRU INTEIRO À VÁCUO – Embalagem 1 KG. Produto embalado a vácuo em embalagem Fonte de gorduras insaturadas, como o ômega 6 e 3. Alto teor de proteína Possui resveratrol, substância com propriedades antioxidantes.	DUAS MARIAS	UN	37	29,85	R$ 1.104,45
01	08	AMENDOIM DESCASCADO PACOTE 500GR – Tipo 1 Tipo 1 – Embalagem 500 gr.	DUAS MARIAS	UN	37	5,00	R$ 185,00
01	09	AMIDO DE MILHO (PCT 500 G) farinha feita do milho usada na culinária ou para o preparo de cremes, como espessante, e em boas condições sem mofo, umidade e livre de qualquer tipo de parasitas e de matéria estranha	AMAFIL	UN	12	3,00	R$ 36,00
01	10	ARROZ parabolizado (PCT 5KG) especial tipo I, Longo fino, beneficiado polido, procedência nacional e ser de safra corrente, limpo, grãos inteiros mínimo de 90%, umidade máxima de 14%. Selecionado eletronicamente grão a grão, não sendo necessário lavar e nem escolher para sua preparação. Produto natural sem adição de elementos químicos(agrotóxicos)	SABOR SUL	PCTE	25	15,00	R$ 375,00
01	11	ARROZ BRANCO pcte de 5 kg Tipo 1 Subgrupo Polido, Classe Longo Fino.	SABOR SUL	PCTE	25	15,00	R$ 375,00
01	12	BALA - Balas sortidas sabores artificiais coloridos artificialmente. Pacote de 400g. Ingredientes: açúcar, xarope de glicose, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho modificado, acidulante ácido cítrico, aromatizantes, estabilizante lecitina de soja e corantes	SIMONETTO	UN	37	6,89	R$ 254,93
01	13	BISCOITO CASEIRO- com odor e sabor característico fabricado artesanalmente e embalado em embalagem plástica, com rótulo, marcando prazo de validade. Embalagem 400gr	JEITO CASEIRO	UN	50	6,94	R$ 347,00
01	14	BISCOITO SALGADO – Tipo Cream Cracker isenta de mofo e substâncias nocivas, com consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem plástica, atóxica, contendo 400gr. Prazo de validade longo.	SALT PLUS	UN	50	3,00	R$ 150,00
01	15	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA- diversas formatações composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado, com 400 gramas com sub embalagens internas. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem 400 gr	CASAREDO	UN	25	2,00	R$ 50,00
1	16	BISCOITO TIPO ROSQUINHA sabor leite na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Fabricado a partir de matéria prima de primeira qualidade sã e limpas. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas a normas e que se quebram com facilidade. Aparência massa torrada. Validade longa. Embalagem 400 gr.	NINFA	UN	20	3,50	R$ 70,00
1	17	BOMBOM – Pacote 1 KG INGREDIENTES Açúcar, gordura vegetal hidrogenada, farinha de trigo enriquecida com ferro a ácido fólico, massa de cacau, gordura vegetal, amendoim, soro de leite em pó, farinha de soja, gordura de manteiga desidratada, sal, óleo vegetal, cacau, castanha de caju, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante. Alergênicos: Contém derivados de soja, derivado de trigo, amendoim, derivados de leite e castanha-de-caju. Pode conter amêndoa, cevada, avelã, aveia, centeio e látex natural. Contém Lactose. Contém Glúten. CONTEÚDO: Contém aproximadamente 47 bombons de 21,5g.	AMOR CARIOCA	PCTE	37	38,98	R$ 1.442,26
01	18	CAFÉ - tipo: torrado e moído em pó homogêneo. Classificação: obrigatoriamente superior. Classificação de bebida: mole a dura, isento de gosto rio e rio zona. Com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) e ausente de grãos preto-verdes e fermentados. Tipos de constituição: de 2 até 6 cob. A marca deve possuir certificado do PQC - programa de qualidade do café, da ABIC, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 7,2 pontos na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Nota de qualidade global: nota de qualidade de no mínimo 7,2 pontos na escala de 0 a 10 para qualidade global; características microscópicas: tolerância para matérias estranhas: até 60 em 25g, conforme resolução RDC nº 14, de 28/03/2014, da ANVISA. Embalagem: tipo alto vácuo ou vácuo puro (tijolinho), duplamente embalado, sendo a primeira embalagem em caixa protetora de papel e a segunda em embalagem a vácuo laminada, em pacotes de 500 gramas, contendo data de fabricação, validade e lote estampados no rótulo da embalagem; prazo de validade: no mínimo, 12 (doze) meses a contar da data de fabricação. O produto deverá estar em conformidade com o estabelecido pela resolução RDC nº 277 – ANVISA, de 22/09/2005.	TRES CORAÇÕES	UN	37	24,05	R$ 889,85
01	19	CAFÉ SOLÚVEL, granulado, instantâneo Aroma: Tradicional. Embalagem 200gr	AMIGO	UN	12	21,80	R$ 261,60
01	20	CALDO DE GALINHA- embalagem de 114g validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	ARISCO	UN	5	2,50	R$ 12,50
01	21	CANELA EM PÓ (90 GR) Pó fino homogêneo, obtida a partir de cascas de espécimes genuínos, de coloração pardo amarelada ou marrom claro, com aspecto cheiro aromático e sabor próprios; livre de sujidades e materiais estranhos à sua espécie. Acondicionada em embalagem plástica transparente, atóxica, devidamente higienizadas. Validade mínima 04 meses a partir da data de entrega.	KAMILLA	UN	12	2,90	R$ 34,80
01	22	CANELA EM RAMA pcte com 15 gr.	KAMILLA	UN	12	2,48	R$ 29,76
01	23	CANJIQUINHA DE MILHO- amarela, tipo 1 embalada	SINHA	UN	7	1,49	R$ 10,43

		em pacote plástico transparente resistente de 500g. Rótulo com prazo de validade/lote bem visível e informação nutricional.					
01	24	CANUDO DE LEITE Caixa com 50 unidades Peso liquido: 1,0Kg. Casquinha de sorvete preenchida com doce de leite.	DALMAVEL	CX	12	39,85	R$ 478,20
01	25	CHÁ DE CAMOMILA – Embalagem: 10gr cada sachê variedade do chá: Camomila. Caixa contendo aproximadamente 10 saquinhos.	KAMILLA	UN	25	2,40	R$ 60,00
01	26	CHÁ DE ERVA DOCE - Embalagem: 10gr cada sachê variedade do chá: Erva Doce. Caixa contendo aproximadamente 10 saquinhos.	KAMILLA	UN	25	2,40	R$ 60,00
01	27	CHÁ MATE a granel Com 250g-sem Glúten Folhas e talos de mate tostado (Ilex paraguariensis St. Hil.). 1 caixa com chá mate natural a granel	CHA 81	UN	25	4,48	R$ 112,00
01	28	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA produto obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo, no mínimo, 25% de sólidos totais de cacau. Acondicionado em embalagem atóxica de 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade.	KI CACAU	UN	17	26,98	R$ 458,66
01	29	CHOCOLATE BRANCO EM BARRA o produto obtido a partir da mistura de manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo, no mínimo, 20% de sólidos totais de manteiga de cacau. Acondicionado em embalagem atóxica de 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade.	KI CACAU	UN	5	29,98	R$ 149,90
01	30	CRAVO DA ÍNDIA embalagem de 8 gramas	KAMILLA	UN	25	1,49	R$ 37,25
01	31	COCO RALADO – Produto alimentício desidratado contendo entre os ingredientes: polpa de coco desidratada e parcialmente desengordurada. Deve apresentar cor, cheiro e sabor característico. Ausente de sujidades, parasitas. Embalagem: plástica, integra atóxica, contendo 100g do produto. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	KAMILLA	UN	25	4,00	R$ 100,00
01	32	CHOCOLATE GRANULADO PRETO 500 GR Ingredientes: Açúcar, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó. Contém: emulsificante lecitina de soja; Não contém glúten.	KAMILLA	UN	7	6,48	R$ 45,36
01	33	CHOCOLATE GRANULADO BRANCO 500 GR Ingredientes: Açúcar, amido, glicose em pó, gordura vegetal hidrogenada, emulsificante lecitina de soja, espessante goma arábica, aromatizante idêntico ao natural e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Contém corante artificial amarelo tartrazina.	KAMILLA	UN	2	12,93	R$ 25,86
01	34	CORANTE EM GEL cores diversas, vermelho azul, verde. Composição: Xarope de Glucose, Amido Modificado, Umectante Propileno Glicol, Água, Conservantes, Corantes Orgânicos Importados. Não contendo glúten, com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Saúde, Conforme Resolução Anvisa Contendo um alto poder de concentração, são indicados para colorir pasta americana, glacês e cremes. Caixa/estojo c/ 12 unidades de 10ml.	KAMILLA	UN	1	39,75	R$ 39,75
01	35	CREME DE LEITE – UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem de 200g. Prazo de validade longo	TERRA VIVA	UN	125	2,45	R$ 306,25
01	36	CUCA - deve apresentar-se macia, nova e bem assada. Cada unidade deve pesar aproximadamente 550 gramas, recheio sabores variados, deve conter etiqueta com nome do produtor, data de fabricação e validade.	LINK	UN	375	14,94	R$ 5.602,50
01	37	DOCE DE FRUTA (1 KG) cremoso com sabores variados, consistência homogenia e dentro dos padrões exigidos, com prazo de validade longo.	NATURELLI	UN	12	9,00	R$ 108,00
01	38	DOCE DE GELATINA/SUSPIRO CAIXA COM 50 UNIDADES Peso líquido: 1,05kg Açúcar, gelatina, conservador: Sorbato de potássio (INS202), aromatizantes artificiais: sabor abacaxi, limão e morango, corantes artificiais: Amarelo tartrazina (INS 102) e vermelho ponceau (INS 124).	DALMAVEL	CX	12	36,00	R$ 432,00
01	39	Doce Teta Ao Leite CAIXA COM 50 Unidades À base de gelatina, com cobertura sabor chocolate.	DALMAVEL	CX	15	34,45	R$ 516,75
01	40	EMULSIFICANTE estabilizante em forma de gel para preparo de bolos e sorvetes embalagem contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade longo.	SELECTA	UN	2	12,75	R$ 25,50
01	41	ERVA MATE, aspecto físico folhas fragmentadas componentes mínimo 70 % folhas + outras partes do ramo, aplicação consumo humano, características adicionais sabor natural, PACOTE 1KG	SÃO MIGUEL	PCTE	30	11,50	R$ 345,00
01	42	ERVILHA EM CONSERVA Embalagem longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, com peso líquido de 280g. Prazo de validade longo.	FUGINI	UN	12	3,00	R$ 36,00
01	43	ESSÊNCIA DE BAUNILHA, (30 ml) contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde.	KAMILLA	UN	2	3,00	R$ 6,00
01	44	EXTRATO DE TOMATE O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e embalagem de 200g. Prazo de validade longo.	QUERO	UN	37	2,40	R$ 88,80
01	45	FARINHA DE TRIGO (pct de 5 Kg cada) produto obtido do trigo, sadio, devidamente limpo, isento de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmida, fermentada ou rançosa. O produto deverá estar de acordo com a Resolução RDC 344 de 13/12/2002–ANVISA	DALLA	PCTE	75	14,50	R$ 1.087,50
01	46	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 1 kg Informações do produto. Ingredientes Farinha de trigo integral. CONTÉM GLÚTEN.	ANDRÉ	KG	7	3,50	R$ 24,50
01	47	FARINHA DE ROSCA-Tipo I em embalagem polietileno atóxico, resistente, termossoldada ou em filem de poliéster metalizado com polietileno. PACOTE DE 1 KG.	PINDUCA	KG	5	12,45	R$ 62,25
01	48	FEIJÃO PRETO (pct de 1 kg cada) feijão tipo 1, natural,	SABOR SUL	PCTE	37	3,50	R$ 129,50

		novo, constituído de no mínimo 95 % de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo à Portaria 161 de 24/07/87 – M.A. De procedência nacional e ser de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas.					
01	49	FERMENTO BIOLÓGICO, seco, 125 Gr instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas. Embalagem hermeticamente fechada (vácuo), em envelopes alemanizado. Com prazo de validade longo.	GOOD INSTANT	UN	7	4,00	R$ 28,00
01	51	FLOCOS DE MILHO COM AÇÚCAR Composição: milho, açúcar, malte, sal, ácido ascórbico e ascorbato de sódio (vitamina C), niacina, ferro reduzido (ferro), óxido de zinco (zinco), palmitato de retinol (vitamina A), maltodextrina, cianocobalamina (vitamina B12), colecalciferol (vitamina D), cloridrato de piridoxina (vitamina B6), mononitrato de tiamina (vitamina B1), riboflavina (vitamina B2) e folacina (ácido fólico). Embalagem 300gr.	KELLOGGS	UN	7	12,90	R$ 90,30
01	52	FRUTAS CRISTALIZADAS mista, em cubinhos, produto preparado com frutas nas quais se substitui parte da água da sua constituição por açúcares, por meio de tecnologia adequada. Suas condições deverão estar de acordo com a Resolução RDC nº 272, de 22 de setembro de 2005. Embalagem: pacote de 500g.	CANTU	UN	7	24,45	R$ 171,15
01	53	FUBÁ (PCT 500 GR.) fubá tipo mimoso 100% milho enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido a partir da moagem do grão de milho.	REAL	UN	37	2,45	R$ 90,65
01	54	GOIABADA 400GR goiabada em massa ou pasta homogênea e de consistência que possibilite o corte. Obtido das partes comestíveis desintegradas da goiaba. Prazo de validade longo.	PREDILECTA	UN	12	6,94	R$ 83,28
01	55	GLACE REAL utilizado para decorações de confeitaria e panificação em geral. * Embalagem de 1kg * Ingredientes: Açúcar, amido de milho, clara de ovo desidratada, cremor de tártaro, espessante ágar-ágar (INS 406) e acidulante ácido cítrico (INS 330). NÃO CONTÉM GLÚTEN.	GRADINA	UN	1	34,50	R$ 34,50
01	56	LEITE CONDENSADO Embalagem longa vida de 395g. Prazo de validade longo.	FRIMESA	UN	125	4,98	R$ 622,50
01	57	LEITE EM PÓ integral (PCT 400GR) produzido do leite, sem adição de açúcar, seco, solto, sem mofo, dentro das normas padrão e com longo prazo de validade.	AURORA	UN	37	15,00	R$ 555,00
01	58	LEITE UHT 1 LITRO	TERRA VIVA	LT	625	4,50	R$ 2.812,50
01	60	LENTILHA – Tipo I, (pcte 500gr), classe média, nova, de 1ª qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: plástica, resistente, transparente. Prazo de validade longo	JUREIA	UN	12	7,20	R$ 86,40
01	61	MACARRÃO DO TIPO BORBOLETA E PARAFUSO SÊMOLA (PCT 500 GR). Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) e corantes naturais (cúrcuma e urucum) contém Glúten. O produto deve ser fabricado com matéria prima de qualidade, isenta de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação.	CASAREDO	UN	37	2,50	R$ 92,50
01	63	MANTEIGA (400GR) de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, embalagens retangulares com dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ DIPOA. Validade de, no mínimo, 4 meses.	FRIMESA	UN	12	14,45	R$ 173,40
01	64	MARGARINA VEGETAL com sal, embalagem de 500 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade longo.	CREMOSY	UN	30	5,00	R$ 150,00
01	65	MASSA PARA PASTEL tipo fresca, uso convencional disco grande, pacote 500g, embalagem transparente, discos separados um a um por plásticos, com identificação do produto, a data de fabricação e data de validade e o peso total, incluindo dados do fabricante, CNPJ, endereço, tabela nutricional, segundo as exigências de rotulagem e embalagem conforme legislação e o registro no órgão competente	JOÃO E MARIA	UN	75	5,60	R$ 420,00
01	66	MILHO PIPOCA de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isenta de sujidades e outras misturas de espécies, acondicionados em saco plástico de 500 gr. Com prazo de validade longo.	FEMILLA	UN	75	3,00	R$ 225,00
01	67	MILHO VERDE EM CONSERVA Embalagem longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, com peso líquido de 280g. Prazo de validade longo.	FUGINI	UN	25	3,20	R$ 80,00
01	68	NATA, embalagem 300gr Fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Data de validade mínima 10 dias a contar a partir da data de entrega.	TERRA VIVA	UN	50	8,50	R$ 425,00
,1	70	ÓLEO VEGETAL ALIMENTÍCIO embalagem de 900 ml, originário de soja, produto refinado e de acordo com os padrões.	COAMO	UN	95	7,50	R$ 712,50
01	72	OVOS – Ovos de galinha 'tipo grande', casca lisa. Os ovos deverão estar limpos. Não poderão estar trincados. Embalagem em caixas de papelão, com registro no Ministério da Agricultura, SIF, CISPOA. Prazo de validade mínimo 15 dias.	CARMINATTI	DZ	80	8,90	R$ 712,00
01	73	PANETONE Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, uva-passa, açúcar, frutas cristalizadas, gordura vegetal, ovo integral, gema de ovo, manteiga, extrato de malte, sal, óleo de milho, emulsificantes: Mono e diglicerídeos de ácido graxos, aromatizantes, conservador: Propionato de cálcio e corante sintético idêntico ao natural: Beta-caroteno. (sabores de chocolate e frutas cristalizadas). 300 gramas cada embalagem	FESTTONE	UN	200	12,99	R$ 2.598,00
01	74	PÃO TIPO SOVADO, 50 gr. para 'cachorro quente', de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e 'embatumados aspecto	LINK	UN	750	9,44	R$ 7.080,00

		massa pesada' e de características organolépticas anormais.					
01	75	PÃO FRANCÊS- 50 gr. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas e higiênico- sanitárias adequadas, preparado com farinha trigo, fermento biológico, sal, açúcar, margarina podendo conter outros ingredientes.	LINK	UN	1250	0,78	R$ 975,00
01	76	POLVILHO AZEDO (pct 500gr) 100% natural composto apenas pela fécula extraída da mandioca. É ideal para compor mix de farinhas sem glúten no preparo de pães, panquecas, entre outros. Não contendo aditivos químicos, como conservantes e corantes artificiais.	PRATA	UN	75	3,15	R$ 236,25
01	77	POLVILHO DOCE (pct 500gr) 100% natural, composto apenas pela fécula extraída da batata. É ideal para compor mix de farinhas sem glúten no preparo de pães, panquecas, entre outros. Não contém aditivos químicos, como conservantes e corantes artificiais.	PRATA	UN	37	2,70	R$ 99,90
01	78	PÓ PARA GELATINA diversos sabores Ingredientes: Açúcar, gelatina, sal, vitamina C, regulador de acidez: citrato de sódio, e ácido fumárico, aromatizante, edulcorantes artificiais: aspartame, ciclamato de sódio, acesulfame de potássio e sacarina sódica e corantes artificiais: bordeaux s. e amarelo crepúsculo.	APTI	UN	50	1,00	R$ 50,00
01	79	REFRESCO EM PÓ ADOÇADO (400gr) sabores variados, adoçado e com prazo de validade longo.	PROMIX	UN	125	5,70	R$ 712,50
01	80	REFRIGERANTE- 2 litros com prazo de validade longo. Composição: água gaseificada, açúcar, corante do caramelo E150d, ácido fosfórico como acidificante, extratos vegetais e aroma de cafeína.	REFRIKO	UN	200	4,70	R$ 940,00
01	81	SAGU, tipo 1, pacote 500gr	PRATA	UN	15	3,80	R$ 57,00
01	82	SAL REFINADO, iodado 1kg, 1ª qualidade, não deve apresentar sujidades, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes de polietileno transparente, termossoldada, atóxica. Prazo de validade longo.	KI TAL	UN	12	1,60	R$ 19,20
01	83	SAL TEMPERADO em pasta, (sal, alho, louro, sálvia, tomilho e cebola em pó), 500 gramas cada pacote.	KAMILLA	UN	5	3,85	R$ 19,25
01	84	SALGADOS EM CENTOS fritos e assados frescos, tamanho pequeno, ao ponto, com sabores variados. (pastel, rissoles, coxinha)	LINK	CEN	100	83,94	R$ 8.394,00
01	85	SORVETE SECO CAIXA COM 50 UNIDADES Doce de gelatina em copinho de sorvete, coberto com açúcar cristal.	DALMAVEL	CX	12	36,00	R$ 432,00
01	86	SUCO INDUSTRIALIZADO (900 ML) apresentação pronto pra beber, à de néctar de fruta, composto de suco e polpa de fruta concentrados, embalagem Tetra Pack. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega do produto.	DEL VALLE	UN	50	6,80	R$ 340,00
01	87	TEMPERO COMPLETO (chimichurri) Salsinha, alho, cebola, tomilho, orégano, pimenta vermelha moída, pimentão, louro, pimenta-do-reino, mostarda em pó, salsão, vinagre e azeite. EMBALAGEM TRANSPARENTE DE 15 GR.	KAMILLA	UN	7	2,95	R$ 20,65
01	88	TEMPERO Ervas finas Salsa, manjericão, tomilho, manjerona, cebolinha, sálvia e segurelha. Sachê 15 g.	KAMILLA	UN	7	1,90	R$ 13,30
01	89	UVA PASSA - Uva passa escura sem semente. Não contém glúten pacote de 200g.	CANTU	UN	5	8,65	R$ 43,25
02	01	ABACAXI- Abacaxi pérola de 1ª qualidade tamanho grande, cor e formação uniformes, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	FLOR DA SERRA	KG	87	8,45	R$ 735,15
02	02	ALHO – de 1ª qualidade, firme e intacto sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalado em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	2	37,45	R$ 74,90
02	03	BATATA INGLESA – lavada, lisa, de 1ª qualidade sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser graúdas. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	IRATI	KG	200	3,99	R$ 798,00
02	04	BATATA DOCE Roxa de 1ª qualidade sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, com polpa compacta e firme, devendo ser bem desenvolvidas, sem lesões de origem, rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	FLOR DA SERRA	KG	50	3,44	R$ 172,00
02	05	BANANA CATURRA– de 1ª qualidade grau médio de amadurecimento, com cascas sãs, sem rupturas, com tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos, isenta de partes pútridas. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	CANTU	KG	150	3,70	R$ 555,00
02	06	BETERRABA – nova, lavada, de 1ª qualidade tamanho médio, com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca. Estarem suficientemente desenvolvidas. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Livre de enfermidades. Isenta de partes pútridas. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	25	3,85	R$ 96,25
02	07	BRÓCOLIS – de primeira qualidade novo, firme, intacto, não poderá estar murcho, isento de partes pútridas, coloração uniforme e sem manchas. Unidade de tamanho médio.	FLOR DA SERRA	UN	25	10,05	R$ 251,25
02	08	CEBOLA DE CABEÇA– tamanho médio nova, de 1ª qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, sem lesões de origem física ou mecânica, isenta de partes pútridas, livre de enfermidades. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	25	3,74	R$ 93,50

02	09	CENOURA – nova, sem folhas, de 1ª qualidade com tamanho e coloração uniforme, devendo ser de tamanho médio, com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca. Estarem suficientemente desenvolvidas. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	15	4,44	R$ 66,60
02	10	COUVE FLOR – nova, de 1ª qualidade firme e intacta, isenta de material terroso, com coloração uniforme, sem manchas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas. Suficientemente desenvolvida, em perfeito estado de conservação e maturação. Embalada em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	25	9,26	R$ 231,50
02	11	LARANJA - madura frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, firmes, sem ferimentos ou defeitos.	FLOR DA SERRA	KG	125	6,35	R$ 793,75
02	12	MAÇÃ de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas e pancadas na casca. Apresentando tamanho e cor uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, sem danos físicos ou mecânicos, isenta de partes pútridas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	37	12,85	R$ 475,45
02	13	MAMÃO FORMOSA – de 1ª qualidade, casca sã. Apresentando tamanho e cor uniformes, sem rupturas, sem danos físicos e mecânicos, isento de partes pútridas. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalado em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	UN	37	10,20	R$ 377,40
02	14	MANDIOCA – Nova, de 1ª qualidade, constituído de raízes frescas tamanho médio, limpo. Em embalagem plástica, transparente, resistente, em kg.	OLMAR	KG	37	7,75	R$ 286,75
02	15	MELÃO – de 1ª qualidade, amarelo, casca sã, firme sem rachaduras, sem danos físicos ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalado em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	UN	37	6,75	R$ 249,75
02	16	MELANCIA de tamanho regular, de 1ª qualidade, redonda casca lisa, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, fornecimento a granel, pesando entre 10 a 12 Kg cada.	FLOR DA SERRA	UN	25	3,45	R$ 86,25
02	17	MORANGO – Deverá estar fresco apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, em condições adequadas, bem desenvolvida, com polpa íntegra e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte e doenças. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	CANTU	KG	20	29,85	R$ 597,00
02	18	REPOLHO – verde, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs sem rupturas, com coloração uniforme, sem manchas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas. Não deve estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Suficientemente desenvolvido, em perfeito estado de conservação e maturação. Embalado em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem	FLOR DA SERRA	UN	37	3,65	R$ 135,05
02	19	TOMATE – de 1ª qualidade, tamanho médio apresentando grau médio de maturação, com casca sã, sem rupturas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas. Embalado em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	FLOR DA SERRA	KG	50	6,65	R$ 332,50
03	01	CARNE BOVINA MOÍDA RESFRIADA DE 1º QUALIDADE. devem ser provenientes de estabelecimento cadastrado junto ao serviço oficial competente (SIM, SISBI, SIP ou SIF). Oriunda de carne bovina fresca, moída na hora, coloração vermelha, isenta de fragmentos ósseos, cartilagens, aponevroses, tendões, coágulos, nódos linfáticos. Devidamente embalados em embalagens de 1 kg e rotulados. O transporte deve ser feito em veiculo fechado, bem refrigerado, dentro de caixa térmicas, capaz de manter o produto integro, livre de contaminações e oscilações de temperatura.	LINK	KG	75	22,60	R$ 1.695,00
03	02	CARNE BOVINA MISTA (1 kg) congelado ou resfriado com cor sabor e odor característicos do produto de boa qualidade, ausência de sebos, apresentado em embalagens transparente à vácuo ou bem lacrada, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA OU SIM), data de fabricação e validade.	LINK	KG	25	27,45	R$ 686,25
03	03	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO – congelada. A ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, pele aderente. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Não deve apresentar sujidades, penas e carcaça. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: deve, ser transparente, atóxica, contendo 01 kg. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal.	LEVO	KG	175	7,90	R$ 1.382,50
03	04	LINGUIÇA TIPO CALABRESA De 1ª qualidade deverá apresentar-se com aspecto, cor, cheiro e sabor característico. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: plástica, contendo a quantidade solicitada. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do	AURORA	KG	10	26,50	R$ 265,00

		tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Com prazo de validade longo.					
03	05	LINGUIÇA MISTA, (1 KG) com aspecto e cheiro característico. Acondicionada em embalagens plásticas e transparentes, atóxica, com o carimbo do SIF, prazo de validade e data da embalagem.	LINK	KG	100	16,80	R$ 1.680,00
03	06	PEITO DE FRANGO (1 KG) S/Osso congeladas embaladas em caixas padronizadas. Dizeres de rotulagem c/ data de fabricação, prazo de validade, dados nutricionais e selo S.I.F.	FRANGÃO FOODS	KG	37	17,48	R$ 646,76
03	07	PRESUNTO com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios; isento de sujidades, parasitos e larvas; fatiado acondicionada em embalagens plásticas e transparentes, atóxica, com o carimbo do SIF, prazo de validade e data da embalagem (fatia de 14 g com variação de mais ou menos 2 g)	FRIMESA	KG	75	25,90	R$ 1.942,50
03	08	QUEIJO MUSSARELA fatiada acondicionada em embalagens plásticas e transparentes, atóxica, com o carimbo do SIF, prazo de validade e data da embalagem.	ROHDEN	KG	75	41,50	R$ 3.112,50
03	09	QUEIJO PARMESÃO RALADO, pcte 50gr	ROMANHA	UN	37	5,60	R$ 207,20
03	10	SALSICHA- embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com prazo de validade longo.	GUIBON	KG	62	8,50	R$ 527,00
TOTAL 73.334,85							

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 367.664,60 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JOSLEI MARISTELA HARTMANN
Supermercado Link LTDA

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:1BDC3D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RECEITA REALIZADA POR FONTE TCE- PERÍODO: 01/07/2026 A 31/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA		
PARANÁ		
Exercício: 2026		
Receita Realizada por Fonte TCE		
Período: 01/07/2026 a 31/08/2026		
Fonte	**Descrição**	**Valor Arrec. %**
1745	**DELIBERAÇÃO N. 013/2025 - CEDCA/PR - CONTA BB - 35.437-6**	**5.866,97**
1.3.2.1.01.1.1.03.10.00.00.00.	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FONTE 1745	5.866,97
513	**Penalidades Administrativas Lei n. 8069/90 - Art. 214-ECA/FMDCA**	**24.345,29**
1.3.2.1.01.1.1.03.12.00.00.00.	REND. FUNDO DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - C/A Nº 22.737-4 - FONTE 513	963,41
1.7.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	REPASSE SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL PARA FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇ...	23.381,88
745	**DELIBERAÇÃO Nº. 047-2022 - CEDCA/PR - INC. PRIMEIRA INFÂNCIA**	**80,97**
1.3.2.1.01.1.1.03.30.00.00.00.	REND. DELIBERACAO Nº. 047-2022 - CEDCA/PR - INC. PRIMEIRA INFANCIA - FONTE 745	80,97
773	**DELIBERAÇÃO Nº 13/2024 - CEDCA/PR**	**562,43**
1.3.2.1.01.1.1.03.41.00.00.00.	Rend Deliberação N. 13/2024 - CEDCA/PR - Fonte 773	562,43
947	**FIA/PR**	**167,00**
1.3.2.1.01.1.1.03.38.00.00.00.	REND. DELIBERACAO N. 078/2022 - CEDCA/PR - FONTE 947	167,00
998	**FEAS - BENEFICIOS EVENTUAIS**	**66,83**
1.3.2.1.01.1.1.03.36.00.00.00.	REND. INCENTIVO PSB E BENEFICIOS EVENTUAIS - DELIBERAÇÃO N. 050/2023 - CEAS/PR ...	66,83
	TOTAL:	**31.089,49**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA		21/09/2026 - 13:56:22

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:27447B09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA PODER EXECUTIVO JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
IN 36/2009- TCE-PR				R$ 1,00
Receitas	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
RECEITAS CORRENTES	240.000.000,00	262.097.993,40	185.433.738,96	70,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	108.945.810,00	110.945.810,00	81.289.993,91	73,27
Contribuições	13.061.400,00	13.061.400,00	8.156.620,43	62,45
Receita Patrimonial	12.204.538,25	15.296.815,88	8.085.952,56	52,86
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	960.000,00	960.000,00	1.656.245,68	172,53
Transferências Correntes	103.907.751,75	120.913.467,52	84.189.290,89	69,63
Outras Receitas Correntes	920.500,00	920.500,00	2.055.635,49	223,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	14.460.410,79	11.472.386,70	79,34
Operações de Crédito	0,00	0,00	1.850.153,51	0,00
Alienação de Bens	0,00	596.669,73	799.628,71	134,02
Transferências de Capital	0,00	13.863.741,06	8.822.604,48	63,64
TOTAL	240.000.000,00	276.558.404,19	196.906.125,66	71,20
Despesas com Assistência (Grupo de Natureza de Despesa)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
DESPESAS CORRENTES	787.500,00	1.682.272,72	556.535,60	33,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	767.500,00	1.662.272,72	556.535,60	33,48
DESPESAS DE CAPITAL	245.000,00	109.125,41	38.626,00	35,40
INVESTIMENTOS	245.000,00	109.125,41	38.626,00	35,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.032.500,00	1.791.398,13	595.161,60	33,22
Despesas com Assistência (243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (c)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (d)	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	413.000,00	710.401,93	218.467,34	30,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	413.000,00	710.401,93	218.467,34	30,75
DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	140.472,78	76.803,86	54,68
INVESTIMENTOS	60.000,00	140.472,78	76.803,86	54,68
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	473.000,00	850.874,71	295.271,20	34,70
Despesas com Assistência (SubFunção)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (e)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (f)	**% (f/e)**
(243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	473.000,00	850.874,71	295.271,20	34,70
TOTAL	473.000,00	850.874,71	295.271,20	34,70
Percentual (Relação à Receita)	**% (e/a)**	**% (f/b)**		
	0,31	0,15		

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:95CEBFD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO 8 (LDB, ART. 72

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	88.592.920,00	65.469.602,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	60.889.120,00	44.482.765,99
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	12.313.000,00	7.693.663,78
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	8.694.000,00	7.206.091,37
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	6.696.800,00	6.087.081,50
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	72.279.439,69	51.367.811,14
2.1- Cota-Parte FPM	56.709.439,69	39.330.039,37
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	52.049.439,69	36.985.377,21
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.660.000,00	2.344.662,16
2.2- Cota-Parte ICMS	12.370.000,00	8.101.955,87
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	130.428,63
2.4- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.180,81
2.5- Cota-Parte IPVA	3.025.000,00	3.795.206,46
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00

2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**160.872.359,69**	**116.837.413,78**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**13.523.887,94**	**9.804.629,80**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**26.694.201,98**	**19.404.723,65**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	34.966.212,50	22.905.567,67
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	34.520.000,00	22.110.115,48
6.1.1- Principal	34.320.000,00	21.995.000,29
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	200.000,00	115.115,19
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	28,08
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	28,08
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	446.212,50	795.424,11
6.4.1- Principal	446.212,50	775.433,06
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	19.991,05
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**20.796.112,06**	**12.190.370,49**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.130.401,58	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.130.401,58	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**24.035.969,25**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	36.285.188,82	23.921.293,40	23.763.551,19	23.223.450,36	157.742,21
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28.590.953,09	18.765.286,02	18.765.286,02	18.345.688,12	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	15.466.000,00	11.875.376,28	11.875.376,28	11.673.690,57	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	13.124.953,09	6.889.909,74	6.889.909,74	6.671.997,55	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	7.694.235,73	5.156.007,38	4.998.265,17	4.877.762,24	157.742,21
10.2.1- Educação Infantil	3.738.673,74	2.782.665,41	2.649.596,40	2.569.165,71	133.069,01
10.2.2- Ensino Fundamental	3.955.561,99	2.373.341,97	2.348.668,77	2.308.596,53	24.673,20
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	22.684.376,66	22.530.085,05	21.989.984,22	154.291,61	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	22.332.238,54	22.293.224,32	21.794.619,91	39.014,22	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	352.138,12	236.860,73	195.364,31	115.277,39	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.844.423,51	17.844.423,51	17.424.825,61	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		15.477.100,49	17.844.423,51	17.844.423,51	80,71
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA	2.290.556,77	375.482,62	375.482,62	0,00	1,64

NO EXERCÍCIO						

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	3.046.676,22	1.130.401,58	1.334.992,01	0,00	-204.590,43	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.039.163,97	1.036.672,94	1.233.466,14	0,00	-196.793,20	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	7.512,25	93.728,64	101.525,87	0,00	-7.797,23	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	34.447.045,57	27.310.594,96	19.964.856,27	18.879.511,45	7.345.738,69
20.1- Educação Infantil	11.120.258,44	7.697.743,40	6.889.966,99	6.788.538,05	807.776,41
20.2- Ensino Fundamental	22.021.059,85	19.612.851,56	13.074.889,28	12.090.973,40	6.537.962,28
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	1.305.727,28	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	69.426.507,11	50.323.761,62	42.813.651,32	41.188.205,67	7.510.110,30
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	30.324.932,18	22.681.124,49	21.733.649,67	21.350.104,33	947.474,82
21.1.1- Creche	30.324.932,18	22.681.124,49	21.733.649,67	21.350.104,33	947.474,82
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	39.101.574,93	27.642.637,13	21.080.001,65	19.838.101,34	6.562.635,48

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	19.964.856,27
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.804.629,80
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**29.769.486,07**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	29.209.353,45			29.769.486,07	25,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.374.262,56	32.527,89	234.733,07	0,00	1.139.529,49
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.159.976,32	32.527,89	32.527,89	0,00	1.127.448,43
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	192.371,82	0,00	180.290,76	0,00	12.081,06
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	21.914,42	0,00	21.914,42	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.055.850,00	3.688.265,99
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	3.649.850,00	2.562.276,39
31.1.1- Salário-Educação	3.484.850,00	2.562.162,27
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	114,12
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.406.000,00	1.125.989,60

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	8.156.095,05	5.216.345,68	3.627.501,50	3.108.152,19	1.588.844,18
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.237.344,64	1.222.645,64	983.383,36	683.190,55	239.262,28
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.896.605,04	2.112.200,42	1.206.023,14	1.125.679,35	906.177,28
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	1.022.115,37	1.881.499,62	1.438.095,00	1.299.282,29	443.404,62

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A

	ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	78.888.329,44	56.448.234,04	47.355.908,96	45.211.114,00	9.092.325,08
33.1- Despesas Correntes	73.405.324,22	55.251.495,58	46.249.502,21	44.376.133,45	9.001.993,37
33.1.1- Pessoal Ativo	44.323.247,06	30.709.667,13	30.659.465,05	30.057.452,39	50.202,08
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	29.081.057,16	24.541.828,45	15.590.037,16	14.318.681,06	8.951.791,29
33.2- Despesas de Capital	5.483.005,22	1.196.738,46	1.106.406,75	834.980,55	90.331,71
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	5.483.005,22	1.196.738,46	1.106.406,75	834.980,55	90.331,71
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)			SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.518.165,07			210.764,19	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	22.952.863,14			1.859.184,90	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	23.456.238,29			1.717.324,06	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.014.789,92			352.625,03	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	910,34			0,00	
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	43.127,06			0,00	
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	972.573,20			352.625,03	
Notas Explicativas					

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B91BB58F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO PE N°023/2026

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2026
OBJETO:	Registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de coleta, transporte externo, tratamento (autoclavagem, incineração ou outro método ambientalmente adequado, conforme a classificação dos resíduos) e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades públicas de saúde do Município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
IMPUGNANTE:	CETRILIFE – TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. - CNPJ Nº 26.522.047/0001-09
IMPUGNADO:	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N°023/2026

1 DOS FATOS

Trata-se de Pedido de Impugnação referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2026, interposto pela empresa CETRILIFE – TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. – CNPJ Nº 26.522.047/0001-09, enviado através da Plataforma BLL, em 18/09/2026 às 11h42min, considerando o pedido de impugnação encaminhado por seu representante legal Evandro Roberto Rosset.
A impugnante questiona, em síntese, a manutenção da participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, após o julgamento da impugnação anterior, sustentando que não teria sido demonstrada a existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos, sediados local ou regionalmente e efetivamente aptos ao cumprimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
Alega que a mera identificação de empresas por meio de CNAE e dados cadastrais não seria suficiente para comprovar a efetiva capacidade técnica, operacional e ambiental para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde.
Requer a reconsideração da decisão quanto à participação exclusiva de ME/EPP, com a abertura do certame à ampla concorrência, preservando-se às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
Subsidiariamente, requer a comprovação documental da existência de, no mínimo, três ME/EPP competitivas, sediadas local ou regionalmente e efetivamente capazes de atender às exigências do edital, bem como a disponibilização da pesquisa mercadológica e dos documentos utilizados para fundamentar a manutenção da exclusividade.
Por fim, requer, constatada a inexistência de suporte suficiente para a exclusividade, a retificação e republicação do edital, com reabertura integral do prazo para apresentação das propostas.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da impugnação ao edital foi enviada através da Plataforma BLL, em 18/09/2026 às 11h42min, portanto tempestiva, considerando que a abertura das propostas e disputa de lances do Pregão Eletrônico nº 023/2026 estavam definidos para a data de 30/09/2026, às 10h00min.
Assim, CONHEÇO da impugnação, passando à análise do mérito.

3 DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

A empresa CETRILIFE – TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. – CNPJ Nº 26.522.047/0001-09, apresentou pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2026, o qual tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS gerados pelas unidades públicas de saúde do Município, pelo período de 12 (doze) meses.
A impugnante contesta a manutenção da participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, argumentando que a Administração não teria comprovado a existência de três fornecedores competitivos e efetivamente aptos para atendimento do objeto.

Argumenta, ainda, que a pesquisa mercadológica realizada pela Administração não seria suficiente para comprovar a existência de três fornecedores competitivos, uma vez que foram consideradas empresas que não possuem efetiva capacidade de execução do objeto, além de empresas de maior porte.
Por fim, requer a abertura do certame à ampla concorrência ou, alternativamente, a comprovação de mercado competitivo adequado.
A presente impugnação foi encaminhada ao Departamento Municipal de Saúde, que apresentou o Ofício nº 1358/2026-DMS, e à Procuradoria Geral do Município, que emitiu o Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Primeiramente, faço constar que o edital foi elaborado e definido baseado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de forma que atendesse às necessidades do departamento solicitante e ao Município de Porto Amazonas.
A análise da presente impugnação deve observar os princípios e normas que regem as contratações públicas, especialmente os previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

4.1 Quanto à exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 4º, determina que às licitações e contratos por ela regidos aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece, em seu art. 48, inciso I, que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos itens de contratação cujo valor esteja dentro do limite legal.
No presente caso, os valores estimados dos itens encontram-se dentro do limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
Todavia, a aplicação da regra de exclusividade deve ser analisada conjuntamente com as exceções previstas no art. 49 da mesma Lei Complementar.
O art. 49, inciso II, estabelece que não se aplica o tratamento diferenciado quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

A presente impugnação foi encaminhada ao Departamento Municipal de Saúde, o qual informou que foi realizada pesquisa mercadológica e cadastral, mediante levantamento de empresas com atividades compatíveis com o objeto e posterior conferência de seus dados cadastrais, tendo sido identificadas empresas sediadas no Paraná e em estados próximos que, em princípio, poderiam atender à contratação.
A pesquisa foi acompanhada de tabela contendo 43 registros empresariais, utilizada pelo Departamento para justificar a existência de mercado potencial para a contratação e a manutenção da participação exclusiva de ME/EPP.
Entretanto, conforme consignado no Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ, a análise individualizada das empresas identificadas demonstrou que diversas não atuam com resíduos de serviços de saúde, encontram-se baixadas ou inaptas, não atendem à região de Porto Amazonas ou não demonstraram capacidade logística e operacional para a execução do objeto.
Ao final, foi identificada apenas a empresa ECCOS Ambiental Resíduos de Saúde Ltda. como ME/EPP com aptidão técnica, localização regional compatível e efetiva disposição para prestar os serviços.
Dessa forma, a mera identificação cadastral de empresas potencialmente relacionadas ao objeto não se mostra suficiente para comprovar o requisito previsto no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.
É necessária a demonstração concreta da existência de fornecedores em número mínimo suficiente e efetivamente capazes de atender às condições técnicas, operacionais e ambientais estabelecidas no edital.
Assim, embora a manifestação do Departamento Municipal de Saúde tenha apontado a existência de mais de três empresas potencialmente enquadradas como ME/EPP, a análise individualizada dos elementos constantes dos autos não confirmou a existência de três fornecedores competitivos efetivamente aptos e disponíveis para atender às exigências do edital.

4.2 Quanto à aplicação do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e à manifestação da Procuradoria Jurídica

A Lei Complementar nº 123/2006, ao mesmo tempo em que estabelece o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, prevê hipóteses em que esse tratamento não deverá ser aplicado.
No presente caso, a análise dos elementos constantes dos autos demonstrou não estar comprovada a existência de, no mínimo, três fornecedores ME/EPP competitivos, sediados local ou regionalmente e efetivamente aptos à execução do objeto.
Dessa forma, resta caracterizada a hipótese prevista no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.
Além disso, considerando a natureza contínua e essencial dos serviços objeto da contratação, a manutenção da participação exclusiva sem a comprovação de mercado competitivo suficiente poderia comprometer a competitividade, a economicidade e a continuidade da prestação do serviço público.
Nesse sentido, a Procuradoria Geral do Município, por meio do Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ, concluiu pela incidência das hipóteses previstas no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, recomendando o acolhimento da impugnação, com a retificação do edital para afastar a cláusula de participação exclusiva para ME/EPP e permitir a abertura do certame à ampla concorrência.
O referido parecer também recomendou a preservação, em favor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte eventualmente participantes, dos demais direitos e prerrogativas assegurados pelos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Considerando os elementos constantes dos autos, a manifestação do Departamento Municipal de Saúde e os fundamentos apresentados pela Procuradoria Jurídica, acolho o entendimento constante do Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ.

4.3 Quanto à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

A análise da matéria também deve observar o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto à aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
O Prejulgado nº 27 estabelece a necessidade de motivação específica e contextualizada para a aplicação das regras de tratamento diferenciado e para o afastamento das hipóteses previstas no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
No mesmo sentido, o Acórdão nº 823/2026 – Tribunal Pleno, citado na impugnação, destaca a necessidade de comprovação prévia e documentada da existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos aptos, acompanhada de planejamento e motivação adequados.
No presente caso, a análise individualizada dos elementos constantes da pesquisa mercadológica não comprovou a existência do número mínimo de fornecedores ME/EPP efetivamente capazes de atender às exigências do edital.
Assim, a manutenção da participação exclusiva não encontra suporte suficiente nos elementos constantes do processo, incidindo as hipóteses previstas no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Dessa forma, mostra-se adequada a abertura do certame à ampla concorrência, preservando-se os demais benefícios legalmente assegurados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.4 Quanto ao pedido de disponibilização dos documentos

A impugnante requereu, ainda, a disponibilização da pesquisa mercadológica, dos documentos utilizados para comprovação do enquadramento e da capacidade das empresas identificadas, bem como das manifestações técnicas e jurídicas que fundamentaram a manutenção da participação exclusiva.
O Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ consignou que os expedientes do Departamento Municipal de Saúde e os pronunciamentos jurídicos correlatos deverão ser disponibilizados integralmente aos interessados na Plataforma BLL, em observância aos princípios da publicidade, transparência e motivação dos atos administrativos.
Dessa forma, fica consignado que os documentos pertinentes à análise da presente impugnação, juntamente com as manifestações técnicas e jurídicas que fundamentam esta decisão, serão disponibilizados na Plataforma BLL, para conhecimento dos interessados, observadas as disposições legais aplicáveis.

4.5 Quanto à retificação e republicação do edital

Considerando que a presente decisão altera a condição de participação no certame, afastando a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e permitindo a participação de empresas de todos os portes que atendam às exigências do instrumento convocatório, torna-se necessária a retificação do Edital.
A alteração possui potencial para influenciar a participação de interessados e a formulação das propostas, razão pela qual deverá ser realizada a republicação do instrumento convocatório e a reabertura integral dos prazos, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Deverão ser preservados, entretanto, os demais benefícios assegurados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicáveis.

5 DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando os fundamentos constantes da manifestação do Departamento Municipal de Saúde, do Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ e os argumentos apresentados pela impugnante, **JULGO PROCEDENTE** a impugnação apresentada pela empresa **CETRILIFE – TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. – CNPJ Nº 26.522.047/0001-09**, para:
a) **AFASTAR** a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Pregão Eletrônico nº 023/2026, permitindo a participação de empresas de todos os portes que atendam às exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
b) **RETIFICAR** o Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2026, adequando a condição de participação à presente decisão;
c) **REPUBLICAR** o Edital, com nova divulgação na mesma forma da publicação inicial e reabertura integral dos prazos legais, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
d) **PRESERVAR** os demais benefícios legalmente assegurados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicáveis;
e) **DISPONIBILIZAR** na Plataforma BLL os documentos e manifestações que fundamentaram a presente decisão, nos termos consignados no Parecer Jurídico nº 226/2026-PJ.

Porto Amazonas, 22 de setembro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:F38AAD9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11937, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 83.875,20 (oitenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 de Dezembro de 2025:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 83.875,20 (oitenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS PSICOPATOLOGIAS E NEURODIVERSIDADES		
Unidade Orçamentária: 30.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional Programática: 30.001.0004.0122.0040.2210	**Atividade:**Ações para Manutenção da Secretaria Municipal de Atendimento às Patologias Mentais e Neurodiversas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0303.0029.2075	**Atividade:**Ações para Manutenção do Centro de Assistência Farmacêutica - CAF	

Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3372300000 - Material de consumo	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 33.817,51
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0303.0029.2075	**Atividade:**Ações para Manutenção do Centro de Assistência Farmacêutica - CAF	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3372300000 - Material de consumo	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 36.057,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 04.003.0008.0244.0034.2190	**Atividade:**Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária: 21.002	Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Quatro Barras - FUNREBOM	
Funcional Programática: 21.002.0006.0182.0007.2094	**Atividade:**Ações para Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	03515 - FUNREBOM - Exerc Anteriores	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$83.875,20**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS PSICOPATOLOGIAS E NEURODIVERSIDADES		
Unidade Orçamentária: 30.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional Programática: 30.001.0004.0122.0040.2210	**Atividade:** Ações para Manutenção da Secretaria Municipal de Atendimento às Patologias Mentais e Neurodiversas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária: 21.002	Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Quatro Barras - FUNREBOM	
Funcional Programática: 21.002.0006.0182.0007.2094	**Atividade:** Ações para Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	03515 - FUNREBOM - Exerc Anteriores	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 04.003.0008.0244.0034.2190	**Atividade:** Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:** Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 33.817,51
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.1000	**Projeto:** Ações para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 36.057,69
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$83.875,20**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 22 de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:DD1D80C4

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 03/2026 – CPAM PROCESSO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL REFERENTE AO ANO DE 2026 QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

A Comissão Permanente de Avaliação do Magistério, no exercício de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal 12/2001;

TORNA PÚBLICO:
Professores aprovados no processo de Promoção Funcional referente ao ano de 2026.

	MAT.	NOME DO SERVIDOR (A)	PADRÃO	DATA ADMISSÃO	CLASSE ATUAL	CLASSE PROMOVIDA
1	2229	BRUNA CRISTOFOLI	1º	09/04/2012	III - C	IV - A
2	5396	ELAINE CRISTINA VODAN	2º	13/10/2014	III - B	IV - A
3	615	JULIO DOMINGOS	1º	04/02/2002	III - D	IV - A
4	4134	LIGIA MARIA DE ALMEIDA PICHORZ	1º	01/04/2014	II - B	IV - A
5	6907	SIMONE GUIMARÃES	1º	15/02/2021	III - B	IV - A
6	6913	FERNANDA BENATO PAMPUCHE CORREA	1º	22/02/2021	III - B	IV - A
7	6917	FABIANA MOCELLIN	1º	22/02/2021	III - B	IV - A
8	606	MARIA IZABEL ANDREATTA	1º	04/02/2002	III - F	IV - A
9	5446	PAMELA PEREIRA DOS PASSOS DANTES	1º	26/11/2014	III - C	IV - A

Quatro Barras, 18 de Setembro de 2026.

CLARISSA STRAPASSON PIRES	***CRISTIANE CARINA TOLEDO***	***GRACE KELLY ROSSI***
Membro da CPAM	Membro da CPAM	Membro da CPAM
LEIDI DAIANI LUCHTEMBERG	***MONIQUE APARECIDA BOSSARDI***	***SCHEILA MORAIS DA ROSA***
Membro da CPAM	Membro da CPAM	Membro da CPAM

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:2881883A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°130/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	130/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026			
FAVORECIDO:	CARLA SORAYA BORSATTO			
CPF:	**781.***.***- 53**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:87F538B9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°131/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	131/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	22/09/2026			
FAVORECIDO:	RENAN ALVES DAINEZI			
CPF:	**057.***.***- 21**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
6°SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS -INSTITUTO AGP-APRIMORANDO A GESTÃO.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/09/2026			
RETORNO:	25/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**03 e ½**	**R$573,94**	**R$ 2.008,79**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR,22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:420234EF

LICITAÇÃO
EXTRATO 216/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 47/2026
CONTRATO Nº. 216/2026
VENCIMENTO: 22/03/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR E **68.845.039 ANALHA RODRIGUES DE SOUZA ARAGÃO**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa 68.845.039 ANALHA RODRIGUES DE SOUZA ARAGÃO, CNPJ sob o nº 68.845.039/0001-43 com sede Sitio Assentamento Pontal do Tigre, CEP: 87930-000 - bairro ESTRADA PORTO JUNDIA, Querência do Norte/PR**,** neste ato representado por Sra. ANALHA RODRIGUES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF nº 078.***.689-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.

LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46195	SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA, conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de prestação de serviço de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1062	R$ 9,61	10.205,82
					TOTAL:	10.205,82

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,61 (Nove Reais e Sessenta e Um Centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.062 (Um Mil e Sessenta e Duas) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.205,82 (dez mil e duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

ANALHA RODRIGUES DE SOUZA
Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:331348EC

LICITAÇÃO
EXTRATO 217/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 48/2026
CONTRATO Nº. 217/2026
VENCIMENTO: 22/03/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR E **25.064.840 CRISTIANA ROCHA CAMPOS** Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa 25.064.840 CRISTIANA ROCHA CAMPOS, CNPJ sob o nº 25.064.840/0001-49 com sede Rua Maria de Loures Dionisio Cardoso, 45, CEP: 87930-000 - bairro Centro, Querência do Norte/PR, neste ato representado por Sra. CRISTIANA ROCHA CAMPOS, brasileira, inscrita no CPF nº 082.***.089-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.

LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46195	SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA, conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de prestação de serviço de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1062	R$ 9,61	10.205,82
					TOTAL:	10.205,82

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.
CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO
O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,61 (Nove Reais e Sessenta e Um Centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.062 (Um Mil e Sessenta e Duas) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.205,82 (dez mil e duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.
E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

CRISTIANA ROCHA CAMPOS,
Contratada

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:77797C63

LICITAÇÃO
EXTRATO 218/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 49/2026
CONTRATO Nº. 218/2026
VENCIMENTO: 22/03/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR E 55.311.075 VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa 55.311.075 VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA, CNPJ sob o nº 55.311.075/0001-85 com sede Rua Quinze de Julho, 231, CEP: 87930-000 - bairro Centro, Querência do Norte/PR**,** neste ato representado por Sra. VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA, brasileira, inscrita no CPF nº 080.***.179-**, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.
LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46195	SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA, conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de prestação de serviço de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1062	R$ 9,61	10.205,82
					TOTAL:	10.205,82

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.
CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO
O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,61 (Nove Reais e Sessenta e Um Centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.062 (Um Mil e Sessenta e Duas) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.205,82 (dez mil e duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.
E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 22 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA
Contratada

Testemunhas:

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:3B0F7E2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001-2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2026
PROCESSO N.º 001/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA/PR TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO N.º 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

OBJETO:

Item	Especificação	Qtde	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	Aparelho de ar condicionado; -Novo; -Cor branca; -Piso Teto; -Capacidade de refrigeração: 60.000 BTUs; -Voltagem 220 V; -Ciclo:(quente/frio); -Tecnologia inverter; -Baixo nível de ruído; Função de controle remoto com todas as operações (liga/desliga, ajuste de temperatura, velocidade da ventilação, timer, swing; -Classificação energética INMETRO: B ou superior; -Sistema de filtragem para auxílio na qualidade e melhoria do ar; -Proteção contra oscilações de energia; -Garantia mínima: 12 (doze) meses.	01	R$ 11.680,00	R$ 11.680,00
02	Aparelho de ar condicionado; -Novo; -Cor branca; -Tipo Split; -Hi Wall; -Capacidade de refrigeração: 24.000 BTUs; -Voltagem 220 V; -Ciclo:(quente/frio); -Tecnologia inverter; -Baixo nível de ruído; Função de controle remoto com todas as operações (liga/desliga, ajuste de temperatura, velocidade da ventilação, timer, swing; -Classificação energética INMETRO: B ou superior; -Sistema de filtragem para auxílio na qualidade e melhoria do ar; -Proteção contra oscilações de energia; -Garantia mínima: 12 (doze) meses.	01	R$ 5.500,00	R$ 5.500,00
03	Aparelho de ar condicionado; -Novo; -Cor branca; -Tipo Split; --Hi Wall; -Capacidade de refrigeração: 12.000 BTUs; -Voltagem 220 V; -Ciclo:(quente/frio); -Tecnologia inverter; -Baixo nível de ruído; Função de controle remoto com todas as operações (liga/desliga, ajuste de temperatura, velocidade da ventilação, timer, swing; -Classificação energética INMETRO: B ou superior; -Sistema de filtragem para auxílio na qualidade e melhoria do ar; -Proteção contra oscilações de energia; -Garantia mínima: 12 (doze) meses.	02	R$ 3.500,00	R$ 7.000,00
04	Serviço de retirada completo de 02 (dois) aparelhos de ar condicionado tipo Slit, Hi Wall, instalados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR. altura aproximada para retirada: (até 8 metros). 1-Aparelho de 60.000 BTUS instalado no plenário da Câmara Municipal. 2- Aparelho de 12.000 BTUS, instalado na secretaria da Câmara Municipal. O preço proposto deve incluir todos os custos e materiais necessários à correta execução do serviço: -Desligamento seguro dos equipamentos da rede elétrica. -Retirada cuidadosa das unidades internas e externas, garantindo integridade dos aparelhos e do ambiente. -Desconexão e retirada das tubulações de cobre, drenos e demais acessórios, com manejo adequado de fluido refrigerante, seguindo normas ambientais vigentes. -Transporte dos equipamentos retirados para local previamente indicado pela Câmara Municipal ou destino de descarte adequado, conforme legislação ambiental. -Limpeza básica do local após a remoção, mantendo as áreas livres de resíduos e protegendo o patrimônio da instituição. O serviço deverá ser executado por profissionais qualificados, garantindo segurança, preservação dos equipamentos e cumprimento das normas técnicas aplicáveis.	01	R$ 650,00	R$ 650,00
05	Serviço de instalação completa de acordo com o manual de instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado, incluindo todas as atividades necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR. Altura aproximada para instalação: (até 8 metros). 1-Aparelho de 60.000 BTUS instalação no plenário da Câmara Municipal. (Até 3 metros para alimentação energética/tubulação). 2- Aparelho de 24.000 BTUS, instalação na secretaria da Câmara Municipal. (Até 3 metros para alimentação energética/tubulação). 3-Aparelho de 12.000 BTUS, instalação na sala de reuniões; (Até 3 metros para alimentação	01	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00

	energética/tubulação). **4-Aparelho de 12.000 BTUS, instalação na sala do Presidente. (Até 3 metros para alimentação energética/tubulação).** **As etapas do serviço incluem:** **-Verificação do local de instalação: Avaliação das condições estruturais e elétricas, garantindo a segurança e adequação do ambiente para instalação dos equipamentos.** **-Preparação do local: Execução de eventuais ajustes na estrutura, fixação de suportes, instalação de tubulações, drenos e passagem de fiação elétrica.** **-Instalação dos equipamentos: Posicionamento e fixação adequada das unidades internas e externas, conforme normas técnicas e recomendações do fabricante.** **-Conexão elétrica e hidráulica: Ligação dos aparelhos à rede elétrica e sistemas de drenagem, assegurando correta alimentação de energia e escoamento de condensado.** **-Testes e ajustes finais: Verificação do funcionamento, ajustes de temperatura, pressão e operação geral do sistema, garantindo desempenho adequado e segurança.** **-Limpeza e finalização do serviço: Retirada de resíduos gerados durante a instalação e entrega do ambiente em condições normais de uso.** **O serviço inclui fornecimento de todos os materiais de instalação necessários, tais como suportes, tubulações, conexões, isolantes e demais itens indicados pelo fabricante, bem como garantia de conformidade com normas técnicas vigentes.**			
	VALOR TOTAL: **R$ 27.830,00 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)**			

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO POR ITEM**
DATA DO PERÍODO DE ENVIO DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	
De 23 de setembro de 2026 até às 14 horas e 00 minutos (Horário de Brasília-DF) do dia 29 de setembro de 2026. **OBSERVAÇÃO: AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER ENVIADAS VIA E-MAIL NO ENDEREÇO:** camara@renascenca.pr.gov.br	
DATA E HORÁRIO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO **À partir das 14h10 do dia 29 de setembro de 2026.**	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Câmara Municipal de Vereadores de Renascença/PR, na Rua Nilo Peçanha n.º 129 – Centro – Renascença/PR, CEP 85. 610-027. O Edital contendo o Termo de Referência, Modelo de Proposta etc, podem ser visualizados e baixados, no site oficial da Câmara Municipal: www.renascenca.pr.leg.br, através do seu portal da transparência: https://renascenca.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/2/licitacoes ou solicitação via e-mail: camara@renascença.pr.gov.br.	

Renascença 23 de Setembro de 2026
Registre-se e Publique-se.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente da Câmara Municipal de Renascença – PR.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:7B507AE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO DC - 12 2026

DECRETO Nº 12/2026

SÚMULA: Abre Créditos Adicionais no valor total de R$ 4.458.703,08 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três reais e oito centavos).

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal nº. 1281/2025 de 17/12/2025.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente do Município, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 4.458.703,08 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três reais e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.003	DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	
04.124.0401.2003	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0402.2006	APOIO AOS EVENTOS FESTIVOS E COMEMORATIVOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
04.122.0402.1003	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, VEÍCULOS E TERRENOS - ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	75.000,00
04	SECRETARIA DA FAZENDA	
04.003	DEPARTAMENTO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO	
04.123.0404.2013	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600,00
	SUBTOTAL	600,00
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
05.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	

04.121.0405.2020	POLÍTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00
	SUBTOTAL	4.500,00
06	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0801.2025	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0801.2033	PSAC - MANUTENÇÃO DA CASA LAR	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
1970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
08.244.0801.2034	SPSB - SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2200	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	10.000,00
08.244.0801.2033	PSAC - MANUTENÇÃO DA CASA LAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2040	00941-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	24.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0801.6037	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO PROJETO PIA - CENTRO EDUCACIONAL GREGÓRIO SKALISZ	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
08.243.0801.6038	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL - CAIJ	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
08.243.0801.6037	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO PROJETO PIA - CENTRO EDUCACIONAL GREGÓRIO SKALISZ	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
08.243.0801.6038	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL - CAIJ	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
08.243.0801.6037	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO PROJETO PIA - CENTRO EDUCACIONAL GREGÓRIO SKALISZ	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2490	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	35.000,00
08.243.0801.6038	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL - CAIJ	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2640	01006-PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - 19144-2 - 1006	19.366,34
06.005	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
16.122.1601.2042	ATIVIDADES DO SETOR DA HABITAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	185.366,34
07	SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2056	PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3621	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	24.000,00
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	352.000,00
10.305.1001.2068	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4790	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	800,00
10.301.1001.2057	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3721	03022-Incremento Temporário - Emenda Comissão da Saúde - 202649 - 1.000.000 - 3022	145.922,67
10.301.1001.2058	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3861	03022-Incremento Temporário - Emenda Comissão da Saúde - 202649 - 1.000.000 - 3022	39.112,06
10.302.1001.2065	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4421	03022-Incremento Temporário - Emenda Comissão da Saúde - 202649 - 1.000.000 - 3022	78.963,68
10.301.1001.2058	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3880	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4020	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.1001.2056	PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3650	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	36.000,00
10.301.1001.2057	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3761	03022-Incremento Temporário - Emenda Comissão da Saúde - 202649 - 1.000.000 - 3022	1.617,36
10.302.1001.2064	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4376	03016-Incremento Temporário - Emenda - Beto Preto - 201561 - 3016 - 200.000	4.185,83
4378	03026-PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - DESPESAS DIVERSAS - 1.000 3026 179701	225.169,90
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

4130	00366-FAF - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - 366	6.500,00
4140	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4161	00322-Incentivo Financeiro de Custeio do PROAPS PARANÁ - Resolução 709/2025 - 322 - 187836	4.000,00
10.306.1001.2069	PROGRAMA COMPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL - SAÚDE	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4941	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	33.400,00
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4211	00322-Incentivo Financeiro de Custeio do PROAPS PARANÁ - Resolução 709/2025 - 322 - 187836	6.000,00
10.301.1001.2058	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3960	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.500,00
10.302.1001.2065	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4560	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
10.301.1001.2057	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3820	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	24.000,00
10.301.1001.1011	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, VEÍCULOS E TERRENOS - SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3240	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.000,00
	SUBTOTAL	1.128.171,50
08	SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.2701.2076	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
27.812.2701.2074	MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES ALBINO IANOSKI	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
27.812.2701.2075	MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
27.813.2701.1014	COSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA PISTA DE LAÇO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
27.812.2701.2075	MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
27.812.2701.2076	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
27.812.2701.2077	MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ORESTES PALLÚ	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	154.500,00
09	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
5920	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	217.000,00
12.365.1201.2093	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
6711	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	22.000,00
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5931	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	575.000,00
12.361.1201.2090	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- OUTROS RECURSOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6370	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	131.000,00
12.365.1201.2095	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
7040	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	186.000,00
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5940	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	43.000,00
12.361.1201.2090	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- OUTROS RECURSOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6380	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
12.365.1201.2093	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5951	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00
12.122.1201.2081	ATIVIDADES DO DEPARTAMETO DE ENSINO	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
5480	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5960	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	21.000,00
12.365.1201.2095	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - OUTROS RECURSOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
7090	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	17.000,00
12.361.1201.2090	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- OUTROS RECURSOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

6450	00125-Transporte Escolar 2012	100.000,00
12.306.1201.2082	GÊNEROS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5670	00107-Salário-Educação	10.000,00
12.365.1201.2093	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - OUTROS RECURSOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6870	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	32.000,00
12.364.1201.2091	ASSISTÊNCIA À UNIVERSITÁRIOS	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
6560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
12.361.1201.2087	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
6120	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	55.000,00
12.361.1201.2090	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- OUTROS RECURSOS	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
6530	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.000,00
12.365.1201.2095	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - OUTROS RECURSOS	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
7190	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E PROMOÇÃO CULTURAL	
13.391.1301.1021	EQUIPAMENTO E INSTRUMENTOS PARA BANDA/FANFARRA MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.392.1301.2103	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
7850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
13.391.1301.1021	EQUIPAMENTO E INSTRUMENTOS PARA BANDA/FANFARRA MUNICIPAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	1.577.000,00
10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS	
10.001	DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
26.782.2601.2107	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
8100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	155.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
8110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
26.782.2601.2106	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	340.000,00
26.782.2601.2107	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
8240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	507.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.608.2001.2113	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
20.122.2001.2108	ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
20.606.2001.1026	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, VEÍCULOS E TERRENOS - AGRICULTURA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
8391	01092-EMENDA ESPECIAL - LEANDRE - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS 1092 - 574040175-1	200.000,00
11.003	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1801.2116	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
8770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
18.541.1801.2117	GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
8910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	46.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	71.000,00
	SUBTOTAL	365.700,00
12	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
12.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.2201.2122	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
9190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	28.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
9200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	80.500,00
13	SECRETARIA DE URBANISMO	
13.001	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.452.1501.2132	LIMPEZA URBANA E DE ESPAÇOS PÚBLICOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
9810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
15.451.1501.2128	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
9680	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	26.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9690	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	156.000,00
	SUBTOTAL	184.500,00
80	ENCARGOS ESPECIAIS	

80.001	ENCARGOS ESPECIAIS	
28.846.2801.0139	DEVOLUÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIOS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
10328	00992-EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - MAPA 992 -	25.865,24
	SUBTOTAL	25.865,24
	TOTAL	4.293.703,08
Transposição		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2063	APOIO AO HOSPITAL DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4340	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	165.000,00
	SUBTOTAL	165.000,00
	TOTAL	165.000,00

Art. 2º - Para atender às despesas decorrente da execução do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação, superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior e da anulação de dotações, conforme o previsto nos incisos I, II e III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17 de março de 1964 a seguir especificados:

A) Anulação de dotações		
Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0401.2001	ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
40	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
90	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
02.003	DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	
04.124.0401.2003	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
02.004	DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	
06.182.0401.2004	APOIO À DEFESA CIVIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0402.2006	APOIO AOS EVENTOS FESTIVOS E COMEMORATIVOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
04.122.0402.2007	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
06	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0801.2033	PSAC - MANUTENÇÃO DA CASA LAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1990	00941-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	5.000,00
08.244.0801.2034	SPSB - SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2240	00941-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	19.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0801.6037	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO PROJETO PIA - CENTRO EDUCACIONAL GREGÓRIO SKALISZ	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2500	01006-PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - 19144-2 - 1006	10.000,00
08.243.0801.6038	ECA/FMDCA - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL - CAIJ	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2630	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	30.000,00
06.005	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
16.482.1601.2044	HABITAÇÃO - PROGRAMA PROGRAMA MORADIA DIGNA	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
3060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	164.000,00
07	SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2065	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4430	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
10.301.1001.2057	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3750	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	60.000,00
10.301.1001.2058	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3910	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
10.302.1001.2064	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	435.000,00
10.301.1001.2054	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA	

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3510	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	24.000,00
3520	00366-FAF - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - 366	5.000,00
10.301.1001.2056	PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3690	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
10.301.1001.2058	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3940	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.000,00
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4110	00322-Incentivo Financeiro de Custeio do PROAPS PARANÁ - Resolução 709/2025 - 322 - 187836	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4230	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	49.900,00
10.304.1001.2067	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4720	00366-FAF - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - 366	1.500,00
10.302.1001.2065	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
4580	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.000,00
	SUBTOTAL	631.400,00
08	SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.2701.2076	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	46.000,00
27.813.2701.1014	COSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA PISTA DE LAÇO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	66.000,00
09	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.122.1201.2081	ATIVIDADES DO DEPARTAMETO DE ENSINO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5540	00107-Salário-Educação	10.000,00
12.361.1201.1016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REPAROS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5830	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	12.000,00
12.361.1201.2090	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- OUTROS RECURSOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6510	00125-Transporte Escolar 2012	100.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E PROMOÇÃO CULTURAL	
13.391.1301.1020	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS - PARQUE DA PEDREIRA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
7460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
7480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	162.000,00
10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS	
10.001	DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
26.782.2601.2106	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	86.000,00
26.782.2601.2107	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	408.000,00
	SUBTOTAL	494.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.122.2001.2108	ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
8340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
13	SECRETARIA DE URBANISMO	
13.001	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.1501.2127	REVITALIZAÇÃO DE LAZER, PAISAGISMO URBANO E PRAÇAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
9650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
15.451.1501.1033	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	121.100,00
15.451.1501.1036	EXPANÇÃO DA REDE ELÉTRICA	
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9620	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	26.000,00
	SUBTOTAL	197.100,00
07	SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2060	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4030	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	165.000,00
	SUBTOTAL	165.000,00
	TOTAL	2.064.500,00

B) Superávit Financeiro

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor

00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	99.800,00
00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	156.000,00
00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	15.000,00
00992	EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - MAPA 992 -	24.731,43
01006	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - 19144-2 - 1006	9.366,34
01092	EMENDA ESPECIAL - LEANDRE - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS 1092 - 574040175-1	200.000,00
	TOTAL	504.897,77

C) Excesso de Arrecadação

Conta de receita

Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	1.500.000,00
00.00	MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	
1.7.1.3.50.1.1.25.00.00.	INCREMENTO TEMPORÁRIO - EMENDA COMISSÃO	262.000,00
00.00	DA SAÚDE - 202649 - 1.000.000 - 3022	
1.7.1.3.50.1.1.28.00.00.	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - DESPESAS	225.500,00
00.00	DIVERSAS - 1.000.000 - 3026 179701	
	TOTAL	1.987.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 03 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:6D2A4F23

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 11/2026
EDITAL NOTA REDAÇÃO – PÓS RECURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA REDAÇÃO – PÓS RECURSO**, conforme segue:

Art.1º - Após detida análise dos recursos interpostos, no que tange a **NOTA REDAÇÃO**, restou constatado que se encontra em conformidade com as exigências editalícias.

INSC	CARGO	NOME	CONTEÚDO	ESTRUTURA	EXPRESSÃO	NOTA FINAL
23817081	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALEXANDRA PADILHA	17.00	33.00	8.00	58.00
23819550	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOHAN PETTERSON HAHNE	10.00	36.00	9.00	55.00
23819534	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOSIELE SARUVA	5.00	40.00	10.00	55.00
23817940	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ FERNANDO ANTONIO	5.00	37.00	8.00	50.00
23820107	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS GRUBA	5.00	40.00	10.00	55.00
23818287	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MIGUEL ANGELO BASSO	12.00	36.00	8.00	56.00
23817011	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	STEPHANY TAUANI RODRIGUES	5.00	33.00	6.00	44.00
23819758	ENGENHEIRO CIVIL	ALISON FELIPE GROSSL	45.00	38.00	7.00	90.00
23817294	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO FERREIRA SANTOS	44.00	40.00	10.00	94.00
23817774	FARMACÊUTICO	ANA CLARA DE ANDRADE JORGE	49.00	40.00	10.00	99.00
23819291	PROCURADOR	ANA FLÁVIA ALVES DE LIMA	45.00	40.00	10.00	95.00
23818604	PROCURADOR	CARLOS HENRIQUE GOMES	50.00	40.00	10.00	100.00
23818304	PROCURADOR	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	50.00	40.00	10.00	100.00
23819410	PSICÓLOGO	ALINE CARLA DA ROCHA SOARES BENTO	45.00	40.00	8.60	93.60
23819435	PSICÓLOGO	JULIANA MARTINS	32.50	40.00	10.00	82.50
23819262	PSICÓLOGO	NÁJILA CRISTINA CAMARGO	45.00	40.00	10.00	95.00
23818115	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DÉBORA MARIA TERNOSKI	50.00	40.00	10.00	100.00
23820140	TERAPEUTA OCUPACIONAL	RODRIGO VINÍCIUS GARDINAL	30.00	40.00	10.00	80.00

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:985A0CD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 307/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 307/2026 (campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: SIVALDO JOSE DAS VIRGENS				CPF:040.130.639-99		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE						
Saída: 29/08/2026				Chegada: 30/08/ 2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$450,00		
N° Diárias sem Pernoite: 0				Valor Unitário da Diária: R$		
Valor Total das Diárias: R$450,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 02 de SETEMBRO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:3F7A0DE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 272/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 136/2026

OBJETO: Contratação de empresa para capacitação presencial teórico-prática em atendimento inicial ao paciente politraumatizado, destinada aos profissionais do Suporte Básico do SAMU.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	CURSO - O curso "Atendimento Inicial ao Paciente Politraumatizado" será destinado a 10 profissionais do SAMU - Suporte Básico, organizados em 2 turmas de 5 participantes cada, com carga horária mínima de 8 horas por participante e modalidade presencial. Seu objetivo é aprimorar conhecimentos e habilidades para o atendimento pré-hospitalar ao trauma, fortalecendo a tomada de decisão e o trabalho em equipe. Aborda avaliação inicial, vias aéreas, oxigenoterapia, controle de hemorragias, choque, diferentes tipos de trauma e transporte do paciente. A metodologia é teórico-prática, com discussão de casos, demonstração de técnicas, estações de habilidades e simulações realísticas. Também são trabalhadas comunicação, organização da equipe e tomada de decisão em situações críticas, buscando padronizar condutas e fortalecer as competências técnicas da equipe.	3.800,00	SIERRA GROUP TREINAMENTOS LTDA

Rio Negro, 22 de setembro de 2026 –

MARCIA ADRIANE ALVES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:754FBB41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 278/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 137/2026

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da placa da fachada da Agência do Trabalhador, incluindo retirada da lona existente, fornecimento de nova lona impressa e instalação.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor

1	1,00	M2	LONA – destinada à substituição da placa de fachada da Agência do Trabalhador, nas dimensões de 5,80 m × 1,30 m, totalizando 7,54 m², com impressão digital colorida em alta resolução, conforme arte fornecida pela Administração. A contratação deverá incluir a retirada da lona existente, o acabamento e a instalação da nova lona na estrutura existente. A placa deverá ser entregue devidamente instalada no local indicado pela Administração, acabada e em condições adequadas de uso e apresentação, incluindo todos os materiais, acessórios, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução.	1.490,00	GRÁFICA E EDITORA CHOIKOSKI LTDA

Rio Negro, 22 de setembro de 2026 –

MARCIA ADRIANE ALVES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:29F61F19

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 284/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 135/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e acessórios automotivos e prestação de serviço de manutenção mecânica, elétrica e diagnóstico veicular para 3 (três) ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde.

Lote	Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1	75,00	HRS	SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA - - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos Renault, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, substituição de componentes, regulagens, reparos e demais serviços necessários, conforme relação constante no ANEXO I	107,00	AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA
1	2	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - - Fornecimento de peças, componentes e acessórios elétricos e eletrônicos necessários à manutenção dos veículos Renault, conforme relação constante no anexo Anexo I	32.366,99	AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA
1	3	2,00	SRV	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - Prestação de serviços de diagnóstico elétrico e eletrônico automotivo, mediante utilização de equipamento de diagnóstico (scanner automotivo), destinado à identificação de falhas, leitura de códigos de avaria, verificação de sistemas eletrônicos e demais procedimentos necessários ao diagnóstico dos veículos.	107,00	AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA
2	1	5,50	HRS	SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA - - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos Renault, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, substituição de componentes, regulagens, reparos e demais serviços necessários, conforme relação constante no ANEXO II	115,26	AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA
2	2	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS – Fornecimento de peças, componentes e acessórios elétricos e eletrônicos necessários à manutenção dos veículos Renault, conforme relação constante no anexo Anexo II	9.437,21	AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA

Rio Negro, 22 de setembro de 2026 –

MARCIA ADRIANE ALVES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0B249DFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos para estruturação do Novo Pronto Atendimento Municipal de Rio Negro/PR.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	Equipamento de raio-x fixo digital destinado à realização de exames radiográficos para fins diagnósticos com capacidade mínima de 630ma para radiologia geral. Descrição mínima: comando e gerador de raiosx; alta frequência multipulso; potência mínima: 50kw; sistema de controle microprocessado; interface de controle do equipamento com indicação dos parâmetros radiográficos (kv, ma, mas e Demais aplicáveis), podendo ser por painel físico no equipamento ou por meio de estação de trabalho integrada, desde que garanta operação segura, visualização clara e controle dos parâmetros; faixa de ajuste de kv mínima de: 40 a 150kv com passos de 1kv; escala de ma com múltiplos níveis de ajuste, compatível com a aplicação em Radiologia geral; seleção automática de focos fino/grosso; tempo de exposição mínimo: 0,005 a 5 segundos (ou maior); faixa de mas de no mínimo: 0,5 a 630mas ou superior; indicação de parâmetros/funções no display digital de no mínimo kv, ma e mas; alimentação elétrica - trifásica 220v/380v (ambos) - 60hz, sendo que, no caso em que se faz necessário o uso de autotransformador, o proponente deverá fornecê-lo sem custos adicionais ao município. Mesa fixa com tampo flutuante; tampo homogêneo radio transparente com capacidade de carga mínima de 250kg; tamanho mínimo de 82×215cm; deslocamento longitudinal do tampo mínimo de ±50cm e transversal: mínima de ±12cm; freios eletromagnéticos para os movimentos transversal e longitudinal; sistema de indicação de centralização. Grade anti difusora razão 103 linhas/pol; distância focal 100 a 180cm; freios eletromagnéticos; bandeja possibilitando a centralização de chassi de 13x18 cm a 35x43 cm; acabamento pintura eletrostática. Estativa porta tubo: tipo chão/teto ou chão/chão: deslocamento horizontal (longitudinal) mínimo de 250cm em trilhos; giro da coluna de 180°/+180° acionado por pedal; braço porta tubo: deslocamento vertical mínimo de 130cm (entre os pontos focais); rotação do conjunto colimador de 90°, 180° ou superior; freios eletromagnéticos ou mecânicos com acionamento por botoeira no painel junto ao tubo; rotação do tubo de no mínimo ±180°, com indicação de angulação por gravidade ou sistema equivalente; estrutura em aço; acabamento pintura eletrostática. Mural bucky deslocamento padrão vertical mínimo de 130cm freio eletromagnético ou mecânico para posicionamento vertical; grade antidifusora razão mínima 103 linhas/pol.; distância focal (100 a 180)cm; bandeja possibilitando a entrada de chassi (13x18 a 35×43)cm em ambas as direções (configurável na instalação); e estrutura em aço: acabamento pintura eletrostática. Unidade selada; cúpula com revestimento de chumbo; tubo de raiosx de ânodo giratório imerso em óleo isolante; potência mínima 18/50kw; rotação do ânodo de no mínimo 3.000rpm; focos fino de 0.6mm e grosso de 1.2mm (ou menor); capacidade calórica mínima de	309.000,00	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

			200khu. Colimador manual luminoso; campo luminoso ajustável, com lâmpada led para maior durabilidade e continuidade do serviço, indicando área a ser irradiada de no mínimo de 0×0cm a 43×43cm; acionamento da lâmpada com temporizador eletrônico do campo luminoso. Sistema de detecção de imagens digital: deverá possuir 02 detector tipo flat panel com fio ou sem fio; detector digital tipo dr, utilizando cintilador de iodeto de césio (csi); dimensões mínimas de 35×43 cm, um para o uso bucky mural e mesa; deverá possuir peso máximo de 3,5kg para o tamanho mínimo de 35×43cm; com ou sem fio; matriz ativa de no mínimo 2496 x 3000 pixels ou superior e 7 milhões de pixels; deverá ter profundidade de imagem pós processada de no mínimo 14 bits; distância entre pixel de 140m ou menor. Deve suportar carga distribuída de pelo menos ~~350kg~~ 300kg. no caso de detector sem fio, deverá possuir sistema de alimentação por bateria, podendo ser do tipo removível ou integrada (interna), devendo garantir autonomia operacional adequada ao uso clínico. Quando aplicável, deverá acompanhar carregador e bateria(s) adicional(is). Console de aquisição, visualização e manipulação de imagens. Deverá exibir imagens em até 5 segundos após a exposição (prévisualização); monitor de lcd de no mínimo 19"; deverá possuir matriz de imagem de no mínimo 1.280×1.024 pixels; conectividade dicom 3.0; deverá possuir dicom storage, print, mwm, no mínimo; deverá permitir a gravação de mídia externa por meio digital, como dispositivos usb (pendrive), ou tecnologia equivalente; estação de trabalho deverá conter a configuração compatível com a aplicação e nobreak com potência mínima de 600va, bivolt automático. Deverá acompanhar o equipamento impressora de imagens radiológicas tipo dry, compatível com o sistema fornecido, com comunicação padrão dicom print, destinada à impressão de exames radiográficos, bem como 01 (uma) caixa contendo 100 (cem) unidades de filmes radiológicos tipo dry, no tamanho aproximado de 35 × 43 cm (14" × 17"), compatíveis com a impressora fornecida. Software de aquisição de imagens com as seguintes configurações mínimas: filtros de harmonização e ajustes de imagens aplicadas do momento da captura por parte do corpo e por tipo de incidência, seleção de imagem individual e coletiva (todas), zoom, movimento da imagem na tela (pan), ajuste de brilho e contraste (janelamento w/l) geral ou em ponto específico, lente de aumento, recorte manual ou automático em polígono, retângulo, elipse e mão livre, com áreas prédefinidas ou configuráveis. Inversão de imagem em positivo e negativo, giro horário e antihorário, giro por linha, giro por arrasto, espelho vertical e horizontal, ajuste da imagem na tela em tamanho real ou proporcional à tela (fit). Equipamento digital de fábrica. Não serão aceitos equipamentos analógicos com placas detectores diversas. Todas as características técnicas do software e detector deverão ser comprovadas através de manual registrado na anvisa. Não serão aceitos catálogos comerciais ou outros meios não oficiais da anvisa. Garantia mínima: 12 (doze) meses integral; mão de obra, parte e peças, incluindo o tubo de raiosx. Deverá cumprir as exigências: registro do produto; bpf de fabricação, importação, ambos expedidos pela anvisa/ms, em plena validade, afe e licença sanitária do fabricante, anatel para o equipamento sem fio, selo de aprovação da devida certificação do inmetro.		
2	2,00	UN	Armário para vestiário 12 portas com chave: produzido em chapa aço 26 (mínimo 0,40mm) tratada com antiferrugionoso; pintura epóxi-pó; deve possuir 12 portas com venezianas para ventilação e 3 colunas; cor cinza padrão; dimensões mínimas aproximadas: altura 1,95m x largura 0,90m x profundidade 0,36; medidas mínimas aproximadas das portas/vãos: altura 0,43m x largura 0,27m.	970,00	L J MONDARDO E CIA LTDA
3	3,00	UN	Aspirador cirúrgico secreções móvel: deve possuir recipiente com capacidade de 1300ml; motor de aproximadamente 1/33hp; deve possuir protetor térmico que atua como dispositivo de segurança; potência aproximada de 160va; voltagem 220v ou bivolt; vácuo aproximado de 600mmhg; vazão de fluxo livre (aproximado) 20l/min; deve conter válvula anti transbordamento; garantia mínima de 12 meses.	334,88	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
4	1,00	UN	Balança antropométrica infantil: balança digital,capacidade para até 16 kg e divisão de 5 g; concha acrílica com medida mínima de aproximadamente 540 x 290 mm; gabinete em abs branco; display led com 6 dígitos; estrutura interna em aço carbono c/ cobertura plástica; pés reguláveis aos desníveis e em borracha sintética evitando o deslize; bivolt automática, e com bateria recarregável; função tara; conferida pelo inmetro, com no mínimo 01 ano de garantia.	600,00	VERLUMA COMERCIO LTDA
5	1,00	UN	Balança antropométrica para adulto-obeso: balança mecânica, para uso adulto (obeso), estrutura confeccionada em aço de carbono na cor branca, com capacidade de pesagem para até 300kg, plataforma em borracha não derrapante (mesmo molhada) e de fácil limpeza, ainda deve conter régua embutida para aferição da altura de 2m, divididos a cada 0,5cm. Os pés de apoio devem ter regulagem para nivelamento ao chão. Funções: tara. Garantia mínima de 01 ano.	1.500,00	VERLUMA COMERCIO LTDA
6	5,00	UN	Banqueta giratória - tipo mocho: confeccionada em aço inoxidável, altura regulável com apoio para os pés. Altura mínima de 0,46 m x máxima de 0,61 m. Deve possuir estofamento resistente e impermeável e com base rígida; revestimento em pvc e espuma de densidade controlada que permite limpeza e desinfecção. Garantia mínima de 01 (um) ano para defeitos de fabricação. Cor: preta	194,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
7	2,00	UN	Beliche de aço reforçado: confeccionado em aço carbono reforçado com tratamento antiferrugem; acabamento em pintura eletrostática preta; capacidade de no mínimo 150kg por leito; leito superior deve possuir proteção lateral e escada de aceso fixa à estrutra; pés com protetores; dimensões mínimas aproximadas: comprimento 190cm x largura 90cm x altura 160cm.	1.098,89	LUIZ RICARDO BUENO ME
9	2,00	UN	Biombo triplo: estrutura em tubos de aço com pintura epóxi branco, deve ser triplo, com duas articulações, pés com rodízio. Deve conter revestimento em lona plástica, resistente opaca e branca. Dimensões aproximadas: 1,82m largura aberto x 0,66m largura fechado x 1,77m altura x 0,50m comprimento	449,02	STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
10	5,00	UN	Braçadeira para injeção: estrutura em tubo de aço; tipo pedestal; com altura regulável; apoio do braço confeccionado em aço inoxidável e capa de courvim ou pvc	109,10	STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
11	15,00	UN	Cadeira giratória diretor: deve possuir base de metal reforçado na cor preta; rodízios de nylon; com regulagem de altura a gás com mecanismo relax, com ajustes personalizados para conforto ergonômico; braços reguláveis; assento e encosto com espuma injetada, revestidos em vinil/pvc ou couro ecológico ou courvim; capacidade até 120kg. Dimensões aproximadas: assento (49cm largura x 47cm profundidade); encosto (46cm largura x 48cm altura); deve seguir a nr17.	350,00	TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA
12	2,00	UN	Cadeira de banho dobrável: estrutura em alumínio; dobrável; assento impermeável com tampa removível; com coletor; deve possuir proteção antiferrugem e pintura epóxi; resistente a umidade e de secagem rápida; capacidade de carga de até 150kg; encosto em plástico anatômico; com apoio de braços e pés; deve conter freios de pé para fácil acionamento	588,93	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
13	3,00	UN	Cadeira de rodas adulto: capacidade para pessoas de até 120kg, confeccionada em aço com pintura em epoxy, na cor preta; apresentando: braços escamoteáveis, apoio para pés removível, elevação de pernas, assento e encosto em nylon resistente reforçado com tiras tensoras especiais, dobrável, freios bilaterais, pedais em polietileno, rodas traseiras aro 24´ com pneus maciços, rodas dianteiras aro 6´ giratórias.	648,00	IX MEDICAL LTDA
14	1,00	UN	Cadeira de rodas obeso: capacidade para pessoas de até 200kg, confeccionada em aço com pintura em epoxy, na cor preta; apresentando: braços escamoteável , apoio para pés removível, assento e encosto em nylon resistente reforçado com tiras tensoras especiais, dobrável, freios bilaterais, pedais em polietileno, rodas traseiras aro 24´ com pneus maciços, rodas dianteiras aro 6´ giratórias.	1.488,00	IX MEDICAL LTDA
15	14,00	UN	Cadeira fixa: material de confecção em aço/ferro pintado e tratado anticorrosão na cor preta; assento e encosto estofados e revestidos em vinil/pvc ou courvim ou corino ou couro ecológico ou corino, impermeável; sem braços; encosto não reclinável; pés com protetores; capacidade até 110kg; encosto medindo aproximadamente (41cm largura x 36cm altura); assento medindo aproximadamente (46cm largura x 43cm profundidade).	136,00	CIRURGICA IZAMED LTDA
16	7,00	UN	Cama hospitalar tipo fowler elétrica, com estrutura em aço carbono ou material de resistência equivalente, tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó ou superior, estrado articulado em no mínimo 4 seções, cabeceira e peseira removíveis em polipropileno, abs ou material equivalente, com sistema de liberação rápida para acesso emergencial ao paciente, grades laterais articuláveis com trava de segurança, acionamento por motores elétricos bivolt automático (110/220v), permitindo no mínimo os movimentos de elevação do dorso, elevação das pernas, posição fowler, semi-fowler, trendelemburg, reverso de trendelemburg e elevação de altura do leito, com controle remoto a fio ou sistema equivalente com possibilidade de bloqueio de funções, dimensões internas mínimas aproximadas de 1.900 mm de comprimento e 860 mm de largura, altura regulável aproximada entre 450 mm e 700 mm, capacidade mínima de carga de 200 kg, rodízios de no mínimo 100 mm com sistema de travamento individual, central ou equivalente, grau de proteção elétrica mínimo ipx4 ou superior, conformidade com as normas abnt nbr iec 60601-1 e abnt nbr iec 60601-2-52, com certificação por organismo acreditado pelo inmetro quando aplicável, registro ou cadastro ativo na anvisa como produto para saúde, acompanhada de colchão hospitalar densidade mínima d28, com capa impermeável, lavável e livre de látex, compatível com as dimensões do leito.	6.779,37	MEGMED LTDA
17	2,00	UN	Cardioversor (desfibrilador) bifásico automático, adulto e pediátrico: deve possuir modo sincronizado, tela colorida de no mínimo 6 polegadas; comando de carga e disparo nas pás ou no equipamento; onda	19.980,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS

			exponencial truncada de até 360j; deve possuir módulo dea, monitorização de ecg com múltiplas derivações na tela, spo2 (saturação de oxigênio), pni (pressão não invasiva), co2 (dióxido de carbono), resp (respiração) e marcapasso; pás reutilizáveis para uso adulto e pediátrico; deve possuir bateria interna recarregável com autonomia compatível com uso em situações de emergência. deve possuir indicador de contato das pás; alimentação elétrica 220v ou bivolt automático. deve possuir alarmes visuais e sonoros para os parâmetros monitorados; deve possuir capacidade de registro e/ou armazenamento de eventos e traçados; deve conter registro na anvisa; garantia mínima de 12 meses.		HOSPITALARES LTDA
18	3,00	UN	Carro maca hospitalar com sistema de elevação do leito por mecanismo hidráulico acionado por pedal ou dispositivo equivalente, permitindo ajuste de altura de forma segura, ergonômica e com acesso facilitado ao operador durante o uso; estrutura tubular metálica com resistência compatível para suportar carga mínima de 150 kg, com tratamento anticorrosivo e acabamento adequado ao ambiente hospitalar; leito fixo confeccionado em material resistente, adequado à higienização e desinfecção hospitalar frequente; cabeceira regulável por mecanismo seguro e de fácil acionamento; base equipada com 04 (quatro) rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 (dois) com freios posicionados em diagonal ou sistema equivalente de travamento; dispositivo de proteção contra impactos confeccionado em material resiliente (borracha, polímero ou equivalente), posicionado nas extremidades ou de modo a proteger a estrutura e o ambiente durante o deslocamento; grades laterais escamoteáveis ou articuláveis; acabamento com pintura eletrostática ou tratamento equivalente anticorrosivo; deve acompanhar colchonete com revestimento impermeável, lavável e resistente à higienização hospitalar frequente; suporte de soro com altura regulável confeccionado em material metálico resistente e adequado ao uso hospitalar; dimensões aproximadas de 2,00 m x 0,60 m (comprimento x largura).	5.300,00	CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA
19	1,00	UN	Carro maca hospitalar com sistema de elevação de altura por acionamento hidráulico, mecânico, elétrico ou equivalente, por pedal ou outro mecanismo que assegure funcionamento estável e seguro; leito articulado que permita, por meio de sistema hidráulico, mecânico, elétrico ou equivalente, os movimentos fowler (cabeça e joelhos), semi-fowler (dorso de 0º a 90º), pernas, trendelenburg e reverso de trendelenburg, com operação segura e estável; base estrutural metálica resistente, com pés recuados para melhor ergonomia e aproximação do profissional, com acabamento em material de alta resistência ou equivalente, adequado ao uso hospitalar e à higienização frequente; estrutura do chassi e do leito em material estrutural resistente, compatível com a capacidade de carga do equipamento, com tratamento anticorrosivo quando aplicável; leito articulado com superfície radiotransparente compatível com uso de intensificador de imagem e exames de raio-x; dispositivo de proteção contra impactos confeccionado em material resiliente (pvc, borracha ou equivalente); base com 4 rodízios giratórios dotados de sistema de travamento seguro; grades laterais articuláveis ou equivalentes em material resistente e adequado ao uso hospitalar; suporte para soro com regulagem de altura; suporte para cilindro de oxigênio com fixação segura; dispositivo para acondicionamento de materiais hospitalares; colchão compatível com as dimensões da maca, com espessura mínima de 5 cm, revestido em material impermeável, lavável e resistente à higienização hospitalar; dimensões internas aproximadas de 1900 mm x 600 mm, admitindo variação de até ±5%; altura mínima aproximada de 670 mm e máxima aproximada de 1030 mm, admitindo variação de até ±10%; capacidade mínima de 180 kg; garantia mínima de 12 meses para o equipamento completo, contados do recebimento definitivo.	8.500,00	RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
20	1,00	UN	Carro maca hidráulico para paciente obeso, com estrutura confeccionada em material metálico resistente, com acabamento em pintura eletrostática ou polido; leito em 4 segmentos confeccionado em pead, abs reforçado ou material equivalente, com resistência estrutural compatível com a capacidade de carga do equipamento; movimentos de fowler, semi-fowler, elevação do dorso, flexão de joelhos e posições de trendelenburg e reverso, acionados por sistema pneumático, hidráulico, mola a gás ou tecnologia equivalente; elevação de altura por sistema hidráulico acionado por pedal; inclinação mínima do dorso 45°, joelhos 25° e trendelenburg 15°; grades laterais articuláveis ou escamoteáveis, em aço inox, aço tratado ou material equivalente, com sistema de travamento seguro; rodízios com diâmetro mínimo de 5", com sistema de freio; sistema de proteção contra impactos nas extremidades, cantos ou solução equivalente; acompanha colchão hospitalar compatível com a capacidade bariátrica do equipamento, com densidade mínima entre d-28 e d-33, espessura mínima de 70 mm e revestimento impermeável, lavável e de fácil higienização, além de suporte de soro acoplável; dimensões totais aproximadas com largura mínima de 800 mm e comprimento mínimo de 1.950 mm; altura mínima aproximada entre 50 e 65 cm e altura máxima aproximada 85 cm; capacidade mínima de carga de 300 kg; garantia mínima de 12 meses.	12.800,00	RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
21	1,00	UN	Carrinho para material de limpeza com saco em vinil de no mínimo 90 litros. Fabricado em polipropileno e estrutura tubular de alumínio ou material semelhante. Rodízios fixos e giratórios em aço, revestida de pvc para redução de ruídos. Dimensões aproximadas: 116 cm de comprimento, 57 cm de largura, 100 cm de altura.	1.098,89	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
22	1,00	UN	Central de nebulização: número mínimo de 04 saídas simultâneas,gabinete em abs; filtro bactericida; compressor médico-odontológico isento de óleo; fluxômetro para ar comprimido; micronebulizadores completo, contendo máscaras e conexões, portátil com rodinhas, voltagem 110/220v, potência de 1/4 hp.	1.137,34	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
23	13,00	UN	Computador (desktop básico) configurações mínimas: computador desktop com processador mínimo 10 núcleos, frequência base de 2.5 ghz; unidade de armazenamento ssd 240 gb interface pcie nvme m.2, memória ram de 16 gb (1 x 16gb), do tipo sdram ddr4 3200mhz mhz ou superior. Possuir pelo menos 1 slot pci-express 2.0 x16 ou superior. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo hdmi, display port ou dvi. Teclado usb, abnt2, 107 teclas com fio e mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll com fio. Monitor de led 21 polegadas (widescreen 16:9) (1920 x 1080 a 75hz), entradas de video sendo pelo menos 1 hdmi. Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi padrão ieee 802.11 b/g/n/ac. Sistema operacional windows 10 ou 11 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento.	3.280,00	MZ EQUIPAMENTOS LTDA
24	2,00	UN	Desumidificador de ar portátil, destinado ao controle da umidade em ambientes internos, com capacidade mínima de desumidificação de 12 (doze) litros de água por dia, adequado para uso institucional. Deve possuir reservatório de água removível, com capacidade mínima compatível com o porte do equipamento, sistema de desligamento automático ao atingir a capacidade máxima, possibilidade de drenagem contínua e dispositivo que facilite o deslocamento, como rodízios. Tensão elétrica 220 v ou bivolt. Produto novo, sem uso. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	1.848,15	INOVAR DESUMIDIFICADORES LTDA
25	1,00	UN	DETECTOR FETAL DE MESA, DESTINADO À AUSCULTA DE BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS POR MÉTODO DOPPLER ULTRASSÔNICO, INDICADO PARA UTILIZAÇÃO A PARTIR DA 10ª SEMANA DE GESTAÇÃO, COM TRANSDUTOR DE FREQUÊNCIA NOMINAL APROXIMADA DE 2 MHZ (±10%), FAIXA DE MEDIÇÃO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL DE NO MÍNIMO 30 A 240 BPM (BATIMENTOS POR MINUTO), ALTO-FALANTE EMBUTIDO QUE PERMITA AUSCULTA COLETIVA EM AMBIENTE CLÍNICO, DISPLAY DIGITAL PARA VISUALIZAÇÃO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL, CONTROLE DE VOLUME, FUNÇÃO DE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO (127/220V), 50/60 HZ, COM OPÇÃO DE FUNCIONAMENTO POR BATERIA, SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA ELÉTRICA, SUPORTE PARA ACOMODAÇÃO DO TRANSDUTOR NO GABINETE, ACOMPANHADO DE FONE DE OUVIDO PARA AUSCULTA INDIVIDUAL E GEL CONDUTOR, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, E REGISTRO ATIVO NA ANVISA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.	835,00	CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI
26	2,00	UN	Eletrocardiógrafo digital de 12 canais simultâneos, destinado à realização de exames eletrocardiográficos de repouso, com aquisição e visualização simultânea das 12 derivações em tempo real antes da impressão, tela que permita visualização clara dos traçados e parâmetros do exame, impressora térmica integrada de alta resolução, com impressão em 1, 3, 6 e 12 canais em formato a4 ou formato térmico equivalente compatível com arquivamento clínico; deverá realizar medições automáticas completas dos parâmetros eletrocardiográficos e interpretação automatizada do ecg, com geração de análise diagnóstica preliminar ou recurso equivalente de apoio à decisão clínica, disponibilizando laudo em língua portuguesa; possuir sistema de identificação automática de arritmias com indicação visual em tela e sistema de alerta para eletrodo desconectado; permitir cadastro e gerenciamento de dados básicos do paciente e do exame; dispor de memória interna para armazenamento e reimpressão de exames realizados; comunicação com computador por meio de interface usb e/ou rede hospitalar (lan ou wi-fi), com exportação e transferência de exames em formatos digitais interoperáveis, tais como pdf, dicom ou xml, devendo dispor de software que possibilite visualizar, arquivar, enviar e imprimir exames; possuir software atualizável, podendo a atualização ser realizada pelo usuário ou por assistência técnica autorizada; cabos compatíveis com eletrodos adesivos; alimentação elétrica 220v ou bivolt automático;	4.245,94	JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

			bateria recarregável integrada; acompanhar, no mínimo, 01 cabo paciente de ecg de 10 derivações, conjunto de seis peras precordiais livres de látex, para uso adulto e conjunto de quatro clipes de membros para uso adulto, papel térmico para eletrocardiograma com grade milimetrada padrão compatível com o equipamento, cabo de alimentação padrão hospitalar e manual de operação em língua portuguesa; equipamento com registro válido na anvisa e garantia mínima de 12 (doze) meses.		
27	1,00	UN	Bisturi elétrico para pequenas cirurgias - equipamento eletrocirúrgico de mesa compacto, de fácil transporte e manuseio, destinado à realização de pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais e de urgência, com potência mínima de 200 w em modo monopolar, modos de operação em corte puro, blend e coagulação em modo monopolar, com disponibilização de modo bipolar, controle eletrônico suave e independente para corte e coagulação, seleção de funções no painel frontal, saídas isoladas conforme normas vigentes, sistema eletrônico de autoteste ao ligar o equipamento com monitoramento de falhas internas, alarmes sonoros e visuais para ativação e falhas do sistema, incluindo monitoramento do eletrodo/placa neutra quando aplicável, alimentação elétrica bivolt automático (127/220 v), 50/60 hz, em conformidade com as normas abnt nbr iec 60601-1, abnt nbr iec 60601-1-2 e abnt nbr iec 60601-2-2, com registro vigente na anvisa. Deve acompanhar os seguintes acessórios mínimos: 01 caneta padrão autoclavável compatível, 01 pedal de acionamento compatível com o equipamento, sistema de eletrodo neutro permanente ou descartável conforme tecnologia do fabricante, 01 cabo de ligação compatível com o sistema de eletrodo neutro, 01 cabo bipolar, 01 pinça bipolar autoclavável compatível, 01 eletrodo tipo faca reta pequena, 01 eletrodo tipo bola pequeno, 01 eletrodo tipo bola médio, 01 eletrodo tipo alça pequena, 01 eletrodo tipo agulha e 01 eletrodo tipo agulha para depilação. O equipamento deverá acompanhar manual do usuário em língua portuguesa e certificado de garantia mínima de 12 (doze) meses.	17.135,64	MEDICAL CIRURGICA LTDA
28	2,00	UN	Escada com 2 degraus: estrutura confeccionada em aço inoxidável tubular, piso em chapa de aço inoxidável de alta resistência, para até 200kg, revestido com borracha antiderrapante com cantoneiras revestidas em aço inox, e protetores de borracha para os pés anti-deslise. Altura do primeiro degrau em relação ao chão: 18cm, altura do segundo degrau em relação ao chão: 32cm, largura dos degraus: 16cm, comprimento dos degraus: 38cm (medidas aproximadas). A estrutura deve ser em inox polido. Medidas são aproximadas.	188,81	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
29	7,00	UN	Esfigmomanômetro adulto: esfigmomanômetro de uso adulto, analógico, com fecho em metal. Faixa de medição de 0 a 300mmhg, com braçadeira em material de alta durabilidade (nylon ou tecido de algodão). Pera de látex com válvula de alta precisão na liberação da pressão. Os aparelhos quando entregues deverão vir acompanhados do laudo técnico do ipem certificando sua aferição individualmente, e registro no ms/anvisa. Apresentar catálogo e manual em português. Registro no ipem e anvisa.	68,13	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
30	6,00	UN	Esfigmomanômetro infantil: esfigmomanômetro de uso infantil, analógico, com fecho em metal. Faixa de medição de 0 a 300mmhg, com braçadeira em material de alta durabilidade (nylon). Pera de látex com válvula de alta precisão na liberação da pressão. Os aparelhos quando entregues deverão vir acompanhados do laudo técnico do ipem certificando sua aferição individualmente, e registro no ms/anvisa. Apresentar catálogo e manual em português. Registro no ipem e anvisa.	67,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
31	6,00	UN	Esfigmomanômetro adulto (obeso): esfigmomanômetro de uso adulto (obeso), analógico, com fecho em metal. Faixa de medição de 0 a 300mmhg, com braçadeira em material de alta durabilidade (nylon ou tecido de algodão). Pera de látex com válvula de alta precisão na liberação da pressão. Os aparelhos quando entregues deverão vir acompanhados do laudo técnico do ipem certificando sua aferição individualmente, e registro no ms/anvisa. Apresentar catálogo e manual em português. Registro no ipem e anvisa.	68,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
32	10,00	UN	Estetoscópio adulto: de alta sensibilidade acústica. Possuir diafragmas ajustáveis, design fácil de colocar e de limpar, de superfície lisa e sem fendas; hastes ajustáveis; olivas de selamento suave que proporcionam um ajuste confortável e uma vedação acústica excelente com encaixe perfeito, macias e emborrachadas; a campânula com aro antifrio; tubo duplo em aço presos por clipe metálico formando ângulo anatômico; diafragmas de alta sensibilidade; auscultadores precisos e sensíveis de aço inoxidável.	25,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
33	9,00	UN	Estetoscópio infantil: de alta sensibilidade acústica. Possuir diafragmas ajustáveis, design fácil de colocar e de limpar, de superfície lisa e sem fendas; hastes ajustáveis; olivas de selamento suave que proporcionam um ajuste confortável e uma vedação acústica excelente com encaixe perfeito, macias e emborrachadas; a campânula com aro antifrio; tubo duplo em aço presos por clipe metálico formando ângulo anatômico; diafragmas de alta sensibilidade; auscultadores precisos e sensíveis de aço inoxidável.	25,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
34	2,00	UN	Foco refletor ambulatorial: foco de luz auxiliar para exames clínicos e ginecológicos, com iluminação em led. Haste flexível e cromada. Pedestal com haste inferior pintada, com 04 rodízios proporcionando maior sustentação. Altura variável entre 90 a 150cm. Pintura em epóxi de alta resistência. Voltagem 110/220v. Medidas aproximadas.	299,28	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
35	1,00	UN	Frigobar: capacidade mínima de 90 litros; alimentação 220 volts; com, no mínimo, 2 prateleiras internas; possuir compartimento interno (gaveta ou similar); pés com ajuste de altura; garantia mínima de 12 meses. Sistema de degelo: manual ou automático (incluindo tecnologias equivalentes). Dimensões aproximadas: altura entre 80 cm e 90 cm; largura entre 45 cm e 50 cm; profundidade entre 40 cm e 50 cm. Outras características: porta reversível ou solução equivalente que permita flexibilidade de instalação	986,00	ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA
36	1,00	UN	Kit laringoscópio adulto: com cabo em aço inox; alimentação por pilha ou bateria recarregável; iluminação com lâmpadas em led; lâminas anatômicas sendo: 03 lâminas curvas (nº 3, 4 e 5); e 03 lâminas retas (nº 3, 4 e 5); garantia mínima de 12 meses.	757,71	JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
37	1,00	UN	Kit laringoscópio infantil: com cabo em aço inox; alimentação por pilha ou bateria recarregável; iluminação com lâmpadas em led; lâminas anatômicas sendo: 03 lâminas curvas (nº 0, 1 e 2); e 03 lâminas retas (nº 00, 0 e 1); garantia mínima de 12 meses.	758,77	JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
38	2,00	UN	Longarina 4 lugares em aço cromado com estofado lavável - tipo aeroporto: deve possuir base em aço cromado; estofado em couro ecológico ou courvim ou corino; cor preta; braços ergonômicos; sapatas niveladoras; medidas mínimas aproximadas: assentos: 50cm de largura; encosto: 48cm de altura; altura mínima do chão até o assento: 40cm; capacidade de peso de aproximadamente 750kg (pesso máximo aproximado de 150kg por assento); garantia mínima de 12 meses	1.047,00	TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA
39	2,00	UN	Longarina 5 lugares em aço cromado com estofado lavável - tipo aeroporto: deve possuir base em aço cromado; estofado em couro ecológico ou courvim ou corino; cor preta; braços ergonômicos; sapatas niveladoras; medidas mínimas aproximadas: assentos: 50cm de largura; encosto: 48cm de altura; altura mínima do chão até o assento: 40cm; capacidade de peso de aproximadamente 600kg (pesso máximo aproximado de 150kg por assento); garantia mínima de 12 meses	1.300,10	TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA
40	4,00	UN	Mesa auxiliar 40x40x80: estrutura em aço inox, com pés tubulares em tubo redondo de diâmetro mínimo de 3/4", tampo e prateleira em aço inox, espessura mínima da chapa de 0,61 mm, bordas com acabamento, pés com rodízios e superfície lisa de fácil higienização. Dimensões aproximadas: 40 x 40 x 80 cm (c x l x a).	293,20	STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
41	4,00	UN	Mesa auxiliar 40x60x80: estrutura em aço inox, com pés tubulares em tubo redondo de diâmetro mínimo de 3/4", tampo e prateleira em aço inox, espessura mínima da chapa de 0,61 mm, bordas com acabamento, pés com rodízios e superfície lisa de fácil higienização. Dimensões aproximadas: 40 x 60 x 80 cm (c x l x a).	337,24	STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
42	9,00	UN	Mesa auxiliar 40x80x80: estrutura em aço inox, com pés tubulares em tubo redondo de diâmetro mínimo de 3/4", tampo e prateleira em aço inox, espessura mínima da chapa de 0,61 mm, bordas com acabamento, pés com rodízios e superfície lisa de fácil higienização. Dimensões aproximadas: 40 x 80 x 80 cm (c x l x a).	424,57	STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
43	7,00	UN	Mesa de mayo telescópica: estrutura tubular em aço inox, altura regulável; base fixa de aço inox; haste móvel em aço inox; bandeja inox removível com no mínimo 40cm x 30cm; pés com rodízios de nylon	176,99	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
44	1,00	UN	Mesa ginecológica elétrica com estrutura em aço, com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi em pó; estofamento anatômico confeccionado em espuma de alta densidade ou material equivalente que assegure resistência à deformação e durabilidade compatível com uso hospitalar, com revestimento impermeável, lavável e resistente à higienização e desinfecção hospitalar frequente, sendo encosto, assento, peseira, apoio de braços, apoio de cabeça, porta-coxa e calcanheiras estofados; sistema de mobilidade com rodízios dotados de travamento ou sistema equivalente que assegure estabilidade durante a utilização; capacidade mínima de carga de 200 kg em elevação; alimentação elétrica de 220 v ou bivolt automático; acionamento elétrico, no mínimo, para regulagem de altura (subida e descida), encosto e perneira, com acionamento por pedal ou controle remoto manual; deverá acompanhar, no mínimo, cuba coletora em aço inoxidável, apoio de pernas e calcanheiras; altura regulável entre 70 cm e 112 cm (admitindo variação de até ±5%), largura interna aproximada de 60 cm (±5%), largura externa aproximada de 82 cm (±5%) e comprimento aproximado de 173 cm (±5%); garantia mínima de 12	13.450,00	GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

			meses; o equipamento deverá possuir registro ou cadastro válido na anvisa, conforme legislação sanitária vigente; deverá ser entregue acompanhado de manual de operação e manutenção em língua portuguesa, montado, em pleno funcionamento e com todos os acessórios necessários ao seu correto uso.		
46	8,00	UN	Monitor multiparâmetro com 2 canais de pressão invasiva, treinamento e instalação inclusos, para uso em pacientes adultos, pediátricos e neonatais, com monitorização dos seguintes parâmetros: ecg, respiração, 2 canais de temperatura, pni, spo e módulo de pressão invasiva; o equipamento deverá possuir ferramentas clínicas auxiliares para avaliação do paciente, tais como protocolos de alerta precoce ou cálculo de escalas clínicas, devendo possuir tela de cristal líquido colorida (lcd) de, no mínimo, 12", com tela sensível ao toque (touchscreen), permitindo a visualização de pelo menos 8 (oito) canais em forma de onda simultâneas; deve possuir memória interna de armazenamento de tendências gráficas e tabulares por, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas, além de memória de eventos de alarmes; com velocidade de varredura ajustável em 6,25 mm/s, 12,5 mm/s, 25 mm/s e 50 mm/s; deve possuir alarmes audiovisuais com 3 níveis de prioridade de alarme (alta, média e baixa) ajustáveis pelo operador; deve permitir ajuste configurável dos limites de alarme pelo operador, com alarmes visuais e sonoros para os parâmetros monitorados (limites máximos e mínimos) programáveis pelo usuário; alarmes funcionais (sensor, bateria, falta de energia elétrica, entre outros); deve possuir menus para configuração e ajuste de seus diversos parâmetros, navegáveis por meio de seletor giratório e tela touchscreen; deve permitir conexão em rede por meio de protocolo tcp/ip com conector do tipo rj-45; funcionamento em rede elétrica 110/220 v bivolt automático; alimentação por bateria interna recarregável, podendo ser do tipo fixa ou modular, com autonomia mínima de 2 horas, considerando necessidades de transporte intra-hospitalar; indicação visual no display do equipamento informando o estado da bateria e se o equipamento está operando em rede elétrica ou bateria; software de interface e manual do usuário em língua portuguesa; proteção contra descarga e interferência de desfibrilador e bisturi eletrônicos; impressões por meio de interface com impressoras compatíveis e devidamente homologadas, devendo possibilitar registro ou impressão de curvas e eventos clínicos por meio de registrador integrado, módulo externo ou interface compatível; equipamento portátil, compacto e adequado ao transporte intra-hospitalar, com peso compatível com monitores multiparamétricos portáteis da categoria, com alça de transporte embutida para eventual necessidade de transporte; grau de proteção compatível com uso hospitalar, conforme normas técnicas aplicáveis (ex.: iec 60601), podendo ser ip21 ou classificação equivalente, como ipx1, quando declarado; operação em umidade relativa na faixa de 10 a 95%; parâmetros de eletrocardiograma (ecg) compatível com cabos de ecg de 3 e/ou 5 vias reutilizáveis; número de derivações: 8 derivações; faixa de frequência cardíaca compatível com monitorização de pacientes adultos, pediátricos e neonatais, sendo admitido, para pacientes adultos, valores de até 300 bpm, desde que atendidas as faixas superiores para pacientes pediátricos e neonatais; resolução da medida de fc de 1 bpm; detecção e rejeição automática de pulsos de marcapasso; monitorização de segmentos em todas as derivações; monitorização de segmento qt e qtc; capacidade de análise automática de arritmias em, no mínimo, duas derivações simultâneas, com identificação e geração de alarmes para eventos clínicos relevantes; respiração por método de bioimpedância (ou impedância) torácica, com faixa de frequência respiratória de 1 a 150 rpm para adultos, pediátricos e neonatais, com visualização da onda respiratória, indicação de fr com detecção e alarme de apneia, apneia ajustável e alarmes visuais e sonoros programáveis; temperatura com 02 (dois) canais e faixa de medição de 0 °c a 50 °c, permitindo medição por sensor aderido à pele do paciente ou por cavidades, apresentando também a diferença de temperatura, com alarmes visuais e sonoros programáveis; oximetria (spo) com visualização da curva pletismográfica, tecnologia para leitura em baixa perfusão ou presença de movimento, indicação numérica de saturação e pulso, indicação numérica e gráfica do índice de perfusão e alarmes visuais e sonoros programáveis; os sensores de oximetria deverão ser compatíveis com a tecnologia do equipamento ofertado e possuir registro ou cadastro na anvisa, garantindo plena funcionalidade e segurança na monitorização, devendo ser fornecidos com cabo extensor quando necessário; pressão não invasiva (pni) com apresentação de pressão arterial sistólica (pas), pressão arterial diastólica (pad) e pressão arterial média (pam), modos de medida manual, automática, sequencial e stat, faixa de medição de pressão não invasiva (pni) de pelo menos 25 a 270 mmhg para pacientes adultos, 25 a 235 mmhg para pediátricos e 25 a 135 mmhg para neonatais, intervalo de medidas de pelo menos 1 minuto a 8 horas e proteção contra pressão excessiva conforme tipo de paciente; capnografia (co) com apresentação da curva em tempo real e apresentação numérica da frequência respiratória, com medições realizadas por tecnologia mainstream ou sidestream, para utilização em pacientes adultos, pediátricos e neonatais; possuir 2 canais de pressão invasiva (pi) com tecnologia de vpp (variação de pressão de pulso); possuir capacidade de integração com sistemas hospitalares ou prontuário eletrônico por meio de interfaces de comunicação compatíveis com os padrões utilizados pela instituição; acessórios que acompanham o equipamento: 01 (um) cabo de ecg 5 vias reutilizável adulto/pediátrico, 01 (um) manguito/abraçadeira adulto e 01 (um) manguito/abraçadeira infantil para pni, 01 (um) sensor spo reutilizável tipo clip adulto e 01 (um) infantil, 01 (uma) mangueira extensora reutilizável para manguito de pressão não invasiva, 01 (um) sensor de temperatura de pele, 01 (um) kit de capnografia compatível com a tecnologia ofertada (mainstream ou sidestream), acompanhado dos acessórios necessários ao seu funcionamento, 02 (dois) cabos de pressão invasiva (pi), acompanhados dos respectivos transdutores compatíveis; deve acompanhar manual operacional do equipamento em português; garantia mínima de 12 meses para o equipamento e todos os acessórios; a empresa deverá fornecer treinamento e instalação sem ônus à instituição; o equipamento deve possuir certificação inmetro e registro ou cadastro na anvisa.	25.778,00	WORLDMED EQUIPAMENTOS MEDICO EIRELI
48	1,00	UN	Otoscópio portátil, leve, compacto e resistente, adequado para uso clínico e de fácil higienização.deve possuir cabo metálico ou material de resistência equivalente, com acabamento antiderrapante em material termoplástico ou similar, contendo botão de acionamento/desligamento. Alimentação por pilhas padrão comercial ou bateria recarregável, com compartimento no cabo ou sistema equivalente. Sistema de iluminação por luz branca de alta intensidade, que permita adequada visualização da coloração tecidual, por fibra óptica ou tecnologia equivalente (ex.: led, xenon ou similar). Cabeça confeccionada em abs, polímero de alta resistência ou material equivalente, resistente a impactos e corrosão. Deve possuir lente com ampliação mínima de 3x, com sistema que permita adequada visualização do conduto auditivo. Deve possuir entrada para insuflador, possibilitando realização de teste pneumático da membrana timpânica. O equipamento deverá acompanhar no mínimo 5 (cinco) espéculos auriculares reutilizáveis.o produto deverá possuir registro ou cadastro na anvisa, conforme aplicável à sua classificação de risco. Garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo do equipamento.	300,00	CIRURGICA IZAMED LTDA
49	2,00	UN	Otoscópio de parede, com transmissão de luz por fibra óptica ou sistema equivalente, com iluminação por luz branca de alta intensidade (preferencialmente led ou tecnologia equivalente). Deve possuir lente com ampliação mínima de 3x, com sistema que permita adequada visualização do conduto auditivo. Cabeça confeccionada em material resistente a impactos e corrosão. Deve possuir conexão para otoscopia pneumática. Sistema de alimentação elétrica por transformador ou fonte compatível com instalação em parede, com voltagem 220v ou bivolt. Deve possuir cabo elétrico espiralado com extensão aproximada de 2 metros. Deve possuir controle de intensidade luminosa e sistema de acionamento automático da luz. O equipamento deverá acompanhar no mínimo 5 (cinco) espéculos auriculares reutilizáveis, bem como dispensador de espéculos compatível. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	2.727,71	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
50	12,00	UN	Poltrona hospitalar reclinável: com estrutura em tubos de aço; com pintura epóxi ou eletrostática na cor branca, com tratamento anti ferrugem; encosto, assento, braços e descanso de pernas com estofamento anatômico revestido em courvim na cor bege ou azul; movimentos simultânos do encosto e descansa pés comandados por meio de alavanca lateral; reclinável em até 4 posições; pés com ponteira de borracha; garantia de 12 meses.	770,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
51	4,00	UN	Poltrona hospitalar reclinável: com estrutura em tubos de aço; com pintura epóxi ou eletrostática na cor branca, com tratamento anti ferrugem; encosto, assento, braços e descanso de pernas com estofamento anatômico revestido em courvim; movimentos simultânos do encosto e descansa pés comandados por meio de alavanca lateral; reclinável em até 4 posições; capacidade para até 120kg; pés com ponteira de borracha; deve ser entregue em quatro cores distintas: azul claro, verde bebê, vermelho e laranja. Garantia de 12 meses.	877,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
52	2,00	UN	Poltrona hospitalar reclinável - obeso: fabricada com estrutura em tubos de aço carbono; com pintura epóxi ou eletrostática na cor branca, com tratamento anti ferrugem; encosto, assento, braços e descanso de pernas com estofamento anatômico revestido em courvim na cor bege ou azul; movimentos simultânos do encosto e descansa pés comandados por meio de alavanca lateral; reclinável em até 4 posições; pés com ponteira de borracha antiderrapantes; suporta até 250kg; garantia de 12 meses.	1.174,43	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
53	13,00	UN	Poltrona estofada para recepção - estrutura interna em madeira de pinus ou eucalipto. Revestida em material sintético na cor preta, impermeável, lavável, atóxico e resistente a produtos de limpeza hospitalar. Assento, braços e encosto estofados com espuma de qualidade, que assegure conforto e resistência ao uso contínuo. Base e pés: pés de madeira com revestimento metálico ou material equivalente que assegure proteção contra desgaste e facilite a higienização. Medidas aproximadas do	449,00	ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA

			assento: (lxp) 50cm x 48cm . Dimensões aproximadas do produto (l x p x a): 65 cm x 70 cm x 71 cm. Capacidade de carga: mínima de 120 kg. Garantia: mínima legal de 3 (três) meses, conforme o cdc.		
54	2,00	UN	Cadeira fixa reforçada com braços para obeso - capacidade mínima de 250 kg: cadeira fixa com estrutura metálica reforçada em aço de alta resistência, com acabamento em pintura epóxi ou equivalente. Braços fixos com apoio em polipropileno (pp) ou material equivalente. Assento e encosto estofados com espuma de poliuretano, injetada ou laminada, adequada ao uso contínuo, sendo assento com densidade mínima d33 e encosto com densidade mínima d28, ou equivalentes. Revestimento em material sintético lavável na cor preta, tais como courvin, corino, couro ecológico ou equivalente, resistente ao uso intenso e de fácil higienização. Pés com ponteiras antiderrapantes, garantindo estabilidade e segurança ao usuário. Dimensões aproximadas: assento com largura mínima de 70 cm e profundidade aproximada de 50 cm; encosto com largura aproximada de 70 a 75 cm e altura aproximada de 55 cm. Cor: preta. Garantia mínima legal de 3 (três) meses, conforme o código de defesa do consumidor.	1.264,00	GVS COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
55	2,00	UN	Purificador de água: purificador com compressor de alta capacidade de refrigeração; com duas saídas de água: natural ou gelada; capacidade aproximada de 2 litros de armazenamento de água gelada; voltagem 220v ou bivolt; embalagem deve conter kit de instalação, o purificador, filtro, suporte de parede e manual de instruções.	715,21	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
57	1,00	UN	Serra elétrica para gesso, destinada à remoção de imobilização em gesso e similares, composta por peça de mão com acionamento elétrico, rotação mínima de 18.000 rpm e potência nominal mínima de 180 w, admitindo-se equipamentos de maior potência; peso não superior a 2,2 kg, incluindo todos os acessórios necessários ao funcionamento; alimentação elétrica bivolt (110/220 v - 50/60 hz); cabo de alimentação padrão abnt (2p + t) com comprimento mínimo de 2 metros; acompanhada de 02 (duas) lâminas circulares compatíveis com o equipamento, destinadas à abertura de aparelhos gessados, compostas por: 01 (uma) lâmina com diâmetro comercial de 2" (duas polegadas), equivalente aproximado a 50 mm, e 01 (uma) lâmina com diâmetro comercial de 2½" (duas e meia polegadas), equivalente aproximado entre 63 mm e 64 mm; chave para troca das lâminas; e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	2.000,00	CIRURGICA IZAMED LTDA
58	9,00	UN	Suporte articulado para monitor multiparâmetros: confeccionado em aço carbono com pintura eletrostática; deve possuir bandeja de aproximadamente 40cm largura x 30cm profundidade; suportar até 25kg de carga máxima; deve acompanhar kit de parafusos para instalação.	507,00	CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA
59	24,00	UN	Suporte de soro:confeccionado o pedestal em tubos de aço inoxidável redondo polido, com altura regulável através de manípulo, altura mínima de 1 metro e máxima de 2 metros, base com 04 pés com rodízios(silenciosos) com proteção de borracha ou plástico resistente, na extremidade superior possuir 04 ganchos para pendurar os frascos de soro	136,00	CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA
60	2,00	UN	Aparelho de televisão: smart tv; mínimo 32 polegadas; led full hd, com entrada usb e hdmi, com conversor digital integrado; wi-fi integrado.	1.117,00	COMERCIO NOVO RUMO LTDA
61	2,00	UN	Aparelho de televisão: smart tv; mínimo 50 polegadas; led full hd, com entrada usb, hdmi, ethernet rj-45, com conversor digital integrado, wi-fi integrado.	2.000,00	COMERCIO NOVO RUMO LTDA
62	4,00	UN	Ventilador pulmonar eletrônico microprocessado para suporte ventilatório invasivo e não invasivo, adequado para pacientes adultos, pediátricos e neonatais, incluindo recém-nascidos de muito baixo peso. O equipamento deve possuir monitor gráfico integrado ao gabinete, com tela colorida sensível ao toque (touchscreen) com tamanho mínimo de 12 polegadas, admitida variação para menor de até 10%, capaz de exibir simultaneamente curvas e loops ventilatórios. Quanto aos modos ventilatórios, o equipamento deve operar com ventilação com volume controlado, ventilação com pressão controlada, simv nos modos volume e pressão, ventilação espontânea com pressão de suporte, cpap, ventilação não invasiva, modos espontâneos com backup de apneia, ventilação em dois níveis de pressão e modo com volume garantido (vg/vc+) ou tecnologia equivalente, assegurando a entrega segura de volume para pacientes neonatais. Quanto às faixas de ajuste, o ventilador deve permitir volume corrente ajustável com faixa mínima de 5 ml, garantindo ventilação adequada de recém-nascidos de baixo peso, garantindo ventilação adequada de recém-nascidos de baixo peso, com faixa máxima de pelo menos 2000 ml. Deve permitir ainda frequência respiratória ajustável até no mínimo 100 movimentos por minuto, fração inspirada de oxigênio regulável entre 21 e 100%, pressão positiva expiratória final (peep) ajustável até pelo menos 35 cmho, pressão controlada e pressão de suporte ajustáveis até pelo menos 60 cmho, sensibilidade inspiratória a partir de 0,5 l/min e tempo inspiratório ajustável entre 0,2 e 5,0 segundos. Quanto à monitorização, o equipamento deve apresentar, no mínimo, volume corrente inspirado e exalado, pressão de pico, pressão de platô, pressão média das vias aéreas, resistência, complacência, relação i:e, auto-peep, fluxo inspiratório e monitorização contínua da fio por sensor paramagnético, galvânico, ultrassônico ou tecnologia equivalente. Deve ainda exibir curvas pressão versus tempo e volume versus tempo, loops pressão versus volume e fluxo versus volume, além de visualização de tendências de parâmetros ventilatórios por período mínimo de 24 horas ou superior. Quanto aos alarmes, deve possuir alarmes visuais e sonoros para alta e baixa pressão, alta e baixa fio, alta e baixa ventilação minuto, apneia, desconexão do circuito, falha no fornecimento de gases, falha de energia elétrica, baixa carga de bateria e condição de ventilador inoperante. O equipamento deve oferecer recursos adicionais como pausa inspiratória e expiratória manual, nebulização integrada sem alteração da fio ajustada, capacidade de manter a ventilação mesmo na ausência de um dos gases do sistema, com indicação clara do gás faltante, além de armazenamento automático dos últimos parâmetros utilizados e autoteste automático do equipamento ao iniciar operação. Devem acompanhar o equipamento umidificador aquecido, jarra térmica, braço articulado, pedestal ou suporte com rodízios, circuitos respiratórios adulto, pediátrico e neonatal, sensor de fluxo, válvula de exalação e mangueiras para oxigênio e ar comprimido. Os circuitos respiratórios adulto, pediátrico e neonatal devem ser compatíveis com o equipamento e fornecidos conforme especificação do fabricante, podendo ser descartáveis ou autoclaváveis, desde que atendam às normas de biossegurança vigentes. A válvula de exalação deve ser destacável e autoclavável para garantir adequada esterilização e controle de infecções. O ventilador deve atender às normas técnicas nbr iec 60601-1, nbr iec 60601-1-2 e nbr iec 60601-2-12, possuir grau de proteção mínimo ip21 ou superior, registro na anvisa, certificação inmetro e alimentação elétrica em 110/220v ou bivolt automático, bateria interna recarregável com autonomia mínima de 60 minutos, com garantia mínima de 12 meses, sendo admitidas tecnologias ou soluções equivalentes ou superiores às especificadas, desde que comprovadamente atendam às funcionalidades clínicas e aos requisitos de desempenho exigidos.	53.000,00	LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA
63	1,00	UN	Aparelho de ultrassom - sistema completamente digital com pelo menos 100.000 canais digitais de processamento ou, alternativamente, pelo menos 512 canais físicos de processamento para ultrassonografia diagnóstica com software geral para aplicações em exame de medicina interna, obstetrícia/ginecologia, urologia, pequenas partes (mama, tireoide, músculo esquelético), vascular. Equipamento leve, de fácil locomoção, com carro móvel de rodas giratórias e travas; painel de controle ergonômico com ajuste de altura, permitindo soluções equivalentes de ergonomia, com tela do tipo touch screen, com pelo menos 10 polegadas e sistema de manuseio do cursor por "trackball"; monitor de led com pelo menos 21,5 polegadas com ajuste ergonômico ou solução equivalente de posicionamento; disco rígido para armazenamento de imagens com no mínimo 1 tb (um terabyte); frame rate, superior a 200 quadros por segundo; faixa dinâmica de no mínimo 170db; imagem de segunda harmônica e harmônica de pulso invertido; regulagem automática em tempo real de imagem ao toque de um botão (ajuste de curva de tgc, ganho geral, curva de compressão, ajuste de linha de base e escala); cálculos automáticos e apresentação dos resultados em tempo real na função doppler espectral ao toque de um botão; modo duplex, triplex; modo m com color; modo m anatômico com color em tempo real; modo m, modo m anatômico em tempo real e pósprocessado; operação nos modos b / d / m / bb / bd / bm; color doppler e power doppler com ajuste automático da frequência conforme a posição da caixa de cor; colorização de imagens nos modos b, m e doppler espectral; modo de comparação de imagem 2d ao lado da respectiva imagem em modo color, ambas em tempo real; imagem trapezoidal para transdutor linear; conexão simultânea e ativa de no mínimo 4 transdutores com seleção automática diretamente através do painel do equipamento adaptações e sem contar a caneta cega; profundidade de pelo menos 30 cm; software específico para redução de artefatos de ruído speckle com melhoria da definição de imagem e resolução da borda para melhorar a diferenciação dos tecidos; tecnologia de composição espacial de imagens em tempo real por interpolação de feixes; possibilidade de reconstrução 3d free-hand multiplanar (mpr); revisão em cineloop que possua aquisição, armazenamento e exibição de pelo menos 1.500 quadros de imagem 2d e em cores, em tempo real e modo duplex; conectividade dicom 3.0 incluindo os protocolos print, store, worklist, pps e laudos estruturados; medições automáticas da espessura da camada íntima-média nas artérias carótidas e em outros vasos superficiais; texto rápido que permita fazer anotação a qualquer momento durante o exame; capacidade de fazer anotações e medidas de imagens em imagens armazenadas no hd; conexão mínima de 3 portas usb; imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas; possibilidade de aquisição de software para estudos de elastografia por compressão; todos os transdutores deverão ser eletrônicos do tipo banda estendida, com no mínimo a seguinte configuração: um (1) transdutor linear que atenda aos exames de vascular e vascular periférico de membros inferiores,	81.918,00	STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

			além de pequenas partes, mama e músculo-esquelético possuindo faixa de frequência de 5 a 12 mhz; com variável de 1 mhz para cima ou 1 mhz para baixo; um (1) transdutor convexo que atenda a exames abdominais, possuindo faixa de frequência de 2 a 6 mhz, com variável de 1 mhz para cima ou 1 mhz para baixo; um (1) transdutor endocavitário que atenda a exames com aplicações endocavitárias, incluindo urologia, possuindo faixa de frequência de 4 a 9 mhz; com variável de 1 mhz para cima ou 1 mhz para baixo; possibilidade de exportação de imagens por sistema pacs; deverá possuir bateria interna ou solução equivalente que permita autonomia operacional durante o deslocamento do aparelho para realização de exames à beira-leito. Nobreak compatível com o equipamento; impressora laser colorida. 24 meses de garantia total tanto no equipamento como nos transdutores; incluindo atualizações de softwares que fazem parte deste descritivo técnico sem ônus para a instituição.		

Rio Negro, 19 de agosto de 2026 –

SHEILA CRISTINE SCHITT DUMS –
Agente de Contratações

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:C170BDD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 277/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 277/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo de Exames Médicos, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DA PERÍCIA ADMISSIONAL OFICIAL

Para realização da Perícia Admissional Oficial, o candidato deverá comparecer, IMPRETERIVELMENTE, na data e horário também indicados no Anexo I, na empresa Aptus Medicina do Trabalho, localizada na Rua Monteiro Lobato nº 563 sala A – Centro – Rolândia/PR, com todos os EXAMES ADMISSIONAIS arrolados no Anexo III. As despesas dos respectivos exames admissionais ocorrerão às expensas do candidato.
A data e o horário determinados para a realização da Perícia Admissional Oficial não poderão ser alterados a critério do candidato, sendo realizado por ordem de chegada.
Para a avaliação médica, o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade original.
O não comparecimento no período marcado para a Avaliação Clínica ou a não apresentação de todos os Exames Gerais Obrigatórios descritos no anexo II desta Convocação importará na eliminação do Candidato do Concurso.
Será considerado apto o candidato que não apresentar quaisquer alterações patológicas que o contraindiquem ao desempenho do cargo/função para o qual se inscreveu.
Dúvidas acerca da Perícia Admissional poderão ser sanadas por meio do telefone (43) 3255-8664, das 12:00 às 18:00h, ou pelo e-mail rh@rolandia.pr.gov.br

ANEXOS

Anexo I – Relação de Candidatos Convocados;
Anexo II – Ficha de Informações Para Exame Pré-admissional;
Anexo III - Relação de Exames Médicos;

Rolândia, 18 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação nº 277/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo: Assistente Social

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
28	014.703.264-88	KAREN KAROLINE DE SOUZA	20/10/2026	13:30

Cargo: Médico Psiquiatra

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
24	014.703.178-02	CAROLINE BERTAN LOMBARDI	20/10/2026	13:30

Cargo: Técnico de Gestão Municipal A - Administrativo

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
23 (cotas)	014.703.279-65	ANA ALICE CAETANO CASTRO 2	20/10/2026	13:30

* Candidatos concorrentes às vagas reservadas conforme itens 6 e 8 do Edital 001/2024.
[1] Pessoa com Deficiência - PCD
[2] Negros

Anexo II da Convocação nº 277/2026 – FICHA DE INFORMAÇÕES PARA EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(Deverá ser preenchido pelo candidato com letra legível)

Eu,_, portador do CPF n.º _e RG n.º_, candidato(a) ao ingresso no Serviço Público Municipal, declaro que todas as informações por mim preenchidas na Ficha de Informações Cadastrais, no Questionário Para Identificação de Indivíduos com Epilepsia e no Questionário Para Exame Médico Admissional, são verdadeiras, corretas e completas.
Declaro ter conhecimento de que qualquer fato informado incorretamente ou omissão cometida no preenchimento das respostas dos quesitos, poderá me imputar sanções legais ou penalidades jurídicas, já que fazem parte do conjunto de elementos que compõem a avaliação de meu estado de saúde.
Declaro estar ciente de que devo comparecer ao local indicado para perícia pré-admissional com antecedência mínima de 15 minutos.
Declaro estar ciente da data e horário do exame pré-admissional, sendo que o não comparecimento na data e horário agendados portando **todos** os exames indicados na convocação implicará em comunicação oficial de ausência e resultará na imediata desclassificação do (a) candidato (a).

Data:___/____/_____.
Assinatura do Candidato

QUESTIONÁRIO MÉDICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA-CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO
01	Você tem ou teve crises (ataques, acesso, convulsão) na qual perde a consciência e cai subitamente? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
02	Você tem ou teve crises em que perde o contato com a realidade (meio) e fica como se estivesse Fora do ar? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
03	Você tem ou teve crises na qual tem repuxões incontroláveis em braços, pernas, na boca ou vira a Cabeça para o lado? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
04	Você tem ou teve crises de desmaio e que ao acordar nota que fez xixi ou cocô na roupa sem perceber? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
05	Você tem ou teve crises na qual sente sensação ruim de "fundeza" ou bola na "boca do estômago"e que sobe até a garganta e em seguida sai fora do ar, e depois dizem que você ficou mexendo em algo com as mãos ou mastigando ou olhando para algo distante? E na sua família, alguém tem Essas crises?	( )	( )
06	Algum médico ou profissional de saúde ou mesmo familiares já lhe disse que você tem ou teve convulsão febril na infância; ou durante alguma doença grave qualquer? E na sua família, alguém teve este problema?	( )	( )
07	Você tem rápidos abalos tipo "choque" nos braços (as coisas caem da mão) ou pernas, com ou sem queda, principalmente pela manhã?	( )	( )
08	Há alguém na sua família com epilepsia?	( )	( )
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: _____ Assinatura: Rolândia,___/___/____			

QUESTIONÁRIO PARA EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir. Se tiver dúvidas, deixe a resposta em branco e pergunte ao médico na ocasião da sua perícia.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
01	Usa óculos por indicação médica?	( )	( )	( )
02	Tem dificuldade para enxergar?	( )	( )	( )
03	Tem ou já teve alguma inflamação ou doença em seus olhos?	( )	( )	( )
04	Tem sua audição diminuída em um ou ambos os ouvidos?	( )	( )	( )
05	Teve alguma doença nos ouvidos (infecções, zumbidos, etc.)?	( )	( )	( )
06	Tem dores de cabeça frequentes?	( )	( )	( )
07	Tem ou teve tonturas?	( )	( )	( )
08	Ficou alguma vez "sem sentido"(desmaiou?)	( )	( )	( )
09	Teve alguma parte do corpo paralisada?	( )	( )	( )
10	Sua pele tem alguma anormalidade?	( )	( )	( )
11	Sua pele tem alguma doença crônica?	( )	( )	( )
12	Tem alergias ou intolerâncias (alimentos, fatores ambientais, substâncias, etc.)	( )	( )	( )
13	Tossiu ou cuspiu sangue alguma vez?	( )	( )	( )
14	Tem ou teve alguma doença pulmonar (do pulmão)?	( )	( )	( )
15	Sente falta de ar?	( )	( )	( )
16	Tem pressão alta/hipertensão arterial?	( )	( )	( )
17	Seu coração, às vezes, bate mais rápido ou teve alguma doença do coração?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Perguntas relacionada a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
18	Possui alguma deficiência, limitação ou deformidade física?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
19	Tem tido inchaço (edema) nas pernas?	( )	( )	( )
20	Tem ou teve problemas de hemorroidas ou varizes?	( )	( )	( )
21	Seus dentes necessitam de tratamento?	( )	( )	( )
22	Tem problemas intestinais ou estomacais?	( )	( )	( )
23	Eliminou sangue nas suas fezes?	( )	( )	( )
24	Sua pele já ficou totalmente amarelada (icterícia)?	( )	( )	( )
25	Tem ou teve algum problema de rins ou bexiga?	( )	( )	( )
26	Perdeu alguma vez sangue ou proteínas pela urina?	( )	( )	( )
27	Tem ou teve doenças sexualmente transmissíveis?	( )	( )	( )
28	Tem dores ou outros problemas na sua coluna vertebral?	( )	( )	( )
29	Tem habitualmente dores nas juntas?	( )	( )	( )
30	As suas juntas as vezes ficam inchadas?	( )	( )	( )

31	Engordou ou emagreceu mais de 5 quilos nos últimos 6 meses?	( )	( )	( )
32	Tem ou já teve problemas com peso inadequado?	( )	( )	( )
33	Foi tratado(a) de algum câncer ou tumor?	( )	( )	( )
34	Foi operado(a)? (fez alguma cirurgia)–inclusive cesárea.	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
35	Teve alguma ferida séria?	( )	( )	( )
36	Sofreu algum acidente em que se machucou?	( )	( )	( )
37	Quebrou, trincou ou deslocou algum osso?	( )	( )	( )
38	Faz ou fez uso de cigarro? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
39	Faz ou fez uso de bebidas alcoólicas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
40	Faz ou já fez uso de outras drogas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
41	Tem ou teve insônia ou dificuldade para dormir?	( )	( )	( )
42	Tem se sentido muito nervoso(a)?	( )	( )	( )
43	Já fez ou está fazendo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico?	( )	( )	( )
44	Faz ou já fez uso de medicações calmantes, para dormir, para ansiedade ou depressão?	( )	( )	( )
45	Tem intranquilidade no lar?	( )	( )	( )
46	Esteve internado em hospital/Clínicas?	( )	( )	( )
47	Já recebeu transfusões sanguíneas?	( )	( )	( )
48	No momento está fazendo algum tratamento médico?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
49	Faz ou tem feito uso habitual de algum medicamento?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
50	Faz atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?	( )	( )	( )
Se sim, quais e com que frequência?				
51	Tem ou teve algum distúrbio da voz ou rouquidão? Fez ou faz tratamento?	( )	( )	( )
52	Esteve em consulta médica nos últimos 12 meses?	( )	( )	( )
Quais especialidades?				
53	Faz acompanhamento médico regular?	( )	( )	( )
Se sim, quais e/ou porquê?				
Você é ou foi portador de algumadas doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
54	Colesterol alto?	( )	( )	( )
55	Doença cardíaca/ docoração?	( )	( )	( )
56	Asma?	( )	( )	( )
57	Rinite?	( )	( )	( )
58	Tuberculose?	( )	( )	( )
59	Bronquite?	( )	( )	( )
60	Doenças do fígado(hepatite,cirrose ou outras)?	( )	( )	( )
61	Refluxo gastresofágico ou gastrite?	( )	( )	( )
62	Algum tipo de hérnia?	( )	( )	( )
63	Doença do pâncreas?	( )	( )	( )
64	Diabetes/açúcar alto no sangue?	( )	( )	( )
65	Doença dos Rins (cálculos,infecções,cólica,etc.)?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Você é ou foi portador de alguma das doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
66	Reumatismo?	( )	( )	( )
67	Tendinite e/ou bursite?	( )	( )	( )
68	Lúpus e/ou psoríase?	( )	( )	( )
69	Doença de Parkinson?	( )	( )	( )
70	Esquizofrenia?	( )	( )	( )
71	Problemas hormonais(tireoide,entre outros)?	( )	( )	( )
72	Doenças do sangue e/ou da coagulação?	( )	( )	( )
73	Outras doenças não mencionadas?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

Antecedentes Familiares–Seus familiares diretos têm ou tiveram alguma das doenças abaixo:

Doença		**Sim**	**Não**	**Parentesco**	**Doença**		**Sim**	**Não**	**Parentesco**
74	Diabetes	( )	( )		**81**	Cardiopatia	( )	( )	
75	Hipertensão	( )	( )		**82**	Câncer	( )	( )	
76	Distúrbiomental	( )	( )		**83**	Surdez	( )	( )	
77	Alcoolismo	( )	( )		**84**	Tuberculose	( )	( )	
78	Asma	( )	( )		**85**	Alergia	( )	( )	
79	Parkinson	( )	( )		**86**	Artrose/Artrite	( )	( )	
80	Esquizofrenia	( )	( )		**87**	AVC/ derrame	( )	( )	

Perguntas relacionadas aos antecedentes ocupacionais		**SIM**	**NÃO**	**NÃOSEI**
88	Já trabalhou em local insalubre?	( )	( )	( )
89	Já sofreu algum acidente de trabalho?	( )	( )	( )
90	Já sofreu alguma doença do trabalho ou doença profissional?	( )	( )	( )
91	Já esteve afastado(a) por doença relacionada ao trabalho?	( )	( )	( )
Se sim, quando, por qual doença e por quanto tempo?				
92	Já esteve submetido a riscos ocupacionais (ruído,prod.Químico,biológicos)?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
93	Já recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade?	( )	( )	( )
Por quê?				
94	Usava equipamentos de proteção?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

95	Quais foram os seus últimos dois vínculos empregatícios	Função	Tempo
Ultimo:			
Penúltimo:			
96	A seu ver, tem alguma condição de saúde que o impeça ou faça restrições ao exercício do seu cargo? Qual?		
97	Há alguma outra informação sobre sua saúde atual ou passada que julgue importante?		

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato:

Assinatura: Rolândia, / / .

ANEXO III da Convocação 277/2026 – RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames Obrigatórios

AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA realizada por médico especialista em psiquiatria (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame psiquiátrico**, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OSTEOMUSCULAR realizada por médico especialista em ortopedia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame físico ortopédico** com avaliação de membros superiores, inferiores e coluna vertebral,

diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).
AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA realizada por médico especialista em oftalmologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório contendo, **no mínimo**, exame da acuidade visual com e sem correção para longe e para perto com cada olho separadamente e com ambos os olhos (testes de Snellen e Jaeger ou semelhantes), fundoscopia, tonometria, teste para visão em cores, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).
RAIO-X DE COLUNA POR SEGMENTOS - cervical, torácica e lombossacra - (duas incidências - AP e Perfil) com medida da angulação do grau para escoliose - com laudo emitido por médicoespecialista em radiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).
EXAMES LABORATORIAIS: Tipagem sanguínea ABO e Rh; Hemograma Padrão; VHS; Glicemia em jejum; Colesterol Total; Colesterol HDL; Colesterol LDL; Triglicerídeos; Ureia; Creatinina; Gama Glutamil Transferase (GGT); Transaminase Glutâmico-oxalacética (TGO); Transaminase Glutâmico-pirúvica (TGP); Ácido Úrico; TSH; VDRL; Parcial de Urina;
Anti-HCV; HBsAg; Anti-HBs (exames para os candidatos da área da saúde)
AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA:(exame para os candidatos da área da Educação) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista em otorrinolaringologia (otorrinolaringologista com Registro de Qualificação de Especialista – RQE – junto ao Conselho Federal de Medicina) que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado dos seguintes exames complementares e seus respectivos laudos, considerando: Audiometria tonal e vocal, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame; Impedanciometria ou imitanciometria, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame.
COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO VACINAL conforme Calendário de Vacinaçãodo Adulto e do Idoso instituído pelo Ministério da Saúde (Xerox da carteira de vacinação e atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde - UBS ou clínicas privadas de vacinação que estejam de acordo com a legislação vigente).
Candidatos que responderem "SIM" a qualquer uma das perguntas que compõe o "QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA", parte integrante da "FICHA DE INFORMAÇÕES PARA
EXAME PRÉ- ADMISSIONAL" deverão apresentar adicionalmente o exame de eletroencefalograma com laudo emitido por médico neurologista/neurocirurgião (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).
Candidatos(as) com 40 anos completos ou mais:
Eletrocardiograma
Teste de esforço/Teste ergométrico
Avaliação cardiológica realizada por médico especialista em cardiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório médico contendo diagnóstico, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).PSA total e PSA livre (para homens).

***Poderão ser solicitados novos exames a critério do Perito Oficial.**
**** Os exames apresentados devem ter data de emissão máxima de 180 dias anteriores da data de realização da perícia.**

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D8C83A16

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.418, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Altera a Lei 3.744, de 30 de dezembro de 2015, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Rolândia e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º. O quantitativo de vagas do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista fica ampliado em mais 05 (cinco), referente as vagas constantes do anexo I, A) Carreiras Básicas da Lei 3.744/15 totalizando 14 (quatorze) vagas, conforme segue:

Auxiliar Cirurgião Dentista	14	40	ÚNICA	I	II	III	IV	XVII

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 056/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 069/2026
Autoria: Poder Executivo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:0E413B02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.454 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL N° 1.455 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Excesso de Arrecadação Vinculado a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 1.250.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício de 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação de recurso Vinculado no valor de R$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Estado do Paraná	**Suplementações e Reduções Orçamentárias**		**Mes 9 de 2026**	
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra				
Fund. Legal: 1455 Tipo : 1 - Decreto	**Ementa: 4 Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação - Rec. Vin**			
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO				
Unidade Orçamentária: 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10 Saúde				
10301 Atenção Básica				
103010017 SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030100172.051000 PROGRAMA QUALIFICAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APSUS ESTADUAL				
1398 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00
Fonte : 337c/c: 30760-2 - BLOCO INVESTIMENTO SUS-ESTADUAL				
368551 22/09/2026 Credito Suplementar	1.250.000,00			
Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de recurso vinculado para manutenção das atividades desta Administração com recursos da Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de Micro-Ônibus e Veículo utilitário.				
Total Unidade Orçamentária	**1.250.000,00**	**1.250.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão	**1.250.000,00**	**1.250.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Geral	**1.250.000,00**	**1.250.000,00**	**0,00**	**0,00**
337 c/c: 30760-2 - BLOCO INVESTIMENTO SUS-ESTADUAL	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 22/Set/2026, 09h e 22m.				

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:4EE7E1F9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.456 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.456 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e alterar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 260.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Anulação no valor de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de Anulação das Fontes de Recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 22 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Estado do Paraná	**Suplementações e Reduções Orçamentárias**	**Mes 9 de 2026**		
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra				
Fund. Legal: 1456	**Tipo : 1 - Decreto**	**Ementa: 5 Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação**		
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.01 GOVERNO MUNICIPAL				
04 Administração				
04122 Administração Geral				
041220005 MANUTENÇÃO ASSESSORIA, PROCURADORIA, CON				
0412200052.005000 ASSESSORIA, PROCURADORIA, CONTROLADORIA E DEFENSORIA				
30 3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368732 22/09/2026 Reducao de Credito	10.000,00			
32 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368718 22/09/2026 Reducao de Credito	10.000,00			
33 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368725 22/09/2026 Reducao de Credito	10.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**30.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
20 Agricultura				
20606 Extensão Rural				
206060006 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS				
2060600062.006000 DIVISÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA				
49 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368746 22/09/2026 Reducao de Credito	30.000,00			
54 3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368739 22/09/2026 Reducao de Credito	20.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**50.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.03 DEPART. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
22 Indústria				
22661 Promoção Industrial				
226610007 DESENVOLVIMENTO E INCENTIVO A INDÚSTRIA,				
2266100072.008000 DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
64 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368845 22/09/2026 Reducao de Credito	30.000,00			
65 3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	11.500,00	11.500,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368753 22/09/2026 Reducao de Credito	11.500,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**41.500,00**	**41.500,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.04 DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO				
26 Transporte				
26782 Transporte Rodoviário				
267820008 DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL				
2678200082.009000 DIVISÃO DE ALMOXARIFADO, ESTRADAS E CONTROLE VIÁRIO				
73 3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368760 22/09/2026 Reducao de Credito	30.000,00			
85 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368767 22/09/2026 Reducao de Credito	20.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**50.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.05 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
15 Urbanismo				
15452 Serviços Urbanos				
154520009 DESENVOLVIMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
1545200092.010000 DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO				
115 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	13.500,00	13.500,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368774 22/09/2026 Reducao de Credito	13.500,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**13.500,00**	**13.500,00**
Total Orgão	**0,00**	**0,00**	**185.000,00**	**185.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO				
Unidade Orçamentária: 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10 Saúde				
10301 Atenção Básica				

103010017 SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030100172.051000 PROGRAMA QUALIFICAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APSUS ESTADUAL				
188 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00
Fonte : 303Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)				
368711 22/09/2026 Credito Suplementar	260.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**260.000,00**	**260.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão	**260.000,00**	**260.000,00**	**0,00**	**0,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 05 SECR. MUN. DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA				
Unidade Orçamentária: 05.03 MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08 Assistência Social				
08244 Assistência Comunitária				
082440022 MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL				
0824400221.008000 INFRAESTRUTURA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
244 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368852 22/09/2026 Reducao de Credito	15.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**15.000,00**
Total Orgão	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**15.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 07 SEC.POL.PÚB. MULH, IDOSO E IGUALD.RACIAL				
Unidade Orçamentária: 07.01 MAN.POL.PÚB. MULHER E IGUALDADE RACIAL				
14 Direitos da Cidadania				
14422 Direitos Individuais, Coletivos e Difuso				
144220004 MANUTENÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS MULHERES E				
1442200042.064000 APOIO POLÍTICAS PÚBLICAS MULHERES E IGUALDADE RACIAL				
366 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368802 22/09/2026 Reducao de Credito	20.000,00			
368 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368795 22/09/2026 Reducao de Credito	20.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**40.000,00**
Órgão.....: 07 SEC.POL.PÚB. MULH, IDOSO E IGUALD.RACIAL				
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Unidade Orçamentária: 07.02 FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO				
08 Assistência Social				
08241 Assistência à Pessoa Idosa				
082410030 FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO				
0824100302.056000 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
372 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368781 22/09/2026 Reducao de Credito	10.000,00			
375 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
368788 22/09/2026 Reducao de Credito	10.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
Total Orgão	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**60.000,00**
Total Geral 260.000,00		**260.000,00**	**260.000,00**	**260.000,00**
0 Recursos Ordinários (Livres)	0,00	0,00	260.000,00	260.000,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) 260.000,00		260.000,00	0,00	0,00
Total Geral 260.000,00		**260.000,00**	**260.000,00**	**260.000,00**
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 22/Set/2026, 09h e 49m.				

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:F55C6C4C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Art. 74 e no § 2º do Art. 86, da Lei Federal 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	MICRO ONIBUS 24 LUGARES, ITEM 10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS-CISA, RESOLUÇÃO SESA Nº 796/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026	RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA	Marca: Marcopolo Modelo: Volare V8L Attack 8 Fabricante: Marcopolo 2025/2026 2026/2026	1,00	619.800,00	619.800,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA	619.800,00

Salto do Lontra, 22 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:660E720D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Art. 74 e no § 2º do Art. 86, da Lei Federal 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	MICRO ONIBUS 24 LUGARES, ITEM 10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS-CISA, RESOLUÇÃO SESA Nº 1014/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026	RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA	Marca: Marcopolo Modelo: Volare V8L Attack 8 Fabricante: Marcopolo 2025/2026 2026/2026	1,00	619.800,00	619.800,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA	619.800,00

Salto do Lontra, 22 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:1C64F6BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12/2026
DISPENSA Nº 05/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE INTERNET BANDA LARGA POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 800 MBPS (MEGABITS POR SEGUNDO), DISTRIBUÍDA EM 02 PONTO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA - PR.

DADOS DO PROPONENTE					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CIDADE E CEP:					
TELEFONE:					
E-MAIL:					
BANCO:		AG.:		CONTA:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R$)
1	Contratação compreende a prestação de 01 (um) serviço contínuo de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuído em 02 (dois) pontos de acesso, contemplando a instalação, configuração, ativação e disponibilização de todos os equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, por 12 (doze) meses	SERVIÇO	12		
VALOR CONTRATUAL MÁXIMO: R$					

……..…….....

Assinatura
Representante Legal do Proponente

CPF do Representante:_____

Local:_____

Data:_____

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:B1AAF74C

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 72, inciso I – da Lei 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12/2026
DISPENSA Nº 05/2026
1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE INTERNET BANDA LARGA POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 800 MBPS (MEGABITS POR SEGUNDO), DISTRIBUÍDA EM 02 PONTO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA - PR.
2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.
2.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de conexão de internet (fibra óptica), disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR.
2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no Edital de Dispensa Nº 05/2026 e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
2.3. O prazo da contratação será de 12 meses podendo ser prorrogado comprovando- se a vantajosidade conforme previsto no art. 107 da Lei 14.133/21.
2.4. A realização do serviço tem de estar de acordo com a descrição da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R$)
1	contratação compreende a prestação de 01 (um) serviço contínuo de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuído em 02 (dois) pontos de acesso, contemplando a instalação, configuração, ativação e disponibilização de todos os equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, por 12 (doze) meses	SERVIÇO	12	R$ 139,99	R$ 1.679,88
VALOR CONTRATUAL MÁXIMO: R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).					

2.4.1. A estimativa de valor da contratação será aperfeiçoada por ocasião da fase de pesquisa de preços do objeto da demanda, conforme consta no ETP – Estudo Técnico Preliminar. Por hora, depreende-se que o valor máximo pretendido para a contratação do objeto será de até R$ 139,99 por parcela, correspondendo o valor de R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Sendo os valores fixados no instrumento do Termo de Referência.
2.4.2. A prestação do serviço deve incluir os produtos a serem usados na execução do serviço pretendido.
2.4.3. Será de responsabilidade da contratada a manutenção e reposição de todos os equipamentos, assim como adaptadores, cabos e conectores necessários a prover a chegada do serviço de internet até a rede interna da Câmara Municipal de Santa Amélia-PR.
2.4.4. A contratada deverá possuir autorização da ANATEL para prestação do serviço, podendo utilizar infraestrutura própria ou de terceiros regularmente autorizados, permanecendo integralmente responsável pela execução contratual.
2.4.5. O acesso deverá ser fornecido obrigatoriamente através de fibra óptica, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro meio de transporte de dados;
2.4.6. Problemas com o link deverão ser resolvidos em no máximo 8 horas.
2.4.7. Suporte técnico gratuito disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana.
2.4.8. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO, por se tratar de item único. O valor se enquadra no inciso II do artigo 75 da lei 14.133/2021.
2.4.9. Prestação de atendimento, pela própria contratada através de técnicos capacitados, no endereço do link, em no máximo 4 horas depois de ser acionado o suporte técnico.
2.4.10. O prazo máximo para reativação do link não poderá ultrapassar 8 (oito) horas, contando a partir do início do atendimento.
3. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA.
3.1. Considerando o baixo valor estimado da contratação, a natureza do serviço e a inexistência de complexidade técnica, resta caracterizada a viabilidade da contratação direta, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratações, cujo valor seja inferior ao limite legal estabelecido.
3.1. Justificativa para a dispensa no formato presencial:
3.1.2. A utilização da forma presencial encontra respaldo ao previsto no artigo 176 da Lei 14.133/2021 que dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso do Município de Santa Amélia-PR, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.
4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.
4.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência se faz necessária tendo em vista a necessidade de a Câmara de Vereadores necessitar de boa conexão de internet, o que é obtido através da fibra óptica, devido à grande necessidade de dar suporte aos trabalhos administrativos diários, os quais necessitam de acesso à internet tais como, transmissão de todas as sessões que acontecem na Câmara (ordinárias, extraordinárias e solenes), envio e

recebimento de e-mails, prestação de informações obrigatórias e eventuais para órgãos de fiscalização e tribunal de contas, acompanhamento de processos judiciais e procedimentos administrativos eletrônicos, publicações de informações a respeito de transparência, prestação de informações obrigatórias dos processos licitatórios, acompanhamento de inclusão de dados em sistemas de gerenciamento automatizados, alimentação de informações nos sistemas da Câmara, dentre outros.

4.2. O serviço de internet que a Câmara utiliza hoje fornecido pela prefeitura não é o suficiente para atender os serviços administrativos e garantir as transmissões das sessões Câmara (ordinárias, extraordinárias e solenes) e da audiência pública, uma vez que temos quedas constante da conexão, o que faz com que os serviços sejam interrompidos e não garantido também a transparência ao cidadão dos atos da Câmara Municipal.

4.3. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a modernização dos meios de comunicação institucional e o atendimento às exigências legais de transparência e acesso à informação.

5. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS.

5.1. O prazo de conclusão (instalação de equipamentos) e realização do serviço será de até 15 (quinze) dias corridos contados do envio da ordem de compra/empenho ou documento equivalente (contrato).

5.2. Local de realização da instalação dos equipamentos e da realização do serviço: Câmara Municipal de Santa Amélia, na Rua Romão dos Santos Junior, 70, Centro, Santa Amélia, Estado do Paraná, CEP 86.370-252.

5.3. A empresa deverá possuir autorização da ANATEL para prestação do serviço, podendo utilizar infraestrutura própria ou de terceiros regularmente autorizados, permanecendo integralmente responsável pela execução contratual.

5.4. Problemas com o link deverão ser resolvidos em no máximo 8 horas.

5.5. Suporte técnico gratuito disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

6.1. A contratada terá o prazo de conclusão (instalação de equipamentos) e realização do serviço será de até 15 (quinze) dias corridos contados do envio da ordem de compra/empenho ou documento equivalente (contrato).

6.2. Os horários para prestação dos serviços sempre serão em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos seguintes horários: manhã (08h00min às 12h00min) e tarde (13h00min às 17h00min), supervisionados pelo fiscal de contrato e/ou pelo gestor do contrato arrolado neste instrumento.

6.3. Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso.

6.4. Após a implantação do link, solicitações de instalação, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão através de solicitações formais por parte do Contratante, sendo que estas solicitações deverão ser executadas pela Contratada em, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.5. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço

6.6. O encarregado responsável pelos serviços terá a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos e a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor de contratos da contratante e tomar as providências pertinentes, bem como zelar pelo cumprimento das obrigações trabalhistas nos termos da legislação vigente.

6.7. A contratada será responsável por quaisquer danos ou avarias causadas por seus empregados aos bens da contratante ou de terceiros, por todo e qualquer dano ocorrido enquanto em posse da contratada, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, obrigando-se a repará-los no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento por ela da comunicação, feita por escrito.

6.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.9. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.10. Uma vez notificada, a contratada realizará novamente os serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo deverão ser resolvidos em no máximo 8 horas, contados a partir da data do recebimento da notificação expedida pela Câmara Municipal.

6.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição dos serviços, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos.

6.12. O custo referente aos serviços cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

6.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.14. Nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

6.15. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com a prescrição contida no art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. PROPOSTAS COMERCIAIS.

7.1. As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR PREÇO Nº 04/2026.

7.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-000, o prazo para entrega da proposta é a partir a partir do dia 23/09/2026 até 28/09/2026 às 09:00h.

7.1.2. De forma eletrônica através do e-mail:camara.santaamelia@hotmail.com, o prazo para envio da proposta é a partir do dia 23/09/2026 até 28/09/2026 às 09:00h.

7.1.3.A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

7.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:

•Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;

• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;

•Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;

•Nome e assinatura do representante legal da empresa;

•Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.

7.1.5. Os serviços devem conter as especificações correspondentes ao Termo de Referência (Anexo I).

7.1.6. A proposta de preço que não estiver em consonância com as exigências do Termo de Referência será desconsiderada julgando-se pela desclassificação.

7.2. A sessão de julgamento será às 09:30h, após esgotado o período de recebimento de propostas.

8. HABILITAÇÃO.

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2021, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.

8.1. Habilitação Jurídica.
8.1.1. Prova de registro comercial, no órgão competente, no caso de empresário individual.
8.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
8.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;
8.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista.
8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
8.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
8.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
8.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
8.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.
8.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.
8.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
8.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).
8.2.9. Consulta ao cadastro de empresas impedidas de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR, disponível no endereço: https://crcap.tce.pr.gov.br/Consultar Impedidos.aspx/
8.2.10. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
8.3. Habilitação técnica.
8.3.1.Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os itens de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.
8.3.2. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67,§5º da Lei Federal 14.133/21.
9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.
9.1. Conforme o ETP – Estudo Técnico Preliminar, o valor estimado para o objeto referente a Dispensa nº 05/2026 é de no máximo R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art.75, inciso II da Lei 14.133/2021.
9.2. Item, especificação, quantidade, unidade de medida, preço unitário e total (ver tabela abaixo).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R$)
1	Contratação compreende a prestação de 01 (um) serviço contínuo de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuído em 02 (dois) pontos de acesso, contemplando a instalação, configuração, ativação e disponibilização de todos os equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, por 12 (doze) meses	SERVIÇO	12		
VALOR CONTRATUAL MÁXIMO: R$					

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 05/2026 possui a seguinte dotação:
Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação– Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.40.00.00 – Telefonia Fixa e móvel – Pacote de Comunicação de Dados.
11. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO.
11.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.
11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
11.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:

"CONSTITUIÇÃO DAREPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-CRFB/1988:Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

"LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
I- o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unida- de gestora;
II- o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 3° As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa."

Os valores da dispensa estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1 ° de abril de 2021, foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Considerando que o valor do somatório da despesa estimada do objeto deste termo de referência com objetos de mesma natureza já contratados será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**

Justificada, portanto, a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação,** com funda- mentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

12. DO CONTRATO.

12.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
12.2. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-252. No caso de endereço eletrônico oficial para o envio, recebimento e assinatura do contrato o e-mail institucional da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR: camara.santaamelia@hotmail.com, sendo consideradas válidas todas as comunicações realizadas por meio deste endereço eletrônico.
12.3. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a demanda. Exigências de habilitação.
12.4. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante aditivo contratual pelo prazo de até 10 anos, na forma prevista no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, sucessivamente, respeitando a vigência máxima prevista em Lei, desde que atestado pela administração que as condições e preços permaneçam vantajosos, permitindo a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma estabelecida no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e seus respectivos incisos.
12.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.
12.6. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA com data-base a data de assinatura do instrumento contratual inicial, respeitada a anualidade prevista em lei.
12.6.1. O contrato será reajustado por período de 12 meses.
12.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

13.1. Os serviços serão prestados na forma prevista em Edital, no Anexo I e no contrato a ser celebrado tendo início imediato a partir da assinatura do contrato.

14. FORMA DE PAGAMENTO.

14.1. Pela execução do objeto da presente Dispensa, a Câmara Municipal efetuará os pagamentos à contratada, mediante apresentação das notas fiscais.
14.2. O(s) pagamento(s) será realizado(s) quando o(s) serviço estiver terminado.
14.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da conclusão da prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, e da comprovação da regularidade fiscal da contratada, em conformidade com o disposto no item 14.1.
14.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.
14.5. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, na agência e conta corrente do banco do Brasil, ou por boleto bancário ou PIX.
14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
14.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15. DA FISCALIZAÇÃO.

15.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
15.2. A CONTRATANTE, através da FISCAL ADMINISTRATIVA DO CONTRATO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços se encontra em conformidade ao contrato e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
15.3. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
15.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas em contrato.
15.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.
15.6. Em caso de não correção de falhas ou defeitos, deverá encaminhar à Autoridade Superior para as sanções administrativas cabíveis e providências necessárias.

15.7. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

16.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas nos tópicos deste Edital e do Termo de Referência.

16.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

16.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

16.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

16.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.

16.6. A contratada será responsável por quaisquer danos ou avarias causadas por seus empregados aos bens da contratante ou de terceiros, por todo e qualquer dano ocorrido enquanto em posse da contratada, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, obrigando-se a repará-los no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do recebimento por ela da comunicação, feita por escrito.

16.7. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

16.8. O prestador de prestação dos serviços a fim de que seja cumprido com as obrigações previstas, caso necessite de trabalhadores extras, o custo ficará a cargo do PRESTADOR(A).

16.9. O prestador ficará responsável por qualquer erro na proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.

16.10. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e no Edital, bem como em seus anexos.

16.11. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

16.12. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

16.13. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigidos no Termo de Referência e edital.

16.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência e edital com seus anexos.

16.15. O(s) serviços (s) objeto desta contratação deverá(ão) ser vistoriado(s) no ato da entrega pelo(s) fiscal(is) nomeado(s).

16.16. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.

16.17. Não havendo a realização(s) do serviço(s) pela empresa ou não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

17.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

17.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

17.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.

17.5. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato.

17.6. Receber e atestar a nota fiscal.

17.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.

17.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.

A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados

relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

19. CONSIDERAÇÕES GERAIS.

19.1. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.

19.2. Os casos eventualmente omissos nestas especificações, serão resolvidos pela fiscalização a cargo da contratante.

19.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, na data de realização, pelo fiscal do contrato,
quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

19.4. A Contratada fica obrigada a reparar ou corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.5. fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.7. Os prazos de recebimento e pagamento ficarão suspensos enquanto perdurarem pendências de responsabilidade do contratado, decorrentes de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no respectivo instrumento de cobrança.

19.8. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

19.9. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.

19.10. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

19.11. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência.

Santa Amélia, 18 de setembro de 2026.

EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:50C77A9D

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO: Nº 12/2026
DISPENSA: Nº 05/2026
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR comunica à todos os interessados que realizará contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 75, inciso II e §3°, da Lei n° 14.133/2021, conforme descrição por item abaixo e definido no Documento de Formalização de Demanda n° 12/2026, e estará recebendo propostas adicionais nos seguintes termos.

Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Santa Amélia.

ENVIOS DOS ORÇAMENTOS:

O objeto e os prazos para envio das propostas adicionais são:

DATA INÍCIO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	Dia 23 de Setembro de 2026. 08:00hs
DATA FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 28 de Setembro de 2026. 09:00hs
DATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS	Dia 28 de Setembro de 2026. 09:30hs
ENDEREÇO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS	Sede desta Câmara Municipal, situada na rua Romão dos Santos Júnior, nº 70 – Centro da Cidade de Santa Amélia/PR.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	camara.santaamelia@hotmail.com

Atenção: Ao encaminhar a proposta pelo endereço eletrônico (e-mail) solicitamos indicar no assunto como: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2026.

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE INTERNET BANDA LARGA POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 800 MBPS (MEGABITS POR SEGUNDO), DISTRIBUÍDA EM 02 PONTO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA - PR.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.

2.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 Mbps (megabits por segundo), distribuída em 02 (dois) pontos, incluindo a instalação, configuração e disponibilização dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital da Dispensa de Licitação Nº 05/2026 e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Edital da Dispensa de Licitação Nº 05/2026 e seus anexos, quanto às especificações do objeto.

2.3. O prazo da contratação será de 12 meses podendo ser prorrogado mediante aditivo contratual pelo prazo de até 10 anos, conforme previsto no art.106 e 107 da Lei 14.133/21.

2.4. A realização do serviço tem de estar de acordo com a descrição da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R$)
1	contratação compreende a prestação de 01 (um) serviço contínuo de acesso à internet banda larga por fibra óptica, com velocidade de 800 mbps (megabits por segundo), distribuído em 02 (dois) pontos de acesso, contemplando a instalação, configuração, ativação e disponibilização de todos os equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, por 12 (doze) meses	SERVIÇO	12	R$ 139,99	R$ 1.679,88
VALOR CONTRATUAL MÁXIMO: R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).					

2.4.1. A estimativa de valor da contratação será aperfeiçoada por ocasião da fase de pesquisa de preços do objeto da demanda, conforme consta no ETP – Estudo Técnico Preliminar. Por hora, depreende-se que o valor máximo pretendido para a contratação do objeto será de até R$ 139,99 por parcela, correspondendo o valor de R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Sendo os valores fixados no instrumento do Termo de Referência.
2.4.2. A prestação do serviço deve incluir os produtos a serem usados na execução do serviço pretendido.
2.4.3. Será de responsabilidade da contratada a manutenção e reposição de todos os equipamentos, assim como adaptadores, cabos e conectores necessários a prover a chegada do serviço de internet até a rede interna da Câmara Municipal de Santa Amélia-PR.
2.4.4. A contratada deverá possuir autorização da ANATEL para prestação do serviço, podendo utilizar infraestrutura própria ou de terceiros regularmente autorizados, permanecendo integralmente responsável pela execução contratual.
2.4.5. O acesso deverá ser fornecido obrigatoriamente através de fibra óptica, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro meio de transporte de dados;
2.4.6. Problemas com o link deverão ser resolvidos em no máximo 8 horas.
2.4.7. Suporte técnico gratuito disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana.
2.4.8. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO, por se tratar de item único. O valor se enquadra no inciso II do artigo 75 da lei 14.133/2021.
2.4.9. Prestação de atendimento, pela própria contratada através de técnicos capacitados, no endereço do link, em no máximo 4 horas depois de ser acionado o suporte técnico.
2.4.10. O prazo máximo para reativação do link não poderá ultrapassar 8 (oito) horas, contando a partir do início do atendimento.
2.4.11. O fornecimento de internet deve ser sem limite de franquia.

3. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA.

3.1. Considerando o baixo valor estimado da contratação, a natureza do serviço e a inexistência de complexidade técnica, resta caracterizada a viabilidade da contratação direta, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratações, cujo valor seja inferior ao limite legal estabelecido.
3.1. Justificativa para a dispensa no formato presencial:
3.1.2. A utilização da forma presencial encontra respaldo ao previsto no artigo 176 da Lei 14.133/2021 que dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso do Município de Santa Amélia-PR, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

4.1. A participação na presente dispensa de licitação se dará mediante o envio da proposta, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital através do e-mail: camara.santaamelia@hotmail.com ou apresentada na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia-PR, a partir da 08:00 horas do dia 23/09/2026 até às 09:00 horas do dia 28/09/2026.
4.1.1. Os fornecedores deverão encaminhar suas propostas comerciais para o setor de compras da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR na forma presencial ou pelo e-mail: camara.santaamelia@hotmail.com, cujos endereços encontram-se no preambulo deste edital, durante o período definido neste edital como “Período de Recebimento das Propostas”, observando, na formulação do preço, o máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
4.1.2. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
4.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
4.2.1. Que não atendam às condições deste Edital de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
4.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
4.2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3. Serão desclassificadas, propostas encaminhadas após o período estipulado neste edital, bem como, as que não atenderem as demais condições estabelecidas nas exigências fixadas neste Edital.

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. A presente dispensa presencial ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser mediante protocolo no setor de licitação ou por pelo e-mail: camara.santaamelia@hotmail.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA Nº 05/2026.

5.2. Início para Apresentação da Proposta de Preços: 23/09/2026 às 08:00 horas.

5.3. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 28/09/2026 às 09:00 horas.

5.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital,
devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

6.1. Encerrada a fase de recebimento de propostas, será realizada sessão de julgamento para verificar a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. A sessão de julgamento será às 09:30h, após esgotado o período de recebimento de propostas.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

6.4.1. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

6.5. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados após solicitado pelo Setor de compras que comunicará a empresa vencedora, ou seja, a melhor proposta para apresentar, via e-mail ou protocolado no setor de licitação, em até 05 (cinco) dias após considerada vencedora.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2026.

Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00.00 – Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação– Pessoa Jurídica.

Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.40.00.00 – Telefonia Fixa e móvel – Pacote de Comunicação de Dados.

8. HABILITAÇÃO.

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2021, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.

8.1. Habilitação Jurídica.

8.1.1. Prova de registro comercial, no órgão competente, no caso de empresário individual.

8.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

8.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;

8.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista.

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.

8.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

8.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

8.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.

8.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

8.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).

8.2.9. Consulta ao cadastro de empresas impedidas de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR, disponível no endereço: https://crcap.tce.pr.gov.br/Consultar Impedidos.aspx/

8.2.10. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

8.3. Habilitação técnica.

8.3.1.Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os itens de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

8.3.2. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67,§5º da Lei Federal 14.133/21.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

9.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

9.1.1. Após a autorização da Autoridade Competente, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.1.2. O adjudicatário será convocado para assinatura do Contrato Administrativo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Aviso de Contratação Direta e na legislação pertinente.

9.1.3. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

9.1.4. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-252. No caso de endereço eletrônico oficial para o envio, recebimento e assinatura do contrato o e-mail institucional da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR: camara.santaamelia@hotmail.com, sendo consideradas válidas todas as comunicações realizadas por meio deste endereço eletrônico.

9.1.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.1.6. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4° e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

10. PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO.

10.1. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos mediante celebração de termo de aditivo ao contrato, até atingir o limite de 10 anos, conforme é previsto no art. 10 da Lei Federal nº 14.133/21 e/ou atingir o limite financeiro da licitação por modalidade por dispensa.

10.2. Item, especificação, quantidade, unidade de medida, preço unitário e total ver item 2.4, 2.4.1 e no (ANEXO I).

11. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO.

11.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.

11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:

"CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-CRFB/1988:Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

12. DA FISCALIZAÇÃO.

12.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro- – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização administrativa do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.

12.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução do objeto e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

12.2.1. A fiscalização da CONTRATANTE não implica corresponsabilidade por eventuais falhas, omissões ou irregularidades advindas dos serviços prestados pela CONTRATADA, a qual permanece integralmente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

12.2.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou do emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Nessas hipóteses, a atuação fiscalizatória da CONTRATANTE não implica em corresponsabilidade, direta ou indireta, de seus agentes e prepostos, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo fiel cumprimento de suas obrigações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução de todos seus termos e condições presente no contrato..

12.4. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

12.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação ou à prorrogação contratual.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.

A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.]

14.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
14.2.1. Da "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.
14.2.2. Da "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.
14.2.3. Da "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.
14.2.4. Da "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
14.2.5. Da "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devi- damente justificado.
15.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
15.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário oficial de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
15.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.
15.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
15.6. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
15.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
15.8. São partes integrantes deste Edital todos os anexos a seguir:
15.8.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
15.8.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
15.8.3 – ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERA;
15.8.4 – ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, 17 de Setembro de 2026.

EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:38CB5B26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 633/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Cargo	Destino	veículo	objetivo	Valor	Data
A	Wellington Selestino da Silva	Motorista	Jacarezinho/ PR	RHP-0B84	Transportar paciente	R$ 45,00	23/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 22 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B0EC26C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 634/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Maria Eduarda Ferreira Barros	Psicologa	Cornélio Procópio/ Pr	23/09/2026	BCI-9842	Participar de capacitação	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 22 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:05A2B5AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2826/2026 DE 02/09/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício:
2026 21/09/2026
Decreto nº 2826/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 883/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 958.000,00 (novecentos e cinqüenta e oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0006.2.007.		Manutenção das Atividades Administrativas	
60 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE PESSOAL	
03.003.04.122.0006.2.009.		Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	
85 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.04.122.0012.2.016.		Administração Geral da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	
181 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
05.001.06.183.0021.1.093.		Implantação de Sistema de Monitoramento Urbano	
197 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.001.26.782.0022.2.024.		Manutenção de Estradas Vicinais	
357 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
05.001.26.782.0022.2.025.		Manutenção do Parque de Máquinas	
362 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
463 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
464 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
474 - 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
06.001.12.361.0024.2.030.		Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
508 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
509 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
517 - 3.3.90.39.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
518 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
571 - 3.3.90.36.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00
572 - 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0030.2.038.		Manutenção da Secretaria de Saúde	
757 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
07.001.10.301.0030.2.043.		Participação no CIS - Consórcio Intermunicipal de Saúde	
859 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	202.853,62
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
891 - 3.3.90.30.00.00	31501	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
895 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
899 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
909 - 4.4.90.52.00.00	31500	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00

07.001.10.301.0033.2.048.		Programa de Atenção à Distância ao Doente	
921 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
07.001.10.301.0049.2.133.		Programa de Apoio ao Tratamento Fora do Município	
952 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	8.500,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
994 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0040.2.120.		Gestão Administrativa do FMAS	
1095 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
08.001.08.244.0040.2.123.		Bloco da Proteção Social Básica	
1148 - 3.3.90.30.00.00	31860	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1149 - 3.3.90.30.00.00	31995	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1155 - 3.3.90.36.00.00	31860	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.946,38
1156 - 3.3.90.36.00.00	31995	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
08.001.08.244.0040.2.125.		Gestão de Benefícios Eventuais	
1207 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, FOMENTO AGROPECUÁRIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
09.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC IND, COM, FOM AGR, M. AMB E TUR	
09.001.20.608.0045.1.044.		Renovação e Ampliação da Patrulha Mecanizada	
1572 - 4.4.90.52.00.00	01501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.200,00
09.001.20.608.0045.2.069.		Manutenção de Convênio com o COMAFEM	
1330 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, PROJETOS, ENGENHARIA E HABITAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC PLAN, PROJ, ENG E HAB	
11.001.04.122.0006.2.010.		Manutenção das Atividades de Planejamento, Projetos e Engenharia	
1415 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1418 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
Total Suplementação:			**958.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.003.00.000.0000.0.000.		CONTROLE INTERNO	
02.003.04.124.0003.2.004.		Unidade de Controle Interno	
19 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
02.004.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	
02.004.04.131.0004.2.130.		Manutenção das Atividades de Comunicação Social	
33 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
37 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0006.2.007.		Manutenção das Atividades Administrativas	
49 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
03.002.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA	
03.002.04.122.0006.2.008.		Manutenção das Atividades de Assessoria e Procuradoria Jurídica	
71 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.100,00
72 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.600,00
75 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE PESSOAL	
03.003.04.122.0006.2.009.		Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	
78 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.200,00
91 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
03.004.00.000.0000.0.000.		SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL	
03.004.06.182.0021.2.132.		Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Defesa Civil	
98 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
101 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
103 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	
04.002.04.123.0007.2.012.		Manutenção dos Serviços de Contabilidade e Orçamento	
125 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
126 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
127 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
128 - 3.3.90.35.00.00	01000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	6.000,00
130 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.400,00
04.004.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA TESOURARIA	
04.004.04.123.0007.2.014.		Manutenção das Atividades da Tesouraria	
158 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
164 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.100,00
165 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
166 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.100,00
167 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.200,00
04.005.00.000.0000.0.000.		MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	
04.005.04.123.0008.1.003.		Modernização e Automação de Atividades Financeiras	
169 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.04.122.0012.2.016.		Administração Geral da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	
170 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
173 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.200,00
175 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.200,00
182 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.001.04.122.0015.2.019.		Administração Geral dos Distritos	
185 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.800,00
05.001.06.183.0021.1.093.		Implantação de Sistema de Monitoramento Urbano	

200 - 4.4.90.52.00.00	01501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.400,00
05.001.15.452.0020.1.053.		Apoio a Projetos de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos	
305 - 4.4.90.51.00.00	01501	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.800,00
309 - 4.4.90.52.00.00	01501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
05.001.26.782.0022.2.024.		Manutenção de Estradas Vicinais	
352 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0023.1.026.		Renovação e Ampliação da Frota da Secretaria de Educação	
373 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.300,00
374 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.550,00
06.001.12.361.0023.2.026.		Administração Geral da Secretaria de Educação	
378 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
381 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.200,00
395 - 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
396 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
403 - 3.3.90.93.00.00	01103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
404 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.001.12.361.0024.1.027.		Melhoria no Sistema do Transporte Escolar	
409 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
410 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
06.001.12.361.0024.1.076.		Expansão da Rede Municipal de Ensino e Anexos - MDE	
413 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.200,00
414 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.400,00
417 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
418 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
449 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
469 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	62.817,00
472 - 3.3.90.35.00.00	01103	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.600,00
473 - 3.3.90.35.00.00	01104	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10.149,41
475 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06.001.12.361.0024.2.030.		Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
491 - 3.1.90.04.00.00	01104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	9.600,00
494 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.900,59
499 - 3.1.90.16.00.00	01103	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.200,00
502 - 3.1.90.94.00.00	01103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00
505 - 3.3.90.08.00.00	01103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
06.001.12.365.0025.1.077.		Expansão da Rede Municipal de Ensino e Anexos - Educação Intantil	
539 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.000,00
06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
561 - 3.3.90.08.00.00	01103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.300,00
568 - 3.3.90.35.00.00	01103	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.600,00
573 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.600,00
06.001.12.365.0025.2.033.		Manutenção da Pré-Escola	
607 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.683,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.1.031.		Reequipamento das Unidades de Saúde	
762 - 3.3.90.30.00.00	31500	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
765 - 4.4.90.52.00.00	31500	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.001.10.301.0030.1.032.		Reforma, Ampliação e Adequação das Unidades de Saúde	
767 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	24.300,00
768 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.200,00
770 - 4.4.90.51.00.00	01303	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.400,00
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
893 - 3.3.90.33.00.00	01303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.400,00
07.001.10.301.0034.2.049.		Programa de Assistência Odontológica	
929 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
946 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
970 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.200,00
07.001.10.305.0035.2.051.		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
1074 - 3.3.90.39.00.00	31501	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0040.2.123.		Bloco da Proteção Social Básica	
1136 - 3.1.90.13.00.00	31860	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.420,54
1152 - 3.3.90.32.00.00	31995	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00
1158 - 3.3.90.39.00.00	31860	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.574,49
1160 - 3.3.90.40.00.00	31860	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	951,35
1166 - 4.4.90.52.00.00	31995	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
08.001.08.244.0040.2.124.		Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
1198 - 3.3.90.39.00.00	31995	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
1205 - 4.4.90.52.00.00	31995	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, FOMENTO AGROPECUÁRIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
09.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC IND, COM, FOM AGR, M. AMB E TUR	
09.001.20.608.0045.1.044.		Renovação e Ampliação da Patrulha Mecanizada	
1308 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	102.953,62
Total Redução:			**958.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6A5F0D62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 938/2026

LEI Nº 938/2026

SÚMULA Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS A MIM CONFERIDAS, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 159.960,75 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos) destinado a ***Adequação de Dotações Orçamentárias***, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, sub-função, programa, projeto:

06.000	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
06.001	Fundo Municipal de Educação	
12.000.0000.0.000	Educação	
12.365.0000.0.000	Educação Infantil	
12.365.0025.0.000	Educação Infantil	
12.365.0025.2.032	Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 1.551.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1041.09.01.06.00 - Código TCE/PR: 1904 - Código Local: 1904 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Exercício Corrent		1.300,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 2.551.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1041.09.01.06.00 - Código TCE/PR: 1904 - Código Local: 3904 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Ex. Anteriores		5.668,54
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 2.599.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.01.06.18 - Código TCE/PR: 114 - Código Local: 33114 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE C/C 7076-9 - Ex Anteriores		4.217,49
08.000	Secretaria de Assistência Social	
08.002	Administração Geral da Secretaria de Assistência Social	
08.000.0000.0.000	Assistência Social	
08.241.0000.0.000	Assistência ao Idoso	
08.241.0039.0.000	Atendimento ao Idoso	
08.241.0039.2.059	Atividades de Atendimento ao Idoso	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 2.749.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.99.05.18 - Código TCE/PR: 31909 - Código Local: 33909 - DELIBERAÇÃO Nº 034/2024 - CEDIPI/PR - Projeto Viaja Mais 60 - Fase II - Ex. Anteriores		905,78
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 2.749.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.99.05.18 - Código TCE/PR: 31993 - Código Local: 33993 - DELIBERAÇÃO Nº 024/2023–CEDI/PR - Projeto Paraná Viaja Mais 60 - Ex. Anteriores		1.868,94
08.243.0000.0.000	Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.243.0037.0.000	Atendimento à Criança e ao Adolescente	
08.243.0037.5.003	Execução do Projeto FIA – Fundo da infância e Adolescência	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 1.661.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.04.05.18 - Código TCE/PR: 31913 - Código Local: 31913 - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR (GAR.CRIANCA E ADOLESCENTE) - Ex. Corrente		10.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 2.661.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.04.05.18 - Código TCE/PR: 31913 - Código Local: 33913 - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR (GAR.CRIANCA E ADOLESCENTE) - Ex. Anteriores		50.000,00
09.000	Secretaria de Indústria, Comércio, Fomento Agropecuário, Meio Ambiente e Turismo	
09.002	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
18.000.0000.0.000	Gestão Ambiental	
18.541.0000.0.000	Preservação e Conservação Ambiental	
18.541.0046.0.000	Proteção Ambiental	
18.541.0046.2.071	Manutenção do Fundo Municipal do meio Ambiente	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Fonte STN: 2.799.0000.000 - Fonte TCE/PR: 555.99.99.00.00 - Código TCE/PR: 1555 - Código Local: 3555 - SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município - Ex. Anteriores		30.000,00
18.541.0046.2.119	Manutenção de Parques, Reservas e Reflorestamentos	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	
Fonte STN: 2.799.0000.000 - Fonte TCE/PR: 555.99.99.00.00 - Código TCE/PR: 1555 - Código Local: 3555 - SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município - Ex. Anteriores		50.000,00
09.003	Divisão de Turismo	
23.000.0000.0.000	Comércio e Serviços	
23.695.0000.0.000	Turismo	
23.695.0029.0.000	Desenvolvimento do Turismo	
23.695.0029.2.037	Promoção e Participação em Festas e Eventos Comemorativos	

3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
Fonte STN: 1.500.0000.000 - Fonte TCE/PR: 000.01.07.00.00 - Código TCE/PR: 000 - Código Local: 1001 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		**159.960,75**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei far-se-á mediante a utilização do Superávit Financeiro do Exercício Anterior (Quadro - **a**) e mediante ao Cancelamento de Dotação do Orçamento Vigente (Quadro - **b**).

a) SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
Fonte STN: 2.599.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.01.06.18 - Código TCE/PR: 114 - Código Local: 33114 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE C/C 7076-9 - Ex Anteriores	4.217,49
Fonte STN: 2.551.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1041.09.01.06.00 - Código TCE/PR: 1904 - Código Local: 3904 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Ex. Anteriores	5.668,54
Fonte STN: 2.799.0000.000 - Fonte TCE/PR: 555.99.99.00.00 - Código TCE/PR: 1555 - Código Local: 3555 - SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município - Ex. Anteriores	80.000,00
Fonte STN: 2.749.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.99.05.18 - Código TCE/PR: 31909 - Código Local: 33909 - DELIBERAÇÃO Nº 034/2024 - CEDIPI/PR - Projeto Viaja Mais 60 - Fase II - Ex. Anteriores	905,78
Fonte STN: 2.749.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.99.05.18 - Código TCE/PR: 31993 - Código Local: 33993 - DELIBERAÇÃO Nº 024/2023–CEDI/PR - Projeto Paraná Viaja Mais 60 - Ex. Anteriores	1.868,94
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**92.660,75**

b) CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE		
06.000	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
06.001	Fundo Municipal de Educação	
12.000.0000.0.000	Educação	
12.361.0000.0.000	Ensino Fundamental	
12.361.0024.0.000	Ensino Fundamental	
12.361.0024.2.029	Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte STN: 1.551.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1041.09.01.06.00 - Código TCE/PR: 1904 - Código Local: 1904 - FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Exercício Corrent		1.300,00
08.000	Secretaria de Assistência Social	
08.002	Administração Geral da Secretaria de Assistência Social	
08.000.0000.0.000	Assistência Social	
08.243.0000.0.000	Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.243.0037.0.000	Atendimento à Criança e ao Adolescente	
08.243.0037.5.003	Execução do Projeto FIA – Fundo da infância e Adolescência	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	
Fonte STN: 1.661.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.04.05.18 - Código TCE/PR: 31913 - Código Local: 31913 - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR (GAR.CRIANCA E ADOLESCENTE) - Ex. Corrente		10.000,00
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
Fonte STN: 2.661.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.04.05.18 - Código TCE/PR: 31913 - Código Local: 33913 - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR (GAR.CRIANCA E ADOLESCENTE) - Ex. Anteriores		10.000,00
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte STN: 2.661.0000.000 - Fonte TCE/PR: 1011.09.04.05.18 - Código TCE/PR: 31913 - Código Local: 33913 - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR (GAR.CRIANCA E ADOLESCENTE) - Ex. Anteriores		40.000,00
09.000	Secretaria de Indústria, Comércio, Fomento Agropecuário, Meio Ambiente e Turismo	
09.003	Divisão de Turismo	
23.000.0000.0.000	Comércio e Serviços	
23.695.0000.0.000	Turismo	
23.695.0029.0.000	Desenvolvimento do Turismo	
23.695.0029.2.037	Promoção e Participação em Festas e Eventos Comemorativos	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Fonte STN: 1.500.0000.000 - Fonte TCE/PR: 000.01.07.00.00 - Código TCE/PR: 000 - Código Local: 1001 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente		6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		**67.300,00**

TOTAL GERAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**159.960,75**

Artigo 3º - Fica o projeto criado por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026, e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:1FF9EAE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026

Eu **Willian Cezar Viega**, Prefeito do município de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026, com fundamento no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, COM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, em atendimento à **Secretaria Municipal de Saúde** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes pessoas físicas:

CONTRATADA: CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LOANDA SPE LTDA-DEMAIS, inscrita no CNPJ de n.º 52.833.426/0001-20, com sede na Av. Presidente Vargas, 114, sala 01, centro, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 420.310,00 (quatrocentos e vinte mil trezentos e dez reais).

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD	V. UNT	V. TOTAL
1	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA CERVICAL	UND	50	R$ 400,00	R$ 20.000,00
2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TORÁCICA	UND	40	R$ 400,00	R$ 16.000,00
3	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TÓRAX	UND	25	R$ 400,00	R$ 10.000,00
4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ABDOMEM SUPERIOR	UND	25	R$ 400,00	R$ 10.000,00
5	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	UND	85	R$ 400,00	R$ 34.000,00
6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA OMBRO	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COTOVELO/PUNHO	UND	6	R$ 400,00	R$ 2.400,00
8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA PÉ	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
9	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TORNOZELO	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
10	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ARTICULAÇÃO	UND	90	R$ 400,00	R$ 36.000,00
11	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SEGMENTOS APENDICULARES	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
12	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA, LOMBO-SACRA	UND	100	R$ 400,00	R$ 40.000,00
13	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CRÂNIO	UND	75	R$ 400,00	R$ 30.000,00
14	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COXA	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
15	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE HIPÓFISE	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
16	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE PLEXO BRAQUIAL	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
17	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA PRÓSTATA	UND	30	R$ 400,00	R$ 12.000,00
18	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORESSONÂNCIA	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
19	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO CORAÇÃO	UND	35	R$ 1.442,00	R$ 50.470,00
20	ANGIORESSONÂNCIA ARTERIAL DE MEMBROS INFERIORES OU SUPERIORES-CADA MEMBRO	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
21	ANGIORESSONÂNCIA VENOSA DE MEMBROS INFERIORES OU SUPERIORES-CADA MEMBRO	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
22	ANGIORESSONÂNCIA DE CRÂNIO	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
23	ANGIORESSONÂNCIA DE PESCOÇO	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
24	ANGIORESSONÂNCIA DE ABDOMEM SUPERIOR	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
25	ANGIORESSONÂNCIA DE PELVE	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
26	ANGIORESSONÂNCIA TORÁCICA	UND	20	R$ 621,00	R$ 12.420,00
27	CONTRASTE	UND	50	R$ 170,00	R$ 8.500,00

CONTRATADA: TOMOGRAFIA GERAÇÃO SAÚDE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ de n.º 61.953.533/0001-82, com sede na Av. Desembargador Munhoz de Mello, 1090, sala 05, centro, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, com valor estimado de com valor estimado de R$ 308.870,00 (trezentos e oito mil oitocentos e setenta reais).

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	TOMOGRAFIA DE ABDOMEM SUPERIOR	UND	20	R$ 150,00	R$ 3.000,00
2	TOMOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL	UND	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00
3	TOMOGRAFIA DE COLUNA LOMBAR/LOMBO-SACRA	UND	80	R$ 110,00	R$ 8.800,00
4	TOMOGRAFIA DE CRÂNIO	UND	80	R$ 106,00	R$ 8.480,00
5	TOMOGRAFIA DE HEMITORAX, PULMÃO OU DO MEDIASTINO	UND	20	R$ 148,00	R$ 2.960,00
6	TOMOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBROS INFERIORES	UND	80	R$ 94,00	R$ 7.520,00
7	TOMOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBROS SUPERIORES	UND	60	R$ 94,00	R$ 5.640,00

8	TOMOGRAFIA DE PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	UND	50	R$ 150,00	R$ 7.500,00
9	TOMOGRAFIA DE PESCOÇO	UND	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00
10	TOMOGRAFIA DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	UND	20	R$ 94,00	R$ 1.880,00
11	TOMOGRAFIA DE SEIOS DA FACE/TEM. MANDIBULAR/OUVIDO	UND	50	R$ 94,00	R$ 4.700,00
12	TOMOGRAFIA DE SELA TURCICA	UND	20	R$ 106,00	R$ 2.120,00
13	TOMOGRAFIA DE TÓRAX	UND	80	R$ 148,00	R$ 11.840,00
14	TOMOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA	UND	25	R$ 94,00	R$ 2.350,00
15	UROTOMOGRAFIA SEM CONTRASTE	UND	20	R$ 516,00	R$ 10.320,00
16	ANGIOTOMOGRAFIA DE AORTA TORÁCICA	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
17	ANGIOTOMOGRAFIA DE AORTA ABDOMINAL	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
18	ANGIOTOMOGRAFIA DE ILÍACAS	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
19	ANGIOTOMOGRAFIA DE CORONÁRIAS	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
20	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE CRÂNIO	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
21	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE CRÂNIO	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
22	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE PESCOÇO	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
23	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE PESCOÇO	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
24	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE PELVE	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
25	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE PELVE	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
26	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE TÓRAX	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
27	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE TÓRAX	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
28	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL DE ABDOMEM SUPERIOR	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
29	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA DE ABDOMEM SUPERIOR	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
30	ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL PULMONAR	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
31	ANGIOTOMOGRAFIA VENOSA PULMONAR	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
32	ANGIOTOMOGRAFIA DE MEMBRO INFERIOR (VENOSA OU ARTERIAL CADA MEMBRO)	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
33	ANGIOTOMOGRAFIA DE MEMBRO SUPERIOR (VENOSA OU ARTERIAL CADA MEMBRO)	UND	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00
34	CONTRASTE	UND	80	R$ 150,00	R$ 12.000,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz do Monte Castelo/PR, 22 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:A7220962

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO SUS 2025 - TERMO ADITIVO 2026 - 2028

PLANO DE TRABALHO
2025/2028
Serviços de Média Complexidade em Reabilitação Intelectual – SUS
TERMO ADITIVO 2026/2027
1 – PROPONENTE – OSC.

1- ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:	**2- CNPJ: 80.890.825/0001-68**		
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS DE SANTA FÉ - APAE			
3- ENDEREÇO: CHÁCARA NOVO AMANHECER – RODOVIA PR 458, KM 18			
4- CIDADE: SANTA FÉ	**5- U.F: PR**	**6- CEP: 86.770-000**	**7- DDD/TELEFONE: (44) 99938-9228**
			8- E-MAIL: apae.finaceiro10@gmail.com
9- INICIO DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE: 15 de julho de 1988.			**10 – DADOS BANCÁRIOS:**
			Banco do Brasil
			Agência: 4643-4
			Conta: 16068-7
11 - NOME DO RESPONSÁVEL (Presidente da OSC): SERGIO BIATO			**12- REGISTRO GERAL/CPF: 062.281.279-34**
13 - ENDEREÇO: RUA CURITIBA, 477.			
16 - CIDADE: SANTA FÉ	**17 - U.F: PR**	**18- CEP: 86.770-000**	**19 - DDD/TELEFONE: (44) 998998499**
			20 -E-MAIL: sbiato51@gmail.com

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO.
21 – DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO A SER EXECUTADO:
O presente convênio tem como objeto a contratação de equipe multiprofissional para oferta de serviços ambulatoriais de média complexidade em reabilitação intelectual para os alunos matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé.
Os procedimentos ofertados estão estabelecidos no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, contidos na Portaria nº 3.687, de dezembro de 2017, com os seguintes procedimentos:
Procedimento: 03.01.07.002-4 - Acompanhamentos de pacientes em reabilitação em comunicação alternativa
Descrição: Destina-se ao treinamento para utilização de recursos alternativos de comunicação, visando a aquisição de habilidades que favoreçam a reinserção social do paciente. Código do Serviço 135 - 002 Reabilitação Intelectual.
Procedimento: 03.01.07.004-0 - Acompanhamento Neuropsicológico de pacientes em reabilitação
Descrição: Destina-se a reeducação das funções cognitivas, sensoriais e executivas do paciente. Código do Serviço 135 – 002 Reabilitação Intelectual.
Procedimento: 03.01.07.005-9 - Acompanhamento Psicopedagógico de paciente em reabilitação

Descrição: Destina-se a elaboração de situação de ensino que favoreça a superação da dificuldade apresentada pelo paciente com déficit de aprendizagem.
Procedimento: 03.01.07.006-7 – Atendimentos/acompanhamentos em reabilitação em múltiplas deficiências. Código do Serviço 135 – 002 Reabilitação Intelectual.
Procedimento: 03.01.07.007-5 - Atendimentos/acompanhamentos de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor. Código do Serviço 135 – 002 Reabilitação Intelectual.
Descrição: Destina-se ao acompanhamento, avaliação, estimulação, orientação relacionados ao neurodesenvolvimento por meio da utilização de recursos físicos, comportamentais, práticas integrativas, entre outras, visando a aquisição de habilidades e desenvolvimento de funções cognitivas, motoras, sensoriais e executivas, para a inclusão social do paciente.

22 - PERÍODO DE:

Início: outubro/2025
Término: setembro/2027

23 - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES:

Os atendimentos serão ofertados diariamente na Escola Novo Amanhecer e irão atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé.
A Apae de Santa Fé, ao executar os serviços contidos neste plano de trabalho se compromete à:

✓ Cumprir as obrigações estabelecidas durante o convênio, zelando pela eficiência e qualidade nos atendimentos;

✓ Alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) em todos os seus campos, bem como dos demais bancos de dados obrigatórios do Sistema Único de Saúde (SUS);

✓ Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;

✓ Desenvolver a abordagem multiprofissional;

✓ Garantir que a equipe multiprofissional realize a prestação dos serviços para os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé, conforme a demanda;

✓ Fazer a substituição imediata da empresa prestadora dos serviços, em caso descumprimento das obrigações em relação aos atendimentos ofertados ou que a mesma solicite o desligamento;

✓ Comunicar ao Gestor Municipal da Secretaria de Saúde a qualquer momento, em ocorrências durante a execução conforme objeto pactuado, objetivando possíveis alternativas para o cumprimento do mesmo.

✓ Solicitar da empresa prestadora dos serviços, apresentação do relatório dos atendimentos até o último dia do mês.

✓ Apresentar o arquivo da produção gerado no Sistema Boletim de Produção Ambulatorial (BPA).

23. 1. Organização da Oferta

A oferta dos serviços de saúde será coordenada pela gestão escolar e técnica, operando de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino de acordo com o calendário escolar. O fluxo de atendimento e a escala da equipe multiprofissional seguirão cronograma estruturado pela direção, priorizando a otimização de recursos e a conformidade com as especificidades de cada paciente, podendo haver mais de um profissional por área conforme a demanda. A gestão manterá monitoramento constante das agendas para realizar ajustes dinâmicos, garantindo o cumprimento das metas do convênio e a continuidade da assistência aos beneficiários.
Todas as orientações de execução estão devidamente alinhadas com as diretrizes da Secretaria de Saúde, garantindo a conformidade técnica e legal dos serviços prestados.

Os serviços ofertados irão funcionar da seguinte forma:

• **Assistência Social** – Atendimentos executados no período matutino e vespertino, os quais contemplam: atendimento individual baseado em queixas diversas do aluno; atendimento com o familiar no ambiente escolar para tratar de assuntos referentes aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé. O valor de cada procedimento é de R$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos), pactuado conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017. Mensalmente, serão executados com recursos deste convênio, sob o código 0301070075, com limite máximo 02 procedimentos/hora (sessenta minutos), cuja execução será dimensionada conforme o cronograma de atendimentos e a flutuação da demanda de cada setor escolar.

• **Fisioterapia** – Atendimentos executados no período matutino e vespertino, os quais contemplam: atendimento individual aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé. O valor de cada procedimento é de R$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos), pactuado conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017, com limite máximo 02 procedimentos/hora (sessenta minutos), cuja execução será dimensionada conforme o cronograma de atendimentos e a flutuação da demanda de cada setor escolar.
• **Fonoaudiologia** – Atendimentos executados no período matutino e vespertino, os quais contemplam: atendimento individual, atendimento com o familiar referente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé. O valor de cada procedimento é de R$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos), pactuado conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017, com limite máximo 02 procedimentos/hora (sessenta minutos), cuja execução será dimensionada conforme o cronograma de atendimentos e a flutuação da demanda de cada setor escolar.
• **Psicologia** – Atendimentos executados no período matutino e vespertino, os quais contemplam: atendimento individual baseado em queixas diversas do aluno; atendimento com familiar no ambiente escolar para tratar de assuntos relacionados ao aluno; atendimento individual com professores e funcionários para orientações comportamentais aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé. O valor de cada procedimento é de R$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos), pactuado conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017, com limite máximo 02 procedimentos/hora (sessenta minutos), cuja execução será dimensionada conforme o cronograma de atendimentos e a flutuação da demanda de cada setor escolar.
• **Terapeuta Ocupacional** – Atendimentos executados no período matutino e vespertino, os quais contemplam: atendimento individual aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) matriculados na Escola Novo Amanhecer da Apae de Santa Fé. O valor de cada procedimento é de R$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos), pactuado conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017, com limite máximo 02 procedimentos/hora (sessenta minutos), cuja execução será dimensionada conforme o cronograma de atendimentos e a flutuação da demanda de cada setor escolar.
A fim de preservar a assistência aos beneficiários, o quantitativo de procedimentos poderá ser remanejado entre as especialidades, conforme a demanda e a disponibilidade dos profissionais. Na ausência eventual de qualquer técnico, a instituição poderá suprir a demanda através das demais áreas previstas no convênio, desde que respeitada a totalização dos 700 procedimentos mensais e o equilíbrio financeiro do plano de trabalho pactuado. Os alunos a serem atendidos possuem prontuários individuais, acompanhados do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais documentos pessoais que possibilitem o acompanhamento, controle e supervisão dos serviços.

24- RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO:

A celebração desse convenio visa oferecer condições de um atendimento técnico especializado, através do Sistema Único de Saúde - SUS para os pacientes com deficiência intelectual e múltiplas deficiências, que frequenta a Escola Novo Amanhecer/Apae de Santa Fé. Esses atendimentos, por suas especialidades são essenciais para garantir cuidado integral às pessoas com deficiências, com o apoio multiprofissional, promovem saúde, bem-estar e a inclusão, fortalecendo também o suporte às famílias.

Dessa forma, esse termo de convênio é imprescindível para que a Apae de Santa Fé possa cumprir sua missão de oferecer um atendimento que proporcione melhoria na qualidade de vida global de seus assistidos**.**

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

25 - META	26 - ITEM	27 - DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENT O DAS METAS.	28 - ESPECIFICAÇÃO LOCALIDADE	29 - INDICADOR FÍSICO		30 - DURAÇÃO	
				31 - UN.	32 – QTD	33 - INÍCIO	34 -TÉRMINO

4- PLANO DE APLICAÇÃO / ORÇAMENTO

34-SERVIÇO OU BEM ADQUIRIDO	35-UND	36- QTD/MENSAL	37- VALOR MENSAL	38- VALOR TOTAL 12 MESES	39- CONCEDENTE	40- PROPONENTE
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para a oferta especializada por meio de equipe multiprofissional, abrangendo as áreas de Assistência Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional, visando o atendimento integral aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, matriculados na Escola Novo Amanhecer.	Procedimentos	700	R$12.369,00	R$148.428,00	R$148.428,00	R$ 0,00
SUBTOTAL				**R$148.428,00**		

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – CONCEDENTE

Meta	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**
Exercício 2025	R$0,00	R$0,00	**R$12.369,00**
Meta	**Novembro**	**Dezembro**	**Janeiro**
Exercícios 2025/2026	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**
Exercício 2026	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Maio**	**Junho**	**Julho**
Exercício 2026	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**
Exercício 2026	R$12.369,00	R$12.369,00	**R$12.369,00**

Meta	**Novembro**	**Dezembro**	**Janeiro**
Exercício 2026/2027	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**
Exercício 2027	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Maio**	**Junho**	**Julho**
Exercício 2027	R$12.369,00	R$12.369,00	R$12.369,00
Meta	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**
Exercício 2027	R$12.369,00	**R$12.369,00**	R$0,00

6 – DECLARAÇÃO

Declara a Entidade que está apta a figurar como tomadora de recurso em parceria a ser firmada com o órgão da administração pública municipal de Santa Fé, haja vista, estar em dia com impostos e contribuições junto à União, Estado e Município, possuir controles contábeis em consonância com os princípios e normas de contabilidade e estar em condições físicas e operacionais satisfatórias de funcionamento até o presente momento.

Declaro a Entidade estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei nº 13.019/2014, Resolução nº. 28/2011-TCE/PR, Instrução Normativa nº. 61/2011 TCE/PR e demais atos normativos do Poder Público.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho**.**

Santa Fé, 21 de setembro de 2026.

SERGIO BIATO
Presidente da Entidade

7 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE
DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Santa Fé, de de 2026.

MARCELO CANDIDO DA SILVA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:DFF98904

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 290/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$213.774,70 (duzentos e treze mil e setecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.306.0010.2.192		MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
434 - 3.3.90.32.00.00	1034	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.807,88
434 - 3.3.90.32.00.00	31113	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.997,50
19.002.12.361.0010.2.193		MANUTENÇÃO - ESC MUN JARDIM PRIMAVERA	
444 - 3.3.50.43.00.00	1026	SUBVENÇÕES SOCIAIS	59.969,32
449 - 3.3.90.39.00.00	1026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
19.002.12.361.0010.2.245		MANUTENÇÃO E COORD. DO TRANSPORTE ESCOLAR	
478 - 3.3.90.30.00.00	1026	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
478 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Total Suplementação:			213.774,70

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita			
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	50.000,00		
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	104.969,32		
Receita: 1.7.1.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Fonte:	50.807,88		
Receita: 1.7.1.4.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE	7.997,50		
Total da Receita:	213.774,70		

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte e dois dias do mês de Setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D8F9D812

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICIPIO DE SANTA FE		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	9.488.836,10	6.041.991,75
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	3.485.957,77	2.255.348,95
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	965.000,00	655.417,12
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.087.878,33	1.405.725,17
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.950.000,00	1.725.500,51
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	53.030.318,31	30.869.475,29
2.1 - Cota-Parte FPM	34.464.278,31	19.665.019,66
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	31.889.500,41	18.492.688,58
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas 'd', 'e' e 'f'	2.574.777,90	1.172.331,08
2.2 - Cota-Parte ICMS	14.237.040,00	9.272.200,76
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	215.000,00	147.245,45
2.4 - Cota-Parte ITR	1.354.000,00	28.120,14
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.760.000,00	1.756.889,28
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	62.519.154,41	36.911.467,04
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	10.091.108,08	5.939.428,84
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	5.538.680,52	3.288.437,92

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	9.803.941,91	6.962.693,91
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.803.941,91	6.903.882,75
6.1.1- Principal	9.803.941,91	6.846.074,71
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	57.808,04
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	58.811,16
6.2.1- Principal	0,00	58.188,12
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	623,04
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	-287.166,17	906.645,87
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	257.901,98	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	235.576,55	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	22.325,43	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	7.220.595,89	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.930.941,91	7.243.796,04	7.232.981,56	7.230.838,36	10.814,48
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.503.941,91	7.181.376,76	7.181.376,76	7.181.376,76	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.475.941,91	3.998.594,40	3.998.594,40	3.998.594,40	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	4.028.000,00	3.182.782,36	3.182.782,36	3.182.782,36	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	427.000,00	62.419,28	51.604,80	49.461,60	10.814,48
10.2.1- Educação Infantil	35.000,00	33.240,00	33.240,00	33.240,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	392.000,00	29.179,28	18.364,80	16.221,60	10.814,48
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	7.181.376,76	7.181.376,76	7.181.376,76	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.181.376,76	7.181.376,76	7.181.376,76	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.181.376,76	7.181.376,76	7.181.376,76	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		4.873.885,74	7.181.376,76	7.181.376,76	103,14
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)		0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	696.269,39	-218.682,85	-218.682,85	0,00	-3,14

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	939.459,71	238.685,01	33.240,00	0,00	-21.906,38	205.445,01
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	939.459,71	238.685,01	33.240,00	0,00	-21.906,38	205.445,01
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.698.035,95	3.980.839,53	3.704.519,91	3.443.749,41	276.319,62

20.1- Educação Infantil	2.182.661,24	1.402.936,90	1.338.341,25	1.312.219,36	64.595,65
20.2- Ensino Fundamental	3.134.038,53	2.279.071,54	2.067.347,57	1.833.839,60	211.723,97
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	381.336,18	298.831,09	298.831,09	297.690,45	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.247.641,68	10.863.385,20	10.587.065,58	10.327.435,72	276.319,62
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.693.603,15	5.401.531,30	5.336.935,65	5.310.813,76	64.595,65
21.1.1- Creche	7.693.603,15	5.401.531,30	5.336.935,65	5.310.813,76	64.595,65
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.554.038,53	5.461.853,90	5.250.129,93	5.016.621,96	211.723,97

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	3.704.519,91
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.939.428,84
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	205.445,01
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af)	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	9.438.503,74

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	9.227.866,76	9.438.503,74	25,57

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	28.645,06	2.177.159,37	18.477,96	0,00	10.167,10
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	25.018,02	2.177.159,37	18.477,96	0,00	6.540,06
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	3.627,04	0,00	0,00	0,00	3.627,04
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.093.321,10			802.066,81	
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	783.000,00			558.895,36	
31.1.1 - Salário-Educação	783.000,00			558.895,36	
31.1.2 - PDDE	0,00			0,00	
31.1.3 - PNAE	0,00			0,00	
31.1.4 - PNATE	0,00			0,00	
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00			0,00	
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00			0,00	
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00			0,00	
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00			6,16	
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00			0,00	
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	310.321,10			243.165,29	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	5.469.763,33	4.536.519,25	2.089.435,65	2.067.878,12	2.447.083,60
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	247.263,92	243.013,89	221.455,89	218.394,50	21.558,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	3.922.499,41	3.643.970,26	1.259.020,70	1.255.370,15	2.384.949,56
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	700.000,00	649.535,10	608.959,06	594.113,47	40.576,04

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	67.466.359,72	16.096.519,34	13.376.369,35	13.126.465,89	2.720.149,99
33.1- Despesas Correntes	64.088.218,56	12.861.546,31	12.518.908,49	12.269.005,03	342.637,82
33.1.1- Pessoal Ativo	48.298.320,14	9.933.576,45	9.933.576,45	9.914.549,14	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	15.539.898,42	2.927.969,86	2.585.332,04	2.354.455,89	342.637,82
33.2- Despesas de Capital	3.378.141,16	3.234.973,03	857.460,86	857.460,86	2.377.512,17
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.378.141,16	3.234.973,03	857.460,86	857.460,86	2.377.512,17

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	672.985,43	529.533,62
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	6.969.414,95	558.895,36
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.233.395,71	1.012.768,10
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	409.004,67	75.660,88
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	8.253,86	334,13

39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	417.258,53	75.995,01
Notas Explicativas		

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E3087322

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.972 DATA: 22/09/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº. 3.972
Data: 22/09/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.908 de 18 de setembro de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso II e III .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 no valor de R$ 892.000,00 (oitocentos e noventa e dois mil reais), destinado ao atendimento das despesas decorrentes do **Convênio SETU nº 25278640-6 – Decoração Natalina 2026, do Convênio SETU nº 25278784-4 – EXPOIZA – Realização da Feira da Indústria e Comércio, e da Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas provenientes de transferências especiais Proposta nº 09032024-072369,** nas seguintes dotações:

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.231 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS ME PROPOSTA Nº 09032024-072369

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 -937	Obras e Instalações	1018	67.000,00

14 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
01 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
13 - CULTURA
392 - DIFUSÃO CULTURAL
0035 - **PROMOÇÃO E FOMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURÍSTICAS**
2.564 - CONVÊNIO SETU Nº 25278640-6 - DECORAÇÃO NATALINA 2026

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.39.00 - 938	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	1577	250.000,00
3.3.90.39.00 - 939	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	000	25.000,00

14 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
01 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
13 - CULTURA
392 - DIFUSÃO CULTURAL
0035 - PROMOÇÃO E FOMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURÍSTICAS
2.565 - CONV. SETU Nº 25278784-4- EXPOIZA REALIZAÇÃO FEIRA DA IND. E COMÉRCIO.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.39.00 - 940	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	1578	500.000,00
3.3.90.39.00 - 941	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	000	50.000,00

Art. 2º Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação da alínea das receitas 2422990146, 2422990147 e 13210111071000 , proveniente do **Convênio SETU nº 25278640-6 – Decoração Natalina 2026, do Convênio SETU nº 25278784-4 – EXPOIZA – Realização da Feira da Indústria e Comércio, transferências especiais Proposta nº 09032024-072369** e do cancelamento de dotação orçamentária a seguir:

08 - SECRETARIA DO ESPORTE
01 - SECRETARIA DO ESPORTE
27 - DESPORTO E LAZER
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
0008 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER PARA TODOS
2.233 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA ME PROPOSTA N° 09032024-072369

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 - 735	Obras e Instalações	1018	50.392,47

14 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

01 - SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
13 - CULTURA
392 - DIFUSÃO CULTURAL
0035 - PROMOÇÃO E FOMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURÍSTICAS
2.512 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.39.00 – 679	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	000	75.000,0

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 22 de setembro 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:0CD3C276

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 39/2026 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 39/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar parcialmente o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Nº 39/2026***, que teve como objeto ***Registro de Preços Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos destinados às atividades, treinamentos, competições e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa Lúcia/PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

ALEX POSSAMAI ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
16	1	GARRAFA SQUEEZE PERSONALIZADA COM NO MÍNIMO 500 ML Garrafa tipo squeeze, com capacidade de no mínimo 500 mL, confeccionada em polietileno (PE), polipropileno (PP) ou material plástico de qualidade equivalente, atóxico, livre de BPA (Bisfenol A), resistente a impactos e apropriado para acondicionamento de líquidos. Corpo anatômico, de fácil manuseio e higienização. Deverá possuir tampa rosqueável, com vedação eficiente contra vazamentos, equipada com bico para hidratação (pull/push ou sistema equivalente), permitindo o consumo de líquidos sem a necessidade de remoção completa da tampa. A garrafa deverá apresentar acabamento uniforme, sem rebarbas, rachaduras, deformações ou imperfeições que comprometam sua utilização. Personalização: impressão da logomarca oficial do Município e da Secretaria Municipal de Esportes, em até 02 (duas) cores ou policromia, conforme arte a ser fornecida pela Administração, utilizando processo de impressão de alta durabilidade (serigrafia, tampografia, UV ou tecnologia equivalente), resistente ao uso normal e à limpeza. Cor: a definir pela Administração no momento da solicitação.	MARCA PROPRIA GARRAFA		UN	160,00	9,90	1.584,00
TOTAL								1.584,00
BRUNA ALVES DE SOUZA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

10	1	CHUTEIRA PARA FUTEBOL DE CAMPO Chuteira para futebol de campo, indicada para prática esportiva, treinamentos e competições em gramado natural. Cabedal confeccionado em material sintético de alta resistência, flexível e de fácil limpeza, proporcionando conforto, durabilidade e bom ajuste aos pés. Forro interno acolchoado, com acabamento que minimize o atrito e proporcione maior conforto durante o uso. Fechamento por cadarço, garantindo ajuste firme e seguro. Palmilha anatômica, removível, confeccionada em EVA ou material de qualidade equivalente, com propriedades de absorção de impacto e conforto. Solado confeccionado em TPU, PVC de alta resistência ou material de qualidade equivalente, com travas fixas, distribuídas de forma a proporcionar excelente tração, estabilidade, aderência e desempenho em gramados naturais. Entressola ou estrutura interna com sistema de amortecimento compatível com a tecnologia do fabricante, proporcionando maior conforto e redução de impactos durante a prática esportiva. Produto de alta resistência ao desgaste, indicado para uso frequente em atividades esportivas. Numeração: do 35 ao 40, a ser fornecida conforme a necessidade da Administração no momento da entrega. Cor predominante a ser definida pela Administração no ato da solicitação.	NEW STILLUS OFICIAL		PAR	60,00	62,00	3.720,00
13	1	CONJUNTO DE XADREZ PROFISSIONAL Conjunto de xadrez profissional, composto por tabuleiro oficial, peças completas e estojo para armazenamento, destinado à prática esportiva, treinamento, competições e atividades educacionais. Tabuleiro confeccionado em MDF de alta densidade, madeira reflorestada, polímero de alta resistência ou material de qualidade superior, com superfície perfeitamente plana, acabamento fosco, resistente à umidade, riscos e desgaste, de fácil higienização. Dimensões aproximadas entre 50 x 50 cm e 55 x 55 cm, contendo 64 casas alternadas em cores contrastantes, medindo entre 5,0 cm e 5,8 cm cada, com identificação alfanumérica (coordenadas) nas bordas para anotação e treinamento de partidas. Conjunto de peças no padrão universal Staunton, composto por 34 peças, sendo: 16 peças claras; 16 peças escuras; 02 rainhas extras (uma de cada cor). Peças confeccionadas em ABS, polímero de engenharia, madeira ou material de qualidade equivalente, com acabamento uniforme, alta resistência a impactos, base revestida em feltro ou material equivalente, proporcionando deslizamento suave e proteção ao tabuleiro. As peças deverão possuir balanceamento interno (weighted) ou sistema equivalente que proporcione maior estabilidade durante as partidas. O rei deverá possuir altura aproximada entre 95 mm e 100 mm, mantendo proporcionalidade entre todas as demais peças do conjunto.	XALINGO OFICIAL		UN	5,00	289,00	1.445,00
19	1	KIT COM 12 COLETES ESPORTIVOS Kit contendo 12 coletes esportivos, confeccionados em tecido poliéster leve e resistente,	NESHER OFICIAL		KIT	14,00	150,00	2.100,00

		com acabamento reforçado e modelagem confortável para a prática esportiva. Cor a definir pelo município, com possibilidade de personalização com brasão ou logomarca. Tamanhos (P,M.G, GG). Indicado para treinamentos, competições e demais atividades esportivas						
21	1	MEIÃO ESPORTIVO Meião esportivo, indicado para a prática de futebol e demais modalidades esportivas, confeccionado em tecido de alta resistência, composto por poliamida, poliéster, elastano ou combinação de fibras têxteis de desempenho equivalente, proporcionando elasticidade, conforto, respirabilidade e durabilidade. Modelo de cano alto, com punho elástico, faixa compressiva na região do tornozelo e do arco do pé, proporcionando melhor ajuste e estabilidade durante a prática esportiva. Possuir sola atoalhada (almofadada) ou reforçada, oferecendo maior conforto, absorção de impacto e resistência ao desgaste. Reforço nas regiões do calcanhar e da ponta dos pés, com acabamento de alta qualidade e costuras reforçadas ou tecnologia equivalente. Produto resistente a lavagens frequentes, mantendo suas características de elasticidade, formato e coloração. Tamanhos: P, M e G, a serem fornecidos conforme a necessidade da Administração. Cor: conforme solicitação da Administração no momento do fornecimento.	TRB OFICIAL		PAR	350,00	10,00	3.500,00
TOTAL								10.765,00
ELO TEXTIL LTDA - EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
9	1	CAMISETA DRAY FIT 100 % Camiseta com no mínimo as seguintes especificações: em malha dray fit 100% poliéster gola padre, multicolorida em degrade com três cores (verde, azul, vermelho), tamanhos diversos (p, m, g, gg e exg), conforme modelo critério desenvolvido pelo município e departamento responsável pelo evento contendo (brasão, nome do Município, etc.)	PROPRIA PROPRIO		UN	500,00	19,00	9.500,00
12	1	CONJUNTO DE AGASALHO ESPORTIVO Conjunto de Agasalho Esportivo Personalizado (Jaqueta e Calça) Conjunto esportivo composto por jaqueta e calça, confeccionados em tecido tactel, microfibra ou poliéster de alta resistência, com acabamento reforçado e costuras de qualidade. Jaqueta com fechamento frontal em zíper, gola alta, mangas longas e bolsos laterais. Calça com cós elástico, cordão para ajuste e bolsos laterais. Personalização com brasão do Município, identificação da Secretaria Municipal de Esportes e demais elementos gráficos fornecidos pela contratante. Cores e layout conforme arte definida pelo Município. Disponível nos tamanhos infantil, juvenil e adulto, do PP ao EXG.	PROPRIA PROPRIO		CJ	150,00	100,00	15.000,00
TOTAL								24.500,00
EVOLUA SPORTS CAPITAO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO Bola oficial de futebol de campo com dimensões: Peso 410-450g, circunferência: 68-70 cm, CAMADA 6D, contendo 14 gomos, laminada em PU, sistema de forro TERMOFIXO, camada interna NEOGEL, com dupla colagem cápsula sis. Bola usada para jogos abertos oficiais do Paraná.	PENALTY MAG11A R2		UN	45,00	125,40	5.643,00
5	1	BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL Bola oficial de voleibol com as seguintes especificações: peso 260-280g, circunferência 65- 67cm, contendo 18 gomos, laminada em microfibra construção em termotec,	PENALTY VP 5100		UN	20,00	179,30	3.586,00

		camada 6D, sistema de forro termofixo, camada interna Neogel, com dupla colagem miolo cápsula sis. Bola usada para jogos abertos oficiais do Paraná.						
14	1	FAIXAS DEMARCATÓRIAS Faixa de demarcação para volei de praia e Beach. Deverá conter no mínimo 4 fitas sendo duas com no mínimo 16 mts e duas com no mínimo 8 mts, deverá conter estacas para fixação.	GISMAR FAIXA DEMARCATORIA		UN	5,00	96,00	480,00
17	1	JOGO DE BOCHA Conjunto para prática esportiva de bocha, composto por, no mínimo, 12 (doze) bochas e 01 (um) balim, adequado para utilização em cancha de areia. As bochas deverão possuir peso nominal de 1.150 g, admitindo-se variação de ± 5%, sendo 06 (seis) bochas de uma cor e 06 (seis) bochas de outra cor, para identificação das equipes durante a partida. O conjunto deverá ser confeccionado em material resistente e apropriado para a modalidade esportiva.	FAISCA BOCHA		JG	10,00	750,00	7.500,00
18	1	KIT COM 12 CAMISETAS Kit com 12 Camisetas, kit com cores variadas, com no mínimo as seguintes especificações: em malha PIQUET com gola polo, multicolorida em degrade com três cores, tamanhos diversos (p, m, g, gg e exg), conforme modelo critério desenvolvido pelo município e departamento responsável pelo evento contendo (brasão, nome do município e apoio do evento etc.)	AD PRIME KIT ESPORTIVO		KIT	10,00	599,00	5.990,00
25	1	PAR DE REDES PARA FUTEBOL DE CAMPO Par de rede p/ trave de futebol de campo com no mínimo as seguintes especificações:modelo tradicional, em fio de seda (polipropileno) 100% virgem com tratamento uv, com 5mm de espessura e malha (15x15cm), nós em corda trançada, fio 05. Dimensões: 7,50 m (l) x 2,50 m (a) x 1,80 m (p) x 0,80 (p).	GISMAR REDE DE CAMPO		PAR	2,00	390,00	780,00
28	1	REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA Rede de proteção para quadra esportiva, confeccionada em polietileno (nylon), com fio 03mm, na cor branca, com malha 10x10.	GISMAR PROTEÇÃO		M2	10.000,00	4,29	42.900,00
29	1	REDE OFICIAL DE VOLEIBOL Rede oficial para voleibol profissional com no mínimo as seguintes especificações: 4 faixas de algodão, fio 2 mm trançado, de seda (polipropileno), de alta densidade 100% virgem com tratamento uv, na cor preta, 1 metro de altura, 9,5 metros de comprimento, malha 10 cm.	GISMAR REDE DE VOLEI		UN	3,00	145,00	435,00
TOTAL								67.314,00

GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
20	1	KIT COM 4 CONES COM BARREIRAS Kit 4 Cones Com Barreiras Funcional Circuito Agilidade Indicado para: Treinamento Funcional; Objetivo: Equilibrio e Coordenação; Composição: Polipropileno resistente e leve, facilitando o transporte. Dimensões Aproximadas: Cones: 23cm; Barras: 80cm. Itens Inclusos: Kit composto por 4 cones de 23cm cada coloridos e com furos + 2 barras.	VELDEN KIT		KIT	2,00	57,39	114,78
TOTAL								114,78

H L MANICA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	CALÇÃO EM SELETEL Calção em seletel com no mínimo as seguintes especificações: malha 100% seletel, multicolorida em degrade com cores a definir com o municipio, tamanhos diversos (p, m, g, gg e exg), conforme modelo critério desenvolvido pelo município e departamento responsável pelo evento contendo (brasão, nome do Município, etc.)	PROPRIA SELETEL		UN	400,00	28,97	11.588,00
TOTAL								11.588,00

JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

1	1	BOLA DE FUTEVOLEI Bola oficial para prática de futevôlei, confeccionada em PU ou material sintético de alta qualidade, costurada ou termossoldada, circunferência entre 68 e 70 cm, peso entre 410 e 450 g, câmara de butil, indicada para treinamentos e competições.	ALLPHA FUTVOLEI		UN	5,00	70,30	351,50
3	1	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL SETE bola esférica, nova e de primeira qualidade, destinada a treinamentos e competições de Futebol 7, em campos de grama natural ou sintética; peso entre 420 g e 450 g; circunferência entre 66 cm e 69 cm; confeccionada com 12 gomos; revestimento externo em poliuretano – PU, macio, resistente e adequado ao uso esportivo; construção sem costuras por processo de termofusão, ou tecnologia equivalente, reforçada por dupla colagem, garantindo baixa absorção de água, resistência estrutural, durabilidade e manutenção da esfericidade; câmara de borracha butílica com sistema de equilíbrio composto por seis discos simetricamente posicionados, ou tecnologia equivalente que proporcione estabilidade, precisão e retenção de ar; sistema de forro interno multiaxial termofixado, ou equivalente; camada interna de amortecimento em composto microcelular, proporcionando maciez e redução do impacto; tecnologia de controle e redução do quique, própria para a modalidade Futebol 7; miolo lubrificado, removível e substituível.	PENALTY FUTEBOL SETE		UN	20,00	72,00	1.440,00
4	1	BOLA OFICIAL DE FUTSAL ADULTO Bola oficial de futsal adulto, peso de 410 – 430g, 11 gomos, circunferência de 62,5 – 63,5 cm, laminada em pu pro, construção em termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna em neotec, processo extra de dupla colagem, miolo em cápsula sis contendo selo da federação internacional de futebol (FIFA), da confederação brasileira de futsal. Bola usada para jogos abertos oficiais do Paraná.	PENALTY FUTSAL		UN	47,00	229,00	10.763,00
6	1	BOLSA DE MASSAGEM Bolsa de Massagem, Bolsa para transporte e armazenamento de materiais de primeiros socorros e massagem esportiva, confeccionada em material resistente e impermeável, com compartimento principal amplo, divisórias internas para organização dos materiais, fechamento em zíper reforçado e alça para transporte. Cor a definir, com possibilidade de personalização.	SCALIBU BOLSA DE MASSAGEM		UN	2,00	100,00	200,00
7	1	BOLSA ESPORTIVA GRANDE Bolsa Esportiva Grande, Bolsa esportiva confeccionada em material resistente, com capacidade mínima de 60 litros, fechamento superior por zíper reforçado, alças de mão e alça transversal ajustável, fundo reforçado, compartimento principal amplo e bolsos laterais para acessórios. Indicada para transporte de materiais esportivos e uniformes. Cor a definir, com possibilidade de personalização.	KANXA BOLSA ESPORTIVA		UN	2,00	56,00	112,00
11	1	CONE DE SINALIZAÇÃO. CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA ,75 CM Cone destinado à sinalização, orientação, isolamento e delimitação temporária de áreas, confeccionado em PVC flexível, borracha, polietileno ou material de resistência equivalente, adequado ao uso interno e externo.Características mínimas:altura de 75 cm, admitida variação de até 5%;corpo predominantemente na cor laranja, de alta visibilidade;mínimo de 02 faixas brancas horizontais;base quadrada, resistente, estável e de dimensões compatíveis com a altura do cone;acabamento uniforme, sem rebarbas, rachaduras, deformações ou partes cortantes;possibilidade de empilhamento para facilitar o transporte e o armazenamento.O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em perfeitas condições de conservação e utilização.	SCALIBU CONE		UN	20,00	37,00	740,00
15	1	FITA DE MARCAÇÃO PARA CAMPO DE FUTEBOL SUIÇO Fita de Marcação para Campo de	ANCORA REDES DEMARCAÇÃO		UN	3,00	165,00	495,00

		Futebol Suíço Fita de marcação para delimitação de campo de futebol suíço, confeccionada em polietileno de alta resistência, cor branca, largura mínima de 5 cm e comprimento mínimo de 100 metros por rolo. Material resistente às intempéries, umidade e raios UV, adequado para uso em gramados naturais.						
23	1	MESA PROFISSIONAL PARA TENIS DE MESA Mesa profissional para tênis de mesa, destinada à prática esportiva, treinamentos e competições, confeccionada de acordo com as dimensões oficiais da modalidade, medindo 2,74 m de comprimento, 1,525 m de largura e 0,76 m de altura, conforme regras internacionais. Tampo confeccionado em MDF de alta densidade com espessura mínima de 18 mm, proporcionando excelente uniformidade de quique da bola, acabamento em pintura especial fosca antirreflexo nas cores azul ou verde, resistente ao desgaste, riscos e impactos, contendo demarcações oficiais em tinta branca de alta durabilidade. Estrutura confeccionada em aço carbono de alta resistência, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, composta por travessas e reforços estruturais que garantam elevada estabilidade durante a utilização. Sistema de fechamento articulado, permitindo dobragem independente de cada metade da mesa para facilitar armazenamento, transporte e possibilitar treinamento individual (rebate de bola). Equipada com rodízios de no mínimo 100 mm de diâmetro, em material resistente, sendo no mínimo dois dotados de sistema de travamento. Sistema de travamento de segurança nas posições aberta e fechada, evitando movimentação involuntária durante o uso ou armazenamento. Acompanhada de suporte metálico para rede, regulável em altura e tensão, e rede oficial removível, conforme padrão da modalidade. Deverá possuir sapatas niveladoras ou sistema equivalente para compensação de pequenas irregularidades do piso. Capacidade para uso contínuo em ginásios, escolas, centros esportivos e competições, apresentando elevada resistência mecânica, estabilidade estrutural e longa vida útil. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	KLOPF MESA		UN	2,00	2.100,00	4.200,00
24	1	PAR DE ANTENA DE VOLEIBOL Produto confeccionado em fibra de vidro, com no mínimo 1,80 m de altura.	GOLD FIBRAS ANTENA		PAR	2,00	80,00	160,00
26	1	PAR DE REDES PARA FUTSAL Par de redes para futsal com no mínimo as seguintes especificações: fio 5 mm, medidas 2.10 m altura, 3,10m comprimento, 1,20 profundidade inferior, 0,40. Produzido com fio seda (polipropileno) 100% virgem de alta densidade, com tratamento ultra violeta, medida dos quadrados de 12x12cm, a rede deverá ter um reforço de duas ou três linhas em suas laterais para maior durabilidade, peso aproximado 2.600 kg.	ANCORA REDES FUTSAL		PAR	3,00	190,00	570,00
27	1	PAR DE REDES PARA TRAVES DE FUTEBOL SUÍÇO Par de redes para traves de futebol suíço, confeccionadas em fio de polietileno (PE) 100% virgem, de alta densidade, com proteção contra raios UV e ação das intempéries, proporcionando elevada resistência e durabilidade para uso externo. Redes confeccionadas em fio trançado de espessura mínima de 4 mm, malha quadrada com abertura aproximada de 14 x 14 cm, na cor	ANCORA REDES FUTEBOL SUÍÇO		PAR	5,00	190,00	950,00

		branca ou outra definida pela Administração. Compatíveis com traves de futebol suíço medindo aproximadamente: 5,00 m de largura; 2,20 m de altura; 1,20 m de recuo superior; 1,50 m de recuo inferior. As redes deverão possuir acabamento reforçado em todo o perímetro, com corda periférica ou sistema equivalente, proporcionando maior resistência nos pontos de fixação e suportando uso contínuo em treinamentos e competições. Produto resistente às ações climáticas, indicado para utilização em campos esportivos, acompanhando sistema de fixação quando fornecido pelo fabricante.						
30	1	SUPORTE PARA ANTENA DE VOLEI Material em pvc, branco, com no mínimo 1 metro de altura por 5 cm de comprimento.	ANCORA REDES SUPORTE		PAR	2,00	29,90	59,80
TOTAL								20.041,30

OLMIR LUIS PECCIN

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
22	1	MESA DE BALÃOZINHO Dimensões: largura 1,05 m, comprimento 1,70 m, altura 0,80 m - incluso 1 taco de madeira com aproximadamente 1,50 m e 9 pinos com diametro 35/40 mm, conforme características originais do jogo - estrutura e acabamento de madeira , tampo em chapa mdf - acabamento com pintura verniz pu brilhante.	PRÓPRIA BALÃOZINHO		UN	2,00	3.490,00	6.980,00
TOTAL								6.980,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 142.887,08 (Cento e Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Oito Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e dois dias de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:0646B6DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 33/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 33/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Nº 33/2026***, que teve como objeto ***Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

BH DENTAL COMERCIAL LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	CADEIRA ODONTOLÓGICA Cadeira odontológica estrutura construída em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática de alta resistência; Base com desenho ergonômico e estabilidade, dispensando fixação ao piso; Sistema de elevação eletromecânico acionado por moto-redutor; Movimentos automáticos de subida, descida, encosto e posição de trabalho; Capacidade mínima de carga de 200 kg; Encosto anatômico de grande dimensão, proporcionando melhor acomodação ao paciente; Cabeceira biarticulada ou multiarticulada com regulagem de altura e inclinação; Braço de apoio fixo, rebatível ou escamoteável, conforme configuração do fabricante; Estofamento anatômico de alta densidade, revestido em PVC			UN	1,00	19.980,00	19.980,00

		laminado ou material de qualidade superior, impermeável, sem costuras aparentes e de fácil higienização; Mínimo de 03 posições programáveis de trabalho; Posição automática de volta a zero; Posição de emergência; Sistema de segurança contra movimentação involuntária; Acionamento dos movimentos por pedal multifuncional integrado. Equipo acoplado à cadeira; Braço articulado com movimentação horizontal e vertical; Bandeja ampla para instrumentais, removível para higienização; Painel de comandos integrado; Sistema pneumático ou eletrônico; Mínimo de 03 terminais, sendo: 01 terminal para alta rotação; 01 terminal para micromotor/baixa rotação; 01 seringa tríplice; Mangueiras lisas, leves, flexíveis e de fácil assepsia; Acionamento individual dos instrumentos; Suportes autoclaváveis ou removíveis para desinfecção. Unidade auxiliar acoplada ao conjunto; Cuba removível confeccionada em porcelana, cerâmica ou material de alta resistência; Sistema de abastecimento de água independente ou acoplado ao reservatório do equipo, conforme configuração do fabricante. Porta-copo incorporado; Movimentação articulada permitindo aproximação ao operador e auxiliar; Mínimo de 02 sugadores independentes, sendo: 01 sugador de saliva; 01 sugador de alta potência; Sistema de lavagem da cuba, com acionamento automático, temporizado, por pedal ou comando eletrônico. Intensidade luminosa mínima de 30.000 Lux; Regulagem gradual de intensidade luminosa; Luz branca uniforme; Sistema de iluminação sem geração excessiva de calor; Cabeçote com movimentação horizontal e vertical; Acionamento por sensor ou painel eletrônico; Puxadores removíveis e autoclaváveis. Base com 05 rodízios de alta resistência; Sistema de elevação por pistão a gás; Regulagem de altura; Assento anatômico; Encosto anatômico com regulagem; Revestimento impermeável e lavável. Alimentação bivolt automático 127/220V ou compatível com a rede elétrica local; Equipamento acompanhado de todos os cabos, conexões e acessórios necessários ao pleno funcionamento. O equipamento ofertado deverá possuir:Registro ativo junto à ANVISA; Certificação conforme normas aplicáveis da ABNT; Manual de operação em língua portuguesa; Catálogo técnico do fabricante. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Instalação completa inclusa; Testes operacionais após instalação; Treinamento presencial para operação, limpeza, conservação e utilização do equipamento aos profissionais designados pela Secretaria Municipal de Saúde; Assistência técnica autorizada em território nacional, com disponibilidade de atendimento técnico no Estado do Paraná ou região Sul do Brasil.; Fornecimento de manuais e certificados de garantia						
TOTAL								19.980,00

D BERLATO & CIA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	LASER TERAPEUTICO DE BAIXA INTENSIDADE Equipamento de laser terapêutico de baixa intensidade, indicado para uso em fisioterapia, reabilitação, analgesia, ação anti-inflamatória, cicatrização e reparo de lesões teciduais. O equipamento deverá possuir emissão de luz vermelha e infravermelha, com os seguintes comprimentos de onda: Laser vermelho: aproximadamente 660 nm, admitida variação técnica conforme fabricante; Laser infravermelho: aproximadamente 808 nm, admitida variação técnica conforme fabricante; Potência mínima de saída de 100 mW por comprimento de onda ou superior. O equipamento deverá permitir aplicação terapêutica em modo pontual, com controle dos parâmetros de dose, tempo e energia aplicada, conforme protocolos clínicos do fabricante. Deverá possuir sistema de segurança para emissão do laser, sinalização visual e/ou sonora durante o funcionamento e atender às normas técnicas aplicáveis para equipamentos eletromédicos. Acessórios mínimos que deverão acompanhar o equipamento: 01 suporte para peça de mão; 01 pulseira para aplicação da técnica ILIB ou acessório equivalente compatível; espaçadores;01 fonte de alimentação; 01 case ou maleta para transporte; 01 óculos de proteção para o profissional; 01 óculos de proteção para o paciente; Manual de instruções em língua portuguesa. Exigências complementares: Alimentação elétrica bivolt automático ou compatível com a rede elétrica nacional; Equipamento novo, sem uso anterior;Registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Garantia mínima de 12 (doze) meses;Assistência técnica autorizada em território nacional;Manual de operação em português. O equipamento deverá ser entregue completo, montado, testado e em perfeitas condições de funcionamento.			UN	1,00	3.800,00	3.800,00
TOTAL								3.800,00

OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	BOMBA DE INFUSÃO BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA COM COMPATIBILIDADE PARA EQUIPOS UNIVERSAIS			UN	4,00	2.214,00	8.856,00

		Bomba de infusão volumétrica eletrônica, microprocessada, destinada à administração controlada de soluções por via intravenosa, enteral e parenteral, para utilização em ambiente hospitalar, ambulatorial e unidades de saúde. O equipamento deverá ser compatível com equipos universais para bomba de infusão, devidamente registrados na ANVISA, não sendo admitida a obrigatoriedade de utilização de equipos proprietários ou exclusivos de um único fabricante. Deverá possuir display digital para visualização e programação dos parâmetros de infusão, permitindo acompanhamento das informações operacionais pelo usuário. Possuir programação de taxa de infusão, volume a ser infundido, volume infundido e tempo de infusão, com precisão compatível para uso clínico hospitalar. Possuir função KVO (Keep Vein Open) ou equivalente, função bolus manual e/ou automático, sistema de segurança contra fluxo livre e demais recursos necessários para administração segura das soluções. Deverá permitir programação por diferentes parâmetros clínicos, incluindo taxa, volume, tempo, dose, peso e gotejamento ou recursos equivalentes. Possuir alarmes audiovisuais para, no mínimo: Oclusão; Ar na linha; Porta aberta; Fim de infusão; Bateria baixa; Bateria descarregada; Mau posicionamento do equipo; Fluxo anormal; Demais situações que comprometam a segurança da terapia. Possuir ajuste de sensibilidade de oclusão e bloqueio de teclado ou tela para evitar alterações indevidas na programação. Possuir memória para armazenamento de eventos, histórico de infusões ou recurso equivalente. Alimentação elétrica bivolt automática, 100 a 240 V, 50/60 Hz. Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 4 (quatro) horas de funcionamento contínuo após carga completa. Equipamento adequado para utilização contínua em ambiente hospitalar, atendendo às normas técnicas aplicáveis para equipamentos eletromédicos. Acessórios mínimos inclusos: Suporte ou grampo para fixação em haste de soro; Cabo de alimentação; Fonte de alimentação quando aplicável; Manual de operação em língua portuguesa; Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento. Exigências obrigatórias: Equipamento novo, sem uso anterior; Registro na ANVISA; Certificação conforme normas técnicas aplicáveis aos equipamentos eletromédicos; Manual de operação em português; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Assistência técnica autorizada em território nacional. Treinamento Operacional: A contratada deverá fornecer treinamento operacional e capacitação aos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, sem custos adicionais, contemplando instalação, configuração, programação, utilização, limpeza, conservação, procedimentos de segurança e orientações básicas de manutenção preventiva do equipamento.							
TOTAL								8.856,00

SC MEDICAL INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	APARELHO DE ULTRASSOM APARELHO DE ULTRASSOM DIAGNÓSTICO com possibilidade futura para uso de cardiologia adulto: Equipamento transportável sobre rodízios com no mínimo de 7.000.000 canais digitais de processamento para oferecer qualidade de imagem em Modo 2D, Modo M, modo M Anatômico. Modo Power Doppler, Modo Color Doppler, Modo Doppler Espectral e Doppler Contínuo. Modo 2D. Console ergonômico com ajuste de altura e giro, teclas programáveis. Tecnologia de feixes compostos e tecnologia de redução de ruído e artefatos. Imagem Trapezoidal no Transdutor Linear. Imagem Harmônica: função com aplicação para todos os transdutores. Imagem Harmônica de Pulso Invertido. Modo M, Modo Power Doppler. Modo Color Doppler. Modo Dual Live: divisão de imagem em tela dupla de Modo B + Modo Color, ambos em tempo real. Power Doppler Direcional. Modo Doppler Espectral. Modo Doppler Contínuo. Tissue Doppler Imaging (TDI) colorido e espectral. Modo Triplex. Pacote de cálculos específicos. Pacote de cálculos simples. Tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em Modo B e Modo Doppler. Divisão de tela em no mínimo 1,2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em Modo B, Modo M, Modo Power, Modo Color, Modo Espectral, Dual - Modo de divisão dupla de tela com combinações de Modos. Software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. Software de análise automática da curva Doppler. Permitir acesso às imagens salvas para pós-análise e processamento. Possibilitar armazenar as imagens em movimento. Cine loop e Cine Loop Save. Pós-processamento de medidas. Pós-processamento de imagens. Banco de palavras em Português. Monitor LCD ou LED com no mínimo 21 polegadas com braço articulado com ajuste de altura, ângulo e giro independente do console. com tela secundaria de no mínimo 10 polegadas, Deve permitir arquivar/revisar imagens. Frame rate de pelo menos 2500 frames por segundo. Todos os transdutores multifrequenciais, banda larga. HD ou SSD interno de no mínimo 500 GB. Mínimo de 03 portas USB. Mínimo de 04 portas ativas para transdutores sem uso de adaptadores. Conectividade de rede DICOM. DICOM 3.0, e 04 portas ativas para transdutores. Conectividade de rede DICOM. DICOM 3.0. Gravação disponível em CD/DVD-RW ou memória USB ou DICOM, sistema operacional Windows. Gravação de imagens em pen drive. Impressão direta. Pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário.			UN	1,00	132.900,00	132.900,00

		Acompanhar os seguintes transdutores banda larga multifrequenciais, admitindo-se variação de ± 1 MHz nas frequências especificadas, bem como frequências equivalentes ou superiores, desde que preservadas as aplicações clínicas e o desempenho diagnóstico do equipamento: Transdutor Convexo que atenda frequência nominal de 2.0 a 5.0 MHz, admitindo-se variação de ± 1 MHz; Transdutor Endocavitário que atenda frequência nominal de 5.0 a 10.0 MHz, admitindo-se variação de ± 1 MHz; Transdutor Linear que atenda frequência nominal de 4.0 a 14.0 MHz, admitindo-se variação de ± 1 MHz; Transdutor Setorial adulto que atenda frequência nominal de 2.0 a 4.0 MHz, admitindo-se variação de ± 1 MHz. Acessórios: Impressora colorida, nobreak compatível com o equipamento.						
TOTAL								132.900,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 165.536,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e dois dias de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:DF90A524

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ANEXO I-BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.069.306,20	92.476.778,25	10.732.177,93	11,61	44.775.639,79	48,42	47.701.138,46
RECEITAS CORRENTES	60.897.306,20	62.892.032,96	8.903.591,61	14,16	33.544.010,86	53,34	29.348.022,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.289.100,00	12.339.950,03	1.826.651,42	14,80	6.388.107,88	51,77	5.951.842,15
Impostos	12.180.650,00	12.180.650,00	1.812.802,49	14,88	6.246.177,44	51,28	5.934.472,56
Taxas	108.450,00	159.300,03	13.848,93	8,69	141.930,44	89,10	17.369,59
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.657.800,00	3.657.800,00	653.174,74	17,86	2.587.263,63	70,73	1.070.536,37
Contribuições Sociais	2.827.600,00	2.827.600,00	476.691,33	16,86	1.901.782,46	67,26	925.817,54
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	830.200,00	830.200,00	176.483,41	21,26	685.481,17	82,57	144.718,83
RECEITA PATRIMONIAL	1.173.310,00	1.197.045,81	669.920,12	55,96	2.479.787,58	207,16	-1.282.741,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.173.310,00	1.197.045,81	669.920,12	55,96	2.479.787,58	207,16	-1.282.741,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	54.000,00	54.000,00	10.220,00	18,93	27.980,00	51,81	26.020,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.000,00	29.000,00	1.876,00	6,47	7.035,00	24,26	21.965,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	1.876,00	0,00	7.035,00	0,00	-7.035,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.692.251,20	44.612.392,12	5.317.679,84	11,92	21.278.101,02	47,70	23.334.291,10
Transferências da União e de suas Entidades	31.951.151,20	33.135.415,46	3.665.876,59	11,06	14.639.900,03	44,18	18.495.515,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.841.100,00	8.576.976,66	1.222.614,75	14,25	4.810.774,18	56,09	3.766.202,48
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.900.000,00	2.900.000,00	429.188,50	14,80	1.827.426,81	63,01	1.072.573,19
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.001.845,00	1.001.845,00	424.069,49	42,33	775.735,75	77,43	226.109,25
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14.520,00	14.520,00	2.505,95	17,26	7.067,13	48,67	7.452,87
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	386,06	0,00	-386,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	987.325,00	987.325,00	421.563,54	42,70	768.282,56	77,81	219.042,44

RECEITAS DE CAPITAL	4.172.000,00	29.584.745,29	1.828.586,32	6,18	11.231.628,93	37,96	18.353.116,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	33,33	2.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	33,33	2.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300.000,00
Alienação de Bens Móveis	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	872.000,00	23.284.745,29	1.828.586,32	7,85	10.231.628,93	43,94	13.053.116,36
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	3.136.961,45	0,00	0,00	202.882,61	6,47	2.934.078,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	872.000,00	20.147.783,84	1.828.586,32	9,08	10.028.746,32	49,78	10.119.037,52
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	65.069.306,20	92.476.778,25	10.732.177,93	11,61	44.775.639,79	48,42	47.701.138,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	65.069.306,20	92.476.778,25	10.732.177,93	11,61	44.775.639,79	48,42	47.701.138,46
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	65.069.306,20	92.476.778,25	10.732.177,93	11,61	44.775.639,79	48,42	47.701.138,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.594.192,82	-	-	5.594.192,82	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.594.192,82	-	-	2.024.795,35	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	62.196.456,20	95.071.541,29	7.536.939,18	47.696.835,47	47.374.705,82	9.381.523,64	32.918.170,76	62.153.370,53	32.100.674,83
DESPESAS CORRENTES	51.715.231,20	55.766.404,05	6.784.894,41	29.517.766,45	26.248.637,60	7.146.793,80	28.381.475,37	27.384.928,68	27.601.203,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.751.389,00	24.778.623,74	3.952.427,07	15.536.959,24	9.241.664,50	3.938.250,38	15.515.737,40	9.262.886,34	15.504.098,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	772.000,00	772.000,00	82.460,06	365.222,78	406.777,22	82.460,06	365.222,78	406.777,22	365.222,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.191.842,20	30.215.780,31	2.750.007,28	13.615.584,43	16.600.195,88	3.126.083,36	12.500.515,19	17.715.265,12	11.731.881,93
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.191.842,20	30.215.780,31	2.750.007,28	13.615.584,43	16.600.195,88	3.126.083,36	12.500.515,19	17.715.265,12	11.731.881,93
DESPESAS DE CAPITAL	8.961.300,00	37.785.212,24	752.044,77	18.179.069,02	19.606.143,22	2.234.729,84	4.536.695,39	33.248.516,85	4.499.471,39
INVESTIMENTOS	8.101.300,00	36.925.212,24	595.338,92	17.596.965,04	19.328.247,20	2.092.776,75	3.969.344,17	32.955.868,07	3.932.120,17
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	860.000,00	860.000,00	156.705,85	582.103,98	277.896,02	141.953,09	567.351,22	292.648,78	567.351,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.519.925,00	1.519.925,00	0,00	0,00	1.519.925,00	0,00	0,00	1.519.925,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.874.850,00	3.001.429,78	298.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	598.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	1.414.508,26
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	65.071.306,20	98.072.971,07	7.835.177,50	49.111.343,73	48.961.627,34	9.979.761,96	34.332.679,02	63.740.292,05	33.515.183,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	65.071.306,20	98.072.971,07	7.835.177,50	49.111.343,73	48.961.627,34	9.979.761,96	34.332.679,02	63.740.292,05	33.515.183,09
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	10.442.960,77	-	11.260.456,70
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	65.071.306,20	98.072.971,07	7.835.177,50	49.111.343,73	-	9.979.761,96	44.775.639,79	-	44.775.639,79
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	774.997,17	1.784.416,20	-1.784.416,20			-1.794.519,62	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO PARANA, emitido em 21/set/2026 as 07h e 31m.									

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.874.850,00	3.001.429,78	298.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	598.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	1.414.508,26
DESPESAS CORRENTES	2.874.850,00	3.001.429,78	298.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	598.238,32	1.414.508,26	1.586.921,52	1.414.508,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.744.850,00	1.871.429,78	245.923,54	987.201,88	884.227,90	245.923,54	987.201,88	884.227,90	987.201,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.130.000,00	1.130.000,00	52.314,78	427.306,38	702.693,62	352.314,78	427.306,38	702.693,62	427.306,38

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO	***ROBSON LUIS CAVENAGHI***	***CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON***
Prefeito Municipal	Contador - CRC BA 037588/0 T-PR	Controlador Interno

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:729589BE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ANEXO VIII-RECEITAS E DESPESAS MANUT. E DESENV. DO ENSINO

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**12.172.150,00**	**6.246.177,44**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	7.541.440,00	3.050.777,76
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.375.000,00	725.910,16
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.445.710,00	1.012.970,38
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.810.000,00	1.456.519,14
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**43.515.000,00**	**19.513.311,76**
2.1- Cota-Parte FPM	34.450.000,00	14.748.764,75
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	32.550.000,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.900.000,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	7.800.000,00	4.244.570,97
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	67.371,73
2.4- Cota-Parte ITR	55.000,00	54.741,13
2.5- Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	397.863,18
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**55.687.150,00**	**25.759.489,20**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 8.323.000,00**	**R$ 3.726.812,69**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**5.598.787,50**	**2.713.059,61**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**2.931.838,26**	**2.029.900,71**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.912.000,00	2.009.859,28
6.1.1- Principal	2.900.000,00	1.994.462,84
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	12.000,00	15.396,44
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	17.938,26	17.938,26
6.2.1- Principal	17.938,26	17.938,26
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.900,00	2.103,17
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.900,00	2.103,17
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-5.423.000,00**	**-1.732.349,85**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**150.233,29**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	142.775,62	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	7.457,67	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**2.180.134,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**3.080.171,55**	**2.026.025,18**	**2.013.785,29**	**1.995.260,03**	**12.239,89**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.926.482,41	1.927.005,58	1.927.005,58	1.927.005,58	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.426.690,00	1.321.159,08	1.321.159,08	1.321.159,08	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	1.417.182,41	605.846,50	605.846,50	605.846,50	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	7.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	74.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	153.689,14	99.019,60	86.779,71	68.254,45	12.239,89
10.2.1- Educação Infantil	4.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	149.089,14	99.019,60	86.779,71	68.254,45	12.239,89
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**1.895.883,73**	**1.895.883,73**	**1.895.883,73**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.879.468,55	1.879.468,55	1.879.468,55	0,00	0,00	0,00

11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	16.415,18	16.415,18	16.415,18	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.895.883,73	1.895.883,73	1.895.883,73	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.419.458,28	1.895.883,73	1.895.883,73	93,49
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	202.990,07	134.016,98	134.016,98	0,00	6,60

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	302.311,25	142.775,62	47.537,03	26.386,05	68.852,54	95.238,59
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	291.531,30	84.263,41	47.537,03	26.386,05	10.340,33	36.726,38
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	10.779,95	58.512,21	0,00	0,00	58.512,21	10.779,95

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**11.776.896,18**	**4.146.964,57**	**4.090.254,31**	**4.080.485,24**	**56.710,26**
20.1- Educação Infantil	3.666.212,50	1.042.833,04	1.018.234,33	1.018.234,33	24.598,71
20.2- Ensino Fundamental	5.894.660,48	2.541.407,99	2.519.669,58	2.518.560,76	21.738,41
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	448.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	1.767.823,20	562.723,54	552.350,40	543.690,15	10.373,14
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**12.557.934,53**	**5.480.124,76**	**5.433.787,64**	**5.432.678,82**	**46.337,12**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.097.002,50	2.363.992,12	2.339.393,41	2.339.393,41	24.598,71
21.1.1- Creche	5.097.002,50	2.363.992,12	2.339.393,41	2.339.393,41	24.598,71
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.460.932,03	3.116.132,64	3.094.394,23	3.093.285,41	21.738,41
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					4.090.254,31
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.726.812,69
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)					36.726,38
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))					0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					**7.780.340,62**
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			6.439.872,30	7.780.340,62	30,20
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**24.537,64**	**9.214,10**	**18.952,40**	**0,00**	**5.585,24**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	24.537,64	9.214,10	18.952,40	0,00	5.585,24
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**778.050,00**	**384.181,33**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**215.600,00**	**135.315,16**
31.1.1- Salário-Educação	215.600,00	135.070,49
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	244,67
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**0,00**	**0,00**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**290,38**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**562.450,00**	**248.575,79**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**862.178,12**	**703.570,44**	**657.579,61**	**616.851,01**	**45.990,83**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	53.250,00	211.798,01	196.140,47	179.706,59	15.657,54
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	716.478,12	470.609,37	442.495,15	418.200,43	28.114,22
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	150,00	657,80	657,80	657,80	0,00
32.8- OUTRAS	30.000,00	20.505,26	18.286,19	18.286,19	2.219,07
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**15.719.245,85**	**6.876.560,19**	**6.761.619,21**	**6.692.596,28**	**114.940,98**
33.1- Despesas Correntes	**14.416.884,29**	**6.871.510,19**	**6.759.549,21**	**6.692.596,28**	**111.960,98**
33.1.1- Pessoal Ativo	7.534.183,55	4.981.031,51	4.980.787,18	4.980.787,18	244,33
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	335.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.547.700,74	1.890.478,68	1.778.762,03	1.711.809,10	111.716,65
33.2- Despesas de Capital	**1.302.361,56**	**5.050,00**	**2.070,00**	**0,00**	**2.980,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.302.361,56	5.050,00	2.070,00	0,00	2.980,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	150.233,29	739,69
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	2.027.797,54	135.070,49
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	4.406.176,07	99.956,06
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-2.228.145,24	35.854,12
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-2.228.145,24	35.854,12
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO PARANA, emitido em 21/set/2026 as 07h e 36m.		
1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.		
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO	***ROBSON LUIS CAVENAGHI***	***CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON***
Prefeito Municipal	Contador - CRC BA 037588/0 T-PR	Controlador Interno

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:78E0EC05

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 058/2026

LEI MUNICIPAL Nº 058 DE 2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 6.685.301,95 (seis milhões seiscentos e oitenta e cinco mil trezentos e um reais e noventa e cinco centavos), destinados para a execução Convênio Nº 1039/2026 SECID - Recapeamento Asfáltico, Convênio Nº 1040-2026 SECID - Construção de Sanitário Coletivo no Distrito de Porto São José, Convênio nº 309/2023 SECID - Infraestrutura Urbana Pavimentação, Contrato de Repasse Nº 4125902-2023 Ministério Das Cidades – Programa

Itaipu Mais Que Energia - Casa Queimada, e para a amortização do aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS, cuja consignação far-se-á na seguinte dotação:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.505.	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.3.91.97.	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	300.000,00
03.001.04.129.	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	
03.001.04.129.0004.	SERVIÇOS COORD. PLANEJ. ADMINISTRADOR FINANCEIRA	
03.001.04.129.0004.2.012.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.14.	DIÁRIAS - CIVIL	
Fonte TCE 510 Código Local 1510 Fonte Padrão 510.01.07.00.00	TAXAS - Exercício do Poder de Polícia	8.363,00
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.451.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
04.001.15.451.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.15.451.0015.1.030.	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 970 Código Local 31970 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	ParanáCidade Conv 309/2023 SECID Estrutura Urbana Pavimentação	2.365.987,06
04.001.15.451.0015.1.031.	RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 32089 Código Local 32089 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 1039/2026 SECID - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	2.000.000,00
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIARIO	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	
04.001.26.782.0015.1.215.	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 985 Código Local 33985 Fonte Padrão 1072.03.99.01.02	Itaipu Binacional - Programa Itaipu Mais Que Energia	1.484.899,86
10.	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
10.001.	SECRETARIA GERAL - SEMMA	
10.001.18.	GESTÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.1.153.	PROSSEGUIMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NO PORTO SÃO JOSÉ	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 32088 Código Local 32088 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 1040-2026 SECID - CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO COLETIVO NO DISTR. PSJ.	499.749,42
Fonte TCE 501 Código Local 1049 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	26.302,61
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		6.685.301,95

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento, do superavit financeiro de fonte do exercício anterior, e do Excesso de Arrecadação Alínea de Receita do Exercício Corrente a seguir discriminados, a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
04.001.26.782.0015.	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.26.782.0015.1.456.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	

4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 501 Código Local 1049 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	26.302,61
Total dos Cancelamentos		26.302,61
SUPERAVIT FINANCEIRO – EXERCÍCIO ANTERIOR		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	300.000,00
Fonte TCE 985 Código Local 33985 Fonte Padrão 1072.03.99.01.02	Itaipu Binacional - Programa Itaipu Mais Que Energia	1.484.899,86
Total do Superavit Utilizado		1.784.899,86
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte TCE 32088 Código Local 32088 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.41.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 1040-2026 SECID - CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIO COLETIVO NO DISTR. PSJ.	499.749,42
Fonte TCE 32089 Código Local 32089 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.42.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 1039/2026 SECID - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	2.000.000,00
Fonte TCE 510 Código Local 1510 Fonte Padrão 510.01.07.00.00	RECEITA 1.1.2.1.01.0.1.02.00.00.00.00. TAXAS - Exercício do Poder de Polícia	8.363,00
Fonte TCE 970 Código Local 31970 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.5.1.01.0.1.01.00.00.00.00. ParanáCidade Conv 309/2023 SECID Infraestrutura Urbana Pavimentação	2.365.987,06
	Total do Excesso de Arrecadação	4.874.099,48
	Total Geral desta Lei	6.685.301,95

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:A036F823

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 059/2026

LEI MUNICIPAL Nº 059 DE 2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Especial na importância total de R$ 68.071,37 (sessenta e oito mil setenta e um reais e trinta e sete centavos), destinado a devolução de saldo de repasse FIPAR e quitação de precatório, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.91.	SENTENÇAS JUDICIAIS	
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	67.200,00
08.	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.241.	ATENDIMENTO AO IDOSO	
08.001.08.241.0026.	ATENDIMENTO AO IDOSO	
08.001.08.241.0026.2.072	Atividade Sócio Educativas com Idoso	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte TCE 995 Código Local 33995 Fonte Padrão 900.09.06.05.05	FIPAR - INCENTIVO PARANA VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023 - Exercícios Anteriores	813,84
Fonte TCE 995	FIPAR - INCENTIVO PARANA VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023	57,53

Código Local 31995 Fonte Padrão 900.09.06.05.05		
Total do Credito Autorizado		**68.071,37**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente, do superavit financeiro de fonte do exercício anterior e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
08.	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.241.	ATENDIMENTO AO IDOSO	
08.001.08.241.0026.	ATENDIMENTO AO IDOSO	
08.001.08.241.0026.2.072	Atividade Sócio Educativas com Idoso	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 995 Código Local 33995 Fonte Padrão 900.09.06.05.05	FIPAR - INCENTIVO PARANA VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023 - Exercícios Anteriores	813,84
Total dos Cancelamentos		813,84

SUPERAVIT FINANCEIRO		
FONTE	**DENOMINAÇÃO DA FONTE**	**VALOR**
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	67.200,00
	Total do Superávit Financeiro	67.200,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte TCE 995 Código Local 31995 Fonte Padrão 900.09.06.05.05	RECEITA 1.3.2.1.01.1.1.03.20.00.00.00. R.A.F. C/C 27862-9 FIPAR - INCENTIVO PARANA VIAJA MAIS 60 DEL. 024/2023	57,53
Total do Excesso de Arrecadação		57,53
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**68.071,37**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional especial na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.
Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:8E5709AA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 060/2026

LEI MUNICIPAL Nº 060 DE 2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 513.500,00 (quinhentos e treze mil e quinhentos reais), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.17.	SANEAMENTO	
04.001.17.512.	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
04.001.17.512.0016.	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
04.001.17.512.0016.2.035.	SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	54.000,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0018.	ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 5ª Séries)	
05.001.12.361.0018.2.045.	ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 5ª SÉRIES - RECURSOS PRÓPRIOS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	

3.1.90.04.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	170.000,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.002.	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.2.051	Creches Municipais (Recursos Próprios)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.04.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	35.000,00
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	100.000.00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	10.000,00
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001	DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001.27.	DESPORTO E LAZER	
06.001.27.812.	DESPORTO COMUNITÁRIO	
06.001.27.812.0021.	DESPORTO E LAZER PARA TODO	
06.001.27.812.0021.2.054.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	70.000,00
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	17.500,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.2.089.	PACS – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	48.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	9.000,00
Total do Credito Aberto		**513.500,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento, e do superavit financeiro de fonte do exercício anterior, seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.1.218.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS - LEVES E UTILITÁRIOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	87.500,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
05.001.12.122.0018.	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO - ÁREA DE ATUAÇÃO LDB	
05.001.12.122.0018.1.004.	Reequipamento da Secretaria de Educação	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028	Demais impostos vinculados à educação básica	30.000,00

Fonte Padrão 104.01.01.00.00		
05.001.12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0018.	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO - ÁREA DE ATUAÇÃO LDB	
05.001.12.361.0018.1.005.	Reequipamento das Escolas Municipais	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	40.000,00
05.001.12.361.0018.1.176.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	105.000,00
05.001.12.361.0018.1.206.	Ampliação e Reforma da Unidades Escolares de Ensino Fundamental	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	50.000,00
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.1.006.	Reequipamento dos Centros Municipais de Educação Infantil	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	35.000,00
05.001.12.365.0019.1.471.	AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS CRECHES MUNICIPAIS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	55.000,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.2.061.	PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	52.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	5.000,00
Total dos Cancelamentos		459.500,00
SUPERAVIT FINANCEIRO – EXERCÍCIO ANTERIOR		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	54.000,00
Total do Superavit Utilizado		54.000,00
Total Geral		**513.500,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:98033BBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RELATORIO DE GESTAO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 4º BIMESTRE DE 2026

MUNICIPIO DE SAPOPEMA - PR		
RELATORIO DE GESTAO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
4º BIMESTRE DE 2026 – 07/2026 A 08/2026		
BALANÇO ORÇAMENTARIO	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
Previsão Inicial da Receita	16.666,67	66.666,68
Previsão Atualizada da Receita	22.083,33	88.333,32
Receitas Realizadas	5.360,52	102.454,26
Déficit Orçamentário	0,00	14.120,94
Pagamento Restos a Pagar	11.919,97	11.919,97
Dotação Inicial	16.666,67	66.666,68
Crédito Adicional	5.416,66	21.666,64
Dotação Atualizada	22.083,33	88.333,32
Despesas Empenhadas	5.360,52	102.454,26
Despesas Liquidadas	5.360,52	102.454,26
Despesas Pagas	5.360,52	89.629,88
Superávit / Déficit Orçamentário		14.120,94

DESPESA POR FUNÇAO/SUBFUNÇAO	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE
DESPESAS EMPENHADAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	5.360,52	102.454,26
TOTAL	**5.360,52**	**102.454,26**
DESPESAS LIQUIDADAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	5.360,52	102.454,26
TOTAL	**5.360,52**	**102.454,26**
DESPESAS PAGAS:		
08.243.0012.6031 – Manut.Fundo Mun.Criança/Adolesc	5.360,52	89.629,88
TOTAL	**5.360,52**	**89.629,88**

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS:		
Conta Movimento	12.824,38	12.824,38
Contas vinculadas	0,00	0,00
TOTAL	**12.824,38**	**12.824,38**
CONTAS A PAGAR	**NO BIMESTRE**	**ATÉ O BIMESTRE**
Do Exercício	12.824,38	12.824,38
RESTOS A PAGAR		
Exercícios Anteriores	0,00	0,00
TOTAL	**12.824,38**	**12.824,38**
CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA	***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***	
Contador	Prefeito Municipal	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4A0D8471

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO INTRAORÇ DESPESA 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	821.555,65	568.444,35	253.947,28	821.555,65	568.444,35	821.555,65
TOTAL (V) = (III + IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	821.555,65	568.444,35	253.947,28	821.555,65	568.444,35	821.555,65
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR			***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***						
Prefeito Municipal			Contador(A)						
Entidades:									
Município de Sapopema									

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C309B796

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO INTRAORÇ RECEITA 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITA CORRENTES	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
CONTRIBUIÇÕES	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RPPS	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR			***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***				
Prefeito Municipal			Contador(a)				
Entidades:							
Município de Sapopema							

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:DC87E568

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO ORÇ DESPESA 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	43.108.179,62	37.290.892,66
DESPESAS CORRENTES	42.390.016,00	47.806.552,21	8.930.648,49	32.385.489,43	15.421.062,78	8.533.671,63	31.620.039,26	16.186.512,95	27.232.080,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.181.635,00	24.480.552,55	4.169.167,05	16.405.711,51	8.074.841,04	4.169.167,05	16.405.711,51	8.074.841,04	14.296.344,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	605.000,00	646.000,00	175.495,02	628.280,97	17.719,03	175.495,02	628.280,97	17.719,03	628.280,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.603.381,00	22.679.999,66	4.585.986,42	15.351.496,95	7.328.502,71	4.189.009,56	14.586.046,78	8.093.952,88	12.307.454,91
DESPESAS DE CAPITAL	3.029.600,00	41.273.257,01	8.367.092,76	31.687.459,36	9.585.797,65	7.810.168,87	14.810.374,34	26.462.882,67	10.058.812,56
INVESTIMENTOS	1.034.600,00	39.209.957,96	7.998.853,34	30.175.381,09	9.034.576,87	7.408.929,45	13.374.970,74	25.834.987,22	8.623.408,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.995.000,00	2.063.299,05	368.239,42	1.512.078,27	551.220,78	401.239,42	1.435.403,60	627.895,45	1.435.403,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	43.108.179,62	37.290.892,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	43.108.179,62	37.290.892,66
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.603.551,53
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	43.108.179,62	45.894.444,19
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR					***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***				
Prefeito Municipal					Contador(A)				
Entidades:									
Município de Sapopema									

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8C636BC7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO I - BALANÇO ORÇ RECEITA 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.488.400,00	83.033.038,78	11.942.728,61	14,38	45.072.888,54	54,28	37.960.150,24
RECEITAS CORRENTES	44.488.400,00	49.676.451,59	8.738.082,42	17,59	35.560.159,57	71,58	14.116.292,02
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.152.600,00	4.605.100,00	864.871,31	18,78	3.047.111,27	66,17	1.557.988,73
IMPOSTOS	3.981.800,00	4.421.300,00	846.977,17	19,16	2.893.516,57	65,44	1.527.783,43
TAXAS	170.800,00	183.800,00	17.894,14	9,74	153.594,70	83,57	30.205,30
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	409.500,00	409.500,00	72.670,49	17,75	314.510,64	76,80	94.989,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	409.500,00	409.500,00	72.670,49	17,75	314.510,64	76,80	94.989,36
RECEITA PATRIMONIAL	206.000,00	266.350,21	214.249,01	80,44	711.694,67	267,20	(445.344,46)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	59.000,00	59.000,00	7.712,16	13,07	22.841,90	38,72	36.158,10
VALORES MOBILIÁRIOS	147.000,00	207.350,21	206.536,85	99,61	688.852,77	332,22	(481.502,56)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	159.600,00	159.600,00	25.574,65	16,02	100.051,06	62,69	59.548,94
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	159.600,00	159.600,00	25.574,65	16,02	100.051,06	62,69	59.548,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.487.680,00	44.117.081,38	7.516.367,16	17,04	31.317.276,48	70,99	12.799.804,90
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	22.020.720,00	25.843.701,84	4.647.856,17	17,98	18.074.004,43	69,94	7.769.697,41
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	10.339.960,00	10.992.391,13	1.523.836,54	13,86	7.522.271,04	68,43	3.470.120,09
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	7.127.000,00	7.280.988,41	1.344.674,45	18,47	5.721.001,01	78,57	1.559.987,40
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	73.020,00	118.820,00	44.349,80	37,33	69.515,45	58,50	49.304,55
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	1.400,00	94,84	6,77	1.614,20	115,30	(214,20)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	9.400,00	2.209,26	23,50	10.559,42	112,33	(1.159,42)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	73.020,00	108.020,00	42.045,70	38,92	57.341,83	53,08	50.678,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	33.356.587,19	3.204.646,19	9,61	9.512.728,97	28,52	23.843.858,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.095.741,73	0,00	0,00	1.552.183,91	141,66	(456.442,18)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	1.095.741,73	0,00	0,00	1.552.183,91	141,66	(456.442,18)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	161.010,00	215.080,00	133,58	215.080,00	133,58	(54.070,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	161.010,00	215.080,00	133,58	215.080,00	133,58	(54.070,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	32.099.835,46	2.989.566,19	9,31	7.745.465,06	24,13	24.354.370,40
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	3.632.443,73	0,00	0,00	224.524,58	6,18	3.407.919,15
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	28.467.391,73	2.989.566,19	10,50	7.520.940,48	26,42	20.946.451,25
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.390.000,00	1.390.000,00	253.947,28	18,27	821.555,65	59,10	568.444,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	45.878.400,00	84.423.038,78	12.196.675,89	14,45	45.894.444,19	54,36	38.528.594,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	45.878.400,00	84.423.038,78	12.196.675,89	14,45	45.894.444,19	54,36	38.528.594,59
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	535.969,41	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	45.878.400,00	84.423.038,78	12.196.675,89	14,45	45.894.444,19	54,36	38.528.594,59
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR			***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***				
Prefeito Municipal			Contador(a)				
Entidades:							
Município de Sapopema							

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:19BE4934

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO VIII - DEM REC DESPESA COM EDUCAÇÃO 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	4.421.300,00	2.893.516,57
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	308.900,00	303.949,43
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	605.000,00	227.695,99
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.329.100,00	1.604.032,74
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.178.300,00	757.838,41
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	33.862.300,00	21.896.196,51
2.1 - Cota-parte FPM	22.151.300,00	14.748.764,75
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.171.600,00	13.869.516,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.979.700,00	879.248,31
2.2 - Cota-parte ICMS	9.592.500,00	6.038.437,39
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	145.100,00	95.894,05
2.4 - Cota-parte ITR	609.800,00	96.059,26
2.5 - Cota-parte IPVA	1.363.600,00	917.041,06
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.283.600,00	24.789.713,08
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.376.520,00	4.203.389,64
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.194.380,00	1.994.038,63

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.379.725,03	7.289.133,07
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.379.666,55	5.802.319,08
6.1.1 - Principal	7.280.988,41	5.721.001,01
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	98.678,14	81.318,07
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	815.938,40	1.011.398,57
6.3.1 - Principal	815.938,40	1.011.398,57
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	184.120,08	475.415,42
6.4.1 - Principal	184.120,08	475.415,42
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	904.468,41	1.517.611,37

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	7.289.133,07

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.457.142,49	6.350.691,97	6.350.691,97	5.484.034,45	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.088.735,31	4.404.816,63	4.404.816,63	3.844.080,74	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.667.411,21	976.353,60	976.353,60	788.539,15	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.271.324,10	3.356.507,15	3.356.507,15	2.988.490,52	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	150.000,00	71.955,88	71.955,88	67.051,07	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.368.407,18	1.945.875,34	1.945.875,34	1.639.953,71	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	157.223,26	76.068,14	76.068,14	58.094,80	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.457.195,51	1.115.818,79	1.115.818,79	981.858,91	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	753.988,41	753.988,41	753.988,41	600.000,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS	6.344.596,37	6.344.596,37	5.477.938,85	0,00	0,00	0,00

COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO						
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.442.607,46	5.442.607,46	4.714.691,22	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	718.810,40	718.810,40	585.169,12	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	183.178,51	183.178,51	178.078,51	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.404.816,63	4.404.816,63	3.844.080,74	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	406.667,27	406.667,27	338.225,99	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	46.618,17	46.618,17	46.618,17	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.769.602,36	4.404.816,63	4.404.816,63	64,65
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	505.699,28	406.667,27	406.667,27	40,21
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	151.709,79	46.618,17	46.618,17	4,61

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	728.913,31	944.536,70	944.536,70	215.623,39	12,96

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	779.320,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	722.893,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	56.426,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.670.756,00	1.824.649,84	1.701.123,20	1.516.361,35	123.526,64
20.1 - Educação Infantil	617.000,00	104.655,93	104.655,93	83.655,93	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20.2 - Ensino Fundamental	3.033.756,00	1.719.993,91	1.596.467,27	1.432.705,42	123.526,64
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.203.910,08	7.349.397,52	7.225.870,88	6.333.344,73	123.526,64
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.441.634,47	1.157.077,67	1.157.077,67	930.289,88	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.762.275,61	6.192.319,85	6.068.793,21	5.403.054,85	123.526,64

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.701.123,20
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.203.389,64
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	215.623,39
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO	0,00

ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	5.688.889,45

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.197.428,27	5.688.889,45	22,95

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.471.121,03	899.527,27	1.469.737,58	0,00	1.383,45
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.230.814,87	881.852,35	1.229.431,42	0,00	1.383,45
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	215.135,65	0,00	215.135,65	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	25.170,51	17.674,92	25.170,51	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.112.991,14	1.382.686,73
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	719.227,35	615.614,17
31.1.1 - Salário-Educação	439.227,35	364.255,49
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	160.000,00	144.986,47
31.1.4 - PNATE	120.000,00	106.372,21
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	665.573,49	287.390,59
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	728.190,30	479.681,97

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.140.293,60	1.785.633,23	1.413.647,76	1.187.860,78	371.985,47
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	68.315,25	68.315,25	45.740,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.015.293,60	1.670.470,35	1.298.484,88	1.102.499,38	371.985,47
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	80.000,00	46.847,63	46.847,63	39.621,40	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	14.268.192,09	9.960.975,04	9.465.462,93	8.188.256,58	495.512,11
33.1 - Despesas Correntes	13.314.651,77	9.218.428,80	9.094.902,16	7.817.695,81	123.526,64
33.1.1 - Pessoal Ativo	8.114.174,15	5.631.329,34	5.631.329,34	4.861.660,23	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	753.988,41	753.988,41	753.988,41	600.000,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.446.489,21	2.833.111,05	2.709.584,41	2.356.035,58	123.526,64
33.2 - Despesas de Capital	953.540,32	742.546,24	370.560,77	370.560,77	371.985,47
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	953.540,32	742.546,24	370.560,77	370.560,77	371.985,47

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	240.306,16	36.333,67
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	7.295.228,67	364.255,49
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.724.340,61	389.671,87
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.811.194,22	10.917,29
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.811.194,22	10.917,29
Entidades:		
Município de Sapopema		
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR	***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***	
Prefeito Municipal	Contador(a)	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2E89E8AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -4.º BIMESTRE DE 2026

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA 36/2009 TCE/PR
RELATÓRIO DE GESTÃO 4 º BIMESTRE DE 2026
(Julho e Agosto)

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.6.016
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Ação		Despesas
Meta física	Não se aplica.	JULHO / 2026 = 03 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 15.834,70 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 2.087,83 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 547,24 3.3.90.48 Outros auxílios financeiros a pessoas físicas R$ 11.400,93 AGOSTO / 2026 = 05 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ R$18.117,35 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ R$2.090,67 3.3.90.14 Diárias R$964,00 3.3.90.30 Material de consumo R$1.387,97
Número de atendidos	08	
Dotação inicial	R$ 288.496,72	
Dotação atualizada	R$ 321.506,72	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$50.963,75	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$52.430,69	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 27.005,83	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 114.336,22 (cento e quatorze mil trezentose trinta eseis reais evinte e doiscentavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.5.001
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA OS PROGRAMAS NA ÁREA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ação		Despesas
Meta física	Não se aplica.	Justifica-se a não execução de recursos vinculados ao Projeto Atividade 5.001, até o presente momento, em razão de o processo licitatório Pregão Eletrônico n.º 10/2026, destinado à aquisição de equipamentos e material permanente, ainda não ter sido finalizado, encontrando-se atualmente em fase de julgamento das propostas. 4.4.90.52 equipamentos e material permanente R$ 1.771,21
Número de atendidos	Não se aplica.	
Dotação inicial	R$ 40,00	
Dotação atualizada	R$ 917.691,58	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 1.771,21	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 0,00 (zero reais).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.5002
OBRAS E INSTALAÇÕES PARA OS PROGRAMAS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação		Despesas
Meta física	Não se aplica.	Justifica-se a não execução de recursos destinados a obras e instalações até o presente momento, em razão da inexistência de tempo hábil para conclusão do processo licitatório correspondente. Paralelamente, esta Secretaria encontra-se em processo de captação de recursos vinculados passíveis de utilização em obras e manutenções dos prédios próprios, considerando que os recursos vinculados atualmente existentes não podem ser aplicados para essa finalidade.
Número de atendidos	Não se aplica.	
Dotação inicial	R$ 20,00	
Dotação atualizada	R$ 20,00	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 0,00 (zero reais).	

PROJETO ATIVIDADE 08.001.08.243.0012.6.002
MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Ação		Despesas
Meta física	PROMEC "Passaporte para futuro - Aprendiz": 177 adolescentes; "Informática em foco": encerrado no mês de Maio/2026 "Decolar fase II": 53 adolescentes, durante 01 ano (encerrado em 31 de Julho/2026). APAE: "Seu mundo é o meu mundo": 20 alunos.	PAEFI - PSEMC Julho: 27 Agosto: 17 SEAS - PSEMC Julho: 00 Agosto: 00 JULHO/2026 3.1.50.43. Subvenções sociais R$ 78.111,20 PROMEC: Fase II e III do projeto "Passaporte para o Futuro- Aprendiz". Observação: O Projeto Passaporte para o Futuro – Aprendiz, executado pela instituição PROMEC, corresponde ao Projeto/Atividade de Profissionalização de Adolescentes, o qual, no exercício de 2025, era executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Número de atendidos	Julho: Promec: Passaporte para o futuro - Aprendiz: 205 APAE: 20 Agosto: Promec: Passaporte para o Futuro - Aprendiz: 179 Informática em foco: 50 Decolar fase II: 50 APAE: 20	
Dotação inicial	R$ 70,00	
Dotação atualizada	R$ 622.378,86	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 78.111,20	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 78.111,20	
Total de despesas pagas no período de	R$312.444,80 (trezentos e doze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).	

Janeiro à agosto/2026	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.6.012
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

Ação		Despesas
Meta física	Demanda livre.	Julho: Atendimentos:472 Agosto: Atendimentos: 610 JULHO / 2026 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 56.901,65 3.1.90.13 Contribuições patronais R$ 4.499,85 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 4.228,08 3.3.90.14 Diárias Civil R$ 2.904,12 3.3.90.30 Material de consumo R$ 572,78 3.3.90.36 Outros serviços de terceiros - Pessoa física R$6.071,26 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 6.811,95 3.3.90.93 Indenizações e restituições R$ 62,00 AGOSTO /2026 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 51.648,19 3.1.90.13 Contribuições patronais R$ 4.499,85 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 3.214,00 3.3.90.30 Material de consumo R$ 321,68
Número de atendidos	1.082	
Dotação inicial	R$ 911.840,00	
Dotação atualizada	R$ 926.320,00	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 136.348,24	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 141.735,41	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 79.677,85	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 529.558,94 (quinhentos e vinteenove mil quinhentose cinquenta eoito reais enoventa e quatrocentavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.013
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Ação		Despesas
Meta física	300	CRAS Esperança: Julho: 31 Agosto:36 CRAS Independência: Julho: 42 Agosto:37 ADRAP: Julho: 66 Agosto: 66 APAE: Julho: 16 Agosto:16 Associação Pescadores de Vidas Julho: 82 Agosto:82 Promec: Julho: 52 Agosto:53 Obs: CONTABILIZADO OS SCFV DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NÃO GOVERNAMENTAL 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 56.323,98 3.1.90.94 Indenizações e restituições trabalhalistas R$ 1.262,15 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 7.901,40 3.3.90.30 Material de consumo R$ 4.123,18 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 5.533,60 AGOSTO /2026 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 51.969,31 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 7.586,26 3.3.90.30 Material de consumo R$ 1.043,40 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 7.996,44
Número de atendidos	579	
Dotação inicial	R$ 1.006.272,84	
Dotação atualizada	R$1.075.782,84	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$227.390,76	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 143.739,72	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 70.063,59	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 484.836,48 (quatrocentos e oitentae quatro miloitocentos etrinta e seisreais e quarentae oito centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.014
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MUNICIPAL

Ação		Despesas
Meta física	20	JULHO / 2026 = 12 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 116.061,21 3.1.90.13 Contribuições patronais R$ 1.492,46 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 10.839,13 3.3.90.14 Diárias Civil - Servidores efetivos R$140,02 3.3.90.30 Material de consumo R$ 9.340,68 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica R$ 14.615,38 3.3.90.93 Indenizações e restituições R$ 56,74 3.3.91.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica R$ 446,58 AGOSTO/ 2026= 12 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 107.534,18 3.1.90.13 Contribuições patronais R$ 1.492,46 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 10.848,07 3.3.90.14 Diárias Civil - Servidores efetivos R$482,00 3.3.90.30 Material de consumo R$ 12.475,12 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 8.425,98 3.3.91.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica R$ 426,84
Número de atendidos	24	
Dotação inicial	R$ 2.218.648,22	
Dotação atualizada	R$ 2.300.077,46	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 308.867,95	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 294.676,85	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 156.778,20	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$1.081.153,11 (um milhão oitenta e ummil cento ecinquenta e trêsreais e onzecentavos)	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.015
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ação		Despesas
Meta física	Livre-	JULHO / 2026 = 192 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 28.615,06 3.1.91.13 Contribuições patronais R$3.979,75 3.3.90.30 Material de consumo R$928,25 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$2.741,80 AGOSTO/2026 = 207 atendimentos 3.1.90.11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil R$ 31.109,95 3.1.91.13 Contribuições patronais R$ 3.675,78 3.3.90.30 Material de consumo R$ 4.220,62 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 1.368,10 3.1.90.94 Indenizações e restituições trabalhalistas R$ 10.814,31
Número de atendidos	399	
Dotação inicial	R$ 660.732,26	
Dotação atualizada	R$682.732,26	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 93.186,96	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 87.453,62	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 38.808,14	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 243.748,78 (duzentos e quarentaetrês mil setecentosequarenta e oitoreais e setentae oito centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0032.2.150
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ação		Despesas
Meta física	Sem demanda física direta	Justifica-se a ausência de execução de recursos vinculados ao Projeto Atividade 2.150, considerando que, no referido período, não houve requisições formais por parte do Conselho para realização de despesas vinculadas à referida ação.
Número de atendidos	0	
Dotação inicial	R$ 11.672,12	
Dotação atualizada	R$ 40.961,49	
Empenhados até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Liquidado até o período (julho - agosto)	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de julho - agosto	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro à agosto/2026	R$ 0,00 (zero reais).	

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROJETO ATIVIDADE: 11.001.11.243.0012.6011 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES)

Ação	Manutenção das Atividades de profissionalização de adolescentes e dos programas de Aprendizagem Profissional	
Meta Física	48 vagas	Julho: • Criação de Mídias para Redes Sociais 01 turma, com 20 inscritos, sendo registrados 13 participantes concluintes, 01 participante evadido e 06 desistências. Agosto: • Instagram para Negócios 1ª Turma: realizada no período de 03 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2026, contando com 18 inscritos. Foram registrados 11 participantes concluintes, 03 participantes evadidos e 04 desistências. 2ª Turma: realizada no período de 17 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2026, contando com 14 inscritos. Foram registrados 12 participantes concluintes e 02 participantes evadidos, não sendo registradas desistências nesta turma.
Número de atendidos	52	
Unidade Orçamentária	11.001	
Despesa Orçada Para 2026	R$ 595.000,00	
Dotação Inicial Atualizada Para 2026	R$ 595.000,00	
Despesa Empenhada	R$ 40.000,00	
Despesa Liquidada Julho e Agosto de 2026	R$ 137.000,00	
Despesa Pagas Julho e Agosto de 2026	0,00	

Secretaria Municipal de Educação

ÓRGÃO 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 12.002.12.365.0037.2314

Ação	INCENTIVO E APOIO ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	AMAS: 391 atendimentos bimestral R$ 112.290,00/ julho – 195 atendimentos R$ 113.650,00/ agosto – 196 atendimentos R$ 225.940,00 bimestral _____ BETEL: 499 atendimentos bimestral R$ 147.190,00/ julho - 250 atendimentos R$ 147.190,00/ agosto - 249 atendimentos R$ 294.380,00 bimestral _____ VICENTINOS ALFA: 729 atendimentos bimestral R$ 257.455,00/ julho – 368 atendimentos R$ 251.360,00/ agosto – 361 atendimentos R$ 508.815,00 bimestral _____ VICENTINOS UNISSA: 242 atendimentos bimestral R$ 138.090,00/ julho – 113 atendimentos R$ 206.275,00/ agosto – 129 atendimentos R$ 344.365,00 bimestral
Meta Física	12 Meses	
Número de atendidos	1.861 atendimentos bimestrais	
Dotação Inicial	R$ 5.169.418,00	
Dotação Atualizada	R$ 10.397.917,88	
Empenhados até o Período	R$ 7.834.250,00	
Liquidado	R$ 1.373.500,00	
Despesa Paga no período de Julho e Agosto de 2026	R$ 1.373.500,00 (Um milhão, trezentos e setenta e três mil e quinhentos reais)	
Total Despesa Paga no período de janeiro a Agosto de 2026	R$ 4.879.930,00	Quatro milhões oitocentos e setenta e nove mil novecentos e trinta reais.

ÓRGÃO 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 12.004.12.367.0038.2317

Ação	INCENTIVO E APOIO ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA O ENSINO ESPECIAL	60 atendimentos mensais 1º APAE (Pintando e Bordando) R$ 34.467,60 / julho R$ 34.467,60 / agosto R$ 68.935,20 Bimestral _____ 184 atendimentos mensais 2º APAE (Quebrando Barreiras) R$ 105.700,64 / julho R$ 105.700,64 / agosto R$ 211.401,28 Bimestral _____ 40 atendimentos mensais 3º APAE (Sem Fronteiras) R$ 22.978,40 / julho R$ 22.978,40 / agosto
Meta Física	12 Meses	
Número de atendidos	618 atendimentos bimestrais	
Dotação Inicial	R$ 1.051.100,00	
Dotação Atualizada	R$ 2.130.098,78	
Empenhados até o Período	R$ 2.130.097,66	
Liquidado	R$ 355.016,28	
Total Despesa Paga período de Julho e Agosto de 2026	R$ 355.016,28 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, dezesseis reais e vinte e oito centavos)	

		R$ 45.956,80 Bimestral _____ AMA MARINGA 25 atendimentos mensais R$ 14.361,50 / julho R$ 14.361,50 / agosto R$ 28.723,00 Bimestral
Despesas paga no projeto período de janeiro a Agosto de 2026	R$ 1.420.065,12	Um milhão, quatrocentos e vinte mil e sessenta e cinco reais e doze centavos.

SECULT

ÓRGÃO 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E JUVENTUDE
PROJETO ATIVIDADE: 17.001.13.243.0012.6021 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

NE/ E	Exclusivo	Despesa				
Ação	Oferecer atendimento e garantia dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes.	Pagamento de instrutores das oficinas Comunitárias de Cultura.				
		ATENDIDOS				
			Julho		Agosto	
		OFICINA	Atendidos	Atendimentos	Atendidos	Atendimentos
Meta Física	12 meses	Capoera	43	322	46	253
		Danças Urbanas	68	401	71	475
Números de Atendidos Números de atendimentos	931 3.836	Ballet	140	433	198	613
Dotação Inicial	180.600,00	Teatro	31	106	35	237
Empenhado	000	Musicalização	63	230	78	286
Liquidados	16.680,64	Desenho	47	160	45	151
Total Despesa paga Julho e Agosto de 2026	14.553,44	Canto/Coral	15	28	13	29
		Jazz	18	55	20	57
		Total	425	1735	506	2101

ÓRGÃO 13 - SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER
PROJETO ATIVIDADE: 13.001.27.243.0012.6009
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

NE/ E	Exclusivo	Despesa				
Ação	Oferecer atendimento e garantia dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes.	Pagamento de instrutores das oficinas Comunitárias de Cultura.				
		ATENDIDOS				
			Julho		Agosto	
		OFICINA	Atendidos	Atendimentos	Atendidos	Atendimentos
		Vôlei	379	2.107	379	2.349
Números de Atendidos Números de atendimentos	2.743 19.722	Futsal	329	2.743	350	2.939
Dotação Inicial	R$ 410.125,00	Judô	293	1.318	315	1.057
Empenhado	R$ 241.113,87	Basquete	76	530	40	168
Liquidados Julho e Agosto de 2026	R$ 109.076,49	Handebol	85	851	84	799
Total Despe. Paga Julho e Agosto de 2026	R$ 109.076,49	Kickboxing	60	780	65	845
		Muay Thai	112	1.113	96	843
		Futebol de Campo	31	385	18	232
		Recreação	45	325	46	338
		Total	1.350	10.152	1.393	9.570

ÓRGÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente.

Ação	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	No período foram 157 pacientes atendidos na nutrição e somando fórmulas infantis e dietas enterais foram 1.255 fórmulas dispensadas. Os 323 pacientes atendidos nas farmácias do município receberam 29.550 unidades de medicamento Metilfenidato. Para um paciente RN foi feita a aquisição de medicamentos manipulados para o tratamento de toxoplasmose no valor de R$ 123,00 (cento e vinte e três reais).
Meta Física	Sem meta física, livre demanda.	
Número de atendidos	157 Pacientes de nutrição, 220 pacientes receberam medicamento metilfenidato, 01 paciente RN tratamento de toxoplasmose	
Dotação Inicial	R$ 770.914,54	
Dotação Atualizada	R$ 1.020.914,54	
Empenhados até o Período	R$ 1.009.157,96	
Liquidado em Julho e Agosto de 2026	R$ 196.130,75	
Total Despesa Paga no período de Julho e Agosto de 2026	R$ 196.130,75	

N.º	Projeto Atividade	Descrição	Valor Liquidado
01	5.001	Equipamentos e material permanente para programas na área da criança e do adolescente.	R$0,0
02	5.002	Obras e Instalações para programas na área da criança e do adolescente.	R$ 0,00
03	6002	Manutenção de Projetos de Atendimento à crianças e Adolescentes	R$ 78.111,20
04	6.007	Manutenção das Atividades de Atendimento à Saúde da Criança e do Adolescente.	R$ 196.130,75
05	6.021	Manutenção das Atividades Culturais para Crianças e Adolescentes.	R$ 16.680,64
06	6.009	Manutenção das Atividades de Esporte e Lazer para Crianças e Adolescentes.	R$ 109.076,49
07	6.011	Manutenção das Atividades de Profissionalização de Adolescentes.	R$ 137.000,00
08	6.012	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Conselho Tutelar.	R$141.735,41
09	6.013	Manutenção dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos com Recursos Próprios.	R$143.739,72
10	6.014	Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional com Recursos Próprios.	R$294.676,85
11	6.015	Manutenção dos Serviços do Programa de Medidas Sócio- Educativas com Recursos Próprios	R$ 87.453,62
12	2.150	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R$ 0,00
13	6.016	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R$ 52.430,69
14	2.314	Incentivo e apoio às Entidades sem fins lucrativos na área da Educação Infantil.	1.373.500,00
15	2.317	Incentivo e apoio às Entidades sem fins lucrativos na área da Educação Especial.	R$ 355.016,28

		TOTAL	**2.985.551,65**

ALISSON JHONNATHAN GUSMÃO ANTONIO
Secretário Municipal de Assistência Social

NEWTON CESAR MARTINS
Secretário Municipal da Cultura e Juventude

JANAINA CLAUDIA SANTORO DE PAULA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

PAULO FLORINDO
Secretário Municipal de Educação

EDEMILSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal do Esporte e Lazer (Interino)

DIEGO CARNEIRO DE MIRANDA
Secretário Municipal de Saúde

ELIZÂNGELA AP. FREITAS DE ALMEIDA
Controladora Geral

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:A7736C4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 007/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

OBJETO: A presente Chamada pública para o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, com fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

OFICINA MECANICA DIESEL JJ MADRUGUINHA LTDA, CNPJ N.º 59.372.192/0001-00, para fornecer os seguintes:

LINHA LEVE				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	28º COLOCADO
LINHA MEDIA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	30º COLOCADO
LINHA PESADA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	35º COLOCADO

LINHA LEVE			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	33º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	33º COLOCADO
LINHA MÉDIA			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	33º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	33º COLOCADO
LINHA PESADA			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	43º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	43º COLOCADO

Sengés, 22 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:05430E13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 209, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:			
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$42.270,00 (quarenta e dois mil e duzentos e setenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.020		DIVISAO DE ASSITENCIA SOCIAL ESPECIAL	
06.020.08.241.0009.2.046		CONTRIBUIR COM ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO	
125 - 3.3.50.41.00.00	900	CONTRIBUICOES	3.270,00
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.050		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA ATRAVES DO CRAS.	
148 - 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06.040		DIVISAO DE FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
06.040.08.243.0010.6.227		CONTRIBUICAO COM ENTIDADES DE MEDIA COMPLEXIDADE	
176 - 3.3.50.41.00.00	1939	CONTRIBUICOES	9.000,00
Total Suplementação:			42.270,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:			
Redução			
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.020		DIVISAO DE ASSITENCIA SOCIAL ESPECIAL	
06.020.08.241.0009.2.047		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - IDOSO	
126 - 3.3.90.30.00.00	1939	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
126 - 3.3.90.30.00.00	900	MATERIAL DE CONSUMO	3.270,00
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.050		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA ATRAVES DO CRAS.	
145 - 3.1.90.11.00.00	1934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
Total Redução:			42.270,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 22 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:D472CE11

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2026. AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

O MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n.° 76.245.034/0001-08, através de sua Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL** da seleção realizada através da Chamada Pública de Edital n.º Edital 003/2026, nos termos da Lei Municipal n.º 2.138/2013, a saber:
Cadastros de alunos APROVADOS (entregaram toda documentação solicitada):

Nº	NOME	CPF	RG
01	Alan Marcelo Granado	125.547.929-92	16.048.262-1
02	Ana Beatriz dos Santos Umbelino	120.368.759-12	13.978.365-4
03	Ana Beatriz Oliveira Arruda	149.886.399-03	15.490.838-2
04	Ana Carla dos Santos Soriani	102.797.229-23	15.980.208-6
05	Ana Carolina Vitoria Lustosa Andrade	138.312.319-58	15.209.348-9
06	Ana Clara Zarantonelo Burghi	130.280.889-32	14.890.282-8
07	Ana Flavia Maxiano Silva Miranda	157.960.169-38	16.081.034-3
08	Ana Julia Borges de Araujo	145.905.119-08	15.500.246-8
09	Ana Julia Martinez	151.811.179-37	151.811.179-37
10	Andrey Lucas Palaro	488.214.298-81	15.945.980-2

11	Anna Luiza Dias Neves	116.827.059-60	14.277.533-6
12	Anne Caroline Silva Andreoli	090.842.519-89	15.664.776-4
13	Anthony Apº Paulino Reis de França	136.143.789-85	14.287.431-8
14	Bruno Almeida Filho	117.764.139-97	13.665.927-8
15	Camila Bernardis Gomes	148.039.789-05	14.233.761-4
16	Camila Figueiredo Rodrigues dos Santos	101.941.199-63	13.505.403-8
17	Camille Vitoria Teixeira Juliani	142.983.559-18	15.576.710-3
18	Carlos Eduardo Casu Filho	070.259.191-28	2.629.845
19	Cecilia de Oliveira Sgarioni	151.683.989-79	14.802.898-2
20	Diego Bordin	105.259.079-98	13.682.186-5
21	Edmyla Alves da Silva	161.453.539-61	14.884.346-5
22	Eduardo de Menezes Sofiati	125.022.219-27	15.825.346-1
23	Elton Santa Rosa Silvia	082.280.669-02	16.216.781-2
24	Emanuelly Martins da Silva	135.622.069-09	15.444.628-1
25	Emilly Diovana Marques	107.310.539-31	23.933.763-0
26	Emily Haranelli Lopes Carlos	108.690.679-90	15.429.863-3
27	Emily Lopes da Silva	570.278.448-00	64.904.105-7
28	Erick Santos Silveira	145.017.609-74	53.167.480-0
29	Fernanda Martins de Souza	089.958.109-98	15.867.883-7
30	Gabriela de Azevedo Borges	140.797.939-60	16.181.105-0
31	Gabriela Belarmino Pereira	091.532.019-30	091.532.019-30
32	Gabrielle Izaias Bonani	136.747.559-71	15.145.698-7
33	Geovana de Melo Panini	123.766.219-25	123.766.219-25
34	Geovana Longhi Afonso	095.819.009-77	15.459.043-9
35	Giovana Ferreira de Oliveira	150.413.889-97	15.051.751-6
36	Giovana Maria Vieira	152.836.249-78	15.771.787-1
37	Hallana Greta Manoel	086.910.639-20	12.707.225-6
38	Henrique Matheus Delamura	140.707.029-03	15.394.483-0
39	Hilary Lopes da Silva	570.277.858-89	64.903.339-5
40	Igor Campos Fernandes	107.058.339-17	15.312.001-3
41	Isabella Pires da Silva	133.426.799-56	14.829.712-6
42	Isabely Arantes Osti	120.977.839-45	13.711.238-8
43	Isabely Mayara de Sousa Santos	127.653.489-28	14.789.345-0
44	Isadora Amâncio	098.501.689-27	13.431.979-8
45	Jean Henrique Ferraz	107.498.579-60	12.700.025-5
46	João Claudio Hoffmann Ferreira	122.813.239-94	15.615.510-1
47	João Gabriel Borges dos Santos Silva	128.246.039-09	14.829.325-2
48	João Gabriel Caetano Messias	139.609.989-10	15.305.246-8
49	João Henrique da Silva Paula	166.584.869-30	166.584.869-30
50	João Lucas Silva de Souza	077.952.639-25	13.944.092-7
51	João Victor Evangelista Scaramal	089.050.389-30	14.209.030-9
52	João Victor Piccin Cavani	127.322.809-09	16.004.431-4
53	Jordany Rodrigues Paiva	108.291.419-36	15.450.367-6
54	Joyce Pereira de Souza	138.558.889-65	16.030.805-2
55	Julia Gomes da Silva	159.930.219-50	15.950.963-0
56	Julia Martins	144.462.489-01	14.275.650-1
57	Júlia Ortiz Araújo	134.012.049-63	134.012.049-63
58	Karla Heloysa Nogueira Dalcin	146.242.779-02	16.292.386-2
59	Kayke Otávio Marques Campos	148.156.159-69	15.098.115-8
60	Kemily Fernando Carvalho	105.781.179-32	13.711.031-8
61	Kênia Renata Barbosa Flois	040.644.229-02	8.629.917-8
62	Lara Dalcin	139.951.859-32	15.251.314-3
63	Lara Ferro Sayeg Dias	122.181.949-61	15.288.165-7
64	Larissa Angélica Piccin Rossato	151.738.649-74	15.046.111-1
65	Leonardo Giroldo Scaramal	140.832.839-98	15.395.614-6
66	Leonardo dos Santos	130.026.859-09	15.052.492-0
67	Livia Maria Baldon Toresan	155.374.839-55	15.337.203-9
68	Lorena Maria Parreira Canobas	145.941.079-31	145.941.079-31
69	Luiz Guilherme Gonçalves Bronzin	071.470.509-83	14.877.714-4
70	Marcela Luiza Reis	140.834.089-52	15.283.666-0
71	Maria Apª de Fátima de Souza Silva	046.800.709-19	8.629.934-8
72	Maria Eduarda Gomes Ribeiro	103.539.799-45	14.602.872-1
73	Maria Eduarda Pereira Xavier	130.106.356-80	130.106.356-80
74	Mara Eduarda Rocha Silva	071.637.099-94	13.708.620-4
75	Maria Fernanda Mastrascosa Scaramal	139.524.969-52	15.252.666-0
76	Maria Gabriela Jesus da Silva Borsoi	146.256.479-83	146.256.479-83
77	Maria Gabriela Piccin	087.955.049-07	14.509.929-3
78	Maria Isabelly Leite Razaboni	140.843.579-95	15.821.102-5
79	Maria Luiza Calefi Vieira	135.952.399-54	15.915.071-2
80	Maria Luiza Reis Barreto	086.189.209-75	14.376.354-4
81	Maria Vitória Vaz Rodrigues	111.951.889-00	15.608.375-5
82	Matheus Henrique da Costa	124.972.259-40	16.168.211-0
83	Matheus Henrique Oliveira Arruda	149.886.689-16	14.779.591-2
84	Miguel Giovani Domingos	114.997.479-69	14.362.804-3
85	Millena Ghiovanna dos Santos Garcez	158.862.679-21	15.972.876-5
86	Milleny Maria Tiago	125.960.229-07	15.288.726-4
87	Mirian dos Santos Pereira	111.776.319-62	16.529.130-1
88	Nicholas Caldeira da Silva	104.595.699-61	15.863.753-7
89	Nicolly Biazotto Alves	077.145.909-20	14.515.521-5
90	Nicolly Guiraldelli	121.086.769-96	14.521.882-9
91	Otávio Augusto Severo da Silva	130.051.609-71	14.562.689-7
92	Otavio Cezar Neves de Souza	155.531.319-10	155.531.319-10
93	Otavio Ferreira Almeida	111.488.769-28	14.020.313-0
94	Pablo Pereira da Paz Monteiro	129.167.729-10	14.477.655-0
95	Pâmela Gonçalves Paulino	492.730.998-31	59.409.903-1
96	Paolla Nepomuceno Siqueira	129.957.619-24	129.957.619-24
97	Paulo Emanuell da Cunha	088.134.369-20	14.954.101-2
98	Paulo Octavio Lanza de Souza	083.432.269-25	14.935.331-3
99	Pedro Henrique Ferreira Nogueira	121.551.259-76	14.322.387-6

100	Raellen Bragato Cardoso	148.551.959-44	15.685.707-6
101	Rafaela Carvalho Mattesco	126.824.579-83	16.600.658-9
102	Ruanda Coutinho Gomes	111.173.539-58	16.481.768-7
103	Sabrina Samara Piedade	113.777.199-28	14.136.097-3
104	Sara Correa Carvalho Silva	123.103.199-96	14.371.778-0
105	Sara Cristina Gaspar	147.300.399-71	15.520.637-3
106	Sara Hadassa Moura Canonico	138.961.469-71	16.033.242-5
107	Sibelly Vitória Antonio	138.305.029-58	15.218.812-9
108	Sophia Ângela Reis	107.204.619-95	15.150.210-5
109	Thais Ferreira de Deus	144.457.309-80	15.399.776-4
110	Veronica Leite Razaboni Piedade	132.210.289-97	15.821.150-5
111	Victor Cesar Ferreira de Lima	157.496.089-05	16.326.197-9
112	Vitor Hugo Lima dos Santos	138.970.849-70	15.219.221-5
113	Victor Hugo Santos Faria	106.986.409-93	15.038.535-0
114	Victor Luciano Gomes Teodoro	142.297.809-58	15.225.937-9
115	Yasmin Lima dos Santos	138.970.579-05	15.219.209-6
116	Yasmin Rafaela de Souza da Silva	129.881.969-54	14.213.932-4
117	Yuri Pereira dos Santos	137.909.669-32	15.188.127-0

Cadastros de alunos REPROVADOS (não cumpriram o que estava descrito no Edital e Lei Municipal n.º 2.138/2013):

Nº	Nome do aluno	Motivo
01	Ana Sophia Alencar de Souza	Curso Pré Vestibular não dá direito ao auxilio
02	Emilly Vitória Cardoso Gomes	Frequenta 2 x na semana
03	Gabriel Andrade de Oliveira	Comprovante de votação de outro município
04	João Fernando Ferreira Araujo	Comprovante de votação de outro município
05	Mauro Clel Gonçalves Filho	Renda Superior a 5 salários mínimo
06	Vitoria Cley Manoel Gonçalves	Renda Superior a 5 salários mínimo

O candidato terá 03 (três) dias para entrar com Recurso junto ao Prefeitura Municipal, após a Publicação deste documento.

Sertanópolis, 22 de Setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Diretora Departamento Municipal de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:6D34E654

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
11° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

11° Termo Aditivo ao Contrato nº. 10/2024, decorrente de Pregão n°42/2023 de Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em tecnologia da informação.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **DK7 - TECNOLOGIA E SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 17.585.941/0001-37, com sede no endereço AV ESTUDANTES, nº 310, CENTRO, IBIPORÃ-PR neste ato representada por **Isabela Dumas Carolensky,** portador do CPF sob n° 09527164966, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 2.410,48 (dois mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e oito centavos), com finalidade de ressarcimento à contratada referente aos meses de maio/2026 à agosto/2026, tempo destinado para a homologação da CCT 2026/2027. Com fundamento no art. 37, XXI, as Constituição Federal.

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Realinhamento em data posterior a entreda em vigor da nova CCT	1,00	R$ 2.410,48	R$ 2.410,48

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 21 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***DK7 - TECNOLOGIA E SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A484EE3C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 45/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	272/ 2026
b) Licitação Nº:	45/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	22/09/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para aquisição de EPI's – Equipamento de Proteção Individual para uso nos diversos setores da administração pública municipal

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
90	05020123610005203533900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1103	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1107	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	11044	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
79	05010123610005202833900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
138	06030082440009204933900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
254	08020206080013206333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
446	12010271220019209133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
148	06030082440009205033900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
172	06040082430010605333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
180	06050082440009218233900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
196	07020267820012205533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
264	08040206050013206533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
271	08050183040014218333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
291	09020133920015206833900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
402	10080041220016208533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ATACADISTA DE UTILIDADES E SUPRIMENTOS LTDA
CNPJ: 29.815.798/0001-01 - Valor total homologado: R$ 551,90

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	35	Protetor auditivo tipo concha 26 dB CA 48.054 - Conforme Termo de Referência.	Solft Slim	Unidade	10	R$ 55,19	R$ 551,90

Fornecedor: BOAZ SAUDE E SEGURANCA LTDA
CNPJ: 61.853.683/0001-14 - Valor total homologado: R$ 3.414,78

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	PROTETOR SOLAR FATOR 60, 120 GRAMAS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ALGSUN	Unidade	311	R$ 10,98	R$ 3.414,78

Fornecedor: CAPELINHA SOLUCOES LTDA
CNPJ: 57.752.611/0001-03 - Valor total homologado: R$ 4.814,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	8	LUVAS LÁTEX	VOLK	PARES	1264	R$ 3,50	R$ 4.424,00
1	12	MANGA DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA	Arclan	PARES	15	R$ 26,00	R$ 390,00

Fornecedor: CHEPIS LTDA - CNPJ: 64.415.968/0001-61 - Valor total homologado: R$ 8.442,70

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA DE BORRACHA CANO CURTO - COR PRETO OU BRANCA	INNPRO	PARES	72	R$ 37,00	R$ 2.664,00
1	5	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, EM CANO LONGO; COR BRANCA	INNPRO	PARES	41	R$ 42,70	R$ 1.750,70
1	6	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, EM CANO CURTO; COR BRANCA	INNPRO	PARES	106	R$ 38,00	R$ 4.028,00

Fornecedor: CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA
CNPJ: 46.223.527/0001-86 - Valor total homologado: R$ 5.794,55

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	AVENTAL DE RASPA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	KOCH	Unidade	13	R$ 32,65	R$ 424,45
1	13	MÁSCARA RESPIRADOR COM FILTRO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CARBOGRAFITE	Unidade	25	R$ 50,50	R$ 1.262,50
1	15	MÁSCARA TIPO PEÇA SEMIFACIAL COM FILTRO PFF2	AIR-PRO	Unidade	156	R$ 1,60	R$ 249,60
1	32	LUVA LATEX CANO LONGO	VOLK	PARES	130	R$ 7,60	R$ 988,00
1	33	LUVA ANTI CORTE EM FIBRA DE VIDRO	VOLK	PARES	164	R$ 17,50	R$ 2.870,00

Fornecedor: DUBMED SOLUCOES HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 62.152.405/0001-00 - Valor total homologado: R$ 355,25

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	28	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA, TAMANHO ÚNICO, COM ELÁSTICO - CAIXA COM 100 UNIDADES	Medix	CAIXA	49	R$ 7,25	R$ 355,25

Fornecedor: FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA
CNPJ: 39.435.759/0001-32 - Valor total homologado: R$ 15.136,17

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	29	CONE DE BORRACHA PVC 75 cm Laranja/Branco NBR 15071/2015	Plastcor	Unidade	145	R$ 70,53	R$ 10.226,85
1	30	CAPA JAPONA CÂMARA FRIA AZUL MARINHO	Maicol	Unidade	52	R$ 94,41	R$ 4.909,32

Fornecedor: HANDREIY VINICIUS MORAES DJUBATIE MANUTENCAO
CNPJ: 32.300.137/0001-58 - Valor total homologado: R$ 2.734,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	ÓCULOS DE SEGURANÇA LENTE ESCURA	SOFTPRO SF915/CA 27408	Unidade	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00
1	17	ÓCULOS DE SEGURANÇA LENTE INCOLOR	SOFTPRO SF915/CA 27408	Unidade	102	R$ 17,00	R$ 1.734,00

Fornecedor: J. J. VITALLI - CNPJ: 08.658.622/0001-13 - Valor total homologado: R$ 4.296,04

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10	LUVAS DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES MECÂNICOS VAQUETA	BERGHAHN	PARES	306	R$ 9,80	R$ 2.998,80
1	18	PERNEIRA	SAYRO	PARES	28	R$ 15,33	R$ 429,24
1	36	Luva de segurança tricotada pigmentada preta EPI, material em fios de poliéster e algodão, antiderrapante, CA EN388, tamanho único	VOLK	PARES	100	R$ 1,98	R$ 198,00
1	37	Luva Nitrílica com forro flocado de algodão para máxima absorção de suor, alta resistência química a óleos, solventes, ácidos e cortes CA 33.334	VOLK	PARES	100	R$ 6,70	R$ 670,00

Fornecedor: MDX COMERCIO DE EPI LTDA
CNPJ: 50.401.485/0001-01 - Valor total homologado: R$ 392,64

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	26	SAPATO PARA COZINHA SOFT WORKS, BRANCO, ESPECIALIZADO PARA USO PROFISSIONAL.	Workflex	PARES	6	R$ 65,44	R$ 392,64

Fornecedor: MV COMERCIO E SOLUCOES LTDA
CNPJ: 61.090.699/0001-12 - Valor total homologado: R$ 10.287,90

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	7	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA COM BIQUEIRA COMPOSITE	EFFE	PARES	213	R$ 48,30	R$ 10.287,90

Fornecedor: SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 55.442.589/0001-70 - Valor total homologado: R$ 15.871,80

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	11	LUVAS DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES MECÂNICOS	SS	PARES	318	R$ 4,98	R$ 1.583,64
1	22	CAPA DE CHUVA EM PVC COM CAPUZ	Vinilseg	Unidade	292	R$ 15,48	R$ 4.520,16
1	34	CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO	Eco	Unidade	60	R$ 162,80	R$ 9.768,00

Fornecedor: TOP TRIP - TRIPAS E ACESSORIOS PARA ACOUGUE LTDA
CNPJ: 52.261.550/0001-68 - Valor total homologado: R$ 3.630,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	23	CALÇA EM BRIM COR BRANCA CONFECCIONADA EM BRIM	LINABRA	Unidade	66	R$ 55,00	R$ 3.630,00

Fornecedor: TR DISTR. EQUIPAMENTOS SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 14.213.841/0001-91 - Valor total homologado: R$ 2.191,74

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	31	MANGUITO MANGA LONGA UV 50+	TR UNIFORMES	PARES	57	R$ 19,42	R$ 1.106,94
1	38	Bota de borracha cano médio preta impermeável sem forro, tamanho a definir no momento da compra	MARLUVAS	PARES	30	R$ 36,16	R$ 1.084,80

Fornecedor: VAZSEG EPI LTDA - CNPJ: 53.056.303/0001-92 - Valor total homologado: R$ 4.903,50

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	9	LUVAS DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES MECÂNICOS RASPA CANO LONGO	Recel	PARES	56	R$ 14,00	R$ 784,00
1	14	MÁSCARA TIPO PEÇA SEMIFACIAL SEM VÁLVULA PFF2	MFQ	Unidade	320	R$ 1,20	R$ 384,00
1	19	PROTETOR AURICULAR TIPO INSERÇÃO	Freitas	Unidade	65	R$ 1,50	R$ 97,50
1	24	CAMISETA BÁSICA COR BRANCA, MANGA CURTA MATERIAL: 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE	Vazseg	Unidade	102	R$ 19,00	R$ 1.938,00
1	25	CAMISETA BÁSICA COR BRANCA, MANGA LONGA MATERIAL: 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE	Vazseg	Unidade	68	R$ 25,00	R$ 1.700,00

Fornecedor: VITOR MIGUEL AMERICO ARCANJO
CNPJ: 57.872.982/0001-29 - Valor total homologado: R$ 1.438,80

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	27	AVENTAL PARA PROTEÇÃO BRANCO NAPA REFORÇADO COSTURADO	Vinilseg	Unidade	120	R$ 11,99	R$ 1.438,80

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 84.255,77 (oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 22 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B1A2567A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 50/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	285/2026
b) Licitação Nº:	50/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	22/09/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais que serão usados na decoração natalina do município de Sertanópolis

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
282	09020133920015206733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ALISSON MORAIS DOS SANTOS LTDA
CNPJ: 57.027.510/0001-70 - Valor total homologado: R$ 40.544,18

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	FIO PARALELO – CABO 2X2,5 100M REFORÇADO PVC HOMOLOGADO PELO INMETRO, NORMA NBR-13249.	DELTAFLEX	Metro	4000	R$ 2,78	R$ 11.120,00
1	5	ABRAÇADEIRAS PLÁSTICAS COR BRANCA 2,5/200 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA, COR BRANCA	AMS	Pacote	40	R$ 4,40	R$ 176,00
1	6	ABRAÇADEIRAS PLÁSTICAS COR BRANCA 4,8X390 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA, COR BRANCA	AMS	Pacote	20	R$ 18,90	R$ 378,00
1	14	Conector Plug Tomada Fonte Mangueira Led Redonda Bivolt	EURO	Unidade	70	R$ 5,29	R$ 370,30
1	21	ESTRELAS FOGOS DE ARTIFÍCIO - SPUTINIK: 100CM - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	V8	Unidade	30	R$ 218,82	R$ 6.564,60
1	22	Estrela de neon , blindada branco frio 55cm 220v.	V8	Unidade	15	R$ 88,24	R$ 1.323,60
1	23	Árvore cerejera de 3metros , bivolt, branco frio.	GLOBAL	Unidade	4	R$ 4.205,88	R$ 16.823,52
1	25	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - branco frio - ROLO COM 100 METROS	EURO	Rolo	2	R$ 458,82	R$ 917,64
1	26	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - verde ROLO COM 100 METROS	EURO	Rolo	2	R$ 458,82	R$ 917,64
1	29	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - azul ROLO COM 100 METROS	EURO	Rolo	2	R$ 458,82	R$ 917,64
1	30	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - vermelho ROLO COM 100 METROS	EURO	Rolo	2	R$ 458,82	R$ 917,64
1	34	EMENDA H PARA FITA NEON		Unidade	20	R$ 5,88	R$ 117,60

Fornecedor: GUSTAVO AZEVEDO PINTO - CNPJ: 08.688.131/0001-15 - Valor total homologado: R$ 336,30

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	Fita Isolante 19mm - 20 mts PRETA	DECORLUX	Unidade	30	R$ 2,99	R$ 89,70
1	7	Pino femea 3 saidas 10 A.	MEC-T	Unidade	30	R$ 2,19	R$ 65,70
1	8	Pino macho 2P 10A.	MEC-T	Unidade	30	R$ 2,19	R$ 65,70
1	10	ARAME GALVANIZADO Nº18.	GALV.	Quilo	3	R$ 21,90	R$ 65,70
1	11	ARAME REVESTIDO BWG 18 1KG	REC.	Quilo	5	R$ 9,90	R$ 49,50

Fornecedor: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA
CNPJ: 47.782.287/0001-12 - Valor total homologado: R$ 9.515,65

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	CASCATA DE LED FIXA COM 400 LÂMPADAS BRANCAS BLINDADO, MEDINDO NO MÍNIMO 10METROS METROS.220V, COM ENTRADA PARA ATÉ 4 CASCATAS.	WF	Unidade	25	R$ 65,45	R$ 1.636,25
1	17	Cordão com 500 leds blindados para uso externo na cor branco frio / 6.000k, com fio verde, fixo (sem pisca)50 metros 2,2mm blindado	ATIVA LED	Unidade	30	R$ 70,55	R$ 2.116,50
1	18	Cordão com 1000 leds blindados para uso externo na cor branco frio / 6.000k, com fio verde, fixo (sem pisca)100 metros 2,2mm blindado	ATIVA LED	Unidade	20	R$ 151,30	R$ 3.026,00
1	19	CORDÃO COM 100 LEDS, FIO VERDE C/ DIÂMETRO 2,2MM COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220 V, 2 VIAS.	ATIVA LED	Unidade	30	R$ 20,83	R$ 624,90
1	24	Mangueira de led,COLORIDA decorativa, mangueira de 13mm de diâmetro, corte mínimo a cada metro, com no mínimo 36 lâmpadas por metro. Rolo de 100 metros.	ATIVA LED	Unidade	2	R$ 528,00	R$ 1.056,00
1	28	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - lilás ROLO COM 100 METROS	ATIVA LED	Rolo	2	R$ 528,00	R$ 1.056,00

Fornecedor: RC COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 28.736.143/0001-85 - Valor total homologado: R$ 225,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Fita Isolante 19mm - 20 mts BRANCA	LUKMA	Unidade	30	R$ 7,50	R$ 225,00

Fornecedor: SIMONE MESSIAS DE OLIVEIRA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS
CNPJ: 19.448.267/0001-74 - Valor total homologado: R$ 28.406,10

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	9	Benjamin Tê Universal Adaptador "T" 3 saídas - Conforme Termo de Referência.	INFINITTEUS - 2P+T10-20A/Tomada T	Unidade	30	R$ 8,00	R$ 240,00
1	12	PARAFUSO MADEIRA CABEÇA CHATA 4X50MM, PACOTE COM 100	Idealfix - cabeça chata phillips/4.0x50mm	Pacote	1	R$ 21,00	R$ 21,00
1	13	Conector Emenda União Para Mangueira Led Redonda 2 Pinos	Euro - Emenda/mangueira redonda	Unidade	15	R$ 8,58	R$ 128,70
1	15	Cascata de led fixa com 150 lâmpadas brancas blindado, 40w, medindo no mínimo 6 metros. Conforme Termo de Referência.	Brilhante - cascata branco frio/150 led	Unidade	150	R$ 63,00	R$ 9.450,00
1	20	Cascata snow fall, blindada com 8 tubos luz meteoro 50cm 384 led	ROYA - Snowfall branco frio/8 tubos 50cm	Unidade	300	R$ 28,90	R$ 8.670,00
1	27	Mangueira de NEON 220v, a prova dágua - amarelo ROLO COM 100 METROS	Roya - Mangueira neon/120 led Amarelo	Rolo	2	R$ 450,00	R$ 900,00
1	31	Perfil de pvc para mangueira de neon 2 metros branco	Alpertone - Prefil/13x8mm barra 2 metros	Unidade	10	R$ 64,90	R$ 649,00
1	32	Refletor Holofote Led Rgb Multicolorido Bivolt 100w –potência 100w,quadrado acabamento alumínio, resistente a chuva acompanha controle220V	Roya - Refletor led 100w/RGB	Unidade	30	R$ 77,90	R$ 2.337,00
1	33	Cortina Led, blindada 900 leds Decoração 4x3m Branca Fria 220v	Brilhante - Cortina 900 led/4x3 branco frio fixo	Unidade	30	R$ 177,80	R$ 5.334,00
1	35	CONECTOR MANGUEIRA NEON EMENDA H	Euro - Plug ac/Mangueira Neon 120 led	Unidade	20	R$ 16,49	R$ 329,80
1	36	FITA DE LED 120 4MM 220V LUZ BRANCA FRIO A PROVA DÁGUA ROLO 100 METROS	Apollo - Fita led chata/120 led branco frio	Rolo	1	R$ 346,60	R$ 346,60

Fornecedor: SOS ELETRICA E HIDRAULICA
CNPJ: 55.752.705/0001-57 - Valor total homologado: R$ 380,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	ABRAÇADEIRAS PLÁSTICAS COR BRANCA 2,5/100 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA, COR BRANCA	DECORLUX	Pacote	40	R$ 9,50	R$ 380,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 79.407,23 (setenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e vinte e três centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 22 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:26710138

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 51/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	289/2026
b) Licitação Nº:	51/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	22/09/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fornecimento de placas de identificação de ruas e sinalização viária, devidamente acabadas e prontas para instalação

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
236	07060154510012206133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
236	07060154510012206133900300000	1512	MATERIAL DE CONSUMO
236	07060154510012206133900300000	1711	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: A.B SINALIZACAO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 45.250.428/0001-20 - Valor total homologado: R$ 136.262,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE RUA (LOGRADOURO), CONFORME TERMO DE REFERÊNCI	BRASIL SINAL	Unidade	200	R$ 349,90	R$ 69.980,00
1	2	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	BRASIL SINAL	Unidade	150	R$ 349,90	R$ 52.485,00
1	3	PLACA EM FORMATO RETANGULAR, DE SINALIZAÇÃO VERTICAL. CONFORME MANUAL DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN).	BRASIL SINAL	Unidade	30	R$ 459,90	R$ 13.797,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 136.262,00 (cento e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 22 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4DE6F8DA

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 37/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2025

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL E ENDODONTISTA PARA COMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DA CLÍNICA ODONTOLÓGICA MUNICIPAL DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS, PESSOA JURÍDICA REFERENTE AO CONTRATO *Nº 37/2025*, OBJETO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2025, FIRMADO ENTRE O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE SRA. GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº 648.871.09-9, INSCRITA NO CPF/MF SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, E A EMPRESA REALIZA ODONTOLOGIA, CNPJ Nº36.786.398/0001-80, SITUADA NA AV INGLATERRA Nº 690, LONDRINA-PR, TELEFONE: (43)3344-4119, E-MAIL stefani@avantelicitacoes.com.br, NESTE ATO REPRESENTADO POR GIOVANE JOSE BERTOLINI, COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº57377534 SESP/PR, INSCRITO NO CPF Nº 021.048.889-13, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE LONDRINA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATA.

CLÁUSULA PRIMEIRA.
ALTERA-SE A CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO ***N.º 37/2025***, FICANDO ENTÃO PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE 25 DE SETEMBRO DE 2026, DE ACORDO COM ART. 107, DA LEI 14.123/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
ALTERA-SE A PRIMEIRA E QUINTA CLÁUSULA DO CONTRATO N.º 37/2025, VALOR TOTAL DE R$ 249.298,00 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL E DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor corrigido	Valor. Total
1	Serviço de atendimento em Odontologia, profissional apto a desenvolver a Especialidade em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial. (Somente mão de obra, material não incluso).	SERVIÇO	350	R$ 285,00	R$ 296,35	R$ 103.722,50
2	Serviço de atendimento em Odontologia, profissional apto a	SERVIÇO	350	R$ 400,00	R$ 415,93	R$ 145.575,50

	desenvolver a Especialidade em Endodontia de dente permanente birradicular, unirradicular e multirradicular. (Somente mão de obra, material não incluso					

CLÁUSULA TERCEIRA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.
E, POR ESTAREM JUSTOS CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE TERMO ADITIVO, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.
SERTANÓPOLIS, 22 DE SETEMBRO DE 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente Do Serviço Municipal De Saúde
Contratante

GIOVANE JOSE BERTOLINI
Realiza Odontologia
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:167257AE

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 24/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Ao Instrumento Particular de Contrato para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento dos diversos Departamentos da Administração Direta e Indireta do Município de Sertanópolis– objeto do Pregão **nº. 24/2025**, estabelecido entre o **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no M5F/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **AVANTT- SELEÇÃO E TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA LTDA**, CNPJ nº 10.328.740/0001-05, situada na Rua Brasil, Nº 1277, sala 1, Centro, Londrina-PR, neste ato representado pelo senhor **LUIZ ANTONIO HONORIO DIAS**, com cédula de identidade Nº 8.457.222-5SSP/PR, inscrito no CPF Nº 062.783.979-78, residente e domiciliado na cidade de Londrina-PR, doravante denominada contratada.

Cláusula Primeira
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de valor contratado para readequação econômico-financeira, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quant. Anual	Valor atual	CORREÇÃO CCT	DIFERENÇA	Valor Total
3	MOTORISTA 40 HORAS SEMANAIS	serv	20	R$ 5.138,17	R$ 5.794,80	R$ 656,63	R$ 13.132,60

Cláusula Segunda
O valor do aditivo será de R$ 13.132,60 (Treze mil e cento e trinta e dois reais e sessenta centavos).
Cláusula Terceira
A vigência deste aditivo se dará a partir de 01/09/2026.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.
E, por estarem justos, certos e acordados com o presente **TERMO ADITIVO**, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.
Sertanópolis, 22 de Setembro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Serviço Municipal de Saúde
Contratante

LUIZ ANTONIO HONORIO DIAS
Avantt- Seleção e Treinamento de Mão de Obra Ltda
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:5673EFA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 06/2026

HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PLAYGROUND NO PARQUE LINEAR DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR, CONTEMPLANDO SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES EM ESTACAS DE CONCRETO ARMADO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS INFANTIS, APLICAÇÃO DE PISO DE SEGURANÇA AMORTECEDOR EM BORRACHA SBR PIGMENTADA, PAVIMENTAÇÃO PERIMÉTRICA EM PAVER DRENANTE COM BORDAS PRÉ-MOLDADAS, MÓDULO DE CERCAMENTO METÁLICO COM PORTÃO DE ACESSO, ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL.

CONTRATADA: Della Indústria e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ 44.550.728/0001-62, com sede em Rua Expedicionário Leopoldo Venturi - Lauro Pamplona - Agronômica - SC CEP: 89188-000.
Valor total: R$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).

Della Indústria e Comércio LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PLAYGROUND NO PARQUE LINEAR DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PLAYGROUND NO PARQUE LINEAR DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR, CONTEMPLANDO SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, FUNDAÇÕES EM ESTACAS DE CONCRETO ARMADO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS INFANTIS, APLICAÇÃO DE PISO DE SEGURANÇA AMORTECEDOR EM BORRACHA SBR PIGMENTADA, PAVIMENTAÇÃO PERIMÉTRICA EM PAVER DRENANTE COM BORDAS PRÉMOLDADAS, MÓDULO DE CERCAMENTO METÁLICO COM PORTÃO DE ACESSO, ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL. com área de 54,76M²	OBRA	1,00	70.800,00	70.800,00
TOTAL						70.800,00

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 18 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:66CFED7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17602/2026

PORTARIA Nº 17602/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Servidores abaixo relacionados, férias regulamentares.

Matrícula	Descrição Funcionário	Cargo	Início Aquisitivo		Final Aquisitivo	Início férias		Final férias
123960-00	ALAN HENRIQUE DOS SANTOS SANCHEZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/06/2025	A	16/06/2026	14/09/2026	A	27/09/2026
1282026-00	BIANCA FRASSETTO PEDRAL	AGENTE ADMINISTRATIVO	04/04/2025	A	03/04/2026	08/09/2026	A	17/09/2026
108332-00	CELMA DOMINGUES ANTONIO	AGENTE DE ENDEMIAS	01/11/2024	A	31/10/2025	13/10/2026	A	27/10/2026
156612-00	ELIZABETH CRISTINA ALOISIO	CONTADORA	02/06/2025	A	01/06/2026	10/09/2026	A	24/09/2026
176370-00	DANIELE APARECIDA SIGNORI	ENFERMEIRO PADRÃO	21/03/2024	A	20/03/2025	08/09/2026	A	22/09/2026
170666-00	HEVERTON BERRI	MÉDICO GENERALISTA I	05/04/2025	A	04/04/2026	05/10/2026	A	20/10/2026
149080-01	LENITA SATURNINO DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	10/11/2024	A	09/11/2025	21/09/2026	A	10/10/2026
415-00	SILVIA HIKARI HATA	AGENTE ADMINISTRATIVO	10/06/2025	A	09/06/2026	08/09/2026	A	25/09/2026
396290-00	CLAUDEMIR ALENCAR	DIRETOR DO DEPTO. DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE PESSOAS	03/04/2025	A	02/04/2026	01/10/2026	A	30/10/2026
3580-00	IVONE REIS DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	17/09/2025	A	16/09/2026	30/09/2026	A	29/10/2026
1279777-00	EDUARDO DA SILVA ARAUJO	MEDICO GENERALISTA III	01/04/2024	A	31/03/2025	16/09/2026	A	30/09/2026
156612-00	ELIZABETH CRISTINA ALOISIO	CONTADORA	02/06/2024	A	01/06/2025	31/08/2026	A	09/09/2026
150860-00	ENEIDE ESTEVAM	AUX. SERVIÇOS GERAIS I E II	04/11/2024	A	03/11/2025	31/08/2026	A	04/09/2026
54208-03	EBVEDIR MAGNONI VALLADAO	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO	03/02/2025	A	02/02/2026	08/09/2026	A	17/09/2026
1216813-00	ISABELA BORTOLI DE SOUZA	DIRETORA DE ARQUITETURA E PROJETOS URBANISTICOS	03/02/2024	A	02/02/2025	25/09/2026	A	09/10/2026
70610-00	JULIO SIMOES DE LIMA	OP.MAQ. /OP.MAQ. PATROLA	16/09/2023	A	15/09/2024	27/08/2026	A	11/09/2026
1225073-00	MARCELO LOCKS DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/10/2023	A	08/10/2024	08/09/2026	A	27/09/2026
179361-00	MARCIA REGINA DA CRUZ	ENFERMEIRO PADRAO	11/07/2025	A	10/07/2026	18/09/2026	A	07/10/2026
134830-00	MARIANE FERREIRA BRAGA	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM	17/12/2024	A	16/12/2025	31/08/2026	A	04/09/2026
18920-00	MILENE MARIA SANTOS BUENO	AGENTE ADMINISTRATIO	03/10/2023	A	02/10/2024	31/08/2026	A	04/09/2026
36854-00	NILTON JOFRE PEREIRA	MOTORISTA	01/01/2024	A	31/12/2024	21/09/2026	A	05/10/2026
1238728-00	PAMELA SCANDILHEIRO	ACS	01/10/2024	A	30/09/2025	21/09/2026	A	05/10/2026
59102-03	SUELI MARIA SCALABRIN	ACS	11/11/2024	A	10/11/2025	31/08/2026	A	04/09/2062
1215329-00	DIOGO BARROSO MARQUEZINI	ASSISTENTE SOCIAL	09/02/2024	A	08/02/2025	22/09/2026	A	01/10/2026
150002-01	RENATO DE OLIVEIRA PEREIRA	MEDICO VETERINARIO	03/12/2024	A	02/12/2025	29/09/2026		09/10/2026

							A	

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:987A9DEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO TERRA ROXA- ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

Tendo em vista os procedimentos no Chamamento Público n. 003/2026, estarem em conformidade com o edital, fica HOMOLOGADO o respectivo processo que tem por objeto A SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, ASSIM DETERMINADOS E RECONHECIDOS EM LEI, PARA CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, E QUE TENHAM INTERESSE EM APRESENTAR PROPOSTAS PARA CELEBRA PARCEIRA NA FORMA DE "TERMO DE COLABORAÇÃO", NA ÁREA AGRÍCOLA em favor da proponente abaixo relacionada:

ENTIDADE CREDENCIADA	CNPJ	NUMERO DO PROJETO	VALOR DO CONVÊNIO
ASSOCIACAO DE PRODUTORES ORGANICOS E AGROECOLOGICOS DE TERRA ROXA - APOATRA	02.054.797/0001-35	1	R$ 55.200,00
ASSOCIACAO DE PRODUTORES ORGANICOS E AGROECOLOGICOS DE TERRA ROXA - APOATRA	02.054.797/0001-35	2	R$ 55.200,00

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:7BE5E71C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORENCIA 10-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 139/2026, MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 10/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 139/2026, Modalidade: CONCORRÊNCIA Nº 10/2026, o(s) participante(s):

428396 - CONSTRUTORA ALINE LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAçãO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUçãO DE READEQUAçãO DO SISTEMA DE HIDRANTES E ALARME DE INCêNDIO E PâNICO DA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE KENNEDY, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAçõES TéCNICAS.	UNIDADE		1	R$170.249,53	R$170.249,53
					Total do Fornecedor:	R$170.249,53

Terra Roxa, 21 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:D5ED3CE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGILIBIDADE 42-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 155/2026, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026

Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 155/2026, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026, o(s) participante(s):

58 - ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
10 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
11 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		1	R$1.515,36	R$1.515,36
12 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
10969 - AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
45 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO(PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
46 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
47 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
65 - CONSULTA MÉDICA EM NEUROLOGIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
70 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		100	R$100,00	R$10.000,00
183628 - ALESSANDRO K. YASSUE - CLINICA MEDICA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
64 - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA	SERVICOS		150	R$100,00	R$15.000,00
189278 - CLINICA MEDICA ENTRE AMIGOS LTDA - ME					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
69 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
394947 - IF MARQUES & CIA MEDICINA E SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
31 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
395947 - MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
34 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
35 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
36 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

396594 - FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
4 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
5 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		1	R$1.515,36	R$1.515,36
6 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396595 - M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
29 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
30 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396597 - 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
13 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
14 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		1	R$1.515,36	R$1.515,36
15 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.					
396598 - MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
19 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
20 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396599 - L. M. MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
66 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396600 - E H S ALMEIDA & CIA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
67 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396601 - G.S.P SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
68 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
32 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
33 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

396627 - BORESKI CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
24 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
25 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
26 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
398311 - SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
37 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
38 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
398359 - GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
42 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
43 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
44 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

418698 - ALPHAMED LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
58 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
59 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
60 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
418787 - ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
39 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
40 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
41 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

418948 - ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
48 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
49 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
419014 - P. E. P. BRAGA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
56 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
57 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
419630 - F C N LATRONICO					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
53 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
54 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
55 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

422969 - GNS HEALTH CARE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
61 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
62 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
63 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
427104 - D DE CAMPOS PERIN					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
72 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
1232746 - SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
71 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		80	R$100,00	R$8.000,00
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
7 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
8 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		1	R$1.515,36	R$1.515,36
9 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00

1275470 - MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
16 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
17 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
18 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
1295187 - PALLAURO SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
50 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
51 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
52 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00

CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.					
1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
2 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		1	R$1.515,36	R$1.515,36
3 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1300261 - HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
27 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
28 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
1300407 - VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
21 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
22 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
23 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
Total Fornecedor: R$176.060,32					

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:36AD8693

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 82-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 137/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 82/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 137/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 82/2026, o(s) participante(s):

423182 - SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
5	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO PEQUENA (P), COM BARREIRAS LATERAIS ANTE VAZAMENTO, ANATÔMICAS E CONFORTÁVEIS. COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE E FITA ADESIVA PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		15.000	R$0,47	R$7.050,00
6	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO MÉDIA (M), COM BARREIRAS LATERAIS ANTE VAZAMENTO, ANATÔMICAS E CONFORTÁVEIS. COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE E FITA ADESIVA PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		20.000	R$0,48	R$9.600,00
	Total do Fornecedor:					R$16.650,00
1287443 - GALERA DA CESTA BASICA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, ADULTO, UNISSEX, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO PEQUENO (P), PESA DE 20 A 40 KG, CINTURA DE APROXIMADAMENTE 40 A 80 CM, COM FORMATO ANATÔMICO BARREIRAS PROTETORAS COM FIOS DE ELASTANO, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, INDICADOR DE UMIDADE, CAMADA COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE. INDICAÇÃO (NA EMBALAGEM) PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA OU SEVERA. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE	UNIDADE		12.600	R$1,12	R$14.112,00

	ENTREGA.					
2	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, ADULTO, UNISSEX, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO MÉDIA (M), PESO DE 40 A 70 KG, CINTURA DE APROXIMADAMENTE 80 A 125 CM, COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS PROTETORAS COM FIOS DE ELASTANO, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, INDICADOR DE UMIDADE, CAMADA COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE. INDICAÇÃO (NA EMBALAGEM) PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA OU SEVERA. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		24.000	R$1,12	R$26.880,00
3	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, ADULTO, UNISSEX, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO GRANDE (G), PESO DE 70 A 90 KG, CINTURA DE APROXIMADAMENTE 100 A 150 CM, COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS PROTETORAS COM FIOS DE ELASTANO, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, INDICADOR DE UMIDADE, CAMADA COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE. INDICAÇÃO (NA EMBALAGEM) PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA OU SEVERA. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		42.000	R$1,20	R$50.400,00
4	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, ADULTO, UNISSEX, HIPOALERGÊNICA, TAMANHO EXTRA GRANDE (XG), PESO ACIMA DE 90 KG, CINTURA DE APROXIMADAMENTE 120 A 165 CM, COM FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS PROTETORAS COM FIOS DE ELASTANO, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, INDICADOR DE UMIDADE, CAMADA COM POLÍMERO (GEL) SUPER ABSORVENTE. INDICAÇÃO (NA EMBALAGEM) PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA OU SEVERA. EMBALAGEM CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES CONTADO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		34.000	R$1,35	R$45.900,00
	Total do Fornecedor:					R$137.292,00

Terra Roxa, 22 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:220D73B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7304/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3183/2026 de 22/09/2026

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 108.149,95 (cento e oito mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.051000	Manutenção do Consórcio Público dos Municípios do Prócaxias – Compro	
3.3.72.39 (6215) (504)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	108.149,95

Total.....R$ 108.149,95

Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.30 (3474) (504)	Material de consumo	108.149,95

Total.....R$ 108.149,95

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:EFE626F2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO
2º QUADRIMESTRE/2026

Relatório de cumprimento da demonstração e execução do plano de saúde e suas fontes de financiamento, previsto na lei nº 8.689/93 que diz “ao final de cada quadrimestre”, será feito pelos titulares dos poderes e órgãos em audiência pública aberta ao público e obrigatoriamente para o Poder Legislativo, sobre as ações executadas de saúde no âmbito do Município.

A Emenda Constitucional nº 19, obriga os Municípios a gastar em saúde pública nunca valores inferiores a 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos de impostos a transferências constitucionais, cuja origem são os impostos, acrescido do total de recursos recebidos a título de programas ou convênios destinados a saúde.

PARTE FINANCEIRA

Com base na arrecadação do Município no período de janeiro a agosto de 2026, as fontes que deram origem ao percentual exigido foram os seguintes:

FONTE	ORIGEM	VALOR R$
Todas	Emenda Constitucional 29/000 15%, (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Multas, Juros e Dívida Ativa dos Impostos, FPM, ICMS, ITR, IPVA, FUNDO DE EXPORTAÇÃO, LC 87/96), e Transposição de Fontes. 100% do bloco de custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde, bloco de investimento das ações e Serviços Públicos de Saúde, Receita de Alienação de Ativos da Saúde/, emendas parlamentares individuais, Livre e Royalties.	R$ 16.121.954,53
	TOTAL	R$ 16.121.954,53

As despesas empenhadas na área de saúde no período tiveram a seguinte composição.

FONTE	ORIGEM	VALOR R$
Todas	Emenda Constitucional 29/000 15%, (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Multas, Juros e Dívida Ativa dos Impostos, FPM, ICMS, ITR, IPVA, FUNDO DE EXPORTAÇÃO, LC 87/96), e Transposição de Fontes. 100% do bloco de custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde, bloco de investimento das ações e Serviços Públicos de Saúde, RECEITA DE Alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros, Livre e Royalties.	15.910.309,23
	TOTAL	15.910.309,23

Saldo Anterior 31/12/2025)		
Todas as Fontes	R$ 2.269.351,17	
Receitas	R$ 16.121.954,53	
Contas a Pagar	R$ 1.268.655,93	
Restos a Pagar (não pago)	R$ 0,00	
Restos a Pagar (pago)		R$ 0,00
Despesas		R$ 15.910.309,23
Saldo Atual (31/08/2026)		R$ 3.749.652,40
Total	**R$ 19.659.961,63**	**R$ 19.659.961,63**

GASTOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Categoria Econômica	Valor R$	Percentual
Pessoal e Encargos	9.329.173,93	58,64%
Outras Despesas Correntes	5.856.628,97	36,81%
Investimento	724.506,33	4,55%
TOTAL	**15.910.309,23**	**100,00%**

Categoria Econômica	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Pessoal e Encargos	3.540.030,10	5.789.142,83	
Outras Despesas Correntes	2.302.240,61	3554.388,36	
Investimento	30.217,51	694.288,82	
TOTAL	**5.872.488,22**	**10.037.820,01**	

GASTO POR PROJETO E/OU ATIVIDADE

Projeto e/ou Atividade	Valor R$	Percentual
Aquisição de Veículos e Equipamentos para a Saúde	598.404,95	3,76%
Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	4.600.389,73	28,91%
Manutenção Programa de atendimento em Saúde Rec. Gov. Estadual	147.259,37	0,93%
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serviços de Saúde/atenção Básica	1.848.903,31	11,62%
Aquisição de Veículos e Equipamentos. p/Programas de Média Complexidade em Saúde.	220,00	0,01%
Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná CISOP	1.346.966,21	8,46%
Manutenção do Hospital Municipal	4.993.659,94	31,38%
Manutenção do Consórcio Intermunicipal CONSAMU Oeste Paraná	613.715,31	3,85%
Manutenção Programa Média e Alta Complexidade Em Saúde. Recursos Gov. Estadual	151.977,15	0,95%
Emenda Impositiva para atendimento especializado TEA (Transtorno de espectro autista	57.321,00	0,30%
Emenda Impositiva para realização de Consultas com Psicólogos	19.899,00	0,01%
Emenda Impositiva para realização de Exames de média e Alta Complexidade	146.255,71	0,91%
Emenda Impositiva para atendimento com fisioterapeuta	92.835,00	0,58%
Emenda Impositiva de Terapeuta Ocupacional	12.507,00	0,07%
Emenda Impositiva parta atendimento especializado de Fonoaudilogia	21.846,00	0,13%
Manutenção das Atividades de Atenção Básica	294.663,70	1,85%
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. públicos de Saúde/atenção Básica	128.293,15	0,80%
Manutenção da Vigilância em Saúde	445.284,08	2,79%
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serviço Público de Saúde/Vigilância em Saúde	228.063,02	1,43%
Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	50.945,19	0,30%
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serviços público de Saúde/Atenção Básica	110.900,41	0,96%
	15.910.309,23	**100,00%**

Projeto e/ou Atividade	1º Trim	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de Veículos e Equipamentos para a Saúde	17.906,95	580.498,00	
Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	1.786.549,60	2.813.840,13	
Manutenção Programa de atendimento em Saúde Rec. Gov. Estadual	18.843,75	128.415,62	
Aquisição de Veículos e Equipamentos. p/Programas de Média Complexidade em Saúde.		220,00	
Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná CISOP	592.189,62	754.776,59	
Manutenção do Bloco das Ações e Serv. Públicos de Saúde /Atenção Básica	608.840,23	1.240.063,08	
Manutenção do Hospital Municipal	1.920.996,17	3.072.663,77	
Manutenção do Consórcio Intermunicipal CONSAMU Oeste Paraná	228.820,56	384.894,75	
Manutenção Programa Média e Alta Complexidade Em Saúde. Recursos Gov. Estadual	42.004,14	109.973,01	
Emenda Impositiva para atendimento especializado TEA (Transtorno de espectro autista	6.897,00	50.424,00	
Emenda Impositiva para realização de Consultas com Psicólogos	19.899,00	0,00	
Emenda Impositiva para realização de Exames de média e Alta Complexidade	59.215,24	87.040,47	
Emenda Impositiva para atendimento com fisioterapeuta	47.730,00	45.105,00	
Emenda Impositiva de Terapeuta Ocupacional	3.894,00	8.613,00	

Emenda Impositiva parta atendimento especializado de Fonoaudilogia	8.778,00	13.068,00	
Manutenção das Atividades de Atenção Básica	74.881,25	219.782,45	
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. públicos de Saúde/atenção Básica	93.421,18	34.871,97	
Manutenção da Vigilância em Saúde	163.162,09	282.121,99	
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serviço Público de Saúde/Vigilância em Saúde	112.068,79	115.994,23	
Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	32.316,25	18.628,94	
Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serviços público de Saúde/Atenção Básica	34.074,40	76.826,01	
	5.872.488,22	**10.037.821,01**	

Conforme pode ser verificado acima, o Município gastou no **1º trimestre /2026** R$ 5.872.488,22 (cinco milhões oitocentos e setenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos), no **2º Quadrimestrte** R$ totalizando no exercício R$ 10.037.821,01 (dez milhões trinta e sete mil oitocentos e vinte e um reais e um centavos)**,** totalizando até o mês de Agosto de 2026 R$ **15.910.309,23 (quinze milhões novecentos e dez mil trtezentos e nove reais e vinte e três centavos)**

ORIGEM DOS RECURSOS

303	Saúde Percentual Próprio	9.931.363,06
369	Serviços Prestados SUS Faturamento AIHS	195.467,72
380	Resolução Sesa 388 e 1430/23	100.000,00
378	Estruturação da Rede de Serv. Púb. Em Saúde	4.924,60
494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde	2.029.238,89
495	Atenção Básica	200.181,65
496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	459.669,80
497	Vigilância em Saúde	27.878,81
498	Assistência Farmacêutica	0,00
500	Bloco de Investimento na Rede de Serviços em Saúde	834.105,24
518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços em Saúde	414,51
891	Investimento Emenda Parlamentar 20254313002	28.413,41
878	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 40890004	318,87
881	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 45000007	6.408,55
900	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 36000788316022600	1.018.339,30
884	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 36000705791202	10.747,84
885	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 36000057782202	10.765,94
899	Emenda Parlamentar 3600087420762026009	309.188,87
1051	Transferências Provenientes do Governo Federal destinado ao vencimentos dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate as endemias	518.720,00
1064	Assistência Financeira da União destina a complementação do piso salarial dos profissionais da enfermagem	25.454,36
901	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 360000742149202600	206.086,14
905	Incremento ao Piso da Atenção Básica Emenda Parlamentar nº 5041001	204.266,97
	TOTAL	**16.121.954,53**

Resumo

Recursos	**Valor**	**Percentual**
Município	9.931.363,06	61,60%
Entes	6.190.591,47	38,40%
Total	**16.121.954,53**	**100,00%**

PARTE OPERACIONAL

Com os gastos executado acima pode o Município realizar os seguintes serviços para atendimento à sua população, que é de 11.135 habitantes, segundo consta do Fundo Nacional de Saúde (2º. Quadrimestre 01/05/2026 a 31/08/2026).

Especificação		**1º Q**	**2ºQ**	**3ºQ**	**TOTAL**
ATENÇÃO ESPECIALIZADA					
Consultas Atenção Primária		**12.106**	**12.223**		
Visitas ACS		**4.080**	**3.655**		
Consultas-Psiquiatria (adultos e crianças)		**658**	**539**		
Atendimento Fonoaudiólogo		**549**	**498**		
Sessões de Psicologia		**2.500**	**2.790**		
Terapeuta Ocupacional		**469**	**689**		
Sessões de Fisioterapia		**7.037**	**7.778**		
Mamografia		**120**	**110**		
Preventivos faixa etária (25 a 64 anos)		**239**	**160**		
Vacinas aplicadas		**3.998**	**3.057**		
Ultrassom		-	**617**		
Exames laboratoriais (PROGSUS, BOLETO)		**12.030**	**18.503**		
EXAMES – CISOP (Ressonância, tomografia, endoscopia, colonoscopia, exames do coração, entre outros)		**1.032**	**2.118**		
Consultas Especialista- CISOP		**2.716**	**3.269**		
Cirurgias -Cisop		**72**	**37**		
Opera Paraná		-	-		
Benefícios concedidos (passagens, (casa apoio)		**59**	**58**		
óbitos		**33**	**43**		
Nascidos		**39**	**45**		
ACADEMIA DA SAÚDE					
Prática Corporal/atividade física em grupo		**335**	**320**		
ODONTOLOGIA					
Procedimentos odontológicos		**5.009**	**5.641**		
1ª. Consulta programática		**858**	**1.053**		
Tratamento TC		**652**	**912**		

Próteses dentárias		**82**	**85**		
Exodontia		**145 (2,90%**	**142 (2,51%)**		
VIGILÂNCIA EM SAÚDE					
Visita para bloqueio		**1.949**	**917**		
Visitas para tratamento		**4.098**	**8.389**		
Visitas PE (pontos estratégicos)		**30**	**30**		
Casos not. dengue		**148**	**175**		
Casos confirmados		**0**	**0**		
HOSPITAL MUNICIPAL					
Consulta Médica		**5.719**	**6.806**		
Internamentos		**466**	**527**		
Encaminhamentos de Urgência cvel		**134**	**121**		
Cirurgias Realizadas		**0**	**0**		
Exames Raio X		**2.151**	**2.137**		
ECG		**271**	**297**		
Exames Lab. interno		**2.873**	**2.655**		

Não houve quaisquer despesas deixadas de serem empenhadas, por falta de disponibilidade de caixa, e nem cancelamento de empenho.
A Administração para dar cumprimento ao parágrafo 1º, do artigo 55, da Lei 101/2000 LRF, nomeou os responsáveis pelo presente relatório, os senhores
Gerso Francisco Gusso – Prefeito "Ordenador da Despesa"
Carmem Brandini Fongaro – "Secretária de Fazenda" "Responsável pelas Finanças"
Débora Pilati Vidor - "Secretária de Saúde"
O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive, por meio da imprensa oficial do Município.
Visando dar cumprimento a Lei nº 8.689/93, a administração já convocou audiência pública, através do Edital de Convocação nº 209/2026, para o dia 30 de setembro de 2026.

O Relatório apresentado foi criado pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as exigências da Lei nº 8.689, não deixando dúvida com relação aos valores apresentados sendo de fácil entendimento.

CONCLUSÃO

Concluindo, diríamos que todos os itens estão dentro dos índices aceitáveis pela legislação em vigor, esperamos que a avaliação do presente relatório em audiência Pública seja aprovada, para que possamos dar continuidade à execução orçamentária, dentro dos princípios de transparência, publicidade e economicidade.
O índice obrigatório a ser gasto com saúde EC - 029 são de 15,00% (quinze por cento) dos impostos e transferências constitucionais de impostos, no entanto o gastou índice superior ao determinado.
Três Barras do Paraná 22 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:2FD9860C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø DIRCEU DE SOUZA LEAL LTDA - CNPJ N° 01906960000188

ITEM	VEÍCULO	PLACA	MODELO	ANO	VALOR MÁXIMO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
02	VAN/ RENAULT MASTER	ALT 5964	MASTER 2.8 FURGÃO 85CV DIESEL CURTO	2004	11.000,00	2,00
04	RENAULT/MASTER REVES	BCW 5C50	MASTER 2.3 DCI FURGAO 16 V DIESEL	2018	10.600,00	2,00
06	I/MERCEDES-BENS SPRINTER 417	TBI-2D15	I/MERCEDES-BENS SPRINTER 417	2025	15.000,00	2,00
08	RENAULT/M REVESCAP L3H2	BBY 2618	MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 16L DIESEL	2017	10.600,00	2,00
10	FORD/TRANSIT AMBULÂNCIA	SEG-6D21	TRANSIT/AMBULÂNCIA	2022	9.800,00	2,00
12	I/MERCEDES-BENS SPRINTER 417	TBI-2D16	I/MERCEDES-BENS SPRINTER 417	2025	15.000,00	2,00
14	MICRO ÔNIBUS AGRALE	ARY 9670	MASCARELO GRANMINI 31P / 115CV	2009	13.000,00	2,00
16	ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS	AVD 6780	IVECO/CITYCLASS 70C16 29P / 155CV	2012	13.000,00	2,00
18	ÔNIBUS VOLKSWAGEN15.190	AVD 6779	VW/15.190 EOD 48P / 185CV	2012	13.000,00	2,00
20	ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE W9	BAG 7518	VOLARE (EXECUTIVO W9) (DIESEL)	2016	15.000,00	2,00
22	ÔNIBUS VOLKSWAGEN 16.210	AIA 4467	COMIL 16.210 48P / 206CV	1998	13.000,00	2,00
24	ÔNIBUS VOLKSWAGEN GRANFLEX 17230	AQY 4716	MASCA GRANFLEX 44P/225CV	2008	13.000,00	2,00
26	ÔNIBUS SCANIA K112CL	BXG 4315	SCANIA K112CL 48P/305CV	1989	8.000,00	2,00
28	ONIBUS VOLKSWAGEN MARCOPOLO IDEALE R	ASI 2757	IDEALE R 48P/ 230CV	2010	15.000,00	2,00
30	CAMINHÃO BASCULANTE SCANIA 113 E 360	JMS 2541	R113 E 360 6X4 2P (DIESEL)	1998	12.000,00	2,00
32	CAMINHÃO BASCULANTE WOLKS 13180	AOS 4358	13180/ 13180 E WORKER 3EIXOS 2P (DIES	2007	10.900,00	2,00
34	CAMINHÃO BASCULANTE WOLKS 13180	APC 7058	13180/ 13180 E WORKER 3EIXOS 2P (DIES	2007	10.900,00	2,00
36	CAMINHÃO BASCULANTE IVECO	BCG 3140	TECTOR 260E30ID 15, 63T / 300CV	2018	18.000,00	2,00
38	CAMINHÃO MEC. OP. 11.180 4X2	BCQ 9062	VW/11.180 DRC 4X2 7,5 T/175 CV	2019	10.500,00	2,00

40	CAMINHÃO BASC FORD 12000L	AHF 5053	12000 2P (DIESEL)	1997	10.000,00	2,00
42	CAMINHÃO M. BENZ ATEGO 1419 PIPA	SDP-7B65	CAMINHÃO M. BENZ ATEGO 1419 PIPA	2022	15.000,00	2,00
44	VW GOL 1.0	QJO-2J81	GOL 1.0 TL MCV	2018	10.500,00	2,00
46	RENAULT/ SANDEIRO SZE 16 MT	BEI 8F64	SANDEIRO BRANCO FLEX 5P FLEX	2020	9.000,00	2,00
48	FIAT STRADA WORKING 1.5	BBH 4772	STRADA/ STRADA WORKING 1.5 MPI 8V CS	2016	9.000,00	2,00
50	FIAT STRADA FIRE FLEX	AUF 8702	STRADA CELEB. 1.4 MPI FIRE FLEX 8V CE	2011	11.000,00	2,00
52	VW GOL 1.6L	BCV 3H32	1.6 L MB5 5P/104 CV	2019	10.500,00	2,00
54	VW GOL 1.0 5P	BER 2J46	GOL 1.0	2020	10.000,00	2,00
56	FIAT UNO MILLE ECONOMY	AUV 5796	UNO MILLE WAY ECONOMY 1.0 F. FLEX 4P	2011	9.700,00	2,00
58	CHEV / SPIN 1.8 AT PREMIER	SFW5J03	SPIN 1.8 AUT.	2023	10.000,00	2,00
60	RENAULT DUSTER INT 1.6	SEQ7G78	DUSTER INT. 1.6	2023	10.000,00	2,00
62	RENAULT KWID	BEH-2C41	RENAULT KWID ZEN 1.0 MT 1.0 FLEX	2020	7.500,00	2,00
64	FORD FIESTA SEDAN 1.6	EUK-6I15	FORD FIESTA SEDAN 1.6	2011	10.000,00	2,00
66	FIAT/MOBI TREKKING	BEU 2G88	FIAT MOBI 1.0 BRANCO 4P FLEX	2020	9.500,00	2,00
68	FIAT/MOBI LIKE	BEU 2G87	FIAT MOBI 1.0 BRANCO 4P FLEX	2020	9.500,00	2,00
70	SAVEIRO ROBUST MBVS 1.6	BDJ 3J54	VW/SAVEIRO 1.6 2P BRANCA	2019	10.000,00	2,00
72	PEUGEOT / 2008 GRIFFE	BBF-2G42	PEUGEOT /2008 GRIFFE 1.6 THP	2016	9.000,00	2,00
74	VW GOL 1.0	BEX 9I74	VW GOL 1.0	20/21	10.000,00	2,00
76	HYUNDAI HB20 1.0 SENSE	SDT-6J03	HYUNDAI HB20 1.0 12V MEC.	2022	10.000,00	2,00
78	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB	9442	JS200	2011	15.000,00	2,00
80	PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN	5570	55	2012	10.000,00	2,00
82	CAMINHÃO BASCULANTE MB AXOR 3131	RHZ-3E42	M.BENZ/AXOR 3131 6X4	2022	14.000,00	2,00
84	MOTONIVELADORA FIATALLIS	5675	FG170	2013	14.000,00	2,00
86	TRATOR AGRÍCOLA VALMET/VALTRA	5490	685	1999	7.000,00	2,00
88	ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB 210	14.961	JCB 210	2024	15.000,00	2,00
90	RETROESCAVADEIRA MULLER	13700	MR406ADV 4X4	2022	10.000,00	2,00
92	RETROESCAVADEIRA XCMG	10901	XCMG	2020	10.000,00	2,00
94	MOTONIVELADORA CASE VHP	13250	VHP 885	2021	14.000,00	2,00
96	RETROESCAVADEIRA JOHNN DEERE 310	14.938	JOHN DEERE	2024	10.000,00	2,00
98	RETROESCAVADEIRA JCB 3CX	14.425	JCB 3CX	2024	10.000,00	2,00
100	ROLO COMPACTADOR VOLVO	9443	SD105	2017	10.000,00	2,00
102	HYUNDAI/HB20	TBB-4E63	COMFORT PLUS	2025	6.000,00	2,00
104	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES-BENS ATEGO	UBG-9F08	2730 6X4	2025	8.000,00	2,00
106	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES-BENS ATEGO	UBH-0J16	2730 6X4	2025	8.000,00	2,00
108	FIAT/STRADA VOLCANO 1.3 AT	TBA-5H63	FIAT/STRADA VOLCANO 1.3 AT	2024	6.000,00	2,00
110	CITROEN /C3 AIRCROSS PACK 5 LUGARES	TBL-2E63	CITROEN /C3 AIRCROSS PACK 5 LUGARES	2024	6.000,00	2,00
112	CITROEN /C3 AIRCROSS FELL 7 LUGARES	TBB-4E62	CITROEN /C3 AIRCROSS FELL 7 LUGARES	2024	6.000,00	2,00
114	HYUNDAI /TUCSON 1.6 TURBO	14664	HYUNDAI /TUCSON 1.6 TURBO	2025	8.000,00	2,00
TOTAL 614.500,00						

Valor total para o fornecedor: R$ 614.50,00 (Seiscentos e quatorze mil e quatrocentos e quinhentos reais).

Ø GILBERTO ANTONIO ROMANOSKI 07712080909 – CNPJ 29526671000172

ITEM	VEÍCULO	PLACA	MODELO	ANO	VALOR MÁXIMO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
01	AMBULANCIA RENAULT MASTER	AWF 6229	MASTER 2.8 FURGÃO 85CV DIESEL CURTO	2012	10.000,00	1,50
03	PEUGEOT/EXPERT MINIBUS	TBB-4E65	PEUGEOT/EXPERT	2024	10.600,	1,50
05	FIAT DUCATO ENGESIGMIC 16 PASSAGEIROS	BEM 9G61	FIAT DUCATO (DIESEL)	2020	10.000,00	1,50
07	FIAT DUCATO MARTICAR 16	BBP 8454	DUCATO VAN 2.5 DIESEL	2017	9.600,00	1,50
09	FIAT DUCATO ENGESIGEXE	BEH-4G13	FIAT (DUCATO) DIESEL	2020	10.000,00	1,50
11	PEUGEOT/EXPERT AMBULÂNCIA	SEG-5C68	EXPERT/AMBULÂNCIA	2022	15.000,00	2,00
13	MICRO ÔNIBUS AGRALE	ARY 3269	MASCARELO GRANMINI 31P / 115CV	2009	13.000,00	2,00
15	ÔNIBUS MASCARELLO ELLO MERCEDES-BENS 17.260	TBN-1B27	ÔNIBUS MASCARELLO ELLO MERCEDES-BENS 17.260	2025	30.000,00	2,00
17	ÔNIBUS VOLKSWAGEN 15.190	AVD 6773	VW/15.190 EOD 48P / 185CV	2012	13.000,00	2,00
19	MARCOPOLO VOLARE MICRONIBUS 21P	BCV 5A33	VOLARE V8L MO EURO V	2019	15.000,00	2,00
21	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE W-L ON	SDZ-5F29	VOLARE FLY 10 MARCOPOLO 162CV	2022	15.500,00	2,00
23	MPOLO ONIBUS V8L 26P	BCR 3A14	VOLARE V8L EO EURO V	2019	12.000,00	2,00
25	ONIBUS VOLKSWAGEN MARCOPOLO IDEALE R	ASI 2755	IDEALE R 48P/ 230CV	2010	15.000,00	2,00
27	ÔNIBUS IVECO 15.210 CAIO	TBB-1i33	ÔNIBUS IVECO 15.210 CAIO	2024	12.000,00	2,00
29	CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ 2729	AYH 4790	ATRON 2729 K 6X4 15.94T / 286CV	2014	12.000,00	2,00
31	CAMINHÃO BASCULANTE SCANIA 113 E 360	JMS 2561	R113 E 360 6X4 2P (DIESEL)	1998	12.000,00	1,50
33	CAMINHÃO BASCULANTE WOLKS 13180	AOS 4361	13180/ 13180 E WORKER 3EIXOS 2P (DIES	2007	10.900,00	1,50
35	TOYOTA BANDEIRANTES	AIV 6131	CAMIONETE ABERTA	1987	13.000,00	1,50
37	CAMINHÃO WOLKSWAGEN 17280	BDF 4F01	VW / 17.280 CRM 4X2 4P	2018	10.000,00	1,50
39	CAMINHÃO DISTRIBUIDOR VOLKSWAGEN 26280	AZC 9884	VW/ 26.280 CRM 6X4 11.56T / 275 CV	2014	10.000,00	1,50
41	CAMINHÃO FORD CARGO 815E	ASU 6399	CAMINHÃO FORD CARGO 815-E, DIESEL.	2010	15.000,00	1,50
43	FIAT CRONOS DRIVE 1.3	BCG 4365	CRONOS 1.3 8 V FLEX 5P / 109CV	2018	9.500,00	1,50
45	RENAULT/ SANDEIRO SZE 16 MT	BEG 6C35	SANDEIRO BRANCO FLEX 5P FLEX	2020	9.000,00	1,50
47	RENAULT/ SANDEIRO LIFE	BDK 5D37	RENAULT/SANDEIRO LIFE 1.0 82CV 5P	2019	9.000,00	1,50

			BRANCO			
49	VW / UP CROSS 1.0 TSI	QHU-7J95	VW UP CROSS 1.0 TSI	2017	9.000,00	1,50
51	VW GOL 1.0	BBD 4654	GOL 1.0 MI TOTAL FLEX 8V 4P	2016	10.500,00	1,50
53	VW GOL 1.6 L MB5	BDI 4B16	VW/GOL 1.6 L MB5 INTERATIVIDADE	2019	10.500,00	1,50
55	VW GOL 1.0 5P	BER 2J91	GOL 1.0 FLEX 5P	2020	10.000,00	1,50
57	CHEV / SPIN 1.8 AT PREMIER	SFW5198	SPIN 1.8 AUT.	2023	10.000,00	1,50
59	FORD/FIESTA	AVM 6195	FIESTA 1.0 8V FLEX 5P	2012	8.000,00	1,50
61	GM SPIN 1.8 MT PREMIER	BDM 5F39	SPIN PREMIER 1.8 8V ECONO FLEX 5P MANUAL	2019	10.000,00	2,00
63	FIAT DOBLO ELX 1.8	ARD 2848	DOBLO ELX 1.8 MPI 8V FLEX	2009	8.500,00	2,00
65	VW/KOMBI	AHX 2967	VW/ KOMBI 9P 97T 61CV	1998	9.500,00	2,00
67	FIAT/MOBI TREKKING	BEU 2G89	FIAT MOBI 1.0 BRANCO 4P FLEX	2020	9.500,00	2,00
69	FIAT/MOBI LIKE	BEU 2G90	FIAT MOBI 1.0 BRANCO 4P FLEX	2020	9.500,00	2,00
71	VW / SAVEIRO 1.6 CS TL MPI	SFA-6H12	FORD FIESTA SEDAN 1.6	2023	10.000,00	2,00
73	GM MERIVA JOY 1.8	GOL 9926	GM/MERIVA JOY 1.8	2007	8.000,00	2,00
75	HONDA NXR150 BROS	AQC 7892	NXR 150 BROS ESD	2008	3.500,00	2,00
77	PÁ CARREGADEIRA NEW HOLLAND W12D	15021	PÁ CARREGADEIRA NEW HOLLAND W12D	2025	8.000,00	2,00
79	ESCAVADERA HIDRÁULICA VOLVO	9504	EC140	1999	15.000,00	2,00
81	PÁ CARREGADEIRA NEW HOLLAND	4766	12C TURBO	1992	10.000,00	2,00
83	CAMINHÃO BASCULANTE MB AXOR 3131	RHZ-3E45	M.BENZ/AXOR 3131 6X4	2022	14.000,00	2,00
85	MOTONIVELADORA CATERPILLAR	8090	120K	1999	14.000,00	2,00
87	TRATOR AGRÍCOLA VALMET/VALTRA	5492	785	2007	7.000,00	2,00
89	ROLO COMPACTADOR JCB	14.960	JCB	2024	10.000,00	2,00
91	MOTONIVELADORA XCMG 180	10900	XCMG 180	2020	14.000,00	2,00
93	RETROESCAVADEIRA JCB 3CX	14.424	JCB 3CX	2024	11.000,00	2,00
95	CAMINHAO IVECO TECTOR 11-190	SEN2E12	IVECO/TECTOR 11-190	2022	10.000,00	2,00
97	ESCAVADEIRA HIDR. XCMG	12150	ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE225BR	2022	15.000,00	2,00
99	ROLO COMPACTADOR MULLER	5343	VAP 55	1996	10.000,00	2,00
101	HYUNDAI/HB 20	TBB-4E64	COMFORT PLUS	2025	6.000,00	2,00
103	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES-BENS ATEGO	UBG-9E96	2730 6X4	2025	8.000,00	2,00
105	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES-BENS ATEGO	UBH-0i98	2730 6X4	2025	8.000,00	2,00
107	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES-BENS ATEGO	UBH-0J08	2730 6X4	2025	8.000,00	2,00
109	FIAT/STRADA VOLCANO 1.3 AT	TBF-2B26	FIAT/STRADA VOLCANO 1.3 AT	2024	6.000,00	2,00
111	CITROEN /C3 AIRCROSS FELL 7 LUGARES	TBF-2B27	CITROEN /C3 AIRCROSS FELL 7 LUGARES	2024	6.000,00	2,00
113	MINI CARREGADEIRA NEW HOLLAND L 320	15054	MINI CARREGADEIRA NEW HOLLAND L 320	2025	5.000,00	2,00
TOTAL 612.600,00						

Valor total para o fornecedor: R$ 612.600,00 (Seiscentos e doze mil e seiscentos reais).

Lotes Fracassados

Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 21 de setembro de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:72B28965

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2.026

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	711.238.869,22	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.024.306,77	0,99

Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	42.674.332,15	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	40.540.615,55	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	38.406.898,94	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-2.512.990,48	-0,35
Limite definido por Resolução do Senado Federal	861.728.943,86	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	157.983.639,71	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	114.897.192,52	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	50.267.521,73	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 37m.		

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI	***ROGERIO SIQUEIRA PINHEIRO***
Presidente da Câmara	Assistente de Contabilidade - CRC: 052964-O-0
OCTAVIO ANTONIASSI JUNIOR	
Controlador Interno	

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:E076140D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 040/2026 – PMU, processo administrativo n.º 2026/03/158, homologado pela Portaria nº 1.156/2026 de 08 de setembro de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" em 11 de setembro de 2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para a **contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para execução de substituição da iluminação existente por luminárias em LED, em postes ornamentais em diversas vias e praças de Umuarama-PR e aquisição de braços metálicos para iluminação pública, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo**, especificado no Termo de Referência, anexo do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n.º 040/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01 – REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE DIFUSORES – DIVERSAS VIAS E PRAÇAS DE UMUARAMA/PR:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	V. UNIT COM BDI (24,00%)	V. TOTAL	EMPRESA	VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS (01 – UM ANO)
1	Remoção de luminárias existentes com reaproveitamento e deslocamento das mesmas até o Pátio Rodoviário Municipal.	216	Serv.	******	R$ 13,22	R$ 2.855,52	A. J. Execuções Elétricas Ltda	11/09/2027
2	Fornecimento e instalação de difusor ornamental modelo republicado em LED de até 150W, conforme especificações técnicas em anexo.	216	Unid.	Projeluz Difusor Led Republicano 150w	R$ 2.143,32	R$ 462.957,12		
	VALOR TOTAL DO LOTE 01:					**R$ 465.812,64**		

LOTE 02 – BRAÇOS PARA LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	V. UNIT COM BDI (24,00%)	V. TOTAL	EMPRESA	VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS (01 – UM ANO)
1	Fornecimento de braço curvo em aço galvanizado a fogo, com sapata de 48X3000MM, incluso todos os acessórios, conforme memorial descritivo.	300	Unid.	Romagnole	R$ 263,00	R$ 78.900,00	Tarx Construções e Obras Elétricas Ltda	11/09/2027
	VALOR TOTAL DO LOTE 02:					**R$ 78.900,00**		

	VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO:					**R$ 544.712,64**

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste processo licitatório, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares/documento anexo a fase interna do processo administrativo.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, com divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os eventuais contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação do processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 040/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *processo licitatório* e se obrigar nos limites dela.
5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.6 Após a homologação do processo licitatório, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a eventual contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a eventual contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS
I – A execução do objeto compreende o fornecimento e instalação de luminárias em tecnologia LED nos postes ornamentais em diversas vias e praças, no Município de Umuarama/PR **e aquisição de braços metálicos para iluminação pública, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo**.
II – O prazo de entrega dos produtos do LOTE 02 (braços metálicos) será **em até 15 (quinze) dias**, a partir da nota de empenho, podendo ser prorrogados por mais 15 (quinze) dias, mediante justificativa plausível da empresa vencedora do certame.
III – Os produtos do LOTE 02 (braços metálicos) deverão ser entregues na Diretoria de Compras e Almoxarifado, localizada na Rua Itaquiraí, nº 3303; Zona I, na cidade de Umuarama-PR, CEP: 87.501-045.
IV – **Forma de Execução:**
a) A execução dos serviços deverá ocorrer de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, a qual será responsável, pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte, sinalização e demais recursos necessários à plena execução do objeto.
b) Os serviços deverão ser executados em conformidade com:
o projeto técnico e memoriais descritivos;
a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro;
as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT relacionadas à iluminação pública e instalações elétricas;
as normas de segurança do trabalho, em especial aquelas relativas a trabalho em altura e serviços com eletricidade;
a legislação ambiental e demais normas aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia.
c) A empresa contratada deverá organizar as frentes de trabalho de forma a minimizar interferências no tráfego de veículos e pedestres nas vias públicas, adotando sinalização adequada e todas as medidas necessárias à segurança dos trabalhadores e da população.
d) A instalação das luminárias deverá ser realizada utilizando a infraestrutura existente dos postes ornamentais, garantindo a correta fixação dos equipamentos, a integridade das conexões elétricas e o pleno funcionamento do sistema de iluminação pública.
e) Após a instalação, deverão ser realizados testes operacionais e verificações de funcionamento, a fim de assegurar a conformidade com as especificações técnicas e o adequado desempenho do sistema.
f) Ao término dos serviços, a contratada deverá promover a limpeza das áreas de intervenção e a remoção de resíduos, materiais e equipamentos utilizados durante a execução.
V – **Prazos de Execução:**
a) O prazo para execução dos serviços será de **até 03 (três) meses**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço** pelo CONTRATANTE.
b) O prazo de entrega dos produtos do LOTE 02 (braços metálicos) será **em até 15 (quinze) dias**, a partir da nota de empenho, podendo ser prorrogados por mais 15 (quinze) dias, mediante justificativa plausível da empresa vencedora do certame.
c) O cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente observado pela CONTRATADA, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica e autorização da Administração, nos termos da legislação vigente.
d) Eventuais paralisações decorrentes de determinação da Administração, condições climáticas adversas ou fatos supervenientes devidamente justificados poderão ensejar a prorrogação do prazo contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
VI – **Responsabilidades da Contratada:**
a) A CONTRATADA será responsável pela execução integral dos serviços contratados, respondendo tecnicamente pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados (LOTE 01) e pelos produtos entregues (LOTE 02).
b) Compete à CONTRATADA, dentre outras responsabilidades:
fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução da obra;
manter responsável técnico devidamente habilitado e com ART/RRT registrada para a execução dos serviços;
cumprir integralmente o cronograma físico-financeiro aprovado;
adotar todas as medidas de segurança do trabalho e proteção coletiva e individual exigidas pela legislação;
reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com defeitos constatados pela fiscalização;
responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.
VII - **Recebimento Provisório:**
a) A entrega e execução do objeto deverão ocorrer conforme o cronograma físico-financeiro,
b) Concluídos os serviços, será realizado o **recebimento provisório**, mediante vistoria da fiscalização e da comissão designada pela Administração, no prazo de até **60 (sessenta) dias**, com a finalidade de verificar a conformidade da obra com as especificações contratuais e poderá ser acompanhada pelo fiscal da ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
c) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para o pagamento, desde que a parcela controvérsia não seja condicionante para recebimento da parcela incontroversa.
d) Caso sejam identificadas falhas, imperfeições ou serviços executados em desacordo com o contrato, a CONTRATADA será notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização.
VIII – **Recebimento Definitivo:**

a) O **recebimento definitivo** ocorrerá após a verificação da plena conformidade dos serviços executados, no prazo de até **60 (sessenta) dias** contados do recebimento provisório, mediante emissão de termo circunstanciado assinado pelas partes.
b) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável.
IX – **Garantias:**
a) A CONTRATADA responderá pela qualidade e desempenho das luminárias fornecidas e instaladas, bem como pela adequada execução dos serviços, observando-se os prazos de garantia estabelecidos pelo fabricante dos equipamentos e pela legislação vigente aplicável às obras e serviços de engenharia.
b) Durante o período de garantia, eventuais defeitos, falhas de funcionamento ou vícios construtivos deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.
X – **Requisitos Técnicos:**
a) Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com o projeto técnico, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o processo de contratação.
b) As luminárias em tecnologia LED a serem fornecidas e instaladas deverão atender integralmente às especificações técnicas definidas no projeto, devendo apresentar desempenho compatível com a aplicação em iluminação pública ornamental, incluindo requisitos mínimos de potência, fluxo luminoso, eficiência luminosa, vida útil, índice de reprodução de cor, grau de proteção e resistência às intempéries.
c) Os equipamentos e materiais utilizados deverão ser novos, sem uso anterior, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à iluminação pública, instalações elétricas e segurança elétrica.
d) A instalação das luminárias deverá ser realizada de forma compatível com a infraestrutura existente dos postes ornamentais e com a rede de alimentação elétrica instalada, assegurando a correta fixação dos equipamentos, integridade das conexões elétricas e funcionamento adequado do sistema.
e) Após a instalação, deverão ser realizados testes operacionais e verificações de funcionamento das luminárias instaladas, a fim de assegurar a conformidade com as especificações técnicas e a plena operacionalidade do sistema de iluminação pública.
XI – **Requisitos Operacionais:**
a) A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, observando-se o prazo de execução estabelecido no contrato.
b) A contratada deverá planejar e organizar as frentes de serviço de forma a reduzir interferências no tráfego de veículos e pedestres nas vias públicas onde ocorrerão as intervenções, adotando medidas de sinalização e segurança compatíveis com a natureza das atividades executadas.
c) Durante a execução dos serviços deverão ser adotadas medidas adequadas de controle operacional, garantindo a continuidade do funcionamento da iluminação pública nas áreas adjacentes sempre que possível.
d) A empresa contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos e dispositivos de segurança, assegurando a adequada execução do objeto contratado.
e) Os serviços que envolvam intervenções em instalações elétricas ou trabalhos em altura deverão ser executados em conformidade com os procedimentos técnicos e normas de segurança aplicáveis.
f) Ao término das atividades, a contratada deverá promover a limpeza das áreas de intervenção e a remoção de materiais, resíduos ou equipamentos utilizados na execução dos serviços.
XII – **Requisitos Ambientais:**
a) A execução do objeto deverá observar as normas ambientais vigentes e adotar práticas que minimizem impactos ao meio ambiente.
b) Os materiais substituídos, especialmente luminárias, lâmpadas e componentes elétricos eventualmente retirados do sistema existente, deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
c) A contratada deverá adotar práticas de uso racional de materiais e redução da geração de resíduos durante a execução dos serviços.
d) A substituição das luminárias convencionais por luminárias com tecnologia LED contribui para a melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública, reduzindo o consumo de energia elétrica e promovendo benefícios ambientais associados à diminuição indireta das emissões relacionadas à geração de energia.
XIII – **Requisitos Legais e Normativos:**
A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação aplicável às contratações públicas e à execução de obras e serviços de engenharia, em especial as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Também deverão ser observadas as normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas e sistemas de iluminação pública, incluindo as normas da ABNT e demais regulamentos técnicos pertinentes.
c) As atividades executadas deverão atender às normas de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas a serviços com eletricidade e trabalho em altura, bem como às demais normas regulamentadoras expedidas pelos órgãos competentes.
d) A execução dos serviços deverá ainda observar as normas municipais e demais regulamentos aplicáveis às intervenções em vias públicas, garantindo a segurança dos usuários da via e a integridade da infraestrutura urbana.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente licitação/contratação são caracterizados como comuns e não possuem natureza continuada, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021..

Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital de Licitação;
III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Pregão Eletrônico nº 040/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA deverá emitir ART dos serviços executados (LOTE 01).
Parágrafo Quinto: A remuneração devida a DETENTORA DA ATA pela execução dos serviços objeto deste edital é fixa e pré-determinada, não estando, sob hipótese alguma, vinculada condicionada ou associada, aos valores arrecadados a titulo de multas, penalidades ou sanções aplicadas a terceiros ou a própria contratante.
Parágrafo Sexto: É vedado qualquer tipo de comissionamento bônus ou participação da contratada sob o montante derivado de multas aplicadas, prevalecendo os princípios da boa fé objetiva e da isenção profissional na execução das atividades contratadas.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

08.002.15.451.0005.1.180.4.4.90.51.00.00 D: 375 F: 507

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON FERNANDO CAVALARI
A. J. Execuções Elétricas LTDA – ME
Detentora da Ata

GABRIEL DE ANDRADE
Tarx Construcoes e Obras Eletricas LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

VALÉRIO SILVA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:9AA861FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 113/2026

EDITAL N.º 113/2026

EDITAL N.º 113/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 048/2026, de 06 de maio de 2026,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais e Psicólogos, a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
* fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.

Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do

referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 20.1 do Edital nº. 48/2026 – Da Assunção da Função Pública.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS
(PROVIMENTO DE 01 VAGA)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0041811	ROSILAINE DOS REIS SANTOS	154498157	16º

PSICÓLOGOS – 40 HORAS SEMANAIS
(PROVIMENTO DE 03 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042347	EMYLLY CAMILLE SANTOS MODAELLI	5607295966	13º
0042906	HELOISA MARCHEZONI ORLANDINI	10418973911	14º
0042639	ISABELLA ROCHA DA CRUZ	44924813893	15º

PAÇO MUNICIPAL, 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7D119E4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO Nº 27/2026

EXTRATO Nº 27/2026

PRORROGAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 78/2025 DOS ADMITIDOS NO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL– PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 159/2023
Objeto do Edital nº 74 de 23 de setembro de 2025

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS SEMANAIS

Item	Class.	Nome	Lotação	Admissão	Prorrogação	RG/CPF	Salário
01	260º	PRISCILA TRUS CORDEIRO	Secretaria Municipal de Educação	03/10/2025	04/10/2027	082.256.759-83	R$ 5.130,63
02	27º PPP/321ºAMPLA	LUANA BARIZON SOUZA	Secretaria Municipal de Educação	03/10/2025	04/10/2027	15.934.060-0	R$ 5.130,63

PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 18 de setembro de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4F522BC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1198/2026

PORTARIA Nº 1.198/2026

Institui a Equipe Técnica Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, e designa seus integrantes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.987, de 24 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Umuarama;

CONSIDERANDO os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos pela Política Municipal de Alfabetização, especialmente a garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, o fortalecimento da gestão pedagógica e o acompanhamento sistemático das aprendizagens;
CONSIDERANDO a necessidade de implementar estratégias de recomposição das aprendizagens e assegurar apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares;
CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Educação de Umuarama a coordenação estratégica das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, conforme estabelece o art. 9º da Lei Municipal nº 4.987/2026;

CONSIDERANDO que a implementação da Política Municipal de Alfabetização constitui responsabilidade institucional da Secretaria Municipal de Educação e envolve todos os seus setores e servidores, conforme suas respectivas atribuições;

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da administração central da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, a **Equipe Técnica de Referência da Política Municipal de Alfabetização**, responsável pela articulação, orientação, acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à Política.

§ 1º A instituição da Equipe Técnica de Referência não afasta a responsabilidade institucional e funcional dos demais servidores da Secretaria Municipal de Educação pela implementação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 2º Todos os servidores da Secretaria Municipal de Educação participam da implementação da Política Municipal de Alfabetização, de acordo com suas respectivas funções, áreas de atuação e atribuições profissionais.

§ 3º A Equipe Técnica de Referência atua de maneira articulada e colaborativa com as demais coordenações vinculadas à Coordenadoria Educacional Pedagógica, com os servidores dos diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Equipe Técnica de Referência fica vinculada à Coordenadoria Educacional Pedagógica e integra a estrutura de apoio técnico e pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Equipe Técnica de Referência atua de maneira articulada com as demais coordenações educacionais da Coordenadoria Educacional Pedagógica e com os servidores dos demais setores da Secretaria Municipal de Educação, com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º Para assegurar referência técnica específica, ficam designados 5 (cinco) servidores para a articulação, a orientação e o acompanhamento das ações, sem prejuízo da participação e das responsabilidades dos demais servidores da Secretaria Municipal de Educação, distribuídos da seguinte forma:
I – 2 (dois) servidores de referência para Língua Portuguesa;

II – 2 (dois) servidores de referência para Matemática; e

III – 1 (um) servidor de referência para a recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática.

§ 1º São designados para integrar a Equipe Técnica de Referência os seguintes servidores:

I – Língua Portuguesa:

a) **Patrícia de Araújo Abucarma Stevanato**, ocupante do cargo de **Professor**, na função de Coordenação Educacional na SME, matrícula nº **856181/856182**;
b) **Gisele dos Santos Gasparetto**, ocupante do cargo de **Professor**, na função de Coordenação Educacional na SME, matrícula nº 855371;
II – Matemática:

a) **Elisangela Alves dos Reis**, ocupante do cargo de **Professor**, na função de Coordenação Educacional na SME, matrícula nº **9111111/**911112;

b) Mariana Emilia Salesse Salgado, ocupante do cargo de **Professor**, na função de Coordenação Educacional na SME, matrícula nº 1000841/1008606;
III – Recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática:

a) Crislaine Aparecida Pizzi**,** ocupante do cargo de **Professor**, na função de Coordenação Educacional na SME, matrícula nº 1001231/1082200;

§ 2º A designação prevista nesta Portaria não implica a criação de novos cargos ou funções, e as atividades são desempenhadas por servidores integrantes do quadro da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Os servidores designados atuam como referências técnicas em suas respectivas áreas, sem exclusividade na execução das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º Compete à Equipe Técnica de Referência, sem prejuízo das atribuições dos demais setores e servidores da Secretaria Municipal de Educação:
I – articular, orientar e acompanhar as ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – prestar orientação e apoio técnico-pedagógico às unidades escolares;

III – elaborar orientações pedagógicas, materiais de apoio, planos de ação e instrumentos de acompanhamento;
IV – acompanhar e analisar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas
e externas;
V – propor intervenções pedagógicas com base nas necessidades de aprendizagem identificadas;

VI – planejar e acompanhar estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII – apoiar a organização e o desenvolvimento de ações de formação continuada destinadas aos professores, gestores e equipes pedagógicas;

VIII – apoiar o trabalho pedagógico voltado à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
IX – contribuir para a articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
X – acompanhar o cumprimento das metas e dos indicadores relacionados à alfabetização;

XI – subsidiar o replanejamento das ações pedagógicas a partir dos resultados de aprendizagem;

XII – apoiar tecnicamente o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;
XIII – promover a integração entre os setores, servidores e unidades escolares envolvidos na implementação da Política; e

XIV – elaborar relatórios técnicos sobre as ações desenvolvidas e os resultados alcançados.

Art. 5º Compete especificamente aos servidores de referência para **Língua Portuguesa**:
I – orientar o trabalho pedagógico relacionado à apropriação do sistema de escrita alfabética;

II – acompanhar as práticas de leitura, oralidade, produção textual e análise
linguística;

III – analisar os resultados de aprendizagem em Língua Portuguesa;
IV – elaborar propostas de intervenção pedagógica para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;

V – apoiar a formação continuada dos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
VI – subsidiar o planejamento de ações destinadas ao desenvolvimento da fluência e da compreensão leitora.

Art. 6º Compete especificamente aos servidores de referência para **Matemática**:

I – orientar o trabalho pedagógico relacionado à alfabetização matemática;

II – acompanhar o desenvolvimento do pensamento numérico, do raciocínio lógico e da resolução de problemas;
III – analisar os resultados de aprendizagem em Matemática;

IV – elaborar propostas de intervenção pedagógica para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;
V – apoiar a formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
VI – subsidiar o planejamento de ações destinadas à consolidação das aprendizagens matemáticas.

Art. 7º Compete ao servidor de referência para a **recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática**:

I – identificar, com base nos resultados das avaliações, as aprendizagens que ainda não estão consolidadas;
II – elaborar e acompanhar planos de recomposição das aprendizagens;

III – orientar intervenções pedagógicas destinadas aos estudantes com defasagens de aprendizagem;

IV – articular as ações de recomposição desenvolvidas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;

V – monitorar a evolução dos estudantes atendidos pelas ações de recomposição;

VI – subsidiar as unidades escolares na revisão das estratégias e dos planos de intervenção; e

VII – promover a articulação entre os servidores de referência para Língua Portuguesa e Matemática.

Art. 8º Compete aos demais setores e servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme suas respectivas atribuições:
I – colaborar com o planejamento e a execução das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – fornecer informações e dados necessários ao acompanhamento das ações;

III – participar das reuniões, formações e ações de monitoramento relacionadas à
Política;

IV – contribuir para a análise dos resultados de aprendizagem e para o planejamento das intervenções pedagógicas;

V – apoiar as unidades escolares na implementação das ações de alfabetização e de recomposição das aprendizagens; e

VI – manter articulação com a Equipe Técnica de Referência.
Art. 9º Os servidores designados para a Equipe Técnica de Referência cumprem sua jornada na administração central da Secretaria Municipal de Educação, conforme o quadro constante no Anexo II desta Portaria.

§ 1º A carga horária destinada às atividades da Equipe Técnica de Referência é expressamente registrada no quadro de alocação dos servidores.
§ 2º As atividades da Equipe Técnica de Referência integram a jornada regular de trabalho dos servidores designados.

§ 3º A atuação na Equipe Técnica de Referência não gera gratificação ou remuneração adicional, salvo quando prevista em legislação específica.
Art. 10. Os integrantes da Equipe Técnica de Referência mantêm registros das ações realizadas, incluindo:

I – planos de trabalho;

II – agendas de acompanhamento;
III – relatórios técnicos;

IV – atas de reuniões;

V – materiais de orientação pedagógica;

VI – registros das formações realizadas;
VII – resultados das avaliações e dos monitoramentos; e

VIII – planos de intervenção e recomposição das aprendizagens.

Art. 11. A Equipe Técnica de Referência elabora plano de trabalho contendo objetivos, ações, cronograma, responsáveis, indicadores e formas de acompanhamento.
Art. 12. A coordenação da Equipe Técnica de Referência é exercida pela Coordenadora Educacional e Articuladora Municipal RENALFA, sob a orientação da Secretária Municipal de Educação.

Art. 13. A substituição de integrante da Equipe Técnica de Referência ocorre mediante novo ato de designação expedido pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14. Os casos omissos são analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 16 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

ANEXO I
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UMUARAMA

Responsabilidade institucional pela implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Todos os setores e servidores da SME

Participação integrada e colaborativa, conforme suas funções, áreas de atuação e atribuições profissionais.
Coordenadoria Educacional Pedagógica

Responsável pela articulação institucional e pelo acompanhamento pedagógico. **Equipe Técnica de Referência da Política Municipal de Alfabetização** Língua Portuguesa: 2 servidores de referência;
Matemática: 2 servidores de referência;

Recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática: 1 servidor de referência.

Total da Equipe Técnica de Referência: 5 servidores.

ANEXO II
QUADRO DE ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DE REFERÊNCIA

Área de atuação	Servidor	Cargo	Função	Matrícula	Jornada semanal	Tempo dedicado à Política
Língua Portuguesa	**Patrícia de Araújo Abucarma Stevanato**	Professora	Coordenadora Educacional	856181/ 856182	40h	15h
Língua Portuguesa	**Gisele dos Santos Gasparetto**	Professora	Coordenadora Educacional	855371	40h	15h
Matemática	**Elisangela Alves dos Reis**	Professora	Coordenadora Educacional	911112/911111	40h	
Matemática	**Mariana Emilia Salesse Salgado**	Professora	Coordenadora Educacional	1000841/ 1008606	40h	15h
Recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática	**Crislaine Aparecida Pizzi**	Professora	Coordenadora Educacional	1001231/ 1082200	40h	15h

Total de servidores de referência: 5 (cinco).

A composição da Equipe Técnica de Referência não limita a participação e a responsabilidade dos demais servidores da Secretaria Municipal de Educação na implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CB653937

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO I APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ANEXO I – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

À
Secretária Municipal de Assistência Social Maria Luisa Ribeiro Vicente Bertoco

(organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº (número do CNPJ) por seu dirigente (nome completo do dirigente da organização da sociedade civil), em atendimento ao Edital de Chamamento n.º 02/2026 - SMAS, vem apresentar proposta para a execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis, para
participação no processo de Chamamento Público para celebração do Termo de Colaboração no período de 01 de janeiro de 2027 à 31 de dezembro de 2027, com recurso municipal..

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

Observação: A proposta deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

PAPEL TIMBRADO
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO II – DECLARAÇÕES

Eu, (nome completo do dirigente da organização da sociedade civil), abaixo-assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº , na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº , me responsabilizo civil e
criminalmente pela veracidade e legitimidade das informações abaixo e documentos apresentados durante o processo de seleção.
Declaro, ainda, sob as penas da Lei:

a) ser regida por estatuto social nos termos do art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e quando se tratar de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
b) possuir tempo mínimo de existência de 01 (um) ano, com cadastro ativo no CNPJ nos termos da alínea “a” do inciso V do art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;
c) possuir experiência prévia, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, nos termos da alínea “b” do inciso V do art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;
d) possuir condições materiais, inclusive quanto à salubridade e segurança, quando necessárias para realização do objeto e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento da atividade ou projeto, nos termos da alínea “c” do inciso V do art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, ou previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

PAPEL TIMBRADO

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Eu, (nome completo do dirigente da organização da sociedade civil), abaixo-assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº , na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº , DECLARO, sob as penas da lei, e
para fins do Edital de Chamamento n.º 02/2026 - SMAS para execução complementar do Serviço de
Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis, , que a organização da sociedade civil:
Possui condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU	
	Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
OU	
	Dispõe de condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outras bens para tanto.

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

PAPEL TIMBRADO

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO ART. 33, DO DECRETO Nº 108/2017,
E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da (identificação da organização da sociedade civil – OSC), nos termos dos art. 33, §1ª, incisos V e IX, do Decreto nº 108, de 2017, que:

	Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal; ou (b) cônjuge,

	companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone ee-mail

	Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
	Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Umuarama, de de. 2026

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

PAPEL TIMBRADO
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO V – DECLARAÇÃO SOBRE CONTAS DA OSC

Eu, (nome completo do dirigente da organização da sociedade civil), abaixo-assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº, na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº , DECLARO, sob as
penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento n.º02/2026 -SMAS para execução complementar do
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis, com recurso municipal, que a organização da sociedade civil:

a) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, que não tenham sido sanadas e/ou quitados os débitos, reconsiderada ou revista a decisão de rejeição, ou ainda a referida decisão esteja pendente de recurso com efeito suspensivo;

b) não foi punida com nenhuma das sanções estabelecidas nas alíneas de "a" a "d" o inciso V, do artigo 39, da Lei Federal nº 13.019/2014, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parcerias;

c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

PAPEL TIMBRADO

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO VI - DECLARAÇÃO SOBRE CONTAS DOS DIRIGENTES DA OSC

Eu, (nome completo do dirigente da organização da sociedade civil), abaixo-assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº, na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº..... , DECLARO, sob as
penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento n.º 02/2026 - SMAS para a execução complementar do
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis, com recurso municipal e/ou federal, que a organização da sociedade civil não tem entre seus dirigentes pessoas:
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal no 8.429/1992.

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

ANEXO VIII

MODELO DE PLANO DE TRABALHO
(papel timbrado da entidade)

1 – DADOS CADASTRAIS

ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:			CNPJ:
ENDEREÇO:			EMAIL:
CIDADE:	UF:	CEP:	DDD/FONE
CONTA CORRENTE:	BANCO:	AGÊNCIA:	PRAÇA DE PAGAMENTO:

2 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL:

NOME:	FUNÇÃO:	MANDATO:
ENDEREÇO:	CEP:	EMAIL:
RG:	CPF:	CELULAR:

3 – CONSELHOS/CADASTROS: ( ) CNES - N°		
( ) CMAS – Inscrito em / /	- Última Renovação	/ /
( ) CMDCA – Inscrito em / /	- Última Renovação	/ /
4 – PRAZO DE EXECUÇÃO: Início: Término:		

5 – JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA:

6 – PÚBLICO ALVO:

7 – ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA:

8 – CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO:

9 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
9.1 – GERAL:

9.2 – ESPECÍFICOS:

10 – METODOLOGIA:

11 – ATIVIDADES PROPOSTAS:

12 – RECURSOS HUMANOS:

NOME:	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO EMPREG.	DATA ADM	SALÁRIO

13 – TOTAL DE RECURSOS SOLICITADO: R$:

TIPO DESPESA	
Corrente	R$

14 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: ETAPA 01 = R$
ETAPA 02 = R$

META	UNID. MEDIDA	QTIDADE	DATA INÍCIAL	DATA FINAL	VALOR
01	UND				
DESCRIÇÃO					
FOLHA DE PGTº.; FÉRIAS, CONT. SINDICAL, IR E INSS DOS SEGURADOS (8,9,11 %)					

META	UNID. MEDIDA	QTIDADE	DATA INÍCIAL	DATA FINAL	VALOR
02	UND				
DESCRIÇÃO					
13º SÁLARIO					

META	UNID. MEDIDA	QTIDADE	DATA INÍCIAL	DATA FINAL	VALOR
03	UND				
DESCRIÇÃO					
FGTS					

META	UNID. MEDIDA	QTIDADE	DATA INÍCIAL	DATA FINAL	VALOR
04	UND				
DESCRIÇÃO					
INSS					

15 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Jan/2027	Fev/2027	Março/2027	Abril/2027	Maio/2027	Junho/2027
Julho/2027	Agosto/2027	Set/2027	Out/2027	Nov/2027	Dez/2027

16 – METAS E RESULTADOS ESPERADOS:
16.1 – METAS:
16.2 – RESULTADOS ESPERADOS:

17 – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS:
17.1 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

17.2 – INDICADORES DE RESULTADOS:

Declaração do presidente

Local, Data e Assinatura do Presidente

PLANO DE APLICAÇÃO – 12 PARCELAS

ENTIDADE:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MENSAL – R$	VALOR TOTAL – R$
Folha de Pgtº., Férias, Cont. Sindic, IR e INSS dos Segur. (8,9 ou 11%)		
13º Salário		
FGTS		
GPS/INSS		
DARF/PIS		
SUB-TOTAL – SALÁRIOS E ENC. (01)		
Combustíveis		
Gêneros Alimentícios		
Gás e Extintores		
Material de Limpeza e Hig. Pessoal		
Material de Expediente		
Material Educativo e Esportivo		
Serviços de Energia Elétrica		
Serviços de água e Esgoto		
Serv. de telecomunicações		
Honorários contábeis		
Outros -		
SUB-TOTAL – CONSUMO E MANUT(02)		
TOTAL (01 + 02)		

Umuarama,

Nome e Assinatura do Presidente

Aprovação pelo Gestor da Parceria

Este Plano de Trabalho e Plano de Aplicação da Organização da Sociedade Civil__ . foi analisado pela Gestora da Parceria e por atender os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 108/2017, APROVO este Plano de Trabalho e Plano de Aplicação e os procedimentos legais para a celebração da parceria

Local e data

Responsável Pelo Parecer Técnico

Aprovação pela Secretaria de Assistência Social – Ordenador da Despesa

Este Plano de Trabalho e Plano de Aplicação da Organização da Sociedade Civil __ foi analisado pela Secretaria de Assistência Social – Ordenadora da Despesa, e por atender os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 108/2017, APROVO este Plano de Trabalho e Plano de Aplicação e Concordo com os procedimentos legais para a celebração da parceria.

Local e data

Responsável Pelo Parecer Técnico

PAPEL TIMBRADO
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
ANEXO IX – DADOS BANCÁRIOS

OBS: Este anexo será apresentado no momento da celebração do Termo de Colaboração.

Eu, (nome completo do representante legal da organização da sociedade civil), abaixo-assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº, na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº ,
informo que os repasses das verbas públicas referentes o Termo de Colaboração decorrente do Edital de Chamamento n.º 02/2026 - SMAS para a execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis, com recursos municipal, deverão ser depositados na conta bancária abaixo descrita:

Nome do Banco (instituição financeira pública):

Agência:
Conta-Corrente:

Outrossim, DECLARO, sob as penas da lei, que a movimentação bancária das despesas do Termo de Colaboração, será realizada na referida conta.

Umuarama, de de 2026.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

PAPEL TIMBRADO
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ANEXO X
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

(nome da entidade), inscrita no CNPJ sob nº , por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº Órgão expedidor e do C.P.F nº , DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

Umuarama, de de 20_.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA REALIZAR CONTRATAÇÕES COM O PODER PÚBLICO

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins, que a entidade , inscrito no CNPJ/MF sob o n o , não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgão públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações. (local e data)
(representante legal) Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

Umuarama, de de 20_.

(assinatura do dirigente)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado do proponente.

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Observação: a minuta deverá observar as diretrizes do art. 42 e seguintes, do Decreto nº 108, de 08 de Junho de 2017. O presente modelo retrata um exemplo de instrumento para a Saúde

MINUTA 2026
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2026
Processo Administrativo nº 02/2026 Interessado: (OSC)
Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3633, Centro, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, em razão da competência de delegação atribuída pelo Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017 e de outro a(o) (OSC) doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º (Nº CNPJ DA OSC) com (matriz ou filial) na (endereço), na cidade de (cidade), representada por seu(s) dirigente (s), celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15 e da Lei Orgânica da Assistência Social n.º 8.742/93 alterada pela Lei n.º 12.435/2011, na Lei Federal nº 12.594/2012, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017 e do Edital de Chamamento n.º 002/2026 - SMAS publicado no Diário Oficial do Município em XX/2026, cuja execução de serviço será em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/09), bem como as demais normas jurídicas pertinentes.
PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS METAS
1.1. Serão executadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, durante toda a vigência da parceria as ações previstas no Plano de Trabalho, que foi devidamente analisado e contemplado no Edital de Chamamento n.º 002/2026 - SMAS, vinculando-se integralmente aos termos do mesmo, no âmbito da Proteção Social Básica,, voltados ao atendimento de crianças, adolescentes,adultos, famílias e idosos, na seguinte atividade socioassistencial, com o serviço abaixo descrito:
1.2.1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (de acordo com item 4.4 do Edital n°02/2026.
§ 1º O Plano de Trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.
§ 2º Para a execução das ações, deverão ser obrigatoriamente observadas a descrição dos serviços constantes do Anexo VII do Edital de Chamamento n.º 02/2026 - SMAS.
1.3. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar contrapartida social e institucional complementar à execução do objeto da parceria, consistente na disponibilização de bens, serviços, estrutura física, recursos humanos, atividades complementares, melhorias operacionais ou outras ações que contribuam para qualificação, ampliação ou fortalecimento da oferta socioassistencial, conforme descrito no Edital de Chamamento Público 02/2026 - SMAS.
SEGUNDA – DOS REPASSES
2.1. Para a execução da(s) ação(ões) prevista(s) na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante total anual de até R$ 1.566.360,00 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta reais), cujo recurso é de até origem

municipal, em 12 (doze) parcelas consecutivas, de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante no Plano de Trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira, apenas serão liberadas após a aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes e apresentação das certidões exigidas na legislação em vigor.

2.2 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observando o disposto no art. 48 da Lei n° 13.019, de 2014 e o Decreto 108/2017.
2.3 Os possíveis reajustes salariais, que onerarão tão somente os recursos repassados pela SECRETARIA, não excederão aos índices fixados em acordo, convenção ou dissídio coletivo que incidirão somente sobre o valor das despesas com pessoal.
2.4 A movimentação de recursos no âmbito desta parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, com obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Os dados financeiros decorrentes serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de despesas realizadas e débitos bancários.
2.4.1. Fica designada como responsável pela fiscalização da transferência a servidora pública efetiva , inscrita no CPF sob o nº_, qual será devidamente cadastrada perante o Tribunal de Contas do Paraná.
2.5 O descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer obrigação pactuada nesta parceria ou a falta de adoção de medidas saneadoras indicadas pela SECRETARIA ou pela Secretaria Municipal da Fazenda ensejará a suspensão do repasse dos recursos financeiros, até que seja regularizada a situação.
§1º – A parceria deverá ser executado em estrita observância às Cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:
a) despesas a título de taxas e tarifas bancárias;
b) utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
c) realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste ajuste;
d) o pagamento de indenizações de aviso prévio quando da dispensa de funcionários vinculados ao Convênio, devendo o referido aviso ser cumprido de acordo com a legislação vigente.

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente termo vigorará a partir de 01 de janeiro de 2027 (ou a partir da data da assinatura) até 31 de dezembro de 2027, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte da SECRETARIA, por período equivalente ao atraso.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 São obrigações da SECRETARIA:
4.1.1 Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, nos termos do Edital nº 002/2026 - SMAS, inclusive com a realização de visitas in loco;
4.1.2 Realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência.
4.1.3 Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologa, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
4.1.4 Através do gestor contratual:
4.1.4.1 Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
4.1.4.2 Informar à SECRETARIA a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
4.1.4.3 Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;
4.1.4.4 Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
4.1.5. Reter as parcelas subsequentes, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;
4.1.6. Em caso de retenção das parcelas subsequentes, à SECRETARIA cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;
4.1.7. Em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a SECRETARIA analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;
4.1.8. Em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas no Edital de Chamamento n.º 006/2026 - SMAS, com a imposição das penalidades previstas na cláusula OITAVA deste Termo de Colaboração.
4.1.9. Deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração.
4.1.10 Assegurar a continuidade na prestação de serviços gratuitos aos segmentos da população atendida, conforme o previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que envolva a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
4.1.11 Orientar, verbalmente, por escrito e por outros meios a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, em consonância com as diretrizes, de ações contidas na legislação social, nos planos e programas federais, estaduais e municipais.
4.1.12 Garantir o cumprimento da contrapartida, se for o caso, e a forma de sua aferição em bens e/ou serviços necessários à consecução do objeto.
4.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a:
4.2.1. Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades:
a) executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com a diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos termos do Edital de Chamamento nº 002/2026 - SMAS e do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela comissão de seleção;

b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, qual seja, a SECRETARIA, submetendo-se à gestão pública operacional do serviço e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas pela SECRETARIA, nos termos do Edital de Chamamento n.º 002/2026 - SMAS;
c) prestar a SECRETARIA, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;
d) promover, no prazo a ser estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;
e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações, nos termos do Edital de Chamamento Público 02/2026 - SMAS e do Termo de Referência;;
f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais relacionados à sua área de atuação, fóruns e grupos de trabalho;
g) manter atualizados os registros e prontuários de atendimento;
h) apresentar à SECRETARIA, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual dos
serviços executados;
i) comunicar por escrito e imediatamente à SECRETARIA, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria, nos termos do Edital de Chamamento Público 02/2026 - SMAS e do Termo de Referência;
j) manter, durante toda a vigência da parceria, as condições iniciais de autorização, em especial a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e demais Conselhos pertinentes à área de atuação, bem como sua regularidade fiscal;
k) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, grupos, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria;
l) dispor seus esforços para trabalhar em rede de acordo com os objetivo da SECRETARIA e com os eixos direcionados do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, informando a SECRETARIA quaisquer inadequações percebidas durante a operação da parceria;
m) preservar e prestar contas dos equipamentos adquiridos com recurso da parceria e que estarão sob sua responsabilidade;
n) destacar a participação do Município e da SECRETARIA, em toda e qualquer ação promocional divulgada nos meios de comunicação, mediante prévia aprovação da Secretaria Municipal de Comunicação Social;
o) observar as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos dispositivos legais e estatutários em vigor, especialmente aqueles concernentes a não remuneração dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal ou de órgãos afins;
p) recolher ao erário municipal, eventual saldo de recursos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção, denúncia ou rescisão da parceria;
q) prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos pelo Edital de Chamamento Público nº 002/2026 - SMAS e em conformidade com as instruções específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado;
r) observar o regulamento de compras e contratações, a ser aprovado pela municipalidade, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência.
s) deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento;

t) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.
4.2.2. Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:
a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade;
c) manter conta corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando à SECRETARIA o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as transferências bancárias;
d) os recursos recebidos, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo;
e) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
f) prestar contas, mensal, bimestral, anual e final, conforme dispõe o Edital de Chamamento Público nº 002/2026
- SMAS;
g) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de
10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.
4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
Parágrafo único: As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.
4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.
4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:
4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

QUINTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA

5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a SECRETARIA assumir as responsabilidades;
II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
§ 1º As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria à SECRETARIA.

SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 A Secretária Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou, ainda, do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou a sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: I - por termo aditivo à parceria para:
a) ampliação ou redução do valor global;
b) prorrogação da vigência; c) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como: a) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.
6.2 Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes a suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular da SECRETARIA.

SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

7.1 Constituem motivos para a rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 108/2021.

OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, a SECRETARIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva da SECRETARIA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1 Para fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos em decorrência dessa parceria, necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam.
9.2 Para fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em decorrência deste Termo de Fomento.
9.3 Os bens remanescentes serão de propriedade da OSC e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC formalizar promessa de transferência da propriedade ao Município, na hipótese de sua extinção.
9.4 Os bens remanescentes adquiridos em consequência dessa parceria, poderão, a critério do Município, ser doados a outra OSC que proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
9.5 Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão exclusivamente ser utilizados para dar continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor do Município.
9.6 Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo Município, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de notificação da dissolução.
9.7 No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Pactuam, ainda, os partícipes, as seguintes condições:
I – todas as comunicações serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, enviadas por “fac símile” ou qualquer outro meio de comunicação, devidamente comprovado por recibo;
II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução do objeto da parceria serão registradas em ata ou relatório circunstanciado;
III – a SECRETARIA não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
11.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Umuarama/PR, , de 2026.

MARIA LUISA RIBEIRO VICENTE BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7F3E9A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026 -SMAS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026 -SMAS
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

1) MODALIDADE DE INSTRUMENTO JURÍDICO:

1.1. A parceria decorrente do presente Chamamento Público será formalizada por meio de Termo de Colaboração, instrumento previsto no art. 2º, inciso VII, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
1.2. A adoção do Termo de Colaboração justifica-se pelo fato de que o objeto da parceria, consistente na execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integra o planejamento e a política pública municipal de Assistência Social, sendo a necessidade de sua oferta, as diretrizes de execução, as metas e as condições da parceria definidas pela Administração Pública, mediante o presente Chamamento Público.
1.3. A parceria será celebrada entre o Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil selecionada, mediante a formalização do respectivo Termo de Colaboração, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 108, de 8 de junho de 2017, deste Termo de Referência, do Edital de Chamamento Público e do Plano de Trabalho aprovado.
1.4. O Termo de Colaboração terá por finalidade a execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil para execução das metas e atividades pactuadas.
1.5. A celebração do Termo de Colaboração não implica transferência à Organização da Sociedade Civil das atribuições próprias da Administração Pública, permanecendo sob responsabilidade do Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a gestão da política pública, a organização territorial da oferta, a definição dos fluxos de acesso, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da parceria.

2. PÚBLICO-ALVO, OBJETO E OBJETIVOS
2.1. Público-alvo
2.1.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV destina-se a crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, organizados de acordo com os ciclos de vida, as características, necessidades e demandas identificadas no território, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2.1.2. Para fins deste Termo de Referência, o público-alvo será organizado nos seguintes ciclos de vida:
I – crianças de até 06 (seis) anos;
II – crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos;
III – adolescentes e jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos;
IV – jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos;
V – adultos de 30 (trinta) a 59 (cinquenta e nove) anos;
VI – pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais.

2.1.3. A oferta do SCFV deverá considerar as situações de vulnerabilidade e risco social identificadas no território, as demandas apresentadas pelos usuários e suas famílias, o diagnóstico socioterritorial, a organização da oferta pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e a referência territorial dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.
2.1.4. Deverão ser observadas, ainda, as situações prioritárias para o atendimento no SCFV, conforme as normativas vigentes do SUAS, considerando as especificidades dos diferentes ciclos de vida e as condições de vulnerabilidade e risco social identificadas no território.
2.1.5. A inclusão dos usuários no SCFV deverá observar os fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, em articulação com os CRAS de referência, respeitando-se a territorialização, a capacidade de atendimento e as metas pactuadas com cada Organização da Sociedade Civil – OSC.
2.1.6. A oferta destinada à população de 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos deverá observar as características, necessidades e interesses próprios dessa faixa etária, preservando a identidade, as finalidades e as aquisições previstas para o SCFV, sem descaracterização do serviço.
2.2. Objeto
2.2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a seleção de Organização(ões) da Sociedade Civil – OSC(s), mediante Chamamento Público, para celebração de Termo de Colaboração visando à execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de forma territorializada e referenciada aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I, II e III do Município de Umuarama/PR.
2.3. Objetivo geral
2.3.1. Executar, de forma complementar à oferta pública municipal, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, visando prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover a convivência, a participação e a sociabilidade dos usuários, considerando os diferentes ciclos de vida e as especificidades dos territórios.
2.4. Objetivos específicos
2.4.1. Complementar a oferta municipal do SCFV, ampliando a capacidade de atendimento conforme as demandas identificadas nos territórios de abrangência dos CRAS.
2.4.2. Promover espaços de convivência e participação social, favorecendo o desenvolvimento de relações de pertencimento, solidariedade e sociabilidade.
2.4.3. Desenvolver atividades planejadas e continuadas, organizadas a partir dos eixos e percursos do SCFV, considerando as características, interesses e necessidades dos usuários.
2.4.4. Fortalecer a articulação entre o SCFV, os CRAS de referência, as famílias e a rede socioassistencial e intersetorial do território.
2.4.5. Contribuir para o desenvolvimento das aquisições previstas para o SCFV, considerando as especificidades de cada ciclo de vida.
2.4.6. Favorecer a prevenção de situações de isolamento, rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários e outras situações de vulnerabilidade e risco social identificadas no território.

2.4.7. Assegurar uma oferta territorializada, contínua, planejada e integrada às diretrizes da Política Municipal de Assistência Social e do SUAS.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E EQUIPE DE REFERÊNCIA

3.1. Caracterização do Serviço

3.1.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, realizado em grupos e organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com os diferentes ciclos de vida, complementando o trabalho social com famílias e prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

3.1.2. A execução do SCFV deverá ocorrer de forma continuada, planejada, territorializada e referenciada aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I, II e III, em articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e com a rede socioassistencial e intersetorial do território.

3.1.3. O serviço deverá considerar as especificidades dos diferentes ciclos de vida, contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, respeitando suas características, necessidades, interesses, potencialidades e demandas identificadas no território.

3.1.4. A inclusão da faixa etária de 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos na oferta do SCFV deverá observar a Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014, que incluiu essa faixa etária na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

3.1.5. A oferta destinada aos usuários de 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos deverá preservar as características e finalidades do SCFV, não se confundindo com ações de qualificação profissional, inserção produtiva, escolarização, atendimento clínico, terapêutico ou outras ofertas próprias de políticas públicas distintas da Assistência Social.

3.1.6. As atividades desenvolvidas deverão estar vinculadas aos objetivos, eixos orientadores, percursos, aquisições e seguranças afiançadas pelo SCFV, sendo vedada a descaracterização do serviço mediante sua utilização como espaço para execução de atividades desvinculadas da Política de Assistência Social.

3.2. Organização por ciclos de vida

3.2.1. Para fins de organização da oferta municipal, os grupos do SCFV poderão ser constituídos considerando os seguintes ciclos de vida:

I – crianças de até 06 (seis) anos;

II – crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos;

III – adolescentes e jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos;

IV – jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos;

V – adultos de 30 (trinta) a 59 (cinquenta e nove) anos;

VI – pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais.

3.2.2. A organização dos grupos deverá considerar as características e necessidades dos usuários, podendo a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS definir, conforme diagnóstico, demanda e planejamento da oferta, a composição dos grupos, inclusive quanto à faixa etária e à territorialização.

3.2.3. A organização dos grupos de usuários de 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos deverá considerar, especialmente, situações de vulnerabilidade e risco social, isolamento, vivência de violência e/ou negligência, situação de rua, deficiência, acolhimento, fragilização ou rompimento de vínculos e demais situações identificadas pela rede socioassistencial.

3.3. Atividades e metodologia

3.3.1. As atividades do SCFV deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma coletiva, participativa, continuada e integrada aos percursos estabelecidos para cada grupo e ciclo de vida, considerando as características, experiências, interesses, necessidades e potencialidades dos usuários.

3.3.2. Os encontros dos grupos deverão constituir espaços de convivência, diálogo, participação e realização compartilhada, nos quais sejam proporcionadas experiências que contribuam para o desenvolvimento das aquisições previstas para o SCFV. experiências:

3.3.3. No desenvolvimento dos encontros, a OSC deverá utilizar estratégias que favoreçam, entre outras I – a acolhida, a escuta e a valorização dos usuários;

II – o reconhecimento e a valorização das experiências, conhecimentos, potencialidades e saberes dos participantes;

III – a produção coletiva e a realização compartilhada de atividades;

IV – o exercício de escolhas e a tomada de decisões individuais e coletivas;

V – o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e do protagonismo;

VI – o diálogo e a resolução de conflitos e divergências;

VII – o reconhecimento dos limites e das possibilidades presentes nas situações vivenciadas pelos usuários;

VIII – a negociação, a cooperação e a construção coletiva de alternativas;

IX – experiências de aprendizagem e compartilhamento de saberes entre os próprios participantes;

X – o reconhecimento e a expressão das emoções relacionadas às situações vivenciadas;

XI – o respeito, o reconhecimento e a valorização das diferenças e da diversidade;

XII – o fortalecimento da sociabilidade, do pertencimento e da participação social.

3.3.4. As atividades deverão ser planejadas de modo a promover experiências de convivência e não apenas a ocupação do tempo dos usuários, devendo existir intencionalidade socioassistencial, relação com os objetivos do serviço e articulação com os percursos e eixos orientadores do SCFV.

3.3.5. As oficinas de esporte, lazer, arte e cultura, bem como atividades recreativas, culturais, esportivas, visitas, passeios, palestras, estudos, debates, experimentações e ações comunitárias, poderão ser utilizadas como estratégias metodológicas para o desenvolvimento dos grupos, desde que estejam articuladas ao planejamento, aos temas trabalhados, aos eixos orientadores, aos percursos e aos objetivos do SCFV.

3.3.6. As oficinas constituem atividades complementares e estratégias para potencializar as ações dos grupos, ampliar as oportunidades de convivência, estimular a participação, a criatividade, a expressão, a sociabilidade e o acesso dos usuários a experiências culturais, artísticas, esportivas e de lazer.

3.3.7. A realização de oficinas, palestras, passeios, festas, bailes, confraternizações ou outras ações pontuais ou esporádicas não caracteriza, isoladamente, a execução do SCFV.

3.3.8. A OSC deverá considerar a diversidade de interesses, capacidades, condições de participação e preferências dos usuários na definição das atividades, evitando a adoção de uma única modalidade de oficina ou atividade como estratégia exclusiva de execução do serviço, de modo a prevenir a exclusão ou evasão de participantes.

3.3.9. O planejamento das atividades deverá contar, sempre que possível e pertinente, com a participação dos próprios usuários, considerando-os sujeitos ativos do processo de intervenção social, de modo que seus interesses, experiências, sugestões e necessidades sejam incorporados à construção dos percursos dos grupos.

3.3.10. O planejamento deverá ser construído de forma articulada entre a equipe técnica, os Orientadores/Educadores Sociais e os usuários, considerando as orientações da SMAS, a referência territorial do CRAS, as características do grupo, o diagnóstico socioterritorial, as potencialidades, vulnerabilidades e riscos identificados e os objetivos e aquisições previstos para o SCFV.

3.3.11. As atividades e os percursos dos grupos deverão observar os eixos orientadores do SCFV, trabalhados de forma integrada e articulada às características, necessidades e objetivos de cada grupo:
I – Eu comigo: relacionado ao reconhecimento da identidade, das características pessoais, dos interesses, das potencialidades e das capacidades dos usuários, favorecendo o desenvolvimento da autoestima, autoconfiança, autonomia, responsabilidade, autocuidado, capacidade de fazer escolhas, aprender com as experiências e lidar com desafios;
II – Eu com os outros: relacionado à convivência e à construção de relações sociais, familiares e comunitárias, favorecendo a comunicação, a cooperação, a empatia, o respeito às diferenças, a sociabilidade, a resolução dialogada de conflitos, a construção de redes de apoio e o fortalecimento do sentimento de pertencimento;

III – Eu com a cidade: relacionado à participação social, ao território, ao reconhecimento de direitos e deveres, ao acesso às políticas públicas e aos recursos existentes no território, favorecendo o pertencimento, a participação cidadã, a apropriação dos espaços públicos e a atuação dos usuários como sujeitos de direitos.
3.3.12. Para os grupos de crianças de até 06 (seis) anos, deverão ser observadas as especificidades do ciclo de vida, considerando os eixos Eu comigo; Eu com quem cuida de mim; Eu com os outros; e Eu com a cidade, adequados às características do desenvolvimento e às experiências das crianças e de suas famílias.
3.3.13. Os eixos deverão ser mobilizados de maneira integrada, de acordo com a intencionalidade do trabalho, as características dos grupos e as necessidades identificadas, não sendo necessária a organização de um percurso exclusivamente vinculado a um único eixo.
3.3.14. A organização dos percursos deverá buscar assegurar continuidade e progressividade das experiências, de modo que as atividades realizadas nos diferentes encontros guardem relação entre si e contribuam para o desenvolvimento gradual das aquisições previstas para cada ciclo de vida.

3.4. Equipe de referência

3.4.1. A OSC deverá manter equipe de trabalho compatível com a execução do SCFV, observando o número de grupos, metas pactuadas, ciclos de vida atendidos, carga horária da oferta e demais especificidades do serviço.
3.4.2. A equipe mínima deverá contemplar:
I – 01 (um) profissional responsável pela Coordenação do SCFV, com formação em nível superior e experiência compatível com as atribuições da função, especialmente relacionadas à organização, acompanhamento e gerenciamento da execução do serviço;
II – 01 (um) Assistente Social ou 01 (um) Psicólogo, com formação em nível superior e registro ativo no respectivo Conselho Profissional, para atuação como profissional da equipe técnica de referência;
III – Orientador/Educador Social, de nível médio, em quantidade compatível com o número de grupos, participantes, ciclos de vida, carga horária e organização da oferta.
.3.4.3. Técnico de Referência
3.4.3.1. O profissional responsável pela atuação técnica de referência deverá acompanhar a execução do serviço, participando do planejamento das atividades, orientando e assessorando os Orientadores/Educadores Sociais e contribuindo para a articulação da oferta com o CRAS de referência.
3.4.3.2. Compete ao Técnico de Referência contribuir para que a execução do SCFV observe os objetivos, as diretrizes, os eixos orientadores, os percursos e as aquisições previstas para o serviço, considerando as especificidades dos diferentes ciclos de vida.
3.4.3.3. Cabe ainda ao Técnico de Referência assegurar, no âmbito da execução do SCFV, a observância do princípio da matricialidade sociofamiliar, promovendo a articulação necessária com o CRAS e com o PAIF, sem substituir as atribuições próprias das equipes de referência das unidades públicas.
3.4.3.4. O Técnico de Referência deverá contribuir para a identificação de situações que demandem acompanhamento familiar ou atuação de outros serviços da rede, realizando a devida comunicação ao CRAS de referência e observando os fluxos de referência e contrarreferência estabelecidos pela SMAS.

3.4.4. Orientador/Educador Social

3.4.4.1. A função de Orientador/Educador Social deverá ser exercida por profissional com, no mínimo, nível médio de escolaridade, observadas as disposições da Resolução CNAS nº 09/2014 e demais normativas aplicáveis.
3.4.4.2. O Orientador/Educador Social terá atuação direta e continuada junto aos grupos do SCFV, sendo responsável pela condução dos encontros e pela criação de ambiente de convivência participativo, acolhedor, democrático e respeitoso.
3.4.4.3. São atribuições do Orientador/Educador Social, sem prejuízo de outras compatíveis com a função:

I – organizar, facilitar e desenvolver atividades coletivas e oficinas, nas unidades e/ou na comunidade, de acordo com o planejamento do SCFV;
II – conduzir os encontros dos grupos, favorecendo a participação, a escuta, o diálogo, a cooperação, a expressão e a convivência entre os usuários;
III – acompanhar, orientar e apoiar os usuários na realização das atividades propostas;
IV – estimular a participação dos usuários no planejamento e desenvolvimento das atividades;
V – apoiar a organização de eventos e atividades artísticas, lúdicas, culturais, esportivas e comunitárias vinculadas ao planejamento do serviço;
VI – participar das reuniões de equipe destinadas ao planejamento das atividades, avaliação dos processos de trabalho, discussão das necessidades dos grupos e acompanhamento dos resultados;
VII – contribuir para o desenvolvimento dos percursos, eixos orientadores e aquisições do SCFV;
VIII – observar as características, necessidades, interesses e condições de participação dos usuários, adequando as estratégias utilizadas nos grupos;
IX – comunicar à equipe técnica situações identificadas durante a execução que demandem acompanhamento, orientação ou articulação com o CRAS e/ou com a rede;
X – acompanhar e registrar a assiduidade e a participação dos usuários por meio dos instrumentais definidos pela SMAS e pela OSC, tais como listas de frequência, atas, registros de atividades, sistemas eletrônicos e demais instrumentos pertinentes;
XI – contribuir para a manutenção de registros que possibilitem o acompanhamento da trajetória de participação dos usuários e da execução das atividades.
3.4.4.4. A atuação do Orientador/Educador Social deverá estar articulada ao planejamento e às orientações da equipe técnica, não se restringindo à execução mecânica de oficinas ou atividades previamente definidas.

4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

4.1. Metas de atendimento

4.1.1. A presente parceria prevê a disponibilização de até 600 (seiscentas) metas para execução do SCFV, consideradas de forma global para o Município de Umuarama.
4.1.2. As metas serão distribuídas pela SMAS entre os territórios de abrangência dos CRAS I, II e III, considerando o diagnóstico do SCFV, as demandas identificadas pela Vigilância Socioassistencial, os ciclos de vida, as situações prioritárias, a capacidade de execução da OSC, a disponibilidade de espaços e a organização municipal da oferta.
4.1.3. Não haverá, para fins deste Chamamento Público, quantitativo fixo de metas previamente estabelecido por CRAS ou por ciclo de vida, podendo a distribuição ser ajustada pela SMAS conforme as necessidades identificadas durante a execução.

4.1.4. Cada OSC poderá executar, no máximo, 03 (três) grupos de SCFV, independentemente do território de abrangência dos CRAS em que estiverem localizados.
4.1.5. Cada grupo poderá atender, no máximo, 30 (trinta) participantes, resultando em capacidade máxima de até 90 (noventa) metas simultâneas por OSC, caso sejam atribuídos os três grupos.
4.1.6. O limite de três grupos por OSC constitui limite máximo de execução e não representa garantia de atribuição desse quantitativo, que dependerá da classificação, da capacidade apresentada no Plano de Trabalho, das necessidades territoriais e da disponibilidade de metas.

4.2. Carga horária mínima da oferta

4.2.1. Cada grupo deverá realizar, no mínimo, 06 (seis) horas semanais de atividades do SCFV, distribuídas em diferentes dias e/ou encontros, conforme planejamento aprovado.

4.2.2. A carga horária mínima prevista no item anterior refere-se às atividades realizadas diretamente com os grupos e não compreende o tempo destinado ao planejamento, preparação das atividades, registros, reuniões de equipe, articulação com a rede, avaliação e demais atividades técnicas e administrativas necessárias à execução do serviço.
4.2.3. A OSC deverá organizar sua equipe e rotina de trabalho de modo a assegurar o cumprimento da carga horária mínima de atividades e das demais atribuições necessárias à adequada execução do SCFV.

4.3. Resultados esperados

4.3.1. Espera-se, com a execução da parceria:
I – ampliação e qualificação da oferta territorializada do SCFV;
II – fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
III – ampliação dos espaços de convivência, participação e sociabilidade;
IV – desenvolvimento das aquisições previstas para os usuários, conforme seus ciclos de vida;
V – prevenção de situações de isolamento, fragilização e rompimento de vínculos;
VI – fortalecimento da articulação entre SCFV, CRAS, PAIF, famílias e rede socioassistencial e intersetorial;
VII – atendimento das demandas identificadas no território, inclusive para usuários de 18 a 59 anos.

5. INDICADORES E FORMAS DE VERIFICAÇÃO

5.1. Indicadores de execução

5.1.1. O acompanhamento da execução deverá considerar, entre outros, os seguintes indicadores:
I – número de grupos efetivamente executados;
II – número de metas pactuadas e usuários inseridos no serviço;
III – distribuição dos usuários por ciclo de vida;
IV – frequência e participação dos usuários nas atividades;
V – quantidade de atividades realizadas;
VI – cumprimento da carga horária mínima semanal dos grupos;
VII – realização das atividades previstas nos percursos e no Plano de Trabalho;
VIII – registros de acompanhamento e evolução da execução;
IX – articulação realizada com os CRAS de referência e a rede socioassistencial;
X – encaminhamentos e contrarreferenciamentos realizados, quando necessários;
XI – manutenção da equipe de trabalho prevista;
XII – realização das ações de planejamento, monitoramento e avaliação.
5.1.2. A verificação dos indicadores poderá ocorrer por meio de relatórios, listas de participação, registros do serviço, sistemas oficiais, documentos produzidos pela OSC, reuniões, visitas técnicas e demais instrumentos definidos pela SMAS.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. Vigência

6.1.1. A parceria terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida no Termo de Colaboração, observadas as disposições do Edital e da legislação aplicável.

6.1.2. A parceria poderá ser prorrogada sucessivamente, observado o limite máximo estabelecido no Edital e na legislação aplicável, desde que demonstrado o interesse público, a manutenção da necessidade do serviço, a disponibilidade orçamentária e o cumprimento das condições legais.

7. FORMAS DE ACESSO

7.1. Acesso ao Serviço

7.1.1. O acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV ocorrerá mediante encaminhamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de referência territorial, responsável pela articulação e referenciamento dos usuários ao Serviço.
7.1.2. Nas situações em que o usuário ou sua família procurar diretamente a Organização da Sociedade Civil – OSC executora do SCFV, por demanda espontânea, busca ativa ou qualquer outra forma de acesso, a OSC deverá realizar a acolhida inicial e comunicar o CRAS de referência territorial, para conhecimento, avaliação da demanda e adoção das providências pertinentes quanto ao encaminhamento e à inserção no Serviço.
7.1.4. A comunicação prevista no item anterior deverá ocorrer previamente à efetiva inclusão do usuário no grupo, sempre que possível, de modo a assegurar a articulação entre a OSC, o CRAS de referência e o usuário ou sua família.
7.1.5. A OSC não deverá realizar, de forma autônoma, a inclusão definitiva de usuários no SCFV sem a devida comunicação ao CRAS de referência e observância dos fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.
7.1.6. Caberá ao CRAS avaliar a demanda apresentada, considerando o território de referência, o perfil do usuário, as necessidades identificadas, a disponibilidade de vagas e grupos, as situações de vulnerabilidade e risco social e, quando aplicável, as situações prioritárias para atendimento no SCFV.
7.1.7. Após a avaliação, o CRAS realizará o encaminhamento ao SCFV, indicando, conforme disponibilidade e organização da oferta, o grupo e/ou a OSC responsável pela execução no território.
7.1.8. A OSC deverá manter comunicação permanente com o CRAS de referência, compartilhando as informações necessárias ao acompanhamento da participação do usuário, respeitados o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e os direitos dos usuários.
7.1.9. A participação no SCFV não substitui o acompanhamento familiar realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF ou por outros serviços da rede socioassistencial, quando identificada essa necessidade.
7.1.10. Quando, no decorrer da participação no SCFV, a OSC identificar situação que demande acompanhamento familiar, inclusão ou atualização de acompanhamento pelo PAIF, atendimento pela Proteção Social Especial ou atuação de outro serviço da rede, deverá comunicar o CRAS de referência e observar os fluxos de encaminhamento e contrarreferenciamento estabelecidos pela SMAS.

7.1.11. Nos casos de usuários encaminhados por outros serviços da rede socioassistencial, pelas demais políticas públicas ou por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos diretamente à OSC, esta deverá comunicar o CRAS de referência, não devendo tratar o encaminhamento externo como inclusão automática no SCFV.
7.1.12. A organização do acesso deverá assegurar que todos os usuários inseridos nos grupos do SCFV estejam devidamente vinculados ao território de referência e que a execução realizada pela OSC permaneça articulada ao CRAS, ao PAIF e à rede socioassistencial.
7.1.13. O fluxo de acesso deverá observar as orientações da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e poderá ser detalhado por meio de protocolos, fluxos ou instrumentos próprios de referência e contrarreferência entre os CRAS e as OSCs executoras do SCFV.
7.1.14. Nos casos em que o usuário seja encaminhado ao SCFV em razão de situação de vulnerabilidade ou risco social identificada pelo PAIF, PAEFI ou pela rede socioassistencial, a situação que fundamentou o encaminhamento deverá ser considerada para fins de acolhida e planejamento da participação no serviço, preservando-se a finalidade do SCFV e evitando-se qualquer forma de estigmatização do usuário.

7.1.15. O encaminhamento e a participação do usuário no SCFV não transferem à OSC a responsabilidade pelo acompanhamento familiar, que permanecerá sob responsabilidade do serviço ou unidade competente, especialmente do PAIF, quando se tratar de proteção social básica, observados os fluxos de referência e contrarreferência estabelecidos pela SMAS.
7.1.16. Nos casos em que o usuário seja acompanhado pela Proteção Social Especial, a articulação com o CRAS e com o PAEFI deverá observar os fluxos estabelecidos no SUAS e pela SMAS, preservando-se as competências de cada serviço e unidade.

8. EXECUÇÃO DO SERVIÇO
8.1. Diretrizes gerais
8.1.1. A execução deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, das normativas do SUAS, do Edital, deste Termo de Referência, do Plano de Trabalho aprovado e do Termo de Colaboração.
8.1.2. O SCFV deverá ser executado de forma continuada, planejada, territorializada e articulada com os CRAS de referência.
8.1.3. A OSC deverá assegurar espaço físico adequado, seguro, acessível e compatível com as características dos grupos e das atividades desenvolvidas.
8.2. Organização dos grupos
8.2.1. Os grupos deverão ser organizados considerando o ciclo de vida, as características dos usuários, as demandas territoriais, os objetivos do serviço e as orientações da SMAS.
8.2.2. A composição dos grupos deverá respeitar o limite máximo de 30 (trinta) participantes.
8.2.3. A OSC deverá garantir a execução mínima de 06 (seis) horas semanais de atividades por grupo.
8.2.4. A organização das atividades deverá prever continuidade, progressividade e articulação entre os encontros, evitando a realização de ações isoladas e desconectadas dos percursos do SCFV.
8.3. Articulação com o CRAS
8.3.1. A OSC deverá manter articulação permanente com o CRAS de referência, respeitando os fluxos, orientações técnicas e procedimentos estabelecidos pela SMAS.
8.3.2. Deverão ser realizadas reuniões e demais ações de articulação necessárias ao planejamento, acompanhamento dos usuários, avaliação da execução e integração da oferta com o PAIF e demais serviços da rede.
8.3.3. As situações que demandarem acompanhamento familiar, proteção especializada ou atuação de outros serviços deverão ser comunicadas e encaminhadas conforme os fluxos da rede.

9. GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO
9.1. Organização e planejamento
9.1.1. A OSC será responsável pelo gerenciamento administrativo e operacional das atividades sob sua responsabilidade, observadas as diretrizes técnicas da SMAS e a referência territorial dos CRAS.
9.1.2. Compete à OSC organizar sua equipe, horários, atividades, materiais, registros e demais recursos necessários ao cumprimento do Plano de Trabalho.
9.1.3. A autonomia administrativa e operacional da OSC não afasta a necessidade de observância das diretrizes técnicas, dos fluxos e das orientações estabelecidas pela SMAS para a execução do SCFV.
9.1.4. O gerenciamento deverá considerar a diversidade dos ciclos de vida atendidos, incluindo as especificidades metodológicas dos grupos de 18 a 59 anos.

9.1.5. A OSC deverá assegurar que as atividades destinadas ao público adulto permaneçam vinculadas à finalidade socioassistencial do SCFV, não sendo utilizadas para substituição ou execução de serviços, programas ou ações de outras políticas públicas.

10. SELEÇÃO E JULGAMENTO
10.1. Comissão de Seleção
10.1.1. A seleção das propostas será realizada por Comissão de Seleção, constituída nos termos do art. 20 do Decreto Municipal nº 108/2017, composta por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos, assegurada a participação de:
I – pelo menos 01 (um) agente público com atuação na área técnica relacionada ao objeto da parceria;
II – pelo menos 01 (um) agente público com atuação na área administrativa e/ou financeira; e
III – pelo menos 01 (um) servidor ocupante de cargo efetivo.
10.1.2. Compete à Comissão de Seleção analisar, avaliar, pontuar e classificar as propostas apresentadas, observando os critérios e a metodologia estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público.
10.2. Critérios de Julgamento
10.2.1. A seleção e o julgamento das propostas considerarão sua adequação ao objeto da parceria, às diretrizes da Política de Assistência Social e às especificidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, observadas as características dos territórios, dos ciclos de vida e das demandas identificadas no Município.
10.2.2. Para fins de análise e julgamento, serão considerados os seguintes critérios:
I – Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social;
II – Diagnóstico da realidade, território e público;
III – Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV;
IV – Plano de execução, metas, atividades e cronograma;
V – Capacidade técnico-operacional da OSC;
VI – Equipe de trabalho e organização da execução; e

VII – Monitoramento, avaliação e articulação com o CRAS e a rede.
10.2.3. A análise dos critérios deverá considerar a coerência, a consistência e a compatibilidade da proposta com o objeto da parceria, as diretrizes da Política de Assistência Social, as orientações técnicas do SCFV, a realidade territorial e a capacidade da Organização da Sociedade Civil para a execução do serviço.
10.2.4. No critério relativo à Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV, deverá ser observada a organização das atividades por grupos, ciclos de vida, percursos e eixos estruturantes do Serviço, considerando, para o ciclo de crianças de até 06 (seis) anos, também o eixo "Eu com quem cuida de mim", conforme estabelecido neste Termo de Referência.
10.2.5. No critério relativo à Capacidade técnico-operacional da OSC, será considerada a demonstração da capacidade da Organização da Sociedade Civil para executar o objeto da parceria, considerando os elementos apresentados na proposta e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.
10.2.6. No critério relativo à Equipe de trabalho e organização da execução, será considerada a adequação da composição, qualificação, atribuições e organização da equipe às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e à execução do SCFV.
10.2.7. No critério relativo ao Monitoramento, avaliação e articulação com o CRAS e a rede, será considerada a capacidade da OSC de realizar o acompanhamento, os registros e a avaliação das ações, bem como de manter articulação com o CRAS de referência e com a rede socioassistencial e intersetorial, conforme as necessidades do público atendido.

10.3. Metodologia de Pontuação

10.3.1. As propostas serão avaliadas e pontuadas pela Comissão de Seleção de acordo com os 07 (sete) critérios de julgamento estabelecidos no item 10.2 deste Termo de Referência, observados os parâmetros, pesos e pontuações definidos no Edital de Chamamento Público.
10.3.2. A pontuação atribuída a cada proposta deverá considerar o grau de atendimento aos critérios de julgamento, a coerência entre seus diferentes elementos e a compatibilidade das ações propostas com o objeto da parceria e com as condições de execução do SCFV estabelecidas neste Termo de Referência.
10.3.3. A Comissão de Seleção deverá fundamentar a pontuação atribuída a cada proposta, registrando, em ata ou instrumento próprio, os elementos da proposta considerados para a atribuição da nota em cada critério.
10.3.4. A pontuação total será obtida pela soma das notas atribuídas em cada um dos critérios de julgamento, observada a pontuação máxima estabelecida no Edital.
10.3.5. Será considerada desclassificada a proposta que:
I – não atender às condições essenciais estabelecidas no Edital ou neste Termo de Referência, quando o descumprimento for insanável;
II – apresentar conteúdo incompatível com o objeto da parceria ou com as diretrizes estabelecidas para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
III – obtiver pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos na avaliação total; ou
IV – obtiver 0 (zero) ponto em qualquer dos seguintes critérios de julgamento:
a) Critério 1 – Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social;
b) Critério 2 – Diagnóstico da realidade, território e público;
c) Critério 3 – Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV;
d) Critério 4 – Plano de execução, metas, atividades e cronograma; ou
e) Critério 6 – Equipe de trabalho e organização da execução.
10.3.6. A atribuição de 0 (zero) ponto nos demais critérios de julgamento, desde que não configurada nenhuma das hipóteses de desclassificação previstas neste Termo de Referência e no Edital, não implicará, isoladamente, a desclassificação da proposta.
10.3.7. A classificação das propostas será realizada em ordem decrescente da pontuação total obtida, observados os critérios de desempate estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

10.4. Critérios de Desempate

10.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – maior pontuação obtida no Critério 3 – Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV;
II – maior pontuação obtida no Critério 1 – Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social;
III – maior pontuação obtida no Critério 4 – Plano de execução, metas, atividades e cronograma;
IV – maior pontuação obtida no Critério 6 – Equipe de Trabalho e organização da execução;
V – persistindo o empate, será realizado sorteio público, em data e horário previamente divulgados pela Administração.
10.4.2 A classificação das propostas não implica, por si só, direito à celebração da parceria, ficando a convocação das Organizações da Sociedade Civil condicionada à disponibilidade de metas, à necessidade de atendimento, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital

11. OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

11.1. Obrigações gerais

11.1.1. Constituem obrigações da OSC, sem prejuízo das demais estabelecidas no Edital e no Termo de Colaboração:

I – executar integralmente o objeto da parceria;
II – manter equipe compatível com a execução dos grupos e metas pactuados;
III – assegurar a continuidade e regularidade da oferta;
IV – cumprir a carga horária mínima estabelecida;
V – manter os registros de execução atualizados;
VI – garantir a participação dos usuários nas atividades;
VII – observar os fluxos de referência e contrarreferência com os CRAS;
VIII – participar das reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação promovidas pela SMAS;
IX – fornecer as informações necessárias ao monitoramento e à Vigilância Socioassistencial;
X – observar as normas de proteção de dados pessoais e sigilo das informações dos usuários;
XI – assegurar que as atividades desenvolvidas não descaracterizem o SCFV;
XII – garantir que a execução destinada aos usuários de 18 a 59 anos esteja integrada às finalidades, eixos, percursos e aquisições do SCFV.

12. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

12.1. Compete ao Município/SMAS

12.1.1. Compete à Administração Pública, por meio da SMAS:
I – acompanhar, monitorar e avaliar a execução da parceria;
II – orientar tecnicamente a execução do SCFV;

III – realizar a distribuição das metas conforme as necessidades territoriais e o planejamento municipal;
IV – definir, em articulação com os CRAS, os fluxos de acesso e acompanhamento dos usuários;
V – disponibilizar as informações e orientações necessárias à execução do objeto;
VI – acompanhar a composição e adequação da equipe de trabalho;
VII – realizar visitas técnicas e demais procedimentos de monitoramento;
VIII – analisar os relatórios e documentos de execução apresentados pela OSC;
IX – promover a articulação da OSC com os CRAS e demais serviços da rede, quando necessária à execução do objeto;
X – efetuar os repasses financeiros nos termos estabelecidos no instrumento de parceria, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

13. DESPESAS PERMITIDAS

13.1. Aplicação dos recursos

13.1.1. Os recursos transferidos deverão ser utilizados exclusivamente para despesas necessárias à execução do objeto da parceria, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, da legislação aplicável, do Edital, deste Termo de Referência e do Plano de Trabalho aprovado.

13.1.2. Poderão ser custeadas, desde que previstas e justificadas no Plano de Trabalho, despesas relacionadas a:
I – remuneração da equipe de trabalho vinculada à execução do objeto;
II – encargos sociais e trabalhistas decorrentes da equipe vinculada à parceria;
III – materiais de consumo necessários às atividades;
IV – materiais pedagógicos, culturais, recreativos, esportivos e de convivência;
V – serviços necessários à execução do objeto;
VI – despesas de manutenção e funcionamento diretamente relacionadas à execução da parceria;
VII – outras despesas permitidas pela legislação e necessárias à execução do objeto.
13.1.3. As despesas deverão guardar relação direta com as atividades previstas no Plano de Trabalho e com os usuários e grupos efetivamente atendidos.

14. DESPESAS NÃO PERMITIDAS

14.1. Vedações

14.1.1. É vedada a utilização dos recursos da parceria para despesas que não guardem relação direta com o objeto, bem como para aquelas expressamente vedadas pela legislação aplicável.
14.1.2. Não poderão ser custeadas despesas destinadas à execução de atividades que descaracterizem o SCFV ou que correspondam a serviços, programas ou ações próprias de outras políticas públicas.
14.1.3. A utilização dos recursos deverá observar, ainda, as demais vedações previstas no Edital, no Termo de Colaboração, na Lei Federal nº 13.019/2014 e na legislação aplicável.

15. PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1. Prestação de contas mensal

15.1.1. A OSC deverá apresentar mensalmente os documentos e informações necessários ao acompanhamento da execução do objeto, conforme os procedimentos definidos pela SMAS.
15.1.2. A prestação de contas deverá priorizar a demonstração do cumprimento das metas e dos resultados pactuados, sem prejuízo da comprovação da regular aplicação dos recursos.
15.1.3. Deverão ser apresentados, quando aplicáveis, relatórios de atividades, registros de participação, documentos comprobatórios da execução, informações financeiras e demais documentos solicitados pela Administração Pública.

15.2. Prestação de contas anual e final

15.2.1. Ao final da vigência da parceria, a OSC deverá apresentar prestação de contas final, demonstrando a execução do objeto, o cumprimento das metas e resultados e a regular aplicação dos recursos.
15.2.2. A prestação de contas deverá observar os prazos e procedimentos estabelecidos pela legislação e pelo Termo de Colaboração.

15.3. Movimentação financeira

15.3.1. Os recursos da parceria deverão ser movimentados em conta bancária específica, observada a legislação aplicável.
15.3.2. As movimentações financeiras deverão permitir a identificação e rastreabilidade das despesas realizadas com recursos da parceria.

15.4. Guarda de documentos

15.4.1. A OSC deverá manter arquivados os documentos relativos à execução da parceria pelo prazo estabelecido na legislação aplicável, disponibilizando-os à Administração Pública e aos órgãos de controle sempre que solicitados.

15.5. Monitoramento

15.5.1. A prestação de contas será analisada em conjunto com os resultados do monitoramento e da avaliação da execução do objeto.

15.6. Irregularidades

15.6.1. A identificação de inconsistências ou irregularidades poderá ensejar solicitação de esclarecimentos, apresentação de justificativas, adoção de medidas de regularização e, quando cabível, aplicação das medidas administrativas previstas na legislação e no instrumento de parceria, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.7. Transparência

15.7.1. A OSC deverá observar as obrigações de transparência e publicidade aplicáveis às parcerias celebradas com a Administração Pública.

16. LIBERAÇÃO E PERIODICIDADE DOS RECURSOS

16.1. Cronograma de desembolso

16.1.1. O primeiro desembolso está previsto para janeiro de 2027, observados o início efetivo da parceria, a disponibilidade orçamentária e financeira e o cumprimento das condições legais e administrativas para o repasse.
16.1.2. Os recursos serão repassados em parcelas mensais, conforme cronograma de desembolso integrante do Plano de Trabalho e do Termo de Colaboração.:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - VIGÊNCIA DE 12 MESES			
Parcela	Mês de Referência	Período de Execução	Valor Mensal
1° Parcela	Janeiro de 2027	01/01/2027 a 31/01/2027	R$ xxx
2° Parcela	Fevereiro de 2027	01/02/2027 a 28/02/2027	R$ xxx
3° Parcela	Março de 2027	01/03/2027 a 31/03/2027	R$ xxx
4° Parcela	Abril de 2027	01/04/2027 a 30/04/2027	R$ xxx
5° Parcela	Maio de 2027	01/05/2027 a 31/05/2027	R$ xxx
6° Parcela	Junho de 2027	01/06/2027 a 30/06/2027	R$ xxx
7° Parcela	Julho de 2027	01/07/2027 a 31/07/2027	R$ xxx
8° Parcela	Agosto de 2027	01/08/2027 a 31/08/2027	R$ xxx
9° Parcela	Setembro de 2027	01/09/2027 a 30/09/2027	R$ xxx

10° Parcela	Outubro de 2027	01/10/2027 a 31/10/2027	R$ xxx
11° Parcela	Novembro de 2027	01/11/2027 a 30/11/2027	R$ xxx
12° Parcela	Dezembro de 2027	01/12/2027 a 31/12/2027	R$ xxx

16.1.3. O valor máximo teórico mensal correspondente à execução integral das 600 (seiscentas) metas, considerando o valor de referência de R$ 217,55 por meta/mês, é de R$ 130.530,00 (cento e trinta mil, quinhentos e trinta reais).
16.1.4. O valor efetivamente destinado a cada OSC será definido de acordo com o número de metas e grupos pactuados, observado o limite máximo de 03 (três) grupos por OSC, a classificação no Chamamento Público, a disponibilidade orçamentária e financeira e o planejamento da SMAS.
16.1.5. Para o período de 12 (doze) meses, o valor global máximo estimado para a execução de 600 metas é de R$ 1.566.360,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta reais).
16.1.6. Os valores previstos constituem estimativa máxima para fins de planejamento orçamentário, não representando garantia de repasse integral a cada OSC ou de utilização integral do montante global.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

17.1. Acompanhamento da execução

17.1.1. A execução da parceria será acompanhada e monitorada pela Administração Pública, observando-se o cumprimento das metas, a qualidade da oferta, a regularidade das atividades, a composição da equipe, a articulação com os CRAS e os resultados alcançados.
17.1.2. O monitoramento deverá considerar as especificidades dos diferentes ciclos de vida, inclusive dos usuários de 18 a 59 anos.
17.1.3. Poderão ser utilizados, para fins de monitoramento, relatórios, registros do serviço, listas de participação, sistemas oficiais, reuniões, visitas técnicas, entrevistas, análise documental e demais instrumentos definidos pela SMAS.
17.1.4. A OSC deverá prestar todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução e atender às solicitações de esclarecimentos e adequações formuladas pela Administração Pública.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

18.1. Previsão orçamentária

18.1.1. As despesas decorrentes da execução da parceria correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal, observadas as respectivas fontes de recursos e a legislação orçamentária vigente.
18.1.2. A execução financeira da parceria ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

18.1.3. Quando utilizados recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, sua aplicação deverá estar vinculada exclusivamente às metas, usuários e despesas relacionadas ao público infantojuvenil, observadas as regras de destinação dos recursos do Fundo.
18.1.4. A utilização de recursos de diferentes fontes deverá observar a vinculação da despesa à respectiva finalidade e a adequada segregação dos gastos, quando necessária.

19. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES PARA A EXECUÇÃO DO SCFV

19.1. A execução do SCFV deverá observar as orientações técnicas aplicáveis ao serviço e os princípios, diretrizes, objetivos e aquisições da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
19.2. O grupo do SCFV constitui a principal forma de materialização do serviço, devendo ser compreendido como espaço continuado de convivência, participação, diálogo, escuta, expressão, partilha de experiências e construção coletiva.
19.3. As atividades desenvolvidas deverão possuir intencionalidade socioassistencial e estar articuladas aos objetivos, aos eixos orientadores, aos percursos e às aquisições do SCFV. A realização de atividades, por si só, não caracteriza a execução do serviço.
19.4. Ações pontuais ou esporádicas, tais como bailes, festas, atividades físicas, oficinas, passeios, palestras, confraternizações e eventos, poderão compor a programação dos grupos quando tecnicamente pertinentes e vinculadas ao planejamento do percurso, mas não deverão constituir a finalidade ou a totalidade da oferta do SCFV.
19.5. Da mesma forma, a oferta de cursos profissionalizantes, qualificação profissional, escolarização, reforço escolar ou apoio acadêmico não constitui finalidade do SCFV, não devendo tais atividades ser utilizadas para substituir ou descaracterizar as ofertas próprias das respectivas políticas públicas.
19.6. As atividades deverão ser desenvolvidas de forma a evitar a reprodução de práticas próprias de outras políticas públicas ou de atendimentos clínicos, terapêuticos, educacionais ou de qualificação profissional, preservando a identidade e a finalidade socioassistencial do SCFV.
19.7. A execução do serviço deverá assegurar o respeito à liberdade de consciência e de crença dos usuários, observando o caráter laico da oferta dos serviços socioassistenciais.
19.8. Não deverão ser inseridas na programação institucional do SCFV práticas religiosas, tais como orações, cultos, celebrações, cânticos ou outras atividades de natureza confessional, como método ou conteúdo da oferta socioassistencial, independentemente das crenças pessoais dos profissionais, dirigentes ou usuários.
19.9. Eventuais manifestações de natureza religiosa que surjam espontaneamente entre os usuários deverão ser tratadas pelos profissionais com respeito à liberdade individual, sem que sejam incorporadas como metodologia, prática institucional ou atividade planejada do serviço e sem constrangimento ou imposição aos demais participantes.
19.10. A diversidade religiosa, assim como outras dimensões da diversidade social e cultural, poderá ser abordada nas atividades do SCFV quando pertinente aos objetivos do grupo, desde que realizada sob perspectiva de respeito à diversidade, à liberdade de crença e aos direitos dos usuários, sem promoção ou proselitismo religioso.
19.11. As situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas pelos usuários deverão ser consideradas pela equipe como elementos para qualificação da acolhida, planejamento e desenvolvimento das ações, não devendo ser utilizadas para rotulação, discriminação ou estigmatização dos participantes.
19.12. A OSC deverá considerar que a permanência e a participação dos usuários no SCFV dependem, entre outros aspectos, da capacidade do serviço de estabelecer vínculos, reconhecer interesses, acolher diferenças e desenvolver atividades significativas e adequadas aos participantes.
19.13. O planejamento deverá ser permanentemente avaliado pela equipe, considerando a participação dos usuários, a assiduidade, o envolvimento nas atividades, as necessidades identificadas e os resultados observados no desenvolvimento dos percursos.

19.14. A OSC deverá assegurar que os profissionais responsáveis pela execução conheçam e observem as normativas e orientações técnicas do SCFV, bem como as orientações complementares emitidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS durante a vigência da parceria.
19.15. As orientações estabelecidas neste item deverão ser consideradas pela OSC na elaboração do Plano de Trabalho, na organização dos grupos, no planejamento dos percursos, na definição das atividades, na composição da equipe e na execução e monitoramento do serviço.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Disposições gerais

20.1.1. A execução do SCFV deverá observar integralmente as disposições do Edital de Chamamento Público, deste Termo de Referência, do Plano de Trabalho aprovado, do Termo de Colaboração e das normativas vigentes do SUAS.

20.1.2. A inclusão de usuários de 18 a 59 anos na oferta municipal não altera a natureza, a finalidade ou os objetivos do SCFV, devendo a execução permanecer vinculada à Proteção Social Básica e às diretrizes do SUAS. A Resolução CNAS nº 13/2014 incorporou expressamente essa faixa etária à Tipificação, e o MDS orienta que sua oferta seja considerada conforme a realidade e a demanda de cada município.
20.1.3. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas a legislação aplicável, as normativas do SUAS e as disposições do instrumento de parceria.

Umuarama 21 de Setembro de 2026.

MARIA LUISA RIBEIRO VICENTE BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

CAROLINE OLIVEIRA BAGLI
Assistente social
Direção e Gestão Financeira de Assistência Social
Responsável Pela Elaboração do Termo de Referência

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:189A4F0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - SMAS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Edital de Chamamento Público nº 002/2026 - SMAS
Serviços de Proteção Social Básica
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Dispõe sobre o Chamamento Público para seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil destinadas à celebração de parcerias para execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Resolução CNAS nº 109/2009 e demais normativas aplicáveis.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
1.1. O presente Chamamento Público tem por finalidade selecionar propostas de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para a celebração de Termos de Colaboração com o Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando à execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme as condições, diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.
1.2. Poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atendam aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Federal nº 13.019/2014 e que se caracterizem como entidades de atendimento, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 12.435/2011.
1.3. A seleção e a celebração das parcerias observarão as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal nº 108, de 8 de junho de 2017, e dos demais normativos aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
1.4. Não será admitida, no âmbito deste Chamamento Público, a atuação em rede entre duas ou mais Organizações da Sociedade Civil, ficando a execução do objeto sob responsabilidade da OSC celebrante da parceria, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
1.5. Poderão ser selecionadas e celebradas parcerias com mais de uma Organização da Sociedade Civil, de acordo com a ordem de classificação das propostas, a disponibilidade de metas e a necessidade de atendimento identificada pela Administração Pública, de forma a possibilitar a adequada cobertura da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV nos territórios de abrangência dos CRAS I, CRAS II e CRAS III.
1.6. A definição do número de Organizações da Sociedade Civil a serem convocadas para a celebração das parcerias e do quantitativo de metas a ser pactuado com cada entidade observará a necessidade de atendimento identificada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com base no Diagnóstico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV elaborado pela Coordenação de Vigilância Socioassistencial, considerando, entre outros aspectos, a demanda identificada e potencial, a distribuição da população por ciclos de vida, as características socioterritoriais, a demanda dos territórios de abrangência dos CRAS, a capacidade de execução das OSCs, a disponibilidade de espaços adequados, o planejamento municipal e a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitada a ordem de classificação das propostas e os limites estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência – Anexo VII.
1.7. O quantitativo máximo de metas passível de pactuação com cada Organização da Sociedade Civil, bem como os critérios para sua distribuição entre os territórios de abrangência dos CRAS e os ciclos de vida, serão estabelecidos no Termo de Referência – Anexo VII, observadas as disposições deste Edital.
1.8. A classificação das propostas não gera, por si só, direito à celebração da parceria, ficando a convocação das Organizações da Sociedade Civil condicionada à disponibilidade de metas, à necessidade de atendimento, à capacidade de execução e à disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos deste Edital.

1.9. As Organizações da Sociedade Civil serão convocadas, de acordo com a ordem de classificação, para apresentação da documentação necessária à celebração da parceria, até o preenchimento das metas disponíveis, observados os limites, critérios e condições estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência – Anexo VII.
2. DO OBJETO
2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, sem fins lucrativos, para a execução complementar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante celebração de Termo de Colaboração com o Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.
2.2. O SCFV será executado de forma contínua, planejada, territorializada e referenciada aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, em articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e com a rede socioassistencial e intersetorial do território, observadas as normativas do SUAS e as diretrizes estabelecidas pela SMAS.

2.3. O objeto deste Chamamento Público compreende a execução de até 600 (seiscentas) metas de atendimento, destinadas aos diferentes ciclos de vida abrangidos pelo SCFV, conforme as necessidades identificadas nos territórios, o planejamento municipal da oferta e as diretrizes estabelecidas neste Edital.
2.4. As 600 (seiscentas) metas constituem o quantitativo máximo global previsto para a execução do objeto, não estando previamente vinculadas, neste Edital, a quantitativos fixos por território de CRAS.
2.5. A distribuição das metas entre os territórios de referência dos CRAS será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, considerando, entre outros aspectos:
I – a demanda identificada em cada território;
II – o diagnóstico socioterritorial e as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial;
III – os ciclos de vida e os públicos a serem atendidos;
IV – as situações prioritárias para inclusão no SCFV;
V – a capacidade de execução das OSCs selecionadas;
VI – a estrutura e a localização dos espaços destinados à execução do Serviço; e
VII – o planejamento e a organização da oferta municipal da Proteção Social Básica.
2.6. A execução das metas deverá ocorrer em articulação permanente com o CRAS de referência do território, observados os fluxos municipais de encaminhamento, inserção, acompanhamento, permanência e desligamento dos usuários do SCFV.
2.7. Para fins deste Chamamento Público, será adotado como valor de referência o montante de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) por meta/mês.
2.8. Considerando o quantitativo máximo de 600 (seiscentas) metas e o valor de referência de R$ 217,55 por meta/mês, o valor mensal máximo estimado para a execução do objeto corresponde a R$ 130.530,00 (cento e trinta mil quinhentos e trinta reais).
2.9. Para o período inicial de 12 (doze) meses, o valor anual máximo estimado para a execução das 600 (seiscentas) metas corresponde a R$ 1.566.360,00 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta reais).
2.10. O valor de referência estabelecido no item 2.7 foi definido com base em pesquisa realizada pela Administração Municipal, considerando valores por meta/mês identificados em instrumentos de parceria e chamamentos públicos destinados à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em outros municípios, conforme documentação constante do processo administrativo.
2.11. O valor efetivamente pactuado com cada OSC será definido de acordo com a quantidade de grupos e metas atribuídas à respectiva Organização da Sociedade Civil, observada a classificação obtida no processo de seleção, a capacidade de execução apresentada, a organização territorial da oferta e a disponibilidade orçamentária.

2.12. Cada Organização da Sociedade Civil poderá executar, no máximo, 03 (três) grupos de SCFV, independentemente do território de referência do CRAS em que estejam inseridos.
2.12.1. Considerando o limite máximo de 30 (trinta) participantes por grupo, cada OSC poderá executar, no máximo, 90 (noventa) metas de atendimento simultâneo no âmbito desta parceria.
2.12.2. A quantidade de grupos atribuída a cada OSC será definida de acordo com a classificação no processo de seleção, a capacidade de execução demonstrada no Plano de Trabalho, as necessidades identificadas pela SMAS e a organização territorial da oferta.
2.13. O limite de 03 (três) grupos por OSC não implica a obrigação de atribuição da quantidade máxima de grupos, ficando a efetiva pactuação condicionada à classificação da OSC, à necessidade da Administração Municipal e à distribuição das metas necessárias à composição da oferta.
2.14. Cada grupo deverá ser composto por, no máximo, 30 (trinta) participantes, observadas as características do ciclo de vida, as especificidades do público, a metodologia do SCFV e as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades.
2.15. Cada grupo deverá contar com, no mínimo, 06 (seis) horas semanais de atividades do SCFV, distribuídas em diferentes dias e/ou encontros, conforme planejamento da oferta, características do público e organização metodológica do Serviço.
2.15.1. A carga horária mínima prevista no item 2.15 refere-se às atividades desenvolvidas diretamente com os grupos de usuários, não se confundindo com o tempo destinado ao planejamento, preparação das atividades, registros, reuniões de equipe, articulação com o CRAS e a rede, avaliação e demais atividades técnicas e administrativas necessárias à execução do Serviço.
2.16. A execução do objeto deverá observar os ciclos de vida, os eixos orientadores, os percursos, as aquisições e seguranças socioassistenciais, as situações prioritárias de inclusão e as demais diretrizes estabelecidas neste Edital.
2.17. A classificação da OSC não gera direito à execução integral das 600 (seiscentas) metas previstas no Chamamento Público, sendo a quantidade efetivamente atribuída a cada Organização definida de acordo com as regras de classificação, habilitação e celebração das parcerias estabelecidas neste Edital.
2.18. Poderão ser celebradas parcerias com mais de uma Organização da Sociedade Civil, de acordo com a classificação final, até que sejam atendidas as metas necessárias à composição da oferta, observado o limite máximo de 03 (três) grupos por OSC e os demais critérios estabelecidos neste Edital.
2.19. A execução do SCFV pelas OSCs selecionadas terá caráter complementar à oferta pública e deverá observar as orientações técnicas, os fluxos, os procedimentos e as diretrizes estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, sem prejuízo da autonomia administrativa e operacional da Organização da Sociedade Civil na execução do objeto.
2.20. Os créditos orçamentários necessários ao custeio das despesas decorrentes das parcerias a serem celebradas em razão do presente Chamamento Público correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal, conforme a seguinte classificação:
I – Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 14.001.08.244.0012.2.187 – Subvenções da Rede de Assistência Social Fonte de Recursos: 1.000 e 85
Elementos de Despesa:
a) 813 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
b) 812 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
c) 814 – 3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais.

II – Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 15.001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Funcional Programática: 15.001.08.243.0013.2.184 – Subvenções da Rede de Assistência à Criança
Fonte de Recursos: 1.000
Elemento de Despesa:
a) 927 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
b) 930 - 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais.
2.20.1. A execução das despesas decorrentes das parcerias ficará condicionada à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira suficientes, observada a legislação orçamentária e financeira vigente.

2.20.2. Os recursos serão destinados exclusivamente à execução do objeto pactuado nos respectivos Termos de Colaboração e observarão o plano de trabalho aprovado, o cronograma de desembolso e as demais condições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável.
2.20.3. O valor efetivamente pactuado com cada Organização da Sociedade Civil será definido de acordo com o quantitativo de metas efetivamente atribuído e formalizado no respectivo Termo de Colaboração, respeitado o valor de referência estabelecido neste Edital, a disponibilidade orçamentária e financeira e os demais limites estabelecidos para a parceria.

3. JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. A realização do presente Chamamento Público fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade, ampliação e qualificação da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV no Município de Umuarama, de forma territorializada, articulada à rede socioassistencial e adequada às necessidades identificadas nos diferentes territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I, CRAS II e CRAS III.
3.2. O SCFV integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e constitui serviço de caráter preventivo e proativo, organizado de modo a complementar o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, contribuindo para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a prevenção de situações de risco social, o desenvolvimento de potencialidades e a ampliação das possibilidades de participação e proteção social dos usuários.
3.3. A necessidade de realização do Chamamento Público decorre da demanda identificada e potencial existente nos territórios de abrangência dos CRAS I, CRAS II e CRAS III, considerando as diferentes características socioterritoriais, a composição da população por ciclos de vida, as situações de vulnerabilidade e risco social e a necessidade de assegurar cobertura adequada e territorialmente acessível do serviço à população que dele necessite.
3.4. Para o planejamento e o dimensionamento da oferta, a Secretaria Municipal de Assistência Social utilizará como instrumento técnico o Diagnóstico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, elaborado pela Coordenação de Vigilância Socioassistencial, o qual subsidiará a identificação das necessidades de atendimento, o planejamento das metas e a organização territorial da oferta.
3.5. O diagnóstico considera, entre outros elementos, a demanda identificada e potencial, a distribuição da população por ciclos de vida, as situações de vulnerabilidade e risco social, as características socioterritoriais, a cobertura da oferta existente e as necessidades específicas de cada território, possibilitando maior adequação entre a oferta do serviço e a realidade da população.
3.6. A territorialização constitui elemento fundamental para o planejamento e a execução do SCFV, possibilitando aproximar a oferta dos usuários e de suas famílias, considerando as especificidades de cada território e fortalecendo a articulação com os CRAS de referência e com os demais serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial.
3.7. A organização da oferta por ciclos de vida possibilita, ainda, que o planejamento das metas considere a composição demográfica, as características dos territórios e as necessidades identificadas, permitindo direcionar a oferta de acordo com a demanda atual e potencial de crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.
3.8. A celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil mostra-se pertinente para complementar a capacidade de oferta do Município, possibilitando a ampliação e a diversificação territorial da execução do SCFV, mediante atuação integrada à rede socioassistencial e em conformidade com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sem prejuízo das atribuições do órgão gestor municipal e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

3.9. A adoção de modelo que possibilita a celebração de parcerias com mais de uma Organização da Sociedade Civil decorre da necessidade de adequar a oferta à demanda efetivamente identificada, permitindo que a Administração Pública distribua as metas entre as propostas classificadas de acordo com a necessidade de atendimento, a organização territorial, os ciclos de vida, a capacidade técnica e operacional das entidades e a disponibilidade orçamentária e financeira, observada a ordem de classificação estabelecida no Chamamento Público.
3.10. A definição do quantitativo de metas a ser pactuado com cada Organização da Sociedade Civil deverá considerar o planejamento territorial da oferta, tendo como referência o Diagnóstico do SCFV elaborado pela Coordenação de Vigilância Socioassistencial, de modo a assegurar que os recursos públicos sejam direcionados às necessidades identificadas e que a oferta seja distribuída de forma adequada entre os territórios e ciclos de vida.
3.11. Para definição do valor de referência destinado à execução do SCFV, foi realizada pesquisa de referências de valores praticados em instrumentos públicos de parceria destinados à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, considerando municípios que adotam modelo de execução complementar por Organizações da Sociedade Civil e que apresentam características de oferta compatíveis com o objeto deste Chamamento Público.
3.12. O valor de referência estabelecido constitui parâmetro para o dimensionamento financeiro das parcerias e para a definição dos recursos necessários à execução das metas pactuadas, não representando, por si só, garantia de repasse integral do valor correspondente à capacidade máxima prevista neste Edital, uma vez que os repasses observarão o quantitativo de metas efetivamente pactuado com cada Organização da Sociedade Civil e as condições estabelecidas no respectivo Termo de Colaboração.
3.13. Considerando o limite de até 600 metas previsto neste Chamamento Público e o valor de referência de R$ 217,55 por meta/mês, estima-se o valor máximo mensal de R$ 130.530,00 (cento e trinta mil, quinhentos e trinta reais) e, para o período de 12 (doze) meses, o valor máximo estimado de R$ 1.566.360,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta reais), observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
3.14. Os valores e cálculos utilizados para a definição do valor de referência encontram-se respaldados na documentação integrante do processo administrativo do Chamamento Público, especialmente nos documentos públicos utilizados como referência, na memória de cálculo e nos demais elementos que fundamentam a estimativa financeira da parceria.
3.15. A definição das metas e dos respectivos valores a serem pactuados com cada Organização da Sociedade Civil observará a necessidade de atendimento, a distribuição territorial, os ciclos de vida, a capacidade de execução apresentada pela OSC, o limite máximo de grupos estabelecido neste Edital, a classificação das propostas e a disponibilidade orçamentária e financeira, não implicando a seleção da proposta em direito à pactuação do quantitativo máximo de metas previsto no Chamamento Público.
3.16. Dessa forma, o presente Chamamento Público busca fortalecer a Rede de Proteção Social Básica do Município de Umuarama, ampliando e qualificando a oferta do SCFV, assegurando maior cobertura territorial e adequação da oferta às necessidades da população, mediante planejamento baseado em diagnóstico socioterritorial, definição de parâmetros financeiros fundamentados em referências públicas e celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, com observância dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1. DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
4.1.1. A Política de Assistência Social, enquanto política pública de seguridade social, organiza-se por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de caráter público, não contributivo, descentralizado e participativo, tendo como objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

4.1.2. A organização da oferta socioassistencial deverá observar os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nas demais normativas aplicáveis.

4.1.3. A Proteção Social no âmbito do SUAS organiza-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de acordo com a natureza e a complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas pelos usuários e famílias.

4.2. DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DO CRAS

4.2.1. A Proteção Social Básica tem por finalidade prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinando-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, entre outras situações previstas nas normativas do SUAS.

4.2.2. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS constitui unidade pública estatal de base territorial, responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica em sua área de abrangência, tendo como principal serviço o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, ao qual se articulam os demais serviços da Proteção Social Básica, inclusive o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

4.2.3. A organização da oferta do SCFV deverá considerar a territorialização da Política de Assistência Social, observando os territórios de abrangência dos CRAS de referência, as características socioterritoriais, as demandas identificadas e as orientações do Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

4.3. DA CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE DO SCFV

4.3.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é serviço da Proteção Social Básica, de caráter preventivo e proativo, complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo PAIF e, quando couber, pelo PAEFI, devendo ser referenciado ao CRAS e articulado à rede socioassistencial e às demais políticas públicas do território.

4.3.2. O SCFV tem por finalidade assegurar aos usuários espaços de convivência, socialização e participação, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades, capacidades e autonomia, a prevenção de situações de risco social e a ampliação do acesso a direitos.

4.3.3. A execução do SCFV deverá considerar as especificidades dos diferentes ciclos de vida e as características socioterritoriais dos usuários, promovendo experiências que favoreçam a convivência, a participação social, o reconhecimento de direitos, o desenvolvimento de potencialidades e a construção de relações pautadas no respeito, na solidariedade e na cidadania.

4.4. DO PÚBLICO DO SERVIÇO E DO PÚBLICO PRIORITÁRIO

4.4.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV destina-se a crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, organizados de acordo com os ciclos de vida, as características, necessidades e demandas identificadas no território, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

4.4.2. Para fins de organização da oferta objeto deste Edital, serão considerados os seguintes ciclos de vida:

I – crianças de até 06 (seis) anos;
II – crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos;
III – adolescentes e jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos;
IV – jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos;
V – adultos de 30 (trinta) a 59 (cinquenta e nove) anos;
VI – pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais.

4.4.3. Sem prejuízo do atendimento ao público definido para o SCFV, a organização da oferta deverá considerar prioritariamente a inclusão de usuários que vivenciem situações caracterizadas como prioritárias para o atendimento no Serviço, conforme as normativas vigentes do SUAS.

4.4.4. Constituem situações prioritárias para inclusão no SCFV, observadas as normativas vigentes:

I – situação de isolamento;
II – trabalho infantil;
III – vivência de violência e/ou negligência;
IV – fora da escola ou com defasagem escolar superior a 02 (dois) anos;
V – situação de acolhimento;
VI – cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
VII – egressos de medidas socioeducativas;
VIII – situação de abuso e/ou exploração sexual;
IX – crianças e adolescentes com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
X – crianças e adolescentes em situação de rua; e
XI – vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

4.4.5. O público prioritário não possui caráter exclusivo, devendo o SCFV atender também usuários que se encontrem em outras situações de vulnerabilidade social, conforme as necessidades identificadas nos territórios, a capacidade de atendimento e as orientações do Órgão Gestor.

4.4.6. A identificação dos usuários em situação prioritária deverá observar os procedimentos e instrumentos estabelecidos pelas normativas do SUAS e pelos fluxos definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando as informações produzidas pelos serviços socioassistenciais, pela Vigilância Socioassistencial e pela rede de proteção.

4.4.7. A inclusão do usuário em situação prioritária no SCFV não substitui o acompanhamento familiar ou especializado que se fizer necessário, devendo ser assegurada a articulação com o PAIF, PAEFI e demais serviços da rede, conforme a situação identificada.

4.5. DA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

4.5.1. O SCFV deverá ser organizado em grupos de convivência constituídos de acordo com os ciclos de vida, características, interesses, necessidades e especificidades dos participantes, considerando a realidade do território, as vulnerabilidades e potencialidades identificadas e o planejamento da oferta socioassistencial do Município.

4.5.2. A composição dos grupos deverá considerar a avaliação técnica e as orientações do CRAS de referência, de modo a favorecer a convivência entre os participantes, a complementaridade com o trabalho social com famílias e a adequada resposta às necessidades identificadas no território.

4.5.3. A organização dos grupos deverá preservar a diversidade e a heterogeneidade dos usuários, evitando práticas que resultem em segregação, discriminação ou estigmatização e promovendo oportunidades de convivência entre pessoas com diferentes experiências, características, condições e trajetórias de vida, observadas as especificidades e necessidades de cada ciclo de vida.

4.5.4. A composição dos grupos não deverá ser constituída exclusivamente com base em determinada característica dos usuários, como gênero, deficiência ou outra condição, salvo quando houver justificativa técnica relacionada às necessidades específicas do grupo e aos objetivos do Serviço.

4.5.5. Os grupos deverão desenvolver encontros regulares e planejados, organizados de forma a garantir continuidade, participação dos usuários e desenvolvimento progressivo das aquisições previstas para o Serviço.

4.6. DA ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA, DOS EIXOS E DOS PERCURSOS

4.6.1. As atividades desenvolvidas no âmbito do SCFV deverão ser planejadas de forma sistemática, participativa e contínua, considerando os objetivos do Serviço, as características e necessidades dos grupos, as demandas e potencialidades dos usuários, as situações de vulnerabilidade identificadas, as características do território e as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial.

4.6.2. O planejamento e o desenvolvimento do SCFV deverão observar os eixos orientadores do Serviço, que constituem referências para a organização das atividades e para a definição da intencionalidade das experiências proporcionadas aos usuários.

4.6.3. Os eixos deverão ser compreendidos de forma articulada, não constituindo atividades ou etapas independentes, devendo orientar a construção dos percursos de acordo com as características, necessidades, potencialidades, interesses e desafios identificados em cada grupo.

4.6.4. Para os grupos dos ciclos de vida de 06 a 15 anos, de 15 a 17 anos, 18 a 59 anos e de pessoas idosas, deverão ser considerados, de forma articulada, os seguintes eixos:

I – Eu comigo, relacionado ao reconhecimento da identidade, das características pessoais, dos interesses, das potencialidades e das capacidades dos usuários, favorecendo o desenvolvimento da autoestima, autoconfiança, autonomia, responsabilidade, autocuidado, capacidade de fazer escolhas, aprender com as experiências e lidar com desafios;

II – Eu com os outros, relacionado à convivência e à construção de relações sociais, familiares e comunitárias, favorecendo a comunicação, cooperação, empatia, respeito às diferenças, sociabilidade, resolução dialogada de conflitos, construção de redes de apoio e fortalecimento do sentimento de pertencimento;

III – Eu com a cidade, relacionado à participação social, ao território, ao reconhecimento de direitos e deveres, ao acesso às políticas públicas e aos recursos existentes no território, favorecendo o pertencimento, a participação cidadã, a apropriação dos espaços públicos e a atuação dos usuários como sujeitos de direitos.

4.6.5. Para os grupos de crianças de até 06 (seis) anos, deverão ser observadas as orientações específicas do Serviço para essa faixa etária, considerando os eixos Eu comigo, Eu com quem cuida de mim, Eu com os outros e Eu com a cidade, adequados às características do desenvolvimento e às experiências das crianças e de suas famílias.

4.6.6. Na organização das atividades, os eixos deverão ser mobilizados de maneira integrada, de acordo com a intencionalidade do trabalho e com as necessidades identificadas no grupo, não sendo necessária a organização de um percurso exclusivamente vinculado a apenas um eixo.

4.6.7. O SCFV deverá ser organizado a partir de percursos, entendidos como instrumentos de planejamento e organização do trabalho com os grupos, estruturados de modo a apresentar objetivos, intencionalidade, desenvolvimento e avaliação, possibilitando a realização de experiências articuladas e progressivas ao longo de determinado período.

4.6.8. Cada percurso deverá considerar o ciclo de vida dos participantes, as características do grupo, suas necessidades, interesses, potencialidades, vulnerabilidades, relações familiares e comunitárias e as características do território em que o Serviço é ofertado.

4.6.9. A construção dos percursos deverá partir do conhecimento dos participantes, de suas famílias e do território, identificando demandas, interesses, potencialidades, situações vivenciadas e possibilidades de fortalecimento dos vínculos e de ampliação da participação social.

4.6.10. Os percursos deverão apresentar início, desenvolvimento e encerramento, com objetivos e estratégias definidos previamente, podendo ter duração de até 03 (três) meses, conforme planejamento do Serviço e orientações do Órgão Gestor.

4.6.11. A organização dos percursos deverá permitir a continuidade do trabalho com o grupo após seu encerramento, não implicando o encerramento do grupo ou do SCFV. Ao término de um percurso, deverão ser consideradas as aquisições e experiências desenvolvidas, possibilitando sua retomada e aprofundamento em novos percursos.

4.6.12. A organização anual poderá contemplar diferentes percursos sucessivos, de modo que os grupos desenvolvam experiências contínuas e progressivas ao longo do ano, observadas as orientações do Órgão Gestor e os instrumentos de planejamento e acompanhamento adotados pelo Município.

4.6.13. A entrada ou saída de usuários dos grupos não deverá interromper o desenvolvimento do percurso, devendo a equipe responsável adotar estratégias de acolhida, integração e continuidade que possibilitem a participação dos novos usuários e o prosseguimento das experiências dos demais participantes.

4.6.14. A transição dos usuários entre grupos e ciclos de vida deverá ser considerada no planejamento do Serviço, de modo a favorecer a continuidade das experiências, o aproveitamento das aquisições desenvolvidas e a adequada inserção no novo grupo.

4.6.15. As ações deverão ser desenvolvidas por meio de encontros, vivências, atividades coletivas, oficinas e outras estratégias metodológicas compatíveis com os objetivos do SCFV, podendo envolver experiências culturais, artísticas, esportivas, recreativas, lúdicas, educativas, comunitárias e de participação social, desde que planejadas e fundamentadas nas normativas do SUAS e nos eixos orientadores do Serviço.

4.6.16. As oficinas, vivências, rodas de conversa, atividades culturais, artísticas, esportivas, recreativas, lúdicas, educativas e de participação social constituem estratégias metodológicas para o desenvolvimento dos percursos, não devendo ser compreendidas como finalidade autônoma ou como substituição do SCFV.

4.6.17. A utilização de oficinas ou atividades de natureza cultural, artística, esportiva, artesanal, tecnológica ou de outras áreas de interesse dos usuários não poderá descaracterizar o Serviço como oferta socioassistencial, devendo estar vinculada aos objetivos, eixos, aquisições e percurso planejado para o grupo.

4.6.18. Não será admitida a execução do SCFV mediante a simples oferta de oficinas, cursos ou atividades avulsas, sem organização em grupos, planejamento, acompanhamento dos participantes, intencionalidade socioassistencial e vinculação aos objetivos e eixos do Serviço.

4.6.19. A eventual aquisição ou desenvolvimento de habilidades específicas pelos participantes em decorrência das atividades realizadas no Serviço será considerada resultado complementar da ação, não constituindo sua finalidade principal nem podendo caracterizar a oferta como curso de formação, capacitação profissional ou atividade educacional.

4.6.20. Poderão ser adotadas outras estratégias metodológicas além das expressamente previstas neste Edital, desde que sejam compatíveis com os objetivos do SCFV, fundamentadas tecnicamente, planejadas previamente e adequadas às características, necessidades e potencialidades dos usuários e dos territórios.

4.6.21. As atividades deverão estimular, entre outras dimensões, a escuta, o diálogo, a valorização e o reconhecimento dos usuários, a participação, a cooperação, o exercício de escolhas, a tomada de decisões, a resolução dialogada de conflitos, o reconhecimento das diferenças, o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento da autonomia.

4.7. DAS SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS E DAS AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS

4.7.1. A execução do Serviço deverá observar as seguranças socioassistenciais afiançadas pelo SUAS, especialmente as seguranças de acolhida, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia, apoio e auxílio e, quando pertinente, segurança de renda, mediante articulação com os benefícios e programas socioassistenciais.

4.7.2. A execução do Serviço deverá possibilitar aos usuários experiências que contribuam para:

I – o reconhecimento e a valorização de sua identidade, história, capacidades, interesses e potencialidades;

II – o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

III – o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de participação social;

IV – o conhecimento e o acesso aos direitos sociais e às políticas públicas;
V – a ampliação do universo informacional, cultural e social;
VI – o desenvolvimento de relações de respeito, solidariedade, cooperação e convivência com as diversidades;
VII – o reconhecimento e a utilização dos recursos existentes no território;
VIII – o fortalecimento das redes sociais de apoio e da capacidade protetiva das famílias; e
IX – a participação cidadã e o protagonismo dos usuários.

4.7.3. Constituem aquisições esperadas dos usuários, conforme sua condição e ciclo de vida, aquelas relacionadas ao fortalecimento da identidade e autoestima, ao desenvolvimento da autonomia, à ampliação das relações sociais, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ao acesso a direitos, à participação social, ao desenvolvimento de potencialidades e à capacidade de fazer escolhas e participar das decisões que lhes dizem respeito.

4.7.4. A execução deverá possibilitar aos usuários expressar opiniões, interesses, necessidades e reivindicações, avaliar as atenções recebidas e participar do planejamento e da avaliação das atividades, fortalecendo sua condição de sujeitos de direitos e seu protagonismo.

4.8. DA ARTICULAÇÃO COM O CRAS, AS FAMÍLIAS E A REDE SOCIOASSISTENCIAL

4.8.1. A execução do SCFV deverá ser articulada com o CRAS de referência, de modo a assegurar a complementaridade entre as ações de convivência e o trabalho social com famílias, possibilitando o compartilhamento das informações necessárias à proteção dos usuários, observados o sigilo profissional, a legislação aplicável e os fluxos estabelecidos pelo Órgão Gestor.

4.8.2. A articulação entre a Organização da Sociedade Civil e o CRAS de referência deverá compreender, conforme os fluxos estabelecidos pelo Órgão Gestor, o planejamento da oferta, a identificação e o encaminhamento dos usuários, a troca de informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho social, a comunicação de situações que demandem acompanhamento e a avaliação da inserção e participação dos usuários no Serviço.

4.8.3. O planejamento da oferta deverá estar articulado ao diagnóstico socioterritorial, às informações disponíveis na rede socioassistencial e às orientações estabelecidas pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, de modo a assegurar que as ações desenvolvidas respondam às necessidades identificadas nos territórios de abrangência dos CRAS de referência.

4.8.4. As atividades destinadas às famílias deverão integrar a execução do Serviço, promovendo espaços de diálogo, participação e reflexão sobre questões relacionadas à convivência familiar e comunitária, ao acesso a direitos e ao fortalecimento da função protetiva da família, observada a periodicidade mínima estabelecida no Termo de Referência.

4.8.5. As ações com famílias deverão contribuir para o fortalecimento da função protetiva, da convivência familiar e comunitária e do acesso a direitos, não devendo substituir o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF ou, quando couber, pelo PAEFI.

4.8.6. A execução do SCFV deverá considerar a articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas do território, de acordo com as necessidades identificadas e os objetivos do Serviço.

4.8.7. As situações de vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos identificadas no decorrer da execução deverão ser comunicadas e encaminhadas aos serviços e órgãos competentes, conforme os fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela rede de proteção, preservados o sigilo das informações e os direitos dos usuários.

4.9. DA IDENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL E DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

4.9.1. As atividades do SCFV não deverão assumir atribuições próprias de outras políticas públicas, tais como escolarização, reforço escolar, atendimento clínico ou terapêutico, devendo permanecer vinculadas aos objetivos, às seguranças socioassistenciais e às competências próprias da Política de Assistência Social.

4.9.2. Poderão ser desenvolvidas ações articuladas com outras políticas públicas, equipamentos e serviços do território, quando necessárias à garantia de direitos dos usuários, desde que preservadas as competências próprias de cada política pública e a identidade socioassistencial do SCFV.

4.9.3. A articulação intersetorial não deverá implicar transferência ou sobreposição de atribuições entre as políticas públicas, devendo cada ação manter sua finalidade, metodologia e responsabilidade institucional próprias.

4.9.4. A oferta do Serviço deverá observar a laicidade do Estado e a natureza pública da Política de Assistência Social, não sendo permitida a realização de práticas religiosas ou a imposição de crenças religiosas no âmbito das atividades desenvolvidas com recursos públicos. A diversidade religiosa, assim como as demais dimensões da diversidade humana, poderá ser abordada enquanto tema relacionado à convivência, ao respeito e à promoção dos direitos.

4.9.5. A execução do SCFV deverá observar linguagem e nomenclatura compatíveis com a natureza socioassistencial do Serviço, de modo a preservar sua identidade, finalidade e vinculação à Política de Assistência Social.

4.9.6. Para fins de caracterização da oferta, os participantes deverão ser identificados como usuários ou participantes do SCFV, não devendo ser utilizados, para essa finalidade, termos próprios de outras políticas públicas que possam conferir ao Serviço natureza diversa daquela estabelecida nas normativas do SUAS.

4.9.7. Especialmente no que se refere à Política de Educação, não deverão ser utilizados, para caracterizar a organização ou a execução do SCFV, termos ou procedimentos próprios do sistema educacional.

4.9.8. Para orientação das Organizações da Sociedade Civil, deverão ser observadas, preferencialmente, as seguintes referências terminológicas:

Utilizar	Evitar
Usuário/Participante do SCFV	Aluno
Grupo	Turma
Grupo de Convivência	Turma de alunos
Encontro	Aula
Vivência	Exercício/Aula
Orientador Social	Professor
Inserção no Serviço	Matrícula
Inclusão no Serviço	Matrícula
Plano de atividades	Plano de Aula
Encaminhamento ao SCFV	Matrícula/Inscrição

4.9.9. A utilização de termos próprios de outras políticas públicas não será considerada inadequada quando necessária para registrar informações relativas à vida do usuário, à articulação intersetorial, aos encaminhamentos ou à atuação conjunta com outros serviços e equipamentos, desde que tais termos não sejam utilizados para caracterizar o SCFV como serviço pertencente ou equivalente a outra política pública.

4.10. DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO

4.10.1. A execução do SCFV deverá observar os princípios da participação, convivência, respeito à diversidade, não discriminação, autonomia, protagonismo e proteção dos usuários.

4.10.2. Não serão admitidas práticas de caráter punitivo, discriminatório, constrangedor ou que impliquem suspensão dos usuários como forma de disciplina ou resolução de conflitos. As situações de conflito, dificuldades de convivência ou comportamentos que demandem intervenção deverão ser abordados por meio de estratégias de diálogo, escuta, mediação, pactuação coletiva e responsabilização, respeitadas as condições e características de cada usuário.

4.10.3. A execução do Serviço deverá assegurar acessibilidade e inclusão, observadas as necessidades específicas dos usuários, inclusive das pessoas com deficiência, mediante adoção de estratégias, recursos e apoios necessários à participação nas atividades e à promoção de sua autonomia, respeitadas as atribuições próprias da Política de Assistência Social.
4.10.4. O planejamento e o desenvolvimento das ações deverão considerar as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, os dados do território, as demandas identificadas junto aos usuários e suas famílias e as orientações do Órgão Gestor, de forma articulada com o CRAS de referência.

4.10.5. O planejamento deverá estabelecer relação entre as características e o ciclo de vida do grupo, suas necessidades, interesses, potencialidades e demandas, os objetivos do percurso, os eixos orientadores mobilizados, os temas ou situações trabalhados, as estratégias metodológicas, a organização dos encontros, as estratégias de participação dos usuários e as formas de acompanhamento e avaliação.
4.10.6. Os temas e situações trabalhados deverão guardar relação com a realidade dos participantes e do território, podendo abordar questões relacionadas à convivência, identidade, relações familiares e comunitárias, direitos, cidadania, participação social, diversidade, cultura, lazer, acesso às políticas públicas, utilização dos recursos do território e outras questões pertinentes aos objetivos do SCFV.
4.10.7. As atividades deverão possibilitar a troca de experiências, saberes e conhecimentos entre os participantes, estimulando a expressão, a escuta, a interação, a reflexão, a participação, a cooperação e a construção coletiva de estratégias diante das situações vivenciadas.
4.10.8. As atividades poderão envolver a utilização de espaços, equipamentos, serviços, manifestações culturais, recursos comunitários e demais potencialidades existentes no território, sempre que sua utilização contribuir para os objetivos do percurso e favorecer a ampliação das experiências de convivência e participação dos usuários.
4.10.9. A execução do Serviço deverá observar as orientações técnicas vigentes do Governo Federal e as diretrizes estabelecidas pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, conforme detalhamento constante do Termo de Referência – Anexo VII.
4.10.10. Os aspectos relativos à organização operacional da oferta, composição e funcionamento dos grupos, carga horária, equipe de trabalho, planejamento, registros, monitoramento, avaliação, comprovação da execução e demais procedimentos de acompanhamento da parceria serão disciplinados nos itens específicos deste Edital e no Termo de Referência.

5. DA EXECUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DO SCFV

5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO
5.1.1. A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, deste Edital, do Termo de Referência, do Plano de Trabalho e do Termo de Colaboração.
5.1.2. A execução deverá ocorrer de forma contínua, planejada, territorializada e articulada com a rede socioassistencial, considerando as características, necessidades, interesses, potencialidades e especificidades dos usuários e dos territórios de referência dos CRAS.
5.1.3. A OSC terá autonomia administrativa e operacional para organização dos meios necessários à execução do objeto, observadas as diretrizes técnicas estabelecidas pela SMAS, as condições pactuadas na parceria e as orientações do CRAS de referência.
5.1.4. A autonomia da OSC não afasta a necessidade de observância das orientações técnicas, dos fluxos, procedimentos, metas e demais condições estabelecidas pela SMAS para a organização e execução do SCFV.

5.2. DA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS E DA OFERTA

5.2.1. A organização da oferta deverá observar a territorialização do SCFV, os ciclos de vida, as características do público, as metas estabelecidas para cada item e território e as demandas identificadas pela SMAS e pelos CRAS de referência.
5.2.2. Cada grupo de SCFV deverá ser composto por, no máximo, 30 (trinta) participantes, observadas as características do ciclo de vida, as especificidades dos usuários e as condições necessárias para o desenvolvimento adequado das atividades.
5.2.3. A OSC deverá assegurar, para cada grupo de SCFV, no mínimo 6 (seis) horas semanais de atividades do Serviço, organizadas de acordo com o planejamento, as características do público e as condições do território.

5.2.4. A carga horária mínima de 6 (seis) horas semanais deverá ser distribuída em diferentes dias e/ou encontros ao longo da semana, conforme a organização metodológica do Serviço, as necessidades e características dos usuários, a disponibilidade dos espaços e o planejamento articulado com o CRAS de referência, assegurando regularidade e continuidade da oferta.
5.2.5. A carga horária destinada às atividades com os grupos não se confunde com o tempo de trabalho necessário ao planejamento, preparação das atividades, registros, reuniões de equipe, articulação com o CRAS e a rede, acompanhamento dos usuários, avaliação e demais atividades técnicas e administrativas necessárias à execução do Serviço.
5.2.6. A organização dos dias e horários dos grupos deverá considerar as características e rotinas dos usuários, as condições do território, a disponibilidade dos espaços e a necessidade de favorecer a participação e a permanência no Serviço, evitando, sempre que possível, sobreposição com outras ofertas da rede socioassistencial.
5.2.7. Os espaços destinados à execução do SCFV deverão apresentar condições adequadas de segurança, higiene, acessibilidade, conforto e privacidade, compatíveis com as características dos grupos e com as atividades desenvolvidas.
5.2.8. A organização dos grupos deverá considerar, quando pertinente, a inclusão de usuários em situações prioritárias, conforme estabelecido no item 4 deste Edital e de acordo com os fluxos definidos pela SMAS e pelo CRAS de referência.

5.3. DA ARTICULAÇÃO COM O CRAS DE REFERÊNCIA

5.3.1. A execução do SCFV deverá ocorrer em permanente articulação com o CRAS de referência, considerando sua função de referência territorial e a necessária complementaridade do Serviço com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.
5.3.2. Compete à OSC, no âmbito dessa articulação:
I – acolher e organizar a inserção dos usuários encaminhados conforme os fluxos estabelecidos pela SMAS;
II – manter comunicação regular com o CRAS de referência acerca da organização e execução dos grupos e das situações que demandem articulação;
III – participar das reuniões técnicas, discussões de casos e demais momentos de articulação promovidos pelo CRAS ou pela SMAS, quando solicitado;
IV – comunicar ao CRAS de referência situações de vulnerabilidade, risco social, violações de direitos ou outras situações que demandem intervenção da rede socioassistencial;
V – contribuir para a identificação de demandas, necessidades e potencialidades do território;
VI – observar os encaminhamentos e orientações técnicas relacionados à articulação do SCFV com o PAIF e com a rede socioassistencial;
VII – participar do planejamento e da avaliação da execução do Serviço, quando solicitado pelo CRAS de referência;
VIII – comunicar ao CRAS a existência de vagas, desligamentos e outras situações que demandem inclusão, substituição ou reorganização dos participantes, observando os fluxos estabelecidos pela SMAS.
5.3.3. A inclusão dos usuários no SCFV deverá observar os fluxos definidos pela SMAS e pelo CRAS de referência, considerando as metas, os ciclos de vida, a organização territorial da oferta e as situações prioritárias previstas neste Edital.

5.3.4. A OSC não deverá realizar a inclusão de usuários de forma desvinculada dos fluxos estabelecidos pela SMAS e pelo CRAS de referência, ressalvadas as situações e procedimentos de acesso expressamente definidos pela gestão municipal.
5.3.5. A participação no SCFV não substitui o acompanhamento familiar ou especializado que se fizer necessário, devendo ser assegurada a articulação com o PAIF, o PAEFI e os demais serviços, programas, projetos, benefícios e órgãos da rede de proteção, conforme a situação identificada.

5.4. DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.4.1. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, por meio dos setores competentes:

I – orientar tecnicamente a execução do SCFV no âmbito municipal;
II – acompanhar, coordenar e organizar a oferta do SCFV nos territórios de referência dos CRAS;
III – promover a articulação entre as OSCs parceiras, os CRAS e os demais serviços da rede socioassistencial;
IV – acompanhar a execução das metas e a organização territorial da oferta;
V – promover reuniões técnicas, orientações e demais ações necessárias ao desenvolvimento do Serviço;
VI – estabelecer e orientar os fluxos, procedimentos e instrumentos necessários à execução, acompanhamento e monitoramento do SCFV;
VII – realizar os procedimentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação previstos neste Edital e nos demais instrumentos da parceria;
VIII – fornecer às OSCs as orientações e informações necessárias à adequada execução do objeto, observadas as atribuições dos setores competentes.

5.5. DAS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

5.5.1. Compete à OSC:
I – executar integralmente o objeto da parceria, observando as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração;
II – assegurar a regularidade, continuidade e qualidade da oferta do SCFV;
III – manter equipe compatível com a execução do Serviço, observadas as exigências estabelecidas no item 7 deste Edital;
IV – organizar e executar os grupos de acordo com os ciclos de vida, territórios, metas e demais condições estabelecidas;
V – assegurar a carga horária mínima estabelecida neste Edital;
VI – manter articulação permanente com os CRAS de referência;
VII – assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades, inclusive quanto ao espaço, acessibilidade, segurança e proteção dos usuários;
VIII – garantir condições de acessibilidade e participação dos usuários, considerando suas características e necessidades específicas;
IX – assegurar a participação dos usuários no planejamento e desenvolvimento das atividades, observadas as diretrizes estabelecidas neste Edital;
X – cumprir os fluxos, procedimentos e orientações estabelecidos pela SMAS;
XI – participar das ações de educação permanente, promovidas ou indicadas pela SMAS,, especialmente aquelas relacionadas à Proteção Social Básica, ao SCFV e às demais temáticas pertinentes à execução do Serviço;
XII - comunicar aos setores competentes da SMAS situações que possam comprometer a continuidade, a qualidade ou o cumprimento das metas da parceria;
XIII – assegurar a manutenção das condições necessárias à execução do Serviço e ao cumprimento das metas pactuadas;
XIV – manter os registros e documentos necessários à comprovação da execução, na forma estabelecida no item 7 deste Edital;
XV – realizar, nos prazos e conforme os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, a alimentação e atualização dos sistemas, instrumentos e registros de informação da Vigilância Socioassistencial, referentes aos usuários, atendimentos, atividades, grupos, metas e demais informações necessárias ao acompanhamento e monitoramento do SCFV;
XVI - disponibilizar à Administração Pública as informações e documentos necessários ao acompanhamento e monitoramento da parceria, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

5.6. DAS METAS, VAGAS E ORGANIZAÇÃO DA OFERTA

5.6.1. A execução deverá observar as metas quantitativas estabelecidas para cada item, território e ciclo de vida, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos.
5.6.2. A distribuição dos usuários entre os grupos deverá considerar as metas pactuadas, o ciclo de vida, o território de referência, as características dos usuários e a organização da oferta definida pela SMAS em articulação com os CRAS.
5.6.3. O preenchimento e a manutenção das vagas deverão ocorrer de forma contínua, observados os fluxos de inclusão, acompanhamento e desligamento definidos pela SMAS.
5.6.4. O desligamento de usuário deverá ser registrado e comunicado ao CRAS de referência, observados os procedimentos estabelecidos pela SMAS, de modo a possibilitar a avaliação da necessidade de reposição da vaga.
5.6.5. A OSC deverá comunicar ao CRAS de referência e à SMAS eventuais dificuldades para o preenchimento ou manutenção das metas, apresentando, quando solicitado, as informações necessárias para avaliação da situação e adoção das providências cabíveis.

5.7. DOS AJUSTES NA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA

5.7.1. Alterações na organização dos grupos, horários, espaços, distribuição dos participantes ou demais aspectos operacionais da execução poderão ocorrer quando necessárias à adequada prestação do Serviço, desde que observadas as metas, o objeto da parceria e as condições estabelecidas neste Edital.
5.7.2. As alterações previstas no item anterior deverão ser previamente comunicadas à SMAS e, quando implicarem reorganização da oferta no território ou dos grupos de referência, articuladas com o respectivo CRAS.
5.7.3. As alterações não poderão resultar em redução das metas, da carga horária mínima, da qualidade da oferta ou em descaracterização do SCFV, salvo mediante alteração formalmente autorizada nos termos da legislação e dos instrumentos da parceria.

5.8. DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

5.8.1. A Organização da Sociedade Civil deverá estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nos termos da legislação vigente, como condição para a execução de ações, serviços ou programas no âmbito da Política de Assistência Social, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
5.8.2. A inscrição e sua manutenção deverão permanecer regulares durante todo o período de execução da parceria, cabendo à Organização da Sociedade Civil comunicar ao Município e ao CMAS qualquer alteração que possa interferir em sua regularidade.
5.8.3. A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV deverá estar compatível com a inscrição da Organização da Sociedade Civil no CMAS, com as normativas do SUAS e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
5.8.4. A inscrição no CMAS não substitui o cumprimento dos demais requisitos, documentos, condições e obrigações estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência, no Plano de Trabalho e no instrumento de parceria.

6. DO FINANCIAMENTO

6.1. Os recursos financeiros destinados à execução das parcerias decorrentes do presente Chamamento Público serão provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, conforme a fonte de financiamento e a dotação orçamentária aplicáveis à execução do objeto, nos termos do item 2.20 deste Edital.

6.2. Os recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão destinados ao cofinanciamento da execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica, observadas as respectivas fontes de recursos e a disponibilidade orçamentária e financeira.
6.3. Os recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA serão destinados à execução do SCFV para crianças e adolescentes, observadas a finalidade do Fundo, a legislação aplicável, a respectiva dotação orçamentária e as condições estabelecidas no presente Edital e no Termo de Colaboração.
6.4. O repasse dos recursos às Organizações da Sociedade Civil selecionadas observará a quantidade de metas efetivamente pactuada, a respectiva fonte de financiamento, o valor de referência estabelecido neste Edital, o cronograma de desembolso previsto no Termo de Colaboração e o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública.
6.5. A transferência dos recursos financeiros ficará condicionada à existência de dotação orçamentária, à disponibilidade financeira e ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação aplicável, neste Edital, no Termo de Colaboração e no respectivo Plano de Trabalho.
6.6. Os recursos repassados deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto da parceria, observada a vinculação à respectiva fonte de financiamento e a natureza das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado.
6.7. O valor efetivamente repassado a cada Organização da Sociedade Civil será correspondente ao quantitativo de metas e grupos efetivamente pactuados, não havendo garantia de repasse correspondente ao quantitativo máximo de 600 (seiscentas) metas previsto neste Chamamento Público.

MONITORAMENTO E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

7. 1. DISPOSIÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO E DA EXECUÇÃO
7.1.1. A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV deverá observar, durante toda a vigência da parceria, as disposições estabelecidas neste Edital de Chamamento Público, no Termo de Referência, no Plano de Trabalho aprovado, no instrumento de parceria celebrado e nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS aplicáveis ao Serviço.
7.1.2. A Organização da Sociedade Civil – OSC deverá assegurar a manutenção das condições necessárias à adequada execução do SCFV, especialmente quanto à equipe de trabalho, organização das atividades, registros, acompanhamento dos usuários, infraestrutura, articulação com a rede socioassistencial e demais condições previstas nos instrumentos da parceria.
7.1.3. A execução do Serviço estará sujeita a acompanhamento, monitoramento e avaliação pelo Município, por meio dos setores e instâncias competentes, mediante análise documental, registros de execução, informações produzidas pela OSC, reuniões, visitas técnicas, indicadores e demais procedimentos pertinentes.
7.1.4. A OSC deverá disponibilizar, sempre que solicitada, informações, documentos, registros e demais elementos necessários à verificação da execução do objeto, observadas as disposições relativas ao sigilo profissional, à proteção de dados pessoais e à preservação dos direitos dos usuários.

7.2. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

7.2.1. Constituem requisitos mínimos para a execução e o monitoramento do SCFV a manutenção de equipe compatível com o Serviço, a organização do trabalho, a realização das atividades previstas, a manutenção dos registros de execução, a comprovação das ações desenvolvidas e a observância dos fluxos e procedimentos definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.
7.2.2. Os requisitos estabelecidos neste item deverão ser observados durante toda a vigência da parceria e serão considerados nos processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas da execução do objeto.
7.2.3. O não atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital poderá ensejar solicitação de esclarecimentos, apresentação de justificativas, adoção de medidas para regularização e, quando cabível, aplicação das medidas administrativas previstas na legislação e no instrumento de parceria, assegurados o contraditório e a ampla defesa nos casos em que forem exigidos.

7.3. RECURSOS HUMANOS E EQUIPE DE TRABALHO

7.3.1. A OSC deverá manter, durante toda a vigência da parceria, equipe de trabalho compatível com a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, observadas as características dos grupos, os ciclos de vida, o número de participantes, a carga horária prevista, as metas estabelecidas e as demais condições definidas no Termo de Referência e no Plano de Trabalho.
7.3.2. A equipe mínima para execução do SCFV deverá contemplar:
I – 01 (um/a) profissional responsável pela Coordenação do SCFV, com formação em nível superior e experiência compatível com as atribuições da função, especialmente relacionadas à organização, acompanhamento e gerenciamento da execução do Serviço;
II – 01 (um/a) Assistente Social ou 01 (um/a) Psicólogo(a), com formação em nível superior e registro ativo no respectivo Conselho Profissional, para atuação na equipe técnica de referência do Serviço;
III – Orientador(a)/Educador(a) Social, de nível médio, para atuação direta junto aos grupos do SCFV, sob orientação técnica da equipe de referência, responsável pelo desenvolvimento das atividades e vivências previstas no planejamento dos percursos e pelo acompanhamento da participação dos usuários, em quantidade compatível com o número de grupos, participantes, ciclos de vida, carga horária e organização da oferta, observadas as atribuições previstas no Termo de Referência.
7.3.3. A equipe técnica de referência deverá orientar, acompanhar e apoiar tecnicamente o trabalho desenvolvido pelos Orientadores/Educadores Sociais, assegurando que a atuação direta com os grupos esteja articulada ao planejamento do Serviço, aos percursos, aos objetivos, aos eixos orientadores e às atividades previstas no Plano de Trabalho.
7.3.4. Compete aos Orientadores/Educadores Sociais desenvolver as atividades e vivências planejadas para os grupos, acompanhar a participação dos usuários e contribuir para a execução dos percursos do SCFV, observadas as orientações técnicas da equipe de referência e as diretrizes estabelecidas pela SMAS.
7.3.5. A OSC deverá comprovar a existência de vínculo profissional formal com os profissionais responsáveis pela Coordenação do SCFV e pela equipe técnica de referência, composta pelo Assistente Social e/ou Psicólogo(a), bem como demonstrar a efetiva disponibilidade desses profissionais para o exercício das respectivas funções durante a vigência da parceria.
7.3.6. A comprovação do vínculo profissional poderá ser realizada por meio de documentação compatível com a natureza da relação estabelecida entre a OSC e o profissional, incluindo, conforme o caso:
I – registro do vínculo empregatício na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, inclusive por meio dos registros eletrônicos pertinentes;
II – contrato individual de trabalho ou documento equivalente;
III – contrato de prestação de serviços profissionais, quando juridicamente cabível e compatível com a natureza da atividade desenvolvida;
IV – outro contrato ou instrumento formal que demonstre a vinculação do profissional à OSC e sua disponibilidade para atuação na execução do objeto da parceria; ou
V – outro documento juridicamente idôneo que permita comprovar o vínculo profissional e a efetiva disponibilidade do profissional para o exercício da função durante a vigência da parceria.

7.3.7. A forma de vínculo adotada pela OSC deverá ser compatível com a legislação aplicável à natureza da relação estabelecida, cabendo exclusivamente à OSC o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, profissionais e demais obrigações decorrentes da contratação ou vinculação dos profissionais.
7.3.8. A comprovação do vínculo profissional não afasta a necessidade de comprovação da formação, habilitação e, quando exigível, do registro ativo no respectivo Conselho Profissional, de acordo com as atribuições exercidas.
7.3.9. A composição e o dimensionamento da equipe deverão permanecer compatíveis com a execução das metas pactuadas, considerando o número de grupos, participantes, ciclos de vida, horários de funcionamento e carga horária das atividades, de modo a assegurar a regularidade, continuidade e qualidade da oferta do SCFV.

7.3.10. A OSC poderá ampliar a equipe mínima prevista neste Edital sempre que necessário à adequada execução do Serviço, observadas as disposições do Plano de Trabalho, do Termo de Referência e do instrumento de parceria.
7.3.11. As atribuições desempenhadas pelos profissionais deverão ser compatíveis com sua formação, qualificação e função exercida no âmbito da parceria, não sendo admitida a utilização de profissionais em funções incompatíveis com sua habilitação ou com as atribuições previstas no Plano de Trabalho.
7.3.12. A OSC deverá assegurar a continuidade da execução do Serviço durante períodos de férias, afastamentos, desligamentos ou outras ausências dos profissionais, providenciando, quando necessário, sua substituição por profissional com qualificação e vínculo compatíveis com a função a ser desempenhada.
7.3.13. Qualquer alteração na composição da equipe responsável pela Coordenação do SCFV ou pela equipe técnica de referência deverá ser comunicada formalmente à SMAS, especialmente nos casos de substituição, desligamento, alteração da função ou modificação que possa interferir na continuidade ou qualidade da execução do Serviço.
7.3.14. A comunicação prevista no item anterior deverá ser realizada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da ocorrência da alteração, mediante encaminhamento da documentação pertinente à Secretaria Municipal de Assistência Social.
7.3.15. Nos casos de substituição dos profissionais responsáveis pela Coordenação do SCFV ou pela equipe técnica de referência, a OSC deverá apresentar documentação que comprove a formação, habilitação profissional, quando exigível, vínculo profissional e disponibilidade do novo integrante para o exercício da função.
7.3.16. O não atendimento às exigências relativas à composição, qualificação, vínculo e disponibilidade da equipe poderá ensejar solicitação de esclarecimentos, apresentação de justificativa e adoção das medidas administrativas cabíveis, assegurados à OSC o contraditório e a ampla defesa, quando aplicáveis.
7.3.17. Quando houver previsão de contratação ou manutenção de pessoal com recursos da parceria, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar, juntamente com o Plano de Trabalho, as normas trabalhistas aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na execução do objeto, contemplando, quando existentes, a data-base, o piso salarial e os índices de reajuste aplicáveis, em atendimento ao art. 22, inciso XI, do Decreto Municipal nº 108/2017.
7.3.18. As informações relativas à remuneração da equipe deverão ser compatíveis com as normas trabalhistas apresentadas pela OSC e com os valores previstos no Plano de Trabalho, observadas a legislação vigente e as condições estabelecidas neste Edital.

7.4. PLANEJAMENTO, REUNIÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

7.4.1. A OSC deverá realizar reuniões internas mensais de planejamento, organização e avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe vinculada à execução do SCFV.
7.4.2. As reuniões poderão contemplar, conforme as necessidades do Serviço:
I – organização e avaliação das rotinas e fluxos de trabalho;
II – discussão técnica das situações acompanhadas, resguardados o sigilo profissional e a proteção das informações dos usuários;
III – planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas;
IV – avaliação da participação dos usuários;
V – discussão de estratégias para fortalecimento da participação dos usuários e das famílias;
VI – identificação de necessidades de capacitação e Educação Permanente;
VII – alinhamento do trabalho às orientações da Secretaria Municipal de Assistência Social e às normativas do SUAS.
7.4.3. As reuniões de planejamento e organização do trabalho diretamente relacionadas à execução do SCFV poderão ser consideradas parte da jornada dos profissionais, desde que realizadas de forma planejada e sem comprometer a continuidade da oferta do Serviço.

7.4.4. As reuniões deverão ser formalmente registradas, contendo, no mínimo, data, participantes, assuntos tratados e encaminhamentos, quando houver.
7.4.5. Os registros deverão permanecer arquivados na OSC e ser disponibilizados à Administração Pública quando solicitados.

7.5. COMPROVAÇÃO MENSAL DA EXECUÇÃO

7.5.1. A OSC deverá manter documentação comprobatória da execução mensal do SCFV, organizada por competência, de forma a permitir a verificação das atividades realizadas, do público atendido e das metas previstas.
7.5.2. A documentação comprobatória poderá compreender, conforme aplicável:
I – relatórios de execução;
II – registros de atividades e oficinas;
III – registros de frequência e participação;
IV – registros de planejamento e reuniões;
V – cronogramas e programações;
VI – registros de encaminhamentos e articulações realizadas;
VII – registros de estratégias de busca ativa ou enfrentamento à infrequência;
VIII – instrumentos de avaliação das atividades e participação dos usuários;
IX – registros fotográficos, quando pertinentes, observadas as autorizações necessárias, a proteção da imagem e a legislação aplicável;
X – outros documentos definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
7.5.3. A documentação deverá guardar correspondência com as metas e atividades previstas para o Serviço, permitindo verificar a efetiva execução do objeto da parceria.
7.5.4. A documentação mensal deverá ser encaminhada ao Setor de Convênios, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, devidamente identificada, organizada e legível.

7.6. REGISTROS E INFORMAÇÕES PARA A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

7.6.1. A OSC deverá manter atualizados os registros necessários ao acompanhamento da execução do SCFV, observando os instrumentos, formulários, sistemas e fluxos definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e pela Vigilância Socioassistencial.
7.6.2. Os registros deverão contemplar, conforme os instrumentos oficiais adotados, informações relativas aos usuários, frequência, participação, ingresso, desligamento, atividades realizadas, encaminhamentos e demais informações necessárias ao acompanhamento do Serviço.

7.6.3. A OSC deverá assegurar a organização, guarda, segurança e confidencialidade dos registros, restringindo o acesso às informações aos profissionais autorizados e observando a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e ao sigilo profissional.
7.6.4. A OSC deverá fornecer à Vigilância Socioassistencial, nos prazos estabelecidos, as informações necessárias à produção de dados, indicadores, diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação da oferta do SCFV.
7.6.5. A OSC deverá fornecer à Secretaria Municipal de Assistência Social e aos setores responsáveis as informações necessárias ao registro, atualização e acompanhamento dos usuários do SCFV nos sistemas oficiais utilizados pela Administração Pública, inclusive no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, quando aplicável, observados os fluxos, prazos e procedimentos estabelecidos pela SMAS.

7.6.6. As informações fornecidas pela OSC para fins de registro e atualização no SISC deverão ser compatíveis com os registros mantidos pela própria Organização, especialmente quanto à identificação dos usuários, ingresso, participação, frequência e desligamento, possibilitando a conferência e o acompanhamento da execução do Serviço.
7.6.7. A OSC deverá comunicar ao CRAS de referência e aos setores competentes da SMAS as inclusões, alterações, desligamentos e demais ocorrências que demandem atualização dos registros dos usuários, observados os fluxos e prazos estabelecidos pela Administração Pública.
7.6.8. A OSC deverá manter os documentos e registros que fundamentem as informações fornecidas para os sistemas oficiais, inclusive aquelas destinadas ao SISC, disponibilizando-os à Administração Pública sempre que solicitados.
7.6.9. A OSC deverá observar os procedimentos definidos pela SMAS quanto à conferência, atualização e validação das informações dos usuários do SCFV, contribuindo para a consistência dos dados utilizados para o acompanhamento e monitoramento do Serviço.

7.7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.7.1. O monitoramento e a avaliação da execução do SCFV serão realizados de forma contínua pela Administração Pública, considerando as atribuições dos setores responsáveis pelo acompanhamento da Proteção Social Básica, da Vigilância Socioassistencial, do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, quando constituída.
7.7.2. O acompanhamento poderá considerar, entre outros aspectos, o cumprimento das metas, a regularidade da oferta, a participação dos usuários, a qualidade das atividades, as condições de funcionamento, a composição da equipe, a manutenção dos registros e os resultados alcançados.
7.7.3. Para fins de monitoramento e avaliação, poderão ser utilizados:
I – análise dos documentos e registros apresentados pela OSC;
II – informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial;
III – relatórios de execução;
IV – visitas técnicas;
V – reuniões com a equipe da OSC;
VI – análise de indicadores;
VII – verificação das condições de funcionamento;
VIII – escuta de usuários e famílias, quando pertinente;
IX – outros instrumentos de acompanhamento definidos pela Administração Pública.
7.7.4. A OSC deverá assegurar acesso aos espaços, documentos, registros e demais informações relacionadas à execução do objeto, quando solicitado pela Administração Pública, respeitados o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e os direitos dos usuários.

7.8. INCONSISTÊNCIAS E MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO

7.8.1. A identificação de ausência ou insuficiência de documentos, inconsistências nas informações, atrasos, descumprimento de procedimentos ou outras situações que dificultem o acompanhamento da execução poderá ensejar solicitação de esclarecimentos, diligência ou notificação para regularização.
7.8.2. Na identificação de execução insuficiente ou de eventual descumprimento das metas estabelecidas, a OSC poderá ser instada a apresentar justificativa e, quando cabível, plano de ação para correção das situações identificadas.
7.8.3. A ocorrência de irregularidades não justificadas, informações falsas, descumprimentos reiterados ou situações que comprometam a adequada execução do objeto poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando exigíveis.

7.9. EDUCAÇÃO PERMANENTE

7.9.1. A OSC deverá incentivar e viabilizar a participação dos profissionais vinculados ao SCFV em ações de capacitação, aperfeiçoamento e Educação Permanente promovidas ou indicadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas relacionadas à Proteção Social Básica, ao SCFV e às demais temáticas pertinentes à execução do Serviço.
7.9.2. A participação dos profissionais nas ações de capacitação e Educação Permanente deverá ser organizada de modo a não comprometer a continuidade e a regularidade da oferta do Serviço.
7.9.3. A participação nas ações de capacitação e Educação Permanente deverá ser comprovada por meio de certificados, listas de presença, declarações, registros em ata, relatórios ou outros documentos pertinentes, quando solicitados pela Administração Pública.

8. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1. DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES
8.1.1. Poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015:
I – entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
II – as sociedades cooperativas previstas na Lei Federal nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
III – as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

8.2. DAS EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

8.2.1. Para participar deste Chamamento Público, a OSC deverá:
I – apresentar a Declaração de Ciência e Concordância, conforme modelo constante do Anexo correspondente, declarando estar ciente e concordar com as disposições previstas neste Edital e em seus anexos, bem como responsabilizar-se pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

II – apresentar documento que comprove a representação da OSC para participação no processo de seleção, mediante ata ou outro documento que demonstre os poderes do representante legal e, quando for o caso, procuração com poderes específicos para representação da entidade no certame;
III – observar integralmente as condições, requisitos, documentos, prazos e demais exigências estabelecidos neste Edital e seus anexos; e
IV – observar que não será permitida a atuação em rede para a execução do objeto desta parceria.

8.3. DOS REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

8.3.1. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, no Decreto Municipal nº 108, de 08 de junho de 2017, e demais normas aplicáveis, especialmente:
I – possuir objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto da parceria;
II – ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
III – ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
IV – possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
V – possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, nos termos da legislação aplicável;
VI – possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, conforme declaração do representante legal da OSC;
VII – possuir capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, nos termos da legislação aplicável;
VIII – apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma da legislação aplicável;
IX – apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
X – apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, na forma exigida pela legislação aplicável;
XI – comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, mediante documento hábil, a exemplo de conta de consumo, contrato de locação ou outro documento idôneo.
8.3.2. A documentação comprobatória dos requisitos previstos neste item será apresentada pela OSC na forma, prazo e condições estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

8.4. DOS IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

8.4.1. Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:
I – não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
II – esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
III – tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação;
IV – tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto nas hipóteses de saneamento da irregularidade, quitação dos débitos eventualmente imputados, reconsideração ou revisão da decisão de rejeição, ou existência de recurso com efeito suspensivo;
V – tenha sido punida com as sanções previstas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, enquanto perdurarem os respectivos efeitos;
VI – tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
VII – tenha entre seus dirigentes pessoa:
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
c) que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade administrativa, enquanto durarem os prazos estabelecidos na legislação aplicável.
8.4.2. Para fins do disposto neste Edital, não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas, nos termos da legislação aplicável.
8.4.3. A OSC deverá declarar, na forma estabelecida neste Edital, que não se enquadra nas hipóteses de impedimento para celebração da parceria.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1. O presente Chamamento Público será processado e julgado por Comissão de Seleção, instituída por meio da Portaria nº 07/2026 – SMAS, composta por 05 (cinco) membros, servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, conforme ato de designação.
9.2. A Comissão de Seleção será composta por 04 (quatro) membros da área técnica vinculada ao objeto da parceria e 01 (um) membro da área administrativa ou financeira.
9.3. Compete à Comissão de Seleção processar e julgar o Chamamento Público, incluindo, conforme as disposições deste Edital:
I – receber e analisar os documentos e propostas apresentados pelas OSCs;
II – avaliar e classificar as propostas de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital;
III – realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações relativas às propostas ou aos documentos apresentados, quando cabível;
IV – elaborar os registros, atas e demais documentos relativos às etapas de avaliação e classificação;
V – analisar e julgar os recursos interpostos contra as decisões da Comissão, quando de sua competência; e
VI – praticar os demais atos necessários ao regular processamento do Chamamento Público, observadas as competências atribuídas pela legislação e por este Edital.
9.4. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e dos documentos apresentados pelas OSCs concorrentes, bem como para esclarecer dúvidas ou sanar questões formais, observados os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.
9.5. Será impedida de participar da Comissão de Seleção pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das organizações da sociedade civil participantes do Chamamento Público.
9.6. Configurado o impedimento previsto no item anterior, a pessoa deverá ser imediatamente substituída por membro que possua qualificação equivalente, sem prejuízo dos demais atos praticados pela Comissão, observado o disposto na legislação aplicável.

9.7. A composição da Comissão de Seleção e eventual substituição de seus membros serão formalizadas por ato da autoridade competente e publicadas nos meios oficiais cabíveis.

10. DA FASE DE SELEÇÃO

10.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	23/09/2026
2	Período para envio das propostas pelas OSCs - Rua Desembargador Antônio F. F. Costa nº 3633 - Zona I	24/09/2026 a 26/10/2026
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas, em sessão pública, no endereço: Rua Desembargador Antônio F. F. Costa nº 3633 - Zona I	27/10/2026 e 29/10/2026
4	Divulgação do resultado preliminar	04/11/2026
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	05/11/2026 a 11/11/2026
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	12/11/2026 a 18/11/2026
7	Apresentação de Contrarrazões	25/11/2026 a 01/12/2026
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	03/12/2026 – esta data é uma estimativa

10.1.1. As datas estabelecidas na Tabela I poderão ser alteradas em razão da necessidade de adequação do cronograma do Chamamento Público, mediante comunicação oficial nos meios de divulgação previstos neste Edital.

10.1.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

10.1.3. Eventuais alterações no cronograma serão divulgadas oficialmente pela Administração Pública, não sendo admitida alegação de desconhecimento por parte das OSCs participantes.

11. PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

11.1. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado na página oficial do Município de Umuarama na internet, observadas as exigências de publicidade previstas na legislação aplicável.

11.2. O prazo para apresentação das propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contado da data de publicação deste Edital, observado o cronograma estabelecido no item 10.1.

11.3. O presente Edital e seus respectivos anexos permanecerão disponíveis para consulta pelos interessados durante o período de vigência do Chamamento Público, nos meios oficiais de divulgação indicados pela Administração Pública.

12. ENVIO DAS PROPOSTAS PELAS OSCs

12.1. As propostas deverão ser apresentadas pelas OSCs em envelope lacrado, mediante entrega presencial ou envio por via postal, por SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, dirigidas à Comissão de Seleção do Chamamento Público, no seguinte endereço:

Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS

Rua Desembargador Antônio F. F. Costa, nº 3633, Zona I, Umuarama/PR – Antigo Fórum

12.1.1. A entrega presencial poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, durante o período compreendido entre 24/09/2026 a 26/10/2026, observado o prazo final estabelecido neste Edital.

12.1.2. No caso de envio por via postal, será considerada, para fins de tempestividade, a data de recebimento da documentação pela Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo a OSC considerar o prazo necessário para que o material seja efetivamente entregue no endereço indicado dentro do período estabelecido neste Edital.

12.2. Deverá constar no envelope, de forma legível, a identificação estabelecida pela Administração Pública para este Chamamento Público, conforme modelo constante do Anexo correspondente.

12.3. A proposta deverá ser apresentada em uma única via impressa, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, assinada pelo representante legal da OSC proponente.

12.4. Não serão aceitas propostas encaminhadas por meios ou formas diversas daquelas estabelecidas neste Edital.

12.5. Encerrado o prazo para apresentação das propostas, não serão recebidas novas propostas, nem serão admitidos adendos ou alterações posteriores, ressalvadas as hipóteses de diligência ou esclarecimentos formalmente solicitados pela Comissão de Seleção, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

12.6. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para este Chamamento Público.

12.6.1. Na hipótese de a OSC apresentar mais de uma proposta dentro do prazo estabelecido, será considerada, para fins de análise, a última proposta apresentada tempestivamente, ficando as anteriores desconsideradas.

12.7. DO CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

12.7.1. As propostas apresentadas pelas OSCs deverão conter, no mínimo:

I – Plano de Trabalho elaborado em conformidade com as disposições deste Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável;

II – Declaração de Apresentação da Proposta, conforme modelo constante do Anexo correspondente;

III – Declaração de Ciência e Concordância, conforme modelo constante do Anexo correspondente;

IV – demais declarações e documentos expressamente exigidos neste Edital e em seus anexos.

12.7.2. O Plano de Trabalho deverá observar os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e conter, no mínimo:

I – descrição da realidade objeto da parceria, demonstrando o nexo com as atividades ou projetos a serem executados e com as metas a serem atingidas;

II – descrição das metas a serem atingidas e das atividades ou projetos a serem executados;

III – previsão de receitas e estimativa de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou projetos abrangidos pela parceria;

IV – forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

V – definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

12.7.3. O Plano de Trabalho deverá, ainda, apresentar informações suficientes para permitir a avaliação da proposta segundo os critérios de julgamento estabelecidos neste Edital, especialmente quanto à metodologia de execução do SCFV, organização dos grupos e percursos, atividades, metas, cronograma, equipe de trabalho, articulação com o CRAS e formas de acompanhamento e avaliação.

12.7.4. As declarações exigidas neste Edital deverão ser apresentadas conforme os modelos constantes dos respectivos anexos, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal da OSC.

12.7.5. Os documentos comprobatórios relativos aos requisitos para celebração da parceria serão apresentados na etapa de habilitação, conforme estabelecido neste Edital, não sendo necessária sua apresentação em duplicidade na proposta, salvo quando expressamente exigido.

12.8. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.8.1. Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar uma única proposta para cada item/território previsto neste Edital, observadas as condições e os limites estabelecidos no Termo de Referência – Anexo VII.
12.8.2. A proposta deverá contemplar as condições necessárias à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para o respectivo item/território, observando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, deste Edital e de seus anexos.
12.8.3. A proposta deverá apresentar, no mínimo, os elementos exigidos para o Plano de Trabalho, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do art. 17 do Decreto Municipal nº 108/2017, contemplando:
I – descrição da realidade que será objeto da parceria, demonstrando o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
II – descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
III – previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
IV – forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e
V – definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
12.8.4. Para fins de avaliação e classificação, a proposta deverá apresentar, de forma clara e compatível com o objeto deste Chamamento Público, a organização da oferta do SCFV, contemplando, quando aplicável:
I – caracterização do público e das demandas relacionadas ao item/território para o qual a proposta é apresentada;
II – organização dos grupos por ciclo de vida e respectivas metas;
III – metodologia de execução e organização dos percursos do SCFV;
IV – descrição das atividades, estratégias metodológicas, periodicidade e carga horária prevista;
V – organização da equipe de trabalho e respectivas atribuições;
VI – articulação com o CRAS de referência e com a rede socioassistencial e intersetorial;
VII – estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução; e
VIII – cronograma de execução das atividades e demais elementos exigidos no Termo de Referência – Anexo VII.
12.8.5. A proposta deverá observar os limites máximos de metas estabelecidos para cada Organização da Sociedade Civil, bem como a organização territorial e por ciclos de vida definida no Termo de Referência – Anexo VII.
12.8.6. A apresentação de proposta não assegura à Organização da Sociedade Civil o direito à celebração da parceria ou à pactuação do quantitativo máximo de metas indicado no Termo de Referência, ficando a eventual celebração condicionada à classificação da proposta, à disponibilidade de metas, à necessidade de atendimento, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
12.8.7. A Comissão de Seleção avaliará e classificará as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no item 14 deste Edital, observada a ordem decrescente de pontuação.
12.8.8. A classificação das propostas será realizada para cada item/território, de modo a possibilitar a convocação de uma ou mais Organizações da Sociedade Civil, conforme a necessidade de atendimento e a disponibilidade de metas, observada a ordem de classificação.
12.8.9. Eventuais diligências realizadas pela Comissão de Seleção terão por finalidade esclarecer ou complementar informações já apresentadas, não sendo admitida a alteração substancial da proposta, a inclusão posterior de elementos que deveriam constar originalmente ou a modificação de seu conteúdo essencial.

13. DA ETAPA COMPETITIVA

13.1. A abertura das propostas ocorrerá em sessão pública, no dia 27 de outubro de 2026, às 8h30, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio F. F. Costa, nº 3633, Zona I, Umuarama/PR – Antigo Fórum.
13.2. A sessão pública terá por finalidade a abertura das propostas apresentadas tempestivamente, observados os procedimentos estabelecidos neste Edital.
13.3. A avaliação e classificação das propostas pela Comissão de Seleção ocorrerão no período de 27 e 29 de outubro de 2026, considerando os critérios de julgamento estabelecidos neste Edital e as disposições do Termo de Referência.
13.4. As propostas deverão apresentar elementos suficientes para permitir a análise de sua adequação ao objeto da parceria, às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, às características do SCFV e às metas estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.
13.5. A Comissão de Seleção poderá realizar diligências destinadas a esclarecer informações, complementar aspectos formais ou verificar a autenticidade dos documentos apresentados, desde que não implique alteração substancial da proposta, observados os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.
13.6. A realização de diligências não poderá resultar em modificação do conteúdo essencial da proposta, inclusão de novos elementos destinados a melhorar sua pontuação ou tratamento diferenciado entre as OSCs participantes.

14 . CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Seleção de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 deste Edital, considerando as disposições deste Chamamento Público e do Termo de Referência – Anexo VII.
14.2. A avaliação será realizada mediante atribuição de pontuação aos critérios estabelecidos na Tabela 2, observadas as respectivas descrições, pontuações máximas e regras de avaliação.
TABELA 2 - Critérios de Julgamento

Critérios de Julgamento	O que será avaliado pela Comissão de Seleção	Pontuação Máxima por Item
1. Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social	Aderência da proposta aos objetivos do SCFV, à Proteção Social Básica, à PNAS, à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, às normativas do SUAS e às diretrizes estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência. Será verificada a compreensão da natureza socioassistencial do serviço, do público, dos objetivos e das aquisições a serem promovidas. A atribuição de pontuação igual a zero neste critério implicará a desclassificação da proposta, nos termos do item 14.5, IV, deste Edital.	15 pontos
2. Diagnóstico da realidade, território e público	Qualidade da caracterização do território e do público a ser atendido, demonstrando compreensão das demandas, vulnerabilidades, potencialidades, características socioterritoriais e necessidades relacionadas ao ciclo de vida correspondente ao item. Será avaliada a relação estabelecida entre o diagnóstico apresentado e as ações propostas. A atribuição de pontuação igual a zero neste critério implicará a desclassificação da proposta, nos termos do item 14.5, IV, deste Edital.	15 pontos
3. Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV	Clareza, consistência e coerência metodológica da proposta, quanto à organização dos grupos, percursos, eixos orientadores “Eu Comigo”, “Eu com os Outros” e “Eu com a Cidade”, considerando, para o ciclo de 0 a 6 anos, também o eixo “Eu com quem cuida de mim”, estratégias participativas, atividades, vivências e demais metodologias compatíveis com o SCFV. Será avaliada a capacidade da proposta de articular as atividades aos objetivos e aquisições do Serviço, evitando ações fragmentadas, escolarização, reforço escolar, atendimento clínico ou terapêutico e outras práticas incompatíveis com a natureza e as finalidades do SCFV. A atribuição de pontuação igual a zero neste critério implicará a desclassificação da proposta, nos termos do item 14.5, IV, deste Edital.	15 pontos
4. Plano de execução, metas, atividades e cronograma	Coerência entre metas, público, número de grupos, carga horária, atividades, periodicidade, cronograma e resultados esperados. Será avaliada a viabilidade da execução das atividades e o	15 pontos

	atendimento aos parâmetros estabelecidos para a oferta do SCFV, inclusive a carga horária mínima semanal definida neste Edital. A atribuição de pontuação igual a zero neste critério implicará a desclassificação da proposta, nos termos do item 14.5, IV, deste Edital.	
5. Capacidade técnico-operacional da OSC	Experiência prévia da OSC na execução de serviços, programas ou projetos compatíveis com o objeto da parceria, especialmente no âmbito da assistência social e/ou do SCFV, bem como demonstração de capacidade para organizar, administrar e executar as atividades propostas.	10 pontos
6. Equipe de trabalho e organização da execução	Adequação da equipe proposta às características do serviço, dos grupos, dos ciclos de vida e das metas, considerando composição, atribuições, qualificação profissional, distribuição da equipe, organização do trabalho e condições para assegurar continuidade e qualidade da execução. A atribuição de pontuação igual a zero neste critério implicará a desclassificação da proposta, nos termos do item 14.5, IV, deste Edital.	15 pontos
7 . Monitoramento, avaliação e articulação com o CRAS e a rede	Clareza das estratégias de acompanhamento e avaliação da execução, registro das atividades e participação dos usuários, identificação de resultados e articulação com o CRAS de referência e com a rede socioassistencial e intersetorial, quando necessária à garantia de direitos dos usuários.	15 pontos
TOTAL		100 pontos

14.3. A pontuação de cada critério será atribuída pela Comissão de Seleção de acordo com o grau de atendimento demonstrado na proposta, considerando a seguinte referência:
I – atendimento pleno: 100% da pontuação prevista para o critério;
II – atendimento satisfatório: 75% da pontuação prevista para o critério;
III – atendimento parcial: 50% da pontuação prevista para o critério;
IV – atendimento insuficiente: 25% da pontuação prevista para o critério;
V – não atendimento: 0 (zero) ponto.
14.4. A Comissão de Seleção deverá fundamentar a pontuação atribuída a cada proposta, registrando, em ata ou instrumento próprio, os elementos da proposta considerados para a atribuição da nota em cada critério.
14.5. Será considerada desclassificada a proposta que:
I – não atender às condições essenciais estabelecidas neste Edital ou no Termo de Referência – Anexo VII, quando o descumprimento for insanável;
II – apresentar conteúdo incompatível com o objeto da parceria ou com as diretrizes estabelecidas para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
III – obtiver pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos na avaliação total;
IV – obtiver 0 (zero) ponto em qualquer dos seguintes critérios de julgamento:
a) Critério 1 – Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social;
b) Critério 2 – Diagnóstico da realidade, território e público;
c) Critério 3 – Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV;
d) Critério 4 – Plano de execução, metas, atividades e cronograma; ou
e) Critério 6 – Equipe de trabalho e organização da execução;
V – apresentar informações comprovadamente falsas ou incompatíveis com a documentação apresentada, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.
14.6. A obtenção de 0 (zero) ponto nos critérios de julgamento não abrangidos pelo inciso IV do item 14.5 não implicará, isoladamente, a desclassificação da proposta, desde que a proposta atenda aos demais requisitos deste Edital e obtenha pontuação total igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.
14.7. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de pontuação, por item/território, considerando-se a pontuação total obtida.
14.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – maior pontuação obtida no Critério 3 – Qualidade da metodologia e organização dos percursos do SCFV;
II – maior pontuação obtida no Critério 1 – Adequação ao objeto da parceria e às diretrizes da Política de Assistência Social;
III – maior pontuação obtida no Critério 4 – Plano de execução, metas, atividades e cronograma;

IV – maior pontuação obtida no Critério 6 – Equipe de Trabalho e organização da execução;
V – persistindo o empate, será realizado sorteio público, em data e horário previamente divulgados pela Administração.
14.9. A classificação das propostas não implica, por si só, direito à celebração da parceria, ficando a convocação das Organizações da Sociedade Civil condicionada à disponibilidade de metas, à necessidade de atendimento, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
14.10. Poderão ser convocadas para habilitação e, posteriormente, para celebração da parceria, mais de uma Organização da Sociedade Civil para o mesmo item/território, observada a ordem de classificação, até o preenchimento das metas disponíveis, nos termos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência – Anexo VII.

15. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

15.1. Após a conclusão da análise e do julgamento das propostas, a Comissão de Seleção divulgará o resultado preliminar do processo de seleção, contendo a classificação das propostas, por item/território, na forma prevista no art. 31 do Decreto Municipal nº 108, de 2017, iniciando-se o prazo para interposição de recursos.
15.2. O resultado preliminar será divulgado no sítio oficial do Município de Umuarama, em www.umuarama.pr.gov.br, e conterá, no mínimo, a classificação das propostas, a pontuação atribuída pela Comissão de Seleção e as respectivas decisões de desclassificação, quando houver, devidamente fundamentadas.

16. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

16.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.
16.2. Nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 108, de 2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado preliminar, dirigido à Comissão de Seleção, sob pena de preclusão.
16.2.1. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido neste Edital.
16.3. Os recursos deverão ser apresentados por meio físico e poderão ser entregues pessoalmente ou encaminhados via postal, mediante SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, à Comissão de Seleção, no endereço da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, situada na Rua Desembargador Antônio F. F. Costa, nº 3633, Zona I, Antigo Fórum, Umuarama/PR, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h.
16.3.1. Para fins de tempestividade, no caso de recurso encaminhado via postal, será considerada a data de seu efetivo recebimento pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
16.4. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por meio eletrônico, arcando o interessado somente com os respectivos custos de reprodução, quando houver.

16.5. Interposto recurso, a Comissão de Seleção dará publicidade ao seu conteúdo, na forma prevista na legislação aplicável, para que os demais participantes interessados possam apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação.

17. DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

17.1. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão ou, caso não a reconsidere, encaminhar o recurso à Secretária Municipal de Assistência Social, acompanhado das informações necessárias à decisão final.

17.2. A decisão final sobre o recurso será devidamente motivada e publicada no sítio oficial do Município de Umuarama, em www.umuarama.pr.gov.br.

17.2.1. A motivação deverá ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, integrarão o ato decisório.

17.2.2. Não caberá novo recurso contra a decisão final do recurso administrativo.

17.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, preservando-se os demais atos regularmente praticados.

18. DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO

18.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Administração Pública Municipal homologará e divulgará o resultado definitivo da fase de seleção, bem como as decisões relativas aos recursos interpostos, quando houver.

18.2. O resultado definitivo será publicado no sítio oficial do Município de Umuarama, em www.umuarama.pr.gov.br, observadas as disposições da legislação aplicável.

18.3. A homologação do resultado definitivo não gera direito à celebração da parceria, conforme disposto no § 6º do art. 27 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no § 2º do art. 32 do Decreto Municipal nº 108, de 2017.

18.4. A classificação definitiva das propostas será observada para fins de convocação das Organizações da Sociedade Civil para a etapa de habilitação, respeitada a ordem de classificação por item/território e as metas disponíveis, nos termos deste Edital e do Termo de Referência.

18.5. A existência de proposta classificada em determinado item/território não obriga a Administração Pública à celebração da parceria, que ficará condicionada às metas disponíveis, à necessidade da oferta, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao atendimento dos requisitos para celebração da parceria.

18.6. Poderá ser convocada mais de uma Organização da Sociedade Civil para a etapa de habilitação e, posteriormente, para a celebração da parceria no mesmo item/território, observada a ordem de classificação e até o preenchimento das metas disponíveis, conforme as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

19. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

19.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do Termo de Colaboração:

Tabela 3 – Etapas da fase de celebração

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação das Organizações da Sociedade Civil classificadas, observada a ordem de classificação por item/território e o número de metas disponíveis, para apresentação de 3 (três) vias do Plano de Trabalho atualizado e da documentação necessária à comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e da inexistência de impedimentos legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria, da inexistência de impedimentos legais e análise do Plano de Trabalho.
3	Realização de ajustes no Plano de Trabalho e regularização de documentação, quando cabíveis.
4	Emissão de parecer técnico e parecer jurídico, adoção das demais providências legais e administrativas e assinatura do Termo de Colaboração.
5	Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município.

19.2. A convocação para a fase de celebração observará a ordem de classificação das propostas, por item/território, até o preenchimento das metas disponíveis, conforme as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

20. CONVOCAÇÃO DAS OSC SELECIONADA PARA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

20.1. Após a homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, a Administração Pública Municipal convocará, observada a ordem de classificação por item/território e o número de metas disponíveis, as Organizações da Sociedade Civil selecionadas para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, apresentarem 3 (três) vias do Plano de Trabalho atualizado e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e da inexistência de impedimentos legais, nos termos dos arts. 28, 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e do art. 33 do Decreto Municipal nº 108, de 2017.

20.2. Além da apresentação do Plano de Trabalho atualizado, a Organização da Sociedade Civil convocada deverá, no mesmo prazo, comprovar o cumprimento dos requisitos previstos na legislação aplicável e neste Edital, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014 ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida pela Junta Comercial;

II – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, demonstrando que a OSC existe há, no mínimo, 1 (um) ano, com cadastro ativo;

III – comprovação de experiência prévia, com efetividade, na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, pelo período mínimo exigido neste Edital, bem como de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

IV – Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VII – certidão de débitos de tributos municipais, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

VIII – certidão de débitos estaduais ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;

IX – relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, contendo endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme modelo constante do Anexo correspondente deste Edital;

X – comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado, podendo ser realizada por meio de contas de consumo, salvo as referentes à telefonia móvel;
XI – declaração do representante legal da OSC de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme modelo constante deste Edital;
XII – declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme modelo constante deste Edital;
XIII – cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
XIV – declaração, sob as penas da lei, de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;
XV – declaração emitida pelos dirigentes da OSC informando que nenhum deles é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, conforme legislação aplicável;
XVI – declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;
XVII – cópia dos 2 (dois) últimos balanços contábeis, devidamente assinados pelo contador e pelos representantes da entidade, quando exigíveis;
XVIII – declaração de adimplência de que a entidade não está em falta com relação às prestações de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Municipal, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda;
XIX – declaração contendo telefone residencial, celular e endereço de correio eletrônico pessoal e institucional do representante legal da organização da sociedade civil com poderes para assinatura do Termo de Colaboração;
XX – declaração atualizada de que não haverá contratação ou remuneração, a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, nas hipóteses vedadas pela legislação;
XXI – declaração informando o estabelecimento bancário, número da agência e da conta-corrente específica para movimentação dos recursos públicos oriundos da parceria, em instituição financeira pública.
20.3. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeitos de negativa referentes aos documentos previstos nos incisos IV, V e VI do item 20.2.
20.4. As OSCs poderão ser dispensadas de reapresentar as certidões previstas nos incisos IV, V e VI do item 20.2 que estejam vencidas no momento da análise, desde que sua regularidade possa ser verificada por meio eletrônico.
20.5. O Plano de Trabalho atualizado e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria deverão ser apresentados pela OSC convocada mediante protocolo físico, por entrega pessoal ou encaminhamento via postal, mediante SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, no endereço indicado no item 12 deste Edital.
20.6. O não atendimento da convocação no prazo estabelecido, a não apresentação da documentação exigida ou o não cumprimento dos requisitos legais e deste Edital implicará a inabilitação da OSC para a celebração da parceria correspondente, observadas as disposições do item 21 deste Edital.

21. DA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

21.1. Esta etapa consiste no exame formal, pela Administração Pública Municipal, da documentação apresentada pela OSC convocada, com a finalidade de verificar o atendimento dos requisitos para a celebração da parceria, a inexistência de impedimentos legais e o cumprimento das demais exigências previstas neste Edital e na legislação aplicável.
21.2. A Administração Pública Municipal poderá solicitar a realização de ajustes no Plano de Trabalho, nos termos da legislação aplicável e do Decreto Municipal nº 108, de 2017.
21.3. Caso a OSC convocada não atenda aos requisitos exigidos para a celebração da parceria, seja considerada inabilitada, não apresente a documentação no prazo estabelecido ou manifeste desistência, poderá ser convocada a próxima OSC classificada no respectivo item/território, observada a ordem de classificação e a quantidade de metas ainda disponíveis.
21.4. A OSC convocada nos termos do item 21.3 deverá apresentar a documentação exigida e submeter-se à verificação dos requisitos na forma estabelecida neste Edital.
21.5. O procedimento de convocação e verificação dos requisitos poderá ser realizado sucessivamente, observada a ordem de classificação, até o preenchimento das metas disponíveis no respectivo item/território, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal nº 108, de 2017.
21.6. A inabilitação ou a desistência de uma OSC não altera a ordem de classificação das demais propostas, servindo apenas para possibilitar a convocação da proposta subsequente para preenchimento das metas ainda disponíveis.

22. AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO

22.1. Caso seja identificada irregularidade formal na documentação apresentada ou constatada situação passível de regularização que impeça, naquele momento, a celebração da parceria, a OSC será comunicada e poderá ser instada a regularizar sua situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a legislação aplicável.
22.2. Caso seja constatada necessidade de adequação do Plano de Trabalho, a Administração Pública Municipal poderá solicitar os ajustes necessários, devendo a OSC promovê-los no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.
22.3. Os ajustes solicitados não poderão alterar substancialmente o objeto, as metas, a metodologia ou as condições essenciais da proposta selecionada, devendo limitar-se às adequações necessárias à formalização e à execução da parceria.
22.4. O não atendimento das solicitações de regularização ou de ajustes no prazo estabelecido poderá ensejar a não celebração da parceria, hipótese em que será observada a ordem de classificação para eventual convocação de outra OSC, conforme disposto no item 21 deste Edital.

23. PARECER DE ÓRGÃO TÉCNICO, PARECER DE ÓRGÃO JURÍDICO E ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.

23.1. A celebração do Termo de Colaboração dependerá da adoção das providências previstas na legislação aplicável, incluindo a aprovação do Plano de Trabalho, a emissão de parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal responsável pela política pública, a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria-Geral do Município, a designação do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação e a existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.
23.2. O parecer técnico deverá considerar, entre outros aspectos, o mérito da proposta, a compatibilidade dos objetivos e finalidades institucionais e da capacidade técnica e operacional da OSC com o objeto, a viabilidade de execução, o cronograma de desembolso e os mecanismos de fiscalização e avaliação da execução da parceria, nos termos do Decreto Municipal nº 108, de 2017.
23.3. A aprovação do Plano de Trabalho não gera, por si só, direito à celebração da parceria.
23.4. No período compreendido entre a apresentação da documentação e a assinatura do Termo de Colaboração, a OSC deverá informar à Administração Pública Municipal qualquer fato superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, especialmente quanto ao atendimento dos requisitos legais e das exigências previstas neste Edital.
23.5. A OSC deverá comunicar à Administração Pública Municipal eventuais alterações em seus atos constitutivos e no quadro de dirigentes ocorridas antes da assinatura do Termo de Colaboração.

23.6. A assinatura do Termo de Colaboração ficará condicionada à conclusão favorável de todas as etapas previstas neste Edital e à adoção das providências administrativas e legais necessárias à formalização da parceria.

24. PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

24.1. O Termo de Colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública, nos termos do art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.

24.2. A publicação do extrato deverá observar as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

25.1. O prazo de vigência para execução do objeto da parceria será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Colaboração.

25.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, desde que haja interesse público devidamente justificado, disponibilidade orçamentária, avaliação favorável da execução do objeto e concordância entre as partes, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses e as disposições da legislação vigente.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

26.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes das funcionais programáticas:

I – Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 14.001.08.244.0012.2.187 – Subvenções da Rede de Assistência Social
Fonte de Recursos: 1.000 e 85
Elementos de Despesa:
a) 813 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
b) 812 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
c) 814 – 3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais.

II – Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 15.001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Funcional Programática: 15.001.08.243.0013.2.184 – Subvenções da Rede de Assistência à Criança
Fonte de Recursos: 1.000
Elemento de Despesa:
a) 927 – 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais;
b) 930 - 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais.

26.2. Os recursos financeiros destinados à execução das parcerias de que trata este Edital correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, observadas as disponibilidades financeiras, a programação orçamentária vigente e as normas legais aplicáveis.

26.3. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública Municipal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes (art. 22, §3º, do Decreto nº 108, de 08 de Junho 2017).

26.4. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública Municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada (art. 48, §1º, inciso II, do Decreto nº 108, de 08 de Junho 2017).

26.5. O valor total de recursos disponibilizados será de até R$ 1.566.360,00 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta reais), para o exercício de 2026. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

26.6. O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração é de até R$ 1.566.360,00 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta reais) conforme disposto no Anexo VII – Termo de Referência para Colaboração. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

26.7. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de receitas e despesas, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 52, do Decreto nº 108, de 08 de Junho de 2017.

26.8. A liberação dos recursos provenientes da federal, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, destinados à execução da parceria, ficará condicionada à efetiva transferência dos respectivos valores ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, observadas as normas de cofinanciamento, a disponibilidade financeira e os cronogramas de repasse dos entes concedentes.

26.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 57 e 58, do Decreto nº 108, de 08 de Junho 2017. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

26.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46, da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

26.9. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Umuarama.

26.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52, da Lei nº 13.019, de 2014.

26.11. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

27. DOS PRINCÍPIOS E DA VEDAÇÃO À DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

27.1. Na execução do objeto da parceria e na aplicação dos recursos públicos transferidos, conforme o Plano de Trabalho e o cronograma de desembolso, a Organização da Sociedade Civil deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência, probidade administrativa e interesse público, bem como as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 108, de 2017, e demais normas aplicáveis.

27.2. É vedada a transferência ou delegação integral da execução do objeto da parceria a terceiros, permanecendo a OSC integralmente responsável pela execução das atividades, pelo cumprimento das metas e pelos resultados pactuados.

27.3. A contratação de bens, serviços ou profissionais necessários à execução da parceria, quando admitida pelo Plano de Trabalho e pela legislação aplicável, não caracteriza, por si só, delegação da execução do objeto, permanecendo a OSC responsável pela coordenação, supervisão e adequada execução das atividades pactuadas.

28. DO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

28.1. A gestão da parceria será realizada por agente público formalmente designado por ato publicado no Diário Oficial do Município, em data anterior à celebração do Termo de Colaboração, competindo-lhe as atribuições previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e na regulamentação municipal aplicável.

28.2. A Administração Pública Municipal designará, por ato publicado no Diário Oficial do Município, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, à qual competirá monitorar e avaliar as parcerias celebradas, bem como homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação, nos termos da legislação aplicável.

28.3. O monitoramento e a avaliação da parceria ocorrerão independentemente da análise da prestação de contas, sem prejuízo da articulação entre os respectivos procedimentos.

29. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

29.1. As contratações de bens e serviços realizadas pela Organização da Sociedade Civil com recursos da parceria deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, eficiência, publicidade, transparência e busca da qualidade, bem como as disposições do Plano de Trabalho, do Termo de Colaboração e da legislação aplicável.

29.2. A Organização da Sociedade Civil deverá:

a) aplicar os recursos recebidos e os respectivos rendimentos exclusivamente na execução do objeto da parceria, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado;

b) manter e movimentar os recursos da parceria em conta bancária específica, conforme estabelecido pela Administração Pública Municipal;

c) assegurar que as despesas realizadas com recursos da parceria guardem relação direta com a execução do objeto pactuado;

d) manter documentação comprobatória das despesas e dos respectivos pagamentos, de forma organizada e disponível para fiscalização, monitoramento, prestação de contas e atuação dos órgãos de controle;

e) observar a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e demais normas aplicáveis às relações de trabalho e às contratações realizadas no âmbito da parceria.

29.3. É vedada a utilização dos recursos da parceria para despesas ou finalidades estranhas ao objeto pactuado, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação e pelo instrumento de parceria.

29.4. É vedada a contratação ou remuneração, com recursos da parceria, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau, nas hipóteses vedadas pela legislação aplicável.

30. DA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS DE NATUREZA PERMANENTE

30.1. A aquisição de equipamentos e materiais permanentes com recursos da parceria somente será admitida quando prevista no Plano de Trabalho ou autorizada nos termos da legislação aplicável e guardar relação direta com a execução do objeto pactuado.

30.2. Na hipótese de aquisição de equipamentos e materiais permanentes com recursos da parceria, deverão ser observados os requisitos previstos no § 5º do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014, inclusive quanto à cláusula de inalienabilidade e à promessa de transferência da propriedade à Administração Pública na hipótese de extinção da OSC.

30.3. A aquisição deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira, a pertinência com o objeto da parceria, a necessidade para execução das metas e o princípio da economicidade.

30.4. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria terão a titularidade definida no Termo de Colaboração, nos termos do art. 42, inciso X, da Lei Federal nº 13.019/2014 e da regulamentação municipal aplicável.

30.5. Para a presente parceria, os bens remanescentes cuja aquisição tenha sido autorizada e que sejam necessários à continuidade do objeto poderão ter sua titularidade atribuída à Administração Pública Municipal, conforme estabelecido no Termo de Colaboração.

31. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

31.1. A prestação de contas da Organização da Sociedade Civil deverá observar a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Municipal nº 108, de 2017, as demais normas aplicáveis, o Termo de Colaboração e o Plano de Trabalho, tendo por finalidade demonstrar o cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados pactuados, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos.

31.2. A prestação de contas compreenderá a apresentação das informações e documentos pela OSC e a análise e manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

31.3. A análise da prestação de contas deverá considerar, entre outros elementos:

I – o cumprimento do objeto pactuado;

II – a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho;

III – o alcance das metas quantitativas e qualitativas;

IV – os resultados alcançados;

V – os relatórios de monitoramento e avaliação;

VI – os relatórios de visitas técnicas, quando realizadas;

VII – os registros de execução física e financeira;

VIII – os demais documentos e informações previstos na legislação e no instrumento de parceria.

31.4. DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO

31.4.1. Sem prejuízo da prestação de contas anual e final, a OSC deverá fornecer à Administração Pública Municipal, nos prazos e formatos estabelecidos pelo órgão gestor, as informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução da parceria.

31.4.2. As informações deverão permitir o acompanhamento das metas, atividades, público atendido, frequência, resultados, despesas realizadas e demais aspectos relacionados à execução do objeto.

31.4.3. A Administração Pública Municipal poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos e informações complementares necessários ao monitoramento, à fiscalização ou à análise da prestação de contas.

31.5. DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

31.5.1. A OSC deverá manter organizados e disponíveis os documentos que comprovem a execução física e financeira da parceria, inclusive documentos fiscais, comprovantes de pagamento, extratos bancários, documentos trabalhistas, previdenciários e demais documentos relacionados às despesas realizadas.

31.5.2. Os documentos deverão permitir a identificação da despesa, sua vinculação ao objeto da parceria e a comprovação de seu efetivo pagamento.

31.5.3. A documentação trabalhista, previdenciária e tributária deverá observar os sistemas e obrigações vigentes à época de sua apresentação, inclusive aqueles que tenham substituído ou atualizado obrigações anteriormente utilizadas.

31.5.4. Quando houver contratação de pessoal com recursos da parceria, a OSC deverá manter documentação que permita comprovar a regularidade da contratação, da remuneração e dos encargos incidentes, quando cabíveis.

31.5.5. Quando houver rateio de despesas entre a parceria e outras fontes de recursos, a OSC deverá manter memória de cálculo que demonstre os critérios utilizados e a parcela atribuída à parceria.

31.6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

31.6.1. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas anual quando exigível nos termos do Decreto Municipal nº 108, de 2017, observados os prazos e documentos estabelecidos na regulamentação municipal.

31.6.2. A prestação de contas anual deverá conter, no mínimo, as informações necessárias à avaliação do cumprimento do objeto, das metas e dos resultados da parceria, bem como os documentos previstos na legislação municipal aplicável.

31.6.3. A análise da prestação de contas anual terá como subsídios, entre outros:

I – relatório anual de execução do objeto;

II – relatórios de visita técnica, quando realizados;

III – resultados de pesquisas de satisfação, quando realizadas;

IV – relatórios técnicos de monitoramento e avaliação homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;

V – demais informações e documentos pertinentes à avaliação da execução da parceria.

31.6.4. A análise deverá considerar as metas e os resultados alcançados, os benefícios proporcionados ao público atendido, os efeitos da parceria e os demais elementos previstos na regulamentação municipal.

31.7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

31.7.1. Encerrada a vigência da parceria, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a prestação de contas final por meio do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira, nos prazos estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 108, de 2017.

31.7.2. A prestação de contas final deverá demonstrar o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados previstos no Plano de Trabalho.

31.7.3. A prestação de contas final deverá ser acompanhada do comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, inclusive rendimentos de aplicação financeira, quando houver.

31.7.4. Quando cabível, deverão ser apresentadas informações e comprovações relativas à destinação dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria.

31.7.5. A análise da prestação de contas final considerará, entre outros:

I – o Relatório Final de Execução do Objeto;

II – o Relatório Final de Execução Financeira;

III – os relatórios de visita técnica, quando realizados;

IV – os resultados de pesquisas de satisfação, quando realizadas;

V – os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

31.8. DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

31.8.1. Os documentos originais relativos à execução da parceria deverão permanecer arquivados pela OSC pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado do primeiro dia útil subsequente à apresentação da prestação de contas final, permanecendo disponíveis aos órgãos de controle e à Administração Pública Municipal.

31.9. DAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

31.9.1. A constatação de ausência de documentos, inconsistências, irregularidades ou descumprimento das obrigações relacionadas à prestação de contas poderá ensejar diligência para saneamento, glosa de despesas, devolução de valores, adoção das medidas administrativas cabíveis e aplicação das sanções previstas na legislação, conforme a natureza e a gravidade da ocorrência.

31.9.2. As medidas previstas neste item serão adotadas mediante observância do contraditório e da ampla defesa, quando exigíveis.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

32.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração, com a Lei Federal nº 13.019/2014, com o Decreto Municipal nº 108, de 2017, e demais normas aplicáveis, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da legislação aplicável.

32.2. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observada a competência estabelecida no Decreto Municipal nº 108, de 2017.

32.3. As sanções poderão ser aplicadas considerando-se a natureza e a gravidade da infração, os danos eventualmente causados, a vantagem auferida, a reincidência e as circunstâncias do caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

32.4. A defesa da OSC será apresentada no prazo e na forma estabelecidos na legislação municipal aplicável.

32.5. A aplicação das sanções administrativas não afasta, quando cabíveis, a obrigação de restituição de valores, a rejeição das contas ou a adoção de outras medidas administrativas, civis ou legais pertinentes.

33. DA PRESCRIÇÃO

33.1. Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria, observado o disposto no Decreto Municipal nº 108, de 2017.

33.2. A prescrição será interrompida pela edição de ato administrativo destinado à apuração da infração, nos termos da regulamentação municipal aplicável.

34. DAS CAUSAS DE RESCISÃO, DENÚNCIA E EXTINÇÃO DA PARCERIA

34.1. Constituem motivos para rescisão, denúncia ou extinção do Termo de Colaboração o descumprimento de suas cláusulas e condições, bem como as hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 108, de 2017, e demais normas aplicáveis.
34.2. A Administração Pública poderá promover a rescisão ou extinção da parceria, observados o contraditório e a ampla defesa quando exigíveis, especialmente nas seguintes hipóteses:
I – descumprimento total ou parcial do objeto pactuado;
II – execução irregular ou inadequada das atividades;
III – desvio de finalidade na aplicação dos recursos;
IV – omissão ou irregularidade grave na prestação de contas;
V – paralisação injustificada das atividades;
VI – perda das condições técnicas, operacionais ou jurídicas necessárias à execução da parceria;
VII – prática de atos que comprometam a regularidade ou a continuidade da execução do objeto;
VIII – interesse público devidamente motivado;
IX – demais hipóteses previstas na legislação ou no Termo de Colaboração.
34.3. A parceria poderá ser denunciada por qualquer das partes, mediante comunicação formal, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Colaboração e na legislação aplicável.
34.4. Na hipótese de encerramento da parceria, a Administração Pública adotará, quando necessário, as providências destinadas a assegurar a continuidade da oferta socioassistencial e a proteção dos usuários.
34.5. Encerrada a parceria, a OSC deverá apresentar a prestação de contas final, devolver eventual saldo remanescente e cumprir as demais obrigações decorrentes do encerramento do ajuste.

35. DA CONTRAPARTIDA

35.1. Para a celebração da presente parceria, não será exigida contrapartida financeira da Organização da Sociedade Civil.
35.2. Poderá ser apresentada pela OSC contrapartida social ou institucional, de caráter complementar à execução do objeto, desde que possua pertinência com a parceria e não implique obrigação financeira adicional para o Município.
35.3. A eventual contrapartida social deverá ser descrita no Plano de Trabalho, com indicação de sua natureza, forma de execução e contribuição esperada para a qualificação da oferta.
35.4. Poderão ser consideradas, entre outras, como contrapartida social:
I – disponibilização de espaços físicos ou estrutura complementar;
II – disponibilização de equipamentos, materiais ou mobiliários;
III – oferta de atividades complementares compatíveis com o objeto;
IV – ações de capacitação e educação permanente;
V – melhorias de acessibilidade;
VI – articulação de parcerias comunitárias e intersetoriais que contribuam para a execução do SCFV.
35.5. A eventual contrapartida social não substitui as obrigações mínimas estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, no Plano de Trabalho ou no Termo de Colaboração.

36. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1. O presente Edital será divulgado no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e no sítio eletrônico oficial do Município de Umuarama/PR, em www.umuarama.pr.gov.br, observando-se o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para apresentação das propostas, contado da data de sua publicação oficial.
36.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição fundamentada, protocolada no prazo e na forma estabelecidos neste Edital e na regulamentação municipal aplicável.
36.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados:
I – presencialmente, mediante protocolo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio F. F. Costa, nº 3633, Zona I, Umuarama/PR; ou
II – por meio eletrônico, pelo endereço oficial: assistenciasocial@umuarama.pr.gov.br.
36.4. Caberá à autoridade competente da Secretaria Municipal de Assistência Social decidir sobre as impugnações apresentadas, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação aplicável.
36.5. Os pedidos de esclarecimentos acerca da interpretação deste Edital, de seus anexos ou do procedimento de seleção deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido neste Edital, pelos canais previstos no item 36.3.
36.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas nos autos do processo administrativo e, quando pertinente, no sítio eletrônico oficial do Município, para conhecimento dos interessados.
36.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos neste Edital, salvo decisão administrativa expressa em sentido contrário.
36.8. Eventual alteração, retificação ou republicação deste Edital será divulgada pelos mesmos meios utilizados para a publicação original, reabrindo-se ou prorrogando-se os prazos quando a modificação puder impactar a formulação das propostas ou comprometer o princípio da isonomia.

36.9. A Secretaria Municipal de Assistência Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas neste Edital, observadas a legislação vigente, os princípios que regem a Administração Pública e as normas aplicáveis às parcerias com Organizações da Sociedade Civil.
36.10. A qualquer tempo, o presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público devidamente motivadas, ou anulado por vício insanável de legalidade, observadas as disposições da legislação aplicável.
36.11. As Organizações da Sociedade Civil participantes são responsáveis pela veracidade, legitimidade e autenticidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de seleção e celebração.
36.12. A constatação de falsidade documental, omissão relevante ou declaração inverídica poderá ensejar, garantido o devido processo legal, a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive desclassificação, inabilitação, não celebração ou extinção da parceria, rejeição das contas e aplicação das sanções previstas na legislação.
36.13. A Administração Pública Municipal não cobrará taxas, emolumentos ou valores para participação neste Chamamento Público.
36.14. Todas as despesas decorrentes da elaboração da proposta, obtenção de documentos, deslocamentos e demais custos relacionados à participação no Chamamento Público correrão por conta da Organização da Sociedade Civil interessada, não cabendo reembolso pelo Município.
36.15. O acompanhamento das publicações, convocações, resultados, retificações e demais atos oficiais relativos a este Chamamento Público é de responsabilidade das Organizações da Sociedade Civil interessadas.
36.16. Integram o presente Edital, para todos os fins legais, os seguintes anexos:
Anexo I - Modelo de Proposta Técnica;
Anexo II –Declarações Gerais;
Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Anexo IV – Relação Nominal Atualizada dos Dirigentes;
Anexo V– Declaração sobre Contas da Organização da Sociedade Civil;
Anexo VI – Declaração dos Dirigentes;
Anexo VII – Termo de Referência;
Anexo VIII - Modelo de Plano de Trabalho;
Anexo IX – Dados Bancários;
Anexo X – Declaração de Cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
Anexo XI – Minuta do Termo de Colaboração;
Anexo XII – Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel, quando aplicável;
Outros anexos técnicos eventualmente indicados no processo administrativo.
36.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Umuarama 21 de Setembro de 2026.

MARIA LUISA RIBEIRO VICENTE BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CD90A288

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO 01/2026 CMEL

RESOLUÇÃO Nº. 01, de 17 de setembro de 2026.

Define os parâmetros municipais para a inscrição e renovação de inscrição das entidades, órgãos públicos, serviços, programas e projetos de incentivo ao esporte na Cidade de Umuarama junto ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL, bem como estabelecer fluxos, procedimentos e responsabilidades para essas entidades.

O Conselho Municipal de Esporte e Lazer, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento, e:
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer fluxos, procedimentos e responsabilidades para a inscrição, renovação de inscrição e acompanhamento das entidades governamentais e não governamentais que realizam incentivos ao esporte no Município:

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA INSCRIÇÃO E DA RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Art. 1º. As entidades governamentais e não governamentais que atuam junto ao Esporte e Lazer no Município de Umuarama deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando o regime de atendimento, no Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
Art. 2º. As entidades não governamentais que recebam qualquer tipo de verba pública somente poderão funcionar depois de inscritas no Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL.
Parágrafo Único. As entidades criadas antes da publicação desta Resolução e que estão ativas poderão continuar exercendo suas atividades provisoriamente, sem a necessidade de submeter ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL até 31 de dezembro de 2026. Após este prazo, será obrigatório a realização da inscrição da entidade junto ao CMEL, sob pena de serem consideradas inaptas perante o CMEL.
Art. 3º. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer manterá o registro das inscrições e de suas alterações a que se referem os artigos anteriores, comunicando à Secretaria de Esportes e Lazer do Município a situação da inscrição das entidades.
Art. 4º. Para inscrição a que se refere o art. 1º será necessária a apresentação dos seguintes documentos pela entidade:
I – Cópia do ato constitutivo da entidade (estatuto social), registrado no órgão competente;

II – Cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ da entidade;

III – Ata de posse da atual diretoria;

IV – Plano de ação;
V – Relatório de atividades.

Parágrafo único: Será negada a inscrição à entidade que:
a) Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
b) não apresente plano de trabalho compatível com os repasses recebidos e realize aplicação de repasses em áreas diversas do plano apresentado;
c) esteja irregularmente constituída;
d) tenha em seu quadro pessoas inidôneas.

Art. 5º. As entidades inscritas deverão encaminhar anualmente, até 28 de fevereiro, o pedido de renovação, juntando ao pedido os seguintes documentos:
I – Relatório de atividades;
II – Plano de ação.

§1º. Caso ocorra alteração nos atos constitutivos e/ou representativos da entidade (alteração estatutária e/ou eleição de nova diretoria) será indispensável o encaminhamento do respectivo documento registrado em órgão competente.
§ 2º. A apresentação intempestiva do pedido a que se refere o *caput* deste artigo deverá ter a admissibilidade analisada e deliberada pela plenária do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
Art. 6º. Ao receber o pedido de renovação de inscrição da entidade, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer observará os seguintes critérios:
I - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pela Secretaria de Esportes e Lazer;

II - em se tratando de programas alto desempenho esportivo, serão considerados os resultados obtidos durante ano anterior, conforme o caso.

Art. 7º. O pedido de inscrição da entidade será analisado por comissão específica, conforme definição no regimento interno do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
§ 1º. A comissão a que se refere o *caput* deste artigo terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do pedido, prorrogáveis por igual período mediante justificação, para apresentar parecer final acerca da análise do pedido de inscrição.
§ 2º. A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.
Art. 8º. Serão constituídas comissões específicas para a análise do pedido de renovação de inscrição das entidades.

§1º. As comissões a que se refere o *caput* deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da protocolização do pedido, prorrogáveis por igual período mediante justificação, para apresentar parecer final acerca da análise do pedido de renovação de inscrição.
§ 2º. A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de renovação de inscrição.
Art. 9º. Em caso de interrupção de serviços, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do público-alvo, bem como o prazo para a retomada dos serviços.
§ 1º. O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviço.
§ 2º. Cabe ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.
Art. 10. As entidades que atuam em mais de um Município deverão apresentar, além dos documentos referidos nos artigos 4º e 5º desta resolução, cópia autenticada da inscrição no Conselho Municipal de Esporte e Lazer no Município cuja sua sede se encontra estabelecida.
Art. 11. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer promoverá, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a necessidade de incentivar e fomentar a prática esportiva no Município de Umuarama.
Parágrafo único: A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme previsto no Capítulo II.
Art. 12. Fica estabelecida numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

CAPÍTULO II
DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Ficam estabelecidos os fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento e fiscalização das entidades pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL.
§ 1º. O acompanhamento das entidades verificará precipuamente:

I – o alcance ou não de metas de pactuação municipal e de indicadores de gestão;

II – observância ou não dos atos normativos de incentivo e fomentação do esporte e lazer no Município.
§ 2º. A verificação de que trata o parágrafo anterior se dará por meio de visitas técnicas, monitoramento das entidades, análise de dados apurados nos documentos de monitoramento, denúncias, fiscalizações, auditorias, e outros sistemas disponibilizados pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
Art. 14. O processo de acompanhamento das entidades compreende a análise quantitativa e qualitativa subdividida em dois processos, quais sejam:

I – de acompanhamento quantitativo: que consiste na coleta de dados atualizados e fidedignos dos espaços físicos, dos processos de trabalho, das características dos trabalhadores envolvidos, da gestão e das ações desenvolvidas pela entidade.
II – de acompanhamento qualitativo: que consiste na coleta de evidências empíricas, trabalhando com dados combinados e agregando as informações das bases de dados dos sistemas disponibilizados pelo Município para subsidiar a identificação, análise e resolução de problemas.
§ 1º. Os processos de acompanhamento se darão por meio do planejamento de ações para a adequação e aprimoramento da gestão e das ações desenvolvidas pela entidade.
§ 2º. Os processos de acompanhamento, no que se refere ao desenvolvimento das ações devem ser entendidos como o compartilhamento da responsabilização do órgão gestor da política municipal ao qual a entidade estiver vinculada frente às políticas afetadas a sua área de atuação.
§ 3º. O acompanhamento de que trata o inciso II tem como objetivo central garantir subsídios aos entes executores das políticas públicas, para uma oferta efetiva e de qualidade de ações e serviços de incentivo e fomento ao esporte no Município;
§ 4º. O objetivo do processo de acompanhamento realizado pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL junto à rede de serviços consiste em:
I – garantir apoio técnico e qualificado à gestão;
II – implementar e/ ou implantar serviços objetivando ações qualificadas, em espaços físicos satisfatórios, com equipe de trabalho adequada, de modo a possibilitar o fomento e o incentivo ao esporte e lazer.
Art. 15. Os processos de acompanhamento quantitativo e qualitativo desencadearão ações que objetivam a resolução de dificuldades encontradas e o aprimoramento e a qualificação da gestão descentralizada e dos serviços ofertados.
§ 1º. São ações de acompanhamento:

I – pró-ativa e preventiva;

II – superação de dificuldades encontradas; e

III – avaliação da execução do plano de providências e ações adotadas.
§ 2º. As ações de que trata o parágrafo anterior destinam-se à rede de serviços afetadas a área do Esporte e Lazer no âmbito municipal.
Art. 16. As ações de acompanhamento pró-ativas e preventivas consistem em procedimentos adotados na prestação de apoio técnico para o aprimoramento da gestão e a garantia da prestação dos serviços conforme previsto nos atos normativos vigentes, prevenindo a ocorrência de situações inadequadas que venham a prejudicar e/ ou inviabilizar a oferta dos serviços.
§ 1º. Os procedimentos adotados no acompanhamento proativo e preventivo desencadearão ações que deverão incorporar, dentre outros:
I – contato periódico, presencial ou não, do órgão gestor da política municipal afetada a área de atuação da entidade e do Conselho Municipal de Esporte e Lazer com a rede de serviços;

II – verificação anual do alcance de metas de pactuação municipal alcançadas com as medidas adotadas para incentivar e fomentar o esporte o lazer no Município.

§ 2º. O órgão gestor da política municipal afeta a área de atuação da entidade deverá, como parte do processo proativo e preventivo, elaborar instrumentos informativos, protocolos, instruções operacionais necessários à organização e prestação dos serviços com qualidade e, realizar ampla divulgação desses instrumentos, ou disponibilização em sites oficiais, capacitações à distância e ou presencial, dentre outros.
§ 3º. Nos casos de pactuação municipal para o alcance de metas, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer informará anualmente à rede de serviços o resultado da projeção do alcance das metas para o ano, de maneira a possibilitar o planejamento para o cumprimento de metas pactuadas e das atividades de mobilização e assessoria técnica.
Art. 17. As ações para a superação de dificuldades da rede de serviços, na execução do previsto em atos normativos e/ou no alcance de metas de pactuações municipais objetivam solucionar as falhas identificadas e completar o ciclo das ações de acompanhamento.
§ 1º. As ações para a superação de dificuldades da rede de serviços consistem no planejamento estratégico que envolva o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL na resolução definitiva dos problemas.
Art. 18. O Plano de Providências é o instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades da rede de serviços na gestão e execução de suas ações a ser elaborado pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer com atribuição, dentre outras, de:
I – identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de visitas técnicas, monitoramento, auditorias, denúncias, entre outros;
II – definir ações para superação das dificuldades encontradas;
III – indicar os responsáveis por cada ação e pactuar prazos pelos entes envolvidos, para seu cumprimento.
§ 1º. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL elaborará o Plano de Providências, indicando à entidade as providências necessárias à obtenção de inscrição ou renovação de inscrição.
§ 2º. A execução do Plano de Providências será acompanhada pelo Conselho Municipal de Esporte
e Lazer.
§ 3º. O prazo de execução do Plano de Providências será de 60 (sessenta) dias, só sendo
considerado concluído depois de todas as atividades executadas.

§ 4°. O prazo para contestação do Plano de Providências, caso a entidade não concorde com sua elaboração, será de 15 (quinze) dias, contados concomitantemente ao prazo de execução.
§ 5º. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL acompanhará a execução do Plano de Providências através de seus Conselheiros a serem designados.
Art. 19. A ação de avaliação da execução do Plano de Providências e ações adotadas pretende assegurar o acompanhamento efetivo da execução das atividades, dos prazos e dos resultados.
§ 1º. Ao término do prazo estabelecido para o cumprimento do Plano de Providências, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL apresentará parecer final acerca do alcance dos objetivos propostos à Plenária para deliberação.

§ 2º. Após deliberação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL, será encaminhada resposta à entidade acerca do pedido de inscrição ou de renovação de inscrição.
§ 3º. A entidade que não tenha atingido as metas pactuadas no Plano de Providências, poderá encaminhar ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL solicitação de prorrogação do prazo de execução com justificativa.
§ 4º. Caberá ao Plenário do Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL avaliar se há possibilidade de novo prazo para a conclusão do Plano de Providências.
Art. 20. O descumprimento do Plano de Providências acarretará a aplicação de medidas administrativas e financeiras que deverão ser motivadas e diferenciadas conforme o caso avaliado.
§ 1º. São medidas administrativas e financeiras:

I – cancelamento da inscrição junto ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL;

II – suspensão de recursos;

III – rescisão do termo de cooperação técnico-financeiro;

IV – comunicação ao Ministério Público para tomada de providências cabíveis;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 17 de setembro de 2026.

VICTOR RESKE DA SILVA
Presidente do CMEL

ANEXO I REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Umuarama - Estado do Paraná

A entidade abaixo qualificada, **com atuação neste município**, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:_____
Nome da Entidade _____
CNPJ: _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário ____
Data de inscrição no CNPJ / /
Endereço no Bairro_____Município_____UF_____CEP_____
Tel._____
FAX_____
E-mail _____

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de , sob o número , desde / / .

Síntese dos serviços realizados no município (descrever todos)____

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço_____nº____Bairro_____Município_____UF_____CEP____Tel.____ _____Celular_____E-mail_____
RG_____CPF_____Data nasc. / / Escolaridade_____
Período do Mandato: / / a / /

C - Informações adicionais

_____
Termos em que, Pede deferimento.

Local_____Data_____ /__/____

_____
Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - CMEL

1 – IDENTIFICAÇÃO
1.1 Identificação da Entidade
- Nome da Entidade Executora
- Endereço: rua/av./ fone / fax / e-mail
- Nome de todos os membros da diretoria

1.1 Documentação
- CNPJ
- Utilidade Pública Municipal, Estadual, Federal
- Número Registro nos Conselhos

1.2. Histórico
- Descrever resumidamente a evolução histórica da entidade.

1.3 Missão
- Descrever clara e objetivamente a missão da entidade.

2 – JUSTIFICATIVA
- Contextualizar a questão social que será trabalhada, com a situação atual no Brasil, no Paraná e PRINCIPALMENTE em Umuarama.
- Descrever com informações quantitativas e qualitativas refletindo a realidade local e institucional.
- Descrever / explicar o "PORQUE" a instituição quer fazer determinada ação**.**

3 – REGIMENTO DE ATENDIMENTO
- (Esporte de alto rendimento e ou utilização do Esporte como ferramenta de transformação social)

4 – FILOSOFIA DE TRABALHO (visão)
- Descrever clara e objetivamente a visão da entidade.

5 – OBJETIVOS
5.1 Geral
5.2 Específicos

6 – PÚBLICO ALVO
- Quem a entidade vai atender.

7 – CRITÉRIOS DE ADMISSÃO E PERMANÊNCIA
- Do público alvo na entidade.

8 – METAS
- Onde a entidade quer chegar: qualitativa e quantitativamente.

9 – RECURSOS
9.1. Humanos

Categoria	Quantidade	Qualificação Profissional	Funções desempenhadas

9.2. Físicos

Quantidade	Descrição do item

9.3. Materiais

Quantidade	Descrição do item

9.4. Financeiros

Fonte de Recursos da Instituição	Valor R$

Destinação dos recursos	Valor R$

10 – PARCEIROS ENVOLVIDOS
- Descrever quais.

11 – METODOLOGIA
- Descrever claramente como serão executadas todas as ações propostas, caso desenvolva diversos programas, descrevê-los separadamente.

12 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ROTINA DIÁRIA)
- Descrever o cronograma de todos os programas/ações executadas, constando datas/horários e atividades.

13 – AVALIAÇÃO
- Como a instituição vai acompanhar e avaliar o resultado das ações desenvolvidas**.**

Umuarama-Pr, _____de_____de 20_____.

_____
Assinatura e Carimbo
Presidente da Entidade

ANEXO III
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome/ Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Cidade/ UF:
Email:
Telefone:

B. Composição da ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Presidente ou Representante legal da entidade:		
Cargo:	Profissão	
CPF:	RG	Órgão Expedidor:
É funcionário público?	Sim ( )	Não ( )

Além do cargo de diretoria, exerce na entidade alguma outra função pela qual recebe remuneração?	
Sim ( )	Não ( )

Mandato da atual diretoria:

Início:	Término:

C. Alterações estatutárias no exercício anterior

Cartório:	Data Registro:
Município/ UF:	
Finalidade da alteração:	

Cartório:	**Data Registro:**
Município/ UF:	
Finalidade da alteração:	

D. RECURSOS HUMANOS
1) FUNCIONÁRIOS ASSALARIADOS: (quantidade)

	Nome	Função	Escolaridade	Vínculo
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				

2) VOLUNTÁRIOS EVENTUAIS: (quantidade)

NOME	Área de Formação	É voluntário permanente

E) RESPONSÁVEL PARA CONTATO COM A ENTIDADE OU UNIDADE

Nome:
Cargo:
DDD/ Telefone: ( )
E-mail:
F) FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

G) ATIVIDADES
- Apresentação/ histórico da entidade

- Detalhamento das atividades e serviços desenvolvidos (descrever cada um sucessivamente)
ATIVIDADE 1:
Descrição:.
Objetivo:
Público Alvo:
Período de realização:
Resultados obtidos:
Nº total de beneficiários atendidos:
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita:
ATIVIDADE 2
Descrição:.
Objetivo:
Público Alvo:
Período de realização:
Resultados obtidos:
Nº total de beneficiários atendidos:
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita:
ATIVIDADE 3
Descrição:.
Objetivo:
Público Alvo:
Período de realização:
Resultados obtidos:
Nº total de beneficiários atendidos:
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita:
ATIVIDADE 4
Descrição:.
Objetivo:
Público Alvo:
Período de realização:
Resultados obtidos:
Nº total de beneficiários atendidos:
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita:
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita:
- Público Alvo:

( ) Crianças/Adolescentes
( ) Formação de Atletas
( ) Atletas de alto rendimento.

4) Origem das principais fontes de recursos:
( ) Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados) _____%
( ) Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)
_____%
( ) Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas) _____ %

5) Informe qual a zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

( ) Rural	**( ) Urbana**	**( ) Ambas (rural e urbana)**

H) PARCERIAS E SUBVENÇÕES PÚBLICAS		
1.		
Nome do órgão ou entidade parceira		
Classificação do órgão na estrutura administrativa	Posição do órgão na estrutura federativa.	Origem dos recursos repassados
( ) Poder Executivo	( ) Municipal	( ) Municipal

1.2		
Natureza do instrumento de parceria		
( ) Convênio Nº		
Data de publicação na imprensa oficial		
Diário Oficial do Município /Estado ou União		
Total de recursos financeiros previstos	Recursos financeiros já repassados	
R$	R$	
Atividades executadas mediante utilização de recursos públicos (relacionada com a parceria descrita).		
Nº de beneficiários		
Previsão de início das atividades	Previsão de término das atividades	
2.0		
Nome do órgão ou entidade parceira		
Classificação do órgão na estrutura administrativa	Posição do órgão na estrutura federativa.	Origem dos recursos repassados

( ) Poder Executivo	( ) Municipal	( ) Municipal
2.1		
Natureza do instrumento de parceria:		
( ) Convênio nº		
Data de publicação na imprensa oficial		
Diário Oficial do Município nº		
Total de recursos financeiros previstos	Recursos financeiros já repassados	
R$	R$	
Atividades executadas mediante utilização de recursos públicos (relacionada com a parceria descrita).		
Nº de beneficiários		
Previsão de início das atividades	Previsão de término das atividades	

Umuarama-Pr, ____ de _____de 20____.

Assinatura e Carimbo

Presidente da Entidade

ANEXO IV
RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA
1) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
Nome:_____
Endereço:_____ nº_____
Bairro:_____ Município:_____ Cep:_____
Telefone/fax:_____ e-mail: _____
Nome do representante legal:_____
2) CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Serviços para:	
	Crianças (0 a 12 anos);
	Adolescentes (13 a 18 anos);
	Adultos
	Crianças, Adolescentes e Adultos
Realiza atendimentos para as famílias das crianças e/ou adolescentes:	
	Sim

Descreva como são realizados os atendimentos:

_____
3) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
OBS: Esta descrição tem por objetivo demonstrar se, na prática, a entidade desenvolve atividades de incentivo e fomentação de esportes e lazer. Tal descrição deverá apresentar tanto os aspectos positivos quanto os que faltam aprimorar.
_____

_____
4) RECURSOS RECEBIDOS PELA ENTIDADE.

	Doações de Associados		Subvenção social		Repasse da União
	Promoções próprias				Repasse estadual
	Doações externas				Repasse municipal
	Contribuições de Associados		Outros? Quais:		

OBS:_____
5) CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO.
_____

_____
_____
6) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO.
_____
7) RECURSOS HUMANOS DA ENTIDADE

Categoria profissional	Nº
Monitor	
Área Administrativa	
Cozinheira	
Outros (citar)	
Voluntários: Quantos? _____ Existe regulamentação dos mesmos na entidade? Sim Não	

8) PATRIMÔNIO

Imóvel		Alugado	Próprio	Cedido
Equipamentos	adequado			
	Inadequado*			
Veículos: ( ) não ( ) sim				
Outros				
Área total:				
Área Construída:				

*Caso o equipamento seja inadequado fazer um relato acerca da situação.
_____

9) OUTRAS INFORMAÇÕES
I - QUESTIONÁRIO
Responda o questionário abaixo com informações sobre a atuação esportivas e na área de lazer da entidade:
Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários?

Sim ( )
Não ( )
A entidade criou espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos?
Sim ( )
Não ( )
A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados?
Sim ( )
Não ( )
A entidade fez parcerias ou articulou redes com instâncias/ instituições da comunidade em que atua para ampliar o atendimento ao público alvo?
Sim ( )
Não ( )
A entidade realizou ações para dar visibilidade ao desporto praticado, contribuindo para mobilização e organização dessa mobilidade no Município?
Sim ( )
Não ( )
O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas?

Sim ( )
Não ( )
Se sim, relate as pesquisas e publicações realizadas pela entidade:
A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação à temática com a qual atuou?
Sim ( )
Não ( )
Se sim, como se deu essa capacitação?
Em relação a contribuição da entidade para a ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania preencha os seguintes itens:
A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, foruns, etc) ?
Sim ( )
Não ( )
Se sim, quais? Relate de forma sucinta a participação da entidade nos espaços que participou (impactos e resultados para o processo de formulação de políticas públicas, etc).
Em relação aos beneficiários das atividades:
As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo)?
Sim ( )
Não ( )
As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)?
Sim ( )
Não ( )

Umuarama-Pr, ____ de _____de 201___.

_____ *COMISSÃO*	_____ *COMISSÃO*	_____ *COMISSÃO*

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4E0805C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 239/2026

DECRETO Nº 239/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 103.000,00 (cento e três mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° decorrem de:
I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II.
II - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, da Fonte 370113 - Inovação do Parque Tecnológico SIT 62376 c/ 78.505-9 - exercício anterior, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II.
III - provável excesso de arrecadação da Fonte 92 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4320/64.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Função;
c) - Demonstrativo por Programa;
d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 18 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 239 DE 18/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 11. - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E INOVAÇÃO					
UNIDADE: 11.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.I.C					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
23.691.0007.2004	Ações para o desenvolvimento Comercial, Industrial e Tecnológico	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	370113	R$ 50.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 50.000,00**
ÓRGÃO: 20. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA					
UNIDADE: 20.004. - FUNDO DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL (FTCP)					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
15.453.0002.2312	Manutenção do Fundo de Transporte Coletivo Público Municipal (FTCP)	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	R$ 5.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 5.000,00**
ÓRGÃO: 21. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER					
UNIDADE: 21.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E.L					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
27.122.0019.1162	S.M.E.L - Aquisição e Reposição de Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	92	R$ 18.000,00
27.122.0019.1162	S.M.E.L - Aquisição e Reposição de Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	R$ 30.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 48.000,00**
	TOTAL GERAL				**103.000,00**

ANEXO II					
ANEXO AO DECRETO N° 239 DE 18/09/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
99.999.9999.9001	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 35.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 35.000,00**
	TOTAL GERAL				**35.000,00**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	**ATIVO FINANCEIRO**	**PASSIVO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**

	FINANCEIRO	N° Fonte	Valor
Inovação do Parque Tecnológico SIT 62376 c/ 78.505-9 - exercício	601.101,92 86.311,01	370113	514.790,91
Valor utilizado pelo Decreto nº 016/2026		370113	6.200,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 019/2026		370113	23.000,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 023/2026		370113	16.000,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 31/2026		370113	20.500,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 41/2026		370113	47.500,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 44/2026		370113	39.250,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 84/2026		370113	2.700,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 134/2026		370113	6.000,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 181/2026		370113	6.854,71
Valor utilizado pelo Decreto nº 190/2026		370113	95.999,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 199/2026		370113	50.000,00
Valor utilizado pelo Decreto nº 239/2026		370113	50.000,00
Saldo atual		**370113**	**150.787,20**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F38D8EEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO / 2.02

MUNICÍPIO DE UMUARAMA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO / 2.026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	707.530.244,53	719.748.242,92	750.862.979,22	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	27.605.526,00	31.198.184,18	32.755.526,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	679.924.718,53	688.550.058,74	718.107.453,22	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	149.583.438,08	151.481.012,92	157.983.639,71	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <90%>	134.625.094,27	136.332.911,63	142.185.275,74	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 21/set/2026 as 13h e 56m.				

ANDERSON MARTINS ROCHA	***ANTONIO FERNANDO SCANAVACA***	***DANIEL DUTRA DE SOUZA***
Contador CRC PR-047896/O-7	Prefeito Municipal	Controlador Interno

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7283C4FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO / 2.026

MUNICÍPIO DE UMUARAMA			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO / 2.026			
RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até 1º Quad.	**Até 2º Quad.**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	60.241.734,73	59.605.155,92	57.377.982,54
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	60.241.734,73	59.605.155,92	57.377.982,54
Empréstimos	60.135.460,51	59.412.849,35	57.231.444,77
Interna	60.124.310,51	54.840.906,42	55.051.393,40
Externa	11.150,00	4.571.942,93	2.180.051,37
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	106.274,22	192.306,57	146.537,77
De Tributos	0,00	90.840,09	49.976,81
De Contribuições Previdencíarias	106.274,22	101.466,48	96.560,96
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00

Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	89.880.001,07	125.685.281,53	119.855.265,08
Disponibilidade de Caixa[1]	78.826.920,34	112.203.461,57	112.883.112,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	92.681.708,59	130.951.795,21	129.182.483,84
(–) Restos a Pagar Processados	10.947.647,88	17.207.898,12	14.525.580,31
(–) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.907.140,37	1.540.435,52	1.773.791,50
Demais Haveres Financeiros	11.053.080,73	13.481.819,96	6.972.153,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	-29.638.266,34	-66.080.125,61	-62.477.282,54
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	707.530.244,53	719.748.242,92	750.862.979,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	27.605.526,00	31.198.184,18	32.755.526,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI = (IV - V)	679.924.718,53	688.550.058,74	718.107.453,22
% DA DC SOBRE RCL AJUSTADA (I/VI)	8,86	8,66	7,99
% DA DCL SOBRE RCL AJUSTADA (III/VI)	-4,36	-9,60	-8,70
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – <120%>	815.909.662,24	826.260.070,49	861.728.943,86
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	734.318.696,01	743.634.063,44	775.556.049,48
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até 1º Quad.	**Até 2º Quad.**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	6.022.817,21	6.022.817,21	1.522.817,21
PASSIVO ATUARIAL	697.362.866,63	697.362.866,63	697.362.866,63
RP NÃO PROCESSADOS	55.397.717,46	15.506.342,04	9.200.811,07
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 21/set/2026 as 13h e 55m.			
Notas			
[1] A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "OutrasDívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).			
[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".			
ANDERSON MARTINS ROCHA	***ANTONIO FERNANDO SCANAVACA***	***DANIEL DUTRA DE SOUZA***	
Contador CRC PR-047896/O-7	Prefeito Municipal	Controlador Interno	

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:25FF798F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2.026/QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

MUNICÍPIO DE UMUARAMA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2.026/QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	53.338,44	496.613,12
Interna	53.338,44	496.613,12
Empréstimos	53.338,44	496.613,12
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**53.338,44**	**496.613,12**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	750.862.979,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	32.755.526,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	718.107.453,22	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	496.613,12	0,07
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESULUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	114.897.192,52	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	103.407.473,26	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	50.267.521,73	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência**

		(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA, emitido em 21/set/2026 as 13h e 58m.		
[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

ANDERSON MARTINS ROCHA	***ANTONIO FERNANDO SCANAVACA***	***DANIEL DUTRA DE SOUZA***
Contador CRC PR-047896/O-7	Prefeito Municipal	Controlador Interno

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:ACB8B5CB



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 4 BIM

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.243.456,34	109.057.524,56	12.883.350,61	45.258.642,41	95,47	63.798.882,15	13.275.153,96	42.351.528,83	95,17	66.705.995,73
LEGISLATIVA	3.194.000,00	3.194.000,00	423.685,23	1.643.851,63	3,47	1.550.148,37	424.010,59	1.643.851,63	3,69	1.550.148,37
Ação Legislativa	3.194.000,00	3.194.000,00	423.685,23	1.643.851,63	3,47	1.550.148,37	424.010,59	1.643.851,63	3,69	1.550.148,37
ESSENCIAL A JUSTIÇA	366.500,00	361.500,00	61.735,93	217.270,87	0,46	144.229,13	61.735,93	217.270,87	0,49	144.229,13
Demais Subfunções	366.500,00	361.500,00	61.735,93	217.270,87	0,46	144.229,13	61.735,93	217.270,87	0,49	144.229,13
ADMINISTRAÇÃO	7.173.296,70	9.282.026,01	1.135.174,72	4.778.962,03	10,08	4.503.063,98	1.109.545,09	4.341.291,67	9,76	4.940.734,34
Planejamento e Orçamento	889.831,81	882.831,81	114.772,34	463.479,37	0,98	419.352,44	114.772,34	463.479,37	1,04	419.352,44
Administração Geral	5.542.564,89	7.562.294,20	902.342,59	3.834.863,37	8,09	3.727.430,83	861.715,96	3.439.185,01	7,73	4.123.109,19
Administração Financeira	235.400,00	229.400,00	21.237,14	83.953,83	0,18	145.446,17	21.237,14	83.953,83	0,19	145.446,17
Controle Interno	143.000,00	143.000,00	21.684,80	76.808,05	0,16	66.191,95	21.684,80	76.808,05	0,17	66.191,95
Administração de Receitas	362.500,00	464.500,00	75.137,85	319.857,41	0,67	144.642,59	90.134,85	277.865,41	0,62	186.634,59
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.211.030,00	8.781.633,87	628.508,72	2.219.203,86	4,68	6.562.430,01	547.070,15	2.089.065,84	4,69	6.692.568,03
Assistência ao Idoso	60.000,00	88.015,70	3.477,79	3.477,79	0,01	84.537,91	3.477,79	3.477,79	0,01	84.537,91
Assistência ao Portador de Deficiência	13.370,00	24.477,04	0,00	0,00	0,00	24.477,04	0,00	0,00	0,00	24.477,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	298.760,00	792.285,34	31.690,09	125.913,93	0,27	666.371,41	38.986,40	124.741,43	0,28	667.543,91
Assistência Comunitária	2.363.500,00	2.973.721,61	193.635,36	944.811,64	1,99	2.028.909,97	205.975,06	923.078,58	2,07	2.050.643,03
Administração Geral	1.475.400,00	4.903.134,18	399.705,48	1.145.000,50	2,42	3.758.133,68	298.630,90	1.037.768,04	2,33	3.865.366,14
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.704.317,50	5.704.317,50	562.147,49	2.180.004,28	4,60	3.524.313,22	562.147,49	2.179.209,28	4,90	3.525.108,22
Previdência do Regime Estatutário	5.704.317,50	5.704.317,50	562.147,49	2.180.004,28	4,60	3.524.313,22	562.147,49	2.179.209,28	4,90	3.525.108,22
SAÚDE	11.426.405,72	17.057.298,02	2.269.383,13	10.807.656,00	22,80	6.249.642,02	3.428.564,21	10.588.214,09	23,79	6.469.083,93
Atenção Básica	11.016.475,72	16.447.427,92	2.226.790,22	10.648.751,03	22,46	5.798.676,89	3.386.931,30	10.430.269,12	23,44	6.017.158,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	15.780,00
Vigilância Sanitária	394.150,00	594.090,10	42.592,91	158.904,97	0,34	435.185,13	41.632,91	157.944,97	0,35	436.145,13
EDUCAÇÃO	16.699.685,56	18.976.081,34	2.734.300,86	10.280.537,68	21,69	8.695.543,66	2.675.349,74	10.103.363,63	22,70	8.872.717,71
Ensino Fundamental	6.910.058,37	8.586.728,91	1.225.652,09	5.106.989,29	10,77	3.479.739,62	1.156.494,82	4.983.411,27	11,20	3.603.317,64
Educação Infantil	2.879.950,00	3.459.950,00	482.920,86	1.877.703,58	3,96	1.582.246,42	479.534,68	1.873.187,94	4,21	1.586.762,06
Educação de Jovens e Adultos	109.550,00	109.550,00	10.360,14	44.107,12	0,09	65.442,88	10.360,14	44.107,12	0,10	65.442,88
Educação Especial	199.500,00	360.225,24	40.137,54	177.383,25	0,37	182.841,99	40.137,54	177.383,25	0,40	182.841,99
Administração Geral	1.818.400,00	1.910.400,00	296.125,60	1.026.194,51	2,16	884.205,49	296.109,90	1.015.679,29	2,28	894.720,71
FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	4.782.227,19	4.549.227,19	679.104,63	2.048.159,93	4,32	2.501.067,26	692.712,66	2.009.594,76	4,52	2.539.632,43
CULTURA	293.200,00	496.285,53	52.335,06	243.959,92	0,51	252.325,61	123.535,86	238.660,72	0,54	257.624,81
Difusão Cultural	293.200,00	496.285,53	52.335,06	243.959,92	0,51	252.325,61	123.535,86	238.660,72	0,54	257.624,81
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	440.684,03	45.445,30	237.636,20	0,50	203.047,83	54.007,57	192.697,27	0,43	247.986,76
Demais Subfunções	0,00	440.684,03	45.445,30	237.636,20	0,50	203.047,83	54.007,57	192.697,27	0,43	247.986,76
URBANISMO	11.178.055,00	15.739.234,59	59.166,47	284.000,57	0,60	15.455.234,02	61.038,62	281.040,24	0,63	15.458.194,35
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Serviços Urbanos	11.028.055,00	15.589.234,59	59.166,47	284.000,57	0,60	15.305.234,02	61.038,62	281.040,24	0,63	15.308.194,35
SANEAMENTO	1.100.820,00	1.484.820,00	190.371,05	716.782,10	1,51	768.037,90	210.719,45	696.921,91	1,57	787.898,09
Saneamento Básico Urbano	1.100.820,00	1.484.820,00	190.371,05	716.782,10	1,51	768.037,90	210.719,45	696.921,91	1,57	787.898,09
GESTÃO AMBIENTAL	9.136.692,50	12.367.692,50	1.612.254,90	4.023.698,21	8,49	8.343.994,29	1.633.074,00	3.321.255,66	7,46	9.046.436,84
Preservação e Conservação Ambiental	8.222.802,00	11.093.802,00	1.420.754,03	3.505.883,19	7,40	7.587.918,81	1.433.414,03	2.807.870,13	6,31	8.285.931,87
Controle Ambiental	563.890,50	923.890,50	191.500,87	510.618,38	1,08	413.272,12	199.659,97	506.188,90	1,14	417.701,60

Recursos Hídricos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Demais Subfunções	250.000,00	250.000,00	0,00	7.196,64	0,02	242.803,36	0,00	7.196,63	0,02	242.803,37
AGRICULTURA	3.306.900,00	5.345.096,15	1.447.917,74	2.726.771,17	5,75	2.618.324,98	1.164.916,12	2.357.273,87	5,30	2.987.822,28
Extensão Rural	3.176.000,00	5.214.196,15	1.435.301,74	2.679.398,45	5,65	2.534.797,70	1.152.300,12	2.309.901,15	5,19	2.904.295,00
Administração Geral	130.900,00	130.900,00	12.616,00	47.372,72	0,10	83.527,28	12.616,00	47.372,72	0,11	83.527,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS	404.899,36	404.899,36	5.646,57	5.909,41	0,01	398.989,95	4.798,20	5.061,04	0,01	399.838,32
Promoção Comercial	404.899,36	404.899,36	5.646,57	5.909,41	0,01	398.989,95	4.798,20	5.061,04	0,01	399.838,32
COMUNICAÇÕES	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
Demais Subfunções	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
ENERGIA	351.086,00	351.086,00	16.604,75	64.584,83	0,14	286.501,17	16.604,75	64.584,83	0,15	286.501,17
Energia Elétrica	351.086,00	351.086,00	16.604,75	64.584,83	0,14	286.501,17	16.604,75	64.584,83	0,15	286.501,17
TRANSPORTE	3.010.763,00	3.934.063,00	845.839,20	2.917.172,57	6,15	1.016.890,43	865.848,59	2.859.237,85	6,43	1.074.825,15
DESPORTO E LAZER	1.646.650,00	3.097.651,66	541.578,10	957.154,46	2,02	2.140.497,20	80.932,21	219.041,81	0,49	2.878.609,85
Desporto Comunitário	642.650,00	1.881.650,00	317.007,51	729.583,87	1,54	1.152.066,13	67.974,36	203.083,96	0,46	1.678.566,04
Demais Subfunções	1.004.000,00	1.216.001,66	224.570,59	227.570,59	0,48	988.431,07	12.957,85	15.957,85	0,04	1.200.043,81
ENCARGOS ESPECIAIS	1.926.555,00	1.926.555,00	251.255,39	953.486,62	2,01	973.068,38	251.255,39	953.486,62	2,14	973.068,38
FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Serviço da Dívida Interna	1.926.555,00	1.926.555,00	251.255,39	953.486,62	2,01	973.068,38	251.255,39	953.486,62	2,14	973.068,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.516.700,00	4.917.049,74	0,00	2.149.148,11	4,53	2.767.901,63	0,00	2.149.148,11	4,83	2.767.901,63
TOTAL (III) = (I + II)	85.760.156,34	113.974.574,30	12.883.350,61	47.407.790,52	100,00	66.566.783,78	13.275.153,96	44.500.676,94	100,00	69.473.897,36
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.516.700,00	4.917.049,74	0,00	2.149.148,11	4,53	2.767.901,63	0,00	2.149.148,11	4,83	2.767.901,63
LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	16.220,26	64.227,00	0,14	45.773,00	16.220,26	64.227,00	0,14	45.773,00
Ação Legislativa	110.000,00	110.000,00	16.220,26	64.227,00	0,14	45.773,00	16.220,26	64.227,00	0,14	45.773,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	42.200,00	42.200,00	4.943,05	15.984,31	0,03	26.215,69	4.943,05	15.984,31	0,04	26.215,69
Demais Subfunções	42.200,00	42.200,00	4.943,05	15.984,31	0,03	26.215,69	4.943,05	15.984,31	0,04	26.215,69
ADMINISTRAÇÃO	1.737.500,00	1.766.500,00	699.867,79	820.164,03	1,73	946.335,97	699.867,79	820.164,03	1,84	946.335,97
Planejamento e Orçamento	57.000,00	57.000,00	5.695,60	21.844,83	0,05	35.155,17	5.695,60	21.844,83	0,05	35.155,17
Administração Geral	1.613.000,00	1.642.000,00	686.482,59	768.312,40	1,62	873.687,60	686.482,59	768.312,40	1,73	873.687,60
Administração Financeira	29.000,00	29.000,00	2.510,90	9.393,72	0,02	19.606,28	2.510,90	9.393,72	0,02	19.606,28
Controle Interno	15.500,00	15.500,00	1.211,14	4.832,68	0,01	10.667,32	1.211,14	4.832,68	0,01	10.667,32
Administração de Receitas	23.000,00	23.000,00	3.967,56	15.780,40	0,03	7.219,60	3.967,56	15.780,40	0,04	7.219,60
ASSISTÊNCIA SOCIAL	132.000,00	158.363,95	18.358,21	79.819,81	0,17	78.544,14	18.358,21	79.819,81	0,18	78.544,14
Assistência Comunitária	70.000,00	94.830,59	8.280,14	46.854,91	0,10	47.975,68	8.280,14	46.854,91	0,11	47.975,68
Administração Geral	62.000,00	63.533,36	10.078,07	32.964,90	0,07	30.568,46	10.078,07	32.964,90	0,07	30.568,46
PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
Previdência do Regime Estatutário	17.000,00	17.000,00	0,00	38,73	0,00	16.961,27	0,00	38,73	0,00	16.961,27
SAÚDE	952.000,00	1.081.557,80	101.399,02	388.868,31	0,82	692.689,49	101.399,02	388.868,31	0,87	692.689,49
Atenção Básica	925.000,00	1.033.000,00	97.784,30	374.433,19	0,79	658.566,81	97.784,30	374.433,19	0,84	658.566,81
Vigilância Sanitária	27.000,00	48.557,80	3.614,72	14.435,12	0,03	34.122,68	3.614,72	14.435,12	0,03	34.122,68
EDUCAÇÃO	1.077.000,00	1.271.427,99	163.421,78	607.296,35	1,28	664.131,64	163.421,78	607.296,35	1,36	664.131,64
Ensino Fundamental	594.500,00	671.927,99	96.839,69	350.143,48	0,74	321.784,51	96.839,69	350.143,48	0,79	321.784,51
Educação Infantil	278.000,00	370.000,00	48.684,72	184.608,54	0,39	185.391,46	48.684,72	184.608,54	0,41	185.391,46
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	1.001,48	4.005,92	0,01	10.994,08	1.001,48	4.005,92	0,01	10.994,08
Educação Especial	20.000,00	45.000,00	5.158,56	20.238,04	0,04	24.761,96	5.158,56	20.238,04	0,05	24.761,96
Administração Geral	94.000,00	94.000,00	7.224,27	29.451,75	0,06	64.548,25	7.224,27	29.451,75	0,07	64.548,25
Demais Subfunções	75.500,00	75.500,00	4.513,06	18.848,62	0,04	56.651,38	4.513,06	18.848,62	0,04	56.651,38
CULTURA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Difusão Cultural	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	20.000,00	1.189,89	2.401,03	0,01	17.598,97	1.189,89	2.401,03	0,01	17.598,97
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	0,00	20.000,00	1.189,89	2.401,03	0,01	17.598,97	1.189,89	2.401,03	0,01	17.598,97
URBANISMO	42.000,00	42.000,00	4.445,92	17.669,96	0,04	24.330,04	4.445,92	17.669,96	0,04	24.330,04
Serviços Urbanos	42.000,00	42.000,00	4.445,92	17.669,96	0,04	24.330,04	4.445,92	17.669,96	0,04	24.330,04
SANEAMENTO	25.000,00	26.000,00	743,84	2.975,36	0,01	23.024,64	743,84	2.975,36	0,01	23.024,64
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	26.000,00	743,84	2.975,36	0,01	23.024,64	743,84	2.975,36	0,01	23.024,64
GESTÃO AMBIENTAL	36.000,00	36.000,00	3.613,32	13.822,30	0,03	22.177,70	3.613,32	13.822,30	0,03	22.177,70

Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00	0,00	138,69	0,00	13.861,31	0,00	138,69	0,00	13.861,31
Controle Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.613,32	13.683,61	0,03	8.316,39	3.613,32	13.683,61	0,03	8.316,39
AGRICULTURA	106.000,00	106.000,00	13.675,88	51.324,94	0,11	54.675,06	13.675,88	51.324,94	0,12	54.675,06
Extensão Rural	92.000,00	92.000,00	12.937,56	48.740,82	0,10	43.259,18	12.937,56	48.740,82	0,11	43.259,18
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	738,32	2.584,12	0,01	11.415,88	738,32	2.584,12	0,01	11.415,88
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Comercial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSPORTE	205.000,00	205.000,00	21.429,32	83.272,72	0,18	121.727,28	21.429,32	83.272,72	0,19	121.727,28
DESPORTO E LAZER	19.000,00	19.000,00	1.283,26	1.283,26	0,00	17.716,74	1.283,26	1.283,26	0,00	17.716,74
Desporto Comunitário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00	1.283,26	1.283,26	0,00	13.716,74	1.283,26	1.283,26	0,00	13.716,74
Entidades Consolidadas:										
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque										
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque										
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque										
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto										

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:04A9F80A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DESPESAS COM SAÚDE 4 BIMESTRE

CONSOLIDADO				
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.			
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.146.545,04	6.240.545,04	5.370.812,34	86,06
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	233.760,00	233.760,00	206.706,25	88,43
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	536.362,25	41,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.424.265,04	2.348.265,04	3.295.758,49	140,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.188.520,00	2.358.520,00	1.331.985,35	56,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	48.317.093,02	48.317.093,02	28.491.671,38	58,97
Cota-Parte FPM	24.766.224,02	24.766.224,02	13.869.516,44	56,00
Cota-Parte ITR	1.900.000,00	1.900.000,00	80.145,04	4,22
Cota-Parte IPVA	990.000,00	990.000,00	960.667,50	97,04
Cota-Parte ICMS	20.383.669,00	20.383.669,00	13.369.099,73	65,59
Cota-Parte IPI-Exportação	277.200,00	277.200,00	212.242,67	76,57
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	53.463.638,06	54.557.638,06	33.862.483,72	62,07

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.565.470,72	10.410.809,27	6.808.880,20	65,40	6.731.078,92	64,65	6.711.657,50	64,47
Despesas Correntes	9.250.470,72	10.118.014,07	6.774.827,06	66,96	6.710.345,78	66,32	6.690.924,36	66,13
Despesas de Capital	315.000,00	292.795,20	34.053,14	11,63	20.733,14	7,08	20.733,14	7,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	240.000,00	406.000,00	171.498,76	42,24	171.498,76	42,24	171.498,76	42,24
Despesas Correntes	234.000,00	400.000,00	171.498,76	42,87	171.498,76	42,87	171.498,76	42,87

Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.814.920,72	10.826.259,27	6.980.378,96	64,48	6.902.577,68	63,76	6.883.156,26	63,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.980.378,96	6.902.577,68	6.883.156,26
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.980.378,96	6.902.577,68	6.883.156,26
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.079.372,56
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.901.006,40	1.823.205,12	1.803.783,70
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,61	20,38	20,33

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2026 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2026	5.079.372,56	6.980.378,96	1.901.006,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.901.006,40	
Empenhos de 2025	7.121.699,88	8.185.977,33	1.064.277,45	53.134,63	0,00	0,00	0,00	2.675,78	0,00	1.064.277,45	
Empenhos de 2024	6.499.760,07	7.744.975,33	1.245.215,26	26.290,13	0,00	0,00	0,00	378,00	0,00	1.245.215,26	
Empenhos de 2023	5.850.463,60	7.438.087,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.563.485,00	2.887.485,00	1.963.698,15	68,01
Proveniente da União	2.354.080,00	2.354.080,00	1.655.782,06	70,34

Proveniente dos Estados	209.405,00	533.405,00	307.916,09	57,73
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	398.262,50	398.262,50	374.450,79	94,02
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.961.747,50	3.285.747,50	2.338.148,94	71,16

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.376.005,00	7.069.618,65	4.186.779,22	59,22	4.046.098,59	57,23	4.026.958,97	56,96
Despesas Correntes	2.283.100,00	4.898.737,07	2.321.170,23	47,38	2.298.489,60	46,92	2.279.349,98	46,53
Despesas de Capital	92.905,00	2.170.881,58	1.865.608,99	85,94	1.747.608,99	80,50	1.747.608,99	80,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	6.330,00	6.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	181.150,00	236.647,90	1.841,33	0,78	881,33	0,37	265,73	0,11
Despesas Correntes	175.150,00	230.647,90	1.841,33	0,80	881,33	0,38	265,73	0,12
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.563.485,00	7.312.596,55	4.188.620,55	57,28	4.046.979,92	55,34	4.027.224,70	55,07
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.941.475,72	17.480.427,92	10.995.659,42	62,90	10.777.177,51	61,65	10.738.616,47	61,43
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	15.780,00	15.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	421.150,00	642.647,90	173.340,09	26,97	172.380,09	26,82	171.764,49	26,73
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.378.405,72	18.138.855,82	11.168.999,51	61,58	10.949.557,60	60,37	10.910.380,96	60,15
Entidades Consolidadas:								
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque								
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque								
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque								
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto								

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:B1D65955

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITA CORRENTE LIQUIDA 4 BIMESTRE

CONSOLIDADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada 2026
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.083.438,17	7.178.943,49	6.328.288,33	8.644.685,27	7.215.281,88	6.332.473,10	5.677.357,43	6.516.803,72	6.318.268,52	7.391.733,36	7.388.775,49	6.658.239,13	82.734.287,89	82.047.771,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	406.848,87	462.536,03	433.622,94	784.395,95	357.137,09	514.995,32	817.748,51	578.986,50	370.807,68	1.309.910,29	761.249,52	758.807,08	7.557.045,78	6.410.505,54
IPTU	15.049,18	3.724,87	7.496,86	10.384,18	7.290,78	5.199,70	4.437,69	3.875,35	41.520,05	90.623,91	35.172,27	18.586,50	243.361,34	233.760,00
ISS	181.284,22	266.513,35	241.173,91	306.563,51	212.051,49	291.878,05	256.192,24	339.095,83	130.845,94	965.742,85	540.574,51	559.377,58	4.291.293,48	2.348.265,04
ITBI	28.238,43	16.420,00	5.600,00	111.901,68	8.547,76	31.774,45	350.568,86	27.560,00	25.580,00	50.347,98	17.043,20	24.940,00	698.522,36	1.300.000,00
IRRF	178.527,82	172.143,19	177.291,22	352.732,60	116.390,44	178.357,77	178.211,23	197.250,86	161.694,52	185.578,23	163.453,60	151.048,70	2.212.680,18	2.358.520,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.749,22	3.734,62	2.060,95	2.813,98	12.856,62	7.785,35	28.338,49	11.204,46	11.167,17	17.617,32	5.005,94	4.854,30	111.188,42	169.960,50
Contribuições	241.490,67	243.795,24	283.344,58	537.818,76	304.841,01	323.324,50	(162.216,42)	172.261,44	173.105,42	168.902,38	189.970,99	177.445,56	2.654.084,13	3.414.000,00
Receita patrimonial	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	559.491,17	536.541,90	924.168,82	751.795,04	9.491.917,85	8.129.382,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	803.794,17	695.464,30	990.160,17	622.539,21	1.391.187,02	815.691,76	664.755,44	736.328,85	559.491,17	536.541,90	924.168,82	751.795,04	9.491.917,85	8.129.382,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	91.928,50	93.027,34	91.111,29	120.936,47	95.960,86	85.853,63	101.193,55	89.356,80	103.522,32	93.223,23	100.144,63	92.696,45	1.158.955,07	1.171.960,00
Transferências correntes	5.358.986,41	5.489.813,31	4.350.374,75	6.388.640,93	5.056.835,11	4.585.283,27	4.248.352,41	4.680.554,27	5.097.628,96	5.280.520,87	4.930.078,75	4.378.883,93	59.845.952,97	62.307.218,26
Cota parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,36	26.341.224,02
Cota parte do ICMS	1.877.331,09	1.700.871,13	1.584.896,59	2.010.094,07	1.723.136,58	1.375.053,04	1.909.137,40	1.765.435,75	1.433.041,96	1.854.324,66	1.679.553,80	1.629.416,54	20.542.292,61	20.383.669,00
Cota parte do IPVA	17.290,41	24.112,24	13.586,57	30.151,35	558.213,48	83.246,91	97.902,95	70.098,36	71.088,20	31.897,86	21.569,58	26.650,16	1.045.808,07	990.000,00
Cota parte do ITR	76.892,38	1.299.063,12	45.081,78	20.240,87	12.366,33	3.463,91	1.016,03	6.221,50	20.550,61	1.704,19	1.695,49	33.126,98	1.521.423,19	1.900.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	26.411,08	25.328,41	25.033,63	30.323,31	22.763,79	23.888,22	23.647,03	20.801,94	24.997,77	33.383,26	30.219,92	32.540,74	319.339,10	277.200,00
Transferências do FUNDEB	470.039,84	545.915,14	507.879,05	578.386,97	716.643,56	499.550,44	486.744,44	559.535,57	615.003,35	525.098,51	515.819,96	509.041,08	6.529.657,91	6.693.158,37
Outras transferências correntes	989.574,37	619.289,40	440.421,05	927.901,94	251.776,01	372.227,20	380.804,38	670.026,74	1.010.437,13	808.572,52	527.242,76	438.694,23	7.436.967,73	5.721.966,87
Outras receitas correntes	180.389,55	194.307,27	179.674,60	190.353,95	9.320,79	7.324,62	7.523,94	259.315,86	13.712,97	2.634,69	483.162,78	498.611,07	2.026.332,09	614.705,00
DEDUÇÕES (II)	1.566.949,44	1.804.313,25	1.899.574,29	1.921.432,64	2.292.259,07	1.690.211,31	1.291.770,54	1.614.008,04	1.204.524,51	1.259.520,57	1.909.587,80	1.725.652,46	19.800.208,76	19.930.536,10
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	229.249,09	243.795,24	256.683,51	524.791,07	289.313,34	323.324,50	189.797,58	156.926,10	159.052,95	168.902,38	161.634,92	163.074,78	2.486.950,30	3.245.200,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	178.509,83	176.892,27	176.892,27	183.784,54	8.924,27	6.924,02	7.193,94	254.296,85	12.137,16	901,95	478.486,86	338.092,93	1.823.036,89	603.100,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	517.654,59	518.704,11	785.583,68	403.372,82	1.176.338,58	617.261,82	418.618,50	512.586,85	338.896,85	300.346,41	667.912,65	538.255,17	6.795.532,03	6.418.817,50
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	641.535,93	864.921,63	680.414,83	809.484,21	817.682,88	742.700,97	676.160,52	690.198,24	694.437,55	789.369,83	601.553,37	686.229,58	8.694.689,54	9.663.418,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.516.488,73	5.374.630,24	4.428.714,04	6.723.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.385.586,89	4.902.795,68	5.113.744,01	6.132.212,79	5.479.187,69	4.932.586,67	62.934.079,13	62.117.235,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	200.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	1.080.000,00	100.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO	5.316.488,73	5.324.630,24	4.428.714,04	6.373.252,63	4.923.022,81	4.642.261,79	4.385.586,89	4.802.795,68	4.733.744,01	6.132.212,79	5.479.187,69	4.932.586,67	61.854.079,13	62.017.235,20

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	(250.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	57.684,00	57.684,00	57.684,00	115.368,00	61.598,00	61.598,00	55.114,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	774.720,00	913.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	5.258.804,73	5.516.946,24	4.371.030,04	6.257.884,63	4.861.424,81	4.580.663,79	4.330.472,89	4.741.197,68	4.422.146,01	6.070.614,79	5.417.589,69	4.870.988,67	61.079.359,13	61.104.235,20

Entidades Consolidadas:
Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque
Câmara Municipal Boa Ventura São Roque
Fundo Munic Prev Boa Ventura São Roque
Samae-Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:CB423EF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RGF - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 2º QUADRIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.566.806,95	1.553.258,70	1.753.065,59	3.064.204,75	1.554.846,72	1.600.885,86	1.731.348,19	1.754.939,48	1.720.047,87	1.755.883,24	1.783.842,88	1.785.628,50	21.624.758,73	11.242,78
Pessoal Ativo	1.175.901,34	1.162.353,09	1.300.306,76	2.282.393,53	1.163.737,71	1.210.113,89	1.303.298,25	1.326.889,54	1.292.542,08	1.312.329,70	1.326.796,08	1.329.614,68	16.186.276,65	2.795,35
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.058.286,09	1.044.914,90	1.182.216,28	2.160.129,24	1.044.418,61	1.088.249,85	1.168.201,73	1.188.562,18	1.156.637,16	1.171.568,58	1.184.686,70	1.183.911,36	14.631.782,68	2.795,35
Obrigações Patronais	117.615,25	117.438,19	118.090,48	122.264,29	119.319,10	121.864,04	135.096,52	138.327,36	135.904,92	140.761,12	142.109,38	145.703,32	1.554.493,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	390.905,61	390.905,61	390.905,61	781.811,22	391.109,01	390.771,97	428.049,94	428.049,94	427.505,79	426.103,54	426.103,54	426.313,82	5.298.535,60	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	344.226,44	344.226,44	344.226,44	688.452,88	344.429,84	344.092,80	376.702,81	376.702,81	376.158,66	374.756,41	374.756,41	374.966,69	4.663.698,63	0,00
Pensões	46.679,17	46.679,17	46.679,17	93.358,34	46.679,17	46.679,17	51.347,13	51.347,13	51.347,13	51.347,13	51.347,13	51.347,13	634.836,97	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	61.853,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.450,00	30.943,26	29.700,00	139.946,48	8.447,43
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	409.024,81	414.190,26	405.108,02	810.010,02	404.871,29	390.771,97	447.364,73	428.049,94	430.530,36	428.733,64	428.733,64	457.449,05	5.454.837,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	126,07	2.629,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.794,15	4.549,23	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.905,61	390.905,61	390.905,61	781.811,22	391.109,01	390.771,97	428.049,94	428.049,94	427.505,79	426.103,54	426.103,54	426.313,82	5.298.535,60	0,00

Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	12.769,54	12.769,54	12.769,54	26.765,93	13.762,28	0,00	19.314,79	0,00	3.024,57	0,00	0,00	26.710,98	127.887,17	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	5.223,59	7.886,10	1.432,87	1.432,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.630,10	2.630,10	2.630,10	23.865,73	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.157.782,14	1.139.068,44	1.347.957,57	2.254.194,73	1.149.975,43	1.210.113,89	1.283.983,46	1.326.889,54	1.289.517,51	1.327.149,60	1.355.109,24	1.328.179,45	16.169.921,00	11.242,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.911.596,83	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.182.526,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	600.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	83.250,07	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	33.045.820,76	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	16.181.163,78	48,97%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.844.743,21	54%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	16.952.506,05	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.060.268,89	48,6%
Entidades:		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:A4F3E3B6

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	1.409.786,67	2.570.766,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.557.250,00	1.580.552,70	259.838,67	1.001.048,99	579.503,71	259.838,67	1.001.048,99	579.503,71	1.001.048,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.400.000,00	2.400.000,00	784.858,52	1.962.146,30	437.853,70	392.429,26	1.569.717,04	830.282,96	1.569.717,04
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	1.409.786,67	2.570.766,03
SUPERÁVIT (IV)	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00	15.061,94	59.475,01	(56.725,01)	59.475,01

TOTAL (V) = (III + IV)	3.960.000,00	3.983.302,70	1.044.697,19	2.963.195,29	1.020.107,41	667.329,87	2.630.241,04	1.353.061,66	2.630.241,04

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe da Divisão de Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:01078B65

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	40.342.750,00	45.504.077,98	6.123.537,13	26.909.286,82	90,08	18.594.791,16	7.417.840,55	23.845.497,78	90,27	21.658.580,20
LEGISLATIVA	1.838.400,00	1.838.400,00	213.388,97	943.446,50	3,16	894.953,50	228.953,67	921.561,44	3,49	916.838,56
ADMINISTRAÇÃO	6.366.000,00	6.419.291,37	1.031.566,09	4.152.619,45	13,90	2.266.671,92	934.838,01	3.658.899,99	13,85	2.760.391,38
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.126.500,00	1.317.672,30	196.285,02	739.399,07	2,48	578.273,23	174.334,10	619.151,37	2,34	698.520,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.700.000,00	5.700.000,00	852.417,36	3.344.007,55	11,19	2.355.992,45	852.417,36	3.344.007,55	12,66	2.355.992,45
SAÚDE	9.339.200,00	11.172.075,73	1.849.490,89	7.233.247,59	24,21	3.938.828,14	2.040.117,68	5.799.909,96	21,96	5.372.165,77
EDUCAÇÃO	6.399.150,00	6.732.727,98	1.115.927,66	4.059.208,33	13,59	2.673.519,65	1.016.198,14	3.760.074,72	14,23	2.972.653,26
CULTURA	582.000,00	582.000,00	34.239,06	254.621,20	0,85	327.378,80	64.129,00	185.266,86	0,70	396.733,14
URBANISMO	2.618.000,00	2.929.780,01	473.927,92	1.751.029,63	5,86	1.178.750,38	330.692,52	1.513.156,02	5,73	1.416.623,99
HABITAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	376.500,00	366.500,00	11.291,88	226.077,44	0,76	140.422,56	52.599,78	146.162,09	0,55	220.337,91
AGRICULTURA	944.000,00	3.062.000,00	97.077,68	2.458.781,96	8,23	603.218,04	1.336.274,03	2.442.719,24	9,25	619.280,76
COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ENERGIA	333.000,00	406.384,76	56.904,52	130.489,28	0,44	275.895,48	29.467,93	77.297,20	0,29	329.087,56
TRANSPORTE	1.249.000,00	1.345.619,48	135.241,53	696.282,79	2,33	649.336,69	194.983,55	655.571,46	2,48	690.048,02
DESPORTO E LAZER	364.000,00	364.000,00	53.984,40	234.931,12	0,79	129.068,88	49.412,03	192.016,48	0,73	171.983,52
ENCARGOS ESPECIAIS	755.000,00	915.626,35	1.794,15	685.144,91	2,29	230.481,44	113.422,75	529.703,40	2,01	385.922,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.326.000,00	2.326.000,00	0,00	0,00	0,00	2.326.000,00	0,00	0,00	0,00	2.326.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	9,92	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	9,73	1.409.786,67
TOTAL III = (I + II)	44.300.000,00	49.484.630,68	7.168.234,32	29.872.482,11	100,00	19.612.148,57	8.070.108,48	26.416.263,81	100,00	23.068.366,87

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:7CA4A922

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	40.342.750,00	45.504.077,98	6.123.537,13	26.909.286,82	90,08	18.594.791,16	7.417.840,55	23.845.497,78	90,27	21.658.580,20
LEGISLATIVA	1.838.400,00	1.838.400,00	213.388,97	943.446,50	3,16	894.953,50	228.953,67	921.561,44	3,49	916.838,56
AÇÃO LEGISLATIVA	1.838.400,00	1.838.400,00	213.388,97	943.446,50	3,16	894.953,50	228.953,67	921.561,44	3,49	916.838,56
ADMINISTRAÇÃO	6.366.000,00	6.419.291,37	1.031.566,09	4.152.619,45	13,90	2.266.671,92	934.838,01	3.658.899,99	13,85	2.760.391,38
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.439.000,00	5.492.291,37	879.796,80	3.528.253,06	11,81	1.964.038,31	783.939,34	3.047.897,56	11,54	2.444.393,81
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	461.000,00	461.000,00	90.172,72	358.678,68	1,20	102.321,32	90.172,72	358.678,68	1,36	102.321,32
CONTROLE INTERNO	83.000,00	83.000,00	13.266,31	41.505,03	0,14	41.494,97	13.266,31	41.505,03	0,16	41.494,97
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	383.000,00	383.000,00	48.330,26	224.182,68	0,75	158.817,32	47.459,64	210.818,72	0,80	172.181,28
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.126.500,00	1.317.672,30	196.285,02	739.399,07	2,48	578.273,23	174.334,10	619.151,37	2,34	698.520,93
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	15.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	80.000,00	172.350,00	79.197,12	87.136,12	0,29	85.213,88	28.338,91	36.177,91	0,14	136.172,09
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.031.500,00	1.135.322,30	117.087,90	652.262,95	2,18	483.059,35	145.995,19	582.973,46	2,21	552.348,84
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.700.000,00	5.700.000,00	852.417,36	3.344.007,55	11,19	2.355.992,45	852.417,36	3.344.007,55	12,66	2.355.992,45
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	5.700.000,00	5.700.000,00	852.417,36	3.344.007,55	11,19	2.355.992,45	852.417,36	3.344.007,55	12,66	2.355.992,45
SAÚDE	9.339.200,00	11.172.075,73	1.849.490,89	7.233.247,59	24,21	3.938.828,14	2.040.117,68	5.799.909,96	21,96	5.372.165,77
ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	108.000,00	10.278,56	51.080,72	0,17	56.919,28	10.096,08	50.593,24	0,19	57.406,76
ATENÇÃO BÁSICA	6.912.550,00	8.440.108,60	1.445.562,91	5.281.775,01	17,68	3.158.333,59	1.692.312,28	4.512.766,44	17,08	3.927.342,16
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.131.150,00	1.321.879,60	118.573,72	1.205.899,92	4,04	115.979,68	165.133,19	702.517,35	2,66	619.362,25
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	789.000,00	859.625,85	139.954,17	410.261,71	1,37	449.364,14	103.055,97	318.237,05	1,20	541.388,80
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	246.500,00	254.395,69	37.480,44	147.418,07	0,49	106.977,62	37.480,44	147.418,07	0,56	106.977,62
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	55.000,00	120.070,75	52.244,61	68.816,92	0,23	51.253,83	7.919,24	21.658,57	0,08	98.412,18
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	70.000,00	67.995,24	45.396,48	67.995,24	0,23	0,00	24.120,48	46.719,24	0,18	21.276,00
EDUCAÇÃO	6.399.150,00	6.732.727,98	1.115.927,66	4.059.208,33	13,59	2.673.519,65	1.016.198,14	3.760.074,72	14,23	2.972.653,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	304.000,00	304.000,00	37.567,82	168.663,81	0,56	135.336,19	42.514,83	163.931,01	0,62	140.068,99
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	275.000,00	297.000,00	86.913,46	218.869,95	0,73	78.130,05	82.412,26	189.156,89	0,72	107.843,11
ENSINO FUNDAMENTAL	2.402.000,00	2.489.821,66	334.548,39	1.529.275,13	5,12	960.546,53	352.747,88	1.481.264,13	5,61	1.008.557,53
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.119.000,00	2.267.250,75	434.099,78	1.399.593,28	4,69	867.657,47	367.774,91	1.310.356,77	4,96	956.893,98
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.400,00	7.400,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	132.250,00	128.250,00	95.714,20	95.714,20	0,32	32.535,80	31.904,72	31.904,72	0,12	96.345,28
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.158.500,00	1.239.005,57	127.084,01	647.091,96	2,17	591.913,61	138.843,54	583.461,20	2,21	655.544,37
CULTURA	582.000,00	582.000,00	34.239,06	254.621,20	0,85	327.378,80	64.129,00	185.266,86	0,70	396.733,14
DIFUSÃO CULTURAL	582.000,00	582.000,00	34.239,06	254.621,20	0,85	327.378,80	64.129,00	185.266,86	0,70	396.733,14
URBANISMO	2.618.000,00	2.929.780,01	473.927,92	1.751.029,63	5,86	1.178.750,38	330.692,52	1.513.156,02	5,73	1.416.623,99
INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.484.000,00	2.423.780,01	473.927,92	1.379.029,63	4,62	1.044.750,38	330.692,52	1.145.356,02	4,34	1.278.423,99
SERVIÇOS URBANOS	134.000,00	506.000,00	0,00	372.000,00	1,25	134.000,00	0,00	367.800,00	1,39	138.200,00
HABITAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
HABITAÇÃO URBANA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	376.500,00	366.500,00	11.291,88	226.077,44	0,76	140.422,56	52.599,78	146.162,09	0,55	220.337,91
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	376.500,00	366.500,00	11.291,88	226.077,44	0,76	140.422,56	52.599,78	146.162,09	0,55	220.337,91
AGRICULTURA	944.000,00	3.062.000,00	97.077,68	2.458.781,96	8,23	603.218,04	1.336.274,03	2.442.719,24	9,25	619.280,76
ADMINISTRAÇÃO GERAL	673.000,00	675.348,42	62.280,76	268.877,49	0,90	406.470,93	71.477,11	252.814,77	0,96	422.533,65
ABASTECIMENTO	271.000,00	2.386.651,58	34.796,92	2.189.904,47	7,33	196.747,11	1.264.796,92	2.189.904,47	8,29	196.747,11
COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
TURISMO	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ENERGIA	333.000,00	406.384,76	56.904,52	130.489,28	0,44	275.895,48	29.467,93	77.297,20	0,29	329.087,56
ENERGIA ELÉTRICA	333.000,00	406.384,76	56.904,52	130.489,28	0,44	275.895,48	29.467,93	77.297,20	0,29	329.087,56
TRANSPORTE	1.249.000,00	1.345.619,48	135.241,53	696.282,79	2,33	649.336,69	194.983,55	655.571,46	2,48	690.048,02
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.249.000,00	1.345.619,48	135.241,53	696.282,79	2,33	649.336,69	194.983,55	655.571,46	2,48	690.048,02
DESPORTO E LAZER	364.000,00	364.000,00	53.984,40	234.931,12	0,79	129.068,88	49.412,03	192.016,48	0,73	171.983,52

ADMINISTRAÇÃO GERAL	156.000,00	161.000,00	20.149,27	100.653,59	0,34	60.346,41	21.264,50	93.204,47	0,35	67.795,53
DESPORTO COMUNITÁRIO	208.000,00	203.000,00	33.835,13	134.277,53	0,45	68.722,47	28.147,53	98.812,01	0,37	104.187,99
ENCARGOS ESPECIAIS	755.000,00	915.626,35	1.794,15	685.144,91	2,29	230.481,44	113.422,75	529.703,40	2,01	385.922,95
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	285.000,00	285.000,00	0,00	276.484,76	0,93	8.515,24	46.172,07	183.931,16	0,70	101.068,84
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	360.000,00	360.000,00	0,00	240.400,00	0,80	119.600,00	65.456,53	177.512,09	0,67	182.487,91
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	110.000,00	270.626,35	1.794,15	168.260,15	0,56	102.366,20	1.794,15	168.260,15	0,64	102.366,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.326.000,00	2.326.000,00	0,00	0,00	0,00	2.326.000,00	0,00	0,00	0,00	2.326.000,00
RESERVA DO RPPS	2.104.000,00	2.104.000,00	0,00	0,00	0,00	2.104.000,00	0,00	0,00	0,00	2.104.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	222.000,00	222.000,00	0,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	0,00	0,00	222.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	9,92	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	9,73	1.409.786,67
TOTAL III = (I + II)	44.300.000,00	49.484.630,68	7.168.234,32	29.872.482,11	100,00	19.612.148,57	8.070.108,48	26.416.263,81	100,00	23.068.366,87
ELTON FABIO LAZARETTI		***LETICIA APARECIDA ALVES***				***MARCOS ROGERIO SOARES***				
Prefeito Municipal		Controlador Interno				Chefe Da Divisão De Contabilidade				
Entidades:										
Câmara Municipal de Cafeara										
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara										
Prefeitura Municipal de Cafeara										

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:52D52345

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	9,92	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	9,73	1.409.786,67
LEGISLATIVA	61.600,00	61.600,00	9.374,60	36.453,52	0,12	25.146,48	9.374,60	36.453,52	0,14	25.146,48
AÇÃO LEGISLATIVA	61.600,00	61.600,00	9.374,60	36.453,52	0,12	25.146,48	9.374,60	36.453,52	0,14	25.146,48
ADMINISTRAÇÃO	2.613.400,00	2.613.400,00	815.631,53	2.087.880,02	6,99	525.519,98	423.202,27	1.695.450,76	6,42	917.949,24
ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.400,00	150.400,00	18.860,29	80.017,77	0,27	70.382,23	18.860,29	80.017,77	0,30	70.382,23
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.454.000,00	2.454.000,00	795.412,26	2.002.549,87	6,70	451.450,13	402.983,00	1.610.120,61	6,10	843.879,39
CONTROLE INTERNO	9.000,00	9.000,00	1.358,98	5.312,38	0,02	3.687,62	1.358,98	5.312,38	0,02	3.687,62
ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.000,00	58.302,70	9.502,78	38.613,60	0,13	19.689,10	9.502,78	38.613,60	0,15	19.689,10
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	49.000,00	58.302,70	9.502,78	38.613,60	0,13	19.689,10	9.502,78	38.613,60	0,15	19.689,10
SAÚDE	528.950,00	531.950,00	88.436,74	328.267,47	1,10	203.682,53	88.436,74	328.267,47	1,24	203.682,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.000,00	7.000,00	1.151,86	4.066,24	0,01	2.933,76	1.151,86	4.066,24	0,02	2.933,76
ATENÇÃO BÁSICA	476.000,00	476.000,00	78.676,42	293.233,31	0,98	182.766,69	78.676,42	293.233,31	1,11	182.766,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	950,00	950,00	0,00	0,00	0,00	950,00	0,00	0,00	0,00	950,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	24.000,00	24.000,00	4.458,04	16.722,30	0,06	7.277,70	4.458,04	16.722,30	0,06	7.277,70
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	24.000,00	24.000,00	4.150,42	14.245,62	0,05	9.754,38	4.150,42	14.245,62	0,05	9.754,38
EDUCAÇÃO	523.300,00	524.300,00	92.475,32	351.077,14	1,18	173.222,86	92.475,32	351.077,14	1,33	173.222,86
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	2.570,44	8.715,75	0,03	1.284,25	2.570,44	8.715,75	0,03	1.284,25
ENSINO FUNDAMENTAL	216.000,00	216.000,00	39.424,92	149.820,32	0,50	66.179,68	39.424,92	149.820,32	0,57	66.179,68
EDUCAÇÃO INFANTIL	234.000,00	235.000,00	40.379,90	153.371,17	0,51	81.628,83	40.379,90	153.371,17	0,58	81.628,83
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	60.500,00	60.500,00	10.100,06	39.169,90	0,13	21.330,10	10.100,06	39.169,90	0,15	21.330,10
CULTURA	8.000,00	8.000,00	1.355,94	5.277,06	0,02	2.722,94	1.355,94	5.277,06	0,02	2.722,94
DIFUSÃO CULTURAL	8.000,00	8.000,00	1.355,94	5.277,06	0,02	2.722,94	1.355,94	5.277,06	0,02	2.722,94
URBANISMO	130.000,00	115.000,00	15.792,68	69.999,57	0,23	45.000,43	15.792,68	69.999,57	0,26	45.000,43
INFRA-ESTRUTURA URBANA	130.000,00	115.000,00	15.792,68	69.999,57	0,23	45.000,43	15.792,68	69.999,57	0,26	45.000,43
GESTÃO AMBIENTAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AGRICULTURA	20.000,00	30.000,00	6.454,36	23.539,28	0,08	6.460,72	6.454,36	23.539,28	0,09	6.460,72
ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	30.000,00	6.454,36	23.539,28	0,08	6.460,72	6.454,36	23.539,28	0,09	6.460,72
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TURISMO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSPORTE	18.000,00	33.000,00	5.673,24	22.087,63	0,07	10.912,37	5.673,24	22.087,63	0,08	10.912,37
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	18.000,00	33.000,00	5.673,24	22.087,63	0,07	10.912,37	5.673,24	22.087,63	0,08	10.912,37
DESPORTO E LAZER	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	3.957.250,00	3.980.552,70	1.044.697,19	2.963.195,29	100,00	1.017.357,41	652.267,93	2.570.766,03	100,00	1.409.786,67
ELTON FABIO LAZARETTI		***LETICIA APARECIDA ALVES***			***MARCOS ROGERIO SOARES***					
Prefeito Municipal		Controlador Interno			Chefe Da Divisão De Contabilidade					
Entidades:										
Câmara Municipal de Cafeara										
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara										
Prefeitura Municipal de Cafeara										

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:86E501B5

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2026**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.480.927,76	3.052.085,98	3.014.111,41	5.275.019,00	3.605.086,37	3.608.180,60	2.991.730,64	4.472.926,74	4.512.184,75	3.644.851,41	3.888.890,21	3.338.087,37	44.884.082,24	45.909.999,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	151.094,70	259.586,82	66.666,20	389.414,08	139.423,26	131.930,83	173.040,31	206.217,62	331.491,99	174.106,72	182.761,85	159.876,92	2.365.611,30	2.937.000,00
IPTU	7.033,41	8.272,37	6.664,16	6.451,04	4.581,38	3.919,34	3.305,53	36.942,24	114.381,27	24.954,77	23.971,28	7.165,47	247.642,26	321.000,00
ISS	13.894,11	27.762,71	12.335,37	31.923,74	15.804,63	12.455,21	18.095,06	18.186,29	20.086,89	14.924,36	12.287,09	9.422,98	207.178,44	152.000,00
ITBI	0,00	83.279,32	10.436,66	909,00	12.715,95	3.400,00	16.337,23	4.499,81	29.553,90	1.036,96	8.391,64	10.021,59	180.582,06	847.000,00
IRRF	122.939,75	133.057,91	32.867,85	342.366,17	99.496,33	106.955,01	122.900,11	120.183,79	129.299,56	115.078,21	116.637,45	125.805,92	1.567.588,06	1.480.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.227,43	7.214,51	4.362,16	7.764,13	6.824,97	5.201,27	12.402,38	26.405,49	38.170,37	18.112,42	21.474,39	7.460,96	162.620,48	137.000,00
Contribuições	141.575,91	137.652,73	33.691,17	360.536,86	144.196,61	141.104,62	162.664,87	166.000,13	163.823,41	163.133,56	166.203,01	162.044,56	1.942.627,44	1.785.000,00
Receita patrimonial	345.792,94	363.969,73	287.579,49	323.831,84	322.633,81	276.494,51	327.978,22	444.003,11	378.753,58	281.044,26	367.181,72	380.172,81	4.099.436,02	3.163.912,93
Rendimentos de Aplicação Financeira	345.792,94	363.969,73	287.579,49	323.831,84	322.633,81	276.494,51	327.978,22	444.003,11	378.753,58	281.044,26	367.181,72	380.172,81	4.099.436,02	3.163.912,93
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	2.934,76	2.930,30	3.208,77	2.473,54	4.013,92	152,17	2.877,52	3.436,38	3.253,06	4.651,21	4.180,51	3.583,80	37.695,94	70.000,00
Transferências correntes	2.833.325,46	2.280.490,51	2.616.761,79	4.186.354,70	2.988.614,78	3.052.294,48	2.318.723,87	3.646.823,65	3.628.416,86	3.015.469,81	3.158.052,98	2.621.710,00	36.347.038,89	37.860.086,66
Cota parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,36	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,30	23.000.000,00
Cota parte do ICMS	516.351,72	467.817,19	435.918,90	552.867,61	476.233,93	380.143,86	527.795,53	488.068,12	396.175,33	512.642,14	464.325,40	450.464,58	5.668.804,31	6.200.000,00
Cota parte do IPVA	22.348,18	8.132,21	8.740,72	7.809,22	117.865,30	25.098,00	25.885,76	21.818,08	20.602,41	7.280,88	8.962,91	4.944,98	279.488,65	470.000,00
Cota parte do ITR	31.980,82	139.751,97	67.225,31	70.111,36	30.471,37	10.002,83	27.189,75	20.479,45	20.227,16	508,65	20.606,48	21.360,46	459.915,61	800.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	7.264,25	6.966,47	6.885,39	8.340,29	6.293,21	6.604,08	6.537,39	5.750,84	6.910,81	9.229,04	8.354,52	8.996,13	88.132,42	100.000,00
Transferências do FUNDEB	180.227,20	209.305,18	194.731,98	221.581,89	301.176,81	215.863,27	211.918,06	242.608,39	233.227,60	225.955,91	222.301,85	220.909,46	2.679.807,60	2.780.000,00
Outras transferências correntes	173.706,05	173.283,62	169.783,41	534.101,97	284.638,80	186.728,89	170.297,20	1.279.664,36	1.028.763,61	234.313,32	279.524,58	205.620,19	4.720.426,00	4.510.086,66
Outras receitas correntes	6.203,99	7.455,89	6.203,99	12.407,98	6.203,99	6.203,99	6.445,85	6.445,85	6.445,85	6.445,85	10.510,14	10.699,28	91.672,65	94.000,00

DEDUÇÕES (II)	731.420,70	765.266,67	667.608,09	1.092.829,03	838.483,77	848.890,72	741.734,47	923.268,31	898.670,30	841.398,24	752.419,42	870.495,69	9.972.485,41	9.654.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	118.608,14	118.525,96	9.569,73	338.050,71	117.652,91	117.472,07	134.266,06	136.436,77	134.965,97	135.370,17	135.489,41	136.806,76	1.633.214,66	1.460.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	6.203,99	6.203,99	6.203,99	12.407,98	6.203,99	6.203,99	6.445,85	6.445,85	6.445,85	6.445,85	6.445,85	6.445,85	82.103,03	80.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	249.068,59	260.956,45	201.385,16	223.222,27	234.067,10	195.274,25	213.720,91	355.475,57	283.973,41	188.542,17	255.088,60	288.207,09	2.948.981,57	2.500.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	357.539,98	379.580,27	450.449,21	519.148,07	480.559,77	529.940,41	387.301,65	424.910,12	473.285,07	511.040,05	355.395,56	439.035,99	5.308.186,15	5.614.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.749.507,06	2.286.819,31	2.346.503,32	4.182.189,97	2.766.602,60	2.759.289,88	2.249.996,17	3.549.658,43	3.613.514,45	2.803.453,17	3.136.470,79	2.467.591,68	34.911.596,83	36.255.999,59
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	852.526,00	0,00	0,00	0,00	1.182.526,00	2.802.386,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.749.507,06	2.286.819,31	2.346.503,32	4.182.189,97	2.766.602,60	2.759.289,88	2.249.996,17	3.219.658,43	2.760.988,45	2.803.453,17	3.136.470,79	2.467.591,68	33.729.070,83	33.453.612,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	2.252.386,66
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	6.072,00	6.072,00	6.072,00	13.081,93	6.484,00	6.484,00	6.564,14	6.484,00	6.484,00	6.484,00	6.484,00	6.484,00	83.250,07	738.912,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.743.435,06	2.280.747,31	2.340.431,32	4.169.108,04	2.760.118,60	2.752.805,88	2.243.432,03	2.613.174,43	2.754.504,45	2.796.969,17	3.129.986,79	2.461.107,68	33.045.820,76	30.462.313,34
ELTON FABIO LAZARETTI					***LETICIA APARECIDA ALVES***					***MARCOS ROGERIO SOARES***				
Prefeito Municipal					Controlador Interno					Chefe Da Divisão De Contabilidade				
Entidades:														
Câmara Municipal de Cafeara														
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara														
Prefeitura Municipal de Cafeara														

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:DFA445D3

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS- 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R$ 1,00	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	33.099.384,60	25.320.831,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ELTON FABIO LAZARETTI		***LETICIA APARECIDA ALVES***					***MARCOS ROGERIO SOARES***				
Prefeito Municipal		Controlador Interno					Chefe Da Divisão De Contabilidade				
Entidades:											
Câmara Municipal de Cafeara											
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara											

Prefeitura Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:AC8D0298

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A AGOSTO DE 2026
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.800.000,00	2.800.000,00	1.362.797,25	48,67
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	321.000,00	321.000,00	219.221,28	68,29
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	847.000,00	847.000,00	85.957,08	10,15
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	152.000,00	152.000,00	121.262,51	79,78
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.480.000,00	1.480.000,00	936.356,38	63,27
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.070.000,00	28.070.000,00	18.007.345,82	64,15
Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	13.869.516,44	67,66
Cota-Parte ITR	800.000,00	800.000,00	150.846,15	18,86
Cota-Parte IPVA	470.000,00	470.000,00	232.458,32	49,46
Cota-Parte ICMS	6.200.000,00	6.200.000,00	3.695.848,89	59,61
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	58.676,02	58,68
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	30.870.000,00	30.870.000,00	19.370.143,07	62,75

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.876.050,0	5.419.477,3	3.553.327,45	65,57	3.254.777,55	60,06	3.243.344,90	59,85
Despesas Correntes	4.846.050,0	5.143.470,6	3.284.124,62	63,85	3.169.181,46	61,62	3.157.748,81	61,39
Despesas de Capital	30.000,00	276.006,72	269.202,83	97,53	85.596,09	31,01	85.596,09	31,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	802.100,00	1.131.606,4	1.120.676,72	99,03	667.381,50	58,98	667.381,50	58,98
Despesas Correntes	801.600,00	1.131.106,4	1.120.298,23	99,04	667.160,37	58,98	667.160,37	58,98
Despesas de Capital	500,00	500,00	378,49	75,70	221,13	44,23	221,13	44,23
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	365.000,00	396.249,37	356.702,24	90,02	282.755,25	71,36	282.755,25	71,36
Despesas Correntes	360.000,00	391.249,37	356.702,24	91,17	282.755,25	72,27	282.755,25	72,27
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	255.500,00	263.098,98	161.366,98	61,33	161.366,98	61,33	161.366,98	61,33
Despesas Correntes	253.000,00	262.598,98	161.366,98	61,45	161.366,98	61,45	161.366,98	61,45
Despesas de Capital	2.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	139.000,00	115.000,00	55.146,96	47,95	54.659,48	47,53	54.659,48	47,53
Despesas Correntes	129.000,00	105.000,00	55.146,96	52,52	54.659,48	52,06	54.659,48	52,06
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.481.650,0	7.334.432,1	5.247.220,35	71,54	4.420.940,76	60,28	4.409.508,11	60,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.247.220,35	4.420.940,76	4.409.508,11
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	445.308,16	445.308,16	445.308,16
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.801.912,19	3.975.632,60	3.964.199,95
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.905.521,46
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.896.390,73	1.070.111,14	1.058.678,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	24,79	20,52	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -	
Empenhos de 2026	2.905.521,46	4.801.912,19	1.896.390,73	0,00	445.308,16	0,00	0,00	0,00	29.424,50	2.341.698,89	
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	29.424,50	29.424,50	29.424,50	-29.424,50
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.520.000,00	2.632.386,66	2.651.573,98	100,73
Proveniente da União	2.290.000,00	2.402.386,66	2.377.096,88	98,95
Proveniente dos Estados	230.000,00	230.000,00	274.477,10	119,34
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	78.500,00	81.532,14	193.925,53	237,85
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.598.500,00	2.713.918,80	2.845.499,51	104,85

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.378.000,0	3.395.126,4	2.021.680,87	59,55	1.551.222,20	45,69	1.545.554,72	45,52
Despesas Correntes	2.278.000,0	2.330.949,6	1.221.861,91	52,42	1.039.273,20	44,59	1.033.605,72	44,34
Despesas de Capital	100.000,00	1.064.176,8	799.818,96	75,16	511.949,00	48,11	511.949,00	48,11
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	230.000,00	91.223,20	85.223,20	93,42	35.135,85	38,52	35.135,85	38,52
Despesas Correntes	229.000,00	90.223,20	85.223,20	94,46	35.135,85	38,94	35.135,85	38,94
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	89.000,00	128.376,48	57.238,73	44,59	39.161,06	30,50	39.161,06	30,50
Despesas Correntes	88.000,00	116.091,57	45.953,82	39,58	37.624,01	32,41	37.624,01	32,41
Despesas de Capital	1.000,00	12.284,91	11.284,91	91,86	1.537,05	12,51	1.537,05	12,51
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	15.000,00	15.296,71	296,71	1,94	296,71	1,94	296,71	1,94
Despesas Correntes	15.000,00	15.296,71	296,71	1,94	296,71	1,94	296,71	1,94
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	46.000,00	111.070,75	68.816,92	61,96	21.658,57	19,50	21.658,57	19,50
Despesas Correntes	45.000,00	53.089,01	11.835,18	22,29	9.414,77	17,73	9.414,77	17,73
Despesas de Capital	1.000,00	57.981,74	56.981,74	98,28	12.243,80	21,12	12.243,80	21,12
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.758.000,0	3.741.093,6	2.233.256,43	59,70	1.647.474,39	44,04	1.641.806,91	43,89

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.254.050,0	8.814.603,8	5.575.008,32	63,25	4.805.999,75	54,52	4.788.899,62	54,33
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.032.100,0	1.222.829,6	1.205.899,92	98,62	702.517,35	57,45	702.517,35	57,45
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	454.000,00	524.625,85	413.940,97	78,90	321.916,31	61,36	321.916,31	61,36
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	270.500,00	278.395,69	161.663,69	58,07	161.663,69	58,07	161.663,69	58,07
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	55.000,00	120.070,75	68.816,92	57,31	21.658,57	18,04	21.658,57	18,04
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	139.000,00	115.000,00	55.146,96	47,95	54.659,48	47,53	54.659,48	47,53
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.239.650,0	11.075.525,	7.480.476,78	67,54	6.068.415,15	54,79	6.051.315,02	54,64

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		
Câmara Municipal de Cafeara		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:7C2DCDFA

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE CAFEARA - RREO - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO - 4º BIMESTRE

CONSOLIDADO DE CAFEARA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO A AGOSTO DE 2026
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**317.283,59**	**316.883,11**	**0,00**	**400,48**	**0,00**	**1.722.545,56**	**1.389.360,72**	**1.389.360,72**	**215.895,56**	**117.289,28**	**117.689,76**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Cafeara	**0,00**	**317.283,59**	**316.883,11**	**0,00**	**400,48**	**0,00**	**1.722.545,56**	**1.389.360,72**	**1.389.360,72**	**215.895,56**	**117.289,28**	**117.689,76**
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	58,72	58,72	0,00	0,00	0,00	1.494,96	1.494,96	1.494,96	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO E	0,00	116.777,19	116.777,19	0,00	0,00	0,00	1.012.497,97	944.125,54	944.125,54	50.426,29	17.946,14	17.946,14
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	63.524,52	63.124,04	0,00	400,48	0,00	328.876,83	188.019,49	188.019,49	111.742,39	29.114,95	29.515,43
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	965,80	965,80	0,00	0,00	0,00	38.665,90	10.402,03	10.402,03	1.509,16	26.754,71	26.754,71
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	0,00	107.931,80	107.931,80	0,00	0,00	0,00	262.211,75	213.238,97	213.238,97	45.167,14	3.805,64	3.805,64
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	23.437,27	23.437,27	0,00	0,00	0,00	71.132,06	30.141,77	30.141,77	5.041,19	35.949,10	35.949,10
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	4.588,29	4.588,29	0,00	0,00	0,00	7.666,09	1.937,96	1.937,96	2.009,39	3.718,74	3.718,74
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I	**0,00**	**317.283,59**	**316.883,11**	**0,00**	**400,48**	**0,00**	**1.722.545,56**	**1.389.360,7**	**1.389.360,7**	**215.895,56**	**117.289,28**	**117.689,76**

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Chefe Da Divisão De Contabilidade
Entidades:		

Câmara Municipal de Cafeara
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara
Prefeitura Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:3E7FA5E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/QUADRIMESTRAL MAIO-AGOSTO
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS (Últimos EXECUTADAS 12 Meses) LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)
	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026	Julho 2026	Agosto 2026		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	327.880,75	383.114,41	411.884,18	503.310,09	373.389,36	347.068,22	394.117,74	369.527,28	365.213,20	358.440,70	438.437,26	359.708,12	4.632.091,31	8.323,42
Pessoal Ativo	327.880,75	383.114,41	411.884,18	503.310,09	373.389,36	347.068,22	394.117,74	369.527,28	365.213,20	358.440,70	438.437,26	359.708,12	4.632.091,31	8.323,42
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	292.808,29	345.085,93	377.952,13	436.976,60	324.440,93	302.182,83	344.005,22	321.539,20	317.455,74	311.683,93	389.984,75	312.830,79	4.076.946,34	7.237,76
Obrigações Patronais	35.072,46	38.028,48	33.932,05	66.333,49	48.948,43	44.885,39	50.112,52	47.988,08	47.757,46	46.756,77	48.452,51	46.877,33	555.144,97	1.085,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	327.880,75	383.114,41	411.884,18	503.310,09	373.389,36	347.068,22	394.117,74	369.527,28	365.213,20	358.440,70	438.437,26	359.708,12	4.632.091,31	8.323,42

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**312.083.671,75**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**3.540.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**300.000,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**1.770.414,38**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**306.473.257,37**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**4.640.414,73**	**1,51**

LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**18.388.395,44**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**17.468.975,67**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**16.549.555,90**	**5,40**
Notas Explicativas		
ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA		
Contador		

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:D441CEB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 12 - DESPESA COM SAÚDE

Municipio de Coronel Vivida-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	27.800.543,00	27.800.543,00	20.012.024,96	71,98
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	8.709.152,00	8.709.152,00	6.075.063,66	69,75
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.428.726,00	4.428.726,00	1.501.876,05	33,91
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.182.447,00	10.182.447,00	8.348.719,73	81,99
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.480.218,00	4.480.218,00	4.086.365,52	91,21
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	90.077.100,00	90.077.100,00	58.160.984,74	64,57
Cota-Parte FPM	44.010.000,00	44.010.000,00	32.362.205,05	73,53
Cota-Parte ITR	880.200,00	880.200,00	196.941,60	22,37
Cota-Parte IPVA	7.628.400,00	7.628.400,00	4.338.086,33	56,87
Cota-Parte ICMS	36.675.000,00	36.675.000,00	20.931.364,34	57,07
Cota-Parte IPI-Exportação	733.500,00	733.500,00	332.387,42	45,32
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	150.000,00	150.000,00	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	117.877.643,00	117.877.643,00	78.173.009,70	66,32

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	20.251.015,40	19.362.087,40	8.510.475,67	43,95	8.345.185,48	43,10	8.216.123,43	42,43
Despesas Correntes	19.143.562,90	18.254.634,90	8.416.451,28	46,11	8.320.773,09	45,58	8.191.711,04	44,87
Despesas de Capital	1.107.452,50	1.107.452,50	94.024,39	8,49	24.412,39	2,20	24.412,39	2,20
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	5.382.625,10	4.992.625,10	1.912.697,56	38,31	1.639.479,35	32,84	1.612.052,80	32,29
Despesas Correntes	5.231.184,20	4.841.184,20	1.900.351,23	39,25	1.634.388,85	33,76	1.606.962,30	33,19
Despesas de Capital	151.440,90	151.440,90	12.346,33	8,15	5.090,50	3,36	5.090,50	3,36
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	185.000,00	185.000,00	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69
Despesas Correntes	185.000,00	185.000,00	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69	6.823,13	3,69
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	677.224,10	677.224,10	115.549,44	17,06	102.590,51	15,15	100.852,53	14,89
Despesas Correntes	677.224,10	677.224,10	115.549,44	17,06	102.590,51	15,15	100.852,53	14,89
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	268.322,10	268.322,10	35.365,82	13,18	34.847,82	12,99	34.507,90	12,86
Despesas Correntes	268.322,10	268.322,10	35.365,82	13,18	34.847,82	12,99	34.507,90	12,86
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	700.000,00	700.000,00	370.100,27	52,87	370.100,27	52,87	370.100,27	52,87
Despesas Correntes	700.000,00	700.000,00	370.100,27	52,87	370.100,27	52,87	370.100,27	52,87

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	27.464.186,70	26.185.258,70	10.951.011,89	41,82	10.499.026,56	40,10	10.340.460,06	39,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	10.951.011,89	10.499.026,56	10.340.460,06
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	10.951.011,89	10.499.026,56	10.340.460,06
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			11.725.951,46
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			11.725.951,46
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	-1.226.924,90	-1.385.491,40
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	1.226.924,90	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	13,43	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	1.226.924,90
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	4.419.987,53	-	-	-	4.419.987,53
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	4.419.987,53	-	-	-	5.646.912,43

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	11.725.951,46	10.499.026,56	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	13.979,99	-	-	-	13.979,99
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	38.014,12	-	-	-	38.014,12
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	51.994,11	-	-	-	51.994,11

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS

			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	-	-	9.482.664,51	-
Proveniente da União	-	-	6.768.216,98	-
Proveniente dos Estados	-	-	2.714.447,53	-
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	-	-	9.482.664,51	-

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	10.142.728,00	15.938.728,84	6.510.283,90	40,85	5.860.273,86	36,77	5.825.006,30	36,55
Despesas Correntes	9.523.721,90	13.913.071,96	6.338.359,03	45,56	5.782.213,91	41,56	5.746.946,35	41,31
Despesas de Capital	619.006,10	2.025.656,88	171.924,87	8,49	78.059,95	3,85	78.059,95	3,85

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	8.940.442,10	16.229.036,06	5.507.379,46	33,94	4.568.418,13	28,15	4.568.418,13	28,15
Despesas Correntes	8.706.927,10	15.995.521,06	5.507.379,46	34,43	4.568.418,13	28,56	4.568.418,13	28,56
Despesas de Capital	233.515,00	233.515,00	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	270.000,00	531.569,09	30.358,30	5,71	20.608,26	3,88	20.608,26	3,88
Despesas Correntes	130.000,00	227.736,79	30.358,30	13,33	20.608,26	9,05	20.608,26	9,05
Despesas de Capital	140.000,00	303.832,30	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	611.569,50	900.667,29	122.170,10	13,56	71.305,38	7,92	71.305,38	7,92
Despesas Correntes	441.569,50	600.307,90	77.679,11	12,94	51.654,73	8,60	51.654,73	8,60
Despesas de Capital	170.000,00	300.359,39	44.490,99	14,81	19.650,65	6,54	19.650,65	6,54
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	484.060,00	609.844,56	60.245,00	9,88	60.245,00	9,88	60.245,00	9,88
Despesas Correntes	374.060,00	404.653,50	60.245,00	14,89	60.245,00	14,89	60.245,00	14,89
Despesas de Capital	110.000,00	205.191,06	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	100.000,00	187.609,79	28.358,55	15,12	17.945,85	9,57	17.945,85	9,57
Despesas Correntes	-	43.357,30	16.718,55	38,56	15.683,85	36,17	15.683,85	36,17
Despesas de Capital	100.000,00	144.252,49	11.640,00	8,07	2.262,00	1,57	2.262,00	1,57
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	20.548.799,60	34.397.455,63	12.258.795,31	35,64	10.598.796,48	30,81	10.563.528,92	30,71
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	30.393.743,40	35.300.816,24	15.020.759,57	42,55	14.205.459,34	40,24	14.041.129,73	39,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	14.323.067,20	21.221.661,16	7.420.077,02	34,96	6.207.897,48	29,25	6.180.470,93	29,12

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	455.000,00	716.569,09	37.181,43	5,19	27.431,39	3,83	27.431,39	3,83
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.288.793,60	1.577.891,39	237.719,54	15,07	173.895,89	11,02	172.157,91	10,91
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	752.382,10	878.166,66	95.610,82	10,89	95.092,82	10,83	94.752,90	10,79
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	800.000,00	887.609,79	398.458,82	44,89	388.046,12	43,72	388.046,12	43,72
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	48.012.986,30	60.582.714,33	23.209.807,20	38,31	21.097.823,04	34,82	20.903.988,98	34,50

Notas:

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C0EFE46A

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 13 - DEMONST. PPP

Municipio de Coronel Vivida-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	208.223.004,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / I		-									

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:8EF33B83

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTARIO

Municipio de Coronel Vivida-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	221.582.072,00	221.582.072,00	34.663.771,62	15,64	152.229.227,63	68,70	69.352.844,37
RECEITAS CORRENTES	208.223.004,35	208.223.004,35	26.182.416,58	12,57	111.365.160,55	53,48	96.857.843,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	29.708.741,40	29.708.741,40	5.136.897,56	17,29	21.078.584,23	70,95	8.630.157,17
Impostos	27.800.543,00	27.800.543,00	5.012.927,96	18,03	20.012.024,96	71,98	7.788.518,04
Taxas	1.594.198,40	1.594.198,40	123.969,60	7,78	1.066.559,27	66,90	527.639,13
Contribuição de Melhoria	314.000,00	314.000,00	-	-	-	-	314.000,00

CONTRIBUIÇÕES	3.330.090,00	3.330.090,00	489.771,84	14,71	2.013.166,66	60,45	1.316.923,34
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.330.090,00	3.330.090,00	489.771,84	14,71	2.013.166,66	60,45	1.316.923,34
RECEITA PATRIMONIAL	2.401.227,20	2.401.227,20	973.731,28	40,55	4.249.339,16	176,97	(1.848.111,96)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	433.400,00	433.400,00	16.007,66	3,69	54.641,31	12,61	378.758,69
Valores Mobiliários	1.967.827,20	1.967.827,20	957.723,62	48,67	4.194.697,85	213,16	(2.226.870,65)
RECEITA DE SERVIÇOS	2.361.800,00	2.361.800,00	595.712,04	25,22	2.200.763,74	93,18	161.036,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.361.800,00	2.361.800,00	595.712,04	25,22	2.200.763,74	93,18	161.036,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	137.141.743,30	137.141.743,30	18.888.420,63	13,77	81.365.647,32	59,33	55.776.095,98
Transferências da União e de suas Entidades	69.926.825,00	69.926.825,00	10.588.674,50	15,14	44.226.124,19	63,25	25.700.700,81
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	43.291.783,90	43.291.783,90	5.152.024,00	11,90	23.785.694,69	54,94	19.506.089,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	1.621,00	-	4.811,50	-	(4.811,50)
Transferências de Instituições Privadas	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	23.578.774,40	23.578.774,40	3.145.701,13	13,34	13.348.456,94	56,61	10.230.317,46
Outras Transferências	294.360,00	294.360,00	400,00	0,14	560,00	0,19	293.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.279.402,45	33.279.402,45	97.883,23	0,29	457.659,44	1,38	32.821.743,01
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	473.513,50	473.513,50	5.706,57	1,21	35.318,78	7,46	438.194,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	194.000,00	194.000,00	2.037,09	1,05	74.565,40	38,44	119.434,60
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	40.000,00
Demais Receitas Correntes	32.571.888,95	32.571.888,95	90.139,57	0,28	347.775,26	1,07	32.224.113,69
RECEITAS DE CAPITAL	13.359.067,65	13.359.067,65	8.481.355,04	63,49	40.864.067,08	305,89	(27.504.999,43)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	1.593.969,71	-	9.414.260,13	-	(9.414.260,13)
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	1.593.969,71	-	9.414.260,13	-	(9.414.260,13)
ALIENAÇÃO DE BENS	3.931.567,40	3.931.567,40	281.526,83	7,16	672.693,65	17,11	3.258.873,75
Alienação de Bens Móveis	1.300.336,00	1.300.336,00	-	-	139.079,00	10,70	1.161.257,00
Alienação de Bens Imóveis	2.631.231,40	2.631.231,40	281.526,83	10,70	533.614,65	20,28	2.097.616,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.427.500,25	9.427.500,25	6.605.858,50	70,07	30.777.113,30	326,46	(21.349.613,05)
Transferências da União e de suas Entidades	113.350,00	113.350,00	1.547.275,45	1.365,04	3.596.912,10	3.173,28	(3.483.562,10)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.314.150,25	9.314.150,25	5.058.583,05	54,31	27.180.201,20	291,82	(17.866.050,95)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	221.582.072,00	221.582.072,00	34.663.771,62	15,64	152.229.227,63	68,70	69.352.844,37
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	221.582.072,00	221.582.072,00	34.663.771,62	15,64	152.229.227,63	68,70	69.352.844,37
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	221.582.072,00	221.582.072,00	34.663.771,62	15,64	152.229.227,63	68,70	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	25.823.007,81	-	-	25.823.007,81	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	25.823.007,81	-	-	25.823.007,81	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	221.511.487,80	402.142.285,39	38.467.184,91	188.123.570,82	214.018.714,57	35.354.269,90	118.292.722,19	283.849.563,20	117.413.811,62	-
DESPESAS CORRENTES	185.061.774,06	203.745.113,51	24.691.170,00	97.118.666,05	106.626.447,46	26.895.532,90	90.383.960,04	113.361.153,47	89.505.049,47	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.828.657,36	76.931.563,39	9.391.983,92	38.714.158,08	38.217.405,31	9.379.024,99	38.653.112,25	38.278.451,14	37.995.006,92	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	2.000.000,00	1.800.000,00	308.645,54	923.240,38	876.759,62	308.645,54	923.240,38	876.759,62	923.240,38	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.233.116,70	125.013.550,12	14.990.540,54	57.481.267,59	67.532.282,53	17.207.862,37	50.807.607,41	74.205.942,71	50.586.802,17	-
DESPESAS DE CAPITAL	33.969.713,74	195.917.171,88	13.776.014,91	91.004.904,77	104.912.267,11	8.458.737,00	27.908.762,15	168.008.409,73	27.908.762,15	-
INVESTIMENTOS	31.169.713,74	193.117.171,88	13.232.643,98	89.442.204,55	103.674.967,33	7.915.366,07	26.346.061,93	166.771.109,95	26.346.061,93	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.800.000,00	2.800.000,00	543.370,93	1.562.700,22	1.237.299,78	543.370,93	1.562.700,22	1.237.299,78	1.562.700,22	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000,00	2.480.000,00	-	-	2.480.000,00	-	-	2.480.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	36.198,70	8.478,46	34.385,50	36.198,70	34.385,50	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	221.582.072,00	402.212.869,59	38.475.663,37	188.157.956,32	214.054.913,27	35.362.748,36	118.327.107,69	283.885.761,90	117.448.197,12	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	221.582.072,00	402.212.869,59	38.475.663,37	188.157.956,32	214.054.913,27	35.362.748,36	118.327.107,69	283.885.761,90	117.448.197,12	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	33.902.119,94	-	34.781.030,51	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	221.582.072,00	402.212.869,59	38.475.663,37	188.157.956,32	-	35.362.748,36	152.229.227,63	-	152.229.227,63	-

RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a) (c)	Até o Bimestre	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	36.198,70	8.478,46	34.385,50	36.198,70	34.385,50	-
DESPESAS CORRENTES	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	36.198,70	8.478,46	34.385,50	36.198,70	34.385,50	-

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	36.198,70	8.478,46	34.385,50	36.198,70	34.385,50	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:4F05EAE0

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 2 - DESPESA FUNCAO-SUBFUNCAO

Municipio de Coronel Vivida - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I	**221.511.487,80**	**402.142.285,39**	**38.467.184,91**	**188.123.570,82**	**99,98**	**214.018.714,57**	**35.354.269,90**	**118.292.722,19**	**99,97**	**283.849.563,20**
Legislativa	3.817.314,00	3.817.314,00	345.168,25	1.377.706,83	0,73	2.439.607,17	345.168,25	1.377.706,83	1,16	2.439.607,17
Ação Legislativa	3.817.314,00	3.817.314,00	345.168,25	1.377.706,83	0,73	2.439.607,17	345.168,25	1.377.706,83	1,16	2.439.607,17
Administração	13.063.446,60	14.059.226,84	1.707.077,89	6.947.967,34	3,69	7.111.259,50	1.729.318,26	6.512.782,81	5,50	7.546.444,03
Administração Geral	8.753.165,60	9.590.584,95	1.233.397,58	4.951.636,87	2,63	4.638.948,08	1.242.093,34	4.575.357,34	3,87	5.015.227,61
Administração Financeira	3.989.399,20	4.147.760,09	451.400,33	1.898.061,79	1,01	2.249.698,30	464.944,94	1.839.156,79	1,55	2.308.603,30
Controle Interno	320.881,80	320.881,80	22.279,98	98.268,68	0,05	222.613,12	22.279,98	98.268,68	0,08	222.613,12
Segurança Pública	444.881,80	464.881,80	23.318,47	64.398,52	0,03	400.483,28	20.876,95	55.014,21	0,05	409.867,59
Defesa Civil	444.881,80	464.881,80	23.318,47	64.398,52	0,03	400.483,28	20.876,95	55.014,21	0,05	409.867,59
Assistência Social	19.602.592,84	23.222.596,21	906.761,76	13.830.837,23	7,35	9.391.758,98	2.101.814,16	6.766.755,02	5,72	16.455.841,19
Administração Geral	2.874.335,90	2.853.173,67	176.895,01	701.836,35	0,37	2.151.337,32	182.949,29	689.533,41	0,58	2.163.640,26
Assistência à Pessoa Idosa	8.048.136,04	8.759.536,05	37.130,61	7.648.704,38	4,07	1.110.831,67	729.273,51	2.850.015,52	2,41	5.909.520,53
Assistência à Pessoa com Deficiência	10.000,00	57.456,69	0,00	0,00	0,00	57.456,69	0,00	0,00	0,00	57.456,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.030.120,60	4.196.458,64	32.078,74	2.154.378,68	1,14	2.042.079,96	89.731,15	195.031,09	0,16	4.001.427,55
Assistência Comunitária	5.515.000,30	7.355.971,16	660.657,40	3.325.917,82	1,77	4.030.053,34	1.099.860,21	3.032.175,00	2,56	4.323.796,16
Serviços Socioassistenciais	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	66.237.736,40	78.507.464,43	7.945.344,95	32.142.547,36	17,08	46.364.917,07	8.173.196,23	29.366.010,55	24,82	49.141.453,88
Administração Geral	700.000,00	744.252,49	104.235,40	381.740,27	0,20	362.512,22	94.857,40	372.362,27	0,31	371.890,22
Tecnologia da Informação	100.000,00	143.357,30	16.718,55	16.718,55	0,01	126.638,75	15.683,85	15.683,85	0,01	127.673,45
Atenção Básica	30.386.391,90	35.293.464,74	3.886.470,66	15.020.759,57	7,98	20.272.705,17	3.505.691,45	14.205.459,34	12,01	21.088.005,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.555.168,80	39.153.762,76	3.778.254,66	16.352.817,18	8,69	22.800.945,58	4.447.200,48	14.476.084,99	12,23	24.677.677,77
Suporte Profilático e Terapêutico	455.000,00	716.569,09	17.278,10	37.181,43	0,02	679.387,66	10.987,59	27.431,39	0,02	689.137,70
Vigilância Sanitária	1.288.793,60	1.577.891,39	126.170,88	237.719,54	0,13	1.340.171,85	68.015,51	173.895,89	0,15	1.403.995,50
Vigilância Epidemiológica	752.382,10	878.166,66	16.216,70	95.610,82	0,05	782.555,84	30.759,95	95.092,82	0,08	783.073,84
Educação	57.507.580,10	59.933.273,11	7.468.520,73	30.372.032,02	16,14	29.561.241,09	8.431.786,46	28.465.553,10	24,06	31.467.720,01
Administração Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	163.432,98	626.285,46	0,33	373.714,54	163.432,98	626.285,46	0,53	373.714,54

Alimentação e Nutrição	2.543.120,00	2.303.120,00	406.355,85	1.452.186,19	0,77	850.933,81	363.233,69	1.116.622,83	0,94	1.186.497,17
Ensino Fundamental	34.645.913,70	37.701.501,37	4.792.611,56	19.322.091,38	10,27	18.379.409,99	5.497.458,34	18.569.422,19	15,69	19.132.079,18
Ensino Profissional	552.000,00	172.000,00	0,00	18.195,08	0,01	153.804,92	0,00	5.312,17	0,00	166.687,83
Ensino Superior	3.268.642,00	2.113.642,00	349.188,37	1.165.036,67	0,62	948.605,33	339.256,21	1.032.420,11	0,87	1.081.221,89
Educação Infantil	13.530.339,20	14.600.444,54	1.738.535,83	6.910.772,33	3,67	7.689.672,21	1.962.802,82	6.761.263,03	5,71	7.839.181,51
Educação Especial	1.967.565,20	2.042.565,20	18.396,14	877.464,91	0,47	1.165.100,29	105.602,42	354.227,31	0,30	1.688.337,89
Cultura	2.834.892,96	3.429.892,96	172.154,11	340.778,20	0,18	3.089.114,76	172.860,80	328.236,68	0,28	3.101.656,28
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	664,38	2.633,14	0,00	7.366,86	664,38	2.633,14	0,00	7.366,86
Difusão Cultural	2.824.892,96	3.419.892,96	171.489,73	338.145,06	0,18	3.081.747,90	172.196,42	325.603,54	0,28	3.094.289,42
Urbanismo	15.356.473,10	15.516.617,57	1.496.561,16	5.892.785,40	3,13	9.623.832,17	1.646.699,17	5.644.271,78	4,77	9.872.345,79
Administração Geral	1.915.000,00	1.515.000,00	148.620,32	619.153,19	0,33	895.846,81	148.620,32	617.767,08	0,52	897.232,92
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Infra-estrutura Urbana	1.176.436,00	1.176.436,00	2.142,75	69.362,52	0,04	1.107.073,48	3.400,65	68.932,42	0,06	1.107.503,58
Serviços Urbanos	8.218.668,60	8.688.197,03	1.066.457,37	4.291.538,64	2,28	4.396.658,39	1.223.697,88	4.234.841,23	3,58	4.453.355,80
Habitação Urbana	525.000,00	615.000,00	90.000,00	90.000,00	0,05	525.000,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00
Energia Elétrica	3.521.368,50	3.521.984,54	189.340,72	822.731,05	0,44	2.699.253,49	270.980,32	722.731,05	0,61	2.799.253,49
Habitação	910.000,00	4.135.000,00	3.118.026,14	3.212.978,54	1,71	922.021,46	4.995,00	36.947,40	0,03	4.098.052,60
Habitação Urbana	910.000,00	4.135.000,00	3.118.026,14	3.212.978,54	1,71	922.021,46	4.995,00	36.947,40	0,03	4.098.052,60
Saneamento	450.519,40	450.519,40	0,00	8.400,00	0,00	442.119,40	1.400,00	4.900,00	0,00	445.619,40
Saneamento Básico Urbano	450.519,40	450.519,40	0,00	8.400,00	0,00	442.119,40	1.400,00	4.900,00	0,00	445.619,40
Gestão Ambiental	3.256.142,00	13.754.050,66	178.821,24	11.005.573,94	5,85	2.748.476,72	1.848.447,33	7.128.918,27	6,02	6.625.132,39
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	2.242,28	9.874,27	0,01	15.125,73	2.242,28	9.874,27	0,01	15.125,73
Preservação e Conservação Ambiental	2.524.755,00	12.951.663,66	170.405,44	10.967.669,38	5,83	1.983.994,28	1.828.367,03	7.091.503,71	5,99	5.860.159,95
Recursos Hídricos	706.387,00	777.387,00	6.173,52	28.030,29	0,01	749.356,71	17.838,02	27.540,29	0,02	749.846,71
Agricultura	4.665.860,30	13.135.556,11	5.640.728,04	9.513.889,38	5,06	3.621.666,73	900.869,95	2.228.889,92	1,88	10.906.666,19
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	4.401,51	15.386,60	0,01	24.613,40	4.401,51	15.386,60	0,01	24.613,40
Extensão Rural	3.867.146,30	12.336.842,11	5.615.394,92	9.386.974,50	4,99	2.949.867,61	882.572,33	2.132.307,04	1,80	10.204.535,07
Promoção da Produção Agropecuária	758.714,00	758.714,00	20.931,61	111.528,28	0,06	647.185,72	13.896,11	81.196,28	0,07	677.517,72
Indústria	2.373.508,20	2.527.758,21	186.177,92	934.197,04	0,50	1.593.561,17	204.537,38	842.867,24	0,71	1.684.890,97
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	4.650,66	18.111,98	0,01	11.888,02	4.650,66	18.111,98	0,02	11.888,02
Promoção Industrial	2.343.508,20	2.497.758,21	181.527,26	916.085,06	0,49	1.581.673,15	199.886,72	824.755,26	0,70	1.673.002,95
Comércio e Serviços	637.857,30	2.247.664,56	35.304,45	228.298,50	0,12	2.019.366,06	68.899,37	216.954,72	0,18	2.030.709,84
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	632.857,30	2.242.664,56	35.304,45	228.298,50	0,12	2.014.366,06	68.899,37	216.954,72	0,18	2.025.709,84
Transporte	15.970.573,90	152.690.309,22	7.474.940,18	65.792.056,75	34,97	86.898.252,47	7.792.129,38	23.090.956,54	19,51	129.599.352,68
Administração Geral	140.000,00	140.000,00	15.862,06	62.107,42	0,03	77.892,58	15.862,06	62.107,42	0,05	77.892,58
Infra-estrutura Urbana	4.607.057,50	36.098.672,27	720.932,48	26.941.831,43	14,32	9.156.840,84	3.150.846,73	8.965.413,89	7,58	27.133.258,38
Transporte Rodoviário	11.223.516,40	116.451.636,95	6.738.145,64	38.788.117,90	20,61	77.663.519,05	4.625.420,59	14.063.435,23	11,89	102.388.201,72
Desporto e Lazer	3.311.263,90	3.579.315,31	290.125,07	1.486.259,55	0,79	2.093.055,76	453.116,66	1.373.092,90	1,16	2.206.222,41
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	1.328,76	5.266,28	0,00	6.733,72	1.328,76	5.266,28	0,00	6.733,72
Desporto Comunitário	3.299.263,90	3.567.315,31	288.796,31	1.480.993,27	0,79	2.086.322,04	451.787,90	1.367.826,62	1,16	2.199.488,69
Encargos Especiais	8.590.845,00	8.190.845,00	1.478.154,55	4.972.864,22	2,64	3.217.980,78	1.458.154,55	4.852.864,22	4,10	3.337.980,78
Serviço da Dívida Interna	4.800.000,00	4.600.000,00	852.016,47	2.485.940,60	1,32	2.114.059,40	852.016,47	2.485.940,60	2,10	2.114.059,40
Outros Encargos Especiais	3.790.845,00	3.590.845,00	626.138,08	2.486.923,62	1,32	1.103.921,38	606.138,08	2.366.923,62	2,00	1.223.921,38
Reservas	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00
Reserva de Contingência	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	0,02	36.198,70	8.478,46	34.385,50	0,03	36.198,70
TOTAL (III)=(I+II)	**221.582.072,00**	**402.212.869,59**	**38.475.663,37**	**188.157.956,32**	**100**	**214.054.913,27**	**35.362.748,36**	**118.327.107,69**	**100**	**283.885.761,90**
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	0,02	36.198,70	8.478,46	34.385,50	0,03	36.198,70
Administração	37.351,50	37.351,50	4.332,14	19.249,02	0,01	18.102,48	4.332,14	19.249,02	0,02	18.102,48
Administração Geral	37.351,50	37.351,50	4.332,14	19.249,02	0,01	18.102,48	4.332,14	19.249,02	0,02	18.102,48
Saúde	7.351,50	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50
Atenção Básica	7.351,50	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50	0,00	0,00	0,00	7.351,50
Educação	5.881,20	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20
Ensino Fundamental	5.881,20	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20	0,00	0,00	0,00	5.881,20
Agricultura	20.000,00	20.000,00	4.146,32	15.136,48	0,01	4.863,52	4.146,32	15.136,48	0,01	4.863,52
Extensão Rural	20.000,00	20.000,00	4.146,32	15.136,48	0,01	4.863,52	4.146,32	15.136,48	0,01	4.863,52
TOTAL	70.584,20	70.584,20	8.478,46	34.385,50	0,02	36.198,70	8.478,46	34.385,50	0,03	36.198,70

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:ED022000

CONTABILIDADE PMCV
ANEXO 7 - RESTOS A PAGAR

Municipio de Coronel Vivida - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	29.609.087,16	29.609.087,16	387.318,03	12.903.675,75	12.934.507,58
PODER EXECUTIVO	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	29.609.087,16	29.609.087,16	387.318,03	12.903.675,75	12.934.507,58
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	18.831,83	1.252.113,71	1.240.113,71	-	30.831,83	10.635.029,52	32.265.051,42	29.609.087,16	29.609.087,16	387.318,03	12.903.675,75	12.934.507,58

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:43F5639F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 011/2026 - ANEXO II - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VILA GUAIRA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
20260742425	VALÉRIA SEDREZ DA CRUZ BUSO	08/02/1988	4,00	8,00	8,00	8,00	36,00	64,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
20260742406	CAMILA DE SOUZA RODRIGUES	14/08/1993	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642160	MARIANA MARQUES	27/04/1998	6,00	8,00	8,00	10,00	28,00	60,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641905	MEIRIELEN DUVOIZEM MOTTA	15/05/2003	6,00	8,00	8,00	10,00	28,00	60,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642002	THAIS BRUNA MARTINS DA SILVA	11/05/1994	2,00	4,00	6,00	7,00	40,00	59,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642058	JAMILE TAISA DE QUEIROZ	28/06/1995	4,00	6,00	6,00	10,00	28,00	54,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742372	MARIA CLARA FERREIRA CAVALIER	09/03/2006	8,00	8,00	8,00	6,00	24,00	54,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641848	TAINARA DOS SANTOS DE LIMA	30/11/2001	0,00	2,00	8,00	7,00	36,00	53,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642178	EVERTON WESLEY PEREIRA	18/06/2002	4,00	4,00	8,00	8,00	28,00	52,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742465	BRUNO HENRIQUE CREMA DE MAIO	19/01/1999	2,00	6,00	10,00	8,00	24,00	50,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
				8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VILA GUAIRA							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
20260641916	SIMONE APARECIDA TORRES BISPO	18/08/1995	10,00	6,00	8,00	10,00	36,00	70,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
20260742500	NATALIA ANDRESSA PIRES GUEZZI	31/10/2000	2,00	2,00	6,00	9,00	40,00	59,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742299	ELIANE DUARTE DA SILVA	20/09/1984	6,00	4,00	6,00	10,00	32,00	58,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742430	JÉSSICA DE FREITAS PROCÓPIO	26/02/1994	6,00	4,00	8,00	9,00	28,00	55,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742456	JOSÉ HENRIQUE	12/12/2007	4,00	4,00	10,00	8,00	28,00	54,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742349	ADRIEL DA TRINDADE PACANHAN	10/05/2007	4,00	6,00	10,00	10,00	24,00	54,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742346	MONICA CRISTINA TEXEIRA DE SOUZA DA CRUZ	26/08/1991	2,00	2,00	4,00	9,00	36,00	53,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência

20260642100	ANTONY GABRIEL DA SILVA XAVIER	19/05/2005	4,00	0,00	10,00	7,00	32,00	53,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642005	MARIANA EVANGELISTA MACHADO	22/04/1999	6,00	6,00	10,00	7,00	24,00	53,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742432	ARACELLY PEREIRA DE MORAES	18/05/1981	2,00	0,00	6,00	8,00	36,00	52,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742315	VANESSA FRANÇA SALGADO CASTILLO	06/03/1985	8,00	4,00	6,00	8,00	24,00	50,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
				8593 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - GOIOERE							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MAT**	**INF**	**CG**	**CE**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
20260641956	MURILLO SIMÕES FERREIRA	10/09/2005	10,00	8,00	10,00	9,00	44,00	81,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
20260641972	AYRTON SENNA VAN DAL LIMA	05/05/1994	8,00	6,00	8,00	9,00	48,00	79,00	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
20260742446	PAULO FERNANDO DA FONSECA FOGAÇA DE ALMEIDA	12/04/2008	4,00	8,00	10,00	10,00	44,00	76,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642215	JOANEIDE OLIVEIRA DE SOUZA	24/06/1987	10,00	4,00	8,00	8,00	44,00	74,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642042	FRANCO PEREIRA HOFFCHNEIDER	27/04/1974	4,00	6,00	10,00	10,00	44,00	74,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742489	KAUAN HENRIQUE MAIA DA SILVA	16/10/2006	4,00	8,00	8,00	9,00	44,00	73,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642103	EDSON BALBINO DOS SANTOS	07/10/1976	4,00	6,00	10,00	9,00	44,00	73,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642180	CAMILLI VITORIA DOS SANTOS NIRO	06/01/2004	8,00	6,00	10,00	9,00	40,00	73,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641878	GEIZIANE APARECIDA DA SILVA	14/08/1993	8,00	10,00	10,00	9,00	36,00	73,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641917	IGOR EMANOEL CLARO DE MEDEIROS	23/02/2000	6,00	6,00	10,00	10,00	40,00	72,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641870	EDSON MARTIN VIEIRA	28/08/1992	10,00	10,00	10,00	10,00	32,00	72,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742443	BRENO DE LIMA DE OLIVEIRA	08/01/2007	6,00	4,00	8,00	9,00	44,00	71,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641962	ANDREW LUCA COSTA NOGUEIRA	12/07/2007	8,00	6,00	10,00	7,00	40,00	71,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641885	VINICIUS DA SILVA BARBOSA	25/01/2004	8,00	4,00	10,00	9,00	40,00	71,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742319	GUILHERME DOS SANTOS DE OLIVEIRA	22/10/2007	6,00	6,00	10,00	9,00	40,00	71,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642225	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	16/10/1990	2,00	2,00	10,00	8,00	48,00	70,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642095	EDUARDO MONTEIRO DOS SANTOS	14/10/2005	4,00	6,00	10,00	10,00	40,00	70,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742247	ROSANA ROCHA DE MOURA	01/01/1982	4,00	6,00	6,00	9,00	44,00	69,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642015	VINICIUS OLIVEIRA CASTRO	29/12/1993	2,00	4,00	10,00	8,00	44,00	68,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641953	ADRIANO LOMBARDI	11/04/1984	8,00	6,00	4,00	10,00	40,00	68,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742291	LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA ALVES	02/07/2000	4,00	4,00	10,00	10,00	40,00	68,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641994	GABRIELLY DE LIMA DAMASCENO	26/07/1999	4,00	2,00	4,00	9,00	48,00	67,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641841	LUCAS DA SILVA SOBRINHO	12/04/1995	6,00	4,00	10,00	7,00	40,00	67,00	23º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641975	PAULA KAMILY CABRAL DA SILVA	07/01/2008	6,00	8,00	10,00	7,00	36,00	67,00	24º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742272	NATALIA BEATRIZ SILVA MENDES	02/04/2004	6,00	8,00	8,00	9,00	36,00	67,00	25º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641894	EMILLY FERNANDA HERNANDES DA SILVA	12/05/2006	6,00	8,00	8,00	9,00	36,00	67,00	26º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641944	ANDRE APARECIDO NEVES GONÇALVES	29/04/1986	6,00	2,00	6,00	8,00	44,00	66,00	27º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642133	YURI PONTES DA CONCEICAO	18/08/1993	6,00	0,00	6,00	10,00	44,00	66,00	28º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642038	ANDRESSA DE SANTANA NUNES	06/01/2005	4,00	6,00	8,00	8,00	40,00	66,00	29º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642037	LUZIA MENEZES DE SOUZA	02/06/1996	8,00	0,00	8,00	9,00	40,00	65,00	30º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641949	THAIS DE SOUZA DOS SANTOS	27/12/1995	6,00	4,00	6,00	9,00	40,00	65,00	31º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742428	GUILHERME MENDONCA DA COSTA	07/12/2006	0,00	6,00	10,00	9,00	40,00	65,00	32º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742265	RAQUEL BUENO CAVALCANTI FERREIRA	09/02/1984	6,00	6,00	8,00	9,00	36,00	65,00	33º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742323	PRICILA PEREIRA BARAUS	13/01/1991	6,00	4,00	10,00	9,00	36,00	65,00	34º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742343	ROGERIO DA SILVA	12/05/1983	6,00	2,00	6,00	10,00	40,00	64,00	35º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742388	LUAN GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	04/10/2005	4,00	2,00	10,00	8,00	40,00	64,00	36º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742241	LUCILEIDE ALVES PEREIRA MOREIRA	02/08/1983	6,00	6,00	8,00	8,00	36,00	64,00	37º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742318	LUCAS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	09/03/1999	4,00	6,00	10,00	8,00	36,00	64,00	38º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641973	NADIA CLAUDIA AMANCIO DA SILVA	05/01/1999	4,00	6,00	8,00	10,00	36,00	64,00	39º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742422	ISRAEL ASSUNÇÃO CANCIO	10/06/1998	8,00	4,00	10,00	10,00	32,00	64,00	40º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742334	YASMIN CRISTINA ROCHA DE LIMA	14/09/2006	2,00	4,00	6,00	7,00	44,00	63,00	41º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642034	TEREZINHA APARECIDA CARDOSO	04/08/1971	6,00	4,00	6,00	7,00	40,00	63,00	42º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742374	ANA ROSA MUNIZ DOS REIS	20/11/1985	4,00	2,00	8,00	9,00	40,00	63,00	43º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641912	RUAN FELIPE DA ROCHA CIRIACO	30/04/2007	8,00	2,00	8,00	9,00	36,00	63,00	44º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641934	EVELIN CAROLINE CORDEIRO FONSECA	24/12/1990	6,00	6,00	6,00	9,00	36,00	63,00	45º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642105	KAREN DE SOUSA GIMENES	04/09/1990	6,00	4,00	10,00	7,00	36,00	63,00	46º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642079	JESSICA CRISTINA DE OLIVEIRA PIVETA	14/04/1991	6,00	2,00	10,00	9,00	36,00	63,00	47º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642166	CRISTIANO PACAGNAN	06/04/1993	4,00	6,00	10,00	7,00	36,00	63,00	48º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642024	CRISTIANO SANTANA BORGES	25/05/1993	4,00	2,00	4,00	8,00	44,00	62,00	49º	Classificado	Afrodescendente
20260641996	MONICA SALES RODRIGUES	05/12/1986	8,00	4,00	6,00	8,00	36,00	62,00	50º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742304	LUANA VITÓRIA DOS SANTOS DE LEMOS	18/02/2007	6,00	2,00	10,00	8,00	36,00	62,00	51º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641999	URIEL AUGUSTO TOLENTINO	10/01/2002	6,00	4,00	10,00	10,00	32,00	62,00	52º	Classificado	Ampla Concorrência

20260742375	CLÉIA ROCHA BARRETO	06/02/1970	2,00	2,00	4,00	9,00	44,00	61,00	53º	Classificado	Afrodescendente
20260742268	GABRIELI MEIRA DOS SANTOS DA SILVA	12/12/2006	8,00	0,00	4,00	9,00	40,00	61,00	54º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742471	TAMARA DE SÁ DA SILVA	03/03/2006	6,00	2,00	6,00	7,00	40,00	61,00	55º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742494	GUSTAVO AZEVEDO DE ASSIS	03/04/2007	4,00	2,00	6,00	9,00	40,00	61,00	56º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742316	DANILO IZIDORIO SOARES	30/04/1999	2,00	4,00	6,00	9,00	40,00	61,00	57º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642060	VALDINEIA DOS SANTOS FELISMINO	01/04/1978	2,00	2,00	8,00	9,00	40,00	61,00	58º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742347	VITÓRIA DA SILVA DOS SANTOS	21/06/2006	4,00	8,00	8,00	9,00	32,00	61,00	59º	Classificado	Afrodescendente
20260641985	KEZIANE FRANCIELE SHIMIZU RAVEDUTTI DANIEL	29/05/1983	6,00	2,00	4,00	8,00	40,00	60,00	60º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642191	ANIELE MONIQUE DE OLIVEIRA ALVES	22/09/2003	4,00	2,00	6,00	8,00	40,00	60,00	61º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642094	SUELI NUNES MACIEL	17/12/1969	4,00	2,00	4,00	10,00	40,00	60,00	62º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641849	MARCIO DA SILVA CLARO	13/10/1981	4,00	0,00	8,00	8,00	40,00	60,00	63º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642140	PAULO ALEXANDRE DA SILVA	21/11/1967	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	64º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642119	MICHELLE CRISTINA DA SILVA	14/10/1984	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	65º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641940	SABRINA STEFANI PAULINA DE CARVALHO	22/04/1998	4,00	4,00	8,00	8,00	36,00	60,00	66º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742411	GISLAINE PEREIRA DOS SANTOS GROPO	18/10/1988	4,00	2,00	10,00	8,00	36,00	60,00	67º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742368	CARLOS EDUARDO RIBEIRO FRAILE	21/03/2006	4,00	8,00	8,00	8,00	32,00	60,00	68º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742279	JULIANA MIGUEL DA SILVA GONÇALVES	29/06/1987	6,00	2,00	8,00	7,00	36,00	59,00	69º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642039	RAIANE ALVES DA SILVA LEINAT	11/02/1994	4,00	2,00	10,00	7,00	36,00	59,00	70º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641922	EVANDERSON RODRIGUES FLORENTINO	01/01/1998	4,00	2,00	10,00	7,00	36,00	59,00	71º	Classificado	Afrodescendente
20260742515	CÉSAR AUGUSTO PICCO	16/05/1994	4,00	0,00	10,00	9,00	36,00	59,00	72º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641863	NATHALIA LOPES CHAVES	25/11/1994	2,00	6,00	6,00	9,00	36,00	59,00	73º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742464	YAGO ANDRÉ FERNANDES DA SILVA DOS REIS	24/07/2006	4,00	8,00	8,00	7,00	32,00	59,00	74º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641881	VITÓRIA GABRIELY DE MORAES DOS SANTOS	23/07/2004	4,00	10,00	8,00	9,00	28,00	59,00	75º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742267	VERONICA MEIRA DOS SANTOS DA SILVA	04/01/2003	2,00	2,00	6,00	8,00	40,00	58,00	76º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641998	LILIAN MARTINEZ DA SILVA	10/09/1992	4,00	0,00	10,00	8,00	36,00	58,00	77º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742482	MAIARA FERNANDA BEZERRA	26/11/1996	4,00	2,00	10,00	10,00	32,00	58,00	78º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642195	KAMILLE DAIRIS DOS SANTOS ROCHA	01/12/2002	10,00	2,00	10,00	8,00	28,00	58,00	79º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742350	CESAR SANTOS DE SOUZA	22/11/1984	6,00	6,00	8,00	10,00	28,00	58,00	80º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641867	PAULO ROSTAN DA SILVA JUNIOR	31/03/2007	2,00	0,00	6,00	9,00	40,00	57,00	81º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642183	ANA CRISTINA MIRANDA CARAVELLO	10/08/2008	2,00	0,00	6,00	9,00	40,00	57,00	82º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742313	KETHELIN CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS	03/05/2002	4,00	2,00	8,00	7,00	36,00	57,00	83º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742336	ANNE KAROLINE LOPES CASTRO	17/07/1999	2,00	0,00	10,00	9,00	36,00	57,00	84º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742427	TLEYCE NATTANA CRYS RIBEIRO BATISTA DE MELO	18/12/1993	6,00	0,00	10,00	9,00	32,00	57,00	85º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742435	CARLOS EDUARDO TEODORO MENDES	03/03/2006	4,00	6,00	10,00	5,00	32,00	57,00	86º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742355	MOISES VILAS JUNIOR	22/12/1993	4,00	4,00	8,00	9,00	32,00	57,00	87º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642170	MARCOS ANDRE SCHIMIT LOPES	19/09/1998	4,00	2,00	10,00	9,00	32,00	57,00	88º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642029	HECTOR LUIGI DE OLIVEIRA LEONI	22/02/1996	6,00	4,00	10,00	9,00	28,00	57,00	89º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742405	ANA FLAVIA MEIRA DA COSTA	06/04/2009	4,00	6,00	10,00	9,00	28,00	57,00	90º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742474	CAMILA APARECIDA DA SILVA PIMENTEL	15/04/1966	6,00	4,00	4,00	10,00	32,00	56,00	91º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742360	JUCILENE PEREIRA RIBEIRO	29/05/1977	4,00	4,00	4,00	8,00	36,00	56,00	92º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642069	CAMILLE VITORIA FURQUIM COSTA	02/03/2009	4,00	2,00	6,00	8,00	36,00	56,00	93º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641981	ROSANA BLASQUI DA COSTA	23/02/1987	2,00	6,00	4,00	8,00	36,00	56,00	94º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742462	JESSICA ANDREIA RODRIGUES	18/11/1992	2,00	6,00	4,00	8,00	36,00	56,00	95º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742248	JHONNY CESAR MATTOS DE OLIVEIRA	22/06/1988	6,00	4,00	6,00	8,00	32,00	56,00	96º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642004	GABRIEL RUFINO DOS SANTOS	08/06/2006	4,00	4,00	8,00	8,00	32,00	56,00	97º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742273	ELIO HENRIQUE OROIDES	05/10/1994	4,00	6,00	8,00	10,00	28,00	56,00	98º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641853	ESTHEFANY ELIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	18/08/2002	2,00	0,00	6,00	7,00	40,00	55,00	99º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742455	CASSIA CRISTINA BONDEZAN BARBOSA DOS SANTOS	26/01/1990	6,00	0,00	4,00	9,00	36,00	55,00	100º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742321	DIEGO MATEUS FAVARAO RODRIGUES	06/07/2005	2,00	2,00	8,00	7,00	36,00	55,00	101º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742322	SABRYNA CAVALCANTE DA SILVA	16/05/2006	2,00	2,00	6,00	9,00	36,00	55,00	102º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641847	CAROLINE DE OLIVEIRA NUNES MACHADO	17/12/1999	6,00	0,00	8,00	9,00	32,00	55,00	103º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742452	JONATHAN FERREIRA DE SOUZA GOMES	05/02/1992	4,00	6,00	6,00	7,00	32,00	55,00	104º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742518	SIRLENE MARIA MARQUES	03/08/1978	4,00	4,00	8,00	7,00	32,00	55,00	105º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742431	ROSANGELA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	30/08/1977	4,00	2,00	8,00	9,00	32,00	55,00	106º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742274	BRUNA OLIVEIRA SANTOS	12/12/1998	4,00	2,00	8,00	9,00	32,00	55,00	107º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742522	PRISCILA APARECIDA VIEIRA	10/12/1998	2,00	6,00	8,00	7,00	32,00	55,00	108º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642017	ISABELA DOS SANTOS TENORIO CAVALCANTE	15/05/2003	6,00	4,00	8,00	9,00	28,00	55,00	109º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742256	MARIA APARECIDA FONSECA MARCHI	16/02/1977	2,00	2,00	6,00	8,00	36,00	54,00	110º	Classificado	Ampla Concorrência

20260742418	JEAN MARLON PAIVA JUNIOR	17/09/2007	4,00	4,00	8,00	6,00	32,00	54,00	111º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641871	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	23/04/1992	2,00	4,00	8,00	8,00	32,00	54,00	112º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641963	ANDERSON DE ASSIS ADRIANO	18/03/1992	2,00	2,00	8,00	10,00	32,00	54,00	113º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641884	GUILHERME RIBEIRO DE OLIVEIRA	13/03/2006	0,00	6,00	8,00	8,00	32,00	54,00	114º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742390	PAULO ANTÔNIO EMANUEL DOS SANTOS ANTÔNIO	25/11/1993	4,00	8,00	6,00	8,00	28,00	54,00	115º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641931	GABRIEL OZIAS DA SILVA	16/02/2003	4,00	4,00	10,00	8,00	28,00	54,00	116º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641927	LEONARDO DA SILVA DOS SANTOS	27/10/2004	2,00	6,00	10,00	8,00	28,00	54,00	117º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641854	GABRIEL BRANDÃO MARTHOS	04/02/2004	2,00	2,00	4,00	5,00	40,00	53,00	118º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641946	MAYCON MIGUEL DOS SANTOS	03/07/2002	2,00	2,00	6,00	7,00	36,00	53,00	119º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742403	MARCO ANTONIO PAES DE PROENÇA	18/01/1970	4,00	2,00	6,00	9,00	32,00	53,00	120º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642126	DAMARES VALÊNCIO DA SILVA	30/08/1984	2,00	4,00	6,00	9,00	32,00	53,00	121º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742328	GISLAINE RUIZ	10/04/1994	2,00	4,00	6,00	9,00	32,00	53,00	122º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641952	LARISSA CAROLINE CARDOSO	01/01/1991	2,00	2,00	10,00	7,00	32,00	53,00	123º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642011	VITÓRIA DE OLIVEIRA DA SILVA	05/11/1999	2,00	2,00	8,00	9,00	32,00	53,00	124º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742444	THIAGO H SILVA	20/10/1988	4,00	2,00	10,00	9,00	28,00	53,00	125º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642064	IGOR EDUARDO DA SILVA LIMA	05/09/2006	6,00	4,00	10,00	9,00	24,00	53,00	126º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742250	CLEBER CLEITON FERREIRA	23/05/1980	2,00	0,00	6,00	8,00	36,00	52,00	127º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641986	ALEQSSANDRA MACHADO DO NASCIMENTO	11/04/1991	0,00	6,00	6,00	8,00	32,00	52,00	128º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742514	BRUNA CRISTINA SANTOS MAIA	02/09/1997	0,00	2,00	10,00	8,00	32,00	52,00	129º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642107	JOÃO VICTOR DE SOUZA	30/04/2005	2,00	4,00	10,00	8,00	28,00	52,00	130º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742345	PRICILA VELOZO DE MIGUEL	18/07/1992	6,00	8,00	6,00	8,00	24,00	52,00	131º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641897	JULIANA TOLENTINO DE SOUZA	17/06/1991	4,00	0,00	6,00	9,00	32,00	51,00	132º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742358	EDIVALDO DA SILVA PORTO	25/04/1981	2,00	2,00	8,00	7,00	32,00	51,00	133º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642047	KETHELYN JULIA DE SOUZA DA ROCHA	17/06/2001	2,00	0,00	8,00	9,00	32,00	51,00	134º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742457	VINICIUS GABRIEL AGNELO DA SILVA	27/03/2007	6,00	2,00	8,00	7,00	28,00	51,00	135º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641898	LUCAS PEREIRA ALVES	15/04/1996	4,00	4,00	6,00	9,00	28,00	51,00	136º	Classificado	Ampla Concorrência

20260642182	VALERIA SOARES MARSAL	21/03/1987	4,00	2,00	8,00	9,00	28,00	51,00	137º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641882	MARIANA RODRIGUES	18/01/1999	4,00	2,00	8,00	9,00	28,00	51,00	138º	Classificado	Ampla Concorrência
20260641844	JOSÉ VINICIUS DE OLIVEIRA PINHEIRO	21/07/2001	2,00	6,00	8,00	7,00	28,00	51,00	139º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642025	KLAUTIELLY MELO DA ROSA	03/01/2000	2,00	0,00	6,00	6,00	36,00	50,00	140º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642221	FABIANA VIEIRA DE SOUZA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	24/11/1976	2,00	0,00	4,00	8,00	36,00	50,00	141º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742363	LUANA MAIA DA SILVA	09/04/1990	4,00	0,00	6,00	8,00	32,00	50,00	142º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742298	MICHELINE NEGRAO ALVES DESANOSKI	08/05/1992	2,00	0,00	8,00	8,00	32,00	50,00	143º	Classificado	Ampla Concorrência
20260642067	ADELITA APARECIDA MARTINS DA SILVA	06/07/1982	6,00	4,00	4,00	8,00	28,00	50,00	144º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742438	JÉSSICA ANDRESSA DE MACEDO CAVALCANTI	03/08/1992	6,00	0,00	6,00	10,00	28,00	50,00	145º	Classificado	Ampla Concorrência
20260742294	PATRÍCIA DOS SANTOS EVANGELISTA	19/03/1980	0,00	4,00	8,00	10,00	28,00	50,00	146º	Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:BC5EAC1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 12 - RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**

			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.382.128,00	2.412.128,00	2.218.775,66	91,98
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	675.202,00	675.202,00	425.937,98	63,08
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	617.004,00	617.004,00	498.634,31	80,82
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	438.479,00	438.479,00	555.920,12	126,78
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	651.443,00	681.443,00	738.283,25	108,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.717.164,00	29.717.164,00	19.643.198,54	66,10
Cota-Parte FPM	18.681.001,00	18.681.001,00	13.872.813,08	74,26
Cota-Parte ITR	287.401,00	287.401,00	110.760,99	38,54
Cota-Parte IPVA	1.053.801,00	1.053.801,00	674.039,11	63,96
Cota-Parte ICMS	9.580.000,00	9.580.000,00	4.907.702,72	51,23
Cota-Parte IPI-Exportação	114.961,00	114.961,00	77.882,64	67,75
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**32.099.292,00**	**32.129.292,00**	**21.861.974,20**	**68,04**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.214.893,79	4.179.893,79	3.305.084,19	79,07	3.201.858,16	76,60	3.027.205,40	72,42
Despesas Correntes	4.139.893,79	4.139.893,79	3.295.084,19	79,59	3.196.058,16	77,20	3.021.405,40	72,98
Despesas de Capital	75.000,00	40.000,00	10.000,00	25,00	5.800,00	14,50	5.800,00	14,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.280.000,00	2.385.000,00	2.180.313,65	91,42	2.180.313,65	91,42	1.951.627,05	81,83
Despesas Correntes	2.253.000,00	2.358.000,00	2.180.313,65	92,46	2.180.313,65	92,46	1.951.627,05	82,77
Despesas de Capital	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	600.000,00	550.000,00	280.954,93	51,08	216.287,27	39,32	214.484,01	39,00
Despesas Correntes	600.000,00	550.000,00	280.954,93	51,08	216.287,27	39,32	214.484,01	39,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	400.000,00	280.000,00	33.002,98	11,79	27.252,98	9,73	25.120,69	8,97
Despesas Correntes	381.000,00	261.000,00	27.252,98	10,44	27.252,98	10,44	25.120,69	9,62
Despesas de Capital	19.000,00	19.000,00	5.750,00	30,26	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	400.000,00	379.000,00	20.161,60	5,32	20.161,60	5,32	18.127,46	4,78
Despesas Correntes	381.000,00	360.000,00	20.161,60	5,60	20.161,60	5,60	18.127,46	5,04
Despesas de Capital	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**7.894.893,79**	**7.773.893,79**	**5.819.517,35**	**74.86**	**5.645.873,66**	**72,63**	**5.236.564,61**	**67,36**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	5.819.517,35	5.645.873,66	5.236.564,61
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	62.578,13	62.578,13	62.578,13
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.756.939,22**	**5.583.295,53**	**5.173.986,48**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		3.279.296,13	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	2.477.643,09	2.303.999,40	1.894.690,35
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**26,33**	**25,54**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Minimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)**	**Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)**
Empenhos de 2026	3.279.296,13	5.819.517,35	2.540.221,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.540.221,22
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325.698,18	3.429,04	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.761,45	0,00	2.349,07	-2.349,07
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.782,50	0,00	5.028,24	-5.028,24
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.637,40	0,00	210.418,40	-210.418,40
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	130,10	130,10	130,10	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	130,10	130,10	130,10	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.749.359,54	2.449.359,54	2.723.873,79	111,21
Proveniente da União	1.634.398,54	2.334.398,54	2.465.572,94	105,62
Proveniente dos Estados	114.961,00	114.961,00	258.300,85	224,69
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	218.531,84	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**1.749.359,54**	**2.449.359,54**	**2.942.405,63**	**120,13**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.462.274,54	4.362.561,38	3.019.102,97	69,20	2.637.249,31	60,45	2.594.424,45	59,47
Despesas Correntes	1.454.274,54	3.240.776,97	2.672.214,12	82,46	2.540.360,46	78,39	2.497.535,60	77,07
Despesas de Capital	8.000,00	1.121.784,41	346.888,85	30,92	96.888,85	8,64	96.888,85	8,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	15.000,00	197.581,39	1.663,40	0,84	1.663,40	0,84	1.663,40	0,84
Despesas Correntes	10.000,00	46.173,35	1.663,40	3,60	1.663,40	3,60	1.663,40	3,60
Despesas de Capital	5.000,00	151.408,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	10.959,00	8.959,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10.479,50	8.479,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	479,50	479,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	303.044,00	273.044,00	118.584,14	43,43	118.584,14	43,43	118.584,14	43,43
Despesas Correntes	302.564,50	272.564,50	118.584,14	43,51	118.584,14	43,51	118.584,14	43,51
Despesas de Capital	479,50	479,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.791.277,54**	**4.842.145,77**	**3.139.350,51**	**64,83**	**2.757.496,85**	**56,95**	**2.714.671,99**	**56,06**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.677.168,33	8.542.455,17	6.324.187,16	74,03	5.839.107,47	68,35	5.621.629,85	65,81
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.280.000,00	2.385.000,00	2.180.313,65	91,42	2.180.313,65	91,42	1.951.627,05	81,83
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	615.000,00	747.581,39	282.618,33	37,80	217.950,67	29,15	216.147,41	28,91
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	410.959,00	288.959,00	33.002,98	11,42	27.252,98	9,43	25.120,69	8,69
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	703.044,00	652.044,00	138.745,74	21,28	138.745,74	21,28	136.711,60	20,97
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**9.686.171,33**	**12.616.039,56**	**8.958.867,86**	**71,01**	**8.403.370,51**	**66,61**	**7.951.236,60**	**63,02**
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 31m.								
AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***			***LUIZ CARLOS DE GRANDE***				
Prefeito Municipal	Contador			Controle Interno				

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:CC2B5612

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
4º Bimestre de 2026		
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL**
		Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	39.401.426,93	38.542.319,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 32m.											

Nota:		
AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***	***LUIZ CARLOS DE GRANDE***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:39D811A7

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ										
PODER EXECUTIVO										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO										
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00
Função/Subfunção	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**			**Saldo (c) = (a-b)**	**Despesas Liquidadas**			**Saldo (e) = (a-d)**
			No Periodo	**Até o Periodo (b)**	**% (b/total b)**		**No Periodo**	**Até o Periodo (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	36.241.045,53	46.099.201,17	7.956.685,98	33.132.242,04	100,00	12.966.959,13	8.175.243,53	31.489.455,23	100,00	14.609.745,94
JUDICIÁRIA	286.984,00	633.984,00	130.129,40	579.947,13	1,75	54.036,87	130.129,40	579.947,13	1,84	54.036,87
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	286.984,00	633.984,00	130.129,40	579.947,13	1,75	54.036,87	130.129,40	579.947,13	1,84	54.036,87
ADMINISTRAÇÃO	5.682.374,41	6.005.680,49	1.074.012,63	4.357.557,69	13,15	1.648.122,80	1.081.539,50	4.158.571,13	13,21	1.847.109,36
Administração Geral	4.901.374,41	5.003.374,41	847.917,31	3.611.131,50	10,90	1.392.242,91	867.260,49	3.441.885,05	10,93	1.561.489,36
Administração Financeira	245.000,00	544.806,08	136.982,55	390.001,43	1,18	154.804,65	134.896,56	387.915,44	1,23	156.890,64
Controle Interno	101.000,00	71.500,00	13.214,66	56.138,53	0,17	15.361,47	13.214,66	56.138,53	0,18	15.361,47
Administração de Receitas	435.000,00	386.000,00	75.898,11	300.286,23	0,91	85.713,77	66.167,79	272.632,11	0,87	113.367,89
SEGURANÇA PÚBLICA	38.000,00	23.000,00	0,00	3.670,26	0,01	19.329,74	0,00	3.670,26	0,01	19.329,74
Defesa Civil	38.000,00	23.000,00	0,00	3.670,26	0,01	19.329,74	0,00	3.670,26	0,01	19.329,74
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.043.539,00	2.813.545,22	569.958,22	1.986.841,07	6,00	826.704,15	497.395,81	1.700.236,27	5,40	1.113.308,95
Assistência ao Idoso	200.000,00	234.024,11	24.080,00	167.034,95	0,50	66.989,16	48.240,00	114.234,95	0,36	119.789,16
Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Comunitária	1.533.539,00	2.347.521,11	519.507,12	1.704.384,52	5,14	643.136,59	422.784,71	1.470.579,72	4,67	876.941,39
Direitos Individuais, Coletivos Difusos	260.000,00	222.000,00	26.371,10	115.421,60	0,35	106.578,40	26.371,10	115.421,60	0,37	106.578,40
SAÚDE	9.686.171,33	12.616.039,56	1.981.902,76	8.991.676,44	27,14	3.624.363,12	2.130.002,01	8.434.589,09	26,79	4.181.450,47
Atenção Básica	5.677.168,33	8.542.455,17	1.384.137,93	6.356.995,74	19,19	2.185.459,43	1.550.352,74	5.870.326,05	18,64	2.672.129,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.280.000,00	2.385.000,00	454.032,69	2.180.313,65	6,58	204.686,35	454.032,69	2.180.313,65	6,92	204.686,35
Suporte Profilático e Terapêutico	615.000,00	747.581,39	101.139,87	282.618,33	0,85	464.963,06	88.774,31	217.950,67	0,69	529.630,72
Vigilância Sanitária	410.959,00	288.959,00	29.866,26	33.002,98	0,10	255.956,02	24.116,26	27.252,98	0,09	261.706,02
Vigilância Epidemiológica	703.044,00	652.044,00	12.726,01	138.745,74	0,42	513.298,26	12.726,01	138.745,74	0,44	513.298,26
EDUCAÇÃO	9.876.908,13	9.953.304,74	1.393.914,55	6.125.317,64	18,49	3.827.987,10	1.447.651,70	6.014.379,16	19,10	3.938.925,58
Alimentação e Nutrição	281.002,00	318.079,30	7.935,87	176.323,21	0,53	141.756,09	6.592,79	164.702,53	0,52	153.376,77
Ensino Fundamental	5.626.515,38	6.694.015,38	1.272.210,23	5.102.781,57	15,40	1.591.233,81	1.306.627,05	5.073.665,20	16,11	1.620.350,18
Educação Infantil	2.536.069,55	1.696.888,86	73.211,94	537.240,90	1,62	1.159.647,96	72.771,64	536.649,16	1,70	1.160.239,70
Educação de Jovens e Adultos	70.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
Educação Especial	665.011,20	569.011,20	0,00	154.000,00	0,46	415.011,20	28.000,00	98.000,00	0,31	471.011,20
Transporte Rodoviário	698.310,00	617.310,00	40.556,51	154.971,96	0,47	462.338,04	33.660,22	141.362,27	0,45	475.947,73
CULTURA	150.000,00	209.653,84	9.059,44	113.836,57	0,34	95.817,27	45.160,22	113.556,57	0,36	96.097,27
Difusão Cultural	150.000,00	209.653,84	9.059,44	113.836,57	0,34	95.817,27	45.160,22	113.556,57	0,36	96.097,27
URBANISMO	1.850.440,66	3.191.376,88	1.296.266,58	2.666.802,63	8,05	524.574,25	1.322.894,32	2.591.393,42	8,23	599.983,46
Infra-Estrutura Urbana	850.440,66	1.407.440,66	270.161,77	1.247.418,52	3,76	160.022,14	269.959,02	1.225.627,37	3,89	181.813,29
Serviços Urbanos	1.000.000,00	1.783.936,22	1.026.104,81	1.419.384,11	4,28	364.552,11	1.052.935,30	1.365.766,05	4,34	418.170,17
HABITAÇÃO	150.000,00	43.000,00	0,00	41.757,80	0,13	1.242,20	0,00	41.717,80	0,13	1.282,20
Habitação Urbana	150.000,00	43.000,00	0,00	41.757,80	0,13	1.242,20	0,00	41.717,80	0,13	1.282,20
SANEAMENTO	380.000,00	380.000,00	18.666,01	91.369,32	0,28	288.630,68	40.727,70	89.010,72	0,28	290.989,28
Saneamento Básico Urbano	380.000,00	380.000,00	18.666,01	91.369,32	0,28	288.630,68	40.727,70	89.010,72	0,28	290.989,28

GESTÃO AMBIENTAL	150.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	150.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AGRICULTURA	1.600.000,00	4.777.466,00	845.599,41	4.037.031,14	12,18	740.434,86	854.977,01	3.986.994,56	12,66	790.471,44
Promoção da Produção Agropecuária	1.600.000,00	4.777.466,00	845.599,41	4.037.031,14	12,18	740.434,86	854.977,01	3.986.994,56	12,66	790.471,44
INDÚSTRIA	300.882,00	411.882,00	18.839,10	299.640,76	0,90	112.241,24	60.839,08	215.640,69	0,68	196.241,31
Produção Industrial	300.882,00	411.882,00	18.839,10	299.640,76	0,90	112.241,24	60.839,08	215.640,69	0,68	196.241,31
ENERGIA	900.000,00	976.564,46	174.944,15	797.222,85	2,41	179.341,61	204.045,45	700.290,36	2,22	276.274,10
Energia Elétrica	900.000,00	976.564,46	174.944,15	797.222,85	2,41	179.341,61	204.045,45	700.290,36	2,22	276.274,10
TRANSPORTE	1.112.000,00	1.114.827,72	210.619,79	822.363,34	2,48	292.464,38	210.070,62	783.152,96	2,49	331.674,76
Transporte Rodoviário	1.112.000,00	1.114.827,72	210.619,79	822.363,34	2,48	292.464,38	210.070,62	783.152,96	2,49	331.674,76
DESPORTO E LAZER	1.013.020,00	1.968.250,26	96.233,36	1.621.271,00	4,89	346.979,26	51.272,17	1.518.370,75	4,82	449.879,51
Turismo	600.000,00	1.555.230,26	51.862,50	1.400.343,79	4,23	154.886,47	72,50	1.308.553,79	4,16	246.676,47
Desporto Comunitário	413.020,00	413.020,00	44.370,86	220.927,21	0,67	192.092,79	51.199,67	209.816,96	0,67	203.203,04
ENCARGOS ESPECIAIS	592.191,00	912.191,00	136.540,58	595.936,40	1,80	316.254,60	98.538,54	557.934,36	1,77	354.256,64
Serviço da Dívida Interna	592.191,00	912.191,00	136.540,58	595.936,40	1,80	316.254,60	98.538,54	557.934,36	1,77	354.256,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	428.535,00	28.435,00	0,00	0,00	0,00	28.435,00	0,00	0,00	0,00	28.435,00
Reserva de Contingência geral	428.535,00	28.435,00	0,00	0,00	0,00	28.435,00	0,00	0,00	0,00	28.435,00
TOTAL	**36.241.045,53**	**46.099.201,17**	**7.956.685,98**	**33.132.242,04**	**100,00**	**12.966.959,13**	**8.175.243,53**	**31.489.455,23**	**100,00**	**14.609.745,94**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 01m.

AMARILDO TOSTES	***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Contador
LUIZ CARLOS DE GRANDE	
Controle Interno	

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:CB7EE3FF

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
9/2.025 A 8/2.026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026	7 / 2.026	8 / 2.026		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.105.356,57	4.471.119,83	3.663.907,75	5.389.624,09	3.972.131,70	3.914.835,91	3.335.801,07	3.692.091,26	4.562.192,86	5.462.200,55	4.275.826,70	3.542.059,40	50.387.147,69	45.511.815,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	243.120,53	248.476,39	208.027,32	238.699,46	249.275,07	228.348,35	189.310,15	434.075,89	222.781,76	577.959,76	197.243,44	278.386,47	3.315.704,59	2.591.953,00
IPTU	34.028,78	31.746,03	12.473,60	9.252,92	7.287,85	13.081,37	40.403,30	204.081,70	52.207,91	45.449,15	35.561,22	27.865,48	513.439,31	675.202,00
ISS	59.333,89	72.808,55	95.096,62	45.897,18	120.970,27	82.938,69	40.220,61	42.498,34	44.636,63	94.419,50	67.469,23	62.766,85	829.056,36	438.479,00
ITBI	35.368,56	19.142,17	700,00	22.121,49	6.618,86	34.271,27	15.698,64	30.337,20	26.414,60	332.399,29	3.633,34	49.261,11	575.966,53	617.004,00
IRRF	96.837,55	104.314,39	92.443,04	154.337,89	108.953,55	73.956,97	66.575,87	98.872,45	82.970,29	93.706,70	81.940,02	131.307,40	1.186.216,12	681.443,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.551,75	20.465,25	7.314,06	7.089,98	5.444,54	24.100,05	26.411,73	58.286,20	16.552,33	11.985,12	8.639,63	7.185,63	211.026,27	179.825,00
Contribuições	44.289,66	43.227,41	38.447,20	38.777,88	29.521,19	58.797,69	49.259,34	82.782,41	59.140,26	56.252,03	49.590,23	48.158,68	598.243,98	574.801,00
Receita Patrimonial	26.207,65	124.059,40	103.496,97	109.961,62	106.849,47	89.734,32	108.073,96	100.018,89	88.202,72	101.770,12	96.163,00	77.707,11	1.132.245,23	2.875,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	26.207,65	124.059,40	103.496,97	109.961,62	106.849,47	89.734,32	108.073,96	100.018,89	88.202,72	101.770,12	96.163,00	77.707,11	1.132.245,23	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.875,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	3.790.207,37	3.782.318,02	3.311.742,74	4.999.620,86	3.584.078,83	3.535.988,45	2.964.771,02	3.073.070,11	4.188.620,89	4.720.987,58	3.932.635,43	3.137.753,67	45.021.794,97	42.307.886,44
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.712.710,84	22.453.761,00	20.194.642,00
Cota-Parte do ICMS	724.799,90	656.672,25	611.896,80	776.057,03	634.206,72	504.576,87	700.559,58	647.828,13	525.855,96	680.446,01	616.313,68	597.915,77	7.677.128,70	9.580.000,00

Cota-Parte do IPVA	36.139,15	34.255,19	12.325,16	21.136,10	317.531,09	78.018,01	71.875,36	63.894,46	54.524,08	31.062,51	30.020,19	27.113,41	777.894,71	1.053.801,00
Cota-Parte do ITR	222.746,51	592.611,09	111.113,75	45.651,39	31.065,64	4.421,36	3.766,79	2.855,20	33.831,16	18.101,45	13.285,47	3.433,92	1.082.883,73	287.401,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	10.196,79	9.778,78	9.664,99	11.707,24	8.353,19	8.765,80	8.677,30	7.633,28	9.172,95	12.250,03	11.089,23	11.940,86	119.230,44	114.961,00
Transferências do FUNDEB	340.978,15	477.792,79	409.193,27	486.300,46	569.155,28	415.275,73	404.630,13	464.307,68	367.762,78	409.537,56	402.300,99	397.013,94	5.144.248,76	5.990.057,52
Outras Transferências Correntes	553.899,63	735.974,05	424.072,69	867.226,22	251.831,55	297.077,13	426.161,68	298.116,95	1.274.964,02	1.544.050,15	705.648,63	387.624,93	7.766.647,63	5.087.023,92
Outras Receitas Correntes	1.531,36	273.038,61	2.193,52	2.564,27	2.407,14	1.967,10	24.386,60	2.143,96	3.447,23	5.231,06	194,60	53,47	319.158,92	34.300,46
DEDUÇÕES (II)	440.727,38	513.710,07	495.695,23	562.232,67	552.618,10	564.726,93	426.795,63	462.128,91	509.178,64	553.479,81	389.087,31	470.622,78	5.941.003,46	5.943.427,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	440.727,38	513.710,07	495.695,23	562.232,67	552.618,10	564.726,93	426.795,63	462.128,91	509.178,64	553.479,81	389.087,31	470.622,78	5.941.003,46	5.943.427,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**3.664.629,19**	**3.957.409,76**	**3.168.212,52**	**4.827.391,42**	**3.419.513,60**	**3.350.108,98**	**2.909.005,44**	**3.229.962,35**	**4.053.014,22**	**4.908.720,74**	**3.886.739,39**	**3.071.436,62**	**44.446.144,23**	**39.568.388,90**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	200.000,00	400.000,00	100.013,00	396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	825.000,00	425.000,00	0,00	0,00	2.346.013,00	700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**3.464.629,19**	**3.557.409,76**	**3.068.199,52**	**4.431.391,42**	**3.419.513,60**	**3.350.108,98**	**2.909.005,44**	**3.229.962,35**	**3.228.014,22**	**4.483.720,74**	**3.886.739,39**	**3.071.436,62**	**42.100.131,23**	**38.868.388,90**

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	42.504,00	42.504,00	42.504,00	76.674,43	45.388,00	51.872,00	42.146,00	42.146,00	42.146,00	42.146,00	42.146,00	42.146,00	554.322,43	546.062,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**3.422.125,19**	**3.514.905,76**	**3.025.695,52**	**4.354.716,99**	**3.374.125,60**	**3.298.236,98**	**2.866.859,44**	**3.187.816,35**	**3.185.868,22**	**4.441.574,74**	**3.844.593,39**	**3.029.290,62**	**41.545.808,80**	**38.322.326,90**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 21/set/2026 as 14h e 11m.														
AMARILDO TOSTES					***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***					***LUIZ CARLOS DE GRANDE***				
Prefeito Municipal					Contador					Controle Interno				

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:CE50880D

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO												
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**6.593,02**	**1.424.167,92**	**1.390.048,23**	**0,00**	**40.712,71**	**76.924,90**	**6.675.441,36**	**5.464.460,10**	**5.452.461,76**	**387.885,61**	**912.018,89**	**952.731,60**
PODER EXECUTIVO	6.593,02	1.424.167,92	1.390.048,23	0,00	40.712,71	76.924,90	6.675.441,36	5.464.460,10	5.452.461,76	387.885,61	912.018,89	952.731,60
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**6.593,02**	**1.424.167,92**	**1.390.048,23**	**0,00**	**40.712,71**	**76.924,90**	**6.675.441,36**	**5.464.460,10**	**5.452.461,76**	**387.885,61**	**912.018,89**	**952.731,60**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA, emitido em 21/set/2026 as 14h e 12m.												
AMARILDO TOSTES				***LUIZ ROGERIO DOS SANTOS***					***LUIZ CARLOS DE GRANDE***			
Prefeito Municipal				Contador					Controle Interno			

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:6420AA3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO I DO EDITAL N.º 16.01/2026 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (PCD)

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO - JAGUAPITÃ										
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42305	DANIEL ALVES DA SILVA	28/08/1982	14	8	36	58	1º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
8640 - SERVIÇOS GERAIS - JAGUAPITÃ										
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42304	DANIEL ALVES DA SILVA	28/08/1982	6	12	48	66	1º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO - JAGUAPITÃ										
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
41883	CARLA ROCHA DELMONICO	07/10/1991	16	6	8	39	69	1º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
42282	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	19/10/1992	14	8	8	30	60	2º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA - JAGUAPITÃ										
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
41885	CARLA ROCHA DELMONICO	07/10/1991	10	4	8	57	79	1º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
42283	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	19/10/1992	14	8	10	45	77	2º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA - JAGUAPITÃ										
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
41967	LUIS EDUARDO DANIEL DOS SANTOS	14/01/1986	10	2	6	42	60	1º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:68F16F12

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO II DO EDITAL N.º 16.01/2026 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO		MAT		CE		NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
41993	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	18/10/2001	20		14		52		86	1º	Classificado	Afrodescendente
42676	WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	24/08/1984	10		14		36		60	2º	Classificado	Afrodescendente

8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT		INF		CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
41994	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	18/10/2001	14	10		10		51	85	1º	Classificado	Afrodescendente
42014	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	22/02/1997	16	8		8		51	83	2º	Classificado	Afrodescendente
42747	LUCAS EMANUEL PEREIRA DE SOUZA	07/01/2005	16	8		8		48	80	3º	Classificado	Afrodescendente
42651	ANDRÉ LUIZ PINHEIRO	30/11/1980	18	8		8		45	79	4º	Classificado	Afrodescendente
42745	GREGORY MAX CARVALHO SOUZA	09/08/1991	16	10		10		39	75	5º	Classificado	Afrodescendente
41930	CARINE SILVA DE ALMEIDA	05/10/2002	18	0		10		42	70	6º	Classificado	Afrodescendente
42538	LUCIANA DOS SANTOS ZEFERINO	12/08/1985	16	2		6		45	69	7º	Classificado	Afrodescendente
41872	WILLIAN SANT ANA LOPES	24/11/1999	16	6		10		33	65	8º	Classificado	Afrodescendente
42505	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	23/07/2007	16	2		4		42	64	9º	Classificado	Afrodescendente
41958	ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI	06/06/1982	16	4		10		33	63	10º	Classificado	Afrodescendente
42081	ADRIANA MAGALHAES CAVALCANTE ZANOTTO	18/05/1974	14	4		6		36	60	11º	Classificado	Afrodescendente
42199	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	21/07/1998	16	6		10		27	59	12º	Classificado	Afrodescendente
42029	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	27/03/1995	10	8		10		24	52	13º	Classificado	Afrodescendente

8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT		INF		CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
42200	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	21/07/1998	14	8		10		57	89	1º	Classificado	Afrodescendente
42031	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	27/03/1995	12	6		10		60	88	2º	Classificado	Afrodescendente
42632	WILLIS APARECIDO DOS SANTOS	06/08/1988	16	6		8		57	87	3º	Classificado	Afrodescendente
42506	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	23/07/2007	10	2		6		51	69	4º	Classificado	Afrodescendente
42302	TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	02/05/1989	12	4		6		45	67	5º	Classificado	Afrodescendente
42401	GUILHERME DE OLIVEIRA GARCIA	18/01/2007	18	2		2		42	64	6º	Classificado	Afrodescendente

8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT		INF		CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
42187	DIEGO PAULINO	07/10/1986	16	2		4		42	64	1º	Classificado	Afrodescendente

8645 - CONTADOR - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	22/02/1997	20	6	6	42	3	77	1º	Classificado	Afrodescendente	
42521	MATEUS VINICIUS SOBRINHO DE REZENDE	26/12/2001	16	8	4	48	-	76	2º	Classificado	Afrodescendente	

8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ												
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42687	VITÓRIA NARITA DANTAS	12/08/1997	18	10	6	52	3	89	1º	Classificado	Afrodescendente	

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:C2D8E9F2

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO III DO EDITAL N.º 16.01/2026 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE		
41900	JOEL SANTOS DE SOUZA	10/12/1983	16	20	56	92	1º	Aprovado	Ampla Concorrência		
42746	EDER DA SILVA DE SOUZA	10/03/1992	16	20	56	92	2º	Aprovado	Ampla Concorrência		
42306	DIEGO GOUVEIA MARQUES	01/04/1992	18	20	52	90	3º	Classificado	Ampla Concorrência		
41993	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	18/10/2001	20	14	52	86	4º	Classificado	Afrodescendente		
42653	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	18/02/1978	16	18	52	86	5º	Classificado	Ampla Concorrência		
42010	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	09/10/1981	16	12	56	84	6º	Classificado	Ampla Concorrência		
42497	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	15/12/1989	14	14	56	84	7º	Classificado	Ampla Concorrência		
41895	MURILO LUAN DA SILVA	13/06/2002	14	18	52	84	8º	Classificado	Ampla Concorrência		
42689	ROSELY DO NASCIMENTO	02/04/1968	20	14	48	82	9º	Classificado	Ampla Concorrência		
42658	ROBERTO CARLOS DO NASCIMENTO	14/09/1969	14	10	56	80	10º	Classificado	Ampla Concorrência		
42353	MATHEUS FELIPE SILVA AKIZUKI PONTES	22/03/2006	16	20	44	80	11º	Classificado	Ampla Concorrência		
42310	PAULO RICARDO GOMES BARBOSA	02/08/1999	18	10	48	76	12º	Classificado	Ampla Concorrência		
42633	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	14/05/2007	16	16	44	76	13º	Classificado	Ampla Concorrência		
42605	ISAIAS PAULO RODRIGUES BARBOSA JOSÉ	26/07/2002	18	6	48	72	14º	Classificado	Ampla Concorrência		
42671	OSMAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	22/11/1975	14	18	40	72	15º	Classificado	Ampla Concorrência		
42393	RICARDO ROSSETTO FIGUEIREDO SOARES	08/08/1991	12	10	44	66	16º	Classificado	Ampla Concorrência		
42676	WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	24/08/1984	10	14	36	60	17º	Classificado	Afrodescendente		
42191	SOLANGE FERNANDA FARIA	12/04/1995	12	6	40	58	18º	Classificado	Ampla Concorrência		
42305	DANIEL ALVES DA SILVA	28/08/1982	14	8	36	58	19º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência		
42319	ELTON RICARDO DE SOUZA	27/04/1989	14	12	32	58	20º	Classificado	Ampla Concorrência		
42021	ALDO BERNARDO DOS SANTOS	13/07/1981	10	10	36	56	21º	Classificado	Ampla Concorrência		
41968	DANIEL DA SILVA	19/05/1979	12	8	32	52	22º	Classificado	Ampla Concorrência		
8640 - SERVIÇOS GERAIS - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE		
42552	CLAUDIO GUALBERTO	29/04/1974	14	20	60	94	1º	Classificado	Ampla Concorrência		
42542	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	15/12/1989	14	20	60	94	2º	Classificado	Ampla Concorrência		
42212	ARIADE ALVES DO NASCIMENTO	26/09/1989	12	20	60	92	3º	Classificado	Ampla Concorrência		
41986	KERULYN LOPES DOS REIS	08/12/1997	14	16	60	90	4º	Classificado	Ampla Concorrência		
41966	LENON HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	21/08/1995	14	6	60	80	5º	Classificado	Ampla Concorrência		
42345	CAIQUE CESAR DOS SANTOS PEREIRA	25/02/2007	10	10	60	80	6º	Classificado	Ampla Concorrência		
42284	VINICIUS DE OLIVEIRA DA SILVA	04/03/1999	8	16	56	80	7º	Classificado	Ampla Concorrência		
42254	NÚBIA LORENA APARECIDA DE OLIVEIRA	12/09/2001	14	8	56	78	8º	Classificado	Ampla Concorrência		
41964	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	27/07/1981	12	10	56	78	9º	Classificado	Ampla Concorrência		
42465	PATRÍCIA RODRIGUES BORGES	21/12/1986	12	10	56	78	10º	Classificado	Ampla Concorrência		
42619	KAIQUE DE OLIVEIRA RIBEIRO	03/11/2005	16	4	56	76	11º	Classificado	Ampla Concorrência		
42715	EMANUEL ELIEZER DE SOUZA	16/05/2007	12	12	52	76	12º	Classificado	Ampla Concorrência		
42035	LILIAN DE OLIVEIRA RICARDO	23/05/1987	10	8	56	74	13º	Classificado	Ampla Concorrência		
41926	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	11/04/1983	10	6	56	72	14º	Classificado	Ampla Concorrência		
42613	ALINE SOARES	24/08/1992	6	8	56	70	15º	Classificado	Ampla Concorrência		
42023	ROSIMARI FERREIRA	02/03/1979	10	8	52	70	16º	Classificado	Ampla Concorrência		
42132	BRUNA MENDES VIEIRA	01/09/1992	8	4	56	68	17º	Classificado	Ampla Concorrência		
42131	CLEVERSON RODRIGUES SCHELEGER	05/04/1983	2	14	52	68	18º	Classificado	Ampla Concorrência		
42304	DANIEL ALVES DA SILVA	28/08/1982	6	12	48	66	19º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência		

42607	CLÁUDIO RODRIGUES DE SOUZA	29/04/1978	6	6	52	64	20º	Classificado	Ampla Concorrência		
41891	VALDIR DIAS	22/09/1972	6	4	52	62	21º	Classificado	Ampla Concorrência		
42180	RENATA ZEFERINO MATIAS	21/10/1992	6	2	52	60	22º	Classificado	Ampla Concorrência		
42287	ORLANDO APARECIDO VENTURINI	05/10/1968	2	4	52	58	23º	Classificado	Ampla Concorrência		
42523	ADRIANA VIEIRA DUARTE	08/08/1976	0	6	52	58	24º	Classificado	Ampla Concorrência		
42462	MÁRCIA CRISTINA TARGA	12/03/1976	8	6	44	58	25º	Classificado	Ampla Concorrência		
8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CE	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42226	JHONATAN PINHEIRO BARBOSA	28/03/2000	16	18	56	95	185	1º	Classificado	Ampla Concorrência	
8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42495	GUILHERME HESPANHOL MULLER	03/08/1994	20	10	10	54	94	1º	Aprovado	Ampla Concorrência	
42536	DIEGO NASCIMENTO DOS SANTOS	10/09/1989	18	10	10	51	89	2º	Classificado	Ampla Concorrência	
42525	JEAN MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA	02/10/2002	12	10	10	54	86	3º	Classificado	Ampla Concorrência	
42644	GUILHERME LOPES TANAKA	18/05/1992	14	6	8	57	85	4º	Classificado	Ampla Concorrência	
41994	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	18/10/2001	14	10	10	51	85	5º	Classificado	Afrodescendente	
42002	MATHEUS DEZOTTI TOLENTINO	28/10/2006	18	8	6	51	83	6º	Classificado	Ampla Concorrência	
42601	JEFERSON LEONARDO PEREIRA	16/09/1995	18	6	8	51	83	7º	Classificado	Ampla Concorrência	
42014	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	22/02/1997	16	8	8	51	83	8º	Classificado	Afrodescendente	
42426	MARCELO FERNANDES	03/03/1981	20	6	8	48	82	9º	Classificado	Ampla Concorrência	
41880	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	02/04/1996	20	6	8	48	82	10º	Classificado	Ampla Concorrência	
42641	LUARA CAROLINE RIBEIRO	14/09/2003	16	10	8	48	82	11º	Classificado	Ampla Concorrência	
42412	ANDRÉ GONZALEZ DONADON LEAL	07/04/1998	16	8	10	48	82	12º	Classificado	Ampla Concorrência	
42594	LUIZ CESAR FIORI	22/11/1988	14	10	10	48	82	13º	Classificado	Ampla Concorrência	
42440	CRISTINA ROZENO DE LIMA	21/06/1994	18	6	6	51	81	14º	Classificado	Ampla Concorrência	
42627	VICTÓRIA RIBEIRO DE PAULA	25/03/1997	18	4	8	51	81	15º	Classificado	Ampla Concorrência	
41963	GABRIEL HENRIQUE DO NASCIMENTO GOMES	02/06/2006	14	6	10	51	81	16º	Classificado	Ampla Concorrência	
42747	LUCAS EMANUEL PEREIRA DE SOUZA	07/01/2005	16	8	8	48	80	17º	Classificado	Afrodescendente	
42616	LEONARDO FRANCISCO BORGES	31/05/1996	16	6	6	51	79	18º	Classificado	Ampla Concorrência	
42651	ANDRÉ LUIZ PINHEIRO	30/11/1980	18	8	8	45	79	19º	Classificado	Afrodescendente	
42600	CARLOS EDUARDO APARECIDO LUIZ	23/02/2008	14	8	8	48	78	20º	Classificado	Ampla Concorrência	
42561	FÁBIO RANGEL MATSUOKA CESTARI	17/01/1989	18	8	10	42	78	21º	Classificado	Ampla Concorrência	
42678	MATHEUS CARRARA DE SOUZA	19/08/2006	16	6	10	45	77	22º	Classificado	Ampla Concorrência	
42686	MANUELA DA SILVA	01/12/1992	14	6	8	48	76	23º	Classificado	Ampla Concorrência	
42643	JOSÉ VICTOR MARINI	09/12/1997	18	8	10	39	75	24º	Classificado	Ampla Concorrência	
42745	GREGORY MAX CARVALHO SOUZA	09/08/1991	16	10	10	39	75	25º	Classificado	Afrodescendente	
41882	RENATA FERNANDA MADEIRA DE FARIAS	23/04/2000	12	6	8	48	74	26º	Classificado	Ampla Concorrência	
42638	THAILANI GUIMARÃES VASCONCELOS	23/08/2004	18	8	6	42	74	27º	Classificado	Ampla Concorrência	
41976	FABIANA DE SOUZA FREITAS	04/01/1979	14	0	8	51	73	28º	Classificado	Ampla Concorrência	
42707	MAYARA CRISTINA DA CRUZ GONÇALVES	15/02/1994	12	6	10	45	73	29º	Classificado	Ampla Concorrência	
42161	TUANI BARROS DE OLIVEIRA	27/10/1999	18	8	8	39	73	30º	Classificado	Ampla Concorrência	
42491	ANTHONY DE PAULA OLIVEIRA	17/01/2003	16	8	10	39	73	31º	Classificado	Ampla Concorrência	
42503	GUSTAVO DE MELO MORETTO	23/03/1999	12	2	10	48	72	32º	Classificado	Ampla Concorrência	
41953	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	25/02/1998	18	4	8	42	72	33º	Classificado	Ampla Concorrência	
41971	ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA	21/06/1990	14	6	10	42	72	34º	Classificado	Ampla Concorrência	
42339	FELIPE FERREIRA DE FARIA ADELHUTTE	27/05/1999	14	6	10	42	72	35º	Classificado	Ampla Concorrência	
42577	GABRIEL EMERENCIANO VENDRAMES	05/08/2004	18	4	10	39	71	36º	Classificado	Ampla Concorrência	
42086	NICOLLAS SANTANA LOPES	26/01/2005	16	8	8	39	71	37º	Classificado	Ampla Concorrência	
42728	EMANUEL CÂNDIDO VIVAN	19/02/2006	16	6	10	39	71	38º	Classificado	Ampla Concorrência	
41930	CARINE SILVA DE ALMEIDA	05/10/2002	18	0	10	42	70	39º	Classificado	Afrodescendente	
42024	PATRÍCIA ERHARDT ARTEMAN	17/04/1986	14	6	8	42	70	40º	Classificado	Ampla Concorrência	
42538	LUCIANA DOS SANTOS ZEFERINO	12/08/1985	16	2	6	45	69	41º	Classificado	Afrodescendente	
41902	JESSICA TATIANE DE LIMA DA SILVA	14/05/1991	16	2	6	45	69	42º	Classificado	Ampla Concorrência	
41942	ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA	20/05/1989	16	0	8	45	69	43º	Classificado	Ampla Concorrência	
41883	CARLA ROCHA DELMONICO	07/10/1991	16	6	8	39	69	44º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
42455	VALDIR ANTONIO KULKA GOES	21/01/1982	16	4	10	39	69	45º	Classificado	Ampla Concorrência	
42371	SAULO RODRIGO CAETANO DOS SANTOS	02/02/1998	16	4	6	42	68	46º	Classificado	Ampla Concorrência	
42390	ALTHIER DIONIZIO DOS SANTOS	02/06/2000	14	10	8	36	68	47º	Classificado	Ampla Concorrência	
42498	GIULIANA ANGÉLICA BROGIATO	12/05/1975	10	6	6	45	67	48º	Classificado	Ampla Concorrência	
42043	CASSIA MARIA LUIZ	29/04/2001	14	2	8	42	66	49º	Classificado	Ampla Concorrência	

42273	VITOR NOGUEIRA VIDAL	15/06/1998	16	4	10	36	66	50º	Classificado	Ampla Concorrência	
42620	GABRIEL PERES CHIQUETTI	24/01/2009	18	8	10	30	66	51º	Classificado	Ampla Concorrência	
42085	JOÃO HENRIQUE GOMES MACHADO CORDEIRO	25/08/1998	16	10	10	30	66	52º	Classificado	Ampla Concorrência	
42063	MATEUS AZINARI	05/02/1994	12	6	8	39	65	53º	Classificado	Ampla Concorrência	
41999	GUSTAVO HENRIQUE VERGILIO	19/07/1992	12	4	10	39	65	54º	Classificado	Ampla Concorrência	
42562	YASMIN DE SOUZA FERRER	25/09/2005	16	8	8	33	65	55º	Classificado	Ampla Concorrência	
41872	WILLIAN SANT ANA LOPES	24/11/1999	16	6	10	33	65	56º	Classificado	Afrodescendente	
42312	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA GONÇALVES	31/05/2006	16	6	10	33	65	57º	Classificado	Ampla Concorrência	
42505	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	23/07/2007	16	2	4	42	64	58º	Classificado	Afrodescendente	
42545	ERICKSON KENDI UETSUBO	01/12/1980	16	2	10	36	64	59º	Classificado	Ampla Concorrência	
42647	FELIPE ALEXANDRE ROCHA PIRES	13/03/2002	14	6	8	36	64	60º	Classificado	Ampla Concorrência	
42718	EDUARDO AKIRA SHIMOMURA	27/02/1993	18	8	8	30	64	61º	Classificado	Ampla Concorrência	
42639	RAFAELLA GOMES DIAS	13/11/2002	16	4	4	39	63	62º	Classificado	Ampla Concorrência	
42387	VIVIAN MARTINS SILVA	30/08/1977	14	4	6	39	63	63º	Classificado	Ampla Concorrência	
42308	ALINE RODRIGUES DOS SANTOS	27/12/2002	14	0	10	39	63	64º	Classificado	Ampla Concorrência	
42320	AMAURI APARECIDO VIEIRA	01/11/1976	12	4	8	39	63	65º	Classificado	Ampla Concorrência	
42422	WILSON SANTANA DA SILVA	02/09/1989	18	2	10	33	63	66º	Classificado	Ampla Concorrência	
41958	ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI	06/06/1982	16	4	10	33	63	67º	Classificado	Afrodescendente	
42449	LUCAS CASSIANO DA SILVA	26/12/1995	16	4	10	33	63	68º	Classificado	Ampla Concorrência	
42385	NÁGILLA ALÉXIA FERREIRA ROCHA VAZ	07/06/1996	14	8	8	33	63	69º	Classificado	Ampla Concorrência	
42253	DANIEL SILVA MENDES	20/05/1998	16	2	8	36	62	70º	Classificado	Ampla Concorrência	
41946	GHIOVANNA ANTUNES VALLINI	28/02/2000	14	4	8	36	62	71º	Classificado	Ampla Concorrência	
42604	MARIA CLARA FERNANDES MONTEIRO	11/03/2005	14	2	10	36	62	72º	Classificado	Ampla Concorrência	
42402	IGOR EDUARDO TORRES	01/10/2003	10	8	8	36	62	73º	Classificado	Ampla Concorrência	
42524	FLAVIA CAMILA ALVES	28/04/1987	20	4	8	30	62	74º	Classificado	Ampla Concorrência	
42468	IEZA BABILA GONCALVES	05/07/1997	16	10	6	30	62	75º	Classificado	Ampla Concorrência	
42680	MARCELO FERMINO MOREIRA	15/07/1985	8	6	8	39	61	76º	Classificado	Ampla Concorrência	
42061	JULIA DALILA DOS SANTOS PEQUENO ALVES	08/11/2006	16	6	6	33	61	77º	Classificado	Ampla Concorrência	
42356	TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO	27/04/1984	16	4	8	33	61	78º	Classificado	Ampla Concorrência	
42424	MARIANE SPERANDIN	09/04/1990	14	6	8	33	61	79º	Classificado	Ampla Concorrência	
41912	AMANDA ROSA DE SOUZA BRUNHOLI	17/04/2006	14	6	8	33	61	80º	Classificado	Ampla Concorrência	
42749	VINICIUS AMADEU BORASCHI	06/02/2003	10	2	6	42	60	81º	Classificado	Ampla Concorrência	
42081	ADRIANA MAGALHAES CAVALCANTE ZANOTTO	18/05/1974	14	4	6	36	60	82º	Classificado	Afrodescendente	
41931	LEONARDO CAMARGO CONSALTER	08/08/1984	14	2	8	36	60	83º	Classificado	Ampla Concorrência	
42735	LUANA CARVALHO	03/08/1993	12	4	8	36	60	84º	Classificado	Ampla Concorrência	
42382	ÉLISSON LUCAS PRATES BARBOSA	06/03/2004	12	4	8	36	60	85º	Classificado	Ampla Concorrência	
42236	MAICON ERICS MATHEUS DOMINGOS	08/08/1997	16	4	10	30	60	86º	Classificado	Ampla Concorrência	
42282	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	19/10/1992	14	8	8	30	60	87º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
42270	ANDRESSA APARECIDA TAVARES DIAS	11/10/1996	16	2	2	39	59	88º	Classificado	Ampla Concorrência	
42554	THIAGO HENRIQUE ARALI BOTTAZZARI	03/01/1983	10	6	4	39	59	89º	Classificado	Ampla Concorrência	
42059	FERNANDA RAFAELA MENDES BATISTA SINTI	15/09/1999	16	4	6	33	59	90º	Classificado	Ampla Concorrência	
42527	JOSIELE GONÇALVES DE PAULA	14/03/1998	16	0	10	33	59	91º	Classificado	Ampla Concorrência	
42354	YASMIM RODRIGUES SCHELEGER	21/11/2005	14	8	4	33	59	92º	Classificado	Ampla Concorrência	
42090	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	11/06/2005	14	4	8	33	59	93º	Classificado	Ampla Concorrência	
42099	JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA JUNIOR	25/06/2004	14	2	10	33	59	94º	Classificado	Ampla Concorrência	
42454	JOÃO GUILHERME STEPANIUK BASSACO	28/12/2005	12	4	10	33	59	95º	Classificado	Ampla Concorrência	
42634	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	14/05/2007	20	6	6	27	59	96º	Classificado	Ampla Concorrência	
42726	DIORGES AMADEU	07/06/1984	16	6	10	27	59	97º	Classificado	Ampla Concorrência	
42199	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	21/07/1998	16	6	10	27	59	98º	Classificado	Afrodescendente	
42441	EDER DA SILVA DE SOUZA	10/03/1992	14	8	10	27	59	99º	Classificado	Ampla Concorrência	
42575	MAURO CELSO SCOLARI	14/08/1959	16	4	8	30	58	100º	Classificado	Ampla Concorrência	
42659	QUESIA ROSA DOS SANTOS	11/09/2001	14	2	6	36	58	101º	Classificado	Ampla Concorrência	
42713	THAISE MARCELE VIANA	20/01/2005	16	8	10	24	58	102º	Classificado	Ampla Concorrência	
42448	ADRIANA APARECIDA FERNANDES	18/06/1986	10	2	6	39	57	103º	Classificado	Ampla Concorrência	
42492	ARIANE ISABELA DA SILVA MEDEIROS	31/05/2001	16	2	6	33	57	104º	Classificado	Ampla Concorrência	
42025	TIAGO DE OLIVEIRA	15/07/1992	12	2	10	33	57	105º	Classificado	Ampla Concorrência	
42101	LEONARDO PERRE DOENHA	25/03/2000	10	6	8	33	57	106º	Classificado	Ampla Concorrência	
42318	ALINE PEREIRA DE SOUZA	26/09/1979	16	6	8	27	57	107º	Classificado	Ampla Concorrência	
42352	PAULA MAYARA FERREIRA BERNARDES	03/02/1994	8	2	10	36	56	108º	Classificado	Ampla Concorrência	
42394	GISLAINE CONCEIÇÃO LEITE	07/11/1981	16	2	8	30	56	109º	Classificado	Ampla Concorrência	

42609	ANDREY RENAN MAGRO	14/07/1991	14	6	6	30	56	110º	Classificado	Ampla Concorrência	
42414	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	05/06/1998	14	4	8	30	56	111º	Classificado	Ampla Concorrência	
42026	CAIQUE HANDA DE OLIVEIRA	27/02/1999	14	2	10	30	56	112º	Classificado	Ampla Concorrência	
42297	MILENA THAMIRIS ALMEIDA DA SILVA	07/08/2002	16	8	8	24	56	113º	Classificado	Ampla Concorrência	
42739	ISADORA MARIA RUFFO NOGUEIRA	30/06/2003	20	4	4	27	55	114º	Classificado	Ampla Concorrência	
42750	ANGELO GABRIEL PEREIRA BARBARINO	07/01/2004	14	6	8	27	55	115º	Classificado	Ampla Concorrência	
42667	ROBERTO SINTI	21/08/1996	18	8	8	21	55	116º	Classificado	Ampla Concorrência	
42499	CAROLINE KOPIEQUES	21/12/1997	14	4	6	30	54	117º	Classificado	Ampla Concorrência	
42003	JULIA FERNANDA DE MELO	28/06/2002	14	2	8	30	54	118º	Classificado	Ampla Concorrência	
42227	ANGELITA LENICE ARALI DE ARAUJO	28/09/1980	18	2	10	24	54	119º	Classificado	Ampla Concorrência	
42028	ELOISA APARECIDA GONCALVES DA SILVA	11/11/1993	14	6	10	24	54	120º	Classificado	Ampla Concorrência	
42470	MARIANA VALENTINA DOS SANTOS	06/04/2006	12	0	8	33	53	121º	Classificado	Ampla Concorrência	
42571	KATLEEN DE OLIVEIRA BRITO	25/05/2004	16	2	8	27	53	122º	Classificado	Ampla Concorrência	
42509	ALCIDES BRUNO MARIOTO SANDOLI	28/02/1985	12	6	8	27	53	123º	Classificado	Ampla Concorrência	
42654	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	18/02/1978	14	4	4	30	52	124º	Classificado	Ampla Concorrência	
42708	KENDI FELIPE UETSUBO	20/05/1986	14	2	6	30	52	125º	Classificado	Ampla Concorrência	
42598	ANDREIA GABRIEL NEVES DE LIMA	25/10/1994	14	2	6	30	52	126º	Classificado	Ampla Concorrência	
41952	PRISCILA SOUZA CARDOSO	20/11/1990	12	4	6	30	52	127º	Classificado	Ampla Concorrência	
42123	VINÍCIUS DURANTE ROLIM	03/12/1999	12	4	6	30	52	128º	Classificado	Ampla Concorrência	
42012	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	28/05/2005	16	4	8	24	52	129º	Classificado	Ampla Concorrência	
42216	ALEX YUDI ALVES OZAWA	11/02/2003	12	6	10	24	52	130º	Classificado	Ampla Concorrência	
42029	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	27/03/1995	10	8	10	24	52	131º	Classificado	Afrodescendente	
42005	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	31/08/1999	18	6	10	18	52	132º	Classificado	Ampla Concorrência	
42510	ISABELY DOS SANTOS MARIOTO SANDOLI	22/10/2007	12	0	6	33	51	133º	Classificado	Ampla Concorrência	
42656	LUANA DE SOUZA BARBOSA	10/12/1985	10	0	8	33	51	134º	Classificado	Ampla Concorrência	
42364	GUSTAVO CARLOS LOPES	23/07/1984	16	0	8	27	51	135º	Classificado	Ampla Concorrência	
42240	DEISE CRISTINA DE MEDEIROS REIS	02/10/1989	14	4	6	27	51	136º	Classificado	Ampla Concorrência	
42431	AMÁBILLE RATKO DA COSTA	10/02/2006	14	2	8	27	51	137º	Classificado	Ampla Concorrência	
42660	JULIANA LAIS SILVA DAS VIRGENS	19/05/1995	12	4	8	27	51	138º	Classificado	Ampla Concorrência	
42481	ELOIZA LUZIA DE OLIVEIRA	28/06/1999	12	4	8	27	51	139º	Classificado	Ampla Concorrência	
42446	JACKSON YGOR VALÉRIO	28/07/2002	12	2	10	27	51	140º	Classificado	Ampla Concorrência	
42106	RENATA TEODORO DE SOUZA	13/07/1992	10	2	8	30	50	141º	Classificado	Ampla Concorrência	
42405	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	06/06/1996	16	0	10	24	50	142º	Classificado	Ampla Concorrência	
42537	LORRAINE CAMILA DE SOUZA PEREIRA	19/07/1995	14	4	8	24	50	143º	Classificado	Ampla Concorrência	
8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42174	THIAGO PETRONILIO DOS SANTOS	16/10/2000	18	10	10	57	95	1º	Aprovado	Ampla Concorrência	
42091	JOSE UMBERTO CAVECCHIA JUNIOR	22/04/1976	16	8	10	57	91	2º	Classificado	Ampla Concorrência	
42200	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	21/07/1998	14	8	10	57	89	3º	Classificado	Afrodescendente	
42031	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	27/03/1995	12	6	10	60	88	4º	Classificado	Afrodescendente	
42684	ALEX SANDER ALVIM CAVECCHIA	17/04/1978	18	2	10	57	87	5º	Classificado	Ampla Concorrência	
42632	WILLIS APARECIDO DOS SANTOS	06/08/1988	16	6	8	57	87	6º	Classificado	Afrodescendente	
42423	WILSON SANTANA DA SILVA	02/09/1989	16	4	6	60	86	7º	Classificado	Ampla Concorrência	
42699	EVERTON DA SILVA CANDIDO	16/12/1993	14	6	6	60	86	8º	Classificado	Ampla Concorrência	
42734	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	11/06/2005	14	8	10	54	86	9º	Classificado	Ampla Concorrência	
42611	ALAN JORGE TORRES	11/12/1990	14	8	6	57	85	10º	Classificado	Ampla Concorrência	
42071	JÉSSICA FERNANDA PEREIRA MORAES	21/03/1991	18	8	8	51	85	11º	Classificado	Ampla Concorrência	
42534	RENAN BARTZ PEREIRA	14/10/1998	18	8	8	51	85	12º	Classificado	Ampla Concorrência	
42702	JOSÉ LUIZ DE ANDRADE	13/05/1984	16	4	10	54	84	13º	Classificado	Ampla Concorrência	
41954	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	25/02/1998	12	6	8	57	83	14º	Classificado	Ampla Concorrência	
42531	FERNANDO FRANCISCO MOREIRA	28/04/1980	10	6	6	60	82	15º	Classificado	Ampla Concorrência	
42098	LEONARDO PALOMARES PERES	01/02/1996	16	4	8	54	82	16º	Classificado	Ampla Concorrência	
41977	MARCOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR	17/11/1978	12	8	8	54	82	17º	Classificado	Ampla Concorrência	
42406	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	06/06/1996	12	4	8	57	81	18º	Classificado	Ampla Concorrência	
42657	OSMAR LUIZ GONCALVES	25/07/1965	14	6	6	54	80	19º	Classificado	Ampla Concorrência	
41956	LUIZ GUSTAVO PINTO MADEIRA	16/05/1997	14	4	4	57	79	20º	Classificado	Ampla Concorrência	
41885	CARLA ROCHA DELMONICO	07/10/1991	10	4	8	57	79	21º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
42066	JOÃO ANTONIO SENA	24/06/1987	10	8	10	51	79	22º	Classificado	Ampla Concorrência	
42413	TOBIAS PEREIRA MENGER	17/08/1989	14	6	4	54	78	23º	Classificado	Ampla Concorrência	
42365	OSCAR DA SILVA AGUIAR JUNIOR	01/07/1994	12	4	8	54	78	24º	Classificado	Ampla Concorrência	

42124	MARCOS VINICIUS DE SOUZA CORREIA	20/03/1999	12	4	8	54	78	25º	Classificado	Ampla Concorrência	
42128	DANILO AUGUSTO LOBATO	06/12/2005	12	4	8	54	78	26º	Classificado	Ampla Concorrência	
42283	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	19/10/1992	14	8	10	45	77	27º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
42111	MARIO SERGIO CORRÊA COLHADO	02/12/1962	10	4	2	60	76	28º	Classificado	Ampla Concorrência	
42582	JESSICA MARIA LEONEL DOS SANTOS	26/03/1991	12	6	4	54	76	29º	Classificado	Ampla Concorrência	
42403	WILIAN DIAS DA SILVA	25/02/1989	12	2	8	54	76	30º	Classificado	Ampla Concorrência	
42134	ROGÉRIO AFONSO DA SILVA	18/11/1984	16	4	4	51	75	31º	Classificado	Ampla Concorrência	
42062	RAFAELA BATISTA VALERIANO	06/07/1989	10	4	6	54	74	32º	Classificado	Ampla Concorrência	
42082	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	31/08/1999	14	8	10	42	74	33º	Classificado	Ampla Concorrência	
42032	ALEX RICARDO	17/03/2006	4	4	8	57	73	34º	Classificado	Ampla Concorrência	
42673	LEONARDO ENRIQUE MACHADO	24/02/1995	14	2	6	51	73	35º	Classificado	Ampla Concorrência	
42580	RONALDO DIEGO GAMA DE OLIVEIRA	10/01/1991	8	6	4	54	72	36º	Classificado	Ampla Concorrência	
42724	ISADORA IACONO ACCETI	18/07/1990	8	2	8	54	72	37º	Classificado	Ampla Concorrência	
41951	GEOVANE DE MELLO ROBERTO	18/12/1994	6	8	4	54	72	38º	Classificado	Ampla Concorrência	
42228	RAFAEL AUGUSTO GRIZOSTIMO	07/07/1994	16	4	4	48	72	39º	Classificado	Ampla Concorrência	
42074	MAYCON HENRIQUE DO NASCIMENTO	07/01/1992	14	6	4	48	72	40º	Classificado	Ampla Concorrência	
41928	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	11/04/1983	14	6	0	51	71	41º	Classificado	Ampla Concorrência	
42135	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	27/07/1981	10	6	4	51	71	42º	Classificado	Ampla Concorrência	
42103	CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA	14/02/1985	8	4	4	54	70	43º	Classificado	Ampla Concorrência	
41927	ANDERSON LEANDRO FERREIRA	12/12/1981	6	4	2	57	69	44º	Classificado	Ampla Concorrência	
41929	ALESSANDRE FRANCISCO DA SILVA	18/01/1988	10	2	6	51	69	45º	Classificado	Ampla Concorrência	
42506	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	23/07/2007	10	2	6	51	69	46º	Classificado	Afrodescendente	
42748	MATHEUS HENRIQUE MARSÃO	25/08/1997	14	4	6	45	69	47º	Classificado	Ampla Concorrência	
42384	REGINALDO DE OLIVEIRA	20/01/1978	10	2	2	54	68	48º	Classificado	Ampla Concorrência	
42629	CELIA PEREIRA DA SILVA BOTTAZZARI	06/12/1987	10	2	2	54	68	49º	Classificado	Ampla Concorrência	
42436	CARLSO FELIPE SANTOS BAREZ	03/02/1988	10	4	6	48	68	50º	Classificado	Ampla Concorrência	
42294	NICOLAS PEREIRA DA SILVA	17/11/2006	10	4	2	51	67	51º	Classificado	Ampla Concorrência	
42302	TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	02/05/1989	12	4	6	45	67	52º	Classificado	Afrodescendente	
42383	VICTOR HUGO VIEIRA DA SILVA	30/08/2007	10	4	8	45	67	53º	Classificado	Ampla Concorrência	
42343	ANDRE SINTI	18/04/1987	8	4	2	51	65	54º	Classificado	Ampla Concorrência	
42727	ELIZANGELA APARECIDA DE CASTRO	29/10/1977	16	2	2	45	65	55º	Classificado	Ampla Concorrência	
42417	MARCELO LUIZ DE LIMA	17/08/1981	8	4	4	48	64	56º	Classificado	Ampla Concorrência	
42401	GUILHERME DE OLIVEIRA GARCIA	18/01/2007	18	2	2	42	64	57º	Classificado	Afrodescendente	
42355	ANA LUCIA BATISTA ALVES PEDRO	02/06/1972	12	4	2	45	63	58º	Classificado	Ampla Concorrência	
42471	JOSÉ DOMINGOS ELIAS	06/06/1975	12	2	4	45	63	59º	Classificado	Ampla Concorrência	
42246	JOÃO PAULO BARBOSA LOPES	23/09/1985	8	4	2	48	62	60º	Classificado	Ampla Concorrência	
42646	EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	09/08/1994	10	6	6	39	61	61º	Classificado	Ampla Concorrência	
42185	LEONARDO PERRE DOENHA	25/03/2000	4	4	4	48	60	62º	Classificado	Ampla Concorrência	
42490	SANDRA MARGARETE BATISTA	22/09/1977	8	4	0	45	57	63º	Classificado	Ampla Concorrência	
42375	ISAAC DALANORA	31/07/1982	8	4	2	42	56	64º	Classificado	Ampla Concorrência	
42674	VALDIR NUNES MESSIAS	16/05/1982	8	4	4	39	55	65º	Classificado	Ampla Concorrência	
42447	LUCAS RATKO DA COSTA	20/06/2000	8	6	0	39	53	66º	Classificado	Ampla Concorrência	
42361	KETLIN FERREIRA	04/03/2000	10	6	2	33	51	67º	Classificado	Ampla Concorrência	
8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE	
42307	DIEGO GOUVEIA MARQUES	01/04/1992	18	10	10	60	98	1º	Classificado	Ampla Concorrência	
42080	HEYDELBERG BADARO LIMA JUNIOR	20/11/1992	18	10	10	60	98	2º	Classificado	Ampla Concorrência	
41995	PEDRO LEONARDO VIEIRA ANDRADE	02/06/2002	18	10	10	60	98	3º	Classificado	Ampla Concorrência	
42018	RENILDO RIBEIRO DOS SANTOS	30/04/1999	16	10	10	60	96	4º	Classificado	Ampla Concorrência	
42055	MATHEUS FERNANDO PIVETA	12/11/2001	18	10	8	57	93	5º	Classificado	Ampla Concorrência	
42429	PEDRO HENRIQUE SCHMOELLER BACURAU	25/03/2001	18	8	10	57	93	6º	Classificado	Ampla Concorrência	
42479	CAROLINE SANTANA DOS SANTOS	07/03/1994	16	10	10	57	93	7º	Classificado	Ampla Concorrência	
41996	YASMIN RAINERI SILVA	21/09/2002	20	10	8	54	92	8º	Classificado	Ampla Concorrência	
42511	JOÃO VITOR DE CAMPOS	08/03/2007	18	10	8	54	90	9º	Classificado	Ampla Concorrência	
42697	MIGUEL TOLEDO NICOLETTI	11/01/2002	14	10	10	54	88	10º	Classificado	Ampla Concorrência	
42602	MARCOS VINÍCIUS SALLES NUNES	20/11/1984	12	8	10	57	87	11º	Classificado	Ampla Concorrência	
42606	ANGELICA RIBEIRO CLAUS	05/12/1997	12	6	8	60	86	12º	Classificado	Ampla Concorrência	
42194	MARINA DOS REIS OLIVEIRA	25/08/1995	18	6	10	51	85	13º	Classificado	Ampla Concorrência	
42701	GUILHERME SALDANHA DE MELO	08/01/2002	16	10	6	51	83	14º	Classificado	Ampla Concorrência	
42176	PATRICIA CRISTINA RAYMUNNDO	12/01/1975	14	10	8	51	83	15º	Classificado	Ampla Concorrência	

42015	MARIANA GONÇALVES VIANA	04/10/2001	14	6	8	54	82	16º	Classificado	Ampla Concorrência	
42115	MARCIO ANDRE GUERRA	02/07/1980	18	8	10	45	81	17º	Classificado	Ampla Concorrência	
42522	JORGE ALEXANDRE ZATO	28/08/2002	18	8	8	45	79	18º	Classificado	Ampla Concorrência	
42195	ALISSON DE LIMA FIGUEIREDO	02/09/1999	12	8	10	48	78	19º	Classificado	Ampla Concorrência	
42461	IRIS INDYAMARA VELLOZO	30/09/1989	14	8	4	51	77	20º	Classificado	Ampla Concorrência	
42677	DIRCEU CAMARA JUNIOR	03/09/1990	14	4	10	48	76	21º	Classificado	Ampla Concorrência	
42367	CAMILA PASSOS NASCIMENTO VIEIRA DA SILVA	26/01/1995	16	4	10	45	75	22º	Classificado	Ampla Concorrência	
42467	GISELA DA SILVA VIEIRA	06/10/2001	16	4	10	45	75	23º	Classificado	Ampla Concorrência	
42669	LUIZ FERNANDO DOMINGOS	06/08/1999	18	2	8	45	73	24º	Classificado	Ampla Concorrência	
42589	JOÃO VITOR FRANCISCO ZANACOLI	05/02/1996	14	4	10	45	73	25º	Classificado	Ampla Concorrência	
41888	NAGILA NAYANE SANTANA XAVIER CAMPOS	25/07/1986	14	2	10	45	71	26º	Classificado	Ampla Concorrência	
42572	MARIA EDUARDA RODRIGUES	15/02/1999	16	0	8	45	69	27º	Classificado	Ampla Concorrência	
42625	JUSSARA DA SILVA PRESTES	29/02/1992	14	4	6	45	69	28º	Classificado	Ampla Concorrência	
42560	KELLY ROBERTA SPACINO	12/09/1986	14	2	8	45	69	29º	Classificado	Ampla Concorrência	
42558	ANA CAROLINA ROSA	07/10/1987	14	2	6	45	67	30º	Classificado	Ampla Concorrência	
42281	DAIANE GALVÃO OLIVEIRA	03/02/1983	14	8	6	39	67	31º	Classificado	Ampla Concorrência	
42624	JONATHAN ALVES DOS SANTOS	18/07/1990	14	4	6	42	66	32º	Classificado	Ampla Concorrência	
42187	DIEGO PAULINO	07/10/1986	16	2	4	42	64	33º	Classificado	Afrodescendente	
42621	ADEVILSON JOSÉ SOARES	05/05/1980	16	6	6	36	64	34º	Classificado	Ampla Concorrência	
42488	LARISSA SCHMIEDT DA SILVA	24/11/2002	12	6	6	39	63	35º	Classificado	Ampla Concorrência	
42599	ALEX FAQUIM	23/07/1982	10	8	8	36	62	36º	Classificado	Ampla Concorrência	
42159	GISELLE FREITAS ALVES	28/06/1982	14	2	6	39	61	37º	Classificado	Ampla Concorrência	
41967	LUIS EDUARDO DANIEL DOS SANTOS	14/01/1986	10	2	6	42	60	38º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência	
42688	LÚCIA DE PAULA ALVES	15/09/1976	12	6	8	30	56	39º	Classificado	Ampla Concorrência	
42350	TIAGO JOSE ORTIZ	08/07/1992	8	2	6	36	52	40º	Classificado	Ampla Concorrência	
41915	NILTON SANTANA DA SILVA	30/06/1988	8	6	4	33	51	41º	Classificado	Ampla Concorrência	
8645 - CONTADOR - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
42517	PEDRO HENRIQUE MORO EUGENIO	08/02/2002	20	10	8	58	3	99	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
41949	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	06/06/1995	18	8	10	54	3	93	2º	Classificado	Ampla Concorrência
42079	ANDERSON BERTOLLA	03/06/1995	20	6	8	54	1,5	89,5	3º	Classificado	Ampla Concorrência
41876	ERICK DOUGLAS YAMAKAWA	08/05/1999	20	10	8	48	3	89	4º	Classificado	Ampla Concorrência
42556	RAFAEL HIDEKI FUKAE	26/05/1989	18	8	8	52	-	86	5º	Classificado	Ampla Concorrência
42628	BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA	30/04/1998	14	10	8	52	-	84	6º	Classificado	Ampla Concorrência
42670	JAIR IGNACIO DE SOUZA JUNIOR	20/09/1976	20	6	8	50	-	84	7º	Classificado	Ampla Concorrência
41991	ALLAN ELIAS DA SILVA	16/01/1992	16	6	8	48	6	84	8º	Classificado	Ampla Concorrência
42121	SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR	16/06/1995	16	2	8	52	3	81	9º	Classificado	Ampla Concorrência
41992	ADILSON DE OLIVEIRA	30/11/1974	14	8	10	48	-	80	10º	Classificado	Ampla Concorrência
42223	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	22/10/1980	14	4	10	48	3	79	11º	Classificado	Ampla Concorrência
42484	GUILHERME NOGUEIRA FUKUCIRO RODRIGUES DA SILVA	27/09/2001	18	6	10	44	-	78	12º	Classificado	Ampla Concorrência
42016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	22/02/1997	20	6	6	42	3	77	13º	Classificado	Afrodescendente
41886	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	05/04/1987	16	6	10	42	3	77	14º	Classificado	Ampla Concorrência
42521	MATEUS VINICIUS SOBRINHO DE REZENDE	26/12/2001	16	8	4	48	-	76	15º	Classificado	Afrodescendente
42650	RENAN MANTOVANI PERON	15/01/1990	16	4	8	46	1,5	75,5	16º	Classificado	Ampla Concorrência
42548	ANA PAULA BISPO GONÇALVES	04/01/1989	14	4	8	46	-	72	17º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
42410	ELIANE DE BARROS ZANOLI	04/02/1988	10	4	8	46	3	71	18º	Classificado	Ampla Concorrência
42464	WELERSON FÁBIO BRAMBILA	17/12/1997	16	4	6	44	-	70	19º	Classificado	Ampla Concorrência
42155	MARCOS MARQUES MOTA	17/08/1988	18	8	6	38	-	70	20º	Classificado	Ampla Concorrência
42037	JANAINA CANDIDA PEREIRA	27/12/1979	12	8	6	36	4,5	66,5	21º	Classificado	Ampla Concorrência
41892	LEONARDO RODRIGUES COSTA	02/09/2001	12	6	8	38	1,5	65,5	22º	Classificado	Ampla Concorrência
42154	MAIKON RIBEIRO CELESTINO CAMPONES	13/04/1999	6	6	6	44	1,5	63,5	23º	Classificado	Ampla Concorrência
42725	AMANDA MARIA DA SILVA	21/07/1995	14	2	4	42	-	62	24º	Classificado	Ampla Concorrência
41881	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	02/04/1996	14	4	4	40	-	62	25º	Classificado	Ampla Concorrência
42381	PAULA KAORY OSAWA MATSUSHIMA	29/09/2004	12	6	4	38	-	60	26º	Classificado	Ampla Concorrência
42487	FERNANDO BARBARA CORREA	02/12/1988	14	4	6	36	-	60	27º	Classificado	Ampla Concorrência
41870	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	04/10/1978	8	2	4	42	3	59	28º	Classificado	Ampla Concorrência
42416	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	05/06/1998	10	4	4	40	-	58	29º	Classificado	Ampla Concorrência
42576	RONALDO NOGUEIRA DOMINGOS GERVASIO	15/06/1995	12	4	6	36	-	58	30º	Classificado	Ampla Concorrência
42011	MATEUS AZINARI	05/02/1994	16	6	8	28	-	58	31º	Classificado	Ampla Concorrência

42709	EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO	20/12/1990	8	4	10	34	-	56	32º	Classificado	Ampla Concorrência
42694	RENATA DE SOUZA MELO	16/07/2004	12	4	4	30	-	50	33º	Classificado	Ampla Concorrência
8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ											
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CE	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
42489	STEPHANIE LUANA URATA	30/09/1999	20	10	8	54	3	95	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
42630	BRUNA CAROLINE ALTOMANI	15/08/1991	18	10	8	52	1,5	89,5	2º	Classificado	Ampla Concorrência
42687	VITÓRIA NARITA DANTAS	12/08/1997	18	10	6	52	3	89	3º	Classificado	Afrodescendente
41997	JOHVANNY LOURENÇO MENDONÇA	01/04/1996	14	6	8	56	3	87	4º	Classificado	Ampla Concorrência
42130	YASMIN SANTOS ALVES	25/06/2002	14	10	8	48	3	83	5º	Classificado	Ampla Concorrência
42559	NAYARA DE OLIVEIRA BATISTA PAVAN	25/09/1992	16	10	6	40	6	78	6º	Classificado	Ampla Concorrência
42179	ÉRICA DA SILVA SANTOS	05/04/1997	14	6	6	50	-	76	7º	Classificado	Ampla Concorrência
42432	HEYTOR NOGUEIRA VIANA	18/01/1995	16	6	8	46	-	76	8º	Classificado	Ampla Concorrência
42314	JOSÉ DAVI DE SOUZA OLIVEIRA	01/01/1996	16	8	8	44	-	76	9º	Classificado	Ampla Concorrência
42485	CEZAR AUGUSTO MOREIRA	31/07/1998	14	8	10	44	-	76	10º	Classificado	Ampla Concorrência
42435	VITÓRIA ESTELA FACCIO LOPES	15/07/2002	16	10	10	40	-	76	11º	Classificado	Ampla Concorrência
41887	EDGAR BITENCOURT SILVA	10/09/2001	16	10	6	42	-	74	12º	Classificado	Ampla Concorrência
42564	ALEF HENRIQUE BARROS	05/02/1994	10	10	8	42	3	73	13º	Classificado	Ampla Concorrência
42555	LUCAS AMARAL ZANINI	27/12/1991	12	8	4	46	-	70	14º	Classificado	Ampla Concorrência
42528	KAROLINE OLIVEIRA MORAIS DE ABREU	23/03/1995	10	6	4	48	-	68	15º	Classificado	Ampla Concorrência
42453	RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS	17/06/1979	10	8	6	44	-	68	16º	Classificado	Ampla Concorrência
42083	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	18/05/2005	16	6	8	32	-	62	17º	Classificado	Ampla Concorrência
41908	PATRICK CONSTANTINO SILVA	30/12/1998	14	2	6	38	-	60	18º	Classificado	Ampla Concorrência
42549	LUCIANO LACERDA ANTONINI	02/05/2003	16	0	8	34	-	58	19º	Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:AF41840C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Municipal de Mariopolis-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.880.000,00	105.855.334,16	14.122.549,71	13,34	54.138.535,22	51,14	51.716.798,94
RECEITAS CORRENTES	82.580.000,00	83.113.752,33	11.070.518,58	13,32	44.763.440,43	53,86	38.350.311,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.592.000,00	11.592.000,00	1.059.857,29	9,14	4.172.895,72	36,00	7.419.104,28
Impostos	10.294.600,00	10.294.600,00	962.373,32	9,35	3.610.718,27	35,07	6.683.881,73
Taxas	990.000,00	990.000,00	97.483,97	9,85	562.177,45	56,79	427.822,55
Contribuição de Melhoria	307.400,00	307.400,00	-	-	-	-	307.400,00
CONTRIBUIÇÕES	2.795.000,00	2.795.000,00	489.968,19	17,53	1.952.083,19	69,84	842.916,81
Contribuições Sociais	2.425.000,00	2.425.000,00	387.468,21	15,98	1.525.398,51	62,90	899.601,49
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	370.000,00	370.000,00	102.499,98	27,70	426.684,68	115,32	(56.684,68)
RECEITA PATRIMONIAL	7.060.000,00	7.109.682,39	1.567.812,95	22,05	5.445.281,17	76,59	1.664.401,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	450.000,00	450.000,00	6.074,15	1,35	24.922,84	5,54	425.077,16
Valores Mobiliários	6.610.000,00	6.659.682,39	1.561.738,80	23,45	5.420.358,33	81,39	1.239.324,06
RECEITA INDUSTRIAL	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	755.000,00	755.000,00	-	-	3.520,00	0,47	751.480,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	175.000,00	175.000,00	-	-	3.520,00	2,01	171.480,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
Outros Serviços	530.000,00	530.000,00	-	-	-	-	530.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.122.000,00	59.606.069,94	7.853.712,28	13,18	32.795.415,53	55,02	26.810.654,41
Transferências da União e de suas Entidades	26.321.000,00	26.634.046,44	3.768.435,34	14,15	15.382.240,28	57,75	11.251.806,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	22.382.000,00	22.553.023,50	2.965.652,59	13,15	12.685.165,26	56,25	9.867.858,24
Transferências de Instituições Privadas	160.000,00	160.000,00	31.712,61	19,82	104.657,61	65,41	55.342,39
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.239.000,00	10.239.000,00	1.084.396,94	10,59	4.619.837,58	45,12	5.619.162,42
Outras Transferências	20.000,00	20.000,00	3.514,80	17,57	3.514,80	17,57	16.485,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.255.000,00	1.255.000,00	99.167,87	7,90	394.244,82	31,41	860.755,18
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	200.000,00	200.000,00	4.754,30	2,38	57.844,06	28,92	142.155,94
Demais Receitas Correntes	1.055.000,00	1.055.000,00	94.413,57	8,95	336.400,76	31,89	718.599,24
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	22.741.581,83	3.052.031,13	13,42	9.375.094,79	41,22	13.366.487,04
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	364.944,52	182,47	423.971,45	211,99	(223.971,45)
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	356.500,00	356,50	356.500,00	356,50	(256.500,00)
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	8.444,52	8,44	67.471,45	67,47	32.528,55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	22.541.581,83	2.687.086,61	11,92	8.951.123,34	39,71	13.590.458,49
Transferências da União e de suas Entidades	100.000,00	2.778.431,31	2.493.176,73	89,73	2.773.176,73	99,81	5.254,58
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	19.763.150,52	193.909,88	0,98	6.177.946,61	31,26	13.585.203,91
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.620.000,00	4.620.000,00	592.435,03	12,82	2.547.322,36	55,14	2.072.677,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	87.500.000,00	110.475.334,16	14.714.984,74	13,32	56.685.857,58	51,31	53.789.476,58
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	87.500.000,00	110.475.334,16	14.714.984,74	13,32	56.685.857,58	51,31	53.789.476,58
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	87.500.000,00	110.475.334,16	14.714.984,74	13,32	56.685.857,58	51,31	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.970.825,46	-	-	5.970.825,46	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.970.825,46	-	-	5.970.825,46	-	-

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g)=(e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i)=(e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.130.000,00	111.076.159,62	11.406.906,26	42.384.430,64	68.691.728,98	11.306.376,60	41.970.087,38	69.106.072,24	41.571.955,70	-
DESPESAS CORRENTES	72.452.021,28	77.329.920,39	9.312.406,32	36.094.870,72	41.235.049,67	9.234.335,21	35.708.396,21	41.621.524,18	35.481.542,58	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.899.000,00	38.846.923,25	4.966.342,51	19.996.862,88	18.850.060,37	4.966.342,51	19.996.862,88	18.850.060,37	19.996.862,88	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	500.000,00	500.000,00	48.308,53	208.697,28	291.302,72	48.308,53	208.697,28	291.302,72	208.697,28	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.053.021,28	37.982.997,14	4.297.755,28	15.889.310,56	22.093.686,58	4.219.684,17	15.502.836,05	22.480.161,09	15.275.982,42	-
DESPESAS DE CAPITAL	9.622.978,08	33.691.238,59	2.094.499,94	6.289.559,92	27.401.678,67	2.072.041,39	6.261.691,17	27.429.547,42	6.090.413,12	-
INVESTIMENTOS	9.072.978,08	33.141.238,59	2.007.808,92	5.943.787,25	27.197.451,34	1.985.350,37	5.915.918,50	27.225.320,09	5.744.640,45	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	550.000,00	550.000,00	86.691,02	345.772,67	204.227,33	86.691,02	345.772,67	204.227,33	345.772,67	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,64	55.000,64	-	-	55.000,64	-	-	55.000,64	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	2.547.322,36	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	87.500.000,00	116.446.159,62	12.065.087,28	44.997.498,99	71.448.660,63	11.964.557,62	44.583.155,73	71.863.003,89	44.119.278,06	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	87.500.000,00	116.446.159,62	12.065.087,28	44.997.498,99	71.448.660,63	11.964.557,62	44.583.155,73	71.863.003,89	44.119.278,06	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	11.688.358,59	-	-	12.102.701,85	-	12.566.579,52	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	87.500.000,00	116.446.159,62	12.065.087,28	56.685.857,58	-	11.964.557,62	56.685.857,58	-	56.685.857,58	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.620.000,00	4.620.000,00	592.435,03	12,82	2.547.322,36	55,14	2.072.677,64
RECEITAS CORRENTES	4.620.000,00	4.620.000,00	592.435,03	12,82	2.547.322,36	55,14	2.072.677,64
CONTRIBUIÇÕES	2.310.000,00	2.310.000,00	310.330,89	13,43	1.411.490,48	61,10	898.509,52
Contribuições Sociais	2.310.000,00	2.310.000,00	310.330,89	13,43	1.411.490,48	61,10	898.509,52

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.310.000,00	2.310.000,00	282.104,14	12,21	1.135.831,88	49,17	1.174.168,12
Demais Receitas Correntes	2.310.000,00	2.310.000,00	282.104,14	12,21	1.135.831,88	49,17	1.174.168,12

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	2.547.322,36	-
DESPESAS CORRENTES	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	2.756.931,65	2.547.322,36	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.950.000,00	2.950.000,00	376.076,88	1.477.236,47	1.472.763,53	376.076,88	1.477.236,47	1.472.763,53	1.411.490,48	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.420.000,00	2.420.000,00	282.104,14	1.135.831,88	1.284.168,12	282.104,14	1.135.831,88	1.284.168,12	1.135.831,88	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:B6C5D6C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Prefeitura Municipal de Mariopolis - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I	**82.130.000,00**	**111.076.159,62**	**11.406.906,26**	**42.384.430,64**	**94,19**	**68.691.728,98**	**11.306.376,60**	**41.970.087,38**	**94,14**	**69.106.072,24**
Legislativa	3.525.000,00	3.525.000,00	366.931,12	1.361.889,83	3,03	2.163.110,17	356.620,31	1.351.579,02	3,03	2.173.420,98
Ação Legislativa	3.525.000,00	3.525.000,00	366.931,12	1.361.889,83	3,03	2.163.110,17	356.620,31	1.351.579,02	3,03	2.173.420,98
Administração	7.459.598,00	7.459.697,07	1.135.930,95	4.202.447,54	9,34	3.257.249,53	1.147.931,92	4.102.053,36	9,20	3.357.643,71
Planejamento e Orçamento	770.000,00	770.000,00	106.804,66	349.482,07	0,78	420.517,93	107.311,32	349.264,93	0,78	420.735,07
Administração Geral	6.426.598,00	6.426.697,07	995.769,67	3.724.346,54	8,28	2.702.350,53	1.007.263,98	3.624.169,50	8,13	2.802.527,57
Administração Financeira	125.000,00	125.000,00	15.617,78	68.769,18	0,15	56.230,82	15.617,78	68.769,18	0,15	56.230,82
Administração de Receitas	138.000,00	138.000,00	17.738,84	59.849,75	0,13	78.150,25	17.738,84	59.849,75	0,13	78.150,25
Assistência Social	3.901.000,00	5.083.598,84	627.047,86	2.278.377,24	5,06	2.805.221,60	654.156,26	2.257.516,24	5,06	2.826.082,60
Administração Geral	1.993.000,00	2.059.810,59	437.542,58	1.334.139,22	2,96	725.671,37	441.781,78	1.334.139,22	2,99	725.671,37
Assistência à Pessoa Idosa	119.000,00	198.309,81	-5.465,20	5.900,00	0,01	192.409,81	-11.365,20	0,00	0,00	198.309,81
Assistência à Pessoa com Deficiência	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	257.000,00	741.679,76	39.202,75	314.733,08	0,70	426.946,68	39.202,75	314.733,08	0,71	426.946,68
Assistência Comunitária	142.000,00	217.682,20	48.222,60	160.609,70	0,36	57.072,50	49.709,00	155.384,70	0,35	62.297,50
Serviços Socioassistenciais	1.390.000,00	1.821.116,48	107.545,13	462.995,24	1,03	1.358.121,24	134.827,93	453.259,24	1,02	1.367.857,24
Previdência Social	14.000.000,00	14.000.000,00	1.071.153,40	4.312.305,68	9,58	9.687.694,32	1.071.153,40	4.312.305,68	9,67	9.687.694,32
Previdência do Regime Estatutário	14.000.000,00	14.000.000,00	1.071.153,40	4.312.305,68	9,58	9.687.694,32	1.071.153,40	4.312.305,68	9,67	9.687.694,32
Saúde	16.060.700,68	19.896.907,72	2.694.874,07	9.496.425,33	21,10	10.400.482,39	2.696.585,28	9.467.969,39	21,24	10.428.938,33
Atenção Básica	1.605.000,00	1.701.220,79	220.340,99	862.613,58	1,92	838.607,21	220.340,99	862.613,58	1,93	838.607,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.355.700,68	18.095.686,93	2.474.533,08	8.633.811,75	19,19	9.461.875,18	2.476.244,29	8.605.355,81	19,30	9.490.331,12
Vigilância Sanitária	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Educação	17.900.000,00	17.900.000,00	1.936.386,60	7.873.178,96	17,50	10.026.821,04	1.897.369,18	7.825.601,37	17,55	10.074.398,63
Ensino Fundamental	16.455.000,00	16.455.000,00	1.759.138,60	7.648.976,70	17,00	8.806.023,30	1.721.530,33	7.602.808,26	17,05	8.852.191,74
Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	17.961,00	61.320,00	0,14	48.680,00	17.961,00	61.320,00	0,14	48.680,00
Educação Infantil	1.280.000,00	1.280.000,00	159.287,00	162.882,26	0,36	1.117.117,74	157.877,85	161.473,11	0,36	1.118.526,89
Educação de Jovens e Adultos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Especial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Cultura	561.000,00	624.046,44	32.657,92	85.569,19	0,19	538.477,25	39.157,92	85.569,19	0,19	538.477,25
Difusão Cultural	561.000,00	624.046,44	32.657,92	85.569,19	0,19	538.477,25	39.157,92	85.569,19	0,19	538.477,25
Urbanismo	5.455.000,00	14.623.109,82	461.390,09	4.786.216,63	10,64	9.836.893,19	448.201,65	4.758.014,19	10,67	9.865.095,63
Infra-estrutura Urbana	1.860.000,00	11.016.876,82	219.631,76	3.596.647,14	7,99	7.420.229,68	197.173,21	3.574.188,59	8,02	7.442.688,23
Serviços Urbanos	3.595.000,00	3.606.233,00	241.758,33	1.189.569,49	2,64	2.416.663,51	251.028,44	1.183.825,60	2,66	2.422.407,40
Habitação	300.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00

Habitação Urbana	300.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
Saneamento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento Básico Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Gestão Ambiental	545.489,04	615.373,08	97.307,37	220.803,90	0,49	394.569,18	137.379,75	180.548,42	0,40	434.824,66
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Controle Ambiental	500.489,04	570.373,08	95.760,37	203.927,75	0,45	366.445,33	135.760,37	163.672,27	0,37	406.700,81
Recursos Hídricos	45.000,00	45.000,00	1.547,00	16.876,15	0,04	28.123,85	1.619,38	16.876,15	0,04	28.123,85
Agricultura	1.492.722,60	1.681.774,12	173.176,12	820.233,83	1,82	861.540,29	172.542,52	819.600,23	1,84	862.173,89
Extensão Rural	1.492.722,60	1.681.774,12	173.176,12	820.233,83	1,82	861.540,29	172.542,52	819.600,23	1,84	862.173,89
Indústria	330.000,00	330.000,00	3.111,43	5.535,06	0,01	324.464,94	3.111,43	5.535,06	0,01	324.464,94
Promoção Industrial	330.000,00	330.000,00	3.111,43	5.535,06	0,01	324.464,94	3.111,43	5.535,06	0,01	324.464,94
Comércio e Serviços	216.000,00	264.421,50	404,13	52.047,67	0,12	212.373,83	404,13	52.047,67	0,12	212.373,83
Promoção Comercial	66.000,00	66.000,00	404,13	1.077,67	0,00	64.922,33	404,13	1.077,67	0,00	64.922,33
Turismo	150.000,00	198.421,50	0,00	50.970,00	0,11	147.451,50	0,00	50.970,00	0,11	147.451,50
Comunicações	70.000,00	70.000,00	1.358,41	53.012,68	0,12	16.987,32	1.451,84	53.012,68	0,12	16.987,32
Telecomunicações	70.000,00	70.000,00	1.358,41	53.012,68	0,12	16.987,32	1.451,84	53.012,68	0,12	16.987,32
Transporte	6.565.000,00	19.550.419,07	2.198.096,30	4.925.720,81	10,95	14.624.698,26	2.179.152,57	4.902.739,84	11,00	14.647.679,23
Transporte Rodoviário	6.565.000,00	19.550.419,07	2.198.096,30	4.925.720,81	10,95	14.624.698,26	2.179.152,57	4.902.739,84	11,00	14.647.679,23
Desporto e Lazer	1.841.489,04	1.944.811,32	362.306,17	932.515,30	2,07	1.012.296,02	255.411,52	819.789,25	1,84	1.125.022,07
Desporto Comunitário	1.841.489,04	1.944.811,32	362.306,17	932.515,30	2,07	1.012.296,02	255.411,52	819.789,25	1,84	1.125.022,07
Encargos Especiais	1.802.000,00	1.802.000,00	244.774,32	978.150,99	2,17	823.849,01	245.746,92	976.205,79	2,19	825.794,21
Serviço da Dívida Interna	1.050.000,00	1.050.000,00	134.999,55	554.469,95	1,23	495.530,05	134.999,55	554.469,95	1,24	495.530,05
Outros Encargos Especiais	752.000,00	752.000,00	109.774,77	423.681,04	0,94	328.318,96	110.747,37	421.735,84	0,95	330.264,16
Reservas	55.000,64	55.000,64	0,00	0,00	0,00	55.000,64	0,00	0,00	0,00	55.000,64
Reserva de Contingência	55.000,64	55.000,64	0,00	0,00	0,00	55.000,64	0,00	0,00	0,00	55.000,64
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	5,81	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	5,86	2.756.931,65
TOTAL (III)=(I+II)	**87.500.000,00**	**116.446.159,62**	**12.065.087,28**	**44.997.498,99**	**100**	**71.448.660,63**	**11.964.557,62**	**44.583.155,73**	**100**	**71.863.003,89**
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	5,81	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	5,86	2.756.931,65
Legislativa	225.000,00	225.000,00	21.484,70	92.205,98	0,20	132.794,02	21.484,70	92.205,98	0,21	132.794,02
Ação Legislativa	225.000,00	225.000,00	21.484,70	92.205,98	0,20	132.794,02	21.484,70	92.205,98	0,21	132.794,02
Administração	2.680.000,00	2.680.000,00	303.404,28	1.206.839,68	2,68	1.473.160,32	303.404,28	1.206.839,68	2,71	1.473.160,32
Planejamento e Orçamento	90.000,00	90.000,00	12.397,96	40.496,41	0,09	49.503,59	12.397,96	40.496,41	0,09	49.503,59
Administração Geral	2.550.000,00	2.550.000,00	286.688,34	1.150.391,84	2,56	1.399.608,16	286.688,34	1.150.391,84	2,58	1.399.608,16
Administração Financeira	20.000,00	20.000,00	2.058,56	8.268,08	0,02	11.731,92	2.058,56	8.268,08	0,02	11.731,92
Administração de Receitas	20.000,00	20.000,00	2.259,42	7.683,35	0,02	12.316,65	2.259,42	7.683,35	0,02	12.316,65
Assistência Social	140.000,00	140.000,00	20.462,47	80.256,21	0,18	59.743,79	20.462,47	80.256,21	0,18	59.743,79
Administração Geral	110.000,00	110.000,00	20.462,47	80.256,21	0,18	29.743,79	20.462,47	80.256,21	0,18	29.743,79
Serviços Socioassistenciais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saúde	615.000,00	615.000,00	94.309,33	372.065,03	0,83	242.934,97	94.309,33	372.065,03	0,83	242.934,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	600.000,00	600.000,00	94.309,33	372.065,03	0,83	227.934,97	94.309,33	372.065,03	0,83	227.934,97
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação	1.265.000,00	1.265.000,00	163.373,01	631.144,20	1,40	633.855,80	163.373,01	631.144,20	1,42	633.855,80
Ensino Fundamental	1.140.000,00	1.140.000,00	163.373,01	631.144,20	1,40	508.855,80	163.373,01	631.144,20	1,42	508.855,80
Educação Infantil	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Urbanismo	140.000,00	140.000,00	11.022,67	58.468,79	0,13	81.531,21	11.022,67	58.468,79	0,13	81.531,21
Serviços Urbanos	140.000,00	140.000,00	11.022,67	58.468,79	0,13	81.531,21	11.022,67	58.468,79	0,13	81.531,21
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Controle Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	30.000,00	30.000,00	6.544,52	25.002,88	0,06	4.997,12	6.544,52	25.002,88	0,06	4.997,12
Extensão Rural	30.000,00	30.000,00	6.544,52	25.002,88	0,06	4.997,12	6.544,52	25.002,88	0,06	4.997,12
Transporte	250.000,00	250.000,00	33.723,53	133.806,57	0,30	116.193,43	33.723,53	133.806,57	0,30	116.193,43
Transporte Rodoviário	250.000,00	250.000,00	33.723,53	133.806,57	0,30	116.193,43	33.723,53	133.806,57	0,30	116.193,43
Desporto e Lazer	15.000,00	15.000,00	3.856,51	13.279,01	0,03	1.720,99	3.856,51	13.279,01	0,03	1.720,99
Desporto Comunitário	15.000,00	15.000,00	3.856,51	13.279,01	0,03	1.720,99	3.856,51	13.279,01	0,03	1.720,99

TOTAL	5.370.000,00	5.370.000,00	658.181,02	2.613.068,35	5,81	2.756.931,65	658.181,02	2.613.068,35	5,86	2.756.931,65

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:63064CA3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SAÚDE

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
01/2026 A 08/2026				
RREO – ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**9.794.600,00**	**9.794.600,00**	**3.383.031,51**	**34,54**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**1.833.600,00**	**1.833.600,00**	**726.816,92**	**39,64**
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	**1.317.800,00**	**1.317.800,00**	**554.245,11**	**42,06**
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**3.623.200,00**	**3.623.200,00**	**856.902,49**	**23,65**
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	**3.020.000,00**	**3.020.000,00**	**1.245.066,99**	**41,23**
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**51.595.000,00**	**51.595.000,00**	**29.033.952,46**	**56,27**
Cota-Parte FPM	24.000.000,00	24.000.000,00	13.869.516,44	57,79
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	5.984,26	19,95
Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	1.053.716,13	43,90
Cota-Parte ICMS	24.845.000,00	24.845.000,00	13.884.232,32	55,88
Cota-Parte IPI-Exportação	320.000,00	320.000,00	220.503,31	68,91
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	**61.389.600,00**	**61.389.600,00**	**32.416.983,97**	**52,81**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (Por Subfunção e Categoria Econômica)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**14.880.700,68**	**15.007.551,93**	**7.328.113,35**	**48,83**	**7.305.577,41**	**48,68**	**7.284.852,83**	**48,54**
Despesas Correntes	13.920.700,68	14.047.551,93	7.285.154,42	51,86	7.262.618,48	51,70	7.241.893,90	51,55
Despesas de Capital	960.000,00	960.000,00	42.958,93	4,47	42.958,93	4,47	42.958,93	4,47
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**14.880.700,68**	**15.007.551,93**	**7.328.113,35**	**48,83**	**7.305.577,41**	**48,68**	**7.284.852,83**	**48,54**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**7.328.113,35**	**7.305.577,41**	**7.284.852,83**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.328.113,35**	**7.305.577,41**	**7.284.852,83**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		4.862.547,60	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**2.465.565,75**	**2.443.029,81**	**2.422.305,23**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**22,61**	**22,54**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2026					0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidament e no Exercício s/ Disponibilida de Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a Pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u) (v) = ((o + q) -**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados u))**
Empenhos de 2026	4.862.547,60	7.328.113,35	2.465.565,75	0,00	0,00	0,00		0,00		2.465.565,75
Empenhos de 2025	7.209.897,55	12.986.498,95	5.776.601,40	20.921,19	0,00	0,00	20.921,19	0,00	0,00	5.776.601,40
Empenhos de 2024	6.521.206,34	10.415.861,17	3.894.654,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.894.654,83
Empenhos de 2023	5.638.537,80	10.239.860,98	4.601.323,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.601.323,18
Empenhos de 2022 e anteriores	9.254.934,12	16.070.354,35	6.815.420,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.815.420,23
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANC. OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	160,00	160,00	160,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	**160,00**	**160,00**	**160,00**	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**1.755.000,00**	**1.865.602,00**	**2.475.634,85**	**132,70**
Proveniente da União	1.755.000,00	1.755.000,00	2.091.977,25	119,20
Proveniente dos Estados	0,00	110.602,00	383.657,60	346,88
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**155.000,00**	**160.000,00**	**212.411,73**	**132,76**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**1.910.000,00**	**2.025.602,00**	**2.688.046,58**	**132,70**

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**1.605.000,00**	**1.701.220,79**	**862.613,58**	**50,71**	**862.613,58**	**50,71**	**862.613,58**	**50,71**
Despesas Correntes	1.465.000,00	1.479.528,49	862.613,58	58,30	862.613,58	58,30	862.613,58	58,30
Despesas de Capital	140.000,00	221.692,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**75.000,00**	**3.688.135,00**	**1.674.110,29**	**45,39**	**1.668.190,29**	**45,23**	**1.645.583,77**	**44,62**
Despesas Correntes	75.000,00	3.138.510,45	1.629.682,49	51,93	1.623.762,49	51,74	1.617.675,97	51,54
Despesas de Capital	0,00	549.624,55	44.427,80	8,08	44.427,80	8,08	27.907,80	5,08
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**115.000,00**	**115.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.795.000,00**	**5.504.355,79**	**2.536.723,87**	**46,09**	**2.530.803,87**	**45,98**	**2.508.197,35**	**45,57**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	1.605.000,00	1.701.220,79	862.613,58	50,71	862.613,58	50,71	862.613,58	50,71
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	14.955.700,68	18.695.686,93	9.002.223,64	48,15	8.973.767,70	48,00	8.930.436,60	47,77
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**16.675.700,68**	**20.511.907,72**	**9.864.837,22**	**48,09**	**9.836.381,28**	**47,95**	**9.793.050,18**	**47,74**
1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.								

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:F948D484

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
43º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026

43º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
Responsável: Igor Henrique Michalski Moreira
PROCESSO Nº. 9532/2026

1.OBJETO

Contratação, sob demanda, de empresas especializadas na prestação de serviços e locação de equipamentos e mobiliários para atendimento aos eventos promovidos e apoiados pelo Município, contemplando os itens de segurança para eventos, telão de LED, mesas e cadeiras e tendas 10x10 metros.

2.JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar estrutura adequada, segurança, organização e suporte aos diversos eventos realizados ao longo do exercício, possibilitando que as demandas sejam atendidas de forma planejada e conforme a necessidade da Administração. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá a contratação dos serviços e locações de acordo com a demanda efetiva, evitando a realização de processos individualizados para cada evento e proporcionando maior eficiência administrativa. A licitação será realizada na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, com período de validade de 01

(um) ano, correspondente a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, tendo como natureza da despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, visando garantir a disponibilidade dos serviços e equipamentos necessários durante o período de vigência para atendimento aos eventos do Município.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 22 de setembro de 2026.

Osmair Lederer

ANEXO 16 - CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO – SMCC

MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO – SMCC

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	Nº. CONTRATO/ ATA	DATA DE VENCIMENTO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROJETOR PARA O CINE TEATRO MUNICIPAl	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	1° SEMESTRE 2026	2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
LICENÇA GUARDA CHUVA PARA EXIBIÇÃO DE FILMES	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	MARÇO	MAIO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	A DEFINIR	BAIXA/MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
MONUMENTO ALUSIVO AO TROPEIRISMO	CONTRATAÇÃO	x	x	INEXIGIBILIDADE	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
BANDEIRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	JULHO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
CONTRATAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA EXPO PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x	A DEFINIR CONFORME OBJETO	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
ILUMINAÇÃO DE NATAL	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
PARECERISTAS PARA LEIS FEDERAIS E MUNICIPAIS DA CULTURA	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	AGOSTO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
PROFISSIONAL ORQUESTRA, CORAL E GRUPO VOCAL	RENOVAÇÃO	110/2021	14/10/2026	ADITIVO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
CONTRATAÇÕES DIVERSAS PARA EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR AO LONGO DO ANO	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
GAZETA DE PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x	INEXIGIBILIDADE	NOVEMBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	RENOVAÇÃO	x	x	CONCORRÊNCIA	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES PARA O DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - MATERIAL DE CONSUMO	A DEFINIR	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
SERVIÇOS GRÁFICOS	RENOVAÇÃO	EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E

				PREÇOS						COMUNICAÇÃO
BRINQUEDOS PARA EVENTOS	RENOVAÇÃO	EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	AGOSTO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
ESTRUTURA PARA EVENTOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	DEZEMBRO 2025	JANEIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ORQUESTRA E CORAL MUNICIPAL	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	1° SEMESTRE 2026	2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	BAIXA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
KITS FANFARRA S	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 175.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
REVITALIZAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	CONTRATAÇÃO	X	X	CONCORRENCIA	A DEFINIR	A DEFINIR	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 500.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO VAN	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 284.800,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA	R$688.293,99	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
TOTAL ESTIMADO:	R$1.651.093,99									
TOTAL ESTIMADO:								R$ 1.651.093,99		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:E05EF763

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE DA DESPESA - PERÍODO: JULHO/2026 ATÉ AGOSTO/202

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
PARANÁ
Exercício: 2026
Balancete da despesa
Período: Julho/2026 até Agosto/2026

R$ 1,00

Red.	Nat.	Programática / Despesa	Fonte	Dotação Fixada Autorizada	Crédito Suplementar Anulações	Reservado No Período	Reservado Até o Período	Empenhado No Período	Empenhado Até o Período	Liquidado No Período	Liquidado Até o Período	Pago No Período	Pago Até o Período	Saldo A Pagar *Dotação
Desdobramento:		**00**												
		06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		**473.000,00**	**0,00**	**-33.279,85**		**124.859,72**		**55.090,00**		**50.468,80**		**93.473,51**
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**		**295.271,20**		**209.722,25**		**201.797,69**		**518.188,36**
				473.000,00	**0,00**	**-33.279,85**		**124.859,72**		**55.090,00**		**50.468,80**		**93.473,51**
		06.002 - FUNDO MUN DOS DTOS DA CCA E ADOLESCENTE												
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**		**295.271,20**		**209.722,25**		**201.797,69**		**518.188,36**
				473.000,00	**0,00**	**-33.279,85**		**124.859,72**		**55.090,00**		**50.468,80**		**93.473,51**
		06.002.08 - ASSISTENCIA SOCIAL												
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**		**295.271,20**		**209.722,25**		**201.797,69**		**518.188,36**
				473.000,00	**0,00**	**-33.279,85**		**124.859,72**		**55.090,00**		**50.468,80**		**93.473,51**
		06.002.08.243 - ASSISTENCIA A CRIANCA A AO ADOLESCENTE												
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**		**295.271,20**		**209.722,25**		**201.797,69**		**518.188,36**
		06.002.08.243.0008 - GESTAO DE POLITICAS PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE		**473.000,00**	**0,00**	**-33.279,85**		**124.859,72**		**55.090,00**		**50.468,80**		**93.473,51**

				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**	**295.271,20**	**209.722,25**	**201.797,69**	**518.188,36**
		06.002.08.243.0008.5010 - EQUIP. E INFRAESTRUTURA P/ POLITICAS DE ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		**51.000,00**	**0,00**	**-37.500,00**	**48.434,88**	**0,00**	**0,00**	**48.434,88**
				51.000,00	**0,00**	**0,00**	**48.434,88**	**0,00**	**0,00**	**2.565,12**
				50.000,00	0,00	-37.500,00	48.434,88	0,00	0,00	48.434,88
140	O	4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	1000							
				50.000,00	0,00	0,00	48.434,88	0,00	0,00	1.565,12
		4.4.90.51.01.99 OUTRAS EDIFICACOES					48.434,88	0,00	0,00	48.434,88
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	O	4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000							
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
		06.002.08.243.0008.6010 - GESTAO DE POLITICAS PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE		**422.000,00**	**0,00**	**4.220,15**	**76.424,84**	**55.090,00**	**50.468,80**	**45.038,63**
				799.874,71	**0,00**	**37.415,15**	**246.836,32**	**209.722,25**	**201.797,69**	**515.623,24**
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
785	E	3.3.50.41.00.00 - CONTRIBUICOES	31745							
				30.533,80	0,00	0,00	30.533,80	30.533,80	30.533,80	0,00
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	O	3.3.50.43.00.00 - SUBVENCOES SOCIAIS	1000							
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
				6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	O	3.3.72.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000							
				6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	O	3.3.72.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31745							
				150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
				1.000,00	0,00	0,00	607,92	607,92	607,92	0,00
144	O	3.3.90.14.00.00 - DIARIAS - CIVIL	1000							
				1.000,00	0,00	0,00	607,92	607,92	607,92	392,08
		3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS					607,92	607,92	607,92	0,00
Red.	Nat.	Programática Despesa	Fonte	Dotação Fixada Autorizada	Crédito Suplementar Anulações	Reservado No Período Até o Período	Empenhado No Período Até o Período	Liquidado No Período Até o Período	Pago No Período Até o Período	Saldo A Pagar *Dotação
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	O	3.3.90.14.00.00 - DIARIAS - CIVIL	31745							
				5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
				10.000,00	0,00	-3.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	O	3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1000							
				10.000,00	0,00	0,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00	3.070,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	1.180,00	0,00
145	O	3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	31745							
				59.868,13	0,00	0,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	58.688,13
		3.3.90.30.14.00 MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO					0,00	1.180,00	1.180,00	-1.180,00
		3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	O		1000							
				10.000,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
				5.000,00	0,00	-3.750,00	3.310,38	0,00	0,00	3.310,38
147	O	3.3.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1000							
				5.000,00	0,00	0,00	3.310,38	0,00	0,00	1.689,62
		3.3.90.33.06.00 LOCACAO DE VEICULOS PARA LOCOMOCAO					3.310,38	0,00	0,00	3.310,38
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	O	3.3.90.35.00.00 - SERVICOS DE CONSULTORIA	1000							
				1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
				295.000,00	0,00	0,00	39.150,35	39.150,35	39.150,35	0,00
149	O	3.3.90.36.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1000							
				295.000,00	0,00	0,00	117.212,43	117.212,43	117.212,43	177.787,57
		3.3.90.36.35.00 SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO					39.150,35	39.150,35	39.150,35	0,00
				20.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	O	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1000							
				20.000,00	0,00	15.000,00	418,00	418,00	418,00	4.582,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	O	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31745							

				42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	2.419,31	2.419,31	2.979,94
150	O	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3773							
				10.000,00	0,00	0,00	6.900,00	3.920,06	3.920,06	3.100,00
		3.3.90.39.05.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS					0,00	2.419,31	2.419,31	-2.419,31
		3.3.90.40.00.00 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA		500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	O		1000							
				500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				34.000,00	0,00	0,00	7.762,44	7.762,44	6.591,24	4.474,56
152	O	3.3.90.47.00.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1000							
				34.000,00	0,00	7.125,00	25.781,06	25.781,06	21.306,50	1.093,94
		3.3.90.47.18.01 INSS - SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA					7.008,57	7.008,57	5.942,47	1.066,10
		3.3.90.47.99.02 FGTS JOVEM APRENDIZ					753,87	753,87	648,77	105,10
Red.	Nat.	Programática / Despesa	Fonte	Dotação Fixada Autorizada	Crédito Suplementar Anulações	Reservado No Período Até o Período	Empenhado No Período Até o Período	Liquidado No Período Até o Período	Pago No Período Até o Período	Saldo A Pagar *Dotação
				29.000,00	0,00	0,00	25.593,75	0,00	0,00	25.593,75
153	O	3.3.90.49.00.00 - AUXILIO-TRANSPORTE	1000							
				29.000,00	0,00	0,00	25.593,75	0,00	0,00	3.406,25
		3.3.90.49.02.00 AUXÍLIO-TRANSPORTE - CARTÃO MAGNÉTICO, BILHETES OU OUTROS INSTRUMENTOS					25.593,75	0,00	0,00	25.593,75
				500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	O	3.3.90.92.00.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1000							
				500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
786	E	4.4.50.41.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	31745							
				19.169,00	0,00	0,00	19.169,00	19.169,00	19.169,00	0,00
				9.000,00	0,00	-6.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	O	4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000							
				9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
				0,00	0,00	7.290,15	0,00	1.380,00	0,00	3.900,00
155	O	4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31745							
				46.898,55	0,00	7.290,15	3.900,00	1.380,00	0,00	35.708,40
		4.4.90.52.42.00 MOBILIARIO EM GERAL					0,00	1.380,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	2.589,98	519,98	4.780,00
155	O	4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3773							
				14.405,23	0,00	0,00	5.299,98	2.589,98	519,98	9.105,25
		4.4.90.52.34.00 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS					0,00	519,98	519,98	-519,98
		4.4.90.52.42.00 MOBILIARIO EM GERAL					0,00	2.070,00	0,00	0,00
				473.000,00	**0,00**	**-33.279,85**	**124.859,72**	**55.090,00**	**50.468,80**	**93.473,51**
		Totais por Desdobramento:								
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**	**295.271,20**	**209.722,25**	**201.797,69**	**518.188,36**
				473.000,00	**0,00**	**-33.279,85**	**124.859,72**	**55.090,00**	**50.468,80**	**93.473,51**
		Totais								
				850.874,71	**0,00**	**37.415,15**	**295.271,20**	**209.722,25**	**201.797,69**	**518.188,36**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA										21/09/2026 - 13:52:10

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6AC45E20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO 1 (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E §1º)

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	240.000.000,00	276.558.404,19	41.737.346,48	15,09	197.162.619,96	71,29	79.395.784,23
RECEITAS CORRENTES	240.000.000,00	262.097.993,40	40.972.159,51	15,63	185.433.738,96	70,75	76.664.254,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	108.945.810,00	110.945.810,00	16.076.776,01	14,49	81.289.993,91	73,27	29.655.816,09
Impostos	87.092.920,00	88.592.920,00	12.509.193,16	14,12	65.469.602,64	73,90	23.123.317,36
Taxas	21.852.890,00	22.352.890,00	3.567.582,85	15,96	15.820.391,27	70,78	6.532.498,73
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	13.061.400,00	13.061.400,00	1.626.132,58	12,45	8.156.620,43	62,45	4.904.779,57
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	13.061.400,00	13.061.400,00	1.626.132,58	12,45	8.156.620,43	62,45	4.904.779,57
RECEITA PATRIMONIAL	12.204.538,25	15.296.815,88	2.109.651,60	13,79	8.085.952,56	52,86	7.210.863,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	974.000,00	974.000,00	500,00	0,05	137.818,44	14,15	836.181,56
Valores Mobiliários	11.230.538,25	14.322.815,88	2.109.151,60	14,73	7.948.134,12	55,49	6.374.681,76
Delegação de Serviços Públicos Mediante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão, Permissão, Autorização ou Licença Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	960.000,00	960.000,00	445.003,99	46,35	1.656.245,68	172,53	-696.245,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	445.003,99	0,00	1.656.245,68	0,00	-1.656.245,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.907.751,75	120.913.467,52	20.151.390,28	16,67	84.189.290,89	69,63	36.724.176,63
Transferências da União e de suas Entidades	55.426.151,75	59.703.044,49	11.158.777,66	18,69	42.908.966,33	71,87	16.794.078,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.161.600,00	21.056.967,90	3.801.398,93	18,05	19.261.942,39	91,48	1.795.025,51
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	34.320.000,00	40.153.455,13	5.167.831,81	12,87	21.995.000,29	54,78	18.158.454,84
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	23.381,88	0,00	23.381,88	0,00	-23.381,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	920.500,00	920.500,00	563.205,05	61,18	2.055.635,49	223,32	-1.135.135,49
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	380.500,00	380.500,00	169.817,29	44,63	527.749,77	138,70	-147.249,77
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40.000,00	40.000,00	75.311,79	188,28	285.270,45	713,18	-245.270,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	500.000,00	500.000,00	318.075,97	63,62	1.242.615,27	248,52	-742.615,27
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	14.460.410,79	765.186,97	5,29	11.728.881,00	81,11	2.731.529,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.153,51	0,00	-1.850.153,51
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.153,51	0,00	-1.850.153,51
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	596.669,73	185.746,13	31,13	799.628,71	134,02	-202.958,98
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	596.669,73	185.746,13	31,13	799.628,71	134,02	-202.958,98

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	13.863.741,06	579.440,84	4,18	8.822.604,48	63,64	5.041.136,58
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	413.018,52	0,00	0,00	3.021.110,00	731,47	-2.608.091,48
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	12.450.722,54	247.087,55	1,98	5.469.141,19	43,93	6.981.581,35
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	1.000.000,00	332.353,29	33,24	332.353,29	33,24	667.646,71
Demais Transferências de Capital	0,00	1.000.000,00	332.353,29	33,24	332.353,29	33,24	667.646,71
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	256.494,30	0,00	-256.494,30
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	256.494,30	0,00	-256.494,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	240.000.000,00	276.558.404,19	41.737.346,48	15,09	197.162.619,96	71,29	79.395.784,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	240.000.000,00	276.558.404,19	41.737.346,48	15,09	197.162.619,96	71,29	79.395.784,23
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	240.000.000,00	276.558.404,19	41.737.346,48	15,09	197.162.619,96	71,29	79.395.784,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.339.065,43	0,00	0,00	22.339.065,43	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	22.339.065,43	0,00	0,00	22.339.065,43	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	230.970.000,00	289.867.469,62	49.464.808,46	189.325.578,26	100.541.891,36	43.138.484,47	142.384.615,62	147.482.854,00	135.602.635,99	46.940.962,64
DESPESAS CORRENTES	217.661.819,22	247.398.721,08	45.044.851,41	176.393.803,83	71.004.917,25	39.804.037,32	135.209.658,70	112.189.062,38	129.030.448,86	41.184.145,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.740.065,98	100.807.636,06	18.074.343,56	68.517.292,34	32.290.343,72	17.900.575,13	68.054.629,42	32.753.006,64	66.761.470,40	462.662,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.345.123,00	2.339.123,00	103.532,51	2.258.532,51	80.590,49	321.884,95	1.219.998,29	1.119.124,71	1.219.998,29	1.038.534,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	114.576.630,24	144.251.962,02	26.866.975,34	105.617.978,98	38.633.983,04	21.581.577,24	65.935.030,99	78.316.931,03	61.048.980,17	39.682.947,99
DESPESAS DE CAPITAL	12.108.180,78	41.268.748,54	4.419.957,05	12.931.774,43	28.336.974,11	3.334.447,15	7.174.956,92	34.093.791,62	6.572.187,13	5.756.817,51
INVESTIMENTOS	9.947.180,78	39.131.748,54	4.444.640,81	10.801.458,19	28.330.290,35	2.890.154,97	5.778.498,84	33.353.249,70	5.175.729,05	5.022.959,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.156.000,00	2.132.000,00	-24.683,76	2.130.316,24	1.683,76	444.292,18	1.396.458,08	735.541,92	1.396.458,08	733.858,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	230.970.000,00	289.867.469,62	49.464.808,46	189.325.578,26	100.541.891,36	43.138.484,47	142.384.615,62	147.482.854,00	135.602.635,99	46.940.962,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	230.970.000,00	289.867.469,62	49.464.808,46	189.325.578,26	100.541.891,36	43.138.484,47	142.384.615,62	147.482.854,00	135.602.635,99	46.940.962,64
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	8.169.394,99	-8.169.394,99	0,00	55.110.357,63	0,00	61.892.337,26	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	230.970.000,00	289.867.469,62	49.464.808,46	197.494.973,25	92.372.496,37	43.138.484,47	197.494.973,25	0,00	197.494.973,25	46.940.962,64
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B7C29635

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO - ANEXO 2 (LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	229.164.520,00	287.896.072,75	49.133.725,13	188.263.586,15	100,00	99.632.486,60	42.849.550,90	141.765.068,55	100,00	146.131.004,20	46.498.517,60
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	3.866.000,00	5.301.355,33	2.011.981,70	3.991.811,03	2,12	1.309.544,30	1.976.840,72	3.942.397,63	2,78	1.358.957,70	49.413,40
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	3.866.000,00	5.301.355,33	2.011.981,70	3.991.811,03	2,12	1.309.544,30	1.976.840,72	3.942.397,63	2,78	1.358.957,70	49.413,40
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	48.168.200,00	51.811.113,22	7.861.181,80	36.405.058,35	19,34	15.406.054,87	8.005.880,76	29.616.109,67	20,89	22.195.003,55	6.788.948,68
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	7.454.100,00	7.337.963,22	1.044.064,36	4.728.289,32	2,51	2.609.673,90	818.024,17	2.629.655,16	1,85	4.708.308,06	2.098.634,16
Administração Financeira	5.845.000,00	7.845.000,00	1.153.205,92	7.560.283,92	4,02	284.716,08	1.398.376,09	4.706.341,65	3,32	3.138.658,35	2.853.942,27
Controle Interno	30.000,00	30.000,00	1.709,79	2.268,32	0,00	27.731,68	1.709,79	2.268,32	0,00	27.731,68	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	34.083.000,00	34.524.000,00	5.120.641,73	22.619.961,87	12,02	11.904.038,13	5.586.046,32	21.313.485,50	15,03	13.210.514,50	1.306.476,37
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	756.100,00	2.074.150,00	541.560,00	1.494.254,92	0,79	579.895,08	201.724,39	964.359,04	0,68	1.109.790,96	529.895,88
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	1.580.000,00	3.730.000,00	191.967,21	1.046.048,69	0,56	2.683.951,31	121.149,95	571.173,46	0,40	3.158.826,54	474.875,23
Policiamento	680.000,00	680.000,00	87.316,74	175.009,49	0,09	504.990,51	16.947,78	46.355,70	0,03	633.644,30	128.653,79
Defesa Civil	900.000,00	3.050.000,00	104.650,47	871.039,20	0,46	2.178.960,80	104.202,17	524.817,76	0,37	2.525.182,24	346.221,44
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.222.600,00	3.143.887,74	760.788,10	1.802.341,35	0,96	1.341.546,39	333.860,01	1.026.625,45	0,72	2.117.262,29	775.715,90

Assistência ao Idoso	232.500,00	360.746,29	78.537,10	129.393,73	0,07	231.352,56	28.654,75	35.808,12	0,03	324.938,17	93.585,61
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	473.000,00	850.874,71	124.859,72	295.271,20	0,16	555.603,51	55.090,00	209.722,25	0,15	641.152,46	85.548,95
Assistência Comunitária	1.517.100,00	1.932.266,74	557.391,28	1.377.676,42	0,73	554.590,32	250.115,26	781.095,08	0,55	1.151.171,66	596.581,34
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	45.351.639,13	55.555.255,07	13.341.892,73	41.005.311,96	21,78	14.549.943,11	8.389.100,96	30.264.748,07	21,35	25.290.507,00	10.740.563,89
Atenção Básica	14.153.329,08	21.469.602,64	5.828.139,31	15.544.754,02	8,26	5.924.848,62	3.400.365,23	10.940.492,29	7,72	10.529.110,35	4.604.261,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.027.437,32	24.553.725,87	5.956.398,27	20.200.108,93	10,73	4.353.616,94	3.429.151,47	14.610.310,66	10,31	9.943.415,21	5.589.798,27
Suporte Profilático e Terapêutico	3.533.000,00	2.941.697,00	619.135,04	1.545.835,77	0,82	1.395.861,23	502.841,69	1.224.441,76	0,86	1.717.255,24	321.394,01
Vigilância Sanitária	2.619.872,73	2.965.639,56	575.732,21	1.488.176,87	0,79	1.477.462,69	528.038,41	1.413.279,09	1,00	1.552.360,47	74.897,78
Vigilância Epidemiológica	729.000,00	831.300,00	24.156,12	166.262,33	0,09	665.037,67	74.156,12	122.262,35	0,09	709.037,65	43.999,98
Alimentação e Nutrição	434.000,00	200.850,00	103.562,66	191.683,85	0,10	9.166,15	69.778,92	87.567,52	0,06	113.282,48	104.116,33
Administração Geral	1.855.000,00	2.592.440,00	234.769,12	1.868.490,19	0,99	723.949,81	384.769,12	1.866.394,40	1,32	726.045,60	2.095,79
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	70.190.589,58	78.888.329,44	12.615.005,21	57.526.839,46	30,56	21.361.489,98	13.735.083,51	48.388.819,37	34,13	30.499.510,07	9.138.020,09
Ensino Fundamental	46.974.767,60	43.998.179,97	7.486.315,76	31.594.769,11	16,78	12.403.410,86	8.496.983,98	24.090.341,34	16,99	19.907.838,63	7.504.427,77
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	30.000,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00
Educação Infantil	21.218.994,70	32.562.276,82	4.611.074,96	24.050.570,73	12,77	8.511.706,09	4.851.287,86	22.860.383,03	16,13	9.701.893,79	1.190.187,70
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.966.827,28	2.327.842,65	517.614,49	1.881.499,62	1,00	446.343,03	386.811,67	1.438.095,00	1,01	889.747,65	443.404,62
CULTURA	232.000,00	190.869,45	10.625,66	34.462,88	0,02	156.406,57	14.582,66	32.697,12	0,02	158.172,33	1.765,76
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Difusão Cultural	212.000,00	190.369,45	10.625,66	34.462,88	0,02	155.906,57	14.582,66	32.697,12	0,02	157.672,33	1.765,76
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	20.500,00	87.500,00	17.051,94	17.051,94	0,01	70.448,06	531,94	531,94	0,00	86.968,06	16.520,00
Custódia e Reintegração Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	10.500,00	77.500,00	17.051,94	17.051,94	0,01	60.448,06	531,94	531,94	0,00	76.968,06	16.520,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
URBANISMO	24.300.215,00	46.249.961,91	7.997.174,88	21.659.743,85	11,51	24.590.218,06	3.386.448,26	10.352.976,34	7,30	35.896.985,57	11.306.767,51
Infra-Estrutura Urbana	2.347.999,00	18.540.585,04	717.888,58	4.427.289,81	2,35	14.113.295,23	308.431,70	1.852.468,17	1,31	16.688.116,87	2.574.821,64
Serviços Urbanos	21.952.216,00	27.709.376,87	7.279.286,30	17.232.454,04	9,15	10.476.922,83	3.078.016,56	8.500.508,17	6,00	19.208.868,70	8.731.945,87
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

HABITAÇÃO	1.370.200,00	1.915.836,51	1.241.188,04	1.280.121,10	0,68	635.715,41	1.242.948,29	1.255.081,37	0,89	660.755,14	25.039,73
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	1.220.200,00	1.857.996,51	1.238.134,34	1.264.934,32	0,67	593.062,19	1.239.894,59	1.239.894,59	0,87	618.101,92	25.039,73
Administração Geral	150.000,00	57.840,00	3.053,70	15.186,78	0,01	42.653,22	3.053,70	15.186,78	0,01	42.653,22	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	22.334.000,00	24.647.443,68	2.696.146,11	14.975.818,82	7,95	9.671.624,86	3.946.386,83	9.804.735,62	6,92	14.842.708,06	5.171.083,20
Preservação e Conservação Ambiental	1.603.000,00	4.260.549,13	185.759,95	2.787.428,26	1,48	1.473.120,87	1.405.748,86	2.647.980,84	1,87	1.612.568,29	139.447,42
Controle Ambiental	20.731.000,00	20.386.894,55	2.510.386,16	12.188.390,56	6,47	8.198.503,99	2.540.637,97	7.156.754,78	5,05	13.230.139,77	5.031.635,78
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	273.000,00	1.536.912,50	40.340,00	298.487,93	0,16	1.238.424,57	51.140,00	274.188,50	0,19	1.262.724,00	24.299,43
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	273.000,00	1.536.912,50	40.340,00	298.487,93	0,16	1.238.424,57	51.140,00	274.188,50	0,19	1.262.724,00	24.299,43
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	920.200,00	4.062.547,28	149.262,34	3.155.107,83	1,68	907.439,45	643.063,05	2.803.336,30	1,98	1.259.210,98	351.771,53
Promoção Comercial	68.000,00	25.000,00	0,00	585,12	0,00	24.414,88	0,00	585,12	0,00	24.414,88	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	852.200,00	4.037.547,28	149.262,34	3.154.522,71	1,68	883.024,57	643.063,05	2.802.751,18	1,98	1.234.796,10	351.771,53
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	4.477.376,29	5.236.274,42	54.855,41	2.420.152,11	1,29	2.816.122,31	274.339,87	1.601.893,28	1,13	3.634.381,14	818.258,83
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	4.477.376,29	5.236.274,42	54.855,41	2.420.152,11	1,29	2.816.122,31	274.339,87	1.601.893,28	1,13	3.634.381,14	818.258,83
DESPORTO E LAZER	2.058.000,00	3.738.786,20	121.960,52	2.354.125,37	1,25	1.384.660,83	705.890,61	1.538.650,95	1,09	2.200.135,25	815.474,42
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	2.058.000,00	3.738.786,20	121.960,52	2.354.125,37	1,25	1.384.660,83	705.890,61	1.538.650,95	1,09	2.200.135,25	815.474,42
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	600.000,00	600.000,00	22.303,48	291.103,48	0,15	308.896,52	22.303,48	291.103,48	0,21	308.896,52	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	22.303,48	291.103,48	0,15	308.896,52	22.303,48	291.103,48	0,21	308.896,52	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	229.164.520,00	287.896.072,75	49.133.725,13	188.263.586,15	100,00	99.632.486,60	42.849.550,90	141.765.068,55	100,00	146.131.004,20	46.498.517,60
Notas Explicativas											

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:98FEDADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO – ANEXO XII (LC N° 141/2012 ART.35)

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	87.092.920,00	88.592.920,00	65.469.602,64	73,90
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	59.389.120,00	60.889.120,00	44.482.765,99	73,06
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.313.000,00	12.313.000,00	7.693.663,78	62,48
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.694.000,00	8.694.000,00	7.206.091,37	82,89
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	6.696.800,00	6.696.800,00	6.087.081,50	90,90
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	66.619.439,69	67.619.439,69	49.023.148,98	72,50
Cota-Parte FPM	51.049.439,69	52.049.439,69	36.985.377,21	71,06
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	10.180,81	101,81
Cota-Parte IPVA	3.025.000,00	3.025.000,00	3.795.206,46	125,46

Cota-Parte ICMS	12.370.000,00	12.370.000,00	8.101.955,87	65,50
Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	130.428,63	79,05
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**153.712.359,69**	**156.212.359,69**	**114.492.751,62**	**73,29**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	11.954.811,36	11.616.658,81	9.648.907,66	83,06	8.372.594,79	72,07	7.977.115,03	68,67	1.276.312,87
Despesas Correntes	11.847.538,64	11.383.313,36	9.553.125,16	83,92	8.371.814,79	73,54	7.976.335,03	70,07	1.181.310,37
Despesas de Capital	107.272,72	233.345,45	95.782,50	41,05	780,00	0,33	780,00	0,33	95.002,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	19.180.255,04	20.043.316,59	17.393.893,88	86,78	14.090.098,41	70,30	13.573.691,51	67,72	3.303.795,47
Despesas Correntes	18.833.255,04	19.775.474,04	17.356.432,28	87,77	14.090.098,41	71,25	13.573.691,51	68,64	3.266.333,87
Despesas de Capital	347.000,00	267.842,55	37.461,60	13,99	0,00	0,00	0,00	0,00	37.461,60
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	3.090.000,00	2.462.510,00	1.470.459,09	59,71	1.149.065,08	46,66	1.139.244,39	46,26	321.394,01
Despesas Correntes	3.084.000,00	2.462.310,00	1.470.459,09	59,72	1.149.065,08	46,67	1.139.244,39	46,27	321.394,01
Despesas de Capital	6.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	2.370.872,73	2.478.185,45	1.370.563,35	55,31	1.356.763,37	54,75	1.321.385,07	53,32	13.799,98
Despesas Correntes	2.237.600,00	2.234.630,00	1.370.563,35	61,33	1.356.763,37	60,72	1.321.385,07	59,13	13.799,98
Despesas de Capital	133.272,73	243.555,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	647.500,00	644.800,00	74.004,14	11,48	74.004,14	11,48	70.225,97	10,89	0,00
Despesas Correntes	627.500,00	624.800,00	74.004,14	11,84	74.004,14	11,84	70.225,97	11,24	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	434.000,00	200.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	434.000,00	200.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.855.000,00	2.372.440,00	1.864.490,19	78,59	1.862.394,40	78,50	1.708.382,69	72,01	2.095,79
Despesas Correntes	1.843.000,00	1.824.380,00	1.620.107,44	88,80	1.618.011,65	88,69	1.463.999,94	80,25	2.095,79
Despesas de Capital	12.000,00	548.060,00	244.382,75	44,59	244.382,75	44,59	244.382,75	44,59	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**39.532.439,13**	**39.818.760,85**	**31.822.318,31**	**79,92**	**26.904.920,19**	**67,57**	**25.790.044,66**	**64,77**	**4.917.398,12**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	31.822.318,31	26.904.920,19	25.790.044,66
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.624.368,30	1.624.368,30	1.624.368,30
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**30.197.950,01**	**25.280.551,89**	**24.165.676,36**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		17.173.912,74	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	13.024.037,27	8.106.639,15	6.991.763,62
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**26,38**	**22,08**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
		Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	17.173.912,74	30.197.950,01	13.024.037,27	0,00	1.624.368,30	0,00	0,00	0,00	0,00	14.648.405,57
Empenhos de 2024	24.396.343,67	40.788.969,05	16.392.625,38	51.141,11	0,00	0,00	46.477,21	1.455,12	3.208,78	16.389.416,60
Empenhos de 2023	21.588.782,43	40.013.611,72	18.424.829,29	50.354,43	0,00	0,00	41.585,72	0,00	8.768,71	18.416.060,58

Empenhos de 2022	18.817.529,25	28.721.241,81	9.903.712,56	87.529,16	0,00	0,00	86.466,96	0,00	1.062,20	9.902.650,36
Empenhos de 2021 e anteriores	15.772.893,73	24.016.501,91	8.243.608,18	372.676,96	0,00	0,00	346.643,33	0,00	26.033,43	8.217.574,75
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	758.781,66	758.781,66	758.781,66	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**758.781,66**	**758.781,66**	**758.781,66**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	5.261.100,00	7.577.379,10	7.085.116,40	93,50
Proveniente da União	5.261.100,00	6.924.118,52	7.085.116,40	102,33
Proveniente dos Estados	0,00	653.260,58	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	1.295.000,00	1.295.000,00	1.097.039,12	84,71
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.556.100,00**	**8.872.379,10**	**8.182.155,52**	**92,22**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.198.517,72	9.852.943,83	5.864.963,02	59,52	2.545.409,55	25,83	2.143.460,79	21,75	3.319.553,47
Despesas Correntes	2.180.472,27	7.968.619,28	5.211.702,44	65,40	2.545.409,55	31,94	2.143.460,79	26,90	2.666.292,89
Despesas de Capital	18.045,45	1.884.324,55	653.260,58	34,67	0,00	0,00	0,00	0,00	653.260,58
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.847.182,28	4.510.409,28	2.714.760,36	60,19	461.219,38	10,23	419.017,82	9,29	2.253.540,98
Despesas Correntes	2.847.182,28	3.580.409,28	2.014.762,86	56,27	461.219,38	12,88	419.017,82	11,70	1.553.543,48
Despesas de Capital	0,00	930.000,00	699.997,50	75,27	0,00	0,00	0,00	0,00	699.997,50
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	443.000,00	479.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	51.000,00	87.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	392.000,00	392.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	249.000,00	487.454,11	117.613,52	24,13	56.515,72	11,59	14.920,94	3,06	61.097,80
Despesas Correntes	248.000,00	368.577,26	117.613,52	31,91	56.515,72	15,33	14.920,94	4,05	61.097,80
Despesas de Capital	1.000,00	118.876,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	81.500,00	186.500,00	92.258,19	49,47	48.258,21	25,88	48.258,21	25,88	43.999,98
Despesas Correntes	80.500,00	185.500,00	92.258,19	49,73	48.258,21	26,02	48.258,21	26,02	43.999,98
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**5.819.200,00**	**15.736.494,22**	**8.789.595,09**	**55,85**	**3.111.402,86**	**19,77**	**2.625.657,76**	**16,69**	**5.678.192,23**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	14.153.329,08	21.469.602,64	15.513.870,68	72,26	10.918.004,34	50,85	10.120.575,82	47,14	4.595.866,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	22.027.437,32	24.553.725,87	20.108.654,24	81,90	14.551.317,79	59,26	13.992.709,33	56,99	5.557.336,45
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.533.000,00	2.941.697,00	1.470.459,09	49,99	1.149.065,08	39,06	1.139.244,39	38,73	321.394,01

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	2.619.872,73	2.965.639,56	1.488.176,87	50,18	1.413.279,09	47,66	1.336.306,01	45,06	74.897,78
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	729.000,00	831.300,00	166.262,33	20,00	122.262,35	14,71	118.484,18	14,25	43.999,98
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	434.000,00	200.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.855.000,00	2.592.440,00	1.864.490,19	71,92	1.862.394,40	71,84	1.708.382,69	65,90	2.095,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**45.351.639,13**	**55.555.255,07**	**40.611.913,40**	**73,10**	**30.016.323,05**	**54,03**	**28.415.702,42**	**51,15**	**10.595.590,35**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	5.819.200,00	13.186.494,22	7.946.165,28	60,26	3.081.682,61	23,37	2.605.688,98	19,76	4.864.482,67
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**39.532.439,13**	**42.368.760,85**	**32.665.748,12**	**77,10**	**26.934.640,44**	**63,57**	**25.810.013,44**	**60,92**	**5.731.107,68**
Notas Explicativas									

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:303E3725

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 242/2026 PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Prefeita de Renascença, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Edital nº. 202/2026, que regulamenta o processo de escolha do Programa Jovem Aprendiz, torna público o Gabarito Definitivo (Anexo I), bem como a classificação preliminar:

CANDIDATOS APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS
01	MARIA GABRIELA GOMES	11/12/2010	33
02	ISABELA LETÍCIA DE OLIVEIRA OTTOBELI	14/05/2011	31
03	HEITOR NUNES GIACOMIN	10/08/2011	25*
04	LARISSA MEDLEN BUSS	26/12/2009	25
05	JOSYAS TELLES ANTUNES	30/01/2012	24
06	LUANA MICHELI SOMAVILLA	27/08/2010	23
07	PIETRO SANGI DE SOUZA	21/12/2011	22
08	MARCIELI MEDEIROS SALDANHA	24/07/2011	20

CANDIDATOS REPROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS
09	FELIPE DA SILVA DE MEDEIROS	19/06/2010	18*
10	MIGUEL SANGI ALVES	03/11/2009	18
11	ADRIAN RUAN ANTUNES	13/09/2007	17*
12	LUAN VICTOR BOELTER DA SILVA	17/03/2012	17
13	DANIEL DE SOUZA MACHADO	04/07/2012	10
14	BRUNA EDUARDA RODRIGUES	15/03/2010	AUSENTE
15	ÉMERSON PEREIRA MENDES	19/11/2011	AUSENTE
16	GABRIEL DE SOUZA MACHADO	02/08/2009	AUSENTE
17	WELLYNGTON DE LIMA ROSA MARTINS ANTUNES	20/10/2010	AUSENTE

Critérios de desempate:
* possua maior nota na prova de Língua Portuguesa;
** possua maior nota na prova de Matemática;

Os candidatos poderão requerer vista do Cartão Resposta, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença.

Havendo discordância quanto à nota (pontuação) ou classificação, cabe ao candidato interpor recurso **até às 17:00 horas do dia 23 de setembro de 2023**, no e-mail: **rh@renascenca.pr.gov.br**, em formato PDF, devidamente assinado pelo candidato e acompanhando dos documentos que entender convenientes.

Renascença, 22 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

ANEXO I – GABARITO DEFINITIVO

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
C	B	B	A	A	B	C	A	A	C	C	B	B	B	B
16	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
A	B	C	B	B	D	C	A	C	D	B	C	A	D	B
31	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**					
D	B	A	C	D	B	C	A	D	C					

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:F0C0AC03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO CELETISTA Nº 02/2026

EDITAL Nº 10/2026
EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **CLASSIFICAÇÃO FINAL**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 24/09/2026 até às 23h59min do dia 25/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 23 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23816761	WILLIAN LAURINDO FERREIRA VEIBER	58.00			58.00	1	ACS ÁREA - I	26/01/2008	9.00	4.00	9.00	36.00
23817397	MARIA GORETE SKRZECKOWSKI SMALESKI	84.00			84.00	1	ACS ÁREA - II	03/08/1989	9.00	6.00	9.00	60.00

23819007	RODRIGO WERETYSKI	92.00			92.00	1	ACS ÁREA - III	13/02/1992	12.00	8.00	12.00	60.00
23818398	FABIO AUGUSTO KUPCZI	90.00			90.00	2	ACS ÁREA - III	15/07/1995	12.00	10.00	12.00	56.00
23817441	MAYARA BUCO	90.00			90.00	3	ACS ÁREA - III	22/01/2006	12.00	10.00	12.00	56.00
23819713	DAMIANO TALACZ	90.00			90.00	4	ACS ÁREA - III	03/01/1989	15.00	8.00	15.00	52.00
23816592	THAIS KARPINSKI	87.00			87.00	5	ACS ÁREA - III	08/08/2001	12.00	6.00	9.00	60.00
23819566	FABRICIO WUDARSKI	83.00			83.00	6	ACS ÁREA - III	03/06/1984	12.00	2.00	9.00	60.00
23816795	SANDRA KNOPIK	76.00			76.00	7	ACS ÁREA - III	14/07/1998	9.00	2.00	9.00	56.00
23818794	GISELE APARECIDA SKRZECZKOWSKI STRESSER	75.00			75.00	8	ACS ÁREA - III	17/10/1986	12.00	2.00	9.00	52.00
23820208	HEXLAINE DOS SANTOS DE SOUZA	75.00			75.00	9	ACS ÁREA - III	01/06/2001	12.00	2.00	9.00	52.00
23816553	ANDREA MATIAS FERREIRA	74.00			74.00	10	ACS ÁREA - III	30/07/1986	6.00	6.00	6.00	56.00
23817338	CASSIANA APARECIDA PINTO DE LIMA	74.00			74.00	11	ACS ÁREA - III	07/06/1988	9.00	4.00	9.00	52.00
23818972	ARIATINY GABRIELLY DE SOUZA	71.00			71.00	12	ACS ÁREA - III	26/07/2007	6.00	4.00	9.00	52.00
23819488	PATRICIA DE PAULA GALVÃO	71.00			71.00	13	ACS ÁREA - III	23/05/1997	9.00	2.00	12.00	48.00
23819330	KERLLY EMANUELLI SANTOS DA SILVA LINHARES	69.00			69.00	14	ACS ÁREA - III	21/01/2008	12.00	4.00	9.00	44.00
23818638	TAISSE APARECIDA DOS SANTOS	66.00			66.00	15	ACS ÁREA - III	21/03/1993	6.00	2.00	6.00	52.00
23816452	GRAZIELA DOS SANTOS FERREIRA	66.00			66.00	16	ACS ÁREA - III	11/02/2001	6.00	2.00	6.00	52.00
23819344	DIANEFER LETICIA DE ANDRADE	66.00			66.00	17	ACS ÁREA - III	17/09/1996	9.00	4.00	9.00	44.00
23820085	ANA PAULA BILINO	66.00			66.00	18	ACS ÁREA - III	01/10/2008	9.00	4.00	9.00	44.00
23818380	MATEUS FERREIRA DOS SANTOS	63.00			63.00	19	ACS ÁREA - III	17/05/2000	6.00	4.00	9.00	44.00
23818474	SIDINEIA VRUBLESKI	61.00			61.00	20	ACS ÁREA - III	27/04/1988	6.00	2.00	9.00	44.00
23819187	LUCIANE RADASZKIEVICZ	57.00			57.00	21	ACS ÁREA - III	30/07/1992	9.00	6.00	6.00	36.00
23816383	JOELINE GARSTKA GUADANHINI POPOVICZ	73.00			73.00	1	ACS ÁREA - IV	14/11/1988	6.00	6.00	9.00	52.00
23820017	ALINE WIECZORKOSKI DE TOLEDO	81.00			81.00	1	ACS ÁREA - IX	25/09/1997	9.00	8.00	12.00	52.00
23819884	MARIA TEREZINHA PINTO DOS SANTOS	64.00			64.00	1	ACS ÁREA - V	02/10/1978	12.00	2.00	6.00	44.00
23819431	KELLY STANICHESKI	70.00			70.00	1	ACS ÁREA - VI	16/06/2006	9.00	4.00	9.00	48.00
23817514	ANA ALINE RIBEIRO PICHIBILESKI	81.00			81.00	1	ACS ÁREA - X	28/12/1997	9.00	4.00	12.00	56.00
23818544	LUCIMARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SIDOSKI	60.00			60.00	2	ACS ÁREA - X	01/01/1990	6.00	4.00	6.00	44.00
23817885	THALIA GURESKI	63.00			63.00	1	ACS ÁREA - XV	05/06/2002	6.00	4.00	9.00	44.00
23818870	RAIANY MOREIRA PRINCIVAL	82.00			82.00	1	ACS ÁREA - XVII	22/05/2004	12.00	2.00	12.00	56.00
23817186	SIRLEI DUDA ANDREIKO	79.00			79.00	2	ACS ÁREA - XVII	25/11/1982	6.00	4.00	9.00	60.00
23819354	EDINEIA ALGAUER	76.00			76.00	3	ACS ÁREA - XVII	18/05/1991	12.00	0.00	12.00	52.00
23819149	STEPHANNIE LHARA S. BALBURDIA	67.00			67.00	4	ACS ÁREA - XVII	06/11/1988	9.00	4.00	6.00	48.00
23817190	DAIANE LOURENÇO DE SOUZA	77.00			77.00	1	ACS ÁREA - XVIII	18/07/2004	9.00	0.00	12.00	56.00
23819418	EDUARDO PRESTES	67.00			67.00	2	ACS ÁREA - XVIII	12/07/2006	3.00	0.00	12.00	52.00
23817428	LINDAMIR A.DO NASCIMENTO GLUS	64.00			64.00	1	ACS ÁREA - XX	10/09/1984	9.00	2.00	9.00	44.00
23818937	NILSIMARA NIEVOLA	81.00			81.00	1	ACS ÁREA - XXI	03/12/2003	9.00	8.00	12.00	52.00
23818128	MARIA VITÓRIA MARTINS	82.00			82.00	1	ACS ÁREA - XXII	01/12/2004	9.00	8.00	9.00	56.00
23819581	DENISE GORESKI LEMOS DOS SANTOS	80.00			80.00	2	ACS ÁREA - XXII	26/01/2003	12.00	6.00	6.00	56.00
23819278	MARCIO JONES RIBEIRO DE LIMA	77.00			77.00	3	ACS ÁREA - XXII	07/09/1984	9.00	2.00	6.00	60.00
23817949	KELI APARECIDA BORGES DE LIMA	76.00			76.00	4	ACS ÁREA - XXII	24/11/1995	9.00	6.00	9.00	52.00
23816627	MARIELE AURÉLIA FERREIRA	66.00			66.00	5	ACS ÁREA - XXII	15/09/2000	12.00	2.00	12.00	40.00
23816329	DAIANE ROSA	78.00			78.00	1	ACS ÁREA - XXIV	24/06/1988	12.00	2.00	12.00	52.00
23819851	JOCINEI DE RAMOS	76.00			76.00	2	ACS ÁREA - XXIV	28/07/2002	9.00	6.00	9.00	52.00
23819912	EVA CLEMIRES KLEMBA LESCHUK	63.00			63.00	3	ACS ÁREA - XXIV	02/03/1986	6.00	2.00	3.00	52.00
23816478	HENRIQUE DA SILVEIRA SENA	88.00			88.00	1	ACS ÁREA - XXVI	16/06/1996	6.00	10.00	12.00	60.00
23816623	LUANA KOCHINHERKO	81.00			81.00	2	ACS ÁREA - XXVI	26/10/1997	9.00	6.00	6.00	60.00
23819494	ADRIELE NIECKARZ	77.00			77.00	3	ACS ÁREA - XXVI	08/12/1996	12.00	8.00	9.00	48.00

23819003	RENAN FABRICIO GARDIN	94.00			94.00	1	AGENTE DE ENDEMIAS	15/11/1998	9.00	10.00	15.00	60.00
23816913	ARTHUR CUNHA PAULA	93.00			93.00	2	AGENTE DE ENDEMIAS	18/09/1993	15.00	10.00	12.00	56.00
23816439	GÉSSICA CARINE JACOMÉL DE CAMARGO	93.00			93.00	3	AGENTE DE ENDEMIAS	01/03/1997	15.00	10.00	12.00	56.00
23817837	ANDRÉ MACENO DE LIMA	90.00			90.00	4	AGENTE DE ENDEMIAS	10/03/1989	12.00	10.00	12.00	56.00
23819727	ALINE CADORE	89.00			89.00	5	AGENTE DE ENDEMIAS	02/02/1990	9.00	8.00	12.00	60.00
23819683	MAYA LEITE LOPES	87.00			87.00	6	AGENTE DE ENDEMIAS	10/01/2002	12.00	10.00	9.00	56.00
23818210	YURI PEREIRA SANTANA	87.00			87.00	7	AGENTE DE ENDEMIAS	09/07/1997	9.00	10.00	12.00	56.00
23819200	ANDERSON DA SILVA MOREIRA	87.00			87.00	8	AGENTE DE ENDEMIAS	31/08/1988	15.00	8.00	12.00	52.00
23819872	SAMARA KOBILINSKI	87.00			87.00	9	AGENTE DE ENDEMIAS	22/11/2000	12.00	8.00	15.00	52.00
23816813	KELEN CRISTINA WOJCIK	86.00			86.00	10	AGENTE DE ENDEMIAS	25/10/1991	12.00	6.00	12.00	56.00
23817138	LILIAN ROMAINE FRANCO	86.00			86.00	11	AGENTE DE ENDEMIAS	15/05/1987	9.00	6.00	15.00	56.00
23816564	EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA	86.00			86.00	12	AGENTE DE ENDEMIAS	02/03/1989	15.00	4.00	15.00	52.00
23816635	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	86.00			86.00	13	AGENTE DE ENDEMIAS	19/01/1992	12.00	10.00	12.00	52.00
23816841	MATEUS MEGIER DA SILVA	86.00			86.00	14	AGENTE DE ENDEMIAS	15/06/2001	9.00	10.00	15.00	52.00
23819043	JOELISON FRANCIEL BATISTA	85.00			85.00	15	AGENTE DE ENDEMIAS	10/01/1997	15.00	6.00	12.00	52.00
23816423	RONALDO DE CAMARGO	84.00			84.00	16	AGENTE DE ENDEMIAS	28/01/1993	12.00	4.00	12.00	56.00
23818183	JÚNIOR ANTONIO SOARES	83.00			83.00	17	AGENTE DE ENDEMIAS	11/06/1981	12.00	6.00	9.00	56.00
23816544	CAMILA SILVIANE SPECKT	82.00			82.00	18	AGENTE DE ENDEMIAS	20/01/2004	12.00	2.00	12.00	56.00
23816753	TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	81.00			81.00	19	AGENTE DE ENDEMIAS	08/06/1993	15.00	8.00	6.00	52.00
23817985	DANIEL DE TOLEDO PEREIRA	81.00			81.00	20	AGENTE DE ENDEMIAS	14/05/2002	12.00	8.00	9.00	52.00
23819163	SANDRA MARIA KOBILINSKI	81.00			81.00	21	AGENTE DE ENDEMIAS	25/01/1985	15.00	6.00	12.00	48.00
23817497	KELLY JULIANA GONÇALVES	80.00			80.00	22	AGENTE DE ENDEMIAS	07/09/2000	9.00	2.00	9.00	60.00
23819401	DAYSE DA SILVA SANTOS	80.00			80.00	23	AGENTE DE ENDEMIAS	12/12/1994	9.00	6.00	9.00	56.00
23817018	LUANA KELEN DA SILVA SERETNI	79.00			79.00	24	AGENTE DE ENDEMIAS	31/08/2001	9.00	2.00	12.00	56.00
23819083	ANDRESSA LAIS MARTINS	79.00			79.00	25	AGENTE DE ENDEMIAS	16/11/2001	9.00	2.00	12.00	56.00
23818919	LUCINEIDE SOARES DO NASCIMENTO	79.00			79.00	26	AGENTE DE ENDEMIAS	27/09/1988	12.00	6.00	9.00	52.00
23817757	TAIS MARIA KAMINSKI DO ROZARIO BATISTA	78.00			78.00	27	AGENTE DE ENDEMIAS	01/01/1995	9.00	4.00	9.00	56.00
23816876	CHAYANNE KROIN	78.00			78.00	28	AGENTE DE ENDEMIAS	07/04/2002	12.00	2.00	12.00	52.00
23817388	ANDREIA SOPIKA	78.00			78.00	29	AGENTE DE ENDEMIAS	24/09/1985	12.00	6.00	12.00	48.00
23819947	LUIZ ANTONIO PIRES	76.00			76.00	30	AGENTE DE ENDEMIAS	30/05/1993	9.00	6.00	9.00	52.00
23819440	MELISSA DAIANE WOYTOWICZ CZYRIK	75.00			75.00	31	AGENTE DE ENDEMIAS	13/04/1998	9.00	4.00	6.00	56.00
23817560	LUCIANE ENDYL COSTA DE LARA	75.00			75.00	32	AGENTE DE ENDEMIAS	14/01/1990	6.00	4.00	9.00	56.00
23818385	JULIANA CAROLINE BONETE	75.00			75.00	33	AGENTE DE ENDEMIAS	08/07/1994	12.00	10.00	9.00	44.00
23819264	IRINEZI DALZOTTO DE VARGAS	74.00			74.00	34	AGENTE DE ENDEMIAS	09/05/1990	9.00	4.00	9.00	52.00
23819313	LEYZZIANE LEKKI	74.00			74.00	35	AGENTE DE ENDEMIAS	24/01/1999	12.00	2.00	12.00	48.00
23818334	EMILY KAMILLY MENDES	74.00			74.00	36	AGENTE DE ENDEMIAS	25/02/2004	12.00	8.00	6.00	48.00
23816403	FERNANDO HENRIQUE BRITO	73.00			73.00	37	AGENTE DE ENDEMIAS	07/02/1993	6.00	6.00	9.00	52.00
23818916	VALDINEIA APARECIDA DE BARROS	72.00			72.00	38	AGENTE DE ENDEMIAS	27/10/1992	6.00	4.00	6.00	56.00
23816740	ANA MARIA PERCHEBILISKI	72.00			72.00	39	AGENTE DE ENDEMIAS	10/07/1984	9.00	6.00	9.00	48.00
23820021	VIVIANE FARIA	72.00			72.00	40	AGENTE DE ENDEMIAS	25/07/1995	9.00	6.00	9.00	48.00
23820063	SANDRO JOSÉ PROCHERA	71.00			71.00	41	AGENTE DE ENDEMIAS	12/01/1995	9.00	4.00	6.00	52.00
23819714	ÉRICA BEATRIZ CARARO	71.00			71.00	42	AGENTE DE ENDEMIAS	23/11/1998	6.00	4.00	9.00	52.00
23819477	CLAUDIA REGINA KAZMIERCZAK	70.00			70.00	43	AGENTE DE ENDEMIAS	26/10/1978	9.00	0.00	9.00	52.00
23820128	DONIVAN DANIEL SOKOLOSKI	69.00			69.00	44	AGENTE DE ENDEMIAS	02/04/2002	9.00	2.00	6.00	52.00
23819778	ROSANGELA ROIKO PEREIRA LOPES	69.00			69.00	45	AGENTE DE ENDEMIAS	23/12/1986	6.00	2.00	9.00	52.00
23820212	BRUNO LUCAS CLAZER	68.00			68.00	46	AGENTE DE ENDEMIAS	13/02/1994	6.00	6.00	12.00	44.00
23817906	PEDRO MACHADO	68.00			68.00	47	AGENTE DE ENDEMIAS	26/05/1983	12.00	4.00	12.00	40.00
23817959	MÁRCIO APARECIDO JACYSZYN	67.00			67.00	48	AGENTE DE ENDEMIAS	12/10/1973	6.00	4.00	9.00	48.00
23819287	LUIS ALEXANDRE KACZOROSKI BUENO	67.00			67.00	49	AGENTE DE ENDEMIAS	23/03/2004	6.00	4.00	9.00	48.00
23819929	MARCIA KULLER CARDOSO CARVALHO	67.00			67.00	50	AGENTE DE ENDEMIAS	21/07/1986	9.00	2.00	12.00	44.00

23818000	MILTON RIBEIRO DE LARA	67.00			67.00	51	AGENTE DE ENDEMIAS	15/11/1977	9.00	8.00	6.00	44.00
23818179	MICHELEN CRISTINA NADOLNY	66.00			66.00	52	AGENTE DE ENDEMIAS	22/08/1981	3.00	2.00	9.00	52.00
23818796	DYOHANI GAIOSKI DA SILVA	66.00			66.00	53	AGENTE DE ENDEMIAS	19/05/2007	6.00	0.00	12.00	48.00
23816958	LEONARDO KROIN	66.00			66.00	54	AGENTE DE ENDEMIAS	21/01/1996	3.00	6.00	9.00	48.00
23819458	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	65.00			65.00	55	AGENTE DE ENDEMIAS	03/11/2004	6.00	2.00	9.00	48.00
23819825	TATIANE SANTANA	65.00			65.00	56	AGENTE DE ENDEMIAS	06/03/1990	6.00	6.00	9.00	44.00
23819407	JULIANA APARECIDA COLODA	64.00			64.00	57	AGENTE DE ENDEMIAS	06/09/2002	12.00	2.00	6.00	44.00
23819497	FABIANE MARIA SZCZERBA	64.00			64.00	58	AGENTE DE ENDEMIAS	16/12/2003	9.00	2.00	9.00	44.00
23818450	ALEXANDRE WUDARSKI	64.00			64.00	59	AGENTE DE ENDEMIAS	16/05/1982	6.00	6.00	12.00	40.00
23819336	VELIRIANE BATISTA GALVÃO	63.00			63.00	60	AGENTE DE ENDEMIAS	29/06/1994	6.00	6.00	3.00	48.00
23819804	MARCOS WILCZAK	63.00			63.00	61	AGENTE DE ENDEMIAS	08/03/1980	12.00	2.00	9.00	40.00
23820132	SUELLEN SOARES SILVEIRA	63.00			63.00	62	AGENTE DE ENDEMIAS	10/02/1996	6.00	8.00	9.00	40.00
23818366	GRASIELI VIEIRA ANDRADE	62.00			62.00	63	AGENTE DE ENDEMIAS	09/01/1989	9.00	4.00	9.00	40.00
23817755	FERNANDA BORGES UHLMANN	62.00			62.00	64	AGENTE DE ENDEMIAS	18/07/2003	9.00	4.00	9.00	40.00
23817031	JESSICA SALETE SNIADOWSKI	61.00			61.00	65	AGENTE DE ENDEMIAS	08/03/1997	6.00	2.00	9.00	44.00
23818636	KETLIN CAROLINE AFONSO	61.00			61.00	66	AGENTE DE ENDEMIAS	13/05/2005	6.00	2.00	9.00	44.00
23819337	MADALENA SECHUK	60.00			60.00	67	AGENTE DE ENDEMIAS	04/04/1985	9.00	2.00	9.00	40.00
23820101	DIOGO CARRARO	60.00			60.00	68	AGENTE DE ENDEMIAS	08/03/2005	6.00	6.00	12.00	36.00
23820124	RAFAEL FERNANDES DE OLIVEIRA IAVORSKI	59.00			59.00	69	AGENTE DE ENDEMIAS	14/01/1998	6.00	4.00	9.00	40.00
23819468	JULIO EZEQUIEL CHITKO	58.00			58.00	70	AGENTE DE ENDEMIAS	03/07/1984	9.00	2.00	3.00	44.00
23819474	JOSE LUIZ LOPES DA SILVA	58.00			58.00	71	AGENTE DE ENDEMIAS	01/03/1971	12.00	6.00	12.00	28.00
23817333	ANGELA MARIA CHEREMETA	57.00			57.00	72	AGENTE DE ENDEMIAS	30/07/1979	6.00	0.00	3.00	48.00
23816389	LENITA APARECIDA TRACZ WESOWSKI	56.00			56.00	73	AGENTE DE ENDEMIAS	02/07/1990	6.00	0.00	6.00	44.00
23817076	DORLI MARKOVICZ	56.00			56.00	74	AGENTE DE ENDEMIAS	14/11/1980	3.00	0.00	9.00	44.00
23816716	JAIME FRANCISCO KIELTYKA	56.00			56.00	75	AGENTE DE ENDEMIAS	28/02/1998	9.00	4.00	3.00	40.00
23820123	ANA KARLA DOMINGUES POPOVICZ	56.00			56.00	76	AGENTE DE ENDEMIAS	09/12/1991	12.00	2.00	6.00	36.00
23817046	MARIEN FERNANDA LOPES MARTINS	55.00			55.00	77	AGENTE DE ENDEMIAS	05/08/1995	9.00	0.00	6.00	40.00
23816378	SABRINA BUSSE KLAZURA	52.00			52.00	78	AGENTE DE ENDEMIAS	05/01/2006	9.00	4.00	3.00	36.00
23816895	ANTONIO CELSO PRINCIVAL	52.00			52.00	79	AGENTE DE ENDEMIAS	17/10/1986	3.00	4.00	9.00	36.00
23818851	MARIA ILDA ANDRADE DOS SANTOS PURCIDONIO	51.00			51.00	80	AGENTE DE ENDEMIAS	03/11/1981	6.00	0.00	9.00	36.00
23819891	SOLANGE ALVES CHULA	50.00			50.00	81	AGENTE DE ENDEMIAS	01/02/1975	6.00	4.00	12.00	28.00
23818538	VINÍCIUS VIEIRA DE LIMA	88.00	97.00		92.50	1	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	17/04/2001	15.00	8.00	9.00	56.00
23816449	ISABELLA TEIXEIRA MARQUES	97.00	87.90		92.45	2	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	07/03/2002	15.00	10.00	12.00	60.00
23819531	GABRIELA FERNANDA SCHIOCHET	87.00	81.50	7.50	91.75	3	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	20/06/2000	12.00	10.00	9.00	56.00
23816542	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	94.00	74.00	5.00	89.00	4	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	13/09/2001	15.00	10.00	9.00	60.00
23819268	MARIA EDUARDA GNATKOWSKI	86.00	81.60	5.00	88.80	5	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	16/11/1999	15.00	6.00	9.00	56.00
23818807	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	95.00	77.50		86.25	6	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	05/06/2001	15.00	8.00	12.00	60.00
23816416	MARCELA BOSCHIN POPENDA	90.00	71.10	5.00	85.55	7	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	26/06/2000	12.00	6.00	12.00	60.00
23818539	VICTOR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SLUZALA	86.00	85.00		85.50	8	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	07/06/2002	12.00	8.00	6.00	60.00
23818261	ADRIANA THAIS HRYNIEVICZ	87.00	73.00	5.00	85.00	9	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	23/12/1996	12.00	10.00	9.00	56.00
23817145	KEMILY LUÍSA BECKER	90.00	79.20		84.60	10	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	06/01/2004	12.00	6.00	12.00	60.00
23819551	KATIANE VIER	79.00	89.40		84.20	11	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	29/04/2003	15.00	8.00	12.00	44.00
23818044	WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT	81.00	73.30	5.00	82.15	12	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	15/10/1990	12.00	8.00	9.00	52.00
23819776	JACKELINE DUDA	86.00	77.00		81.50	13	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	23/05/2004	12.00	6.00	12.00	56.00
23817749	THALYS BRASIL DOS SANTOS	75.00	81.30	2.50	80.65	14	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	06/02/1983	12.00	8.00	3.00	52.00
23817814	MILENA MAYARA TYSKI DE	76.00	82.80		79.40	15	CIRURGIÃO DENTISTA -	10/01/2002	12.00	10.00	6.00	48.00

	OLIVEIRA						ESF					
23818543	MARIA EDUARDA PALOSCHI	73.00	83.30		78.15	16	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	18/07/2005	9.00	8.00	0.00	56.00
23817879	SUELLEN ANTONELLI	82.00	72.80		77.40	17	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	30/11/1991	12.00	10.00	12.00	48.00
23819024	AMANDA CIPRIANO KOZLOWSKI	75.00	79.40		77.20	18	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	24/03/2004	12.00	4.00	3.00	56.00
23819584	CAIO CÉSAR DE SOUZA	84.00	65.00	2.50	77.00	19	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	14/09/1990	9.00	8.00	15.00	52.00
23817582	ALINE DOS ANJOS MACEDO BURKO	86.00	67.70		76.85	20	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	08/09/1989	12.00	8.00	6.00	60.00
23820201	GUSTAVO ROSAS	76.00	77.00		76.50	21	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	12/03/2004	12.00	6.00	6.00	52.00
23816373	MARIA HELENA PACHECO FERREIRA	70.00	76.60		73.30	22	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	30/11/2003	9.00	6.00	3.00	52.00
23819834	CELINE MORAIS CABRAL	59.00	82.00		70.50	23	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	16/05/2002	9.00	4.00	6.00	40.00
23816839	KEVELIN NATANI DE LIMA RAMOS	59.00	78.60		68.80	24	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	16/03/2000	6.00	6.00	3.00	44.00
23820068	GABRIELA CABRAL SOLDA	60.00	73.80		66.90	25	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	09/12/2005	12.00	8.00	0.00	40.00
23817724	NICOLE GONTARZ SUIDNICKI	70.00	58.40		64.20	26	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	02/12/2005	6.00	6.00	6.00	52.00
23819603	MAYARA MELNEK ALGUDO	57.00	69.40		63.20	27	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	14/09/2005	9.00	6.00	6.00	36.00
23816349	IOHAN FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES	58.00	63.20	2.50	63.10	28	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	17/01/1993	6.00	6.00	6.00	40.00
23816408	ANA PAULA COLODA	61.00	61.40		61.20	29	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	24/10/2002	6.00	6.00	9.00	40.00
23818311	AMANDA SIMON FRANÇA	71.00			35.50	30	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	16/05/2001	9.00	6.00	12.00	44.00
23817212	DARLEY MOLINARI JUNIOR	69.00			34.50	31	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	02/04/2002	9.00	10.00	6.00	44.00
23820266	MANUELLA FROST	64.00			32.00	32	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	11/09/2003	6.00	4.00	6.00	48.00
23819905	MAYARA DE FATIMA ANICHESKI	61.00			30.50	33	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	14/06/1999	6.00	6.00	9.00	40.00
23819801	DEYSE DE ANDRADE	58.00			29.00	34	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	17/01/1999	9.00	2.00	3.00	44.00
23820259	MARIA VITÓRIA JENSEN	56.00			28.00	35	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	06/11/2003	12.00	2.00	6.00	36.00
23819607	ALTAMIRO DOMINGOS DE MORAIS FILHO	51.00			25.50	36	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	09/04/1985	6.00	4.00	9.00	32.00
23819361	PERICLYS BORGO	81.00	99.90		90.45	1	ENFERMEIRO	06/04/2004	15.00	8.00	6.00	52.00
23818383	CRISTIAN GEAN DE SOUSA MIRANDA	79.00	99.60		89.30	2	ENFERMEIRO	01/12/2003	9.00	10.00	12.00	48.00
23820001	MARCELO VERONEZ	87.00	82.00		84.50	3	ENFERMEIRO	27/05/1998	15.00	8.00	12.00	52.00
23818323	GISELE MARIA MACHADO DE AZEVEDO	63.00	95.50	5.00	84.25	4	ENFERMEIRO	23/11/2003	9.00	4.00	6.00	44.00
23819461	LUIZA MARIA GASPAR CARRARO	88.00	75.30	2.50	84.15	5	ENFERMEIRO	15/01/2000	15.00	4.00	9.00	60.00
23818420	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	79.00	76.20	5.00	82.60	6	ENFERMEIRO	29/04/1973	12.00	10.00	9.00	48.00
23817628	LARISSA ELISA FILIPAK	68.00	92.20		80.10	7	ENFERMEIRO	04/08/2001	6.00	8.00	6.00	48.00
23817636	DANIELI IGNACHESKI LOUREIRO	81.00	78.90		79.95	8	ENFERMEIRO	12/12/1982	12.00	10.00	3.00	56.00
23816679	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS	77.00	82.00		79.50	9	ENFERMEIRO	29/04/2003	12.00	4.00	9.00	52.00
23818013	JACIELI NELCI KOZAR	79.00	77.60		78.30	10	ENFERMEIRO	22/11/2004	15.00	10.00	6.00	48.00
23817387	MILENA KOSINSKI KLEMS	63.00	92.70		77.85	11	ENFERMEIRO	21/01/2000	12.00	2.00	9.00	40.00
23817913	ELIEVERSON CARLOS VIEIRA FORTES	57.00	87.20	5.00	77.10	12	ENFERMEIRO	27/12/1989	6.00	6.00	9.00	36.00
23819576	RENATA ALBERTI	76.00	77.70		76.85	13	ENFERMEIRO	27/03/2003	9.00	10.00	9.00	48.00
23819937	JEANI RAFAELE CHASKO	71.00	82.70		76.85	14	ENFERMEIRO	23/01/2003	9.00	8.00	6.00	48.00
23819229	AIURY RIBEIRO DE SOUZA	84.00	69.50		76.75	15	ENFERMEIRO	22/08/2002	15.00	8.00	9.00	52.00
23819789	TEREZINHA DE FATIMA IVASCHO	62.00	81.40	5.00	76.70	16	ENFERMEIRO	05/07/1975	12.00	4.00	6.00	40.00
23819900	REGIANE MATOZO	58.00	94.70		76.35	17	ENFERMEIRO	10/04/1994	6.00	2.00	6.00	44.00

23818676	ROSANE POPOVICZ SCHIRLO	65.00	76.40	5.00	75.70	18	ENFERMEIRO	15/04/1985	6.00	4.00	3.00	52.00
23816537	ANAIARA DE FATIMA ADAMANTE CIPRIANO	60.00	74.60	7.50	74.80	19	ENFERMEIRO	17/07/1993	6.00	4.00	6.00	44.00
23816978	JOSIELY MARTINS DOS SANTOS	72.00	77.50		74.75	20	ENFERMEIRO	29/11/2003	9.00	8.00	3.00	52.00
23819923	GISELE WROBLEWSKI SACHINSKI	64.00	74.70	5.00	74.35	21	ENFERMEIRO	10/01/1990	15.00	6.00	3.00	40.00
23818376	REGINALDO RODRIGUES	68.00	69.90	5.00	73.95	22	ENFERMEIRO	31/08/1985	9.00	6.00	9.00	44.00
23816879	RAFAELA PIOLI CAETANO OKONOSKI	70.00	67.80	5.00	73.90	23	ENFERMEIRO	01/11/1979	6.00	8.00	12.00	44.00
23820112	LUCIANE CHEREDA	74.00	73.70		73.85	24	ENFERMEIRO	07/05/2004	12.00	8.00	6.00	48.00
23817979	ISIS DANIELA MAZUR	62.00	83.70		72.85	25	ENFERMEIRO	17/05/2004	6.00	6.00	6.00	44.00
23816845	ALINE LAU RODRIGUES	63.00	82.20		72.60	26	ENFERMEIRO	04/11/2003	9.00	6.00	0.00	48.00
23818600	EVELLIN KAUANE DE OLIVEIRA	67.00	77.30		72.15	27	ENFERMEIRO	26/05/2004	9.00	2.00	12.00	44.00
23819055	KAROLINA VITÓRIA SAWCZUKI	62.00	81.90		71.95	28	ENFERMEIRO	03/10/2005	9.00	2.00	3.00	48.00
23817014	MAYARA CRISTINI NOWACKI	72.00	71.80		71.90	29	ENFERMEIRO	24/10/2004	12.00	8.00	12.00	40.00
23817495	MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELO	65.00	77.10		71.05	30	ENFERMEIRO	02/03/2003	9.00	6.00	6.00	44.00
23818881	CARINA ANAHIR FERRAZ DE LIMA	54.00	84.00		69.00	31	ENFERMEIRO	20/04/1999	6.00	2.00	6.00	40.00
23819370	ANA MARIA MARCINEK STANSKI	57.00	80.30		68.65	32	ENFERMEIRO	10/06/1984	9.00	8.00	0.00	40.00
23818317	MYLENE ROCHA GOMES	55.00	76.60	2.50	68.30	33	ENFERMEIRO	08/12/2000	12.00	2.00	9.00	32.00
23818173	MARCOS JÚNIOR DE LIMA	62.00	74.30		68.15	34	ENFERMEIRO	19/08/1992	12.00	4.00	6.00	40.00
23816912	FRANCINE DE LIMA	50.00	86.20		68.10	35	ENFERMEIRO	07/08/2001	6.00	4.00	0.00	40.00
23820077	JANAINI BRUNOSKI	58.00	72.10	2.50	67.55	36	ENFERMEIRO	09/10/1997	15.00	8.00	3.00	32.00
23818205	EDICLÉIA DE FATIMA KNOPIK	51.00	83.30		67.15	37	ENFERMEIRO	16/12/1997	6.00	2.00	3.00	40.00
23817894	ANA LUCIA GONÇALVES FERREIRA	51.00	77.90	2.50	66.95	38	ENFERMEIRO	12/11/1991	6.00	6.00	3.00	36.00
23820131	LETICIA CROVADOR	58.00	74.10		66.05	39	ENFERMEIRO	17/05/2002	3.00	6.00	9.00	40.00
23816772	GILDEANE SILVA DUDA	65.00	65.90		65.45	40	ENFERMEIRO	13/08/1979	9.00	2.00	6.00	48.00
23816904	MÉRILYN GALVÃO	64.00	66.20		65.10	41	ENFERMEIRO	08/01/2002	12.00	8.00	0.00	44.00
23818832	EDUARDA LETÍCIA SEDOSKI	62.00	68.10		65.05	42	ENFERMEIRO	30/10/2004	9.00	6.00	3.00	44.00
23818721	ANTONIO CLAIR CARDOSO FILHO	52.00	68.50	2.50	62.75	43	ENFERMEIRO	21/02/1988	3.00	4.00	9.00	36.00
23816338	ADRIELLY DUNICE	60.00	65.10		62.55	44	ENFERMEIRO	30/01/2006	12.00	10.00	6.00	32.00
23817242	JULIANA KOWALSKI DE OLIVEIRA	56.00	68.10		62.05	45	ENFERMEIRO	21/10/1985	9.00	4.00	3.00	40.00
23818412	DANIEL LIPINSKI	71.00	52.70		61.85	46	ENFERMEIRO	08/11/1988	6.00	8.00	9.00	48.00
23820105	JOELMA DE FREITAS	55.00	68.30		61.65	47	ENFERMEIRO	02/07/1985	9.00	4.00	6.00	36.00
23816563	ADRIANE ZAKOVICZ	64.00	51.30	2.50	60.15	48	ENFERMEIRO	23/09/1995	6.00	8.00	6.00	44.00
23816998	JÉSSICA CECATO BRONISLAWSKI	63.00	56.30		59.65	49	ENFERMEIRO	14/12/2002	9.00	8.00	6.00	40.00
23818379	SILVANA ROSSA GURESKI	57.00	59.30		58.15	50	ENFERMEIRO	24/09/1990	12.00	10.00	3.00	32.00
23816538	CAMILA SILVIANE SPECKT	63.00	52.80		57.90	51	ENFERMEIRO	20/01/2004	12.00	6.00	9.00	36.00
23819732	SIMONE ZAGANSKI	50.00	59.10		54.55	52	ENFERMEIRO	01/11/2007	9.00	4.00	9.00	28.00
23816581	DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO	52.00	56.80		54.40	53	ENFERMEIRO	23/07/1986	6.00	4.00	6.00	36.00
23818759	VILMARA DOS SANTOS DE PAIVA	56.00	51.40		53.70	54	ENFERMEIRO	21/09/1983	9.00	2.00	9.00	36.00
23817951	THIAGO TEODOZIO SOUZA LEFKUM	55.00	50.30		52.65	55	ENFERMEIRO	18/07/2004	9.00	8.00	6.00	32.00
23817728	PAULO SERGIO GUIMARÃES VIANA	77.00			38.50	56	ENFERMEIRO	29/09/1995	12.00	8.00	9.00	48.00
23820135	LUCIANE MARIA HORNY MURAN	70.00			35.00	57	ENFERMEIRO	12/05/1988	3.00	2.00	9.00	56.00
23819364	VALDERICE VASQUES PEREIRA	62.00		2.50	33.50	58	ENFERMEIRO	26/04/1965	12.00	2.00	0.00	48.00
23818686	BRUNO RAFAEL PACHECO FARIAS	62.00			31.00	59	ENFERMEIRO	14/07/1998	9.00	4.00	9.00	40.00
23817957	ANA RITA DE OLIVEIRA FLORSZ	59.00			29.50	60	ENFERMEIRO	21/06/2005	6.00	6.00	3.00	44.00
23817689	BIANCA VALERIA ALBACH	58.00			29.00	61	ENFERMEIRO	29/01/1998	9.00	6.00	3.00	40.00
23817070	I2022338995	51.00		2.50	28.00	62	ENFERMEIRO	03/01/1999	6.00	4.00	9.00	32.00
23818146	SILVANA NAVROSKI	52.00			26.00	63	ENFERMEIRO	13/08/1977	6.00	2.00	0.00	44.00
23818651	ANA MARIA ROBASZKIEWICZ	52.00			26.00	64	ENFERMEIRO	26/09/1997	6.00	8.00	6.00	32.00
23819427	IGOR MIGUEL PINKOSKI	100.00	90.00	5.00	100.00	1	MÉDICO - ESF	08/08/1994	15.00	10.00	15.00	60.00
23817925	JUNIOR CÉSAR BERGAMASCHI	91.00	95.30	5.00	98.15	2	MÉDICO - ESF	05/04/1991	12.00	10.00	9.00	60.00
23818690	BIANCA VIZINONI SOLDA	95.00	90.10		92.55	3	MÉDICO - ESF	23/04/1998	15.00	8.00	12.00	60.00

23819245	ALANA ROGULSKI	96.00	87.30		91.65	4	MÉDICO - ESF	24/09/2002	15.00	10.00	15.00	56.00
23818451	ANA CLAUDIA ILIVINSKI FRANCESCHINI	91.00	90.20		90.60	5	MÉDICO - ESF	11/04/1997	12.00	10.00	9.00	60.00
23818853	CARINE DE FÁTIMA JENCZMIONKI	92.00	88.70		90.35	6	MÉDICO - ESF	28/06/1982	15.00	10.00	15.00	52.00
23817446	GUILHERME MORAVIESKI ULIANA	87.00	90.20		88.60	7	MÉDICO - ESF	05/02/2003	12.00	10.00	9.00	56.00
23818089	DAIANE GUIMARÃES	88.00	88.60		88.30	8	MÉDICO - ESF	30/07/2004	15.00	10.00	3.00	60.00
23817909	CAROLINE MARY MATSUMOTO	82.00	94.50		88.25	9	MÉDICO - ESF	27/01/1998	15.00	10.00	9.00	48.00
23818495	EDUARDO FRANCESCHINI	86.00	90.20		88.10	10	MÉDICO - ESF	10/01/1994	12.00	10.00	12.00	52.00
23818617	DANILO TANAJURA DE MELO	81.00	84.70	5.00	87.85	11	MÉDICO - ESF	10/11/1973	15.00	8.00	6.00	52.00
23818892	GABRIEL LAZZARI	87.00	88.10		87.55	12	MÉDICO - ESF	15/08/2003	15.00	10.00	6.00	56.00
23816672	MARCO ANTONIO FERREIRA VIANA	90.00	83.60		86.80	13	MÉDICO - ESF	25/12/2000	12.00	10.00	12.00	56.00
23816907	GIOVANA FILUS	83.00	90.50		86.75	14	MÉDICO - ESF	16/01/2002	12.00	6.00	9.00	56.00
23816381	RAFAELA IANISKY	92.00	80.70		86.35	15	MÉDICO - ESF	09/09/1995	15.00	8.00	9.00	60.00
23819848	LUIZ FELIPE DACIUK JUNIOR	88.00	84.40		86.20	16	MÉDICO - ESF	05/02/1999	15.00	8.00	9.00	56.00
23820054	MARCOS OTÁVIO BUENO	80.00	91.50		85.75	17	MÉDICO - ESF	04/06/2002	12.00	8.00	12.00	48.00
23819371	RHULIANE PEREIRA DE ANDRADE	85.00	85.60		85.30	18	MÉDICO - ESF	02/10/2001	12.00	8.00	9.00	56.00
23818991	MARIA GABRIELA CARARO CABRAL	86.00	84.10		85.05	19	MÉDICO - ESF	23/02/2003	15.00	8.00	3.00	60.00
23819482	EMÍLIO AUGUSTO ANDRADE BORGES	83.00	86.70		84.85	20	MÉDICO - ESF	07/03/2001	15.00	10.00	6.00	52.00
23819847	JOANA DA ROCHA FAVORETO KLASS	75.00	94.50		84.75	21	MÉDICO - ESF	07/08/2002	15.00	10.00	6.00	44.00
23820251	WILLIAM FERNANDES	83.00	86.30		84.65	22	MÉDICO - ESF	31/07/1998	12.00	10.00	9.00	52.00
23818764	BENJAMIN SAUER	83.00	85.70		84.35	23	MÉDICO - ESF	17/10/2001	15.00	10.00	6.00	52.00
23818444	ALAN BUENO	76.00	91.30		83.65	24	MÉDICO - ESF	13/09/1985	12.00	10.00	6.00	48.00
23817939	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	83.00	84.10		83.55	25	MÉDICO - ESF	21/08/1994	15.00	6.00	6.00	56.00
23819680	NATALIA CRISTINA BURDINI	76.00	89.30		82.65	26	MÉDICO - ESF	12/11/1993	15.00	10.00	3.00	48.00
23818823	JONATHAN JOSÉ BORGES	76.00	88.60		82.30	27	MÉDICO - ESF	04/08/1993	12.00	10.00	6.00	48.00
23818133	ALLINE APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	82.00	82.00		82.00	28	MÉDICO - ESF	09/09/1989	12.00	8.00	6.00	56.00
23820236	GABRIELA MARIANA MASSOQUETO DE ANDRADE ZANIN	71.00	92.60		81.80	29	MÉDICO - ESF	05/07/2003	6.00	4.00	9.00	52.00
23817677	OMAR GONZALEZ LAGO	70.00	83.30	5.00	81.65	30	MÉDICO - ESF	04/09/1965	9.00	6.00	3.00	52.00
23818994	BARBARA PIRES SANTOS	83.00	80.10		81.55	31	MÉDICO - ESF	17/07/1995	12.00	10.00	9.00	52.00
23818910	JANAIZE APARECIDA OGLIARI	79.00	83.90		81.45	32	MÉDICO - ESF	24/07/1995	15.00	6.00	6.00	52.00
23819527	MARINA AUSTINE AUGUSTO DE OLIVEIRA	78.00	84.70		81.35	33	MÉDICO - ESF	22/12/1997	15.00	8.00	3.00	52.00
23819965	RAFAEL MAFRA DA SILVA	75.00	87.40		81.20	34	MÉDICO - ESF	10/07/1995	12.00	10.00	9.00	44.00
23816650	REBECA KREBS PACHECO	78.00	84.30		81.15	35	MÉDICO - ESF	25/04/2005	9.00	10.00	3.00	56.00
23819759	BEATRIZ RAMOS DE GODOY	79.00	83.30		81.15	36	MÉDICO - ESF	22/01/2000	15.00	10.00	6.00	48.00
23817772	LUANA BALEM	79.00	82.50		80.75	37	MÉDICO - ESF	17/07/1996	9.00	10.00	12.00	48.00
23818723	YURI MATUICHUCK MONGELOS	78.00	82.90		80.45	38	MÉDICO - ESF	19/11/1986	12.00	10.00	12.00	44.00
23818944	ERIKAH MANASHA DA CONCEICAO SALETI	77.00	83.80		80.40	39	MÉDICO - ESF	10/10/1999	9.00	10.00	6.00	52.00
23820150	ANA PAULA BUDZIAK FRONCZAK	73.00	87.40		80.20	40	MÉDICO - ESF	29/06/2001	12.00	8.00	9.00	44.00
23819509	IZABELLY CONSTANTINOV LEMOS	79.00	80.40		79.70	41	MÉDICO - ESF	15/11/2000	12.00	6.00	9.00	52.00
23817741	ELENIZE GONÇALVES CAVALHEIRO	72.00	86.80		79.40	42	MÉDICO - ESF	20/10/1981	12.00	4.00	12.00	44.00
23817946	NATHALIA CAVALCANTE REFFATTI	71.00	82.10	2.50	79.05	43	MÉDICO - ESF	19/06/1991	9.00	4.00	6.00	52.00
23819539	KAROLINE RODRIGUES SIKORA	83.00	74.30		78.65	44	MÉDICO - ESF	20/11/2000	12.00	10.00	9.00	52.00
23818049	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	87.00	69.70		78.35	45	MÉDICO - ESF	04/10/2000	12.00	6.00	9.00	60.00
23820268	JOÃO FREDERICO MUSIAL	75.00	81.60		78.30	46	MÉDICO - ESF	29/06/1990	9.00	8.00	6.00	52.00
23817421	ALAN CRISAN ZOCCHE	79.00	77.60		78.30	47	MÉDICO - ESF	03/09/1995	12.00	10.00	9.00	48.00
23819805	GUSTAVO STEFFEN ALBANSKI	72.00	83.50		77.75	48	MÉDICO - ESF	18/07/1993	12.00	10.00	6.00	44.00
23819943	VINICIUS HARUO KITA	74.00	80.80		77.40	49	MÉDICO - ESF	16/01/1995	9.00	10.00	3.00	52.00

23819774	DANIELE REGINA DA LUZ	81.00	72.20		76.60	50	MÉDICO - ESF	09/06/1979	15.00	8.00	6.00	52.00
23819793	BARBARA BREDOOW	71.00	82.00		76.50	51	MÉDICO - ESF	09/04/1998	9.00	10.00	0.00	52.00
23819272	SAMUEL SÁ CAPUCHO	76.00	76.80		76.40	52	MÉDICO - ESF	11/11/1998	12.00	10.00	6.00	48.00
23817396	NILMA MONTALVÃO DE SOUSA	75.00	76.90		75.95	53	MÉDICO - ESF	07/12/1969	9.00	4.00	6.00	56.00
23818843	DEBORA WICHUK	69.00	82.60		75.80	54	MÉDICO - ESF	18/01/1994	6.00	4.00	3.00	56.00
23819502	EDUARDA GRDEN HENICH	74.00	77.30		75.65	55	MÉDICO - ESF	03/09/2001	9.00	8.00	9.00	48.00
23818119	BRUNA TAILINI TYSKI DE OLIVEIRA	68.00	82.50		75.25	56	MÉDICO - ESF	06/08/2000	9.00	6.00	9.00	44.00
23819196	ROBERTO MISAHEL DO AMARAL	77.00	70.90		73.95	57	MÉDICO - ESF	01/11/1988	12.00	8.00	9.00	48.00
23817503	ADRIANE MELO	70.00	77.80		73.90	58	MÉDICO - ESF	06/02/1986	3.00	6.00	9.00	52.00
23819385	LUIZ ALBERTO BUDZIAK	80.00	67.10		73.55	59	MÉDICO - ESF	20/04/1992	12.00	4.00	12.00	52.00
23818780	DAIANE BUENO MARTINS	60.00	85.80		72.90	60	MÉDICO - ESF	09/11/1984	6.00	4.00	6.00	44.00
23816764	CLAUDINEIA SOARES DIAS	63.00	82.00		72.50	61	MÉDICO - ESF	23/06/1985	12.00	2.00	9.00	40.00
23820064	ALEX HOLM KLOSSOWSKI	62.00	82.30		72.15	62	MÉDICO - ESF	19/04/1999	6.00	10.00	6.00	40.00
23818566	RODRIGO CESAR MATRAS	59.00	75.20	5.00	72.10	63	MÉDICO - ESF	04/01/1980	6.00	6.00	3.00	44.00
23816364	POLIANA MATHIAS KAZMIERCZAK	59.00	69.80		64.40	64	MÉDICO - ESF	29/08/1998	6.00	6.00	3.00	44.00
23817625	PRISCILA DOS SANTOS ANDRADE	53.00	67.20		60.10	65	MÉDICO - ESF	08/06/1986	3.00	4.00	6.00	40.00
23816690	VIVIANE MAMCASZ VIGINHESKI	87.00			43.50	66	MÉDICO - ESF	28/10/2002	15.00	10.00	6.00	56.00
23819579	GREGORY MICHEL BECH	83.00			41.50	67	MÉDICO - ESF	11/08/2000	12.00	10.00	9.00	52.00
23816361	LUCAS KAZMIERCZAK	65.00			32.50	68	MÉDICO - ESF	23/08/1990	3.00	8.00	6.00	48.00

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL – PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23816581	DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO	52.00	56.80		54.40	1	ENFERMEIRO	23/07/1986	6.00	4.00	6.00	36.00

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL – AFRODESCENDENTE
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23819330	KERLLY EMANUELLI SANTOS DA SILVA LINHARES	69.00			69.00	1	ACS ÁREA - III	21/01/2008	12.00	4.00	9.00	44.00
23816423	RONALDO DE CAMARGO	84.00			84.00	1	AGENTE DE ENDEMIAS	28/01/1993	12.00	4.00	12.00	56.00
23816753	TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	81.00			81.00	2	AGENTE DE ENDEMIAS	08/06/1993	15.00	8.00	6.00	52.00
23817046	MARIEN FERNANDA LOPES MARTINS	55.00			55.00	3	AGENTE DE ENDEMIAS	05/08/1995	9.00	0.00	6.00	40.00

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:F49D4D9B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 12/2026
EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **CLASSIFICAÇÃO FINAL**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 24/09/2026 até às 23h59min do dia 25/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 23 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL CLASSIFCAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23820215	RAFAEL CARNEIRO RODRIGUES	69.00		56.50		62.75	1	AGENTE FISCAL	21/09/2000	9.00	8.00	12.00	40.00
23818012	ALCEU MENDES DO NASCIMENTO	61.00		55.00		58.00	2	AGENTE FISCAL	14/06/1985	9.00	10.00	6.00	36.00
23820237	FERNANDO LUCAS STEPKA	58.00		47.50		52.75	3	AGENTE FISCAL	28/06/1994	9.00	0.00	9.00	40.00
23820142	ANTÔNIO LAERCIO DOS SANTOS	50.00		36.00		43.00	4	AGENTE FISCAL	14/07/1987	6.00	6.00	6.00	32.00
23819485	ANA CAROLINE ZEM	90.00		85.50		87.75	1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10/05/2002	9.00	10.00	15.00	56.00
23816719	EDIVANIA CASSIA DE BARROS WROBLEWSKI	78.00		84.50		81.25	2	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/11/1999	12.00	2.00	12.00	52.00
23818010	JOCELI BURNAT DO NASCIMENTO	78.00		83.50		80.75	3	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04/02/1982	15.00	10.00	9.00	44.00
23817954	KELLY CRISTINE MACHADO	79.00		77.00		78.00	4	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/05/1983	12.00	10.00	9.00	48.00
23819067	LUCAS LOPES NEPOMOCENO	83.00		72.50		77.75	5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/12/2006	9.00	10.00	12.00	52.00
23819612	ANTONIO ROBERTO HOHMANN	97.00		58.00		77.50	6	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/04/2003	12.00	10.00	15.00	60.00
23817513	ADRIANE DO ROCIO KAMINSKI	79.00		75.50		77.25	7	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30/01/1992	12.00	4.00	15.00	48.00
23819108	ANDRÉ DE LARA CARLOS	66.00		85.00		75.50	8	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11/09/2000	6.00	6.00	6.00	48.00
23819813	DANIEL FELIPE SOARES DA SILVA	83.00		67.50		75.25	9	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07/12/2004	9.00	10.00	12.00	52.00
23816816	MATHEUS KSIOZEK TASCA	76.00		73.00		74.50	10	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05/10/2007	9.00	10.00	9.00	48.00
23819470	GIOVANA RYMSZA	79.00		69.00		74.00	11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/08/2003	12.00	10.00	9.00	48.00
23817081	ALEXANDRA PADILHA	89.00		58.00		73.50	12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/02/1983	15.00	10.00	12.00	52.00
23819771	VALDIRENE BOSCARDIN LIMA FRANCO	70.00		77.00		73.50	13	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05/07/1987	12.00	6.00	12.00	40.00
23820073	ERIKA ARIANE NOGUEIRA DO NASCIMENTO E SOUZA	70.00		76.00		73.00	14	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30/12/2000	9.00	4.00	9.00	48.00
23819656	FERNANDA PRESTUPA	69.00		77.00		73.00	15	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/05/2008	6.00	10.00	9.00	44.00
23819270	CHRISTINE SOLAREVISKI	78.00		67.50		72.75	16	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2001	9.00	4.00	9.00	56.00
23816644	FELIPE MACEDO VIEIRA	87.00		58.00		72.50	17	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/02/2005	12.00	8.00	15.00	52.00
23819550	JOHAN PETTERSON HAHNE	89.00		55.00		72.00	18	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	24/12/2002	15.00	10.00	12.00	52.00
23818486	MAYARA KRUK	81.00		63.00		72.00	19	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/09/2006	12.00	8.00	9.00	52.00
23818287	MIGUEL ANGELO BASSO	86.00		56.00		71.00	20	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11/04/1985	15.00	8.00	15.00	48.00
23818858	ARTHUR VINICIUS CARARO MAZUR	86.00		55.50		70.75	21	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02/10/2007	12.00	10.00	12.00	52.00
23818664	DAIANA FERREIRA DE LIMA	80.00		60.50		70.25	22	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/08/1992	12.00	8.00	12.00	48.00
23819630	EDILAINE DE SOUZA	80.00		60.00		70.00	23	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/01/1991	12.00	8.00	12.00	48.00
23819177	GÉSSICA LAÍS CAVALHEIRO DA ROSA	80.00		58.00		69.00	24	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/05/2005	12.00	8.00	12.00	48.00
23819637	LUCAS DE RAMOS CARDOSO	73.00		64.50		68.75	25	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	27/12/2008	9.00	8.00	12.00	44.00
23817591	DARTAGNAN ROGALSKI CABRAL	81.00		56.00		68.50	26	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	21/05/1986	12.00	6.00	15.00	48.00
23816692	ANA JULIA DE OLIVEIRA	78.00		59.00		68.50	27	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04/07/2005	12.00	6.00	12.00	48.00
23820043	ANTONIO MARCOS ALVES CAMILIO	76.00		60.00		68.00	28	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	20/08/1973	6.00	10.00	12.00	48.00
23816836	MICAELI FERREIRA	81.00		53.50		67.25	29	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	16/11/1996	9.00	8.00	12.00	52.00
23818801	ROBERTA DOS SANTOS DE ANDRADE	85.00		49.00		67.00	30	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	12/07/2006	12.00	8.00	9.00	56.00
23819842	CARLOS EDUARDO MACEDO SANTOS	73.00		60.50		66.75	31	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/08/1991	9.00	8.00	12.00	44.00
23817554	GABRIELI PAGESKI	80.00		52.00		66.00	32	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09/06/2008	12.00	4.00	12.00	52.00
23819534	JOSIELE SARUVA	76.00		55.00		65.50	33	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10/09/1989	12.00	8.00	12.00	44.00
23816773	KEVIN RYAN DA SILVA BUHRER	77.00		53.50		65.25	34	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	27/01/2009	12.00	8.00	9.00	48.00
23819574	FABIANE ALINE DA SILVEIRA	83.00		46.50		64.75	35	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/05/2004	15.00	8.00	12.00	48.00

23818646	JOÃO VITOR GAIOSKI	79.00		50.50		64.75	36	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/01/2007	12.00	10.00	9.00	48.00
23819428	PAULO EDUARDO GADENS RIGONI	87.00		42.00		64.50	37	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/09/1978	9.00	10.00	12.00	56.00
23817219	BIANCA LOZINSKI SCHIMANKO	70.00		59.00		64.50	38	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08/07/2006	12.00	4.00	6.00	48.00
23819369	LUCI MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE	78.00		50.00		64.00	39	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/05/2002	12.00	8.00	6.00	52.00
23817866	RAMON KOSINSKI	80.00		48.00		64.00	40	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08/11/2005	12.00	10.00	6.00	52.00
23816681	CHRISTIAN SAMUELSON GRUBA FRANCO	81.00		47.00		64.00	41	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/04/2003	9.00	8.00	12.00	52.00
23819547	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	81.00		46.50		63.75	42	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/12/2006	9.00	8.00	12.00	52.00
23820025	MARIA EDUARDA DO PRADO	72.00		55.50		63.75	43	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02/05/2005	9.00	6.00	9.00	48.00
23819916	FRANCIELE MIERZEJEWSKI	76.00		51.00		63.50	44	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	26/11/2000	9.00	10.00	9.00	48.00
23819711	DEMERSON GABRIEL SILVEIRA	78.00		48.50		63.25	45	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08/07/2008	9.00	8.00	9.00	52.00
23819728	LUIZ HENRIQUE SCARATTI	81.00		45.50		63.25	46	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06/04/2009	15.00	10.00	12.00	44.00
23819808	FABIANA ADRIELI DE CAMPOS	68.00		57.50		62.75	47	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/12/2002	9.00	6.00	9.00	44.00
23817285	LUCIA BUCO PIETROSKI	78.00		47.00		62.50	48	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/01/1991	15.00	10.00	9.00	44.00
23818269	RENATO AUGUSTO JAVORSKI CIOLA	74.00		50.50		62.25	49	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/05/1982	15.00	6.00	9.00	44.00
23816445	ELAINE RUVIENSKI	66.00		58.50		62.25	50	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09/08/2001	6.00	4.00	12.00	44.00
23816454	MARIA HELENA PRZYBYSZ	75.00		49.00		62.00	51	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/12/2005	12.00	4.00	15.00	44.00
23819178	ANDRESSA PEREIRA CHALUS	69.00		54.00		61.50	52	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23/07/1986	6.00	6.00	9.00	48.00
23820107	MATHEUS GRUBA	68.00		55.00		61.50	53	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/07/2008	6.00	8.00	6.00	48.00
23816359	FABIANA PRESTUPA	78.00		44.50		61.25	54	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/05/2008	6.00	8.00	12.00	52.00
23819339	AMANDA CARARO KEMPINSKI	69.00		53.00		61.00	55	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/02/2003	9.00	0.00	12.00	48.00
23819415	MAIRON FOLWARNY GNATKOWSKI	73.00		49.00		61.00	56	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	31/12/2009	6.00	10.00	9.00	48.00
23820257	SABRINA SURMACZ VALENTIM	70.00		51.70		60.85	57	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/01/2004	9.00	8.00	9.00	44.00
23819257	MARISA SOBIESKI SOARES	76.00		44.50		60.25	58	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/03/2001	9.00	6.00	9.00	52.00
23817934	ANNA JULIA MAIDL DE OLIVEIRA	66.00		54.00		60.00	59	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	13/12/2007	6.00	6.00	6.00	48.00
23816427	GUILHERME FERREIRA	73.00		47.00		60.00	60	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/08/2003	12.00	8.00	9.00	44.00
23819976	LUANA VITORIA PACHECO FARAIS	67.00		53.00		60.00	61	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/02/2004	9.00	6.00	12.00	40.00
23819812	MATEUS PRINCIVAL	82.00		36.50		59.25	62	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	28/06/2005	9.00	6.00	15.00	52.00
23819569	MICHELLI IVANCHESKI IANKOSKI	72.00		46.50		59.25	63	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/07/1989	9.00	6.00	9.00	48.00
23816785	VINICIUS MATEUS DOS SANTOS DE BRITO	67.00		51.10		59.05	64	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09/02/1997	9.00	6.00	12.00	40.00
23820050	KAUÃ VALENTIM DUDA	72.00		46.00		59.00	65	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	27/08/2007	6.00	6.00	12.00	48.00
23817598	ADRIANE APARECIDA SOARES	67.00		50.00		58.50	66	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/10/1990	9.00	0.00	6.00	52.00
23817940	LUIZ FERNANDO ANTONIO	67.00		50.00		58.50	67	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07/09/2000	6.00	4.00	9.00	48.00
23818804	MARCELA DOS SANTOS DE ANDRADE	70.00		47.00		58.50	68	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/08/2008	9.00	8.00	9.00	44.00
23816727	ISABELLY BIANCA DOS SANTOS PEPE	76.00		41.00		58.50	69	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06/10/2005	15.00	10.00	15.00	36.00
23819624	LUIS FERNANDO SCHNAIDER	76.00		40.50		58.25	70	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04/12/2001	9.00	10.00	9.00	48.00
23818381	SILVANA ROSSA GURESKI	71.00		45.50		58.25	71	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	24/09/1990	12.00	6.00	9.00	44.00
23818688	SARA MARIA SIUTA	71.00		45.00		58.00	72	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/08/1997	12.00	6.00	9.00	44.00
23819192	YASMIN CHICORA	64.00		52.00		58.00	73	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07/06/2005	9.00	2.00	9.00	44.00
23820106	THIAGO ZIPIELA CAMILIO	73.00		42.00		57.50	74	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/07/2003	9.00	8.00	12.00	44.00
23817011	STEPHANY TAUANI RODRIGUES	70.00		44.00		57.00	75	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	24/12/1992	6.00	10.00	6.00	48.00
23816768	KAREN CELINE STANICHESKI	69.00		45.00		57.00	76	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	20/10/2004	12.00	4.00	9.00	44.00
23817142	HELOISA GABRIELLY SURMACZ	66.00		47.50		56.75	77	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/12/2005	9.00	4.00	9.00	44.00
23817034	MATEUS VALENGA	67.00		46.50		56.75	78	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/01/2007	9.00	8.00	6.00	44.00
23817508	INGRIDY NUNES BUDZIAK	66.00		47.00		56.50	79	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	21/11/2008	12.00	4.00	6.00	44.00
23819971	RAQUEL DOROCINSKI	68.00		44.50		56.25	80	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/01/1988	6.00	6.00	12.00	44.00
23817158	FERNANDA ROCHA	72.00		39.50		55.75	81	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02/08/1994	12.00	4.00	12.00	44.00
23816685	ANA MARIA ZOREK	69.00		41.00		55.00	82	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/06/1994	12.00	8.00	9.00	40.00
23817629	CLEITON JOSÉ TOLEDO	67.00		41.50		54.25	83	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/03/1998	12.00	6.00	9.00	40.00
23819892	LAYANA DOMINGUES DE AMORIM BUFF	69.00		39.00		54.00	84	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/02/1982	9.00	4.00	12.00	44.00
23818152	ANDREIA BEATRIZ DE MELO	69.00		39.00		54.00	85	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/12/1982	9.00	4.00	12.00	44.00
23816929	GUSTAVO HENRIQUE GAZZIERO	66.00		41.50		53.75	86	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/02/2006	9.00	4.00	9.00	44.00
23818061	JANAÍNA FABÍOLA CAMPOS DE OLIVEIRA	69.00		37.50		53.25	87	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	28/09/2004	9.00	6.00	6.00	48.00
23818441	MARLON DE LIMA MACHADO	71.00		35.50		53.25	88	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	13/12/2002	6.00	8.00	9.00	48.00
23819633	JAQUELINE TRESSI	66.00		39.50		52.75	89	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/06/1995	15.00	6.00	9.00	36.00
23819359	SAMANTHA LOZINSKI SCHIMANKO	68.00		34.00		51.00	90	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08/07/2006	9.00	2.00	9.00	48.00
23820144	WANTIEL BATISTA GALVÃO	82.00				41.00	91	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06/03/1998	12.00	10.00	12.00	48.00
23819608	DIOGO HENRIQUE BORA FOLLMANN	78.00				39.00	92	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/03/2008	9.00	4.00	9.00	56.00
23817192	RAFAEL OBZUT DE SOUZA	78.00				39.00	93	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/08/2005	12.00	10.00	12.00	44.00
23817832	EVERTON ARNOLDO ANDRADE RAVANELLO	77.00				38.50	94	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	22/09/2001	9.00	4.00	12.00	52.00
23817443	THEOANA EDUARDA CARDOSO ZIELINSKI	77.00				38.50	95	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/10/2005	9.00	10.00	6.00	52.00

23819642	ROSILENE PLODOWSKI GNATKOSKI	76.00				38.00	96	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08/03/1985	12.00	4.00	12.00	48.00
23816398	GILMARIS DE OLIVEIRA SINHORI	76.00				38.00	97	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/06/1991	6.00	10.00	12.00	48.00
23819345	EMERSON SOARES OLICHESKI	74.00				37.00	98	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/10/1998	3.00	8.00	15.00	48.00
23819554	BIANCA ZOREK	71.00				35.50	99	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/10/2003	9.00	8.00	6.00	48.00
23817835	CARMEN LUCIA PINTO	70.00				35.00	100	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/09/1977	9.00	0.00	9.00	52.00
23818457	SILVIA NARA DO ROCIL SPECKT	68.00		2.00		35.00	101	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23/08/1980	15.00	0.00	9.00	44.00
23820045	THASLINE PEDROZO RIBEIRO	70.00				35.00	102	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23/06/2002	12.00	6.00	12.00	40.00
23819874	DAYANE DA SILVA PEREIRA BUSSOLA	69.00				34.50	103	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23/01/1992	6.00	6.00	9.00	48.00
23819600	AUHANNY CRISTINA ULBRICH	69.00				34.50	104	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	27/05/2003	12.00	4.00	9.00	44.00
23819538	FABIANA JOCH GAUTTO	69.00				34.50	105	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11/01/2000	9.00	8.00	12.00	40.00
23819228	KAREN ANDRESSA KARVOSKI	68.00				34.00	106	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/06/1994	3.00	4.00	9.00	52.00
23818113	AMANDA DE OLIVEIRA LINHARES	68.00				34.00	107	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	28/12/2001	9.00	2.00	9.00	48.00
23819675	MARCIA JANETE CIESLAK KOCINSKI	68.00				34.00	108	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	20/07/1985	9.00	6.00	9.00	44.00
23818106	TALITA MONCZAK	67.00				33.50	109	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07/03/2006	9.00	4.00	6.00	48.00
23819724	TAIS CARRARO	66.00				33.00	110	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	13/12/1999	9.00	6.00	3.00	48.00
23816862	LEILA GRAZIELE DOS SANTOS MIRANDA	60.00				30.00	111	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/05/2010	6.00	4.00	6.00	44.00
23819944	DIVONCIR DA SILVA	95.00				95.00	1	ASSISTENTE OPERACIONAL	18/01/1979	12.00	8.00	15.00	60.00
23818213	JOSE MARIANO FERREIRA DOS SANTOS	87.00				87.00	2	ASSISTENTE OPERACIONAL	06/03/1999	9.00	10.00	12.00	56.00
23818943	ANDRÉ FAUSTINO MOLETA	85.00				85.00	3	ASSISTENTE OPERACIONAL	15/01/1967	12.00	6.00	15.00	52.00
23818888	ELIAS DE SOUZA	82.00				82.00	4	ASSISTENTE OPERACIONAL	18/01/1990	15.00	4.00	15.00	48.00
23819691	JOÃO AROLDO DE MOURA JUNIOR	81.00				81.00	5	ASSISTENTE OPERACIONAL	30/08/1979	12.00	6.00	15.00	48.00
23818630	JOÃO ALCLAIR SILVEIRA	79.00				79.00	6	ASSISTENTE OPERACIONAL	05/01/1981	6.00	6.00	15.00	52.00
23816480	GILMAR HACK	76.00				76.00	7	ASSISTENTE OPERACIONAL	03/03/1976	12.00	4.00	12.00	48.00
23818198	JUSSARA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	76.00				76.00	8	ASSISTENTE OPERACIONAL	06/06/1991	9.00	4.00	15.00	48.00
23817474	BRUNO TIAGO CAETANO	72.00				72.00	9	ASSISTENTE OPERACIONAL	07/07/2008	9.00	6.00	9.00	48.00
23818470	EDILSON HENRIQUE DA SILVA	67.00				67.00	10	ASSISTENTE OPERACIONAL	08/04/1968	9.00	2.00	12.00	44.00
23816430	SILVANA POLNIAK	67.00				67.00	11	ASSISTENTE OPERACIONAL	28/01/1983	6.00	6.00	15.00	40.00
23819924	VALDERI BUENO	66.00				66.00	12	ASSISTENTE OPERACIONAL	13/11/1990	12.00	2.00	12.00	40.00
23819978	FELIPE OZERIANSKI	59.00				59.00	13	ASSISTENTE OPERACIONAL	03/05/1986	6.00	8.00	9.00	36.00
23817050	KEVIN GABRIEL IVANCHESKI	53.00				53.00	14	ASSISTENTE OPERACIONAL	19/10/2006	6.00	4.00	15.00	28.00
23818200	JOSIEL FERRAZ DA SILVA	50.00				50.00	15	ASSISTENTE OPERACIONAL	03/04/1993	3.00	0.00	15.00	32.00
23816651	MARCELO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	73.00		80.10	2.50	79.05	1	ASSISTENTE SOCIAL	12/12/1983	12.00	8.00	9.00	44.00
23817994	MÁRCIA ADRIANA MARTINS	77.00		69.20	5.00	78.10	2	ASSISTENTE SOCIAL	20/12/1986	9.00	6.00	6.00	56.00
23816325	BIANCA BURLINSKI	65.00		80.40	2.50	75.20	3	ASSISTENTE SOCIAL	19/07/1993	6.00	6.00	9.00	44.00
23819000	SIMONE DE OLIVEIRA	71.00		68.80	5.00	74.90	4	ASSISTENTE SOCIAL	27/05/1986	9.00	4.00	6.00	52.00
23816529	FIAMA TAINARA TAQUES DORTELMANN	78.00		61.70	5.00	74.85	5	ASSISTENTE SOCIAL	19/06/1992	12.00	8.00	6.00	52.00
23816792	REBECA DA LUZ DE FRANÇA	72.00		75.10		73.55	6	ASSISTENTE SOCIAL	16/08/2006	12.00	6.00	6.00	48.00
23817117	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	69.00		75.60		72.30	7	ASSISTENTE SOCIAL	29/12/2000	12.00	8.00	9.00	40.00
23816723	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	57.00		75.20	5.00	71.10	8	ASSISTENTE SOCIAL	08/11/1983	9.00	2.00	6.00	40.00
23819255	GLACIELE DEMBESKI MARTINS	66.00		70.90		68.45	9	ASSISTENTE SOCIAL	23/06/1994	15.00	10.00	9.00	32.00
23817132	LILIAN ROMAINE FRANCO	70.00		66.80		68.40	10	ASSISTENTE SOCIAL	15/05/1987	12.00	6.00	12.00	40.00
23818580	GABRIELLI KRUCHELSKI BARBOSA	60.00		66.80	5.00	68.40	11	ASSISTENTE SOCIAL	20/12/1999	9.00	6.00	9.00	36.00
23819499	LUCIELE DE LIMA DA SILVA	64.00		70.70		67.35	12	ASSISTENTE SOCIAL	01/11/2002	9.00	10.00	9.00	36.00
23819752	IVANA TEIXEIRA CAMARGO	68.00		65.40		66.70	13	ASSISTENTE SOCIAL	13/03/1997	12.00	8.00	12.00	36.00
23819737	VALDINÉIA LINHARES	62.00		67.80		64.90	14	ASSISTENTE SOCIAL	31/07/1991	9.00	4.00	9.00	40.00
23817856	JAQUELINE MILENA RODRIGUES	61.00		68.60		64.80	15	ASSISTENTE SOCIAL	07/11/2002	12.00	2.00	3.00	44.00
23817651	LUSIA CHITKO	56.00		69.40		62.70	16	ASSISTENTE SOCIAL	24/10/1980	12.00	6.00	6.00	32.00
23818920	LILIANE ZVIR	52.00		72.70		62.35	17	ASSISTENTE SOCIAL	06/05/1985	6.00	4.00	6.00	36.00
23820074	JANETE JASIAK	58.00		65.40		61.70	18	ASSISTENTE SOCIAL	10/12/1984	6.00	4.00	12.00	36.00
23817255	LUCIANE APARECIDA BARCHAKI GIELINSKI	56.00		57.20	5.00	61.60	19	ASSISTENTE SOCIAL	01/03/1972	9.00	6.00	9.00	32.00
23819700	GISELI SOELI FELDE	52.00		70.20		61.10	20	ASSISTENTE SOCIAL	21/06/1988	9.00	4.00	3.00	36.00
23819476	KELLY CRISTINE MIKALDO	58.00		62.90		60.45	21	ASSISTENTE SOCIAL	02/12/1990	9.00	8.00	9.00	32.00
23817646	ANA MARCIA FERREIRA DOS SANTOS	58.00		56.90	2.50	59.95	22	ASSISTENTE SOCIAL	11/01/1993	6.00	2.00	6.00	44.00
23817110	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	61.00		58.90		59.95	23	ASSISTENTE SOCIAL	14/05/1988	9.00	4.00	12.00	36.00
23819954	KELLY MARQUES DA SILVA WASILEWSKI	56.00		61.10		58.55	24	ASSISTENTE SOCIAL	04/08/1985	6.00	4.00	6.00	40.00
23816497	DAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	56.00		54.60		55.30	25	ASSISTENTE SOCIAL	14/12/1996	3.00	2.00	3.00	48.00
23818423	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	61.00			2.50	33.00	26	ASSISTENTE SOCIAL	06/09/1995	6.00	4.00	3.00	48.00
23817436	GILMAR POROCHNIAK	61.00				61.00	1	ATENDENTE DE FARMÁCIA	13/10/1990	6.00	2.00	9.00	44.00
23819738	PAOLA CABRAL	57.00				57.00	2	ATENDENTE DE FARMÁCIA	26/09/2002	6.00	4.00	3.00	44.00
23820185	SILVANA ALVES BUENO SILVA	57.00				57.00	3	ATENDENTE DE FARMÁCIA	14/11/1983	12.00	4.00	9.00	32.00

23818007	JOSÉ EDENILSON BURNAT	61.00				61.00	1	AUXILIAR DE SANEAMENTO	08/08/1985	15.00	6.00	12.00	28.00
23817631	JOSE WILMAR CARNEIRO	56.00				56.00	2	AUXILIAR DE SANEAMENTO	08/03/1986	9.00	10.00	9.00	28.00
23817154	LEONARDO KROIN	53.00				53.00	3	AUXILIAR DE SANEAMENTO	21/01/1996	15.00	10.00	12.00	16.00
23817134	HELENA TERLUK	98.00				98.00	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/11/1971	15.00	8.00	15.00	60.00
23816578	KATIA MARIA BUASKI MUSIALAKI	98.00				98.00	2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/05/1993	15.00	8.00	15.00	60.00
23816605	SOLANGE KAVA	95.00				95.00	3	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/10/2002	12.00	8.00	15.00	60.00
23819973	SILVANE APARECIDA CORDEIRO	93.00				93.00	4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/12/1978	12.00	6.00	15.00	60.00
23816410	ANA FLÁVIA STRONA	93.00				93.00	5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/08/2004	12.00	6.00	15.00	60.00
23817099	GILMARA INEZ DOS SANTOS	92.00				92.00	6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/02/1975	9.00	8.00	15.00	60.00
23817417	DAIANE DE FÁTIMA CHAGAS DE ALMEIDA	92.00				92.00	7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/02/1994	15.00	6.00	15.00	56.00
23818669	MARIANE SURMACZ	92.00				92.00	8	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2001	15.00	6.00	15.00	56.00
23818192	LUCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS	91.00				91.00	9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/10/1979	12.00	8.00	15.00	56.00
23817947	CLEONEIA PADILHA	91.00				91.00	10	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/01/1999	12.00	8.00	15.00	56.00
23817442	GABRIELE KEMPINSKI	91.00				91.00	11	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/11/1999	12.00	8.00	15.00	56.00
23817407	SIMONE DE LIMA BRITO SOARES	90.00				90.00	12	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/07/1989	12.00	6.00	12.00	60.00
23818515	CÉLIA MARIA ANTONIO	89.00				89.00	13	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/11/1982	12.00	6.00	15.00	56.00
23819625	JANAINA DE FATIMA ANTUNES LEMES	89.00				89.00	14	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/05/1988	12.00	6.00	15.00	56.00
23816414	BEATRIZ TEIXEIRA DOS SANTOS	88.00				88.00	15	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	08/06/1998	12.00	4.00	12.00	60.00
23818933	BRUNA MARCOWICZ	88.00				88.00	16	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/12/1993	9.00	4.00	15.00	60.00
23816937	DANIELE PEREIRA DA COSTA	88.00				88.00	17	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/04/1989	12.00	8.00	12.00	56.00
23818262	JOSLÉIA APARECIDA DE LARA PACHECO	88.00				88.00	18	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/05/1976	9.00	8.00	15.00	56.00
23818643	LUZIA DE OLIVEIRA MIRANDA	87.00				87.00	19	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30/12/1982	12.00	4.00	15.00	56.00
23818955	VANILDA DE LIMA GALVÃO	87.00				87.00	20	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/03/1984	15.00	8.00	12.00	52.00
23819619	TÂNYS SELENA DE DEUS	87.00				87.00	21	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17/05/1999	15.00	8.00	12.00	52.00
23819949	LILIANE ZIBIKOSKI TROCIK	87.00				87.00	22	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/07/1998	12.00	8.00	15.00	52.00
23819280	MAYARA ROZA NOGUEIRA	86.00				86.00	23	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/06/1999	12.00	6.00	12.00	56.00
23816823	VANESSA CHOCHEL	85.00				85.00	24	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10/10/1994	9.00	4.00	12.00	60.00
23819475	GILDA MADALENA MIQUETA	85.00				85.00	25	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/1966	12.00	2.00	15.00	56.00
23818684	MARIA MARTA CARNEIRO	85.00				85.00	26	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28/11/1976	12.00	2.00	15.00	56.00
23816934	DAIMON ALVARENGA NUNES	84.00				84.00	27	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/05/1999	12.00	4.00	12.00	56.00
23819667	GABRIEL SIONA	84.00				84.00	28	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	20/09/2001	12.00	4.00	12.00	56.00
23816533	MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK	84.00				84.00	29	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/12/1982	9.00	4.00	15.00	56.00
23819309	THASLINE CRISPIM	84.00				84.00	30	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/06/1998	9.00	4.00	15.00	56.00
23818229	MARIZETE VALESCO	83.00				83.00	31	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/10/1984	6.00	2.00	15.00	60.00
23816798	LEONIDAS GOBBI	83.00				83.00	32	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2008	9.00	6.00	12.00	56.00
23819783	IVO LEBIODA	83.00				83.00	33	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/02/1974	12.00	4.00	15.00	52.00
23819301	MARCIA PLUCHINIAK	83.00				83.00	34	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/10/1984	12.00	4.00	15.00	52.00
23819567	MICHELI CARDOSO CARRARO	83.00				83.00	35	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	18/12/1991	12.00	8.00	15.00	48.00
23818626	RODRIGO STRONA	82.00				82.00	36	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/03/1989	12.00	4.00	6.00	60.00
23816787	LUCIMARI PRINCIVAL	82.00				82.00	37	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/1989	9.00	2.00	15.00	56.00
23819535	CEILE APARECIDA KOVALSKI CIUSKI	82.00				82.00	38	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	18/07/1983	12.00	6.00	12.00	52.00
23819214	IZAMARA DE FÁTIMA VIEIRA PACHECO	82.00				82.00	39	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/05/1981	9.00	6.00	15.00	52.00
23816352	MARGARETE MORO TUROSSI	81.00				81.00	40	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/04/1985	9.00	4.00	12.00	56.00
23817006	ANA ALVES FRANCO	81.00				81.00	41	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	08/05/1982	12.00	2.00	15.00	52.00
23817460	LAIS ALESSANDRA ROSTELATO RAMOS GURESKI	81.00				81.00	42	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/09/1999	9.00	8.00	12.00	52.00
23817950	MARIA JANICE LICHESKI PERUSSELLI	81.00				81.00	43	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17/05/1977	12.00	6.00	15.00	48.00
23818776	SIRLENE DEMBESKI MANKAZ	80.00				80.00	44	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/08/1981	6.00	6.00	12.00	56.00
23818913	JOSLAINE MICHALSKI FERNANDES DE OLIVEIRA	80.00				80.00	45	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/01/1984	6.00	6.00	12.00	56.00
23818826	LUCIANE BATISTA DE LIMA	80.00				80.00	46	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/10/1986	12.00	4.00	12.00	52.00
23816320	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	80.00				80.00	47	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/10/1986	9.00	4.00	15.00	52.00
23818384	ROSICLETE STASIAK DE FREITAS	80.00				80.00	48	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/11/1986	9.00	4.00	15.00	52.00
23817404	EDILAINE SILVEIRA FRANÇA	80.00				80.00	49	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/01/2001	9.00	4.00	15.00	52.00
23819991	ALINE TAMITH IAREK DE ANDRADE	79.00				79.00	50	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/07/2001	9.00	2.00	12.00	56.00
23816877	LUIZA WILCHAK	79.00				79.00	51	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/06/1987	12.00	0.00	15.00	52.00
23819990	BRUNA LUANA MATIAS	79.00				79.00	52	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2005	12.00	6.00	9.00	52.00
23819956	RIQUELME MARTINS DOS SANTOS	79.00				79.00	53	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09/04/2009	12.00	6.00	9.00	52.00
23818557	LUIZ MATHEUS CABRAL	79.00				79.00	54	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/07/2006	9.00	6.00	12.00	52.00
23818661	SIRLENE APARECIDA DA SILVA	79.00				79.00	55	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/03/1986	6.00	6.00	15.00	52.00
23819938	EGENILSON SILVEIRA	78.00				78.00	56	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/07/1980	12.00	2.00	12.00	52.00

23816988	BRUNO CAMARGO DOS SANTOS	78.00				78.00	57	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/04/1998	12.00	2.00	12.00	52.00
23817899	JÉSSICA DE PAULA OLIVEIRA	78.00				78.00	58	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/07/1993	9.00	2.00	15.00	52.00
23817087	JANICE DE LIMA	78.00				78.00	59	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/03/2003	12.00	6.00	12.00	48.00
23819071	SILMARA PINTO KAVA	78.00				78.00	60	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/04/1983	15.00	4.00	15.00	44.00
23817063	ROSELIA DA SILVA MENDES	77.00				77.00	61	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/03/1981	9.00	0.00	12.00	56.00
23817435	ADRIANE APARECIDA PRINCIVAL	77.00				77.00	62	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/08/2000	9.00	6.00	6.00	56.00
23819023	ROSIMAR PINTO	77.00				77.00	63	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/09/1990	12.00	4.00	9.00	52.00
23818741	LUCINEI BASSI	77.00				77.00	64	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/07/1985	12.00	2.00	15.00	48.00
23816936	RYCHARDY GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	77.00				77.00	65	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/01/2009	9.00	8.00	12.00	48.00
23816825	TEREZINHA KARACHOVSKI	77.00				77.00	66	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/06/1985	15.00	6.00	12.00	44.00
23819904	CLARICE APARECIDA KOTELEVSKI	75.00				75.00	67	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/07/1984	9.00	2.00	12.00	52.00
23819220	PATRÍCIA APARECIDA SANTOS PINTO	75.00				75.00	68	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09/10/1993	9.00	2.00	12.00	52.00
23818734	AMBRÓSIO MORO	75.00				75.00	69	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/01/1979	12.00	4.00	15.00	44.00
23819661	ALAM BUENO	75.00				75.00	70	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/06/1993	12.00	4.00	15.00	44.00
23819274	ANA PAULA SOLOCHINSKI RIBEIRO	74.00				74.00	71	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/08/1993	9.00	2.00	15.00	48.00
23816695	SHEILA STANSKI	73.00				73.00	72	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/07/1993	12.00	4.00	9.00	48.00
23818965	ZÉLIA ADRIANA PADILHA	73.00				73.00	73	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/1976	6.00	4.00	15.00	48.00
23816647	NATALI RAFAELI DOS SANTOS CARNEIRO	72.00				72.00	74	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/12/1996	9.00	2.00	9.00	52.00
23819769	MATHEUS MOREIRA MARTINS	72.00				72.00	75	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/05/2001	6.00	2.00	12.00	52.00
23817672	JOSIMERI DE FATIMA BORGES RIBEIRO MACHADO	72.00				72.00	76	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	20/06/1987	9.00	0.00	15.00	48.00
23818623	IZABELA CRISTINY STRONA DOS SANTOS	72.00				72.00	77	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30/05/2008	9.00	6.00	9.00	48.00
23818799	ROZELI LEBIODA DA SILVA PINTO	72.00				72.00	78	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/07/1982	15.00	4.00	9.00	44.00
23816608	PRISCILA MIQUETA	72.00				72.00	79	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/12/1987	9.00	4.00	15.00	44.00
23818990	TERESA DE LIMA LEBIODA	71.00				71.00	80	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17/02/1968	12.00	2.00	9.00	48.00
23816705	JANETE RASCHE HALABURA	71.00				71.00	81	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	31/10/1982	9.00	2.00	12.00	48.00
23819616	SANDRA REGINA KOPYCKI	71.00				71.00	82	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/02/1981	12.00	0.00	15.00	44.00
23819981	JOSIELI ANTUNES PADILHA	71.00				71.00	83	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10/04/1990	12.00	4.00	15.00	40.00
23819188	AMANDA TAYLIZE PADIHA	71.00				71.00	84	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/07/2006	12.00	4.00	15.00	40.00
23817466	IZA APARECIDA CARDOSO	70.00				70.00	85	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/02/1985	15.00	2.00	9.00	44.00
23816931	ELIS DANIELLE MORAES	70.00				70.00	86	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/12/1986	9.00	2.00	15.00	44.00
23817098	INES MAISTROWICZ	69.00				69.00	87	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/01/1980	9.00	0.00	12.00	48.00
23819128	LEIDIANA MIRANDA DE PINHO	69.00				69.00	88	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/03/1991	12.00	4.00	9.00	44.00
23819397	RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA	69.00				69.00	89	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/01/1990	9.00	4.00	12.00	44.00
23819022	SIMONE DE FATIMA BELINO	69.00				69.00	90	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/05/1982	6.00	4.00	15.00	44.00
23818950	MARCIA REGINA BORGES	68.00				68.00	91	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/1989	9.00	4.00	15.00	40.00
23820190	EVELI VANESSA PEDROZO DA SILVA	67.00				67.00	92	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/03/2003	6.00	4.00	9.00	48.00
23819615	LARISSA THAIS MAIDL	67.00				67.00	93	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/06/1988	9.00	2.00	12.00	44.00
23819934	JOSÉ DE LARA	67.00				67.00	94	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/06/1970	12.00	4.00	15.00	36.00
23818419	ELMA DOS SANTOS LEAL CRISPIM	64.00				64.00	95	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	18/09/2000	9.00	2.00	9.00	44.00
23817571	MÁRCIA APARECIDA CIUS	63.00				63.00	96	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/01/1997	6.00	2.00	15.00	40.00
23819310	VANESSA KAVA	59.00				59.00	97	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30/03/1991	12.00	2.00	9.00	36.00
23818672	FLAVIANO BILYK	89.00		90.40	5.00	94.70	1	CONTADOR	07/03/1976	15.00	10.00	12.00	52.00
23816379	IZAIULA LECHECHEM	83.00		88.90	5.00	90.95	2	CONTADOR	20/09/1999	15.00	10.00	6.00	52.00
23817921	HAROLDO JOSE ANDRADE MATHIAS	88.00		78.70		83.35	3	CONTADOR	10/02/1981	15.00	10.00	15.00	48.00
23817282	ARIELLY THASLINY DE SOUZA	68.00		81.30	2.50	77.15	4	CONTADOR	03/05/2001	15.00	8.00	9.00	36.00
23819802	ALESSANDRO PRINCIVAL	61.00		81.90	5.00	76.45	5	CONTADOR	20/06/1996	9.00	2.00	6.00	44.00
23818350	DANIEL INOCENCIO MENDES	60.00		90.00		75.00	6	CONTADOR	09/06/1987	9.00	10.00	9.00	32.00
23816910	GILSIMARI MARCINIUK GASPARELLO	62.00		81.40		71.70	7	CONTADOR	01/11/1975	15.00	10.00	9.00	28.00
23819545	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	66.00		76.70		71.35	8	CONTADOR	18/12/2006	12.00	8.00	6.00	40.00
23818701	GABRIEL WOINAROVICZ	63.00		78.40		70.70	9	CONTADOR	07/09/1996	12.00	6.00	9.00	36.00
23819144	ALLAN LEANDRO DE ANDRADE FERREIRA	61.00		78.40		69.70	10	CONTADOR	06/07/1994	9.00	8.00	12.00	32.00
23817244	THAISA APARECIDA KLEMBA ANTOCHESKI	52.00		86.50		69.25	11	CONTADOR	21/07/2000	9.00	10.00	9.00	24.00
23819012	GUILHERME TOMAL	63.00		73.00		68.00	12	CONTADOR	06/04/2006	12.00	10.00	9.00	32.00
23816566	HAYDIANE CRISTINA BORA	57.00		74.70		65.85	13	CONTADOR	09/01/1982	15.00	8.00	6.00	28.00
23816962	DAIANE LIMA DA SILVA OPOLINSKI	54.00		75.90		64.95	14	CONTADOR	31/03/1987	9.00	8.00	9.00	28.00
23817157	ROSINÉIA APARECIDA CALGARO	51.00		75.80		63.40	15	CONTADOR	31/03/1994	12.00	10.00	9.00	20.00
23818462	CARLOS EDUARDO STODOLNY	58.00		68.50		63.25	16	CONTADOR	24/07/2007	15.00	10.00	9.00	24.00
23816956	ELIANE MARIA TRAVINSKI FOGAÇA DOS SANTOS	51.00		73.00		62.00	17	CONTADOR	18/05/1981	12.00	6.00	9.00	24.00
23816602	ANA PAULA DE PAULA	57.00				28.50	18	CONTADOR	18/05/2000	12.00	8.00	9.00	28.00

23817777	REGIANE KAZMIERCZAK BECKER	91.00		84.30	17.50	105.15	1	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	22/02/1993	12.00	10.00	9.00	60.00
23818153	THAIS SZCZEPANIK WALKOFF	92.00		94.50	10.00	103.25	2	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	09/04/1991	15.00	8.00	9.00	60.00
23818046	GISLAINE GABARDO	91.00		85.50		88.25	3	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	06/03/1988	9.00	10.00	12.00	60.00
23819299	LUCAS ALESSANDRO MISCHTAL	81.00		95.40		88.20	4	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	19/09/2003	9.00	10.00	6.00	56.00
23820262	AIRTON ALEX JAREMKO	82.00		91.80		86.90	5	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	09/07/1999	6.00	10.00	6.00	60.00
23819988	ANDREA ALGAUER	79.00		92.90		85.95	6	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	22/09/1994	12.00	8.00	3.00	56.00
23820171	JULY BORON	84.00		84.80		84.40	7	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	18/09/2004	12.00	6.00	6.00	60.00
23819197	LILIANE APARECIDA CANTERI	82.00		85.60		83.80	8	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	21/11/2002	9.00	8.00	9.00	56.00
23816354	GABRIEL DIAS MARTINS	84.00		81.70		82.85	9	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	23/04/2002	12.00	10.00	6.00	56.00
23820196	DIEGO MENON	88.00		77.40		82.70	10	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	25/08/1999	9.00	10.00	9.00	60.00
23819609	MARGARETH MAKSEMOVICZ	71.00		93.20		82.10	11	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26/02/1989	6.00	6.00	3.00	56.00
23817589	RODRIGO LUIS JORGE ADAMANTE	80.00		82.40		81.20	12	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	01/05/2001	6.00	8.00	6.00	60.00
23820069	ALEXANDRE DEZANOSKI	78.00		83.40		80.70	13	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	11/07/2002	9.00	8.00	9.00	52.00
23816641	BRUNO MAZUR	86.00		71.30		78.65	14	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	07/12/2003	9.00	8.00	9.00	60.00
23817933	DANIELE EUKO	81.00		72.80		76.90	15	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	21/07/1996	9.00	10.00	6.00	56.00
23819546	GIOVANE FRANCISCO SOARES	75.00		78.70		76.85	16	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	21/11/2001	6.00	6.00	3.00	60.00
23816619	TIAGO MONCZAK	79.00		72.90		75.95	17	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26/12/1998	3.00	8.00	12.00	56.00
23820218	JAIR ADRIANCZYK JUNIOR	75.00		73.00		74.00	18	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	17/08/1994	6.00	8.00	9.00	52.00
23818111	LEONARDO LOPES MARZCZAOKOSKI	69.00		78.30		73.65	19	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	22/02/2007	9.00	8.00	0.00	52.00
23819795	BRUNO ALEX MAZO	71.00		74.30		72.65	20	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	12/09/2004	9.00	4.00	6.00	52.00
23819252	VANESSA RACHWAL	64.00		77.30		70.65	21	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	31/10/2005	6.00	8.00	6.00	44.00
23820033	JONATÃ MELQUIADES FERREIRA FRANCO	67.00		73.70		70.35	22	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	24/01/1989	9.00	8.00	6.00	44.00
23820030	JOSÉLIA CARNEIRO	61.00		70.30		65.65	23	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	05/07/1986	9.00	6.00	6.00	40.00
23820136	TIAGO DOMBROVSKI	63.00		67.80		65.40	24	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	25/05/1999	6.00	4.00	9.00	44.00
23817969	ANGELITA CLÉIA DOS SANTOS	71.00		35.00		53.00	25	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	29/08/1995	12.00	2.00	9.00	48.00
23816720	FERNANDO KOZEL	77.00				38.50	26	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	10/10/1985	9.00	6.00	6.00	56.00
23818552	MARIA GABRIELA MARTINS DOS SANTOS	65.00				32.50	27	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26/06/2007	9.00	6.00	6.00	44.00
23819658	LARISSA ALVES DE SOUZA	63.00				31.50	28	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	26/10/2002	6.00	6.00	3.00	48.00
23816406	ANA FLÁVIA STRONA	61.00				30.50	29	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	06/08/2004	9.00	4.00	0.00	48.00
23817218	LUIZ GUSTAVO SCACALOSSI RAMOS PINTO	67.00		96.70	2.50	84.35	1	ENGENHEIRO AMBIENTAL	02/10/1999	9.00	10.00	12.00	36.00
23817447	ALINE TROG FERREIRA	50.00		94.70	7.50	79.85	2	ENGENHEIRO AMBIENTAL	08/01/1995	9.00	4.00	9.00	28.00
23817294	EDUARDO FERREIRA SANTOS	94.00		94.00	5.00	99.00	1	ENGENHEIRO CIVIL	30/08/1991	15.00	10.00	9.00	60.00
23817254	HUGO GABRIEL FERNANDES VIOTTO	94.00		87.20	7.50	98.10	2	ENGENHEIRO CIVIL	26/06/1995	15.00	10.00	9.00	60.00
23819139	NATANA PAOLA ZANLORENSI	90.00		95.40	5.00	97.70	3	ENGENHEIRO CIVIL	30/10/1990	15.00	10.00	9.00	56.00
23819758	ALISON FELIPE GROSSL	95.00		90.00	5.00	97.50	4	ENGENHEIRO CIVIL	26/10/1996	15.00	8.00	12.00	60.00
23819660	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	90.00		99.00	2.50	97.00	5	ENGENHEIRO CIVIL	10/07/2002	12.00	10.00	12.00	56.00
23820038	RAFAELA FRANQUETO	67.00		86.70	20.00	96.85	6	ENGENHEIRO CIVIL	22/02/1990	9.00	4.00	6.00	48.00
23817457	EVELYN SHELY SOLAREVISKI SOARES	90.00		92.40	5.00	96.20	7	ENGENHEIRO CIVIL	19/02/1995	15.00	10.00	9.00	56.00
23819595	THIAGO STEFAN APPIO	91.00		89.80	5.00	95.40	8	ENGENHEIRO CIVIL	28/07/1987	12.00	10.00	9.00	60.00
23817291	HENRIQUE HIDEYUKI MENDES HOSHINO	91.00		94.70	2.50	95.35	9	ENGENHEIRO CIVIL	17/04/1990	12.00	10.00	9.00	60.00
23819276	ALEXANDRE MIGUEL SCHEMBERGER ANDREIS	94.00		96.50		95.25	10	ENGENHEIRO CIVIL	10/04/2002	15.00	10.00	9.00	60.00
23818771	VINÍCIUS GABRIEL PAROLIN DE SOUZA	84.00		93.10	5.00	93.55	11	ENGENHEIRO CIVIL	11/03/1997	12.00	10.00	6.00	56.00
23819498	DIOGENES L. CORRÊA	89.00		91.60	2.50	92.80	12	ENGENHEIRO CIVIL	09/02/1992	15.00	10.00	12.00	52.00
23816559	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	88.00		95.40		91.70	13	ENGENHEIRO CIVIL	15/05/2003	12.00	10.00	6.00	60.00
23817576	BRENO MARTINS ZAK FANFONO	85.00		92.70	2.50	91.35	14	ENGENHEIRO CIVIL	19/10/1998	15.00	10.00	12.00	48.00
23820174	TIAGO JOSÉ RODRIGUES	86.00		90.90	2.50	90.95	15	ENGENHEIRO CIVIL	10/01/1993	15.00	10.00	9.00	52.00
23818174	RODRIGO CARLOS DOROCINSKI	81.00		90.80	5.00	90.90	16	ENGENHEIRO CIVIL	15/08/1998	9.00	8.00	12.00	52.00
23819317	MAKSUEL DE OLIVEIRA	92.00		87.80		89.90	17	ENGENHEIRO CIVIL	29/11/2000	12.00	8.00	12.00	60.00
23817740	ISABELA MORES FURMAM	87.00		92.30		89.65	18	ENGENHEIRO CIVIL	28/03/2001	15.00	10.00	6.00	56.00
23817148	LUÍS FELIPE CARRARO	81.00		87.50	5.00	89.25	19	ENGENHEIRO CIVIL	25/11/1996	6.00	10.00	9.00	56.00
23819628	BARBARA LUISA MELLO	87.00		80.70	5.00	88.85	20	ENGENHEIRO CIVIL	18/06/1999	9.00	10.00	12.00	56.00
23816572	CLEVERSON IVONEL FIATKOSKI	94.00		78.60	2.50	88.80	21	ENGENHEIRO CIVIL	28/01/1988	15.00	10.00	9.00	60.00
23816580	MARCELO DE MELO	84.00		83.20	5.00	88.60	22	ENGENHEIRO CIVIL	01/02/1982	15.00	8.00	9.00	52.00
23818191	LUCAS RAFAEL CAMARA	78.00		89.10	5.00	88.55	23	ENGENHEIRO CIVIL	18/12/1995	15.00	10.00	9.00	44.00
23819548	EVELINE MANOSSO JANIK BRIK	84.00		77.10	7.50	88.05	24	ENGENHEIRO CIVIL	06/08/1991	12.00	10.00	6.00	56.00
23819631	VINICIUS AUGUSTO BUSSOLA	78.00		86.90	5.00	87.45	25	ENGENHEIRO CIVIL	29/01/1991	9.00	10.00	3.00	56.00
23819875	JAIR JUBANSKI	83.00		80.10	5.00	86.55	26	ENGENHEIRO CIVIL	04/12/1975	12.00	6.00	9.00	56.00
23819286	MAURICIO NOVAK	83.00		89.80		86.40	27	ENGENHEIRO CIVIL	19/11/1996	12.00	10.00	9.00	52.00
23819109	YAN FERREIRA LIMA PERIUS	90.00		80.90		85.45	28	ENGENHEIRO CIVIL	19/09/2000	15.00	10.00	9.00	56.00
23817220	CHRISTIAN JORGE ROGAL DE ANDRADE	90.00		80.60		85.30	29	ENGENHEIRO CIVIL	15/12/1998	15.00	10.00	9.00	56.00

23816826	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	84.00		86.20		85.10	30	ENGENHEIRO CIVIL	24/10/1998	9.00	10.00	9.00	56.00
23817241	VALMIR MICHALSKI	78.00		80.90	5.00	84.45	31	ENGENHEIRO CIVIL	30/10/2000	3.00	10.00	9.00	56.00
23817577	IGOR JOSÉ SILVA REIS	76.00		91.40		83.70	32	ENGENHEIRO CIVIL	28/10/2003	9.00	10.00	9.00	48.00
23820114	VINICIUS MATEUS PALTANIN SILVA	79.00		82.60	2.50	83.30	33	ENGENHEIRO CIVIL	21/05/1997	6.00	8.00	9.00	56.00
23818746	VINÍCIUS VASCOSKI	77.00		88.40		82.70	34	ENGENHEIRO CIVIL	13/02/2001	6.00	10.00	9.00	52.00
23819866	GHIULIA DE FÁTIMA KUZNIK NUNES	77.00		87.60		82.30	35	ENGENHEIRO CIVIL	21/08/1995	12.00	8.00	9.00	48.00
23819232	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	79.00		85.30		82.15	36	ENGENHEIRO CIVIL	14/11/2002	12.00	8.00	3.00	56.00
23819731	GIANCARLO BONACCORSO	83.00		75.00	2.50	81.50	37	ENGENHEIRO CIVIL	10/12/1966	12.00	10.00	9.00	52.00
23819855	WILLIAN BERTI DE RESENA	80.00		82.40		81.20	38	ENGENHEIRO CIVIL	04/04/1991	9.00	10.00	9.00	52.00
23819636	GABRIEL BEHRENS ANDRADE	80.00		81.80		80.90	39	ENGENHEIRO CIVIL	02/03/2003	9.00	10.00	9.00	52.00
23817868	ANGÉLICA HRYCYK	69.00		90.20		79.60	40	ENGENHEIRO CIVIL	15/10/1993	9.00	6.00	6.00	48.00
23819723	JOSCLEY RODRIGO WASELKIU	85.00		73.00		79.00	41	ENGENHEIRO CIVIL	10/04/1996	9.00	10.00	6.00	60.00
23817623	THIAGO MELO DOS SANTOS	79.00		72.10	2.50	78.05	42	ENGENHEIRO CIVIL	15/06/1995	6.00	8.00	9.00	56.00
23818430	ERICK KAYKE LOPES DA LUZ	73.00		82.10		77.55	43	ENGENHEIRO CIVIL	13/07/2003	15.00	10.00	0.00	48.00
23818660	MARCIO MEIRA E SILVA DOBROVOLSKI	80.00		74.70		77.35	44	ENGENHEIRO CIVIL	20/01/1997	12.00	10.00	6.00	52.00
23819578	ELIONAI GOMES DE ARAÚJO	68.00		75.30	5.00	76.65	45	ENGENHEIRO CIVIL	22/02/1983	6.00	8.00	6.00	48.00
23816584	ROBSON CAVASSIM RAFFO	78.00		70.20	2.50	76.60	46	ENGENHEIRO CIVIL	15/08/1982	12.00	8.00	6.00	52.00
23818603	MARCELLO DANIEL JACOPETTI	68.00		78.30	2.50	75.65	47	ENGENHEIRO CIVIL	23/03/1966	9.00	6.00	9.00	44.00
23818729	PATRÍCIA LOBODA CORDEIRO	74.00		76.80		75.40	48	ENGENHEIRO CIVIL	12/02/1991	9.00	8.00	9.00	48.00
23819925	LEONARDO STROPARO PEPE	63.00		86.30		74.65	49	ENGENHEIRO CIVIL	23/07/2002	9.00	10.00	0.00	44.00
23820213	ALISSON CESAR GROCHOLSKI	77.00		68.80		72.90	50	ENGENHEIRO CIVIL	20/11/2000	6.00	10.00	9.00	52.00
23819553	PEDRO HENRIQUE IEDE TRAMONTIN	77.00		67.60		72.30	51	ENGENHEIRO CIVIL	16/05/2003	12.00	10.00	3.00	52.00
23819984	DIMAS RYMSZA	70.00		70.10		70.05	52	ENGENHEIRO CIVIL	13/01/1985	9.00	8.00	9.00	44.00
23818583	CLEVERSON RIBEIRO DALCORTIVO	93.00		45.50		69.25	53	ENGENHEIRO CIVIL	30/11/1995	15.00	10.00	12.00	56.00
23819331	EDUARDO GABRIEL TYSKI	76.00		61.00		68.50	54	ENGENHEIRO CIVIL	22/05/2000	9.00	6.00	9.00	52.00
23819681	ALEXANDRE JOSÉ SNICER FELIX DOS SANTOS	87.00		43.20		65.10	55	ENGENHEIRO CIVIL	12/04/2001	15.00	8.00	12.00	52.00
23817094	CAUÃ COSTA DA SILVA	72.00		42.70		57.35	56	ENGENHEIRO CIVIL	02/07/2005	9.00	8.00	3.00	52.00
23820147	JOÃO GABRIEL VERES	78.00		30.00	2.50	56.50	57	ENGENHEIRO CIVIL	13/09/1997	12.00	8.00	6.00	52.00
23817318	HENRIQUE FILLUS DE SOUZA	80.00		25.00		52.50	58	ENGENHEIRO CIVIL	15/05/1992	12.00	8.00	12.00	48.00
23819069	ALAN DOUGLAS MORETTO BUHRER	70.00				35.00	59	ENGENHEIRO CIVIL	25/07/1984	9.00	4.00	9.00	48.00
23818564	GUILHERME ONESKO NOVAKI	65.00				32.50	60	ENGENHEIRO CIVIL	30/09/2003	9.00	10.00	6.00	40.00
23817774	ANA CLARA DE ANDRADE JORGE	86.00		99.00		92.50	1	FARMACÊUTICO	19/05/2003	12.00	6.00	12.00	56.00
23818026	ADRIELE BORBA FRANCO	90.00		89.60	2.50	92.30	2	FARMACÊUTICO	29/10/1985	12.00	6.00	12.00	60.00
23820177	FLAVIA EMANOELY TRENTIN	81.00		89.90	5.00	90.45	3	FARMACÊUTICO	16/09/1989	15.00	8.00	6.00	52.00
23818394	LUCELI HARTMANN DAL SANTOS	83.00		95.60		89.30	4	FARMACÊUTICO	11/11/1999	9.00	10.00	12.00	52.00
23818501	MARIA EDUARDA TECH	83.00		90.30	2.50	89.15	5	FARMACÊUTICO	08/09/1999	12.00	6.00	9.00	56.00
23818268	KARINNA SIQUEIRA MACHADO JAVORSKI	78.00		92.90		85.45	6	FARMACÊUTICO	24/03/1987	12.00	8.00	6.00	52.00
23817878	JÉSSICA ROGAL CALDAS	76.00		93.40		84.70	7	FARMACÊUTICO	21/03/2004	12.00	8.00	0.00	56.00
23817583	GABRIEL IVAN MELEK	77.00		90.80		83.90	8	FARMACÊUTICO	14/01/2003	12.00	8.00	9.00	48.00
23817108	MARCIELE VERGOPOLAN DOS SANTOS BERNARDI	76.00		90.50		83.25	9	FARMACÊUTICO	24/04/1999	9.00	6.00	9.00	52.00
23816363	DAYANE SECO CARRARI BUDIE	73.00		83.20	5.00	83.10	10	FARMACÊUTICO	29/12/1986	12.00	10.00	3.00	48.00
23817485	VERIDIANE LICOVISKI CHASKO	77.00		87.70		82.35	11	FARMACÊUTICO	22/04/2002	6.00	6.00	9.00	56.00
23818666	THAIS AMANDA LOGINSKI	75.00		87.10		81.05	12	FARMACÊUTICO	05/05/2003	9.00	8.00	6.00	52.00
23817373	CAUÊ EDUARDO MICHALICHEN	76.00		83.20		79.60	13	FARMACÊUTICO	18/05/2004	9.00	6.00	9.00	52.00
23817140	OTÁVIO MAROCHI GRICZINSKI	72.00		84.70		78.35	14	FARMACÊUTICO	26/12/2004	9.00	6.00	9.00	48.00
23817340	ELISMARI KATIALINE DOMANOVSKI	70.00		83.80		76.90	15	FARMACÊUTICO	25/05/1991	9.00	6.00	3.00	52.00
23819565	BRENO SOKALSKI DE PAULA	62.00		91.40		76.70	16	FARMACÊUTICO	19/02/2003	6.00	6.00	6.00	44.00
23819756	LUCIANE BORNAT	65.00		87.50		76.25	17	FARMACÊUTICO	29/08/1982	9.00	6.00	6.00	44.00
23818712	FRANCIANE BOROCZ	64.00		88.30		76.15	18	FARMACÊUTICO	04/09/1997	9.00	10.00	9.00	36.00
23817527	CRISTIANE DOROCINSKI	62.00		89.90		75.95	19	FARMACÊUTICO	25/04/2004	6.00	8.00	0.00	48.00
23817163	LAIS TAINARA HAAGSMA WESSELOVICZ	57.00		93.90		75.45	20	FARMACÊUTICO	04/04/2002	6.00	4.00	3.00	44.00
23818679	TANIA GABRIELY ANTOSCZECZEN	63.00		86.60		74.80	21	FARMACÊUTICO	02/07/2006	9.00	8.00	6.00	40.00
23818207	SIMONE SANTOS DE LIMA	56.00		92.40		74.20	22	FARMACÊUTICO	26/07/1986	6.00	4.00	6.00	40.00
23820022	KAROLINE GIRARDI PEDROSO	57.00		91.00		74.00	23	FARMACÊUTICO	10/12/2001	3.00	2.00	0.00	52.00
23818987	AMANDA CORNELO SURMACZ	58.00		89.80		73.90	24	FARMACÊUTICO	29/04/2000	9.00	2.00	3.00	44.00
23817180	LOYANNE DANICHEWCZ DE OLIVEIRA	58.00		88.40		73.20	25	FARMACÊUTICO	14/03/2003	6.00	4.00	0.00	48.00
23819806	EDILSON MOLETA	60.00		85.10		72.55	26	FARMACÊUTICO	15/07/1992	6.00	4.00	6.00	44.00
23817315	NATÁLIA LAZOSKI TALAR	56.00		88.90		72.45	27	FARMACÊUTICO	10/07/2006	6.00	10.00	0.00	40.00
23818041	EDUARDA BEATRIZ SINHORI	57.00		87.40		72.20	28	FARMACÊUTICO	22/07/2003	12.00	2.00	3.00	40.00

23817459	SUELEN PATRÍCIA RODRIGUES	58.00		82.10		70.05	29	FARMACÊUTICO	03/06/1997	9.00	2.00	3.00	44.00
23817592	SANDRA MINOSSO	57.00		82.20		69.60	30	FARMACÊUTICO	13/02/1979	6.00	2.00	9.00	40.00
23816767	JESICA LUANA VASCO	59.00		71.80		65.40	31	FARMACÊUTICO	31/07/1997	9.00	4.00	6.00	40.00
23819352	MARIA EDUARDA STRUJAK	77.00		30.00		53.50	32	FARMACÊUTICO	12/12/2005	9.00	6.00	6.00	56.00
23817871	LUCAS FRANÇA TOZETTO SCHEMBERGER	71.00		26.00		48.50	33	FARMACÊUTICO	13/12/1997	6.00	8.00	9.00	48.00
23819398	MARCIELLE AVELAR SERAFIN	57.00		39.00		48.00	34	FARMACÊUTICO	24/04/1991	6.00	8.00	3.00	40.00
23819387	CARLOS EDUARDO KOLLARITSCH	52.00		30.00		41.00	35	FARMACÊUTICO	20/10/2000	9.00	4.00	3.00	36.00
23819928	BRUNA EDUARDA MIKOVSKI LECHESKI DA SILVA	50.00		27.00		38.50	36	FARMACÊUTICO	04/08/2001	6.00	2.00	6.00	36.00
23819466	LUIS EDUARDO SANSANA	70.00		87.50	5.00	83.75	1	FISCAL TRIBUTÁRIO	12/05/1977	15.00	10.00	9.00	36.00
23816866	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	53.00		84.80	5.00	73.90	2	FISCAL TRIBUTÁRIO	19/01/1992	12.00	8.00	9.00	24.00
23816987	RAFAELA ZWIEGICOSKI PONIJALEKI	58.00		94.50	5.00	81.25	1	FISIOTERAPEUTA	07/12/2000	9.00	10.00	3.00	36.00
23817758	ÉRICA FRANCINE IENKE	53.00		90.00	5.00	76.50	2	FISIOTERAPEUTA	01/09/1999	15.00	8.00	6.00	24.00
23820088	THAÍS DE FÁTIMA FREITAS LEAL	54.00		95.40		74.70	3	FISIOTERAPEUTA	31/07/2005	9.00	8.00	9.00	28.00
23817024	DANIELA KNAUT MARTINS MARQEVIX	56.00		91.60		73.80	4	FISIOTERAPEUTA	06/02/1996	12.00	8.00	0.00	36.00
23817703	CRISTIANO VARGAS BATISTA	53.00		94.40		73.70	5	FISIOTERAPEUTA	25/09/1991	6.00	6.00	9.00	32.00
23819893	ISABELA CAROLINE DOS SANTOS PINHEIRO	60.00		86.30		73.15	6	FISIOTERAPEUTA	19/10/2003	9.00	6.00	9.00	36.00
23819599	LETICIA VIZINONI OKONOVSKI	56.00		89.30		72.65	7	FISIOTERAPEUTA	05/10/2002	6.00	8.00	6.00	36.00
23818199	LE KOVALSKI	55.00		88.30		71.65	8	FISIOTERAPEUTA	25/11/1998	12.00	10.00	9.00	24.00
23817166	FRANCIELI CRISTIANE BILEK	55.00		86.40		70.70	9	FISIOTERAPEUTA	10/12/2002	12.00	2.00	9.00	32.00
23817642	SANDRA DANIELE KLAK	53.00		81.80		67.40	10	FISIOTERAPEUTA	30/05/2004	12.00	10.00	3.00	28.00
23816433	EDUARDO HENRIQUE POLTRONIÉRI	52.00		79.60		65.80	11	FISIOTERAPEUTA	19/07/2002	12.00	8.00	0.00	32.00
23820203	YURY RENATO ROGULSKI CALVI	51.00		78.30		64.65	12	FISIOTERAPEUTA	27/11/2007	6.00	8.00	9.00	28.00
23818847	MYLLENA GABRIELLE SOCOLOSKI TELLES	53.00		71.90		62.45	13	FISIOTERAPEUTA	24/05/1999	9.00	10.00	6.00	28.00
23816815	AMANDA SLOTA	61.00		60.00		60.50	14	FISIOTERAPEUTA	06/06/2003	9.00	2.00	6.00	44.00
23818289	TALITA DE OLIVEIRA	52.00		68.80		60.40	15	FISIOTERAPEUTA	08/07/2000	6.00	6.00	12.00	28.00
23817431	MILENA TABORDA	54.00				27.00	16	FISIOTERAPEUTA	20/11/2007	9.00	10.00	3.00	32.00
23817344	ALICE AFRA VALVERDE	86.00		97.80		91.90	1	FONOAUDIÓLOGO	18/02/2004	15.00	10.00	9.00	52.00
23820242	LETÍCIA PEREIRA DOS SANTOS	82.00		92.90		87.45	2	FONOAUDIÓLOGO	12/03/1988	15.00	10.00	9.00	48.00
23819513	ANA FLÁVIA ZANLORENSI MACHADO	76.00		92.50		84.25	3	FONOAUDIÓLOGO	01/05/2006	12.00	6.00	6.00	52.00
23819598	ANA BEATRIZ BONATO	72.00		93.50		82.75	4	FONOAUDIÓLOGO	02/09/2003	12.00	10.00	6.00	44.00
23820089	CLARICE STEFANI GIBINSKI	67.00		93.50		80.25	5	FONOAUDIÓLOGO	04/01/2000	9.00	6.00	12.00	40.00
23820015	PAULA APARECIDA MENON	55.00		98.40		76.70	6	FONOAUDIÓLOGO	31/12/1991	6.00	2.00	3.00	44.00
23816781	MILENA ELAINE TASIOR	68.00		82.50		75.25	7	FONOAUDIÓLOGO	07/06/2004	12.00	6.00	6.00	44.00
23818798	CAMILA MOURA WAGNER FERREIRA OLIVEIRA	61.00		77.80		69.40	8	FONOAUDIÓLOGO	01/05/2005	6.00	8.00	3.00	44.00
23819740	SAMIRA BARBOSA WACHHOLZ	62.00		71.00		66.50	9	FONOAUDIÓLOGO	26/12/2005	9.00	6.00	3.00	44.00
23819710	LETÍCIA SANTOS	67.00		62.80		64.90	10	FONOAUDIÓLOGO	07/06/2005	12.00	2.00	9.00	44.00
23820153	MARIA EDUARDA GERIONI	52.00		76.50		64.25	11	FONOAUDIÓLOGO	10/06/2005	12.00	6.00	6.00	28.00
23816567	THAÍS GIOVANNA ANCIUTTI	55.00		70.80		62.90	12	FONOAUDIÓLOGO	23/04/2003	9.00	4.00	6.00	36.00
23819006	ELISIANE DINIZ	65.00		53.00	2.50	61.50	13	FONOAUDIÓLOGO	18/05/1993	9.00	2.00	6.00	48.00
23819105	BEATRIZ CAROLINA KELLER	62.00		59.10		60.55	14	FONOAUDIÓLOGO	06/03/2004	12.00	6.00	0.00	44.00
23816981	KAMILA LAUANY MAROCHI	74.00				37.00	15	FONOAUDIÓLOGO	09/06/2002	15.00	6.00	9.00	44.00
23818708	LENIN EMMANUEL GUEREZ	85.00	91.75			88.38	1	MECÂNICO	27/06/1998	12.00	8.00	9.00	56.00
23817136	EZIQUIEL DE SOUZA MESSIAS	77.00	97.50			87.25	2	MECÂNICO	20/09/1989	9.00	8.00	12.00	48.00
23819201	MARCELO DE ANDRADE ROCHA	92.00	96.75			94.38	1	MECÂNICO ELETRICISTA	07/04/1985	12.00	8.00	12.00	60.00
23816630	MARCELA SOTOSKI	57.00		73.00		65.00	1	MÉDICO VETERINÁRIO	08/09/2004	9.00	4.00	12.00	32.00
23818132	SABRINA ALESSANDRA TROG	67.00		62.60		64.80	2	MÉDICO VETERINÁRIO	06/07/2001	15.00	8.00	12.00	32.00
23819021	GESSIANO DUDA	51.00		76.30		63.65	3	MÉDICO VETERINÁRIO	15/04/1996	3.00	8.00	12.00	28.00
23818620	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	58.00		63.70	2.50	63.35	4	MÉDICO VETERINÁRIO	23/08/2001	12.00	8.00	6.00	32.00
23819896	LUCIANE FURMANIAK	54.00		63.20		58.60	5	MÉDICO VETERINÁRIO	23/07/2004	6.00	10.00	6.00	32.00
23819157	ANELLIZE DREWNOWSKI	58.00		47.20	5.00	57.60	6	MÉDICO VETERINÁRIO	25/10/2001	12.00	8.00	6.00	32.00
23816506	NICOLE CHEMIN BERALDO	54.00		47.50		50.75	7	MÉDICO VETERINÁRIO	28/12/2000	12.00	4.00	6.00	32.00
23819755	LÍVIA MARIA FOGAÇA	50.00		46.90		48.45	8	MÉDICO VETERINÁRIO	04/03/2002	9.00	8.00	9.00	24.00
23818120	NATALY KAWANY DOS SANTOS DIAS	58.00				29.00	9	MÉDICO VETERINÁRIO	02/01/2001	9.00	4.00	9.00	36.00
23819897	RICARDO IANKOSKI	96.00	100.00			98.00	1	MOTORISTA	23/01/1985	15.00	10.00	15.00	56.00
23817366	JOSUÉ ELI DE ALVARENGA	93.00	100.00			96.50	2	MOTORISTA	25/02/1985	15.00	6.00	12.00	60.00
23820205	VALDINEI DE RAMOS	93.00	100.00			96.50	3	MOTORISTA	10/10/1986	12.00	6.00	15.00	60.00
23817507	RODRIGO PRESTES	93.00	100.00			96.50	4	MOTORISTA	09/01/1996	12.00	6.00	15.00	60.00
23816336	LUIS ROBERTO TEMITSKI	93.00	100.00			96.50	5	MOTORISTA	01/04/1988	12.00	10.00	15.00	56.00
23819348	AMAURI TEIXEIRA MARTINS NETO	91.00	100.00			95.50	6	MOTORISTA	17/08/1979	12.00	10.00	9.00	60.00

23818632	ODIVELSON DA CRUZ DA SILVA	90.00	100.00			95.00	7	MOTORISTA	12/01/1995	12.00	6.00	12.00	60.00
23820009	PAULO ADRIANI DO NASCIMENTO	90.00	100.00			95.00	8	MOTORISTA	29/06/1971	9.00	10.00	15.00	56.00
23817444	LUIZ CARLOS FERREIRA	90.00	100.00			95.00	9	MOTORISTA	27/06/1982	15.00	8.00	15.00	52.00
23817753	JOSÉ LUCAS DO ROZÁRIO BATISTA	90.00	100.00			95.00	10	MOTORISTA	16/03/1985	15.00	8.00	15.00	52.00
23816624	MARCELO AUGUSTO DO NASCIMENTO BUENO	90.00	100.00			95.00	11	MOTORISTA	29/10/1996	15.00	8.00	15.00	52.00
23817924	ODINEI DE OLIVEIRA	89.00	100.00			94.50	12	MOTORISTA	01/09/1984	9.00	8.00	12.00	60.00
23817708	IVAN BABIUK	89.00	100.00			94.50	13	MOTORISTA	21/05/1984	12.00	10.00	15.00	52.00
23817884	ROBSON ANTONIO LACHMAN	88.00	100.00			94.00	14	MOTORISTA	10/01/1986	6.00	10.00	12.00	60.00
23818889	LUCIANA VIEIRA FRANQUITTO	88.00	100.00			94.00	15	MOTORISTA	28/01/1982	12.00	8.00	12.00	56.00
23816587	VALDIR JOSÉ MOSSON	87.00	100.00			93.50	16	MOTORISTA	04/07/1981	9.00	10.00	12.00	56.00
23819174	DENER ADEMIR LINHARES	87.00	100.00			93.50	17	MOTORISTA	16/06/1994	6.00	10.00	15.00	56.00
23817326	LUCAS PEREIRA	87.00	100.00			93.50	18	MOTORISTA	18/10/1998	15.00	8.00	12.00	52.00
23819469	SEBASTIÃO ADRIANO SANSANA	92.00	90.00			91.00	19	MOTORISTA	18/10/1974	12.00	8.00	12.00	60.00
23818737	HELIO CAVALHEIRO	89.00	90.00			89.50	20	MOTORISTA	01/12/1969	12.00	8.00	9.00	60.00
23816579	KELIAN MATEUS NERY DE ABREU	88.00	90.00			89.00	21	MOTORISTA	06/04/1997	9.00	8.00	15.00	56.00
23816555	LUCAS ANDRÉ BULATY	96.00	80.00			88.00	22	MOTORISTA	10/07/1999	15.00	10.00	15.00	56.00
23819247	HENRIQUE LOPES ERDMANN	89.00	80.00			84.50	23	MOTORISTA	21/02/1997	15.00	10.00	12.00	52.00
23819343	JOÃO PAULO OWSIANY	87.00	80.00			83.50	24	MOTORISTA	07/06/1992	12.00	8.00	15.00	52.00
23819347	MARCIO ROBERTO ALVES DOS SANTOS	87.00	60.00			73.50	25	MOTORISTA	29/11/1990	12.00	8.00	15.00	52.00
23818429	ADRIANA SERAFIM	76.00		97.70	2.50	89.35	1	NUTRICIONISTA	25/10/1988	12.00	8.00	12.00	44.00
23818619	JULIANE RODRIGUES DE SOUZA CEUCHUK	80.00		83.30	5.00	86.65	2	NUTRICIONISTA	07/03/1984	12.00	8.00	12.00	48.00
23819930	NATHALIA SANTOS	69.00		94.60		81.80	3	NUTRICIONISTA	14/09/2005	9.00	10.00	6.00	44.00
23818027	TATIANE BAUFLEUR	64.00		89.20	5.00	81.60	4	NUTRICIONISTA	22/04/1998	12.00	10.00	6.00	36.00
23819952	FABÍOLA KAUFMANN STUANI	59.00		94.20	5.00	81.60	5	NUTRICIONISTA	13/10/1976	12.00	10.00	9.00	28.00
23819120	FERNANDA MENDES DE JESUS	57.00		94.70	5.00	80.85	6	NUTRICIONISTA	18/01/2001	15.00	4.00	6.00	32.00
23819693	MARIANE ALEXSANDRA CARNEIRO PACIESNY SUMI	56.00		94.00	5.00	80.00	7	NUTRICIONISTA	20/01/1998	9.00	6.00	9.00	32.00
23819777	SAMARA BELINSKI	56.00		99.30		77.65	8	NUTRICIONISTA	15/03/2004	9.00	6.00	9.00	32.00
23817044	LUCIMARA RIBEIRO	55.00		97.40		76.20	9	NUTRICIONISTA	11/05/1983	15.00	10.00	6.00	24.00
23818682	LUANA MAYARA DUARTE DE OLIVEIRA	52.00		98.50		75.25	10	NUTRICIONISTA	23/06/1992	6.00	6.00	0.00	40.00
23819382	MARILIA AMALIA DE MACEDO	72.00		71.00	2.50	74.00	11	NUTRICIONISTA	25/10/2001	6.00	6.00	12.00	48.00
23817905	SIRLENE DA APARECIDA DE SOUZA	62.00		78.70	2.50	72.85	12	NUTRICIONISTA	01/11/1989	12.00	4.00	6.00	40.00
23816318	LAÍS FERNANDA CARDOSO	53.00		92.50		72.75	13	NUTRICIONISTA	25/03/2006	6.00	6.00	9.00	32.00
23816345	BIANCA RUDUNIKE	60.00		81.40		70.70	14	NUTRICIONISTA	04/05/2004	9.00	10.00	9.00	32.00
23818996	LETICIA DE LARA	74.00		64.60		69.30	15	NUTRICIONISTA	11/06/2003	12.00	10.00	12.00	40.00
23819895	MARIANE HELENA MONCZAK	60.00		78.20		69.10	16	NUTRICIONISTA	24/07/2004	12.00	10.00	6.00	32.00
23817299	NICOLAIA POTOSKI FIATKOSKI	52.00		60.40		56.20	17	NUTRICIONISTA	06/11/1978	6.00	8.00	6.00	32.00
23818148	TIAGO MATEUS FERREIRA	81.00	100.00			90.50	1	OPERADOR DE MÁQUINAS	25/11/2005	12.00	8.00	9.00	52.00
23817248	CASSIANO LEONARDO CANETTI	61.00	100.00			80.50	2	OPERADOR DE MÁQUINAS	31/05/1988	9.00	4.00	12.00	36.00
23817747	PAULO CRISTIANO CARDOZO DOS SANTOS	56.00	100.00			78.00	3	OPERADOR DE MÁQUINAS	08/04/1986	9.00	6.00	9.00	32.00
23817882	LINDOMAR KALINOSKI	57.00	95.00			76.00	4	OPERADOR DE MÁQUINAS	20/11/1985	3.00	2.00	12.00	40.00
23819048	JORGE BARROS DOS SANTOS	51.00	85.00			68.00	5	OPERADOR DE MÁQUINAS	10/03/1978	9.00	4.00	6.00	32.00
23819353	CLAUDINEI DE SOUZA	70.00	60.00			65.00	6	OPERADOR DE MÁQUINAS	21/05/1984	9.00	8.00	9.00	44.00
23819857	ANDERSON ANTONIO RUVINSKI	71.00	55.00			63.00	7	OPERADOR DE MÁQUINAS	07/05/1992	15.00	8.00	12.00	36.00
23819621	CHARLES GABRIEL BUCH DOS SANTOS	70.00	55.00			62.50	8	OPERADOR DE MÁQUINAS	09/07/2002	6.00	8.00	12.00	44.00
23816333	CLEVERSON RODRIGO KOSNIYZEKO	65.00	60.00			62.50	9	OPERADOR DE MÁQUINAS	30/06/1994	3.00	6.00	12.00	44.00
23818136	ELESSON DOS SANTOS DA CRUZ	84.00	97.50			90.75	1	PEDREIRO	11/01/2004	12.00	6.00	6.00	60.00
23818604	CARLOS HENRIQUE GOMES	92.00		100.00	2.50	98.50	1	PROCURADOR	14/06/1999	15.00	10.00	15.00	52.00
23818093	NATÁLIA BOZZA PEGORARO	93.00		86.90	5.00	94.95	2	PROCURADOR	22/11/1995	12.00	10.00	15.00	56.00
23817176	FRANCIELE LUZIA SOARES	89.00		86.00	5.00	92.50	3	PROCURADOR	25/01/1994	15.00	6.00	12.00	56.00
23818202	MARCELA SACZUK NIZ	88.00		87.00	5.00	92.50	4	PROCURADOR	13/12/1996	15.00	10.00	15.00	48.00
23818304	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	79.00		100.00	2.50	92.00	5	PROCURADOR	30/03/1981	15.00	8.00	12.00	44.00
23817480	LUIS HENRIQUE BUENO	100.00		83.50		91.75	6	PROCURADOR	21/06/1989	15.00	10.00	15.00	60.00
23819291	ANA FLÁVIA ALVES DE LIMA	78.00		95.00	5.00	91.50	7	PROCURADOR	26/04/1998	12.00	10.00	12.00	44.00
23817178	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	85.00		86.30	5.00	90.65	8	PROCURADOR	06/09/2000	15.00	10.00	12.00	48.00
23819935	JOSIANE WEISS	84.00		84.00	5.00	89.00	9	PROCURADOR	24/01/1987	15.00	6.00	15.00	48.00
23819279	LUCAS RODRIGUES	97.00		74.30	2.50	88.15	10	PROCURADOR	25/05/2001	15.00	10.00	12.00	60.00
23819240	PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI	89.00		86.70		87.85	11	PROCURADOR	01/11/1981	15.00	10.00	12.00	52.00
23816789	ANDRÉ LUIZ QUAGLIOTTO	83.00		80.30	5.00	86.65	12	PROCURADOR	24/11/1997	15.00	10.00	6.00	52.00
23819903	CAMILA ZANIOLO PRATES	86.00		87.10		86.55	13	PROCURADOR	16/03/2003	12.00	10.00	12.00	52.00

23819908	JAIME FERNANDES DE CARVALHO FILHO	86.00		86.80		86.40	14	PROCURADOR	16/12/2003	12.00	10.00	12.00	52.00
23819803	LUCIA SKRZECZKOWSKI	77.00		83.90	5.00	85.45	15	PROCURADOR	07/02/1994	15.00	10.00	12.00	40.00
23818313	CLAUDIO GARTNER	76.00		82.40	5.00	84.20	16	PROCURADOR	16/09/1980	12.00	8.00	12.00	44.00
23816786	MILENE IARROCHESKI	74.00		83.70	5.00	83.85	17	PROCURADOR	21/09/1999	12.00	8.00	6.00	48.00
23817359	RODRIGO RODBARD FALAT	83.00		79.30	2.50	83.65	18	PROCURADOR	14/03/1999	15.00	8.00	12.00	48.00
23819922	PRISCILA CHYLAJENKO	82.00		84.80		83.40	19	PROCURADOR	29/03/2002	15.00	10.00	9.00	48.00
23819190	VANESSA FAUST CORDEIRO	81.00		85.30		83.15	20	PROCURADOR	21/05/1996	12.00	6.00	15.00	48.00
23816620	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	87.00		79.00		83.00	21	PROCURADOR	25/10/1994	12.00	8.00	15.00	52.00
23818308	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	72.00		82.90	5.00	82.45	22	PROCURADOR	24/09/1988	12.00	10.00	6.00	44.00
23818216	TIAGO FELIPE NUNES DA SILVA	79.00		84.80		81.90	23	PROCURADOR	29/07/2003	12.00	10.00	9.00	48.00
23819044	GABRIELA GIANINE HALICKI	85.00		77.40		81.20	24	PROCURADOR	15/01/1997	15.00	6.00	12.00	52.00
23819215	HENRIQUE IANIK PORTELA FRANCO	72.00		85.20	2.50	81.10	25	PROCURADOR	03/04/1999	15.00	8.00	9.00	40.00
23819319	KAROLINE JULINAK DJUBATIE	79.00		83.00		81.00	26	PROCURADOR	14/06/2004	15.00	10.00	6.00	48.00
23819653	FRANCE FERRARI CAMARGO	71.00		85.00	2.50	80.50	27	PROCURADOR	06/08/1977	15.00	8.00	12.00	36.00
23820180	LAIS FERNANDA ZEM	82.00		73.70	2.50	80.35	28	PROCURADOR	26/04/1995	15.00	6.00	9.00	52.00
23819995	RICARDO APARECIDO DE SOUTO	69.00		70.60	10.00	79.80	29	PROCURADOR	01/10/1981	15.00	10.00	12.00	32.00
23816660	MARCOS VIGAND	78.00		76.50	2.50	79.75	30	PROCURADOR	11/03/1988	15.00	10.00	9.00	44.00
23818578	RAUL VICTOR VELTER MACHADO	79.00		78.10		78.55	31	PROCURADOR	08/11/2003	15.00	8.00	12.00	44.00
23817479	LIBORIO CASSIANO MILLEO	69.00		78.10	5.00	78.55	32	PROCURADOR	05/10/1970	15.00	6.00	12.00	36.00
23816729	ROBERT CAPOTE DE OLIVEIRA	71.00		85.00		78.00	33	PROCURADOR	12/09/1996	12.00	10.00	9.00	40.00
23817722	MAYRA CRISTINA GEHRKE	68.00		87.60		77.80	34	PROCURADOR	23/10/1986	9.00	6.00	9.00	44.00
23819230	FERNANDO MOREIRA FERREIRA	73.00		82.50		77.75	35	PROCURADOR	12/02/1998	12.00	10.00	15.00	36.00
23819060	ANA LETÍCIA SEIDL BURGATH	70.00		85.00		77.50	36	PROCURADOR	31/10/2003	12.00	10.00	12.00	36.00
23820240	GIANCARLO GRACIOLI	83.00		66.50	2.50	77.25	37	PROCURADOR	02/08/1979	15.00	8.00	12.00	48.00
23819817	JOAO RICARDO SEBENELLO	80.00		74.10		77.05	38	PROCURADOR	06/04/1998	12.00	10.00	6.00	52.00
23819704	ELOISE DE ALMEIDA ROCHA	77.00		76.60		76.80	39	PROCURADOR	04/07/2003	12.00	8.00	9.00	48.00
23817563	MARIA EDUARDA ALVES FRANÇA DA CRUZ	68.00		85.30		76.65	40	PROCURADOR	22/11/2005	12.00	8.00	12.00	36.00
23816874	CARLA CRISTINA STRONA ANTUNES	79.00		72.00		75.50	41	PROCURADOR	12/06/1998	15.00	8.00	12.00	44.00
23818854	HELOISA BUCO MORETTO	60.00		81.00	5.00	75.50	42	PROCURADOR	28/06/1999	9.00	10.00	9.00	32.00
23820225	FÁBIO JUNIOR DE SOUZA	77.00		73.20		75.10	43	PROCURADOR	24/07/1989	12.00	8.00	9.00	48.00
23817857	GABRIEL MADUREIRA COLAÇO	66.00		83.60		74.80	44	PROCURADOR	06/03/2003	9.00	8.00	9.00	40.00
23818497	MILENA DE PAULA FERNANDES	70.00		79.10		74.55	45	PROCURADOR	18/02/2003	15.00	10.00	9.00	36.00
23818367	MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO	59.00		89.50		74.25	46	PROCURADOR	29/12/1998	12.00	10.00	9.00	28.00
23816392	CHRYSTIAN CATARINA	72.00		71.30	2.50	74.15	47	PROCURADOR	19/10/1992	12.00	6.00	6.00	48.00
23819325	KLAUSS ROBERTO MERLIN	63.00		85.30		74.15	48	PROCURADOR	26/06/2004	9.00	8.00	6.00	40.00
23819173	JOSÉ LUAN PEDROSO	73.00		74.80		73.90	49	PROCURADOR	23/03/2002	15.00	10.00	12.00	36.00
23818433	BRENDHA DE ANDRADE BOROCHOK	63.00		83.40		73.20	50	PROCURADOR	05/08/2004	12.00	6.00	9.00	36.00
23818563	ÉRIKA TAINÁ RIBEIRO	60.00		85.60		72.80	51	PROCURADOR	13/08/2002	9.00	10.00	9.00	32.00
23819996	PEDRO LUIS CHEMIN	71.00		74.50		72.75	52	PROCURADOR	30/03/1992	12.00	10.00	9.00	40.00
23818097	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	64.00		80.80		72.40	53	PROCURADOR	02/08/1993	15.00	4.00	9.00	36.00
23818765	DÉBORA REGINA GALICKI	62.00		82.60		72.30	54	PROCURADOR	25/10/2003	15.00	10.00	9.00	28.00
23818517	JULIANO DE FREITAS LEJAMBRE SEIXAS	61.00		83.40		72.20	55	PROCURADOR	14/12/1981	15.00	8.00	6.00	32.00
23818265	LUANA CAROLINA DOS ANJOS INAREJOS	60.00		77.30	2.50	71.15	56	PROCURADOR	30/12/1995	12.00	2.00	6.00	40.00
23818865	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	72.00		59.70	5.00	70.85	57	PROCURADOR	12/04/1974	15.00	8.00	9.00	40.00
23820183	JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA	58.00		78.40	2.50	70.70	58	PROCURADOR	01/08/1982	9.00	8.00	9.00	32.00
23817825	ALESSANDRA MANCASZ	60.00		81.30		70.65	59	PROCURADOR	15/02/1994	9.00	2.00	9.00	40.00
23818138	LUCIOLA ETYENNE FERREIRA ANGELO	59.00		72.30	5.00	70.65	60	PROCURADOR	19/09/1976	9.00	6.00	12.00	32.00
23819035	ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK	66.00		75.20		70.60	61	PROCURADOR	23/11/1991	12.00	6.00	12.00	36.00
23819011	JOÃO VICTOR NOGUEIRA HORN	72.00		67.00		69.50	62	PROCURADOR	15/07/1996	9.00	10.00	9.00	44.00
23818303	DYELLEN ALICE FORGHIERI DE PAULA	66.00		72.20		69.10	63	PROCURADOR	10/09/1985	15.00	10.00	9.00	32.00
23819820	HELENA ZEM RIQUELME	71.00		66.80		68.90	64	PROCURADOR	09/10/2003	9.00	6.00	12.00	44.00
23818214	ANDRÉ GALVAN DANTAS MOTTA	60.00		76.50		68.25	65	PROCURADOR	05/06/2002	6.00	2.00	12.00	40.00
23819823	GABRIEL DA SILVA CORDEIRO	63.00		71.30		67.15	66	PROCURADOR	05/02/2004	9.00	8.00	6.00	40.00
23819914	JOAN WRUBLESKI	53.00		71.60		62.30	67	PROCURADOR	05/12/1999	12.00	4.00	9.00	28.00
23816411	NÁTALY JUBANSKI	53.00		71.50		62.25	68	PROCURADOR	11/12/1999	6.00	6.00	9.00	32.00
23817735	ELAINE CRISTINA SOARES SURMACZ	52.00		71.80		61.90	69	PROCURADOR	08/02/1972	6.00	4.00	6.00	36.00
23817558	EMANUEL VITOR STALISZ	54.00		68.30		61.15	70	PROCURADOR	07/01/2000	9.00	8.00	9.00	28.00
23820034	LEONARDO DE QUADROS	57.00		64.20		60.60	71	PROCURADOR	05/02/1999	6.00	6.00	9.00	36.00
23817273	DIONES PADILHA	58.00		62.80		60.40	72	PROCURADOR	21/04/1994	9.00	4.00	9.00	36.00
23819739	JOSÉ HENRIQUE SCARATTI	60.00				30.00	73	PROCURADOR	11/11/2003	12.00	10.00	6.00	32.00

23819454	RAFAEL YACANA PEREIRA JARDIM	52.00				26.00	74	PROCURADOR	08/04/1995	9.00	6.00	9.00	28.00
23817097	JANAINA PERUSSELLI	97.00		96.40	5.00	101.70	1	PROFESSOR	19/02/2001	15.00	10.00	12.00	60.00
23816645	DHULIAN APARECIDA WALESKI IANTAS	100.00		91.50	5.00	100.75	2	PROFESSOR	09/10/1993	15.00	10.00	15.00	60.00
23816750	SIMONE APARECIDA MIGON	92.00		88.00	10.00	100.00	3	PROFESSOR	29/08/1990	12.00	8.00	12.00	60.00
23817739	ROSIANE APARECIDA KENDZIERSKI	97.00		92.10	5.00	99.55	4	PROFESSOR	01/01/1982	15.00	10.00	12.00	60.00
23816343	EDUARDA FARIAS DOS SANTOS	97.00		91.00	5.00	99.00	5	PROFESSOR	24/11/2002	15.00	10.00	12.00	60.00
23816316	LEONICE RUVIENSKI PEREIRA	100.00		96.00		98.00	6	PROFESSOR	29/04/1991	15.00	10.00	15.00	60.00
23816853	MARCIA SCAVINSKI	94.00		91.60	5.00	97.80	7	PROFESSOR	24/05/1994	12.00	10.00	12.00	60.00
23818177	VALQUIRIA STODOLNY PIRES	97.00		88.00	5.00	97.50	8	PROFESSOR	13/06/1990	12.00	10.00	15.00	60.00
23818024	SARAH GEREMIAS DE MATOS	90.00		94.20	5.00	97.10	9	PROFESSOR	18/05/1998	12.00	6.00	12.00	60.00
23816328	PAULA GUADALUPE ROMANHUK	95.00		87.90	5.00	96.45	10	PROFESSOR	18/04/2000	15.00	8.00	12.00	60.00
23820066	ÉRICA PAULA BURAKI	88.00		91.20	5.00	94.60	11	PROFESSOR	03/01/1998	12.00	10.00	6.00	60.00
23819775	GUILHERME HUK	97.00		81.90	5.00	94.45	12	PROFESSOR	24/05/1991	15.00	10.00	12.00	60.00
23818951	ADRILAINE PADILHA	91.00		87.90	5.00	94.45	13	PROFESSOR	17/09/1998	15.00	4.00	12.00	60.00
23819983	SUELEN APARECIDA SANTOS PRESTUPA	89.00		89.70	5.00	94.35	14	PROFESSOR	27/07/1992	15.00	8.00	6.00	60.00
23819745	AMANDA SLUZALA	94.00		92.50		93.25	15	PROFESSOR	31/10/1997	15.00	10.00	9.00	60.00
23818108	ANDREA MARIA ALIBOSKI ULBRICH	92.00		89.30	2.50	93.15	16	PROFESSOR	06/05/1980	15.00	8.00	9.00	60.00
23818235	DHEILA CRISTIANE WALESKI	97.00		83.60	2.50	92.80	17	PROFESSOR	27/09/1994	15.00	10.00	12.00	60.00
23816818	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	89.00		86.40	5.00	92.70	18	PROFESSOR	29/12/2000	12.00	8.00	9.00	60.00
23819362	EDINEIA PADILHA DE SOUZA DA SILVA	88.00		86.90	5.00	92.45	19	PROFESSOR	18/10/1989	12.00	4.00	12.00	60.00
23819614	VANESSA TRZASKOS	100.00		79.40	2.50	92.20	20	PROFESSOR	23/11/1997	15.00	10.00	15.00	60.00
23817105	DIOVANA PIRES DE RAMOS	88.00		86.20	5.00	92.10	21	PROFESSOR	12/06/1997	12.00	4.00	12.00	60.00
23816640	KASSIANE CREVELIM RIBEIRO	91.00		92.70		91.85	22	PROFESSOR	07/05/2003	12.00	10.00	9.00	60.00
23819797	ALESSANDRA CARARO KALINOSKI	91.00		82.50	5.00	91.75	23	PROFESSOR	10/11/1996	9.00	10.00	12.00	60.00
23816469	MARLON JOÃO CHMIK	95.00		78.40	5.00	91.70	24	PROFESSOR	01/10/2003	12.00	8.00	15.00	60.00
23819994	TAIS GABRIELA HLATKI VICHINEVSKI	93.00		90.00		91.50	25	PROFESSOR	31/07/2005	15.00	6.00	12.00	60.00
23819647	RAQUEL GIANI SOARES FRANCO	92.00		90.50		91.25	26	PROFESSOR	22/02/2005	12.00	8.00	12.00	60.00
23816319	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	88.00		94.10		91.05	27	PROFESSOR	24/06/2005	12.00	4.00	12.00	60.00
23817818	LARISSA VANESSA PRINCIVAL MARTINS BELNIAK	94.00		88.00		91.00	28	PROFESSOR	28/05/1999	9.00	10.00	15.00	60.00
23819273	PAULA ADRIANA MAJEWSKI BARILLI	86.00		85.50	5.00	90.75	29	PROFESSOR	28/06/1989	9.00	8.00	9.00	60.00
23818885	NATALIA DIADIO DE PAULA	88.00		88.00	2.50	90.50	30	PROFESSOR	11/01/2000	12.00	4.00	12.00	60.00
23819430	LUANA LETICIA DE RAMOS	91.00		90.00		90.50	31	PROFESSOR	06/11/2003	9.00	10.00	12.00	60.00
23819839	KELLY CRISTINA DE ALBUQUERQUE SAMONEK	88.00		92.70		90.35	32	PROFESSOR	15/03/1989	12.00	10.00	6.00	60.00
23819721	SANDRA APARECIDA PACHECO	91.00		79.50	5.00	90.25	33	PROFESSOR	01/04/1991	15.00	4.00	12.00	60.00
23817590	MAYARA LUIZA FUCILINI LEAL	97.00		82.80		89.90	34	PROFESSOR	08/10/1999	15.00	10.00	12.00	60.00
23818699	ELAINE MARIA SMALESKI	85.00		89.80	2.50	89.90	35	PROFESSOR	04/11/1999	12.00	4.00	9.00	60.00
23817526	MARIANA DOROCINSKI DIETRICH	85.00		84.80	5.00	89.90	36	PROFESSOR	11/04/2001	12.00	8.00	9.00	56.00
23817663	VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO	90.00		84.20	2.50	89.60	37	PROFESSOR	02/08/1996	15.00	6.00	9.00	60.00
23817552	PAULA CRISTINA GUACHINESKI DE ANDRADE	95.00		83.90		89.45	38	PROFESSOR	25/11/1997	15.00	8.00	12.00	60.00
23816347	RUBIANA VITÓRIA MARTINS	88.00		90.80		89.40	39	PROFESSOR	26/03/2003	12.00	4.00	12.00	60.00
23816367	MARIA STRADA	92.00		86.80		89.40	40	PROFESSOR	30/05/1995	9.00	8.00	15.00	60.00
23818663	KEVIN VALENTIM DUDA	91.00		87.30		89.15	41	PROFESSOR	03/07/2009	15.00	10.00	6.00	60.00
23819394	EDINÉIA MARIA DE OLIVEIRA DE RAMOS CARNEIRO	93.00		79.50	2.50	88.75	42	PROFESSOR	28/05/1984	15.00	6.00	12.00	60.00
23817182	FABIOLA LUANA SOARES	85.00		82.30	5.00	88.65	43	PROFESSOR	13/10/1997	12.00	4.00	9.00	60.00
23819250	REGUINA KOVALCZYK DREWNOWSKI	87.00		80.30	5.00	88.65	44	PROFESSOR	13/06/1976	9.00	6.00	12.00	60.00
23817400	DIONATAN SOARES POPOVICZ	87.00		90.10		88.55	45	PROFESSOR	28/10/2005	12.00	10.00	9.00	56.00
23816492	IGOR KOJUNSKI	90.00		87.00		88.50	46	PROFESSOR	02/04/1997	12.00	6.00	12.00	60.00
23817491	KELI FERNANDA SINHORI	84.00		92.70		88.35	47	PROFESSOR	24/03/2007	12.00	6.00	6.00	60.00
23819816	FERNANDA RAFAELA DE CAMPOS	93.00		83.30		88.15	48	PROFESSOR	17/06/2001	15.00	6.00	12.00	60.00
23820051	SAMIRA RIBAS DOS SANTOS	91.00		85.30		88.15	49	PROFESSOR	01/05/2004	12.00	10.00	9.00	60.00
23817150	VANESSA BIALESKI	84.00		87.20	2.50	88.10	50	PROFESSOR	16/09/1997	9.00	6.00	9.00	60.00
23817184	ANDRELAINE DE DEUS LOURENCO	88.00		83.00	2.50	88.00	51	PROFESSOR	04/10/2000	12.00	4.00	12.00	60.00
23820192	MATHIAS GUSTAVO MACHADO STASIAK	87.00		89.00		88.00	52	PROFESSOR	31/03/1999	9.00	6.00	12.00	60.00
23816519	ERIK NOGUEIRA FRANÇÃ	97.00		78.30		87.65	53	PROFESSOR	23/04/2006	15.00	10.00	12.00	60.00
23818635	EDNA MARTINS SURMACZ	90.00		75.20	5.00	87.60	54	PROFESSOR	20/08/1984	12.00	6.00	12.00	60.00
23820200	GABRIEL FOGAÇA DOS SANTOS	85.00		90.00		87.50	55	PROFESSOR	04/08/2006	12.00	4.00	9.00	60.00
23818221	ADRIANA APARECIDA MOLETTA	87.00		77.10	5.00	87.05	56	PROFESSOR	14/10/1990	15.00	6.00	6.00	60.00

23817838	PAULA GABRIELY SANTOS SIQUEIRA	88.00		86.00		87.00	57	PROFESSOR	02/12/2002	12.00	8.00	12.00	56.00
23818006	ADRIANE DA LUZ MIRANDA	90.00		83.90		86.95	58	PROFESSOR	12/01/2006	12.00	6.00	12.00	60.00
23817345	SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA	85.00		78.90	5.00	86.95	59	PROFESSOR	21/05/1996	12.00	4.00	9.00	60.00
23819833	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	92.00		80.90		86.45	60	PROFESSOR	10/04/1988	12.00	8.00	12.00	60.00
23819289	LETÍCIA FUSVERK ABIB	89.00		73.10	5.00	86.05	61	PROFESSOR	07/05/1998	9.00	8.00	12.00	60.00
23819329	LARISSA ADAMSKI	85.00		86.90		85.95	62	PROFESSOR	04/09/1999	12.00	4.00	9.00	60.00
23816376	CARLA FLAIANE DA SILVA	97.00		74.60		85.80	63	PROFESSOR	01/01/1993	12.00	10.00	15.00	60.00
23819402	LEODOCILDA PLODOVISKI	85.00		76.30	5.00	85.65	64	PROFESSOR	04/04/1973	12.00	4.00	9.00	60.00
23816994	KAROLINA DA SILVA	84.00		87.30		85.65	65	PROFESSOR	12/01/2005	9.00	6.00	9.00	60.00
23818930	REGINALDO FERNANDO MOLETA	85.00		86.10		85.55	66	PROFESSOR	24/05/1989	9.00	8.00	12.00	56.00
23818254	EDUARDO RAPHAEL KULKA	89.00		81.90		85.45	67	PROFESSOR	28/03/2009	15.00	8.00	6.00	60.00
23817283	ANGELICA LAIS WODONOS PACHINSKI	85.00		75.90	5.00	85.45	68	PROFESSOR	17/04/1992	15.00	2.00	12.00	56.00
23819586	ADRIELY LAIZA DE MORAIS	88.00		72.80	5.00	85.40	69	PROFESSOR	31/03/1998	6.00	10.00	12.00	60.00
23819396	LARISSA DE RAMOS CARNEIRO	91.00		79.60		85.30	70	PROFESSOR	04/07/2010	12.00	10.00	9.00	60.00
23819117	MARIA LUÍSA VISINONI KOTRYBALA	84.00		76.50	5.00	85.25	71	PROFESSOR	25/01/2002	9.00	10.00	9.00	56.00
23816662	MARIA DA SILVA PINTO	92.00		78.30		85.15	72	PROFESSOR	31/07/1983	12.00	8.00	12.00	60.00
23818172	MAÍSA DE FATIMA SCHIER	88.00		81.90		84.95	73	PROFESSOR	29/05/2007	12.00	4.00	12.00	60.00
23817632	THAÍS FRANCO	87.00		81.40		84.20	74	PROFESSOR	10/07/2004	12.00	6.00	9.00	60.00
23819686	MARINA APARECIDA BOSCARDIN	89.00		79.10		84.05	75	PROFESSOR	23/02/2003	9.00	8.00	12.00	60.00
23819324	ALEXSANDRA APARECIDA SMALESKI PRINCIVAL	87.00		70.50	5.00	83.75	76	PROFESSOR	30/09/1999	15.00	0.00	12.00	60.00
23817551	SUZAMARA SOARES DOS SANTOS	86.00		81.10		83.55	77	PROFESSOR	29/11/1984	6.00	8.00	12.00	60.00
23817164	INÊS LUCIANE SNAIDER LAU	91.00		76.00		83.50	78	PROFESSOR	27/08/1981	12.00	10.00	9.00	60.00
23818091	GIANE KUBLITSKI SURMACZ	86.00		75.90	2.50	83.45	79	PROFESSOR	05/02/1989	9.00	2.00	15.00	60.00
23816840	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	86.00		80.70		83.35	80	PROFESSOR	29/01/2006	12.00	10.00	12.00	52.00
23817206	ANIELIE RATUCHNHAK LIPKA	84.00		72.10	5.00	83.05	81	PROFESSOR	16/07/1984	12.00	8.00	12.00	52.00
23819357	JAÍNE RAQUEL IVANCHESKI	84.00		81.50		82.75	82	PROFESSOR	28/08/2003	12.00	6.00	6.00	60.00
23816796	DANIELI POPOVICZ	82.00		73.40	5.00	82.70	83	PROFESSOR	10/05/1998	6.00	4.00	12.00	60.00
23817748	LETICIA APARECIDA GRUCHINSKI	86.00		79.20		82.60	84	PROFESSOR	04/10/2005	9.00	8.00	9.00	60.00
23816947	ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA	84.00		81.10		82.55	85	PROFESSOR	21/09/2004	12.00	6.00	6.00	60.00
23817506	TATIANE KOCHINHERKO FERRAZ	85.00		80.10		82.55	86	PROFESSOR	15/06/1997	12.00	8.00	9.00	56.00
23816739	POLYANA LETÍCIA COSTA	85.00		75.00	2.50	82.50	87	PROFESSOR	16/05/2001	15.00	4.00	6.00	60.00
23818648	TÂMY EDUARDA OLIVEIRA MIRANDA	84.00		81.00		82.50	88	PROFESSOR	11/04/2009	12.00	4.00	12.00	56.00
23819113	ANA CLARA MIKOVSKI	87.00		77.70		82.35	89	PROFESSOR	27/02/2008	9.00	6.00	12.00	60.00
23816524	ANDRESSA ROMAN	87.00		77.60		82.30	90	PROFESSOR	30/04/2005	9.00	6.00	12.00	60.00
23820037	JOÃO PAULO GARCIA DOS PASSOS	95.00		69.20		82.10	91	PROFESSOR	25/07/2003	15.00	8.00	12.00	60.00
23819102	MARIA IZABEL ROIKO RATUCHINIAK	85.00		78.30		81.65	92	PROFESSOR	01/07/2009	12.00	4.00	9.00	60.00
23819906	MARIA JÚLIA ROMANHUK NOS	84.00		79.20		81.60	93	PROFESSOR	14/05/2005	12.00	6.00	6.00	60.00
23816652	SILVANA BIALESKI	85.00		77.80		81.40	94	PROFESSOR	04/11/1981	12.00	4.00	9.00	60.00
23817787	JACKELINE GRONTOWSKI	86.00		76.50		81.25	95	PROFESSOR	26/09/2001	12.00	8.00	6.00	60.00
23817931	JOINGRIDI GABRIELLE DE ANDRADE	85.00		77.30		81.15	96	PROFESSOR	14/11/2002	9.00	10.00	6.00	60.00
23819098	NICOLI CORREIA PALHANO	85.00		77.10		81.05	97	PROFESSOR	13/05/2007	9.00	10.00	6.00	60.00
23818886	GESIELE LOURENÇO DE SOUZA	85.00		77.10		81.05	98	PROFESSOR	18/07/1995	6.00	10.00	9.00	60.00
23817406	EVELIN MARIA BORGES	90.00		71.70		80.85	99	PROFESSOR	20/03/1998	12.00	10.00	12.00	56.00
23819877	TATIELE NIEVOLA ANDREIKO	85.00		75.50		80.25	100	PROFESSOR	16/09/1995	9.00	8.00	12.00	56.00
23816614	GISELY DOS SANTOS FERREIRA	85.00		75.40		80.20	101	PROFESSOR	02/06/2007	12.00	4.00	9.00	60.00
23819975	KÉSIA MARTINI	85.00		75.30		80.15	102	PROFESSOR	03/10/2009	12.00	4.00	9.00	60.00
23816593	CALINE VIEIRA CAVALIM ROSARIO	91.00		69.10		80.05	103	PROFESSOR	22/12/1998	15.00	4.00	12.00	60.00
23816342	ANA CRISTINA MAKOSKI	87.00		72.90		79.95	104	PROFESSOR	07/06/2001	12.00	6.00	9.00	60.00
23819846	THASLYNE OLIVEIRA GAIEVICZ	84.00		74.80		79.40	105	PROFESSOR	21/04/2010	12.00	6.00	6.00	60.00
23818204	CRISLAINE FUTERKO	94.00		64.70		79.35	106	PROFESSOR	02/05/2001	15.00	10.00	9.00	60.00
23817109	KAUANE SOARES POPOVICZ	85.00		71.90		78.45	107	PROFESSOR	03/10/2009	9.00	10.00	6.00	60.00
23816898	THAYNÁ FRANCO	89.00		67.70		78.35	108	PROFESSOR	06/06/2007	9.00	8.00	12.00	60.00
23818598	ADRIEL WESLLEY DE MORAIS	88.00		57.80	5.00	77.90	109	PROFESSOR	20/01/2004	6.00	10.00	12.00	60.00
23819375	ANAY RENATA CEQUINEL	86.00		69.30		77.65	110	PROFESSOR	03/04/2010	9.00	8.00	9.00	60.00
23819639	ADRIELI MARIA STODOLNI	85.00		70.20		77.60	111	PROFESSOR	05/08/2007	12.00	4.00	9.00	60.00
23819960	CINTIA CRISTINA PERUZZO	88.00		66.80		77.40	112	PROFESSOR	02/06/1986	12.00	4.00	12.00	60.00
23816746	ALEXANDRO PINTO	86.00		67.70		76.85	113	PROFESSOR	30/11/2004	9.00	8.00	9.00	60.00
23819699	CLAUDINEI ZABOROSKI	85.00		67.40		76.20	114	PROFESSOR	09/07/1997	12.00	4.00	9.00	60.00
23816632	CRISTINA EMANOELI PEREIRA	87.00		64.50		75.75	115	PROFESSOR	17/12/2002	9.00	10.00	12.00	56.00
23817080	MARIELI BRAZ	84.00		67.10		75.55	116	PROFESSOR	07/05/2007	12.00	6.00	6.00	60.00

23818901	CHARYS CHAMYLLE DE MELO CABRAL	85.00		65.40		75.20	117	PROFESSOR	06/09/1990	9.00	4.00	12.00	60.00
23819013	LAÍZA FERREIRA DE LIMA	87.00		61.60		74.30	118	PROFESSOR	31/05/2009	12.00	6.00	9.00	60.00
23818629	THAIS DE ANDRADE FERREIRA	84.00		63.30		73.65	119	PROFESSOR	02/01/2007	12.00	4.00	12.00	56.00
23816337	ALINE LETICIA CORDEIRO ANDRADE	84.00		60.90		72.45	120	PROFESSOR	05/02/2007	15.00	8.00	9.00	52.00
23816384	DENISE DE PAULA	88.00		55.90		71.95	121	PROFESSOR	24/09/1996	9.00	10.00	9.00	60.00
23818271	CAROLINE SURMACZ PLODOVISKI	84.00		59.20		71.60	122	PROFESSOR	27/06/2007	9.00	4.00	15.00	56.00
23819327	JOSILDA BAZIEWICZ VALENGA	62.00		74.00	2.50	70.50	123	PROFESSOR	27/10/1989	6.00	0.00	12.00	44.00
23816317	CAMILA ANDRESSA VIANA	85.00		48.80		66.90	124	PROFESSOR	09/12/2003	9.00	4.00	12.00	60.00
23817523	DILCINÉIA PRINCIVAL	88.00		35.00	5.00	66.50	125	PROFESSOR	18/09/1997	12.00	8.00	12.00	56.00
23817634	ANA PAULA FERRAZ	92.00		28.00		60.00	126	PROFESSOR	10/07/2005	15.00	8.00	9.00	60.00
23819265	ANGELICA SCHUTA	90.00		30.00		60.00	127	PROFESSOR	30/04/2003	12.00	6.00	12.00	60.00
23820020	GISLAINE PRESTUPA BIALESKI	91.00			2.50	48.00	128	PROFESSOR	22/08/1986	12.00	10.00	9.00	60.00
23816638	ANGELA APARECIDA LINHARES DE LIMA	85.00			5.00	47.50	129	PROFESSOR	01/07/1994	9.00	4.00	12.00	60.00
23818096	ANA VITORIA KNOPIK	91.00				45.50	130	PROFESSOR	30/04/2010	9.00	10.00	12.00	60.00
23819508	JAÍNE KNAUT LEAL	88.00				44.00	131	PROFESSOR	27/11/2009	15.00	4.00	9.00	60.00
23816356	MAIARA DUTRA IANKOSKI	88.00				44.00	132	PROFESSOR	14/06/2003	12.00	4.00	12.00	60.00
23817023	PALOMA MAYARA MARTINS	88.00				44.00	133	PROFESSOR	03/08/2009	12.00	10.00	6.00	60.00
23817489	VIVIANE MOTEKA	86.00				43.00	134	PROFESSOR	04/04/2008	9.00	8.00	9.00	60.00
23818649	ANNELIZE BRANDINO AMORIM	86.00				43.00	135	PROFESSOR	18/12/2001	12.00	6.00	12.00	56.00
23817458	ROSANGELA NATALICE MARTINS MAZUR	85.00				42.50	136	PROFESSOR	25/12/1979	12.00	4.00	9.00	60.00
23816782	YGOR GABRIEL CORDEIRO DOS SANTOS	85.00				42.50	137	PROFESSOR	09/09/2008	12.00	4.00	9.00	60.00
23820222	THAYANE HANTONIA MELO ALVES	85.00				42.50	138	PROFESSOR	30/06/2004	6.00	8.00	15.00	56.00
23819434	JOCIMARA DOS SANTOS	84.00				42.00	139	PROFESSOR	08/09/2003	9.00	6.00	9.00	60.00
23819887	ALINE DA LUZ	84.00				42.00	140	PROFESSOR	12/05/2007	15.00	4.00	9.00	56.00
23820245	PEDRO HENRIQUE JOFFE	82.00		90.10		86.05	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/05/2004	12.00	8.00	6.00	56.00
23818331	CARLOS ALBERTO CANIDO MENDEZ	72.00		93.70	2.50	85.35	2	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	05/09/1981	9.00	6.00	9.00	48.00
23817780	LUNA BOMFIM	75.00		95.00		85.00	3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	29/10/2004	12.00	4.00	3.00	56.00
23820146	LEONARDO FRANCISCO DE LAZARI	79.00		90.80		84.90	4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/10/2006	12.00	8.00	3.00	56.00
23819045	AMANDA DE JESUS SCHERER REITZ	76.00		92.00		84.00	5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	19/11/2000	9.00	4.00	3.00	60.00
23816514	MARIANA VICTORIA BURKO HERTHEL	79.00		88.90		83.95	6	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	26/10/2004	12.00	6.00	9.00	52.00
23818793	PEDRO MALOJO FERREIRA	80.00		87.00		83.50	7	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	29/11/2006	12.00	10.00	6.00	52.00
23817587	EVELIN ANDRESSA SCHEFER	72.00		92.60		82.30	8	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	11/02/1998	15.00	6.00	3.00	48.00
23819627	PAULO VILSON IVANCHESKI	65.00		89.00	5.00	82.00	9	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/12/1981	6.00	6.00	9.00	44.00
23819899	ALINE FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	66.00		92.50	2.50	81.75	10	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/04/1992	9.00	6.00	3.00	48.00
23819460	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	73.00		89.80		81.40	11	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03/11/2004	3.00	4.00	6.00	60.00
23819388	MARIANA TOMAL	67.00		94.40		80.70	12	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	04/03/1994	9.00	4.00	6.00	48.00
23820214	ANA CAROLINA MARTINS DE SOUZA	64.00		91.50	2.50	80.25	13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	21/11/1988	12.00	2.00	6.00	44.00
23818343	WESLEY GABRIEL DOS SANTOS	66.00		93.00		79.50	14	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	25/06/2005	6.00	8.00	0.00	52.00
23819862	WAGNER BORGES	64.00		92.50		78.25	15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	09/06/2003	12.00	2.00	6.00	44.00
23818960	MARIA EDUARDA ADAMSKI	53.00		94.40		73.70	16	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/06/2005	9.00	6.00	6.00	32.00
23818530	BRUNA CAMPOS GEMPKA	51.00		94.00		72.50	17	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	06/08/1998	3.00	2.00	6.00	40.00
23819606	LUIS MIGUEL DA LUZ	68.00		71.30	2.50	72.15	18	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	21/09/2001	6.00	4.00	6.00	52.00
23819826	CLAUDIÉLI ALESSANDRA DA SILVA BUENO	67.00		71.60		69.30	19	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	20/10/1995	12.00	4.00	3.00	48.00
23816918	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	51.00		67.90	5.00	64.45	20	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/07/1994	6.00	2.00	3.00	40.00
23819993	FABIANA FARIAS AFONSO	61.00		65.20		63.10	21	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	23/10/1989	6.00	4.00	3.00	48.00
23819151	ANA PAULA TULIO	56.00		62.80		59.40	22	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/11/2003	9.00	6.00	9.00	32.00
23818925	LUIZ GABRIEL VASCO	50.00		58.90		54.45	23	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	11/06/2003	6.00	4.00	0.00	40.00
23819821	HENRIQUE MALOJO	61.00		38.80		49.90	24	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/02/2004	9.00	8.00	0.00	44.00
23820154	ABIGAIL TERESINHA GAIOSKI	82.00				41.00	25	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	08/02/1985	12.00	8.00	6.00	56.00
23818342	DÉBORA ADRIELLY PATCZYK	69.00			2.50	37.00	26	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	20/07/2001	12.00	10.00	3.00	44.00
23818222	EDIMAR VAZ DO CARMO	70.00				35.00	27	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03/05/1989	3.00	6.00	9.00	52.00
23819880	LUANA PIETRZAK MASSOQUETTO	52.00		18.00		35.00	28	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/07/2001	6.00	4.00	6.00	36.00
23817640	OSLEY KAUAN GONÇALVES	63.00				31.50	29	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	26/05/2005	6.00	6.00	3.00	48.00
23819258	DOUGLAS ARIEL VIANNA	57.00				28.50	30	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	28/10/1982	6.00	6.00	9.00	36.00
23820206	MARCELI CAMILI STELLE	53.00				26.50	31	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/12/2004	6.00	4.00	3.00	40.00
23819210	VITÓRIA GOMES STRUZIK	79.00		89.50		84.25	1	PSICÓLOGO	03/05/2002	12.00	10.00	9.00	48.00
23819410	ALINE CARLA DA ROCHA SOARES BENTO	64.00		93.60	5.00	83.80	2	PSICÓLOGO	19/05/1983	15.00	4.00	9.00	36.00
23818306	DANIEL NAZAR KENGERSKI	73.00		88.20	2.50	83.10	3	PSICÓLOGO	06/02/1990	9.00	8.00	12.00	44.00
23819822	BEATRIZ IUNES LAPERA	65.00		89.60	2.50	79.80	4	PSICÓLOGO	12/02/2002	15.00	10.00	12.00	28.00
23816621	HANNY APARECIDA NIECKACZ MILÃO	63.00		85.90	5.00	79.45	5	PSICÓLOGO	23/07/2002	12.00	10.00	9.00	32.00
23818791	JAMYLE TECHELAK	73.00		84.40		78.70	6	PSICÓLOGO	29/06/1992	9.00	8.00	12.00	44.00

23817369	DELCIO LUIZ MORES	74.00		77.40	2.50	78.20	7	PSICÓLOGO	05/10/1965	15.00	10.00	9.00	40.00
23819262	NÁJILA CRISTINA CAMARGO	61.00		95.00		78.00	8	PSICÓLOGO	24/12/1992	12.00	8.00	9.00	32.00
23818704	ALANA GABRIELA ULBRICH	71.00		79.90	2.50	77.95	9	PSICÓLOGO	11/04/2000	12.00	8.00	15.00	36.00
23819435	JULIANA MARTINS	71.00		82.50		76.75	10	PSICÓLOGO	08/06/2000	15.00	10.00	6.00	40.00
23817403	BRUNA RENATA FERENSOVICZ	59.00		82.60	5.00	75.80	11	PSICÓLOGO	18/04/1995	9.00	4.00	6.00	40.00
23817543	ANA JÚLIA MUNIZ DA SILVA	51.00		89.30	5.00	75.15	12	PSICÓLOGO	28/05/2001	12.00	6.00	9.00	24.00
23820241	PEDRO AUGUSTO ZANETTI	60.00		88.80		74.40	13	PSICÓLOGO	17/02/2003	9.00	6.00	9.00	36.00
23819858	JOSÉ CARLOS TOMAZ DE ANDRADE	67.00		79.30		73.15	14	PSICÓLOGO	12/10/2001	15.00	10.00	6.00	36.00
23817674	THAYLISE CRISTINA DE OLIVEIRA	54.00		80.70	5.00	72.35	15	PSICÓLOGO	26/08/2003	15.00	6.00	9.00	24.00
23816763	MAYARA TROJAN	71.00		72.70		71.85	16	PSICÓLOGO	04/03/2005	12.00	10.00	9.00	40.00
23818954	SOFIA FIALKOWSKI PADILHA	55.00		84.60		69.80	17	PSICÓLOGO	14/03/2006	12.00	4.00	3.00	36.00
23819889	LARISSA DAS GRAÇAS CHOIDA	57.00		79.20		68.10	18	PSICÓLOGO	30/08/2002	9.00	6.00	6.00	36.00
23818658	EMANOELA RODRIGUES CZEREK	53.00		82.40		67.70	19	PSICÓLOGO	05/03/1999	9.00	2.00	6.00	36.00
23818105	FLORIZA SAPLAK	58.00		77.00		67.50	20	PSICÓLOGO	12/01/1978	12.00	6.00	12.00	28.00
23817545	JONAS MANOEL WRONA	56.00		74.50		65.25	21	PSICÓLOGO	26/05/2003	9.00	8.00	3.00	36.00
23819790	SHEILA FERNANDA ROZARIO	52.00		72.30		62.15	22	PSICÓLOGO	10/10/1998	9.00	2.00	9.00	32.00
23818873	ISADORA DE OLIVEIRA FREI	50.00			2.50	27.50	23	PSICÓLOGO	13/01/1999	9.00	8.00	9.00	24.00
23816394	ADENA SARAY TUMASZ	100.00		97.60	2.50	101.30	1	SECRETÁRIO EXECUTIVO	08/12/1997	15.00	10.00	15.00	60.00
23817518	MAIARA WRONA	92.00		100.00	5.00	101.00	2	SECRETÁRIO EXECUTIVO	29/07/2000	15.00	8.00	9.00	60.00
23818115	DÉBORA MARIA TERNOSKI	95.00		100.00	2.50	100.00	3	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/03/1995	15.00	8.00	12.00	60.00
23817036	EULALIA CARDOSO	90.00		89.00	10.00	99.50	4	SECRETÁRIO EXECUTIVO	20/08/2001	12.00	6.00	12.00	60.00
23816702	CAIO FELIPE DOMINGUES	88.00		95.70	5.00	96.85	5	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/04/1995	9.00	10.00	9.00	60.00
23820027	JEVERSON DRANSKI	91.00		96.30	2.50	96.15	6	SECRETÁRIO EXECUTIVO	08/09/1977	15.00	10.00	6.00	60.00
23816335	MARIA POLLIANA GURNASKI	90.00		91.80	5.00	95.90	7	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/08/1995	15.00	6.00	9.00	60.00
23817685	VALDIR DEMORI	100.00		81.30	5.00	95.65	8	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/07/1962	15.00	10.00	15.00	60.00
23819761	MARIANA SCHARAM	97.00		94.30		95.65	9	SECRETÁRIO EXECUTIVO	19/03/1998	15.00	10.00	12.00	60.00
23817682	SAULO SEMANN	94.00		83.30	5.00	93.65	10	SECRETÁRIO EXECUTIVO	01/05/1967	15.00	10.00	9.00	60.00
23820207	VITOR ALEXANDRE SURMAS	89.00		91.70	2.50	92.85	11	SECRETÁRIO EXECUTIVO	18/12/1997	12.00	8.00	9.00	60.00
23819478	MÁRCIO FERREIRA LIMA SILVÉRIO	94.00		85.80	2.50	92.40	12	SECRETÁRIO EXECUTIVO	04/08/1980	12.00	10.00	12.00	60.00
23817297	HELIM CRISTINA SOUZA	90.00		89.70	2.50	92.35	13	SECRETÁRIO EXECUTIVO	16/08/1990	15.00	6.00	9.00	60.00
23819260	LORENA TERESINHA FRIGO	87.00		87.60	5.00	92.30	14	SECRETÁRIO EXECUTIVO	01/01/1979	9.00	6.00	12.00	60.00
23819563	VINICIUS KAZUO DE SOUZA YAMACHITA	97.00		86.60		91.80	15	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/02/1999	15.00	10.00	12.00	60.00
23816596	HELISON SAVIO RAMOS	93.00		84.90	2.50	91.45	16	SECRETÁRIO EXECUTIVO	21/05/1992	15.00	6.00	12.00	60.00
23818318	FELIPE MARTINHUK	94.00		88.70		91.35	17	SECRETÁRIO EXECUTIVO	15/03/1993	15.00	10.00	9.00	60.00
23816771	EDUARDO PERRELLI TOSIN	92.00		85.40	2.50	91.20	18	SECRETÁRIO EXECUTIVO	15/10/1997	15.00	8.00	9.00	60.00
23817265	LUANA APARECIDA BUFOLISKI	89.00		92.20		90.60	19	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/11/1995	12.00	8.00	9.00	60.00
23817613	PAULO HENRIQUE CARDOSO	92.00		88.80		90.40	20	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/03/2006	15.00	8.00	9.00	60.00
23817413	ELUZA ELIANA KRUK CHICHOKI	95.00		84.80		89.90	21	SECRETÁRIO EXECUTIVO	08/10/1996	12.00	8.00	15.00	60.00
23816369	CARLA FLAIANE DA SILVA	94.00		75.30	5.00	89.65	22	SECRETÁRIO EXECUTIVO	01/01/1993	12.00	10.00	12.00	60.00
23818421	JOICE KARINA NOVAK	87.00		91.70		89.35	23	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/09/2002	9.00	6.00	12.00	60.00
23816808	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	88.00		84.80	2.50	88.90	24	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/07/1988	15.00	4.00	9.00	60.00
23817270	ALEXSIA KATHIA KULCZIK	87.00		88.60		87.80	25	SECRETÁRIO EXECUTIVO	04/09/2003	12.00	6.00	9.00	60.00
23819541	JOHNNY WESLEY VALENTIM	85.00		85.60	2.50	87.80	26	SECRETÁRIO EXECUTIVO	19/03/2000	9.00	10.00	6.00	60.00
23819911	YULIANA HERRERA MIRANDA DE SOUTO	78.00		87.60	5.00	87.80	27	SECRETÁRIO EXECUTIVO	24/06/1989	12.00	4.00	6.00	56.00
23818898	EDINA GOLEMBA	90.00		84.40		87.20	28	SECRETÁRIO EXECUTIVO	27/02/1993	12.00	6.00	12.00	60.00
23819403	ALINE BIANCO CAMARGO	89.00		84.60		86.80	29	SECRETÁRIO EXECUTIVO	13/11/1998	12.00	8.00	9.00	60.00
23819670	FABIELI STEFANICZEN	88.00		85.30		86.65	30	SECRETÁRIO EXECUTIVO	17/11/2005	15.00	8.00	9.00	56.00
23819549	VALERY ALCIMARA ZAWADZKI	89.00		83.80		86.40	31	SECRETÁRIO EXECUTIVO	14/09/1999	9.00	8.00	12.00	60.00
23816532	JOÃO EDUARDO GONÇALVES	78.00		89.30	2.50	86.15	32	SECRETÁRIO EXECUTIVO	04/05/1998	9.00	4.00	9.00	56.00
23818362	THATIELLE FATIMA DULZ	87.00		85.20		86.10	33	SECRETÁRIO EXECUTIVO	07/05/1997	15.00	6.00	6.00	60.00
23819312	PATRICIA MARTINS GAIOSKI	86.00		75.70	5.00	85.85	34	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/01/1991	9.00	8.00	9.00	60.00
23819587	GABRIELE KARINE JANKE	92.00		78.90		85.45	35	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/08/2004	15.00	8.00	9.00	60.00
23819533	DANIELI CRISTINA DE SOUZA MUZEKA	72.00		88.60	5.00	85.30	36	SECRETÁRIO EXECUTIVO	03/05/1990	6.00	4.00	6.00	56.00
23820202	GUSTAVO LUIS BUCH	86.00		84.60		85.30	37	SECRETÁRIO EXECUTIVO	03/09/1990	15.00	10.00	9.00	52.00
23818511	RAFAELA LETÍCIA PETELA	81.00		77.90	5.00	84.45	38	SECRETÁRIO EXECUTIVO	06/12/1997	9.00	4.00	12.00	56.00
23819302	ARTHUR TOLEDO MACHOWSKI	91.00		77.40		84.20	39	SECRETÁRIO EXECUTIVO	14/07/2000	15.00	10.00	6.00	60.00
23819977	KEISEY MAYARA FASSINI VIEIRA	85.00		83.20		84.10	40	SECRETÁRIO EXECUTIVO	26/08/2000	12.00	4.00	9.00	60.00
23816970	JULIANO RODRIGUES	84.00		83.20		83.60	41	SECRETÁRIO EXECUTIVO	09/09/1986	12.00	6.00	6.00	60.00
23817544	JOSÉ JOELSON FERREIRA	82.00		84.30		83.15	42	SECRETÁRIO EXECUTIVO	27/09/1995	12.00	10.00	0.00	60.00
23818785	ALINE FRONCZAK	81.00		84.50		82.75	43	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/01/1990	9.00	4.00	12.00	56.00
23819865	MARIELI IVANCHESKI PADILHA	79.00		86.00		82.50	44	SECRETÁRIO EXECUTIVO	31/07/1990	9.00	4.00	6.00	60.00

	BLASZCZYK												
23818585	GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO	86.00		78.60		82.30	45	SECRETÁRIO EXECUTIVO	07/04/1986	12.00	8.00	6.00	60.00
23819486	SILVIO MARQUES	81.00		78.20	2.50	82.10	46	SECRETÁRIO EXECUTIVO	06/04/1987	9.00	6.00	6.00	60.00
23816388	MARIA ELIZA RIBEIRO	82.00		81.70		81.85	47	SECRETÁRIO EXECUTIVO	19/09/1989	12.00	4.00	6.00	60.00
23818176	NAYARA NUNES DA SILVA	70.00		93.10		81.55	48	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/10/2003	9.00	2.00	3.00	56.00
23816807	LEOCLIDES DE GRACIA VIANNA NETO	80.00		77.80	2.50	81.40	49	SECRETÁRIO EXECUTIVO	20/01/1988	6.00	8.00	6.00	60.00
23819159	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	76.00		75.50	5.00	80.75	50	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/10/1999	12.00	8.00	0.00	56.00
23818145	WILIAN JOSE DA SILVA	92.00		69.40		80.70	51	SECRETÁRIO EXECUTIVO	09/03/1998	15.00	8.00	9.00	60.00
23816932	GILCINEI LINHARES	91.00		70.40		80.70	52	SECRETÁRIO EXECUTIVO	07/05/1989	12.00	10.00	9.00	60.00
23817016	GIOVANN PIERO GIRARDI	94.00		66.90		80.45	53	SECRETÁRIO EXECUTIVO	05/06/1986	15.00	10.00	9.00	60.00
23817187	ANTÔNIO MÁRCIO RODRIGUES DA SILVA	89.00		71.60		80.30	54	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/03/1989	12.00	8.00	9.00	60.00
23820115	ANA PAULA CARARO	81.00		78.40		79.70	55	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/07/1987	9.00	6.00	6.00	60.00
23819604	ANTONIO CARLOS FREITAS MAINARDES	92.00		67.20		79.60	56	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/12/1976	15.00	8.00	9.00	60.00
23816446	BRUNA DE FARIAS LOVATO	82.00		75.20		78.60	57	SECRETÁRIO EXECUTIVO	06/08/1996	9.00	4.00	9.00	60.00
23817738	VÂNIA CABRAL MATIAS	82.00		74.50		78.25	58	SECRETÁRIO EXECUTIVO	23/10/1997	9.00	8.00	9.00	56.00
23816395	CASSIANE MORETTO	70.00		86.20		78.10	59	SECRETÁRIO EXECUTIVO	27/04/1981	6.00	2.00	6.00	56.00
23819966	MARIA CRISTIANE KNAUTH	72.00		84.10		78.05	60	SECRETÁRIO EXECUTIVO	12/01/2002	9.00	8.00	3.00	52.00
23817678	LUIZ FELIPE PIRES VIEIRA	76.00		79.60		77.80	61	SECRETÁRIO EXECUTIVO	20/06/1995	6.00	4.00	6.00	60.00
23817956	STEPHANE PAGLIA RAMOS	82.00		71.80		76.90	62	SECRETÁRIO EXECUTIVO	27/11/1996	12.00	4.00	6.00	60.00
23818358	OTONIEL DOS SANTOS PEPE	85.00		68.40		76.70	63	SECRETÁRIO EXECUTIVO	27/06/1981	12.00	4.00	9.00	60.00
23819088	ANA CAROLINA GONSALVES SKODOWSKI	75.00		77.60		76.30	64	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/03/2007	9.00	4.00	6.00	56.00
23820238	NATALY MONIQUE KARPINSKI PRESTUPA	77.00		74.60		75.80	65	SECRETÁRIO EXECUTIVO	19/04/1998	9.00	2.00	6.00	60.00
23819420	LETÍCIA FERRAZ DE LIMA	84.00		67.40		75.70	66	SECRETÁRIO EXECUTIVO	04/07/1996	9.00	6.00	9.00	60.00
23818415	MATHEUS FELIPE FRANÇA	67.00		84.30		75.65	67	SECRETÁRIO EXECUTIVO	09/06/1998	9.00	4.00	6.00	48.00
23818599	RÉGIS LANZA	90.00		60.30		75.15	68	SECRETÁRIO EXECUTIVO	23/04/1989	12.00	6.00	12.00	60.00
23819589	ANA PAULA MARCINIUK	76.00		73.80		74.90	69	SECRETÁRIO EXECUTIVO	03/03/2004	6.00	4.00	6.00	60.00
23819350	CLAUDIA PINKOSKI	76.00		63.20	5.00	74.60	70	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/12/1978	9.00	4.00	3.00	60.00
23819634	ROSIMERI IVANCHESKI	83.00		65.00		74.00	71	SECRETÁRIO EXECUTIVO	20/04/1985	9.00	8.00	6.00	60.00
23817603	FELIPE SCHUERSOSVSKI GLABA	83.00		64.20		73.60	72	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/12/1991	6.00	8.00	9.00	60.00
23820230	MIGUEL WILLIAM DE LIMA	65.00		81.40		73.20	73	SECRETÁRIO EXECUTIVO	01/12/2002	9.00	4.00	0.00	52.00
23816955	MARINALDO TRAVINSKI FOGACA	82.00		63.50		72.75	74	SECRETÁRIO EXECUTIVO	19/11/1988	9.00	8.00	9.00	56.00
23816985	DECLERES FÁTIMA DO NASCIMENTO	73.00		72.40		72.70	75	SECRETÁRIO EXECUTIVO	11/02/1989	6.00	8.00	3.00	56.00
23819074	SABRINA CHEMIN	68.00		77.30		72.65	76	SECRETÁRIO EXECUTIVO	24/03/1987	9.00	2.00	9.00	48.00
23817792	MARIZETE R CORREA	69.00		74.30		71.65	77	SECRETÁRIO EXECUTIVO	06/10/1991	9.00	2.00	6.00	52.00
23819873	BRUNO MARCOS OBAL	73.00		68.90		70.95	78	SECRETÁRIO EXECUTIVO	02/03/2003	9.00	6.00	6.00	52.00
23819989	CAMILA DUDA BATISTA	56.00		78.10		67.05	79	SECRETÁRIO EXECUTIVO	31/12/1992	6.00	2.00	0.00	48.00
23819953	PABLO FABRICIO DUMA	71.00		62.30		66.65	80	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10/05/1989	0.00	8.00	3.00	60.00
23819526	MYLENA TAYNARA FUCILINI	88.00		10.00		49.00	81	SECRETÁRIO EXECUTIVO	22/06/2003	9.00	10.00	9.00	60.00
23819772	RAPHAEL OSTROWSKI JAREMTCHUK	75.00		10.00		42.50	82	SECRETÁRIO EXECUTIVO	25/06/1995	6.00	8.00	9.00	52.00
23817378	JANE APARECIDA HRECIUK	91.00				91.00	1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12/01/1996	12.00	8.00	15.00	56.00
23816315	SIMONE EVA SANTOS MARTINS	89.00				89.00	2	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	10/07/1987	12.00	6.00	15.00	56.00
23818890	WESLEY ALLAN VIEIRA FRANQUITTO	85.00				85.00	3	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/01/2005	15.00	8.00	6.00	56.00
23818019	CLAUDIA MARA LOZINSKI	83.00				83.00	4	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	10/02/1977	15.00	8.00	12.00	48.00
23817841	VERIDIANA DE FÁTIMA MACHADO	76.00				76.00	5	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	08/08/1989	9.00	4.00	3.00	60.00
23817389	VALQUIRIA MARQEVIX	75.00				75.00	6	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/08/1987	12.00	6.00	9.00	48.00
23818425	LUIS FERNANDO SCORSIN	75.00				75.00	7	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/11/2001	9.00	6.00	12.00	48.00
23817702	CINTIA ANTUNES FRANCO KLAK	72.00				72.00	8	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/10/1995	15.00	2.00	3.00	52.00
23818270	ADRIELLY LINHARES	71.00				71.00	9	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/09/2002	12.00	2.00	9.00	48.00
23818934	ANA MARIA DE PAULA	70.00				70.00	10	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/07/1975	9.00	4.00	9.00	48.00
23817627	TATIANA KOVALSKI	70.00				70.00	11	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/08/2004	15.00	6.00	9.00	40.00
23818706	TAÍS APARECIDA GUMEIRO	69.00				69.00	12	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	06/11/2001	9.00	2.00	6.00	52.00
23816923	JEAN MARCELO DE TOLEDO GOMES	69.00				69.00	13	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/05/1999	12.00	4.00	9.00	44.00
23817392	MARI TEIXEIRA DA SILVA	68.00				68.00	14	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12/04/1982	9.00	2.00	9.00	48.00
23816465	CLAUDIA JAINE MARTINS MOLETA	68.00				68.00	15	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/02/1997	9.00	2.00	9.00	48.00
23820258	ANA CLAUDIA ROSSA	68.00				68.00	16	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	21/07/1985	12.00	6.00	6.00	44.00
23819136	LUCIMARE FATIMA DE MOURA	67.00				67.00	17	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	28/11/1986	9.00	4.00	6.00	48.00
23817269	VILMA FLÁVIA IASIAK	67.00				67.00	18	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/11/1989	6.00	4.00	9.00	48.00
23817714	ANDRIELY MARIA HERMES	67.00				67.00	19	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	08/09/2005	12.00	8.00	3.00	44.00
23818299	ALESSANDRA DE FARIAS PADILHA	65.00				65.00	20	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	19/08/1987	6.00	2.00	9.00	48.00
23820005	THYCIANE KEILA MOLINARI DE JESUS	65.00				65.00	21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	27/08/2002	9.00	6.00	6.00	44.00
23820052	CRISLAINE DE CASSIA BORCATH	63.00				63.00	22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/05/1987	12.00	4.00	3.00	44.00

23816776	ANA PAULA FERREIRA	63.00				63.00	23	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12/05/1976	9.00	4.00	6.00	44.00
23818186	SOLANGE MARIA KALINOSKI KULKA	62.00				62.00	24	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/05/1991	9.00	4.00	9.00	40.00
23817932	DALVANA DE FATIMA DE ANDRADE	61.00				61.00	25	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	07/07/1986	12.00	2.00	3.00	44.00
23820198	ANE EMANUELE FERRANDO	60.00				60.00	26	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	21/08/2006	12.00	4.00	0.00	44.00
23816419	JANAINA ODETE RODRIGUES	60.00				60.00	27	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	09/11/1981	9.00	4.00	3.00	44.00
23816444	FABIANA APARECIDA BORGES	60.00				60.00	28	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/09/1995	9.00	2.00	9.00	40.00
23816669	DAIANE APARECIDA PAGESKI DOS SANTOS	60.00				60.00	29	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	15/03/2001	12.00	6.00	6.00	36.00
23816891	SOELI DE OLIVEIRA PRINCIVAL	60.00				60.00	30	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	31/01/1988	12.00	4.00	12.00	32.00
23819907	LILIAM MARIA DA CRUZ	59.00				59.00	31	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	26/09/1987	9.00	4.00	6.00	40.00
23818402	ROSÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS	58.00				58.00	32	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/08/1986	12.00	2.00	0.00	44.00
23818435	LETÍCIA GABRIELLE DE MORAIS	58.00				58.00	33	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	13/03/2002	9.00	2.00	3.00	44.00
23820090	TATIANE DA SILVA MELO GOMES	58.00				58.00	34	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	09/07/1984	6.00	2.00	6.00	44.00
23816348	PRISCILA MAJEWSKI	58.00				58.00	35	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	06/02/1997	6.00	6.00	6.00	40.00
23816848	KARINE PATRÍCIA BOBATO	57.00				57.00	36	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	09/09/1991	12.00	6.00	3.00	36.00
23819520	JULIO CESAR PEDROSO	57.00				57.00	37	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/05/1996	6.00	6.00	9.00	36.00
23820197	JANAINA DE LIMA	55.00				55.00	38	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	15/01/2002	9.00	2.00	0.00	44.00
23818915	GEOVANA APARECIDA PAGESKI	55.00				55.00	39	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/08/2002	9.00	2.00	0.00	44.00
23817035	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA COLETE	55.00				55.00	40	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12/01/1999	9.00	4.00	6.00	36.00
23816457	MIGUEL JOSÉ DOS SANTOS	55.00				55.00	41	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/11/1998	12.00	8.00	3.00	32.00
23816814	CARLOS ALEXANDRE TORRES MACHADO	55.00				55.00	42	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/1982	6.00	8.00	9.00	32.00
23818525	LEANDRO DOS SANTOS	54.00				54.00	43	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11/09/1998	6.00	6.00	6.00	36.00
23819867	PATRÍCIA APARECIDA SOTOSKI	54.00				54.00	44	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/02/1986	9.00	4.00	9.00	32.00
23818241	SIMONE DAS GRAÇAS MIRANDA	53.00				53.00	45	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	15/11/1984	9.00	2.00	6.00	36.00
23818449	SIMONE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE VASCO	53.00				53.00	46	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	12/07/1980	6.00	2.00	9.00	36.00
23817473	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS VIEIRA	52.00				52.00	47	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/09/1980	6.00	4.00	6.00	36.00
23818772	GRACIANE REITZ	50.00				50.00	48	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	08/05/1981	9.00	2.00	3.00	36.00
23818162	ANA CAROLINE RODRIGUES	56.00				56.00	1	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	13/01/1992	9.00	2.00	9.00	36.00
23818165	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	87.00		83.90	2.50	87.95	1	TERAPEUTA OCUPACIONAL	12/11/1991	15.00	6.00	6.00	60.00
23818867	SILVIA APARECIDA MAKOSKI MACHADO	78.00		92.40	2.50	87.70	2	TERAPEUTA OCUPACIONAL	22/01/1979	9.00	4.00	9.00	56.00
23820140	RODRIGO VINÍCIUS GARDINAL	88.00		80.00	2.50	86.50	3	TERAPEUTA OCUPACIONAL	22/05/1988	12.00	10.00	6.00	60.00
23818516	DANIELI POPOVICZ	72.00		87.10		79.55	4	TERAPEUTA OCUPACIONAL	10/05/1998	9.00	4.00	3.00	56.00

EDITAL CLASSIFCAÇÃO FINAL – PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23817940	LUIZ FERNANDO ANTONIO	67.00		50.00		58.50	1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07/09/2000	6.00	4.00	9.00	48.00
23818200	JOSIEL FERRAZ DA SILVA	50.00				50.00	1	ASSISTENTE OPERACIONAL	03/04/1993	3.00	0.00	15.00	32.00
23816529	FIAMA TAINARA TAQUES DORTELMANN	78.00		61.70	5.00	74.85	1	ASSISTENTE SOCIAL	19/06/1992	12.00	8.00	6.00	52.00
23817436	GILMAR POROCHNIAK	61.00				61.00	1	ATENDENTE DE FARMÁCIA	13/10/1990	6.00	2.00	9.00	44.00
23816584	ROBSON CAVASSIM RAFFO	78.00		70.20	2.50	76.60	1	ENGENHEIRO CIVIL	15/08/1982	12.00	8.00	6.00	52.00
23817403	BRUNA RENATA FERENSOVICZ	59.00		82.60	5.00	75.80	1	PSICÓLOGO	18/04/1995	9.00	4.00	6.00	40.00
23816702	CAIO FELIPE DOMINGUES	88.00		95.70	5.00	96.85	1	SECRETÁRIO EXECUTIVO	28/04/1995	9.00	10.00	9.00	60.00

EDITAL CLASSIFCAÇÃO FINAL – AFRODESCENDENTE
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	REDAÇÃO	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23816862	LEILA GRAZIELE DOS SANTOS MIRANDA	60.00				30.00	1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	19/05/2010	6.00	4.00	6.00	44.00
23818955	VANILDA DE LIMA GALVÃO	87.00				87.00	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/03/1984	15.00	8.00	12.00	52.00
23817063	ROSELIA DA SILVA MENDES	77.00				77.00	2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/03/1981	9.00	0.00	12.00	56.00
23818120	NATALY KAWANY DOS SANTOS DIAS	58.00				29.00	1	MÉDICO VETERINÁRIO	02/01/2001	9.00	4.00	9.00	36.00
23819621	CHARLES GABRIEL BUCH DOS SANTOS	70.00	55.00			62.50	1	OPERADOR DE MÁQUINAS	09/07/2002	6.00	8.00	12.00	44.00
23817735	ELAINE CRISTINA SOARES SURMACZ	52.00		71.80		61.90	1	PROCURADOR	08/02/1972	6.00	4.00	6.00	36.00
23818951	ADRILAINE PADILHA	91.00		87.90	5.00	94.45	1	PROFESSOR	17/09/1998	15.00	4.00	12.00	60.00
23820051	SAMIRA RIBAS DOS SANTOS	91.00		85.30		88.15	2	PROFESSOR	01/05/2004	12.00	10.00	9.00	60.00
23816796	DANIELI POPOVICZ	82.00		73.40	5.00	82.70	3	PROFESSOR	10/05/1998	6.00	4.00	12.00	60.00

23819327	JOSILDA BAZIEWICZ VALENGA	62.00		74.00	2.50	70.50	4	PROFESSOR	27/10/1989	6.00	0.00	12.00	44.00
23819911	YULIANA HERRERA MIRANDA DE SOUTO	78.00		87.60	5.00	87.80	1	SECRETÁRIO EXECUTIVO	24/06/1989	12.00	4.00	6.00	56.00
23816814	CARLOS ALEXANDRE TORRES MACHADO	55.00				55.00	1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/1982	6.00	8.00	9.00	32.00
23818516	DANIELI POPOVICZ	72.00		87.10		79.55	1	TERAPEUTA OCUPACIONAL	10/05/1998	9.00	4.00	3.00	56.00

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:D0CB47EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE SANTA FE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO PROCESSADO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.190.196,10	93.021.224,07	12.998.162,19	63.058.832,95	94,95	29.962.391,12	12.491.745,40	46.464.420,91	93,57	46.556.803,16	16.594.412,04
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	770.000,00	814.540,00	139.182,49	528.793,47	0,80	285.746,53	143.729,75	527.049,94	1,06	287.490,06	1.743,53
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	770.000,00	814.540,00	139.182,49	528.793,47	0,80	285.746,53	143.729,75	527.049,94	1,06	287.490,06	1.743,53
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	11.276.573,10	15.104.791,35	2.627.446,60	10.185.541,92	15,34	4.919.249,43	2.149.161,38	8.104.526,77	16,32	7.000.264,58	2.081.015,15
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	9.252.373,10	12.533.437,28	2.135.544,49	8.422.628,84	12,68	4.110.808,44	1.729.767,80	6.565.929,55	13,22	5.967.507,73	1.856.699,29
Administração Financeira	1.347.700,00	1.718.461,01	352.613,30	1.206.488,07	1,82	511.972,94	286.656,84	1.005.982,08	2,03	712.478,93	200.505,99
Controle Interno	360.500,00	363.500,00	88.722,28	287.257,10	0,43	76.242,90	90.528,60	284.163,42	0,57	79.336,58	3.093,68
Normatização e Fiscalização	236.500,00	408.393,06	39.274,30	225.043,06	0,34	183.350,00	30.915,91	204.326,87	0,41	204.066,19	20.716,19
Tecnologia da Informação	79.500,00	81.000,00	11.292,23	44.124,85	0,07	36.875,15	11.292,23	44.124,85	0,09	36.875,15	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	8.300,00	8.300,00	505,48	1.164,79	0,00	7.135,21	252,74	532,94	0,00	7.767,06	631,85
Policiamento	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	4.400,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	3.900,00	3.900,00	505,48	1.164,79	0,00	2.735,21	252,74	532,94	0,00	3.367,06	631,85
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.300.300,00	5.805.331,54	676.877,78	3.765.759,79	5,67	2.039.571,75	820.671,38	3.325.300,35	6,70	2.480.031,19	440.459,44
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO PROCESSADO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	290.500,00	627.120,68	106.350,32	464.038,81	0,70	163.081,87	141.178,47	414.396,90	0,83	212.723,78	49.641,91
Assistência Comunitária	2.822.300,00	4.990.710,86	537.892,20	3.184.234,57	4,79	1.806.476,29	646.857,65	2.793.417,04	5,63	2.197.293,82	390.817,53
Administração Geral	187.500,00	187.500,00	32.635,26	117.486,41	0,18	70.013,59	32.635,26	117.486,41	0,24	70.013,59	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	17.117.790,65	25.572.473,16	3.548.588,74	13.293.832,33	20,02	12.278.640,83	2.947.279,34	11.160.727,80	22,48	14.411.745,36	2.133.104,53
Atenção Básica	8.684.726,01	15.138.281,42	2.627.885,82	7.671.402,76	11,55	7.466.878,66	1.768.284,88	6.661.950,89	13,42	8.476.330,53	1.009.451,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.293.264,64	6.242.864,64	547.232,22	3.847.834,47	5,79	2.395.030,17	750.672,28	2.930.846,00	5,90	3.312.018,64	916.988,47
Suporte Profilático e Terapêutico	1.474.700,00	1.589.041,31	38.069,05	458.991,21	0,69	1.130.050,10	113.291,87	285.518,91	0,57	1.303.522,40	173.472,30
Vigilância Sanitária	299.900,00	775.176,00	169.276,67	733.000,98	1,10	42.175,02	169.276,67	733.000,98	1,48	42.175,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	810.900,00	1.165.278,77	96.095,33	289.775,47	0,44	875.503,30	88.776,17	281.071,22	0,57	884.207,55	8.704,25
Alimentação e Nutrição	350.000,00	454.856,02	50.256,05	170.948,49	0,26	283.907,53	36.988,98	147.709,42	0,30	307.146,60	23.239,07
Administração Geral	204.300,00	206.975,00	19.773,60	121.878,95	0,18	85.096,05	19.988,49	120.630,38	0,24	86.344,62	1.248,57
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	360.100,00	349.300,00	39.684,75	140.531,96	0,21	208.768,04	38.546,87	139.394,08	0,28	209.905,92	1.137,88
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	359.100,00	348.300,00	39.684,75	140.531,96	0,21	207.768,04	38.546,87	139.394,08	0,28	208.905,92	1.137,88
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
EDUCAÇÃO	14.558.532,35	19.631.437,77	3.484.834,19	15.408.890,51	23,20	4.222.547,26	3.758.246,56	12.584.172,81	25,34	7.047.264,96	2.824.717,70
Ensino Fundamental	6.585.032,35	10.846.912,94	1.729.978,35	8.719.197,28	13,13	2.127.715,66	1.810.961,49	6.111.709,27	12,31	4.735.203,67	2.607.488,01
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	600.000,00	600.000,00	0,00	544.500,00	0,82	55.500,00	212.000,00	454.000,00	0,91	146.000,00	90.500,00
Educação Infantil	6.450.000,00	7.130.623,65	1.458.927,77	5.224.261,80	7,87	1.906.361,85	1.457.558,51	5.138.108,15	10,35	1.992.515,50	86.153,65
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	923.500,00	1.053.901,18	295.928,07	920.931,43	1,39	132.969,75	277.726,56	880.355,39	1,77	173.545,79	40.576,04
CULTURA	318.000,00	1.018.444,74	97.889,79	821.679,13	1,24	196.765,61	82.131,71	768.659,35	1,55	249.785,39	53.019,78
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	318.000,00	1.018.444,74	97.889,79	821.679,13	1,24	196.765,61	82.131,71	768.659,35	1,55	249.785,39	53.019,78

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	179.500,00	239.799,55	57.797,02	194.213,41	0,29	45.586,14	52.437,29	188.090,16	0,38	51.709,39	6.123,25
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	179.500,00	239.799,55	57.797,02	194.213,41	0,29	45.586,14	52.437,29	188.090,16	0,38	51.709,39	6.123,25
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO PROCESSADO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
URBANISMO	6.169.100,00	11.280.853,21	819.166,04	7.753.294,84	11,67	3.527.558,37	957.820,80	3.645.901,06	7,34	7.634.952,15	4.107.393,78
Infra-Estrutura Urbana	76.500,00	4.229.355,27	0,00	4.161.355,27	6,27	68.000,00	0,00	334.684,28	0,67	3.894.670,99	3.826.670,99
Serviços Urbanos	6.092.600,00	7.051.497,94	819.166,04	3.591.939,57	5,41	3.459.558,37	957.820,80	3.311.216,78	6,67	3.740.281,16	280.722,79
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.073.800,00	1.316.514,53	126.728,90	634.897,94	0,96	681.616,59	122.341,74	589.042,85	1,19	727.471,68	45.855,09
Preservação e Conservação Ambiental	1.069.700,00	1.312.414,53	126.728,90	634.897,94	0,96	677.516,59	122.341,74	589.042,85	1,19	723.371,68	45.855,09
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	189.800,00	989.857,06	26.783,17	843.016,79	1,27	146.840,27	11.083,65	827.317,27	1,67	162.539,79	15.699,52
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	189.800,00	989.857,06	26.783,17	843.016,79	1,27	146.840,27	11.083,65	827.317,27	1,67	162.539,79	15.699,52
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	301.000,00	287.500,00	39.768,49	166.589,16	0,25	120.910,84	39.559,73	154.304,14	0,31	133.195,86	12.285,02
Promoção Industrial	301.000,00	287.500,00	39.768,49	166.589,16	0,25	120.910,84	39.559,73	154.304,14	0,31	133.195,86	12.285,02
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO PROCESSADO (e) =**	**RESTOS A PAGAR NÃO (f)**

	INICIAL	(a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(a-d)	
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	67.200,00	299.221,10	33.839,26	199.766,48	0,30	99.454,62	58.309,26	199.470,48	0,40	99.750,62	296,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	67.200,00	299.221,10	33.839,26	199.766,48	0,30	99.454,62	58.309,26	199.470,48	0,40	99.750,62	296,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	1.292.600,00	6.229.698,06	221.932,12	5.540.784,17	8,34	688.913,89	198.637,44	1.104.889,15	2,23	5.124.808,91	4.435.895,02
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.291.600,00	1.394.076,46	221.932,12	707.794,17	1,07	686.282,29	198.637,44	660.498,84	1,33	733.577,62	47.295,33
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.000,00	4.835.621,60	0,00	4.832.990,00	7,28	2.631,60	0,00	444.390,31	0,89	4.391.231,29	4.388.599,69
DESPORTO E LAZER	378.000,00	1.243.562,00	474.000,62	1.039.512,25	1,57	204.049,75	569.657,84	788.827,52	1,59	454.734,48	250.684,73
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	378.000,00	1.243.562,00	474.000,62	1.039.512,25	1,57	204.049,75	569.657,84	788.827,52	1,59	454.734,48	250.684,73
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.522.000,00	2.522.000,00	576.775,25	2.318.306,55	3,49	203.693,45	533.251,52	2.133.956,78	4,30	388.043,22	184.349,77
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.700.000,00	1.700.000,00	376.775,25	1.508.006,55	2,27	191.993,45	376.775,25	1.508.006,55	3,04	191.993,45	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	822.000,00	822.000,00	200.000,00	810.300,00	1,22	11.700,00	156.476,27	625.950,23	1,26	196.049,77	184.349,77
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	6.361,50	222.257,46	0,33	77.742,54	8.626,40	222.257,46	0,45	77.742,54	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.289.800,00	7.322.288,37	637.989,26	3.355.671,65	5,05	3.966.616,72	475.259,61	3.192.942,00	6,43	4.129.346,37	162.729,65
TOTAL (III) = (I + II)	67.479.996,10	100.343.512,44	13.636.151,45	66.414.504,60	100,00	33.929.007,84	12.967.005,01	49.657.362,91	100,00	50.686.149,53	16.757.141,69

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	7.289.800,00	7.322.288,37	637.989,26	3.355.671,65	4,77	3.966.616,72	475.259,61	3.192.942,00	5,94	4.129.346,37	162.729,65
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	25.500,00	25.500,00	3.324,36	16.053,18	0,02	9.446,82	3.324,36	16.053,18	0,03	9.446,82	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	25.500,00	25.500,00	3.324,36	16.053,18	0,02	9.446,82	3.324,36	16.053,18	0,03	9.446,82	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.793.200,00	4.776.010,00	290.276,96	1.962.540,09	2,79	2.813.469,91	127.547,31	1.799.810,44	3,35	2.976.199,56	162.729,65
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	4.686.700,00	4.669.060,00	271.399,29	1.888.068,89	2,68	2.780.991,11	108.669,64	1.725.339,24	3,21	2.943.720,76	162.729,65
Administração Financeira	71.000,00	71.000,00	12.945,17	50.741,20	0,07	20.258,80	12.945,17	50.741,20	0,09	20.258,80	0,00
Controle Interno	25.500,00	25.500,00	4.507,76	18.031,04	0,03	7.468,96	4.507,76	18.031,04	0,03	7.468,96	0,00
Normatização e Fiscalização	8.000,00	8.000,00	937,70	3.750,80	0,01	4.249,20	937,70	3.750,80	0,01	4.249,20	0,00
Tecnologia da Informação	2.000,00	2.450,00	487,04	1.948,16	0,00	501,84	487,04	1.948,16	0,00	501,84	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	10.500,00	10.500,00	1.262,72	5.050,88	0,01	5.449,12	1.262,72	5.050,88	0,01	5.449,12	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	10.500,00	10.500,00	1.262,72	5.050,88	0,01	5.449,12	1.262,72	5.050,88	0,01	5.449,12	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Policiamento	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.200,00	87.930,07	15.369,87	61.304,91	0,09	26.625,16	15.369,87	61.304,91	0,11	26.625,16	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	80.200,00	81.930,07	15.369,87	61.304,91	0,09	20.625,16	15.369,87	61.304,91	0,11	20.625,16	0,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	742.600,00	757.476,46	72.311,87	291.355,53	0,41	466.120,93	72.311,87	291.355,53	0,54	466.120,93	0,00
Atenção Básica	563.000,00	568.891,03	63.970,70	249.739,43	0,36	319.151,60	63.970,70	249.739,43	0,46	319.151,60	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	35.000,00	43.985,43	6.370,29	38.981,51	0,06	5.003,92	6.370,29	38.981,51	0,07	5.003,92	0,00
Vigilância Epidemiológica	81.000,00	81.000,00	1.970,88	2.634,59	0,00	78.365,41	1.970,88	2.634,59	0,00	78.365,41	0,00

Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	38.000,00	38.000,00	3.731,36	14.856,05	0,02	23.143,95	3.731,36	14.856,05	0,03	23.143,95	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	38.000,00	38.000,00	3.731,36	14.856,05	0,02	23.143,95	3.731,36	14.856,05	0,03	23.143,95	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	1.419.000,00	1.444.770,00	228.416,49	912.412,31	1,30	532.357,69	228.416,49	912.412,31	1,70	532.357,69	0,00
Ensino Fundamental	622.000,00	629.625,00	104.366,24	424.503,84	0,60	205.121,16	104.366,24	424.503,84	0,79	205.121,16	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	775.000,00	787.710,00	116.824,09	460.473,71	0,65	327.236,29	116.824,09	460.473,71	0,86	327.236,29	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	22.000,00	27.435,00	7.226,16	27.434,76	0,04	0,24	7.226,16	27.434,76	0,05	0,24	0,00
CULTURA	14.000,00	14.000,00	2.212,28	9.192,94	0,01	4.807,06	2.212,28	9.192,94	0,02	4.807,06	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	14.000,00	14.000,00	2.212,28	9.192,94	0,01	4.807,06	2.212,28	9.192,94	0,02	4.807,06	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	1.500,00	3.604,29	981,36	3.603,54	0,01	0,75	981,36	3.603,54	0,01	0,75	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.500,00	3.604,29	981,36	3.603,54	0,01	0,75	981,36	3.603,54	0,01	0,75	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
URBANISMO	81.900,00	81.900,00	10.512,83	42.133,24	0,06	39.766,76	10.512,83	42.133,24	0,08	39.766,76	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	81.900,00	81.900,00	10.512,83	42.133,24	0,06	39.766,76	10.512,83	42.133,24	0,08	39.766,76	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	22.100,00	25.212,55	3.429,44	13.636,76	0,02	11.575,79	3.429,44	13.636,76	0,03	11.575,79	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	21.900,00	25.012,55	3.429,44	13.636,76	0,02	11.375,79	3.429,44	13.636,76	0,03	11.375,79	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	17.200,00	17.200,00	1.559,26	6.921,40	0,01	10.278,60	1.559,26	6.921,40	0,01	10.278,60	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	7.200,00	7.200,00	0,00	730,56	0,00	6.469,44	0,00	730,56	0,00	6.469,44	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00	1.559,26	6.190,84	0,01	3.809,16	1.559,26	6.190,84	0,01	3.809,16	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.500,00	6.585,00	1.665,12	6.582,42	0,01	2,58	1.665,12	6.582,42	0,01	2,58	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	4.500,00	6.585,00	1.665,12	6.582,42	0,01	2,58	1.665,12	6.582,42	0,01	2,58	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	20.500,00	20.500,00	2.935,34	10.028,40	0,01	10.471,60	2.935,34	10.028,40	0,02	10.471,60	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	20.500,00	20.500,00	2.935,34	10.028,40	0,01	10.471,60	2.935,34	10.028,40	0,02	10.471,60	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:70965A01

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE SANTA FE				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.880.245,00	9.488.836,10	6.041.991,75	63,67
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.941.000,00	3.485.957,77	2.255.348,95	64,70
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	965.000,00	965.000,00	655.417,12	67,92
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.024.245,00	2.087.878,33	1.405.725,17	67,33
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.950.000,00	2.950.000,00	1.725.500,51	58,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	45.336.750,00	50.455.540,41	29.697.144,21	58,86
Cota-Parte FPM	26.911.750,00	31.889.500,41	18.492.688,58	57,99
Cota-Parte ITR	1.350.000,00	1.354.000,00	28.120,14	2,08
Cota-Parte IPVA	2.760.000,00	2.760.000,00	1.756.889,28	63,66
Cota-Parte ICMS	14.100.000,00	14.237.040,00	9.272.200,76	65,13
Cota-Parte IPI-Exportação	215.000,00	215.000,00	147.245,45	68,49
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**54.216.995,00**	**59.944.376,51**	**35.739.135,96**	**59,62**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.896.872,11	8.888.340,44	4.758.781,02	53,54	4.712.922,21	53,02	4.667.902,02	52,52	45.858,81
Despesas Correntes	6.510.400,00	8.501.868,33	4.757.718,33	55,96	4.712.493,24	55,43	4.667.473,05	54,90	45.225,09
Despesas de Capital	386.472,11	386.472,11	1.062,69	0,27	428,97	0,11	428,97	0,11	633,72
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.909.764,64	4.329.764,64	3.076.813,68	71,06	2.190.147,64	50,58	2.187.134,90	50,51	886.666,04
Despesas Correntes	3.906.764,64	4.326.764,64	3.074.053,68	71,05	2.187.387,64	50,55	2.187.134,90	50,55	886.666,04
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	2.760,00	92,00	2.760,00	92,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.188.200,00	1.188.200,00	52.096,82	4,38	52.096,82	4,38	52.096,82	4,38	0,00
Despesas Correntes	1.184.700,00	1.184.700,00	52.096,82	4,40	52.096,82	4,40	52.096,82	4,40	0,00
Despesas de Capital	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	267.900,00	705.215,22	683.770,78	96,96	683.770,78	96,96	674.407,24	95,63	0,00
Despesas Correntes	266.900,00	704.215,22	683.770,78	97,10	683.770,78	97,10	674.407,24	95,77	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	739.900,00	787.040,00	81.168,44	10,31	81.168,44	10,31	77.692,52	9,87	0,00

Despesas Correntes	736.900,00	784.040,00	81.168,44	10,35	81.168,44	10,35	77.692,52	9,91	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	207.900,00	210.575,00	121.878,95	57,88	120.630,38	57,29	118.768,58	56,40	1.248,57
Despesas Correntes	202.900,00	205.575,00	121.878,95	59,29	120.630,38	58,68	118.768,58	57,77	1.248,57
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**13.560.536,75**	**16.459.135,30**	**8.774.509,69**	**53,31**	**7.840.736,27**	**47,64**	**7.778.002,08**	**47,26**	**933.773,42**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.774.509,69	7.840.736,27	7.778.002,08
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	927.740,03	927.740,03	927.740,03
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.846.769,66**	**6.912.996,24**	**6.850.262,05**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		5.360.870,39	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	2.485.899,27	1.552.125,85	1.489.391,66
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**21,96**	**19,34**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	5.360.870,39	7.846.769,66	2.485.899,27	0,00	927.740,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3.413.639,30
Empenhos de 2025	7.756.216,41	11.754.283,37	3.998.066,96	12.292.456,75	0,00	1,00	8.819.869,86	406.409,91	3.066.176,98	931.889,98
Empenhos de 2024	7.089.052,37	12.577.750,21	5.488.697,84	18.566,25	0,00	0,00	8.500,00	10.066,25	0,00	5.488.697,84
Empenhos de 2023	6.176.997,97	9.995.183,35	3.818.185,38	43.687,86	0,00	0,00	0,00	43.687,86	0,00	3.818.185,38
Empenhos de 2022 e anteriores	4.740.340,16	8.530.614,26	3.790.274,10	29.867,08	0,00	0,00	0,00	29.867,08	0,00	3.790.274,10
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	72.235,31	72.235,31	72.235,31	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**72.235,31**	**72.235,31**	**72.235,31**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.339.853,90	5.236.208,93	3.910.572,21	74,68
Proveniente da União	3.695.000,00	4.591.355,03	3.140.610,70	68,40
Proveniente dos Estados	644.853,90	644.853,90	769.961,51	119,40
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	461.911,15	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4.339.853,90**	**5.236.208,93**	**4.372.483,36**	**83,50**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.350.853,90	6.818.832,01	3.158.121,47	46,31	2.194.528,41	32,18	2.140.975,84	31,40	963.593,06
Despesas Correntes	2.128.500,00	3.472.647,49	1.622.792,78	46,73	1.484.359,83	42,74	1.464.426,93	42,17	138.432,95
Despesas de Capital	222.353,90	3.346.184,52	1.535.328,69	45,88	710.168,58	21,22	676.548,91	20,22	825.160,11
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.443.500,00	1.973.100,00	771.020,79	39,08	740.698,36	37,54	738.327,16	37,42	30.322,43
Despesas Correntes	1.423.500,00	1.550.700,00	768.620,79	49,57	738.298,36	47,61	738.298,36	47,61	30.322,43
Despesas de Capital	20.000,00	422.400,00	2.400,00	0,57	2.400,00	0,57	28,80	0,01	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	326.500,00	440.841,31	58.483,97	13,27	51.762,12	11,74	51.182,12	11,61	6.721,85
Despesas Correntes	311.500,00	389.547,77	57.213,97	14,69	51.182,12	13,14	51.182,12	13,14	6.031,85
Despesas de Capital	15.000,00	51.293,54	1.270,00	2,48	580,00	1,13	0,00	0,00	690,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	67.000,00	113.946,21	88.211,71	77,42	88.211,71	77,42	88.211,71	77,42	0,00
Despesas Correntes	47.000,00	93.946,21	88.211,71	93,90	88.211,71	93,90	88.211,71	93,90	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	152.000,00	459.238,77	211.241,62	46,00	202.537,37	44,10	201.777,21	43,94	8.704,25
Despesas Correntes	112.000,00	252.649,79	184.004,82	72,83	182.302,89	72,16	182.302,89	72,16	1.701,93
Despesas de Capital	40.000,00	206.588,98	27.236,80	13,18	20.234,48	9,79	19.474,32	9,43	7.002,32
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	104.856,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	104.856,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**4.339.853,90**	**9.910.814,32**	**4.287.079,56**	**43,26**	**3.277.737,97**	**33,07**	**3.220.474,04**	**32,49**	**1.009.341,59**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.247.726,01	15.707.172,45	7.916.902,49	50,40	6.907.450,62	43,98	6.808.877,86	43,35	1.009.451,87
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.353.264,64	6.302.864,64	3.847.834,47	61,05	2.930.846,00	46,50	2.925.462,06	46,41	916.988,47
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.514.700,00	1.629.041,31	110.580,79	6,79	103.858,94	6,38	103.278,94	6,34	6.721,85
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	334.900,00	819.161,43	771.982,49	94,24	771.982,49	94,24	762.618,95	93,10	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	891.900,00	1.246.278,77	292.410,06	23,46	283.705,81	22,76	279.469,73	22,42	8.704,25
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	350.000,00	454.856,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	207.900,00	210.575,00	121.878,95	57,88	120.630,38	57,29	118.768,58	56,40	1.248,57
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**17.900.390,65**	**26.369.949,62**	**13.061.589,25**	**49,53**	**11.118.474,24**	**42,16**	**10.998.476,12**	**41,71**	**1.943.115,01**
Notas Explicativas									

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:30DE0026

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE SANTA FE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.781.496,10	93.329.484,37	13.768.355,10	14,75	56.260.957,16	60,28	37.068.527,21
RECEITAS CORRENTES	70.276.463,00	79.220.183,08	11.750.837,70	14,83	49.005.934,26	61,86	30.214.248,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.175.245,00	12.209.713,21	1.536.564,93	12,58	7.823.160,33	64,07	4.386.552,88
Impostos	8.880.245,00	9.488.836,10	1.185.979,77	12,50	6.041.991,75	63,67	3.446.844,35
Taxas	2.265.000,00	2.690.877,11	340.470,12	12,65	1.753.594,50	65,17	937.282,61
Contribuição de Melhoria	30.000,00	30.000,00	10.115,04	33,72	27.574,08	91,91	2.425,92
CONTRIBUIÇÕES	1.805.000,00	1.888.056,08	225.115,81	11,92	1.329.786,73	70,43	558.269,35
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.805.000,00	1.888.056,08	225.115,81	11,92	1.329.786,73	70,43	558.269,35
RECEITA PATRIMONIAL	1.510.000,00	1.510.000,00	350.908,21	23,24	1.387.499,47	91,89	122.500,53
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Valores Mobiliários	1.500.000,00	1.500.000,00	350.908,21	23,39	1.387.499,47	92,50	112.500,53
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	383,77	0,96	594,23	1,49	39.405,77
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	5.000,00	5.000,00	383,77	7,68	594,23	11,88	4.405,77
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.669.718,00	62.495.913,79	9.616.834,98	15,39	38.252.655,62	61,21	24.243.258,17
Transferências da União e de suas Entidades	30.714.718,00	37.622.612,11	5.727.216,28	15,22	21.555.753,05	57,29	16.066.859,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.155.000,00	15.069.359,77	2.289.046,53	15,19	9.850.827,86	65,37	5.218.531,91
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.800.000,00	9.803.941,91	1.600.572,17	16,33	6.846.074,71	69,83	2.957.867,20
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.066.500,00	1.066.500,00	21.030,00	1,97	212.237,88	19,90	854.262,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.500,00	1.500,00	171,75	11,45	1.542,28	102,82	-42,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.000,00	15.000,00	333,35	2,22	33.257,47	221,72	-18.257,47
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.050.000,00	1.050.000,00	20.524,90	1,95	177.438,13	16,90	872.561,87
RECEITAS DE CAPITAL	505.033,10	14.109.301,29	2.017.517,40	14,30	7.255.022,90	51,42	6.854.278,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	149.751,80	423.708,56	0,00	0,00	390.952,60	92,27	32.755,96
Alienação de Bens Móveis	134.642,20	408.598,96	0,00	0,00	390.952,60	95,68	17.646,36
Alienação de Bens Imóveis	15.109,60	15.109,60	0,00	0,00	0,00	0,00	15.109,60
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	294.853,90	13.625.165,33	2.017.517,40	14,81	6.864.070,30	50,38	6.761.095,03
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	3.178.750,00	637.971,02	20,07	876.721,02	27,58	2.302.028,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	294.853,90	10.446.415,33	1.379.546,38	13,21	5.987.349,28	57,31	4.459.066,05

Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60.427,40	60.427,40	0,00	0,00	0,00	0,00	60.427,40
Integralização do Capital Social	60.427,40	60.427,40	0,00	0,00	0,00	0,00	60.427,40
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	70.781.496,10	93.329.484,37	13.768.355,10	14,75	56.260.957,16	60,28	37.068.527,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	70.781.496,10	93.329.484,37	13.768.355,10	14,75	56.260.957,16	60,28	37.068.527,21
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	70.781.496,10	93.329.484,37	13.768.355,10	14,75	56.260.957,16	60,28	37.068.527,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	10.315.528,07	0,00	0,00	10.315.528,07	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	10.315.528,07	0,00	0,00	10.315.528,07	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	60.367.696,10	93.198.724,07	13.030.709,31	63.165.984,47	30.032.739,60	12.524.545,26	46.570.940,58	46.627.783,49	45.083.041,75	16.595.043,89
DESPESAS CORRENTES	57.884.057,04	71.502.958,84	11.642.652,13	45.179.093,81	26.323.865,03	11.777.955,48	41.824.839,84	29.678.119,00	40.377.032,04	3.354.253,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.263.086,75	32.014.555,57	6.433.214,99	22.471.568,07	9.542.987,50	6.468.048,60	22.370.924,75	9.643.630,82	22.245.474,07	100.643,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	700.000,00	154.045,99	640.824,64	59.175,36	154.045,99	640.824,64	59.175,36	640.824,64	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.920.970,29	38.788.403,27	5.055.391,15	22.066.701,10	16.721.702,17	5.155.860,89	18.813.090,45	19.975.312,82	17.490.733,33	3.253.610,65
DESPESAS DE CAPITAL	2.183.639,06	21.395.765,23	1.381.695,68	17.764.633,20	3.631.132,03	737.963,38	4.523.843,28	16.871.921,95	4.483.752,25	13.240.789,92
INVESTIMENTOS	1.183.639,06	20.395.765,23	1.158.966,42	16.897.451,29	3.498.313,94	515.234,12	3.656.661,37	16.739.103,86	3.616.570,34	13.240.789,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.000.000,00	222.729,26	867.181,91	132.818,09	222.729,26	867.181,91	132.818,09	867.181,91	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	6.361,50	222.257,46	77.742,54	8.626,40	222.257,46	77.742,54	222.257,46	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.329.800,00	7.362.288,37	637.989,26	3.355.671,65	4.006.616,72	475.259,61	3.192.942,00	4.169.346,37	3.192.942,00	162.729,65
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	67.697.496,10	100.561.012,44	13.668.698,57	66.521.656,12	34.039.356,32	12.999.804,87	49.763.882,58	50.797.129,86	48.275.983,75	16.757.773,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	67.697.496,10	100.561.012,44	13.668.698,57	66.521.656,12	34.039.356,32	12.999.804,87	49.763.882,58	50.797.129,86	48.275.983,75	16.757.773,54
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.497.074,58	0,00	7.984.973,41	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	67.697.496,10	100.561.012,44	13.668.698,57	66.521.656,12	34.039.356,32	12.999.804,87	56.260.957,16	0,00	56.260.957,16	16.757.773,54
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (I) = (e - h)	ATÉ O BIMESTRE (j)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.329.800,00	7.362.288,37	637.989,26	3.355.671,65	4.006.616,72	475.259,61	3.192.942,00	4.169.346,37	3.192.942,00	162.729,65
DESPESAS CORRENTES	7.329.800,00	7.362.288,37	637.989,26	3.355.671,65	4.006.616,72	475.259,61	3.192.942,00	4.169.346,37	3.192.942,00	162.729,65

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.829.800,00	2.879.928,37	393.894,79	1.575.336,10	1.304.592,27	393.894,79	1.575.336,10	1.304.592,27	1.575.336,10	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500.000,00	4.482.360,00	244.094,47	1.780.335,55	2.702.024,45	81.364,82	1.617.605,90	2.864.754,10	1.617.605,90	162.729,65
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B483BE61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ANEXO II - DESPESA POR FUNCAO-SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO	62.196.456,20	95.071.541,29	7.536.939,18	47.696.835,47	97,12	47.374.705,82	9.381.523,64	32.918.170,76	95,88	62.153.370,53
INTRA-ORÇAMENTARIA										
LEGISLATIVA	2.236.600,00	2.236.600,00	333.742,73	1.320.021,15	2,69	916.578,85	351.972,35	1.288.387,52	3,75	948.212,48
Ação Legislativa	2.236.600,00	2.236.600,00	333.742,73	1.320.021,15	2,69	916.578,85	351.972,35	1.288.387,52	3,75	948.212,48
ADMINISTRAÇÃO	12.601.290,00	13.794.476,10	1.260.816,75	6.577.276,86	13,39	7.217.199,24	1.314.938,02	6.204.450,58	18,07	7.590.025,52
Planejamento e Orçamento	660.000,00	1.310.000,00	6.200,00	455.527,33	0,93	854.472,67	6.200,00	455.527,33	1,33	854.472,67
Administração Geral	9.148.640,00	9.432.915,71	987.715,50	4.757.917,86	9,69	4.674.997,85	1.003.183,66	4.388.613,06	12,78	5.044.302,65
Controle Externo	1.754.300,00	1.779.300,00	173.401,40	775.693,54	1,58	1.003.606,46	177.616,14	773.586,17	2,25	1.005.713,83
Administração de Receitas	1.038.350,00	1.272.260,39	93.499,85	588.138,13	1,20	684.122,26	127.938,22	586.724,02	1,71	685.536,37
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.940.000,00	5.387.290,35	531.627,82	3.875.479,82	7,89	1.511.810,53	713.127,07	1.835.250,25	5,35	3.552.040,10
Administração Geral	733.000,00	1.108.196,32	180.247,88	817.372,11	1,66	290.824,21	189.582,12	790.303,54	2,30	317.892,78
Assistência ao Idoso	53.000,00	157.262,79	3.312,00	28.165,82	0,06	129.096,97	7.667,82	28.165,82	0,08	129.096,97
Assistência ao Portador de Deficiência	15.000,00	365.000,00	150.000,00	350.000,00	0,71	15.000,00	150.000,00	350.000,00	1,02	15.000,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	321.000,00	396.236,02	48.124,59	194.590,20	0,40	201.645,82	48.124,59	187.392,52	0,55	208.843,50
Assistência Comunitária	818.000,00	3.360.595,22	149.943,35	2.485.351,69	5,06	875.243,53	317.752,54	479.388,37	1,40	2.881.206,85
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.969.910,00	3.969.910,00	564.953,88	2.506.686,74	5,10	1.463.223,26	567.484,94	2.496.583,32	7,27	1.473.326,68
Administração Geral	1.047.910,00	1.047.910,00	49.649,26	464.717,60	0,95	583.192,40	52.180,32	454.614,18	1,32	593.295,82
Previdência do Regime Estatutário	2.922.000,00	2.922.000,00	515.304,62	2.041.969,14	4,16	880.030,86	515.304,62	2.041.969,14	5,95	880.030,86
SAÚDE	13.122.505,50	15.780.903,55	1.730.787,78	8.023.367,07	16,34	7.757.536,48	2.236.125,21	7.582.175,13	22,08	8.198.728,42
Atenção Básica	9.280.955,50	11.582.207,45	1.238.202,67	6.144.374,92	12,51	5.437.832,53	1.735.290,52	5.801.669,06	16,90	5.780.538,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.613.600,00	2.683.201,32	369.042,54	1.253.824,77	2,55	1.429.376,55	328.590,15	1.187.958,97	3,46	1.495.242,35
Suporte Profilático e Terapêutico	864.500,00	903.486,95	77.818,40	444.732,69	0,91	458.754,26	121.268,87	412.112,41	1,20	491.374,54
Vigilância Sanitária	114.500,00	145.000,00	7.270,62	39.439,79	0,08	105.560,21	7.270,62	39.439,79	0,11	105.560,21
Vigilância Epidemiológica	218.950,00	409.041,21	33.757,79	125.328,68	0,26	283.712,53	33.757,79	125.328,68	0,37	283.712,53
Alimentação e Nutrição	30.000,00	57.966,62	4.695,76	15.666,22	0,03	42.300,40	9.947,26	15.666,22	0,05	42.300,40
EDUCAÇÃO	14.881.635,70	15.041.514,15	1.695.036,49	6.619.967,71	13,48	8.421.546,44	1.660.629,56	6.505.026,73	18,95	8.536.487,42
Administração Geral	1.734.823,20	1.734.823,20	162.214,96	561.778,26	1,14	1.173.044,94	173.492,93	549.186,05	1,60	1.185.637,15
Ensino Fundamental	7.776.800,00	7.835.678,45	952.990,14	3.513.619,93	7,15	4.322.058,52	916.265,58	3.451.527,41	10,05	4.384.151,04
Ensino Superior	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Educação Infantil	4.844.162,50	4.900.162,50	535.701,95	2.367.393,94	4,82	2.532.768,56	526.741,61	2.327.137,69	6,78	2.573.024,81
Educação de Jovens e Adultos	9.800,00	9.800,00	0,00	0,00	0,00	9.800,00	0,00	0,00	0,00	9.800,00

Educação Especial	456.050,00	501.050,00	44.129,44	177.175,58	0,36	323.874,42	44.129,44	177.175,58	0,52	323.874,42
CULTURA	188.590,00	455.952,13	-24.755,80	175.006,02	0,36	280.946,11	156.476,94	167.231,82	0,49	288.720,31
Difusão Cultural	188.590,00	455.952,13	-24.755,80	175.006,02	0,36	280.946,11	156.476,94	167.231,82	0,49	288.720,31
URBANISMO	2.212.859,00	5.217.791,44	83.151,19	594.731,68	1,21	4.623.059,76	88.610,74	594.591,23	1,73	4.623.200,21
Infra-Estrutura Urbana	724.159,00	3.667.445,59	0,00	117.286,59	0,24	3.550.159,00	5.600,00	117.286,59	0,34	3.550.159,00
Serviços Urbanos	1.488.700,00	1.550.345,85	83.151,19	477.445,09	0,97	1.072.900,76	83.010,74	477.304,64	1,39	1.073.041,21
HABITAÇÃO	880.000,00	6.930.000,00	0,00	1.000.000,00	2,04	5.930.000,00	0,00	1.000.000,00	2,91	5.930.000,00
Habitação Urbana	880.000,00	6.930.000,00	0,00	1.000.000,00	2,04	5.930.000,00	0,00	1.000.000,00	2,91	5.930.000,00
SANEAMENTO	645.100,00	669.100,00	92.158,86	319.631,06	0,65	349.468,94	94.568,55	292.500,27	0,85	376.599,73
Saneamento Básico Urbano	645.100,00	669.100,00	92.158,86	319.631,06	0,65	349.468,94	94.568,55	292.500,27	0,85	376.599,73
GESTÃO AMBIENTAL	1.248.000,00	1.095.500,00	86.981,89	446.400,66	0,91	649.099,34	78.735,03	430.568,95	1,25	664.931,05
Preservação e Conservação Ambiental	1.248.000,00	1.095.500,00	86.981,89	446.400,66	0,91	649.099,34	78.735,03	430.568,95	1,25	664.931,05
AGRICULTURA	750.500,00	1.458.805,03	29.538,69	811.664,25	1,65	647.140,78	186.142,59	289.770,15	0,84	1.169.034,88
Abastecimento	410.500,00	1.118.805,03	29.538,69	809.848,03	1,65	308.957,00	186.142,59	287.953,93	0,84	830.851,10
Promoção da Produção Agropecuária	340.000,00	340.000,00	0,00	1.816,22	0,00	338.183,78	0,00	1.816,22	0,01	338.183,78
INDÚSTRIA	100.000,00	1.160.385,31	0,00	0,00	0,00	1.160.385,31	0,00	0,00	0,00	1.160.385,31
Promoção Industrial	100.000,00	1.160.385,31	0,00	0,00	0,00	1.160.385,31	0,00	0,00	0,00	1.160.385,31
COMÉRCIO E SERVIÇOS	741.100,00	1.185.519,65	131.916,22	891.846,10	1,82	293.673,55	46.828,62	722.694,50	2,10	462.825,15
Turismo	741.100,00	1.185.519,65	131.916,22	891.846,10	1,82	293.673,55	46.828,62	722.694,50	2,10	462.825,15
TRANSPORTE	2.395.941,00	15.605.900,02	143.852,20	12.420.379,17	25,29	3.185.520,85	1.484.383,69	1.904.358,41	5,55	13.701.541,61
Transporte Rodoviário	2.395.941,00	15.605.900,02	143.852,20	12.420.379,17	25,29	3.185.520,85	1.484.383,69	1.904.358,41	5,55	13.701.541,61
DESPORTO E LAZER	824.500,00	1.583.968,56	549.349,66	861.792,06	1,75	722.176,50	88.472,27	366.749,54	1,07	1.217.219,02
Desporto Comunitário	676.500,00	1.300.138,56	547.557,69	816.392,50	1,66	483.746,06	86.680,30	321.349,98	0,94	978.788,58
Lazer	148.000,00	283.830,00	1.791,97	45.399,56	0,09	238.430,44	1.791,97	45.399,56	0,13	238.430,44
ENCARGOS ESPECIAIS	1.938.000,00	1.978.000,00	327.780,82	1.252.585,12	2,55	725.414,88	313.028,06	1.237.832,36	3,61	740.167,64
Serviço da Dívida Interna	1.632.000,00	1.632.000,00	239.165,91	947.326,76	1,93	684.673,24	224.413,15	932.574,00	2,72	699.426,00
Outros Encargos Especiais	306.000,00	346.000,00	88.614,91	305.258,36	0,62	40.741,64	88.614,91	305.258,36	0,89	40.741,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.519.925,00	1.519.925,00	0,00	0,00	0,00	1.519.925,00	0,00	0,00	0,00	1.519.925,00
Reserva de Contingência geral	1.519.925,00	1.519.925,00	0,00	0,00	0,00	1.519.925,00	0,00	0,00	0,00	1.519.925,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	2.874.850,00	3.001.429,78	298.238,32	1.414.508,26	2,88	1.586.921,52	598.238,32	1.414.508,26	4,12	1.586.921,52
LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	7.926,60	31.706,40	0,06	78.293,60	7.926,60	31.706,40	0,09	78.293,60
Ação Legislativa	110.000,00	110.000,00	7.926,60	31.706,40	0,06	78.293,60	7.926,60	31.706,40	0,09	78.293,60
ADMINISTRAÇÃO	1.446.000,00	1.514.000,00	90.108,78	583.779,85	1,19	930.220,15	390.108,78	583.779,85	1,70	930.220,15
Administração Geral	1.246.000,00	1.314.000,00	72.394,28	513.183,41	1,04	800.816,59	372.394,28	513.183,41	1,49	800.816,59
Controle Externo	149.000,00	149.000,00	13.033,25	55.709,95	0,11	93.290,05	13.033,25	55.709,95	0,16	93.290,05
Administração de Receitas	51.000,00	51.000,00	4.681,25	14.886,49	0,03	36.113,51	4.681,25	14.886,49	0,04	36.113,51
ASSISTÊNCIA SOCIAL	90.500,00	94.948,08	8.564,14	40.918,78	0,08	54.029,30	8.564,14	40.918,78	0,12	54.029,30
Administração Geral	55.500,00	59.948,08	8.564,14	32.371,08	0,07	27.577,00	8.564,14	32.371,08	0,09	27.577,00
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	0,00	8.547,70	0,02	26.452,30	0,00	8.547,70	0,02	26.452,30
SAÚDE	499.250,00	507.250,00	68.870,51	279.667,16	0,57	227.582,84	68.870,51	279.667,16	0,81	227.582,84
Atenção Básica	451.300,00	444.800,00	62.114,23	252.761,56	0,51	192.038,44	62.114,23	252.761,56	0,74	192.038,44
Suporte Profilático e Terapêutico	15.000,00	15.000,00	1.894,96	7.579,84	0,02	7.420,16	1.894,96	7.579,84	0,02	7.420,16
Vigilância Sanitária	8.700,00	12.200,00	977,18	3.908,72	0,01	8.291,28	977,18	3.908,72	0,01	8.291,28
Vigilância Epidemiológica	24.250,00	35.250,00	3.884,14	15.417,04	0,03	19.832,96	3.884,14	15.417,04	0,04	19.832,96
EDUCAÇÃO	631.600,00	677.731,70	112.672,03	437.959,63	0,89	239.772,07	112.672,03	437.959,63	1,28	239.772,07
Administração Geral	63.000,00	63.000,00	8.348,43	26.299,91	0,05	36.700,09	8.348,43	26.299,91	0,08	36.700,09
Ensino Fundamental	318.000,00	341.731,70	54.418,88	203.263,53	0,41	138.468,17	54.418,88	203.263,53	0,59	138.468,17
Educação Infantil	227.690,00	250.090,00	49.904,72	208.396,19	0,42	41.693,81	49.904,72	208.396,19	0,61	41.693,81
Educação de Jovens e Adultos	910,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00
Educação Especial	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
URBANISMO	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Serviços Urbanos	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
SANEAMENTO	13.500,00	13.500,00	2.887,66	11.550,63	0,02	1.949,37	2.887,66	11.550,63	0,03	1.949,37
Saneamento Básico Urbano	13.500,00	13.500,00	2.887,66	11.550,63	0,02	1.949,37	2.887,66	11.550,63	0,03	1.949,37
GESTÃO AMBIENTAL	32.000,00	32.000,00	4.546,98	18.370,95	0,04	13.629,05	4.546,98	18.370,95	0,05	13.629,05
Preservação e Conservação Ambiental	32.000,00	32.000,00	4.546,98	18.370,95	0,04	13.629,05	4.546,98	18.370,95	0,05	13.629,05
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	1.165,24	4.660,96	0,01	3.339,04	1.165,24	4.660,96	0,01	3.339,04
Abastecimento	8.000,00	8.000,00	1.165,24	4.660,96	0,01	3.339,04	1.165,24	4.660,96	0,01	3.339,04
COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Turismo	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
TRANSPORTE	10.000,00	10.000,00	1.496,38	5.893,90	0,01	4.106,10	1.496,38	5.893,90	0,02	4.106,10

Transporte Rodoviário	10.000,00	10.000,00	1.496,38	5.893,90	0,01	4.106,10	1.496,38	5.893,90	0,02	4.106,10
DESPORTO E LAZER	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Desporto Comunitário	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL	**65.071.306,20**	**98.072.971,07**	**7.835.177,50**	**49.111.343,73**	**100,00**	**48.961.627,34**	**9.979.761,96**	**34.332.679,02**	**100,00**	**63.740.292,05**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO PARANA, emitido em 21/set/2026 as 07h e 29m.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO	***ROBSON LUIS CAVENAGHI***
Prefeito Municipal	Contador - CRC BA 037588/0 T-PR
CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON	
Controlador Interno	

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:EE97028C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ANEXO XII-RECEITAS E DESPESAS COM SAÚDE

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	12.172.150,00	12.172.150,00	6.246.177,44	51,32
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.541.440,00	7.541.440,00	3.050.777,76	40,45
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.375.000,00	1.375.000,00	725.910,16	52,79
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.445.710,00	1.445.710,00	1.012.970,38	70,07
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.810.000,00	1.810.000,00	1.456.519,14	80,47
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	41.615.000,00	41.615.000,00	18.634.063,45	44,78
Cota-Parte FPM	32.550.000,00	32.550.000,00	13.869.516,44	42,61
Cota-Parte ITR	55.000,00	55.000,00	54.741,13	99,53
Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	397.863,18	36,17
Cota-Parte ICMS	7.800.000,00	7.800.000,00	4.244.570,97	54,42
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	67.371,73	61,25
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**53.787.150,00**	**53.787.150,00**	**24.880.240,89**	**46,26**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.709.077,50	7.709.077,50	4.678.247,80	60,68	4.423.331,26	57,38	4.240.011,88	55,00
Despesas Correntes	7.506.077,50	7.668.077,50	4.676.647,80	60,99	4.421.731,26	57,66	4.238.411,88	55,27
Despesas de Capital	203.000,00	41.000,00	1.600,00	3,90	1.600,00	3,90	1.600,00	3,90
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.613.600,00	2.613.600,00	1.184.223,45	45,31	1.118.357,65	42,79	932.452,03	35,68
Despesas Correntes	2.609.600,00	2.609.600,00	1.184.223,45	45,38	1.118.357,65	42,86	932.452,03	35,73
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	803.500,00	803.500,00	406.312,53	50,57	373.692,25	46,51	345.384,69	42,99
Despesas Correntes	793.500,00	793.500,00	406.312,53	51,21	373.692,25	47,09	345.384,69	43,53
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	70.700,00	60.700,00	5.287,20	8,71	5.287,20	8,71	5.287,20	8,71
Despesas Correntes	70.700,00	60.700,00	5.287,20	8,71	5.287,20	8,71	5.287,20	8,71
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	153.100,00	153.100,00	33.588,74	21,94	33.588,74	21,94	33.588,74	21,94
Despesas Correntes	153.100,00	153.100,00	33.588,74	21,94	33.588,74	21,94	33.588,74	21,94
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	30.000,00	30.000,00	3.087,90	10,29	3.087,90	10,29	1.295,10	4,32
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	3.087,90	10,29	3.087,90	10,29	1.295,10	4,32

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**11.379.977,50**	**11.369.977,50**	**6.310.747,62**	**55.50**	**5.957.345,00**	**52,40**	**5.558.019,64**	**48,88**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	6.310.747,62	5.957.345,00	5.558.019,64
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	353.402,62	353.402,62	353.402,62
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.957.345,00**	**5.603.942,38**	**5.204.617,02**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		3.732.036,13	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	2.225.308,87	1.871.906,25	1.472.580,89
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**23,94**	**22,52**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)**	**Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)**
Empenhos de 2026	3.732.036,13	6.310.747,62	2.578.711,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.578.711,49
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644.262,77	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,50	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.206,62	0,00	9.579,39	-9.579,39
Empenhos de 2022 e anteriores	4.886.741,76	9.337.251,70	4.450.509,94	113.873,16	0,00	0,00	552.256,27	184,40	69.268,89	4.381.241,05
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	16.713,10	16.713,10	16.713,10	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	16.713,10	16.713,10	16.713,10	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.027.578,00	3.546.476,71	2.350.767,00	66,28
Proveniente da União	901.478,00	1.817.804,00	1.432.333,79	78,79
Proveniente dos Estados	1.126.100,00	1.728.672,71	918.433,21	53,13
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	89.930,00	94.316,16	156.147,60	165,56

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.117.508,00**	**3.640.792,87**	**2.506.914,60**	**68,86**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	EMPENHADAS DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.023.178,00	4.317.929,95	1.708.470,48	39,57	1.620.681,16	37,53	1.554.527,09	36,00
Despesas Correntes	975.478,00	2.113.224,49	1.168.971,51	55,32	1.142.817,32	54,08	1.110.443,25	52,55
Despesas de Capital	1.047.700,00	2.204.705,46	539.498,97	24,47	477.863,84	21,67	444.083,84	20,14
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	69.601,32	69.601,32	100,00	69.601,32	100,00	69.601,32	100,00
Despesas Correntes	0,00	69.601,32	69.601,32	100,00	69.601,32	100,00	69.601,32	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	76.000,00	114.986,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	76.000,00	94.361,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	20.625,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	52.500,00	96.500,00	38.061,31	39,44	38.061,31	39,44	38.061,31	39,44
Despesas Correntes	52.500,00	96.500,00	38.061,31	39,44	38.061,31	39,44	38.061,31	39,44
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	90.100,00	291.191,21	107.156,98	36,80	107.156,98	36,80	106.038,89	36,42
Despesas Correntes	90.100,00	208.840,82	107.156,98	51,31	107.156,98	51,31	106.038,89	50,77
Despesas de Capital	0,00	82.350,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	27.966,62	12.578,32	44,98	12.578,32	44,98	8.043,36	28,76
Despesas Correntes	0,00	27.966,62	12.578,32	44,98	12.578,32	44,98	8.043,36	28,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.241.778,00**	**4.918.176,05**	**1.935.868,41**	**39,36**	**1.848.079,09**	**37,58**	**1.776.271,97**	**36,12**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.732.255,50	12.027.007,45	6.386.718,28	53,10	6.044.012,42	50,25	5.794.538,97	48,18
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.613.600,00	2.683.201,32	1.253.824,77	46,73	1.187.958,97	44,27	1.002.053,35	37,35
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	879.500,00	918.486,95	406.312,53	44,24	373.692,25	40,69	345.384,69	37,60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	123.200,00	157.200,00	43.348,51	27,58	43.348,51	27,58	43.348,51	27,58
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	243.200,00	444.291,21	140.745,72	31,68	140.745,72	31,68	139.627,63	31,43
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	30.000,00	57.966,62	15.666,22	27,03	15.666,22	27,03	9.338,46	16,11
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**13.621.755,50**	**16.288.153,55**	**8.246.616,03**	**50,63**	**7.805.424,09**	**47,92**	**7.334.291,61**	**45,03**

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DO PARANA, emitido em 21/set/2026 as 07h e 40m.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO	***ROBSON LUIS CAVENAGHI***	***CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON***
Prefeito Municipal	Contador - CRC BA 037588/0 T-PR	Controlador Interno

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:6038B106

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO II - DEM EXEC DES FUN E SUBF 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO A AGOSTO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	100,00	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	100,00	43.108.179,62
LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ADMINISTRAÇÃO	4.516.300,00	5.892.809,13	1.564.476,94	4.097.588,14	6,40	1.795.220,99	1.062.297,79	3.589.425,66	7,73	2.303.383,47
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.516.300,00	5.892.809,13	1.564.476,94	4.097.588,14	6,40	1.795.220,99	1.062.297,79	3.589.425,66	7,73	2.303.383,47
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.134.000,00	6.467.167,79	2.433.107,70	4.242.395,47	6,62	2.224.772,32	689.658,89	2.382.910,66	5,13	4.084.257,13
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	100.000,00	132.500,00	5.360,52	102.454,26	0,16	30.045,74	5.360,52	102.454,26	0,22	30.045,74
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.022.000,00	6.322.667,79	2.427.747,18	4.139.941,21	6,46	2.182.726,58	684.298,37	2.280.456,40	4,91	4.042.211,39
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.390.000,00	1.390.000,00	219.349,34	897.324,41	1,40	492.675,59	219.349,34	897.324,41	1,93	492.675,59
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.390.000,00	1.390.000,00	219.349,34	897.324,41	1,40	492.675,59	219.349,34	897.324,41	1,93	492.675,59
SAÚDE	10.870.160,00	14.809.745,01	2.838.000,97	10.204.224,70	15,93	4.605.520,31	2.513.857,07	9.873.523,89	21,27	4.936.221,12
ATENÇÃO BÁSICA	7.366.100,00	10.676.933,87	2.167.110,30	7.354.620,20	11,48	3.322.313,67	1.842.865,29	7.024.785,79	15,13	3.652.148,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.337.160,00	3.965.911,14	638.091,77	2.713.767,77	4,24	1.252.143,37	638.192,88	2.712.901,37	5,84	1.253.009,77
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	166.900,00	166.900,00	32.798,90	135.836,73	0,21	31.063,27	32.798,90	135.836,73	0,29	31.063,27
EDUCAÇÃO	12.347.856,00	14.268.192,09	2.853.763,58	9.960.975,04	15,55	4.307.217,05	2.976.704,62	9.465.462,93	20,39	4.802.729,16
ENSINO FUNDAMENTAL	9.421.856,00	10.777.569,21	1.614.259,75	7.862.790,20	12,27	2.914.779,01	1.735.400,79	7.367.278,09	15,87	3.410.291,12
ENSINO SUPERIOR	120.000,00	80.000,00	9.441,08	46.847,63	0,07	33.152,37	9.441,08	46.847,63	0,10	33.152,37
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.031.000,00	2.481.634,47	466.024,68	1.225.392,92	1,91	1.256.241,55	467.824,68	1.225.392,92	2,64	1.256.241,55
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	175.000,00	175.000,00	10.049,66	71.955,88	0,11	103.044,12	10.049,66	71.955,88	0,15	103.044,12
EDUCAÇÃO ESPECIAL	600.000,00	753.988,41	753.988,41	753.988,41	1,18	0,00	753.988,41	753.988,41	1,62	0,00
CULTURA	450.000,00	545.500,00	54.552,20	203.986,94	0,32	341.513,06	49.004,20	198.438,94	0,43	347.061,06
DIFUSÃO CULTURAL	450.000,00	545.500,00	54.552,20	203.986,94	0,32	341.513,06	49.004,20	198.438,94	0,43	347.061,06
URBANISMO	2.668.500,00	29.664.310,32	5.703.632,23	25.341.750,76	39,55	4.322.559,56	6.527.736,77	11.182.728,69	24,08	18.481.581,63
INFRA-ESTRUTURA URBANA	914.500,00	28.008.310,32	5.481.019,12	24.163.761,81	37,71	3.844.548,51	6.267.371,70	10.004.739,74	21,55	18.003.570,58
SERVIÇOS URBANOS	1.754.000,00	1.656.000,00	222.613,11	1.177.988,95	1,84	478.011,05	260.365,07	1.177.988,95	2,54	478.011,05
SANEAMENTO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	894.500,00	2.632.786,48	419.004,41	1.131.258,59	1,77	1.501.527,89	420.304,41	1.130.810,59	2,44	1.501.975,89
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	894.500,00	2.632.786,48	419.004,41	1.131.258,59	1,77	1.501.527,89	420.304,41	1.130.810,59	2,44	1.501.975,89
AGRICULTURA	670.700,00	864.525,50	79.224,06	645.308,45	1,01	219.217,05	79.809,37	638.019,91	1,37	226.505,59
EXTENSÃO RURAL	670.700,00	864.525,50	79.224,06	645.308,45	1,01	219.217,05	79.809,37	638.019,91	1,37	226.505,59
COMÉRCIO E SERVIÇOS	500.000,00	401.000,00	59.926,25	259.942,69	0,41	141.057,31	59.926,25	259.942,69	0,56	141.057,31
PROMOÇÃO COMERCIAL	100.000,00	100.000,00	8.854,00	38.759,83	0,06	61.240,17	8.854,00	38.759,83	0,08	61.240,17
TURISMO	400.000,00	301.000,00	51.072,25	221.182,86	0,35	79.817,14	51.072,25	221.182,86	0,48	79.817,14
TRANSPORTE	3.367.600,00	4.224.268,87	410.778,87	2.698.527,52	4,21	1.525.741,35	1.087.345,99	2.650.585,26	5,71	1.573.683,61
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.367.600,00	4.224.268,87	410.778,87	2.698.527,52	4,21	1.525.741,35	1.087.345,99	2.650.585,26	5,71	1.573.683,61
DESPORTO E LAZER	500.000,00	2.710.204,98	118.190,26	2.249.306,84	3,51	460.898,14	81.111,36	2.097.555,40	4,52	612.649,58
DESPORTO COMUNITÁRIO	500.000,00	2.710.204,98	118.190,26	2.249.306,84	3,51	460.898,14	81.111,36	2.097.555,40	4,52	612.649,58
ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.709.299,05	543.734,44	2.140.359,24	3,34	568.939,81	576.734,44	2.063.684,57	4,44	645.614,48
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.709.299,05	543.734,44	2.140.359,24	3,34	568.939,81	576.734,44	2.063.684,57	4,44	645.614,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	458.784,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00	0,00	0,00	0,00	458.784,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	45.878.400,00	89.538.593,22	17.297.741,25	64.072.948,79	100,00	25.465.644,43	16.343.840,50	46.430.413,60	100,00	43.108.179,62

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR — Prefeito Municipal

CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA — Contador(A)

Entidades:

Município de Sapopema

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A99CC4B8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XII - DEM REC DESPESA COM SAUDE 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A AGOSTO DE 2026
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAISE LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃOATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.981.800,00	4.421.300,00	2.893.516,57	65,44
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	222.900,00	308.900,00	303.949,43	98,40
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	605.000,00	605.000,00	227.695,99	37,64
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.125.600,00	2.329.100,00	1.604.032,74	68,87
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte –IRRF	1.028.300,00	1.178.300,00	757.838,41	64,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.632.600,00	31.882.600,00	21.016.948,20	65,92
Cota-Parte FPM	19.171.600,00	20.171.600,00	13.869.516,44	68,76
Cota-Parte ITR	359.800,00	609.800,00	96.059,26	15,75
Cota-Parte IPVA	1.363.600,00	1.363.600,00	917.041,06	67,25
Cota-Parte ICMS	9.592.500,00	9.592.500,00	6.038.437,39	62,95
Cota-Parte IPI-Exportação	145.100,00	145.100,00	95.894,05	66,09
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e TransferênciasConstitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS ELEGAIS - (III) = (I) + (II)	34.614.400,00	36.303.900,00	23.910.464,77	65,86

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DESAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIAECONÔMICA	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESASPAGAS	
			Até o bimestre(d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre(e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre(f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.268.000,0	4.917.000,0	4.107.533,20	83,54	4.102.670,79	83,44	3.637.718,73	73,98
Despesas Correntes	4.221.500,0	4.888.500,0	4.095.535,20	83,78	4.090.672,79	83,68	3.637.718,73	74,41
Despesas de Capital	46.500,00	28.500,00	11.998,00	42,10	11.998,00	42,10	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.957.160,0	3.262.160,0	2.264.219,88	69,41	2.263.353,48	69,38	1.832.190,32	56,16
Despesas Correntes	2.947.160,0	3.262.160,0	2.264.219,88	69,41	2.263.353,48	69,38	1.832.190,32	56,16
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.225.160,0	8.179.160,0	6.371.753,08	77,90	6.366.024,27	77,83	5.469.909,05	66,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS(d)	DESPESAS LIQUIDADAS(e)	DESPESAS PAGAS(f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.371.753,08	6.366.024,27	5.469.909,05
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS emExercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.371.753,08	6.366.024,27	5.469.909,05
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	3.586.569,72		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.785.183,36	2.779.454,55	1.883.339,33
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS(XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	26,65	26,62	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃOCUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOSRECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial(no exercicio atual)(h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado)(l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas(i)	Liquidadas(j)	Pagas(k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS(m)	Valor aplicado em ASPS no exercício(n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m),se < 0 ,então (o)=0	Total inscrito em RP no exercício(p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q))se <0 então	Total de RP pagos(s)	Total de RP a pagar(t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado(v) = ((o + q) -
Empenhos de 2026	3.586.569,72	6.371.753,08	2.785.183,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.785.183,36
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE(XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOSCONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DECAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGARCANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial(w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado)(aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas(x)	Liquidadas(y)	Pagas(z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADASNO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃOATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.453.000,00	5.486.744,00	3.438.009,87	62,66
Proveniente da União	2.809.000,00	4.172.744,00	2.164.244,61	51,87
Proveniente dos Estados	644.000,00	1.314.000,00	1.273.765,26	96,94
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	25.000,00	35.243,90	115.488,39	327,68
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.478.000,00	5.521.987,90	3.553.498,26	64,35

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NOCÁLCULO DOMÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES ECATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NOCÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESASPAGAS	
			Até o bimestre(d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre(e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre(f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.871.100,0	5.540.433,8	3.181.871,95	57,43	2.856.899,95	51,56	2.555.524,70	46,12
Despesas Correntes	2.860.100,0	4.028.506,7	2.733.903,70	67,86	2.714.831,70	67,39	2.414.786,45	59,94
Despesas de Capital	11.000,00	1.511.927,1	447.968,25	29,63	142.068,25	9,40	140.738,25	9,31
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	380.000,00	703.751,14	449.547,89	63,88	449.547,89	63,88	428.521,63	60,89
Despesas Correntes	380.000,00	703.751,14	449.547,89	63,88	449.547,89	63,88	428.521,63	60,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	166.900,00	166.900,00	135.836,73	81,39	135.836,73	81,39	119.437,28	71,56
Despesas Correntes	166.400,00	166.400,00	135.836,73	81,63	135.836,73	81,63	119.437,28	71,78
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NOCÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII +XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.418.000,0	6.411.085,0	3.767.256,57	58,76	3.442.284,57	53,69	3.103.483,61	48,41

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COMCOM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOSTRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre(d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre(e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre(f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.139.100,0	10.457.433,	7.289.405,15	69,71	6.959.570,74	66,55	6.193.243,43	59,22
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) =(V + XXXIII)	3.337.160,0	3.965.911,1	2.713.767,77	68,43	2.712.901,37	68,41	2.260.711,95	57,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI +XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	166.900,00	166.900,00	135.836,73	81,39	135.836,73	81,39	119.437,28	71,56
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI +XXXIX)	10.643.160,	14.590.245,	10.139.009,65	69,49	9.808.308,84	67,23	8.573.392,66	58,76
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR		***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***						
Prefeito Municipal		Contador(A)						
Entidades:								
Município de Sapopema								

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CC56F1AA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RREO ANEXO XIII - DEM DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 4º BIM 2026

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/01/2026 a 31/08/2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	52.151.815,78	37.545.665,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR		***CELIO ROBERTO PEREIRA LISBOA***									
Prefeito Municipal		Contador(A)									
Entidades:											
Município de Sapopema											

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FA38FD6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	9 / 2.025	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**3 / 2.026**	**4 / 2.026**	**5 / 2.026**	**6 / 2.026**	**7 / 2.026**	**8 / 2.026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	528.823,44	555.501,21	518.014,60	779.814,82	605.846,80	528.984,92	527.228,04	593.020,28	571.106,34	696.307,04	568.207,78	551.451,50	7.024.306,77	0,00
Pessoal Ativo	528.823,44	555.501,21	518.014,60	779.814,82	605.846,80	528.984,92	527.228,04	593.020,28	571.106,34	696.307,04	568.207,78	551.451,50	7.024.306,77	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	471.752,98	496.779,14	460.463,55	681.977,40	537.559,32	462.521,33	460.076,23	520.536,57	497.606,28	622.866,28	494.729,93	477.973,65	6.184.842,66	0,00
Obrigações Patronais	57.070,46	58.722,07	57.551,05	97.837,42	68.287,48	66.463,59	67.151,81	72.483,71	73.500,06	73.440,76	73.477,85	73.477,85	839.464,11	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	528.823,44	555.501,21	518.014,60	779.814,82	605.846,80	528.984,92	527.228,04	593.020,28	571.106,34	696.307,04	568.207,78	551.451,50	7.024.306,77	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	750.862.979,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	32.755.526,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	6.868.584,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	711.238.869,22	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**7.024.306,77**	**0,99**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	42.674.332,15	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	40.540.615,55	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	38.406.898,94	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 21/set/2026 as 14h e 30m.		

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI	*ROGERIO SIQUEIRA PINHEIRO*	*OCTAVIO ANTONIASSI JUNIOR*
Presidente da Câmara	Assistente de Contabilidade - CRC: 052964-O-0	Controlador Interno

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:BC67B844

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

MUNICÍPIO DE UMUARAMA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	9 / 2.025	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**3 / 2.026**	**4 / 2.026**	**5 / 2.026**	**6 / 2.026**	**7 / 2.026**	**8 / 2.026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.331.674,15	24.843.045,95	33.754.583,99	42.277.851,35	24.336.808,63	24.607.669,02	27.485.855,01	27.099.679,39	28.718.087,13	28.497.985,26	26.993.976,83	29.346.321,86	344.293.538,57	3.557.542,82
Pessoal Ativo	20.897.487,96	19.858.599,06	27.951.592,33	34.614.901,30	20.409.219,37	19.715.915,94	22.518.073,04	21.850.878,00	23.614.789,59	23.233.998,79	21.428.306,32	24.366.403,89	280.460.165,59	270.532,22
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.083.191,72	17.057.157,20	24.991.087,19	29.144.791,08	17.387.193,15	16.842.266,38	19.524.760,49	18.727.523,32	20.308.325,25	20.034.084,24	18.305.409,17	21.076.332,87	241.482.122,06	270.532,22
Obrigações Patronais	2.814.296,24	2.801.441,86	2.960.505,14	5.470.110,22	3.022.026,22	2.873.649,56	2.993.312,55	3.123.354,68	3.306.464,34	3.199.914,55	3.122.897,15	3.290.071,02	38.978.043,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.776.571,39	3.787.716,25	5.652.038,94	5.652.314,75	3.841.244,73	3.859.196,97	3.886.858,03	4.062.832,97	4.224.724,61	4.112.167,82	4.098.361,23	4.132.697,40	51.086.725,09	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.137.729,93	3.141.884,16	4.708.511,75	4.708.590,29	3.181.091,06	3.196.474,12	3.226.176,14	3.396.297,81	3.550.392,07	3.409.086,02	3.408.459,93	3.424.761,25	42.489.454,53	0,00
Pensões	638.841,46	645.832,09	943.527,19	943.724,46	660.153,67	662.722,85	660.681,89	666.535,16	674.332,54	703.081,80	689.901,30	707.936,15	8.597.270,56	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	1.657.614,80	1.196.730,64	150.952,72	2.010.635,30	86.344,53	1.032.556,11	1.080.923,94	1.185.968,42	878.572,93	1.151.818,65	1.467.309,28	847.220,57	12.746.647,89	3.287.010,60
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	4.374.200,79	4.395.652,67	6.208.733,64	6.580.545,35	4.627.455,90	4.497.205,08	5.070.197,77	4.625.596,80	4.819.447,13	4.112.167,82	5.249.391,88	4.574.309,33	59.134.904,16	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	60.664,61	70.848,64	38.284,42	34.493,50	56.325,34	89.240,28	602.276,05	17.238,00	52.718,43	0,00	31.701,52	39.558,30	1.093.349,09	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.776.571,39	3.787.716,25	5.652.038,94	5.652.314,75	3.841.244,73	3.859.196,97	3.886.858,03	4.062.832,97	4.224.724,61	4.112.167,82	4.098.361,23	4.132.697,40	51.086.725,09	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	510.048,00	510.048,00	510.048,00	831.309,90	722.532,00	541.414,00	541.414,00	538.172,00	538.172,00	0,00	1.053.626,47	383.013,53	6.679.797,90	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	26.916,79	27.039,78	8.362,28	62.427,20	7.353,83	7.353,83	39.649,69	7.353,83	3.832,09	0,00	65.702,66	19.040,10	275.032,08	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.957.473,36	20.447.393,28	27.545.850,35	35.697.306,00	19.709.352,73	20.110.463,94	22.415.657,24	22.474.082,59	23.898.640,00	24.385.817,44	21.744.584,95	24.772.012,53	285.158.634,41	3.557.542,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	750.862.979,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	32.755.526,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	6.868.584,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	711.238.869,22	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**288.716.177,23**	**40,59**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	384.068.989,38	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	364.865.539,91	51,30
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	345.662.090,44	48,60
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 21/set/2026 as 13h e 49m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

ANDERSON MARTINS ROCHA	***ANTONIO FERNANDO SCANAVACA***	***DANIEL DUTRA DE SOUZA***
Contador CRC PR-047896/O-7	Prefeito Municipal	Controlador Interno

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:03813068

